



FENÔMENOS
CULTURAIS NO
AMÁLGAMA SOCIAL

*Reunião de artigos do I
CIPCS*

AMANDA BASILIO SANTOS
JULIANA PORTO MACHADO
(ORG)



Fenômenos culturais no amálgama social reunião de artigos do I CIPCS



(Página Intencionalmente deixada em branco)

Amanda Basilio Santos
Juliana Porto Machado
(Org.)

**Fenômenos culturais no
amálgama social**
Reunião de artigos do I CIPCS

1ª Edição

Jaguarão
CLAEC
2018

© 2018, CLAEAC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização previa por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração e diagramação: BASIBOOKS (basibookscontato@gmail.com).

Capa: Amanda Basilio Santos. **Fotografias:** Pinterest.

ISBN 978-85-93548-16-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A484

Fenômenos culturais no amálgama social[livro eletrônico]: reunião de artigos do I CIPCS / Amanda Basilio Santos; Juliana Porto Machado (Organizadores). 1. ed.- Jaguarão: CLAEAC, 2018. 1804p.

PDF - EBOOK

ISBN: 978-85-93548-16-1

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais

CDU 303

CDD 300

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

ORGANIZAÇÃO DO I CIPCS

Coordenação Geral: Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Comissão organizadora:

Dr. Adhemar Lourenço da Silva Júnior (ICH - Universidade Federal de Pelotas)

Dr.^a Elisabete da Costa Leal (ICH Universidade Federal de Pelotas)

Doutoranda Amanda Basílio Santos (ICH – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e CLAEC)

Doutoranda Juliana Porto Machado (ICH – Universidade Federal de Pelotas e CLAEC)

Mestra Juliana de Oliveira Plá (ICH - Universidade Federal de Pelotas/IFSUL - Jaguarão)

Mestrando Luis Felipe Ribeiro (ICH - Universidade Federal de Pelotas)

Site e Facebook:

<https://cipcs2018.wixsite.com/icipcs> | <https://www.facebook.com/ICIPCS/>

Realização:

Centro Latino Americano de Estudos em Cultura (CLAEC); Instituto Conexão SócioCultural (CONEX) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Apoio:

Laboratório de Política e Imagem (LAPI-UFPEL); Centro de Artes (CA-UFPEL); Instituto de Ciências Humanas (ICH-UFPEL); Biblioteca Pública Pelotense.

Financiamento:

FAPERGS

Como referenciar o trabalho (conforme ficha catalográfica)

SOBRENOME, Nome. Título. In: SANTOS, Amanda Basilio; MACHADO, Juliana Porto. *Fenômenos culturais no amálgama social: reunião de artigos do I CIPCS*. Jaguarão: Editora CLAEC, 2018, p. x-x.

COMITÊ CIENTÍFICO:

Dr^a Maristani Polidori Zamperetti,

Dr^a Cristina Pureza Duarte

Dr^a Boéssio Lisiane Sias Manke e

Dr^a Carmen Luz Rivas de Martínez,

Dr^a Graziela Rinaldi,

Dr^a Neiva Afonso Oliveira,

Dr^a Elisabete Leal,

Dr^a Larissa Patron,

Dr. Fábio Vergara Cerqueira,

Dr^a Carolina Kesser Barcellos Dias,

Dr. Ronaldo Bernardino,

Dr. Diego Lemos Ribeiro,

Dr. Edison Bisso Cruxen,

Dr. Carlos Garcia Rizzon,

Dr^a Daniele Gallindo,

Dr^a Juliana Brandão Machado,

Dr. Diego Lemos Ribeiro

Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack,

Dr^a Caroline Silveira Bauer,

Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes,

Dr. Gabriel Chati,

Dr^a Carmem Gessilda Burgert
Schiavon,

Dr^a Juliane Conceição Primon Serres,

Dr^a Mari Lucie,

Dr^a Joana Holanda e Karina
Giacomelli,

Dr Gerson Galo Ledezma Meneses,

Dr^a Julia Silveira Matos,

Dr^a Ursula Rosa da Silva,

Dr^a Ana Paula Penkala,

Dr. Adhemar Lourenço,

Dr^a Adriane Luisa Rodolpho

Doutoranda Amanda Basilio Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....01

EDUCAÇÃO E CULTURA: CONSTRUÇÕES SOCIAIS NO AMBIENTE EDUCACIONAL

ANISIO TEIXEIRA E ARTHUR RAMOS: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Adir da Luz Almeida03

ESTUDO DOS CADERNOS DE ALUNOS: A CONCOMITÂNCIA DA LETRA SCRIPT E DA LETRA CURSIVA (1949 A 1979)

Alessandra Amaral da Silveira.....17

ANTONIO GRAMSCI: DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, HEGEMONIA

Claudia Cristina Zanela e Alexandre Fernandez Vaz.....29

A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES “CONECTADAS” NA MÍDIA EDUCATIVA BRASILEIRA

Ana Paula Quevedo Peil, Angela Dillmann Nunes Bicca e Suélen Teixeira da Silva.....43

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES IMPULSIONANDO NOVAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA ESCOLA PÚBLICA

Angela Machado Tavares e Maurício Aires Vieira.....56

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Bianca de Paula Santos e Carmen Lúcia da Silva Santos.....68

A CARTILHA QUERES LER?: CIRCULAÇÃO, MÉTODO E ADOÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Caroline Braga Michel.....82

AS IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS NAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGUÊS (LM) E
ESPANHOL (LE)

Débora Medeiros da Rosa Aires.....94

ARTE, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: INTERLOCUÇÕES DA PESQUISA
UNIVERSITÁRIA NO ESTÁGIO CURRICULAR

Dionatan Michel Batirolla..... 106

A DIVERSIDADE CULTURAL PELO OLHAR KAINGANG E GUARANI

Claudio Luiz Orço e Elizandra Iop.....116

AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS A PARTIR DA LEI 10.639/03 E A
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DAS JOVENS NEGRAS DE SANTANA DO
LIVRAMENTO-RS

Flavia Giribone Acosta Duarte.....131

TÓPICA, TRADIÇÃO, ENSINO: CONCEITUAÇÕES SOBRE A LITERATURA DA
ANTIGUIDADE ATÉ A IDADE MÉDIA

Francieli Borges e Larissa Garay Neves.....144

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TENSIONAMENTOS E RESISTÊNCIA

Isabel Ribeiro Marques e Paula Correa Henning.....156

O ENSINO/APRENDIZAGEM DE CULTURA E CIDADANIA PELA EDUCOMUNICAÇÃO:
O CASO BILAC NEWS

João Pedro Wizniewsky Amaral.....168

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM INGLÊS DA PUCRS

Kelvin Milost Arend.....179

INTERLOCUÇÕES MEDIANTE O TRABALHO COM O IMAGINÁRIO DE CONSUMO
ATRAVÉS DE PROPOSIÇÕES ARTE/EDUCATIVAS

Laura Sacco dos Anjos Torres e Maristani Polidori Zamperetti.....194

PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA EM CADERNOS DE PLANEJAMENTO DE
PROFESSORAS DOS ANOS INICIAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1960

Lucas Gonçalves Soares.....211

ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA COMO DIMENSÃO PRAGMÁTICA DO ESTUDOS
MULTIPERSPECTIVOS DE DOUGLAS KELLNER

Otávio Daros.....226

A INTERDISCIPLINARIDADE NO PENSAMENTO DE OLGA POMBO: LIMITES E
POSSIBILIDADES

Sônia Maria Schio.....237

A SIGNIFICAÇÃO DA CULTURA PRISIONAL TENCIONADA EM PROCESSOS DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Stephane Silva de Araujo.....247

ESCOLA, CULTURA JUVENIL E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Valdirene Hessler Bredow.....256

CULTURA VISUAL: O MUNDO SOCIAL VISUALMENTE CONSTRUÍDO

AS VIDAS DA FOTOGRAFIA DE HUGH WELCH DIAMOND: DE FERRAMENTA
DIAGNÓSTICA A FONTE HISTÓRICA

Amanda Basilio Santos.....271

IMAGENS PARA A CIVILIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO DA
IMPrensa ERECHINENSE

<i>Angélica Rossi</i>	284
ONDE ESTÃO AS COISAS SELVAGENS: DO FILME À IMAGINAÇÃO DAS CRIANÇAS	
<i>Cassius André Prietto Souza</i>	298
ALMIRANTE TAMANDARÉ: SUAS AÇÕES EM MOMENTOS DE GUERRA AO TRANSLADO A RIO GRANDE/RS O DESTINO FINAL	
<i>Cosme Alves Serralheiro</i>	310
HISTÓRIAS ANIMADAS DE GOIÁS: UMA REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE NOS FILMES DE ANIMAÇÃO REGIONAL	
<i>Dustan Oeven Gontijo Neiva</i>	327
CULTURA VISUAL: O GÊNERO FEMININO NA PUBLICIDADE DA LIGHT & POWER (1930)	
<i>Helena de Araujo Neves, Ingrid Fabiola Gonçalves e Larissa Moreno de Souza</i>	344
NARRATIVAS DE SOBREVIVENTES: GEN PÉS DESCALÇOS E A RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E JAPÃO	
<i>Jéssica Jenifer Wessoloski</i>	357
O CARTAZ DE ATIVISMO COMO DISPOSITIVO IDEOLÓGICO: A IMAGEM FEMININA	
<i>Joana Luisa Krupp e Lúcia Bergamaschi Costa Weymar</i>	371
DA AMÉRICA LATINA PARA O MUNDO: ADAPTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO CULTURAL EM JANE THE VIRGIN	
<i>Josefina Maria Toniolo e Rosangela Fachel de Medeiros</i>	385
REPRESENTAÇÃO MENTAL DE CONCEITOS ABSTRATOS: UM DESAFIO PARA A AUDIODESCRIÇÃO	
<i>Marisa Helena Degasperi</i>	399

O MAGO: RELAÇÕES DE ATRAVESSAMENTOS VISUAIS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO
E SEUS RESULTADOS

Matheus Saraçol Folha e Nádia da Cruz Senna.....410

DESENHANDO A DIVERSIDADE: UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA

Nádia da Cruz Senna.....421

CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO: ESTUDOS CULTURAIS

“DOM QUIXOTE DAS ARTES”: UM OLHAR SENSÍVEL SOBRE A ARTE PÚBLICA DE
PAULO BATISTA DE SIQUEIRA

Adriana Carmen Brambilla.....431

PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM JAGUARÃO: O PROJETO JAGUAR

Alexandre dos Santos Villas Bôas.....445

DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR: UM ESTUDO DA CULTURA MATERIAL
ARQUEOLÓGICA ATRAVÉS DO CARÁTER ANTROPOLÓGICO

Amanda Daltro de Viveiros Pina.....459

CULTURA MATERIAL E ENCADERNAÇÃO: A RESTAURAÇÃO DE UM MANUSCRITO
DO SÉCULO XIX

Raquel França Garcia Augustin e Carolina Concesso Ferreira.....469

INVENTARIANDO O AXÉ: CONTROVÉRSIAS DAS ETAPAS DO INRC TERREIROS/DF

Eduardo Costa de Mancilha.....482

A RUA COMO LUGAR DE MEMÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A MARIA ANTÔNIA E A
ESTRADA DAS LÁGRIMAS

Fernando Santos da Silva e João Ricardo de Castro Caldeira.....498

A ALMA DOS OBJETOS: UMA ABORDAGEM BIOGRÁFICA E MEMORIAL DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS

Helen Kaufmann Lambrecht, Daniel Maurício Viana de Souza e Diego Lemos Ribeiro.....512

NOVOS OLHARES SOBRE UM VELHO HOSPITAL: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ

Helena Thomassim Medeiros, Juliane Conceição Primon Serres e Diego Lemos Ribeiro.....524

VOCA ME CUM BENEDICTIS. LECTURA HISTÓRICO-MEMORIAL DE LA SOCIEDAD DE PASSO FUNDO

Jenny González Muñoz.....538

A ETNOGRAFIA DA CULTURA MATERIAL DO POVO INDÍGENA OFAYÉ

Julia Falgeti Luna.....554

O PATRIMÔNIO MATERIAL E ARQUEOLÓGICO SOB O OLHAR DOS BENZEDORES DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES (RS)

Juliani Borchardt da Silva.....567

ARQUIVO GERAL DA FURG: PROMOVENDO A DIVULGAÇÃO DOS FUNDOS DOCUMENTAIS DESTA INSTITUIÇÃO

Maria de Fátima Cruz Corrêa.....581

BIBLIOTECA PÚBLICA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

Maurício José Morais Costa, Kláutenys Dellene Guedes Cutrim e Conceição de Maria Belfort de Carvalho.....594

A CIDADE DE MORRO REDONDO E SEUS PATRIMÔNIOS AFETIVOS

Milena Behling e Diego Ribeiro.....608

ABORDAGENS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL IMATERIAL
BRASILEIRO: O PROCESSO DE PERCEPÇÃO, AMPLIAÇÃO E REPERCUSSÃO.

Raildis Azevedo Avelino.....622

O CONSUMO DO MÁRMORE E A ATUAÇÃO DOS MARMORISTAS ITALIANOS EM
PORTO ALEGRE, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, ATRAVÉS DO CASO DE
LEONE LONARDI.

Regina Zimmermann Guilherme.....638

TERRA DOS MORTOS, LUGAR DOS VIVOS: O CEMITÉRIO SANTANA COMO
PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE GOIÂNIA (GO)

Mary Anne Vieira Silva, Daniele R. O. de Carvalho e Ruber P. A. Rodrigues.....650

RECEPTÁCULOS DO COTIDIANO: USO, DESUSO E REÚSO COMO CRIATIVIDADE
ADAPTATIVA

Tania Rajczuk Dombi.....667

#SOMOSTODOSIPHAN: MÍDIA E COMUNICAÇÃO NOS 80 ANOS DO INSTITUTO

Yara de Oliveira Diniz.....682

FRONTEIRA E CULTURA: ESPECIFICIDADES DAS CULTURAS FRONTEIRICAS

A INTRODUÇÃO DO COURO NO RIO GRANDE DO SUL

Juliana Porto Machado.....695

REPRESENTAÇÕES KADIWÉU: REGISTROS DE UMA PESQUISA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

Maria Angélica Chiang e Paulo César Antonini de Souza.....711

MÍDIA, CULTURA, MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES COMUNICATIVAS

PERFIL DO PÚBLICO DAS ARTES EM PORTO ALEGRE

Álvaro Santi.....727

OBSERVANDO A VALORAÇÃO EM ENUNCIADOS RESPOSTA EM CASOS SOBRE O RACISMO

Camila Franz Marquez.....743

DIRIGENTES DO PATRONATO RURAL GAÚCHO: TRAJETÓRIAS E CAPITAIS MOBILIZADOS NO JOGO DAS LUTAS POLÍTICAS

Felipe Ferrari da Costa, Regina Angela Landim Bruno e Marcos Botton Piccin.....753

AS REPRESENTAÇÕES DE LUIZ CARLOS PRESTES PELO JORNAL A FEDERAÇÃO (1924-1930)

Gilson Moura Henrique Junior.....768

ESPELHO, ESPELHO MEU: A (DES) CONSTRUÇÃO DA BELEZA NORMATIVA EM CANAIS DO YOUTUBE

Janaina Wazlawick Müller.....781

JORNALISMO DIDÁTICO NA CULTURA DA LINKAGEM: O PROCESSO DE ESCRITA COLETIVA HIPERTEXTUAL NO WIKINEWS

Jean Carlos da Silva Monteiro e Sanny Fernanda Nunes Rodrigues.....795

CHAPEUZINHO VERMELHO EM NARRATIVAS TRANSMÍDIA: UM CLÁSSICO EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA

Luciana Echegaray.....808

HOLLYWOOD VERSUS A UNIÃO SOVIÉTICA: NA FILMOGRAFIA DE SYLVESTRE STALLONE.

Maicon Alexandre Timm de Oliveira.....817

"OS DIAS ERAM ASSIM": IDENTIDADE, ESPAÇO, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO
REAVIVADOS PELA SUPERSÉRIE BRASILEIRA

Marcelo Seabra Nogueira Mendonça Lima e Márcia Manir Miguel Feitosa.....829

A DIGITALIZAÇÃO DESCENTRALIZADA DE ACERVOS HISTÓRICOS: FOTOGRAFIAS
DO MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA COMPARTILHADAS EM REDES
SOCIAIS NA INTERNET

Marina Gowert dos Reis e Juliane Conceição Primon Serres.....843

POLÍTICA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

INTERAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE: O FOMENTO À AGRICULTURA
FAMILIAR POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Marconi Severo, José Arlindo P. Souza Neto e Ronaldo Bernardino Colvero.....857

UM OLHAR SOBRE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO EM PELOTAS/RS: O
PLANO MUNICIPAL 2004 E 2017

Dalila Rosa Hallal e Dalila Müller.....868

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA: UM ESPELHO DA SOCIEDADE

Fernanda Paulo Marques.....881

FOTOGRAFIAS DO COLONIAL AO MODERNO NA CIDADE DE GETÚLIO VARGAS NO
SÉCULO XX E XXI

Patricia Lilian Mokfa.....895

HANNAH ARENDT: PLURALIDADE, AÇÃO E REPUBLICANISMO

Rossana Padilha.....908

O VANDALISMO NA SOCIEDADE E A INTERVENÇÃO DO ESTADO

Yasmin Prado de Oliveira.....917

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: ANALISANDO A CULTURA POR VARIADOS VIESES

PODER SOBRE O CORPO: A NORMALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO COMO EFEITO DO BIOPODER

Bruna dos Santos Leite.....927

UM LEVANTAMENTO TEÓRICO ACERCA DO SAMBA À LUZ DE NOÇÕES DO IMAGINÁRIO

Bruno Blois Nunes.....937

ITALIANOS NO RAMO DA HOTELARIA EM PORTO ALEGRE: O CASO DA FAMÍLIA DE FAVERI (1900-1922)

Egiselda Brum Charão.....946

PORTAL REDE MULHERES EMPREENDEDORAS: EMPREENDEDORISMO, CULTURA E IMAGENS DE SI

Eliane Davila dos Santos, Gislene Feiten Haubrich e Ernani Cesar de Freitas.....962

ESPAÇOS COMERCIAIS DE ARTESANATO: CULTURA E ARTE CONTRIBUINDO NA VIVÊNCIA CIDADINA

Gabriela Sousa Ribeiro e Beatriz Rodrigues Moreira.....975

AS TÉCNICAS CORPORAIS: CRUZAMENTOS ENTRE A CULTURA GAÚCHA E A ARTE DO ATOR-BAILARINO

Guilherme Conrad.....989

ACADEMICAMENTE POPULAR: A ATUAÇÃO DA ESCOLA DE BELAS ARTES NA TRANSFORMAÇÃO DO CARNAVAL DO RIO DE JANEIRO

Gustavo Pereira Assumpção.....1005

AFETIVIDADE, CONSTRUÇÃO DO GOSTO MUSICAL E CAPITAL SIMBÓLICO EM LUIS ALBERTO SPINETTA

Karin Helena Antunes de Moraes.....1015

MODA E TECNOBREGA: REFLEXÃO SOBRE APROPRIAÇÃO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DA ICONOGRAFIA DA FEIRA DO VER-O-PESO ATRAVÉS DA ESTAMPARIA NA MODA

Mariana Beatriz Marques Fernandes.....1026

PRODUÇÃO CULTURAL E TURISMO: COMO A INTER-RELAÇÃO DESSES SABERES ESTÁ PRESENTE NO DISCURSO DOS PRODUTORES CULTURAI

Priscila Gayer.....1036

AS LEITURAS DE EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS DE ALLEN GINSBERG SOBRE WILLIAM BLAKE, WALT WHITMAN E OS PENSAMENTOS ORIENTAIS

Suellen Cordovil da Silva e Luciane de Oliveira Correa.....1051

A CRIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA IDENTIDADE ITALIANO-BRASILEIRA

Vanessa Binotto.....1067

ARTE E SAÚDE MENTAL: EXPERIMENTAÇÕES SUBJETIVAS DE UMA OFICINA TERAPÊUTICA

Viviane Costa Rodrigues.....1076

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA: PROPAGADOR DA GASTRONOMIA LATINA COMO UM ASPECTO CULTURAL

Wynne Gonçalves Farias e Carlos Henrique Cardona Nery.....1086

LITERATURA, MÚSICA E FESTIVIDADES

DO “A” AO “Z”: A POÉTICA CONTRACULTURAL DA BANDA OS MUTANTES

Alexandre Saggiorato e Edemilson Antônio Brambilla.....1099

“NEGRA HERANÇA, RAIZ DO MEU CHÃO”: LEITURAS DE ÁFRICAS NOS DESFILES CARNAVALESCO (2017-2018)

Christian Gonçalves Vidal da Fonseca.....1113

A LEITURA DELEITE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Ellem Rudijane Moraes de Borba e Maristani Polidori Zamperetti.....1125

CÁGADA: O ESPAÇO E A REGIÃO IMAGINÁRIA

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues.....1136

OS JOVENS LEITORES E OS CONTOS DE FADAS: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Paulo Ailton Ferreira da Rosa Junior e Vania Grimm Thies.....1149

O HOMEM E OS LIVROS: OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LITERATURA DE HOWARD FAST

Rafael Belló Klein.....1163

“PICA PAU, BOB MARLEY E O CHAVES”: HIBRIDISMO E IDENTIDADE NO FUNK

Thales Reis Alecrim.....1177

GÊNERO E SEXUALIDADE: CONSTRUÇÕES NA E PELA CULTURA

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE MULHERES MILITANTES

Adriana Lessa Cardoso e Márcia Alves da Silva.....1190

GÊNERO E MIGRAÇÃO: O PROCESSO DE MIGRAÇÃO FEMININA DAS JOVENS
AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS

Caroline Tapia Bueno.....1199

A CRÍTICA FOUCAULTIANA À ELABORAÇÃO DE UMA “SEXUALIDADE INFANTIL
NORMAL”

David I. Nascimento.....1212

MASCULINIDADES PLURAIS: A PRODUÇÃO DE DESEJOS POR OUTROS HOMENS
MEDIADOS PELO APLICATIVO TINDER NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS

Diego Miranda Nunes.....1226

ARTE E GÊNERO – PEDAGOGIAS CULTURAIS EM FOCO

Fabiana Lopes de Souza.....1238

O QUE ESTARIAM ENSINANDO AS REPRESENTAÇÕES DE TRANSEXUAIS NA
REVISTA VOCÊ S/A?

João Carlos Amilíbia Gomes.....1249

GÊNERO E MASCULINIDADES: CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES EM FILMES
LATINO-AMERICANOS DO SÉCULO XXI

Joelma Ferreira dos Santos.....1263

HISTÓRIA DAS MULHERES NO FUTEBOL: NOTAS ACERCA DOS 20 ANOS DO
E.C.PELOTAS/PHOENIX

Juliano Oliveira Pizarro e Carmen Silvia de Moraes Rial.....1276

TERCEIRIZAÇÃO E GÊNERO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Lara Borin Campoli.....1289

A REPRESENTAÇÃO DOS HOMOSSEXUAIS NA MÍDIA IMPRESSA: VEJA E A EDIÇÃO DE 1993

Leonardo da Silva Martinelli.....1303

ARTE, GÊNERO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: QUESTÕES INICIAIS VERSADAS A PARTIR DO CONCEITO DE “INTELECTUAIS MEDIADORES”

Lislaine Sirsi Cansi.....1318

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E CELEBRIDADES: CORPO E SEXUALIDADE EM LADY GAGA

Luíza Betat Corrêa e Sandra Depexe.....1333

TECITURAS HISTÓRICAS: CORPO, SEXUALIDADE E SURDEZ

Márcia Beatriz Cerutti Müller e Denise Regina Quaresma da Silva.....1347

LA CONAMURI: RESISTENCIA DE MUJERES RURALES E INDÍGENAS EN PARAGUAY

Marco Enrique González Ramos.....1362

O MACHISMO QUE SE ESCONDE NO DISCURSO – A PERFORMANCE DE GÊNERO DE PARIS JACKSON E A MÍDIA SENSACIONALISTA

Mariana Vargas Gaudenzi e Otavia Alves Cé.....1374

IDENTIDADE DE GÊNERO E REPRESENTAÇÕES DE MINORIAS NO ROMANCE DO FUNDO DO POÇO SE VÊ A LUA, DE JOCA REINERS TERRON

Marilise Zibetti e Ana Paula Teixeira Porto.....1384

MULHERES LANEIRAS: A DUPLA JORNADA DE TRABALHO

Mirella Moraes de Borba.....1396

LADO A LADO: DESIGN DE ATIVISMO E O COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Rafaela Pereira de Azevedo e Lúcia Bergamaschi Costa Weymar.....1406

A PROTAGONISTA DE “JOGOS VORAZES” E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO POR MEIO DA LITERATURA

Renata Kabke Pinheiro.....1416

CONSTRUÇÃO CULTURAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CURSO DE DIREITO: ESTUDO DE UMA CHARGE

Rita de Araujo Neves, Márcia Alves da Silva e Maria Cecília Lorea Leite.....1428

DIÁRIOS FEMININOS: ESCRITAS DE SI NOS SÉCULOS XIX E XX ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Stela Schenato.....1442

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

REFLEXÕES ENTRE ARTE E CULTURA A PARTIR DA HISTÓRIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alessandra Gurgel Pontes e Maristani Polidori Zamperetti.....1451

“HARLEM RENAISSANCE” E A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NAS ARTES DOS ESTADOS UNIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Anderson Luiz de Mattos Cardoso.....1464

PIPOCA E EDUCAÇÃO: O CINEMA MERCOSULINO COMO FERRAMENTA PARA DESCOLONIZAÇÃO DO OLHAR

Ângela Srocynski da Costa, Alan Eduardo Saueressing e Rosângela Fachel de Medeiros.....1473

NARRATIVAS IGBO E O ENSINO DE HISTÓRIA DAS ÁFRICAS

Cadidja Assis Pinto, Marina Fernandes Gonsalves e Cláudia Mortari.....1484

RESTAURAÇÃO DE PAPEL: COMPARAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO A SECO

Carolina Letícia Nagata, Mariana Schneider Moyses e Raquel França Garcia Augustin.....1497

O CAIÇARA SILVANO LEDO, O “PASSARINHO” E A FOLIA DE REIS NA PRAINHA BRANCA EM GUARUJÁ

Daniel Alves dos Santos.....1509

A INTERDISCIPLINARIDADE E A INTERCULTURALIDADE NA ETNOASTRONOMIA: CUARACY RA’ANGABA – O CÉU GUARANI

Débora da Silva Margoni Barbian e Luciano Barbian.....1517

PARA-FORMAL NA QUEBRADA: RUA PROFESSOR JAIME

Humberto Levy de Souza.....1530

AS FUNÇÕES DA MULHER REPRESENTADAS EM CARTILHAS E PRÉ-LIVROS GAÚCHOS (1948-1977): DO LAR À SALA DE AULA

Indiara Gaia da Silva.....1541

RESGATE DOCUMENTAL COMO FORMA DE PROTEÇÃO MEMORIAL DA CULTURA KAINGANG DA TERRA INDÍGENA GUARITA

Jaílson Bonatti, Jeanice Rufino Quinto e Cláudia Battestin.....1555

OBJETOS BIOGRÁFICOS: A ROUPA COMO DISPOSITIVO DE EVOCAR A MEMÓRIA

Joana Schneider e Juliane Conceição Primon Serres.....1569

COTIDIANO E CIDADE: UM OLHAR A PARTIR DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS

Joanna Munhoz Sevaio.....1581

AS AÇÕES PEDAGÓGICAS SOB OS JOVENS COM BASE NA FORÇA SOCIAL DA
MARINHA EM RIO GRANDE/RS (1998-2017)

Laryssa Celestino Serralheiro.....1591

AS LEMBRANÇAS DE BATISMO COMO ARTEFATOS DA CULTURA ESCRITA:
MODIFICAÇÕES E PERMANÊNCIAS ENTRE GERAÇÕES POMERANAS

Leticia Sell Storch.....1605

PRODUÇÃO E DIFUSÃO VIDEOGRÁFICA COMO MECANISMO DE AÇÃO ZAPATISTA

Luciana de Paula Freitas.....1620

A (IN)VISIBILIDADE DA VOZ TRANS* FRENTE À JUSTIÇA, O ESTADO E A
SOCIEDADE

Lucimary Leiria Fraga e Luis Carlos Rosa.....1632

ARLINDA NUNES: PROTAGONISMO FEMININO NA CENA ARTÍSTICA PELOTENSE

*Luiza Alves de Macedo Tavares, Eduarda Gonçalves Schuster e Nádia da Cruz
Senna*.....1645

A CULTURA ESCOLAR E A HORTA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Maiara Moreira Berdete e Eduardo Barbachan Dubreuilh Borba.....1655

MEMÓRIA E ARTE NO MUSEU: O CASO DO MUSEU DE MORRO REDONDO – RS

Marcos Roberto Silva de Souza e Miriã da Mota Manoel.....1665

A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL INDÍGENA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE DO
DOCUMENTÁRIO “BICICLETAS DE NHANDERÚ”

Mariana Madruga Bianchini e Stéfani Dias Leite.....1676

JUSCELINO KUBITSCHECK: BELO HORIZONTE (1940-1945)

Matheus Abreu do Rosario.....1690

CONTO E DITADURA MILITAR BRASILEIRA: LITERATURA CONTRA A VIOLÊNCIA <i>Mathias Paulus Link e Luana Teixeira Porto</i>	1699
ARQUÉTIPOS ATEMPORAIS EM “A IMPERATRIZ” <i>Mirna Xavier Gonçalves</i>	1708
ASCENSÃO DE PAUTAS DA DIREITA E SEUS REFLEXOS NA PRÁTICA E PROFISSÃO DOCENTE <i>Nathália Neves de Souza e Júlio de Anello Balbela</i>	1722
A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM LIVROS DIDÁTICOS GAÚCHOS (1940-1980) <i>Nathalie Rosário Jardim</i>	1735
SONETOS DE JUANA INÉS DE LA CRUZ EM PORTUGUÊS: DIFICULDADES E SOLUÇÕES TRADUTÓRIAS <i>Nathaly Silva Nalerio Gomes</i>	1745
IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA FURG <i>Rogério Soares</i>	1760
ANÍSIO TEIXEIRA E A UDF: A UNIVERSIDADE SONHADA <i>Ruana Perla Motta de Siqueira</i>	1768
A IMAGEM FEMININA ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS DE NAN GOLDIN E FRANCESCA WOODMAN <i>Vanessa Cristina Dias e Cláudia Mariza Mattos Brandão</i>	1780

MARGENS: ENTRE A ANTROPOLOGIA VISUAL E O FAZER DOCUMENTÁRIO

Wagner Previtali e Louise Prado Alfonso.....1792

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos a reunião final dos textos dos trabalhos apresentados durante o I Congresso Internacional de Pesquisa em Cultura e Sociedade, promovido pelo Instituto Conexão Cultural, CLAEC, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas.

O I Congresso Internacional de Pesquisa em Cultura e Sociedade (I CIPCS), cuja a temática foi “Fenômenos de pluralidades, circularidades e hibridismos culturais no amálgama social”, teve como objetivo principal promover o intercâmbio de pesquisas com focos em estudos culturais, e seus variados fenômenos sociais, reunindo profissionais oriundos de diversas áreas das humanidades, pois, cultura é, por si só, um conceito multidisciplinar. Hodiernamente, tais fenômenos culturais podem acabar minorados dentro dos espaços acadêmicos, embora o tema da Cultura seja muito debatido, de modo que o CIPCS buscou fornecer um espaço frutífero de debate aos estudos culturais, possibilitando o aprofundamento das pesquisas acadêmicas, valorizando a diversidade cultural. Muito se vem discutindo na área das Ciências Humanas e Sociais em busca da definição e da abrangência da cultura e suas bifurcações. Deste modo, tendo consciência deste debate ainda em andamento, buscamos proporcionar, por meio do evento, um espaço que permita ampliar e aprofundar as noções que cercam este tema, tão importante para a vida contemporânea, onde a cultura encontra-se imersa em um rápido contexto de globalização, por isso, sendo tão fulcral sua compreensão nas mais variadas manifestações apresentadas nos meios sociais. Desta forma, busca-se identificar elementos capazes de permitir o aprofundamento metodológico da reflexão do entendimento de cultura e dos fenômenos que a envolvem, por meio da exposição e debate de pesquisas empíricas que se coloquem na interface de variadas áreas do saber. Ambicionou-se também estimular e consolidar redes de pesquisa em estudos culturais, permitindo, entre outras coisas, a consolidação de novos Grupos de Pesquisa, articulando aspectos interdisciplinares ou multidisciplinares, buscando reflexões ampliadas a respeito dos fenômenos culturais e dos estudos voltados para a sociedade.

O evento, em sua primeira edição, alcançou um público maior do que o previsto na elaboração do projeto. Apenas na categoria de comunicadores, recebemos ao todo 386 inscrições, sendo apresentados um total de 258 trabalhos durante as três manhãs do evento. Como ouvintes, não contando o público de entrada livre, tivemos um total de 126 presenças confirmadas em 75%

das atividades do evento; nos quatro minicursos ofertados pelo evento, obtivemos um público total de 66 pessoas. O público foi formado por pessoas de toda a área nacional, incluindo Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Argentina, Uruguai, etc... Recebemos também comunicadores estrangeiros, incluindo pessoas da América Latina e da Universidade de Porto, incluindo discente da Università Per Stranieri Siena. Os 11 Simpósios Temáticos, os 4 mini-cursos e as 2 conferências e a mesa-redonda foram palco de muitos debates e discussões a respeito das inovações na pesquisa voltada aos estudos culturais e sociais, e de como as mesmas vem sendo trabalhadas por autores nacionais e estrangeiros, sendo efetuadas trocas significativas entre variados campos do conhecimento desenvolvido pela acadêmica, incluindo abordagens em desenvolvimento nas humanidades, incluindo cultura visual e material, com estudos inovadores com utilização de fontes midiáticas.

Os trabalhos que integram esta edição, conforme pode ser verificado ao aventurar-se pelo sumário, são de variadas naturezas, o que muito agrega a nossa visão de fenômenos culturais na contemporaneidade: são temas pertinentes e condizentes com as discussões atuais em torno da cultura, de políticas identitárias e de fenômenos urbanos e patrimoniais. Desta forma, esta publicação é um produto que dialoga diretamente com as demandas sociais que encontram voz nas pesquisas desenvolvidas no ambiente acadêmico, mas que não são delimitadas pelos muros universitários.

Gostaria de encerrar esta apresentação, agradecendo a todos que de algum modo participaram da primeira edição do CIPCS. Seja contribuindo com suas pesquisas, participando e fomentando os debates, assim como a toda a equipe que tornou possível a realização do evento. Agradecemos especialmente a FAPERGS, pelo financiamento que permitiu a qualidade de nossa proposta. Em nome de toda a Equipe CIPCS, desejamos uma ótima e proveitosa leitura, e esperamos que possamos continuar as discussões iniciadas em 2018 em nossa próxima edição.

Amanda Basilio Santos
(Comitê Organizador)

ANISIO TEIXEIRA E ARTHUR RAMOS: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

ANISIO TEIXEIRA Y ARTHUR RAMOS: APROXIMACIONES Y LLEGADAS

*Profa. Dra. Adir da Luz Almeida
Profa. Adjunta - UERJ
adirluz@gmail.com*

RESUMO

A pesquisa busca tecer diálogo de aproximações e afastamentos entre dois intelectuais do início do século XX, envolvidos em diversos embates por educação pública, na capital da República do Brasil. Ambos elegeram a educação como vetor de modernização na “nação” e a cultura como mola propulsora da população, fatores de inclusão e ascensão social. O desafio que nos impusemos, considerando as tensões do período e as redes de sociabilidade de então, nos faz caminhar em “terreno movediço”. Como construir a nação plena de “modernidade” e “progresso”? A geração de intelectuais que se encontrou na Cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1930, tentou responder com ações práticas esta pergunta. Nos detalhes, ao entrelaçar saberes, vamos entender o projeto de Anísio Teixeira e Arthur Ramos. Aproximam-se ao conceber o espaço urbano do Distrito Federal sob a lente do avanço civilizador, se afastando quanto a noção de cultura. O “avanço civilizador”, dentro da representação circulante no período, tem o sentido de tirar o país do que era considerado “obscurantismo”; “crenças irracionais”. Confiantes no poder científico, para garantir o avanço da sociedade como um todo, exercem o poder, que o saber lhes confere, de maneira persuasiva ou impositiva.

Palavra-chave: educação; cultura; nação.

RESUMEN

La investigación busca hacer aproximaciones y llegadas diálogo entre dos intelectuales de principios Del siglo XX, em vários choques por La educación pública, em la capital de la República de Brasil. Ambos eligieron La educación como um vector de modernización de la “nación” y la cultura de la población, factores que impulsan la primavera de inclusión y ascenso social. El reto que nos propusimos, dado las tensiones de la época y las redes de sociabilidad, nos hace caminar em “terreno inestable”. Cómo construir una nación llena de “modernidad” y el “progreso”? La generación de intelectuales que se reuniern em Rio de Janeiro, em los años 1930, intento responder com acciones prácticas. Em los detalles, para se entrelazan conocimientos, vamos a entender el proyecto de Anísio Teixeira y Arthur Ramos. Acercamiento al diseño del espacio urbano del Distrito Federal bajo la lente del avance civilizatório, ausente como la noción de cultura. El “avance civilizatorio”, em la representación actual em el período, cuenta com la dirección del país que era considerado “oscurantismo”; “creencias irracionales”. Confianza em el poder científico, para asegurar el avance de la sociedad como um todo, ejercicio del poder cuyo conocimiento da manera ellos, persuasión o la imposición.

Pallavras-clave: educación; cultura; nación.

Introdução

Nosso objetivo nesse texto é dialogar com as aproximações e afastamentos teóricos entre dois intelectuais do início do século XX, Anísio Teixeira e Arthur Ramos. Suas “filiações teóricas” não os impediu de travar, juntos, embates por educação pública na capital da República do Brasil.

Ao apresentá-los estaremos, ao mesmo tempo, produzindo como possibilidade a leitura de intelectuais que elegeram educação como vetor de modernização da “nação” e a cultura como mola propulsora de fatores de inclusão e ascensão social para população em geral. Participaram de variados círculos sociais e políticos, agindo em redes de sociabilidade para transformar em ação seus ideais de uma educação pública para todos.

As ações desses intelectuais, ao considerarem a escola como lugar estratégico para suas ações, produziu o desafio de percebê-los numa visão dinâmica e não mecânica das relações que estabeleceram entre si, suas atuações sociais e suas posições teóricas. Procuramos nos afastar dos movimentos binários ao tecer aproximações e afastamentos teóricos encontrados, no decorrer do trabalho investigativo.

A História dos Intelectuais

Os estudos sobre intelectuais ficaram por algum tempo no “limbo” dos trabalhos historiográficos. Jean- François Sirinelli no livro “Génération intellectuelle (Khâgneux et Normaliens dans l’entre- deux- guerres)”¹ ao estudar a trajetória, a rede de sociabilidade da geração francesa entre-guerras, aborda a delicadeza dessa temática na historiografia.

Em “Por uma História Política”, Sirinelli chega a dizer que o lugar da história dos intelectuais é “o ângulo morto”.

Na historiografia dos atores do político, os intelectuais ocupam indiscutivelmente (e) um lugar à parte. Se observarmos mais de perto, de fato, amplos setores da história política foram revivificados por pesquisas realizadas nas últimas três décadas, e para as quais o problema de essência (que) é uma questão de existência aos olhos da comunidade científica que, por razões complexas, durante muito tempo lhes negou um status pleno na chamada história nova. Um olhar retrospectivo sem preconceitos sobre essas pesquisas mostra que a estrada percorrida já é longa e que o caminho, no final das contas, foi frutífero. Em compensação, no que se refere à história dos intelectuais, um olhar pelo retrovisor não traz grande proveito (SIRINELLI in RÉMOND, 2003: 233)

¹ - Livro publicado pela Librairie Arthème Fayard, em 1988.

Problematizar um projeto educacional chefiado por um intelectual – Anísio Teixeira – envolvendo, na discussão, seu itinerário, sua geração, cria dificuldades para o pesquisador. Integrar as vias escolhidas e estar em estado de alerta, pois

todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o [pesquisador] não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI in RÉMOND, 2003: 248)

Aproximar-se, estranhar, compreender um conjunto não uniforme de experiências, acredito ser o lugar ocupado pelo pesquisador, buscando detalhes e facetas de um objeto tornado objetivo de sua ação de pesquisa.

Anísio Teixeira e Arthur Ramos e suas lutas por educação

Quem foram esses homens? De onde vieram?

Anísio Spindola Teixeira foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930. Nasceu em 12 de julho de 1900, Caetité, Bahia. Morreu em março de 1971, Rio de Janeiro. Arthur Ramos Pereira de Araújo nasceu em Pilar (atual Manguaba) em 1903, nas Alagoas. Morreu em Paris, em 1943, como 1º Diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, com a idade de 46 anos. Fez os estudos primários na cidade natal, o curso secundário em Maceió e o de Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia.

Ambos são típicos representantes de uma época e da intelectualidade de então. Família abastada, envolvida com grupos políticos, nordestinos que, após começar sua vida pública no Nordeste, vêm para a Capital da República na época: a cidade do Rio de Janeiro.

A geração de intelectuais, com formações diversas e concepções teóricas diferenciadas, que se encontrou na Cidade, nos anos de 1930, tentou responder com ações práticas a pergunta: como construir a nação plena de “modernidade” e “progresso”, articulada ao mundo considerado moderno.

Por que a geração de 1920/1930 nos atraía tanto? ²Pela palavra “geração”. Não era um ou outro personagem, ainda que alguns tenham permanecido com muita visibilidade e outros, entre os quais Arthur Ramos se encontra, tenham sido “esquecidos”. Podemos citar os irmãos

2- Ed. INEP, 2004

Sussekind (particularmente Edgar), Paschoal Leme, Armanda Alberto Mendonça, Anna Amélia Carneiro, Roquette Pinto, entre outros.

O que os unia? Resposta a essa pergunta encontramos obra “Memórias”² de Paschoal Leme quando afirma que mesmo não vendo da mesma maneira o papel social da escola, viam a escola como um lugar estratégico.

Teixeira e Ramos concebem sua inscrição no espaço urbano do Distrito Federal sob a lente do avanço civilizador, se afastando teoricamente quanto à noção de cultura. O “avanço civilizador”, dentro da representação circulante no período, tem como sentido tirar o país do que era considerado “obscurantismo”; “crenças irracionais”. O conceito de “cultura” é central nos debates e nos desafia a mudar a “lente” do olhar para perceber as nuances dos efeitos produzidos junto às escolas as reflexões teóricas e ações.

Eram recorrentes os debates na compreensão do país “mestiço” – conceituação no mínimo ambígua - em torno da qual coexistiam e, muitas vezes, se confrontavam concepções de cunho pessimistas ou otimistas em relação ao futuro do país, balizadas pelas mesmas características “mestiças”. O conceito de cultura está presente permanentemente, carregado das diferentes compreensões que o impregnam.

Arthur Ramos, cujo interesse maior está ligado à criação da Associação Brasileira de Antropologia, da qual se torna membro fundador, escreve o texto “Conceito Antropológico de Cultura”, publicado na Revista Educação da ABE, nº 22, de outubro de 1948, onde aborda os diversos significados que, para ele, encharcam o conceito. É a escrita de um intelectual na sua maturidade, tendo suas reflexões teóricas passado por inflexões e deslocamentos.

O termo “cultura” já vem de longa data, mas seus significados assumiram valores diferentes de acordo com a posição dos que o empregavam. [...]. Por outro lado, os preconceitos historicistas deram às nações ou estados que elevou a cultura dos seus cidadãos a um grau de esplendor, o epíteto de nações “civilizadas”. [...]. Os enciclopedistas fizeram da “civilização” a antítese do feudalismo e esse etnocentrismo ou culturocentrismo foi o responsável pelos significados especiais que teve a expressão “civilização”, como exprimindo as formas especiais da cultura no mundo ocidental. Civilisation para os franceses como Kultur, para os alemães, assinalavam uma forma de sociedade contrária a “barbárie” dos povos selvagens ou “naturais”. [...]. Este conceito de “civilização” foi à consequência da europeização ou ocidentalização do mundo, quando o eixo de referência dos valores humanos e sociais se transplantou para as nações típicas da Europa (1948:3).

Na trajetória acadêmico-política de Anísio Teixeira, este sai da Bahia para o Rio de Janeiro e dessa cidade aos Estados Unidos, onde vai estudar e conhecer o sistema educacional, influencia fortemente o pensamento político e teórico de Anísio. Particularmente e atraído pelo pensamento de John Dewey, que o coloca como o mais importante tradutor e divulgador de sua

obra. Não se apega ao modelo americano de maneira exclusiva, mas o considera importante, avançado, e com essa base vai implementar o projeto anisiano junto à educação pública da capital do país.

Arthur Ramos tem sua formação em sintonia com o pensamento europeu, particularmente o alemão, com centralidade no conceito de cultura. Sua erudição, domínio de 3 idiomas, além da língua materna, entre os quais o alemão, o coloca em contato direto com obras não traduzidas em português.

Contudo, diferenças teóricas não se tornaram impedimento para que Anísio na correspondência dirigida a Arthur Ramos, por ocasião da publicação do livro *A Criança Problema*, em 1939, (ambos já retirados de seus cargos pela política do Estado Novo de Getúlio Vargas), saudando seu antigo colaborador, pela iniciativa materializada no livro, de transmitir às futuras gerações a experiência levada a efeito, a partir de 1934, na chefia do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental: “Quando o estudioso de 1980 procurarmos saber o que se fez na década de 30-40 deter-se-á assombrado diante de sua obra. Você é um dos poucos, entre nós, que está realmente trabalhando no futuro.” (TEIXEIRA apud RAMOS, 1947: 9)

Como as demais personagens da rede de sociabilidade que se produz na capital da República em torno da Escola Nova, capitaneada por Teixeira, eram confiantes no poder científico para garantir o avanço da sociedade como um todo, tendo a certeza de que sem educação para todos não haveria “civilização”.

Intelectuais no torvelinho de seu tempo

O conceito de “civilizado”, aqui utilizado para apresentar as concepções dos intelectuais em tela sobre o conceito de cultura, tem como base Norberto Elias, em seu livro “O Processo Civilizador”, em que, no primeiro volume, discute a diferença valorativa entre civilização e cultura, tendo como pano de fundo a sociedade alemã, para quem kultur era tido como aspecto central, e a sociedade francesa para quem civilization (civilizado) tinha lugar central nas modificações sociais que se processavam.

A partir das diferenças entre matrizes teóricas, vemos surgir “higiene”, “cultura”, “civilizado” com frequência. Ora como sinônimos, ora como antagônicos, ora como necessidade premente da sociedade brasileira avançar a patamares considerados “adequados” para fazer parte da modernidade industrial. O país arcaico e o país moderno confrontam-se através de sua elite política e intelectual. Nunes (1994), retomando Daniel Pécault, afirma que:

este legado foi construído tanto pelo pensamento autoritário quanto pelo pensamento político de esquerda. Em que pesem as diferenças dessas duas vertentes, os traços fundamentais que elaboraram das classes populares urbanas forjaram uma imagem que apresenta, pelo menos, três características básicas: a heterogeneidade da sua composição, fator impeditivo de qualquer construção ordenadora sobre sua identidade (seja do ponto de vista da nação ou da revolução); o efeito nefasto dessa heterogeneidade sobre a capacidade de ação prática coletiva popular, a exigir uma intervenção de fora, que organizasse a sua dispersão e, finalmente, a falta crônica de aptidão deste povo para a coletividade, já que os grupos que o compunham eram não só carentes de integração entre si como com outros grupos da sociedade. Esta reflexão marcou uma forma de perceber as classes populares urbanas e suas práticas culturais, que parecem obstáculos sociais e políticos. (186)

Toda crença fala de um presente que não satisfaz e aponta para a promessa de um futuro que pode ser melhor. Nesse movimento as escolas passam a ser vistas como lugar estratégico de acesso ao conjunto da população, espaço potencializador das possibilidades de mudanças sociais e culturais mais amplas e, ao mesmo tempo, de controle da ordem social.

Qualquer paradoxo traz em sua base algo de profundo; intraduzível pelas palavras; demonstra a complexidade do humano; o processo socializador no qual os homens estão mergulhados; manifestações das relações transversalizadas por diversos sentidos do viver.

Ao longo de tudo isso, corre o fio condutor das “coisas profundas”, a busca de uma história total do poder, em todas as suas formas e com todos os seus instrumentos. Uma história de poder na qual este não esteja nem separado de suas bases rituais, nem privado de suas imagens e de suas representações. (LE GOFF in BLOCH, 2005: p.36).

Sabendo que não há datas redondas no fazer historiográfico, 1930 não foi um ano comum. No rastilho do final do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX, este ano anuncia-se como o momento de tornar concreto um projeto de “unidade nacional” em vários campos. A chamada Revolução de 1930 acende “luzes” de esperança de que a partir daquele momento, finalmente, o Brasil ingressaria na tão sonhada “modernidade”.

Era uma República ainda jovem que não se constituía, para os brasileiros, que tinham sobre si a representação de “esclarecidos”, uma “nação” moderna e civilizada. Na incessante busca em tornar o Brasil um país moderno, civilizado, as posições confrontavam-se, visões de impossibilidade e de possibilidade desse feito devido às suas dimensões intercontinentais, às “raças” que o constituíam e à “mistura” das mesmas. .

A tensão entre o que era considerado como “obscurantismo” e como “moderno” está presente. Visto ou vislumbrado de forma difusa, o “povo” passa a ser razão e objeto de ações que para além de se pretendem salvadoras, vêm-se como formadoras da “alma” da população, almejando produzir novas formas pensar, sentir, viver a vida em sociedade.

O ideário educacional está, também, no centro da ebulição de 1930, tomando a forma de escolarização institucionalizada – a escola – em um sentido profundo, político, onde os desacordos e afastamentos teóricos não serão força política impeditivas de tornar nacional o projeto educacional cujas experiências desenvolvidas, em vários estados, ficaram no âmbito regionalizado.

Um projeto unificador como, talvez, só encontremos similaridade no próprio projeto jesuítico. Marta M. Chagas de Carvalho, ao analisar a atuação de Fernando Azevedo, diz:

o processo de unificação não é, apenas, ação narrada; é o agente e o sentido da ação... Em bravura e capacidade de sintetizar o sentido do processo, a ele só se equipara um seu homólogo, os jesuítas” (p.334). Notamos a influência destes professores que lutaram por renovação: “quando o movimento de renovação educacional toma para si, na década de 20, tarefa jesuíta de unificação nacional (CARVALHO, 2005: 336).

Havia, porém, um claro descompasso entre as representações que os intelectuais tinham do “povo” e como “ele” se via e pensava. Se os primeiros, de certa forma, buscavam a homogeneização do diverso, este se mostrava na forma de uma multidão rebelde³ espalhada pelos diversos bairros da cidade. Era necessário “civilizá-la”. Nesse desencontro de representações é produzido o que não foi, até os dias de hoje, desconstruído, permanecendo como substrato nas relações escola, família e comunidade: o mito da incompetência popular.

O Distrito Federal à época – Rio de Janeiro – deveria cumprir seu papel de cidade irradiadora, para todo o país, de avanços urbanísticos, culturais, de saúde pública e, claro, educacionais. Mil novecentos e trinta é, também, o “ano mítico” das possibilidades políticas para mudanças sociais mais rápidas, antecipadas pelas intervenções já ocorridas em várias áreas: Reforma Pereira Passos modernizando a cidade tendo como exemplo Paris; as Campanhas de Saúde Pública levadas a cabo por Oswaldo Cruz, desencadeando a Revolta da Vacina; as gestões na educação de Antonio Carneiro Leão e Fernando Azevedo.

Para substituir Fernando Azevedo à frente da Diretoria de Instrução Pública, o Prefeito Pedro Ernesto Batista, sucessor de Adolfo Bergamini na interventoria do Distrito Federal (DF), nomeia Anísio Spíndola Teixeira. Ainda que “desconhecido” da “elite intelectual” do Rio de Janeiro, como aponta Paschoal Leme em suas Memórias:

A 15 de outubro de 1931, Anísio Teixeira assumia o cargo de diretor da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal. Hermes Lima, seu coestadano e companheiro desde os bancos escolares do ensino primário [...] revela que a nomeação de Anísio deveu-se à indicação do ministro Temístocles Cavalcanti,

³ Clarice Nunes no texto A Escola Reinventa a Cidade analisa o ideal civilizador da multidão rebelde no Rio de Janeiro da década de 30 do século XX.

[...] líder intelectual prestigioso da Revolução, pois Pedro Ernesto não tinha maiores ligações com os meios educacionais do País. Com as referências recebidas e depois, no diuturno contato pessoal com Anísio, durante sua administração, as relações entre os dois se estabeleceram numa base mútua de apreço e confiança e se aprofundaram e fortaleceram cada vez mais durante quase cinco anos em que Anísio Teixeira teve a responsabilidade de dirigir os serviços de educação da capital da República.

Sem qualquer exagero, pode-se afirmar que, naquele 15 de outubro de 1931, ia iniciar-se no Rio de Janeiro, a mais criativa, corajosa e também controvertida administração de ensino como jamais se verificara no País. E isso se deu, não somente em razão das qualidades pessoais, de temperamento e de formação cultural e técnica do novo diretor, como também pelo conturbado momento histórico vivido pelo País e pelo mundo, no período em que se desenvolveram as atividades de Anísio Teixeira no Distrito Federal.

É certo que as duas administrações anteriores, a de Carneiro Leão e, especialmente, a de Fernando de Azevedo (1927-1930), que introduziu radicais transformações na estrutura da administração e na organização e na orientação do ensino na capital da República, facilitaram extraordinariamente a ação de Anísio Teixeira. (204: 178)

Carismático, aglutinador, Anísio Teixeira organiza ao seu redor um grupo de “homens de ciências”. A expressão “homens de ciências” é largamente utilizada e analisada por Lilia Moritz Schawarcz, no livro “O Espetáculo das Raças”, no movimento de produzir e tornar conhecido esse grupo de homens e mulheres cuja tarefa primordial era, através de suas ações, tirarem o país do “atraso” reinante. A autora traça sua pesquisa e suas análises, discutindo as doutrinas raciais, com foco nos Museus (Museu Nacional ou Real, o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi) e nos Institutos Históricos e Geográficos (IHGB, o Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, o Instituto Histórico e Geographico de São Paulo). Analisa, também, disputas políticas as Faculdades de Direito (Recife, São Paulo) e Medicina (Bahia).

Artur Ramos é oriundo da Faculdade de Medicina da Bahia e, ainda hoje, produções acadêmicas o colocam diretamente ligado às idéias de cunho racistas de Nina Rodrigues, simplificando não só as pesquisas em torno da produção intelectual e lutas políticas de Nina Rodrigues, como, também, as análises em torno das figuras intelectuais de Afrânio Peixoto e Arthur Ramos. Os três estudaram a questão racial, a mestiçagem, as questões étnicas na formação da “nação” brasileira. Há, porém, nuances e inflexões nas reflexões que apresentam. Os três têm um lugar que os une: A Faculdade de Medicina da Bahia como alunos e/ou professores.

Arthur Ramos, como outros de sua geração, é fruto, herdeiro, resultado desse momento e dos diversos interesses, dos “ciúmes”, dos embates políticos e teóricos que estavam em jogo. Sua posição de não negar sua “origem” geracional; de ver em Nina Rodrigues o representante

maior de uma fase importante na Antropologia; de discordar, mas não romper com Afrânio Peixoto; suas contradições teóricas acarretaram incompreensões posteriores.

Antes de serem intelectuais que pensavam o Brasil, eram homens agindo no seu tempo vivido. Esse encontro geracional que tem seu apogeu em 1930, de certa forma, acabou produzindo para si mesmo a figura mítica do “herói”. E o “herói”, assim como o “vilão”, sempre obscurece o homem que na sua humanidade não é um, nem outro.

No bojo da efervescência de então, é que vamos entender o projeto que buscou implantar, dentro do projeto anisiano para educação, Arthur Ramos, ao ficar encarregado da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental (SHOM), o qual seria o primeiro Serviço desse tipo a ser levado dentro de escolas públicas. “Cabe ao nosso Serviço a prioridade do reconhecimento oficial da instalação de clínicas de higiene mental nas escolas públicas do Rio de Janeiro” (RAMOS, 1951: XIX).

Arthur vai, neste momento, debruçar-se sobre seu segundo tema de interesse (o primeiro seria a questão do negro): a criança-problema, dando ênfase à ótica ambientalista e culturalista, colocando no centro das preocupações a família e as condições de vida das crianças.

Na implantação do pensado e planejado é necessário esquadrihar a cidade, disciplinar os corpos, civilizar as almas e para isso a entrada nos “lares”, particularmente “os lares pobres”, se foi vista por seus moradores como uma “invasão”, é uma “invasão” “justificada”, pois significa implementar um “trabalho social no bom e legítimo sentido da expressão (CORREA, 1982: 236).

As ações são vistas como violentas, porém seu objetivo é pleno de “nobreza”: fazer com que os indivíduos produzam novas subjetividades incorporando novas atitudes. Ser “civilizado” é possuir “valores materiais e simbólicos” que se coadunem com o que há de mais avançado em termos sociais, culturais, políticos, educacionais. Ser civilizado é superar “crenças” consideradas “irracionais”⁴ e *habitus* de viver considerados anti-sociais, creditados aos indivíduos como escolhas pessoais. Civilização e domesticação funcionam como sinônimos, na maioria das situações; mas seria ilusório de nossa parte acreditar que situações de resistência não ocorreram.

⁴ Utilizo a noção de “irracionais” entre aspas, considerando que os intelectuais nas suas pesquisas a utilizam no contraponto ao “pensamento racional”, considerado adequado e legítimo. “Irracional” cumpre, também, o lugar de adjetivo desqualificador.

Os intelectuais Anísio Teixeira e Arthur Ramos envolvidos nas dinâmicas de seu tempo, agindo dentro da rede de sociabilidade intelectual cujos participantes disputavam territórios de poder, aproximando-se e afastando-se no que concerne ao conceito de cultura, ambos agindo de maneira preventiva e corretiva.

Para continuar pesquisando

No período pesquisado a intelectualidade colocou, uns mais que outros, seus nomes na história social e política do país, e, nesse grupo. Teixeira e Ramos produziram uma representação de si, reforçada pelo grupo de intelectuais com os quais teceram suas redes de sociabilidade.

Que lugar social o intelectual ocupa e quem pode ocupá-lo? Quem era considerado intelectual, tanto no início do século XX? Quem é o intelectual na primeira década do novo milênio?

Examinando as motivações da busca pela implantação do projeto escola-novista na década de 1930, foi necessário ter em conta a necessidade de apreender processos e sujeitos múltiplos dentro do projeto geral. Os sujeitos desses processos vividos cotidianamente são os considerados, socialmente, intelectuais na Capital da República. Construindo, analisando, as relações com o período, fiz escolhas.

Creio que o historiador tem o direito, e talvez o dever, de se envolver com seu assunto [...]. Mas deve, como todo homem de ciência, ainda que se trate de uma ciência tão particular e tão conjectural como a história, permanecer do lado de fora daquele que é antes um objeto, o objeto de seu estudo. O historiador não é um juiz (LE GOFF, 2002:787).

A intenção foi trabalhar a fala suspensa nos diálogos onde “estratégias” e “táticas”, no sentido certoniano, pudessem ser percebidas.

As bagagens de memória pessoal e social se multiplicam na partilha, apuram detalhes na narração, ganham foco caleidoscópico na associação, e nem assim esgotam o acervo com que o sujeito lida, pois museus, bibliotecas, cinematecas, prédios, academias, universidades, cidades, imagens e normas muitas vezes são formas de memórias institucionalizadas, cuja rememoração está sob controle social rígido. Estas memórias se tornam muitas vezes sagradas e alienam-se do cotidiano dos sujeitos, embora mantenham seu valor intrínseco (YUNES in NUNES, 2003: 22).

Anísio Teixeira e Arthur Ramos fizeram, respectivamente, da Diretoria de Instrução Pública e do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental lugares da sua “cordialidade”. “Cordialidade” no sentido utilizado por Sergio Buarque de Holanda, no livro Raízes do Brasil. O “homem cordial” como um modo de ser brasileiro é capaz de gestos extremamente

sentimentais e cruéis. Aparentemente opostos, encontraríamos os “sentimentos” nos mesmos sujeitos, expressando-os nas práticas.

Logo não podemos reputar a Anísio Teixeira e Arthur Ramos um viés unicamente autoritário ou unicamente sentimental. Não foi desconstruído o “mito da incompetência popular”, substrato presente, até os nossos dias, nas ações participativas e na relação com a população empobrecida.

A força do “mito” não está no seu poder de “verdade”, mas no seu poder de conhecimento sobre o Outro. Manter o “mito da incompetência” serve para justificar ações de “desumanizar” o outro e, a partir desse movimento, abrir caminho para atos de “barbárie” ser cometidos em nome da “civilização”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Adir L.(1999) *A Produção da Incompetência Popular*, in *No Chão da Escola*. ALMEIDA, Adir L.(org). RJ: Rio de Janeiro, Ed. Edições Paratodos.

_____. (org).(2000) *Mestres e Doutores da Educação Pública Fundamental da Cidade do Rio de Janeiro*. RJ, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura do Rio de Janeiro, Ed. UPGRAF Ltda.

_____. (2007)*Puxando fios, Tecendo um bordado: contribuições da História Cultural para um Projeto de Pesquisa*.RJ: Niterói.(mimeo).

_____. (2010)*Viajando no Agridoce Toque da Ciência*. SP: São Paulo, Tese de Doutorado, USP. (mimeo)

ARAÚJO, Ricardo B.(1994). *Guerra e Paz – Casa-Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. RJ: Ed. 34 associada à Ed. Nova Fronteira, 1994.

BOAS, Franz.(2008) *Antropologia Cultural*. RJ: Rio de Janeiro. 4ª edição

_____, *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa-América, 6ª edição,

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas (sobre a teoria da ação)*. SP, Campinas: Papyrus, 2005.

_____. *Coisas Ditas*: SP: Ed. Brasiliense, 1990.

_____. *A Produção da Crença - contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2006.

CANDIDO, Antonio. *A Dialética da Malandragem*. IN *Memórias de Um Sargento de Milícias de Manuel Antonio de Almeida*. Edição crítica de Cecília de Lara. RJ: Livro Técnicos e Científicos Editora, 1978, pp. 313/342.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas – O imaginário da República no Brasil*. SP, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *A configuração da Historiografia Educacional Brasileira*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. SP: Contexto, 2005.

_____. *Molde Nacional e Fôrma Cívica*. SP: EDUSF, 1998.

CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril – Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. SP: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Viseu: Tipografia Guerra, 1990.

_____. *Historia e prácticas culturales*. Entrevista a Noemi Goldman e Leonor Arfuch. Buenos Aires, 1994, s/n/t.

CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1982.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. RJ: Forense Universitária: 1982.

_____. *A Cultura no Plural*. SP, Campinas: Papirus, 2005.

DUBY, Georges. *A História Continua*. RJ, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. RJ: Jorge Zahar Editores, 1990.

FALCON, Francisco. *História Cultural. Uma visão sobre a sociedade e a cultura*. RJ: Campus, 2002

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais (Morfologia e História)*. SP: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A Micro-História e outros ensaios*. Portugal: Ed. Difel, com direitos reservados RJ: Ed. Bertrand Brasil S.A, 1991.

GONDRA, José Gonçalves; Alves, Claudia; Magaldi, Ana Maria (orgs). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. SP: Ed. Universidade de São Francisco, 2003.

GUATTARI, Félix. *A Subjetivação Subversiva*. IN Teoria e Debate, nº 12, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Visões do Paraíso*. São Paulo, Brasiliense: 1994.

Le Goff, Jacques. *São Luís*. RJ: Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002

_____. *A História Nova* (org). SP. Martins Fontes: 2006.

LEME, Paschoal. *Memórias*. Brasília: Ed. INEP, 2004.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história Italiana – escalas, indícios e singularidades*. RJ, Rio de Janeiro; Ed. Civilização Brasileira, p. 2006.

Maio, Marcos Chor. Arthur Ramos e a Militância da UNESCO. RJ, Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1999.

MARTINS, Luciano. *A Revolução de 1930 e o seu significado político, Revolução de Trinta: seminário internacional*, Brasília: Ed. da UNB, 1983.

NOVAES, Adauto. *O Silêncio dos Intelectuais*. SP, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira. A Poesia em Ação*. SP: EDUSF, 2000.

_____. HERSCHMANN Micael; KROPF, Simone. *Missionários do Progresso (Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro. - 1870- 1937)*. RJ, Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. SP, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

PÉCAUL, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. RJ: Rocco, 1994.

RAMOS, Arthur. *A Criança Problema. A Higiene Mental na Escola Primária*. SP, São Paulo, Ed: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. *Introdução à Antropologia Brasileira*. RJ: Editora Casa do Estudante do Brasil, 2ª edição, 1951

_____. *Conceito Antropológico de Cultura*. RJ, Rio de Janeiro, Revista Educação, ABE, nº 22, 1948.

RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. RJ, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, Roberto. *Duas Meninas*. SP, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SIRINELLI, Jean-François. *Génération intellectuelle – Khâgneux ET Normaliens dans l'entre-deux- guerres*. França: Ed. Librairie Arthème Fayard, 1988.

_____ in NOVAES Adauto (org). *Jean Paul Sartre, um intelectual engajado*. SP, São Paulo; Ed. Schawarcz Ltda, 2006.

TEIXEIRA, Anísio – *Educação não é privilégio*. RJ, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

_____. *Educação para a Democracia (Introdução à administração Municipal)*. SP, São Paulo: Editora Nacional, 1953.

ESTUDO DOS CADERNOS DE ALUNOS: A CONCOMITÂNCIA DA LETRA SCRIPT E DA LETRA CURSIVA (1949 A 1979)

*A STUDY OF STUDENTS' NOTEBOOKS: THE CONCOMITANCE OF PRINT AND
CURSIVE HANDWRITING (1949 TO 1979)*

*Alessandra Amaral da Silveira
Doutoranda/PPGE/FAE/UFPel
ale82amaral@yahoo.com.br*

RESUMO

Este trabalho faz parte de um estudo de tese vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas. Neste momento focarei na segunda periodização da investigação que tem como objetivo problematizar a cultura gráfica escolar a partir de um conjunto de cadernos de alunos em fase de alfabetização de 1949 a 1979 pertencentes ao grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALEs). A pesquisa apresenta como principal fundamentação teórica o autor italiano Armando Petrucci (1986) e os franceses Roger Chartir (2002) e Jean Hébrard (2001). Os mesmos dão suporte para compreender o conceito de cultura gráfica que além de supor o ensino e aprendizagem do traçado de diferentes letras, pressupõe a apropriação de normas e competências estipuladas por diferentes paradigmas sociais e pedagógicos que estabelecem, hierarquizam e classificam quais saberes devem prevalecer e são legitimados. A pesquisa aqui proposta supõe uma operação historiográfica (CERTEAU, 1982), inserida na relação de dois campos de conhecimentos: história da alfabetização e a pesquisa sobre/com cadernos. Neste período foram classificados 22 cadernos de alunos e a disputa entre dois tipos de letras, a script e a cursiva. Ao organizar os dados foi possível perceber que os mesmos seguiram o discurso vigente no estado do RS, sendo ele a necessidade de aproximar da escola o que se tinha de mais moderno, a escrita similar ao da máquina de escrever.

Palavras-chave: Caderno de aluno. Culturagráfica escolar. Letracursiva. Letra script.

ABSTRACT

This study is part of a doctoral dissertation research carried out in the Graduate Program in Education at the Federal University of Pelotas. Here the focus is on the second periodization of the research, which aims to discuss the school handwriting culture based on the notebooks of students under literacy process from 1949 to 1979, connected with the research group History of Literacy, Reading, Writing and School Books (HISALEs). As the main theoretical basis, the research has the Italian author Armando Petrucci (1968) and the French authors Roger Chartir (2002) and Jean Hébrard (2001). They give support to understand the concept of handwriting culture which, in addition to assuming the teaching and learning of the outline of different letters, presupposes the appropriation of rules and competences stipulated by different social and pedagogical paradigms that establish and rank what sort of knowledge should prevail and be legitimized. The proposed research supposes a historiographical operation (CERTEAU, 1982), in the relation between two fields of knowledge: the literacy history and the research on notebooks. In the period studied, 22 student's notebooks were examined regarding the dispute between two types of letters, the print and the cursive ones. In organizing the data, it was

possible to see that they followed the discourse in the state of Rio Grande do Sul by that time, that is, the necessity of approaching the school to a sort of handwriting similar to that of the typewriter, which was very modern.

Keywords: Student's notebook. School handwriting culture. Cursive letter. Print letter.

Introdução

Este trabalho faz parte de um estudo de tese vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FAE/UFPeL). Neste momento focarei na segunda periodização da pesquisa que tem como objetivo problematizar a cultura gráfica escolar a partir de um conjunto de cadernos de alunos em fase de alfabetização de 1949 a 1979 pertencentes ao grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES)⁵.

Escrever é uma tarefa que exige habilidades específicas, as quais necessitam do controle das mãos, dos braços, dos olhos, enfim, de praticamente todo o corpo, para que o traçado desejado ou estipulado pelos paradigmas vigentes da “boa escrita” seja alcançado. O tipo ou os tipos de letras a ser utilizado pelo sujeito, principalmente no espaço escolar, é um debate histórico, com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Para que uma ou outra perspectiva ganhe legitimidade, disputas sociais, pedagógicas e educacionais foram travadas.

A pesquisa apresenta como principal fundamentação teórica o autor italiano Armando Petrucci (1986) e os franceses Roger Chartier (2002) e Jean Hébrard (2001). Os mesmos dão suporte para compreender o conceito de cultura gráfica que além de supor o ensino e aprendizagem do traçado de diferentes letras, pressupõe a apropriação de normas e competências estipuladas por diferentes paradigmas sociais e pedagógicos que estabelecem, hierarquizam e classificam quais saberes devem prevalecer e são legitimados. Conforme Chartier (2002, p.83), “a reconstituição da cultura gráfica pode ser micro-histórica e apreender, para um período mais limitado e a um só lugar, a totalidade das produções e das práticas da escrita”.

A pesquisa aqui proposta supõe uma operação historiográfica (CERTEAU, 1982), inserida na relação de dois campos de conhecimentos: **história da alfabetização e a pesquisa sobre/com cadernos** (MIGNOT, 2008). Certeau (1982) define a operação historiográfica como

⁵Atualmente liderado pelas professoras Dr^a Eliane Peres e a Dr^a Vania Thies. Maiores informações em <http://wp.ufpel.edu.br/hisales/>

uma produção do pesquisador que associa um lugar (social) com diferentes metodologias/procedimentos de análises (práticas) e a construção de uma escrita.

A seguir apresento uma das periodizações que compõe o estudo de tese, a mesma abrange os anos de 1949 a 1977, pois mesmo as discussões sobre os modelos caligráficos⁶ ainda serem forte no cenário educacional brasileiro havia outro debate ganhando espaço sobre o ensino das letras, principalmente no estado do Rio Grande do Sul. Diante disso, discorro sobre o corpus que compõe este período, as questões voltadas ao ensino da letra do tipo *script* e como ela aparece nos cadernos dos alunos em fase de alfabetização do referido grupo de pesquisa HISALES.

Segunda Periodização (1949 - 1977) - a concomitância da letra *script* e da letra cursiva: a cultura gráfica escolar e a modernidade tecnológica

Ainda envolta com as questões dos modelos caligráficos uma outra discussão começa a ganhar força no período definido, qual seja, final dos anos de 1940 até final de 1970, que está relacionada ao ensino das letras de tipo *script* nas escolas gaúchas. Interessante destacar que essa denominação não aparece nas fontes pesquisadas, em especial nos manuais pedagógicos, mesmo assim optou-se por ela, pois conforme Peres (2003, p.87), no estado do Rio Grande do Sul, a partir do comunicado da CPOE⁷ (nº 4. Revista do Ensino, nº 62, agosto de 1959) ficou definido que “a *script* é a imprensa simplificado, com as letras ‘a’ e ‘g’ modificadas. Inalteráveis são os traços básicos das letras em retas, círculos e semicírculos”.

Um ano após esse comunicado, em setembro de 1959, foi lançada na Revista do Ensino a reportagem intitulada *A escrita no primeiro ano de escolaridade* assinada pela professora Dorothy Fossati de Vasconcelo Moniz, orientadora do ensino primário. Na mesma há o reforço do ensino da letra *script*/imprensa simplificada, destacando que desde o “(...) 1º encontro de contato com as crianças, escrever o que necessitar com a escrita “tipo-escrita” ou *script*, o que já lhe constituíra um treino” (RE, 1959, p.42). No texto a autora recomenda que ao aderir a esse tipo de letra deve-se ter o cuidado para que todos os materiais (cartaz, quadro, caderno, cartilha

⁶ No estudo abordo os modelos caligráficos vertical, *inclinado* e muscular. Diferenciam-se entre eles, principalmente pelo investimento técnico e disciplinar ocorrido no corpo do escrevente. Para mais informações Faria-Filho (1998), Vidal e Esteves (2003) e Fetter (2011).

⁷ Na tese defendida por Quadro (2006, p. 14) afirma que “CPOE/RS - órgão vinculado à secretaria da Educação e Cultura do Estado - SEC/RS, criado em 1943. O CPOE/RS participou ativamente da proposição e execução de políticas públicas educacionais, normatização e intervenção sobre a organização do ensino, orientação das atividades didático-pedagógicas das escolas públicas e formação de professores”.

etc.) trabalhados na sala de aula sigam a mesma letra para que a criança consiga desenvolver uma uniformidade na escrita.

No Rio Grande do Sul, segundo Peres (2003), um dos argumentos em defesa da letra *script* era pelo fato de tentar imitar a letra tipográfica (caracteres da máquina de escrever). Nesse caso, “a orientação para o uso da letra *script* nesse período baseava-se naquilo que eram consideradas suas vantagens: legibilidade, nitidez, facilidade de aprendizagem, semelhança com a letra de imprensa, simplicidade e beleza” (PERES, 2003, p.87). Dessa maneira, é possível dizer que a tecnologia da época acabou influenciando o ensino das letras na escola gaúchas, pois era necessário aproximar a criança desde cedo ao que se tinha de mais moderno, a máquina de escrever. Interessante esse investimento, uma vez que apresentava um caráter social no uso daquele tipo de escrita no cotidiano das crianças e futuros adultos.

A Revista do Ensino⁸ do Rio Grande do Sul, de 1969, publicou o artigo intitulado *A escrita na escola primária*, de autoria de Doris Ramos de Mota, Vera Paes Leite e Neusa Junqueira Armellini, todas professoras do Curso Primário de Aplicação da Escola anexa do Instituto de Educação de Porto Alegre/RS. No artigo elas relatam suas experiências na sala de aula com os alunos em fase de alfabetização e justificam o uso da *script* nos seguintes termos:

IV O Por que da realização do nosso trabalho - Nossos alunos iniciam sua aprendizagem de escrita, utilizando-se da letra *script*. Justifica tal posição o fato da aprendizagem da “*script*” reduzir o esforço físico da criança, porque não apresenta os complexos movimentos e ligações da cursiva (REVISTA DO ENSINO, nº 123, 1969, p.16)

A partir desse excerto fica evidente o investimento na utilização da letra *script* nas classes de alfabetização justificando-se pelo menor esforço na execução do traçado de mãos ainda não tão habilidosas. Contudo, vale ressaltar que no eixo Rio de Janeiro/ São Paulo o incentivo a ela já estava acontecendo desde a década de 1940, quando Pfromm Neto registra que “(...) as escolas brasileiras passam a introduzir o ensino da letra *script*, a partir das orientações de Norberto de Souza Pinto⁹” (PFROMM NETO *apud* STEPHANOU & BASTOS, 2012, p.120).

Para reforçar o uso deste tipo de letra, destaco que nos manuais pedagógicos¹⁰ consultados, para o desenvolvimento da pesquisa, a segunda nomenclatura mais citada neles é

⁸ Para mais informações Bastos (2005).

⁹ “Autor campineiro, que foi pioneiro em Campinas e no Estado de São Paulo em 1917, na educação de crianças então chamadas de *anormais*, tentando também apreender que interesses e ideologias estavam implícitas na sua concepção de escola” (PETTIROSSI & LOMBARDI, 1997, p.127).

¹⁰ Foram instrumentos produtores de saberes e de disseminação de conhecimentos pedagógicos. Compreende-se

o tipo de letra que está relacionado com esta periodização, sendo as tipologias “imprensa simplificado” e “letra impressa”, ambas citadas pelo mesmo autor nos manuais de 1953 e 1957b. No entanto, diferente da Revista do Ensino, Santos (1953, 1957b), aconselha em seu manual pedagógico, que a mesma só deveria ser utilizada quando o aluno já soubesse escrever, pois exigiria maior aperfeiçoamento e amadurecimento do escriba.

Outra denominação é a “Tipográfica”, sendo “aquela em que as letras são separadas umas das outras, tal como acontece neste livro, e em todos os impressos, revistas ou jornais [...] data do século XVI com o surgimento da imprensa” (FONTOURA, 1963, p. 120). Assim sendo, é possível concluir que imprensa, imprensa simplificado, letra impressa, *script*, tipográfica referem-se ao mesmo tipo: em oposição à manuscrita ou cursiva é a letra que surgiu com a invenção da prensa por Gutemberg¹¹ e, em 1539, alcança o Novo Mundo (RODRIGUES, 2012) e num momento passou a ser ensinada na escola.

A seguir é possível perceber as variações apresentadas nos livros de formação de professores relacionadas ao tipo de letra imprensa, conforme os livros de formação de professores.

MODELOS CALIGRÁFICOS	CATEGORIAS	DENOMINAÇÕES
Vertical; Inclinada; Muscular.	LETRA SEPARADA (variação: maiúscula/minúscula)	Fôrma
		Bastão
		Imprensa
		Impressa
		Tipográfica
		Inglesa
		Imprensa simplificada

Quadro 01: Nomenclatura localizada nos manuais pedagógicos sobre os tipos de letras que são escritas de forma separada.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

que os manuais de profissionalização destinados a professores em formação inicial ou continuada “visam fundar práticas profissionais em conformidade com um modelo de forma prescritiva e útil” (BASTOS, 2006, p. 01).

¹¹ Conforme Rodrigues (2012), entre 1450 e 1455 em Frankfurt, Gutenberg produziu o primeiro livro impresso uma bíblia com 42 linhas por página.

Como foi mencionado, em tal período havia a disputa entre dois tipos de letras, a *script* e a cursiva. Ao organizar os dados produzidos a partir do *corpus* deste estudo foram obtidas as seguintes classificações: 06 cadernos com os dois tipos de letras (1949 a 1973), o uso das duas era, assim recorrente, principalmente em atividades específicas como será visto a seguir; 07 cadernos somente com a letra cursiva (1952 a 1974); e 09 cadernos somente com a letra *script* (1960 a 1977).

Sobre os 22 cadernos destaco duas informações. Primeiro que eles são oriundos de 11 localidades diferentes do Estado¹². Segundo, que de acordo com o sistema, estão distribuídos da seguinte maneira: 12 de escolas privadas, 04 de escolas municipais, 03 estaduais, 01 alfabetização doméstica (segundo informação da doadora) e em 02 cadernos não consta o nome da escola.

Logo, apresento algumas imagens desses cadernos visando expor cada uma das classificações e assim problematizar os tipos de letras que aparecem neles e ainda se há alguma atividade específica que ajuda a compreender essa problemática. As duas imagens abaixo são dos cadernos que os alunos utilizaram os dois tipos de letras: cursiva e *script*.

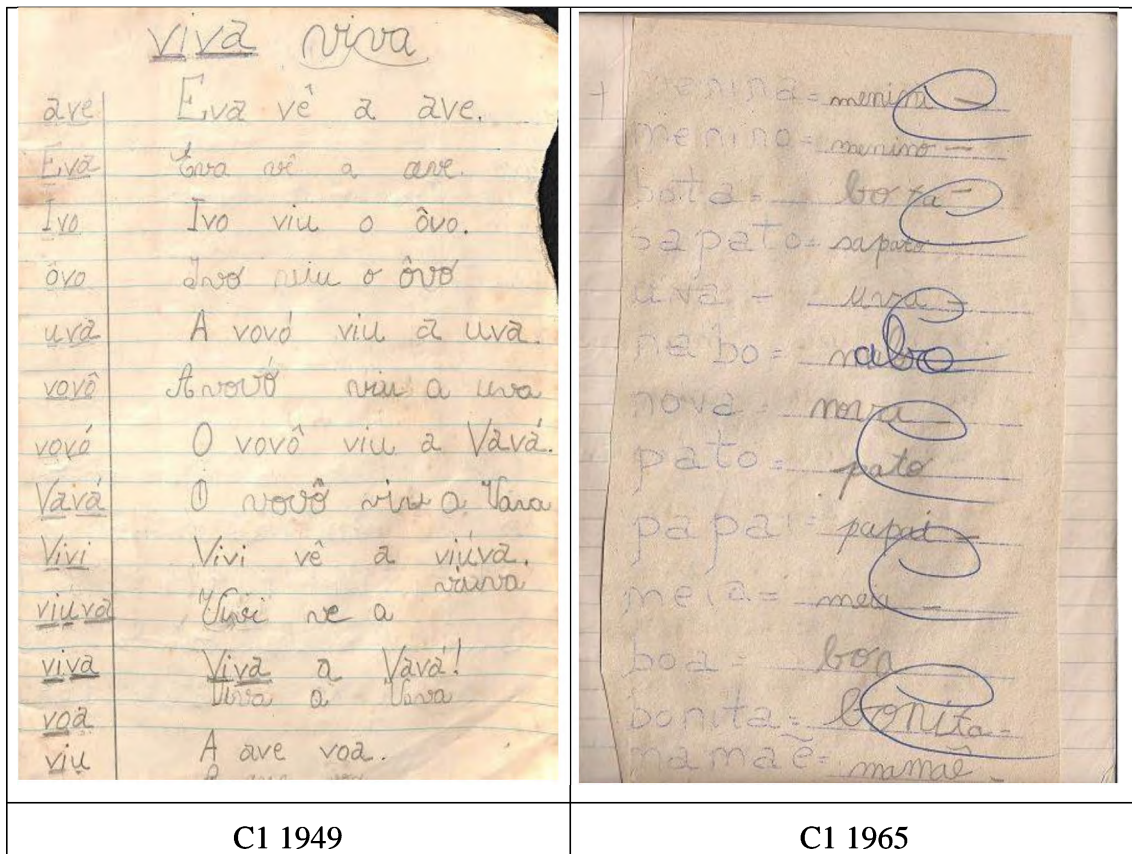


Figura 01: Cadernos com o predomínio dos dois tipos de letras (1949 e 1965)

¹² São elas: Pelotas, Rio Grande, Livramento, Três de Maio, Santo Amor, Canoas, Novo Hamburgo, Morro Redondo, Caxias do Sul, Capela do Buena, Porto Alegre e Bagé.

Fonte: Acervo de cadernos do grupo de pesquisa HISALES.

O primeiro caderno deste período é o C1 1949, vale destacar que o mesmo definiu o início desta periodização, pois é quando aparece pela primeira vez no acervo de cadernos do grupo HISALES o uso da letra *script*. Nele é possível evidenciar as letras dos tipos cursiva e *script* e também o que vem sendo apresentado pelo comunicado do CPOE (1959), quando propõe a troca da letra “a” pela “a”, pois o traçado dessas letras específicas acaba sendo mais complexa de desenvolver. Assim como nos outros cadernos deste período o uso dos dois tipos de letra é bastante comum, havendo em alguns momentos a presença delas na mesma página. Há atividades que são bastante recorrentes que são a transposição de frases e palavras de um tipo de letra para o outro, cursiva/*script* ou *script*/cursiva (exemplo figura 01 – C1 1965). Nos cadernos, também aparecem frases e atividades de ligar que têm a proposta de fazer com que o aluno reconhecesse ou utilizasse os dois tipos de letras.

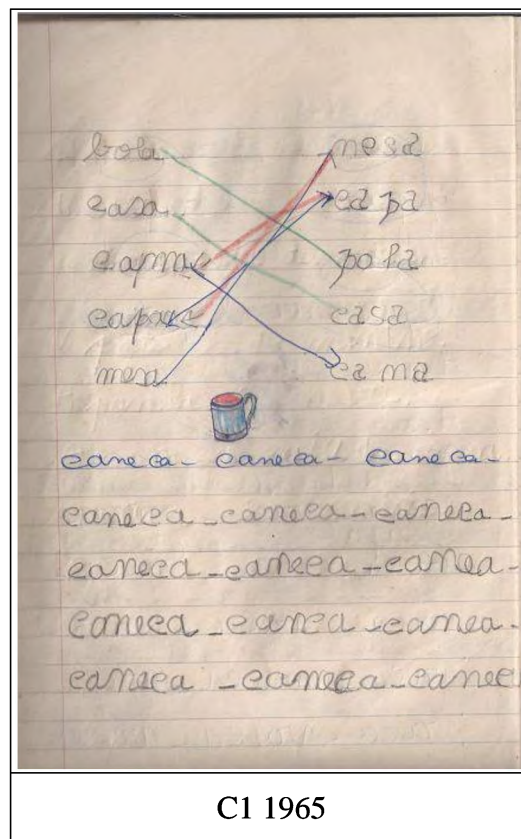


Figura 021: Cadernos com os dois tipos de letras (1949 e 1965)

Fonte: Acervo de cadernos do grupo de pesquisa HISALES.

A segunda classificação é organizada a partir dos cadernos que apresentam somente a letra do tipo *script*. Nota-se que na maior parte dos cadernos desse agrupamento foram seguidas as orientações do comunicado do CPOE, o que demonstra que, nesses casos, as professoras

seguiram as sugestões sobre a recomendação do tipo de letra a ser utilizada nas classes de alfabetização.

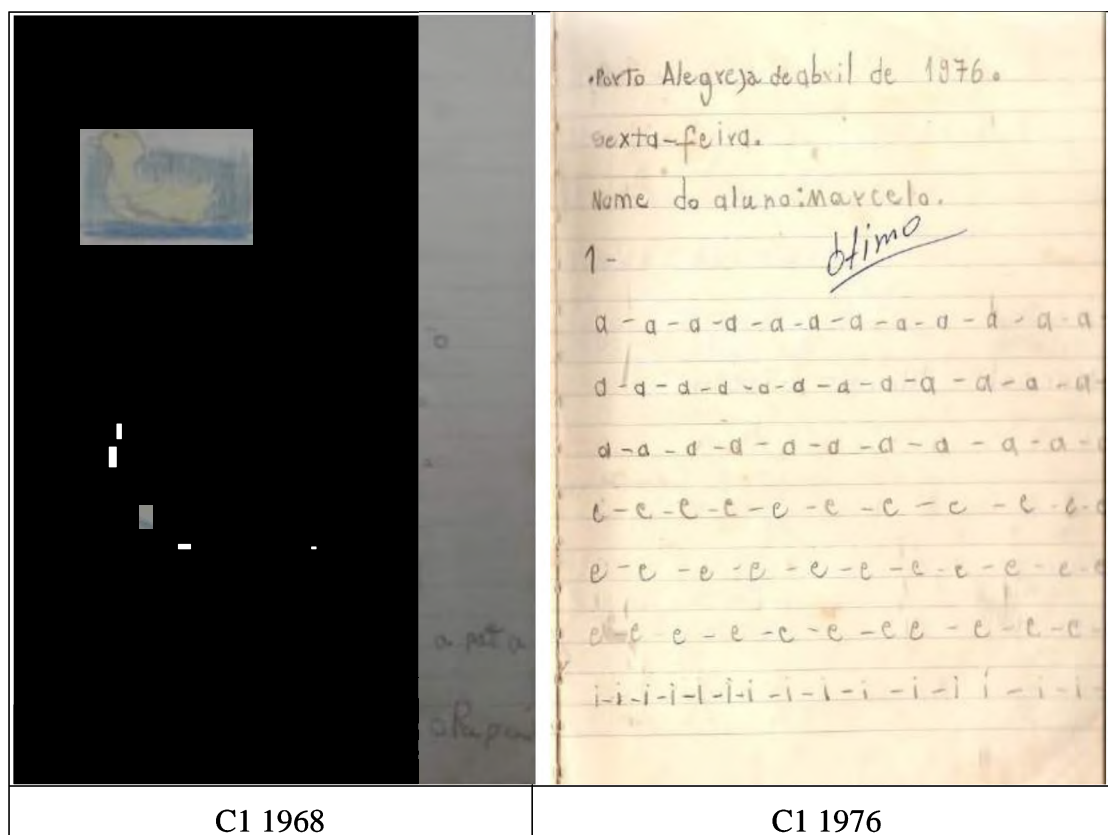


Figura 03: Cadernos somente com a letra *script* (1960 e 1976)

Fonte: Acervo de cadernos do grupo de pesquisa HISALES.

Assim como nessas duas imagens apresentadas anteriormente, nos outros cadernos do mesmo agrupamento há a presença de muita cópia - seja de letras, sílabas, palavras e frases - principalmente com o objetivo de encher linha como na imagem do C1-1976. Sendo assim, encher linha, copiar várias vezes a mesma letra, sílaba ou palavra poderia servir para duas tarefas. Em primeiro, para memorização do que estava sendo exigido na atividade; em segundo, para ajudar na destreza em desenvolver o traçado das letras, ou seja, auxiliavam no treino da mão, dos dedos e do corpo do aluno que estava ingressando no processo de escolarização. Como dizem as autoras:

Uma boa letra implica praticar disciplinadamente, através de muito treino da mão e domínio de um tipo instrumental específico, uma sucessão de gestos que faz o professor e que imitam os alunos, que aprendem pelo esforço, pela repetição, pela regularidade e pelo equilíbrio. (BASTOS & STEPHANOU, 2008, p. 118)

A seguir, encerro a periodização com as imagens do grupo de cadernos que foram classificados contendo somente a letra cursiva.

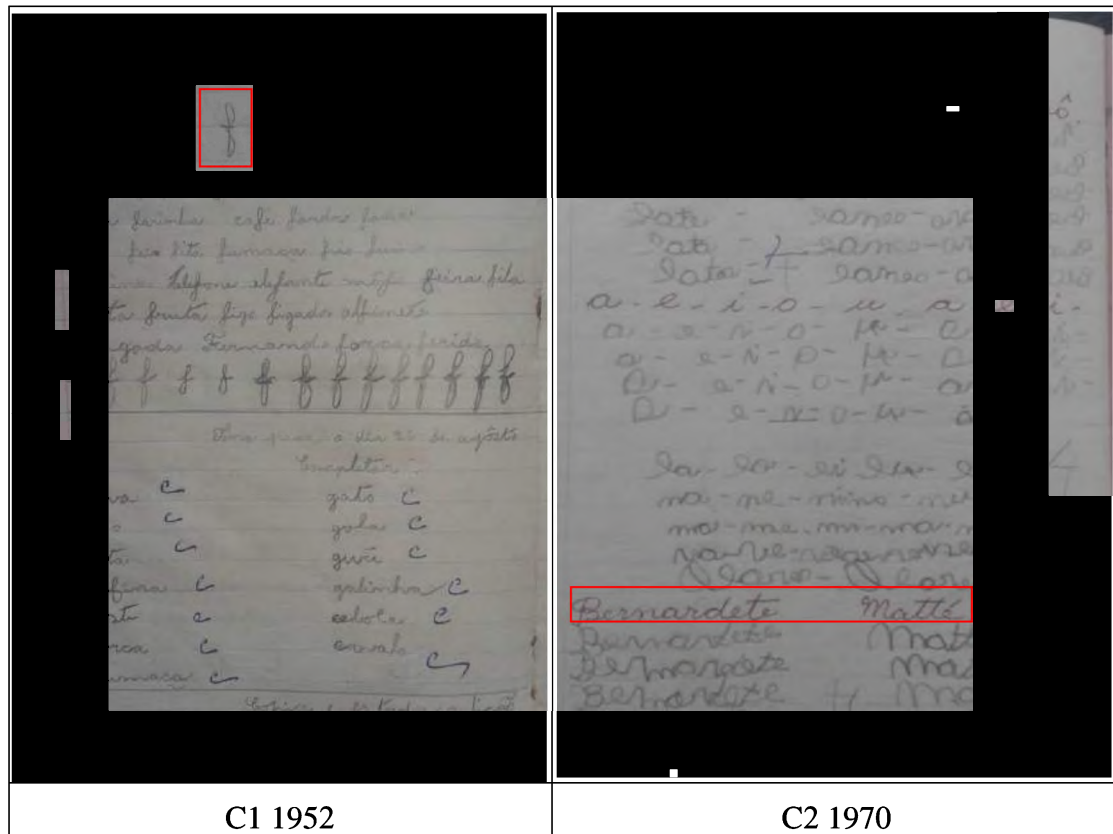


Figura 042: Cadernos somente com a cursiva (1952 e 1970)

Fonte: Acervo de cadernos do grupo de pesquisa HISALES.

Os cadernos desse conjunto, que possuem somente letra cursiva, apresentam quase as mesmas atividades do grupo anterior, especialmente a de encher linha. No entanto, optei em reproduzir aqui uma imagem do caderno C1 1952, pois é possível perceber o investimento do aluno em traçar adequadamente a letra “f”. Ao analisar a página é notável a escrita de outra pessoa, que está circulada em vermelho (provavelmente da professora) para mostrar como deveria ser feita a letra em questão. Outro destaque é que o aluno precisou apagar as letras e as palavras para melhorar o traçado. Sendo assim, é possível perceber também a preocupação com a beleza e a elegância tão exigida na escrita. Sobre a cópia, um dos manuais consultados expõe que:

A cópia tem valor relativo na aprendizagem da escrita. Empregada geralmente “para melhorar a letra da criança”, ou como tarefa de casa, ou como verificação da rapidez, no escrever, a cópia, pode sugerir uma diversidade de exercícios interessantes. [...] A cópia pode ser usada como trabalho retificador de grafias, como veículo de exercícios diversos como por exemplo o uso de grupo consoantes, ou de grafias difíceis. (D’ÁVILA, 1955, p. 246).

Na outra imagem do ano de 1970, em destaque vermelho, pode-se ver a mesma dinâmica, a professora fez o modelo de como a aluna deveria fazer e repetir várias vezes o seu

nome completo. Neste caderno, mesmo não realizando o traçado ideal, parece não ter havido intervenção, não houve a necessidade de apagar e realizar novamente, o traçado da aluna é aparentemente aceito pela professora que, inclusive, corrigiu atividade como “ótima”.

O aparecimento desses dois tipos de letras neste período coloca em questão a hegemonia de um tipo de traçado. Sendo assim, a letra do tipo cursiva até então predominante nos cadernos dos alunos passa a dividir espaço com a *script*, isso deve ter acontecido devido às discussões da época que atribuía significado positivo ao tipo *script*, o que era incentivado pela sociedade naquele momento. No entanto, a partir da década de 1970 esse tipo de letra *script* cai em desuso, deixando de ser estimulado por professores especialistas. E essa alteração é perceptível nos cadernos analisados nesta pesquisa, pois, como será exposto a seguir, a letra *script* desaparece, dando lugar somente a letra cursiva.

Considerações parciais

Neste período, como já mencionado foram classificados 22 cadernos de alunos e a disputa entre dois tipos de letras, a *script* e a cursiva. Ao organizar os dados foram obtidas as seguintes classificações: 06 cadernos com os dois tipos de letras (1949 a 1973), o uso das duas era, assim recorrente, principalmente em atividades específicas como será visto a seguir; 07 cadernos somente com a letra cursiva (1952 a 1974); e 09 cadernos somente com a letra *script* (1960 a 1977).

No Rio Grande do Sul, segundo Peres (2003), um dos argumentos em defesa da letra *script* era pelo fato de tentar imitar a letra tipográfica (caracteres da máquina de escrever). Nesse caso, “a orientação para o uso da letra *script* nesse período baseava-se naquilo que eram consideradas suas vantagens: legibilidade, nitidez, facilidade de aprendizagem, semelhança com a letra de imprensa, simplicidade e beleza” (PERES, 2003, p.87).

Dessa maneira, é possível dizer que a tecnologia da época acabou influenciando o ensino das letras na escola gaúchas, pois era necessário aproximar a criança desde cedo ao que se tinha de mais moderno, a máquina de escrever. Interessante esse investimento, uma vez que apresentava um caráter social no uso daquele tipo de escrita no cotidiano das crianças e futuros adultos.

Referências bibliográficas

BASTOS, Maria Helena Camara. Uma biografia dos manuais de história da educação adotados no Brasil (1860-1950). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da educação, 2006, Uberlândia. Percursos e Desafios da pesquisa e do ensino em História da Educação. Uberlândia: Editora da UFU, 2006.

BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria;. Traçar letras, palavras e números: caligrafar gestos da escrita e da vida in Mignot, Maria Crystina Venancio. Catálogo da Exposição “Não me esqueça num canto qualquer”, 2008.

CHARIER, Roger. Os Desafios da Escrita. Tradução de Fulvia M.L. Moretto. São Paulo: editora Unesp, 2002.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: DE CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

D'ÁVILA, Antônio. Práticas escolares (De acordo com o programa de práticas de ensino do curso normal e com orientação do ensino primário). São Paulo: Edição Saraiva, 1955.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura e Prática Escolares: escrita, aluno e corporeidade. In: Caderno de Pesquisa, n.103, março de 1998.

FETTER, Sandro. Modelos caligráficos na Escola Brasileira: uma história do Renascimento aos nossos dias. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Escola Superior de Desenho Industrial, 2011.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX-XX). In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n. 1, p. 115-141, jan./jun. 2001.

MIGNOT, Ana Chrystina Mignot (org.). Cadernos à vista. Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: Ed. EdUERJ, 2008.

PERES, Eliane. O ensino da linguagem na escola pública primária gaúcha no período da renovação pedagógica (1930 - 1950). In: PERES; TAMBARA, E. (org). Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX - XX), Pelotas/RS: Seiva, 2003.

PETTIROSSI, A.; LOMBARDI, J. C. Levantamento e catalogação das fontes para o estudo histórico da educação brasileira existentes na região de Campinas: prof. Norberto Souza Pinto, um estudo histórico-biográfico. In Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (p. 114). Campinas, SP: Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, SP, 1997.

PETRUCCI, Armando. La scrittura. Ideologia e rappresentazione. Turin: Einaudi, 1986.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. Gutenberg e o letramento do ocidente. In: Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 1, n. 1, ago./dez. 2012.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. Da sensibilidade das mãos à harmonia da escrita: Memórias, artefatos e gestos da caligrafia na história da educação. In: TRINCHÃO, Gláucia Maria da Costa (org.). Do desenho das belas letras à livre expressão do desenho da escrita. Salvad: EDUFBA, 2012.

VIDAL, Diana. G.; ESTEVES, I.L. Modelos caligráficos concorrentes: as prescrições para a escrita na escola primária paulista (1910-1940). In: PERES, E., TAMBARA, E. (org). Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX - XX), Pelotas/RS: Seiva, 2003.

REVISTA DO ENSINO. A escrita no 1º ano de escolaridade. Rio Grande do Sul/RS, Nº 63, setembro de 1959.

_____. A escrita na escola primária. Rio Grande do Sul/RS, Nº 123, 1969.

ANTONIO GRAMSCI: DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, HEGEMONIA

ANTONIO GRAMSCI: DEMOCRACY, EDUCATION, THOUGHT

*Claudia Cristina Zanella
Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas PPGICH/UFSC
claudiazanela@infoteam.com.br*

*Alexandre Fernandez Vaz
Professor Doutor do Programa de PPGICH/UFSC
alexfvaz@uol.com.br*

RESUMO

O presente artigo é resultante de uma pesquisa em andamento, realizada no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC e objetiva revisitar contribuições de Antonio Gramsci sobre educação, em especial no que se refere às dimensões políticas da proposta de escola unitária – processo em consonância com a expectativa de construção de hegemonia por meio também da educação. Analisamos as concepções de Estado e de sociedade civil e os conceitos de liberdade, cidadania, hegemonia e democracia, na tentativa de compreender o movimento dialético da totalidade, para então encontrar a política na qual se insere a luta pela transformação social. As análises tomam como fonte os Cadernos do Cárcere, balizadas por um diálogo com a literatura de comentário, em especial as obras “Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis”, de Giovanni Semeraro, e “Modernidades alternativas: O século XX de Antonio Gramsci”, por Giuseppe Vacca. As conclusões apontam para um projeto que, se passa pela educação, não o faz em sentido da ordem capitalista, mas procurando uma nova organização social. O pensamento gramsciano é lido como um legado filosófico e educativo que nos desafia a pensar e lutar por uma educação emancipadora para todas as crianças e jovens. Sob tal perspectiva, é importante não perder de vista na agenda política educacional esse registro utópico que, mesmo nos limites do tempo presente pode potencializar discussões e ações que avancem em direção à construção da nova sociedade

Palavras-chave: Gramsci. Cidadania. Hegemonia. Democracia. Educação.

ABSTRACT

This article is the result of an ongoing research carried out in the Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC that aims at revisiting Antonio Gramsci's contributions about education, especially regarding the political dimensions of the unitary school proposal - process in line with the expectation of building hegemony through education. We analyze the conceptions of State and of civil society and the concepts of freedom, citizenship, hegemony and democracy, in an attempt to understand the dialectical movement of the totality, and then find the politics in which the struggle for social transformation is inserted. The analysis take as reference Cadernos do Cárcere, marked by a dialogue with the literature of commentary, especially the works “Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis”, by Giovanni Semeraro, and “Modernidades alternativas: O século XX de Antonio Gramsci”, by Giuseppe Vacca. The conclusions of this work point to a project that looks for a new social organization through education but not in the sense of capitalist order. Gramsci`s thought is considered as a philosophical and educational legacy that challenges us to think and strive for an emancipatory education for all children and young people. From this

perspective, it is important not losing sight of the utopic register in the educational policy agenda, which, even within the limits of present time, can enhance discussions and actions in order to move towards the construction of the new society.

Keywords: Gramsci; Citizenship; Hegemony; Democracy; Education

Introdução

Antonio Gramsci (1891-1937) foi filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano, uma das referências essenciais do pensamento de esquerda no século XX, co-fundador do Partido Comunista Italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística, mas, infelizmente não publicou sequer um livro em vida. Seu pensamento foi reunido por editores que deram publicidade aos “Cadernos do Cárcere”, escritos na prisão fascista, entre as décadas de 1920 e 1930. Gramsci desenvolveu e aprofundou conceitos como “hegemonia”, “intelectual orgânico”, “centralismo democrático”, “centralismo burocrático”, “crise de hegemonia”, “crise conjuntural”, “crise orgânica” e “Estado ampliado” abordando ainda muitos outros, desenvolvidos ao longo da sua vida. Neste trabalho abordaremos alguns conceitos do autor com o fim de problematizar o compromisso político de emancipação dos sujeitos por meio da educação. Para isso serão base desta comunicação os textos de Giovanni Semeraro, “Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis” e Giuseppe Vacca, “Modernidades alternativas: O século XX de Antonio Gramsci”.

O presente estudo está dividido em três partes. A primeira analisa aspectos históricos e filosóficos do pensamento de Antonio Gramsci, partindo do conceito de sociedade civil, para demonstrar que a classe dominante não mantém o poder apenas usando da coerção, mas, também, fazendo uso do “consentimento”. Esse “consentimento” aparece no centro das discussões sobre “hegemonia” e, por conseguinte, traça caminhos para pensar o empoderamento da classe trabalhadora. Na sequência, será analisada a proposta de Gramsci para a construção da democracia, assim como sua posição em relação ao pluralismo e à multiplicidade de sujeitos políticos para a consolidação de uma sociedade que prime por garantir os direitos a seus cidadãos. Por fim, será abordada a educação, considerando que ela possibilita as lutas para a formação da consciência crítica e da hegemonia popular.

Século XX: pensamento sobre a modernidade e a construção do sujeito contemporâneo

Giuseppe Vacca em “Modernidades alternativas: O século XX de Antonio Gramsci” (2016), afirma que o contexto de Gramsci foi marcado por grandes e destrutivos eventos. Entre eles Vacca cita a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que foi vista por ele como “um fato inevitável”, e, “uma grande carnificina”. Também parte do pressuposto e das análises que fez acerca da Revolução de Outubro (1917), na Rússia, que foi seguida pela Guerra Civil Russa (1918-1922) e pela criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS (1922), afirmando que esses acontecimentos emergem de uma guerra prolongada de oito anos, marcada por uma estrutura extraordinariamente violenta. Contudo, é nesse cenário que Gramsci elabora uma “nova visão socialista do mundo”, tendo como bandeira a luta contra a guerra e contra o colonialismo, mas, acima de tudo, contra o poder da burguesia¹³.

Nesse contexto, de opressão e guerras, coexistem forças contrárias que se fortalecem a partir da convergência dos diferentes sujeitos políticos e ideológicos, homens de fé religiosa, movimentos de mulheres, jovens, negros/as, indígenas, entre outros, engajados na luta pela renovação social, pela democracia e pelo socialismo, modo pelo qual se daria a transição para uma nova ordem social, mais livre e igualitária. Em outras palavras, a classe operária, embora central, não é mais o único sujeito na luta pelo socialismo, mas ela elaborou os instrumentos necessários para problematizar e interferir na sociedade visando resolver questões de injustiça social que assolavam homens e mulheres.

Importante ressaltar que o projeto moderno se consolida com a Revolução Industrial e é geralmente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo. Modernidade impõe pensar em democracia como um dos aspectos básicos do capitalismo. Sendo que com o processo crescente de socialização do trabalho e das forças produtivas, traz à tona a contradição da gestão capitalista da produção de riqueza social, assim como da apropriação e controle privado dos resultados. A democracia liberal teve, no entanto, um importante papel, pois ao celebrar os princípios da soberania popular e da igualdade, entre outros, ela anuncia para a possível socialização da política e do poder. Todos são cidadãos, assim se sentem convidados e podem participar na formação do poder.

¹³ Não obstante, Giuseppe Vacca (2016) salienta que Gramsci, no começo de sua formação teórica e política, pode ser considerado um liberal, pois foi fortemente influenciado pelas ideias dos filósofos neoidealistas Benedetto Croce e Giovanni Gentile. Isto se deu especialmente porque na virada do século XIX para o XX, Croce e Gentile representavam a Itália moderna e a luta contra o clero e a Igreja Católica. Todavia a sua adesão inicial ao liberalismo foi rompida no curso dos acontecimentos históricos que aguçaram os conflitos entre o Ocidente liberal e a Revolução Russa.

Nesse cenário a ideia liberal do princípio da igualdade, bem como do princípio da soberania popular, era ilustrada com o sufrágio universal (restrito aos proprietários – independentes e livres). Além disso, inexistiam instrumentos coletivos por meio dos quais as massas populares pudessem intervir regularmente na vida política, como os nascidos das lutas da classe operária, a exemplo dos sindicatos e partidos proletários. Todo esse movimento fez com que surgisse ao lado do Estado o que Gramsci chamou de “sociedade civil”, ou seja, o conjunto “dos aparelhos privados de hegemonia”.

Em Giovanni Semeraro (2006), podemos observar que, para além da concepção liberal e jusnaturalista de sociedade civil, Gramsci potencializa o conceito supracitado sob o entendimento de que ele pondera o território exclusivista da burguesia, destinado para suas iniciativas econômicas e como forma de consolidação de sua hegemonia, e que:

Este espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam as suas associações, articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico. (SEMERARO, 2006, p. 102-103).

Ou seja, Gramsci problematiza as necessidades concretas das classes subalternas, superando, assim, o enfoque liberal sobre o indivíduo e potencializando o deslocamento do ser privado para o ser social¹⁴.

Gramsci parte do conceito de sociedade civil para demonstrar que a classe dominante não mantém o poder apenas usando da coerção, mas, também, fazendo uso do “consentimento”. Esse “consentimento” aparece no centro das discussões sobre o conceito de “hegemonia” de Gramsci. Giovanni Semeraro, no texto “Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis” salienta que Gramsci, diferentemente dos que defendiam o economicismo ou o estatismo, concebia uma “relação dialética de ‘identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política’, duas esferas distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática” (SEMERARO, 2006, p. 95-96). Para Gramsci, “o Estado moderno não pode mais ser entendido como um sistema burocrático-coercitivo”. Isso porque as dimensões desse Estado, além de compreenderem os instrumentos exteriores do governo, também abarcam

A multiplicidade dos organismos da sociedade civil onde se manifesta a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores e,

¹⁴ “Hegemonia” é um conceito muito importante no pensamento gramsciano, sendo que um movimento hegemônico é um processo social de direção intelectual e moral que possibilita a construção de consenso e de um novo bloco histórico. O nascimento desse conceito em Gramsci se deu a partir de suas análises da revolução burguesa, que. Ver: SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação. Revista Brasileira de Educação. jan/fev/mar/abr, 2001, n.16.

aonde, praticamente, se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia. (SEMERARO, 2006, p. 96).

Sem dúvidas, nesse cenário, regem duas das principais esferas de valor: sistema capitalista e Estado Moderno, contribuindo para que haja uma determinada perda de sentido e de liberdade na sociedade e, conseqüentemente, o esgotamento das fontes emancipatórias.

A “hegemonia” é uma relação entre estrutura e superestrutura, afastando-se da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a importância das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Aponta Vacca que para Gramsci a teoria da hegemonia se constrói sobre o diagnóstico histórico de uma crise do Estado-nação que ocorre em razão dos impulsos econômicos mundiais gestados pelo capitalismo. O conceito gramsciano de hegemonia estaria para além das fronteiras dos Estados, uma vez que parte exatamente do diagnóstico da crise dessa forma política, estando inserido na complexidade das relações internacionais. Com uma economia marcadamente globalizada, a política dos Estados nacionais se encontra em atraso por não acompanhar esse movimento de internacionalização, criando a tensão entre o “cosmopolitismo da economia e o nacionalismo da política”. Nesse contexto, a construção da hegemonia não deve ser apreendida pela via estatal ou nacional, mas a partir do equilíbrio das correlações de forças operadas entre os diversos Estados.

Por isso Vacca demonstra que a estratégia delineada por Gramsci se orienta para a construção de uma regulação econômica e política operacionalizada mundialmente a partir de um equilíbrio de compromisso entre forças antagônicas. Nesses termos, o autor apostaria em uma rede intrincada de forças políticas que não se anulam, para a construção da hegemonia que objetiva oferecer uma concepção ampliada do poder e da formação das vontades coletivas que garantem legitimidade e consenso a esse poder. Por conseguinte, Vacca argumenta que Gramsci (em *Quaderni del carcere*, p. 1638) critica a democracia parlamentar de um ponto de vista “histórico-materialista”, esclarecendo que “o Estado democrático se baseia no ‘regime parlamentar’: o exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de forças e do consenso político, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria”. (VACCA, 2016, p. 270).

A hegemonia não é uma “ação partidária” é uma “ação de classe”, confirma o autor. Gramsci, ao falar da hegemonia burguesa da Itália, descreve o processo de dominação exercido especialmente pelo uso dos mais diversos veículos comunicacionais. A elite, controlando esses meios, constrói as suas próprias verdades e acaba promovendo a sua forma de pensar e, por conseguinte, a política de classe aos poucos se consolida e se transforma em senso comum. Para

Gramsci “o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área”. (GRAMSCI, 2004a, p. 197). Nesse sentido, aposta na necessidade de construir uma “contra-hegemonia”. O poder não se daria pelo poder em si, mas sim pelo empoderamento cultural, do conjunto dos indivíduos que irão exercer esse poder.

O Estado que detém a hegemonia possui influência em diversas áreas, especialmente em termos econômicos, culturais, poder militar, entre outros. Gramsci ressalta o potencial de influência e as batalhas travadas pela “hegemonia cultural” na sociedade civil. A “hegemonia cultural” está baseada na dominação ideológica de uma classe social sobre outra, e o que está em jogo é a disputa pela definição de sentidos e construção de consensos na sociedade.

Semeraro (2006, p. 92) afirma que, Gramsci, diferentemente daqueles que pensavam “que a saída para a grave crise histórica iria surgir da afirmação de um Estado forte, dos métodos da ‘guerra de movimento’ ou da integração das massas nas velhas formas políticas”, advogada que “uma nova civilização só poderia vir à luz pelo ingresso na história das massas livres e democraticamente organizadas”. Esse é o “momento da democracia”, e, o consenso, uma vez consolidado, vai levar à aceitação e à subordinação que, sintetizadas, seriam “centralismo democrático”.

Nessa esteira, Semeraro, acrescenta que na visão de Gramsci a solução da “crise de autoridade”, ou seja, de hegemonia, deveria ser minimizada quando as massas passassem “da passividade política para uma certa atividade apresentam reivindicações que no seu conjunto desorgânico constituem uma revolução”, nesse momento, “os destinos da história e da política seriam decididos cada vez mais pela participação ativa das massas e pela criatividade dos diversos grupos organizados na sociedade civil” (SEMERARO, 2006, p. 92-93). Nesse sentido, defende a “construção de sujeitos historicamente ativos e organizados que procuram conquistar a hegemonia com os métodos da democracia, subtraindo-a progressivamente à esfera de influência da burguesia e da burocracia”. (SEMERARO, 2006, p.93).

Infelizmente, temos a impressão que para o sujeito contemporâneo, marcado pelas transformações ocorridas na modernidade, especialmente o fascismo, nazismo, comunismo e capitalismo tradicional (agora na versão neoliberal), esgotaram-se os sonhos, os ideais diluíram-se, apagaram-se os valores, ruiu a democracia, sendo que resta um profundo sentido de desesperança. Esse cenário fez com que o sujeito enfrentasse um caos e voltasse o olhar para si mesmo, emergindo em um profundo individualismo. O homem isolado desiste da participação ativa na política e acaba se desmobilizando e despolitizando, fazendo cada vez mais complexos

os caminhos para a conquista da verdadeira democracia e cidadania. Todavia, nesse contexto, é sempre bom perguntar: Quem é o sujeito da modernidade? O que é liberdade? Qual o verdadeiro sentido da democracia? São questionamentos para as quais não encontramos facilmente as respostas, mas, é possível problematizá-las tendo em vista os escritos de Gramsci.

Emancipação do sujeito da modernidade: liberdade, cidadania e democracia

Gramsci enfatiza Vacca (2016), propõe a busca de consensos, da institucionalidade democrática, confirmando que a hegemonia é um processo de transformação cultural que acontece "de baixo para cima", por meio da construção de um novo projeto civilizatório, de uma nova civilização capaz de vencer os desafios da modernidade e construir uma democracia econômica, política e social. Essa democracia será conquistada e legitimada pela instrumentalização passiva das massas e por meio dela é que se consolidam os direitos dos cidadãos.

Por conta da realidade do século XX, essencialmente marcada por processos de exclusão, por antagonismos e diferenças sociais, pelas leis injustas que segregam e mantêm os privilégios dos poderosos, regidas por uma sociedade tradicionalmente conservadora, preconiza Gramsci que a busca de hegemonia é essencial para transformação política. Todavia, sublinhava a existência de uma estreita ligação entre violência revolucionária e sistemas democráticos em funcionamento.¹⁵ Argumenta que aonde uma nova classe dominante chega ao poder de forma não-revolucionária, através de um processo de revolução passiva (ex. Itália), é extremamente difícil estabelecer hegemonia e, portanto, a democracia. Formas democráticas poderão emergir, mas com certeza não terão todo vigor exigido pela democracia. Por isso Gramsci, entende que democracia e pluralismo estão intimamente ligadas à revolução.

Essa “concepção ético-política” leva Gramsci, a aderir à ideia de que a liberdade é consciência das necessidades, segundo os passos do pensamento racionalista. A consciência ética coincide definitivamente com o conhecimento da realidade a ser transformada e com a individuação do ponto para onde se deve levar esta sociedade. Gramsci afirma que a necessidade identificaria o mundo que os homens e as mulheres pretendem viver e, portanto, indicaria os caminhos para fazer com que este novo mundo surja.

Nesse sentido, argumenta Vacca (2016) que Gramsci critica Kant, e, assevera que, não se pode aceitar a tentativa de uma fundação absoluta da moral, pois o princípio kantiano do

¹⁵ Segundo Vacca, especialmente em “Quaderni del cárcere”, 1977. As menções e citações das Cartas do Cárcere remetem-se a VACCA, G. Modernidades alternativas: O século XX de Antonio Gramsci. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2016, e indicarão o número da carta, numeração o volume e a página.

imperativo categórico conduz a uma absolutização ou generalização das crenças historicamente dadas. A partir dessa perspectiva, a possibilidade seria prospectar uma filosofia moral mínima, baseada na comunicação e no diálogo e uma redução dos princípios morais que possibilitassem um consenso mínimo. Seria assim, a sociedade amadurecendo a compreensão daquilo que realmente é necessário e, a partir desse entendimento coletivo, tornar-se um dever.

Gramsci, portanto, pede a resolução das questões a partir da "razoabilidade" diante da análise da realidade (consenso). Com Gramsci, Vacca pretende, em meio aos escombros da contemporaneidade, (re)propor a questão fundamental do sujeito dentro da política, colocando a possibilidade de pensar um sujeito universal e cosmopolita, longe de uma versão de totalidade incapaz de perceber a divergência, mas a partir de um universalismo capaz de instituir o conflito e a divergência. Portanto, pensando a necessidade de operar essa reforma moral e intelectual responsável pela transição do subalterno em dirigente, problematiza a forma política pela qual esse movimento se torna possível a partir dos vínculos entre hegemonia e democracia.

Neste sentido, argumenta Vacca (2016) os elementos da cultura e da política são imprescindíveis, mas não absolutos, pois a democracia é vista como um valor universal e parte de um processo político que implica numa crítica radical à toda a lógica de produção e reprodução da sociedade capitalista. Democracia representada, assim, pelo fim do Estado burguês, movido à coerção e objetivando perpetuar a exploração. A sociedade regulada é o resultado do desenvolvimento da sociedade civil de forma madura, sendo um tipo de organização democrática e popular. Essa organização prescinde de uma nova visão de mundo, pautada em uma prática democrática de liberdade plena que só pode ser pensada se estendida até a relação de produção. Não existe democracia sem uma efetiva mobilização das classes subalternas.

Para formar essa "classe subalterna" com consciência, Gramsci defende a organização de um "centro unitário de cultura", para construir a "elaboração unitária de uma consciência coletiva" e propiciar a superação do "senso comum". O cenário fortalece a discussão acerca do papel das instituições que atuam na formação de intelectuais, tais como a imprensa e, principalmente, a escola¹⁶. A escola seria fundamental para formar uma referência filosófica para orientar o confronto ideológico, seja com o senso comum, seja com as concepções de

¹⁶ Ver: Soares, Rosemary Dore. A concepção gramsciana do Estado e o debate sobre a escola. 1992. Tese de Doutorado – UFMG, Belo Horizonte..das obras de Semeraro e Vacca. Soares destaca que Gramsci, ao escrever sobre a "escola unitária" remete seus estudos à escola clássica, humanista, introduzida na Itália no início dos anos 1920, existente antes da reforma de Giovanni Gentile. Afirmava que era preciso integrar a corrente humanista e a profissional, pois, antes do operário existe o ser humano. Nesse sentido, percebia que a "velha escola", mesmo autoritária, tinha métodos de ensino que propiciavam a aquisição de capacidades dirigentes e poderiam ser muito importantes para que as classes populares tivessem acesso ao saber e ao poder.

mundo dominantes. Essa realidade impõe questionar: Qual o papel estratégico da educação, em Gramsci? Como a educação pode contribuir na dimensão da luta pela transformação social?

A hegemonia e o sujeito moderno: contribuições da educação

Antonio Gramsci reflete sobre o papel da escola e a possibilidade da formação do homem omnilateral. A educação, particularmente imbricada na configuração do sujeito moderno, é, certamente um dispositivo para rever a condição humana na modernidade. Condição essa que deve rediscutir o sujeito da educação que ora personifica uma identidade unitária, que em nada legitima a visão de emancipação e de liberdade, pretendida por Gramsci, mas sim os princípios excludentes da sociedade capitalista. Sendo assim, cabe questionar: Qual o sentido do ato de educar? Como desenvolver um novo intelectual?

Para tentar responder essas e tantas outras questões, atentamos para os escritos das “Cartas do Cárcere”, de Gramsci, que trazem muitos argumentos acerca das impressões escolares de um pensador que questionou o seu tempo.¹⁷ Nos seus escritos é possível perceber um discurso político que denuncia a realidade das crianças proletárias camponesas, do sul da Itália¹⁸, sendo que em um desses momentos, ao escrever para o filho Juliano, Gramsci afirmava que “o sistema escolar que segui era muito atrasado” (GRAMSCI, 1948, apud MANACORDA, 1990, p. 17). A antiga escola, marcada pela defasagem, pelo tradicionalismo, mostrava-se incapaz de satisfazer às complexas necessidades da sociedade industrial.

Rosemary Dore (1992) debruça-se sobre as controvérsias que marcaram a introdução do pensamento de Gramsci nos debates acerca do ensino público no Brasil. Para ela, Gramsci, entre os muitos escritos, desvenda uma crise no sistema de ensino italiano, especialmente, relatando que frequentou escolas que não satisfizeram sua curiosidade intelectual, e fizeram compor recordações de uma instituição autoritária, discriminatória e que, muitas vezes, pela má qualificação de seus mestres, afogava os interesses infantis, ou mesmo subestimava as potencialidades dos estudantes. Conforme abaliza, no sentido de denúncia, a má qualificação acabava por não diferenciar as escolas umas das outras, sendo que a maioria delas servia apenas para formar operários intelectualmente defasados e inaptos para compor as camadas de

¹⁷ Composto por um conjunto de 43 Cartas redigidas por Gramsci entre 1929 e 1937, tendo como princípio analisar o teor educacional, e foram direcionadas aos seus filhos Delio e Giuliano. Ver: VACCA, G. Modernidades alternativas: O século XX de Antonio Gramsci. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2016.

¹⁸ Ressaltamos a formulação de dois conceitos importantes, americanismo e conformismo, que, junto com outros, fundamentam o pensamento educacional de Gramsci, voltado para a construção da hegemonia dos trabalhadores. O primeiro problematiza o modelo econômico da sociedade fundada no trabalho industrial, que na visão de Gramsci seria ideal e para qual o trabalhador deveria ser preparado, ainda que com nova qualidade política; o segundo conceito, conformismo, resume a ação educativa pela qual o trabalhador era preparado para se adequar ou se inserir na sociedade industrial.

especialistas e de dirigentes. Aponta essa problemática quando nomeia o pequeno ginásio municipal de Santu Lissurgiu, mas usa seu exemplo como um motivador para construir uma proposta pedagógica e política com o objetivo de propor o progresso da sociedade mediante a melhoria das condições concretas de vida da classe subalterna.

Gramsci mostra a educação como uma via fundamental para a realização humana que considere cada homem e cada mulher na sua particularidade e potencialidade, mas que juntos possam aprender e assumir, por meio da disciplina do agir, o compromisso com as escolhas que levarão à qualificação da vida em sociedade. Desta maneira, Gramsci é pontual a respeito da escola, bem como do partido e da questão econômica como uma determinação central da sociedade. Para chegar a essa perspectiva Gramsci analisou a relação entre estrutura e superestrutura, resgatando a importância das ideologias no processo de transformação da sociedade, recuperando a metodologia dialética, através da releitura das obras de Marx. Gramsci (1982) destaca que, para Marx, o conceito, sendo fruto do pensamento, não produz a realidade, no entanto, as ideias podem tornar-se realidade quando assumidas pelas massas.

Para compor sua proposta educacional, que é parte da luta pela hegemonia, Gramsci propõe uma práxis transformadora e libertadora, imersa no contexto histórico da humanidade, e refletindo sobre o cotidiano das condições ideais, da elevação da cultura do proletariado que deseja lutar contra o status quo. Assim, a educação, no entender de Gramsci (1982), enquanto uma dimensão cultural da sociedade se insere na “filosofia da práxis”, que deve oferecer dignidade aos homens e às mulheres e ao mesmo tempo possibilitar que estejam preparados para ser dirigentes em uma sociedade construída com princípios político-pedagógico de luta, autenticamente democrática.

A escola contemporânea, desenvolvida a partir do processo histórico da sociedade capitalista, deve ser, segundo Gramsci superada dialeticamente pela “escola ativa”. Ressurge então, com muito mais precisão, vigor e pertinência, a ideia da “escola unitária”, capaz de aderir à nova realidade, “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa” (GRAMSCI, 1982, p. 118). Defende que:

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, para a manutenção dos escolares, isto é, que se transforme inteiramente o orçamento da educação nacional, ampliando-o de modo extraordinário e tornando-o mais complexo; a inteira função da educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem distinções de grupo ou de castas. (GRAMSCI, Cadernos do Cárcere nº 12-XXIX).

Essa forma de conceber a construção de uma nova escola, parte do princípio de que todos devem ter acesso a uma educação pública de qualidade. Para isso o trabalho de organização da cultura é premissa para a mudança da sociedade, é tão importante quanto o do sindicato e o do partido político, e ele acontece também na escola. Gramsci acredita que a escola pode servir à classe trabalhadora como um conjunto de mecanismos que ajudem a superar o senso comum, através de uma maior consciência. Para isso a “escola única” seria organizada a partir de um centro de cultura integrado à luta ideológica para a conquista da hegemonia, assuma vez que, afirma Gramsci (1992, p. 40 apud SOARES, 1992, p. 17):

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário se refletirá, por isso, em todos os organismos de cultura, transformando-os e dando-lhes um novo conteúdo.

Esse “novo conteúdo” passa pela construção de uma alternativa à “escola ativa” e à tendência à proliferação de escolas profissionais.¹⁹

Gramsci está compromissado com a transformação da sociedade, e mesmo afirmando que a escola é uma instituição que produz o conformismo e a adesão, acredita tacitamente que mesmo assim ela pode trazer um esclarecimento transformador e potencializador para as crianças e os jovens. Explica que este processo não é fácil e exige muita disciplina dos alunos, pois o estudo é também um trabalho muito fatigante, “um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e mesmo sofrimento” (GRAMSCI, 1982, p. 139). Todavia, apesar de fatigante,

O proletariado precisa mesmo de uma escola de cultura desinteressada. Uma escola que dê à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. (...) Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade (GRAMSCI apud NOSELLA, 1992, p. 20).

A escola formativa, para Gramsci, necessita de uma organização que possibilite a coexistência entre o trabalho manual, técnico, industrial e intelectual e, para ele era a escola unitária que objetivamente reunia características que prioriza uma cultura humanística e formativa. Por isso,

[...] o país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que verifiquem esses instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-

¹⁹ A “escola ativa” correspondia à iniciativa de pedagogos idealistas, como Gentile, que queriam tomar esse modelo como diretiva da reforma escolar e substituindo aquela de caráter humanista. Gramsci critica a reforma de Gentile e a trata como “romântica”. Ver: SOARES, Rosemary Dore. A concepção gramsciana do Estado e o debate sobre a escola. 1992. Tese de Doutorado. UFMG, Belo Horizonte.

industrial, o mais civilizado etc. O mesmo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação: as escolas e instituições de alta cultura são similares. Também nesse campo, a quantidade não pode ser destacada da qualidade. A mais refinada especialização técnico-cultural não pode deixar de corresponder à maior ampliação possível da difusão da instrução primária e o maior empenho no favorecimento do acesso aos graus intermediários de maior número (GRAMSCI, 2001, p. 19- 20)

Gramsci critica as escolas profissionalizantes existentes, afirmando que mascaram seu espírito classista e pouco (ou nada) contribuem para a formação da autonomia e hegemonia da classe trabalhadora. Busca, então, um ensino que se responsabiliza pela formação para obter qualificações técnicas, mas que acima de tudo possibilite a inserção no mundo produtivo a partir de um conhecimento geral sólido e completo.

Por conseguinte, incorpora ao programa da escola unitária ao conceito de hegemonia, retirando-o do ambiente escolar e alargando-o para toda a sociedade. Nesse sentido Gramsci propõe a “escola unitária” configurada numa escola que leve em conta as faixas etárias e que não exclua ninguém do processo educativo. Tal escola considera a todos no seu todo, sem desprezar os diversos aspectos da dimensão humana. Para ele, essa escola tem muitos desafios e, talvez o primeiro deles seja o princípio da “universalização da educação escolar” que é o maior desafio para a democratização e para o crescimento autônomo da sociedade. Compete à escola preparar a formação dos intelectuais de diversos níveis e possibilitar, assim, a construção de uma nova sociedade.

Ao pensar o papel da escola, Gramsci nunca se absteve de problematizar as questões relacionadas à docência. Ao contrário, enfatizava que a escola e os bons educadores formam, transformam, emancipam e constroem seres unos e autônomos, mas, intimamente conectados com os seus pares na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Assevera que "um professor medíocre conseguirá que os alunos sejam mais instruídos, porém não mais cultos; pois o professor desenvolverá apenas a parte mecânica da escola e o aluno sendo um cérebro ativo terá que, com a ajuda do seu ambiente social desenvolver e organizar os conteúdos" (GRAMSCI, 1982, p. 132).

Sendo assim, em relação ao corpo docente, Gramsci defende a formação que possibilite a construção de um corpo docente capaz de atuar em favor da emancipação. Para isso, será necessária a formação dos educadores com base em uma política orgânica que articule teoria e práxis visando o pleno desenvolvimento humano. A preocupação de Gramsci (1982) com a

hegemonia leva a repensar a atuação da escola, do ensino e do professor, porque mudar o sistema de "reprodução mecânica do capital" exige mudança coletiva²⁰.

Acreditava convicto que a educação é um eixo, e, que se levada a cabo tornar-se-ia promotora da cultura, auxiliando a elevar os alunos, ao menos em nível ideal, às condições de governantes. Tão fundamental é o papel da educação e do educador que conclui que "são produtos de uma atividade humana estabelecida pelo homem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo". (GRAMSCI, 1982, p. 130).

Nesse cenário, discutir o papel da educação contemporânea, parece uma tarefa cada dia mais urgente, frente às incertezas que assolam e condicionam homens e mulheres. Cientes de que a educação representa uma possibilidade real de transformação da condição humana e da realidade objetiva, ainda que, não seja a única, é primordial qualificar o ato de ensinar e aprender.

Conclui-se enfatizando que Antonio Gramsci, mesmo dentro das paredes do cárcere, conseguiu idealizar uma nova escola e uma nova sociedade visando a sociabilidade e emancipação dos homens e das mulheres. Nesse sentido, o pensamento gramsciano é lido como um legado filosófico e pedagógico-educativo, que conduz ao (re)pensar a escola dos dias atuais, com vistas a superar os obstáculos que inviabilizam a formação omnilateral.

²⁰ Para saber mais: SOARES, Rosimary Dore. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. In: Gramsci Intelectuais e Educação. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, set/dez, 2006.

Referências bibliográficas

CARRACEDO, J. R. **Paradigmas de la política**: del Estado justo al Estado legítimo (Platón, Marx, Rawls, Nozick). Barcelona: Anthropos, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Escritos políticos**. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

_____. **Introdução à filosofia da práxis**. 29. ed. Lisboa: Editora Antídoto, 1978.

LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer?** A organização como sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

_____. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16 jan/fev/mar/abr, 2001,

SOARES, Rosemary Dore. **Gramsci, o estado e a escola**. Ijuí: Unijuí, 2000.

_____. **A concepção Gramsciana do Estado e o debate sobre a escola**. 1992. Tese de Doutorado. UFMG, Belo Horizonte.

VACCA, G. **Modernidades alternativas**: O século XX de Antonio Gramsci. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2016.

A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES “CONECTADAS” NA MÍDIA EDUCATIVA BRASILEIRA

*CONSTRUCTING TEACHING PRACTICES ‘CONNECTED’ TO BRAZILIAN
EDUCATIONAL MEDIA*

*Ana Paula Quevedo Peil
Mestre em Educação
anapaulapeil@gmail.com*

*Angela Dillmann Nunes Bicca
Doutora em Educação
IFSul - Campus Pelotas
angela.bicca@hotmail.com*

*Suêlen Teixeira da Silva
Mestre em Educação
Prefeitura Municipal de Pelotas
suelentxsilva@gmail.com*

RESUMO

A atividade docente recebe destaque recorrente na mídia educativa. Diferentes textos midiáticos apresentam como práticas educativas produtivas e inspiradoras, em especial, aquelas que estão relacionadas ao uso dos recursos digitais e da Internet. Ao fazer isso, a mídia produz e reproduz discursos educacionais que regulam as práticas e os sujeitos escolares. Sendo assim, inseridas no campo dos Estudos Culturais de inspiração pós-estruturalista, objetivamos examinar os modos como a mídia educativa brasileira, em especial a televisão, constitui algumas práticas educativas como aquelas que estão conectadas com o tempo em que vivemos. O material selecionado para a pesquisa consistiu em duas reportagens exibidas pela Rede Globo de Televisão. Uma exibida no Jornal Nacional de 05 de fevereiro de 2015 intitulada *Professores têm o desafio de tornar aulas mais atraentes para os alunos* e a outra no Fantástico, de 29 de outubro de 2017 denominada *Professores apostam em maneiras diferentes para ensinar seus alunos*. As reportagens analisadas apresentaram como práticas docentes que estamos qualificando como “conectadas” aquelas que se valem da mediação tecnológica através do uso de videoaulas acessadas na Internet. Segundo as reportagens essa estratégia metodológica permitiria trabalhar os mesmos conteúdos que tradicionalmente compõem os currículos escolares enfatizando, como foco central do trabalho educativo, a “transmissão” de conhecimentos proporcionada por novos meios.

Palavras-chave: Mídia Educativa. Estudos Culturais. Práticas docentes. Videoaulas. Internet.

ABSTRACT

Educational media often focuses on teaching. Different media texts consider as useful, inspiring educational practices particularly those related to the use of digital resources and Internet. Thus produces and reproduces educational discourses regulating school practices and subjects. Embedded in a poststructuralist strand of the Cultural Studies, we aim to examine how the Brazilian educational media, particularly television, shape teaching

practices as those connected with the time in which we live. The material chosen for the investigation was made up of two reports featured by Rede Globo de Televisão. One was presented on *Jornal Nacional* on the 5th of February 2015 called *Teachers are challenged to make more attractive classes for students* and the other on *Fantástico* on the 29th of October 2017 called *Teachers use different ways to teach*. These reports took as teaching practices we are considering ‘connected ones’ those drawing on online video classes. According to the reports, this strategy would allow them to work with the same traditional content focusing on ‘transmission’ of knowledge through new means.

Keywords: Educational media. Cultural Studies. Teaching. Video classes. Internet.

Introdução

Na mídia, a temática da atuação docente seguidamente está em pauta e são muitas as abordagens realizadas aos modos como a educação escolar funciona. Porém, nos chama atenção, em especial, o destaque dado à atividade docente qualificada como diferente daquelas que se valem exclusivamente dos recursos analógicos e que acontecem nas tradicionais salas de aula compostas por mesas, cadeiras e quadros de giz.

A atenção ao que é produzido pela mídia se justifica porque os meios de informação e entretenimento, como argumentou Kellner (2001), constituem uma ação pedagógica que contribui para ensinar como devemos nos comportar bem como o que podemos sentir, pensar e desejar. Esses meios ensinam, também, sobre a educação escolar porque são importantes na produção e fabricação de representações e discursos sobre ela. A mídia, muitas vezes cria e reproduz discursos pedagógicos quando fala sobre a escola, sobre o trabalho de professores e professoras bem como sobre os/as estudantes. Ou ainda, a mídia, como alertaram Sanfelice e Schmidt (2013), aciona discursos educacionais que regulam o que se diz sobre a escola dentro e fora dela.

Dessa forma, trabalhos inseridos no campo dos Estudos Culturais de inspiração pós-estruturalista têm examinado os efeitos dos textos da mídia que relacionam o trabalho de professores e professoras, por exemplo, a laboratórios informáticos ou a recursos digitais. Um termo usado para designar estudos com tal enfoque e que conferem atenção, em especial, a meios tais como a televisão e as revistas, é mídia educativa brasileira (PARAÍSO, 2007). Refletindo na mesma direção, focalizando neste texto, os modos como a televisão configurou-se como um poderoso local que produz e faz circular significados que passam a ter valor de verdade é possível indicar que a mídia educativa não divulga qualquer prática escolar,

contribuindo na produção do que é ou não considerado bom para a escola e para os sujeitos escolares.

Assim, entendemos que a trajetória da escrita deste texto começou quando surgiram nossas primeiras inquietações sobre a presença recorrente da educação escolar em diferentes textos midiáticos. Para, logo após, traçarmos o objetivo de examinar os modos como a mídia educativa brasileira, em especial a televisão, constitui determinados tipos de práticas educativas como as que estão conectadas com o tempo em que vivemos. O *corpus* analítico da pesquisa é composto por duas reportagens dos telejornais Fantástico e Jornal Nacional ambas veiculadas pela Rede Globo de Televisão, nas quais videoaulas foram mostradas como estratégias que se alinham a discursos educacionais que valorizam o “fazer diferente” para tornar a aprendizagem mais atrativa para os/as alunos/as.

Percurso Metodológico

Para o desenvolvimento da análise, as reportagens intituladas *Professores têm o desafio de tornar aulas mais atraentes para os alunos*, veiculada no Jornal Nacional do dia 05 de fevereiro de 2015 e *Professores apostam em maneiras diferentes para ensinar seus alunos*, veiculada no Fantástico do dia 29 de outubro de 2017, foram examinadas através do acesso *online* às mesmas nas páginas do Fantástico²¹ e do Jornal Nacional²².

Ainda em 2015 o enfoque na utilização de recursos digitais nos despertou o interesse, uma vez que a reportagem citada acima enfatizou o sucesso que professores/as estavam tendo por utilizarem em suas práticas as videoaulas apresentadas como um modo mais “descolado” de ensinar. Esforço que acaba configurando uma forma da mídia educativa colocar-se como interessada em contribuir para com a educação escolar. A reportagem referida, aliás, sugeriu que professores/as podem se valer de videoaulas para inserir recursos digitais/virtuais no seu trabalho. Destacamos que esse não é um tema novo, nem essa foi a única situação em que argumentos a favor do uso de recursos digitais na educação escolar repercutiram em uma reportagem televisiva. Porém, essa reportagem, em especial, constitui-se como momento em que iniciamos a refletir mais detidamente sobre a necessidade de problematizar como poderes e saberes se articulam nos discursos educacionais que perpassam a mídia educativa brasileira.

Em 2017, deparamo-nos com outra reportagem que, assim como a veiculada em 2015, ressaltou o esforço que professores/as fazem para chamar atenção dos/as alunos/as usando os

²¹ Disponível em <<http://g1.globo.com/fantastico/>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

²² Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

recursos digitais em suas aulas. Mais uma vez esses/as gravaram videoaulas em que aparece um professor saltando de paraquedas, professores/as entrando em piscina de gelo e uma professora dançando e cantando Funk bem como usando *memes*²³ para criar suas aulas. Isso nos inquietou a ponto de querermos entender a valorização que a mídia está dando a práticas docentes que poderiam ser qualificadas como “conectadas”, constituídas, talvez, como tão interessantes quanto saltar de paraquedas, dançar Funk ou entrar em piscinas de gelo.

Quando revisitamos as duas reportagens através dos *sites* em que se encontram disponíveis para acesso *online* pudemos detalhar os seus ditos compreendendo que essas reportagens acionam discursos educacionais que são acolhidos e postos para funcionar em um regime de verdade que produz

[...] mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2004, p. 12).

Discurso, segundo essa acepção, não é tratado como um “[...] conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1997, p. 56). Discurso não constitui um simples recurso para descrever o que existe no mundo, ou seja, trata-se de um termo “[...] utilizado para enfatizar o caráter linguístico do processo de construção do mundo social” (SILVA, 2000, p. 43). Dessa forma, a análise foi dedicada a examinar os efeitos de verdade produzidos pela articulação entre poderes e saberes nas duas reportagens. Articulação que se produz nos discursos acionados à medida que produzem hierarquias e classificações, regulando o que pode ser dito em cada tempo e lugar.

É importante destacar que poder não é tomado aqui como algo que diz não e interdita a ação, aliás, o que faz com que ele circule e se mantenha é que ele “[...] produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2004, p. 8). Assim, a partir do momento que o poder é considerado como implicado com a produção de discursos, o problema deixou de ser

[...] fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem os efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos (FOUCAULT, 2004, p. 7).

²³ Expressão utilizada para referir-se a informação que se espalha rapidamente através da Internet.

Isso indica que não há verdade fora do poder, as coisas que podem ser ditas, como já apontamos, dependem do modo como poder e saber se articulam através de diferentes discursos. Por isso, os discursos educacionais mais valorizados em um programa de TV, somente repercutem porque se inserem em uma ordem mais ampla de poderes e saberes que os sustentam como verdadeiros. O que nos leva a considerar que

[...] em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial (FOUCAULT, 2004, p. 170-180).

A partir dessa compreensão sobre os efeitos do funcionamento de poder articulado ao saber dedicamo-nos, na próxima seção, a analisar os modos como a mídia educativa contribui para construir práticas “conectadas” e passamos a problematizar a ênfase na valorização desse tipo de prática que são consideradas como alternativa ao modo tradicional de ensinar.

Estratégias educativas da mídia: a ênfase na utilização de recursos digitais na construção de práticas docentes conectadas

O Jornal Nacional em reportagem exibida dia 05 de fevereiro de 2015 e intitulada *Professores têm o desafio de tornar aulas mais atraentes para os alunos*, disponível na página *online* do jornal²⁴, enfatizou a importância de se encontrar as melhores maneiras de trabalhar o conhecimento escolar. A jornalista Renata Vasconcellos, na chamada da reportagem, informa que para ensinar não basta dominar os temas a serem trabalhados nas escolas, mas que também é necessário **encontrar a melhor forma de transmitir o conhecimento**²⁵.

Essa forma seria, segundo a reportagem, fazer uso da Internet para ensinar o conteúdo a partir de videoaulas. Uma forma de proceder que garantiria um nível de atenção dos/as alunos/as que não se obtém com outras estratégias porque o/a aluno/a assiste a videoaula apenas quando está **predisposto a aprender**. Pois, como afirmou a repórter Graziela Azevedo **esses professores têm**

²⁴ Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/02/professores-tem-o-desafio-de-tornar-aulas-mais-atraentes-para-os-alunos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

²⁵ Excertos do que foi dito nas reportagens estão marcados em negrito.

o que muitos colegas sonham conseguir: a atenção total dos alunos e bota aluno nisso. Quantas vezes as pessoas já viram as suas aulas? Aludindo a essa mesma situação um dos professores entrevistados na reportagem afirma que seu canal de videoaulas **tem trezentos e quarenta mil visualizações por mês.**

O resultado do uso de videoaulas, segundo o que é mostrado na reportagem, indica que ela atinge um número maior de estudantes do que ocorreria em uma sala de aula presencial. Ao final, a reportagem é fechada com a indicação de **que misturando o velho e bom conteúdo com o jeito mais descolado de ensinar que os videoprofessores dão a sua contribuição para que a educação brasileira avance sem desafinar e sem deixar tanta gente pra trás.**

Nos trechos da reportagem destacados acima, chama-nos atenção que a forma considerada mais qualificada para “transmitir o conhecimento” diz respeito à utilização de recursos digitais, neste caso, através de videoaulas veiculadas pela Internet que estariam alcançando altos números de visualizações. Além disso, cabe aqui indicar que chama nossa atenção, também, o uso da expressão “transmitir conhecimento”, fortemente calcada nas teorizações educacionais mais tradicionais (SAVIANI, 2008) usada, neste caso, para referir exemplos considerados positivos de trabalho docente. A mídia educativa, embora exalte trabalhos realizados de maneira alternativa ao modo tradicional no que diz respeito à metodologia, objetiva “transmitir conteúdo” retomando os mesmos saberes que a escola moderna validou. Isso indica que, mesmo quando se destaca novos modos de ensinar persistem elementos da escolar tradicional.

Na outra reportagem selecionada para a escrita deste texto, veiculada no Fantástico do dia 29 de outubro de 2017 e disponibilizada em sua página *online*²⁶, intitulada *Professores apostam em maneiras diferentes para ensinar seus alunos*, foram apresentados/as professores/as que produzem videoaulas nas quais saltam de paraquedas, entram em uma piscina de gelo e cantam, dançam e utilizam *memes* para chamar atenção dos/as alunos/as.

A apresentadora Poliana Abritta, na chamada da reportagem, informa que com a proximidade do ENEM **não são só os alunos que estão se esforçando não, viu.** Na sequência, o apresentador Tadeu Schmidt afirma que tem professor/a **dançando Funk, saltando de paraquedas e até entrando em piscina de gelo. O pessoal é criativo hein!**

Nesta reportagem, além da afirmação que o estudo através de videoaulas seria mais eficaz do que o que acontece em sala de aula, onde apenas alguns estudantes conseguem prestar atenção às explicitações do conteúdo a ser estudado, é destacada a ação de submeter professores/as a situações extremas como forma de contextualizar o que será estudado.

²⁶ Disponível em <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/10/professores-apostam-em-maneiras-diferentes-para-ensinar-seus-alunos.html>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

Assim como na reportagem referida anteriormente, os trechos transcritos mostram a ênfase conferida à utilização da Internet por parte desses/as professores/as que, através de videoaulas, trabalham seus conteúdos escolares. Novamente o argumento para o uso de videoaulas é a possibilidade de obter a atenção dos/as alunos/as. Na reportagem, aliás, é referido que um dos professores entrevistados **conseguia atrair a atenção de no máximo, uns quinze alunos, até decidir fazer diferente**. Ou seja, até produzir videoaulas que estão propiciando que seu trabalho já tenha alcançado no momento da reportagem, **mais de cem mil** visualizações. Trata-se do mesmo professor que afirmou que tem sido **cada vez mais difícil dentro de uma sala de aula com tantas distrações e um mundo cheio de novidades você conseguir chamar a atenção do aluno pra um quadro negro, pra giz e pra uma explicação**.

Essas duas reportagens ajudam a mostrar que o que a mídia educativa constitui como bom trabalho educativo inclui o uso de recursos digitais e da Internet, nestes casos valendo-se da produção de videoaulas como estratégias educativas. De acordo com Paraíso (2001) o mundo das telecomunicações tem constituído o bom trabalho escolar como aquele realizado por docentes “antenados”, aqueles que estariam “conectados” com o mundo contemporâneo por inserirem os recursos digitais e o que está disponibilizado na Internet em seu trabalho. O que está presente nas duas reportagens coincide em vários aspectos. Porém, não compreendemos essas recorrências como mero acaso e sim como um processo que contribui para constituir um discurso da mídia educativa que produz, reproduz e dissemina o que é tomado como “verdade” educacional e como “ideal” a ser buscado.

Nesse sentido, o discurso da mídia educativa, ao disseminar e acionar determinados modos de fazer docente está envolvido em relações de poder e saber, acaba sugerindo aos/às professores/as maneiras de conduzir suas práticas, práticas essas afinadas às quais ela tanto destaca e divulga. A mídia educativa aciona, dessa forma, um discurso que usa o que constitui como formas transformadoras e bem sucedidas do fazer docente para atrair estudantes, professores/as e outros sujeitos. Como disse Paraíso (2007), o discurso da mídia educativa brasileira interpela a diferentes sujeitos utilizando técnicas sedutoras, responsabilizadoras e emotivas que estão sendo produzidas no mundo das telecomunicações.

Desde o movimento da Escola Nova (GAUTHIER, 2014; DUSSEL, CARUSO, 2003) as teorizações educacionais vêm argumentando a favor de importantes mudanças na escola. Entre os pontos que merecem destaque podemos citar a recomendação de centrar o trabalho educativo no/a aluno/a, de atender às necessidades e interesses do/a estudante, de desenvolver as potencialidades dos jovens e crianças, de posicionar o/a professor/a como potencializador/a e estimulador/a do trabalho educativo, entre outros pontos que configuram um afastamento do

que compunha o que ficou conhecido como abordagem educacional tradicional. Por esse motivo, tanto as discussões acadêmicas sobre educação quanto o que se observa nos discursos acionados pela mídia educativa proliferaram-se argumentos sobre a necessidade de que a escola se valha de atividades dinâmicas e atrativas com a inserção de materiais didáticos lúdicos, tais como os jogos e as brincadeiras, por exemplo, para evitar ao máximo as aulas expositivas. Defesa que, nas últimas décadas, tem se alinhado à outra que diz respeito à inclusão de recursos digitais e da Internet na atividade escolar.

A defesa que perpassa o discurso da mídia educativa brasileira e também os debates educacionais acadêmicos tem se apoiado no argumento de que a escola necessita se alinhar com as transformações que estariam ocorrendo no mundo. Transformações que atingem a escola, porque, como podemos argumentar, “[...] ela é sacudida por novas e instigantes questões que nos produzem como habitantes de um outro tempo e espaço” (FABRIS, 2006, p. 121). Ou ainda, a escola, assim como outras instituições, não permaneceu isenta às transformações culturais e sociais. Nesse sentido,

[...] não admira que agora, quando as novidades das últimas décadas substituíram em boa medida os estilos de vida precedentes, a sala de aula escolar tenha se convertido em algo terrivelmente “chato”, e a obrigação de frequentá-la implique uma espécie de calvário cotidiano para os dinâmicos jovens contemporâneos (SIBILIA, 2012, p. 65).

Essa “chatice” na qual a sala de aula teria se convertido tem relação com as mudanças nos mecanismos de poder em que nossas sociedades se inserem. Nos séculos XVII e XVIII, tornou-se forte a presença de mecanismos disciplinares com seus recursos de vigilância e controle. Conforme Foucault (1987), a partir da ordenação do espaço os/as alunos/as passaram a ter lugar definido em sala de aula, essa disposição em

[...] lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Dessa forma a escola teria colocado em funcionamento um mecanismo que implica um controle minucioso das operações do corpo através de múltiplas coerções que se valem de uma ação calculada sobre cada gesto para produzir corpos exercitados, dóceis e úteis. Corpos capazes de produzir o que Foucault (1987) nomeou como sociedade disciplinar por ser uma sociedade na qual esses mecanismos se instauraram em todo o corpo social. O que não significa um corpo que simplesmente obedece, mas um corpo que está inserido em estratégias

perspicazes e sutis de ação de saberes e poderes que buscaram favorecer a produção de um indivíduo disciplinado, ordeiro, civilizado, respeitador da lei e afeito a viver nas sociedades estatais modernas que foram se produzindo nos últimos séculos. Indivíduos que somente poderiam alcançar tais qualificativos se aprendessem a ler e escrever e a realizar alguns cálculos, como indicou Sibilia (2012). Ou ainda, indivíduos que necessitavam aprender alguns “conteúdos” diferentes do que era frequente investir, no período medieval, para a inserção em diversos ofícios. Enfim, não apenas os modos de produzir indivíduos mudaram com o advento da era moderna. Mudou, também, o que era importante aprender.

Porém, as sociedades disciplinares, como já referimos, estão passando por importantes transformações. Depois da Segunda Guerra Mundial, as disciplinas conheceriam uma crise, crise essa estimulada a partir de novas forças que se instalavam lentamente. Isso porque nas sociedades a ênfase estaria se deslocando para outros mecanismos que se diferenciam das sociedades disciplinares onde os indivíduos recomeçam cada vez que passam um espaço pautado no disciplinamento para outro, porque

[...] nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (DELEUZE, 2010, p. 225-226).

Ainda conforme o autor referido, a outra diferença entre as sociedades disciplinares e de controle, é que nas primeiras é “[...] a assinatura que indica o *indivíduo*, e o número de matrícula que indica sua posição numa *massa*” (DELEUZE, 2010, p. 226) enquanto nas segundas, ocorre exatamente o contrário, “[...] o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma *senha*” (DELEUZE, 2010, p. 226). Ou seja, estaríamos entrando em sociedades nas quais o mais importante não é o confinamento, mas o controle dos indivíduos em espaços abertos.

De acordo com Corea (2010) numa sociedade informatizada a lógica do espaço é a de fluxos de informação em tempo real e não a de lugares onde corpos são fixados. Nessas sociedades os tempos correm ou voam e, por esse motivo, as práticas disciplinares de confinamento, fixação ou sujeição de indivíduos ao espaço foram alteradas. Dessa forma, nas sociedades infomacionais o que se destaca são os fluxos e os pontos de conexão em uma rede.

Dessa forma, não é porque uma atividade escolar é realizada fora do ambiente fechado de sala de aula, ou porque esteja associada a recursos digitais ligados com a Internet, que uma série de coerções sutis não aconteça. Elas se inserem em mecanismos nos quais o mais importante não é o confinamento, mas o “[...] controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 2010, p. 220). Nela o poder acontece de maneira mais instantânea e fugaz,

acompanhando ritmos intensos e se vale de uma dinamicidade cada vez maior. Não que o disciplinamento não siga existindo, pelo contrário, este segue recoberto por mecanismos de controle que o tornam mais refinado em nosso dia a dia. Um exemplo de controle contínuo que pode ser mencionado atualmente em nossa sociedade são os sites de pesquisa como o Google²⁷ em que ao buscar por um produto qualquer, quase que imediatamente aparecem em outras páginas sugestões do que você estava procurando.

Esse exemplo ajuda a indicar que nessa nossa sociedade da informação, mesmo que não estejamos confinados e submissos, o que nos dá uma sensação de autonomia, estamos sim, imersos no que Sibilia (2012) chama de *rede eletrônica*. Uma rede que cria condições sutis e prazerosas de inserir a todos/as nós em mecanismos de controle.

Assim, em vez da prisão - com suas grades, seus cadeados, suas normas estritas e suas severas punições -, teríamos cada vez mais como modelo universal uma rede eletrônica aberta e sem fios, à qual cada um se conecta livremente: apenas onde, quando e se o desejar. Nos locais onde imperavam as rígidas agruras do confinamento para educar os cidadãos dos séculos XIX e XX com a força do sangue e da letra, desdobram-se agora as atrativas tramas da conexão, que opera de outro modo e com outros objetivos: seduzindo os consumidores contemporâneos com suas incontáveis delícias transmidiáticas (SIBILIA, 2012, p. 174-175).

No caso da mídia educativa, não é diferente, a ênfase e o destaque a toda essa conexão principalmente ao uso dos recursos digitais ligados com a Internet, acontecem num momento em que a informatização, as redes sociais e os canais de compartilhamento de vídeos são muito valorizados, principalmente pelos jovens. Conforme mencionado anteriormente em uma das reportagens analisadas, o professor não conseguia chamar atenção de muitos/as alunos/as em sala de aula, mas a partir de suas videoaulas a visibilidade foi imensamente maior. Isso acontece porque estaríamos cada vez mais imersos no que Corea (2010) denomina “era da fluidez”, já que nessa sociedade informatizada a lógica do espaço é a de fluxos de informação em tempo real e não a de lugares onde corpos são fixados.

Dessa forma, na mídia educativa, não são destacados trabalhos realizados em salas de aula tradicionais, mas sim, novos meios de trabalhar o conteúdo, principalmente os ligados à Internet. Estranhamente, os mesmos discursos da mídia educativa que valorizam as novas formas de ensinar reiteram os velhos conteúdos sem levar em consideração que o sucesso de acesso às videoaulas em nada garante a apreensão desses conteúdos por parte dos/as estudantes do século XXI. Enfim, os discursos educacionais libertários buscam fazer com que todos/as participem cada vez mais das propostas educativas que apresentam novas formas de ensinar os mesmos conteúdos de sempre.

²⁷ <https://www.google.com.br/>

Considerações finais

Diante do objetivo de examinar os modos como a mídia educativa brasileira, em especial a televisão, constitui determinados tipos de práticas educativas como “conectadas” com o tempo em que vivemos, esta pesquisa indicou a ênfase na mediação tecnológica, através do uso de videoaulas acessadas pela Internet, como estratégias eficazes para capturar mais estudantes e levá-los a aprendizagens efetivas. Essa estratégia metodológica permitiria trabalhar os mesmos conteúdos que tradicionalmente compõem os currículos escolares, enfatizando como foco central do trabalho educativo a “transmissão” de conhecimentos, por novos meios. Com tal estratégia, a mídia educativa estaria constituindo certos recursos tecnológicos como necessários e suficientes para a obtenção de formas de ensinar que seriam mais eficazes não só pela motivação que propiciam, pela possibilidade de poderem ser utilizadas em qualquer hora e local, mas, também, por alcançarem um número maior de estudantes do que se observa em uma sala de aula presencial.

Assim, ao divulgar e disseminar esse tipo de prática, a mídia educativa estaria contribuindo para instituir o que merece ser destacado e divulgado a partir de um discurso que coloca os recursos digitais como parte de estratégias educativas mais eficazes e, portanto, produzindo modelos a serem seguidos. Os discursos educacionais acionados pela mídia educativa vão além, indicando que as metodologias que se valem dos recursos digitais e da Internet atrairiam bem mais a atenção dos diferentes sujeitos escolares. Dessa forma, não seria difícil conseguir atenção dos/as estudantes mesmo quando o objetivo é “transmitir o conhecimento”, pois se os/as professores/as apresentados/as nas reportagens conseguem, por que outros/as não conseguiriam também? Tratam-se de discursos que sugerem a professores/as e a estudantes que criatividade e um fazer diferente do modo tradicional, no que diz respeito à metodologia de ensino, pode tornar a aprendizagem dos mesmos conteúdos de sempre um momento prazeroso.

Referências bibliográficas

COREA, Cristina. Pedagogía y comunicación en la era del aburrimiento. In: COREA, Cristina; LEWKOWICZ, Ignacio. **Pedagogía del aburrido**: escuelas destituidas, familias perplejas. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2010. p. 41-70.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 2. ed. São Paulo: ed. 34, 2010.

DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula**: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

FABRIS, Elí. T. O cinema e o “Oscar do Magistério”. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O magistério na política cultural**. Canoas: Ed. ULBRA, 2006. p.119-154.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

GAUTHIER, Clermont. Da pedagogia tradicional à pedagogia nova. In: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (org.). **A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p.153-177.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **A produção do currículo na televisão**: que discurso é esse? Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 26, n. 01, p. 141-160, 2001.

_____. **Currículo e mídia educativa brasileira**: poder, saber e subjetivação. Chapecó: Argos, 2007.

SANFELICE, Gustavo Roesse; SCHMIDT, Saraf Patricia. **Mídia e educação**: possibilidades de (des)encontro. Atos de pesquisa em Educação, v. 8, n. 1, jan/abr, p. 129-141, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria Cultural e Educação: Um Vocabulário Crítico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES IMPULSIONANDO NOVAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA ESCOLA PÚBLICA

LA EDUCACIÓN INTEGRAL Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES IMPULSIONANDO NUEVAS CONSTRUCCIONES SOCIALES EN LA ESCUELA PÚBLICA

*Angela Machado Tavares
Mestre em Educação/ UNIPAMPA
E-mail: angella_tavares@yahoo.com.br*

*Maurício Aires Vieira
Doutor em Educação/PUC/RS
E-mail: profmauricioaires@gmail.com*

RESUMO

Este estudo faz parte da pesquisa/intervenção pedagógica na Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora dos Navegantes na cidade de Pelotas, RS. Pretendeu-se contribuir com a possibilidade de implantar na escola o aumento de tempo escolar com qualidade de tempos, espaços e formação dos discentes. O próprio esforço e investimento para planejar a Educação Integral já proporcionaram movimento da comunidade e espírito de mudanças no turno obrigatório, por assim dizer. Essas reflexões e concepções foram formando aos poucos um conjunto de apropriações e informações que permitiram atingir o objetivo proposto, que era a criação de um conjunto de sugestões para a reestruturação curricular da escola, onde se encontrasse novas construções sociais entre a escola, o ser humano e a comunidade. Podemos perceber as pequenas mudanças que houve no grupo em todo seu contexto, as micropolíticas, que de alguma forma, auxiliadas por pressupostos teóricos, pedagógicos e científicos, nos tornaram enquanto grupo e enquanto indivíduo, um pouco mais consistentes, seja pela partilha de saberes científicos, de saberes empíricos ou até mesmo pela partilha de saberes humanos, pois o educador é antes de tudo um artífice, suas ferramentas são as suas práticas e o resultado esperado esperado é a aprendizagem do educando e de si mesmo.

Palavras-chave: Educação Integral; Formação; aluno cidadão; construção social.

RESUMEN

Este estudio forma parte de la investigación / intervención pedagógica en la Escuela Estadual de Enseñanza Fundamental Nuestra Señora de los Navegantes em La ciudad de Pelotas, RS. Se pretendió contribuir con la posibilidad de implantar en la escuela el aumento de tiempo escolar con calidad de tiempos, espacios y formación de los discentes. El propio esfuerzo e inversión para planear la Educación Integral ya proporcionaron movimiento de la comunidad y espíritu de cambios en el turno obligatorio, por así decirlo. Estas reflexiones y concepciones fueron formando poco a poco un conjunto de apropiaciones e informaciones que permitieron alcanzar el objetivo propuesto, que era la creación de un conjunto de sugerencias para la reestructuración curricular de la escuela, donde se encontraran nuevas construcciones sociales entre la escuela, el ser humano y la comunidad. Podemos percibir los pequeños cambios que hubo en el grupo en todo su contexto, las micropolíticas, que de alguna forma, auxiliadas por supuestos teóricos, pedagógicos y científicos, nos

convirtieron en grupo y en cuanto individuo, un poco más consistentes, sea por el intercambio de saberes científicos de saberes empíricos o incluso por el compartir de saberes humanos, pues el educador es ante todo un artífice, sus herramientas son sus prácticas y el resultado esperado es el aprendizaje del educando y de sí mismo.

Palabras clave: Educación Integral; formación; alumno ciudadano; construcción social.

Introdução

Este artigo apresenta a pesquisa qualitativa de caráter interventivo que foi realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora dos Navegantes, Pelotas, RS no ano de 2017 e teve como objetivo provocar na escola o debate sobre formação em tempo integral, seus desafios e perspectivas, e proporcionar a integração dos envolvidos no processo de consolidação da escola de tempo integral como uma nova perspectiva curricular. O debate é fundamental para a troca de ideias, conhecimentos e experiências e agrega conteúdo ao conjunto dos trabalhadores da escola e na comunidade escolar como um todo. Este debate também visou ampliar a capacidade de transformar a forma de educação na escola e obter uma proposta renovadora e comprometida com a educação de qualidade, democrática e que permita a emancipação do estudante enquanto ser social.

Dentro desse quadro, esta pesquisa analisou a implantação da Educação Integral e as escolas de tempo integral. Uma das ações indutoras nesse sentido é o Programa Mais Educação (PME), que foi instituído pelo Ministério da Educação através da Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/2010. Este Programa é uma ação estratégica para induzir a ampliação da jornada escolar e proporcionar outros tipos de conhecimentos e acesso à cultura, que não aqueles determinados há décadas e que não correspondem mais às necessidades educacionais de nossas crianças e adolescentes. Modificar toda uma estrutura estabelecida por longo tempo é uma tarefa desafiadora e exige um trabalho consciente e concreto, pois ampliar a jornada escolar na perspectiva da educação integral exige redimensionar, reestruturar, repensar espaços, ações, tempos, recursos de toda ordem e, principalmente, o currículo escolar.

É exatamente sobre este ponto que o projeto de intervenção propôs trabalhar, discutindo o currículo na escola de tempo integral, utilizando um instrumento diagnóstico que possibilitou conhecer as concepções dos professores sobre os elementos envolvidos, como o currículo formal atual, suas flexibilizações, sobre a educação integral e a escola de tempo integral. Visava também possibilidade de um currículo permeado por ações que, na implantação da educação integral a partir da ideia de escola de tempo integral, possibilitasse a formação de um aluno autônomo, cidadão e sujeito de si.

O caminho da educação integral no Brasil

Segundo Goldemberg (1993), a educação no Brasil sofreu, nas últimas décadas, diversas modificações na sua estrutura, no seu conteúdo e no sentido social e filosófico de constituir-se. O autor verifica que, nestes períodos, o ensino público respondia por absorver uma grande parte da população em idade escolar e cumpria, dentro das características da sociedade em que se desenvolvia, um papel importantíssimo na medida em que seus alunos eram preparados “para as ocupações médias no mercado de trabalho (contadores, burocratas, professores, etc) ou para entrarem na Universidades” (PARO, 1998, p. 38). De acordo com as análises da situação da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, Teixeira (1932, p. 45) comenta: “(...) O ocaso da República Velha enche os brasileiros de esperanças democráticas. Com elas a função social da escola conseqüentemente se amplia”. A escola primária pública, comum e obrigatória mobiliza a elite intelectual de então. O povo bate às portas da escola média e luta com consciência mais larga pelo seu acesso à escola. O povo queria escola.

Sem alternativa para barrar as reivindicações e pela própria necessidade de formação de mão de obra para o mercado crescente, se realiza uma pequena democratização do acesso à escola pública, conforme Bittar e Bittar (2012, p. 158). Em 1932, alguns intelectuais lançam *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, cujo um dos subscritores foi Anísio Teixeira. Este manifesto teve grande influência do movimento chamado Escola Nova, principalmente pelas idéias do filósofo norte americano John Dewey, para quem a educação, é uma necessidade social e por causa dessa necessidade as pessoas devem ser aperfeiçoadas para que se afirme o prosseguimento social, assim sendo, possam dar prosseguimento às suas ideias e conhecimentos. Com base nestes pressupostos, na década de 1950 surgiram as propostas de Educação Integral. A educação integral se deu com a implantação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a Escola-Parque, como ficou conhecida, na periferia de Salvador, BA, “idealizada pelo educador baiano Anísio Teixeira, cuja estrutura era composta por quatro “escolas-classes” destinadas ao desenvolvimento intelectual e uma “escola-parque” e visava a atender jovens das classes populares em regime de período integral” (PARO et al., 1988, p. 191).

A segunda proposta de criação de uma escola integral no Brasil ocorreu logo no início da década de 1960, no estado de São Paulo, com os Ginásios Vocacionais tendo como público alvo alunos do antigo Curso Ginásial na faixa etária entre 11 e 14 anos. Esta proposta pedagógica também estava alicerçada no escolanovismo e na pedagogia Deweyana, que, segundo Pinazza (2013) traz o conceito de pensamento reflexivo, no qual o filósofo propõe a

formação reflexiva tanto da criança como do professor e o conceito de educação como processo social e democrático.

A terceira proposta de educação integral no Brasil nasceu com a redemocratização política, na década de 1980 no governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Brizola ‘voltava do mundo’, trazendo bagagem cultural e informações que tentaria aproximar da realidade brasileira e fazer mudanças. A mudança na educação se deu com a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Para ampliar as contribuições ao seu Plano Especial de Educação, Brizola convidou o educador Darcy Ribeiro e o arquiteto Oscar Niemeyer.

A Educação Integral e o Programa Mais Educação

O processo legal que iniciou a implantação da educação integral no Brasil veio com a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e que, ao determinar diferentes valores de repasses de verbas para a educação de tempo parcial e de tempo integral, aponta para um projeto de Estado que implementa a educação integral. Fundamentado na LDBEN, na Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001 e na Lei nº 11.494, referida anteriormente, foi criado o Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Programa Mais Educação. Na linha de pensamento de democratizar e sociedade e ocupar outros espaços possíveis para esta realização, formou-se o novo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que, através da Emenda Constitucional 059/2009, mudou sua condição de disposição transitória da LDBEN para uma exigência constitucional de periodicidade nacional. O documento que apresenta o PNE, intitulado “Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do PNE” também estabelece na Meta número 6:

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. (BRASIL, 2014, p. 28).

Nesta Meta 6, surge o aparato legal que foi organizado para implementar a Educação integral e diz que:

O **Programa Mais Educação**, ofertado às escolas públicas de ensino fundamental, consiste no desenvolvimento de atividades de educação integral que expandem o tempo diário de escola para o mínimo de sete horas e que também ampliam as oportunidades educativas dos estudantes. As atividades de educação integral compreendem estratégias para o acompanhamento pedagógico diário da

aprendizagem dos estudantes quanto às linguagens, à matemática, às ciências da natureza, às ciências humanas; bem como quanto ao desenvolvimento de atividades culturais, da cultura digital, artísticas, esportivas, de lazer e da abertura das escolas aos finais de semana (BRASIL, [201-?]).

O PNE configura a educação integral como forma de atender ao desafio de vincular a aprendizagem à vida, compreendendo o ser humano em suas múltiplas dimensões e como sujeito de seus direitos e

(...) define educação em tempo integral como a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais. (BRASIL, 2014, p. 28).

Considerações sobre a pesquisa e a intervenção pedagógica

A proposta dessa pesquisa surgiu a partir de um conjunto de observações realizadas em escolas públicas nas cidades de Pelotas e Jaguarão. A pesquisa buscou contribuir para que na escola se efetivasse uma política de ampliação da jornada escolar com qualidade e aproveitamento das atividades desenvolvidas com os alunos para a sua formação integral humana.

Este trabalho foi uma proposta do tipo intervenção pedagógica e conforme Damiani (2012) essa técnica na pesquisa educacional representa o momento de aplicação das abstrações teóricas para a obtenção do concreto. Estas abstrações foram refletidas da realidade concreta, no caso, do nosso objeto de pesquisa, e depois de se ter o planejamento, a execução e a avaliação das práticas decorrentes desse processo, realizam uma reorganização para chegar a um resultado positivo, propondo novas prática ou reformulando as existentes.

Por existir um processo de intervenção foi feita uma pesquisa, um estudo de cunho social, tendo assim uma abordagem de caráter qualitativo. Esta abordagem buscou responder as dúvidas de como se dão as experimentações pedagógico-educacionais e sociais no âmbito da instituição de ensino, como os sujeitos desenvolvem suas práticas e experimentações e o que é possível para o aprimoramento desse trabalho.

A pesquisa buscou, predominantemente, responder como se poderia realizar a formação de professores no intuito de fazer conhecer e modificar o currículo escolar para a qualificação do trabalho envolvendo o PME e a possibilidade de implementação de uma escola de tempo integral.

Seguindo essa perspectiva, foi estabelecido o percurso metodológico, onde o principal ponto de inquietação foi a fala de muito colegas professores que demonstraram, durante as observações, suas angústias por não poderem ir além do que existe no currículo, segundo eles, engessado por parâmetros ultrapassados e tempos exíguos para a sua concretização. Dessa forma, o projeto de intervenção aqui descrito propôs: diagnosticar a demanda de conhecimentos sobre currículo e educação integral necessários à direção e aos professores para as alterações e reestruturações no PPP da escola.

A partir desse diagnóstico, debateu-se, discutiu-se e se ampliaram os conhecimentos já existentes por parte desse grupo, inserindo-os no debate acerca do tema educação integral e e as devidas modificações no PPP.

Processo de elaboração da pesquisa

No ano de 2016 teve início o processo de elaboração da pesquisa interventiva. Foi feita uma análise e estudo de material para dar consistência ao referencial teórico. Começaram as primeiras escritas formais sobre o tema pesquisado, legislação e políticas públicas, coletas de materiais escritos, documentos da escola e as conversas preliminares com a direção da escola e alguns professores. Os sujeitos que participaram desta pesquisa foram a equipe gestora, composta por seis pessoas, entre diretora e equipe pedagógica e doze professores que atuam com as turmas de 6º ao 9º ano na EEEF Nossa Senhora dos Navegantes, localizada na cidade de Pelotas que atendia à época 401 estudantes, em sua maioria oriundos de classes populares, moradores dos arredores da escola e muitos em situação de vulnerabilidade social.

O método de elaboração da intervenção

Como forma de diagnosticar o conhecimento prévio dos docentes sobre a temática da pesquisa foi aplicado um questionário que teve por objetivo levantar as primeiras impressões do grupo para, a partir desse levantamento, construir o plano de ação da intervenção. O questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 184). As perguntas do questionário foram do tipo abertas e fechadas e a escolha pela aplicação do questionário se deu pela “possibilidade de obter respostas mais rápidas e mais precisas, maior uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 185). Os dados coletados através destes instrumentos foram analisados e categorizados pela pesquisadora, sendo utilizados para

embasar a proposta de intervenção. Após a coleta dos dados do diagnóstico, foi proposta uma intervenção a partir das rodas de conversas trazidas por Warschauer (2001). Segundo a autora, as rodas são elementos para o trabalho coletivo na escola, onde é aberto um espaço para que os sujeitos da escola estabeleçam diálogo e interação ampliando suas percepções sobre si e sobre os outros.

Sob a ótica da formação de professores utilizando as rodas de conversa, objetivamos que se percebesse que no cotidiano da escola, assim como na comunidade e na vida, se fazia necessária a mudança entre diversos agentes. Sempre. Por isto a roda. Aquela que começa e termina em um mesmo ponto, mas não da mesma forma nem na mesma pessoa.

Nas conversas com o grupo, foi solicitado que houvesse um número regular de encontros e ficou estabelecido por todos que o trabalho seria realizado em oito rodas de conversa.

A avaliação do projeto de intervenção se fez com a utilização das cadernetas de metacognição, elaboradas pelos sujeitos participantes e cada uma delas foi lida na próxima etapa das rodas de conversa. Essas reflexões foram de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa e do trabalho dos professores, pois assim se aprendeu conteúdos e formas de pensar e construir conhecimentos através da cooperação.

Considerações Finais

A formação continuada na escola e dentro da escola permite um aprimoramento e maior compreensão da necessidade de novas práticas pedagógicas, uma vez que nestes momentos os professores dialogam, discutem teorias, repensam práticas e elaboram propostas de trabalho colaborativo, ultrapassando as barreiras do individual e favorecendo as práticas coletivas. Neste momento de repensar a formação, se percebe a necessidade de refletir sobre a profissão, sobre a sociedade, sobre o meio no qual se está inserido e a consequente necessidade de um PPP que acompanhe as mudanças da sociedade. Projeto este que contemple a constante renovação de ideias firmando o compromisso inarredável pela busca de uma educação de qualidade. Este compromisso implica definir currículos que permitam práticas heterodoxas, criativas, heterogêneas e inclusivas, com amplo espectro social e que espelhe a escola como importante espaço onde se constitua uma cultura de formação, que possa subsidiar os envolvidos no trabalho escolar e que tente subverter a noção de que escola pública é apenas espaço de repetição de conteúdos pré-estabelecidos pelas leis e regras que regem a educação no Brasil.

Objetivando contribuir para o avanço dos debates e configurações dos modelos educativos que hoje são propostos para as escolas públicas, realizamos a pesquisa interventiva na EEEF

Nossa Senhora dos Navegantes e a metodologia utilizada foram as rodas de conversa. Esta intervenção se efetivou com uma formação de professores em contexto e trouxe para a escola a discussão de como possibilitar mudanças que visem a Educação Integral, proposta pelo PME.

Essas mudanças, obrigatoriamente, passam por iniciativas e inovações pedagógicas e pela reflexão sobre o currículo. Passam por uma reestruturação curricular que permita diferentes ações educativas, requalificação dos tempos, dos espaços escolares das práticas curriculares. As transformações podem ocorrer com a operacionalização de um projeto coletivo voltado à Educação Integral, que reúna escola e comunidade e onde todos esses agentes possam participar efetivamente das decisões e desenvolvimento desse projeto. Que se responsabilizem coletivamente pela educação dessas crianças e jovens.

Dessa forma iniciamos a intervenção com a reflexão sobre os pressupostos histórico-teóricos sobre a escola de tempo integral e a Educação Integral, sobre espaços, tempos e resgatando informações sobre legislação referente ao tema. O Trabalho continuou com o debate sobre o currículo, as percepções dos sujeitos pesquisados sobre este e sua possível reorganização. As discussões foram amplas, fortes e determinantes para essa iniciativa, pois também trouxeram elementos que influenciam nas ações escolares e que não estão especificadas no currículo, como as questões sociais dos estudantes e da comunidade, a democratização da escola, a hierarquização das ações do poder público que impacta diretamente a educação, entre outros. O fato da formação não estar engessada em um planejamento linear e vertical, possibilitou que os pesquisados contribuíssem com temas e materiais de vários autores além dos que propusemos. Iniciativas como estas auxiliaram, inclusive, na percepção de que as rodas de conversa e a formação já estavam contribuindo para que os sujeitos repensassem um pouco suas práticas e com embasamento teórico que permitam avançar nas propostas de alterações curriculares.

Com uma concepção participativa continuamos nossas rodas de conversa e, na condição de pesquisadora, fizemos algumas reflexões sobre a própria prática, uma vez que muitos sujeitos participantes redimensionaram algumas propostas de dinâmicas e as reaproximaram das suas realidades no levando para suas realidades.

Estes processos, que mesmo parecendo simples e ingênuos talvez, nos remetem a alguns ensinamentos Freireanos, pois enquanto ensinava, aprendi. E, quem se propõe a fazer uma formação, acaba sendo formada também.

Continuamos a intervenção e a cada início de roda de conversa, onde refazíamos a caminhada com as leituras das cadernetas (metacognição), dos diferentes escritos pessoais, dos escritos coletivos, das opiniões e observações, percebíamos, todos nós, que as falas já estavam

mais articuladas. As observações e proposições estavam mais embasadas no tema de Educação Integral, escola de tempo integral e reestruturação curricular e que já havia uma organização de saberes próprios e adquiridos, que muito contribuiu para o processo.

Essas reflexões e concepções foram formando aos poucos um conjunto de apropriações e informações que permitiram atingir o objetivo proposto, que era a criação de um conjunto de sugestões para a reestruturação curricular da escola. Ao final da intervenção podemos perceber as pequenas mudanças que houve no grupo em todo seu contexto, as micropolíticas, que de alguma forma, auxiliadas por pressupostos teóricos, pedagógicos e científicos, nos tornaram enquanto grupo e enquanto indivíduo, um pouco mais consistentes, seja pela partilha de saberes científicos, de saberes empíricos ou até mesmo pela partilha de saberes humanos, pois o educador é antes de tudo um artífice, suas ferramentas são as suas práticas e o resultado esperado – esperançado – é a aprendizagem do educando e de si mesmo.

Referências Bibliográficas

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 02, p. 157-168, jul./dez. 2012. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 06 mar. 2016.

_____. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 dez. 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Decreto-lei nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Regulamenta a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, no âmbito federal, e determina outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jun. 1997.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2264.htm. Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território**. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao.pdf. Acesso em 25 jul. 2016.

_____. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 de nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 06 ago. 2016.

DAMIANI, M. F. Sobre pesquisas do tipo intervenção. In: XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas: Unicamp, 2012. GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 7, n.18, p. 65-137, mai./ago. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a04.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, A. S.; AZEVEDO, F.; DORIA, A. P. A. S.; LOURENÇO FILHO, M. B.; PINTO, R.; PESSÔA, J. G. F.; MESQUITA FILHO, J.; BRIQUET, R.; CASASSANTA, M.; CARVALHO, C. D.; ALMEIDA JR., A. F.; FONTENELLE, J. P.; BARROS, R. L.; SILVEIRA, N. M.; LIMA, H.; VIVACQUA, A.; VENANCIO FILHO, F.; MARANHÃO, P.; MEIRELLES, C.; MENDONÇA, E. S.; ALBERTO, A. A.; REZENDE, G.; CUNHA, N.; LEMME, P.; GOMES, R. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 188–204, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 18 nov. 2016.

PARO, V. H. **Parem de preparar para o trabalho!!!** Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão escolar e sobre o papel da escola básica. São Paulo: USP, 1998. PARO, V. H.; FERRETTI, C. J.; VIANNA, C. P.; SOUZA, D. T. R. de. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez, 1988.

PINAZZA, M. A. Desenvolvimento profissional em contexto: estudo de condições de formação e mudança. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J., KISHIMOTO, T. M. (Org.). **Em busca da pedagogia da infância: pertencer e participar**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 54-84.

WARSCHAUER, C. **A Roda e o Registro**: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Rodas em Rede**: oportunidades formativas na escola e fora dela. São Paulo: Paz e Terra, 2001

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA LA INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN

*Bianca de Paula Santos
Mestranda/Universidad de La Empresa
biancadepaulasantos92@gmail.com*

*Carmen Lúcia da Silva Santos
Mestranda/Universidad de La Empresa
rpcarmen.santos@gmail.com*

RESUMO

Este artigo pretende apresentar um panorama geral de como está a educação com relação à inclusão de indivíduos com deficiências e necessidades especiais. A luz de recursos como a sociologia, medicina e pedagogia, procurou-se refletir sobre os desafios e as perspectivas da inclusão na educação. A deficiência pode ser compreendida, mais especificamente, conforme a análise dos modelos médico e social. Para isso, entender o que é cultura e como a sociedade reage a essa palavra é importante. Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social. Mas cultura também pode ser compreendida como a agregação de conhecimento e valores, e junto a esse sentido o termo carrega um sentido de desigualdade e falta de oportunidade a todas as pessoas.

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão; Educação inclusiva; Necessidades especiais; Políticas públicas e legislação educacional.

ABSTRACT

Este artículo pretende presentar un panorama general de como está La educación con respecto a la inclusión de individuos con discapacidades y necesidades especiales. A la luz de recursos como la sociología, medicina y pedagogía, se intentó reflexionar sobre los desafíos y las perspectivas de la inclusión en la educación. La discapacidad puede ser comprendida, más específicamente, según el análisis de los modelos médico y social. Para tal, entender lo que es cultura y cómo la sociedad reacciona a esa palabra es importante. La cultura es el conjunto acumulado de símbolos, ideas y productos materiales asociados a un sistema social. Pero la cultura también puede ser comprendida como la agregación de conocimiento y valores, y junto a ese sentido el término lleva un sentido de desigualdad y falta de oportunidad a todas las personas.

Palabras clave: Educación especial; La inclusión; Educación inclusiva; Necesidades especiales; Políticas públicas y legislación educativa.

Introdução

A deficiência pode ser compreendida, mais especificamente, conforme a análise dos modelos médico e social. Para isso, entender o que é cultura e como a sociedade reage a essa palavra é importante.

Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social. Mas cultura também pode ser compreendida como a agregação de conhecimento e valores, e junto a esse sentido o termo carrega um sentido de desigualdade e falta de oportunidade a todas as pessoas.

Contando com o auxílio do conceito de deficiência criado na visão da Organização Mundial da Saúde – OMS – e a descrição das categorias deficiência, incapacidades e desvantagens, tentou-se traçar um paralelo com as práticas pedagógicas necessárias para a introdução correta dessas pessoas no convívio escolar.

Buscamos conceituar também o que é inclusão. A partir desse significado e do entendimento do termo a construção de como isso deve acontecer uma real inclusão na prática escolar foi se tornando mais clara.

A pesquisa sobre esse tema foi se revelando mais desafiadora que o imaginado. A educação brasileira precisa de ajustes estruturais e curriculares que não só vão atender estudantes regulares como os incluídos. No que tange a formação dos educadores não foi tão aprofundado, mas é de entendimento e relevância para nós autoras, sabendo que seria necessário um estudo específico sobre o tema.

Concluímos nosso texto sem uma resposta única sobre o rumo que deverá ser tomado para que os desafios na educação especial sejam sanados. São muitas as medidas que precisam ser de fato postas em prática e as adequações estruturais nas escolas e no convívio entre as pessoas. Mas finalizamos tendo a certeza de que é uma ação necessária e urgente para que todos possam ser protagonistas de sua participação em sociedade.

Desenvolvimento conceitual

Definir, conceituar ou dar significado à “cultura” é uma tarefa complexa. Podemos afirmar que nenhuma definição, conceito ou significado nasce no ponto zero. Surge da necessidade do saber, em geral, nasce de uma pergunta: “O que é?”

Um entendimento inicial sobre a cultura, segundo a antropologia, é dado por Lévi-Strauss, citado por Laraia (2006, p.54) ao dizer que “a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, ou a primeira norma.” No seu aprofundamento, Laraia continua com Lévi-Straus dizendo ser a cultura “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana.”

Segundo Johnson (1997, p. 59) cultura “constitui um dos principais elementos de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição de perspectiva sociológica.” Para a formação da cultura, é preciso que haja a convivência, então, se as pessoas com deficiências não participam do todo do contexto social, elas terão dificuldades de constituir estes princípios em suas vidas. Johnson (*opcit*) afirma que a cultura se divide em cultura material e cultura não material. A cultura material compreende aquilo que é realizado, cultivado e produzido pelo homem para o seu sustento e uso, por meio de seu conhecimento adquirido. A cultura não material envolve os símbolos que integram, modelam e informam a vida do ser humano, nelas incluídas as atitudes, valores, crenças e normas da sociedade. Sem a convivência social, estes conceitos não poderão ser construídos adequadamente. Esta a razão pela qual a pertinência da inclusão se impõe desde os primeiros momentos da socialização, em particular, por meio da escola e ao longo da formação educacional, em todos os níveis.

Nesta discussão, é preciso entender que todas as pessoas, incluindo as com deficiências, percorrem o que se chama curso ou ciclo de vida, dois conceitos sociológicos básicos. Entende-se, portanto, por curso de vida, a sequência culturalmente definida que todo indivíduo percorre, partindo da sua socialização primária, no contexto familiar, ao longo de cada fase de seu desenvolvimento físico e emocional, nos diversos grupos dos quais participa. Cada estágio é ligado a tudo o que é aprendido – crenças valores, ideias, cultura – formando a personalidade do indivíduo, como também determinando a participação no processo de distribuição de vantagens e recursos da sociedade – uma vaga em determinada escola ou em uma universidade, por exemplo. Assim, subtrair a plena participação das pessoas com deficiências, deixando de propiciar a inclusão, vai interferir na sua interação social, que é o processo que ocorre quando pessoas agem reciprocamente em um contexto social. A interação parte, portanto, da capacidade de compreensão mútua, o que se dá pela convivência e, com isso, a interpretação do seu próprio comportamento (JOHNSON, 1997, p. 131). Em síntese, as pessoas só conseguem se compreender quando elas convivem, então compreendem seus símbolos, linguagens e ações.

Para o senso comum, cultura está ligada e até mesmo é sinônimo de inteligência, de uma pessoa que estudou, ou seja, privilégio de classes abastadas e frequentadoras de ambientes requintados, diferenciados daqueles que podem ser acessados diariamente e que fazem parte da vida de pessoas que são reconhecidas como “normais e comuns”. Neste sentido, a inteligência é confundida com informação. Daí quem tem a informação e sabe ou aprende a trabalhar com ela é chamado inteligente. Igualmente pelo senso comum aprendemos que ver uma pessoa bem vestida, principalmente de gravata e terno, para pessoas humildes, trabalhadores braçais, sem oportunidades de frequentar a escola, significa sucesso, poder aquisitivo, daí a dedução de que esta pessoa “é culta”, já que tem acesso a informações e privilégios.

Determinados partidos políticos, ideologias, seitas, cultos, empresas etc. se aproveitam dessa ingenuidade popular, para dar à gravata, por exemplo, uma ideia de promoção e caminho ao sucesso. Estabelecem metas para que o indivíduo possa usar gravata, dando a impressão de ter atingido um grau elevado na hierarquia daquela organização.

Temos medo do que é diferente. Medo da outra cor de pele, de outras etnias, de outras religiões, de outros idiomas, de outros climas, de outros governos, como também das deficiências e, por consequência, daqueles que as possuem. Ao mesmo tempo queremos esconder esse medo e por isto dificultamos o acesso desses diferentes ao convívio social.

Esta realidade, brevemente considerada até aqui, se manifesta na educação e no cenário escolar, perpassando a inclusão de alunos com diversas necessidades especiais. Daí surgiu o questionamento sobre o motivo desse preconceito, desse medo de mostrar e de aceitar esse(a) aluno(a) com uma notória ou disfarçada diferença, condição esta não aceita pela sociedade, não obstante sejamos indivíduos únicos, com nossas singularidades e particularidades.

Entre crianças da pré-escola, em geral, não há problemas com a inclusão de qualquer tipo de necessidades especiais. O problema é visto entre os pais que tratam estas diferenças como doença e um possível contágio. Educadores despreparados também veem problemas na educação inclusiva sem perceber que o atendimento de necessidades especiais se impõe, seja no cenário escolar onde, senão alunos, funcionários e, mesmo, professores encontram-se nesta condição, como também é realidade presente na sociedade como um todo.

É muito difícil aceitar que conceitos e definições que foram cultivados durante muitos anos não sejam os absolutamente corretos. Como contestar uma cultura que foi passada, transformada e incorporada com o tempo procurando melhorar as vivências das novas

gerações? Devemos considerar, que a cultura é influenciada por novas maneiras de pensar inerentes ao desenvolvimento do ser humano, o que possibilita a mudança de perspectiva.

Considerar a questão da inclusão é reconhecer a existência de pessoas excluídas. Esta é a realidade vista em nosso país, e também é fato presente em todo o mundo. Por esta razão, a luta pela inclusão daqueles que estão excluídos em decorrência de necessidades diversas e limitações, se impôs, ocasionando conferências e encontros, que levaram a uma ampla discussão em escala mundial, resultando em documentos, recomendações e metas a serem perseguidas pelos países representados nestes encontros.

Aí percebemos que o verdadeiro desafio da inclusão foi aceito e para vencê-lo será necessário mecanismos que permitam aos indivíduos responderem ao meio de acordo com as mudanças que nele se processam

A Conferência Mundial em Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha na cidade de Salamanca, em cooperação com a UNESCO, em 1994 destacou que toda criança tem o direito à educação. O Brasil tem caminhado nesta direção, sendo a necessidade da inclusão uma busca em diversas áreas da sociedade e, de modo especial, na escola, já que as transformações iniciam na educação.

O conceito de inclusão escolar prevê que todas as pessoas, sem exceção, têm o direito à educação, de conformidade com o artigo 205 da Constituição Federal:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

É ainda assegurado a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Isto permite que crianças sejam aceitas e tenham a possibilidade de aprender, de socializarem-se, de capacitarem-se para o mundo do trabalho, enfim para o exercício pleno da cidadania. Seguindo este entendimento, abre-se a oportunidade para que, independente de limitações, sejam elas quais forem, o indivíduo possa escrever sua própria história, sendo o protagonista de suas ações. Mas, a simples declaração de que “todos têm direito” não soluciona a questão, e nem dissipa os problemas ligados a esta determinação social, legal ou ideológica. A inclusão traz em seu bojo desafios que precisam ser enfrentados de maneira consciente e determinada.

Se tivéssemos uma real garantia legal, quando se fala em “direito de todos e dever do Estado e da família” e “com a colaboração da sociedade”, no art. 205 da Constituição Federal, não existiria um desafio a ser proposto em relação à inclusão de alunos com necessidades

especiais. Quando nos referimos a todos não deveria haver exceção, não poderia ser partido ou dividido, como ocorre.

Pensar na questão da inclusão na educação básica implica, primeiramente, em reconhecer o grande desafio que ela apresenta. Segundo a ONU Brasil – ONUBR – em todo o mundo, 20% das pessoas mais pobres têm algum tipo de deficiência e 80% das pessoas com deficiência corresponde a 15% da população mundial. Considerando que a escola pública, em especial, atende, via de regra, as populações mais carentes, cabe a ela estar preparada para acolher e atender as crianças que precisam de atendimento especializado, possibilitando a sua inclusão no ambiente escolar e, por consequência, nas relações sociais.

Estamos sempre referindo situações ideais em paralelo a situações reais. A escola pública teria a obrigação de estar preparada para acolher e atender estas crianças que, além de fazerem parte de populações mais carentes, são vulneráveis primeiramente por sua idade e também por suas necessidades especiais que não as tornam pessoas incapazes como a sociedade as faz parecer.

O desafio da inclusão começa com a família, quando esta aceita a dificuldade e a enfrenta, não se conformando ou desistindo, ou ainda, aceitando como derrota e não acreditando na melhora da mudança. Sobre a família repousa a responsabilidade da manutenção financeira, dos cuidados, da busca pelo atendimento especializado, normalmente nos órgãos públicos – muitos deles ainda insensíveis à necessidade da inclusão, ou do simples respeito. Sobre a família recai, ainda, todas as exigências emocionais, o desgaste físico e a preocupação em prover a educação de suas crianças ou adolescentes com limitações em maior ou menor gravidade. E esta é uma luta diária que necessita ser vencida por todos que compõe o grupo familiar.

Há de se considerar, também, o espaço físico e geográfico que separa o aluno com necessidade especial da escola, onde diariamente precisa chegar. E precisamos considerar, ainda, que uma grande parte das pessoas que possuem necessidades especiais ou que fazem parte de um núcleo familiar com algum membro com essa necessidade especial, pertence a classe média ou baixa. Assim sendo, dependem da utilização de transporte público, vias públicas e até mesmo instituições como hospitais, escolas e centros de atendimento em seu cotidiano. E esta estrutura que se impõe, normalmente, não se apresenta totalmente preparada para responder a esta demanda, embora devamos considerar que o Estado tem o dever de reunir todas as condições para acolher o cidadão que o mantém.

Desta maneira vemos as dificuldades de acesso – transportes adequados, rampas e calçamento adaptados nas vias públicas, como também a adequação de prédios públicos e, inclusive, as escolas. Estas limitações trazem transtornos, constrangimentos e, não raro, a desistência de muitos que almejam se integrar na vida cotidiana e anseiam pelo exercício de seus direitos cidadãos. Mas é preciso enfatizar que a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9.394/96, assegura o Atendimento Educacional Especializado, em seu artigo 58, parágrafos primeiro e segundo:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

O objetivo é assegurar apoio e suporte extra para que haja uma educação inclusiva efetiva.

Um desafio ainda mais fundamental que podemos salientar, aponta para a preparação do docente em meio a essa perspectiva. Educadores, com exceções, resistem em preparar-se para receber alunos com necessidades especiais. Culturalmente, estes alunos não deveriam estar em escolas regulares, não deveriam estar fora de casa e a família deveria ser a única responsável por eles.

Políticas públicas, projetos de leis ou decretos que protejam ou obriguem a inclusão de alunos especiais nas escolas, não serão suficientes e eficientes se os profissionais docentes, responsáveis pelo acolhimento e ensino, não estiverem engajados neste propósito, ou preparados para tal.

Mais uma vez, com base no Índice de Percepção do Cumprimento da Lei, da Fundação Getúlio Vargas, aqui constatamos a veracidade da afirmação de que no Brasil é cultural não cumprir leis, ainda que estas sejam perfeitas em sua forma e impraticadas na sua aplicação.

Como será possível incluir um aluno com necessidade especial se o educador não estiver habilitado para tal inclusão?

Devemos lembrar e destacar o decisivo papel político que exerce o professor na implementação e êxito de todos os projetos e iniciativas desenvolvidas no âmbito da escola,

com suas repercussões e desdobramentos na vida dos alunos e seus desdobramentos na comunidade. O professor que acredita na inclusão instila nos integrantes de sua classe a naturalidade das relações de cooperação, de respeito, de companheirismo e de aceitação da diferença como parte integrante da vida em comunidade.

“Preparar os indivíduos para a vida social, pode vir a ser possibilidade de sua emancipação” (Tonet, 2005, p.218). E essa deve ser a meta da inclusão, seja na escola, seja em outros cenários. Pode-se afirmar que a emancipação desse indivíduo significa vencer o desafio em sua totalidade.

O entendimento de que educação é promover a construção da pessoa com desejo à liberdade, se mostrando capaz para produzir e usufruir dos bens culturais que a sociedade pode lhe oferecer, deve ser o empenho de docentes integrados à proposta inclusiva. Sendo assim, professores, equipe pedagógica e demais profissionais que atuam na educação básica precisam estar preparados para cumprir o seu papel, ainda que diante dos desafios que se impõem com a inclusão.

A escola inclusiva exige saberes especializados. O docente, portanto, precisa estar preparado para as múltiplas necessidades que se apresentarão – comprometimentos auditivos, visuais, comportamentais, neurológicos e motores, além das altas habilidades. Para que a vivência escolar ganhe sentido, se faz necessário reconhecer estas necessidades específicas e oferecer atendimento especializado diante delas. Para que haja este reconhecimento é que o educador deve estar preparado. Poderá haver uma especialização para o trato da necessidade especial, mas identificar sua existência é fundamental para que isto ocorra.

As perspectivas e os desafios para a inclusão na educação brasileira perpassam por problemas estruturais da sociedade.

Conforme explicita o documento do ministério da educação (MEC, 2003, p.19), que trata da educação inclusiva, a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas, de acordo com a teoria de Piaget.

Sendo assim, pode-se supor que a dificuldade em aprender não é causada simplesmente por uma deficiência, mas em sua maioria por falta dos estímulos adequados. E estes estímulos, na escola, cabem ao educador.

Segundo o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de deficiência – CAOPIPD do Ministério Público do Estado do Paraná – deficiência pode ser conceituada como “pessoas que apresentam necessidades próprias e diferentes que requerem atenção específica em virtude de sua condição de deficiência. Genericamente também são chamados de portadores de necessidades especiais.”

Na Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque em 2007 e promulgada no Brasil em 2009, ficou decidido que o termo correto a ser utilizado seria “pessoas com deficiência”.

A deficiência pode ser compreendida, mais especificamente, à luz da análise dos modelos médico e social. De acordo com o artigo de Amiraliane *tal* (2000) tendo como base a IX assembleia da OMS, em 1976, foi estabelecida uma Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens.

Neste manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), a deficiência ganha uma conceituação mais específica sobre o ponto de vista da medicina, da reabilitação e da segurança social.

Esta classificação apresenta uma forma melhor de compreender e diferenciar a necessidade especial, a partir de termos conceituados e ordenados de forma individual, sendo eles a deficiência, a incapacidade e a desvantagem.

A deficiência é entendida como a perda ou a anormalidade de funções psicológicas, fisiológicas e anatômicas, por um tempo determinado ou permanentemente. “Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais” (pg. 98).

A incapacidade ocorre em decorrência direta ou é a resposta do indivíduo a sua deficiência, seja ela psicológica, física, sensorial ou outra. É a limitação prática no desenvolvimento de atividades consideradas normais à pessoa. “Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária” (pg. 98).

A desvantagem se trata do

“prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a

socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência” (pg. 98).

Isto posto, é possível construir as ações da criança em um meio favorável a ela, deixando-a fazer as atividades e tarefas, brincar, resolver problemas, assim como permitir que ela conheça e pense mais profundamente, com estímulos adequados.

Interpretar e compreender o mundo são coisas complexas. A deficiência torna este processo mais confuso. Por isso é tão importante que indivíduos com incapacidades tenham, desde a infância, os estímulos necessários para garantir uma qualidade de vida digna. E isto se dá por meio da educação.

Não estamos preparados para aceitar indivíduos com incapacidades, menos ainda para estimulá-los. Em culturas específicas não há espaço para indivíduos com deficiência, por conta do ambiente e da forma de sobrevivência, como por exemplo aldeias indígenas, que, inclusive, praticam o infanticídio. Evidentemente que isso não cabe em nossa sociedade, posto que aquelas motivações não existem aqui.

Os registros estatísticos da deficiência não são antigos no Brasil. Por alguns séculos, segundo Garcia (2011) a deficiência era incluída na descrição dos “miseráveis”, isto é, no conjunto dos que integravam uma camada mais desprestigiada que a dos pobres. A questão da deficiência começou a ser tratada e olhada sob outra perspectiva ainda no século XIX, em razão das guerras que resultavam em mutilações. Em 1868 foi então aberto o primeiro asilo, para cuidar dos mutilados da Guerra do Paraguai, no Rio de Janeiro. Já o Ministério da Educação e Cultura – MEC – só assumiu a educação especial, no Brasil, em 1957. E somente em 1972 foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira.

No Brasil, existem 24,5 milhões de pessoas com alguma deficiência. Deste total, 4,3 milhões (2,5% da população) possuem limitações severas, segundo o site do governo federal.

Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45.606.048 brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas.

Outro aspecto cultural em relação às pessoas com deficiência é o mascaramento do preconceito. Costuma-se rotular as necessidades especiais com nomes que se pensa serem mais “simpáticos”, a fim de amenizar o desconforto ou mesmo a rejeição.

A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. Os dados integram os resultados do Censo de 2010 e divulgados em 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Tendo como base ainda o texto do site do governo federal, além das deficiências percebidas e confirmadas no período gestacional, ainda é preciso lembrar-se das causadas por acidentes.

No Brasil, como em muitos países, a imprudência no trânsito, por exemplo, é a principal responsável por mutilar e provocar lesões em milhares de pessoas todos os anos. Segundo o Denatran, mais de 501 mil brasileiros são vítimas não fatais de acidentes em ruas e estradas todos os anos, muitos deles ficando com lesões permanentes.

Nessa perspectiva, a criança com necessidades especiais não poderia estar em um mundo separado, afastado ou diferenciado para trabalhar o desenvolvimento de suas habilidades. É necessário que ela receba os mesmos incentivos tecnológicos, por exemplo, em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence. Para isso se estabelecem as políticas de inclusão social.

Existem bases para alicerçar a ação em educação especial. Já citamos, como exemplo, a Conferência Mundial em educação especial, que adotou medidas para construir caminhos que permitam a real implementação das políticas, recomendações e ações governamentais que objetivam a intenção de melhorar o cenário atual.

Em conformidade com a LDB (artigo 58), a viabilidade de um atendimento educacional especializado e focado na dificuldade pessoal dos estudantes é importante e previsto por lei. Esta, porém, não substitui de forma alguma o ensino regular. Deve ser um auxílio, visando à melhor forma de ajudar na promoção do aprendizado do aluno.

Em uma simples busca na internet podemos encontrar uma definição clara sobre o que é inclusão social.

Para o Wikipédia, site acessível e de utilização popular, inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou

preconceitos raciais. Inclusão social é, portanto, oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.

A inaptidão e o temor ainda prevalecem nas discussões e no dia a dia das salas de aula quando se trata de inclusão. A inclusão de alunos com deficiência, incapacidades e desvantagens está além da simples autorização de sua permanência ou presença numa sala de aula regular. Incluir esses alunos significa dar a eles as condições necessárias para que possam aprender.

Neste caso, quando falamos de oportunidades iguais de acesso a bens e serviços, não estamos falando que todos devem ser tratados igualmente, já que não são realmente iguais. Queremos garantir os direitos para que todos tenham acesso e, para que isto ocorra, teremos que incluir as pessoas com necessidades especiais para que possam exercer a sua cidadania e alcançar a educação para todos que está prevista no art. 58 da Constituição Federal.

Temos falado muito sobre incluir e sobre a criação de políticas públicas para a regularização do ensino conjunto; temos discutido sobre como será feita essa adequação nas escolas, mas na realidade o que tem sido feito é pouco, a ação prática quase não se vê. Por este motivo, os desiguais não podem ser tratados igualmente.

Dentro do contexto brasileiro, o paradigma da inclusão parece encontrar suas maiores barreiras na carência de recursos e serviços que possibilitem condições favoráveis a acessibilidade das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Pessoas com necessidades especiais continuam tendo dificuldades em exercer plenamente a sua cidadania. Nem sempre seus direitos são respeitados por alguns seguimentos sociais e determinadas instituições, que insistem em desconsiderar adequações com a finalidade de atender a todos indistintamente.

A inclusão exige atividade. O processo de ensino aprendizagem, que vai gerar no aluno o aprender a aprender, a socialização e a vivência requer participação. Mas as escolas precisam estar preparadas para acolher esses alunos. Elas precisam estar organizadas funcional e estruturalmente, além de dispor de professores e demais profissionais da área de educação com qualificações específicas.

Professores sem formação adequada, escolas sem ambientes adaptados, falta de materiais didáticos específicos para o aluno com necessidade especial, bem como a falta de tratamento igualitário na abordagem de assuntos e atividades desenvolvidas pelos alunos com

deficiência e alunos sem deficiências, são fatores que podem resultar na dificuldade da inclusão no ambiente da escola.

É também de suma importância, que o currículo escolar deva passar por uma adequação, em que haja previsão para atividades que integrem estes alunos e que consiga contemplar as necessidades destes e promover a oportunidade da inclusão.

Os educadores e colaboradores do meio escolar devem entender seu papel e função, que é a de formar indivíduos capazes de viver em sociedade e compreender seus símbolos, participando de suas funções como cidadãos que terão uma profissão e um dia também farão a diferença em algum meio social.

Conclusão

Pensar em educação inclusiva e o ideal de uma escola para todos têm dado um novo rumo às expectativas da educação como um todo. A inserção de todos, sem diferenciação de condições sociais, cor, dificuldades sensoriais, cognitivas, físicas e emocionais pode dar a chance de nós, como indivíduos, melhorarmos o nosso país.

E para que tudo isto ocorra, os educadores terão que empreender esforços significativos e trabalhar para que haja uma mudança significativa na cultura da inclusão.

A educação deve sim considerar a criança e o adolescente com deficiência, não sob a ótica de indivíduos que carregam doenças, mas como cidadãos que, independentemente de suas limitações, podem realizar tarefas, contribuir para a sociedade, integrar o mundo do trabalho, produzir arte, ciência e conhecimento, sendo ativos e atuantes na sociedade que integram.

A inclusão deverá ocorrer com educadores e políticas públicas, indo além de discursos e de letras não cumpridas, compreendendo as verbas destinadas à educação e distribuídas com coerência em uma gestão comprometida com esta finalidade. As estruturas educacionais terão que receber atenção especial. Isto implica a sua estrutura física – elevadores e rampas para cadeirantes, mobília para anões, lousas antirreflexo, aparelhos esportivos para deficientes físicos e outras adaptações necessárias – como também humanas, com todo corpo docente e demais profissionais da educação envolvidos neste propósito.

Este ainda é um desafio presente e que esperamos seja alcançado com o envolvimento de toda a sociedade.

Referências Bibliográficas

Livros

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem: Deficiência Múltipla. 2. ed. rev. – Brasília: MEC, SEESP, 2003

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2007.

Revistas

AMIRALIAN, Maria LT, PINTO, Elizabeth B., GHIRARDI, Maria IG, LICHTIG, Ida, MASINI, Elcie F.S. e PASQUALIN, Luiz. *Conceituando deficiência* Revista Saúde Pública, 34 (1): 97-103, 2000 [ww.fsp.usp.br/rsp](http://www.fsp.usp.br/rsp)

Sites

BRASIL.DECRETO nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Brasília,DF, mar 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 12/10/2017

Conceito de necessidade especial – acessado em 20/10/2017 as 10:13
<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=41>

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein_9394.pdf acessado em 26/10/2017 às 21:30

A CARTILHA *QUERES LER?*: CIRCULAÇÃO, MÉTODO E ADOÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

*THE PRIMER *QUERES LER?*: CIRCULATION, METHOD AND USE IN RIO
GRANDE DO SUL*

Caroline Braga Michel
Doutora em Educação/ UFPel
caroli_brga@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida no pós-doutoramento realizado na Universidade Federal de Pelotas. O mesmo conta com apoio do CNPq e tem como objetivo investigar a circulação da cartilha *Queres Ler?* no Rio Grande do Sul, seu método e o contexto de adoção. A obra didática *Queres Ler?* marcou um período de escolarização e do ensino apresentando um novo método de leitura e escrita no cenário gaúcho a partir dos anos 20 do século XX, bem como identifica uma geração de professoras e alunos das escolas gaúchas dos anos 20-30 do século XX (PERES, 1999; TRINDADE, 2001). A obra é uma adaptação do Primeiro Livro de Leitura *¿Quieres Leer?*, do professor uruguaio José Henriques Figueira, realizada por Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza e é um dos resultados mais proeminentes da missão pedagógica enviada ao Uruguai no início do século XX pelas autoridades do Estado para qualificar o sistema de ensino do Rio Grande do Sul. A referida missão foi organizada e autorizada por Antonio Augusto Borges de Medeiros – Presidente do Estado associado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) -, no início do século XX e tinha o intuito de analisar os modelos escolares, os métodos pedagógicos e tudo que fosse relativo ao sistema de ensino uruguaio a fim de identificar possibilidades modernas que efetivamente contribuíssem para a melhor estruturação do sistema educacional do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: *Queres Ler?*. Rio Grande do Sul. Uruguai.

ABSTRACT

This study is part of a post-doctoral research under development at the Federal University of Pelotas. Counting with the support by CNPq, it aims to explore the circulation of the primer *Queres ler?* in the Brazilian State of Rio Grande do Sul (RS), as well as its method and context of use. The textbook *Queres ler?* has marked a schooling and teaching period as it brought a new reading and writing method in RS since the 1920s, and it identifies a generation of teachers and students in the state schools of the 1920s-1930s (PERES, 1999; TRINDADE, 2001). The work is an adaptation of the First Reading Book *¿Quieres Leer?*, by Uruguayan professor José Henriques Figueira, made by Olga Acauan and Branca Diva Pereira de Souza, and it is one of the most outstanding results of the pedagogical mission sent to Uruguay in the early 20th century by state authorities to qualify the educational system State of Rio Grande do Sul. This mission was organized and authorized by Antonio Augusto Borges de Medeiros – State President associated with the Republican Party of RS (PRR) – in the beginning of the 20th century, aimed at analyzing the school models, the pedagogical methods and everything related to the Uruguayan educational system in order to identify modern possibilities that effectively contributed to a better structure of the educational system in Rio Grande do Sul State.

Keywords: *Queres Ler?*. Rio Grande do Sul. Uruguay.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o projeto de pesquisa de Pós-Doutorado Junior em Educação, que vem sendo realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel²⁸, e que investiga a circulação da cartilha *Queres Ler?* no Rio Grande do Sul, seu método e o contexto de adoção.

A obra didática *Queres Ler?* marcou um período de escolarização e do ensino apresentando um novo método de leitura e escrita no cenário gaúcho a partir dos anos 20 do século XX, bem como identifica uma geração de professoras e alunos das escolas gaúchas dos anos 20-30 do século XX (PERES, 1999; TRINDADE, 2001). A obra é uma adaptação do *Primeiro Livro de Leitura ¿Quieres Leer?*, do professor uruguaio José Henriques Figueira, realizada por Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza, e é um dos resultados mais proeminentes da missão pedagógica enviada ao Uruguai nos anos de 1913 e 1914, temática esta que foi objeto de estudo de minha tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel no ano de 2017 (MICHEL, 2017).

Ainda que *Queres Ler?* tenha sido utilizada por um longo período nas escolas primárias do Rio Grande do Sul, é interessante observar que o seu método foi classificado com diferentes denominações pelos professores e professoras que participaram da missão pedagógica ao Uruguai no ano de 1913, sendo, inclusive, entendido como inferior ao método utilizado no estado para o ensino da leitura e da escrita. Entretanto, como mencionado, duas professoras que integraram o grupo de 1914 consideraram o referido material inovador e o adaptaram ao português.

No Relatório produzido pelos integrantes da comissão que viajou em 1913 é possível observar que os mesmos criticaram o método utilizado no país vizinho, *¿Quieres Leer?*, indicando que o usado no Rio Grande do Sul, método João de Deus²⁹, era superior ao adotado nas classes de alfabetização do Uruguai:

O methodo adoptado no ensino é o **phonetico (analytico-sinthetic)** [...] Consiste esse methodo em apresentar á creança uma palavra, ensinal-a a pronunciar a mesma, depois a dividil-a em syllabas e estas em seus elementos phoneticos, e por fim a recompol-a, partindo destes últimos. Não é methodo novo e já foi combatido com

²⁸ Esta pesquisa conta com apoio financeiro do CNPq, processo 167676/2017-2.

²⁹ O método João de Deus, materializado na Cartilha Maternal, foi adotado no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1890 e 1930. Essa obra foi publicada, em 1876, pelo poeta e pedagogo português João de Deus e amplamente utilizada para o ensino da leitura nas escolas portuguesas. Segundo Oliveira (1998) e Trindade (2001) o método consiste em apresentar as dificuldades da língua de forma gradual, assim, primeiramente deve ser realizado o ensino das vogais - a, e, i, o, u. Na sequência, seriam ensinadas as consoantes certas - v, f, t, d, b, p, l, k, q -, as consoantes incertas - c, g, r, z, s, x, m, n -, as consoantes compostas certas - th, rh, nh, lh, ph -, e a consoante composta incerta - y -, e por fim, o alfabeto maiúsculo. As autoras ressaltam ainda que este era um método fundado na língua viva, na pronúncia destas como entidades globais com significado próprio. Para informações mais detalhadas sugerimos a leitura dos trabalhos mencionados.

grande superioridade de vistas pelo incomparavel pedagogo João de Deus cujo methodo, agora, mais do que nunca, reconhecemos ser inimitavel e inexcedivel. (RELATÓRIO DE VIAGEM, 1914, p. 177. Grifo meu).

Comparando o resultado dos métodos empregados no Uruguai e no Rio Grande do Sul, os professores e professoras destacaram:

Os resultados o privam: com o systema de João de Deus conseguimos, nas nossas aulas, em 3 mezes, ensinar uma turma de 60 alumnos a ler com acerto e firmeza, sabendo dar a razão do que lê, ao passo que com o systema phonetico, nas aulas d'aqui, que não excedem de 30 alumnos, ainda depois de 6 mezes, a criança titubeia na leitura e, às vezes, chega a ler palavras que não estão escriptas, o que prova que o resultado desse ensino é, em grande parte, um esforço de memoria (RELATÓRIO DE VIAGEM, 1914, p. 178).

Ao também registrarem no Relatório de Viagem a excelência do método adotado no estado gaúcho, o professor Afonso Guerreiro Lima e as professoras Georgina Godoy Moritz e Ondina Godoy Gomes, entretanto, classificaram o método usado no Uruguai como “synthetico-analytico” e indicaram que só depois de dois anos os alunos uruguaios concluía o primeiro livro de leitura.

Sobre esse aspecto, Trindade (2001, p. 351) ressalta que é importante identificar que o método fonético observado nas escolas uruguaias foi classificado como analítico-sintético “quando um método que parte da análise fonética já seria comumente classificado como sintético”³⁰.

É interessante problematizar nesse sentido as distintas compreensões da comissão acerca da classificação dos métodos e da eficiência dos mesmos. Cardoso (2011) salienta, nessa perspectiva, que nos relatos

circulam ideias, representações, divulgação, instauração de determinado padrão de sistema de ensino. Veicula discursos, principalmente, o pedagógico, que institucionalizado e racional tem como função transmitir informações e legitimar uma verdade. (CARDOSO, 2011, p. 184).

Ressalta-se assim que, talvez, os registros do grupo que participou da viagem de 1913 estivessem permeados por uma vontade de verdade que era estabelecer o método João de Deus como mais eficiente.

³⁰ Segundo Soares (2016, p. 17-18) entre as duas décadas finais do século XIX e o início do século XX duas vias de evolução se abriam no campo dos métodos para o ensino inicial da leitura e da escrita. Por um lado, foi-se progressivamente dando prioridade ao valor sonoro das letras e sílabas, de modo que, do nome das letras, isto é, da soletração, avançou-se para métodos fônicos e silábicos – métodos que receberam a denominação genérica de sintéticos. Por outro lado, passou-se a considerar a realidade psicológica da criança, a necessidade de tornar a aprendizagem significativa e, para isso, partir da compreensão da palavra escrita, para dela chegar ao valor sonoro das sílabas e grafemas, dando origem aos métodos que receberam a denominação de genérica de analíticos.

As ressalvas feitas por estes professores e professoras que participaram da viagem realizada no ano de 1913 revelam, no mínimo, uma contradição, uma vez que por um lado os mesmos ressaltaram a superioridade do método João de Deus ao passo que, por outro lado, a cartilha *¿Quieres Leer?* foi adaptada pelas professoras que integraram a viagem de 1914, sendo adotada nas escolas públicas primárias posteriormente.

É com base nesta contradição que o projeto de pesquisa de pós-doutoramento vem sendo desenvolvido. Assim, têm-se como objetivos: (i) identificar similaridades e diferenças entre as versões uruguaias e gaúchas, especialmente no que tange ao método de ensino da leitura e da escrita; (ii) analisar o método defendido na obra *Queres Ler?* e (iii) verificar a repercussão e divulgação da cartilha e do método no Rio Grande do Sul. Contudo, neste trabalho são apresentados alguns dados iniciais da pesquisa.

Diante do exposto, salienta-se que este texto está organizado em duas seções. Na primeira é abordado o contexto no qual a viagem de estudos ao Uruguai foi realizada além de seu objetivo e sua organização. Na segunda, a partir de três edições já localizadas, é apresentado o método defendido no livro *Queres Ler?* e a estrutura da cartilha³¹. E, ainda, os primeiros registros de sua adoção nas aulas públicas do estado identificados a partir de um impresso da época, *A Federação*.

Contextualização

O período descrito na historiografia brasileira como Primeira República ou República Velha (1889-1930) designa uma série de mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país, que estavam articuladas a um contexto mundial de modernização. Em linhas gerais, é possível destacar que nesse período houve a expansão da industrialização, a emergência de novos grupos sociais, assim como a separação entre Estado e Igreja e uma reconfiguração na função do Estado.

Não obstante a essa realidade mundial e nacional, o Rio Grande do Sul também foi alvo de significativas mudanças, as quais foram expressas através de um projeto político modernizador articulado aos interesses de um grupo específico, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Pautadas na ideologia positivista (inspirada em Augusto Comte), as ações desenvolvidas pelo PRR acarretaram mudanças significativas no que tange à economia, à política e à cultura (TAMBARA, 1995; GIOLO, 1997; CORSETTI, 1998), uma vez que o partido tinha como objetivo eliminar todo e qualquer resquício do passado que fosse referente

³¹ A saber: uma edição uruguaia (1943) e duas gaúchas (3ª ed. – 1929; 4ª ed. - 1931), ambas publicadas pela Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia – Porto Alegre.

à estagnação, à escravidão e à ignorância; ideal esse articulado aos pressupostos modernos da época que associava o atraso à sujeira, à feiura, à doença e à desordem e que, portanto, deveriam ser eliminados (CORSETTI, 1998).

Nesse sentido, o PRR rejeitava a velha ordem, apresentando uma proposta que reorganizava a sociedade a partir da liberdade e da igualdade, propugnando que o progresso do Rio Grande do Sul dependia de uma reforma intelectual e moral. Para tanto, o investimento recaiu sobre a educação.

Entendida por esse prisma, a formação dos sujeitos passou a ser considerada como indispensável à nova ordem. O que fez com que as instituições de ensino primário se transformassem em instrumento fundamental para o Estado no que diz respeito às garantias da estabilidade e do controle social (CORSETTI, 1998). Ainda segundo a autora, seria através da educação que os sujeitos poderiam sair da ignorância e serem educados de forma a ter “[...] aptidão para governar-se e adquirir o gosto pelo exercício da liberdade [...]”, além de adquirir a “consciência nacional” (CORSETTI, 2008, p. 60).

Neste contexto e no esforço de qualificar o sistema público de ensino público do Rio Grande do Sul que estava em fase de expansão, as autoridades gaúchas planejaram e executaram uma missão pedagógica ao Uruguai (PERES, 1999; ARRIADA e TAMBARA, 2013; MICHEL e ARRIADA, 2015; MICHEL, 2017). Essa prática à época era realizada com a finalidade de identificar os métodos de ensino e os avanços pedagógicos das nações tidas como referência (NÓVOA e SCHRIEWER, 2000).

Assim, organizada e autorizada por Antonio Augusto Borges de Medeiros – Presidente do estado associado ao PRR -, a missão pedagógica organizada no início do século XX tinha o intuito de analisar os modelos escolares, os métodos pedagógicos e tudo que fosse relativo ao sistema de ensino uruguaio a fim de identificar possibilidades modernas que efetivamente contribuíssem para a melhor estruturação do sistema público de ensino do Rio Grande do Sul.

Com esse objetivo, a missão de estudos foi realizada em dois momentos. No primeiro, concretizado no ano de 1913, um grupo, composto por dois professores e quatro professoras, permaneceu três meses em Montevideú. Affonso Guerreiro Lima, Ondina Godoy Gomes, Georgina Gomes Moritz, Marieta de Freitas Chaves e Florinda Tubino Sampaio foram liderados pelo diretor da Escola Complementar de Porto Alegre/RS³² Alfredo Clemente Pinto, e durante sua estadia no país vizinho visitaram prioritariamente as escolas de ensino primário e as instituições consideradas no país como modelares por atenderem a especificidades de ensino

³² Criada no ano de 1906 e única instituição estatal responsável pela formação de professores desde 1909.

como, por exemplo, crianças surdas e crianças propensas à tuberculose. Além desses estabelecimentos, também conheceram o *Instituto Normal de Señoritas*³³, a escola de aplicação anexa à mesma³⁴, o jardim de infância, o asilo maternal, a biblioteca nacional e o museu pedagógico (RELATÓRIO DE VIAGEM, 1914).

O segundo momento da missão foi realizado no ano de 1914. Desta viagem participaram Carlina Carneiro Cunha, Marina Barreto Cunha, Olga Acauan - recém formadas pela Escola Complementar de Porto Alegre, Branca Diva Pereira de Souza, Maria Idalina Mariante Pinto e Maria José de Souza Cunha - professoras em exercício no magistério público primário. As três primeiras receberam subsídio do governo uruguaio e foram aperfeiçoar seus estudos no *Instituto Normal de Señoritas* e as demais, financiadas pelo governo gaúcho, foram praticar nesse estabelecimento e na escola de aplicação anexa os métodos de ensino lá utilizados a fim de aprimorar suas práticas e seus conhecimentos. Vale ressaltar, que somente Branca Diva Pereira de Souza e Olga Acauan concluíram seus estudos em Montevideu no ano de 1917, permanecendo no Uruguai, portanto, três anos. Carlina Carneiro Cunha, Marina Barreto Cunha, Maria Idalina Mariante Pinto e Maria José de Souza Cunha permaneceram em Montevideu somente no ano de 1914.

Método e adoção da cartilha *Queres Ler?*

Decorrente dessa experiência e, talvez, impressionadas com a qualidade dos métodos e dos materiais pedagógicos da vizinha República, Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza, adaptaram, no final da primeira década do século XX, para uso nas escolas primárias do Rio Grande do Sul, o *Primeiro Livro de Leitura ¿Quieres Leer?*, do professor uruguaio José Henriques Figueira (PERES, 1999).

As autoras declararam no prefácio de sua obra ser esta, portanto, uma adaptação autorizada pelo professor uruguaio:

Manda-nos o dever declaremos que o eminente professor uruguayo José Henriques Figueira, concedendo-nos a autorização solicitada para aplicarmos ao nosso 1º livro a perfeita processologia por ele observada no seu “Quieres Leer?”, fe-lo com rasgos de fidalguia e desinteresse cavalheiroso (ACAUAN e SOUZA, 1931, p. III. grifos do original).

Como mencionado no Prologo da obra, a cartilha *¿Quieres Leer?* já era utilizada nas escolas uruguaianas tendo bons resultados. Desse modo, é importante destacar que a mesma foi

³³ Instituição estatal responsável pela formação de professores no Uruguai. Foi criada em 1882 em caráter de internato passando, a partir de 1900, a ser externato e denominada Instituto Normal.

³⁴ Na época, as escolas de formação de professores possuíam uma escola de ensino primário anexa, a qual era destinada para a prática dos aspirantes ao magistério.

publicada em 1892 por José Henriques Figueira quando o mesmo ocupava, no Uruguai, o cargo de Inspetor técnico do ensino primário. Entretanto, foi incorporada oficialmente na lista de textos escolares em 1901, durante a administração do Dr. Abel J. Pérez (ZARILLI e SORIANO, 1946).

A obra didática faz parte da *Serie graduada de lecturas culturales básicas* composta de quatro cursos - preparatório, elementar, intermediário e superior-, sendo *¿Quieres Leer?* o primeiro livro de leitura da coleção, portanto, do curso preparatório. Ainda segundo Zarilli e Soriano (1946), uma das inovações que a obra trouxe, para o período, foi ensinar a escrita simultaneamente com a leitura.

Esse também foi um aspecto ressaltado pela Comissão de Exame de Obras Pedagógicas do Rio Grande do Sul ao aprovar, no ano de 1924, a adaptação *Queres Ler?*, feita por Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza. O parecer foi escrito por Antonio Henrique de Casaes, ex-professor de Pedagogia da Escola Complementar de Porto Alegre e destacava que o mesmo foi aprovado para uso nas escolas públicas primárias do estado não só pelo fato de ensinar as crianças a ler e a escrever em um curto período de tempo e de forma simultânea, mas também por apresentar uma didática diferenciada da que até então vinha sendo utilizada no Rio Grande do Sul. Ressaltava ainda, que ele havia se certificado do valor prático da obra didática em várias lições assistidas no Colégio Elementar Souza Lobo, instituição em que a professora Branca Diva Pereira de Souza atuava desde 1918.

Embora a aprovação desta obra tenha sido realizada no ano de 1924, como bem indicou o parecerista, o método defendido no livro didático já vinha sendo usado no Rio Grande do Sul, especificamente, por meio da prática pedagógica de Branca Diva Pereira de Souza. Não há a informação de quando este método começou a ser ministrado pela professora no colégio elementar, entretanto, no ano de 1920 há a indicação na imprensa gaúcha de que o método estava sendo colocado em prática.

Apesar de ser explicitado na imprensa que estava sendo usado o método de ensino e não a cartilha, é provável que no ano de 1920 já estivesse em uso a versão impressa da mesma, pois a redação do jornal *A Federação* agradece, no dia 04 de setembro do referido ano, o recebimento de um exemplar do livro adaptado ao português. Todavia, considerando que o Prólogo escrito pelo professor uruguaio é do ano de 1919 infere-se que uma primeira versão, ainda que não estivesse impressa, tenha sido produzida entre os anos de 1917 e 1919 para que o professor uruguaio pudesse realizar sua avaliação sobre a adaptação para o português e, então, emitir seu parecer.

Mas o que diferenciava essa cartilha? Que elementos a caracterizavam como um novo método de ensino para a leitura e para a escrita no estado?

Tratava-se, portanto, de um livro que apresentava um novo método para o ensino da leitura e escrita. *Queres Ler?* propunha, assim, aquilo que era considerado de mais moderno à época: ensino intuitivo, leitura de palavras e frases, diferenciando-se, portanto, da forma de ensinar a ler e escrever corrente e que, segundo os defensores da obra, representava uma maior qualidade para o ensino primário gaúcho. Ao que tudo indica, há nesta obra uma tentativa de construir uma nova forma escolar de ler, ou melhor, de ensinar e de aprender a ler que condenava sempre a falta de sentido da leitura então praticada na escola, o anacronismo dos *métodos ABC*³⁵, a ausência de significado no ato de aprender a ler, o aborrecimento, a fadiga e a monotonia dos métodos, em especial o da soletração, que faziam uso apenas de letras e dos sons para o ensino da leitura.

Na obra, a leitura é considerada um “trabalho inteligente”, uma “disciplina” que permite adquirir a maior parte dos conhecimentos possíveis às pessoas. Elemento propulsor da oralidade, do enriquecimento do vocabulário, da prática da ortografia, a leitura é apresentada como indissociável da escrita. Leitura não poderia, assim, ser um trabalho da memória. Não deveria, por isso, ser ensinada através de sons “que nada significam”, de letras ou de sílabas (*QUERES LER?*, 1931). É possível evidenciar, assim, que a organização da obra tem como ponto de partida a palavra associada à imagem e à ideia no ensino da leitura e escrita (PERES, 1999).

Desse modo, é possível indicar que há, no *Primeiro Livro ¿Quieres Leer?*, a defesa da possibilidade de a leitura ser uma forma de interpretar os sentimentos e os pensamentos e atribuir significado e sentido à leitura. Essa maneira de aprender só poderia ser alcançada, portanto, através do emprego do método tido como mais adequado de ensino da leitura e da escrita: “o método intuitivo analítico sintético de leitura e escrita corrente de palavras e frases básicas ou normais”. Assim era denominado o método do *¿Quieres Leer?*: intuitivo porque as “palavras normais ou básicas” representariam coisas que as crianças poderiam ver, tocar, palpar, observar (*QUERES LER?*, 1931, p. VIII); também, porque cada palavra apresentada correspondia a um objeto respectivo supostamente do conhecimento das crianças, havendo, portanto, a associação entre as ideias e as palavras, levando a uma leitura compreensiva por

³⁵ Que “Consiste este velho, demorado e tedioso método em ensinar primeiro o nome de cada uma das vinte e seis letras, depois a combinação delas em sílabas sem sentido, de dois e três caracteres, mais tarde a sua junção em palavras de duas, três e mais sílabas. Da significação das palavras não se faz nenhum caso.” (CALKINS, 1956, p. 408-409).

parte do aprendiz (Idem, p. XVIII). Como já mencionado, observar e trabalhar eram características centrais no método intuitivo: “observar significa progredir da percepção para a idéia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento” (VALDEMARIM, 2004, p. 69). A importância dos sentidos, da reflexão, da compreensão, da significação das palavras, da “observação do próprio pensamento” (VALDEMARIM, 2004, p.72) eram pilares da proposta de ensino da leitura e escrita do *¿Quieres Leer?* (PERES, 1999).

Embora no livro adaptado pelas autoras gaúchas seja indicado pelo parecerista Antonio Henrique de Casaes que o mesmo “não representa uma simples tradução, mas uma adaptação criteriosa com grande número de modificações, oriundas de acurado estudo e repetidas aplicações práticas, do excelente trabalho do notável professor uruguaio [...]” (*QUERES LER?*, 1931, p. XI) foi possível evidenciar, nas edições localizadas até o presente momento, que as cartilhas editadas no Rio Grande do Sul seguem a mesma estrutura de *¿Quieres Leer?*, apresentando pequenas variações, o que demonstra que a obra gaúcha seguiu os princípios pedagógicos da obra uruguaia, especialmente, o princípio básico da gradação de dificuldades lexicográficas, ortográficas, fonéticas e prosódicas, apresentando uma dificuldade por vez (PERES, 1999).

Desse modo, pelos índices das obras analisadas é possível observar que elas (versões gaúchas e uruguaia) estão divididas em quatro partes: as três primeiras são constituídas por grupos de “palavras normais” e a quarta por trechos literários (pequenos textos). Em cada uma das partes há uma classificação que obedece, como mencionado, características lexicográficas, ortográficas, fonéticas e prosódicas. Na primeira parte são estudadas palavras de uma a quatro letras, monossílabas e dissílabas; acento grave; sílabas diretas e inversas; letras de figura simples e de som simples e duplo; letras minúsculas inglesas, itálicas e romanas; ponto final; vírgula e traço de união; frases com as dificuldades vencidas. Na segunda parte, palavras de até oito letras e três sílabas; acento agudo; sílabas de uma a três letras; articulações diretas e inversas simples e mistas; letras de dupla figura e de duplo som; letras maiúsculas inglesas, itálicas e romanas; sinais de interrogação; traço de união, ponto e vírgula e frases simples. Na terceira parte, são trabalhadas palavras até de onze letras e quatro sílabas; esdruxulas; articulações diretas e inversas simples e compostas, mistas simples e compostas; ditongo; letras de som composto; trema; sinal de exclamação, dois pontos e frases simples.

Cada uma dessas partes é precedida por uma nota, de uma a duas páginas, que orientam o trabalho docente especialmente para o grupo de palavras que será estudado. Os mesmos estão distribuídos em lições, nas quais são trabalhadas as dificuldades. Em ambos os exemplares analisados as lições são numeradas e cada uma delas também apresenta uma nota que orienta

o/a professor/a para o desenvolvimento das mesmas. Há desse modo, praticamente, uma nota em cada página das cartilhas. Os autores uruguaios Soriano e Zarilli (1946) destacam sobre esse aspecto que, talvez, o intuito do autor de *¿Quieres Leer?* em apresentar tantas orientações aos professores/as pudesse estar relacionado ao fato de que no período de produção da obra a maior parte dos professores e professoras que atuavam em escolas primárias uruguaias não possuíam formação e não passavam por um concurso específico que os habilitasse a exercer o magistério.

A quarta parte das cartilhas analisadas é composta por trechos literários, sendo que a edições gaúchas apresentam, praticamente, uma redução de 50% do número de textos apresentados na versão uruguaia. Enquanto nesta última são apresentados vinte e um textos, no *Queres Ler?* do ano de 1931, por exemplo, são somente dez. Entretanto, sete dos textos apresentados nesta edição gaúcha possuem a mesma temática abordada na versão uruguaia: religião, higiene e comportamento.

Ressaltadas as principais características do método e das duas adaptações localizadas em comparação a versão uruguaia, destaca-se a necessidade de continuidade da pesquisa não só para mapear outras edições das cartilhas *¿Quieres Leer?* e *Queres Ler?* objetivando identificar similitudes e diferenças entre as versões gaúchas a fim de verificar se houve, ou não, mudanças nos princípios pedagógicos e na estrutura da obra nas distintas edições; como também verificar a repercussão e divulgação da cartilha no estado gaúcho.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo apresentar o projeto de pesquisa de Pós-Doutorado Junior em Educação, que vem sendo realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, e que investiga a circulação da cartilha *Queres Ler?* no Rio Grande do Sul, seu método e o contexto de adoção.

A referida obra foi adaptada por Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza, no final da primeira década do século XX, para uso nas escolas primárias do Rio Grande do Sul, a partir do *Primeiro Livro de Leitura ¿Quieres Leer?*, do professor uruguaio José Henriques Figueira, sendo aprovada no estado pela Comissão de Exame de Obras Pedagógicas do Rio Grande do Sul no ano de 1924. O parecer apresentado em uma das edições localizadas da versão gaúcha indica que um dos indicativos para sua aprovação foi a defesa de um novo método para o ensino da leitura e escrita. *Queres Ler?* propunha, assim, aquilo que era considerado de mais moderno à época: ensino intuitivo, leitura de palavras e frases, diferenciando-se, portanto, da forma de ensinar a ler e escrever corrente e que, segundo os defensores da obra, representava uma maior qualidade para o ensino primário gaúcho.

A pesquisa em um periódico da época, *A Federação*, permitiu evidenciar que, embora a aprovação desta obra tenha sido realizada no ano de 1924, o método defendido no livro didático já vinha sendo usado no Rio Grande do Sul, especificamente, por meio da prática pedagógica de Branca Diva Pereira. Não há a informação de quando este método começou a ser ministrado pela professora, entretanto, no ano de 1920 há a indicação no jornal de que o método já estava sendo colocado em prática pela professora Branca Diva.

Referências

ACAUAN, Olga; SOUZA, Branca Diva Pereira de. **Queres ler?:** primeiro livro. 3. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1929.

_____. **Queres ler?:** primeiro livro. 4. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1931.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Uma missão pedagógica ao Uruguai: Aprendizagem, métodos, princípios. In: 19ª ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDESE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais...** Pelotas-RS, 2013.

CALKINS, N. **Lições de coisas.** Trad. de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. (Obras completas, v. 13, t. 1), 1956.

CARDOSO, Silmara de Fátima. **Viajar é inventar o futuro:** narrativas de formação e o ideário educacional brasileiro nos diários e relatórios de Anísio Teixeira em viagem à Europa e aos Estados Unidos (1925-1927). 320f. 2011. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo:** A escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930). 537 f., 1998. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação., da Faculdade de Educação, UFSM, Santa Maria, 1998.

_____. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). **Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel**, Pelotas, p. 55-69, v. 31, julho/dezembro, 2008.

FIGUEIRAS, José H. *¿Quieres Leer?*. Montevideo: edición Oficial, 1943.

GIOLO, Jaime. **Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República.** 427f. 1997. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MICHEL, Caroline Braga. **Missão de estudos ao Uruguai:** mudanças no sistema de educação do Rio Grande do Sul (1913-1927). 282 f. 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, UFPel, Pelotas, 2017.

MICHEL, Caroline B.; ARRIADA, Eduardo; PERES, Eliane T. Os livros de leitura ¿Quieres leer? e Queres ler?: do Uruguai para o Rio Grande do Sul. **Momento**. v. 24, n. 1, , p. 151-170, jan./jun. 2015.

NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jurgen. **A difusão mundial da escola - alunos, professores, currículo, pedagogia**. Lisboa: EDUCA, 2000.

PERES, Eliane. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres ler? e Quero ler . **Revista da ASPHE**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 89-103, out., 1999.

RELATÓRIO DE VIAGEM. Anexo ao Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo Dr. Protásio Antonio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. 1914.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. Pelotas: Universitária/UFPel, 1995.

TRINDADE, Iole. **A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, nacional e mestra: Queres ler?** Porto Alegre: Ufrgs, 524f. 2001. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Estudando as Lições de Coisas: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. (**Coleção Educação Contemporânea**). Campinas: São Paulo - Autores Associados, 2004.

ZARRILLI, Humberto; SORIANO, Roberto Abadie. **Metodologia de la Lectura**. Desde el deletreo a la globalizacion. Montevideo: Talleres Gráficos Sur. S.A. 1946.

**AS IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS NAS RELAÇÕES ENTRE
PORTUGUÊS (LM) E ESPANHOL (LE)³⁶**

*LAS IDEOLOGÍAS LINGÜÍSTICAS EN LAS RELACIONES ENTRE PORTUGUÉS
(LM) Y ESPAÑOL (LE)*

*Débora Medeiros da Rosa Aires
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
deboramedeiros3@gmail.com*

RESUMO

A partir de uma abordagem do fenômeno linguístico na sua relação dinâmica com os contextos de uso, entende-se que os fatores ideológicos são fundamentais para sua compreensão, por serem sistemas de ideias que articulam noções de linguagem, línguas, fala e comunicação com formações culturais, políticas e sociais. Ao considerar que os usos da linguagem serão sempre originados, guiados e fundamentados por ideologias, se faz necessário pensar de que forma estes elementos estão envolvidos no ensino/aprendizagem de línguas. Este trabalho apresenta a pesquisa em andamento que objetiva verificar as ideologias linguísticas implicadas na relação entre a língua portuguesa como língua materna (LM) e a língua espanhola como língua estrangeira (LE), a partir da visão de estudantes do curso de Letras. Considera-se que os aspectos ideológicos relativos à língua estrangeira são determinantes no processo de aprendizagem por influenciarem as atitudes frente à língua-alvo. Busca-se, portanto, compreender as ideologias linguísticas que norteiam, embasam e às quais se submete o fazer docente. Não há ensino e aprendizagem neutros, como não há usos da linguagem que o sejam, já que o ambiente de ensino e os sujeitos sociais implicados nele estão sempre inseridos em contextos socioculturais.

Palavras-chave: Ideologias Linguísticas; Ensino de língua estrangeira; Língua Espanhola.

RESUMEN

A partir de un abordaje del fenómeno lingüístico en su relación dinámica con los contextos de uso, se entiende que los factores ideológicos son fundamentales para su comprensión, por ser sistemas de ideas que articulan nociones de lenguaje, lenguas, habla y comunicación con formaciones culturales, políticas y sociales. Al considerar que los usos del lenguaje serán siempre originados, guiados y fundamentados por ideologías, se hace necesario pensar de qué forma estos elementos están involucrados en la enseñanza/aprendizaje de lenguas. Este trabajo presenta la investigación en curso que objetiva verificar las ideologías lingüísticas implicadas en la relación entre la lengua portuguesa como lengua materna (LM) y la lengua española como lengua extranjera (LE), a partir de la visión de los estudiantes del curso de Letras. Se considera que los aspectos ideológicos relativos a la lengua extranjera son determinantes en el proceso de aprendizaje por influenciar las actitudes frente a la lengua meta. Se busca, por lo tanto, comprender las ideologías lingüísticas que orientan, basan y a las cuales se somete la práctica docente. No hay enseñanza y aprendizaje neutros, como no hay usos del lenguaje que lo sean, puesto que el ambiente de enseñanza y los sujetos sociales implicados en él están siempre insertados en contextos socioculturales.

³⁶ Orientadora da Pesquisa: Isabella Mozzillo. Professora do Centro de Letras e Comunicação (UFPel)E-mail de contato: isbellamozzillo@gmail.com

Palabras clave: Ideologías Lingüísticas; Enseñanza de lengua extranjera; Lengua Española.

Introdução

Ao se pensar nas diversas formas de abordar a língua como objeto de estudo da Linguística, pode-se mencionar duas visões que diferem na maneira como enfocam esse objeto. De acordo com os interesses do observador, o fenômeno linguístico pode ser definido em termos que valorizam em maior ou menor grau os aspectos sociais, culturais e políticos.

Como explicita del Valle (2007), por um lado, há uma definição de língua como um sistema de comunicação e interação, de transmissão de informações entre os seres humanos, cuja natureza e funcionamento se explicam através de suas propriedades estruturais e princípios formais. Por outro lado, há uma designação de língua como um sistema de relação entre a substância verbal e o contexto comunicativo. Há, portanto, de um lado uma abordagem formalista da linguagem, de forma mais ou menos descontextualizadora, representada pelo paradigma neogramático-estruturalista-gerativista; por outro, há uma abordagem explicitamente contextualizadora do uso da linguagem, representada em disciplinas como a antropologia linguística, a sociolinguística e os estudos glotopolíticos.

Os desenvolvimentos dessas disciplinas e os aportes que trouxeram para os estudos linguísticos permitiram que pudessem direcionar seu foco mais em direção ao falante que à língua, e mais ao contexto e ao uso que ao sistema, o que possibilitou também a emergência da concepção de ideologias linguísticas.

Nos diversos usos da linguagem – que nunca são neutros – realizados nas diferentes formas de interação social, são expressos elementos de cunho ideológico. Questões como poder, autoridade e legitimidade são centrais para a análise do funcionamento da língua que, como elemento de ação política, deve ser definido como um fenômeno ideológico discursivo, ou seja, um objeto dinâmico em constante relação dialógica com o contexto (DEL VALLE, 2007).

As ideologias linguísticas são elementos fundamentais para a identificação e análise dos regimes de normatividade a partir dos quais se interpretam as práticas linguísticas. Pelo fato de as ideologias estarem inscritas nesses regimes, seus dispositivos atuam desde instituições, gerando discursos que legitimam as práticas. A legitimação pode ser percebida nas próprias práticas discursivas, na avaliação que os falantes fazem das formas em diferentes espaços sociais, e nos textos reguladores, como gramáticas e manuais.

Ao considerar que os usos da linguagem serão sempre originados, guiados e fundamentados por aspectos ideológicos, se faz necessário pensar de que forma estes elementos estão envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem de línguas, tanto materna como estrangeira. No que se refere ao ensino/aprendizagem de língua estrangeira, Martins (2007) salienta que aprender uma língua não se resume ao contato e ao conhecimento da língua-alvo, mas há uma série de processos comunicativos que abarcam questões políticas e ideológicas, culturais e sociais, visto que esses processos podem transportar o falante para outros lugares, outras situações e relações pessoais. A conexão que se estabelece com uma realidade sociocultural nova se produz sempre sobre uma base de pressupostos culturais que configuram nossa própria identidade social; por consequência, aprender uma nova língua não é apenas alcançar um domínio funcional de um novo código linguístico, mas também ser capaz de interpretar e relacionar-se com uma realidade sociocultural diferente.

Os aspectos ideológicos relativos à língua estrangeira serão determinantes na medida em que influenciam os propósitos do processo de aprendizagem e as atitudes frente à língua-alvo. A ideologia está presente desde a escolha da língua a ser estudada, até a forma de fazê-lo e o objetivo de aprendê-la: escolher esta língua ou outra, aprender para viajar ou para o trabalho e negócios, priorizar uma ou outra habilidade.

Da mesma forma, os aspectos ideológicos estão interligados às ações que determinam o fazer do professor de língua estrangeira. Também é ideológica a atitude do professor no trabalho com a língua e os objetivos que espera que sejam alcançados pelos alunos, o modo como pretende encaminhar seu trabalho para atingir esses objetivos, o que levará a que faça escolhas inclusive sobre a maior ou menor utilização da língua materna e da língua-alvo no processo.

Assim, este trabalho apresenta parte da pesquisa em andamento desenvolvida no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas, na área de Estudos da Linguagem, estando vinculado ao grupo de pesquisa do CNPq Línguas em Contato. Objetiva-se verificar as ideologias linguísticas implicadas na relação entre a língua portuguesa como língua materna (LM) e a língua espanhola como língua estrangeira (LE), a partir da visão de estudantes do curso de Letras, ou seja, professores de língua estrangeira em formação.

Para isso, busca-se refletir sobre qual o papel desempenhado pela língua materna no processo de ensino/aprendizagem da língua estrangeira, sobre a recomendação ou não do uso da LM no ambiente da sala de aula de LE e sobre as motivações do benefício ou prejuízo da

utilização da LM. A partir disso, observam-se as ideologias linguísticas que embasam as explicações elaboradas pelos participantes da pesquisa.

Este estudo busca contribuir para que se tome consciência das ideologias linguísticas que norteiam, embasam e às quais se submete o fazer docente, a quais interesses se está servindo com as escolhas feitas a partir das demandas profissionais e quais estruturas sociais se está (re)produzindo através delas. Assim como não há usos da linguagem que sejam neutros, não há ensino e aprendizagem neutros, já que o ambiente de ensino e os sujeitos sociais implicados nele estão sempre inseridos em contextos socioculturais, localizados geográfica e historicamente.

A pesquisa e a geração de dados realizam-se a partir de questionário aplicado aos alunos do curso de Letras – Português e Espanhol da Universidade Federal de Pelotas, de diferentes semestres de adiantamento, no qual se solicita que os futuros professores expressem de que forma percebem a relação entre a língua portuguesa e a língua espanhola na aprendizagem desta como língua estrangeira. Os questionários foram entregues aos alunos das turmas das disciplinas de Língua Espanhola I, III, V e VII, que os responderam de forma anônima.

A partir de uma pesquisa qualitativa, busca-se perceber se veem a relação entre as línguas como benéfica ou prejudicial ao processo de ensino/aprendizagem da língua estrangeira, de que maneira veem a questão do uso da língua materna na aula de língua estrangeira, se o aceitam ou o rejeitam, no todo ou em parte.

Com base no que foi constatado a partir das manifestações dos estudantes de Letras, se faz uma análise dos aspectos ideológicos que tenham emergido de suas respostas, à luz do conceito de ideologias linguísticas.

Revisão de Literatura

Com base na visão do uso da linguagem contextualizado nas práticas sociais, considera-se a língua como um fato social, dentro de processos de construção cultural, nos quais há a manifestação de elementos de natureza ideológica. Questões como poder, autoridade e legitimidade são centrais para a análise do funcionamento da língua que, como elemento de ação política, deve ser definido como um fenômeno ideológico discursivo, ou seja, um objeto dinâmico em constante relação dialógica com o contexto (DEL VALLE, 2007).

Os usos que se fazem da linguagem não são neutros, ou seja, nas práticas sociais, intermediadas pela linguagem, são estabelecidas conexões entre os significados, os contextos,

os jogos de poder, as ideologias, de forma mais ou menos consciente, mais ou menos explícita. Como ressalta Ledesma (1999), “no es posible analizar las diversas prácticas sociales de los sujetos (sean o no discursivas), sin establecer conexiones significativas entre el uso lingüístico, el cambio histórico y la conciencia social” (p. 52). Moita Lopes, baseando-se em Kroskrity (2004), lembra que “o significado é intrinsecamente ideológico” (2013, p. 22).

Ledesma (1999) coloca três características para o entendimento do significado de ideologia: a primeira diz respeito a uma visão parcial da realidade, já que se refere a uma maneira particular de apropriar-se dela; a segunda se relaciona ao fato de que essa apropriação sempre se dá dentro de relações de poder e hegemonia; a terceira corresponde à ideologia como uma representação parcial da realidade que é útil e funcional para determinar ações.

Portanto, assim como a ideologia remete a sistemas de crenças, ideias e representações subjetivas, também remete ao âmbito das práticas, como constituinte da construção social dos significados através das atividades humanas (ARNOUX; DEL VALLE, 2010).

De acordo com a definição de del Valle (2007), as ideologias linguísticas são sistemas de ideias que articulam noções de linguagem, línguas, fala e comunicação com formações culturais, políticas e sociais específicas. Ainda que pertençam ao âmbito das ideias e possam ser concebidas como uma ligação coerente entre a linguagem com uma ordem extralingüística, para naturalizá-la e normalizá-la, também se produzem e reproduzem no âmbito material das práticas linguísticas e metalingüísticas, apresentando um alto grau de institucionalização.

As ideologias linguísticas são elementos fundamentais para a identificação e análise dos regimes de normatividade a partir dos quais se interpretam as práticas linguísticas. Pelo fato de as ideologias estarem inscritas nesses regimes, seus dispositivos atuam desde instituições, gerando discursos que legitimam as práticas. A legitimação pode ser percebida nas próprias práticas discursivas, na avaliação que os falantes fazem das formas em diferentes espaços sociais, e nos textos reguladores, como gramáticas e manuais.

A autora Kathryn Woolard utiliza o termo ideologias linguísticas ou ideologias da linguagem para referir-se às representações da interseção entre a linguagem e a dimensão social da atividade humana e à carga de interesses morais e políticos inscritos nessas representações. Assim, as ideologias linguísticas não representam somente a linguagem, mas também exibem os elos que a unem com as noções de identidade e comunidade, nação e estado, moralidade e epistemologia. Estão, portanto, profundamente imbricadas nas estruturas sociais e nos exercícios de poder, o que as constitui como um instrumento a serviço não só da interação verbal como também da ação política e da imposição, fortalecimento e disputa das hierarquias sociais (WOOLARD, 2007). Nesse sentido, a ideologia se entrelaça com o poder social e

político porque organiza os processos de significação que constituem os seres humanos como sujeitos sociais e produzem sua relação com a sociedade.

Na definição de del Valle e Meirinho-Guede (2016) o conceito de ideologia linguística é uma categoria teórica baseada na visão de linguagem como prática social, em que se unem a dimensão formal (materialidade linguística ou gramática) e o contexto (situacional, social e, inclusive, geopolítico) no qual tem lugar a interação, ao se reconhecer que o uso da linguagem interfere no próprio contexto e é um modo de negociação de relações de poder. Por isso

Se trata de una categoría que nos invita a pensar el lenguaje en relación con el contexto, pero no solo como producto derivado de este (como objeto cuya forma refleja las condiciones sociales), sino también como práctica que lo constituye (como intervención efectiva en ese contexto). Las ideologías lingüísticas responden a los intereses de grupos sociales concretos y tienen un efecto naturalizador —como si de verdades inapelables se tratara— de las imágenes que producen del lenguaje. Estamos ante un concepto teórico que pretende organizar el estudio de la relación entre lenguaje y poder. (DEL VALLE; MEIRINHO-GUEDE, 2016, p. 622)

Moita Lopes (2013) destaca que uma língua é um projeto discursivo, orientado por ideologias, e não um fato definitivamente estabelecido, o que desnaturizaria a visão, por exemplo, de que uma língua propriamente dita deve ter limites claros e ser puramente constituída por componentes como estrutura sonora, gramática e vocabulário. O autor coloca que o simples ato de pronunciar palavras no mundo é realizado a partir de uma posição particular, e que, com isso, geramos efeitos de sentido específicos e nos posicionamos social e ideologicamente.

As ideologias linguísticas, para Moita Lopes (2013), são as crenças ou sentimentos sobre as línguas e seus usos nos mundos sociais, são múltiplas e derivam de perspectivas políticas, culturais e econômicas específicas, são

compreensões de como a linguagem ou línguas específicas têm sido ou são entendidas com base em como são situadas em certas práticas sócio-históricas, inclusive aquelas visões elaboradas por pesquisadores e teóricos da linguagem, derivadas do espírito intelectual ou da perspectiva epistemológica de seu tempo. (MOITA LOPES, 2013, p. 22)

Ao se pensar nos diversos aspectos da perspectiva ideológica da linguagem, percebe-se que construtos como língua, norma, falante, identidade linguística, comunidade de fala, competência, monolinguismo e bilinguismo etc. têm sido problematizados por se orientar por essencialismos e homogeneizações linguísticas, em um mundo caracterizado atualmente pela globalização, em que a hibridização, a mestiçagem, a superdiversidade e a mistura linguístico-identitária são cada vez mais evidenciadas, o que torna necessária uma linguística que volte o

seu trabalho para as práticas, os contatos e os usos das línguas gerados nessas circunstâncias (MOITA LOPES, 2013, p. 29).

Resultados e discussão

O questionário aplicado aos alunos do curso de Letras – Português e Espanhol da UFPel foi construído com as seguintes perguntas:

1. Percebes a presença da tua(s) língua(s) materna(s) na aprendizagem do espanhol? Se sim, de que forma? Exemplifica.
2. A origem comum entre o português e o espanhol tem alguma influência na aprendizagem do espanhol como língua estrangeira? Explica e exemplifica.
3. Quais seriam os possíveis objetivos do uso da língua materna em sala de aula de língua espanhola? Cita exemplos (no mínimo três).
4. E quais as consequências desse uso? Exemplifica.
5. Há momentos, situações ou atividades em que o uso do português poderia ser mais recomendável na aula de espanhol? Por quê? Exemplifica.
6. E haveria situações em que a utilização da língua materna seria menos recomendável? Justifica tua resposta, exemplificando.
7. Considerando as experiências que tenhas tido já como professor(a) de espanhol, sentiste a necessidade de utilizar a português nas tuas aulas? Explica e exemplifica.

Os alunos que responderam ao questionário, em um total de 26, dividem-se da seguinte forma: 8 do 1º semestre, 3 do 3º semestre, 9 do 5º semestre e 6 do 7º semestre, com idades entre 18 e 64 anos. Estes dados foram obtidos através de algumas informações pessoais inicialmente solicitadas aos participantes.

Todos os alunos participantes da pesquisa são brasileiros. A respeito da(s) língua(s) materna(s), 24 respostas são de falantes de português. Nas outras duas respostas, foi mencionada alguma outra língua, juntamente com o português: em um caso, foi citado o dialeto pomerano (sic) (participante 3.3) e, no outro, foi citado o alemão (participante 5.4).

Esses dados iniciais comentados foram solicitados aos participantes como uma forma de buscar e analisar elementos que pudessem, de alguma maneira, influenciar as respostas às questões. No entanto, de forma geral, esses fatores parecem não intervir no modo como a relação entre a língua materna e a língua estrangeira é percebida na aprendizagem. Mesmo com

idades variadas, de quatro adiantamentos diferentes no curso e até tendo alguma outra língua materna além do português, as respostas apresentaram uma conformidade e equivalência.

Os participantes foram identificados por dois números, que correspondem, respectivamente, ao semestre que está cursando e ao seu número pessoal dentro da turma. Por exemplo, o participante 1.5 é do primeiro semestre e o quinto dessa turma; o participante 7.4 é do sétimo semestre e o quarto dessa turma.

Para este trabalho, será apresentada a análise realizada a partir da primeira questão, na qual todos os participantes responderam afirmativamente, ou seja, todos percebem a presença do português na aprendizagem do espanhol. Predomina nas respostas que a maneira como se desenvolve esse aspecto remete a comparações que fazem entre as duas línguas, principalmente a respeito da grafia e da pronúncia das palavras, e de elementos morfossintáticos e pragmáticos.

Sim. Percebo principalmente nas comparações que faço de semelhanças e diferenças na grafia das palavras, como professor (Português) e profesor (Espanhol). (3.1)³⁷

Sim. Acredito que a presença do português se faz pois as duas línguas partilham a mesma origem e apresentam aspectos morfológicos, sintáticos e fonéticos muito semelhantes. Assim, sinto que, ao aprender mais sobre o espanhol, aprendo mais sobre o meu idioma materno. (5.6)

De forma geral, a referência à língua materna é positiva por facilitar, melhorar e agilizar a compreensão da língua estrangeira; a conexão entre as línguas funcionaria como um suporte para o entendimento e a aprendizagem, que se tornariam mais acessíveis, assim como pode-se perceber nos exemplos a seguir:

Sim, quando não se sabe uma palavra e a aprende, por ser parecido com o português se memoriza e aprende mais rápido. (1.1)

Sim, as vezes não lembro como é a construção frasal as colocações pronominais. Além disso, é preciso fazer a conexão do espanhol com o português para entender certas frases (ou orações) ficando mais fácil de saber quando e em que situação usar aquela frase. (5.2)

Sim, talvez por parecer ambas as línguas, sentimos que o espanhol é uma Língua Estrangeira de fácil aprendizagem, algumas palavras carregam nosso sotaque [...] (5.5)

No entanto, também houve respostas que apontaram para uma “influência negativa” ou “interferência” da língua materna, cada vez que recorrer ao português não resultou em um acerto em espanhol.

Sim. Eu percebo a presença do português na minha aprendizagem do espanhol em vários momentos. Alguns são positivos, nos quais eu posso me apoiar na minha língua materna para falar algo que não sei em espanhol, mas têm pronúncias iguais ou

³⁷ As respostas dos participantes estão transcritas tal qual foram recebidas.

semelhantes. Mas observo também uma influência negativa. Um exemplo é o verbo "gustar", que eu tenho consciência de como usar, mas até pouco tempo não percebia que estava conjugando como se fosse em português. Ex.: "ellos gustan". (5.3)

Mencionou-se, inclusive, que a influência do português atrapalha no aprendizado de outra língua, podendo representar um obstáculo a ser superado para se alcançar a LE.

Sim, percebo muita influência do português no aprendizado do espanhol, e confesso que isso me atrapalha e muito no aprendizado de outra língua, bem como no uso do "el" por "ele" de "es" por "é" e no uso de feminino por masculino, como: a viagem / el viaje. (5.8)

Sim, o espanhol tem muitas palavras parecidas com o português. E isso pode ao mesmo tempo ajudar ou atrapalhar o estudante, pois palavras que no caso são parecidas, não possuem o mesmo significado. Um exemplo é a palavra embarazada, que para nós tem um significado, e em espanhol seu sentido é completamente diferente. (5.9)

Sim, percebo. Por meio de interferências linguísticas. Por exemplo: palavras parecidas nos dois idiomas. Tendo a pronunciar como sei na LM. Também nas construções próprias do português. Acredito que seja um fenômeno muito mental, já que costumo pensar em português e ir traduzindo na fala. (7.6)

Percebe-se a manifestação da ideologia, por um lado, da facilidade do espanhol pela semelhança com o português, o que gera um elevado grau de compreensão da língua estrangeira permitido pelos conhecimentos prévios da língua materna; por outro lado, emerge das respostas dos participantes a ideologia da pureza das línguas, quando se afirma que o contato dificulta a aprendizagem, pois se parte da ideia de que a competência verdadeira no espanhol será alcançada quando se desvincular do conhecimento do português.

Relacionada à ideologia da pureza linguística, pode-se mencionar a ideologia do duplo falante monolíngue, a partir da qual

O domínio de mais de uma língua só é tolerado se acontece respeitando a norma monolíngüe em cada uma delas. Todo contato, mistura, hibridação, influência de uma sobre a outra é considerado nocivo à pureza de cada um dos sistemas em questão. (MOZZILLO, 2008, p. 2)

Por esta perspectiva, para que seja válido o conhecimento de uma língua estrangeira, este deve ser equivalente ao nível de conhecimento da língua materna, da mesma forma que ambos não devem "misturar-se", desconsiderando os contatos, as aproximações, as alternâncias e as estratégias de aprendizagem. Grosjean (2008, p. 165), afirma justamente que "as habilidades linguísticas dos bilíngües têm sido, quase sempre, avaliadas em termos dos padrões monolíngües", ainda que as línguas estejam em contato na mesma pessoa, de forma interdependente.

Quanto a diferenças na presença da língua materna de acordo com o nível de adiantamento no estudo da língua estrangeira, uma resposta chama a atenção:

Sim, no E. Médio mais do que na faculdade, a minha aprendizagem atual (Universidade) tem minha língua materna, apenas como suporte para compreensão da língua estrangeira (espanhol) que estou desenvolvendo. (1.3)

Pode-se interpretar que o uso da língua materna é visto como um expediente quando o estudo é menos aprofundado – como é a referência, neste caso, à educação básica –, podendo ser abandonado quando se atinge níveis mais avançados.

Também se destaca como significativo o fato de que nas respostas a essa primeira questão os participantes que afirmaram ter mais de uma língua materna (3.3 e 5.4) não fizeram nenhuma referência quanto a presença da outra língua na aprendizagem da LE:

Sim, percebo a influência da sintaxe da língua portuguesa na aprendizagem do espanhol. Além disso, palavras heterossemânticas também implicam na aquisição da língua estrangeira. (3.3)

Sim, tem muitos vocábulos que se parecem na pronúncia ou na escrita, o que facilita um pouco a compreensão do espanhol. (5.4)

No primeiro exemplo, há a referência direta à influência de elementos da língua portuguesa; no segundo, ainda que não esteja de maneira explícita, a alusão parece ser também ao português. Pode-se notar uma relação de diglossia entre as duas línguas maternas, que se reflete na desconsideração da presença de elementos que não sejam da língua considerada de mais prestígio e valor, que nesse contexto é o português. A própria designação utilizada pelo participante 3.3 – *dialeto pomerano* – já transmite uma ideologia de inferioridade da língua, colocando-a em uma relação negativa com respeito ao que se consideraria uma *língua*.

Historicamente, as políticas linguísticas brasileiras pautaram-se por promover ações coibitivas quanto ao uso de outras línguas que não fossem o português (ALTENHOFEN, 2004; OLIVEIRA, 2002), o que gera o preconceito linguístico, reforçando ideologias de desvalorização de línguas. Assim, como ocorre no caso dos participantes da pesquisa, na situação de bilinguismo diglótico se descarta a legitimidade do conhecimento de uma outra língua e, conseqüentemente, a sua presença, contribuição e importância no aprendizado.

Considerações finais

Retomando as definições apresentadas sobre as ideologias linguísticas, complementando as reflexões sobre os resultados que os questionários respondidos pelos alunos de Letras trouxeram, percebe-se como, de fato, a língua, seus usos e as visões que se tem sobre isso constituem-se como fenômenos ideológicos, que estão em relação dinâmica com os

contextos, pois, ao mesmo tempo, são determinados pelas circunstâncias em que ocorrem, mas também é a partir deles que estas são estabelecidas. A linguagem, como prática social, é compreendida para além de seus aspectos formais, mas também como parte de um contexto interacional, político e sociocultural.

A maneira como cada participante percebe o contato de línguas e as ideologias nas quais fundamenta essa percepção têm influência direta na sua própria aprendizagem e, conseqüentemente, na sua postura e suas atitudes quando estão/estarão desempenhando o papel de professores de língua estrangeira. Com isso, verifica-se como não há neutralidade nos usos da linguagem, já que as afirmações feitas pelos participantes refletem, por vezes mais ou menos explicitamente, conexões entre elementos ideológicos, as concepções que manifestam e as ações que tomam a partir disso.

Assim como na descrição feita por Arnoux e del Valle (2010), vemos como as ideologias, além de serem crenças e representações subjetivas, refletem-se nas práticas, como elementos fundamentais da construção de significados sociais, seja como alunos de língua estrangeira, seja como professores que ensinarão uma LE. A ideologia de que a presença da língua materna pode trazer algum tipo de prejuízo para a aprendizagem da língua estrangeira, por exemplo, que foi bastante recorrente nas respostas, demonstra uma ideia que se naturaliza, normaliza e legitima através das práticas e ações de todos os sujeitos envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem de línguas, organizando e sendo constituinte da construção dos significados.

Referências Bibliográficas

ALTENHOFEN, Cléo V. Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)**, v. 2, n. 1 (3), p. 83-93, 2004.

ARNOUX, Elvira Narvaja de; DEL VALLE, José. Las representaciones ideológicas del lenguaje - Discurso glotopolítico y panhispanismo. **Spanish in Context 7:1**, p. 1-24, 2010.

DEL VALLE, José. Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español. In: DEL VALLE, José (ed.). **La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2007, p. 13-29.

DEL VALLE, José; MEIRINHO-GUEDE, Vitor. Ideologías Lingüísticas. In: GUTIÉRREZ-REXACH, Javier (ed.). **Enciclopedia de Lingüística Hispánica**, v. 2, p. 622-631, London & New York: Routledge, 2016.

GROSJEAN, François. Bilinguismo individual. **Revista UFG**, ano X, n. 5, p. 163-176, dez. 2008.

LAGARES, Xoán Carlos. A ideologia do panhispanismo e o ensino do espanhol no Brasil. **Políticas Lingüísticas**, Córdoba, Argentina, v. 2, p. 85-110, out. 2010.

LEDESMA, Patricia Mena. Actitudes lingüísticas e ideologías educativas. **Alteridades**, Distrito Federal, México, v. 9, n. 17, p.51-70, 1999.

MARTINS, Pâmela Selso. Das relações de poder e ideologia no ensino de uma L2. **Linguagens & Cidadania**, v. 9, n. 1, 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **O Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolingüístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MOZZILLO, Isabella. O mito da pureza lingüística confrontado pelo conceito de code-switching. In: VIII CELSUL 2008, **Anais...** 2008.

OLIVEIRA, Gilvan M. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: SILVA, Fábio L.; MOURA, Heronides M. M. (orgs.) **O Direito à Fala: a questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2002, p. 83-92.

WOOLARD, Kathryn A. La autoridad lingüística del español y las ideologías de la autenticidad y el anonimato. In: DEL VALLE, José (ed.). **La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2007, p. 129-142.

ARTE, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: INTERLOCUÇÕES DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA NO ESTÁGIO CURRICULAR

*ART, TECHNOLOGY AND EDUCATION: UNIVERSITY RESEARCH DIALOGUES
IN THE CURRICULAR STAGE*

*Dionatan Michel Batirolla
Bacharel e licenciando em Artes Visuais/Universidade Feevale
prof.dionatan@gmail.com*

RESUMO

Este artigo apresenta as interlocuções teórico-artísticas resultantes do encontro entre a pesquisa universitária e o estágio curricular. A pesquisa foi desenvolvida no seio do projeto Arte e tecnologia: interfaces híbridas da imagem entre mediações e remediações, pertencente à linha Linguagens e processos comunicacionais do programa de pós-graduação em Processos e manifestações culturais da Universidade Feevale. O estágio foi realizado no ensino fundamental e é integrante da grade curricular da licenciatura em Artes Visuais da referida universidade. O projeto de trabalho, intitulado Escritas urbanas: o pixo na aula de arte, foi desenvolvido na EMEF Elvira Brandi Grin (Novo Hamburgo/RS) durante o primeiro semestre de 2017 e contou com a participação dos alunos da turma 5º ano A. Conteúdos da arte urbana, suas possibilidades também no ambiente virtual e através de outras interfaces, serviram de ponte entre o estudo técnico da pesquisa e o exercício no estágio. O debate sobre o caráter efêmero na arte urbana também foi objeto da partilha de saberes entre os alunos. Este estudo foi embasado nos textos de Jacques Rancière, Suzete Venturelli, Ana Mae Barbosa, Fernando Hernández e Daniel Mittmann.

Palavras-chave: Pesquisa universitária. Estágio curricular. Arte urbana.

ABSTRACT

This article presents the theoretical-artistic dialogues resulting from the encounter between university research and the curricular internship. The research was developed within the project Art and technology: hybrid image interfaces between mediations and remediations, from the line Languages and communicational processes of the postgraduate program in Processes and cultural manifestations of the University Feevale. The internship was carried out in elementary school and is part of the curriculum of the university degree in Visual Arts. The project, titled Urban Writing: Pixo in art class, was developed at the EMEF Elvira Brandi Grin (Novo Hamburgo/RS) during the first semester of 2017 and had the participation of the students of the 5th grade class. Urban art contents, its possibilities also in the virtual environment and through other interfaces, served as a bridge between the technical study of the research and the exercise in the stage. The debate on the ephemeral character of urban art was also the object of the knowledge sharing among the students. This study was based on texts by Jacques Rancière, Suzete Venturelli, Ana Mae Barbosa, Fernando Hernández and Daniel Mittmann.

Keywords: University research. Curricular stage. Urban art.

Primeiras palavras

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 2013, p. 30-31, grifo nosso).

Pesquisar e ensinar são tarefas correlatas, e concomitantes, à prática do professor. Sem a devida pesquisa o ensino torna-se superficial e frágil a qualquer questionamento dos alunos, por isso, o ensino exige a presença da pesquisa na sua ação participativa. No entanto, a pesquisa por si só não alcança quem deveria alcançar sem o vínculo, mais do que necessário, com o ensino. Perderia sua função e qualquer valor caso não fosse comunicada ou articulada à prática pedagógica.

Não foi à toa que Paulo Freire (2013, p. 30) escreveu como diretriz “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” em seu livro de 1996 — *Pedagogia da autonomia*. O jovem professor, ou ainda o mais experiente, deve sempre se perguntar sobre o que está ensinando, se lhe cabe aquilo ou aos seus alunos. Para saber se algo cabe a alguém enquanto conhecimento, deve-se pesquisar a realidade de vida daquele indivíduo e de sua comunidade. Sem pesquisa, o ensino torna-se frívolo e facilmente será ignorado pelos alunos.

A partir dessa perspectiva de ensino/pesquisa, e pesquisa/ensino, insiro o que produzi ainda em 2017 durante meu estágio no ensino fundamental da licenciatura em Artes Visuais, na Universidade Feevale. À época, trabalhei com a turma 5º ano A, com cerca de 10 anos de idade, da EMEF Elvira Brandi Grin. Instituição localizada no bairro Rondônia de Novo Hamburgo (RS) e que atende desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos. O bairro Rondônia é considerado de periferia e traz como característica principal a vulnerabilidade social a que seus habitantes estão sujeitos.

A relação estabelecida entre o ensino – durante o estágio – e a pesquisa está na interlocução estabelecida com o projeto de pesquisa *Arte e tecnologia: interfaces híbridas da imagem entre mediações e remediações*, vinculado ao programa de pós-graduação *Processos e manifestações culturais* a partir da linha de pesquisa *Linguagens e processos comunicacionais*. Este grupo de pesquisa, do qual participo como bolsista, faz parte das inúmeras propostas educacionais da Universidade Feevale, cuja sede também está localizada em Novo Hamburgo.

O fio condutor no diálogo ensino/pesquisa foi a arte, mas, também, o fazer artístico e suas possibilidades na periferia, principalmente, através da arte urbana em seus mais variados formatos: grafite, pixo, adesivo e lambe-lambe. O desenrolar desse processo educativo, e o que foi produzido enquanto conhecimento, será apresentado abaixo.

Sobre a pesquisa

Infelizmente, vivemos tempos e espaços insensíveis. *Insensível* em oposição a sensível, mas também aos sentidos; hoje em dia, facilmente, ignoramos quaisquer percepções sensoriais que não as visuais. Imersos em imagens, não nos damos em conta dos sons, odores, sabores e texturas ao nosso redor. O corpo perde para as imagens e deslumbrados por elas afastamo-nos do conhecimento sensível e afeto a qualquer manifestação de humanidade.

A dicotomia sensível/inteligível afastou corpo e mente, dividiu o ser em duas novas partes. Entretanto, a unidade, agora fragilizada, ainda traz à tona a sua urgência. Até porque a divisão entre corpo/sensível e mente/inteligível fez com que, a partir da racionalização do pensamento, desse-se mais valor àquilo que pode ser comprovado cientificamente, ou seja, pela inteligência. O pensamento racional, e racionalizante das coisas, despontou como ciência e conhecimento absoluto, deixando para trás o corpo e o que há de sensível nele. João-Francisco Duarte Jr. (2001) nos traz que

O sensível (o estético) [...] veio deixando de ser considerado um saber no desenrolar da modernidade, a qual já se afirmou estar caracterizada por um processo de crescente abstração, com o conceito (o conhecer intelectual) tendo sido elevado à categoria do único conhecimento digno do nome. (DUARTE JR., 2001, p. 141).

A arte, por conseguinte, também foi deixada de lado, como algo frívolo, frente à racionalização do pensamento. Tanto que nas grades curriculares das escolas brasileiras são destinados à disciplina, no máximo, dois períodos de aula. Às vezes, apenas um. A arte e os demais componentes curriculares que possibilitam o extravasar dos sentidos vêm sofrendo com cortes e até sendo extintos, como a filosofia.

Entretanto, a arte, e em especial as artes visuais, vem fortalecendo-se à medida que novas pesquisas são desenvolvidas no seio da universidade. Ao ganhar fôlego com a pesquisa universitária a arte subverte o pensamento racionalizante, que a distanciava do cenário científico. Novos territórios epistemológicos são conquistados a partir do fortalecimento da pesquisa em arte, contribuindo para a sua difusão.

O projeto de pesquisa realizado junto à Universidade Feevale, intitulado *Arte e tecnologia: interfaces híbridas da imagem entre mediações e remediações*, é liderado pela Prof.^a Dr.^a Lurdi Blauth e seu intuito é investigar interfaces híbridas, que articulam procedimentos analógicos e digitais, técnicas e linguagens, para mediar e remediar imagens em produções estéticas, na atualidade. Trabalhando com conceitos como imagem e tecnologia, as discussões promovidas durante os encontros do grupo de trabalho fortalecem os processos de criação individuais. Para tanto, o estudo de autores como Suzete Venturelli (2011) é algo a destacar.

A arte, caso possamos designar-lhe um mínimo de sentido subversivo, passou a ocupar todos os espaços imagéticos possíveis para a sua veiculação e suas experimentações. O homem contemporâneo urbano vive submerso por uma proliferação incontrolável de imagens. Vive-se numa imensa e irreversível *imagoteca* universal, proporcionada principalmente pelos meios de comunicação. (VENTURELLI, 2011, p. 85).

Logo, a arte estabeleceu, com o advento das novas mídias, relações profundas com a comunicação, difundindo ainda mais suas imagens. A fotografia e o vídeo estabeleceram-se como possibilidades artísticas no tocante à reprodução de imagens, suas tecnologias aproximaram a arte à comunicação. Todavia, novos questionamentos foram postos à medida que as imagens foram mediadas, ou remediadas, porque o contato entre a imagem analógica e a digital, assim como, a metamorfose de uma para outra, suscitou dúvidas quanto à sua unidade, seria a mesma imagem?

Jacques Rancière (2012), ao discutir sobre o conceito de imagem e seus desdobramentos, indica a existência de duas imagens no campo da arte: a semelhante e a dessemelhante, sendo a primeira a reprodução de outra imagem e a segunda a criada a partir do jogo de novas operações.

[...] imagem designa duas coisas diferentes. Existe a relação simples que produz a semelhança de um original: não necessariamente sua cópia fiel, mas apenas o que é suficiente para tomar seu lugar. E há o jogo de operações que produz o que chamamos de arte: ou seja, uma alteração da semelhança. (RANCIÈRE, 2012, p. 15).

Logo, a imagem fotográfica, ou a do vídeo, constrói-se a partir da dessemelhança, implicando na aquisição de novos significados. Não se trata meramente de registrar o cotidiano, mas de produzir novas imagens a partir das primeiras. Há, portanto, duas imagens absolutamente diferentes. O advento da imagem digital, ou numérica, também se alinha ao pensamento de Rancière (2012), no tocante à criação de novas imagens, agora, multiplicadas e disseminadas no ciberespaço de maneira indiscriminada.

A partir dessa perspectiva, muitas das conversas com os alunos, durante o estágio, trouxeram a reflexão sobre a origem e o destino das imagens, seu viés artístico e suas potencialidades no dia a dia de cada um deles. O que antes era apenas algo a ser estudado durante os encontros do grupo de pesquisa, agora, passava a ser o mote de incontáveis debates acerca da arte e da imagem na arte, como poderá ser constatado a partir dos relatos de alguns desses encontros mais à frente.

Sobre o estágio

A turma 5º ano A, formada à época por 27 alunos – 14 meninas e 13 meninos –, era descrita como desatenta, dispersiva e bastante agitada. Em contrapartida, era tida como zelosa, uns com os outros, demonstrando boa organização em grupos e receptividade a novas propostas de trabalho. Inúmeras qualidades eram atribuídas pelos professores da escola à turma, positivas e negativas. Entretanto, como fui bem recebido pelo grupo, o que havia de negativo foi subjugado pela intensificação do convívio e pela constituição de laços, inclusive, de autoridade — professor e alunos.

Cabe, agora, mencionar que o estágio desenvolvido na turma compunha a grade curricular do curso de licenciatura em Artes Visuais, da Universidade Feevale, e que foi ministrado pela Prof.^a Me. Adriana A. Ganzer. O diálogo entre pesquisa, estágio e escola consolidou minha prática pedagógica junto àquele grupo de trabalho, afirmando o compromisso da universidade com a comunidade local. Contudo, inúmeras dúvidas são colocadas quanto à presença da universidade na escola, ainda mais se for para tratar do ensino da arte e dos seus efeitos na aprendizagem, inclusive.

Fernando Hernández (2007) discorreu sobre a alfabetização visual, na escola, e suas possibilidades na aprendizagem, principalmente, porque foi capaz de observar que hoje em dia, imersas em imagens, as crianças são alfabetizadas não apenas para ler o escrito, mas também para ler o visual. Propus à minha supervisora de estágio, ainda durante a elaboração do projeto de trabalho, a vinculação do que seria estudado à pesquisa desenvolvida na universidade, de maneira a possibilitar não apenas a alfabetização tal qual, mas também a visual, como afirmou Hernández (2007),

Fala-se, utilizando uma metáfora bélica, que vivemos em um mundo onde as imagens nos bombardeiam. Por isso, não nos soa estranho que hoje se fale com preocupação do aumento de “analfabetos visuais” e que surjam vozes clamando pela reestruturação da Escola, dos museus e das universidades, de maneira que, nestas instituições seja

possível aprender práticas vinculadas a um novo alfabetismo visual (*visual literacy*), da mesma forma que há interesse em que a educação fundamental incorpore a perspectiva de “múltiplos alfabetismo”. (HERNÁNDEZ, 2007, p. 29).

A partir da noção de alfabetização visual, propus aos alunos da turma incursões pela escola, à busca de imagens, que mais tarde poderiam servir à aula de arte. Foram encontradas inúmeras imagens, desde formas geométricas no telhado a outras mais orgânicas na sombra das árvores. Todavia, a palavra continuou a chamar a atenção do grupo: placas, cartazes, grafites (Figura 1) e pixos (Figura 2) nas paredes e nos muros pertos da sua sala de aula. Quando nos concentramos, durante a oportunidade de fala, muitos trouxeram à discussão elementos da arte urbana, mesmo sem saber nomeá-los. Os pixos, assim como os grafites presentes na escola, foram lembrados enquanto arte e imagens da arte.



Figura 1: Esporte é lazer. Ice (2015). EMEF Elvira Brandi Grin. Fonte: Autor (nov. 2016).



Figura 2: É o pixo. Anônimo (2016). EMEF Elvira Brandi Grin. Fonte: Autor (nov. 2016).

Apesar disso, muitos alunos colocaram em xeque a possibilidade de se entender o pixo como arte, ou manifestação artística, afirmando que a escrita o diferenciava do grafite e, por conseguinte, da arte. O pixo, para muitos do grupo, era entendido como algo distante do universo escolar, tão quadrado e “certinho”, o pixo era arriscado e fugia aos limites do colégio. Para Daniel Mittmann (2012),

[...] a pichação é um *acontecimento* a ser pensado e percebido pela *diferença*, pensado e percebido como uma escrita envolvida no movimento *esquizo* do rizoma. Não é (pensar a pichação como) melhor, nem (como) pior. Não é ser a favor (do pixo), nem contra (o pixo). É (pensar a prática da pichação como) *diferença*. (MITTMANN, 2012, p. 51).

Marginalizados socialmente, a pichação e o pixo também ganharam na escola significados que vão desde o incorreto até o vandalismo. Talvez, por isso, o pixo não podia ser arte para a turma. Sua escrita, por mais elaborada que fosse, não passava de subterfúgio para estragar o bem público, “estragando” a escola. Partindo dessa premissa, desafiei o grupo a criar, no papel, pixos com seus nomes, assim como grafites, que mais tarde foram reelaborados no *site GraffitiCreator* (Figura 3).



Figura 3: Kauany (10 maio 2017). Produzido no *site GraffitiCreator*. Fonte: Autor (2017).

O projeto de trabalho começou a ganhar corpo... e nome, chamei de *Escritas urbanas: o pixo na aula de arte*, o que cativou ainda mais os alunos da turma, que, por sinal, estavam felizes com a possibilidade de trazer para a sala de aula o que viam na sua comunidade e na cidade. Cerca de oito oficinas foram realizadas com a turma, incluindo a criação de adesivos, ou *sticker art*, lambe-lambes e cola de farinha. À medida que recebia *feedback* da turma, revia o que havia planejado inicialmente e reescrevia o que seria necessário a cada momento da aula de arte.

Nesse ínterim, pude observar não só a necessidade de flexibilizar o que havia planejado, (*re-*) adequando meus objetivos de trabalho àquela realidade educativa, como a importância do

diálogo entre a arte e a educação, através da tecnologia, até porque não há contradição alguma na presença da arte na escola. Hernández (2000) afirma que há pontes entre uma e outra, aproximando o distanciado.

Há uma ponte entre duas práticas sociais: a arte e a educação. Ambas se movimentam aparentemente sob posições ao mesmo tempo antagônicas ou confluentes sob o prisma liberdade/norma. A arte é uma forma de conhecer e representar o mundo. A educação organiza o conhecimento privado em relação às formas públicas de representar o mundo. Isso significa que, por meio da arte na educação, pode ser possível aliar duas formas de representar o mundo, ou um conglomerado de representações complexas e de difícil articulação. Implica, por isso, a necessidade de organizar uma aproximação entre os nexos de educação e de arte. (HERNÁNDEZ, 2000, p. 129).

Enfim, a presença da arte na escola reafirma a necessidade de abrir às crianças, aos alunos, possibilidades não fragmentadas de conhecimento, nas quais a liberdade encontre porto seguro e possa alavancar infinitas aprendizagens. A escola pode regular, formatando o conhecimento, da perspectiva individual para a coletiva, entretanto, ela também deve oportunizar espaços de criação, fruição e reflexão, principalmente, no campo da arte.

Palavras finais

“As coisas que tomamos por suposições, sem questioná-las ou refletir sobre elas, são justamente as que determinam o nosso pensamento consciente e decidem as nossas conclusões”. (DEWEY apud HERNÁNDEZ, 2000). Pude constatar que quando os alunos são levados a refletir sobre o que estão criando, ou reproduzindo, surgem inúmeras possibilidades de mudança, desde simples constatações a reformulações de conceitos.

Cito, como exemplo, a reflexão sobre a ideia de efemeridade (na arte). A escola cria e apaga imagens sem discernir o que vale ou não preservar. Torna o momento da aprendizagem efêmero, assim como muitas manifestações artísticas presentes nas ruas das grandes cidades. Aliás, o município de Novo Hamburgo possui cerca de 235 mil habitantes, o que amplia a pegada da arte urbana no seu território, concentrando muitos artistas de rua, por exemplo. No entanto, aos alunos chamou a atenção o fato de um dos grafites da escola ser apagado. A situação alardeou a turma, que me questionou sobre a possibilidade de um objeto artístico simplesmente deixar de existir, como o dito mural (Figura 4).



Figura 4: Esporte é lazer. Ice (2015). EMEF Elvira Brandi Grin. Fonte: Autor (20 set. 2017).

O efêmero na arte urbana está posto, não há muito o que fazer. A não ser registrar pela fotografia, ou pelo vídeo, a imagem do que se quer preservar. Como já foi afirmado, a imagem fotográfica ressignifica a imagem anterior, iludindo quem a observa e forçando à reflexão acerca da sua origem e do seu destino. Ana Mae Barbosa (2009), ao refletir sobre o papel da arte na escola, discorre sobre a didática do ensino da arte, confluindo produção, leitura de imagem e contextualização (não apenas a histórica) para que fenômenos como o da efemeridade possam ser compreendidos de outra maneira pelos alunos.

O intercruzamento de padrões estéticos e o discernimento de valores devia ser o princípio dialético a presidir os conteúdos dos currículos na escola, através da magia do fazer, da leitura deste fazer e dos fazeres de artistas populares e eruditos, e da contextualização destes artistas no seu tempo e no seu espaço. (BARBOSA, 2009, p. 34).

A parede verde, “limpa” de qualquer marca, de qualquer identificação dos alunos ou da sua comunidade, não possibilita o intercruzamento de padrões estéticos, a cor sólida – asséptica – das escolas reproduz apenas o lado que regula, que enquadra, a criança, não o que possibilita a aprendizagem. Ainda mais a aprendizagem estética. Enquanto a comunidade próxima à escola for negligenciada por ela, continuará a haver descaso e insucesso na educação.

Concluo, retornando à frase de Jonh Dewey, que é preciso refletir sobre a prática pedagógica, imbricando seus significados à arte e à tecnologia, para que, assim, seja possível colher bons frutos e oportunizar às crianças a possibilidade de refletir sobre o processo de criação, individual ou em grupo, e sobre como está organizada a sociedade na qual estão

inseridas. O diálogo entre a pesquisa e o ensino deve ser um dos meios para se atingir tal reflexão, indispensável à arte/educação.

Pelo ensino da arte na escola pública, adiante!

Referências bibliográficas

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Coleção Estudos, 126).

DUARTE JR., João-Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. Curitiba: Criar, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura visual: proposta para uma nova narrativa educacional**. Tradução de Ana Death Duarte. Porto Alegre: Mediação, 2007. (Coleção Educação e arte, v. 7).

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MITTMANN, Daniel. **O sujeito-pixador: tensões acerca da prática da pichação paulista**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Tradução de Mônica Costa Netto. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. (Coleção ArteFíssil).

VENTURELLI, Suzete. **Arte: espaço_tempo_imagem**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011.

A DIVERSIDADE CULTURAL PELO OLHAR KAINGANG E GUARANI

LA DIVERSID CULTURAL POR LA MIRADA KAINGANG Y GUARANI

Claudio Luiz Orço³⁸

Elizandra Iop³⁹

RESUMO

Mediante a complexidade nas relações sociais, sente-se a necessidade pela promoção da diversidade cultural e entendemos que a Escola de Educação Básica é um dos espaços para desenvolver um olhar sensível e reflexivo sobre esta realidade. A diversidade cultural no Brasil foi negada por séculos, grupos culturais distintos foram aculturados por um mesmo discurso hegemônico, o da supremacia branca que formou em todos uma única visão de mundo, enfraquecendo e marginalizando as diferentes culturas com suas visões de mundo próprias. Isto ocorreu mediante a um processo educacional orientado por teorias pedagógicas autoritárias, que enfraqueceram as culturas indígenas fazendo-as olhar o mundo e a si pelo olhar da cultura europeia. A partir da redemocratização da sociedade brasileira com a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96 e os Plano Nacional de Educação - PNE houve a possibilidade do reconhecimento e promoção da diversidade cultural no interior da sociedade. Assim esta pesquisa tem por objetivo, **verificar em que medida a diversidade étnica está sendo reconhecida e promovida na Escola de Educação Básica na reserva indígena Xaçecó no município de Ipuacu SC?** Adotou-se como metodologia a pesquisa de campo qualitativa participante de base Dialética, em que serão utilizadas categorias de análise. Os dados serão coletados em três das escolas da reserva Xaçecó. Esta pesquisa está em andamento.

Palavras chaves: Cultura. Diversidade étnica. Visão de Mundo.

RESUMEN

mediante la complejidad en las relaciones sociales, se siente la necesidad por la promoción de la diversidad cultural y entendemos que la Escuela de Educación Básica es uno de los espacios para desarrollar una mirada sensible y reflexiva sobre esta realidad. La diversidad cultural en el Brasil fue negada por siglos, grupos culturales distintos fueron aculturados por un

³⁸ Doutor em Educação pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (SC) (2012); Mestre em História pela UPF – Universidade de Passo Fundo (RS) (2008); Mestre em Educação pelo IPLAC – Instituto Pedagógico Latinoamericano e Caribeño de Cuba/Reconhecido pela UPF – Universidade de Passo Fundo (RS) (2006); Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural – GEPPAC da Unoesc Xanxerê (SC). Membro do Grupo de Pesquisa MOVER - Educação Intercultural e Movimentos Sociais da UFSC. Professor Titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc Xanxerê, do Departamento das Ciências das Humanidades. Atualmente respondendo pela Diretoria de Graduação da Unoesc Xanxerê (SC). claudio.orco@unoesc.edu.br.

Mestre em Educação pela Universidade do Contestado /Unicamp (2004). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC (1995) Graduada em Ciências Sociais pela ULBRA (2008) e Especialista em Sociologia pela UPF – Faculdade de Passo Fundo (2009). Especialista em Teoria e Metodologia da Alfabetização no Ensino Fundamental – Séries Iniciais pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC (2000). Especialista em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI (1997). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural – GEPPAC da Unoesc. Professora Titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc Xanxerê (SC) elizandra.iop@unoesc.edu.br

39

mismo discurso hegemónico, el de la supremacía blanca que formó en todos una única visión de mundo, debilitando y marginando a las diferentes culturas con sus visiones de mundo propias. Esto ocurrió mediante un proceso educativo orientado por teorías pedagógicas autoritarias, que debilitaran las culturas indígenas haciéndolas mirar el mundo y a si mismos por la mirada de la cultura europea. A partir de la redemocratización de la sociedad brasileña con la Constitución Federal de 1988, la LDB (Ley de Directrices Y Bases de la Educación) 9394/96 y los Planes Nacionales de Educación - PNE hubo la posibilidad del reconocimiento y promoción de la diversidad cultural dentro de la sociedad. Así esta investigación tiene por objetivo, verificar en qué medida la diversidad étnica está siendo reconocida y promovida en la Escuela de Educación Básica en la reserva indígena Xaçecó en el municipio de Ipuçu SC. Se adoptó como metodología la investigación de campo cualitativa participante de base dialéctica, en el que se utilizarán categorías de análisis. Los datos serán recogidos en tres de las escuelas de la reserva Xaçecó. Esta pesquisa está en curso.

Palabras claves: Cultura. Diversidad étnica. Visión de Mundo.

Introdução

Falar do olhar do ‘outro’ sobre o ‘nós’ o do olhar do ‘nós’ sobre o outro é entrar no campo vasto da cultura e de quem a produz, a humanidade. Sendo assim, iniciamos este artigo buscando compreender quem é a humanidade em sua dimensão física e cultural, para então abordarmos a diversidade cultural que é elemento fundante que compõe o humano em sua formação social e histórica. Em seguida procuramos mostrar a formação do Estado Moderno no final no século XVI, passando pelos demais séculos até o século XX, demonstrando que esse esteve pautado em valores unitários, de uma única sociedade, com uma única concepção de homem e que com base nisso, formou-se a persona moral do Estado Moderno Monista e por meio dela o Estado atuou sobre a diversidade cultural impondo um padrão de igualdade por meio de práticas educacionais, religiosas, políticas e saberes científicos que foram propagados a todos com a legitimação do Estado, e assim, criou-se uma única visão de mundo a todos igualmente. Para em seguida apresentarmos um desdobramento do Estado Moderno em sua versão pluriétnica que reconhece a diversidade cultural em seu interior.

O despertar da humanidade

A humanidade é a condição social do biológico e foi sendo criada pela produção e prática da cultura existente em todas as sociedades ao redor do globo. Para o homem atingir o estágio evolutivo atual passou por outros estágios e a oitenta mil anos a humanidade atingiu o último estágio a qual pertence enquanto espécie a *Sapiens Sapiens*. Facchini. (1997).

Este mesmo autor ainda coloca que,

Com o surgimento do gênero humano, além da evolução biológica tem início uma nova evolução, a cultural. O homem é um ser cultural, capaz de modificar o ambiente

em que vive. O gênero humano é constituído por uma única espécie, o que significa que, apesar da grande diversidade de formas humanas que se desenvolveram, os seres humanos são fundamentalmente iguais. (FACCHINI, 1997, p. 9).

A espécie *Sapiens Saapiens*, a qual a humanidade pertence foi se produzindo socialmente com características biológicas externas diferentes, em contextos geográficos distintos e com visões de mundo diferenciadas o que gerou à formação de diversas etnias dentro de uma única espécie a humana. Etnia, “É um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física” (DEIN, 2006, p. 68).

Apesar das diferentes características físicas que a humanidade apresenta a origem do homem é datada de milhares de anos atrás e provém do continente africano. Estas diferenças biológicas se deu por influência do clima, temperatura e alimentação. No processo migratório por qual passou a humanidade essa vivenciou diferentes climas em diferentes áreas geográficas, produzindo e adquirindo diferentes hábitos alimentares, o que fez com que a humanidade ganhasse roupagens diferentes como cor da pele, cor dos olhos, textura do cabelo, constituição anatômica... porém por mais diferente que seja a estrutura física do homem, as medidas anatômicas não se diferenciam no gênero humano, o que faz com que toda a humanidade pertença a mesma espécie a *Sapiens Sapiens*. Assim, a humanidade apresenta biologicamente tons de pele diferenciadas como a preta, parda e branca, sendo que essa classificação durante séculos implicou na segregação racial da humanidade. A humanidade era reconhecida como uma composição de três raças, o que levou a raça com maior poder tecnológico, político, científico e econômico a dominar as demais. A definição de raça implica em característica estritamente morfológicas. A maioria dos autores reconhece que raça não é uma categoria científica, podendo ser utilizado apenas quando o ser biológico se apresenta puro estritamente homogêneo, como acontece com algumas espécies de animais domésticos, sendo que estas condições nunca são encontradas nos seres humanos. Do ponto de vista da Antropologia e da Biologia raças humanas não existem. Witzig. (1996). Mesmo com diferenciação nas características físicas pertencemos a uma única humanidade, somos iguais em espécie e em origem, e ao longo do século XX se reconhece que a humanidade pertence a uma só raça, a humana que ocupa todos os espaços habitáveis do planeta terra.

A diversidade se faz presente na sociedade

A humanidade aparece com a criação da cultura que a liberta da condição animal irracional tornando este animal um ser cultural, social, político, racional e histórico, se fazendo

presente em todos os espaços sociais com a função de organizar socialmente os grupos humanos. A organização social da humanidade não ocorre igualmente em todos os agrupamentos sociais, sendo a visão de mundo que cada grupo possui determinante na constituição da sociedade e do ser social. Assim a humanidade vai se organizando socialmente de formas variadas, dependendo do tempo e do espaço em que está inserida, o que leva a humanidade à heterogeneidade do campo sociocultural.

A heterogeneidade nos remete ao diverso, ao diferente, porém diverso de que ou de quem? Para isso nos remetemos ao projeto de sociedade vigente que um Estado em um dado momento histórico apresenta e deseja implantar no campo social. Assim chegaremos a resposta à pergunta anterior, ser diferente do que estabelece como válido ou ideal o projeto de sociedade vigente.

O Estado é uma sociedade política com dimensão moral, que se personifica ou o se personaliza, sendo formado por nação ou povo, território e soberania. O povo e a nação são figuras morais e estão representadas pelo Estado figura jurídica que legitima o povo e a nação por meio de seu ordenamento jurídico. A formação do Estado Moderno nasce da necessidade da centralização política, representada primeiramente pelas monarquias absolutistas, assim Bobbio coloca que o Estado “[...] foi ideado à margem e semelhança da soberania do príncipe”. (1985, p. 69), o príncipe representa o padrão de homem da época. Ainda observa Bobbio esta representação social e moral caracteriza uma sociedade monista.” (1985, 69), em que prevalecia um único modelo de homem e de povo.

O Estado por meio do ordenamento jurídico (leis) legitima um conjunto de valores de um pequeno grupo social, sendo esse detentor de poder político e econômico. Passando estes valores a serem tidos como valores válidos, valores ideais para a sociedade, entendidos como sendo valores bons, nobres e justos. Sua proliferação por meio da religião da educação, do ordenamento jurídico é necessária para torná-los hegemônicos para a efetivação do projeto de sociedade que o Estado pretende instaurar. Isto implica na questão da cidadania, o de ser reconhecido pelo Estado como sujeito de direito, o de ter suas individualidades atendidas e promovidas por ele ou não. Ou seja, o Estado dá legitimidade somente à nação ou povo que compartilham dos valores considerados por ele como sendo valores ideais e que devem ser cultivados entre todos, inclusive entre os que em um primeiro momento não compartilham de tais valores e não se representam por estes valores.

O Estado pressupõe uma sociedade homogênea e monista composta unicamente por cidadãos entendidos de forma racional e perfeitamente iguais entre si, tais quais átomos simples e indivisíveis do sistema da física clássica. Ou seja, a ideia abstrata de Estado nacional clássico é a de que ele é composto por apenas um povo, identificado como Nação. Logo torna-se importante a desmistificação da concepção

de Estado-Nação que se instalou no pensamento político ocidental, de que todo o Estado corresponde a uma Nação, portanto, uno, monolítico e homogêneo. (AMARAL, 2002, p. 76).

No entanto, além do Estado Monista que parte do princípio de um Estado-Nação, uno e homogêneo ocupado por um só povo, no Estado-Nação Moderno se desenvolve uma segunda versão deste, que é o Estado Nacional.

O segundo Estado-Nação trata-se do Estado Nacional opressor, na qual, apesar da existência de mais de um povo, as minorias estão subjugadas, e apenas um grupo dominante dispõe de espaço político necessário para sua sobrevivência. Este Estado, de poder centralizado e absolutista, é o predominante, se faz de um e monista, apesar diversos povos. Esta categoria de Estado funciona por meio de mecanismos de exclusão, assimilação forçada, quando não de perseguição étnica. (BRITO, 2011, p. 67).

Assim, o modelo do Estado Moderno que foi instaurado no Ocidente a partir do séc. XVI que foi o Estado-Nação Absolutista que se opôs ao antigo regime, e ainda no século XVII e XVIII por influência do Movimento Iluminista, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, que foi o Estado-Nação Nacional Opressor tendo por lema “*Igualdade, Fraternidade e Liberdade*”, era de um Estado igualitário. Esse partiu da premissa de que todos eram iguais, tendo como padrão de cidadania, a igualdade. Este Estado tinha por características de personificação moral o homem branco, proprietário, católico, racional, produtivo e heterossexual. A formação desta persona moral do Estado Moderno sofreu influência do Liberalismo econômico e político do século XVII e que vai estar representado no ordenamento jurídico dos Estados ocidentais até o século XX.

O Estado Moderno em suas primeiras formações tornou vigente os valores morais e religiosos, mais os saberes científicos e intelectuais dos grupos que detinham maior poder na sociedade e os propagou por meio de práticas sociais como a educação, a política e a religião em nome da “justiça”. A partir do padrão de homem estabelecido e mais os valores da época incorporados pelo Estado é que se efetiva um projeto de sociedade que tinha como pressuposto de que todos eram iguais. O padrão moral de cidadão e mais os valores morais que corporificaram o Estado Moderno, organizaram sócio-político e juridicamente a sociedade e com base neste padrão cultural o Estado Moderno determinou o padrão de igualdade em seu interior, reconhecendo aos iguais dignidade da pessoa humana e conseqüentemente os direitos fundamentais de primeira dimensão.

Partindo do pressuposto de que todos são iguais, o Estado Moderno implantou um projeto de sociedade unitário pautado em valores morais vigentes da sociedade europeia. A sociedade moderna do século XVIII composta pela nobreza, alto clero, baixo clero, burguesia,

proletariado e camponeses, difundiu pelas relações sociais instituídas pelo Estado os valores nobres que advinham da nobreza; Justos e do bom cristão que advinham da Igreja Católica; Da caridade que advinham da igreja Católica e do bom patrão – a burguesia, como sendo valores ideias que deveriam ser aderidos entre todos, para se ter uma sociedade igual, nobre, boa, justa e feliz ou seja, uma sociedade civilizada. Assim, por meio de práticas religiosas, políticas, científicas e educacionais tais valores passaram a ser compartilhados com todos na sociedade, o que gerou a formação história de grupos étnicos, de gênero, idade, opção sexual marginalizados pelo Estado de Direito.

A transposição dos valores eurocêntricos na formação da sociedade brasileira⁴⁰

A formação do Estado brasileiro esteve pautado em um processo de homogeneização cultural por influência do Estado Moderno Absolutista e Opressor, onde reconhecia no território brasileiro apenas uma cultura (branca europeia), uma língua (portuguesa), um gênero (masculino, racional e produtivo) e a supremacia da religião católica, o ser produtivo (o trabalhador contribuinte com o Estado). Para este modelo de Estado ser instaurado, a educação escolar teve um papel fundamental na difusão de valores eurocêntricos, valores tido como valores nobres.

De acordo com Candau,

A construção dos estados nacionais no continente latino-americano supôs um processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base eurocêntrica, silenciando ou inviabilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades. (CANDAU, 2011a, p. 242).

Este processo de instauração de uma visão de mundo europeia estava presente nas relações sociais estabelecidas entre brancos, afro-brasileiros e indígenas durante e após o processo colonizador e vigentes na atualidade. A visão de mundo europeia transplantada para a sociedade brasileira construiu o outro diferente do colonizador branco europeu e de seus descendentes como inferiores, o que fez originar uma série de discriminação e preconceitos vistos ainda nos dias atuais.

⁴⁰ Parte desta seção está publicada no E boock na autoria de - IOP, Elizandra; ORÇO, Claudio Luiz. Cultura marginalizadas em perspectiva pelo reconhecimento da diversidade. In: BADALOTI, Rosana; COMERLATTO, Dunia (Org.). Território, territorialidade e estratégias de desenvolvimento **regional**. Passo Fundo: Imed, 2016. Part II, p. 78 – 89.

Essa transferência ocorreu por meio de um processo educacional evangelizador, com base em disciplinas humanistas e literárias, tendo por intenção sedimentar a hierarquia social própria da sociedade urbana europeia. Ficando evidente nestas ações o poderio da Igreja Católica ao introjetar nos indígenas o conformismo no colonizado. A religião institucionalizou entre os povos indígenas uma nova organização social, com novos valores e regras morais, uma visão eurocêntrica de mundo, dessa forma os povos indígenas aderiram aos valores católicos da sociedade europeia.

O processo colonizador no Brasil partiu da premissa que os que aqui habitavam não passavam de animais desprivilegiados da essência humana. Assim, foi sendo gestada a civilização no Novo Mundo, que implicou na transferência de valores eurocêntricos para a nova terra, no uso da força militar e de uma verdade justificadora. O primeiro ocorreu pelo processo de evangelização que tinha a Companhia de Jesus como protagonista, o segundo pelo próprio colonizador e suas armas e o terceiro pelo uso de discursos, que de acordo com Foucault, “[...] são procedimentos retóricos, maneiras de vencer, de produzir acontecimentos, de produzir decisões, de produzir batalhas, de produzir vitórias.” (1986, p. 142). São narrativas que determinam a condição do outro na sociedade, no que tange ao processo de colonização que implicou na compreensão do outro como inferior. Os discursos são entendidos como saberes verdadeiros, porém, o conhecimento não é neutro, ele varia de contexto para contexto de época para época, defendendo interesses de poder. “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é: os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.” (FOUCAULT, 1986, p. 12).

As verdades instituídas pelas sociedades e produzidas pela filosofia, pela ciência, pela religião, pela política são chamados por Foucault (1986) de discursos e são disseminadas pelos meios de comunicação, pela religião, pela política, pela educação. Estes discursos explicam os múltiplos outros de forma que a sociedade e eles próprios se vissem como inferiores ao tido como padrão de igualdade, estabelecido pelo projeto de modernidade de origem europeia.

A seguir algumas afirmações a respeito do outro diferente do europeu:

Eram gente bárbaras, incultas, contaminadas por impiedades e torpezas. (SEPÚLVEDA apud BRUIT, 1995, p. 128).

Mais animal do que ser humano. (JESUÍTAS apud DAMÁZIO, 2011,).

Os índios jamais não foram jamais tocados pela luz: sua natureza, sua cultura, seus corpos, e almas nunca ultrapassaram o obscuro limiar da condição humana. (GAMBINI, 1988, p. 143-159).

O ameríndio nem sequer chega a ser um animal imaturo, não é uma criação, é um degenerado. São tão débeis que possuem menos sensibilidade, menos humanidade, menos gosto e menos instinto, menos coração e menos inteligência, num palavra

menos tudo. São como bebês raquíticos, irreparavelmente indolentes e incapazes de qualquer progresso mental. (DE PAUW apud DAMÁZIO, 2011, p. 235).
Os índios são demasiado fracos para o trabalho, indiferente para o esforço cultural, não se preocupam com coisa alguma e são preguiçosos. (GERBI, 1996, p. 41).

A colonização brasileira não só legitimou a inferioridade do outro, pelo fato de não ter reconhecido a diversidade cultural dos povos ou nações, como por meio desse teve a possibilidade de usurpar o território “contestado”, produzindo assim a marginalidade dos povos indígenas, que por meio da educação catequética tiveram enfraquecidas ou destruídas sua identidade cultural. Processo semelhante ocorre com o africano, a diferença é que esse não pertencia ao território, este território lhe era estranho, porém, as estratégias de poder para sucumbir suas resistências foram praticamente as mesmas utilizadas com o índio, podendo se dizer que para esses ainda foi usado o tronco como elemento material e simbólico para acabar com a resistência de um povo sedento por liberdade.

O processo colonizador agiu de forma muito mais cruel com estes últimos, pois eles ainda tiveram a má sorte de serem associados ao mal pela religião católica, o que implicou que tal processo violento procurou desumanizá-los, retirar deles a humanidade, apesar de não serem reconhecidos como humanos. A religião Católica aliada do colonizador recorreu a textos bíblicos para inferiorizar o negro, afirmando que o africano era descendente de Cam que era filho de Noé, que foi amaldiçoado pelo pai, por ter lhe ofendido quando o encontrou embriagado. Assim, a igreja Católica fez da cor negra a representação do pecado e da maldição divina.

A igreja Católica por meio da construção desta verdade tratou de construir simbologias que levasse a população a associar a cor negra do africano somente a coisas ruins e impuras, e a cor branca do colonizado a coisas boas e puras. “Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se sempre Deus como um branco velho de barba e o Diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinho.” (MUNANGA, 1988, p. 13-14).

Considerações sobre o negro escravo provenientes da filosofia:

Considerava a África um lugar isolado e sem história. (HEGEL, 1974).

O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência. (HEGEL, 1974).

Em um nível pouco mais alto que o índio vem o negro, vivendo ora no primeiro grau de estupidez, ora no segundo, ou seja, planejando as coisas pela metade, não formando uma sociedade estável, olhando os astros com admiração e celebrando algumas festas sazonais na aparição de certas estrelas. Evidentemente no topo desta escala evolutiva vem o branco europeu, com a astronomia e toda as características de sua superioridade. (VOLTAIRE apud MUNANGA, 1988, p. 18).

Este saber que condicionou a condição marginal dos negros africanos nas colônias ocidentais ainda impôs a eles a escravidão como única forma de salvação de um povo tido como amaldiçoado. Assim foi ocorrendo por séculos à marginalização do negro na sociedade de influência católica como o Brasil. A ideia da inferioridade do negro ainda é realidade nos dias atuais na sociedade brasileira que faz uso dos valores tradicionais, como o patriarcado para organizar os processos no cotidiano social.

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. (HOLANDA, 2008, p. 31).

Ambos, índios e africanos não foram sujeitos e sim objetos no processo colonizador, tendo sua integridade física, moral, cultural e psicológica brutalmente violentadas por interesses ideológicos, econômicos, políticos e religiosos. Interesses esses que vão de encontro a usurpação do território brasileiro e de seu desenvolvimento, porém, para isso, tiveram que se apropriar da humanidade do colonizado.

Deslocamento do somos todos iguais para somos todos diferentes

Houve um tempo como afirma Pierucci (1999), que todos queriam ser iguais, que o fato de ser igual proporcionava ao homem status de cidadão de bem, porém, o ser diferente foi motivo que levou populações inteiras ao extermínio. Ex. O Holocausto, onde foram mortos aproximadamente seis milhões de judeus, homossexuais, negros, pessoas com deficiência por eles não serem iguais ao que era tido como ideal de homem para aquele momento histórico e para aquela sociedade. Ser igual seria ser branco, racional, católico, produtivo e heterossexual. Os horrores da segunda grande guerra deixaram marcas vergonhosas na história humana do Ocidente.

Por alguns séculos a sociedade moderna primou pelo ser igual, levando grupos sociais a marginalização, pois não reconhecendo estes como sujeitos de direito, o Estado não proporcionava condições dignas de vida a eles, formando assim as chamadas minorias sociais que foram excluídas dos processos sociais, tendo dificuldade em participar ativamente das

instituições sociais que compunham o Estado, e ainda de ter sua condição humana e social garantida pelo Estado por meio dos Direitos Humanos. Porém, esta situação real em todo o Ocidente começa a ser alterada após a segunda Guerra Mundial com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que o homem tem direito de ter direito e de ter sua condição humana, social, política, econômica, cultural, biológica, intelectual protegida e promovida pelo Estado de Direito a que pertence.

Neste contexto histórico vai sendo instituído no Ocidente o chamado um modelo de Estado considerado do ponto de vista interétnico ideal. “[...] seria um arranjo político complexo, no qual se reconheceria a pluralidade dos povos existentes naquele território em comum. Nesta categoria de Estado, os povos teriam o espaço político interno necessário, chamado de autonomia, contornado por um vínculo político e jurídico mais abrangente, o da nacionalidade.” (BRITO, 2011, p. 67). Para esta ideia de Estado se faz necessário pensar aspectos antropológicos na sua organização política e jurídica para assim desenvolver a autonomia destes povos. Por esta ideia de Estado se percebe o reconhecimento da diversidade étnica, baseando-se no respeito a elas por parte do próprio Estado. Assim, este Estado Pluralista se opõe ao Estado Monista instituído no Ocidente desde o século XVI.

Por influência do Estado Pluralista, a partir da segunda metade do século XX ocorre um deslocamento na concepção de igualdade, em que a humanidade começa a reconhecer as diferenças e não mais clamar por uma sociedade de iguais.

[...] a consciência de que nós, os humanos somos diferentes de fato, porquanto temos cores diferentes na pele e nos olhos, temos sexo e gênero diferentes além de preferências sexuais diferentes, somos diferentes de origem familiar e regional, nas tradições e nas lealdades, temos deuses diferentes, diferentes hábitos e gostos, diferentes etilos ou falta de estilo; somos portadores de pertencas culturais diferentes. Mas somos também diferentes de direito. É o chamado ‘direito à diferença’, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos. Motiva-nos muito mais, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros. (PIERUCCI, 1999, p.7).

Houve um deslocamento do somos todos iguais para somos todos diferentes. Isto implicou na criação de Movimentos Sociais ligadas as diferenças culturais, e percebemos atualmente a existência na sociedade do Movimento Negro, Movimento Indígena, Feminino, LGBT, Simpatizantes e outros, pressionando o Estado a mudar sua conduta em relação ao tratamento de condições disponibilizadas a esses grupos para o exercício da cidadania.

No Brasil pela Constituição de 1988 ocorre o reconhecimento da diversidade cultural enquanto sujeitos de direito, pois reconhece mais de um gênero além do masculino, mais de um povo além do povo brasileiro, mais de um sujeito além do produtivo, ficando evidente

quando em seu Art. 5º a Constituição determina “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:” (BRASIL, 1988, p. 15). No inciso I “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]”, e fala mais, VI “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.” Art. 215 “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” Parágrafo I deste artigo, “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” No Art. 231 “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições [...]” (BRASIL, 1988).

Com estes artigos o Estado brasileiro se compromete em garantir o pleno desenvolvimento cultural daqueles que um dia foram considerados pelo mesmo Estado cidadãos de segunda categoria. Assim o termo da Lei reconhece a diversidade cultural no território brasileiro e garante aos diversos o status de sujeitos de direito. Com a Constituição Federal de 1988 as diferenças deixam de serem silenciadas e negadas em nome da igualdade.

O outro e a prática da alteridade

Eis que surge a questão, quem é o “outro”?

Todo aquele que não é considerado igual ao padrão de homem estabelecido e determinado e herdado pelo Estado Moderno e incorporado em suas práticas sociais pelos discursos hegemônicos, excludentes, inferiorizadores e discriminadores que geraram o mal da modernidade, o preconceito.

Candau (2011b) coloca que a forma como “nós” nos colocamos em relação ao “outro” é a partir de uma perspectiva etnocêntrica, hierarquizada, em que “nós” estamos no topo das relações sociais. “[...] ‘nós’ [são] todas aquelas pessoas e grupos sociais que tem referenciais semelhantes aos nossos, que têm hábitos de vida, valores, estilos, visões de mundo que se aproximam dos nossos e os reforçam.” (2011b, p. 21). Já os “outros” “[...] são os que se confrontam com estas maneiras de situar-nos no mundo por sua classe social, etnia, religião, valores, tradições, etc.” (CANDAU, 2011b, p. 21).

Diz Skliar Duschatzky (2000 apud CANDAU, 2011b, p. 21), que o modo que nos situamos diante do outro assume uma visão dicotômica, pois para a crença de que uns são os

bons, os verdadeiros, os autênticos, os civilizados, os cultos, os defensores da liberdade e da paz. Os “outros” são maus, falsos, bárbaros, ignorantes e terroristas. Se nos situarmos nos primeiros, o que temos que fazer é eliminar, neutralizar, dominar ou subjugar os “maus”. Caso nos situemos representados como integrantes do polo oposto, ou internalizamos a nossa ‘maldade’ e nos deixamos ‘salvar’, incorporando sua visão de mundo e assim passamos para o lado dos bons ou nos confrontamos violentamente com esses.

E o que a humanidade está fazendo em relação ao “outro”? Basta assistirmos ao noticiário para vermos a violência, o genocídio, destruição e dominação dos que são considerados “maus” para um projeto de sociedade. Nunca na história humana se falou tanto em tolerância e respeito a diversidade, porém a emergência perante a atual conjuntura social é a do respeito as diferenças. A tolerância é uma superficial aceitação, a qualquer momento o ódio pode explodir e a violência ser cometida contra o “outro”. Já o respeito significa aceitação, sem necessariamente eu ter que mudar meu etilo de vida, minhas escolhas pessoais desde que elas não denigrem, ofendam ou vitimizam o “outro”.

Este contexto violento e truculento por qual passa a humanidade leva a emergência da prática da alteridade. Alteridade é se colocar no lugar do outro em sua totalidade, é olhar o outro pelo olhar do outro, é compreender o outro pela visão de mundo do outro, é constituir-se como outro. “[...] refere-se ao outro situado em um contexto político, cultural, religioso e lingüístico.” (BONNICI, 2005, p. 15). A necessidade da prática da alteridade para garantir a humanidade, pois esta pela intolerância está em crise.

Como vimos o discurso de inferioridade do “outro” ainda são comuns, a não aceitação do “outro” no mesmo contexto do “nós”. Pessoas matando, espancando só pelo fato do “outro” ser mulher, de outra religião, homoafetivo, negro, índio, caboclo, pardo, mulato, favelado, pobre, de ter outra ideologia política, imigrante, migrante ou emigrante, doente, geracional, gordo, magro, baixa estatura.... Esta realidade levanta há necessidade do diálogo, de trocar experiências, de reconhecer o “outro” como um igual em direitos porém, diferente em sua diversidade cultural. O que não podemos é deixar que o ódio, a raiva a intolerância se destaque e vigore na sociedade. É emergente a prática da alteridade em uma sociedade marcada pelo não reconhecimento e por práticas sociais que inferiorizam o “outro”. “No diálogo de culturas faz-se necessário o reconhecimento e a promoção do diferente e a prática da alteridade.” (DAMÁZIO, 2011, p. 240).

É necessário o Estado criar políticas afirmativas para que a diversidade cultural excluída por séculos por uma política segregacionista, patriarcalista e xenofóbica, seja reconhecidos e promovidos como seres dignos em meio a diversidade e assim possam praticar o exercício da

cidadania, já que o Estado reconhece a todos independente a diversidade a qual se pertença enquanto sujeitos de direito. Portanto, é necessário tratar os iguais de forma igual e os diferentes de forma diferente, esse é o princípio constitucional da Isonomia. Quando chegarmos a este estágio social teremos saído da condição de animais culturais selvagens e de um estágio civilizatório intolerante para atingirmos a civilização em sua plenitude.

Considerações finais

Temos o desafio nesta pesquisa de investigar o olhar do indígena Kaingang e Guarani da reserva indígena de Xapecó na cidade de Ipuacu – Santa Catarina sobre a diversidade étnica, os não índios. Apresentamos no campo teórico a formação do Estado brasileiro que herdou em seu ordenamento jurídico o Monismo do Estado-Nação que se formou na Europa a partir do século XVI, em que seus valores morais, concepção de homem vão sendo propagados em solo brasileiro durante praticamente cinco séculos por meio de um processo educacional evangelizador, do ordenamento jurídico e por meio de discursos como nos colocou Michel Foucault (1986). Sendo assim, foi se formando uma visão de mundo eurocêntrica na sociedade brasileira que não reconhecia mais de uma cultura, mais de uma língua, mais de uma religião, mais de um gênero, que não fosse o padrão de homem, de sociedade e religião da Europa ocidental, estes valores e visão de mundo e de homem foram disseminados a todos os residentes em solo brasileiro. Vale dizer aqui, o padrão urbano e arquitetônico europeu, o homem branco europeu, as línguas europeias com ênfase ao português e a religião católica. Com isso negou-se em território brasileiro a existência de um complexo cultural que não fosse o transplantado e imposto em terras tupiniquins. E que teve o efeito de marginalizar ou exterminar culturas inteiras, por meio da exclusão social, econômica, jurídica e política de populações levadas para as margens da sociedade, sem garantias individuais, sociais, coletivas e políticas para o exercício da cidadania. Por fim, no final do século XX com a constituição de 1988, o Brasil por meio de sua carta magna se institui como Estado Pluriétnico, passando a reconhecer a diversidade cultural, étnica, de gênero, política e religiosa, alterando sua concepção antropológica na persona moral e desta forma reconhece a todos os que nascem em território brasileiro e que aqui residem enquanto cidadãos de direito. Portanto, é possível dialogar sobre a emergência de práticas da alteridade para a formação de uma sociedade equitativa. Desta forma embasados neste referencial teórico procuraremos compreender qual é o olhar do indígena Guarani e Kaingang sobre a diversidade étnica que compõe a sociedade

brasileira. Esta pesquisa está em fase de coleta de dados, portanto, não temos condições de responder ao problema de pesquisa no momento.

Referências bibliográficas

AMARAL, Carlos Eduardo Pacheco. **Do Estado soberano ao Estado das autonomias**. Blumenau: Edifurb, 2002.

BOBBIO, Norberto. **El futuro de la democracia**. Barcelona: Plaza & Lunet, 1985.

BONNICI, Thomas. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá: Eduem, 2005.

BRANCOS SURGIRAM NA EUROPA A 5.500 ANOS. **Revista Época**, Caderno de Ciências e Tecnologia, 2009. Disponível em: <
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI90650-15224,00-BRANCOS+SURGIRAM+NA+EUROPA+HA+ANOS.html>> Acesso: 28 nov. 2016.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRITO, Antonio José Guimarães. Estado nacional, etnicidade e autodeterminação. In: COLAÇO, Thais Luzia (Org.). **Elementos de Antropologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011. Cap. 3, p. 63-77.

BRUIT, Héctor Hernan. **Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos**. Campinas: Unicamp, 1995.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011a. Disponível em: >
<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>> Acesso em 18 out. 2015.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Diferenças culturais e educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011b.

DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. Antropologia, alteridade e direito: da construção do outro colonizado como inferior a partir do discurso colonial à necessidade da prática da alteridade. In: COLAÇO, Thais Luzia (Org.). **Elementos de Antropologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011. Cap. 9, p. 221 – 244.

DEIN, S. **Race, culture and ethnicity in minority research: a critical discussion**. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16856693>> Acesso em 18 de mar. 2018.

FACCHINI, Fiorenzo. **Origem e evolução do homem**. São Paulo: Moderna, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GAMBINI, Armand. **O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GERBI, Antonello. **O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

HEGEL, G. W. F. **Lecciones sobre la filosofia de la historia**. Madri: Revista do Ocidentes, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude, usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

PIERUCCI, Antonio Flavio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

WITZIG, R. **The medicalization of race: scientific legitimation of a flawed social construct**. *Ann Intern Med*. 1996;125(8):675-9. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000088&pid=S2176-9451201000030001500013&lng=pt> Acesso em 18 de mar. 2018.

**AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS A PARTIR DA
LEI 10.639/03 E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DAS JOVENS
NEGRAS DE SANTANA DO LIVRAMENTO-RS⁴¹**

*EDUCATIONAL PRACTICES IMPLEMENTED UNDER LAW 10.639/03 AND THE
CONSTRUCTION OF THE IDENTITIES OF THE BLACK YOUNG WOMEN IN
SANTANA DO LIVRAMENTO - RS*

*Flavia Giribone Acosta Duarte
Mestre/Ufpel
flavicaacosta@gmail.com*

RESUMO

Santana do Livramento é uma cidade do interior gaúcho com uma população negra de 20%. Sendo assim, esta pesquisa buscou compreender como as políticas públicas relacionadas às questões raciais estavam sendo implementadas nesse município. A lei estudada foi, especificamente, a lei 10639/03 que fala da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira. Buscou-se compreender como a lei participou das construções das identidades das jovens negras moradoras do município em duas escolas, uma no centro e outra num bairro a 6 km do mesmo. A pesquisa mostrou que mesmo as práticas educacionais que começaram a ser implementadas na escola de forma obrigatória sendo muito poucas, as mesmas surtiram efeito nas jovens entrevistadas. Os diretores e professores que foram também entrevistados confirmaram que não era o ideal, normalmente uma vez ao ano, em novembro. A pesquisa tratou de vários elementos que se interseccionam, mas uma das conclusões importantes foi com relação a educação. Nove das onze entrevistadas relataram que, mesmo somente uma vez ao ano, os trabalhos fizeram com que refletissem e muitas mostraram indignação e vontade de mudar esse quadro hierárquico. As reflexões surgidas através das atividades relatadas pelas alunas mostram que a lei implementada na escola, como pede sua função de ação afirmativa, fez com que as alunas refletissem sobre a sua autoestima e começassem a repensar comportamentos e atitudes antes deixados de lado.

Palavras-chave: educação; políticas públicas; jovens negras; identidades; lei 10.639/03

ABSTRACT

Santana do Livramento is a town in the state of Rio Grande do Sul with a black population of 20%. Thus, this research wanted to understand how public policies related to racial issues were being implemented in this place. The law studied was, specifically, Law 10639/03 of the obligatory teaching of Afro-Brazilian history and culture. How the law participated in the constructions of the identities of the black girls living in this town in two schools, one in the center and the other in a neighborhood 6 km away was one of the aims of this research. The research showed that even the educational practices that began to be implemented in the school of obligatory form being very few, they had effect in the young girls lives. The principals and teachers who were also interviewed confirmed that it was not ideal, usually once a year, in November. The research dealt with several intersecting elements, but one of the important conclusions was regarding to education. Nine out of the eleven interviewed reported that

⁴¹ Orientador da Pesquisa: Marcus Vinicius Spolle - Doutor/Ufpel. E-mail de contato: sociomarcus@gmail.com

even once a year, the work caused them to reflect and many showed indignation and desire to change this hierarchical picture. The reflections arising from the activities reported by the students showed that the law implemented in the school, as requested by its affirmative action function, made the students reflect on their self-esteem and began to rethink behaviors and attitudes previously left out.

Keywords: education; public policy; black girls; identities; Law 10.639 / 03

Introdução

A compreensão de como as práticas educacionais implementadas nas escolas de Santana do Livramento a partir da lei 10.639/03 participaram ou influenciaram as construções das identidades de jovens negras dessa fronteira foi o tema principal deste trabalho. Como as jovens se percebem e percebem o racismo em suas vidas e como essa lei e as ações nas escolas puderam contribuir em seus processos identitários. As jovens entrevistadas eram estudantes negras do terceiro ano do ensino médio de duas escolas públicas de Santana do Livramento, uma localizada no centro e outra a 6 km do mesmo.

Buscou-se apreender se os processos de identificação podem ter sido influenciados por políticas públicas de ações afirmativas. A política de ação afirmativa que foi analisada é a Lei 10.639/03 e sua implementação na escola. Esta lei obrigou uma alteração na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da educação nacional fazendo com que a escola tenha fundamental importância no processo de construção identitária de seus alunos.

A obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na escola, segundo Silvério (2012), faz parte de um conjunto de mudanças e transformações profundas na nossa sociedade. Para este autor, é um marco na educação do país. Com isso, percebem-se ainda mais o papel da escola, sua atuação e o que ela representa neste ciclo de mudanças sociais.

O município e suas especificidades

Este estudo foi feito em Santana do Livramento – RS. Este município localiza-se na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com o Uruguai e a uma distância de 498 km da capital Porto Alegre. Segundo Albornoz, os primeiros a habitar essa região foram os índios Charruas, Bohanes, Chanás, Yarós e Minuanos, formando a Grande Nação Charrua, e os guaranis vindos da Amazônia (ALBORNOZ, 2000). De acordo com a autora, estes foram seguidos de espanhóis e logo em seguida de imigrantes portugueses e italianos, dentre outros (ALBORNOZ, *ibidem*).

Com relação à população negra residente na cidade de Santana do Livramento, Mattos (2010) esclarece que, no ano de 1858, os dados populacionais indicavam uma população de

indivíduos livres de 1598, um número de 67 libertos e 803 escravos (MATTOS, 2010). Em decorrência de todos esses processos de ocupação histórica surge a configuração que existe atualmente.

Segundo Dorfman (2008), além de todas estas influências ainda se tem o fato de ser um território de fronteira onde este espaço geográfico acaba sendo um componente no processo identitário do indivíduo. Para a mesma autora é importante ressaltar que mesmo que os dois países demarquem suas normas, eles não conseguem fazer com que a fronteira seja estanque. Pelo contrário, há um fluxo contínuo de pessoas, objetos e informações. A população acaba por criar sua forma de lidar com a economia local, desenvolvendo práticas que apresentam semelhanças em ambos os lados, o que, segundo Dorfman (2008), pode ser entendido como a formação de uma região: a região-fronteira.

Esta contextualização, tanto do município, quanto da população do mesmo, é um fator importante para esta pesquisa, na medida em que é onde se dá o processo de identificação das jovens investigadas. Assim, além da diversidade étnica no processo histórico da cidade, Santana do Livramento é um município peculiar, fazendo fronteira com a cidade uruguaia de Rivera.

Esta fronteira é uma fronteira seca, pois une os dois países por terra e muitas vezes não se percebe onde termina um país e começa o outro. Essa particularidade faz com que o município de Santana do Livramento, bem como o de Rivera, tenham moradores brasileiros e uruguaios e se torne recorrente o fenômeno, nestas duas cidades, dos conhecidos “doble chapa”⁴².

Os espaços sociais nas fronteiras são carregados de significações e ressignificações, pois as demandas locais fazem com que os agentes se identifiquem entre si e se afastem, dependendo de suas necessidades e interesses. Na fronteira, pode-se dizer que existem grupos raciais ou étnicos como brasileiros, uruguaios, palestinos, estrangeiros, gaúchos e fronteiriços. Dorfman lista estes grupos como grupos presentes na fronteira entre Rivera e Santana do Livramento. “Identificar-se e identificar a cada grupo corresponderá a conjuntos de práticas cotidianas” (DORFMAN, 2008).

Essa mescla de nacionalidades e idiomas faz parte do processo de identificação dos moradores da região. O bairro Carolina se localiza a 6 km do centro comercial de Santana do

⁴²– “Doble chapa” é um termo usado para denominar o indivíduo, filho de pai brasileiro e mãe uruguaia, ou vice-versa, que, por isso, tenha dupla nacionalidade e livre acesso nos dois países.

Livramento, sendo um dos motivos da escolha do local, pois poderá se perceber as peculiaridades do bairro pelo afastamento do centro comercial. Carolina não fica apenas a 6 km do centro da cidade, mas está apartado da zona central, precisando atravessar uma rodovia para se chegar até ele, o que estimula a divisão e onde os moradores acabaram por ter uma vida somente dentro deste e dos bairros vizinhos. Já o bairro Centro fica no centro comercial da cidade e grudado a cidade vizinha Rivera. Sendo assim, a pesquisa perpassa esses aspectos locais de nacionalidade, idioma e sentimento de pertencimento, aspectos estes que contextualizam as vivências dos sujeitos investigados em uma cidade de fronteira.

Jovens negras e suas construções de identidades

Os processos de construção de identidades estão em andamento e modificação contínua. Estes se dão de acordo com as interações dos indivíduos no espaço social em que estão inseridos. Os sujeitos dessa pesquisa são mulheres, negras, jovens, de determinada classe social, inseridas em um contexto fronteiriço, onde “a classe se articula com outros eixos de diferenciação como o racismo, o heterossexismo ou a casta no delineamento de formas variáveis de oportunidades de vida para categorias específicas de mulheres” (BRAH, 2006, p. 342). Este é um dos pontos relevantes desta pesquisa, pois se tentou compreender como as categorias se articulam de tal forma a oportunizar ou não possibilidades para estas mulheres. Trata-se de possibilidades tanto profissional, no sentido de mobilidade social ou de acesso à educação, quanto pessoal, no sentido de alcançarem seus objetivos, no bairro e fora dele.

A pesquisa almejou ouvir essas jovens, pois, segundo Ribeiro (2016), no momento em que a mulher negra fala sobre si contribui para novas possibilidades de enfrentamento e ações políticas. Para Spivak (2010), o pesquisador não fala pelo sujeito, mas cria possibilidades para que a fala aconteça. O pesquisador seria um elo entre o agente e “o ser ouvido”.

A importância de se visualizar a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e outras variantes encontradas numa zona de fronteira, onde os sujeitos estão inseridos, e o contexto em que eles se relacionam se torna primordial para uma compreensão maior da realidade em que vivem. O entrelaçamento desses elementos, levantados por Spivak, mostra que os processos de identificações passam por vários caminhos e se conectam e se desconectam dependendo das necessidades ou interesses das jovens em questão.

No momento em que esses espaços são formados, abrem-se meios de articulação para que o agente possa falar e, quando falar, possa ser ouvido. “Não se pode falar pelo subalterno,

mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade” (SPIVAK, 2010, p.14). A autora acrescenta ainda a impossibilidade de o subalterno ter uma história e a impossibilidade de falar, mas que o subalterno feminino estaria ainda mais na obscuridade se comparada à situação de um subalterno masculino. E que a questão da mulher seria bem mais problemática. “Evidentemente se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (SPIVAK, 2010, p. 84).

Esta pesquisa buscou compreender as jovens negras e suas percepções numa tentativa de afastar qualquer ideia essencializada das mulheres negras, mas sim buscando trabalhar gênero sob um enfoque onde o mesmo é um processo em transformação, uma construção feita socialmente dentro e fora da escola. De acordo com Louro (1997), o conceito de gênero traz consigo um caráter fundamentalmente social e relacional, tendo a “pretensão de entender o gênero como constituinte da *identidade* dos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 22). Sendo assim, o gênero faz parte da identidade do sujeito assim como a classe, raça, nacionalidade.

Práticas educacionais implementadas a partir da lei

Varias práticas foram relatadas nas entrevistas tanto pelas alunas, como pelos professores e diretores. As escolas se assemelham com relação aos trabalhos em geral, sendo que a escola do centro oportunizou mais atividades e práticas educacionais voltadas ao tema específico. A escola do bairro listou as seguintes práticas: confecção de máscaras, peças teatrais, exposição de objetos, capoeira, mostra sobre religiões, exposições sobre temas da cultura brasileira e africana. A escola do centro destacou: peças teatrais, música e danças, degustação gastronômica, oficinas de cuidados com o cabelo e beleza em geral, capoeira, palestra e apresentações sobre a Guiné com um convidado nativo e exposições e palestras.

As políticas públicas têm como alguns de seus objetivos o de diminuir as desigualdades e o racismo e vem sendo implementadas em todo o país. A discussão com relação à necessidade de tais políticas teve início a partir da Constituição Federal de 1988, quando as políticas públicas de ações afirmativas voltadas para a população negra começaram a ser discutidas pelo governo. Ou seja, é quando o governo brasileiro admite discutir ações voltadas para a ascensão dos negros no Brasil (GUIMARÃES, 2012). Essas discussões, pressionadas pelo movimento negro, são de extrema importância também com relação à visão da própria população no que concerne a relevância e necessidade de implementação de políticas públicas de ações afirmativas. Segundo Guimarães, as ações afirmativas são

Políticas que visam afirmar o direito de acesso a tais recursos a membros de grupos sub-representados, uma vez que se tenham boas razões e evidências para supor que o acesso seja controlado por mecanismos ilegítimos de discriminação (GUIMARÃES, 2012, p. 174).

O quadro de desigualdade racial traz vários aspectos que na verdade vêm do mesmo lugar, da diferença de possibilidades e oportunidades. Por exemplo, Paixão (2013) traz o dado da expectativa de vida. A população branca manteve-se com faixa etária mais velha que a população negra. A taxa de mortalidade infantil, no ano de 2000, de filhos de mães negras foi 66% superior aos filhos de mães brancas. Isso mostra de antemão uma melhor qualidade de vida, e indiretamente melhores condições educacionais e financeiras.

Estas disparidades se refletem num quadro favorável ao contingente branco. Outro dado interessante de ser ressaltado é com relação às mulheres negras. Paixão (2013) utiliza os estudos de Berquó (1987) e de José (1988) que mostram a menor competitividade da mulher negra no mercado matrimonial, devido aos padrões de relações raciais no Brasil.

As ações afirmativas são estratégias de tentativa de quebrar esta hierarquia vigente baseada em estigmas e reprodução de atitudes racistas que fazem com que certos grupos estejam sempre em desvantagem econômica, cultural, social e política. As políticas públicas seriam uma tentativa de diminuição das desigualdades, pois a sociedade contemporânea não trata de maneira igual e até exclui mulheres e não brancos (termo usado pelo autor Valter Silvério) de várias dimensões da vida social. Foram entrevistadas alunas no último ano do ensino médio e isso trouxe uma necessidade de debate acerca da lei e sua implementação. A Lei 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003, em seu artigo 26-A diz que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Uma das defensoras do ensino da cultura negra na escola e conseqüentemente defensora da implementação de leis de ação afirmativa é Gomes (2006) que enfatiza a importância do estudo da cultura negra na escola e das ações afirmativas em geral.

Segundo a autora, passam a considerar a importância de fatores como sexo, raça e classe nos critérios de seleção existentes na sociedade. Trata da importância da reflexão no âmbito escolar como uma forma de se pensar e de se trabalhar com questões identitárias valorizando o ser negro e a construção de identidades que visem respeitar as diferenças, para que cada indivíduo possa fazer parte de um “nós” e de uma história. Para Gomes, a escola pode ajudar e muito os sujeitos a se posicionarem diante do outro, pois como Silvério (1999) ela acredita na importância das relações e interações entre culturas existentes no país (GOMES, 2006).

Munanga coloca que “a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua, a territorialidade, etc.” (MUNANGA, 2015, p. 31). O autor relata que não é por acaso que as ideologias de dominação tentam destruir as histórias dos povos dominados.

Um dado importante de ser apontado é que todas as entrevistadas disseram desconhecer a Lei 10.639/03 e seu conteúdo. Mas, por outro lado, todas disseram que participaram de atividades frequentes no ambiente escolar relacionado à história da África, à cultura afro-brasileira, bem como racismo, preconceito e desigualdade.

Dessa forma, mesmo desconhecendo a lei em si, as alunas ressaltaram uma participação bastante grande por parte dos professores, diretores e alunos das duas escolas em questão, não havendo aqui diferença entre os bairros Carolina e Centro. Mesmo a implantação da lei sendo precária, a pequena repercussão de sua implantação obteve sucesso.

Segundo uma das professoras, a escola deveria trabalhar com as vivências dos alunos e como eles se percebem no mundo. Ela relata o último trabalho deles que foi sobre violência doméstica e que ela acredita ter surtido efeito no grupo, pois cada um trouxe exemplos de fatos que acontecem em seus bairros enriquecendo a discussão e aumentando a reflexão. Com relação aos trabalhos relacionados com a lei 10.639/03 não eram atividades feitas no decorrer do ano letivo, mas sim especialmente para a semana da consciência negra, mas de qualquer forma, esses trabalhos parecem ter sido bem importantes para as entrevistadas, pois todas se mostraram ansiosas por começar a preparar o evento desse ano, ou seja, parece que está sendo

implementado, não de forma contínua, mas sim ligado ao dia 20 de novembro, não diminuindo a importância que se notou em todas as falas das jovens.

Vários aspectos com relação à reflexão, mudança de comportamento e de autoestima e aceitação foram relatados como uma consequência de trabalhos realizados nas escolas, bem como um maior orgulho de serem negras. Como relata a entrevistada Débora:

Não ouvi falar, mas aqui sempre tem um festival ou alguma coisa assim, acho que é em novembro a professora de artes sempre fazia *com nós* antes agora já não sei ...porque foi o ano passado que eu voltei...ai o ano passado fizeram...esse ano vamos ver...ela sempre fazia festival ai ela sempre dizia pras gurias dançarem ou senão pediam pra gente apresentar um trabalho, sempre assim na frente de todos...bem bonito... sim porque as vezes as pessoas falam porque os pretos são feios e tudo no branco fica mais bonito e no preto fica feio, ai quando a gente vê a gente vê essas *artistas bonita* daí ela mostrava pra gente no caso a gente ficava mais no caso eu ficava mais feliz em ser negra. (Entrevistada Débora – 9 de agosto de 2016)

Esse relato mostra que o festival que a professora de artes faz todo ano em novembro durante uma semana conseguiu fazer com que ela refletisse sobre o fato de ser negra. O relato dela traz certa necessidade de afirmação, no momento que diz que a professora mostrou a ela a beleza de ser negra e, naquele momento ela sentiu um orgulho em ser negra.

A implementação da lei, mesmo sendo feita de forma incompleta, mostra que mesmo em pequenos debates, pode ser feita uma reflexão e mudança de comportamento e de sua forma de ver a realidade ao redor e se ver nela. As construções são feitas de forma onde todos os ambientes e debates podem auxiliar ou prejudicar determinados pensamentos e comportamentos. As atividades desenvolvidas valorizam a história e cultura afro-brasileira, e, com isso, fazem com que uma reflexão aconteça buscando trazer a tona questões de racismo sofridas por elas ou por conhecidos, bem como atividades que aumentem a autoestima dos alunos, mostrando que devem sim ter orgulho da sua história e de que se tem que lutar por uma igualdade racial onde não exista esse padrão hegemônico branco exigido na sociedade brasileira.

O depoimento da entrevistada Fabiana mostra que, além da reflexão sobre o racismo e sua identidade, esses trabalhos na aula de história fazem com que ela fique indignada, ou seja, não aceita a situação dada, pelo contrário se posiciona e argumenta com relação à importância de se colocar na sociedade como uma mulher negra. Ela percebe a questão histórica, mas também que muitas diferenças persistem até hoje. Por exemplo, Silvério (2002) relata a diferença com relação aos anos de escolarização entre brancos e negros.

Com relação aos trabalhos desenvolvidos na escola a entrevistada Laura traz esse depoimento:

Eu já fiz aqui no colégio, sim, acho que foi aqui. Aqui a gente já fez muito assim, como posso dizer, redação sobre o racismo. Mas foi só isso. Ah sim. Ajuda a gente a ser... Como é que eu posso lhe explicar...a ver um ponto de vista nosso na sociedade, porque muitas vezes eu já mesmo no colégio, já teve aqueles apelidinhos de mau gosto. Já teve piadinha de mau gosto. Ajuda a gente a refletir e a ver que a gente não pode ficar quieta para o preconceito. (Entrevistada Laura – 30 de setembro)

Gomes (2003) coloca que “podemos então inferir que a vida coletiva, como a vida psíquica dos indivíduos, faz-se de representações, ou seja, das figurações mentais de seus componentes”. O que acontece no âmbito escolar pode influenciar nessas representações de forma positiva ou negativa. A mesma autora diz que os sistemas de representação são construídos historicamente e que surgem do relacionamento dos indivíduos e dos grupos sociais e, ao mesmo tempo, regulam esse relacionamento.

O que a entrevistada descreve faz parte de uma construção de representação e de uma reflexão dessas regulações de relacionamentos necessárias na formação de identidades. Já a próxima entrevistada coloca como as pessoas se posicionam frente às representações. Quando questionadas sobre as reflexões que por ventura surgiram dessas atividades na escola todas disseram que sim, que essas atividades, mesmo uma vez ao ano, surtiram efeito em suas formas de pensar e agir. Somente uma entrevistada disse que não, que os trabalhos não surtiram efeito, pois na verdade ela já tinha um bom conhecimento e entendimento dessas questões.

Esses trabalhos relatados pelas professoras e alunas em suas entrevistas mostram um bom engajamento entre diretores, professores e alunos das escolas pesquisadas. Com isso, mostrou-se uma vontade mútua de mudança de comportamento e pensamento por parte de todos. Uma delas traz um relato interessante sobre as reflexões na escola e um caso onde ela se identificou com a agredida. Ela coloca assim:

Sim, me ajudou bastante porque eu pude aprender mais sobre os negros, eu pude, é... Antes, sempre que a gente começa a trabalhar sobre isso, a gente começa a se perguntar como que uma pessoa pode chamar a outra de negra, sendo que todos somos iguais e aí eu fui, cada vez mais, a gente vai aprendendo sobre os negros quem tem esse preconceito, se ela começa a trabalhar sobre os negros ela começa, cada pouquinho, ela começa a aprender mais e começa a gostar porque é lindo (Entrevistada Catarina – 9 de agosto de 2016)

As relações na escola sempre foram conflituosas, mas alguns casos de racismo são vistos muito frequentemente. Gomes (2003) esclarece que a sociedade, no caso uma sociedade racista, pode usar de várias estratégias para discriminar o negro, trazendo os aspectos corporais como um deles. “São estratégias para retirar do negro o *status* de humanidade” (GOMES, 2003, p.80).

A fala de uma jovem deixa claro como a escola fez com que ela passasse a gostar de falar sobre isso e na sequência relata um fato, uma situação de racismo na escola e relata que sentiu a mesma dor que a outra jovem está sentindo e se identifica com ela. Outra jovem desse grupo decidiu fazer uma pesquisa onde relata da seguinte forma:

Não. Eu fiz uma pesquisa sobre racismo aqui na escola e não tinha muita... Eu perguntei pra todo mundo e não que não sofreram. Tem muitos que falaram que sim. Minha prima é um pouco mais clarinha do que eu. Ai uma mulher disse que não ia ficar perto deles, não ia ficar no mesmo baile porque eles eram negros. Ai eu fiquei "meia" assim, levei um...Em pleno século 21 as pessoas fazendo isso. (Entrevistada Fabiana – 15 de setembro)

Considerações

As jovens descreveram situações onde se podia perceber a ligação entre o trabalho feito na escola e suas mudanças de atitudes posteriores a eles. Todas elas se mostram articuladas e se dizem mais confiantes, graças aos trabalhos feitos por professoras das duas escolas, mesmo sendo estes trabalhos somente realizados uma vez ao ano, no mês de novembro, seguindo o calendário das festividades da semana da consciência negra.

Com isso, percebe-se que, mesmo o trabalho nas escolas sendo ainda feito somente durante um mês, e não como indicado, que seria no decorrer do ano letivo, mesmo com toda a precariedade descrita e percebida nas falas de muitos dos envolvidos, ainda assim, o pouco que foi feito surtiu efeito de modo a fazer com que as jovens refletissem sobre suas identidades.

A lei 10.639 de 2003 fez parte da pesquisa buscando saber até que ponto ela estava sendo um elemento importante nas construções das identidades das jovens entrevistadas. Todas elas disseram desconhecer a lei, mas todas disseram que participam de atividades na escola relacionadas com a história da África, cultura afro-brasileira, racismo, preconceito e desigualdade. Elas mencionam a participação de professores, alunos e diretores nas atividades, mostrando um grande comprometimento da instituição para que aconteça a implementação da lei, não havendo nesse caso, diferença entre os bairros.

Ambas as escolas dos dois bairros trabalham com a implementação da lei. As atividades são anuais, somente no mês de novembro. Mesmo precária e não sendo da maneira com que devia estar acontecendo, enquanto proposta na lei, a implementação da mesma através de trabalhos e atividades em novembro, está surtindo efeito nas construções das identidades das jovens pesquisadas. Elas relatam que meses antes já estão ansiosas em começar a pensar nas atividades que serão feitas, principalmente para a semana da consciência negra e o quanto essas

participações fizeram com que tivessem mais orgulho em ser negra. A partir das atividades houve uma mudança de comportamento e de ver a realidade em que se encontram.

Nove adolescentes relataram que, mesmo somente uma vez ao ano, os trabalhos fizeram com que refletissem e muitas mostraram indignação e vontade de mudar esse quadro hierárquico. As reflexões surgidas através das atividades relatadas pelas alunas mostram que a lei implementada na escola, como pede sua função de ação afirmativa, fez com que as alunas refletissem sobre a sua autoestima e começassem a repensar comportamentos e atitudes antes deixados de lado.

Isso mostra um papel fundamental da escola, através dessas atividades, nas construções das identidades das adolescentes negras entrevistadas nessa pesquisa. Das onze entrevistadas duas acharam que não fez nenhuma diferença de acordo com seus julgamentos e suas maneiras de pensar, pois já tinham um posicionamento com relação ao tema, dizendo que dentro da Umbanda já tem uma visão crítica dos temas tratados. Uma entrevistada acha importante para a comunidade em geral, mas não para ela, pois não se identifica como negra. E as outras oito entrevistadas, além de acharem importante, relatam que fez diferença, pois mudou sua maneira de se comportar, agir, usar o cabelo e de se enxergar enquanto mulher negra.

Referências bibliográficas

ALBORNOZ, Vera do P. L. **Armour, uma aposta no pampa**. Sant´Ana do Livramento, Editora Palloti, 2000.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26. p. 329-376, 2006.

BRASIL Lei n ° 10639/03, de 09 de janeiro de 2003. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet – planalto. gov.br Disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm> Acesso em : 10/02/2016

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aspectos demográficos. Tabela 1.3 - Distribuição percentual da população residente, por cor. Disponível em:
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2015/default_tab_xls.shtm>. Acesso em: 02/5/2016

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. Tabela 136. População residente por cor ou raça. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela. Acesso em: 12/03/2016

DORFMAN, Adriana. **Nacionalidade doble-chapa: novas identidades na fronteira BrasilUruguai**. In: Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa; Claudia Zeferino Pires; Vanda Ueda. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 241-270.

GOMES, Nilma L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma L. e MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES, Antônio. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**. Disponível em:
www.ufrgs.br/.../Word/texto_stuart_centralidadecultura.doc. Acesso em: 24/12/2016.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- MATTOS, Jane R. de "**Basília, Felicidade e Belisaria**": Fragmentos da escravidão em Santana do Livramento/RS
disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/basilia-felicidade-e-belisaria-fragmentos-da-escravidao-em-santana-do-livramento-rs/40937>. Acesso em: 10/04/2016
- MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00020.pdf>. Acesso em: 04/01/2016
- PAIXÃO, Marcelo. **500 anos de solidão**: Ensaio sobre a desigualdade racial no Brasil. Curitiba: Appris, 2013.
- RIBEIRO, Djamilia. **A questão das mulheres negras precisa ser central**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/questao-das-mulheres-negras-precisa-ser-central/>. Acesso em: 17/06/2016
- SILVERIO, Valter e TRINIDAD, Cristina. **Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?** Campinas: Educ. Soc. v. 33, n. 120, p. 891-914, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- SILVERIO, Valter R. **O multiculturalismo e o reconhecimento**: mito e metáfora. São Paulo: REVISTA USP, n.42, p. 44-55, junho/agosto 1999
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TÓPICA, TRADIÇÃO, ENSINO: CONCEITUAÇÕES SOBRE A LITERATURA DA ANTIGUIDADE ATÉ A IDADE MÉDIA

*TOPIC, TRADITION, TEACHING: CONCEPTUALIZATIONS ABOUT LITERATURE
FROM ANTIGUITY TO THE MIDDLE AGES*

*Francieli Borges
Doutoranda em Estudos Literários (UFSM),
francieli Borges@gmail.com*

*Larissa Garay Neves
Doutoranda em Estudos Literários (UFSM)
larissa-garay@hotmail.com*

RESUMO

A Literatura, no sentido que nos é hoje familiar, é deveras recente. Foi somente com o período Romântico que as noções de Literatura enquanto criação imaginativa se fixaram. Isto é, a noção moderna de Literatura foi inventada, mais ou menos, em fins do século XVIII. O fato é que a ruptura trazida pelos românticos reformulou o modo como se pensava a Arte, no geral; e a Literatura, em particular. Se o conceito de Literatura mudou e se consolidou, modificou-se, também, como se pensava o método de escrita de ficção a partir daí. Podemos pensar, então, uma teoria da Literatura moderna, que tem por objetivo discutir métodos e desenvolver conceitos a respeito de um objeto, agora, bem definido. Por isso, nessa investigação, o objetivo é traçar uma espécie de panorama, sobretudo a partir de Curtis, sobre as origens do papel Literatura ou o que se concebia como Literatura, desde a Antiguidade até a Idade Média. Isto é, sobre a Literatura antes de ser Literatura, concebida a partir do ensino de retórica e de gramática, para além da poética, e como elas se relacionaram até o estabelecimento da noção da ciência literária como conhecemos. Além disso, nos deteremos, também, em elucidar algumas questões referentes ao ensino da arte literária que, naturalmente, alterou-se ao longo dos séculos fato esse que reforça a importância de uma compreensão mais ampla e profunda de suas origens. Por fim, apresentamos duas propostas para pensar de outro modo a categoria a história da literatura.

Palavras-chave: Literatura; Ensino; Tradição; Gramática; Retórica.

ABSTRACT

Literature, as it is familiar to us nowadays, is a rather new concept. It was only with the Romantic period that the notion of Literature as imaginative creation was conceived. That is, the modern notion of Literature was invented around the end of the XVIII century. The fact is that the rupture brought by the romantics reformulated the way we thought about Art in general; and Literature, in particular. If the concept of Literature changed, there was also a change in the way the methods of writing fiction were thought since then. We can think about a modern theory of Literature, then, that has as objective to discuss methods and develop concepts about an object well defined now. In this sense, our objective in this investigation is to trace some sort of panorama, especially based on Curtis, about the origins of the role of Literature, or what was conceived as Literature from the teaching of rhetoric and grammar, beyond poetics, and how they all related until the establishment of the notion of literary science as we know it today.

We will also investigate some questions related to the teaching of the literary art that, naturally, has altered along the centuries – this fact reinforces the importance of a deeper and broader comprehension of its origins. At last, we present two propositions to think the category of literary history in a different way.

Keywords: Literature; Teaching; Tradition; Grammar; Rhetoric.

Primeiras Palavras

No prefácio à primeira edição alemã de *Literatura europeia e Idade Média latina*, reproduzido na tradução brasileira, Ernst Robert Curtius informa ter começado a trabalhar no livro em 1932 e terminado apenas em 1947. Nesse intervalo de quinze anos que compreende a confecção do livro, importantes acontecimentos se passaram, sobretudo na história alemã: o nazismo, a *Shoah*, a Segunda Guerra Mundial. O livro é, assim, uma tentativa de resgatar e preservar a tradição ocidental (CURTIUS, 2013, p. 31), intenção que é explicitada no prefácio à segunda edição alemã, datada de 1953, no qual escreve que seu livro “não é o resultado de objetivos meramente científicos, mas da preocupação relativa à preservação da cultura ocidental” diante ao “caos intelectual do presente” (CURTIUS, 2013, p. 27). O principal veículo dessa tradição cultural europeia é a literatura, sua língua é o latim e, o espaço, os antigos limites do Império romano e sua órbita de influência cultural. O latim e a referência a uma experiência histórica comum fornecem um “critério universal” (CURTIUS, 2013, p. 27) que permite articular os diferentes domínios do livro e da tradição cultural que ele descreve, estabelecendo um objeto específico de investigação: a literatura. Ou, como diz, sua obra “Não se dirige apenas ao especialista em literatura, mas também aos que se interessam pela literatura como literatura” (CURTIUS, 2013, p. 31).

Que compreensão de literatura subjaz a essa tradição ocidental que o autor pretende resgatar? Por quais mudanças ela passou para abarcar o longo intervalo em que esteve vigente? O objetivo é examinar, primeiro, o enquadramento teórico fornecido pelo autor a essas questões; depois, a classificação das artes ao longo desse período e sua relação com a definição de literatura; por último, a referência a obras que dialogam e expandem o livro de Curtius.

Memória cultural, tópica histórica e inconsciente coletivo

Embora afirme que a retórica antiga se tornou matéria árdua e distante (CURTIUS, 2013, p. 119), assinalando um corte na transmissão da tradição cultural que analisa, Ernst Robert Curtius argumenta a favor de uma longa continuidade – desde a Antiguidade até o Renascimento, centrando sua atenção sobre a Idade Média, mas também citando, por vezes, poetas e escritores dos séculos XVIII e XIX, como Johann Wolfgang von Goethe e Honoré de Balzac (CURTIUS, 2013, pp. 119; 149). O que permite conceber essa continuidade sobre período tão extenso é a *tópica*. Adaptando a concepção antiga segundo a qual a *tópica* é um “celeiro de provisões”, pela qual se pode encontrar “os mais variados pensamentos”, passíveis de serem empregados “em quaisquer discursos e escritos em geral” (CURTIUS, 2013, p. 119), ele fornece um extenso catálogo de fórmulas discursivas da tradição ocidental.

Como afirma, apesar de a *tópica* ser uma categoria originalmente retórica, ela também é constituída pela poesia (CURTIUS, 2013, p. 123), e algo que ela permite é encontrar a adequação entre as expectativas do público e as capacidades do escritor (CURTIUS, 2013, pp. 119-120). Dessa maneira, a *tópica* não é só um elemento estático no interior dessa tradição cultural, mas fator ativo que é empregado diferentemente ao longo do tempo e de acordo com a situação. Essa compreensão da *tópica* a distingue da maneira como era compreendida na antiguidade. Se, entre os antigos, a *tópica* era parte da educação, algo que todo bom orador devia conhecer; no trabalho de Curtius, por sua vez, ela perde sua referência à educação e se transforma em conceito analítico. Nasce, dessa forma, aquilo que o autor chama de “*tópica histórica*” (CURTIUS, 2013, p. 123).

Nesse ponto, é possível fazer certo paralelo com a obra de Aby Warburg, um dos autores para quem a obra é dedicada. Segundo Leopoldo Waizbort, na introdução à coletânea recente de escritos do historiador da arte alemão, através do estudo das imagens Warburg compreende a transformação e a permanência de elementos que indicassem as formas de conceitualizar e expressar a experiência vivida pelos seres humanos ao longo do tempo (WAIZBORT, 2013, p. 13). As imagens compõem, assim como a *tópica*, um repertório de formas e fórmulas de expressão visual que tanto transmitem seu significado desde o passado até o presente quanto são reconfiguradas no momento – presente – de sua utilização (WAIZBORT, 2013, pp. 19-20). Uma diferença, no entanto, é que, para Warburg, trata-se de um processo eminentemente histórico, imbuído de descontinuidade, de modo que as imagens não são etapas numa narrativa linear, mas parte de uma história que “acolha as descontinuidades e os anacronismos” (WAIZBORT, 2013, p. 17).

Tanto em Warburg quanto em Curtius está presente o interesse por elementos culturais negligenciados que, não obstante, tornam-se manifestos inesperadamente em situações diversas. Um exemplo é a retomada da tópica da fertilidade na Idade Média europeia, apresentando, sob roupagem cristã, uma série de associações culturais pagãs (CURTIUS, 2013, pp. 158; 169). Entretanto, se Warburg pensa no âmbito de energias, de movimentos, Curtius está interessado sobretudo em conteúdos e, como resultado, sua compreensão da transmissão cultural é uma de transformação do conjunto formado pelos mesmos elementos – a tópica, cujo veículo é a literatura –, e não de sua ruptura, perda e descontinuidade.

Por isso, é importante mencionar o embasamento da proposta de Curtius na noção de inconsciente coletivo, de Carl G. Jung, citado na obra (CURTIUS, 2013, p. 123). Para o filólogo alemão, a tópica é capaz de renovação devido a seu enraizamento “nas camadas profundas da alma”, pertencendo, logo, “às velhas imagens originais do inconsciente coletivo” (CURTIUS, 2013, p. 149). Através da tópica, seria possível aprofundar o “conhecimento da história da alma do Ocidente” (CURTIUS, 2013, p. 123), fornecendo ponto de acesso ao mundo mais profundo da cultura que é o fundamento, inaudito, da tradição ocidental. Isso garante, em seu estudo, que a tópica seja um elemento constante desse processo de transmissão cultural que é, na verdade, o de elaboração de uma essência acerca do Ocidente contida na tradição cultural europeia. É sobre essa concepção que o estudo da tópica servirá de fiador da continuidade da cultura europeia, apesar de todas as transformações pelas quais ela passa.

Uma vez compreendido o significado da tópica enquanto instrumento heurístico, o papel da continuidade histórico-cultural e sua dependência da noção de inconsciente coletivo na obra de Curtius, é possível se dirigir ao entendimento das manifestações através das quais esses mesmos elementos culturais se tornaram manifestos. Em outras palavras, é momento de indagar qual a concepção e o lugar da literatura nos processos descritos pelo autor.

A literatura e a classificação das artes

A moderna palavra “literatura” não possui equivalente exato no mundo antigo. Como afirma Ernst Robert Curtius, a palavra latina *litteratus* indica o conhecedor de gramática e poesia e era derivada de *litteratura*, ela mesma uma tradução da palavra grega *grammatica* (CURTIUS, 2013, p. 78). Já entre os gregos, reforçando a estreiteza desse campo semântico, o termo *grammaticos* era utilizado para indicar um estudante de literatura (MCLUHAN, 2012, p.

31). A circularidade entre os significados dessas palavras, no entanto, é contrabalançada por uma maior amplitude do termo “gramática” entre os antigos e, por conseguinte, também por outra organização do conceito de “literatura”. Como adverte Marshall McLuhan, “O eclipse do método gramatical causado pela matemática depois de Descartes reduziu a arte da gramática a questões de morfologia e sintaxe, fazendo com que essa mesma insignificância tivesse reflexos na gramática antiga” (MCLUHAN, 2012, p. 31). São os contornos desse campo, diferentes do moderno, que é preciso investigar agora.

“A educação”, afirma Curtius, “é portadora da tradição literária”, e isso graças à posição proeminente ocupada por Homero entre os gregos (CURTIUS, 2013, p. 71). Tradição, literatura e educação são três termos que se reforçam mutuamente e originam um primeiro no campo no qual se desenvolve a gramática, base do sistema educacional do qual o domínio das letras será o elemento principal.

Inicialmente, a gramática era a ciência das letras, ocupando-se do ensino da escrita e da leitura (CURTIUS, 2013, p. 78). Mais tarde, no entanto, ela passou a abarcar a explicação dos poetas, algo com que o estatuto privilegiado de Homero muito contribuiu (CURTIUS, 2013, p. 78). Já no período helenístico, a gramática se estabelece como principal vetor de preservação da cultura antiga, principalmente através do trabalho dos bibliotecários de Alexandria. Essa transição indica uma grande expansão nos significados associados à gramática, que também afetará a compreensão histórica da literatura.

A partir dessa situação, forjada entre o período clássico da cultura grega e a formação do mundo helenístico, a gramática chega à cultura romana e à Idade Média tanto como introdução à leitura e à escrita, associada ao âmbito escolar, quanto à tradição cultural mais ampla, sob a forma de exegese dos poemas e obras literárias que a constituem. Embora relacionadas, a gramática é o lugar de sobreposição entre essas duas tarefas distintas.

Ainda na Antiguidade, essa situação criava uma forte ambiguidade em torno da gramática e a colocava em rota de colisão com a retórica. Como afirma McLuhan, o ideal ciceroniano do “orador douto” implicava também no domínio da gramática, relacionada ao uso adequado da língua e conhecimento das figuras de linguagem; como ensino das letras, no entanto, havia certa concorrência entre o professor de gramática (o gramático) e o retor, que ensinava retórica. A transição entre um e outro na educação dos jovens aristocratas não era muito bem definida, e o que estava em jogo era o estatuto de sua atuação, vinculada ou não à praça pública. A gramática, como etapa inicial da educação, poderia ser vista apenas como uma

preparação para a retórica, muito mais prestigiosa. Ainda assim, essa compreensão, romana, ligada à retórica enquanto preparação para os ofícios públicos, sofreu forte inflexão na transição para o medievo, e importante papel nesse processo foi desempenhado pela formação do *trivium* e a cristalização do sistema educacional.

Na transição para a Idade Média, a distinção entre “artes liberais” e “artes mecânicas” se fortalece. As primeiras, próprias aos indivíduos livres e relacionada ao pensamento, opõem-se aos saberes, como a pintura e a escultura, considerados indignos, principalmente por seu caráter braçal (CURTIUS, 2013, p. 72). As “artes liberais” compreendem sete disciplinas, divididas em dois círculos. O primeiro, inicial, é o *trivium*, composto pela gramática, pela dialética e pela retórica; o segundo, mais avançado, chamado de *quadrivium*, é formado pela música, pela aritmética, pela geometria e pela música (CURTIUS, 2013, pp. 72-73). Entre os dois círculos, uma distinção é dada pelo fundamento, distinto, entre a linguagem e a matemática; outra noção importante de lembrar é o significado de arte presente nessa divisão, que remete à concepção antiga de conhecimento realizado a partir de regras estritas (CURTIUS, 2013, p. 73).

No *trivium*, a gramática era a principal disciplina, fundamento de toda a educação. Diferentes saberes e competências compunham, então, a gramática. A etimologia, desde o princípio, era um importante campo de aplicação e reflexão para os gramáticos. O interesse pela origem das palavras era justificado junto à compreensão do entendimento da essência dos fenômenos através do domínio de seus nomes (MCLUHAN, 2012, p. 30). A “doutrina dos nomes”, como a chama McLuhan, indicava um campo de aplicação bastante amplo para a gramática, e lhe garantia a função, já citada, de estabelecer a gramática como um método geral da ciência, relacionado à investigação da realidade. Graças a isso, a gramática se tornava o fundamento de todo conhecimento ordenado, a base das outras disciplinas, não apenas meio de acesso à tradição escrita latina.

Entretanto, também conhecimentos e funções mais específicos compunham a gramática. Uma dessas funções era a exegese, primeiramente de Homero, depois, da patrística (MCLUHAN, 2012, pp. 48-49). Como lembra McLuhan, foi a interpretação dos poemas homéricos que estabeleceu a base de uma gramática filosófica ou, ao menos, da gramática enquanto saber ordenado – uma *arte*. Ao longo do período medieval, os autores – antigos ou não – transformaram-se, sustenta Curtius, em “autoridades” (CURTIUS, 2013, p. 85). Pode-se afirmar, portanto, que a educação e a tradição literária e cultural se fortaleciam reciprocamente,

estabelecendo, através dessa relação autorizada com os textos, os princípios de funcionamento do cânone.

Para além disso, a exegese estabelecia os modos de leitura dessas autoridades. É assim que muito do legado antigo é filtrado para a cultura cristã, moralizando os escritos pagãos e transformando-os em repositório de máximas e saberes (CURTIUS, 2013, p. 89). Esses métodos de leitura, principalmente alegóricos, expandiam e transformavam a atribuição anterior da gramática de “explicação dos poetas”, a chamada *enarratio*. Como lembra McLuhan, na gramática antiga, na *enarratio*, ou comentário, “o gramático devia oferecer instruções gerais sobre todas as artes: agricultura, medicina, arquitetura, história, retórica, lógica, música, astronomia, geometria, etc” (MCLUHAN, 2012, p. 45). Sendo assim, a *enarratio* sinalizava a realização de uma grande interpretação crítica acerca do texto lido, o que corrobora a indicação segundo a qual, na gramática, juntava-se o ensino da língua e a crítica literária; no medievo, entretanto, os elementos que constituíam os domínios da poesia (ou da prosa) enquanto relativamente autônomos ou, ao menos, como compreensíveis a partir de sua relação com os demais saberes se perde e, como resultado, a obra literária é analisada por sua relação com a doutrina cristã.

Essa reorientação é dada também no estudo e análise de um elemento importante da retórica que é trazido para dentro da gramática, qual seja, as figuras de linguagem. As figuras de linguagem, independente de sua classificação em figuras de palavra e figuras de sentido, são importantes por dois motivos: primeiro, são instrumentos de leitura voltados para o conjunto da tradição recebida, capazes de transformas esses escritos pagãos em textos aceitos pela tradição cristã; segundo, eles indicam a dissolução das fronteiras entre a leitura e a recepção dos textos e a escrita ou composição de novos textos. Em outras palavras, eles mostram uma modificação significativa no entendimento da atividade literária e indicam como a estruturação da gramática enquanto parte independente no *trivium* redesenhou os contornos entre poesia e retórica.

Como lembra Curtius, na época de Dante não havia ainda “nenhum termo genérico para designar a poesia” (CURTIUS, 2013, p. 195). A ausência de um nome específico aponta o esquecimento, perpetrado no medievo, das teorizações antigas – tanto gregas quanto romanas – sobre a natureza do fazer poético (CURTIUS, 2013, p. 197). Ainda que os gregos não expressassem pelo vocábulo “poesia” outra coisa que não a atividade de criação no geral, fosse de textos, fosse de objetos (CURTIUS, 2013, p. 196), as tendências filosóficas helenísticas e

romanas, como o epicurismo e o estoicismo, “debatem sobre processos artísticos, efeito e missão da poesia”; mesmo assim, “O conceito de uma poética como disciplina autônoma perde-se no Ocidente por um milênio”, apenas ressurgindo no século XII no contexto de uma primeira reapropriação, através dos árabes, da filosofia aristotélica (CURTIUS, 2017, p. 197). Ainda, a transmissão da tradição latina para a cultura europeia garante a sobrevivência da composição discursiva no Ocidente medieval, assim como a prevalência do *trivium* reorganiza o campo da literatura ao juntar poesia e retórica.

A subordinação da poesia à retórica torna indistintos os limites entre prosa e poesia. Na Idade Média, isso assume diversas formas, com o surgimento de “prosas artísticas”, que introduzem elementos rítmicos na composição em prosa (CURTIUS, 2013, p. 202). Além desse processo, também a poesia se organiza a partir dos gêneros retóricos, como o forense e o panegírico (CURTIUS, 2013, p. 205). Esse processo tem como base a organização da educação medieval, sobretudo da gramática, na qual justamente um dos principais exercícios era a transposição do verso em prosa e vice-versa (CURTIUS, 2013, p. 198).

Por meio dessas transformações, é possível afirmar que o campo da “literatura” estabelece-se simultaneamente como uma ruptura e uma continuidade com relação aos seus congêneres antigos. De um lado, literatura e tradição mantêm os estreitos laços com a educação; de outro lado, o campo das letras se transforma devido à reorganização do currículo educacional, ocorrendo significativa transformação da gramática, além da sobreposição entre retórica e poesia. Como resultado, tem-se o estabelecimento de uma mesma “arte” ou regra tanto para a poesia quanto para a prosa, o que indica uma diferença significativa com relação aos antigos, para os quais ambos estavam separados. Essa união entre as duas práticas escritas altera o significado das práticas letradas, tendo por base modificações na educação. O que as unifica, no entanto, é uma série de práticas de interpretação e composição comuns, para as quais a tópica é um elemento de primeira importância.

Desafios à tópica histórica

“Para nós,” escreve McLuhan, “acostumados como estamos a revoluções e experimentos educacionais frequentes, é difícil acreditar na estabilidade da educação encontrada no mundo greco-romano e medieval” (MCLUHAN, 2012, p. 45). Essa mesma continuidade é o que permite a Curtius construir sua grande unidade, apesar de todos os

momentos de ruptura e descontinuidade, que forma uma tradição europeia única e singular. Ela é a continuidade de uma certa apreensão do currículo, centrada no lugar privilegiado do *trivium* e da gramática, mas também é resultado de uma determinada concepção do discurso, para a qual a retórica tem importância fundamental. Entretanto, algumas interpretações mais recentes permitem iluminar outros aspectos, por vezes negligenciados, que se escondem por trás dessas grandes unidades conceituais.

De acordo com Curtius, o tratado aristotélico sobre a poética teve pouca influência no período imediatamente posterior à vida de Aristóteles, e o pensamento do filósofo grego a respeito do assunto só voltou a ganhar importância em meados do século XVI, quando “a poética aristotélica figura no âmago da discussão sobre a essência da poesia em quaisquer trabalhos filosóficos” (CURTIUS, 2013, p. 197). Em parte, isso se deveu, como foi evidenciado, à reordenação dos saberes ao longo dos períodos helenístico, romano e medieval; em parte, contudo, também demonstra o aparecimento de mais uma reconceitualização do fenômeno literário. Essa nova percepção acerca da poesia se consolida a partir do Renascimento, mas talvez sua dinâmica esteja melhor expressa no período imediatamente posterior.

Segundo Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, em seu *Poesia de agudeza em Portugal*, o período que chamamos barroco é resultado da intensa reinterpretação de Aristóteles realizada “por retores e gramáticos latinos e gregos, alguns destes veiculados pela tradição bizantina”, e que foram codificados no século XVII no âmbito europeu, mais particularmente ibérico (CARVALHO, 2007, p. 44). Isso significa que o diálogo com a obra de Aristóteles, seja a *Retórica*, seja a *Poética*, foi fundamental para o desenvolvimento das reflexões sobre o estatuto da literatura, estabelecendo-a, por um intervalo de cerca de duzentos anos, como resultado de um “sistema retórico-poético” bastante particular. O que é importante destacar, no entanto, não é a solidez alcançada por esse sistema, verdadeira matriz da produção discursiva, mas sim que a recuperação da obra de Aristóteles nunca foi apenas uma tentativa de compreender melhor o que dizia o filósofo grego, mas sim um conjunto de escritos que eram objeto sempre de renovadas interpretações.

Uma dessas interpretações foi feita acerca da *metáfora*. Segundo a autora, a metáfora origina-se tanto da retórica quanto da poética. Dessa forma, ela atende aos critérios de verossimilhança próprios da poesia mas também apresenta função persuasiva. Na argumentação de Carvalho, “A percepção de semelhanças, seguida da construção argumentativa expressa em palavras adequadas, resume o procedimento verossímil que assegura o efeito persuasivo

também na arte poética” (CARVALHO, 2007, p. 51). A metáfora não é apenas embelezamento do discurso, mas também é uma espécie de argumento; um argumento condensado, pode-se dizer, no qual elocução e razão se equivalem (CARVALHO, 2007, p. 53). No centro da função argumentativa ou cognitiva da metáfora, está o fato de apresentar “diretamente a semelhança entre as coisas”, tornando-a instrutiva (CARVALHO, 2007, p. 55). A percepção do que é semelhante, ainda que expresso em objetos distintos, é a operação pela qual se constrói a metáfora.

No século XVII, isso resulta no que é chamado de poesia da “agudeza”, na qual elementos díspares são aproximados por meio dessa operação de percepção da semelhança, resultando em composição imprevistas e inesperadas (CARVALHO, 2007, p. 79). A referência à poética seiscentista permite avançar em aspecto destacado por Curtius, qual seja, o papel central da metáfora na retórica antiga (CURTIUS, 2013, p. 175). Entretanto, o que a leitura da obra de Maria do Socorro Carvalho permite deduzir é a relevância da metáfora enquanto procedimento intelectual e estilístico, precisamente por sua capacidade de gerar o novo, ao contrário do autor alemão, que transforma a metáfora em outra instância da tópica, catalogando-a de acordo com suas utilizações manifestadas ao longo da tradição cultural que estuda.

Ainda assim, a mesma compreensão pode ser revertida para o entendimento da tópica, justamente o elemento central na tradição literária europeia estudada por Curtius. Para isso, certa passagem de *Estes penhascos*, estudo realizado por Sergio Alcides a respeito da poesia de Claudio Manuel da Costa (2003), é bastante proveitoso. Na opinião de Alcides, os estudos literários se concentraram demasiadamente no conteúdo dos lugares-comuns (*topoi*), em detrimento de seu significado enquanto processo de pensamento. Baseando-se na obra do jurista alemão Theodor Wieveg (1907-1988), ele sustenta que, “para Aristóteles, a tópica, mais que um conjunto de pensamentos, era uma maneira de pensar – determinado um pensamento dialético (que operava pela reunião de elementos já disponíveis), por oposição a um pensamento sistemático-dedutivo (que só legitimava conclusões baseadas em ‘verdades primeiras’” (ALCIDES, 2003, p. 128). Em outras palavras, a tópica era um modo de raciocínio que procedia pela comparação entre elementos já existentes, mais que pela especulação filosófica de princípios primeiros. Ou, como argumenta, na contraposição entre Aristóteles e Cícero, “O locus de Cícero é visto portanto como a ‘sede’ de um conteúdo fixo”; entretanto, para Aristóteles, os *topoi* não são “um conteúdo e sim um contêiner; uma suposta área da mente onde se estocam argumentos vários” (ALCIDES, 2003, p. 129).

Sendo assim, a tópica não deve ser reduzida a um catálogo de conteúdos fixos, até mesmo prontos para consulta, seja pelo poeta, seja por aquele que analisa a tradição cultural europeia, mas sim pensada como esse procedimento de busca de soluções já dadas a problemas novos. É isso que permite conceber o surgimento de tópicos novas, destacado pelo próprio Curtius (CURTIUS, 2013, p. 149). O principal, lembra Alcides, é que o problema ao qual a tópica responde é histórico; como afirma,

Por trás da continuidade que a tópica possa representar, como acervo oriundo da cultura antiga, a motivação de cada consulta será sempre outra. Por isso, se a retórica e a tópica podem ser consideradas como estruturas de “longa duração” (...), não é devido à permanência fixa dos *topoi*, propriamente ditos, mas sim do hábito de consultá-los, da necessidade de sempre reportar o pensamento e a sensibilidade a uma instância externa ao indivíduo, como fonte de explicação, mediação e legitimidade para o próprio *pensado* e o próprio *sentido* (ALCIDES, 2003, pp. 133-134).

Assim, é possível pensar além do significado da “tópica histórica” preconizado por Curtius, uma vez que são históricos não os conteúdos da tópica e suas diversas utilizações, mas as necessidades às quais ela responde.

Ao cabo, a reavaliação feita pelos dois autores, junto a um movimento mais geral de reinterpretação de certos períodos da tradição literária antiga e ocidental, traz como problema o próprio significado dessa tradição e, conseqüentemente, dos entendimentos sobre a literatura ao longo da história. Se o significado da literatura e da rede de saberes e atividades que ela organizava se alteraram no decorrer do tempo, isso significa que a unidade da tradição europeia vista por Curtius é, acima de tudo, uma continuidade construída retrospectivamente pelo autor. Isso não significa negar a transmissão cultural que ocorreu em seu interior, o diálogo interno entre autores que se sentiam aparentados ou a possibilidade de interlocução entre obras vizinhas, mas apenas a possibilidade de assinalar as diferenças que constituem – e, muitas vezes, são negligenciadas – no interior dessa tradição. Em outras palavras, a transmissão cultural não é matéria de continuidade, mas de apropriação, e o mesmo ocorre com a atividade literária, construindo o significado da literatura de maneira descontínua, sem que um período posterior possa ser necessariamente adivinhado no que lhe antecede.

Referências Bibliográficas

ALCIDES, Sérgio. **Estes penhascos**: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes. **Poesia de agudeza em Portugal**: estudo retórico da poesia lírica e satírica escrita em Portugal no século XVII. São Paulo: Humanitas; EdUSP; FAPESP, 2007.

CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura Europeia e Idade Média Latina**. São Paulo: EdUSP, 2013.

MCLUHAN, Marshall. **O Trivium Clássico** – O lugar de Thomas Nashe no ensino de seu tempo. São Paulo: É Realizações, 2012.

WAIZBORT, Leopold. “Apresentação”, in WARBURG, Aby. **Histórias de fantasma para gente grande**: escritos, esboços e conferências. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 7-22.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TENSIONAMENTOS E RESISTÊNCIA

ENVIRONMENTAL EDUCATION: TENSIONATION AND RESISTANCE

*Isabel Ribeiro Marques
Doutoranda/FURG
Isabel.marques.82@gmail.com*

*Paula Correa Henning
Doutora/FURG
paula.c.henning@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho parte de uma tese em andamento em que se analisa a proliferação discursiva com subterfúgio “verde”. Sob aporte teórico de autores como Michel Foucault, Felix Guattari e Gilles Deleuze a escrita opera, buscando tensionar as verdades que são distribuídas e os comportamentos previamente esperados: Seja sustentável! Proteja a natureza! Recicle! Tantas palavras de ordem indicando comportamentos e condutas, em que pouco se questiona ou até mesmo se contesta, afinal: “devemos ser ambientalmente corretos”, “precisamos ser ecológicos”. Através de estudos e escritas provenientes de um doutorado de um programa em Educação Ambiental, almeja-se momentos de pensamento e reflexão sobre o que vem sendo distribuído. É possível resistir ao que está dado? Podemos pensar de maneira diferente do que vem sendo distribuído? Trata-se de um convite a não cair em hábitos de certeza e de condutas esperadas de antemão. Quem sabe assim, poder-se-ia cotejar ideias menos seguras e por alguns instantes momentos de pensamento e reflexão.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Resistência; Discurso.

ABSTRACT

The present abstract is based in tesis the doctorate in Environmental Education at the Federal University of Rio Grande, and in which the discursive proliferation with "green" is analyzed. with the theoretical contribution of authors such as Michel Foucault, Felix Guattari and Gilles Deleuze, the operates, trying to stress the truths that are distributed and the previously expected: Be sustainable! Protect the Nature! Recycle! words of order indicating behaviors, in which little is questioned or even contested, after all: "we are must be environmentally correct", "we need to be ecological". Through studies from a doctorate of a program in Environmental Education, it is desired moments of and reflection on what has been distributed. Is it possible to resist what is given? Can we think differently of what has been distributed? It is an invitation not to fall into habits of certainty and conduct expected in advance. Who knows, you can have moments think and reflection.

Keywords: Environmental education; Resistance; Speech.

Contextualizando a tessitura

O presente artigo provém de uma tese de doutorado em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em que se analisa a proliferação de discursos atrelados ao verde, conduzindo comportamentos, educando e, também com a utilização desses apelos, incentivando ao consumo de determinados produtos e/ou serviços.

A principal força que impulsiona a pesquisa emerge do desejo de problematizar verdades estabelecidas em relação as questões ambientais dispersas em diferentes espaços e, buscando tencionar as forças que se produzem para que esses discursos verdes tomem corpo, lugar e espaço no mundo em que vivemos.

Para essa composição alia-se a alguns pares, potentes operadores epistemológicos, para sustentar o percurso. Alguns autores inspiram, outros trazem sustentação teórica, alguns inquietam. E, outros, são efetivamente pares teóricos. Desacomodam, provocam o pensamento. Tantas vezes desassossegam que é necessário fechar o livro para tentar refletir os ecos provenientes. Dentre os autores utilizados na composição do trabalho, destacamos Michel Foucault, Felix Guattari, Gilles Deleuze, alguns autores nacionais como Leandro Belinaso Guimarães e Alfredo Veiga-Neto, além de outras tantas vozes que acompanham o percurso e ecoam. Mesmo que não se saiba mais de onde vem o eco, introjetaram, e fazem parte do que se é hoje e, aproveitando de Guattari (2015, p. 13), enxergamos essas companhias como carpas japonesas, mesmo sem as ver, seus movimentos remexem com a água, embora sua superfície possa permanecer estanque.

Com o artigo buscamos trazer momentos de pensamento e reflexão sobre atravessamentos verdes muito presentes no dia-a-dia e, através de algumas imagens coletadas em diferentes locais, junto ao embasamento teórico, trazer à baila alguns questionamentos: É possível resistir ao que está dado? Podemos pensar de maneira diferente do que vem sendo distribuído? Trata-se de um convite a não cair em hábitos de certeza e de condutas esperadas de antemão.

Após essa breve contextualização, apresentamos uma composição discursiva sobre o estudo, na sequência, os contornos metodológicos para a tessitura do artigo, seguindo com os atravessamentos midiáticos e o verde e algumas considerações.

Composições discursivas

A temática ambiental é muito presente na contemporaneidade, os atravessamentos relacionados ao verde podem ser percebidos sem qualquer esforço aplicado, basta ficarmos atentos: folheando revistas, lendo o jornal, olhando a embalagem de algum produto, pesquisando em alguns sites e até mesmo um momento de compras no supermercado. Aqui, ainda chamamos a atenção para alguns detalhes, mesmo que a revista, o jornal, enfim, ainda que esses aparatos midiáticos não tratem exclusivamente de temas relacionados ao meio ambiente e, assim como o momento de compras não seja apenas na sessão de produtos denominados naturais.

Além das reverberações diárias atreladas a matéria, muitos discursos ambientais são vinculados de maneira significativa aos ambientes naturais, flora, fauna, água e poluição, por exemplo. E, vêm acompanhados concomitantemente a ideais de verdade, demonstrando e educando sobre as melhores maneiras de agir e se comportar no meio ambiente. Com isso, não raras vezes, os comportamentos humanos, parecem ser esperados de antemão, afinal: “temos que ser amigos da natureza”, “tomar banho muito rápido” e “reciclar”. Alguns conceitos, como “sustentável”, “sustentabilidade” e “natural” são usados sem qualquer cuidado quanto aos seus significados.

Os discursos ambientais estão por todos os lados! Estão pulverizados em nosso dia a dia, somos interpelados constantemente, mesmo que as vezes nem percebamos. Discurso, não como um conjunto de signos utilizados para designar coisas, mas de acordo com o que Foucault (2008, p.55) preceitua:

(...) uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Guattari (2015, p. 29) já comentava no final dos anos 80 que o homem chamado de contemporâneo, já estava enganchado em um mundo com precárias representações em constante movimento. Os jovens habitados por informações produzidas em lugares bem distantes: tudo circula, mas parece permanecer tudo no mesmo lugar, subjetividade petrificada: “Cuide da natureza!” “Pense verde!” “Seja sustentável!” São tantos discursos que são tão reproduzidos e pouco questionados. Entendo essas expressões como transmissões de Palavras de ordem, que dizem o que devemos pensar, como Deleuze e Guattari comentam:

A palavra de ordem é, em si mesma, redundância do ato e do enunciado. Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário" pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas — o que é bastante diferente — transmissão de palavras de ordem. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 12)

Deleuze (1999, p.10), esbraseia ainda mais dizendo que: “uma informação é um conjunto de palavras de ordem. Quando nos informam, nos dizem o que julgamos que devemos crer. Em outros termos, informar é fazer circular uma palavra de ordem”. Proponho que se pense sobre o dinamismo de onde os ditos ambientais partem e se espalham nos interstícios da vida. As imagens, os discursos atrelados a educação ambiental, embora muitas vezes nem se perceba, já possuem conceitos envoltos em repetições. Opiniões prontas. Pré-fixadas. Superficialidade vagando. Talvez seja pertinente também problematizar e questionar sobre as intencionalidades e os propósitos de práticas educacionais denominadas “ambientais”.

Nesse sentido, busca-se inspiração em Michel Foucault (2008, p. 34), que alerta que o recorte de determinado domínio não pode ser considerado definitivo, tampouco absoluto, trata-se de uma aproximação que possa permitir borrar os riscos do primeiro esboço. Assim, o presente trabalho, lança luz para discursos proliferantes na atualidade, buscando borrar os riscos de esboços previamente definidos.

Contornos metodológicos

O artigo possui o delineamento metodológico buscando aproximação com a Análise do Discurso, através do aporte teórico de Michel Foucault⁴³, mais precisamente com o conceito de discurso, procurando tensionar as condições de possibilidades dos discursos propagados. Os discursos são vistos como um conjunto de enunciados proveniente de um mesmo sistema de formação e não estão cercados aos limites de um período, de um livro ou de uma obra, está entremeado a um conjunto de referências a outros discursos e a outros autores (CASTRO, 2016, p. 117-118).

Nesses atravessamentos que buscamos pensar sobre as questões ambientais, não trata-se de descobrir o que está oculto, mas tornar visível o que é visível, ou ainda “fazer ver aquilo que vemos” fazer aparecer o que está tão ligado a nós mesmos, tão próximo que não percebemos (FOUCAULT, 2014, p. 43). O artigo baseia-se em uma tese em andamento em que os discursos

⁴³ Principalmente nas obras “Arqueologia do Saber” (2008) e “A ordem do discurso” (1999).

verdes são problematizados através da utilização de imagens midiáticas, na sequência, compartilhamos algumas imagens, convidando a pensar sobre a proliferação discursiva atrelada as questões ambientais.

Atravessamentos midiáticos e o verde

A temática ambiental está em voga. Seus atravessamentos perpassam por diferentes espaços. Com a tese, está sendo composto um portfólio⁴⁴ com imagens ambientais pensando no bombardeio discursivo provendo de diferentes maneiras. Destacamos apenas 4 imagens para ilustrar:



Figura 1: Brinquedo “100% Ecológico”



Figura 2: Fósforos “ecológicos”

⁴⁴ Possui origem italiana, *portafoglia*, e referia-se a uma pasta para guardar folhas soltas, pode dizer-se que é uma coleção de papéis, fotografias ou desenhos. O termo está sendo utilizado na tese para nomear a compilação de imagens verdes que estão sendo coletadas. Disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/porta-folio/>. Acessado em 20 de maio de 2018.



Figura 3: Ar condicionado “Eco”



Figura 4: Cortina “Ecológica”

Podemos ter em casa brinquedos, fósforos, cortinas denominados “ecológicos” ou até mesmo um ar condicionado “Eco”, atualmente dispomos de uma gama muito variada de produtos que utilizam o verde em suas embalagens, selos e etiquetas, acreditamos que as imagens são potentes para pensarmos a produção de verdades e a fabricação de sujeitos na atualidade.

Ressaltamos que não se trata de fazer juízo de valor sobre as imagens, as marcas ou quaisquer informações ali presentes. Tampouco pretendemos fazer a partilha sobre discursos ambientais “verdadeiros ou falsos”, ou então, “discursos científicos ou não”, mas como diz Foucault (2015, p. 44), o que importa é verificar a produção desses discursos de verdade, que

não são nem verdadeiros tampouco falsos. São discursos. Que possamos olhar as imagens e pensar um pouco sobre os atravessamentos que interpelam por diferentes vieses.

Quando falamos em verdade buscamos aproximação ao que Foucault (2006, p. 232-233) preceitua: “Entendo por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros”. Provocando-nos a olhar com desconfiança sobre as verdades previamente estabelecidas, verdades como fabricação, como efeitos discursivos.

O desejo é problematizar os atravessamentos midiáticos relacionados a questões ambientais que estão tão introjetados em nossos modos de vida, que muitas vezes, nem problematizamos tais discursos. Eles permeiam nosso dia-a-dia e, pensando com Nietzsche, podem ser tomados como ditos de um rebanho: educado, conduzido e moldado constantemente:

O homem do rebanho chama de verdade aquilo que o conserva no rebanho e chama de mentira aquilo que o ameaça ou exclui do rebanho. A verdade e a mentira são ditas a partir do critério da utilidade ligada à paz no rebanho. Assim, os gestos, as palavras e os discursos que manifestem uma experiência individual própria em oposição ao rebanho, ou não são compreendidos ou trazem mesmo perigo para aqueles que assim se mostrem. Portanto, em primeiro lugar, a verdade é a verdade do rebanho (NIETZSCHE, 2008, p.6).

Acreditamos que as imagens são potentes para pensarmos a produção de verdades e a fabricação de sujeitos na atualidade, justificamos essa escolha, por entendermos que podemos lançar olhares para aquilo que nos afeta enquanto sujeitos desse mundo marcado por educações ambientais que nos atravessam cotidianamente. Afinal, de uma maneira ou outra chega até nós. Não se trata de imagem como algo palpável, mas como diz Deleuze (2005, p. 61) buscando as visibilidades ao abrir as palavras, rachando as coisas, não como se confundindo aos elementos visuais de um objeto ou uma coisa:

As visibilidades não são formas de objetos, nem mesmo formas que se revelariam ao contato com a luz e com a coisa, mas formas de luminosidade criadas pela própria luz e que deixam as coisas e os objetos subsistirem apenas como relâmpagos, reverberações, cintilações. (DELEUZE, 2005 p. 62).

Lançar luminosidade a esses discursos; rachando as palavras. Esses tentames vem ao encontro do que Deleuze explana, que as visibilidades por mais que se esforcem para não se ocultarem, não são imediatamente vistas nem visíveis, são inclusive invisíveis enquanto se permanecer apenas nos objetos: “O próprio sujeito que vê, é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade (...) Seria preciso, então, invocar valores imaginários que orientariam a percepção” (DELEUZE 2005, p 67). E ainda complementa: “As visibilidades não

se definem pela visão, mas são complexos de ações e de paixões, de ações e de reações, de complexos multissensoriais que vêm a luz” (2005, p. 68).

Nesses emaranhados discursivos enxergamos também, ideais de verdade e comportamentos sendo fabricadas e constantemente distribuídos.

Algumas considerações: É possível resistir?

Várias respostas podem ser dadas para um mesmo conjunto de dificuldades. Na maior parte do tempo, diversas respostas são efetivamente propostas. ora, o que é preciso compreender é aquilo que as torna simultaneamente possíveis; é o ponto no qual se origina sua simultaneidade; é o solo que pode nutrir umas e outras, em sua diversidade, e, talvez, a despeito de suas contradições.
(FOUCAULT, 2014, p. 226)

Beck, Henning e Vieira (2014) comentam que além da proliferação discursiva percebida em tempos contemporâneos que alerta para necessidade de se cuidar do Planeta de modo paradoxal, também incita ao consumo. Se antes, nos anos 70 do século XX, Lutzenberger (1977) alertava para a necessidade de frear o consumo por estarmos acabando com o Planeta Terra; hoje, o que vemos é uma incitação permanente para consumirmos (GUIMARÃES, 2012). Mas pensando em um outro consumo, num consumo verde, numa onda verde que investe na subjetividade do indivíduo, governando modos de vida. E, olhando para esses discursos, parece haver conformismo com as informações distribuídas, bem como aos comportamentos esperados.

Com o artigo, buscamos tencionar um ecologismo que muitas vezes nos parece ingênuo, constantemente oferecendo respostas a *la carte* para os questionamentos no que se refere aos discursos ambientais, aspirando problematizar a proliferação discursiva esverdeante que nos captura em tempos contemporâneos. Pensando os discursos, mas reagindo à pobreza enunciativa, falando a partir dela e apesar dela, não definindo verdade mas verificando a possibilidade de transformação, assim, o discurso pode deixar de ser o que é para, quem sabe, tornar-se um tesouro inesgotável de onde se pode tirar sempre novas riquezas, imprevisíveis a cada vez (FOUCAULT, 2008, p. 136).

É muito verde! Muito apelo! Ora para estímulo publicitário, incentivo ao consumo ou relacionando a vantagens em relação às maneiras de ser e viver. Com as inquietações, com o aporte teórico potente que esbraseia ainda mais o que perturba. Com esse emaranhado

discursivo que nos “ensina”, “orienta” e conduz comportamentos, questiona-se se é possível resistir?

Entendemos a resistência como potência de pensamento sobre o que nos atravessa e constitui, vindo ao encontro ao que Veiga-Neto (2001, p. 25) prenuncia, rachando por dentro, pequenas revoltas diárias ao invés de grandes revoluções.

Pensando, refletindo e questionando sobre atravessamentos diários. Pensando os discursos ambientais como múltiplos acontecimentos:

Não como lugar da grande recusa, alma da revolta, foco de todas as rebeliões, mas resistências no plural: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, as resistências não podem existir senão no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 2014, p. 104).

Nos tentamos de lançar luz aos discursos verdes tão recorrentes que o artigo pretende alcançar, entendendo a produção discursiva como algo além de um propulsor de discursos, mas uma forma de poder: “nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo, uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder” (FOUCAULT, 1997, p. 19).

Um artigo para pensar desdobramentos das educações ambientais possíveis pulverizadas em diferentes mídias tornou-se ainda mais potente para nós⁴⁵. Traz força, embasamento e sustentação. Um desafio. As vezes cavar arestas de tentar pensar diferente do que se está acostumado pode não ser fácil. Talvez aí esteja o vigor de uma pesquisa que se alia com a filosofia da diferença, não se quer facilidade, não se almeja pensar sobre o que já está redundante. Por que podar algo que cresce e se esparrama?

Nesses tentamos de pensar com os potentes autores que sustentam a pesquisa buscamos provocar o pensamento. Aprendemos com Foucault (2014, 227) a realizar uma leitura crítica do pensamento a partir da maneira como as coisas são ditas, compreendendo a problematização não como um ajustamento de representações, mas como um trabalho do pensamento.

⁴⁵ Deleuze diz que falar em seu próprio nome não se trata de ter sua hora da verdade, tampouco escrever memórias, é nomear as potências impessoais que combatemos enquanto buscamos algum objetivo. (DELEUZE, G. 2010. p. 115).

Ao esticar o fio que dará um nó para prosseguir, em um movimento de repousar para prosseguir, cita-se novamente Foucault que embora não tenha tratado especificamente da questão ambiental, proporciona com seus ditos e escritos, valiosas pistas:

Houve todo um movimento dito “ecológico” – aliás, muito antigo que não remonta apenas ao século XX – que manteve em um certo sentido e frequentemente uma relação de hostilidade como uma ciência, ou em todo caso com uma tecnologia garantida em termos de verdade. Mas, de fato, essa ecologia também falava um discurso de verdade: era possível fazer a crítica em nome de um conhecimento da natureza, do equilíbrio dos processos do ser vivo. Escapava-se então de uma dominação da verdade não jogando um jogo totalmente estranho ao jogo da verdade, mas jogando-o de outra forma ou jogando um outro jogo, uma outra partida, outros trunfos no jogo da verdade (2014, p 274).

Nesse jogo de ideais de verdade, não busca-se jogar⁴⁶ um jogo totalmente estranho, mas provoca-se a jogar de outras formas, buscando outras possibilidades.

São discursos. Sustentações discursivas. Verdades estabelecidas. Muitas vezes, sem nos darmos conta não enxergamos a coisa e sim, a linguagem construída da coisa, conceitos carregados de um pré-conceito definidos de antemão, generalizações comuns a todos: uma produção de verdades no interior dos discursos (FOUCAULT, 2015, p. 44).

Almeja-se compor uma escrita puxando e tecendo fios pinçados no percurso, sem situar previamente as escolhas: Discursos. Verdades. Palavras. Conceitos. Inquietações que motivaram um ir. Sem saber ao certo o que se irá encontrar. Não se prescreve a caminhada. O texto flui, assim como a água, sujeita a alguns desvios do caminho por onde escorre, mas também criando outros quando a intensidade e a velocidade tornam-se mais fortes, ou então, deixando de correr e permitindo que sua fluidez se deixe vagorosamente escorrer. Ou se deixar absorver. Água. Vida. Texto. Vivo. São muitos atravessamentos que dedilham as letras que cá estão.

⁴⁶ Foucault (2014, p. 276) esclarece: “A palavra “jogo” pode induzir a erro: Quando digo “jogo” me refiro a um conjunto de regras de produção de verdade. Não um jogo no sentido de imitar ou de representar...; é um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda”.

Referências Bibliográficas

- BECK, D.; HENNING, P. E VIEIRA, V. **Consumo e Cultura: modos de ser e viver a contemporaneidade**. Educação, Sociedade e Culturas. N. 42, 2014, p.87-109. Disponível em www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC42_08DinahBeck.pdf. Acesso em 30 março 2017.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte. Editora autentica. 2ª edição. 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed 34, 2010.
- _____. **Foucault**. São Paulo: Editora brasiliense, 2005.
- _____. **O ato de criação**. Tradução: José Marcos Macedo. In. Folha de São Paulo, 27/06/1999. Transcrição de conferência realizada em 1987.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 2** São Paulo. Editora 34. 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 7ª edição. 2008.
- _____. Poder e saber. In: _____. **Ditos e escritos IV – Estratégia, Poder-Saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____, **Aulas sobre a vontade de saber: curso no college de France (1970-1971)**. São Paulo. Editora WMF Martins Flores, 2014.
- _____, **História da Sexualidade 1: a vontade de saber Vol. 1, 1. Ed.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____, **Microfísica do Poder**. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2015
- _____. Teoria e instituições penais. In **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 - 1982)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1997
- GUATTARI, Felix. **Qué es la ecosofia?** textos presentados y agenciados por Stéphane Nadaud – 1ª ed. - Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Cactus, 2015.
- GUIMARÃES, L. **Notas sobre o dispositivo da sustentabilidade e a produção de sujeitos “verdes”**. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana de Amorim (Org.). Estudos Culturais e Educação: desafios atuais. Canoas: Ulbra.2012
- LUTZENBERGER, J. **Fim do futuro? : manifesto ecológico brasileiro**. Porto Alegre: Editora Movimento. 1977
- NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre Verdade e Mentira no sentido extramoral**. Disponível em http://imediata.org/asav/nietzsche_verdade_mentira.pdf. Acessado em maio de 2018

VEIGA-NETO, Alfredo. **Incluir para saber. Saber para excluir.** Pro-posições, v. 12, n. 2-3 (35-36), jul – Nov, 2001.

O ENSINO/APRENDIZAGEM DE CULTURA E CIDADANIA PELA EDUCOMUNICAÇÃO: O CASO *BILAC NEWS*

*TEACHING/LEARNING CULTURE AND CITIZENSHIP BASED ON THE
EDUCOMMUNICATION: THE "BILAC NEWS" CASE*

*João Pedro Wizniewsky Amaral
Mestre / Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
shuaum@gmail.com*

RESUMO

Dentre os problemas que a educação enfrenta atualmente, podemos citar a verticalidade na relação docente, a falta de interesse dos alunos, e métodos pedagógicos antiquados. Visto que o conhecimento e a informação são fulcrais para a (sobre)vivência na sociedade contemporânea, a educomunicação surge como um campo transdisciplinar que permite que a educação supere alguns desses obstáculos valendo-se da comunicação (processos, meios e tecnologias). A partir desse paradigma, o corpus desse estudo é o *Bilac News*, um jornal online mantido por alunos do Ensino Médio do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (Santa Maria/RS), em 2017. O jornal surgiu como uma demanda dos discentes, posto que faltava um meio efetivo de comunicação na escola. Os objetivos desta pesquisa são estudar como a educomunicação pode auxiliar pedagogicamente professores e alunos da rede pública atualmente; e analisar como o *Bilac News* trouxe à tona questões sobre cultura e cidadania. Em entrevistas, alunos disseram que gostaram de desenvolver o projeto, pois conheceram dificuldades do colégio ou aprenderam sobre sua história. O *Bilac News* mostrou-se, assim, importante como uma ferramenta educacional, pois teve retorno da comunidade e estimulou o protagonismo e a autonomia dos alunos. O projeto ainda promoveu diálogos entre membros da comunidade escolar e delegou responsabilidades aos estudantes, como o cuidado com os textos e prazos, e a conscientização de suas funções éticas, sócias e cidadãs.

Palavras-chave: Educomunicação. Cidadania. Cultura. Bilac News. Escola Pública.

ABSTRACT

Among problems that education faces today, we can mention the verticality in the teaching relationship, disinterested students, and some old-fashioned pedagogical methods. Since knowledge and information are central to survive in our society, educommunication emerges as a transdisciplinary field that allows education to overcome some of these obstacles, based on communication (as well as its processes, means and technologies). From this paradigm, the corpus of this study is the *Bilac News*, an online newspaper maintained by High School students from Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (Santa Maria/RS), in 2017. This online newspaper has been result from students' demands, since they have wanted to create an effective vehicle of communication at school. The objectives of this research are to study how educommunication can help pedagogically teachers and students from the public system; and to analyze how *Bilac News* has discussed cultural and citizenship aspects. In interviews, some students have said they have liked to develop this project because they have been able to know some school problems and to learn about its history. *Bilac News* has been, therefore, important as a pedagogical tool, because it has received feedback from the school community and has stimulated students' protagonism and autonomy. The project has also promoted

dialogues between school community members and delegated responsibilities to students, such as writing, respecting deadlines and developing awareness of their ethical, social and citizen roles.

Keywords: Educomunicação. Cidadania. Cultura. Bilac News. Public School.

Introdução

Este trabalho é um relato de experiência de uma atividade pedagógica desenvolvida no ano de 2017 com quatro turmas do 1º Ano do Ensino Médio e uma do 1º Ano do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, escola pública localizada no município de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul. A idealização dessa atividade surgiu a partir de questionamentos que atormentam a mim e a muitos dos profissionais da educação básica. Perguntas como “é possível ensinar/aprender cidadania e cultura na escola?”, “como, na sociedade atual, driblar a falta de interesse e dispersão dos alunos?”, “por que devemos atualizar métodos pedagógicos?”, “o conteúdo em aula é, de fato, distante da realidade do aluno?” e “as ferramentas tecnológicas são um entrave para a educação?” nortearam o planejamento e a execução dessa atividade.

Tendo em vista que tais indagações exemplificam alguns desafios pelos quais a educação está passando, entendo que a educomunicação, valendo-se da união da educação e da comunicação (processos, meios e tecnologias), é como um campo transdisciplinar que pode permitir a superação de alguns desses problemas. Outrossim, a educomunicação é considerada por muitos teóricos como práticas necessárias na formação de sujeitos – um dos objetivos basilares da escola. De acordo com a pesquisadora Érica Silva,

a educomunicação coloca como indispensável, de imediato, a necessidade de educar os cidadãos para recepção crítica e ativa. Para isso, é necessário o incentivo à leitura crítica dos meios e à produção e difusão de conteúdos que fujam à regra dos veículos de comunicação convencionais. Uma discussão que já vem sendo feita há algum tempo alerta também para a necessidade da inovação pedagógica no âmbito da educação formal, atentando para a existência das novas tecnologias da informação que se multiplicam a cada dia. (SILVA, 2010, p. 4)

Baseando-se nesse paradigma, e também em uma demanda apresentada pelos próprios discentes, que reivindicavam um meio efetivo de comunicação na escola, a atividade executada durante os dois últimos trimestres de 2017 foi um jornal online colaborativo, alcunhado de *Bilac News*. Todo o conteúdo desse meio de comunicação era criado pelos próprios educandos: reportagens ou textos originais que tinham relação – direta ou indiretamente – com o colégio ou com a comunidade escolar em geral.

Nesse sentido, esta pesquisa configura-se como um estudo de caso cujo *corpus* é o próprio jornal online *Bilac News*. Meus objetivos são investigar como o campo da educomunicação pode auxiliar pedagogicamente professores e alunos da rede pública atualmente; e analisar como o *Bilac News* trouxe à baila discussões sobre cultura e cidadania em sala de aula.

Educomunicação: uma área do saber cada vez mais pertinente

A Educomunicação, como o próprio vocábulo nos indica, é uma área que inter-relaciona educação e comunicação. Ela é considerada um campo teórico-prático do saber, posto que é elaborada a partir de metodologias pedagógicas. De acordo com o pesquisador Ismar Soares, esta área propõe uma

relação dialógica entre os campos da Comunicação e da Educação, problematizando tanto uma como outra, na expectativa da criação de ecossistemas comunicativos abertos e eticamente comprometidos, cuja finalidade é a formação da competência comunicativa dos cidadãos (SOARES, 2002, p. 115).

Alguns pesquisadores divergem sobre o surgimento do conceito de educomunicação, mas sabemos que ele teve origem nos estudos culturais, vertente teórica das ciências humanas na segunda metade do século XX. Todavia, podemos afirmar que desde o Renascimento existe uma forma de educomunicação. Ora, se considerarmos que o ensino daquela época era intimamente atrelado a peças teatrais, à música, à expressividade, à poesia, etc., a educomunicação estava, com efeito, sendo posta em prática. Em outras palavras, no Renascimento, também havia processos comunicacionais específicos da época sendo usado como ferramentas didáticas, ainda que não existisse uma nomenclatura ou um estudo aprofundado sobre isso.

Dentre as várias funções – ou objetivos – da educomunicação, podemos apontar que ela é uma catalisadora da prática da cidadania. Baseando-se na corrente dos estudos culturais “leitura crítica da mídia”, Cláudia Mogadouro (2011, p. 20) argumenta que a educomunicação “defende como papel da escola o auxílio para que os educandos possam conhecer a linguagem e a gramática audiovisual, com objetivo de formar sujeitos críticos diante das mensagens midiáticas”. Assim, afora o ensino de conteúdos escolares pontuais, podemos concluir que a educomunicação também atua em um nível macro da educação, no sentido de promover uma

formação de sujeitos autônomos que tenham plena consciência de seus deveres e direitos como cidadãos, além de estimular habilidades interpessoais.

Outro benefício que a educomunicação pode oferecer é um incentivo ao desenvolvimento da criatividade e do imaginário social. Boa parte do ambiente educacional (basta ver os conteúdos programáticos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio) deixam de lado as habilidades artísticas, estéticas e criativas, priorizando os saberes lógico-científicos. Isso pode se tornar um grave problema para boa parcela de educandos que desejam – ou tem interesse em – desenvolver talentos criativos. O resultado dessa escolha conteudista, muitas vezes, é o inverso do que se espera: há tanta resistência e entraves para se desenvolver tais competências, que a escola se torna um lugar desestimulante.

Jesús Martín-Barbero, um dos teóricos expoentes dos estudos culturais, argumenta que “nossas escolas não estão sendo um espaço no qual a leitura seja um meio de criatividade e de prazer, mas sim o espaço no qual leitura e escrita se associam a tarefa obrigatória e chata. Castradora, inclusive”. (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 128). Para o autor, a educomunicação é um campo que consegue criar um ecossistema apto para o desenvolvimento criativo dos educandos.

Por gerar uma relação íntima com as novas tecnologias, a educomunicação se torna atrativa aos alunos. Esses sujeitos já nasceram em uma era digital; então, eles instintivamente possuem certo domínio sobre elas. No entanto, é necessário que a escola saiba lidar com essas tecnologias que os educandos atuais já pressupõem conhecer. A educação, nesse caso, funcionaria também como uma alfabetizadora e facilitadora tecnológica, reiterando o uso consciente e social dessas ferramentas, instigando os estudantes a desenvolverem a criatividade a partir das potencialidades delas. Desse modo, o educador – além de todas as funções que já possui – torna-se um comunicador.

Em nossa sociedade repleta de tecnologias e meios de comunicação, há, conforme Martín-Barbeiro (2011) argumenta, uma descentralização do conhecimento. Os saberes são agora fragmentos: um saber-mosaico (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 127). Consequentemente, a escola deve ter noção dessa situação. De certo modo, a fragmentação dos saberes em diversos meios desestabiliza a própria escola, visto que ela não é mais considerada a única entidade detentora de conhecimento, como acontecia na Idade Moderna, por exemplo.

A escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados. Essa diversificação e difusão do saber, fora da escola, é um dos desafios mais fortes

que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional. (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 126)

As práticas pedagógicas sob a perspectiva da educomunicação configura-se como um grande desafio atualmente. Ressignificar a importância da escola, incentivar a produção cultural, artística e criativa, enfatizar a formação de sujeitos atuantes em sua comunidade, e desenvolver habilidades interpessoais são alguns de seus principais desafios. Como é um campo insurgente e ainda recente, a educomunicação está latente na demanda tanto discentes como docentes. Devido à sua factualidade, a educomunicação está em constante transformação, ou, conforme afirma Mogadouro (2011), em construção e seus desdobramentos acontecem em diversas áreas do conhecimento:

A Educomunicação é um campo em construção, que tem agregado várias correntes que aproximam a comunicação e educação na defesa de uma dimensão humana, filosófica e ética, a partir do dialogismo e não de uma lógica de mercado, cuja face mais visível tem sido os neotecnicismos da educação. As contribuições teóricas vêm desde Célestin Freinet, passando por Paulo Freire até chegar aos latino-americanos Mario Kaplún e Jesús Martín-Barbeiro, mas uma característica marcante é o olhar para a prática social e educativa, em um processo dialético teórico-prático. (MOGADOURO, 2011, p. 35)

Nesse paradigma dialético, as práticas educacionais se tornam extremamente importantes, no sentido de podermos entender, questionar, (des)construir sentidos e manter saudáveis relações humanas. Destarte, como pondera Silva (2010, p. 5), “a juventude é considerada um público potencial com o qual podem ser desenvolvidas experiências de educomunicação”.

No subcapítulo seguinte, exponho e analiso uma atividade educacional criada e desenvolvida experimentalmente durante o ano de 2017: o jornal online colaborativo *Bilac News*.

O jornal online colaborativo *Bilac News*

Tendo como base teórica estudos sobre a educomunicação, idealizamos em 2017 o *Bilac News*, um jornal online colaborativo. O veículo dava voz aos alunos para noticiarem fatos e acontecimentos sobre a escola. Como já mencionado na introdução, o jornal foi também uma demanda dos alunos porque eles reclamavam da falta de um meio efetivo de comunicação da escola. A única forma de comunicação pública que a escola tinha eram murais.

O início do processo aconteceu com um estudo sobre o gênero jornalístico. Trabalhado previamente em aula, seguimos nossa pesquisa com uma palestra ministrada pela jornalista editora da seção de cultura do único jornal impresso da cidade de Santa Maria. A fala aconteceu na escola, e a profissional explicou aos educandos como é o fazer jornalístico, suas responsabilidades sociais e éticas.

Com essa introdução à comunicação e ao jornalismo, cinco turmas de 1º Ano (quatro do Ensino Médio e uma do Curso Normal) dividiram-se em grupos de três a quatro pessoas para consolidar uma equipe de trabalho no jornal da escola. Com todos os alunos, decidimos algumas diretrizes no que tange ao padrão editorial e textual do *Bilac News*. Deliberamos que ele seria mantido em uma *fanpage* do site de rede social *Facebook*, e que cada grupo teria o prazo de uma semana para entregar cada matéria: uma reportagem original, que tivesse relação com o colégio ou com a comunidade escolar, sempre acompanhada de pelo menos uma fotografia ilustrativa ou explicativa.

Para diversificar os temas, escolhemos trabalhar com nove editorias corriqueiramente encontradas em jornais: Geral, Política, Cultura, Entrevista, Esporte, Social, Curiosidade, Opinião e Meme. A cada semana, efetuávamos um rodízio de editorias, possibilitando, desse modo, que todos os grupos escrevessem sobre todos os tópicos. Uma última condição das matérias era que, como o desenvolvimento desse trabalho acontecia nas aulas de inglês (vinculadas à área de conhecimento das linguagens), a manchete fosse escrita em inglês.

A entrega dos textos e das fotografias teria que ser feita online. Para tanto, como poderia haver os alunos que não possuíssem computadores e/ou internet em suas residências, a sala de informática da escola foi disponibilizada em certos horários do contraturno para a submissão das matérias.

A imagem a seguir é uma matéria produzida para a editoria Geral (matérias que não são de tom político, cultural ou esportivo). Como podemos notar, os alunos aproveitaram o espaço do jornal para denunciar problemas infraestruturais da escola, dando visibilidade a problemas que podem passar despercebidos muitas vezes, mas com os quais os educandos convivem diariamente.

[GENERAL]

Weak infrastructure: Broken doors and windows.

By: Vitória Lima, João Victor Ávilla and Matheus Pedrollo Teixeira (T. 102)

Nossa escola tem 115 anos e necessita urgentemente de uma reforma – há uma prevista, mas nenhum governo realiza. A infraestrutura está extremamente debilitada e é perceptível; o rodapé e o piso de madeira rotados pelos cupins, portas e vidros quebrados em decorrência dos vendavais, rachaduras nas paredes, etc.

A porta da nossa sala (turma 102) é assim: parece uma moldura; mas, mesmo antes do vento deixá-la nessas condições, ela não fechava. Os cupins fizeram um buraco no nosso piso. Há vários vidros quebrados, o que é bem ruim nos dias frios.

No entanto, vemos muitos ex alunos retornando à escola. Mesmo caindo aos pedaços, há algo nela que nos faz querer mantê-la – não deixá-la cair, para que não seja preciso reconstruí-la.

Photos by João Victor Ávilla



Figura 1: Reportagem sobre problemas estruturais na escola. Fonte: Bilac News.

Outra editoria em que os alunos deveriam ter cuidadosa responsabilidade era a Entrevista. Nessa situação, os alunos agiam como um jornalista: agendavam a entrevista, planejavam as perguntas, gravavam-na, tiravam uma foto ilustrativa e transcreviam-na. As entrevistas deveriam ser conduzidas com pessoas relacionadas ao colégio – autoridades ou não. A seguir temos o exemplo de uma entrevista conduzida com a vice-diretora do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.



Figura 2: Entrevista com a vice-diretora do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Fonte: *Bilac News*.

Outro ponto interessante de notarmos é que os alunos não se esquivaram de temas polêmicos, principalmente na editoria de Política. Um exemplo disso foi a abordagem do controverso projeto de Lei Escola Sem Partido, como podemos ver na matéria a seguir. Ante a temas como esse, os alunos foram instruídos nas diretrizes editoriais a apresentarem mais de um lado do problema. Especificamente nesta reportagem, os alunos entrevistaram um educador contra e outro a favor do projeto.

Em um momento conturbado e polarizado politicamente como o que estamos vivendo, é de suma importância que os educandos possam debater sobre problemas atuais. Sobretudo porque eles são uma geração que será (está sendo) afetada por medidas tomadas agora. Algumas delas, como este projeto de lei, podem incidir diretamente neles.



Figura 3: Reportagem sobre a proposta de lei “Escola Sem Partido”. Fonte: *Bilac News*.

Como uma técnica de contemplar os alunos com gêneros aprazíveis a eles, fizemos questão de incluir a editoria Meme. Estudantes haviam relatado previamente em aula que memes são um gênero bastante lido por eles, principalmente em ambientes virtuais. Há jornais que, na seção de humor, incluem alguns exemplos de memes. No *Bilac News*, a experiência de se trabalhar com esse gênero evidenciou uma incrível desenvoltura criativa dos alunos.



Figura 4: Meme idealizado e produzido por alunos. Fonte: *Bilac News*.

Qualquer jornal escolar é um laboratório para os alunos colocarem em prática conhecimentos de diferentes áreas, ainda mais com uma intrínseca conscientização de responsabilidade ética e social, no sentido de que os produtores sabem que seus trabalhos possuem um alcance maior que o simples espaço da sala de aula. Com o *Bilac News*, isso não foi diferente. Conduzido durante os dois últimos trimestres do ano letivo de 2017, podemos concluir que o jornal gerou o efeito desejado preliminarmente pelos alunos: houve uma grande quantidade de pessoas alcançadas pelas matérias e pelas discussões acerca dos temas trazidos à tona por eles.

Prova disso são as interações que pessoas (até de fora da comunidade escolar) mantinham com as reportagens na páginas: curtidas, comentários, mensagens com sugestões, etc. No próximo ano, não temos a pretensão de manter o jornal porque o grêmio estudantil já solicitou a administração do jornal, o que ratifica a importância deste trabalho para a escola.

Como nosso jornal não é uma mídia hegemônica, mas sim colaborativa, a contribuição para a formação dos os alunos tornou-se relevante, pois, de acordo com algumas teorias da educomunicação, a mídia não-tradicional seria a mais aberta a abordar temas diversificados, de forma mais aprofundada. Ao cabo, o *Bilac News* tornou-se, mesmo que experimentalmente, uma boa estratégia comunicacional. Ele serviu como uma ferramenta de ensino/aprendizagem que mantinha em todo o tempo responsabilidades para os alunos. Além do mais, o jornal estabeleceu um diálogo outrora inexistente entre esferas da comunidade escolar. Os educandos, ao ingressar nesse processo de criação, eram muito mais que alunos. Eram jornalistas. Eram comunicadores. Eram sujeitos atuantes.

Considerações finais

Finalizada a execução do *Bilac News*, no fim do ano letivo, já em 2018, conduzimos entrevistas com os alunos para avaliarem o trabalho em geral e suas performances nas matérias. Vale frisar que, a partir de muitos dos depoimentos, os educandos aprovaram o resultado, comentando até que este foi o “melhor trabalho do ano”. Boa parte dos alunos ressaltaram que queriam dar continuidade ao projeto.

O *Bilac News* propiciou aos educandos um treinamento responsável de habilidades comunicacionais, além de desenvolver noções básicas sobre pesquisa, sobre história oral e sobre uso consciente de redes sociais. Eles tiveram uma conscientização do papel ético, social e cidadão que um estudante deve ter. Ademais, essa atividade os possibilitou um maior conhecimento sobre a escola e a manutenção de diálogos entre membros de diferentes segmentos da comunidade escolar.

Por outro lado, pudemos observar alguns problemas que podem ser melhorados em próximas edições. O uso da língua inglesa, por exemplo, foi escasso, já que ficou restrito às manchetes. Houve ainda casos de grupos que não entregaram sequer uma matéria, sendo muito difícil convencê-los continuar. Ainda, por trabalharmos em turmas separadas, não conseguimos

conduzir regulares reuniões de pauta e, em decorrência disso, algumas matérias de diferentes turmas tiveram o mesmo tema, impossibilitando algumas publicações.

Analisando o *Bilac News* após sua implementação, posso afirmar que esta foi uma atividade bem-sucedida. Espero que a experiência de nosso jornal online motive educadores a buscar na educomunicação práticas didáticas que permitam uma interação dos alunos com a comunidade em geral, estendendo-se para fora dos muros das escola e explorando ao máximo a criatividade e autonomia. Conforme afirma Guillermo Orozco-Gómez (2011), a educomunicação está e estará cada vez mais presente nas área da educação:

Neste novo século, a educação cada vez mais estará vinculada aos meios e tecnologias de informação e que, cedo ou tarde, isto vai modificar de maneira substancial os processos educativos e comunicativos. O cenário do futuro não é estático, muito pelo contrário. Por isso é importante antecipar o papel que tanto educadores quanto comunicadores devemos tomar, para que o sentido e a direção das inevitáveis transformações sejam as mais relevantes para a nossa sociedade (OROZCO-GÓMEZ, 2011, p. 173).

Referências Bibliográficas

BILAC NEWS. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/bilacnews/>>. Acesso em: 10.01.2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios Culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MOGADOURO, Cláudia de Almeida. **Educomunicação e escola: o cinema como mediação possível** (desafio, práticas e propostas. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23092011-174020/publico/TESE_MOGADOURO_CLAUDIA.pdf>. Acesso em: 05.01.2018.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SILVA, Érica Daiane da Costa. Educomunicação: um campo essencial na construção de uma nova sociedade. *Revista de Educação do Vale do São Francisco (REVASF)*, v. 1, 2010.

SOARES, Ismar. Metodologia da educação para a comunicação e gestão comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, Maria Aparecida. **Gestão de Processos Comunicacionais**, São Paulo: Atlas, 2002.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM INGLÊS DA PUCRS

CONTEXTUALIZATION OF SUBJECTS TAUGHT IN ENGLISH FROM PUCRS

*Kelvin Milost Arend
Bacharel em Administração /f Marketing- PUCRS
kelvin.arend@acad.pucrs.br*

RESUMO

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) é uma das maiores e mais importantes universidades do Brasil quanto à qualidade de seus cursos, pesquisas e investimentos a favor do aprendizado dos estudantes. Com a globalização, até uma Instituição de Ensino Superior precisa se adaptar ao ritmo que a informação e o conhecimento têm. Um ponto importante a se relevar é o *status* do inglês como idioma global, tornando sua fluência e prática um passo positivo em direção à internacionalização. O objetivo desta pesquisa é explorar e contextualizar o processo de internacionalização da Universidade a partir das disciplinas ministradas em inglês. Entre março e abril de 2017, foram realizadas entrevistas com oito professores dessas disciplinas. Os resultados indicaram que, na percepção dos professores, mesmo essas disciplinas não sendo de total conhecimento dos alunos, a prática do idioma é o que eles buscam e há seu interesse em cursá-las. Visto que essas disciplinas são compreendidas no tema Internacionalização em Casa, sugere-se para estudos posteriores uma maior discussão sobre a internacionalização e integração das universidades, tanto entre seus diversos departamentos quanto entre seus corpos discentes e docentes.

Palavras-chave: Disciplinas ministradas em inglês. Inglês como idioma global. Internacionalização do ensino superior. Internacionalização em casa.

ABSTRACT

The Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS) is one of the largest and most important universities in Brazil as to the quality of its courses, researches and investments towards student's learning. With globalization, even an Institution of Higher Education needs to adapt to the pace that the information and knowledge are. An important point is to reveal the status of English as a global language, making its fluency and practice a positive step to internationalization. The objective of this research is to explore and contextualize the University's process of internationalization from the subjects taught in English. Between March and April of 2017, interviews were conducted with eight professors from these classes. The results indicated that, in the professors' perception, even these subjects not being fully acknowledged by the students, the practice of the language is what they seek and there is their interest in studying them. Seeing that, these disciplines are included in the topic of Internationalization at Home, it is suggested for later studies a greater discussion about the internationalization and integration of the universities, both among its various departments and amidst its students and professors.

Keywords: English as a global language. Internationalization at Home. Internationalization of Higher Education. Subjects taught in English.

Introdução

A globalização é um processo que está ocorrendo e já causou grandes mudanças nas relações entre os países, empresas e no dia-a-dia das pessoas. A integração entre todas as partes da sociedade está mais destacada e trouxe à tona a importância de se buscar a internacionalização em todas as áreas e departamentos. Levando em consideração a comunicação e a troca de informações globais, nota-se a necessidade e o papel que o domínio da língua inglesa obteve.

No contexto de Instituições de Ensino Superior (IES) não é diferente, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) investe em estratégias para ser reconhecida em *rankings* internacionais, nesse sentido, a busca pela internacionalização é uma forma de abrir o mundo aos estudantes e ofertar disciplinas ministradas em inglês é um dos meios. Beckenkamp (2016) divulgou no *blog* da própria universidade o *Times Higher Education (THE) 2016-2017*, de Londres, que lista a PUCRS como “a melhor universidade comunitária do sul do Brasil”. O *THE* cita instituições de 79 países, e são avaliados indicadores como ensino, pesquisa, citações, perspectiva internacional e interação junto às empresas, em quesitos como pesquisa e inovação.

A língua inglesa é atualmente o idioma falado em mais lugares no mundo, tanto pessoas jurídicas quanto físicas beneficiam-se com o domínio desta língua. A PUCRS possui bom conhecimento do assunto e auxilia seus alunos na preparação para o mercado de trabalho. A iniciativa de haver disciplinas ministradas em inglês é como fazer um intercâmbio dentro da própria universidade, é uma imersão onde os aprendizados teóricos e práticos andam juntos para o benefício de todos. Essa modalidade de ensino já é utilizada pela universidade, mas percebe-se que ainda é desconhecida e não utilizada plenamente pelos alunos.

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo explorar o processo de internacionalização da PUCRS, a partir de conversas com os professores das disciplinas ministradas em inglês da graduação, questionando-os sobre suas percepções quanto: ao processo de internacionalização da Universidade; a motivação dos estudantes para aprender e praticar inglês; e, ao cenário das disciplinas ministradas em língua inglesa.

Revisão da literatura

Nesta seção é apresentada a fundamentação teórica utilizada no desenvolvimento da pesquisa. A fim de demonstrar a importância do inglês como idioma global (2.1), apresenta-se

a internacionalização e a globalização, e como isso afeta o ensino superior, os cidadãos e a expansão da língua inglesa. Já, para demonstrar o comportamento das pessoas (2.2) são explanados conhecimentos de comportamento do consumidor, percepção, motivação e outros fatores que afetam a tomada de decisão humana.

Inglês: um idioma global

As universidades estão cada vez mais se tornando linha de produção de competências globais e capital humano qualificado que é demandado mundo afora. Por isso, a internacionalização do ensino superior não deve levar apenas em consideração a mudança da ordem mundial e seu pretexto econômico, mas também as razões políticas, culturais e acadêmicas, todas envolvidas no desenvolvimento de cidadãos globais. (CHAO JR, 2014)

Internacional é usado no sentido do relacionamento entre nações, culturas ou países. Enquanto **global**, apesar de ser um termo controverso, é carregado de valor por proporcionar a sensação de um alcance mundial. A relação dinâmica entre internacionalização do ensino e a globalização é uma importante área de estudo. A globalização apresenta novas oportunidades, desafios e riscos, e é apresentado como um processo impactando a internacionalização. (KNIGHT, 2003)

A expansão global do inglês tem afetado todos os domínios da atividade humana, da linguagem na educação até as relações internacionais, e a demanda em instituições educacionais e ambientes de aprendizagem amplia junto. Por outro lado, por razões econômicas, educacionais ou políticas, as pessoas – em sua busca por condições melhores de trabalho e ensino – estão se tornando mais móveis e já começaram a migrar para diferentes países anglófonos. Desta forma, aprender e ter um conhecimento maior de inglês tem se tornado bastante requisitado. Como resultado, entender o *status* que o inglês possui e qual sua finalidade em diferentes contextos, é fundamental para compreender o papel que o idioma adquiriu. (CHALAK e KASSAIAN, 2010; HINKEL, 2011)

Línguas globais como o francês, o alemão, o japonês e o mandarim, são idiomas populares de se aprender. No entanto, em concordância com Ammon (2006, apud HINKEL, 2011, p.952) o inglês é a língua mais usada para “(...) a publicação, busca de informações (leitura), conferências ou palestras, para a correspondência escrita e comunicação face-a-face”. Complementando com Hinkel:

No início do século XX, o inglês, francês e o alemão eram considerados de igual importância para o campo da comunicação científica. A mudança mais recente, quanto

ao uso do inglês em publicação científica, foi largamente influenciada por fatores históricos, socioeconômicos e políticos (2011, p.960).

O termo **internacionalização** não é novo e vem sendo usado por anos nas ciências políticas e em relações governamentais, mas sua popularidade só aumentou no final do século XX. Conforme Chao Jr (2014, p.3) “a internacionalização do ensino superior tornou-se um termo amplo significando várias ideias e atividades (algumas até contraditórias) – em particular, mobilidade acadêmica e estudantil, colaboração em pesquisas internacionais, educação transnacional e entre fronteiras, a oferta de programas em inglês, e no uso de currículos e livros internacionais”.

Internacionalização não é um objetivo em si, mas é um meio para melhorar a qualidade, a pesquisa e o serviço funcional do ensino superior. As formas que as instituições se aproximam de uma internacionalização plena e estratégica variam consideravelmente, pois não há um modelo que se ajuste em todos os sistemas, instituições e disciplinas. O contexto influencia o porquê e a forma que ocorre o processo, o "melhor" modelo para uma instituição é aquele que se encaixa da melhor forma em sua cultural particular, suas capacidades, missões e valores fundamentais. (HUDZIK, 2015; WIT e LEASK, 2015)

Devido à globalização, a importância do inglês não pode ser subestimada, visto que, uma grande quantidade de professores diria que a motivação para o aluno aprender inglês estaria mais forte. A princípio, o desejo de aprender o idioma é um fator crucial, e de um modo geral, a maior parte dos estudantes acredita que todos precisam aprender o inglês por ser uma língua franca, e que tem grande importância para o mundo. (CHALAK e KASSAIAN, 2010; FENG e FAN, 2012)

O comportamento das pessoas

Para Solomon, a definição de comportamento do consumidor é:

O estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, utilizam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos. Um consumidor pode comprar, usar e descartar um produto, mas diferentes pessoas poderão desempenhar essas atividades (SOLOMON, 2016, p.30).

Complementando com Pinheiro et al (2010, p.14), “o comportamento do consumidor é uma área interdisciplinar, envolvendo conceitos e ferramentas metodológicas de diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, a economia, a sociologia, a antropologia cultural, a semiótica, a demografia e a história”.

Como cada indivíduo percebe o mundo de forma pessoal, é importante demonstrar como funciona esse processo humano. Segundo Solomon (2016, p.174), “sensação se refere à resposta imediata dos receptores sensoriais (olhos, ouvidos, nariz, boca, dedos, pele) a estímulos básicos como luzes, cores, sons, odores e texturas. **Percepção** é o processo pelo qual as pessoas selecionam, organizam e interpretam essas sensações”. Ele apresenta uma visão geral do processo perceptivo e dos estágios da percepção, representada na Figura 1.

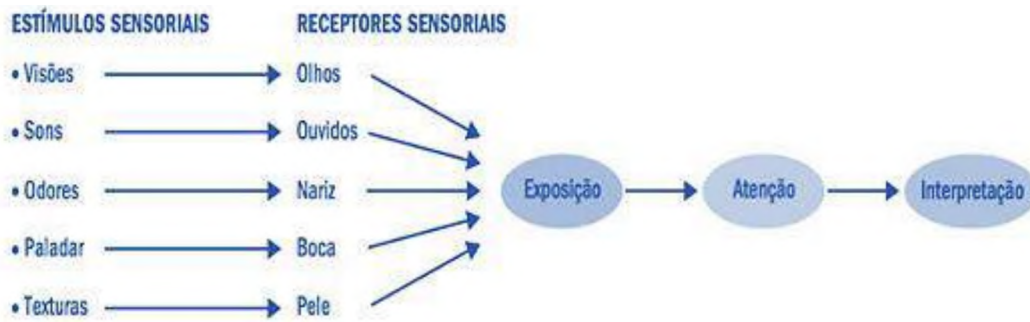


Figura 1 – Os estágios da percepção
Fonte: Retirado de Solomon (2016, p.184).

Começando pela **exposição** que ocorre quando um estímulo chega aos receptores sensoriais de uma pessoa. A **atenção** é referida ao grau que a atividade de processamento é dirigida a esse estímulo, alguns nem são notados e outros recebem o foco dos consumidores. Por fim, a **interpretação** se refere aos significados atribuídos pelas pessoas aos estímulos sensoriais em geral. Resumindo, duas pessoas podem ver ou ouvir a mesma coisa, mas suas interpretações podem ser diferentes, dependendo do que esperavam que o estímulo fosse. (SOLOMON, 2016, p.184-193)

Uma vez que o termo tem sido utilizado com diferentes sentidos, definir motivação é difícil e complexo. De um modo geral, **motivar** é estimular, inspirar e encorajar um indivíduo de maneira que se sinta apoiado em seus objetivos e interesses. Enquanto, **motivo** é aquilo que impulsiona a pessoa a agir de certa forma, ou que pelo menos, inclina a pessoa a um comportamento específico. Os motivos têm direção e força, e por serem positivos e negativos entram em conflito uns com os outros. O objetivo das empresas é convencer os consumidores de que a alternativa que elas oferecem é a melhor solução para seus dilemas, por isso, um conhecimento mínimo sobre motivação humana é necessário para compreender o comportamento das pessoas. (CACCIATOLO e MCKENNA, 2012; CHIAVENATO, 2006; SOLOMON, 2016)

De acordo com Chalak e Kassaian (2010, p.37), “(...) motivação é o conceito mais usado para explicar o fracasso dos alunos em seu sucesso no aprendizado”. Dessa forma, para mostrar de onde vem essa motivação, os mesmos autores explicam a diferença entre motivação intrínseca e extrínseca:

Motivação intrínseca/extrínseca refere-se ao fato da motivação vir de uma fonte mais interna ou externa em uma pessoa. **Motivação intrínseca** refere-se à motivação que se origina de dentro da pessoa. Não há recompensa, exceto a atividade em si. (...), enquanto em **motivação extrínseca**, há uma antecipação pela recompensa e a pessoa é motivada por uma fonte externa em vez dela mesma (CHALAK e KASSAIAN, 2010, p.38).

Quanto aos professores, muitos dos fatores diretos de motivação se relacionam com características intrínsecas, como experiências profissionais ou pessoais prévias em um contexto internacional. Eles parecem ser motivados mais por princípios para uma internacionalização focada no “bem maior”, do que por fatores econômicos. (PROCTOR, 2015)

Outros fatores que influenciam o comportamento das pessoas são apresentados no Quadro 1. De acordo com Kotler e Keller (2012), os três tipos de fatores são: **culturais, sociais e características pessoais**.

FATOR SOCIAL	DESCR I Ç Ã O
Cultura	“Sob a influência da família e outras importantes instituições, uma criança cresce exposta a valores como realização e sucesso, disposição, eficiência e praticidade, progresso, conforto material, individualismo, liberdade, bem-estar, humanitarismo e juventude”.
Subcultura	“... as nacionalidades, as religiões, os grupos raciais e as regiões geográficas”.
Classes Sociais	“... apresentam preferências nítidas por produtos e marcas em diversas áreas, como vestuário, móveis para o lar, atividades de lazer e automóveis. ”
FATOR SOCIAL	DESCR I Ç Ã O
Grupos de Referência	“Exercem alguma influência direta (face a face) ou indireta sobre as atitudes ou o comportamento de uma pessoa. ”
Grupos Primários	“Família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho. ”
Grupos Secundários	“Grupos religiosos e profissionais ou associações de classe. ”
Grupos Aspiracionais	“... são aqueles aos quais se espera pertencer. ”
Grupos Dissociativos	“... são aqueles cujos valores ou comportamentos são rejeitados. ”
Família de Orientação	“... que consiste em pais e irmãos. Dos pais, uma pessoa adquire determinada orientação em relação a religião, política e economia, além de uma noção de ambição pessoal, autoestima e amor. ”

Família de procriação	“O cônjuge e os filhos. ”
Papéis e Status	“As pessoas escolhem produtos que comunicam seu papel e seu status, real ou desejado, na sociedade. ”
FATOR PESSOAL	DESCRIÇÃO
Idade e Estágio no Ciclo de Vida	“... comida, roupas, móveis e lazer, o gosto está, de modo geral, relacionado com a idade. Os padrões de consumo também são moldados de acordo com o ciclo de vida da família e com o número, a idade e o sexo de seus membros em qualquer ponto no tempo. ”
Ocupação	“Os profissionais de marketing tentam identificar os grupos de ocupação que possuem interesses acima da média por seus produtos”.
Circunstâncias Econômicas	“... renda disponível, economias e bens, débitos, capacidade de endividamento e atitude em relação a gastos e poupança”.
Personalidade	“Um conjunto de traços psicológicos distintos, que levam a reações relativamente coerentes e contínuas a um estímulo do ambiente”.
Autoimagem	“É comum o consumidor escolher e usar marcas com personalidades coerentes com a sua autoimagem real (como essa pessoa se vê), embora em alguns casos a personalidade possa corresponder a sua autoimagem ideal (como essa pessoa gostaria de se ver), ou mesmo a sua autoimagem de acordo com os outros (como ela pensa que os outros a veem) ”.
Estilo de Vida	“Um estilo de vida é o padrão de vida de uma pessoa expresso por atividades, interesses e opiniões”.
Valores	“Os valores centrais estão em um nível mais profundo do que o comportamento ou a atitude, e determinam, fundamentalmente, as escolhas e os desejos das pessoas a longo prazo”.

Quadro 1 – Fatores influenciadores do comportamento do consumidor

Fonte: adaptado de Kotler e Keller (2012, p.165-172)

Método

Nesta seção é apresentado mais detalhadamente o método utilizado na pesquisa, que teve como objetivo principal explorar o contexto da internacionalização na PUCRS. Assim sendo, em sequência, explica-se qual foi a base para a pesquisa, sua população-alvo, amostra, a escolha do instrumento utilizado e como foi o processo de análise de dados.

Tipo de pesquisa, população alvo e amostra

O estudo exploratório tem como objetivo explorar o problema enfrentado pelo pesquisador para auxiliá-lo a compreender esta situação. Com a investigação de quaisquer estudos existentes e conversas com especialistas no assunto, a pesquisa qualitativa busca propiciar uma melhor visão, compreensão e esclarecimentos do contexto ou a descoberta de

ideias que possam se tornar oportunidades de negócio. Por esse motivo, é importante realizar uma pesquisa qualitativa preliminar a quantitativa. (MALHOTRA, 2012; ZIKMUND, 2012)

Para demonstrar a escolha do método qualitativo da pesquisa, de acordo com Marschall e Rossman:

Em estudos qualitativos, a proposta de pesquisa deve ser **flexível** para incorporar fatos inesperados e explorar novos caminhos de pesquisa. Por isso, as questões de pesquisa devem ser suficientemente gerais para permitir explorar a realidade e, ao mesmo tempo, focalizadas para delimitar o estudo (1995, apud ROESCH, 2013, p.245).

Complementando com Samara e Barros (2012, p.121): “nas pesquisas qualitativas, utiliza-se um questionário não estruturado, denominado **roteiro**, em que pode haver inserção de perguntas feitas pelo entrevistador conforme o andamento da entrevista ou do interesse no tópico em questão. ”

A população objeto da pesquisa foram os professores das disciplinas ministradas em inglês da graduação da PUCRS, do primeiro semestre de 2017, pois, quanto ao levantamento de experiência, segundo Mattar:

(..). Muitas pessoas, em função da posição privilegiada que ocupam cotidianamente, acumulam **experiência** e **conhecimento** sobre um dado tema ou problema em estudo. Em pesquisas de marketing, todas as pessoas envolvidas nos esforços de marketing de um produto são potencialmente detentoras de informações relevantes. (...) São conduzidas entrevistas individuais quando o número de especialistas é pequeno e tem experiências variadas (MATTAR, 2014, p.50).

As disciplinas ofertadas pela Universidade em 2017/1, são apresentadas no Quadro 2.

CURRÍCULO	DISCIPLINA
DIREITO	<i>Corporate Law II: Research and Practice</i>
	<i>Criminology and Social Control</i>
	<i>Philosophy of Law</i>
HUMANIDADES	<i>Introduction to Human Rights</i>
	<i>Introduction to the Brazilian Nation</i>
	<i>Natural Resources and Sustainable Development</i>
	<i>Psychology of Education</i>
LETRAS e COMUNICAÇÃO	<i>Creative Writing</i>
	<i>Creativity in Advertising</i>
	<i>Digital Culture</i>
	<i>Theories in Language Acquisition</i>
NEGÓCIOS	<i>Corporate Strategy</i>
	<i>Management of Information Systems</i>
	<i>Project Management</i>
SAÚDE e BEM-ESTAR	<i>First Aid</i>
TECNOLOGIAS	<i>Fluids and Thermodynamics</i>
	<i>Fundamentals of Digital Entrepreneurship</i>

Quadro 2 – Disciplinas de graduação ofertadas em inglês

Fonte: adaptado de PUCRS CMA (2017)

Visto que os professores são detentores de experiências relevantes ao objetivo geral, a pesquisa buscou compreender a percepção deles em relação às disciplinas da Universidade quanto: ao aprendizado de inglês dos alunos; ao contexto das disciplinas ministradas em língua inglesa; às motivações e relações dos discentes com a Universidade; e, a visão dos docentes quanto ao plano de internacionalização da mesma. Quanto à **amostra** desta pesquisa, foi composta por oito professores das disciplinas ofertadas em inglês, que foram contatados por e-mail e escolhidos pela sua disponibilidade.

Instrumento de pesquisa, coleta e plano de análise de dados

Quanto ao ensino e aprendizado de língua inglesa, de acordo com Hinkel (2011, p.176), “(...) os métodos ou técnicas mais utilizados para a coleta de dados em estudos qualitativos de aquisição de uma segunda língua tem incluído entrevistas, observações, gravações de vídeo e áudio, e coleta de peças impressas”. Para este tipo de pesquisa, segundo Mattar (2014, p.50) “é comum o pesquisador dispor apenas de um roteiro dos assuntos a serem abordados. (...)”.

Desta forma, por haver questões pré-elaboradas ou uma lista de itens/tópicos, o instrumento possui pequeno grau de estruturação e serve como um guia para se conduzir as entrevistas, mantendo também a liberdade do entrevistador em complementar com questionamentos adicionais ou observações (FOSSATI e LUCIANO, 2008). Adicionalmente, de acordo com Zikmund (2011, p.185), “(...). Se a resposta de um entrevistado for breve ou obscura demais, o pesquisador poderá solicitar uma explicação mais abrangente ou mais clara”.

As entrevistas foram aplicadas dentro da própria Universidade, entre os dias 30 de março e 20 de abril de 2017, em horários diversos, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Foram realizadas seis entrevistas pessoais com professores de disciplinas ministradas em inglês, e duas respostas foram obtidas por e-mail. O processo das entrevistas, que tiveram duração média de 17 minutos (21min a mais longa), foi gravado em áudio (mediante permissão dos entrevistados), e depois transcritas para a análise. O roteiro utilizado foi elaborado pelo pesquisador, era composto por 13 perguntas abertas e com pouca estruturação, e - como se deseja saber as mesmas informações - foi aplicado o mesmo instrumento a todos os professores.

Quanto à análise dos dados obtidos a partir das entrevistas, primeiro foram transcritos os pontos mais relevantes para o objetivo geral. Para, em sequência, buscar padrões de tendências ligadas à percepção da população-alvo quanto as questões respondidas.

Os dados das entrevistas foram submetidos à análise simplificada que, para Fossati e Luciano (2008, p.92), “(...) consiste em uma interpretação mais global dos dados, buscando somente as evidências necessárias para responder aos objetivos da pesquisa. Dessa forma a análise é mais focada em prover ao aluno uma compreensão dos fatos necessários para que ele atinja os objetivos da pesquisa.”

Segundo Roesch (2013, p.266), “(...) desde o início da coleta de dados, o analista qualitativo já começa a decidir sobre o significado dos dados – anotando irregularidades, padrões, explicações, configurações possíveis, fluxos causais e proposições”. As respostas dos entrevistados são separadas por questão e descritas por um parafrapear, por explicar com outras palavras, reforçar ou contrapor com a opinião de outros respondentes ou dados coletados via análise documental. Deparando-se com um trecho de significância maior, transcreve-se literalmente. (FOSSATI e LUCIANO, 2008)

Discussão dos resultados

Os entrevistados, por questões de sigilo foram separados em [P1, P2... P8] e suas respectivas áreas são mostradas no Quadro 3. Todos estavam a pelos menos 2 anos ministrando a disciplina em inglês, e quando perguntados quanto a média de alunos, apenas os dois professores (P3 e P4) que dão aulas em disciplinas do currículo obrigatório responderam entre 20 a 30. Os outros tiveram números pouco acima ou abaixo de 10 alunos, e os entrevistados P1, P2 e P5 falaram que houve pelo menos um semestre em que não teve alunos suficientes ou sequer inscritos para a disciplina. Os respondentes P1 e P2 ainda complementaram que isto foi causado por falta de divulgação naquele semestre e também pelas disciplinas não estarem à mostra para a matrícula (resultando em evasão dos alunos).

Os tópicos utilizados na pesquisa são apresentados abaixo:

- 1) Motivação dos alunos para aprender/praticar inglês;
- 2) Motivação dos alunos em relação às disciplinas em inglês;
- 3) Motivação dos alunos por fontes externas;
- 4) Nível do idioma dos estudantes;
- 5) Histórico do aluno em relação à intercâmbio e mobilidade acadêmica;
- 6) Diferenças no papel do idioma em contextos diferentes;
- 7) Desempenho dos alunos quanto às habilidades da linguagem;
- 8) Disciplina em inglês e sua equivalente em português;

- 9) Visão dos professores quanto ao tamanho das turmas;
- 10) Perspectiva futura para as disciplinas ministradas em inglês;
- 11) Os estudantes estão cientes das oportunidades que a universidade oferece;
- 12) Avanços em relação ao plano de internacionalização da PUCRS;
- 13) O que é preciso para ter uma aula produtiva e para os alunos se sentirem confortáveis com o idioma inglês.

Professor	Área
P1	Humanidades
P2	Saúde
P3	Letras
P4	Letras
P5	Comunicação
P6	Negócios
P7	Negócios
P8	Negócios

Quadro 3 – Professor e Área. **Fonte:** o autor

Conforme a análise dos resultados, foi elaborado um quadro resumo. O Quadro 4, busca sintetizar os dados das respostas para demonstrar a percepção dos respondentes quanto ao contexto pesquisado. Os tópicos são mostrados em sua ordem numérica [1, 2... 13] junto das respostas generalizadas e mais destacadas.

Nº	DESTAQUES
1	<ul style="list-style-type: none"> • Por ser ministrado em um idioma universal e língua franca; • Muitos querem ter experiências no exterior ou já moraram fora; • Alguns alunos já utilizam o idioma no dia a dia (praticam no trabalho, por exemplo); • Estudar o idioma serve para testar o conhecimento da língua.
2	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse dos alunos em praticar e aprimorar a fluência no idioma; • Os alunos buscam disciplinas que vão além da aula de inglês; • Há alunos de diversas áreas, como por exemplo: psicologia, direito, engenharias, comunicação e administração (multidisciplinar).
3	<ul style="list-style-type: none"> • A pessoa que tem que decidir e tomar coragem para enfrentar o aprendizado do idioma (motivação mais interna); • Para muitas famílias o inglês é um pré-requisito e faz parte da formação, mesmo que tenha que fazer curso fora da escola.
4	<ul style="list-style-type: none"> • Intermediário-avançado; • A média dos alunos é relativamente boa no entendimento e leitura, mas pouca fluência na fala; • Depois de vencer aquela inibição inicial para enfrentar o inglês, o aluno adquire uma segurança maior com o idioma.
5	<ul style="list-style-type: none"> • Poucos já fizeram intercâmbio; • Alguns alunos querem fazer, mas não é maioria que tem essa disposição; • Muitos têm interesse; • Os alunos se preparam para oportunidades futuras, mas sem saber exatamente o que querem
6	<ul style="list-style-type: none"> • Adquire-se a fluência quando consegue se mover em contextos diferentes; • As disciplinas ministradas em inglês tentam trazer a língua para o dia a dia dos alunos; • Há vantagens em dominar o idioma nos três aspectos, apesar de contextos e usos diferentes.

7	<ul style="list-style-type: none"> • A leitura e a compreensão auditiva são as habilidades que os alunos têm maior domínio; • Fala e escrita são as habilidades mais desafiadoras; • É uma questão pessoal; • Há uma falta de preparação e qualificação do aluno anterior à universidade.
8	<ul style="list-style-type: none"> • Os temas em inglês têm que ser discutidos por mais tempo para ter plena compreensão; • A especificidade da disciplina, pode exigir conhecimentos prévios; • Onde o idioma é a única diferença, há vantagem nos textos e teoria (tem maior variedade e qualidade).
9	<ul style="list-style-type: none"> • Houve pouca divulgação no início, ainda há alunos que não sabem a existência das disciplinas em inglês; • O ideal seria 10 a 12 alunos, assim todos participam e discutem em sala.
10	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa-se de um melhor alinhamento interno, com outras disciplinas e departamentos; • É importante haver maior investimento na divulgação, para haver mais disciplinas em inglês depois; • Atualizar o material e currículos, para haver disciplinas iniciais em inglês; • Preparar melhor os professores para essas aulas.
11	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno que procura a disciplina em inglês, em maioria, está ciente das oportunidades de mobilidade acadêmica; • Mesmo muitas vezes tendo questionamentos (por ainda não terem procurado orientação da universidade).
12	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa-se ter mais unidade e integração, interna e externa; • Trazer tendências e tópicos que estão sendo discutidos lá fora para o contexto brasileiro ou sincronizando melhor currículos e conteúdos programáticos; • Ampliação em outras áreas de conhecimento, certificações adicionais e mais programas que valorizem os currículos dos estudantes; • A Universidade precisa se preparar para atrair e receber um maior número de alunos internacionais.
13	<ul style="list-style-type: none"> • O professor tem que estar aberto e sensível para o aluno poder tirar dúvidas; • É um desafio os estudantes aprenderem conteúdos novos, ainda mais em outro idioma; • Chegar ao aluno com coisas que interessam a eles; • A aula não pode ser meramente expositiva; • Para dar mais confiança e evitar a inibição inicial dos alunos, precisa-se oferecer material amplo e claro, estruturação da sistemática de aula, ambiente propício, boa orientação e conhecimento do professor.

Quadro 4 – Quadro resumo dos resultados da pesquisa. **Fonte:** o autor.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo principal explorar e contextualizar o processo de internacionalização a partir das disciplinas ministradas em inglês na PUCRS. Entrevistas foram realizadas com os professores destas disciplinas e os resultados da pesquisa estão apresentados no Quadro 3. As conclusões principais, as limitações que a pesquisa teve e sugestões para estudos futuros são apresentados a seguir.

O resultado da pesquisa permitiu que sejam extraídas informações importantes para a contextualização do processo de internacionalização da PUCRS e contribui para que o tema seja discutido nas outras IES.

As disciplinas ministradas em inglês são compreendidas no tema *Internationalization at Home*, ou seja, Internacionalização em Casa; mesmo a existência delas não sendo de total conhecimento dos alunos, nota-se a importância que dominar o idioma tem para a vida geral deles e dos professores; outro ponto importante é que essas disciplinas tentam trazer a língua

inglesa para o dia a dia de todos. Unindo as informações obtidas a partir das entrevistas com os professores, em sua visão, a prática do idioma é o que os alunos mais buscam e há o interesse deles em cursar essas disciplinas mesmo não sendo de suas áreas ou currículos principais (obrigatórios); O nível do domínio do idioma é bom em geral, porém como é uma questão pessoal e cada um tem suas facilidades e desafios, a abordagem que o professor faz em sala tem que auxiliar os estudantes a perder a inibição inicial para conquistar a segurança e fluência com a língua. Dessa forma, turmas menores são interessantes por gerar maior participação e discussões.

Quanto a perspectiva dos professores perante a internacionalização da Universidade, com os resultados obtidos nas entrevistas, o ponto mais importante a se destacar é a necessidade de unificar e integrar todos os departamentos e discussões ligados ao tema, para que a PUCRS toda ande em conjunto (visto que o objetivo geral é o mesmo), conseqüentemente preparando todas as áreas para aceitar um maior número de alunos internacionais, abrir mais oportunidades de mobilidade acadêmica e parcerias internacionais.

A pesquisa encontrou limitações ao não abranger todas as áreas e disciplinas ministradas em inglês, assim não tendo como base o contexto em todas as escolas e áreas da PUCRS. A questão de ter sido realizada apenas com as disciplinas da graduação também é limitadora, pois a internacionalização influencia os alunos de pós-graduação, os professores, toda a Universidade em si e todas as outras IES.

Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar as discussões e pesquisas relacionadas ao tema internacionalização do ensino superior, visto que muitos conhecimentos e necessidades podem ser extraídos do corpo docente e de áreas que não foram contempladas por essa pesquisa. Como o cenário geral abrange a PUCRS e todas as outras universidades em seus contextos específicos, o autor também sugere: buscar percepções de estudantes perante o idioma; construir perfis de estudantes das disciplinas ministradas em inglês; além de que, trazer essa discussão para a pós-graduação pode beneficiar todos os contextos.

Referências bibliográficas

BECKENKAMP, Greice. PUCRS é a melhor comunitária da região sul segundo ranking internacional. **PUCRS Blog**, 22 set. 2016. Disponível em:
<www.pucrs.br/blog/pucrs-e-melhor-comunitaria-da-regiao-sul-segundo-ranking-internacional/>.

Acesso em: 04 jun. 2018

CACCIATOLO, Marcelle; MCKENNA, Tarquam. What Drives Motivation in ESL/EFL Classrooms? **JACE - The Journal of Asian Critical Education**, Australia, v.1, n.1, p.55-66, dez/2012.

Disponível em: <www.freireproject.org/wp-content/journals/jace/JACE_Vol1No1.pdf>.

Acesso em: 07 jun. 2018.

CHALAK, Azizeh; KASSAIAN, Zohreh. Motivation and attitudes of Iranian Undergraduate EFL students towards learning English. **Journal of Language Studies**. V. 10(2), p.37-56. Malaysia: GEMA Online™, 2010.

Disponível em: <ejournal.ukm.my/gema/article/view/108>.

Acesso em: 07 jun. 2018.

CHAO JR, Roger Y. Idealism and Utilitarianism in Internationalization of Higher Education. **International Higher Education**, special issue 2014, n. 78, p.3-4. Boston: 2014.

Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/issue/view/629>.

Acesso em: 05 jun. 2018

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O capital humano nas organizações**. 8ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.

FENG, Hsiang-Yung; FAN, Jin-Jun. A Study on Students' Learning Motivation of EFL in Taiwanese Vocational College. **International Journal of Learning & Development**, v.2, n.3, p.260-269. USA: Macrothink Institute™, 2012.

Disponível em: <www.macrothink.org/journal/index.php/ijld/article/view/1791>.

Acesso em: 07 jun. 2018.

FOSSATTI, Nelson C.; LUCIANO, Edimara M. **Prática profissional em administração: ciência, método e técnicas**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

HINKEL, Eli. **Handbook of research in second language teaching and learning - Volume II**. Seattle University: Routledge, 2011.

HUDZIK, John K. Integrating institutional policies and leadership for 21st century internationalization. **International Higher Education**, special issue 2015, n. 83, p.5-7. Boston: 2015.

Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/9075>.

Acesso em: 07 jun. 2018.

KNIGHT, Jane. Updating the definition of internationalization. **International Higher Education**, n.33, fall 2003. Boston: 2003.

Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/issue/view/761>.

Acesso em: 07 jun. 2018.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing [recurso eletrônico]:** uma orientação aplicada. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de MARKETING:** Metodologia, planejamento, execução e análise. 7. ed. atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PROCTOR, Douglas. Faculty and International engagement: has internationalization changed academic work? **International Higher Education**, special issue 2015, n. 83, p.15-17. Boston: 2015.

Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/9082>.

Acesso em: 07 jun. 2018.

PUCRS. Coordenadoria de Mobilidade Acadêmica (CMA). **Mobilidade Acadêmica: Mobilidade In**. Porto Alegre [2017].

Disponível em: <<http://www.pucrs.br/estude-na-pucrs/mobilidade-academica/mobilidade-in/atividades-academicas/>>.

Acesso em: 13 de junho de 2017.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed., 8. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2013.

SAMARA, Beatriz S.; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de marketing:** conceitos e metodologia. 6. reimpressão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor:** Comprando, Possuindo e Sendo [Recurso Eletrônico]. 11. edição, tradução Beth Honorato. Porto Alegre: Bookman, 2016. VitalSource Bookshelf Online.

WIT, Hans de; LEASK, Betty. Internationalization, the curriculum and the disciplines. **International Higher Education**, special issue 2015, n. 83, p.10-12. Boston: 2015. Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/9079>.

Acesso em: 26 de março de 2018

INTERLOCUÇÕES MEDIANTE O TRABALHO COM O IMAGINÁRIO DE CONSUMO ATRAVÉS DE PROPOSIÇÕES ARTE/EDUCATIVAS

*INTERLOCUTIONS THROUGH THE WORK WITH THE IMAGINARY OF
CONSUMPTION THROUGH PROPOSITIONS EDUCATIONAL ART*

Laura Sacco dos Anjos Torres
Graduanda do curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Pelotas, licenciada em Letras pela
Universidade Católica de Pelotas
laura.torres.sat@gmail.com

Maristani Polidori Zamperetti
Coordenadora do PIBID Artes Visuais. Professora-orientadora do trabalho, Centro de Artes,
Universidade Federal de Pelotas
maristaniz@hotmail.com

RESUMO

O presente texto parte da proposta de divulgar as ações promovidas através do Programa Institucional de Iniciação à Docência na área de Artes Visuais, apresentando discussões sobre os resultados de uma prática de integração entre os segmentos da grande área de Linguística, Letras e Artes, versando as proposições arte/educativas em torno da temática de oposição consumo versus consumismo. Para análise dos dados procedeu-se a uma perspectiva do dialogismo bakhtiniano, tratando este trabalho de algumas relações interativas desenvolvidas entre professor e aluno, bem como inúmeras possibilidades de interlocuções. Intenciona-se, portanto, colocar em questão como são estabelecidas e como se estabelecem as interações entre professor e aluno e o que pode ser feito para melhorá-las. Este trabalho mostra-se enquanto uma proposta de atividade em se que intenciona trazer para discussão questões transversais de central importância para que reflitamos sobre os modos de estar no mundo, estando imbricado neste processo, no caso da proposta aplicada, desdobramentos sobre como nos afetamos e como somos afetados pelo inventário de imagens que formam o nosso imaginário de consumo.

Palavras-chave: dialogismo; interação; professor mediador; arte/educação.

ABSTRACT

The present text starts with the proposal to divulge the actions promoted through the Institutional Initiation to Teaching Program in the Visual Arts area, presenting discussions on the results of an integration practice among the segments of the major area of Linguistics, Letters and Arts, examining art/educational propositions around the theme of opposition consumption versus consumerism. To analyze the data, was used the perspective of Bakhtinian dialogism, dealing with this work of some interactive relations developed between teacher and student, as well as numerous possibilities of interlocutions. Therefore, is intended to question how the interactions between teacher and student are established and how they are established and what can be done to improve them. This work shows itself as a proposal of activity in which it intends to bring to discussion transversal issues of central importance for us to reflect on the ways of being in the world, being imbricated in this process, in the case of the applied proposal, unfolding about how we affect ourselves and as we are affected by the inventory of images that make up our imaginary of consumption.

Keywords: dialogism; interaction; mediator teacher; art/education.

Introdução

Antes de proceder às especificidades deste artigo, julgamos ser interessante apresentar aos nossos interlocutores elementos que lhes propiciem perceber através das nossas marcas enunciativas demonstradas por meio de discursos de onde estamos falando, para quem, com quais objetivos, os motivos que nos conduziram à elaboração deste estudo e aplicação de oficinas em sala de aula com estudantes. Desse modo, intenciona-se apontar quais os domínios e pretensões eram cruciais para serem desenvolvidos e pensados através de nossas proposições, as relações destas com arte, bem como os limites liminares que abrangem a grande área de linguística, letras e artes em um emaranhado no qual são vislumbradas barreiras, fronteiras e hibridismos.

Atualmente, percebe-se a relevância do estabelecimento de um pensamento em rede, em que as partes sejam conciliadas para a compreensão de um todo indivisível, imbricados num movimento do ato de visualizar em que as aparências são multirefratárias, fragmentadas, multifacetadas em efeitos de sentido. No atual contexto político educacional brasileiro, apesar dos dispositivos que regulamentam a educação demonstrarem a urgência de se conceber o currículo de forma integrada, ainda é vigente um modelo de ensino-aprendizagem tradicional, pouco pautado nas problemáticas contemporâneas mais cruciais para que a prática do exercício da criticidade e a tentativa de atribuir sentido às vivências externas ao âmbito escolar sejam levadas em consideração.

Em oposição, ainda no atual século percebemos que os jovens vivem realidades contrastantes e imbricados em um processo social de exclusão e desigualdade de acesso aos bens materiais e culturais. Desse modo, é de comum conhecimento que o acesso aos bens culturais de maior prestígio social por uma seleta elite confere privilégios extracognitivos a quem lhes é disposto e oferecido o uso, o manuseio, e a apreciação estética (SANTOS, 2006).

Nesse ínterim, a questão da linguagem é crucial para que se tenha um panorama geral dos fatos, dos fatores e dos consecutivos desdobramentos. Os conteúdos e explanações permanecem muito pautados em um conceito de leitor e ouvinte ideal, em uma espécie de vácuo sociocultural.

É a partir desse quadro que se justifica a presença do professor mediador, pois acima de tudo lecionar trata-se de um ato político, repousando a docência enquanto ato revolucionário na utopia, entendida pela sociedade em geral no devaneio dos professores que resistem às punições e segregações em um jogo de interesses políticos.

A trajetória pessoal e profissional de Laura e suas repercussões no trabalho enquanto arte/educadora em formação

Laura Torres

“Diz-me que espécie de professor és e dir-te-ei qual estereótipo de aluno representavas.”

Julgo interessante parafrasear este ditado popular para que o evidente seja problematizado. Desse modo, questiono-me que espécie de aluna fui e dentro de qual estereótipo de aluna me enquadraria hoje, indagando-me sobre a coexistência de identidades fragmentadas em mim, sobre os papéis sociais que desempenho dentro das esferas sociais em que circulo, bem como sobre a exponencial propensão de vir a ser intrinsecamente ligada ao fato de sermos constituídos e nos constituirmos através da linguagem em um dilema vislumbrado através da incompletude do ser, do inacabamento...

Refletindo sobre a aluna que fui me vêm à mente as recordações de minha inserção na escola. Minhas primeiras memórias relacionadas à educação formal remontam a quando cursava a primeira série, da dificuldade que tive de me adaptar ao sistema escolar, de como foram dolorosas as mudanças de ambiente da creche/escolinha para o espaço considerado escola. Minhas principais dificuldades estiveram centradas nos transtornos causados através das imposições de disciplinar o corpo. Desse modo:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, (...) ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros não simplesmente para que façam o que se quer, mas também para que operem como se quer. (...) A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Se outrora estava imersa em um ambiente agradável do qual me sentia adaptada e que gostava de frequentar, tranquilo, de maneira abrupta passei a frequentar um ambiente marcado pela disciplina, pelo controle de horários, pela impossibilidade de ir ao banheiro quando ficava “apertada” e, inclusive, de continuar sendo ambidestra, pois a professora determinou que não poderia fazer mais isso, inclusive batia em minha mão esquerda para que a não utilizasse para escrever. Além disso, era preciso copiar rápido... Não entendia o sentido da cópia pela cópia, nem entendia por que não podia desenhar durante as aulas. Também não entendia por que a professora, que parecia não gostar de nós enquanto alunos, cobrava que fizéssemos as tarefas. Impasses como esse se repetiram durante a minha formação. Não gostava da escola. Gostava de estudar e gostava alguns professores, professores afetuosos, questionadores e que nos

incentivavam a questionar. Diversas vezes, meus questionamentos eram mal interpretados em sala de aula. Cresci sendo uma aluna irreverente, não necessariamente desrespeitosa.

Inicialmente, não tinha a clareza de que seria professora, apenas tinha a certeza de que gostaria de ser (trabalhar como) artista. Ingressei no Bacharelado em Artes Visuais e, necessitando de uma carga teórica maior, mudei para a Licenciatura. Assim, tendo cursado um ano de Artes Visuais – Licenciatura, passei a cursar Letras concomitantemente.

Minhas primeiras experiências em sala de aula foram com a disciplina de Português. Entretanto, minhas aulas não seguiam os padrões convencionais, pois procurava dentro do planejamento dessas incluir atividades que os alunos pudessem se movimentar (isso devido a uma necessidade deles, dada a dificuldade de permanecerem sentados – dificuldade esta que já enfrentei enquanto aluna); também eram criados fantoches e personagens para se entender gramática, trabalhávamos com músicas e a seleção dos textos era pensada de acordo com os aspectos para além do currículo que mereciam atenção.

Algumas vezes, meus alunos me perguntavam: “-Sôra, é aula do que mesmo?”. Constantemente os alunos pediam atividades que envolvessem artes e adoravam quando levava algum *hip-hop* para aula. Na verdade, procurava sempre negociar os espaços. Evidentemente, nem sempre as negociações eram possíveis de serem feitas. Entretanto, é necessário considerar que: “A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e resistência, adaptações ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc.” (YAGUELLO apud BAKHTIN, 2014).

Acredito que dentre as maiores questões escolares estão as intenções de aprisionar os corpos, as mentes, corroborando para que se obtenha um retorno comportamental desejável, ou seja, intenciona-se o silêncio, a passividade. Quando se propõe uma experiência com artes na escola, está se desestabilizando as estruturas, desorganizando o consenso, trazendo à tona uma série de sensações traduzidas em reações, nem sempre previsíveis, por parte daqueles que são afetados por determinadas obras.

Além disso, a escola ainda está pautada em dicotomias e binarismos. Assim:

Fazem-nos acreditar, ao mesmo tempo, que os problemas são dados feitos e que eles desaparecem nas respostas ou na solução, sob deste duplo aspecto, eles seriam quimeras. Fazem-nos acreditar na atividade de pensar assim, como o verdadeiro e o falso em relação a essa atividade, só começa a procura de soluções, só concerne as soluções. (...) Como se não continuássemos escravos enquanto não dispusermos dos próprios problemas, de uma participação nos problemas, de um direito aos problemas, de uma gestão de problemas (DELEUZE, 2006b, p.228).

Outra questão importante de ser destacada refere-se ao Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) mostrar-se como um espaço propício para que as questões relativas à educação e à prática docente sejam pensadas, problematizadas. Além disso, o PIBID, no formato inicial em que foi concebido, apresenta-se enquanto um fomentador de práticas inovadoras, aproximando graduandos de diferentes áreas e atuando para que se reflita sobre as concepções compartimentadas do conhecimento, ainda vigentes nas escolas e presentes em determinados dispositivos que regulamentam a educação, bem como na percepção dos professores. Com o PIBID, aprendi que é possível planejar aulas em uma concepção abrangente e não reducionista, considerando questões interdisciplinares e transdisciplinares.

Este trabalho está vinculado à minha atuação enquanto bolsista do PIBID e tem como objetivo suscitar algumas questões demandadas pela aplicação de uma oficina que tratava sobre imaginário de consumo.

Desenvolvimento

Retomando algumas questões apresentadas na introdução, o espaço de artes se mostra na escola como um local diferente, por mais que esteja inserido em uma estrutura hierarquizada, salientando-se que nem sempre os propósitos do componente curricular (Artes), ou ainda desta “disciplina”, nem sempre são valorados sob a lógica de suas práticas se desenvolverem de “modo obscuro”. Essa percepção é desmistificada através do posicionamento de Deleuze de que “nunca se sabe ao certo como alguém aprende” (2006a, p. 21).

Apesar de a arte ter de “se afirmar como disciplina do ‘conhecimento’ para definir o seu valor”, não pode ser concebida nesta finalidade limitante, visto que percorre rumos marginais, perturba, é capaz de assumir um caráter pedagógico de amplo alcance. O corpo, que nitidamente é visto enquanto um complexo e constante problema pedagógico, é materialidade assimilada pela arte e da qual não se pode retirar da arte. A corporeidade está presente mesmo que em uma atitude “meramente contemplativa” (ZORDAN, 2007).

Desse modo, reitera-se o caráter marginal da arte se considerarmos as possibilidades de estabelecimento de afetos que possibilitem subverter a ordem instituída, propiciem compreender outras formas de compreender, de conceber o mundo, outras maneiras de viver, incentivando a criação, ou ainda estimulando a produção de versões menores dentro de uma acepção, gerando questionamentos, desenvolvendo problemas...

É na disciplina de artes que se abre espaço para as potencialidades criativas do aluno e que conseqüentemente se dispõe do caos enquanto possibilidade produtiva. Nota-se nas aulas de artes uma certa confusão, determinada irreverência. Da falta de entendimento dos processos complexos demandados na criação, na inventividade - seja no que se refere a uma tarefa em específico, atividade restrita - professores e alunos podem desenvolver concepções depreciativas sobre este componente curricular que, conforme Zordan (2007), é vista enquanto disciplina fácil, espaço de fazer bagunça, ou ainda, “a matéria que não tem matéria”.

Se por um lado desconhecemos como alguém de fato aprende, por outro sabemos da relevância do professor no auxílio ao educando no que concerne ao contato que este terá com a materialidade a ser aprendida, ou ainda apreendida. Em se tratando de arte, a situação se torna mais complexa, visto que a arte não atua de maneira igualitária em todos, nem se tem a segurança sobre os seus desdobramentos, como cada indivíduo será afetado por determinada obra de arte é algo incerto. Tampouco sabemos se o indivíduo que tem uma dada experiência artística passará da contemplação apreciativa para a percepção crítica de seu entorno, nem está garantido o desenvolvimento desse olhar sensível; o que se espera é que, ao ser afetado, o indivíduo conecte com uma faceta do sensível, sendo estabelecida uma certa estranheza que o dificulte traduzir em palavras tudo o que se passou, e que após este acontecimento este não se perceba como o mesmo que fora anteriormente.

Partindo do exposto, fica evidente que a arte não se reduz a um caráter utilitário, assim, como apontado por Alves (2005), não está a vida. Todavia, é importante considerar que:

O uso das ferramentas científicas que já existem pode ser ensinado. Mas a arte de construir ferramentas novas, para isso há de se saber pensar. A arte de pensar é a ponte para o desconhecido. Assim, tão importante quanto a aprendizagem do uso das ferramentas existentes - coisa 'que se pode aprender mecanicamente - é a arte de construir ferramentas novas (p. 11).

Sendo assim, no que concerne ao impacto da realidade à formação crítica das novas gerações, considera-se crucial ter lucidez sobre as conseqüências advindas do período em que estamos inseridos.

Em vista das transformações políticas e socioeconômicas oriundas de um paradigma produtivo globalizado, os educadores brasileiros encontram dificuldades em dissociar educação e economia. Neste ambiente, além de outras conseqüências, passam a vigorar questionamentos a respeito das atribuições da escola e das funções desempenhadas pelo professor (LIBÂNEO, 2011).

Diante desses questionamentos, impostos pelas exigências da sociedade pós-industrial, há quem aponte não só para a extinção da profissão professor como também para mudanças radicais no ambiente escolar, usando como argumento a eficácia dos meios de comunicação para transmitir informações e a capacidade “agencial” do aluno.

Procedimentos

A oficina ministrada foi pensada a partir da questão do imaginário de consumo, sendo questionado o ato compulsivo de comprar. Assim, a proposta foi compreendida em cinco etapas: leitura dinâmica do poema *Eu, etiqueta* de Carlos Drummond de Andrade; resolução de dúvidas sobre o vocabulário através da utilização de dicionários; problematização de anúncios publicitários; apresentação de imagens artísticas e discussão [destacam-se obras de Pablo Picasso, Barbara Kruguer, Richard Hamilton, [Antonio de Felipe](#) e Andy Warhol]; produção de etiquetas.

Iniciou-se com a etapa da dinâmica e leitura do poema *Eu, etiqueta* de Carlos Drummond de Andrade. É importante mencionar que esta etapa já havia sido trabalhada pela graduanda anteriormente em seus estágios de Língua Portuguesa e Literatura com turmas de sexto a nono anos, tendo surgido como incentivo de uma proposta suscitada, durante o curso de Letras, pela disciplina de *Planejamento Educacional*, ministrada pelo professor Hilário Bohn e pela professora Liliane Prestes.

No que se referem às últimas etapas, mais voltadas às artes, foram desenvolvidas pelas autoras do presente artigo, sendo ampliadas, assim, as práticas da oficina.

Desse modo, para iniciar a dinâmica de leitura, o poema “Eu, etiqueta”, de Carlos Drummond de Andrade, foi entregue em formato de etiquetas, conforme o exemplo abaixo.

Cada dupla recebeu uma etiqueta.

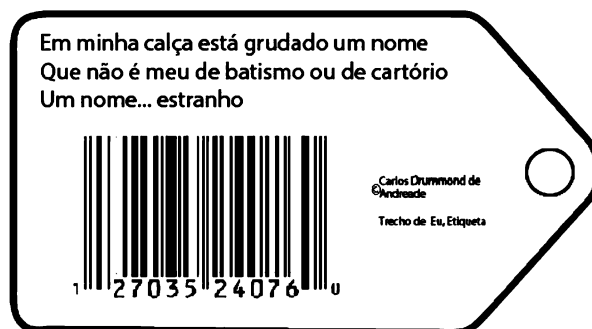


Figura 1: Material de autoria da graduanda, contendo fragmento do Poema *Eu, Etiqueta* em fragmentos.

Fonte: Acervo da graduanda, 2015.

Na realização da leitura do poema, os alunos foram orientados pela numeração encontrada no verso do papel, para que seguissem a ordem sequencial do poema. Essa atividade demandou a atenção dos alunos para que, escutando a leitura dos colegas, conseguissem entender o que poema transmite. Após a leitura em grupo, indagou-se o que os alunos puderam compreender do texto e do trecho selecionado por eles. A partir dessa atividade, foram abordados alguns aspectos presentes em materiais publicitários mediante exemplos apresentados que estavam veiculados em revistas e circulação pela internet. Através dessa proposta intencionava-se salientar a escolha de slogans de caráter polissêmico, bem como as relações que o leitor estabelece entre o repertório de imagens e enunciados fornecidos pelas propagandas com outros conhecidos socialmente.

Assim, imagens como a reproduzida em sequência foram apresentadas aos alunos:



Figura 2: Anúncio publicitário do Elma Chips. Fonte: ELMA CHIPS, 2015.

Desse modo, realizada essa abordagem, foi apresentada a obra de Richard Hamilton, intitulada *Interior*, sendo gerada a proposição que serviu de embasamento para a produção da serigrafia “O que tornam os nossos lares tão interessantes e atraentes?”. Em sequência, foi perguntado aos alunos se eles realmente acreditavam que aquele lar retratado na obra poderia ser entendido como atraente nos dias de hoje. Também se indagou qual o papel assumido por aquela figura feminina dentro do contexto remetido e representado pela obra.



Figura 3: Richard Hamilton. Interior, 1964-1965. Serigrafia em papel. 49,5 cm x 63,8 cm. Fonte: AROUCA, 2012.

Em sequência, foram abordadas questões relativas à influência da mídia em nosso comportamento através das obras da artista estadunidense Barbara Kruger:



Figura 4: Barbara Kruger. I shop therefore I am – “Compro logo existo”, 1984. Fonte: AROUCA, 2012



Figura 5: Barbar Kruguer. “Face it”, 2007. “Encare! Este luxuoso vestuário não vai torná-lo mais rico ou bonito.”
Fonte: AROUCA, 2012.

Assim, foi evidenciado o fato de arte e publicidade serem mescladas. Como exemplo, foi apresentado um registro fotográfico de uma instalação da artista Barbara Kruguer, sendo evidenciado o caráter publicitário presente na linguagem da artista, que já trabalhou como designer de revistas.

Também refletiu-se sobre questões de gênero e sexualidade através dos anúncios publicitários que coisificavam as figuras femininas.

Em se tratando dos anúncios publicitários apresentados e sobre os quais se conversou em sala de aula, cabe destacar a imagem abaixo de propaganda do McDonalds. Destaque-se que uma das primeiras reações de uma das alunas de nono ano foi dizer: “Ai! Que bonitinho!”.

Problematizou-se esta questão através dos elementos consumistas que estavam subjacentes à propaganda, visto que o hambúrguer está no lugar do seio, substituindo o leite materno, o que é algo gravíssimo.



Figura 6: Anúncio publicitário do McDonalds. Fonte: McDonalds, 2009.

A escolha da temática do consumismo para trabalhar questões artísticas com crianças e jovens justifica-se porque:

Consumir é preciso para viver, mas viver para consumir pode ser uma das maneiras mais eficazes de transformar a vida em uma morte existencial. E quando isso acontece, deixamos de viver em um porto seguro de paz e necessidades satisfeitas para nos lançarmos em um mar revolto, em que ondas de dívidas, remorsos e desesperos passam a tomar de assalto nossas vivências mais básicas.

Sem o conhecimento sobre as diversas facetas do comprar e do nosso comportamento mental frente a todos esses fatores, somos presas muito frágeis de um sistema econômico que se alimenta vorazmente do consumismo (SILVA, 2014, p. 41).

Análise dos Dados

As oficinas foram aplicadas em uma escola municipal de Pelotas com turmas de sexto, sétimo, oitavo e nono anos.

O surpreendente foi como os alunos processaram as informações relativas a gênero e sexualidade. A imagem abaixo foi produzida por um aluno que perguntou: “- Ô sôra, Girl Power significa meninas poderosas ou poderes das mulheres?”

Perguntou-se a ele qual uso julgava melhor: meninas empoderadas ou meninas poderosas, ou poder das meninas? (CADERNO DE CAMPO. ALUNO ROBERTO, 2017).⁴⁷

⁴⁷ Os nomes que constam neste texto são fictícios, dada a necessidade de preservar a identidade dos alunos

Ele riu e fez este desenho:

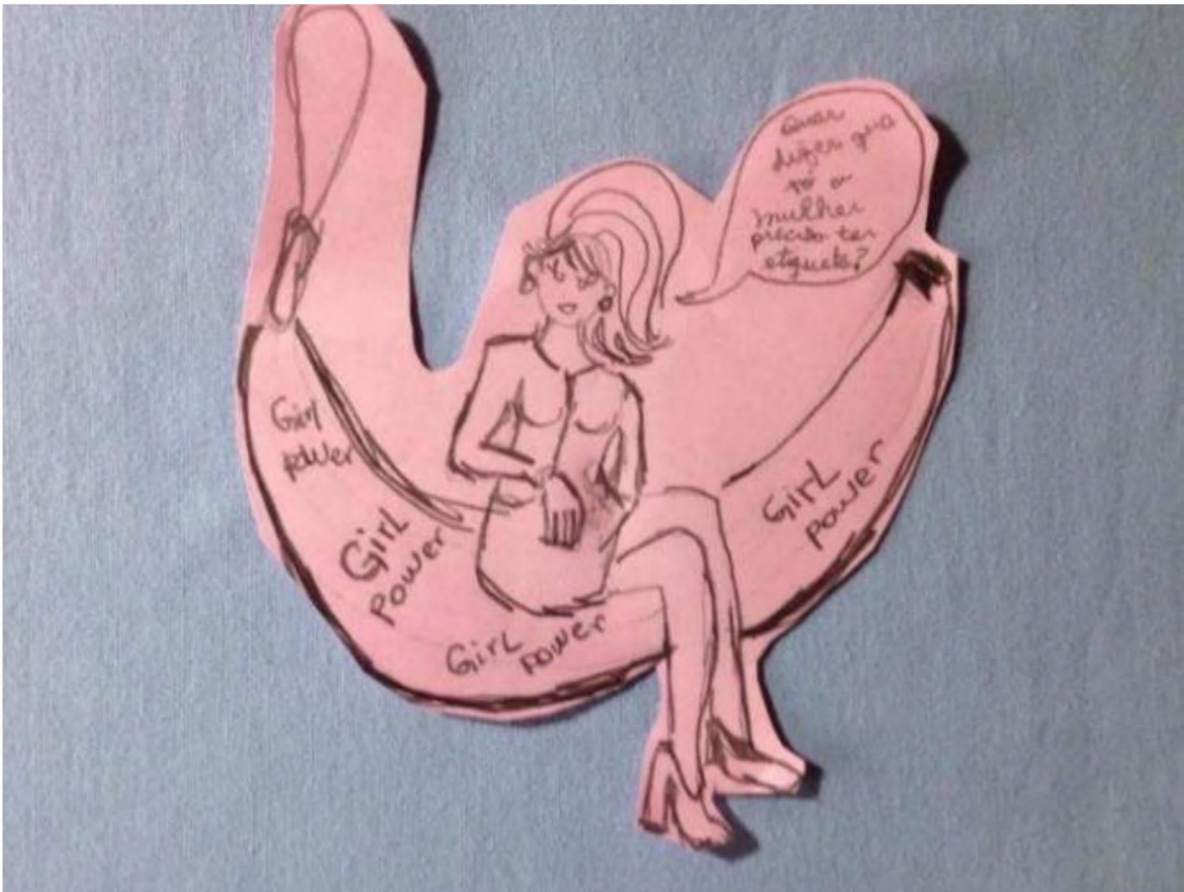


Figura 7: Desenho produzido por aluno de Ensino Fundamental, 2017. Fonte: Acervo da graduanda.

Pergunta-se: alguém se propõe a interpretar?

O trabalho que segue foi elaborado por uma aluna que apontava o posicionamento de sua mãe ao não exigir do seu irmão o mesmo compromisso com os trabalhos domésticos. Em sua fala:

“Eu fiz esse desenho porque esse do desenho é o meu irmão. Minha mãe diz que por ele ser menino não precisa limpar a casa, nem ‘ajudá’ com as coisa de casa. Eu fico com raiva! Acho ruim. Isso é machismo, né, ‘sôra’? Ele não é relaxado porque é guri, como a mãe diz, é porco porque a minha mãe e ‘as mulher’ da família fazem tudo pra ele. A minha mãe briga comigo porque eu acho que não sou obrigada a limpar a sujeira dele e não limpo, e digo pra ela que ele devia fazer as tarefas de casa que nem eu” (CADERNO DE CAMPO. ALUNA LUANA, 2017).



Figura 8: Desenho produzido por aluna de Ensino Fundamental, 2017. Fonte: Acervo da graduanda.

Na imagem abaixo, o aluno nomeou o seu trabalho como a “etiqueta que nunca estará em uma loja”:



Figura 9: Desenho produzido por aluno de Ensino Fundamental, 2017. Fonte: Acervo da graduanda.

Conversando sobre a proposta, foi dito ao aluno: “-Pedro, me explica o teu trabalho.”

“-Ah... Eu fiz assim porque agora tá chegando Natal. Eu tentei imitar a bolinha de Natal e ‘juntá’ com a placa de pare. Mas isso não vai ‘aparecê’ nunca numa loja que nem eu botei. Se todo mundo se ‘individá’ é melhor pra eles, né?” (CADERNO DE CAMPO. ALUNO PEDRO, 2017).

O próximo trabalho lembra o tratamento imagético presente nos quadrinhos e remete ao modo como a estudante observava as suas perspectivas de consumo:

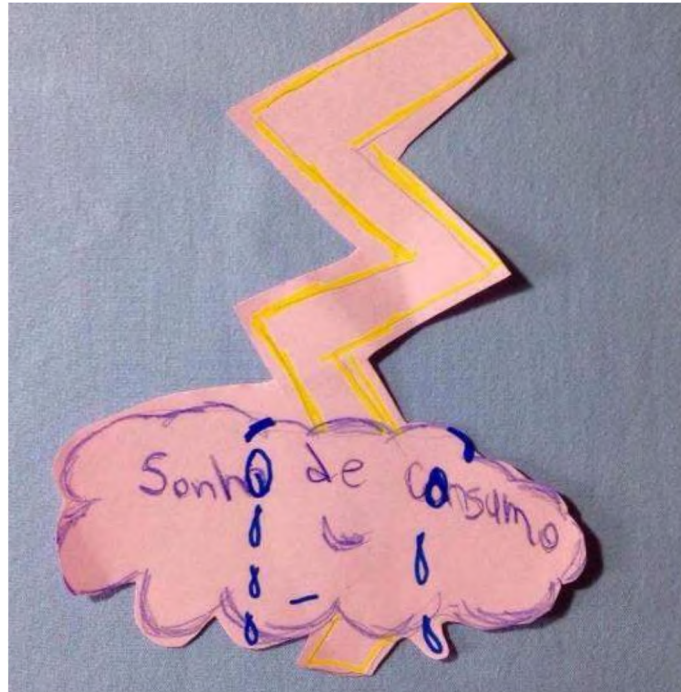


Figura 10: Desenho produzido por aluna de Ensino Fundamental, 2017. Fonte: Acervo da graduanda.

Conforme relato da aluna: “-Ah, eu fiz a nuvenzinha de tempestade porque comprar para mim é igual a isso. Escolhi a folha rosa porque é de menina e é mais bonita. Eu queria comprar muito. Queria ter bastante roupa e meu sonho é ter um Iphone, uma TV de 49 polegadas, um tablet, eu compraria todo o shopping. Eu queria ter muitas coisas. É ruim ir no shopping e ver as pessoas comprando e eu não ‘podê’ ‘comprá’. Minha tia comprava muito e se endividou, mas nunca me deu nenhum presente. Ela se endividou, mas tinha tudo o que queria. Nunca entendi porque depois ficava chorando. Eu queria comprar que nem ela.” (CADERNO DE CAMPO. ALUNA RITA, 2017).

Finalizando, observamos a representação de Che Guevara, desconhecido pela maioria dos estudantes, que aparecia em uma das gravuras da arte pop. Conversamos sobre o contexto da segunda guerra mundial e sobre o período da guerra fria.



Figura 11: Desenho produzido por aluno de Ensino Fundamental, 2017. Fonte: Acervo da graduanda.

Considerações finais

Percebe-se, portanto, que é inconcebível idealizar um aprendiz autônomo, desvinculado de seu entorno sociocultural e linguístico (VIGOTSKI, 2003), amparado em sua aprendizagem por técnicas e estratégias, distanciando-se das relações interfuncionais entre o pensamento e a linguagem ou entre a aprendizagem e a linguagem. Esse vínculo, ainda segundo Vigotski (op. cit), é uma relação fundamental a ser considerada para qualquer discussão específica da área da aprendizagem.

Porém, no que se refere aos posicionamentos defendidos por Libâneo (2011), percebe-se que o educador defende o papel do professor na mediação da aprendizagem:

O ensino exclusivamente verbalista, a mera transmissão de informações, a aprendizagem entendida somente como acumulação de conhecimentos, não subsistem mais. [...] O que se afirma é que o professor media a relação ativa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando os conhecimentos, a experiência e os significados que os alunos trazem à sala de aula, seu potencial cognitivo, suas capacidades e interesses, seus procedimentos de pensar, seu modo de trabalhar (LIBÂNEO, 2011, p. 30).

Logo, ao se tratar de questões de ensino da arte e suas repercussões na formação crítica para a vida comunitária, cabe enfatizar a importância de um agir no microcosmo, de um agir

docente que repousa na esperança em não se deixar abalar numa percepção de impotência diante da barbárie que vem sido erigida em torno da educação, visto que será de grande valia que se desenvolva uma educação menor, em uma acepção por Guattari e Deleuze, uma educação que se exerça à margem, com o trabalho efetivo de professor e aluno em que “o problema seja motor do pensamento” (ZORDAN, 2017) através de *devires* compreendidos por intermédio da arte, visto que a arte se faz na crise, na diferença, não na comunicação.

Referências bibliográficas

- ALVES, R. **A educação dos sentidos e mais**. Campinas: SP. Verus Editora, 2005.
- AROUCA, C. **Arte na escola: como estimular um olhar curioso e investigativo nos alunos dos anos finais do ensino fundamental**. São Paulo: Editora Anzol, 2012.
- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Tradução de Michel Laud e Yara Frateschi Vieira. 16ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2014.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. Roberto Machado. 2. ed. São Paulo: Graal, 2006b.
- _____, G. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.
- ELMA CHIPS. Disponível em: <<http://www.big1news.com.br/promocao-tem-grana-no-pacote-elma-chips-como-participar.html>> Acesso em 30 mar. 2018.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 11ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- MCDONALDS. Propaganda. Disponível em: <<http://www.mcdonalds.com.br/>>. Acesso em maio de 2015.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução. In: _____. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.17-59.
- SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. **Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso- ADD**. <http://dx.doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-15>, 2016.
- VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução José C. Netto et al. 6ª Edição. São Paulo, SP: Martins

Fontes, 1998.

ZORDAN, Paola. **Aulas de artes, espaços problemáticos**. In: [Anais da Caxambu] Reunião Anual da ANPED – ANPEd: 30 anos de pesquisa e compromisso social: Caxambu: ANPED, 2007.

Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30277/000646738.pdf;sequence=1>>. Acesso em 3 de mar. 2017.

**PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA EM CADERNOS DE
PLANEJAMENTO DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS A PARTIR
DA DÉCADA DE 1960**

*PRÁCTICAS DE LECTURA LITERARIA EN CUADERNOS DE PLANIFICACIÓN DE
PROFESORAS DE LOS AÑOS INICIALES A PARTIR DE LA DÉCADA DE 1960*

*Lucas Gonçalves Soares
Doutorando/UFPel
luks_gs21@hotmail.com*

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento a nível de Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. O estudo insere-se no campo da Educação, para ser mais específico, no campo da História da Educação, tendo como objetivo geral investigar em cadernos de planejamento de professoras dos anos iniciais, a partir da década de 1960, o trabalho com a leitura literária suas mudanças, ausências e permanências. Neste texto, pretendo apresentar minhas fontes de pesquisa - cadernos de planejamentos de professoras – todos destinados ao que hoje denominamos anos iniciais, totalizam 225, todos provenientes do acervo: *Cadernos de planejamento (diários de classe) de professoras*, pertencente ao grupo de pesquisa da História da Alfabetização, Leitura e Escrita e dos Livros Escolares – HISALES. Tais cadernos, contêm planejamentos manuscritos nos quais são registradas as atividades cotidianas previstas pela professora, feitos previamente às aulas, ou seja, são os planejamentos diários para rotina em sala de aula. A motivação para a escolha deste tema de pesquisa justifica-se, sobretudo, pelo fato de que nos planejamentos de professoras contém a intenção do que poderia ser desenvolvido na prática com os alunos aos quais se destinam. Por isso, acredito que através do levantamento de dados nesses documentos seja possível analisar de que maneira a leitura literária se inseria nos planejamentos ao longo das décadas de 1960 até 2010.

Palavras-chave: Cadernos de planejamento; Leitura Literária; Anos iniciais

RESUMEN

Este trabajo forma parte de una investigación en curso a nivel de Doctorado por el Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Pelotas. El estudio se inserta en el campo de la Educación, para ser más específico, en el campo de la Historia de la Educación, teniendo como objetivo general investigar en cuadernos de planificación de profesoras de los años iniciales, a partir de la década de 1960, el trabajo con la lectura literaria sus cambios, ausencias y permanencias. En este texto, pretendo presentar mis fuentes de investigación - cuadernos de planificaciones de profesoras - todos destinados a lo que hoy denominamos años iniciales, totalizan 225, todos provenientes del acervo: *Cuadernos de planificación (diarios de clase) de profesoras*, perteneciente al grupo de investigación de la profesión Historia de la Alfabetización, Lectura y Escritura y de los Libros Escolares - HISALES. Tales cuadernos, contienen planeamientos manuscritos en los que se registran las actividades cotidianas previstas por la profesora, hechas previamente a las clases, o sea, son los planes diarios para rutina en el aula. La motivación para la elección de este tema de

investigación se justifica sobre todo por el hecho de que en los planes de profesoras contiene la intención de lo que podría ser desarrollado en la práctica con los alumnos a los que se destinan. Por eso, creo que a través del levantamiento de datos en esos documentos es posible analizar de qué manera la lectura literaria se inserta en los planes a lo largo de las décadas de 1960 hasta 2010.

Palabras clave: Cuadernos de planificación; Lectura literaria; Años iniciales

Introdução

Este texto tem como propósito apresentar os primeiros “movimentos” de uma pesquisa em andamento no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O estudo insere-se no campo da Educação, para ser mais específico, no campo da História da Educação, tendo como objetivo **investigar em cadernos de planejamento de professoras dos anos iniciais, a partir da década de 1960, o trabalho com a leitura literária suas mudanças, ausências e permanências.**

O campo da História da Educação está sempre inovando e por isso, tem seu domínio de pesquisa cada vez mais ampliando. Considerando que a amplitude e a pluralidade dos processos educativos, ocorrem de maneira formal e informal desde os primórdios da humanidade, convencionou-se o termo “Histórias da Educação” (LOPES E GALVÃO, 2010, p. 10), dado a pluralidade de possibilidades de pesquisas nesse campo. Entendo então, que os processos escolares, os materiais utilizados/produzidos nos processos de ensino-aprendizagem, as políticas, as relações, entre outros aspectos que envolvem a educação formal e informal, ao longo dos anos, forneceram/fornecem incontáveis objetos, documentos e outros recursos que podem, dependendo do interesse, curiosidade e motivação do investigador e das perguntas que esse elaborar se constituírem como fonte de pesquisa.

Ainda segundo as autoras Lopes e Galvão (2010), o cotidiano escolar, a materialidade dos objetos, as relações que permeiam a rotina da escola “[...] de tão falada, vista, vivida, incorporada, acostumamo-nos com essa realidade. Com isso, corremos o risco de naturalizá-la.” (p.11). As autoras complementam afirmando que:

Apesar dessa familiaridade, muito do que ocorre no universo da educação ainda é pouco conhecido pelos pesquisadores – e mesmo pelos professores. Imersos nesse mundo, nem sempre eles conseguem perceber o que os estudantes pensam, o que ensinar e aprender, qual é o sentido de cada uma das cenas que compõem o dia a dia da escola, que significados possuem a leitura e a escrita, o conhecimento e o saber. (LOPES E GALVÃO, 2010, p. 11).

Dessa forma, os processos educativos, o cotidiano da escola, os sujeitos, as experiências vivenciadas na educação formal e informal tendem a se naturalizar. A naturalização não significa compreensão, por isso, a importância das pesquisas no campo da História da Educação. O interesse do pesquisador/historiador e a atenção à potencialidade da fonte, é o que determina a produção da História, pois quando deixamos de nos questionar e de questionar, também deixamos de refletir sobre os métodos de ensino, os materiais didáticos, as relações professor-aluno, os conteúdos ensinados, os materiais produzidos em sala de aula e porque não dizer sobre a temática desse estudo, qual seja: **Possíveis mudanças, ausências e permanências nas práticas de leitura literária nos planejamentos de professoras dos anos iniciais a partir da década de 1960 até a década de 2010**, a fim de entender os processos de ensino de diferentes épocas e as variadas práticas escolares.

Os cadernos de planejamentos de professoras dos anos iniciais que serão analisados nesta pesquisa, são aqui tratados como documento histórico e pertencem ao acervo cadernos de planejamento (diários de classe) de professoras, o mais antigo data de 1968 e o mais atual de 2016, o limite dado pelo acervo justifica o recorte temporal, qual seja, década de 1960 à década de 2010. Tal acervo é salvaguardado pelo grupo de pesquisa da História da Alfabetização, Leitura e Escrita e dos Livros Escolares (HISALES)⁴⁸. O HISALES constituiu-se, ao longo dos seus 12 anos de existência, como um importante centro de documentação para a manutenção e memória da alfabetização, leitura e escrita podendo ser consultado fisicamente por diferentes pesquisadores.

A motivação para a escolha deste tema de pesquisa justifica-se, sobretudo, pelo fato de que nos cadernos de planejamentos⁴⁹ de professoras⁵⁰, contém o registro do que seria desenvolvido na prática com os alunos aos quais se destinavam. Por isso, acredito que através do levantamento de dados nesses documentos - cadernos de planejamento de professoras dos anos iniciais - seja possível analisar de que maneira a leitura literária se inseria no planejamento ao longo das décadas, estabelecendo/destacando/registando ausências, permanências e mudanças.

⁴⁸O HISALES – História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares – é um centro de memória e de pesquisa, cadastrado no CNPq desde junho de 2006. Coordenado pelas professoras Dra. Eliane Peres e Dra. Vania GrimThies, é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e reúne alunos de graduação e de pós-graduação. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/hisales/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

⁴⁹ Embora esse recurso seja nomeado por alguns pesquisadores e professores como “diário de classe”, optei pelo uso do termo Caderno de planejamento.

⁵⁰A palavra é utilizada no feminino, porque o acervo conta somente com cadernos de planejamento de professoras.

Esses documentos foram produzidos por sujeitos - professoras dos anos iniciais - em diferentes épocas e em diferentes contextos, e por conterem, como já frisei anteriormente, o registro da intencionalidade de cada aula ao longo de um período, certamente são permeados de dados que poderão produzir uma história das práticas de leitura literária a partir dos cadernos investigados, dessa forma, enquanto historiador, estou me colocando no compromisso social de trazer voz a estes documentos. O autor Michel De Certeau, em sua obra *A escrita da história* (1982), quando trata sobre o *lugar social* ressalta a atividade de pesquisa. Certeau afirma que a atividade de pesquisa histórica está inserida em um lugar, no qual de acordo com os seus interesses definirá o que pode vir a ser feito e o que não é permitido. O *lugar social* que se insere esse estudo é a sala de aula em diferentes épocas (1960 – 2010), esse *lugar social*, no caso desse estudo, pode ser expresso na produção singular de cada caderno de planejamento. Através destes apontamentos Certeau nos deixa claro sobre o peso que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem sobre a construção do discurso do historiador. Ou seja, os cadernos de planejamentos das professoras dos anos iniciais, produzidos sobre a influência da instituição e do lugar social definirão, através da operacionalização escolhida, o meu discurso, aqui falo do lugar de historiador. Além disso, e antes disso – do discurso - há a necessidade dos usos de técnicas e métodos científicos, para legitimarem a História e o que será nela produzido – o que vai caracterizar a *operação historiográfica*.

Quando nos propomos a fazer História, ou seja, como uma prática, há a necessidade de uma técnica para a realização da *produção historiográfica* (CERTEAU, 1982, p. 78). Certeau diz que o fazer do historiador se assemelha ao de um operário. Esse processo deve obedecer regras estabelecidas pela academia, inclusive, se for necessário o cruzamento com outros objetos/fontes já estudados e por último, caberá ao pesquisador/historiador realizar o transporte do seu produto do campo cultural para o histórico. A descrição da prática muito se assemelharia à ação de um metalúrgico, como o autor compara em seus escritos (CERTEAU, 1982, p. 79). Daí o termo *operação historiográfica*, o que me proponho a realizar. Dessa forma, caberá a mim, enquanto historiador, a seleção das fontes, a escolha de técnicas metodológicas para operacionalizar as fontes, para que seja possível a coleta e análise dos dados e por fim, a escrita de um discurso sobre as mudanças, ausências e permanências da leitura literária no planejamento das professoras investigadas.

Corpus de pesquisa - acervo de cadernos de planejamento de professoras alfabetizadoras

O grupo HISALES, conforme apresentado anteriormente, é um centro de memória e pesquisa e tem concentrado esforços na coleta de materiais ligados à alfabetização⁵¹ (cadernos de alunos em fase de alfabetização, livros destinados ao ensino inicial da leitura e da escrita, cadernos de planejamento de professoras alfabetizadoras (diários de classe), materiais pedagógicos, objetos pertencentes às escolas e um acervo específico de livros didáticos, produzidos por autoras gaúchas entre os anos de 1940-1980. Esses materiais chegam ao grupo de duas maneiras: por meio de doações e através de compras, principalmente, em sebos e lojas virtuais, por parte dos integrantes do grupo. Ao chegarem, esses materiais passam por um processo de higienização e, posteriormente, são catalogados e organizados de acordo com os seus respectivos acervos. O HISALES reúne alunos e pesquisadores da graduação e da pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento. Um dos objetivos do grupo de pesquisa é “constituir acervos para manutenção da história e da memória da alfabetização” (PERES, 2011), principalmente do/no Rio Grande do Sul.

As pesquisas que vêm sendo realizadas no HISALES se inserem basicamente em três eixos de estudos, são eles: I) investigações sobre a história alfabetização; II) pesquisas acerca das práticas escolares e não-escolares de leitura e escrita; III) análises da produção, circulação e utilização de livros escolares elaborados por autoras gaúchas, especialmente entre os anos de 1940-1980 (período de grande influência do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/SEC-RS)).

O referido grupo possui atualmente seis acervos: I) livros para o ensino inicial da leitura e da escrita; II) livros didáticos elaborados por autoras gaúchas entre os anos de 1940 e 1980; III) cadernos de alunos; IV) cadernos de planejamento de professoras alfabetizadoras (anos iniciais); V) materiais didático pedagógicos diversos/cultura material escolar; VI) materiais referentes às escritas ordinárias (agendas, cadernos de recordações, diários, cartas, etc.). Este estudo concentra-se no acervo **cadernos de planejamento (diários de classe) de professoras, o qual contém** cadernos de planejamentos manuscritos com registros das atividades cotidianas previstas pelas professoras, geralmente feitos previamente às aulas, ou seja, são os

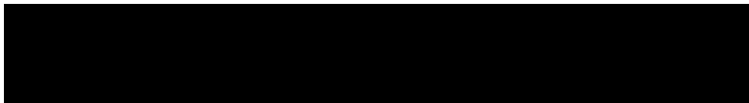
⁵¹Embora a chamada de doações, no início tenha sido somente para cadernos de alfabetização, as doações de planejamento de outras séries foram chegando e o acervo foi ampliado.

planejamentos diários das rotinas, exercícios e tarefas programadas para ser desenvolvidas com os alunos. No Rio Grande do Sul convencionou-se chamar esses cadernos de *Diários de Classe*.

No caso específico dos cadernos de planejamento, estes são catalogados por década, por exemplo: o primeiro caderno catalogado da década de 1960, quando o caderno chega ao HISALES, é preparado para catalogação – os cadernos considerados na pesquisa são classificados de 2 formas:

- a) Cadernos de Planejamento do Ciclo de Alfabetização (CPA), possuem planejamento de aulas para turmas em fase de Alfabetização – 1ª série/1º ano/2º ano ou 3º ano⁵².
- b) Cadernos de Planejamento de Outras Séries (CPOS), como a identificação já sugere, neles são encontrados planejamento de aulas para turmas de outras séries (Educação Infantil, 2ª série, 3ª série, 4ª série, 5ª série, 8ª série, Curso Normal, Educação de Jovens e Adultos, entre outros).

Quando catalogados, os cadernos recebem uma etiqueta que contém classificação (CPA, CPOS), número que corresponde a quantidade de cadernos desse tipo naquele ano, ano a que se refere e número da coleção – caso pertençam a um conjunto de mais cadernos de uma mesma professora. Atualmente⁵³, o acervo de cadernos de planejamento (diários de classe) de professoras tem 254 cadernos (CPA e CPOS) e estão organizados conforme a década em que foram produzidos/usados pelas professoras. O quadro 01 apresenta o acervo de cadernos de planejamento do HISALES⁵⁴.



Década	Quantidade	
	Ciclo de alfabetização	Outras séries
1960	02	02
1970	04	09
1980	21	23
1990	36	30
2000	62	34
2010	31	–
TOTAL	156	98
TOTAL GERAL	254	

Quadro 01 – Detalhamento do acervo cadernos de planejamento de professoras⁵⁵ **Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir das tabelas do HISALES

⁵²Embora o 3º ano faça parte do Ciclo de Alfabetização, ainda não há nenhum exemplar dessa etapa no acervo.

⁵³Tomando como base janeiro de 2018.

⁵⁴ Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/hisales/?page_id=14>. Acesso em: **12 de fevereiro de 2018**.

⁵⁵ Elaborada levando em consideração as doações catalogadas até o presente momento.

A seguir descrevo os procedimentos metodológicos que estão sendo aplicados na coleta e análise de dados.

Procedimentos metodológicos

Na produção do conhecimento sobre os temas que sustentam o problema de pesquisa, o levantamento bibliográfico se faz imprescindível para fundamentar teoricamente o estudo. A consulta às fontes bibliográficas permite uma reflexão crítica e mais detalhada dos fatores relevantes no tema de pesquisa, auxiliando na compreensão e na avaliação das possíveis variáveis durante a investigação, subsidiando também a análise e interpretação dos dados obtidos.

Segundo Gil (1999), a análise consiste em organizar e resumir os dados para que se encontrem respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação procurará o sentido mais amplo das respostas, relacionando-as com outros conhecimentos já obtidos. A pesquisa é de cunho qualitativo e, pretende contribuir com o campo da educação e da literatura na escola, para este fim, a partir de uma análise rigorosa e criteriosa procurará aprofundar a compreensão do fenômeno que investiga.

Como já mencionado o *corpus* da pesquisa é constituído por cadernos de planejamentos de professoras dos Anos Iniciais, do período da década de 1960 até 2016, esses pertencentes ao acervo do grupo de pesquisa HISALES. Os cadernos escolares, são recursos singulares e podem nos dizer muito sobre o cotidiano do trabalho efetivado em sala de aula, podem dar indícios/pistas das significativas mudanças ocorridas no decorrer da história da Educação, sejam eles de planejamento, como é o caso dos desse estudo, ou de alunos. Desta forma, eles se constituem importantes documentos de pesquisa, segundo Viñao:

No bojo da ampliação da noção de documento, recentemente esse suporte da escrita escolar passou a ser valorizado. Os historiadores da educação, assim como os especialistas em currículo e formação de professores e os psicólogos, entre outros, preocupados em examinar o vivido na sala de aula, têm voltado para os cadernos, que passam a ser considerados importantes objetos ou fontes de pesquisa (2008, p. 7).

Considerando a relevância dessa fonte de pesquisa, os cadernos de planejamento serão tratados como documentos. Portanto trata-se de uma análise documental.

A análise documental constitui-se como uma técnica decisiva e indispensável para pesquisas acadêmicas na área das ciências humanas, pois a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base de um trabalho de investigação – o que não é diferente aqui. De acordo com Santos:

A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho, etc.), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (2001, p.25).

Lüdke e André complementam dizendo:

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (1986, p.38).

Na análise documental as realidades investigadas não são dadas prontas para serem descritas e interpretadas. São incertas e instáveis mostrando que “ideias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade” (MORAES, 2004, p. 199).

Concordo com Moraes (2004, p. 242) quando afirma que “sabemos por experiência própria, que em toda tradução existe alguma traição e que em toda interpretação existe reconstrução por parte daquele que interpreta”. Isso se aplica muito apropriadamente à análise documental, pois “é impossível fazer uma pesquisa na qual se almeje a neutralidade do pesquisador e a objetividade da análise. Toda análise é subjetiva, fruto da relação íntima do pesquisador com seu objeto pesquisado”.

A partir do estudo do *corpus* serão obtidas as categorias de análise, levando em conta que para a definição destas é imprescindível a utilização de teoria(s) que deem suporte à investigação, e que juntamente aos dados produzidos é que possibilitarão o desenvolvimento de um processo dinâmico que permita o cruzamento dos fatores empíricos e teóricos. Na interpretação os resultados das etapas anteriores serão analisados junto aos referenciais teóricos das pesquisas bibliográfica.

Com os pressupostos que surgirão durante o estudo pretendo discutir o trabalho com diários de classe/cadernos de planejamento em pesquisas acadêmicas, o trabalho com práticas de leitura em sala de aula no decorrer da história; o papel da Literatura na escola e a inserção da leitura literária no planejamento ao longo das décadas, estabelecendo/destacando/registando ausências, permanências e mudanças.

Coleta e organização dos dados

Como integrante do grupo HISALES, já conhecia o acervo de planejamento de professoras, contudo, meu primeiro contato como pesquisador ocorreu apenas em dezembro de 2016, após aprovação para o Doutorado, quando comecei a coleta de dados. Deparei-me com cadernos da década de 1960 – o primeiro datado de 1968 -, até a década de 2010, sendo o mais atual datado de 2016.

As etapas da coleta de dados que realizei podem ser divididas em três: 1. Conhecendo o acervo (dez/2016); 2. Seleção dos cadernos – fonte/objeto de pesquisa (jan/2017) e 3. Coleta de dados (jan/2017 a jan/2018). Após entender a organização do material, pensando em meus objetivos, optei por um recorte para o estudo - utilizar apenas os cadernos de planejamento de professoras de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, 1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano, logo, os cadernos de outra natureza (caderno de testes, caderno de cantos, entre outros) e caderno de planejamento da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos, serão desconsiderados. Ainda nessa primeira etapa senti a necessidade de elaborar um quadro único com os cadernos, visto que, meu intuito não era a separação entre deles - Alfabetização e de Outras Séries (CPA; CPOS) - e sim, cadernos de planejamento dos anos iniciais.

O termo multisseriada foi utilizado para designar aqueles cadernos com planejamento que se destinam a mais de uma série/ano, o que era muito comum em escolas no campo (rurais). Os cadernos que não tem identificação de série/ano mas, mesmo assim, foram considerados na pesquisa, são aqueles que contém conteúdo adequado ao currículo pré-estabelecidos para os anos iniciais.

Foram desconsiderados 29 cadernos/documentos, visto que, o acervo conta com cadernos de todas as séries, inclusive do Ensino Fundamental II – 5ª a 8ª série/6º ao 9º ano; Curso de Magistério; Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, além de cadernos de professora que tinham outra utilidade, tais como: Caderno de Avaliações, dicionários, entre outros. Optei por desconsiderar estes, justificando-me na intenção primeira, qual seja: Cadernos de Planejamento, diários de classe para os Anos Iniciais. Assim, foram desconsiderados cadernos da Educação Infantil (8), de Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA (7), cadernos de testes e avaliação (2), Cadernos de planejamento de reforço (2), cadernos de Cantos (1), Cadernos de outras séries que não dos Anos Iniciais (8), relatórios e dicionários (1). Observa-

se então que 29 cadernos não foram utilizados na coleta de dados, dessa forma o *corpus* de pesquisa vale-se de 225 cadernos. O quadro a seguir apresenta o *corpus* de pesquisa.

CADERNOS DE PALNEJAMETOS DE PROFESSORAS	1960	1970	1980	1990	2000	2010	Total
1º ano	-	-	-	1	5	16	22
1ª série	1	3	19	32	42	4	101
2º ano	-	-	-	-	5	7	12
2ª série	2	3	6	8	13	-	32
3ª série	-	3	8	6	5	-	22
4ª série	-	1	4	9	5	-	19
Multisseriada	-	-	-	3	10	-	13
Sem identificação	-	-	1	2	1	-	4
Total década	3	10	38	61	86	27	225

Quadro 02 – Cadernos de planejamento de professoras dos anos iniciais utilizados na coleta de dados **Fonte:**
Quadro elaborado pelo autor

Como é possível observar no quadro 02, os cadernos são pertencentes a décadas diferentes, há um maior número de cadernos da década de 2000, década que tem a maior representatividade nesse estudo, com 86 cadernos, seguido da década de 1990 com 61 cadernos. A década de 1960 corresponde ao período com menos exemplares, apenas 3 diários. Embora o número de cadernos por década não seja uniforme ou proporcional, minha opção foi aceitar o limite da fonte, trabalhando com os indícios deixados pelos cadernos pertencentes a cada período.

Considerando apenas a etapa dos Anos iniciais ao qual se destina, há uma quantidade consideravelmente maior de cadernos destinados a 1ª série, justamente pelo empenho do grupo em coletar cadernos de Alfabetização, nas outras séries/anos há um equilíbrio em quantidade de cadernos.

Quanto à abrangência dos cadernos, o estudo refere-se somente a cadernos do Rio Grande do Sul. No entanto, abrangem municípios das regiões Sul (sua grande maioria - 172 cadernos); Campanha (5 cadernos); Metropolitana (1 caderno); Vale do Rio dos Sinos (10 cadernos); Paranhana – Encosta da Serra (2 cadernos) Fronteira Noroeste (1 caderno) e Missões (1 caderno). Talvez, pelo fato de o grupo HISALES ser sediado pela UFPel, os municípios vizinhos são os maiores doadores de cadernos. Piratini tem a maior representatividade, com 76 cadernos, sendo 53 desses pertencentes a uma mesma professora, tal conjunto já foi objeto de

estudo de uma dissertação⁵⁶. O município de Pelotas tem o segundo maior número de Diários de Classe, com 55 cadernos.

As instituições as quais pertenciam os planejamentos são em sua maioria de redes municipais e estadual de ensino. Os nomes das escolas foram identificados de forma direta, quando o nome da mesma foi encontrado no caderno, e de forma indireta, quando o doador do material deu a informação. Em alguns casos ainda, não foi possível identificar o nome dessas escolas das maneiras mencionadas, sendo assim, o mesmo foi apurado por mim por meio de visita às secretarias de Educação ou via contato telefônico. Ao todo, foi possível constatar que os cadernos são de 58 instituições diferentes.

Não foi possível identificar a procedência institucional de 13 cadernos, dessa forma o número de escolas pode ser maior. Contudo, acredito que ausência dessa informação não comprometa a caracterização dos documentos. Considerando a distribuição do número de cadernos de planejamento entre essas instituições e fazendo a relação entre rede pública e privada, constata-se que a grande maioria (200), pertencem à rede pública.

Ainda com relação às instituições que acho relevante destacar a qual espaço elas estão inseridas - urbano ou rural, ou seja, se a instituição é da cidade ou do campo. Observando os dados, percebe-se que não há uma diferença muito grande entre o número de cadernos pertencentes a cada zona (urbana ou rural), entendo que isso favoreça a pesquisa, pois traz equilíbrio, dado que há um senso comum de que as escolas localizadas no campo são mais carentes de recursos culturais, tais como livros de literatura.

Quanto às professoras, autoras dos cadernos de planejamento, as identificadas, totalizam 53, o que corresponde a 216 cadernos, ou seja, não foi possível identificar as autoras de 9 cadernos. Ainda com relação às autoras é possível destacar que a professora 3, possui o maior conjunto de cadernos pertencentes à pesquisa; a professora 47, atuou e possui cadernos correspondentes a cada fase da sua formação acadêmica começando no estágio do Magistério em 1999, passando pelo estágio da graduação em Pedagogia até a titulação de Mestre em Educação em 2008.

⁵⁶VIEIRA, Cícera Marcelina. **O uso de cartilhas no processo de alfabetização: um estudo a partir de cadernos de planejamento de uma professora (1983-2000)**. 2014. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/2944>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

Após conhecimento e organização dos documentos, passei então, a pensar uma forma de registrar o que encontrava nos cadernos de planejamento optei pelo uso do programa Word da Microsoft, utilizando uma tabela simples contendo os seguintes itens:

- a) **Professora:** Neste item registrava o nome da professora, esse contido na tabela de registro dos diários de planejamento do acervo.
- b) **Identificação:** Contém a identificação do caderno no acervo – CPA – Caderno de planejamento de Alfabetização, seu número de entrada e o ano ao qual se refere o diário, ou CPOS – Caderno de Planejamento de outras séries - seu número de entrada e o ano ao qual se refere o diário.
- c) **Materialidade do caderno:** Aqui foram registrados os aspectos físicos do caderno referentes a capa, forma como o plano de aula era redigido, condições de preservação do suporte, número de folhas, entre outros. Cabe ressaltar que nesse item constatei que nem todos os planejamentos utilizam como suporte o caderno, as professoras utilizaram também pastas fichários, pasta de saquinhos plásticos, entre outros.
- d) **Observações:** Esse é o item mais importante para a pesquisa, nele registrei todas as atividades que considerei relevantes para o estudo, transcrevi textos, descrição de práticas, nomes de livros, autores, entre outros aspectos que achei pertinentes.

A coleta de dados foi realizada de janeiro de 2017 a janeiro de 2018, totalizando em 196 páginas de material, essas foram impressas e encadernadas, logo em seguida analisadas, quadro a quadro.

Com o material produzido a partir da coleta nos cadernos realizei uma leitura cuidadosa e detalhada de todos os quadros refletindo sobre aspectos que poderiam ser relevantes para a pesquisa. Essa fase resultou em 6 tabelas, construídas no programa *Excel* da *Microsoft*, versão 2016. Cada tabela corresponde a uma década (1960; 1970; 1980; 1990; 2000 e 2010), os aspectos considerados formam:

- a) **Número (N°):** Quando os cadernos foram selecionados numerei-os de 01 a 225, esse critério foi adotado para facilitar a identificação;
- b) **Década:** Nesse espaço é registrada a década a qual pertence o caderno;
- c) **Ano:** Nessa coluna aparece o registro do ano ao qual pertence o caderno;
- d) **Identificação:** Nesse item estão registradas as cotas que servem de identificação para os cadernos no grupo HISALES;

- e) **Série/Ano:** Etapa a qual pertence o caderno analisado;
- f) **Títulos:** Títulos das obras que foram lidas/registradas nos cadernos de planejamento pelas professoras;
- g) **Suportes:** Suportes de leitura, ou seja, a leitura realizada pertencia a qual suporte (livro de literatura infantil, livro didático, folha fotocopiada, folha do próprio caderno, entre outros)
- h) **Enunciações:** Essa coluna refere-se aos enunciados utilizados pelas professoras para nomear o momento destinado à leitura literária;
- i) **Gêneros:** Essa coluna é destinada aos gêneros literários aos quais pertencem as leituras registradas nos diários de planejamento analisados;
- j) **Modos de ler:** Nesse espaço consta os modos como as leituras foram realizadas (alunos leitores, leitura silenciosa, leitura oral, professora ledora, entre outros);
- k) **Espaços de leitura:** Registro dos espaços/lugares onde as leituras foram realizadas;
- l) **Atividades desenvolvidas:** Nessa coluna realizei o registro das atividades e conteúdos desenvolvidos a partir das leituras realizadas;
- m) **Estratégias:** Registro das estratégias para oportunizar a leitura literária por parte das professoras (projetos, cantinho da leitura, momento fixo para leitura, entre outros);
- n) **Recursos para leitura:** Para além dos suportes de leitura que outros recursos foram utilizados pelas professoras no momento de leitura (fantoques, sacolas de leitura, flanelógrafo, entre outros);
- o) **Autores:** Esse espaço destina-se ao registro dos autores dos textos literários registrados nos planejamentos das professoras. (Só foi considerado nesse item os registros diretos realizados pelas professoras, ou seja, os nomes dos autores deveriam estar escritos no planejamento);
- p) **Município:** Registro do município ao qual pertencia o caderno de planejamento.

Estudando essas tabelas vislumbro as inúmeras possibilidades de pesquisa que possibilitam esses documentos, para evidenciar isso, lanço mão de algumas possíveis categorias de análise, esse “movimento” contribuirá para pensar as próximas leituras e a elaboração do problema de pesquisa.

Possíveis categorias de análise⁵⁷

Títulos de leitura registrados nos planejamentos de forma direta:

Nessa categoria a proposta é mapear o uso de alguns títulos ao longo das décadas, pontuando permanências e ausências. Mesmo não sendo possível precisar se os títulos levantados são textos literários, dado o limite do registro realizado pelas professoras, optei por considerá-los nesse momento do projeto. Abaixo um quadro com as quantidades e recorrências de títulos encontrados em cada década.

Gêneros literários trabalhados

Nessa possível categoria apresento, será possível problematizar os gêneros aos quais pertenciam os títulos coletados dos planejamentos das professoras ao longo das décadas, tais gêneros, foram encontrados em registros dos mesmos.

Além dessas será possível também problematizar os **espaços utilizados para às práticas de leitura** (biblioteca, sala de aula, cantinho da leitura...); **suportes**, somente o livro serviu de suporte para leitura literária? Se não, quais outros?; **autores** utilizados pelas professoras ao longos das décadas; **enunciações**, essas que anunciavam o momento de leitura na rotina escolar; **estratégias metodológicas** (projetos, cantinho da leitura, momento fixo para leitura, entre outras) utilizadas e registradas pelas professoras para desenvolver a prática de leitura literária; **atividades desenvolvidas** a partir da leitura (interpretação oral ou escrita, dramatização, reconto,...) e **recursos** utilizados para auxiliar o momento de leitura, além do livro que outros recursos foram utilizados nas práticas de leitura.

Considerações finais

A pesquisa está no início, não é possível fazer considerações mais consistentes com relação à análise dos dados. Entretanto é possível afirmar a relevância e potencialidade dos cadernos de planejamento de professoras – documentos - para as pesquisas que abordam temáticas relacionadas à Educação, principalmente aos pesquisadores/historiadores que preocupam-se com o trabalho de sala de aula. Os cadernos como documentos históricos podem ajudar a “contar” Histórias da Educação em diferentes épocas e contextos. O que a análise dos

⁵⁷ Os dados apresentados aqui, correspondem a apenas 199 cadernos, os outros 26, embora os dados já tenham sido coletados (em 2018), ainda não foram organizados até este ponto.

dados vai revelar? Considerando o grande volume de dados, acredito que os mesmos trazem uma pluralidade de possibilidades de pesquisa. Isso é uma história uma de práticas de leitura literária que contarei nos próximos anos.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GALVÃO, A. M. de O; BATISTA, A. A. G. Práticas de leitura, impressos, letramentos: uma introdução. In: GALVÃO, A. M. de O; BATISTA, A. A. G. (Org.). **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MORAES, M. C. **Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2004.

VIÑAO, A. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA COMO DIMENSÃO PRAGMÁTICA DO ESTUDOS MULTIPERSPECTIVOS DE DOUGLAS KELLNER

MEDIA LITERACY AS A PRAGMATIC DIMENSION OF DOUGLAS KELLNER'S MULTIPERSPECTIVE STUDIES

Otávio Daros
Mestrando/PUCRS
otavio.daros@gmail.com

RESUMO

Visando fundamentar o campo da educação da mídia, Douglas Kellner propõe-se a elaborar um estudo cultural crítico que reúne diferentes perspectivas teóricas. Desenvolve epistemologicamente matriz para interpretar e criticar as produções culturais. O termo chave é, nesse sentido, multiperspectivismo, inspirado, talvez, na sua leitura da filosofia de Nietzsche. Todavia, também se fazem presentes as ideias encontradas na obra de Paulo Freire, visto o interesse em fazer os estudos ganharem caráter prático e finalidade pedagógica. Kellner fala, então, de alfabetização midiática (*media literacy*).

Palavras-chave: Douglas Kellner; Multiperspectivismo crítico; Alfabetização midiática; Teoria crítica; Estudos Culturais.

ABSTRACT

Aiming to ground the field of media education, Douglas Kellner proposes to develop a critical cultural study that brings together different theoretical perspectives. It develops an epistemological matrix to interpret and criticize cultural productions. The key term is, in this sense, multiperspectivism, perhaps inspired by his reading of Nietzsche's philosophy. However, the ideas found in the work of Paulo Freire are also present, since the interest in making the studies gain a practical character and pedagogical purpose. Kellner then speaks of media literacy.

Key words: Douglas Kellner; Critical multiperspectivism; Media literacy; Critical theory; Cultural Studies.

Aspectos teóricos-reflexivos

Sob pretensão de dialogar com diferentes tradições do pensamento, Douglas Kellner⁵⁸ apresenta uma proposta de estudo cultural crítico. O autor vê as teorias “como ferramentas que nos ajudam a enxergar” (KELLNER, 2001 [1995], p. 38), e defende que a combinação de diferentes teorias é a estratégia mais eficiente quando se busca “ler a cultura, como ver o que a

⁵⁸ Presidente George Kneller de Filosofia da Educação do Programa de Pós-Graduação da Escola de Estudos da Educação e da Informação da Universidade da Califórnia.

cultura e o espetáculo da mídia revelam sobre o mundo, e como a cultura funciona para moldar o desejo, o comportamento e a identidade” (KELLNER, 2003a, p. 28-29, tradução nossa). Essa abordagem exige do estudioso a compreensão de cultura e sociedade “em termos de relações de poder, dominação e resistência, articulando as várias formas de opressão em dada sociedade por meio de perspectivas multiculturais” (Id., 2001 [1995], p. 124).

Para Kellner, trata-se de uma proposta teórica que necessita transcender os estudos culturais, e deve pretender mais do que mera apropriação crítica. Ele passa a falar, então, de uma orientação teórica fundamentada em um multiperspectivismo.

Negligenciar a economia política, festejar o público e os prazeres do popular, deixar de lado as questões de classe e ideologia e não analisar ou criticar a política dos textos culturais são maneiras de transformar os estudos culturais em apenas mais uma subdivisão acadêmica inofensiva e, em última análise, favorável sobretudo à própria indústria cultural. Evitar tal desenvolvimento conservador dos estudos culturais, ousamos dizer, exige uma abordagem multiperspectívica que dê atenção à produção da cultura, aos próprios textos e à sua recepção pelo público (Ibid., p. 63).

Multiperspectivismo crítico significa, em seu ver, um estudo cultural crítico de repertório teórico diversificado, responsável por fornecer “estratégias textuais e críticas para interpretar, criticar e desconstruir as produções culturais em exame” (Ibid., p. 129). Faz-se necessário, para isso, o emprego de diferentes perspectivas: ópticas, modos de ver, métodos críticos e abordagens. Cada perspectiva expressa uma análise e/ou uma crítica ideológica, semiológica, estrutural, feminista, psicanalítica etc., e deve acrescentar ao estudo a descoberta e/ou a identificação de traços específicos de um objeto (produção cultural).

O conceito de multiperspectivismo trabalhado por Kellner é inspirado em Nietzsche, “segundo o qual toda interpretação é necessariamente mediada pela perspectiva de quem a faz, trazendo, portanto, em seu bojo, pressupostos, valores, preconceitos e limitações” (Ibid., p. 129). A fim de diminuir a unilateralidade e a parcialidade no exercício de pensar, ele mostra que a filosofia – quando revestida de diversas interpretações – está melhor colocada a serviço do conhecimento:

Para Nietzsche, “só há visão em perspectiva, só 'saber' em perspectiva; e quanto mais sentimentos deixarmos que falemos sobre uma coisa, mais completos serão o nosso 'conceito' dessa coisa e a nossa 'objetividade’” [NIETZSCHE, 1969, p. 119]. Expandindo esse convite à interpretação multiperspectívica em aforismos reunidos em *Vontade de poder* (1968), Nietzsche argumenta: “cada elevação do homem traz consigo a superação de interpretações mais estreitas; esse fortalecimento e esse aumento do poder abrem novas perspectivas e significam a crença em novos horizontes” (1968, p. 330) (KELLNER, 2001 [1995], p. 129-130).

Essa visão das coisas fez com que Nietzsche questionasse fortemente as “reivindicações da ciência, da filosofia ou de qualquer disciplina como o único caminho para a verdade” (BEST

et al., 1997, p. 72, tradução nossa). A obra do pensador, de modo geral, é um reflexo da potência de tal questionamento, ao combinar brilhantemente “muitas perspectivas, incluindo a filosofia, a ciência, a história, a análise social, a psicologia, a estética e até mesmo o mito” (Ibid., tradução nossa). Embora seja reconhecido até hoje, sobretudo, como filósofo, Nietzsche surgiu em vários momentos na história como filólogo, crítico cultural e estético, além de teórico social, como recorda Kellner.

O multiperspectivismo “fornece a Nietzsche uma poderosa arma para criticar a unilateralidade e o reducionismo de muitas formas da teoria moderna” (Ibid., tradução nossa). Valendo-se do exemplo do filósofo, Kellner reforça a argumentação de que quanto mais perspectivas de interpretação utilizamos para analisar determinada produção cultural, mais enriquecida poderá ser a nossa leitura.

No entanto, é preciso fazer algumas ressalvas a esse ponto de vista. Obviamente, uma única leitura - marxista, feminista, psicanalítica, etc. - pode render conclusões mais brilhantes no estudo de alguns fenômenos do que a combinação de várias leituras perspectivas; “mais” não é necessariamente “melhor”. Contudo, o emprego de várias perspectivas críticas de um modo proficiente e revelador tem mais probabilidade de possibilitar uma leitura mais consistente (mais plurilateral, elucidativa e crítica) (Id., 2001 [1995], p. 130).

Na valorização do multiperspectivismo, Kellner reconhece possibilidades de teorização em diversas correntes do pensamento. Ao mesmo tempo, tem clareza das limitações apresentadas por cada uma delas.

As críticas feitas com base na ideologia marxista sempre foram fortes na contextualização histórica das classes e fraca na análise formal, sexual e racial; o feminismo é excelente na análise de aspectos sexuais, mas às vezes ignora questões de classe, raça e outros determinantes; o estruturalismo é útil na análise da narrativa, mas tende a ser excessivamente formal; e a psicanálise convida à hermenêutica da profundidade e à articulação do conteúdo e dos significados do inconsciente, mas às vezes ignora a determinação sociológica dos textos e dos indivíduos. Portanto, quanto mais métodos críticos como esses tivermos em mãos, maiores serão as probabilidades de produzir leituras críticas reflexivas e multilaterais (Ibid., p. 131).

Kellner também reconhece o papel das teorias pós-estruturalistas que destacaram a “importância da diferença, da marginalidade, da heterogeneidade e do multiculturalismo, chamando a atenção para dimensões de experiências, grupos e vozes que foram suprimidas na tradição moderna” (KELLNER, 2003c, p. 6, tradução nossa). O autor esforça-se, assim, para refinar as interpretações da cultura da mídia. Quer evitar questionamentos dicotômicos, como, por exemplo, o público influencia a mídia “ou” o público é influenciado pela mídia? O multiperspectivismo busca, nesse sentido, elevar o grau de complexidade das percepções, em vez de categorizar e limitar as produções culturais em, por exemplo, conservadoras “ou” liberais.

Certas estratégias metodológicas são, sem dúvida, incompatíveis entre si; por isso, a abordagem multiperspectívica deve optar entre perspectivas opostas, com base na tarefa em pauta e nos objetivos em vista. Para algumas finalidades, pode ser útil enveredar por uma leitura de cunho feminista, enquanto para outras pode ser possível fazer leituras polivalentes, abordando um texto de várias perspectivas. A posição multiperspectívica, porém, que não é mero ecletismo liberal nem *post-pourri* de diferentes pontos de vista, deve permitir que suas várias perspectivas se informem e modifiquem mutuamente. Por exemplo, o marxismo informado pelo feminismo será diferente do marxismo unidimensional isento de feminismo (vice-versa). O ponto de vista marxista-feminista informado pelo pós-estruturalismo será diferente da perspectiva marxista-feminista dogmática que reduz a filmes apenas à problemática de classe e gênero (Id., 2001 [1995], p. 131).

O multiperspectivismo leva à compreensão de que a “mídia não apresenta a realidade como janelas transparentes ou simples reflexões do mundo, porque as mensagens da mídia são criadas, moldadas e posicionadas por meio de um processo de construção” (KELLNER et al., 2007b, p. 10, tradução nossa). É sabido que esse processo de produção das mensagens apresenta inúmeras variações: internas e externas à mídia; objetivas e subjetivas em relação ao conteúdo dela. Isso significa concluir, desde já, que um texto pode apresentar elementos contraditórios, na tentativa de “enveredar por ambas as vias para cativar o maior público possível, enquanto outros difundem posições ideológicas específicas que muitas vezes são esmaecidas por outros aspectos do texto” (Id., 2001 [1995], p. 123).

Os textos da cultura da mídia são complexos e exigem leituras polivalentes. No entanto, não são tão polissêmicos que possam significar qualquer coisa, e o público é levado a aceitar certas posições por meio da mobilização de todo o aparato cinematográfico, televisivo, etc. Embora ele possa resistir às leituras “dominantes”, não é certeza que sempre faça isso, e são poucos os indícios a fundamentarem a crença de que ele sempre lê os textos contrariamente à cultura dominante (Ibid., p. 150).

À medida que a cultura da mídia permeia, em ritmo acelerado, as esferas do social, parece haver novos interessados em discutir o tema. Kellner apresenta-se como um deles. Propõe uma discussão de fundo teórico, mas que seja público, ultrapassando, assim, as barreiras acadêmicas. O autor quer fazer seus estudos ganharem caráter prático e finalidade pedagógica. Ele salienta, então, a importância de cultivar uma pedagogia que ensine a ler e a decodificar as imagens e os textos que integram essa cultura da mídia. A dimensão pragmática de seu estudo apresenta-se como “alfabetização midiática” (*media literacy*).

Dimensão pragmática

Segundo Kellner (1998), existe um debate histórico sobre como o campo de pedagogia da mídia deve avançar. Duas abordagens estimulam essa discussão. A primeira é caracterizada pelo viés tradicional no sentido protecionista, a outra, apresenta-se como liberal e multicultural.

Os acadêmicos que pertencem a linha tradicional tendem a reforçar a visão da mídia como conjunto de instituições manipuladoras, e incentivam os alunos a buscarem informação e a desenvolverem o gosto estético por meio da mídia alternativa. Fala-se também em resistências da alta cultura. Os livros, no caso, são considerados a principal fonte de conhecimento, em oposição aos jornais, televisão e rádio. Essa abordagem é exemplificada nas obras de Neil Postman, em *Amusing Ourselves to Death* (1985) e *Technopolis* (1992).

Kellner faz parte do movimento acadêmico de oposição ao protecionismo. Jeff Share, Carmen Luke, Renee Hobbs e Rhonda Hammer também aparecem como colaboradores desse campo, relativamente recente, reconhecido como “alfabetização midiática” (*media literacy*). Trata-se de uma abordagem que valoriza a mídia, ao mesmo tempo, que busca ensinar os alunos a ler, analisar e decodificar textos retirados tanto da mídia tradicional quanto da mídia alternativa. A alfabetização midiática pretende, por esse via, desenvolver análises da cultura da mídia como produto da “luta social”, e está comprometida em “ensinar os alunos a criticar representações e discursos da mídia, mas, também, em enfatizar a importância de aprender a usar a mídia como formas de auto-expressão e ativismo social” (KELLNER, 1998, tradução nossa).

Em outras palavras, a alfabetização midiática diz respeito a um projeto pedagógico que defende o estudo crítico da mídia, na medida que busca compreender como a cultura da mídia relaciona-se com questões sociais e políticas.

Quando as pessoas aprendem a perceber o modo como a cultura da mídia transmite representações opressivas de classe, raça, sexo, sexualidade, etc. capazes de influenciar pensamentos e comportamentos, são capazes de manter uma distância crítica em relação às obras da cultura da mídia e assim adquirir poder sobre a cultura em que vivem. Tal aquisição de poder pode ajudar a promover um questionamento mais geral da organização da sociedade e ajudar a induzir os indivíduos a participarem de movimentos políticos radicais que lutam pela transformação social (KELLNER, 2001 [1995], p. 83).

Dentro dessa abordagem, Kellner quer relacionar o seu estudo cultural apoiado no multiperspectivismo crítico. A sua proposta é combinar: “1) análise da produção e da economia política dos textos com 2) análise e interpretação textual e 3) análise da recepção por parte do público e de seu uso da cultura da mídia” (Ibid., p. 254). O autor pretende fazer do presente estudo “uma tentativa de situar as produções culturais em contextos econômicos, sociais e políticos mais amplos dos quais elas emergem e nos quais exercem seus efeitos” (Ibid., 74). Ele está interessado em fornecer uma leitura mais politizada da cultura da mídia, que examine o modo como seus discursos, suas imagens e aspectos estéticos incorporam certas posições ideológicas e produzem efeitos políticos.

Pode-se ensinar como a cultura da mídia fornece declarações significativas ou ideias sobre o mundo social, capacitando visões de gênero, raça e classe ou estruturas e práticas estéticas complexas, colocando, assim, um giro positivo sobre como pode fornecer contribuições significativas para a educação. No entanto, devemos também indicar como a cultura da mídia pode promover o sexismo, o racismo, o etnocentrismo, a homofobia e outras formas de preconceito, bem como a desinformação, ideologias problemáticas e valores questionáveis, promovendo uma abordagem dialética da mídia (KELLNER et al., 2005, tradução nossa).

Ele acredita que a alfabetização midiática pode oferecer aos indivíduos maior empoderamento sobre a cultura em que estão inseridos e, assim, permitir que eles criem “seus próprios significados e identidades para moldar e transformar as condições materiais e sociais de suas cultura e sociedade” (KELLNER et al., 2007b, p. 16, tradução nossa). Na visão do autor, a cultura da mídia têm uma função formadora na medida que estimula padrões, valores e visões de mundo ao público. Sabendo disso, os educadores devem elaborar estratégias para ensinar a alfabetização midiática com o objetivo de avançar em uma educação multicultural, e ajudar os alunos nessa aquisição de empoderamento cultural.

Pois, contra McLuhan, que afirma que as gerações mais jovens são naturalmente alfabetizadas midiaticamente (1964), eu argumentaria que o desenvolvimento da alfabetização crítica da mídia requer o cultivo de estratégias explícitas de pedagogia cultural e modelos de educação para a mídia. Todas as pessoas em uma cultura de mídia como a nossa [...] são capazes de ler e interpretar a multiplicidade de formas culturais com as quais interagem diariamente, mas sua alfabetização midiática é muitas vezes inconsciente e irrefletida, exigindo o cultivo de habilidades cognitivas de análise, interpretação e crítica (KELLNER, 1998, tradução nossa).

Para Kellner, a população, na maior parte das situações, não tem consciência crítica de que está sendo educada e posicionada a todo instante pela cultura da mídia, presente no jornalismo e no entretenimento. A cultura da mídia age, nesse sentido, como uma forma de pedagogia invisível, e que é absorvida inconscientemente pelos leitores/espectadores. Por isso, ele acredita que abordagens de viés crítico, que não ignorem a mídia, mas que a pensem no contexto da educação, são fundamentais para conscientizar os indivíduos. Trata-se de perceber como a cultura da mídia constrói significados e influencia a identidade e o comportamento de todos nós.

A educação tem sido tradicionalmente envolvida no processo de autoconstituição e, portanto, na construção de identidades. Um indivíduo auto-constituente é capaz de selecionar e avaliar ideias, valores, formas de comportamento, formas culturais, instituições e práticas sociais de um modo crítico e discriminatório, para torná-las suas próprias, e se engajar em um processo de autodescoberta e autodesenvolvimento. A educação, então, fornece as ferramentas, as habilidades e o conhecimento para criar um indivíduo auto-constituente capaz de pensar e fazer escolhas por si mesmo e capaz de conviver com outras pessoas, respeitando e valorizando as diferenças e capaz de chegar a um consenso sobre mercadorias, para resolver argumentos e resolver diferenças de forma amigável, ou para aceitar e conviver com diferenças que não podem ser resolvidas (Ibid., tradução nossa)

Kellner sugere que a alfabetização midiática avance como um projeto pedagógico para todos os estudantes; como uma disciplina que não contemple apenas os graduandos dos cursos de comunicação social, em nível universitário, mas, que esteja disponível para os alunos de outras áreas, e em estágios anteriores à graduação. Ele propõe a criação de ações pedagógicas dentro de escolas de ensino médio e fundamental, para orientar os estudantes, desde cedo, a ler e interpretar criticamente os textos da mídia, e usar a “cultura para compreender e transformar democraticamente o mundo” (KELLNER, 2003a, p. 30, tradução nossa).

Durante todo o tempo, fazemos uma pedagogia crítica da mídia, cujas finalidades são: possibilitar que os leitores e cidadãos entendam a cultura e a sociedade em que vivem, dar-lhes o instrumental de crítica que os ajude a evitar a manipulação da mídia e a produzir sua própria identidade e resistência e inspirar a mídia a produzir outras formas diferentes de transformação cultural e social. A pedagogia crítica da mídia desenvolve conceitos e análises que capacitam os leitores a dissecar criticamente as produções da mídia e da cultura de consumo contemporâneas, ajudam-lhes a desvendar significados e efeitos sobre a sua própria cultura e conferem-lhes, assim, sobre o seu ambiente cultural (Id., 2001 [1995], p. 20).

O projeto kellneriano é influenciado pelos estudos de John Dewey (1859-1952) e sobretudo pela pedagogia de Paulo Freire (1921-1997), quem desenvolveu uma “alfabetização para ensinar as pessoas a ler a palavra e, por meio da leitura, ler para transformar o mundo” (Ib., 2003a, p. 30, tradução nossa).

Freire percebeu que a educação é muitas vezes uma forma de doutrinação, de reforço da conformidade com os valores dominantes e de reprodução social na qual alguém é orientado para a submissão e aceitação de um status oprimido e subordinado. Portanto, a pedagogia dos oprimidos deve opor-se às concepções dominantes de educação e escolaridade e desenvolver pedagogias mais críticas e emancipatórias visando a transformação social radical (Id., 2003c, p. 6, tradução nossa).

Em leitura a Freire, Kellner salienta a dimensão pragmática da alfabetização midiática, visando o uso crítico da mídia como instrumento de mudança social. Compreender criticamente o papel que a mídia desempenha na ordem social é colaborar com a luta por maior democratização e participação cívica.

Para Freire, a educação emancipatória envolve subverter a dialética hegeliana mestre/escravo, na qual indivíduos oprimidos realizam uma transformação de objeto em sujeito e, portanto, se tornam adequadamente um sujeito e um ser humano mais desenvolvido. [...] O desenvolvimento de uma “pedagogia dos oprimidos” exige a criação de processos de aprendizagem que realmente ajudem os indivíduos a melhorar-se e a criar uma vida melhor através da transformação social e do empoderamento, em vez de se conformarem com valores e opiniões dominantes. (Id., 2003c, p. 6, tradução nossa).

Uma educação emancipatória significa superar o erro de instituir a alfabetização midiática em ações de cima para baixo, impostas, por exemplo, por um grupo de professores, que definirá quais serão os materiais de estudo. Para Kellner (1998, tradução nossa), os “exercícios de alfabetização midiática podem muitas vezes envolver de forma intensa a

participação dos alunos em um processo de aprendizado mútuo, no qual professores e alunos aprendem juntos habilidades e competências de alfabetização midiática”.

Inspirado a fazer uma pedagogia que valorize os modos de participação, Kellner sabe que ações de integração são um passo inicial. Em razão disso, está preocupado em identificar e analisar as formas pelas quais a mídia produz/reproduz o racismo, o sexismo, a homofobia e outros preconceitos. O objetivo seguinte é encorajar os estudantes a encontrar suas próprias vozes e produzir representações mais plurais, por meio da crítica à cultura da mídia. Isto é, alfabetização midiática deve gerar momentos de reflexão da realidade vivida, buscando sempre as práticas democráticas. Essas serão potencializadas, se alinhadas ao avanços tecnológicos.

Kellner explica que a alfabetização midiática deve trabalhar de dois modos para aproximar o conhecimento da informática. O primeiro está associado ao nível técnico, responsável pelo desenvolvimento de “habilidades básicas de digitação, uso de programas de computador, acesso à informação e uso de tecnologias de computador para uma variedade de propósitos, desde comunicação verbal até expressão artística” (Ibid., tradução nossa). No segundo, fala-se de uma relação com o intelecto: habilidades de decodificar imagens, sons e textos; desenvolvimento da leitura e escrita, que colaborem para um exame crítico diante o crescente número de informações que somos expostos.

Além das habilidades cognitivas lineares necessárias para a leitura tradicional de material impresso, a alfabetização multimídia requer a capacidade de ler hipertextos que são frequentemente multidimensionais, exigindo a conexão de imagens, gráficos, textos e, às vezes, material de áudio e vídeo. Envolve também a criação de conexões entre o mundo cibernético complexo e de múltiplas camadas e sua conexão com o mundo real. [...] Tal esforço seria parte de uma nova pedagogia crítica que tenta capacitar criticamente os indivíduos para que eles possam analisar e criticar a tecnocultura emergente, bem como participar de seus fóruns e sites culturais (Id., 1998, tradução nossa).

O autor argumenta que os “educadores devem discernir que estamos no meio de uma das mais intensas revoluções tecnológicas da história e que devemos aprender a adaptar novas tecnologias de computação à educação” (Ibid., tradução nossa). Eles devem motivar os alunos no uso das plataformas digitais com objetivos mais pedagógicos e políticos, fazendo delas ferramentas mais progressistas. Estarão ajudando, assim, “a capacitar os alunos a se tornarem sujeitos ativos na tecnologia de mídia emergente” (KELLNER et al., 2010, p. 34, tradução nossa).

A visão otimista de Kellner, em relação ao desenvolvimento da internet, fica evidente quando ele diz que essa “abriu um espaço para que os indivíduos percebam a crença de Benjamin (1934), de que um ‘leitor está sempre pronto para se tornar um escritor’, sugerindo

um novo espaço para o engajamento cívico dos cidadãos modernos” (Ibid., 2010, p. 3, tradução nossa). Em seguida, apropriando-se de Habermas, Kellner propõe que a “comunicação interativa e descentralizada na internet pode revigorar o potencial da democratização pedagógica na esfera pública” (Ibid., p. 4, tradução nossa).

O autor sugere que a internet é contrastada, aqui, com as rígidas noções de escola, e pode proporcionar aos estudantes a oportunidade de reivindicar a educação como um espaço público de autonomia pessoal e pluralidade.

A internet oferece hoje aos indivíduos um cenário pedagógico totalmente novo: a comunicação descentralizada e interativa, um modelo participativo de pedagogia e um fluxo expandido de informações, constituindo assim um novo campo para a conjuntura da educação e da democracia. Este desenvolvimento tecnológico ampliou a participação voluntária dos indivíduos na educação mútua através da proliferação de novas vozes e visões, tornando possível a democratização do conhecimento e da aprendizagem em suas vidas diárias (KELLNER et al., 2010, p. 16, tradução nossa).

Com isso, Kellner revela intenção de atualizar a pedagogia freireana ao destacar as potencialidades da internet na discussão. Ele está de acordo com Freire, quando este diz que a principal crítica não diz respeito à mídia em si, mas à forma excessivamente comercial como é usada. O mesmo valeria para a internet. Kellner vê a internet como um conjunto de espaços potenciais de representação e autoexpressão para os indivíduos historicamente excluídos dos meios tradicionais de comunicação. As novas plataformas colaborativas apresentam-se como espaços que podem “proporcionar aos indivíduos oportunidades significativas de intervir na política cultural midiática” (Ibid., 2010, p. 29, tradução nossa).

Além do uso da tecnologia, Kellner defende a retomada da valorização do ensino de habilidades artísticas.

Incorporar as artes e produção de mídia na educação oferece o potencial para tornar a aprendizagem mais experimental, prática, criativa, expressiva e divertida. A educação em artes de mídia pode trazer prazer e cultura popular à educação convencional, tornando a escola mais motivadora e relevante para os alunos. Quando essa abordagem ultrapassa as habilidades técnicas de produção ou a apreciação relativista da arte e está imersa em estudos culturais e pedagogia crítica, que abordam questões de gênero, raça, classe, sexualidade e poder, ela possui um potencial dramático para a alfabetização crítica de mídia transformadora (KELLNER et al., 2007a, tradução nossa).

Uma alfabetização midiática com viés artístico, por sua vez, ensina a apreciar as qualidades estéticas da mídia, e a usar as várias tecnologias para potencializar os processos de autoexpressão e criação.

Considerações finais

A alfabetização midiática proposta por Kellner dá dimensão pragmática ao seu estudo cultural crítico. Busca analisar e contextualizar a cultura da mídia como produto da luta social, e quer provocar os alunos a criticar mais fortemente as representações e os discursos da mídia. Por outro, enfatiza a “importância de aprender a usar a mídia como modos de autoexpressão e ativismo social” (KELLNER, 1998, tradução nossa).

Ao fim, devemos ter em mente que a alfabetização midiática não é uma pedagogia no “sentido tradicional, com princípios firmemente estabelecidos, um cânone de textos e procedimentos de ensino testados e comprovados” (Ibid., tradução nossa). Trata-se de um campo, relativamente recente, ainda em construção, que está despertando crescentemente o interesse de novos estudiosos.

Referências bibliográficas

BEST, Steven; KELLNER, Douglas.. **The Postmodern Turn: Critical Perspectives**. Nova York: Guilford Press, 1997.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001 [1995].

_____. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. **Revista Líbero**, vol. 6, n. 11, 2003b, p. 4-15. Disponível em: <<https://bit.ly/2vyiKjb>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

_____. **Media Spectacle**. Londres: Routledge, 2003a.

_____. Multiple Literacies and Critical Pedagogy in a Multicultural Society. **UCLA Graduate School of Education & Information Studies**, Los Angeles, 1998. Disponível em: <<https://bit.ly/2HIFYYY>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Toward a Critical Theory of Education. **UCLA Graduate School of Education & Information Studies**, Los Angeles, 2003c. Disponível em: <<https://bit.ly/2K3RMDe>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. Toward critical Media Literacy: core concepts, debates, organizations, and Policy. **Discourse: studies in the cultural politics of education**. v. 26, n. 3, p. 369-386, 2005.

KELLNER, Douglas. KIM, Gooyong. YouTube, critical pedagogy, and media activism: an articulation. **UCLA Graduate School of Education & Information Studies**, Los Angeles, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2HRosiz>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. Critical media literacy is not an option. **Springer International Publishing**, Berlim, 2007a. Disponível em: <<https://bit.ly/2JhXgZJ>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

_____. Critical Media Literacy, Democracy, and the Reconstruction of Education. **UCLA Graduate School of Education & Information Studies**, Los Angeles, 2007b. Disponível em: <<https://bit.ly/2kxJs3h>>. Acesso em: 8 jul. 2017b.

A INTERDISCIPLINARIDADE NO PENSAMENTO DE OLGA POMBO: LIMITES E POSSIBILIDADES

THE INTERDISCIPLINARITY IN OLGA POMBO'S THOUGHT: LIMITS AND POSSIBILITIES

*Sônia Maria Schio
Profa. Dra DFi/PPGFi/IFISP/UFPEl
soniaschio@hotmail.com*

RESUMO

A pesquisa sobre o tema da interdisciplinaridade na acepção da Professora Olga Pombo vem sendo desenvolvido desde 2017, momento em que ela aceitou orientar o estudo de Pós-Doutoramento intitulado: "Arendt e Pombo: ensino para a cidadania e transmissão de saberes", efetivado na Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências, em janeiro/2018. Nessa perspectiva, o presente texto apresenta um recorte sobre o tema, destacando o da interdisciplinaridade. A questão a ser investigada questiona os limites e as possibilidades da atividade entre disciplinas, a qual tem sido mais propalada do que vivida. Para tanto, as hipóteses afirmam que, segundo Pombo, a educação não é sinônimo de ensino, que a tarefa da escola e do professor é a transmissão de saberes teóricos para a vida de um ser humano integral, não compartimentado como a sociedade atual tem apregoado. Um ser fragmentado não está apto para o convívio com os outros porque não compreende o mundo, e o passado não tem significado. Cabe, então, à escola, expor o legado da Humanidade para que cada um possa se sentir partícipe no espaço em que se encontra: a Terra. Para tanto, o método utilizado será o analítico, descrevendo o problema e as hipóteses elencadas com o auxílio dos métodos de procedimento funcionalista e tipológico.

Palavras-chave: Olga Pombo. Interdisciplinaridade. Transmissão de saberes teóricos. Educação.

ABSTRACT

The research regarding the theme of interdisciplinarity according to Professor Olga Pombo's understanding has been developed since 2017, moment that she accepted to to guide the postdoctoral study entitled "Arendt and Pombo: teaching for citizenship and transmission of knowledge", carried out in the University of Lisbon - Faculty of Sciences, in January / 2018. In this perspective the present text presents a clipping on the theme, giving emphasis on interdisciplinarity. The subject to be investigated questions the limits and possibilities of the activity between disciplines, which has been more propelled than experienced. For such, the hypotheses claim that, according to Pombo, education is not synonymous with teaching, the task of the school and the teacher is the transmission of theoretical knowledge to the life of an integral human being, not compartmentalized as the present society has proclaimed. A fragmented being is not prepared to live together with others because he or she does not comprehend the world, and the past has no meaning. Then, it is up to the school, to present the legacy of Humanity so that each one can feel that makes part in the space where lives: the Earth. For this, the method used will be analytical, describing the problem and the hypotheses listed with the aid of functionalist and typological methods.

Keywords: Olga Pombo. Interdisciplinarity. Transmission of theoretical knowledge. Education.

Dantes os homens podiam facilmente dividir-se em ignorantes e sábios, em mais ou menos sábios e mais ou menos ignorantes. Mas o especialista não pode ser subsumido por nenhuma destas duas categorias. Não é um sábio porque ignora formalmente tudo quanto não entra na sua especialidade; mas também não é um ignorante porque é um 'homem de ciência' e conhece muito bem a sua pequeníssima parcelas do universo. Temos que dizer que é um 'sábio-ignorante', coisa extremamente grave pois significa que é um senhor que se comporta em todas as questões que ignora, não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem, na sua especialidade, é um sábio.⁵⁹

À guisa de Introdução

A disciplinarização dos conteúdos ministrados nas escolas tem se mostrado insuficiente para uma grande parte dos professores, em especial da área das chamadas Humanidades, mas também pelos alunos e outros componentes da comunidade. Em outros termos, quando se visa a uma educação completa, isto é, que não objetive apenas a preparação para o trabalho ou para o atendimento das demandas atuais (do mercado?, do consumo?), ensejando que cada aluno se torne uma pessoa feliz, um cidadão ativo e um ser humano digno, ela precisa ser ampliada, repensada, reforçada. Além disso, a busca por uma "formação" (*Paideia, Bildung*) precisa pretender mais do que tornar a aula interessante, divertida ou estimulante. Dito em outros termos, as metodologias precisam ser variadas, aperfeiçoadas, e o uso de tecnologias podem auxiliar. Entretanto, é importante lembrar, o saber é um: ele foi compartimentado, em forma de disciplinas ou de matérias, para facilitar aos alunos a apreensão do todo, que é complexo. Há um momento, então, que se faz necessário que ele volte a ser reunido, interligado, integrado, para que ele possa ser reconhecido não apenas como objeto cognoscível, mas como o que ele é: o que captado (pelos sentidos ou idealizado), intelectualizado e pensado. Em outros termos, a maneira de cada ser humano sentir e entender o entorno (passado e presente), organizando a própria vida (no presente e para o futuro). Ou ainda, o modo de inserir-se no ambiente (natural e cultural), a partir de sua capacidade cognitiva e de viver e conviver nele.

A fragmentação dos conteúdos será situacional, pois não está ligada à essência, mas às circunstâncias do ato educativo, como idade e maturidade dos estudantes, materiais disponíveis, por exemplo. Nesse contexto, a interdisciplinaridade tem se mostrado um exercício constante e eficaz na atuação da presente docente e pesquisadora. Ela tem sido um esforço reiterado nos 30 anos de atividade. Ou seja, desde as Licenciaturas em História e em Filosofia ao magistério nas escolas de ensino fundamental e médio, continuada na Graduação e na Pós-Graduação, enfatizada nos grupos de estudo e no PIBID 2009 da UFPel. Porém, a investigação mais

⁵⁹ GASSET apud POMBO, 2005, p. 7.

minuciosa em termos teóricos, sobre o tema da interdisciplinaridade, tornou-se possível a partir de 2017, sob a orientação da pesquisadora Dra. Olga Pombo, Professora na Universidade de Lisboa. E o estudo tem se mostrado profícuo na retomada e no aprofundamento da teoria e da busca, nas aulas de Filosofia, de um fazer pedagógico mais consistente, mais proveitoso no sentido de incentivar os discentes à prática interdisciplinar e também a novos questionamentos. A pesquisa de Pós-Doutoramento intitula-se: "Arendt e Pombo: ensino para a cidadania e transmissão de saberes". Assim, um agradecimento especial à Professora Pombo, que aceitou prontamente o projeto, auxiliou nos suportes técnicos (documentos, sala, livros,), permitiu a participação em seminários e orientou pessoalmente os estudos, os quais ocorreram na Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências, em janeiro de 2018. As reflexões sobre a importância do tema, assim como a possibilidade de vivências e de leituras foram efetivas para o aprofundamento teórico na temática, tornando mais substanciais, coesos e coerentes os argumentos que afirmam sua necessidade nas mais variadas aulas.

O texto apresentado no Evento, e agora disponibilizado enquanto artigo, compõe o estudo em um seus momentos essenciais: ele interliga a "transmissão dos saberes teóricos" à interdisciplinaridade. Todavia, não se pretende apregoar que a disciplinarização seja abandonada, mas ampliada, aperfeiçoada, a partir da exposição de um contexto maior, que indique as relações e as correlações dos assuntos a serem tratado em sala de aula. Mas isso não requer que o ensino se adapte a um Mundo Ocidental globalizado. Convém ressaltar que é tarefa do ser humano conhecer o mundo (*a physis* e as elaborações humanas no tempo) e compreendê-lo, adotá-lo ou resistir a alguns aspectos dele. E a escolha precisa partir da posse de um amplo panorama, de alternativas complementares ou conflitantes. Cabe ao docente, segundo Arendt (1992, item 5) providenciar que cada estudante conheça o mundo para adentrar nele como cidadão. Nesse momento, será tarefa do professor buscar a preservação deste mundo daqueles novos que trazem esperança e instabilidade, pois podem preservá-lo ou não.⁶⁰ A tarefa do professor, então, é dupla: responsabilidade pelo aluno, por cada um deles, e pelo mundo. Mas esta não é absoluta, isto é, ela não retira a responsabilidade dos pais, do Governo, das mídias: ela se restringe ao âmbito escolar, mesmo que o extrapole. Aquele que ensina precisa preparar

⁶⁰ Nos termos de Arendt (1973, p. 78), "todo homem nasce membro de uma comunidade particular e só pode sobreviver nela se nela é bem vindo e se sente à vontade. A situação fatural de cada recém-nascido implica numa espécie de consentimento; ou seja, num tipo de conformação às regras com as quais é jogado o grande jogo da vida no grupo particular a que ele pertence por nascimento." Cabe à educação informal (família e etc.) e à formal (escola) proporcionar essa "entrada" no mundo humano: "a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres *nascem* para o mundo." (ARENDR, 1992, p. 223. Grifo de Arendt.)

a criança para o mundo, e proteger o mundo dos novos seres que nele adentram e que podem alterá-lo em demasia, destruindo-o.⁶¹

Destacando, então, o tema da interdisciplinaridade como indispensável à prática escolar, é preciso conceituá-la e caracterizá-la. Após, de forma breve e sintética, expor os limites e as possibilidades dela. A interdisciplinaridade pode ser efetivada por um professor ou por um grupo, com o objetivo de que a motivação, os saberes e os objetivos destes invertam a situação vigente, ou seja, tornando-a mais vivida do que propalada. A Hipótese Geral, norteadora deste estudo, é a de que "A interdisciplinaridade é imprescindível, mas também factível, a partir da consciência de seus limites e das possibilidades, segundo os pressupostos teóricos expostos por Pombo, em seus escritos. Esta proposta desdobra-se em sub-hipóteses (ou Hipóteses Específicas) que afirmam: (1) a educação não é sinônimo de ensino, (2) a tarefa da escola e do professor é a "transmissão de saberes teóricos" (3) para a vida de um ser humano integral, não compartimentado como a sociedade atual tem apregoado.

A Educação e o Ensino

A escola é essencial na vida de uma criança ou adolescente, mas também à comunidade a que cada um pertence: "a educação não é uma propriedade individual, mas pertence à comunidade." (JAEGER, 2003, p. 4) E mais, a "prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite sua peculiaridade física e espiritual." (*Idem*, 2003, p. 3) A ela cabe, por meio de uma de suas instituições, aquela chamada de "escola", oportunizar que cada educando conheça o que a Humanidade elaborou no decorrer dos anos, possibilitando que ele, quando adulto, propague esse saber. A esse processo, Pombo (2006, p. 1) denomina de "ensinar": O que está em jogo é, do meu ponto de vista, a distinção muito clara entre ensino e educação." Embora o professor, muitas vezes, eduque, ele não tem essa função (*Idem*, 2006, p. 6): ele deve ensinar. O "educar" pode ocorrer fora da escola, pois implica um "saber-fazer", como ela (POMBO, 2006, p. 5. Grifo dela.) explica e exemplifica:

haveria ainda um outro nível da transmissão e que é transmissão dos saber-fazer, do saber-ser, do saber-estar. (...) A transmissão por exemplificação ou por imitação. Quem transmite estes saberes, exemplifica. Quem aprende, imita, reproduz, repete, treina e, assim, adquire a competência de quem transmite. É assim que se transmitem os inúmeros **saberes-fazer** de que a nossa vida e sobrevivência é, em grande parte,

⁶¹ Segundo Arendt (1973, p. 72), "nenhuma civilização - o artefato humano para abrigar gerações sucessivas - teria sido jamais possível sem uma estrutura de estabilidade [as leis, por exemplo] que proporcionasse o cenário para o fluxo e a mudança [que os novos seres podem gerar]."

feita. Desde saber lavar os dentes até saber pôr a mesa, andar de bicicleta, guiar automóvel. Há um conjunto de saberes que implicam comportamentos, uma aprendizagem gestual, o controle dos músculos, dos movimentos, que também se transmitem, através do exemplo, e que supõem, naquele que aprende, naquele que recebe a transmissão, a capacidade da imitação, da repetição, da observação, do treino, do exercício. Aquilo que assim se adquire é justamente o tal saber-fazer. O que é lamentável é que, hoje em dia, há muitas pessoas que estão convencidas que todos os saberes são, em última análise, desta natureza. Não sabem distinguir entre o que é aprender um saber deste tipo ou aprender Matemática, ou História, ou Cristalografia ou Francês.

Reforçando esse argumento, pode-se afirmar que compete à família iniciar a educação das crianças, a qual é continuada ainda de maneira informal (na Religião, no esporte, no convívio com parentes, amigos, vizinhos, entre outros; ou ainda pelos meios de comunicação).

Em Arendt (1992, p. 246), por exemplo, no artigo "Crise na Educação", na obra *Entre o Passado e o Futuro*, esta distinção está presente, embora a autora demonstre que há uma imbricação: "Não se pode educar sem ao mesmo tempo ensinar; uma educação sem aprendizagem é vazia e portanto, degenera, com muita facilidade, em retórica moral e emocional. É muito fácil, porém, ensinar sem educar, e pode-se aprender durante o dia inteiro sem ser educado."⁶²

Para tal, a interdisciplinaridade torna-se essencial. A interdisciplinaridade é entendida pela autora (POMBO, 2004, p. 14) como a integração, a colaboração entre as diversas áreas do saber. Ela carece de reconstrução do todo a partir de um programa analítico mais completo, pois o atual é insuficiente (p. 15). Nessa perspectiva, é preciso ultrapassar a especialização que desconsidera o que as outras áreas estudam e descobrem ou teorizam e experimentam; questionam e pesquisam em busca de um "cruzamento de saberes" (p. 18). Ela caracteriza-se pela transversalidade de conhecimentos; pelo encontro de competências que a simples presença de pessoas, de intuítos retóricos ou de objetivos expostos em documentos pedagógicos não conseguem atingir automaticamente. É necessário que propostas sejam expostas, pensadas e confrontadas; que princípios discursivos e técnicas usuais sejam repensadas. Enfim, que haja empenho efetivo pela interdisciplinaridade, seja pelo indivíduo, grupo ou comunidade.

A "transmissão de saberes teóricos"

Pombo (2006, p. 2), então, elabora o chamado "Elogio à transmissão":

⁶² Em Schio (2012, item 2.4, p. 224-229), este tema está dissertado, sob a perspectiva arendtiana, com mais detalhes.

Se fôssemos imortais, então, sim, não precisaríamos da transmissão. Cada um de nós teria uma vida imortal e, em conjunto, poderíamos viver vidas paralelas, uns ao lado dos outros. Cada um teria o seu percurso igualmente imortal. Encontrar-nos-íamos no acaso das nossas vidas eternas e não precisaríamos de fazer nenhum elogio da transmissão. Mas, sendo nós mortais, condenados a articulações apenas horizontais, para fazer passar alguma coisa de geração em geração, para garantir alguma verticalidade, tivemos que inventar e instituir diversificadas formas de transmissão (dos sons, da fala, dos nomes, da propriedade, dos bens, da fortuna, dos mitos, dos ritos, dos saberes). A partir do momento em que somos mortais - e essa condição parece ser irrecusável, irremediável, incontornável - por muito que nos custe, não há como não fazer o elogio da transmissão. Ou melhor, o que é estranho é termos ainda que fazer esse elogio.

A escola, assim, recebe a indispensável função de transmitir.⁶³ E o faz de um conteúdo muito específico, especial e essencial: os "saberes". Mais explicitamente, "os saberes teóricos"⁶⁴, o resultado da busca humana pelo compreender o mundo que o cerca, sem precisar necessariamente alterá-lo, ou dominá-lo, ou destruí-lo, como foi apregoadado nos séculos XVII-XIX, culminado com as inúmeras guerras, duas de extensão mundial, no século XX.

As possibilidades podem ser resumidas em: (I) compreender o que é a interdisciplinaridade, isto é, a articular disciplinas, rompendo com o caráter estanque delas, buscando o cruzamento de conhecimentos, de competências com a integração de saberes e angariando a colaboração dos demais componentes do grupo; (II) enfatizando a capacidade, o entusiasmo e a dedicação dos professores que estão dispostos a essa experiência, que elaboram em busca de uma *Paideia* (termo utilizado pelos gregos) ou *Bildung* (segundo os Românticos do séc. XVII, atual Alemanha.) Dito outramente, de uma formação completa: estética, epistêmica e ética. (III) interpretando a interdisciplinaridade como a manifestação de uma transformação epistemológica⁶⁵ em curso, pois a especialização se mostra insuficiente (pois não retorna ao todo). Essa "transformação" supõe que os docentes têm consciência dos limites da disciplinarização, que se dispõem a "tentar, apostar" em algo diferente. Para tanto, será preciso, e eis os limites, superar o individualismo, a concorrência, o desejo egóico de possuir a verdade ("estar sempre certo; com a razão"). A vivência interdisciplinar supõe o questionamento, a

⁶³ A "escola cujo brilho é insuportável justamente porque ela é aí defendida como o lugar da transmissão." (POMBO, 2006, p. 2)

⁶⁴ Segundo Pombo (2005, p. 5), "por saberes teóricos - é difícil meter tudo num só saco - entendemos coisas como a Matemática e a História ou a Física e a Filosofia. Teóricos vem da palavra teoria, que é uma palavra lindíssima, que, por sua vez, vem do étimo grego *theoria*, que significa visão, contemplação. Por isso, tenho definido o ensino como o processo de "dar a ver"."

⁶⁵ A "epistemologia", *latu sensu*, trata do conhecimento e suas explicações. Por exemplo, Hessen (1980, p. 25-36) explica o conhecimento (em geral) a partir da Fenomenologia: a dualidade entre sujeito e objeto. Pombo (2013, p. 19) explica a tarefa da "Epistemologia ou Filosofia da Ciência) enquanto disciplina filosófica, que questiona o conhecimento científico, um tipo de saber elaborado pelo humano a partir da definição do problemas e de hipóteses, referenciais teóricos, método e metodologia e das formas de buscar validá-lo (testagem/experimentação). Em outros termos, aborda-a *stricto sensu*.

pesquisa, a busca do novo, a aceitação das críticas (positivas ou não), o errar, o começar de novo. É preciso ter calma, dispor de tempo, de recursos. Cada novidade demanda a sucessão de momentos para ser sentida, averiguada, aceita. O trabalho em equipe, com colegas, com alunos, enfim, com outras pessoas, demanda conversas, respeito, etc. Enfim, apresenta muitas demandas, mas também muitos resultados: cooperação, aprendizagens, solidariedade, amizade, quesitos indispensáveis ao humano.

Em resumo, pode-se afirmar que (i) não há receita, um exemplo que seja ao mesmo tempo geral e universal, bastando segui-lo e obter o resultado esperado. Ao contrário: cada situação exige reconsideração, novas pesquisas, mais conversa. Enfim, adaptação. E esta aponta para outro limite, ii) o de ultrapassar os próprios princípios discursivos, perspectivas teóricas e repensar, redirecionar os métodos e as metodologias. Em outros termos, é preciso aceitar a necessidade de desfazer-se de padrões, de hábitos e "arriscar", saindo do comodismo para a insegurança de situações novas, perguntas inesperadas. Essa é a terceira limitação: (iii) a resistência à saída da especialização. Nesse momento, cabe uma diferenciação: apesar dos aspectos positivos e da insuperável necessidade de especialização na atualidade, devido ao conhecimento pormenorizado e à melhoria na qualidade de vida que isso produz, ela não deve ser considerada como o "ponto final". A Especialização é uma etapa necessária na vida do professor e/ou pesquisador, mas ele não pode se deter nela: todo e parte estão relacionados. O enfoque deve alternar-se em um ou outro, dependendo da situação. Do contrário, o lado negativo dela se faz sentir. Dito outramente, a fragmentação das ciências permite o dogmatismo, o estreitamento de perspectivas, o isolamento do grupo, a desconsideração do outro, do que o colega (e demais) faz e pensa; a competitividade por financiamento e por lucro.

A desintegração do saber e do ser

A fragmentação do conhecimento, com fins de ensino e de aprendizagem carecem, em um determinado momento, de serem integrados. As "ilhas" de informação precisam se juntar e formar o "continente" do conhecimento. Somente com a reorganização dos conteúdos poderá ocorrer a compreensão, a qual demanda que as faculdades humanas atuem em conjunto: inteligência, imaginação, memória, criatividade. Esse "todo", na aula, no capítulo seguinte, no próximo ano, será novamente flexibilizado para que se ele seja ampliado, aprofundado, aprimorado. E esse processo (dialético, talvez) precisa acompanhar cada ser humano ao longo da vida. Exposto de outra forma, a escolarização tem um final previsto e previsível; a aprendizagem, o conhecimento, a compreensão, não.

Um saber considerado finalizado, não gera dúvidas, nem leitura, nem alteração cognitiva, de mentalidade ou de atitudes. Um ser que se sente "pronto" não observa, ouve ou pensa: comporta-se a partir de hábitos, de frases-feitas, de modismos. Ele está fragmentado: sente, sabe e aprecia de forma compartimentalizada. Ele, assim, não está apto para o convívio com os outros porque não compreende o mundo, e o passado (dele, dos outros, da Humanidade em geral) não tem significado: ele não extrai modelos a seguir ou a evitar, não compara o presente com os exemplos do passado, enfim, atua mecanicamente. Cabe, então, à escola, oportunizar que seus alunos conheçam o legado da Humanidade para que cada um possa se sentir partícipe no espaço em que se encontra: a Terra. além disso, que saiba parilhar desse espaço com os outros humanos, com a fauna e a flora. Que resolva os problemas ou conflitos sem o uso de coação ou de violência. A escola propicia o importante momento da aprender a respeitar o outro enquanto outro, esteja ele presente ou pertença ao passado; exercite a escolha de "quem quer ser" e de "com quem quer estar", e também de qual é o mundo em que quer viver. Ou seja, o conformismo, o comodismo precisam ser questionados e pensados no contexto escolar, pois esperar para que outro faça é uma atitude não apenas de desresponsabilização, mas também de aceitação de que a desumanização possa ocorrer: esperar para que "alguém faça, pense, queira" permite que qualquer coisa seja possível, o que contraria o objetivo da educação que almeja um ser pleno e digno, íntegro e ativo.

Para finalizar, é adequado expor, de forma resumida, o método utilizado com relação aos conteúdos expostos. Isto é, qual foi a abordagem escolhida para tratar o conhecimento. E esta recaiu no Método Analítico porque ele descreve o problema e as hipóteses elencadas, com precisão nas proposições, com coerência no enunciado, visando a reduzir as possibilidades de interpretações indesejadas por aquele que o elaborou. Posto que essa escolha é muito abstrata, a análise demanda complementos. Os métodos elencados e utilizados foram os métodos de procedimento funcionalista e tipológico.

O método funcionalista auxilia a descrição ao indicar quais são os temas (as partes) mais relevantes na exposição do tema. Em outros termos, ele proporciona uma visão orgânica dos conteúdos a serem apresentados, suas ligações e interligações, as características essenciais que não podem ser descuradas. O método tipológico o complementa porque expõe um possível ideal, uma situação desejada como exemplar, um quadro que permite comparações: o que há, na realidade, e o que está ausente, que falta, que é necessário para que a realidade seja mais completa. Ao indicar as "carências, falhas", permite a descrição de possíveis soluções a ser

buscado. Nesse momento, a "transmissão de saberes teóricos" pela escola por meio da interdisciplinaridade.

Considerações Finais

Não se pode, não se deve, esperar que a escola resolva todos os problemas, sequer que o professor assuma a responsabilidade pelas crises atuais. Ele também é parte do todo: ele tem limites e potencialidades. Fora da escola, ele tem uma vida privada (pai/mãe; filho, esposo, vizinho ...) e na via pública, a cidadania. No mesmo viés, esperar que a interdisciplinaridade seja a solução para qualquer problema na sociedade ou na escola, na aprendizagem, ou outro, seria uma atitude, no mínimo, ingênua. Se o Planeta é habitado em conjunto, cada um tem responsabilidade com ele.

A escola é um local privilegiado para exercitar o respeito, a cooperação, a tolerância. E a interdisciplinaridade é uma maneira de promover um excelente exemplo aos alunos e à comunidade em geral. Ou seja, os professores que conseguem efetivá-la, além de aprimorar os próprios conhecimentos e fazeres, são exemplares, pois são aqueles que encorajam os outros, mostrando-lhes que é possível ser e fazer de variadas formas, e recomeçar, se necessário, mas e, especialmente, junto aos outros.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. Desobediência civil. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973. (p. 49-90)

_____. Crise na educação. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Nova Perspectiva, 1992. (p. 221-247)

HESSEN, Johannes. **Teoria Geral do conhecimento**. Arménio Amado - Editor, sucessor, Coimbra, 1980.

JAEGER, Werner. **Paidéia** – a formação do homem grego, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

POMBO, Olga. **Quatro textos excêntricos**: Arendt, Weil, Russell, Ortega y Gasset. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

_____. **Interdisciplinaridade**: ambições e limites. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

_____. Interdisciplinaridade e integração dos saberes - **Liinc em Revista**, v.1, n.1, março 2005. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/article/viewFile/3082/2778>. Acesso em 23/07/2017.

_____. **Elogio da Transmissão** (2006). Disponível em <http://cfc.ul.pt/biblioteca/online/pdf/olgapombo/elogiodatransmissao.pdf>. Acesso em 24/07/2017.

_____. Epistemologia da interdisciplinaridade - **Revista Ideação**, v. 10, n. 1, 2008. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em 23/07/2017.

_____. **Tarefas da Epistemologia e da Filosofia da Ciência para o séc. XXI**. CFCul, Lisboa: 2013.

SCHIO, Sônia M. **Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)**, Porto Alegre: Clarinete, 2012.

A SIGNIFICAÇÃO DA CULTURA PRISIONAL TENCIONADA EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

THE SIGNIFICANCE OF PRISON CULTURE TENNISED IN PROCESSES OF VOCATIONAL TRAINING

*Stephane Silva de Araujo
Doutoranda em Educação/ PPGE-FaE-UFPel
stephaneslv@gmail.com*

RESUMO

A realidade prisional brasileira é constantemente noticiada devido a face desordenada que possui. A complexidade carcerária somada à falta de condições estruturais consolida o cenário do qual trato. Contudo, um elemento chave para a superação do status quo é relegado a segundo plano, ou, quando é abordado, via de regra, tem suas atividades vinculadas a práticas negativas de atuação: os servidores públicos que atuam nas prisões. Estes, para atuarem no sistema, recebem formação profissional pautada por matriz curricular de referência e normativos internacionais. Considerando a complexidade da questão penitenciária e a possibilidade de o cárcere (re)produzir práticas sociais muito próprias que atravessam e significam formas de atuação, se torna evidente a emergência de uma cultura específica (NEUMAN, 1994). Assim, pensar a formação de servidores desencadeia a percepção de que a proposta curricular influencia a produção de identidades, localizações e endereçamentos. Passa a ser central, então, a necessidade de discussão quanto a potencialidade da matriz de formação produzida para o campo, uma vez que, configurada a existência de cultura própria, esta pode ser considerada um processo de significação (LOPES e MACEDO, 2011). Nessa senda, a investigação foi desenvolvida a partir de um estudo bibliográfico visando evidenciar o quão profícua é a relação existente entre os pressupostos de uma proposta curricular e a produção de uma cultura, tomada como exemplo a prisional.

Palavras-chave: Cultura prisional. Educação em Serviços Penais. Formação profissional. Currículo.

ABSTRACT

The Brazilian prison reality is constantly reported because of the disorderly face that it has. Prison complexity coupled with the lack of structural conditions consolidates the scenario in which I deal. However, a key element for overcoming the status quo is relegated to the background, or when it is approached, as a rule, its activities are linked to negative practices of performance: public servants who work in prisons. These, to work in the system, receive professional training based on a reference curriculum matrix and international regulations. Considering the complexity of the penitentiary issue and the possibility of imprisonment (re) producing very own social practices that cross and mean forms of action, the emergence of a specific culture becomes evident (NEUMAN, 1994). Thus, thinking the formation of servers triggers the perception that the curricular proposal influences the production of identities, locations and addresses. Therefore, the need for discussion about the potential of the training matrix produced for the field is central, once the existence of its own culture is configured, this can be considered a process of signification (LOPES and MACEDO, 2011). In this way, the research was developed

from a bibliographical study aiming to show how profitable the relationship between the presuppositions of a curricular proposal and the production of a culture is, taken as an example to prison.

Keywords: Prison culture. Education in Criminal Services. Professional qualification. Curriculum.

Introdução

O sistema carcerário brasileiro enfrenta uma crise sem precedentes. O Estado, responsável pela execução penal, pelas mais diversas razões, omite-se em suas funções básicas de provedor das condições para subsistência no cárcere e reproduz em todos os entes da federação, sem exceção, condições subumanas de permanência nas prisões brasileiras.

Elementos como superencarceramento (há superlotação em 78% dos estabelecimentos penais brasileiros), políticas públicas (ou a carência delas), crime organizado, doenças infectocontagiosas, poder judiciário, familiares, entre outros, compõem o sistema social da prisão e são constantemente referidos ao se tratar sobre o tema (THOMPSON, 1976; FOUCAULT, 1987; GARLAND, 1999; 2017; CHIES et al, 2001; MORAES, 2005; SYKES, 2017).

Nesse sentido, propõe-se concepção no sentido da conformação de uma cultura prisional específica, da qual emergem as orientações de formação profissional para novos servidores. Cumpre salientar que os servidores penitenciários vivenciam o confinamento no local de trabalho e carregam consigo a complexidade do sistema prisional, sobretudo no que se refere à responsabilidade em compatibilizar segurança e práticas que visem à reintegração social. Tais objetivos institucionais, incompatíveis entre si, devem ser almejados pelos funcionários que atuam no cárcere. Essa atuação se dá quase que de modo circular e sem fim, em busca de algo incongruente com o próprio sistema. É possível configurar, desse modo, que são também, os servidores, vítimas do processo de prisionalização, pois há a assimilação de determinados comportamentos, atitudes e valores intrínsecos do espaço ao qual se encontram expostos diuturnamente (THOMPSON, 1976; CHIES et al, 2001).

A emergência de uma cultura prisional

Pode causar estranhamento inicial, mas esta investigação, concebida no campo da educação, trata de questões relacionadas ao campo penal-punitivo tomando por pano de fundo a execução penal. Por isso, importa sobremaneira conhecer o que se diz, mas sobretudo o que

não se diz sobre o “sistema carcerário” brasileiro, para a partir daí fundamentar, quiçá, justificar os principais questionamentos aqui retratados.

De acordo com Sykes (2017) independente de lugar, finalidade ou tipo de estabelecimento existem similitudes básicas em qualquer unidade penal, para o autor “las prisiones tienen un estructura social común”. Assim, as características que conformam a prisão moderna, como a conhecemos, fazem com que tal instituição se apresente de modo muito semelhante independente do local onde se situe.

No ranking internacional que aponta os índices referentes à população carcerária, o Brasil é designado como o 3º país com a maior população presa do mundo, com 726.712 pessoas privadas de liberdade, distribuídas em 1.422 estabelecimentos penais, enfrentando um déficit de 358.663 vagas e apresentando uma taxa de ocupação do sistema penitenciário de 197,4%. Enquanto a taxa de encarceramento mundial se encontra na faixa de 144 presos a cada 100mil habitantes, no Brasil a taxa supera 350, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (INFOPEN, 2017).

Lemgruber (2004), por seu turno, reforça o entendimento quanto a existência de cultura específica constituída no sistema social da prisão, inclusive no que concerne aos conflitos fundamentados na ambiguidade de sua finalidade.

O conhecimento da cultura prisional revela que a convivência dos presos entre si e com seus custodiadores apresenta muitas peculiaridades. Também as relações entre os gestores da segurança penitenciária e os da assistência aos presos são objeto de permanentes dificuldades. Médicos, dentistas, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e professores aparentemente se colocam como os gestores da assistência, enquanto que os agentes de segurança se vêem como responsáveis pela segurança individual e coletiva. Tal dicotomia acaba sinalizando responsabilidades distintas, enganosas, como se um grupo de custodiadores trabalhasse “pró preso”, enquanto outro atuasse “contra o preso”. Na verdade, todos trabalham na custódia de presos, com inserções diferenciadas de acordo com suas atribuições profissionais, o que possibilita operacionalizar a execução da pena. (LEMGRUBER, 2004, p. 313)

Para Garland (1990, p. 228) a percepção cultural incide diretamente nas políticas penais, uma vez que a cultura pode ser encarada como “una dimensión de la vida social y un contexto conformador de la acción social (y penal).” Nesse sentido, o sociólogo do castigo afirma ainda,

Los patrones culturales estructuran las formas en que concebimos a los criminales, proporcionando los marcos intelectuales (científicos, religiosos o de sentido común) a través de los que vemos a estos individuos, entendemos sus motivaciones y los clasificamos como casos. [...] La intensidad de los castigos, los medios para infligir dolor y las formas de sufrimiento permitidas en las instituciones penales están determinados no sólo por consideraciones de conveniencia, sino también por referencia a los usos y sensibilidades del momento. (GARLAND, 1990, p. 230)

No cenário de fortalecimento das instituições penais a partir da cultura de um povo, é notório que as práticas desenvolvidas em seu interior seguirão os mesmos padrões, sendo via de regra, aceitas e defendidas pela sociedade, mesmo que, em desconformidade com orientações normativas, à exemplo da realidade carcerária brasileira.

Mas o que, afinal isso tem a ver com a investigação proposta? Penso que ao tratar das pessoas que laboram no cárcere faz-se necessário compreender não a natureza ou gênese do castigo, mas sim, de onde emergem determinadas condutas consideradas normais, inclusive, por parte dos servidores.

Nesse sentido, a perspectiva de que o sistema seja conformado a partir de um viés cultural, me faz crer que os servidores que lá atuam carregam para dentro das prisões os mesmos padrões culturais externos que definem o que é a prisão e como deva “funcionar”, convergindo no cotidiano laboral para constantes conflitos psicológicos, uma vez que passam a se chocar com o sistema social específico do cárcere. O que também se percebe em sentido inverso, ao constatarmos a assunção de valores oriundos do cárcere por parte dos indivíduos sem pena, os servidores.

Para Neuman (1994, p. 252), “o recluso deverá aprender, no caso dos primários, uma nova linguagem e os códigos desses enclaves, com seu folclore e tradições, que nada tem que ver com as pautas de convivência da comunidade extramuros”.

A partir desse entendimento resta clara que a assunção de valores incorporados no cárcere tenciona a necessidade de formação específica para que o servidor compreenda como lidar com os anseios advindos do fazer laboral. Ainda, ao compreendermos que a docência nas escolas de gestão penitenciária, via de regra, é desenvolvida por servidores que lecionam, teremos mais um indicativo quanto a “transferência” de representações e identidades sociais do cárcere para as atividades formativas.

Os servidores das carreiras penais e a necessária formação específica

No que concerne aos servidores à realidade é distinta. Nesse cenário, o déficit não é de vagas, mas sim de ocupantes. O contingente numérico de funcionários está aquém do que pode ser considerado necessário e adequado. No contexto brevemente apresentado, 105.215 profissionais se encontravam em atividade, em junho de 2016. Destes, 78.752 possuem vínculo empregatício estatutário, ou podem ser considerados efetivos. Os demais integram grupos

relacionados a cargos comissionados, terceirizados ou temporários (INFOPEN, 2017, p.46). Aqueles que possuem vínculo com a administração pública, via de regra, ingressaram em seus cargos por meio de concurso público.

Nesse sentido, a Lei de Execução Penal – LEP consagra a necessidade de curso de formação inicial específico para a investidura na carreira. Reside aqui um dos indicativos referentes à relevância da presente investigação: existe legislação nacional que determina a realização de curso de formação profissional na área penal. Logo, emergem diversos questionamentos: qual instituição o desenvolve? De que modo? Quem são os profissionais envolvidos? Que temas são abordados? Qual a estrutura pedagógica desta instituição? Entre outros que, abordo na sequência.

A formação profissional dos servidores públicos se torna uma preocupação estatal ao passo em que pode ser caracterizada como uma etapa necessária à articulação/execução de uma política pública de âmbito mais geral. Explico. Por exemplo, na fase de aplicação da pena privativa de liberdade atribuída judicialmente a um condenado, sua custódia ficará resguardada ao poder estatal. Este, por sua vez, deve primar pelo tratamento do apenado segundo diretrizes normativas nacionais e internacionais que regem a execução da pena. Nessa senda, visando a prestação desse serviço de modo condizente com os referidos regulamentos há que se velar pela profícua formação dos servidores que realizam suas atividades profissionais junto aos apenados sob sua tutela.

Configura-se assim, a necessidade de, para prestar adequado processo de execução da pena, formar/capacitar os servidores públicos das carreiras penais segundo os normativos que regulamentam tal atividade, sobretudo, segundo os preceitos de respeito à dignidade da pessoa humana, em se tratando do Brasil.

Nessa concepção, há a emergência do ideal de desenvolvimento profissional visando à prática de serviços públicos. Logo, ganha centralidade nesta investigação a perspectiva cultural do currículo voltada “às representações de mundo, de sociedade, do eu, que a mídia e outras maquinarias produzem e colocam em circulação, o conjunto de saberes, valores, formas de ver e de conhecer que está sendo ensinado por elas.” (COSTA, SILVEIRA e SOMMER, 2003, p. 57)

Configurada a existência de uma cultura específica do sistema prisional, percebo que os indivíduos que acessam este meio são atravessados por elementos que a compõem. Nesse sentido, a perspectiva de visibilidade, proposta pelos Estudos Culturais, a grupos menos

favorecidos em dada cultura, favorece a análise educacional de um relevante componente do sistema prisional: a formação de seus servidores – isto porque defendo, assim como Meyer (2012, p. 50), que a partir de processos educacionais os “indivíduos são transformados ou se transformam em sujeitos de uma cultura”. Ainda, tal perspectiva se apresenta como relevante ao considerar a conclusão de Chies et al (2001), no sentido da invisibilidade dos servidores do sistema carcerário.

Para Lopes e Macedo (2011) vincular cultura, educação e currículo é discutir um “repertório de significados”. Compreender o que é considerado válido em termos educacionais, para ser reproduzido em uma instituição de ensino, é visualizar o plano de ação que uma área possui para os seus educandos. Nesse sentido, as autoras entendem que o referido repertório é “um conjunto de sentidos socialmente criados que permite aos sujeitos se identificarem uns com os outros. É desse repertório que a teoria curricular propõe que sejam selecionados os conteúdos trabalhados pelo currículo.” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 184)

Compreender o currículo sob o enfoque cultural possibilita o fortalecimento da concepção de que ele “funciona como um sistema de significações dentro do qual os sentidos são produzidos pelos sujeitos” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 186). Perspectiva esta que, vem sendo pontuada nos capítulos anteriores e que será adensada nas seções seguintes, qual seja, a de que os sujeitos envolvidos com a política de educação em serviços penais atribuem a esta diferentes significados capazes de produzir sentidos diversos para os mesmos suportes textuais.

Com relação ao objeto de pesquisa proposto, pressuponho que seja a política de formação definida pelo Departamento Penitenciário Nacional a responsável por localizar/direcionar/produzir esse sujeito servidor penitenciário dentro do campo em que deverá atuar, a partir da normatização de processos de formação que se relacionem com o exercício prático da função. Daí decorre a necessidade de problematizar a discursividade destas políticas, bem como a produção cultural que emerge das mesmas por meio de tais discursos e que, por sua vez é retroalimentada por práticas docentes eivadas de costumes advindos da prática profissional. Para Lopes e Macedo (2011, p. 198) “ao se considerar que a ação social e a conduta dos sujeitos têm uma dimensão cultural ou discursiva está-se indo um pouco além e dizendo que a cultura não é apenas regulada, mas regula.”

No contexto da formação de servidores da área penal, é levado em consideração como conteúdo válido, o que preceitua a Matriz Curricular Nacional, organizada por meio de quatro “Eixos Articuladores” em torno dos quais toda e qualquer formação de servidores das carreiras

penitenciárias deve ser proposta. Ao adotarem a perspectiva de aproximação entre teoria e prática, os consultores que produziram a MCN assumiram que esta relação favorece os aspectos pedagógicos dos cursos e permite “que as suposições teóricas que fundamentam a prática possam ser discutidas e modificadas em função da realidade complexa com a qual o servidor penitenciário vai se deparar no seu dia a dia” (DEPEN, 2006, p. 14). Logo, são apresentados os seguintes eixos articuladores “Administração Penitenciária”, “Saúde e Qualidade de Vida”, “Segurança e Disciplina” e “Relações Humanas e Reinserção Social”.

De modo a reforçar a perspectiva adotada pela política penitenciária nacional, qual seja, de respeito aos direitos humanos. E, em se tratando da formação dos servidores da área, pretende-se que seja vinculada “aos princípios e ao respeito à dignidade humana”. (DEPEN, 2006, p. 21).

Fundamental para esta investigação é a visão de sujeito como um “efeito das linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamentos, das relações de poder-saber” (PARAÍSO, 2012, p. 29).

Nesse contexto, é imprescindível o estudo do currículo, pois ele permeia as relações na escola investigada. Para tanto, é utilizada a concepção de Moreira e Silva (2009), quanto ao currículo não ser um

elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado de relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organizações da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 2009, p.7).

Assim, perceber o desenvolvimento de um currículo monocultural que, se restringe aos acontecimentos e questões originadas apenas no cárcere, não abrindo a possibilidade de diálogo com o contexto externo, pode indicar que os significados que permeiam a concepção curricular da Espen estejam voltados aos sentidos já insculpidos na prática cotidiana dos docentes-servidores-eventuais.

Considerações

Frente a estes breves apontamentos insta asseverar a necessidade de se problematizar no ambiente acadêmico, a formação dos servidores das carreiras penais de modo a auxiliar as escolas de gestão penitenciária na produção do conhecimento.

A expertise universitária poderá fornecer importantes elementos para a construção de um ambiente de formação profissional sólido e crítico no que concerne a forte vertente cultural que apresenta.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal brasileira.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 07 mar. 2016.

CHIES, Luiz Antônio Bogo; BARROS, Ana Luísa Xavier; LOPES, Carmem Lúcia Alves da Silva; OLIVEIRA, Sinara Franke. **A prisionalização do Agente Penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena.** Pelotas: Educat, 2001.

COSTA, Maria Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luís Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 36-61, Maio-Ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n23/n23a03.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Educação em Serviços Penais – Fundamentos de Política e Diretrizes de Financiamento.** Brasília: DEPEN, 2005.

_____. **Guia de Referência para a Gestão da Educação em Serviços Penais.** Brasília: DEPEN, 2006a.

_____. **Matriz Curricular Nacional para a Educação em Serviços Penitenciários.** Consultores: Omar Alejandro Bravo e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. Outubro, 2006b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 27ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARLAND, David. **Castigo y Sociedad Moderna.** Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1999.

_____. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea.** Tradução André Nascimento. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: atualização julho de 2016.** Organização Thandara Santos; Colaboração Marlene Inês da Rosa. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 08 dez. 2017.

LEMGRUBER, Julita. **Sistema Penitenciário.** In: Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2004. p. 312-363.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 47-61.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 2009. p. 7-38.

NEUMAN, Elías. Victimización Carcelaria. In: NEUMAN, Elías. **Victimología y Control Social** – Las víctimas del sistema penal. Buenos Aires: Editorial Universidade, 1994. p. 247-284.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-45.

SYKES, Gresham. **La sociedad de los cautivos**: estudio de una cárcel de máxima seguridad. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2017.

THOMPSON, Augusto F. G. **A questão penitenciária**. Petrópolis: Vozes, 1976.

ESCOLA, CULTURA JUVENIL E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

SCHOOL, YOUTH CULTURE AND THE INFORMATION SOCIETY

Valdirene Hessler Bredow

Mestra em Educação/Universidade Federal de Pelotas

valhessler@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é relativizar o jovem estudante da sociedade contemporânea. O uso das tecnologias digitais traz aos alunos da sociedade da informação novas e diferentes maneiras de comunicação que são mediadas pela Internet. Estes jovens utilizam diversas formas para a troca de mensagens e diálogos, a chamada geração "Z". Imersos nas informações transmitidas e divulgadas pelos meios de comunicação em massa, os alunos passam a estar simultaneamente em contato com a televisão, telefones celulares e Internet. A escola então precisa transformar-se, acompanhando este fluxo de informações, assim como também os professores os acompanhar neste processo, contribuindo para o prazer de ir à escola e de aprender. Com isto, ao usar a cultura juvenil que se expressa através da música, imagem, vídeos e demais recursos que a arte pode proporcionar, a escola poderá trazer as vivências cotidianas desses jovens para a sala de aula, utilizando os recursos das tecnologias da informação e comunicação para o aprendizado, e um destes recursos são os sites de redes sociais. Portanto, o uso das comunidades virtuais pode ser um meio interessante para que a interação entre aluno-professor se concretize e torne a educação uma possibilidade pedagógica, pois além de possibilitarem um campo para diálogos ou discussões e debates em grupo, podem possibilitar o fazer, o escrever, o compor, o difundir, entre outras oportunidades para o debate do conhecimento e da cultura.

Palavras-chave: Cultura Juvenil. Escola. Sociedade. Tecnologias da informação e comunicação.

ABSTRACT

The objective of the present work is to relativize the young student of contemporary society. The use of digital technologies brings to the students of the information society new and different ways of communication that are mediated by the Internet. These young people use various forms for the exchange of messages and dialogues, the called "Z" generation. Immersed in information transmitted and disseminated by the mass media, students are simultaneously in contact with television, mobile phones and the Internet. The school then needs to transform itself, following this flow of information, as well as the teachers accompany them in this process, contributing to the pleasure of going to school and learning. With this, by using the youth culture expressed through the music, image, videos and other resources that art can provide, the school can bring the daily experiences of these young people to the classroom, using the resources of information technologies and communication for learning, and one of these features are social networking sites. Therefore, the use of virtual communities can be an interesting way for the interaction between student-teacher to materialize and make education a pedagogical possibility, since in addition to providing a field for dialogues or discussions and group discussions, they can make it possible, writing, composing, disseminating, among other opportunities for the debate of knowledge and culture.

Keywords: Youth Culture. School. Society. Information and communication technologies.

Introdução

A sociedade contemporânea traz desdobramentos que modificaram as relações sociais em todos os níveis de funcionamento, alteram-se as dinâmicas de comunicação pela interação mediada pelas tecnologias digitais e uso da Internet.

Nesse contexto, um dos principais protagonistas destas novas formas de comunicação e interação social é o jovem, que nasce em meio às tecnologias digitais, configurando-se como a chamada geração “Z”, conseguindo utilizar simultaneamente diferentes tecnologias como, a televisão, telefones celulares e Internet.

Além disto, os teóricos destacam que há diferentes formas de ser e de analisar o jovem, e isto se apresenta como um desafio para a academia, pois a partir de diferentes correntes várias são as discussões em relação ao jovem, alguns estudiosos dizem que esta é apenas uma fase da vida, outros dizem que cada um possui sua juventude, cada jovem é diferente e aí se chega à chamada cultura juvenil.

O campo da indústria cultural tem o jovem como objeto de estudos e o vê como um potencial consumidor, apresentando diferentes produtos para que os mesmos consumam, mas, estes são todos necessários?

Sendo assim, a escola e os professores são direcionados a acompanhar este fluxo de informações, conduzindo seus alunos no processo da aprendizagem e da construção do conhecimento, além disto, são também responsáveis por desenvolver nos estudantes o sendo crítico e questionador.

O jovem, que se expressa através da música, imagens, vídeos e demais recursos que a arte pode proporcionar, tem possibilidade de encontrar no universo digital um meio interessante para as interações e relações aluno-professor, possibilitando novas formas de fazer, escrever, compor, difundir, entre tantas outras oportunidades para a educação, o conhecimento e a cultura.

Para os adultos parece ser estranho viver em um mundo rodeado pelos apelos digitais e utilizá-los tão facilmente e com habilidades que ninguém os ensinou, mas lembrando, estes sujeitos são os nativos da sociedade em rede, criaram e desenvolveram sua própria cultura, formas de se vestir, comportamentos e diálogos.

Com isto, salienta-se novamente, trazer esta cultura para o interior da escola, é acolher estes jovens e sua cultura no processo de aprendizagem.

A cultura juvenil na sociedade contemporânea

O conceito de juventude ou o ser jovem na sociedade contemporânea tem ocupado papel importante em muitos estudos se tornando um lugar de destaque na produção acadêmica.

Muitas são as formas de “ser jovem” e isto se coloca como um desafio, tanto para a academia que estuda estas questões, como também para a escola que acaba por conhecer as várias maneiras e comportamentos que permeiam esta fase da vida. É um fenômeno de múltiplas dimensões, sendo preciso relativizar as definições, comportamentos e experiências que este momento vivido traz aos sujeitos.

Tradicionalmente considerada como o período de vida que se estende da infância ou da adolescência à idade adulta, a noção de juventude sempre significou mais do que uma mera etapa do desenvolvimento físico-psicológico. Atualmente, esta noção encontra-se intimamente relacionada com o estatuto social que os jovens têm vindo a assumir nas sociedades ocidentais e industrializadas. DOUTOR, 2016 p.160

Este novo olhar para os estudos da juventude refletem a questão de que até pouco tempo atrás, este não era um fator importante.

Até o século XIX a inteligência das crianças era totalmente desconhecida e os adultos é que deveriam servir de exemplo para a sua formação (SILVA, 2017). Nesta mesma linha, a participação do jovem também era desconsiderada, quando se tratava de atuações que pudessem considerar os movimentos e transformações sociais, o que começou a se modificar a partir da segunda metade do século XX.

Ao longo da História da Cultura Ocidental, a participação dos jovens era desconsiderada nos movimentos e transformações sociais ocorridas ao longo do tempo. A “voz da juventude” foi por muito tempo reclusa aos olhos de uma sociedade conservadora que, na maioria das vezes, ligava o jovem à imaturidade, ignorância e subserviência familiar. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, esse cenário começou a sofrer consideráveis transformações (SOUSA, 2017, p.1).

Segundo Maffesoli (2000), ao falarmos de jovens é necessário considerar a formação de grupos heterogêneos, denominados de “micro-tribos”, entendendo que os mesmos possuem características comuns, envolvendo sentimentos, comportamentos éticos e formas de comunicação. Assim, estes sujeitos ao escolherem uma determinada tribo, irão integrar-se a ela gerando uma identidade com suas características visíveis e reconhecíveis, ancorando-se na segurança do grupo, e adotando para si os deveres, os códigos de honra e as obrigações determinadas por este grupo.

Assim, é importante destacar que a fase da juventude é uma etapa de vivências e experiências que são representações simbólicas de comportamentos e atitudes atribuídas à

concepções criadas pelos próprios jovens, sendo de grande relevância a análise de Groppo (2000, p.8) onde destaca que “a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”.

Neste contexto, se há diferentes formas de representação, comunicação e significações destes indivíduos, a juventude então permite uma diversidade de possibilidades, que mesmo tendo diferenciações possuem uma valorização e identidade próprias.

Conforme Pais (1996. P.36),

[...]não há de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. As diferentes juventudes e as diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois necessariamente, diferentes teorias.

A partir das diferentes maneiras de olhar a juventude e sua diversidade de comportamentos, surge nas sociedades modernas o desafio de compreender esta questão em suas múltiplas dimensões, sendo então preciso relativizar estes grupos, que, apesar de parecerem viver uma mesma experiência, possuem diferentes modos de vivências.

Lima (2013) destaca que na literatura sociológica se destacam duas perspectivas teóricas para lidar com o tema da juventude: a corrente geracional e a corrente classista. A corrente geracional se baseia a partir do determinante biológico, sendo a definição de um período cronológico da vida do indivíduo, ou seja, a juventude é apenas um momento da vida do indivíduo, uma etapa vivida, uma série de aspectos que têm em comum o fato de conceber a juventude como uma fase da vida. A corrente classista questiona a singularidade do conceito de juventude e propõe um tratamento diferenciado para este fenômeno de acordo com a heterogeneidade das trajetórias individuais.

Além destas duas correntes, Pais (2003) apresenta a corrente das culturas juvenis, que pode ser entendida como:

O sistema de valores socialmente atribuídos à juventude, isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais (...). É admissível que alguns aspectos das culturas juvenis podem prevalecer ou não segundo os meios sociais e trajetórias de classe em que os jovens se inscrevem (Pais, 2003, p.54).

Assim as culturas juvenis são vistas como processos de internalização de normas nos processos de socialização e, por isso, estas são analisadas ao nível das representações sociais e valores em que estes jovens se inscrevem.

Pais (1996, p.54) ainda destaca que o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude, que é tomada como uma fase da vida, faz com que estes valores sejam aderidos pelos

jovens de diferentes meios e condições sociais, o que vem como definição de cultura juvenil.

Assim, as experiências cotidianas são os espaços onde os jovens constroem sua própria base de compreensão e entendimento social. Os jovens partilham as diversas maneiras de se comunicarem, assim como, os variados valores que defendem, e estes são legitimados pela convivência permanente no próprio grupo e pela transição que os jovens fazem em contextos socialmente diferentes (PAIS, 1996)

Para Doutor (2016, p. 167) “a noção de juventude explora o sentido antropológico em que as práticas do dia-a-dia e os modos de vida específicos revelam determinados significados e valores ao nível da própria vida cotidiana e das instituições”. Assim relativizar estas práticas é estender que as relações diárias destes jovens possuem uma propriedade e singularidade próprias.

Neste contexto, estes jovens, objetos de diversos estudos, atualmente são os nascidos na década de 1980, e, de acordo com alguns pesquisadores e analistas, é a chamada geração “Z” (do termo inglês “zapping”, ou seja, dar “uma volta), consiste em ser uma geração que realiza de forma simultânea o contato com a televisão, telefone celular e internet, utilizando a enxurrada de possibilidades que as tecnologias digitais permitem em seu uso (SOUSA, 2017).

No Brasil, especialmente na década de 90, a temática relacionada à juventude tornou-se um espaço onde emergiram diversas questões que permeiam o universo juvenil da atualidade. As novas tecnologias digitais, que alteraram principalmente o campo da comunicação, criaram novas possibilidades em torno da linguagem que trouxeram consequências para a sociedade e para a educação.

E desta forma a chamada sociedade da informação traz consigo diversos processos que desencadeiam novos paradigmas e mudanças sociais, como por exemplo, no trabalho, lazer, vida social e, conseqüentemente nos espaços escolares.

O jovem, a escola e as tecnologias digitais

Atualmente, o perfil dos jovens estudantes é mediado pelo uso frequente das tecnologias digitais que, ao utilizarem a comunicação intercedida pela *Internet*, fazem o uso de novas maneiras para a troca de mensagens e diálogos. A partir disto, à escola cabe transformar-se, acompanhando este fluxo de mudanças, assim como também aos professores necessitam acompanhá-los neste processo. Conforme destaca Minhoto:

A sociedade do séc. XXI caracteriza-se, entre outros aspectos, pelas transformações rápidas, pelo grande fluxo de informações e pela complexidade das relações entre as

peçoas. A escola como parte integrante da sociedade acompanha estas mudanças e tem, neste momento, características novas, que é necessário equacionar na definição de estratégias de ensino que levem a aprendizagens significativas e ajudem a construir cidadãos capazes de dar um contributo válido para a sociedade onde estão inseridos. Os alunos têm características novas em consequência da sociedade onde cresceram e os professores precisam de ir ao encontro deles no seu espaço de aprendizagem e orientá-los (MINHOTO, 2012, p. 22)

Assim, existe uma geração de jovens que nasceram em ambientes mediados pelas tecnologias e cresceram estando em contanto com computadores que também foram sendo atualizados e modificados.

Michel Serres (2013, p. 43), faz uma comparação entre as formas de utilização do conhecimento entre os alunos do período analógico e os alunos conectados, afirmando que os alunos mais antigos exibiam o seu saber debruçados sobre livros e se preocupavam em guardar suas informações no seu cérebro, já os alunos atuais guardam o seu conhecimento em seus eletrônicos, que os acompanha de tal forma que pode ser considerado como uma parte de seu corpo.

Além disso, estes jovens prepararam-se para o uso de outros dispositivos com capacidade de armazenamento de informações e diversas possibilidades de acesso de dados e diferentes formas de comunicação como os telefones celulares e os *smartphones*.

No entanto, para Simões e Gouveia (2008), não se pode afirmar que, por crescer em um meio onde o acesso à *Internet* é generalizado, todos os alunos possuam habilidades tecnológicas avançadas, uma vez que isso depende também da sua classe social e poder econômico. Isto ocorre em função de que o acesso à *Internet* e outras tecnologias não é obviamente o mesmo para os jovens de classes econômicas mais baixas.

Lévy (1999, p. 235) destaca que a emergência e expansão da cibercultura pode ser "um fator suplementar de desigualdade e exclusão, tanto entre as classes de uma sociedade como entre nações de países ricos e pobres".

Além do fator econômico, pode haver também o geográfico, em algumas localidades a falta de uma infraestrutura no sistema de telecomunicação é um fator crítico, o que gera a questão da exclusão digital.

A exclusão digital está relacionada às consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual do acesso a computadores e *Internet*. Esta questão vem acompanhada por problemas de ordem econômica, social, cultural, interesses políticos, entre outros. (GOMES, 2002; SORJ; GUEDES, 2005)

Conforme matéria de Bruna Scirea do Jornal Zero Hora (Abril/2016), 78% das moradias rurais ainda não tem *Internet*, em alguns se evidencia a falta de disponibilidade de serviço na

área, seja por banda larga, móvel, fixa, via rádio, cabo ou satélite. Muitas vezes, nem o telefone funciona. No interior do Estado, região rural das cidades de Frederico Westphalen e Caxias do Sul por exemplo, o sinal de Internet funciona muito pouco ou é inexistente em alguns locais, os jovens para se comunicarem através das tecnologias digitais precisam ir aos centros urbanos ou em alguns locais dentro da própria escola. Sendo que nesta, nem mesmo nas salas de aula possuem sinal, ficando o mesmo restrito apenas aos laboratórios de informática. Conforme destacado na reportagem, estes estudantes entram nas redes sociais e aplicativos de conversa somente quando se conectam pelo *wi-fi* do colégio, nos 15 minutos reservados para o recreio.

Mesmo assim, estes jovens, que possuem conta no *Instagram*, perfil no *Facebook* e *Whatsapp*, conseguem perfeitamente, mesmo que por pouco tempo, conectar-se e falar com os amigos, postar fotos e ver o que está acontecendo no mundo virtual.

Mas este fato não é problema, pois apesar de alguns alunos não terem o mesmo acesso que outros, todos possuem a mesma habilidade em relação aos recursos tecnológicos, conforme afirma Almeida (2000, p. 108):

Os alunos por crescerem em uma sociedade permeada de recursos tecnológicos, são hábeis manipuladores da tecnologia e a dominam com maior rapidez e desenvoltura que seus professores. Mesmo os alunos pertencentes a camadas menos favorecidas têm contato com recursos tecnológicos na rua, na televisão, etc., e sua percepção sobre tais recursos é diferente da percepção de uma pessoa que cresceu numa época em que o convívio com a tecnologia era muito restrito.

Por isso, é preciso, primeiramente, procurar analisar e estudar o contexto vivenciado pelo aluno ao ter em mente o projeto de uso de tecnologias e ferramentas pedagógicas na educação destes em sala de aula.

Mas se as tecnologias digitais fornecem tantas possibilidades como, a comunicação, as trocas de informações e até mesmo proporcionar aprendizado, podem haver questionamentos como o de Babin e Kouloumdjian (1989, p. 147) se “ainda é preciso escola?” e assim respondem, “sim, e mais do que nunca, por três razões: a comunicação, a distância e a memória”. Primeiro porque é preciso comunicação mais do que o conhecimento, já a distância, não entre os corpos, mas aquela do objeto, a distância necessária para a reflexão crítica, para a liberdade de ser e pensar, e por último, a memória para ter o sentido das coisas importantes, pois será sempre na escola que se aprenderá o que fica, a gramática do mundo e a ordem das coisas (BABIN; KOULOUMDJIAN, 1989).

Então a escola pode aliar-se a estes recursos com um trabalho mais direcionado para os jovens que nasceram nesta cultura audiovisual, pois “é o ar que respiram” mesmo que para os adultos possa parecer estranho (BABIN; KOULOUMDJIAN, 1989, p. 23).

Utilizando este contexto, o aluno pode então ser estimulado e motivado, enquanto o professor instigar a curiosidade deles, pois isso poderia contribuir para o prazer de ir à escola e de aprender, conforme destaca Moran (2000, p. 17-18):

As mudanças na educação dependem também dos alunos. Alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor-educador. Alunos motivados aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor. Alunos que provêm de famílias abertas, que apoiam as mudanças, que estimulam afetivamente os filhos, que desenvolvem ambientes culturalmente ricos, aprendem mais rapidamente, crescem mais confiantes e se tornam pessoas mais produtivas.

Outro ponto importante a ser salientado, a partir do uso das tecnologias em sala de aula no trabalho com os alunos, é o que Kenski (2010) chama de "equipes de trabalho", situação na qual alunos e professores passam a ser parceiros na construção e aprofundamento de conhecimentos, aproveitando o conhecimento dos jovens e interesse nas tecnologias para que a aprendizagem seja mais efetiva.

A partir desta cumplicidade entre professores e alunos, o docente pode inserir-se no mundo conectado no qual vive o aluno e tentar alcançar a lógica do seu raciocínio. Nesta perspectiva Santos e Porto (2014, p. 145) destacam:

O estudante contemporâneo possui todo o conhecimento à sua disposição no momento em que ele precisar, basta estar conectado à internet. Com essa informação em mãos, o professor precisa deixar de se considerar um "emissor do saber" e se tornar um mediador do conhecimento. Ele passa a ser um elemento tão necessário quando o aluno, a informação e o dispositivo utilizado. Ou seja, há uma descentralização do discurso por meio de uma dinâmica da informação que se caracteriza também, pela multiplicidade de direções. E ainda das múltiplas maneiras que o mesmo assunto pode ser tratado, fazendo com que, por meio da rede se estabeleça uma cibercultura recombinante caracterizada pela velocidade com que as informações circulam.

Outro fator a ser considerado é a capacitação para os alunos, produzirem e manipularem informações, obtendo um posicionamento crítico das novas realidades, e não apenas para lidar com as exigências do mundo do trabalho. A relação entre aluno e professor pode ser modificada pelo uso das TIC:

A relação professor-aluno pode ser profundamente alterada pelo uso das TICs, em especial se estas forem utilizadas intensamente. Na resolução de um problema, na realização de um projeto, na coleta e análise de dados sobre um determinado assunto, o professor realiza um mergulho junto com os alunos, para poder responder suas dúvidas e questões. A proximidade com os alunos ajuda-o a compreender suas ideias, olhar o conhecimento de novas perspectivas e a aprender também. As TICs proporcionam um novo tipo de interação do professor com os alunos. Possibilitam a criação de novas formas de interação do professor com a organização escolar e com outros professores (KENSKI, 2010, p. 103).

Assim, destaca-se que o uso das tecnologias digitais pode ser um meio interessante para

que a interação entre aluno-professor se concretize e torne a educação uma possibilidade pedagógica, pois, os ambientes virtuais são dotados de recursos e apelos que chamam a atenção do jovem, por serem construídos a partir de imagens, sons, vídeos, além de possibilitarem um campo para diálogos ou discussões e debates em grupo.

A cultura juvenil e a indústria cultural

É importante ressaltar que estes recursos digitais utilizados pelos jovens, que muitas vezes são vistos na sociedade moderna, tanto nas relações sociais como nas educacionais, com estereótipos que apresentam rebeldia e até mesmo irresponsabilidade transformaram-se num “objeto de desejo” da indústria cultural.

Fontenele (2004, p. 63), afirma que as empresas fazem uma mediação da expressão cultural jovem com a prática de consumo, tentando assim transformar cultura em mercadoria. Desse modo, os jovens passam a serem considerados os “nichos” do mercado, pois inspiram tendências para as quais eles mesmos serão os consumidores. Este é um processo que se fortaleceu a partir da década de 1990, quando as empresas responsáveis pelas pesquisas de mercado saíram “à caça” das tendências de consumo.

Porém, esta é uma característica do século XX, pois, segundo Benjamin (2009) a caricatura do capital mercantil está claramente expressa em lojas deste século, que buscam novos nichos de mercado.

No cenário da sociedade contemporânea, a lógica do consumo prevalece, e os produtos, símbolos e imagens dos jovens têm sido representados por estes recursos que possibilitam que os mesmos possam estar conectados e com o alcance de todos os meios possíveis.

Para Carrano (2000) e Fernandes (2001) é importante enfatizar que o universo juvenil com seus gostos, práticas e identidades, se constituem em uma referência cultural em vários aspectos, como por exemplo, os consumos além dos estilos de vida.

Assim, o jovem além de ser um objeto que instiga as questões relacionadas ao consumo, e que muitas vezes pode até ser manipulado por isto, precisa ter um amparo da sociedade para estas questões, assim, aproximar estes sujeitos é usar sua cultura, que pode gerar aproximação de laços afetivos e melhor interações escolares e sociais.

A escola e a cultura juvenil - relato de experiência

A partir de um trabalho realizado em uma escola de Ensino Médio Profissionalizante, que visa o desenvolvimento das atividades pautadas na cultura juvenil, os alunos são instigados a valorizar o conhecimento para garantir mais oportunidades na vida profissional. É uma proposta que se pauta no ensino médio inovador, buscando formar cidadãos participantes, capazes de qualificar relações pessoais, sociais e ambientais, propiciando também a participação em projetos e oficinas, oferecendo aulas com recursos tecnológicos diferenciados, além de promover o domínio da língua portuguesa e o acesso a outros idiomas. A proposta desta escola é formar jovens com excelência acadêmica voltada para o mundo do trabalho usando a tecnologia como uma aliada no ensino, que se dá por projetos de pesquisa ativa, estímulo ao desenvolvimento, capacitação e experimentação. Há também a figura de um professor, chamado de articular, que orienta o jovem em seu projeto de vida. Outro diferencial da escola são oficinas e projetos para o Mundo do Trabalho e visitas técnicas, que são aliados da aprendizagem e do raciocínio, além de promoverem o pensamento crítico e cidadãos com capacidades voltadas para o desenvolvimento da cidadania.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2017), a utilização de uma metodologia baseada em projetos é uma das mais favoráveis para o trabalho com jovens que procuram falar as mesmas linguagens. A proposta possui vários pontos positivos, como:

- sua construção se dá no coletivo, proporcionando reflexão e incentivo à prática de valores, como o respeito às diferenças e a solidariedade;
- favorece a avaliação diferenciada e a auto avaliação de forma contínua;
- professor e aluno são pesquisadores neste processo, promovendo a (re)significação dos conhecimentos já sistematizados.

A partir destes pontos a escola estabelece objetivos a serem alcançados tanto para alunos quanto para professores, além de ser uma forma diferenciada de aprendizagem.

O percurso dos alunos ao longo do ensino médio é acompanhado para que a autonomia e a aprendizagem ocorram no tempo de cada um. A proposta da escola conta com o apoio de consultores doutores que se baseiam nos melhores sistemas de educação, para que se atinja a referência na educação para o mundo do trabalho com excelência acadêmica.

O trabalho baseado em projetos de ensino e salas de aula temáticas para as diferentes áreas de ensino faz com que a busca pelo desenvolvimento integral do estudante se pautem na construção de competências e habilidades via resoluções de problemas com uma avaliação desafiadora e motivadora para cada aluno.

O desenvolvimento de projetos com alunos é uma forma de conquista da autonomia, que é conquistada ao longo de sua execução e estimulada desde a sua concepção. Os temas podem ser propostos pelos professores ou no coletivo da turma, ou ainda, ser um problema surgido em sala ou na comunidade, a escolha deve ser fruto de discussão e do desejo de todo grupo, que deve ter clareza quanto ao porquê e para quê desenvolver tal projeto, definindo qual será o produto do trabalho que será realizado (MEC, 2017).

Neste contexto é importante destacar que possível enriquecer o processo de conhecimento a partir do trabalho vinculado à cultura dos jovens, com seus significados e comportamentos construídos pelos diferentes contextos sociais e culturais dos quais participam e enriquecem a aprendizagem.

Ressalta-se que a escola acompanha o desenvolvimento da aprendizagem do aluno continuamente, com a intenção de que todos os alunos cresçam, a partir de estudos de recuperação, atividades de apoio ou desafios, conforme o ritmo de cada estudante.

Assim a inserção da cultura juvenil nas discussões em sala de aula e em fóruns específicos da escola, aliada ao desenvolvimento de projetos curriculares, é uma forma de ressignificação do espaço escolar, intensificando o processo de reflexão e crítica e promovendo a aprendizagem.

A escola pode desenvolver diferentes atividades além da transmissão de conhecimentos, tais como: oferecer diversões através de esportes, bailes e peças teatrais; atuar como centro de informações sobre moda, música, vestuário e acessórios para carros, ressaltando assim o mercado consumidor. Assim o jovem passa a conviver mais tempo do seu dia com outros jovens de sua idade e formação de grupos homogêneos proporciona um estreitamento das relações pessoais que mantém com seu grupo, adquirindo assim características de uma “pequena sociedade particular”. Diante disso, surge nesta sociedade uma subcultura própria com seus rituais, símbolos, modas, linguajares e valores individuais (GUIMARÃES; MACEDO, 2009, p.11).

Desta forma, aliar a cultura juvenil à educação pode ser um método diferenciado e inovador, mesmo que novo aos docentes, mas que podem trazer resultados inesperados e diferenciados.

Considerações Finais

Os nativos digitais utilizam simultaneamente diferentes tecnologias perfazendo o perfil da juventude da sociedade contemporânea. Nas últimas décadas os estudos relacionados a estes

sujeitos desencadearam novas pesquisas que permeiam o universo na cultura juvenil da atualidade.

Nesta perspectiva, alteraram-se as formas de comunicação das relações sociais, familiares, afetivas e conseqüentemente no universo escolar, que utiliza novas maneiras de interação e comunicação com estes jovens.

O fato de estarem sempre conectados, faz com que escola e professores por exemplo, mudem sua forma de abordagem com estes estudantes em face a este novo modelo comunicacional.

Assim, não se configura unicamente como mudanças no campo da comunicação, que cria uma nova linguagem, altera-se as dinâmicas dentro do ambiente escolar, além de novas representações que alteram paradigmas da sociedade como um todo.

A utilização destas tecnologias digitais, quando utilizadas na escola podem ser um novo meio de despertar o interesse pelo aprendizado, pois traz para dentro da escola e da sala de aula a realidade dos alunos, sua cultura, a cultura juvenil.

Os ambientes virtuais são dotados de recursos e apelos sonoros e imagéticos, com cores e animações que chamam a atenção do jovem, o que pode possibilitar a aprendizagens por diversos meios.

Não se pode esquecer que, ao serem um objeto de estudos e consumo, dar um amparo na educação destes jovens é desenvolver a cidadania nestes sujeitos, gerando uma aproximação maior entre escola/professor e aluno.

Outro ponto que deve ser destacado, é que usar a cultura juvenil dentro da sala de aula, trazendo para a escola seus medos, dúvidas, conversas e outras significações deste período da vida, pode intensificar a aprendizagem e desenvolver nestes sujeitos um posicionamento diferente, baseado na compreensão e no respeito ao outro.

Os jovens, além de estarem passando pelo período da adolescência por diversas transformações pessoais, apresentando muitas vezes suas peculiaridades com o vestuário cortes de cabelos e cores diferentes, entre outros, são vistos como pessoas que se apresentam de maneira estranha pelos adultos, e assim, é preciso, pelo menos no momento, uma atenção especial a eles, para que se sintam mais parte da sociedade, e a escola é um dos locais mais propícios para isto.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Elisabeth Bianconcini de. **ProInfo: Informática e Formação de Professores**. vol. 1e 2. Série de Estudos Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.
- BABIN, Pierre. KOULOUMDJIAN, Marie-France. **Os novos modos de compreender**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação**. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari, São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2009.
- CARRANO, Paulo. **Juventudes: as Identidades são múltiplas**. Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Nº1. Niterói, Rio de Janeiro, 2000.
- DOUTOR, Catarina. **Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões**. In: Última Década, N. 45, Dezembro, Centro de Estudos Sociales, Valparaíso, Chile, 2016, pp. 159-174
Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19549492009>>. Acesso em: 08.04.2018.
- FERNANDES, António Teixeira (Coord.). **Estudantes do Ensino Superior no Porto: Representações e Práticas Culturais**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- FONTENELE, Isleide A. Os caçadores do *cool*. In: **Lua Nova**. São Paulo, n. 63, 2004.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300007>. Acesso em: 10.04.2018.
- GOMES, Elisabeth. **Exclusão digital: um problema tecnológico ou social?** In: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade, ano 2, nº especial, dez. 2002. Disponível em:
<http://www.radio.faced.ufba.br/twiki/pub/GEC/RefID/Elisabeth_Gomes_ED.pdf>. Acesso em: 10.04.2018.
- GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- GUIMARÃES, Gilselene Garcia; MACEDO, Juliana . **Culturas Juvenis: uma resignificação contemporânea?** Travessias. UNIOESTE, v. 6, p. 10, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3359/2650>. Acesso em: 10.04.2018.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo das informações**. 7ª. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, Raquel. **A sociologia e o conceito de “juventude”: duas perspectivas**. In: Laboratório Juventude, Educação e Trabalho, 16 de julho, Boletim 07, 2013. Disponível em:

<https://labjuv.wordpress.com/2013/07/16/boletim-07-a-sociologia-e-o-conceito-de-juventude-duas-perspectivas/>. Acesso em: 08.04.2018.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3 edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Cultura Juvenil na Escola**. Arquivos, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cult_juvenil.pdf. Acesso em: 12.04.2018

MINHOTO, Paula Maria Lino Veigas. **A utilização do Facebook como suporte à aprendizagem da biologia: estudo de caso numa turma do 12º ano**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Bragança. Bragança, Janeiro, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6864/1/PaulaMinhoto_22696.pdf> Acesso em: 09.05.2016.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

PAIS, José Machado. **As correntes teóricas da sociologia da juventude**. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

SANTOS, Edmea; PORTO, Cristiane, orgs. **Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 445 p. ISBN 978-85-7879-283-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SCIREA, Bruna. **Meu reino por um risquinho no celular**. ZERO HORA, Porto Alegre, 2 e 3 de abril. Zero Hora doc, p. 7, 2016.

SERRES, Michel. **Polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia, de pensar as instituições, de ser e de saber**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SILVA, Paulo Victor de Albuquerque. A criança em Walter Benjamin: a arte da brincadeira e o inteiramente novo. In: **Cadernos Walter Benjamin**. Revista Grupo de Pesquisa Walter Benjamin e a Filosofia Contemporânea. N. 18, Jan/Jun. 2017. Disponível em: <http://www.gewebe.com.br/cadernos.htm> Acesso: em 11. 04. 2018.

SIMÕES, Luis; GOUVEIA, Luis. **Geração Net, Web 2.0 e ensino superior**. In: FREITAS, E. e TUNA, S. (Orgs.). **Novos Média, Novas Gerações, Novas Formas de Comunicar**. Edição especial Cadernos de Estudos mediáticos, n. 6. Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. Disponível em: <http://homepage.ufp.pt/lmbg/com/ls_cem6_09.pdf>. Acesso em: 14.12.2015.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo Guedes. **Exclusão digital: Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas**. In: **Novos estudos - CEBRAP** no.72 São Paulo July 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002005000200006> . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002005000200006&script=sci_arttext&tlng=pt#nt04 . Acesso em: 31. 08.2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Sociologia da Juventude**. In: Mundo Educação, 2017.
Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/sociologia-juventude.htm>>.
Acesso em: 05 abr. 2018.

AS VIDAS DA FOTOGRAFIA DE HUGH WELCH DIAMOND: DE FERRAMENTA DIAGNÓSTICA A FONTE HISTÓRICA

*THE LIVES OF HUGH WELCH DIAMOND'S PHOTOGRAPHY: FROM
DIAGNOSTIC TOOL TO A HISTORICAL SOURCE*

*Amanda Basílio Santos
Doutoranda/UFRGS
amanda_hatsh@yahoo.com.br*

RESUMO

Este artigo explora o trabalho fotográfico do psiquiatra Dr. Hugh Welch Diamond, que durante o século XIX fotografou uma série de pacientes no hospital psiquiátrico Surrey County Asylum, em Wandsworth, no qual trabalhava. Seu envolvimento com a psiquiatria e a fotografia, como meio científico de diagnóstico, torna-se evidente entre 1848 e 1858. Sua intenção primária era utilizar as fotografias como uma ferramenta de auxílio diagnóstico, para que os médicos psiquiatras pudessem fazer constatações mesmo sem estar em contato direto com o paciente. Pois, segundo sua teoria, a fotografia era capaz de captar os traços da doença mental que seriam visíveis através dos traços físicos, em uma linha que dividia os mesmos aportes teóricos da medicina com a criminologia. Esta série fotográfica trata-se de uma fonte escassa sobre pacientes de hospitais psiquiátricos no século XIX, pessoas que não tinham o privilégio de serem fotografadas, o que imbui as imagens de Welch de um grande valor histórico. Discutiremos brevemente os caminhos destas fotografias, partindo de uma ferramenta médico-científica de diagnóstico psiquiátrico até fonte histórica e sua potencialidade.

Palavras-chave: Fotografia, Psiquiatria, Fonte Histórica.

ABSTRACT

This article explores the photographic work of the psychiatrist Dr. Hugh Welch Diamond, who during the 19th century photographed a series of patients at the Surrey County Asylum psychiatric hospital in Wandsworth, where he worked. His involvement with psychiatry and photography as a scientific means of diagnosis became evident between 1848 and 1858. His primary intention was to use photographs as a diagnostic aid tool so that psychiatrists could make findings without being in direct contact with the patient, because, according to his theory, photography was able to capture the traces of mental illness that would be visible through physical traces, in a line that shared the same theoretical contributions of medicine with criminology. This photographic series is a meager source of patients from psychiatric hospitals in the 19th century, people who did not have the privilege of being photographed, which imbues Welch's images of great historical value. We will discuss the paths of these photographs, starting from a medical-scientific tool of psychiatric diagnosis to a historical source and its potentiality.

Keywords: Photography, Psychiatry, Historical Source.

Introdução

Hugh Welch Diamond nasceu em Norwich, em 23 de outubro de 1808. Filho mais velho de William Batchelor Diamond, um cirurgião da *East India Company*, teve sua educação inicial no *Norwich Grammar School*, e iniciou seus estudos médicos em 1824 no *Royal College of Surgeons* e no *Bethlem Hospital*.¹ Já em 1828 ele se tornou um estudante no St. Bartholomew Hospital, em Londres, e foi nomeado farmacêutico para o West Kent Infirmary em Maidstone.

Trabalhou durante o surto de cólera em seu consultório particular, que foi aberto em 1831 próximo da Soho Square em Londres. Na década de 1850 fez uma série fotográfica com as pacientes do *Surrey County Asylum*, em Wandsworth, onde, na época, era superintendente. Em questão de dois anos ele tornou-se membro *Royal College of Surgeons*, e em 1836 foi eleito para tornar-se membro ativo do *Medical Society of London*.²

Seu envolvimento com a psiquiatria e a fotografia como meio científico de diagnóstico torna-se evidente entre 1848 e 1858, período em que se dedica à fotografar as pacientes de *Surrey County*. Sua intenção primária era utilizar as fotografias como uma ferramenta de auxílio diagnóstico, para que os médicos psiquiatras pudessem fazer constatações mesmo sem estar em contato direto com o paciente. Pois, segundo sua teoria, a fotografia era capaz de captar os traços da doença mental que seriam visíveis por meio dos traços físicos, em uma linha que dividia os mesmos aportes teóricos da medicina com a criminologia, pois “havia a proposição de que a fisionomia individual seria reveladora de tipos específicos de caráter, associados a determinados perfis de doença ou a perfis criminais” (GONÇALVES, 2008)³.

Deste modo, a fotografia médica estava muito próxima dos usos da fotografia judicial, pois buscava-se traços específicos e demarcadores de uma conduta ou condição moral. Outra razão que o motivou a fazer as fotografias seria para manter um registro médico de seus pacientes, para fins de controle.

Outro psiquiatra fundamental dentro destas concepções de que a fisionomia física seria indicador de uma verdade interna, é Cesare Lombroso, que assim como Hugh, acreditava que certos traços físicos, quando devidamente identificados e mapeados, dentro de esquemas metodológicos e de padrões, seriam indicadores de desvios morais. Esta visão caminhava lado

¹ BLOORE, C. *Hugh Welch Diamond: doctor, antiquarian, photographer*. Londres: Orleans House Gallery, 1980.

² TUCKER, J. Hugh Welch Diamond. *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

³ GONÇALVES, T. F. A Fotografia Psiquiátrica no Século XIX: Hugh W. Diamond. *Visualidades*, V. 6, nº 1 e 2, p. 72-83, 2008. p. 74.

a lado aos estudos de fisiognomonia, estabelecidos fortemente na Inglaterra, na metade do século XVIII:

A fisiognomonia ganhou especial ímpeto na Inglaterra através do tratado *Analysis of Beauty* (1753) do ilustrador William Hogarth (1697-1794), admirador das teorias de Charles Le Brun (1619-1690) quanto às supostas relações entre as expressões faciais e a qualidade das paixões. Em consonância com *As Paixões da Alma* (1649), obra ilustrada na qual Descartes concebe as paixões como efeitos fisiológicos da química do corpo, Le Brun, por sua vez, defendia a hipótese de que as paixões não se localizavam no coração, mas na glândula pineal [...] Explicar-se-ia, assim, um renovado interesse pela cabeça e rosto humanos no tocante à interpretação das propriedades secretas da alma (VALE, 2009, p. 3-4)

Seguindo estas linhas teóricas, o uso da fotografia dentro da ciência e como uma ferramenta desta, começa a ter destaque na metade do século XIX, período de atuação de Diamond.

Seu interesse pelas técnicas fotográficas começou de algo pessoal encaminhando-se para o nicho profissional, quando ele concluiu que havia um grande potencial científico do uso da fotografia. Sua atenção foi atraída pela fotografia quase imediatamente à sua invenção, apenas três meses após o invento ser anunciado por William Henry Fox Talbot em 1839, Hugh fez seu primeiro registro fotográfico. Fascinado pelo invento, tornou-se um ávido pesquisador da área fotográfica e

Fotografia: entre a arte e a ciência

A busca do ser humano pelo registro imagético por meio da utilização da luz já é uma história secular, que remonta a experiências feitas já na Grécia Antiga, onde químicos e alquimistas já faziam um processo de reprodução imagética pela passagem de luz por um pequeno orifício. Todavia, os processos de registro fotográfico como conhecemos hoje tem sua origem dedicada aos experimentos e técnicas desenvolvidas principalmente por três homens, ainda no século XIX: Joseph Nicéphore Niépce, Louis Jacques M. N. P. Daguerre e Henri Talbot. Primeiramente Niépce desenvolveu uma forma de fixar imagens com o uso de betume da judéa, forma esta que foi aprimorada posteriormente ao seu falecimento pelo seu parceiro, Daguerre, com o uso de iodo usado em placas de cobre. Daguerre utilizava também o vapor de mercúrio, sendo que este aumentava o contraste da imagem obtida, além de ser um facilitador no processo de fixação. Talbot nos traz uma grande contribuição no processo de revelação, por meio do calótipo, tornando o processo mais eficaz e rápido (KOSSOY, 2001).

A técnica de maior repercussão, todavia, foi desenvolvida por Daguerre, e ficou conhecida como daguerreotipo, se tornando uma das formas mais utilizadas para captura de imagem fotográfica, mesmo que em um primeiro momento pudesse gerar receios e mistificações. O uso do daguerreotipo gerou muitas discussões, pois afetou de modo profundo o espaço ocupado pelas pinturas, embora os artistas do período defendessem que a fotografia jamais poderia ser considerada como uma arte, sendo vista como um campo mecânico e técnico. Isso não impediu que a fotografia se tornasse algo popular, e que o seu produto ornasse as paredes das casas. Muito dos tratamentos dados às fotografias pode ser visto como um trabalho de arte, embora os artistas o negassem, desde o enquadramento, a seleção de cenário, até o processo conhecido como *photo-peinture*, que trazia o acabamento artístico às fotografias pelo meio de uso de tintas, que eram utilizadas pelos fotógrafos para finalização do trabalho.

Antes do advento da fotografia, o registro por meio da pintura era a forma mais utilizada para imortalizar a figura individual. Todavia, era muito custosa, o que excluía a possibilidade da maior parte da população de possuir um registro seu ou de um familiar, sendo a pintura algo reservado àqueles com grande acúmulo de riquezas e poder. Com a popularização fotográfica foi também ampliada as possibilidades de pessoas de menos abastamento financeiro também terem acesso ao registro visual de seus entes queridos.

Para ampliar ainda mais a popularidade das fotografias, tornando seu custo mais acessível a um público mais amplo, embora ainda fossem muito custosas para a maior parte da população, a partir de 1860 teremos a impressão das imagens em papel, e em formato de *carte-de-visite*, um modelo desenvolvido pelo fotógrafo francês Disdère. O uso destas imagens facilitou o consumo, popularizando o hábito fotográfico, e cooperando para o surgimento dos álbuns familiares.

A fotografia de Hugh Welch Diamond: ferramenta científica de diagnóstico

O psiquiatra Hugh Welch foi um dos percussores do uso da fotografia como ferramenta diagnóstica dentro da ciência psiquiátrica, vendo na técnica fotográfica uma forma metodológica de controle e diagnóstico de doenças mentais.

Seu interesse pelo campo fotográfico antecedeu seu uso científico. Como vimos na introdução deste artigo, Hugh participava ativamente de um círculo social privilegiado no século XIX. Durante este período os antiquários configuravam importante parte do status social, sendo repletos por itens de curiosidades e elementos exóticos, unidos ao colecionismo. Por

conta disso, a fotografia veio a complementar estas vastas coleções, trazendo imagens tanto de paisagens, como de pessoas, pessoas estas que eram valorizadas pelo seu exotismo e particularidades.

Portanto, o envolvimento de Hugh Welch com a fotografia, e seu fascínio por este campo, extrapolava os usos médicos, de modo que também fotografava paisagens. Welch também realizou registros de paisagens e monumentos. Por exemplo, temos a fotografia de uma ponte romana, fotografada por ele no ano de 1854 (*Figura 1*):



Figura 1: *Roman Bridge*, Ardoch, Perthshire, 1854, Dr. Hugh Welch Diamond. Fonte: [The Royal Photographic Society Collection](#), National Media Museum.

Seu método foi explicado em um artigo publicado em 1856, intitulado “*On the Application of Photography to the Physiognomic and Mental Phenomena of Insanity*”, onde explica o seu entendimento da análise fotográfica:

O fotógrafo, por outro lado, em muitos casos não tem necessidade de nenhuma ajuda a partir de qualquer linguagem própria, mas prefere, em vez de ouvir, com a imagem diante dele, ir para a linguagem silenciosa, mas reveladora da natureza.⁴ (DIAMOND, 1856, p. 2. Tradução da Autora)⁵

Tal visão de uma imagem que pode ser analisada de modo em que o conteúdo é auto-revelador, sem críticas internas ou externas, era vigente no século XIX. Pensava-se que a imagem apenas capturava uma aura de verdade. Continuando em seu texto, Welch deixa esta visão sobre a fotografia muito clara:

É desnecessário que ele [o fotógrafo] use os termos vagos que denotam a diferença do grau de sofrimento mental, como, por exemplo, aflição, tristeza, tristeza profunda, pesar, melancolia, angústia, desespero; a imagem fala por si mesma com a pressão mais marcante e indica o ponto exato que foi alcançado na escala de infelicidade entre a primeira sensação e seu ápice - similarmente à modificação do medo e das paixões mais dolorosas, irritação e raiva, o ciúme e a inveja, (os frequentes concomitantes da insanidade) sendo mostrados da vida pelo fotógrafo, prendem a atenção do observador atento com mais força do que qualquer descrição trabalhada.⁶ (DIAMOND, 1856, p. 2. Trad. da Autora)

E no caso das fotografias psiquiátricas, a natureza revelada pela fotografia era a aura do que atormentava as pessoas, para fins de reconhecimento e de diagnóstico. Em fato, a associação entre aparência e essência é uma relação feita de modo constante no ocidente, onde acredita-se que os atributos físicos são reveladores de atributos morais e médicos. Tal crença foi intensificada no século XIX com os estudos biológicos, e também difundidos pelos estudos de Cesare Lombroso (VALE, 2009).

Deste modo, a fotografia era um modo de mapeamento dos traços da fisionomia associados aos problemas psicológicos, para criação de padrões visíveis e passíveis de análise:

⁴ DIAMOND, H. W. *On the Application of Photography to the Physiognomic and Mental Phenomena of Insanity*. *PsicoArt*, v. 1, p. 1-14, 2010 (1856). P. 2.

⁵ Original: “The Photographer, on the other hand, needs in many cases no aid from any language of his own, but prefers rather to listen, with the picture before him, to the silent but telling language of nature.”

⁶ Original: “It is unnecessary for him to use the vague terms which denote a difference in the degree of mental suffering, as for instance, distress, sorrow, deep sorrow, grief, melancholy, anguish, despair; the picture speaks for itself with the most marked pression and indicates the exact point which has been reached in the scale of unhappiness between the first sensation and its utmost height – similarly the modification of fear, and of the more painful passions, anger and rage, jealousy and envy, (the frequent concomitants of insanity) being shown from the life by the Photographer, arrest the attention of the thoughtful observer more powerfully than any laboured description”.

Assim, a representação fotográfica passou a ser utilizada não como a reveladora de individualidades, mas como instrumento *científico* propiciador ao estabelecimento de identificações necessárias à classificação de um determinado indivíduo junto a categorias ou tipologias pré- -determinadas. (DIAMOND, 1856, p. 2)⁷

Dentro destes preceitos, desenvolveu-se o trabalho de Welch. Em sua série fotográfica, busca mapear não apenas as doenças, mas também os estágios de desenvolvimentos dos tormentos psicológicos. Para dar uma aparência catalográfica e científica, suas fotografias não comportam o uso de cenários e muitas diferenciações, principalmente a partir de 1855. Neste período, as moças são fotografadas em frente a um tecido branco, de aparência um tanto improvisada, dado os amarrados do tecido e o mau enquadramento em algumas das fotografias. Não há preparação de figurino, mas todas estão de vestidos, que possuem diferentes níveis de riqueza, que estava geralmente associado ao suposto estágio de melhora do estado mental.

Deste modo, o cuidado pessoal, o uso de vestimentas mais elaboradas, estavam diretamente conectadas a evolução positiva do estado clínico. Estes detalhes serviam para dar suporte para a teoria de Welch, e sua busca por retratar diferentes estágios de uma mesma doença, como ficará evidente mais adiante no artigo, quando trabalharmos com a *Figura 3*. Nestes casos, algumas moças inclusive trazem mais detalhes nos trajés, como chapéus e vestidos mais elaborados, e em algumas ocasiões fazem poses para terem seu retrato tirado. Todavia, a maior parte do acervo de fotos as apresenta sentadas, voltadas com o torço diretamente para a câmera, mesmo que muitas não mantenham o olhar direcionado para o fotógrafo, possivelmente por inquietações da própria condição psiquiátrica, a exemplo da *Figura 2*.

A fotografia abaixo nos traz uma paciente diagnostica com histeria⁸, que nos traz muito dos padrões fotográficos almejados no projeto de Welch.

⁷ GONÇALVEZ. *Fotografia Psiquiátrica no Século XIX: Hugh W. Diamond*, p.74.

⁸ Embora fosse um termo muito utilizado desde a Antiguidade Clássica, que podemos encontrar na obra de Hipócrates, e tem origem no grego *hysterikos*, atualmente não é reconhecido como uma enfermidade psicológica, não sendo mais utilizado por especialistas dedicados à área da saúde mental. Embora fosse muito utilizado, sua definição sempre foi variante, assim como as possíveis causas da enfermidade, variando entre um mau do sangue, neuroses ou causas cerebrais. O único consenso era de ser uma doença que acometia as mulheres, e era comumente atribuído como tormento para mulheres com condutas desviantes e utilizado como meio para internação destas mesmas mulheres, causando o seu isolamento social (WEBSTER, 1999),



Figura 2: Fotografia de paciente, Surrey County Asylum. Fotografia em albumina. Fonte:

Podemos observar o uso do fundo branco, a paciente encontra-se sentada, com o corpo voltado para a câmera, e na parte inferior da fotografia temos a numeração – neste caso, de número 14 – , para identificação no catálogo.

Em seu artigo nos traz um conjunto de fotografias afim de demonstrar a evolução de um caso de puerperal mania, hoje associado aos sintomas apresentados em casos de depressão pós-parto (*Figura 3*). O conjunto é constituído, segundo a metodologia estabelecida por Welch, desde o momento mais agravado da doença, até o estado de normalidade psicológica.

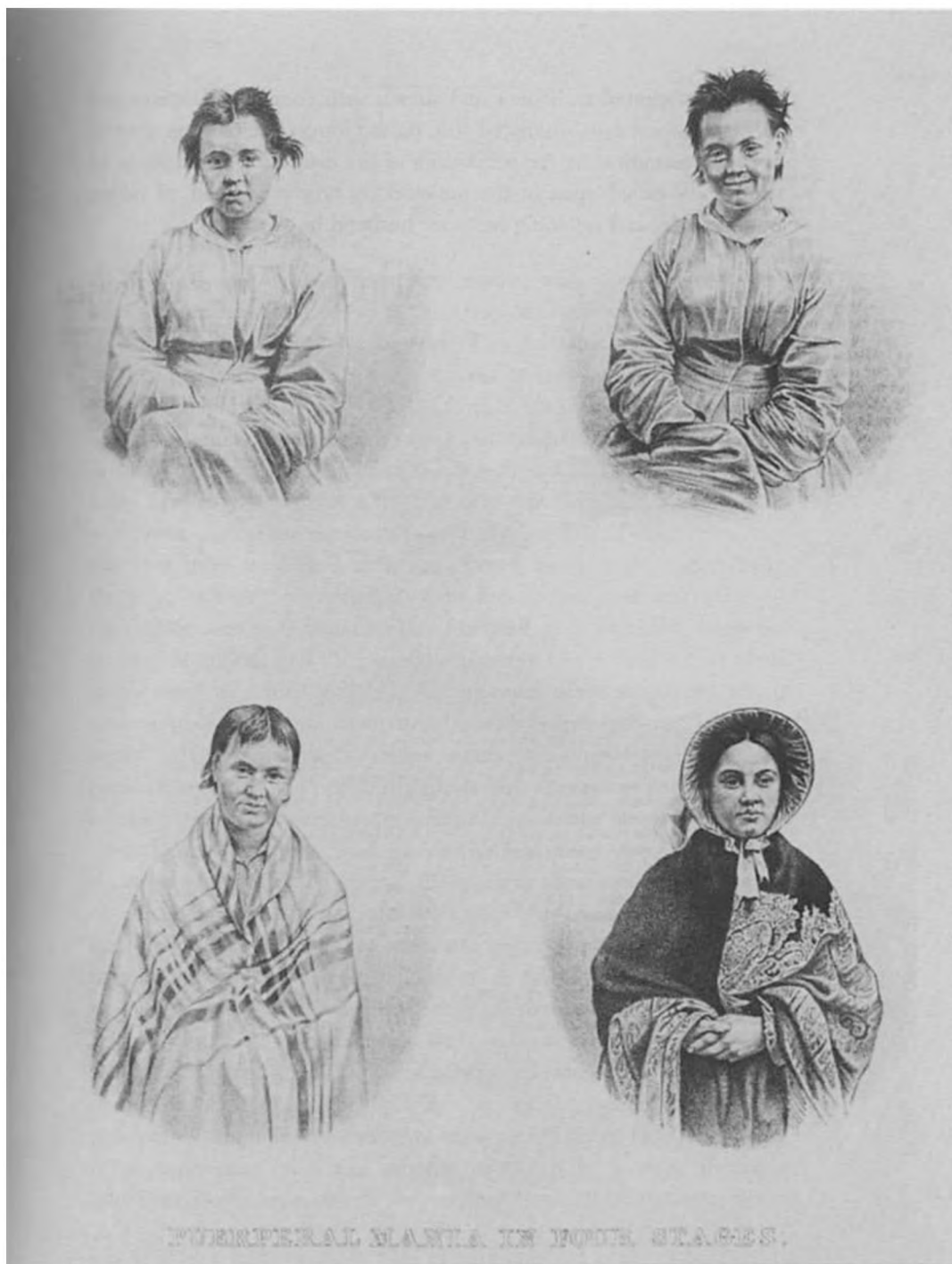


Figura 3: Foto de paciente, supostamente com Puerperal Mania. Fonte: DIAMOND, H. W. On the Application of Photography to the Physiognomic and Mental Phenomena of Insanity. *PsicoArt*, v. 1, p. 1-14, 2010, p. 2.

É destacado por Welch a modificação dos traços físicos, acompanhado pelo próprio cuidado pessoal, com os cabelos e a vestimenta. É como se a fotografia capturasse, para ele, claramente os estágios evolutivos, sendo este uma amostra significativa onde podemos ver a paciente retornando aos padrões de normalidades, indicadas ao ideal comportamento feminino, tanto nas expressões como nas vestes.

A maior parte dos maus que supostamente afligiam a capacidade mental e emocional das mulheres pela medicina psiquiátrica do século XIX, estão retratados nos registros fotográficos de Hugh Welch, dentre eles a histeria, a melancolia, ou doenças de cunho amoroso. Desta forma, mais do que um registro científico que cataloga as doenças mentais, o trabalho de Welch é na verdade um registro histórico, uma fonte, para o entendimento da percepção da loucura em determinado contexto histórico.

As definições de loucura e sanidade são cambiantes em acordo com o contexto histórico em que são traçadas, e servem a variados propósitos:

Religiosamente, a loucura foi usada para perseguir; política e socialmente, tem sido usada para designar discriminação e opressão; medicamente, a loucura é uma doença da mente; e esteticamente, é usado como auto-expressão e como reflexo da sociedade. Conceitos de saúde mental e normalidade não podem ser entendidos separadamente de normas e valores culturais; e a mais significativa das construções culturais que moldam nossa visão da loucura é o gênero⁹ (LITTLE, 2015, p. 1. Trad. da Autora)

Estes elementos sociais do que é considerado normal e anormal, é então catalogado, classificado e preservado no acervo fotográfico de Welch. O que ele produz é, em conformidade com o estudo das fotografias do asilo público para mulheres de Salpêtrière¹⁰, pela pesquisadora Anne Golomb Hoffman, um verdadeiro arquivo do corpo (HOFFMAN, 2009).

Na verdade, podemos ver muitas similitudes na construção do conjunto visual de doenças psiquiátricas de ambos acervos. Também podemos questionar a tentativa cientificista no processo de criação destas imagens. Embora as alegassem enquanto um documento neutro de um processo médico, vemos montagens deliberadas e uso de acessórios e artifícios que são postos em uso na criação da imagem da loucura e da normalidade, como roupas, cenários e poses.

As fotografias se alinhavam com o colecionismo imperante no século XIX, onde preservavam os espécimes passíveis de serem encontrados em hospitais psiquiátricos, definidos pelo próprio Jean-Martin Charcot¹¹ como “*une sorte de musée pathologique vivant*”

⁹ Original: Religiously, madness was used to persecute; politically and socially, it has been used to designate discrimination and oppression; medically, madness is an illness of the mind; and aesthetically, it is used as self expression and as a reflection of society. Concepts of mental health and normality cannot be understood apart from cultural norms and values; the most significant of cultural constructions that shape our view of madness is gender”.

¹⁰ Inaugurado no século XVII, em seu projeto inicial sua função era abrigar os pobres, desviantes e marginais que perturbavam a vida urbana parisiense. Durante sua história também foi local de prisão para prostitutas, e um local para envio daqueles que fossem acometidos por distúrbios mentais. Após a Revolução Francesa, passou a ser de exclusivo abrigo para mulheres com problemas psiquiátricos, ou aquelas assim consideradas. Maiores informações: http://europaphe.aphp.fr/en/f_idf_par_pit.html, acessado pela última vez em 04 de fevereiro de 2018.

¹¹ Considerado o pai da neurociência, Jean-Martin Charcot, viveu entre os anos de 1825 e 1893. Atuou entre os anos de 1862 e 1867 como chefe de serviço de medicina interna, no asilo público de Salpêtrière.

(BOULOUMIÉ, 2003), desta forma colocando os manicômios como acervos técnicos de um museu, ou como possuidores de relíquias encontradas nos antiquários.

Considerações Finais

As coleções fotográficas de Hugh Welch Diamond se apresentam aos pesquisadores como importante fonte histórica, principalmente a série fotografias psiquiátricas. Elas nos trazem um testemunho de sujeitos históricos que convencionalmente não possuem outro meio de documentação. Pacientes de hospitais psiquiátricos, durante o século XIX, possuíam um grande estigma social, de modo que não seriam comumente fotografados ou mencionados. Desta forma, Welch nos presenteia com um registro de uma parcela populacional normalmente silenciada nas fontes historiográficas.

Este conjunto fotográfico também é representativo para a compreensão da ideia de ciência e para o próprio desenvolvimento e usos do campo fotográfico. Demonstra a crença na imagem, e na forma como esta seria capaz de capturar verdades.

Referências Bibliográficas

BLOORE, C. **Hugh Welch Diamond**: doctor, antiquarian, photographer. Londres: Orleans House Gallery, 1980.

CANABARRO, I. Fotografia & História Cultural: uma janela aberta para o mundo. **Mouseion**, Canoas, v. 21, p. 17-34, 2015.

CASAS, M. A. **Magia y Ciencia**: la invencion de la fotografia. México: Puerto de Palos, 2004.

CHESTER, A. **The Permanent Cloud and the Passing Storm**: Photography and Psychiatry in Nineteenth-Century Western Europe. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <<https://rochester.academia.edu/AliciaChester>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

DIAMOND, H. W. On the Application of Photography to the Physiognomic and Mental Phenomena of Insanity. **PsicoArt**, v. 1, p. 1-14, 2010.

DIDI-HUBERMAN, G. **Invention of Hysteria**: Charcot and the Photographic Iconography of the Salpêtrière. Cambridge e Londres: MIT Press, 2003.

GONÇALVES, T. F. A Fotografia Psiquiátrica no Século XIX: Hugh W. Diamond. **Visualidades**, v. 6, n. 1 e 2, p. 72-83, 2008.

HOFFMAN, A. G. Archival Bodies. **American Imago**, 66, n. 1, 2009. 5-40.

KOSSOY, B. **História & Fotografia**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LANSDOWN, R. Photographing Madness. **History Today**, p. 47-53, Setembro 2011.

LITTLE, J. **Frailty, thy name is woman**: Depictions of Female Madness. Dissertação de Mestrado em Fine Arts in Theatre Pedagogy. ed. Virginia: Virginia Commonwealth University, 2015. 90 p.

MORTON, C.; EDWARDS, E. (Eds.). **Photography, Anthropology and History**: expanding the Frame. Farnham: Ashgate, 2009.

NEWHALL, B. **Historia de la fotografia**. 2. ed. Barcelona: FotoGGrafia, 2002.

PEARL, S. Through a Mediated Mirror: the photographic physiognomy of Dr Hugh Welch Diamond. **History of Photography**, v. 33, p. 288-305, 2009.

SONTAG, S. **Sobre Fotografia**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STOOTS, J. From Fool to Mad Femme: Photography's role in validating gender-biased mental illnesses in the 19th century. **Alternative Photo Histories**, 2012. 1-29. Disponível em: <<https://pratt.academia.edu/JenniferStoots>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

TUCKER, J. Hugh Welch Diamond. In: _____ **Oxford Dictionary of National Biography**. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

VALE, S. D. Corpo, fotografia & medicina: por uma genealogia das iconografias do sofrimento. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**, Fortaleza, 2009. 1-9.

WALTER, M. R. **INSANITY, RHETORIC, AND WOMEN:** 19th century women's asylum narratives. Missouri: University of Kansas, v. Tese de Doutorado em Filosofia, 2011. 189 p.

Fontes disponíveis em:

- **The Royal Photographic Society Collection**, National Media Museum. Site para consulta e maiores informações: < <https://www.scienceandmuseum.org.uk/royal-photographic-society-collection>>, acessado pela última vez em 05 de junho de 2018.

IMAGENS PARA A CIVILIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO DA IMPRENSA ERECHINENSE

IMÁGENES PARA LA CIVILIDAD: CONSIDERACIONES SOBRE EL DISCURSO DE LA PRENSA ERECHINENSE

*Angélica Rossi
Mestranda UFFS – Campus Chapecó
angelica.rossi.uffs@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho intenta problematizar a cultura visual presente na imprensa da cidade de Erechim – RS nas décadas de 1950 e 1960, mais especificamente no jornal A Voz da Serra e na Revista de Erechim. Nessa perspectiva, buscar-se-á perceber de que maneira as imagens são inseridas nesse suporte e relacionam-se a um ideal de normatização de comportamentos em termos de discursos, delineando quais comportamentos eram difundidos e conseqüentemente com quais padrões se estava lidando, onde as imagens tornar-se-iam cânones de referência ao ideal a ser alcançado. Tal empreendimento sinaliza sua importância ainda tendo em vista o contexto local da época, onde a cidade valorizava (e mais, procurava para si) ares de modernidade. A imprensa, então, como no caso estudado, se tornará palco do empreendimento de criação de novas sociabilidades ancorada nos discursos sobre o corpo de modo a moldar o tipo ideal pretendido. Assim, a Revista Erechim, enquanto veículo de forte inserção imagética, e o Jornal A Voz da Serra, contribuem em grande parte para a constituição de uma representação da cidade enquanto moderna; sendo que esse empreendimento se dava prioritariamente através de discursos e imagens que ressaltavam características da cidade em acordo com referenciais típicos da modernidade.

Palavras-chave: Iconografia. Civilidade. Modernidade.

RESUMEN

El presente trabajo intenta problematizar la cultura visual presente en la prensa de la ciudad de Erechim - RS en las décadas de 1950 y 1960, más específicamente en el diario La Voz da Serra y en la Revista de Erechim. En esta perspectiva, se buscará percibir de qué manera las imágenes se inserta en ese soporte y se relacionan con un ideal de normatización de comportamientos en términos de discursos, delineando qué comportamientos eran difundidos y conseqüentemente con qué patrones se estaba tratando, las imágenes se convertirían en cânones de referencia al ideal que se alcanzará. Tal emprendimiento señala su importancia aún teniendo en vista el contexto local de la época, donde la ciudad valoraba (y más, buscaba para sí) aires de modernidad. La prensa, entonces, como en el caso estudiado, se convertirá en escenario del emprendimiento de creación de nuevas sociabilidades ancladas en los discursos sobre el cuerpo para moldear el tipo ideal pretendido. Así, la Revista Erechim, como vehículo de fuerte inserción imagética, y el periódico La Voz da Serra, contribuyen en gran parte a la constitución de una representación de la ciudad como moderna; siendo que ese emprendimiento se daba prioritariamente a través de discursos e imágenes que resaltaban características de la ciudad en acuerdo con referenciales típicos de la modernidad.

Palabras clave: Iconografía. Civilidad. Modernidad.

Introdução

Segundo Norbert Elias (1994) o conceito de civilidade adquire sua delimitação e funções específicas a partir do século XVI, e teria a raiz dessa definição oriunda na obra “*De civilitate morum puerilium*” (Da civilidade em crianças) de Erasmo de Rotterdam. Trazendo a palavra antiga *civilitas*, Erasmo dá nova força e nitidez a sua significação, que acabou por atender a uma necessidade social da época. Publicada em 1530 na Basileia, tal obra não teria sido a primeira no que referiria se a temática de uma regulamentação do comportamento, mas ao atingir grande sucesso dá o pontapé inicial ao gênero impresso versando sobre civilidade. Conforme Chartier (2004, p. 53), a obra de Erasmo demonstra marcadamente uma época em que instauravam-se novas exigências, frente ao recuo progressivo das regras tradicionais de uma vida cavalheiresca em contraponto a uma vida social mais densa onde há uma dependência mais fechada e pesada nas relações pessoais. Já Jacques Revel (1991, p. 174) aponta para a universalidade dos princípios, uma vez que Erasmo diz ser vergonhoso para pessoas bem nascidas não ter comportamentos adequados a seu nível, e aqueles que nascem em condição humilde devem empenhar-se na aquisição de boas maneiras de forma a compensar o que lhes havia sido recusado. Sendo assim ninguém poderia escolher as venturas de sua vida, mas é possível a todos obter boas maneiras que o qualifiquem.

Chartier (2004) lembra ainda que a civilidade, enquanto noção, perpassa por um movimento duplo e contraditório: ao mesmo tempo em que passa a ser difundida em escalas cada vez maiores com vistas de uma instauração de modos de saber viver e saber ser na sociedade, passa também a receber críticas e sofrer desvalorizações dentre uma literatura elitista uma vez que os signos dessa parcela (ou seja, uma elite) acaba sendo divulgado ao ponto de ser desvelado de modo a fazê-las abandonar tal tradição simbólica de distinção. Importante ainda perceber, como tido em Chartier (2004), ressaltar-se que a trajetória da noção de civilidade, ao passar do tempo, vai se estreitando e enfraquecendo apesar das inúmeras tentativas de reformulação. Afastando-se de um estatuto ético e cristão, a noção de civilidade passará a expressar uma aprendizagem e respeito quanto a “maneiras convenientes na vida das relações” (p. 89); exprimindo assim instaurações desejadas de coerções subjugantes.

O termo civilidade constitui um corpus de significados formado por diversos empregos de sua noção que está longe de ser delimitado sumariamente. Chartier (2004) propõe perceber a civilidade enquanto campo semântico aberto e movente, ao qual referir-se-ão noções “éticas (moral, virtude, honra), a designações sociais (corte/cortesão, povo/popular), a oposições fundadoras (público/privado)”. (p. 47). A moldagem social torna-se parte importante desse

empreendimento civilizatório, uma vez que os movimentos corpóreos, a postura e a vestimenta verão em si refletidos os signos de caracterização tanto psicológica quanto de taxonomia social. O saber portar-se adequadamente é que irá por sua vez garantir então o reconhecimento do sujeito enquanto portador de civilidade e dessa forma garantir sua valoração para a sociedade.

No Brasil os manuais de civilidade/etiqueta remetem a vinda da Corte e com ela anseios de equiparação para com uma elite distinta, mais especificamente europeia. Conforme Rainho (1995), tais manuais apareciam através de anúncios em jornais descritos como se tratando de suportes imprescindíveis as pessoas que almejassem tratar-se como bem sucedidos na sociedade. Para Pechman (1999) os materiais como manuais de civilidade e etiqueta além dos jornais serão veículos fundamentais na difusão de maneiras de portar adequadas no que condizia a ansiedade frente as novas relações sociais que começavam a aparecer na sociedade brasileira. Uma vez preocupados com a difusão de “ensinamentos relativos ao comportamento social” (p.75) seriam tais materiais peças essenciais para a percepção “de como o comportamento pessoal e político se articulam” (p. 75); demonstrando assim que ao formar um individuo contido por discursos de civilidade acabava-se por constitui-lo de forma submissa a política. Sendo assim, no que concerne a civilidade Pechman (1999, p.75) demonstra que “ampliando o alcance desta prática, os manuais e a imprensa irão transformar a normatização dos grandes e pequenos detalhes da vida social cotidiana, num “projeto” de alcance muito mais amplo”.

Imprensa erechinense: empreendimento civilizatório?

O recorte temporal do trabalho aqui proposto dar-se-á entre as décadas de 1950 e 1960. Tal período, como assinalam Salerno e Cunha (2011) representa intensa efervescência e transformação cultural e social, na qual o crescimento e desenvolvimento urbano aliado as inovações tecnológicas trazem ares de modernidade. No que concerne ao um recorte espaço-temporal pautado em análises de materiais impressos, as aspirações dos empreendimentos de imprensa visavam a apresentação do Brasil como país moderno, em sintonia com avanços tecnológicos em um mundo que passava pela reorganização pós Primeira Guerra Mundial: refletindo assim aspirações de preparação frente a entrada a uma nova era no país.

Segundo Baptista e Abreu “as revistas de variedades surgem no Brasil, efetivamente, em 1849, com a publicação de A Marmota da Corte, periódico que abusa no uso das ilustrações como forma atrair leitores, inclusive os não alfabetizados pertencentes às classes abastadas” (p. 4, 2010). É nesse início do século XX que se dá o pontapé quanto a uma diversificação de

publicações, acompanhando o crescimento da indústria, onde a fotografia terá lugar de destaque na composição de periódicos que irão por sua vez construir um mercado onde os veículos publicitários (mais especificamente revistas) passem a ser constituídos por uma pauta imagética de forma a atrair o olhar consumidor.

A passagem dos anos de 1950 para os anos de 1960 apresenta profundas mudanças concernentes à imprensa, uma vez que as revistas terão de disputar mercado com a televisão que, naquele momento, vinha apresentando um acréscimo substancial de audiência. Com isso, a reprodução de imagens ganha uma nova velocidade e fazendo com que as revistas semanais percam cada vez mais espaço. Por outro lado, é também nessa época que o segmento revista se consagra enquanto veículo publicitário de excelência quanto a propaganda, em sintonia com o crescimento industrial cria-se um novo conceito: as revistas vitrines, que passarão a se voltar para o atendimento de públicos e necessidades específicas. Ocorre, portanto, uma segmentação. A visão de mercado sob o viés editorial traz a tona a subdivisão dentre as categorias já existentes nos periódicos: se passará para além de revistas masculinas ou femininas, histórias infantis, em quadrinhos ou fotonovelas. Surgirão assim revistas voltadas para o setor automobilístico, para moda, casa, cozinha, construção dentre outros.

Cunha (2006) aponta que após a segunda metade do século XX pode se perceber uma larga difusão de materiais imagética e textualmente corroborativos acerca de uma normatização de comportamentos, mas não especificamente identificados sob o desígnio de manuais. Justificando-se dessa forma, a ampla inserção dessa pauta na imprensa, de forma que, como afirma Fornazari (2001):

Se na Idade Média, Erasmo de Rotterdam delimitou toda uma faixa acerca da conduta humana, contemplando as principais situações da vida social e de convívio, no século XX, as revistas, tanto femininas quanto de variedades, traziam normas que promoviam um devir desejado, idealizado, destinado principalmente às mulheres. (p. 65)

Nas publicações a serem estudadas, *Jornal A Voz da Serra* e *Revista de Erechim*, por se tratarem de empreendimentos trazidos a luz pela mesma Editora e Livraria, algumas das seções e colunas podem ser encontradas em ambas. Embora cada um tenha suas particularidades, os discursos andam geralmente em mesmo sentido. No que concerne a *Revista de Erechim*, tem-se mais especificamente uma publicação que incumbir-se-ia de retratar e efervescência social da cidade investindo especialmente em publicações imagéticas: fotos e/de acontecimentos sociais marcantes, de maneira a instaurar um veículo para ver e ser visto.

Seguindo essas proposições, as imagens por sua vez carregam certa pedagogia, uma vez que se tornam formas de ensinamento quanto a pensar, agir e estar referente as coisas do mundo. Nesse sentido, Cunha (1999) argumenta que:

As imagens que estampam as capas dos livros podem ser decifradas como um conjunto de signos, como um suporte para representações ideológicas; a linguagem dos títulos aguça a imaginação e faz pensar no seu conteúdo, e a linguagem das disposições tipográficas pode dar uma organização mais ou menos clara à leitura. Isso nunca escapa aos leitores. (p. 51)

No caso da Revista de Erechim, um dos primeiros pontos a chamar a atenção na revista são as capas. A cada edição, a capa compõe-se de uma fotografia de uma figura feminina: desde um bebê, uma criança, e seu restante de moças da cidade. Tanto pelos anúncios quanto pelas legendas, havia muito de interesse em apresentar tais moças à sociedade. Trago agora, algumas destas capas.

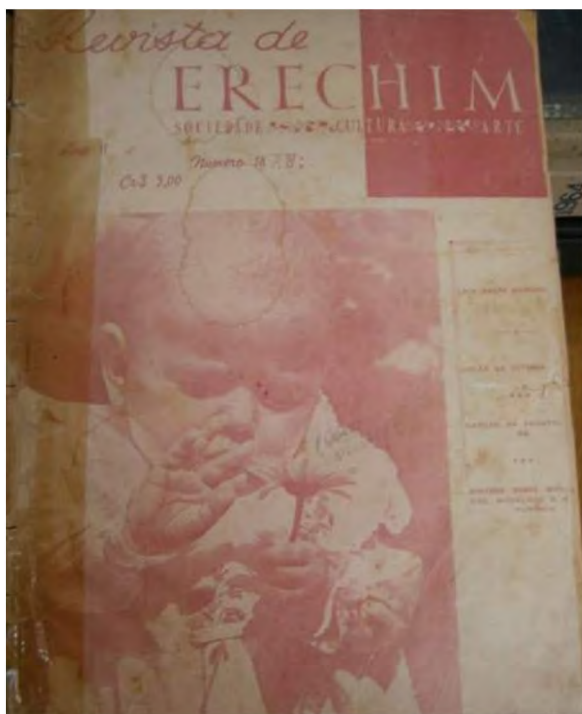


Figura 1 Capa da edição nº 18



Figura 2 Capa da edição nº 4



Figura 3 Capa da edição 5/6



Figura 4 Capa da 1ª edição



Figura 5 Capa da edição 7/8



Figura 6 Capa da edição 20/21

A primeira imagem que se tem de um livro é quase sempre sua apresentação externa, assim essas obras eram pensadas para impressionar os leitores ao primeiro olhar. Mesmo em suas especificações a revista não ser declarada como tendo público específico a mulher, podemos perceber que a maioria das imagens e discursos são voltados para o público feminino.

Nessas poucas imagens podemos perceber já um tipo de discurso. A criança amável (figura 1 e 2) vai se tornar a debutante (figura 3), moça exemplar (figuras 4 e 5) e depois vai se tornar a esposa ideal (figura 6); demonstrando assim um ordenamento. A escolha de numerosas imagens de mulher denota uma preocupação muito viva com a definição dos papéis femininos (PEDRO, 2006, p. 283).

Conforme demonstra CUNHA (1999) o olhar voltado as capas e sua articulação com o próprio discurso veiculado faz parte de um ímpeto de análise que busca compreender como determinados dispositivos (imagéticos e discursivos) funcionaram para uma educação das sensibilidades de leitores, criando imaginários.

Ambos os impressos tem ainda importantes contribuições no que concerne a publicidade. As inserções publicitárias apresentam definições claras quanto a gênero: para as

mulheres encontram-se anúncios sobre costura, vestuário, produtos para o lar e para os homens alfaiatarias, cigarros, automóveis e máquinas. Os textos trazem frases e até pequenos textos que esclarecem e reforçam papéis e até mesmo ditam formas de ação.

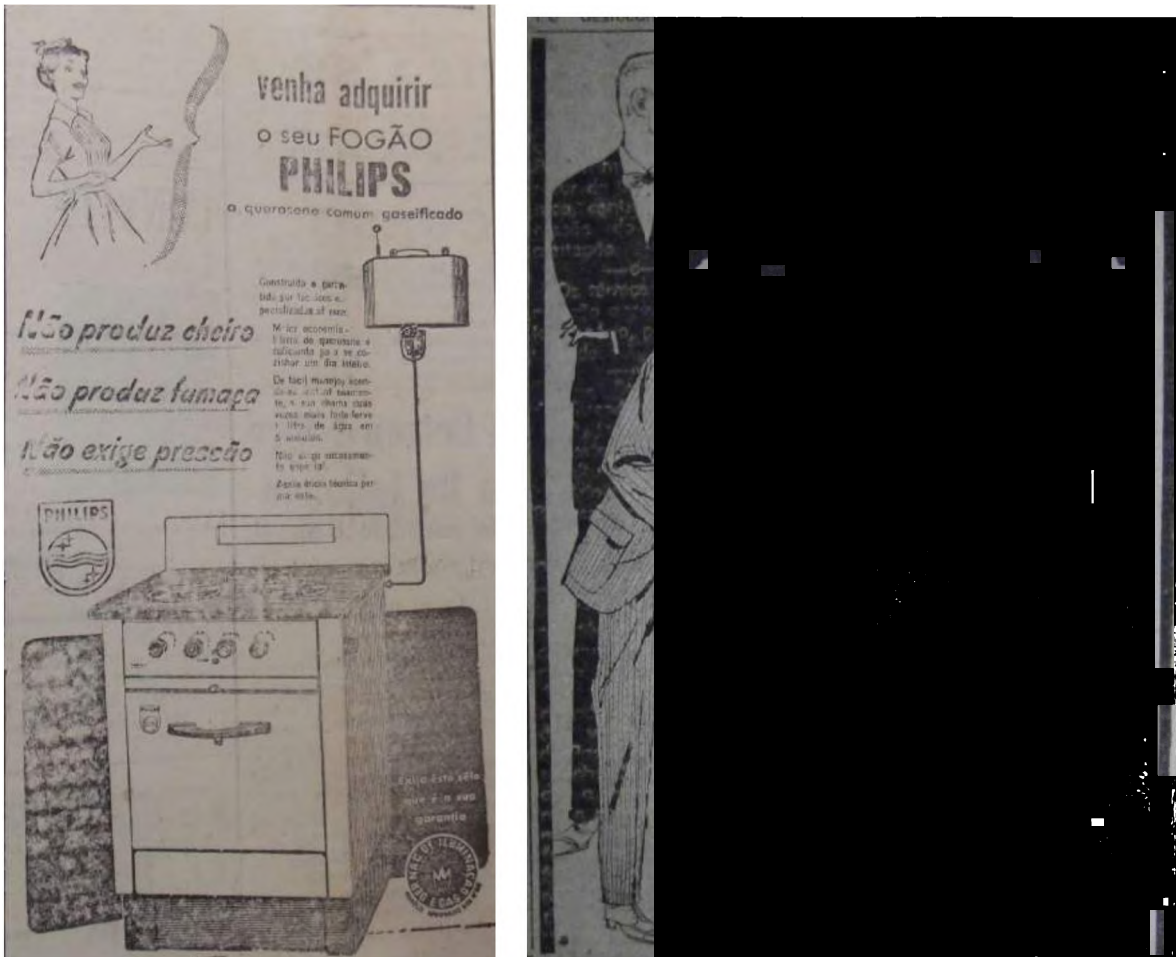


Figura 7 e 8 Propagandas. A Voz da Serra. 21 de junho de 1952.

Entre os anos de 1950 e 1960 a cidade apresenta séries fotográficas que parecem ter construído a narrativa visual consolidada em Erechim. Estas são retomadas frequentemente quando os discursos sobre a cidade frisam seu ímpeto moderno, com planejamento urbanístico que incluía avenidas largas e arborizadas que convergiam ao centro em que se encontravam as estruturas políticas e religiosas, arquitetura predial imponente além da diversidade de espaços de convívio social como os cafés e cinemas. Esse próprio processo de urbanização, que por consequência traz rápidas mudanças na paisagem, acarreta um desejo pelo acondicionamento das memórias dessas transições, marcando assim a importância da fotografia enquanto preservação do tempo.



Figura 9 Vista da Avenida Maurício Cardoso a partir da Praça da Bandeira, com o Chafariz como peça central de onde parte o planejamento urbano. Revista de Erechim, 1991.

Conforme Monteiro (2013), analisar um conjunto de imagens como documento, requer percebê-las enquanto parte integrante do contexto humano. No mundo contemporâneo somos interpelados ao todo momento por um grande número de imagens de maneira que estas intervêm-se constantemente nas relações humanas com o visível e invisível, produzindo comportamentos, modelos de civilidade e modos de subjetivação. Desse modo, a imprensa parece ser lugar privilegiado da disseminação de uma certa cultura visual, por isso, ainda segundo Monteiro (2006), o recorte da imprensa erechinense aqui focado demonstra que a predominância de certas imagens (vista aérea da cidade, Avenida, Castelinho, chafariz da praça central, retratos de acontecimentos sociais, etc.) acabam formando séries visuais além de narrativas que proporcionam, através da ênfase, a constituição de códigos de representação.

A imprensa, como podemos observar no caso da Revista de Erechim, parece promover a divulgação de modelos de comportamento, veiculando-se a uma espécie de projeto civilizador pretendido de forma a auxiliar na construção de imagens idealizadas para a sociedade. Segundo Pedro (2006):

Os jornais sulistas do final do século XIX e início do século XX não criaram os modelos ideais da mulher como boas mães, virtuosas, esposas e dedicadas filhas. Esses modelos já faziam parte do imaginário ocidental, podiam ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais. (p. 281)

Na década de 50 cresce a participação feminina no mercado de trabalho, exigindo certa qualificação, “essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou, sem dúvida, mudanças no status social das mulheres” (PINSKY, 2006, p. 624)

Sendo o magistério o curso considerado mais próximo da função “mãe” era um dos mais procurados pelas moças, mas como ressalta PINSKY (2006) “não significava sequer que todas as estudantes fossem exercer a profissão ao se formarem, pois muitas contentavam-se apenas com o prestígio do diploma e a chamada “cultura geral” adquirida na escola normal” (p. 625).



Figura 10 Apresentação das concluintes do magistério. Revista de Erechim, nº 1 de 1951.

PEDRO (2006) ressalta que na região sul, a predominância das ideias positivistas levou a repetição de discursos homogeneizadores quanto aos papéis femininos, afirmando que:

identificou a mulher como tendo uma natureza complementar a do homem, apresentando uma diferença que justificava sua educação específica. Mesmo assim significaram um certo avanço, pois recomendavam a educação das mulheres, já que como mães eram as responsáveis pela construção dos “homens do amanhã” – coisa rara até então. (p. 298)

Nesse ímpeto, PINSKY corrobora demonstrando que nessa época, todas “as revistas femininas da época fizeram eco a essas preocupações, aconselharam e apelaram para que as mulheres que exerciam atividades fora do lar não descuidassem da aparência ou da reputação pessoal e soubessem manter-se femininas” (2006, p. 624)

A inserção de imagens predominantemente femininas na revista parece deixar transparecer um certo ideal pedagógico e, aliado aos discursos presentes nas publicações, propõem um investimento em si através daquele modelo. Em sua investigação, Maria Bernadete

Ramos Flores (2007) afirma que “[...] a representação, em si performatizadora do modelo a ser copiado, imitado, reproduzido em massa, supõe que o modelo ideal representado obedeça a um cânone estético que corresponda ao ideal político e racial da nação” (p. 33). Essa circularidade dos conselhos, compreendidos como uma padronização civilizatória, no exercício do convívio social, se torna um ritual das práticas prescritas por lugares autorizados.

Ainda nesse sentido, perpassando tanto o jornal quanto a revista, tem-se a coluna “Conselhos de Beleza”. Esta era trazida a público pelas letras do médico Dr. Pires, que era citado após as colunas como sendo um especialista do Rio de Janeiro, ao qual poderiam ser endereçadas cartas com a finalidade de ver respondidas as dúvidas que pudessem haver entre a população.

Nesse espaço eram abordados temáticas de cunho relativo a saúde, geralmente trazidas em forma de conselhos, onde se apresentavam as questões com seus prós e contras, dicas de como ela deve ser tratada. A emergência de uma coluna, presente massivamente nas edições dessa imprensa, em que predominavam a presença de assuntos relativos a saúde, e principalmente, que sempre alegaram a maneira que se deveria dar andamento a tais questões de forma a manter uma aparência/comportamento aceito socialmente. Essa circularidade/permanência dos conselhos nesse sentido de uma padronização civilizatória pode ser lida no encontro do que afirma Flores quanto a uma bio-política de clones, onde se instauram tipos/modelos ideais a serem alcançados e seguidos no exercício do convívio social.

No viés das questões trabalhadas por Flores (2007), podemos perceber que a aliança entre a dimensão política e a estética constitui-se como cerne da possibilidade de análise quanto a pertinência da discussão de uma modernidade pretendida. Sendo assim, trazendo tal consideração como contribuição ao que se pretende nessa análise, o campo da ciência (nesse caso a medicina, especificamente) ao tratar prioritariamente da estética, demonstrando características de uma excelência corpórea (e não só) aliada a uma trama de civilidades, torna-se uma discussão eminentemente política uma vez que lida com a instauração de sociabilidades aceitas e pretendidas a um projeto social; onde a busca da beleza transformar-se-á em irradiação de fealdades da nação (num projeto de sua nova constituição).

À guisa de considerações

A inserção imagética, cada vez mais presente nos espaços de difusão de informação, instaura a representação dos tipos ideais a serem incorporados que por sua vez se constituem nos cânones estéticos a serviço dos ideais políticos e raciais estabelecidos pela nação; dessa

forma se veem aproveitadas as sensibilidades estéticas para fins políticos (principalmente no que concerne ao estabelecimento de tipos ideais, propiciando uma certa produção em série).

A imprensa, então, como no caso estudado, se tornará palco do empreendimento de criação de novas sociabilidades ancorada nos discursos sobre o corpo de modo a moldar o tipo ideal pretendido. Dessa forma, vemos o Estado como articulador de projetos onde se encontram as estratégias de ordenamento dos sujeitos enquanto parte essencial para o alcance e realização dos novos ideais a que se pretendia estabelecer a sociedade, nas palavras de Flores (2007) “criar a “raça nacional” é imprimir no corpo do cidadão não só sentimentos, uma língua e um tipo físico” (P. 19) mas também todo aparato civilizador que abrange a criação de um tipo ideal pretendido.

Assim, a Revista Erechim, enquanto veículo de forte inserção imagética, e o Jornal A Voz da Serra, contribuem em grande parte para a constituição de uma representação da cidade enquanto moderna. Esse empreendimento se dava prioritariamente através de discursos e imagens que ressaltavam características da cidade em acordo com referenciais típicas da modernidade.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, Íria C. Q. ABREU, Karen C. K. **A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial.** Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia, V. s/n, p. 01 à 23, 2010.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

_____. **Projeto Saberes Impressos.** Imagens de Civilidade em textos escolares e não-escolares: composição e circulação (décadas de 50 a 70 do século XX) Cnpq 478925/2006-9. Departamento de História/UEDESC – versão escrita, 2006.

_____. **Ser de cerimônia: Manuais de civilidade e a construção de sujeitos históricos (1920-1960).** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006, Goiânia.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Vol 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FABRIS, Neivo Ângelo. **Revista de Erechim – Uma inédita e efêmera experiência na zona colonial do RS.** Especialização em Ensino de História do Rio Grande do Sul. 2007. Monografia - Universidade de Passo Fundo.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Tecnologia e Estética do Racismo: ciência e arte na política da beleza.** Chapecó: Argos, 2007.

MONTEIRO, Charles. **História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa.** In: MÉTIS: história & cultura – v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

_____. **Pensando sobre História, Imagem e Cultural Visual.** In: **Patrimônio e Memória:** São Paulo, Unesp, v. 9, n.2, p. 3-16, julho-dezembro, 2013.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul.** In: PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de texto). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de texto). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de civilidade – Rio de Janeiro, século XIX**. In: Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: v.8, número 01/02, janeiro/dezembro 1995.

REVEL, Jacques. Os usos da Civilidade. In: **História da Vida Privada 3: Da renascença ao século das luzes**. CHARTIER, Roger (Org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SALERNO, Laura Peretto. **Querida ensina: Preceitos de comportamentos femininos em páginas da Revista Querida (1958-1968)**. Dissertação de Mestrado – UDESC. 2009.

SALERNO, L. P.; CUNHA, M. T. S. **Discursos para o feminino em páginas da revista Querida (1958-1968): aproximações**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 40, p. 127-139, abr./jun. 2011. Editora UFPR.

Jornal A Voz da Serra. 1950 e 1960.

Revista de Erechim. 1951 – 1966.

ONDE ESTÃO AS COISAS SELVAGENS: DO FILME À IMAGINAÇÃO DAS CRIANÇAS

*WHERE THE WILD THINGS ARE: FROM THE FILM TO THE CHILDREN'S
IMAGINATION*

*Cassius André Prietto Souza
Doutorando/Universidade Federal de Pelotas
Cassius_andre@hotmail.com*

RESUMO

O trabalho parte do filme “Onde Vivem os Monstros” (Where the Wild Things Are) dirigido por Spike Jonze (Universal, 2009) para conduzir uma reflexão em torno do imaginário do monstruoso no universo infantil. O estudo integra a pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação da Educação na linha de pesquisa Cultura escrita, Linguagem e Aprendizagem da UFPel. O filme é uma adaptação da obra de Maurice Sendak (1928-2012), reconhecido e premiado escritor de literatura infantil, tendo sido traduzido para mais de vinte idiomas. A narrativa explora a imaginação fértil do garoto Max e sua aventura em uma ilha misteriosa, onde vivem os monstros. Como rei do lugar, se torna o responsável por evitar que a tristeza tome conta de todos, ele então começa a criar coisas e brincadeiras para poder manter os monstros distraídos e alegres. Seria essa ilha real ou fruto de sua imaginação? A análise se detém sobre a construção das personagens, transformações e amadurecimentos, segundo uma pedagogia do sensível, a partir de inovações na narrativa fílmica. São utilizados como critérios de análise os recursos da linguagem cinematográfica (visualidades e narrativas) tais como: direção de arte, ritmo e história, conceitos e personalidade dos personagens. A reflexão se apoia em estudiosos da cultura visual e do imaginário como Gaston Bachelard, os arte-educadores Fernando Hernandez e Duarte Junior e o pensador sobre o monstruoso José Gil.

Palavras-chaves: Imaginário, cultura visual, monstruoso.

ABSTRACT

The work begins with Spike Jonze's (Universal, 2009) film Where the Wild Things Are to lead a reflection on the monster's imagery in the children's universe. The study integrates the research under development with the Postgraduate Program of Education in the line of research on written culture, language and learning of UFPel. The film is an adaptation of the work of Maurice Sendak (1928-2012), recognized and awarded writer of children's literature, having been translated into more than twenty languages. The narrative explores the fertile imagination of the boy Max and his adventure on a mysterious island where the monsters live. As the king of the place, he becomes responsible for preventing sadness from taking over everyone, he then starts to create things and games to keep the monsters distracted and happy. Was it this real island or the result of his imagination? The analysis focuses on the construction of characters, transformations and maturation, according to a pedagogy of the sensitive, based on innovations in the film narrative. The resources of the cinematographic language (visualities and narratives) such as: art direction, rhythm and history, concepts and personality of the characters are used as analysis criteria. The reflection is based on scholars of the visual and imaginary culture like Gaston Bachelard, the art-educators Fernando Hernandez and Duarte Junior and the thinker on the monstrous Jose Gil.

Keywords: Imaginary, visual culture, monstrous.

Introdução

A literatura e as mídias como cinema, animações e vídeo games sempre exploram universo do imaginário. Seja ao contar histórias de mundos ou galáxias distantes. Os personagens fantasiosos e monstruosos comparecem como parte cativante deste contexto. Cheio de narrativas criativas e formas exuberantes, as quais descrevem suas características principais no enredo dos fatos do mundo o qual é representado. Assim eles influenciam os espectadores, os quais cada vez querem mais. Uma das possíveis fontes destes carismas provem da própria infância. Lugar onde o imaginário tem vez. Seja pela própria criança ao brincar e criar o seu próprio lúdico, ou por influências externa dos livros infantis ou desenhos animados. Qual é o adulto que não tem em suas memórias uma lembrança do imaginário como: *A Bela e a Fera* (Conto clássico de Gabrielle-Suzanne Barbot, 1740), *O Corcunda de Notre Dame* (Disney, 1996) uma animação da adaptada do conto de Victor Hugo, *A Noiva Cadáver* (Tim Burton, 2005), *E.T. O Extraterrestre* Steven Spielberg (FOX, 1982) e *Avatar* de James Cameron (FOX, 2009).

Os monstros comparecem como parte ativa do imaginário e estão cada vez mais realistas, através dos inúmeros avanços tecnológicos cheio de efeitos especiais ou digitais, com discrepâncias monstruosas que impressionam e deslumbram o espectador. Mas o monstruoso não é um ser que possibilita apenas assustar ou chocar, ele também pode comparecer como um ser de carisma. Mas devemos convir que como protagonistas principais ou em papéis secundários os monstros influenciam toda a história, dependendo do contexto que se estabelecem, os monstros podem tanto causar medo como alegria, muitos dos filmes e mídias contemplam desta possibilidade. Estabelecendo uma conexão de criar humanidade destes seres, projetando assim uma narrativa durante a história. Onde os binômios: feiura/ beleza, maldade/ bondade e sujeição/liberdade são elementos adicionados à alma dos monstros, os tornando mais complexos e sensíveis.

Um claro exemplo disto comparece nos primeiros momentos em que *A Noiva Cadáver* apresenta-se na história. Como uma Morta-Viva saindo da sua sepultura, nesse momento ela é apresentada com seu aspecto aterrorizante, de forma esquelética, a qual lembra os clássicos filmes de horror. Mas conforme começamos a conhecer o drama desta personagem, a qual foi abandonada e morta por seu futuro noivo, momentos antes do casamento. Constrói-se um elo afetivo, uma ligação amável e carismática entre o espectador e a protagonista, onde a

sensibilidade supera o medo, por que o monstro se tornou humano. Estamos assim encantados pela personagem.

Onde Vivem os Monstros



Figura 1: Capa do livro. Fonte: Cosac Naify (2014)

Comparecem com esses mesmos valores de carisma e afeto, a obra literária e posteriormente sua tradução filmica *Onde Vivem os Monstros* (*Where the Wild Things Are*, 1963- E.U.A.). Escrita e ilustrada pelo artista Maurice Sendak, o qual narra uma viagem imaginativa de uma criança solitária a um mundo de monstros. O livro foi condecorado com inúmeros prêmios, pela sua narrativa como também por sua qualidade gráfica. Entre tantos prêmios, inclui-se o *Hans Christian Andersen* (considerado como o Nobel da literatura infantil). Após o seu mérito a história passou de peça teatral para um musical da Broadway. Sua sedimentação cinematográfica ocorreu em 2010, quando a produtora *WarnerBros Company* comprou os direitos autorais do livro. Convidou como única possibilidade o diretor Spike Jonze, um diretor que vem da linhagem criativa dos vídeos clips da MTV, o qual já tinha sido diretor de dois longas-metragens que eram controversos para o público em geral, *Quero ser John Malkovich* (FOX, 1999) e *Adaptation* (Columbia Pictures, 2003). O filme explora a imaginação fértil do garoto Max, uma criança solitária, frágil e muito criativa. Durante os primeiros momentos do filme, podemos reconhecer esses elementos: desde a logomarca *WarnerBros*, passando ao título do filme e a apresentação dos nomes dos atores. Contempla-se a caligrafia

de uma criança, que durante o filme podemos reconhecer que é de Max. Demonstrando assim sua necessidade de registrar-se no mundo, tanto o real como o seu imaginário.



Figura 2: Carta do filme. Fonte: www.warnerbros.com

Na apresentação do personagem no mundo real, observamos que existe uma solidão e desprezo em torno do personagem. Seja pela sua mãe que trabalha e está sempre cansada, ou pela sua irmã, que prefere sair com outras crianças mais velhas do que brincar com seu irmão. Max assim registra sua presença, riscando as coisas e objetos, mas ele é invisível, num único momento ele interage com alguns meninos mais velhos, por meio de uma brincadeira de jogar neve, os garotos o assustam, ele começa a chorar.

Max é criativo, inventa histórias para sua mãe, enquanto ela trabalha no computador. O garoto elabora cenários no seu quarto, mas está sempre solitário, vestido com um traje de lobo, ele ataca a mãe de forma agressiva. Tudo porque a mãe não responde ao seu chamado, um ato que a ela descreve como “um menino mimado”. Esses elementos do filme não estão no livro infantil, à narrativa do livro já começa com o garoto tornando seu quarto uma floresta, mas provavelmente eles foram fundamentais para se construir a história do filme, por meio deles podemos observar a rotina e tristeza do personagem.



Figura 3: Personagens do filme. Fonte: www.warnerbros.com

A cena de rompimento entre o mundo real e a imaginação acontece quando Max resolve fugir, frustrado pela falta de atenção de todos com ele, sai de casa a noite correndo pela rua. Durante esse momento o filme explora a imaginação fértil de Max ao pegar um barco e navegar em águas escuras, a procura de um lugar apenas seu. Uma aventura se estabelece. Quando Max acorda, ele está em uma misteriosa ilha, nesse local ele observa uma briga entre vários monstros, todos são gigantes, os monstros são: Carol, Judith, KW, Ira, Alexander, Douglas, Bull. Cada personagem tem uma característica diferente do outro, temos desde o pessimista, ao isolado, impulsivo, reprimido etc.

Surge um conflito entre eles, mas o garoto consegue interferir e apaziguar os ânimos do grupo. A preocupação principal dos monstros tem relação à tristeza, eles necessitam de um rei, porque somente o rei pode dar alegria e felicidade ao grupo. Assim Max se proclama rei do lugar, prometendo como principal causa, evitar que a tristeza tome conta novamente. Podemos observar que durante a apresentação dos monstros, existe um clima de obscuridade, a floresta contempla um reino obscuro e sinistro, em alguns momentos podemos ver ossos humanos perto dos monstros, antes da coroação.

Max como rei, começa a criar brincadeiras para distrair os monstros de seus conflitos pessoais, seria essa ilha real ou fruto de sua imaginação? O quanto de diferente ela está do nosso mundo, onde os conflitos e frustrações são cotidianos do ser. Para a diversão começar, Max divide os monstros em dois grupos: os “Bons” e os “Maus” para uma grande guerra de lama.

Podemos observar que o roteiro apresenta uma personalidade compulsiva e reprimida de Max, essa se assemelha ao monstro Carol, o qual se torna seu melhor amigo. Quanto a vida

cotidiana dos monstros, reconhecemos que Carol é apaixonado por Kw, eles são um casal que nunca conseguem ficar sozinhos. Porque segundo Carol, KW sempre quer trazer corujas ao grupo. Carol odeia as corujas. Essa representação é semelhante à de Max com sua mãe, porque ele é rebelde quando ela trás o namorado para a casa deles. Carol sempre que insatisfeito ou triste destrói as coisas que ele e os outros criaram, assim como Max que destrói seus brinquedos. Fica claro que Carol é o líder, o qual sempre que contrariado devora os reis. Carol e Max compartilham de uma amizade mútua, por terem em sua origem os mesmos problemas e frustrações, ambos não conseguem aceitar as coisas como elas são, querem que elas sejam como eles desejam.

A Produção do Filme

O ritmo da história descreve que o tempo/espço é algo que é suspenso no filme, porque desde que Max some com o barco até sua volta para casa, passaram se apenas horas, mas o protagonista ficou vários dias e noites com os monstros. Podemos assim concluir que essa foi uma forma compreensiva, na qual o diretor optou para tornar a narrativa mais lúdica e criativa. O filme contou durante a produção com a supervisão do próprio ilustrador do livro, o qual auxiliou a manter algumas características originais da história. Os ambientes são sombrios e até mesmo melancólicos. A névoa apresenta-se com texturas e cores em dégradés. O sol e o deserto revelam a desolação do garoto com a solidão e a saudade. Filmado em inúmeras locações como Austrália e deserto da Tunísia, as imagens descrevem um imensidão espacial, algo que foi uma exigência tanto do diretor como do criador. Os sete monstros foram interpretados por atores os quais tinham entre 1,8 e 2,4 metros. Os bonecos foram elaborados pela equipe de efeitos especiais: *Jim Hensom Company*, que tem em seu currículo filmes como o *Cristal Encantado* (1983) e *Labirinto* (1986).



Figura 4: Cenário do filme. Fonte: www.warnerbros.com

O diretor relata que para buscar as emoções naturais de Max durante as filmagens, com os bonecos, gravou antecipadamente as falas. Com vários alto-falantes espalhados pela floresta, para o ator-mirim acreditar que os monstros estavam falando. Segundo Spike, essa foi uma estratégia, porque todas as expressões faciais foram acrescentadas depois pela equipe de efeitos: *Framestore* C.F.C. Os atores que interpretaram os personagens monstros são: James Gandolfini, Lauren Ambrose, Catherine O'Hara, Forest Whitaker, entre outros.

Uma das etapas mais difíceis foi à escolha do personagem principal, o qual deveria ser o protagonista, durante as escolhas uma criança se destacou. Foi o garoto Max Records, porque durante um dos ensaios chorou na frente da produção. As filmagens começaram em 2006, mas o diretor já estava trabalhando no projeto mais ou menos seis anos antes.



Figura 5: Cenário do filme. Fonte: www.warnerbros.com

Onde Vivem os Monstros transmite um universo de poeira, que tem paisagens secas e tristes, com árvores sem folhas, espaços que contemplam o vazio. Uma atmosfera desértica, que remete ao existencialismo. As paletas de cores do filme são de tonalidades acinzentadas, para assim projetar um lugar triste e corroído pelo tempo, com nuances de tom nublado, para remeter a tristeza do personagem. A trilha sonora é composta por Carter Burwell Karen, o qual investe em inúmeras passagens, às quais oscilam entre a alegria que é contagiante e a mais pura melancolia, refletindo assim o universo lúdico da natureza infantil de Max.

Relação do imaginário infantil e os monstros

“Na solidão a criança pode acalmar seus sofrimentos. Ali ela se sente filha do cosmos, quando o mundo humano lhe deixa a paz. E é assim que nas suas solidões, desde que se torna dona de seus devaneios, a criança conhece a ventura de sonhar, que será mais tarde a ventura dos poetas” (BACHELARD, 2009, p. 94).

Para o estudioso do imaginário Gaston Bachelard (2009). O devaneio (palavra a qual ele definiu como o ser que elabora o seu lúdico) da criança comparece apenas com a imagem, porque ela ainda não tem a experiência em si, essa apenas irá esboçar-se mais com o passar dos anos, assim tudo para ela é admirável, colossal e genuíno. Na infância existe a liberdade, liberdade de sonhar, criar e reinventar. Mas, aos poucos, amigos vão surgindo, iniciando um tipo de confraternização, a criança compartilha brincadeiras e experiências, elas se divertem umas com as outras, um elo de amizade e de imaginação é estabelecido. Essa semelhança é apresentada por meio dos personagens do filme, os quais apesar de suas diferenças e melancolias comparecem unidos.



Figura 6: Cenário do filme. Fonte: www.warnerbros.com

O imaginário infantil é um período onde não se impõe limites, pelo contrario, esse campo cresce com uma enorme feracidade e liberdade. A criança inventa mundos, sonhos e personagens para explorar o seu ser no mundo, nesse momento tudo comparece como algo extraordinário, possibilitando que sua criatividade atinja o expoente máximo. Para o autor as imagens emergem da consciência, como um produto da alma do ser, no processo da criança considera a individualidade e a solidão como potências para a construção destes expoentes.

Durante toda a exposição do filme podemos observar que é exatamente a descrição de Bachelard que Max representa. Quando ele desperta num mundo imaginado, floresce suas opiniões e conceitos, assim como saudades da família e do seu mundo. Como rei ele explora o cotidiano dos monstros, assim ele pode reconhecer que problemas sempre irão existir, que a diversão não é tudo na vida, ele observa que aquele não é o seu lugar. Desta forma ao retornar para casa, sua realidade, observamos que houve uma transformação de caráter, uma experiência, mesmo que imaginativa, transformou o menino para algo melhor.

“Provavelmente, o homem só produz monstros por uma única razão: poder pensar a sua própria humanidade. Seria possível traçar a história das diferentes ideias ou definições que o homem se deu de si próprio através das diversas representações da monstruosidade humana que o acompanharam” (José Gil, 2006, p. 53).

Para o autor José Gil (2006) a humanidade e o social sempre tiveram um tipo de relação direta com os monstros, esse conceito baseia-se na relação dos monstros como uma parte da humanidade. Desde a Grécia antiga os Titãs eram descritos como monstros assustadores, alguns destes seres como a Medusa, eram pessoas, que perderam a sua humanidade, outros como os ciclopes, sátiros e centauros nasceram de raças mitológicas. Esse fascínio pelo monstro serve para situar o homem em seus limites éticos e morais. Porque para o autor o monstro esta fora deste domínio, durante a idade média *Santo Agostinho* se propôs a relatar a relação dos monstros com o sagrado, uma de suas principais preocupações era descrever as raças exóticas do mundo oriental.

Qual a função do monstro no pensamento simbólico? Os monstros teriam uma lógica ou crença, eles seriam um produto que servem para convencer o homem como um ser divino, ou eles seriam formas divinas? Partindo da definição do monstruoso, o qual se apresenta dividido entre o real e o simbólico, procura-se na teoria de *Descartes*, a existência de uma união entre a alma e o corpo. Assim o monstro é uma aberração da realidade, ele excede o real, a fim de induzir a oposição da crença. Ele estrutura-se numa linha entre a crença e a razão, o monstro comparece nesse limite, nessa fronteira, porque se não for assegurado sua presença neste limite, poderiam exceder caos, demência e desordem no mundo daquele período.

Mas com o surgimento do renascimento, novas questões se apresentam, seres teratológicos começaram a ser investigados, porque nesse período a ciência evoluiu e predominou o interesse pelo corpo humano. Indagações tornam-se fonte de pesquisas. Os monstros com suas anomalias começam a ter um papel de estudo e atração, neles comparece todo o caos orgânico, sua fisicalidade monstruosa era a fonte de teorias e estudos.

O pesquisador Gil descreve que a monstruosidade se tornou algo inquietante, principalmente nos dias atuais, quando procuramos nos sonhos antigos as possibilidades de sermos seres fantásticos, nossos corpos sofrem alterações de forma estética, nos tornando seres quase “humanoides”. Como exemplo “O Homem Lagarto” com o corpo cheio de implantes, o qual o torna um amálgama de lagarto e homem. Os monstros estão no cotidiano, não pelo mal ou o brutal, mas pelo banal, anomalias do cotidiano que constroem extensões de uma alma

fraca, essa necessita se fortalecer pelo diferente e anormal. Então o que comparece hoje como aberração, são os nossos desejos, de sonhar em sermos quimeras e as raças fantásticas.

Quanto ao sensível comparece implicado com as sensações e o cultivo da sensibilidade em alto grau. A referência são os estudos de João Francisco Duarte Jr. (2010) que considera toda e qualquer vivência como capaz de refinar a sensibilidade, e, portanto, apurar a nossa percepção poética, origem de nosso saber sensível.

Para Duarte Jr. a poética é a maneira que o homem se relaciona com o mundo, um tipo de estado que quando acionado cria uma consciência específica. Ao adentrarmos nessa dimensão o mundo revela-se diferente, ganha outras formas e significações. Formas, essas que podem ser descritas apenas como poesia. Entretanto, a poesia não diz respeito, especificamente, as palavras, ela é tudo que vem do sensível, como uma obra de arte, uma ação de compaixão, etc.

Viver o estado poético é mergulhar no mais profundo de nós mesmos, para trazer à tona o imponderável, as ambiguidades, ou os paradoxos, não para decifrá-los, mas para adentrar nas dimensões intuitivas e imaginárias, alcançar sentimentos e uma expressividade original.

“A arte revive em nós, ainda que no modo simbólico, sentimento e vivência que se baseiam em nossa história pregressa, em nossas experiências de vida. Um signo poético (artístico), ao ser percebido, é decodificado por um equilíbrio entre o inteligível e o sensível que nos habita, possibilitando que o captemos, de maneira integrada, com nossa existência plena” (DUARTE JR, 2010, p.41).

Para navegar nesse universo forjado por nós mesmos, é preciso convocar o imaginário, o que significa contar com a capacidade humana de imaginar e ou evocar coisas, seres e mundos provenientes da fantasia ou memória. A imaginação associada à criação e à fabulação, se insere na cultura, origem de crenças e mitos de um povo. Também pode identificar pessoas ou grupos que concebem algo extraordinário, que inovam em sua área de produção. Daí sua importância para o avanço do conhecimento e implicações com o universo infantil.

O arte-educador Fernando Hernández (1998) sugeriu instaurar uma educação criativa e imaginativa nos meios pedagógicos, tendo uma proposta baseada no filósofo e pedagogo, John Dewey (1859-1952). Um norte-americano que defendia a relação da vida com a sociedade, dos meios com os fins e da teoria com a prática. O autor coloca em dúvida as formas de ensinar. Apresentando um novo modelo que é inovador e criativo, esse modelo tem como base de proposta o papel do abandono dos conteúdos, sendo assim os alunos tornam-se pesquisadores e por sua vez receptores no processo educativo. O mais importante é que não existe um método, essa é a criatividade educativa do processo. O primeiro passo é determinar um assunto, a

escolha pode ser feita partindo da sugestão do professor ou da turma. Todas as coisas podem ser ensinadas por meio deste projeto, basta que se tenha uma dúvida, que é inicial, e sendo assim se comece a pesquisar e buscar evidências sobre o assunto. O mais importante é que o educador saiba onde pretende chegar com a proposta, sendo assim projeta-se um objetivo e metas começam a ser cumpridas.

O autor Hernández alerta que não basta o tema ser “do gosto” dos alunos. Se não despertar a curiosidade por novos conhecimentos. Por isso, uma etapa importante é a de levantamento de dúvidas e definição de objetivos de aprendizagem. Desta forma, o projeto avança na medida em que as perguntas começam a ser respondidas, mas o ideal é fazer anotações para comparar erros e acertos, isso vale para alunos e professores porque facilita a tomada de decisões.

A imaginação é parte ativa deste processo, assim com a curiosidade, seja por meio de problemas a ser conhecidos ou apenas desenhos sobre o universo imaginativo. Os alunos ativam seu lado sensível e mobilizador, onde criar e investigar se torna um meio mais ativo do que apenas estudar. Para Hernández o conhecimento tem que ser claro, assim como para aprender requer dar sentido ao mundo o qual se vive.

Conclusão

O filme *Onde Vivem os Monstros* apresenta inúmeras questões, que aproxima os monstros de nós mesmos, principalmente porque o personagem Max é um indivíduo que aprende por si mesmo. Tendo como base o seu mundo imaginativo, seja por meio de seus temores, erros e fragilidades. Mesmo diante do mundo dos monstros onde ele pode ser devorado, Max investiga em si e no monstro Carol um tipo de conhecimento, o qual é criativo, educativo e pessoal, onde entender o outro e parte do processo de se autoconhecer.

Max e Carol são seres em aprendizagem, seja no momento do filme que eles têm que construir uma aldeia, onde requer uma união e raciocínio criativo dos dois ou nas situações emocionais, onde eles se separam e brigam, porque não concordam com a tristeza do grupo.

Na partida de Max com o barco podemos observar um momento de amadurecimento e crescimento. Onde à aceitação das questões impostas pela vida são apresentadas. Nesse momento revela-se um crescimento pessoal dos dois, a partida nos descreve a aceitação pela perda e a importância da experiência. O imaginário descrito durante o período do filme é uma experiência. Tanto para Max, como para o grupo de monstros, sendo assim o espectador

também é parte desta experiência. Podemos completar reconhecendo que o Max que foi ao mundo dos monstros, agora é diferente do menino que voltou para casa, esse agora terá uma melhor interpretação de si e do mundo.

Referências Bibliográficas

Livros

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Cultrix, 1992.

DUARTE Jr., João Francisco. **O Sentido dos Sentidos - a educação (do) sensível**. Curitiba: Criar Edições, 2001.

_____. **A Montanha e o Videogame. Escritos sobre Educação**. Campinas. Papyrus, 2010.

GIL, José. **Monstros**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e Mudanças na Educação: Os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

JUNIOR, Gonçalo. **Enciclopédia dos Monstros**. São Paulo: ediouro Publicações, 2008.

SENDAK, Maurice. **Onde vivem os monstros**. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. **Where the Wild Things Are**. New York: Harper Collind Publishers, 2013.

Site:

WARNERBROS, **Where the Wild Things Are**. Disponível em:< <http://www.warnerbros.com>> Acesso em maio.2018.

ALMIRANTE TAMANDARÉ: SUAS AÇÕES EM MOMENTOS DE GUERRA AO TRANSLADO A RIO GRANDE/RS O DESTINO FINAL

ALMIRANTE TAMANDARÉ: SUS ACCIONES EN MOMENTOS DE GUERRA AL TRANSLADO A RIO GRANDE/RS EL DESTINO FINAL

*Cosme Alves Serralheiro
Doutorando em História – UFSM
cosmehistoria@hotmail.com*

RESUMO

Esse artigo construído a três mãos é oriundo do interesse que os temas biografia e trajetória militar tem despertado nos historiadores acadêmicos e institucionais impulsionados principalmente pelas perspectivas da “nova” História Militar. Desta formeira tem como objetivo efetuar apresentação expositiva da gênese do patrono da Marinha o Almirante e Marques Joaquim Marques de Lisboa, identificando suas ações nos eventos beligerantes, ou seja, nos momentos de guerra na Brasil Imperial. Assim desta forma, em alguns momentos, serão feitas a narrativa de forma visual, trazendo imagens em que relata o traslado de seus restos mortais e de sua esposa para a cidade de Rio Grande, cumprindo, assim o último pedido deste oficial. Para isso utilizamos imagens e fotos, obras históricas, Revista da Marinha, Relatórios do Ministro e Jornais para completude desse trabalho.

Palavras chaves: Tamandaré, imagens, Patrimonial, Traslado.

RESUMEN

El presente artículo proviene de mi interés en las temáticas biografía y trayectoria militar basado en imágenes en el sentido patrimonial las cuales han despertado en los expertos académicos – a través de la perspectiva de la “nueva” Historia Militar – a producir ciencia em este sentido. De ese modo, es objetivo general de esa presentación hacerla de modo expositivo y visual de la génesis del patrono de la Marina, el Almirante y Marqués Joaquim Marques de Lisboa, identificando sus acciones en situaciones de guerra en el Brasil de la era Imperial. En ese sentido, en algunos momentos serán hechas las narrativas de manera visual trayendo imágenes en las que relatan el traslado de sus restos mortales y de su esposa hacia la ciudad de Rio Grande, de forma a cumplir el pedido de ese Oficial. Hay una hipótesis para su traslado: se supone que el Oficial era riograndino y por eso el esfuerzo de la Marina por trasladar su cuerpo y de su esposa. Por fin, es importante resaltar que serán utilizadas en la exposición imágenes y fotos, obras históricas, Revistas de la Marina, informes del Ministerio y otros documentos más.

Contraseñas: Tamandaré, imágenes, Patrimonial, Traslado.

Introdução

“Honra é a força que nos impele a prestigiar nossa personalidade. É o sentimento avançado do nosso patrimônio moral, um misto de brio e de valor. Ela exige a posse da perfeita compreensão do que é justo, nobre e respeitável, para elevação da nossa dignidade; a bravura para desafrontar perigos de toda ordem, na defesa da verdade, do direito e da justiça.” Joaquim Marques Lisboa – Patrono da Marinha.

Com o rompimento em definitivo dos laços com Portugal, em 1822, movimentos sediciosos e lusofóbicos, sediciosos, liberais, federalistas e republicanos perturbaram o Império, tais como a Revolução Pernambucana, de 1817; a Confederação do Equador, em 1824, entre outras. Aproveitando-se do clima, eclodiram em várias províncias do Império, que duraram por quase 30 anos. Para combater esses movimentos, o Império (re)criou a Armada. Ora, cabe ressaltar que, naquele período, diversas províncias não aderiram imediatamente ao imperador e, para complicar mais ainda, se revoltaram contra o Império. Após a independência, não só no primeiro, mas também no segundo reinado, trazendo intranquilidade ao poder central. O evento precursor, que estreou o poder de fogo desta Força Naval, ocorreu na Guerra da Independência, marcada, principalmente, pela resistência nas regiões Sul, Nordeste e Norte.

As informações sobre as intenções dos lusitanos em manter as rédeas da nação chegavam a todo o momento, principalmente de Salvador, pois a situação daquela região era caótica. Com isso, manter as províncias sobre a autoridade imperial se tornava mais que uma obrigatoriedade, era uma missão árdua, pois não se tinha uma Armada forte e pronta para aquele momento. Em Salvador havia uma pequena unidade militar naval portuguesa capaz de combater a entrada na “Baía de todos os santos” da Esquadra vinda da Côte. Destarte, era necessário, antes de qualquer coisa, que os portugueses tomassem a frente, que o governo imperial organizasse uma poderosa força que produzisse o efeito esperado naquele momento, “era uma corrida contra o tempo”(BRIAN, 1971, p.8). Assim, Aldo Janotti, em seus estudos sobre o período em questão, denominou essas ameaças desagregadoras de “o grande temor e a grande preocupação” (JANOTTI, 1990, p.169-214). Esse foi clima encontrado pelo rio grandino, o jovem Tenente Joaquim de Lisboa, a bordo do navio de combate mais veloz que a Esquadra tinha a Fragata Niterói.

Nascido em 13 de dezembro de 1807, “na capitania de São Pedro, denominação então utilizada para se referir à província de São Pedro de Rio Grande” (OLIVEIRA, 2013, p.13- 14). Neto do General Marques de Souza e seu cônjuge senhora Joaquina de Azevedo Lima, por questões de pouca saúde da criança, logo após seu nascimento, ele foi levado à pia batismal na “catedral de São Pedro”.¹²¹ Essa igreja tinha sua construção de uma nova Matriz estava em pauta afirmação declarativa como a mais antiga igreja da província do Rio Grande do Sul,

Por vezes tem esta Câmara representado à Assembléia Provincial a conveniência a bem da religião, de criação de uma nova igreja Matriz, com as proporções e capacidade correspondentes à grande massa de fiéis para os quais é já de há muito tempo excessivamente acanhada a antiga Matriz edificada há perto de cem anos e na qual não se pode reunir talvez nem a vigésima parte da população da cidade e seus arredores¹³².

Após seu batismo e fortalecimento de sua saúde, quando ele atingiu próximo do sétimo ano de sua vida, sua família se transferiu para a Côrte, onde ali passa a frequentar os melhores colégios internos daquele lugar, “tendo a disciplina de matemática como sua predileta” (MONJARDIM,1976, p.26) “sempre com excelente aproveitamento e elogiável postura disciplinar” (PIRAGINE, 2007, p.13). O jovem Joaquim teve uma infância memorável como qualquer outra criança de sua idade a época, tanto é que segundo a autora, Tamandaré depõe que “*os lances mais impressionantes de minha vida e que mais me marcaram foram aqueles vivenciados em minha infância*”. Convém informar que o jovem desde sua infância já demonstrava liderança e vontade de comandar navios, tendo como seu pai inspiração para tal atividade isso ficou claro em uma de suas viagens de férias vindo Rio Grande sentido Rio de Janeiro, quando tinha 13 anos,

[...]o piloto do navio em que ele viajava, ficou acamado por motivo de uma forte bronquite. Então sob as ordens desse oficial, o jovem Joaquim assumiu o comando do navio desde o Cabo de Santa Marta até o Rio de Janeiro, quando teve a oportunidade de mostrar suas habilidades navais. (Idem, p.13)

Seu pai desempenhou um papel fundamental na vida do seu filho, em termo de inspiração para com a vida marítima, como patrão-mór ou prático-mór¹⁴³ do porto de Rio Grande/RS, segundo-tenente honorário e Comendador da Ordem de Cristo. Talvez mal ele soubesse que no futuro teria o orgulho de ver o filho formado numa carreira de sucesso como

12 Para saber sobre a fundação da Igreja de São Pedro. Ver CÉSAR, 2015, p.81-83

13 Relatório da Câmara Municipal do Rio Grande em sessão de 7 de janeiro de 1849.

14 Foi o primeiro prático mór a ocupar o cargo de Prático-mór, onde deixa de exercer a função em 04 de dezembro de 1804, por motivo de disputa interna com seu algóis e patrão mór da barra Agostinho José Lourenço.(MIRANDA & JOSÉ, 2008, p.57-59)

comandante combatente e, posteriormente, comandante da Esquadra imperial brasileira. Cabe aqui relatar uma breve biografia do pai de Tamandaré, isso porque estudar um pouco da biografia de alguns personagens é importante, pois “a história sem a biografia seria algo como uma pausa em que a gente não se relaxa, um alimento sem sabor, uma história de amor sem amor” (VICTOR, 1947). Francisco Marques de Lisboa era um gaúcho erradicado, pois tinha como solo de nascimento Portugal, especificamente na antiga província portuguesa de Estremadura em 1767, chegara vindo de Porto Alegre a Rio Grande, em 1800, trazia consigo companheira e auxiliadora sua esposa Eufrásia Joaquina de Azevedo, acompanhados de seus cinco filhos.

Pesquisas mostram, por volta de 1940 localizaram um telegrama expedido por Tamandaré à Câmara de Vereador de Rio Grande, em 1883¹⁵⁴, declarava sentir-se muito satisfeito em dirigir-se à Câmara de seu nascimento¹⁶⁵. Referente à mesma fonte, levando em consideração outra pesquisa, confirma a informação de que, na realidade, Francisco Marques Lisboa jamais teria residido em São José do Norte¹⁷⁶. Não vamos aqui entrar nessa seara bairrista, devido São José do Norte sempre alimentar a tese, com base em um viajante estrangeiro e francês que passou pela cidade em 1820, Saint-Hilaire, questionado essa ideia por um famoso jornal da época¹⁸⁷, de que ali foi a terra de moradia e nascimento de Tamandaré.

Uma das atitudes mais salutar que veio a mudar a vida e o rumo em alguns aspectos do jovem mancebo, foi dois anos depois, em 1822, ano da independência, quando tinha acabado de fazer 15 anos, sobre muita insistência para com o pai “teve a permissão do mesmo, para embarcar na Fragata *Niterói* que Lisboa fez como voluntário e cursando, posteriormente, a academia de Marinha onde aprendeu a teoria da arte naval entre janeiro de 1824 a 31 de julho por ter embarcado na *Nau* Pedro I, como requisito para isso.

15 Dizia no despacho telegráfico: “Sua Majestade o Imperador agradece à Câmara Municipal da cidade do Rio Grande só Sul a felicitação que em nome dos seus municípios e pelo estabelecimento de sua saúde acaba de lhe dirigir por intermédio do Camarista de Semana Visconde de Tamandaré, e este, como rio-grandense, prevalece-se da oportunidade para saudar a Câmara Municipal do lugar de seu nascimento.

16 Fonte: Revista Marítima Brasileira, 1995, 1º T, p.28. O fato é que, analisando mapas da época, sua casa ficava próximo a um trapiche localizada não muito longe de um canal, onde facilitaria para ele o desembarque e embarque em sua embarcação.

17 Fonte: Revista Marítima Brasileira, 1995, 1º T, p.28. O fato é que, analisando mapas da época, sua casa ficava próxima a um trapiche localizada não muito longe de um canal, onde facilitaria para ele o desembarque e embarque em sua embarcação.

18 Fonte: Jornal *Rio Grande*, de 02 de janeiro de 1975

Uma das atitudes mais salutar que veio a mudar a vida e o rumo em alguns aspectos do jovem mancebo, foi dois anos depois, em 1822, ano da independência, quando tinha acabado de fazer 15 anos, sobre muita insistência para com o pai “teve a permissão do mesmo, para embarcar na Fragata *Niterói* que Lisboa fez como voluntário e cursando, posteriormente, a academia de Marinha onde aprendeu a teoria da arte naval entre janeiro de 1824 a 31 de julho por ter embarcado na *Nau Pedro I*, como requisito para isso.

Para combater as ameaças à integridade territorial, em 10 de novembro de 1822, sob o comando do inglês Thomaz Cochrane, o pavilhão nacional foi içado em navio de guerra brasileiro, na *Nau Martim de Freitas*. (SERRALHEIRO, 2017, p.30-40).

Foto 1 – Casa do nascimento de Joaquim Marques de Lisboa



Foto 2- Almirante Tamandaré



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=foto+caso+do+tamandaré>.

Acesso em 20/06/2018

Fonte: DPHDM

Dois anos antes, 1820, o Jovem Joaquim tinha 13 anos, gozava de férias escolares, recebeu a triste notícia que seu irmão mais velho que estava naquele momento combatendo forças rebeldes em Pernambuco, tinha caído em combate em uma missão de incursão na vila de Tamandaré. Sem dúvida aquele fato levou o jovem Joaquim a ingressar na Marinha imperial em 21 de novembro de 1822. Um ano depois, na função de auxiliar de piloto e depois praticante de piloto ou ajudante de navegação, realizará seu batismo de fogo frente ao movimento separatista e liberal que imperava no nordeste brasileiro a bordo de seu primeiro navio, a Fragata *Niterói*, sob o comando do inglês John Taylor, como anteriormente dito.

Assim, seu batismo de fogo ocorreu no Combate de 4 de maio de 1823, primeiro encontro da Esquadra brasileira, sob o comando do Primeiro-Almirante Thomas Cochrane, com

a Força Naval lusitana, comandada pelo, “rebelde”, Chefe-de-Divisão Félix dos Campos. Quando, em julho de 1823, as tropas portuguesas, acuada em terra por milícias brasileiras e isoladas no mar pela nossa Esquadra, deixaram a capital da Província da Bahia em uma grande frota de navios mercantes escoltados por 17 navios de guerra, a Fragata *Niterói* foi designada para exercer perseguição épica àquele comboio até a foz do Rio Tejo.

Toda sua vida foi dedicada à Marinha, em períodos críticos da história do país, por isso, em 1825, o Brasil entrou em guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina, que pretendia anexar a Província Cisplatina, até então parte do território brasileiro, que se revoltara. O conflito terminou em 1828 e teve como desfecho uma arbitragem externa, que deu a independência à Cisplatina, com o nome de República Oriental do Uruguai que teve um desfecho heroico, mas o jovem tenente mesmo “com guerras intestinais acontecendo e rumores de guerras em algumas províncias, o importante era não perder o foco dos principais objetivos do Império com a Esquadra brasileira que era manter a paz e a soberania nacional” (SERRALHEIRO, 2017, p.59). Assim, seguiu o jovem Oficial dedicado nas principais batalhas que eclodiam: Cabanagem (1831-40), Setembrada (1831), Sabinada (1837), Balaiada (1841), Praieira (1848), e sua última participação em palco de combate, guerra do Paraguai (1865-72) que foi a que Tamandaré não participou até o seu desfecho final. Nessa guerra, ele amadureceu precocemente, forjando um estilo que foi o padrão de sua vida. Suas ações e sua dedicação a causa imperial levou seu primeiro comandante a tecer elogios e declarações honrosas:

[...] tendo servido de baixo do meu comando por 12 meses, Lisboa mostrou sempre durante esse tempo a maior aptidão e zelo para o serviço da Marinha, por isso posso recomendá-lo, com toda a segurança, como jovem oficial digno de contemplação e que promete para o futuro fazer honra à Marinha desse Império¹⁹⁸.

Sem ser laudatório, desta forma, esse depoimento atesta tamanha competência na ótica do seu comandante, denotando a seriedade e capacidade de liderança e empenho que o insipiente oficial demonstrou frente as atividades impostas nos tensos momentos. Como oficial-general, comandou a força naval brasileira no Rio da Prata entre os anos de 1864 a 1866. Atuando no conflito em solo uruguaio, quando exerceu o Comando-Geral das tropas de Marinha na tomada de Paissandu. Exerceu o comando da Esquadra brasileira na primeira fase da guerra contra o Paraguai quando, para além das vitórias em combate, organizou toda a linha logística necessária para a manutenção dos principais navios da Armada Imperial a tão grande distância de sua sede. Toda sua trajetória na Marinha marcou dias e meses fora de casa, longe dos braços

19 John Taylor, em 26/01/1824. PIRAGINE, *Op. Cit.*, p.15

de sua família convivendo com as intempéries da “profissão naval”, (ELIAS, 2007, p.74-75) da saúde e da preocupação com seu ente queridos. Esses ossos do ofício carregaram esse Oficial.

Em 19 de fevereiro de 1838, aos 30 anos de idade ainda na patente de capitão tenente, casou-se com a dona Maria Eufrásia, na igreja de nossa senhora da glória, no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois vindo dessa união nasceu cinco filhos: o primeiro foi, em homenagem ao seu fato típico à época, Joaquim Marques Lisboa. O segundo foi Joaquim Marques Lisboa. O terceiro, também segundo tenente honorário, Francisco de Borja, seguiu a carreira do pai, mas por pouco tempo. O quarto, Isabel Marques Lisboa faleceu solteira sem deixar herdeiros. Por fim a quinta, Francisca Lisboa que se casou com o Dr. José de Souza Meirelles.

Por causas naturais o velho e cansado Almirante faleceu em 20 de março de 1897, na cidade do Rio de Janeiro, sendo sepultado às 19 h do dia 21, no cemitério São Francisco Xavier. Sobre o seu caixão, conforme seu pedido, “*nem coroas, nem flores e nem enfeites de qualquer espécie, somente a Comenda do Cruzeiro que ornava o peito do Sr. D. Pedro II em Uruguaiana*”. Serviu em efetivo serviço: 66 anos, 10 meses e 16 dias. Teve sua transferência para a reserva, em 1889, quando finda o Império brasileiro e, posteriormente, pediu sua reforma, concedida, é claro, em 20 de janeiro de 1890. Deixou um célebre testamento em que teve como seu último pedido que seus restos mortais fossem enterrados na sua terra natal.

Enfim, após quase cem anos de seu falecimento, sob a ordem do Ministro da Marinha a época, inicia-se o traslado dos restos do Almirante Tamandaré e sua esposa. O evento foi realizado pela comissão do Almirantado em cerimonial, na praia de Botafogo. Após toque de alvorada e vitória a banda do 1ºDN executou o exórdio do Almirante Marquês de Tamandaré.

“*Quero ir coberto com a bandeira que defendi em toda minha vida*”, também mais um desejo de do Almirante Tamandaré. Desta forma, terminada a cerimônia, as urnas foram cobertas com a bandeira imperial e transportadas pelas ruas por um carro-largata anfíbio para sede do Com1ºDN, onde foram alvos de novas homenagens que acarretou em uma vigília que durou 17 horas, do dia 10 de dezembro de 1994 às 10:00 do dia seguinte, como demonstrado mais abaixo:

Foto 3 - Monumento a Tamandaré (praia de Botafogo)



Foto 4 - Deslocamentos das urnas ao Com1ºDN



Fonte: DPHDM

Durante a vigília, o coral de Aspirante da Escola Naval fez uma apresentação no saguão do edifício e o Ministro da Marinha condecorou os familiares do patrono com a medalha Mérito Tamandaré.



Foto 5 - Transporte das urnas. Fontes dessas duas fotos: DPHDM e RMB, 1995



Foto 7- Guarda das Urnas **Fonte:** RMB, 1995, p.25



Às 10 horas, do dia 11 de dezembro de 1994, inicia-se o cerimonial de despedida. Enquanto a banda marcial executava o seu exódio, as urnas do Almirante e de sua esposa eram conduzidas por Aspirantes até o escaler, recebidas por Oficiais da Esquadra, sob salvas de 19 tiros até a Fragata Niterói. Naquele momento, a tripulação da Fragata Niterói aguardava com muita ansiedade a chegada das urnas para, enfim, fazer o translado dos restos mortais do “velho Marinheiro”, dessa forma, o Comandante do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha discursou:



Foto 8 -Deslocamento para viagem



Foto 9- Condução para o navio (Fragata Niterói)

Fonte: DPHDM

Resgata-se uma dívida, cultua-se um chefe, dignifica-se seu repouso eterno e dá-se testemunho à nação brasileira o valor de um homem que reuniu, a personalidade (...) a honra, a coragem (...) e principalmente o coração de um líder nato(...)e imaculada honradez. Carlos Emili Raffo Júnior (Contra-Almirante)

A observação que se vê implica, então, a necessidade de fixação dos sentimentos e de um pensamento do concreto que dê conta da dinâmica de fatos que, inspira aqueles que estão na mesma condição hierárquica do Almirante Tamandaré, a se emocionar e expor a fala dignificando o ato em si da solenidade exórdida que estavam acontecendo naquele momento, foi assim o discurso do Almirante. “As imagens nos transportam para tempos distintos e fazê-los se encontrar provoca muito mais do que operações mentais sobre o seu entendimento. Um conjunto de imagens propicia também uma configuração da memória”. (STUNVOLL, 2014. p.19). Com essa fala de Stunvoll, podemos fazer uma conexão com Michael Pollak para entendermos que a memória, é processo de construção social, assim, seja ela individual ou coletiva, ela aponta três critérios que compõem estes processos são eles: “lugares, acontecimentos e personagens,” conhecidos indireta ou diretamente, obviamente, podem dizer respeito a acontecimentos numa sociedade humana, a noção de espaço está associada à ideia de localização de lugares que são importantes para aqueles que compuseram a Marinha brasileira.

Foto 10- Fragata Niterói



Fonte: DPHDM

Foto 11 – Honras de recepção à bordo da Fragata



Fonte: RMB, 1995, p.23

Passando ao largo da praia de Copacabana, Ipanema, Leblon, enseada de Botafogo e até a escolta de duas Fragatas, três Contra-Torpedeiro e uma Corveta, a Fragata Niterói, a Corveta Inhaúma e o Contra-Torpedeiro Espírito Santo, seguiram para o Sul. A Fragata Niterói atracou no porto de Santos do dia 11 de dezembro às 07 horas, permanecendo em vigília pública por 12 horas até as 16h30min. A cerimônia a bordo da Fragata recebeu inúmeras autoridades.

Foto 12- A Esquadra em escolta das urnas



Fonte: DPHDM

Foto 13- Cerimônia a bordo em Santos/SP



Fonte: RMB, 1995, p.26

A Fragata atracou em Paranaguá, em 13 de dezembro às 07 horas, onde foram entreguem medalhas mérito Tamandaré a militares e autoridades, coincidindo com o dia do Marinheiro, com a presença de várias autoridades civis e militares, inclusive de alguns grupos de escoteiros do mar. Desta forma, o dia do marinheiro foi representado nesse trabalho através da foto acima onde representa a cerimônia realizada naquele dia, ou seja, “a imagem possui um registro abrangente, baseado em um dos sentidos que caracterizam a condição humana”(KNAUSS, 1999, p.99). O próximo porto foi Itajaí, onde, homenageia o Patrono da na qual foi o resultado de um amplo trabalho de divulgação feito pela Capitania dos Portos/SC, com apoio da sociedade dos amigos da Marinha de Itajaí e da prefeitura local, grande números de pessoas compareceu ao porto de Itajaí, no dia 14 de dezembro, para homenagear o Patrono da MB e sua esposa, como ilustrado abaixo.

Foto 14: Cerimônia em Itajaí/SC



Fonte: RMB, 1995, p.27

Chegada, penúltima etapa, a São José do Norte. Os restos mortais chegaram por volta

das 10h30min embarcando da Fragata Niterói por helicóptero e conduzidos em cortejos pelas principais ruas da cidade, sempre acompanhada pela banda de música. O cortejo conduziu-se para igreja de São José que contou com a presença do Ministro da Marinha e Comandante do 5ºDN entre outras autoridades locais. As urnas permaneceram por duas horas na cidade, onde foram conduzidas de helicóptero para bordo da Fragata e, logo após, de helicóptero para Rio Grande

Foto 15 – São José do Norte



Fonte: RMB, 1995, p.28

Foto 16 – Desfile em carro de combate



Fonte: RMB, 1995, p.28

Tamandaré, enfim, retorna a cidade natal. O gaúcho Joaquim Marques Lisboa, ainda adolescente viu na carreira naval a síntese para realização do anseio de servir à pátria e o atendimento à vocação marinheira, herdada do pai, patrão-mór da barra do Rio Grande. A permanência por quase 67 anos de serviço à Marinha, “incluindo como ministro do Supremo Tribunal Militar, Nobre do Império e conselheiro do Imperador, mantiveram o patrono da Marinha afastado da sua terra natal”²⁰⁹.

A Fragata Niterói aportou em Rio Grande no dia 16 de dezembro de 1994. Além da Corveta Inhaúma, do CT Espírito Santo, também aportaram o Nae Minas Gerais, NDCC Matoso Maia. Estavam presentes todos os integrantes do Almirantado envolvidos na comissão de Translado.

20 RMB, 1º Trimestre, 1995, p. 30

Foto 17 – Chegada a Rio Grande



Fonte: RMB, 1995, p.23

Foto 18 - chegada ao Com5ºDN



Fonte: DPHDM

Essa celebre chegada foi muito contemplada pela Marinha, pois do início ao fim todo ritual que foi usado, envolveu todo aparato somada a uma grande logística que acarretou o transporte de duas urnas, não era só apenas duas caixas em que seu invólucro tivesse resto de ossos de duas pessoas com gêneros opostos. Isso vai mais além; é uma singela demonstração de respeito e consideração daquelas pessoas que se envolveram direta e indiretamente em todo processo tenso, onde a nação lusitana tentou não só manter as rédeas, mas também, desfragmentar aquilo que nós hoje chamamos de Estado.

Foto 19 – Fim da linha



Fonte: RMB, 1995, p.29

Figura 20 – Panteão Tamandaré



Nota: Restos mortais de Joaquim Marques de Lisboa (Marques de Tamandaré-patrono da Marinha) sepultado em seu panteão junto com sua esposa Maria Eufrásia de Marques de Lisboa nas dependências do Com5ºDN no local onde era o antigo prédio da Capitania dos Portos de Rio Grande . Autor da foto: SO-MA-ID COSME

Essa imagem se oferece a vários olhares, podemos pensar que ali funciona uma unidade Militar Naval (Com5ºDN), mas só vemos mesmo quando estabelecemos alguma relação, o que é visto, esta relação funda uma complexidade a tarefa de pensar sobre a imagem. Verifica-se na imagem que o local onde residi o “velho Marinheiro” está rodeado de pomares, rosas agapanttus, sendo uma particularidade interessante é a presença de três “figueiras budas” ao lado da estátua do “patrono da Marinha”²¹¹⁰, somada a estas ao fundo no canto direito pela visão do observador a árvore janipero chinês próximo a presença de outras figueiras que abrigaram à sua sombra tantos personagens que dignificaram, que lutaram e morreram pela pátria – conservavam a lembrança de um passado cheio de lutas e de glórias. Então tendo um olhar por planos: à frente em primeiro plano a sepultura onde estão enterrados os restos mortais do Almirante Tamandaré, junto com sua esposa Maria Eufrásia Marques de Lisboa, em segundo plano em uma estrutura de cor preta que representa a chama sagrada ou fogo simbólico para manter sempre viva a memória do Almirante e Marquês, ainda em segundo plano, monumento em formato de vela de embarcação, onde está registrado as guerras em que esteve presente este patrono Naval e em seu topo o símbolo da Marinha. Ao lado e ao redor árvores e flores que

²¹ Decreto 3322 de 04 de setembro de 1925 por determinação do então Ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar, institui em 13 de dezembro, data do aniversário do Almirante Tamandaré, o dia do Marinheiro. Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, 1925, p.319. Disponível em <http://www.crl.edu/marinha>

abrilhantam de forma pitoresca o ambiente daquele memorial. E para finalizar, no terceiro plano ao fundo velhas figueiras centenários tombadas²²¹¹.

Essas testemunhas do mundo vegetal que já eram veneráveis há bastante tempo – ainda estão ali até os dias de hoje, vendo a terra de Tamandaré em dia de grande gala, representada em seu panteão.

Considerações finais

“Como homenagem à Marinha, minha diletta carreira, em que tive a fortuna de servir à minha Pátria e prestar algum serviço à humanidade, peço que sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: Aqui jaz o Velho Marinheiro”. (parte do testamento do Almirante Tamandaré)

Portanto, Tamandaré foi um homem de seu tempo, um dos personagens principais como Oficial da Marinha e sujeito histórico, pois sua biografia gerencia uma partícula da memória e congela o passado em módulos prontos para ser definhados, irradia suavemente hoje a formosura dos tempos de outrora.

Ao longo de sua belíssima história, ajuda a inspirar abnegados Marinheiros e Fuzileiros Navais construírem um legado de valores e tradições, transmitidos de geração em geração, que, hoje, permeiam as atividades da Força e lhe garantem a solidez necessária para vencer os complexos desafios da atualidade. Sua coragem e o amor à Pátria que, em várias vezes, colocou sua vida em riscos nas lutas pela Independência, na contenção dos movimentos separatistas e na defesa do território e das linhas de comunicações marítimas, trazem-nos exemplos de devoção e perseverança na busca de um futuro próspero para o país. Assim, a Marinha teve muito orgulho a entregar, no dia 17 de dezembro de 1994, ao Comando do 5º Distrito Naval, a guarda dos restos mortais e de sua esposa, viscondessa de Tamandaré. Essa história não se finda por aqui, pelo contrário, a partir desse momento ela continuará a ser contada de várias formas.

Bons ventos e mares tranquilos!

²² Decreto Estadual 9519 de 21/01/1992 que rege a questão da preservação do patrimônio Florestal

Referências

CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande: do big bang a 2015**. 1ª edição. Topbook, Rio de Janeiro, 2016.

ELIAS, Norbert. **The Genesis of the Naval Profession**. Dublin: University College Dublin Press, 2007.

JANOTI, Aldo. **O Marquês de Paraná**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822-c.1854**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, setembro, 2011.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 97-115.

LIMA, José Francisco de. **Marquês de Tamandaré patrono da Marinha: seu perfil histórico**. Rio de Janeiro (Brasília), 1983.

MONJARDIM, ADELPHO Poli. **O grande Almirante**. Imprensa naval. Duque de Caxias-RJ, 1976.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)**. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2013.

PIRAGINE, Maria de Lourdes da R. **Almirante Tamandaré: trajetória de uma gloriosa existência**. Edição comemorativa. Rio Grande, 2007.

SERRALHEIRO, Cosme Alves. **A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)**, Dissertação de Mestrado, UFPel, Pelotas/RS, 2017.

STUMVOLL, Denise Bujes. **Fotografias e aproximações com a arte no início do Século XX: um olhar para as narrativas visuais de Lunara**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-graduação em artes da UFRGS. Porto Alegre, 2014.

VALLE, Brian. **História Naval Brasileira**, v. 3 Tomo 1, Rio de Janeiro: SDM, 2002.

VICTOR, Albjerg. History through biographical lenses, **In: the social studies**, 1947.

FONTES:

DPHDM

Setor de obras raras

Aviso, Decreto, Revista, Sites e Jornal

<https://www.google.com.br/search?q=foto+da+casa+do+tamandare>,

<http://www.crl.edu/ministerial/marinha>, Aviso 3322 de 04 de setembro de 1925

Jornal *Rio Grande*, de 02 de janeiro de 1975, Revista Marítima Brasileira, 1º trimestre, 1995

Decreto Estadual 9519 de 21 de janeiro de 1992

HISTÓRIAS ANIMADAS DE GOIÁS: UMA REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE NOS FILMES DE ANIMAÇÃO REGIONAL

*ANIMATED STORIES OF GOIÁS - A REFLECTION ON IDENTITY IN REGIONAL
ANIMATION FILMS*

*Dustan Oeven Gontijo Neiva
Mestrando/Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual –
UFG - Produtor cultural no IFG
dustanoeven@gmail.com*

RESUMO

Essa comunicação pretende examinar questões relativas às identidades regionais em conexão com a produção de filmes de animação. Investigo qual é a identidade goiana e como esta se apresenta na construção poética dessas animações. Para discutir essas relações, parto da análise de cinco filmes de animação produzidos em Goiás, incluindo um de minha autoria. Fixa ou em movimento, a imagem não é a realidade reproduzida. Desenhos, pinturas, fotos, filmes animados são reelaborações do mundo definidas pelo sujeito que produz essas imagens. Esse sujeito que cria a imagem pertence a um determinado grupo, que tem seus modos de perceber e interpretar a realidade, de elaborar significados e apresentá-los. Portanto, o indivíduo trabalha a imagem a partir de um repertório de conteúdos e formas de fazer construídos pelo seu grupo social. Formas, cores e composições escolhidas para criar uma imagem são interpretações da realidade compreendida por aquele sujeito, naquela cultura. Observando as histórias contadas, sua ambientação e personagens, é possível perceber que os filmes analisados revelam uma compreensão de identidade goiana na qual se mesclam o sujeito moderno, autônomo, integrado ao mundo, porém ligado à cultura caipira (caracterizada pela vida harmônica com a natureza, tradições festivas, formas de interação solidária).

Palavras-chave: Animação. Identidade. Imagem. Cultura caipira.

ABSTRACT

This communication aims to examine issues relating to regional identities in connection with the production of animated films. I investigate which is the Goiás identity and how it presents itself in the poetic construction of these animations. To discuss these relations, I start with the analysis of five animated films produced in Goiás, including one of my own. Fixed or in motion, the image is not the reality reproduced. Drawings, paintings, photos, animated films are re-elaborations of the world defined by the subject who produces these images. This subject who creates the image belongs to a particular group, who has his ways of perceiving and interpreting reality, of elaborating meanings and presenting them. Therefore, the individual works the image from a repertoire of contents and ways of doing constructed by his social group. Forms, colors and compositions chosen to create an image are interpretations of the reality understood by that subject, in that culture. Observing the stories told, their setting and characters, it is possible to perceive that the analyzed films reveal an understanding of the Goiás identity in which the modern, autonomous subject integrates with the world, but linked to the *caipira* culture (characterized by harmonious life with nature, festive traditions, forms of solidarity interaction).

Keywords: Animation. Identity. Image. *Caipira* culture.

Introdução

O presente artigo é um recorte de minha pesquisa no Programa de Pós Graduação em Arte e Cultura Visual da Universidade Federal de Goiás. Nele, examino questões relativas à identidade presentes na produção autoral de filmes de animação no estado de Goiás. Para delimitar as concepções de identidade, regionalidade e cultura que norteiam a pesquisa, utilizo o aporte teórico da antropologia, da cultura visual, dos estudos culturais e da história de Goiás. Partindo dos conceitos teóricos, foram selecionados cinco filmes de animação goianos produzidos entre os anos 1997 e 2010. Recorro a metodologia de análise fílmica para a percepção e compreensão de elementos identitários em filmes produzidos por animadores goianos.

Identidade e cultura

De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2000), os conceitos de identidade e diferença são criações sociais e culturais, que não tem origem no mundo natural ou transcendental. Para Kathrin Woodward (2000) a existência de uma identidade depende de algo fora dela, outra identidade que não ela: se é *goiano* porque não se é *mineiro*, ou *paulista*. Portanto, a identidade é definida pela diferença, que é sustentada pela exclusão daquilo que não se é. Manuel Castells entende a identidade como “processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado”. (CASTELLS, 1999, p. 22). Conforme Hall, “devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas”. (HALL, 1997, p.26). Compreendendo, como Geertz (1989), a cultura como um sistema simbólico ou, um emaranhado de significados tecidos pelo próprio homem e que definem suas semelhanças e diferenças, a identidade, conseqüentemente, não é um conceito essencialista, dado *a priori*. A identidade e a diferença são construídas dentro da cultura de um determinado grupo social, o qual lhe atribui sentido.

Considerando representação como processo cultural, com práticas de significação e sistemas simbólicos Woodward (2000) coloca que a produção de significados envolve relações de poder, inclusive o poder de definir incluídos e excluídos. A representação “estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: quem eu sou? Quem eu poderia ser? Quem eu quero ser?”(WOODWARD, 2000, p.18). Silva também considera a representação como sistema de

significação e atribuição de sentidos a partir do qual identidade e diferença adquirem significado. Para ele, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade.” (SILVA, 2000, p. 91). Partindo das relações de poder, Castells (1999) propõe uma classificação em três tipos de identidade: 1) identidade legitimadora, representada pelas instituições dominantes da sociedade; 2) identidade de resistência, cujos atores estão em posições desvalorizadas no contexto da dominação e constroem formas de resistência com princípios diferentes dos representados pela identidade dominante; 3) identidade de projeto, em que os atores sociais constroem uma nova identidade para redefinir a sua posição e mesmo buscar a transformação da sociedade. Essa classificação, porém, não compõe identidades fixas, mas intercambiantes. Para Castells, “nenhuma identidade pode constituir uma essência e nenhuma delas encerra *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico.” (CASTELLS, 1999, p.24).

Para Woodward (2000), uma identidade pode ser afirmada recorrendo a um passado histórico, que pode ser autêntico ou não, mas que valida a identidade reivindicada. Uma das formas de validação ou formação de identidades nacionais são os “mitos fundadores”.

Um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura "providencial", inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. (SILVA, 2000, p. 85)

Por meio dessas narrativas fundacionais procura-se produzir a unidade e identidade de uma determinada comunidade. A discussão sobre mito fundador é a base de duas animações apresentadas nessa pesquisa.

Considerando os filmes de animação goianos como representações culturais, uma reflexão sobre a identidade goiana deve partir da atuação dos sujeitos sociais, de como a região é enxergada. Para tanto, é necessário recorrer aos que escreveram sobre a formação do estado de Goiás.

Goiás dos viajantes e dos historiadores

Decadência e atraso são duas ideias que durante muito tempo foram utilizadas para designar o estado de Goiás. De acordo com Nasr Chaul (1995), essa construção deriva dos relatos dos viajantes europeus sobre o território goiano e sua população, findado o ciclo do ouro. Tais viajantes enxergaram Goiás com um olhar eurocêntrico, que pensava na integração do estado à nação e à lógica capitalista.

Os viajantes chegavam à terra imaginando um Goiás em esplendor devido à mineração, que atrelara a região à cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso – mas se deparavam com uma província onde a crise imperava em seus múltiplos aspectos. (CHAUL, 1995, p. 16).

A visão da decadência é perceptível na descrição do botânico Auguste de Saint-Hilaire, que visitou Goiás no início do século XIX. Em *Viagem a Província de Goiás*, ele afirma: “A maioria dos arraiais de Minas e Goiás, cuja origem se deve às minas de ouro, não de ter tido seu encanto em tempos de esplendor (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 25).” Com o esgotamento dos veios de ouro, prevalece uma economia de subsistência, porém para o viajante francês a população é preguiçosa. Ele deixa transparecer seu racismo, ao descrever os habitantes do arraial de Pilões: “todos mulatos ou negros livres, não se dedicam ao cultivo da terra. A semelhança dos primeiros aventureiros paulistas que chegaram a Goiás eles só pensam no ouro e nos diamantes” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 81). Antes de Saint-Hilaire, o austríaco Johan Emmanuel Pohl, afirmara em seu livro *Viagem ao Interior do Brasil* que “o ócio é a máxima felicidade dessa gente” (POHL, 1978, p. 141).

Nomeado Presidente da Província de Goiás, em 1880, Joaquim Almeida Leite de Moraes descreve a região como uma terra rica, que poderia ser produtiva, porém com uma população sem disposição para o trabalho: “a indústria pastoril está no berço; a agrícola não é conhecida; raro é encontrar-se o selo do trabalho nessas regiões férteis!” (MORAIS, 1995, p. 86).

Segundo Chaul (1995), essa imagem negativa do estado construída pelos relatos dos viajantes, foi repetida pelos historiadores goianos e estigmatizou Goiás como terra decadente e atrasada, como visto na análise de Luís Palacin sobre a economia de Goiás após fechado o ciclo do ouro:

Nos cem anos de povoamento de Goiás, a atividade econômica tinha completado uma transmutação total: de uma economia fundamentada na mineração de ouro e com grandes excedentes exportáveis nas primeiras décadas, tinha evoluído gradualmente até uma economia de caráter agrário fechada em si mesma, nos limites – quase – da pura subsistência. (PALACIN, 1986, p. 46)

Porém, para Chaul, a economia de subsistência “não significava decadência ou atraso, mas uma afirmação dessa sociedade, que se dinamizava de acordo com seu ritmo, e não ao compasso das relações capitalistas europeias mais desenvolvidas.” (CHAUL, 2010, p.266).

Há, portanto, uma formulação de decadência e atraso para descrever e analisar a realidade regional, tendo como contraposição o progresso. A concepção do território goiano como uma terra de atraso, por não estar inserido no contexto da produção capitalista e do progresso, gera uma imagem desfavorável do goiano, de exclusão. Conforme afirma Eliane Martins Pereira:

O interior, para o Brasil litorâneo significava o *incerto, o atrasado, o selvagem, o desconhecido, o longínquo, o sertão, o selvagem*. Representava, portanto, um lugar de conflitos sociais. Uma terra sem lei, povoada por homens rudes e pobres. (PEREIRA, 1995 p.71).

Os relatos dos viajantes e a historiografia goiana inserem Goiás nesse conceito de *sertão* como terra inóspita, incivilizada, um lugar a se civilizar, para estabelecer o progresso. Daí também a imagem do goiano identificada ao termo *caipira*, no sentido negativo: o sujeito indolente, isolado do mundo moderno, *atrasado*.

Porém, para Antônio Cândido, “a existência de um grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico” (CÂNDIDO, 1995, p. 29). A cultura caipira, conforme Cândido, abrange partes de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Essa cultura é baseada numa economia de subsistência e formas de sociabilidade e em soluções que garantam o mínimo necessário ao sustento. Suas características fundamentais são as relações de subsistência, formas de ajustamento ao meio ambiente, interação solidária e margem de lazer. Cândido não considera que haja “vadiagem”, falta de amor ao trabalho ou preguiça na economia de subsistência da cultura caipira e sim a “desnecessidade de trabalhar”, que mantém a estabilidade socioambiental.

Um ritmo de vida que equilibra o trabalho e o lazer com o ajustamento ao meio ambiente são determinantes da cultura caipira. Para Darcy Ribeiro (1995), o fim da mineração estabeleceu uma grande área de *cultura rústica* no interior do Brasil, com pequenos grupos ocupando grandes territórios, formando os bairros rurais, que ele define como: “grupos de convívio unificados pela base territorial em que se assentam, pelo sentimento de localidade que os identifica e os opõe a outros bairros, e pela participação em forma coletivas de trabalho e lazer.” (RIBEIRO, 1995, p. 384).

Ao conceito de atraso para se referir ao território goiano se associa a construção do discurso do progresso e modernização do estado, após o movimento de 1930. Nesse contexto, é promovida pelo Estado Novo a Marcha para o Oeste, no intuito de integrar o interior brasileiro, por meio de incentivos econômicos e a construção de vias de transporte nas regiões Centro-Oeste e Norte. A nova capital de Goiás, Goiânia, é um marco delimitador da modernidade. Como afirma Chaul:

A construção da modernidade em Goiás, nos anos 30, será também a reconstrução do sertão, a necessidade de integrá-lo nacionalmente, de pôr um fim a decadência e ao atraso. Erguer a cidade (Goiânia) dentro do campo (Goiás) é a tarefa dessa década. (CHAUL, 2010, p. 72)

As representações de rural e urbano, atraso e progresso, moderno e caipira estão presentes na construção da identidade regional do goiano. As animações goianas elaboram significados e veiculam visões de mundo que são permeados por essas construções de identidade.

Analisando histórias animadas

De acordo com John Halas (1979), a animação possibilita a criação ou recriação de mundos, com base no real ou na fantasia. A técnica de animação cinematográfica permite que morcegos de plastilina ou bonecos de palha falem ou pratiquem outras ações. Para perceber ou interpretar a identidade presente nas animações, primeiramente foi efetuada uma seleção de filmes de animação produzidos em Goiás. O segundo passo foi o fracionamento dos filmes em sequências. Escolhidas as sequências foi feita a *decupagem* em *tomadas* para análise da cenas e reconhecimento dos componentes identitários: imagéticos, verbais e sonoros.

Uma História de Família foi produzido em 1997 e foi o primeiro filme da dupla de animadores Dustan Oeven e Moisés Cabral. O filme de 1 minuto é uma releitura bem humorada e crítica do mito de formação do povo brasileiro, do suposto encontro pacífico entre as três raças.

A tomada selecionada para essa análise diz respeito ao que é considerado o “mito fundador” do estado de Goiás. Ela apresenta um boneco em pé representando o branco, mas não qualquer branco (fig.1). Trata-se da representação do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o *Anhanguera*. O boneco é apresentado com os mesmos paramentos que o identificam ao Monumento ao Bandeirante, localizado no cruzamento das principais vias de circulação do centro de Goiânia, a avenida Anhanguera e a Avenida Goiás.



Figura 1: Frame do filme *Uma história de família* (1997). Fonte: arquivo do autor

A narração do filme diz: “*nessa época, Joaquim viajava muito a trabalho*”. O trabalho das bandeiras foi o de colonização e expansão dos domínios do reino. Coube a elas o processo “civilizar” o *sertão selvagem*. O branco entrou no interior do Brasil, para explorar o ouro e escravizar índios. O cenário que se vê na imagem é o de uma mata fechada e um rio claro. O *Anhanguera* é mostrado na imagem portando os instrumentos da civilização – seu bacamarte e a bateia de álcool com os quais ele ameaçou incendiar os rios dos indígenas, conforme a lenda. O índio é apresentado subjugado, de joelhos executando o trabalho de mineração. Com relação à identidade goiana, o filme pontua, a partir da imagem do mito fundador *Anhanguera* e da atividade mineradora, a relação de dominação sobre o indígena escravizado. A imagem pode ser lida como metáfora sobre o processo de colonização brasileira, com o sertão domado pela civilização.

O mito das três raças também é o tema do filme **O Movimento das Três Raças**, de Michael Valim, produzido em 2003. Sua Sinopse é a seguinte: *Em uma noite os personagens que compõem o Monumento às Três Raças criam vida. O negro e o índio decidem abandonar o obelisco da Praça Cívica e descem a avenida Goiás. No caminho eles se encontram com o Monumento ao Bandeirante - o Anhanguera. Ele quer obrigá-los a voltar pra ao seu posto. Estabelece-se um conflito.*

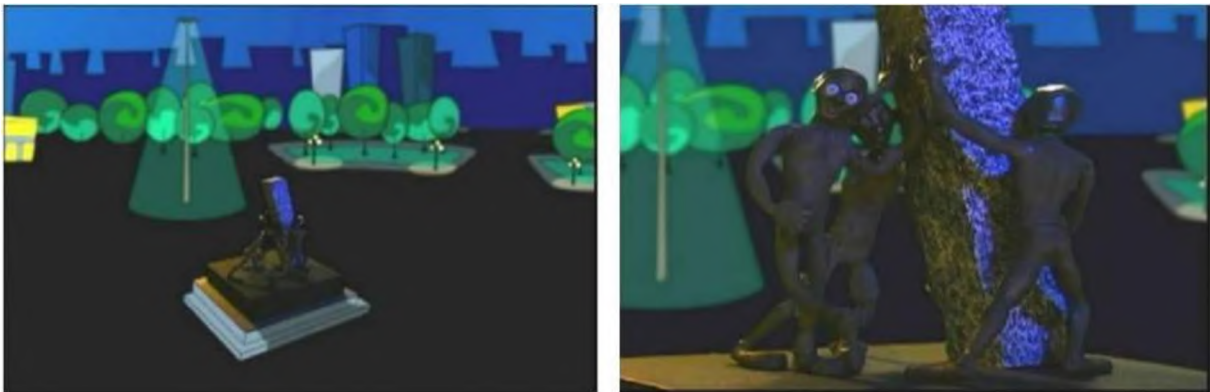


Figura 2: Frames do filme *O movimento das três raças* (2003).
Fonte: www.youtube.com/watch?v=Phxva0CDvGg

A primeira tomada da sequência (fig.2/1), em plano geral, desempenha uma função descritiva – localizar o ambiente da ação para espectador. Ela cumpre um papel identificador, pois se trata do Monumento às Três Raças, reconhecido como cartão postal da cidade de Goiânia. O monumento se encontra na Praça Cívica, local da sede do governo estadual e também municipal até o início dos anos 2000, quando a prefeitura foi transferida. Com traços

modernistas, o monumento feito pela artista Neuza Morais, celebra a ideia de harmonia e igualdade das três raças, que estão unidas para segurar o obelisco. Porém, essa harmonia e igualdade é contestada pelo filme ao mostrar o branco deixando de apoiar a pedra e se encostando a ela, tranquilamente, enquanto os outros fazem o esforço por ele (fig.2/2).



Figura 3: Frames do filme *O movimento das três raças* (2003). Fonte: www.youtube.com/watch?v=Phxva0CDvGg

Uma tomada, em plano detalhe (fig.3/1), do símbolo incrustado no Obelisco mostra o brasão da cidade de Goiânia. Nele se divisa a imagem do bandeirante, com sua veste tradicional e seu bacamarte e de um garimpeiro mestiço, de pés descalços e sem camisa, acompanhados da frase: *pela grandeza da pátria*. O brasão demonstra a clara definição dos papéis sociais para a construção da pátria brasileira – o branco dominante, com sua arma e as outras etnias efetuando o trabalho. Na continuidade da cena, o índio e o negro soltam o obelisco (fig.3/2). Ao cair, a pedra parece apontar como um aríete para o Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual. Na terceira tomada o branco tenta segurar o Obelisco sozinho(fig.3/2), até ser finalmente esmagado. Essa cena pode ser interpretada à luz da classificação de Castells (1999) a partir das relações de poder: os prédios da administração, o monumento, o brasão representam as instituições dominantes da sociedade - a identidade legitimadora; o ato do negro e do índio soltarem a pedra pode ser visto como identidade de resistência – quando os atores sociais

constroem formas de resistência diferentes dos representados pela identidade dominante; ou mesmo como identidade de projeto - quando constroem uma nova identidade e buscam a transformação da sociedade. O filme questiona a ideia de a nação que foi construída em relações equânimes entre essas *três raças*, como nos faz crer o monumento.

O filme **Entrevista com o Morcego**, de Dustan Oeven e Moisés Cabras, foi produzido no ano 2000. Trata-se de uma fábula, na qual um morcego falante está sendo entrevistado. Eis a sinopse: *um velho morcego narra os acontecimentos que o expulsaram de sua caverna levando-o a morar na cidade.*

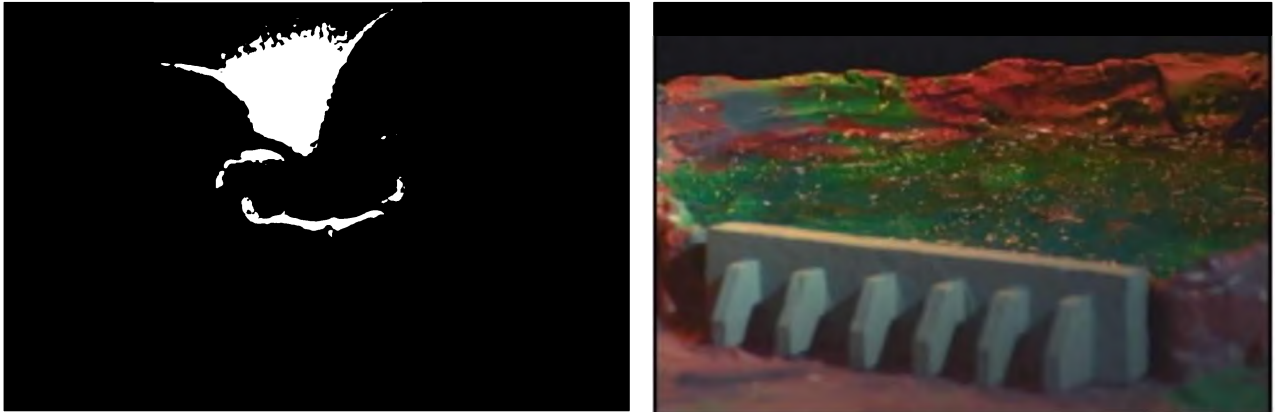


Figura 4: Frames do filme Entrevista com o morcego (2000). Fonte: arquivo do autor

A primeira imagem selecionada é uma tomada da sequência inicial do filme que apresenta o personagem (fig.4/1). Para Martin, “é no primeiro plano do rosto humano que se manifesta melhor o poder de significação psicológico e dramático do filme” (MARTIN, 2003, p. 39). Apesar de não ser um rosto humano e sim de um boneco representando um morcego, nesse enquadramento pode-se ver sua expressão. É possível ver que se trata de um velho, pela barba e sobrancelhas brancas. O *close* do seu rosto é feito no momento em que há um relato mais intimista, no qual ele fala: “Eu não imaginava que nossas casas e todo o local ficariam embaixo d’água, para eles construírem aquela usina.” A tomada apresentada a seguir é um plano geral do lago da usina hidrelétrica se enchendo (fig.4/2). O morcego relata como o progresso, representado pela construção da usina hidrelétrica, destruiu sua moradia e o modo de vida de sua comunidade. A cena em que a usina se enche é colorida. Essa cor, em contraponto com as cenas do velho, pode ser interpretada como metáfora progresso.

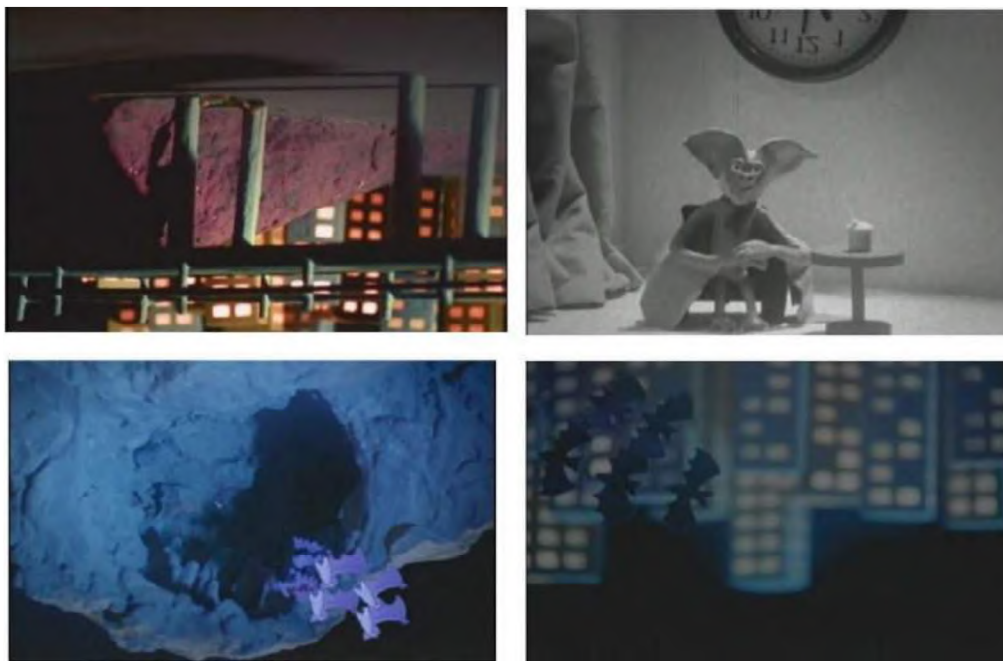


Figura 5: Frames do filme Entrevista com o morcego (2003). Fonte: arquivo do autor

A narrativa do velho prossegue: “*Os morcegos sobreviventes migraram para os locais próximos a procura de abrigo. Lá eles acharam algumas cavernas construídas pelos capacetes de plástico. Chaminés, beiras de telhados e pontes*”. A tomada mostra a inundação da habitação tradicional dos morcegos, uma gruta, enquanto eles fogem (fig.5/1). As imagens seguintes apresentam os morcegos voando em primeiro plano, tendo ao fundo, uma serie de prédios (fig.5/2) e depois, um plano geral de uma ponte ou viaduto, que lhes servirá como novo *habitat* (fig.5/3). A narrativa verbal e visual remetem a dicotomia entre *rural x urbano, sertão x cidade, atraso x progresso*, como elementos da identidade goiana. A gruta, representando a habitação, é atingida pelas águas da usina e a comunidade tradicional tem que se deslocar para a cidade. A cidade representa o progresso, com seus prédios e também o viaduto, moradia dos desabrigados que chegam do interior. Na cena final do filme o velho se lamenta pelos morcegos mais jovens “que não tiveram oportunidade de viver nas cavernas”, ou seja, lamenta a mudança e a perda das raízes identitárias. A imagem final (fig.5/4), em plano aberto, revela o cenário no qual ele narra sua história – o teto de uma casa, no qual se divisa parte de uma cortina e de um relógio. Ele é minúsculo num ambiente que não é o seu. Nessa imagem o morcego se encontra de cabeça pra baixo, mostrando que seu mundo foi revirado. O relógio marca o tempo da modernidade e sinaliza que já não é mais o tempo do narrador.

A Onça da Mão Torta, produzido em 2003, com direção de Ricardo Edilberto é um filme híbrido, que mescla cenas com atores e animação em *stop-motion*. Sinopse: *o filme é inspirado em uma lenda folclórica recolhida por Luís da Câmara Cascudo. Em uma típica*

casa rural, um senhor conta a história de como surgiu a onça da mão torta: um fazendeiro malvado, destruidor da fauna e flora, se transformou em um animal que protege a natureza.

A imagem mostra o interior de uma casa rural na qual se percebe um senhor ao lado de um fogão de lenha (fig. 6). A fonte de iluminação é um lampião a querosene. Martin (2003) afirma que uma das funções do cenário no cinema é a dar verossimilhança histórica. O cenário no qual o velho narrador está remete à típica cozinha rural caipira, que é o espaço não só da alimentação, mas também das conversas, da *contação de causo*. Há um clima sobrenatural na cena escura devido aos sons de rugidos de onça ao fundo. O *causo* de assombração, com viés moral, no qual o indivíduo é punido por suas ações, é característico na cultura popular. O personagem conta uma história com um linguajar rústico: “*nem boiadeiro pra apartá as vaca ele contratava. O diabo era tão muinha que via perigo dos empregado robá o que era dele. E ele falava sempre: o olho do dono é que engorda o gado*”.



Figura 6: Frame do filme A onça da mão torta (2003). Fonte: www.youtube.com/watch?v=fesWnzXWyk8

A imagem da animação apresenta uma vaca de palha que vai engordando como um balão, que se enche até estourar (fig. 7/1). Na tomada seguinte pode-se ver pedaços de carne penduradas, passando rapidamente (fig.7/2). Ao mostrar a vaca como uma bola que se enche até se tornar pedaços de carne, a cena revela uma relação materialista com a natureza, as cenas aludem a produção em série. Para Cândido (1995), um importante identificador da cultura caipira é harmonia do homem com os recursos naturais. O fazendeiro da história, com sua ganância, não respeita essa relação e terá sua punição.



Figura 7: Frames do filme A onça da mão torta (2003). Fonte: www.youtube.com/watch?v=fesWnzXWyk8

Em outra sequência do filme em animação, um plano conjunto apresenta o fazendeiro e seus cachorros, que são seus empregados (fig.8/1). Na imagem é possível enxergar ao fundo a casa do fazendeiro, onde há uma rede, um banco de madeira, um chapéu e machado pendurados. *Japi*, um dos cachorros, deixou uma das vacas, o patrimônio do fazendeiro, escapar e, literalmente, ir para o brejo. O fazendeiro interrompe a refeição dos cachorros. O sinal de raiva é claro em seu punho cerrado. O fazendeiro diz: “Cachorro desgraçado! Vou te dar uma lição procê aprender a nunca mais faiá em serviço!” Sua fala é direcionada a *Japi*, o cachorro que permitiu a fuga da vaca, porém a imagem demonstra seu controle sobre todos. Enquanto ele fala, os cachorros permanecem congelados pela manifestação do poder do fazendeiro sobre eles.



Figura 8: Frames do filme A onça da mão torta (2003). Fonte: www.youtube.com/watch?v=fesWnzXWyk8

No plano seguinte o fazendeiro arrasta Japi para uma casinha de madeira (fig.8/2). Na tomada subsequente, o cachorro está dentro da casa enquanto seu dono fecha lacra a porta (fig.8/3). Esse plano em *plongée* aumenta a sensação de opressão a qual se sujeita o cachorro. A casa cobre Japi quase totalmente e só é possível visualizar parte de sua cara de pavor. A cena é finalizada com uma tomada que apresenta o ponto de vista do cachorro: Japi e, conseqüentemente, o espectador enxerga, por uma fresta, o fazendeiro trancando-o (fig.8/4). A cena feita em *contra-plongée* reforça a ideia de superioridade do homem. Essa sequência é bem representativa das relações de poder tradicional no meio rural. A imagem do poder autoritário, em que o dono da terra é também dono da vida de seus empregados, encontra sua referência na literatura regional de e Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Elis.

O filme *A onça da mão torta* traz aspectos da identidade goiana relacionados à cultura caipira não apenas no aspecto narrativo e da visualidade cenográfica da locação. A direção de arte trabalhou com elementos regionais nos bonecos e cenários da animação. Os bonecos foram confeccionados em palha de milho, inspirados em bonecos do município de Olhos d'Água, no interior de Goiás. Na construção do cenário da animação foram utilizados materiais como buchas vegetais e outros recolhidos no cerrado.

Vida de Boneco é uma animação em *stop-motion* que foi finalizada em 2016 e tem direção de Flávio Gomes. Trata-se de um filme metalinguístico, no qual um boneco, que para ter vida tem que ser animado, pesquisa formas de criar uma vida fazendo bonecos. Sinopse: *Era uma vez um homem que resolveu fazer alguns bonecos para lhe fazer companhia. Após fazer vários bonecos, percebeu que não conseguiria se satisfazer com nenhum deles, então construiu um último modelo e lhe deu sua própria alma. Após fazer isso, o boneco ganhou vida e, se sentindo só, resolveu fazer um boneco para lhe fazer companhia.*

Na primeira tomada analisada da sequência é possível ver o ambiente interno, no qual homem vive só e isolado (fig.9/1). É o típico cenário de uma casa rural, com paredes de tijolos sem reboco, a janela de madeira rústica, uma estante com um ralador, uma peneira de palha e um pote de barro. Completando o cenário, um fogão à lenha. Sobre a mesa de madeira vê-se uma caixa de ferramentas, também em madeira. O personagem, que traça uma camisa xadrez de mangas longas, está fazendo um robô para lhe fazer companhia. A tomada seguinte apresenta o robô que ele construiu, em funcionamento (fig.9/2). O robô remete, por seus braços sanfonados com mãos de gancho, ao robô do seriado *Perdidos no Espaço* e seu corpo e cabeça lembram o robô do filme *Wall-E*. A sequência apresentada mostra que o personagem possui um conhecimento tecnológico e científico que lhe permitem fabricar um robô moderno, de um

mundo urbano. Porém, a ambientação e o figurino remetem diretamente ao mundo rural, à identidade caipira. A solidão e isolamento que o envolvem se relacionam à noção construída de *sertão*, que identificou o goiano. Ele tenta resolver seu problema recorrendo à racionalidade científica, própria do pensamento moderno. O personagem se frustra, não porque o experimento não funciona, pois funciona, mas porque ele não se identifica com o boneco criado.

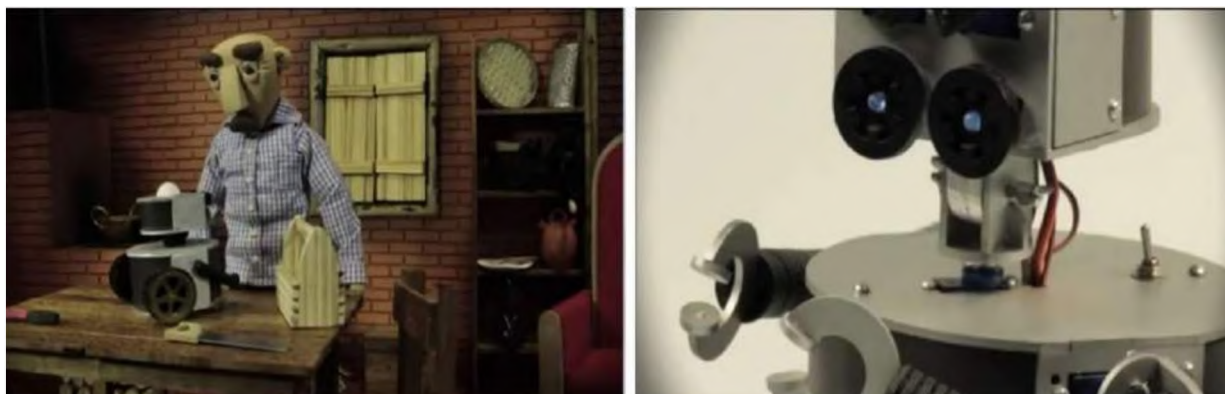


Figura 9: Frames do filme Vida de boneco (2016). Fonte: www.youtube.com/watch?v=bD_Qern-GDI

Em outra sequência do filme a tomada mostra o homem trabalhando em uma prancha onde está um esqueleto mecânico (fig.10/1). Trata-se de um esqueleto de *joint balls*, usado para fazer bonecos de animação *stop-motion* iguais ao personagem do filme. Na tomada seguinte, em plano detalhe, ele segura uma mão humana igual a dele (fig.10/2). Finalmente um plano aberto revela a sua nova criação (fig.10/3). Numa referência direta *Frankenstein*, de Mary Shelley e a filmes de ficção científica a cena mostra o homem dando vida para ao corpo por ele produzido. Sua criação é um ser à sua imagem e semelhança: um boneco de *joint balls*, coberto com resina e borracha de látex. Sua aparência é mais jovem, sem bigode ou papos nos olhos. Seu figurino tem mais jovialidade: O macacão e a camisa fazem um contraponto à camisa xadrez que forma o visual caipira da do boneco criador. O boneco inventor transfere sua alma para a nova criatura e produz com isso uma nova identidade, mais adequada à contemporaneidade.



Figura 10: Frames do filme *Vida de boneco* (2016). Fonte: www.youtube.com/watch?v=bD_Qern-GDI

Considerações finais

Pela análise das sequências observa-se uma identidade goiana vinculada à cultura caipira em diversos aspectos dos filmes. Também há um questionamento sobre a sobre o processo modernização. Os filmes *Uma história de Família* e *O Movimento das Três Raças* discutem narrativa de formação do Brasil enquanto nação multiétnica e sem conflitos. Questionam também o papel histórico das bandeiras e do mito fundador de Goiás. Os cenários e materiais dos bonecos do filme *A Onça da Mão Torta* remetem a uma identidade rural em sua materialidade. Além disso, o filme utiliza a forma do *causo*, na sua narrativa, cuja temática remete tanto a cultura caipira quanto a discussão contemporânea sobre a preservação ambiental. *Entrevista com o Morcego* discute a modernização e sua relação com as comunidades tradicionais. O filme *Vida de Boneco* aborda a solidão e o isolamento dentro de um cenário típico da ruralidade goiana. Esse homem/boneco, após diversas tentativas, se recria. Percebe-se nas animações uma leitura crítica dos processos de formação da identidade goiana, que relaciona o caipira e o moderno, passado e presente.

Referências Bibliográficas

Livros

- CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito** – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: livraria Duas Cidades - Ed. 34, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo. Paz e Terra, 1999.
- CHAUL, Nasr N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 3. Ed. Goiânia. Editora UFG, 2010.
- CHAUL, Nasr N. F. **Goiás: da decadência a modernidade**. In: Ciências Humanas em revista, 6, p. 11-26, Goiânia. Cegraf UFG, 1995.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC, 1989.
- HALLAS, John. **A técnica da animação cinematográfica**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1979
- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. In: Educação e realidade, 1997
- MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo. Brasiliense. 2003.
- MORAIS, J. A. Leite de. **Apontamentos de viagem**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.
- PALACIN, Luís. **Quatro tempos de ideologia em Goiás**. CERNE. Goiânia, 1986.
- PEREIRA, Eliane M. C. M. “**A construção de nação e região em Goiás, 1830-1945**”. In: Ciências Humanas em revista, 6 (2), p. 65-77, Goiânia. Cegraf – UFG, 1995.
- POHL, Johann E. **Viagem ao interior do Brasil**. Editora Itatiaia EDUSP. São Paulo, 1976.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de Goiás**. São Paulo. EdUSP.
- SILVA, Tomaz Tadeu da: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.) 11 ed. Petrópolis- RJ. Vozes. 2000
- WOODWARD, Kathrin. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.) 11 ed. Petrópolis- RJ. Vozes, 2000
- Filmes
- A onça da mão torta. Direção: Ricardo Edilberto. 2003.
Disponível em www.youtube.com/watch?v=fesWnzXWyk8
- Entrevista com o morcego. Direção: Dustan Oeven e Moisés Cabral. 2000.
- O movimento das três raças. Direção: Michael Valim. 2003
Disponível em www.youtube.com/watch?v=Phxva0CDvGg

Uma história de família. Direção: Dustan Oeven e Moisés Cabral. 1997.

Vida de Boneco. Direção: Flávio Gomes. 2016. Disponível em
https://www.youtube.com/watch?v=bD_Qem-GDI

CULTURA VISUAL: O GÊNERO FEMININO NA PUBLICIDADE DA LIGHT & POWER (1930)

CULTURA VISUAL: EL GÉNERO FEMENINO EN LA PUBLICIDAD DE LA
LIGHT & POWER (1930)

*Helena de Araujo Neves
Doutora em Educação/UFPel
profhelenaneves@gmail.com*

*Ingrid Fabiola Gonçalves
Graduanda em Design Gráfico/UFPel
ingridfabiola554@gmail.com*

*Larissa Moreno de Souza
Graduanda em Design Digital/UFPel
larissalari47@hotmail.com*

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais de uma investigação realizada junto ao Projeto de Pesquisa “*Memória Digital - Digitalização da coleção completa do Jornal Diário Popular de Pelotas*”. Neste toma-se o jornal como uma fonte de consulta para investigar as artes gráficas em Pelotas-RS – mais especificamente a partir da publicidade impressa. Pretende-se, então, analisar anúncios da empresa *The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited* com o foco no público feminino (um dos nichos de interesse da mesma) investigando tanto os aspectos gráficos – a partir dos Fundamentos do Design – quanto os textuais e comportamentais ditados ao público feminino nesse período histórico. Com o estudo verificou-se que as propagandas continham ilustrações com teor técnico avançado, especialmente se comparadas com outros reclames da época. Por isso, no conjunto das análises, constatou-se que as técnicas de impressão e de produção gráfica possibilitaram a divulgação de cuidadosos e destacados anúncios. Por outro lado, no que se refere ao seu conteúdo, é preciso mencionar que foi criada e reforçada uma imagem restritiva às mulheres consumidoras desse período – uma vez que é perceptível a desigualdade do papel social atribuído a elas em tais peças. Ainda que se façam as devidas contextualizações históricas, torna-se necessário voltar os olhos para o passado com vistas em possíveis e desejáveis interferências no presente – acreditando que nada seja imutável.

Palavras-chave: Artes Gráficas. Memória Gráfica. Cultura Visual. Imprensa.

RESUMEN

Este artículo presenta resultados parciales de una investigación realizada junto al Proyecto de Investigación “*Memoria Digital - Escaneado de la colección completa del diario Diário Popular de Pelotas*”. En este se toma el periódico como una fuente de consulta para investigar las artes gráficas en Pelotas-RS - más específicamente a partir de la publicidad impresa. Se pretende entonces analizar los anuncios de la empresa *The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited* con el foco en el público femenino (uno de los nichos de interés de la misma) investigando tanto los aspectos gráficos - a partir de los Fundamentos del Diseño - como los textos y el

comportamiento en el caso de las mujeres. Con el estudio se verificó que las propagandas contenían ilustraciones con contenido técnico avanzado, especialmente si se comparan con otros reclames de la época. Por eso, en el conjunto de los análisis, se constató que las técnicas de impresión y de producción gráfica posibilitaron la divulgación de cuidadosos y destacados anuncios. Por otro lado, en lo que se refiere a su contenido, hay que mencionar que se ha creado y reforzado una imagen restrictiva a las mujeres consumidoras de ese período, ya que es perceptible la desigualdad del papel social atribuido a ellas en tales piezas. Aunque se hagan las debidas contextualizaciones históricas, es necesario volver los ojos al pasado con vistas a posibles y deseables interferencias en el presente, creyendo que nada sea inmutable.

Palabras-clave: Artes Gráficas. Memoria Gráfica. Cultura Visual. Prensa.

Introdução

Este artigo visa apresentar os resultados parciais de uma investigação inserida no Projeto de Pesquisa “*Memória Digital - Digitalização da coleção completa do Jornal Diário Popular*” – vinculado aos cursos de Design do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas. O jornal Diário Popular foi escolhido como fonte de pesquisa por estar em circulação de forma quase ininterrupta desde 1890 até os dias atuais e por sua acessibilidade graças à parceria com a Bibliotheca Pública Pelotense, através e de um convênio firmado com essa entidade, que detém todo acervo do periódico totalizando 128 anos de história.

Com este artigo pretendemos analisar a representação do gênero feminino nos anúncios da década de 1930 divulgados no Jornal Diário Popular pela empresa *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited*. Ela foi a distribuidora de energia elétrica na cidade de Pelotas por mais de 50 anos no século XX. Registrada em Londres em 1912, foi responsável pela iluminação pública pelotense a partir de 1914 e pelo fornecimento de energia aos bondes da cidade no ano seguinte (DE LEÓN, 2012). Foi adquirida pela *American & Foreign Power Company* em 1930 e revertida à União em 1964. Porém, apenas em 1966 encerrou suas atividades quando a Companhia Pelotense de Eletricidade, uma subsidiária da Eletrobrás, assumiu as instalações (AXT, 1995). A atuação da empresa no Brasil tinha como objetivos a ampliação das concessões e a monopolização gradual dos serviços urbanos, como ocorreu em várias cidades, “obviamente para a maximização dos lucros. Para isso, a empresa tinha uma política de atuação em relação ao governo e à própria imprensa” (SILVA, 2008, p.37).

A metodologia utilizada no projeto de pesquisa do qual este artigo é oriundo tem um viés qualitativo e se estabelece como exploratória – por proporcionar uma maior familiaridade com a temática abordada – tratando-se de uma pesquisa de caráter documental que enfoca as propagandas da referida empresa. Segundo Gil (2008, p.51), a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados

de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Para o desenvolvimento deste artigo definimos como recorte temporal a produção de anúncios publicitários da *Light and Power* publicados no Jornal Diário Popular em 1930. Recorte estabelecido, pois até este momento o estudo já rastreou o período anterior. Os anúncios publicitários são fontes profícuas para se pensar o papel dos artefatos gráficos na sociedade não apenas por serem, eles próprios, objetos, mas também por conterem informações sobre outros artefatos que integravam a vida cotidiana. Analisando essas imagens é possível observar, por exemplo, o incentivo a novos hábitos e conhecer a associação de atividades e de objetos aos gêneros. Os anúncios também nos permitem refletir sobre outros artefatos igualmente importantes na constituição das identidades e, se confrontados com outros tipos de fontes, expõem e fazem compreender os diferentes discursos acerca da feminilidade e da masculinidade. Meneses (2012), ao discutir a importância das imagens como fontes históricas, indica a necessidade de considerá-las como artefato e não como um conteúdo abstrato, cuja representação visual veicularia um significado formado anteriormente. Tomar as imagens como artefatos materiais implica em duas consequências metodológicas: a primeira é a importância de estudar a trajetória desses artefatos e a sua relevância em serem utilizados, por exemplo, na publicidade e na consequente historicização sua vida social. O segundo efeito imediato é que, ao fazer isso, percebemos que as imagens têm uma participação grandiosa nas esferas sociais e não podem, por conseguinte, serem vistas exclusivamente como veículos de símbolos e representações. Estudar o contexto de produção das mesmas se torna vital e temos procurado fazer isso por meio do projeto de pesquisa do qual este artigo resulta.

Do ponto de vista metodológico resta informar que, em amplitude geral, constamos a presença de 447 anúncios publicados até os anos 1930 – entre propagandas inéditas e as suas devidas repetições. Dentre as inéditas, encontramos um total de 41 anúncios. Para este artigo optamos por uma amostra intencional dos dados (GIL, 2008), sendo assim, criamos critérios de seleção para a investigação daquelas propagandas que se destacaram dentre algumas categorias que pretendíamos discutir neste momento – como a categoria gênero – e que fossem capazes de ilustrar o tipo de publicidade produzida naquele momento histórico.

Com base nesses dados apresentados, associados às teorias da Memória e da História do Design com os Estudos de Gênero, destacamos que esses foram os aportes teóricos para analisar as peças selecionadas. Neste artigo vamos expor, especialmente, as estratégias gráficas e discursivas utilizadas por tal empresa que auxiliaram a criar e a reforçar uma imagem restritiva para as mulheres consumidoras daquele período. Em linhas gerais, esses foram os percursos metodológicos transcorridos até este momento da investigação.

A Representação do Gênero Feminino nos Anúncios da Light and Power

Ao longo da investigação que deu origem a este artigo observamos que a *Light and Power*, muitas vezes de forma despojada, ilustrava as melhorias do bem-estar com a sua chegada, a fim de estabelecer razões para a contratação de seus serviços. O viés cômico e um discurso de modernidade na abordagem da empresa foram também muito presentes. Creditamos esse fato ao uso da personagem – que naturalizava um produto “duro” e desconhecido nesse período como a energia elétrica. Portanto, a presença da mascote da *Light and Power* nos anúncios, o Sr. Kilowatt, foi uma constante identificada ao longo de nossas pesquisas. Esse personagem foi criado nos EUA no ano de 1926 e possui aspecto humanoide e feições simpáticas constituído ainda por raios, lâmpadas que tomam o lugar de seu nariz e por tomadas que formam suas orelhas (MATHEUS; NEVES, 2017). Quando comparado com as demais ilustrações presentes na publicidade de diferentes empresas na mesma época (e publicadas no *Diário Popular*), o apelo à modernidade por meio do lúdico se torna mais evidente na distribuidora de energia elétrica – como já debatido por Neves e Martins (2016). Para Perez (2011) as mascotes conseguem personificar e dar rosto à marca, já que despertam uma identificação imediata e eficiente dos consumidores, sendo uma ferramenta muito eficaz. No caso da *Light and Power* acredita-se que o uso de uma mascote foi de extrema importância para a aceitação da empresa e seus serviços – já que o Sr. Kilowatt desconstruía, com suas feições simpáticas, conceitos como "inalcançável" e "estranho" que eram inevitavelmente ligadas ao termo modernidade – principalmente quando a região está acostumada com um sistema de iluminação manual.

Ainda com relação ao discurso de modernidade presente na abordagem da empresa, observamos que ele também ocorria pela exposição do cotidiano das pessoas usando a energia elétrica – tudo isso em busca de uma identificação por parte do potencial público consumidor. Nesse cotidiano chamou atenção a presença da figura feminina nos anúncios da empresa – sendo apresentada, quase sempre, como sendo a pessoa responsável por optar pela contratação da energia elétrica – tendo por finalidade proteger sua família.

Esse papel de proteção – creditado ao feminino – é bastante recorrente e será abordado nos anúncios a seguir. Essa particularidade nos remete aos estudos de Gilligan (s.d.), uma vez que essa autora estabeleceu a categoria de estudo intitulada *ética do cuidado* como sendo uma orientação moral atribuída às mulheres, pois a estudiosa reconheceu nas mulheres a existência dessa *voz diferente* daquela moralidade até então padronizada pelos teóricos como humana. Todavia, no seu entendimento, essa *voz diferente* e feminina relacionada à *ética do cuidado* só

é, de fato, diferente quando produzida em meio a um modelo patriarcal de sociedade, como é o nosso, pois numa sociedade não patriarcal essa *ética do cuidado* seria tão somente uma ética humana, estabelecida a partir de sentimentos morais e da habilidade humana para cuidar de forma responsável dos outros, considerando que o cuidado poderá ser desenvolvido por todos os sujeitos morais, independentemente dos seus gêneros (GILLIGAN, s.d).

Nessa senda, cabe dizer que compreendemos o feminismo como uma teoria política e múltipla e, inclusive, hodiernamente, nos referimos a diversos feminismos e não mais a uma única vertente ou expressão dele. Ainda, sabido que há diversas formas de discutir a própria teoria dentro das várias correntes feministas. Porém, há um ponto comum a todas essas diferentes vertentes teóricas: o feminismo deve contribuir para eliminar a subordinação feminina.

Diante dessas reflexões expomos o primeiro reclame selecionado para a análise, veiculado no Diário Popular em 1936, quando a *Light and Power* opta, na sua construção visual, por diferentes campos de profundidade, obtidos através do efeito de perspectiva e do contraste de luz e sombra pela técnica de hachura (ver Fig. 1).



Figura 1²³: Anúncio *The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited*. Fonte: Jornal Diário Popular, 1936.

²³ As imagens utilizadas neste artigo fazem parte do acervo da Bibliotheca Pública Pelotense e foram cedidas por meio de um convênio e do Projeto de Pesquisa intitulado “*Memória Digital - Digitalização da coleção completa do Jornal Diário Popular*”.

No plano de fundo, há um ambiente fechado identificado por um vitrô amplo com cortinas ambientado ainda por um balcão contendo arranjo de flores e uma cesta de frutas, contextualizando o âmbito residencial. Nesse ambiente existe a presença de uma mulher bem vestida – dando a idéia de ser, muito provavelmente, a proprietária da casa e não uma empregada. Tal percepção é reforçada para palavra “esposa” grifada no anúncio, ao passo em que o criado, nesta cena, refere-se à mascote da empresa elétrica. A figura feminina está dispondo itens e alimentos em uma mesa destinada a refeições no lar. Do lado oposto observa-se a mascote da empresa, Sr. Kilowatt, que segura uma bandeja contendo eletrodomésticos, sendo estes um ferro de passar roupas, uma torradeira e um fogareiro. Em um plano diferente, ou seja: no primeiro plano, apresenta-se a figura masculina a qual contrasta com o cenário doméstico, pois apresenta movimento pelas hachuras abaixo dos seus pés e da posição corporal do desenho – artifícios que ajudam a transmitir a sensação de locomoção. Além disso, aparenta estar bem vestido e penteado carregando um objeto que parece uma pasta – transmitindo uma imagem de homem que trabalha fora de casa.

Partindo para o conteúdo textual, é exaltada uma figura feminina tida como exemplar ao descrever um comportamento do cuidado doméstico impecável. Os balões de fala destacam: “*Que esposa inteligente!*” e “*Que bom criado!*” também ilustram o direcionamento do anúncio à dona de casa, enaltecendo as facilidades promovidas pela empresa com o advento da eletricidade.

Além disso, a chamada do texto de apoio, “*Soube como ajudar o marido a vencer na vida!*”, indica a idealização de uma esposa submissa cujas tarefas restringem-se somente ao âmbito domiciliar. Indica ainda que o principal objetivo a ser alcançado seria o bem estar do marido – como se a sua inteligência fosse utilizada apenas para deixá-lo feliz. O anúncio explora, portanto, uma estrutura social comum – principalmente na época de sua publicação – que hierarquiza o sistema de poder, criando e reforçando uma imagem de esposa que está a serviço do marido e do seu papel de superioridade. Pinsky (2016, p.487) ao investigar o papel social da mulher neste contexto brasileiro afirma que:

homem e mulher eram vistos como seres opostos, com palcos de atuação bem delimitados. O horizonte feminino não deveria ir além do mundo doméstico, o masculino estendia-se aos espaços públicos, ao mercado de trabalho, à política institucional.

O que observamos é que a empresa apresenta a mulher como uma figura inteligente e central – uma vez que realizou a escolha certa para a sua família, qual seja: contratou a energia elétrica. Por outro prisma, reduz o seu esforço diário ao indicar que grande parte do serviço é

realizado pelo criado, a energia elétrica, que passa a lhe auxiliar nos serviços domésticos, minimizando, portanto, quem de fato os executava: a mulher! A partir de Gilligan (s.d.) compreendemos que a preocupação das mulheres com os outros é sempre associada à fraqueza e que o lugar das mulheres é proteger a forma como os homens e as próprias mulheres se constroem perante a sociedade, estabelecendo essa moral, esse parâmetro, criando a moralidade dos direitos e relacionamentos. Nesse sentido:

[...] as mulheres não apenas se definem num contexto de relacionamento humano, mas também se julgam em termos da sua capacidade de cuidar. O lugar das mulheres na vida dos homens tem sido aquele de alimentadora, cuidadora, e companheira, a tecelã daquelas redes de relacionamentos nas quais ela por sua vez confia. Mas enquanto as mulheres têm assim cuidado dos homens, os homens têm, em suas teorias do desenvolvimento psicológico, assim como nos seus arranjos econômicos, tendido a presumir ou desvalorizar aquele cuidado (GILLIGAN, s.d., p. 27).

O segundo anúncio (ver Fig. 2), publicado no ano de 1936, concentra esforço no discurso argumentativo, ocupando grande espaço da página do periódico. A história narra a visita realizada pelo Sr. Kilowatt à dona de casa, nomeada de “Dona Fulana”, que não possui energia elétrica em sua residência. A imagem presente no reclame ilustra esse exato momento: ela com os braços levemente esticados na porta de casa indicando acolhimento ao “criado elétrico” situado à direita. No texto, a história destaca o momento em que tanto a empregada doméstica quanto a patroa assumem que a visita é para o homem e frisam que o mesmo não se encontra em casa. Logo após, a mascote esclarece que o assunto a ser tratado não é com o marido, pois diz respeito aos cuidados do lar, com isso, inicia uma justificativa sobre como é mais vantajoso e econômico o serviço da *Light and Power*. Dessa forma, o Sr. Kilowatt sai vitorioso e convence “Dona Fulana” através de um comparativo matemático dos gastos despendidos com uma iluminação não elétrica, além dos fatores de segurança e praticidade. Quando a esposa finalmente se convence da necessidade de adquirir energia elétrica questiona ao criado elétrico como proceder para firmar o contrato com a *Light and Power*, eis que sua resposta é: “diga a seu marido que visite o nosso escritório, lá lhe serão dadas as explicações quanto à instalação”.

Como Se Descobre Um Outro "Ovo De Colombo"

Uma Visita Do Snr. Kilowatt A Uma Dona De Casa

não conhece já o popu-
Kilowatt ?
dos os jornaes de Pe-
snr. Kilowatt diariamen-
resença, ilustrando com
otografia as verdadeas
tes de suas afirmações.
o conhecido já o snr. Ki-
que ontem, a plena rua
Neves, um «gury esco-
uasi fez um comicio gri-
apontando : «Lá vae o
owatt ! Olhe o snr. Ki-

fato ; o snr. Kilowatt
va calmo, naquele pass-
do de todo o que tem
a em si proprio e se di-
m fim nobre. De nariz
snr. Kilowatt olhava os
distribuição de corrente

A's tantas, parou, co-
abeça num gasto todo
neo de contrariedade cal-
pou os pés na solera da
ta e entrou. O gury corre-
iteu e viu o snr. Kilo-
ocurando uma campanha
fazer anunciar ; nada de
ha. O snr. Kilowatt en-
ou aquela decisão que,
das as grandes decisões
deixam o vinculo de sua
n ; bateu na porta, bem
daquela mancha cara-
de falta de tinta, onde
nte tantos dedos tamb-
esposta imediata se faz
o cachorrinho acordou
do com a impertinente
consideração. Minutos
le amigos n. 1 do hor-
r largas á sua rabugue,
então, reciosa, olhando
zida abertura da porta,
de uma empregada fu-
il : «Que deseja ? A pa-
no banho e o patroa
ás 6 horas e hoje não
ue tem sessão na Socia-
só ?»

o, senhorita ; eu ainda
i e já a senhorita dá a
por terminada ? Deixe-
ntar-me : eu sou o snr.



ACOLHA, em seu lar, este agente
de boa iluminação e novo con-
forto. Por um preço reduzido, a
electricidade proporciona no lar no-
vas e incomparáveis commodidades:
fornece luz, esquenta agua, faz funcio-
nar o refrigerador, o radio, o
ferro de engommar, o ventilador...
Disponha deste amigo servical e
prestimoso — Snr. Kilowatt, seu
criado electrico.

«Olhar para o snr., seu atre-
vido ? Com quem o snr. pensa
que está falando, hein ? Pouca
vergonha ; ponha-se já...»

«Maria, vem cá», ouviu-se uma
voz de repente. «Maria, deixa ;
eu vou lá. Prende o Veludo na

ar desconfiado ;mas afavel que
lhe dirigin as seguintes palavras :
«Não conheço o snr. pessoalmen-
te, porém tenho uma amiga que
tem feito muitos elogios ao sen-
nhor. Por este motivo estou dis-
posta a recebe-lo. Faça obsequio
de entrar.»

Luz electrica é objeto de luxo.
E com ar de triunfo dona fula-
na calou-se.

«Mas, minha senhora», arris-
cou o snr. Kilowatt «quanto gas-
ta em querozene e velas por
mez ?»

«Ah ! uma bagatela. O snr. ve-
ja só : o lampeão da cosinha fi-
ca aceso aproximadamente, 2 ho-
ras por dia. O da sala vae, ás
vezes, 3 horas, mais ou menos.
Sao, assim, \$800 a \$900 por dia
de querozene, porque no verão
sempre se economiza mais. Ti-
rando o cosumo do fogareiro,
gastamos só para a iluminação,
27\$000 a 30\$000 por mez de
querozene. Isto com economia
porque o snr. veja : nós deita-
mos-nos cedo.»

«Muito bem ; mas a senhora
se esqueceu de mencionar
que além do querozene, gastam
se tambem vidros, mecha, fosfo-
ros e as velas dos quartos !»

«Ah, isso é verdade. Vidros
então é um horror ! Qualquer
desouido, uma corrente de ar,
pronto ; lá se vae um vidro. Sao
4 ou 5 ás vezes por mês. Velas
gastamos 2 de trez em trez dias.
É isto com muita economia, não
é ?»

«Quer dizer que feita as con-
tas bem certinhas, a senhora
gasta mais de 30\$000 por mês
para ter luz de noite !»

«Sim, snr. ; ás vezes até mais.»
«Então eu lhe peço um pou-
co de atenção para o que lhe
desejo mostrar ; prometo não
lhe roubar muito tempo.»

«Com os seus 27\$ a 30\$000
por mez, V.S. pode ter uma ilumi-
nação electrica, muitas vezes me-
lhor do que a sua iluminação
atual. Isto no preço ; agora calcule ;
no conforto ! Vou fazer
um calculo muito facil para a
senhora, me comprehender mel-
hor :

«A sua casa tem 8 peças ; se
em cada uma V. S. tivesse inv-
talada uma lampada, não quer
dizer em todas essas peças esti-
vessem sempre iluminadas. Da
mesma modo como acontece em

Figura 2: Anúncio The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited. Fonte: Jornal Diário Popular, 1936.

Percebemos, assim, que no anúncio a empresa cria um pretenso importante papel para a mulher (o de convencer o marido de que deveria contratar os serviços elétricos) ou mesmo de ser a pessoa responsável por essa decisão – colocando-a como foco do anúncio veiculado nas páginas do Diário Popular. Isso ocorria, muito provavelmente, porque nesse período, ao se levar

em consideração o ambiente doméstico, ela talvez fosse a maior beneficiária por tal aquisição. Contudo, no próprio anúncio a empresa ilustra como se davam essas relações ao indicar que a contratação, de fato, só seria possível através da figura masculina – gerando a construção imagética de um falso emponderamento, pois a narrativa direciona para a ideia de que o poder de escolha da aquisição do serviço é da esposa quando, ao fim, é revelado que na verdade essa possibilidade só era permitida ao marido. Apresenta, portanto, uma delimitação social às mulheres neste período restringindo-as às funções domésticas e isso se trata de violência de gênero – por limitar o papel social dessas consumidoras. Para analisarmos esses aspectos do anúncio que mencionamos, adotamos os ensinamentos de Saffioti (2001), no tangente à sua compreensão sobre violência de gênero, como sendo aquela impetrada pelo patriarcado a todas as categorias a ele subjugadas e para quem:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais [...] Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência (SAFFIOTI, 2001, p.115).

A partir dos excertos que destacamos e marcamos, compreendemos que restou evidenciado o uso e/ou identificação da *ética do cuidado* apenas às mulheres na intenção de lhes definir papéis e espaços determinados e limitados na sociedade, em especial aqueles relativos ao âmbito privado. Essa atitude configura violência de gênero exatamente por reduzir as capacidades das mulheres ao âmbito doméstico.

Também é importante destacar que a pesquisa maior que originou este artigo vem se debruçando sobre a história da publicidade e a sua importância para um impresso como o Jornal Diário Popular. Dentre as discussões estabelecidas, a partir desses estudos mencionados, cabe fazer algumas ponderações. Para Oliveira (2009, p.150), não se pode minimizar a importância social da linguagem da publicidade, pois ela:

Invade nosso universo visual sem pedir licença. E um dos aspectos que a faz tão poderosa, porque é detentora de um alto poder de persuasão, é o fato de a publicidade, geralmente, articular mais de um sistema de comunicação: trata-se de uma linguagem híbrida, sincrética, que se apropria, no mínimo, de dois sistemas comunicacionais, o visual e o verbal.

Levando-se em consideração as partes de um anúncio e relacionando-as à linguagem da propaganda, Porto (2001, p.46), ao analisar especificamente o uso da ilustração, como uma linguagem, amplia essa conceituação afirmando que a ilustração é “um complemento visual de uma mensagem, podendo até constituir a mensagem em si: é uma função”. Vale ressaltar que a eficiência de uma ilustração não está só na representação visual, mas, também, no diálogo com

o texto, fazendo com que a leitura da mensagem seja mais completa. E isso é muito perceptível nos anúncios da empresa expostos neste artigo. Tais peças, por sua vez, foram analisadas a partir de alguns fundamentos do design, por isso torna-se perceptível o alto grau de preocupação no detalhamento dos anúncios como estratégia para captar a atenção –que continham ilustrações com teor técnico avançado, especialmente se comparadas a outros reclames da época. Além disso, apresentavam textos publicitários com grande poder de convencimento e divulgação intensa. Tudo isso fazia com que a *Light and Power* se destacasse dos demais anunciantes, buscando atingir o público com um marcante discurso de modernidade.

Em termos de design, levando-se em consideração a diagramação e o *layout*, é possível, nesta etapa da investigação, defender que existia um padrão gráfico nas peças da empresa analisadas. Em relação ao espaço negativo, há valorização da área de respiro, tornando a leitura mais agradável e auxiliando no balanceamento de elementos. A malha gráfica dos reclames é construída de forma equilibrada e no primeiro anúncio (ver Fig. 1) é dado maior destaque à ilustração. Esta, como mencionamos anteriormente, traduz em termos visuais a mensagem que a empresa narra de forma verbal. A imagem do homem realizado ocupa destaque na peça, assim como os dizeres “*que esposa inteligente*” e “*que bom criado*” evidenciados graças à disposição no topo do anúncio e da tipografia cursiva que se destaca do restante do texto presente na propaganda e no próprio jornal onde foi divulgada.

Na segunda propaganda (ver Fig. 2) a estrutura direciona a imagem como ponto central. O texto, por sua vez, é dividido por colunas – estética comum no âmbito jornalístico. É interessante observar que nesta peça a imagem do homem não aparece visualmente – o que não impede a empresa de deixar claro a posição social do mesmo – já que ele é citado no texto e a narrativa textual só se desenvolve depois de deixar claro que a imagem desse homem não seria corrompida, pela falta da sua presença física naquela residência, com a entrada do Sr. Kilowatt.

Destacamos ainda que, em uma primeira análise, observamos que o traçado do desenho do personagem é bastante simples – se o analisarmos e compararmos com as técnicas atuais de ilustração. Contudo, ao compararmos os anúncios dessa empresa contrapondo-os com outros da mesma época – divulgados no mesmo jornal – fica evidente a qualidade e a riqueza da composição dessas peças. Acreditamos que isso acontecia, pois tal material gráfico era divulgado em muitas cidades espalhadas pelo Brasil e, portanto, esses anúncios e clichês não deveriam ser criados na cidade de Pelotas. Tal aspecto merece uma melhor investigação e discussão, mas se trata de uma hipótese que vem sendo construída a partir desses primeiros anúncios encontrados. Essa sensação é reforçada quando se verifica que muitos dos anúncios são construídos no formato de histórias em quadrinhos – muito recorrentes nesse período nos

EUA, país de origem de tal empresa. Por outro lado, as composições nesse período, na cidade de Pelotas, tinham muito influência da França, como nos estilos *artnouveau* e *art déco*. Nessa empresa, contudo, esse estilo figurativo era completamente diferente – como pretendemos analisar com mais profundidade ao continuar a desenvolver a pesquisa maior que originou este artigo. Contudo, acreditamos que por se tratar de uma empresa que atuou em várias cidades brasileiras é necessário considerarmos os estudos Monteiro (2006) que debate que durante a década de 1930 os anúncios brasileiros tinham semelhança visual com a produção norte-americana – ainda que fossem inteiramente concebidos em solo nacional. Uma das explicações mencionadas por ele indica que naquele momento os profissionais de propaganda brasileiros iam frequentemente estudar nos Estados Unidos obtendo contato com a técnica e a produção local.

Importante mencionar, por fim, que a qualidade nas artes gráficas, que também se visualiza pelo perfeito traçado do desenho que, como mencionamos, é infinitamente melhor do que as outras marcas anunciadas pelo referido jornal, auxiliavam na própria imagem da empresa, constituída por seus anúncios, construindo, assim, esse posicionamento para ela, qual seja: a de uma empresa moderna.

Considerações finais

Ao concluir essa brevíssima análise dos dois anúncios torna-se perceptível, como já debatemos, alto grau de preocupação no detalhamento dos mesmos – que continham ilustrações com teor técnico avançado, especialmente se comparadas a outros reclames da época. No conjunto das análises verificamos, ainda, um uso de linguagens específicas – tanto visual quanto verbal, além do fato de constatarmos que as técnicas de impressão e de produção gráfica da época possibilitaram a divulgação de cuidadosos e destacados anúncios. Nesse contexto observamos, por fim, que o uso da ilustração se somou aos argumentos textuais, apresentando diferentes cenários nas propagandas em busca de uma identificação por parte do público e, muitas vezes, fazendo com que o leitor quisesse fazer parte daquela narrativa apresentada. Além disso, acreditamos que o próprio desenvolvimento técnico do jornal Diário Popular como um produto gráfico, associado ao desenvolvimento da propaganda como técnica de persuasão, ajudaram a construir esse cenário moderno para o consumidor pelotense.

Por outro lado, é preciso destacar que os fundamentos do design e a comunicação de massa foram utilizados para criar, reforçar e legitimar uma imagem restritiva para as mulheres consumidoras daquele período – uma vez que é perceptível a desigualdade do papel social

atribuído a elas em tais peças. Ainda que se façamos as devidas contextualizações históricas, torna-se necessário voltar os olhos para o passado com vistas em possíveis e desejáveis interferências no presente – acreditando que nada seja imutável.

Referências

AXT, Gunter. **A formação da empresa pública no setor elétrico gaúcho. Anos 90**, Porto Alegre, n.4, dez. 1995.

DE LEÓN, Zênia. **Os bondes em Pelotas - a novidade no Rio Grande do Sul**, 2012. Disponível em: < <http://www.vivaocharque.com.br/interativo/artigo22> > Acesso em: 27 fev. 2017.

DIÁRIO POPULAR. **Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense**.1936 e 1937.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice**. Harvard, HUP, 1982. Uma voz diferente; psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, s.d., 190p.

MARTINS, Jorge S. **Redação Publicitária – Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas S. A.,1997.

NEVES, Helena de Araujo; MARTINS, Jordan Ávila. **Mascotes na publicidade impressa: o caso Snr. Kilowatt**. In: NUNES, João Fernando Igansi (ORG.). *Histográfica Pelotense-Memória Gráfica de Pelotas um século de Design, de 1890 a 1990*. Pelotas: UFPel, 2016.

MENESES, Ulpiano Bezerra. de. *História e Imagem: iconografia, iconologia e além*. In: CARDOSO, C. e VAINFAS, R. (Ed.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Sandra Ramalho. **Imagem também se lê**. Edições Rosari, São Paulo, 2009.

PEREZ, Clotilde. **Mascotes: semiótica da vida imaginária**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PEREZ, Clotilde. **Signos da Marca: Expressividade e Sensorialidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. **A era dos modelos rígidos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova Histórias das Mulheres no Brasil*, São Paulo: Contexto, 2016.

PORTO, Bruno. **Quando a ilustração faz a ponte entre desenho e design: Forma e função aplicadas à ilustração, desenho e design**. *Design gráfico*, v.54, p.46-47, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001, n.16, p.115-136, 2001.

SILVA, João Luiz Máximo da. **Cozinha modelo: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930).** São Paulo: Edusp,2008.

NARRATIVAS DE SOBREVIVENTES: GEN PÉS DESCALÇOS E A RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E JAPÃO

*NARRATIVES OF SURVIVORS: BAREFOOT GEN AND THE RELATION BETWEEN
UNITED STATES OF AMERICA AND JAPAN*

*Jéssica Jenifer Wessoloski
Mestranda no PPGICH pela UFFS
jessica.wessoloski@hotmail.com*

RESUMO

O presente trabalho é fruto da Monografia de Conclusão de Curso em História da autora, e intenta analisar através do mangá *Gen Pés Descalços* de Keiji Nakazawa, como foi a relação entre Estados Unidos e Japão durante a Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, focando principalmente na ocupação norte-americana no Japão durante o pós-guerra. A obra de Nakazawa foi lançada no Japão entre 1976 e 1980, a trama se desencadeia em torno de um menino chamado Gen, que viu sua vida e o Japão serem completamente transformados, após o lançamento da bomba atômica na cidade de Hiroshima. Sabe-se que através das narrativas os seres humanos elaboram ideias e percepções sobre si mesmos, e sobre o mundo ao seu redor. Pensamos que analisar a narrativa de Nakazawa, pode mostrar a visão do autor como um *hibakusha* (sobrevivente da bomba atômica), e consequentemente o modo como o mesmo compreende o passado do Japão, assim como, as relações entre o país nipônico e o país responsável pelo lançamento das bombas nas cidades japonesas. Considerando que colocamos em nossas palavras a visão política e social que possuímos, podemos afirmar que nenhuma narrativa é neutra, portanto, ao analisar a obra de Nakazawa, percebemos seu ponto de vista político e seu engajamento social com relação aos acontecimentos dos primeiros anos do pós-guerra no Japão.

Palavras-chave: Mangá. Japão. Estados Unidos. Narrativas. Pós-Segunda Guerra Mundial

ABSTRACT

This study is an outcome from the author's Graduation Monograph in History and it intends to analyze the relations between the United States of America and Japan during the World War II and the first years of the Cold War, through the Keiji Nakazawa's manga Barefoot Gen, focusing on the American's occupation in Japan during the postwar. Nakazawa's work, published in Japan between 1976 and 1980, revolves around a boy named Gen, who saw his life and Japan change completely changed after the launch of the atomic bomb over Hiroshima. With the narratives, humans elaborate ideas and perceptions about itself and about the world. The analysis of Nakazawa's work can reveal the author's vision as a *hibakusha* (atomic bomb survivor) and, consequently, the way in which he perceive Japan's past and the relation between his own country and the country responsible for launching the bombs over the Japanese cities. Since we express our social and political visions through our words, we can claim that no narrative is neutral, and therefore, by examining Nakazawa's work, we can understand his political views and social commitment with the events that occurred in Japan throughout the initial postwar years.

Keywords: Mangá. Japan. United States of America. Narratives. Post-World War II

Sobre a fonte de pesquisa e a análise de narrativas

O documento utilizado para esta pesquisa foi o mangá²⁴ *Gen Pés Descalços*, do mangaká²⁵ Keiji Nakazawa, a obra foi produzida entre 1973 e 1985, e se passa nos meses finais da Segunda Guerra Mundial até 1950. A trama gira em torno de um menino chamado *Gen* que perde quase toda a sua família na explosão da bomba em Hiroshima e passa a obra tentando reestruturar sua vida, enquanto conta a história da reconstrução e da situação política do Japão.

O mangá pode ser considerado uma obra autobiográfica, já que segundo o autor: “A série foi baseada na minha experiência pessoal sobre a bomba, as cenas de família, as personagens e vários episódios que aparecem em *Gen* são pessoas e eventos reais que eu vi, dos quais ouvi falar ou que eu mesmo vivenciei” (NAKAZAWA 2003, p.08). Nakazawa nasceu em Hiroshima em 1939, é um sobrevivente da bomba atômica e faleceu em 2012 em decorrência de um câncer.

Gen Pés Descalços foi traduzido para diversos idiomas, entre eles o português. A história foi transportada para outras mídias, recebendo adaptações em animação, em uma série de tevê e em uma ópera, além de fazer parte do acervo das bibliotecas de escolas do ensino primário e secundário no Japão, o que indica a relevância da obra para a população japonesa.

Importante salientar que o mangá utilizado para a análise é tradução de uma obra japonesa e preserva o modo de leitura oriental: da direita para a esquerda, de cima para baixo. Atualmente, todos os mangás publicados em português seguem o modo oriental de leitura.

Embasamos o nosso estudo partindo do pressuposto de que toda narrativa é intencional e também um discurso: selecionamos conscientemente ou inconscientemente fatos que acreditamos serem mais importantes ao passarmos a mensagem desejada, e suprimimos aquilo que acreditamos ser menos importante, aquilo com que não concordamos ou aquilo que não queremos que os demais saibam.

Para TODOROV (2013), toda obra literária tem dois aspectos: ao mesmo tempo em que é uma história também é um discurso. Ela é história pois evoca uma certa realidade, acontecimentos e personagens possíveis na vida real, e é discurso, pois existe um narrador relatando a história, e diante dela existe o leitor que a percebe.

Não podemos deixar de analisar narrativas sem considerar o discurso que ela carrega: “A história é formada pelo conjunto dos fatos relatados e constitui o plano do conteúdo da

²⁴ Mangá: história em quadrinho japonesa.

²⁵ Mangakás: autor de mangá.

narrativa. São fatos fictícios, no caso da prosa de ficção, mas que procuram manter uma relação de verossimilhança (semelhança) com a realidade. O discurso é o plano da expressão desse conteúdo.” (Abdala Júnior 1995, p.21).

O papel de discurso que esta obra tem é fundamental para compreender a sua importância. Trata-se de uma narrativa partida de alguém que passou pela experiência dos eventos que relata e que demonstra seu envolvimento emocional e político, seus traumas e seus medos, e que fala tanto para as pessoas que passaram pela mesma experiência, como para as pessoas do mundo todo.

O Pós-guerra: Quem são os verdadeiros culpados, Japoneses ou Norte-americanos?

O evento que deu fim à Segunda Guerra Mundial foi o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, desenvolvidas através do projeto Manhattan, iniciado em 1933.

Antes do seu uso no Japão, a bomba já havia sido testada no estado norte-americano do Novo México, no deserto de Alamogordo, em junho de 1945; seus efeitos já eram conhecidos. A escolha do Japão como cenário do “lançamento oficial” era quase óbvia; apesar do “monstro mor” da Segunda Guerra ter sido a Alemanha, está já havia capitulado e, mesmo que ainda estivesse em combate, dificilmente poderíamos supor que os norte-americanos atirassem bombas atômicas no continente europeu; nos “seus irmãos brancos” de raça superior. (RODRIGUES 2000, p. 186)

Com a Alemanha já rendida, o único ponto restante era o conflito no Pacífico. Em 6 de agosto de 1945, a bomba atômica chamada de “*little boy*” foi lançada sobre Hiroshima. “Estima-se que aproximadamente 350mil pessoas estavam em Hiroshima no momento da explosão da bomba atômica e a cidade de Hiroshima estima que, até dezembro de 1945, 140mil pessoas morreram”. (NAKAGAWA 2015, p.249). Em um Japão seriamente abalado, com o governo envolvido em negociações de guerra, porém ainda não tendo anunciado sua rendição incondicional, três dias depois foi lançada mais uma bomba atômica, essa na cidade de Nagasaki.

Em sua obra, Nakazawa optou por representar o impacto sofrido diretamente pela população civil de Hiroshima, provavelmente devido a sua própria vivência como *hibakusha*. No entanto, ele não de lado as questões políticas que envolveram tanto o lançamento da bomba, como a ocupação norte-americana no Japão e seus acontecimentos posteriores.

Um ponto forte na obra de Keiji Nakazawa é o questionamento sobre os responsáveis pelas atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, com indagações e

argumentações constantes. Inúmeras são as páginas em que podem ser encontrados diálogos em que se culpam os norte-americanos por terem lançado a bomba sobre Hiroshima e Nagasaki, enquanto em outros direciona-se a culpa às atitudes do próprio governo nipônico.

Na figura 1, vemos *Gen* discutindo com um soldado norte-americano, em uma cena que representa um sentimento constante na obra: o ódio aos norte-americanos por terem causado tanto sofrimento à população japonesa. Nela, o menino chora e grita com o soldado, chora pela morte do pai e dos irmãos em decorrência da bomba, e finaliza: “A culpa de vocês por terem jogado a bomba na gente nunca vai desaparecer, ouviram? Nunca!”



Figura 1: O sentimento em relação aos norte-americanos. Imagem extraída de *Gen Pés Descalços*, volume 4, p.253

Também é fortemente presente na obra o ressentimento em relação aos Estados Unidos por não terem pedido desculpas pelas bombas atômicas. Como vemos na Figura 2, quando o

Gen, revoltado por sua mãe estar apresentando sintomas de câncer causado pela radiação, questiona: “quando dois brigam, os dois estão errados, então, porque só os japoneses merecem receber esse castigo tão pesado?”. O castigo tão pesado da fala é tanto a bomba em si, quanto a ocupação norte-americana no país. Na obra, o ressentimento aparece não somente nesta figura, onde o último quadro nos mostra os olhos cheios de ódio e pesar de *Gen*, como em muitas outras páginas do mangá.



Figura 2: Imagem extraída de *Gen Pés Descalços*, volume 7, p.251.

Como dito anteriormente, Nakazawa não deixa de se posicionar sobre as responsabilidades das autoridades japonesas na Segunda Guerra Mundial. Na figura 3 podemos perceber a insatisfação com o fato de o imperador ter saído ileso, não sendo responsabilizado pelos atos do Japão na Segunda Guerra. Na figura, podemos ver a amiga de *Gen*, também uma sobrevivente da bomba, que como podemos ver teve grande parte do corpo queimado com a bomba atômica. A menina esbraveja, no olhar podemos perceber a emoção e o ódio transbordando enquanto ela se posiciona de que o maior assassino de todos teria sido o Imperador japonês Hirohito. Ela ainda coloca os ministros, autoridades japonesas e os militares como tendo grandes responsabilidades por: “do alto de sua arrogância, começaram a guerra achando que venceriam uma luta armada! São todos uns grandes assassinos!”.

Este discurso contraria a visão tida pelos Estados Unidos de que responsabilizar o imperador teria deixado o Japão ingovernável para as forças aliadas. A narrativa abre

questionamentos se esse argumento de Keiji Nakazawa representa uma visão da maioria dos japoneses quanto às responsabilidades que o imperador deveria ter assumido.

Os aliados, em grande peso a URSS, exigiam também que MacArthur e o Presidente Truman julgassem o Imperador Hirohito, que assumira a responsabilidade pela condução do país à guerra, como criminoso de guerra, e o executassem. Truman, ciente da relação que a manutenção do Imperador tinha com o sucesso da ocupação, ignorou todas as demandas dos aliados e o anistiu dos crimes de guerra. A sociedade e a cultura do Japão eram fundamentalmente estruturadas sobre a figura do Imperador. Na mitologia japonesa, a lenda sobre a criação do Japão, mostra claramente a importância que o Imperador do Japão possui à sociedade, sendo descendente direto da Deusa do Sol, a Deusa Amaterasu. Hirohito, no caso, seria o 124º Imperador na sucessão. [...] A solução encontrada foi limitar seu poder por meio da Constituição de 1947, em que o Imperador é apenas um símbolo do Estado japonês, sem decisões políticas e militares. (WATANABE 2011, p.06)



Figura 3: Imagem extraída de Gen Pés Descalços, volume 10, p.243

No entanto, a autora Bruna Benini Wanick de Almeida Guedes, em seu estudo sobre o Japão do pós-guerra, nos dá o parecer de que uma grande parte dos japoneses concordam com a decisão de manter o imperador como símbolo do poder.

foi tomada de início uma decisão durante a Ocupação a favor da manutenção da instituição imperial. Foi uma solução muito feliz para o Japão. Se o sistema imperial tivesse sido abolido em benefício de um sistema republicano, o Japão de pós-guerra provaria ser ingovernável e surgiria uma enorme confusão social. A maioria dos

japoneses concorda com esta análise da situação, em virtude do profundo significado histórico da instituição monárquica japonesa para as mentes dos japoneses. (GUEDES 2010, p.14)

Como dito acima e já demonstrado na figura anterior, Nakazawa não deixa de mostrar em sua narrativa, os atos do Japão contra os povos asiáticos. Na figura 4, vemos um *Gen* um pouco mais velho, falando sobre as violências cometidas pelos soldados japoneses contra os outros povos asiáticos. Na figura temos uma alusão ao Massacre de Nanquim ou também conhecido o Estupro de Nanquim, episódio que ocorreu em 1937 e 1938 dos soldados japoneses contra os chineses, neste massacre cerca de 260 mil pessoas morreram e vinte mil mulheres foram estupradas e mortas, incluindo crianças. O Massacre de Nanquim foi um evento muito traumático para a população chinesa e continua sendo silenciado pelo governo japonês, que não reconhecem as atrocidades que cometeram. O que nos choca no quadro abaixo não é somente a coragem da denúncia dos atos cometidos, mas também a explicitada violência na arte de Nakazawa.



Figura 4: Imagem extraída de Gen Pés Descalços, volume 10, p.24

Para além do trecho escolhido, também são encontradas na obra as denúncias do sofrimento e do preconceito dos japoneses contra os coreanos. Devemos lembrar que a Coreia foi dominada e colonizada pelo Japão na Segunda Guerra Mundial, e que dentre outras tantas medidas levou muitos coreanos para o país nipônico como trabalhadores forçados.

A maior parte da narrativa é ambientada durante a ocupação do Japão pelas forças norte-americanas.

Até 1951, o General MacArthur, em nome do *Supreme Command of Allied Powers*, administrou o país como território ocupado objetivando a destruição do poder militar e a desmilitarização da sociedade, a reconversão industrial, a democratização do país, a limitação do poder do Imperador (Constituição parlamentar e sufrágio universal) e a implementação de reformas econômicas atrativas para os investimentos norte-americanos (Lei Antimonopólio, Lei da Eliminação da Concentração Excessiva, reforma agrária, etc.). Impunha-se, assim, a perspectiva que percebia o Japão como ponto estratégico do sistema militar dos EUA no Extremo Oriente. (PADRÓS 2000, p. 252-253)

Uma das primeiras medidas tomadas pelas forças aliadas foi garantir aos japoneses o direito à organização e à liberdade de imprensa, porém essa liberdade foi retirada posteriormente através de uma lei de imprensa e de outras medidas que proibiam a divulgação de quaisquer notícias relacionadas às consequências das bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki (HERSEY, 2002). A figura 5 remete à essa lei. Na cena vemos *Gen* conversando com o dono de uma gráfica que nega o seu pedido de imprimir um livro, escrito por outro *hibakusha*, que fala dos horrores da bomba atômica.



Figura 5: Imagem extraída de Gen Pés Descalços, volume 6, p.224.

É constante na obra o desejo de que sejam divulgados os horrores que passaram os moradores de Hiroshima durante e após a guerra, porém em diversos trechos esse desejo é negado, seja pelos outros moradores que se recusam a falar ou divulgar o assunto, ou pelas próprias forças aliadas que prendem *Gen* e seus amigos após eles terem conseguido, enfim, imprimir o livro e distribuir em Hiroshima.

Outra frustração mostrada na obra se refere às pesquisas feitas pelos americanos para entender os sintomas da radiação. Como podemos ver na figura 6, *Gen* expõe sua indignação ao dizer que os americanos já conheciam os efeitos da radiação, e por isso entraram no país tão depressa para realizarem seus estudos.



Figura 6: Imagem extraída de *Gen Pés Descalços*, volume 5, p.188

Gen levou sua mãe para ser tratada pela ABCC (Atomic Bomb Casualty Commission), porém se frustra, pois no lugar de receber ajuda médica, sua mãe só foi analisada com fins de

pesquisa. Na figura acima vemos o sofrimento, desespero e frustração de *Gen* e do irmão pela sensação de impotência e desamparo. Como nos diz John Hersey (2002):

Após a rendição do Japão, as equipes de pesquisa do general Farrell entraram em Hiroshima e a ocuparam juntamente com o exército. Trouxeram consigo alguns medicamentos e equipamentos e foram ao encontro dos sobreviventes que se encontravam espalhados pelos vários lugares que serviram como postos de primeiros socorros. Entretanto, como relatam vários hibakushas indignados, os norte-americanos estavam tão atentos aos sintomas e observando cuidadosamente os ferimentos e o estado das vítimas que pouco ajudaram no alívio das dores e sintomas da radiação. Aparentemente, desejavam observar, estudar e registrar como a contaminação radioativa se manifestava no homem até o momento de seu óbito. [...] Ao longo dos meses, a rotina de pesquisas dos cientistas e médicos do Projeto continuou. Documentaram vários tipos de ferimentos e queimaduras, assim como os sintomas e a forma pela qual a radiação atuava nos diferentes organismos. Houve médicos que, tomados por alguma compaixão, de fato se comprometeram com a tarefa de tratar seus pacientes. No entanto, a impressão que a população teve foi que os norte-americanos instalaram um grande laboratório na cidade e eles, as vítimas, não eram pacientes, mas meras cobaias de um experimento científico. Mesmo depois de muitos anos, os médicos continuaram a acompanhar os sobreviventes e seus familiares que, ao longo da vida, desenvolviam cânceres e variados distúrbios em diferentes órgãos. Pesquisas sobre o progresso dessas doenças ainda estão em andamento, e os hibakushas passam por avaliações anuais sobre seu estado de saúde. (HERSEY 2002, p.254-255)

A Guerra da Coréia: Medo e indignação

Outra parte significativa na narrativa de Nakazawa é o envolvimento que o Japão teve na Guerra da Coréia. O medo de que os japoneses se envolvessem em mais um conflito armado é nítido na obra. *Gen Pés Descalços* é primeiramente um material contra todas as guerras, portanto a mensagem para que se evite novos conflitos está presente em todos os volumes da obra.

Podemos ver na figura 7 um exemplo do medo constante de que o Japão fosse atingido paralelamente pelo conflito da Coréia. Na expressão de *Gen* vemos a tensão pela possibilidade de um novo conflito, enquanto que seu colega de escola demonstra humor e incredulidade quanto aos temores do menino. A fala do protagonista: “enquanto existir uma base americana em solo Japonês sempre vamos estar inseguros”, é embasada com a situação da ocupação no Japão da época:

o Japão era pontilhado de 2.824 bases americanas onde nada menos de 260.000 soldados estavam acantonados, uma situação propícia ao aumento de irados sentimentos públicos. Isso talvez explique o considerável apoio que os japoneses deram aos elementos radicais que levaram a cabo um certo número de movimentos anti-americanos, principalmente em Uchinada, na Prefeitura de Ishikawa, e Sunakawa, nos arredores da Base Aérea de Tachikawa, nos anos que se seguiram. (ETO 1976, p.28-29)



Figura 7 : Imagem extraída de Gen Pés Descalços, volume 8, p.06

Ainda sobre a Guerra da Coréia, de acordo com Célia Sakurai (2007), as tropas dos Estados Unidos dependiam de apoio do Japão, o que levou a um incremento na indústria e no comércio do país. O conflito no território vizinho auxiliou na recuperação da economia japonesa. Isto é retratado na figura 8, quando *Gen* escuta em uma conversa que todas as armas e munições utilizadas na guerra foram encomendadas ao Japão pelos americanos. Nesta figura podemos ver nas expressões dos personagens e nas falas dois pontos: de um lado temos um empresário e sua acompanhante felizes com o lucro que a guerra está trazendo, do outro temos o protagonista e a mulher que está passando atrás da cena com expressões de tensão e reprovação. Por ser um material que prioriza a mensagem anti-guerra, é claro que o menino fica indignado ao perceber que mesmo indiretamente o Japão está lucrando e ao mesmo tempo ajudando a causar mais sofrimento aos povos asiáticos.



Figura 8: Imagem extraída de *Gen Pés Descalços*, volume 8, p.164

Conclusões:

Nakazawa apresenta um forte discurso político sobre a relação entre Japão e Estados Unidos, deixando bem clara, nas quase três mil páginas do mangá, a sua visão sobre os norte-americanos. Apesar de o autor apresentar, em diversas passagens, argumentos sobre a culpa dos japoneses nos crimes de guerra, é perceptível que o autor, por ser um *hibakusha*, guarda ressentimentos em relação ao lançamento da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki. *Gen Pés Descalços* é uma narrativa de um sobrevivente, tem toda a carga de pesar de alguém que passou por um evento traumático como a bomba atômica. Apesar disso, a obra procura passar uma mensagem de esperança e principalmente de súplica, para que a bomba atômica não seja utilizada novamente.

Devemos salientar também que a obra traz informações importantes acerca dos atos cometidos pelo próprio Japão contra os povos asiáticos durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar de estes argumentos serem menos presentes na obra quando comparados aos argumentos relativos a atos cometidos pelos americanos, a menção de fatos negativos sobre o próprio governo japonês auxilia na divulgação de tais atos. Sabemos que *Gen Pés Descalços* é uma obra de grande relevância tanto no Japão quanto no ocidente, e mostrar o “lado vergonhoso” dos crimes cometidos pelos japoneses na guerra em um material de amplo alcance e pensado também para crianças é louvável.

Referências bibliográficas

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Introdução à análise da narrativa**: livro do professor. São Paulo: Scipione, 1995.

ETO, Jun. **Uma nação renascida**: Breve História do Japão de Pós-guerra. Rio de Janeiro: Consulado Geral do Japão, 1976.

GUEDES, Bruna Benini Wanick de Almeida. **O Japão do Pós-Guerra: A catarse da tradição e da modernidade em Yukio Mishima**. Trabalho de conclusão de curso _ PUC. 2010.

HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

NAKAGAWA, Cristiane Izumi. **Hiroshima: a catástrofe atômica e suas testemunhas**. Estudos avançados, São Paulo, v.29, n.84, p.241-259

NAKAZAWA Keiji. **Gen Pés Descalços: O recomeço**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

_____. **Gen Pés Descalços: o nascimento de Gen, o trigo verde**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011. 66

_____. **Gen Pés Descalços: O trigo é pisoteado**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

_____. **Gen Pés Descalços: Trigo, é hora de brotar**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

_____. **Gen Pés Descalços: Cresça firme, trigo verde**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2012.

_____. **Gen Pés Descalços: volume 5**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2012.

_____. **Gen Pés Descalços: volume 6**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2013.

_____. **Gen Pés Descalços: volume 7**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2014.

_____. **Gen Pés Descalços: volume 8**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2015.

_____. **Gen Pés Descalços: volume 9**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2015.

_____. **Gen Pés Descalços: volume 10**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2016.

PADRÓS, Enrique Serra. O Pós-Segunda Guerra: reconstrução e reordenamento no mundo capitalista. In: PADRÓS, Enrique Serra. RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. GERTZ, René E. (org.). **Segunda Guerra Mundial: Da crise dos anos 30 ao Armagedón**. Porto Alegre: Folha da História, 2000.

RODRIGUES, Gabriela. O conflito na Ásia. In: PADRÓS, Enrique Serra. RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. GERTZ, René E. (org.). **Segunda Guerra Mundial: Da crise dos anos 30 ao Armagedón.** Porto Alegre: Folha da História, 2000.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses.** São Paulo: Contexto, 2007.

TODOROV, Tzvetan. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, Roland (org.). **Análise estrutural da narrativa.** Petrópolis: Vozes, 2013.

WATANABE, Paulo Daniel. **A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial.** In Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3º Encontro Nacional ABRI 2011, São Paulo (SP, Brazil) [online]. 2011

O CARTAZ DE ATIVISMO COMO DISPOSITIVO IDEOLÓGICO: A IMAGEM FEMININA

ACTIVISM POSTER AS AN IDEOLOGICAL DEVICE: THE FEMALE IMAGE

*Joana Luisa Krupp
Mestranda em Artes Visuais/Universidade Federal de Pelotas
joana.krupp@gmail.com*

*Lúcia Bergamaschi Costa Weymar
Doutora em Comunicação/Universidade Federal de Pelotas
luciaweymar@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo faz parte de uma pesquisa maior, vinculada ao PPGAV-UFPEL, sobre o design de ativismo na 2ª Guerra Mundial ligado à construção da imagem feminina através dos cartazes do partido nazista. A pesquisa, ora apresentada, objetiva realizar uma discussão inicial sobre o tema, cujo debate pode se dar através da problematização de conceitos como ideologia e cultura visual. Cartazes, como exemplos de peças de design projetadas para servir a agendas políticas, são dispositivos para difundir ideologias. De acordo com o viés modernista de Abraham Moles (1974), o cartaz caracteriza uma comunicação que possui duas partes inerentes, quais sejam, a mensagem semântica e a mensagem estética. É importante, finalmente, discutir cultura visual para contextualizar o período de produção e circulação dos cartazes. Para Hernández (2007), a expressão cultura visual diz respeito a interpretações críticas sobre as práticas culturais e sociais do olhar e também é caracterizada como um estudo de construções culturais e de experiências visuais ligadas ao cotidiano, às artes e à mídia e suas representações. A metodologia científica utilizada para construção deste artigo, que é uma pesquisa qualitativa, relaciona-se à revisão bibliográfica sobre os temas acima elencados, além de análise iconográfica, a identificação da sintaxe da imagem, e análise iconológica, a investigação de sua semântica, a partir dos estudos de Erwin Panofsky (1986).

Palavras-chave: Design de Ativismo. Cartaz Político. Feminismo. Ideologia. Cultura Visual.

ABSTRACT

This article is part of a bigger research, attached to the Postgraduate Program in Visual Arts at Federal University of Pelotas, about activism design on the Second World War connected to the construction of the female image through the nazi party posters. The research, now presented, aims to achieve a initial discussion about the topic whose debate takes place through the problematization of questions such as ideology and visual culture. Posters, as example of design pieces projected to serve political agendas, are dispositives to disseminate ideologies. According to the modernist look of Abraham Moles (1974), the poster characterize a message with which has two inherent parts, that is, the semantic message and the aesthetic message. It is important to finally discuss the visual culture to contextualize the period of production and circulation of the posters. To Hernández (2007) the expression visual culture refers to critical practices and interpretations and is also characterized as a study of social constructions and visual experiences connected to the daily life, arts, media and its representations. The scientific methodology used in this article,

which is a qualitative research, is related to the bibliographic review on the topics listed above, besides iconographic analysis, the identification of the syntax of the image, iconological analysis, the investigation of its semantics, through the studies of Erwin Panofsky (1986).

Keywords: Activism Design. Political Poster. Feminism. Ideology. Visual Culture.

Introdução

A cultura pode ser definida pelo ambiente artificial que cada indivíduo cria para si. Isso significa que, além de museus, bibliotecas e grandes instituições, a vida cotidiana de objetos, serviços e imagens que cerca cada um também faz parte desse universo.

Tendo por base o paradigma modernista que pensa a comunicação no modelo emissor/canal/receptor o cartaz, como mídia, é uma ferramenta de transmissão de uma mensagem a um público heterogêneo (MOLES, 1974). Comumente assimilado pela rotina diária, ele aparece na cidade exibindo imagens publicitárias para vender produtos ou divulgando propagandas para, assim, difundir ideias.

O artigo aqui apresentado procura realizar breve análise da imagem feminina apresentada nos cartazes criados pelo Partido Nacional Socialista Alemão em seu período de ascensão ao poder, culminando na 2ª Guerra Mundial, que passam a mensagem deste sistema político a um indivíduo receptor, tornando-se assim um elemento do mecanismo social capaz de propagar sua ideologia.

Para tal, o artigo é dividido em tópicos que têm por objetivo investigar questões como definições e teoria do cartaz a partir do viés modernista de Abraham Moles (1974), discutir ideologia e política em David Croteau e William Hoynes (2014), Marilena Chauí (2008) e Louis Althusser (1980), e o entendimento de cultura visual na qual tais cartazes estavam inseridos a partir dos estudos de Fernando Hernández (2007) para, por fim, fazer análise dos objetos selecionados.

A metodologia utilizada envolve o processo de pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e análise pré-iconográfica, iconográfica e iconológica de cartazes do período de ascensão do governo nazista que culminou em conflito armado, a partir dos estudos de Erwin Panofsky (1986), ligados tanto à ideologia dominante quanto a sua crítica.

O cartaz

De acordo com Moles (1974, p.44), um cartaz geralmente combina uma imagem colorida contendo um único tema com um texto condutor de poucas palavras contendo um único argumento que “é feito para ser colado e exposto à visão do transeunte”.

Conforme Hollis (2000) o cartaz configura um dos veículos gráficos mais simples pois numa folha sem dobras, impressa em um só lado, o designer é capaz de organizar elementos considerados essenciais no design gráfico, que são a imagem e a tipografia.

Para tanto, entender os fundamentos do cartaz se faz importante. A tipografia, a imagem, a cor e o *layout* são os princípios básicos capazes de transformar o conteúdo do cartaz em informação discernível para o espectador (Fig.1).

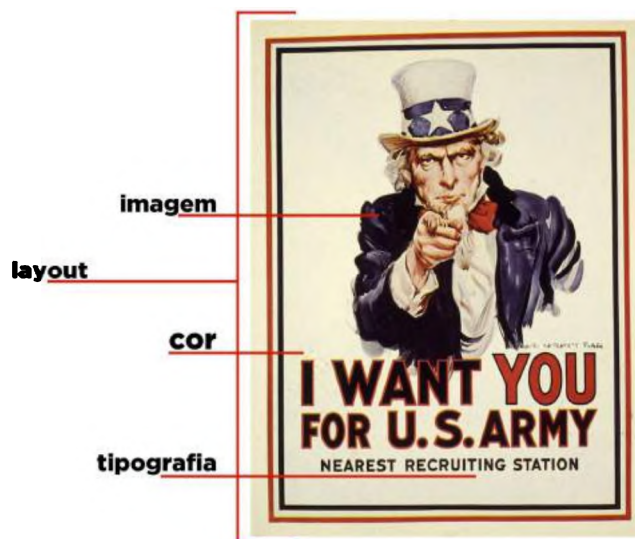


Figura 1: Fundamentos do Cartaz (2018). Fonte: Elaborado pelo autora.

A diferenciação e clareza da tipografia auxiliam na criação de uma hierarquia do texto, fazendo com que as informações mais importantes tenham maior destaque no cartaz. Esta “hierarquia ajuda os leitores a localizarem-se no texto, sabendo onde entrar e sair e como selecionar algumas de suas ofertas” (LUPTON, 2006, p.94).

A legibilidade da tipografia refere-se ao reconhecimento individual de cada letra e a leitura diz respeito a fluência dos tipos em frases e parágrafos. Tipos serifados, que possuem pequenas hastes em suas terminações, auxiliam em uma leitura dinâmica principalmente em impressos pois as letras assumem um tom de continuidade. Já os tipos sem serifa são muito utilizados em publicações eletrônicas e sinalização de ambientes por conferirem neutralidade e objetividade.

Outro fator importante a ser considerado é a imagem que, no cartaz, pode ser apresentada através de ilustração, fotografia, ou pela mistura de ambas, e é esta imagem que, na maioria das vezes, é responsável por prender o olhar do observador.

A cor diferencia, conecta, ressalta e esconde (LUPTON; PHILLIPS 2008). Ela pode exprimir um sentimento ou uma realidade de acordo com a codificação de uma informação e

da cultura na qual está inserida. Criar peças com cores contrastantes, que não possuem um pigmento em comum, tendem a definir os elementos expostos na obra. Já a combinação de cores de valores aproximados atenua a distinção entre as formas.

O *layout* leva em consideração diversos elementos dispostos na área do cartaz como, por exemplo, a hierarquia, o *grid* e o enquadramento das informações. A hierarquia, novamente, é a ordem de importância de cada elemento dentro do objeto e controla o impacto com que a mensagem será transmitida ao observador. O *grid* cria uma estrutura que facilita a visualização da área a ser trabalhada, conferindo importância tanto para o centro como para as margens do projeto, permitindo uma maior exploração do *layout*. O enquadramento, por sua vez, é responsável pelas condições de interpretação de um objeto. O impacto de um texto ou de uma imagem varia de acordo com sua delimitação. A utilização de margens, recortes e sangramento²⁶ afeta a maneira como o observador percebe o conteúdo disposto no trabalho (*ibid*, 2008).

Em suma, o cartaz comporta duas partes necessárias, indissolivelmente ligadas na comunicação. Segundo Moles (1974), a mensagem semântica, ou denotativa, é objetiva e traduzível, e é expressa de modo claro para o receptor por uma combinação de signos conhecidos. Já a mensagem estética, ou conotativa, é subjetiva e pessoal, e leva em consideração elementos de percepção tanto do emissor quanto do receptor.

O discurso estético dos cartazes pode ser considerado muito mais eficaz e percuciente do que o discurso verbal, uma vez que atingia seus receptores mesmo que estes não o buscassem, pois passariam fatalmente em frente a um cartaz, ao contrário dos discursos falados em público ou através do rádio, que ainda permitiam, em alguns casos, ao possível receptor a escolha de ouvi-los ou não (LUZ, 2006, p.30).

A vida útil do cartaz nas ruas da cidade, exposto a intempéries e demais condições urbanas, não possui um longo período de tempo. Ele desbota, molha, rasga e também pode ter seu espaço invadido por novas peças gráficas. Seu conteúdo também possui um prazo de validade, perdendo a característica de novidade. Porém, segundo Moles (1974, p.28) a mensagem do cartaz também pode decalcar-se “(...)pouco a pouco no cérebro dos membros da sociedade para aí se constituir num elemento da cultura”.

Ideologia e Ativismo Político

Um cartaz que faça parte da propagação de uma agenda política possui uma ideologia. De acordo com David Croteau e William Hoynes (2014, p.152), ideologia é “um sistema de

²⁶ Sangramento de uma imagem se dá quando ela ultrapassa os limites de uma página, quando não possui uma margem de proteção (LUPTON, 2008).

significado que ajuda a definir e explicar o mundo e que faz julgamentos de valor sobre esse mundo”²⁷. Ela não representa necessariamente a realidade, mas sim uma visão distorcida da mesma, geralmente associada a um indivíduo ou grupo em particular. Para Marilena Chauí, a ideologia:

(...) é um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção (CHAUÍ, 2008, p.109).

A função da ideologia seria anular diferenças como as de classe e criar o sentimento de identidade social, sem explicitar sua origem, uma vez que ela se dá na luta de classes. De acordo com Louis Althusser (1980) a ideologia é um sistema de ideias e representações que domina o pensamento de um indivíduo ou grupo social e que pode ser propagado através dos aparelhos repressivos do estado, com uso da violência, como a força militar, ou através dos aparelhos ideológicos do estado, como a religião, a escola e a mídia, que funcionam através da educação e da exclusão.

A expressão ativismo é comumente associada com a crítica à ideologia dominante. Porém, segundo o Dicionário Online de Português, ela significa “transformação da realidade por meio da ação prática; doutrina ou argumentação que prioriza a prática efetiva de transformação da realidade em oposição a atividade puramente teórica” (ATIVISMO, 2018). Ou seja, a expressão significa militância, a favor ou contra uma ideologia, através de defesa ou de transformação da sociedade por meio da ação.

Cultura Visual

A cultura visual é um campo que procura pensar as imagens na vida cotidiana através do estudo da produção visual e de suas tecnologias, que são as ferramentas capazes de ampliar o modo com que visualizamos a arte e a cultura na sociedade.

Ela proporciona o entendimento do mundo a partir de reflexões e práticas que se relacionam com o modo de enxergar as representações culturais, sejam elas obras artísticas, cultura popular ou qualquer produção de origem visual. Para isso é importante compreender como as imagens influenciam pensamentos, ações e sentimentos, além de interpretar o contexto sociocultural em que estão envolvidas.

²⁷ Citação original: “system of meaning that helps define and explain the world and that makes value judgments about that world.

Para Hernández (2007, p.41) a cultura visual é importante como “uma compreensão crítica do papel das práticas sociais do olhar e da representação visual, de suas funções sociais e das relações de poder às quais se vincula”. As artes e a imagem possuem a função de construção da realidade através das representações de mundo, por isso compreendê-las também é uma forma de compreender a paisagem social e cultural que cerca o indivíduo.

O Design e a Guerra

Para Hollis (2000) muitos princípios característicos do design gráfico surgiram no período de guerras para suprir as necessidades de identificação militar. Seus suprimentos, suas tropas e a hierarquia de comando, além de manuais de instrução claros para os mais diversos maquinários transportados de um lado para outro no *front* de batalha, tornaram-se elementos que exigiam um projeto capaz de ser reconhecido pelas pessoas pertencentes ao grupo e desconhecidos pelos inimigos.

Os cartazes desenvolvidos em períodos bélicos contribuíram com a formação de estereótipos sobre o rival no confronto, além de reforçar a identidade nacionalista em diversos países e proporcionar uma base para a propaganda nos anos perturbados de reconstrução que seguiram estes momentos.

Com reivindicações como retirar a influência estrangeira da Alemanha, foi criada uma identidade visual para o Partido Nacional Socialista com elementos que trouxessem sentido de pertencimento e representação, capazes de unir o povo em prol dos mesmos objetivos. Para tal, a mídia tornou-se importante na veiculação da propaganda nazista como forma de mostrar a população o que era o partido e por quem ele estava lutando, além de reforçar a ideia de que a ajuda de todos era de extrema importância para o triunfo.

Tendo em vista que o artifício usado pelas organizações existentes como meio de consolidação e reconhecimento é uma identidade visual²⁸, o mecanismo utilizado por Adolf Hitler para o Partido Nacional Socialista Alemão tornou-se mundialmente famoso. Em seu livro, *Mein Kampf*, Hitler publicou que o nacional-socialismo seria representado pela cor branca, simbolizando pureza racial, pela cor vermelha, o mesmo tom que o impressionou em um comício marxista, e pela cor preta, num rearranjo da bandeira imperial alemã. A suástica, que caracterizava o anti-semitismo, foi combinada com a águia imperial alemã tornando-se,

²⁸ Identidade visual “refere-se ao conjunto de manifestações físicas a partir do qual uma idéia, um serviço, um produto, uma empresa ou qualquer tipo de associação se apresenta e se faz reconhecer junto a seu público” (COELHO, L. A. 2008, p. 202)

assim, o símbolo da “luta pela vitória do homem ariano” (Hitler *apud* Hollis, 2000). As imagens e os cartazes criados neste período são reconhecidos até hoje.

O partido possuía um manual básico com regras para seus materiais gráficos, tipografia, e até mesmo, para o vestuário, que faziam parte da experiência nazista. O manual (Fig.2) apresentava, ainda, mais de setenta páginas coloridas com imagens que vão desde bandeiras até diferentes faixas de braço usadas em diversas situações que envolviam o partido. O livro mostra quão organizado era o movimento que tinha regras restritas como forma de criar uma identidade e unidade (HELLER, 2011).



Figura 2: Manual do Partido Nacional Socialista Alemão (1936). Fonte: Acervo digital - designobserver.com

A partir das regras apresentadas no manual e seguidas de forma visual tanto em vestimenta e em cerimônias como no aparato midiático que reforçava a identidade do país, a ideologia nazista se espalhou pelo território alemão, valorizando e regendo técnicas avançadas na formação de consenso por parte da população.

Análise dos Cartazes

Os cartazes analisados neste artigo procuram alguns exemplos para discussão da imagem feminina difundida pelo Partido Nacional Socialista Alemão como um modelo de comportamento para as mulheres no período de ascensão do governo nazista.

Uma historiografia que fosse atenta às sombras da memória (...) poderia pelo menos dar tanta atenção às imagens quanto aos manuscritos ou impressos. O visual nos oferece nossas imagens armazenadas, nossos pontos subliminares de referências, nosso inaudito ponto de contato (SAMUEL *apud* GINZBURG, 2014, p.61).

É através dos estudos de iconografia e iconologia de Erwin Panofsky que as análises a seguir serão conduzidas. A análise pré-iconográfica trata-se da descrição da imagem de forma primária, ligada aos seus aspectos formais e ao que está representado. A iconografia consiste em identificar o tema, a mensagem, o assunto e os conceitos ligados às formas apresentadas no cartaz. Já a iconologia é um processo interpretativo que leva em consideração o contexto em que a peça foi produzida já que as imagens não podem ser compreendidas sem o conhecimento da cultura em que estão inseridas (PANOFSKY, 1986).

A 2ª Guerra Mundial, momento de grande destaque na história pela ascensão do Nacional-Socialismo na Alemanha, aconteceu no período de 1939-1945, e tem como estopim a invasão da Alemanha ao território da Polônia. O foco aqui se dá nos cartazes de propaganda do partido nazista destinado às mulheres

Ponto importante a ser discutido sobre o regime nazista é a colocação de cada pessoa em um papel a ser desempenhado dentro da vida em sociedade. Enquanto o homem era chamado para a defesa da pátria, a mulher era exaltada como figura materna e submissa ao marido o que fez com que todos os direitos conquistados pelas mulheres no período pós Primeira Guerra fossem reduzidos.

No cartaz a seguir (Fig.3), em preto e branco, vemos a imagem de uma família. A mãe, ao centro em pé, tem os olhos fixos no observador do cartaz, segura o filho mais novo, um bebê, em um dos braços e com o outro afaga a cabeça do marido que está sentado em uma cadeira, atrás de uma mesa, cabisbaixo, com o filho mais velho ao lado. A frase que aparece no cartaz indica, com palavras de ordem, que a mulher, como centro da vida familiar, escolha o melhor para a família alemã, este melhor é indicado pelo nome de Adolf Hitler que se propõe como a melhor opção para que a sociedade alemã erga-se novamente após a derrota e humilhação sofrida na 1ª Guerra Mundial.



Figura 3. Mulher! Escolha a família alemã, escolha Adolf Hitler! (s/d). Fonte: Acervo digital - <http://jonjayray.tripod.com/posters.html>.

As mulheres casadas eram incentivadas a terem filhos para suprir as demandas do país prezando sempre pela pureza da raça ariana. A propaganda destinada a elas priorizava a imagem de uma mãe com seus filhos lutando ferozmente para seu bem estar ou em posição dócil, reforçando o instinto maternal e sentimental. A imagem (Fig.4) retrata novamente uma mulher de pele caucasiana, cabelos loiros presos em um coque, posicionada ao centro da imagem, que segura seu bebê no colo com a expressão cuidadosa de uma mãe que alimenta seu filho. Ao fundo um cenário rural, nas cores amarela e verde, dá a entender a atividade desempenhada pela família que cultiva a terra e fornece alimento a uma pequena cidade.



Figura 4: “Apóie o programa de assistência para mães e filhos”, Alemanha, 1934.
Fonte: BRASHLER, 2015

A propaganda destinada a elas procurava mostrá-las como a pessoa responsável pelo lar, pelos filhos e pelo bem estar da família, exaltando as qualidades germânicas e os ideais de fisionomia e de comportamento buscados pelo Partido Nazista; segundo as palavras de Hitler em um de seus discursos, “o homem se empenha para o povo como a mulher para a família” (*apud* MINERBI, 2009, p.61).

Já a Liga das Moças Alemãs, braço feminino do Movimento da Juventude Hitlerista, que foi fundada em 1930, utilizava a representação da menina forte e atlética com o objetivo de criar uma nova imagem da mulher germânica. Nela, as meninas eram ensinadas desde cedo a desempenhar seu papel na sociedade nazista como transmissoras da visão de mundo do partido além de propagar a aparência de uma jovem atleta (RUPP, 1977).

No cartaz a seguir (Fig.5) vemos o desenho de uma garota jovem e sorridente carregando o estandarte do Partido Nazista, de longos cabelos loiros e trançados, pele

caucasiana, olhos claros, que veste o uniforme do grupo e caracteriza o tipo físico da mulher ariana considerada ideal, além de olhar para o alto, sem encontrar os olhos do observador do cartaz, que pode ser interpretado como um modo de observar o futuro que o partido glorioso tanto propaga.



Figura 5: “Liga Moças Alemãs da Juventude Hitlerista”, Alemanha, 1936.
Fonte: <http://spartacus-educational.com/2WWgirls.htm>

As atividades praticadas pelo grupo incluíam exercícios, esportes e caminhadas, para uma imagem fisicamente forte e saudável. As moças aprendiam a cantar músicas nacionalistas e a desempenhar atividades domésticas como cozinhar ou cuidar de crianças além de receberem treinamentos de enfermagem para ajudar os soldados feridos.

As jovens mulheres eram, muitas vezes, gratas ao partido por todo o conhecimento que adquiriram nos programas da Juventude Hitlerista pois estavam, então, preparadas para a vida doméstica e poderiam realizar seus afazeres, como cuidar da casa para receber o marido e

educar os filhos, e assim construir lares confortáveis para suas famílias. A Organização das Mulheres, fundada em 1934, tinha o propósito de moldar o papel da mulher na sociedade alemã com encontros que pregavam a sua união e a discussão em grupo de suas necessidades (BRASHLER, 2015).

Todo esse cuidado resultava em uma mulher preparada para a vida adulta que também poderia assumir os postos de trabalho deixados de lado por homens que estavam nos campos de batalha. Elas recebiam treinamento caso quisessem exercer profissões pois, pelos conceitos da sociedade nazista onde as esferas masculina e feminina eram separadas, as mulheres só poderiam receber cuidados de qualquer natureza por outras mulheres, ou seja, também eram necessárias médicas, advogadas, enfermeiras, professoras infantis e quaisquer outras profissionais que encaixavam-se na demanda.

Como mãe de sua família ela conhecia as demandas da nação, como dona de casa ela age de acordo com as leis da ordem econômica da nação, como uma mulher empregada ela junta-se ao plano geral doméstico nacional. Isso não quer dizer que para ela, livre arbítrio e o desenvolvimento de seus talentos individuais estão fora de questão. Mas sua vida, como a vida do homem, está traçada pela lei de que tudo deve ser subordinado ao benefício do povo (RUPP, 1977, p.374-375).²⁹

A imagem das mulheres utilizadas nos cartazes de propaganda nazista buscavam empregar estereótipos adequados tanto para as mulheres tradicionais e conservadoras que viam na política feminina um reforço para seu modo de vida como mãe de família responsável pela rotina do lar e que entendia o feminismo como um desafio para o que consideravam como papéis tradicionais de gênero, quanto para suas jovens filhas que, por rebeldia ou inquietação, ansiavam por papéis ativos na sociedade e rejeitavam a vida burguesa levada pela antiga geração (RUPP, 1977).

Conclusão

O estudo da imagem a entende como algo complexo e portador de diversos significados que são produzidos pelos mais variados contextos culturais. Através da identificação do objeto de estudo surgiu a necessidade de compreensão de termos como ideologia e ativismo e a noção dos estudos da cultura visual que são algumas das teorias que podem nos auxiliar na leitura das imagens que nos cercam diariamente.

²⁹ Do original: “As mother of her family she meets the demands of the nation, as housewife she acts according to the laws of the nation’s economic order, as employed woman she joins in the overall plan of the national household. That does not mean that for her, free will and the development of her individual talents is out of question. But her life, like that of the man, is in its major outlines determined by the binding law that everything must be subordinated to the profit of the people.”

A análise do cartaz, como tecnologia visual, contribui para nosso entendimento de que o mesmo é, ou pode se tornar, um documento que proporciona o estudo e compreensão de diversos momentos importantes da história.

O cartaz de ativismo e a política podem ser assimilados como uma relação dialética, onde a troca de elementos permite sua justificação e sua legitimação. Além disso, este cartaz também torna-se uma referência para entender o modo com que um ideal dissemina-se na sociedade de forma a incutir a ideologia dominante na população ao ponto de recrutar jovens para lutarem em uma guerra, construir e fortalecer uma sociedade dominada por um regime totalitário ou convocar o cidadão para criticar a ideologia vigente, desafiar a autoridade e assim modificar o panorama social.

Através dos exemplos escolhidos procurei discutir sobre ideologia exemplificada no intenso momento na política com profunda modificação social e cultural que se apresenta no período que culmina na 2ª Guerra Mundial. As reflexões aqui apresentadas buscaram, então, levar em consideração o papel da imagem, seu poder comunicativo e sua força enquanto portadora de significados.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1980.
- ATIVISMO. Dicionário Online de Português, 10 fev. 2018. Disponível em <www.dicio.com.br>. Acesso em 10 fev. 2018.
- BRASHLER, Karin L. **Mothers of Germany: a look at the ideal woman in Nazi propaganda**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Iowa State University, Ames, Iowa.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CROTEAU, David; HOYNES, William. Media and Ideology. **Media /Society**. Los Angeles: Sage. 2014. 5ª ed. 153-186.
- GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HELLER, Steven. Hitler as Art Director: What the Nazis' Style Guide says about the "power of Design". [15 de fevereiro de 2011]. Nova York: **CBS Money Watch**. Entrevista concedida a Jim Edwards. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/hitler-as-art-director-what-the-nazis-style-guide-says-about-the-power-of-design/>> Acesso em 10/04/2016.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura visual: transformando fragmentos em nova narrativa educacional**. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- HOLLIS, Richard. **Design gráfico: uma história concisa**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- _____. "The Party Line" on graphic design in Nazi Germany. **TheGuardian.com**, Reino Unido, Dez. 2000. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/culture/2000/dec/18/artsfeatures2>>. Acesso em 10/02/2018.
- LUPTON, Ellen. **Pensar com Tipos**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer C. **Novos Fundamentos do Design**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LUZ, Enrique. **O eterno judeu: anti-semitismo e antibolchevismo nos cartazes de propaganda política nacional-socialista (1919-1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MINERBI, Alessandra. **História Ilustrada do Nazismo**. São Paulo: Larousse, 2009. 193p.
- MOLES, Abraham. **O Cartaz**. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- PANOFSKY, Erwin. **Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1986.
- RUPP, Leila J. Mother of the "Volk": The image of women in Nazi Ideology. **Signs**. Vol. 3, no. 2. Dezembro, 1977. P. 362-379. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3173289?origin=JSTOR-pdf>> Acesso em: 10.02.2018.

**DA AMÉRICA LATINA PARA O MUNDO: ADAPTAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO CULTURAL EM *JANE THE VIRGIN***

*FROM LATIN AMERICA TO THE WORLD: ADAPTATION AND CULTURAL
REPRESENTATION IN JANE THE VIRGIN*

Josefina Maria Toniolo
Mestranda em Letras – Literatura Comparada/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e
das Missões
josefinatoniolo@gmail.com

Rosângela Fachel de Medeiros
Doutora em Literatura Comparada/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
fachel@uri.edu.br

RESUMO

O presente artigo busca identificar e analisar os processos de globalização e transculturação que permeiam a realização da série estadunidense *Jane, the Virgin* (2014) enquanto versão/adaptação/tradução da telenovela venezuelana *Juana, la Virgen* (2002). Fundamentado nas teorias das narrativas audiovisuais seriadas, da transculturação, da identidade cultural, da globalização de conteúdos e do mercado internacional, este trabalho visa compreender a construção da narrativa e suas características socioculturais. Estudando conceitos e aplicando-os em uma análise crítica cultural das produções audiovisuais, objetiva-se apontar particularidades do enredo e, principalmente, das protagonistas de ambas as narrativas, buscando identificar elementos da versão original que tenham sido mantidos, excluídos ou modificados a fim de atender a demanda de um mercado que tende a trabalhar com estereótipos culturais. Dessa forma, objetiva-se entender o processo de globalização pertinente à adaptação da narrativa de origem latino-americana para sua versão estadunidense, analisando as perdas e os ganhos desse processo transcultural.

Palavras-chave: Transculturação. Narrativa audiovisual seriada. Globalização.

ABSTRACT

This article seeks to identify and analyze the processes of globalization and transculturation that permeate the realization of the American series *Jane, the Virgin* (2014) as a version / adaptation / translation of the Venezuelan telenovela *Juana, la Virgen* (2002). Based on the theories of serial audiovisual narratives, transculturation, cultural identity, content globalization and the international market, this work aims to understand the construction of the narrative and its sociocultural characteristics. Studying concepts and applying them in a cultural critical analysis of these audiovisual productions, the objective is to point out particularities of the plot and protagonists of both narratives, trying to identify elements of the original version that have been maintained, excluded or modified in order to meet the demand of a market that tends to work with cultural stereotypes. Therefore, the objective is to understand the process of globalization pertinent to the adaptation of the narrative of the original to its American version, analyzing the losses and the gains of this transcultural process.

Keywords: Transculturation. Serial audiovisual narratives. Globalization.

Da América Latina para o mundo: adaptação e representação cultural em *Jane, the virgin*

“Pela primeira vez eu estava lendo um roteiro sobre ser uma latina na América, sem julgamentos, sem racismo, sem preconceito, nada preso a isso. Jane é o que ela é.”

Gina Rodriguez, 2015, em entrevista.

O comentário da atriz americana, filha de pais porto-riquenhos, Gina Rodriguez, protagonista da série *Jane, the Virgin* (2014), que escolhemos para abrir esse trabalho, já dá o tom da diferença que essa produção estadunidense parece instaurar em relação a outras produções que igualmente apresentam personagens latino-americanos. A série é uma adaptação da telenovela venezuelana de grande sucesso *Juana, la Virgen* (2002), e tem como mote central a história de uma moça ainda virgem que fica grávida por acidente, após uma inseminação artificial equivocada. A produção estadunidense busca dar maior visibilidade para enredos e personagens latino-americanos, geralmente, marginalizados e representados de forma estereotipada e preconceituosa nas produções do *mainstream* de padrão hollywoodiano.

Ricardo Darín, importante ator e diretor argentino, explicou em algumas entrevistas que as oportunidades para atores latino-americanos normalmente se resumem a papéis diretamente relacionados ao narcotráfico ou a vilões, sendo esse um dos motivos para sua recusa de trabalhos em Hollywood³⁰. Ele considera infantil essa postura que a indústria cinematográfica adota, já que os Estados Unidos é um dos países mais consumidores de drogas do mundo e, em função disso, realiza muito mais narcotráfico que os países latino-americanos. Por isso, Darín defende que conceder apenas personagens dentro desse estereótipo a artistas latino-americanos é, no mínimo, imprudente³¹. Essa segregação resulta na subsequente e derivada marginalização dos artistas latino-americanos, relegados a esses papéis recorrentes e à condição de, no máximo, coadjuvantes. Nessa perspectiva, a série *Jane, the Virgin*, que está em sua quarta temporada, simboliza um passo significativo para a inclusão de representantes latino-americanos no *mainstream* mundial. Mas, além do interesse sociocultural em promover a visibilidade da presença latino-americana nos EUA, a produção tem, também, o claro interesse comercial de atingir e engajar esse público de espectadores. Nesse caso, a produtora está investindo em novos

30 Entrevista com Ricardo Darín, realizada por Alejandro Fantino, no programa *Animales Suetos*, do canal America TV, em 17 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wlrohjf0y6o>

31 Entrevista com Ricardo Darín, realizada por Ignacio Jubilla, no programa *Entrevista con RT*, do canal RT en Español, em 14 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9h3tPCcL7as>

formatos narrativos ou, pelo menos, dando a esses uma abertura para a hibridação e, por consequência, inovando em sua forma de contar histórias.

Devemos ter em mente, que não estamos falando da simples inclusão de produtos audiovisuais latino-americanos no competitivo e milionário mercado audiovisual – estadunidense e, por consequência, global. A produtora não compra a telenovela para exibi-la – dublada, nos EUA; ela compra os direitos da história para a partir disso produzir a sua versão. Um processo similar aconteceu com a telenovela colombiana *Yo Soy Betty, La Fea* (1999), que foi transmitida em mais de cem países e teve vinte e duas adaptações, incluindo uma brasileira chamada *Bela, a feia* produzida e exibida pela Rede Record entre os anos 2009 e 2010. Dentre suas versões está a série estadunidense *Ugly Betty* (2006), que ao ser adaptada para a realidade do país perdeu uma porção de suas características de telenovela³² tornando-se uma série cômica, porém, ainda com elementos melodramáticos. Assim como aconteceu em *Ugly Betty*, *Jane, the Virgin* também está voltada mais para o humor, apesar de manter alguns aspectos iniciais.

Juana, la Virgen (2002)

Transmitida originalmente entre março e outubro de 2002, pela emissora RCTV (Radio Caracas Televisión), a telenovela venezuelana *Juana, la virgen* é composta por 153 capítulos que desenvolvem a história criada por Perla Farías. Apresentada em espanhol, o romance dramático (ou melodrama) é baseado nas dificuldades enfrentadas pela adolescente Juana após um erro médico.

Juana tem 17 anos, está terminando o ensino médio, é fotógrafa, gosta de jogar futebol e acaba de receber a notícia de que foi contemplada com uma bolsa de estudos no exterior. Criada por sua mãe, sua avó e um tio, a jovem é bem decidida e possui opiniões bastante feministas, sendo uma delas a de se manter virgem, apenas por não querer fazer sexo, sem motivações religiosas ou sociais. Em sua rotina de rebeldia e independência, Juana sofre um desmaio e sua mãe a leva para uma consulta ginecológica onde ela acaba recebendo erroneamente a inseminação artificial com material de Mauricio de la Veja.

Mauricio de la Veja vive em outra parte da cidade com sua esposa Carlota, em um casamento aparentemente bem-resolvido, a não ser pelo fato de que o galã pretende ter filhos,

32

Gordillo (2009, p. 125) afirma que “la telenovela se caracteriza principalmente por poseer una temática que gira siempre en torno a las relaciones amorosas, con personajes arquetípicos, una estética codificada y una retórica ligada a la exageración”.

apesar de ter se tornado estéril em função de um câncer, e Carlota apenas se preocupa em estar bonita e acredita que uma gravidez a deformaria. Quando Mauricio descobre que existe uma mulher esperando um filho seu resolve procurá-la, enquanto isso, sua esposa adota uma criança na esperança de salvar seu casamento que entra em crise, porém a ideia não sai como o esperado e Mauricio pede a separação.

A família da protagonista sofre um grande impacto com a notícia da gravidez (que é dada apenas no capítulo 54, sendo que a personagem sabia que estava grávida desde o capítulo 15, mas continuava levando uma vida normal e fazendo planos para sua viagem) e não acredita na palavra de Juana que afirma ser vigem. Além dos problemas familiares, Juana também é expulsa da escola onde estudava, sem ter direito de completar o ano letivo.

Ao lado de toda a confusão principal, o caso de um assassinato não resolvido envolvendo o pai de Carlota contribui para a criação de situações perigosas, das quais Mauricio protege Juana, que havia conhecido por acaso algum tempo antes. Mauricio é acusado do homicídio e, ao final da história, Juana consegue provar sua inocência por meio de algumas fotos que havia tirado nos meses anteriores. Ambos, que estão apaixonados, acabam juntos e, finalmente, Mauricio descobre que o filho que Juana espera é seu.

Jane, the Virgin (2014)



Figura 1: QRCode para trailer da série *Jane, the Virgin*

Fonte: Gerado pelas autoras

Já *Jane, the Virgin* é uma série estadunidense que está no ar desde outubro de 2014 e é transmitida mundialmente em inglês com legendas por meio da plataforma de *streaming*

Netflix, além dos canais fechados The CW (EUA) e Lifetime (Brasil). Criada por Jane Snyder Urman, com base em sua antecessora *Juana, la virgen*, conta atualmente com 71 episódios divididos em quatro temporadas que transitam entre os gêneros romance, comédia, comédia romântica e sátira.

Diferente de sua versão venezuelana, Jane tem 23 anos, está na universidade, tem um trabalho fixo e estável e ainda faz estágio em uma escola como professora. A jovem está noiva, mas mantém sua virgindade por conta de sua crença na religião católica e também por medo das ameaças que sua avó faz acerca do assunto desde que ela era uma criança. Em uma consulta de rotina, acaba sendo inseminada artificialmente por engano com o material genético de Rafael, dono do hotel onde trabalha, que após tratamento contra o câncer havia se tornado estéril. Petra, esposa de Rafael, planejava usar sua última amostra de esperma para surpreender o marido com uma gravidez, a fim de salvar o casamento em crise.

Após a descoberta da gravidez (que acontece no primeiro episódio), Jane se encontra em um triângulo amoroso entre seu noivo Michael e o pai de seu filho. Apesar da criação religiosa, a protagonista considera realizar um aborto para que o acontecido não interfira no seu relacionamento nem em sua carreira, mas acaba desistindo. Jane dá a luz, enfrenta os problemas da maternidade e, diferente da versão venezuelana em que a jovem não possuía namorado, casa-se com Michael. A trama ainda está em andamento e muitas reviravoltas estão previstas, dentre elas, um atentado que culmina na morte de Michael.

A série possui personagens secundários importantes como Xiomara, mãe de Jane, e Rogelio, ator latino (uma figura extremamente caricata) e pai da protagonista. O narrador e sua forma irreverente de opinar sobre os acontecimentos da história também transforma-se em personagem crucial para dar o tom da narrativa.

Entre o nacional e o global – produtos televisivos e o mercado internacional

O aumento do alcance dos produtos locais e sua consequente necessidade de adaptação vem crescendo com a globalização e o fortalecimento dos mercados regionais. Para Castells (2009, apud RIVERA-BETANCUR, URIBE-JONGBLOE, 2011), a televisão começou a fazer parte deste novo processo, no qual o intercâmbio de produtos culturais entre os países sobrepôs o modelo de um centro único que produz e distribui para o mundo. Segundo ele, essa nova configuração criou uma série de módulos principais com extensão regional que

permitem a periferia incluir alguns de seus produtos no mercado transnacional. Ainda que essa inclusão signifique adequações ao padrão mais comercial e globalizado internacionalmente – o de Hollywood –, a mudança é positiva e já vem apresentando resultados. Gordillo (2009, p. 19) afirma que esse sistema de criação de formatos vendáveis a vários países, a partir de adaptações de caráter local, é um dos aspectos fundamentais da terceira etapa da televisão, a hipertelevisão, peça importante no processo de globalização dos conteúdos.

De acordo com Rivera-Betancur e Uribe-Jongbloed (2011), esse processo é relevante por conta de vários aspectos:

- a) econômico: com esse novo sistema de intercâmbio de produtos audiovisuais, o mercado dos meios de comunicação latino-americanos se fortalece, uma vez que o sul global passa a vender seu produto em contrafluxo à maioria das transações atuais;
- b) no estudo do gênero narrativo: que permite observar a modificação do produto em sua essência dramática de acordo com o mercado ao qual foi adaptado;
- c) nos estudos culturais: partindo da análise do produto em seu local de origem e suas características, bem como, as diferenças culturais que se desenvolvem enquanto acontecem os processos de de-culturação, a-culturação e reculturação.

Os fatores elencados por Rivera-Betancur e Uribe-Jongbloed apresentam um novo elemento para esse estudo sobre adaptação de produtos audiovisuais: a transformação que ocorre quando duas culturas são postas em contato. Em seu texto “Do fenômeno social da transculturação e sua importância em Cuba”, Fernando Ortiz introduz uma nova nomenclatura para esses fenômenos decorrentes do encontro de duas culturas distintas. Tratando o termo a-culturação como ultrapassado, o autor propõe o uso da palavra transculturação para definir “o processo de trânsito de uma cultura para outra e todas suas repercussões sociais”. Em suas palavras:

O vocábulo transculturação expressa melhor o processo de transição de uma cultura para outra, porque este processo não consiste somente em adquirir uma cultura diferente, o que, a rigor, significa o vocábulo anglo-saxão *acculturation*, porém o processo implica também, necessariamente, na perda, no desenraizamento de uma cultura anterior, o que se poderia chamar de uma desculturação parcial, e, além do mais, significa a criação consequente de novos fenômenos culturais, que se poderiam denominar neo-culturação. [ORTIZ, Fernando, s/d]

Ángel Rama (2008, p. 45) examina mais detalhadamente o conceito de transculturação proposto por Ortiz e explica como acontece cada fase do processo. Segundo ele, a “parcial desculturação” pode alcançar diversos graus e afetar várias áreas, tanto da cultura quanto da

produção literária, acarretando sempre a perda de componentes obsoletos; logo após, há a incorporação de elementos provenientes da cultura externa e, por último, o esforço de recomposição utilizando os componentes sobreviventes da cultura originária e os procedentes de fora. Ainda para o autor, a transculturação resulta da tensão entre a modernidade e a tradição regional.

No artigo “A transculturação como estética dos cinemas latino-americanos”, Rosângela Fachel de Medeiros percebe o processo de transculturação como inerente ao fazer cinematográfico latino-americano em sua relação com o *mainstream* hollywoodiano. Segundo a autora, apesar da heterogeneidade das produções latino-americanas, a reincidência de contrabando e tradução estéticas e temáticas necessárias para criar uma arte própria que traga marcas culturais mas que seja acessível ao público aproxima as obras realizadas nesse espaço político-geográfico. Dessa forma, a transculturação configura-se como estética basilar das produções cinematográficas latino-americanas, uma vez que “fazer cinema em território latino-americano tem sido o constante embate entre fazer um cinema de arte considerado legítimo representante da cultura nacional ou fazer um cinema popular geralmente de inspiração hollywoodiana.” (MEDEIROS, 2012, p. 6)

No caso de *Jane, the virgin*, estamos diante de um processo mais complexo, uma vez que neste o processo se inverte. Ao contrário de outras obras audiovisuais latino-americanas que são refilmadas em um processo de tradução e readequação cultural no contexto hollywoodiano do *mainstream*, na série o processo de transição do conteúdo para o contexto – estético, cultural, sociopolítico e econômico dos EUA mantém elementos, ou tenta manter, elementos da obra de origem, estabelecendo um nível diferente de relação entre a obra fonte e a obra de chegada.

Da telenovela latino-americana à série estadunidense – a unificação de duas fórmulas de sucesso

Para que possamos compreender o processo de transculturação resultante do encontro de um formato tradicional latino-americano com as características das mundialmente conhecidas séries hollywoodianas é preciso entender brevemente como funcionam as narrativas audiovisuais seriadas. Arlindo Machado, em seu artigo “A narrativa seriada: categorias e modalidades”, explica que “chamamos de serialidade essa apresentação descontínua e fragmentada do sintagma televisual.” (S/D, p. 1), quando tratamos especificamente de

narrativas televisivas, seu enredo é estruturado em forma de capítulos ou episódios e dividido, ainda, em blocos menores separados por intervalos comerciais.

Machado (S/D, p. 3) explica que existem três tipos principais de narrativas seriadas na televisão:

- 1) narrativa única ou um grupo de narrativas intrincadas e paralelas que se desenvolvem linearmente ao longo dos capítulos/episódios, em que a resolução da trama acontece apenas no final da temporada ou da produção, como as telenovelas, as séries e minisséries;
- 2) narrativas nas quais cada capítulo/episódio conta uma história completa e autônoma com começo, meio e fim. Nesse formato, o que garante a sensação de continuidade é a manutenção dos personagens principais e situações narrativas semelhantes nos novos episódios/capítulos. Os seriados fazem parte dessa categoria, como *House* (2004) e *Sherlock* (2010);
- 3) narrativas em que os capítulos/episódios mantêm apenas a temática em comum, cada unidade é uma história completa e diferente das outras, com novos personagens, cenários e atores, apenas o espírito geral das histórias é o mesmo. São aqueles produtos apresentados sob um título genérico e que seguem um mesmo estilo apesar de trazer narrativas independentes a cada novo episódio/capítulo.

Diante disso, podemos perceber que as telenovelas e as séries possuem características estruturais em comum que as classificam em um mesmo tipo de serialização televisiva. Porém, por ser um produto específico regional, as telenovelas possuem particularidades que as diferenciam dos demais.

Em seu livro “Telenovela nueva: nuevas lecturas”, María Mercedes Borskosky (2016, p. 15) aponta que uma das características mais fortes dos enredos tradicionais das telenovelas latino-americanas é a utopia da ascensão do protagonista, seja no âmbito econômico ou social. Mesmo nas criações mais contemporâneas é possível observar essa tradição narrativa, um exemplo disso é a produção brasileira *O outro lado do paraíso* (2017), na qual o tema principal era vingança, mas a protagonista Clara buscava, acima de tudo, a recuperação de suas terras e a retomada de espaço na sua família e na sociedade, alcançando dessa forma a ascensão social e econômica.

A autora ainda explica que telenovela pode ser definida como a narração de uma história de amor complicada em que o casal é perseguido por adversidades e recompensado por

momentos felizes de forma alternada ao longo da trama. Sendo assim, o seu foco principal está voltado para os personagens e suas ações e sentimentos:

Los estados de ánimo de los personajes constituyen un ingrediente fundamental de la trama narrativa y la razón por la cual en la retórica telenovelesca, el narrador privilegia los primeros planos, los movimientos de cámara descriptivos y el uso de significantes sonoros como subrayado de las acciones y emociones de los personajes. (BORKOSKY, 2016, p. 14)

Dessa forma, o texto, a edição das imagens, os efeitos sonoros e a trilha vêm sempre na intenção de reafirmar aquilo que está sendo contado e de causar maior impacto nos telespectadores. Esses recursos também são usados com a intenção de fazer o público compreender a história de acordo com uma direção predeterminada por seus realizadores.

Entendendo melhor as semelhanças e diferenças na construção dessas narrativas audiovisuais seriadas podemos perceber a importância do processo de transculturação na criação de novas culturas - e, por conseguinte, produtos - e podemos relacioná-lo com aquilo que é visto na série *Jane, the Virgin* que apresenta uma disputa entre a modernidade, representada pelo formato série, e a tradição regional, representada pelo formato telenovela. Também é possível identificar a recomposição (ou neo-culturação) existente quando, no produto final, percebe-se a hibridação entre os formatos citados e os gêneros (melodrama e comédia).

O processo de adaptação é muito complexo, uma vez que não podemos pensar em um simples processo de tradução cultural, pois não há o desejo de apenas traduzir a trama para um contexto sociocultural estadunidense. A versão estadunidense não busca contar a mesma história traduzindo-a culturalmente para os EUA, transformando sua protagonista em uma garota estadunidense de classe média com ascendência europeia.

Esses personagens são pensados em sua natureza híbrida como os latino-americanos radicados ou nascidos nos EUA – eles apresentam elementos de ambas as culturas. A presença dos latino-americanos e da cultura latino-americana nos Estados Unidos já foi explorada pela indústria cinematográfica outras vezes como vemos, por exemplo, no filme *Spanglês* (*Spanglish* – 2004), de James L. Brooks.

A hibridação entre gêneros e formatos periféricos, apesar de permitir a inserção – mesmo que parcial – de novas culturas no mercado mundial, não se mostra completamente vantajosa para a cultura não-dominante que entra em contato com os padrões norte-americanos ou eurocêntricos, isso porque, segundo Wang e Yeh (2005, p. 19), na prática, a hibridez na

produção cultural não é alcançada através de um debate igualitário entre diferentes culturas. Para elas, o norte capitalista de reduzir custos e maximizar lucros faz com que a hibridação dos produtos culturais seja reduzida, na maioria das vezes, à incorporação sem muitos cuidados de diferentes elementos nominais, como uso de símbolos, atores locais ou descendentes e a manutenção da língua original como segunda língua da produção.

As autoras afirmam que a “hybridity in these products, whether initiated by transnationals or local producers, may be common, yet has remained at the superficial level where the “mainstream,” as defined by market size, permeates and prevails.”. (WANG, YEH, 2005, p.19) Nesse sentido, a série *Jane, the Virgin* pode ser compreendida como um exemplo no qual a hibridação acontece, mas de forma superficial, correspondendo aos anseios do *mainstream*, como aponta a citação. A versão estadunidense da telenovela venezuelana é apresentada como uma comédia dramática, diferente do seu original que era definido como romance dramático (ou melodrama). A mudança de importância dos gêneros dentro da produção se dá para que essa se torne mais interessante para o mercado internacional e só é possível porque a história de *Juana, la Virgen* já possuía uma premissa cômica. Apesar da dramaticidade no enredo em que uma jovem acaba grávida sem desejar, o absurdo de como essa situação acontece abre espaço para a inserção de elementos de comédia. Essa interferência se fez necessária, mais uma vez, em função do mercado.

A criadora da versão estadunidense, Jane Snyder Urman, explica que a trama original serve de plataforma para a transformação de uma história local em uma história universal:

Eu realmente queria saber como o original era para pegarmos o que funcionava e colocar em nosso mundo, criando algo novo, porque se fizéssemos o mesmo que a telenovela, não funcionaria - eles já fizeram isso e muito bem. Eu queria ter a certeza que se a adaptássemos se transformaria em algo novo. (URMAN, Jane Snyder, s/d)

Sobre essa necessidade de adaptar o produto de forma com que os elementos culturais específicos tornem-se acessíveis e compreensíveis para pessoas de diferentes nacionalidades, sendo assim, algo completamente novo, apesar de suas raízes, Wang e Yeh (2005, p. 18) afirmam que para os estrangeiros, muitas vezes, há elementos locais que parecem ser insensíveis, sem lógica ou até irracionais e mesmo assim são aceitos sem questionamentos pelos membros daquela cultura por questões de hábito ou tradição. Por isso, a adaptação objetiva manter a marca cultural de origem, mas sem especificidades que possam gerar polêmica ou má interpretação. Um exemplo disso acontece no episódio dezesseis da quarta temporada em que a mãe de Jane, Xiomara, recebe uma atriz colega de seu namorado em sua casa e a convida para assistir a uma telenovela (“Amor de dos caras”, diz animada a personagem em espanhol),

quando a mulher explica que nunca assistiu a uma telenovela, ela se surpreende perguntando “e vocês trabalham em uma?”. Xiomara avisa que ativará as legendas e explica para a convidada a história que ela assistirá. Depois de um corte de cena, ambas aparecem assistindo ao capítulo e comentando com muito entusiasmo. Esse comportamento apresentado de forma natural ao público insere, com sutileza, marcas culturais latino-americanas (a língua, o produto audiovisual regional, o costume) à construção da série, já que tudo que foi dito em espanhol pode ser compreendido no contexto mesmo por aqueles que não dominam o idioma.

Essa adequação é possível sem maiores perdas no enredo uma vez que, segundo as autoras, os produtos culturais são “localizados” e não locais, eles são essencialmente globais (WANG, YEH, 2005, p. 19). A afirmação denota o fato de que temas como amor, traição, relações familiares, vingança, entre outros são universais e, mesmo com particularidades regionais, as bases se mantêm iguais ou, pelo menos, muito similares. Entretanto, elas reconhecem que embora a desculturação seja a chave para entrar no mercado global, a perspectiva acultural pode ser enganosa, pois uma narrativa não pode ser realizada sem envolver crenças, atitudes e valores comportamentais daquele que a escreve (WANG, YEH, 2005, p. 5). Por isso, o termo “transculturação” é relevante nesse contexto, pois abarca o encontro de duas culturas sem que haja a necessidade do apagamento total de uma delas. Malinowski elucidada que transculturação é:

Um processo no qual as duas partes da equação saem modificadas. Um processo a partir do qual emerge uma nova realidade, composta e complexa, uma realidade que não é nem a aglomeração mecânica dos caracteres, nem um mosaico, mas trata-se de um fenômeno novo, original e independente. (MALINOWSKI, 1987)

Essa adaptação de formato narrativo, elementos culturais, texto e argumento se faz necessária para que os produtos originais se tornem mais acessíveis e atrativos para seu novo público. As marcas culturais do país de origem se mantêm, entretanto, são apresentadas de maneira didática, beirando o estereotipado, para que os novos telespectadores possam assimilar imediatamente o contexto e também para que haja identificação por parte daqueles que conhecem a realidade local.

Em *Jane the Virgin*, alguns elementos ilustram esse esforço, entre eles, a avó que fala espanhol na maior parte do tempo, a religiosidade apresentada de forma exagerada, o costume de assistir telenovelas latinas e a dramaticidade do narrador.

Por que Juana se transformou em Jane?

Mesmo com o enredo semelhante, as protagonistas das versões latino-americana e estadunidense são extremamente díspares. Enquanto Juana, a personagem venezuelana possui 17 anos e ainda frequenta o ensino médio, Jane, sua variante dos EUA, tem 23 anos, está na universidade, tem emprego fixo e faz estágio como professora. Ambas foram criadas por suas mães e avós, mas carregam opiniões e personalidades bastante diferentes. Jane, apesar de noiva, mantém sua virgindade por conta de sua crença na religião católica e também pelas ameaças feitas por sua avó acerca do assunto; já Juana se mantém virgem apenas por não ter interesse em fazer sexo, assim como nesse caso, seu posicionamento é sempre bem feminista e decidido. As diferenças entre as protagonistas dizem respeito também à aparência das atrizes selecionadas para incorporá-las, ambas são extremamente bonitas e respondem aos padrões corporais de beleza, no entanto, enquanto a protagonista venezuelana representa um perfil de beleza eurocêntrico: pele clara e cabelo alourado liso; a protagonista estadunidense representa uma beleza latino-americana: pele morena e cabelo escuro ondulado.



Figura 2: as protagonistas – à esquerda, Juana, protagonista da versão Venezuelana – 2002; à direita, Jane, protagonista da versão estadunidense (2015)

Fonte: Internet Fonte: <http://www.thedailytelevision.com/articulo/distribucion/telenovelas/mediaset-espana-adquiere-formato-de-juana-la-virgen-exito-en-eeuu>

Retratar uma personagem originalmente forte e ousada com características mais ingênuas e conservadoras é resultado de uma forma de transculturação que gera um produto novo, porém que permanece em acordo com aquilo que o mercado internacional anseia: entretenimento de qualidade, com marcas regionais, mas que esteja alinhado a um padrão já existente e rentável.

Referências bibliográficas

- BALIEGO, G. *Como Juana La Virgen se transformou em Jane The Virgin*. 2017. Disponível em: < <http://www.caixadesucessos.com.br/2017/02/como-juana-la-virgen-se-transformou-em.html> >. Acesso em 28 dez 2017.
- BORKOSKY, M. M. *Telenovela nueva: nuevas lecturas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Corregidor, 2016.
- BRANDÃO, L. *Sátira de novelas mexicanas, 'Jane the virgin' estreia com humor ativista*. 2016. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/satira-de-novelas-mexicanas-jane-the-virgin-estrela-com-humor-ativista-18010840> >. Acesso em: 28 dez 2017.
- ESPAÑOL, R en. Ricardo Darín: "Es imprudente que Hollywood invite a latinos para roles de narco-villanos. *Youtube*, 3 jul. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9h3tPCcL7as>>. Acesso em: 17 mai 2018.
- GORDILLO, I. *La hipertelevisión: géneros y formatos*. Quito: Ediciones CIESPAL, 2009.
- JANE, the virgin. Produção de Paul Sciarrotta, Meredith Averill, Corinne Brinkerhoff, David S. Rosenthal, Josh Reims, Gina Lamar, Mark Grossan, Sean Canino, Eva Longoria. Estados Unidos: CBS Television Distribution, 2014. Netflix.
- JUANA, la virgen. Produção de Hernando Fariá. Caracas: RCTV, 2002. Youtube.
- MACHADO, A. *A narrativa seriada: categorias e modalidades*. Disponível em <www.portcom.intercom.org.br/pdfs/07d90b8e1b2f8c50b6db754af1bb3a06.PDF>. Acesso em 12 mai 2018.
- MALINOWSKI, B. Prefácio da primeira edição de *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.
- MEDEIROS, R. F. A transculturação como estética dos Cinemas Latino-americanos. *Imagofagia —Revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual*, n. 6, 2012.
- ORTIZ, Fernando. *Do fenômeno social da transculturação e sua importância em Cuba*. Tradução Lívia Reis. In: Antologia dos Textos Fundadores do Comparatismo Literário Interamericano (1983). Disponível em < www.ufrgs.br/cdrom/ortiz/ortiz.pdf >. Acesso em: 10 jan 2018.

RAMA, A. *Transculturación narrativa en América Latina*. 2 ed. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2008.

RIVERA-BETANCUR, J.; URIBE-JONGBLOED, E. La suerte de la fea, muchas la desean. De Yo soy Betty la fea a Ugly Betty. In: PERÉZ-GOMEZ, M. (Ed.). *Previously On. Interdisciplinary studies on TV Series in the Third Golden Age of Television*. Sevilla, Biblioteca de la Facultad de Comunicación de la Universidad de Sevilla, 2011, p. 825 — 841.

TV, A. Animales Suelos: Ricardo Darín con Fantino. *Youtube*, 22 ago. 2015. Disponível em <

<https://www.youtube.com/watch?v=WlrohFj0y6o> >. Acesso em: 17 mai 2018.

WANG, G.; YEH, E. Y. Globalization and Hybridization in Cultural Production: A Tale of Two Films. *LEWI Working Paper Series*. Hong Kong, n. 36, 2005. p. 1 – 25.

REPRESENTAÇÃO MENTAL DE CONCEITOS ABSTRATOS: UM DESAFIO PARA A AUDIODESCRIÇÃO

REPRESENTACIÓN MENTAL DE CONCEPTOS ABSTRACTOS: UN RETO PARA LA AUDIODESCRIPCIÓN

*Marisa Helena Degasperi
Doutora em Linguística Aplicada
Universidade Federal de Pelotas
mhdufpel2012@gmail.com*

RESUMO

A transformação da imagem em palavras, em tradução intersemiótica, pode parecer, numa visão simplista de um vidente, uma atividade que não requer mais do que as percepções e sua transferência para a linguagem de indivíduos com ausência de visão. Entretanto, estudos apontam para a complexidade dessa transferência, uma vez que as percepções, as interpretações e a exposição da realidade são muito particulares de cada um. Este trabalho enseja uma reflexão e um entendimento da necessidade de recorrer a teorias de diferentes períodos e tendências para compreender melhor como se estabelecem os processos cognitivos dos seres humanos, considerados “sem deficiências”, para então se chegar a níveis comparativos entre “pessoas com deficiência visual congênita” (PDVC) e “pessoas sem deficiências” e constatar até que ponto as pessoas que não dispõem do aparato visual podem alcançar níveis de conhecimentos abstratos de forma independente; ou, em que medida elas necessitam de auxílio de pessoas videntes para que isso ocorra. Além disso, pretende apontar que, através das teorias, é possível chegar ao entendimento dos problemas que podem interferir nesse auxílio e que vias possibilitariam sua eficiência e efetividade.

Palavras-chave: Teorias Cognitivas; Conceitos abstratos; Audiodescrição; Cegueira congênita.

RESUMEN

La conversión de imágenes a palabras en traducción intersemiótica puede parecer, en una visión simplista de un normovisual, una actividad que no requiere más que las percepciones y su transferencia para el lenguaje de los sujetos con ausencia de visión. Sin embargo, estudios apuntan para la complejidad de esa conversión, una vez que las percepciones, las interpretaciones y la exposición de la realidad son muy particulares de cada uno. Este trabajo predispone una reflexión y un entendimiento de la necesidad de recurrir a teorías de diferentes períodos y tendencias para comprender mejor cómo se establecen los procesos cognitivos de los seres humanos considerados “sin discapacidades”, para entonces llegarse a niveles comparativos entre personas con discapacidad visual congénita (PDVC) Y “personas sin discapacidades” y constatar hasta qué punto las personas que no disponen del aparato visual pueden alcanzar niveles de conocimientos abstractos de forma independiente; o, en qué medida ellas necesitan de auxilio de personas normovisuales para que eso ocurra. Además, se pretende apuntar que a través de las teorías es posible llegar al entendimiento de los problemas que pueden interferir en ese auxilio y qué vias posibilitarían su eficiencia y efectividad.

Palabras clave: Teorías Cognitivas; Conceptos abstractos; Audiodescripción; Ceguera congénita.

Introdução

Este trabalho enseja uma reflexão e um entendimento da necessidade de recorrer a teorias de diferentes períodos e tendências para compreender melhor como se estabelecem os processos cognitivos dos seres humanos, considerados “sem deficiências”, para então se chegar a níveis comparativos entre “pessoas com deficiência visual congênita” (PDVC) e “pessoas sem deficiências” e constatar até que ponto as pessoas que não dispõem do aparato visual podem alcançar níveis de conhecimentos abstratos de forma independente ou em que medida elas necessitam de auxílio de pessoas videntes para que isso ocorra.

Nessa perspectiva, a audiodescrição, como recurso assistivo para pessoas com deficiência visual constitui uma ferramenta emergente, que requer mais do que a simples investigação teórica, mas a prática da pesquisa linguística que alcance a qualidade suficiente para atingir o objetivo, que é o de transformar o visual em linguístico e contribuir para o desenvolvimento do construto imagético dos sujeitos. É importante para o tradutor audiodescritor compreender, desde o princípio, que os usuários do produto final de seu trabalho são cognitivamente heterogêneos e, como tal, “enxergam” e interpretam a descrição de imagens visuais de acordo com suas experiências e usam, para isso, seus conhecimentos prévios.

O primeiro aspecto a ser exposto é, neste caso, muito resumidamente, do ponto de vista das Teorias Cognitivas, como se dá a percepção da realidade nos seres humanos, em geral e, em seguida, trata-se do segundo aspecto: se essa realidade pode ser transmitida através de palavras, de forma a representar e consolidar na memória de pessoas com deficiência visual congênita, a realidade de elementos não palpáveis. Tomemos, então, para nossas considerações, o termo abstrato como ou “Aquilo que se considera existente apenas no domínio das ideias, sem base material”³³. Não será possível, nesta análise, propor algum tipo esboço de generalização conclusiva.

É importante ponderar a potencial existência de influências diversas na interpretação de uma realidade, que pode estar fundamentada em experiências pessoais, em grau de conhecimentos de diferentes âmbitos, principalmente nos referentes ao uso de recursos linguísticos e de expressividade. São diversos os fatores que podem interferir na transmissão da carga semântica e pragmática das mensagens e, conseqüentemente, na assimilação, na interpretação e na consolidação das imagens ou representações mentais dos receptores. Uma

³³ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=abstrato>

forma de alcançar a compreensão de como se desenvolve o Pensamento e a Linguagem, pode ser através de estudos mais representativos na área, como os de Jean Piaget e Lev Semenovitch Vygotsky, por exemplo.

Piaget (1923) propõe, ao referir-se ao pensamento e à linguagem de crianças “sem deficiências”, que o ambiente não determina o pensamento, mas a necessidade de adequar-se a ele é que conduz a assimilações e adaptações que desenvolvem nos sujeitos, empiricamente, as representações mentais, que configuram modelos cognitivos. Nesse sentido, o pensamento não é uma construção coletiva, senão individual, egocêntrica.

O pensamento orientado é consciente, isto é, prossegue objetivos presentes no espírito de quem pensa. É inteligente, isto é, encontra-se adaptado à realidade e esforça-se por influenciá-la. É suscetível de verdade e erro... E pode ser comunicado através da linguagem. O pensamento autístico é subconsciente, isto é, os objetivos que prossegue e os problemas que põe a si próprio não se encontram presentes na consciência. Não se encontra adaptado à realidade externa; antes, cria para si próprio uma realidade de imaginação ou sonhos. Tende, não a estabelecer verdades, mas a recompensar desejos e permanece estritamente individual e incomunicável enquanto tal, por meio da linguagem, visto que opera primordialmente por meio de imagens e, para ser comunicado, tem que recorrer a métodos indiretos, evocando, por meio de símbolos e mitos, os sentimentos que o guiam (PIAGET, 1923, pp. 59-60).

Para Piaget, então, a assimilação, seria uma adequação da representação do meio e do comportamento do sujeito sobre ele e a acomodação, que seria uma força do meio externo que o compele a organizar seus esquemas e acomodar-se ao objeto, para adaptar-se ao meio exterior. Destarte, ambos os processos ocorrem de forma simultânea, visto que, quando surgem novas situações e novos elementos, esses deverão ser incorporados aos esquemas previamente existentes e reorganizados, para que novas adequações aconteçam. O processamento de informações, com a inclusão de dados novos e a reorganização dos modelos mentais ocorre sucessivamente, impondo ao sujeito um equilíbrio constante na mediação entre assimilação e acomodação.

Em suma, o ambiente externo, ainda que exerça uma grande influência constante na organização dos esquemas nas representações mentais dos sujeitos, não determinam seu comportamento; o que determina a ação sobre o ambiente seriam, supostamente, a necessidade e a individualização do pensamento, conforme dados empíricos captados, assimilados, organizados ou acomodados pelo indivíduo. Neste caso, ele mesmo, e não o meio tem a chancela da construção cognitiva, a partir de dados empíricos. Ele precisa manipular a realidade a que está sujeito, através da experiência com seus sentidos e com as capacidades mentais de sentir, observar, analisar, comparar, etc. para compreendê-la. Isso não pressupõe atividades cinéticas, necessariamente, senão, sinestésicas (Piaget, 1971). Tudo isso, segundo a teoria,

dependerá do estágio de desenvolvimento biológico em que esse indivíduo se encontra e que autor caracterizou em seus escritos. O pensamento precede a linguagem, visto que pensamos em bloco e a linguagem atua como um filtro, forçando-nos a eliminar alguns elementos para organizar a expressão. Essa se constitui de sequências simbólicas e sonoras. Transformamos a representação caótica de pensamentos variados em informações organizadas, fonéticas e morfossintático-semânticas.

Vygotsky, por sua vez, faz uma abordagem sociointeracionista em que o meio influencia diretamente na construção do pensamento e do desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, de forma dialética. Para ele, a construção da realidade vai depender de sua interação com os demais, através da troca de experiências.

Consideramos que o desenvolvimento total segue a seguinte evolução: a função primordial da linguagem, tanto nas crianças como nos adultos, é a comunicação, o contato social. Por conseguinte, a fala mais primitiva das crianças é uma fala essencialmente social. (VYGOTSKY, 1991, p. 17)

Vygotsky (1991) postula que a aprendizagem e o desenvolvimento ocorrem de forma independente; aprendizado e desenvolvimento se relacionam mutuamente e aprendizagem e desenvolvimento são equivalentes.

Diferente do que propunha Piaget – os diferentes estágios de desenvolvimento infantil, de acordo com sua biogênese-, segundo Vygotsky (1984), três níveis essenciais no desenvolvimento infantil: o *Nível de Desenvolvimento Real* (NDR)- que se refere às funções mentais já consolidadas e seria o resultado do conhecimento e das habilidades que a criança adquiriu; ou seja, atividades que conseguiria realizar de forma independente -, o *Nível de Desenvolvimento Potencial* (NDP), que seria um modelo intermediário entre o Real e o Proximal, em que ele seria capaz de resolver problemas utilizando seus conhecimentos prévios, porém, com o auxílio de outros; e o *Nível de Desenvolvimento Proximal* (NDP), que seria o que ela necessita de ajuda de outras pessoas para resolver problemas.

Para o autor, a linguagem é imprescindível para o desenvolvimento da criança, pois, através da linguagem ela começa a desenvolver os esquemas e categorizar objetos, enriquecendo suas imagens mentais e a cognição. Desta maneira, a partir das experiências e da interação com outros sujeitos, passa a se distanciar da realidade concreta e aprimorar seu pensamento conceitual e sua capacidade de abstração, ao estabelecer relações entre os conceitos adquiridos. (Vygotsky, 1998, p.74)

Ainda que ambas as teorias sejam interacionistas, a divergência parece se constituir a partir das premissas de que, ou o homem desenvolve suas capacidades intelectuais de forma individual ou através da interação com o outro. Na primeira situação, o indivíduo interage com o meio, mas não depende dele para construir seus padrões de representação; antes, ele cria seus próprios meios de assimilar e acomodar seu comportamento de acordo com experiências anteriores e há diferentes etapas biológicas de desenvolvimento para que isso ocorra. Na segunda, o sujeito interage com o meio social desde bebê e, a partir de sua interação familiar e, depois, em outros ambientes sociais, vai construindo seu intelecto nas relações de interação com outros indivíduos.

Pode-se dizer, com bastante segurança, que todas essas teorias, como outras, anteriores e posteriores a elas, trouxeram inquietações e questionamentos acerca do desenvolvimento intelectual do ser humano. Como todo estudo formal, seguiram os rigores científicos para serem construídas e divulgadas e, ainda hoje, servem de base para estudos relacionados aos aspectos determinantes da cognição humana.

Na vanguarda dos estudos sobre a relação entre pensamento e linguagem, temos atualmente os estudos conexionistas, que são fundamentados na Neurociência Cognitiva. Esta área de conhecimento tem desenvolvido estudos aprofundados acerca dos fenômenos envolvidos nessa relação, nas últimas décadas, com descobertas bastante significativas e com a possibilidade de análise concreta dos fenômenos psicofísicos que ocorrem dentro do cérebro humano, através de processos tecnológicos avançados (como a neuroimagem através da ressonância magnética funcional (*MRf*), por exemplo) (Degasperi, 2009; Cuetos, 2012: 1-14).

Quando ainda não se tinha acesso aos processos físicos que ocorrem no cérebro humano, havia muitas incógnitas sobre como um ser humano consegue transformar seu pensamento em linguagem linear, que impedia que os estudos avançassem. Atualmente, com o avanço neurocientífico, já se podem contemplar alguns dados concretos sobre os processos que ocorrem no cérebro humano, através de neuroimagens captadas por aparelhos de ressonância magnética funcional, por exemplo.¹ A Psicolinguística, como ciência que objetiva desvendar esses processos tem alcançado avanços significativos nessa área, através do conexionismo, que abriu caminho para um novo paradigma, fundamentando-se na Neurociência cognitiva. (DEGASPERI, 2009: 16)

[...] El desarrollo de las técnicas de neuroimagen funcional, como la resonancia magnética funcional o de la magnetoencefalografía, que permiten observar el funcionamiento cerebral tanto en pacientes como en personas sanas mientras hacen uso del lenguaje, posibilitando la realización de experimentos en los que se puede ir cambiando la tarea para comprobar en cada caso qué zonas del cerebro se están activando. Incluso algunas técnicas de neuroimagen recientes, como la tractografía, consiguen visualizar los tractos de la materia blanca que unen las zonas corticales, y que también juegan un papel importante en el procesamiento del lenguaje. (CUETOS, 2012: 1)

Ao analisar esses fenômenos, os neurocientistas conceberam novo sentido ao conceito de *mente*, com a possibilidade de considerá-la como sendo o potencial de atividades cerebrais sucessivas que se manifestam nos seres humanos. Nesse sentido, a mente seria para os conexionistas “o cérebro em movimento”, eventos imateriais responsáveis pela aprendizagem, pela emoção, pelo armazenamento de memórias, pela criatividade, etc.

Segundo o Conexionismo, a cognição se dá a partir do *input*, ou estímulo dos órgãos dos sentidos, que enviam sinais para o Sistema Nervoso Central e que desencadeiam reações químicas (sinapses) entre os bilhões de neurônios, que se distribuem em rede dentro do cérebro. As memórias se correlacionam com a força sináptica, que modifica a estrutura do cérebro, o que se denomina plasticidade cerebral. A resposta a esse estímulo pode ser uma mudança de comportamento, uma reação física, emocional, ou mesmo a recuperação da informação (Poersch, 2005-2007; Wiethan, F.M. et al, 2012).

A recuperação da imagem mental de um objeto qualquer se daria através da evocação de elementos que formam esse objeto: cor, forma, tamanho, textura, etc. e cada um desses elementos estariam dispostos em um local específico. Grosso modo, podemos dizer que, ao evocar o objeto, o cérebro, em velocidade de milésimo de segundos, reagruparia esses atributos do objeto para reconstruí-lo. (Rumelhart, D.E.; J.L. McClelland, 1986; Cuetos, 2012).

Los estudios de neuroimagen muestran, sin lugar a dudas, que ante la realización de determinada tarea lingüística no se activa un único centro cerebral, tal como sería esperable en base al modelo clásico, sino que se activan varias zonas cerebrales, incluso bastante apartadas entre sí. Cualquier actividad, por simple que sea, requiere la activación de múltiples neuronas que forman parte de una misma red, aunque estén muy alejadas espacialmente. (CUETOS, 2012: 2)

Isso só se concretiza em situações em que o conceito já esteja devidamente engramado.

Segundo o paradigma conexionista, as marcas sinápticas ou engramas são reforçadas de acordo com o grau de importância da informação, da força do estímulo e das conexões com outras informações já armazenadas. A ampliação das conexões ocasiona novos engramas e, com isso, a ampliação cognitiva do sujeito (Cielo, 1998: 45).

Há um impasse, como se pode ver nos diálogos entre as teorias de Piaget e de Vygotsky sobre as influências do entorno social na elaboração dos esquemas de produção de construtos mentais. O Conexionismo considera todos os tipos de estímulos como meios de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, desde que o cérebro do sujeito seja potencialmente ativo. Sendo assim, não só o desenvolvimento orgânico dos sujeitos, como também o seu entorno e todos os

ambientes que lhe estimulem os sentidos de alguma forma constituem potenciais subsidiários para seu progresso cognitivo.

A limitação da Neurociência Cognitiva está em não conseguir ainda desvendar como é possível ocorrer o fenômeno da *transubstanciação*, ou seja, de um objeto transformar-se em uma ideia ou vice-versa (como é o caso da criatividade transformada em objeto, por exemplo). Já é possível identificar em que parte do cérebro é estimulada quando o sujeito desenvolve atividades cognitivas ou emocionais, graças à descoberta das regiões responsáveis por diferentes receptores de estímulos, na massa física do cérebro.

Considerando as teorias apresentadas, é possível, de antemão, deixar claro que esta reflexão não tem a pretensão de desvendar questões neurocientíficas de alto nível, nem tão pouco dar respostas de como estabelecer parâmetros para que uma pessoa com deficiência visual congênita (PDVC) possa elaborar conceitos e imagens mentais abstratas. A proposta é entender a complexidade que constitui a atividade de um tradutor audiovisual, que é o audiodescritor, ao transformar objetos abstratos em palavras e, assim, conseguir subsidiar a construção das imagens mentais no cérebro da PDVC, de forma que este possa recuperá-la e reproduzi-la, posteriormente.

O que já se constatou, através de diferentes investigações, é que o processo de construção de imagens mentais de PDVC, sem outras deficiências, é similar ao de pessoas normovisuais; o que difere é a forma como o processamento se desenvolve, pois os insumos são diferentes em ambos os processos.

A cegueira traz afecções características e conexões peculiares, dificuldades e capacidades, deficiências e potências, que configuram um corpo e um modo de perceber, de se deslocar, de se comunicar e de viver, definindo também um domínio cognitivo e configurando um mundo. Reinventar-se com a perda da visão é recriar o campo de conexões, criando assim um novo corpo cognitivo e um novo mundo. (KASTRUP, CARIJÓ & ALMEIDA, 2016)

A experiência visual dos normovisuais é análoga às experiências sensoriais das PDVC. Pode-se dizer que no processamento na construção de imagens mentais abstratas de ambos os sujeitos, com ou sem deficiência visual, apresenta demandas similares, como por exemplo, a sequência de estímulos, a atenção seletiva, a ativação das memórias de trabalho, de curto prazo, os reforços sinápticos necessários para a consolidação da memória de longo prazo e a recuperação das imagens.

Para esse tipo de conceito mental, cuja experiência não surge de um estímulo sensorial, mas de uma idealização imagética, transmitida por terceiros.

O desenvolvimento cognitivo da criança cega é bastante complexo, pois, por um lado ela é completamente dependente do mediador vidente e, por outro está dissociada da concepção que o mediador tem do mundo. Com base nessas reflexões podemos inferir que, caso o referencial visual seja imposto como alternativa única para a construção da realidade por uma criança cega, o seu processo de interação com essa realidade será bastante limitado. (SOUZA, 2000 in FERNANDES, 2006)

Palavras descritivas ou conceitos são difíceis de serem aprendidos. A criança cega pode esquecer palavras mais facilmente. Muitas palavras não têm sentido para ela, a menos que a criança tenha uma experiência directa com as mesmas. Portanto, é necessário fazer com que as palavras se tornem significativas para a criança cega. Descreva pessoas e coisas continuamente. (Young Child Community Based Program for Blind Children, 1996.)

Logicamente, apesar da similitude, o processamento da PDVC será sempre mais lento, pois ela precisará de muitos e diferentes estímulos para processar as informações e elaborar estratégias cognitivas para consolidá-las na memória permanente. A complexidade dessa construção é tal que depende de associações de imagens concretas já engramadas no cérebro do indivíduo cego. Ou seja, não seria possível imaginar, por exemplo, um arco-íris, sem a ideia de cores, que por sua vez, é construída através de associações com referências concretas (o azul pode lembrar o céu; o verde as folhas de uma árvore, o vermelho, uma fruta). Entretanto, diferentemente do indivíduo normovisual, as construções imagéticas dos objetos se baseiam em associações, nem sempre coletivas, porque muitas delas dependem do estímulo fixado para sua recuperação, da experiência sensorial recebida e reforçada como estímulo associativo.

É interessante perceber que as pessoas sem deficiência visual também utilizam, muitas vezes, recursos associativos para tornar concreto algo que não consegue discriminar, como é o caso das cores: *cor de vinho*, *cor de rosa*, *cor de abóbora*, *azul piscina*, *azul marinho*, *verde água* e até uma estranha construção “cor de maravilha” “rosa choque”, que são acepções que envolvem elementos psicossensoriais.

Dada à limitação do assunto neste âmbito bibliográfico, em se tratando da atividade de audiodescrição, é necessário destacar que algumas teorias da tradução, como a de Julio Plaza, por exemplo, preconizam a impossibilidade de uma transferência fiel de uma realidade visual, que é a tradução intersemiótica, como “transação criativa entre as diferentes linguagens ou sistemas de signos” (PLAZA, 2003). Sendo assim, pode-se considerar que um mesmo cenário ou situação pode ser descrito de diferentes formas, especialmente de modo oral, por diferentes audiodescritores. Isso se projeta a partir da constatação de que cada indivíduo carrega consigo sua história de vida, seus conhecimentos prévios, suas experiências, seus repertórios

linguísticos, seu manejo dos recursos discursivos, entre outras características e, da mesma forma, os receptores (PDVC) têm suas formas próprias de interpretar, com os seus atributos pessoais. Uma investigação sistemática se faz necessária para descobrir quais formas podem considerar-se padrões ou estratégias individuais na construção das imagens consideradas abstratas e se há uma possibilidade de identificar regras ou estratégias mentais individuais, mas comuns entre os indivíduos cegos e normovisuais, na elaboração das imagens mentais de conceitos abstratos que possam facilitar o trabalho de audiodescritores na produção dos roteiros.

Os estudos apresentados neste artigo serão aprofundados em pesquisa iniciada, recentemente, na Universidade Federal de Pelotas, por sua autora, cujos resultados deverão apresentar-se durante o andamento dos trabalhos. O interesse em ampliar as perspectivas de compreensão dos fenômenos cognitivos que constituem a transmutação imagem-palavra, certamente, conduzirão à especialização e à otimização da tarefa tradutória da audiodescrição, o que, por conseguinte, representará avanços na qualidade audiodescritiva. Nesse prisma, a necessidade de envolvimento dos atores que desenvolvem trabalhos nesta área é patente.

Referências bibliográficas

- BAUTISTA, Rafael. **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.
- CIELO, Carla Aparecida. Processamento cerebral e conexãoismo. In: ROSSA, Carlos; ROSSA Adriana. **Rumo à Psicolinguística Conexionista**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2004.
- CUETOS, F. **Neurociencia del lenguaje: bases neurológicas e implicaciones clínicas**. Editorial Médica Pan-americana: Madrid, 2012.
- DEGASPERI, M. H. **Processamento de leitura em ambiente virtual e em ambiente não virtual**. Tese doutoral. PPGL PUCRS: Porto Alegre, 2009.
- EYSENCK, Michael W, KEANE, Mark T. **Psicologia Cognitiva: um manual introdutório**. Trad. de Wagner Bresser e Maria Helena Pênalti Bresser. Artes Médicas: Porto Alegre, 1994.
- FERNANDES, Cleonice et al (Org.) **A construção do conceito de número e o pré-soroban**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Brasília, 2006.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memoria**. Arte. Porto Alegre: 2006.
- _____ Et al. **Separated mechanisms for short- and long-term memory**. Behavioural Brain Research. v. 13, p. 1-11, 1999.
- JENSEN, Eric. **O cérebro, a bioquímica e as aprendizagens – um guia para pais e educadores**. Ed. ASA: Porto, 2002.
- KASTRUP, Virgínia; CARIJÓ, Filipe Herkenhoff; ALMEIDA, Maria Clara de. Abordagem da enação no campo da Deficiência Visual. **Informática na Educação: teoria & prática**. UFRGS: Porto Alegre, 2016.
- MARTÍN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro. Deficiente visual e ação educativa. In: PIAGET, Jean. **La langage at la pensée chez l'enfant**., Delachaux & Niestlé: Neuchâtel-Paris, 1923.
- _____. **A epistemologia genética**. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- PLAZA, Julio. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003
- POERSCH, José Marcelino. A new paradigm for learning language: Connectionist artificial intelligence. **Linguagem & Ensino**, Vol. 8, No. 1, 2005 (161-183). Pelotas, RS.

_____. Simulações Conexionistas: a inteligência artificial moderna. In: **Processamento da linguagem e conexionismo**. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2007. 360 p.

_____. O paradigma simbólico é demasiadamente rígido para explicar determinados problemas de aquisição linguística. *Rev. Letras de Hoje*, v. 33, nº 2, p. 37-42. Editora da PUCRS: Porto Alegre, 1998.

RUMELHART, D.E.; J.L. MCCLELLAND and the PDP Research Group. **Parallel Distributed Processing: Explorations in the Microstructure of Cognition**. Volume 1: Foundations, Cambridge, MIT: MA, 1986.

SCHANK, Roger C. **Reminding and memory organization: an introduction to MOPs**. In: Paul R. Clyne, William F. Hanks and Carol L. Hofbauer (eds). **Papers from the Fifteenth Regional Meeting, Chicago Linguistic Society**. University of Chicago: Chicago, 1979. P. 455-499.

TABACOW, Luiz Samuel. **Contribuições da neurociência cognitiva para a formação de professores e pedagogos**. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC-Campinas, 2006. 266p.

VIGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. (Orgs. Cole et al.) Tradução de José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 4ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 1991.

Documentos eletrônicos

WIETHAN, Fernanda Marafiga et al. O paradigma conexionista aplicado às pesquisas em linguagem. *Revista CEFAC (Online)*, v. 14, p. 984-991, 2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rcefac/v14n5/87-11.pdf Acesso em 09-03-2016.

COMMUNITY BASED PROGRAM BOSTON CENTER FOR BLIND CHILDREN. A cegueira congênita e o desenvolvimento infantil. In: **Revista do Instituto Benjamin Constant**. Nº4, Rio de Janeiro: IBC, 1996. Título original: The Effects of Congenital Blindness on the Development of the Infant and Young Child Community Based Program for Blind Children - Boston, Massachussets/EUA. Tradução: André Oliveira. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/revistas/199-edicao-04-setembro-de-1996> . Acessado em 03 de janeiro de 2018.

O MAGO: RELAÇÕES DE ATRAVESSAMENTOS VISUAIS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO E SEUS RESULTADOS

*THE MAGICIAN: VISUAL CROSSING RELATIONSHIPS IN THE CREATION
PROCESS AND ITS RESULTS*

*Matheus Saraçol Folha
Mestrando/UFPel
matheus.folhas@hotmail.com*

*Nádia da Cruz Senna
Pós Doutora/UFPel
alecrins@uol.com.br*

RESUMO

O presente artigo apresenta parte da pesquisa ligado ao projeto de mestrado, esta que investiga um recorte de minha produção, O Mago, mostrando as etapas de seu processo de criação, as influências culturais e visuais que o compõe, além disso, apresento sua exteriorização do espaço da folha de papel, enquanto desenho, para o mundo externo através de performance, também pretendo explorá-lo em outros meios expressivos; o escrito passa também pelas questões das relações com os referentes, das influências criadas através das interações visuais do meu cotidiano até o momento de criação do Mago, importantes para o processo de criação, como por exemplo os desenhos que via durante a infância, do corpo imaginário como expressão, sendo estes elementos uma costura que interliga as diversas possibilidade que compõe meu corpo. Enquanto referenciais teóricos utilizo: Helena Katz, Christine Greiner, Dani Lima, Denise Siqueira, Edth Derdyk e Marina Polidoro. Também retomo parte de meu trabalho de conclusão de curso para mostrar O Mago como narrador através das reflexões trazidas por Walter Benjamim. Além disso, trago um desdobramento do Mago para outros trabalhos a serem feitos durante o período de abril de 2018, estes que se interligam a outros processos como a colagem através de meios digitais somados a dispositivos múltiplos.

Palavras-chave: Mago. Corpo. Experienciar. Performance. Desenho.

ABSTRACT

This article presents a part of the research related to the master's degree project, which investigates a part of my production, The Mage, showing the stages of its creation process, the cultural and visual influences that make it up, and, exteriorizing the space of the sheet of paper, as a drawing, to the external world through performance. I also intend to explore it in other expressive means; the writing also goes through the questions of relations with the referents that I bring into text, the influences created through the visual interactions of my daily life until the moment of creation of the Mage, important for the creation process, such as the drawings that I saw during childhood, of the body imaginary as an expression, these elements being a seam that interconnects the various possibilities that make up my body. As theoretical references I use: Helena Katz, Christine Greiner, Dani Lima, Denise Siqueira, Edth Derdyk and Marina Polidoro. I also resume part of my undergraduate work to show The Mage as a narrator through the reflections brought by Walter Benjamim. In addition, I bring an unfolding of the Mage to other works to be done during the period of April 2018,

which are intertwined with other processes such as collage through digital media added to multiple devices.

Keywords: Mage. Body. Experience. Perform. Drawing.

Descrição das normas

O processo apresentado neste artigo se faz por meio da produção de um de meus trabalhos artísticos denominado “O Mago” (2013 – 2018). Como foco do processo de produção as reflexões se fazem a partir de análises da criação, vindas de experiências estéticas influentes na criação do trabalho e em seu desenvolvimento durante o período de construção e exposição. Também trago em nota modificações ocorridas entre o período de publicação do resumo referente a este artigo e o momento de produção dele, visto de extrema importância para visibilizar o processo de pensamento em um trabalho de pesquisa através de seu amadurecimento.

Para auxiliar o pensamento sobre O Mago trago junto ao texto referentes que pensão através do campo do corpo, da estética e da cultura. Dentre tais autores se encontram: Helena Katz e Christine Greines (A natureza Cultural do Corpo), Dani Lima (Corpos Humanos Não identificados: Hibridismo Cultural) e Denise Siqueira (Corpo Comunicação e Cultura: A Dança Contemporânea em Cena). Também utilizo de referentes como, Marina Polidoro (Para atravessar ou para aproximar: desenho como ponte) e parte do trabalho de conclusão de curso (onde trouxe Walter Benjamin³⁴) para apresentar os primeiros passos da construção do presente trabalho apresentado.

Trago para pensar o desenho enquanto processo de criação através de um ritual composto pelos conceitos de *empréstimo* (CHIRON, 2004), *ponte* (POLIDORO, 2013) e *sacrifício* (CHIRON, 2004).

Começo apresentando relações visuais através de experiências estéticas ocorridas antes da minha entrada no curs de Artes visuais (bacharelado) em 2013. A importância dessa ação de retomada é necessária para visibilizar dentro da pesquisa artística as influências do trabalho e características incrustadas em seu processo atual.

Com aproximadamente 12 anos assistia uma animação japonesa chamada “Super Campeões” (1981 – 1988) que foi transmitida na Rede TV, tendo como tema principal o futebol.

³⁴ O autor foi retirado da pesquisa devido ao pensamento de “Narrador” que traz não poder estar caracterizando O Mago como tal, pois este é um fruto da narração e não seu comunicador.

Analisando essa ação lembrada percebi um desvio dentro das escolhas por animações e divertimentos escolhidos por mim ao decorrer dos anos, o futebol, tema da animação citada, não me era cativante, contudo os nomes dados as técnicas, como “chute de trivela”, “chute canhão” entre outros, se aproximava aos nomes dados aos golpes e habilidades de personagens de outras séries, filmes e quadrinhos com tema fantástico. Por exemplo: Kamehameha (golpe de alguns personagens da série Dragon Ball), Poeiromancia (técnica de magia que controla a poeira, apresentada em Hora de Aventura), Canção de Embornova (na série Chaotic os personagens podiam utilizar cartas chamadas “Mugic” que possibilitavam a utilização de magias dentro do combate), Polimerização (carta do anime Yu-Gi-Go que possibilitava a união de duas outras cartas da classe “monstro” do jogador), Susanoo (na série animada e em quadrinhos “Naruto” alguns personagens utilizam a técnica de criar armaduras com suas energias espirituais), Bankai (ultima forma física que a arma dos personagens da série animada e quadrinho Bleach pode atingir), Dobra (possibilidade de manipular algum elemento, água, terra, fogo e ar, dentro da série Avatar), Nen (capacidade de manipular a energia vital, da série e quadrinho Hunter x Hunter), Choque do Trovão (descarga elétrica utilizada por criaturas do tipo elétrico dentro da animação e quadrinho Pokémon), entre outros.

A partir desta comparação percebo a ficção e o fantástico como norteadores de meu fazer artístico. Também me dou conta que durante a produção de meus primeiros desenhos, ao utilizá-los para brincar, se criava uma relação de tentar estar presente dentro dos mundos apresentados pelas animações que assisti. O desenho ia ganhando, desta forma, a característica de aproximação de um local ficcional possibilitando, enquanto projeção desse ambiente, a presença, mesmo que de certa forma distante, do ficcional dentro do real através de sua projeção e experiência estética. Com esta ação de se possibilitar estar habitando de forma imaginária o mundo ficcional e de apresenta-lo através de dispositivos artísticos me encontro, como diz Marcos Pereira, possuindo uma atitude estética:

A atitude estética é uma atitude *desinteressada*, é uma abertura, uma disponibilidade não tanto para a coisa ou o acontecimento “em si”, naquilo que ele tem de consistência, mas para os efeitos que ele produz em mim, na minha percepção, no meu sentimento (Marcos Villela Pereira, 2012, p. 186).

Com esta atitude se faz o desenho enquanto ponte que liga o ficcional ao fazer artístico do gesto criador causado pelas influências visuais. Devido a potência da minha ligação com a ficção logo ela mudaria o contorno do meu corpo através de vestimentas, trabalho que será enfatizado posteriormente.

Construir O Mago começa com atravessamentos dentro do meu cotidiano, vindo de personagens de histórias em quadrinhos, filmes, jogos, e demais meios visuais que possuo, como por exemplo uma vasta coleção de imagens (por meio digital) que possuem desde registros de desfiles de moda até artbooks³⁵ de jogos. Dentre alguns personagens que de certa forma influenciaram, mesmo que superficialmente, a criação do mago estão: Gandalf (da trilogia “Senhor dos Anéis”), Doutor Destino (super herói da “Liga da Justiça”), Mestre dos Magos (personagem de “Caverna do Dragão”), Mago Negro (carta de Yu-Gi-Ho), o Homem Mágico (personagem de “Hora de Aventura”), Kurotsuchi Mayuri (personagem de “Bleach”), entre outros. “A realidade, aquilo que existe (seja concreta e materialmente, seja abstrata e conceitualmente) não é mera exterioridade, mas algo que me constitui tanto quanto eu a constituo.” (Marcos Villela Pereira, 2012, p. 186).

Todos os atravessamentos visuais vieram a servir de referente para a projeção do Mago. Em 2012 recebo um convite um amigo para que junto a ele criássemos um RPG³⁶ de tema nórdico. A partir deste momento trago meus referentes de preferência dentro dos mundos mágicos (citados no parágrafo acima) além de pesquisar vestimentas e um pouco da cultura nórdica. Encontro com a pesquisa da cultura nórdica o necromante³⁷ como sendo o mais próximo de mago possível, neste momento o crio como meu personagem no jogo.



Figura 1: Necromante. Fonte: Autor

³⁵ Livros com o material gráfico para criação de personagens e demais componentes do cenário de um jogo, filme, história em quadrinho, etc.

³⁶ Role-playing-game é um jogo no qual os participantes interpretam algum personagem através de uma narrativa criada pelo grupo.

³⁷ Classe de RPG que conversa com os mortos e em alguns momentos os renasce.

Infelizmente o RPG nunca aconteceu. Dois anos depois, em 2014, eu e um grupo de colegas, em meio a conversas descontraídas, nos nomeávamos com relação a classes de RPG, A Rainha, A Princesa, O Mago, O Rei das Fadas, O Bardo, A Ladina e o Bárbaro. Em conjunto, eu e o grupo pensamos em uma possibilidade de transformar de forma fictícia as nossas vidas e relações dentro da universidade para um mundo fantástico de história em quadrinhos.

Meu personagem entre os colegas era o mago, conselheiro real e protetor mágico do reino. Assim para sua criação visual retornei ao necromante e a seu processo de criação, trago os referentes que me atraíam nos filmes, histórias em quadrinho, jogos, etc. Contudo decido escapar um pouco do clichê, trato a influência das imagens de referência com mais rigor, escolho detalhes que possam tornar genérica a concepção do mago e também adiciono características físicas minhas ao personagem para a história. Assim a composição de um mago se faz por um aparato manual mágico e uma veste sobre a cabeça, referente a mim ele deveria ter uma barba e cabelos escuros e algum objeto que o auxilie visualmente. Em seu primeiro desenho o personagem possui um bastão com a extremidade superior em formato de triângulo invertido e vazado e um símbolo de magia no centro de seu chapéu, estes como sendo seus identificadores.

Com o projeto sendo posto de lado por problemas com o grupo o personagem passa a se tornar parte importante de minha poética visto como potencial de criação. Retornando o personagem também acabo modificando-o, mas de modo sutil. Modifiquei o símbolo que avia em seu chapéu, a Triquetra³⁸, e a substituo pelo triângulo invertido. A atualização se fez por importante identificação minha com a nova forma que representa a água, o elemento se faz presente em meu signo do zodíaco ocidental, peixes, ao mesmo tempo trago questões em meu trabalho sobre a mutabilidade da forma a partir da interação com quem a experiencia, o elemento da água sendo mutável se encaixa perfeitamente, outra relação é a do ponto em movimento que gera a linha do desenho, podendo assim relacionar com a gota d'água que quando cai sobre algo desliza e gera uma linha.

³⁸ O símbolo vem da cultura celta e representa as três faces da Grande Mãe (energia que criou o universo), a Virgem, a Mãe e a Anciã.



Figura 2: O Mago. Fonte: Autor

Outro tipo de referente que influenciou a criação citada foi um a ilustração *Les Grands Ancêtres*³⁹ do ilustrador francês Moebius. Focarei apenas na figura central desta ilustração devido a sua relevância dentro do processo de criação, mesmo que no momento presente de sua composição ela não ter sido percebida, só foi concebida como grande referente após a análise de *O Mago*. Retomando a ilustração, ela apresenta em seu centro uma imagem de um ser humanoide, ou um humano, com roupa grande e volumosa a qual deixa apenas os rosto e mãos amostra. Na parte da vestimenta que recobre a sua testa se mostra uma forma próxima a uma seta que aponta para cima, em suas mãos estão formas que lembram pedras, em sua frente se fazem presentes insinuações do que deveriam ser uma garrafa e um pequeno frasco, mas que devido à falta de detalhes perambulam em diversos tipos de interpretação. O humano, ou humanoide está sentado dobre um tapete. Pode-se perceber a relação da vestimenta e do símbolo próximo a testa como influentes no primeiro desenho de *O Mago*.

Com as influências subjetivas de referentes artísticos e das imagens dos personagens aos quais me identificava ou tinha apreço, trago o termo *empréstimo* (CHIRON, 2004). Este trata da relação de relembrar no processo presente da ação de criação, retoma todo o passado e sensações (odor, som, textura, etc) que se faziam presentes naquele momento. O empréstimo em *O Mago* se faz presente justamente nos momentos de referência e influência das imagens

³⁹ Pode se ter acesso em: https://www.moebius.fr/Case_dore_DI_AIGLE-DE-FEU

citadas anteriormente unindo os referentes a momentos do cotidiano de minha infância e adolescência.

O Mago enquanto desenho habita folha de papel como espaço de ficção, desta forma me aproximo enquanto fazer criador dos mundos trazidos dos referentes visuais, dos mundos de super heróis, magias, fantasias, surreais que existem. A folha de papel permite que eu projete meu corpo em uma ficção onde habitam diversos seres imaginários, insto a vendo como espaço de subjetivação, contudo não é um habitar possível e sim uma aproximação. “Sendo o corpo ele mesmo uma espécie de mídia, a informação que passa por ele colabora com o seu design, pois desenha simultaneamente as famílias de suas interfaces” (KATZ e GREINER, p. 95, 1998). Percebendo o corpo do mago como uma possibilidade de moldar meu próprio corpo, mesmo que com a distância do desenho na folha de papel. O Mago modifica suas vestimentas ao decorrer do tempo em que o desenho mais vezes, estas ocorrências também são trazidas devido a novas influências visuais. Estando consciente das influências existe a necessidade de um rigor do olhar para que a poluição visual que lidamos na contemporaneidade não atrapalhe o processo criador.

O sujeito enfrenta, hoje, no cotidiano, uma verdadeira epopéia do olho e da pulsão de ter que ler com o olhar. A economia, transformada em semiocracia, fomenta uma hipermetrofia da leitura, massacra o imaginário através de contínuas colonizações visuais. Em tal contexto, tudo o que é visível é potencialmente político, exigindo, como contraparte, uma ética e uma ecologia de visibilidade. Esta ética implica olhar, escolher, discriminar, apropriar-se e reutilizar imagens que se ajustem à plasticidade do sujeito, à plasticidade social, dentro de uma perspectiva de conhecimento visual (Marly Ribeiro Meira, p 132, 2001).

Me vendo cada vez mais interagindo dentro do fazer artístico com O Mago, devido a evocá-lo em outros trabalhos e dentro de minha escrita acadêmica através de narrativas lúdicas e explicativas sobre meu processo de criação, o costuro com o termo “avatar”. Este termo se refere a uma figura que serve como recipiente para um ser divino, também é usado para se referir a imagens que sirvam de identidades para jogos e redes sociais. Trago este termo justamente pela contínua ação de desenhar que se configura quase como um transe me aproximando imaginária e subjetivamente de ser O Mago.

Autores como Bourcier (1994, p. 8) apontam que em tais celebrações o corpo em movimento era instrumento para se alcançar contato com divindades ou estados de êxtase. Assim, o corpo seria uma espécie de meio de comunicação para uma relação com outras esferas não-materiais, transcendentais. Essa busca do êxtase pela repetição de movimentos acontece contemporaneamente tanto em festas hedonistas do tipo rave, com acompanhamento de música eletrônica, quanto, no plano religioso, em rituais de candomblé e umbanda, em sessões espíritas, cultos evangélicos e encontros carismáticos (SIQUEIRA, p. 42, 2006).

Com essa tentativa de aproximação de um mundo imaginário parto para a performance como possibilidade de ser O Mago. Uso como potência desta performance o desenho, utilizo de uma de suas características, a projeção, como base para a performance onde primeiro apresento O Mago. Nela projeto minha sombra sobre um tecido que se divide em dois, as sobreposições deles fazem com a abertura se torne uma linha e através dela saio coberto por uma vestimenta (esboçada no papel) que indica que sou O Mago.



Figura 3: Registro do atravessamento do Mago. Fonte: Nataly Terribas



Figura 4: Registro do atravessamento do Mago. Fonte: Vivian Herzog

A ação do gesto criador é então a *ponte* (POLIDORO, 2013) que liga as possibilidades e influências que os referentes e as imagens do cotidiano causam em mim, para isso é necessário um *sacrifício* (CHIRON, 2004), este se dá a partir da tentativa de alcançar o inalcançável, o ser O Mago em sua potência ficcional e no desgaste físico destas tentativas.

A segunda performance em relação a O Mago foi feita para jogar e distribuir um conjunto de cartas. Nessa ação O Mago vem para mostrar a visão distorcida de duas viagens que fiz a Capão de Canoa e São Jerônimo, as cartas apresentavam uma visão ficcional e lúdica das visualidades percebidas por mim nos caminhos nas cidades e entre elas. O jogo proposto por O Mago durante a performance era de criar uma narrativa onde os jogadores estariam com

um baralho cada, a partir da jogada da carta o jogador criaria uma narrativa e o outro a continua jogando outra carta na mesa e falando algo sobre ela que encaixe na narrativa do jogador anterior. Infelizmente o equipamento disponibilizado para exposição não se adequava a performance, desta forma a modificação foi necessária, assim O Mago distribui cartas para as pessoas no local da exposição. A proposta de jogo se mantém para uma próxima exposição, o baralho será atualizado agora com cartas que tragam influências visuais de Pelotas devido a ser o local de partida e chegada para as viagens de Capão da Canoa e São Jerônimo, também possui relação visual com as pontas de um triângulo caso fossem ligados os pontos entre as três cidade, desta forma O Mago se faz presente novamente dentro do trabalho.

Entre outras possibilidades de trabalho está o deslocamento entre as ruas da cidade performando O Mago, além de registro desta ação para trabalhos futuros devido a suas influências estéticas que surgirão. Também existe uma proposta performática para habitar O Mago na performance com relação ao desenho, desta vez de uma forma mais próxima da linha e do atrito de materiais, desenhando O Mago sobre mim e o mundo imaginário sobre o espaço ao meu redor. São ações que ainda estão sendo elaboradas, mas que se constroem através das questões de meu cotidiano, de suas influências visuais e de minha necessidade de aproximar dos mundos imaginários trazidos pela memória do empréstimo, ponte e sacrificio do gesto criador e seu processo de elaboração.

Referências Bibliográficas

BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**, 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHIRON, Éliane. **Anatomia do gesto criador em uma prática do desenho**. Revista Porto Arte: Revista de Artes Visuais, Porto Alegre, v. 23, n. 38, 2018.

KATZ, Helena; GREINER, Christine. **A Natureza Cultural do Corpo**. Universidade. 1998.

LIMA, Dani. **Corpos Humanos Não Identificados: Hibridismo Cultural**. UniverCidade Editora, Rio de Janeiro. 2003.

MEIRA, Marly Ribeiro. **Educação estética, arte e cultura do cotidiano**. Cadernos de Autona. Editora Mediação, Porto Alegre. 2001.

PEREIRA, Marcos Villela. **O limiar da experiência estética: contribuições para pensar um percurso de subjetivação**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 1 (67), jan./abr. 2012.

POLIDORO, Marina Bortoluz. **Para atravessar ou para aproximar: o desenho como ponte [dossiê]**. Revista-Valise, Porto Alegre, v. 3, n. 5, ano 3, julho de 2013.

SIQUEIRDA, Denise da Costa Oliveira. **Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena / Denise da Costa Siqueira**. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006. - (Coleção educação física e esportes).

DESENHANDO A DIVERSIDADE: UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA

DIBUJANDO LA DIVERSIDAD: UN EJERCICIO DE CIUDADANÍA

*Nádia da Cruz Senna
Profa. Associada/UFPel
alecrins@uol.com.br*

RESUMO

O relato contempla a experiência desenvolvida com alunos do Centro de Artes – UFPel/RS/Brasil, em torno da representação da figura humana, cuja temática poética e reflexiva se desdobrou a partir do episódio *Queermuseu*, set/2017, Santander Cultural. Abrimos espaço para o diálogo, apresentamos artistas e obras, trabalhamos com o material pedagógico que acompanhava a exposição. Reorganizamos o programa da disciplina para abrigar diferentes biotipos e promover releituras da figuratividade exaltada pelo sistema da arte ocidental, visando suplantar desigualdades. Investimos no debate para explicitar complexidades e conflitos presentes nas práticas artísticas e educacionais, com a colaboração de pesquisadores de diferentes áreas para compartilhar abordagens, memórias e contextos. A estratégia pedagógica se pautou nos estudos da cultura visual e de gênero, segundo uma abordagem aberta e híbrida, que conjuga percepção, produção e reflexão, de forma a gerar um campo sensorial que contemple a cognição e os processos criativos. Recuperamos a vertente mais política das artes e sua capacidade para dialogar com a cultura visual para acolher e refletir sobre a diversidade que se faz presente na própria sala de aula, para questionar certezas e fazer avançar o conhecimento, desencadeando transformações em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-Chave: Desenho, Diversidade, Cultura Visual, Inclusão

RESUMEN

El relato contempla la experiencia desarrollada con alumnos del Centro de Artes - UFPel / RS / Brasil, en torno a la representación de la figura humana, cuya temática poética y reflexiva se desdobló a partir del episodio *Queermuseu*, set/2017, Santander Cultural. Nuestro enfoque abre espacio para el diálogo, presentamos artistas y obras, trabajamos con el material pedagógico que acompañaba la exposición. Se reorganizó el programa de la disciplina para albergar diferentes biotipos y promover relecturas de la figuratividad exaltada por el sistema del arte occidental, buscando suplantar desigualdades. Hemos promovido el debate para explicitar complejidades y conflictos presentes en las prácticas artísticas y educativas, con la colaboración de investigadores de diferentes áreas para compartir estrategias, memorias y contextos. La estrategia pedagógica se basó en los estudios de la cultura visual y de género, según un enfoque abierto e híbrido, que conjuga percepción, producción y reflexión, para generar un campo sensorial que contemple la cognición y los procesos creativos. Se recuperó la vertiente más política de las artes y su capacidad para dialogar con la cultura visual para acoger y reflexionar sobre la diversidad que se hace presente en la propia sala de clase, para cuestionar certezas y hacer avanzar el conocimiento, desencadenando transformaciones en favor de una sociedad más justa e inclusiva.

Palabras clave: Dibujo, Diversidad, Cultura Visual, Inclusión.

Contra a censura! Pela cultura!

Assim pediram os manifestantes em prol da liberdade de expressão artística e democrática, soterradas diante do fechamento prematuro da exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*. O episódio repercutiu na cena cultural, revelou intolerância, desconhecimento artístico e, o quanto, o tema sexo, continua tabu. A exposição apresentada no espaço Santander Cultural, Porto Alegre, abriu em agosto de 2017 e teve seu fechamento um mês depois. A abordagem curatorial de Gaudêncio Fidelis, reuniu 270 trabalhos de 85 artistas brasileiros em torno das questões de gênero, diversidade sexual e movimento LGBT. A pluralidade conceitual estava expressa por meio do diálogo entre o histórico e o contemporâneo, deslocamentos estéticos e desvios canônicos de toda ordem. A transgressão como propulsora da inclusão e reflexão não se deu como o programado: “*Queermuseu* é um ‘museu provisório’, ficcional e metafórico, onde a inclusão é exercida para além de parâmetros restritivos, excludentes e discricionários” (FIDELIS, 2017, p.17).

Nossa perplexidade diante dos duros ataques que essa exposição, outras mostras e obras em exibição pelo país, performances, peças teatrais e, inclusive, personalidades ativistas sofreram em 2017, nos motivaram a promover esclarecimentos, que fundamentassem o diálogo e a harmonia, evitando alimentar o discurso de ódio e a censura. Cabe a nós, arte-educadores, encontrar esse equilíbrio, promover o compartilhamento de saberes e a aceitação da diferença, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Embora, muitos dos nossos alunos não tenham visitado a exposição (não deu tempo), o embate nos alcançou, refletindo a realidade limitada presente em instituições que deveriam ser pluridimensionais, polissêmicas, vanguardistas e libertárias. O paradoxo ganha amplitude se atentarmos para o ambiente escolar, em todos os seus níveis, espaço de excelência para encontrar sujeitos complexos, múltiplos e diversos.

Conforme nos esclarece Silva (2014), o confronto com o outro constitui uma experiência dilacerante, desestabilizadora. Porque o outro conjuga tudo aquilo que ficou invisibilizado, reprimido, silenciado. Seja o outro corpo, a outra sexualidade, a outra religião, a outra etnia, etc. Essa diversidade que caracteriza nossa sociedade precisa adentrar os currículos e constituir um propósito político-pedagógico. Enfrentar a problemática significa adotar outros modos de pensar, menos restritivos e mais inclusivos, fundamentados no princípio da coletividade e no respeito aos direitos humanos; implica em outros modos de ver a si mesmo, ao outro, ver-se no outro, para ganhar outro estágio de consciência e cidadania.

Temos experimentado essa perspectiva inclusiva e expansiva em nossos cursos de arte, buscando assegurar um processo de ensino-aprendizagem interativo, articulado com a pesquisa e a extensão. Em Desenho de Figura Humana, componente curricular obrigatória da etapa básica dos cursos de Artes Visuais, Design e Cinema de Animação do Centro de Arte da UFPel, desenvolvemos ações integradas com foco nas representações, autorrepresentações e performances do corpo. Propomos revisões, mestiçagens de ideias e imaginários para instaurar poéticas, reflexões e transformações.

O episódio *Queermuseu* fez com que adotássemos a transgressão como estratégia para o desenvolvimento dos conteúdos programáticos. O catálogo e o material educacional da mostra fundamentaram as ações pedagógicas e artísticas que promovemos. Apresentamos artistas e obras, proporcionamos encontros com pesquisadores de diferentes áreas visando explicitar atravessamentos, relações de poder, discursos que constroem identidades e organizam sociedades.

Para dar conta da proposição elegemos uma metodologia inovadora, presente nas investigações baseadas em arte, por conta da natureza aberta e híbrida, reconhecida como Artografia. A abordagem conjuga professor, pesquisador e artista, sem fazer distinções, nem estabelecer hierarquias, a construção do conhecimento é resultante dessa concepção amalgamada. O percurso contempla visualidades, narrativas e formatações autorais, proporcionando empatias e identificações que por sua vez desencadeiam outros investimentos e experimentações. Aqui, a arte contemporânea desempenha papel facilitador, pela articulação com a cultura e com a política, constituindo um recurso capaz de causar estranhamentos, promover atitudes críticas e aproximar polos antagônicos.

Compartilhando ideias e vivências

Os primeiros encontros com a turma aconteceram no auge da polêmica. Para nós, era evidente que muitos que emitiam opinião sobre a exposição sequer a tinham visitado de fato. Mesmo para os estudantes de arte, alguns artistas e obras eram desconhecidos. Assim, demos a ver o catálogo e o projeto curatorial. Escolhemos algumas obras para instaurar um outro debate, a partir da ação educativa, reflexão e argumentação.

Cabeça Coletiva de Lígia Clark (Figura1) foi concebida para conter todas as coisas do mundo. Produção pioneira da arte propositiva no Brasil, a obra convida o público para que a experimentem, e ainda, que incorporem ao objeto outros elementos, materiais ou imaginários. A obra rompe com a estética formal, é totalmente anárquica, reúne vários materiais: tecidos,

brinquedos, sacos, tubos, objetos descartados; inclusive, em sua primeira versão, performada pelos alunos de Clark, em Paris, continha frutas e biscoitos, que eram distribuídos e comidos pelos participantes. Seu potencial para ativar o corpo e abrigar a diversidade dos pensamentos e desejos, no contexto da exposição, assume seu caráter *queer*, para abrigar diferentes expressões de gênero.

Nossa turma recriou a cabeça coletiva com os objetos do ateliê e cada um que a “vestia” agregava uma contribuição pessoal, que podia ser um objeto, uma frase, um desenho, um bilhete (Figura 2). Um aluno descreveu a ação, como uma tradução literal da expressão em inglês *I changed my mind*. Também associaram a Cabeça Coletiva, com as trouxas de coisas que alguns grupos carregam sobre a cabeça, costume comum entre pobres e negros, atentando para outras discriminações presentes na sociedade.

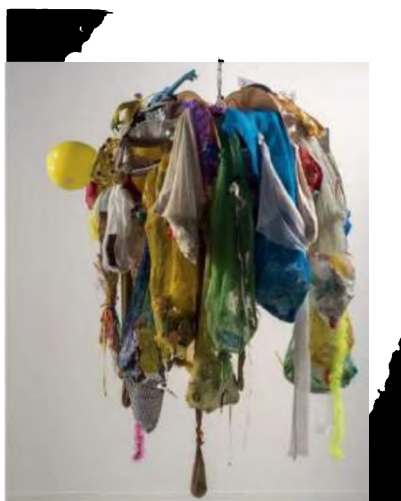


Figura 1: *Cabeça Coletiva* (1975). Fonte: Catálogo *Queermuseu*, 2017



Figura 2: Aluno vestindo a recriação da obra. Fonte: Autora.

A figura vestida é parte do conteúdo programático do curso. Aproveitamos a subversão proposta por Flávio de Carvalho, em 1956, com *Experiência nº 3 – New Look – Traje do Homem dos Trópicos* (Figura 3), para problematizar as articulações entre moda, arte e gênero. O traje, vanguarda total, consiste em uma blusa de mangas curtas e uma saia de brim. Em sua performance, o artista que é um homem alto, atravessa uma procissão, pelas ruas de São Paulo. Seu ato, sua roupa e sua postura são tão radicais e adiantadas para a época, que causaram uma comoção. Fácil de entender se pensarmos no contexto da ação e no quanto a roupa está intimamente ligada ao corpo, às identidades sexuais e de gênero. A moda constitui um potente instrumental para criar e reproduzir modelos e distinções, portanto, quebrar regras do que é próprio para uns e outros, pode ser ameaçador.

As questões de gênero só iriam adentrar o campo da arte, nas décadas seguintes, com as mulheres artistas ligadas ao movimento feminista. Fenômenos como a moda unissex, antimoda e a queima de sutiãs revelam o rompimento que estava em curso, uma rejeição total às identidades e posições de gênero demarcadas e disseminadas pela moda.



Figura 3: *Traje*, Flávio de Carvalho (1956). Fonte: Catálogo *Queermuseu*, 2017

Nossa experimentação partiu de fenômenos contemporâneos como *cross-dressing*, *Drag Queen*, moda transexual ou sem gênero, para alcançar culturas em que saias e túnicas fazem parte do vestuário masculino, como o kilt escocês, a kandura usada pelos árabes e o sarongue comum na Indonésia e na África. E, ainda, os trajes de diferentes religiões com paramentos e vestuários compostos de togas, casulas, batinas, quimonos, etc. Então, trocamos

de figurino, transformamos e performamos estar no lugar do outro, como uma experiência profunda do humano, que ultrapassa o apelo sexual.

A compreensão desse processo inclusivo é indispensável para almejar uma formação que avance sobre premissas canônicas instituídas, para contemplar representações mais afinadas com o tempo em que vivemos, que reivindicuem outras conformações, cores, etnias, gêneros, culturas.

Para oportunizar esse conhecimento emancipatório, que enfatiza a diversidade, trouxemos modelos que fogem do padrão, recriamos iconologias, alteramos os cânones. Revisitamos obras clássicas da arte ocidental com auxílio de modelos negros, ou com corpos que excedem em formas e expressividade, tal como propuseram Flávio Cerqueira (Figura 4), Beatriz Dagnese, Efrain Almeida, Thiago Martins de Melo, entre outros que integraram a mostra.

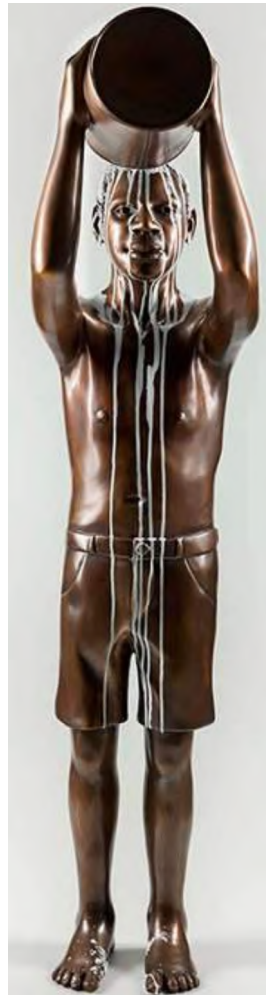


Figura 4: *Amnésia*/ Flávio Cerqueira (2015). Fonte: Catálogo *Queermuseu*, 2017

Amnésia de Flávio Cerqueira explicita o “apagamento do protagonismo negro dentro da história da arte brasileira, da perda de identidade da população miscigenada brasileira” (FIDELIS, 2017, p.97). Seguindo o alerta dado pelo artista, fomos buscar representações e representantes que ultrapassaram as barreiras impostas pelo sistema das artes e deram a ver outras anatomias e versões de si que fogem aos estereótipos romantizados ou submissos instituídos pelas academias de Belas Artes. Maria Lídia Magliani, Mestre Didi, Rubem Valentim, Djanira da Motta e Silva, Rosana Paulino e Emanuel Araújo foram alguns dos artistas negros brasileiros que resgatamos. O desenho do aluno a partir da modelo negra e volumosa captura uma atitude ativa, empoderada, que rompe com a passividade associada ao biotipo e com os restritos padrões de beleza impostos aos corpos femininos (Figura 5).

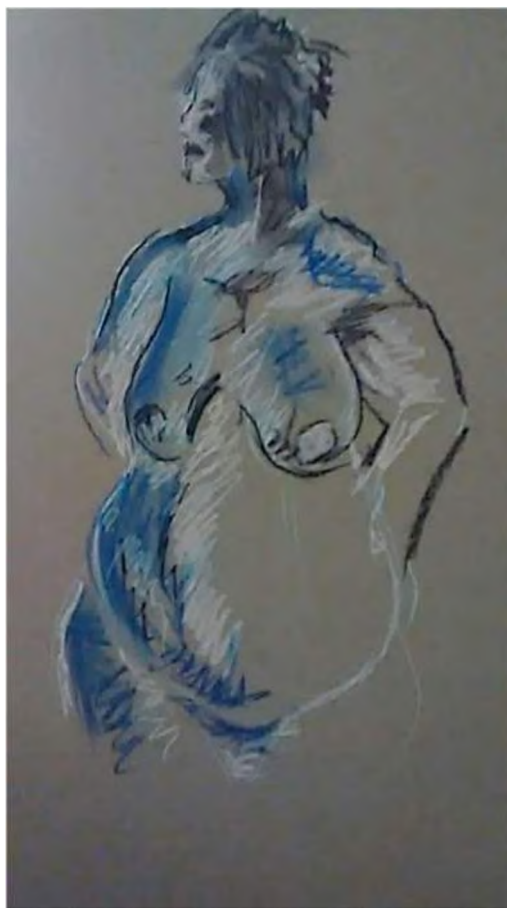


Figura 5: Desenho realizado por aluno (2017). Fonte: Autora.

Realizamos mestiçagens religiosas e exibimos o sagrado do outro, enfatizamos ambivalências e antagonismos, implementamos trocas e propomos outras entidades como protetoras da diversidade, que celebrem a liberdade sexual, que cultivem o devaneio e o respeito incondicional. A produção (Figura 6) efetiva esse desejo, resultado do estudo cuidadoso de

Nelson Boeira Faedrich, com suas séries dos 1980, que enaltecem a contribuição das religiões de matriz africana e o sincretismo que se estabelece. Essa “mistura” também é explorada por Fernando Baril *Cruzando Jesus Cristo com Deusa Schiva* (1996) e por Nino Cais, nas séries de fotografias de 2009, que lembram figuras dos baralhos da sorte.

O artista performático que atuou como modelo para a turma, usa uma veste tipo toga grega, maquiagem e tiara dourada, como as alegorias da Liberdade e Vitória, tão presentes na arte desde o classicismo grego. Contudo, o dispositivo que aciona o valor semântico ao tema é a faixa com as cores do arco-íris, símbolo mundial do movimento LGBT.

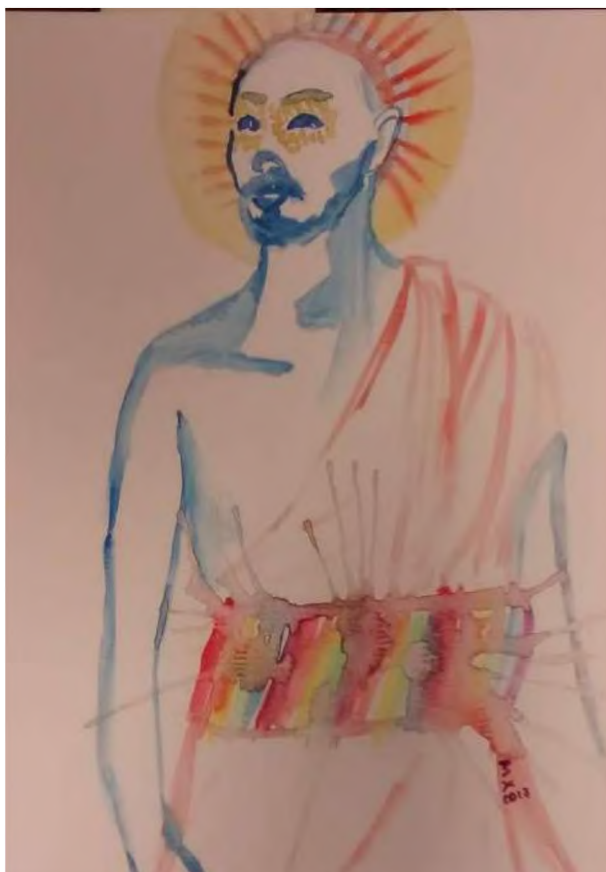


Figura 6: Desenho realizado por aluna (2017). Fonte: Autora

O processo pedagógico incluiu autorretratos que homenageiam artistas negros, latinos e mulheres, “os esquecidos da história” (PERROT, 2005). Corporificamos o *Pensador Negro* de Rodin, o *Adão Negro* de Michelangelo e, a mais enternecedora e política das versões – *A Pietá Negra*. Uma mãe negra que pranteia o filho morto, uma alegoria que denuncia o genocídio da juventude negra nas periferias do Brasil. O desenho da aluna (Figura 7) captura com sensibilidade o tema. Essa aula ocorreu em dezembro de 2017 e conforme avaliação do grupo, finaliza com propriedade o percurso desenvolvido ao longo do semestre. Para nossa surpresa e

emoção, apareceram outras versões da icônica escultura nos desfiles do Carnaval de 2018 no Rio de Janeiro. Protesto em forma de arte, que comprova a potência da arte para chegar onde as demais mídias falham.



Figura 7: Desenho realizado por aluna (2017). Fonte: Autora

Tomar como referência a exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* segundo uma perspectiva educativa implicou considerar as representações forjadas como sistemas de significação e atribuição de sentido, marcados pelas relações de poder que disparam discursos que nos constituem como sujeitos, indivíduos, iguais e diferentes.

O exercício do desenho da figura, de retratos e autorretratos para dar a ver corporalidades, relações culturais, afetos e transgressões construiu um novo acervo, que, igualmente, requer uma mostra e seu catálogo diante das dimensões alcançadas, que ultrapassaram censuras e modelos hegemônicos.

A linha pedagógica adotada seguiu vertentes contemporâneas, conectadas com o cotidiano buscando promover debates, experimentações, pensamento crítico e fruição em perspectiva ampliada, inclusiva e cidadã.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, A. M. (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2012.

CANTON, K. **O Espelho de Artista (auto-retrato)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009

_____. **Da política às micropolíticas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

DIAS, B.; IRWIN, R. (org.). **Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013.

FIDELIS, Gaudêncio (org.). **Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira**. Porto Alegre: Santander Cultural, 2017. Catálogo da Eposição.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Caxias do Sul: EDUSC, 2005.

SILVA, T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**“DOM QUIXOTE DAS ARTES”: UM OLHAR SENSÍVEL SOBRE A
ARTE PÚBLICA DE PAULO BATISTA DE SIQUEIRA**

*“DOM QUIXOTE DAS ARTES”: A SENSITIVE LOOK ABOUT PAULO BATISTA DE
SIQUEIRA’S PUBLIC ART*

*Adriana Carmen Brambilla
Mestranda em História / Universidade de Passo Fundo
adrianacbzanin@gmail.com*

RESUMO

Este presente resumo é parte da pesquisa sobre a vida e obra de Paulo Batista de Siqueira (1949 – 1996) escultor, pintor, muralista e ceramista brasileiro, nascido no Rio Grande do Sul, no entanto enquanto artista viveu grande parte de sua vida artística em Chapecó, no estado de Santa Catarina. Artista que se destacou na arte da escultura, criador de inúmeras obras de arte públicas, monumentos gigantes de ferro e aço, em várias cidades do sul Brasil. Como matéria-prima das suas esculturas utilizava materiais inusitados, na sua maioria advindos de refugos, “ferro-velho” que eram transformados através da solda em arte. Muitas de suas obras têm temática mais regional como: personalidades, indígenas, a questão da colonização, (i) migrantes, camponeses, pioneiros, desbravadores nas suas lides. Através de obras de cunho mais regional, o artista contribuiu de forma ampla para a consolidação de memórias dos imigrantes europeus, dos pioneiros e desbravadores que povoaram a região sul do país. A temática regional nos faz conhecer muito da arte de Paulo de Siqueira, mas é com a dialogia do dito regional com as influências dos clássicos europeus, particularmente da mitologia greco-romana que Paulo Batista de Siqueira presenteia a arte brasileira com uma visão mitológica, profana, e universal.

Palavras-chave: arte pública; memória; monumento

ABSTRACT

This abstract is part of the research about Paulo Batista de Siqueira’s life and work (1949 - 1996), he was a Brazilian sculptor, painter, muralist and ceramist, he was born in Rio Grande do Sul. However, as an artist he lived a great part of his artistic life in Chapecó, in the state of Santa Catarina. Artist who excelled in the art of sculpture, creator of numerous public art, great monuments of iron and steel, in several cities of southern Brazil. As a material for his sculptures, he used unusual materials, most of which came from scraps, "junk" that were transformed by welding in art. Many of his works have more regional themes such as: personalities, indigenous peoples, the question of colonization, (i) migrants, pioneers in their lids. Through more regional works, the artist contributed to the consolidation of memories of European immigrants, pioneers who populated the southern region of the country. The regional theme makes us aware of the art of Paulo de Siqueira, but it is with the dialogue of the regional saying with the influences of the European classics, particularly of Greco-Roman mythology that Paulo Batista de Siqueira presents Brazilian art with a mythological, profane, and universal view.

Keywords: public art; memory; monument

Introdução

A arte pública propicia o acesso de um público variado e diverso, localizando-se em museus, galerias, ruas, avenidas ou em outros tantos espaços, possibilitando fruição do olhar. Arte que o artista plástico Paulo Batista de Siqueira, “Dom Quixote das Artes” (como foi nomeado no documentário sobre sua vida e obra) desenvolveu de forma ampla na região sul do Brasil, são esculturas de ferro e aço localizadas em praças e logradouros, com temática mais regional representando pioneiros, (i) migrantes, personalidades e também, universal com seres e deuses da mitologia greco-romana. Através de obras de cunho mais regional, o artista contribuiu de forma ampla para a consolidação de memórias dos imigrantes europeus, dos pioneiros e desbravadores que povoaram a região sul do país. A temática regional nos faz conhecer muito da arte de Paulo Batista de Siqueira, mas é com a dialogia do dito regional com as influências dos clássicos europeus, particularmente da mitologia greco-romana que Paulo Batista de Siqueira presenteia a arte brasileira com uma visão mitológica, profana, e universal. O presente artigo objetiva apresentar um olhar sensível sobre a arte pública de Paulo Batista de Siqueira, tema que faz parte de uma pesquisa mais específica de mestrado sobre a vida e as obras localizadas em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, do referido artista plástico, o “Dom Quixote das Artes”.

Paulo Batista de Siqueira: o “Dom Quixote das Artes”

A trajetória de Paulo Batista de Siqueira, ainda que de forma sucinta, torna-se imprescindível para análise e compreensão das obras de arte de sua autoria. O referido artista foi escultor, muralista, pintor e ceramista. Nascido no ano de 1949, em Soledade, Rio Grande do Sul, no entanto, ainda na infância passou a residir em Passo Fundo, no mesmo estado. Nesta cidade Siqueira estudou no Instituto Educacional (IE), não chegando a concluir os estudos, tendo se dedicado com exclusividade às artes. Enquanto artista retornou várias vezes para Passo Fundo para criar monumentos e fazer exposições.

Desde cedo se destacou como exímio desenhista; gostava de caricaturar seus professores. Aos 16 anos, realizou sua primeira exposição individual em Passo Fundo. A partir de então, abandonou o ensino formal e se dedicou ao estudo das artes plásticas, orientado por mestres como Solano Finardi e Laura Borges, em pintura; Chico Stokinger e Dalme Rauen, na escultura. Portinari, Miró, Salvador Dali, Van Gogh foram suas fontes inspiradoras. Participou, em 1965, da I Feira de Artes Plásticas de Porto Alegre/RS; recebendo menção honrosa. Aos 23 anos ganhou o Concurso de Carros Alegóricos na Festa da Uva, em Caxias do Sul/RS. Autodidata, apaixonado pela caricatura, escultura, cerâmica, jornalismo e decoração; dedicou-se à pintura, como dizia, “para descansar da estafante arte da escultura”. Mas, nem por isso

era menos versado na arte das tintas e cores (SECRETARIA DE CULTURA DE CHAPECÓ, 2018).

Siqueira frequentou o curso Livre de Belas Artes, na Universidade de Passo Fundo, tendo como professora Laura Borges Felizardo, a qual teve importante papel na área das artes e cultura, além de enorme contribuição educacional. No ano de 1993 ela recebeu o título de professora emérita da Universidade de Passo Fundo, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na instituição.

Por volta de 1972, o escultor Paulo Batista de Siqueira fixou residência em Chapecó, Santa Catarina, a convite de Dalme Marie Grando Rauen, artista plástica chapecoense, a qual conheceu em Passo Fundo. Na cidade de Chapecó, em 1979 após vários encontros, segundo a artista visual, professora e escritora chapecoense Gina Zanini (2017), conjuntamente com Dalme Marie Grando Rauen, Agostinho Duarte, Enio Glieber, Antonio Chiarello fundaram o grupo CHAP, grupo de artes plásticas chapecoense que por muitos anos organizou exposições, tendo movimentado o cenário artístico de Chapecó e região. Siqueira passou a participar de exposições no Brasil, individuais e juntamente com o grupo CHAP, o qual teve seu término em 1983.

As esculturas são de chapas de ferro e aço inoxidável, cortadas e soldadas, a maioria oriunda da sucata. Era no lixo, no ferro velho que Paulo encontrava os elementos para compor sua obra. Sua genialidade na construção dos monumentos chamou a atenção de outros artistas e críticos de arte, embora não participasse de Salões de Artistas e priorizasse mais as exposições individuais, Paulo foi destaque no sul do Brasil. Na época ele foi considerado uma revelação em escultura, especialmente por utilizar material de sucata, o que era polêmico na década de 80. O material é corrosivo e as ideias de reciclagem ainda estavam distantes da sociedade brasileira (VITORINO, 2015).

Diante desta trajetória nas artes plásticas, Siqueira foi homenageado, ainda em vida, nas cidades de Chapecó e em Passo Fundo. Nesta recebeu a medalha de serviços distintos da Brigada Militar. Destaca-se a criação do Memorial Paulo de Siqueira, o qual se localiza na base do monumento *O Desbravador*, de autoria do próprio artista, na cidade de Chapecó - Santa Catarina. Localizado na base do monumento, na Avenida Getúlio Vargas, acolhendo uma parte do seu acervo de obras e objetos. O local anteriormente era denominado Galeria de Artes Paulo de Siqueira pela lei nº 3.714, de 13 de janeiro de 1996. Passou a Memorial a partir de 03 de outubro de 2005, com a Lei nº 4.891. Constituído-se em importante espaço de turismo e de difusão da arte e cultura.



Figura 01: O Desbravador, localizado em Chapecó, Santa Catarina.

Fonte: <https://www.chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=17> Acesso em: 20 fev. 2018



Figura 02: Monumento Desbravador, localizado em Chapecó, Santa Catarina.

Fonte: <https://www.chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=17> Acesso em: 20 fev. 2018

A empresa Margot Produções editou e gravou o documentário “Dom Quixote das Artes”, sobre a vida e a obra de Paulo Batista de Siqueira, cujo lançamento foi realizado em 21

de agosto de 2017. O documentário conta com a participação de amigos e pessoas que conviveram com Siqueira.

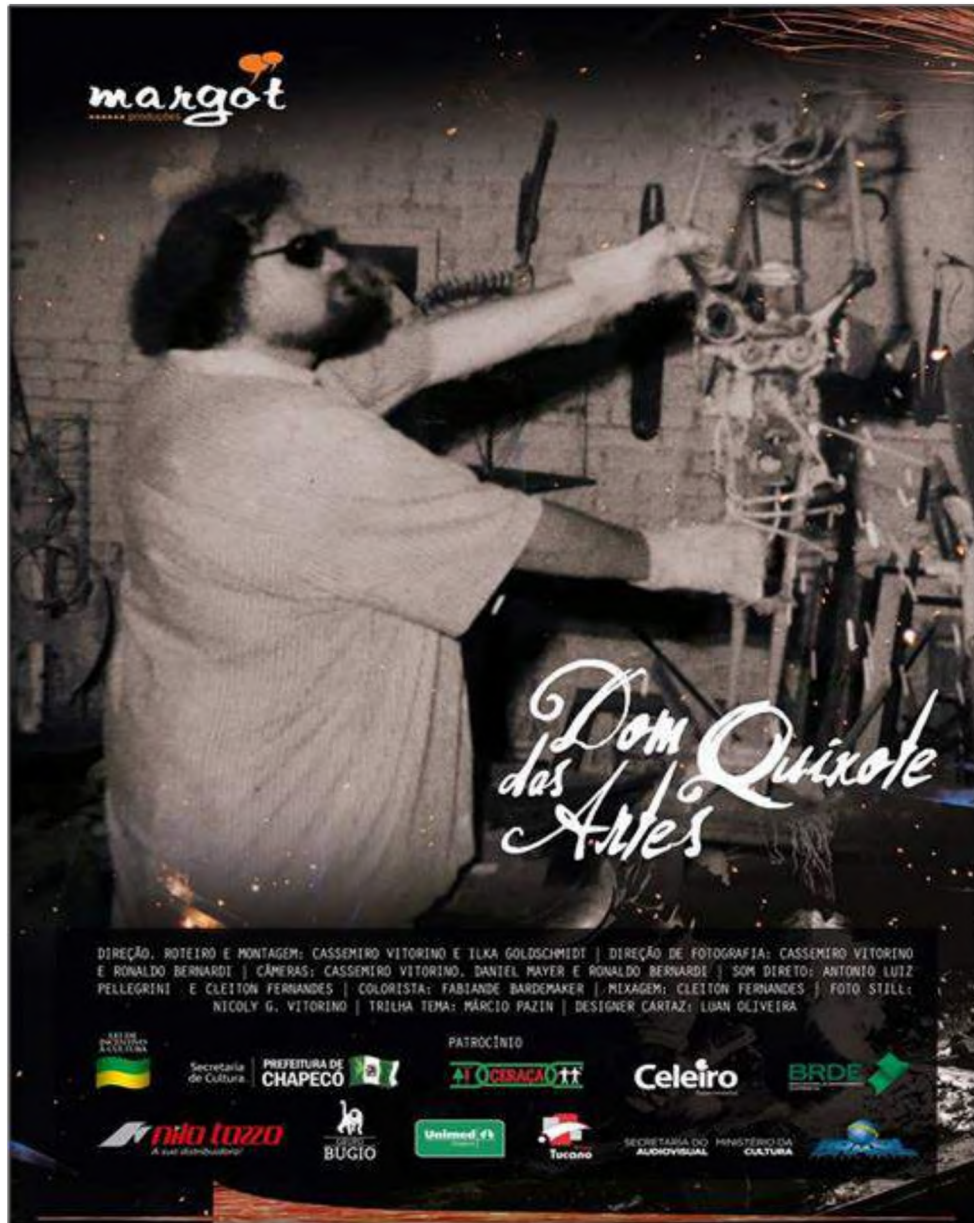


Figura 03: Capa do documentário “Dom Quixote das Artes”.
Fonte: <https://www.facebook.com/domquixotedasartes/>
Acesso em: 01 jun. 2018

Os jornalistas responsáveis pelo documentário são Cassemiro Vitorino e Ilka Goldschmidt. O documentário tornou-se um longa-metragem, devido ao volume de informações que foram surgindo durante os três anos do processo de pesquisa, gravação e edição. Cassemiro afirma em entrevista que:

Nosso maior desafio foi mostrar o Paulo de Siqueira, além do monumento ao Desbravador. E o documentário foi produzido com a intenção de tornar esse artista

conhecido pelo seu trabalho revolucionário à época, justamente por utilizar materiais desprezados, por serem efêmeros. (DIÁRIO DO IGUAÇU, ag. 2017).

Arte pública: um olhar sensível sobre as obras de Paulo Batista de Siqueira

Paulo Batista de Siqueira produziu muita arte pública, “a essência da arte é sua dimensão pública”, afirma Rocha (1998, p. 31). Citação que suscita questionamentos, afinal o que é arte pública, qual sua função, e a exaço da atribuição do conceito de público. Os monumentos base desta pesquisa encontram-se em espaços públicos, neste ínterim, faz-se necessário discorrer sobre o que é arte pública adentrando na especificidade da conceituação dos termos arte pública e arte em espaços públicos.

Ao que Chiarelli afirma:

Acho que existe um pequeno equívoco: as pessoas tendem a confundir "arte pública" e "arte em espaços públicos". Creio que "arte pública" é o conjunto de obras que deve pertencer a uma determinada comunidade, estar disponibilizada aos elementos que a constituem. Tal conjunto deve estar disponibilizado em museus e espaços de passagem (ruas, parques etc.), não apenas por meio de sua exposição, mas também através de serviços educativos que as tornem mais efetivamente claras para o público -seu proprietário. No Brasil, infelizmente, toda a discussão sobre "arte pública", que, na verdade, é sobre "arte em espaços públicos", não leva em consideração os acervos fixos de nossos museus, que pertencem a todos. Privilegiam apenas exposições periódicas em espaços públicos, exposições e/ou intervenções que, quase sempre, pouco ou nada contribuem para a ampliação da percepção estética do transeunte (CHIARELLI, 2008).

Arte pública compreende as diversas manifestações artísticas, que estando permanentemente, ou de forma transitória, em locais públicos (ruas, praças, museus, galerias e tantos outros) possibilitam aos seus “leitores” fruição estética, indo além, comunicam, chocam, interrogam, podendo muitas vezes tornar-se pontos de referência dos transeuntes, no cotidiano frenético das cidades e concorrendo visualmente com fachadas, outdoors e tantas publicidades da paisagem urbana.

Ao que Rocha (1998) sugere, as manifestações artísticas podem ser consideradas discursos, uma fala, que possibilitam reflexões históricas, culturais e sociais, por serem registros históricos, estéticos, de mentalidades de uma época, memórias, demonstram as relações de poder sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais. Peixoto (1996, p. 23) diz,

“Nas cidades, os olhos não vêem as coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas. Ícones, estátuas, tudo é símbolo. Aqui tudo é linguagem, tudo se presta de imediato à descrição, ao mapeamento. Como é realmente a cidade sob esse invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, parece impossível saber”.

Acessíveis ao público, os monumentos, enquanto arte pública, se resignificam na interação com os seus leitores. Arte que não se restringe a monumentos, bustos e esculturas inseridos em ruas, avenidas, praças etc, apresentam-se de diversas outras formas, dentre as quais: quadros em museus, estátuas, intervenções, performances, arte eletrônica, murais, painéis, grafittis, ao que Rocha (1998) reitera a própria cidade em sua essência seria obra de arte.

Ao se refletir sobre a questão do espaço é perspicaz a análise de Cauquelin (2006, p. 142) define espaço pela sua utilização: “o espaço não preexiste ao uso que se faz dele; é, ao contrário, o uso que define o lugar como lugar, que tira o espaço de sua neutralidade ‘natural’ para artificializá-lo, ou seja, habitá-lo.”

Para Brenson (1998, p. 17) “Uma das características da nova arte pública é ser moldada, num grau decisivo, pelas circunstâncias e condições de cada lugar específico.” Este mesmo autor nos chama atenção que muitos artistas, fora de museus ou galerias, estão comprometidos com lutas por questões sociais, problemas locais ou globais, através de suas obras, intervenções etc.

Pode-se pensar o todo da obra escultórica de Paulo Batista de Siqueira em duas grandes tendências que podem ser identificadas através da análise do conjunto das mesmas. Uma mais ampla com uma temática mais regional, com esculturas gigantes representando (i)migrantes, personalidades, indígenas, o trabalho com a terra. Documentando um testemunho de processos históricos de ocupação da região sul, suas etnias, a derrubada das matas, plantio, representando um ambiente rural. Nestas esculturas consegue-se perceber a importância dada ao trabalho, representados pelos instrumentos que conjuntamente com as figuras humanas parecem demonstrar a relevância dada: seres gigantes, ferramentas gigantes podendo significar em termos semióticos equivalência de importância, de destaque entre colonos e suas ferramentas. As obras de temática regional de Paulo Siqueira nos mostram a expansão da fronteira agrícola, mostrando aqueles que a fizeram: os colonos (i)migrantes, pioneiros etc..

A capacidade de Paulo de criar através de suas esculturas representações identitárias, cuja memória é registrada nos monumentos, fez com que tanto grupos sociais quanto o poder público contratassem seus serviços. Obras que buscam mostrar, eternizar através da arte, memórias.

Paulo Batista de Siqueira foi autodidata, estudioso de mitologia, seguidor das tendências greco-romanas, egípcias e religiões afro. A temática da mitologia é constante na obra do artista, com abrangência da greco-romana. Os gigantes, tanto deuses, como seres humanos feitos de sucatas, e unidos pela soldagem se revelam de uma harmonia e grandiosidade desconcertantes nos contextos das paisagens urbanas. Muitas das obras de Siqueira sobre mitologia têm em comum o deus Hermes / Mercúrio, que aparece nos monumentos *Hermes* em Corrientes, na Argentina, no monumento *Ferrovários*, em Passo Fundo e na escultura *Mercúrio* em Porto Alegre.

Uma das características plásticas das esculturas de Paulo Batista de Siqueira é a grandiosidade. Para Pietroforte (2015) o volume físico das esculturas, próprio da substância do plano de expressão, estaria fora das considerações semióticas. No entanto, quando o plano de expressão é manifestado em uma substância, o tamanho pode interferir na enunciação.

Seguem imagens de alguns monumentos dedicados aos imigrantes.



Figura 04: Monumento “La nave degli Immigranti”, localizado em Serafina Correa, Rio Grande do Sul

Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2572125-d12342547-Reviews-La_Nave_Degli_Immigranti-Serafina_Correa_State_of_Rio_Grande_do_Sul. Acesso em: 30 mar. 2018



Figura 05: Monumento aos Pioneiros, localizado em São Miguel do Oeste, Santa Catarina.

Fonte: <https://ricardoribasfoto.wordpress.com/page/8/>

Acesso em: 15 mar. 2018



Figura 06: Monumento ao Imigrante, localizado em Ibirubá, Rio Grande do Sul.

Fonte: <http://www.ibiruba.rs.gov.br/site2016/turismo/aspectos culturais.php>

Acesso em: 05 jun. 2018

Na cidade de Corrientes, na Argentina, encontra-se a escultura monumental de Hermes, realizada a pedido do governo argentino, para celebrar o acordo Mercosul. O referido monumento erigido entre os anos de 1994 a 1995, foi o último monumento a ser feito por Paulo Siqueira, localiza-se ao lado da ponte interprovincial, General Belgrano, em uma área chamada fundacional em que há homenagens aos fundadores da província.



Figura 07: Monumento Hermes, localizado em Corrientes, Argentina.

Fonte: <http://www.nortecorrientes.com/article/57649/hermes-la-escultura-metalica-que-homenajea-al-mercosur> Acesso em : 20 mai. 2018

O Monumento aos Ferroviários, localizado em Passo Fundo, no parque da Gare, antiga estação férrea. Foi fruto de um concurso, idealizado pelo município de Passo Fundo, através de projeto de lei, tendo a iniciativa partido do executivo municipal, tal certame objetivava a escolha do melhor projeto de escultura para homenagear os ferroviários.



Figura 08: Monumento aos Ferroviários, localizado em Passo Fundo, Rio Grande do Sul

Fonte: www.projetoportunidade.com.br Acesso em: 20 jan. 2017.



Figura 09: Monumento Mercúrio, localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Fonte: <http://arquivopoa.blogspot.com/2010/04/o-mercurio-da-saudacao.html>
Acesso em: 02 mai. 2018

Paulo Batista de Siqueira criou muitas obras na região sul do Brasil. Transformando os espaços urbanos em locais de fruição e de dinâmicas culturais. Criando novas paisagens urbanas, transformando estes espaços em lugares de memórias, possibilitando diferentes experiências perceptivas e cognitivas.

A matéria-prima das suas esculturas composta de materiais inusitados, na sua maioria advindos de “ferro-velho” e transformados através da solda em arte. São obras com temática regional como: personalidades, indígenas, a questão da colonização, (i) migrantes, camponeses, pioneiros, desbravadores nas suas lides, que contribuem de forma ampla para a consolidação de memórias dos imigrantes europeus, dos pioneiros e desbravadores que povoaram a região sul do país.

A temática regional nos faz conhecer muito da arte de Paulo de Batista de Siqueira, mas é com a dialogia do dito regional com as influências dos clássicos europeus, particularmente da mitologia greco-romana que Paulo Batista de Siqueira presenteia a arte pública brasileira com uma visão mitológica, profana, e universal. Esculturas que estão presentes em várias cidades do sul do Brasil, fazendo parte da paisagem urbana das mesmas, valorizando-as. Como destaca Calvário “A Arte Pública valoriza a cidade, contribuindo para a coesão entre os seus habitantes e dá cor, identidade e carácter aos seus espaços públicos” (Calvário, 2009, p. 67). Ao se pensar a vida social é também pensar em arte pública, a qual se consagra nos diversos espaços da cidade, se constitui em um valor a ser compartilhado por todos, sendo uma prática social é também apropriação estética do espaço urbano.

Referências Bibliográficas

CAPA DO DOCUMENTÁRIO “Dom Quixote das Artes”,
Disponível em: <<https://www.facebook.com/domquixotedasartes/>>. Acesso em: 01.06. 2018

CULTURA, Secretaria da. Disponível em:
<<https://www.chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=17>>. Acesso em:
30.05. 2018.

BRENSON, Michael. **Perspectivas da Arte Pública**. In: Arte Pública: Trabalhos apresentados nos Seminários de Arte Pública realizados pelo SESC e pelo USIS, de 17 a 19 de outubro de 1995 e 21 de novembro de 1996, este último com a participação da união Cultural Brasil – Estados Unidos (coord. Danilo Santos de Miranda) São Paulo: SESC, 1998.

CALVÁRIO, Filipa. **A Arte Pública como acontecimento urbano - Centro e Periferia**. Disponível em: < www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/viewFile/218893/299213>
Acesso em: 30.05.2018.

CAUQUELIN, Anne. **Arte Contemporânea: uma introdução**. Tradução Rejane Janowitz, São Paulo: Martins, 2005.

CHIARELI, Tadeu et al. **O que é arte pública?** Disponível em:
< <http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/956,1.shl>>. Acesso em: 30.05. 2018.

MONUMENTO “LA NAVE DEGLI IMMIGRANTI”,
Disponível em: <[https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2572125-d12342547-Reviews-La Nave Degli Immigranti-Serafina Correa State of Rio Grande do Sul.](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2572125-d12342547-Reviews-La_Nave_Degli_Immigranti-Serafina_Correa_State_of_Rio_Grande_do_Sul.-)>.
Acesso em: 30.03. 2018

MONUMENTO O DESBRAVADOR,
Disponível em: <<https://www.chapeco.sc.gov.br/cultura/index.php?r=conteudo&idconteudo=17>>. Acesso em:
20.02. 2018

MONUMENTO AOS PIONEIROS,
Disponível em: <<https://ricardoribasfoto.wordpress.com/page/8/>>. Acesso em: 15.03. 2018

MONUMENTO AO IMIGRANTE,
Disponível em: <<http://www.ibiruba.rs.gov.br/site2016/turismo/aspectosculturais.php>>.
Acesso em: 05.06. 2018

MONUMENTO HERMES,
Disponível em: <<http://www.nortecorrientes.com/article/57649/hermes-la-escultura-metalica-que-homenajea-al-mercosur>>. Acesso em: 20.05. 2018

MONUMENTO AOS FERROVIÁRIOS,
Disponível em: <www.projetoportunidade.com>. Acesso em: 20.01. 2017.

MONUMENTO MERCÚRIO,

Disponível em: <<http://arquivopoa.blogspot.com/2010/04/o-mercurio-da-saudacao.html>>.
Acesso em: 02.05. 2018

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Semiótica Visual: os percursos do olhar**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

ROCHA, Paulo Mendes da. **O espaço como suporte para a arte pública**. In: Arte Pública: Trabalhos apresentados nos Seminários de Arte Pública realizados pelo SESC e pelo USIS, de 17 a 19 de outubro de 1995 e 21 de novembro de 1996, este último com a participação da união Cultural Brasil – Estados Unidos (coord. Danilo Santos de Miranda) São Paulo: SESC, 1998.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Editora Marca D'Água, 1996.

VITORINO, Cassemiro. **A vida do artista Paulo Siqueira na telona**. Disponível em: <<http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/a-vida-do-artista-paulo-siqueira-na-telona-36208>>. Acesso em: 30.05. 2018.

ZANINI, Gina. **Do princípio - Dalme Marie Grandó Rauen**. Ed. Dialogar, 2017.

PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM JAGUARÃO: O PROJETO JAGUAR

PRESERVATION OF PATRIMONIAL IN JAGUARÃO: THE JAGUAR PROJECT

*Alexandre dos Santos Villas Bôas
Doutorando/PUCRS
alexandre.boas@acad.pucrs.br*

RESUMO

Neste artigo se pretende analisar o movimento de preservação patrimonial realizado na cidade de Jaguarão denominado de Projeto Jaguar. Este projeto teve como origem os estudos realizados pela cadeira de Arquitetura Brasileira, desenvolvida no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Ritter dos Reis, que conjuntamente com outras universidades e órgãos como o Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Rio Grande do Sul, vinham promovendo estudos e propostas na área do patrimônio cultural em cidades do interior. Neste contexto, a cidade de Jaguarão se tornou a partir de 1983 em local privilegiado destas ações de preservação patrimonial, sediando encontros entre estudantes de arquitetura do RS que resultaram na formação de uma proposta de reconhecimento do patrimônio de estilo eclético e propostas de salvaguarda, como forma de suporte para o desenvolvimento do turismo na fronteira do Brasil com o Uruguai. Inicialmente voltado para o patrimônio edificado, o Projeto Jaguar estendeu suas atividades para o campo da cultura com a organização dos Festivais de Música realizados no entorno das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, como forma de despertar na comunidade o sentimento de apropriação daquele local como bem patrimonial a ser preservado. Estes festivais tiveram repercussão no poder público municipal, o qual se tornou parceiro efetivo do projeto e gradualmente foi desviando o foco na cultura para o patrimônio edificado de estilo eclético ligado a elite da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio. Jaguarão. Jaguar. Cultura. Comunidade.

ABSTRACT

This article intends to analyze the patrimonial preservation movement carried out in the city of Jaguarão called the Jaguar Project. This project had as its origin the studies carried out by the Chair of Brazilian Architecture, developed in the Architecture and Urbanism Course of the Ritter dos Reis Faculty, which together with other universities and bodies such as the Institute of Architects of Brazil, Rio Grande do Sul section, had promoted studies and proposals in the area of cultural heritage in cities of the interior. In this context, the city of Jaguarão became, since 1983, a privileged place for these patrimonial preservation actions, hosting meetings among architecture students from RS that resulted in the formation of a proposal for the recognition of eclectic style heritage and safeguard proposals, such as form of support for the development of tourism on the border of Brazil and Uruguay. Initially focused on the built heritage, the Jaguar Project extended its activities to the field of culture with the organization of Music Festivals held around the ruins of the former Jaguarão Military Infirmary, as a way to awaken in the community the sense of appropriation of that place as patrimonial property to be preserved. These festivals had repercussions on the municipal public power, which became effective partner of the project and gradually was shifting the focus in the culture to the built heritage of eclectic style connected to the elite of the city.

Keywords: Heritage. Jaguarão. Jaguar. Cultural. Community.

Introdução

No princípio da década de 1970 a política de preservação do patrimônio cultural no Brasil começou a ser modificada para uma visão que conjugava o planejamento urbano ao patrimônio edificado, tendo em vista a acelerada urbanização do país com a aplicação da política desenvolvimentista iniciada com o presidente Getúlio Vargas e continuada por seus sucessores. Esse processo acarretou uma pressão do mercado imobiliário para que fossem construídos novos prédios nas áreas centrais das cidades, as quais abrigavam edificações de interesse histórico-cultural para preservação pelos órgãos estatais de gestão do patrimônio, notadamente o Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tornando mais difícil a prática consolidada de tombamento isolado de bens dentro desta área. Nessa linha, argumenta Sant'anna:

O novo surto de industrialização deflagrado nos anos 1950 impulsionou o crescimento econômico e a urbanização no Sudeste do Brasil e promoveu importantes transformações nas capitais e cidades do interior da região, que foram contempladas com a instalação de indústrias e, assim, retiradas das longas letargias econômicas que propiciaram a sobrevivência do seu patrimônio cultural (SANT'ANNA, 2016, p.61)

Esta urbanização acelerada tomou um impulso maior com o golpe militar de 1964, em que houve uma abertura ao capital exterior para financiar a implantação de indústrias, abertura de rodovias e mecanização da agricultura, ocasionando o êxodo rural e o inchaço das cidades, que rapidamente tiveram de adaptar suas áreas centrais históricas para a demanda crescente de moradia e serviços. Nos países europeus, esse processo de urbanização e modificação dos centros históricos era mais antigo e já estava sendo objeto de análise dos órgãos de preservação patrimonial da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), sendo sistematizado através de encontros organizados para discutir e propor alternativas para esse problema. Nesse sentido, uma alternativa viável, resultante das discussões destes encontros, seria aliar a preservação do patrimônio cultural com o turismo, o qual geraria renda e financiaria a manutenção dos prédios de interesse cultural. Sobre este ponto esclarece Sant'anna:

Naquela época, como atestam documentos internacionais como as Normas de Quito (da Organização dos Estados Americanos, 1967) e a recomendação de Paris (UNESCO, 1968), o turismo emergia como uma atividade capaz de promover a preservação e, ao mesmo tempo, o aproveitamento econômico do patrimônio, animando a implantação de programas como o Programa de Incremento do Turismo e de Recuperação de Recursos Naturais, da UNESCO, um dos cogitados pelo IPHAN, em 1966, como fonte para a obtenção de recursos (SANT'ANNA, 2016, p. 62).

A partir do debate oriundo da nova realidade enfrentada pelos órgãos de preservação internacional e sua disposição em incorporar o turismo como fonte de renda para manutenção do patrimônio cultural dos centros urbanos, serão disponibilizadas linhas de financiamento para os países em desenvolvimento que tivessem programas institucionais que abordassem este pressuposto em sua formulação e implantação. Nessa direção, foi organizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil, os chamados Encontros de Governadores, ocorridos em Brasília (1971) e Salvador (1972), os quais orientaram a construção de uma política patrimonial descentralizada, com maior participação dos estados e dos municípios, levando em conta o planejamento urbano integrado ao patrimônio e ao turismo. Assim assevera Correa:

Os Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio Cultural, organizados pelo MEC, são a opção mais visível desse movimento. Relacionam-se, fundamentalmente à criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, que tinha como um de seus principais objetivos a descentralização por meio de conselhos e órgãos específicos de cultura nos estados e municípios – “Um Sistema Nacional de Cultura”, no qual o patrimônio cultural teria papel importante (CORREA, 2016, p.23).

Concomitante a viabilidade econômica do patrimônio e sua integração as políticas de planejamento urbano e ao turismo, estava a ideia de que tão importante como o bem edificado a ser preservado isoladamente era o conjunto urbano como um todo que deveria ser considerado, ou seja, a paisagem onde estava inserido esses bens patrimoniais era parte integrante do patrimônio cultural da cidade. Isto vinha sendo expressado por organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a qual vinha ampliando o conceito de patrimônio cultural, como por exemplo, o documento resultante da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, conhecida como Normas de Quito, de 1967, que declarava:

A ideia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra. Mas pode existir uma zona, recinto ou sítio de caráter monumental sem que nenhum dos elementos que o constitui, isoladamente considerados, mereça essa designação. Os lugares pitorescos e outras belezas naturais, objeto de defesa e proteção por parte do Estado, não são propriamente monumentos nacionais. A marca histórica ou artística do homem é essencial para imprimir a uma paisagem ou a um recinto determinado essa categoria específica (OEA, 1967).

Esse entendimento possibilitou que cidades que tivessem uma ambiência urbana moldada em uma paisagem específica da natureza aliado ao patrimônio edificado, integrassem

um conjunto paisagístico-histórico, o qual pudesse ser considerado de valor histórico cultural, e conseqüentemente, viáveis de serem declarados como patrimônio cultural de interesse de preservação nacional. O Programa das Cidades Históricas (PCH), criado a partir do Encontro dos Governadores, teve este viés, que era de atender a demanda de cidades que possuíam um tipo de patrimônio local, que inicialmente não seria visto como tendo interesse histórico ou artístico nacional, de acordo com os modelos tradicionais do IPHAN, como observa Correa:

Por outro lado, passam a ser financiáveis obras com vistas à recuperação de “expressões arquitetônicas locais ou regionais, independentemente da qualidade que lhes possa ser atribuída”, e especialmente, “os exemplares caracterizadores socioculturais locais e/ou regionais”, reconhecendo a importância do patrimônio local (CORREA, 2016, p. 29).

Neste panorama, foi concebido um projeto que visava a preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão no início da década de 1980, denominado de Projeto Jaguar, o qual estava imbuído do ponto de vista que unia o patrimônio cultural ao desenvolvimento econômico através do turismo por meio da manutenção de seu patrimônio edificado, especialmente as construções de estilo eclético do final do século XIX, o que por sua vez era inovador, por conta de ser um estilo arquitetônico que ainda não era bem visto como de interesse para preservação como símbolo da nacionalidade, por setores do IPHAN.

Projeto Jaguar

O Projeto Jaguar teve como base conceitual o trabalho de arquitetos que estavam desenvolvendo ações no campo da preservação do patrimônio cultural no Rio Grande do Sul na década de 1970, como Albano Volkmer e Nestor Torelly Martins. Albano Volkmer foi um dos idealizadores das chamadas Caravanas Culturais, que tinham o objetivo de mapear o patrimônio edificado de cidades do interior do RS, quando este foi integrante da Comissão de Patrimônio Cultural do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Rio Grande do Sul (IAB/RS). No âmbito da cidade de Jaguarão, o arquiteto Albano Volkmer participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 1979, o qual restringiu a construção de prédios acima de dois pavimentos no centro histórico do município. Elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal, órgão da Secretaria de Obras do Rio Grande do Sul (SURBAM-SDO/RS), estava inserido no contexto de planificação do planejamento urbano efetuado pelo regime militar, mas contendo disposições que almejava preservar o centro histórico de estilo eclético. O PDDU dividiu a cidade em zonas, sendo que a

Zona Residencial 1 (ZR-1), corresponderia ao centro histórico da cidade, conforme apresentado por Cunha:

Localiza-se na parte mais antiga da cidade, junto ao centro comercial, sendo assim uma área já consolidada. Devido a zona já apresentar uma densidade já compatível com a proposta do plano, não há incentivo a densificação. [...] Por ser uma área antiga da cidade, caracterizada pela presença de muitos exemplares do século XIX, às edificações devem ser construídas no alinhamento, sem obrigatoriedade de recuos laterais, mantendo assim a morfologia existente (CUNHA, 2006, p. 86).

Ou seja, a preocupação com a preservação das características arquitetônicas do estilo eclético do final do século XIX na cidade de Jaguarão foi inserida no plano diretor do município em fins de 1970, coincidindo com o movimento de preservação do patrimônio cultural efetuado pela categoria dos arquitetos na esfera do IAB/RS. Isto será um dos pressupostos para que a cidade seja objeto de valorização de sua arquitetura de estilo eclético, e que a mesma poderia servir de vetor de desenvolvimento econômico como alternativa de geração de fonte de renda. Essa visão que foi moldada de acordo com o PCH, de aproveitamento do patrimônio histórico de regiões estagnadas economicamente como vetor de potencial turístico, vai se reproduzir com algumas adaptações na cidade de Jaguarão.

Nesse contexto, por uma iniciativa do arquiteto Nestor Torelly Martins, o qual ministrava a cadeira de Arquitetura Brasileira, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Ritter dos Reis, de Porto Alegre, os acadêmicos Valdo Dutra Nunes e Jorge Arismendi Garcia, oriundos de Jaguarão, serão os idealizadores do Projeto Jaguar, iniciando às atividades efetivamente a partir do ano de 1983. Esses dois alunos, concebem então, um projeto para transformar a cidade de Jaguarão em um polo de turismo, por meio da valorização de sua cultura e potencialidades, discurso que será reiterado ao longo de toda a documentação do projeto. A base ideológica que sustentava às ações do projeto era o passado arquitetônico da cidade, representado em sua grande maioria pela arquitetura de estilo eclético do final do século XIX, período do desenvolvimento da indústria do charque na região sul do Rio Grande do Sul. Isso fica evidenciado pelos autores da proposta, Valdo Nunes e Jorge Garcia:

Conservar e manter às características das construções físicas da Comunidade, que, algumas, isoladamente e outras pelo conjunto arquitetônico, remontam seu passado histórico e caracterizam a função já desempenhada pela comunidade. a) promover a troca dos postes de iluminação da ponte, recolocando os originais; b) procurar manter as fachadas dos prédios de valor individual e/ou pelo conjunto arquitetônico, estabelecendo um serviço de orientação e coordenação municipal, nas reformas que se fizerem necessárias pela função atual: na pintura, nos caracteres genuínos, etc; c) listar, ordenar e qualificar os prédios de importância histórica-arquitetônica, histórica-administrativa e outros existentes na cidade (NUNES; GARCIA, 1982).

Este patrimônio edificado de estilo eclético, derivado da concepção de urbanismo da elite latifundiária da cidade de Jaguarão do final do século XIX, foi objeto das propostas desenvolvidas pelo Projeto Jaguar, servindo como referencial para a tentativa de reconstrução de certa memória coletiva originada deste passado, como também, através desta memória, desenvolver outras manifestações culturais da comunidade, que seriam peculiares da cidade de acordo com seu passado histórico/arquitetônico. Alguns exemplares deste patrimônio edificado de estilo eclético foram tornados símbolos do projeto, dentre estes se destacam às ruínas de uma antiga Enfermaria Militar do Exército Brasileiro e o Teatro Esperança, construído pela iniciativa privada, em fins do século XIX. O primeiro, por sua localização na área mais elevada da cidade, sendo visível a longa distância, se tornou parte do imaginário de lendas e histórias junto a comunidade; o segundo pela evocação de um passado cultural ligado a elite e ao apogeu do desenvolvimento econômico da indústria do charque. Isso fica manifesto na proposta do Projeto Jaguar, elencados no item chamado de Memória Comunitária, conforme Valdo Nunes e Jorge Garcia:

a) ativar o Teatro Esperança, primeiro teatro politeama do Estado, com apresentações periódicas de espetáculos – de grupos locais e/ou externos; b) valorizar o Instituto Histórico e Geográfico, estabelecendo campanhas de informação de suas funções e para a recuperação de seu acervo de origem; [...] h) divulgar o Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, promovendo campanha de informação de suas funções, acervo e proposições; i) preservar às ruínas da Enfermaria, prova da função militar que a cidade já estabeleceu, preservar, também o cerro onde está a ruína, bem como a vista da cidade (NUNES; GARCIA, 1982).

Agregado a essas proposições de cunho mais voltado ao patrimônio edificado estavam outras que eram dedicadas ao turismo, sendo formuladas pela turismóloga Janice Amparo Castellar, a qual aparece nos créditos como apoiadora do projeto. Essas proposições tinham o caráter de evidenciar a cidade de Jaguarão como polo turístico de um corredor cultural entre o Uruguai, a Argentina e o Brasil, tendo como justificativa a localização geográfica do município, que segundo os autores da proposta seria o caminho mais curto entre Buenos Aires, Montevideo e Porto Alegre, conforme apresentado na figura abaixo, no mapa idealizado por Valdo Nunes e Jorge Garcia:

A formulação do Projeto Jaguar que foi iniciativa de alunos de arquitetura, que logicamente imprimiram um viés ligado ao patrimônio edificado, se somou a visão de uma turismóloga que privilegiava o potencial turístico da cidade de Jaguarão. O projeto, a partir desse momento, buscará um reconhecimento institucional para que fossem viabilizadas suas propostas do ponto de vista legal e também do financeiro. Do ponto de vista legal, a proteção ao patrimônio edificado seria viabilizado por meio de um inventário dos prédios do centro urbano para posterior tombamento pelos órgãos institucionais; e na questão financeira o custeio das atividades culturais desenvolvidas pelo projeto na cidade.

Iniciativas do Projeto Jaguar

Após a formatação das propostas do Projeto Jaguar e estabelecimento de suas diretrizes básicas, começaram a ser desenvolvidas às primeiras iniciativas no princípio do ano de 1983, ainda dentro das atividades acadêmicas do Curso de Arquitetura da Faculdade Ritter dos Reis. Nesse sentido foi organizada uma viagem de estudos para os estudantes da cadeira de Arquitetura Brasileira para a cidade de Jaguarão, com o intuito de realizar um levantamento sobre o estilo arquitetônico de alguns prédios considerados de relevância histórica e apontados pelos estudantes Valdo Nunes e Jorge Garcia.

Em 14 de maio de 1983 chegaram a cidade de Jaguarão para realizar o trabalho de campo, de estudo dos seguintes prédios: a) antiga residência do Barão Tavares Leite; b) Loja Maçônica Luz Transatlântica; c) residência da família Barreiros; d) ruínas da antiga Enfermaria Militar; e) Teatro Esperança; f) edifício Tiaraju; g) Clube Instrução e Recreio; h) Faculdade de Estudos Sociais; i) residência da família Rodrigues Marques; j) residência da família Silveira e k) residência da família Correa. Todos estes prédios eram representativos do período de arquitetura eclética do final do século XIX e símbolos da elite latifundiária da cidade de Jaguarão, tanto de suas residências como locais de sociabilidade. Isso possibilitou que posteriormente as propostas do Projeto Jaguar fossem melhor aceitas pelos estratos dominantes da sociedade local, e também conferindo aos acadêmicos um elemento de pesquisa que lhes conferisse legitimidade em seu campo profissional. Haveria a possibilidade de incluir outros prédios do mesmo período e outros estilos arquitetônico, como habitações das camadas mais desfavorecidas economicamente ou com outras funções ligadas a essas classes; o que conferiria uma maior pluralidade na reconstrução da história da cidade, mas não foi o que ocorreu.

Esse tipo de visão da história de Jaguarão foi reforçado através da produção de um programa veiculado pela Televisão Educativa do Rio Grande do Sul (TVE/RS), no princípio de

1983, o qual teve os idealizadores do Projeto Jaguar como protagonistas. Esse programa chamado de *Jaguarão: recantos e encantos*, tinha como objetivo segundo as palavras do apresentador do programa Dilermando Torres:

Vamos falar de memória, memória de uma cidade, Jaguarão. Nesse programa sobre Jaguarão vamos tentar mostrar um pouco daquilo que deve ser mostrado, porque isso mais tarde, sem dúvida alguma servirá para que a cidade, o seu povo, as suas 26.500 almas, encontrem, se afinem, com a sua realidade, em termos de cultura, de história, de economia e de política (TVE, 1983).

Essa memória referida pelo apresentador e que será evocada pelas imagens realizadas na cidade de Jaguarão será aquele tipo de cidade que foi concebida e simbolizada materialmente pela elite do município no século XIX e início do XX, durante o auge da produção do charque, os palacetes dos grandes proprietários de terras, dos ricos comerciantes, dos dirigentes políticos. No início do programa aparecem em primeiro plano Valdo Nunes e Jorge Garcia, relatando reminiscências sobre o Rio Jaguarão, sua relação com a cidade, para logo em seguida ser apresentada a antiga residência do Barão Tavares Leite, mostrando a fachada exterior e o seu interior, e também histórias relacionadas a vida deste Barão.

Na continuação, Valdo Nunes diz: *em termos de arquitetura, dentro da cidade, tu procurar manter o que tem*. E o que aparece como sendo um dos exemplares dessa arquitetura é a antiga residência do médico e político Carlos Barboza Gonçalves, transformado em casa-museu e mantido pela Fundação Carlos Barboza. Igualmente foi mostrada a fachada do prédio em detalhes e no seu interior foi realizada uma interpretação de uma música clássica com atores vestindo às roupas dos antigos moradores, como representação da sociabilidade daquela elite. Em sequência é mostrado o prédio da Loja Maçônica, a sede do Instituto Histórico, o Teatro, compondo uma imagem idealizada da história da cidade em torno desses símbolos da elite econômica e política da cidade. Uma reconstrução da memória de uma parte da sociedade que sobreviveu através de seus símbolos materiais, se tornando presentes e sendo constantemente evocados. Na última parte do programa foram reunidas pessoas da elite da cidade de Jaguarão em um estúdio para colocarem suas opiniões sobre a história do município e as possibilidades de desenvolver as potencialidades turísticas tendo como base o patrimônio arquitetônico de estilo eclético. Além dessas pessoas da elite, foram convidados professores de arquitetura e historiadores da cidade de Porto Alegre, compondo um viés ideológico de qual cidade se estava projetando, ou seja, as vozes da elite econômica e política daquele momento no município e os intelectuais formuladores das políticas patrimoniais no âmbito regional, descrevendo o tipo de

cidade e sua história, de acordo com sua ótica, e que deveria ser veiculado para o restante da comunidade interna e para o público exterior.

Nas falas dessas pessoas transparece em primeiro lugar que o legado cultural da cidade de Jaguarão era expressado pela arquitetura, especificamente os prédios de estilo eclético construídos pela elite econômica e política do século XIX. O passado histórico-cultural da cidade estaria reduzido às realizações de uma parte da sociedade, relegando ao esquecimento todas as outras camadas da população. Isto fica evidente nas palavras do professor Paulo Xavier, ao discorrer sobre a história de Jaguarão:

A vinculação econômica é muito forte para às realizações, inclusive da arquitetura. De maneira que uma sociedade que não tenha grandes valores econômicos, grande circulação de dinheiro, não tem condições de ter patrimônio cultural apreciável. De maneira que o testemunho de Jaguarão serve para exemplificar este caso. [...]. De maneira que o meu comentário se prendeu exatamente a isso, que a expressão arquitetônica de uma cidade como Jaguarão foi exatamente a resposta, ou o testemunho, da riqueza da região que era a produção da pecuária. De maneira que o testemunho que Jaguarão dá em ter essa coleção de prédios artisticamente bem construídos é o resultado desse momento de riqueza da pecuária de Jaguarão (TVE, 1983).

Após a realização desse programa televisivo que foi importante para mobilizar setores da comunidade para o engajamento na preservação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão, notadamente o setor constituído pela elite econômica e política, o Projeto Jaguar organizará uma série de eventos culturais com a finalidade de obter uma maior participação popular, como a Mostra Artístico-Cultural que ocorreu entre os dias 15 a 31 de julho de 1983, que contava com apresentações teatrais, musicais, ciclos cinematográficos e palestras sobre a preservação de sítios históricos. Concomitante a organização dessa Mostra Artístico-Cultural ocorria um processo de diálogo com a comunidade através de reuniões em que era apresentado o programa televisivo da TVE e posterior debate com acolhimento de propostas oriundas da comunidade. Essas reuniões tinham o objetivo de angariar maior envolvimento da população por meio do esclarecimento das proposições do Projeto Jaguar. Essa almejada participação popular tinha as limitações decorrida pelas características da sociedade local, com pouco envolvimento nas questões políticas culturais e de planejamento urbano, consequência dos anos em que a cidade de Jaguarão não teve eleições diretas por conta do regime militar. Na figura abaixo, folder com o chamamento para uma reunião para divulgação do Projeto Jaguar na Biblioteca Pública:

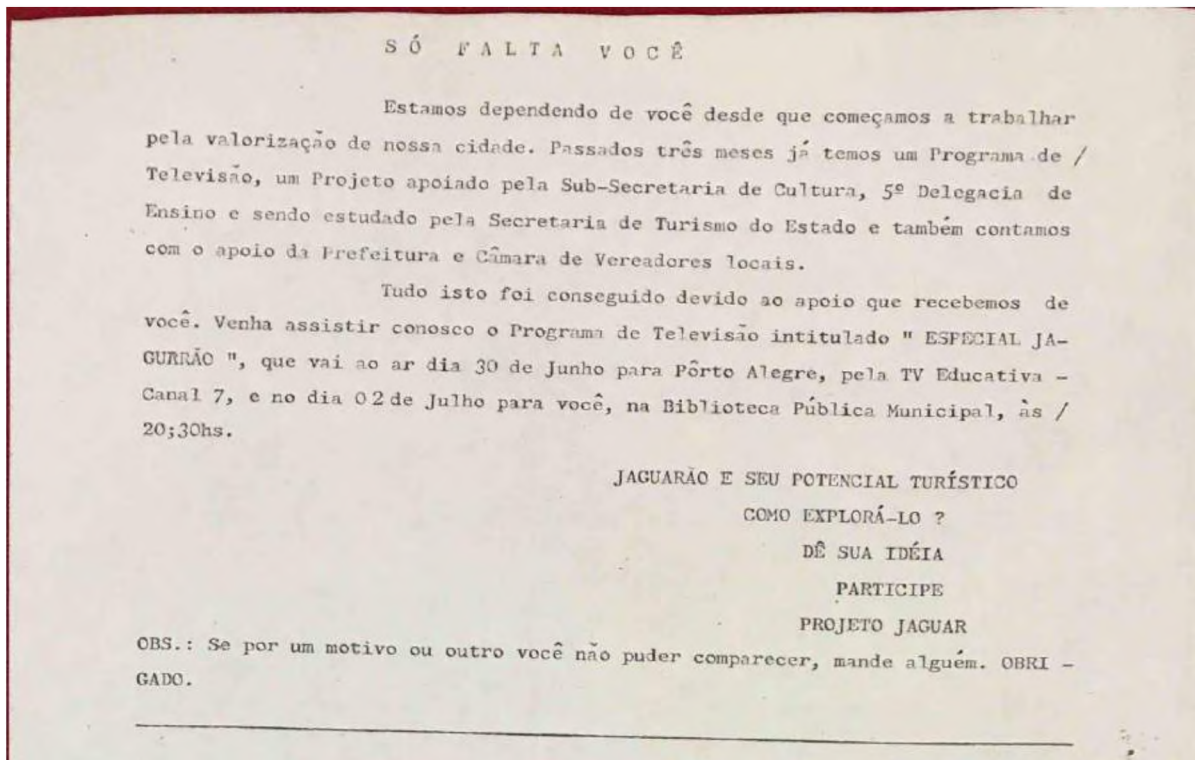


Figura 2: Folheto de divulgação do Projeto Jaguar (1983). Fonte: Projeto Jaguar.

Ainda dentro da intenção de mobilizar a comunidade da cidade de Jaguarão para a importância de seu patrimônio edificado e também angariar o apoio institucional, os coordenadores organizaram o Seminário sobre o Projeto Jaguar em abril de 1984, nas dependências da Biblioteca Pública Municipal, que tinha por objetivo *gerar um sistema de trabalho para a execução dos diversos itens a serem cumpridos a curto, médio e longo prazo* (Nunes; Garcia, 1984). O primeiro destes itens era a construção do Parque da Enfermaria, sendo assim delineado: *Parque da Enfermaria – 1) examinar que terreno será escolhido e o seu tamanho determinando maneiras de consegui-lo, fixando data para tanto. 2) determinar meios de arrecadação de material para a obra de restauração das ruínas da Enfermaria* (Nunes; Garcia, 1984). De todas as propostas elaboradas no âmbito do seminário, apenas a que previa uma participação do executivo municipal teve êxito, como apoiadora eventual. Desta maneira, os coordenadores do Projeto Jaguar direcionaram seus esforços para a preservação das ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, que por sua localização em um amplo espaço de área verde seria o ideal para a construção de um parque, que segundo seus idealizadores, seria um polo de atração turística. Para obter apoio para a consecução dessa proposta foram organizadas as chamadas Vigílias Musicais, que eram Festivais de Música com participações de músicos da região e do Uruguai no entorno das ruínas, os quais teriam grande participação do público, conferindo destaque para as ruínas como elemento do patrimônio cultural da cidade. Os

objetivos do evento foram assim consignados em notícia do jornal A Folha de 1984, quando da organização da II Vigília Musical:

Nome do evento: II Vigília da Enfermaria. Data: 24/02/1984. Hora: 20:30h. Local: Pátio da ruína – Cerro da Pólvora. Propostas: despertar a comunidade para o valor histórico e cultural da ruína, com a meta de transformá-la em monumento histórico municipal, criando-se na área que a circunda um “Parque Verde” conforme o item 2.1.1 da carta de intenções do Projeto Jaguar. – Reunir os músicos da região, divulgando os trabalhos dos mesmos. – Lançamento da campanha mais área para o parque (A Folha, 1984).

Como última ação dos coordenadores do Projeto Jaguar foi organizado o III Festival da Enfermaria, ocorrido no dia 24 de janeiro de 1987, tendo as ruínas como cenário para apresentações de diversos artistas que se revezaram no palco entre as 19 h do dia 24 e às 6 h do dia seguinte. Esse festival foi o ápice das atividades do Projeto Jaguar iniciado em 1983 e que teve maior significado e repercussão na comunidade, sendo que a partir daquele momento o projeto seria continuado pelos professores e alunos do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), os quais desenvolveriam atividades técnicas vinculadas ao patrimônio edificado, sendo que as atividades culturais não seriam mais desenvolvidas pelos idealizadores do Projeto Jaguar.

Considerações finais

Embora os objetivos iniciais do Projeto Jaguar tenha sido o de transformar a cidade de Jaguarão em um polo turístico por meio da utilização de seu patrimônio cultural, por eles entendido como constituído pelo patrimônio edificado de estilo eclético do século XIX, e também das manifestações artísticas como teatro, artesanato e música, não ter se concretizado da forma idealizada, foram obtidos alguns resultados que se tornariam a base para o que ocorreria na cidade em termos de preservação do patrimônio edificado principalmente a partir de 2009, quando da apresentação do projeto do Centro de Interpretação do Pampa (CIP), museu que teria como base as ruínas da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, patrocinado pelo IPHAN.

O primeiro resultado obtido foi o envolvimento de setores da comunidade na importância de se preservar o patrimônio edificado de estilo eclético, principalmente a elite econômica e política da cidade no início da década de 1980, colocando de certa maneira um freio no processo de modernização do estilo arquitetônico das edificações do centro urbano,

iniciado por volta da década de 1950. Isto foi possível pela ação do Projeto Jaguar em angariar o apoio entre a elite proprietária destes imóveis e também do legislativo e executivo municipal. A razão para esse fato residiu em que manteria o poder simbólico oriundo da representação desses palacetes na sociedade local, e também porque a especulação imobiliária, naquele momento, não trazia mais um valor de venda que propiciasse um ganho de capital que justificasse a perda desse poder simbólico em uma sociedade de características conservadoras.

Entretanto, o maior resultado obtido nessa primeira fase do Projeto Jaguar foi ter elegido as ruínas da antiga Enfermaria Militar como foco de suas ações na área de preservação do patrimônio. Isso se deveu a que essas ruínas se localizavam num dos pontos mais elevados da cidade, de grande visibilidade, e portadora de histórias e lendas dentro da comunidade, tendo no seu entorno um grande espaço vazio, que permitiu realizar eventos que concentrasse público e assim obtivesse repercussão para o projeto. Assim, utilizaram a noção de monumento histórico e conceituaram um projeto arquitetônico de transformar o local das ruínas e seu entorno em uma área de atração turística, o que foi desenvolvido posteriormente através dos seguidores do Projeto Jaguar, os professores e acadêmicos da UFPEL.

Referências Bibliográficas

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 15-57, Abr. 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119836>. Acesso em 04.06.2018.

CUNHA, Patrícia Oliveira Vieira da. **Plano Diretor e configuração espacial: Organização espacial e configuração da malha urbana**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: http://www.ufrgs.br/propur/index.php?pagina=dissertacoes_interna&ano=2006. Acesso em: 04.06.2018.

NUNES, Valdo Alves Dutra; GARCIA, Jorge Arismendi. **Projeto Jaguar**. Jaguarão, 1983. Arquivado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

IPHAN. Publicações. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 04.06.2018.

YOUTUBE. Jaguarão: Recantos e Encantos. TVE, 1983. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vwt3NxmJSyg> Acesso em 04.06.2018.

SANT'ANNA, Márcia. A Herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 59-74, Abr. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119838>. Acesso em: 04.06.2018.

**DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR: UM ESTUDO DA CULTURA
MATERIAL ARQUEOLÓGICA ATRAVÉS DO CARÁTER
ANTROPOLÓGICO**

*INTERDISCIPLINARY DIALOGUE: A STUDY OF ARCHAEOLOGICAL MATERIAL
CULTURE THROUGH THE ANTHROPOLOGICAL CHARACTER*

*Amanda Daltro de Viveiros Pina
Museóloga/Universidade Federal do Pará
amandadaltro1@gmail.com*

RESUMO

Este artigo demonstra de que forma o campo da Antropologia e o campo da Arqueologia interagem de forma frutífera, através do contínuo diálogo entre os campos. Introduz o contexto histórico do pensamento Antropológico para embasar a discussão acerca da cultura material arqueológica. Metodologicamente pauta-se em ampla pesquisa bibliográfica para estabelecer o diálogo entre Antropologia e Arqueologia em diferentes contextos. Menciona os quatro campos atrelados à Antropologia (Antropologia Social, Bioantropologia, Arqueologia e Linguística) e demonstra a aplicação de conceitos antropológicos com base na prática arqueológica. Discute exemplos de como os estudos acerca de materiais em louça pode concretizar a relação existente entre a prática arqueológica e o campo da Antropologia. Os objetos em louça discutidos são materiais exumados do Sítio Histórico Engenho do Murutucu, localizado em Belém do Pará. Conclui que a Antropologia faz-se necessária de forma primordial para a atuação ética dos profissionais da Arqueologia, tendo em vista que ambas as disciplinas interagem de diversas formas com a cultura material.

Palavras-chave: Antropologia. Arqueologia. Cultura Material. Louças.

ABSTRACT

This article demonstrates how Anthropology and Archeology interact in a fruitful way, through the continuous dialogue between these fields of study. It introduces the historical context of the anthropological thought to support the discussion about material culture. Methodologically, it is based on bibliographical research to establish the dialogue between Anthropology and Archeology in several contexts. It discusses the four fields related to Anthropology (Social Anthropology, Bioanthropology, Archaeology and Linguistics) and the application of anthropological concepts based on archaeological practice. It shows examples of how studies about tablewares can concretize the relation existed between archaeological practice and the anthropology field. The tablewares objects are from Sítio Histórico Engenho do Murutucu, in Belém-Pa. The Anthropology is necessary for the ethic atuation of archaeologists, because both disciplines interact with the material culture.

Keywords: Anthropology. Archaeology. Material Culture. Tablewares.

Introdução

Este texto pretende traçar um pequeno histórico acerca dos estudos antropológicos desde meados do século XIX até os dias atuais, focando na antropologia voltada para quatro campos de conhecimento (Antropologia Social, Linguística, Arqueologia e Bioantropologia), tratando especificamente sobre Arqueologia.

A Arqueologia é um campo de conhecimento interdisciplinar e dialoga frequentemente com diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a Antropologia. Ambas trabalham com a espécie humana e sua cultura material de modo geral. Como forma de enlace entre os campos da Antropologia e da Arqueologia, trouxemos o estudo de materiais arqueológicos em louça que, além de seu aspecto físico, conta com um arcabouço simbólico e representativo de cultura, diretamente estudado pela Antropologia.

As louças, assim como qualquer material arqueológico, são encontradas em diversos contextos, cabendo ao arqueólogo dialogar com a comunidade local e entender de que forma a cultura material impactou ou de que forma ainda impacta na vida daquelas pessoas. Sem o viés antropológico, os arqueólogos irão apenas aplicar seus métodos e técnicas quantitativos, sem perceber todas as informações que estão deixando para trás. Quando o arqueólogo nega a existência de outras fontes (ou não faz questão que elas apareçam em seu trabalho), muitas informações são perdidas, inclusive dados do próprio material que foi exumado e será estudado posteriormente.

Através da Antropologia, demonstraremos de que forma o trabalho do arqueólogo precisa estar ancorado em princípios desenvolvidos e estudados pela Antropologia, são eles: o conceito de cultura, diversidade e alteridade. Como profissional ligado ao campo do patrimônio, o arqueólogo necessita exercitar de forma constante o diálogo com estudos e conceitos de base antropológica.

Estudos antropológicos e a antropologia dos quatro campos

O principal objeto de estudo da Antropologia é o ser humano, por conseguinte, sua cultura material também deve ser estudada, tendo em vista que somos fruto de uma interação entre coisas e humanos. Os estudos antropológicos mudaram com o passar dos séculos e, de certa forma, acompanharam, alimentaram e se alinharam à grandes teorias, como por exemplo, a Teoria da Evolução de Darwin no século XIX. Os conceitos de variação, hereditariedade, tempo, seleção e adaptação formados por Darwin poderiam ser aplicados de acordo com

interesses antagônicos, pois respondiam de maneira satisfatória tanto aos defensores da corrente chamada “Monogenista” quanto aos defensores da corrente “Poligenista”.

Na 1ª metade do século XIX tivemos um embate entre duas correntes distintas, são elas: a Monogenista e a Poligenista. A corrente Monogenista pautava-se no critério de desigualdade, portanto, defensores desta corrente pensavam na diversidade em termos de desigualdade. Já a corrente Poligenista, pautava-se no critério da diferença, portanto, seus defensores pensavam a diversidade em termos de diferenças. Pregavam a separação dos diferentes, inclusive no tocante às famigeradas “raças” que não poderiam se misturar, pois o resultado desta mistura seria uma “degeneração” (CASTRO, 2005).

Ao adentrarmos na 2ª metade do século XIX, a anteriormente chamada Monogenia acaba sendo propulsora do evolucionismo cultural, voltado à etnologia (estudo da cultura, grosso modo). Já os estudos referentes à Poligenia, serão propulsores do Darwinismo Social, ligados à Antropologia Física aliados ao conceito de “raça” e que posteriormente seriam os estudos utilizados no período caracterizado pela eugenia (CASTRO, 2005).

No final do século XIX, presenciamos uma virada ontológica no que tange aos estudos antropológicos. A Antropologia estava aos poucos voltando seus estudos para a cultura com a finalidade de entender o ser humano, a partir do Particularismo Histórico (Nos EUA, com Franz Boas) e do Relativismo Cultural (Na Grã-Bretanha, com Malinowski e na França com Durkheim e Mauss). Ambos foram fundamentais para uma mudança radical de paradigma dentro da Antropologia e também serviram como fonte para diversos desdobramentos que surgiram a partir dessas correntes.

Franz Boas fundou a escola do Particularismo Histórico nos Estados Unidos, com a pretensão de combater a ideia da existência de culturas superiores e inferiores. Um dos motivos de Boas ter revolucionado o campo da Antropologia foi o seu entendimento diferenciado do conceito de cultura para o tempo em que viveu. Boas lida com “culturas”, no plural, sem julgá-las como “mais evoluídas” ou “menos evoluídas”, tendo como foco as diferenças entre as culturas e não mais uma linha evolutiva linear que classificava “a” cultura em etapas as quais todos os grupos de humanos passariam (BOAS, 2004; BOAS, 2010; SCHWARCZ, 1993).

Boas pretendeu romper com os ensinamentos antropológicos difundidos no Século XIX de cunho generalista, fruto de categorias amplamente utilizadas por teóricos pertencentes a esse período histórico. Quais seriam essas categorias? Coletar, catalogar, ordenar e classificar. São procedimentos quase mecânicos executados de forma minuciosa a fim de explicar e procurar uma razão de ser para a civilização humana. Parte do pensamento antropológico da época

pregava que “a” cultura era linear e dividida em etapas obrigatórias, caberia aos pesquisadores apenas a classificação dessas diversas etapas.

Malinowski fundou a escola do Relativismo Cultural na Grã-Bretanha, com diversos pontos que se alinham ao Particularismo Histórico de Boas. A grande semelhança de ambas é o conceito de cultura “S” entendidas como múltiplas, rompendo com o pensamento anterior de que existia uma escala cultural com degraus que deveriam ser galgados de forma linear.

Vale ressaltar que, mediante os estudos de Boas, tornou-se possível falar de Teoria dos Quatro Campos de Conhecimento. Os Quatro campos seriam: Antropologia Social, Linguística, Arqueologia e Bioantropologia. Através de um enlace entre os campos, estaríamos exercendo efetivamente uma Antropologia interdisciplinar e homogênea, pautada no respeito das mais diversas culturas e tendo como objetivo o estudo do ser humano nos seus mais diversos aspectos e desdobramentos (HODDER, 2005).

Um de seus desdobramentos é a própria cultura material, objeto de estudo do campo da Arqueologia. Devemos ressaltar que a categoria de cultura material é amplamente discutida por antropólogos em geral, não sendo apenas algo debatido na Arqueologia. É possível visualizar pontos que a Antropologia e a Arqueologia se tocam, sendo a cultura material um tópico interessante, pois aparece ativamente na discussão de ambos os campos.

A prática arqueológica ligada à antropologia

A prática arqueológica conta com métodos e técnicas que precisam ser exercidos de forma correta quando o arqueólogo está em campo. Porém, é preciso atrelar o tecnicismo metodológico ao conhecimento acerca do contexto e do dia a dia das pessoas que convivem com o material arqueológico. Com a união entre métodos, técnicas e o estudo sobre a relação entre objeto e pessoas, o arqueólogo conseguirá reunir informações privilegiadas para dar continuidade às suas pesquisas.

Cientificamente, a cultura consiste no conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e costumes humanos. A cultura é transmissível pela herança social e não pela herança biológica. As pessoas adquirem cultura ao longo do tempo por meio de sua participação em um ou vários grupos em um processo conhecido como “socialização”. O indivíduo adquire cultura por meio da interação com outras pessoas, e a consolida exercitando-a com os outros (LARAIA, 2010).

Da Matta (1981) conceitua a cultura como a totalidade das criações humanas, incluindo ideias, valores, manifestações artísticas de todo tipo, crenças, instituições sociais, conhecimentos científicos e técnicos, instrumentos de trabalho, tipos de vestuário, alimentação, construções, animais domésticos, plantas desenvolvidas e aperfeiçoadas pelo homem, etc. A cultura é uma característica exclusivamente humana, pois exige conhecimento adquirido e repassado. Já animais realizam suas atividades simplesmente por instinto, logo, não produzem cultura. Podemos alertar também que juntamente com o direito, a cultura não é estática, ela é dinâmica e conseqüentemente nós nos adaptamos a ela.

O conceito de cultura é uma preocupação intensa em diversas áreas do pensamento humano, no entanto a Antropologia é a área do conhecimento humano, por excelência, de debate sobre esta questão.

A Arqueologia lida com culturas diversas de forma constante, portanto, podemos considerar que o trabalho do arqueólogo não está somente centrado no material coletado, seu trabalho abrange outras categorias de análise, como por exemplo, a análise da relação entre seu objeto de estudo e as pessoas que convivem de forma cotidiana com os materiais arqueológicos.

O exercício da alteridade precisa ser praticado de forma constante pelo arqueólogo. Essa prática consiste em nos colocar no lugar de outrem dentro de uma relação interpessoal, nos transportando ao lugar do outro para entendê-lo como indivíduo cultural diferente de nós, entendendo sua cultura e o porquê de ele agir de um modo diferente do nosso, é um exercício de autorreflexão e comparação. Praticamos a alteridade exercendo a cidadania, nos abrindo para diálogos com o outro, pois somente assim haverá o intercâmbio de ideias para que a comparação das culturas diferentes possa ser feita, fazendo com que os indivíduos dessa relação pessoal cresçam e acabem se conhecendo melhor, para que juntos possam trocar informações em prol da curiosidade em conhecer e, primordialmente, respeitar a cultura do outro.

O outro deve ser respeitado e entendido, pois seres culturalmente diferentes devem praticar de maneira constante o exercício da alteridade e tornar suas diversidades um objeto de aprendizado; com esses princípios poderemos entender o papel de cada pessoa em sua estrutura global.

Os arqueólogos são profissionais ligados à área de conservação do patrimônio, portanto, devem praticar o exercício da alteridade de forma cotidiana, respeitando o outro e todo o seu arcabouço cultural e simbólico.

De acordo com Da Matta (1981), Diversidade é um termo que diz respeito a variedade de ideais, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto ou ambiente. Refere-se a comportamento, valores e regras morais. Podemos tomar como exemplo:

diversidade de hábitos, costumes, comportamentos, religiosidade diferenciada, entre outros. A diversidade pode ser encontrada também em costumes antagônicos que de certo modo acabam se completando nessa mistura heterogênea que é a cultura do ser humano.

Diversidade também está relacionada com a quantidade de variantes nos aspectos sociais, biológicos e culturais. As diversas formas de falar, de agir, e as características físicas tanto em sociedades diferentes quanto na mesma sociedade.

Através dos conceitos antropológicos trabalhados (Cultura, Alteridade e Diversidade), podemos perceber a importância da Antropologia na Arqueologia e de como a relação entre os campos é saudável e frutífera. A prática arqueológica não pode ser pautada apenas na coleta de materiais, pois o estudo dos objetos deve ser feito aliado ao estudo do contexto que esses objetos estão inseridos, incluindo as pessoas que convivem com esse material diariamente.

Arqueologia ou antropologia? Cultura material arqueológica e seus desdobramentos

A Arqueologia precisa de conceitos antropológicos para poder exercer seus métodos e técnicas vislumbrando o respeito sobre as diversas culturas que dialoga. A cultura material arqueológica advém de muitos lugares e contextos, portanto, cabe ao arqueólogo perceber a diversidade constante de culturas que ele irá encontrar.

A Arqueologia Histórica firma suas bases em fontes documentais, históricas, não apenas no material encontrado *in situ*. Ao apurarmos a cultura material encontrada no sítio arqueológico de forma conjunta com uma base documental e pesquisas historiográficas sobre o sítio, fazemos com que a pesquisa se torne mais sólida, com um maior corpo, pela utilização de fontes variadas, inclusive levando em consideração as fontes orais (TRIGGER, 2004). Arqueólogos não podem considerar apenas o material em si, também devem levar em consideração as populações locais que estão convivendo com aquele material arqueológico.

Fazemos parte de um mundo formado por diversos “trechos” que nem sempre são percebidos ou estudados. A cultura material produzida pelo ser humano é o objeto direto de estudo dos arqueólogos e, através de trechos produzidos por ações humanas, podemos fazer interpretações sobre relações sociais, construções de gênero, subsistemas alimentares e as mais diversas formas de relação entre objetos e pessoas como também a relação entre objetos e objetos. Estudos acerca da cultura material como disciplina são muito importantes, tendo em vista que, através da *humildade das coisas*, sua agência e relevância passam despercebidas. (MILLER, 2010)

Materiais em cerâmica compõem grande parte dos objetos escavados em sítios arqueológicos históricos. Dentre eles, a louça é um dos principais vestígios encontrados, sendo composta por uma parte cerâmica e outra vitrificada (esmalte). Seus vestígios podem ser de peças utilitárias como pratos, pires, xícaras, tigelas, dentre outros. Sua diversidade de cores chama atenção, juntamente com sua variedade de padrões decorativos. Outro aspecto importante seria a importância da louça como um símbolo na produção de artefatos voltados ao consumo de alimentos sólidos e líquidos, sendo válido destacar que o seu desenvolvimento acelerado e de grande escala começou a partir da Revolução Industrial.

A louça, resultado de produção manufaturada, é considerada cultura material e faz parte da vida cotidiana da sociedade. Não apenas em tempos atuais, mas em séculos anteriores ela também constituía o cenário habitual de várias famílias que viviam no período histórico.

Com o intuito de desvelarmos os modos de vida de sociedades anteriores ao presente, faremos uma reflexão a partir da louça para além de seu significado material, elucidando seus usos funcionais e simbólicos. Para Tânia Lima (1995), as louças cumpriram, à época, uma função social, extrapolando o objeto em si e, de algum modo, afetando as pessoas que utilizavam tais artefatos. Daniel Miller (2010) nos mostra que os objetos não são inertes, desprovidos de agência, pelo contrário, agem de forma silenciosa, moldando a sociedade e seus costumes. Lima (1995) acredita que as louças são símbolo de um período intenso na produção de artefatos voltados ao consumo de alimentos sólidos, consumos de alimentos líquidos, bibelôs, dentre outros objetos que demonstravam certo *status* social e econômico, dando aos seus proprietários algum diferencial no que tange à demonstração de poder econômico em meados do século XVI, estendendo-se inclusive aos dias contemporâneos.

As louças, encaradas como objeto da cultura material, podem ser consideradas agentes materiais sobre os indivíduos que dela se utilizam. A agência de objetos está presente em diversos campos, como por exemplo no campo utilitário, estando estritamente ligado ao uso do objeto. Ao perpassarmos pelo campo utilitário, podemos nos deparar com o campo simbólico, analisando de que forma a utilização das louças no campo utilitário estaria reverberando significados e significações aos seus usuários (MILLER, 2010; LIMA, 2011; MENESES, 1983).

Louças ditam modos de vida, regras de etiqueta, o certo e o errado no mundo material impactando diretamente no convívio social. Isso demonstra os diversos usos e não usos nos dizem muito sobre a dinâmica social presente no período histórico. Como sabemos, arqueologia não trata apenas do passado, mas desse passado sendo interpretado aos olhos do presente, portanto, também estamos analisando por tabela as nossas próprias convenções sociais de

objetos, tanto as que versam sobre louças ou não. Podemos inclusive dizer que a louça é um fenômeno humano, fruto de um aprimoramento laboral entre argila e fogo. Esta não é mais um mero objeto, a partir do momento em que fora feita para compor a vida cotidiana e as relações sociais de pessoas.

Os objetos não são simples apetrechos e trecos, são símbolos subjetivos de cada cultura e possuem uma vida social. Não são utilizados apenas para fins utilitários ou com funções pré-estabelecidas, podem mudar de função com o passar do tempo e adaptarem-se à época em que vivem. Não podemos classificar um objeto somente pela forma que ele aparenta, também devemos levar em consideração as características que não estão a olho nu no determinado objeto. Todo o sentido histórico por trás do objeto, todo o valor sentimental e toda a função diferente da função inicial são consideradas características transcendentais ao objeto em si. O objeto acaba tornando-se extremamente subjetivo e alcançando diferentes níveis de entendimento para diferentes pessoas e culturas (APPADURAI, 2008).

O contexto de um objeto é extremamente importante para podermos traçar as suas rotas e desvios, a sua valoração e também o seu *status*. Toda e qualquer mercadoria tem uma vida social, havendo um valor subjetivo e provisório para os mais diversos tipos de mercadoria dependendo de sua técnica, do tempo em que fora comercializada e de suas características peculiares. No caso das louças, um valor era repassado aos consumidores que compravam as louças, pois eles também adquiriam o *status* atrelado à peça, não apenas para utilizá-la em seu cotidiano (LIMA, 1995).

O objeto em louça não compõe apenas o dia a dia de pessoas, mas também tem a sua própria vida social. Appadurai (2008) nos mostra que toda e qualquer mercadoria é dotada de uma vida social juntamente com o seu valor subjetivo e provisório. As louças começam as trajetórias desde a separação da melhor argila para fazer sua parte cerâmica até a sua manufatura em si, passando por um uso/comercialização, até seu desuso/descarte, passando para uma nova etapa de “recuperação” ao ser exumada pelo arqueólogo.

Portanto, através das louças, percebemos que objetos não são apenas matéria, refletem simbolismos e significados que apenas técnicas e métodos da arqueologia não podem compreender. O diálogo com a antropologia se faz presente de diversos aspectos, inclusive no que tange ao significado daquele objeto para aquela população. O arqueólogo precisa se preocupar com o entorno, com pessoas, além dos materiais.

Vale ressaltar que, ao trazermos conceitos antropológicos para a arqueologia não estamos deixando de praticar arqueologia de forma alguma. Entrelaçar conceitos antropológicos na arqueologia não demonstra que o arqueólogo não esteja cumprindo sua função como

profissional, ao contrário, demonstra que este consegue ter uma visão plural, além da matéria, unindo conhecimentos distintos com o objetivo de entender a cultura material em relação com as pessoas.

Considerações finais

Desse modo, a partir da evolução histórica dos estudos antropológicos embasados na Antropologia dos Quatro Campos, podemos compreender a associação do campo da Arqueologia enlaçado na própria Antropologia.

A compreensão dos conceitos antropológicos possibilita que o arqueólogo exerça seu trabalho com maior respeito à diversidade de culturas e também amplia a visão do profissional acerca da utilização de outras fontes além da materialidade, levando em consideração, por exemplo, fontes orais para suas pesquisas.

Materiais em louça são considerados objetos de estudo tanto para a Antropologia quanto para a Arqueologia, pois possuem significados e simbolismos que transcendem o objeto, sendo assim, servem de exemplo para elucidar que a cultura material em si e seus desdobramentos precisam ser estudados de forma uníssona.

Através da cultura material, percebemos que não podemos desassociar objetos e pessoas. A cultura material sozinha não existe, precisa da espécie humana para fazê-la, portanto, nada mais justo estudar a relação de ambos, sem precisar haver a separação entre o estudo do objeto e o estudo do humano, portanto, não precisamos desassociar completamente os campos da Antropologia e da Arqueologia.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, A. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- BOAS, F. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BOAS, F. *A Mente do Ser Humano Primitivo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CASTRO, C. (org.). *Evolucionismo Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- DA MATTA, Roberto. Você tem cultura? *Jornal da Embratel*, Rio de Janeiro, 1981.
- HODDER, I. An Archaeology of the Four-Field Approach in Anthropology in the United States. In: *Unwrapping the Sacred bundle: reflections on the disciplining of anthropology*. Segal, D. A., Yanagisako, S. J. Durham e Londres: Duke University Press, p. 126 – 140, 2005.
- LARAIA, R. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LIMA, T. A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Museu Paulista/USP* v.3, p. 129-191, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5321>>. Acesso em: 18.03.2018.
- LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1.pdf>>. Acesso em: 18.03.2018.
- MENESES, U. B. A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. In: *Revista de História*. No. 115 (nova série) Julho/Dezembro. USP, SP, 1983.
- MILLER, D. 2013. Teoria das Coisas. In: *Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TRIGGER, B. *História do Pensamento Arqueológico*, São Paulo: Odysseus, 2004.
- PINA, A. D. V. 2016. A Louça do Sítio Escola Engenho do Murutucu. *Relatório de Bolsa PIBIC/CNPq*. UFPA. Belém, Pará.

CULTURA MATERIAL E ENCADERNAÇÃO: A RESTAURAÇÃO DE UM MANUSCRITO DO SÉCULO XIX

*MATERIAL CULTURE AND ENCADERNAÇÃO: A RESTORATION OF A
MANUSCRIPT OF THE XIX CENTURY*

*Raquel França Garcia Augustin,
Mestre em Ciência da Informação/UFPEL,
rfgaugustin@gmail.com*

*Carolina Concesso Ferreira,
Conservadora-Restauradora/FAOP,
carolinaconcesso@gmail.com*

RESUMO

Considerando-se os critérios de valoração vinculados aos acervos bibliográficos, os estudos a respeito dos livros em seu aspecto tridimensional e as pesquisas preliminares de caracterização relacionadas à restauração de acervos bibliográficos, objetiva-se apresentar o processo de restauração de um códice, o Livro Primeiro da Receita e Despesa da Irmandade de Santa Cecília, datado do século XIX, que compunha, no período da restauração, a coleção especial do acervo Curt Lange, da Biblioteca Universitária da UFMG. Para tanto, procede-se a uma análise do livro enquanto testemunho da cultura material por meio da qual se pode perceber particularidades da obra em questão, tais como o reaproveitamento da capa de outra encadernação e o reaproveitamento de fólhos contendo informações para o preenchimento do estofo. Desse modo, observa-se que a identificação dos elementos característicos estruturais formadores da encadernação é essencial para a aplicação de critérios procedimentais como a mínima intervenção, a retratabilidade, a legibilidade e a distinguibilidade, o que permite concluir que as disciplinas vinculadas à valoração e destino da cultura material devem integrar o escopo de informações influentes às propostas de intervenções em acervos bibliográficos.

Palavras-chave: Restauração. Livro. Papel. Critérios de intervenção. Cultura material.

ABSTRACT

Considering the valuation criteria related to bibliographic collections, studies on books in their three-dimensional aspect and preliminary characterization research related to the restoration of bibliographical collections, the objective of this text is to present the process of restoration of a codex, Book First of the Revenue and Expenditure of the Brotherhood of Santa Cecilia, dating from the nineteenth century, which during the restoration period comprised the special collection of the Curt Lange collection, from the University Library of UFMG. For this, an analysis of the book as a testimony of the material culture through which one can perceive particularities of the work in question, such as the reuse of the cover of another binding and the reutilization of folios containing information to fill the cover of the book. In this way, it is observed that the identification of the structural elements that form the binding is essential for the application of procedural criteria such as minimal intervention, retractability, legibility and distinguishability, which allows to conclude that the disciplines related to the valuation and destination of material

culture should integrate the scope of influential information to proposals for interventions in bibliographic collections.

Keywords: Restoration. Book. Paper. Intervention. Material culture.

Considerações iniciais

Os acervos bibliográficos possuem informações textuais, paratextuais e materiais, constituindo-se como fontes de informação e testemunhos históricos de uma sociedade. Como bens culturais podem possuir diversos valores atrelados ao seu significado cultural. Podem possuir valor de antiguidade, histórico, de rememoração intencional, de uso, artístico relativo ou de novidade, de acordo com Alois Riegl (2014); valor monetário, educacional, de pesquisa, sentimental, associativo, estético, ou de raridade, de acordo com Bárbara Appelbaum (2012). Cabe ao conservador-restaurador reconhecer e ponderar os valores existentes em cada exemplar, a finalidade a que ele serve, sua caracterização enquanto bem cultural detentor de informações de cunho material e imaterial para definir a metodologia de tratamento adequada à realidade do objeto e ao contexto da restauração (APPELBAUM, 2012).

Disciplinas como a codicologia, a bibliografia material, a bibliologia e a história do livro estudam o objeto livro em seus diferentes aspectos materiais e imateriais, caracterizando-se como áreas de estudos interdisciplinares à conservação e restauração dessa tipologia de bem cultural.

Conforme apontado por essas disciplinas, diversos são os interesses, informações e elementos que agregam valor ao exemplar, contribuindo para o reconhecimento de seu caráter excepcional ou raridade. Como exemplo, há a cronologia da obra, a tiragem, a encadernação, as pessoas envolvidas (autor, editor, colecionador, ilustrador, etc.), obras com inscrições específicas como dedicatórias, ex-líbris, a informação textual efetivamente ali registrada, dentre outros.

Dessa forma, a materialidade do livro contribui para sua identificação e caracterização enquanto objeto tridimensional, definindo suas especificidades no seu contexto cultural de produção e circulação, contribuindo para estudos retrospectivos sobre a produção da cultura escrita e os hábitos de leitura. Nesse sentido, o presente texto visa apresentar a caracterização e o processo de restauração de um exemplar do século XIX que estava sob a guarda da Biblioteca Universitária da UFMG. A restauração foi realizada em 2013, no Centro de Conservação e

Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR/UFMG) pelas presentes autoras enquanto estagiárias em conjunto e sob a orientação das professoras Bethania Reis Veloso e Ana Utsch.

A restauração do Livro Primeiro de Receita e Despesa da Irmandade de Santa Cecília

Acervos bibliográficos apresentam a particularidade de carregarem, por vezes, marcas de uso. Os critérios utilizados para guiar o processo de restauração não devem desconsiderar tais marcas. O processo de restauração apresentado a seguir teve como critérios norteadores a mínima intervenção, a garantia da retratabilidade¹, a melhora da legibilidade dos aspectos materiais e estéticos e a distinguibilidade dos materiais utilizados.

O livro em questão, manuscrito em tinta ferrogálica, é composto por dezesseis cadernos, formados por cinco bifólios cada um. O caderno quinze foi removido anteriormente e o caderno dezesseis apresenta uma peculiaridade, é composto por dois bifólios, somente. O papel utilizado como suporte possui fibra de trapo e marca d'água em formato de brasão composto por um escudo, uma coroa de marquês na parcela superior, uma faixa interna diagonal com riscos que se encontram nas extremidades e, as iniciais G e M na parcela inferior, que permite identificar sua procedência como do fabricante Giorgio Magnani, conforme identificação realizada por Max de Oliveira (2014) (FIGURA 1). O autor aponta que essa indústria papeleira de origem italiana era conhecida por produzir um material de alta qualidade e que possuía representantes em Portugal, em virtude da demanda apresentada pelo país, o que corrobora a sua identificação. Os bifólios do códice possuem espessura variante entre 0,13 mm e 0,14 mm, e sua coloração apresenta-se ora mais esverdeada ora mais azulada.

¹ A retratabilidade relaciona-se com a possibilidade de remoção dos materiais e intervenções realizadas, uma vez que a reversibilidade total do tratamento não é possível em nível microscópico estrutural (VIÑAS, 2004).



Figura 1 – Identificação da filigrana presente nas folhas do Livro Primeiro de Despesa e Receita da Irmandade de Santa Cecília: a) Manuscrito aberto; b) Filigrana presente no manuscrito identificada com exame de luz transmitida; c) Filigrana identificada como de Giorgio Magnani por Max de Oliveira (2014). Fonte: das autoras, 2013; adaptado de Max de Oliveira, (2014, p. 270).

A costura utilizada também foi realizada de forma peculiar. Os dois primeiros e últimos cadernos receberam uma costura simples sobre o cordão, com a utilização dos quatro pontos de costura presentes no exemplar. Os demais apresentavam um sistema baseado na alternância dos pontos de costura, ou seja, a cada caderno os pontos foram intercalados perpassando o primeiro e terceiro pontos em um caderno e pelo segundo e quarto no caderno posterior (FIGURA 2). Os cortes foram pigmentados com a cor vermelha (FIGURA 3).

Constatou-se que as pastas encontradas nesse exemplar, confeccionadas com basane raciné, foram, provavelmente, apropriadas de outra encadernação visto que ao serem aderidas ao miolo geram somente seixas inferiores e superiores. Além de ser perceptível que o corpo do livro ultrapassa a medida latitudinal da pasta, sendo o miolo do livro, portanto, maior que a pasta na qual se encontra fixado. E ainda, o posicionamento dos motivos decorativos indica que tais elementos não foram notados no momento da união das pastas ao miolo, uma vez que se encontram invertidos.

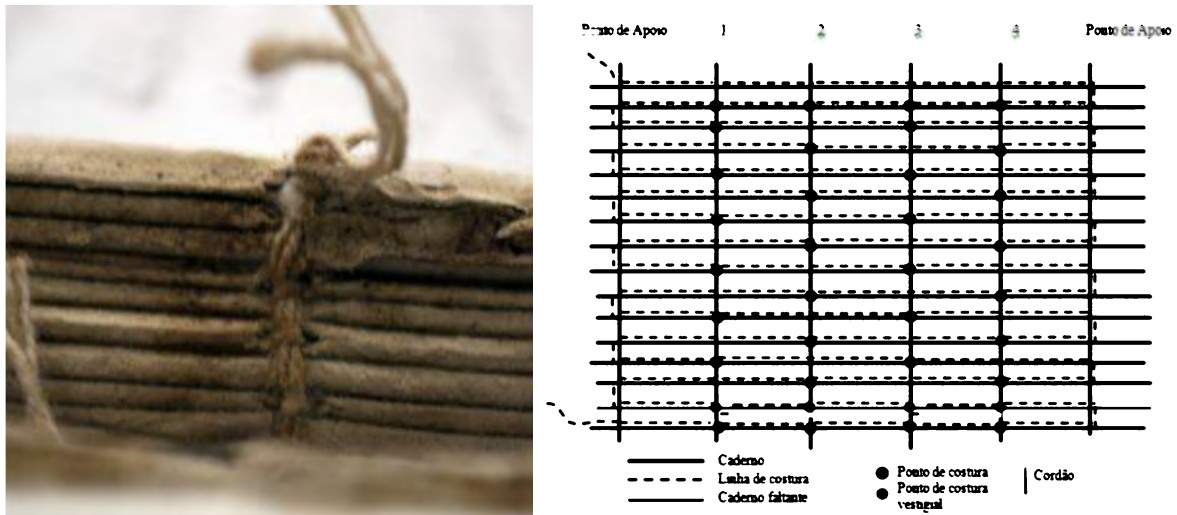


Figura 2 – Identificação dos pontos de costura. Fonte: das autoras, 2013.

Os elementos decorativos foram gravados a frio e são compostos por quatro filetes justapostos, seguidos de decoração com florões de rolete, padrão que se repete duas vezes nas pastas. No centro, estão gravados cinco elementos que remetem a uma águia, sendo 4 deles distribuídos entre os cantos e um centralizado. Os filetes compõem também a decoração do dorso. A pasta superior possui vestígios da existência de uma etiqueta de identificação em que é possível ler a inscrição “Santa Cecília”. Cada pasta contém dois fechos em tecido (FIGURA 4).

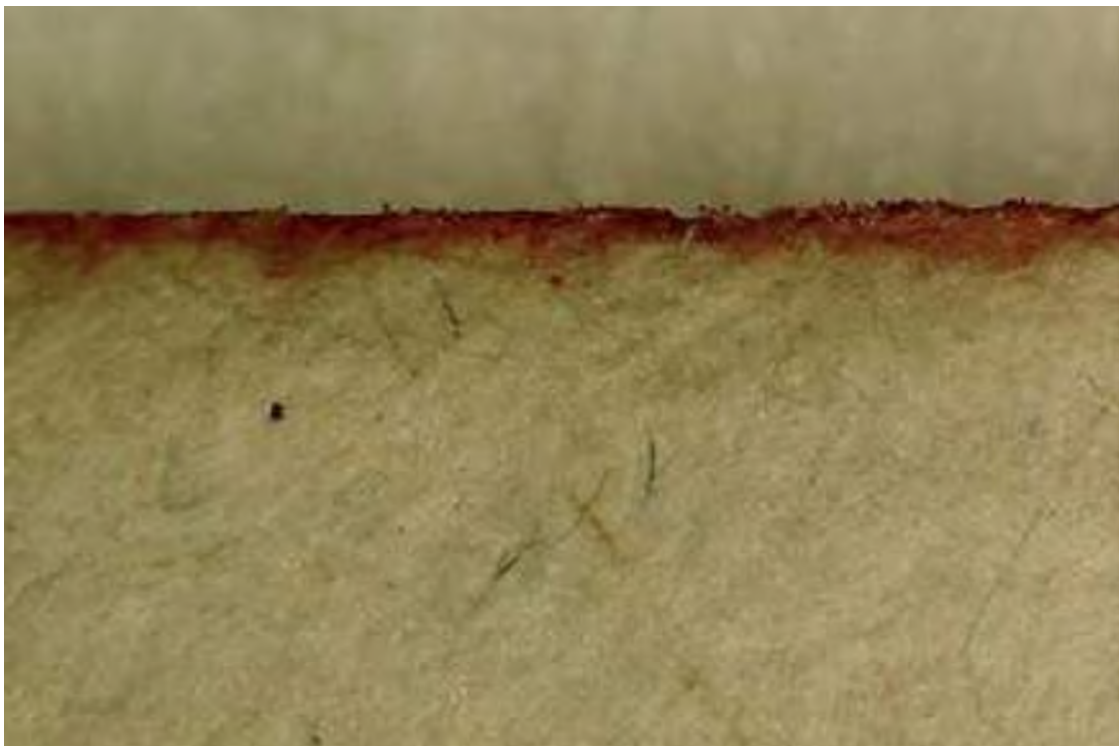


Figura 3 - Pigmentação vermelha do corte dos bifólios do manuscrito. Fonte: das autoras, 2013.



Figura 4 – Documentação com luz direta rasante demonstrando a topografia da capa e, conseqüentemente, as gravações a frio antes da restauração. Fonte: das autoras, 2013.

O livro apresentava como elemento de união do miolo à pasta, as contraguardas e ainda o último bifólio do primeiro e último caderno. Tal bifólio continha um de seus fólhos inserido no interior da pasta, compondo seu estofo. Junto a ele, estavam cinco fólhos com registros de escravos, reaproveitados para o preenchimento das pastas (FIGURA 5). Materialmente, estes fólhos, dez no total, se diferenciavam daqueles utilizados no miolo da encadernação por possuírem gramatura e coloração diferenciadas, além de reunirem informações impressas e manuscritas.



Figura 5 – Fólhos reaproveitados para compor o estofo das pastas. Fonte: das autoras, 2013.

Estado de Conservação

O miolo do livro exibiu extensa gama de deteriorações: suporte com caráter ácido (pH 5), sujidades, perfurações por ataque de insetos, abaulamento, manchas, vincos, dobras, material aderido e rasgos, além de migração da tinta ferrogálica.

Algumas marcas em seu interior podem ser confundidas com deteriorações e não serem identificadas como marcas de uso, como os vestígios de manuseio e as inscrições a tinta azul, preta ou grafite (FIGURA 6), posteriores à confecção do exemplar e preenchimento original das informações. Cabe ao profissional responsável pelo processo de restauração distinguir tais marcas de uso de inscrições vândalas. Para isso foi preciso refletir se as marcas apresentavam-se como testemunhos do uso do livro ao longo do tempo e de sua trajetória na sociedade ocidental ou como adições referentes à descaracterização e depreciação de seu valor cultural, a fim de mantê-las, atenuá-las ou removê-las. Marcas diversas como marcas d'água e manchas decorrentes de excrementos de insetos foram removidas, sempre que possível.

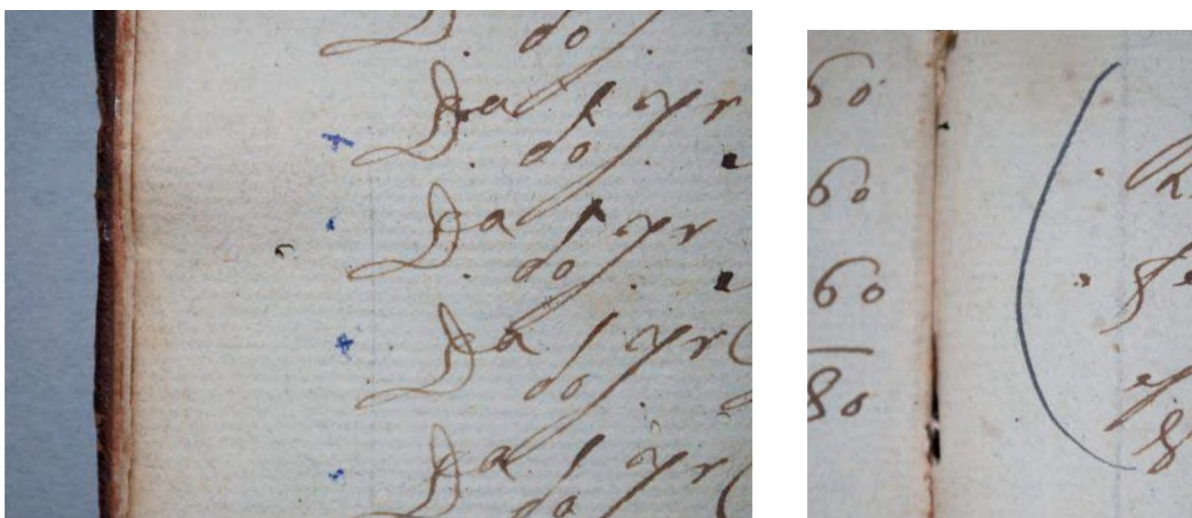


Figura 6 – Vestígios de inscrições nas folhas do Livro Primeiro de Despesa e Receita da Irmandade de Santa Cecília: a) Inscrição em tinta azul; b) Inscrição em tinta preta. Fonte: das autoras, 2013.

A costura se mostrava não tensionada e rompida; os cortes, esmaecidos, e, a contraguarda inferior e alguns fôlios apresentavam vestígios de ataque biológico (FIGURA 7). O revestimento da encadernação se encontrava abrasionado, com perdas superficiais ou totais decorrentes de ataque de insetos ou manuseio inadequado, rompimentos, manchas escuras, opacidade, fissuração, ressecamento do couro e manchas esbranquiçadas. (FIGURA 8)



Figura 7 – Exemplos do estado de conservação: a) costura não tensionada e rompida; b) ataque biológico na parcela superior central dos fundos de cadernos. Fonte: das autoras, 2013.



Figura 8 – Exemplos do estado de conservação: a) Pasta superior; b) Pasta inferior; c) Lombada. Fonte: das autoras, 2013.

Intervenções realizadas

Inicialmente realizou-se a documentação científica por imagem e o mapeamento estrutural e das tipologias de degradação do códice, os quais deram embasamento para tomadas de decisões posteriores. Após o desmonte da encadernação, partiu-se para a higienização mecânica geral e pontual dos fólhos, a atenuação de dobras, vincos e de manchas geradas pelo manuseio inadequado, causando marcas de digitais no exemplar. Após a higienização mecânica, as manchas causadas pelo adesivo utilizado no dorso da encadernação, encontradas nos fundos de caderno dos últimos bifólios, foram removidas utilizando-se solvente.

Concomitantemente, os fólhos reutilizados no estofo da pasta passaram pelo procedimento denominado tamponamento, utilizado para a remoção das manchas geradas pelo contato com o couro do revestimento, ao qual estava unido por meio de um adesivo solúvel em água, provavelmente à base de amido. Tal procedimento consistiu em manter os fólhos tratados, protegidos por entretelas de papel sem cola, em contato direto com mata-borrões molhados para

que, dessa forma, as manchas solúveis em água foram removidas por meio de transferência para o mata-borrão em contato com o fólio.

Realizaram-se reforços, remendos, velaturas e enxertos com papel japonês nas lacunas e áreas que comprometiam a estabilidade estrutural do exemplar. Escolheu-se a utilização de variadas gramaturas em virtude das diferentes premências apresentadas pelo suporte. Os fólios com registros de escravos também apresentavam orifícios decorrentes de ataques biológicos, assim como o miolo do livro. A solução escolhida para a reconstituição destes foi a utilização da MOP (Máquina Obturadora de Papéis) semiautomática, na qual a obturação é promovida por meio de sucção.

Após tais etapas o miolo do livro recebeu uma nova costura, diferente da anterior (FIGURA 9). Optou-se pela costura alternada sobre cordão por conceder grande flexibilidade e sustentação sem promover áreas de tensão entre os pontos de entrada e saída da linha. Distintamente do modelo anterior, ao invés de alternar os pontos de costura do mesmo caderno, este alterna os pontos de dois cadernos utilizados para a costura. A modificação realizada não afeta de modo substancial a informação técnica de confecção do livro uma vez que esta permanece registrada no relatório de restauração que o acompanha, mas fornece uma costura mais sólida, além de evitar o rompimento das áreas de entrada e saída da agulha presentes nos fundos de caderno.

O revestimento da encadernação foi higienizado, hidratado e teve as lacunas reconstituídas por meio de enxertos utilizando a vitela, compatível com a basana e melhor opção para o tratamento, visto que não se deteriora de forma acelerada, assim como ocorre com o couro original da encadernação (FIGURA 10). Ao invés de reinserir os fólios no interior da pasta, optou-se por substituí-los por cartões neutros, suscitando a união do miolo à pasta através dos cordões utilizados na costura, e, de abraçadeiras de couro situadas próximo às extremidades do dorso. Tais abraçadeiras foram necessárias porque as extremidades superior e inferior da pasta apresentavam uma considerável distância do miolo, o que gerava certa tensão indesejável nos cordões de sustentação e, conseqüentemente, na área correspondente às extremidades da contraguarda que ainda seria inserida. Esses elementos foram empregados para evitar a aparição de novos rasgos nas áreas citadas.



Figura 9 – Confecção de nova costura. Fonte: das autoras, 2013.

O couro foi aderido aos cartões na área próxima à charneira, pois, durante o manuseio, o revestimento apresentou uma movimentação contrária à esperada: moveu-se para longe do cartão e do dorso, lembrando um abaulamento. Desse modo, os fólios internos às pastas e as contraguardas não configuram mais o meio principal de união das pastas ao miolo do livro. Ambas receberam velaturas, para compor uma interface antes da colagem, e foram novamente fixadas às pastas.

A apropriação de uma encadernação feita para outro livro gera deteriorações intrínsecas ao manuseio do exemplar, por isso recomenda-se que o livro seja manuseado sempre sobre um atril de tecido, a fim de obter melhor sustentação e evitar a abertura excessiva do exemplar, minimizando, assim, os rompimentos gerados no dorso pela contração do revestimento da pasta.



Figura 10 – Aspecto da encadernação antes e depois da restauração. Fonte: das autoras, 2013.

A embalagem de acondicionamento escolhida para a devolução do exemplar foi uma caixa feita sob medida, conhecida como Caixa Solander. Ela foi executada com cartão neutro, cola PVA neutra e Frankonia, um tecido à base de rayon com acabamento acetinado.

Considerações finais

O Livro Primeiro de Despesa e Receita da Irmandade de Santa Cecília compõe um estudo de caso a respeito dos critérios de intervenção aplicáveis a manuscritos. Como bem cultural e fonte de informações carrega em seu texto testemunhos das escolhas e existência de um grupo e na sua materialidade informações a respeito de sua técnica de confecção, escolha de materiais, disponibilidade de fornecedores e uso do objeto.

A identificação dos elementos característicos estruturais formadores da encadernação é essencial para a aplicação de critérios procedimentais como a mínima intervenção, a retratabilidade, a legibilidade e a distinguibilidade, o que permite concluir que as disciplinas vinculadas ao reconhecimento, caracterização, valoração e destinação da cultura material devem integrar o escopo de informações influentes às propostas de intervenções de acervos bibliográficos.

Referências bibliográficas

APPELBAUM, Barbara. **Conservation Treatment Methodology**. Lexington: [S.n], 2012.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. São Paulo: Artes e Ofícios, 2003.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Artes e Ofícios, 2004.

MAX DE OLIVEIRA, G. G. **Estudo do papel e das filigranas e sua ocorrência em manuscritos dos séculos XVIII e XIX na capitania e província de Mato Grosso**. 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Cuiabá, 2014. 300f.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

VIÑAS, Salvador M. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Síntesis, 2003.

INVENTARIANDO O AXÉ: CONTROVÉRSIAS DAS ETAPAS DO INRC TERREIROS/DF

*INVENTING THE AXÉ: CONTROVERSIES ABOUT THE INRC THE TERREIROS /
DF*

*Eduardo Costa de Mancilha
Mestrando – Iphan
mancilhadudu@gmail.com.br*

RESUMO

Minha pesquisa está relacionada a salvaguarda dos patrimônios das Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana realizada enquanto aluno do mestrado profissional no Iphan (alocado na superintendência em Brasília). Debruço-me especificamente nas três etapas do “Inventário Nacional de Referência Culturais dos Lugares de Culto de Matrizes Afro e Afro-Brasileira no Distrito Federal e Entorno”, realizado por essa unidade, entre 2009 e 2011. Meu exercício analítico foi compreender esse INRC dentro dos marcos teóricos usados para sua feitura e os espaços institucionais nos quais ele se insere em diferentes momentos, por exemplo, parcerias com a Fundação Cultura Palmares. Os resultados parciais obtidos são a percepção da primazia de um conceito específico de “lugar” enquanto subsídio teórico que fundamentou a escolha das casas/ilês/templos contempladas, somando-se aos critérios de seleção desses lugares de Culto dentre um universo mais amplo de sujeitos. Busquei problematizar a justificativa no recorte dos bens culturais sobre o prisma de Lugares de Culto considerados “matrizes” origens que inviabiliza ampliar o escopo de análise a outras casas/ilês/templos diminutos. Minha hipótese é transfigurar esses critérios de seleção para normativas sensíveis aos contextos de fragilidade de infraestrutura e espaço físico/ambienta para as práticas litúrgicas

Palavras-chave: Patrimônio. Iphan. Inventário. Religião. Religiões de Matriz Africana

ABSTRACT

My research is related to safeguarding the assets of the Peoples and Traditional Communities of African Matrix held as a student of the professional master's professional in Iphan (allocated to the superintendence in Brasília). I focus specifically on the three stages of the "National Inventory of Cultural Reference of Places of Worship Afro and Afro-Brazilian Matrices in the Distrito Federal and Environment", carried out by this unit between 2009 and 2011. My analytical exercise was to understand this INRC within the theoretical frameworks used to make them and the institutional spaces in which it is inserted in different moments, for example, partnerships with the Palmares Culture Foundation. The partial results obtained are the perception of the primacy of a specific concept of "place" as a theoretical subsidy that based the choice of the contemplated houses / churches / temples, adding to the criteria for selecting these places of worship from a wider universe of subjects . I tried to problematize the justification in the cut of the cultural assets on the prism of Places of Worship considered "matrices" origins that made it impossible to extend the scope of analysis to other small houses / temples / Ilês. My hypothesis is to transfigure these selection criteria into norms that are sensitive to the contexts of infrastructure fragility and physical / environmental space for liturgical practices

Keywords: Patrimony. Iphan. Inventory. Religion. African Matrix Religions

Narrativas Patrimoniais e bens culturais de matriz africana

No Brasil houve, historicamente, durante a formação, consolidação e institucionalização das políticas públicas de preservação/salvaguarda - e seus mecanismo legais de proteção - do bens culturais patrimonializados², um predomínio na valoração de um determinado modelo de patrimônio. Visto, por exemplo, o prestígio de determinado estilo de arquitetura (modo de habitar e construir) [BAUEN, 1951], de estética³, de valores (política, direito, filosofia, etc.), de moral (grego – romana - cristã) e dentre outros aspectos, inspirados ou fundados na experiência civilizatória⁴ europeia e a sua cosmovisão correlata – visão e elaboração de mundo (ALBERT, 2002). Com a consolidação gradual do patrimônio enquanto uma política de Estado⁵ (instituições públicas responsáveis pelo patrimônio) durante o século XX (CHUVA, 2003), concomitantemente, começaram a surgir gradualmente algumas iniciativas inovadoras que possibilitaram alargar o escopo dos sujeitos e bens culturais assistidos pelas intervenções estatais, cito como exemplo, o tombamento vanguardista do primeiro templo religioso não católico, o Terreiro “Casa Branca do Engenho Velho”, na Bahia, em 1984 (Para mais informações sobre o processo ver: Velho [2007]).

A solidificação de um campo - de conhecimento - sobre patrimônio, e conseqüentemente a elaboração de instrumentos de gestão dos bens acautelados, impactaram significativamente nas políticas realizadas pelo Iphan, e, conseqüentemente, ensejaram um cenário de tensionamento crítico acerca do conceito de patrimônio⁶ e seu uso social pelos detentores. Gradualmente, a partir de um paradigma nascente de maior reflexão acerca da institucionalidade em vigor, começa-se uma sensibilização dos operadores das políticas

² Pode-se também se referir ao patrimônio tangível e intangível como bens culturais de natureza tangível ou intangível, assim como, patrimônio material ou imaterial. Evito o uso dos últimos termos por julgar possuir um sentido que frisa a dicotômica entre material e imaterial de maneira mais marcada.

³No caso, cito a proposta da antropóloga Joanna Overing (1991) sobre a “estética da produção”. Segundo a autora, toda estética subjaz uma ética (conjunto de norma morais sociais) que dariam entendimento a compressão daquilo considerado belo.

⁴Enquanto experiência civilizatória ou processo civilizatório anoro minha interpretação de Norbert Elias (1994) sobre o processo histórico de formação de diversos países europeus. Segundo o autor, a construção da modernidade européia esteve ligada a elaboração de determinadas condutas prescritivas e morais de diferenciação entre a ascendente burguesia e outras camadas sociais, e ainda hoje existiram a presença de tais comportamentos nas sociedades ditas “pós-modernas” ou de modernidade tardia.

⁵Menciono apenas o universo institucional contemplado pelos 80 anos de funcionamento do Iphan, e como tal, não nego a existência de discussões e ações paralelos relacionadas com o Patrimônio, e inclusive, muitas fundamentais para o amadurecimento das ações estatais.

⁶ Um exemplo notório é justamente o tombamento do Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, relatado por Gilberto Velho, assim como, as ações inovadoras que foram colocadas por Aloísio Magalhães ao presidir a CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, principalmente a virada substantiva em deslocar o entendimento do que seja os bens culturais assistidos pela política pública. Assim como a Campanha Nacional de Folclore, da década de 40, e vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, entre outros.

patrimoniais acerca da heterogeneidade dos *patrimônios*⁷ e as potencialidades em visões mais pluralistas sobre os bens culturais (sobre estudos culturais e diversidade ver Néstor Canclini [2005] e Michel de Certeau [1982])

Uma trajetória reflexiva acerca dos limites e potencialidades dos instrumentos legais de acautelamento repercutiu nas disputas conceituais realizadas durante a constituinte, de 1988. E a partir da nova carta cidadã, através dos seus artigos 215 e 216, reconheceu-se outro universo possível de atuação frente aos bens culturais, e esse avanço emergiu sob a categoria de patrimônios imateriais, tal como está na descrito na constituição federal: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, Art 216, 1988). O relevo dado aos patrimônios de natureza intangível foi acompanhado pelo reconhecimento estatal da importância da participação social na salvaguarda e promoção dos bens culturais associado as obrigações legais previstas ao Estado no “fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais” (BRASIL, Art 216, 1988).

A consolidação de um ordenamento legislativo sólido e normatizador das ações legais coordenadas pelos operadores das políticas patrimoniais refletiu em um ambiente institucional mais propício a promoção de ações pautadas numa noção mais acurada de *patrimônio*, voltadas particularmente aos bens culturais intangíveis. A partir de uma maior estruturação nas atuações engendradas pelo Iphan, dando-se continuidade de maneira criativa e contemporânea a algumas propostas contidas no anteprojeto de Mario de Andrade, faz-se a edição do “Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR)” (Braga, 2014). Dando seguimento a uma construção da legitimidade dos mecanismos de acautelamento elaborados pelo órgão, buscou-se a construção de uma unidade voltada especificamente a fomentar projetos que valorizassem o Patrimônio Cultural Brasileiro de caráter Imaterial, e para tal, em 2004, institui-se o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) imbuído dessa função.

Dentre as múltiplas ações coordenadas por esse departamento, constata-se uma preocupação em promover iniciativas voltadas a minimizar o déficit histórico no acautelamento

⁷ Uso patrimônio em itálico (*patrimônio*) para assinalar os patrimônios tangíveis e intangíveis quando houver necessidade de frisar as duas categorias, apesar de não ser partidário dessa divisão. Os patrimônios imateriais não prescindem da materialidade, assim como os chamados de materiais são sempre permeados de significados culturais, dessa forma as duas categorias seriam complementares.

de comunidades com forte identificação identitária ou relação memoriosa – real ou mística - com o continente africano. Sob esse novo paradigma de reconhecimento dos bens culturais enquanto lugares de resistência e de forte marca identitária com as comunidades locais, passa-se a inventariar e salvaguardar diferentes patrimônios com forte influência africana – afrobrasileira -, tais como, a salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé, Jongo no Sudeste, Tambor de Crioula do Maranhão, Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-enredo, Roda de Capoeira e Ofício dos mestres de Capoeira. Além das ações de salvaguarda citadas, procurou-se intensificar os esforços na identificação de expressões e bens relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (PMAF), como exemplo, os inventários das comunidades de terreiro localizadas nas cidades de Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Rio de Janeiro e entorno, Palmas (TO), Rio Grande do Sul (RS) e no Distrito Federal e entorno.

Pontuando especificamente sobre a consolidação de um espaço de atuação referente aos lugares de culto religiosos de matriz africana, cabe ressaltar, sucintamente, visando melhor compreensão do universo de análise, dois projetos relevantes para o fortalecimento da temática afro-religiosa dentro do Iphan. A primeira iniciativa, datada de 2013, foi à criação do “Grupo de Trabalho Interdepartamental para Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros” (GTIT), que se configurou como uma importante arena de discussão e fomento de políticas públicas voltadas aos adeptos das comunidades de terreiro. Pretendia-se elaborar um plano de ação sistemático voltado a maximização dos instrumentos legais de acautelamento, tais como, a identificação, a salvaguarda e o tombamento, para tal, propondo um diálogo com as instâncias competentes - dentro e fora do Iphan - para viabilizar a celeridade dos processos em curso envolvendo comunidades de terreiro. Uma das suas características inovadoras foi à composição heterogênea da equipe que congregou profissionais de diferentes áreas durante sua atuação, por exemplo, arquitetos, antropólogos, historiadores, entre outros. Ao fim da iniciativa, uma das conquistas significativas foi a publicação de três portarias norteadoras das práticas do órgão na atuação junto as comunidades tradicionais de terreiro, respectivamente, a Portaria Iphan Nº 489, de 18 de novembro de 2015, Portaria Iphan Nº 188, de 18 de maio de 2016, e Portaria Iphan Nº 194, de 18 de maio de 2016 (Para maiores informações sobre o conteúdo das Portarias acessar a página: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1311>)

A segunda ação fundamental na consolidação de um paradigma sensível as especificidades presentes nos bens culturais de natureza tangível e intangível envolvendo comunidades religiosas de Matriz Africana e Afrobrasileira, deu-se pelo “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial” através do prêmio “Patrimônio Cultural dos povos e Comunidades

tradicionais de matriz Africana/2014”. Essa iniciativa esteve voltada a dar respaldo, incentivo e fomento aos trabalhos, organizações coletivas e projetos realizados por PMAF. Houve um universo considerável de casa/terreiros/ilês contempladas, e através de um apoio institucional, deu-se continuidade e ampliação de iniciativas de diversas naturezas engendradas por esses coletivos, tais como, festejos, organizações suprapartidárias, grupo beneficente, entre outras (A segunda edição do prêmio está prevista para sair ainda no ano de 2018).

Contextualização da atuação na Superintendência

Particularmente, no âmbito da Superintendência do Iphan no Distrito Federal - unidade onde estou alocado - a maneira pela qual essa nova lógica de valorização e potencialização dos procedimentos de identificação, promoção e salvaguarda dos patrimônios dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana se concretizou a partir de dois entendimentos que futuramente desdobraram na feitura do “INRC do Lugares de Culto de Matriz Africana e Afrobrasileira no Distrito Federal e entorno”. O primeiro foi à consolidação de uma perspectiva em relação a natureza de determinados bens culturais classificados enquanto pertencentes “a Brasília Mística”⁸. O seguinte termo se refere especificamente a uma construção conceitual sob território de Brasília e entorno, enquanto um lugar propício ao desenvolvimento de religiões das mais diversas orientações, e tal entendimento, ajudou a balizar e informar a superintendência na busca da identificação de Lugares de Culto de Matrizes e Afro-brasileiras, antes não sublinhados por pesquisas anteriores. A partir desse fato, o universo religioso Afro-Brasileiro no Distrito Federal (DF) passou a ser lido sob a chave conceitual de bens culturais pertencentes a “Brasília Mística”. Concomitantemente, viu-se à época um contexto de intolerância religiosa generalizado, abrangendo todo o território nacional, contra adeptos e lugares de culto de religiões de Matriz Africana. Houve um aumento de tal maneira que se registrou uma ascensão de casos dessa natureza no Distrito Federal⁹. Os consecutivos ataques aos templos/casa/ilês (dentre outras denominações) ocasionou um ambiente hostil a realização das práticas litúrgicas dessas religiosidades dentro do Distrito Federal, e sensível a conjuntura desfavorável vivenciada por esses coletivos, e respondendo a demandas dos próprios adeptos

⁸ O termo “Brasília Mística” é usado no “INRC dos Lugares de Culto de Matrizes Afro-Brasileiros”, porém sua fundamentação teórica veio através do “INRC do Vale do Amanhecer”, e foi cunhado para tratar de expressões religiosas encontrados em Brasília, e nas regiões adjacentes.

⁹ Por exemplo – para citar os mais recentes-, em 2015, houve o incêndio de um terreiro em Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas, e um ano depois, o Centro Espírita Auta de Souza, em Sobradinho II, foi incendiado, além disso, importantes lugares de referência religiosa são constantemente violados e depredados sem que aja as devidas punições legais aos perpetradores dessas violações, como, a Praça dos Orixás.

dessas religiosidades contra os casos de cerceamento de suas práticas litúrgicas e rituais, a Superintendência realiza três ações de identificação dos bens culturais das comunidades de terreiro visando conhecer, promover e divulgar a realidade dessas comunidades.

A primeira ferramenta de identificação supracitada foi o levantamento preliminar, dentro do contexto da metodologia do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), realizado no ano de 2008, sob o título de “Levantamento Preliminar dos Lugares de Culto de Matrizes Afro-Brasileiras no Distrito Federal e Entorno”. Os trabalhos foram coordenados por George Patrick Bessoni e Silva, à época antropólogo da divisão Técnica da Superintendência/DF, e posteriormente, resultou na publicação *“Inventário dos Terreiros do DF e Entorno: 1ª Fase”*. Consta no inventário que o diagnóstico realizado pretendeu incitar uma primeira aproximação com os detentores, buscando a partir dela, construir um possível espaço de diálogo com os detentores. Imerso nesse universo se pode traçar um panorama preliminar acerca da realidade de algumas comunidades de terreiro¹⁰ localizadas no DF e entorno (GO). Posteriormente, embasado nesse levantamento, elaborou-se uma publicação sumaria contemplando informações qualificadas sob o universo dos Lugares de Culto de Matriz Africana e Afro-brasileira, buscando dar subsídios a formulação de políticas públicas voltadas à salvaguarda dos bens culturais dessas comunidades (IPHAN, 2008).

Apesar do seu caráter embrionário, o “Levantamento Preliminar dos Lugares de Culto de Matrizes Afro-Brasileiras no Distrito Federal e Entorno”, auxiliou na consolidação de uma agenda permanente e sensível aos projetos vinculados aos bens culturais dos PMAF dentro da unidade, e devido a premente necessidade de complementação desse mapeamento/identificação¹¹, dada a necessidade de compreender a complexidade da distribuição geográfica e dinâmica das casas de culto no Distrito Federal e entorno, optou-se pela continuidade do projeto através de uma nova fase. Está contou com outra incursão a campo e a produção de informações suplementares relativo ao universo contemplado. Inicia-se assim, outro ciclo inédito de pesquisa buscando sanar os déficits encontrados anteriormente.

Nessa segunda fase do INRC, datada de 2009, houve a produção expressiva de material advindo das visitas a campo visando contemplar um recorte ampliado de Lugares de Culto de

¹⁰ Os templos religiosos contemplados foram cerca de 20 casas/ilês de religiões de matriz africana.

¹¹ Pela própria natureza dos bens culturais alvo da pesquisa, houve uma interseção das fases componentes da metodologia do Inventário (INRC), especificamente a primeira fase, levantamento preliminar, e a segunda fase, Identificação. Esse fenômeno aconteceu devido as características singulares das comunidades de terreiro (sobre essa denominação enquadro os diversos tipos de denominação pertencentes ao universo das religiões de Matriz Africana), por exemplo, o ocultamente visando perseguição religiosa, que demandaram da equipe de pesquisa a adaptação das ferramentas metodológicas, por isso, recorrentemente, cito as duas primeiras fases do inventário sob o epíteto de mapeamento/identificação.

Matriz Africana. Investiu-se quantitativamente no alargamento dos sujeitos assistidos e qualitativamente no fomento a mobilização dos detentores, e a articulação de vínculos interinstitucionais mais amplos, por exemplo, com a Superintendência de Goiás. O produto final dessa nova etapa foi à produção de material audiovisual sobre os bens culturais acautelados, especificamente, o registro das entrevistas com algumas lideranças religiosas dos terreiros e a filmagem dos rituais e celebrações religiosas selecionadas como relevantes e ilustrativas do calendário litúrgico das diferentes expressões associadas ao espectro das religiões afro-brasileiras. Conjuntamente com essas ações, houve o aprofundamento de algumas questões não pontuadas anteriormente, tais como:

“a) a elaboração de uma genealogia dos terreiros do sítio inventariado, com vistas a verificar a “rede de influência” de tais lugares no contexto territorial pesquisado e com os terreiros inventariados; 2) aprofundamento da relação dos terreiros inventariados com as localidades em que se situam, sobretudo do ponto de vista fundiário; 3) descrição sintética da disposição espacial do ilê, tanto em relação ao entorno de seu barracão (uso do terreno e situação fundiária) quanto ao seu arranjo interno; c) enfatizar as modificações ocorridas nesta casa ao longo de sua trajetória de existência. (IPHAN, P. 2-3, 2011)

Devido ao extenso volume de documentação técnica produzida nessas duas etapas, juntamente, com o tempo exíguo despendido para sua análise pormenorizada, houve a abertura de outro processo licitatório visando à contratação de uma equipe de pesquisadores para o auxílio no aprofundamento reflexivo do material recolhido, especificamente as fichas do INRC e a produção audiovisual, resultantes da coleta de material das visitas realizadas. Dessa forma, sensível a essa demanda, inicia-se uma nova fase do INRC dos Lugares de Culto de Matrizes Afro e Afro-Brasileira no Distrito Federal e Entorno, denominada, “fase de documentação¹²”, e segundo os dois coordenadores dessa terceira etapa, Rodrigo Ramassote – técnico da superintendência/DF - e George Bessoni, voltada em buscar: “ [...] as trajetórias históricas de funcionamento, sua ocupação e distribuição espacial, suas principais práticas religiosas e culturais, e, de outro, a elaboração de critérios, conceitos e, no limite, uma proposta de possíveis ações [...] políticas” (IPHAN, p.3, 2011).

Após essa exposição do processo de elaboração do INRC dos terreiros, apontando os principais agentes institucionais envolvidos, as concepções acionadas e a produção advinda das pesquisas realizadas, proponho-me uma análise mais detida no conteúdo das duas publicações, “O Inventário dos terreiros do Distrito Federal e Entorno – 1º fase” e “ O Inventário Nacional de Referências Culturais TERREIROS do Distrito Federal e Entorno – 2º fase”.

¹² Finalizada essa etapa, publica-se o “Inventário Nacional de Referências Culturais: Terreiros do Distrito Federal e Entorno”.

Diagnóstico do INRC dos Lugares de Culto Matriz Africana e Afro Brasileira de Brasília e entorno

O seguinte diagnóstico surge da sistematização dos dados encontrados no “INRC dos Lugares de Culto de Matriz Africana e Afrobrasileira” – “INRC dos Terreiros”, produzidas pela Superintendência do Iphan no Distrito Federal, entre os anos de 2009 e 2011. Minha análise partiu da construção de um banco de dados, com auxílio da ferramenta Excel, e inicialmente, fiz uma leitura detida das duas publicações fruto “INRC dos Terreiros”¹³ e selecionei algumas informações recorrentes na descrição de cada Lugar de Culto, e partir delas busquei uma correspondência dessas questões em todas as fichas¹⁴ casas/lugares/templos citados nas publicações. Dessa forma, não selecionei nenhuma variável que não foi citada nos documentos ou nas publicações que compõe o “INCR Lugar de Culto”. As variáveis selecionáveis mediante a leitura dos exemplares advindos do “Inventário dos Terreiros” foram: 1) Liderança/Religiosa; 2) Iniciação das Lideranças; 3) Fundação do Lugar de Culto; 4) Antecedentes – Lugar -; 5) Lugar atual de funcionamento; 6) Religiosidade; 7) Matriz; 8) Casas descendentes; 9) Sessões Toques; 10) Regentes; 11) Festas; 12) infraestrutura; 13) Situação Fundiária; 14) Sugestões; 15) Atividades Extra-religiosas; 16) Freqüentadores; 17) Conhecimento sobre a FBEUC – Federação de Umbanda e Candomblé do Distrito Federal - e FOAFRO – Fórum de discussões permanente AFRO; 18) Se a propriedade é Urbana e ou não Urbana; 19) Relação com a Prainha; 20) Casos de intolerância religiosa; 21) Opinião sobre o conceito de “Brasília Mística”.

Dentre os 21 tópicos levantados, selecionei 3 deles para análise nesse trabalho, e a seleção ocorreu devido a limitação para desenvolvê-lo em sua totalidade aqui. Visei, através de análises estatísticas, a construção de um panorama mais abrangente sobre os “Lugares de Culto” inventariados, e as conjunturas locais encontradas no Distrito Federal. Dessa forma, usei a seguinte sistematização, primeiramente partir da leitura das publicações advindas do “INRC dos Terreiros” (as duas), e completei os tópicos selecionados com as informações adquiridas nelas, e por ventura, quando não havia dados suficientes para inferir sobre informações relativas às questões listadas, buscava subsídio nas fichas do INRC para complementar a informação

¹³ A forma escolhida para publicar as informações referentes aos Lugares de Culto foram a produção de duas publicações, onde a principal estratégia passou pela a apresentação sumária de cada sujeito contemplado na pesquisa. Dessa forma, reservou-se de uma a duas páginas nas publicações para o conhecimento pelo público geral algumas características das casas inventariadas.

¹⁴ O INRC é composto de diferentes tipos de fichas pormenorizadas que buscam descrever os bens culturais identificados, e a partir dessas fichas são elaborados produtos para publicar as informações construídas durante a aplicação da metodologia. Estão registradas nas fichas “o material bruto”, ou seja, as informações não publicadas e publicizadas, logo, com um maior detalhe nas informações sobre os sujeitos pesquisados, e por isso, recorri as fichas para complementação de algumas informações levantadas nos tópicos listados.

específica requerida, por exemplo, caso não houvesse dentro da primeira publicação um dado referente à iniciação da liderança, recorria a ficha para complementação almejada. A dinâmica da feitura da publicação justamente passou pela seleção das informações das fichas, e a partir delas, selecionaram-se aqueles aspectos considerados mais representativos de cada Lugar de Culto para descrevê-lo sumariamente. Minha proposta passou pelo trabalho inverso de entender como se deu essa seleção de determinados elementos, aspectos e noções vinculados às comunidades de terreiro para a feitura do texto final da apresentação das casas. Através de um olhar mais distanciado e global sob as informações do texto se pode inferir alguns fenômenos mais recorrentes, assim como as ausências de determinados dados, e por fim, entender as noções que se basearam os autores do “INRC dos Terreiros”.

As publicações dos Lugares de Culto

Casas	Números
Só na primeira publicação	11 (16%)
Nas duas publicações	14 (23%)
Só na segunda publicação	40 (61%)
Total	100%

Primeiramente, cabe salientar a mudança significativa da metodologia usada na primeira etapa e na segunda etapa da pesquisa. Em um momento inicial, houve o recorte, e o privilégio, de parâmetros de identificação voltados para localização daqueles Lugares de Culto vinculados aos terreiros considerados matriciais – exclusivamente os terreiros situados na Bahia -, ou seja, aqueles terreiros que se sucederão daqueles Lugares de Culto com maior antiguidade de funcionamento. Não farei uma análise pormenorizada das limitações e potencialidades em usar como perspectiva norteadora a concepção de matricialidade, porém, sublinho a mudança desse parâmetro, adotado na primeira etapa, para uma diretriz pautada na identificação da diversidade constitutiva desse segmento religioso, nas etapas subsequentes. Para segunda fase do INRC dos Terreiros, constatou-se um déficit na representação do vasto espectro das diferentes

religiosidades encontradas sob a alcunha de “Comunidades Tradicionais de Terreiro” (Seppir, 2016), e por isso, ao se ampliar o número de casa contempladas nessa etapa, buscou-se selecionar um maior número de nações, linhas, segmentos dentre os sujeitos pertencentes a esse universo religioso, no Distrito Federal. A própria forma de preenchimento das fichas do INRC privilegiou uma amplitude maior de questões com um cunho político marcante, por exemplo, explorando a territorialidade das casas, enquanto por outro lado, houve uma superficialidade em outras respostas antes vistas com maior profundidade da primeira etapa, por exemplo, história das lideranças religiosas.

Julgo positiva a mudança na abordagem metodológica envolvendo a aplicação do INRC, pois a demanda da primeira fase passava pela identificação de algumas casas ligadas diretamente a terreiros matrizes da Bahia, porém, já na segunda fase, buscou-se deixar mais evidente a pluralidade de lugares de culto de matrizes africanas e afro brasileira no Distrito Federal. As implicações envolvidas em cada uma dessas escolhas trazem potencialidades e também limites encerrados na própria tomada de decisão de parâmetros de escolha das casas. Por fim, aponto a necessidade de uma sinalização do Lugares de Culto não escolhidos para compor as publicações, e as justificativas do ocultamento de tais sujeitos dentro do material exposto. Além disso, apesar de não existir uma proximidade entre as publicações, no sentido de uma continuidade de volumes – já que as publicações são independente, e não uma complementação somente -, faz-se necessário um maior esclarecimento entre quais as casas são contempladas somente na primeira casa, e aquelas contempladas somente na segunda, e por fim, as casa citadas em ambas as publicações.

Diversidade encontra no INRC dos Terreiros

Religiões primeira etapa	Números
Candomblé	19 (76%)
Umbanda	6 (24%)
Total	25 (100%)

Religiões segunda etapa	Números
-------------------------	---------

Candomblé	23 (46%)
Umbanda	18 (36%)
Outros	9 (18%)
Total	50 (100%)

Percebe-se, a partir das duas tabelas acima, uma equalização da quantidade de Lugares de Culto Afro e Afro brasileiros pesquisados, principalmente uma maior equiparação entre o candomblé e a umbanda na segunda etapa. A própria proposta e argumentação criada para fundamentar o pedido de complementação contemplado se pautou na ampliação do universo de terreiros, não somente quantitativamente, mas, voltado para a busca de diversificar o espectro de nações componentes no Candomblé, assim como as vertentes da Umbanda. Apesar de um nítido aumento do universo contemplado entre a primeira e a segunda etapa, ainda assim fica nítido um déficit na especificação interna dos grupos que compõe esse segmento. Assim como colocado anteriormente, a divisão religiosa dentro do segmento das comunidades tradicionais de terreiro pode ser identificada dentro do inventário sobre diversas denominações, estas especificadas pelos detentores sobre diferentes denominações. São cerca de 20 tipos de nações, segmentos, dentre outros referenciadas nas fichas do INRC ou nas duas publicações. Aparentemente, parece ser um número elevado, porém outros INRCs, por exemplo, o estudo elaborado pela Superintendência do Iphan em Santa Catarina, aponta um número bem mais elevado de nações, cerca de 70 denominações diferentes, e não é por conta de algum contextoêmico circunscrito ao estado de Santa Catarina, mas por conta de uma postura metodológica que privilegiou a especificação desses termos. Não houve no preenchimento das fichas do INRC um esmero com a classificação nominal das diferentes denominações utilizadas pelos detentores para se referirem as suas religiões, e mais que isso, não houve a percepção da importância dessas divisões enquanto lógicas ontológicas próprias, ou seja, não apenas ramificações, mas substancialmente, universos próprios que possuem um fundo cultural comum, e por isso, guardam suas especificidades, como, práticas, cosmologias, e rituais específicos. As implicações de não especificar essas informações são diversas, primeiramente causa a homogeneização dos diversos grupos abarcados pela terminologia “Comunidades

Tradicionais de Terreiro” (Seppir, 2016), e conseqüentemente, durante as parcerias com o Poder Público realizada por esses segmentos podem haver por parte dos agentes estatais certas minimizações¹⁵ ou incompreensões acerca do funcionamento cosmológico de cada segmento religioso dentro dessa classificação mais abrangente. Um recorte mais preciso das denominações pode elucidar sobre a origem histórica e difusão das casas em determinado território, além de fenômenos identitários específicos relacionados a afirmação étnica.

Casos de Intolerância Religiosa

Intolerância Religiosa	Números
Sim	18 (27%)
Não	27 (41%)
Sem informação	20 (32%)
Total	65 (100%)

A análise dos dados sobre a intolerância religiosa sob comunidades de terreiro sempre é delicada, não apenas pelas dificuldades de obter a informação relativa aos casos de violência, mas também pela fragilidade de conclusões assertivas sobre diferentes contextos de perpetuação de animosidades frente esses segmentos. Dessa forma, a primeira interpretação que faço dos dados da tabela acima é a impossibilidade de afirmar uma baixa incidência de casos de intolerância religiosa, mesmo havendo somente 27% dos terreiros enquadrados nessa opção. Cabe perceber, primeiramente, que essa porcentagem em termos de incidência e recorrência da perpetuação de violências e impedimento do livre exercício das práticas religiosas já se configura enquanto um contexto extremamente desfavorável às comunidades de terreiro, e por isso precisasse analisar o processo de intensificação do cerceamento das práticas desses segmentos. De certa forma, essa conjuntura se liga a um contexto mais amplo em âmbito

¹⁵ Existe uma discussão da eficácia de fragmentação ou multiplicidade de denominações ao se manter um diálogo com o Poder Público, haja vista a recente construção conceitual, ainda em processo de instrumentalização por diferentes órgãos, de “*Comunidades Tradicionais de Terreiro*”.

nacional de perseguição ou mesmo ódio religioso realizadas contra os terreiros, com notórios casos noticiados, porém, muitas vezes os casos de intolerância são desdobramentos em âmbito local, e por isso possuem características específicas dos lugares onde estão instalados os templos/casas/ect.

A partir dos dados apresentados, não posso afirmar ao certo quantas vezes cada comunidade de terreiro referenciada sofreu algum tipo de coerção ou impedimento das suas práticas ancestrais, pois, dentre as 18 comunidades vítimas dessas violências, apenas 6 especificaram a natureza dos atos sofridos, e somente 4 afirmaram ser recorrente os constrangimentos às suas práticas litúrgicas. Mediante os apontamentos colocados, faz-se necessário a complementação e qualificação dos dados referentes aos tipos de violências perpetuadas contra as religiões de matriz africanas, principalmente, buscando ferramentas de registro das denúncias que não exponham os adeptos e seus Lugares de Culto. A dificuldade estaria justamente em conseguir registrar esses crimes, porque muitas vezes existe subnotificação, parte pela apreensão dos detentores da feitura de um boletim de ocorrência dos ilícitos, ou mesmo, pela forma pelas quais os agentes do Estado por vezes desencorajam os adeptos em notificar oficialmente as ocorrências de intolerância religiosa.

Cabe ressaltar a criação da DECRIN - Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência, delegacia criada em Brasília para responder a demanda de diferentes grupos sub assistidos pelo poder executivo, principalmente no tocante do arquivamento dos casos de criminalização de determinadas práticas. Diversas vezes busquei o contato com a DECRIN visando conseguir documentação relativa à quantidade de casos de intolerância religiosa registrados e os principais lugares, grupos afetados, motivações, perfil dos agressores, natureza das agressões, entre outras, porém não consegui acesso a informação e nem disponibilidade para as entrevistas com os agentes do órgão. De qualquer forma, através de visitas aos Lugares de Culto pude perceber uma necessidade de estudo mais aprofundado sobre o fenômeno da intolerância religiosa, principalmente uma análise do discurso sobre os relatos dos adeptos e o entendimento dos mesmos sobre essa categoria. Devido a uma perseguição histórica dessas comunidades existe um entendimento particular sobre o que poderia ser classificado enquanto um ato de cerceamento das suas práticas. As próprias estratégias cunhadas de ocultamento e fuga dos mecanismos do Estado acabaram por distanciar muitas vezes as comunidades ao acesso de bens básicos assim como banalizar atitudes de intolerância. Por exemplo, entrevistei uma liderança religiosa (não citarei aqui para resguardar a identidade do entrevistado) que taxativamente negava qualquer tipo de constrangimento a suas práticas religiosas, porém,

relatou ter presenciado diversas vezes membro das religiões *neopentecostais* depositarem sal grosso na entrada do terreiro. Por isso, não se pode perder de vista, ao analisar os discursos dos adeptos dessas religiosidades, uma trajetória histórica de cerceamento pelo Estado da prática ritual, inclusive houve por parte de alguns órgãos uma perseguição institucional e uma repressão policial sistemática aos terreiros. Mediante esse contexto desfavorável do livre exercício da religiosidade afrobrasileira ou de matriz afro, ainda existe uma memória sensível sobre a atuação dos agentes do Estado, principalmente através da omissão.

Antes, as violências eram perpetuadas através de uma atuação repreensiva e cerceadora das práticas litúrgicas desses segmentos, por exemplo, fiscalização dos lugares de culto antes de qualquer ritual, como giras ou festividades, além de um registro recorrente dos adeptos enquanto possíveis perturbadores da ordem nas delegacias de polícia. Ouve-se das lideranças mais antigas, que vivenciaram a época da ditadura civil-militar, uma associação dos adeptos e frequentadores dos Lugares de Culto de matriz Africana aos “meliantes” e “arruaceiros”, e por conta de estigma, recorrentemente as primeiras diligências na região tinham como alvo esses lugares, e todas as pessoas frequentadoras e membros da casa. Havia uma nítida associação a criminalidade. Após a constituição de 1988, há a celebração de alguns princípios relacionados à liberdade das práticas religiosas e à diversidade de culto, e por tanto, uma mudança de paradigma do Estado enquanto perpetuador de violências para o Estado enquanto garantidor de um estado democrático de direito.

Notadamente existiram melhorias significativas na construção de uma rede de proteção aos terreiros, porém a violência contra esses segmentos permaneceu, havendo uma mudança da sua natureza, principalmente das estratégias de cerceamento as práticas dessa comunidade. Ao invés da repressão policial que fiscalizava e apreendia os instrumentos e interrompia a liturgia, atualmente, existe uma fiscalização seletiva e excessiva sobre legalidade das áreas ocupadas, aplicação da lei do silêncio, fiscalização ambiental, além de proposições legislativas retrógradas, como por exemplo, o debate no supremo em relação à sacralização animal – proibição do sacrifício animal. As propostas legislativas desfavoráveis, a atuação desigual na promoção dos direitos básicos e uma perseguição institucional sutil seguem acompanhadas de atitudes belicosas da sociedade civil e de outros segmentos religiosos. Recentemente, houve uma publicização e uma circulação em diferentes mídias de diversos casos em que narcotraficantes coagiram lideranças religiosas a quebraram seus próprios terreiros e destruírem objetos de culto significativos para as práticas rituais. Diante dessa conjuntura desfavorável, faz-se necessário traçar estratégias institucionais visando criar uma rede de proteção mais ampla sob os detentores de comunidades de terreiros, principalmente, devido à fragilidade jurídica enfrentada por esse

segmento. Para tal, sugiro um mapeamento mais completo e qualificado da quantidade e tipos de violências sofridas pelos adeptos dessas religiosidades no caso do INRC dos Lugares de Culto de Matriz Africana e Afrobrasileira no Distrito Federal e Entorno.

Conclusão

Por fim, apesar de fazer uma breve consideração acerca do INRC do Terreiros do Distrito Federal e entorno, busquei mostrar a trajetória da construção de uma narrativa patrimonial acerca dos bens culturais patrimoniáveis de natureza intangível, e posteriormente, apresentar como o patrimônio das comunidades afro-brasileiras ganharam visibilidade dentro da prática do Iphan. Foquei especificamente nas atividades desenvolvidas pela Superintendência do Iphan no Distrito Federal, apontando os conceitos e conjuntura que deram subsídios a feitura das 2 etapas que compõe o INRC dos Lugares de Culto de Matriz Africana e Afrobrasileira no Distrito Federal e Entorno. Após dissertar sobre a formulação e elaboração desse inventário, procurei analisar três questões centrais presentes na pesquisa, a primeira, referente a metodologia, a segunda, a diversidade religiosa e a terceira a intolerância religiosa vivenciada pelos adeptos dessa religiosa. Por conta da circunstancialidade do espaço, selecionei os três tópicos referidos para trazer algumas reflexões acerca do conteúdo do INRC do Terreiros.

Referências bibliográficas

- ALBERT, Bruce. 2002. "O Ouro Canibal e a Queda do Céu". In: Albert B.; Ramos A. C. (orgs.) *Pacificando o Branco: Cosmologias do Contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp.
- BAUEN, Wohnen, Denken. (1951). "Construir, Habitar, Pensar". Conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *VortägeundAufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954.
- BRAGA, Luiz. "Patrimônio Imaterial". Portal Iphan, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 29 jan. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). "Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília". DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CANCLINI, Néstor García. "Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade". Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. – Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHUVA, Márcia. "Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado". *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, volume 1.
- INGOLD, Tim. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 24-44, jan./jun., 2012
- IPHAN. "INRC dos Lugares de Culto de Matriz Afro Brasileiras" – Controle de Processo e Documento – CPROD. Distrito Federal, 2008. (1 ° e 2 ° fase).
- IPHAN. "INRC dos Lugares de Culto de Matriz Afro Brasileiras" – Controle de Processo e Documento – CPROD. Distrito Federal, 2011. (3 ° fase)
- LATOUR, Bruno. "Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica". Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- LEITE, Jéssica. "Quarto dia de programação de aniversário da Palmares". Portal Fundação Cultural Palmares, 2016. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/archives/42936>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- MAIA, Alessandra. SERAFIM, Sabrina. "Análise da Teoria Ator-Rede (TAR) e sua relação com os paradigmas de Relações Públicas". *Contemporânea*. Ed.17 | Vol.9 | N1 | 2011.
- OVERING, Joanna; PASSES, Alan (Orgs). "The Anthropology of Love and Anger, The Aesthetic of Conviviality in Native Amazonia". London: Routledge, 200
- SPPIR. "Guia Orientador Para Mapeamentos Junto aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana". Ministério Da Justiça e Cidadania Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Secretaria de Políticas Para Comunidades Tradicionais. 2016
- VELHO, G. "Patrimônio, negociação e conflito". In: LIMA FILHO, Manuel F.; ECKERT, Cornélia; Beltrão, J. *Antropologia e Patrimônio Cultural. Diálogos e desafios contemporâneo*

A RUA COMO LUGAR DE MEMÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A MARIA ANTÔNIA E A ESTRADA DAS LÁGRIMAS

*THE STREET AS A PLACE OF MEMORY: REFLECTIONS ABOUT MARIA
ANTÔNIA AND THE ROAD OF TEARS*

*Fernando Santos da Silva
Mestrando – Universidade Presbiteriana Mackenzie
fercmo@gmail.com*

*João Ricardo de Castro Caldeira
Doutor – Universidade Paulista
joaorcc@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho tem a intenção de analisar as percepções que são desenvolvidas em torno da rua, ambiente urbano no qual são estabelecidas importantes relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Pretende-se aqui empregar a teoria do historiador francês Pierre Nora (1931 -) a respeito dos lugares de memória, ou seja, dos ambientes e objetos que constroem identidades e evocam lembranças, sendo, ao mesmo tempo, experiência concreta e elaboração abstrata. Adotando a reflexão de Nora, a hipótese central do presente estudo é que a rua constitui efetivamente um lugar de memória, por ser um espaço urbano – portanto, uma realidade concreta – em torno do qual é construído um imaginário – ou seja, uma construção abstrata - pelas pessoas e instituições sociais. Esse imaginário, por sua vez, traduz as vivências e experiências diversas ocorridas na rua. A fim de averiguar essa hipótese, são tomadas aqui como exemplo duas ruas que marcam a memória e a história da cidade de São Paulo: a Estrada das Lágrimas, localizada no bairro do Sacomã, e a emblemática rua Maria Antônia, situada no bairro da Consolação. A primeira entrou para a memória paulistana como local de despedida, e a segunda, como um local de acontecimentos culturais.

Palavras-chave: Cidade de São Paulo; Lugares de memória; Estrada das Lágrimas; Maria Antônia; Pierre Nora.

ABSTRACT

This work intends to analyze the perceptions that are developed around the street, urban environment in which important social, political, economic and cultural relations are established. It is intended here to employ the theory of the French historian Pierre Nora (1931 -) about places of memory, that is, environments and objects that build identities and evoke memories, while being concrete experience and abstract elaboration. Taking the reflection of Nora, the central hypothesis of the present study is that the street is effectively a place of memory, because it is an urban space - therefore a concrete reality - around which an imaginary is constructed - that is, an abstract construction - by people and social institutions. This imaginary, on the other hand, translates the experiences and diverse experiences occurred in the street. In order to find out this hypothesis, two streets that mark the memory and history of the city of São Paulo are taken here: the Estrada das Lágrimas, located in the district of Sacomã, and the emblematic street Maria Antonia, located in the neighborhood of Consolação. The first one entered the memory of São Paulo as a farewell place, and the second, as a place of cultural events.

Keywords: Sao Paulo City; Memory locations; Road to Tears; Maria Antonia; Pierre Nora.

Introdução

No decorrer da história, o ser humano sempre buscou transmitir e retransmitir os fatos que ocorriam a sua volta. Seja essa retransmissão via oralidade, pictorialidade e até mesmo pela escrita. Ou seja, um saber e um fazer histórico pautado não apenas na busca pela transmissão dos acontecimentos, mas, pela preocupação com a preservação e propagação dos fatos.

Com o desenvolvimento da sociedade, dos meios de comunicação e, principalmente, da maneira como a mesma interpretava e percebia os acontecimentos a sua volta, houve a necessidade de buscar novos meios de se reproduzir e retransmitir os fatos históricos, direcionando-a uma compreensão dos possíveis aspectos da vida humana, avançando aos domínios da culturalidade. Apresentando modificações e argumentando que o tempo e o fazer histórico apresentam ritmos diferentes para os acontecimentos, podendo ser eles de caráter conjuntural ou estrutural.

Considerando a história a partir de então, não como uma sequência de acontecimentos, mas sim, uma construção de fatores econômicos, sociais e psicológicos, que permitia a compreensão e até mesmo a manipulação do imaginário da sociedade.

A partir dessa abordagem mais pluralista da história, destaca-se o historiador francês Pierre Nora (1931-), considerado uma referência entre os historiadores franceses contemporâneos, principalmente, pelos seus trabalhos sobre a historiografia francesa que, ao questionar as noções de história e memória, nos diversos seminários organizados em Paris, na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais), entre os anos de 1978 e 1981¹⁶, Nora traz à tona, uma preocupação historiográfica, pautada no estudo de objetos ou espaço em que a história ainda pudesse estar presente.

Nora (1993), enxerga a memória como um processo que possui vida, sendo constantemente repassada pelos múltiplos grupos sociais existentes. Pelo fato de estar em permanente evolução, acaba se inserindo em contradições entre lembranças e esquecimentos. Devido a essas contradições, e sem se dar conta de suas sucessivas transformações, fica desguarnecida a todos os usos e manejos que suas manifestações contemporâneas ocasionam, principalmente, por suas lembranças muitas vezes imprecisas. Está alicerçada no palpável, no absoluto. Podendo facilmente ser vislumbrada como um diagrama de lembranças. Como afirma Nora:

¹⁶ Período no qual havia uma necessidade latente na França de identificar a memória material e imaterial, buscando através dessas reflexões a importância desta para a sociedade.

[...] memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta, o que aconteceu? Pode-se aprender o que aconteceu, no ponto de chegada da metamorfose contemporânea. E antes de tudo, uma memória, diferente da outra, arquivista. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem. (NORA, 1993, p. 14).

Já em relação a história, Nora a considera como uma reorganização de incertezas, que pelo fato de estarem incompletas, criam uma dificuldade na representação fidedigna do passado. Ao possuir informações fragmentadas, se inseri numa análise e em um discurso crítico, pautado no relativismo. Por ser uma operação racional e laica, torna-se propriedade de todos e ao mesmo tempo de ninguém. Possuindo assim, uma característica universal. Conforme afirma Nora:

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. Uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória. (NORA, 1993, p. 9).

Essa perspectiva contribui de forma significativa para a construção de novos olhares com relação à identidade de um povo e, principalmente, de sua cultura. Ao resgatar a memória, através dessa nova perspectiva, o indivíduo reflete acerca de suas origens e identidade.

Com o passar do tempo, as pessoas sentem a necessidade de lugares para aportar suas memórias, ou seja, palcos que transmitam a impressão segura de continuidade. Conforme esclarece ainda Nora:

É o mundo inteiro que entrou na dança, pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Na periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial. E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica. Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão de valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, com todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. Ainda mais: é o modo mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade. (NORA, 1993, p. 8).

Essa percepção revela a quebra de tradições e situações que constroem uma ligação da identidade, ao proporcionar condições de uma nova interpretação da dinâmica social e cultural, possibilitando uma melhor compreensão do objeto ou evento histórico, alicerçadas muitas vezes nas pesquisas tradicionais, pautadas por uma rigidez documental, demonstrando a importância desse resgate da memória por meio de lembranças que ainda estão presentes.

Apesar de Nora não ter citado diretamente a rua como lugar de memória, como fez com outros ambientes e objetos, assume-se aqui a premissa de que o logradouro pode sim ser entendido como um lugar de memória, pois, como afirma Nora:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

São lugares que, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentração da lembrança. (NORA, 1993, p. 21-22).

Afinal, segundo Nora (1993, p. 22), “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.” Ou seja, a rua, além de ter a sua própria identidade e história, evoca lembranças e sentimentos naqueles que por ela perpassam, inserindo-a como um espaço de celebração e sociabilidade, onde muitos indivíduos se reconhecem como sujeitos históricos.

Devido a essas suas características, o conceito de lugar de memória pode ser aplicado plenamente à análise da Rua Maria Antônia e da Estrada das Lágrimas, cuja memória foi deslocada pelo predomínio de uma história que enfatizou sobremaneira apenas um episódio da longa trajetória de existência desses traçados, no caso, a primeira como um local de acontecimentos culturais, tal como os acontecimentos de 1968, ou seja, os embates entre alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade de São Paulo, e a segunda entrou para a memória paulistana como um local de despedida, onde esposas lastimosas, pais receosos e mães aflitas, viram seus maridos e filhos desaparecerem rumo à Guerra do Paraguai (1864 – 1870).

Todavia, para retratar essa realidade dinâmica, é preciso interpretar esses espaços e seus significados por um viés diferenciado daquele que enraizado em conceitos metódicos e teóricos, limita o ser humano na sua tentativa constante de enxergar a realidade urbana. Afinal, a partir

de novos caminhos, podemos perceber a rua como meio de comunicação e informações, sendo possível em muitos momentos, fazer uma leitura da mesma.

Maria Antônia

A história do traçado que deu origem à Rua Maria Antônia está intimamente ligada ao surgimento e ao desenvolvimento da capital de Piratininga em tempos de colonização, mais precisamente com a política portuguesa empregada nas terras tupiniquins. Com o objetivo de vigiar o litoral da colônia e estabelecer núcleos populacionais, Dom João III instituiu o sistema administrativo das capitanias hereditárias, ou seja, as terras pertencentes à colônia lusitana nas Américas foram divididas em faixas de terras.

Essas faixas de terra eram concedidas a pessoas da pequena nobreza, funcionários públicos e comerciantes, que por sua conta e risco estavam interessados em explorá-las economicamente. Apesar de terem autonomia administrativa, esses beneficiários estavam incumbidos de destinar à Coroa portuguesa uma porcentagem do que extraíam dessas terras. Mesmo com direitos administrativos sobre essas terras, esses proprietários não podiam vendê-las, tão pouco alienar os seus potentados.

Nessa busca pelo desenvolvimento e ocupação de sua capitania, Martim Afonso de Souza, que fora contemplado juntamente com seu irmão Pero Lopes de Souza com terras localizadas ao sul da colônia, doou a sesmaria do Pacaembu para os jesuítas, no século XVI. Com a missão de catequizar os índios da região, os jesuítas subdividiram as terras recebidas em três partes: Pacaembu de Cima (hoje Higienópolis), Pacaembu do Meio (atual Pacaembu) e Pacaembu de Baixo (hoje Perdizes), estabelecendo assim várias aldeias na região.

No entanto, no ano de 1759, como resultado de sua política de modernização do Estado lusitano, e com o firme propósito de eliminar o risco da Companhia de Jesus – que controlava imensa massa populacional indígena – tornar-se uma verdadeira força concorrente da Coroa portuguesa dentro do Império lusitano, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Reino de Portugal e de suas colônias, confiscando também as suas terras.

Estabelecidos todos os proclames, as terras pertencentes à sesmaria do Pacaembu foram leiloadas e divididas em chácaras que, aos poucos, após a promulgação da Lei de Terras de

1850¹⁷, passaram a ser compradas por integrantes da elite paulistana. Sendo que essas terras, foram transformadas em sítios, chácaras e pequenas fazendas.

Dentre essas terras, estava a chácara de Dona Maria Antônia da Silva Ramos, também conhecida como Baronesa de Antonina, distinta senhora integrante da alta sociedade paulistana, que ao tomar contato com as ideias educacionais do reverendo *George Whitehill Chamberlain* e de sua esposa, a professora *Mary Ann Annesley Chamberlain*, que conduziam a Escola Americana.

Ao tomar ciência das dificuldades do reverendo George Chamberlain em ampliar o espaço físico da Instituição de Ensino, decidiu vender para a Junta de Nova York parte de uma propriedade que tinha localizada próximo ao caminho que levava a Sorocaba, como se pode observar na citação abaixo:

Dona Maria Antônia, da alta nobreza de São Paulo, sabendo das dificuldades do rev. Chamberlain em encontrar área para instalar o Internato Masculino de sua Escola Americana, e onde também pudesse ampliar sua escola já apertada na rua São João, prontificou-se a vender à Junta de Nova York uma área de terreno a ser desmembrada de sua chácara. Essa área com cerca de 27 mil metros quadrados ficava ao lado esquerdo do caminho para Sorocaba (atual rua Maria Antônia). Era um terreno ocupado para pasto dos animais de sua carruagem. O preço estipulado foi de 800\$000 (oitocentos mil reis), quantia necessária apenas para cobrir as despesas feitas com a abertura de um valo que circundavam o referido pasto como vedação. Na beira do citado valo, em toda a sua extensão, foi plantada uma sebe de bambus que duraram até pouco tempo. Essa área fica na esquina da rua Maria Antônia com a rua Itambé, e foi o núcleo primitivo do atual terreno ocupado pelo Mackenzie. (GARCEZ, 2004, p. 106).

Com essa atitude, Dona Maria Antônia da Silva Ramos assinalou de vez o seu nome na história de São Paulo. De um lado, pela construção de um importante traçado que merecidamente leva o seu nome e que nasceu com objetivos educacionais e culturais, permanecendo assim, até os dias atuais. De outro, pela construção e solidificação da história do que constitui, atualmente, a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Além de moradias, estabelecimentos comerciais e toda uma vivência que a acentuam como espaço ímpar no centro da metrópole paulista e, por isso mesmo, a credenciam como um “lugar de memória”.

Todavia, fora toda essa carga educacional e cultural, desde seus primeiros traçados o logradouro contou também com a presença da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - USP que, após os eventos de 1968, conhecidos como “Guerra da

¹⁷ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que estabeleceu a propriedade privada da terra no Brasil, e a possibilidade de sua compra e venda, extinguindo o antigo sistema de sesmarias.

Maria Antônia”, essa Faculdade migrou em definitivo para a “Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira”, no Butantã, cedendo seu espaço, atualmente, para o “Centro Cultural Maria Antônia”.

Entre uma provocação aqui e outra ali e, influenciados pelos eventos políticos de 1968 no Brasil e no mundo, estudantes disseminavam ideologias opostas e, baseados em crenças estavam dispostos a eliminar o inimigo, como se o futuro da humanidade dependesse disso, acirrando a rivalidade entre os alunos das duas Instituições, que pelo território dos seus modestos 500 metros de extensão, dava à rua um ar de fronteira invisível que, mediante perspectivas polarizadas e radicais, constituíram sua própria Guerra-Fria¹⁸.

Em meio ao regime civil-militar, o estopim surgiu durante o pedágio realizado em 02 de outubro de 1968, por estudantes secundaristas, ligados à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que buscavam arrecadar dinheiro para o 30º Congresso da União Nacional do Estudantes. Alguns estudantes do Mackenzie com os ânimos agitados, começaram a arremessar ovos, pedras e tijolos nos estudantes da USP, acirrando o conflito que duraria aproximadamente 10 horas.

A rua se transformará numa verdadeira zona de guerra. Sendo a tropa de choque chamada para conter o enfrentamento estudantil. Carros destruídos, diversas janelas quebradas, inúmeros feridos e o prédio da USP incendiado. No meio dessa confusão, estava o estudante do terceiro colegial José Carlos Guimarães, que estava ajudando a recolher pedras para os alunos da USP, foi morto com um tiro na cabeça, aparentemente disparado do edifício do Mackenzie.

Logo após a morte do jovem estudante, em sinal de protesto, inicia-se uma passeata pela cidade. Essa nova mobilização estudantil, dura aproximadamente 2 horas, sendo reprimida pela força pública que, prende 35 estudantes e 6 jornalistas. Pouco tempo depois, o governo militar utilizaria o ocorrido como um dos pretextos para o endurecimento do regime, promulgando o Ato Institucional número 5, o AI – 5.

Estrada das lágrimas

Diferentemente da Rua Maria Antônia, a Estrada das Lágrimas, situada na zona sul de São Paulo, entre os bairros do Sacomã e Ipiranga e o município de São Caetano do Sul, passando

¹⁸ Processo acentuado pelo Golpe Militar de 1964.

pela atual comunidade de Heliópolis, não constitui um lugar de intensa atividade cultural e acadêmica. O seu longo trajeto, de mais de quatro quilômetros, é marcado por uma imensa variedade de equipamentos, incluindo habitações, comércio, serviços etc. A sua grande extensão também a difere, portanto, da Rua Maria Antônia, bem como a sua origem, mais antiga, além de não ter sido resultado de doação de terreno por um particular ao espaço público.

Efetivamente, a Estrada das Lágrimas tem uma história distinta da Maria Antônia. Ainda assim, constitui, como esta, um ótimo exemplo de como o espaço urbano se relaciona com a história e com a memória social. Conforme esclarece o sociólogo e urbanista Kevin Lynch (1999), o espaço se torna lugar quando passa a possuir um significado para a comunidade ou sociedade que o ocupa. Noutros termos, um espaço físico deixa essa sua primeira natureza e se integra a uma segunda natureza, social e cultural, quando a ele são atribuídos certos valores simbólicos pela população que o ocupa. São esses significados que passam a configurar o espaço como lugar, tornando-o uma referência, localizando-o no terreno da memória urbana, à qual ele se integra e onde é valorado de uma maneira específica, de caráter simbólico, cultural.

No caso da Estrada das Lágrimas, esse significado detém uma dupla importância para a presente reflexão. De um lado, por que este não tem sido um objeto de estudo recorrente nas investigações sobre a cidade de São Paulo, e, de outro, por constituir, efetivamente, um lugar de memória, no sentido atribuído por Pierre Nora.

A Estrada das Lágrimas tem a sua trajetória vinculada ao antigo Caminho do Mar, o qual tem sido estudado por muitos pesquisadores, dada a sua importância para a história de São Paulo e do Brasil.

É, portanto, bastante interessante salientar que a memória da Estrada das Lágrimas vincula-se diretamente à memória do Caminho do Mar. Trata-se de um imbricamento de memórias. Em que sentido? Na altura do número 515 da atual Estrada das Lágrimas, acha-se uma imensa e muito antiga figueira, que conta mais de duzentos anos de vida. Essa árvore centenária é conhecida como Figueira das Lágrimas, e está na origem do nome da Estrada aqui abordada. A sua antiguidade é confirmada na obra *Peregrinação pela Província de São Paulo*, publicada em 1862, de autoria de Emilio Zaluar (ZALUAR, 1862). Essa enorme figueira situava-se em um local estratégico na cidade de São Paulo, uma vez que se achava no limite da capital paulista, precisamente no ponto onde estavam as últimas residências paulistanas, e onde principiava o Caminho do Mar, ou seja, a estrada de terra que levava para o litoral. A figueira era um ponto limite. Ali terminava a cidade de São Paulo.

Portanto, qual o significado que foi atribuído a esse espaço? Que tipo de lugar foi ali conformado, com o passar do tempo? Por tratar-se de um ponto limítrofe, era tanto um espaço

de partida como um espaço de chegada, para quem ia e para quem vinha, aos que estavam partindo e para aqueles que chegavam. Algo como os pontos de entrada contemporâneos das cidades (aeroportos, portos, estações de trem ou rodoviárias). Foi se constituindo, portanto, como um lugar de chegada e de partida, onde não se pousava, apenas se iniciava uma nova jornada.

Neste sentido, a figueira à beira da estrada passou a adquirir grande valor sentimental, tanto para quem recepcionava os que ali chegavam de viagem como para aqueles que naquele mesmo local se despediam dos que partiam. E nesses momentos, a expressão do sentimento muitas vezes é o choro, de alegria ou de tristeza, motivo pelo qual a árvore passou a denominar-se Figueira das Lágrimas, nome com o qual foi também posteriormente batizada a Estrada das Lágrimas.

A memória dessa figueira e da estrada homônima remete, além das viagens cotidianas para o litoral e do litoral para a capital paulista, à época da Guerra do Paraguai (1865-1870), quando os familiares e amigos dos soldados voluntários somente podiam acompanhá-los até aquele local, e ali eram obrigados a deles se despedirem. As expedições partiam dali para a Guerra contra Solano López. Novamente, a figueira era local de despedidas certamente cheias de lágrimas.

Todo esse significado de lugar de chegada e partida foi sendo perdido, com o passar do tempo, e a figueira, bem como a estrada, passaram a constituir lugares de memória, de rememoração de um passado paulistano que aos poucos foi sendo deixado para trás, no tempo, na lembrança e no esquecimento.

O antigo local de chegada e partida foi sendo, com o passar do tempo, substituído pela Estação da Luz, no centro da cidade, uma vez que as viagens de trem passaram a ocupar o lugar das viagens a cavalo, a carruagem ou mesmo a pé. O valor emocional e simbólico passou a substituir o valor prático da Figueira das Lágrimas como ponto de passagem e local de despedida. A transferência para a Luz passou a relegar, à Figueira das lágrimas, um valor eminentemente simbólico e emocional. Tornou-se efetivamente um lugar de memória, na acepção de Nora, um espaço para se lembrar do passado, das origens daquele lugar e de sua importância para a população paulista no século XIX.

A preservação desse lugar de memória foi iniciada quando, em 1909, a árvore foi ameaçada, e o seu derrubamento foi evitado pela ação do jornal O Estado de S. Paulo, que, denunciando essa possibilidade, mobilizou a população, e conseguiu que a Prefeitura da cidade recebesse o terreno onde a árvore se encontra e realizasse a sua proteção, através de um processo de tombamento. A árvore encontra-se sob proteção ambiental desde então.

A Estrada das Lágrimas reveste-se, portanto, de um significado tremendo para a memória e a história paulistanas. No entanto, como lugar de memória, precisa que esse seu passado seja preservado, caso contrário, será engolfada pelo avanço vertiginoso da metrópole, do fenômeno urbano que não para de assolar o passado em nome de um futuro cada vez mais acelerado.

Conclusão

A necessidade de compreendermos o espaço urbano denominado como “rua”, está alicerçada no inevitável desejo que temos de conceituar, identificar e assimilar os mais diversos processos históricos e sociológicos que ocorrem na mesma. Afinal, não há possibilidade de termos essas interpretações, sem analisarmos esse espaço de transformação social, responsável muitas vezes pelos encontros e desencontros de nossas vidas. Nesse sentido, a importância da rua, é mais significativa que um mero espaço de transeuntes, podendo ser o meio de conexão entre o sujeito e o mundo, ou seja, e o espaço de descobertas, de encontros, de memórias do sujeito e, principalmente, da sociedade.

Ao analisarmos a rua como palco de transformações sociais, percebemos a relevância do logradouro como parte física da cidade, através de seus acontecimentos ao longo do tempo, na construção de um conhecimento estruturado na racionalidade do indivíduo. Contudo, o que nos fica evidente é a importância do ser humano, como ser em constante transformação e reflexão e, principalmente, a maneira como o mesmo percebe os espaços a sua volta.

Essa maneira de percepção constantemente proporciona uma ressignificação daquilo que conceituamos a partir de nossas influências, sejam elas teóricas ou práticas, mas, também, daquilo que somos naquele instante de sensibilidade. Afinal, a rua é um dos órgãos vitais de uma cidade, pois é nela que ocorrem a maioria das integrações e convivências de uma sociedade.

Claro que essas ligações resultam em conflitos positivos e negativos, que podem dificultar ou não a convivência. Nesse sentido, o ser humano é ao mesmo tempo centro e essência do conhecer, à medida que sua percepção ocorre a partir da sua particularidade existencial. Singularidade essa que consente uma nova aprendizagem sobre o todo, através dos seus sentidos.

Sendo possível observar, sobretudo, que, devido aos equipamentos culturais e educacionais que foram implantados na rua Maria Antônia, e que existiram ou ainda existem, desde os seus primórdios, e como resultado da diversidade de mentalidades e ideologias neles

produzidas e reproduzidas, a Maria Antônia assumiu significados decisivos na história e na memória da capital paulista. Esses significados, por sua vez, decorrem da conjugação de aspectos urbanísticos, culturais, políticos, econômicos, educacionais e historiográficos. No entanto, como resultado da produção historiográfica sobre essa rua, a mesma ficou estigmatizada pelo conhecido episódio de outubro de 1968, que acabou ficando conhecido como a “Guerra da Maria Antônia”, e projetou essa rua exclusivamente como palco de conflitos ideológicos, restringindo, assim, os seus significados, que, porém, são muito mais amplos.

Por sua vez, a Estrada das Lágrimas também constitui um importante lugar de memória da capital paulista. Com significados bastante distintos daqueles que são próprios da Rua Maria Antônia, conforme acima explicitado, a Estrada das Lágrimas constitui mais uma evidência de como as vias (ruas, estradas, avenidas etc.) não são apenas espaços de circulação, de passagem, pois elas também se cristalizam como lugares, reunindo, em torno de si, valores e sentimentos que vão muito além de sua simples configuração física. Neste sentido, a Estrada das Lágrimas constitui um lugar de memória, pois ali era originalmente um local de chegada e de partida, ao qual as pessoas, com o passar do tempo, atribuíram um importante significado, simbolizado pelas “lágrimas”, de tristeza ou de alegria, que durante décadas foram vertidas por aqueles que por ela transitaram. Atualmente, esse tempo se encontra na memória da cidade, ou seja, é objeto de lembrança ou de esquecimento, mas, de todo modo, contribui para a construção de uma determinada imagem da cidade de São Paulo, de sua história regional, e de seus imbricamentos com a história nacional.

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008.

AMENDOLA, Gilberto. **Maria Antônia: a história de uma guerra**. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.

GARCEZ, Benedicto Novaes. **O Mackenzie**. 2. ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **O que é a história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB: origem e significados**. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes / Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Memória Brasileira).

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CRARY, J. **Suspensões da Percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. 2ª ed. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. (Coleção mundo da arte)

KEHL, M. Rita. Depressão e imagem do mundo novo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

_____. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEOPOLDO E SILVA, F. “Descontrole do tempo histórico e banalização da experiência”. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações**: ensaios sobre as novas configurações do mundo. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2008.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MATTOS, Olgária. **Para uma crítica do presente**. Rev. Antropol., São Paulo, v. 44, n. 2, p. 259-265, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 de março de 2018.

MENDES, Marcel. **Mackenzie no espelho**: uma história documentada da cassação ao reconhecimento dos cursos de engenharia (1932-1938). São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

_____. **Tempos de transição**: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973). 2ª ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NEVES, Margarida de Souza. Pierre Nora. In: PARADA, Maurício (Org.). **Os historiadores clássicos da história**: v. 3 de Ricoeur a Chartier. Petrópolis, RJ: Vozes/PUC-RIO, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo, 1993.

PIQUEIRA, Maurício Tintori; SILVA, Fernando Santos da. Os municípios do Estado de São Paulo. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro e ODALIA, Nilo (Org.). **História do Estado de São Paulo**: a formação da unidade paulista. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010, v. 3, p. 67-298.

PONTES, José A. Vidigal; CARNEIRO, Maria Lúcia. **1968, do sonho ao pesadelo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1968.

PORTO, Antônio Rodrigues. **História da cidade de São Paulo**: através de suas ruas. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Maria Antônia**: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

SILVA, Fernando S. da. **Manipulando Almas**: a construção do imaginário paulista na República Velha. Salto, SP: Schoba, 2012.

ZALUAR, Augusto-Emilio. **Peregrinação pela Província de S. Paulo**, 1860-1861. Rio de Janeiro: Garnier, 1862,

**A ALMA DOS OBJETOS: UMA ABORDAGEM BIOGRÁFICA E
MEMORIAL DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS**

*THE SOUL OF OBJECTS: A BIOGRAPHICAL APPROACH AND MEMORIAL OF
MUSEOLOGICAL COLLECTIONS*

*Helen Kaufmann Lambrecht
Museóloga/UFPEL
hklmuseologa@gmail.com*

*Daniel Maurício Viana de Souza
Doutor em Sociologia/UFPEL
danielmvsouza@gmail.com*

*Diego Lemos Ribeiro
Doutor em Arqueologia/UFPEL
dlrmuseologo@yahoo.com.br*

RESUMO

A presente pesquisa tem como escopo a relação entre memória, identidade, acervo museológico e comunidade. Buscamos compreender a alma dos objetos que pode ser ativada a partir de revelações de memórias, percepções de identidades da comunidade, inclusive, através de uma construção biográfica do acervo. Nossa investigação tem como objetivo principal discutir a relação dos objetos sob a guarda do Museu Cláudio Oscar Becker com a comunidade local. O museu está localizado na cidade de Ivoti, no Rio Grande do Sul-Brasil, e é dedicado à memória do município e da imigração alemã. Almejamos colaborar para uma ampliação do conceito de alma dos objetos em âmbito museológico, por intermédio de pesquisas teóricas, rodas de conversas e da biografia do acervo, que serão meios para nos auxiliar a investigar o sentido social e simbólico dos objetos. Nossa hipótese sugere que revelações de memórias da comunidade que possui relação afetiva com o acervo do Museu contribuirá para entendermos se a alma está nesta relação empreendida entre sujeito e objeto, além de compreendermos se a biografia social dos objetos configura uma das dimensões do conceito de alma. Como resultado preliminar, traremos os dados já levantados, as entrevistas realizadas e nossas expectativas com o progresso da pesquisa.

Palavras-chave: Alma dos objetos. Memória. Identidade. Museu.

ABSTRACT

The present research has as scope the relation between memory, identity, museological collection and community. We seek to understand the soul of objects that can be activated from revelations of memories, perceptions of community identities, including through a biographical construction of the collection. Our research has as main objective to discuss the relation of the objects under the guard of the Museum Cláudio Oscar Becker with the local community. The museum is located in the city of Ivoti, in Rio Grande do Sul-Brazil, and is dedicated to the memory of the municipality and German immigration. We aim to collaborate in an expansion of the concept of the soul of objects in the museological scope, through theoretical research, conversation wheels and the biography of the collection, which will be a means to help us investigate the social and symbolic meaning of objects. Our hypothesis suggests that revelations of memories of the community that

has an affective relationship with the collection of the Museum will contribute to understand if the soul is in this relationship between subject and object, and understand if the social biography of objects is one of the dimensions of the concept of soul. As a preliminary result, we will bring the data already collected, the interviews conducted and our expectations with the research progress.

Keywords: Soul of objects. Memory. Identity. Museum.

Introdução

Os objetos nos museus são dotados de significados e possuem o potencial de conectar o visível ao invisível, desde que, postos em dinâmicas sociais. Conforme estabelecido por Meneses (1998), os sentidos dos objetos são gerados nas relações sociais, sendo “vão buscar nos objetos o sentido dos objetos.” (MENESES, 1998, p. 91). Sendo assim, os objetos não possuem sentidos sozinhos, não possuem autonomia própria, somente serão providos de significados e simbolismos quando as pessoas os atribuem, quando falam por eles e os avivam por intermédio da relação objeto/sujeito.

Diante disso, nossa pesquisa que está em desenvolvimento para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPEL) busca compreender o invisível e os significados, ou seja, a alma dos objetos que pode ser manifestada a partir de revelações de memórias e através de uma construção biográfica dos objetos. Analisaremos como a memória e a biografia cultural das coisas (KOPYTOFF, 2008) podem auxiliar na revelação e compreensão dos sentidos e significados que não se fazem presente na fisicalidade do objeto e reciprocamente no entendimento do que seria a alma dos objetos.

Nossa investigação tem como objetivo principal discutir a relação de alguns objetos que estão sob a guarda do Museu Cláudio Oscar Becker com a comunidade local. O museu está localizado na cidade de Ivoti, no Rio Grande do Sul-Brasil, e é dedicado à memória do município e da imigração alemã. Buscamos compreender a função dos objetos deste museu como dispositivos de conexão do sujeito com o invisível (corpo/alma), analisando como a abordagem biográfica social dos objetos e seu potencial como gatilhos de memória pode colaborar para um maior entendimento do conceito de alma dos objetos. Almejamos por intermédio das narrativas e da biografia destes itens, investigar o sentido social e simbólico dos objetos.

Neste artigo, traremos um panorama sobre o Museu analisado, tentando estabelecer uma visão inicial sobre a constituição do seu acervo, assim como, as atividades museológicas exercidas, analisando os documentos e relatos que nos foram fornecidos. Posteriormente,

traremos a descrição de uma entrevista realizada para a nossa pesquisa com um doador de objetos.

O Museu

Por volta de 1826 diversas famílias de origem germânicas migraram para a cidade de Ivoti, vindo da Alemanha. Esses moradores, inicialmente, ergueram casas de palha e mais tarde construíram casas mais sólidas, de estilo distinto das construções locais, as casas enxaimel (KREUTZ, 2013). Estas casas se concentram no “Núcleo das Casas Enxaimel” da cidade de Ivoti e constituem-se em um dos mais íntegros e autênticos assentamentos legados por esta cultura no Estado, formando a maior concentração de casas históricas enxaimel do Brasil. O município sentiu a necessidade de criar um museu que contasse e perpetuasse essa história.

Em 1986 o Jornal NH noticiava que a Prefeitura Municipal de Ivoti, através da Secretaria de Educação e Cultura, tinha como meta a criação do Museu Histórico de Ivoti, devido ao grande acervo que a Secretaria já possuía (JORNAL NH, 1986, p. 20). Porém, somente em 1994 que os jornais locais da cidade de Ivoti anunciaram a criação de um Museu Municipal em comemoração aos 30 anos de emancipação. A inauguração estava prevista para outubro do mesmo ano e sua instalação junto à Biblioteca Pública Municipal, contendo em torno de mil peças e artefatos históricos da cultura local. Em um dos artigos do Diário de Ivoti (1994) foi descrito como seria o novo Museu:

O museu de Ivoti será diferente, pois apresentará um acervo de conjuntos e não de peça isoladas. Serão montadas cozinhas coloniais, dormitórios, armazéns, etc. As pessoas terão oportunidade, hoje, de ver como eram e como viviam seus antepassados, tanto na colônia, como na cidade. (DIÁRIO DE IVOTI, 1994, p. 4)

Alguns meses depois, o mesmo periódico divulgou que o Museu não seria mais inaugurado, sob alegação de que a Secretaria de Educação e Cultura não achou as peças tão representativas quanto deveriam ser, sendo o acervo transferido para depósitos da Prefeitura. Entretanto, em fevereiro de 1995 é anunciado que o Museu estava sendo instalado, no local previsto anteriormente, porque no depósito que se encontrava, estava em estado de abandono (DIÁRIO DE IVOTI, 1995, não paginado). Já em abril, outro jornal anuncia a data provável de inauguração, mencionando que o espaço destinado para o acervo era pequeno e que futuramente seria transferido para o complexo da Feitoria Nova (atual Núcleo de Casas Enxaimel), assim como, anuncia que está em desenvolvimento o cadastro de peças e doadores (JORNAL LIVRE EXPRESSÃO, 1995, não paginado). Nesta mesma matéria é ressaltado que muitos objetos são

de procedência desconhecida, mas é descrita uma relação de doadores¹⁹ de objetos que colaboraram para a formação do acervo.

O Museu Municipal de Ivoti foi então inaugurado no dia 20 de maio de 1995, sendo a sua finalidade contar a história dos imigrantes que se estabeleceram na região, mantendo vivas as suas características, usos e costumes (JORNAL LIVRE EXPRESSÃO, 1995, p. 12). O prédio onde foi instalado o Museu, encontra-se no centro da cidade, datado de 1928, de estilo germânico, e foi sede da Prefeitura nos anos 60.



Figura 1: Sede do Museu Municipal de Ivoti em 1995
Fonte: O Diário

Em meados de junho de 1995, iniciava-se o processo de restauração e recuperação do Núcleo Histórico de Ivoti (que compreende a Ponte do Imperador e o Núcleo de Casas Enxaimel), que nas palavras do prefeito da época, Paulo Buchmann, é uma paisagem que mantém fortes traços das origens do povo e é a história viva do município (JORNAL LIVRE EXPRESSÃO, 1995, p. 3). Desta forma, as casas históricas seriam destinadas a diversos usos da Prefeitura, uma delas, inclusive, seria sede do Museu Municipal.

O Museu foi criado e oficializado pela Lei Municipal nº 1356, de 8 de dezembro de 1995. Posteriormente, em 2001, após a revitalização do Núcleo Histórico, o Museu foi

¹⁹ Essa informação é fundamental para nossa pesquisa, pois dos 60 nomes descritos neste jornal, tínhamos o conhecimento de apenas 11 pessoas. Sendo assim, nossa lista inicial de doadores passa de 61 pessoas para 110.

transferido para o bairro Feitoria Nova. Após a transferência, o Museu foi organizado dentro de uma das casas em estilo enxaimel, integrando a paisagem e formando um conjunto que remete a meados de 1830 e início do século XX.



Figura 2: Atual sede do Museu
Fonte: Xiru Sander Scherer

A denominação do nome do museu de CLAUDIO OSCAR BECKER foi aprovada e oficializada pela Lei Municipal nº 1401, de 28 de agosto de 1996. Cláudio Oscar Becker foi uma figura importante na cidade, participando de alguns cargos políticos e foi membro ativo da Comissão Emancipacionista de Ivoti. Cláudio Oscar Becker nasceu em 1935 em Ivoti, estudou na Escola Técnica do Comércio, em São Leopoldo e formou-se em contabilidade. Casou-se com Renata Maria Feldmann em 1956 e tiveram três filhos. Cláudio atuou como representante comercial, ingressando como servidor público na Prefeitura Municipal de Ivoti em 1989 e exercendo os cargos de Secretário da Fazenda e do Patrimônio, de onde desligou-se em virtude de seu falecimento em 1992 (O DIÁRIO, 1996, p. 9).

O prédio que hoje se encontra o museu é tombado como patrimônio histórico e cultural do município pelo Decreto nº 069/2004 de 15 de outubro de 2004 e foi inclusive restaurado algumas vezes. O Museu está mapeado no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e pertence à 2ª Região Museológica do Sistema Estadual de Museus (SEM-RS), integrando a estrutura geral da Secretaria de Educação e Cultura, vinculado ao

Departamento de Cultura e Turismo. A Prefeitura Municipal de Ivoti tem a função de cuidar e manter a instituição.

Atualmente, o museu possui uma quantidade significativa de acervo, formado através de doações da comunidade e moradores da região. São aproximadamente 1600 objetos, dentre roupas, utensílios domésticos e mobiliários. Em um trabalho realizado²⁰ no Museu em 2016, nos deparamos com algumas inquietações que originou em nossa ideia de pesquisa. Será que esse museu tão rico de histórias e memórias está perpetuando a invisibilidade e a alma dos seus objetos? Inicialmente, uma análise mostrou-nos que o acervo não possui documentação museológica ou informações suficientes sobre suas trajetórias. Neste trabalho que realizamos, tivemos o conhecimento de somente 61 pessoas que doaram objetos ao museu. Porém, até o momento não foram realizados estudos aprofundados sobre a coleção e nem contactou-se os doadores para narrarem sobre os itens. Isso pode acarretar em perda de informações fundamentais sobre o acervo, visto que, muitos doadores são idosos e doaram os objetos quando o museu foi criado. Esta falta de informações pode afetar a preservação, que é uma das funções primordiais dos museus e interferir no entendimento do objeto e da sua alma.

Outra percepção, refere-se a expografia do museu que foi revitalizada no final do ano de 2016. Foram realizadas melhorias físicas, novos suportes mobiliários, recursos visuais de alta qualidade e recursos tecnológicos que não existiam antes. Ao nosso ver, a coleção continuou sem aprimoramento científico, não houve uma pesquisa dos objetos e não ocorreu contribuição dos moradores do local com as novas informações que foram adicionadas. Percebe-se nesse sentido, que existiu uma preocupação com a restauração do corpo físico, mas esqueceu-se do mais importante: a alma que se estabelece em relação com as pessoas.

Diante dessas considerações, resolvemos analisar alguns registros da instituição, buscando compreender os possíveis motivos de não haver tais estudos e aperfeiçoamentos. O material analisado e que nos foi fornecido encontrava-se em dois discos de DVD e segundo os funcionários encarregados pelo museu, eram os únicos backups antigos que eles têm conhecimento de que a instituição possui. Vale citar que o local onde encontra-se o museu hoje, sofre seguidamente de alagamentos ocasionados pelo Arroio Feitoria, que fica próximo ao Núcleo de Casas Enxaimel. Devido a isso, nos foi informado que muitos materiais foram perdidos e danificados com a água.

Analisando os arquivos, localizamos algumas informações interessantes. Desde 2009 o museu tem o auxílio de alguns estagiários, vindos das universidades Feevale e Unisinos, que

²⁰ Realizamos um trabalho de identificação de acervo e montagem de exposição.

ficam em cidades vizinhas. As atividades desenvolvidas pelos alunos são catalogação, higienização, acondicionamento de objetos, montagem de exposição e monitoria, sendo estas supervisionadas pelos professores e pela secretaria de cultura e turismo do município. Percebemos que algumas atividades importantes foram realizadas entre 2009 e 2010.

Em fevereiro de 2009 o museu repassou 21 livros de seu acervo à Biblioteca Pública Laís Helena Mundstock, que fica na cidade. De acordo com o relatório deste repasse, os itens foram descartados por “não configurarem, ainda, objetos de valor histórico relevante no contexto do município de Ivoti.” e que estes seriam mais úteis se forem lidos e consultados por toda a comunidade. Percebemos que desde este período, já havia certa preocupação com os objetos que seriam acervo do museu.

Ainda em 2009, os arquivos nos mostram que foi iniciada uma tentativa de catalogação do acervo. Alguns objetos foram listados e descritos em arquivos do Word. Alguns desses arquivos possuem inclusive, o nome dos doadores. No decorrer do ano de 2009 até 2013 o trabalho foi se aperfeiçoando, cada objeto ganhou uma ficha de identificação individual, sendo acrescentada todas as informações físicas dos objetos.

De acordo com alguns relatos de funcionários que estão no Departamento de Cultura e Turismo hoje, desde 2008 o Museu vem tentando realizar um inventário do seu acervo, porém, esse anseio sempre fica em último plano devido à falta de verbas da Prefeitura para contratação de um profissional especializado e da mudança de governo e suas metas. A esperança para a continuidade do trabalho é dos estagiários que realizam estágio obrigatório no Museu no período de um semestre.

Nossa pesquisa neste museu parte da premissa de que a desinserção da comunidade e de suas narrativas no espaço, e, os objetos museológicos sem estudos e sem investigação a respeito de suas trajetórias, portanto sem memórias, interferem na construção memorial e identitária nos museus, inclusive no entendimento do que seria a alma dos objetos. Buscamos, através dessas análises, compreender a criação do acervo do Museu e a partir de entrevistas e rodas de conversas²¹, instigar revelações de memórias, com o propósito de contribuir para um entendimento sobre a história de cada item e sua alma. Além disso, essa pesquisa contribuirá para entendermos melhor o conceito de alma dos objetos em âmbito museológico.

²¹ As rodas de conversas, também chamadas de rodas de memórias, são recursos fundamentais para recuperação das memórias e ressignificação de identidades. Por meio delas, as pessoas são incentivadas a contarem as suas memórias, compartilhando algo em comum, que é cooperar para a história e cultura local.

Os objetos como instigadores de memórias - entrevista com um doador de objetos

Os objetos guardam as memórias dos sujeitos. Nora (1993, p. 9), diz que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Ao vê-los, tocá-los ou simplesmente lembrá-los, as narrativas desabrocham. Desta forma, não só a biografia dos objetos aparece, mas também os significados que eles representam. Ferreira (2008) afirma que “[..] são, portanto, as narrativas pessoais que dão aos objetos dilacerados pelo tempo, [...] o sentido de patrimônio” (FERREIRA 2000, p. 37). Vale ressaltar que:

Os objetos do passado sempre chegaram ao presente através do olhar que os captou; a sedução e o segredo que eles contêm nem sempre estão presentes no objeto em estado de pureza, como haveria de estar, mas se encontram quase sempre no espectador e no presente. (HUYSSSEN, 1994, p. 51)

As memórias e identidades, assim como as biografias e as invisibilidades que não percebemos na materialidade dos objetos, podem ser narradas e percebidas através da oralidade. De acordo com Errante (2000) todas as narrativas são narrativas de identidades, “são representações da realidade nas quais os narradores também comunicam como eles veem a si mesmos e como eles são vistos pelos outros (STEIN 1987, VOLKAN 1988)” (ERRANTE 2000, p. 142). Assim como questiona Izquierdo (1989):

Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou). Há algo em comum entre todas essas memórias: a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas. Representações, mas não realidades [...] (IZQUIERDO 1989, p. 89).

Estas conceituações estão diretamente relacionadas com as nossas pesquisas, ou seja, para atingirmos nossos desígnios, buscamos desvendar memórias e identidades, por meio do dizer, da oralidade.

Na primeira entrevista²² que realizamos para a nossa pesquisa, a qual foi discutida em outros trabalhos, percebemos como o objeto, mesmo ausente fisicamente, pode despertar memórias e histórias de vida através de uma simples fotografia do mesmo. Na entrevista seguinte que realizamos, o contexto alterou-se um pouco. Levamos o entrevistado – um senhor de 59 anos e de ascendência alemã – ao museu para tentarmos localizar os objetos doados por ele, a lista de doações continha 10 objetos:

²² A primeira entrevista foi realizada em julho de 2017. A doadora doou um colchão de palha ao Museu e já que a entrevista foi em outro local, sem ser o Museu, levamos uma foto do objeto, almejando que as memórias fossem despertadas mais facilmente.

- Molheira de porcelana branca;
- Toalha de rosto branca de algodão e renda;
- Conjunto de xícara e pires com 4 peças para cafezinho;
- 2 pratos de porcelana branca;
- Travessa de porcelana branca;
- 2 travessas de porcelana branca;
- Potes de conserva.

No decorrer da visitação ao museu, não localizamos os objetos que estavam na lista e percebemos um ar de decepção, por parte do entrevistado, por não encontrarmos os objetos expostos no museu. Quando, enfim, um dos objetos doados por ele foi visto na exposição, a alegria foi instantânea: “Ah, essa aqui... Essa cadeira fui eu que doei!” (WEBER, 2018). E justamente o objeto localizado, não constava na lista que possuímos, era uma cadeira de balanço feita em palha.

Fomos descobrindo que o entrevistado era primo da nossa primeira entrevistada e que na lista de doadores, havia outros parentes dele. Essas informações com certeza contribuirão para nossa pesquisa, já que conseguiremos localizar esses doadores com mais facilidade.

O Sr Weber narrou acerca de vários assuntos, falou sobre a história da cidade, da sua família, da casa antiga em que ele mora, que foi construída pelo seu bisavô e passou de geração a geração, mas principalmente sobre a coleção de objetos que ele possui, se referindo sempre a essa coleção como “seu museu”. Percebemos que o entrevistado possui grande estima por sua coleção, quando tentávamos abordar sobre os objetos doados, ele falava pouco e voltava a falar sobre seu acervo pessoal, o que, de certa forma, enriquece nossa compreensão sobre a comunidade, pois estes objetos colecionados por ele fizeram parte da história da cidade.

A partir de um conjunto de objetos, as informações sobre a sociedade na qual eles foram produzidos e utilizados são enriquecidas e dotam o material com o estatuto de testemunho da atividade humana. (BONNOT, 2015, p. 141).

As louças doadas pertenceram a Sociedade Teuto Brasileira de Bolão de Nova Vila, fundada em 1932. O entrevistado informou que o avô e o pai ajudaram a criar essa sociedade, a mãe e a tia trabalharam no espaço e as louças que eram utilizadas nos eventos foram descartadas pela instituição quando começaram a ser consideradas antiquadas, sendo levadas para casa pela sua mãe. Todo este conjunto de louças, possuem uma mesma ligação: eram

utilizados para servir à mesa. Eles foram base para o Sr Weber expor referente a comidas típicas alemãs, relatou sobre o conhecimento que ele tinha de como os seus antepassados faziam e comiam as refeições. Neste momento, percebemos como esses objetos possuem a capacidade de gerar efeitos e identificação nas pessoas, “É o olhar vivo que atribui aura ao objeto.” (HUYSSSEN, 1994, p. 51).

Referente a cadeira de balanço, o Sr Weber informou que pertenceu a sua tia, que já é falecida a uns 30 anos e que provavelmente a cadeira tenha sido fabricada alguns anos antes dela falecer. Após o falecimento da tia, o entrevistado informou que a sua mãe usou a cadeira por um tempo, até ganhar outra de ferro. Ele, então, pegou a cadeira e levou para o seu museu, para que não estragasse.

Os sujeitos ao manipularem, interpretarem e narrarem sobre os objetos, mediam significados e ressignificados que fazem parte da trajetória biográfica dos objetos, enriquecendo o seu estatuto social e simbólico, colaborando para compreendermos estes aspectos em nossa pesquisa.

Considerações

Nossa pesquisa referente a criação e formação do acervo do Museu Cláudio Oscar Becker será aprofundada. Os documentos, arquivos e recortes de jornais que aqui foram analisados nos informam apenas uma parcela do que precisamos saber. Já que a documentação é escassa, almejamos nesse sentido, realizar entrevistas com as pessoas que estiveram à frente do Museu em seus primeiros anos, o que facilitará muito para um levantamento histórico da instituição.

Percebemos que há um esforço por parte dos funcionários da Prefeitura para que haja um estudo da coleção do Museu, porém, o Museu carece de profissionais para a realização do trabalho, deixando essa tarefa para estagiários que podem vir a receber, prejudicando o andamento das atividades. Intuímos que essa deficiência e incerteza sobre o futuro do acervo, interfere na confiança que a comunidade tem no Museu. Pressentimos que o doador que entrevistamos sente certo receio em doar mais alguma coisa ao Museu. Durante a entrevista ele informou que somente doou essas coisas pois tinha outras iguais, dando a entender que os objetos em posse dele são mais bem salvaguardados.

Além disso, consideramos que mesmo os objetos não tendo ativado completamente a memória do entrevistado referente a trajetória deles, eles serviram como ponto de escape para a memória de outros objetos que estão no seio pessoal e familiar do sujeito. Desta forma, os

objetos doados por ele ao museu agiram diretamente sobre sua pessoa, fazendo-o lembrar e narrar a respeito destes objetos, mas também de outros que fazem parte da sua história familiar e da própria comunidade.

Sendo assim, pretendemos continuar realizando as entrevistas para compreendermos melhor a criação do acervo do Museu e da alma desses objetos que estão hibernantes à espera de vozes que falem por eles.

Referências bibliográficas

BONNOT, THIERRY. (2015). Itinerário Biográfico De Uma Garrafa De Sidra. In: *Museus E Patrimônio: Experiências E Devires*, Manuelina Maria Duarte Cândido; Carolina Ruoso (Org.), Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, P: 121-151.

DIÁRIO DE IVOTI. *Biblioteca passa por reformas*. Ivoti, 6 out. 1994. Caderno Geral, p. 4.

DIÁRIO DE IVOTI. *Museu Municipal já tem problemas*. Ivoti, 16 dez. 1994. Caderno Geral, p. 22.

DIÁRIO DE IVOTI. *Prefeitura instala Museu Municipal no prédio da Biblioteca*. Ivoti, 10 fev. 1995. Caderno Geral, não paginado.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In *História da educação*, Asphe, n. 8, setembro de 2000.

FERREIRA, Luis Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v 11 p. 65-83, jul/dez, 2000.

HUYSSSEN, ANDREAS. (1994). "Escapando Da Amnésia". *Revista Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional*. V. 23. Rio De Janeiro: Iphan/ Minc, P. 36.

KREUTZ, Roque Amadeu. Bom Jardim – *Ivoti* : no palco da história / Roque Amadeu Kreutz (Organizador). – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

KOPYTOFF, Igor. A Biografia Cultural Das Coisas: A Mercantilização Como Processo. In: Appadurai, Arjun. *A Vida Social Das Coisas*. Niterói: Eduff, 2008.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. *Estudos históricos* [online]. 1989, vol.3, n.6, pp. 89-112. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006>>. Acesso em: 13/07/2017.

JORNAL LIVRE EXPRESSÃO. *Inauguração do Museu Municipal prevista para o dia 20 de maio*. Ivoti, 18 abr. 1995. Não paginado.

JORNAL LIVRE EXPRESSÃO. *Inauguração do Museu Municipal de Ivoti*. Ivoti, 23 mai. 1995. Caderno Geral, p. 12.

JORNAL LIVRE EXPRESSÃO. *Ivoti aguarda recursos para restauração de núcleo histórico*. Ivoti, 13 jun. 1995. Caderno Geral, p. 3.

JORNAL NH. *Ponte do Imperador poderá ser Monumento Histórico Nacional*. Novo Hamburgo, 5 fev. 1986. Caderno Geral, p. 20.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra De. Memória E Cultura Material: Documentos Pessoais No Espaço Público. *Estudos Históricos*, Rio De Janeiro, V. 11, P. 89-103, 1998.

NORA. Pierre. Entre a Memória e História: A problemática dos lugares. Trad: Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*, São Paulo: dez 1993.

O DIÁRIO. *Museu Municipal será denominado com o nome de Cláudio Oscar Becker*. Ivoti, 23 ago. 1996. Caderno Geral, p. 9.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI. *Lei Municipal Nº 1356*, de 8 de dezembro de 1995

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI. *Lei Municipal Nº 1401*, de 28 de agosto de 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI. *Decreto 069/2004*, de 15 de outubro de 2004.

WEBER, F. *Entrevista concedida a Helen Kaufmann Lambrecht*. Ivoti, 30 de maio de 2018.

NOVOS OLHARES SOBRE UM VELHO HOSPITAL: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ

*NEW VISIONS ABOUT AN OLD HOSPITAL: THE HERITAGE PROCESS OF
HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ*

*Helena Thomassim Medeiros
Mestranda do PPGMP/UFPel
Helena_tm@outlook.com*

*Juliane Conceição Primon Serres
Doutora em História/UFPel
julianeserres@gmail.com*

*Diego Lemos Ribeiro
Doutor em Arqueologia/UFPel
dlrmuseologo@yahoo.com.br*

RESUMO

O Hospital Colônia Itapuã (HCI), localizado em Viamão, foi inaugurado em 1940, assim como cerca de trinta hospitais construídos no País com o intuito de segregar pessoas acometidas pela hanseníase. Com a disseminação da cura, nas décadas seguintes, há um esvaziamento no local, o que fez, a partir do ano 1972, fossem transferidos gradativamente pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Entre os anos de 1999 e 2001 passa a funcionar o Centro de Pesquisa e Documentação (CEDOPE) dentro da instituição, com o trabalho desenvolvido é realizada uma exposição itinerante e depois desta surgem diversas outras. No ano de 2010 a Igreja Evangélica é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), e em 2014 o local ganha um Memorial. O presente trabalho faz parte de uma dissertação em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Este texto tem como objetivo discutir como foi realizado e por quais motivos um local, aparentemente isolado e atualmente com utilidade asilar, passa a ser o foco de diferentes ações patrimoniais que buscam legitimar a importância histórica e social deste Hospital. Trabalhando a hipótese de que estas ações são fruto de uma mobilização de acadêmicos e profissionais de diversas áreas, frente a possibilidade da perda, tanto da estrutura física do HCI, quanto de suas fontes orais, dada a idade avançada dos pacientes que ainda residem no local.

Palavras-chave: Hospital Colônia Itapuã. Patrimônio. Patrimonialização.

ABSTRACT

The Hospital Colônia Itapuã (HCI), located in the city Viamão, was inaugurated in 1940, as around thirty others hospitals made in the country with the objective of segregating people infected by leprosy. With the diffusion of the cure, in the following decades, an emptying in the place occurred, which made, since the year 1972, were transferred gradually patients from Hospital Psiquiátrico São Pedro. Between the years of 1999 and 2001 begins to work the Centro de Pesquisa e Documentação (CEDOPE) inside the institution, with the work developed an itinerant exposition is made and after that several others. In the year 2010 the Igreja Evangélica

is declared historical heritage by Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), and in 2014 a Memorial is made in the site. The present work is part of an under development dissertation of Programa de Pós- Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. This text aims to discuss how and for what reasons a place, apparently isolated and currently with housing utility, starts to be the focus of different patrimonial actions who aim to legitimize the historical and social importance of this Hospital. Working with the hypotheses that this actions are the result of the mobilization of scholars and professionals of several areas, in front of the possibility of loss, as much of the physical structure of HCI, as of its oral sources, given the advanced age of the patients who live in the place.

Keywords: Hospital Colônia Itapuã, Heritage, Heritagization.

Introdução

O Hospital Colônia Itapuã (HCI) foi construído em decorrência de uma política do governo federal no período do Estado Novo (1937-1945) que previa a construção de diversos hospitais-colônia no País com o objetivo de retirar pessoas com hanseníase da sociedade. Seguindo tais medidas este leprosário foi inaugurado em 1940, na cidade de Viamão, com uma estrutura que se assemelha a uma pequena cidade, possuindo uma infraestrutura que possibilitava uma relativa autonomia, com moeda própria, produção de alimentos, espaços de entretenimento, educação e religiosidade.

Os pacientes eram separados de acordo com o gênero, idade e estado civil, sendo as casas geminadas destinadas aos casais e as crianças cuidadas por uma irmã, caso das meninas, e os meninos, em um primeiro momento, por um professor e depois por um frei, todos doentes. Os filhos sadios eram retirados de seus pais ao nascer e levados para o Amparo Santa Cruz, instituição que fazia parte do tripé desta política que previa a construção de leprosários para os doentes, preventórios para os filhos que não estavam doentes e dispensários para as pessoas próximas aos enfermos. O HCI era coordenado pelas Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã, subordinadas ao Diretor Chefa que era o médico geral da instituição.

Considerando que hanseníase é o termo atualmente utilizado para definir uma doença milenar que aflige a humanidade, antigamente conhecida como lepra, podemos perceber que tal enfermidade faz parte de uma antiga história de exclusão, estigma e medo. A cura da hanseníase foi descoberta ainda na década de 1940, por este motivo, nas décadas seguintes o número de pacientes foi diminuindo drasticamente. Sendo assim, a partir de 1972 o local passou a receber pacientes oriundos do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), funcionando como Centro Agrícola de Reabilitação. Atualmente moram no HCI pessoas que foram levadas ao Hospital em virtude do diagnóstico de hanseníase, que receberam tratamento e não retornaram

aos seus locais de origem, e pacientes do HPSP recebidos gradualmente, possuindo assim um aspecto asilar.

O artigo em questão busca compreender como este local, aparentemente esquecido no tempo, que foi cenário de diferentes políticas de exclusão, passa a ser um local onde há interesse patrimonial. Considerando para isso algumas ações específicas que julgamos fazerem parte de um processo de patrimonialização, como o tombamento de bens, a formulação de exposições e documentários, além de outras iniciativas que abordam o tema. Trabalhando a ideia de que a partir da vontade de grupos específicos pode-se desenvolver uma consciência patrimonial e como estes diferentes momentos influenciam na percepção atual sobre o HCI.

Patrimônio e perda

O conceito de patrimônio aparece em diversas literaturas como tendo origem no direito romano e está associada a herança que vem dos pais, esta origem é, para nós, de grande importância para compreendermos o que consideramos patrimônio atualmente. Após a Revolução Francesa, este conceito passa a ser utilizado com a finalidade de gerar e legitimar uma identidade nacional, forjando laços culturais que representariam os diversos integrantes de uma nação. Dominique Poulot aponta que “O patrimônio contribui, tradicionalmente, para a legitimidade do poder, que, muitas vezes, participa de uma mitologia das origens.” (POULOT. 2009. p.15).

Compreendendo os processos de patrimonialidade e patrimonialização – conceitos descritos por Dominique Poulot (2009) - como o potencial patrimonial de algum bem cultural e a institucionalização deste como patrimônio, respectivamente, percebemos que a ideia de patrimônio está atrelada a um processo de seleção. Poulot (2009) comenta que:

Uma primeira patrimonialidade encontra-se na relação íntima ou secreta de um proprietário ou de usufrutuários em diversos níveis, de especialistas ou de iniciados, em nome de afinidades e convicções, assim como de racionalizações eruditas e de condutas políticas, com determinados objetos, lugares ou monumentos. Mais tarde, na sequência de um longo processo de patrimonialização, a nação é que se tornou o objeto por excelência da patrimonialidade, fornecendo, por assim dizer, o quadro de interpretação de qualquer objeto do passado. (POULOT. 2009. p.28)

Deste modo poderíamos entender que o processo que leva a patrimonialização de um bem representa também a seleção de uma memória, sendo fundamental para sua valorização ou esquecimento. Considerando que a linha entre memória, cultura e patrimônio não é linear, posto que ela é formada por milhões de indivíduos com memórias, sentimentos e prioridades

diferentes, percebemos que nem mesmo fazendo parte de uma mesma cultura nós veremos esta da mesma maneira, pois nos apropriamos do mundo de forma única. Sendo assim, Llorenç Prats (1998) escreve que:

Podríamos decir, pues, que ninguna invención adquiere autoridad hasta que no se legitima como construcción social y que ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado (ya sea en sus elementos, en su composición y/o em sus significados) por el poder. (PRATS. 1998. p.64)

Desta forma compreendemos que, historicamente, o patrimônio vem sendo instituído de cima para baixo, representando visões destoantes de mundo e servindo para legitimar uma cultura dominante. Também está associada ao processo de patrimonialização uma vontade política vinculada ao fortalecimento da ideia de “nação”, desta forma o patrimônio é selecionado a fim de gerar unidade. Sendo necessário neste processo a seleção de histórias, pessoas, lugares e memórias que corroborem com a imagem visada. Maria Cecília Londres Fonseca (2009) comenta que “Reduzir o patrimônio de uma sociedade às expressões de algumas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem.” (FONSECA. 2009. p.67).

Muitas vezes associamos a distinção entre patrimonialidade e patrimonialização de um bem cultural atrelando esta ideia de patrimônio à noção da perda, como se ao correr o risco de desaparecimento houvesse uma necessidade de valorização. Este aspecto está vinculado à própria concepção de patrimônio, pois, se considerarmos o conceito atual como oriundo da Revolução Francesa, vemos que ele só surge porque houve nesse momento uma re-apropriação de bens, diante a possibilidade da perda destes pela destruição dos revolucionários. Quanto a este tema Poulot (2009) comenta que “O Antigo Regime havia desaparecido mediante a destruição de seus signos, vestígios e símbolos; mais tarde, porém, sua nostalgia mobilizou suas relíquias [...]” (POULOT. 2009. p.34) e em outro momento de seu livro ele diz que “O empreendimento patrimonial, prosseguia, deste modo, um desígnio de emancipação que não deixava de revelar, através dos “monumentos” a relação com as origens.” (POULOT. 2009. p.108). Sendo assim, o risco da perda fez com que fosse percebida uma necessidade e importância do patrimônio ao menos enquanto testemunha de uma vitória sobre os detentores desta materialidade ou como formas de ligação entre o passado e o presente.

Notamos que recentemente estes horizontes patrimoniais estão sendo expandidos, buscando abarcar outras formas de perceber e interagir com o mundo, considerando para isso o

patrimônio enquanto um elemento de ligação entre o passado e o presente, não apenas por sua materialidade, mas pela cultura, histórias e a diversidade que representam. Desta forma:

Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”. (GONÇALVES. 2015. 213.)

Outra ideia interessante levantada pelo mesmo autor aborda o aspecto da ressonância que um patrimônio escolhido pode encontrar, ou não, dentro das sociedades, sendo assim ele afirma que:

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência do Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberadora de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público. (GONÇALVES. 2005. p.19)

A ausência de ressonância limita o patrimônio as suas materialidades e ao sentido de representação abstrata e divorciada daqueles que deveriam ser os reais interessados: a população. Na mesma direção Thomson (1997) afirma que:

O reconhecimento é essencial para a sobrevivência social e emocional; a alienação e a exclusão como alternativa podem ser algo psicologicamente devastador. Podemos buscar o reconhecimento em outras comunidades ou relacionamentos mais empáticos, mas nossas reminiscências precisam ser apoiadas pelo reconhecimento público, e, portanto, são compostas de modo a serem reconhecidas e confirmadas (THOMSON. 1997. p. 58).

Essa não aceitação dos bens patrimoniais, ou mesmo o seu vazio de sentidos, é o que Prats (2005) chama de frustração museológica. Esse conceito refere-se à não identificação da população com os patrimônios consagrados. O intuito de elencar as ações a seguir é perceber que locais como o HCI podem ganhar uma nova forma de serem vistos e apropriados pela sociedade, a partir da perspectiva de encontrar neles um patrimônio. Contudo, percebemos que o que irá garantir ou não sua permanência são aspectos ligados ao poder de identidade que ele emana e as consequências que os trabalhos organizados neste local podem obter enquanto geradores de identidade. Considerando que o patrimônio, como ato jurídico, está em processo de construção. A questão que convém indagarmos é: ele terá sentido como categoria de pensamento? Esse é um processo que dar-se-á de forma bem mais complexa.

Novos olhares

Com a diminuição do número de pacientes do HCI e a inserção de novos pacientes na década de 1970 este local passou por processos de modificação desde sua inauguração. Contudo, com a idade avançada das pessoas que participaram dos primórdios do local surgem iniciativas que visam a preservação, o recolhimento de informações e a divulgação das mesmas. Desta forma percebe-se que a patrimonialização do HCI está vinculada a iniciativas que estimulam sua patrimonialidade, distinguindo-se entre medidas mais atreladas a políticas públicas de preservação e ações alternativas que visam gerar divulgação sobre esta história.

Em relação ao patrimônio percebe-se que realizamos uma corrida contra o tempo, a fim de preservar, em muitos casos, algumas materialidades que legitimamos como importantes, sendo assim, para prevenir estas perdas de bens materiais há meios para prolongar suas estruturas físicas e o trabalho voltado para o combate aos dez agentes de deterioração. Considerando estes agentes, fogo, água, pragas, dissociação, forças físicas, ladrões e vândalos, poluentes, umidade incorreta, temperatura incorreta e luz, ultravioleta e infravermelha, proponho nos atermos mais a dissociação.

Segundo R. Robert Waller e Paisley S. Cato (2011) este agente está vinculado a uma tendência natural que sistemas ordenados tem de se desorganizarem. A dissociação está vinculada a perda informacional, que, poderíamos dizer, gera uma descontinuidade dos laços culturais forjados. Esta deterioração pode ser evitada com a pesquisa sobre o acervo, o uso de métodos de identificação e de documentação corretas, assim como sua constante atualização. Contudo, proponho ampliarmos este conceito para abrigar não só questões vinculadas à materialidade, mas à imaterialidade do patrimônio também.

Considerando que a importância de um patrimônio está vinculada às memórias, identidades e culturas que ele representa, deveríamos considerar que a medida em que os sociotransmissores²³ destas vão desaparecendo não podemos continuar legitimando um patrimônio sem reflexão das ressonâncias possíveis de seu uso. Em ideia análoga, podemos considerar o sentido semióforo dos bens; de sua capacidade de criar conexões. Chauí, ao sistematizar esse conceito, elucida uma questão central:

Pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, estandartes, pinturas em navios e em escudos, relíquias podem ser

²³ Conceito utilizado por Joël Candau (2016) para definir - através de uma analogia com o termo neurotransmissores, responsáveis por realizar as transmissões sinápticas no cérebro – pessoas, grupos ou mecanismos sociais responsáveis por afirmar uma identidade através da prática de transmissão de memórias para outras gerações. Mais informações em: CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução de: Maria Letícia Ferreira. 1ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, 224 p.

semióforos, pois um semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos (CHAUI. 2000. p. 9).

Considerando que os semióforos, tal como os patrimônios, devem ser entendidos não apenas como o objeto-matéria, mas como seus efeitos, suas ressonâncias e possíveis aderências. São essas conexões, sempre rizomáticas, que oferecem vitalidade e vibração do bem patrimonial, caso contrário é palavra morta (no sentido de ser lei, mas sem os reais efeitos). Os objetos de coleção, os patrimônios, não devem ser compreendidos em isolamento, mas sempre tecidos em uma rede heterogênea. São essas teias e intercruzamentos mnemônicos que garantem vida. Se musealizar é perder essas conexões, a musealização não garante vida, mas a morte patrimonial. Considerando que:

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não somente para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2009, p.31)

Poderíamos considerar que patrimônio é perda, porque antes disso era vida, assim como o ato de musealizar um objeto também pode ser visto como esquecer, considerando que ele originalmente é criado para o uso. A partir desta perspectiva os “novos olhares” ao quais me refiro fazem parte de um novo processo de uso e apropriação de antigas estruturas que antes eram marcas de exclusão, mas que também podem ser vistas como rastros das vidas de seus moradores. Fazendo-se necessárias enquanto mecanismos de combate à dissociação também, posto que podem ser fonte de informações para a correta compreensão da importância de locais como o HCI.

CEDOPE

A primeira das iniciativas que considero fazerem parte deste processo de resignificação do HCI é o trabalho desenvolvido pelo Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE), que funcionou dentro do HCI entre os anos de 1999 e 2001. Vinculado ao Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde do Rio Grande do Sul (CEIDS), esta iniciativa contou com a ajuda de voluntários do curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Segundo Serres (2004):

O CEDOPE do Hospital Itapuã possui uma série de documentos produzidos pela Instituição, além de revistas, de boletins e de demais publicações sobre a Lepra, destaca-se os regulamentos internos, alguma documentação da “prefeitura dos internados”, alguns relatórios das atividades do Hospital, que incluem informações sobre o tratamento da doença, o movimento de pacientes, a administração do estabelecimento e as informações técnicas. (SERRES. 2004. p.20)

Desta forma, percebemos a importância deste projeto na geração e organização de informações sobre o local, contribuindo também para a identificação de diferentes perspectivas vinculadas a esta história, tendo em vista o trabalho desenvolvido no recolhimento de depoimentos orais.

Exposições

A partir do trabalho desenvolvido pelo CEPOPE diversas exposições originaram-se, sendo a primeira parte do trabalho promovido por este centro e realizada em 2000, intitulada “HCI – 60 Anos de História”, em um primeiro momento ocorreu dentro do Hospital, mas posteriormente tornou-se itinerante. Depois disso o HCI passou a ser abordado não mais por sua finalidade inicial – o uso para a saúde pública – mas pelo seu valor histórico. Sendo assim, em 2007 a Secretaria de Comunicação dos Hospitais Estaduais promoveu a exposição “A História da Saúde Pública no Rio Grande do Sul sob a Ótica dos Hospitais Estaduais”.

Em 2012 uma instituição privada, o Museu da História da Medicina (MUHM) também abordou o local com a exposição “Da Lepra à Hanseníase”, que inclusive utilizou acervo do próprio HCI e base em trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre o mesmo, além de levar moradores do local para a visita.

Em 2014 o Hospital ganha uma instituição de memória própria com a inauguração do Memorial HCI que conta com dois andares de exposição utilizando objetos testemunho, itens cenográficos, textos expográficos próprios e alguns da exposição organizada pelo CEDOPE em 2000. Este local surgiu a partir do investimento e trabalho de um grupo de funcionários públicos que se preocupou em preservar a história do local, ele está instalado na Antiga Casa das Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã, com dois andares de exposição que possui mais de 3.000 (três mil) itens, porém não há registro da sua origem, o conhecimento em relação ao acervo se deu pelo contato da senhora Rita S. Camello com os moradores e funcionários do HCI.

Em 2015 este Memorial participou também da “V Mostra Museológica de História da Medicina” e em 2017 a Secretaria de Comunicação dos Hospitais Estaduais organizou a

exposição “Caminhos da Saúde Pública no RS” que também mencionada o HCI. Com estas iniciativas podemos perceber a importância histórica deste local, e como a partir de um pequeno trabalho de recolhimento e organização de informações gerou-se uma série de medidas que ajudam a preservar e mostrar sua história à sociedade.

Tombamento da Antiga Igreja Evangélica

Iniciativa mais “convencional” vinculada a preservação deste patrimônio ocorreu em 2010 com o tombamento da Antiga Igreja Evangélica pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), localizada dentro do HCI ela é obra do arquiteto Alexander Josef Wiederspahn (1878-1952) responsável por importantes prédios do Rio Grande do Sul, especialmente no centro histórico de Porto Alegre. Segundo o site do IPHAE (2015?):

“O projeto, minuciosamente detalhado, compõe-se de mais de 30 pranchas. O prédio possui planta irregular, com um polígono octogonal central ocupado pela nave da igreja, de onde se projetam os demais volumes. Na frente, hall de acesso com torre sineira e dois alpendres laterais, e na parte posterior, espaço do altar e sacristia com planta ortogonal. A edificação possui paredes de alvenaria de pedra granítica e tijolos, vitrais nas janelas e bandeiras das portas, cobertura em telha de barro do tipo francesa e estrutura do telhado em madeira.” (IPHAE, [2015?], doc. eletr.)

Este tombamento é muito interessante por dois motivos, o primeiro é porque ele possibilita a reflexão sobre a patrimonialização e a perda, pois com a falta de uso as estruturas do local vão aos poucos se deteriorando, mostrando que as vezes o patrimônio instituído pode levar também ao distanciamento. Outro aspecto interessante é que o único bem tombado do HCI – instituição organizada por irmãs católicas e que, segundo relatos, eram incisivas a respeito da fé – é uma Igreja Evangélica construída após a fundação do Hospital devido a vontade de sua comunidade interna. Muito provavelmente o motivo para o tombamento esteja mais ligada aos aspectos materiais e à importância de um arquiteto, contudo, as histórias que podem ser evocadas por isto são infinitas.

Documentário “A Cidade”

No ano de 2012 foi lançado um documentário intitulado “A Cidade” este foi financiado pelo Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural (FUMPROARTE) da Secretaria da Cultura de Porto Alegre, com roteiro e direção de Liliana Sulzbach. Participaram do elenco Eloá Giehl, Eva Pereira Nunes, Nair Tavares Taborda, Maria Marlene Waginiack Bronichaki, João Francisco Saldanha, todos moradores na época do HCI. Esta iniciativa:

“[...] se sustenta em três pilares: o filme “A Cidade” (exibido em festivais, salas de cinema e televisão), o DVD com material complementar e um website intitulado “A Cidade Inventada”, cuja navegação permite um passeio pelo lugar de forma interativa, apresentando um outro jeito de vivenciar a história.” (A CIDADE. [2018]. doc. eletr.)

O documentário traz diversas informações sobre o HCI e aborda sua história sobre uma perspectiva intimista misturando os fatos públicos à vida pessoal das pessoas. Esta iniciativa demonstra uma nova forma de perceber este local, não apenas por seus aspectos históricos e arquitetônicos, mas pela vida de seus moradores, além de ser uma forma de gerar conhecimento e possivelmente identidade sobre este local. Outro aspecto que o diferencia das demais iniciativas é seu poder de alcance que extrapola os muros do HCI e as barreiras de distância posto que pode ser visto ou acessado por qualquer pessoa que tenha interesse.

Cartão Postal

Outra iniciativa que chama a atenção pois não está vinculada à patrimonialização do HCI mas sim a sua patrimonialidade é a criação de cartões postais que trazem imagens deste local. Considerando que em tese os locais representados nestes cartões servem para “enaltecer” um local, posto que queremos recordar ou mostrar à outras pessoas lugares bonitos e interessantes, estes cartões servem também como uma “propaganda”, desta forma torna-se inusitado a escolha de um lugar de exclusão para ser seu tema.

Entre os anos de 2014 e 2017 ocorreu o “Projeto Economia Solidária com População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre”, vinculado ao projeto “EcoSol e PopRua: Conectando Vivências” do Centro de Acessoria Multiprofissional (CAMP). Foram criados três coletivos, dentre eles o “Fundo Solidário Resistência Pop Rua” vinculado ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RS, e neste coletivo foram realizados cartões postais sobre lugares de exclusão, fazendo parte da “Campanha contra a internação Forçada”. Dentre os locais escolhidos estava o HCI, com uma série de fotografias pertencentes a série “Internações forçadas, NÃO! Cuidado em liberdade, SIM!”.

Estes cartões possuem um sentido enquanto referentes à uma campanha contra a internação forçada, mas também são reapropriados na medida em que vemos este local como patrimônio e o fato dele ser lembrado como prova também de sua importância da identidade de nossa sociedade.

Considerações finais

Percebe-se que as iniciativas listadas neste trabalho são fruto de diferentes momentos e formas de apropriação do HCI. Contudo, creio que mesmo que atualmente o governo passe a ter um envolvimento maior com o trabalho desenvolvido pelo Memorial, por exemplo, devemos recordar que tais iniciativas surgiram muitas vezes de trabalhos solitários e de pessoas que julgaram importante preservar tais histórias. Desta forma, o que patrimonializamos é uma seleção realizada por diferentes grupos, fato que demonstra a importância do desenvolvimento de diferentes trabalhos, para que este possam enriquecer as perspectivas sobre este local. Considerando que o estopim das ações preservacionistas, de um modo geral, parte da academia, percebemos que o que ocorre por vezes é que se mantem à margem dos processos os moradores e seus familiares, que deveriam ser os principais interessados em preservar ou não estas histórias. Desta forma, caso a patrimonialização permaneça apenas no campo jurídico, maior é a chance de frustração patrimonial.

Quanto a possibilidade de perda, em muitos casos notamos que é esta que é utilizada como um gatilho para ações patrimoniais, mas que ela não deve ser o único motivo para tais, posto que a memória faz parte de viver e viver é esquecer. Há, por trás de cada escolha, valores e ideologias ocultas, portanto, a perda e o esquecimento fazem parte de um ciclo natural de uso e desuso, valorização e deterioração, do próprio patrimônio. Contudo, devemos esquecer por reflexão e não por dominação, como parece ser recorrente, percebendo que este apagamento “natural” nada tem de natural, ele é um reflexo de nossas sociedades, onde ainda excluimos e dominamos pessoas. Por isso há necessidade de levantamentos históricos, compreensão de contextos que reafirmam a importância ou marginalizam costumes, formas de arte, bens, culturas e trajetórias individuais ou comunitárias.

O patrimônio em si é um mecanismo de dominação e legitimação de uma cultura sobre a outra. Sendo assim, quando há vandalismo ou a possibilidade de perda de um bem, não necessariamente deveríamos interpretar esse processo como uma necessidade de valorização de um patrimônio em risco, mas sim nos questionar sobre os motivos e conflitos que levam este bem ao risco de desaparecimento.

Talvez em nossa sociedade atual, onde culturas, valores e ideologias diferentes se cruzam, haja a necessidade de revermos o que consideramos cultura e o que dá unidade a uma nação. Considerando que, provavelmente, nosso foco não poderá ser preservar e forjar uma unidade, mas sim aprender a valorar e respeitar as diferenças. Talvez devêssemos nos focar não na ideia de um patrimônio enquanto herança, mas um patrimônio enquanto re-apropriação, que

evolva, além dos processos e das dinâmicas culturais que estão sempre em transformação, o olhar do *outro*. Buscando perceber como estes valores, culturas e bens são observados, transformados e utilizados por novos olhares. Além da ideia de educar a sociedade para o patrimônio, devemos também reaprender com ela sua importância.

Há em diversos espaços, assim como no HCI, uma patrimonialidade, contudo, a patrimonialização não surge do dia para a noite, ela é fruto de um processo de identificação e da compreensão da importância cultural de algo. Considerando isso, ações como o recolhimento de acervo - depoimentos orais e objetos -, exposições, cartões postais, documentários, ou mesmo o tombamento, poderiam ser vistas como medidas que visam estimular a identidade e proporcionar conhecimento quanto a um tema, caminhando assim para sua apropriação e possível patrimonialização. Portanto, assumimos tais ações como englobadas por um processo de patrimonialização. Contudo, este não deve ficar restrito ao campo da pesquisa e da coleta, mas sim incentivar o potencial comunicativo, pois é no fenômeno comunicativo que o patrimônio assume seu caráter transmissivo e sociotransmissor.

O que irá de fato definir a diferença a patrimonialidade (potencial para ser um patrimônio) e a patrimonialização (institucionalização de um patrimônio) do HCI não serão as medidas elencadas anteriormente, mas o grau de ressonância que elas obterão. A trajetória deste Hospital será ou não preservada e percebida como patrimônio à medida em que passe por processo de reapropriação. A partir desta perspectiva, as iniciativas de pequenos grupos, podem contribuir para a disseminação de informações e estas podem gerar novos olhares sobre um velho hospital.

Referências bibliográficas

A CIDADE Inventada. *Motivação do Diretor*. Disponível em:
<<http://www.acidadeinventada.com.br/#motivation>>. Acesso em: 27 de mar. de 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 110 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio*. Ensaios Contemporâneos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio*. Ensaios Contemporâneos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GONÇALVES, José. Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

GONÇALVES, José. Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005. p. 15-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. de 2018.

IPHAÉ. Bem Tombado. *Antiga Igreja Evangélica do Hospital Colônia de Itapuã*. [2015?]. Disponível em:
<<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=36901>>. Acesso em: 21 de set. de 2015.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 p.

PRATS, Llorenç. *Concepto y gestión del patrimonio local*. Cuadernos de Antropología Social. No 21. 2005. p.17-35. Disponível em:
<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2005000100002>. Acesso em: 16 de jun. de 2018.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. In: *Política y Sociedad*. 27(1998), Madrid p. 63-76.

SERRES, Juliane Conceição Primon. “*Não Caminhamos Sós*”: Hospital Colônia Itapuã e o Combate à Lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2004. 285 p.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História, v. 15, 1997. p.51-84 Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11216/8224>>. Acesso em 16 de jun. de 2018.

WALLER, R. Robert; CATO, Paisley S. Agent of Deterioration: Dissociation. In: *Canadian Conservation Institute*. Canadá, 2011. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents/deterioration/dissociation.html>>. Acesso em: 26 de out. de 2017.

**VOCA ME CUM BENEDICTIS. LECTURA HISTÓRICO-MEMORIAL
DE LA SOCIEDAD DE PASSO FUNDO**

*VOCE ME CUM BENEDICTIS. HISTORICAL-MEMORIAL READING OF THE
PASSO FUNDO'S SOCIETY*

*Dra. Jenny González Muñoz
PNPD-CAPEs – Universidade de Passo Fundo, Brasil
jenny66m@gmail.com*

RESUMEN

El presente es parte de una investigación en desarrollo concebida con el objetivo de mostrar cómo las sociedades urbanas expresan sus visiones históricas y memoriales locales a partir de la concepción de la muerte, vista ésta desde las notas de fallecimiento e invitación a misa publicadas en la prensa local, como espacios alternativos destinados para detallar acontecimientos no noticiosos relacionados con el fallecimiento de personajes destacados en su sociedad, lo que se pudiese reflejar en sus tumbas. Para el artículo propuesto se ha tomado una muestra ubicada temporalmente en la segunda mitad del siglo XX, con textos del diario O Nacional, más antiguo de la ciudad de Passo Fundo, aun en funcionamiento, en una triangulación metodológica focalizada en tumbas del Cementerio Vera Cruz de la misma ciudad, donde se ha ve como resultado previo la posibilidad de establecer una lectura entrelineas de los acontecimientos desde la memoria familiar y la visión de la propia sociedad circundante en la contemporaneidad del suceso. Para lo cual, se ha hecho un arqueo hemerográfico y documental haciendo uso de teorías desarrolladas por especialistas como Augé, Ariès, Vázquez Mantecón, Pardo, Morin, Carvallo, Gawryszewski, Ostos Mariño y Espinosa Ureta, entre otros, así como indagación en registros de dicho camposanto realizados por la autora.

Palabras clave: Textos funerarios, historia local, sociedad urbana, Passo Fundo.

ABSTRACT

The present is part of a research in development conceived with the aim of showing how urban societies express their historical visions and local memorials from the conception of death, seen this from the notes of death and invitation to mass published in the press local, as alternative spaces destined to detail non-news events related to the death of prominent figures in their society, which could be reflected in their tombs. For the proposed article a sample has been taken located temporarily in the second half of the 20th century, with texts from the newspaper O Nacional, oldest in the city of Passo Fundo, still in operation, in a methodological triangulation focused on tombs in the Vera Cruz Cemetery from the same city, where it has been seen as a previous result the possibility of establishing a reading between the events from the family memory, and the vision of the surrounding society itself in the contemporaneity of the event. For this, a hemerographic and documentary arc has been made using theories developed by specialists such as Augé, Ariès, Vázquez Mantecón, Pardo, Morin, Carvallo, Gawryszewski, Ostos Mariño and Espinosa Ureta, among others, as well as an investigation into records of said cemetery made by the author.

Keywords: Funerary texts, local history, urban society, Passo Fundo.

El presente artículo parte de teorías sobre la muerte, desarrolladas por autores como Phillipe Ariès (1984), quien en su libro **El hombre ante la muerte** hace un recorrido histórico, en relación a las transformaciones sociales de dicho hecho inevitable, y antropológico, a partir de las diversas ritualizaciones que se han desarrollado a lo largo de las épocas, entre ellas la configuración de lugares consagrados para albergar los restos mortales, sobre todo en Europa; Edgar Morin (1970) expresa sus disquisiciones en **El hombre y la muerte**, donde podemos tomar esa idea de la certeza de la muerte, el vivir conlleva al morir, y que en todo ello no hay nada que se pueda hacer, a pesar de los adelantos científicos que el humano, desde su duda ante lo desconocido y su miedo ante lo no contado, ha estado imposibilitado de anular. Partiendo de esto, hemos de tomar en cuenta la importancia del cementerio como lugar construido por la propia sociedad que lo sustenta en su entorno, con la finalidad de recordar a quienes allí yacen en mortalidad, por lo cual se convierten en grandes memoriales (NORA, 1984), hechos a imagen y semejanza de la ciudad de los vivos, donde destacan con sus monumentos, localización dentro de la geografía de la necrópolis, e incluso la incorporación de algo bien interesante como es la llamada literatura funeraria, es decir, el epitafio.

Dentro de la investigación que estamos llevando a cabo en la actualidad, tomamos como punto de enfoque el cementerio Vera Cruz, de la ciudad de Passo Fundo, ubicado en la urbanización homónima y de carácter laico-municipal. Siendo fundado en 1902, aloja tumbas de años anteriores provenientes del antiguo cementerio, por lo que al visitarlo se observan capillas y tumbas de gran monumentalidad, pertenecientes a personajes importantes para la sociedad local desde el punto de vista económico, político, religioso, de finales del siglo XIX.

Siendo nuestro foco de interés el texto funerario, realizamos un arqueo en el Diario O Nacional, de la misma ciudad, por ser éste el más antiguo aun en funcionamiento (fundado en 1925), buscando saber cómo ve la sociedad passofundense el hecho muerte desde su reflejo en notas publicadas en el periódico, tales invitación a entierro o misa, nota de fallecimiento, agradecimientos. Desde allí, tomando en cuenta el período de la segunda mitad del siglo XX, hicimos un muestreo para luego hacer una triangulación hermenéutica con lo encontrado en el escrito sobre la tumba de quienes hemos encontrado su nota en la publicación; a esto hay que agregar la presencia de la Necrologia, un texto dedicado a contar pormenores de enfermedad, agonía o accidente de la persona que había fallecido, pero no como noticia, sino como un verdadero relato que se ve incrementado de acuerdo a la importancia social de la persona o su familia. La lectura de estos textos nos conlleva a conocer la visión de la muerte de Passo Fundo de la segunda mitad del siglo pasado a partir de lo escrito por esa misma sociedad, en tiempo

real, lo cual forma parte, al leerlo en este tiempo, de la memoria social de una parte del planalto brasileño.

De la Necrologia al texto funerario

El espacio *Necrologie* en la prensa ya está presente en periódicos como los franceses *Le Monde* y *Le Figaro*, siendo una columna con características muy parecidas a las publicadas en O Nacional, de Passo Fundo. Según Marie-Laure Florea (2011), a partir de 1777 el *Journal de Paris*, dedica una página diaria a una especie de obituarios y otros relativos a entierros y demás, lo que actualmente es un común en muchos diarios del mundo. Así la *Necrologie* tiene una relación interesante con la biografía, siendo que la primera tiene como objetivo “decir la muerte”, contarla; mientras que la biografía narra puntos importantes de la vida de alguien sin omitir el hecho de que haya muerto, en cuyo caso se suele informar detalles del deceso.

La representación de la muerte se duplica, entonces, en una re-presentación de la muerte que es más que una descripción de una realidad preexistente y que contribuye a construir otra realidad: se trata de colocar al fallecido en presencia de una vida a través del discurso. (FLOREA, 2011, p. 31. La traducción es nuestra)

Así en la Necrologia es muy importante el texto, pues coloca al ente difunto – tal como el epitafio- en un lugar específico dentro de la memoria colectiva y social, de allí el ensalzamiento de sus atributos éticos y morales; en casos de suicidio, muchas veces el lenguaje poético es utilizado para retirar la crudeza de la situación; en otras se suprime la palabra “muerte”, por otras relacionadas con la ausencia definitiva; también se deja ver desde la negación (“ya no estarás más ...”), pero en todo caso, el hecho muerte es lo resaltante, por ello el destaque del título antes de comenzar con el desarrollo del texto como tal.

En nuestro trabajo de triangulación metodológica observamos al indagar en O Nacional, que en la década de 1950 están presentes aspectos del lenguaje que van experimentando transformaciones, como todo proceso de índole cultural, reflejados hasta la década de 1990, de manera que en el muestreo destacamos la Necrologia de Dalcimar Alves, fallecida a los seis meses de edad, en la que se presenta en un lenguaje directo, características puntuales como la filiación de la niña al ser hija de un bombero local, hora y lugar de fallecimiento (7h., Rua Independencia 1430), edad, hora y lugar del entierro y al final la concurrencia al sepelio.

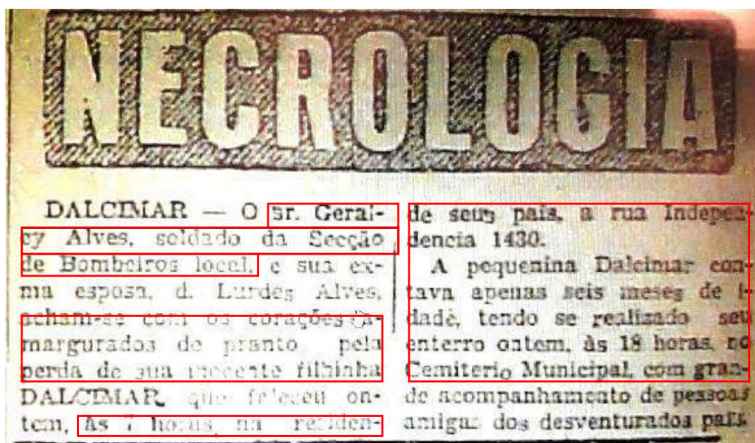


Fig. 1. "Necrologia" de Dalcimar Alves. Diário O Nacional, 25 de novembro de 1953. Acervo Archivo Histórico Regional

En la misma década tomamos la Necrologia de Diva B. de Brum, la cual parece funcionar también como una suerte de obituario en el que se invita al sepelio y misa; en este sentido, es conveniente tomar en cuenta que este espacio no solo es publicado en una sola ocasión sino en varias entregas; en este ejemplo al igual que el anterior, se suele narrar brevemente la situación que envolvió la muerte e informar el lugar del deceso. Tal como se ve en la figura 2, la fallecida era una joven madre (16 años) que murió en la propia maternidad, habiendo logrado sobrevivir la recién nacida; se destaca la afluencia de acompañantes en el entierro que tuviera lugar en el Cementerio Municipal (Vera Cruz).

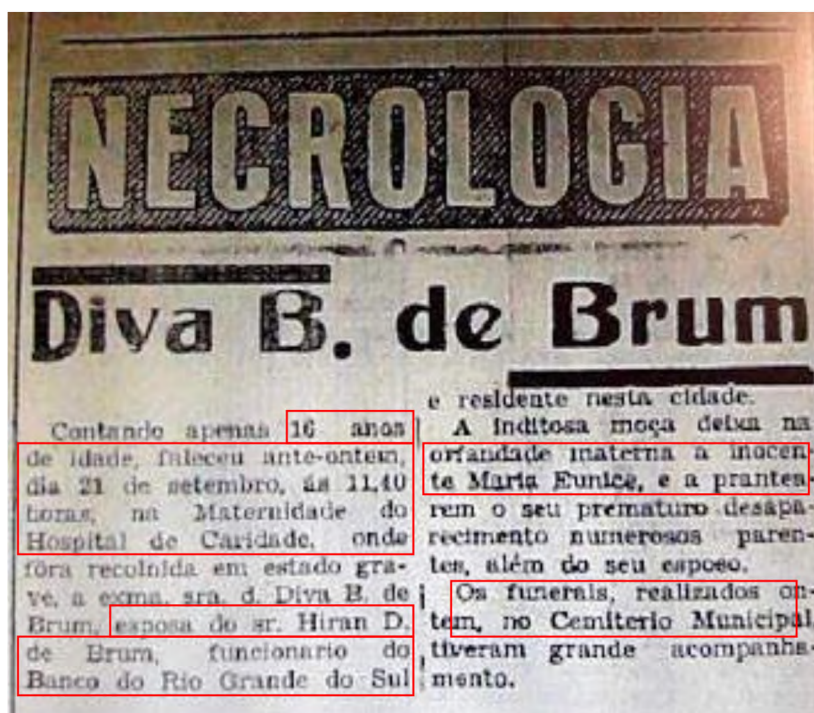


Fig. 2. Necrologia de Diva B. de Brum. Diário O Nacional, 23 de septiembre de 1950. Acervo Archivo Histórico Regional P.F.

En la revisión hemerográfica encontramos que en la década de 1960 la Necrologia parece ser desplazada paulatinamente para dar paso sobre todo a los agradecimientos, en los cuales se hace hincapié a personas clave durante el periodo de hospitalización, como médicos, enfermeras, y en varias ocasiones, el camillero o chofer de la ambulancia, quienes son homenajeados desde la publicación en el diario por su dedicación y buenos oficios, actos de solidaridad profesional y humana dignos de reconocimiento general.

A pesar de esto, la Necrologia se mantiene, incluso en una suerte de renacimiento del idioma, cabe destacar no siendo tan rico como en la primera mitad del mismo siglo, cuando notamos detalles de individualidades o familias que ofrendaban coronas, naturales o artificiales, asimismo la profusión de una narración pormenorizada de datos biográficos del ente fallecido, todo esto no siendo específico de Passo Fundo, ni del propio Brasil, pues lo encontramos en otros países latinoamericanos como Perú, tal como podemos observar en el testimonio escrito llevado a cabo por Ismael Portal en su libro **Elena Razzeto de Portal, 22 de Agosto de 1908**, dedicado a su esposa fallecida, en cuya presentación, escrita por J. M. de la Jara y Ureta en 1909, se comienza con una exaltación a la memoria: “Este libro consagra y perpetúa la verdad cierta de una gran desolación” (p. 25)

Entrando en la década de 1960, observamos que O Nacional nos ofrece una Necrologia menos abundante en la que los reseñados continúan siendo personajes importantes sobre todo a nivel local, aunque haya mención de personas relacionadas con la ciudad aunque no habitantes ni oriundos de la misma, tal el caso de la dedicada a Francelina dos Reis Palma, de fecha 8 de noviembre de 1960, en la que se lee:

Dia 5 do corrente, ocorreu o falecimento da venerada sra. D. Francelina dos Santos Palma, na cidade de Tupanciretã, vítima de um acidente, naquele dia, às 13 horas, causando geral consternação naquele município e também em Passo Fundo, onde conta com familiares radicados. A extinta era viúva, contando 78 anos incompletos (já fazer anos a 12 de novembro corrente).

Aquí queremos resaltar, además de los aspectos constantes ya señalados, que se expresa (sin detalles) la causa de la muerte, y que a los pocos días del deceso, la fallecida iría a cumplir años.

Asimismo encontramos la Necrologia de Rosemari Cogo, publicada el 10 de abril de 1961, de la que se infiere la relación de la occisa con la familia Cogo, dueña de la funeraria y casa especializada en objetos funerarios, en el texto leemos que la fallecida contaba con 7 años de edad, y fue: “vítima de leucemia, tendo sido baldados os desesperados esforços de seus pais para salva-lá, inclusive recorrendo a abalisados médicos de Porto Alegre”, lo que confirma la

teoría de Morin (1970) sobre la impotencia del humano ante la inminencia de la muerte, y, por otro lado, las cómodas condiciones económicas de la familia al acudir a famosos médicos de la capital del estado; el escrito cierra expresando: “O triste passamento da menor repercutiu dolorosamente, pelo drama vivido pela sua família”, lo que nos recuerda parte del poema “Masa”, de César Vallejo²⁴: “¡Tanto amor y no poder nada contra la muerte!”.

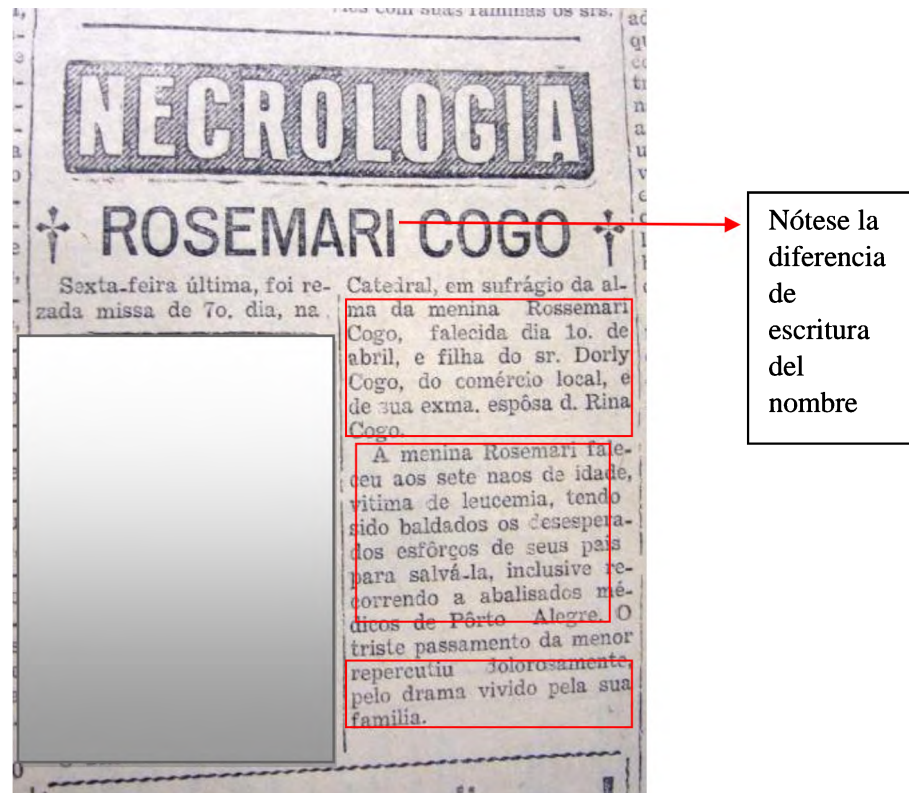


Fig. 3. “Necrologia” de Rosemari Cogo, O Nacional, 10 de abril de 1961.
Acervo Archivo Histórico Regional P.F.

La Necrologia de Ramón Sander Ricco, de fecha 21 de agosto de 1961, comienza con el destaque del pesar de su muerte para la sociedad passo-fundense, “prematuramente” a la edad de 41 años. Se observa, tal como en otras, la mención del oficio del difunto, en esta ocasión habiendo sido heredado de su padre; lugar del deceso (hogar) nombre de esposa e hijos, aptitudes morales que lo hacían gozar del aprecio social. Nota especial en este caso, es la referencia a la muerte de quienes fueran sus padres, en hecho acaecido en 1956, lo que denota la importancia de esta familia para la sociedad local.

También se narra la causa de la muerte con minuciosidad, “há poucos días fora acometido de enfermidade, sofrendo dois ataques de angina. Submetendo-se a cuidados médicos, obteve

²⁴ Poeta peruano (Santiago de Chuco 1892-París 1938)

melhoras; mas sábado na tarde voltou sofrer novas indisposições, sendo acometido outro ataque, vindo a sucumbir, cercado por membros de sua família”. La muerte, tal como lo señala Ariès (1984) sucedía en el propio hogar, sin ser un acto solitario, pues se fallecía en compañía de familia y, en ocasiones, allegados más próximos. Por otra parte, se señala que el féretro fue llevado por centenares de personas, entre las que destacaron autoridades judiciales, del poder legislativo y ejecutivo, religioso, asimismo de otras entidades, de lo que, el lector no enlazado con la historia de la ciudad, puede aseverar la significación en las altas esferas económicas, sociales, políticas y religiosas del fallecido. Además, a los pies de su tumba, “en nombre de la Justicia de Passo Fundo”, el abogado orador profirió una sentida oración, y narró semblanzas de la vida del difunto, destacando sus virtudes morales. De manera que, la dedicación de la narración de esta Necrologia obedece a la posición del difunto y su familia dentro de la sociedad local en dicha década, rasgo que delimitará la publicación de dicho espacio en la prensa local.

Del mismo difunto, es publicado el 25 de agosto de igual año, la nota de agradecimiento e invitación a misa en la que destacamos que el apellido está escrito “Rico”, lo cual no es de extrañar, pues en la investigación se vio discrepancia de algunas letras de nombres o apellidos de fallecidos. En esta nota, dedicada en nombre de esposa, hijos, hermanos y demás parientes, se hacen los agradecimientos de rigor, especialmente a los médicos tratantes, el orador en el acto del entierro por sus sentidas palabras, y al enfermero; cerrando con la invitación a la misa en la catedral de la ciudad.

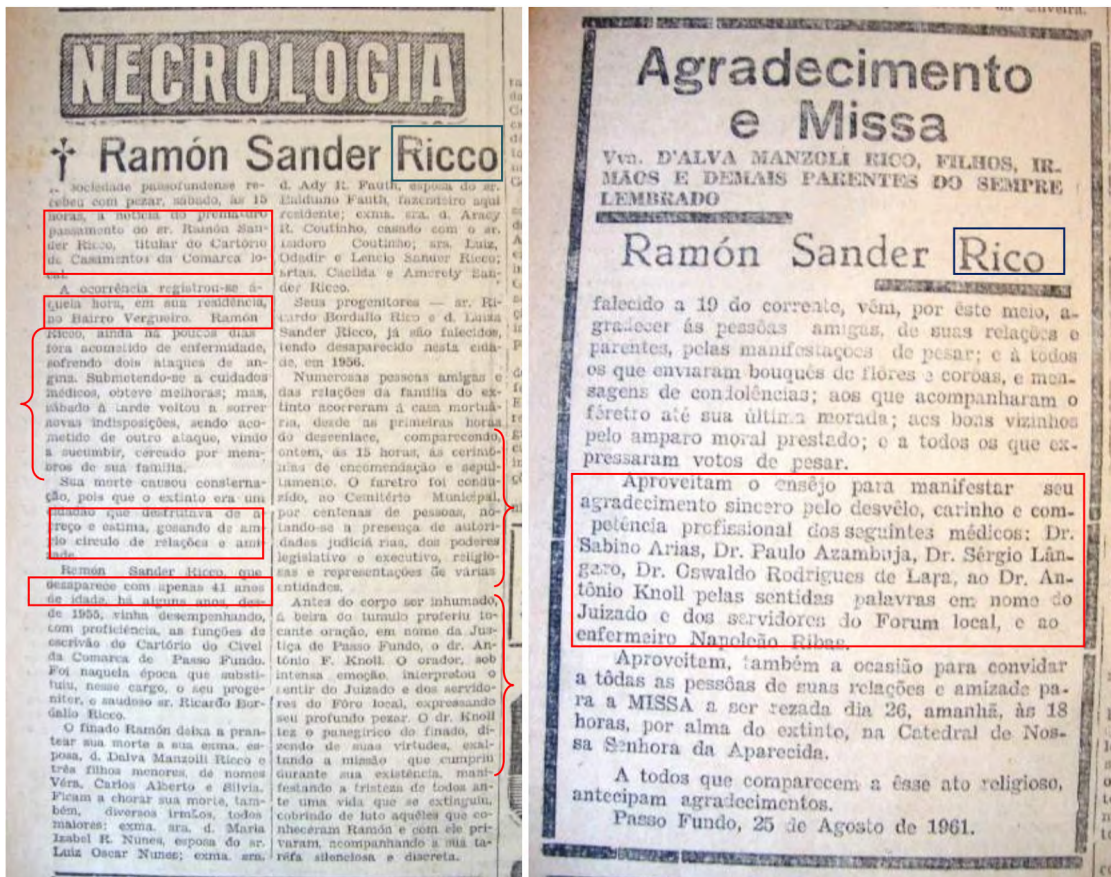


Fig. 4 y 5. "Necrologia" y Agradecimiento y misa de Ramón Sander Ricco, O Nacional, 21 y 25 de agosto de 1961, respectivamente.

Acervo Archivo Histórico Regional P.F.

También en la década del 60 del siglo XX, vemos la evolución tanto del obituario como de la esquila, en el sentido de su ampliación a otros terceros que hacen parte de su construcción, entonces, ya no solo la invitación al entierro o a la misa de algún día del novenario es desde lo familiar, entrando en contexto instituciones, empresas, es decir, el entorno social del fallecido o de su colectividad íntima.

Así, por medio de la lectura tanto de la Necrología, el obituario y/o esquila, y luego en el propio cementerio en el epitafio, se puede llegar a conocer parte de la historia de Passo Fundo desde la propia sociedad que lo compone en conformidad con el proceso cultural dentro del que se desenvuelve.

La Necrología se va transformando según las necesidades memoriales de públicos lectores y familiares, siendo interesante el hecho de que ambos actores sociales son uno mismo, creciendo en texto y disminuyendo, en ocasiones su título no solo es el nombre del ente fallecido.

En la década de 1970 observamos que en O Nacional continua el destaque de casos de muerte que marcaron la historia social de Passo Fundo por estar focalizada en personajes significativos de la ciudad, tal el caso del asesinato del Padre Paulo Fabres Jacques, de quien se

dedican espacios como noticia, poema, invitación a entierro y misa. La noticia (no Necrologia) que explica el suceso, titulada “Padre assassinado no cinema”, de fecha 22 de septiembre de 1970, inicia con la siguiente frase: “Foi estúpidamente assassinado, por volta das 21:30 horas de ontem em plena sessão do Cine Real ...”, asignando un calificativo al hecho que causó la muerte de un sacerdote insigne local y además, en lugar público, por supuesto, en la prensa investigada destacan las invitaciones a entierro, siendo velado el cuerpo en la Capilla de la Iglesia de Vila Luiza (donde fuera Vicario), para posteriormente descansar sus restos en el Cemeterio Vera Cruz. Estas invitaciones pertenecen a varios sectores sociales de Passo Fundo, lo cual es sinónimo de una consternación colectiva que se extenderá en el tiempo, muy especialmente en Vila Luiza, tal como se verá en publicación del 20 de septiembre de 1979, en la que se invita a misa y homenaje póstumo a este insigne personaje de la ciudad.

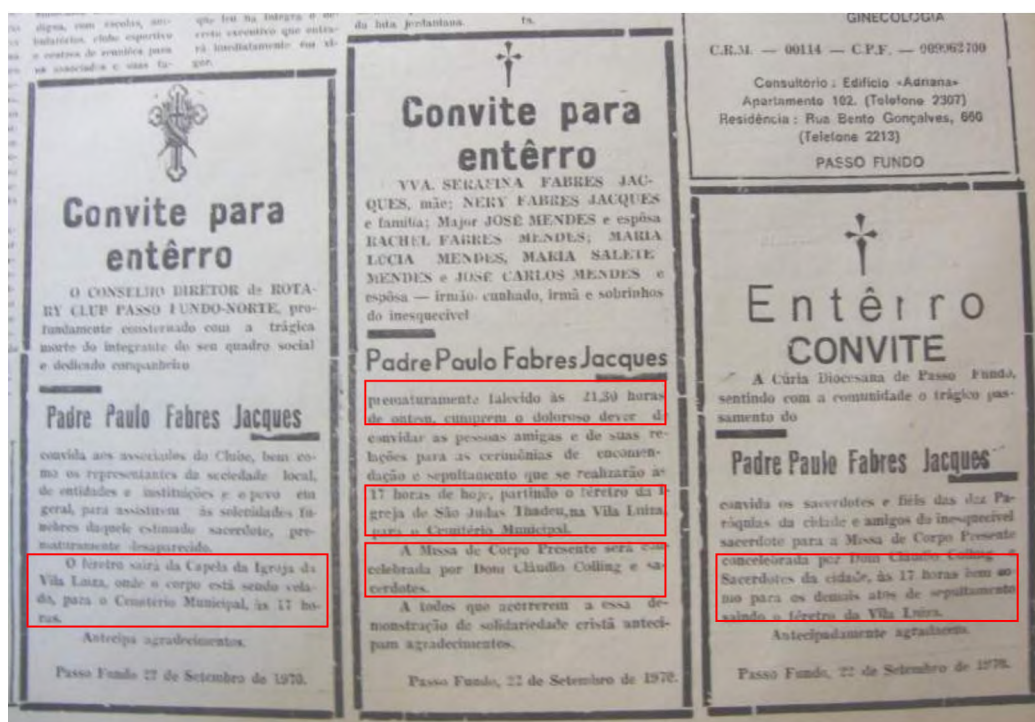


Fig. 6. Convites para enterro do Padre Paulo Fabres Jacques. O Nacional, 22 de setembro de 1970. Acervo Arquivo Histórico Regional P.F.

Ya para finales de esta década del 70, por medio de la Necrologia y las invitaciones a entierro y misa, observamos que va desapareciendo la costumbre de hacer el velorio en casa, con usanza de traslado a capillas de los propios cementerios, tal el caso de Gentil de Deus Brito, cuyo féretro partió de la Capilla del Cemeterio Vila Vera Cruz hacia el Cemeterio Municipal de Vila Petrópolis (16 de octubre de 1979); o el de Elvira Becker Noronha, cuyo cuerpo fuera velado en la “Capela B do Cemitério Municipal da Vila Vera Cruz e às 16 horas (quatro horas

da tarde) haverá o sepultamento no mesmo cemitério”, siendo publicado en O Nacional el 31 de diciembre de 1979.

En la década de 1980 se observa por un lado una Necrologia casi ausente, mas por otro la incorporación de la fotografía de la persona difunta, tanto en dicho espacio, como en la nota de invitación u obituario, tal el caso de Maria Jovina Quadros Magalhães, en cuya Necrologia, publicada el 12 de marzo de 1980, y en la invitación a misa del séptimo día destaca la misma fotografía colocada en diferente ángulo.

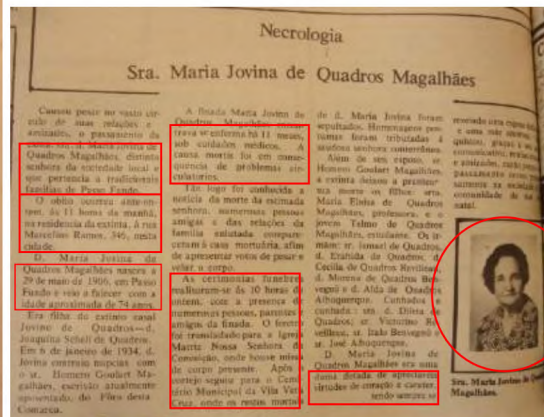


Fig. 7. Convite para Missa do Sétimo dia de Maria Joaquina de Quadros Magalhaes. O Nacional, 15 de marco de 1980.

Fig. 8. "Necrologia", publicada em O Nacional, 12 de marco de 1980. Nótese fotografia de la difunta, siendo la misma colocada de forma diferente. Acervo Archivo Histórico Regional P.F.

Muy probablemente escrito por personas específicamente colocadas para ello, estos textos tienen una redacción periodística caracterizada por un lenguaje claro y directo que informa al lector detalles a ser resaltados de interés social. Si hurgamos en la fecha de publicación en relación con la del deceso, podremos observar que varía, siendo presentada en muchas ocasiones, incluso al día siguiente del fallecimiento, lo que implicaría una posible nota pre-construida, generalmente en casos de personas ya con alguna dolencia grave, distinto al no perentorio de muerte por accidente o agresión, en cuyo momento la Necrologia es publicada varios días después del hecho.

En todo caso, dicho escrito funerario tiene en su contenido elementos interesantes de acotar porque remiten a los componentes que conforman inscripciones de nichos, investigadas

por Ostos Mariño y Espinosa Ureta (2015) en el Cementerio Presbítero Matías Maestro, de Lima, Perú, o en teorías como las de Villa Mejía (apud Crespo Fernández, 2014) respecto a Colombia, en relación a aquellos elementos constantes en los epitafios, lo cual ayuda a llevar a cabo su clasificación, tales informaciones biográficas como nombre, fecha de nacimiento y muerte, e inclusive alguna característica a ser resaltada, por ejemplo, pertenecer a un grupo específico (religioso, artístico, deportista, político, etc.), lo que no necesariamente se hace de manera escrita, ya que también se suele colocar símbolos que denotan dicha filiación, como es el caso de los masones. Dichos elementos aunque no suelen estar en totalidad dentro de los epitafios ni de los textos en periódicos, marcan una constante porque por lo menos uno de ellos se encuentra inevitablemente dentro de alguno de estos destacados históricos.

Textos y memorias en el cementerio

Para llevar a cabo una triangulación metodológica, desde la Necrología, el “espacio” dedicado en el periódico y el “lugar” en el Cementerio Vera Cruz, tomamos como muestra²⁵ en la década de 1950 a Dalcimar Alves y Dilva B de Brum, de quienes no se encontró información. De la década 1960, tomamos a Rosemary Cogo, hallándola como parte de una tumba familiar ubicada en la Quadra 23-5, terreno 21; de la que se destaca en primer lugar, el nombre de la difunta, siendo escrito en la placa “Rosemary”; se presenta la fotografía de la niña en blanco y negro, de frente, con corbatín a modo de pajarita, colocada en un recuadro similar al de los familiares que acompañan sus restos; no hay epitafio.



Fig. 9. Tumba perteneciente a la familia Cogo y detalle de fotografía de Rosemary Cogo, Cementerio Vera Cruz. Foto: Acervo de la autora, 2018.

De la década de 1970 se tomó como ejemplo la tumba del Padre Paulo Fabres Jacques, personaje importante dentro de la sociedad passo-fundense de su época, cuyo asesinato tuvo gran repercusión. Sus restos se encuentran en la tumba de la familia Carlos D. Jacques, ubicada

²⁵ Para llevar a cabo este trabajo se contó con el apoyo del Núcleo de Cemitérios e Central de Obitos, del Cementerio Vera Cruz.

la Quadra 18, de esta destacamos algo bien interesante como es el hecho de que la tumba aunque con ciertos signos de vandalismo (faltan las argollas, como en casi todas las de este cementerio), está en buen estado de conservación; la única información que se puede obtener directamente de la tumba es que es familiar, y la ausencia de otros datos no nos permiten saber quiénes son las personas que forman parte de esta tumba (tres hombres y una mujer), a menos que pertenezcamos a la sociedad de la ciudad, tal vez, pues a pesar de que está la fotografía de cada quien no hay nombres, fechas ni epitafios. El referido Padre es reconocible fácilmente porque en su fotografía está ataviado con ropa de sacerdote, destacando parte superior de la sotana y el *clergyman*; todos los integrantes de esta tumba familiar están vestidos con ropa formal y posan de perfil o tres cuartos. Todas las fotografías son en blanco y negro.

La ausencia de epitafio para el Padre Jacques llama la atención por las circunstancias de su muerte (ser asesinado en lugar público) y el aprecio social que tenía el sacerdote, a lo que hay que agregar la estima que suelen tener (no siendo ésta una excepción) la figura principal de la iglesia católica; lo referido en las notas de prensa e incluso el hecho de la avenida con el nombre del Padre, como memorial, son indicios claros del aprecio de la sociedad de Passo Fundo por él, lo cual no se materializa en la tumba, ya que no hay elementos (incluso católicos) comunes en las tumbas para homenaje póstumo y eterna memoria para y por la persona fallecida: tal vez una alegoría o incluso, un epitafio simple con algún salmo de La Biblia. A veces el silencio, dice más que mil palabras, tal como reza el dicho popular.



Fig. 10. Tumba de la familia Carlos D. Jacques.

Fig. 11. Detalle de fotografía del Padre Paulo Febres Jacques, Cementerio Vera Cruz.

Foto: Acervo de la autora, 2018.

Molina Castaño (2007) en su estudio relacionado con tumbas significativas, acota que el cementerio cumple el rol de “cargar de sentido la historia de la ciudad” que lo rodea “a partir de los personajes que en él se ubican” (p. 152), de manera que no asume al cementerio como un lugar homogéneo sino como “un entramado de rutas” (p. 152) que van tomando cuerpo desde dichas tumbas. Si tomamos esta interesante posición en relación a la tumba del Padre Jacques observamos un escrito de la ciudad y de una época vinculado con la intolerancia, la memoria y el olvido²⁶.

De la década de 1980 tomamos a Maria Jovina de Quadros Magalhães, ubicada en un nicho donde consta el nombre Maria J. de Quadros Magalhães (28/05/1906 +10/03/1980), destacamos que la fotografía de la difunta colocada en la placa es la misma que se ha publicado en las participaciones de prensa que hemos referido, de igual manera en blanco y negro (Fig. 7 y 8); el epitafio, colocado en la parte derecha del libro representado, es el salmo Juan 11, 25-26: “Disse Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida. Aquele que crê em mim, ainda que esteja morto, viverá. E todo aquele que vive e crê em mim jamais morrerá”, resaltando así la condición católica de la difunta.



Fig. 12. Nicho de Maria J. de Quadros Magalhães, Cemeterio Vera Cruz.
Foto: Acervo de la autora, 2018.

Mientras que en la década de 1990 la muestra fue con la tumba de Dilomar A. Silva. Ubicada en la Quadra 8-36, terreno 170, hallamos la tumba de Dilamar Amarant da Silva, con

²⁶ El asesinato del sacerdote estuvo envuelto en celos homosexuales.

fecha de fallecimiento 05/04/1990. Aquí tenemos un caso que debemos destacar: diferencias al escribir nombres o apellidos de las personas fallecidas, siendo un dato fundamental la fecha de fallecimiento, por coincidencia. La nota de participación expresa claramente que los restos del fallecido serán sepultados en el Cementerio Vera Cruz; la misma nota tiene fecha de publicación 6 de abril de 1990, por lo cual, ante la ausencia de fecha de fallecimiento, se podría inferir que el deceso ocurrió el día anterior, es decir, la misma que está presente en la tumba que hemos encontrado con el nombre de Dilamar. En el lugar está presente una cruz pintada y la fotografía del fallecido, con fecha de nacimiento y muerte, escritas a mano, así como también sus datos identificatorios. Tal como las anteriores referidas, no hay epitafio. De haberlo, tal vez, hubiésemos podido tener mayores detalles para confirmar si es o no, la misma persona, de modo que, tal como asevera Gawryszewski (2013) el epitafio forma parte de la construcción de una memoria directamente relacionada con el ente fallecido, pero no alejada de los patrones morales y sociales de su época, por lo que se adapta a las formas y maneras de la sociedad que lo ha creado pues es parte de su propia transformación.

Rescatando almas para el patrimonio divino

Con la frase de Laura Mello e Souza (1995) colocada en el subtítulo que abre este espacio, queremos resaltar el hecho de la importancia del cementerio como lugar de memoria y patrimonio, por su carácter de herencia cultural. Tal como vimos brevemente, la propia sociedad que ha construido sus cementerios refleja en sus textos su relación con la visión del hecho muerte, la cual no es estática sino que se va transformando conforme las exigencias y emergencias de sus acciones temporales, tal lo cultural e histórico. En este sentido, el cementerio se convierte en un lugar antropológico (AUGÉ, 2000) pues en él se llevan a cabo diversas expresiones sociales de la muerte; así las ofrendas, ceremonias, rituales, son elementos que constituyen la dinámica histórica de la vida a partir de la muerte; no es tal solo un espacio que alberga difuntos, es el lugar que hace posible la configuración cultural de una localidad, pues por medio de las simbologías que lo conforman, los monumentos que forman parte de sus bienes patrimoniales de cultura material, los restos mortales como vestigios arqueológicos, los textos funerarios como testigos, además de su estructura geográfica desde la idea de la necrópolis, reflejo fiel de la ciudad de los vivos; se convierte en un soporte de múltiples memorias concebido para recordar, recordar-se y ser recordado, como parte de una sociedad en su identidad, huella de una época.

El cementerio puede ser desde un gran memorial tanto para altas esferas y bajas camadas sociales, como para héroes patrios o locales, hasta un museo al aire libre que permite indagar

en el patrimonio cultural desde su visión como arte y también como documento histórico desde el que se puede inferir datos estadísticos de conformación estructural de la urbe, composición de materiales para estatuaria, movimientos artísticos presentes en determinados momentos, formas de escritura y mudanzas de lenguaje, etnias y pertenencias nacionales, religiosidades, cultos; todo lo cual, al ser confrontado con el material hemerográfico local abre nuevas posibilidades para el estudio del hecho de la muerte desde el abordaje interdisciplinar.

Referencias bibliográficas

ARIES, Phillipe. **El hombre ante la muerte**. Taurus: Madrid, 1984.

AUGÉ, Marc. Los no lugares. Espacios del anonimato. Una antropología de la sobre modernidad. Traducción: Margarita Mizraji. Gedisa: Barcelona, 2000.

CRESPO FERNÁNDEZ, Eliécer. **El lenguaje de los epitafios**. Edic. de la Ciudad de Castilla-La Mancha: Cuenca, 2014.

FLOREA, Marie-Laurie. Dire la mort, écrire la vie. Re-présentation de la mort dans les necrologies de presse. En: Questions de communication, n. 19, 2011, p. 29-52. Disponible en: <http://journals.openedition.org/questionsdecommunication/402> Acceso en: 05.06.2018.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Signos em túmulos de militares nos Cemitérios de São João Batista e São Francisco Xavier (RJ) En: Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais – Patrimônio, Memória e Arte: Diálogos Interdisciplinares sobre a Morte e o Culto aos Mortos, 8 a 12 jul, 2013, p. 75-88. Disponible en: <https://mega.nz/#!rtpCFAAL!g8Ihbj8vMZVf4y2JB46LTRhRYBGVI4rp-W1wFbHdtec> Acceso en: 25.05.2018.

MOLINA CASTAÑO, David Esteban. Como en un juego de espejos, metrópolis vs. necrópolis. Una aproximación al Cementerio de San Pedro de la ciudad de Medellín como fuente de reflexión histórica y antropológica. Boletín de Antropología de la Universidad de Antioquia, v. 21, n. 38, p. 147-172, 2007. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55703808>> Acceso en: 05.06.2017.

MORIN, Edgar. **El hombre y la muerte**. Kairós: Barcelona, 1970.

NORA, Pierre. Entre mémoire et historique: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (Org.). Les lieux de mémoire: vol. 1: la République. Paris: Gallimard, 1984.

OSTOS MARIÑO, Rosa; ESPINOSA URETA, Antonio. **Parca voz**. Los epitafios del cementerio Presbítero Matías Maestro de Lima. Municipalidad de Lima, 2015.

PORTAL, Ismael. **Elena Razzeto de Portal, 22 de Agosto de 1908**. Lima, s/f.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

A ETNOGRAFIA DA CULTURA MATERIAL DO POVO INDÍGENA OFAYÉ

THE ETHNOGRAPHY OF THE MATERIAL CULTURE OF THE INDIGENOUS PEOPLE OFAYÉ

*Julia Falgeti Luna
Mestranda/ Universidade Federal da Grande Dourados
juliafalgeti.94@hotmail.com*

RESUMO

A presente comunicação é parte integrante do trabalho de conclusão de curso intitulado "Ofayé: resquícios de uma cultura material" desenvolvido durante o curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, defendido ano de 2014. A temática principal refere-se ao estudo da cultura material do grupo indígena Ofayé, oriundos da região do antigo sul do estado de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul. Os Ofayé até o início do século XX totalizava uma população de aproximadamente duas mil pessoas, contudo a mesma foi consideravelmente reduzida, restando atualmente apenas um pequeno grupo que contabiliza uma centena de pessoas alocadas no município de Brasilândia/MS. O estudo procura apreender um levantamento bibliográfico que compreende o registro da cultura material Ofayé durante a temporalidade de 1901 a 1948 e posteriormente uma trajetória que delimita a condição no ano de 2014, quando o presente trabalho foi realizado. Dessa forma foi necessário o apoio metodológico e teórico dos antropólogos Darcy Ribeiro, Mirtes Cristiane Borgonha e principalmente do indigenista Carlos Alberto dos Santos Dutra com ênfase aos relatos da produção de objetos da cultura material Ofayé, bem como os escritos de Marcelo Rede e Berta Ribeiro. Por fim, compreende-se a cultura material enquanto documento/objeto de valor histórico, que reflete em valores, costumes e tradições de um grupo étnico.

Palavras-chave: Cultura Material; Ofayé; Etnografia.

ABSTRACT

This communication is an integral part of the course "Ofayé: remnants of a material culture" developed during the undergraduate course in History of the Federal University of Mato Grosso do Sul, defended in 2014. The main theme refers to the study of the material culture of the indigenous group Ofayé, originating in the region of the ancient south of the state of Mato Grosso, in the present state of Mato Grosso do Sul. The Ofayé until the beginning of the XX century totaled a population of approximately two thousand people, it was considerably reduced, leaving only a small group that counts a hundred people in the municipality of Brasilândia / MS. The study tries to apprehend a bibliographical survey that includes the registration of the material culture Ofayé during the temporality of 1901 to 1948 and later a trajectory that delimits the condition in the year of 2014, when the present work was realized. Thus, it was necessary the methodological and theoretical support of the anthropologists Darcy Ribeiro, Mirtes Cristiane Borgonha and especially the indigenist Carlos Alberto dos Santos Dutra with emphasis on the reports of the production of objects of the material culture Ofayé, as well as the writings of Marcelo Rede and Berta Ribeiro. Finally, material culture is understood as a document / object of historical value, which reflects on the values, customs and traditions of an ethnic group.

Keywords: Material Culture; Ofayé; Ethnography.

Considerações iniciais

Cabe inicialmente realizar alguns apontamentos acerca da cultura material, deve-se esclarecer a problemática que envolve o termo cultura. Entende-se por cultura um conjunto de mecanismos que regulam a vida social de um determinado grupo. O historiador Marcelo Rede, em seu artigo “*História a partir das coisas: tendência recente nos estudos de cultura material*” aponta a existência de uma ambiguidade no que diz respeito ao termo, entre os binômios material/imaterial, entretanto é importante deixar evidente a diferença entre os citados conceitos. A cultura imaterial, deve ser entendida como todo o tipo de manifestação da cultural que não se materializa; bem como é transmitida por meio da oralidade dos ritos, ou seja, cultura imaterial é todo o abstrato presente nas manifestações dos povos, ao contrário da cultura material que por sua vez se materializa.

No decorrer dos tempos o homem idealizou objetos que suprissem suas eventuais necessidades básicas e culturais; assim as relações de interação com outros povos, ora amistosa ora turbulenta, culminaram na adaptação de novos conceitos culturais, uma vez que a cultura não é essencialmente imutável; tais adaptações refletiram significativamente na abordagem dos utensílios, bem como no modo de fabricação entre outros. É errôneo juízo que alguns estudiosos possuem sobre a idealização dos artefatos culturais, pois quando um grupo desenvolve um determinado objeto não implica necessariamente que os demais também terão de agregar aos vossos cotidianos, compete aos grupos étnicos compreender se a eventual fabricação será realmente necessária conforme a demanda do grupo, tais objetos foram nomeados assim por “cultura material” (REDE, 2000).

Várias questões cercam a construção da cultura material, um ponto bastante discutido talvez seja a formação manipulável dos objetos, uma vez que permite a interação com o social. Especialistas assim como (Rede, 1996) relatam que há interação acontece como conexão entre corpo²⁷ e objeto, nos casos específicos de déficit de vínculo físico a relação com o corpo continua a ser fundamental, pois não se trata apenas de um contato físico imediato, mas também de articulações menos evidentes, o corpo possui uma função de intermediar a relação com os demais.

O conceito cultura material deve ser entendido como todos os objetos concretos criados pelos mais diversificados povos, ligados estritamente com os valores culturais de cada

²⁷ Termo usado para designar a relação entre o humano produtor,/artesão para com o artefato.

sociedade. As ditas “coisas” estão embutidas de valores e significados sociais, bem como a simbologia envolvendo o artefato, a cultura material é um reflexo da cultura concebida, materializada, mas que abstratamente adiciona crenças, valores, costumes e necessidades da sociedade, sendo possível conceber o passado das sociedades que não desenvolveram escrita. Em concordância com esse debate, (REDE,1996, p. 274) “O universo material não se situa fora do fenômeno social. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais”.

Cultura material Ofayé 1901 a 1948

Ao discorrer sobre o povo Ofayé, deve-se voltar atenção para a trajetória por eles percorrida, de acordo com os apontamento do indigenista Carlos Alberto dos Santos Dutra, estimava-se que no início do século XIX o povo somava aproximadamente duas mil pessoas, dispersos em vários aldeamentos. Os Ofayé permutavam desde a margem direita do rio Paraná até aproximadamente a serra de Maracaju, conforme o mapa ilustrativo abaixo. Com o passar dos anos a população foi substancialmente reduzida e no início do século XX o número havia decaído e assim gradativamente o povo Ofayé foi sendo conduzido a um processo de dizimação, restando nos dias atuais apenas um pequeno grupo localizado no município de Brasilândia/MS.

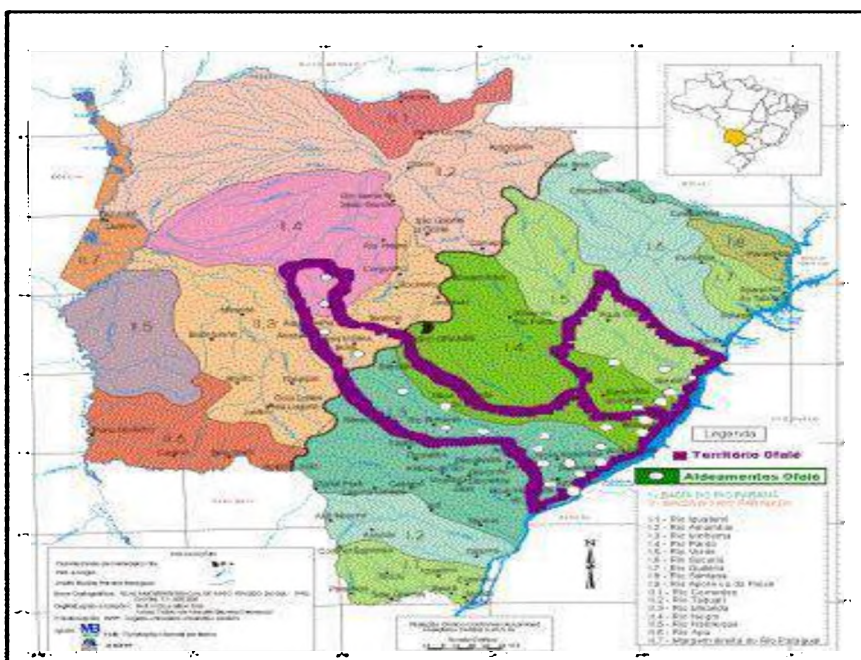


Figura 01: Territórios e aldeamentos do Povo Ofayé. Fonte: Atlas MR-MS, 1990. Adp. Dutra, 2004.

Segundo Dutra (2011), o povo Ofayé permaneceu por muito tempo esquecidos pela história oficial, passando a ser mencionados somente após a expansão agropastoril do Oeste brasileiro, para os mesmos era feita referência de pequenos grupos perambulantes. A expansão do Oeste brasileiro, bem como as anteriores colaboraram para que grandes etnias como os Ofayé se dividissem em pequenos grupos, uma forma de se prevenirem da dizimação ocasionada pelo contato com os outros povos, contudo Mauss²⁸, atenta que a divisão ocasiona o rompimento do continuum social.

A hipótese mais correta é a de que devido à expansão agropastoril deu-se uma série de conflitos envolvendo indígenas e não indígenas redundando numa convivência “turbulenta” pela posse da terra.

Os fazendeiros, que por vez, hospedavam viajantes relatavam os inúmeros combates que vossos pais e avôs travavam contra indígenas para defender seus rebanhos. A hipótese mais assertiva é a de que tais rebanhos mencionados por Ribeiro (1980), se faziam crescer alocando em terras indígenas e gerando os conflitos .

Estudiosos e viajantes que mantiveram contato com os Ofayé, descreveram em seus relatos de maneira superficial e genérica sua cultura. Conforme Dutra (2011) somente após o século XX é que os relatos passaram a retribuir confiabilidade. No ano de 1901 o explorador Alberto Vojtěch Frič relacionou-se com um grupo Ofayé, o mesmo registrou superficialmente o habitar indígenas bem como os instrumentos e utensílios de sua cultura material.

Quanto à cultura material dos índios Ofayé, sabe-se que além de serem excelentes arqueiros, fabricavam cestos, bornais, cachimbos e até mesmo canoas, segundo o relato de Dutra (2011) os embates entre o povo Ofayé e o Kaiowá as margens de rios rendeu aos Ofayé a aprendizagem e o fabrico de canoas, utilizadas segundos viajantes da época para o transporte e navegação, Curt Nimuendajú assim como os demais estudiosos relataram que as canoas de origem Ofayé eram fabricadas com troncos de árvores e que os mesmos a utilizavam para a pesca, viagens até outros acampamentos e mudanças.

Sobre a confecção das canoas, o tenente Paulo Vicente de Vasconcelos informa que no ribeirão peixinho, afluente da margem direita do rio Três Barras (atual município de Anaurilândia/MS) presenciou os Ofaié construindo uma canoa de madeira, cavada no tronco de uma árvore peroba, inteiriça, medindo 9 metros de comprimento e quase um metro de largura na linha mestra. (DUTRA, 2011, p. 78).

²⁸ Dutra, 2011.

Compreendendo que a cultura material assim como os demais vestígios da cultura indígena e não indígena provém de uma série de bases constituídas ao longo dos anos, os contatos inter tribais ou com os demais grupos sociais, deve ser entendido como um intercâmbio de culturas que ao se relacionarem dão origens a novos utensílios ou conglomeração de novos componentes e valores a composição dos artefatos já existentes. No caso das canoas produzida pelos Ofayé tiveram origem do contato com os Kaiowá, nota-se que houve a incorporação de um novo elemento a sua cultura. Os elementos da cultura material de um povo divulgam sua presença em territórios que nunca se imaginou, conforme Dutra (2011) os artefatos dos povos Ofayé que por vez ficaram dispersos no território conhecido atualmente como Estado de Mato Grosso do Sul revela a presença Ofayé em um amplo espaço geográfico, denota, portanto, a presença dos grupos Ofayé em diversas localizações, Ribeiro²⁹ (1985) aponta que trata-se de evidências diretas dos períodos históricos não documentados pelo testemunho escrito.

No ano de 1905 a comissão geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, durante uma expedição estabeleceu contato com grupos indígenas que viviam desde a foz do rio Peixinho até o rio Paraná entre os mesmo estavam os Ofayé, segundo os registros de Dutra (2011) com relação a expedição da comissão, o Dr Jorge Tibiriçá Piratininga, distinguiu o povo Ofayé dos demais como os “mais belos, mais inteligentes e mais trabalhadores de todos”, e sobretudo caracterizou a cultura material do grupos pela riqueza de detalhes, os arcos e flechas foi caracterizado como “os mais belos que a comissão já tinha visto”, as bolsas de malha confeccionada por mulheres mereciam a admiração da comissão.

Em relação aos artefatos de origem Ofayé, pouco se sabe, basicamente apenas o que foi recolhido e descrito por viajantes até meados do século XX, e um achado arqueológico do século XIX, os demais encontra-se na posse de colecionadores. Entre os fins dos anos de 1948 o antropólogo Darcy Ribeiro e sua esposa e igualmente antropóloga Berta Ribeiro, fizeram contato com um grupo de 10 pessoas que viviam em proximidade ao Ribeirão Samambaia, atualmente município de Batayporã/MS, o contato com o grupo foi registrado e posteriormente publicado no livro “Uirá sai à procura de Deus” (1980). Esses relatos colhidos por Darcy Ribeiro fez referência a um grupo composto pela família de dois irmãos José e Otávio, durante quatro semanas o casal de antropólogos conviveu com o grupo o que permitiu o registro de seus modos culturais.

²⁹ Citado por Dutra (1996).

A convivência rendeu aos Ribeiro o registro de costumes e a coleta de traços da cultura Ofayé (mitos, cultura material, músicas entres outros), bem como algumas fotografias. Os indígenas mantiveram diálogo com o casal de antropólogos por meio da língua portuguesa, conforme (RIBEIRO, 1980 p. 87) “Falavam a língua Ofaié, usando o português somente nas relações com estranhos e identificam-se como Ofaié em oposição aos vizinhos brasileiros, paraguaios e aos Kaiwá”.

Ainda nos relatos sobre os Ofayé, Otávio o mais velho dos irmãos narrou a Ribeiro uma chacina que seu grupo sofreu quando o mesmo era uma criança o que alimentava ainda mais revolta contra os invasores. Os irmãos relataram a Ribeiro (1980) que apenas eles e suas esposas conviveram em organizações tribais, seus respectivos filhos já nasceram em cresceram ao redor de fazenda, entretanto o antropólogo notou que o pequeno grupo não deixou que fosse perdido o sentimento de unidade grupal que os unia além dos laços sanguíneos e de parentesco, conforme os relatos o grupo com que estabeleceu contato mantinha casamentos com índios de outra etnia, a filha de Otávio por exemplo, era casada com um jovem indígena Kaiowá.

Ribeiro (1980) descreve que dos antigos costumes os dois irmão possuíam os lábios e as orelhas furadas, o gosto de dormir no chão em covas cobertos por capins, e o uso aleatório dos arcos e flechas que segundo o autor “constituem seu orgulho e riqueza” e ainda recordavam e contavam seus mitos. Entre o material publicado por Ribeiro, encontra-se a representação dos arcos e flechas Ofayé, seguida com descrição.

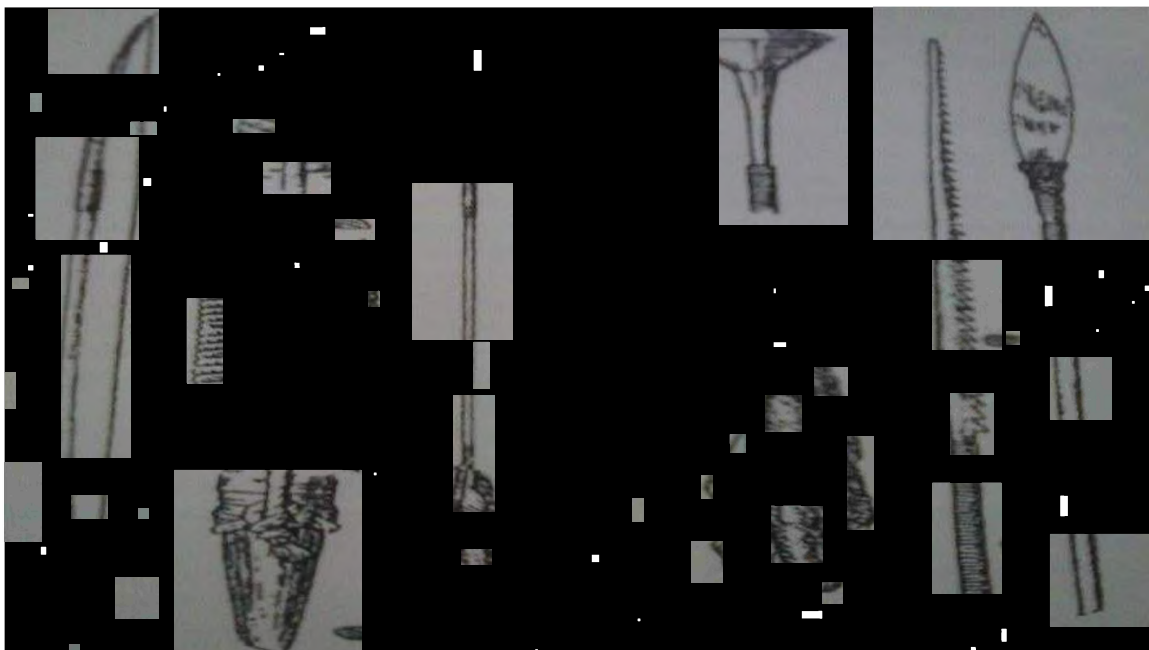


Figura 02: Arco e flechas Ofayé. Fonte: (Desenho e J. coelho – S.E.- S.P.I in Darcy Ribeiro, 1980).

Segundo Vidal e Lopes da Silva (2004), a análise dos armamentos indígenas obedece as normas de classificação tipologia, desde o trançado presente aos estilos fundamentado, matéria prima, técnicas e os modos de vidas. Ribeiro, descreveu os arcos e flechas de origens Ofayé representado pela figura 02 da seguinte maneira:

O arco e flecha Ofaié. O arco de secção semicircular, em cerne de brejaúva, tem as extremidades envolvidas com embira de cipó imbé; a corda é feita com fibras de bocaúva; mede 1,54 cms. Flecha de taquari com emplumação tangencial de penas de arara, presas com linha de algodão; as pontas talhadas em cerne de alecrim da mata são inseridas no caniço por pressão, presas com cerol e enfeixadas com embira de cipó de imbé. A flecha rômica usada para caçar pássaros tem 115 cms.; a farpada, para pesca e pequena caça, 124 cms.; e a lanceolada, de aço, utilizada como arma de defesa para caça de grande porte, mede 111,5 cms. (RIBEIRO,1980, p. 86)

Conforme a citação acima é perceptível notar que a descrição dos arcos e flechas denota a habilidades que o grupo possuía nesse tipo de confecção. Os armamentos constituem em uma mesma utilização, mas com padrões precisamente diferentes assim como a matéria prima e a ideologia que envolve sua confecção, sendo preciso decodificá-los, segundo Newton (1986) in Vidal e Lopes da Silva (2004, p. 381), “os artefatos coletados não falam por si”.

A classificação dos objetos obedece às normas do dicionário de artesanato indígena brasileiro (1988) da antropóloga Berta Ribeiro, os artefatos e utensílios seguem um princípio de classificação, segundo as regras do dicionário o arco é definido: “Arma com qual se atiram as flechas. É constituída de uma ripa de madeira, recurvada por desabamento e pela ação do calor, sendo provida de corta. [...]”(RIBEIRO, 1988, p.216). As flechas por sua vez são definidas segundo o dicionário como: “Arma perfurante usada como projétil do arco. É constituída de uma haste de taquara provida ordinariamente de emplumação na extremidade basal (próxima do atirador) e de ponteira aguçada na distal. [...]”(RIBEIRO, 1988, p.224).

Posteriormente a passagem do casal de antropólogos entre o grupo Ofayé em 1948, Dutra 2011, referiu-se a sete peças da cultura material dos índios Ofaié, constituíam parte do acervo do Museu Paulista, segundo a fonte as peças teriam sido recolhidas por Darcy Ribeiro, entre as peças destacam-se armas e cachimbos, porém sem descrição precisa do local de coleta. Como relatado anteriormente, quanto à cultura material dos índios Ofayé pouco se sabe, a documentação é escassa, tem-se salvaguardo poucos registros graças aos relatos de viajantes, pesquisadores e exploradores, que por vez faz-se dispostos nos livros de Ribeiro (1980) e Dutra (1996 e 2011) ou achados de cunho arqueológicos. De todos os artigos da cultura material, os arcos e flechas Ofayé são os que mais estiveram em evidencia.

A Cultura Material Ofayé (2014)

Durante a presente atualidade (2014), o único grupo Ofayé encontra-se localizado no município de Brasilândia/ MS, pouco ou nada sabe sobre os antigos costumes de seus antepassados, em visita a aldeia em janeiro do ano de 2014 apenas os mais velhos relataram lembra-se pouco sobre os antigos costumes, no ano de 2006 Mirtes Borgonha, relatou em sua dissertação de mestrado, quando esteve junto à comunidade Enodi para fins de pesquisa, que dos antigos costumes culturais os indígenas não contam mais seu mitos, assim como não confeccionam mais sua cultura material. Durante a visita em 2014, em conversa com moradores da comunidade Enodi, ao indagar os mesmos sobre a tradição da cultura material, os mais antigos relataram lembrar vagamente e que os arcos e as flechas em especial eram os mais bonitos, uma indígena relatou que quando criança observava sua avó confeccionar os trançados e que até mesmo chegou a aprender, mas não confecciona e não transmitiu o ensinamento as suas filhas e netas.

Ainda durante a visita foi possível notar que em relação aos artefatos da cultura material, havia apenas resquícios desse universo cultural Guarani Kaiowá, produzidas por um indígena não Ofayé, conforme a figura 03.



Figura 03: Artigos da cultura material Guarani Kaiowá. Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

Voltando ao ano anterior a 2014, no ano de 2013, o povo Ofayé, e a associação Hankrãgani de produtores Ofaié, desenvolveu o projeto intitulado “Jogando e aprendendo Ofaié”, tendo como apoio a parceria de empresas, órgãos públicos, institutos entre outros, podendo destacar a adesão do Instituto Votorantim/Fibria de papel e celulose, Prefeitura Municipal de Brasilândia/MS, FUNAI, SESAI, Instituto Cisalpina, conforme consta na nomenclatura da cartilha, o projeto incluía a produção de uma cartilha bilíngüe que reunisse o lazer preferido dos Ofayé, o futebol com a revitalização da língua materna; de distribuição gratuita a cartilha tem como conteúdo fotos, cartazes e desenho do povo Ofayé e descrição bilíngüe (língua Ofayé e língua portuguesa).

Posteriormente ao projeto jogando e aprendendo, o ano de 2014 marca o desenvolvimento de um novo projeto “Anchonaguê e Ainchanaguê Ofayé”, segundo a descrição do site³⁰ o nome do projeto traduzido para a língua portuguesa significa (Pintando e Aprendendo Ofaié), com patrocínio da Fibria Celulose, o projeto presidido pelo Professor indígena Silvano, contempla a participação de mulheres e crianças da comunidade, a intenção é que por meio do fabrico de artesanatos como bordados em tecidos, chinelos, pinturas entre outros, possa recuperar-se a língua materna e também é um meio de geração de renda conforme se configura na fala³¹ de dona Lídia, uma das coordenadoras do projeto “é uma oportunidade para nós recuperar a cultura e ter um trabalho manual que ajude na renda de nossa famílias, além de ser muito gostoso pintar e bordar”.

Segundo informações descritas no site do indigenista Carlos Alberto dos Santos Dutra, o projeto vem sendo desenvolvido desde o mês de Abril do presente ano (2014), o funcionamento ocorre em uma sala de aula da escola E- Iniecheki, o projeto adquiriu uma máquina de estamparias pra camisetas e chinelos, segundo informações contidas nos site buscase a valorização das artes e da iconografia da etnia. Portanto, é perceptível denotar que além da preocupação para com a recuperação da língua existe um interesse em se ajustar à cultura material aos moldes da modernidade.

Segundo informações contidas no site já mencionado, trata-se de um projeto incentivado pela liderança da aldeia com parceria de profissionais não indígenas, auxilia as mulheres na

³⁰ Mais informações do projeto “Anchonaguê e Ainchanaguê Ofayé”, disponível no link: http://carlitodutra.com/projeto_pintando_e_aprendendo_ofaie.html. Acesso em 20/10/2014.

³¹Citação disponível no endereço eletrônico : http://carlitodutra.com/indigenas_de_brasilandia_adquirem_maquinas_no_projeto_pintando.html, acesso no dia 24/11/2014.

difusão do conhecimento artesanal, em conversa informal e por telefone, um dos colaboradores foi informado que durante dois dias da semana, desloca-se até a comunidade Enodi um colaborador, para mediar os conhecimentos artesanais, segundo os bordados são transcritos em língua materna, assemelhando-se as fotografias e desenhos expostos na cartilha “Jogando e aprendendo Ofaié”, conforme a figura 04 os bordados são identificados



Figura 04: Os bordados em tecido com descrição em língua Ofayé. Fonte: Dutra, 2014.

Ao indagar os colaboradores sobre o processo de confecção e desenvolvimentos dos artesanatos, foi informado as técnicas são trabalhadas por partes e que toda e qualquer mulher moradora da aldeia que tenha interesse pode participar, não há, portanto uma distinção entre indígenas e não indígenas, assim como não há entre Ofayé e Guarani Kaiowá.

Ao se analisar parte da trajetória que concerne o povo Ofayé de Brasilândia, percebe-se que os projetos desenvolvidos pelos indígenas incluem todos os moradores da comunidade Enodi, sem distinção. Os métodos desenvolvidos pelos mesmos que consiste na recuperação da língua materna e sua cultura, incide em modos contemporâneos, não há uma preocupação de se resgatar a cultura materna exatamente como era até meados de o século XX, e sim recriar modos culturais de que englobe a todos os morados.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como finalidade o estudo da cultura material dos índios Ofayé, bem como sua etnicidade, para tanto, a concretização só se tornou possível após leituras e visitas à comunidade Enodi.

Condecorados com o título de arqueiros do cerrado, os Ofayé há muito tempo não praticam a produção de seus arcos e flechas, cerâmicas, cachimbos e os demais artefatos, durante o período de visita a comunidade dos moradores chegaram a relatar que a interrupção ocorreu por falta de matéria prima e incentivo. Contudo Dutra (1996) expôs que a cultura material seria novamente recuperada, quando os Ofayé fizessem a união com a língua indígena e assim, adaptariam às novas condições a sua cultura. A parceria entre cultura material e língua materna encontra-se em execução, no ano de 2014 o desenvolvimento do projeto “Anchonaguê e Ainchanaguê Ofayé”, vem possibilitando que os indígenas Ofayé “recupere” sua cultura e língua, embora a cultura material que vem sendo desenvolvida atualmente não abranja os antigos artefatos, ainda sim devemos parabenizá-los pela iniciativa, e o interesse de “revitalizar/(re) criar” uma nova unidade cultural.

Referências Bibliográficas

Teses ou Dissertações

BORGONHA, Mirtes Cristiane. **História e etnologia Ofayé**: Estudo sobre um grupo indígena do Centro Oeste brasileiro. 2006, Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Ufsc, Florianópolis, 2006.

Livros

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **Ofaié: morte e vida de um povo**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.

_____. **O Território Ofaié pelos caminhos da História**. Campo Grande: Life, 2011.

NEWTON, Dolores - **INTRODUÇÃO - CULTURA MATERIAL E HISTÓRIA CULTURAL** In RIBEIRO, Berta G. - Tecnologia Indígena - Suma Etnológica Brasileira. Vol. 2, Petrópolis, Vozes/FINEP, 1986.

REDE, Marcelo. **História a partir das Coisas**: Tendências Recentes nos Estudos de Cultura Material. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 4, p. 265-282, 1996.

REDE, Marcelo. **Estudos de Cultura Material**: uma Vertente Francesa. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 8/9, p. 281-291, 2000.

REDE, Marcelo. **História e Cultura Material**. In: CARDOSO, C. F. S. (Org.); VAINFAS, R. (Org.). Novos domínios da História. 1. ed. São Paulo: Campus Elsevier, 2011.

RIBEIRO, Berta G. **Os estudos da cultura material**: propósitos e métodos. In Revista do Museu Paulista. Nova Série, vol.30, São Paulo: USP. 1985.

RIBEIRO, Berta G. **Dicionário de Artesanato Indígena**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1988.

RIBEIRO, Berta G. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 2008.

RIBEIRO, D. Notícia dos Ofaié-Chavante [1951]. In: Ribeiro, D. **Uirá sai à procura de Deus**. Ensaio de Etnologia e Indigenismo. 3. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

VIDAL, L; LOPES DA SILVA, A. O SISTEMA DE OBJETOS NAS SOCIEDADES INDIGENAS: Arte e Cultura Material. In: LOPES DA SILVA, Aracy e GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs). **A temática indígena na escola: novos subsídios para os professores do 1º e 2º graus**. São Paulo/ Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/ Mari /USP/Unesco, p.369- 402, 2004.

Sites

http://carlitodutra.com/projeto_pintando_e_aprendendo_ofaie.html. Acesso em 20/10/2014.

http://carlitodutra.com/indigenas_de_brasilandia_adquirem_maquinas_no_projeto_pintando.html, acesso em 24/11/2014.

O PATRIMÔNIO MATERIAL E ARQUEOLÓGICO SOB O OLHAR DOS BENZEDORES DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES (RS)

*THE MATERIAL AND ARCHAEOLOGICAL PATRIMONY UNDER THE BENZENES
FROM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES' EYES*

*Juliani Borchardt da Silva
Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel,
juossette@hotmail.com*

RESUMO

O município de São Miguel das Missões (RS) é detentor do único Patrimônio Cultural da Humanidade no Sul do Brasil, as Ruínas da Redução de São Miguel Arcanjo, sendo esta localidade marcada pelos processos de patrimonialização decorrentes de uma política em prol do reconhecimento dos exemplares arquitetônicos que compuseram a identidade nacional brasileira desde o século XX. Nesse sentido, a análise do respectivo artigo será direcionada ao olhar dos benzedores que lá exercem sua prática no que toca ao patrimônio material e arqueológico presente e consagrado no município referido. Para tanto, utilizou-se como metodologia predominante, entrevistas realizadas com uma parcela destes sujeitos que manifestam através de suas narrativas e memórias percepções sobre um espaço reutilizado e ressignificado por distintos grupos na atualidade.

Palavras-chave: Patrimônio Material. Patrimônio Arqueológico. São Miguel das Missões (RS). Benzedores.

ABSTRACT

The district of São Miguel das Missões (RS) holds the only Humanity Cultural Patrimony in the south of Brazil, the Ruins of São Miguel Arcanjo's Reduction, this location being featured by the patrimonialisation processes resulting from a politics in favor of the recognition of architectural samples that have composed the Brazilian national identity since the 20th century. In this sense, the analysis of the corresponding article will be directed to the benzenes' eyes who execute their practice concerning the material and archeological patrimony, present and consolidated in the referred district. For that, we used as a predominant methodology, interviews done with a parcel of these subjects who express perceptions about a reutilized and ressignified location through their narratives and memories for distinct groups in the present days.

Keywords: Material Patrimony. Archaeological Patrimony. São Miguel das Missões (RS). Benzenes.

A impossibilidade dos sujeitos viverem e usufruírem os elementos patrimoniais fere cruelmente suas identidades e impossibilita a apropriação e recriação de seus significados dentro e para a lógica de existência do próprio grupo. Quando se estabelecem padrões discursivos prontos e formatados, bem como métodos de uso pré-estabelecidos, os próprios formadores do local podem se colocar distantes, buscando muitas vezes, outras formas para manifestação de suas práticas e vivências culturais.

Diante da trajetória patrimonial criada e mantida na localidade miguelina, bem como a existência de personalidades que mantêm a prática popular do benzimento, quais relações que se estabelecem diante da materialidade de um local arqueologicamente e patrimonialmente consagrado institucionalmente e a imaterialidade do saber fazer desenvolvido no imaginário destes sujeitos? Para uma compreensão dos sentidos atribuídos aos elementos arqueológicos hoje existentes em São Miguel das Missões, é preciso observar, segundo Binford (1998, p. 27) as relações que se estabelecem simultaneamente entre sujeitos e artefatos, sendo o único local possível para esta dinâmica o presente, pois nele se estabelecem as dinâmicas de conhecimento que atribuem sentidos entre o passado e presente, entre dinâmico e o estático. A arqueologia contemporânea têm se preocupado em aproximar seu campo de atuação, até então considerado preso ao passado, aos homens e suas realidades na atualidade, transformando suas informações e realidades em conhecimento, principalmente para as próprias comunidades.

Relação benzedores e sítio arqueológico

Desta forma, homens e mulheres que praticam o benzimento em São Miguel das Missões são detentores de simbologias próprias que dialogam e se relacionam com aqueles que neles acreditam e atribuem sentidos. A relação desenvolvida junto a um espaço arqueologicamente consagrado e patrimonializado trazem à luz questões de como estes sujeitos percebem sua prática com o espaço e a paisagem ali estratificada em seus cotidianos. Em diálogo com a Benzedeira Alzira de Oliveira Leite³², a mesma compartilha dos seguintes fatos quando questionada sobre o espaço hoje em ruínas:

Alzira: Eu sou devota a São Miguel que é o nosso padroeiro e ao Sepé também que ajuda a gente.

Juliani: E qual a importância que a senhora atribui ao sítio arqueológico?

³² Alzira de Oliveira leite. 82 anos. Benzedeira. Nascida e criada na comunidade de Pasta Guerreira, interior de São Miguel.

Alzira: Eu viajo e eles me dão a oportunidade e também dou a abertura lá no réveillon. Eles querem sempre que a gente vá lá. A gente é pobre e perde muito tempo também de fazer os afazeres e cuidar do véio que esteve muito doente. Eu não posso deixar de cuidar porque a gente é casado e ele precisa da gente.

Juliani: E as ruínas? O que significa?

Alzira: É importante. É velho e antigo. É uma coisa sagrada que importa muito. Eu me sinto bem porque tem uma energia boa quando eu piso lá e tudo. Se eu vou benzer ou atender o pessoal lá eu me sinto bem. Nem que eu não vá benzer, só visitar eu já me sinto bem. Aquilo dali em muitos anos a gente ia em missa da igreja.

Juliani: A senhora frequentava missa nas ruínas?

Alzira: É porque tinha a igreja do lado no pátio do sítio. Isso saía muita missa ali.

Juliani: E como eram essas missas?

Alzira: É a mesma missa da igreja de hoje. Acendia vela e todo mundo rezava, uns ajudavam os outros e o padre. Ali saía muito casamento, dentro do sítio ali. Antigamente casavam dentro da igreja que está desativada.

Juliani: E a senhora frequentava ali?

Alzira: Eu ia. Até pouco tempo eu ia. Faz dois anos atrás casou duas netas minha ali. Eu até fui madrinha de uma ali.

Juliani: E faz quanto tempo que não é utilizado?

Alzira: Vai fazer dois anos que desativaram ela. Arrombavam muito e judiavam muito e daí tiraram o material que tinha ali e levaram lá pra matriz. Mas aquela igreja não era pra ter desativado, era muito querido. Cada vez que eu vou pra lá eu faço o sinal da cruz. (ALZIRA DE OLIVEIRA LEITE, 2017)

O depoimento de Alzira traduz alguns pontos que marcam sua relação com o sítio arqueológico, bem como sua atuação como benzedeira, a qual lhe oportunizou participar de feiras turísticas nas cidades de Gramado, São Paulo e Brasília, onde sua presença se justificava para demonstrar aos participantes a prática dos benzimentos como produto indutor do turismo na região missioneira. Na mesma direção, a abertura do réveillon dentro do sítio arqueológico através dos encontros dos benzedores igualmente ocorre como uma promoção turística desenvolvida por órgãos governamentais e empresários da região como atrativo aos visitantes que estiverem na cidade de São Miguel na virada do ano. Essas ações são vistas por Alzira como uma oportunidade concedida, sendo assim, uma espécie de reconhecimento e legitimação da prática exercida, da qual ela é escolhida.

A memória de Alzira remonta às missas que eram realizadas na antiga igreja da cidade, localizada às margens do sítio arqueológico:



Fonte: Juliani Borchardt da Silva, 2017.

Local de sociabilidade aparece na entrevista como ponto central de eventos importantes como os casamentos de suas duas netas, sendo estes episódios marcantes na memória de Alzira, a qual não faz separação do sítio arqueológico e da igreja em questão, referenciando-os como um território apenas, apesar da capela, por questões de uso, servir mais aos encontros e eventos oficiais da igreja dos quais Alzira participava, não estando estes diretamente ligados à sua prática de benzimentos ou aos remanescentes do sítio arqueológico, visto que a mesma não corresponde ao período reducional. As memórias da entrevistada se direcionam para a igreja, provavelmente, pelo uso atribuído ao espaço e à afetividade criada aos eventos que nela ocorreram.

Alzira remete também em seu discurso a figura mítica de Sepé Tiarajú, de onde sua devoção é presença para seus benzimentos. A imagem do índio guerreiro é diretamente ligada ao imaginário social que intencionalmente foi construído na literatura gaúcha por escritores, folcloristas e movimento tradicionalista, perpassando a materialidade das ruínas às construções da história da região, a qual é apropriada e reproduzida em prol das legitimações identitárias locais. Essa prática fica visível quando Alzira transforma as características guerreiras de Sepé em suporte de fé, transformando o mesmo em santo e elemento necessário aos seus benzimentos na atualidade.

Alzira sugere em sua narrativa o incentivo existente para que utilize³³ o sítio arqueológico. Essa presença estaria motivada no interesse de tornar aquele espaço um ambiente

³³. As iniciativas partem, principalmente do poder público municipal através da Secretaria de Turismo, a qual

“místico”, auxiliando na construção de uma imagem de São Miguel como “terra dos benzedores”, expandindo a segmentação turística para além de visitantes motivados pelos remanescentes culturais, mas também para aqueles interessados em destinos espirituais, religiosos, de cura e místicos, demonstrando que o uso do patrimônio tal como ocorre junto aos benzedores indica uma política estratégica e intencional do espaço e seus objetos. Relata da dificuldade de estar sempre presente, pois necessita cuidar de suas tarefas diárias e do marido³⁴, indicando um conflito que se impõe sobre sua rotina, visto que sua prática, até então doméstica, acaba se tornando pública e mercadológica, necessitando de negociações para atender também outros espaços, públicos e expectativas, podendo caracterizar um abuso junto a estas pessoas e ao ofício que exercem.

Percebe-se que o encontro dos benzedores aparece como elemento motivador para o uso do sítio arqueológico em entrevista também realizada com outras fontes, como Marlene Machado Cassiano, a qual frequenta aquele espaço “só quando tem benzimento mesmo, só quando tem os encontros mesmo”.³⁵ Cipriano Dornelles³⁶ aponta a importância que o sítio arqueológico possui para os turistas, denotando um distanciamento em sua relação afetiva e de uso com aquele espaço:

Cipriano: Pra nós que nascemos e se criamos aqui é pro turista. Mas é importante, porque é a região onde tu nasceu né, tu valoriza um pouco né. A história está ali né? Eu nasci e me criei aqui. Estudo não tive porque tive que trabalhar pra ajudar meus pais e criar meus irmãos. Era assim, tu tirava do colégio pra ajudar a trabalhar e ajudar o pai. (CIPRIANO DORNELLES, 2017)

O status histórico atribuído institucionalmente ao longo do tempo aos remanescentes arquitetônicos pode, até certo momento, repelir o uso e afetividade do espaço por determinados sujeitos. Cipriano marca em sua fala uma passagem que provavelmente pesa em sua vida: a impossibilidade de estudar num contexto em que precisava auxiliar seu pai no trabalho, no sustento e na criação dos irmãos, permanecendo assim, inclusive até os dias atuais, um distanciamento da “monumentalidade” que pode representar uma elitização do sítio arqueológico e as possíveis leituras que dela se possa fazer. Demarca-se isso na passagem em que o entrevistado narra que para exercer sua fé independe o lugar:

realiza o Encontro dos benzedores e a divulgação dos mesmos em panfletos, placas e eventos turísticos a nível nacional.

³⁴ Dorcino Marques de Menezes. 87 anos de idade. Benzedor. Aposentado. Casado com Alzira de Oliveira Leite a 65 anos.

³⁵ Marlene Machado Cassiano. 57 anos. Benzedora. Nascida em Santo Ângelo, comunidade de São João. Entrevista realizada em 31 de dezembro de 2017.

³⁶ Cipriano Dornelles. 65 anos de idade. Benzedor. Nascido em São Miguel das Missões, comunidade de Mato Grande. Entrevista realizada em 27 de dezembro de 2017.

“(...) eu creio no meu, faço as minhas orações, me concentro, vou no pé de uma árvore, faço minha oração e deus. Faço minha oração, peço por mim, pro mano, peço pra ti e que deus dê as bênçãos para o que se precisa.” (CIPRIANO DORNELLES, 2017)

Em sendo assim indica-se que, independente do espaço ser consagrado como místico e cenário de uma experiência religiosa, para Cipriano parece não possuir influência direta em sua prática, comprovada igualmente pelo fato que o mesmo raramente participa de missas e tampouco do encontro dos benzedores. Já o benzedor Ouriques Garcia de Jezus³⁷ expõe em sua entrevista que é preciso união de todos para a proteção das ruínas, sob pena da mesma ser perdida. Justifica alegando que esse cuidado é necessário, pois representa “a raiz daqui de São Miguel. Nós somos raízes daqui! Não somos de fora”, marcando o espaço como legitimador da identidade e das tradições do povo que ali reside.

Ademais, a noção de centro turístico aparece no depoimento de Rosa³⁸

Rosa: É um centro turístico. Vem as pessoas. Agora eu te digo, porque vem acontecendo aqueles horrores ali? Porque mais atinge é ali né como veio aquele tornado. Aquele tornado atingiu tudo essa quadra só ficou a minha casa, não atirou nenhuma telha graças a Deus, não pegou na minha casa nem da minha filha e foi desta aqui do encostadinho até lá embaixo destruindo tudo. A minha achei que ia arrancar tudo mas não arrancou! Lá, não é crime nem nada, tem coisa que nem gosto de dizer porque as pessoas não entendem mas é importante aquilo dali sim mas pra comunidade daqui e de muitos de fora vem é lindo e bonito só que ali tem uma coisa que tu faz e destrói, tem um desencontro dos antigos e dos indígenas que morreram e as pessoas nunca se importaram de procurar alguém que possa dar uma ajuda nesse sentido para os que já passaram. São umas almas que sempre estão arrodando. Não é amaldiçoado, apenas estão precisando de ajuda. (ROSA MARIA CORTEZ DOS SANTOS, 2017)

Rosa expõe em sua narrativa aspectos que questionam o uso do sítio arqueológico como um atrativo, sem, no entanto, uma reflexão profunda sobre aqueles que sofreram no local e que necessitam de ajuda, não havendo, segundo ela, uma preocupação com suas almas na atualidade, ocasionando tempestades e coisas ruins para a localidade. A entrevistada se refere ao tornado³⁹ que atingiu a cidade de São Miguel das Missões, deixando danos de grande monta nas estruturas do Museu das Missões, justificando o episódio e seus efeitos catastróficos através dos fatos históricos ali ocorridos, onde no declínio⁴⁰ dos chamados Sete Povos das Missões, índios Guarani foram praticamente dizimados da região. Em contraponto, narra que sua casa,

³⁷ Ouriques Garcia de Jezus. 60 anos. Benzedor nascido na localidade de Coimbra, interior de São Miguel das Missões. Entrevista realizada em 31/12/2017.

³⁸ Rosa Maria Cortez dos Santos. 66 anos. Benzedeira. Nascida em São Luiz Gonzaga, comunidade de São Lourenço. Entrevista realizada em 27 de dezembro de 2017.

³⁹ Tornado que atingiu a cidade de São Miguel das Missões no dia 24 de abril de 2016. De categoria F2 na escala Fugita, atingiu ventos de 250km/h. Fonte: Agência Brasil, disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2016-04/tornado-atinge-sao-miguel-das-missoes-cidade-historica-do-rio-grande-do-sul> - Acessado em 05/01/2018 às 15h 10 min.

⁴⁰ Declínio ocorrido através da Guerra Guaranítica.

bem como de sua filha, não sofreram nenhum sinistro com o respectivo tornado, ao contrário de seus vizinhos, que foram atingidos demasiadamente naquele momento, induzindo assim que com sua fé garante proteção necessária contra os males existentes, ao mesmo tempo em que cria distinção de força e poder diante dos outros, desenvolvendo um status propício para um ambiente cosmológico e de crença a ser reproduzido socialmente entre os que acreditam na prática dos benzimentos.

O discurso constituído acerca da “energia” existente no local aparece igualmente na entrevista de Marlene Machado Cassiano (2017) quando afirma que “a cruz missioneira dá muita energia positiva pra gente benzer”, demonstrando a religiosidade e representações do espaço produzidas pela entrevistada, dando sentido à cruz que, automaticamente, é incorporada simbolicamente à sua prática religiosa e de benzimento.

No campo do imaginário, Silveira (2004, p. 157-158) apresenta um resumo de lugares considerados assustadores e propícios para causos, histórias fantásticas, míticas e de assombrações em São Miguel das Missões, aparecendo as Ruínas da antiga redução como um dos pontos principais, o qual, segundo o autor, se constitui como paisagem fantástica, lendária e revestida de mistérios, justificando para tal que a representação da mesma

(...) emerge do *mundus imaginalis* e representa uma dimensão da potência onírica que extravasa no mundo da vigília. Trata-se de uma forma sensível e emocional de experimentar os mistérios do mundo, da sutileza rítmica das paisagens e do florescimento exuberante do alucinatório. (SILVEIRA, 2004, p. 159)

Para o autor, a ideia do fantástico permeia o imaginário da população miguelina, estando constituído de elementos místicos e sobrenaturais que justificam suas realidades ao passo que dão sentido às relações estabelecidas entre os sujeitos e às paisagens que formam identitariamente a localidade. A manifestação deste universo é refletida na materialidade dos objetos, locais e remanescentes existentes no cotidiano do grupo, que também os utiliza como suporte na concretização dos discursos produzidos a partir destes, que transcendem igualmente aspectos históricos e da memória constituídos para os mesmos, o que para Barth (2000, p.111) são afirmativas encontradas nas tradições as quais consideram as realidades das pessoas como sendo culturalmente construídas. Demarca-se também a relevância das imagens que se desenvolvem a partir da vivência dos indivíduos, que segundo Pesavento é elemento de transmissão e heranças:

Missões, um espaço no tempo, é terra de fronteira que ultrapassa a territorialidade dos marcos nacionais. É paisagem de memória que remete a registros no tempo, desde a imagem visual que se oferece ao olhar às imagens mentais, que são em parte sociais

e herdadas, e em parte pessoais, fruto da vivência de cada um. (PESAVENTO, 2007, p. 51)

As fronteiras estabelecidas entre realidade e imaginário são imperceptíveis aos olhos daqueles que atribuem sentido às histórias compartilhadas, sendo fantasia e mistério elementos fáticos das relações produzidas na localidade, tomadas assim como verdadeiras e necessárias ao reconhecimento popular destes locais, que podem representar sentidos de valoração distintos daquele pensado oficialmente pela gestão pública patrimonial. Assim, as ruínas e sua materialidade, segundo a autora:

Enquanto rastro ou “caco” daquilo que existiu, as ruínas têm o caráter metonímico de, pela parte que se expõe, permitir ver ou imaginar o todo do que foi um dia. A exposição da materialidade desgastada e destruída do que restou, que constituiu o *corpus* da ruína e que é mesmo a sua condição de ser, é elemento que potencializa a imaginação e desperta a sensibilidade, estimulando a evocação. (PESAVENTO, 2007, p. 52)

Neste sentido, as representações atribuídas ao material demarcam a relevância, por exemplo, dos remanescentes em São Miguel, sendo estes “cacos” que no presente possibilitam um olhar sobre o passado, o qual é direcionado para um futuro de acordo com as percepções e interesses dos homens que hoje a detém, estabelecendo assim as identidades necessárias às relações e discursos coletivos.

Nos jogos memoriais e de referência ao espaço, se evidencia desconexões temporais e históricas, como no caso da benzedeira Joana, que narra:

Joana: Um dia uns me deram uma chamada assim que era pra eu vir mais, mas acho que um pouco é preguiça já que tu tá cansada e as vezes é quente. Às vezes quando eu saio caminha ali pra baixo eu sempre rezo pros que mais sofreram nesses tombamentos e nessas coisas todas e sofrendo lá que dizem. A única coisa que posso fazer é rezar por eles.

Juliani: Eles quem?

Joana: Os índios, os como é que é o nome desses que brigaram? Os poloneses, não. Era os maragato e os chimangos, é. Aqueles que vieram aqui e colocaram fogo e os outros tiveram que fugir e morreram tudo e bastante gente e sobrou só isso daí. (JOANA, 2017)

Joana possui a percepção de que a paisagem e os elementos expostos em São Miguel representam sofrimento. Entretanto se confunde ao definir exatamente quem seriam os personagens históricos que brigaram e padeceram naquele lugar, chegando a referenciar, inclusive, fatos que não condizem diretamente com a Guerra Guaranítica, índios Guarani, portugueses ou espanhóis – como maragatos e chimangos⁴¹. As memórias de Joana podem estar

⁴¹ Os guerreiros em terras rio-randenses durante a Revolução federalista de 1893 dividiam-se em dois grupos opositores: os maragatos – partidários de Gaspar Silveira Martins e, portanto, federalistas -, que usavam “lenço colorado” no pescoço e chimangos/pica-paus – governistas, ligados ao Partido Republicano -, identificados pelo

diretamente influenciadas pela narrativa desenvolvida na cidade, a qual expõe as imagens da antiga igreja como cenário de uma dizimação produzida pela ganância do homem branco, discurso esse reproduzido nos diálogos do próprio espetáculo de Som e Luz⁴²:

Ruínas: As estrelas continuam no céu, quer se vejam ou não. Assim continuará a luta do cacique de São Miguel e de seus irmãos assassinados. Enquanto sobreviver no coração do homem o desejo infinito de ser livre, de lutar contra a opressão, há de se ouvir no dia a dia o grito do índio Sepé.

Sepé Tiarajú: Terra que circula em nossos corpos, é teu o nosso trabalho. Ventos claros, rios prateados, independência natural, esposa comum, liberdade, é por ti a nossa luta, e toda nossa lealdade.

A marcação dos crimes cometidos contra os Guarani são evidenciados na narrativa do espetáculo, o qual faz o seu julgamento da história, expondo os saques, abusos e violências cometidos na região dos quais em sua versão “todo homem livre” obrigatoriamente e, motivado ideologicamente por Sepé, deve se opor. Como obra artística, dialoga e em conjunto com outros elementos formam memórias que serão compartilhadas pelos sujeitos em sociedade. A escrita do texto artístico/literário e a relação existente junto aos materiais são resultado do processo envolvido para a interpretação contemporânea daquele espaço, sendo então subjetiva na constituição do próprio passado (JONES, 2005, p. 32). Evidencia-se também uma falta de compreensão por parte de Joana dos sentidos do ato de tombamento, denotando que a mesma refere-se a ele como algo negativo e diretamente relacionado aos episódios históricos ali caracterizados.

Referências relacionadas ao sítio aparecem no discurso da benzedeira Noema Dutra, que caracteriza o clima existente no espaço não apenas para si, mas para o coletivo:

(...) Eu acho assim, o povo de São Miguel tem uma coisa muito prendido com eles, eles são preso e toda a vida eles são assim acho que foi muito praguejado pelos índios porque têm índio morto por ali tudo e “matação” de gente. Aquelas pedras que têm lá levaram daqui, rolando os coitados lá no começo das coisas né e depois nós já vimos tudo daquele jeito. (Noema Dutra, 2013)

A entrevistada remonta à imagem do Guarani reduzido como responsável pela construção da cidade hoje em ruínas, os quais mortos injustamente influenciam a ação dos que hoje vivem e se utilizam daquele espaço. Como carma, os moradores atuais carregariam os episódios relacionados ao sítio arqueológico como elemento de uma dívida histórica impagável,

lenço branco e ligados a Júlio de Castilhos. Ambos participaram de conflitos políticos exaltados e cheios de confrontos sangrentos. (SILVEIRA, 2004, p. 445)

⁴² Texto e roteiro de Henrique Grazziotin Gazzana.

fardo a ser carregado e que segundo Noema é manifestado na introspecção das pessoas e refletida em sua forma de se relacionar e desenvolver o próprio município.

Cria-se neste contexto uma imagem produzida para os remanescentes, a qual é evocada no contato com os elementos nele existentes e nos discursos fundados a partir da história, imaginação e superstição alimentada através de sua presença. Episódios relacionados diretamente ao processo de transformação da ruína em monumento aparecem nos discursos, por exemplo, quando da retirada do cemitério da comunidade existente e sobreposto no espaço do antigo cemitério reducional:

(...) Ali tem muita coisa ruim, por isso não vão pra frente. Aquele cemitério eu enxergo toda a vez que eu vou, porque tirarem aqueles morto? Porque deixarem aquelas almas ali sofrerem e plantarem aqueles pezinhos de fruta que já estão deste tamanho assim. Ao invés de fazerem um reservatório e não botar mais ninguém mas deixar aqueles ali. (Noema Dutra⁴³, 2013)

Narrativa similar relacionada ao cemitério aparece na fala de Cipriano Dorneles:

Juliani: E quando o cemitério foi tirado dali, o senhor lembra?

Cipriano: Bah, não lembro não em que época foi.

Juliani: Mas o cemitério foi tirado dali?

Cipriano: Tirado mesmo não foi, só foi destruído. Foi passado a máquina e carregado tudo pra entulho. Muita coisa e pertence daqueles ricos foi tirado, cinta, dentadura, pulseira, anel, mas achar aquilo dali é muito raro. Mas era cemitério de gente poderoso.

Juliani: E esses entulhos foram pra onde?

Cipriano: Mas nem sei pra onde foram depositados aqueles entulhos. Aquilo dali era patrimônio da humanidade e veio um pessoal de São Paulo e Rio de Janeiro e foi feito uma análise de tudo, tipo um mapa, daí eles trabalharam em cima daquilo dali. (CIPRIANO DORNELLES, 2017)

Aspectos relacionados ao cemitério denotam as alterações decorridas no sítio arqueológico em seu processo de patrimonialização. A retirada dos túmulos existentes no local acarreta um marco na representação tida pelos mesmos acerca do uso do espaço pela população que ali enterrava seus familiares, utilizando de forma distinta o espaço e seus remanescentes daquela desejada e introduzida às ruínas com o passar dos anos. A relação funcional do cemitério e a ruptura brusca de sua retirada denotam narrativas que evocam críticas aos órgãos competentes responsáveis pela violação da memória daqueles que ali jaziam. Fica claro em sua fala que a decisão para a retirada do cemitério ocorreu por pessoas exógenas à população local, indicando a verticalidade do processo patrimonial na cidade bem como uma higienização

⁴³ Noema Dutra. 70 anos. Benzedeira em São Miguel das Missões. Entrevista Realizada em 31 de agosto de 2013.

estética do sítio arqueológico, provavelmente objetivando uma melhor caracterização da paisagem retirando dela o que não fosse originário do período reducional, desconsiderando a própria comunidade, que reutilizou do espaço para enterrar e celebrar seus mortos. Consolidam-se neste sentido, imagens e memórias, os quais para Silveira devem ser considerados como complementares na interpretação e análise da materialidade e das representações que lhe são atribuídas pelos sujeitos:

Ali, uma arqueologia das imagens é correlata àquela das camadas da memória coletiva, assim como da estratificação arqueológica dos artefatos, depositados no corpo da terra sagrada. Uma arqueologia das imagens, percorrendo os meandros da memória pode ser mais profunda que aquela que intenta revolver o solo em busca de resquícios e fragmentos do passado. No entanto, todas se apresentam como complementares. De qualquer forma, vibra a força da imagem em sua anterioridade. Assim, uma arqueologia do imaginário, ligada às camadas do tempo e reveladas pela labuta da memória, está em paralelo à arqueologia das estratificações de materiais sobrepostos no solo missioneiro, na percepção da ruína como paisagem fantástica. (SILVEIRA, 2004, p. 421)

Necessita-se então, colocar no foco os significados atribuídos para um entendimento dos materiais, abrindo assim possibilidades para a compreensão da categoria patrimônio, a qual está exposta a ambigüidades de pensamentos e valoração pelos distintos grupos que compõem a sociedade na atualidade. A categoria patrimonial por si só talvez não responda a gama de possibilidades existentes na cultura material, necessitando assim beber das concepções dos próprios sujeitos, que pensada etnograficamente, coloca como referência o ponto de vista do outro (GONÇALVES, 2007, p. 115). Nesta direção, Hodder reflete para:

A medida que crescemos en nuestra propia cultura o em otra y a medida que conocemos a otra gente, no podemos nunca estar seguros de haber comprendido correcta y adecuadamente lo que pasa por sus mentes, lo que quieren decirnos por medio de sus cosas. Lo unico que nos queda son sus gruñidos y sus acciones en el mundo tal como los vemos. Poco a poco, a medida que estos sucesos físicos se manifiestan más y más, llegamos a aproximarnos un poco más a esta "cualidad de ser outro". A esa "otredad". Por muy "outro" que parezca al principio, es factible aproximarse apreciablemente a la comprensión. (HODDER, 1988, p.151)

Assim, apesar de todos os esforços desprendidos para uma análise dos sujeitos, o que se tende analisar quando em contato com o outro são as expressões decorrentes de sua prática cultural, podendo existir ainda um universo de imaginários e compreensões que permanecerão sem compreensão. Barth (2000, p. 137) preleciona neste sentido ao afirmar que a vida em sociedade é constantemente influenciada pelo outro, pelas instituições e aquilo que é produzido pelo homem vai muito além da totalidade do que se consegue interpretar e reconhecer efetivamente. Para Hodder, existe uma relação dialética entre passado e presente, o qual as interpretações e opiniões produzidas são possíveis de mudança conforme os contextos apresentados e os objetivos determinados para o sujeito e seu grupo. Desta maneira, o homem

é capaz de produzir distintas funções e compreensões sobre o mesmo objeto ou tema, criticando-o ou exaltando-o conforme sua perspectiva (HODDER, 1988, p. 201). Gonçalves (2007, p. 115) problematiza a categoria do patrimônio e seu uso na compreensão das culturas ao afirmar que seus próprios conceitos devem ser objeto de análise, na medida em que através dela se pode igualmente constituir o entendimento a respeito das culturas e do ponto de vista deste “outro”, seu universo e estruturas de relação produzidas. A ambigüidade dos conceitos relacionados à antropologia cultural possibilita visões e possibilidades mais amplas de etnograficamente problematizar e compreender as relações que se estabelecem entre os sujeitos e o patrimônio.

Algumas considerações finais

Denota-se a diversidade de concepções quando, junto aos benzedores de São Miguel o discurso relacionado às ruínas está presente nas narrativas e nas percepções da paisagem existente, apesar de alguns interlocutores aparentarem não possuírem clareza sobre as origens históricas do município, seus fundadores ou marcos históricos, demonstrando, provavelmente, distorções, confusões e desconhecimento sobre a história oficial da localidade. Direccionam-se então suas falas no escopo de memórias constituídas que darão, dentro da realidade dos sujeitos, sentido aos remanescentes existentes, justificando o espaço, os objetos e a história sob o olhar e as experiências dos mesmos.

Percebe-se ainda que o uso dos remanescentes arquitetônicos e arqueológicos é induzido por uma política patrimonial que visa à consolidação de uma identidade local no que se refere ao destino turístico religioso e místico. A prática dos benzedores não está propriamente dita, relacionada ao discurso histórico oficial criado para aquele espaço, sendo os objetos materiais e arqueológicos ali existentes interpretados sob a ótica simbólica de seus praticantes, na maioria das vezes distante e independente da monumentalidade imposta ao longo do tempo naquela paisagem.

Aduz-se que o grupo de benzedores, os quais não são os construtores das ruínas hoje existentes, a reutilizem sob perspectivas que variam de intensidade conforme as motivações de cada um. Os valores atribuídos na atualidade são produções desenvolvidas pelos sujeitos, na perspectiva de dar sentido e uso ao espaço. Sentidos plurais que demonstram a diversidade da compreensão tida acerca dos vestígios materiais atualmente disponíveis ao grupo, os quais também são resultado do processo patrimonial introduzido na localidade. Representa assim, aos

benzedores, mesmo que indiretamente em determinados casos, um suporte material ao ofício praticado o qual produz os mais variados discursos acerca do espaço e suas representações.

Referências Bibliográficas

BAUER, Letícia. **O Arquiteto e o Zelador: Patrimônio cultural, história e memória.** São Miguel das Missões (1937-1950). Porto Alegre/RS: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Tradução de John Cunha Comerford. Apresentação de Tomke Lask. Rio de Janeiro, 2000.

Contracapa Livraria.

BINFORD, Lewis R. **En busca del pasado.** Descifrando el registro arqueológico. Trad. de P. Gassul. Barcelona: Crítica, 1998.

CHOAY, Françoise. **A Alegria do Patrimônio:** tradução de Luciano Vieira Machado. – São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa:** Registro de uma Vicência. 2ª ed., São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología:** corrientes actuales. Traducción de María José Aubet. Barcelona: Crítica, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais.** Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007, p.115-137.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu das Missões/** André Amud Botelho, Diego Vivian, Laerson Bruxel. – Brasília, DF: IBRAM, 2015.

JEADY, Pierri-Henri. **O processo de reflexividade.** In: Espelho das Cidades. Riode Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p. 15 -18.

JONES, Siân. **Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica.** Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea. FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org). – São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005.

KERN, Arno Alvarez. **Entre Mitos e a História:** As Missões jesuíticas Platinas. In: Missões em Mosaico Da interpretação à prática: um conjunto de experiências/ organizadores Ronaldo Bernardino Colvero & Rodrigo F. Maurer. – Porto Alegre: Faith, 2011. p.09-13

NATAL, Caion Meneguello. As razões de Lúcio Costa: uma leitura moderna do tempo. **Ocolum Ensaios.** Campinas, v 11, nº 12, 2010, p. 30-43. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/ocolum/article/viewFile/152/139>. Acesso em 18 de dez. de 2017.

Nobre, A.L., et al. (Org.). **Lucio Costa: um modo de ser moderno**. São Paulo: Cosac Naify, 2004

PESAVENTO, S. J.; MEIRA, A. L. G. (Org.). *Fronteiras do Mundo Ibérico. Patrimônio, território e memória das Missões*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS / IPHAN, 2007. v. 1. 120p.

PIPPI, Gládis. **História Cultural das Missões: memórias e patrimônios**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria estadual das Obras Públicas. Relatório da Diretoria de Terras e Colonizações, 1923.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória**. Brasília: SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA, 1980.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. **As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese de doutorado.

WILDE, Guilherme. **Objetos, personas y Alteridade nel Espacio Misional**. In: Missões em Mosaico Da interpretação à prática: um conjunto de experiências/ organizadores Ronaldo Bernardino Colvero & Rodrigo F. Maurer. – Porto Alegre: Faith, 2011. P.15-26

Entrevistados:

Alzira de Oliveira. Entrevista realizada em 27 de dezembro de 2017.

Cipriano Dornelles. Entrevista realizada em 27 de dezembro de 2017.

Joana Damião. Entrevista realizada em 31 de dezembro de 2017.

Marlene Machado Cassiano. Entrevista realizada em 31 de dezembro de 2017.

Noema Dutra. Entrevista realizada em 31 de agosto de 2013.

Ouriques Garcia de Jesus. Entrevista realizada em 31 de dezembro de 2017.

Rosa Maria Cortez dos Santos. Entrevista realizada em 27 de dezembro de 2017.

ARQUIVO GERAL DA FURG: PROMOVENDO A DIVULGAÇÃO DOS FUNDOS DOCUMENTAIS DESTA INSTITUIÇÃO

ARCHIVO GENERAL DE LA FURG: PROMOVENDO LA DIVULGACIÓN DE LOS FONDOS DOCUMENTALES DE ESTA INSTITUCIÓN

*Maria de Fátima Cruz Corrêa
Especializanda em Arquivos Permanentes/Universidade Federal do Rio Grande-FURG
marfat@hotmail.com.br*

RESUMO

A presente pesquisa foi realizada através do estudo dos documentos que constituem o patrimônio documental e cultural do extinto Departamento de Oceanografia que compõem o fundo documental da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Pesquisa apresenta o seguinte questionamento: Como contribuir para a construção da memória e acesso deste patrimônio documental? Já o objetivo geral situa-se em oportunizar a divulgação do acervo enquanto que os específicos foram: classificar, arquivar e descrever os documentos, e justifica- visto a relevância e valor histórico do acervo, pois este departamento é a fração ligada diretamente à missão da Universidade que é voltada para o sistema oceânico. Quanto à metodologia consistiu na revisão da literatura, levantamento documental, coleta de dados e após empreendeu-se as atividades arquivísticas. Cumpre destacar que a Universidade Federal do Rio Grande- FURG tem por vocação institucional o Ecossistema costeiro, fato que orienta as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e o departamento de Oceanografia é a sua fração voltada totalmente para o setor marinho. Ressalta-se se assim a importância deste patrimônio documental e cultural para a memória desta Universidade e que estando sob a custódia do Arquivo Geral faz com que este seja transformado em um lugar de memória e referência material disponibilizando à pesquisa todos os acervos ali custodiados.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Arquivo. Documentos. FURG.

RESUMEN

La presente investigación se realizó a través del estudio de los documentos que constituyen el patrimonio documental y cultural del extinto departamento de oceanografía que componen el fondo documental de la universidad federal del río grande-furg. La investigación presenta el siguiente cuestionamiento: cómo contribuir a la construcción de la memoria y acceso de este patrimonio documental? El objetivo general se sitúa en oportunista la divulgación del acervo mientras que los específicos fueron: clasificar, archivar y describir los documentos, y justifica la relevancia y el valor histórico del acervo, pues este departamento es la fracción ligada directamente a la misión de la universidad que se dirige hacia el sistema oceánico. En cuanto a la metodología consistió en la revisión de la literatura, levantamiento documental, recolección de datos y después se emprendió las actividades de archivo. Es importante destacar que la universidad federal del río grande- furg tiene por vocación institucional el ecosistema costero, hecho que orienta sus actividades de enseñanza, investigación y extensión y el departamento de oceanografía es su fracción volcada totalmente para el sector marino. Se resalta si así la importancia de este patrimonio documental y cultural para la memoria de esta universidad y que estando bajo la custodia del archivo general hace que éste sea

transformado en un lugar de memoria y de referencia material poniendo a la búsqueda todos los acervos allí custodiados.

Palabras clave: Memoria. Presentar. Documentos. Archivos. FURG.

Introdução

Sabe-se que o propósito principal da gestão documental arquivística é o de permitir o acesso à informação e disponibilizar os acervos documentais para os usuários que dela necessitem, sejam os pesquisadores, investigadores, a própria administração e todo e qualquer cidadão, que de acordo com a legislação tem seu acesso garantido.

Neste sentido, antes de se realizar qualquer atividade em um acervo deve-se realizar o levantamento dos dados da instituição e proceder ao diagnóstico da documentação que consiste no levantamento dos dados da documentação, coleta e análise dessas informações, para que se conheça a situação real do acervo e possa-se pensar nas ações a ser empreendidas para a preservação do patrimônio documental. Portanto, para o entendimento das atividades desenvolvidas, fez-se necessário embasar estas atividades nos conceitos teóricos e científicos dos autores da área.

Desta forma este artigo relata as atividades arquivísticas desenvolvidas com os documentos do extinto Departamento de Oceanografia, que representa o curso de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Neste viés, destaca-se que o fundo documental do Departamento de Oceanografia é composto por oito caixas de arquivo e, que no momento esta documentação é considerada de caráter permanente, pois estes são os únicos documentos deste Departamento custodiados no Arquivo Geral da FURG.

Destaca-se que este acervo documental possui uma peculiaridade é composto por vários dossiês, sendo assim decidiu-se descrever os onze dossiês denominados Planos de Atividades, pois estes dossiês contemplam as atividades desenvolvidas nos dezesseis laboratórios pelos quais o departamento opera.

Cumpré destacar que a Universidade Federal do Rio Grande- FURG tem por vocação institucional o Ecossistema costeiro, fato que orienta as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e o departamento de Oceanografia é a sua fração voltada totalmente para o setor marinho.

Ressalta-se se assim a importância deste patrimônio documental para a memória desta Universidade e que estando sob a custódia do Arquivo Geral faz com que este seja transformado

em um lugar de memória e referência, disponibilizando a pesquisa todos os acervos custodiados.

Deste modo valeu-se da descrição arquivística usando a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, como veículo de acesso e disseminação do Patrimônio Documental do Departamento de Oceanografia, pois conforme Santos (2012) os arquivos universitários podem ser entendidos como patrimônio documental e cultural:

[.] Os fundos documentais custodiados pelo Arquivo Geral fornecem informações como testemunhos dos acontecimentos, práticas, costumes e fatos. A preservação dos conjuntos orgânicos de informação possibilitará aos pesquisadores os testemunhos de cada geração. (SANTOS, 2012, p. 18)

Sendo assim comenta-se a seguir uma breve história do Arquivo Geral e do Departamento de Oceanografia.

Arquivo geral da FURG

O AG situa-se no interior do Campus Carreiros da Instituição, estando diretamente ligado a Pró- Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD. Atualmente com cinco arquivistas, uma restauradora, vários bolsistas e estagiários, que exercem suas atividades em consonância com as normas arquivísticas material de proteção adequado.

Conforme Schwarzbold e Viero (2012) desde a fundação Da Universidade somente em meados dos anos oitenta começou na Universidade uma tentativa de organização de um Arquivo Geral, porém só em 2013 é que o AG iniciou suas atividades no campus Carreiro da FURG, contando com salas para a pesquisa, local apropriado para atividades de tratamento do seu acervo, e salas especiais destinadas à custódia do Patrimônio Documental da Universidade e a preservação de sua memória, seu passado, presente e futuro.

Desta forma o AG pode ser considerado como um lugar de memória, pois é onde a memória, o patrimônio e a cultura da Universidade são resguardados, como coloca Nora (2012) “Todo esse passado procura manter-se vivo, por meio da criação dos chamados lugares de memória” (NORA, 1993, p. 18). A seguir um breve histórico do Departamento de Oceanografia.

Departamento de oceanologia e o curso de oceanologia

Em meados de 1970, o curso de Oceanologia é criado na Universidade Federal do Rio Grande, porém o seu reconhecimento pelo MEC só aconteceu no dia 25 de Julho de 1975,

mesmo ano em que passa a operar pelo Departamento de Oceanografia, e que a Universidade e o Departamento receberam uma doação muito importante, para a história de ambos, o museu Oceanográfico professor Eliezer de Carvalho Rios.

A criação do curso de Oceanologia foi considerada um marco na implantação das políticas da Universidade que tem suas orientações relativas às atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o ambiente oceânico.

Desta forma o curso de Oceanologia localizado no campus carreiro, possui o apoio de dezesseis laboratórios específicos, vinculados ao Departamento de Oceanografia, além de equipamentos oceanográficos meios flutuantes, uma biblioteca, duas publicações, que garantem o intercâmbio com centenas de similares de instituições de todo o mundo.

O Departamento de Oceanografia dentro de suas atividades administrativas em relação o ensino, pesquisa e extensão deram início ao primeiro curso de mestrado em Oceanografia biológica, doutorado em Oceanografia, e pós-graduação em Oceanografia física, química e geológica e foi convidado a participar do Projeto Antártico Brasileiro PROANTAR e inaugurou o primeiro Pavilhão da Estação de Apoio Antártico – ESANTAR.

Neste cenário a implantação do ambicioso projeto Atlântico destaca-se como um marco importante para o desenvolvimento da pesquisa marinha, do curso de Oceanografia e da FURG, pois o seu objetivo é o de desenvolver a pesquisa científica e tecnológica na região oceânica e sul-brasileira. Outro marco considerado decisivo para os estudos sobre piscicultura e carcinocultura foi à instalação da Estação Marinha da Aquicultura.

Cabe destacar que a tradição e excelência da FURG em Ciências do Mar se devem a alta capacitação dos docentes e a interdisciplinaridades como também a implantação de programas de formação de recursos humanos em áreas afins.

Deste modo a estrutura do Departamento de Oceanografia propiciou com que se cumprisse todo o projeto traçado quando da criação do Curso de Oceanografia, ou seja, o desenvolvimento das Ciências Marinhas na zona estuária e costeira da região Sul do Brasil.

Apresenta-se a seguir uma explanação acerca dos Arquivos Universitários.

Arquivos universitários

Segundo Bellotto (2014) Arquivos Universitários são um tipo de Arquivo que possuem uma singularidade e uma missão a de prover, gerar preservar a memória educacional e cultural que extrapola os limites de um Campus abarcando todo o entorno de seus muros alcançando a todos que dela precisem.

A autora (2014) aponta a importância dos Arquivos Universitários ao se referir a eles como fontes do conhecimento acadêmico:

De um lado a Universidade: de outro, os arquivos> Estes, com suas atividades informativas, sejam técnico-administrativas, sejam as sócias culturais, também compromissados com a sociedade a que servem, seja no domínio do direito público, seja no do privado. Qual é a posição da função arquivística dentro das instituições de ensino superior? Para melhor poder discerni-la, é preciso enfocar o perfil e a evolução de cada um. Arquivos e Universidade. Esta que não é repartição pública, nem empresa comercial; que também não é indústria do conhecimento nem indústria de ensinar. (BELLOTTO, 2014, p. 64-65)

E por outro lado a autora questiona de que maneira Arquivistas e Universidades convergem para o melhor servir a sociedade e a academia, apontando que “a curiosidade que o homem sempre teve talvez possa ser o caminho para a convergência, isto é, justamente o cerne da origem das Universidades” (BELLOTTO, 2014, p. 68).

Deste modo percebe-se que o surgimento dos cursos de Arquivologia nos anos 70 possibilitam a expansão e o desenvolvimento dos Arquivos principalmente nas Universidades, pois sendo Instituições ligadas ao fomento do saber, produzem relevantes documentos de interesse da população em geral, sendo assim pode-se caracterizar os Arquivos Universitários de acordo como:

[...] conjunto de documentos, tanto institucionais quanto privados, produzidos, recebidos e acumulados por estabelecimento de ensino superior no curso da gestão jurídico-acadêmica- administrativa que servem de suporte informacional e prova de evidência no exercício de suas funções constituindo a memória Institucional. (BOTTINO, 1995, p. 67).

Deste modo a partir desse conceito percebe-se que os Arquivos Universitários como produtos de Instituições do Ensino Superior que geram saberes devem ser de contributos e apoio pedagógico ao desenvolvimento destas.

Enquanto que Bellotto (2014) corrobora acrescentando que:

O papel principal dos arquivos universitários subdivide-se em:

1. Reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, à história e ao funcionamento/desenvolvimento da Universidade;
2. Avaliar e descrever estes documentos, tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins;
3. Supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído (BELLOTTO, 2014, p. 74).

Sob este viés nota-se que os Arquivos Universitários possuem a missão de difundir e valorizar o Patrimônio Documental que mantém sob sua custódia. Neste sentido seguem-se considerações sobre o Patrimônio Cultural e Documental.

Patrimônio Cultural e documental

Conforme Funari e Pelegrini (2006) o conceito de Patrimônio foi acompanhando a evolução da sociedade humana e assim essa definição ao longo do tempo foi modificando-se sempre acompanhado pelas transformações sociais, complementando: “[...] passou a ser pautado pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis” (FUNARI E PELEGRINI 2006, P. 32).

Neste contexto Pelegrini (2009) explica que Patrimônio é um conjunto de bens materiais e imateriais que contam a história de um indivíduo, comunidade ou nação e que o conceito de Patrimônio tem várias classificações, pode ser Histórico, Edificado, Cultural ou Documental.

Sobre o Patrimônio Cultural, Miranda (2006, p. 57) apresenta a seguinte posição “[...] a proteção do Patrimônio Cultural é uma obrigação imposta tanto ao Poder Público quanto à comunidade, por força do que dispõe a Constituição Federal”.

Deste modo, segundo Miranda (2006) uma contribuição importante foram as Cartas Patrimoniais promulgadas pela Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura (UNESCO) em congressos com a finalidade de padronizar as políticas de patrimonialização.

Conforme Pelegrini (2006) o Brasil teve sua primeira contribuição somente em 1970, durante o primeiro encontro de Governadores de Estado, secretários estaduais da área de cultura e prefeitos e municípios interessados, presidentes e representantes culturais, durante o qual manifestaram apoio à proteção ao Patrimônio histórico e artístico Nacional e, pela primeira vez constou em uma carta a defesa do Patrimônio de acervos bibliotecários e arquivísticos.

Acerca do Patrimônio Documental Bellotto (2014) aponta que: “Os documentos que se acham nos Arquivos Públicos [...] considerados de valor informacional permanente [...] passam a integrar o Patrimônio Cultural na categoria de Patrimônio Documental [...]” (BELLOTTO, 2014, p. 186-187).

Enquanto que a UNESCO considera patrimônio cultural como: “As obras dos seus artistas, arquitetos, escritores e sábios” (ICOMOS, 1985, p.4).

Sendo assim Bellotto (2014) acrescenta: Os acervos documentais são patrimônios documentais e integram o patrimônio histórico. Este é considerado, por alguns autores como um segmento do patrimônio cultural de uma nação ou de um povo. Mas com a diferença que os elementos do patrimônio cultural estão em constante produção e em uso imediato, enquanto os elementos do patrimônio histórico são produtos acabados. São, [...] testemunhos, provas e, frequentemente, restam apenas amostras daquilo que já fora utilizado dentro de sua finalidade imediata de criação. Assim, o conteúdo formal e informativo dos arquivos permanentes /históricos é patrimônio histórico/cultural, tanto quanto ao patrimônio edificado (BELLOTTO, 2014, p. 187).

A respeito do documento enquanto Patrimônio documental, Gonzales (2012) menciona que o documento é uma forma de testemunho do fato que ocorreu, pois o mesmo registra o acontecimento e o atesta, ou seja, um artefato indispensável na reconstrução da história percorre e elucida os rastros esquecidos no caminho.

Sob este prisma Murilo Vasques (2008, p. 76) percebe o Patrimônio Documental como “Um conjunto de bens recebidos dos antepassados que são utilizados no presente e passarão a outras gerações”.

Nota-se assim a importância da conservação e difusão dos Patrimônios Documentais. Sendo assim elenca-se a seguir os conceitos de Difusão.

As funções arquivísticas de descrição difusão

A função arquivística de difusão/ acesso, tem como premissa divulgar um acervo. Esta função, segundo Santos (2012 p. 181) perpassam todas as outras, enquanto que o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística apresenta o seguinte conceito: “função destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização” (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p.19).

Desta forma, considera-se que a difusão pode ser entendida como uma das prioridades dos arquivistas atuais na gestão de seus Arquivos, pois é esta função que agrega visibilidade aos acervos, expondo à coletividade a relevância dos Patrimônios Documentais custodiados nos Arquivos.

Enquanto que a descrição arquivística é a função em que as informações e os conteúdos descritos nos documentos representam de maneira correta as unidades descritas, e, portanto está ligada a difusão. Cumpre Destacar que o Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística-DBTA conceitua a descrição como: “[...] conjunto de procedimentos que leva em conta os

elementos formais e conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, P. 67).

Neste sentido, entende-se, ser a descrição a atividade arquivística em que as informações e os conteúdos descritos nos documentos representam as unidades descritas. Oliveira (2012, p. 69) corrobora acrescentando “Entendo a descrição como uma das funções arquivísticas mais relevantes, porque se constitui como um campo de conhecimento e de pesquisa específica da arquivologia e orienta o acesso aos arquivos”. Já Haworht (2001) pondera que a atividade de descrição documental é o coração das práticas arquivísticas. Deste modo Andrade (2008) aponta que:

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivísticos, explicitando o contexto e conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. (ANDRADE, 2008, p. 3).

Deste modo percebe-se que desde que a obra basilar para a descrição arquivística o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos foi publicada em 1898, pela Associação de Arquivistas Holandeses a descrição tornou-se uma das primeiras e fundamentais ferramentas de busca e identidade de um acervo.

De acordo com Fonseca (2005) esta obra é entendida como um marco da arquivologia moderna, pois a partir de sua publicação principiou-se a normalização para as atividades descritivas nos arquivos. Enquanto que Andrade (2010) a respeito do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos menciona que:

O Manual acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado ou atribuído aquele descritor. Citava ainda a necessidade de uma descrição que partia do conjunto documental para o geral até a descrição das unidades específicas do acervo. A importância desta obra resultou na sua tradução para diversos idiomas como o Alemão (em 1905); o Francês (em 1910), Inglês e Italiano (em 1908), Português (em 1960) [...] (ANDRADE, 2007, p. 28, 29).

Neste sentido pondera-se que entre as diversas iniciativas de normalização na arquivística, surgiram obras direcionadas a padronizar os diversos procedimentos arquivísticos, de forma geral cita-se entre outras, as obras de *Vicenta Cortés: Manual de Archivos Municipales* de 1982, e *Arquivística: Estudos básicos* de 1983 e a obra de *Heredia Herrera: Manual de Instrumentos de Descripción Documental* de 1982. Já no Brasil entre os diversos Manuais de normalização dos procedimentos arquivísticos cita-se os manuais: Manual para identificação

de acervos documentais e o Manual de Levantamento da Produção documental, de acordo com (BARROS, 2015).

Salienta-se o caminho para a normalização das funções arquivísticas notadamente da descrição documental foi vagaroso e conturbado, pois as normas e padrões sempre geram discórdias e atritos.

Então, neste ambiente ambíguo e por vezes conturbado que na defesa, cautela e contrariedade acerca da normalização é que surgiram as quatro Normas de Descrição produzidas pelo Conselho Internacional de Arquivos: A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística – ISAAR (CPF), Norma Internacional de Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH e a Norma Internacional para Descrição de Funções – ISSDF. O Brasil também se alinha- a padronização da descrição arquivística e deste modo, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ cria na esfera nacional a Norma Brasileira de Descrição Arquivística- NOBRADE, normas estas que garantem padronização e uniformização mundial em termos de descrição documental arquivística. Destaca-se que para descrição no ambiente virtual, isto é, documentos nato-digitais também há também uma norma a Norma de Descrição Arquivística Codificada (EAD), que segundo YEO (2016):

[...] desenvolvida nos Estados Unidos, mas adotada em vários países, fornece uma plataforma independente de softwares comerciais, o que garante certa proteção contra a obsolescência tecnológica. E é compatível com uma família cada vez maior de normas e modelos baseados na linguagem demarcação XML. (YEO, 2016, p. 145)

A descrição gera um produto técnico os instrumentos de pesquisa que podme ser caracterizado como uma ferramenta que permite a identificação, localização ou consulta a documentos, ou seja, o elo que liga o usuário à informação. Aborda-se a seguir a metodologia.

Metodologia

A primeira etapa configurou-se na escolha do tema e na revisão bibliográfica, com leituras e fichamentos. A segunda etapa foi o levantamento, coleta e análise dos dados, onde foi utilizado. Nesta etapa usou-se a prospecção documental, isto é um resgate da história Institucional da FURG, AG e Departamento de Oceanografia, onde foi realizada uma pesquisa nos documentos do Patrimônio Documental do Departamento, e pesquisa na página do da FURG, para a coleta de dados quanto à atividade custodiadora do arquivo geral situação do acervo custodiado utilizou-se um questionário respondido através da observação direta da

pesquisadora. Quanto a ratificação do valor histórico do acervo dos documentos do departamento de oceanologia e sua identificação como patrimônio documental da Universidade, tanto quanto da comunidade, principalmente aquelas ligadas as atividades pesqueiras, usou-se também um questionário em que os respondentes são pescadores ou liadas ao setor marítimo. Quanto ao tipo a pesquisa é de natureza básica, qualitativa e bibliográfica.

Resultados e discussões

Para que o problema da pesquisa fosse solucionado e os objetivos atingidos, foi preciso percorrer algumas etapas, primeiro foi necessário aplica pequenas medidas de conservação tais como: retirada de grampos, amassados e documentos misturados, após empreendeu-se a classificação dos dossiês com o código de classificação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, após todos os documentos constantes nos dossiês foram numerados e ordenação dos dossiês dentro das caixas de Arquivo.

A atividade seguinte consistiu na descrição dos documentos, onde foi utilizada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística- NOBRADE, sendo que os Onze dossiês foram descritos até o nível (4) dossiê, e um dele (5) item documental, para tanto, usou-se os sete níveis obrigatórios e todas as áreas descritivas da NOBRADE.

A descrição foi realizada do Geral para o particular, então o primeiro a ser descrito foi o nível Fundo que foi a fundo FURG, após a seção ou subfundo o Departamento de Oceanografia, depois os dossiês e por último os itens documentais.

Salienta-se que a descrição começou pelo fundo FURG, já que o Departamento de Oceanografia foi considerado um subfundo, pertencente ao fundo FURG. Depois de descritos os documentos, construiu-se um instrumento de pesquisa com a proposição de difusão e acesso desse acervo documental, assim elaborou-se um catálogo seletivo com a composição dos dossiês.

Ressalta-se assim que o problema da pesquisa foi respondido com a construção do Instrumento de pesquisa, o catálogo seletivo, e é por meio deste que acontece a difusão deste Patrimônio Documental, já o objetivo geral foi cumprido com a atividade de descritiva dos dossiês que compõem o acervo.

Outro questionamento, surgido durante a pesquisa foi o de saber o quão este acervo documental era reconhecido como patrimônio documental e identitário para a comunidade pesqueira, visto que para a própria Universidade era reconhecido como tal.

Para tanto, a pesquisadora visitou algumas dessas comunidades e aplicou questionários respondidos pelos próprios pescadores, sendo que, os resultados em sua quase totalidade afirmam que os pesquisadores reconhecem este acervo documental como importante, para suas atividades, em vista dos vários projetos realizados, como visitas, palestras, orientações, cultivos em cativeiro de várias espécies, com o apoio deste departamento promovendo renda aos próprios pescadores, um fato interessante relatado pelos pescadores é a empatia entre a Universidade representada pelos professores e graduandos em oceanologia com os pescadores.

Caracteriza-se deste modo, o caráter identitário desta comunidade com o acervo deste departamento, portanto, pode-se assegurar ser este um patrimônio documental para a comunidade pesqueira da cidade do Rio Grande- RS.

Conclusões

Enfatiza-se que cada dossiê contem documentos de suma importância para a memória da Universidade, da cidade, e de toda sociedade.

Cumprir destacar que as atividades desenvolvidas foram de grande valia, pois se colocou em prática todo o aprendizado teórico adquirido na graduação.

De outro modo há muito a ser feito em relação a novas documentações que estão sempre chegando ao AG e se faz necessário um trabalho contínuo pelos estagiários, bolsistas e voluntários.

Diante de tais reflexões, percebe-se que há ainda muito a se fazer com o patrimônio documental deste departamento e de outros, visto que por serem frágeis deem ser resguardados.

Cumprir destacar o curso de Arquivologia da FURG que em seus quase dez anos de existência priorizou sempre o tratamento documental das unidades educacionais da FURG, encaminhando seus acadêmicos para estágios.

De outro modo cabe ressaltar a relevância do AG da FURG, como entidade custodiadora da história desta Universidade, configurando-se, portanto, como lugar de memória tanto para os acadêmicos como para a sociedade local.

Em vista disso faz-se necessário enaltecer ao trabalho das arquivistas que em seu labor diário prestam um grande serviço a toda a comunidade acadêmica e ao fazer a organização e gestão deste patrimônio documental, permite que historiadores, pesquisadores e a sociedade local possa se utilizar deste patrimônio.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios da representação da Informação: a norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto archives HUB. **Revista Ponto de Acesso**, Bahia, v1, n.2.p.70-100, jul./dez.2007. Disponível em: <

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211> > Acesso em: 19 jun. 2017

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, T.H.B. **Uma trajetória da arquivística a partir da análise do discurso [recurso eletrônico]:** inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Cultura acadêmica, 2015. Disponível em: < <https://handle.net/11449/93667>. > Acesso em: 19 jun. 2107.

BELLOTTO, H.L. **Arquivo: estudos e reflexões**. BH: UFMG, 2014

BOTTINO, M. Os arquivos universitários no Brasil. IN: **A informação: questões e problemas**. Niterói: EDUF, 1995. p. 61-67.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaración de principios sobre lá descripción archivística**. Ottawa: Secretaria de lá comision sobre normas de descripción, 1992. Disponível em: < www.ica.org/en/espanhol > Acesso em: 19 jun. 2017

FURG. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. **Catálogo Geral 2013**. Disponível em:< <http://www4furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000362.pdf> Acesso em 31. ag. 2107.

GONZÁLEZ, A.M.S.; FERREIRA, M. L. M. Derechos de memória y búsqueda de lá verdade: um estúdio comparativo entre Brasil y Uruguai. *Diálogos*, vol. 16 nº03, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526887003.pdf> Acesso em: 27 jun. 2017.

HAWORTH, Kent. The development of descript standards in Canada: a progress report. **Archivaria**, 1992. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837> > Acesso em: 19 jun. 2017.

MIRANDA, M. P. S. Responsabilidade civil pelos danos ao meio ambiente. In: **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro: doutrina, jurisprudência e legislação**.

MURILO, M.V. **Administración de documentos y archivos: Planteos para el siglo XXI**. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História PUC- SP, nº10, p. 07-28** 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/1201/8763> Acesso em: 28 jun. 2017.

OILVEIRA, Lucia M. V. de. **Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais/** Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

PELEGRINI, Sandra C. A salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro: impasses e jurisprudência. In: **Patrimônio Cultural e Ambiental questões legais e conceituais**. FUNARI, P.P.A.; PELEGRINI, Sandra C.A.; RAMBELI Gilson (Orgs). SP: ANNABLUME, 2006. p. 99-118.

SANTOS, A. **Descrevendo o patrimônio da FURG**: Faculdade de direito Clovis Bevilacqua (1959-1972). SC: UFSC.

SANTOS, V.B. dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento; In: INARELLI, H.C.; SOUZA, R.T.B. de; SANTOS, V. B. dos (Orgs) **Arquivística: Temas Contemporâneos**. DF: SENAC, 2012. P.173-223.

SCWARZBOLD, K.C.; VIERO T.V. Medidas de conservação preventiva no acervo documental da FURG como forma de preservação da memória institucional In: **Anais do XI Encontro Estadual de História**. FURG, 2012. Disponível em: <
<http://www.eeh2012anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1344899033ARQUIVOTatianeVieroANPUH2012.pdf> > Acesso em: 31 ag. 2016.

YEO, G. Concepts of record: evidence, information and persistent representations. The Americanarchivists, 2000. Disponível em:<<http://www.americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.70.2.u327764v1036756q?code=site> > Acesso em: 19 jun. 2017.

**BIBLIOTECA PÚBLICA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: AS
CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS,
MARANHÃO**

*PUBLIC LIBRARY, PATRIMONY AND MEMORY: THE CONTRIBUTIONS OF
PATRIMONIAL EDUCATION IN THE PRESERVATION OF THE CULTURAL
PATRIMONY OF SÃO LUÍS, MARANHÃO*

*Maurício José Morais Costa
Mestrando em Cultura e Sociedade (UFMA)
Bacharel em Biblioteconomia (UFMA)
Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural (GEP-PAC)
mauricio.jmc@outlook.com*

*Kláutenys Dellene Guedes Cutrim
Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP)
Mestre em História (UFPE)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural (GEP-PAC)
kdguedes@yahoo.com.br*

*Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP)
Mestre em Estudos Literários (UNESP)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural (GEP-PAC)
cbelfort@globo.com*

RESUMO

Sem a intenção de restringir o sentido que a biblioteca foi ganhando ao longo da história, pode-se dizer que são lugares que abrigam a produção intelectual dos homens e que está disponível para os interessados em consultar o seu acervo. Considerando a biblioteca como um patrimônio material que abriga o patrimônio imaterial – o conhecimento – enquanto elementos da cultura e identidade (CHOAY, 2006) e considerando a necessidade de se desenvolver uma educação patrimonial, que permita a todos que tenham acesso ao acervo desse lugar sem danificá-lo, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel das bibliotecas públicas como instituições responsáveis pela salvaguarda de documentos, preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva, além de evidenciar as contribuições da educação patrimonial em bibliotecas públicas para fins de preservação. Para tal finalidade, a pesquisa será bibliográfica e documental, pautando-se em autores como Le Goff (2013), Halbwachs (2004), Nora (1993) e Pollack (1992). A educação patrimonial em bibliotecas públicas deve ocorrer de forma sistemática, partindo da percepção visual destas, análise dos bens culturais por elas abrigados, de modo que sejam realizadas recriações/releituras que fundamentem o desenvolvimento de recursos para as atividades de educação patrimonial (expressas por visitas guiadas, atividades de ação cultural, dentre outras), o que reforça a importância da mediação na manutenção da memória coletiva às futuras gerações.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Memória.

ABSTRACT

Without intending to restrict the sense that the library has gained throughout history, it can be said that they are places that house the intellectual production of men and that is available for those interested in consulting its collection. Considering the library as a material patrimony that shelters intangible heritage - knowledge - as elements of culture and identity (CHOAY, 2006) and considering the need to develop a patrimonial education, allowing everyone who has access to the collection of this place without this work aims to reflect on the role of public libraries as institutions responsible for safeguarding documents, preserving cultural heritage and collective memory, as well as highlighting the contributions of patrimonial education in public libraries for preservation purposes. For this purpose, the research will be bibliographical and documentary, focusing on authors such as Le Goff (2013), Halbwachs (2004), Nora (1993) and Pollack (1992). The patrimonial education in public libraries must occur systematically, starting from the visual perception of these, analysis of the cultural assets they shelter, so that re-creations are carried out that support the development of resources for the patrimonial education activities (expressed by visits cultural action activities, among others), which reinforces the importance of mediation in maintaining collective memory for future generations.

Keywords: Public libraries. Patrimonial Education. Cultural heritage. Memory.

Introdução

Por anos as bibliotecas estiveram reduzidas a espaços que tinham por finalidade a guarda e a reunião de escritos, visando preservar todo o conhecimento registrado nas páginas dos livros, milimetricamente organizados. Tal concepção caminhou junto à sociedade, deixando estigmatizada essa importante instituição cultural.

Conforme o fluxo e a produção de conhecimento foi evoluindo, as bibliotecas tornaram-se ainda mais complexas. Assim como os registros – que tomavam mais espaços e de acesso não tão facilitado, visto o período da Antiguidade – as bibliotecas eram da pertença dos monges, estes os únicos que detinham o acesso às produções da época. As bibliotecas enquanto instituições culturais estão diretamente imbricadas de papéis que norteiam sua própria concepção e existência. Não se pode pensar tais instituições somente como depósitos de impressos, mas como responsáveis pela conservação, difusão e apropriação cultural (GOMES, 2014).

Assumindo um papel não apenas de guarda de documentos, mas, de fomentadora do desenvolvimento social. Resgatando suas funções na sociedade, as bibliotecas públicas são responsáveis por abrigar todos os registros e bens culturais, ou seja, são importantes aparelhos

voltados para a preservação do patrimônio, uma vez que este se expressa e se materializa de diferentes formas. Desse modo, evidencia-se a ampliação do conceito de patrimônio, este que passa a envolver não apenas os arranjos arquitetônicos ou aspectos contemplativos, mas relaciona-se diretamente com a educação, tendo em vista o próprio entendimento de cultura, perpassando a memória enquanto ente de um processo de aprendizagem.

Nessa assertiva, levando em consideração o papel das bibliotecas públicas e da educação patrimonial, emergem-se os seguintes questionamentos: Quais as contribuições dessas práticas de educação patrimonial para as bibliotecas públicas? De que forma as ações de educação patrimonial desenvolvidas na Biblioteca Pública Benedito Leite contribui para a preservação e valorização do patrimônio cultural de São Luís, Maranhão?

Trata-se de uma revisão de literatura de caráter exploratório e descritivo, que utilizou da pesquisa bibliográfica e documental como instrumentos de fundamentação, resgatando não apenas os autores que tratam de educação patrimonial como Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Horta (2004), mas também as legislações que estabelecem o patrimônio cultural e como ele se constitui (PRODANOV; FREITAS, 2013; GIL, 2008; TRIGUEIRO *et al*, 2014).

Bibliotecas públicas: *locus* do patrimônio e da memória

Conceituar as bibliotecas públicas sempre se mostrou como um grande desafio, por uma série de motivos. Seja pela sua importância, quanto pelos principais desafios postos a sociedade atualmente, as bibliotecas públicas sempre foram objeto de reflexão. Leal (2011) acentua que, por anos as bibliotecas públicas desenvolveram suas atividades sem levar em conta todo o processo de ressignificação que a sociedade passara.

Ferraz (2014), evidencia que as bibliotecas são instituições tão antigas, quanto o próprio livro, pois, desde a época da Antiguidade já se via bibliotecas sendo formadas. No período Renascentista, momento em que a Igreja era balizadora do conhecimento, as bibliotecas eram instituições consideradas sagradas, logo, seu acesso era restrito ao clero, somente sacerdotes e monges poderiam adentrar. De acordo com Martins (2002), Júlio César teria idealizado a primeira biblioteca pública, construída posteriormente por Asínio Pólio por volta de 39 d.C.

Bernardino (2011) acentua que o papel da biblioteca pública se relaciona diretamente com o acesso e disponibilidade da informação. Ainda segundo a autora, sua própria história e evolução implica seu papel democratizador da informação, pois, conforme fora destacado inicialmente, as bibliotecas eram só eram frequentadas por membros da nobreza, religioso e instituições de ensino.

Sendo assim, as bibliotecas, enquanto instituições voltadas não apenas para a preservação da memória documental, mas a partir de suas especificidades e diferentes tipologias documentais, mostram-se como espaços voltados para a reflexão dos bens culturais que as compõem, bem como os suportes e os tempos em que estes são tratados, ampliam a discussão acerca do patrimônio cultural que por elas são preservados (SOUZA; SANTOS, 2012).

A forma como as crenças, valores, mitos e percepções foram representadas ao longo da história foram fundamentais não apenas para o desenvolvimento da humanidade, mas, constituíram-se elementos registrados e colecionáveis, que, por conseguinte poderiam ser preservados de alguma forma. De tal modo que “[...] o saber acumulado a partir da vida e da observação dos fenômenos pudesse ser compartilhado, expandindo o espaço da intersubjetividade.” (SOUZA, 2015, p. 154).

As bibliotecas públicas se mostram como importantes aparelhos que vão além das simples práticas de abrigo e salvaguarda de bens culturais, mas um local de diálogos e intersubjetividades, superando assim sua finalidade enquanto disseminadora da cultura letrada, pois conforme reforça Ferraz (2014, p. 22), “A importância social da biblioteca pública está justamente em se conseguir pensar nas necessidades da comunidade na qual ela está inserida, e saber reconhecer os interesses da população.”

Silveira (2012) pontua que as bibliotecas, em especial as bibliotecas públicas conseguem congrega as três dimensões dos lugares de memória. A dimensão material – ao representar os anseios e as necessidades da coletividade – a dimensão simbólica – ao retratar fatos, experiências e imaginário da coletividade – e a dimensão funcional – a partir da cristalização de lembranças, laços e aspectos sociais enraizados no espaço, gesto, objetos, dentre outros.

Ao tratar bibliotecas como instituições memoriais, Nora (1993, p. 15), afirma que a memória se constitui como “[...] estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório [...] daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.” Diante disso, evidencia-se que as bibliotecas públicas são importantes aparelhos culturais que cristalizam a memória de diferentes épocas, a partir da necessidade de manter vivo elementos, símbolos, traços que a constituem.

Gomes, Oliveira Júnior e Araújo (2013) destacam que ao preservar a cultura, por conseguinte preserva-se a memória, esta, registrada nos mais distintos suportes da informação, vistas como instituições memoriais, especialmente as bibliotecas, tem a função não apenas de guarda, mas, sobretudo, proporcionar o acesso a tais bens culturais.

Patrimônio cultural e educação patrimonial

Historicamente o patrimônio teve sua identificação e sua formulação relacionada a diferentes aspectos, por exemplo, patrimônio cultural, artístico, natural, etnográficos, dentre outros. Todavia, a gênese do que se entende por patrimônio se deu a partir do século XVIII, sendo que na Antiguidade Clássica e na Idade Medieval o termo também se destacou (CHOAY, 2006).

O patrimônio está diretamente relacionada com as estruturas familiares, todavia, com o passar dos anos, passou a agregar adjetivo genético, histórico e cultural. Ainda segundo a autora, fora a partir da adoção do adjetivo histórico às obras arquitetônicas, na Roma de 1420, dando traços mais marcantes ao conceito (CHOAY, 2006).

Santiago (2007) esclarece que, os monumentos históricos só passaram ser entendidos como patrimônio mediante a definição da história como uma disciplina. Percebe-se então que inicialmente se preconizava a concepção de patrimônio histórico, em detrimento da visão que se tinha dessas obras, o que posteriormente daria lugar a uma concepção ainda mais ampla no final do século XX, a noção de patrimônio cultural.

Conceição (2011) evidencia que a concepção de patrimônio voltada apenas para o artefato humano – suas realizações – perdurou por várias décadas, cuja mudança do conceito irá se entrelaçar, conforme Cutrim (2011, p. 61), “[...] à instauração do SPHAN, que teria como principal função cuidar dos bens que fossem tombados como monumentos.” Acentua-se que a o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi instaurado por meio do Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, como bem lembra Gonçalves (2011), que por volta de 1946 foi elevado à categoria de diretoria, passando a denominar-se DPHAN.

Supera-se a concepção estritamente histórica, abrangendo todas as expressões e simbologias da cultura coletiva, que constituem a identidade de um determinado povo, reafirmando então a importância dos bens culturais, que têm a responsabilidade de preservar a identidade cultural de um povo, visando seu desenvolvimento econômico, tecnológico, provenientes como ressalta Conceição (2011, p. 28), “[...] e valores da ordem da cultura - mais precisamente, do histórico e do artístico.”

Desse modo, evidencia-se que a preservação do patrimônio emerge na necessidade de espaços capazes de preservar e salvaguardar a memória. E conforme esclarece Souza e Santos (2012) são frutos da construção humana. Nora (1993) destaca o papel de instituições como bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, cemitérios, monumentos, santuários, dentre outros. Sendo assim, afirma-se que os locais de memória emergem da condição de que

não há uma memória espontânea, mas, que para sua manutenção sejam criadas instituições que mantenham organizados e preservados os registros (NORA, 1993).

Pedraza Garcia (2014) acentua que as bibliotecas são instituições e caráter fundamentalmente patrimoniais, uma vez que abrigam registros correspondentes ao patrimônio cultural de diferentes povos, ou seja, “[...] unidades de registro dos conhecimentos antepassados que servem de aporte ao saber gerado no tempo presente, representam assim elementos do patrimônio cultural de uma sociedade.” (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 4).

Segundo Horta (1999, p. 6) a Educação Patrimonial pode ser definida como “[...] trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” Corroborando com essa concepção, Flores e Perez (2013) pontuam que a educação patrimonial tem como propósito elevar a consciência de preservação patrimonial, uma vez que proporciona um melhor uso do patrimônio cultural, por meio de um processo educativo como reforça Horta (1999).

Rodrigues e Santos (2017) reforçam, acentuando que a educação patrimonial é capaz de implementar ações de cunho investigativo, de modo a aproximar os indivíduos do patrimônio e assim contribuir com a valorização do patrimônio cultural. Diante da diversidade dos bens culturais, ressalta-se a responsabilidade que as instituições de memória têm, não apenas na perspectiva das edificações, mas por se tratarem de locais onde estão concentrados os registros do conhecimento dos antepassados, que por sua vez irão conduzir o desenvolvimento da sociedade (RODRIGUES; SANTOS, 2017).

Educação patrimonial na biblioteca pública e suas implicações para a preservação do patrimônio cultural maranhense

As bibliotecas públicas, bem como os arquivos, museus e centros de documentação, têm grande responsabilidade no processo de recuperação e divulgação científica, histórica, cultural e social. E conforme ressalta Carteri (2004), a educação patrimonial e a biblioteconomia, se apresentam como agentes aliados na preservação e conservação de diferentes tipologias documentais, prezando por sua integridade e permanência, uma vez que busca junto aos usuários não apenas o conhecimento sobre aqueles registros, mas mostrar que se trata do patrimônio histórico e cultural.

Sendo a memória, a capacidade em conservar determinadas informações (LE GOFF, 2013), a Biblioteca Pública Benedito Leite constitui-se um local de memória, uma vez que seu

acervo e sua missão busca manter não apenas preservada, mas viva a cultura do Estado do Maranhão, ou seja, seu patrimônio.

A educação patrimonial em bibliotecas públicas contribui com a missão destas instituições, no que diz respeito a preservação e valorização do patrimônio histórico, cultural e documental. Promove a preservação da memória coletiva, garantindo assim a que o conhecimento registrado chegue às futuras gerações. As estratégias de educação patrimonial em bibliotecas públicas devem ser pensadas de acordo com as especificidades de seu público, tendo em vista que seus programas têm como propósito estimular nos indivíduos o senso de preservação dos documentos e demais registros presentes nelas.

Desse modo, estando diante de um acervo diversificado, as atividades devem prezar pela valorização dos mais diferentes caracteres, tais como o valor artístico, religioso, arquitetônico, cultural, ou seja, valores que integram a história da sociedade, de modo que essas tradições e saberes sejam reconhecidos junto à população (FLORES, 2014).

Ainda segundo Minuzzo (2011), a educação patrimonial em bibliotecas públicas pode se expressar de diferentes formas, todas com o intuito de difundir o patrimônio cultural, tanto por meio de serviços educativos – quando voltadas para alunos do ensino fundamental e médio – e ações culturais – quando pensada para o público adulto e diversificado.

Segundo Magalhães (2006, p. 11), “[...] consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações que provoquem interesse [...]”. Diante disso, afirma-se que as bibliotecas públicas são instituições cujo papel educativo é eminente, não apenas por abrigarem o conhecimento e os registros de um povo, mas por fomentarem o desenvolvimento educacional, político, econômico.

Carteri (2004, p. 46) reforça que “A preservação dos livros, fontes primárias que testemunham o desenvolvimento sócio-cultural humano, bem como a sua disponibilização, garantem a transmissão da informação que permitirá a construção do conhecimento para as futuras gerações.” Desse modo, os acervos e os bens culturais neles salvaguardados são patrimônios que demarcam a história, os saberes e fazeres de um povo, logo um registro tácito da identidade e da memória que deve permanecer viva e chegar as gerações futuras (HALBWACHS, 2004; POLLAK, 1992).

Por meio das práticas de educação patrimonial, os sujeitos são levados a reconstruírem sua história, levando-os inclusive a compreenderem sua própria identidade, de onde vieram e como sua cultura se constitui. Atividades simples como visitas orientadas, ou até mesmo encenações podem levar as pessoas a entenderem como se deram fatos importantes e suas implicações no desenvolvimento cultural, social, político e econômicos.

Acentua-se que a Educação Patrimonial implementada no âmbito das bibliotecas públicas, os serviços já desenvolvidos por ela evoluem-se. Os serviços deixam de ser educativos, e assumem um papel formador e mediador junto ao patrimônio cultural. Sendo assim, a Biblioteca Pública ao oferecer serviços pautados nos preceitos da Educação Patrimonial, proporcionam aos seus usuários situações de aprendizagem, resultando em indivíduos conscientes da conservação dos bens patrimoniais e de suas responsabilidades junto ao acervo da Biblioteca (FLORES; PEREZ, 2013; SOUZA, 2006; CARTERI, 2004).

Os profissionais também são responsáveis pela mediação entre os indivíduos e os bens patrimoniais. Deve ser constante o auxílio no reconhecimento e na identificação dos documentos, de modo a conscientizar os usuários da necessidade em preservar e valorizar o patrimônio cultural, por se tratar de algo que não pertence à Biblioteca Pública, e, sim à comunidade (FLORES; PEREZ, 2013).

A Biblioteca Pública Benedito Leite, cujo surgimento remonta-se ao século XIX, especificamente no ano de 1829, quando fora criada ainda sob a alcunha de Biblioteca Pública Provincial. O contexto de sua criação retrata não apenas os avanços da época, mas a expansão das tipografias e ascensão dos impressos no Estado do Maranhão (BRAGA, 2013; CASTRO, 2006; CASTRO; SILVA; CASTELLANOS, 2011).

A partir de seu acervo, a Biblioteca Pública consegue demarcar a história e a memória do Maranhão por meio dos bens patrimoniais que compõe seu acervo. Assim sendo, Gonçalves (1996, p. 75) afirma que “Os ‘bens patrimoniais’ são, assim, concebidos como aquela espécie de bens culturais já estabelecidos e amplamente reconhecidos como tais: livros, obras de arte, coleções em bibliotecas, museus, etc.” Pontua-se que o acervo da Biblioteca, não se resume apenas a patrimônios materiais (livros, obras de arte, periódicos, obras raras), mas também imateriais (BRAYNER, 2007), tal como exemplificado na Figura 1, onde mostra-se a exposição sobre a cultura maranhense na Biblioteca Pública Benedito Leite,



Figura 1 – Exposição Lendo o São João de Todos Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (2016)

Logo, as atividades desenvolvidas na Biblioteca Pública Benedito Leite, devem levar em consideração não apenas a diversidade de seus usuários, mas as especificidades dos itens que compõem seus acervos, conforme visto na seção anterior, há uma diversidade em tipologias documentos, que por sua vez desprende a necessidade de metodologias específicas de utilização.

Rodrigues e Santos (2017), os profissionais bibliotecários tem condições de atuar no desenvolvimento de ações que contribuam para a preservação do patrimônio cultural. Conforme Carteri (2004), os bibliotecários são educadores patrimoniais, tendo em vista que atuam na preservação da cultura e da memória coletiva. Sendo assim, é por meio disso que a Biblioteca Pública consegue estabelecer-se como uma referência em informação histórica, pois, permite aos seus usuários reconhecerem a diversidade cultural não apenas do Maranhão, mas do Brasil.

Por meio desse reconhecimento e identificação é que os indivíduos passarão a valorizar, pois o sentimento de pertença se dá por meio dessa interação, cuja mediação é realizada pela biblioteca pública. Desse modo, evidencia-se a importância desses aparelhos culturais para a

preservação e valorização do patrimônio cultural onde estão inseridas. Diante disso, espera-se que não apenas as bibliotecas públicas, mas outras instituições implementem as práticas de educação patrimonial com o mesmo fim.

Sendo assim, evidencia-se que a Biblioteca Pública Benedito Leite se constitui um importante espaço de memória nacional e local, cujo arquivamento do patrimônio material e imaterial possibilita o diálogo entre o passado e o presente, servindo de inspiração, conservação e preservação daquilo que individualiza a identidade local (MARQUES; RODRIGUES, 2014; JACOB, 2000).

Considerações finais

As bibliotecas se destacam como resultado dos anseios e das necessidades da sociedade, tanto na busca por informação, quanto na preservação da cultura e do patrimônio material e imaterial de um povo. Desse modo, são fundamentais para que os sujeitos não apenas reconheçam os bens materiais nelas salvaguardados, mas identifiquem-se, e, por conseguinte os valorizem. Os acervos representam muito mais que objetos históricos, mas retratados da cultura, dos saberes e fazeres de um povo, sendo fundamentais para a constituição da identidade destes, devendo então serem transmitidos para as gerações futuras.

A Biblioteca Pública Benedito Leite sagrou-se historicamente como um dos mais importantes aparelhos culturais do Estado do Maranhão, assumindo, involuntariamente a responsabilidade de manter viva a história e a memória local e nacional, cujo acervo materializa saberes, fazeres, conhecimentos, dentre outros elementos. Sendo assim, deve fortalecer sua relação com seus usuários, para que estes se identifiquem, e, assim exerçam sua autonomia e cidadania.

Com um vasto e diversificado acervo, abriga obras e periódicos raros de valor inestimável, disponíveis aos mais distintos usuários. Por se tratarem de obras que podem deteriorar-se com mais facilidade, principalmente quando não têm seu valor reconhecido, desprendendo a necessidade de mecanismos que sejam capazes de mantê-los preservados.

Evidencia-se que a Educação Patrimonial se mostra como um importante mecanismo, que possibilita não apenas o reconhecimento e identificação dos bens patrimoniais, mas, sobretudo, desenvolve nos indivíduos o senso de preservação e conservação, algo essencial para um acervo que retrata a história e a memória do Estado do Maranhão.

É por meio da interação possibilitada pelas ações de educação patrimonial, e sobretudo pela mediação do profissional bibliotecário, este atuando como um educador patrimonial, que

os indivíduos podem se conscientizar e estabelecer uma relação afetiva e vínculos com seus bens patrimoniais. Através dessa relação, que o patrimônio cultural será não apenas reconhecido, mas valorizado e preservado pela biblioteca não apenas localmente, mas em âmbito estadual, nacional e internacional.

Portanto, a Educação Patrimonial, por meio de suas metodologias pode auxiliar os profissionais que atuam na Biblioteca Pública Benedito Leite na mediação e conscientização acerca da valorização do patrimonial cultural maranhense materializado em seu acervo, composto por livros, periódicos, obras raras que reconstituem a identidade dos cidadãos maranhenses. Sendo assim, é essencial que não apenas os bibliotecários, mas todos os sujeitos que convivem com patrimônio, tornem-se ainda mais próximos dele, com vistas a preservá-lo instintivamente.

Referências

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1257>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. Biblioteca pública Benedito Leite, um campo para a ilustração e para enriquecer a alma. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1276>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 32 p.

CARTERI, Karin Kreisman. Educação patrimonial e Biblioteconomia: uma interação inadiável. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2004.
CASTRO, César Augusto; PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. Trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão Provincial. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 38-50, jul./dez. 2006.

CASTRO, César Augusto; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p.255-269, jul./set. 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006. 304 p.

CONCEIÇÃO, Valdirene Pereira da. **Modelagem léxico-ontológica do domínio “Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão”**. 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.

CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. **Patrimônio da Humanidade**: a edificação discursiva da cidade de São Luis nas políticas de preservação do Estado. 2011. 188 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p.18-30, out./dez. 2014

FLORES, Anna Claudia da Costa. **Programa de Educação Patrimonial aos usuários da Biblioteca Setorial do Centro de Educação da UFSM**. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

FLORES, Anna Claudia da Costa; PEREZ, Carlos Blaya. Conscientização dos usuários de bibliotecas por meio da educação patrimonial alicerçada em ferramentas visuais. **Revista Confluências Culturais**, v. 2, n. 2, p. 9-16, set. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008
GOMES, Herinette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p.151-163, out./dez. 2014.

GOMES, Marcos Aurélio; OLIVEIRA JÚNIOR, José de; ARAÚJO, Nelma Camelo de. Memória: construção social, lugares e competência. In: CONFERÊNCIA SOBRE TECNOLOGIA, CULTURA E MEMÓRIA, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife: CTCM, 2013. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/ctcm2013/anais/files/2b.M_CSLC.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GONÇALVES, Janice. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

JACOB, C. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARANTIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). **O poder das bibliotecas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. rev. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2013. 504 p.

LEAL, Filipe. **Bibliotecas públicas**: bibliotecas para o público. [S.l.: s.n.], 2011. 14 p. Disponível em: <<https://bsf.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Texto01.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.

MAGALHÃES, Solange Maria Fustinoni. **Educação Patrimonial através da compreensão da Arquitetura de museus na cidade de São Paulo**. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2006.

- MARQUES, Luciane Silveira Amico; RODRIGUES, Marcia. Biblioteca, Memória e Patrimônio: um olhar sobre a Biblioteca Rio-Grandense. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 28, n. 2, p. 73-93, jul./dez. 2014
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. 519p.
- MINUZZO, Liziane Ungaretti. **Educação Patrimonial**: um estudo de caso das oficinas do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2011. 85 f. Monografia (Especialização Lato-Sensu em Gestão de Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, São João Polêsine, RS, 2011.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 28, n. 64, p. 33-50, set/dez. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/2u8SrA>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PRODNAV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.
- RODRIGUES, Marcia Carvalho; SANTOS, Pamela da Conceição. Biblioteca Rio-Grandense: um estudo de caso sob o viés da educação patrimonial. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 22, n. 48, p. 2-14, jan./abr., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n48p2/33024>>. Acesso em: 27 out. 2017.
- SANTIAGO, R. P. **Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.
- SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca Pública, Memória e Discursos Identitários: uma leitura sócio-histórica dos depoimentos colhidos pelo Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade (BMA). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3957/3080>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- SOUSA, Dora Susana Simões de. **O serviço educativo em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação**: um estudo de casos implementados na Região de Aveiro. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Bibliotecas) – Universidade Portucalense, Porto, 2015.

SOUZA, A. H. V.; SANTOS, V. R. **Educação para o patrimônio**: mediação cultural na perspectiva dos museus e bibliotecas: uma experiência interdisciplinar na ciência da informação. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 15 p.

SOUZA, A. H. V.; SANTOS, V. R. **Educação para o patrimônio**: mediação cultural na perspectiva dos museus e bibliotecas: uma experiência interdisciplinar na ciência da informação. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 15 p. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2234/1427>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SOUZA, Orlando. **Patrimônio público**: um bem de todos. São Paulo: Ática, 2006.
TRIGUEIRO, Rodrigo de Menezes. *et al.* **Metodologia científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2014. 184 p.

A CIDADE DE MORRO REDONDO E SEUS PATRIMÔNIOS AFETIVOS

THE CITY OF MORRO REDONDO AND ITS AFFECTIVE PATRIMONY

*Milena Behling
Mestranda/ufpel
Milena.brs@gmail.com*

*Diego Ribeiro
Doutor/ufpel
dlrmuseologo@yahoo.com.br*

RESUMO

Este estudo é um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que tem como objetivo principal identificar os patrimônios afetivos de Morro Redondo-RS. Esta identificação partirá da evocação das lembranças de idosos da cidade. Serão adotados como instrumentos metodológicos entrevistas, relatos, depoimentos e narrativas, pois esta pesquisa é de cunho qualitativo e se enquadra na pesquisa social e dando ênfase as narrativas. Porém, quais são e como se manifestam esses patrimônios afetivos? Partiremos da hipótese que a maioria dos patrimônios afetivos não existe mais materialmente, entretanto, ainda vivem no espírito dos lugares de memória. Portanto, este artigo pretende apresentar como este trabalho vem se desenvolvendo e trazer os resultados obtidos até o momento. Sendo eles alguns dos patrimônios afetivos já identificados e a importância de compreendermos a leitura da cidade. Pois, ela é constituída não só por ruas, avenidas, praças, mas também por pessoas e suas memórias, significados e sensibilidades. A cidade é parte fundamental para a identificação dos patrimônios afetivos.

Palavras-chave: Patrimônio Afetivo. Cidade. Lugares de Memória. Idosos.

ABSTRACT

This study is a cross-section of a master's degree research in development, whose main objective is to identify the affective heritages of Morro Redondo-RS. This identification will start from the evocation of the memories of the elderly of the city. Interviews, reports, testimonies and narratives will be adopted as methodological instruments, since this research is qualitative and fits into social research and emphasizing the narratives. But what are these affective heritages and how do they manifest themselves? We will start from the hypothesis that most of the affective heritages does not exist more materially, however, still live in the spirit of places of memory. Therefore, this article intends to present how this work has been developing and to bring the results obtained so far. They are some of the affective heritages already identified and the importance of understanding the reading of the city. For it is constituted not only by streets, avenues, squares, but also by people and their memories, meanings and sensibilities. The city is a fundamental part for the identification of affective patrimonies.

Keywords: Affective Patrimony. City. Places of Memory. Seniors.

Introdução

Morro Redondo-RS se localiza na Serra dos Tapes⁴⁴, a cidade possui um museu municipal onde é desenvolvido um projeto de extensão⁴⁵. É a partir de uma das atividades desenvolvidas intitulada Café com Memórias que este estudo teve início. Trata-se de encontros com um grupo de idosos, onde é utilizado objetos museológicos para o afloramento de memórias individuais que posteriormente são partilhadas pelo grupo. Desta maneira, os idosos narram suas histórias pessoais que se entrelaçam com memórias em comuns de outros indivíduos e que ocupam os espaços da cidade.

Desta forma, percebemos nas narrativas dos idosos uma afetividade muito grande por certos lugares, portanto, teve início o estudo para a identificação destes lugares de memória, que estão sendo tratados como patrimônios afetivos da cidade de Morro Redondo. Sendo assim, houve a necessidade de uma melhor compreensão do espaço da cidade e de tudo que a mesma engloba, portanto, este artigo tem como objetivos sanar as necessidades deste estudo maior. Além de demonstrar um pouco dos resultados obtidos até o momento.

A cidade é construída por cada elemento e história de seus habitantes, assim diariamente os indivíduos tecem a teia de memórias de sua cidade. Seus lugares e espaços conglobam valores sociais, despertam afetividades, tornando lugares, referências temporais da comunidade. Deste modo, os idosos são importantes agentes, que vivenciaram e ainda vivenciam as mudanças sociais pelas quais a cidade passa. Portanto, é a partir das narrativas dos idosos que identificamos os patrimônios afetivos, pois são esses indivíduos que podem despertar o que a de mais sensível e narrar as histórias da cidade, para uma melhor compreensão das subjetividades pelo resto da população.

A cidade e seu emaranhado de memórias: sensibilidades e subjetividades compartilhadas pelos Morroredondenses

Estamos vivendo em um tempo em que tudo é versado como patrimônio. Segundo Henri Pierre Jeudy (2005), são forjadas identidades para dar fundamento ao recurso identitário

⁴⁴ A cidade de Morro Redondo fica localizada na Serra dos Tapes no Rio Grande do Sul, Brasil. Possui 6.548 habitantes, sendo 20,8% da população de idosos de 60 anos ou mais (IBGE, 2016).

⁴⁵ Museu Morro-Redondense: Espaço de Memórias e Identidades, coordenador: Diego Ribeiro. Trata-se de um projeto de extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas. Este projeto conta com a colaboração de estudantes voluntários, inclusive a autora deste artigo.

conferido ao patrimônio, evidenciando a obsessão contemporânea de tudo preservar (NORA, 1993). Nesse turbilhão, não raro, deixa-se esquecido o processo de recuperação do passado de um lugar, cidade, espaço. No caso deste estudo, tratamos da cidade e, mais especificamente, do espaço que se delimita na rua principal da cidade, pois é um espaço de produção social, formado por várias camadas de tempo, que conferem sentido, significado e sensibilidades aos espaços e lugares.

Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não-real, do sabido e do desconhecido, do intuído, do pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. (PESAVENTO, 2004, p. 58).

Sensibilidades percebidas nas músicas típicas alemãs, bandinhas, ritmos como o *stipa*⁴⁶, por meio do canto, do som, dos inúmeros dialetos, mas que também se materializam nos objetos do Museu e se espalham pelos espaços que a cidade ocupa. As ruas da cidade funcionam como rios que seguem seus cursos e deixam suas marcas, mas somente aquele dotado de sensibilidade conseguirá compreender o que as águas vêm a revelar. E, para os que não enxergam ao primeiro olhar, o Museu é fonte de partida e as ruas são suas extensões. Ao ser recepcionado por um dos idosos que participam do Museu, ao ver a simplicidade nas suas palavras, mas também a sabedoria que nos ajuda a cristalizar as águas turvas dos rios, é que compreendemos o valor de algo que, em um primeiro momento parece simples, porém é a maior riqueza que os indivíduos podem possuir.

Se o patrimônio é considerado um transmissor, um meio para refletir a respeito das referências de identidade de um povo e é referendado por seus valores e práticas culturais em diferentes espaços, é necessário atentar para a historicidade desse processo (NOGUEIRA, 2014). Sabido isso, não podemos decretar patrimônios sem uma abordagem e um estudo mais amplo das histórias e dos processos temporais da cidade. Da mesma forma, não podemos descartar os significados imersos nos lugares cristalizados pelas narrativas dos idosos. Assim,

⁴⁶ *Stipa*: semelhante a uma serenata, acontece no sábado de aleluia, em que pessoas caracterizadas visitam as famílias, acompanhadas de músicos que executam, em cada residência, duas a três músicas. Essas pessoas são recepcionadas pelos donos da casa com doces, cucas, bebidas e recebem uma pequena quantia em dinheiro para cobertura do deslocamento.

Fonseca (2008) complementa nosso pensamento dizendo que a chave está na questão do “olhar” e da perspectiva de abordagem do bem cultural.

O grande desafio é entender a magnitude da cidade para, a partir de seu entendimento, pensar e agir sobre seus patrimônios. Michel de Certeau (1994) mostra, em sua perspectiva, que é preciso saber ler a cidade como uma escrita do espaço, da mesma forma que refletir sobre o patrimônio cultural é percebê-lo como uma modalidade de escrita do passado, conforme considerou Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011). A formação da cidade é feita por mapas, ruas, praças, monumentos e, claro, por pessoas que a constituem com suas memórias. Envolvendo, formando, partindo e unindo as coisas, a cidade é o cenário para as relações sociais. Nesse processo, em que o cosmo material é socialmente apoderado por diferentes sujeitos, múltiplos sentidos constroem lugares, territorialidades e personificações da cidade (MENESES, 1985).

As cidades e seus espaços, de acordo com Fenelon (1999), têm um importante papel na aprendizagem dos sujeitos que as habitam, podendo ser interpretadas e dotadas de sensibilidades, gerando uma relação social com seus moradores e, conseqüentemente, uma rede constituída de afetos. E são essas relações dotadas de emoções que dão significados aos lugares. Essas relações acabam por definir e delinear a paisagem urbana, criando, assim, referências culturais que nos ajudam a entender as imagens das cidades. Ao compreendermos esses referenciais, “[...] estamos conscientes de que eles estão impregnados de memória e de significações que se constroem e se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades” (FENELON, 1999, p. 289). Dessa maneira, a cidade está repleta de camadas de memórias que guardam as histórias da cidade e de seus moradores.

Os recursos mnemônicos nos ajudam a detectar os inúmeros tempos que a cidade absorve. Por intermédio de prédios, praças, monumentos, as reminiscências individuais ou coletivas se objetivam no material, mas também no sensível e no simbólico, emergindo com o intuito de garantir a permanência e estabilidade às identidades ameaçadas diante do espaço transformado. (BENJAMIN, 1994; HALBWACHS, 1990; BRESCIANI, 2014). No Museu de Morro Redondo também utilizamos esses recursos mnemônicos. Entretanto, além desse recurso, utilizamos objetos do acervo, suportes para a conexão entre o objeto, sujeito e espaço, tornando esses instrumentos sociotransmissores dos afetos.

Sabemos que, para sua proteção, o patrimônio cultural passa por diversos instrumentos jurídicos, sendo um deles o inventário (CAMPOS, 2013). No entanto, no caso deste estudo, a intenção não será o decretamento ou tombamento dos patrimônios, mas o seu reconhecimento pela população, para que a vontade de preservar e conhecer mais sobre sua identidade parta da população local. Tendo em vista que os inventários muitas vezes são realizados de forma limitada, com um foco e valor predeterminado, deixa-se, assim, de realizar uma investigação profunda dos processos de valoração do patrimônio cultural (NOGUEIRA, 2007, 2014). Para a realização de um estudo que objetiva identificar os patrimônios de uma cidade, é preciso ter um olhar atento às temporalidades múltiplas que a cidade possui. Com um trabalho de campo aprofundado, os patrimônios podem funcionar de forma esperada, como gatilhos da história e memória e proporcionando diferentes leituras sobre o espaço. Viabiliza-se, desse modo, a evocação das memórias da cidade e emergem as sensibilidades urbanas.

Os indivíduos necessitam de representações visuais para a melhor captação do espaço que a cidade se encontra. Dessa maneira, a cartografia urbana buscou lançar, em meio bidimensional, uma representação que possibilitasse aproximar lugares e planejar, ainda que de forma inicial, a implantação das novas cidades no novo mundo (SANTOS, 2001). Nenhuma representação, contudo, substitui a experiência de praticar a cidade. Ao andar por suas ruas, sentir os cheiros, entrar em contato com os lugares, escutar seus habitantes, o sujeito constrói um elo afetivo com a cidade. Ler seus lugares pressupõe uma disposição do corpo e da mente.

A cidade, devido a suas diferentes formas e sentidos, permite nos apropriarmos de várias maneiras (CHARTIER, 1991). Ela propicia leituras e interpretações diversas para os caminhos e percursos percorridos pelo leitor do espaço. O sujeito se apropria de divergentes formas da cidade, podendo ser a cidade que o indivíduo habita ou visita, o que corrobora a diversidade de possibilidades de olhar e ler os espaços. Entretanto, esta leitura não necessariamente deve ser feita de forma individual. Ela pode ser compartilhada e complementada por outros sujeitos que se encontram em relação com a cidade.

Certeau (1994, p. 200) nos diz que os espaços são lugares praticados. São, ainda, relatos da experiência do vivido e dos sentidos atribuídos aos espaços, constituindo-se em referências culturais e memórias. Sendo assim, esses espaços praticados na cidade de Morro Redondo, pelos idosos, são narrados, possibilitando a identificação dos patrimônios afetivos do município. Buscamos compreender, primeiramente, a cidade, aprender a lê-la com o auxílio

dos idosos e assim, conseqüentemente as sensibilidades, emoções, afetos vão se desdobrando ao longo das narrativas.

Dessa maneira, percebemos a importância dos idosos para trazer à tona as memórias da cidade que estavam adormecidas. A cidade vai se constituindo de vivências pessoais em um primeiro momento, porém, no instante que outro indivíduo narra sobre suas experiências de vida, vão surgindo locais em comum, lugares de memória partilhados, que dão sentido, significado e tornam-se verdadeiros patrimônios dos moradores, pois por trás deles existe uma vontade de memória dos sujeitos.

Narrando para manter vivo: Lugares de memória, patrimônios afetivos

Nora (1993) nos diz que a memória está nos espaços, nos objetos e nos gestos. E, no instante em que essas “coisas” se relacionam com os indivíduos, obtemos lugares de memórias, que contribuem para a preservação do passado e fomentam a identidade do local, tornando-se lugares únicos e com significados afetivos. Os lugares de memória podem nos remeter a lembranças de pessoas ou histórias. Um simples lugar pode trazer memórias de brincadeiras, assim como prédios que não estão mais presentes materialmente na paisagem, acontecimentos em geral, que marcaram a vida dos indivíduos. A relação que o sujeito é capaz de estabelecer com esse local vem acompanhado de emoções e significados que evocam memórias e identidades. Dessa maneira, pode-se dizer que existe “um espírito do lugar”. Esse termo que é destacado na Declaração de Québec de 2008 sobre a preservação do “*spiritu loci*” ou “espírito do lugar”.

Para obter uma identidade de um lugar, segundo Relph (1980, p. 41 apud FERREIRA 2000, p. 68), é necessária uma combinação de observações, de um contato direto com o lugar e, ainda, que o sujeito possua uma expectativa antes de experienciar o local. A socialização, adaptação e conhecimento desse local seriam os elementos constituidores da identidade. O lugar seria o núcleo de significados e impossível de ser substituído para que o indivíduo e a comunidade o reconheçam como lar. O autor ainda complementa que, ao associar o lugar com o lar, pode haver vários níveis de ligações. A relevância de dispor de uma relação para com os lugares extrapola a consciência que o sujeito pode ter de possuir ou não esta ligação.

Como diz o autor, “uma relação profunda com os lugares é tão necessária, e talvez tão inevitável, quanto uma relação próxima com as pessoas; sem tais relações, e existência humana, embora possível, fica desprovida de grande parte de seu significado” Relph (1980, p.41 apud FERREIRA 2000, p. 68). Portanto, essa relação dos sujeitos com os lugares é o que constatamos

nas narrativas dos idosos, um envolvimento com o local, que deixa transparecer a relação de afeto, dando sentido ao lugar e os transformando em referências que contam não somente as histórias individuais, mas sim as memórias de uma coletividade.

A memória está vinculada ao lugar. As histórias contadas estão enraizadas no meio, vivas na saudade e na procura de pistas da ausência que descreve a memória do lugar. Gastal (2002, p. 77) diz que “conforme a cidade acumula memórias, em camadas que ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com *imensurável valor afetivo*”. Como forma de interpretar o passado, a memória é a voz e a ilustração do ocorrido, configurando e representando o tempo vivido. Contudo, poucas vezes é utilizada dessa fonte para a reconstrução da história de um lugar. Freire (1997, p. 45) esclarece:

A memória, compreendemos melhor, elabora-se a partir da ausência, e com pé fincado no presente, volta-se para frente. Nesse terreno, as mais aparentemente insignificantes lembranças são artigos de valor, sendo necessário guardá-las com cuidado, sabendo do risco que se corre com a perda desse que é o nosso mais valioso e invisível patrimônio (FREIRE, 1997, p. 45).

Nora (1993, p. 9) enfatiza que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Surgem, assim, os lugares de memória, patrimônios culturais, trazendo à tona um passado vivo e identidade para o lugar. Por intermédio da memória, espaços se transformam em lugares únicos e com grande significado afetivo para quem mora nesse local ou até mesmo para quem o visita (GASTAL, 2002). A comunicação entre memória e lugares é trazida à tona por lembranças dos idosos de tempos já vividos na cidade e que foram construídos na paisagem local. Porém, esses visitantes só perceberam esses significados com a ajuda de um trabalho de comunicação, pois não é algo que ocorre de forma natural.

Na cidade de Morro Redondo, essa mediação é realizada por meio do Museu Municipal e, futuramente, almejamos que este trabalho também sirva de meio de diálogo com os turistas e também moradores, pois, após a identificação dos patrimônios afetivos, será realizada uma cartografia desses lugares de memória, viabilizando a criação de uma rota turística no município. Isso pode trazer visibilidade a esses locais adormecidos, proporcionando, para os indivíduos, o conhecimento desses lugares e contribuindo para manter viva a identidade cultural da cidade.

Os lugares de memória vem acompanhados de emoções e significados que sustentam memórias e identidades. Em vista disso, o autor Cullen (2004) vivifica nosso pensamento, ao falar que a emoção é responsável por ligar o indivíduo e o meio, pois enquanto o sujeito tiver a

capacidade de se emocionar, o meio ainda possui a propriedade de despertar emoções. Estamos tratando de algo que, em um primeiro momento, pode parecer banal, mas que traz o lado mais humano para o patrimônio: o afeto. Dessa maneira, pode-se dizer que existe “um espírito no lugar”. Segundo a Declaração de Québec, o espírito do lugar é constituído pelo

conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias, depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores, odores), físicos e espirituais, que atribuem sentido, valor, emoção e mistério ao lugar (QUÉBEC, 2008, p. 2).

Nele, encontramos sujeitos despertados por meio de relatos da memória dos indivíduos. Conforme foi manifestado na Declaração de Québec de 2008⁴⁷ sobre a preservação do “*spiritu loci*” ou “espírito do lugar”

O espírito do lugar é essencialmente transmitido por pessoas e que a transmissão é parte importante de sua conservação, declaramos que é por meio de comunicação interativa e participação das comunidades envolvidas que o espírito do lugar é preservado e realçado da melhor forma possível. A comunicação é, de fato, a melhor ferramenta para manter vivo o espírito do lugar (QUÉBEC 2008, p. 4).

Desse modo, no momento em que os idosos narram sobre algum lugar, estão ajudando a manter vivo o espírito desse lugar. E, a cada narrativa, o espírito fica mais vívido, pois alcançará mais pessoas. O conhecimento dos lugares de memória por parte da população é de fundamental importância para a preservação do espírito do lugar. Como evidencia Ecléa Bosi, “a memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura (...)” (2003, p.15). Dessa maneira, se as memórias dos idosos estiverem acessíveis aos jovens, poderão contribuir para que entendam um pouco mais sobre o lugar em que vivem.

Ainda salientando o valor das narrativas para a percepção dos lugares de memória e para que a alma do lugar venha à tona, Entrikin (1997 apud FERREIRA 2000) ressalta que a narrativa cumpriria a função de contar a história dos lugares ligando suas realidades e subjetividades. O autor fala que, ao ouvir a interpretação do narrador, não se deve apenas descrever as experiências, mas ir em busca da compreensão objetiva do lugar sem perder, entretanto, a dimensão dos fatos dos experienciados.

Essas narrativas, portanto, quando transmitidas, podem servir como nexos identitários, criando o que Candau chama de metamemória.

⁴⁷ Reunião realizada na cidade de Québec (Canadá), em 2008, a convite do International Council of Monuments and Sites (ICOMOS), Canadá, na ocasião da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS.

A metamemória é

[...] uma parte da representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que ele tem e, de outra parte, o que ele diz. É uma memória reivindicada, ostensiva. Porque é uma memória reivindicada, a metamemória é uma dimensão essencial da construção da identidade individual ou coletiva. Em sua forma coletiva, é a reivindicação compartilhada de uma memória que se supõe ser compartilhada (CANDAU, 2011, p. 51).

Sobre os lugares da cidade narrados pelos idosos nos encontros do Café com Memórias, observou-se que os idosos relatavam a respeito de lugares da cidade com um afeto muito grande, porém, nas memórias evocadas, esses locais não eram como nos dias atuais, mas sim como eram em outras épocas. Alguns já se encontram com outras características, usos ou mesmo ausentes na paisagem, tendo como exemplo o sobrado restaurante Muller, que dona Elda descreve nas suas narrativas.



Figura 1: Antigo restaurante Muller.
Fonte: Arquivo pessoal de dona Elda.

Sendo assim, foi proposta uma ação denominada “Caminhada da Percepção”, na qual esses idosos, acompanhados por um grupo de estudantes de uma escola do município, visitaram os locais mencionados. A partir da narrativa dos indivíduos, os alunos conseguiram “enxergar” o espírito desses lugares de memórias, pois o olhar deles foi calibrado e provocado pelas narrativas dos idosos. Isso gerou uma comunicação entre gerações e ampliou o acesso e a vitalidade do espírito dos lugares, uma vez que antes uma casa era simplesmente uma casa e hoje possui um espectro bem maior de significados e simbologias.



Figura 2: Última Caminha da Percepção realizada. Fonte: Da autora.

Com a participação das crianças da cidade as histórias continuaram vivas e serão passadas de geração para geração, pois, segundo Pomian, “É a linguagem que engendra o invisível. [...] Sobretudo, a linguagem permite falar dos mortos como se estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto. [...]. A necessidade de assegurar a comunicação linguística entre as gerações seguintes acaba por transmitir aos jovens o saber dos velhos, isto é, todo um conjunto de enunciados que falam daquilo que os jovens nunca viram e que talvez jamais verão” (POMIAN, 1984). Fica clara, portanto, a relevância deste trabalho, pois ele torna oportuno o conhecimento por intermédio da narrativa dos idosos.



Figura 3: Igreja luterana Comunidade Advento, Morro Redondo, RS. Fonte: da autora.

Portanto, esses lugares possuindo materialidade ou não é que chamamos de patrimônios afetivos, pois eles vivem na memória dos idosos e representam a história da cidade, a identidade de uma comunidade. Visto que, buscamos por “coisas” que os indivíduos de Morro Redondo se sintam representados. Portanto, não estamos falando de patrimônios institucionalizados e sim de patrimônios que possuem ressonância⁴⁸.

Podemos destacar até o momento que, os patrimônios afetivos, possuem uma carga emocional e afetiva. Das quais, estão diretamente ligadas as vivências dos sujeitos, suas relações, percepções e também sua construção social. Sendo assim, os afetos são desencadeados no momento em que o indivíduo vivência uma relação com alguma “coisa” a partir deste momento o corpo do sujeito emerge um sentimento que influenciará na energia ou como nos diz o filósofo Espinosa, na potência de agir e de pensar do mesmo.

Sendo o afeto ou a afetividade um conjunto de todos os sentimentos, podendo ser positivos ou negativos. Desta maneira, essas potências de agir e pensar podem se manifestar de forma elevada, levando o sujeito a um estágio de alegria, tristeza, nostalgia.

Considerações finais

Diante de todos os argumentos e dos embasamentos teóricos desdobrados ao logo deste artigo, podemos dizer que os idosos podem colaborar para a percepção dos patrimônios afetivos de Morro Redondo. Assim como, também podem ajudar na transmissão e conservação das memórias da cidade. Desse modo, o museu possui um papel fundamental, pois serve de suporte para a interação entre os idosos e o restante da população. Visto que, todas as atividades realizadas em conjunto com o museu, tem a participação de moradores locais.

Porém, destacamos a atividade Caminhada da Percepção, pois ela cria laços entre duas gerações. Crianças e idosos caminhando juntos pela sua cidade, gerando uma interação e possibilitando que esses estudantes tenham conhecimento dos lugares, histórias e memórias da cidade que habitam. E essas informações transmitidas a partir das narrativas dos idosos, despertam um novo olhar para os lugares. Sendo assim, essas crianças após a caminhada, possuem uma percepção mais aguçada. O que possibilita sua interação e relação com os lugares. Consequentemente, atribuindo sentido aos mesmos e despertando o espírito do lugar.

⁴⁸ Termo utilizado por Reginaldo Gonçalves (2005).

Já sobre os patrimônios afetivos, é válido também destacar que esses lugares de memória, que possuem valor afetivo, são identificados através dos idosos da cidade. Portanto, não estamos falando de um patrimônio institucional, e sim, de algo decidido pela comunidade local. Deste modo, esses patrimônios partem de uma vontade de memória dos moradores. O que é de extrema relevância, pois os mesmos se sentem representados por esses patrimônios.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia, Técnica, Arte e Política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia, Técnica, Arte e Política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221.

BOSI, Ecléa. O Tempo vivo da memória. Ensino de Psicologia Social. São Paulo. Ateliê Edital. 2003.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**; tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. ISBN 85-7164-149-8. 150 p.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. *O inventario como instrumento de preservação do patrimnio cultural: adequações e usos(des) caracterizadores de seu fim*. Revista CPC, São Paulo, n.16, p. 001-208, maio/out. 2013.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTAU, M. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 23, p. 21-31, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 11(5), p. 173-191, 1991.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2004. 202 p.

DECLARAÇÃO DE QUÉBEC: Sobre a preservação do "*Spiritu loci*". Assumido em Québec, Canadá, em 4 de outubro de 2008. Disponível em:

<http://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf

FENELON, Déa R. São Paulo: Patrimônio histórico-cultural e referências culturais. *Revista Projeto História: Espaço e Cultura*, São Paulo: EUC, n. 18, 1999.

FERREIRA, Luis Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v 11 p. 65-83, jul/dez, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: MOTA, L.; SIVA, M. B. R. (Org.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

FREIRE. C. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC, Annablume, 1997.

GASTAL. S. 2002 “Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local”. In: Gastal. S. (org.). **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, p. 69-81.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia e Narrativa: do arquivo ao texto. *Revista Clio*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, n.28, 2010.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História: Cultura & Cidades*, São Paulo: ANPUH, n. 8/9, 1985.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Revista Antíteses: História e antropologias do patrimônio*, Londrina: UEL, v. 7, n. 14, 2014.

Nora. Pierre. 1993 **Entre a Memória e História: A problemática dos lugares**. Trad: Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*, São Paulo: dez.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
Tuan, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

POMIAN, K. Coleção. In: GIL, Fernando (org.). **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51- 86.

SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

**ABORDAGENS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL
IMATERIAL BRASILEIRO: O PROCESSO DE PERCEPÇÃO,
AMPLIAÇÃO E REPERCUSSÃO.**

*APPROACHES ON CULTURAL HERITAGE MATERIAL BRAZILIAN IMATERIAL:
THE PROCESS OF PERCEPTION, EXPANSION AND REPERCUSSION.*

*Raildis Azevedo Avelino
Mestranda em História (UPF)
rildesazevedo@hotmail.com*

RESUMO

O presente artigo nasce de reflexões sobre os estudos do Patrimônio Cultural Material e Imaterial Brasileiro, seu surgimento, percepção, ampliação e repercussão, bem como as políticas públicas culturais que fomentam a manutenção cultural no Brasil. Os critérios instituídos nessa pesquisa, estão alicerçados nos conceitos instituídos pelos Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, bem como as leis que o regem e são utilizadas para selecionar os bens a serem tombados ou registrados como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Este trabalho se propõe a analisar as particularidades e a diversidade cultural no Brasil. Tal ponderação embasa uma discussão sobre a relevância desse registro na perspectiva das comunidades que possuem manifestações populares religiosas, como sendo um dos principais elementos identificador de sua autenticidade local. Para tal, abordaremos a conceituação de patrimônio cultural, suas variações ao longo do tempo e, o cenário no qual, o mesmo encontrasse na contemporaneidade. A partir dessa conjuntura, apresentaremos a cidade de Monte do Carmo – TO, suas manifestações culturais, mais pontualmente, as Festividades de Nossa Senhora do Rosário e sua intangível cultura desse espaço físico.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Tangível e Intangível; Constituição de 1988; IPHAN; Monte do Carmo – TO.

ABSTRACT

The present article is born from reflections on the studies of Brazilian Material and Material Cultural Heritage, its appearance, perception, amplification and repercussion, as well as the public cultural policies that foster cultural maintenance in Brazil. The criteria established in this research are based on the concepts instituted by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), as well as the laws that govern it and are used to select the assets to be registered or registered as Brazilian Intangible Cultural Heritage. This work aims to analyze the particularities and the cultural diversity in Brazil. This weighting underlies a discussion about the relevance of this record in the perspective of communities that have popular religious manifestations, as being one of the main identifying elements of their local authenticity. To this end, we will approach the conceptualization of cultural heritage, its variations over time, and the scenario in which the same found in contemporaneity. From this juncture, we will present the city of Monte do Carmo - TO, its cultural manifestations, more specifically, the Festivities of Our Lady of the Rosary and its intangible culture of this physical space

Keywords: Cultural Heritage; Constitution of 1988; IPHAN; Monte do Carmo - TO.

Introdução

Este trabalho baseia-se em um mapeamento do percurso histórico trilhado pela conceituação de patrimônio, de suas políticas indenitárias em diferentes contextos dos âmbitos tangíveis e intangíveis. Buscando compreender as relações sociais que envolvem uma ampla produção material e intelectual, assimilando a ideia de que a cultura envolve diversos aspectos da inventividade humana: a religião, a arquitetura, os saberes e fazeres, as práticas, a ideologia, as expressões artísticas, os rituais entre outros.

Assim sendo, ao analisá-las significa abordar as diversidades e, de modo similar, às reflexões acerca do patrimônio cultural, interpretando-o como tudo aquilo que possui significação social e que representa e/ou traduz identidades, que integra as especificidades e características pelas quais os indivíduos se aproximam e/ou se diferenciam entre si, de uns em relação aos outros. Todavia, tal ajuizamento, pode ser dividido em duas instâncias: a “material” e a “imaterial”.

Em decorrência dessa categorização, surge a necessidade da constituição de políticas públicas de preservação, principalmente pela insurreição por parte daqueles que estão na linha de frente. Um exemplo recente e significativo no Brasil foi o discurso de Gilberto Gil ao assumir o Ministério da Cultura em 2002, ao defrontar com uma política cultural tradicionalista, preconiza um conceito de cultura mais alargado, dito “antropológico”, aonde o público privilegiado não seria os criadores, mas sim, aqueles que a mantém em movimento, ou seja, a sociedade brasileira.

A construção das políticas culturais no Brasil, assim como em outros países, foi se estruturando gradativamente e com alinhamentos diferentes em cada momento da sua história, sendo mais notável, a partir das mudanças estruturais ocorridas na sociedade mundial. Uma dessas fases viu surgir a imprescindível atuação de mecenas que, implantaram instituições estruturais para a valorização das artes e da cultura no país.

No decorrer desta investigação, seguiremos com um alinhamento dos debates introduzidos por alguns autores, no sentido de conceituar o patrimônio cultural e as políticas culturais de preservação, ao longo da história. Entre eles, as historiadoras Berenice Abreu de Castro Neves (2003); Françoise Choay (2006); Laurajane Smith (2008), para os conceitos de patrimônio e, para as políticas culturais destaca-se em específico o historiador Antônio Albino Canelas Rubim que, ressalta “a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: ausência, autoritarismo e instabilidade” (RUBIM, 2007, p.102).

O espaço histórico e geográfico abordado no presente artigo está em torno da cidade Monte do Carmo, situada no Estado do Tocantins. A cidade é uma das mais antigas do Brasil, outrora, descoberta em decorrência do ciclo minerador na América Portuguesa. Abordaremos uma manifestação religiosa que “ali” se estabeleceu, proveniente dos rituais estabelecidos no período colonial escravista e que, permanecem preservados.

Por fim, destaca-se a festa de Nossa Senhora do Rosário, no objetivo de decodificar as estruturas do folguedo para a comunidade, de estabelecer entre as diferentes representações festivas e seus sentidos. Veremos a seguir que tal celebração ainda permanece nos dias atuais, sendo reconhecida como símbolo do patrimônio cultural imaterial da cidade.

Contexto histórico

Foi na França pós-Revolução que o sentido de patrimônio como construção física começou a se estabelecer institucionalmente. Em 1837, ocorre a primeira Comissão dos Monumentos Históricos. A historiadora francesa Françoise Choay (2006, p. 12) salienta que as obras foram divididas em três grandes categorias: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos. Depois disso, ao longo do século XIX e parte do XX, período que foi marcado por uma grande preocupação com a preservação e restauração, o que se verificou foi apenas uma ampliação dos bens passíveis de serem considerados patrimoniais, enquanto o próprio conceito não foi questionado.

Um exemplo é a Carta de Veneza de 1964. Utilizada como parâmetro para as políticas nacionais durante o século XX, o documento apenas lista um conjunto de construções que são consideradas monumentos históricos, enquanto a expressão “significação cultural”, citada no texto, não é desenvolvida ou explicada. Para a Carta, o conceito de monumento histórico compreenderia “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” (Carta de Veneza; IPHAN, 1964, p. 1-2)

A antropóloga Laurajane Smith (2008, p. 11) salienta que os documentos, comissões, cartas e relatórios redigidos desde a Revolução Francesa, determinaram o que ela identifica como o “discurso patrimonial autorizado”, que consiste em privilegiar a monumentalidade, ancianidade, materialidade, os valores históricos, artísticos, técnicos/científicos e o consenso nacional de uma obra. “A consequência foi a produção de narrativas nacionais baseadas nos valores dos grupos dominantes, que se legitimam, por um lado, pela grandiosidade, permanência, materialidade e erudição de suas construções e, por outro, pela dificuldade dos

grupos subalternos em valorizar e divulgar diferentes critérios de reconhecimento de um bem além daqueles já sedimentados pela historiografia e técnicos autorizados.

As discussões sobre o termo patrimônio e as noções a ele vinculadas, passam por diversas perspectivas e campos de estudo, gerando diferentes formas e sentidos de compreensão. “Requalificada por diversos adjetivos (histórico, artístico, cultural, material, imaterial, natural...) que tornaram o termo um conceito nômade, sua acepção atual segue uma trajetória diferente da que é evocada em suas origens e etimologia”. (CHOAY,2006. pág.12).

Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006) na obra Patrimônio Histórico e Cultura, salientam que ainda na Antiguidade entre os romanos, o *patrimonium* se referia inicialmente a tudo o que pertencia ao pai de uma família (*pater* ou *pater famílias*) e que podia ser deixado por testamento, não se excluindo enquanto bens, as próprias pessoas como mulher, filhos e escravos. O patrimônio surge nesse contexto sendo patriarcal, particular e restrito à aristocracia.

Se ressignificando na Idade Média, o patrimônio teve uma ampliação em seu caráter, que embora ainda permanecesse aristocrático, adquiriu por meio da religião um valor simbólico e coletivo. A partir do Renascimento, cujo humanismo nascente fez ressurgir o interesse pela arte e valores clássicos, despertaram nos eruditos da época uma busca incansável por informações e vestígios da antiguidade grega e romana. Entretanto, não é difícil encontrarmos os estimados patrimônios de um país como um reflexo da cultura de determinado grupo, enquanto os demais são esquecidos e negligenciados. No Brasil, por exemplo, o que se viu foi a descrição de um país legatário da cultura europeia, católico e branco, comprometido para que os demais estratos sociais fossem educados para conhecer e compreender a “nossa” identidade.

Berenice Abreu de Castro Neves (2003, p. 1) defende a tese de que Patrimônio Cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade. Para que se entenda esse conceito e sua relação com as identidades, torna-se necessário, antes de tudo, refletir acerca do conceito de “cultura”. O senso comum identifica cultura como o domínio de certos conhecimentos e habilidades que permitem a algumas pessoas compreender e usufruir de bens ditos superiores, como obras de arte, literatura erudita, espetáculos teatrais entre outros.

Conforme NEVES (2003, p. 2) o conceito antropológico de cultura, estende essa noção a todos os seres humanos, postulando que todos os homens são portadores de capacidades, sendo, portanto, capazes de desenvolver atividades complexas, como é o caso da linguagem. Partindo da oposição homem/natureza, é possível demonstrar que os comportamentos humanos são artificialmente produzidos e que há muito pouco de transmissão genética orientando tal conduta, que são apreendidas socialmente, a partir das vivências cotidianas. A partir desse

conceito, é possível inferir que a idiossincrasia humana é orientada por necessidades materiais, utilitárias e também simbólicas.

Percepção e ampliação

No Brasil, a ideia de patrimônio cultural foi construída ao longo de um processo histórico que conformou os campos políticos e acadêmicos. Embora o marco legal para a política de patrimônio imaterial seja a Constituição Federal de 1988, Maria Cecília Londres Fonseca (2007, p. 12) observa que o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), elaborado por Mário de Andrade em 1936, já apresentava a ideia de que fatos culturais, hoje chamados de imateriais ou intangíveis, teriam interesse patrimonial para os poderes públicos. Entretanto, o projeto efetivo de criação da instituição não deu ênfase a este aspecto.

As políticas de tombamento, restauração, conservação e a fiscalização foram instrumentos aplicados desde a criação do SPHAN em 1937, sob a perspectiva restrita de um grupo de intelectuais que privilegiava as referências do processo de colonização europeia e da cultura modernista nacional. Era, então, definido o patrimônio cultural nacional no qual “um grupo muito reduzido se reconhece, e referido a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira” (FONSECA, 2005, p. 27).

Tais instrumentos não se aplicaram aos fatos culturais dos segmentos populares (como os folguedos, os credos, os saberes e fazeres) que, então, eram sistematicamente documentados pelos pesquisadores e divulgadores das culturas tradicionais populares também nominadas folclore.

Em verbetes divulgados pelo IPHAN, abordam que, por um lado, os estudiosos do folclore, como Sílvio Romero, Amadeu Amaral, Edison Carneiro, Mario de Andrade, dentre outros, apresentavam um Brasil de ricas e variadas tradições. Por outro lado, anunciavam o risco de desaparecimento desta diversidade cultural em detrimento de uma cultura tecnoindustrial homogeneizante.

Em 1947, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que originou a institucionalização do atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/CNFCP. O trabalho desenvolvido por artistas, intelectuais, pesquisadores, professores, entre outros, não era o de declarar fatos culturais como patrimônio nacional de interesse público, mas o de implementar ações para salvaguardar o folclore e os conhecimentos tradicionais das camadas populares por meio de pesquisa, documentação, difusão, apoio e fomento das práticas culturais.

Desde o final da década de 1970, foi verificando-se uma mudança de paradigma na percepção de patrimônio nos fóruns internacionais. A dimensão intangível das culturas, notadamente as expressões do folclore e/ou das culturas populares tradicionais, passam a ser enfatizadas como passível de ações patrimoniais. Deixando de ser vinculadas à ideia de passado histórico remoto, a partir da observação de que, de fato, são referências culturais vívidas na contemporaneidade, signos de identidades de grupos e comunidades formadoras da sociedade brasileira com suas respectivas relevâncias.

O Centro Nacional de Referências Culturais/ CNRC, criado em 1975 e extinto em 1979, incorporado no organograma do então SPHAN, implementou esta perspectiva em uma experiência que proporcionou, a confluência de estudos acadêmicos e políticas culturais no âmbito federal. Servindo de base para técnicos especialistas do Estado e representantes de segmentos da sociedade debaterem durante a Assembleia Nacional Constituinte e, finalmente, o conceito de patrimônio imaterial foi apresentado no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, como complementar ao conceito de patrimônio material em uma definição relativista e inclusiva de Patrimônio Cultural Nacional.

Com tal promulgação, intensificou-se o debate técnico sobre o patrimônio cultural em suas dimensões material e imaterial, no sentido da implementação federal. Um dos marcos desse processo é a Carta de Fortaleza, de 1997, resultado do Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção (IPHAN, 2000, p. 363).

Posteriormente, foi aprovado o *Decreto 3551/00* que institui o *Registro* dos bens culturais de natureza imaterial e o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial/ PNPI* (IPHAN, 2006 p. 129). Foram, então, implementados os primeiros instrumentos de proteção do patrimônio de natureza imaterial: estabelecendo o Registro nos *Livros* específicos: (*Saberes, Celebrações, Formas de Expressão, Lugares*); *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial*; e o *Inventário Nacional de Referências Culturais/ INRC*. Atualmente somam-se dois outros instrumentos: o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística/INDL* e o *Plano de Salvaguarda*.

Em 2001, iniciaram-se projetos piloto de inventários e processos de Registro em algumas Superintendências do IPHAN e no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP. Cabendo aos estados e municípios a elaborar e estabelecer suas próprias legislações e políticas para o patrimônio cultural, seguindo alguns parâmetros dados pelo Estado e pela Unesco.

No início do Século XXI, houve o impacto significativo das políticas para o patrimônio cultural em todo o país, na medida em que se deu a inclusão de referências culturais das

tradições populares de matrizes culturais africanas e indígenas, as quais foram historicamente excluídas das políticas de patrimonialização.

Adotamos como exemplo a lei nº 577, de 24 de agosto de 1993 do estado do Tocantins, não apenas por utilizar técnica de distinção própria, mas, também, por possuir cinco Livros de Tombo ao invés de quatro, conforme previsto em seu art. 15:

- a) Livro de Tombo Histórico e Etnográfico, destinado ao registro dos bens de interesse da história e da etnografia, além dos documentos, bibliotecas e arquivos de acentuado valor histórico ou cultural;
- b) Livro de Tombo Artístico, destinados ao registro dos bens de especial interesse artístico, erudito e folclórico;
- c) Livro de Tombo Paisagístico, destinado ao registro de monumentos naturais e outros locais de singular beleza, de interesse turístico ou ecológico;
- d) Livro de Tombo Arqueológico, destinado ao registro de bens de valor arqueológico ou paleontológico;
- e) Livro de Tombo Imobiliário, destinado ao registro de edifícios e monumentos, isolados ou em conjuntos.

Em comparação com os Livros de Tombo contemplados pela legislação federal, percebe-se que o Livro de Tombo Etnográfico se encontra em conjunto com o Histórico, e não com o Arqueológico e Paisagístico, como é disciplinado no Decreto-Lei nº. 25/37. Logo, torna-se claro que o que a legislação federal colocou em apenas um livro, a legislação de Tocantins dividiu em três livros distintos.

Contudo, mesmo amparados pela legislação federal e estadual, os bens culturais materiais e imateriais formadores da identidade de um povo, permanecem excluídos das pautas de urgências dos poderes competentes. Estando relegados as políticas públicas de preservação, realidade que ainda não chegou em diversos municípios do Brasil, sobretudo na cidade de Monte do Carmo, estado do Tocantins.

É neste contexto que se insere a cultura popular religiosa da cidade acima citada. A lei estadual não atende todas as demandas existentes no Estado e o município ainda não aderiu às normas de patrimonialização. As festas regionais/tradicionais são exemplos de resistência e exclusão histórica em Tocantins, mesmo com as leis vigentes, ainda padecem pela falta de políticas públicas e fomentos para a manutenção das tradições que compõem a identidade carmelitana.

Monte Do Carmo – TO

Devido à escassez de bibliografia referente a história de Monte do Carmo, adoto neste fragmento do texto, escritos de três viajantes – George Gardner (1875); Johann Emanuel Pohl (1973) e Raimundo José de Cunha Matos (1979), que passaram por Monte do Carmo quando o Arraial está estabelecido e em desenvolvimento e/ou decadência.

De acordo com os viajantes acima citados, que se dedicaram a escrever sobre a capitania de Goiás⁴⁹, informam que o Arraial de Monte do Carmo foi fundado em 1741 e/ou 1746, muito embora não se tenha precisão quanto a esta datação.

O viajante Johann Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico, esteve no Brasil entre 1817 e 1821. Austríaco, com boa erudição, exímio observador, descreveu com detalhes suas passagens e paragens pela Província de Goiás. Pohl chegou a Monte do Carmo em 28 de agosto de 1819 e o descreveu da seguinte forma: "Afinal, chegamos ao Arraial do Carmo, onde já me esperava o Capitão Luís Furtado, do Engenho São Procópio, o qual, muito hospitaleiro, preparara a sua casa para receber-me" (POHL, 1973, p. 266).

Logo após, foi recebido por "sacerdotes e autoridades do lugar", o mineralogista citou que "o arraial deve sua origem à cobiça do ouro". Que foi fundado "em 1746, por Manuel Sousa Ferreira". Outra observação do viajante é o início da decadência, motivado pelo fim do ciclo minerador. "Como outros povos análogos, comparticipa atualmente o destino da decadência e está quase em ruínas, pois, para exploração de suas minas de ouro, carecem os habitantes tanto de escravos como de água" (Idem).

O estado de 'decadência' citado pelo autor, revela a saída das pessoas, do lugar e remete a compreender o porquê da construção de uma extensa vala como poderemos observar na figura 1 e 2. É provável que os donos das minas tivessem pensado em solucionar o problema – falta de água – mas as minas foram mingando, que a obra perdeu o sentido.



Imagens Nº 01 e 02 Ruínas do primeiro povoado de Monte do Carmo Fonte: Noeci Carvalho Messias. Out. 2008.

⁴⁹ Enquanto espaço geograficamente delimitado, refere-se a uma área de 287 mil e 645 km², correspondente a 44,8% do estado de Goiás. População estimada em 482 mil e 372 habitantes, distribui-se por 60 municípios, compreendendo 5 grandes microrregiões: a do Extremo norte goiano, Baixo Araguaia goiano, Tocantínia de Pedro Afonso, Médio Tocantins Araguaia e Serra Geral de Goiás, que são também dominadas como região da Amazônia Legal. O então espaço esteve geográfica, econômica e politicamente vinculado a Goiás até 1º de março de 1989, quando então assumiu identidade política e jurídica própria, sendo hoje o Estado do Tocantins. (CAVALCANTE, 2005, pag.17).

Conforme Pohl, "o lugar que, pelas ricas lavras de ouro, era populoso e abastado, fica bem perto da Serra Geral e é rodeado de serras em semicírculo". Quanto às habitações, o mineralogista descreve:

Possui 150 casas. Na realidade, consiste numa única rua com casas uma ao lado da outra; foi planejada uma segunda rua e iniciada, parcialmente, a construção de casas, mas pouco depois, foi abandonada, restando apenas edifícios isolados (Idem).

Pohl assinala em seus escritos o início do declínio do local. Ao falar das casas, usa um número 'redondo', causando a impressão que não contou uma a uma, mas deixa bem claro a disposição do povoado, composto de uma única rua e a segunda foi construída e parcialmente abandonada. Isso remete ao entendimento de que muitos moradores haviam saído do local, em decorrência da decadência das minas, em busca de outras atividades de sobrevivência.

Em 1824, no dia 25 de junho, às 07 horas e quinze minutos, Raimundo José de Cunha Matos, militar e político, chegou ao Arraial do Carmo. Encantou-se com a serra do Carmo. "O mais admirável desta serra são os vários morros que se acham no cume dela; e o que muito me encantou pela sua configuração foi o denominado Cabeça de Boi, que fica ao lado da fazenda com este nome" (CUNHA MATOS, 2004, p. 187).

O arraial de Monte do Carmo está assentado em terreno quase plano na margem esquerda do rio água-suja, ou para melhor dizer entre a serra que fica a leste, o rio água-suja a oeste, o córrego do sucuri ao sul, e outro córrego ou um brejo ao norte; por isso a sua situação se torna-o insalubre, tem 107 casas entre grandes e pequenas, que possam ser reputadas fogo, a Igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo, pequena, mas bem ornada, e com excelente lâmpada, e banquetas de prata, e a pobre Hermida de Nossa Senhora do Rosário.

(...)Esse arraial e seu distrito forão antigamente mais rico e povoado: a mineração aqui se acha extinta; inumeráveis fazendas de gado (90) têm sido abandonadas por motivos de insultos dos índios selvagens (CUNHA MATOS, 2004, p. 188).

A relevância dos escritos de Cunha Matos para a história de Monte do Carmo é de significativa importância. Ao descrever a estrutura organizacional da vila, citando a existência de 107 casas entre grandes e pequenas. Nós levando a crer que o povoado era significativo, um tanto antigo e que, a exploração do ouro estava em decadência, apesar de continuar seu desenvolvimento. Porém, na citação fica evidente que, fazendas de gado foram abandonadas e houve ataques de indígenas naquela época.

Percebemos que Monte do Carmo muda de polo minerador para produtor de alimentos e atividade agropastoril, situação que se mantém até os dias atuais. Isso nos faz a crer que os donos das minas foram embora, abandonando os cativos à própria sorte, libertos e incorporados a atividade pastoril, criaram suas famílias que permanecem até hoje a continuidade de sua descendência.

George Gardner chegou ao Brasil em 1836 e permaneceu até 1841. Neste período o ciclo do ouro esgotara-se em Goiás. O naturalista viajou pela Província de Goiás em 1840, e registrou a criação de gado, cultivo de "milho e a mandioca". Muitos fazendeiros "acham vantajoso o plantar cana, não tanto para fazer açúcar, mas aguardente, que se vende com mais rapidez". Ao passar por Arraias⁵⁰ identificou que "a criação de gado é a ocupação mais comum dos fazendeiros". (GARDNER, 1875, p. 158-169).

É provável que o mesmo tenha ocorrido em Monte do Carmo. Com a decadência do ciclo aurífero, a matriz produtora passou para o cultivo da terra, associada à criação de gado. Sobre os cativos que foram abandonados à própria sorte, há vários registros que comprovam tal fato, na história de Goiás.

Emancipação política

A emancipação política de Monte do Carmo só é consolidada pela Lei Estadual nº 4.708, de 23 de outubro do ano de 1963 de Goiás⁵¹. Seu idealizador foi o então Vereador de Porto Nacional Durval Silva. O Município foi solenemente instalado no dia 1º de janeiro de 1964 e teve como primeiro chefe do executivo a prefeita Raimunda Aires da Silva (Dona Dica).

Atualmente, a cidade de Monte do Carmo tem cerca de 6.717 mil habitantes (IBGE, 2010). Limita-se a Oeste com o município de Porto Nacional; ao Leste com Ponte Alta do Tocantins e Pindorama do Tocantins; ao Norte com Palmas/Taquaruçú e ao Sul com Silvanópolis, aproximadamente 89 quilômetros da capital do estado, Palmas. O município está localizado na região central do Estado do Tocantins.

A economia de Monte do Carmo gira em torno da pecuária de corte e a agricultura, tendo em suas terras bons resultados na plantação de soja, arroz, milho e outros itens. No rol das manifestações culturais religiosas de Monte do Carmo, estão as "*Festas do Carmo*"⁵², comemoradas todos os anos em datas fixas e/ou flexíveis decididas pela igreja católica. Começa em janeiro com as folias de Santos Reis e procissão de São Sebastião; em julho com a junção de três santos: a Santa Padroeira Nossa Senhora do Carmo, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Rosário; em outubro também se comemora Nossa Senhora do Rosário, porém, com uma pompa reduzida.

⁵⁰ Cidade situada no estado do Tocantins, próxima a Monte do Carmo.

⁵¹ A autonomia do Estado do Tocantins só é consolidada em 1989. Até então Monte do Carmo pertence ao estado de Goiás

⁵² Denominação conhecida por comemorar três santos no mês de julho. Divino Espírito Santo, Nossa senhora do Carmo (padroeira), e Nossa Senhora do Rosário.

Festividade de Nossa Senhora Do Rosario

Através de memórias locais, observa-se que a festividade de Nossa Senhora do Rosário, foi a primeira manifestação religiosa no antigo arraial, arraigada de rituais que se misturavam e ainda se misturam, entre o sagrado e o profano. “Era comemorada pelos negros em condição de escravos”, visto que a santa era e/ou é considerada sua protetora.

A historiadora Marina de Mello e Souza (2002, p. 309) assinala que as irmandades, ligadas às Igrejas locais, eram organizações criadas nos centros urbanos, nos quais ocorriam preferencialmente as festas, sendo as “festas em homenagem à santa uma recuperação da africanidade sob o manto do catolicismo.”

Nos registros de memória do Frei Maria Audrin (1963)⁵³, festa muito reverenciada é a de Nossa Senhora do Rosário, "outrora exclusivamente reservada aos escravos, numerosos em nossos sertões, nos tempos de mineração". Audrin não informou as datas e nem as localidades onde ocorriam as festas, porém, ao que tudo indica e, fundamentando em depoimentos dos moradores, subentende-se que está se referindo a Monte do Carmo.

[...] coroação dos consortes reais, mastros, cantorias, bailes e banquetes. Tudo, porém, no dizer dos anciãos, pálidos vestígios dos esplendores de outrora, quando os escravos, auxiliados pelos fartos recursos de seus donos, verdadeiros nababos sertanejos, se compensavam, durante aqueles dias de festejos maravilhosos, das durezas e humilhações de sua existência. O "rei" e a "rainha" eram sempre negros retintos, trajando, porém, luxuosa indumentária [...] O mesmo precioso pó era profusamente semeado por dois pajens ao longo do caminho por onde passava a rainha (AUDRIN, 1963, p. 125).

Atualmente a festa de Nossa Senhora do Rosário, em Monte do Carmo, é uma devoção festejada por reis e rainhas, os quais são chamados também de festeiros, em duas datas distintas, julho e outubro – para este trabalho a referência temporal é o mês de outubro.

O folguedo de Nossa Senhora do Rosário tem início oficialmente com o anúncio dos festeiros na Igreja, que por sua vez a multidão saúdam com salvas de palmas e gritos de "viva a rainha e o rei de Nossa Senhora do Rosário". A partir deste ato, iniciam os preparativos que vai desde a busca por patrocinadores para obtenção dos elementos servidos no dia da coroação do rei e da rainha, bem como a ornamentação do ambiente para receber os fiéis e turistas. A população de modo geral oferece suporte material à festa.

⁵³ AUDRIN, Frei José Maria. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, p. 32.



6 - Imagens Nº 13, 14. Coroadas Rainha e Taieiras de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: www.montedocarmo.to.gov.br. Acesso em 22-04-2017.

Alguns devotos comentam que a festa de Nossa Senhora do Rosário é celebrada sem a arrecadação de fundos (esmolas), fato que dificulta o preparo dos folguedos. Neste sentido, a busca por patrocínio é de fundamental importância, visto que a rainha e o rei são pessoas de menor poder aquisitivo. Muitas vezes, em decorrência da falta de recursos, as vestimentas da rainha, rei, congos e taieiras, são reciclados dos festeiros do mês de julho.

A rainha é a personagem principal do festejo de Nossa Senhora do Rosário, sendo sua importância, extrapola a magnitude do posto, sendo observada até nas cantigas: "*O rei é bom, a rainha é mió*". Também na denominação dos momentos da festa: *A Chegada da Rainha; A Caçada da Rainha; A Coroação da Rainha; O Cortejo da Rainha*; Até o local chama-se *A Casa da Rainha*.

Não raras vezes, ouve-se dizer em Monte do Carmo, que para ser rainha na festa do Rosário no mês de julho é preciso ser rica, ou seja, que apenas os mais abonados conseguem fazer esta celebração, visto que as despesas são maiores. Em julho, a festa torna-se cara por que é o período das férias escolares e o afluxo de pessoas para a cidade é maior, portanto, faz-se necessário ter mais recursos. Ser rainha da festa no mês de outubro não implica em muitos gastos, favorecendo a participação das mulheres negras, que se manifestam para assumir a coroa de rainha.

Há vários rituais religiosos e profanos permeados de significados na festa de Nossa Senhora do Rosário, que se entrelaçam em um universo de representações. Iniciando com novenas que duram uma semana, sendo que, no primeiro final de semana (sábado à noite) começam às celebrações em louvor a santa. Os *congos*⁵⁴, *taieiras*⁵⁵ e *tamborzeiros*⁵⁶ iniciam o

⁵⁴ Congo é um dos muitos conjuntos de [danças](#), [músicas](#) e manifestação [folclóricas](#). É particularmente caracterizada pelo uso de [tambores](#) em variados tamanhos, [trajes](#) e [coreografias](#) típicas e [cânticos](#) que invocam Nossa Senhora do Rosário.

⁵⁵ Taieiras é um grupo formado por mulheres com vestimentas longas e coloridas, com turbantes na cabeça, que cantam e dançam, assim como os congos em homenagem a N. S.do Rosário.

⁵⁶ São pessoas que batem o instrumento tambor feito com madeira e revestido com couro.

cortejo da casa da rainha até a igreja em um misto de cultura popular/folclórica e religiosa. Neste momento é realizada a missa e coroação da rainha e rei.

No dia seguinte (domingo) à tarde começa o ritual da *Caçada da Rainha, Congos, Taieras e Caretas*⁵⁷ que buscam a rainha em um local estratégico, conhecido como “butiquim”⁵⁸, deste local seguem para a igreja e posteriormente para a casa da rainha, em clima de muita alegria, banhado por *sussa*⁵⁹, tambor, licor e muitos cantos para à rainha de Nossa Senhora do Rosário. Encerra-se na igreja com missa e no dia seguinte é realizada a escolha dos festeiros do ano seguinte.

Para os moradores da cidade e nos escritos da historiadora Noeci Carvalho Messias (2010, p. 278), a origem desse ritual remonta ao período das minas de ouro na Serra de Monte do Carmo, no tempo da escravidão. Como nas narrativas míticas, não existe uma data precisa, mas destaca-se que certo dia um homem, possivelmente escravo, encontrou na Serra de Monte do Carmo uma imagem de Nossa Senhora do Rosário e levou-a para a cidade. Entretanto, no dia seguinte, a imagem desapareceu.

O mistério do desaparecimento da imagem, que ocorreu por duas vezes, levou a comunidade a se organizar e travar uma verdadeira caçada à referida imagem. Uma multidão se formou e seguiram em cortejo, à procura da imagem. Para esse cortejo, levaram os tambores, os *congos* e as *taieiras*; cantaram e dançaram e assim reencontraram a imagem e, em ritual, levaram-na de volta à cidade. Após o episódio festivo, a imagem nunca mais desapareceu, permanecendo na Igreja. Reza a tradição que o ritual organizado por aquele grupo de pessoas fez com que a imagem permanecesse na cidade. A partir daquele momento, o ritual da *Caçada da Rainha* passou a fazer parte dos festejos religiosos de Nossa Senhora do Rosário e se matem até os dias atuais, com a ritualização de buscar a imagem.

O ritual da *Caçada da Rainha* se caracteriza em um espaço recriado a cada ano, pelos seus participantes, na maioria moradores locais. Este espaço marcado pela fé, diversão, devoção e brincadeiras em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, é também um espaço de afirmação social e religiosa dos devotos. O ritual contribui para a construção das práticas sociais, organizando as relações com o passado de forma socialmente significativa, (MESSIAS, 2010, p.278).

⁵⁷ Pessoas vestidas de forma assustadora, com cipós.

⁵⁸ Local afastado da cidade, assim denominado pelos moradores, sendo ponto de encontro para a “caçada da rainha” ou seja, é ali que a rainha espera o cortejo que à acompanha até sua residência. Com muitas reverências, animação, cantos, danças, tomam licores e comem bolos típicos da festa, seguindo por um trajeto de aproximadamente dois quilômetros.

⁵⁹ Dança típica dos foliões do Divino Espírito Santo.

Conclusão

O processo de repercussão, ampliação e aplicação da noção de patrimônio tem implicado a possibilidade de inclusão, na categoria, de diversas manifestações culturais que registram temporalidades e origens diversificadas, assim como o reconhecimento de contribuições procedentes de diferentes setores sociais. Ainda que a dimensão política seja um aspecto presente em todo o processo de constituição e/ou preservação patrimonial, ela adquire uma visibilidade extrema e uma incidência imediata quando se trata de “produções culturais dos setores subalternos”. Torna-se, assim, pertinente e desejável, um questionamento/posicionamento de pesquisadores do âmbito patrimonial/cultural para a efetivação das leis vigentes.

Afinal, as políticas culturais para a preservação do patrimônio intangível ainda são frágeis, pois fomentam quase que exclusivamente as grandes festividades nacionais. Já as festividades de menor propagação, continuam desassistida pelo poder público.

A festa de Nossa Senhora do Rosário solidifica pelo empenho dos fiéis, se torna Patrimônio Cultural Imaterial da cidade, pelo fato de apresentar rituais de relevante significação histórica que ultrapassa séculos. A resistência dos devotos no ato de comemorar e preservar os rituais é algo que o senso comum não explica. Tratando de acontecimentos sagrados que teve seu lugar no tempo de origem e que vai ritualmente uma vez que os participantes da festa se tornam os contemporâneos do acontecimento mítico.

Por fim, a festa de Nossa Senhora do Rosário, carece de políticas públicas, mas principalmente, carecem de conscientização sócio- histórica no processo cotidiano de aprendizagem – dos saberes e fazeres – dos sujeitos sociais pertencentes à comunidade. As políticas de preservação só serão efetivadas quando forem dialogadas, – população e poder público – passamos por um longo processo de reconhecimento e institucionalização, as leis estão aí, porque os órgãos competentes à cultura se valem de pouco interesse em cumpri-las?

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. de. **Anteprojeto para a criação do SPHAN**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.º. 30, 2002.

AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 de junho de 2016.

BRASIL, **Decreto Lei n.º. 25 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL, **Decreto n.º. 3551 de 04 de agosto de 2000**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 out. 2017.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

COHN, G. **Concepção oficial de cultura e processo cultural**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.º 22, 1987. CUNHA, D. F. S. **Patrimônio Cultural: proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

FUNARI, P.P.A. & PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IANNI, O. **Cultura Popular**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico n.º. 22, 1987.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta de Veneza, de maio de 1964**. Veneza, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 22 de mar. 2018.

IPHAN; MINC. **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: FUNARTE, 2003.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e São Paulo**. Belo Horizonte: Instituto Culturla Amílcar Martins, 2004.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Montedo Carmo e em Natividade - TO**. Goiânia: UFG, 2010. [Tese de Doutorado].

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London; New York: Routledge, 2008

O CONSUMO DO MÁRMORE E A ATUAÇÃO DOS MARMORISTAS ITALIANOS EM PORTO ALEGRE, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, ATRAVÉS DO CASO DE LEONE LONARDI.

*EL CONSUMO DEL MÁRMOL Y LA ACTUACIÓN DE LOS MARMORISTAS
ITALIANOS EN PORTO ALEGRE, EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX, A
TRAVÉS DEL CASO DE LEONE LONARDI.*

*Regina Zimmermann Guilherme
Mestranda em História pela PUCRS.
rezimmermann10@gmail.com*

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o consumo do mármore e a atuação dos marmoristas italianos, em Porto Alegre, como cultura material, através do caso de Leone Lonardi. Uma hipótese para explicar a importância dada ao trabalho dos marmoristas e aos monumentos públicos e funerários por eles produzidos, no início do século XX, pode estar presente no pensamento de Daniel Miller (MILLER, 2007) que diz que as pessoas, naquele período, ainda eram definidas pelo trabalho, a passo que hoje, cada vez mais, são definidas através do consumo. Sabemos que o monumento exaltava o indivíduo por sua função na sociedade, ou seja, por seu trabalho. E é possível observar que a demanda por este trabalho declinou a partir da segunda metade do século XX, chegando ao desaparecimento da profissão de escultor marmorista, em Porto Alegre, neste período. Outra hipótese está nas sentenças de Mary Douglas e Baron Isherwood, (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004) que dizem que todas as posses materiais carregam significação social e que a renda é um meio de acesso a um sistema social hierárquico em que os indivíduos mais abastados formam uma extensa rede social. Neste sentido, as fontes pesquisadas mostram que Leone Lonardi teve apoio em redes de relacionamento tanto para a imigração, quanto para a constituição de sua marmoraria.

Palavras-chave: Marmoristas; Italianos; Porto Alegre; Consumo; Mármore.

RESUMEN

El presente estudio tiene por objetivo analizar el consumo del mármol y la actuación de los escultores del mármol italianos, en Porto Alegre, como cultura material, a través del caso de Leone Lonardi. Una hipótesis para explicar la importancia dada al trabajo de los escultores del mármol y a los monumentos públicos y funerarios por ellos producidos, a principios del siglo XX, puede estar presente en el pensamiento de Daniel Miller (MILLER, 2007) que dice que las personas, en aquel período, todavía eran definidas por el trabajo, a medida que hoy, cada vez más, son definidas a través del consumo. Sabemos que el monumento exaltaba al individuo por su función en la sociedad, o sea, por su trabajo. Y es posible observar que la demanda por este trabajo declinó a partir de la segunda mitad del siglo XX, llegando a la desaparición de la profesión de escultor del mármol, en Porto Alegre, en este período. Otra hipótesis está en las sentencias de Mary Douglas y Baron Isherwood, (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004) que dicen que todas las posesiones materiales cargan significación social y que la renta es un medio de acceso a un sistema social jerárquico en que los individuos más ricos forman una extensa red social. En este sentido, las fuentes investigadas muestran que Leone Lonardi tuvo apoyo en redes de

relaciones tanto para la inmigración, como para la constitución de su marmolería.

Palabras clave: Escultor del mármol; Italianos; Porto Alegre; Consumo; Mármol.

O presente estudo tem por pretensão analisar o consumo do mármore e a atuação dos marmoristas italianos em Porto Alegre, através do caso de Leone Lonardi, sob a perspectiva do consumo e da cultura material, numa abordagem interdisciplinar, a partir do diálogo entre os suportes teóricos da Filosofia, da Sociologia e principalmente da Antropologia, aliado a metodologia da História. Entende-se que para analisar o consumo do mármore, precisamos antes perceber tanto o mármore, quanto o trabalho dos marmoristas e o consumo dos seus produtos como cultura material. Para Forge, as culturas encarregam a cultura material da responsabilidade de comportar certas mensagens que não podem confiar ou não confiam à linguagem. (apud MCCRAKEN, 2003, p.96). Para McCracken, os códigos não linguísticos da cultura material comunicam coisas que a linguagem propriamente dita não consegue. O caráter não conspícuo da cultura material lhe confere diversas vantagens enquanto meio de comunicação, sendo convertida em um mecanismo a serviço da representação de verdades culturais fundamentais, permitindo à cultura insinuar suas crenças e pressupostos no tecido da vida cotidiana. Tem, nesta medida, grande valor propagandístico na criação de um mundo de significados. (MCCRAKEN, 2003, p. 96- 97). Quando McCracken observa que a não conspícuo das mensagens da cultura material também lhes permite carregar significados que não poderiam ser tornados mais explícitos sem o perigo de gerar controvérsia, protesto e recusa, podemos claramente aplicar esta sentença às esculturas públicas produzidas pelos marmoristas, principalmente no início do século XX, que serviam de propaganda política. Para McCracken, a cultura material dispõe de uma função instrumental poderosa e variada, podendo ser usada para performatizar certos tipos de ação social e cultural. *“Particularmente quando a mensagem é de teor político e codifica diferenças de status, a cultura material consegue falar em voz baixa. Declarações políticas podem, portanto, ser empreendidas com diminuto risco de contradeciações.”* (MCCRAKEN, 2003, p. 97-98).

Daniel Miller, ao tratar do consumo como cultura material, rebate as críticas dos marxistas Baudrillard (1988) e Bauman (1991) que veem os consumidores relegados ao papel passivo de meramente se encaixarem em mapas sociais produzidos pelo comércio, baseados nas distinções entre bens, através da compra dos símbolos apropriados ao seu “estilo de vida”. Para Miller, se este século viu populações inteiras se identificando através do consumo ao invés

da produção, isso poderia ser visto como progresso. “*Nós poderíamos ter argumentado que o capitalismo tem muito mais controle direto sobre as identidades das pessoas enquanto trabalhadores do que enquanto consumidores.*” (MILLER, 2007, p.37). Estas colocações nos levam a refletir sobre o quase desaparecimento da profissão de marmorista. No início do século XX, quando a maior parte deles chegaram à Porto Alegre, seguindo o pensamento de Miller, as pessoas ainda eram definidas pelo trabalho. Hoje, cada vez mais, as pessoas são definidas por suas posses, pelos seus bens. Porém, este é justamente o período que em Porto Alegre se dava esta transição, o consumo começava a definir o status social dos indivíduos e das famílias.

Para Mary Douglas e Baron Isherwood, o consumo diz respeito ao poder que é mantido e exercido de várias maneiras diferentes. O consumo não é imposto, a escolha do consumidor é livre e escolhas de consumo exprimem e geram cultura em seu sentido mais geral. Para eles, uma teoria do consumo deve ser um facho de luz dirigido à política social. A renda é um meio de acesso a um sistema social e quanto mais alto as famílias estiverem na hierarquia social, tanto mais intimamente envolvidas entre si estarão, e numa rede social muito mais extensa que a das classes baixas. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 142).

Sabemos que, em Porto Alegre, mesmo antes de 1875, quando começou a imigração italiana, muitos italianos chegaram ao Rio Grande do Sul. Em 1868, chegou à Porto Alegre, o primeiro marmorista italiano, Adriano Pittanti que explorou diretamente, junto ao governo da Província, as primeiras pedreiras do Rio Grande do Sul, em Encruzilhada. Em 1971, Carlos Fossati, chega ao estado, contratado pelo governo para orientar tecnicamente os trabalhos de extração de mármore nas jazidas de Encruzilhada do Sul e Caçapava do Sul. Em 1884, a firma de Pitanti erigiu a primeira escultura pública de Porto Alegre, a estátua do Conde de Porto Alegre. No início do século XX, já temos um número significativo de marmoristas italianos atuando no Rio grande do Sul.

As crises econômicas na Europa motivaram a imigração de muitos escultores, porém, mais do que isso, estes artistas vinham em busca de novas oportunidades em terras que careciam de trabalhadores especializados. O início do século XX é marcado, no Rio Grande do Sul, como um período de grandes transformações urbanas em muitas de suas cidades, especialmente na capital. O desenvolvimento urbano atraiu imigrantes alemães e italianos, entre outros, em números menores. Porto Alegre, como todo o Rio Grande do Sul, carecia de profissionais especializados nas mais diversas atividades. Estudos recentes mostram que grande parte dos imigrantes italianos, que se estabeleceram em Porto Alegre, atingiu o objetivo geral dos imigrantes, de alcançar fortuna, visto que se tornaram pequenos e médios proprietários. Stella

Borges nota que o imigrante urbano passava a investir na indústria nascente. (BORGES, 1995, p.130). O jornalista italiano Alfredo Cusano, em visita ao Rio Grande do Sul em 1920, registrava a presença de cerca 30 mil italianos em Porto Alegre, entre os quais havia muitos artesãos e operários. (CUSANO, 1920, p. 68). O crescimento do setor industrial no Rio Grande do Sul, no início do século XX estava diretamente vinculado aos “artífices entrados como imigrantes”, ou seja, imigrantes qualificados. As indústrias se desenvolvem a partir do desenvolvimento das pequenas oficinas, incluindo maquinário variado. (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 210).

O marmorista Leone Lonardi, diplomado na Escola de Escultura de Verona, ao chegar à Porto Alegre, trabalhou seis meses na Casa Aloys, uma das mais importantes marmorarias do Rio Grande do Sul, deste período. (BELLOMO, 2006). Como já tinha experiência em marmoraria, associou-se a Arlindo Teixeira que fora letrista na Casa Aloys e fundou, em 1928, a Marmoraria Lonardi & Teixeira. Da mesma forma que ocorria nas trajetórias dos costureiros, descritas por Bourdieu e Delsaut, em que o itinerário mais simples é dos costureiros que deixam a *maison* onde trabalham para fundarem sua própria *maison*, os marmoristas, após passarem pelas grandes marmorarias, muitas vezes fundavam suas próprias marmorarias. Não raro esta dispersão se dava em duplas e em dois tempos, tanto com os costureiros, quanto com os marmoristas, como ocorreu com Leone que depois de permanecer por alguns meses na Casa Aloy, montou uma sociedade com o colega de trabalho, o letreiro Arlindo Teixeira. Anos mais tarde, Teixeira deixa a sociedade. Este mecanismo tende a assegurar a mudança dentro da continuidade. Ocorria nas marmorarias o que ocorria nas *maisons*: “os recém-chegados são, na maior parte das vezes, desertores das *maison* estabelecidas que devem seu capital inicial de autoridade específica à sua passagem anterior por uma grande *maison*.” (BOURDIEU; DELSAUT. p. 139). Ao saírem da Casa Aloys, Lonardi e Teixeira se instalaram na Lomba do Cemitério, passando a se constituir, nas décadas de 30 e 40, em uma das mais importantes marmorarias e oficinas de esculturas do estado. (DOBERSTEIN, 2002). Segundo Luiza Carvalho, depois da Casa Aloys, a Marmoraria Lonardi é a segunda que mais aparece nos cemitérios do Rio Grande do Sul. (CARVALHO, 2015). Observa-se também tanto nos costureiros das *maisons*, quanto nos marmoristas, por um lado a mesma preocupação em conservar e explorar uma clientela restrita e antiga que só se conquista pela tradição, por outro a esperança de converter novos clientes, através de uma arte que pretende estar ao alcance das massas. (BOURDIEU; DELSAUT. p. 116). Outros escultores, além de Leone, trabalharam na marmoraria Lonardi, como os italianos V. Bottari, Luiz de Sanguin e Sylvio Giusti e o espanhol

André Arjonas, que ali trabalhou depois do fechamento da Casa Aloys.

As analogias observadas nas práticas dos costureiros e dos marmoristas, provavelmente, remontam às praticas das antigas corporações de ofícios. Segundo Maria Elizia Borges, o dado mais remoto sobre a formação do *marmorista*, propriamente dito, provavelmente esteja entre os séculos XII e XVII, com o surgimento da *loggia*, uma organização, hierarquicamente organizada, composta por artistas e artesões contratados para construir igrejas e catedrais. A partir daí, inicia-se a exploração das primeiras pedreiras, locais de onde se extrai o mármore bruto do solo. Nos ateliês, cabia ao entalhador de pedra desbastar os pedaços de pedra bruta, até realizar esculturas. Essa pessoa era considerada pela comunidade de trabalho como *grande escultor* ou *marmorista*. Na Renascença, quando a arte ganha o *status* de produto intelectual que subordinava a si a atividade operadora da produção artesanal, os *marmoristas* se reuniam em corporações. A produção tornou-se autônoma, atendendo tanto aos interesses da esfera pública como aos da privada. Com o Maneirismo, movimento artístico do século XVI que revia os valores clássicos, os arquitetos passam a questionar o uso do mármore em certos tipos de construções, no frio europeu. Ao mesmo tempo, o mármore estatuário começou a ser largamente empregado nas sepulturas suntuosas das pessoas ilustres. O frio mármore se adequava mais aos mortos do que aos vivos. Este novo uso provocou mudanças nos hábitos culturais e artísticos. (BORGES, 1991, p. 44).

Ao estudarmos a atuação dos marmoristas, no início do século XX, precisamos considerar a importância dos cemitérios e da arte cemiterial, neste período. Maria Elízia Borges, em seu estudo sobre arte funerária, observa que, no Brasil, “*existe o predomínio de uma produção funerária efetuada por artistas-artesãos oriundos de marmorarias instaladas, em sua maioria, por imigrantes italianos e portugueses.*”. (BORGES, 1991, p. 20). A arte funerária foi amplamente utilizada a fim de afirmar o gosto e o *status* da camada mais abastada da sociedade. No que se refere à importância dos cemitérios, neste período, Maria Elizia coloca que:

“(...) no início do século XX o cemitério era o local mais visitado de uma cidade. Ele proporcionava a toda a comunidade entrar em contato com um tipo de obra veiculadora de um ideário estético determinado, como por exemplo, o ecletismo, que servia de modelo e orientação para a formação do gosto estético da população.”. (BORGES, 1997, p.23).

Ao tentarmos entender a larga utilização de esculturas e de materiais nobres nas representações tumulares, no início do século XX, podemos seguir o pensamento de Miller a respeito da cultura material, que rebate a crítica marxista, tão em voga no período subsequente

ao que estudamos. Miller apresenta o estudo de Layne (2002), que segundo ele, demonstra que uma abordagem genuína da cultura material ao consumo começa e termina com uma compreensão intensificada e não reduzida da humanidade, ao reconhecer também a sua materialidade intrínseca. O estudo foi centrado em mulheres que haviam sofrido de perda fetal num ponto avançado da gravidez ou tido filhos natimortos. A maneira pela qual os pais que haviam sofrido essa perda encontraram para realizar a construção da perda de uma pessoa estava na relação com as coisas que eles haviam comprado na expectativa do nascimento e, eram, assim, possessões do morto. Através da separação gradual destes objetos e da inclusão continuada do indivíduo perdido no presentear, como compra de objetos para o que teria sido o seu aniversário, ou para o morto em seus próprios aniversários, eles foram capazes de se separar daqueles que haviam perdido. (MILLER, 2007, p. 53). O estudo de Layne trás certa analogia com as questões relativas à cultura material apresentada nos cemitérios, portanto com as esculturas funerárias produzidas pelos marmoristas. Seguindo a perspectiva de Miller, podemos dizer que o surgimento dos cemitérios parques e crematórios que buscam um afastamento da materialidade, seria uma influência da crítica marxista ao consumo e ao materialismo.

Para Douglas e Isherwood, todas as posses materiais carregam significação social. Os bens são provedores de subsistência e marcadores das linhas das relações sociais. No individualismo teórico a maior parte dos prazeres tem suas raízes na vida social e nenhum ser humano existe senão fixado na cultura de sua época e lugar. Portanto, a função essencial do consumo é a sua capacidade de dar sentido. O consumo é um meio não verbal para a capacidade humana de criar e o consumidor nunca está solitário, ele utiliza os bens para comunicar sobre si. Assim, o objetivo geral do consumidor é construir um universo inteligível com os bens que escolhe. Os bens são dotados de valor pela concordância de outros consumidores. Além disso, os bens marcam intervalos de tempo. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004). Estas sentenças explicam a importância dos monumentos, tanto os públicos como os funerários.

Considerando que nenhum ser humano existe, senão fixado na cultura de sua época e lugar, e que a cultura é um padrão possível de significados herdados do passado imediato, um abrigo para as necessidades interpretativas do presente, devemos pensar o que é significado. Para Mary Douglas e Baron Isherwood, “*o significado flui e anda à deriva; é difícil de captar. Quando aplicado a um conjunto de pistas, se transforma*”. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 111). Um mesmo acontecimento gera padrões diferentes para pessoas diferentes e quando visto em tempos diferentes, assume um aspecto mais uma vez diferente. Portanto, o principal problema da vida social é fixar os significados de modo que fiquem estáveis por algum tempo.

Tanto para a sociedade tribal, quanto para nós, os ritos servem para conter a flutuação dos significados. Os rituais são convenções que constituem definições públicas visíveis. Viver sem rituais é viver sem significados claros e, possivelmente, sem memória. Os rituais mais eficazes usam coisas materiais e podemos supor que, quanto mais custosa a pompa ritual, tanto mais forte a intenção de fixar os significados. Os bens, nessa perspectiva, são acessórios rituais; o consumo é um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 111-112). Assim, podemos entender a importância da cultura material nos ritos funerários.

Desde o início do século XX, em Porto Alegre, há uma grande procura por marmorarias e esculturas. A burguesia emergente e a efusão de obras públicas demandavam materiais nobres como o granito e o mármore, para revestimentos internos e externos de residências e edifícios. Apesar de haver um declínio na produção dos monumentos públicos neste período, as famílias abastadas de Porto Alegre mantêm o gosto pelas esculturas funerárias que refletem seu *status* social e econômico. Sobre a atuação dos marmoristas italianos, Ruggiero diz que:

“Não somente a arte funerária, mas em geral, a construção civil, coligada às artes plásticas, decorativas e à estatuária, representou um dos primeiros setores no qual os italianos conseguiram se firmar, estando presentes na construção de grandes centros urbanos e no desenvolvimento vertiginoso na virada do século.”. (RUGGIERO, 2015, p. 80).

Sabemos que os bens de consumo são usados para demarcar intervalos de uma dimensão temporal necessária ao universo social. O calendário deve ser subdividido em períodos anuais, semestrais, mensais, semanais, diários e outros ainda mais curtos. A passagem do tempo é então carregada de significado. Há um tempo de viver e um tempo de morrer. Os bens, a parte visível da cultura, são, portanto, arranjados em perspectivas e hierarquias que podem dar espaço para a variedade total de discriminações de que a mente humana é capaz. Suas estruturas são ancoradas nos propósitos humanos. Os bens são usados para marcar, no sentido de categorias de classificação. Pode haver marcação privada, mas aqui nos referimos a um uso público. Os bens são dotados de valor pela concordância de outros consumidores. Eles se reúnem para classificar eventos, mantendo julgamentos antigos ou alterando-os. Cada pessoa é uma fonte e um objeto de julgamentos; cada indivíduo está no esquema de classificação cujas discriminações estão ajudando a estabelecer. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Appadurai trata da relação do conhecimento com os fluxos de mercadorias. Para ele, conforme aumenta a distância, a negociação da tensão entre conhecimento e ignorância se torna, em si mesma, um determinante crucial do fluxo de mercadorias. Mercadorias representam

formas sociais e partilhas de conhecimento muito complexas. “*Em primeiro lugar, e grosso modo, tal conhecimento pode ser de dois tipos: o conhecimento (técnico, social, estético etc.) que integra a produção da mercadoria; e o conhecimento que integra a ação de consumir propriamente a mercadoria.*” (APPADURAI, 2010, p.60). O conhecimento de produção interpretado em uma mercadoria é bem diferente do conhecimento de consumo que é interpretado a partir da mercadoria. E, essas duas interpretações irão conduzir proporcionalmente ao aumento da distância social, espacial e temporal entre produtores e consumidores. O conhecimento, em ambos os polos são suscetíveis a interações mútuas e dialéticas. O *locus* de produção de mercadorias tende a ser dominado por prescrições de fabricação culturalmente padronizadas. Portanto, fábricas, campos, fundições, minas, oficinas e a maioria dos outros locais de produção são, em primeiro lugar, depósitos de conhecimentos técnicos de produção de um tipo altamente padronizado. Na produção de mercadorias secundárias ou de luxo, o gosto, a apreciação e a experiência individual tendem a criar variações acentuadas no conhecimento de produção. O conhecimento técnico sempre se mistura profundamente com suposições cosmológicas, sociológicas e rituais que tendem a ser amplamente compartilhadas. Problemas que envolvam conhecimento, informação e ignorância não se restringem aos polos de produção e consumo das carreiras⁶⁰ de mercadorias, mas caracterizam o próprio processo de circulação e troca. Para Appadurai, conforme o ritmo da mobilidade e a aglomeração de pessoas no topo da sociedade ocidental se tornam mais marcados, e conforme a tecnologia possibilita a multiplicação de objetos de prestígio, instaura-se um crescente e irônico diálogo entre necessidade de critérios de autenticidade que se alteram constantemente. A autenticidade e a *expertise* se concernem através de uma série de questões que giram em torno de tópicos como bom gosto, conhecimento especializado, “originalidade” e distinção social, que se manifesta em especial no domínio da arte e de objetos artísticos. (APPADURAI, 2010).

As oficinas dos marmoristas, como depósitos de conhecimentos técnicos de produção de um tipo altamente padronizado, que produzia mercadorias secundárias ou de luxo, também sofreram, ao longo do tempo e em diferentes locais, acentuadas variações no conhecimento de produção, condicionadas ao gosto, à apreciação e às experiências individuais dos consumidores. No início do século XX, os marmoristas atuantes em Porto Alegre demonstravam plena

⁶⁰ As “carreiras” ou “histórias e vida” das mercadorias estão relacionadas a partilha de conhecimento em diversos momentos. Tais carreiras atingem o grau mais alto de uniformidade no pólo da produção. In: APPADURAI, Arjun. A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da UFF, 2010. p. 60.

adaptação ao mercado local. O êxito e a valorização dos marmoristas, em Porto Alegre, podem ser observados na existência do Sindicato dos Marmoristas que já em 1906 se constituía em um sindicato forte e organizado que articulou a primeira greve geral do estado, em que os grevistas saíram vitoriosos, conquistando a jornada de 8 horas de trabalho, o pagamento por hora trabalhada e o direito de não serem despedidos por terem participado da greve. (TRENTO, 1989, p.138). A partir da década de 1930, não se tem registro da entrada de novos escultores do mármore, assim como a formação de novos profissionais na área, em Porto Alegre. Talvez, esta situação esteja relacionada a não alteração dos critérios de autenticidade - descritos por Appadurai - que deveriam estar em concordância com proposições cosmológicas, sociológicas e rituais compartilhadas com os consumidores. Ou talvez, e mais provavelmente, esteja simplesmente relacionada à substituição da técnica manual antiga, pela técnica moderna. Hoje, pouco se valoriza e ambiciona este produzir no qual a escultura é desabrigada do mármore pelo escultor, o artista, como define Heidegger: *“o que se apresenta tem em si mesmo a irrupção do produzir, por exemplo, no advento da flor no florescer. Em vista disso, o que é produzido manual e artisticamente (...) tem a irrupção do produzir não em si mesmo, mas num outro, no artesão e no artista.”* (HEIDEGGER, 1997, p. 53).

Deste modo, através do caso de Leone Lonardi e dos marmoristas italianos que atuaram em Porto Alegre na primeira metade do século XX, inseridos na dinâmica do consumo do mármore, podemos considerar que é possível analisar e interpretar a atuação de artistas e artesões, sob a perspectiva do consumo e da cultura material, numa abordagem interdisciplinar, a partir do diálogo entre os suportes teóricos da Filosofia, da Sociologia e principalmente da Antropologia, aliado a metodologia da História.

Referências Bibliográficas

Livros

ALVES, José Francisco. *A Escultura Pública de Porto Alegre: História, contexto e significado*. Porto Alegre: Artífólio, 2004.

APPADURAI, Arjun. *A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, Sociedade e Ideologia*. 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul*. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, Sociedade e Ideologia*. 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BORGES, Maria Elízia. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): o ofício dos marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.

CORONA, Fernando. *Diretrizes da Arquitetura-Casas de Porto Alegre*. In: SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (org.) *Porto Alegre-biografia de uma cidade*. Porto Alegre: Centro, 1940.

CORONA, Fernando. *Caminhada nas Artes 1940-76*. Porto Alegre. Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto Estadual do Livro, 1977.

DAMASCENO, Athos. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. 1971.

DAMASCENO, Athos. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Globo, 1974.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuária e Ideologia 2*. Ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: ed. da Cidade; Letra e Vida, 2011.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, Catolicismo e Gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O Mundo dos Bens: por uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FORTINI, Archymedes. *Porto Alegre através dos tempos*. Porto Alegre: Divisão de Cultura / SEC, 1962.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: UFRGS, 1988. 439 p.

HEIDEGGER, Martin. O Conceito de Tempo. São Paulo: USP, 1997.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura e Consumo*: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

PEQUENO, Marçal Dias, *Imigração e mão de obra qualificada*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTIC, 1957 (Coleção Lindolfo Collor).

RUGGIERO, Antonio de. Empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiros (1875-1914). In: MUSA FAY, Claudia, RUGGIERO, Antonio de. (org.) *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil*: estudos de casos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

RUGGIERO, Antonio de. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; Beatriz WEBER e FARINATTI, Luis Augusto. (Org.) *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

ZAMBERLAM, Jurandir. *O processo migratório no Brasil*: e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

Teses ou Dissertações

BORGES, Maria Elízia. *Arte Tumular*: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no Período da Primeira república. Tese (Doutorado) ECA/USP. São Paulo, S.C.P., 1991.

CARVALHO, Luiza Fabiana Nietzsche. *A História da Arte Funerária dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)*. Porto Alegre: Tese de doutorado. Instituto de Artes. UFRGS, 2015.

MATTAR, Leila Nesralla. *A modernidade em Porto Alegre*: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º. Distrito. 2010. 354 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MENEGOTTO, Renato. *Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre*: 1892-1930. 2011. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Revistas

BORGES, Maria Elízia. *Arte Funerária*: apropriação da Pietá pelos marmoristas e escultores contemporâneos. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos/Pós-Graduação de História PUCRS*. – v. 23, n. 2 - Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p 15-28.

BORGES, Stella. Italianos e o Movimento Operário em Porto Alegre. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos /Pós-Graduação de História PUCRS* – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. *O Costureiro e Sua Grife*: contribuição para uma teoria da magia. Educação em revista, Belo Horizonte n. 34, p. 7-66 dez. 2001.

MILLER, Daniel. *Consumo como Cultura Material*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p33-63, jul/dez. 2007.

**TERRA DOS MORTOS, LUGAR DOS VIVOS: O CEMITÉRIO
SANTANA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE
GOIÂNIA (GO)**

*EARTH OF THE DEAD, PLACE OF THE LIVES: THE SANTANA CEMETERY AS
CULTURAL PATRIMONY OF THE CITY OF GOIÂNIA (GO)*

*Mary Anne Vieira Silva⁶¹
Professora Doutora/UEG
marymel2006@hotmail.com*

*Daniele R. O. de Carvalho⁶²
Mestranda/UEG
da.ni.19@hotmail.com*

*Ruber P. A. Rodrigues⁶³
Mestrando/UEG
ruberrodrigues@hotmail.com*

RESUMO

A partir da ampliação do conceito de patrimônio ocorrido a partir da segunda metade do século XX, o presente artigo pretende investigar quando e como os cemitérios foram incluídos no rol de bens culturais passíveis de patrimonialização. Para tanto, recorremos à História da cultura Material como norteador teórico-metodológico e às Cartas Patrimoniais como suporte documental para a presente análise. O Cemitério Santana na cidade de Goiânia (GO) é o *locus* escolhido para abordarmos aspectos inerentes às perspectivas que foram salutares para a entrada dos cemitérios na lista do patrimônio histórico cultural – sobretudo a memória e a estética. Do ponto de vista da análise estética, buscamos nos postulados dos filósofos Longino, Edmund Burke e Immanuel Kant a ideia de sublime aplicada na interpretação da arte tumular do referido cemitério.

Palavras chave: Cemitério Santana; Patrimonialização; Cultura Material; Lugar de memória; Sublime.

ABSTRACT

This article intends to investigate when and how the cemeteries were included in the list of cultural assets that can be patrimonialised. To do so, we turn to the History of Material culture as a theoretical-methodological guide and the Patrimonial Letters as documentary support for the present analysis. The Santana Cemetery in the city of Goiânia (GO) is the locus chosen to address aspects inherent to the perspectives that were salutary for the entrance of the cemeteries in the list of historical cultural patrimony - especially memory and aesthetics and, from the point of view of aesthetic analysis, we seek in the postulates of the philosophers Longino, Edmund Burke and Immanuel Kant the idea of sublime applied in the interpretation of the tomb art of said cemetery.

Keywords: Santana Cemetery; Patrimonialization; Culture Material; Place of memory; Sublime.

⁶¹ Bolsista de produtividade BIP/UEG/FAPEG.

⁶² Bolsista Capes.

⁶³ Bolsista do Programa Próprio de Bolsas da UEG.

Introdução

Vemos desde a década de 1970, um crescente interesse por parte de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento em discutir o espaço cemiterial. Um dos fatores preponderantes para tal interesse deve-se, sobretudo, ao alargamento do conceito de patrimônio que ocorrera desde meados do século XX.

Muitos dos estudos correlatos à temática em questão, tendem a evidenciar o potencial artístico e memorialísticos das necrópoles, contudo o espaço cemiterial, comumente, associa-se a visões estigmatizadas de “lugar dos mortos”. Recentemente, pesquisas tem contribuído com análises que se voltam para a conservação e preservação desses espaços, uma vez que estudiosos passam a considerá-lo como “lugar de memória”, além de ser espaço de representação da memória coletiva e parte importante da história e das identidades culturais de determinados grupos sociais (NOGUEIRA, 2013; CASTRO, 2008; ARAÚJO, 2006). Assim, objetiva-se neste artigo analisar os aspectos artísticos e memorialísticos, salutar para o tombamento do Cemitério Santana (o mais antigo da capital, inaugurado na década de 1940) como patrimônio cultural da cidade de Goiânia (GO). O Cemitério Santana foi tombado como patrimônio histórico cultural da cidade de Goiânia em 26 de setembro de 2000 pelo Decreto Municipal nº 1.879 que: “efetiva o tombamento da área de aproximadamente 01 (um) alqueire, situada na Avenida Independência, esquina com a Avenida 24 de Outubro, Setor dos Funcionários, onde está localizado o Cemitério Santana” (SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, 2009, p. 10).

O acervo arquitetônico tumular patrimonializado do Cemitério Santana pode ser tomado como uma das expressões de cultura material da cidade Goiânia. A materialidade expressa na arte e na arquitetura fúnebre, “não é mais [unicamente] de ordem infra-estrutural”, ou seja, “ele pode ter uma significação social e pode ser testemunha de um sistema de relações econômicas” (PEZEZ, 1990, p. 276) e culturais.

Nesse sentido, entendemos que o complexo estético e simbólico do cemitério, serve como fonte para pesquisadores que se apoiam nos estudos culturais, sociais e econômicos de um grupo social (BELLOMO, 2000, p. 18). Para tanto, Pesavento (2012) ressalta que é necessário fazer os vestígios do passado falarem, pois, esses, quando tomados como fontes e documentos, são carregados de sentidos e significados passíveis de leitura.

Para análise que aqui empreendemos, o artigo está dividido em duas sessões. No primeiro momento, dissertaremos sobre os aspectos que cercam a ampliação do conceito de

patrimônio ocorrido na segunda metade do século XX. Assim, com o auxílio das cartas patrimoniais e da literatura especializada na temática, pretendemos investigar quando e como os cemitérios passaram a ser vistos como bens culturais passíveis à patrimonialização. Por fim, analisaremos a arte tumular presente no acervo do Cemitério Santana a fins de interpretá-la a partir do conceito de sublime presente nas obras dos filósofos Longino, Edmund Burke e Immanuel Kant.

A ampliação do conceito de patrimônio e os cemitérios patrimonializados

Na contemporaneidade, ocorre um crescente interesse por objetos e obras pertencentes a temporalidades de outrora. Tal interesse reverbera numa progressiva onda de patrimonialização dos bens culturais materiais e imateriais. Guimarães (2008) aponta que: nossa percepção com relação à passagem de um tempo acelerado, as incertezas e angústias produzidas num mundo cada vez mais fluido, as transformações nas maneiras pelas quais os homens relacionam-se entre si e com a natureza – e conseqüentemente com o tempo – são fatores que contribuem de forma sistêmica para o já mencionado crescente interesse pelo passado.

Deste modo, “o futuro, que estava no foco da Modernidade como o tempo das realizações e afirmações do progresso, parece ceder aos poucos, lugar a um tempo que guardaria maiores possibilidades de certeza e segurança: o passado” (GUIMARÃES, 2008, p. 38). Na perspectiva do autor, o passado e seus vestígios, quando elevados à categoria de patrimônio, funcionam como uma espécie de suporte produzido no presente, a fins de apreender o tempo pretérito e produzir sentidos para as sociedades contemporâneas.

Posto isto, cabe a nós inquirir: o que significa a palavra patrimônio? Qual sua origem e sua aplicabilidade na história das sociedades modernas? Quais os critérios para que determinados bens culturais sejam considerados dignos de patrimonialização e outros não?

De partida, a palavra patrimônio apresenta-se de forma verdadeiramente ampla. Tal amplitude decorre de seu caráter polissêmico: podemos tratar de patrimônio no âmbito privado, público, histórico, da humanidade e outros, mudanças decorrentes do tratamento que tal conceito ganhou ao longo tempo (FUNARI e PELEGRINI, 2006; VIANNA, 2015). Assim, para uma melhor compreensão acerca de sua origem e evolução histórica, faz-se mister que o localizemos no tempo e no espaço.

A princípio, encontramos a palavra patrimônio oriunda de língua latina (*patrimonium*) e que entre os romanos, referia-se a tudo que pertencia à figura do pai, do *pater familias* (FUNARI e PELEGRINI, 2006). Patrimônio então, era tudo aquilo “que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 11). Na antiguidade romana, patrimônio diz respeito ao âmbito privado, ao direito de propriedade dos aristocratas que pertenciam a uma elite patriarcal. Não encontramos nesse período, portanto, a ideia de patrimônio público que, conforme veremos, é um fenômeno relativamente recente na história da humanidade.

Com o advento e difusão do cristianismo a partir da chamada Antiguidade tardia, e, sobretudo na Idade Média, ao patrimônio, além do caráter aristocrático foi acrescido o religioso, assim, houve “a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 12) mas, o aspecto aristocrático permaneceu evidenciado pela monumentalização das catedrais como estratégia das elites para afirmar seu poder de propriedade, de modo que “a catedral era um patrimônio coletivo, mas [antes de tudo] aristocrático” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 12).

Da passagem do medievo para o período renascentista, junto ao combate dos ideais disseminados pelo teocentrismo e a busca pelo resgate dos valores da Antiguidade grega pautados nas dimensões humanas, veio a preocupação dos denominados humanistas com a catalogação de objetos antigos. Foi o período do chamado Antiquariado que, segundo alguns estudiosos, contribuiu para a formação da concepção moderna de patrimônio (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

Como vimos, durante séculos o patrimônio esteve integrado ao âmbito privado e as elites aristocráticas. Com o surgimento dos Estados Nacionais, a partir do século XVIII, sobretudo com o acontecimento da Revolução Francesa em 1789, e a invenção de uma nação composta por cidadãos compartilhando a mesma língua, cultura, origem e território; com a formação da história como campo disciplinar pautada no caráter científico; com as técnicas de restauração estruturadas e conceituadas no campo do saber nas primeiras décadas do século XIX (CHOAY, 2006; NOGUEIRA, 2013),

o conceito de patrimônio vincula-se, definitivamente, à noção de herança e legado para o futuro, agora não mais a partir de seu sentido original de herança familiar, mas de herança de uma coletividade, forma de congregar no presente e projetar para o futuro (GUIMARÃES, 2008, p. 36).

Esse conjunto de elementos deram bases para a conceituação de patrimônio histórico como o conhecemos até hoje. No Brasil, as primeiras ações políticas voltadas para a seleção, preservação e conservação do patrimônio histórico, surgiram no período da Primeira República – sobretudo na década de 1930 – com o intento de buscar elementos que traduzissem uma identidade nacional.

Em 1936, sob a concepção de Mário de Andrade (então Diretor de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo), foi criado o projeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Nacional – SEPHAN. Um ano depois, em 30 de novembro de 1937, sob a chancela do Estado Novo liderado por Getúlio Vargas, a criação do SEPHAN de fato foi concretizada com inúmeras alterações no projeto original criado por Mario de Andrade (CASTRO, 2008; NOGUEIRA, 2103).

A política de preservação do SEPHAN privilegiou durante décadas os bens considerados excepcionais pela monumentalidade cujas origens datavam do período colonial, sendo as construções em estilo barroco, eleitas como principal característica da identidade brasileira, de modo que, foram excluídas tantas outras possibilidades de manifestações culturais dotadas de valores e potencialidades para também integrarem ao rol de elementos constitutivos da identidade nacional (ZANIRATO, 2009). Destarte, encontramos no artigo 1º do Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (grifos nossos) as seguintes definições de patrimônio histórico:

Art. 1º (sic) Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de (sic) interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por **seu excepcional valor** arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Precisamos ressaltar que esse posicionamento preservacionista pautado na política que aqui ficou conhecida como “pedra e cal” não é exclusividade do Brasil. Conforme destaca a historiadora francesa Françoise Choay (2006, p. 13), ao ressaltar que “até a década de 1960, o quadro cronológico em que se inscreviam os monumentos históricos (...) não ultrapassavam os limites do século XIX”.

Na segunda metade do século XX, iniciou-se um sistemático movimento de ampliação no conceito de patrimônio. Para Pelegrini (2007), os impactos negativos causados pela II Guerra Mundial, os problemas causados pelo crescimento urbano e uma gradativa onda de mobilização popular questionando as formas de organização política e as relações de poder vigentes, estão diretamente relacionados ao alargamento do conceito. Isso porque

a aceção de patrimônio passou a abranger a materialização das memórias de amplos segmentos sociais, grupos ou etnias e a ser observada como mais um campo no qual se delineiam as lutas cotidianas responsáveis, tanto pela produção de memórias hegemônicas, quanto de outras memórias com as quais elas interagem continuamente (PELEGRINI, 2007, p. 95).

Podemos afirmar que essa ampliação na interpretação do patrimônio contribui para que estratégias e ações voltadas para a preservação dos bens culturais se ampliassem de modo que “possibilitou a contextualização estética, social e cultural da obra” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 32). Tanto em âmbito nacional, quanto internacional, percebemos que as convenções organizadas para estabelecer diretrizes acerca do patrimônio histórico seguiram a mesma linha de pensamento ao incluir novos tipos de bens culturais na lista do patrimônio. Assim, verificamos na Carta de Veneza de 1964 (grifos nossos) o seguinte:

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. **Entende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.**

Essa mudança de perspectiva relacionada ao patrimônio histórico e que conforme pudemos observar pela Carta de Veneza começou nos idos da década de 1960, fortaleceu-se e amplificou-se durante toda década de 1970.

Em 1972 aconteceu a primeira conferencial geral da Unesco cuja pauta evidenciou o reconhecimento e a importância da diversidade dos povos. A Declaração de Amsterdã firmada em 1975 no Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu destaca em um de seus itens que: **“esse patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultural”**. Em 1976, pela 19ª Sessão da Unesco, a Recomendação de Nairóbi (grifos nossos) defini que:

Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os **bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos**, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

Por intermédio das cartas patrimoniais, podemos constatar que a década de 1970 foi decisiva para que bens culturais que foram por décadas negligenciados pelas políticas de

conservação e preservação do patrimônio, tivessem reconhecido seus valores memorialísticos e estéticos. Essa evolução do conceito de patrimônio, evidencia ainda, seu caráter histórico, social e culturalmente construído (PELEGRINI, 2007). Em outras palavras, “o patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É o fim de um trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original” (GUIMARÃES, 2008, p. 21). Outrossim, o referido conceito altera-se no tempo e no espaço, tanto em termos de conteúdo, quanto em termos de valores.

Conforme mencionamos anteriormente, se a década de 1970 foi decisiva para ampliação no panorama das ações patrimoniais, o foi também para os cemitérios. Isso porque em abril de 1970, aconteceu em Brasília o 1º Encontro de Governadores de Estados, Secretários, Prefeitos, Presidentes de Entidades Culturais, cujo intento foi “estudar medidas complementares de proteção e revalorização do acervo cultural do Brasil”. Como resultado desse encontro, foi assinado o documento que ficou conhecido como Compromisso de Brasília.

Dos 23 itens abordados no referido documento, o item 19 determina que: “Urge legislação **defensiva dos antigos cemitérios e especialmente dos túmulos históricos e artísticos** e monumentos funerários” (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 456, grifos nossos). De acordo com Borges (2002), foi a primeira vez que os cemitérios foram vinculados ao conceito de patrimônio histórico nacional. A inclusão dos cemitérios no rol de bens passíveis a patrimonialização, despertou o interesse de pesquisadores que empreenderam diversos estudos sobre o espaço cemiterial, destacando-se ainda no começo da década de 1970, a obra *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros* do crítico de arte Clarival do Prado Valladares, e, na década de 1990 até dias os dias atuais, as pesquisas da historiadora Maria Elizia Borges.

Conhecido pelo estilo arquitetônico *art déco*, o Cemitério Santana, localizado na cidade de Goiânia (GO), foi tombado como patrimônio histórico cultural da cidade em 26 de setembro de 2000.

De acordo com Mario Chagas (2007), as ideias de perigo e valor, são fundamentais para que ocorra ações preservacionistas. No entanto, “para que a ação preservacionista seja deslanchada não basta a imaginação de ‘algum mal’, de algum ‘dano’ ou ‘perigo’ que vem do futuro. É preciso, e esse não é um ponto sem importância, que o sujeito da ação identifique no objeto preservado algum valor” (CHAGAS, 2007 p. 210).

Nesse sentido, podemos inferir que, diante de ameaças como o crescimento urbano e a especulação imobiliária, a ação preservacionista, neste caso, fez-se necessária uma vez que,

trata-se de um cemitério inserido numa localização privilegiada da cidade. Assim, a referida ação no Cemitério Santana, levou em consideração seu valor artístico e memorialístico, garantindo juridicamente sua proteção de modo a impedir qualquer tipo de destruição e descaracterização de seu acervo arquitetônico tumular.

Precisamos ressaltar que, o tombamento por si só, não garante a efetividade da lei de preservação do espaço cemiterial. Em relatório realizado no ano de 2009 pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a fins de analisar a gestão e gerência dos bens culturais tombados em Goiânia – dentre eles o Cemitério Santana –, podemos constatar que:

- a) A cidade e seus cidadãos não convivem com a identidade de patrimônio cultural da nação;
- b) Os bens culturais tombados e/ou protegidos não são identificados na cidade e conhecidos pelos cidadãos;
- c) Na hierarquia do orçamento público dos governos não figuram recursos específicos para a proteção do patrimônio (SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, 2009, p. 34).

A partir do diagnóstico realizado pelo referido documento podemos afirmar que: em primeiro lugar, a não identificação da população com os bens patrimonializados decorre do fato de que os valores empregados nos objetos tombados se dão de modo desigual (ZANIRATO, 2009). Em outras palavras, a ideia de que os cemitérios são lugares permeados por valores ancorados na arte e na cultura, é articulada por uma elite intelectual, sobretudo inserida no meio acadêmico. Assim, “esses grupos não só definem o que é digno de conservação, como ainda dispõem de condições para atribuir maior qualidade e refinamento a esse mesmo bem” (ZANIRATO, 2009, p, 139). Como resultado da participação desigual na escolha de bens a serem tombados, percebemos que, os “grupos que não tem identidade com o elemento elevado à condição de patrimônio” sentem um “certo desprezo em sua conservação” (ZANIRATO, 2009, p, 139).

Em segundo lugar, constatamos que há uma negligência por parte dos órgãos públicos com relação à disponibilidade de recursos financeiros destinados à manutenção e conservação dos bens tombados. No que tange ao espaço cemiterial, esse fator contribui para o que Borges (2004, p. 02), chama de “pseudo-ação de preservação”. De acordo com a autora, “na realidade brasileira, o que mais tem ocorrido nos cemitérios secularizados, que já necessitam de um cuidado especial, é simplesmente a substituição ou a reforma, com uma nova pintura da entrada principal” (BORGES, 2004, p. 03), sobretudo as vésperas do feriado de finados.

Estamos de acordo com Zanirato (2009) ao apontar a educação patrimonial como um passo fundamental para a mudança deste cenário. Destarte, conforme salienta a autora, a identificação de toda a sociedade com os bens patrimonializados passam pela educação e pelo diálogo, tendo em vista a participação de todos, resultando “no reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens e nos esforços comuns para sua conservação” (ZANIRATO 2009, p. 149).

O conceito de sublime na interpretação da arte funerária

Dentre as categorias estéticas, a que mais se adequa à análise da arte funerária é a do sublime. Nessa perspectiva, as contribuições dos filósofos Longino, Edmund Burke e Kant são primordiais para a análise do conceito de sublime..

A própria morte é envolta em mistério e perplexidade, tendo já sido tema de diversas pesquisas nas mais diferentes áreas de estudo, ligado a ela o trato com o corpo pós-morte: a morada eterna. Até mesmo a descrição da morte e sua representação pode ser objeto do sublime como foi analisado por Burke. Borges (2002) aponta que as mudanças advindas com a secularização – já tratadas anteriormente – o túmulo no Brasil ganha espaço de destaque como lugar de imortalização da imagem do falecido. Diria Borges e Carneiro:

Desde que os cemitérios públicos existem como tal, separados das instituições eclesiais, (...), estas edificações carregam um forte componente de diferenciação social. Ou seja, através da dimensão das estruturas tumulares e de seu grau de elaboração arquitetônica, a família do falecido expressa uma ideia do mesmo, a qual é transmitida materialmente. O resultado do conjunto destas manifestações produziu grandes necrópoles caracterizadas pela monumentalidade. (BORGES; CARNEIRO, 2017, p. 155)

O cemitério já não é mais considerado como um lugar de assombrações, do obscuro e do medo mas um lugar de meditação e oração. A partir dessa perspectiva, o cemitério torna-se um lugar de espíritos elevados, um lugar do sublime. Dentre as primeiras análises sobre o respectivo tema tem-se o tratado *Do Sublime*, cuja autoria é atribuída à Cássio Longino ou a Dionísio Longino. Sua análise restringe-se a retórica, onde o sublime seria “o ponto mais alto, a iminência do discurso” (LONGINO, 1996, p.44). Já no início de sua obra percebemos que o tratado escrito por Longino não foi o primeiro escrito sobre o tema, o trabalho de Cecílio foi considerado pelo autor *Do Sublime* como “bem menos elevado que o assunto”.

Para Várzea (2015) pesquisadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, o sublime percebido em Longino é considerado como um sentimento

de assombro e de êxtase, um olhar de medo e de maravilha. Não se encontrando nem mesmo na ordem racional atuando de forma avassaladora, como é destacado no trecho a seguir:

Pois não é a persuasão, mas ao êxtase que a natureza sublime conduz os ouvintes. Seguramente por toda parte, acompanhado do choque, o maravilhoso sempre supera aquele que visa a persuadir e agradar; já que o ser persuadido, na maior parte do tempo, depende de nós, enquanto aquilo que falamos aqui, trazendo um domínio e uma força irresistíveis, coloca-se bem acima do ouvinte (LONGINO,1996, p.44)

A ideia de assombro e de êxtase de Longino iriam inspirar as obras posteriores que tratariam sobre o Sublime, dentre elas, a de Edmund Burke *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime do belo*, publicado originalmente em 1757. Mesmo sendo considerado um clássico, o tratado *Do Sublime*, segundo Burke, colocou sob o manto deste conceito coisas consideradas discordantes. Frequentemente as ideias do sublime e do belo eram usadas em sentido ambíguo.

Semelhante a Longino, Burke acredita que o sublime atua de forma irresistível em seu admirador, tirando deste, qualquer capacidade de raciocínio, entretanto, é no horror que o sublime se apresenta em primeiro grau: “o assombro, como disse é o efeito do sublime em seu mais alto grau; os efeitos secundários são a admiração, a reverência e o respeito” (BURKE,1993, p.65). Dentro dessa visão, tudo aquilo que desperta medo é considerado sublime, os animais venenosos é o exemplo utilizado, mesmo sendo considerados de pequeno porte são capazes de produzir ideias de sublime uma vez que são vistos como objetos de terror.

As cores também podem estar relacionadas ao Sublime segundo. Primeiramente, ao analisar a luz, ele concebe que em um primeiro plano nada tem de sublime é algo comum, porém, quando se trata de ser uma luz como o sol que subjuga o sentido privando o ser da claridade e levando-o as trevas está relacionado ao sublime, pois tudo que gera privação tem relação com o sublime. Dentro da arquitetura, a ideia defendida é a de que todos os prédios que remetem ao sublime devem ser escuros e sombrios: primeiro por remeter diretamente a escuridão e segundo por tornar o objeto diferente daquilo que se está familiarizado, no caso a luz da rua.

Dentro das cores, Burke desconsidera a ideia de cores suaves e alegres para se tratar do sublime. Em sua concepção, apenas cores tristes e foscas remetem a tal elevação de espírito “o céu nublado é mais imponente do que o azul; e a noite, mais sublime e solene do que o dia” (Ibidem, p.88). Cores como o branco, verde, amarelo são considerados improprias para produzir imagens de grandeza, assim como imagens douradas, mosaicos e pinturas são considerados pouco favoráveis ao sublime, segundo a perspectiva de Burke.

A análise de Kant sobre o sublime está presente em *Observações sobre o sentimento de sublime e do belo; ensaio sobre as doenças mentais*. O autor busca realizar distinções entre o belo e o sublime como bem sugere o título de seu ensaio. Ambos são considerados por Kant como sentimentos refinados, mas bem diferentes entre si,

A vista de uma cordilheira, cujos cumes nevados se elevam acima das nuvens, a descrição de uma tempestade furiosa ou a caracterização do inferno, em Milton, provocam satisfação, porém com assombro; em contrapartida, a vista de um prado florido, vales com regatos sinuosos, com rebanhos pastando, a descrição do Elísio, ou o que conta Homero do cinturão de Vênus, também despertam uma sensação agradável, que porém é alegre e jovial (KANT, 1993, p.20).

O sublime em Kant se assemelha nesse ponto com o de Burke, pois, considera o assombro como característica principal do sublime, “a noite é sublime, o dia é belo” (Ibidem, p.21). “Mas as trevas são mais fecundas de ideias sublimes do que a luz” (BURKE, 1997, p.86). Até mesmo Milton foi utilizado por ambos, em Kant com sua descrição de inferno e em Burke com a descrição da morte onde tudo é escuro, incerto, confuso - sublime.

Entretanto, Kant distingue algumas dimensões sobre o sublime, ou seja, aquela do sublime terrível, a do nobre e o magnífico. Em Burke nota-se a presença de efeitos primários e secundários, mas sempre com a predominância do horror como sentimento principal. Kant diferentemente, divide bem suas percepções nas dimensões já citadas. “Uma altura elevada é tão sublime quanto a profunda depressão, só que a esta acompanha uma sensação de assombro e aquela de admiração” (KANT, 1993, p.23), podendo a primeira ser considerada terrível e a segunda nobre. “A igreja de São Pedro, em Roma, é magnífica. Nesse projeto, grande e simples, a beleza – o ouro, os mosaicos etc – é tão profusa que o sentimento do sublime aí atua no limite” (Idem).

Borges (2004) ressalta que os cemitérios secularizados ultrapassaram há muito sua função utilitária e se transformaram em monumentos repletos de jazidos/capelas, com seus ornamentos, fotos etc. Um lugar que desperta o sublime em todos os seus sentidos.



Figura nº 1. Túmulo de Pedro Ludovico Teixeira. Fonte: Imagens da pesquisa.

O monumento acima é um dos túmulos mais visitados do cemitério Santana em Goiânia-Go segundo os funcionários do local. Trata-se do túmulo de Pedro Ludovico Teixeira, idealizador da mudança da capital do Estado e da construção de Goiânia. Observamos a imagem de Cristo batendo em uma porta que pode ser remetida a porta do coração do homem como o diz Apocalipse 3:20 “Eis que estou à porta e bato: se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele comigo”. Mesmo com a secularização, os cemitérios foram infundidos de valor devocional como bem destacam Borges e Carneiro:

Frente à modernização que permeia diversos aspectos da sociedade brasileira neste momento, representada pelo próprio processo de secularização, o cemitério se preservou como um espaço devocional, um espaço para a expressão de uma arquitetura sacra e de uma arte religiosa que se desdobrou em níveis diferentes de elaboração técnica e material. Para além das alegorias e figurações em mármore e bronze de valores importantes para as famílias de sepultados da burguesia, os cemitérios seculares empregaram epitáfios, símbolos e estruturas que continuaram remetendo à arte cristã. (BORGES; CARNEIRO,2017, p.153)

Todo o túmulo é construído em mármore negra, e, essa característica é predominante no Santana. Nota-se uma preponderância assim como o preto das cores, marrom ou vermelho escuro, uma característica destacada por Burke como geradora do sublime, conforme imagens abaixo.

Apesar da prevalência para cores escuras e tristes bem dentro da concepção de Burke, alguns túmulos se destacam pela presença do dourado e do branco o que em nada reduz seu caráter de sublime. Conforme imagens a seguir:



Figura nº2. Jesus caído ao chão. Fonte: Imagens da pesquisa.

Tal monumento retrata um momento na vida de Jesus: a caminhada de Jesus para sua crucificação, o exato momento em que Ele cai. A cena desperta um sentimento de melancolia e de respeito. Dentro da tradição Cristã, ela remete ao sacrifício de Cristo pela redenção da humanidade. Apesar de tal monumento não se encontrar dentro do conceito de sublime de Burke, é inegável a presença desse elemento, nesse sentido, encontramos em Kant em sua classificação de sublime nobre, a característica de tais monumento. Fato é que, dentro do cemitério, jazem tanto patrimônios quanto elementos do sublime.

Considerações finais

O espaço cemiterial a partir de suas características torna-se central para o estudo das necrópoles no rol de bens culturais aptos a serem tombados como patrimônio histórico cultural.

Longe de esgotar as possibilidades de discussão, pudemos constatar num primeiro momento que a ampliação do conceito de patrimônio favoreceu em grande medida para que fossem garantidos os direitos de proteção e de conservação dos cemitérios. Em segundo, ao colocá-los num lugar de prestígio, no qual aspectos como memória, estética e cultura são inerentes a esses espaços, o tombamento traduz-se como ação primordial para a sobrevivência desses “lugares de memória”, representativos das identidades – sejam elas culturais, religiosas e/ou econômicas – de determinados grupos sociais.

No entanto, a partir do estudo sobre o Cemitério Santana na cidade de Goiânia (GO) – pudemos constatar também que, o tombamento por si só não garante *ad infinitum* a devida proteção e salvaguarda. No caso do Cemitério Santana, que é tombado por um decreto municipal, observamos que desde seu tombamento existiram pouquíssimas ações voltadas para seu restauro. De acordo com alguns funcionários do local, as práticas que acontecem nesse sentido, não passam de uma pintura anual no muro que cerca o cemitério.

Tal fato nos instiga uma reflexão: se o Cemitério Santana fosse tombado por uma lei federal – na qual tem o Iphan como órgão de fiscalização –, estaria mais protegido? Será que existirão constantes ações visando a educação patrimonial e, por conseguinte, o desenvolvimento de uma relação identitária da comunidade para com o mesmo? Os estudos cemiteriais tornam-se como difusores de saberes e práticas de cada sociedade.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Thiago N. **Túmulos celebrativos de Porto Alegre** – Múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre: PUC, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

_____. Manifestações artísticas contemporâneas em espaços públicos convencionais (cemitérios secularizados). In: **XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte**. Minas Gerais: CBHA, 2004.

BORGES, Maria Elizia. CARNEIRO, Maristela. A estatuária funerária no Brasil: um olhar indagador sobre as imagens de Jesus Cristo nos cemitérios brasileiros. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 09, n. 27, p. 151-170, jan/abr 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. Traduzida, apresentada, notas: Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus: Editora da Universidade de Campinas, 1993.

CASTRO, Elisiana. **Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC)**. Dissertação (Mestrado) Santa Catarina: UFSC/PGAU, 2008.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: **Em Questão**, vol. 13, núm.2, julho-diciembre, 2007, pp. 207-224. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465645957002> Acesso em: 04/01/2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. In: **Universidade e lugares de memória**. Org. Antonio José Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

KANT, Emmanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: ensaio sobre as doenças mentais**. Tradução Vinícius de Figueiredo. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

LONGINO. **Do sublime**. Tradução Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In: **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, p.87-100. 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/Particular/Downloads/33-686-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Particular/Downloads/33-686-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 04/01/2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3 ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2012.

PEZEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: **A História Nova**. Le Goff, Jacques (Org.). São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 237-285.

VÁRZEAS, Marta Isabel de Oliveira. Introdução. In: **Sublime**. Editora São Paulo. Imprensa da Universidade de Coimbra Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigensis <http://classicadigitalia.uc.pt> Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/38162/1/Do%20Sublime.pdf>. Acesso em: 02/01/ 2018.

VIANA, Letícia C. R. As bases da política federal para o patrimônio cultural imaterial. In: **Toadas de Santos Reis em Inhumas – Goiás: Tradição, circulação e criação individual**. Org. Sebastião Rios; Talita Viana. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. In: **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 137-152 – out. 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Particular/Downloads/145-750-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Particular/Downloads/145-750-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 04/01/2018.

FONTES DOCUMENTAIS:

CARTA DE VENEZA DE MAIO DE 1964 – II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> Acesso em 01/10/2017.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA DE ABRIL DE 1970 - 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Disponível em: <Http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio09.asp>. Acesso em: 01/10/2017.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ DE OUTUBRO DE 1975 – Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 29/01/2018.

Decreto Lei nº25, de 30 de novembro de 1937.

PLANOS DE AÇÃO PARA CIDADES HISTÓRICAS DE 2009. Relatório Diagnóstico Preliminar e Levantamento de Dados do Patrimônio Cultural - Bens Culturais Tombados e/ou Protegidos na Capital/Município de Goiânia - Estado de Goiás Brasil. Disponível em:

http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/patrimonio%20historico/Diagn%C3%B3stico_Final%20PACH%20Goi%C3%A2nia%202009.pdf Acesso em 01/10/2017.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI DE NOVEMBRO DE 1976 – 19ª Sessão da Unesco.

Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf> Acesso em: 29/01/2018.

RECEPTÁCULOS DO COTIDIANO: USO, DESUSO E REÚSO COMO CRIATIVIDADE ADAPTATIVA

*EVERYDAY RECEPTACLES: USE, DISUSE AND REUSE AS ADAPTIVE
CREATIVITY*

*Tania Rajczuk Dombi
Mestre em Estudos Culturais/Universidade de São Paulo
tanrd@uol.com.br*

RESUMO

O vaso grego e a garrafinha de água, cada um à sua época, são recipientes de carregamento, transporte e armazenamento de água. O primeiro, diretamente da Antiguidade, pode ser uma peça cerâmica adornada por faixas geométricas e cenas mitológicas. Já o segundo, contemporâneo, de plástico ou vidro em geral, de forma simples e, originalmente, com rótulo. Ambos estão em museus e são recicláveis; porém, a garrafinha leva vantagem: onipresente, também é vaso na mesa de restaurante, manifestação na obra de arte e ainda largamente carregada, assim como reenchida. Com estes objetos, torna-se possível não só se discutir a questão do tempo e do surgimento de adaptações, mas da própria cultura material e da obra de arte, do consumo e de fenômenos específicos. Variações no modo de percepção e contextualização de cada elemento podem ser inegáveis, porém suas ligações à atemporalidade de ações básicas e universais são incontestáveis. A reutilização, por outro lado, considerada essencialmente contemporânea, já é uma manifestação arcaica. O que muda mesmo é a condição do descartável não só se tornar cultura material e obra de arte, mas de ser carta dentro do baralho, tornando-se o objeto da vez, ativo tanto como um bem durável funcional quanto colecionável.

Palavras-chave: Cultura. Sociedade. Arte. Design. Ecologia.

ABSTRACT

The Greek vase and the bottle of water, each one in its age, are containers of carrying, transportation and storage of water. The first one, directly from Antiquity, could be a ceramic piece adorned with geometric strips and mythological scenes. The second one, for its part, contemporary, made of plastic or glass in general, in simple way and, originally, with a label. Both of them are in museums and are recyclable; however, the bottle takes advantage: omnipresent, it is also a vase on the restaurant table, manifestation in a work of art and still massively carried, as well as refilled. Based on these objects, it becomes possible not only a discussion on the question of time and on the appearance of adaptations, but also on the material culture and the work of art, on the consume and specific phenomenons. Variations in the manner of perception and contextualization of each element could be undeniable, although their connections with the atemporality of basic and universal actions are indisputable. The reusing, on the other hand, considered essentially contemporary, it has already been an archaic manifestation. But the condition of the disposable that has been changed, becoming not only material culture and piece of art, but also one card to play, the one, active both as a durable good as collectible.

Keywords: Culture. Society. Art. Design. Ecology.

O título

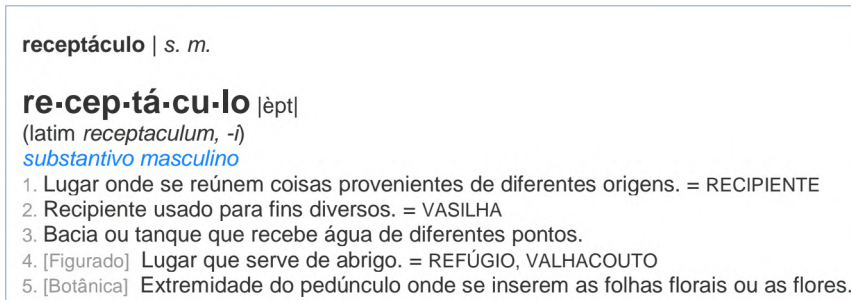


Figura 1: Significado de “receptáculo”. Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

A escolha do termo *receptáculo* e não simplesmente *recipiente* como componente do título deste artigo, se dá, principalmente, pela ideia dos desdobramentos e da multiplicidade de um objeto cotidiano. A partir do *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (Figura 1), observa-se termos como “diferentes origens”, “fins diversos”, “água de diferentes pontos”, mas também “refúgio”, sendo ainda uma nomenclatura da Botânica, onde a palavra se refere ao local em que as pétalas, por exemplo - elementos múltiplos que se assemelham entre si, mas são unidades independentes – estão inseridas em uma flor. Compreende, assim, tanto o objeto quanto o lugar.

Neste sentido, busca-se observar esses objetos-locais tanto quanto ao uso cotidiano, quanto em sua reutilização e descarte, relacionando-os também à preservação, ao colecionismo, à cultura material e à obra de arte. A questão da água aparecerá aqui como o conteúdo de continentes aparentemente distintos, mas que apresentam semelhanças entre si: o raro vaso grego, como a hídria, recipiente de água da Antiguidade, e a popular garrafinha de água contemporânea, inúmeras vezes reenchida e reutilizada.

O vaso em questão, uma peça museológica e com ares de superioridade, deixaria a garrafa de lado, sendo esta uma mera embalagem em uma visão mais geral. Porém, talvez more na simplicidade das embalagens, o sucesso de seu uso e reuso, aliados à praticidade, leveza e portabilidade. Poderiam igualmente funcionar como um “refúgio”, representado por seu conteúdo, assim como uma representação da memória, como outras embalagens cotidianas que remetem a um reconforto quando lembrada alguma situação atrelada ao continente. O historiador de arte e design Rafael Cardoso menciona, por exemplo, o frasco de *Leite de Rosas* e o pacote de biscoitos de polvilho *Globo* como objetos de memória afetiva e até de culto.

Aproximações e Distanciamentos



Figura 2: Museu Thorvaldsen
Copenhagen, Dinamarca
Fonte: Autoral (2016).



Figura 3: Museu Dinamarquês de Arte e Design
Copenhagen, Dinamarca
Fonte: Autoral (2016).

Uma curta distância separa dois importantes museus, que embora de temáticas ligadas à arte, abrigam acervos de linguagens e épocas diferentes. Trata-se do neoclássico Museu Thorvaldsen, centrado principalmente em obras do escultor dinamarquês homônimo, Bertel Thorvaldsen (1770-1844), e do Museu Dinamarquês de Arte e Design, onde o artesanato e a indústria escandinava, especialmente em seu auge – o século XX –, se destacam. Uma das salas do Thorvaldsen (Figura 2) exhibe uma coleção de peças clássicas que pertenceram ao artista, principalmente vasos gregos, enquanto na última sala da história do design dinamarquês, uma série de embalagens é exposta, principalmente garrafas (Figura 3).

Além da mesma cidade e do mesmo ano, as duas fotos têm em comum um objeto: o recipiente de armazenar, carregar e transportar líquidos. O vaso grego e a garrafa de água, dessa forma, e chamados assim de forma mais genérica, apresentam elementos que os unem e os distanciam e, com isso, se conectam a diferentes formas de pensar e agir, unindo também o passado e o presente:

Similaridades	Distinções
Função principal: armazenamento e transporte de líquidos	Tempo cronológico e história
Reutilizáveis	Produção artesanal x industrial
Recicláveis	Custo e aquisição
Colecionáveis	Acondicionamento e conservação
Cultura material a obra de arte (mudança de funções e visões)	Circulação e reutilização

Tabela 1: Similaridades e distinções entre o vaso grego e a garrafa de água. Fonte: Autoral.

Observando a Tabela 1, além da já citada função principal, os dois objetos podem ser vistos até como ecológicos, sustentáveis ao meio ambiente, considerando sua reutilização e

reciclagem. A terracota, material com que é feito o vaso, é argila, terra, um elemento natural, sendo que na Antiguidade os vasos greco-romanos eram reutilizados constantemente, no armazenamento e transporte de líquidos diversos, como azeite, vinho e água. A garrafa de água é produzida cada vez mais com plástico reciclável ou destinadas a reciclagem, e seu reenchimento, um ato dos mais contemporâneos, sendo até mais prática no transporte que a sua mais frágil versão, a de vidro (a de vidro, entretanto, seria mais recomendável tanto pela higienização quanto por não utilizar o petróleo em sua composição, como a de plástico). Porém, é exatamente quanto a reutilização que também se diferem, e aí a garrafinha de água leva vantagem. Tendo em vista que os vasos analisados, peças de museu, já não circulam mais, sua similaridade, neste caso, com a garrafa de água ocorre não de forma atual, mas cada um a seu tempo. A garrafa reutilizada não só tem ampla circulação atualmente, como é abrangente também em termos sociais: independente da classe social, este objeto leve e portátil, acompanha seu “condutor”, em diferentes ambientes e ocasiões. Autor do livro *Design emocional*, Donald A. Norman explica que “algumas das garrafas são especiais, sensuais e coloridas. As pessoas guardam os cascos das garrafas, por vezes reenchendo-as com água da torneira. Isso, é claro, demonstra que o sucesso do produto depende da embalagem, não do conteúdo” (NORMAN, 2008, p. 86).

Se os vasos passaram a ser peças de museu, não sendo mais possível sua utilização e consequente circulação, indo de objeto do cotidiano a cultura material ou objeto de arte, dependendo se o museu é histórico, antropológico, arqueológico ou etnográfico ou artístico, é porque as visões sobre ele também mudaram, como é sabido. Logo, os cuidados com o seu acondicionamento, conservação e possíveis restauros, considerando seu tempo de existência, também serão itens relevantes. Neste caso, a garrafa pode passar pelo mesmo processo quando se torna item de museu, tanto como peça de design quanto como um componente de uma obra de arte. Os objetos do passado, no caso aqui da Antiguidade, são automaticamente colecionáveis por sua raridade, história, beleza, unicidade, entre outras características. Algumas embalagens também têm sido desenvolvidas no sentido de terem um menor número de tiragem, a fim de ganharem um *status* de objetos mais exclusivos, como em alguns casos de edição limitada, onde podem surgir como comemorativas, prestando homenagens e ainda apresentarem elementos antes incomuns a elas, como quando ocorrem customizações. Contudo, esses itens mais exclusivos podem não ser tão representativos de uma determinada época. As embalagens tradicionais têm aparecido cada vez mais em museus e em produções cinematográficas e televisivas para retratar as gerações dos últimos séculos. Frascos de perfume, latas de

chocolates, caixas com os mais diversos conteúdos e, claro, garrafas com bebidas marcantes do período.

Portanto, a valorização do vaso grego hoje em relação à garrafa de água se dá principalmente pelo tempo e à história, sendo estes mesmos que também, possivelmente, valorizarão também a garrafa. De objetos frágeis e descartáveis passam então a ser considerados duráveis. Os anos de existência e a produção artesanal são os mais impactantes em termos de custo e, conseqüentemente, de aquisição de uma antiguidade, como um vaso grego. Por outro lado, só se pode analisá-lo em relação à garrafa de água quanto à forma, já que toda a produção deste tipo de embalagem é realmente industrial de larga escala. Para ambos, a questão do design é fundamental, considerando que esta linguagem de criação abarca e envolve tanto a arte quanto a indústria, tanto o manual quanto o automatizado, tanto a unidade quanto a produção em série. Abarca, envolve, mas também diferencia, valorizando o tempo de trabalho na concepção do artesanal e, sobretudo, a sua forma.

Entre a Arte e o Design

A única maneira que temos para formar uma vaga ideia sobre a pintura grega antiga é observando as decorações em cerâmica. Esses recipientes pintados, conhecidos pelo nome genérico de vasos, destinaram-se mais amiúde a conter vinho ou azeite do que flores. A pintura desses vasos tornou-se uma importante indústria em Atenas, e os humildes artífices empregados nessas oficinas estavam tão ávidos quanto os demais artistas por introduzir as mais recentes descobertas de seus trabalhos (GOMBRICH, 2012, p. 78).

A impressão que se tem, ao ler sobre os vasos gregos a partir de Gombrich, é de que esses objetos estariam muito mais ligados ao artesanato que à arte, ou se já seriam o próprio design. O autor menciona “indústria”, mais no sentido da produção em série, o que é característica do design, dependendo de sua produção. Para muitos, a barreira que separaria as linguagens da arte e do design já não existe mais, mas, para outros tantos, enxergar a garrafa de água como arte também seria um exagero.

Gombrich ainda cita a questão do “nome genérico de vasos”, tal como conhecemos estes objetos, apesar de que o objeto de análise aqui poderia ser a hídria, que é o tipo de vaso para se carregar especificamente água. Seria com um jarro bojudo, mas com três asas, diferenciando-se de ânforas e potes, por exemplo. Seguramente, é inegável o valor histórico e artístico dos vasos, repletos de relações sociais intrínsecas, exemplos máximos da pintura da Antiguidade, com cenas mitológicas, atléticas e também do cotidiano, além da ornamentação em faixas com desenhos orgânicos e geométricos. Estas, por sua vez – e ironicamente –, passam a ser utilizadas

pela indústria atual, estando presentes em todos os rótulos ou embalagens de iogurte do tipo grego, como uma forma de diferenciação em relação aos outros produtos regulares. E em se tratando de embalagem, as garrafas, de maneira genérica também, tornam-se igualmente vasos, especialmente sobre as mesas de restaurantes.

Continua Gombrich:

Não devemos imaginar, porém, que os artistas dessa época estavam entre as classes intelectuais. Os gregos ricos que administravam os negócios de sua cidade, gastando seu tempo em intermináveis discussões na praça do mercado, e talvez até mesmo os poetas e filósofos, olhavam com sobranceira para os escultores e pintores, a quem consideravam pessoas de classe inferior (GOMBRICH, 2012, p. 82).

Não há dúvidas, portanto, que os vasos eram considerados àquela época objetos populares, meros recipientes. Mas, obviamente, que não há nada de errado sobre isso, porque a cultura está muito mais ligada ao modo de viver das diferentes sociedades, sejam pequenas comunidades, tribos ou aldeias, ou atingindo países e regiões inteiras ou até mesmo continentes. A cultura e a identidade continuam a representar um desafio para os territórios preestabelecidos e para as questões de longevidade de si mesmas. Para nós, talvez nem seja necessário ir tão longe no tempo e no espaço.

Praticamente em todo o Novo Mundo, os cestos são considerados objetos especialmente sensíveis. Vêm da Natureza e, depois de terem recebido seus status cultural de um trabalho às vezes sumário, estão destinados a retornar a ela. Sua maior ou menor fragilidade é agravada pelo fato de não ser possível utilizar de outra forma a cestaria estragada. Mas jogá-los fora continua sendo um gesto carregado de significado. Mesmo fora de uso, eles conservam algo de sua dignidade cultural, inspiram uma espécie de respeito, hesita-se em maltratar o que resta de objetos intimamente ligados à pessoa de seus usuários (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 132).

Primeiramente, em tempos de sustentabilidade e preservação ambiental, não só a cerâmica, mas a produção artesanal, sobretudo aquela a partir de materiais naturais, também é valorizada. O resgate de tramas, trançados, bordados, crochê e rendas, além de materiais presentes na produção de objetos desde os mais remotos tempos, ganham novos olhares, como nos casos da madeira, do couro, da seda e dos tingimentos com elementos provenientes da flora e de minerais, de forma a não agredir o meio ambiente em nenhum processo. O reaproveitamento de fontes diversas também parece ter se tornado uma competição criativa em relação ao que se é possível aliar ecologicamente para o surgimento de um novo material ou mesmo produto final: plástico renovável e em tramas que lembram as de palha, tecidos feitos com garrafas PET, lona de caminhão e pneu reciclado para a produção de um calçado são apenas alguns exemplos.

“Mesmo fora de uso, eles conservam algo de sua dignidade cultural” é um outro ponto. O objeto como representação do próprio indivíduo e o descarte do objeto. Muitos dos nossos objetos, mesmo as embalagens, também são *souvenirs*, recordações de algum momento, algum lugar ou alguém. É uma forma de materializar esses exemplos, já que pode não haver mais outra forma de contatá-los. A questão da memória afetiva pode, portanto, ultrapassar a do valor monetário para uma sociedade como a nossa. E se os cestos indígenas também são receptáculos e, de certa forma, embalagens, não se pode compará-los quanto ao nosso descarte, ao lixo que produzimos, constituindo, irônica e basicamente, em grande parte de embalagens.

A organizadora de *O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos*, Carmen Rial, juntamente com Freek Colombijn, percebem que:

Em uma sociedade pós-moderna, ou, nas palavras de Zygmunt Bauman, na “modernidade líquida” (2000), a liberdade, assim como a vontade de escolher através do consumo, tornaram-se ainda maiores. Em um processo de objetivação, as pessoas interagem com os objetos materiais e, enquanto consumidores, ressocializam mercadorias das quais tinham sido afastados por não serem mais seus produtores (MILLER, 1995, p. 143). O resultado da combinação entre esta fase da modernidade líquida e a objetificação da cultura é um nível cada vez mais acelerado de consumo. A moda e obsolescência programada obrigam as pessoas a descartarem produtos que, em tempos pré-modernos, teriam sido utilizados por muito mais tempo. Desta forma, estão sendo produzidos muito mais resíduos do que os seres humanos poderiam gerar, se, simplesmente satisfizessem as suas necessidades materiais (COLOMBIJN, RIAL, 2016, p. 16).

Grande parte desses resíduos sólidos se caracteriza por objetos de design, e não se limitam só às embalagens, o que se constituiria em *design gráfico*. “A moda e obsolescência programada”, mencionadas pelos autores, também tem um nome específico dentro da filosofia do *design de produto* e também é alvo de críticas: o *Styling*. Intrinsecamente ligado à ideia do consumismo, é uma “maquiagem” muitas vezes em um produto já existente, de maneira a torná-lo ainda mais contemporâneo, o que atrairia o consumidor que busca o *cutting-edge* dos produtos e, sob este ponto de vista, seria considerado bem informado, atualizado e *cool*. Entre os itens mais contemporâneos, os celulares seriam os exemplos máximos.

Ainda no mesmo artigo, Colombijn e Rial comentam mais adiante:

Outra forma de crítica que vale a pena mencionar, embora venha de fora do universo acadêmico, é a arte. John Scanlan fala de “estética do lixo”. Ele cita, como exemplo, Damien Hirst. O artista criou uma obra com garrafas vazias de cerveja, cinzeiros e jornais espalhados no chão de uma galeria. Um trabalhador do local, acreditando que fosse lixo remanescente de alguma festa, jogou tudo fora. Posteriormente, declarou: “não pensei por um segundo que era uma obra de arte” (SCANLAN, 2005, p. 16, 89). Um destino semelhante teve uma obra de Gustav Metzger, exibida na Galeria Tate; era um saco plástico de lixo cheio de papel e cartão que, surpreendentemente, foi jogado fora por quem limpava o museu (JAFFE & DURR, 2010, p. 21) (COLOMBIJN, RIAL, 2016, p. 24).

A arte é, sem dúvida, uma das áreas do conhecimento que mais aborda as questões contemporâneas e reutiliza uma série de elementos, inclusive o que seria considerado descartável, inútil ou, simplesmente, lixo. A propósito, o saco de lixo em foi uma das estrelas da mostra do MAM-SP, *Quando Vidas se Tornam Forma: diálogo com o futuro Brasil-Japão* (2008), quando o designer, ou estilista, Jum Nakao propõe um modelo de vestido preto longo, e de gala, feito com os tais receptáculos, cuja saia era formada por sacos de lixo cheios.

Pioneiro no uso de embalagens na criação de obras de arte, Andy Warhol tornou-se um ícone, assim como as embalagens por ele escolhidas, da Pop Art dos anos de 1960. As representações de latas de sopa *Campbell's* e as caixas de sabão em pó *Brillo* não deixam dúvidas. No entanto, as latas e as caixas de Warhol, não eram embalagens de fato, tais como as comercializadas; eram, respectivamente, serigrafias e feitas de madeira, porém, imagens que poderiam tanto ser vistas nas prateleiras de supermercados quanto em salas de museus. Estrategicamente, até hoje, pouco foi mudado em relação à embalagem original das sopas *Campbell's*. Por aqui, um pouco depois, em 1970, Cildo Meireles utilizou garrafas de vidro de refrigerante para criar “Inserções em Circuitos Ideológicos: Projeto Coca-Cola” (Figura 4), uma obra onde também inseriu decalque de *silk screen* sobre as embalagens. “Gravar nas garrafas informações e opiniões críticas e devolvê-las à circulação. C.M.3/70”, era o que dizia o provocativo decalque da garrafa assinada pelo artista, sendo esta uma embalagem retornável na época (e que, mais recentemente, tornou a ser de novo), que aliás, era de plena ditadura militar. Se na arte estes recipientes comerciais parecem soar como alertas, manifestos e protestos, no design elas são ícones. Designers gráficos e de produto nunca deixam de mencionar dois dos exemplos citados, a lata de sopa e a garrafa de refrigerante, destacando, além da forma e dos aspectos visuais, a longevidade, a atemporalidade, a simplicidade, o poder de suas imagens e até a ideia de conforto e boas lembranças que estes recipientes transmitem. Isto justifica o fato de também serem *receptáculos*.

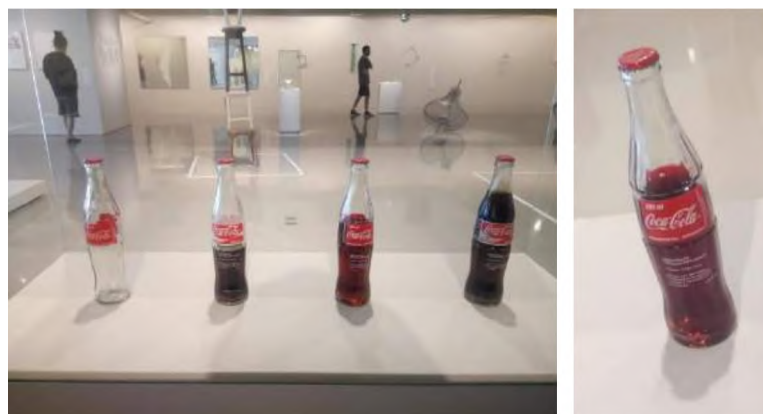


Figura 4: Cildo Meireles

“Inserções em Circuitos Ideológicos: Projeto Coca-Cola” [detalhe da obra à dir.]
Garrafas de Coca-Cola e decalque de silk-screen, 1970
Exposição “Ready-made in Brasil”, FIESP (SP), 2017-18
Fonte: Autoral (2018)

Outro exemplo, e contida na mesma exposição em que estava a obra de Cildo Meireles, *Ready made in Brasil* (2017-18), realizada na FIESP, na cidade de São Paulo, é a obra de Lygia Clark. De 1964, e portanto contemporânea a *Brillo Boxes* de Warhol, Clark cria *Estruturas de Caixas de Fósforos* (Figura 5). A ideia de manipulação e interação do espectador em relação à obra de arte, que se tornaria uma referência da artista – especialmente na série *Bichos* – podem ser percebidas aqui. De cor vermelha e azul acentuadas, os objetos parecem ser um convite ao abrir, fechar, virar, expandir, a partir de um elemento cotidiano e de baixo custo. A propósito, “como o chapéu de palha e a latinha de graxa, a embalagem de fósforos se tornou instrumento de percussão do samba” (LACERDA, 2010). Assim, esses “fins diversos” da semântica dos receptáculos é que fazem com que seus reúsos sejam geralmente expressões da adaptação e da criatividade, senão uma amálgama de ambas.

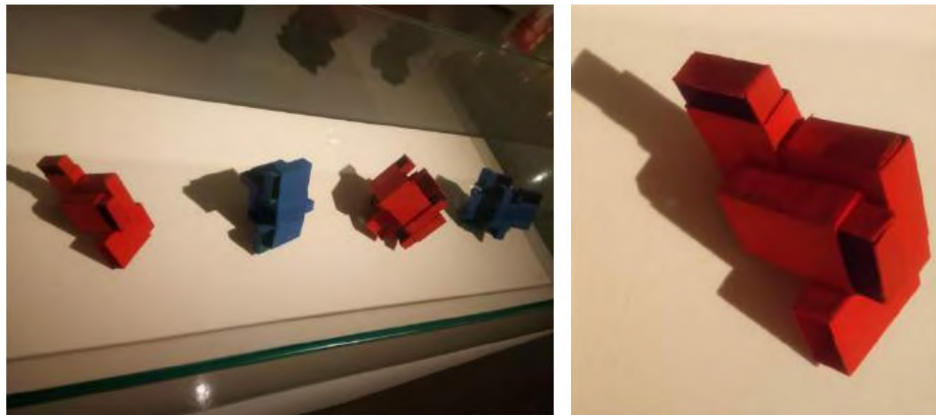


Figura 5: Lygia Clark
“Estruturas de Caixas de Fósforos” [detalhe da obra à dir.]
Caixas de fósforos, 1970
Exposição “Ready-made in Brasil”, FIESP (SP), 2017-18
Fonte: Autoral (2018)

A natureza das coisas

Não há segredos na cerâmica. Terra, basicamente. Mas também participam os demais elementos: água como facilitador, ar como tempo de secagem, fogo para tornar a terra mais resistente, a própria cerâmica. Mais que uma representação-mor da pintura na Antiguidade, a cerâmica é um container que desafia o tempo e continua sendo um objeto contemporâneo, tanto ligado às técnicas mais tradicionais e arcaicas ainda em produção, passando pelas esculturas artísticas, e chegando até o design de ponta como na produção de relógios e próteses na área

médica. É verdade também que a cerâmica, passa a ganhar novos significados com os artistas modernistas e, especialmente com Picasso, onde o lado artístico de vasos e pratos é muito mais evidenciado em relação a seu inerente aspecto funcional. Segundo Edward Quinn, que conheceu e escreveu sobre Picasso, o artista

modelava uma gama variada de objetos e formas: vasos, figuras femininas, potes e jarros, sendo que alguns davam a impressão de remontar à antiguidade greco-romana. Picasso, como um mediterrâneo que adorava mitologia, era um bom conhecedor do assunto e estava imbuído de todas as histórias fantasiosas e fantásticas extraídas das lendas mediterrâneas.

[...] Era como uma criança e chorava com prazer quando via a beleza e a variedade de cores e de tintas que emergiam, a partir da pintura com líquidos opacos e esmaltes sobre a argila cinza, após terem sido queimadas em forno para cerâmica de alta temperatura. Às vezes ficava irritado quando via que o calor havia rachado ou mesmo quebrado algumas das melhores peças. Mas ficava desencorajado apenas temporariamente e rapidamente começava a usar as peças quebradas para um outro trabalho (QUINN, 2004, p. 14-15, tradução nossa).

As criações de Pablo Picasso são amálgamas de sua própria existência e experiência, e todas as formas de emoção e criação podem ser observadas. Não que modelasse o jarro e a figura feminina separadamente; fundia ambos, numa elaborada forma de arte e design a exemplo da obra *Vaso: Mulher com Ânfora* (1947-48). Esta fusão também une passado e presente, quando busca inspiração nos clássicos para criar uma obra inovadora. É igualmente admirável ainda seu posicionamento quanto ao desperdício e à criação e execução da peça que estava tão atrelada a si próprio, à sua personalidade (próximo, de certa forma, à visão indígena descrita por Levi-Strauss), quando reutiliza as peças quebradas para uma obra posterior.

Outro espanhol, o arquiteto Antoni Gaudí, há mais de um século utilizaria, como afirma Rainer Zerbst (1993), a “cerâmica de desperdícios” (p. 160) para criar o mosaico dos bancos do Parque Güell em Barcelona. Segundo o autor, “em boas fábricas de cerâmica, [Gaudí] arranjou desperdícios, refugo, cacos e estilhaços” (ZERBST, 1993, p. 150) para a cobertura do imenso e colorido espaço escultural. Analisando o lugar-objeto, este funciona como um duplo receptáculo, tanto por estar localizado dentro de um parque, representando o refúgio, quanto por envolver o corpo num momento de descanso ou fruição.

Aliando a questão humana e o descarte, a tradicional técnica japonesa do *kintsugi* percebe a cerâmica de um modo bastante particular:

Em uma época dominada por consumismo e obsolescência programada, o mais provável é que, se um dia você levantar com o pé esquerdo, tropeçar e deixar cair a xícara do café, simplesmente se resignará a juntar os pedaços e a jogá-los no lixo. Algo impensável no Japão. Há cinco séculos, surgiu no Extremo Oriente o *kintsugi*, uma apreciada técnica artesanal com o objetivo de reparar uma tigela de cerâmica quebrada. [...] Encaixando e unindo os fragmentos com um verniz polvilhado com ouro, eles restauraram a forma original da cerâmica, embora as cicatrizes douradas e visíveis tenham transformado sua essência estética, evocando o desgaste que o tempo

provoca sobre as coisas físicas, a mutabilidade da identidade e o valor da imperfeição. Assim, em vez de dissimular as linhas de fissura, as peças tratadas com esse método exibem as feridas de seu passado, adquirindo uma nova vida. Tornam-se únicas e, portanto, ganham beleza e intensidade. Alguns objetos tratados com o método tradicional do *kintsugi* – também conhecido como “carpintaria de ouro” – inclusive chegaram a ser mais apreciados que antes de quebrar. Desse modo, a técnica se transformou numa potente metáfora da importância da resistência e do amor próprio frente às adversidades (REBÓN, 2017).

Dessa forma, a cicatriz da peça fornece a ela um novo aspecto e *status*, já que torna-se única, associando-se, inclusive, ao próprio ser humano. Ainda é a mesma peça, mas seu valor e história mudam, embora ainda possa ser usada no cotidiano, diferentemente de uma peça de museu. Ela não é necessariamente retirada de circulação, portanto. Quanto às embalagens japonesas, a tradicional bebida local, o saquê, embora hoje seja comumente comercializada em garrafas de vidro, há ainda as remanescentes em garrafas cerâmicas, considerando que muitos tipos desta bebida podem ser aquecidos. Mas é sobretudo na forma de servir a bebida, que o uso de garrafas de cerâmica e porcelana são tradicionalmente utilizadas. Os elementos naturais, em geral, estão presentes em muitos dos receptáculos japoneses, porém está no bambu sua maior representação, como confirma a Japan House São Paulo:

“Cada cultura elege o elemento articulador de sua identidade – por vezes, explicitamente, por outras, silenciosamente. Um animal, uma planta ou um aspecto da geografia podem sintetizar a bagagem cultural de um povo, seus valores, sua visão de mundo. O Canadá, por exemplo, elegeu a árvore de maple; os Estados Unidos, a águia; a Austrália, o canguru; a Rússia, o urso.

O bambu não foi escolhido como símbolo do Japão. Ele é, porém, uma espécie de ingrediente secreto que se manifesta de diferentes formas no tecido cultural do país. A planta, que de tão onipresente tornou-se imperceptível aos japoneses, é o objeto da primeira exposição temática da JAPAN HOUSE São Paulo.

[...]

O pensamento japonês materializa-se em objetos palpáveis, que sintetizam experiências – e que são a melhor forma de conhecer o país. A presença do bambu se estende da cerimônia do chá às artes marciais, da música à arquitetura, das artes visuais aos utilitários rurais, dos ritos religiosos às brincadeiras de criança, da literatura à inovação e à tecnologia. Desde sempre, ele permeou toda a vida desse povo, colocando em linha o Japão contemporâneo e o da Pré-história (JAPAN HOUSE SÃO PAULO, 2017).

Embora tenha ganho especial atenção em termos ecológicos, já que é uma fonte renovável, de rápido crescimento, percebe-se que o uso do bambu no Japão é ancestral e abarca áreas diversas, inclusive receptáculos. O empenho na preservação da natureza e de materiais provindos dela diretamente são cada vez mais valorizados, inclusive com a indústria tentando se aproximar desta imagem natural.

De alguns poucos anos para cá, a ideia das sacolas reutilizáveis ganhou força, sendo que as plásticas, de supermercados e outros estabelecimentos comerciais, virou quase vilã, embora também tenha se tornado reciclável há um certo tempo. Sua função é quase a mesma que o vaso

grego da Antiguidade: armazenar e transportar, e principalmente alimentos. Porém, com ares contemporâneos, há também aquelas feitas de algodão orgânico ou plástico reciclável com estampas cada vez mais atraentes. Não são simplesmente sacolas; são *ecobags*. Como as garrafinhas de água, também são recipientes de baixo custo e de grande praticidade, ao mesmo tempo em que seu uso também não distingue classes sociais.

O grande problema associado às embalagens está no descarte incorreto e na quantidade de lixo que é produzido, como já foi mencionado. Porém, nos casos de não descarte e até de colecionismo, como caixas, latas, frascos, estes podem ser símbolos de uma época, despertar alguma lembrança, tornar-se inusitados invólucros (porta-“inúmeras coisas”), assim como obras de arte. De descartáveis, praticamente, tornam-se um bens duráveis.

E talvez esteja no caráter da durabilidade, uma das mais simples formas ecológicas. E, claro, dependerá do material da produção do objeto, além de seu uso, apego e manutenção. Sob o ponto de vista de Thierry Kazazian, a durabilidade

permite alongar a duração de vida dos produtos, diminuir sua renovação e portanto preservar os recursos naturais, limitando assim os impactos dos produtos sobre o meio ambiente. A durabilidade descreve o tempo da relação entre o homem e o objeto. Supõe uma qualidade sem disfarce do produto e promete um funcionamento constante ao longo de seu prazo de utilização. Ela instaura uma relação de confiança entre o utilizador e o produto, o utilizador e a empresa.

Para aumentar a durabilidade de um produto, diferentes abordagens são possíveis conforme as etapas de seu ciclo de vida: procurar aparências menos subordinadas às modas, utilizar materiais adaptados ao envelhecimento, favorecer o reparo e a manutenção, propondo atualizações para retardar a obsolescência, e, por fim, criar uma relação afetiva entre o utilizador e o objeto (KAZAZIAN, 2005, p.44).

Esta “relação afetiva” entre homem e objeto, agora mais precisamente entre homem e embalagem, e também de maneira a enaltecer a durabilidade (ou ao menos a longevidade), também é percebida pelo historiador de arte e design, Rafael Cardoso:

As embalagens e rótulos são o ponto de contato mais imediato entre o usuário e toda a complexa teia de relações produtivas e mercadológicas que estão por trás do fornecimento de qualquer produto. A embalagem é, por assim dizer, a única parte do comércio que o consumidor leva para casa. Por isto mesmo, ela tende a se naturalizar aos olhos de quem usa um produto com regularidade, a se tornar parte da intimidade de cada um. Com a passagem do tempo, e das embalagens, vira também memória afetiva, marco do passado, cultura material. É tomado por um sentimento inequívoco de nostalgia quem contempla com um mínimo de carinho com um frasco de Leite de Rosas ou de Seiva de Alfazema (“lavanda extra”), produtos que ocupam as prateleiras do Brasil há três gerações ou mais. Algumas acabam por tornar-se mesmo objetos de culto e de fetiche. Um re-projeto da embalagem de biscoitos Globo? Como dizem nos filmes enlatados, só se for por cima do meu cadáver (CARDOSO, 2003, p.183).

Cardoso também percebe que as embalagens são engrandecidas com “a novidade perene, a promessa do desconhecido, o brilho de grandes esperanças” que estariam ligados a um “imenso universo [...] de possibilidades, de aspirações, de sonhos e fantasias”.

Evidentemente, que quando não lúdica ou bem humorada, ou que mesmo permita esta divagação, o chamariz da “falsa promessa” pode ser o aspecto negativo da embalagem.

E, finalmente, de forma também conectada a essas concepções, Maria Helena Estrada, também comenta sobre durabilidade, agora então de forma interligada à cultura material:

No extremo oposto à moda, temos uma das teorias que mais contribuem ou favorecem à sustentabilidade: o design durável. Embora muitos profissionais obedçam a uma sazonalidade por exigência do mercado, esta é diversa da moda, pois os produtos não são considerados *out* com o passar dos anos e das décadas, mas permanecem no tempo. Além disso, por serem muitas vezes consideradas peças museológicas, há quem diga, brincando ou não, que hoje temos no mundo mais cadeiras que pessoas (ESTRADA, 2014, p.13).

O descartável, que era prático, torna-se agora abominável. A Comissão Europeia, por exemplo, pretende proibir seu uso (WECKER, 2018). Pratos, talheres, copos e canudos comestíveis, ou pelo menos biodegradáveis, têm sido desenvolvidos para amenizar o impacto que esses objetos podem causar enquanto resíduos. O plástico, o vilão-mor, é recriado em muitas versões, como um *fake* plástico, não utilizando petróleo, ou na criação de outros produtos a partir de sua própria reciclagem. Só para exemplificar, a menção de Maria Helena Estrada, contida no parágrafo anterior, provém do livro *Desafios do design sustentável brasileiro* (2014), cuja impressão foi realizada em “*Vitopaper®* - papel sintético produzido a partir de plásticos reciclados”, conforme é informado no início da publicação.

Claro que para que tudo isto seja posto em prática, deve haver tecnologia e adaptabilidade envolvidas na maioria dos casos. E estas soluções “verdes” podem ser a chave para conter a constante demanda por novidades e o consumo desenfreado atual. De certa forma, ainda representam o novo e, provavelmente, há muitas soluções criativas por vir deste setor. A preservação e reutilização, sobretudo, manifestam-se não como novidade, embora também sejam termos ligados à contemporaneidade. Estão ligadas à simplicidade ou mesmo em ações de longa data – mesmo que tenham se restringido quanto ao tempo, ao lugar ou ao número de praticantes –, podendo representar as soluções mais efetivas e instantâneas, quando se dissemina que preservar é o saber cuidar, criar vínculos e expressões com o objeto, ajustar e criar alternativas com o existente, valorizando-o. Portanto, todas as formas de receptáculos, mesmo aqueles tidos como descartáveis, podem ganhar *status* de bens duráveis quando se muda a relação com o objeto.

Referências bibliográficas

BROWER, C.; MALLORY; OHLMAN, Z. **Diseño Eco-Experimental**: arquitectura, moda, product. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

CARDOSO, Rafael. Embalagens & Rótulos. In: KESSEL, C.; WORCMAN, K. (org.). **Um balcão na capital**: memórias do comércio na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2003, p. 183.

COLOMBIJN, Freek; RIAL, Carmen. Introdução: Abordagens antropológicas dos resíduos sólidos em sociedades pós-industriais. In: RIAL, Carmen (org.). **O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. Disponível em:
<http://www.portal.abant.org.br/livros/OPoderDoLixoAbordagensAntropologicasDosResiduosSolidos.pdf>. Acesso em 16/06/2018.

ESTRADA, Maria Helena. O pensar sustentável. In: JATOBÁ, Waldick. (Curador). **Desafios do design sustentável brasileiro**. São Paulo: Versal, 2014.

FRICKE. **Package Design in Japan**. Colônia, Alemanha: Taschen, 1988.

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HARPER DESIGN. **The big book of packaging**. New York: Harper Collins, 2011.

JAPAN HOUSE SÃO PAULO. **Bambu**: histórias de um Japão. Exposição, 2017. Disponível em: <https://www.japanhouse.jp/saopaulo/event/BambuHistriasDeUmJapao.html>. Acesso em 16/06/2018.

KAZAZIAN, Thierry (org.). **Haverá a idade das coisas leves**: design e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Senac, 2005.

LACERDA, Mariana. **Os mistérios da caixinha**. Revista Continuum Itaú Cultural, São Paulo, ed. jan/2010. Disponível em: <http://albumitaucultural.org.br/secoes/os-misterios-da-caixinha/>. Acesso em 16/06/2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Olhar, escutar, ler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MUSEU THORVALDEN. Collections. Disponível em:
<http://www.thorvaldensmuseum.dk/en/collections> . Acesso em 10/06/2018.

NORMAN, Donald. A. **Design emocional**: por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

"Receptáculo", In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/recept%C3%A1culo>. Consultado em 12/06/2018.

QUINN, Edward. **Picasso: the objects**. Nova York: Assouline, 2004.

REBÓN, Marta. **Kintsugi**: a beleza das cicatrizes da vida. El País, 10/12/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/01/eps/1512125016_071172.html. Acesso em 16/06/2018.

SERRATS, M. **Packaging**: los mejores diseños. Barcelona: Reditar, 2007.

WECKER, Katharina. Alternativas a itens plásticos descartáveis. Deutsche Welle Brasil, 29/05/2018. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/alternativas-a-itens-pl%C3%A1sticos-descart%C3%A1veis/g-43978247>. Acesso em 04/06/2018.

ZERBST, Rainer. **Gaudí**: uma vida na arquitectura. Köln: Taschen, 1993.

#SOMOSTODOSIPHAN: MÍDIA E COMUNICAÇÃO NOS 80 ANOS DO INSTITUTO

*#SOMOSTODOSIPHAN: MEDIA AND COMMUNICATION IN THE INSTITUTE'S
80 YEARS*

*Yara de Oliveira Diniz
Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan
yarainec@gmail.com/yara.diniz@iphan.gov.br*

RESUMO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é, em âmbito nacional, o principal responsável na missão da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em 2017, para celebrar os 80 anos de atuação do Instituto e refletir sobre as práticas e políticas patrimoniais, ocorreram várias ações promocionais em todas as regiões do Brasil: seminários, lançamentos de publicações, exposições e diversas outras atividades. Em nível nacional, houve a Semana Comemorativa dos 80 anos, de 24 a 28 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), que teve como principais atividades: o 30º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade; o Seminário Internacional o Futuro do Patrimônio; lançamento dos números 35 e 36 da Revista do Patrimônio, a exposição A Construção do Patrimônio e palestra sobre Patrimônio e Desenvolvimento. O presente trabalho propõe-se a descrever e apresentar algumas interpretações de ações de mídia realizadas no período das comemorações dos 80 anos do Instituto, refletindo sobre a promoção do patrimônio cultural versus a promoção da Instituição.

Palavras-chave: IPHAN; 80 anos; patrimônio cultural; comunicação. Promoção

ABSTRACT

The National Historical and Artistic Heritage Institute (Iphan) is, at the national level, the main responsible in the mission of the preservation of the Brazilian cultural heritage. In 2017, to celebrate the Institute's 80 years of existence and to reflect on heritage policies and practices, several promotional activities took place in all regions of Brazil: seminars, publication launches, exhibitions and various other activities. At the national level, there was the 80th Anniversary Commemorative Week, October 24-28, in the city of Rio de Janeiro (RJ), whose main activities included: the 30th Rodrigo Melo Franco de Andrade Award; the International Seminar on the Future of Heritage; launch of issues 35 and 36 of the Journal of Heritage; the exhibition The construction of cultural heritage and a lecture on Heritage and Development. The present work aims to describe and present some interpretations of media actions carried out during this period of the 80th anniversary of the Institute, reflecting on the promotion of cultural heritage versus the promotion of the Institution.

Keywords: IPHAN; 80 years; cultural patrimony, communication. Promotion

A comunicação do Iphan

Começo este texto fazendo uma breve retrospectiva da atuação da Comunicação no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Recentemente, em outro trabalho, apresentado no II Simpósio Científico do Icomos-Brasil, no qual exponho uma análise do clipping⁶⁴ feito durante o mês de outubro de 2017 a respeito das notícias que saíram na mídia sobre o Iphan, inicio o referido artigo com este panorama da Comunicação do Instituto. Entendo que, mesmo que a abordagem aqui seja outra, contextualizar a atuação da Comunicação do Iphan ao longo do tempo é também importante para o objeto abordado neste texto.

Revista, boletim, portal na internet, eventuais publicações e redes sociais. Esses são hoje os meios de comunicação do Iphan, principal instituição em âmbito nacional que atua na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Desde o final da década de 1930, período de sua fundação (na época Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN), a Comunicação tem um lugar na trajetória desta autarquia federal, a começar pela Revista do Patrimônio, criada já no primeiro ano do Instituto. Apesar de ter havido alguns períodos de pausa na publicação, a Revista do Patrimônio terá sua 37ª edição publicada em 2018 e ainda é uma revista de referência no Brasil sobre patrimônio cultural.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do Iphan, apresentou a Revista do Patrimônio, em sua primeira edição, como um veículo destinado, não à propaganda da Instituição, mas a “divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo”. Segundo ele, a Revista vinha atender uma necessidade de ação sistemática e contínua em prol desses conhecimentos, mesmo que sem pretensões de estampar trabalhos definitivos ou completos. (PORTAL DO IPHAN, 2017b)

Seguindo a ordem cronológica do surgimento dos meios de comunicação do Iphan, em 1979 foi lançado, na gestão do designer e artista plástico Aloísio Magalhães, o Boletim Sphan/FNpM⁶⁵, que perdurou por uma década.

⁶⁴ O clipping (ou clipagem), nos dicionários da Comunicação, é o acompanhamento e registro de todas as matérias divulgadas em veículos de comunicação a respeito de uma determinada organização, produto ou pessoa. (CLOCKWORK COMUNICAÇÃO, 2018)

⁶⁵ “Sphan” nesse período era a sigla de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e não mais Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “FNpM” significa Fundação Nacional pró-Memória, órgão público da época que atuava em conjunto com a Sphan.

o Boletim SPHAN/FNpM surgiu como uma ferramenta ou meio de comunicação importante para a divulgação e promoção das práticas institucionais e para a compreensão de um período do órgão, repleto de questionamentos em relação às suas práticas institucionais, como também, para a reformulação de alguns conceitos. (DIAS, 2012, p.70)

Em 1996, o Iphan passa a ter uma página na internet. Hoje esse espaço é o “Portal do Iphan”, alimentado com diversas informações e publicações sobre o patrimônio cultural e o Instituto, além de conteúdo jornalístico, produzido pela Assessoria de Imprensa do órgão. Vale destacar que todas as edições da Revista do Patrimônio e do Boletim Sphan/FNpM estão disponíveis no portal, assim como o atual Boletim do Patrimônio Cultural⁶⁶ que é divulgado quinzenalmente e está em sua 92^a edição⁶⁷.

Carolina Terra, em seu artigo sobre a Comunicação Organizacional do Brasil, aponta que as organizações devem aproveitar os múltiplos canais de comunicação que existem atualmente “[...] a reputação é cada vez mais terceirizada nas percepções que os públicos têm dela [da organização] e expressam por meio de diversas ferramentas tanto *on* quanto *off-line*” (TERRA, 2012, p. 01). Nesse sentido, nos anos 2000, o Iphan passa a contar também com perfis e páginas em redes sociais: Twitter, Instagram, Facebook e Youtube.

Sobre as publicações, ao longo desses 80 anos, “foram editadas mais de 1.500 obras relacionadas às atividades de preservação, tombamento, registro e valorização desse patrimônio e a projetos de restauração e recuperação de centros históricos em todas as regiões do Brasil” (PORTAL DO IPHAN, 2018). Essas obras são, ainda hoje, uma forma para a “difusão do conhecimento produzido internamente pela instituição” (GOUTHIER, 2016, p.27).

Apesar de não ser meio de comunicação, outra iniciativa importante ocorreu em 2006, quando foi estruturada uma Assessoria de Comunicação (Ascom) mais integrada do que existia até então. É este o modelo que existe hoje. Em uma divisão bastante genérica, a Ascom realiza uma gama de funções que engloba Assessoria de Imprensa, Produção de Eventos e Relações Públicas. É sobre o trabalho e estratégias desse setor que proponho fazer algumas interpretações

⁶⁶ É importante ressaltar que os formatos e funções dos dois boletins são bem diferentes. Se o Boletim SPHAN/FNpM era voltado para a promoção das práticas institucionais do Iphan, o formato de boletim de hoje não é necessariamente para este fim. As notícias e agendas ali publicadas são captadas de diferentes sites, e servem para divulgar não só o Instituto mas sobretudo o patrimônio cultural. Não há uma produção de textos para o boletim, e sim uma seleção do que tem sido noticiado sobre o Iphan e o patrimônio cultural.

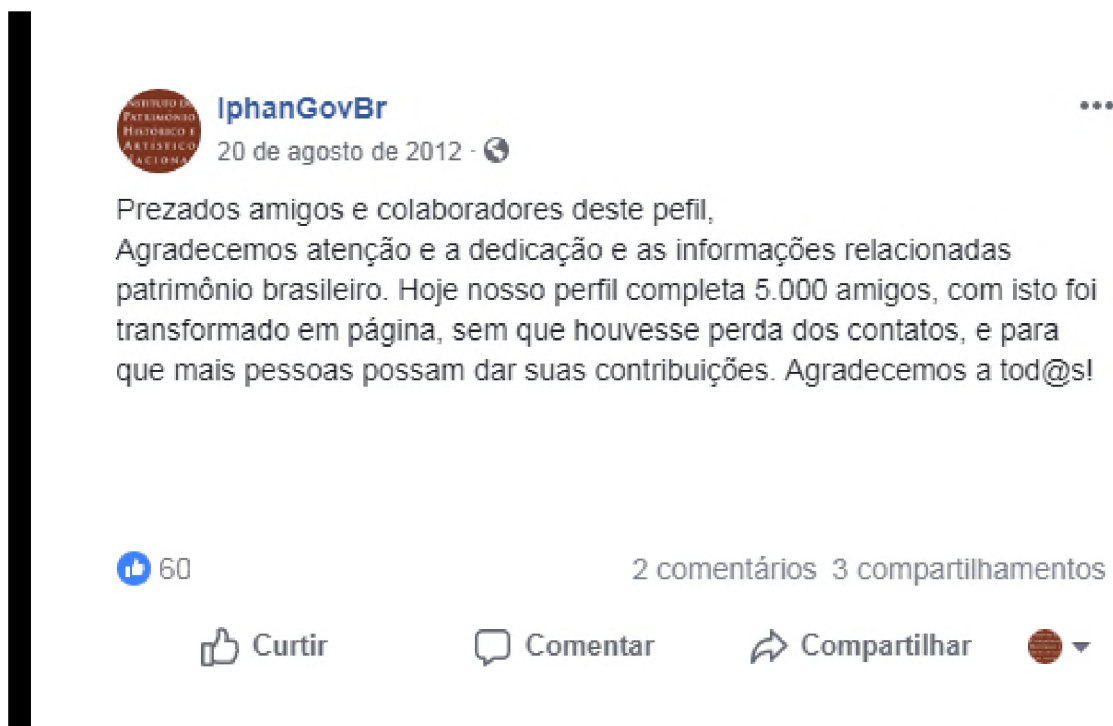
⁶⁷ Dados da primeira quinzena de junho de 2018.

neste artigo, com foco em atividades e estratégias realizadas no período que tange as celebrações dos 80 anos do Instituto⁶⁸.

Mídias sociais e Assessoria de Imprensa: analisando interações e repercussões

A campanha *Eu e o patrimônio* e a hashtag *#somostodosiphan*

A rede social em que o Iphan tem mais seguidores é o *Facebook*, são 146.413 pessoas que curtiram a página do órgão. Em segundo lugar está o perfil no *Twitter*, que tem 140 mil seguidores, o *Instagram* vem em terceiro, com 9.127 e por fim o *Youtube*, com 7.717 inscritos⁶⁹. Já foram feitas 2.700 postagens desde 20 de agosto de 2012 no facebook. Anterior a este período, o Instituto contava apenas com um perfil de usuário, conforme imagem abaixo:



Primeira postagem na página do facebook do Iphan (Fonte: <https://www.facebook.com/iphan.govbr/>).

⁶⁸ Aqui entende-se como celebrações dos 80 anos, a Semana Comemorativa que ocorreu de 24 a 28 de outubro de 2017, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). As principais atividades realizadas durante essa Semana foram: 30º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade; Seminário Internacional O Futuro do Patrimônio; lançamento dos números 35 e 36 da Revista do Patrimônio; palestra sobre Patrimônio e Desenvolvimento e lançamento da exposição A Construção do Patrimônio.

⁶⁹ Dados apurados em 14 de junho de 2018.

Na segunda metade de 2017, precisamente entre os meses de agosto e setembro, foram publicados nesta rede social treze *posts* sobre a campanha “Eu e o Patrimônio”, a campanha consistia em uma

ação promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio de suas redes sociais, propôs que os participantes enviassem fotografias que representassem a diversidade do Patrimônio Cultural Brasileiro, destacando seu valor social, histórico ou artístico, atribuído pelas diversas temáticas da preservação do Patrimônio Cultural e o direito à memória. As imagens refletem a relação com a cultura brasileira, com fotos de monumentos, edificações, conjuntos urbanos ou históricos, localidades rurais, indígenas ou quilombolas, igrejas, museus, prédios, paisagens culturais, manifestações artísticas e culturais, celebrações, enfim, toda a riqueza da diversidade cultural do país. (PORTAL DO IPHAN, 2017a).

As publicações citadas somadas tiveram um alcance (número de pessoas que visualizaram a postagem) de aproximadamente 87 mil pessoas. Foram 185 fotos recebidas e elas foram reunidas em um álbum na página do Iphan para votação. Os premiados, autores das três fotos que tiveram mais curtidas, receberam publicações sobre o patrimônio cultural brasileiro como premiação.

Mariana Kimie e Simone Scifoni, ao trazerem o Manual de Aplicação dos Inventários Participativos, proposto pelo Iphan, em uma reflexão sobre o Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão, na cidade de São Paulo (SP), nos permite associar (ainda que com um olhar enviesado pela perspectiva da Comunicação) tal metodologia com a campanha desenvolvida pela equipe de Comunicação do Instituto. A ação “Eu e o patrimônio” é um exemplo de como estratégias de comunicação podem potencializar essa mobilização e participação das comunidades em relação à preservação do patrimônio (KIMIE e SCIFONI, 2017, p.41). Neste episódio, o sujeito ocupou o lugar de protagonista e o que era relevante era o seu olhar (dele, do sujeito) sobre o patrimônio.

Observamos que houve um expressivo engajamento de diferentes públicos a partir dessa ação. O vencedor do primeiro lugar do concurso, o estudante de arquitetura Lucas Bastos, além de contar com o apoio de amigos e familiares na campanha para divulgação da sua foto, estabeleceu parceria de divulgação com um portal da internet e com o prefeito de Jaraguá (GO), cidade onde a foto foi tirada.



Foto vencedora em primeiro lugar, tirada por Lucas Bastos. (Fonte: Portal do Iphan, 2018^a).

Trata-se, portanto, de duas instâncias de ações participativas/interações: o patrimônio como mediador da interação entre os sujeitos (no exemplo citado, a mobilização e interação que houve entre os envolvidos na divulgação da foto) e a interação entre o patrimônio e os sujeitos (por exemplo, a relação entre o autor da foto e a igreja).

Para Castells (2015, p.101) a comunicação é “o compartilhamento de significado por meio de troca de informação”. Com a internet, essa dinâmica se torna mais complexa e interativa.

Com a difusão da internet, surgiu uma nova forma de comunicação interativa, caracterizada pela capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou no tempo escolhido, e com a possibilidade de usar a comunicação entre dois pontos, em transmissões especializadas, narrowcasting ou em transmissões para muitos receptores (broadcasting), dependendo do objetivo e das características da prática de comunicação intencionada.” (CASTELLS, 2015, p.101)

Nesse novo cenário, surgem também novas linguagens e formatos no universo da Comunicação. Pedro Boocchese, em um artigo que analisa as *hashtags*, chama a atenção para as mudanças comportamentais advindas do surgimento de dispositivos como *notebooks*, *smartphones* e *tablets*.

O símbolo # é (...) é classificado como marcador, onde é utilizado para marcar Palavras - chave ou tópicos em redes sociais. Originalmente foi usado pelos usuários do Twitter com o intuito de categorizar termos em mensagens. Atualmente, as Hashtags são utilizadas por diversas redes sociais, criando uma nova forma de delimitar comportamentos e assuntos do dia a dia. (BOCCHESE, 2014, p.142)

A hashtag #somostodosiphan, lançada na premiação do 30º Prêmio Rodrigo Melo de Andrade, ocasião em que também foram celebrados, nacionalmente⁷⁰, os 80 anos do Iphan, foi uma estratégia para chamar a atenção do público sobre a situação da autarquia. Naquele momento, 456 dos então 678 servidores se aposentariam em menos de dois anos e não havia previsão de concurso, apesar de o Instituto ter solicitado ao Ministério do Planejamento em junho de 2017⁷¹ (DINIZ, Y.O, no prelo).

A pretensão com o lançamento desta outra campanha foi promover o Instituto, um apelo para o reconhecimento do trabalho do Iphan ao longo das últimas oito décadas e sensibilizar as pessoas de que a Instituição estava ameaçada. No discurso da presidente Kátia Bogéa na cerimônia dos 80 anos, ela exalta: “Hoje, eu e os fundadores do Iphan aqui neste palco, irmanados aos servidores e ex-servidores que estão na plateia, conclamamos todos a lutar pela preservação do Iphan. (...) Passados 80 anos de luta, posso afirmar que hoje o Iphan hoje é patrimônio do Brasil!”.

A imprensa e o clipping

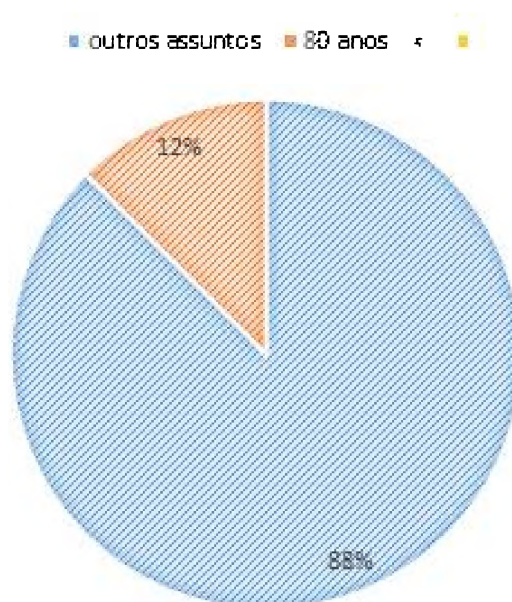
“As publicações midiáticas muito influenciam na construção das imagens organizacionais no imaginário social.” (DINIZ, Y.O, no prelo). A análise a seguir, do clipping do mês de outubro de 2017, buscou levantar alguns dados qualitativos e entender (sem entrar em questões discursivas mais complexas) o teor das notícias captadas.

Se a ação “Eu e o patrimônio” pode ser entendida como uma promoção do patrimônio cultural e a campanha “#somostodosiphan” uma promoção do Instituto, o trabalho feito com a imprensa para divulgação dos 80 anos e das atividades realizadas neste período podem ser vistas como estratégias de promoção tanto do patrimônio cultural brasileiro como do Iphan. O clipping do mês de outubro de 2017, realizado pela jornalista e colaboradora da Assessoria de Comunicação do Iphan Adélia Soares, captou 833 notícias sobre o Instituto, dentre as quais 104 estão relacionadas com os 80 anos. (DINIZ, Y.O, no prelo)

⁷⁰ Durante o ano de 2017 foram realizados em todos os estados do país, seminários, exposições, campanhas e outras ações em celebração aos 80 anos do Iphan.

⁷¹ O edital para o concurso foi publicado no dia 12 de junho de 2018.

CLIPPING OUTUBRO DE 2017



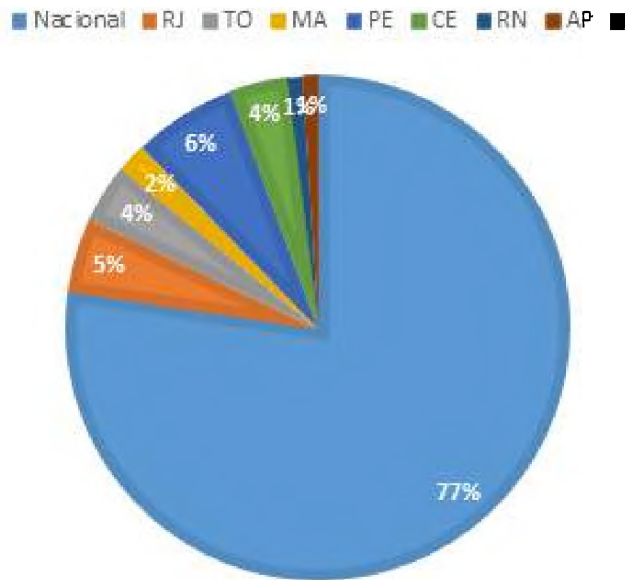
Clipping Iphan de outubro de 2017. Fonte: DINIZ, Y.O, 2018, no prelo

As 104 notícias, distribuídas em sete estados distintos conforme gráfico abaixo, estão relacionadas com as atividades dos 80 anos do Iphan, mas, sobretudo, abordam o patrimônio cultural brasileiro. Por exemplo, as notícias “Mestres e saberes reconhecidos”, publicada no jornal Diário do Nordeste⁷² e a notícia “Porto Digital recebe prêmio do Iphan”, publicada no Diário de Pernambuco⁷³, são sobre duas das oito ações vencedoras do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. As ações em si estão sendo promovidas, ou seja, aquele determinado projeto, sobre transmissão de saberes e cultura cearense (primeira notícia) ou que é destaque na gestão compartilhada do patrimônio cultural (segundo caso) está recebendo um prêmio do Iphan. O patrimônio cultural e o Iphan estão em evidência.

⁷² Notícia publicada no dia 23 de outubro de 2017, disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/mestres-e-saberes-reconhecidos-1.1838997>

⁷³ Notícia publicada no dia 23 de outubro de 2017, disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2017/10/23/internas_economia,727855/porto-digital-recebe-premio-do-iphan.shtml

PUBLICAÇÕES POR ESTADO



As 104 notícias sobre os 80 anos captadas no clipping de outubro de 2017 estão distribuídas em 83 veículos de comunicação distintos, sejam nacionais ou dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Tocantins, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Amapá. Fonte: DINIZ, Y.O, 2018, no prelo).

A exposição “A Construção do Patrimônio” que contou “a história das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e reflexões sobre os desafios que envolvem a expansão do conceito de patrimônio no país” (DINIZ, Y.O, apud PEDRA, p.6, 2017) é outro exemplo. Apesar da história da preservação do patrimônio cultural do Brasil ter uma estreita relação com o Iphan, as notícias como “Nos 80 anos do Iphan, exposição propõe reflexão sobre o patrimônio cultural⁷⁴”, da EBC/Agencia Brasil ou “Caixa Cultural Rio de Janeiro reúne mais de 150 obras brasileiras na mostra a Construção do patrimônio⁷⁵”, da plataforma colaborativa Ambrósia, focam na exposição em si e não na Instituição.

Essa análise do clipping dos 80 anos se estende a outras atividades da Semana Comemorativa, além do Prêmio e da Exposição. A lógica é a mesma de que, em muitas das notícias, o patrimônio cultural brasileiro e o Iphan são destaque e, em alguns casos, o patrimônio se sobressai em relação ao Instituto.

⁷⁴ Notícia publicada no dia 26 de outubro de 2017, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-10/nos-80-anos-do-iphan-exposicao-propoe-reflexao-sobre-o-patrimonio-cultural>

⁷⁵ Notícia disponível em: <https://ambrosia.com.br/agenda/caixa-cultural-rio-de-janeiro-reune-mais-de-150-obras-brasileiras-na-mostra-construcao-do-patrimonio/>

Considerações finais

Quando estratégias de comunicação são colocadas em prática, seja para a promoção do patrimônio ou para promoção do Iphan, existe o objetivo de alcançar o maior número de pessoas. Em contraponto, em tempos cibernéticos é fato que, quanto mais presente na mídia, a Instituição está mais suscetível, “em praça pública”, aos mais diversos feedbacks. Nesse sentido, as redes sociais são fortes aliadas, pensando na abrangência de público e na ideia do público como consumidor e difusor de conteúdos, mas podem ter o efeito contrário justamente por esta característica. “A rede sofre com a falta de credibilidade, por concentrar uma grande quantidade de informação e por permitir que qualquer indivíduo com acesso à internet redija e publique o conteúdo que quiser” (TERRA, 2006, p.35).

Ulpiano Menezes aponta que “deve-se reconhecer a interação de bens e sujeitos como característica do patrimônio” (MENEZES, 2017, p. 39). A proposta do autor em transferir o foco dos bens e poder público para os sujeitos e suas multiformes interações (*Ibidem*, p.49) se relaciona com as tentativas que têm sido feitas pela Assessoria de Comunicação do Iphan de aproximar o cidadão com o patrimônio, como foi visto na ação “Eu e o Patrimônio” e na campanha “#somostodosiphan”.

Ressalve-se, ainda, que é impróprio separar sujeitos e bens. Laurajane Smith (2006) pretende que o patrimônio é mais bem entendido como processo, ou verbo, e não substantivo. Eu acrescentaria: como verbo transitivo, que necessita de objetos diretos para se realizar. Cidade e cidadão estão unidos até mesmo pelos vínculos indissolúveis da etimologia. (*Ibidem*, p.49).

Outro momento em que Comunicação e patrimônio cultural se encontram, particularmente o Jornalismo, é que os dois podem ser entendidos como construções sociais. No Jornalismo, autores como Gaye Tuchman, Jorge Pedro Sousa e Nelson Tranquina veem o jornalismo como construção social da realidade. Para o antropólogo Antônio Augusto Arantes, atualmente, o patrimônio é construção social (ARANTES, 2012, p.20). Explorar esse ponto comum entre patrimônio e jornalismo, entender a importância e desdobramentos dessas diferentes construções sociais na sociedade e de que maneira elas se encontram é um desafio.

Na análise do clipping, vimos que pautas sobre o patrimônio cultural têm seu lugar no meio jornalístico. Cabe, em uma próxima oportunidade, analisar mais profundamente o teor dessas coberturas sobre patrimônio, o que está em pauta, o que é selecionado como relevante e o que é (propositalmente) esquecido. Assim é também nos processos de patrimonialização, quando há o reconhecimento da memória e da identidade de um como patrimônio cultural

brasileiro, outras memórias estão sendo negligenciadas. É necessário refletir que, em ambos os casos, no jornalismo e no patrimônio, essas escolhas não são arbitrárias, e sim são firmadas por relações de poder e discursos.

Por fim, a partir da fala da premiada antropóloga mexicana Cristina Amescua Chávez que vai ao encontro das ideias de Ulpiano Menezes (2017) bem como de Mariana Kimie e Simone Scifoni (2017) segue uma provocação para pensarmos as práticas de patrimonialização no Brasil hoje. Durante sua palestra na mesa Diversidade Cultural, Patrimônio e Memória, do Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento, realizado pelo Ministério da Cultura (MinC) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizado em 2015 no Rio de Janeiro, Chávez fez a seguinte colocação: “A noção de patrimônio hoje tem que estar dentro da vida, para que crie-se junto com a ideia de sustentabilidade, ou será algo apartado da vida, não cumprindo sua função social, de formação de memória e cidadania”. Trata-se de um olhar necessário para práticas patrimoniais, sobretudo para se pensar políticas públicas de preservação e ações de educação patrimonial. Aproximar a sociedade civil das práticas de preservação, além de contribuir para a formação de memória e cidadania, é essencial para a construção e manutenção da identidade dos povos.

Referências bibliográficas

AGENCIA BRASIL. Nos 80 anos do iphan, exposição propõe reflexão sobre o patrimônio cultural. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-10/nos-80-anos-do-iphan-exposicao-propoe-reflexao-sobre-o-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

AMBROSIA. Caixa cultural rio de janeiro reúne mais de 150 obras brasileiras na mostra a construção do patrimônio. Disponível em: <<https://ambrosia.com.br/agenda/caixa-cultural-rio-de-janeiro-reune-mais-de-150-obras-brasileiras-na-mostra-construcao-do-patrimonio/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza (coord.). Antropologia & Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília/ Rio de Janeiro/ Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/LACED/Nova Letra, 2012, p. 110-124.

BOCCHESI, Pedro Augusto. Hashtags : o corte epistemológico como representação do inteligível e do sensível. Revista Científica Ciência em Curso – R. cient. ci. em curso, Palhoça, SC, v.3, n. 2, p. 141-147, jul./dez. 2014.

DINIZ, Yara de Oliveira. #SOMOSTODOSIPHAN: o patrimônio cultural em evidência nos 80 anos do Instituto. In: Anais do Simpósio Científico 2018 - ICOMOS BRASIL. Belo Horizonte (MG) (no prelo)

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. 1 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015. 629 p.

CLOCKWORK COMUNICAÇÃO. A arte de clipar. Disponível em: <<http://www.clockworkcomunicacao.com.br/page1.html>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Porto digital recebe prêmio do iphan. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2017/10/23/internas_economia,727855/porto-digital-recebe-premio-do-iphan.shtml>. Acesso em: 07 jun. 2018

DIARIO DO NORDESTE. Mestres e saberes reconhecidos. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/mestres-e-saberes-reconhecidos-1.1838997>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DIAS, Welbia Carla. Boletim Sphan/FNPM: um espaço de comunicação do Patrimônio Cultural. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

FACEBOOK. **Iphangovbr**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

GOUTHIER, Déborah Machado. Comunicação e preservação do patrimônio cultural: a Praça Cívica de Goiânia entre afetos e histórias de jornal. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2016.

KIMIE, Mariana e SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO / Nº 5, setembro 2017

KÜHL, Beatriz Mugayar. Ética na preservação no século XXI. In: HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión. (Org.). Conservando el pasado, proyectando el futuro. Tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI. 1ed. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2016, v. 1, p. 53-68.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 36, p.39- 52, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf> Último acesso em: 02 abril. 2018.

PORTAL DO IPHAN. Acervos e publicações. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

PORTAL DO IPHAN. **Ação eu e o patrimônio divulga vencedores**, 2017a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4304>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

PORTAL DO IPHAN. Nova edição da revista do patrimônio é lançada durante seminário internacional, 2017b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4376>>. Acesso em: 11 janeiro de 2018.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA E DESENVOLVIMENTO. **Mesa trata de patrimônio e memória**. Disponível em: <<http://culturadigital.br/culturaedesenvolvimento/2015/10/07/mesa-trata-de-patrimonio-e-memoria/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

TERRA, Carolina Frazon. Comunicação Organizacional Digital no Brasil: uma análise dos autores utilizados nas Mesas Temáticas de Comunicação Digital dos Congressos da Abrapcorp. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza - CE, p. 1-15, set. 2012. Disponível em: <http://rpalavreando.com.br/wp-content/uploads/2015/06/Artigo_Carol-Terra.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

TERRA, Carolina. Mídias Sociais... E agora? São Paulo: Senac, 2011.

TERRA, C. F. Comunicação Corporativa Digital: o futuro das Relações Públicas na rede. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

A INTRODUÇÃO DO COURO NO RIO GRANDE DO SUL

LA INTRODUCCION DEL CUERO EN EL RIO GRANDE DEL SUL

*Juliana Porto Machado
Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural
julianamachado209@gmail.com*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a introdução do couro animal no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Com foco no Bioma pampa que se estende pelo Uruguai, Argentina e sul do Brasil, também conhecido popularmente como campanha. O texto tem como base um recorte da dissertação “Artesanato em couro cru (Guasquería) em Jaguarão-RS” apresentada ao programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Percorrendo sobre a utilização desse couro para a criação de objetos de uso cotidianos de forma manual, de sua comercialização e importância econômica para a formação do Estado. E transformação do bioma pampa com a chegada do gado selvagem. A presença destes animais inviabilizou o domínio de florestas em relação ao campo de vegetação rasteira. Auxiliando na firmamento das grandes estâncias. Observando então o gado como elemento indutor do estabelecimento da figura do peão e do tropeiro.

Palavras-Chave: Couro, gado, bovinos, Pampa, Rio Grande do Sul

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discurrir sobre la introducción del cuero animal en el Estado de Rio Grande do Sul, en Brasil. Con foco en el Bioma pampa que se extiende por Uruguay, Argentina y sur de Brasil, también conocido popularmente como campaña. El texto tiene como base un recorte de la disertación "Artesanía en cuero crudo (Guasquería) en Jaguarão-RS" presentada al programa de Postgrado en Memoria Social y Patrimonio Cultural. Recorriendo sobre la utilización de ese cuero para la creación de objetos de uso cotidianos de forma manual, de su comercialización e importancia económica para la formación del Estado. Y la transformación del bioma pampa con la llegada del ganado salvaje. La presencia de estos animales inviabilizó el dominio de bosques en relación al campo de vegetación rastrera. Auxiliando en la firma de las grandes oficinas. Observando entonces el ganado como elemento inductor del establecimiento de la figura del peón y del tropero.

Palabras clave: Cuero, ganado, bovinos, Pampa, Rio Grande do Sul

Introdução

O Pampa, nomenclatura originária do vocabulário quéchuá, que possui como significado região de planícies, se estende pelo Uruguai, Argentina e sul do Brasil, sendo conhecido popularmente como Campanha. É composto por paisagens de herbáceas, em um relevo de características pontuais constituído por cerros e coxilhas. Tem extensão de 62,2 % no RS. Esse tipo de bioma é o fator importante para a ocupação da região sulista, assim como sua utilização para o desenvolvimento da atividade pecuarista (BOLDRINI, 2010).

O bioma pampa é definido como o grupo ecossistêmico que corresponde à metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul, incluso no conjunto brasileiro dos Pampas Sul-Americanos, que ultrapassam o território do Uruguai e da Argentina. De acordo com dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE, 2004), é formado por algumas características de relevos e vegetações tais como: Depressão Central¹, Planalto Sul-Rio-Grandense², Planície Costeira³ e Planalto da Campanha⁴. Possui um solo diverso em sua composição, em sua vegetação.

Com características geográficas adequadas para sua ocupação, o pampa Rio-Grandense sofre com as iniciais atividades de colonização por parte da Corte espanhola e da Companhia de Jesus⁵. Foi no período do século XVII, o momento em que os Jesuítas começaram o intermédio com os índios guaranis, que ocupavam essa região. Em território de disputas os guaranis e os jesuítas construíram as reduções⁶. Os guaranis neste contexto sociocultural representaram o mecanismo fundamental para a efetivação do sistema de reduções, principalmente na base econômica da pecuária bovina.

Com a introdução do gado vacum, dos ovinum, dos cavalares e dos muares, temos a modificação do sistema de exploração econômico da região. A exploração da pecuária se adequa às exigências e parâmetros das coroas espanholas e portuguesas. De acordo com Morner (2004), o Pampa da região sul teve sua colonização atrasada em relação a outros lugares. Nesse sentido, o autor destaca dois tempos atuantes da economia pecuarista, o primeiro é representado pelas instáveis produções e desvalorizações econômicas entre os séculos XVII e XVIII, e o

¹ De acordo com Rambo(1956), a vegetação predominante desta região corresponde a vegetação campestre (campos), silvática e palustre. A mata existente foi eliminada pela agricultura e plantações de acácia e eucalipto.

² Marcado por um solo arenoso, com a predominância de coxilhas e vales suaves.

³ Faixa arenosa, constituída por lagunas e lagos.

⁴ Coxilhas cobertas por campos.

⁵ Societas Iesu, S. J., era formada pelos denominados jesuítas, era uma ordem religiosa originária em 1534, fundada por membros estudantis da Universidade de Paris, coordenados pelos membros conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola.

⁶ Comunidades administradas de forma autônoma.

segundo momento marcado pela diversificação das atividades de exploração econômica, com o ciclo de mineração iniciado no Brasil, em que temos o gado como ferramenta de transporte e alimento. Posteriormente, a comercialização massiva de carne e couro por latifundiários no século XIX.

Por conseguinte, teremos as fundações das indústrias, e logo a industrialização para exportação, no século XX. Porém, o autor ressalta que apesar deste longo processo de consolidação da pecuária, ainda predominava o emprego de trabalhadores com baixa remuneração. Nos períodos entre o século XVI e metade do século XVIII, a pecuária bovina era caracterizada pelo uso de técnicas de manejo rústico, em que só se utilizava do animal abatido o couro, o sebo e a língua para a comercialização.

No século XVII o gado era selvagem ou popularmente chucro, se reproduzia livremente nos contornos do Rio da Prata, entre as regiões Entre Rios, Sudoeste de Buenos Aires e na Banda Oriental (MÖRNER. 2004). Os bovinos denominados *Bos taurus Linnaeus*, eram descendentes dos primeiros animais que foram trazidos ao pampa pelos portugueses e espanhóis. A mistura entre esses animais, fez surgir o popular gado crioulo. De acordo com Porto (1956), essa raça tornou-se diferente das outras por proceder de uma linhagem secular, e tal rebanho dominou de forma atuante as estâncias pastoris do sul até o século XX.

Destaca Crosby (1993) que a introdução dos grandes rebanhos foram elementos catalisadores de transformações no ecossistema do pampa. A presença destes animais inviabilizou o domínio de florestas em relação ao campo de vegetação rasteira. Ou seja, temos as mudanças e fixações das características predominantes da paisagem pampeana. O autor ressalta que a chegada dos europeus na América foi ponto primordial para essas fixações, já que, com eles vieram o gado e também algumas espécies diversas de vegetação que se encaixaram no ambiente local e se reproduziram livremente.

A ocupação do Estado Rio Grande do Sul

Para tanto, diante destas mudanças, retomamos as discussões da formação do Estado do Rio Grande do Sul. Esse espaço era ocupado pelo domínio postulado pelos povos das missões jesuítas e guaranis, que habitavam áreas limites do Paraguai, Uruguai e no Brasil, principalmente no Paraná. A região em que se localiza contemporaneamente a campanha era a zona ao sul do Rio Ibicuí, em que os Sete Povos fixaram suas estâncias. Podemos destacar que essa região era espaço de confronto entre índios Minuanos e Charruas, e alianças coloniais, formando fronteiras marcadas por disputas entre portugueses e espanhóis. Sobre os Minuanos

e Charruas, destaca Becker:

Os Charrua e Minuano, caçadores, pescadores e coletores dos campos, ocupavam a antiga Banda Oriental do Uruguai, que dividiam com dois grupos horticultores conhecidos como Chaná e Guarani. Especificamente do Rio Grande do Sul os Charrua e Minuano estavam localizados nos campos do Sudoeste e Sudeste até a altura dos rios Ibicuí e Camaquã com extensões para o pampa uruguaio e pequena porção do território argentino. Os Charrua moravam mais para o oeste, ocupando ambas as margens do rio Uruguai, e tiveram maior contato com o conquistador espanhol; os Minuano se localizavam mais para leste, nas áreas irrigadas pelas lagoas do Patos, Mirim e Mangueira, com extensão até as proximidades de Montevideú; tiveram mais contato com os portugueses (p. 344;1991).

A base econômica de exploração desses grupos étnicos eram a agricultura e a pecuária. Logo, temos as vacarias que tinham como função, muitas vezes, a de deslocar o gado de uma área a outra onde estivesse fora de risco de ser levado por invasores. Moraes (2008) ressalta que, com o tempo, as vacarias também passaram a explorar o trabalho com couro. Essa forma de labor com essa matéria-prima surge aproximadamente em 1768, com a retirada dos jesuítas. Nessa época, os mercados de extração e venda de couro se espalham pelos comércios do país. Mas, a principal função das vacarias era capturar o maior número de animais selvagens e levá-los para as estâncias⁷ e utilizá-lo como fonte de alimentação para os sujeitos residentes nelas.

Dentro das estâncias, como a de São Miguel, localizada ao sul do rio Ibicuí, havia um conjunto de pequenos lotes, divididos e organizados em praça, capela, habitações de trabalhadores e currais, interligados e alimentados pela afluência das águas do rio, com portos e caminhos térreos. As estâncias eram administradas por um grupo étnico específico. A autora precitada acentua a diferença existente na forma de manejo da pecuária da região das missões e a das regiões coloniais espanholas e portuguesas.

Isso se deve ao fato de que a exploração do gado era voltada para a alimentação dos povos missioneiros, ou seja, não havia o intuito de exportação, uma vez que houve um expressivo crescimento demográfico nessa região. Destaca que, a logística de manutenção dos recursos era baseada em redes de compartilhamento comum, em um seguimento de conquista do meio, sistematização do trabalho e distribuição dos recursos. Assim, o objetivo geral do trabalho pastoril na região missioneira era a o abastecimento do seu povo.

A zona que viria a ser denominada como campanha era marcada pelo processo de criação de rebanhos, esses podiam ser de bovinos, ovinos⁸ e equinos, esses utilizados como mecanismo de tração e como fonte de cruza para aumentar a criação de mulas. Nessa forma de

⁷ Uma circunscrição dada das campinas do país, povoada de gado, cavalos e mulas e, em certas porções, partes de carneiros; tem ordinariamente a extensão de uma sesmaria, às vezes de duas, de três e mais; os animais multiplicam-se nelas na razão da quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos (DREYS, 1990, p.90).

⁸ Além de serem voltados para a produção de carne, também aproveitava-se a lã para a tecelagem.

produção visava-se o manejo de reprodução, utilizava-se de técnicas não-predatórias. Moraes (2008) destaca esse ponto, pois a partir da expulsão dos jesuítas e destruturação dos povos missioneiros, é marcado o início do século XIX, como uma época da destruição da forma de exploração pastoril, até então estabelecida.

As ameaças vindas das direções coloniais espanholas e portuguesas e também portuguesas e brasileiras em disputa pela zona missioneira e a nova forma de organização das estâncias colaboraram para o retorno da exploração predatória dos grandes rebanhos, principalmente na retirada do couro. Para Moraes, essas ações conjuntas contribuíram para modificar a paisagem missioneira, com a desarticulação das estâncias no século XIX e a posse dos coloniais portugueses/brasileiros das áreas circunscritas ao rio Uruguai.

No entanto, como argumenta Morner (2004) o mercado de abastecimento interno baseado na pecuária mantinha-se devido a demandas ultramarinas voltadas para a comercialização do couro, em suas palavras:

a produção atingiu seu apogeu durante o período de 1700-1705, quando eram exportados anualmente 75 mil couros de gado. Depois de 1750, quando a produção passou a basear-se na estância, as exportações logo alcançaram um nível bem mais alto, superior a cem mil couros por ano. Ademais, até certo ponto, agora, além da gordura e do sebo, a carne também era exportada. Nos estabelecimentos de salgação de carne (saladeros) da Banda Oriental, também se preparava a carne-seca para a exportação ultramarina (p.210).

A destruição das Missões Jesuítas na região pampeana ocasionou oscilações no mercado de exportação, e como mencionado anteriormente os conflitos luso e hispano atingiram a criação dos gados, diminuindo significativamente esses animais. Porém, fatores como a necessidade de alimentar a economia estrangeira, a utilização de novas formas de manejo de produção foram crescendo às margens dos conflitos econômicos e políticos que assolavam a região. Por conseguinte, a economia central no Rio Grande do Sul passa a tomar como arcabouço o abastecimento de carne, couro e sebo para a metrópole do país.

Então, a colonização do pampa Rio-Grandense é um marco histórico de grande importância na discussão do surgimento da guasqueria. Temos as questões de disputa de fronteira como um elemento catalisador entre os impérios ibéricos português e espanhol, que haviam estabelecido às suas sedes no Rio de Janeiro, no Brasil, e em Buenos Aires, na Argentina, respectivamente. O território do Rio Grande do Sul estava entre um entrave feroz de luta por terras e domínio.

Para Luvizzotto (2010), com o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas (*Figura 1*) no ano de 1493, fica acordado geograficamente uma linha divisória entre as duas coroas que

atravessa o meridional, no sentido ao litoral catarinense⁹ e a região do pampa Rio-grandense, que era domínio da coroa espanhola. A coroa portuguesa descontente com esse traçado de uma linha imaginária, procura por sua vez, ter um limite concreto nas proximidades do Rio da Prata, ao lado esquerdo. Esse ponto é fulcral para entendermos que o arcabouço da rivalidade entre essas duas coroas no Brasil era devido às linhas de delimitação de territórios.



Figura 1: Mapa de delimitação do Tratado de Tordesilhas e de Madri. Fonte: <http://www.tiberioge.com.br>.

Para tanto, o pampa foi local de disputas armadas contínuas e de negociações que duraram até meados do século XIX, pois essa região era ponto de proximidade entre as fronteiras, e então uma ferramenta utilizada pelos portugueses para observar os avanços dos espanhóis, além de ser uma região rica em alimentos para o abastecimento da coroa (DACANAL, 1992).

Se retrocedermos temporalmente, podemos perceber que a tomada do pampa sulino já havia acontecido antes dos conquistadores europeus. Os diversos grupos étnicos indígenas já tinham fixado residência por essas paragens, por mais que, de maneira singular, tenha sido considerada terra sem donos. Poucos eram aqueles que se arriscavam por esses lados, e na maioria dos casos era para capturar possíveis escravos.

Os indígenas eram subdivididos inicialmente pelo grupo principal Jê, da linhagem pertencente aos tapuias, logo seus descendentes são os grupos étnicos Guaianás, e logo

⁹ Atual Estado de Santa Catarina.

Caingangues; já originários dos Mbais temos os Charruas e Minuanos, além de outras nações de índios. Temos então a existência destes habitantes sulinos, os quais desempenham importante papel nos fundamentos do atual Estado do Rio Grande do Sul, sendo que os jesuítas expulsos de suas reduções localizadas no Paraguai, acabam por volta de 1626 ocupando essa região, com a fundação da Redução de San Nicolás, onde os padres agrupam um grande número de guaranis. Após a sua nova expulsão no ano de 1640, tudo o que haviam construído, como mencionado em outro momento, acaba por ser deixado abandonado, como foi o caso dos rebanhos capturados.

O crescimento do gado e sua reprodução livre, propicia a caça predatória desses, tornando-se a nova base econômica da região. Com o retorno dos jesuítas ao sul são construídas as Missões Jesuítas por volta do ano de 1682, localizadas na Argentina, Paraguai, Paraná e Rio Grande do Sul. Tinham como objetivo levar a palavra de Deus aos selvagens guaranis, em um denso processo de cristianização.

A demanda por alimento, põem o gado novamente como a fonte principal para a subsistência de tantas pessoas, uma vez que esses animais sobreviviam na abundância de pastagens naturais da região sulina. Em meio às invasões que aconteciam constantemente, os sacerdotes fundaram no Rio Grande do Sul, à esquerda das margens do Rio Uruguai, os Sete Povos das Missões, pós 1682, principalmente para levar os índios cristãos para um local seguro (PASTORE, 1972). Originando-se as estâncias missioneiras da Banda Oriental do Rio Uruguai. Há neste momento o aumento significativo do poder colonial no domínio das terras.

Além da pecuária, os missionários também exerciam a agricultura, com hortifrúti, e o cultivo de erva-mate que já era produzida pelos indígenas. No ano de 1750, as Missões terminam suas funções com as definições do Tratado de Madrid, que passou os domínios dessas terras para a coroa portuguesa. Com isso, temos a presença do gado com elemento central da disputa por ocupação de terras, ou seja, a existência deles fez com que houvesse o interesse e necessidade de exploração concentrada. Na busca pela posse de valiosa região os portugueses deram início a um intenso processo de reocupação, ao trazerem imigrantes garantindo-lhes uma porção terra.

Em 1770 as regiões missioneiras passam a ser resididas pelos açorianos, que seguiam na linha de desenvolvimento da agricultura e pecuária. Temos no século XIX o projeto de reestruturação do país, em que o governo do Brasil promete vantagens para os imigrantes provindos da Europa, para dar início à formação de uma sociedade constituída por homens

capazes de exercerem uma habilidade técnica. Com a refutação do projeto de uma comunidade de homens livres, pelos retentores das terras os grandes senhores de escravos do Norte, esses imigrantes são direcionados para o Sul do país (BANDEIRA, 1995).

De acordo com Medina (1997), os alemães, chegados por volta de 1824, se estabeleceram nas proximidades da atual capital do RS. Segundo dados encontrados chegaram 38 imigrantes que vieram pela rota marítima. Até o ano seguinte este número aumentou significativamente. Graças a seu domínio do conhecimento agrário os colonos deram início aos cultivos da terra. Na fase de consolidação da industrialização os imigrantes não são apenas colonos, mas também, exilados políticos e artesãos. Acabam por fundar a colônia de São Leopoldo, a que se ligava através do rio Sinos com as cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Logo, mais colônias são criadas, sendo elas: Campo Bom, São Sebastião, Sapiranga, Taquari, Novo Hamburgo e Sinos. Tem-se a ocupação das regiões serranas pelos imigrantes italianos, no ano de 1875.

A exploração Agropecuária

Voltemo-nos para a produção agropecuária na região do Pampa, em que as estâncias passam a ser ferramentas de status econômico, em que a posse do maior número de animais garante a maior extensão de terra, em uma nova relação hierárquica entre os patrões, capatazes e peões (RIBEIRO, 2009).

Como já analisado, temos com a firmação das Missões a exploração de certa forma racional da pecuária, o desenvolvimento das estâncias é o marco que separa o abate predatório do manejo racional. Dá-se o cultivo da erva-mate e posteriormente a sua comercialização. Com a corrida das pedras preciosas (ouro e diamantes) na região de Minas Gerais, ocorre a demanda por alimentos e a exportação da carne passa a ser uma base econômica lucrativa. O mercado sulista tendo a carne como um produto de rotação contínua, concretiza o mercado interno brasileiro em meio aos processos predominantes de extração das minas. Esse processo, em conjunto com a solidificação das estâncias, aumenta significativamente o valor de mercado do gado, como destacam Caravaglia e Gelman (2003):

[...] en las regiones nuevas, como Banda Oriental (la futura República del Uruguay) o Entre Ríos, si bien la agricultura se encontraba poco desarrollada, el stock ganadero era mayor aunque se aprovechaba menos intensamente, ya que el abasto de carne para el mercado provenía mayormente de la propia Buenos Aires. Sólo hacia el final del siglo XVIII se empieza a desarrollar en la Banda Oriental una manufactura de salazón de carnes para exportar a los mercados esclavistas de América, pero que no alcanza niveles comparables a la enorme cantidad de vacunos que se sacrifican cada año para

exportar básicamente el cuero, algo de sebo y poco más. (p.108).

Segundo Ribeiro, aconteceu a efetivação das charqueadas no início do século XIX, na região de Pelotas e do Rio Jacuí, utilizando-se de mão-de-obra escrava, voltadas para a exportação de carnes desidratadas por meio da utilização da salga e exposição ao sol. Nesse período, a valorização da carne dobra, pois agora não é necessário apenas o transporte do gado inteiro, a conservação da carne é mais longa, e com as novas técnicas para a sua comercialização se abrangem novos mercados de exportação.

O charque torna-se o principal produto para alimentar a mão-de-obra escrava, mas, como relembra Morner (2004) antes da solidificação das grandes estâncias e das reduções, o acesso ao mercado era um processo dificultoso, já que a base de qualquer tipo de produção era sedimentada pelo rusticismo de seus produtores.

A restrição era pautada primeiramente pelo controle exercido pelas coroas ibéricas, o produto poderia alcançar o mercado externo europeu, embora a logística nestes casos demandava que os tropeiros¹⁰ percorressem grandes distâncias, para transportar o couro, até os portos do Rio da Prata, e o charque nesta situação era um produto secundário, utilizado para a alimentação dos trabalhadores. Temos, o momento em que a economia do nordeste brasileiro está sofrendo com a quebra do mercado açucareiro enquanto a sua exploração pecuarista não atende de forma satisfatória o mercado, neste ponto apresenta-se as transformações das estâncias (FURTADO, 1975).

O tropeio dos rebanhos tinha como objetivo final a comercialização desses animais para a corte e para servirem de transporte para os mineiros. Doravante, apesar do pampa Rio-Grandense possuir muitos bovinos bravios, os tropeiros se aventuravam em território argentino em busca dos muares, sendo que para a coroa portuguesa a região sulina representava um importante ponto de estruturação pela busca da supremacia lusitana no território da Prata, tanto que utilizavam largamente da doação das Sesmarias¹¹ em proporções de terras que não estavam em posse portuguesa, adentrando o solo espanhol, para apossar-se do gado bravo e dos pontos de fronteira.

Apesar desses conflitos de posse de terra entre as coroas ibéricas, o mercado sulista e uruguaio com seus grandes rebanhos são elemento essencial para equilibrar o mercado. Entre os séculos XVIII e XIX ocorreram grandes remessas de produtos para comercialização. De

¹⁰ Tropeiros contratados para fazer o transporte dos produtos

¹¹ Terras despovoadas, doadas pela coroa portuguesa aos seus súditos.

acordo com Torronteguy (1994), as estâncias deixam de seguir a organização familiar e comunal e passam a ter como base a sequência necessária de atores sociais para a produção do charque: peões e charqueadores, já que o gaúcho nômade, contratado para alguns trabalhos no campo, não era confiável para uma atividade que exigia, de certa forma, criar raízes e ter uma continuidade no trabalho. O que se procurava na época era mão-de-obra qualificada, uma vez que as charqueadas abasteciam as colônias brasileiras. Não deixamos de lado o fato de que peões e charqueadores eram personagens importantes, no entanto, a principal ferramenta de labor das charqueadas eram os escravos.

Destaca Azevedo (1958) que em meio às transformações impulsionadas pelas charqueadas temos figuras sociais que influenciaram na formação do Pampa Rio-Grandense: os imigrantes alemães, italianos e açorianos que impulsionaram as indústrias da carne e da agricultura. Na hierarquia social do Rio Grande do Sul tem-se no topo os donos da terra, os fazendeiros e os charqueadores. No comércio temos o domínio dos portugueses, sendo destacados Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande como rotas comerciais.

No período de 1830 temos a criação de aves e suínos que adentram o mercado, esse tipo de animais era explorado principalmente nas colônias alemãs e italianas, os que possuíam também o conhecimento de técnicas industriais e artesanais como as metalúrgicas e a do trato com o couro. A cada entrada de novos imigrantes provindos da Europa, novos saberes e fazeres foram transformando a sociedade sulista. Por volta de 1875, a cultura de grãos como a soja e o arroz foram introduzidos, e já começaram a ser exportadas para o mercado externo.

Então, no século XIX ocorre a independência do Brasil, pondo fim ao controle colonial das rotas comerciais. O Brasil tem como concorrente o Uruguai nas disputas pelas conquistas dos mercados de charque do Caribe e Sudeste brasileiro. Nesse ínterim, as bases de uma sociedade urbana começam a ganhar forma no Rio Grande Sul. Para Pesavento (1979), o charque como ferramenta comercial acaba no RS tornando-se em certo período estagnada, devido à falta de adaptação e modernização das técnicas de trabalho. Neste momento se faz necessário o uso de novas tecnologias, uma vez que seu concorrente, o Uruguai, está em plena especialização. Porém, apesar desta iminente parada no mercado do charque do sul de acordo com o autor:

“Todavia, dada a sua diversificada base agropecuária, o Rio Grande conseguia adaptar-se às crises em função da alternância do produto exportado, o que lhe permitia um novo entrosamento com as necessidades do mercado brasileiro. O papel de atender à demanda interna nacional de gêneros de primeira necessidade foi cumprido pela agricultura colonial, praticada por colonos alemães e italianos. Desenvolvida em termos de uma agricultura comercial especializada, na base da pequena propriedade e

da mão-de-obra familiar, gerou internamente um mercado e uma possibilidade de incipiente capitalização na área (p.201).

A agricultura tornou-se suporte de sustentação da pecuária, em seu cultivo diverso, logo, com a chegada dos frigoríficos Swift¹² e Armour¹³ no ano de 1917, a pecuária de gado de corte, começa a se profissionalizar na comercialização de embutidos, carnes enlatadas e refrigeradas.

Furtado (1975) esclarece que a transição de sociedade escravocrata para a mão-de-obra assalariada foi algo que ocorreu paulatinamente, pois muitos charqueadores e estancieiros ainda utilizaram os seus escravos um certo período depois da abolição. Por conseguinte, a abolição, como define o autor, foi uma estratégia mais política do que econômica. Pois, a escravidão em si era um mecanismo de produtividade, e a sua proibição afetou de maneira pouco significativa as bases da economia de produção e a distribuição do lucro real. A abolição foi o ponto final das diretrizes coloniais que tornavam o Brasil um país atrasado em relação aos mercados econômicos concorrentes.

O Rio Grande do Sul, antes dominado por uma pecuária de campos abertos, acaba por se adaptar à necessidade do cerceamento. Uma das grandes mudanças no sistema das estâncias, é que predominam a criação e reprodução dos animais. As cercas no século XIX eram de pedras e madeira, até o início do uso dos alambrados com fios de metais que passavam por aberturas na madeira de piques (MOREIRA, 1999). Chegaram novas raças bovinas e técnicas modernizadas para a exploração do gado de corte.

As próprias ferrovias, com seus trilhos que cortavam os campos, influenciou neste novo conceito de campo fechado e nas mudanças do pampa. As mudanças para modernizar o sistema pecuário não foram fatos isolados, ao contrário, a busca pela superioridade, com um rebanho de qualidade, tornou-se um projeto da coletividade de pecuarista sulista, uma vez que os mercados externos exigiam certos padrões para a consumo de carne e seus produtos derivados.

Nesse ponto, devido ao alto custo, apenas os grandes produtores conseguiam financiar e introduzir em seus rebanhos animais de raças nobres. Devemos lembrar que até meados de

¹² O primeiro frigorífico se instalou no Rio Grande do Sul no ano de 1917, uma empresa de Chicago, Swift, atuante na Argentina, criando uma fábrica na cidade de Rio Grande, pelas facilidades da utilização do porto da cidade, que permitia a navegação de navios de grande porte.

¹³ Naquele mesmo ano, tem-se a instalação dos frigoríficos da Wilson Company e da Armour Company, na cidade de Santana do Livramento, localizada em zona de fronteira com o Uruguai. Essa cidade ligava-se à rede ferroviária uruguaia, inaugurada nos anos 1890, permitindo a exportação pelo porto de Montevideú.

1860 a questão da raça era irrelevante: os bovinos eram comercializados por cabeça e peso, não se considerava a raça. Isso só se modificou com as transformações do mercado.

Diante desta introdução da importância do gado *vacum* para a estruturação do Estado do Rio Grande do Sul, iremos neste momento nos focar na questão do couro e sua utilização. Todavia, a utilização do couro no processo de *courama* era uma prática rentável, já que era abundante a matéria-prima, o gado bovino junto a Vacari do Mar. No pampa sulino em meio às atividades pastoris, o couro *vacum* era atuante em diversos setores do cotidiano dos grupos sociais que habitavam essa região.

De acordo com Holanda (1944), utilizavam-no para diferentes funções, desde em moradias, servindo como porta, mobiliários, teto, cobertas, vestimentas, bancos; como embarcação no caso das chamadas “pelotas”; como proteção de alguns cultivos; mas, principalmente, em vista desta pesquisa, nas indumentárias do arreo dos peões.

Tetos de macega, ou de Santa Fé, apertados com couro cru, portas e janelas de couro, bancos e cadeiras de couro, botas de couro cru de garrões de animais cavaleiros sacrificados só para isso, os correames, os arreios, as camas, as pirogas de passar os rios que não davam vau, às quais chamavam de pelotas, segundo atestam hoje os nomes de dois rios – Pelotas – que interceptam a primitiva estrada dos tropeiros e dos guerreiros daqueles recuados tempos, o rio que liga as lagoas Mirim e dos Patos e o rio Uruguai na sua parte mais alta (SIMONSEN, p.217;2005).

Como aponta Teschauer (1918):

Os couros, [...] se consomem quase todos nos povos para variados usos. Não há nas casas caixas grande nem pequenas nem cesto que não se fabriquem inteiramente de couro. Os grãos e legumes se guardam não em celeiros senão em sacos de couro. De couro se fazem as correias que se usam em vez de cordas de maromas, seja para obras públicas ou privadas, e para travar entre si os pavimentos e estacadas. [...] a cobertura dos carros é de couro. A maior parte dos canhões que têm, são de madeira igualmente forrada de couro. Suas casinhas muitas vezes se cobrem não com madeira, mas com couro (p.119).

O couro era um material utilizado nas mais diversas funções, e essa época em que ele está presente no cotidiano dos sujeitos do pampa, pode ser considerada como a época do couro. Doravante, Mariante (1974) menciona que foi por volta do século XVIII quando houve o seu declínio, já no Rio Grande do Sul manteve-se em alta até final do século XIX. Destaca, no entanto, que esse declínio não é econômico, porém, de exclusividade e *g valo*, já não possuía mais essas vantagens.

Voltamo-nos para o início de 1680, período em que os coureadores capturam o gado bravo para extrair deste couro e gordura para comercializarem no Uruguai. Neste período a

carne do animal é pouco utilizada. Havia a carneada, extraíndo o couro, este passava pelo processo de estaqueamento, para secar ao sol e depois de seco era encaminhado para o Porto da Colônia do Sacramento com destino ao Rio de Janeiro, para depois ser transportado para a Europa.

Consequentemente, a importância e abundância do couro ocasionou a criação de um imposto voltado apenas para esse produto, chamado “quinto dos couros”. A autora ressalta que era cultural neste período do final de 1600 o contrabando nas proximidades do Rio da Prata, nas fronteiras entre Argentina e Brasil. Nessas vias de mercado negro, o couro do Rio Grandense não chegava ao Rio de Janeiro: era enviado direto para a Europa. Logo, têm-se o mercado coureiro da Argentina como forte concorrente para mercado consumidor de couro.

Esse trabalho ilegal torna-se um ponto de segurança econômica no pampa sulino, com a presença das inúmeras cabeças de gado nas reduções jesuíticas e nas vacarias. Tendo como foco a comercialização do couro em mercados próximos e para Europa, essa forma de trabalho passou a ser executada por diferentes sujeitos e grupos étnicos. Para Pesavento, “a chamada ‘preia de gado alçado’ para a comercialização do couro movimentou o extremo-sul, atraindo as atenções para a região, que se tornou conhecida pela sua riqueza pecuária” (1982, p. 11).

Conclusão

Por fim, como medida para derrubar a introdução do couro argentino o governo português cria o alvará de proibição de consumo de couro que não fosse produzido dentro dos domínios da coroa, assim como criaram um imposto para entrada do produto animal argentino. Assim, com essas regras impostas, a exportação do couro por volta de 1780 chega ao número de mais de um milhão de objetos ao ano. Esse número corresponde a uma grande quantidade de abate dos bovinos apenas para a retirada do couro e subprodutos.

Simonsen (2005) aduz que, no século XVII, o ator social encarregado do abastecimento do couro bovino para o reino era o nômade, o gaúcho selvagem, que caça os rebanhos bravios. No entanto, esse processo acaba por se modificar significativamente com a fixação das estâncias, quando o patrão passa a negociar com a coroa. Momento em que a economia colonial brasileira sofre outro impacto, com o início da mineração em Minas Gerais. Nessa época ocorre o êxodo de muitos indivíduos à procura de jazidas.

Vale lembrarmos, como aponta Simonsen, que as estâncias, local em que ficavam os

rebanhos, eram uma mistura de peões, pastoreiros, índios, negros, gaúchos e mangueiras¹⁴, estas eram em espiral e uma grande comportava um bom número de animais. As mangueiras eram criadas pelos campeiros para facilitar o manejo com o gado bravo capturado. Os animais eram mantidos durante um tempo, a cada dia, para assim ser domesticado, pois de não ser assim ele acabaria se perdendo do seu bando original, adaptando-se à vastidão dos campos ao invés das matas e banhados. Mais adiante o formato das mangueiras em espiral dá lugar à circular, porém, se conservou a nomenclatura. Acentua que o sistema de mangueiras só era usado com a intenção de conseguir um gado minimamente domado¹⁵. Nas vacarias ainda se mantinha a criação livre de animais sem proprietários.

Surge então a necessidade de animais fortes para tração, como os bovinos, os cavалares e os muares, de grande quantidade nos campos sulistas. Mas o transporte desses animais era penoso, não tinha sido construída uma rota comercial terrestre entre Sul e Norte, o que logo se tornou mais um nicho lucrativo para os conquistadores portugueses, pois, com a construção de vias terrestres haveria um fluxo volumoso de comerciantes, os que poderiam pagar os impostos da coroa.

Velinho (1965) relata que essa estrada de ligação de regiões, por volta de 1732, permitiu que os tropeiros pudessem conduzir os rebanhos desde o pampa Rio-Grandense ou argentino até São Paulo. Afinal, sem a estrada de ligação o ciclo do ouro não seria viável, segundo o autor, e afetaria o comércio dos senhores de terras que começaram um negócio rentável com a venda de muares e cavalos, e logo depois com a venda da carne para alimentar a grande quantidade de mineiros, uma vez que São Paulo e Minas Gerais não conseguiam tantos animais para abater. Afinal “as regiões do Sul tornaram-se as fornecedoras por excelência do gado muar e cavalар, cujo mercado crescera vertiginosamente com a indústria da mineração” (SIMOSEN, 2005).

Tornemo-nos, em relação à qualidade do couro, em que Platière (1790), aponta a diferença entre o couro do Norte em que a salga predomina, e o do Sul e da Argentina, que eram secos. Explica o processo de secagem em que depois de abater o bovino eram cortadas as patas, porção da cabeça e cauda, e o couro era lavado, para retirar restos de pele interna e sangue, e posto para secar. O grópão¹⁶ (*Figura 2*) não podia ser de modo algum danificado com cortes ou

¹⁴ curral

¹⁵ De acordo com Leal (1992) domar, pode ser compreendido como o domínio sobre algo, uma das habilidades condicionadas a figura do homem do campo, que deve domar a força a natureza, sendo a forma de tornar-se homem, ao se extinguir suas forças, não é mais capaz de domar a natureza (cavalo e gado), perdendo assim sua identidade como campeiro.

¹⁶ Parte nobre do couro

furos, pois isso diminuía a qualidade da peça.

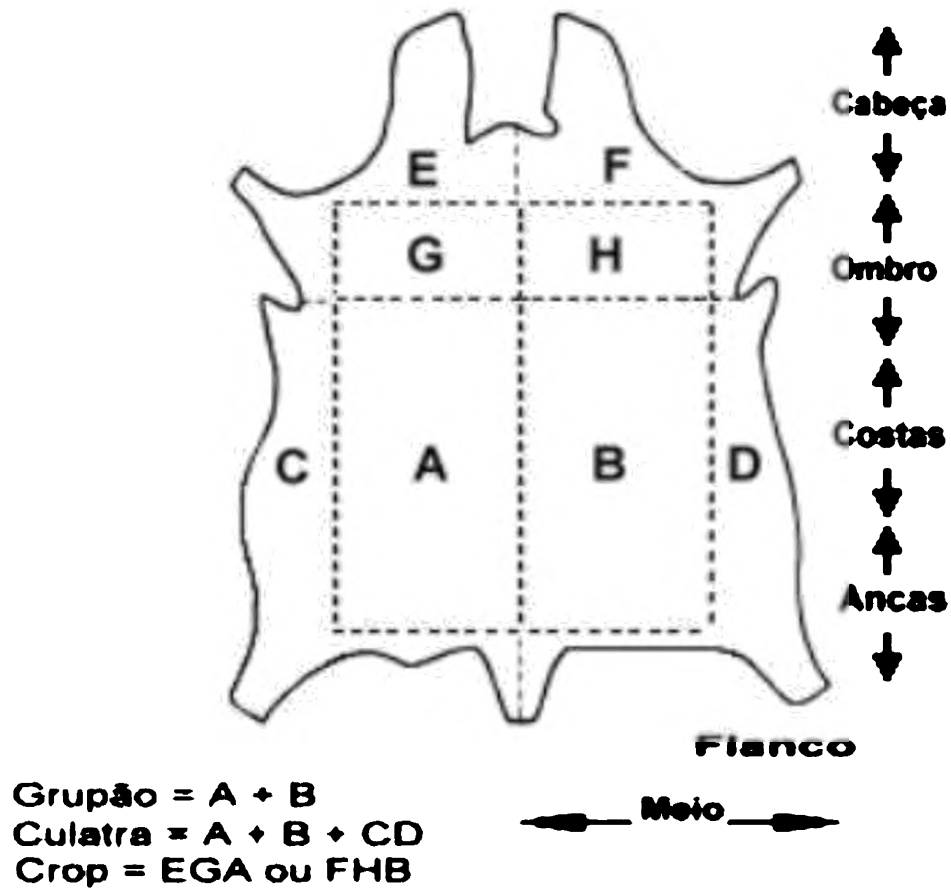


Figura 2-Grupão e suas divisões
Fonte: Imagem retirada da internet¹⁷

Os cortes da carneadas seguiam um padrão. Em seu transporte realizava-se a dobragem pela parte mais extensa, já no couro salgado, colocava-se a parte interna para a dobra. Para o autor o sistema de curtume brasileiro era rústico e desqualificado, principalmente pelo uso de gado vacuum de raça inferior.

Sem embargo, o autor considerava o couro argentino com atributo superior, os cortes eram sem danos, o pigmento da pelagem era padrão, no grupão não haviam perfurações indevidas, e a cabeça era menor, o que não iria influenciar no valor do couro, já que a região da cabeça tem tempo de curtimento maior que o restante do corpo. O couro seco devia ser bem trabalhado, pois sofria com ataque de traças e com isso tinha mais furos e perda de material, a utilização do cal para a retirada dos pelos causavam arranhaduras e estriavam o couro, quando ineficientes. Portanto, nesse breve relato podemos notar a importância da inserção do couro na economia e na formação da sociedade em regiões do Pampa.

¹⁷ Disponível em: <http://centrodocouro.com.br/site/wp-content/uploads/2015/07/fig1.jpg>

Referências Bibliográficas:

BECKER, Basiel. *El Indio y La Colonización, Charrúas y Minuanes*. Pesquisas, Antropologia 37. São Leopoldo, 1984.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. **Capitalismo agrario en la frontera. Buenos Aires y la región pampeana en el siglo XIX**. Dianelt, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 13 ed. São Paulo. Editora Nacional, 1975.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MORAES, María Inés. **La pradera perdida. Historia y economía del agro uruguayo: una visión de largo prazo (1760-1970)**. Montevideo: Linardi y Risso, 2008.

MÖRNER, Magnus. A economia e a sociedade rural da América do Sul espanhola no período colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v.2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

MEDINA, S. Saga. **Retrato das colônias alemãs no Brasil**. São Paulo: Terra Virgem, 1997.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideo: Antequera, 1972. p. 18.

PESAVENTO, Sandra J. **República Velha Gaúcha: Estado autoritário e economia**. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs). **RS: economia e política**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul. 2009**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS. 2009.

TORRONTÉGUY, Teófilo. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Editora: Mercado Aberto, 1994.

REPRESENTAÇÕES KADIWÉU: REGISTROS DE UMA PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

REPRESENTACIONES KADIWÉU: REGISTROS DE UNA INVESTIGACIÓN DE INICIACIÓN CIENTÍFICA EN LA FRONTERA BRASIL / PARAGUAI

*Maria Angélica Chiang
Acadêmica do Curso de Artes Visuais Bacharelado/UFMS
mariangelica.chiang@gmail.com*

*Paulo César Antonini de Souza
Orientador: Professor da UFMS, Faculdade de Artes, Letras e Comunicação/UFMS
paulo.antonini@ufms.br*

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar compreensões sobre os significados da simbologia desde a arte Kadiwéu e sua presença em obras de artistas sul matogrossenses. Por meio de uma pesquisa qualitativa, foi realizado levantamento bibliográfico de artigos abordando a temática em plataformas de periódicos e em livros publicados na área. No desenvolvimento do processo, a proposta original, que buscava compreender a estética dos traços Kadiwéu na arte popular da região fronteira Brasil – Paraguai, foi reorganizada em função da pesquisa de campo em Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. O presente texto está organizado de forma a reunir dados sobre esta etnia, estabelecendo um diálogo que aproxima o trabalho de artistas sul matogrossenses, a simbologia Kadiwéu e as reflexões originadas a partir da pesquisa de campo na região fronteira. Conclui-se que a partir da compreensão da significativa participação dos povos indígenas e em específico dos Kadiwéu na história do estado com toda a sua carga cultural é possível compreender o lugar onde estamos, nossa relação com os outros e as possibilidades existenciais que a linguagem das artes visuais oferece nessa relação.

Palavras-chave: artes visuais e simbologia, indígenas sul matogrossenses, fronteira Brasil/Paraguai

RESUMEN

Este artículo objetiva presentar comprensiones sobre los significados de la simbología desde el arte Kadiwéu y su presencia en obras de artistas sur matogrossenses. Por medio de una investigación cualitativa, se realizó el levantamiento bibliográfico de artículos abordando la temática en plataformas de periódicos y en libros publicados en el área. En el desarrollo del proceso, la propuesta original, que buscaba comprender la estética de la simbología Kadiwéu en el arte popular de la región fronteriza Brasil - Paraguay, fue reorganizada en función de la investigación de campo en Ponta Porã / BR y Pedro Juan Caballero / PY. El presente texto está organizado para reunir datos sobre esta etnia, estableciendo un diálogo que aproxima el trabajo de artistas sur matogrossenses, la simbología Kadiwéu y las reflexiones originadas a partir de la investigación de campo en la región fronteriza. Se concluye que a partir de la comprensión de la significativa participación de los pueblos indígenas y en específico de los Kadiwéu en la historia del estado con toda su carga cultural es posible comprender el lugar donde estamos, nuestra relación con los otros y las posibilidades existenciais que el lenguaje de las artes visuales ofrece en esa relación.

Palabras clave: artes visuales y simbología, indígenas del sur matogrossense, frontera Brasil / Paraguay

O indígena na fronteira sul matogrossense

Mato Grosso do Sul é um estado de grande diversidade populacional e de múltiplas culturas. Neste cenário se faz presente uma população indígena estimada em 73.295 mil pessoas (IBGE, 2010), que corresponde ao segundo maior contingente do país, tendo em destaque os povos: Kaiowá, Guarani Ñandeva, Terena Kadiwéu, Guató, Ofaié, Kinikinau, Atikum e Camba. Segundo os estudos de Brand e Nascimento (2006 p. 02):

As populações indígenas de Mato Grosso do Sul, são marcadas por um processo histórico de contato interétnico agressivo e violento, no bojo do qual foram constantemente desafiados a moldar e remoldar sua organização social, construir e reconstruir sua forma de vida e desenvolveram complexas estratégias, alternando momentos de confrontos direto, permeados por enorme gama de violência, com negociações, trocas e alianças (apud URQUIZA et. al, 2013, p.20).

De acordo com estudos e dados estatísticos levantados no último Censo (IBGE, 2010) sobre os povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, existe um relevante crescimento populacional e, paralelamente a esse aumento da população indígena do Estado, perdura o processo histórico de espoliação das terras indígenas que resultou no confinamento¹⁸ (URQUIZA et. al, 2013). Esse autor ainda nos lembra que, em consequência desse contexto histórico, no decorrer do processo de ocupação do Estado, diversos grupos indígenas perderam seus territórios e, foram integrados à mão de obra nas fazendas de gado, nas usinas de cana de açúcar e em atividades urbanas, principalmente na construção civil.

A sistemática perda das suas terras tradicionais, resultando hoje em um contingente muito reduzido de território, tolhe a reprodução física e cultural dos povos indígenas presentes no estado, impossibilitando as práticas culturais tradicionais. Neste panorama histórico se encaixam algumas das principais etnias na fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre estas a etnia Kadiwéu.

¹⁸ “Termo criado pelo historiador Antônio Brand para designar a transferência sistemática e forçada da população das diversas aldeias Kaiowá/Guarani para dentro de oito reservas demarcadas pelo Governo entre 1915 e 1928” (URQUIZA et. al, 2013, p. 20).

Os índios cavaleiros e o Mato Grosso do Sul

Segundo Corradini (2007), os primeiros registros sobre os Guaikuru-Kadiwéu datam de meados do século XVI, período em que a América começou a receber visita de expedições colonizadoras, viajantes e aventureiros em busca de novas conquistas territoriais e riquezas. Originalmente, os Guaikuru-Kadiwéu habitavam uma área chamada Grande Chaco, “[...] conhecida na geografia primitiva como Tierra de los Mbayaes, e localizando ao sul da Bolívia, oeste do Paraguai, norte da Argentina e uma pequena parte do oeste do Brasil” (CORRADINI, 2007, p. 22). Para essa autora, atualmente são considerados os últimos remanescentes dos Mbayá-Guaicuru que ainda existem no Brasil, falantes da língua Guaikuru.

O povo Kadiwéu é o representante, portanto, da família Guaikuru no Brasil, estabelecido ao longo da fronteira entre Brasil e o Paraguai, seguindo para o norte até o encontro com a Bolívia (CORRADINI, 2007).

Ainda no Chaco, os Mbayá-Guaikuru predominavam sobre outros grupos indígenas e constituíram grande resistência à presença dos colonizadores espanhóis e portugueses na região. Segundo Corradini (2007): “Desde o século XVI, os Guaikuru constituíram-se em inimigos reais dos castelhanos. Temidos por sua força e valentia, desde o Chaco, aprenderam a domesticar o cavalo” (p. 27). Os representantes dessa etnia dominavam a técnica de montaria com habilidade, introduzida naquela época e região pelos espanhóis, transformando-se, dali em diante, em uma ferramenta de luta e dominação sobre outros povos. Conhecidos, desde então, como os célebres “Índios Cavaleiros” (CORRADINI, 2007).

Por volta do século XVII, os Guaikuru-Kadiwéu começaram a migrar do Chaco rumo às margens do Rio Paraguai. De acordo com Costa (2003), nessa passagem migratória, os Guaikuru “[...] enfrentaram e venceram a huana, conhecidos como Guaná-Txané-Arawak, os Guaná, com os quais fizeram uma aliança interétnica, até o fim do século XIX” (apud. CORRADINI, 2007, p. 23), estabelecendo, segundo estudos, uma relação de sujeição (CORRADINI, 2007). Relação esta descrita por Corradini (2007) como uma relação de simbiose não violenta.

Nesse contexto de relações interétnicas, no século XVIII, segundo Silva (2004), “[...] com a descoberta de metais preciosos na região de Cuiabá, nova situação foi criada na história de contato dos Guaikuru com os não índios” (apud URQUIZA, 2013, p. 32). Os invasores que chegavam agora de canoa, eram alvos mais difíceis de se alcançar para os Guaikuru-Kadiwéu,

estes então, se aliaram aos Payaguá (canoeiros), para atacar as monções¹⁹, provocando sérios prejuízos (URQUIZA et. al, 2013).

Durante o período de aliança Payaguá – Guikuru, os portugueses, admirados e temidos em todo o mundo, se tornaram alvo de zombaria dos Guaikuru. Inúmeros registros de relatos apontam os perigos que estes índios impuseram às frotas monçoeiras, pois foi praticamente impossível cruzar a região pantaneira: na água espreitavam os Payaguá, em terra, os Guaikuru. Essa união prejudicou muito a comunicação e o comércio das Minas do Cuiabá com São Paulo (CORRADINI, 2007, p. 49).

Dominando agora tanto a terra quanto as águas, “[...] a nação Guaikuru senhoreou, sozinha, o médio Paraguai, assim como todo o Pantanal, ensinando seus descendentes a serem, ao mesmo tempo, cavaleiros e canoeiros, conforme as circunstâncias, e conservando acesa a hostilidade aos portugueses” (CORRADINI, 2007, p. 50). Segundo Silva (2004):

A contínua resistência que os Mbayá-Guaikuru ofereceram aos portugueses foi objeto de sérias preocupações por parte dos colonizadores, os quais tentavam sempre estabelecer uma aproximação com os índios. [...] a intenção dos portugueses em ganhar a confiança dos índios com meio de ajudar a assegurar a posse de territórios para domínio colonial luso- brasileiro, já que este era continuamente ameaçado, na fronteira do sul de Mato Grosso, pela presença espanhola. Embora atacando, ora portugueses (como em 1778, próximo ao Forte de Coimbra), ora os espanhóis, os Mbayá – Guakuru foram levados a estabelecer relações de proximidade [...] perspectiva que deixava os portugueses temerosos das consequências que pudessem advir desta aliança [...] (SILVA, 2004, p. 48-49, apud URQUIZA et. al, 2013, p. 33).

Segundo Urquiza et. al (2013), no fim do século XVIII, diante das incessantes perdas da Coroa Portuguesa, os Mbayá – Guaikuru fizeram um acordo e, em 1791, os indígenas, junto à Coroa Portuguesa, firmaram o tratado de perpétua paz e amizade, no qual os índios recebiam garantiam de posse territorial na união com os portugueses, para suas guerras.

Ainda no âmbito das alianças, é importante citar a relevante participação dos índios Guaikuru-Kadiwéu na Guerra do Paraguai (1864-1870), que contribuiu consideravelmente nos planos de vitória dos brasileiros. Bem como garantiu aos indígenas uma área de aproximadamente 373.024 hectares nas proximidades da Serra da Bodoquena até o Rio Paraguai, determinada pelo Estado de Mato Grosso como forma de pagamento aos serviços prestados durante a Guerra do Paraguai (MANGOLIN, 1993; SILVA, 2004, apud URQUIZA et. al, 2013). A população indígena Kadiwéu é a única do Estado de Mato Grosso do Sul, que

¹⁹ As monções eram expedições fluviais povoadoras e comerciais nas quais predominaram populações oriundas do Estado de São Paulo. As expedições navegavam pelo rio Tiête e pela rede de afluentes do rio Paraná e Paraguai até chegar a cidade de Cuiabá. A duração das viagens era pelo menos 05 meses. As embarcações comportavam até trezentas ou quatrocentas arrobas de mercadorias desde aquelas destinadas às necessidades imediatas da vida. Para maior aprofundamento do tema, ver texto clássico de HOLANDA, Sérgio Buarque de Monções. São Paulo: Brasiliense, 1990. (URQUIZA, 2013, p. 32- 33).

possui uma extensão significativa de terras, onde lhes é possível hoje, experimentar melhores condições de vida. (URQUIZA et. al, 2013).

Atualmente os Kadiwéu situam-se na Terra Indígena Kadiwéu no município de Porto Murtinho, aonde o acesso aos não índios é difícil. “Sua população indígena é estimada em aproximadamente 1.629²⁰ pessoas” (URQUIZA et. al, 2013, p. 35). Algumas famílias que vivem em pequenos grupos (núcleos) no interior da Terra Indígena Kadiwéu, preservam sua cultura e praticam “atividades de subsistência, cultivando, sobretudo, milho, arroz, feijão e mandioca em pequenas roças (URQUIZA et. al, 2013, p. 35).

A prática do artesanato e a pintura corporal compõem elementos importantes na afirmação da identidade e como atividade de subsistência. De acordo com Corradini os Guaikuru-Kadiwéu no campo das artes visuais podem ter “[...] incorporado uma série de elementos possivelmente oriundos dos Guaná, cujos Terena são os últimos representantes” (2007, p. 34).

É, portanto, bem provável que, depois do estabelecimento das relações Guaikuru-Guaná, homens e mulheres Kadiwéu trabalhassem entre os Terena na fabricação de vasos de barro. Os vasos dos Kadiwéu, conforme observa Colini (1894), embora semelhantes aos dos Terena, tinham forma mais variada e ornamentos mais elegantes. Assim sendo, pode-se supor que houve, além da incorporação de novos elementos culturais, também aperfeiçoamento da técnica do fabrico de vasos de barro, por parte dos Kadiwéu (CORRADINI, 2007, p.35).

Nesse sentido o povo Kadiwéu em decorrência da sua significativa contribuição na história e especialmente no processo da Guerra do Paraguai, resultando na vitória do Brasil, este grupo étnico teve em contrapartida do estado as áreas que atualmente ocupam, garantindo assim, minimamente uma situação um pouco melhor em relação às outras etnias existentes no MS, deste modo, garantindo uma perspectiva mais otimista quanto à manutenção de sua cultura e seu modo de ser indígena. No entanto, é importante ressaltar que ainda assim sofrem dos problemas em detrimento do processo de colonização e o modo de vida do não indígena que lhes foi imposto, o mesmo processo pelo qual os outros grupos étnicos passaram.

A arte Kadiwéu e sua simbologia

Na perspectiva de compreender a simbologia da arte Kadiwéu parto da compreensão de

²⁰ A afirmação sobre a população indígena Kadiwéu pode ser encontrada no site do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas – NEPPI/UCDB (URQUIZA et. al, 2013, p. 35).

que esta se trata fundamentalmente de um sistema de comunicação. Nesse contexto, a arte no campo da comunicação, como linguagem, se apresenta de duas formas, a gráfica, encarada como decorativa, e a figurativa, dita como representativa.

A figurativa representa os objetos em formas próximas à realidade, sendo reconhecíveis por quem a acessa, já a arte gráfica não. As duas formas que caracterizam a arte como um sistema de comunicação, apresentam-na como algo capaz de informar, sendo assim, parte da linguagem (DURAN, 2015). Nesse sentido:

A busca pelo conhecimento é uma atividade exclusivamente humana. Conhecer não significa apenas perceber, mas apreender e interpretar. Conhecer pressupõe a existência de sujeitos, objetos ou fatos que serão investigados, e uma compreensão final sobre o algo ou o acontecimento. Desde os primórdios o homem teve a necessidade de apreender, o interesse em buscar conhecimento o fez evoluir. (GONDIM, 2012, p. 2).

O exercício pelo conhecimento, segundo Gondim (2012), parte da percepção e da imaginação, sendo estas, atividades humanas distintas. “O homem percebe um objeto, ele o observa, mas diante de uma situação em que este objeto não está presente, ele cria a sua imagem na mente” (GONDIM, 2012, p. 3). No âmbito da imaginação, encontra-se nas pinturas rupestres a prática da imaginação evocadora, caracterizada por imagens repletas de simbologia emotiva.

Segundo esse autor, tais imagens retratam algo distante ou inexistente e, a forma como foram aplicadas essas pinturas expressam a necessidade do homem pré- histórico de reproduzir aquilo que desejava, aproximando-se assim, daquilo que almejava e estava distante (GONDIM, 2012). Nesse contexto, Duran (2015), investigando a respeito dos padrões Kadiwéu mais frequentes, constatou que o chamado *lawila*²¹ tem em seus variados significados e formas de representação, a versão em que, se acrescenta ao desenho lawila outra linha que o acompanha, de modo a formar um duplo lawila, e marcações que remetem a divisórias.

Exemplificando alguns traços simbólicos dessas composições, observamos na Figura 1, uma linha ondulada central. Na Figura 2 observa-se a representação de uma linha quebrada e

²¹ Padrão em forma de redemoinho. Duran (2015) diz, “[...] com respeito ao lawila, Lenita Cruz (Aldeia Alves de Barros, 15/8/2014) afirma que tal desenho representaria o momento em que os índios antigos rodeavam os campos para vigiá-los contra a invasão de outros grupos, indígenas ou não, percorrendo toda a área pertencente aos Kadiwéu. Também traduzido como redemoinho, lawila pode significar uma roda de amigos que se reúnem para conversar, beber, comemorar, aparecendo no mito de nomeação das pessoas, como lawilawene [beira (lawila) da lagoa (wene)]. Ambas as versões falam do caráter de “rodear” e não são vistas como contraditórias pelos integrantes da aldeia” (p.13).

na Figura 3, temos as espirais. Essas linhas, usualmente, são utilizadas em composições.



Figura 1: *Niwécalad*. Fonte: RIBEIRO, 1980



Figura 2: *Nawigicenig*. Fonte: RIBEIRO, 1980



Figura 3: *Lawila*. Fonte: RIBEIRO, 1980



Figura 4: *Lageladinuinig*. Fonte: RIBEIRO, 1980

Na Figura 4, encontramos a linha espiral acrescida de alguns pontos. Esta versão tem seu padrão chamado de *lageladinuinig* (Fig.4) ou *dinoyé*, que em português significam “a casa do rei”, tratando-se de um desenho apotropaico (que tem poder de afastar) cujo intuito é a de assustar *ecalai*²².

Segundo Duran (2015), os *kadiwéu* explicam que a espiral abriga o rei, sendo o *cacique kadiwéu* abrigado no centro do desenho, e que as marcações em volta representam clãs da hierarquia *kadiwéu*, que protegem a casa real do ataque de estranhos. O *cacique* se encontra no centro, assim sendo, simultaneamente protegido e protetor da comunidade, para a autora:

Esse desenho “mostra o índio que coloca medo no *ecalai*, pois quando sabe que o rei está na sua casa fica assustado, porque entende que se encontra em perigo, rodeado pela

²² De acordo com Griffiths (2002), “[...] os *Kadiwéu* designam os não índios como *ecalai*, que significa “civilizado”, sendo usado também para significar “dono”, “patrão”, ou ainda “nosso patrão” (apud DURAN, 2015, p. 64).

nação kadiwéu”, segundo M^a Joana Pires (Aldeia Alves de Barros, Maria Joana Bernaldina Pires, 18/08/2014). Joana Baleia de Almeida (Aldeia Alves de Barros, 02/09/2014) conta que o assustar do desenho se refere, portanto, a uma estratégia de guerra de índios contra ecalai. Além de ser encontrado em couros, pode ser desenhado também em partes do corpo, como por exemplo, nos braços e peitoral, sugerindo a noção de proteção da casa (território/corpo) ou de lugar onde habita a força (DURAN, 2015, p. 57).

Outro exemplo na pintura kadiwéu aonde se é aplicada a imaginação evocadora citada por Gondim (2012), e se verifica na simbologia do uso das tintas no corpo e suas relações mágicas na guerra. Segundo Labrador (1910):

[...] se embijan ó pintan de negro de pies a cabeza para hacerse espantables a sus enemigos. Con ser tan amarteladores del color encarnado, como ya se dijo, no le usan en la guerra. Le tienen por infausto para sus victorias. Dicen que si van teñidos de Nibadena (*urucu*)²³, fijamente su sangre correrá por tierra, y quedarán ó muertos ó saldrán heridos sin gloria²⁴. (apud RIBEIRO, 1980, p. 281).

Nesse sentido, os kadiwéu conferem ao padrão lawila, bem como à pintura corporal que antecede a ida para as guerras, o poder de proteção, representando na pintura uma situação advinda do exercício da imaginação, de modo que a arte é agente na comunicação entre indígena e ecalai, uma vez que materializada, é extensão do próprio ser indígena, sendo então, ele mesmo.

No campo artístico, há muitos trabalhos de artistas na temática kadiwéu. Dentre os quais, destaco três artistas cuja trajetória tem em comum a participação no Movimento Cultural Guaicuru (MCG). Sobre o MCG Assis explica,

Após a divisão do estado de Mato Grosso em duas unidades federativas, os setores produtivos de arte e cultura se depararam com a necessidade de identificar os valores culturais da região correspondente ao novo estado. Diversos artistas, estudantes e intelectuais passaram a se encontrar para conversar sobre a identidade cultural do recém-criado estado de Mato Grosso do Sul [...] Esses encontros fortuitos foram sendo sistematizados e, posteriormente, em 1981, transformaram-se no Movimento Cultural Guaicuru (ASSIS, 2013, p. 35).

Nesse sentido, artistas em torno da ânsia por encontrar aquilo que seria a identidade

²³ “[...] os frutos espinhosos contém de 50 a 60 sementes cada. A técnica do preparo da pasta do urucu era longa e paciente, e toda ela feita à mão, e geralmente pelas mulheres mais velhas da aldeia, que terminavam a operação e a maior parte da vida estavam tintas de vermelho. Abertos os frutos e colhidas as sementes, casa e sementes eram colocadas em fervura de fogo lento e revolvidos com colher ou haste de pau, até que se destacasse a camada vermelha e gordurosa. A seguir, o líquido era coado, impregnado de cor vermelha, peneirado e passado para outro recipiente de cerâmica que também estava no fogo. As sementes são desprezadas e a água mantida em ebulição até dar o ponto da pasta” (BERTELLI, 1987, p. 81).

²⁴ Em tradução livre: “[...] se enfeitam ou pintam de preto dos pés à cabeça para se tonarem assustadores aos olhos do inimigo. Não se utilizam da cor vermelha para a guerra, pois esta os impossibilita de chegar à vitória. Dizem que, se tingidos de Urucum, seu sangue correrá sobre a terra, e serão mortos o feridos sem glória”.

cultural do Sul Mato-grossense, se organizaram e “[...] traduziram esteticamente uma identidade cultural para o Mato Grosso do Sul e tiveram uma atuação marcante na vida cultural do estado até o final do século XX” (ASSIS, 2013, p. 36). Henrique Spengler, nascido em Campo Grande – MS, formado em artes plásticas pela Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo, foi fundador do Movimento Cultural Guaicuru.

Spengler tinha como inspiração a cultura Kadiwéu, cuja arte originalmente aplicada em vasos de cerâmica pelos indígenas, ele reproduziu em suas telas. A exemplo desse trabalho, Spengler produziu a obra *Padronagem Cadiueu* de 1987 (Figura 5) com desenhos abstratos e geométricos que se aproximaram bastante dos desenhos Kadiwéu, estudados por Lévi-Strauss, Darcy Ribeiro e Jaime Siqueira (ASSIS, 2013). A linguagem utilizada pelo artista na obra aguçam o sentido de observação e do olhar.

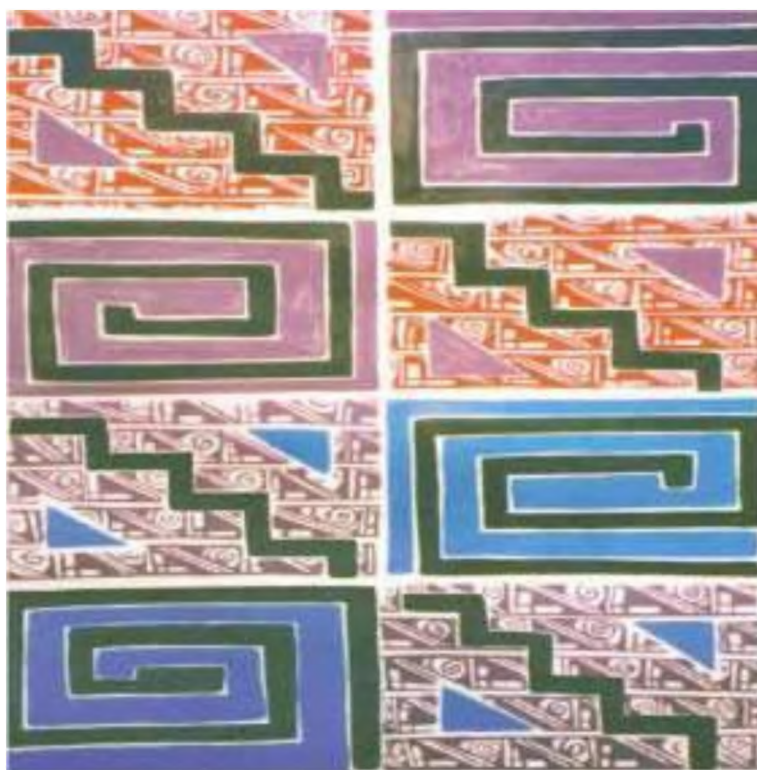


Figura 5: Henrique Spengler, *Padronagem Cadiueu*, 1987. Pastel s/ papel, 50x34 cm. Fonte: ASSIS, 2013.

Diante desses grafismos, o espectador pode chegar em diferentes leituras da obra, a depender “da sensibilidade natural e do preparo visual do espectador, mas também da bagagem cultural” (ASSIS, 2013, p.69). Nesse sentido o artista figura em suas telas símbolos de uma identidade étnica que ele pretende fazer configurar como a própria identidade do sul-mato-grossense (ASSIS, 2013).

Outra artista que se utilizou da iconografia e signos Kadiwéu em suas obras foi a Ilca Galvão, uma das pioneiras das artes plásticas de Mato Grosso do Sul. Nascida em Aquidauana – MA, formou-se em arquitetura. Produziu obras em serigrafia e xilogravuras abordando a temática Kadiwéu. Dentre essas a obra *Cigana* de 2004 (Figura 6).



Figura 6: Ilca Galvão, *Cigana*, 2004. Nanquim s/ gravura, 24,5x35cm. Fonte: ROSA, 2005.

Em sua obra *Cigana*, a artista trabalhou a temática indígena com elementos visuais da arte gráfica Kadiwéu, se apropriando dos símbolos para a criação de outras formas e significados. A autora Renata Rodrigues de Assis (2013) se utiliza da teoria dos signos de Pierce²⁵ (1996) para interpretar a obra de Ilca Galvão, nesse contexto ela conclui que “[...] a figura geométrica, representada pela insígnia, sobreposta à face, pode ser interpretada com um ícone com um grau de similaridade, pois tem uma aparência que sugere a forma de um coração” (p. 74). O signo

²⁵ De acordo com o filósofo Charles Sanders Pierce (1996): “[...] um signo é algo que está no lugar de alguma coisa para alguém, em alguma relação ou alguma qualidade” (apud. ASSIS, 2013, p.61) Nesse sentido, Assis (2013) explica “[...] Dentro dessa perspectiva, Pierce criou uma teoria geral dos signos, na qual classificou as formas de representação. Para cumprir seu objetivo, o autor identificou três classes de signos: o ícone, o índice e o símbolo. O ícone são signos que reportam aos seus objetivos por similaridade com o que representa. Um desenho, uma fotografia, uma imagem síntese que represente uma árvore são ícones, na medida em que se pareça com uma árvore. Os índices estabelecem uma relação de causa e efeito com o que representam. É o caso dos signos naturais, como a fumaça para o fogo e as pegadas deixadas pelo caminhante na areia. Já os símbolos tem uma ação mais complexa, pois se fundamentam a partir de leis que operam condicionalmente, estabelecendo convenções, ou seja, as imagens foram adquirindo significados que não tinham relação com a sua forma” (p.62).

correspondente ao coração, integra o repertório simbólico dos Kadiwéu e está presente em vários objetos de uso pessoal ou familiar (ASSIS, 2013).

Essa mesma autora chama atenção pelo uso da cor vermelha na obra que, segundo José Sanchez Labrador (1919) , também é utilizado pelos povos indígenas para pintar e enfeitar o corpo e tem a qualidade de estimular forças para assegurar a vitória nas batalhas travadas contra um inimigo (apud ASSIS, 2013, p. 74). Deste modo, Ilca Galvão apropria-se da iconografia Kadiwéu de modo a incorporá-la em suas obras na perspectiva de despertar em seu espectador alguma sensação de familiaridade e identificação, reforçando assim, o objetivo de se representar uma identidade própria sul-mato-grossense.

Adilson Schieffer também se apropriou da iconografia Kadiwéu para compor suas obras. Adilson nasceu em 1957, em São Manuel – SP, residiu em Campo Grande – MS, desde 1982. Foi escultor, gravador e pintor, teve sua obra premiada em vários salões de artes plásticas. É formado em Arte-Educação pela Faculdade de Avaré em São Paulo (ASSIS, 2013).



Figura 7: Adilson Schieffer, Madona Kadiwéu,1992. Acrílica sobre tela, 60x70cm. Fonte: ASSIS, 2013.

Em seus trabalhos artísticos, Schieffer compõe com a iconografia indígena, retratando, em muitas das obras, a mulher indígena. Segundo o artista, sua obra objetiva provocar uma reflexão a cerca da força das mulheres indígenas no cotidiano, “[...] transformando-as em santas e ceramistas, já que as mulheres são mães de toda a humanidade e batalham para dar sustento aos seus filhos” (ASSIS, 2013, p. 70). Podemos ver esse trabalho na obra Madona Kadiwéu de 1992 (Figura 7).

Nessa obra, a figura feminina é retratada de forma divina, aproximando-se das representações da virgem Maria e de Nossa Senhora Aparecida. Na parte inferior, são representadas crianças aos pés da madona, retratadas com asas, remetem a figuras angelicais protegidas pela mãe. Essa característica é muito presente entre os Kadiwéu, principalmente no que diz respeito ao papel que as crianças desempenham dentro da comunidade, sendo dedicado a elas muito cuidado e atenção (ASSIS, 2013).

Assis observa que os grafismos, tem presença forte, estão em toda a área da obra, assumindo elementos que contextualizam a obra, uma vez que dão identidade aos personagens (2013).

Entende-se que as obras, apresentadas aqui, resultam portanto, do exercício da imaginação evocadora, citada por Gondim (2012), dos artistas, e da artista, que as conceberam em busca do conhecimento, neste caso do auto conhecimento, isto é, de uma identidade. Uma vez que, através de suas telas, utilizando-se de elementos simbólicos regionais atracados na arte gráfica Kadiwéu, representaram a ideologia que o movimento defendeu em busca de uma identidade cultural sul-mato-grossense (ASSIS, 2013). Pode se dizer então, que a artista e os artistas aqui apresentados utilizaram-se da imaginação evocadora junto de releituras e apropriações da simbologia Kadiwéu para retratar em suas obras aquilo que almejavam alcançar, uma identidade própria, sul mato-grossense.

Foi do objetivo de compreender de forma um pouco mais a fundo o sentido da simbologia indígena, especificamente a Kadiwéu, que se iniciou este trabalho de iniciação científica. Neste sentido, perceber os símbolos utilizados por esse povo para além de um adorno aplicado em suas mais diversas formas, perceber em sua essência, como parte do “ser indígena”.

Metodologia e apresentação dos resultados

Seguindo os princípios da pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 2003), foram utilizadas para as pesquisas as plataformas periódicos da CAPES, o Google Acadêmico e a SciELO.org, bem como livros publicados dentro da temática.

Um dos trabalhos de referência inicial foi a dissertação em História da Universidade Estadual de Maringá, de Cirlene Moreno Corradini (2007), **Os Guaikuru – Kadiwéu no contexto da Guerra do Paraguai: Fronteiras, relações interétnicas e territorialidade**. Em sua pesquisa, a autora busca compreender o porque da participação dos Guaikuru – Kadiwéu

se envolverem na guerra contra o Paraguai (1864-1870), dando destaque à esse povo no contexto histórico do Brasil numa perspectiva de entende-los como agentes ativos nessa história, “[...] que reagiram às políticas indigenistas do Império e ajudaram a construir a história, participando efetivamente do conflito e dando sua contribuição para a vitória brasileira” (CORRADINI, 2007, p. 7).

Lendo a autora, constatei que a região em que os Kadiwéu habitam se situa em Porto Murtinho, “[...] no Pantanal Mato-Grossense, tendo como limites a Serra Bodoquena (a leste), os rios Niutaca (norte/nordeste), Nabilaque (oeste), Paraguai (sudeste) e Aquidabã (sul)” (CORRADINI, 2007, p. 23).

Em momento algum os Kadiwéu são citados pela autora na região de fronteira Ponta Porã/BR – Pedro Juan Caballero/PY, no entanto, entendendo a participação dos mesmos na Guerra do Paraguai me instigou a investigar se ao menos algum registro da passagem deste povo havia na fronteira apontada como local a se desenvolver a pesquisa. Neste sentido acompanhei um grupo formado por quatro acadêmicos em bacharel de artes visuais e um professor, com o objetivo de fazer a pesquisa de campo e, pelo registro em diário de campo (BOGDAN; BIKLEN, 2003), na fronteira Ponta Porã com Pedro Juan Caballero no Paraguai, fui em busca de alguma forma de presença Kadiwéu nessa região.

Em campo constatei que de fato os Kadiwéu não estão presentes nesse local. Sendo que a pouca presença de grupos indígenas encontrada foi em situação de rua e abandonados ao descaso. Em registro realizado no processo de investigação, indica-se que:

Durante a andança cruzamos por algumas crianças indígenas que estavam em frente à um local vazio, uma construção inacabada, de tijolos a vista. As crianças vestiam roupas sujas e chinelo, sorriram para nós. Passamos por uma praça com um lago aonde haviam dois rapazes com fisionomia indígena, me aproximei deles na tentativa de uma conversa, não me compreenderam, os dois vestiam roupas sujas (DIÁRIO 1, 2017, p.1-2). [...] Caminhei em torno do prédio, uma antiga estação de trem. Havia barracos e casas inacabadas em torno, cujos moradores tinham traços indígenas. Mais tarde reencontrando com meus colegas, [...] me disseram que conversando com [...], sobre o que ele sabia a respeito da presença indígena na fronteira ele disse que são praga, que é preciso controlá-la (DIÁRIO 2, 2017, p.2)

Reflexo desse contexto presente nas falas de algumas pessoas com quem pude trocar informações informalmente em busca de alguma presença de povos indígenas na região. Em conversa com um profissional da área do ensino de artes visuais na região fronteiriça, perguntei sobre os indígenas na região e ele, em sua fala:

[...] relacionou a pobreza diretamente a estes [os indígenas], disse que os acadêmicos

não tem interesse sobre a cultura indígena local, bem como os rejeitam. Comentou a respeito de um trabalho de fotografia solicitado aos acadêmicos cujo exercício era encontrar “beleza” no lixão, aonde muitos indígenas trabalham (DIÁRIO 9, 2017, p.7)

Nesse sentido entendo a presença indígena no local a todo momento como algo fora do contexto cultural e histórico daquela região, considerada um atraso e algo que suja a paisagem. Impressão presente na fala da seguinte moradora e dona do hostel em que nos hospedamos em Ponta Porã:

“o pessoal não é muito amigo deles por conta dessas invasões de terra, essa briga toda por terra. Não produzem nada, o dinheiro que pegam eles bebem, tem muito suicídio. Assim, são pessoas que não somam nada pro Estado” (DIÁRIO 8, 2017, p.7).

Ainda não convencida da ausência de registros sobre os Kadiwéu, que contribuíram significativamente no processo histórico do estado, tendo enfoque na Guerra do Paraguai contribuindo para a vitória do Brasil, segui com as investigações a fim de entender aonde se encontrava essa parte da história. Durante a pesquisa de campo em contato com o responsável por assuntos indígenas em Pedro Juan Caballero no Paraguai, fomos convidados a conhecer uma comunidade indígena do lado paraguaio. Fui com a esperança de ouvir da comunidade a história que até então não havia encontrado. Nesse processo:

Me aproximei de [...] durante a caminhada, em um dado momento perguntei sobre o que sabia a respeito dos Kadiwéu, ele não soube me dizer muito, comentou serem indígenas do Chaco paraguaio e mencionou um rio cujo nome foi dado por eles, o rio Aquidabã (DIÁRIO 7, 2017, p.6)

Na troca que tive com este membro da comunidade, que também é artesão, pude enfim constatar que de fato os Kadiwéu estiveram em algum momento presentes naquelas terras. Essa certeza se originou pelo cruzamento de informações entre o registro da memória deste colaborador e o trabalho de investigação de Corradini (2007).

Considerações

Durante o processo de pesquisa que culminou neste trabalho pude constatar a situação de marginalização em que se encontram os povos originários que constituem a diversidade formadora de cidadãos brasileiros. Desde o apagamento destes na história até a situação atual em que se encontram.

Na região fronteirça Brasil/Paraguai, cenário da Guerra que reconfigurou o território nacional desses dois países e, em cujo desenvolvimento houve a participação significativa dos Kadiwéu, o fato de não encontrarmos a presença desse povo, ou sequer o registro de sua

existência, foi um triste indicativo dessa realidade.

Nesse sentido, entendo que a partir do contexto de marginalização e exclusão, o povo Kadiwéu com seu espírito e habilidade para as batalhas, vê-se tendo a oportunidade de garantir minimamente a sobrevivência de sua cultura e de sua gente, e graças ao seu desempenho no episódio da guerra, puderam garantir as áreas em que ocupam atualmente, aonde sobrevivem em constante reorganização social resistindo ao insistente discurso sedutor do progresso que não os considera parte.

No que diz respeito à simbologia kadiwéu e as manifestações das artes visuais – neste trabalho, realizada por meio da pintura, observo que os artistas e a artista se apropriam da simbologia Kadiwéu como fragmento de toda uma cultura desse povo para remeter à imagem do “índio cavaleiro”, em uma adequação poética para a representação de uma identidade própria do sul-mato-grossense.

Essa apropriação é visível nas obras pelos signos e imagens familiares à cultura ocidental, como na obra *Madona Kadiwéu* (Figura 5) de Adilson Schieffer que representa a imagem de uma mulher acompanhada por anjos, personagens que constituem o nosso contexto cultural, uma imaginação evocadora. Da mesma forma ocorre na obra *Cigana* de Ilca Galvão, aonde observamos um símbolo Kadiwéu que dialoga com a representação de um coração, símbolo íntimo de todos nós.

Observo que, mesmo considerando essa relação das imagens, que se aproximam do espectador por uma proposta de reconhecimento e potencial identificação, a presença indígena segue externa às relações humanas que se desenvolvem nesse contato estético. Essa ausência, demarcada em cada etapa desta investigação, deve ser problematizada cotidianamente, não apenas por meio da teoria, mas, fundamentalmente, pela ida ao campo, o estar ali: simbolicamente situados ao lado e com os outros. Neste contexto, os povos indígenas.

Referências bibliográficas

ASSIS, Renata Rodrigues de. **A Apropriação dos Grafismos Kadiwéu pelos Artistas Plásticos do Movimento Cultural Guaicuru**. Trabalho de conclusão do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Faculdade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CORRADINI, Cirlene Moreno. **Os Guaikurú – Kadiwéu no Contexto da Guerra do Paraguai: Fronteiras, relações interétnicas e territorialidade**. Trabalho final apresentado para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

DURAN, Maria R. Da Cruz. **Leituras Antropológicas sobre a Arte Kadiwéu**. Cadernos de Campo, São Paulo, n.24, 2015.

FEITOSA, Nathaly Campos et al. **Tekoha**. Publicação especial do MPF/MS, Semana do Índio, Campo Grande, 2012.

GONDIM, Caline Galvão. **Pinturas Rupestres: A representação da imaginação do homem primitivo**. Revista Temática, PPGC/UFPB, n.4, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu**. Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 1980.

URQUIZA, Antonio H. Aguilera. **Cultura e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**. Editora UFMS, 2013, Campo Grande, 2013.

PERFIL DO PÚBLICO DAS ARTES EM PORTO ALEGRE

PROFILE OF ARTS ATTENDANCE IN PORTO ALEGRE

Álvaro Santi

*Mestre em Letras, Bacharel em Música (UFRGS)
Prefeitura de Porto Alegre (Observatório da Cultura)
asanti@smc.prefpoa.com.br*

RESUMO

Partindo dos resultados da pesquisa Usos do Tempo Livre e Práticas Culturais dos Porto-Alegrenses, realizada pelo Observatório da Cultura da Prefeitura de Porto Alegre, que entrevistou 1.220 pessoas com 15 anos ou mais, entre novembro e dezembro de 2014, o artigo analisa as respostas sobre frequência da população a atividades artístico-culturais externas, tais como a assistência a espetáculos de música popular e erudita, dança, teatro, exposições de fotos e artes plásticas e filmes em salas de cinema, segundo variáveis como idade, sexo, cor ou raça, escolaridade, renda, trabalho, profissão e estado civil. Os resultados indicam graves desigualdades na participação, clamando por maior atenção das políticas públicas locais, no sentido de ampliar os públicos desses eventos, atraindo a população que apresenta maiores índices de exclusão, notadamente jovens e idosos, negros, pobres e pessoas com baixa escolaridade. Dado o pouco alcance das políticas culturais tradicionais, sugere-se que a articulação dessas com políticas sociais voltadas para a juventude, os idosos, a acessibilidade e o combate à discriminação racial pode contribuir nessa tarefa, bem como a formação de público por meio do ensino das artes, com resultados a médio e longo prazo.

Palavras-chave: consumo cultural, práticas culturais, tempo livre, participação cultural

ABSTRACT

Based on the results of the quantitative field research *Usos do Tempo Livre e Práticas Culturais dos Porto-Alegrenses* (Free time uses and cultural practices in Porto Alegre), conducted by the Culture Observatory of Porto Alegre, which interviewed 1,220 people aged 15 years and over, between November and December 2014, the article analyzes the answers about the frequency of attendance to outdoor artistic and cultural activities, such as popular and classic music concerts, dance and theater performances, arts exhibitions and movies, according to variables such as age, sex, race, education, income, employment and marital status. The results indicate serious inequalities in participation, calling for greater attention from local public policies, in order to broaden the audiences of these events, by attracting the population with the highest rates of exclusion, especially young and elder (retired), black, poor and low educated people. Given the limited reach of traditional cultural policies, it is suggested that their articulation with social policies aimed at youth, the elderly, accessibility and improve racial equality can contribute to this task, as well as the education of the public through arts education, with medium- and long-term results.

Palavras-chave: cultural consumption, cultural practices, free time, cultural participation

A pesquisa *Usos do tempo livre e práticas culturais dos porto-alegrenses*¹, iniciativa do Observatório da Cultura de Porto Alegre, visou caracterizar o perfil da população desta cidade, em relação a seus hábitos de lazer e, mais especificamente, ao consumo de bens e serviços artístico-culturais, como subsídio para a formulação de políticas públicas por parte da Secretaria Municipal da Cultura (SMC). Foram entrevistados, entre novembro e dezembro de 2014, 1220 porto-alegrenses de ambos os sexos, com idade a partir de 15 anos. As entrevistas foram feitas a domicílio, sendo a amostra estratificada segundo idade, sexo e residência nas 17 regiões da cidade. A margem de erro calculada é de 2,8% para mais ou para menos. Uma primeira publicação apresentou os resultados básicos da pesquisa, sem contudo efetuar cruzamentos entre as diversas variáveis (PORTO ALEGRE, 2015).²

Este artigo dá continuidade à análise daqueles resultados, relacionando características dos entrevistados - como idade, sexo, cor ou raça, escolaridade, renda, profissão e estado civil - com a frequência com que declararam assistir a eventos externos (fora de casa), identificados habitualmente como culturais: sessões de cinema, shows musicais, circo, concertos ou óperas, espetáculos de dança ou balé, de teatro, exposições de fotos, de pintura ou outras artes e bailes ou outros locais de dança.

A perguntas sobre a frequência a esse tipo de eventos ofereciam quatro respostas possíveis: 1) “Sim, ao menos uma vez nos últimos 30 dias”; 2) “Sim, ao menos uma vez nos últimos 12 meses”; 3) “Sim, alguma vez na vida, há mais de 12 meses” e 4) “Nunca”. Neste artigo analisamos as respostas extremas, denominando (de forma conscientemente imprecisa) aqueles que optaram pela primeira de “*frequentadores assíduos*”; e os que se enquadraram na última, como “*excluídos*” dessas manifestações culturais.

Não se assume aqui, evidentemente, um conceito de cultura restrito às atividades citadas acima (que representam uma parcela pequena das 114 perguntas do questionário); ou às artes em geral. Sendo, porém, o fomento a essas atividades objeto preferencial do gasto público na função cultura, bem como de incentivos fiscais, em qualquer esfera de governo, não resta dúvida quanto à relevância de se conhecer em que medida elas são fruídas pela sociedade, em seus diferentes estratos.

¹ A pesquisa foi coordenada pela equipe formada pelo Prof. Dr. Caleb Faria Alves (IFCH-UFRGS), Profa. Ms. Mariana Aydos (SENAC-RS) e Ms. Fátima Ávila, além do autor.

² Mais informação sobre a metodologia da pesquisa na publicação citada.

Idade

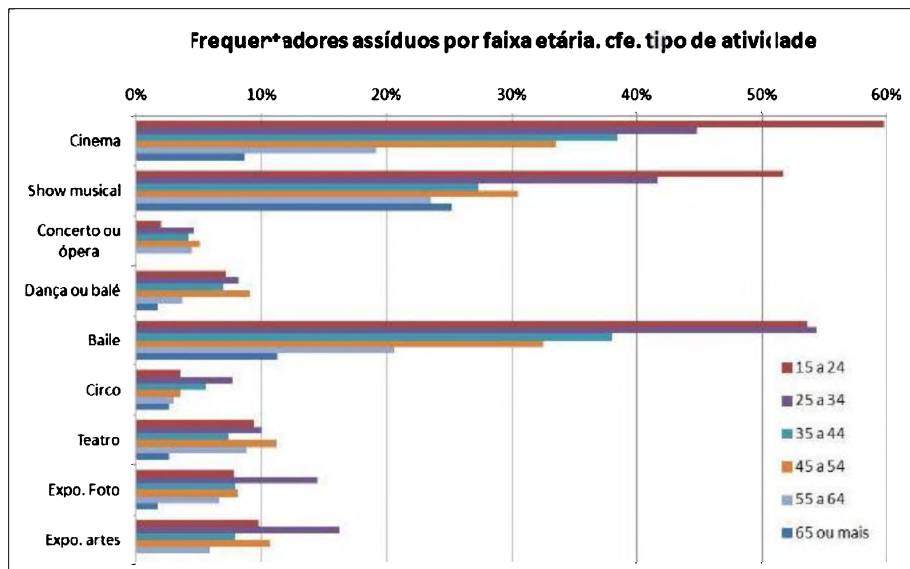


Figura 1: Percentual de frequentadores assíduos por atividade, cfe. faixa etária.³

De maneira geral, à medida que aumenta a idade, tornam-se mais raros os frequentadores assíduos. Jovens de 15 a 24 anos são a faixa etária que apresenta os maiores percentuais de frequentadores assíduos de cinema (59,7%, contra 39,8% do total da amostra), bailes (53,6% contra 39,3% do total) e shows musicais (51,6% contra 36,3%). No caso do cinema, por exemplo, essa parcela cai para 19,1% entre 55 e 64 anos e apenas 8,1% com 65 anos ou mais. Para exposições de fotografia ou de artes em geral, há uma predominância da faixa de 25 a 44 anos. Nas demais atividades, existe uma distribuição mais equitativa dos frequentadores entre as faixas intermediárias, com variações que ficam dentro da margem de erro, porém sempre com redução significativa na faixa dos idosos. Destaca-se o fato de nenhum dos 115 respondentes desta faixa (que corresponde a quase 10% do total da amostra) ter frequentado concerto ou ópera, nem exposições de artes nos últimos 30 dias, enquanto apenas dois (1,7%) assistiram espetáculos de dança ou balé.

No polo oposto, o da exclusão, o maior índice encontra-se novamente entre os jovens de 15 a 24 anos, dos quais 76,9% nunca estiveram em um concerto ou ópera, percentual bem acima da média, para esta atividade (67,1%). Um pouco melhor é a situação para espetáculos de dança ou balé: 67,5% dos jovens de 15 a 24 anos nunca frequentaram essa atividade, contra 58,7% da população em geral. Essa tendência em parte é esperada, se considerarmos que o número de oportunidades para frequentarmos eventos tende a crescer à medida que

³ Fonte: Todos os gráficos apresentados neste artigo tem como fonte a pesquisa *Usos do tempo livre e práticas culturais dos porto-alegrenses*. (V. Referências)

envelhecemos. No entanto, quando se trata de exposições, são os idosos (65 anos ou mais) que apresentam os maiores índices de exclusão - 64,3%, contra média de 52,9% para exposições de foto; 65,2% contra 49,7% para exposições de artes. O fenômeno se repete no teatro - 53,9% entre os idosos, contra 43,2% na população em geral.

Já o circo tem características peculiares. Apesar do índice de excluídos ser bem menor do que para exposições, concertos e espetáculos de dança e teatro, (23,3%), trata-se da única atividade em que a exclusão apresenta uma clara tendência de *queda* proporcional à idade dos entrevistados, atingindo o máximo de 35,7% na faixa de 15 a 24 anos. Tais dados sugerem uma tendência à redução do acesso ou do interesse por essa atividade tradicional, nos últimos tempos, entre os mais jovens. O recorte da pesquisa, porém, ao entrevistar somente pessoas com mais de 15 anos, deixou de fora as crianças, que são o público por excelência do circo, motivo pelo qual seria precipitado concluir algo nesse sentido. Em relação a shows musicais, as faixas etárias apresentam-se em dois grupos com percentuais semelhantes de exclusão: dos 15 aos 44 anos, o percentual de pessoas que nunca foram a shows (entre 4,1% e 5,1%) é menos da metade do apresentado entre as pessoas com mais de 45 anos (entre 9,6% e 11%).

Sexo

A pesquisa entrevistou 626 mulheres (51,3%) e 594 homens (48,7%). Diferenças significativas de frequência entre os sexos ocorrem em poucos tipos de atividades. Entre os frequentadores assíduos de shows musicais, a maioria é de homens (39,7%, contra 33,1% de mulheres), o mesmo acontecendo entre os que costumam sair para dançar (41,8% x 36,9%).

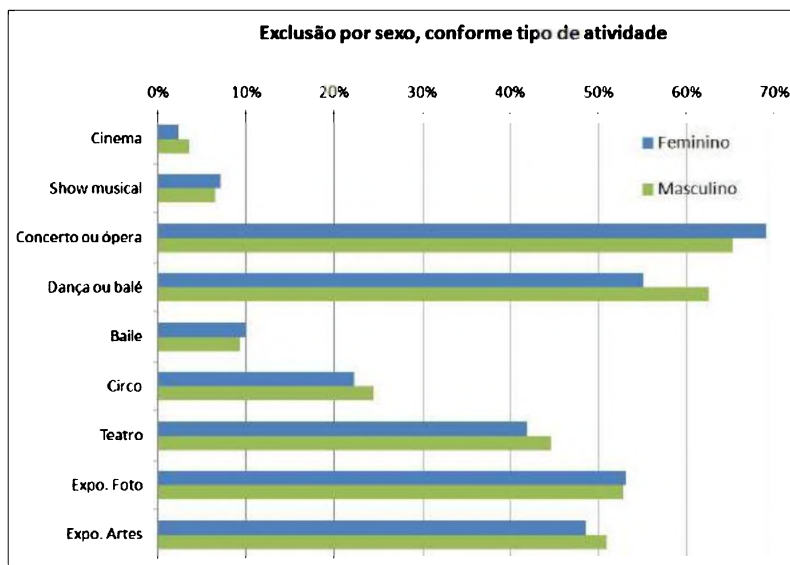


Figura 2: Percentual de excluídos por atividade, cfe. sexo.

Já os excluídos da música de concertos e ópera são mais frequentemente mulheres (69% x 65,2%). No caso de espetáculos de dança, ocorre o contrário: 62,5% são homens e 55,1% mulheres.

Raça ou Cor⁴

Em relação a esta variável, 847 entrevistados (69,4%) declararam-se brancos, 259 pretos (21,2%) e 89 pardos (7,3%). Para uma melhor representatividade, em função do tamanho da amostra, pretos e pardos foram considerados em conjunto na análise (como “negros”), totalizando 28,5%. Devido à pouca representatividade, não utilizamos as respostas dos 23 respondentes que se declararam indígenas (1,9%) e dos 2 da raça amarela (0,2%).

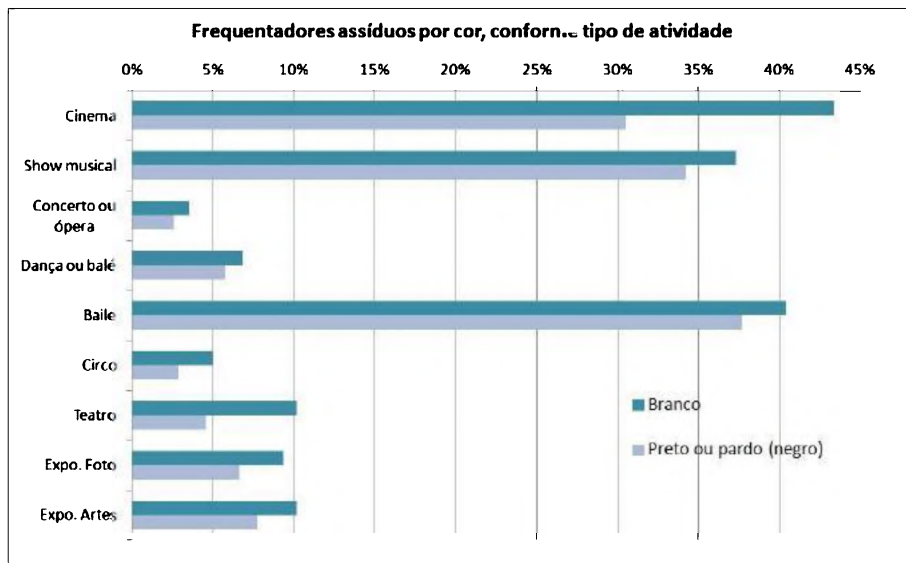


Figura 3: Percentual de frequentadores assíduos por atividade, cfe. raça.

As percentagens de frequentadores assíduos são maiores entre brancos do que entre os negros, para quaisquer das atividades pesquisadas (embora, em alguns casos, a diferença fique dentro da margem de erro). A maior diferença em termos proporcionais encontra-se no público teatral: são 10,2% entre brancos, 2,2 vezes mais do que entre negros e pardos (4,6%). Em termos absolutos, está no cinema, com 43,3% para brancos contra 30,5% para negros (diferença de 12,8%). Em média, a probabilidade de um branco ser frequentador assíduo de alguma das atividades consideradas é 42% maior do que para um negro.

4 Convém observar que a amostra não foi estratificada por raça, ou seja, não mantém a mesma proporção entre negros e brancos do que a população em geral medida pelo censo. Na pesquisa, 21,2% dos entrevistados declararam-se pretos ou pardos, enquanto o censo apurou somente 10,2%.

Também as taxas de exclusão são maiores entre negros do que entre brancos, para *todas* as atividades pesquisadas. Em média, as chances de um entrevistado ser excluído são 50% maiores para negros.

Estado civil

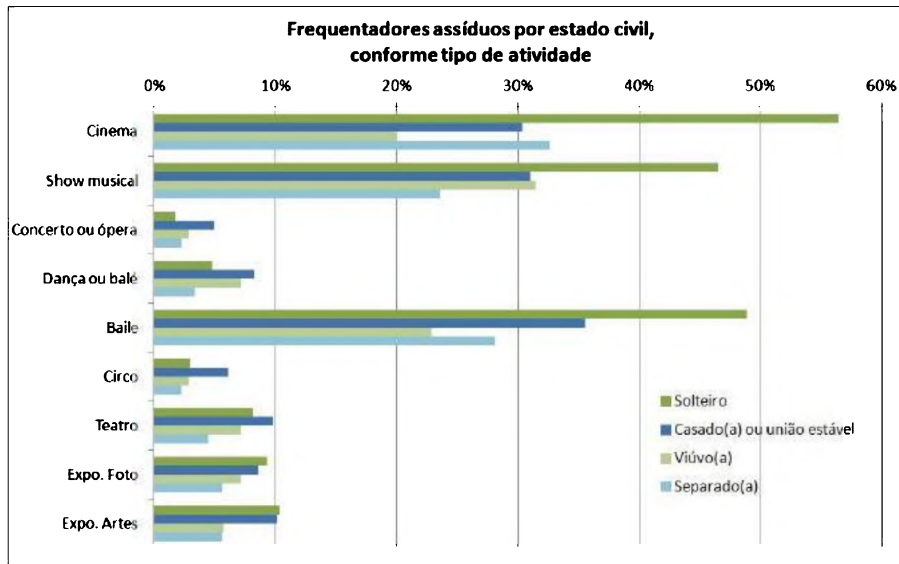


Figura 7: Percentual de frequentadores assíduos por atividade, cfe. estado civil.

Quase a metade da amostra (48,4%) é de pessoas casadas ou que vivem em união estável, seguidas pelos solteiros (38%). Separados são 7,3% e viúvos, 5,7%. Os frequentadores assíduos distribuem-se de forma bastante desigual, em relação a diversas atividades culturais, conforme seu estado civil. Mais da metade dos solteiros, por exemplo, são assíduos ao cinema (56,5%), percentual que não é igualado em nenhuma outra atividade, por nenhum estado civil. Casados assíduos ao cinema, por exemplo, são apenas 30,3%. Situação semelhante ocorre em relação a shows musicais (46,4% entre os solteiros; 31% entre casados) e bailes (48,8% contra 35,5%). Somente 1,7% dos solteiros (oito entre 463 entrevistados) frequentaram concertos no último mês, sendo esta a menor porcentagem para qualquer estado civil e atividade. Tendência inversa ocorre nas atividades de público menos numeroso, como os concertos e ópera, onde são assíduos 4,9% dos casados, contra apenas 1,7% dos solteiros; assim como nos espetáculos de dança (8,3% contra 4,8%) e circo (6,1% contra 3%), ainda que essas diferenças estejam dentro da margem de erro.

Já as pessoas que nunca frequentaram eventos culturais são proporcionalmente mais numerosas entre os viúvos (que frequentemente são também idosos e aposentados), para quase todos os tipos de eventos, com exceção do circo. (No caso da dança ou balé, em que os excluídos

representam 62,9% dos viúvos, há um empate técnico com os solteiros, com 63,5%). A maior taxa de exclusão ocorre entre os viúvos para a música erudita: 77,1% nunca frequentaram.

Escolaridade

Somente 21,5% dos entrevistados são estudantes, ou seja, declararam ter vínculo ativo com instituição de ensino. A percentagem destes que frequentou eventos culturais nos últimos 30 dias é significativamente superior aos não-estudantes, para qualquer tipo de evento, chegando a ser mais que o dobro para o cinema (66,4% contra 32,5%). O menor impacto desta variável foi registrado no caso dos espetáculos teatrais, onde 11,1% dos estudantes são frequentadores, ainda assim um percentual superior aos 7,9% de não-estudantes. A diferença, contudo, encontra-se dentro da margem de erro.

Já entre os excluídos, repete-se de forma geral a tendência de exclusão inversamente proporcional à escolaridade, com algumas exceções. No caso dos concertos, os percentuais são praticamente idênticos entre estudantes ou não-estudantes. Para o cinema, atividade em que os índices de exclusão são em geral pequenos, o dos não-estudantes é 4,5 vezes maior do que o dos estudantes, já que somente dois entre 262 estudantes entrevistados declararam nunca ter ido ao cinema (0,8%). Contudo, para frequência ao circo e a bailes, o percentual de excluídos é maior entre os estudantes.

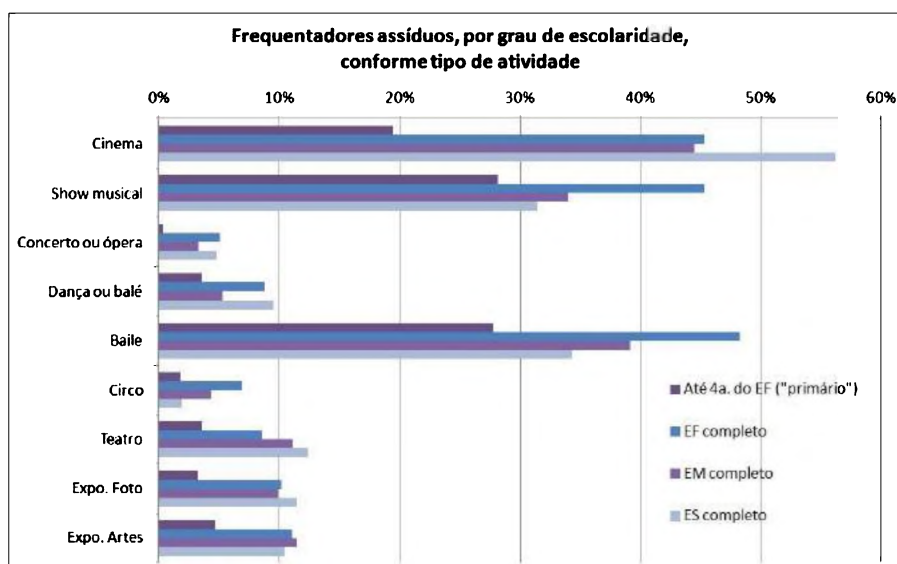


Figura 8: Percentual de frequentadores assíduos por atividade, cfe. nível de escolaridade.

Somente 105 entrevistados (8,6%) possui curso superior completo (aí incluídos 17, ou 1,4%, com pós-graduação); 394 concluíram o Ensino Médio (32,3%); 433, o Ensino Fundamental (35,5%) e 277 chegaram até a 4ª Série do EF (antigo primário, aqui chamado

abreviadamente de EP) (22,7%).⁵ Conforme o tipo de atividades, verifica-se diferentes impactos da escolaridade nos hábitos da população entrevistada. Bailes são os eventos mais amplamente frequentados por pessoas, independentemente de sua escolaridade, seguidos dos shows musicais. Somente nessas duas atividades, o percentual de frequentadores assíduos é maior entre os que tem apenas EF. Quanto aos bailes, a variação fica em torno de 10 pontos percentuais abaixo como acima da média de 39,3%: de 27,8% entre os que cursaram o ensino “primário” até 48,3% entre os que completaram o EF. Nos shows de música, a situação é semelhante, ficando a média de 36,4%, entre o mínimo de 28% com EP e o máximo de 45%, com EF completo. Em ambas as atividades, a faixa de escolaridade que tem mais frequentadores proporcionalmente é a que tem o EF.

Diferenças bem maiores entre os hábitos das pessoas situadas em diferentes faixas de escolaridade aparecem na frequência a concertos, exposições e espetáculos de teatro e dança. Nas exposições de fotos, a percentagem de entrevistados que frequentou ao menos uma vez nos últimos 30 dias entre pessoas com ES é mais de três vezes superior (11,4%) do que entre os que tem apenas o EP (3,2%). Números semelhantes aparecem no teatro: 12,4% contra 3,6%. A diferença entre as faixas extremas é ainda mais expressiva no caso da música erudita: 4,8% contra 0,4%.

Há que se destacar, contudo, que tais variações não são tão expressivas quando comparamos a faixa de graduados universitários com aqueles que tem o EF completo, inclusive em algumas atividades são semelhantes os índices. Cinema, concertos, dança/balé e exposições apresentam pouca diferença entre as duas faixas; somente no teatro há uma diferença significativa, de 12,4% (ES) para 8,5% (EF), mesmo assim dentro da margem de erro. Já os shows musicais e bailes, como dito acima, são mais frequentados pela faixa com EF do que a de ES, o mesmo ocorrendo com o Circo.

A associação mais forte que se verifica é entre a frequência assídua e a conclusão do EF. A partir deste grau, as alterações são pouco significativas quando da conclusão do EM ou ES, mesmo no caso da música erudita. Inclusive, em alguns casos, a alteração é para menos: para circo, baile e shows de música, percentual de assíduos decresce do EF para EM e deste para o ES. A exceção desta regra é o cinema, em que a posse do diploma universitário aumenta em 12,2% a chance de encontrarmos um frequentador assíduo.

⁵Devido ao número muito pequeno dos que nunca estudaram (somente 7 dos 1220 entrevistados), não consideramos esse grupo na análise.

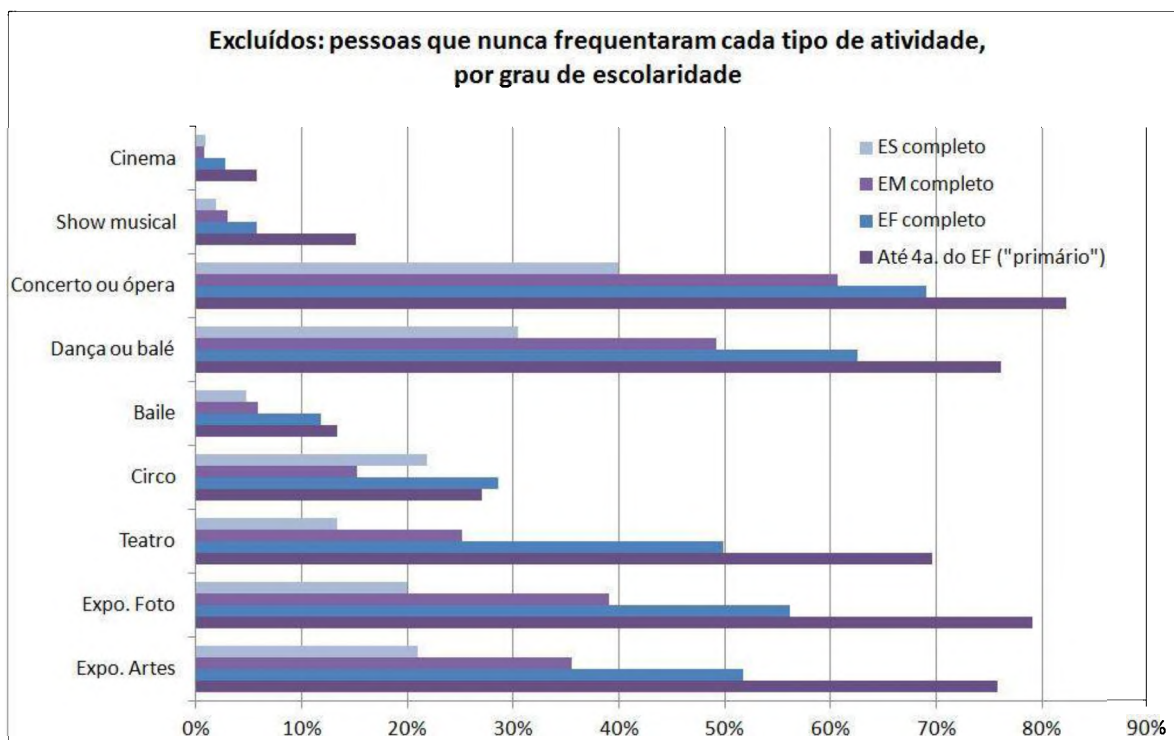


Figura 9: Percentual de excluídos por atividade, cfe. nível de escolaridade.

No outro extremo, vamos agora analisar a exclusão cultural, conforme distribuída entre as distintas faixas de escolaridade. Aqui, existe uma tendência mais uniforme de queda contínua na exclusão, à medida que aumenta a escolaridade dos entrevistados, com poucas exceções. Em todas as atividades pesquisadas, o maior percentual de pessoas que nunca frequentou encontra-se invariavelmente na faixa com menor escolaridade (EP). No circo e bailes há empate técnico com o EF, considerando a margem de erro. Somente no circo não há queda contínua para cada novo grau escolar, onde na faixa de maior escolaridade encontramos 21,9% de pessoas que nunca frequentaram, contra 15,3 na faixa com EM.

Embora os shows de música, como assinalamos, tenham na distribuição dos frequentadores assíduos uma das mais equilibradas, no caso dos não-frequentadores esses eventos apresentam a maior variação entre as faixas de escolaridade extremas, sendo o percentual de não-frequentadores entre pessoas com EF (15,2%) oito vezes maior do que entre graduados universitários (1,9%). No caso do cinema, esta diferença ainda é alta, de quase seis vezes (entre 5,8 e 1%). A menor diferença ocorre no caso do circo (1,2 vezes), mas nos demais casos é pelo menos o dobro.

Renda⁶

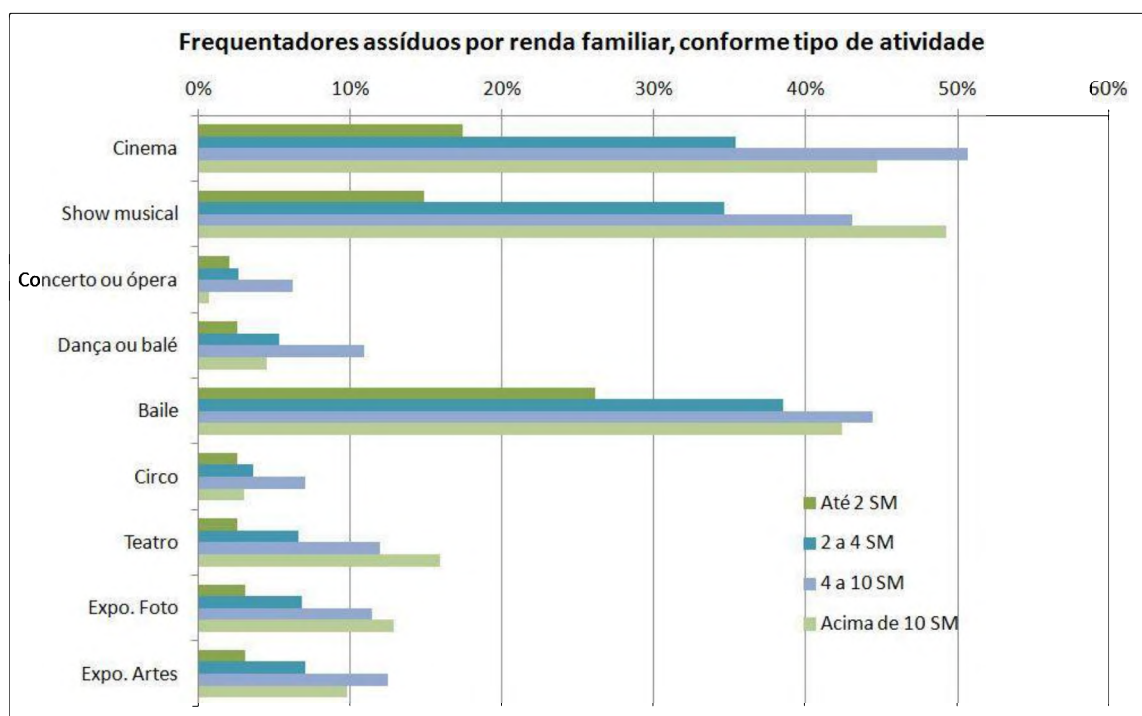


Figura 10: Percentual de frequentadores assíduos por atividade, cfe. renda familiar.

No cruzamento dos dados referentes à renda familiar e à frequência a atividades artísticas, verificou-se a esperada desigualdade entre as quatro distintas faixas de renda adotadas. As desigualdades são menores na frequência a bailes, em que mesmo assim o maior percentual de frequentadores assíduos da maior faixa de renda (42,4%) supera em muito o da menor (26,2%). Cinemas e shows de música apresentam cenários de desigualdade entre as diferentes faixas de renda, porém não tão pronunciados como nas demais atividades. Os percentuais de frequentadores assíduos em cada faixa de renda são semelhantes para ambas as atividades, sendo cerca de três vezes maior na classe mais alta (52,9% para ambas as atividades) do que na mais baixa (17,4% para o cinema, 14,9% para shows). Chama a atenção, na maioria das atividades, que a esperada tendência de aumento do percentual de frequentadores assíduos proporcional ao aumento da renda, observada da primeira faixa para a segunda e desta para a terceira, sofre uma queda na última faixa. Ou seja, o percentual de frequentadores assíduos é maior entre os que têm renda de 4 a 10 SM do que entre os que recebem mais de 10 SM. Tal fenômeno só não ocorre para shows de música, teatro e exposições de fotos, nas quais os percentuais de frequentadores assíduos aumentam de forma contínua, conforme cresce a renda.

⁶ Devido ao pequeno número de entrevistados (17 em 1220) que declarou renda familiar superior a 20 SM, nesta análise optamos por considerar esse grupo em conjunto com a faixa de renda entre 10 e 20 SM.

A exclusão apresenta diferenças significativas entre as quatro faixas de renda para todas as atividades. Mesmo na atividade em que a exclusão em geral é menor, no cinema (2,9%), 10,8% dos que possuem renda familiar até dois SM nunca o frequentaram, enquanto entre os que recebem mais de 10 SM esta taxa é de apenas 1,5%. Para espetáculos musicais, repete-se o fenômeno (13,3% entre os de menor renda, contra 2,3% entre os de maior), assim como para bailes (13,8%, contra média de 2,3%). As atividades com níveis altos de exclusão em geral, como concertos e espetáculos de dança, apresentam distribuição semelhante entre si, quanto às faixas de renda, com percentuais elevados de exclusão mesmo na maior faixa (42,4% para concertos, 37,1% para dança), e que ultrapassam os 70% na menor faixa. Esta última cifra é semelhante para exposições de arte ou fotografia, porém nestas atividades a exclusão é menor nas classes mais favorecidas, pouco mais de 20%. Os números para o teatro são um pouco mais animadores, pois embora os percentuais de excluídos sejam maiores do que para bailes, cinema e música, são inferiores aos de exposições, dança e concertos, para todas as faixas de renda.

Trabalho

Os índices de frequentadores assíduos entre pessoas que declararam ter atividade remunerada (769 respondentes, ou 63% da amostra) são sempre superiores aos que não trabalham, sugerindo que dispor de tempo livre tem menos relevância do que ter renda para frequentar atividades culturais – não apenas para ingressos, mas para transporte e outros custos associados. Em termos proporcionais, a diferença é mais acentuada entre os frequentadores de circo, onde o percentual entre trabalhadores é quase quatro vezes maior do que entre não-trabalhadores; de concertos (3,4 vezes maior); e de dança (duas vezes). Contudo, como os percentuais gerais de assíduos nessas atividades são pequenos (4,4% para circo, 3,4% para concertos e 6,6% para dança), tais diferenças ficam dentro da margem de erro. Já entre frequentadores de espetáculos de música popular, o fator trabalho influencia pouco: são 37,7% entre trabalhadores, contra 33,9% de não trabalhadores. A exceção à regra fica por conta das exposições de artes, onde frequentadores assíduos são mais comuns entre não-trabalhadores (12,6%) do que entre trabalhadores (11,7%), porém a diferença também não ultrapassa a margem de erro.

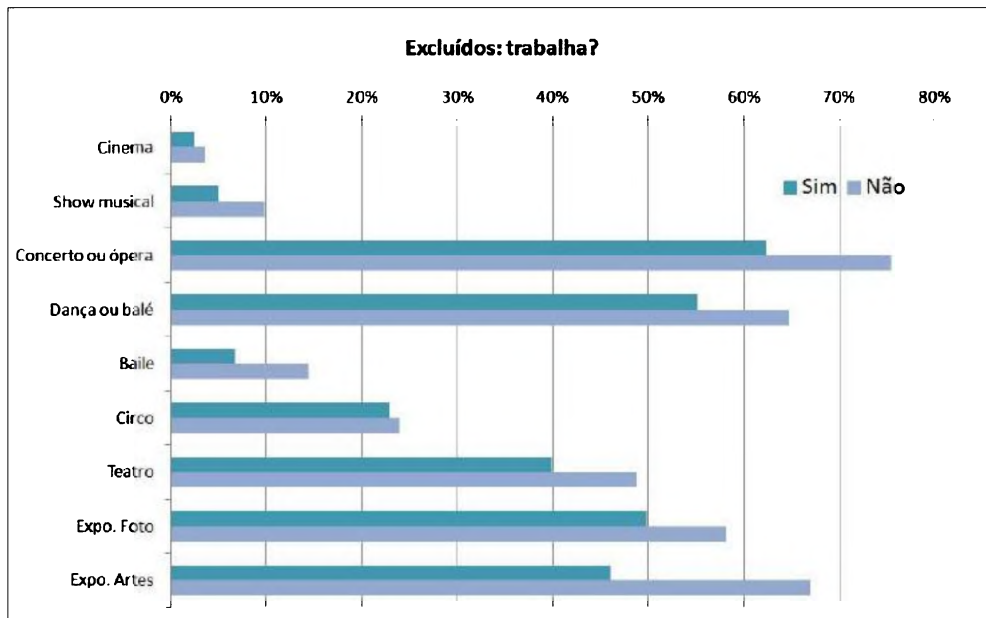


Figura 4: Percentual de excluídos por atividade, trabalhadores x não-trabalhadores.

Já os dados da exclusão seguem, como de costume, a tendência inversa, com índices maiores entre os não-trabalhadores para todas as atividades. Aqui, a maior discrepância surge em relação aos bailes, onde a exclusão é 2,1 vezes maior entre não-trabalhadores (14,4% contra 6,8%). Já em relação ao circo os índices são muito semelhantes (22,9% entre os trabalhadores, contra 23,9% entre os que não trabalham).

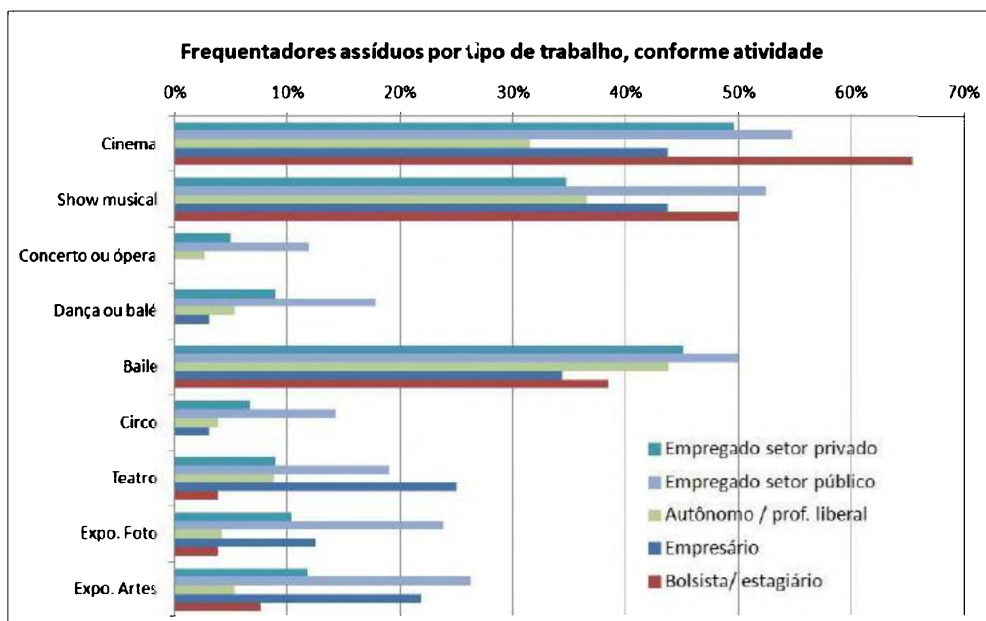


Figura 5: Percentual de frequentadores assíduos por atividade entre os trabalhadores, cfe. tipo de trabalho.

Os trabalhadores foram classificados conforme o tipo de vínculo: 357 empregados do setor privado (29,3%), 260 autônomos ou profissionais liberais (21,3%), 84 servidores públicos

(6,9%), 32 empresários (2,6%) e 26 bolsistas ou estagiários (2,1%)⁷. Observou-se que os frequentadores assíduos são significativamente mais frequentes entre empregados do setor público do que outras categorias, para a grande maioria das atividades culturais. Em muitas delas, a percentagem de assíduos entre os servidores públicos chega ao dobro da média dos trabalhadores em geral, como nos concertos (11,9%, contra média de 4,6%), dança ou balé, circo e exposições. As exceções ficam com o cinema, em que os servidores públicos são superados pelos bolsistas ou estagiários (54,8% contra 65,4%), atividade em que predomina o público mais jovem, como vimos anteriormente; e o teatro, onde 25% dos empresários são assíduos, contra 19% dos servidores públicos. Chama a atenção ainda o fato de não se encontrarem, entre os 26 entrevistados que se declararam bolsistas ou estagiários, nenhum que tenha frequentado concerto ou ópera, dança ou balé e circo nos últimos 30 dias. Tampouco foi encontrado frequentador assíduo a concerto ou ópera entre os 32 empresários entrevistados.

No aspecto da exclusão, os funcionários públicos mantêm um desempenho invejável, sendo o fato mais notável o não haver nenhum entre os 84 que não haja frequentado alguma vez um cinema ou show musical. O mesmo, porém, ocorre entre os 26 bolsistas e estagiários, categoria que também apresenta o menor índice de excluídos para exposições de fotos (26,9%). Por outro lado, os empresários são os que apresentam as menores taxas de exclusão para as atividades de teatro (12,5%, menos de um terço da média de 39,9%), dança (25% contra média de 55,1%), exposições de artes (21,9% contra 46%) e circo (9,4% contra 22,9%).

Entre as 451 pessoas que declararam não ter atividade remunerada (37% da amostra), cerca de um terço são estudantes, enquanto outro terço são aposentados. O restante divide-se entre afazeres domésticos e os que estão desempregados ou procurando emprego. As baixas frequências à maioria das atividades reveladas pelos idosos foram confirmadas pelos que se declaram aposentados, sempre com frequências significativamente mais baixas que a média dos entrevistados. Mesmo no cinema, bailes e shows musicais, atividades que apresentam os menores índices de exclusão, não iremos encontrar muitos aposentados entre os frequentadores assíduos, reforçando a tendência a considerar outros fatores como preponderantes sobre a disponibilidade de tempo livre na decisão de frequentar atividades culturais (como problemas de saúde ou o medo da violência). Somente 12,9% dos aposentados frequentaram cinema nos últimos 30 dias, por exemplo, percentagem cinco vezes menor do que os 64,6% do total dos entrevistados.

⁷ Quatro entrevistados não responderam à pergunta.

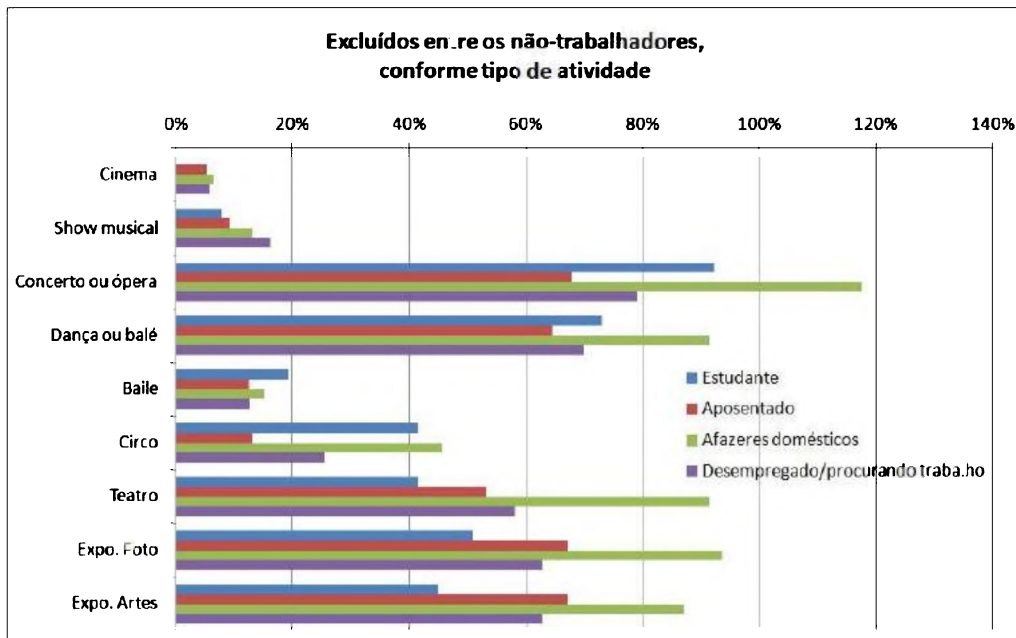


Figura 6: Percentual de excluídos por atividade entre os não-trabalhadores, cfe. ocupação principal.

Já na categoria dos excluídos tem destaque os que se dedicam a afazeres domésticos, com índices maiores de exclusão para a maioria das atividades (concertos, dança, teatro, exposições e circo). Observe-se que os estudantes, se por um lado apresentam as menores taxas de exclusão em atividades como teatro e exposições, chegando à taxa zero em cinema (todos os 140 estudantes já o frequentaram pelo menos uma vez), em outras tem índice acima da média, como no circo e concertos.

Considerações finais

Conforme dito acima, o objeto deste artigo é uma pequena parcela dos resultados da pesquisa, muito restando a ser analisado, como as práticas de lazer realizadas em casa (ler, ouvir música, assistir TV) ou aquelas “não-culturais” (passear no parque, praticar esportes), entre outros exemplos. Também serão de interesse as comparações com dados similares de outras pesquisas, que ponham em evidência diferenças ou semelhanças da população de Porto Alegre com outras cidades e estados.

Não obstante, os dados aqui apresentados indicam de forma clara a existência de graves desigualdades na participação da população em eventos artísticos, que clamam por maior atenção das políticas públicas locais, entre cujos objetivos deve figurar naturalmente o atendimento da disposição constitucional de “proporcionar os meios de acesso à cultura” (Art. 23, inc. V). Na esfera municipal, a Secretaria da Cultura de Porto Alegre, quando de sua criação,

em 1988, também teve fixado entre os seus objetivos o de “possibilitar o acesso de todas as camadas da população do Município aos bens culturais” (PORTO ALEGRE, Art. 3º, Inc. I). Em vista disso, recomenda-se aos tomadores de decisões que procurem ampliar os públicos desses eventos, atraindo a população que apresenta maiores índices de exclusão, notadamente os jovens e idosos, negros, pobres e pessoas com baixa escolaridade. Outros órgãos públicos e instituições privadas, responsáveis por políticas sociais transversais voltadas para a juventude, os idosos, a acessibilidade e a promoção da igualdade racial podem contribuir nessa tarefa, atuando de forma coordenada com os órgãos de cultura. Da mesma forma o sistema de ensino, cujo papel na formação de públicos é evidente, com foco em resultados a médio e longo prazo. Os motivos alegados pelos entrevistados para não frequentarem atividades culturais externas (como a falta de recursos, de tempo ou de interesse, o medo da violência, etc.), não abordados aqui por falta de espaço, constituem informação valiosa para a construção de estratégias nesse sentido, que ultrapassem o campo das boas intenções ou soluções simplistas como as políticas de meia-entrada ou de entrada franca.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

PORTO ALEGRE. *Lei 6.099, de 3 de fevereiro de 1988*. Cria a Secretaria Municipal da Cultura, cargos em comissão e funções gratificadas, altera a denominação e as finalidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a vinculação do COMPAHC, autoriza o Executivo a criar o Fundo Pró-Cultura e dá outras providências.
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/avancada.html>

PORTO ALEGRE. Observatório da Cultura. *Usos do tempo livre e práticas culturais dos porto-alegrenses*. Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 2015.
<http://culturadesenvolvimentopoa.blogspot.com.br/2015/08/usos-do-tempo-livre-e-praticas.html>.

OBSERVANDO A VALORAÇÃO EM ENUNCIADOS RESPOSTA EM CASOS SOBRE O RACISMO

OBSERVING VALUATION IN STATEMENTS ANSWER ON CASES ON RACISM

*Camila Franz Marquez
Graduanda/UFPEL
millamarquez@hotmail.com*

RESUMO

Por muito tempo, a linguística elaborou suas teorias usando como corpus estruturas formais e estáticas de uma língua. Com o avanço das teorias do discurso, no entanto, cada vez mais se procurou estudar a linguagem em uso, nas suas diversas modalidades e contextos de circulação. Nesse sentido, com a popularização da internet, foi natural que suas páginas, blogs, redes sociais se tornassem lócus de pesquisa bastante abrangente. Sendo assim, propõe-se, neste trabalho, uma reflexão discursiva a partir de enunciados diferentes, comentários e respostas a duas reportagens, mas com o mesmo tema: o racismo, parte de uma pesquisa de iniciação científica que se encontra em fase inicial. Essas reportagens geraram, então diversos comentários no Facebook que, segundo a análise dialógica do discurso, mostram a valoração dadas a esses enunciados, revelando diferentes posições ideológicas a respeito do tema. Por isso, serão aqui analisados a partir de sua intenção discursiva. Este trabalho tem, portanto, como objetivo comparar os comentários às reportagens. Nas palavras de Bakhtin (2011, p. 275), "o enunciado é um elo numa cadeia de enunciados", esse estudo demonstra que o uso da linguagem na internet indica a valoração de cada enunciado como a possibilidade de sentido. Para o tratamento do corpus, duas noções são imprescindíveis: língua e enunciação, cuja ligação, destacada por SOBRAL e GIACOMELLI (2016, p. 1092), indica os passos para a descrição-análise-interpretação.

Palavras-chave: Análise dialógica do discurso; Dialogismo; Racismo;

ABSTRACT

For a long time, linguistics has elaborated its theories using as corpus formal and static structures of a language. With the advancement of discourse theories, nevertheless, more and more it was tried to study the language in use, in its diverse modalities and contexts of circulation. In this sense, with the popularization of the Internet, it was natural that its pages, blogs, social networks became a very broad locus of research. Therefore, it is proposed, in this work, a discursive reflection based on different statements, comments and answers to two reports, but with the same theme: racism, part of a research of scientific initiation that is in the initial phase. These reports generated, then, several comments on Facebook that, according to the dialogical analysis of the discourse, show the valuation given to these statements, revealing different ideological positions on the subject. Therefore, they will be analyzed here from their discursive intention. This work therefore has the objective of comparing the comments to the reports. In Bakhtin's words (2011, 275), "the utterance is a link in a chain of statements", this study demonstrates that the use of language on the internet indicates the valuation of each utterance as the possibility of meaning. corpus, two notions are essential: language and enunciation, whose connection, highlighted by SOBRAL and GIACOMELLI (2016, p. 1092), indicates the steps for description-analysis-interpretation.

Keywords: Dialogical analysis of discourse; Dialogism; Racism;

Considerações iniciais

Em novembro de 2017 a atriz Taís Araújo foi convidada para palestrar no evento TEDXSão Paulo cujo lema é “ideias que merecem ser compartilhadas”, em um discurso de dez minutos e alguns segundos a atriz falou sobre inúmeras questões recorrentes no atual cenário brasileiro, tais como racismo, homofobia, desigualdade de gênero e social, feminicídio, políticas educacionais, pluralidade e diversidade. Taís fala sobre como o olhar para o outro com afeto e atenção pode solucionar essa desigualdade, atribui esse dever a todos, começando pelo governo sugerindo investimento em políticas públicas educacionais inclusivas e que as empresas façam uma reavaliação dos funcionários para fazer da diversidade um pilar real. Entretanto ela conclui como nós enquanto sociedade civil podemos melhorar a vida das pessoas, e propõe que através de nossos pensamentos e falas acontece a ação, sendo essas ações individuais que causam impacto imediato no coletivo, a qual somos nós. Ressalta ainda que “pequenas ações são valiosas e são capazes de mudar o mundo. E onde começa o mundo se não em nós mesmos? ”. Entretanto o G1- Portal de Notícias da Globo publicou em sua página no Facebook a seguinte reportagem a qual gerou inúmeros comentários:



Figura 1: PrintScreen (2017). Fonte: Fanpage do Portal de Notícias da Globo

Segundo a Análise Dialógica do Discurso (ADD) a língua tem um propósito através da comunicação sendo assim não importa o signo vazio, mas sim quando adquire sentido em determinado contexto situacional. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdade ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis (FLORES; 2010, p. 49) dessa maneira quando enunciamos esperamos uma

resposta do outro, seja aceitação, rejeição ou oposição. O que segundo Bakhtin é chamado de atitude responsiva-ativa, nas palavras dele “ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução” (BAKHTIN; 2011, p. 272). Sendo assim a reportagem da postagem acima despertou a interação possibilitando determinados sentidos através de seu enunciado, essa interação se dá através do acento valorativo usado no enunciado, a qual não foi o mesmo usado na reportagem do caso de racismo com a filha de Bruno Gagliasso:



Figura 2: PrintScreen (2017). Fonte: Fanpage do Portal de Notícias da Globo

Os comentários resposta referentes às reportagens denotam que escolhemos determinadas palavras e organizamos elas no enunciado de acordo com quem serão os outros.

A obra, como a réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência sobre seguidores e continuadores; ela determina as posições dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo da cultura. (BAKHTIN, 2011, p. 279)

Com o enunciado criamos um elo na cadeia de comunicação o que possibilita “o fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações” (BAKHTIN; VOLOCHINOV; 1997, p. 123) ou seja, o enunciado a qual o interlocutor teve responsividade refletirá em futuras enunciações desse interlocutor. “Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de

comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento político, etc.) (BAKHTIN; VOLOCHINOV; 1997, p. 123). Isto é, tudo aquilo que lemos, vimos ou ouvimos se torna bagagem de mundo ao longo da vida, que refletirá de algum modo no discurso, de acordo com o artigo de (SOBRAL; GIACOMELLI; 2016, p. 1083) “não há locutor que diga algo com total imparcialidade, porque dizer algo sempre parte da realidade da pessoa, de sua vida, de suas experiências, revelando a sua posição, tanto sobre um dado assunto como a posição que ela ocupa na coletividade”. Mesmo na conversa mais informal nosso discurso é moldado para o outro, sendo assim não usamos o sentido dado pelo dicionário, mas sim enunciações concretas que ouvimos ou lemos, aquilo que nos circunda.

Valoração nos comentários-resposta

A língua é carregada de conteúdo ideológico, quando escolhemos determinadas palavras isso mostra a posição ideológica através do enunciado bem como sua intenção, quando sentimos a *intenção discursiva*, para Bakhtin sempre há algum objetivo através do enunciado. Essa intenção discursiva diferente em cada enunciado corresponde aos comentários, visto que a atriz está se “vitimizando” e o ator é “vítima”. Essa ideia de vítima e vitimização acontece justamente pelo uso diferente do acento valorativo nos enunciados. “A concepção sobre a forma do conjunto do enunciado, isto é, sobre um determinado gênero do discurso, guia-nos no processo do nosso discurso” (BAKHTIN; 2011, p. 286).

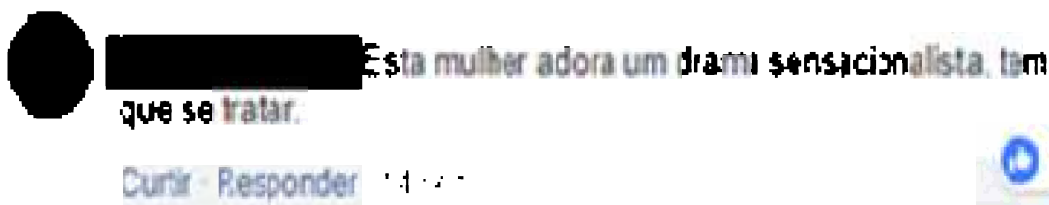


Figura 3: PrintScreen (2017). Fonte: Fanpage do Portal de Notícias da Globo

Vejamos que na reportagem da Taís Araújo o noticiário pegou dois trechos isolados do discurso, que são “como criar crianças doces num país ácido” juntamente com “a cor do meu filho faz com que as pessoas mudem de calçada” e publicou a notícia como se a atriz estivesse falando somente de seus filhos e de racismo, ou seja, colocando um acento valorativo que possibilita o sentido, neste caso, de vitimização.

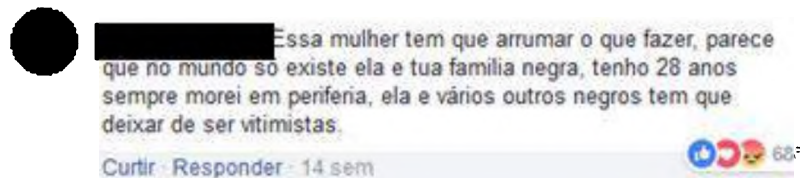


Figura 4: PrintScreen (2017). Fonte: Fanpage do Portal de Notícias da Globo

Levando em consideração que “as interações sociais são sensíveis a certos condicionantes trazidos pelo aparato tecnológico em jogo” (PRIMO; 2007, p. 7). Segundo (PNAD, 2016, p. 7) 77,3% dos brasileiros acessam a internet 3g/4g via smartphone o que limita ainda mais a possibilidade de sentido, visto que, só é possível entrar no link e abrir o vídeo que contém a enunciação concreta da atriz, se houver internet de qualidade. O que reforça a ideia de possibilidade de sentido somente com a valoração dada no enunciado, visto que houve um isolamento de informações que distorceram o sentido para chegar ao interlocutor. Segundo Bakhtin

Contudo, se essa oração está envolvida pelo contexto, ela assume a plenitude do seu sentido apenas nesse contexto, isto é, apenas no enunciado inteiro, e uma resposta só é possível a esse enunciado inteiro, cujo elemento significativo é a referida oração. (BAKHTIN; 2011, p. 288)

Essa citação torna possível a compreensão das diferentes posições ideológicas dos interlocutores do portal acerca do mesmo assunto, visto que faltou contexto e foi usado diferentes acentos valorativos nas reportagens, o que resultou nos comentários aqui apresentados.



Figura 5: PrintScreen (2017). Fonte: Fanpage do Portal de Notícias da Globo

Entretanto, o mesmo portal de notícias publicou onze dias após essa reportagem outra reportagem abordando o mesmo assunto, racismo. Dessa vez com um acento valorativo diferente do anterior, o que gerou outro tipo de comentários-resposta. Contextualizando, em novembro de 2017 o ator Bruno Gagliasso publicou em sua página pessoal uma foto dele, juntamente com a esposa e filha, neste ínterim a socialite McCarthy publicou um vídeo em sua página proferindo diversas ofensas de teor racista contra a filha do ator, o que fez com que o ator tomasse as devidas providências contra a mesma. A partir disso, foi publicada a reportagem

“ator registrou queixa em delegacia após sua filha Titi ser alvo de ofensas racistas em vídeo” e “ela vai pagar por isso, diz Bruno Gagliasso”. Neste caso o Portal de Notícias preocupou-se em contextualizar o fato acontecido com o ator, que possibilitou comentários com outro teor:

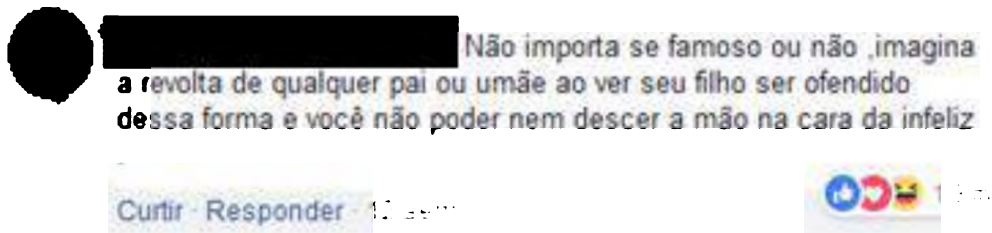


Figura 6: PrintScreen (2017). Fonte: Fanpage do Portal de Notícias da Globo

Para a Análise Dialógica do Discurso não podemos entender o sentido de um enunciado se não soubermos o contexto que foi dito, logo, no caso da atriz faltaram informações para que os interlocutores pudessem compreender o discurso da mesma, de acordo com (SOBRAL; GIACOMELLI; 2016, pg. 1090) “podemos entender imediatamente a frase usada, sem esforço, mas não posso entender o sentido do enunciado porque faltam dados para isso”, portanto a falta de contexto na primeira reportagem limita as possibilidades de sentido do interlocutor, fazendo com que os internautas revelem suas diferentes posições ideológicas a respeito do mesmo assunto. Levando em consideração que

Os enunciados são *constitutivos* de outros enunciados (assim como o outro é *constitutivo* do eu). Constitutivo no sentido de que todo enunciado constitui outros enunciados (porque cada novo enunciado entra em relações com os que há foram ditos e até com os que podem ser ditos), ou seja, serve para que outros enunciados sejam produzidos (assim como as outras pessoas servem para o eu de cada um ir se constituindo). (SOBRAL; GIACOMELLI; 2016, p. 1091)

Sendo assim a identidade dos locutores nunca é fixa e está em constante transformação, essa alteração é formada a partir de tudo o que já foi lido, ouvido, vivido pelo mesmo, portanto “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação. ” (BAKHTIN; VOLOCHINOV; 1997, p. 113). Entende-se de *unidade temática* aquilo o que se deseja dizer, o que não está explícito no enunciado, logo, “a significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um *potencial*, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto” (BAKHTIN; VOLOCHINOV; 1997, p.131) deste modo a segunda reportagem possibilita comentários-resposta mais compreensivos ao assunto, visto que não há uma segregação de

informações sobre o ocorrido, como houve na primeira reportagem. Como podemos observar nos seguintes comentários:



Figura 7: PrintScreen (2017). Fonte: Fanpage do Portal de Notícias da Globo

Percebemos que os acentos valorativos usados nas diferentes reportagens fazem com que os interlocutores respondam de acordo com o locutor, isto porque segundo ADD o outro define o que eu vou dizer

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. (BAKHTIN; VOLOCHINOV; 1997, p. 113)

Ao passo de que os enunciados são elos nas esferas de comunicação, entende-se que um determinado discurso estará presente em futuras enunciações, considerando que quando enunciamos temos um objetivo através da enunciação, revela-se então a posição ideológica do portal através dos comentários-resposta dos interlocutores. Para Bakhtin (2011, p. 294) existem três aspectos para o falante sendo esses “como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como *minha* palavra.” Isso porque quando utiliza-se a palavra em determinada situação concreta de uso há uma intenção discursiva que reveste-se de expressão, cuja qual não é intrínseca da palavra, mas sim nas condições reais no uso da enunciação. Que para o autor é através desse revestimento de expressão que dá-se o sentido adquirindo e delimitando o acento valorativo usado no enunciado. Conforme Bakhtin (2011, p. 295) “essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos.” Desse modo o enunciado torna-se representante do locutor, visto que a partir da linguagem o indivíduo semantiza-a para a utilização no discurso.

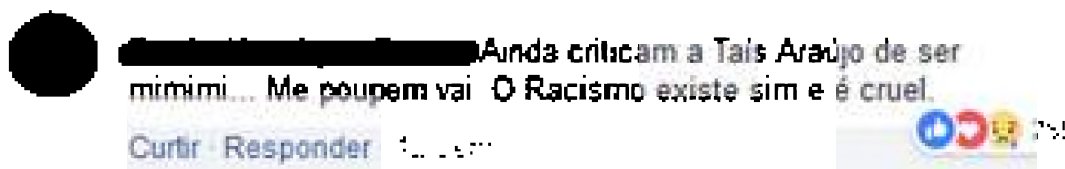


Figura 7: PrintScreen (2017). Fonte: Fanpage do Portal de Notícias da Globo

Se pensarmos que “a ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência” (BAKHTIN; VOLOCHINOV; 2011, p. 118) então é possível captar o comentário-resposta da figura 7, uma vez que o interlocutor está se adequando as possibilidades da ideologia do cotidiano em que está inserido juntamente com a construção permanente de identidade enquanto indivíduo mutável, carregando as peculiaridades dos meios comunicativos e interações verbais que esteve presente de modo que o enunciado lhe represente, entretanto sem deixar de levar em consideração quem são os outros que ali estão. Para o Círculo de Bakhtin

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente um tom a essa ideologia. (BAKHTIN; VOLOCHINOV; 1997, p. 119)

Logo, mediante desse retorno do enunciado que está encoberto dos valores, crenças, relações dialógicas e contextos históricos que permeiam o locutor e influenciam no seu discurso, é através da valoração que o locutor faz representar-se na enunciação.

Considerações finais

As diferentes posições ideológicas do portal de notícias resultaram na análise dos acentos valorativos usados nas reportagens, propiciando comparar os comentários-resposta a partir da possibilidade de sentido de cada enunciado.

Assim, a ADD trabalha com enunciados (discursos) realizados nas práticas de linguagem, não as frases de obras literárias. Por isso, a base da análise não é a gramática ou as significações da língua, mas o uso da língua no contexto. O trabalho envolve os enunciados reais, as formas dos enunciados (ou gêneros do discurso) e as significações na língua: todo enunciado é lido em termos de seu contexto social e histórico mais amplo, do gênero de que faz parte dos recursos linguísticos que usa. (SOBRAL; GIACOMELLI; 2016, p. 1091)

Por isso ao trabalharmos com o contexto que está por trás do enunciado podemos analisar os propósitos do discurso, entendendo os diversos sentidos que uma mesma palavra pode ter de acordo com o contexto, acento valorativo, relações dialógicas e interações que o

locutor teve, produzindo um enunciado que lhe represente como pessoa no mundo, e que, ao mesmo tempo está em constante transformação de identidade. A linguagem é única forma que permanece e aparece em toda a história, a comunicação se transforma em diferentes papéis, transmuta de acordo com o meio, mas a linguagem está sempre presente embora encoberta por gêneros. Sendo por meio destes gêneros que moldamos nossos discursos de acordo com fatores que predeterminam a escolha das palavras para que o locutor se faça entender e além disso, representar-se. Desse modo registra-se sua ideologia através da enunciação, neste caso como reportagens e comentários-reposta.

Neste trabalho buscamos mostrar como o portal de notícias se posiciona a respeito do mesmo assunto usando diferentes acentos valorativos nas reportagens, que mostra o objetivo através da comunicação visto que a valoração indica a possibilidade de sentido do interlocutor, bem como sua intenção discursiva, que no caso foi de vítima e vitimização tendo como comprovação disso os comentários-resposta retirados da fanpage do portal. Na ADD analisamos enunciados em seu uso concreto, não tendo a significação do dicionário como base para o sentido do enunciado, mas sim fatores advindos das relações dialógicas, logo, é o encontro da significação estabelecida pelo dicionário e o contexto de uso que possibilitam o estudo dos sentidos no discurso. Ao examinar o corpus que é composto por discursos díspares podemos identificar elementos que ressaltam a valoração como possibilidade de sentido.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução: Paulo Bezerra Ed.: São Paulo, 2011.
- BAKHTIN; VOLOCHINOV. Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução: Michel Lahud e Yara Fraschi Vieira. Ed.: São Paulo, 1997
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. Introdução à linguística da enunciação. Ed.: São Paulo : Contexto 2010.
- SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. Observações didática sobre a análise dialógica do discurso – ADD. Ed.: **Domínios da Lingu@gem**, Uberlândia, 2016. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33006/18770>>. Acesso em: 16/06/2018.
- IBGE. **Pesquisa nacional de amostra de domicílio contínua**. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101543>> Acesso em: 16/06/2018
- PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **Revista de Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. 2007. Disponível em < <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/153>> Acesso em: 16/06/2018.

DIRIGENTES DO PATRONATO RURAL GAÚCHO: TRAJETÓRIAS E CAPITAIS MOBILIZADOS NO JOGO DAS LUTAS POLÍTICAS

*DIRIGENTES DEL PATRONATO RURAL GAÚCHO: TRAJETORIAS E CAPITALES
MOVILIZADOS EN EL JUEGO DE LAS LUCHAS POLITICAS*

Felipe Ferrari da Costa
Mestrando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA/UFRRJ)
f_costa08@hotmail.com

Regina Angela Landim Bruno
Dra. em Ciências Sociais/Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ)
regina_bruno@yahoo.com.br

Marcos Botton Piccin
Dr. em Ciências Sociais/ Professor do Departamento de Extensão Rural e dos programas de Pós-
Graduação em Extensão Rural e do mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa
Maria
marcospiccin@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o perfil e as trajetórias sociais de lideranças do patronato rural gaúcho ligados à Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul). Busca-se compreender a forma com que estes atores mobilizam diferentes tipos de capitais no sentido de representar o grupo político do qual são porta-vozes e de se reproduzirem individualmente enquanto membros de uma elite da classe. Os dados foram obtidos por entrevistas semi-estruturadas, realizadas com 12 dirigentes ou ex-dirigentes da Farsul. Parte-se da concepção de que a classe social ocorre também a partir da ação política dos agentes que a compõem, tendo como base a experiência acumulada em suas trajetórias sociais (Thompson, 1981; 2004). Os porta-vozes do grupo social, agentes que se sentem autorizados a falar em nome do grupo e em favor dele, ao fazê-lo, produzem o próprio grupo, já que este só existe a partir do reconhecimento e da crença na sua própria existência (Bourdieu, 1989). No caso em análise, percebe-se que o acúmulo de distintos capitais em suas trajetórias, outorga a estas lideranças posições objetivas de dominação social, além da marca da distinção e do prestígio. Sua participação no espaço da representação de classe, além de significar a defesa direta de seus interesses econômicos, parte da necessidade de fazerem uso e, ao mesmo tempo, reforçarem a validade de seus capitais culturais, políticos e simbólicos, renovando o prestígio adquirido no jogo das relações sociais.

Palavras-chave: Elites. Representação. Poder. Classes dominantes. Rio Grande do Sul.

RESUMEN

Este artículo analiza el perfil y las trayectorias sociales de liderazgos del patronato rural gaúcho vinculados a la Federación de la Agricultura del Estado de Rio Grande do Sul (Farsul). Se busca comprender la forma en que estos actores movilizan diferentes tipos de capitales en el sentido de

representar al grupo político del que son portavoces y de reproducirse individualmente como miembros de una élite de la clase. Los datos fueron obtenidos por entrevistas semiestructuradas, realizadas con 12 dirigentes o ex dirigentes de Farsul. Se parte de la concepción de que la clase social ocurre también a partir de la acción política de los agentes que la componen, teniendo como base la experiencia acumulada en sus trayectorias sociales (Thompson, 1981; 2004). Los portavoces del grupo social, agentes que se sienten autorizados a hablar en nombre del grupo y en favor de él, al hacerlo, producen el propio grupo, ya que éste sólo existe a partir del reconocimiento y de la creencia en su propia existencia (Bourdieu, 1989). En el caso en análisis, se percibe que la acumulación de distintos capitales en sus trayectorias, otorga a estos líderes, posiciones objetivas de dominación social, además de la marca de la distinción y del prestigio. Su participación en el espacio de la representación de clase, además de significar la defensa directa de sus intereses económicos, parte de la necesidad de hacer uso y, al mismo tiempo, reforzar la validez de sus capitales culturales, políticos y simbólicos, renovando el prestigio adquirido en el juego de las relaciones sociales.

Palabras clave: Élités. Representación. Poder. Clases dominantes. Rio Grande do Sul.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o perfil e as trajetórias sociais de algumas lideranças do patronato rural gaúcho ligados à Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) durante os anos 1990. Busca-se compreender a atuação destes agentes enquanto porta-vozes do patronato rural gaúcho a partir de sua inserção em redes de sociabilidade profissionais e políticas. Portanto, esta análise terá como base a formação acadêmica e a participação destas lideranças em partidos políticos, buscando identificar como os capitais provenientes destes espaços são mobilizados por estes agentes no processo de disputa pela e na representação corporativa desenvolvido na entidade.

Busca-se identificar como estes elementos influenciam na definição de trajetórias, na visão de representação e nas formas de ação política desenvolvidas por estes agentes nos espaços de representação corporativa da entidade. De modo geral, analisa-se a forma com que estes atores mobilizam diferentes tipos de capitais no sentido de representar o grupo político do qual são porta-vozes e, ao mesmo tempo, se reproduzirem individualmente enquanto membros de uma elite da classe.

A classe social ocorre também a partir da ação política dos agentes que a compõem, tendo como base a experiência acumulada em suas trajetórias sociais e uma perspectiva relacional entre agentes e grupos. A noção de experiência é central para a compreensão deste processo, já que a classe se delinea conforme a experiência vivida pelos agentes e com base na maneira segundo a qual estes agentes se valem “dessas experiências em nível cultural” (Thompson, 2012, p. 277; 1981, p. 16; 2004, p. 10).

Desta forma, a classe não pode ser entendida como uma “estrutura” ou uma “categoria estática”, mas como uma relação e um processo de *vir-a-ser* no tempo. Quer dizer, a classe ocorre efetivamente no âmbito das relações humanas e tem como base “pessoas e contextos reais” (Thompson, 2004, pp. 9-10).

Assim, o processo de representação de interesses, que se materializa em entidades de representação coletiva, pode ser considerado como um momento privilegiado na constituição da classe social. Nesse processo, os representantes ou porta-vozes do grupo social, agentes que se sentem autorizados a falar em nome do grupo e em favor dele, ao fazê-lo, produzem o próprio grupo, já que este só existe a partir do reconhecimento e da crença na sua própria existência (Bourdieu, 1989). Assim, a classe só existe a partir do momento em que há a ação de delegação da palavra dos agentes individuais para uma representação coletiva que se sinta autorizada para falar em nome destes agentes. É neste processo de delegação da palavra que os representantes recebem do grupo o poder de fazer o próprio grupo, quer dizer, de constituí-lo enquanto classe e de fazê-lo existir “como uma força real no seio do campo político” (Bourdieu, 1989, pp. 157-160).

Desse modo, a análise dos modos de ação e das estratégias de reprodução política das classes dominantes agrárias do Rio Grande do Sul passa pela compreensão de como estes processos são desencadeados por alguns dos indivíduos que compõem estes grupos. É importante ressaltar que a análise da ação política de um grupo social não deve esconder o papel desempenhado pelos indivíduos em tal contexto, já que as associações humanas só podem ser compreendidas nos termos específicos da configuração social que envolve os agentes individuais e coletivos, de modo interdependente, em cada circunstância (Elias, 1994). Neste caso em análise, refere-se aos agentes que compõem a elite da classe dos grandes proprietários de terra do estado, constituindo-se como dirigentes da Farsul durante os anos 1990.

A Farsul foi fundada em 24 de maio de 1927 como Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, no 2º Congresso de Criadores, em Porto Alegre. Esta organização é uma das mais antigas federações de entidades regionais da classe patronal rural do país e tem larga importância na representação de interesses dos grandes proprietários de terra do RS. Atualmente, a entidade se constitui como o espaço de representação sindical legal do patronato rural gaúcho, fazendo parte da rede de sindicatos patronais estaduais ligadas à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (Heinz, 1991; Gasparotto, 2016; Da Ros, 2006).

Sobre as características e formas de atuação da entidade, Heinz (1991) diz que a Farsul foi atuante em vários momentos de sua história construindo a unidade da classe patronal rural do RS e exaltando a necessidade do fortalecimento da identidade e do corporativismo desta

classe diante das disputas gerais da sociedade, já que “a Farsul é [...] portadora de um capital político bastante significativo no cenário regional das lutas políticas”. Estes processos foram constituídos articulando diversas frentes de atuação, seja na disputa de espaços institucionais junto ao Estado, na pressão política aos governos ou na disputa da opinião pública, construindo valores positivos em torno da livre iniciativa e “de um discurso centrado na defesa da ‘produção’ e dos ‘produtores rurais’” (Heinz, 1991, p. 154, 210).

Segundo Gasparotto (2016, p. 45), embora a Farsul seja apontada como entidade porta-voz dos interesses de grandes proprietários e produtores, é insuficiente indicar que a entidade é formada somente por essa categoria social, pois isso não daria conta de sua heterogeneidade, constituindo-se de uma base bastante variada em que pequenos e médios produtores, além de arrendatários e parceiros também a compõe, resultado das diferentes legislações que regularam as associações e, depois, o sistema sindical.

Além disso, a Farsul foi a primeira organização a congregar as diferentes frações da elite rural estancieira dentro de um mesmo espaço de representação, já que a representação desta classe no RS sempre foi caracterizada pela atuação de diferentes entidades e movimentos políticos que representavam, de um lado, os estancieiros-charqueadores e, de outro, os estancieiros-criadores. Esta modificação se deu, sobretudo, em virtude da conjuntura econômica da década de 1930, que apontava o fim da atividade charqueadora, o que reduziu as tensões internas desta classe (Piccin, 2012, p. 166).

Contudo, embora inicialmente a atividade da Farsul foi mais ligada à pecuária, após algumas décadas, a entidade passou a se ligar também ao setor agrícola (Da Ros, 2006, p. 146; Gasparotto, 2016, p. 107). Além disso, é importante ressaltar que os dirigentes desta entidade circulavam em “diversas redes de relações” e articulavam-se “em diferentes instâncias, fator que potencializava a atuação da própria Federação” (Gasparotto, 2016, p. 77).

Diante disso, este artigo analisa algumas destas redes de relações que envolvem a atuação dos porta-vozes do patronato rural gaúcho nos espaços de representação da Farsul durante os anos 1990, sendo parte do processo de “fazer-se” classe destes grupos dominantes agrários do estado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que se considerou o perfil de um universo de 32 indivíduos, considerando-se os membros titulares de cada gestão das diretorias da Farsul durante a década de 1990, o que contempla os cargos de presidente, vice-presidentes, 1º diretor-secretário e 1º diretor-financeiro. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com 12 dirigentes ou ex-dirigentes da Farsul, análises de documentos da entidade e materiais de imprensa. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2017 e 2018, e tem por base a dissertação de mestrado em andamento do primeiro autor.

Rede de sociabilidade profissional

Para os fins deste trabalho, a rede de sociabilidade profissional que envolve a atuação dos dirigentes da Farsul foi delimitada a partir da formação acadêmica e do exercício de atividades profissionais por parte destes agentes. Dessa forma, busca-se compreender como a participação dos porta-vozes da entidade em tais redes confere à FARSUL um conjunto de possibilidades de atuação no jogo das relações políticas, abrindo-lhe espaço para ocupar determinadas posições e constituir relações com determinados agentes do campo político, contribuindo para afirmar sua identidade e manter suas posições de dominação no espaço social. Ao mesmo tempo, busca-se compreender como a posse de capitais escolares por estes porta-vozes contribui na definição de suas trajetórias enquanto representantes do grupo.

Analisando-se as nominatas das diretorias da entidade durante o período de estudo, num universo de 32 indivíduos, identificou-se a formação superior de 15 dirigentes.

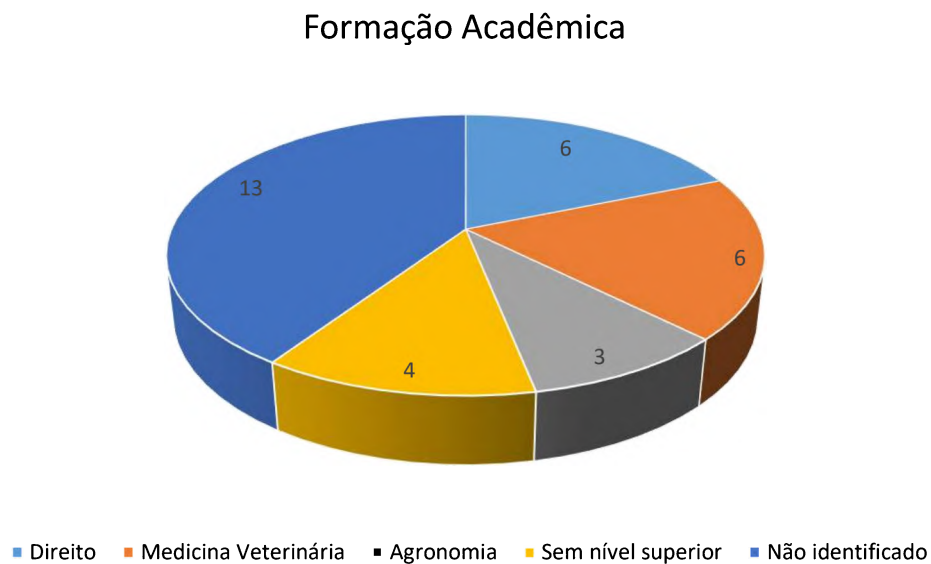


Gráfico 1: Porta-vozes da Farsul segundo formação acadêmica

O gráfico 1 detalha as formações acadêmicas específicas destes 15 dirigentes. Pode-se perceber que, dentre eles, 6 eram advogados, 6 médicos veterinários e 3 engenheiros agrônomos. Além disso, identificou-se que 4 dirigentes não possuíam ensino superior.

Trata-se, portanto, de um cenário em que há um forte indício da presença de 3 profissões no rol das formações acadêmicas dos dirigentes da Farsul deste período – Direito, Medicina Veterinária e Agronomia -, sendo que cada um dos presidentes da Farsul deste período graduou-se em uma destas áreas: Ary Faria Marimon (1985-1991), graduou-se em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1952; Hugo Giudice Paz

(1991-1997) graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) no ano de 1972; e Carlos Rivacci Sperotto (1997-2017) graduou-se em Medicina Veterinária também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1962.

Presume-se que estas áreas do conhecimento sejam de extrema relevância para o patronato rural gaúcho e, mais do que isso, que os conhecimentos e saberes que as compõem constituem-se como importantes elementos de um *habitus* de classe que conforma a ação política destes agentes e grupos. No caso das áreas da Medicina Veterinária e da Agronomia, sua importância é evidenciada no sentido de constituírem-se como base dos processos produtivos da agropecuária e, portanto, tratar-se de conhecimentos necessários a setores que têm na propriedade de grandes domínios fundiários sua base de poder. Já em relação à área do Direito, embora esta não tenha ligação direta com os aspectos técnicos da produção no campo, sua relevância junto ao patronato rural se manifesta no sentido de ser base de sua atuação em diversas esferas da política institucional.

Nesta reflexão, cabe notar também que os capitais escolares sob posse de alguns destes agentes configuram-se como importantes elementos de sua trajetória sindical, abrindo-lhes possibilidades de atuação enquanto porta-vozes da classe dos grandes proprietários de terra do estado. Ao falar sobre sua chegada e aproximação ao sindicato rural de seu município, um dos entrevistados recorda que este processo se deu ainda enquanto era estudante de Direito. Neste sentido, o dirigente destaca a importância de seus conhecimentos jurídicos naquele momento, pois, através deles, pôde auxiliar na conversão da Associação para Sindicato Rural, durante o processo de consolidação do sistema sindical legal, e, desta forma, fortalecer a relação pessoal de proximidade com esta entidade. Conforme seu relato:

Na época eu era estudante de Direito ali em Porto Alegre e ajudei na formatação jurídica dessa entidade. Quando eu me formei, naturalmente, eu fiquei vinculado à atividade do sindicato e num dado momento, lá por volta de 1982 ou 1983, eu virei presidente do sindicato (Dirigente 1).

A declaração acima demonstra com nitidez como a utilização de conhecimentos escolares especializados pode servir como instrumento de aproximação e legitimação de determinados agentes junto ao sistema sindical da Farsul. Embora ainda não estivesse no comando da propriedade rural de sua família, o agente em questão, na época ainda estudante de direito, realiza uma aproximação da associação/sindicato rural de seu município ao assessorar a formatação jurídica da entidade de acordo com os novos ditames da legislação sindical da época. Isso faz com que, ao concluir o ensino superior e retornar ao município, “naturalmente”,

tenha ficado “vinculado à atividade do sindicato” e, num dado momento, tenha se tornado presidente da entidade.

Além disso, se o entrevistado destaca a importância de seus capitais escolares para efetivar sua aproximação junto ao sindicato rural de seu município, não é diferente quando relembra sua chegada à diretoria da Farsul. A esse respeito, o entrevistado também destaca os seus conhecimentos jurídicos como elementos que o legitimaram para ocupar tal posto:

Não vamos esquecer que lá por volta de 1983 começamos a ter o problema da retomada das ideias da **reforma agrária, Plano Nacional de Reforma Agrária, invasões**, uma série de coisas e isso **exigindo posturas, conhecimento legal. Seguramente isso foi uma coisa que influenciou muito a minha indicação para a diretoria da Farsul, foi o conhecimento de leis. Leis era um assunto que naquele momento se falava muito** (Dirigente 1).

Desta forma, segundo relato do entrevistado, o seu “conhecimento de leis” teria sido preponderante para que fosse indicado “para a diretoria da Farsul”, o que demonstra a centralidade dos debates e da apropriação de conhecimentos da área do direito por parte do patronato rural naquele momento, sobretudo em função da conjuntura política da época, já que se tratava de um momento próprio de luta por institucionalização de direitos sociais e de alta judicialização dos conflitos agrários.

Percebe-se também a influência dos capitais escolares de alguns dirigentes da Farsul no sentido de delinear suas formas de ação na entidade, construindo determinadas trajetórias específicas em seu interior. No caso de um dos entrevistados, médico veterinário formado pela UFRGS e dirigente da Farsul durante os anos 1990, o papel desempenhado por seus conhecimentos técnicos ligados à área de sanidade animal foi importante no sentido de desenvolver um trabalho específico junto à Farsul e, assim, alcançar grande reconhecimento enquanto porta-voz da entidade.

A legitimidade interna à FARSUL por esse médico veterinário se deu em relação à pauta do controle da Febre Aftosa no estado, durante os anos 1990, momento em que ele se constituiu como uma das principais referências da entidade neste assunto. Relembrando sua trajetória sindical, o dirigente afirma que:

Começamos essa luta de tentar **erradicar a Febre Aftosa. Como eu era da área**, não era virologista, mas era da área, **da minha profissão**, eu **estava praticamente em casa**. Eu **tive que refazer os meus estudos** e me atualizar em virologia para poder trabalhar nisso (Dirigente 2).

Percebe-se, a partir desta declaração, não só a importância atribuída à posse de títulos acadêmicos por parte destes agentes, mas também a necessidade de permanente atualização dos conhecimentos técnicos da área para que se promovesse uma atuação frente a determinadas

pautas. Conforme relato do entrevistado, a realização de um trabalho frente à pauta do controle da Febre Aftosa foi possível na medida em que ele “era da área” da Medicina Veterinária e, embora não fosse “virologista”, “estava praticamente em casa”. No entanto, este processo envolveu ter “que refazer os [seus] estudos” e se “atualizar em virologia”, o que demonstra a grande importância atribuída ao domínio dos conhecimentos e informações técnicas para atuar em determinados campos da representação patronal.

Ainda segundo o entrevistado:

A Farsul continua no seu princípio sempre defendendo a classe rural. Esse adendo que eu estou falando da sanidade foi **ocupar um espaço que não tinha dono. Porque com a extinção e o término das atividades do Instituto de Carnes e de outras entidades a sanidade animal ficou acéfala. E aí a Farsul abraçou.** [...] com esse negócio da exportação a gente estava sempre ligado às reuniões fora do estado, fora do país, sempre focado na erradicação, que, infelizmente, até hoje não saiu. Mas a Farsul, não é por nós termos participado, mas ela cumpriu aquela época e está cumprindo até hoje os princípios que sempre deviam nortear a Farsul, que era a defesa da classe, a defesa da sanidade animal. [...] **Houve um desenvolvimento representativo da Farsul e o reconhecimento internacional de suas atividades** (Dirigente 2).

Conforme atesta o entrevistado, a participação da entidade nos processos políticos em torno desta pauta, a possibilitou “ocupar um espaço que não tinha dono” no estado, já que a sanidade animal teria ficado “acéfala” com o fim de instituições como o Instituto de Carnes naquele período. Conforme seu relato, com isso, “a Farsul abraçou” esta pauta, o que contribuiu para que a entidade tivesse um “desenvolvimento representativo” e o “reconhecimento internacional” de suas atividades.

A partir disso, fica nítida a importância da posse de títulos escolares e da qualificação técnica de parcela destes quadros dirigentes da Farsul, no sentido da entidade fazer frente às diversas disputas e pressões junto ao Estado e demais atores políticos em questão. Como comentado, ao fazerem uso de seus conhecimentos especializados nestes diversos processos e disputas em que se inserem, os porta-vozes patronais emprestam ao grupo social a que pertencem um capital que pode ser mobilizado em favor deste nas diversas disputas e processos sociais em que se insere.

Rede de sociabilidade política

Para os fins deste trabalho, a rede de sociabilidade política que envolve a atuação dos dirigentes da Farsul foi delimitada a partir da filiação a partidos políticos e da participação destes agentes em eleições ao legislativo e executivo em âmbito municipal, estadual e federal.

Desta forma, busca-se compreender qual o nível de inserção dos dirigentes da entidade nestas redes de sociabilidade e de que forma os capitais acumulados nestes espaços influenciam na visão e nas práticas de representação de classe construídas por estes agentes ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que contribuem para a ampliação das possibilidades de atuação da entidade no jogo das relações políticas.

Analisando-se o perfil dos agentes em questão, pode-se dizer, em primeiro lugar, que é significativa sua participação na esfera da política partidária. Num universo de 32 dirigentes analisados, identificou-se a filiação de 20 deles à partidos políticos.

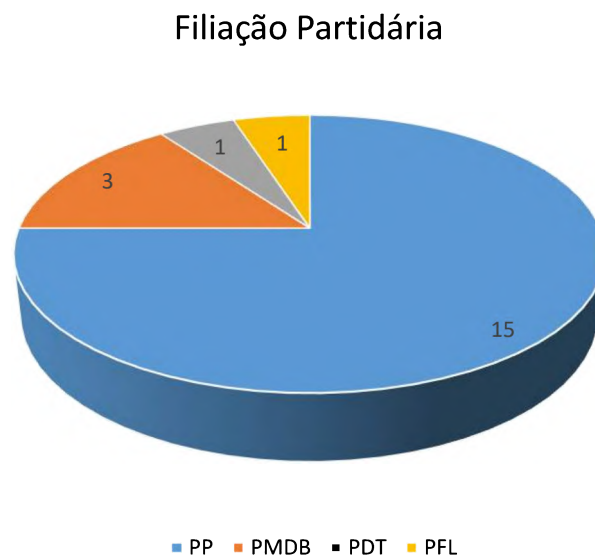


Gráfico 2: Porta-vozes da Farsul segundo filiação partidária. Fonte: www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados

No gráfico 2 é detalhada a opção partidária de cada um destes filiados. Chama atenção que a ampla maioria destas filiações vincula-se ao Partido Progressista (PP), dado que se revela considerando-se os filiados à legenda atualmente e também aqueles que participaram do partido em períodos pretéritos, quando se apresentava com outras nomenclaturas - ARENA (Aliança Renovadora Nacional), PDS (Partido Democrático Social), PPR (Partido Progressista Reformador) e PPB (Partido Progressista Brasileiro). No total soma-se a participação de 15 dirigentes nesse partido, demonstrando a ampla maioria de sua preferência entre os dirigentes da Farsul durante o período analisado.

Chama a atenção também que os três presidentes da Farsul durante o período de estudo – Ary Faria Marimon, Hugo Giudice Paz e Carlos Rivaci Sperotto – filiaram-se a este partido.

Além disso, identifica-se a filiação partidária de 3 dirigentes da Farsul ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Da mesma forma, nesse caso, considera-se tanto

filiados à legenda atualmente, quanto integrantes de seu remanescente MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Por fim, identifica-se também a filiação de 1 dirigente ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e de 1 dirigente ao antigo Partido da Frente Liberal (PFL), o qual atualmente denomina-se Democratas (DEM) e também se originou a partir da ARENA.

Além da presença destes dirigentes nos partidos políticos referidos acima, identifica-se a participação de muitos deles em disputas de eleições aos cargos legislativos e executivos de seus municípios, além dos legislativos estadual e federal. Ao todo, soma-se a participação de 16 dirigentes em tais pleitos, processos que ocorrem desde o ano de 1963 até o ano de 2016, não se restringindo, portanto, ao período em que estes agentes ocuparam cargos de diretoria na Farsul.

Participação em Eleições

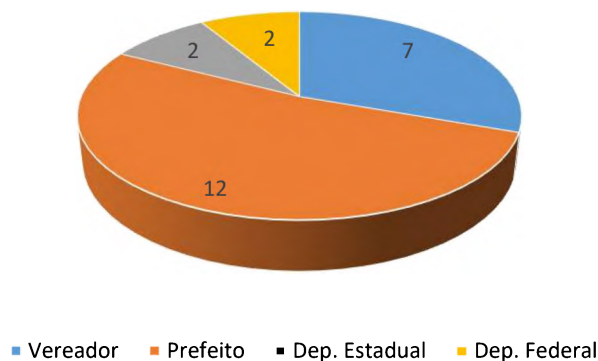


Gráfico 3: Porta-vozes da Farsul segundo participação em eleições. Fonte: www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=278

O gráfico 3 nos dá uma imagem dos cargos disputados pelos dirigentes da Farsul nestes pleitos eleitorais. Dentre os 16 dirigentes que participaram de eleições, ao longo do tempo, 12 deles disputaram cargos de prefeito ou vice-prefeito, 7 de vereador, 2 à Assembleia Legislativa do estado e 2 à Câmara dos Deputados.

Percebe-se um predomínio na participação destes agentes em disputas eleitorais de âmbito municipal, onde se destaca a disputa do executivo, com a participação de 12 dirigentes, em relação ao legislativo, com apenas 7.

Cabe frisar que alguns destes agentes disputam mais de um cargo, em diferentes pleitos eleitorais ao longo de sua trajetória política. Neste sentido, verifica-se que 3 destes dirigentes disputaram cargos de vereador e prefeito em diferentes pleitos, 1 deles disputou cargos de vereador, prefeito e deputado estadual e 1 deles disputou cargos de vereador, prefeito e deputado federal. No entanto a maioria deles – 7 ao total – disputaram somente o cargo de

prefeito ou vice-prefeito ao longo de suas trajetórias políticas, ao passo em que 2 disputaram somente eleições para o cargo de vereador, 1 disputou somente ao cargo de deputado estadual e 1 somente ao cargo de deputado federal. Mais uma vez, aparece o predomínio da participação dos dirigentes da Farsul em eleições aos executivos municipais, nos quais, dos 16 agentes que disputaram eleições, 7 deles o fizeram somente em torno dos cargos de prefeito ou vice-prefeito.

Já em relação ao desempenho dos dirigentes da Farsul neste conjunto de disputas eleitorais destacam-se os resultados positivos no caso dos pleitos municipais, sendo que dos 7 dirigentes que, em algum momento, disputaram cargos ao legislativo municipal somente 1 deles não obteve êxito em nenhuma das tentativas e dos 12 dirigentes que, em algum momento, disputaram cargos ao executivo municipal somente 4 deles não obtiveram êxito em nenhuma das tentativas. O mesmo não se pode dizer em relação às eleições de nível estadual e federal, já que dos 2 dirigentes que disputaram uma vaga na Assembleia Legislativa do estado somente um deles obteve êxito e dos 2 dirigentes que disputaram uma vaga na Câmara dos Deputados nenhum obteve êxito.

A análise desta rede de sociabilidade política que envolve a atuação dos dirigentes da Farsul, revela ainda que, em sua maioria, a participação destes dirigentes em pleitos municipais (legislativo e executivo) ocorre anteriormente ao seu acesso à direção da Farsul. Dos 14 dirigentes que, em algum momento, disputaram cargos políticos a nível municipal, 9 deles o fizeram pela primeira vez antes de ocuparem postos de direção na Farsul, enquanto 5 o fizeram após ingressarem em tal diretoria.

Desta forma, percebe-se que há uma trajetória significativa de acúmulo de capitais políticos por parte destes agentes anteriormente ao seu ingresso na diretoria da entidade. Assim, ao incorporar estes agentes em seus quadros de direção, a Farsul faz uso dos capitais políticos acumulados por estes agentes ao longo de suas trajetórias sociais, buscando reverter para si o prestígio e as posições privilegiadas ocupadas por estes atores em seus municípios de atuação.

Processo semelhante se verifica no caso dos dois dirigentes que disputaram eleições à Assembleia Legislativa do estado. Num dos casos trata-se de agente que participou de 4 eleições concorrendo a uma vaga na Assembleia Legislativa – tendo sido vitorioso em apenas 1 delas -, sendo que todas ocorreram anteriormente ao seu ingresso na diretoria da Farsul. Já noutro caso, embora a candidatura à Assembleia Legislativa tenha ocorrido após seu ingresso na diretoria da Farsul, este agente já possuía uma longa trajetória em pleitos municipais, tendo sido candidato 5 vezes a vereador e uma vez a prefeito em seu município, todas elas anteriores ao seu ingresso na diretoria da Farsul.

Por outro lado, no que se refere às candidaturas para a Câmara dos Deputados, tem-se um cenário distinto, onde as duas candidaturas são dos presidentes da entidade à época: Ary Faria Marimon em 1990⁸ e Hugo Giudice Paz em 1994⁹. Neste sentido, percebe-se que se tratam de candidaturas fortemente apoiadas e legitimadas a partir do capital político materializado na entidade. Mais do que isso, presume-se a importância da entidade na tomada de decisão e na efetivação de tais candidaturas, pois tratava-se da tentativa de eleger representantes diretos no legislativo federal.

No entanto, o fato de tais candidaturas não terem alcançado êxito e da entidade não possuir um de seus representantes diretos no parlamento brasileiro, pode ser entendido como elemento que limita sua capacidade de atuação política. Conforme destaca um dos entrevistados:

A Farsul é um órgão que **tem muita força**, muita expressão, **mas não tem representação política própria** [...]. Então nós não temos uma representação política forte. Ela é, por demais, **pulverizada** e não é uma coisa que tu possas dizer: “Ah, tem **ligação direta**”. **Temos muita ligação com vários políticos, vários partidos, mas não podemos dizer que a casa tem o seu deputado**, que a casa tem a sua força política (Dirigente 1).

Nesta declaração pode-se perceber a importância atribuída por este dirigente à possibilidade da Farsul ter uma representação política própria no parlamento estadual e nacional. Segundo ele, a ausência de tal representação implica no fato da entidade ter uma representação parlamentar que seria mais “pulverizada”, não possuindo uma “ligação direta” com a entidade. Mesmo que a Farsul possua “muita ligação com vários políticos, vários partidos”, o fato da entidade não possuir um de seus porta-vozes diretos no parlamento reduziria “sua força política” e capacidade de intervenção nos assuntos referentes ao parlamento.

Deste modo, a saída seria intensificar o contato com políticos e parlamentares que possuem ligação com o setor agropecuário e com a entidade e, desta forma, abrem canais privilegiados para a participação da Farsul nos diversos espaços da política institucional. Conforme o entrevistado, uma vez que a entidade não possuía representação parlamentar direta,

Tu tens que te **aproximar destas lideranças políticas que estão lá e que tem algum vínculo com o setor** [agropecuário]. Por exemplo, no meu tempo de diretoria, eu sempre **tinha alguns deputados que tinham proximidade com o governo e na hora que precisasse**, eventualmente, uma audiência com o Governo da República **eu me socorria deles** e ia até o Presidente da República apresentar as reivindicações que tinha (Dirigente 1).

⁸ Ary Faria Marimon foi candidato pelo PDS, somando um total de 23.876 votos (TRE-RS, 2018).

⁹ Hugo Giudice Paz foi candidato pelo PPR, somando um total de 21.202 votos (TRE-RS, 2018).

Esta declaração evidencia que, embora a entidade não possuísse representação direta no parlamento estadual e nacional, o estabelecimento de relações de proximidade com parlamentares “que tem algum vínculo com o setor” era de extrema importância para o acesso à determinados espaços de poder do Estado, seja em relação às possibilidades de atuação direta destes deputados nas atividades legislativas ou em relação ao acesso à sua rede de contatos e relações no âmbito do executivo e das diversas instâncias da política institucional.

A partir das declarações de um dos entrevistados, evidencia-se, mais uma vez, a importância do estabelecimento de relações da Farsul com estes parlamentares. Segundo ele:

A gente ajuda muito os parlamentares, eles vêm muito na casa, tanto que **nunca se cogitou de alguém nosso concorrer**, porque no momento em que qualquer um de nós concorrer tem muita chance de ganhar. Mas nunca se quis, **porque daí perderíamos essa ligação** com [estes parlamentares], **eles nos teriam como inimigos**. Como nós não concorreremos, eles têm [boa relação conosco], **eles são os porta-vozes** [...]. A turma toda que é do rural, da Frente Parlamentar [da Agropecuária]. Então **a casa ajuda muito eles**, a casa apoia eles e **eles levam as nossas reivindicações**, por que nós damos espaço para eles (Dirigente 3).

Assim, percebe-se uma concepção distinta em relação à participação de dirigentes da Farsul em processos eleitorais, já que, segundo o entrevistado, isso poderia prejudicar as relações privilegiadas estabelecidas pela entidade com determinados atores políticos. Cabe frisar que, quando o entrevistado diz que “nunca se cogitou de alguém” da Farsul concorrer ao parlamento, é provável que esteja se referindo ao período posterior ao ano de 1994, último pleito em que a entidade lançou um de seus presidentes como candidato à deputado federal.

De todo modo, evidencia-se em tal declaração a importância da entidade “dar espaço” e “ajudar” estes parlamentares em seu trabalho político cotidiano, a fim de manter uma ligação privilegiada com estes agentes e acessar determinados espaços políticos do Estado. Estas relações são alimentadas pela presença de dirigentes da Farsul em redes de sociabilidade política, que envolvem partidos e atividades de gestão em cargos públicos. Desta forma, os porta-vozes da Farsul acumulam determinados capitais políticos que podem ser mobilizados em favor do grupo social nas diversas disputas e processos sociais em que se inserem.

Considerações finais

Diante do que foi exposto aqui, percebe-se que o acúmulo de distintos capitais em suas trajetórias de vida, outorga aos porta-vozes da Farsul posições objetivas de dominação no espaço social em que se inserem, ao mesmo tempo em que lhes possibilita a marca da distinção

e do prestígio. A presença destes agentes em redes de sociabilidade profissionais e políticas e a posse de capitais próprios destes meios constituem-se como elementos centrais deste processo.

Ademais, sua participação no espaço da representação de classe, além de significar a defesa direta de seus interesses econômicos, parte da necessidade de fazerem uso e, ao mesmo tempo, reforçarem a validade de seus capitais culturais, políticos e simbólicos, renovando o prestígio adquirido no jogo das relações sociais.

Referências Bibliográficas

Livros

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa – Vol. 1. A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org.: NEGRO, A. L. & SILVA, S. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Teses ou Dissertações

DA ROS, C. A. **As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002)**. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 2006.

GASPAROTTO, A. **“Companheiros Ruralistas!” Mobilização patronal e atuação política na Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: 2016.

HEINZ, F. M. **Representação Política e Formação de Classe: As organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição à reforma agrária, 1985-1988**. Porto Alegre, 1991 - Dissertação de Mestrado.

PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.

Sites

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RS. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=278>. Acesso em: 15/05/2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acesso em: 15/05/2018.

Entrevistas concedidas

Dirigente 1. Entrevista concedida. Esteio, Brasil, setembro de 2017.

Dirigente 2. Entrevista concedida. Júlio de Castilhos, Brasil, dezembro de 2017.

Dirigente 3. Entrevista concedida. Porto Alegre, Brasil, novembro de 2017.

AS REPRESENTAÇÕES DE LUIZ CARLOS PRESTES PELO JORNAL A FEDERAÇÃO (1924-1930)¹⁰

*THE REPRESENTATIONS ABOUT LUIZ CARLOS PRESTES OF THE NEWSPAPER
A FEDERAÇÃO (1924-1930)*

*Gilson Moura Henrique Junior
Mestrando/PPGH - IFPEL
gilsonmhjr@gmail.com*

RESUMO

A categoria representação possui uma gama de variáveis que precisam ser debatidas e discutidas a partir do campo de debate envolvido ou da variação de escala. Sob o ponto de vista teórico podemos analisar a representação, apropriação, recepção e prática a partir de, pelo menos, duas grandes vertentes: de Chartier, especificamente tratando da representação enquanto elemento de disputa e também como ferramenta de análise das formas pelas quais a relação entre escrita e leitura se dá. E de Ginzburg, quando analisa as formas de representação relativas à circularidade da cultura e de seus valores nas diferentes classes sociais e na forma como a cultura popular se apropria de signos, símbolos, imagens e as transforma de acordo com suas especificidades e necessidades. Procura-se aqui analisar estas possibilidades de uso da categoria enquanto ferramenta de auxílio à pesquisa historiográfica. As relações entre processos editoriais de produção de representações por jornais podem ter profundas similaridades com a produção ficcional. Utilizando o exemplo das representações de Luiz Carlos Prestes pelo jornal A Federação ocorridas no período de duração da Coluna Prestes até 1930, podemos mapear algumas formas de estabelecimento de padrões de produção de representações que incluem a técnica envolvida, a narrativa, a produção das representações de personagens reais a partir da construção de uma narrativa pertinente ao mundo ficcional, entre outros elementos.

Palavras-chave: Prestes; A Federação; Periódicos; Microanálise; Representação.

ABSTRACT

The representation's concept has a range of variables that need to be debated and discussed by the conceptual field involved or the scale variation. According the theoretical approach we will can analyse the representation, appropriation, reception and practice leastwise by two important ways: according Chartier's approach, specifically using representation concept how field of disputation and tool of analysis about relationship enter writing and reading and forms of representation. Other means of approach about representation's concept is the Ginsburg's approach, specifically when the autor analyse the representation's forms relative of circularities enter culture and values of diferents social classes, its signs, symbols and images appropriation and its transformation according its especifities anda necessities. The relationship enter editorial process of representation by newspapers can have deep similarities whi the fictional production and because this we try in this paper analyse the possibilities for use of this concept how tool by historiografical research. Using the

¹⁰ O debate proposto neste artigo faz parte do debate contido na dissertação em produção a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPel em 2019.

representations of Luiz Carlos Prestes by A Federação enter 1924 and 1930 (years when ocurred the event of Brazil's history named Coluna Prestes) how exemple of representations pratic by newspapers we can register a lot of padrons of representation production that included the technic envolved, the narrative and the similarities by the narrative by newspapers and the ficcionatl constructionof characters and use of fictional techniques.

Keywords: Prestes; A Federação; Newspapers; Microanalysis; Representation.

Introdução

As representações de Luiz Carlos Prestes por **A Federação** constituem um fenômeno que dialoga com a própria característica dos periódicos enquanto produtores de sentidos e significados, autores de narrativas e ferramentas de construção de discursos complexos, possuidores de estilo próprio e que ecoam elementos de discurso presentes no seio da sociedade (CHARTIER, 2014, p.45).

Enquanto ferramentas, os periódicos atuam como ecoadores de posturas construídas a partir de sua linha editorial e do ideário defendido e apoiado por seus controladores. Porém esse tipo de ação, embora possua em si as características intrínsecas à produção de representação relacionada a seu direcionamento político a partir de sua produção enquanto ferramenta de poder (CHARTIER, 2002, p.17), não tornam os discursos e as produções narrativas existentes nos periódicos como imutáveis com relação à passagem do tempo nem garantidores de uma coerência discursiva que ocupa lugar constante no teor dos textos produzidos pelos jornais em seus números diários.

Além disso, em perspectiva microanalítica as representações produzidas pelos periódicos compõe quadros de percepção plural dos sentidos das mesmas, podendo ser analisadas em separado através de diversos aspectos presentes na teorização a respeito das representações ou até em conjunto sob os mesmos diversos pontos de vista construídos em torno da produção de representações.

As representações de Luiz Carlos Prestes por **A Federação**, por exemplo, aparecem de forma a constituírem não só uma espécie de trajetória, que as definem como em transformação no decorrer do recorte cronológico, como também adquirindo elementos que as permitem definir enquanto substituição (CHARTIER, 2002, p.17), transsubstanciação (GINZBURG, 2001, p.93) e elemento produtor de linguagem de violência (DE CERTEAU, 1995, p.93).

Os tipos diferentes de representações de Luiz Carlos Prestes por **A Federação** contemplam ainda uma abordagem que identifica a mesma como uma produção de sentido pela linguagem (HALL, 2016, p.32), onde Prestes adquire uma característica onde a representação o apresenta como um conceito (HALL, 2016, p.34).

A produção das representações se organiza enquanto produção de sentidos que se iniciam com a destituição de identidade a Prestes até a reproduzirem a produção de sua identidade pela construção de uma figura pública identificável, portadora de personalidade própria e diferenciada de outras lideranças políticas presentes no cotidiano registrado d'**A Federação**.

A figuração de Prestes no periódico o reduziam à caracterização como sicário de Assis Brasil e do *assisismo* nas primeiras menções ao Capitão (A FEDERAÇÃO, 1924, p.1), até que, em um processo que se refere às próprias mudanças conjunturais, Prestes passou a ser identificado pelo nome e a ter seu rosto identificado a partir da descrição textual (A FEDERAÇÃO, 1929, p.6).

De 1924 até 1926 Prestes aparece como um personagem menor ligado aos exércitos dos inimigos do Partido Republicano Riograndense (PRR).

De 1926 até 1930, a identificação do Capitão oscila entre o apontamento de seu valor enquanto liderança, aliado identificável e interessante ao PRR, e as permanentes acusações de suas ligações com as lideranças políticas que eram identificadas por **A Federação** como herdeiros da Revolução de 1893, a Revolução Federalista, também conhecida como “da degola” (SILVA, 2011, p. 223-243) e cujo legado era o “bandoleirismo e a violência” (FORNO, 2015).

Esse processo não era novo, já havia ocorrido anteriormente quando da Revolta de 1923, quando ocorreu a Invasão de Zeca Neto a Pelotas, quando os rebeldes eram tomados por bandoleiros, ao ponto destes produzirem um álbum, autoproclamado “Álbum dos Bandoleiros”(FORNO, 2015), e cuja produção foi em si parte de uma luta de representações (CHARTIER, 2002,p.17).

A inovação no caso das representações de Luiz Carlos Prestes consiste na mudança de linha editorial em relação à conjuntura que aponta não só para as tensões existentes entre o PRR e os partidos republicanos de São Paulo e Minas Gerais (MAESTRI, 2010, p. 296) como também para o processo de transição no poder de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas e

todas as mudanças de paradigma de gestão da política gaúcha e nacional que sobreveio dela (MAESTRI, 2010, p. 305).

O processo técnico das representações estabelecem uma forma de percepção prática de suas transformações e indicam as formas como a técnica estabeleceu parâmetros de realização do intuito político relativo às necessidades do periódico, inclusive parâmetros de produção de discurso, com uma especificidade típica de um sistema de formação de métodos e práticas e técnicas de produção têm historicidade determinada (GINZBURG, 1989, p.85).

Este processo de transformações é o que se pretende analisar neste artigo, relacionando-o ao contexto político do Rio Grande do Sul e do país.

As heranças das Revoluções e as atribuições da Primeira República

Aspectos da história da Primeira República e da história do Rio Grande do Sul se sobrepõe para estabelecer um contexto que faz parte da produção de representações e dos efeitos dela.

Desde as mudanças no PRR até as transformações da relação entre o partido e os Partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais, muitos fatores concorreram para as mudanças de narrativa e de produção de representações.

O próprio pacto que sustentava a Primeira República gerando um conflito entre as elites estaduais e a presidência da Federação era um fator de ampliação do desgaste na defesa do Catete.

As relações econômicas que impunham ao PRR uma tomada de posição na defesa do Rio Grande do Sul o colocando em confronto com a Federação atribulavam mais ainda o clima e a própria defesa do Catete pelos republicanos gaúchos.

As complexidades das disputas políticas gaúchas, a oposição entre o PRR, o Partido Republicano Democrático (PRD) e o Partido Federalista, os efeitos duradouros da Revolução Federalista de 1893-1895, tudo contribuía para que **A Federação** acabasse tendo um processo de produção de representações que oscilaria no fim dos anos 1920 e através do caminho que desaguaria na revolução de 1930.

Os efeitos da Revolução Federalista geraram inclusive a identificação de toda oposição como Federalista, inclusive Assis Brasil, fundador do PRD, como *federalistas*. Ao *federalismo* se juntou o epíteto de *assisista*, amalgamando toda a oposição em um só epíteto.

Esse processo buscava inferir nisso toda a qualificação pejorativa ligada à Revolução Federalista, por muitos chamada Revolução da Degola pela prática comum a ambos os lados do conflito, de matar desafetos degolando-os (SILVA, 2011, p. 223-243).

Mesmo o PRD repudiando a prática, a ele foi dado ao epíteto de “federalista” e os valores intrínsecos ao epíteto foram transmitidos aos herdeiros rebeldes da Revolução de 1923 (MAESTRI, 2010, p.296) e depois disso da Coluna Prestes, todas identificadas como *federalistas e assisistas*.

O salto narrativo não foi brusco e nem uniforme, a própria conjuntura influenciava as mudanças, as transformações internas no PRR, os conflitos entre o legado castilhista e as demandas políticas da nova geração de lideranças em ascensão no partido, a Geração de 1907 (MAESTRI, 2010, p.259).

A Geração de 1907, que incluía lideranças como Getúlio Vargas, formou o “Bloco Acadêmico Castilhista” defenderam o legado de Castilho contra a oposição do PRD de Assis Brasil e Fernando Abbot e do Partido Federalista, porém posteriormente foi o germe da derrubada da política *borgista* para o Rio Grande do Sul (MAESTRI, 2010, p.310) e da própria Primeira República, pelo menos enquanto formação no Sul de um núcleo duro do que viria ser a Revolução de 1930.

O interessante é que Vargas fora indicado ao governo do Rio Grande do Sul por Borges de Medeiros, embora a contragosto, e fora antes importante para a aproximação do Governo Arthur Bernardes com o Rio Grande do Sul, além de ter sido apoiado por Washington Luís e pela oposição ao *borgismo* para o Piratini (MAESTRI, 2010, p.309-310)

O estouro em 1923 de uma rebelião no estado, que incluiu a ocupação de Pelotas por Zeca Neto não fugiu à regra dos conflitos existentes na Primeira República e produziu mais um episódio da prática de desqualificação dos movimentos rebeldes por **A Federação** inclusive obrigando à oposição a produção de publicações que contrabalançassem a prática de criminalização da ação política, transformando rebeldia em bandoleirismo (FORNO, 2015).

Esse processo influenciou na própria vinculação de Prestes a Assis Brasil, como seguidor de um legado da Revolução da Degola, mais um bandoleiro onde toda oposição era *federalista e assisista*.

As lutas contra Arthur Bernardes a partir de 1921, eram parte do movimento de ruína da Primeira República e não eram produzidas apenas sob o ponto de vista aberto entre oposição e governo, haviam uma crescente oposição surda no interior dos partidos republicanos do país, inclusive no PRR, uma oposição contraditória com o que as próprias lideranças fariam no decorrer dos anos.

O próprio Borges de Medeiros denunciou a política de valorização do café e a candidatura de Arthur Bernardes como lançada à feição de sua realização (FAUSTO, 2006, p. 408). E embora o próprio Borges tenha posteriormente tentando usar essa política para “favorecer o boi” se afastando da oposição dos *tenentes* e estendendo a mão a Arthur Bernardes (MAESTRI, 2010, p. 300), a crise e a movimentação de rompimento no Rio Grande do Sul contra o poder central não reduzira seu avanço.

Esse processo desencadeou no país, e no sul, primeiramente em 1922 o movimento rebelde frustrado representado pelos 18 do forte, que deixou um legado de esperança de transformações na população (FAUSTO, 2006, p. 409), e, a partir de 1924, na revolução paulista e na Coluna Prestes que incendiou o país obrigando Bernardes a governar sob estado de sítio.

A revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, a Revolução de 1924 em São Paulo e a própria Coluna Prestes foram partes de processos que se iniciaram em 1921 e de uma conspiração entre setores médios e lideranças políticas descontentes com a República (LIMA, 1945, p.27-31) que culminou na revolução de 1930.

O impacto destes movimentos levou a fenômenos como a votação de Prestes em 1926 para deputado (A FEDERAÇÃO, 08 de março de 1926, p.5), para senador (A FEDERAÇÃO, 24 de fevereiro de 1927, p.2) e vice-presidente (A FEDERAÇÃO, 26 de novembro de 1927, p.2), mesmo ele estando em plena marcha da Coluna Prestes.

Em um contexto de ascensão político-econômica do Rio Grande do Sul a partir dos anos 1910 (LOVE, 2000, p.124-125), não era de se espantar que esse fenômeno participasse nas transformações no estado e no país com a ascensão de Vargas no PRR e na conquista da Presidência do estado em 1927.

E é nesse contexto que as representações de Prestes se transformam de substituto de Assis Brasil, parte de uma narrativa que o secundariza enquanto símbolo até a produção de uma representação que contempla sua identidade.

De parte diluída de um grupo de “falsos salvadores da pátria” (A FEDERAÇÃO, 1924, p.1) a liderança com quem os mesmos eleitores de Getúlio Vargas iriam às armas (A FEDERAÇÃO, 24 de dezembro de 1929, p.1), as representações de Prestes seguiram um caminho que estabeleceram parâmetros teóricos para uma análise específica das representações, assim como para uma observação cuidadosa das mudanças conjunturais presentes nas práticas de operações simbólicas contidas nas representações.

As representações de Prestes, portanto, são fenômenos específicos e pistas de elementos históricos, e conjunturais, contradições de discursos e mudanças da trajetória política dos grupos responsáveis pela produção de representações.

A trajetória das representações de Prestes n’A Federação

A trajetória das representações de Luiz Carlos Prestes são analisados a partir de uma complexificação da observação do fenômeno. O foco na microanálise busca compreender dentro do recorte cronológico a linguagem envolvida, a mudança de paradigma de representações, as similaridades e diferenças, o aspecto técnico das representações nos jornais buscando ampliar as perguntas e nos permitir uma análise mais acurada que contribua de forma firme na produção de uma historiografia cada vez mais rica no que se refere ao tratamento de fenômenos como o observado (LEVI, 2015, p.248).

As representações de Prestes atuam com linguagem de violência (DE CERTEAU, 1995, p.93), cuja atuação produz um estrangulamento da alteridade, transformando o representado num pastiche do que é, e agindo através de uma linguagem derrisória para que neste processo o outro desapareça, rompendo com qualquer mecanismo de mediação (DE CERTEAU, 1995, p.96).

Essa linguagem é assistida por uma técnica de produção de sentido que tangencia a produção ficcional, a verdade aqui sendo uma base do discurso, mas não uma fiadora do mesmo, apenas para sua construção (CHARTIER, 2017, p.29). A técnica da produção é ficcional, com os personagens espelhando ícones que cabem na narrativa onde o PRR é um farol que ilumina racionalmente o Rio Grande do Sul e seus opositores são “bandoleiros” e rompedores da ordem.

A **Federação** se organiza dentro do contexto para produzir um tipo de representação de acordo com as necessidades de disputa com outros discursos e formas de representações (CHARTIER, 2002, p.57). Estas representações não são controláveis pelo periódico, não havia como prever como os receptores lidariam com elas através de suas operações intelectuais (CHARTIER, 2002, p.50).

A técnica utilizada organiza um processo de representação enquanto substituição, mas também identifica a presença de discursos de transformação da oposição em elementos bandoleiros ou desqualificáveis, ou seja, a representação aqui tem uma característica de uso simbólico de um elemento para que a mensagem identifique outro e isso obedece à interesses de quem controla sua produção (CHARTIER, 2002,p.17).

Esse processo só nos permite inferir seus significados a partir dos efeitos (GINZBURG, 1989, p.169), por isso foi fundamental atentar pros detalhes das representações para que se contribuísse para a observação de um fenômeno que tem características complementares entre abordagens das representações.

O observado contempla uma percepção que relaciona à substituição da identidade de Prestes por um processo de transubstanciação simbólica na personalidade de Assis Brasil como uma ação similar entre este fenômeno e o uso de uma cabeça de estátua de imperador romano no corpo de uma estátua, e que transformou o processo em uma imagem de santa, a Santa Fé (GINZBURG, 2001, p.100), gerando um amálgama de símbolos que traduziu tradições culturais diferentes e forma lidas por formas diferentes de recepção de sentido de forma similar.

E este movimento que altera o sentido original dos elementos simbólicos que constituem a representação fazem com o corpo inicialmente feito para ser um símbolo de degradação torne-se outra coisa, rompendo a simbologia inicial e construindo uma operação simbólica que faz do processo de desqualificação um processo de nascimento de uma identidade. O Prestes parte de um grupo de “falsos salvadores da Pátria” torna-se o Prestes cuja liderança seria seguida se fosse necessário ir às armas. A cabeça de Prestes ocupa o corpo simbólico de Assis Brasil e da rebeldia “bandoleira”, desqualificável, assim como a cabeça do imperador em uma estátua torna-se Santa Fé (GINZBURG, 2001, p.93).

O processo inicial de representações se remetia à dissolução do corpo político (GINZBURG, 2014, p.21), onde a autoria pelo jornal (CHARTIER, 2014, p. 45), o jornal como autor, produzia significados onde os eleitos para serem representados eram inimigos figadais do regime, e também da própria ideia de paz, ordem, razão.

As representações ao fim já sofrem do processo de transubstanciação (GINZBURG, 2001, p.86) organizando um significado completamente diferente, onde Prestes passa a ter uma identidade própria que por vezes permite que seja contraponto ao mesmo Assis Brasil ao qual **A Federação** tentou ligá-lo inicialmente.

Esse processo de transformações das representações é, por si só, um fenômeno a ser observável pela diferença de linguagem utilizada, a própria ordem do discurso e as técnicas envolvidas, mas nele estão também elementos que permite a identificação de questões relativas à própria conjuntura histórica dos anos 1920.

E em cada elemento identificável, da linguagem à diagramação do jornal, como parte de processos técnicos de produção de representações e discursos, podemos perceber nuances do período e das contradições presentes na produção das representações e no interior do periódico.

Buscar um refinamento neste tipo de análise e processo é fundamental para que possamos ampliar as margens analíticas da historiografia e essa ação só é possível se utilizarmos as técnicas historiográficas para identificar as influências dos fenômenos observados no cotidiano sobre o qual tem impacto e seu legado para a análise de fenômenos similares posteriormente (LEVI in BURKE, 1992, p.137).

Esse processo analítico também nos permite identificar as singularidades de cada fenômeno (LEVI, 2009, p.14), mesmo que ele pareça identificável como diluído em um mar de fenômenos idênticos.

O processo de representações d'**A Federação** é exclusivo deste periódico, os demais processos similares não são reprodutíveis da mesma forma como o órgão oficial do PRR produziu suas operações simbólicas de representações. Outros periódicos têm uma gama de técnica que por mais similares que sejam também lhe são únicas.

As representações não ocupam as mesmas páginas, nem o mesmo estilo de redação, ou a ênfase utilizada no discurso.

Cada fenômeno, portanto, é único, embora seja normal, cotidiano, aparentemente banal (GRENDI et al., 2012, p.27).

E apenas a observação minuciosa do fenômeno nos permite identificar a excepcionalidade dele através da percepção de suas qualidades específicas, identificáveis apenas por uma percepção microscópica do mesmo (LEVI, 2015, p.247).

E através dessa identificação podemos estabelecer conquistas analíticas que permitem, guardando a excepcionalidade de cada fenômeno, análises mais ricas de fenômenos que compartilham similaridades (LEVI, 2015, p.248).

A operação teórica aqui organiza um processo que precisa agir de forma a contribuir para a produção de significado a partir da análise de representações que ampliem as formas de percepção dos periódicos e dos elementos analisáveis contidos neles.

Esse processo só é possível se identificarmos em cada fenômeno as particularidades, como as próprias particularidades de Prestes exalam sua identidade em nascimento no decorrer do processo.

Fontes

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 07 jan. 1924. Página 6.

A FEDERAÇÃO: O Federalismo Assisista. Porto Alegre, 10 jan. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 12 jan. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: A qualificação eleitoral e a Licção que ella encerra. Porto Alegre, 06 mar. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 06 mar. 1924. Página 4.

A FEDERAÇÃO: As simulações do regenerador. Porto Alegre, 08 mar. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: As vicissitudes de um comediante. Porto Alegre, 10 mar. 1924.

A FEDERAÇÃO: Cheque ao rei. Porto Alegre, 10 mar. 1924.

A FEDERAÇÃO: Medo ou ameaça? Porto Alegre, 10 mar. 1924.

A FEDERAÇÃO: Levante militar na fronteira missioneira. Porto Alegre, 04 nov. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: O Levante militar na fronteira missioneira. Porto Alegre, 29 nov. 1924.

A FEDERAÇÃO: O levante na fronteira missioneira. Porto Alegre, 01 dez. 1924.

A FEDERAÇÃO: Roubalheira e Cynismo. Porto Alegre, 02 dez. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: Buenos Ayres, Centro internacional de vendedores de munições. Porto Alegre, 02 dez. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO: Vigoroso discurso do deputado Getúlio Vargas. Porto Alegre, 05 dez. 1924. Página 1.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 15 de dez. 1925. Páginas 10,11 e 12.

- A FEDERAÇÃO: **A sucessão presidencial da república**. Porto Alegre, 24 dez. 1924.
- A FEDERAÇÃO: **O pleito de 24 de fevereiro**. Porto Alegre, 25 fev. 1927. Página 2.
- A FEDERAÇÃO: **Edital**. Porto Alegre, 29 mar. 1927. Página 4.
- A FEDERAÇÃO: **A sucessão presidencial**: Resultado das eleições hontem realizadas. Porto Alegre, 26 nov. 1927.
- A FEDERAÇÃO**. Porto Alegre, 23 jun. 1928. Página 9.
- A FEDERAÇÃO: **Assembleia de Representantes**. Porto Alegre, 23 jun. 1928. Página 9.
- A FEDERAÇÃO: **Assembleia dos representantes. Porto Alegre**, 15 out. 1928. Página 58.
- A FEDERAÇÃO: **Intenções de Pacifismo?**. Porto Alegre, 04 dez. 1928. Página 1.
- A FEDERAÇÃO: **Em que ficamos?**. Porto Alegre, 27 dez. 1928. Página 1.
- A FEDERAÇÃO: **As barbas do Capitão Prestes**. Porto Alegre, 16 fev. 1929. Página 6.
- A FEDERAÇÃO: **Várias - Junta apuradora**. Porto Alegre, 08 mar. 1929. Página 5.
- A FEDERAÇÃO: **O Sr Luiz Carlos Prestes vae deitar um manifesto à nação**. Porto Alegre, 15 mar. 1929. Página 5.
- A FEDERAÇÃO: **La forza del destino**. Porto Alegre, 23 fev. 1929. Página 1.
- A FEDERAÇÃO: **À margem do discurso do Sr Assis Brasil no Theatro Guarany**. Porto Alegre, 23 fev. 1929. Página 1.
- A FEDERAÇÃO: **Uma vela a Deus e outra ao Diabo**. Porto Alegre, 23 mar. 1929. Página 5.
- A FEDERAÇÃO: **Successão presidencial da República**: Uma entrevista concedida pelo presidente Getúlio Vargas ao "Diário da Manhã", do Recife, por intermédio de seu correspondente. Porto Alegre, 04 set. 1929.

Referências Bibliográficas

- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2002.
- CHARTIER, Roger. **O que é um autor? Revisão de uma genealogia**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2017.
- DE CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. Campinas, Papirus, 1995.
- FORNO, Rodrigo dal. **O "Album dos Bandoleiros" da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920**. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós Graduação em História - Instituto de Filosofia

e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131775/000980771.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GRENDI, Edoardo et al. **Microanálise e história social**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de Micro-História**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Cap. 1. p. 19-38.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo, Companhia das Letras. 2001.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica, prova**. São Paulo, Companhia das Letras. 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes**. São Paulo, Companhia das Letras. 2011.

GINZBURG, Carlo. **História noturna: Decifrando o Sabá**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: Quatro Ensaios de iconografia política**. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter et al. **A Escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. Cap. 5. p. 133-161.

LEVI, Giovanni. **Prefácio**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Fgv, 2009. p. 11-16.

LEVI, Giovanni et al. **Micro-história e história da imigração**. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 246-260.

LIMA, Lourenço Moreira. **A coluna Prestes: Marchas e Combates**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1945.

LOVE, Joseph L.. A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889 - 1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000) - A grande transação**. São Paulo: Senac, 2000. p. 121-160.

MAESTRI, Mário. **BREVE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL: da Pré-História aos dias atuais**. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

PRESTES, Anita L. **LUIZ CARLOS PRESTES: Patriota, revolucionário, comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Anita L. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo, Companhia das Letras. 2014.

SILVA, Sergio Roberto Rocha da. **Aspectos da Revolução Federalista no contexto político de Júlio de Castilhos.** In: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Claudio. Releituras da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Corag, 2011. p. 223-243.

THOMPSON. E. P. **A peculiaridade dos ingleses.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

THOMPSON. E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo, Companhia das Letras. 2013.

ESPELHO, ESPELHO MEU: A (DES) CONSTRUÇÃO DA BELEZA NORMATIVA EM CANAIS DO YOUTUBE

*MIRROR, MIRROR ON THE WALL: THE (DES) CONSTRUCTION OF THE
NORMATIVE BEAUTY IN CHANNELS OF YOUTUBE*

Janaina Wazlawick Müller

*Mestranda em Processos e Manifestações Culturais – Universidade Feevale
janainaw@feevale.br*

RESUMO

O presente trabalho aborda a normatividade relacionada à beleza feminina, e o questionamento dos padrões a partir de dois canais da plataforma *Youtube*: o canal *Ellora Haonne*, que leva o nome de sua criadora, e o “Tá Querida”, de Luiza Junqueira. Seus vídeos são a base para o desenvolvimento do estudo, uma vez que, ao compartilhar suas experiências, ambas produzem conteúdo que, entre outras temáticas, promove a contestação da aparência física imposta ao gênero feminino. Assim, levando em consideração reflexões sobre gênero, normatividade e identidade, a pesquisa utiliza os vídeos das duas *youtubers* como objetos de análise, a fim de apresentar possibilidades de (des) construção do que se tem enquanto “beleza”. Valendo-se dos estudos de autores como Judith Butler, Pierre Bourdieu, Rachel Moreno e Manuel Castells, foram abordados, no decorrer do estudo, os discursos das duas mulheres, entrelaçando-os com o processo de questionamento da padronização da estética feminina e pontuando similaridades entre suas falas. E constatou-se, nessa primeira aproximação, que o corpo é um elemento constituinte e regulador do gênero e identidade, e que, mais do que aceitação, há a necessidade do reconhecimento da multiplicidade e da ressignificação do que se tem socialmente instituído como beleza.

Palavras-chave: Gênero. Normatividade. Beleza. Corpo. Youtube.

ABSTRACT

The present work deals with the normativity related to female beauty, and the questioning of standards from two channels of the *Youtube* platform: the *Ellora Haonne* channel, which bears the name of its creator, and the “Tá Querida”, by Luiza Junqueira. The videos are a basis for the development of the study, since the sharing of their experiences, the organization of content that, among other topics, promotes the contest of the physical appearance imposed on the female gender. Thus, taking into account reflections on gender, normativity and identity, the use of the videos of the two *youtubers* as objects of analysis, an end to present possibilities of the (des) construction of what society has as “beauty.” In the course of the study, the works of authors such as Judith Butler, Pierre Bourdieu, Rachel Moreno and Manuel Castells were approached, the discourses of the two women being intertwined with the process of questioning the feminine aesthetics and punctuating similarities between their you speak And it was found, in this first approximation, that the body is a constituent and regulating element of gender and identity, and that, more than acceptance, there is a demand for recognition of multiplicity and re-signification than that socially instituted as beauty.

Keywords: Gender. Normativity. Beauty. Body. Youtube.

Introdução

Ela está diante da câmera. Posiciona-se, checa a luz do ambiente e o foco do aparelho. Respira fundo e pensa novamente no assunto que irá expor. Ela está sozinha naquela sala e ninguém pode ouvir suas palavras. A lente da câmera é a sua única audiência, e é para a lente que revela seus medos, histórias e descobertas. Finalizando o vídeo, ela se senta defronte ao computador e edita sua fala, diminuindo a duração e tornando-o mais dinâmico, mas sem modificar a essência de seu monólogo. Longas horas são dedicadas a esse processo e, ao terminá-lo, solidão e monólogo se desfazem. Ela, enfim, publica seu vídeo e, conforme os números de acessos e comentários crescem, percebe-se: aquela sala, onde antes só havia ela e sua câmera, começa a encher-se de milhares de seguidores e curiosos que se alimentaram de suas palavras.

Ela já publicou vários vídeos, com temáticas das mais diversas: receitas culinárias, registros de viagens, sexualidade. Mas, entre suas publicações, há aquelas que trazem uma exposição mais profunda e sensível – um desnudar de corpo e alma que trouxeram a tona temores, rejeições e indagações. Vídeos cujo conteúdo direciona-se e atinge aquela mulher que, ao olhar-se no espelho, se depara com uma imagem que não está em conformidade com o que é projetado na forma de *outdoors*, propagandas, filmes e páginas de revista. Nisso, a solidão e monólogo citados outrora se transformam de maneira íntima: mais do que com aqueles milhares, ela divide a sala e a câmera com essa mulher. Fala para ela, com ela, sobre ela. E assim, não há mais diferenciação entre a mulher da câmera e a mulher que observa: elas são uma só, e compartilham dos medos relacionados ao que o espelho reflete. Ambas pertencem a uma sociedade que exige uma imagem específica, construída a partir de normas que delimitam números – de cintura, de estrias, tatuagens, comprimento do cabelo e do nariz.

Aquela diante da câmera escolheu questionar e transgredir esses números, revelando-se para que suas indagações não permaneçam apenas com ela, servindo a um propósito mais amplo. Sem a pretensão de mudar a opinião alheia, ela demonstra que existem possibilidades além da normatividade imposta pela sociedade. Então, para o presente artigo, o “ela” torna-se “elas”: duas criadoras de conteúdo que trazem, por meio de suas próprias experiências, a desconstrução do padrão estético e o processo de reconhecimento de seus corpos. *Elas* são Luiza Junqueira, de 25 anos, e Ellora Haonne, de 20 anos. Seus canais no *Youtube*¹¹, respectivamente intitulados como “Tá Querida” e “Ellora Haonne”, contam com milhares de

¹¹O *Youtube* é uma plataforma que permite a publicação e compartilhamento de vídeos.

seguidores e, entre os diversos assuntos que elas tratam em seus vídeos semanais, para o estudo em questão escolheu-se a *playlist* “Autoestima” divulgada nas páginas iniciais de seus canais.

Persuadidas pela maneira como o coletivo estabelece corpos e aparências considerados ideais, tanto Luiza quanto Ellora passaram por momentos de depreciação e negação do próprio corpo. E não foi repentinamente que esse panorama mudou: em seus vídeos, as jovens destacam o longo caminho que as impulsionou a olhar-se de jeito diferente, e afastar-se das imposições que as faziam abominarem aquilo que viam em seus espelhos. Certamente, não se fala aqui numa libertação completa da padronização estética, mas sim, de um processo que promove a exaltação de cada corpo em suas especificidades e contextos. Luiza e Ellora ainda comentam a importância da aproximação com teorias provenientes de estudos de gênero, que auxiliaram no reconhecimento da normatividade e de seus efeitos.

Pontuando o padrão estético imposto e o questionamento e desconstrução deste padrão, na exposição, indagações e experiências das *youtubers*¹² Luiza e Ellora, será realizado o entrelaçamento com os argumentos e estudos de teóricos que explanam conceitos tais como: normatividade, abjeção, beleza e identidade. Pretendemos, dessa forma, analisar a temática dos vídeos e relevar sua importância para o debate acerca das rígidas regras estéticas da sociedade contemporânea.

#Corpãoquerido

O canal “Tá Querida” conta com 248.022¹³ inscritos. São, então, 248.022 pessoas que acompanham as publicações semanais de Luiza Junqueira, que discute, entre outros assuntos, a superação da baixa auto-estima e o reconhecimento do próprio corpo – sua *playlist* direcionada ao assunto possui 20 vídeos relacionados. Nestes, essencialmente, ela expõe o movimento de descoberta de si mesma: os motivos para a baixa-estima, como contorná-la e, finalmente, a aprendizagem que motivou a desconstrução dos supostos defeitos e o entendimento de que cada parte de seu corpo é uma manifestação que expressa sua história, personalidade e escolhas.

No vídeo “Como consegui amar meu corpo”¹⁴, Luiza revela um pouco de sua história de vida. Na adolescência, sofria com o *bullying* por ser vista como alguém “fora do peso”, o que se refletia no jeito que ela se enxergava: alguém com um corpo demonizado e que não merecia o amor dos outros, tampouco, dela mesma. Tal perspectiva era acentuada pela distância

¹²*Youtuber* é uma expressão que se refere ao sujeito que produz vídeos para o *Youtube*.

¹³ Número registrado no dia 24 de dezembro de 2017.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aFRA5LNYNdM>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

entre o corpo que Luiza via no espelho e nos corpos que visualizava em revistas, propagandas, televisão, cinema – estes eram magros, delineados, bronzeados¹⁵ e com pernas longas e torneadas. Nas lojas, as roupas disponíveis eram feitas para essas formas. A sociedade exigia, portanto, que Luiza sentisse aversão pelo reflexo, para que concebesse o desejo por um corpo que estivesse de acordo com as diretrizes – um que a mídia, seus colegas e ela própria fossem capazes de aceitar.

O patriarcalismo é uma das estruturas histórico-culturais “[...] sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas”. (CASTELLS, 2008, p.169). Nisso, tem-se a mulher, que por gerações foi um sujeito invisível, relegado ao espaço privado e construído conforme as regras que delimitavam e impunham uma forma tida como “correta” de se mostrar ao mundo. E, embora as mudanças e avanços sejam marcantes, são evidentes os resquícios do discurso patriarcal, como pode ser observado no contexto trazido por Luiza. Ainda agora, enquanto este artigo é produzido ou lido, é possível apontar que nas medidas, no cabelo, na pele e em cada centímetro e parte do corpo feminino são perpetuadas as inscrições da normatividade, que colocam a mulher num lugar de subordinação ao impeli-la a renegar a si mesma,

Como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’ [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de *cerco invisível* (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo [...]. (BOURDIEU, 1999, p.39, grifo do autor).

Luiza compreendeu a existência dessa violência discursiva ao perceber que o *bullying* que ela sofria não era aleatório ou simples produto da crueldade humana: era um dos resultados do “cerco invisível”. Uma evidência mais direta da agressão motivada pelas diretrizes, já que “os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultural e instituições do patriarcalismo.” (CASTELLS, 2008, p.169). Os colegas que praticavam o *bullying* interiorizaram o discurso e, ao se deparar com um corpo que não se encaixava com os signos identificatórios da feminilidade (CABEDA, 2004), julgaram-no como o Outro e a depreciaram enquanto sujeito. Como consequência, a própria Luiza colocou-se neste não-lugar – alguém que merecia ser repellido e que não tinha valor para o grupo por não estar em conformidade com o que era correto e belo. Como a própria *youtuber* expõe no vídeo “Como consegui amar meu corpo”, ela julgava-se um “lixo humano”. Assim, nota-se um dos maiores efeitos que a violência discursiva acerca da normatização física pode provocar: quando o sujeito passa a acreditar que merece ser

¹⁵Assunto abordado no vídeo “Superei uma vergonha com meu corpo”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uvEB5msLQvs&index=9&list=PLeNMiYLFbSJ5I6HzVLTzbgDm6tjOdbH->>. Acesso em: 24 dez. 2017.

punido por não parecer-se com o que a sociedade impôs. Afinal, ele não se compreende como alguém viável ou qualificado para a coexistência no que diz respeito ao domínio cultural. (BUTLER, 2001).

Luiza conseguiu desvincular-se dessa visão, todavia, sua reformulação não aconteceu de imediato, tanto que ela utiliza recorrentemente a palavra “processo”. O início deu-se no contato com teorias referentes às estruturas sociais e aos estudos de gênero, que fizeram com que a *youtuber* descobrisse algo fundamental: o ódio ao próprio corpo não era uma construção particular, mas, como o *bullying* de seus colegas, era um dos resultados do contexto social no qual ela está inserida. Nas palavras de Moreno (2008, p.31, grifos da autora):

A criança nasce num mundo em que percebe a presença de outros seres, já com códigos e valores estabelecidos, e a necessidade de ser aceita para sobreviver. Aos poucos, vai descobrindo, decodificando e reproduzindo esses códigos e valores, tentando construir seu *eu social*, seu *pertencimento global*. Para isso, observa o mundo ao redor, percebe o que se faz, o que é – e não é – aceito e valorizado, aprende a decodificá-lo, conhecer seus valores e portar-se em conformidade com isso. Aprende a sorrir, a seduzir, a se expressar e se comportar conforme os padrões exigidos e valorizados em seu meio.

A fim de principiar a trajetória de desvinculo dos padrões de beleza, Luiza observou-se no espelho e tirou fotografias das partes de seu corpo que a deixavam desconfortável. Esse ensaio fotográfico deu origem a um curta chamado “Espelho Torcido”¹⁶, produzido por Luiza no ano de 2013. Embalada por uma trilha sonora instrumental, ela gravou em diversos closes partes e movimentos de seu corpo, incluindo pernas, braços e, principalmente, barriga. De acordo com ela, foi essa produção que deu o maior estímulo para uma mudança, inaugurando uma nova perspectiva que, ao invés de motivada pelas influências externas que a prendiam, foi moldada pelas análises e reflexões que questionavam a sociedade patriarcal e a subordinação feminina. Segundo a sinopse, o curta exprime o seguinte:

“Espelho Torcido” é um grito de desabafo de uma jovem mulher que vê seu corpo ser considerado “fora dos padrões” de beleza. O filme contesta a definição de um corpo belo mostrando que o sublime se encontra até em corpos considerados esteticamente feios. A obra é uma busca pela autoaceitação da cineasta em relação a seu próprio corpo. (JUNQUEIRA, Luiza. 2013).

Luiza questionou o conceito de beleza e os efeitos que a estabilização do belo provocavam em sua identidade. Não bastava aceitar seu corpo enquanto passivo, limitando-o a uma consequência dos discursos construídos e reiterados pelo coletivo, pois desse modo, ela permaneceria internalizando as diretrizes que a violavam e consolidando identidades culturalmente hegemônicas que, através da exclusão e subordinação, classificava-na como o

¹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x10Lg1ngnAk>> Acesso em 24 dez. 2017.

Outro. (BUTLER, 2010). Por isso, Luiza colocou como objetivo a exaltação de suas formas e do que elas significavam para outros e para ela mesma, desconstruindo a demonização do corpo que destoava do padrão estético. Não mais como o *Outro*, Luiza foi reconhecendo-se como sujeito dotado de particularidades e que não se resume às imposições sociais.

As atitudes de Luiza Junqueira expostas no canal *Tá Querida* são manifestações de um posicionamento edificado na experiência e nas descobertas. Por exemplo, ressalta-se sua opção em não depilar os pelos de seu corpo¹⁷. Motivada inicialmente apenas pela vontade de responder a um comentário, a não-depilação acabou se tornando um posicionamento político contra as regras de beleza. Abordando as diferentes visões nesse tópico em particular, ela trouxe o seguinte cenário: um homem e uma mulher num transporte público, ambos usando regata e expondo os pelos de suas axilas. O público irá interpretar os dois indivíduos de jeitos diferentes, uma vez que a mulher encontra-se ainda num “confinamento simbólico” (BOURDIEU, 1999), representado pelas regras que inserem o corpo feminino numa ordem, ao passo em que o homem toma “[...] maior ligação com seu corpo, sobretudo em lugares públicos.” (BOURDIEU, 1999, p.39).

Para afastar-se do confinamento e combater a violência discursiva, Luiza promove o enaltecimento de si. Afirmar qualidades, aceitar elogios e evidenciar tudo aquilo que antes a transtornava, são ferramentas para demonstrar que é possível articular atos que transgridem a regra e rompem com a ficção reguladora, fazendo com que esta perca a força: “o ideal regulador é então denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei [...]” (BUTLER, 2010, p.194). Conectando-se a isso, cita-se o documentário “Gorda”, produzido por Luiza em 2016 como trabalho de conclusão da graduação. Nele, ela traz os depoimentos de três mulheres e suas relações com os próprios corpos no que diz respeito a: invisibilidade como sujeito, a renegação da sociedade e do próprio indivíduo, o sofrimento decorrente da padronização e a compreensão da influência da violência normativa. Principalmente, a concepção de que o reconhecimento é processual, e que não acontecerá da mesma maneira para todos os sujeitos.

Além do documentário, cabe mencionar a criação da *hashtag* #corpãoquerido, que surgiu após Luiza publicar em rede social uma fotografia na praia, usando biquíni. Novamente, como no caso da manutenção dos pelos do corpo, um ato um tanto quanto simples, num determinado contexto, suscita consequências significativas justamente por tratar-se de um ato transgressor. A foto, de acordo com a *youtuber*, trazia-a num ângulo que, numa época anterior, teria a deixado desconfortável por evidenciar certas partes de seu corpo. Ao compartilhar a

¹⁷Assunto abordado no vídeo “Por que não me depilo?”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hkZqkXddAyE>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

imagem, Luiza pediu que outras pessoas também tentassem desconstruir a si mesmas, publicando fotografias que, mais do que expor seus corpos, expusessem o orgulho que tinham deles. A *hashtag* ficou popular e permanece sendo utilizada, contando com 2.551 publicações¹⁸.

Por fim, como testemunho de sua jornada de exaltação do corpo, Luiza fez um vídeo intitulado como “Tour pelo corpo”¹⁹, que reúne vários dos tópicos levantados por ela em outras produções para o canal. Até o momento, é a publicação mais reproduzida da *youtuber*, com 715.077²⁰ visualizações. Nele, Luiza conta sua relação com algumas partes de seu corpo, tocando-as e mostrando-as por meio de closes da câmera. Aqui, mais do que o vídeo em si, sublinha-se seu significado – tanto no próprio conteúdo quanto no alcance. É neste vídeo que a *youtuber* faz um apanhado de sua transgressão do discurso ao mostrar aquilo que, de acordo com a perspectiva normativa, deveria ser escondido e mudado. O feminino enquanto “[...] o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma.” (BUTLER, 2001, p.161) tem suas possibilidades ampliadas a partir do corpo de Luiza. Como motivação para a elaboração do vídeo de *tour*, ela cita que, além de suas vontades e experiências pessoais, pesou o fato que várias mulheres, todas insatisfeitas com suas aparências, lhe mandam mensagens diariamente. Os discursos desviantes alcançam peso significativo, pois “podemos não os reconhecer como dirigidos a nós, podemos também não responder, nem sempre aceitamos a identificação com o lugar que o discurso ou a sociedade nos oferece [...]” (CABEDA, 2004, p.170). Por isso, para essas mulheres e para tantas outras, direciona-se o corpo de Luiza como um argumento de que nem sempre o discurso do coletivo é completamente bem-sucedido.

Dos conselhos que (ainda) não recebi

Ellora Haonne tem 20 anos. Ela realizou o sonho de morar sozinha na cidade de São Paulo, já fez coleção de lingerie e protagonizou anúncios para marcas conhecidas. Seu canal conta com mais de 396 mil²¹ inscritos e seus vídeos trazem assuntos relacionados a sexo, autoestima e comportamento. Quando clicamos no *play*, independente se o assunto é masturbação ou divórcio dos pais, nos deparamos com seu semblante tranquilo e sua fala

¹⁸ Número registrado no dia 24 de dezembro de 2017.

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hDpHE2U4PEk&list=PLeNMiYLFbSJ5_I6HzVLTzbgDm6tjOdbsh>. Acesso em: 24 dez. 2017.

²⁰ Número registrado no dia 24 de dezembro de 2017.

²¹ Registrado no dia 28 de dezembro de 2017.

acolhedora, como se, ao invés de um vídeo, estivéssemos conversando casualmente na sala de Ellora – local onde ela realiza as gravações. Contudo, tanto a suavidade no semblante quanto a coleção de lingerie, além de cada vídeo publicado no canal, têm um significado particular. O canal de Ellora faz parte de uma longa jornada, pois, na medida em que ela fala acerca da construção de autoestima para seus inscritos e curiosos, a própria *youtuber* permanece num caminho de desconstrução de si mesma.

Ellora descreve seu canal como um “ateliê mental” no qual traz seus pontos de vista e compartilha os conselhos que ainda não recebeu²². A *playlist* considerada para o artigo é denominada apenas como “Autoestima” e é constituída por treze²³ vídeos. Neles, Ellora fala, principalmente, de seu corpo e da guerra de anos que travou contra o espelho. No decorrer da adolescência, a jovem sofreu com a *bulimia*, um transtorno alimentar que envolve a compulsão pela comida seguida pela culpa e adoção de métodos extremos para diminuir o peso, como o vômito. Ou seja: motivada por um discurso que legitimava a busca por um corpo dito perfeito, Ellora se submeteu a uma violência física e psicológica para inserir-se na padronização estética.

Aponta-se que no coletivo estruturado sob uma perspectiva patriarcal, as mulheres e seus corpos são frequentemente associados a uma beleza específica, que por sua vez irá despertar o desejo dos outros. Tal beleza é composta, especialmente, pelas formas e proporções do corpo. O resultado dessa composição é um discurso agressivo que,

[...] constitui as mulheres como objeto simbólico, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*) que tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. (BOURDIEU, 1999, p.82, grifos do autor).

Ellora disponibiliza ao público a sua história como *bulímica* e o trabalho de superação do transtorno²⁴, salientando que a luta é uma constante e que jamais está completamente finalizada. Nesse processo, a *youtuber* traz dicas para contornar os discursos que violentam ao interpretar o corpo sob uma ótica diferente. Olhar-se no espelho nua é um exemplo. Observar as próprias formas, focando-se nos detalhes que causam desconforto, faz parte da gradual assimilação de que, ainda que as formas refletidas não estejam em acordo com o que o social coloca como belo, elas não são menos atraentes ou tem menor valor. Outro tópico abordado por Ellora é a influência das próprias mulheres que a rodeiam – ela fala de amigas e conhecidas

²²Informações retiradas da apresentação de Ellora Haonne para seu *Mídia Kit*. Disponível em: <<http://ellorahaonne.wixsite.com/midiakit>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

²³ Registrado no dia 28 de dezembro de 2017.

²⁴Assunto abordado no vídeo “Como aceitar seu corpo! (e como superei a bulimia!). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wsnk5nvW9Bk&list=PL5bbWUbt-ZGBITY5NuCBPqWSSQekCEsi&index=6>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

que, embora tenham um corpo padronizado, colocam-se num estado perpétuo de busca pelo inalcançável. Menos ou mais coxas, seios maiores, pernas mais torneadas, enfim... Nada é o suficiente, independente dos sacrifícios. Este é mais um dos efeitos da imposição de um tipo de beleza: a permanência da auto-rejeição, que ocorre por conta do “[...] imperativo hedonista que impele os corpos à exibição, um dever de ‘boa aparência’ que pressupõe beleza, juventude e saúde.” (CABEDA, 2004, p.149).

De fato, a beleza torna-se um dever que, apesar de nunca completamente cumprido, impele a intermináveis esforços e a constante impressão de que o próprio corpo jamais será belo o suficiente. E a *youtuber* não menciona apenas as mulheres que a rodeiam e que estão próximas, mas também aquelas que a cercam virtualmente, tais como perfis em redes sociais. Parte do movimento de superação do transtorno foi parar de checar os perfis que exaltavam a forma física normativa da mulher. Com imagens editadas, ângulos cuidadosos e até registros da alimentação diária, nas redes sociais, ressaltando aqui o *Instagram*²⁵, mulheres com corpos magros ganham likes²⁶ e comentários de elogios e anseio. Tantos homens as desejam, e tantas mulheres querem ser como elas. Por isso, essas fotografias manifestam-se como reiterações da norma – um lembrete contínuo do que devemos nos tornar para sermos aceitos e admirados pela sociedade. Como Ellora afirma em um dos seus vídeos, ela faz parte de uma geração que “come perfeição no café da manhã”²⁷.

Ellora, como Luiza, influenciada pelos discursos que condicionam o reflexo do o espelho e promovem a rejeição de si, continuou por muito tempo na chamada zona de abjeção, sendo que “o abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito [...]” (BUTLER, 2001, p.155). Ou seja: a bulimia era a exteriorização dessa impossibilidade de reconhecer a si mesma enquanto sujeito, uma vez que o corpo do espelho e o corpo exigido eram destoantes. Segundo Bourdieu (1999, p.81),

A probabilidade de vivenciar com desagrado o próprio corpo (forma característica da experiência do ‘corpo alienado’), o mal-estar, a timidez ou a vergonha são tanto mais fortes quando maior a desproporção entre o corpo socialmente exigido e a relação prática com o próprio corpo imposta pelos olhares e as reações dos outros.

²⁵ Rede social que funciona, basicamente, a partir da publicação, divulgação e aprovação de imagens. O exemplo desta rede em particular foi citado Ellora Haonne no vídeo “Como aceitar seu corpo!”.

²⁶ Ferramenta que permite ao usuário aprovar publicamente a imagem de outro usuário.

²⁷ “Um corpo é um corpo//ft. indignação”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FidW2SpruCG&index=9&list=PL55bbWUbt-ZGBITY5NuCBPqWSSQekCEsi>. Acesso em: 28 dez. 2017.

Para superar a bulimia e finalmente reconhecer-se como sujeito, o mesmo espelho que parecia vociferar imperfeições tornou-se uma das peças-chave para o aprendizado do amor próprio. Ellora foi perdendo a vergonha de expor o corpo que ela considerava inapto ao desconstruir sua visão estabilizada do que era beleza. O espelho, outrora uma das ferramentas que a lançavam na zona de abjeção, revelava dobras e contornos que, mais do que destoantes do padrão, eram marcas de sua história e superação de uma doença. Então a abjeção configura-se, na verdade, como uma força ameaçadora que constrói o sujeito e o impulsiona para que ele possa emergir da zona inóspita:

A tarefa consistirá em considerar essa ameaça e perturbação não como um questionamento permanente das normas sociais [...], mas, ao invés disso, como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas. (BUTLER, 2001, p.156).

Inicialmente, Ellora encontrava-se inviabilizada pela articulação entre a normatividade e os olhares dos outros, o que fazia com que sua identidade estivesse presa num discurso dominante, decorrente do fato de que as identidades “[...] assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização.” (CASTELLS, 2008, p.23). Sua identidade baseava-se principalmente na repulsa “[...] baseada na instituição do ‘Outro’, ou de um conjunto de Outros, por meio da exclusão e da dominação.” (BUTLER, 2010, p. 191). Ellora era, portanto, o *Outro*, numa identidade imposta pela sociedade e por ela própria. Contudo, a *youtuber* reconheceu o poder da mídia, que geralmente expõe de modo positivo pessoas com um determinado tipo de corpo, e a correlação entre esse discurso e a formação do olhar do indivíduo. Assim, gradualmente, Ellora deixou de internalizar completamente o discurso e, submergindo da abjeção, começou a construir uma identidade diferente.

A coleção de lingerie²⁸ foi um importante passo para a composição de sua autoestima. Se anteriormente Ellora não conseguia exibir o corpo pela vergonha que sentia de si mesma, com o desenvolvimento da coleção, a própria *youtuber* tornou-se modelo para divulgar as criações, participando de um ensaio fotográfico no qual usava as peças. Enaltecer o corpo feminino em toda a sua diversidade a partir de peças de lingerie, que tradicionalmente aparecem na mídia em constituições físicas esbeltas e atléticas, é uma maneira de transgredir a norma – e transgredir também o discurso que delimita o que é beleza. Conforme Moreno (2008, p.69),

²⁸ Coleção feita em parceria com a loja Let it be Intimates. Ellora Haonne explica a respeito de sua coleção no vídeo “Como se aceitar + minha coleção de lingerie”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y8t0guomxbk&index=1&list=PLe5bbWUbt-ZGBITY5NuCBPqWSSQekCEsi>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

Não fossem as brechas e contradições no interior do sistema, seríamos todas Barbies, aguardando modelos para vestir, namorar e ser, ou desesperadas por sê-lo – formas vazias da reconfiguração contínua de si, parecendo aceitar, dissolver e passar por todos os conteúdos.

Outro ato de importância foi a autovalorização. Ellora se depreciava ao ponto de infligir a si mesma tortura física e psicológica na forma da bulimia, no entanto, quando começou a olhar-se no espelho não para julgar, mas para reconstruir significados, iniciou uma transformação de perspectiva que incluía o enaltecimento de sua própria beleza. No vídeo “Eu me acho sim, bebê!”²⁹, Ellora discorre acerca da impossibilidade das pessoas de se acharem belas, e como esta atitude pode ser tóxica e contraditória em nosso contexto, pois, ao mesmo tempo em que buscamos pela perfeição e aprovação, devemos nos considerar insuficientes e exprimir tal percepção continuamente. Reconhecer a própria beleza foi parte fundamental na autoconstrução e individualização da identidade de Ellora.

Por último, torna-se necessário destacar o vídeo mais recente³⁰ da *youtuber*, que foi nomeado como “Tour pelo meu corpo – expectativa vs realidade”³¹ e contém proposta semelhante ao vídeo de Luiza Junqueira, também abordado no presente artigo. Nele, Ellora procura expor partes do corpo que a incomodavam e que ela gradualmente passou a amar, o que configura a materialização de mais uma vitória – não apenas contra o normativo, mas também contra a violenta internalização do discurso. Segundo Bourdieu (1999), o corpo é um produto social, e a forma como ele é percebido está atrelada às construções culturais. Ellora, por muito tempo, foi vítima dos discursos do corpo social e buscou inserir-se na norma a fim de ser aceita pelos outros e por ela mesma. Sua transformação foi gradual e, antes de culminar na possibilidade de expor-se tão intimamente para milhares, Ellora precisou de uma reconciliação com o próprio espelho, aliada a compreensão de que as angústias advindas daquele reflexo não eram uma expressão da verdade, mas resultantes da violência fixada na busca impossível pela perfeição.

²⁹Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gpgpYjaFDUg&index=10&list=PLe5bbWUbt-ZGBITY5NuCBPqWSSQekCEsi>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

³⁰ Informação baseada em registro realizado no dia 28 de dezembro de 2017.

³¹Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UaOuRxaV0kA&list=PLe5bbWUbt-ZGBITY5NuCBPqWSSQekCEsi&index=13>>. Acesso em 28 dez. 2017.

Considerações finais

A câmera desliga. O vídeo foi publicado. E no espaço para os comentários, milhares de pessoas expressam sua opinião, seja ela positiva ou negativa. Entretanto, além de apoio, aprovação ou ódio, há entre estes milhares algo mais importante: a identificação. Comentários de meninas que não se reconheciam e que, ao visualizar os vídeos de Luiza Junqueira e Ellora Haonne, encontram representatividade. Descobrem que a beleza que a sociedade impõe como ideal é uma construção cultural marcada pelo patriarcalismo e a colocação de mulher enquanto um objeto de desejo; um esquema que delimita o gênero feminino e o enquadra numa posição subordinada. De acordo com Bourdieu (1999, p.79),

Estes esquemas, nos quais um grupo deposita suas estruturas fundamentais (tais como grande/pequeno, forte/fraco, grosso/fino etc.) interpõem-se desde a origem entre cada agente e seu corpo, porque as reações ou as representações que seu corpo suscita nos outros e sua própria percepção dessas reações são elas mesmas construídas sobre tais esquemas [...].

A beleza é, portanto, parte de um conjunto de práticas disciplinatórias que expressam como a mulher deve cuidar e interpretar seu próprio corpo (CABEDA, 2004). Tais práticas ainda associam-se aos ideais regulatórios citados por Butler (2001), enfatizando a noção de que os corpos são orientados pelo discurso normativo. E os efeitos do discurso expressam-se de diferentes formas, sendo que na aproximação com as *youtubers*, destaca-se a repulsa do próprio corpo; a sensação de que, ao olhar-se no espelho, não enxerga-se um sujeito, mas um refugo. Algo a ser detestado e mudado. Para ambas, por muito tempo, o espelho foi sinônimo de sofrimento: para Luiza, que odiava a si mesma por não estar no peso padronizado, e Ellora, que sofreu com um transtorno alimentar na tentativa de enquadrar-se nesse padrão.

Percebe-se o quanto as duas *youtubers* têm em comum. Elas não se reconheciam como indivíduos e odiavam seus reflexos. Porém, foi o próprio reflexo que iniciou a mudança nelas: Luiza expressou a influência do espelho em seu curta “Espelho Retorcido” e Ellora, como forma de controlar a bulimia, observara-se no espelho nua, considerando cada parte que a deixava incomodada. Elas questionaram a interpretação que faziam de seus corpos e as influências que impeliam a tal concepção. Num processo que envolveu uma série de desconstruções e descobertas, Luiza e Ellora rearticularam suas relações com a beleza.

Atualmente, a “ser belo” é uma obrigação e “os medos foram multiplicados, assim como as fórmulas para prevenir milhares de danos possíveis ao corpo.” (SANT’ANNA, 2012, p.123). Com as possibilidades disponíveis e acessíveis, tais como maquiagem, vestuário e procedimentos estéticos, muitos sentem que o padrão é algo naturalmente estabelecido na

sociedade, e aqueles que não se encaixam são exemplos de desleixo e negligência, e merecem ser julgados. Nas palavras de Cabeda (2004, p.157), “salvar o corpo da ‘desgraça’ e subtraí-lo da penalização social tornou-se hoje signo de competência, valor social, indicação de ‘saúde mental’ e de ‘equilíbrio emocional’.”. Ao esquecer-se de que a beleza é uma produção, muitas mulheres são julgadas por escolhas simples, como foi o caso de Luiza, que optou por não depilar mais seus pelos. Ou, ainda, Ellora, por tirar fotos de lingerie. A uniformização é algo tão violento que vários indivíduos colocam-se na posição de juízes, entrando em redes sociais e efetuando ataques, não apenas contra as duas *youtubers* em questão, mas contra qualquer pessoa que considerem destoantes do discurso dominante.

Ao posicionar-se de maneira clara e escolher expor-se de intimamente numa plataforma que trabalha por meio da publicação e compartilhar de vídeos, Luiza e Ellora efetuam um ato transgressor. Seus corpos são marcados por significados, e cada dobra, estria, celulite, pelo e pele registrada pelo vídeo, tornam-se elementos de resistência – não apenas para as duas, mas para cada mulher que as observa através da tela. Nessa longa jornada iniciada pelo sofrimento imposto pela padronização e culminando com a crescente compreensão de que a beleza é tão diversificada quanto os sujeitos que compõem o coletivo, tem-se a estruturação de identidades que se designam como “[...] trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...].” (CASTELLS, 2008, p.24).

Como Ellora afirma em um de seus vídeos, “um corpo é sempre um corpo”³². Independente de como se pareça e dos números de suas medidas, ele será belo, porque a beleza, quando desvinculada da padronização normativa, torna-se uma variante que se adapta aos contextos, aos significados, história, representações e olhares. O espelho, então, somente é um inimigo quando o condicionamento ao discurso dominante é tudo que move o indivíduo. Caso contrário, ao se perceber a diversidade – e a graça que existe nela –, o espelho torna-se apenas um objeto. Ou, quem sabe, uma ferramenta para reconhecer o belo em cada um de nós. Moreno (2008, p.8) alega que “abandonar os ideais impostos de beleza não representará nenhuma perda. Será, antes, um enriquecimento que virá da abertura para uma multiplicidade de possibilidades, para o infinito, para a vida.”. Por isso, conclui-se que os vídeos de Luiza Junqueira e Ellora Haonne, suas falas descontraídas e acolhedoras, a exposição de suas intimidades e conquistas,

³² No vídeo, Ellora Haonne faz relação com um tipo de comentário frequente em imagens de redes sociais, nas quais, geralmente, usuários escrevem a frase “um corpo é um corpo” como maneira de elogiar alguém com formas definidas em academia ou simplesmente magras. Assunto abordado no vídeo “Um corpo é um corpo//ft. indignação.”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FidW2SpruGg&list=PL5bbWUbt-ZGBITY5NuCBPqWSSQekCEsi&index=9>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

mais do que expressar mudanças pessoais, tem o poder de auxiliar milhares de mulheres que também procuram desapegar-se do bombardeio normativo que regula quem elas devem ser – e *como* devem parecer.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CABEDA, Sonia T. Lisboa. **A ilusão do corpo perfeito: o discurso médico na mídia**. In: **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN Denise R. (orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.149-172.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MORENO, Rachel. **A beleza impossível: mulher, mídia e consumo**. São Paulo: Ágora, 2008.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Sempre bela**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

Canais do Youtube utilizados:

HAONEE, Ellora. **Ellora Haonne**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCOAYJTn0tRL-a8d-lm8fIWA>. Acesso em: 20 dez. 2017.

JUNQUEIRA, Luiza. **Tá Querida**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCVEVuanoMK9tGclfWLghaKw>. Acesso em: 20 dez. 2017.

**JORNALISMO DIDÁTICO NA CULTURA DA LINKAGEM: O
PROCESSO DE ESCRITA COLETIVA HIPERTEXTUAL NO
WIKINEWS**

*DIDACTICAL JOURNALISM IN LINE CULTURE: THE HYPERTEXTUAL
COLLECTIVE WRITING PROCESS IN WIKINEWS*

*Jean Carlos da Silva Monteiro
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
falecomjeanmonteiro@gmail.com*

*Sanny Fernanda Nunes Rodrigues
Professora no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
sannyafernanda@hotmail.com*

RESUMO

Quais impactos a Internet produziu no texto jornalístico com o advento do hipertexto? Este estudo investiga o nascimento do jornalismo didático na Cultura da *Linkagem*, a partir do processo de escrita coletiva hipertextual no site *Wikinews*. Metodologicamente, partiu-se de uma revisão de literatura que resgata estudos sobre o conceito de inteligência coletiva para melhor compreensão do jornalismo colaborativo hipertextual e suas dinâmicas na composição da notícia na web, bem como a produção dos novos modelos de participação na produção da informação que circula em rede. Apresenta-se o conceito de narrativa jornalística em ambientes *Wiki*, para fundamentar epistemologicamente as categorias hipertextualidade, colaboração e didática no jornalismo do século XXI. Abrange, ainda, um estudo de caso no site *Wikinews*, de modo a descrever a referida plataforma, os elementos que compõem a produção de narrativas jornalísticas em ciberespaço, o funcionamento do processo de escrita coletiva hipertextual, assim como a construção didática da notícia na *linkagem*, a interação e colaboração por parte de seus membros e leitores.

Palavras-chave: Hipertexto. Narrativa Hipertextual. Cultura da *Linkagem*. Escrita Coletiva. *Wikinews*.

ABSTRACT

What impacts did the Internet produce on the journalistic text with the advent of hypertext? This study investigates the birth of didactic journalism in Linkage Culture, based on the hypertext collective writing process on the Wikinews website. Methodologically, it was based on a literature review that rescues studies on the concept of collective intelligence to better understand hypertextual collaborative journalism and its dynamics in the composition of news on the web, as well as the production of new models of participation in the production of information that circulates in a network. We present the concept of journalistic narrative in Wiki environments, to epistemologically base the categories hypertextuality, collaboration and didactics in 21st century journalism. It also includes a case study on the Wikinews website, in order to describe the said platform, the elements that compose the production of journalistic narratives in cyberspace, the functioning of the hypertextual collective writing process,

as well as the didactic construction of the news in the linkage, the interaction and collaboration on the part of its members and readers.

Keywords: Hypertext. Narrative Hypertextual. Linkage Culture. Collective Writing. Wikinews.

Introdução

As narrativas hipertextuais tornaram-se tendência entre os usuários da *Web*, influenciando fortemente no surgimento de novas práticas de se pensar e fazer jornalismo na internet. Com essas narrativas nasce a “Cultura da Linkagem”, na qual se utiliza links com blocos de conteúdo carregados de imagens, texto, áudios, infográficos e vídeos, com o objetivo de oferecer uma combinação de jornalismo hipertextual e didático. O uso de hipertextos traz o detalhamento da informação do texto principal, promovendo melhor recepção e entendimento da notícia (BARROS FILHO; DAL FABBRO, 1998; MONTEIRO, 2014).

Dessa forma, o jornalismo didático na Cultura da Linkagem ocorre quando os blocos de conteúdo hipertextual embutidos nos *links* proporcionam, para além da navegação informacional em rede, o detalhamento e a compreensão significativa do fato noticiado (SPIRO; JEHNG, 1990; MONTEIRO; LOPES; RODRIGUES, 2017). Além disso, os conteúdos na linguagem hipertextual são ligados de forma “não-linear”, oferecendo aos leitores a possibilidade de criar seu próprio percurso pela informação. Assim, “[...] ao entrar em um espaço interativo e reticular de manipulação, associação e leitura, a imagem e o som adquirem um estatuto de quase-textos [...]” (LÉVY, 2012, p. 33) que expande a compreensão e discussão da informação publicada por meio de *links*.

Um dos principais projetos de narrativa jornalística hipertextual, didático e cooperativo mais conhecido e com maior influência entre os jornalistas e os internautas é o *Wikinews*. Este, é baseado no modelo *Wiki*, no qual é possível que qualquer pessoa possa publicar notícias e editar as já publicadas por outros redatores. Essa plataforma permite a invenção coletiva, uma vez que, possibilita a criação de *links* entre seus próprios verbetes, no qual o jornalista não mais detém o poder da escrita. Eles permitem ainda que o leitor se coloque como repórter e publique sua própria matéria (TRÄSEL, 2007).

Este artigo investiga o nascimento do jornalismo didático na Cultura da Linkagem, a partir do processo de escrita coletiva hipertextual no site *Wikinews*. Para tanto, inicia-se este estudo com uma revisão de literatura, para resgatar alguns estudos sobre o conceito de inteligência coletiva para melhor compreensão do jornalismo colaborativo hipertextual e suas

dinâmicas na composição da notícia na web, bem como a produção dos novos modelos de participação na produção da informação que circula em rede.

Em seguida, apresenta-se o conceito de narrativa jornalística em ambientes *Wiki*, para fundamentar epistemologicamente as categorias hipertextualidade, colaboração e didática no jornalismo do século XXI. Por fim, expõe-se um estudo de caso no site Wikinews, de modo a descrever a referida plataforma, os elementos que compõem a produção de narrativas jornalísticas em ciberespaço, o funcionamento do processo de escrita coletiva hipertextual, assim como, a construção didática da notícia na linkagem, a interação e colaboração por parte de seus membros e leitores.

Da inteligência coletiva ao jornalismo colaborativo hipertextual

O conceito de inteligência coletiva é fundamental para que se compreenda o jornalismo didático, colaborativo e suas dinâmicas. Para Lévy (2010, p. 26), “[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada e coordenada em tempo real, resulta em uma mobilização efetiva das competências [...]”. Ou seja, o ser humano é incapaz de pensar sozinho, ele necessita de uma “rede humana”, onde se trocam informações, diferentes tipos de conhecimento, sendo ao mesmo tempo compartilhados, e ainda assim, não se alcança a totalidade.

Para Dos Anjos (2008), a inteligência coletiva, é esse conjunto de conhecimentos, é a conexão dos mais diferentes saberes, um exemplo bem claro de inteligência coletiva, é a própria internet, que aqui, toma papel fundamental para que tal concepção se perpetue. Sendo assim, a inteligência coletiva, só se mantém, a partir, da reunião de esforços, onde cada indivíduo tem sua contribuição, com seu recorte de conhecimento. A inteligência coletiva deve ser incessantemente valorizada, pois, sempre haverá um contexto, onde o conhecimento de determinado indivíduo será válido, neste grande espaço de compartilhamento (LÉVY, 2010).

No mundo onde o conhecimento é compartilhado, não há espaço para competições, mas sim, indivíduos dotados de iniciativa, que refletem e buscam por soluções para os anseios do contexto ao qual fazem parte, nada mais é que, unir relações, tendo como mediador a “máquina”, em prol de um bem comum. Com a ascensão da *Web 2.0*, o conceito de inteligência coletiva entrou em evidência, pois, é nela que importantes espaços de troca ganham destaque. As *Wikis* e as mídias sociais foram fundamentais para os espaços de compartilhamento de informação se tornassem cada vez mais comum.

As enciclopédias virtuais (*Wikis*) cada vez mais se popularizaram e são constantemente alimentadas por seus próprios usuários. Etimologicamente, *Wiki* vem do havaiano e significa rápido. Dessa forma, as atualizações são constantes, seus participantes podem criar, editar e corrigir todo o conteúdo, caso julgue necessário. Cabe destacar, que nem todas as *Wikis* permitem a plena alteração de seu conteúdo (GONÇALVES, 2003).

Antes de se ater ao webjornalismo, espaço este onde ocorrem interações durante todo o processo em que usuário lê, escreve, edita e debate as notícias, é fundamental que se esclareça que “interação” no contexto jornalístico, vai além do que se concebe como interação social (que embora seja um tipo de interação, não é sua única definição). Como lembra Thompson (2002), na *web* o processo de interação se dá na relação entre narrador e leitor.

No contexto do webjornalismo, a simples navegação por entre as páginas digitais de um site já se assume como um processo interativo. No entanto, de acordo com Primo (2004), trata-se de uma interação reativa, pois cada clique abre um nível de informação ou aciona um *link* com função previamente estabelecida pelo narrador. Em noticiários online que não permitem a intervenção do internauta, o usuário não pode modelar o conteúdo, colaborar com suas experiências. Embora seja um processo interativo, todos os blocos de conteúdo estão pré-determinados e surgem no processo ação-reação do usuário.

Sob outra perspectiva, Primo (2004) relata que os novos modelos de participação no jornalismo *web* estão ganhando maior amplitude, quebrando as antigas restrições na redação e na edição por ação do usuário com acesso à narrativa. Cria-se, portanto, um ambiente que o autor denomina de “interação mútua”, na qual a interação depende da ação dos participantes em rede. Assim sendo, a relação entre os interagentes ocasiona em um impacto recursivo na perspectiva produto - participante - interação. Gonçalves (2003, p. 22), afirma que:

O jornalismo digital inclui todo produto discursivo que reproduz a realidade pela singularidade dos fatos, tem como suporte de circulação as redes telemáticas ou qualquer outro tipo de tecnologia que transmita sinais numéricos e que incorpora a interação com os usuários no processo produtivo.

Todavia, no Webjornalismo participativo, o interagente é integrado ao processo de produção da notícia, fato este nunca antes feito. Exemplo disso, são alguns sites noticiosos que dependem da ação de seus usuários. Assim sendo, sem a intervenção ativa e mútua dos internautas, esses webjornais não teriam função qualquer.

Jornalismo colaborativo hipertextual em ambiente *wiki*

O jornalismo colaborativo dá um passo à frente do webjornalismo, na medida em que quebra as barreiras entre jornalista/leitor. A *Web 2.0*, cuja filosofia é a colaboração, provoca uma grande mudança quando se trata de publicação em rede. Nela, a abertura dos hipertextos é levada ao limite: os envolvidos compartilham a construção comum do texto. Os leitores de narrativas hipertextuais desfrutam de um controle mais amplo sobre a leitura e o acesso à leitura, ao contrário do leitor de impressos. Além da leitura, Landow (2000) aponta que há também outros formatos de controle e acesso: a criação de links, a escrita (didática) e a conexão em rede.

A maior parte das páginas na *Web* ainda não permitem que os internautas criem novos links ou até mesmo acrescentem novos conteúdos, opinião e comentários, impedindo-os de continuar navegando de forma ampla e associando mais informações a narrativa. É notório que os sites jornalísticos na *web* procuram proporcionar um ambiente mais hipertextual para seus internautas, mesmo que eles não possam compartilhar da escrita e da edição das notícias (PRIMO, 2003).

É importante ressaltar nesta pesquisa as duas formas de escrita colaborativas de hipertextos digitais, que são eles: o hipertexto potencial e o hipertexto de colagem. Na perspectiva de Primo (2003), o hipertexto potencial mantém uma relação de distância entre narradores e leitores, contrário do que ocorre no hipertexto cooperativo, no qual os internautas compartilham da criação da narrativa, à proporção que eles desempenham e recebem um *feedback* do grupo, sobretudo do relacionamento de construção da narrativa em andamento.

Quando se trata do hipertexto colagem, este constitui-se também como um exercício de escrita coletiva, porém requer um maior trabalho no que diz respeito à administração e reunião das partes criadas, afastado do que se concebe como um processo de discussão e criação cooperada. Nessa situação, um administrador ou uma equipe de editores decidem o que será publicado, quem pode colaborar e a distribuição das atividades (MIELNICZUK, 2005).

Os projetos de narrativa cooperativa podem certamente efetivar a interação de diferentes vozes na produção jornalística hipertextual (LANDOW, 2000). A exemplo disso, abordaremos sobre o processo de escrita coletiva existente no sistema *Wiki*. Nesta perspectiva, na próxima seção, explana-se como se ocorre o processo de cooperação que se ergue em torno de um produto jornalístico textual comum, a partir de deliberações em grupo.

Escrita coletiva no *wikinews* (wikinotícias)

Nesta seção, apresenta-se o estudo de caso. Primeiro descreve-se o *Wikinews*, este que por sua vez atende aos requisitos de um site que pratica a produção de narrativas hipertextuais, didáticas e de escrita coletiva (modelo de webjornal colaborativo em desenvolvimento). Em seguida, identificamos as ferramentas que compõem a produção das narrativas jornalísticas, e explicamos o funcionamento cooperativo do site, bem como a forma de interação social por parte de seus leitores na criação de um jornalismo didático.

O *Wikinews* (<https://www.wikinews.org/>), na versão em português Wikinotícias é um projeto de um conjunto de notícias livre em um ambiente online. O projeto foi criado em novembro de 2004, pela fundação *Wikimedia*, organizado em conceito “*wiki*”, um projeto secundário ao *Wikipédia* e objetiva armazenar a maior quantidade de notícias produzidas pela cooperação de internautas (WIKINEWS, 2018).

O site visa melhorar a arquitetura de seus níveis de conteúdo e ter estrutura para ser “uma fonte de notícias alternativas às agências proprietárias atuais”. A missão do site é, segundo sua própria página principal, a constituição de um espaço no qual jornalistas colaborativos/cooperativos têm a possibilidade de produzir narrativas de forma autônoma, seguindo a teoria de Lévy (2010) sobre inteligência coletiva, pois o site é o resultado de uma “mobilização efetiva das competências” (LÉVY, 2010, p. 26).

O *Wikinews* possui um grande leque de tópicos, possibilitando novos relatos jornalísticos ou edição das notícias já publicadas para acrescentar imagens, identificar erros e corrigi-los, acrescentar palavras, frases e parágrafos às narrativas, inserir novos *links*, ou mesmo apagar textos por completo. O internauta não precisa estar cadastrado para alterar o conteúdo da plataforma (WIKINEWS, 2018).

Essa plataforma de participação na *web* está ganhando maiores proporções. A interação mútua permite quebrar as barreiras das narrativas individuais - presentes no jornalismo tradicional - e faz surgir maior produção de narrativas coletivas, segundo a percepção de Primo (2004) sobre esse novo espaço colaborativo.

Ainda de acordo com Primo (2004) e Träsel (2007), os produtos *Wiki*, como o *Wikinews*, ainda não se consolidaram e/ou buscaram estabelecer maior relação com os internautas, tal como acontece com o *Wikipedia*, sucesso em participação, escrita coletiva e busca de conteúdo. Ainda assim, o autor ressalta que, o agrupamento de usuários participantes ativos no site, mesmo que pequeno, opera suficientemente aos objetivos dos seus fundadores.

Pensando na popularização do *Wikinews*, seus fundadores criaram, durante anos, uma edição para países com maior acesso à plataforma-mãe *Wikipedia*. Muitos países foram contemplados, ganhando versões em alemão, em 2004; árabe, espanhol, francês, hebraico, holandês, italiano, japonês, polonês, português, romeno, russo, sérvio, sueco, tailandês e ucraniano, no ano de 2005; chinês e norueguês em 2006; e catalã em 2010 (WIKINEWS, 2018).

Explorando o Wikinews

A página principal do site *Wikinews* traz ao internauta a liberdade necessária para que ele se torne um colaborador no processo de escrita coletiva. Ao acessar a página o usuário encontra a mensagem “bem-vindo (a) ao Wikinews, a fonte de notícias livre que todos podem editar”. Com um link “comece uma notícia”, o internauta é convidado a interagir com a página, que o migra para um outro link com o título “o Wikinews precisa de você”. A página também informa ao internauta “bem-vindo; ajuda; como registrar-se; propor uma notícia; redação e estatísticas do site”. Outra mensagem explica ao internauta as principais funções que ele pode executar como colaborador do site:

Bem-vindos todos ao Wikinews, a fonte de notícias aberta escrita por você! Tudo o que você lê aqui é escrito por indivíduos como você. Você pode editar qualquer artigo – corrigir erros ortográficos, pontuação ou gramática, corrigir erros ou expandir o artigo. (WIKINEWS, 2018, p. 1).

Na mesma página, segue mais informações como *links* que direcionam e ordenam a leitura do usuário, informações básicas sobre o site, *links* tutoriais, guias e *links* para notícias de outras regiões do mundo. Esses *links*, editoriais e abas presentes são essenciais para facilitar a leitura dos interagentes no site, bem como Monterice (2010) enfatiza em suas pesquisas. Segundo a autora, “[...] a invenção da página individual, dos capítulos, dos índices, enfim, de uma série de elementos gráficos e regras de composição permitiram que o processo de leitura fosse facilitado [...]” (MONTERICE, 2001, p. 10).

Na Figura 1, encontra-se a notícia em destaque, notícias classificadas como importantes pelos usuários, geralmente acompanhadas de foto. No espaço superior direito, há a imagem de uma caneta - convidando o leitor para escrever a própria narrativa, no *link* específico, “começar uma nova matéria”. Seguida de um menu de *links* de navegação, situado na coluna esquerda.



Figura 1 – Página de notícias do Wikinews Fonte: <https://pt.wikinews.org/w/index>

A colaboração no site ocorre da mesma forma como acontece no *Wikipédia*, adota-se sempre os princípios da “[...] neutralidade, conteúdo livre, e um processo aberto de tomar decisão.” (WIKINEWS, 2018, p. 1).

A colaboração, segundo o site, promove a ideologia do que seria a prática do jornalista cidadão, bem como do cidadão jornalista - o usuário que exerceu a função de buscar informações, apurar, ouvir fontes, redigir, editar e publicar – “[...] porque acredita-se que qualquer um pode fazer uma contribuição útil para o cenário que está a se desenrolar no mundo ao nosso redor [...]” (WIKINEWS, 2018, p. 1).

Esse processo de colaboração coletiva segue a teoria de Dos Anjos (2008) que, em suas pesquisas, evidenciou que o homem é incapaz de pensar sozinho. No caso da colaboração no *Wikinews*, as narrativas precisam de uma rede de colaboração coletiva, na qual trocam-se informações, diferentes tipos de conhecimento, sendo ao mesmo tempo compartilhados.

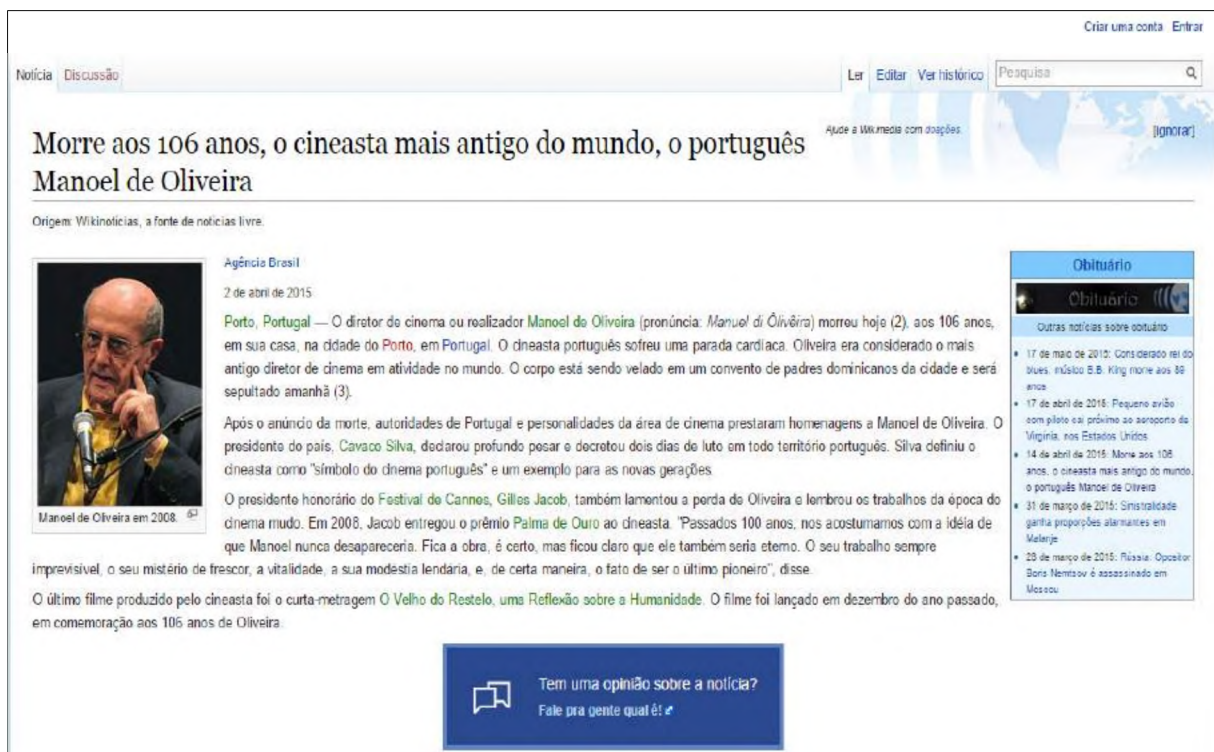
A relação de colaboração no site dá, então, na autenticidade da existência da “configuração”, uma característica dos elementos digitais, que diz respeito às relações a serem estabelecidas no processo de escrita coletiva, como explica Paul (2007), a produção da narrativa é de “um-a-um, um-para-vários, vários-para-um, muito-para-muitos”.

Portanto, é nesse processo de colaboração e escrita hipertextual que se compreende o nascimento do jornalismo didático por meio de linkagens nas narrativas do *Wikinews*.

Jornalismo didático nas narrativas do Wikinews

Uma das principais características das narrativas digitais e do processo de escrita cooperativa do site *Wikinews*, é sua capacidade de proporcionar conteúdos adicionais, ou seja, através de um *link* tem-se acesso a outros materiais disponíveis na própria rede, tornando a informação mais didática, uma vez que ela detém de diferentes hiperligações linkadas para oferecer melhor recepção e compreensão da notícia transmitida.

Observa-se que os *links* presentes na narrativa do site podem ser embutidos (conforme apresentado na figura 2), quando dizem respeito à links que aparecem destacados em palavras inseridas ao longo do texto principal da postagem, podendo estar presente nos títulos ou nos nomes dos veículos de comunicação. Também podem ser externos, levando a diversos ambientes da narrativa ou quando se tratarem de *links* que embora façam parte da postagem, não estão incorporados às palavras do texto principal (PAUL, 2007).



The screenshot shows a Wikinews article titled "Morre aos 106 anos, o cineasta mais antigo do mundo, o português Manoel de Oliveira". The article text includes several embedded links: "Agência Brasil", "Porto, Portugal", "Festival de Cannes", "Palma de Ouro", "Humanidade", and "O Velho do Restelo". A sidebar on the right titled "Obituário" lists other obituaries with dates and names, such as "17 de maio de 2015: Considerado rei do blues, músico B.B. King morre aos 88 anos" and "17 de abril de 2016: Pequeno avião com piloto e seu próximo ao aeroporto da Virgínia, nos Estados Unidos". At the bottom of the article, there is a blue button that says "Tem uma opinião sobre a notícia? Fale pra gente aqui!".

Figura 2 – Elementos de linkagem na escrita coletiva didática Fonte: Wikinews, 2018

Há também os complementares, que são *links* de conteúdos associados ao assunto principal, que por sua vez podem acrescentar ou detalhar melhor o fato, a exemplo da relação de *links* no canto superior à direita da página, sublinhados de azul, denominados de obituário.

Os *links* presentes na narrativa são do tipo troca de informação e registro, conforme Paul (2007) aponta como característica das narrativas em ciberespaço.

Outras narrativas produzidas por colaboradores do site *Wikinews* apresentam variantes de *links* que foram citados nos estudos de Mielniczuk (2005) e Paul (2007). Na narrativa abaixo (Figura 3) foram observados os *links* contextuais, cujo objetivo é fornecer material exclusivo para a narrativa; os relacionados, destinados a fornecer material similar ao tema da narrativa; os recomendados, que são *links* gerado pelo site a partir do rastreamento das ações anteriores do usuário.



The image is a screenshot of a Wikinews article. At the top, there are navigation tabs for 'Notícia' and 'Discussão', and a search bar. The main title is '"Dona Beija" termina com baixa audiência no SBT'. Below the title, there is a warning box stating that the article is protected. The article text begins with the date '9 de julho de 2009' and describes the end of the TV show 'Dona Beija' on SBT. A blue button with a speech bubble icon asks 'Tem uma opinião sobre a notícia? Fale pra gente qual é!'. At the bottom, there is a section titled 'Notícias Relacionadas' with three bullet points linking to other articles. A small globe icon and text 'Na Wikipédia há um artigo sobre Dona Beija.' are also visible.

Figura 3– Outros elementos de linkagem na escrita coletiva didática. Fonte: Wikinews, 2018

Outros *links* também encontrados nas narrativas do *Wikinews* foram os autorreferenciais, capazes de referenciar postagens mais antigas produzidas pelo site; e os *links* internos, também conhecidos como intratextuais, pois, levam a conteúdos produzidos pelo próprio site, sublinhados de azul no canto superior esquerdo da narrativa. Outro tipo de *linkagem* encontrada nas narrativas *Wikinews* são as referenciais, cujos links referenciam as fontes dos textos reproduzidos nas postagens, sejam parágrafos ou textos na íntegra.

A partir desta análise, evidenciou-se que, de um clique sobre o link, uma nova janela se abre e o conteúdo hipertextual assume uma nova característica, que é a função didática que se assume nessa nova forma de fazer jornalismo. Dessa forma, as características do hipertexto

devem ser analisadas pela atuação do *link* na narrativa, que traz o detalhamento da notícia informada ao leitor.

Considerações finais

Ao final deste estudo, considera-se que toda narrativa jornalística, para iniciar o processo de transformação do tradicional para o hipertextual - que além de possibilitar a escrita coletiva, conta com interações cada vez mais universais com e entre os colaboradores - precisa de um dos parâmetros mais básicos para construção do texto eletrônico, que é o *link*. Este, por sua vez, deve estar arquitetado na informação de forma didática.

Além de analisar como ele estabelece o elo entre os blocos de conteúdo, este estudo investigou cada função dos *links* nas narrativas para identificar como cada internauta narrador/leitor faz, de forma colaborativa, um encadeamento de diversos conteúdos em uma mesma narrativa, construindo um jornalismo mais didático.

Essa ideia de processo de escrita coletiva em ciberespaço foi autenticada com o estudo de caso realizado no site *Wikinews*, que fundamentou toda pesquisa bibliográfica investigada. O site atende aos requisitos de prática de produção de narrativas hipertextuais, bem como de escrita coletiva (jornalismo colaborativo) e jornalismo didático. Partindo dessa análise descritiva, avaliamos a capacidade e dimensão dos impactos já existentes e a aqueles que ainda estão por vir nas narrativas hipertextuais jornalísticas, tanto pelo hipertexto e como pelas modernas tecnologias da comunicação.

A escrita coletiva, assim como o jornalismo didático, abre a cada dia um novo campo de atuação tanto para os jornalistas profissionais, a exemplo da edição de narrativas enviadas por internautas colaboradores, como também no surgimento de cidadãos que mostram interesse em participar do processo de produção de narrativas colaborativas em ciberespaço, prática adotada pelo site *Wikinews*.

Referências bibliográficas

BARROS FILHO, Clóvis de; DAL FABRO, Antônio. Jornalismo didático e agenda do leitor. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 11, p. 22-28, jan./abr. 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36336/39056>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

DOS ANJOS, M. U.; ANDRADE, C. C. de. A relação entre educação e Cibercultura na perspectiva de Pierre Levy. **Revista Eletrônica Lato Sensu**. 5. ed. Ano 2008. Disponível em: <http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/5%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/2-Ed5_CH-Relac.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

GONÇALVES, Elias Machado. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

LANDOW, George. **Hypertext 2: the convergente of contemporary critical theory and technology**. Baltimore: The Johns Hopkins, 2000.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 14. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

MACHADO, Elias. A Base de dados como espaço de composição multimídia. In: BARBOSA, Suzana (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração**. 1. ed. Covilhã: Labcom Books, 2007. p. 102-118. Volume 1.

MIELNICZUK, Luciana. **O Link como recurso da narrativa jornalística hipertextual**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

MONTEIRO, Jean Carlos da S. Hipertexto: a linguagem da nova geração. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 20 maio 2014. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed799_a_linguagem_da_nova_geracao/>. Acesso em: 01 jan. 2018.

MONTEIRO, Jean Carlos da Silva; LOPES, Ana Paula de Sousa; RODRIGUES, Sanny Fernanda Nunes. Mapeamento histórico do hipertexto: da origem à utilização no processo ensino-aprendizagem. **Revista Tecnologias na Educação**, ano 9, n. 22, v. 22, p. 1-13, 2017. Disponível em: <<http://tededu.pro.br/wp-content/uploads/2017/10/Art22-vol.22-Edi%C3%A7%C3%A3o-Tem%C3%A1tica-VI-Outubro-2017.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

MONTERICE, Érica Simone. **Um estudo sobre o hipertexto eletrônico**. Juiz de Fora: UFJF, 2001. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/%C3%89ricaSimone3.pdf>>. Acesso 16 jan. 2018.

PAUL, Nora. Elementos das narrativas digitais. In: FERRARI, Pollyana (Org.). **Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas da comunicação digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. **Hipertexto cooperativo**: uma análise da escrita coletiva a partir dos blogs e da Wikipédia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA COMUNICAÇÃO, 7., 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://pesquisando.atraves-da.net/hipertexto_cooperativo.pdf>. Acesso: 29 jan. 2018.

_____. Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador. In: BRASIL, André. et al (Org.). **Cultura em fluxo**: novas mediações em rede. Belo Horizonte: Pucminas, 2004.p. 36-57.

SPIRO, R.; JEHNG, J. **Cognitive Flexibility, random access instruction and hypertext**: Theory and technology for the nonlinear and multi-dimensional traversal of complex subject matter. In NIX, D.; SPIRO, R. (Ed.). The "Handy Project". New Directions in Multimedia Instruction, Hillsdale, NJ:Lawrence Erlbaum, 1990.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRÄSEL, Marcelo. **Gatekeeping no jornalismo digital**: o caso Wikinews. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA EM JORNALISMO, 3., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

WIKINEWS. **Wikinotícias**. [S.l.:s.n.], 2018. 3 p. Disponível em:<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikinot%C3%ADcias>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CHAPEUZINHO VERMELHO EM NARRATIVAS TRANSMÍDIA: UM CLÁSSICO EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA

*LITTLE RED RIDING HOOD IN TRANSMEDIA STORYTELLING: A CLASSIC IN
MEDIA CONVERGENCE TIMES*

*Luciana Echegaray
Mestranda/UFRGS - PROPUR
luciana@lucianaetchegaray.com*

RESUMO

O presente trabalho analisa questões relacionadas à globalização e mundialização da conectividade, a partir do surgimento da cibercultura, através de revisão bibliográfica. Tem por objetivo destacar as mudanças que esse fenômeno causou no modo como consumimos, criamos, divulgamos, contamos nossas histórias e nos relacionamos. Parte da hipótese de que a sociedade em rede (CASTELLS, 1999) é um espaço globalizado, mas também híbrido, de fronteiras culturais diminuídas, como um novo e revolucionário meio de expressão, baseado na inteligência coletiva e na colaboração, onde novas formas de linguagem são criadas a partir do evento da cultura de convergência, mais inclusiva, mais heterogênea, mais democrática, porém, controversa. Como resultado, demonstra que os cidadãos recuperaram o direito de contarem suas histórias por novos caminhos, de forma recontextualizada, numa cultura de convergência, termo desenvolvido por Henry Jenkins (2008), através da clássica história de Chapeuzinho Vermelho, narrada por diferentes viéses, por meio de três possibilidades midiáticas.

Palavras-chave: Cibercultura. Híbridismo. Redes Comunicativas.

ABSTRACT

The present work analyzes issues related to globalization and globalization of connectivity, from the emergence of cyberculture, through a bibliographical review. It aims to highlight the changes that this phenomenon has caused in human relations and in the way we consume, create, advertise and tell our stories. From the hypothesis that the networked society (CASTELLS, 1999) is a globalized and hybrid space of diminished cultural boundaries, as a new and revolutionary way of expression, based on collective intelligence and collaboration, where new forms of language are created from the convergence culture, more inclusive, more heterogeneous, more democratic, but controversial. As a result, it demonstrates that citizens have regained the right to tell their stories by new paths, in a new context, under a convergence culture, a term developed by Henry Jenkins (2008), through the classic story of Little Red Riding Hood, narrated by different standpoints, in three different medias.

Keywords: Cyberculture. Hybridism. Communication Networks.

Introdução

A globalização, que emergiu nas sociedades nas últimas décadas, catapultada pelos avanços tecnológicos e a mundialização da conectividade, trouxe profundas mudanças no nosso estilo de vida e em nosso comportamento, ao expandir a dimensão geográfica e a demanda por variedade cultural. Nossas escolhas, nossas atitudes, nossos hábitos, nosso modo de nos relacionarmos e nossa visão do mundo veem-se constantemente influenciadas por esse ambiente global de interação. Tal contexto transformou profundamente a forma de consumir, criar, produzir, comercializar, divulgar e distribuir os produtos e serviços culturais, nacional e internacionalmente.

Uma avalanche de bens culturais, daqui e de outros países, passaram a fazer parte do cotidiano do brasileiro, e isso chamou nossa atenção para questões de identidade da cultura local, homogeneização da cultura, multiculturalismo, transculturalismo³³, hibridismo cultural e glocalização³⁴.

O mundo passou a constituir-se como uma verdadeira *aldeia global*³⁵, num ambiente virtual sem fronteiras, por vezes numa homogeneização hegemônica de gostos, hábitos e costumes trazidos pela cultura de massa vinda, principalmente, dos EUA e Europa; em outros momentos, num caldeirão efervescente de estilos e culturas que fundem-se entre si, gerando novas identidades e narrativas híbridas. Um novo sentido de tempo e espaço revelou-se, no qual “o distanciamento espacial foi aumentado, enquanto a demora temporal foi sendo virtualmente eliminada” (THOMPSON, 2012, p. 58).

Nesse contexto surge a *sociedade em rede* (CASTELLS, 1999), com espaço globalizado, mas também híbrido, de fronteiras culturais diminuídas, como um novo e revolucionário meio de expressão, baseado na inteligência coletiva e na colaboração, onde novas formas de linguagem são criadas partir do evento da cultura de convergência, mais inclusiva, mais heterogênea, mais democrática, porém, controversa. Nada será como antes: vivemos na era da cibercultura.

³³ MALINOWSKI, 1991: xxxiii, apud VIANNA, 1995, p. 171.

³⁴ CANCLINI, 2003.

³⁵ McLUHAN, 1964.

Cibercultura, Inteligência Coletiva e Cultura de Convergência: Consumo, Relacionamentos, Apropriação de Conteúdo

A sociedade atual existe, interage e funciona no espaço cibernético, onde há uma constante metamorfose de mensagens interativas.

A *cibercultura*, termo cunhado por Pierre Lévy (1999) pressupõe uma mudança radical nos meios de produção de conteúdos, de interconexão, de troca, a partir da mediação por computadores. Segundo ele “a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (LÉVY, 1999, p. 15).

Dentro dessa perspectiva, Lévy aponta também que a cibercultura nos traz a virtualização do espaço de relacionamento, sendo que esse virtual não se opõe ao real nem tampouco ao material, pois, ainda que não esteja fixado em uma coordenada de tempo e espaço, ele é real, um real desterritorializado. Esse ambiente é composto por comunidades virtuais, que são os nichos de formadores de opinião (*gatewatchers*) e consumidores, cuja finalidade última é a inteligência coletiva, onde as inteligências individuais podem ser compartilhadas, saindo do isolamento e facilitando a troca de conhecimentos com o enriquecimento de informações, através da colaboração e da cooperação.

Assim sendo, sobre as comunidades virtuais, Lévy salienta que “são construídas sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos, em um processo mútuo de cooperação e troca” (LÉVY, 1999, p.127). Já a inteligência coletiva “é uma inteligência distribuída por toda parte, na qual todo o saber está na humanidade, já que ninguém sabe tudo, porém, todos sabem alguma coisa” (LÉVY, 2007, p. 212).

E é justamente nesse cenário cibernético e cibercultural, onde há a presença de várias plataformas de compartilhamento de conteúdos, é que os cidadãos recuperam o direito de contarem suas histórias por novos caminhos, de forma recontextualizada, numa *cultura de convergência*, termo desenvolvido por Henry Jenkins (2008), que prevê a reapropriação de conteúdos pelos indivíduos, narrados através de uma produção midiática cooperativa, por meio da mídia corporativa, da mídia alternativa, do consumidor e afins. Isso nos possibilita recontar nossa própria história, dessa vez não pela perspectiva do vencedor ou detentor do poder, mas também pelo ponto de vista das minorias constrangidas, rompendo assim com os estereótipos e as desigualdades propagadas pela narrativa da tradicional *história única*, termo cunhado pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que ela resume da seguinte maneira: “então, é assim

que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão” (ADICHIE, Ted Global Talks, 2009).

Sob o ponto de vista tecnológico e antropológico, Jenkins define convergência como "o fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, a cooperação de múltiplos mercados midiáticos e o comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam" (JENKINS, 2008, p. 27). Sendo assim, convergência é uma transformação cultural e social e pode acontecer tanto como um processo individual do ouvinte, quanto em sua interação com outros sujeitos ao construir uma narrativa a partir de informações fragmentadas em diversas mídias ou sob diferentes perspectivas, possuindo também gênese social.

A Hibridização em Jenkins e Canclini

A partir do que fora exposto, cabe salientar também um importante aspecto da cultura de convergência, que é a hibridização entre as novas e velhas tecnologias, onde há uma transformação no modo como se contam as histórias e no modo como elas passam a circular em nossa cultura. Nesse momento, a cultura de convergência de Jenkins pode ser relacionada ao hibridismo cultural de Canclini (2003), por ser uma cultura que é apropriada de *outro modo*, e a partir daí, mistura-se e é compartilhada de *formas diferentes*, por meio de práticas culturais vividas, através de recursos de mídia diversos. Essa correlação fica mais clara a partir da definição de hibridação, de Canclini: “(...) entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos, práticas” (CANCLINI, 2003, p. 19 da introdução).

Desse modo, a hibridização das histórias acontece no contexto de múltiplas narrativas de uma mesma história, dos modos de criar e fruir as mesmas, em seus diferentes espaços de convivência e compartilhamento (mídias), onde o usuário migra e mistura as versões em vídeo, escrita, som, como um mosaico que contém uma mesma história, sob enfoques distintos. Os produtos de velhas e novas mídias se tornam híbridos, reconfigurando a relação entre o público e a história contada, dentro da narrativa transmídia, pois a cultura da convergência cria um terreno onde os poderes dos produtores e dos consumidores de mídia interagem de modo difuso e participativo.

Chapeuzinho Vermelho em Três Possibilidades Midiáticas

Para melhor ilustrar o que fora abordado até agora, tomemos por exemplo o clássico conto de Chapeuzinho Vermelho. Várias são as versões dessa mesma história, sendo que as mais famosas são a de Perrault (1691) e a dos Irmãos Grimm (1822).

As duas narrativas são muito semelhantes, com exceção do final: na de Perrault, a menina e a avó não são tiradas da barriga do lobo pelo caçador; na dos Irmãos Grimm, o caçador aparece, corta a barriga do lobo, salva a avó e a menina e as substitui por pedras, o que garante ao lobo uma morte lenta e sofrida.

Sem adentrar nos múltiplos simbolismos de cunho psicanalítico que o conto suscitou ao longo dos anos, para efeitos deste trabalho, vamos nos deter na história contada pelos Irmãos Grimm, que é a forma clássica como a conhecemos. Nela, a mãe pede para a menina que leve comida para a avó doente. Mas para tanto, a menina deve atravessar uma floresta muito sinistra, sem nunca parar e nem tampouco conversar com estranhos. No caminho, Chapeuzinho é abordada por um lobo, para quem ela conta que está indo à casa da avó. O lobo, então, ensina-lhe um outro caminho até lá, porém, mais longo. O lobo dirige-se até à casa da avó pelo caminho mais curto, chega antes da menina, devora a avó sem dó, e deita-se em sua cama, disfarçado de avó, para enganar Chapeuzinho. A menina finalmente chega à casa, trava um diálogo cheio de significados com o lobo disfarçado, e também é devorada por ele. Mas surge um caçador, que abre a barriga do lobo, salva as duas, e preenche a barriga do malfeitor com pedras. O lobo morre, é claro, lenta e dolorosamente.

A partir da explanação acima, vamos contar essa história em três mídias diferentes, porém complementares, com base em um dos fundamentos da cultura de convergência, a *narrativa transmídia* (JENKINS, 2008), entendida como aquela que ocorre em plataformas diferentes, onde parte do conteúdo é distribuído em cada mídia, de forma adaptada e não somente replicada, expondo facetas múltiplas de uma mesma história, cada qual correspondente à sua mídia mais adequada, levando em conta as características próprias de cada meio. E para melhor potencializar as possibilidades de divulgação em cada mídia, apontaremos seus possíveis *gatewatchers* (termo cunhado por Axel Bruns e difundido por Pamela Shoemaker), que são os usuários formadores de opinião, relacionados ao conceito de inteligência coletiva, que de forma participativa compartilham e divulgam em rede os conteúdos conexos com seu nicho de influência e interesse. Para Bruns:

Eles observam o material que está disponível, se é interessante, e identificam as novas informações, se úteis, com objetivo de canalizar este material para atualizar e estruturar notícias que possam apontar direções para conteúdos de relevância e para outras partes do material selecionado (BRUNS, 2005, pg. 18)³⁶.

Esse exercício que será feito a seguir, com o conto Chapeuzinho Vermelho, nos permite considerar até que ponto uma mesma história pode ser utilizada de maneiras diferentes, conforme a conveniência do narrador, apenas ressaltando o aspecto que melhor lhe convier, sem que a história perca seu caráter original, a partir de uma reinterpretação de seus aspectos simbólicos. Esse é um uso bastante temerário da informação, pois pode ser empregado para os mais diversos fins.

Aplicativo “Pela Estrada Afora...”

Levando em conta o caráter destemido e independente de Chapeuzinho Vermelho, que aceita travessar a floresta perigosa sozinha, poderia ser desenvolvido um aplicativo voltado para mulheres que desejam sair à noite, mas com alguma segurança e livre de aborrecimentos. Pensei em uma mulher, solteira ou casada, que tem uma noite de folga, quer fazer um programa agradável (cinema, teatro, um barzinho ou um restaurante, por exemplo), mas não encontra companhia, seja porque seus amigos ou parentes já estão ocupados com outros afazeres, seja porque seu (a) namorado(a) ou companheiro(a) não pôde acompanhá-la. Essa mulher quer, mesmo assim, aproveitar aquela noite para sair, ao estilo “pela estrada afora eu vou bem sozinha”, mas, até pelo fato de estar só, deseja seguir um roteiro onde as opções lhe forneçam algum tipo de segurança, numa área mais policiada e protegida, em lugar frequentado por pessoas com hábitos e preferências em comum com ela.

O aplicativo seria um indicativo desses locais, criado para mulheres com essa demanda, e poderia até ter ícones indicando o grau de segurança dos locais, utilizando-se as figuras do lobo e do caçador: quanto mais “lobos” uma região ou local apresentasse, menos seguro seria; quanto mais “caçadores”, mais seguro, e assim sucessivamente numa escala em graus de segurança ou de periculosidade dos locais.

Como gatewatchers para tal aplicativo seria necessário contatar blogueiras que dão dicas para mulheres em suas páginas, revistas especializadas para o público feminino, academias de

³⁶ No original: “They observe what material is available and interesting, and identify useful new information with a view to channeling this material into structured and up-to-date news reports which may include guides to relevant content and excerpts from the selected material”.

ginástica, clínicas estéticas, salões de beleza, enfim, um grupo de formadores de opinião e divulgadores em potencial para aquele nicho específico.

A “Inocência” Desnudada no Vídeo Publicitário

Chapeuzinho Vermelho recebe uma tarefa de sua mãe, com a condição de não conversar com estranhos pelo caminho. Mesmo alertada para o perigo que o estranho pode representar, a menina conversa com o lobo e ainda lhe revela seu destino. Seria mesmo, demasiada ingenuidade? Bem, muitas são as interpretações psicanalíticas para tal atitude da menina, que está na puberdade e tem muita curiosidade acerca de questionamentos diversos. Inclusive o fato dela vestir uma capa vermelha é carregado de significados. Essa faceta da menina poderia ser explorada num comercial de lingerie, por exemplo, com um tom de mistério e leve apelo sensual, uma vez que, ao comprarmos um produto estamos adquirindo mais do que seu conteúdo em si, mas também os significados que ele simboliza, porquanto, “o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos” (CANCLINI, 2015, p. 60).

Nesse caso, os gatewatchers podem tanto ser um nicho como o da situação anterior, voltado para o público feminino, quanto um nicho relativo ao público masculino, que quer apresentar uma mulher com uma lingerie, ou o público LGBT.

Um Game Repleto de Armadilhas

A história de Chapeuzinho Vermelho, apesar do enredo simples e de seus poucos personagens, pode ter vários desdobramentos, em função de seus diversos significados. Levando-se em conta os personagens da avó, da menina, do lobo e do caçador, e seus perfis e interações na trama, um game repleto de obstáculos e armadilhas poderia ser desenvolvido, com vários níveis e graus de dificuldade, até chegar ao ponto máximo, que poderia ser a morte do lobo, a libertação da avó e da menina, ou outro aspecto da trama..

Os games já possuem seu nicho bem definido de afeitos, que varia de idade conforme a complexidade da produção e o grau de dificuldade de seus níveis. No caso de Chapeuzinho, poderia ser num game voltado para crianças, até os oito anos de idade, portanto, seus formadores de opinião vão desde sites que a própria criança acessa, até meios que atinjam seus

responsáveis, como pais, avós, professores, tios, que tenham interesse em oferecer o game à criança como meio de entretenimento.

Considerações Finais

A internet revolucionou nossa era e modificou sobremaneira nossa relação com a produção e o consumo de produtos. A partir desse evento, a cibercultura surge para entrelaçar os mundos real e virtual, promovendo a troca, a ampliação dos meios de discussão e de interação entre os usuários, de forma participativa, colaborativa, mas também inquietante. Ela existe para o bem ou para o mal, pois, ao mesmo tempo em que tivemos acesso aos meios que nos propiciam recontar nossa história e conhecer o ativismo cibernético do Wikileaks, a internet também nos revelou a *deep web*, a pós-verdade, o vazamento de informações dos cidadãos e a espionagem virtual.

Ainda há muitas evoluções para acontecerem, a partir desse cenário. Mas, para que essa onda evolutiva não cesse e ocorra com alguma salvaguarda para a sociedade, é necessário que o Estado assuma o protagonismo no fomento ao desenvolvimento tecnológico e à garantia da inclusão digital, através de políticas públicas e mecanismos que promovam a segurança em rede e a redução da desigualdade.

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda . **O perigo de uma única história**. Ted Global Talks, 2009.
Disponível em:
https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br . Acesso em maio de 2018.
- BRUNS, Axel. **Gatewatching: collaborative online news production**. Nova York: Peter Lang, 2005.
- CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, EDUSP, 2003.
- _____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 8ª edição, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. **Inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2007.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Ed. Cultrix Ltda, 1964.
- ROCHA, Waldyr Imbroisi. **As várias histórias de Chapeuzinho Vermelho**. Revista Anagrama. Editora da USP: São Paulo, 2010.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 13ª edição, 2012.
- VIANNA, *Hermano*. **O Mistério do Samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1995.

HOLLYWOOD VERSUS A UNIÃO SOVIÉTICA: NA FILMOGRAFIA DE SYLVESTRE STALLONE.

*HOLLYWOOD VERSUS THE SOVIET UNION: IN THE FILMOGRAPHY OF
SYLVESTRE STALLONE.*

*Macon Alexandre Timm de Oliveira
Mestre em História
maicontimm16@hotmail.com*

RESUMO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo encontrava-se dividido entre dois blocos políticos, de um lado os capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América, do outro lado estavam os socialistas da União Soviética. O governo estadunidense fomentou bruscamente a criação de um sentimento negativo para com esse país, para isso utilizou-se de uma de suas principais armas: o cinema. Hollywood fora incumbida de construir espectadores avessos aos princípios dos soviéticos, principalmente se tratando do momento que se encontravam, no caso a Guerra Fria. Para isso um ator foi convocado: trata-se de Sylvester Stallone, ator de renome em Hollywood. Seus personagens passaram a enfrentar os cruéis e temíveis soviéticos em diferentes ocasiões: seja no Vietnã em Rambo: First Blood Part II, ou no Afeganistão com Rambo III, e também, além dos campos de batalha, no ringue de boxe, quando em Rocky IV trava uma luta árdua contra Ivan Drago em pleno solo soviético. Nossa proposta tem como objetivo dois pontos: 1. observar e analisar como os filmes criam uma aversão para com a União Soviética, bem como reforçam e ressaltam ideologicamente o papel dos Estados Unidos como principal nação do globo terrestre e 2. analisar o quanto a figura de Sylvester Stallone corroborou para a construção desse sentimento antissoviético e valorativo para com os estadunidenses.

Palavras-chave: Ideologia. Sylvester Stallone. Hollywood. Guerra Fria.

ABSTRACT

After the end of the Second World War, the world was divided between two political blocs, on one side the capitalists led by the United States of America, on the other side were the Socialists of the Soviet Union. The American government has abruptly fostered the creation of a negative feeling towards this country, so it used one of its main weapons: cinema. Hollywood was tasked with building spectators averse to the principles of the Soviets, especially when it comes to the moment they were in the Cold War case. For this an actor was summoned: This is Sylvester Stallone, a renowned actor in Hollywood. His characters began to confront the vicious and fearsome Soviets on different occasions: whether in Vietnam in Rambo: First Blood Part II, or in Afghanistan with Rambo III, and also, beyond the battlefields, in the boxing ring, when in Rocky IV crashes an arduous struggle Against Ivan Drago in full Soviet soil. Our proposal aims at two points: 1. To observe and analyze how films create an aversion to the Soviet Union, as well as reinforce and ideologically emphasize the role of the United States as the main nation of the terrestrial Globe and 2. Analyze how much the figure of Sylvester Stallone corroborated for the construction of this feeling antissoviético and valued to the Americans.

Keywords: Ideology. Sylvester Stallone. Hollywood. Cold War.

As origens do cinema ideológico, e o nascimento de Hollywood.

O cinema que surgiu na final do século XIX passou por transformações significativas: de mudo a falado, de preto e branco ao colorido; a ele também foram incorporadas novas funções. Além de sempre ser visto como um meio para divertir as massas, teve uma incorporação inevitável da política ao seu cenário, pois:

As ideologias cinematográficas nascem com a própria origem do cinema. Uma vez que o cinema se desenvolve tecnologicamente, emergem do seu interior diversas teses tecnicistas, metódicas e formalistas, que são produzidas pelos agentes envolvidos no processo da produção cinematográfica. (VIANA, 2009, p. 6)

O fazer cinematográfica ao longo das décadas proporcionaria novas formas de fazer as narrativas fílmicas, todavia algo ao longo dessa trajetória ganharia destaque, o aspecto político ganharia nos filmes um espaço crescente, isso porque “[o] filme reproduz valores e ideologemas que atingirão de forma direta ou indireta o público que o assiste” (VIANA, 2009, p. 7). Observando essa nova característica por parte dos longas-metragens “os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar-se dele e pô-lo a seu serviço” (FERRO, 1992, p. 13). O cinema politizado dava seus primeiros passos durante a Primeira Guerra Mundial, entretanto os próprios limites do período impediram uma utilização em larga escala, isso pelas próprias questões de filmagem e montagem do filme, pois as técnicas cinematográficas ainda eram limitadas.

Uma das grandes modificações viria com a Escola de Montagem russa constituída na década de 20 do século XX, a partir dessa escola o cinema ganhou um caráter mais político. Os filmes desenvolvidos por esse grupo conseguiam atingir a população em geral passando as ideologias propostas. Depois dos russos, essa prática se espalhou rapidamente, principalmente pelo fato da grande massa assistir a essas narrativas cinematográficas.

Se a década de 1920 observou o surgimento e o início de um aprimoramento da utilização do cinema, os anos pré-Segunda Guerra Mundial levaram essa utilização ao nível máximo. Segundo Nóvoa, “o “nazi-fascismo” e o “stalinismo” seriam exemplos de fenômenos históricos que utilizaram exaustivamente o cinema como instrumento difusor de sua visão de mundo” (NÓVOA, 2008, p. 33). Logo da ascensão de Hitler ao governo alemão o mesmo elabora um ministério exclusivo para cuidar da questão de propaganda do Estado.

Russos e Alemães controlaram o cinema de forma rígida, criando uma estrutura de controle sobre esse meio, já os Americanos não seriam tão direto na relação cinema nacional e políticas governamentais, a preocupação maior era de orientar a instrumentalização política do cinema de forma que a mensagem propagandística não fosse apresentada de forma tão direta, explícita e agressiva, como ocorreu com o

cinema de propaganda nazista, fascista e stalinista, já que numa democracia moderna, de tipo ideal, os meios de comunicação mantêm-se plurais, a fim de escapar a uma tutela política única, e o direito de liberdade de expressão é garantido. (PEREIRA, 2011, p. 4)

A Segunda Guerra Mundial marcaria um dos momentos onde os cinemas nacionais adentraram em uma batalha ideológica ferrenha, já que as principais nações envolvidas na guerra utilizaram as indústrias cinematográficas locais a seu favor. Os próprios estadunidenses passaram a se utilizar do cinema ideológico quando abandonaram a sua posição de isolamento, visto que devido ao ataque japonês a Pearl Harbor e a declaração de Guerra da Alemanha, passa a ser necessário justificar a entrada na Guerra. Os estadunidenses utilizaram o cinema para se exaltar ou desmerecer seus inimigos.

Os filmes hollywoodianos retratavam os norte-americanos como os líderes da democracia e os responsáveis pela libertação do mundo das garras totalitárias. O cinema incorporava a política do “Destino Manifesto” como fica claro nas palavras de Franklin Delano Roosevelt: “Nosso cinema conquistou o primeiro lugar no mundo. Ele reflete nossa civilização para o estrangeiro. As ideias, as aspirações e os ideais de um povo livre e da própria liberdade” (PEREIRA, 2011, p. 1).

A propaganda estadunidense, fosse para difundir propostas políticas ou buscar aliados, está baseada em cinco pontos fundamentais:

Primeiro a ênfase na amizade onde amigos lutam contra um mal em comum. Segundo a musicalidade fator crucial para o cinema de propaganda, pois ela é capaz de passar uma segurança e tranquilidade frente a um cenário de caos. Terceiro a dedicação do herói-nação, a exaltação de pessoas ou país que surgiram para liderar contra qualquer que seja o problema. Quarto a eterna luta entre o bem e o mal. Quinto a aproximação do personagem com o telespectador esta também desempenha papel importante, pois é quem transfere os valores sociais da nação no caso da Segunda Guerra Mundial era a manutenção da família e reforçar o laço na mesma, uma dedicação suprema para o esforço de guerra interna. (FERREIRA, 2007 p. 4-5)

Para Ferro, “[o] cinema é um instrumento que se impõe por si mesmo, é o melhor instrumento de propaganda” (FERRO, 1992, p. 27) e segue possuindo esse papel ainda na nossa sociedade. A matriz do cinema ideológico estadunidense encontrou suas bases na Segunda Guerra Mundial, deste momento até a contemporaneidade, as películas hollywoodianas trazem as ideologias estadunidenses, pois:

A sua natureza (a sua mentalidade) assinala ao cinema uma dupla função ideológica, que a sua história confirma. A) reproduzir reflete as ideologias existentes; é, pois, utilizada (conscientemente ou não, pouco importa) como vetor no processo de circulação das ideologias. B) produz uma ideologia própria. (LEBEL, 1989, p.22)

Mas principalmente pelo fato de “[o] elemento fundamental do filme é a sua mensagem. A mensagem é uma expressão figurativa da realidade, porquanto expressa uma determinada percepção da realidade, seja ela qual for” (VIANA, 2012, p. 20). A mensagem que os filmes passaram a veicular é carregada de um sentido ideológico. A Guerra Fria que colocaria em oposição as duas potências da época, de um lado o capitalismo dos Estados Unidos contra os socialistas da União Soviética, o cinema demonstraria esse antagonismo.

A partir do início do século XX, “o termo ideologia, rapidamente, tornou-se uma arma numa batalha política travada no terreno da linguagem” (THOMPSON, 2009, p. 43). O cinema demonstraria de fato como ocorreu essa incorporação, principalmente por sua transformação nos anos de 1920, durante os quais, independente do regime político, as ideologias nacionais ou partidárias seriam difundidas nas películas, buscando diferentes resultados.

Partimos do pressuposto que a linguagem cinematográfica não pode ser considerada inocente. Isso mostra que, independente das intenções dos produtores, o filme possui forte caráter pedagógico, formador de opiniões e divulgador de ideologias, servindo desde seus primórdios como arma de propaganda para diferentes governos e causas. (FURHAMMAR; ISAKSSON, 1976, p. 6)

Assim a “ideologia foi entendida como uma espécie de ‘cimento social’, e os meios de comunicação de massa foram vistos como mecanismo especialmente eficaz para espalhar o cimento” (THOMPSON, 2009, p. 11), ou seja, o meio mais fértil para atingir as pessoas.

Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação a realidade social, até um conjunto de crenças voltados para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. (ZIZEK, 2013a, p. 9)

Os estadunidenses conseguiram desenvolver um cinema forte e imponente, principalmente após a década de 1920. Durante a Segunda Guerra Mundial, observa-se a importância das películas como uma forma de difundir sua propaganda ideológica, e, uma vez bem-sucedida, essa medida persistiu no cinema hollywoodiano, culminando onde analisaremos a utilização do cinema hollywoodiano durante a Guerra Fria principalmente na filmografia de Sylvester Stallone. Antes de entrarmos propriamente nesse assunto um fato se mostra importante observar a constituição de Hollywood como grande centro cinematográfico e com grande poder político.

Quando ouvimos a palavra filme, uma imagem pode aparecer em mente: os estúdios de

Hollywood. As narrativas cinematográficas americanas são as mais reconhecidas, mas durante os primeiros anos do cinema não existia esse local, ele foi uma construção posterior: “[o]ra Hollywood não existira sob esse aspecto sem o império americano do qual é, afinal de contas, fiel servidor” (HENNEBELLE, 1978, p. 27). A grande expansão estadunidense tanto no seu próprio território como para fora possibilitou um desenvolvimento econômico e político, assim, o cinema passou a ganhar novas funções; uma das mais conhecidas ocorre após 1920 quando os filmes passam a difundir ideologias governamentais de forma mais definida.

Mas antes de entrar nesse aspecto falemos sobre o surgimento de Hollywood, isto porque “[e]m 1903, nem um único filme ainda havia sido feito nas tranquilas colinas de Hollywood. A luz não estava sendo usada de forma expressiva nos filmes e não havia estrelas na tela prateada” (COUSISNS, 2013, p. 36). Quando da exposição dos filmes dos Lumière em Paris em 1895, houve uma grande expansão; logo russos, chineses e brasileiros passaram a admirar essa arte maravilhosa; todavia, os estadunidenses levaram alguns anos para estabelecer as primeiras casas de produção cinematográfica.

A marca inicial desses primeiros anos do cinema era as diferentes formas de tentar captar as imagens, no mundo inteiro. Existiam pessoas procurando novas formas de desenvolver o cinema, um local no qual essas disputas apresentaram uma particularidade marcante nos Estados Unidos. Isso porque:

Este período está caracterizado principalmente por dois casos; por um lado, pela famosa guerra de patentes na qual Edison desqualificou Lumière e seus concorrentes americanos movendo-lhes uns 500 processos em 10 anos; por outro lado, pelo igualmente celebre Congresso dos Bobos em Paris, a dois de fevereiro de 1909, e que, na realidade, foi uma vitória dos americanos contra os europeus já então desunidos. Desqualificou Lumière e seus concorrentes americanos movendo-lhes uns 500 processos. (HENNEBELLE, 1978, p. 30)

O processo de Edison se baseia na patente proposta por ele de um elemento do rolo de filmagem, mais especificamente uma espécie de laço que prende o rolo à estrutura de metal. Cousisns também fala sobre essa guerra.

Enquanto os cineastas começavam a aprender sobre profundidade de campo e narrativa nos Estados Unidos, uma luta pelos direitos autorais do cinema ganhava corpo. A Guerra das Patentes 1897 a 1908 teve início quando Edison percebeu que a propriedade dos direitos desse meio em expansão era vital. (COUSISNS, 2013, p. 41)

Todo esse processo judicial ocasionou em uma demora do cinema estadunidense, pois em outros países os cinemas nacionais já estavam se fortalecendo como na França, enquanto isto estadunidenses se digladiavam nos tribunais para serem reconhecidos como inventores de

componentes cinematográficas: um único parafuso, por exemplo, era questão de briga judicial. A situação passou a mudar quando toda essa confusão encontrou um final:

Em 1918, depois de seis anos de batalhas judiciais, quando o tribunal declarou a MPPC era um monopólio ilegal, mas, antes disso, o contra ataque da MPPC teve uma serie de consequências históricas. As empresas de produção independente foram o mais longe possível da Costa Leste, a fim de escaparem dos processos de filmes com laçada em suas câmeras. Seu destino foi uma sonolenta cidade no sul da Califórnia chamada Los Angeles, a cidade dos anjos, cujos baixos impostos e teatros ativos a tornavam mais atraente do que outras cidades distantes. (COUSISNS, 2013 p. 42)

Superado o embate pelas patentes, outra questão se mostrava importante para o cinema estadunidense: as suas lutas internas renderam descompassos com outros cinemas, pois as produções americanas já ganhavam corpo, alguns filmes já tinham sido realizadas, mas as salas de exibição eram dominadas por produções europeias, causando uma dificuldade aos filmes estadunidenses. Na tentativa de reverter à situação:

Os dirigentes americanos estabeleceram como seu objetivo "decapitar", literalmente, a indústria cinematográfica europeia, que se tornara perigosa. {...} Sem chegar a dizer que, como um vampiro, Hollywood alimentou-se exclusivamente de sangue europeu. (HENNBELLE, 1978, p. 30)

A partir dessa medida os estúdios americanos passaram a realizar um investimento mais pesado em produções nacionais de grande impacto e a comprar salas de cinema na tentativa de promover seus filmes, isso resultou na maior e mais potente indústria cinematográfica. Os longas-metragens estadunidenses ganham destaque com “o aparecimento e a instalação definitiva do cinema falado, a consolidação do sistema industrial maior, o de Hollywood, solidifica a situação, puxam-na para o lado de uma normatividade, de essência clássica – mas um clássico de massa” (AUMONT, 2008, p. 31). Após este fato, o cinema se torna o grande meio de entretenimento e mais tarde outras funções.

Porém uma ressalva é importante: o fato de Hollywood ter diminuído a importação de filmes estrangeiros e passado a exportar suas produções, o processo de impedir a entrada de filmes europeus foi concluído, mas Hollywood ainda necessitava de aprimoramentos. Desta forma, buscou-se na Europa os melhores diretores e roteiristas tentando fortalecer a indústria cinematográfica. Todo esse processo de recrutamento acabou por desenvolver rapidamente Hollywood que logo colhera os frutos desse processo ao assumir o controle do mercado cinematográfico mundial. As colinas da Califórnia observaram:

No período de 1903 a 1918, muito dos ingredientes de contar história do cinema ocidental se estabeleceram: a edição de continuidade, close-ups, a montagem paralela,

a iluminação expressiva, a atuação mais sutil e a edição de campo/contra campo: um conjunto impressionante de técnicas. (COUSISNS, 2013, p. 56)

Neste sentido, as grandes bases para Hollywood se mostravam prontas principalmente pela:

A ascensão do Star System, a guerra das patentes e a mudança para Hollywood fizeram de 1908-12 um período fascinante para o cinema americano. Os elementos do poder de Hollywood encaixaram-se e a puseram no caminho para dominar os mercados do mundo. Mas até a Primeira Guerra Mundial, a produção cinematográfica de outros países ainda tinha mais impacto artístico e comercial do que a dos Estados Unidos. (COUSISNS, 2013, p. 45)

Após a guerra das patentes, a política do Star System foi uma das grandes aliadas dos estúdios cinematográficos, ela consistia em assinatura de contratos de longa duração entre atores e atrizes com estúdios hollywoodianos, estes passando a coordenar a carreira de seus pupilos. Esta forma de controle, de manter os astros presos a apenas um estúdio, era muito eficaz, mas em 1948 essa prática seria abolida. Outro código importante para o período surge “nos anos 1920, quando foi criado, em Hollywood, o Código Hayes para disciplinar o uso do sexo e da violência na ainda incipiente indústria cinematográfica americana” (MERTEN, 2003, p. 25). Era necessário evitar problemas que atrapalhassem o desenvolvimento de Hollywood, assim, as normas deviam ser seguidas.

Embora o cinema estadunidense tenha apresentado algumas dificuldades iniciais, depois de alguns anos, com o término da guerra das patentes e a melhor elaboração dos estúdios na Califórnia, os filmes nacionais passaram a ganhar destaque não apenas nacionalmente, mas também internacionalmente, levando Hollywood a ditar muitas das normas e regras do mercado mundial. Todavia, o cinema americano apresentaria outro foco importante durante a Segunda Guerra Mundial, no caso a utilização dos filmes como forma de propagandear os ideais americanos. Essa prática, no entanto, não ficou restrita apenas ao conflito mundial se estende até dias atuais, e teria novo destaque durante a Guerra Fria, onde Hollywood se utilizou de inúmeros filmes para referendar a supremacia americana sobre os soviéticos e para isso um ator em específico teve um destaque notório.

Sylvester Stallone e a valorização ideológica dos estadunidenses durante a Guerra Fria.

Michael Sylvester Gardenzio Stallone, nasceu em Nova Iorque em julho de 1946, tornou-se conhecido no meio cinematográfico como Sylvester Stallone, não apenas como ator também se tornaria diretor e roteirista de cinema, seus primeiros papéis no cinema viriam na

década de 1970, entretanto o sucesso não foi de imediato, sua salvação viria com duas franquias sendo elas Rocky e Rambo, filmes de ação que alavancaram a vida e a carreira de Stallone.

A ascensão desses filmes foi enorme tanto que foram observados e utilizados pelo governo estadunidense para reforçar uma proposição política e ideológica, o momento demonstrava um acirramento de ânimos para com a União Soviética, que possuía um regime político baseado no socialismo. Rambo e Rocky representavam assim a possibilidade de levar aos espectadores estadunidenses e mundiais a demonstração de como a ideologia estadunidense seria a principal assim como os princípios dessa nação prevalecem frente aos terríveis soviéticos.

Nos filmes em que interpreta o personagem principal, Stallone encarna a ferrenha batalha entre estadunidenses e soviéticos. Nessas, as duas nações se enfrentaram em diferentes locais e diferentes situações, seja na selva com Rambo 2 (*Rambo: First Blood Part II*, 1985), no deserto com Rambo 3 (*Rambo III*, 1988) ou nos ringues com Rocky 4 (*Rocky IV*, 1985), os americanos sempre venceriam seus ‘malvados inimigos’.

Em *Rambo: First Blood Part II*, e um filme estadunidense lançado em 1985 nele o personagem Rambo, um soldado preparado, deve retornar ao Vietnã, onde já lutara no período de Guerra do Vietnã. Todavia, agora sua missão é resgatar prisioneiros americanos. Neste contexto, o personagem é encarregado de enfrentar o segundo maior adversário dos estadunidenses os socialistas vietnamitas que são ajudados pelos inescrupulosos soviéticos. Rambo, o homem que carrega o espírito dos estadunidenses, passa por uma série de percalços em sua missão, e torturado, sofre uma tentativa de homicídio quando é alvo de um barril de explosivos jogados na cachoeira na qual estava.

Destacamos, portanto, como os três pontos importantes do filme: 1. O fato de os vietnamitas terem se revoltado por estarem sendo influenciados pelos soviéticos, por isso a necessidade de intervenção estadunidense; 2. O filme tenta diminuir o impacto negativo causado pelos americanos no Vietnã, pois o personagem Rambo se apaixona por uma vietnamita, que é morta de forma trágica com uma rajada de metralhadora pelas costas; e 3. O fato de os soldados serem tratados apenas com um instrumento qualquer; fato que fica explícito na última sequência do filme quando Rambo confronta o comandante da missão, afirmando que os soldados querem ser amados pelo seu país, mesmo que tenham feito atrocidades, pois foram obrigados a isto. *Rambo II* tenta trazer uma nova visão dos estadunidenses para sua participação na Guerra do Vietnã, tentando minimizar os problemas que dela decorreram.

A Guerra Fria já demonstrava sinais de enfraquecimento quando Hollywood lança *Rambo III*: um filme que trabalha com a resistência afegã contra os malvados soviéticos que se

utilizam de tanques e helicópteros para enfrentar os afegãos, os quais lutavam com cavalos e armas de calibre pequeno. John Rambo representa, no longa-metragem, todo o espírito do povo americano que se revolta contra injustiças e tiranos principalmente quando em suas ações ocorrem danos direto aos americanos.

Rambo luta não apenas por seu amigo que era refém, sua luta era maior que isso: seu desejo era libertar as pessoas das injustiças cometidas pelos soviéticos. O espírito de liberdade e do dito Destino Manifesto se encontram nitidamente presente no personagem, que é capaz de penetrar em uma fortaleza soviética, quase sozinho, resgatar as pessoas ali presas e no final do filme proporcionar uma vitória para a resistência afegã já muito massacrada pelos inimigos.

Se a Guerra Fria em seu aspecto militar ficou apenas ligada a conflitos secundários entre estadunidenses e soviéticos, no filme *Rocky IV*, essa luta entre as duas nações de fato ocorreu: Rocky representante estadunidense enfrenta o monstro soviético Ivan Drago! O aspecto mais destacado da película é a luta de ideias entre o mundo capitalista e o socialista. O filme demonstra, assim, todo o poderio que os estadunidenses teriam frente aos seus inimigos soviéticos, e que a luta dos americanos seria a mais justa e correta; suas proposições são as mais adequadas, apesar de na primeira metade da película existir uma tentativa de informar que os soviéticos, apesar de tudo, ainda representavam um perigo, sendo este representado pela morte de Apolo pelas mãos de Drago. A sequência (STALLONE, 1985, 55' 17" a 1H 04' 09") que demonstra esta proposição passa-se durante treinamento dos dois lutadores: Enquanto, Drago é submetido a aparelhos tecnológicos e tratamentos com medicamentos, Rocky treina de forma humana enfrentando desafios como subir uma montanha, demonstrando uma humildade frente ao seu adversário. Esse filme traz um personagem diferente de *Rambo II e III*, pois apresenta-se uma postura diferente de maior respeito aos Soviéticos, apesar de ainda haver a intenção de eliminar esse adversário.

Na sequência final da película, encontra-se o aspecto ideológico do filme: Rocky um lutador estadunidense lutando em Moscou, vaiado enquanto adentra ao ringue, é atingido várias vezes durante a luta, até o momento em que começa a reagir e consegue derrubar o monstro soviético; os estadunidenses seriam de fato os grandes vencedores do mundo ao derrotar os seus inimigos dentro de seu próprio território adversário. O reconhecimento disso está quando os líderes da União Soviética aplaudem Rocky, ou seja, os ideais estadunidenses são capazes de vencer todos os seus inimigos, até mesmo a aberração mutante dos soviéticos: a película termina por ressaltar a importância dos estadunidenses para o mundo.

Considerações finais

Os três filmes aqui brevemente observados, revelam de uma forma notória que os estúdios de Hollywood seguiram cumprindo um papel importante mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, assim que a nação estadunidense encontrou um novo inimigo, o cinema nacional se molda a este e passa a desmerecer esse novo regime, bem como buscar uma nova forma de se auto referendar como a principal nação do globo terrestre. Na tentativa de manter essa visão uma nova perspectiva foi incorporada a utilização de atores de renome para transpor essa ideologia.

Nesse caso Sylvester Stallone, era para a época de lançamento dos filmes Rambo e Rocky, constituiu-se como um dos principais atores em Hollywood e sua imagem foi absorvida pelos governantes e posto a favor da ideologia estadunidenses, isso pode ser observado na transformação que ambos os personagens passam ao longo de cada filme quanto mais o tempo passa mais Stallone vai incorporando os princípios ideológicos dos Estados Unidos, entre eles a questão da constante luta pela liberdade que pode ser observado nos filmes do Rambo onde a luta é dura e requisita a intervenção de uma nação de grande impacto. Com Rocky a batalha é mais ideológica onde os Estados Unidos adentram no terreno soviético e ali impõem sua forma de agir e pensar e acabam conquistando a vitória.

É possível observar que Hollywood bem como Sylvester Stallone cumpriram os objetivos do governo estadunidense ao passarem para os espectadores as intenções políticas dos Estados Unidos, a Guerra Fria representou a continuação de uma política de utilização do cinema como arma ideológica para os projetos estadunidenses conforme a breve análise dos filmes pode referendar.

Referências Bibliográficas

AUMONT, Jacques. **Moderno?** Porque o cinema se tornou a mais singular das artes. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas: Papirus, 2008.

CARRIÈRE, Jean Claude. **A linguagem secreta do cinema.** Tradução de Fernando Albagli e Benjamim Albagli. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2006.

COUSISNS, Mark. **História do cinema:** Dos clássicos mudos ao cinema moderno. Tradução de Cécilia Camargo Bartalotti. São Paulo: Martins Fintes, 2013.

FAZIO, Andréa Helena Puydinger De. Crítica à Imagem Eurocêntrica: Uma reflexão acerca das representações étnicas e culturais em Hollywood. **Anais II Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, 12, 13 e 14 de maio de 2009, Londrina, p. 293-298, 2009.

FERREIRA, A. Maccari. A produção Disney em época de Segunda Guerra Mundial: cinema, história e propaganda. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Leopoldo, p. 1 – 9, 2007.

FERRO, Marc. **Cinema e História.** Tradução de Flavia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. **Cinema e Política.** Tradução de Júlio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. **História e Audiovisual.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HENNEBELLE, Guy. **Os cinemas nacionais contra Hollywood.** Tradução de Paulo Vidal e Julieta Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEBEL, Jean Patrick. **Cinema e ideologia.** Tradução de Jorge Nascimento. São Paulo: Mandacaru, 1989.

MERTEL, Luiz Carlos. **Cinema:** entre a realidade e o artifício. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2003.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação Cinema-História. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção. **Cinema-História:** teoria e representações sócias no cinema. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 30-80.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. Cinema e política na era Roosevelt: O “American Dream” nos filmes de Frank Capra (1933 - 1945). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho, p. 1-17, 2011.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. Cinema e propaganda politica no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, Editora UFPR, p. 101-131, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9ª edição. Tradução de Grupo de estudos de ideologia PUC/RS. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIANA, Nildo. **A concepção materialista da história do cinema.** Porto Alegre: Asterisco, 2009.

VIANA, Nildo. **Cinema e Mensagem: Análise e assimilação.** Porto Alegre: Asterisco, 2012.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, 1ª edição. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013a.

ZIZEK, Slavoj. **Alguém disse totalitarismo?** Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013b.

"OS DIAS ERAM ASSIM": IDENTIDADE, ESPAÇO, MEMÓRIA E IMAGINÁRIO REAVIVADOS PELA SUPERSÉRIE BRASILEIRA

*"OS DIAS ERAM ASSIM": IDENTITY, SPACE, MEMORY AND IMAGINARY
REVIVED BY THE BRAZILIAN SUPERSERIES.*

*Marcelo Seabra Nogueira Mendonça Lima
Mestrando em Cultura e Sociedade/PGCult-UFMA
Marceloslima20@gmail.com*

*Márcia Manir Miguel Feitosa
Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/PGCult-UFMA
marciamanir@hotmail.com*

RESUMO

Estudo acerca de como a supersérie "Os dias eram assim", evoca e incita os conceitos de identidade, espaço, memória e imaginário presentes na sociedade brasileira. Trata de um estudo teórico, que se vale de pesquisa bibliográfica, em paralelo a pesquisa documental, como instrumentos para analisar o papel da narrativa seriada em reavivar as concepções de identidade, espaço, memória e imaginário. Evidencia os fatos e movimentos sociais entre os anos de 1964 a 1985, período marcado pelos reflexos da Ditadura Militar no Brasil, explorados no desenvolvimento da narrativa seriada. Analisa sob a ótica de teóricos dos campos de identidade, espaço, memória e imaginário, como se dá a reavivação de tais conceitos por via de suas representações na narrativa seriada em questão. Finaliza ressaltando que os fatos evocados e reavivados pelo enredo de "Os dias eram assim" possuem uma decodificação própria pelo espectador brasileiro que a assiste, uma vez que se pauta por momentos e eventos sociais exclusivos e inerentes ao brasileiro.

Palavras-chave: "Os dias eram assim". Identidade. Espaço. Memória. Imaginário.

ABSTRACT

Study about how the super series "The days were like this" evokes and incites the concepts of identity, space, memory and imaginary present in Brazilian society. It is an theoretical study, which uses bibliographical research, parallel to documentary research, as tools to analyze the role of serial narrative in reviving conceptions of identity, space, memory and imaginary. It shows the facts and social movements between the years 1964 to 1985, a period marked by the reflexes of the Military Dictatorship in Brazil, explored in the development of the serial narrative. It analyzes from the point of view of the theoreticians of the fields of identity, space, memory and imaginary, as the revival of such concepts occurs through their representations in the serial narrative in question. It ends by emphasizing that the events evoked and revived by the plot of "The days were like this" have a decoding of their own by the Brazilian spectator who watches it, since it is guided by moments and social events unique and inherent to the Brazilian.

Keywords: "Os dias eram assim". Identity. Space. Memory. Imaginary.

Narrativas seriadas: conceitos, formatos e componentes

As narrativas seriadas³⁷ são formatos de narrativas cuja a composição, e exposição, se dá de forma serializada - entende-se como "dividida em trechos". Ou seja, é apresentada no formato de episódios, que se organizam em temporadas (ou arcos) e conta uma história (ou muitas) que se constrói de forma gradativa a cada episódio, ou então, a cada episódio uma história fechada, mas mantendo os mesmos personagens e trama (MITTELL, 2012; 2015, KNOX, 2008; MARTIN, 2014; THOMPSON, 2003; CAPANEMA, 2016).

Apresentam os mesmos componentes de uma estrutura narrativa comum, como por exemplo: Enredo, Personagens, Tempo, Ambiente, Narrador, Tema, Assunto e Mensagem (GANCHO, 2002), assim como apresentam, também, em sua composição recursos estilísticos comuns as narrativas, dentre eles *mimesis* (imitação e apropriação da realidade), "Peripécias" (atualmente conhecido *plot twist*³⁸), e a Catástrofe, ou momento trágico (atualmente conhecido como *clímax*³⁹), dentre outros (ARISTÓTELES, 2011). Não obstante, ao apresentar tais recursos estruturais e estilísticos, as narrativas seriadas possuem também suas características próprias.

Para entender as características que as formam atualmente, faz-se necessária uma contextualização do cenário em que se situam. A pesquisadora Knox (2008, p. 271), conceitua o atual momento da televisão como *American Quality Television* (AQTV), que:

[...] muitas vezes referenciados pelos seus elevados valores de produção, aspecto cinematográfico e encenação vistosa, hibridismo genérico, credenciais de qualidade, que incorporam o formato storytelling e a complexidade narrativa desenvolvida pelas séries de longa duração, com ênfase na caracterização em série, ou (nomeadamente no que diz respeito aos programas da HBO) forçam os limites e os tabus através da representação de conteúdos explícitos.

Ainda nesse contexto, o jornalista Martin (2014, p. 22), complementa:

Correspondendo aos seus protagonistas, essa nova geração de programas trazia histórias muito mais ambíguas e complicadas do que qualquer outra coisa que a televisão, sempre tentando agradar ao público mais amplo e ao maior número de anunciantes possível, já tinha colocado no ar. Esses programas apresentavam narrativas cruéis: sem demonstrar a menor consideração pelos personagens prediletos do público, não ofereciam muita catarse nem aquelas resoluções fáceis, tradicionalmente oferecidas.

³⁷ Também podem ser chamadas de "seriados", "séries", "narrativa serializadas", "narrativas televisivas", "programas de TV", "minisérie", dentre outros.

³⁸ Vogler (2015) aponta o *plot twist* como um recurso utilizado na narrativa que pode ser interpretado como um momento em que ocorre uma mudança, ou revelação, drástica da história.

³⁹ Vogler (2015) indica o clímax como o ápice da trama, momentos finais em que todas as problemáticas se resolvem.

O que tem de própria já se explicita pelos pensamentos de Knox (2008) e Martin (2014): são histórias de teor complexo onde o desenvolver de suas tramas abordam em profundidade temas tabus, conteúdos explícitos, narrativas cruéis e abnega que qualquer forma de solução fácil, sem que antes ocorra toda uma construção complexa da narrativa (MITTELL, 2012, 2015; CAPANEMA, 2016). As principais formas de acesso a tais narrativas podem ser por meio da televisão (aberta e fechada)⁴⁰, ou em serviços de *streaming*⁴¹ como *Netflix*, *Hulu*, *Crackle*, dentre outros.

No que diz respeito a narrativa seriada "Os dias eram assim", ocorre uma pequena alteração em sua classificação. Apesar de ainda manter os mesmos componentes, formato e estrutura de uma narrativa serial como todas as outras, a ela foi atribuída a classificação de supersérie. Tal atribuição se dá pois rompe com a proposta das séries anteriores da Globo, que outrora priorizavam temas como família, infantil, aventura e drama adolescente⁵. Agora, em "Os dias eram assim", a Globo aposta em altos níveis de produção, assim como uma proposta em complexificar o desenvolvimento da trama em questão (XAVIER, 2017).

De acordo com Mendonça Filho (2017 *apud* XAVIER, 2017, p. 2),

É uma aposta em um novo horário e um novo formato. Queremos trazer o público de minissérie que quer ver uma obra feita com mais cuidado, e também aproximar o público de novela que quer acompanhar por um tempo maior a história. Isso já seu certo em outras minisséries que foram ao ar nas férias, como *Um Só Coração* e *A Muralha*, mas agora é no meio do ano, no meio da vida cotidiana.

Compreende-se, então, que a utilização da nomenclatura "supersérie" nada mais que é uma estratégia mercadológica para chamar a atenção do consumidor, assim como uma forma de promover uma aproximação aos elevados padrões de qualidade das séries estrangeiras. No desenvolver do artigo a série em questão será abordada com maior riqueza de detalhes, a luz dos conceitos de identidade, espaço, memória e imaginário.

⁴⁰ Geralmente, a produção de uma narrativa é efetuada por um canal, de forma que ser consumida (em televisão), ao sintonizar com o canal da série em questão. A prática da produção de séries é mais comum no exterior, onde canais como HBO, CBS, AMC, CBN, SONY, BBC, etc., as produzem a fim de conquistar audiência. No Brasil, entretanto, ainda é um processo gradativo. Em demasia, as séries brasileiras são produzidas pela Emissora Rede Globo. (Alguns exemplos de séries famosas da Globo são "A grande família", "Sítio do Pica pau Amarelo", "Carga Pesada", e a clássica "Malhação").

⁴¹ *Streaming media* (como também é conhecido) se refere a nova forma de produzir conteúdo pela internet, sendo necessário apenas conexão com a internet, pois o conteúdo fica concentrado em um servidor e é distribuído para o consumidor sem que seja necessário baixar.

Narrativas seriadas como invólucro de identidade, espaço, memória e imaginário

A narrativa "Os dias era assim" teve toda sua composição formada pela aglomeração, envolvimento e reavivação de eventos e fatos dos anos de 1964 até 1985, o período da ditadura militar brasileira, momento que ficou marcado na memória brasileira. Partindo dessa premissa, propõe-se um processo dialético ao consumi-la, pois ao se valer de eventos de um tempo passado, apresentados em um tempo presente, somos induzidos a interpretá-la com não apenas uma ótica.

Diante de uma imagem – por mais antiga que seja –, o presente jamais cessa de se reconfigurar [...]. Diante de uma imagem – por mais recente, por mais contemporânea que seja –, o passado, ao mesmo tempo, jamais cessa de se reconfigurar, porque essa imagem só se torna pensável em uma construção da memória. (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 10).

Dialético pois, ao passo que decodificamos tais imagens⁴² de um tempo antigo, passamos a "reconfigurá-las" com pensamentos e referências pessoais - e sociais - criadas pelo período temporal atual, para atribuir sentido a tais imagens. Apesar de um caráter paradoxal, marcado por esse processo dialético de construção - e desconstrução - da memória, faz-se presente o conceito de anacronismo para propor uma abordagem analítica (DIDI-HUBERMAN, 2010).

A noção de anacronismo, propõe uma forma de analisar a própria temporalidade e historicidade de uma imagem. "Significa, portanto, interrogar, diante da história da arte, o objeto 'história', a própria historicidade [...]" (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 13). Ou seja, atribui valor atemporal e não-linear a determinada imagem, narrativa ou obra de arte que é analisada. De forma que, ao fazê-lo, o pesquisador compreende que é possível - e recomendável - o livre trânsito pelas diversas formas heterogêneas de tempo que circundam a obra em questão. Permite-se compreender determinada obra pelos fatores que compuseram seu tempo próprio, mas sem abrir mão de utilizar pensamentos e insumos do tempo atual para a amparar a análise.

Na união de tais conceitos e formas heterogêneas de tempo, observamos a possibilidade de atribuir caráter anacrônico para as narrativas seriadas. Uma vez que, em um tempo presente, podem abordar temas de um tempo passado, valendo-se de recursos atemporais e não-lineares para a evocação de uma memória.

⁴² Compreendemos, aqui, imagem como obras de arte, filmes, narrativas, etc. Para os devidos fins deste artigo, podemos atribuir ao termo "imagens" o sentido de fragmentos, passagens, *frames* e demais quadros que compõem a construção da narrativa seriada "Os dias eram assim".

A obra, então, é observada como uma forma em perpétua transformação, uma montagem de tempos que revela um paradigma teórico próprio; nele, a temporalidade passa a ser vista à luz de um procedimento crítico que tem como base a idéia de uma dialética aberta, em espiral. A dinâmica da memória atua como o princípio ativo dessa montagem, ela investiga as correlações e os diálogos existentes entre os tempos presentes da/na obra, entrelaçando seus fios. (NASCIMENTO, 2005, p. 50).

Por isso, faz-se necessária "[...] uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores [...]" (HALBWACHS, 2013, p. 91), sendo esta reconstrução um processo anacrônico e de uso ativo da memória, onde o indivíduo que se propõe a analisar uma imagem não a reduz somente ao período em que se situa. Muito pelo contrário, compreende os fatores históricos que a compuseram, mas emite novos olhares e interpretações ao cruzar a ótica de um tempo passado, com pensamentos e insumos do tempo presente.

A Narrativa Seriada "Os Dias Eram Assim"

A narrativa seriada "Os dias eram assim" (exibida pela Globo, no período de 17/abril até 18/setembro em 2017) tem seu Tema, a "[...] idéia em torno da qual se desenvolve a história." (GANCHO, 2002, p. 30), ambientada no Rio de Janeiro, situado em plena ditadura militar (1964-1985). Logo, é marcado por todos os eventos, e movimentos sociais, desse período. Em uma abordagem Shakespeariana⁴³ a história gira em torno dos personagens Alice Sampaio (interpretada por Sophie Charlotte) e Renato Góes (interpretado por Renato Reis) e os encontros e desencontros que marcam sua trágica história de amor.

O relacionamento é marcado por encontros e desencontros. E terá como pano de fundo acontecimentos sociais e políticos do Brasil entre 1970 e 1984. A história, com aproximadamente 80 capítulos, parte do período da ditadura, avança até a anistia política, em 1979, e chega a 1984, ano da campanha pelas Diretas Já - é a fase em que se concentra a maior parte da trama. (BRAVO, 2017, p. 1).

Em primeira instância, a ambientação da narrativa seriada traz à tona a noção de como configurava-se o espaço e a Territorialidade no período tratado pela série (SANTOS, 2008; SAQUET, 2007; SOJA, 1971). Compreende-se que "[...] o espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas [...]" (SANTOS, 2008, p. 27). Ou seja, sob a ótica de Santos (2008), para interpretar o que é - e como se organiza - o espaço, deve-se lançar um olhar crítico sobre a organização das relações

⁴³ Faz-se referência a Shakespeare, em específico a obra "Romeu e Julieta", pois sua trama foi de fato inspirada na obra do escritor inglês (BRAVO, 2017).

(econômicas, políticas, sociais, etc.) que compõem o espaço analisado, para compreender "sistema de coisas" que nele se forma.

Porém, ao se tratar de uma narrativa seriada, a evocação das concepções de espaço e Territorialidade se dão pela via simbólica (SANTOS, 2008; SAQUET, 2007; SOJA, 1971) ou, como propõe Ferrara (1986, p. 7), sob a via de uma representação.

Toda representação é uma imagem, um simulacro do mundo a partir de um sistema de signos, ou seja, em última ou em primeira instância, toda representação é gesto que codifica o universo, do que se infere que o objeto mais presente e, ao mesmo tempo, mais exigente de todo processo de comunicação é o próprio universo, o próprio real.

A evocação de um espaço - e territorialidade - de tempos passados, se dá pela via simbólico-representativa empregada na composição da trama. Por espaço, a narrativa seriada "Os dias eram assim" nos remete ao Brasil dos anos de chumbo (1964-1985), cuja representação é feita por meio dos figurinos, músicas, vocábulos e cenários que são expostos na trama. Na esfera da Territorialidade, que Saquet (2007, p. 57), é conceitua como:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, no e com o espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade

Pode-se compreendê-la, então, como a soma - ou fluxo -, de todos os fatores (culturais, sociais, econômicos, políticos, dentre outros) que são exercidos ativamente em um espaço, transformando-o em um território. A máxima representação da territorialidade se dá pelo viés político-social abordado pela série. Dando vida aos trâmites políticos do período da Ditadura militar (1964-1985), evocando, por exemplo, o período da Lei da Anistia (1979) e as "Diretas Já" (1983-1984) (SOJA, 1971; SAQUET, 2007).



Figura 1: Representação do espaço (carro, rua e construções) e territorialidade (momento político-social) no período dos anos de chumbo. Fonte: Rede Globo (2017)

Não obstante, no âmbito social, rememora todo o *zeitgeist*⁴⁴ do Rio de Janeiro antigo, ao expor em sua trama o Píer de Ipanema e toda a movimentação social que outrora o envolvia. Como, por exemplo, o "Protesto do Topless" (1980)⁴⁵, que toma vida na trama por meio da personagem Alice Sampaio (interpretada por Sophie Charlotte), que participará do movimento social em prol a liberdade das mulheres, assim como um combate ao machismo.

No centro desse espaço e territorialidade evocados pela narrativa, emergem outros conceitos fundamentais para atribuir sentido aos eventos reavivados e representados pela trama: a identidade e a memória. No que diz respeito a identidade, sob a ótica de Berger e Luckmann (1966, p. 230), podemos conceituar sua formação como "[...] um fenômeno que deriva da dialética entre indivíduo e sociedade."

Ou seja, a formação de uma identidade (seja pessoal ou coletiva) se vale de um processo cíclico e dialético entre indivíduo e sociedade. Cíclico, pois, ao passo que a sociedade alimenta a formação de uma identidade, as identidades por ela formadas influenciam na formação da sociedade. E dialético, pois, ao passo que esse processo cíclico forma uma identidade, ocorre um choque das identidades formadas, com a sociedade que as formou (BERGER; LUCKMANN, 1966; SANTOS, 1994; WOODWARD, 2000; HALL, 2004).

⁴⁴ *Zeitgeist* também conhecido como "espírito da época" é um termo que se refere, e engloba, elementos que, em suas particularidades, representam como um todo um período histórico.

⁴⁵ Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/houve-uma-vez-um-verao-no-rio-em-que-topless-terminou-na-delegacia-de-policia-10253040>>. Acesso em: 15 fev. 2018

Em "Os dias eram assim", no entanto, a representação da identidade se manifesta no âmbito de uma identidade coletiva, cujo o principal vetor da formação é a atual conjuntura político-social criada pelo período em que se situa, a ditadura militar. Visto que a trama se ambienta nesse período, existe um forte apelo ao envolvimento e rebeldia dos jovens contra a repressão e violência que tanto marcou os anos de chumbo no Brasil. De forma coletiva, então, evidenciamos como traços constituintes dessa identidade coletiva a militância, rebeldia, irreverência e forte oposição a opressão militar (MELUCCI, 1996; PRADO, 2000; WOODWARD, 2000; HALL, 2004). A Figura 2, demonstra a representação de tais traços identitários.



Figura 2: Representação da identidade rebelde, militante e irreverente no período militar.

Fonte: Rede Globo (2017)

Na cena em questão, vemos o jovem Túlio (interpretado por Caio Blat), ao lado de Gustavo (interpretado por Gabriel Leone) explodindo propriedade pública como um ato de protesto contra a ditadura, logo após picharam no muro os dizeres "LUTA! LUTO!". Evidencia-se a identidade coletiva não apenas nesse momento da narrativa seriada, como também em toda sua composição. Perpassando pelos discursos, cenas e, principalmente, nos comportamentos das personagens, que servem como formas de representações dos jovens - e seus identidades - daquele período (MELUCCI, 1996; PRADO, 2000; WOODWARD, 2000; HALL, 2004).

Por fim, o conceito-chave que embalsama e entrelaça todos os demais é a memória. Pois, a partir dela, que todos os fatores e eventos dispostos passam a ter sentido. Pela memória, mais em específico pela memória coletiva, é que podemos compreender o momento histórico representado pela trama (POLLAK, 1992; 1989; HALBWACHS, 2013). Ao exercer um

processo de rememoração, podemos lembrar de como se organizava o espaço, a territorialidade e a identidade que marcou o período dos anos de chumbo.

De acordo com Pollak (1989, p. 8) ocorre "[...] uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos." Esse pensamento propõe o fator social na formação de uma memória, que atua em sinergia com Halbwachs (2013, p. 30), ao salientar o fato que "[...] lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós [...]."

Ao pautar-se nesses dois autores, é possível compreender o papel fundamental da sociedade e seus indivíduos como formadores da memória. Podendo ela, ser formada a partir de depoimentos, testemunhos e pelo próprio ato de ensino. Valendo-se da narrativa seriada "Os dias eram assim", evidencia-se que a memória incitada nela é reavivada e apreendida pelos indivíduos por meio de depoimentos e do ensino da História brasileira (seja em nível escolar ou universitário) (POLLAK, 1992; 1989, HALWBACHS, 2013).

Valendo-se da premissa que a Ditadura Militar é um período temporal comum a todos os brasileiros (tendo vivido-a, ou não) podemos inferir, então, que é um acontecimento sócio-temporal enraizado na memória coletiva brasileira. No tópico a seguir, será aprofundada a discussão sobre memória, em paralelo ao conceito de imaginário coletivo (MAFFESOLI, 1998; 2001; 2007), para melhor delinear a reflexão proposta pelo artigo.

Pelos caminhos da memória e do imaginário: como "os dias eram assim" desencadeia uma vivência por tabela

Conforme abordado por Nascimento (2005), no momento que nos deparamos com uma imagem - e adotamos uma postura anacrônica para a analisar, devemos exercer um papel ativo da rememoração (DIDI-HUBERMAN, 2010). Compreende-se também, que a memória - seja esta individual ou coletiva - se vale de um processo social, assim como uma interação entre o que de fato vivemos - ou não para que possa ser formada (HALBWACHS, 2013; POLLAK, 1992; 1989). Sob essa ótica, cabe então analisar quais fatores dispostos na trama de "Os dias eram assim" nos permitem atribuir um sentido próprio, assim como o que Pollak (1992) conceitua como "vivência por tabela."

Maffesoli (2007, p. 76) aponta que "Não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de um conjunto de imagens."

Ou seja, se a narrativa seriada "Os dias eram assim" expõe imagens dos anos de chumbo é porque, em primeiro lugar, elas já estão presentes no imaginário coletivo brasileiro. Para o autor o imaginário coletivo se forma por meio de imagens, culturas - e suas produções (histórias, ditados, costumes), e pensamentos partilhados em comum nível por um grupo de indivíduos (MAFESSOLI, 1998; 2001; 2007).

Partindo da premissa que os eventos do período de 1964 a 1985 são comuns ao povo brasileiro, e por conseguinte, estão enraizados em seu imaginário coletivo, podemos propor que, da mesma forma, se encontram também em sua memória coletiva.



Figura 3: Lema do "Brasil: AME-O OU DEIXE-O" exposto na série. Fonte: Rede Globo (2017)

Na imagem acima, pode-se ter como exemplo a explícita utilização do *slogan* criado pelo governo durante os anos de chumbo. A frase em questão fazia parte de todo um aparato publicitário governamental, que fora amplamente veiculado em todos os meios de comunicação daquele período. Com uma abordagem ufanista, as propagandas do regime militar foram um traço marcante daquele período, e tinham como finalidade incentivar a aceitação do cenário em que viviam (ame-o), ou então desertar a própria pátria (deixe-o) (ABREU, 2000; NEOTTI, 1980).

Esse momento pode então compor a memória coletiva brasileira ao passo que existem indivíduos que presenciaram tamanha campanha publicitária, assim como podem existir pessoas que não o viveram, mas tiveram contato por meio de testemunhos ou foram apresentados por meio do ensino de matérias e disciplinas que tenham como ementa o ensino de história, em específico, da história brasileira.

Nesse sentido, Pollak (1989, p. 9) indica a memória como uma "[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar [...]". Sob

tal ótica pode-se, ao ver que a narrativa seriada usa explicitamente acontecimentos do passado, evidenciar o exercício individual, ou social, para a rememoração de tal acontecimento, mesmo que ocorra o caso da não-vivência. E nesse momento, no ato da rememoração por meio do viés social, é que se torna possível a incorporação das memórias, como se tivéssemos efetivamente vivido aquele período.

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as idéias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas por nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida de tais vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! (HALBWACHS, 2013, p. 64).

Salienta-se, então, a formação de uma memória e um imaginário coletivo, uma vez que tais pensamentos, reflexões e até mesmo sentimentos, perdem a individualidade e tornam-se uma massa, ou "cimento social" que promove a união e entrelaçamento dos indivíduos que a partilham, ou tem conhecimento a respeito de determinado evento (HALBWACHS, 2013). E, nesse processo de abnegação da individualidade de uma memória, até seu ponto de coletivização, que podemos testemunhar o acontecimento de uma vivência por tabela.

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Não mais o individual, somente o coletivo, e nesse ponto as memórias atingem um patamar de comum conhecimento e aceitação. Tornam-se naturais para o indivíduo, de forma que não mais é possível saber seu ponto de partida, ou como se formou. Pelo contrário, torna-se internalizada no grupo de indivíduos que a partilham, e, por tamanha aceitação, desencadeia o que Pollak (1992) conceitua como "vivência por tabela". Em tal conceito, o autor propõe a possibilidade de um indivíduo, ao ter contato com a evocação de uma memória, possa ter a sensação de que a viveu.

Nega-se então, sob a ótica da "vivência por tabela" (POLLAK, 1992), a premissa de que é necessário estar em tal lugar - ou período histórico - para que se tenha a "experiência" de vivê-lo. Ao mergulhar nos conceitos de identidade, espaço, memória e imaginário pode-se salientar que ao assistir a narrativa seriada "Os dias eram assim", o brasileiro que a consome pode exercer uma decodificação própria, pois a consumirá mediante uma "vivência por tabela".

Considerações finais

No findar deste artigo, alguns pensamentos podem ser formados. Em primeira instância, adotando a ótica da vivência por tabela (POLLAK, 1992), podemos inferir a possibilidade de uma interpretação única e exclusiva ao brasileiro que consome a série, interpretação esta que outra pessoa que não vive no Brasil poderia ter. Torna-se única pois, ao ser brasileiro, o indivíduo torna-se sujeito a influência de toda a composição ideológica e social formadas pela memória e imaginário. Não obstante, é influenciado também pela territorialidade que rege o espaço em que se situa, configurando, também, sua identidade - juntamente de sua memória e seu imaginário.

Em outro extremo, evidencia-se a potencialidade das narrativas seriadas como um antro para o estudo dos conceitos de identidade, espaço, memória e imaginário. Ao se valerem de representações do mundo e da realidade, podem livremente transitar nas mais heterogêneas formas de tempo, assim como, a partir de um sistema de signos variados, promover uma representação de tais conceitos, permitindo a investigação dos mesmos, ao assistir determinada narrativa seriada e exercer um olhar crítico.

Por fim, percebe-se uma sinergia entre os conceitos de identidade, espaço, memória e imaginário. Com o desenvolver o artigo, é possível salientar a forma harmônica e cíclica que atuam entre si. Dada a abordagem do artigo, coloca-se no centro de tais conceitos a memória, pois a partir desta que se forma o sentido dos demais conceitos. Pela memória, podemos compreender como ocorreu a territorialidade e como era o espaço do tempo referenciado pela trama, assim como se torna possível o reconhecimento (e rememoração) dos traços identitários que tanto marcaram o período evocado pela série, os anos de chumbo, época da ditadura militar brasileira.

Referências Bibliográficas

ABREU, João Batista de. **As Manobras da Informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Globo, 2011.

BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**. New York: Doubleday & Company, 1966.

BRAVO, Zean. Supersérie ‘Os dias eram assim’ traz romance no período da ditadura. **O Globo**, p. 1-5, abr. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/superserie-os-dias-eram-assim-traz-romance-no-periodo-da-ditadura-21214302>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

CAPANEMA, Letícia Xavier de Lemos. Complexidade nas obras televisuais e cinematográficas de David Lynch. **Revista GEMInIS**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 56-77, dez. 2016. ISSN 2179-1465. Disponível em: <<http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/268>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Devant le temps**: Histoire de l'art et anachronisme des images. Paris: Minuit, 2000

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Leituras sem Palavras**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KNOX, Simone. Muito boa qualidade, de fato: Shooting the Past e o caso das séries dramáticas de qualidade da televisão britânica na era da televisão de qualidade americana. In: BORGES, Gabriela; REIA-BAPTISTA, Vítor. **Discursos e práticas de qualidade na televisão**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

MAFESOLI, Michael. O imaginário é uma realidade (entrevista). **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.

_____. **O conhecimento comum**. Porto Alegre: Sulina, 2007. 295 p.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MELUCCI, A. **Challenging Codes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MITTELL, J. Complexidade narrativa na televisão americana contemporânea. **MATRIZES**, v. 5, n. 2, 29-52, 2012.

_____. **Complex TV: the poetics of contemporary television storytelling.** Nova York: NYU Press, 2015.

NASCIMENTO, Roberta Andrade do. Charles Baudelaire e a arte da memória. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 49-63, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2018.

NEOTTI, Clarêncio (Org.). **Comunicação e Ideologia.** São Paulo: Loyola, 1980

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, M. A. M. **(Des)Razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação: mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas.** 2000. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Revista da Sociologia da USP**, São Paulo: Tempo Social, v. 5, n. 1-2, nov. 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SOJA, E. W. The political organization of space". **Commission on College Geography Resource Paper 8**, Association of American Geographers, Washington, DC, p 1-54, 1971.

THOMPSON, Kristin. **Storytelling in Film and television.** Cambridge; Massachusetts; Londres: Harvard University Press, 2003.

VOGLER, Christopher. **A Jornada do Escritor: Estrutura Mítica Para Escritores.** São Paulo: Aleph, 2015.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 8-60.

XAVIER, Nilson. Por que a Globo está anunciando "Os Dias Eram Assim" como uma SUPERSÉRIE? **UOL TV**, p. 1-4, abr. 2017. Disponível em: <<https://nilsonxavier.blogosfera.uol.com.br/2017/04/17/por-que-a-globo-esta-anunciando-os-dias-eram-assim-como-uma-superserie/>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

A DIGITALIZAÇÃO DESCENTRALIZADA DE ACERVOS HISTÓRICOS: FOTOGRAFIAS DO MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA COMPARTILHADAS EM REDES SOCIAIS NA INTERNET

*THE DECENTRALIZED DIGITALIZATION OF HISTORICAL ACERVES:
PHOTOGRAPHS OF THE MUNICIPAL MUSEUM PARK OF BARONESA SHARED
IN SOCIAL NETWORKS ON THE INTERNET*

*Marina Gowert dos Reis
Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Doutoranda do PPG em Memória Social e
Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas
marinagowertdosreis@gmail.com*

*Juliane Conceição Primon Serres
Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas
julianeserres@gmail.com*

RESUMO

Neste estudo observamos uma prática contemporânea: o compartilhamento em redes sociais na internet de fotografias feitas por visitantes do Museu Municipal Parque da Baronesa, localizado na cidade de Pelotas – RS. Esse museu é somente um exemplo dessa prática, o qual possibilita uma amostragem passível de análise quali-quantitativa. Identificamos esse ato de publicação virtual de imagens como um esforço descentralizado de digitalização e compartilhamento virtual de um acervo histórico, que acontece sem a intervenção da instituição de salvaguarda em questão, e como um resultado secundário do costume atual de documentação de momentos diários. Ademais, essas fotografias podem funcionar como indicativo para a instituição observar pontos de interesse do público dentre o seu acervo. Tais fotografias existem factualmente, e podemos encontrá-las através da busca por termos nas mais diversas redes sociais. Entretanto, nosso questionamento está em observar a pertinência dessas digitalizações como um acervo digitalizado do museu, realizado por seus visitantes. Verificamos, através de coleta de dados na rede social Instagram e no Google Maps, quais os temas recorrentes nessas fotografias, buscando identificar se predominam as cenas cotidianas ou o registro de olhares sobre o acervo do Museu. Pontuamos que os dados encontrados em cada rede social evidenciam uma utilização diferente, sendo que no primeiro predominam fotografias cotidianas e no segundo compartilhamentos sobre o acervo.

Palavras-chave: Museu Municipal Parque da Baronesa. Digitalização de acervo histórico. Redes sociais na internet. Instagram. Google Maps.

ABSTRACT

In this study we observe a contemporary practice: the sharing in social networks on the internet of photographs made by visitors of the Baronesa Park Municipal Museum, located in the city of Pelotas - RS. This museum is only one example of this practice, which enables a qualitative and quantitative analysis. We have identified this virtual publication of images as a decentralized effort of digitization and virtual sharing of a historical collection, which happens without the intervention of the safeguard institution in question, and as a secondary result of the current custom of documentation of daily moments. In addition, these photographs can act as

indicative for the institution to observe points of interest of the public among its collection. Such photographs exist factually, and we can find them through the search for terms in the most diverse social networks. However, our question is to observe the pertinence of these scans as a digitized collection of the museum, carried out by its visitors. Through data collection in the social network Instagram and in Google Maps, we verify the recurring themes in these photographs, trying to identify whether the daily scenes predominate or the record of looks on the collection of the Museum. We point out that the data found in each social network show a different use, being that in the first one predominates daily photographs and in the second shares on the collection.

Keywords: Museu Municipal Parque da Baronesa. Digitalization of Historical Acerves. Social Network Websites. Instagram. Google Maps..

Introdução

Neste artigo discorreremos sobre o patrimônio cultural na era digital, dividido entre uma questão conceitual de acesso e preservação patrimonial na atualidade e da técnica de digitalização de acervos, usada como forma pontual de conservação. Avançamos, a partir dos períodos descritos por Addison (2008), para a conceituação de um terceiro momento dessa integração entre preservação patrimonial e tecnologias digitais, amplamente ancorado na realização participativa de processos de digitalização, observando, ainda, outras manifestações comunitárias digitais e patrimoniais. Tendo em vista conceituar esse terceiro momento que propomos, recorreremos à pesquisas sobre projetos participativos, de modo a elencar possíveis modelos para ações dessa categoria.

Esse apanhado teórico corrobora para nosso objetivo de observar uma comunitária de digitalização de acervo museológico aparentemente não intencional e sem intervenção da instituição de preservação. Tal caso é relativo às imagens relacionadas ao Museu Municipal Parque da Baronesa (Pelotas - RS) publicadas, por visitantes do Museu, na ferramenta digital Google Maps e na rede social Instagram. Fazemos uma análise quali-quantitativa dessas imagens como forma de observar os temas abrangidos por essas, e inferir a pertinência dos mesmos. Ademais, voltamos às categorias de projetos participativos com o objetivo de classificar essa ação descentralizada de preservação.

Patrimônio Cultural na era digital: a preservação na atualidade, digital e coletiva

Buscamos conceituar o que chamamos de patrimônio cultural na era digital através de documentos oficiais de preservação patrimonial que tratam desse tema, ainda que de forma transversal. A Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital, adotada a partir da Conferência

Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 17 de outubro de 2003, é um dos primeiros documentos publicados por essa instituição a tratar do tema. O segundo, também referido aqui, é a Declaração Unesco/UBC Vancouver, A memória do mundo na era digital: Digitalização e preservação, de 2012.

Aqui fazemos a primeira definição e distinção de termos. São usadas duas expressões, patrimônio digital e patrimônio cultural digital, sendo que o primeiro trata de informações digitais quaisquer que são propriedade de alguém e o segundo trata de bens patrimoniais salvaguardados que passam por processo de digitalização, sendo essa uma técnica de preservação. Os documentos em questão tratam mais do primeiro caso, apontando diretrizes e referências de preservação para um patrimônio que é *born digital*, ou seja, que tem sua criação no ambiente digital, sem um referencial analógico.

Já no documento publicado em 2012 é comentado o patrimônio cultural digital como uma ferramenta de preservação de acervos. A afirmação acontece em torno do fato da digitalização de acervos ser uma importante ferramenta de preservação, uma vez que um documento digitalizado possibilita o acesso, simultaneamente resguardando o original (UNESCO, 2012), ponto de extrema relevância que descreve uma tendência entre os acervos documentais, que é a duplicação digital dos mesmos.

Em meio a essa profusão de dúvidas e conceitos nebulosos que permeiam a prática de digitalização de acervos e da preservação digital, uma questão é clara e confirmada pelos dois documentos da UNESCO (2003, 2012): a responsabilidade pela execução da preservação do patrimônio cultural digital é da sociedade em sua totalidade, de instituições de salvaguarda, do setor privado, dos meios de comunicação, da sociedade civil, e de organizações não-governamentais. Ainda que essa responsabilidade já esteja descrita em documentos patrimoniais pré-internet, buscamos afirmar com essa pesquisa que essa prática acontece de maneira efetiva e, por vezes, natural, movida pela vontade social de compartilhar informações patrimoniais.

É circunstancial falar, ainda, do que entendemos como patrimônio cultural na era digital. Esse conceito inclui as práticas que relatamos até aqui, especialmente de digitalização e difusão on-line de acervos, agregadas às novas, ou atualizadas, interações possibilitadas pelo patrimônio cultural levado à internet. Assim, as discussões patrimoniais que acontecem no ambiente digital também podem ser incluídas na preservação de bens específicos, sendo que essas são parte da comunidade que circunda o bem. Incluímos também as novas formas de museu, como o museu virtual, e as informações sobre patrimônio que são publicadas na internet de forma descentralizada e pessoal. A separação entre patrimônio cultural na era digital e

patrimônio cultural digital (ou digitalizado) é necessária porque o primeiro ultrapassa as barreiras conceituais da simples digitalização de bens patrimonializados, e faz parte de um entendimento social do que é patrimônio cultural na nossa era, que é de mudanças não somente em formas de acesso, mas de comportamento perante o patrimônio. Já o segundo está incluindo no primeiro, sendo uma técnica de preservação.

Um ponto que ainda precisamos ressaltar é o fato que o patrimônio cultural digitalizado não existe sem que haja uma vontade de produzi-lo, diferentemente do patrimônio material e imaterial. O patrimônio digitalizado já nasce como patrimônio, uma vez que é desenvolvido na digitalização de um bem cultural já patrimonializado. É uma forma contemporânea *intencional* de armazenar, preservar, organizar e difundir bens patrimoniais, ainda que essa forma tenha peculiaridades muito específicas. Já outras manifestações incluídas no conceito de patrimônio cultural na era digital podem acontecer sem que haja essa intencionalidade⁴⁶, como é o caso das fotografias compartilhadas por visitantes do Museu Municipal Parque da Baronesa no Google Maps, caso que estudaremos a seguir.

Os três períodos do patrimônio cultural digital

Uma forma de clarificar o que viemos falando sobre esses diversos conceitos é mostrar a evolução do uso de tecnologias digitais para fins de preservação. Para tanto, recorreremos a Addison (2008), com texto que define os dois primeiros momentos, observando-o criticamente, e correlacionando-o a outros textos. Tal estudo nos possibilita conceituar um terceiro momento do patrimônio cultural digital, que em muito caracteriza esse período atual no qual observamos uma profusão de manifestações de preservação comunitárias.

O **Patrimônio Cultural Digital 1.0** (ADDISON, 2008) é caracterizado pelo uso de tecnologias digitais para fins de documentação e facilitação na coleta de dados. É o que acontece durante os anos de 1970, 1980 e início da década de 1990, em congruência com a “inauguração” e conseqüente desenvolvimento de tecnologias e aparelhos. Já no início da década de 1990, com a inauguração e popularização da internet comercial, digitalizações, antes usadas somente para fins de organização e pesquisa, passam a ser distribuídas e acessadas através da internet.

⁴⁶ Como expansão desta pesquisa, estamos observando o caso de digitalização e difusão on-line patrimonial que é realizada por visitantes de museus que registram o espaço visitado e compartilham tais imagens na internet, em ferramentas como o Google Maps. Afirmamos essa como uma forma de preservação que é descentralizada da instituição em questão e que acontece sem que haja uma vontade, por parte do visitante, de realizar um processo de preservação. Ele somente se apropria do que está experienciado, e compartilha com outras pessoas. Estamos trabalhando em definir essas formas de apropriação, a fim de caracterizar casos como fotografias ofensivas realizadas em monumentos referentes a passados dolorosos.

Addison (2008) chama esse segundo momento de **Patrimônio Cultural Digital 2.0**, no qual o acesso on-line à informação patrimonial vira uma prática.

Addison (2008) afirma que no momento 2.0, as digitalizações passam a ser agregadas por outros processos, especialmente a preservação participativa organizada na internet. É nesse ponto que discordamos levemente do autor, dizendo que sim, nesse segundo momento tal prática começa a pontuar, mas que é possível inaugurar um terceiro momento do patrimônio cultural digital caracterizado por essa nova faceta. Compreendemos que existem diferenças circunstanciais entre os projetos organizados entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, ancorados no modelo de mimetização do espaço do museu (BIANCHINI, 2016), e nos que são realizados atualmente, que seguem ideias de interação e participação do usuário, encontrando visualidades que são mais adequadas à esses fins. Esse fato é ampliado quando consideramos que o texto de Addison foi finalizado e publicado no ano de 2008, há quase 10 anos, e que os usuários da internet e as formas de interação modificaram-se durante esse tempo.

Dessa forma, entre 2005 e 2010 até os dias atuais, localizamos o **Patrimônio Cultural Digital 3.0**, ancorado na internet como uma ferramenta para a preservação patrimonial colaborativa e usuários que estão familiarizados à linguagem visual das interfaces digitais. Essa afirmação também está de acordo com o que é defendido no livro organizado por Mia Ridge (2014), chamado *Crowdsourcing our Cultural Heritage*⁴⁷ (ainda sem tradução para a língua portuguesa). Essa obra reúne relatos de casos nos quais a internet foi usada para integrar cidadãos a processos de preservação, especialmente em tarefas de organização de acervos e exposições, digitalização, transcrição, e doação de acervo.

Entendemos esse como o novo paradigma da prática do patrimônio cultural digital, quando comparado aos primeiros projetos de publicação on-line, que tinham a mídia digital somente mais um meio de comunicação. A internet deixa de ser o espaço simplesmente de difundir o patrimônio digitalizado, e passa a ser uma ferramenta de novos modelos de preservação patrimonial. Esses novos modelos são mais baratos que os tradicionais (RIDGE, 2014), uma vez que utilizam de mão-de-obra voluntária, apresentam digitalizações mais fidedignas aos originais, uma vez que contam com um número maior de pessoas analisando resultados (BLASER, 2014), e põem em prática a ideia de que a proteção ao patrimônio deve ser construída em conjunto com a comunidade (UNESCO, 2003; UNESCO, 2012), ainda que as instituições tenham um papel centralizador das ações.

⁴⁷ *Crowdsourcing* pode ser entendido como a terceirização, no sentido de preservação construída participativamente, do nosso patrimônio cultural

Alguns modelos de preservação participativa na internet

Seguindo as observações reunidas por Ridge (2014), que nos ajudam a conceituar esse terceiro momento, reunimos alguns modelos de preservação participativa, buscando pesquisas que tratam de casos gerais e outras focadas na preservação patrimonial. Esse apanhado nos ajuda a entender o caso que presenciamos, adjacente ao Museu Parque Municipal da Baronesa, bem como outras manifestações patrimoniais na era digital.

Primeiramente afirmamos que o processo de inclusão de cidadãos na preservação patrimonial acontece por uma vontade social de modificar a burocracia, as normas institucionais, e pelo fato da internet oferecer um espaço para que pessoas, unidas, criem sistemas de organização, baseados no desejo por resultados e na confiança mútua entre os indivíduos. Esse “modelo” aparece em diversos projetos atuais em torno da preservação patrimonial, principalmente na organização on-line de grupos comunitários.

Com base nesse panorama, comentaremos os termos *crowdsourcing*, *community-sourcing*, pesquisa participativa, práticas de cocriação, colaboração e contribuição, tendo em vista a aplicação desses em projetos de patrimônio cultural, sejam de ativação, preservação, transcrição, comunicação. Fazemos também uma diferenciação entre os termos participativo e colaborativo, para fins de justificar a utilização de cada um nos devidos contextos. Participativo é relacionado à participação, sendo uma característica de alguém que participa ativamente de alguma ação. Já colaborativo vem de colaborar, construir algo em conjunto com uma ou mais pessoas, elaborar com o grupo. A expressão explicita um envolvimento maior do que na participação, e também a ideia de uma rede de ajuda mútua.

Crowdsourcing, termo sem tradução para o português, formado pelas palavras *crowd*, multidão, e *sourcing*, terceirização, foi cunhado por Jeff Howe e Mark Robinson em 2006, a fim de nomear um conceito já existente. Assim, *crowdsourcing* é “o ato de terceirizar um trabalho que é tradicionalmente executado por um agente designado (normalmente um empregado) para um indefinido e grande grupo de pessoas, no formato de *open call*” (HOWE, 2006, p. 1, tradução nossa⁴⁸). Contudo, as ações de colaboração no âmbito do patrimônio cultural acontecem de maneira distinta ao formato de *open call*. Ainda que se encontre projetos que a praticam, existe uma preferência em ter a participação de um grupo de pessoas específico. O método *crowdsourcing* normalmente é usado em projetos de preservação patrimonial para

⁴⁸ Tradução livre dos autores. Texto original: “Crowdsourcing is the act of taking a job traditionally performed by a designated agent (usually an employee) and outsourcing it to an undefined, generally large group of people in the form of an open call” (HOWE, 2006, p. 1).

colaboração de cidadãos na transcrição de manuscritos, descrição de artefatos, produção de mecanismos criativos, envio de documentos para acervo (RIDGE, 2014). Ao contrário, no *community-sourcing*, ou terceirização para a comunidade, existe a possibilidade que a colaboração alcance outros níveis do projeto (WARD, 2011), que não somente a digitalização, a organização de acervos e a doação de exemplares para o mesmo.

No trabalho com uma comunidade específica tem-se um tempo diferente para execução, isso porque normalmente a atividade da “multidão” é remunerada (RIDGE, 2014), ainda que de maneira módica. Assim, no primeiro não é possível exigir metas, horários de trabalho, prazos rígidos. Por outro lado, projetos que incluem comunidades são beneficiados por um envolvimento que pode vir a modificar objetivos e resultados do mesmo, e esse trabalho tem a possibilidade de alcançar maior ressonância, uma vez que mais do que a realização de tarefas propõe-se um momento de experiência patrimonial.

Discutimos ainda os diferentes perfis que as instituições de preservação podem adotar em projetos participativos. Observamos uma classificação de grau crescente de envolvimento do público, descrita no relatório *Public Participation in Scientific Research: Defining the Field and Assessing Its Potential for Informal Science Education - A CAISE (Center for Advancement of Informal Science Education) Inquire Group Report* (BONNEY et al., 2009), que são: aos modelos de contribuição, colaboração ou cocriação.

No modelo **contributivo**, o projeto, as perguntas, as hipóteses, são especificados pela instituição proponente, com o público responsável pela coleta de dados, normalmente abrangendo um grande número de amostras. Já projetos de **colaboração**, as perguntas são feitas pela instituição e os dados colhidos pelo público, existindo participação na análise e interpretação dos mesmos, ainda podendo acontecer, em certos casos, que os voluntários ajudem no refinamento dessas perguntas. Quando se segue uma proposta de **cocriação**, a proposição da pesquisa vem do público, que busca a instituição como fonte de embasamento teórico e técnico. Nesses, “participantes são encorajados a participar de todos os estágios do processo de pesquisa, [...] e se qualquer parte do projeto não funciona, cientistas e o público participante trabalham juntos para modificá-lo” (BONNEY et al., 2009, p. 18, tradução nossa⁴⁹). O público tem maior controle sobre a pesquisa, sendo apoiado pelo conhecimento científico.

⁴⁹ Tradução livre dos autores. Texto original: “Participants are encouraged to take^[SEP] part in all stages of the research process, [...] and if any part of the project does not work well, scientists and public participants work together to modify it for increased effectiveness” (BONNEY et al., 2009, p. 18).

Digitalização e compartilhamento participativo no Museu Municipal Parque da Baronesa (Pelotas – RS)

Nosso objetivo com este estudo de caso é observar uma ação comunitária de digitalização de acervo patrimonial não intencional, uma vez que não existe o propósito de, com esse exercício, realizar uma atividade de preservação, e realizada sem a intervenção da instituição em questão. São fotografias feitas por visitantes do Museu publicadas na internet, em costume semelhante a compartilhar imagens de momento de lazer, encontros com a família, entre outros. Dessa forma, buscamos defender que mesmo essas apropriações não intencionais acarretam uma digitalização e compartilhamento de acervo. Seguidos alguns passos metodológicos nessa análise, que incluem observar o contexto patrimonial do Museu, bem como a ferramenta Google Maps⁵⁰, seus pormenores, sendo que o caso é desenvolvido nessa, descrever as informações relativas ao Museu no Google Maps, atentando para o conteúdo das imagens, classificando-as de maneira quali-quantitativa, a partir das categorias imagens automáticas, imagens panorâmicas, fotografias da fachada, grupos reunidos no Museu, e detalhes do acervo.

Comentamos primeiramente o Museu Municipal Parque da Baronesa como instituição de preservação e patrimônio edificado da cidade de Pelotas, localizada na região sul do estado do Rio Grande do Sul. A inauguração do Museu aconteceu em 1982, quando passou a ser uma instituição cultural da Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de Pelotas, tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural. O acervo do Museu abriga objetos diversos, como mobiliário, vestimentas, acessórios pessoais (SECRETARIA, 2009). Destacamos ainda sua arquitetura, e a forma que essa, agregada ao acervo material, fazendo com que o Museu seja uma fonte de reflexão sobre os hábitos cotidianos, o modo de viver de uma família abastada que viveu na região em meados do século XIX e início do século XX (SECRETARIA, 2009). Destacamos ainda um outro sentido que o parque adjacente ao museu tem para a comunidade pelotense, sendo local de encontro ao ar livre.

Falamos também sobre a ferramenta que observamos para desenvolver esta análise. O Google Maps é um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite gratuito para acesso através da web, fornecido e desenvolvido pela empresa Google. Quando digitamos uma entrada no buscador Google que de alguma maneira remeta a uma localização geográfica, a ferramenta já nos mostra a possibilidade de vermos essa no Maps. Buscando um termo relativo a um bem patrimonial, o Google Maps nos mostra como chegar até o mesmo, informações

⁵⁰ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: nov. 2017.

como cálculo de tempo se formos a pé, de carro, ou de ônibus, rotas até o local, estabelecimentos que existem nas proximidades, horário de funcionamento, possibilidade de salvar essa localidade nos mapas pessoais do usuário, entre outras. Ainda é presente o sistema de pontuação de 0 até 5 estrelas, os comentários de pessoas que já visitaram o lugar, e fotografias e vídeos publicados por usuários, relevantes para esse estudo.

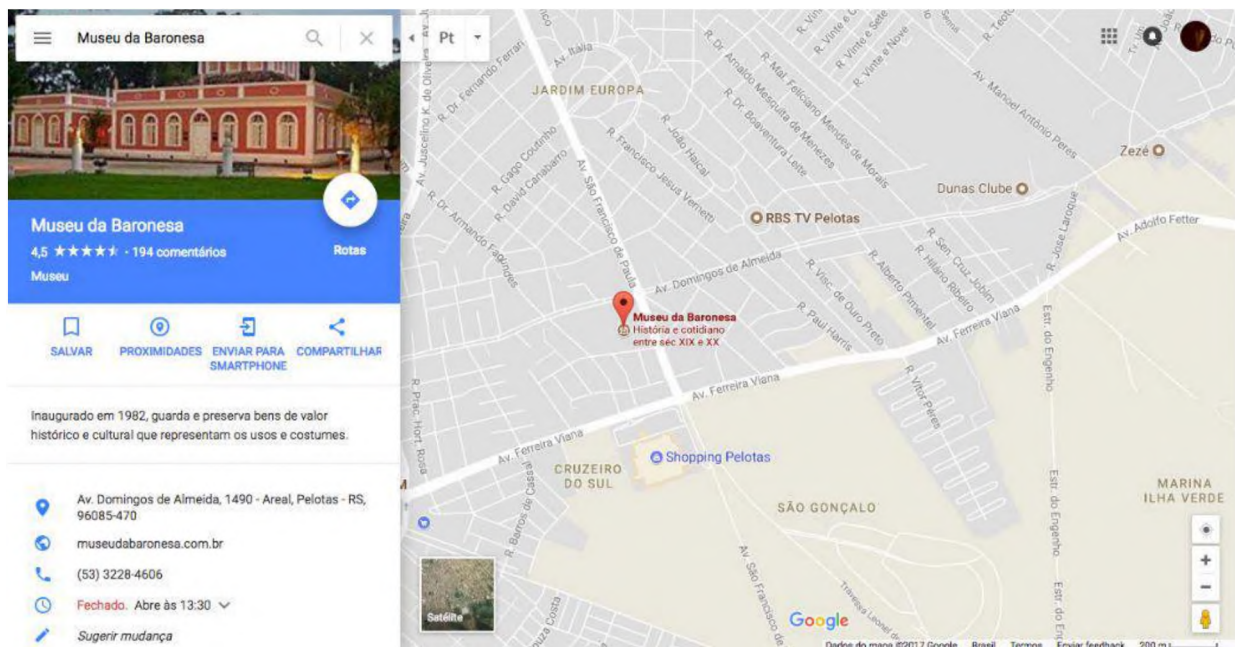


Figura 1: Museu da Baronesa no Google Maps. Fonte: goo.gl/WGtNrr. Acesso em: out. 2017.

Assim, iniciamos nossa análise das publicações pessoais feitas na ferramenta Google Maps, a partir da entrada “museu da baronesa”⁵¹ (Figura 1). Esse termo foi utilizado por ser o nome popular do Museu Municipal Parque da Baronesa. Os primeiros conteúdos que identificamos são relativos à localização, formas de contato com a instituição, um pequeno resumo do contexto da mesma, além do mapa e a pontuação da entidade. Também vemos o número de comentários de visitantes, que nesse caso é 194⁵², e a possibilidade de acessar rotas para chegar até o Museu. Destacamos que em ferramenta localizada na parte inferior esquerda página é possível que o usuário do aplicativo sugira mudanças nas informações.

⁵¹ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Museu+da+Baronesa/@-31.7563966,-52.3220509,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x9511b5acc82ac7fd:0xd5dece4fc33c0633!8m2!3d-31.7564012!4d-52.3198622?hl=pt-BR>. Acesso em: nov. 2017.

⁵² Dados de 2 de outubro de 2017.

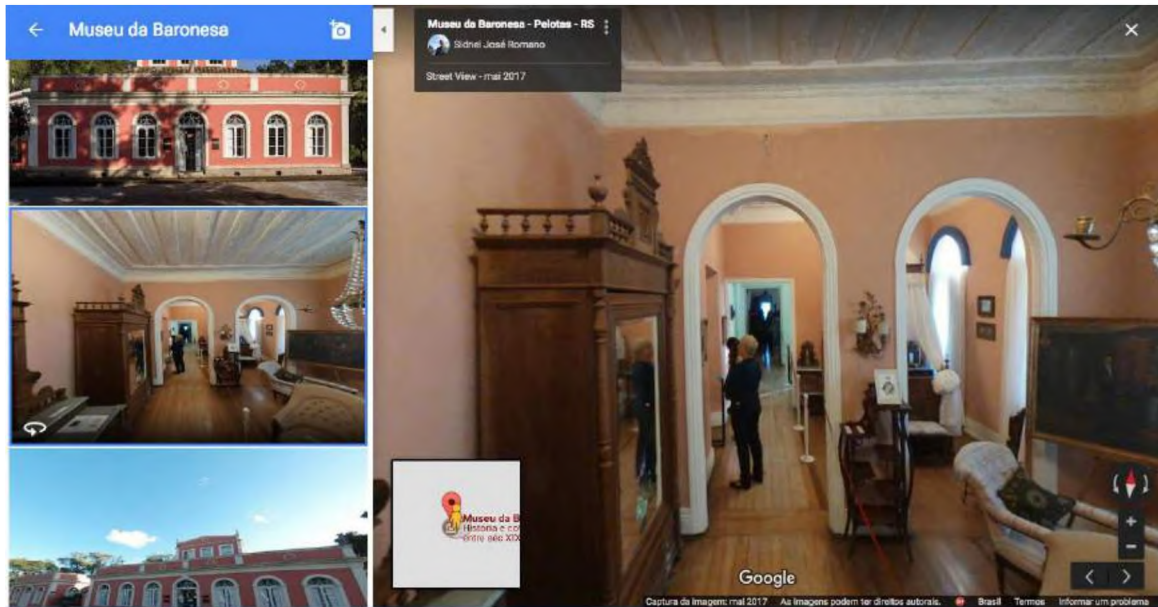


Figura 2: Imagens disponíveis no Google Maps relacionadas ao Museu da Baronesa. Fonte: goo.gl/fm5Uhl. Acesso em: out. 2017.

De modo a acessar as entradas fotográficas relativas ao Museu da Baronesa, utilizamos a barra da esquerda. Acessamos a visualização onde é mapa não é apresentado, sendo substituído pela imagem selecionada (Figura 2). Algumas das entradas em imagem seguem o padrão de informações que são agregadas pelo Google de maneira automática. Entretanto, grande volume dessas são oriundas de publicações feitas por visitantes do Museu, que agregaram às suas fotografias a localização geográfica, recurso fornecido pelo Google Maps. Na figura 2 mostramos, em detalhe, uma entrada feita por um usuário que, quando visitando um local de seu interesse, constrói imagens panorâmicas dos mesmos e às publica, possibilitando ao usuário uma visão espacial do Museu da Baronesa, não somente bidimensional e estática.

Analisamos as 307 imagens relacionadas ao Museu da Baronesa no Google Maps, de modo a observar o tema central das mesmas, sendo essa forma de demonstrar se essas publicações são relevantes para quem visita à página. Buscamos com isso qualificar essa manifestação que caracterizamos como uma apropriação patrimonial que gera uma digitalização e difusão de acervo não intencional. O termo “não-intencional” é usado porque quem publica essas fotografias não têm o intuito de realizar um processo de preservação digital, mas sim de registrar e compartilhar sua visita e visão do Museu.

Discorremos, ainda, sobre as categorias nas quais classificaremos essas imagens. São essas: **imagens automáticas**, dizendo respeito a imagens digitais que o Google Maps vincula automaticamente à entrada em questão, por estarem em publicações e websites relacionados ao Museu; **fotografias da fachada**, onde é retratado somente o exterior do prédio do Museu ou

paisagens do parque; **grupos reunidos**, quando o tema da imagem são grupos reunidos ou em momentos de lazer; **imagens panorâmicas**, quando a entrada diz respeito a uma imagem com recurso de navegação panorâmica; e **detalhes do acervo**, quando objetos do acervo são retratados em detalhe.

CATEGORIAS	Imagens automáticas	Fotografias da fachada	Grupos reunidos	Imagens panorâmicas	detalhes do acervo
Nº DE IMAGENS	11	82	50	17	147
PERCENTUAL	3,5%	26,7%	16,2%	5,5%	47,8%

Tabela 1: Tabulação quali-quantitativa das imagens relacionadas ao Museu Parque Municipal da Baronesa no Google Maps. Fonte: produzido pela autora.

Relatamos que quase metade das imagens postadas no Google Maps por visitantes do Museu da Baronesa é do tipo detalhes do acervo (47,8%). Isso mostra uma qualificação do conteúdo disponível, não tanto na qualidade visual das fotografias, mas no que diz respeito às informações que o visitante virtual terá acesso. São poucas as imagens automáticas, bem como das outras categorias. Assim, quem procura essas imagens terá uma visão geral do acervo do Museu, curada pelos seus visitantes. Destacamos também a presença de imagens panorâmicas, que ainda que baixo número percentual, é um recurso extremamente qualificado de visualização não somente do acervo, como do espaço do Museu, ainda sendo imagem de acesso interativo. O percentual de fotografias que retratam grupos reunidos corrobora com o que comentamos sobre o parque ser um espaço de encontro da população pelotense.

Concentramos nossa análise nas fotografias presentes no Google Maps porque a comparação com as de outra rede social não traria informações substanciais quali-quantitativas. Entretanto, esse fato pode ser analisado observando a diferença entre os usos de cada rede social que é feito pelos cadastrados nas mesmas. Nossa ideia inicial para esse estudo era de realizar uma pesquisa semelhante à feita no Google Maps na rede social Instagram⁵³, aplicativo para smartphones de compartilhamento de fotografias. Diferente do que percebemos na ferramenta do Google, onde estão presentes fotografias que mostram um interesse do visitante com o acervo, algo fortemente relacionado aos assuntos compartilhados cotidianamente na mesma, no Instagram percebemos que o visitante do Museu da Baronesa compartilha fotografias nas quais o principal assunto não é o museu, e sim a presença dessa pessoa no espaço. Assim, dessa

⁵³ <http://www.instagram.com>

amostragem podemos concluir que a digitalização descentralizada de acervos museológicos acontece e é compartilhada em determinadas redes sociais, não sendo um fenômeno generalizado em todos os meios de comunicação digitais.

O fenômeno de fazer fotografias de um local visitado e publicá-las na internet está intimamente relacionado ao uso que é feito na atualidade dos websites de redes sociais e com a necessidade de mostrar à sua audiência pessoal que visitou determinado local. Entretanto, também o consideramos como processo de digitalização de um acervo patrimonial que é feito sem nenhuma intervenção da administração da instituição. Quando comentamos o Patrimônio Cultural Digital 1.0 e 2.0 (ADDISON, 2008), falávamos em processos de digitalização realizados por instituições de preservação. Já no 3.0, descrevemos projetos de integração entre instituições e público. Nessa manifestação observada, na qual o Museu da Baronesa é somente um dos possíveis exemplos, acontece um processo de digitalização de um lugar patrimonial e de seu acervo adjacente sem nenhuma interferência ou intenção da instituição em questão. Os visitantes do Museu da Baronesa estão digitalizando essas informações (que apresentam uma qualidade de diversificação e abrangência do acervo), disponibilizando-as na internet através de uma ferramenta digital que não exige nenhum trabalho de programação, e estão alcançando uma visibilidade considerável.

Classificamos esse fenômeno no modelo descrito como *community-sourcing*, uma vez que quem participa é o público próximo ao museu, e não uma indeterminada “multidão”. Esse fato está amplamente relacionado às características que Ward (2011) dá a tal modelo, uma vez que o esforço aqui observado não é remunerado, medido em tempo, contabilizado. Ademais, parte somente de uma vontade do público, o que faz com que nem possamos classificar nos modelos de contribuição, colaboração ou cocriação (BONNEY et al., 2009). Aproxima-se da ideia de cocriação, na qual o público surge com as perguntas e desenvolve o trabalho. Entretanto, não existe uma inserção da instituição, ponto presente nesse modelo. Assim, nossas pesquisas apontam para a necessidade de conceituar um novo termo que dê conta desses casos. Trabalhamos, ao menos nesse momento, com a ideia de apropriação do patrimônio com compartilhamento digital, conceito que pode ser desdobrado para denotar outras manifestações.

Considerações finais

As modificações sociais acarretadas dessa popularização da internet como meio de comunicação faz com que repensemos, como sociedade, os mais diversos aspectos da organização social na atualidade. A preservação patrimonial também está incluída nessa

questão, sendo que hoje é possível falar e demonstrar processos que acontecem por vontade e esforço de comunidades, por vezes sem a intervenção das instituições de salvaguarda.

A existência dessas manifestações não centralizadas na administração de instituições de preservação indicam uma necessidade de novas posturas dessas, perante o novo cotidiano comunicacional. O Museu da Baronesa não anunciou nenhum projeto ou mesmo uma intenção de digitalizar o seu acervo, seja para preservação interna, ou como instrumento para explorar essa nova maneira de acesso. Ainda assim, os seus visitantes fazem um trabalho de digitalização, são agentes digitalizadores dessa instituição. Vemos que uma manifestação desse tipo, incluída no cotidiano atual, precisa ser considerada no montante do que preservado pelo Museu.

Com isso dizemos que essas fotografias, comentários, vídeos, também são parte do acervo da instituição, pois, mostram a visão da mesma em um momento da sociedade. Se o Museu, com seu acervo salvaguardado, é um retrato da sociedade pelotense do final do século XIX e início do século XX, o que é publicado em aplicativos virtuais sobre o mesmo são um retrato do que a sociedade atual pensa sobre e a partir do mesmo e, ainda, sobre a categoria patrimonial. Tendo como base esse caso estudado, podemos concluir que hoje uma instituição patrimonial é muito mais um espaço para experienciar um momento da cultura, seja esse histórico, artístico, diferente da que conhecemos, entre outros. O patrimônio não é mais algo que os outros dizem que assim deve ser considerado, que precisa passar por um processo de valoração patrimonial, sendo que é muito mais um lugar para acessar, conhecer e compartilhar.

Referências bibliográficas

ADDISON, Alonzo C. Digital Heritage 2.0: Strategies for Safeguarding Culture in a Disappearing World. In: International Symposium on Information and Communication Technologies in Cultural Heritage, 2008, Ioannina. **Proceedings...** Disponível em: http://www.academia.edu/2519668/Digital_Heritage_2.0_Strategies_for_Safeguarding_Culture_in_a_Disappearing_World. Acesso em: mar. 2017.

BIANCHINI, Riccardo. **When museums became virtual – 1: the origins.** 2016. Disponível em: <http://www.inexhibit.com/case-studies/when-museums-became-virtual-part-1-the-origins/>. Acesso em: jan. 2017.

BLASER, Lucinda. Old Weather: Approaching Collections from a Different Angle. In: RIDGE, Mia (Org.). **Crowdsourcing our Cultural Heritage.** Surrey: Ashgate Publishing limited, 2014.

BONNEY, Rick et al. **Public Participation in Scientific Research: Defining the Field and Assessing Its Potential for Informal Science Education - A CAISE Inquiry Group Report.** Washington, DC: Center for Advancement of Informal Science Education (CAISE), 2009. Acessado em: mai. 2015. On-line. Disponível em: <http://caise.insci.org/uploads/docs/PPSR%20report%20FINAL.pdf>.

HOWE, Jeff. **Crowdsourcing: a definition.** 2006. Disponível em: http://crowdsourcing.typepad.com/cs/2006/06/crowdsourcing_a.html. Acesso em: jun. 2016

LE MOS, André. Infraestrutura para a Cultura Digital. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (Org.). **Cultura digital.br.** Rio de Janeiro : Beco do Azogue, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

RIDGE, Mia (Org.). **Crowdsourcing our Cultural Heritage.** Surrey: Ashgate Publishing limited, 2014.

SECRETARIA Municipal de Cultura (Org). **Somos! Patrimônio cultural de Pelotas: séries iniciais.** Pelotas: Prefeitura Municipal, 2009. 144p.

UNESCO. **Charter on the Preservation of the Digital Heritage.** 2003. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter_preservation_digital_heritage_en.pdf. Acessado em fev. 2015.

_____. **A Memória do Mundo na Era Digital: Digitalização e Preservação.** 2012.

Disponível em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/images/mow/unesco_abc_vancouver_declaration_pt.pdf. Acesso em: mai. 2016.

WARD, Amy Sample. **Crowdsourcing vs Community-sourcing: What's the difference and the opportunity?** 2011. Acesso em jun. 2015. On-line. Disponível em: <http://amysampleward.org/2011/05/18/crowdsourcing-vs-community-sourcing-whats-the-difference-and-the-opportunity/>.

INTERAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE: O FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*INTERACTIONS BETWEEN STATE AND SOCIETY: THE PROMOTION OF
FAMILY FARMING BY MEANS OF PUBLIC POLICIES*

*Marconi Severo
Mestrando em Políticas Públicas/UNIPAMPA
marconisevero@hotmail.com*

*José Arlindo P. Souza Neto
Graduando em Ciências Sociais – Ciência Política/UNIPAMPA
jozepiazer45@gmail.com*

*Ronaldo Bernardino Colvero
Doutor em História/UNIPAMPA
rbcolvero@gmail.com*

RESUMO

As políticas públicas respondem pelo canal efetivo pelo qual variados governos colocam em prática sua agenda política, além de administrarem as diversas demandas advindas da sociedade civil por meio do sistema político de *outputs/inputs*. É justamente por esta razão que o fomento às atividades socioculturais e econômicas assume uma conotação ímpar quando analisado de acordo com a *policy analysis*. Por exemplo, estudar a Agricultura Familiar brasileira sob este aspecto é deveras promissor, especialmente se considerado o seu recente reconhecimento enquanto tal pelo Estado. Neste texto são abordadas as principais características de uma *policy*, o que fornece subsídios para o estudo mais detalhado tanto da Agricultura Familiar quanto do próprio Estado moderno. Destarte, isto contribui sobremaneira para a melhor compreensão da importância que o PRONAF possui neste contexto, uma vez que esta é a principal política pública voltada para a agricultura em nível familiar. Com base neste material, foram efetuadas algumas considerações; entre as quais merece destaque o papel crucial que o Estado possui para o desenvolvimento socioeconômico de grupos tidos como vulneráveis e que, sem o suporte estatal, estariam relegados à própria sorte.

Palavras-Chave: Estado; Políticas Públicas; Sociedade Civil.

ABSTRACT

Public policies respond by effective channel through which various governments put into practice their political agenda, in addition to administering the various demands arising from civil society through the political system of *outputs/inputs*. It is precisely for this reason that the promotion to the sociocultural and economic activities takes a unique connotation when analyzed in accordance with the policy analysis. For example, study the Brazilian family agriculture under this aspect is very promising, especially if considered his recent recognition as such by the State. In this text are addressed the main characteristics of a policy, which provides subsidies for a more detailed study of both family farming as their own Modern State. Thus, this contributes greatly to a better understanding

of the importance of the PRONAF has in this context, since this is the main public policy toward agriculture at household level. On the basis of this material, were made some considerations; among which deserves highlighting the crucial role that the State has for the socioeconomic development of groups considered vulnerable and that, without state support, would be relegated to their fate.

Key-words: State; Public Policies; Civil Society;

Quando o Estado intervém na sociedade: o caso das políticas públicas

O estudo de políticas públicas, com foco no Brasil, é um ramo da Ciência Política que tem conquistado espaço no meio acadêmico (FREY, 2000; SARAVIA, 2006; SOUZA, 2006). Para que possamos efetuar uma análise de políticas públicas idônea, devemos considerar sempre o contexto de sua elaboração, bem como a subjetividade das variadas inter-relações presentes entre a política pública e a sociedade civil (BOBBIO, 2009; SOUZA, 2006). Nas palavras de Frey (2000, p. 215), tais estudos devem pautar-se por um determinado grau de abrangência teórico/empírico que supere o determinismo empirista. Segundo o autor, normalmente estas pesquisas “carecem de um embasamento teórico”, o mesmo “que deve ser considerado um pressuposto para que se possa chegar a um maior grau de generalização dos resultados adquiridos”.

Para Frey contextualizar é preciso. De acordo com o autor (p. 215-216), deve haver uma necessária “adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento”. E é nestas sociedades em que se encontra o caso do Brasil. Ademais, se considerarmos os principais ciclos de uma política pública, complementa esta visão os apontamentos de Saravia (2006, p. 32), ao ressaltar que, normalmente, as etapas “consideradas em matéria de política pública – formulação, implementação e avaliação – precisam de certo grau de especificação na América Latina”. O que não pode ocorrer é uma mera importação, tanto pior se engessada, de uma determinada teoria para efetuar-se uma análise de caso.

É com base nestas ressalvas teóricas que entende-se que a utilização das teorias academicamente disponíveis para a análise das políticas públicas deve, além de serem utilizadas com cautela, considerar o alcance e a subjetividade que uma política pública possui; especialmente considerando-se a pluralidade política da sociedade brasileira¹. Se entendermos

¹ O estudo comparado de instituições e sociedades tem se demonstrado eficaz em fornecer um arcabouço teórico consistente, especialmente no que diz a variabilidade das instituições presentes (bem como seu papel) na sociedade civil, quer seja ela heterogênea ou não. São exemplos característicos deste modelo de análise (que considera as faces do Estado em uma sociedade pluralista) os seguintes: Inglehart & Welzel (2009); Lijphard (2008); Putnam (2006).

uma política pública como uma resposta do sistema político a uma determinada demanda da sociedade civil, perceber-se-á que “toda política pública está integrada dentro do conjunto de políticas governamentais e constitui uma contribuição setorial para a busca do bem-estar coletivo” (SARAVIA, 2006, p. 35). Este é o caso, por exemplo, do PRONAF².

É interessante que as relações políticas e algumas instituições como, por exemplo, o Estado e os governos, possuam um papel tão importante para a análise das políticas públicas – fato este consensual entre os autores e pesquisadores das *polyci analysis*³. É ao se pensar na pesquisa acadêmica que, segundo Boaventura, “o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia” (SANTOS, 2010, p. 76), como é o caso da análise das políticas públicas. Seja no cenário brasileiro ou não, devemos considerar que o objeto ora analisado como, por exemplo, o Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar – PRONAF, repercute muito além do seu público alvo (SILVA, 2012). É o que afirma Celina Souza (2006, p.36), em termos de abrangência e durabilidade dos impactos de uma *polyci*: “embora tenha impactos no curto prazo”, ela “é uma política de longo prazo”.

Não obstante, é fato que, assim como apontado por Santos (2010), todo conhecimento local também é global e possui fortes indícios a repercutir em um cenário além do analisado. Em outras palavras, é óbvio que o estudo de uma política pública em nível exclusivamente local não exclui sua contribuição teórica e/ou empírica, mas sim fomenta sua repercussão. Além de uma questão de bom senso, faz-se necessário levar em consideração que “as sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social. [...] Isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e compreenda diferentes padrões de inteiração: cooperação, competição, conflito” (RUA, ROMANINI, s/d, p. 5). Logo, uma *policy analysis* (FREY, 2000) repercute diretamente do local ao internacional, em especial se ponderados tais “padrões de inteiração” (tão característicos e definidores na *policy analysis*).

As contribuições que as variadas vertentes teóricas possuem para com a análise de políticas públicas não podem ser entendidas como antagônicas entre si; mas antes como complementares e adaptáveis conforme o contexto, a *policy*, os suportes teóricos e empíricos, bem como a aptidão do próprio pesquisador. Como disse Santos, “hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que

² Devido à limitação de páginas do presente texto, bem como a profundidade exigida para dissertar sobre o PRONAF, optou-se por focar, no presente artigo, mais na *public politics* do especificamente sobre o tema da dissertação.

³ Este é o caso, por exemplo, da importância que o neoinstitucionalismo possui para com a *policy analysis* (FREY, 2000; SECCHI, 2013; SOUZA, 2006).

estudamos” (2010, p. 85). A Ciência Política têm cumprido o seu papel neste quesito, especialmente no concernente ao estudo da principal instituição política (o Estado) e como este se faz presente na sociedade; neste caso, por meio das políticas públicas.

A política pública e suas principais características

Sem mais preâmbulos, podemos efetivamente entender o estudo das políticas públicas como ramo da Ciência Política responsável por “entender como e por que os governos optam por determinadas ações” (SOUZA, 2006, p. 22). Embora nos seja apresentada a importância desta área, é também evidente, dado a diversidade teórica e analítica de tal temática, que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública” (SOUZA, 2006, p. 24). Mesmo assim para que tenhamos noção da dimensão desta área, bem como de sua complexidade e importância, Penk (2011) relata-nos que o campo de trabalho das políticas públicas “tem se consagrado como *locus* de discussão de notória centralidade para debater grandes questões sociais, econômicas e ambientais” (PENK, 2011, p.161).

No concernente a estas “grandes questões” é evidente que não podemos nos posicionar frente às mesmas sob um único ângulo, uma vez que, segundo o autor, para que se possa abordar uma *policy* com um mínimo de efetividade exige-se um empenho multidisciplinar. De acordo com suas palavras, a *policy analysis* “é, por excelência, multidisciplinar” (ibidem) e, como complemento, adverte que qualquer esforço em trabalhar com políticas públicas deve atentar para este fato. Certamente esta conjuntura corrobora para que não haja uma “única ou melhor,” definição de políticas públicas.

Entretanto, para Celina Souza (2006), pelo menos genericamente, algumas definições de políticas públicas recaem costumeiramente na mesma centralidade conceitual, qual seja, a *policy* enquanto “soluções de problemas”, assim considerados como tal pelo Estado. Para a autora, a elaboração mais precisa de um conceito recai, novamente, na multidisciplinariedade (PENK, 2011) e na contextualização teórica (FREY, 2000; SARAVIA, 2006) presente, sobremaneira, em determinados campos acadêmicos. Para que “uma teoria geral da política pública” possa ser pensada, necessariamente tal raciocínio implica pela “busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia” (SOUZA, 2006, p. 25). Desta forma, podemos objetivamente interpretar as políticas públicas da seguinte maneira:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações

(variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Dito de outra forma, a *policy* é a forma pela qual o governo se faz presente e administra os conflitos sociopolíticos de uma determinada sociedade. Destarte, uma vez implementadas as políticas públicas, estas ficam sujeitas ao constante acompanhamento e posterior avaliação pela sociedade política, ou seja, a *polity*. Esta ideia também é compartilhada por Teixeira (2002). Para este autor, “elaborar uma política pública significa definir *quem* decide *o quê*, *quando*, com que *consequências* e *para quem*” (TEIXEIRA, 2002, p. 2, grifos do autor). Este fato atesta para a importância que algumas instituições possuem, bem como a gestão das mesmas; no qual merecem o justo reconhecimento o Estado e governos. É com base na gestão e plano de governo que podemos encontrar a resposta para os questionamentos anteriores. Um fato evidente, e também comungado com o autor, é o de que “propor, formular e participar da gestão de alternativas de políticas públicas é enorme desafio para a sociedade civil” (TEIXEIRA, 2002, p. 7).

Com referência aos objetivos a serem alcançados por uma política pública, Teixeira (2002) define que os principais estão (1) atender demandas, principalmente de setores socialmente marginalizados; (2) ampliar e efetivar direitos e conquistas em termos de cidadania; (3) promover o desenvolvimento, especialmente em termos de fomento econômico e geração de renda; (4) regular conflitos, tantos sociais quanto (e principalmente) econômicos, uma vez que mesmo atores hegemônicos e a livre organização do mercado não são suficientes para tal finalidade (mediação entre Estado e sociedade)⁴.

Este é, inclusive, um ponto de partida para a melhor compreensão da *policy analysis* também compartilhado por Rua & Romanini (s/d, p. 5), que ao se aproximarem das noções clássicas da Ciência Política, afirmam que é necessário à administração dos conflitos políticos um suporte institucionalmente consolidado. E, de acordo com as autoras, existem apenas duas formas para que o Estado se faça presente na sociedade, em especial no quesito de administração legal dos conflitos políticos, quais sejam: “a coerção pura e simples de um lado, e a política, de outro” (RUA; ROMANINI, s/d, p.5). Para fins conceituais, entende-se por

⁴ Esta visão poder ser entendida como uma espécie de resposta do Estado neoliberal em atender as demandas básicas da sociedade civil e/ou atenuar agravos que o livre-mercado possa-lhes causar. Na concepção neoliberal, este mesmo fato é entendido como a capacidade (dever) do Estado em garantir a livre iniciativa, ainda que mínima, a todos os cidadãos.

política o “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” (Ibdem).

Esta aproximação entre a administração pública e a sociedade, por meio de políticas públicas, deve ser pautada pelas relações “que se estabelecem entre políticas públicas e política, de um lado, e entre governo e sociedade, de outro” (SARAVIA, 2006, p. 27). Aproximando esta ideia do autor com a Ciência Política, podemos dizer que a *policy analysis* pauta-se, inclusive, na formulação da agenda política. Esta, por sua vez, organiza-se pelo sistema de *output* e *input*, conforme atesta Bobbio:

Nas mais recentes teorias sistêmicas da sociedade global, a sociedade civil ocupa o espaço reservado à formação das demandas (*input*) que se dirigem ao sistema político e às quais o sistema político tem o dever de responder (*output*): o contraste entre sociedade civil e o Estado põe-se então como contraste entre quantidade e qualidade das demandas e capacidade das instituições de dar respostas adequadas e tempestivas (BOBBIO, 2009, p.36).

Tal organização e eficiência esperada pelo Estado são, em muitos casos, reflexos da pluralidade sociopolítica. Não obstante, para Saravia, o “processo de política pública mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto” (2006, p. 28). No que Bobbio (2009) e Cambraia (2015), caracterizaram como eficiência de um determinado governo em responder as suas demandas por meio de *output*, esta, por sua vez, pode ser avaliada por meio de suas políticas públicas. Além do *output*, é possível, também, “analisar formas de condução das atividades do governo por meio das categorias de política pública” (SARAVIA, 2006, p.28) - justificando, mais uma vez, a importância que esta temática possui.

Ademais, este fato está em plena sintonia com o apontado por Celina Souza (2006), no concernente à uma possível solução teórica para a ausência consensual conceitual, uma vez que “um recurso para entender o que vem a ser ‘política pública’ é pensar sobre o contexto no qual elas ocorrem: as sociedades modernas” (RUA, ROMANINI, s/d, p. 5). E é justamente neste processo de *output* e *inputs* que podemos encontrar a sua gênese, bem como a explicação para o seu possível sucesso ou fracasso, uma vez ponderado que uma *policy*, consensualmente, “apresenta a natureza de uma intervenção na realidade” (RUA, ROMANINI, s/d, p. 4).

Quanto à gênese de uma política pública, para fins elucidativos, podemos encontrar e compreender melhor o seu “ponto de partida”, de acordo com Celina Souza (2006), justamente no processo de entrada na agenda política. Segundo a autora, isto ocorre de dois modos distintos, quais sejam: quando ele é dado “pela política” ou quando ele “encontra-se no problema a ser enfrentado”. No primeiro caso, “o consenso é construído mais por barganha do que por persuasão”, ao passo que, no segundo caso “dá-se o processo contrário, ou seja, a

persuasão é a forma para a construção do consenso” (SOUZA, 2006, p. 30). Em outras palavras, no primeiro caso, a política pública surge como algo endógeno ao sistema político, ao passo que no segundo caso é algo demasiado necessário (urgente, ou de grande interesse), uma demanda que carece de uma solução que extrapole os recursos da simples barganha⁵, mas que utilize de artimanhas persuasivas, como pressão popular, política ou econômica.

Ora, mas se é assim, para ambos os casos, o que se pode entender como o processo anterior a esta etapa? Ou melhor, o que faz com que uma demanda se torne, de fato, uma política pública? De acordo com Rua & Romanini, “o que determina uma política pública, ou não, é a sua intenção de responder a um problema ‘público’ (não um problema político), independente de o tomador de decisão ter personalidade jurídica estatal ou não estatal” (s/d, p. 9). Não obstante, se a *policy* é uma face do Estado e/ou governo frente aos *inputs* da sociedade civil, quais são as suas principais características para que possamos assim identificá-las? Segundo Celina Souza (2006, p. 36), dentre as diversas definições teóricas existentes em relação ao estudo das políticas públicas, podemos extrair como algo em comum, consensual, alguns pontos específicos.

Dentre eles destacam-se que (1) uma política pública “permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz”; (2) a *polyci* “envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes”; (3) elas são abrangentes e não se limitam a leis e regras; (4) a “política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados” e, por fim (5) uma “política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação”.

Com intuito a complementar a presente discussão, este mesmo fenômeno, para Saravia (2006), por sua vez, já ser conceituado. Para este autor, uma política pública “trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAVIA, 2006, p. 28). E mesmo este conceito pode ser interpretado de forma mais complexa, caso tomemos, como sugerido pelo autor, o caráter operacional de uma *policy*. Desta forma, temos o seguinte aspecto conceitual:

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da

⁵ Um bom exemplo de barganha política pode ser encontrado com a composição de ministérios, secretarias estaduais ou municipais, no qual o chefe do Executivo possui uma tendência a barganhar apoio político cedendo alguns importantes postos político-administrativos de acordo com o apoio do qual necessita. O mesmo pode ser observado por meio das emendas parlamentares. Estes aspectos, dentre outros, são considerados como clássicos no processo de barganha política (MENEGUELLO, 1998; 2012).

definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 29).

Segundo o autor, o estudo das instituições políticas e, mais recentemente a *policy analysis*, encontraram arcabouço teórico em várias vertentes, variando de acordo com o contexto e época. Não obstante, merecem destaque áreas como a antropologia, filosofia, direito, etc., o que reforça o caráter multidisciplinar do estudo que envolve as políticas públicas (PENKO, 2011). Segundo Saravia (2006) na América Latina predomina o enfoque sobre a área do direito, na qual a *policy* é vista mais pela jurisprudência do que pelo seu caráter propriamente político. Entretanto, ressalta o autor que a análise das políticas públicas segundo a concepção puramente jurídica é muito rígida ao “dever ser” da lei, e não considera as realidades e pluralidades sociopolíticas de um Estado como, por exemplo, o Brasil. Para ele, em termos culturais, predomina na organização social latina o que considera como legalismo.

Nesse sentido, o planejamento estatal deu vazão às políticas públicas enquanto canal efetivo de governabilidade (SARAVIA, 2006). Para este autor, a “democratização do sistema político” brasileiro foi pautada pela tecnologia; e é através dela que “descentralização e a participação ficaram mais fáceis do ponto de vista operacional e as mudanças sociais tornaram-nas possíveis e desejáveis” (SARAVIA, 2006, p.26). É deveras evidente que uma política pública não é algo simples, uma vez que “as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses” (TEIXEIRA, 2002, p. 5).

Para Saravia (2006), por exemplo, há uma “enorme complexidade” em torno de uma *policy*. Alegoricamente, para este autor, “não há, no presente estágio de evolução tecnológica, alguma possibilidade de fazer com que os computadores – aparelhos de racionalidade lógica por excelência – sequer consigam descrever os processos de uma política” (SARAVIA, 2006, p. 29). Alegorias à parte, o que permanece é a importância tanto prática quanto acadêmica que as *public policies* possuem.

Considerações finais

Como pôde ser observado, o estudo das políticas públicas é um importante ramo da Ciência Política. Todavia, a análise de uma *policy* não fica restrita ao mundo acadêmico; ela se sobressai para a sociedade civil, englobando leigos e doutos. Podemos entendê-las como uma forma pela qual o Estado e os mais diversos governos utilizam-se do suporte legal para legitimar e colocar em prática algumas de suas plataformas. E é neste sentido que uma política pública é

percebida/sentida por todos os cidadãos. Um bom exemplo para o cenário atual é o risco de desmantelamento de algumas conquistas sociais (principalmente as de viés educacional) correm, mudando radicalmente de governo para governo a forma como administra-se uma *policy* (isto sem considerar as agendas).

Almejado o intuito deste trabalho (qual seja: o de reunir, discutir e apresentar algumas interpretações/contextualizações) sobre as políticas públicas, podemos afirmar que a contribuição desta disciplina é primordial para o prosseguimento da *policy analysis*. Este texto, por possuir um viés além de introdutório, conceitual, espera esclarecer um pouco mais esta complexa temática. Ademais, todo o material aqui apresentado é consensual ao formar, em maior ou menor escala, o arcabouço teórico de uma parcela significativa de pesquisas acadêmicas nesta área.

É com base nestes achados que se pode analisar de forma coerente uma determinada *policy*. Este é o caso do PRONAF. O suporte teórico ganha conotação empírica positiva, uma vez que, assim como apontado por Celina Souza (2006), os resultados benéficos desta política setorial têm alcançado uma gama muito maior de pessoas do que apenas ao público alvo (beneficiários) (SILVA, 2012). Como observado, a *policy analysis* é uma excelente forma de avaliar algumas características típicas não só dos governos e/ou instituições, mas da própria sociedade civil. Eis um dos motivos que, por si só, já justificaria uma pesquisa nesta área.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 15^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (2009).

CAMBRAIA, Márcio F. N. **Os jogos do Poder**: como entender e analisar a realidade política de um mundo em transformação. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. Tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho; revisão técnica Benício Viero Schmidt. São Paulo: Francis, 2009.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. N^o 21 – jun. de 2000. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

LJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Tradução de Roberto Franco. 2^o ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. (org.). **O Legislativo brasileiro**: funcionamento, composição e opinião pública. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

PENK, Caio. Para compreender as políticas públicas: uma leitura introdutória. **Leviathan - Cadernos de Pesquisa Política**, n^o. 2, pp. 161-166, 2011. Disponível em: Acesso em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/leviathan/index.php/leviathan/article/download/33/pdf/7>. 30 ago. 2016.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência na Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. – 5^o ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROSA, Flávia G. M. G; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: http://www.oei.es/fomentolectura/politicas_publicas_livro_leitura_biblioteca.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

RUA, Maria G; ROMANINI, Roberta. As diferentes conceituações de Políticas Públicas. In: **Para aprender Políticas Públicas**. Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas: Brasília, s/d.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7^o ed. 1^o reim. – São Paulo: Cortez, 2010.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Orgs.). **Políticas públicas**, Brasília: ENAP, v. 1, p. 21-42, 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254>. Acesso em: 22 set. 2016.

SECCHI, Leonardo (2013). **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2º ed. São Paulo: Cengage Learning.

SILVA, Sandro P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha - MG. **IPEA – Textos para discussão**. Brasília, janeiro de 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf. Acesso em: 01 set. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 30 ago. 2016.

TEIXEIRA, Elenaldo C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **ATR-BA: Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas**. 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

UM OLHAR SOBRE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO EM PELOTAS/RS: O PLANO MUNICIPAL 2004 E 2017

*A LOOK AT A PUBLIC POLICY OF TOURISM IN PELOTAS/RS: THE 2004 AND
2017 MUNICIPAL PLAN*

*Dalila Rosa Hallal
Doutora /UFPel
dalilahallal@gmail.com*

*Dalila Müller
Doutora /UFPel
dalilam2011@gmail.com*

RESUMO

O turismo é um fenômeno amplo e complexo, envolvendo aspectos importantes de uma sociedade, como história, crenças e valores, tradições, belezas naturais, artificiais e culturais, influenciando áreas diretamente ligadas aos indivíduos, às organizações e aos ambientes de convivência e sobrevivência, envolvendo questões econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas. Nesse sentido, necessita de ações que visem a seu desenvolvimento coerente e adequado. O Poder Público tem um papel importante nesse processo. Dentre as estratégias que orientam a gestão da atividade turística em Pelotas encontra-se o Plano Municipal de Turismo 2004 e o Plano 2017. A questão central do presente artigo é analisar o Plano Municipal de Turismo 2004 e o Plano 2017 como parte da política pública de turismo no município de Pelotas/RS. Este estudo tem por base a pesquisa bibliográfica e documental acerca de políticas públicas de turismo que serviram de arcabouço no norteamento da pesquisa. A investigação evidencia que os planos se propõem a validar, organizar e aglutinar a atividade turística em Pelotas utilizando o planejamento participativo, buscando inserir todos os atores no processo de formulação e implantação das políticas públicas de turismo.

Palavras-Chave: Turismo, Política Pública, Pelotas.

ABSTRACT

Tourism is a broad and complex phenomenon, involving important aspects of a society, such as history, beliefs and values, traditions, natural, artificial, and cultural beauties, which covers areas directly linked to individuals, organizations and environments of coexistence and survival, involving economic, social, environmental, cultural, and political issues. In this sense, it requires actions that aim at its coherent and adequate development. The Public Power plays an important role in this process. Among the strategies that guide the management of tourism in Pelotas are the 2004 Municipal Tourism Plan and the 2017 Plan. The central issue of this article is to analyze the 2004 Municipal Tourism Plan and the 2017 Plan as part of the public tourism policy in the city of Pelotas/RS. This study is based on bibliographical and documentary research on public tourism policies that served as a framework for the research. The research shows that the plans are aimed at validating, organizing and agglutinating the tourism activity in Pelotas using participatory planning, seeking to include all the actors in the process of formulation and implementation of tourism public policies.

Keywords: Tourism. Public Policy. Pelotas.

Introdução

Atualmente, existe uma preocupação maior no desenvolvimento do turismo, uma vez que cresce o significado social, econômico, ambiental e político desta atividade. Em vista deste desenvolvimento, há a necessidade de compreendê-lo, acompanhá-lo e avaliá-lo continuamente. Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 338) afirmam que “o desenvolvimento do turismo deve ser guiado por uma política cuidadosamente planejada, construída a partir dos ideais e princípios de bem-estar e de felicidade humanos.”

O histórico das políticas públicas de turismo no Brasil é recente, mas a partir da década de 1990, encontra-se uma agilidade no desenvolvimento da mesma, no momento em que governantes percebem a função e a definição real do turismo e passam a priorizá-lo em seus planos de desenvolvimento.

Souza entende as políticas públicas:

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). (SOUZA, 2003, p. 13). [Grifos da autora].

O desenvolvimento harmônico da atividade turística é o principal papel das políticas públicas aplicadas ao turismo, sendo responsabilidade do Estado propiciar, construir e apoiar a infraestrutura de acesso e também a infraestrutura urbana, conforme Dias:

Podemos definir a política pública como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum. (DIAS, 2003, p. 121)

Especificamente sobre políticas públicas de turismo, Beni afirma que:

[...] a política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais. (BENI, 2001, p. 177)

Apenas em 1966 o governo brasileiro criou os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade turística com a criação do Conselho Nacional do Turismo (CNTur) e o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. Desde então, no histórico das políticas

nacionais de turismo, percebe-se o avanço dos processos de planejamento e organização da atividade turística, o que está fortalecendo a identidade do turismo perante a política econômica do país, principalmente após a criação do Ministério do Turismo, em 2003. Em 2003 o Brasil tem o seu primeiro Plano Nacional de Turismo.

A partir destes pressupostos, é necessário estabelecer harmonia entre os planos nacionais de turismo e os planos municipais, sendo que o que é esperado da atividade nacionalmente é refletido diretamente em localidades específicas que participam dos programas lançados pelo governo federal. Assim, é lançado em Pelotas no ano de 2004 o Plano Municipal de Turismo, o primeiro efetivamente elaborado e tornado público no município.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o Plano Municipal de Turismo – 2004 e o Plano Municipal de Turismo – 2017-2024, como parte da política pública de turismo no município, buscando compreender a elaboração dessas políticas, ressaltando as estratégias propostas para o desenvolvimento do turismo em Pelotas.

Para isso, foram utilizados os dois planos municipais de turismo – 2014 e 2017-2014 e reportagens do jornal Diário Popular a respeito da elaboração e lançamento destes planos. Estes Planos são os únicos documentos públicos sobre o planejamento turístico de Pelotas que tivemos acesso até o momento. O jornal Diário Popular está em circulação ininterrupta desde o final do século XIX. Este jornal está sendo pesquisado de forma sistemática visando obter informações sobre o turismo na cidade de Pelotas.

Tais documentos tornam-se importantes por entendermos que, no turismo, a política exerce função primordial, pois, para o seu desenvolvimento são necessárias ações dos governos para direcionar a atividade turística a obter os resultados finais desejados e a manter suas metas.

Política Pública de Turismo em Pelotas: o Plano Municipal de Turismo – 2004 e Plano Municipal de Turismo – 2017-2024

Entende-se que política de turismo é o “conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país” (BENI, 2001, p. 178). Neste caso, compete aos órgãos públicos a função específica de determinar prioridades, criar normas, administrar recursos e estímulos, pois ele dá as diretrizes e provê as facilidades.

No âmbito federal, cabe a criação de diretrizes e a coordenação dos planos de âmbito nacional e dos que se projetem para o exterior. Para o âmbito estadual e municipal competem os projetos regionais e locais, como os planos estudados neste trabalho.

Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo – Mtur e implantado o primeiro Plano Nacional do Turismo 2003-2007. O Programa de Regionalização do Turismo – PRT, integrou o Plano Nacional do Turismo 2003-2007 e 2007-2010 e tem se destacado em âmbito nacional pela continuidade nas estratégias de ordenamento territorial implementadas desde a municipalização do turismo, pois a lógica territorial do turismo tem início no município e extrapola para a região, atribuindo ao turismo um significado de elemento chave para o desenvolvimento regional.

Na prática, as políticas assumem a forma de planos, programas, projetos, sistemas de informação, de pesquisas e bases de dados que são o resultado dos propósitos, objetivos e metas dos governos, produzindo ações e mudanças na sociedade, efetivando políticas de formulação, regulamentação, monitoramento ou avaliação.

O Plano Municipal de Turismo de Pelotas – 2004 (Figura 1) foi elaborado durante a gestão do então Prefeito Municipal Fernando Marroni do Partido dos Trabalhadores (PT), com a coordenação de Daniel Aquini – Secretário do Desenvolvimento Econômico. A Comissão Executiva era composta por: Pelotas Convention & Visitors Bureau, tendo como representantes Jorge Luiz Curi e Gilceia Bender; Universidade Católica de Pelotas (UCPel), cujas representantes eram Maria Lucia Moraes Dias, coordenadora do curso de Turismo Cultural da universidade, Jussara Argoud, professora do curso de Turismo Cultural e Cristina Porciúncula, coordenadora do Laboratório de Eventos; Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sendo seus representantes os professores do curso de Bacharelado em Turismo Edgar R. Barbosa Neto e Renata Brauner Ferreira; Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SMDE/Departamento de Turismo), cujos representantes eram Michele Dutra da Silveira e Daniel Botelho.

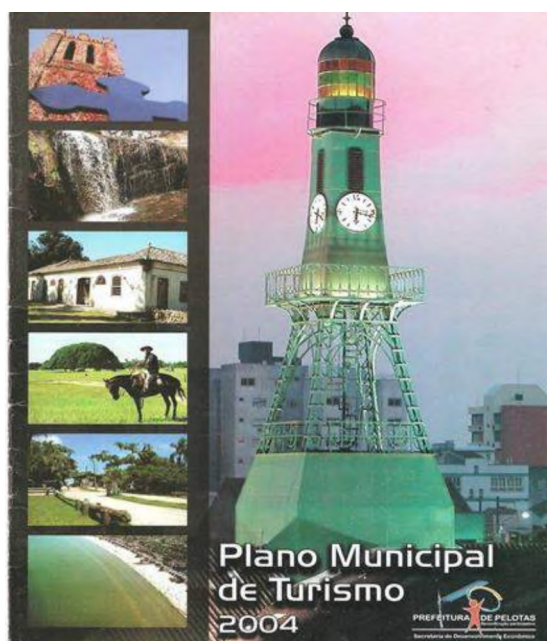


Figura 1 – Capa do Plano Municipal de Turismo 2004. Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2004.

O Plano tem como pressupostos de que o governo municipal tem um papel decisivo e expressou um claro posicionamento a respeito do desenvolvimento da cidade. A partir da elaboração desse Plano é possível verificar que, nesta gestão, o governo municipal percebe o turismo como uma atividade importante para a localidade, definindo políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em Pelotas.

O Plano destaca inicialmente uma visão a respeito do papel do Estado (União, estados municípios) no processo de desenvolvimento, ressaltando a importância dos cidadãos e cidadãs para a construção da cidadania:

[...] o Estado não deve ser máximo, no sentido de colocar-se acima da sociedade e sim ser controlado e fiscalizado permanentemente pela população; e nem mínimo, míngua, incapaz de agir em defesa dos interesses do conjunto ou da maioria da sociedade. Deve, portanto, ter o tamanho e a estrutura adequados para cumprir suas funções de regulador, articulador, indutor e prestador de serviços em um processo de desenvolvimento sustentável. De outra parte, muito embora o Estado tenha papel importante a cumprir, é imperioso destacar que são os cidadãos e cidadãs, os verdadeiros construtores deste processo. Portanto, a articulação permanente com a sociedade civil, trabalhadores, empreendedores e demais esferas governamentais é fundamental para alterar de forma positiva as relações sociais e econômicas. A construção da cidadania passa, também, pela apropriação e debate acerca das alternativas de desenvolvimento assumidas pelas sociedades. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2004, p. 2)

Para Solha (2006, p. 92) não resta dúvida de que “a política do turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade”. Nesse sentido, a elaboração do Plano de Turismo de 2004 está ligado a realidade comum de uma localidade, obedecendo à regionalização e as necessidades da comunidade.

O Plano de 2004 destaca a concepção de desenvolvimento endógeno, entendendo que o turismo em Pelotas “deve ser construído a partir de nossas potencialidades locais, de baixo para cima, fortalecendo as nossas empresas e mercado o que, certamente, facilitará a atração de investimentos forâneos”. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2004, p. 2)

O Plano contou com a participação de diversos segmentos da sociedade:

O Plano Municipal de Turismo é o resultado de esforço e trabalho coletivos. A partir de uma proposta e articulação da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SMDE) foi constituído uma Comissão Executiva, responsável pela construção de todo o processo. A equipe contou com representações da própria SDE, das universidades Federal (UFPel) e Católica de Pelotas (UCPel) através de docentes

de seus cursos de Turismo e do Pelotas Convention & Visitors Bureau. Constituiu-se, também, uma Consultoria Técnica com a inestimável contribuição da Assessoria de Planejamento Participativo e do SEBRAE. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2004, p. 3)

Essa participação de diversos segmentos é um aspecto importante desse plano, pois, de acordo com Wanhill (1997), o desenvolvimento do turismo é extremamente complexo, envolvendo diversos setores da economia e impactando diretamente o modo de vida da comunidade anfitriã.

A Comissão Executiva assumiu uma série de orientações metodológicas capazes de constituir um processo de planejamento efetivamente participativo, qual seja:

Construir uma proposta aberta e flexível: o Plano é uma aposta no futuro e o conjunto de ações deve ser constantemente monitorado, avaliando-se sua eficácia e eficiência, efetuando-se eventuais correções de rumo; Quem executa, planeja: necessidade de incorporar-se ao processo o conjunto de atores sociais relevantes, parceiros estratégicos na execução do Plano. As pessoas e instituições sentem-se tanto mais comprometidas com a proposta quanto maior for sua participação no processo decisório; O Plano é um espaço de negociação: a metodologia empregada em sua elaboração e depois na execução das ações deve contemplar as possibilidades de organização da cooperação entre os atores sociais, bem como da explicitação de eventuais interesses conflitantes e sua composição. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2004, p. 3)

Assim, este Plano parte do entendimento de que a mobilização é uma condição intrínseca e essencial para a participação cidadã em projetos de desenvolvimento turístico. Outro fator que torna a participação tão importante é a possibilidade de troca de saberes com a comunidade local, e assim ampliar a capacidade de entendimento da relação da população local com o turismo. Como afirma Ranauro:

A participação das comunidades não deve, pois, ser vista apenas como meio através do qual se dá o envolvimento com um "outro" e que se estabelecem as bases da ação, mas como um fim, que visa resgatar e valorizar saberes locais, priorizando-os nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si. (RANAURO, 2004, p. 29)

Entretanto, Arnstein (2002) afirma que só há participação quando os cidadãos podem decidir sobre os rumos dos projetos e ações nas quais fazem parte. Nesse sentido a delegação de poder é necessária para que tais projetos possam de fato receber a conotação de participativos.

Neste sentido, este Plano inova ao incorporar ao processo os mais diversos atores sociais, pois no Brasil há poucos registros de participação cidadã no desenvolvimento do turismo. Solha (2011) aponta que este fato se dá pela fragilidade das representações estaduais e municipais, devido a longa tradição de centralismo na qual as esferas do poder público nos

níveis regionais e locais só eram vistas como cumpridoras das regras estabelecidas pelo poder federal. Entretanto, Molina e Rodriguez (2001, p. 14) apresentam uma mudança significativa nos modelos de planejamento uma vez que “[...] o planejamento centralizado está cedendo lugar a um outro mais participativo, que reconhece as capacidades e interesses locais e regionais e as realidades dos grupos humanos e econômicos que atuam em suas respectivas áreas”.

Outro aspecto a ser ressaltado neste Plano refere-se às diretrizes que pautaram a sua elaboração: o entendimento de Turismo Sustentável; a importância do desenvolvimento local; a participação na formulação e execução das ações dos cidadãos e das instituições; a integração das políticas públicas nos âmbitos municipal, regional, estadual e nacional; o fortalecimento da identidade da região, cidade e seu povo; e o fortalecimento da Gestão (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2004).

As diretrizes que aparecem no Plano são o eixo norteador que estão de acordo com aquelas propostas em âmbito nacional no documento Programa de Regionalização do Turismo de 2003. Percebe-se que houve uma preocupação em promover as articulações necessárias com a Política Nacional de Turismo para a estruturação do Plano Municipal de Turismo de Pelotas, tendo como propósito a interação das ações com os demais programas e setores que conformam a gestão descentralizada do turismo.

A partir destas considerações o grupo realizou uma análise do ambiente interno e externo que orientou a construção dos sete programas, seis subprogramas e sessenta e duas ações do Plano. Destaca que os Programas têm um encadeamento lógico e pretendem atuar desde a sensibilização da comunidade – despertando em cada um o interesse pelo turismo, mas fundamentalmente o conhecimento dos atrativos e amor pela cidade – até a comercialização de nossos produtos (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2004).

Nesse sentido, o Plano Municipal de Turismo de Pelotas aponta que os projetos turísticos devem caminhar para um planejamento descentralizado, num processo democratizado que contempla não só o desenvolvimento econômico como também o desenvolvimento da comunidade e o respeito pela cultura local, pelo meio ambiente. Molina (2001, p. 125) ressalta a importância de os planos de turismo incorporarem as aspirações e valores da comunidade nos seus objetivos e estratégias, de modo que este seja um produto da sociedade e não apenas dos planejadores, contribuindo para que os membros da comunidade nutram um sentimento de comprometimento com o plano além de solucionar eventuais problemas existentes com a valorização do meio natural e da sociedade.

Todo o Plano foi construído a partir de três eixos turísticos: o Pelotas Costa Doce (composto pelo Arroio Pelotas e Lagoa dos Patos – Charqueadas, Balneários do Laranjal e

Colônia de Pescadores Z3), o Pelotas Patrimônio Cultural (Centro Histórico e patrimônio arquitetônico, patrimônio imaterial, Museus) e o Pelotas Colonial (atrativos da região colonial de Pelotas, culturas e etnias) (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2004).

O Plano foi dividido em sete programas, quais sejam:

– Programa de Sensibilização da Comunidade – tem o objetivo de contribuir para o processo de fortalecimento da cidadania e valorização da memória, da identidade e da cultura. – Programa de Qualificação e Oferta – pretende qualificar o turismo receptivo, possibilitando a implantação de um padrão mínimo de qualidade para o turismo de Pelotas, estimulando novos produtos turísticos e garantindo a sua sustentabilidade. – Programa de Sinalização e Orientação Turística – tem como objetivo garantir a identidade turística de Pelotas. A cidade é dividida em: Pelotas Costa Doce, Pelotas Colonial e Pelotas Patrimônio Cultural, promovendo desta forma a interpretação da cidade de Pelotas e reconhecimento dos principais atrativos turísticos, facilitando o acesso aos atrativos e orientando os fluxos de turistas. – Programa de Promoção e Comercialização – deverá potencializar a comercialização dos produtos turísticos da cidade de Pelotas, promovendo uma aproximação com as agências e operadoras de turismo. – Programa de Regionalização e Integração – deverá atuar de forma positiva para estimular a integração do turismo na região sul. – Programa Crédito para o turismo – Contribuir com o fomento do setor turístico, buscando facilitar o acesso ao crédito por parte dos empreendedores. – Programa de Fortalecimento da Gestão – Fortalecer a gestão das políticas públicas e privadas de turismo na cidade de Pelotas. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2004, p. 9)

No Plano é possível identificar a curto e a longo prazo melhorias na infraestrutura, na educação e na qualidade de vida da comunidade pelotense. Beni (2001, p. 80) sintetiza ao dizer que “política é o curso de ação calculado para alcançar objetivos específicos. [...] e políticas são orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade”. Então, reconhecemos que o turismo é um ambiente moldado por muitas forças distintas e que faz parte de uma rede de políticas, leis, regulamentações e outras ações do governo. Ou seja, a política do turismo está inter-relacionada com outras políticas (econômica, educacional, saúde, etc.) a fim de articularem metas e diretrizes para buscar o desenvolvimento desejado da sociedade moderna.

O Plano Municipal de Turismo 2004 tem como proposta um turismo articulado a outros segmentos que, conectados, possibilitam trabalhar o turismo de maneira complexa e responsável. No entanto, destaca-se que esse Plano não chegou a ser implementado em sua íntegra, apenas algumas ações foram realizadas, pois houve uma troca de governo e o Plano foi abandonado.

Por dez anos, o governo municipal de Pelotas não teve uma preocupação em desenvolver o turismo a partir de uma política pública e especificamente a partir de um plano de turismo. Somente em 2014 foi realizado um seminário no intuito de discutir a atualização do Plano de Turismo em Pelotas, sob a coordenação do arquiteto Augusto Portugal. Em seu pronunciamento de

abertura, o prefeito de Pelotas, Eduardo Leite, ressaltou o valor turístico da cidade, principalmente em função do seu patrimônio histórico. O prefeito também comentou sobre a importância da união do poder público e da iniciativa privada no desenvolvimento do turismo: “O turismo pode significar muito para a nossa cidade, mas isso só acontecerá na medida em que estivermos unidos e articulados” (DIÁRIO POPULAR, 11.06.2014).

Porém, o Plano Municipal de Turismo – 2017-2024 (Figura 2) só foi lançado no ano de 2017, durante a gestão da Prefeita Municipal Paula Schild Mascarenhas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Paulo Fernando Curi Estima.

Ao se pensar em retomar o Plano Municipal de Turismo 2004 é importante partir das premissas por ele pautadas como a construção coletiva. Assim para a revisão do Plano é necessário partir do processo da regionalização do turismo no País que demonstra que programas e ações devem ser dinâmicos e flexíveis, capazes de prever mudanças, retrocessos, avanços e inovações, que possibilitem assimilar os momentos históricos e econômicos e, também, as diversidades e peculiaridades locais e territoriais.



Figura 2 – Capa do Plano Municipal de Turismo – 2017-2024. Fonte: <http://www.pelotasturismo.com.br/files/plano.pdf>⁶

⁶ <http://www.pelotasturismo.com.br/files/plano.pdf>. Acesso em 20 de março de 2018.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Paulo Fernando Estima destaca que:

[...] os últimos quatro anos nos quais trabalhamos alicerçados no Plano Municipal de Turismo datado de 2004, e, portanto, verificamos os avanços importantes no trade turístico de Pelotas, que ocorreram neste período. É visível que o número significativo de eventos culturais realizados em nossa cidade, somados às belezas naturais; aos empreendimentos da Região da Colônia; ao nosso patrimônio histórico e cultural - com os casarões maravilhosos, e a revitalização do Centro Histórico -; à rica gastronomia - em especial os Doces de Pelotas -; e aos mais de 30.000 estudantes que recebemos anualmente - por sermos considerados um polo educacional -, atraíram milhares de turistas nesses últimos anos para o município. Assim, nosso grande desafio era o de reescrever e reestruturar o Plano de Turismo que remetesse a uma visão de longo prazo. Este documento aponta ações que serão realizadas até 2024 [...]. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017, p. 15)

Prossegue ressaltando que:

Um de seus grandes objetivos é dar conhecimento à população, pois é missão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo promover a compreensão da importância econômica e social do turismo como peça fundamental do desenvolvimento do município, e ainda ter uma política pública e uma equipe capacitada para desenvolvê-lo. Diante de todas essas considerações não tenho nenhuma dúvida do potencial turístico a ser explorado em Pelotas e na Costa Doce. E tenho a certeza de que este documento oportunizará que os grupos afins formados para contribuir nas ações dos eixos, unindo o poder público, a iniciativa privada e outras instituições possam, de forma organizada, acelerar o desenvolvimento sustentável do turismo em Pelotas deixando resultados efetivos em emprego e renda. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017, p. 15)

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDTEC) e as instituições pertencentes ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, apresentam o Plano Municipal de Turismo de Pelotas 2017-2024 (PMT). O objetivo do projeto é a integração e ordenação dos esforços e ações do desenvolvimento turístico no município. Os planos estratégicos constituem-se em uma ferramenta fundamental para qualquer destino que considere a atividade turística fonte de desenvolvimento econômico proporcionando melhoria de vida de sua população (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017).

A elaboração deste Plano justificou-se pela necessidade de:

[...] acompanhar as conquistas, determinar os objetivos, coordenar e integrar as ações e estratégias de promoção, comercialização e de desenvolvimento do turismo local que conduzirão para o desenvolvimento sustentável, norteados pelas problemáticas e tendências com o fim de evitar estrangulamentos (atuais e/ou futuros), respeitando o meio ambiente e bem estar social. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, 2017, p. 27)

O plano foi elaborado a partir da metodologia proposta pelo planejamento estratégico, adotando uma metodologia de elaboração baseada na apresentação da matriz SWOT: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças; diagnóstico dos aspectos gerais do turismo de Pelotas: Contextualização Histórica do município; diagnóstico dos aspectos gerais do turismo de

Pelotas: Dados socioeconômicos, Análise da Oferta e da Demanda e Análise dos Canais de Comercialização do destino; e, apresentação das Estratégias e Ações e seu cronograma para o desenvolvimento do turismo.

Dentro desta nova realidade estrutural a proposta do Plano vem consolidar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo como articulador do processo de integração dos mais diversos segmentos do setor turístico.

Considerações Finais

A implantação de políticas de turismo é uma diretriz importante para o desenvolvimento turístico de Pelotas, no momento que se articula políticas setoriais, relacionando-as com os interesses da atividade turística local e da comunidade pelotense em geral, pois o turismo é visto como um promotor de melhorias na distribuição de renda, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável e local, quando trabalhado nos pilares sociais, locais, políticos, cultural e ambiental.

O Plano Municipal de Turismo 2004 foi um esforço conjunto dos governantes, dos setores privado, da comunidade e de órgãos institucionais de turismo, com o intuito de determinar prioridades no que concerne ao desenvolvimento do turismo em Pelotas, de forma que ocorra a contribuição eficaz das políticas públicas de turismo. É importante lembrar que o Plano foi uma construção conjunta, respeitando o significado da política pública que consiste em estabelecer e viver politicamente, um sentido positivo quando se verifica que a política constitui-se de instituições heterogêneas, de sujeitos e gêneros diferentes que convivem em um mesmo espaço, manifestando diversas formas de viver o turismo, justificando-se como um meio de organizar a vida coletiva de modo justo e eficiente.

Assim, é fundamental entender, no processo de formulação e distribuição das políticas públicas de Turismo, que cada política gera impactos diferentes nas camadas sociais, dependendo das ações do governo para cada grupo social e/ou também da absorção da própria sociedade em relação a estas políticas. Por mais que os governos tentem criar políticas universais, que ofereçam benefícios para todos, o processo de absorção será mais rápido em determinados grupos enquanto que para outros, a política não se mostrará eficaz.

Apesar do Plano Municipal de Turismo 2004 ter sido um importante avanço para a atividade turística no Município de Pelotas, ao incorporar os mais diversos atores sociais e propor ações para o desenvolvimento do turismo, o mesmo não chegou a ser implementado em sua íntegra. Considera-se importante a retomada do Plano de 2004 para discussões do Plano Municipal de Turismo 2017-2024, valorizando as propostas já traçadas anteriormente.

As diretrizes do Plano 2017-2014 demonstram que programas e ações devem ser dinâmicos e flexíveis, capazes de prever mudanças, retrocessos, avanços e inovações, que possibilitem assimilar os momentos históricos e econômicos e, também, as diversidades e peculiaridades locais e territoriais.

Constata-se que algumas prioridades constam em ambos os Planos, no de 2004 como programa e no de 2017 como diretriz, quais sejam: a Sensibilização da Comunidade para o turismo; Promoção e Comercialização; Infraestrutura turística (Sinalização e Turística; Qualificação da Oferta) e Gestão pública e privada do Turismo. Importante destacar que é necessário ressignificar o turismo, uma vez que se entende a necessidade de se pensar e pôr em prática um turismo baseado em iniciativas endógenas, a partir da promoção do desenvolvimento local, consubstanciada em uma ação de interesse coletivo.

Referências Bibliográficas:

ARNSTEIN, Sherry. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação**, v. 2, n. 2, p 4-13, jan. 2002.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

GOLDNER, Chales R.; RICHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. (Org.). **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Plano Municipal de Turismo**. Pelotas: PMP/SDE, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Plano Municipal de Turismo – 2017-2024. Pelotas:PMP/SDTEC, 2017. Disponível em <http://www.pelotasturismo.com.br/files/plano.pdf>. Acesso em 20 mar. 2018.

RANAURO, Marcio Lima. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das "comunidades" no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, 2004.

SOLHA, Karina T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: Ruschmann, Dóris; Solha, Karina T. (Org.). **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

SOLHA, Karina T.. O papel do Poder público para o turismo sustentável. In: PHILIPPI, A.; RUSCHMANN, D. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 2011.

SOUZA, Celine. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

WANHILL, S. Tourism Development and Sustainability. In: COOPER, C. P. **Tourism Development: Environment and Community Issues**. Lond: Wiley, 1997.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA: UM ESPELHO DA SOCIEDADE

MUNICIPAL PLAN OF CULTURE: A MIRROR OF SOCIETY

*Fernanda Paulo Marques
Especialista em Gestão de Projetos Culturais pela USP
fernandasibc@gmail.com*

RESUMO

Trata-se de um estudo de caso sobre políticas públicas da cultura no Brasil. Destaca-se a implantação do Sistema Municipal de Cultura em Araçoiaba da Serra/SP, tendo como foco principal a criação e os desafios para o desenvolvimento do Plano Municipal de Cultura. O Plano Municipal de Cultura é um dos mecanismos mais importantes para traçar as diretrizes culturais de um município. A narrativa em torno do passo a passo de sua construção, se fez necessária para se compreender uma prática e formato de estruturação e idealização coletiva, ou seja, um projeto construído com a parceria estabelecida entre poder público e sociedade civil. E essa parceria se concretizou quando foram aplicadas as diretrizes e propostas da população e da classe artística na Conferência Municipal de Cultura em 2013. Na ocasião, o Plano Municipal de Cultura foi aprovado por todos os presentes, e foi encaminhado aos vereadores para a regulamentação da Lei Nº 12.343/2010, que institui o Sistema Nacional de Cultura no Brasil. O Plano Municipal de Cultura é a principal ferramenta que rege em como será a política pública no município nos próximos dez anos.

Palavras-chave: cultura, política pública, Ministério da Cultura, Araçoiaba da Serra

ABSTRACT

It is a case study about Brazilian public policies. The implementation of the municipal culture system in Araçoiaba da Serra/SP, stands out, for its main focus on the creation and development of the Municipal Culture Plan (Plano Municipal de Cultura). The Municipal Culture Plan is one of the most important mechanisms for sketching a city's primary cultural guidelines. The narrative around the step by step of its construction, was made necessary for the understanding of a collective practice and format of structuring and idealization, that is, a project built with the established partnership between public power and civil society. And this partnership was achieved when the guidelines and proposals of the population and the artistic class were applied at the Municipal culture Conference in 2013. At the time, the Municipal culture plan was approved by all present, and was referred to the councilors for the regulation of Law No. 12.343/2010, which establishes the national system of culture in Brazil. The Municipal culture plan is the main tool that governs how public policy will be in the municipality for the next ten years.

Keywords: culture, public policy, Ministry of Culture, Araçoiaba da Serra

Introdução

Araçoiaba da Serra está localizada no interior de São Paulo, há 117 km da capital paulista. O município não tem tradição industrial e sim turística. A população é estimada em 32.495 pessoas⁷. Araçoiaba teve sua formação com o tropeirismo e com a vinda de imigrantes europeus que trabalhavam da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (RODRIGUES, 2007, p. 41).

A cultura do município é composta por diferentes manifestações, na qual prevalece a cultura caipira, seja nas zonas rurais ou urbanas; tendo também samba de roda e folia do divino no âmbito das culturas populares e tradicionais. Além disso, o município teve uma vida musical efervescente no passado, entre os anos 1920 - 2000, com grupo de chorinho, seresteiros e música clássica, na qual até hoje, a Orquestra Sinfônica de Araçoiaba da Serra resiste com suas atividades (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Para além das manifestações de cultura popular e tradicional, o município contava, até o ano de 2016, com a Escola Livre de Cultura e Criações, um centro de formação cultural, que possuía cursos de diferentes modalidades artísticas, atendendo mais de 1.000 alunos anualmente⁸ em todas as faixas etárias.

No período de 2013 a 2016, para complementar a atuação das políticas públicas, o Plano Municipal de Cultura se deu com a preocupação do município de Araçoiaba da Serra em aderir ao Sistema Nacional de Cultura, uma vez que é de interesse e opção de cada município a sua adesão, não sendo de cunho obrigatório. A necessidade de adesão ao sistema é a de implantar uma política pública de cultura que esteja adaptada à realidade local, visando o acesso e direito à cultura, priorizando a sua continuidade independente da gestão que esteja à frente do poder público.

Para a ampliação da discussão sobre o Plano Municipal de Cultura, se faz necessária uma breve abordagem dos direitos culturais e do Sistema Nacional de Cultura.

⁷ IBGE. Estatísticas, 2017. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=3502903> > Acesso em: 14 de abril de 2018.

⁸ Informações cedidas pela secretaria do Departamento de Cultura, conforme registros de matrícula, no dia 11 de maio de 2016.

Direitos Culturais

Raymond Williams trata em seu texto “A cultura é de todos” sendo objetivo, como uma situação comum a todos na sociedade, trazendo a reflexão de que todos nós somos seres culturais.

Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; e as novas observações e significados, que são apresentados e testados. Estes são os processos ordinários das sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos através deles a natureza de uma cultura: que é sempre tão tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida - os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado - os processos especiais de descoberta e esforço criativo. (WILLIAMS, 1958, p. 3).

Não basta ser apenas pessoas pertencentes à uma determinada cultura, têm que ter direitos sobre ela, garantindo o acesso à todas as outras culturas que nos permeiam e nos despertam interesses e curiosidades.

Oliveira (2015, p. 27), traz uma reflexão em torno do mesmo texto de Williams:

[...] representou uma potente intervenção na disputa pelo sentido da palavra cultura, pois defende que toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa tudo isso nas instituições, nas artes e no conhecimento.

A cultura tem um significado muito amplo, ela não se limita às manifestações artísticas como muito se pensava antigamente. E dentro desse novo significado, discutido mais adiante, vem acompanhado do chamado “direitos culturais”, que é o efetivo exercício do direito à participação na vida cultural,

[...] Na *Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural* (1976), a Unesco definiu de forma mais precisa duas dimensões dessa participação: a dimensão ativa, que pode ser traduzida como o **direito à livre criação**; e a dimensão passiva, aqui compreendida como **direito à fruição**. (MATA-MACHADO, 2007, s/p).

Os direitos culturais não estão garantidos no Brasil como está de certa forma, o direito à educação⁹. Se trata de uma necessidade de estabilidade pública da cultura para que se possa avançar nesse cenário. O direito cultural não se baseia apenas naquilo que vivemos, está muito além do que pode atingir, ele é uma identidade cultural, direito e dever de cooperação cultural

⁹ A educação no Brasil faz parte de uma agenda política. Sendo ela, uma política de Estado e não de mera governabilidade. O que é essencial para garantir e dar acesso aos direitos à educação, desde à escola até o ensino superior, visando atingir o maior número de pessoas da sociedade.

internacional, subjetividade, personalidade, autoral e por fim, a participação na vida cultural. Num âmbito geral, a cultura já existe por si só. Mas, ela necessita de políticas públicas para garantir sua difusão e fomento, para garantir que toda sociedade tenha acesso à ela, como é caso da educação no país.

Necessitamos de valorização para a cultura no país, de seu significado e o que ela representa no dia a dia. E para quê isso? Para que tenha a importância da mesma forma que outras pastas da agenda política de Estado já possuem. A cultura também é uma necessidade de vida, pois, ela transforma seres, comunidades, cidades inteiras e interfere diretamente no modo de vida das pessoas. Por exemplo, pode-se tomar como norte a ideia que Isaura Botelho traz, que algo socialmente institucionalizado tenha uma ação mais efetiva, permitindo a elaboração de diagnósticos, solucionando problemas, independentemente do tempo, seja a curto, médio ou longo prazo (2001, p. 74). Além do mais, partindo do pressuposto que Botelho (2001, p. 74) separa a cultura em duas dimensões: a antropológica e a sociológica, justificam efetivamente a necessidade de políticas públicas da cultura, baseando-se nesses conceitos abordados por ela:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”... a dimensão sociológica da cultura não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso.

Sobre esse viés, Botelho traz como conselho de um modelo do aperfeiçoamento da democracia participativa direta, sendo eles: direitos individuais, civis e políticos; direitos sociais, econômicos e culturais; direitos da fraternidade, democracia, paz, desenvolvimento sustentável. Diante disso, nota-se que a população deve tomar para si ideais que construam a política pública da cultura de acordo com a sua realidade. Com a efetivação desses direitos no cenário nacional de políticas públicas, teremos direito à cultura, somente assim, pode-se falar que a “cultura é de todos”.

O Sistema Nacional de Cultura é uma das vias que tem o objetivo de garantir o acesso e o direito à cultura para a população brasileira, porém, ele precisa ser alimentado para concretizar parcialmente os direitos culturais.

Sistema Nacional de Cultura

Para entender à que o Sistema Nacional de Cultura se propõe, é imprescindível que se tenha clareza sobre o conceito de cultura que dá base ao mesmo. Deve-se retomar à memória de como foi a preocupação dos governos, desde a criação do Ministério da Cultura em 1985, no âmbito das políticas públicas da cultura, até 1994, na qual a área cultural se encontrava totalmente instável, pois, em 10 anos, tinha um dirigente por menos de um ano governando. Por mais que no governo Fernando Henrique Cardoso, o ministro Weffort tenha tido estabilidade governamental, era destinado apenas 0,14% do orçamento da União para a cultura, o que significa que, um orçamento que é precário, também gera instabilidade para a cultura. O fato do Ministério da Cultura ter sido criado em 1985, não fez com que tivesse uma atuação coesa, onde houvesse uma descentralização e nacionalização de seus equipamentos, isso faz com que ele fique ainda mais frágil e instável (RUBIM, 2013, p. 230). Até esse momento, a cultura permeava um conceito central da alta cultura, com um olhar reduzido em torno das belas artes. Como bem lembra Rubin (2013, p.224) “O itinerário das políticas culturais, não resta dúvida, produziu tristes tradições e, por conseguinte, enormes desafios. Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizada em três palavras: ausências, autoritarismos e instabilidades. (2013. p. 224)”.

Foi a partir da vinda do Gilberto Gil em 2003, como ministro da cultura, que o conceito de cultura passou a ter outro sentido, ele tinha um discurso programático, lutando contra o autoritarismo e o elitismo nas políticas culturais do país, conseqüentemente ele amplia o conceito de cultura no âmbito “antropológico”. O conceito antropológico estabelecido desde então, levaram as políticas públicas da cultura para outro rumo. Ampliou-se consideravelmente a ideia de cultura, buscando contemplar o maior número de manifestações, símbolos, costumes, fazeres e etc., presentes no país.

Com base no conceito antropológico de cultura, na necessidade de fomento das políticas públicas da cultura, nasce então, a proposta do Sistema Nacional de Cultura:

A construção que vem sendo realizada pelo ministério, em parceria com estados, municípios e sociedade civil, de um Sistema Nacional de Cultura é vital para a consolidação de estruturas e de políticas, pactuadas e complementares, que viabilizem

a existência e persistência de programas culturais de médios e longos prazos, logo não submetidas às intempéries conjunturais. (RUBIM, 2013, p. 234).

A ideia do Sistema Nacional de Cultura (SNC), vem para trabalhar com os obstáculos que as políticas públicas da cultura encontravam, e vem também para combater a descontinuidade, onde até então, tudo se baseia em governo e não estabilidade como política de Estado. E para pensarmos em política pública, ela só é efetiva se tem ações sistemáticas e regulares, e já que estamos falando de política pública, é natural que seja discutida com o público, afinal, as políticas públicas vem para viabilizar o que a população quer, e não o que os gestores, líderes, etc., desejam. É importante ter a consciência de que as políticas públicas não ficam concentrada nas mãos de minorias dominantes, e sim, nas mãos do povo.

O sistema é um pacto firmado com a sociedade civil. Ele vem para garantir os direitos culturais, na dimensão simbólica, cidadã e econômica¹⁰.

A inspiração para o SNC, veio através de outros resultados positivos de sistemas de políticas públicas já instituídas no Brasil, como o Sistema Único de Saúde (SUS)¹¹, por exemplo. O conceito do SNC tem como fundamento a definição de Edgar Morin (MINC, 2011, p. 40), “[...] é um conjunto de partes interligadas que interagem entre si. O sistema é sempre maior - ou menor - que a soma de suas partes, pois tem certas qualidades que não se encontram nos elementos concebidos de forma isolada.”

O SNC tem como objetivo geral:

Formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entres os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento-humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais. (MINC, 2011, p. 42).

O SNC no âmbito desse conjunto de componentes interligados, possui muitos elementos, mas, tem três desses elementos que são cruciais, que é o chamado CPF da Cultura: conselho, plano e fundo. São vastos os conceitos para melhor compreensão de todos os componentes. No manual explicativo do Ministério da Cultura¹², pode-se ter mais clareza sobre o funcionamento do SNC como um todo.

No contexto do SNC, se tem a base para a implementação do mesmo na esfera municipal. Ou seja, se transfere o sistema para uma outra dimensão, que é o do município,

¹⁰ Ver sobre os conceitos em: MINISTÉRIO DA CULTURA. Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura. 2011.

¹¹ O SUS representa hoje para o Brasil, o que há de mais estável no âmbito das políticas públicas de saúde, garantindo estabilidade para esta pasta.

¹² MINISTÉRIO DA CULTURA. Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura. 2011. Disponível em <http://goo.gl/WJC4C4>.

independente de qualquer diferença, o SNC foi construído de forma tão precisa, que não deixa frestas para que não se coloque em prática.

Todos os elementos possuem papéis centrais para a construção e execução do sistema, em qualquer esfera, seja na municipal, estadual ou federal. Mas, o presente estudo dá ênfase apenas no plano municipal de cultura de Araçoiaba da Serra, para entender de forma prática o que é um plano, como se constrói, quais as ferramentas e os desafios.

O Plano Municipal de Cultura

A Lei nº 1.927 que dispõe da implantação do Sistema Municipal de Cultura de Araçoiaba da Serra foi aprovada no dia 5 de julho de 2013, incumbindo o poder público de prover condições de realização desde seu planejamento até sua execução. Dentre os elementos constitutivos do Sistema Municipal de Cultura, temos o Plano Municipal de Cultura (PMC):

O Plano Nacional de Cultura, de duração decenal conforme determina o § 3º do Art. 215 da Constituição Federal, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Cultura na perspectiva do SNC. A elaboração dos planos de Cultura é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Política Cultural, reafirmando o princípio democrático e participativo. O Plano deve apresentar um diagnóstico do desenvolvimento da cultura e sua estrutura comporta, em especial, os objetivos gerais e específicos; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações e estratégias correspondentes para sua implementação; as metas estabelecidas; os resultados e impactos esperados; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a estruturação e programação da rede de equipamentos culturais; os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução. (MINC, 2011, p. 56)

Para a construção do PMC no município de Araçoiaba da Serra, foi utilizado um plano de trabalho¹³ elaborado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araçoiaba da Serra (CMPC). Buscando abordar a cultura em todas as suas dimensões - simbólica, cidadã e econômica - o CMPC optou por dividir o plano de trabalho a partir dos 6 Eixos citados abaixo, concluindo com a Plenária Final:

Eixo 1: Escolas Regulares

Por meios de **Conferências Escolares de Cultura**, todas as salas de aula do município (2º ciclo do ensino fundamental e ensino médio), elaboraram uma proposta para a cultura da cidade. Durante a semana de 21 a 26 de fevereiro 2015, concomitantemente com a 2º Mostra

¹³ O Plano de Trabalho consta em: Ata da reunião realizada no dia 3 de maio de 2013. Livro 1, p. 5. **Ata de reunião**. Conselho de Políticas Culturais de Araçoiaba da Serra.

de Artes nas Escolas, aconteceram as Conferências, sendo que cada unidade escolar elegeu um total de 3 propostas e encaminharam à plenária final.

Eixo 2: Cultura Popular

2.1 - Cultura Caipira

Durante o Festival Caipira era para ter acontecido a **1ª Conferência Caipira**, no qual os agentes da cultura caipira fariam uma reunião em forma de roda, para conversar e discutir as metas para a valorização desse segmento cultural na cidade. Essa reunião deveria ser acompanhada por facilitadores, responsáveis por sistematizar a proposta.

2.2 - Samba de Roda e Grupo do Divino Espírito Santo

Os grupos que estão em momento de plena ressurgência indicaram uma proposta cada um, objetivando a valorização e fomento de suas atuações.

Eixo 3: Escola Livre de Cultura e Criações e Projeto Guri

São aproximadamente 700 alunos da Escola Livre e 80 alunos do Projeto Guri, que foram consultados. Cada turma apresentou uma proposta e elas foram votadas por áreas, sendo divididas as propostas da seguinte maneira:

3.1 - Guri: 1 proposta para o projeto;

3.2 - Música: 3 Propostas para a linguagem;

3.3 - Artes Visuais: 2 Propostas para a linguagem;

3.4 - Teatro/Circo: 2 Propostas para as linguagens;

3.5 - Capoeira: 1 Proposta para a linguagem.

Devido à grande quantidade de músicos na cidade, uma Conferência de Músicos foi realizada para debater as propostas para o segmento.

Eixo 4: Assistência Social

Usuários do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e do Centro de Convivência, mediados pelos profissionais desses setores, elaboraram duas propostas para a composição da plenária final.

Eixo 5: Conselho Municipal de Turismo e Associação Comercial

Membros dos dois órgãos apresentaram 5 propostas para a cultura da cidade.

Eixo 6: Redes

Por meio de formulário eletrônico, cidadãos do município de Araçoiaba da Serra encaminharam propostas. Todas as propostas recebidas foram apreciadas pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, no qual foi o responsável por selecionar, no mínimo, 20% das propostas e apresentaram na Plenária Final.

Plenária Final

No dia 11 de novembro de 2015, foi realizada a **Conferência Livre**, onde qualquer cidadão interessado e todos os envolvidos nas etapas anteriores participaram e votaram, entre as aproximadas 45 propostas apresentadas, um total de 30 propostas compuseram o Plano Municipal de Cultura, ficou sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Políticas Culturais agrupar as propostas de forma a não excluir do quadro final nenhuma das três dimensões da cultura.

Analisando o plano de trabalho executado, nota-se que a estratégia implementada para atender o maior número de pessoas para participar da elaboração do PMC, foi no intuito de ser a mais eficaz possível. É muito difícil para que se tenha a presença da população toda na Câmara Municipal¹⁴, por isso, foi optado por 6 eixos para a elaboração do PMC.

É necessário lembrar que, cabe ao gestor público da cultura apenas a organização para a viabilização do SMC. Quem elabora de fato o PMC, que dá sugestões, propostas e vota, é o povo. Ou seja, como alcançar o maior número de participantes? Pois, o PMC elaborado tem que estar de acordo com a realidade em que a população vive, e não cabe à gestão pública determinar essa “realidade”, não seria um planejamento democrático, algo que vai em desencontro com a proposta do SNC. Por isso, o PMC não foi elaborado e votado em fase única.

Da proposta do plano de trabalho citado, foram executados como descritos os eixos 1, 2 (com restrições), 3, 4, 5 e o 6. O Eixo 2.1. que diz respeito à 1ª Conferência Caipira não foi realizada segundo a Ata de Reunião do CMPC. Além desses eixos, foram realizadas diferentes formas de publicidades na divulgação para cativar a participação da população em geral, tais como: jornais locais, carro de som, redes sociais e convites às autoridades, entidades e instituições do município.

Na 2ª Conferência Municipal de Cultura, que ocorreu no dia 11 de novembro de 2015, todas as 40 propostas até então sugeridas para a elaboração do PMC, foram expostas na Câmara Municipal de Araçoiaba da Serra. Todos os presentes na conferência (70 pessoas) deveriam

¹⁴ Local onde foram realizadas as conferências municipais de cultura e a votação final do PMC.

votar para as três propostas que julgavam mais relevantes, sendo assim, as vinte propostas mais votadas entraram em debate para então, finalizar a elaboração do PMC. A discussão em torno da elaboração do PMC foi extremamente importante para os ajustes finais. Concluída a votação em torno das vinte metas traçadas na 2ª Conferência Municipal de Cultura, o PMC foi enviado para a votação na Câmara Municipal, onde foi aprovado sem emendas, e no dia 22 de dezembro de 2015 entrou em vigor a Lei Municipal nº 2.024/2015.

Julga-se necessária a exibição do formato que se deu o plano de trabalho para a elaboração do PMC, para se ter a percepção de como é o exercício de participação democrática nas políticas públicas da cultura. É extremamente importante para uma população, que ela tenha os seus desejos e anseios atendidos e, a melhor forma disso acontecer é ela mesma dizendo o que quer e como quer.

De fato, buscou-se com o PMC atender os princípios fundamentais de uma política pública, que é a descentralização, a participação social e planejamento democrático. Obviamente, o objetivo era de atingir a população total, mas, não foi possível nessa primeira experiência do Sistema Municipal de Cultura. É importante frisar também que, a gestão pública demonstrou uma preocupação em não interferir nesse processo de construção do plano, pois, ficou claro com o objetivo da sua elaboração visar o conceito antropológico da cultura, atendendo à concepção de política cultural adotada pelo Estado, que definiu um norte para todos os envolvidos nesse processo.

Deve-se ter clareza sobre essa política, para torná-la eficaz,

As políticas culturais, isoladamente, não conseguem atingir o plano do cotidiano. Para que se consiga intervir objetivamente nessa dimensão, são necessários dois tipos de investimento. O primeiro é de responsabilidade dos próprios interessados e poderia ser chamado de estratégia do ponto de vista da demanda. Isto significa organização e atuação efetivas na sociedade, em que o exercício real da cidadania exija e impulse a presença dos poderes públicos como resposta a questões concretas e que não são de ordem exclusiva da área cultural. Somente através dessa militância poder-se-à “dar nome” - no sentido mesmo de dar existência organizada - a necessidade e desejos advindos do próprio cotidiano dos indivíduos, balizando a presença dos poderes públicos. (BOTELHO, 2001, p. 75).

No mais, o PMC define diretrizes e prioridades para a cultura e possui uma estrutura a ser seguida com ele, foram traçadas metas para os próximos dez anos da política pública municipal da cultura, situação na qual qualquer gestor terá a obrigação de seguir as propostas ditadas pelo povo. Isso tudo significa a estabilidade que a cultura tanto precisa, pois, enquanto não constituir-se de fato uma política de Estado, não haverá estabilidade cultural.

No âmbito do SMC, sabe-se que não se resume somente à aprovação de uma lei, e sim, em sua execução. Agora que o município possui o PMC, deve-se dar andamento em suas

ferramentas, que encontram-se interligadas aos outros componentes, como o conselho e o fundo municipal de cultura, por exemplo. Serão outros desafios a serem conquistados para que se exerça aquilo que todo o cidadão brasileiro tem direito, aquilo que escolhe-se e julga-se essencial para um sistema democrático mais efetivo. Como Williams fala, ao mesmo tempo em que a cultura é para todos, como se atinge esse todos? É com essa indagação que se deve trabalhar e lutar.

Williams depara-se com uma inquietação de que a cultura não é extraordinária, ela é ordinária e está no cotidiano. O conceito de cultura é um bom termômetro das transformações e ações da sociedade. Ou seja, a cultura e sua mudança afeta completamente a vida social. A partir dessas diretrizes, tem-se como norte uma construção democrática de políticas públicas que atenda a realidade de determinada sociedade, sendo assim, efetivamente, o Plano Municipal de Cultura propõe ser um espelho da sociedade.

Conclusão

A cultura vem de uma instabilidade corrente, desde quando se tornou assunto no âmbito do Estado. Desde a criação do Ministério da Cultura até ser criado o Sistema Nacional de Cultura, destaca-se um processo de descontinuidade.

Entende-se que:

Para tanto, a política cultural, entendida como política pública, precisa ser planejada, estruturada, institucionalizada, aberta à participação da sociedade nas suas decisões e, sobretudo, dotada de recursos públicos, materiais e humanos. Essa é a proposta do Sistema Nacional de Cultura. (MINC, 2011, p. 16).

Entendendo melhor a proposta do SNC, ficam mais explícitos os objetivos do mesmo, buscando dar estabilidade nas políticas públicas da cultura, que até hoje estão à mercê das diferentes (in) governabilidades.

Importante lembrar que, em maio de 2016, o Ministério da Cultura teve encerrada suas atividades pelo então presidente-golpista, Michel Temer. O MinC ficou sob as asas da Secretaria da Educação, ou seja, tornou-se uma subpasta como foi em 1930 (Ministério da Educação e Saúde) e 1953 (Ministério da Educação e Cultura). Ainda em maio de 2016, tamanha foram as manifestações contra a queda do Minc, que o presidente-golpista decidiu recriá-lo, nomeando Marcelo Calero para ministro (maio 2016 a novembro 2016), Roberto Freire (novembro de 2016 a maio de 2017), João Batista de Andrade (maio de 2017 a julho de 2017), Sérgio Sá Leitão (julho de 2017 até o momento).

Com tamanha instabilidade, fica inviável executar qualquer projeto de política pública no país. Ainda assim, se torna apenas romântico ter esse sistema tão bem elaborado, mas, sem recursos para sua aplicação, ou seja, sem investimentos o sistema não funciona.

A experiência com o Plano Municipal de Cultura aqui relatada, visa demonstrar o quão importante são as políticas públicas da cultura. O quanto são reflexos da sociedade que a construiu. Contudo, agora é necessário que se destinem recursos financeiros para que a sua aplicação de fato, aconteça. Isso acontecerá de fato, quando além de estabilidade governamental, tivermos gestores que entendam a importância dessa agenda, destinando recursos favoráveis às execuções de projetos que ainda se encontram no campo das ideias.

Além de tudo, atender demandas da cultura, não é apenas entender o que é e como funciona uma política pública da cultura, e sim, buscar melhor compreensão do que é cultura, o que significa e o principal, garantir os direitos culturais. O SNC vem também para garantir o direito cultural que é garantido por lei a todo cidadão brasileiro.

Botelho (2001, p.75) fala que:

De qualquer forma, uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que 'cultura é tudo' não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática. Por isso mesmo, torna-se imprescindível reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções.

O resultado do PMC até agora, se deu apenas no exercício de construção coletiva para a população de Araçoiaba da Serra. Com a instabilidade na política cultural do país e do município, com falta de recursos e pessoal técnico, o SMC encontra-se apenas regulamentado e sem execução de qualquer proposta. Enquanto não existir estabilidade e recursos nas políticas culturais, ela habitará poços de incertezas e sucateamento, rendendo-se aos projetos de governabilidades e, não estará ocupando uma agenda pública de Estado.

A cultura não é tudo, pois, cada povo irá determinar o que é a cultura para ele, isso tem como exemplo o Sistema Municipal de Cultura, ou seja, o plano municipal é o reflexo disso, é a partir daí que se faz um norteamento. A cultura não pode ser como o SUS, a saúde é algo único de certa forma, que num único sistema, contempla à todos, da mesma forma a educação, e etc. Mas, a cultura é especial, o olhar para ela é particular de cada chão que se pisa. Cada um se constrói de acordo com a sua realidade. O resultado final disso tudo, dar-se-á pela democratização da cultura.

A cultura e a arte tem o potencial organizador e localizador na sociedade, ela está nos processos sociais. Ela tem o poder de organizar nosso caos e nos direcionar, isso sim é humanizar; isso é necessidade humana. Cultura é um direito humano.

Referências Bibliográficas

ARAÇOIABA DA SERRA. Lei nº 11.927 de 5 de julho de 2013. **Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Araçoiaba da Serra, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamentos e dá outras providências.**

ARAÇOIABA DA SERRA. Lei nº 2.024 de 22 de dezembro de 2015. **Dispõe o Plano Municipal de Cultura.**

Atas de reuniões. CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. ARAÇOIABA DA SERRA. Livro ata de reuniões, 2013, 2014, 2015, 2016. Livro 1, páginas, 1 – 87. Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra. Biblioteca do Departamento de Cultura.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, 15 (2): 73-83, abril/junho de 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/rkEK1D>>.

BRASIL. Lei Nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.** Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>>

IBGE. **Estatísticas,** 2017. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=3502903>> Acesso em: 14 de abril de 2018.

LINS, Cristina P. de Carvalho. Levantamento da ação institucional entre o MINC e o IBGE: desde as gestões Gil/Juca. **Políticas Culturais em Revista,** 2 (8), p. 1-27, 2015. Disponível em <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **Direitos Humanos e Direitos Culturais.** 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/1w0lp7>>.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura.** 2011. Disponível em <<http://goo.gl/WJC4C4>>.

O JORNAL, de Araçoiaba. **Boletim Oficial da Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra.** Disponível em <https://issuu.com/aracoiaaba/docs/boletim_novembro> Acesso em: 29 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Danilo Junior de. **Direitos Culturais e políticas públicas: os marcos normativos do Sistema Nacional de Cultura.** Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Geraldo (org.). **Araçoiaba da Serra: Esconderijo do Sol.** São Paulo: Noovha América, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais do Governo Lula.** Revista Lusófona de Estudos Culturais. Vol. 1, n. 1, pp. 224-242, 2013.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria política pública.** In: Enrique Saravia e Elisabete Fernandes, Orgs. Políticas Públicas. Vol. I. Brasília: ENAP, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **A cultura é de todos.** Trad. Maria Elisa Cevasco. 1958. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/117715570/williams>>

FOTOGRAFIAS DO COLONIAL AO MODERNO NA CIDADE DE GETÚLIO VARGAS NO SÉCULO XX E XXI

*PHOTOGRAPHS OF THE COLONIAL TO THE MODERN IN THE CITY OF
GETÚLIO VARGAS IN THE TWENTIETH AND XXI CENTURIES*

*Patricia Lilian Mokfa
Mestranda PPGH/UPF*

Bolsista FUPF 50%. E-mail: patriciamokfa@hotmail.com

RESUMO

A utilização de fotografias como fonte de pesquisa e documento histórico tem se configurado como importante instrumento no processo de reconstituição da história de lugares e regiões de colonização recente, como a cidade de Getúlio Vargas, situada no estado do Rio Grande do Sul. O presente estudo considera que o resgate das imagens antigas dessa comunidade e a busca por detalhes que possam contextualizá-las tornam-se ferramentas importantes a recuperação dos trabalhos necessários à época de sua fundação e de cenários que hoje se encontram modificados pela passagem do tempo.

Palavras-chave: Colônia de Getúlio Vargas. Fotografia. Memória.

ABSTRACT

The use of photographs as a research source and historical document has been configured as an important tool in the process of reconstituting the history of places and regions of recent colonization, such as the city of Getúlio Vargas, located in the state of Rio Grande do Sul. The study considers that the rescue of the old images of this community and the search for details that can contextualize them become important tools to recover the work necessary to the time of its foundation and of scenarios that today are modified by the passage of time.

Keywords: History of the Colony of Getúlio Vargas. Photography. Memory.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as imagens fotográficas do período de 1909 a 1934 e identificar as representações construídas sobre a colônia de Getúlio Vargas, situada no norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente no que concerne à configuração de seu espaço e seus sujeitos. O recorte temporal vai da fundação da colônia à sua ascensão como município.

O conjunto de imagens foi constituído por vários fotógrafos, muitos dos quais não identificados, que registraram a formação e o crescimento dessa colônia. O conjunto fotográfico, composto por cerca de 130 imagens de temas os mais diversos, está no acervo sob

a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (IHGGV). Logo, essas fotografias deixaram de circular e passaram a integrar uma coleção de uma instituição privada, para “participarem de um intercâmbio de um mundo visível e invisível” (POMIAN, 1984, p.66).

A fotografia é uma importante fonte histórica para o estudo da imigração e da colonização. Para Ana Maria Mauad (2004), o historiador deve partir do pressuposto de que a fotografia é um testemunho válido, não importando se o registro foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida:

As fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que a produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próximas àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/ passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio de ser estudado. (MAUAD, 2004, p. 26).

Foi na primeira metade do século XX que a utilização da máquina fotográfica tornou-se popular. Para além da crescente e veloz evolução tecnológica que a acompanhou, a fotografia passou a figurar como um discurso da verdade, importante documento comprobatório de um acontecimento. A fim de conhecer as diferentes sociedades e sua organização, a fotografia consiste em uma importante fonte de pesquisa.

Segundo Borges (2005, p. 80), “seus discursos [da fotografia] sinalizam lógicas diferenciadas de organização do pensamento, de ordenação dos espaços sociais e de medição dos tempos culturais”. Já Susan Sontag destaca que:

Por meio das fotos, acompanhamos da maneira mais íntima e perturbadora o modo como as pessoas envelhecem. Olhar para uma velha foto de si mesmo, de alguém que conhecemos ou de alguma figura pública muito fotografada é sentir, antes de tudo: como eu (ela, ele) era muito mais jovem na época. A fotografia é o inventário da mortalidade. Basta, agora, um toque do dedo para dotar um momento de uma ironia póstuma. As fotos mostram as pessoas incontestavelmente presentes num lugar e numa época específica de suas vidas; agrupam pessoas e coisas que, um instante depois, se dispersaram, mudaram, seguiram o curso de seus destinos independentes. (SONTAG, 2004, p. 43).

A cultura dos povos, manifestada por seus costumes, habitação, monumentos, mitos e religiões, passou a ser gradativamente documentada pela câmara fotográfica. Paisagens urbanas e rurais, obras de implantação de estradas de ferro, conflitos armados e expedições científicas passaram a ter seu lugar diante das máquinas fotográficas. Seja a fotografia um tipo de arte ou de pura técnica, surge no debate a questão de seu caráter documental: o homem passa a ter uma outra opção de acesso a outras realidades que antes lhe eram transmitidas através de relatos escritos, em sua maioria (KOSSOY, 2001).

Toda fotografia traz consigo uma história. É um resíduo, um vestígio do passado. Contudo, enquanto tecnologia de registros fotográficos de seu tempo, no qual a técnica e a ciência eram sagradas, foi de certa forma, sacralizado. As fotografias passaram a ser consideradas, enquanto registros instantâneos da realidade, como “testemunhos da verdade” (KOSSOY, 1993, p. 13), o que atribuiu a elas um certo estatuto de credibilidade, tornando-a um espelho fiel dos fatos.

Observando-se tais questões, uma fotografia produzida no passado também pode ser considerada uma espécie de monumento, pois, como destaca Le Goff (1984, p. 103), todo documento reflete “o esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias”. Dessa forma, podemos dizer que toda imagem fotográfica tem atrás de si uma história. Se, enquanto documento, ela é um instrumento de fixação da memória e, nesse sentido, mostra-nos como eram os objetos, os rostos, as ruas, o mundo, ao mesmo tempo, enquanto representação, ela nos faz imaginar o não manifesto, a emoção e a ideologia do fotógrafo.

A fotografia, assim compreendida, deixa de ser imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento. Sua importância é ressaltada por Le Goff (2003), o qual a coloca entre as manifestações mais significativas da memória coletiva. A fotografia revolucionou a memória: multiplicou e a democratizou, dando uma precisão e uma “verdade” visual nunca antes atingida, permitindo, assim, preservar a memória do tempo e da evolução cronológica.

Como um exemplo desse circuito de produção e consumo da imagem, temos a pequena colônia de Getúlio Vargas, inicialmente registrada nas imagens – feitas pelos primeiros fotógrafos itinerantes – de retratos de famílias em suas propriedades, imagens estas divulgadas nos mais diferentes suportes

A colônia de Getúlio Vargas

O município de Getúlio Vargas localiza-se na região norte do RS, também chamado de alto Uruguai gaúcho, tendo sido emancipado em 18 de dezembro 1934:

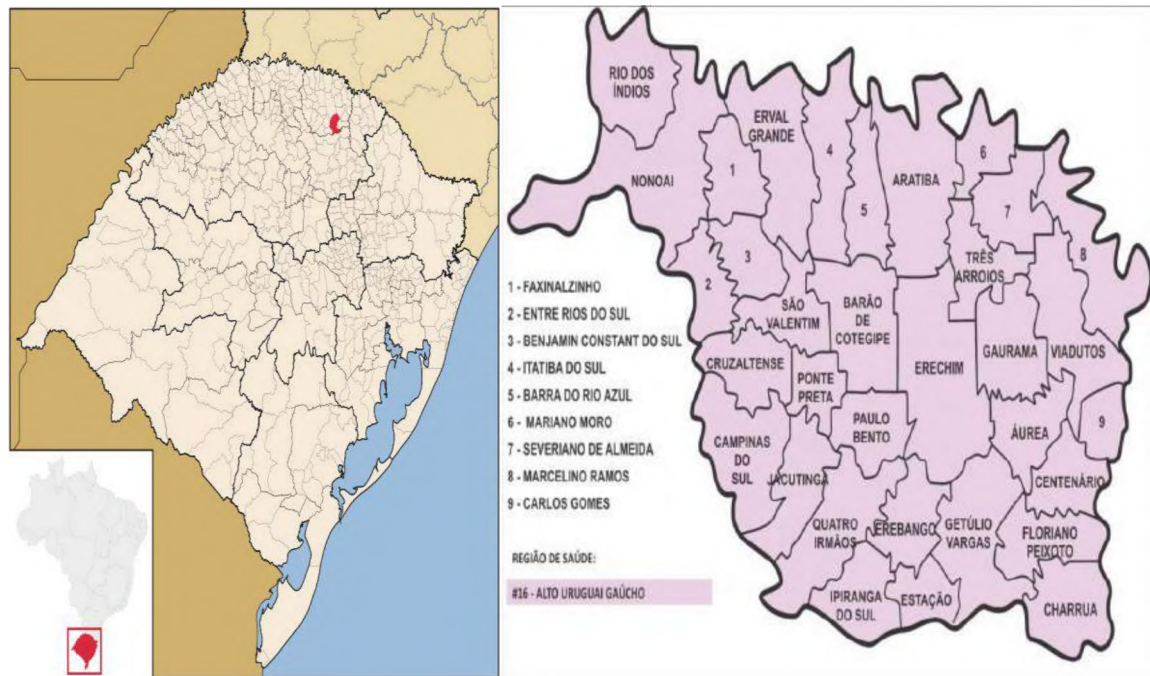


Figura 1: Mapa da localização da cidade de Getúlio Vargas/ RS. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas.

A instalação de colônias oficiais no Norte do Rio Grande do Sul deu-se no início do século XX. Em seis de outubro de 1908, o governo estadual decretou a criação de uma nova colônia no município de Passo Fundo, localizada às margens da estrada de ferro, em território denominada Erechim. Nesse espaço colonial, estava inserida a futura colônia de Getúlio Vargas, a qual se desenvolveu com facilidade devido à sua boa localização, às fartas e produtivas terras e ao trabalho árduo dos colonizadores.

Colonização e ferrovia estavam fortemente interligadas nesse processo e no discurso do governo, representando ambas a modernização e o progresso. Podemos acompanhar a trajetória da apropriação de terras, atraindo imigrantes e colonos e colocando em prática o processo predeterminado por agentes políticos e econômicos do Estado, que previa tirar de cena o índio e o caboclo. A ferrovia deu sustentação ao projeto de colonização, como meio de transporte de pessoas, além de servir de fronteira e de via para escoar a produção; portanto, teve o papel de animar a vida econômica e de proteger a fronteira.

Referindo-se à formação de Getúlio Vargas, Ângelo Fabris destaca que:

Em 1911, com a chegada do trem e a inauguração da Estação Férrea Erechim, as ligações para a capital, para as colônias velhas e para os outros estados foram estabelecidas. Com o trem vieram mais imigrantes, na maioria italianos, alemães e poloneses, que formaram a base da população e da força de trabalho, possibilitando o maior desenvolvimento da região. A partir de 1924, com o apoio da comunidade, um grupo de moradores levantou a bandeira de emancipação e, em 18 de dezembro de 1934, o governo federal decretou a criação do município de Getúlio Vargas. Ficaram

ligados ao município os distritos de Erebango, Ipiranga, Floriano Peixoto e o bairro Estação, agora municípios que integram a região. (FABRIS, 2014, p. 6)

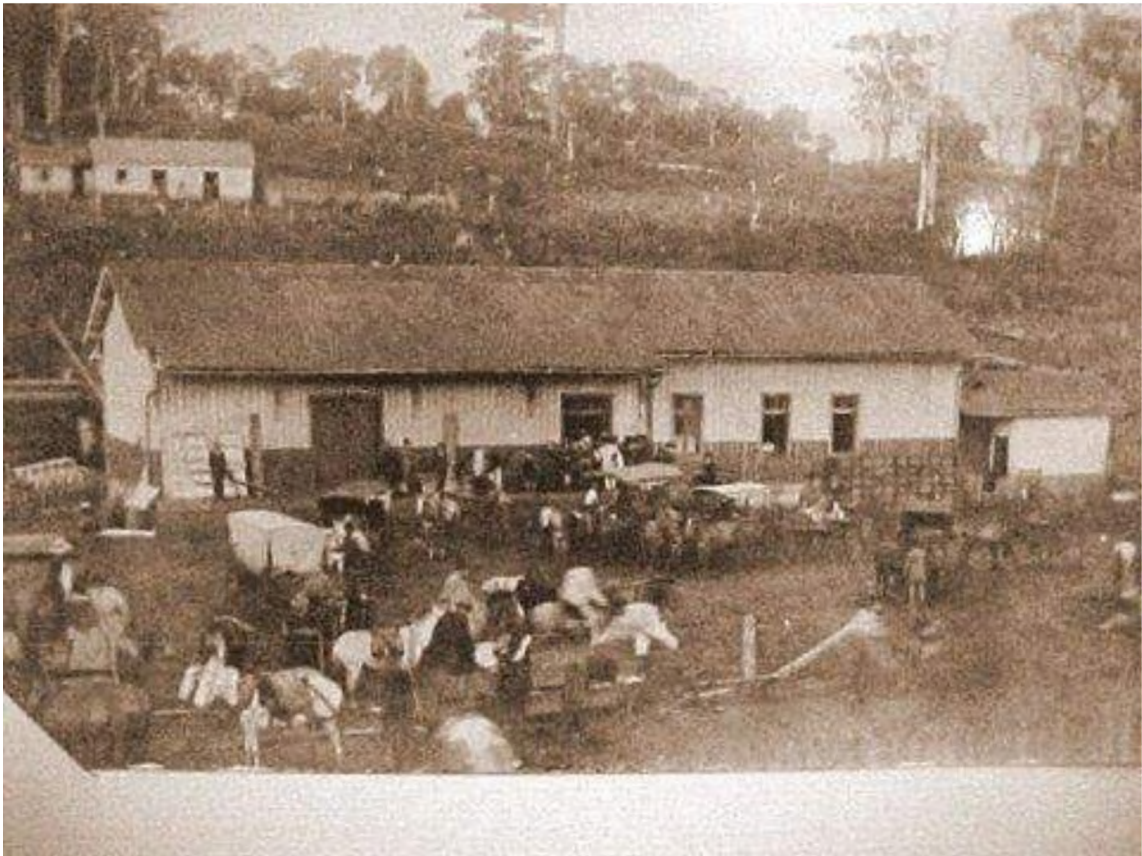


Figura 1: Estação Erechim (1910) - hoje Estação Nova. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo Dorvalino Bernieri.

Os imigrantes europeus chegaram à colônia de Erechim, a partir de 1910. Encontraram uma infraestrutura em fase de execução, um órgão oficial de colonização em atividade a seu benefício e uma ferrovia, além da hospitalidade e do espírito de ajuda de compatriotas aclimatados e experientes, que falavam os mesmos idiomas.

Nesse contexto de 1910, o trem representa a modernidade. Já a estação de trem figura como um ponto privilegiado para a tomada das fotografias da colônia, como podemos observar na figura 1, que traz um retrato da estação de trem e o seu movimento, representado pelos freteiros, responsáveis pelo transporte de mercadorias e pessoas que chegavam e partiam.

Além da localização da Estação Férrea, a figura 1 e 2 também permite analisar homens com boas vestimentas e com o mínimo de objetos e malas; a charrete e a o cavalo, símbolos de status social, completam na foto o desejo de ascensão social e econômica. O local na figura 1 parece pertencer à zona rural, em função da terra batida, das casas de maneira ao fundo e da mata com bastante árvores.



Figura 2: Imigrantes e migrantes chegam pela ferrovia na cidade de Estação (1910). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo Dorvalino Bernieri.

Na figura 2, imigrantes chegam pela ferrovia na cidade de Estação, transportados para a sede da colônia em 1910. Percebem-se homens com boas vestimentas, acompanhados de crianças e sem malas e objetos particulares. Ao chegarem, os colonos europeus e os imigrantes das colônias velhas encontraram aqueles antigos moradores, com suas capoeiras (áreas desmatadas), roças (plantações de milho), mandioca, feijão), extraíndo e cancheando erva-mate. Geralmente possuíam pequenas criações de animais domésticos (porcos, aves, vaca leiteira, terneiros), bois e cavalos, pois os únicos meios de transporte existentes eram o lombo, o burro e a carrocinha. Em sua maioria, eram descendentes de paulistas ou vindos de outros lugares. Dentre eles, havia também alguns descendentes de alemães e italianos. As famílias que chegavam iam se instalando um tanto desordenadamente na área da Praça Júlio de Castilhos e à frente do quadro ferroviário (CHIAPARINI, 2012, p. 43).

Nas figuras 3 e 4, percebe-se o início do povoamento em Erechim, atual Getúlio Vargas, em 1913, na Rua 3, Av. Borges de Medeiros, nos primórdios da colonização. Trata-se de uma representação do espaço urbano, com poucas ruas abertas, sem postes de luz, algumas casas pequenas feitas de madeira e outras um pouco maiores com bastantes janelas e portas grandes; uns dos meios de transporte, que aparece na imagem, era a charrete; a rua era de terra batida.

Animais também eram criados, em pequena quantidade, tais como vaca, cachorro, galinhas, porcos, para a subsistência da família e dos vizinhos próximos, que compravam leite, galinhas, ovos, banha de porco e uma parte da carne. As famílias também faziam trocas de

alimentos, pois, no início da colonização, não havia como guardar carnes por muito tempo, de modo que estas eram repartidas entre os vizinhos.



Figuras 3 e 4: Início do povoamento em Erechim, atual Getúlio Vargas (1913). Rua 3, Av. Borges de Medeiros nos primórdios da colonização (1913). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas.

Fotógrafo não identificado.

Na figura 5, a imagem mostra lotes de madeira utilizados para a construção de mais casas, com algumas casas de madeira nos fundos e alguns matos e terra batida a ser ocupada na frente. Segundo Chiaparini (2012, p. 43), as famílias não só construam suas próprias casas, mas também fabricavam seus móveis e peças de vestuário. No mobiliário, encontravam-se também bancos, mesa, guarda-comidas e, por vezes, armário. As roupas eram penduradas em pregos fixados às paredes dos quartos, nos quais predominava o uso da madeira. João Weiss, em seu livro *Colonos na Selva*, refere-se do seguinte modo à mobília: “Ainda armamos algumas

prateleiras para a guarda de uso diário e construímos, com tampas de caixas, uma mesa tosca e alguns bancos. Já podíamos então comer, sentados à mesa” Chiaparini (2012, p. 43).

Analisando essa vista panorâmica da sede urbana, observada de um plano inferior, ao centro, há a estrada que serve como linha divisória da imagem e fio condutor para o olhar. O primeiro plano é ocupado ainda por uma vegetação rasteira, com uma paisagem vista ao longe demonstrando que o foco de atenção era mesmo cenário da nova colonização. No alto da imagem, destacam-se as construções, já mais sólidas que as da imagem 3, além disso, as primeiras fotografias eram produzidas com o objetivo de mostrar a vitalidade da terra, expondo a exuberância da natureza e, ao mesmo tempo, a viabilidade do projeto imobiliário, através de elementos urbanos já presentes no meio da floresta. Simbolicamente, comprovava que o homem podia vencer a mata fechada através de seu esforço, cortando as árvores, plainando a terra e dando lugar à civilização. Assim, o suporte mais preciso/próximo do real para registrar essas transformações era a fotografia.



Figura 5: Boa Vista - Erechim (1918). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo não identificado.

O povoamento oficial fez-se à medida que chegavam as levas de imigrantes aos povoados de Erechim (sede provisória da colônia e atual Getúlio Vargas), Paiol Grande (destinada à sede geral, hoje Erechim) e Barro (hoje Gaurama), onde eram alojadas em barracões por pouco tempo. Umhas mais numerosas, outras menos, chegavam imigrantes alternadamente, ora de poloneses, ora de alemães, italianos ou outras nacionalidades, sendo encaminhadas para as áreas em que os lotes rurais estavam já demarcados. Verifica-se, então, a colonização de quase toda a gleba¹⁵ devoluta do Estado rio-grandense por diferentes origens étnicas e procedências, em fluxos migratórios internos que duram até 1913 (CHIAPARINI, 2012, p. 42).

¹⁵ Toda porção de terra que nunca foi loteada ou desmembrada é considerada uma gleba. Ou seja, uma terra crua, sem regulamentação e adequação das leis brasileiras e regionais.



Figura 6: As três casas da comissão de terras (1913). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo não identificado.

Erechim (hoje Getúlio Vargas) havia iniciado a área de demarcação em 1908, ano de sua fundação. Em junho do ano seguinte, começaram as medições dos lotes e a preparação para a sede. Em 8 de julho de 1909, foi escolhido o local para a Sede da colônia, sendo, para tanto, “reservada uma área de 50 ha”, atravessada pelo Rio dos índios (Abaúna) e por outros menores, seus afluentes: A sede da Colônia de Erechim, depois Vila Erechim, hoje cidade de Getúlio Vargas (CHIAPARINI, 2012, p. 43).

Na figura 6, encontram-se as três casas da comissão de terras, construções para abrigar os primeiros imigrantes, que chegaram à colônia de Erechim, os escritórios da Comissão de Terras e o armazém e depósito de víveres de sementes (1913); à frente, uma área reservada para a praça, hoje Flores da Cunha, em Getúlio Vargas. Em 1 de fevereiro de 1910, foi instalado o núcleo com 36 colonos (quatro famílias, num total de 28 pessoas e oito solteiros). Durante esse ano, 226 colonos foram assentados: eram russos, alemães, franceses, austríacos e de outras nacionalidades; 207 permaneceram e 19 retiraram-se (CHIAPARINI, 2012, p. 43).

Ainda em fevereiro de 1910, foi dado início à abertura de ruas, num total de 21, perfazendo 3.270 metros, demarcação dos lotes urbanos e construção dos prédios. Em meados do mesmo ano, já havia 50 casas construídas e habitadas e 22 em construção, um barracão para hospedagem dos imigrantes, mais um em construção, um “chalet” usado como escritório da Comissão, um galpão para depósito, uma enfermaria, um hotel, um açougue, nove casas comerciais de pequeno porte. Estavam estabelecidos três sapateiros, um barbeiro e um alfaiate.

Todos os prédios eram construções de madeira. Praticamente toda madeira usada provinha da mata local, cuja derrubada se iniciou em outubro de 1909 para dar lugar ao povoado (CHIAPARINI, 2012, p. 44).

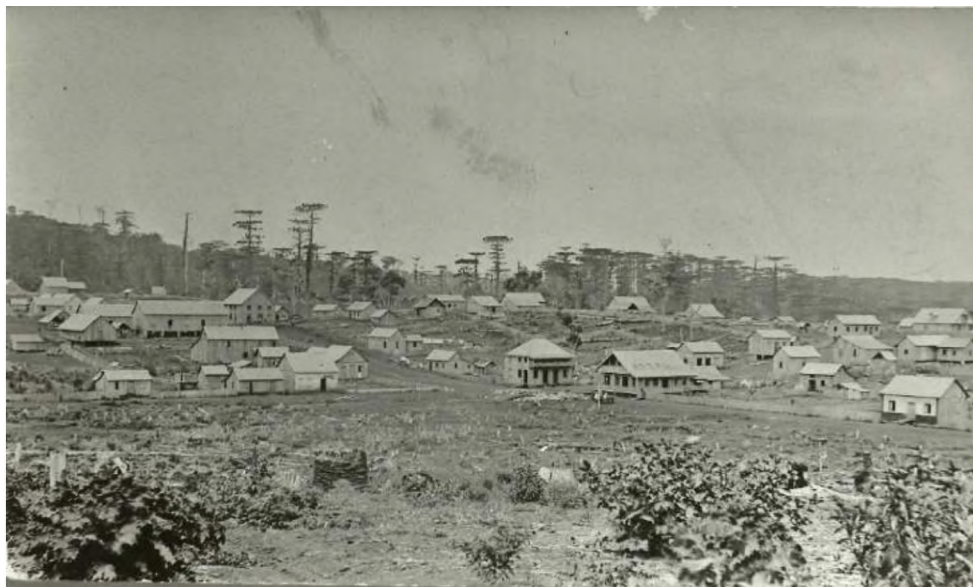


Figura 7: Vista parcial de Getúlio Vargas, registro das edificações de madeira, abundantes na região, na Sede da Colônia de Erechim (1913). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotografo não identificado.

Na figura 7, temos uma vista parcial da cidade em 1913, uma fotografia que retrata casas pequenas típicas da época; imersa em meio à mata nativa, em oposição ao restante, onde verificamos alguns casarões e prédios industriais, em áreas semi-urbanizadas. Podemos fazer uma comparação entre a casa e a floresta ainda virgem (simbolizando as grandes extensões de matas nativas ainda existentes na época, no meio das quais Getúlio Vargas se localizava). No entanto, deparamo-nos a respeito do conteúdo das imagens.

De acordo com um relatório do então secretário de Estado Cândido Godoy, texto este datado de 8 de setembro de 1911, a colônia apresentava uma população de cerca de 10 mil habitantes. Na sede, estavam instaladas 103 famílias. Foram demarcados 2.123 lotes rurais, dos quais 1.920 já ocupados. A área de cada lote era 25 ha. Entre 1910 e 1912, fixaram-se na Colônia Nova de Erechim 7.500 imigrantes (CHIAPARINI, 2012, p. 45).

Atualmente, a cidade de Getúlio Vargas conta com uma população de 16.154 habitantes, dos quais 13.826 ocupam a área urbana e 2.292 a área rural, segundo dados do IBGE. A base econômica está pautada na agricultura, no comércio, na indústria e na prestação de serviço com área territorial 286,6 km².



Figura 8: Vista aérea urbana na cidade de Getúlio Vargas-RS (1996). Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo: Leandro Slavieiro.

Na figura 8 observa-se o desenvolvimento da cidade, tais como prédios, casas, estradas de chão, estradas asfaltadas, ruas, calçadas, postes de iluminação, árvore, mata etc. Esses objetos exteriores estão relacionados ao espaço urbano e mostram como a vila cresceu, tanto no sentido horizontal (ampliando suas ruas) como no vertical (com prédios de altura pequena, estabelecimentos públicos, comerciais e residenciais). Objetos do espaço urbano indicam o crescimento da cidade, bem como o aumento das construções e do movimento urbano.

A partir da imagem podemos verificar que as ruas e avenidas da cidade, atualmente, já estão asfaltadas. Assim, nesse espaço urbano, ao mesmo tempo em que a população tem seu espaço do viver cotidiano, de lazer e de religiosidade, tem nas proximidades, aspectos da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da cidade. Ao fundo, a parte superior da foto é um sinal de áreas rurais, direcionando o crescimento urbano.

Para Chartier, o conceito de representação é a “pedra angular de uma abordagem a nível da história cultural”, pois permite articular três modalidades de relação com o mundo social:

Primeiramente, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; em seguida, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

Assim, a história cultural se definiria, por um lado, como “a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço” (CHARTIER, 1990, p. 27), e, por outro, “como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único — o qual a crítica tinha a obrigação de identificar — dirige-se às práticas que pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo” (CHARTIER, 1990, p. 27).

Considerações finais

A análise das fotografias possibilita determinar uma consistente noção sobre a representação dos imigrantes e de seus descendentes, assim como permite constatar a inserção desses elementos identitários em meio a uma cidade em pleno processo de colonização e desenvolvimento. As confirmações sobre tais aspectos apresentados anteriormente atestam, principalmente, a legitimidade da imagem como documento capaz de servir como base para a construção do conhecimento histórico.

Nessa perspectiva, procuramos primeiramente realizar uma leitura descritiva dos documentos visuais em questão, destacando os elementos-chave que nos serviram de indícios e, dessa forma, estabelecer uma base segura para uma posterior interpretação. Para possibilitar uma maior inteligibilidade, definimos pontualmente os principais conceitos norteadores das discussões sobre as fotografais e seu conteúdo.

As primeiras imagens da cidade de Getúlio Vargas caracterizam uma região ruralizada, em contato com o seu meio natural, não existindo a separação clara entre o urbano e o rural, por mais que as fotografias tentassem representar isso.

Desse modo, as fotografias caracterizam, num primeiro momento, a chegada dos imigrantes/migrantes após o desenvolvimento dessa cidade a partir da colonização. As fotografias enquanto recursos imagéticos nos permitem analisar a visibilidade e invisibilidade dos fenômenos sociais revelando uma modalidade de olhar a cidade atual a partir das lentes do fotógrafo e da sociedade daquele momento.

Referências Bibliográficas

- BORGES, Maria Elisa Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIAPARINI, Enori José. **Erechim: retratos do passado, memórias do presente**. Erechim, RS: Graffoluz, 2012.
- KOSSOY, Boris. **A Fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado**. SP: SICCT, 1993.
- _____. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editoria, 2001.
- FABRIS, Ângelo Maria; **Getúlio Vargas 80 anos: a história político-administrativa do município**. 2. Ed. Getúlio Vargas: Ed. Graffoluz, 2014.
- FABRIS, Neivo. **A Revolução Federalista e o sertão do Alto Uruguai**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas/ RS, Getúlio Vargas, dez 1996.
- FORLIN, Cleonice; OLIVEIRA, Adão Russi de, GRENDENE, Angela. **Monografia do município de Getúlio Vargas**. Concórdia Gráfica Estrela Ltda., 1984.
- _____. **Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade no interior das imagens do passado**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 1-2, p. 13-24, jan/dez, 1993.
- ILLA FONT, Juarez Miguel, **Serra do Erechim**. Tempos heroicos. Erechim: Carraro, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história-interfaces**. In: Revista Tempo Rio de Janeiro, v.1, n.2. p.73-98, 1996.
- MAUAD, Ana M. **Fotografia e História: possibilidades de análise**. In: Maria Ciavatta; Nilda Alves. (Org.). *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social: História, comunicação e Educação*. 1 ed. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 19-36, 2004.
- MAUAD, Ana Maria. **Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.1. n. 13. p. 145, 2005.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casada Moeda, 1984. p. 51-86.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEISS, João. **Colonos na selva**. Emigrantes como agricultores. Rio de Janeiro: Méier e Blumer, 1949.

HANNAH ARENDT: PLURALIDADE, AÇÃO E REPUBLICANISMO

HANNAH ARENDT: PLURALITY, ACTION AND REPUBLICANISM

*Rossana Padilha
Doutoranda em Filosofia/ UFPEL
rossanapadilha @bol.com.br*

RESUMO

Um dos mais importantes aspectos que Arendt destaca na obra *A Condição Humana* (1958) é a ação, trata-se da atividade que “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, vivem na Terra e habitam o mundo. A liberdade é entendida como algo que se manifesta ativamente no mundo, esta se relaciona com a ação na medida em que cada homem é um início em si mesmo, por outras palavras o ser humano é livre enquanto age. A capacidade da criação que se encontra na ação tem em si a condição de que o que inicia é necessariamente algo de novo. Arendt considera que a ação encontra justificação apenas no reconhecimento público e nas regras de uma comunidade política. A ação é uma categoria pública que sem a presença e reflexão dos outros seres humanos se tornaria inútil. O reconhecimento de cada indivíduo, como ser único esta ligado à pluralidade e ao discurso que para Arendt é indissociável da ação. É por meio da ação enquanto discurso que os indivíduos se estabelecem como seres únicos perante os outros, para tal é necessário existir um espaço público onde esta relação possa ter lugar. Arendt considera que o melhor exemplo que existiu na história da espécie humana é a polis Ateniense onde os cidadãos se reuniam para discutir os assuntos da vida pública, por meio do discurso e da persuasão. O presente ensaio visa relacionar o Republicanismo que tem como principais aspectos: o governo das leis, a liberdade como participação política e igualdade entre os pares aos conceitos mencionados pela autora na referida obra.

Palavras-chave: República; Pluralidade; Liberdade; Ação; Política

ABSTRACT

One of the most important aspects that Arendt emphasizes in his work *The Human Condition* (1958) is action, it is the activity that "corresponds to the human condition of plurality, to the fact that men live on Earth and inhabit the world. Freedom is understood as something that is actively manifested in the world, this is related to action insofar as each man is a beginning in itself, in other words the human being is free while acting. The capacity of creation that is in action has in itself the condition that what initiates is necessarily something new. Arendt considers that action finds justification only in public recognition and in the rules of a political community. Action is a public category that without the presence and reflection of other human beings would become useless. The recognition of each individual as a single being is linked to the plurality and discourse that for Arendt is inseparable from action. It is through action as a discourse that individuals establish themselves as unique beings before others, for this it is necessary to have a public space where this relationship can take place. Arendt considers that the best example that existed in the history of the human species is the Athenian polis where citizens gathered to discuss the affairs of public life through discourse and persuasion. The present essay aims to relate the Republicanism that has as main aspects: the rule of laws, freedom as political participation and equality between peers to the concepts mentioned by the author in that work.

Keywords: Republic; Plurality; Freedom; Action; Political.

Introdução

Hannah Arendt (1906-1975), pensadora política contemporânea, em seus escritos destaca a importância da reflexão, para que cada indivíduo torne-se sujeito de suas ações, sendo importante destacar que em conformidade com o mencionado pela autora na obra *A condição Humana* (1958,) somos seres singulares, mas pertencemos ao mesmo planeta e vivemos em pluralidade, de acordo com Arendt (2012, p.9): “A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá “. O pensamento político de Hannah Arendt se desenvolve por meio de uma adesão a um republicanismo sustentado pela vivência da liberdade¹⁶ política no interior de espaços públicos. Assim, vemos que não é possível entender a configuração do republicanismo, segundo o pensamento de Arendt, sem que no seu interior pulse permanentemente a vivência da liberdade política, a qual se contrapõe à representação política institucional concebida na modernidade por via dos parlamentos.

Na obra *Sobre a Revolução* (1963), primeiramente Arendt apresenta uma definição de república bastante convencional, recorrendo à clássica oposição entre governo monárquico – no qual a concentração do poder coloca o soberano acima das leis – e governo republicano – que pode ser também caracterizado como o governo das leis. Desta forma, é perceptível, a igualdade¹⁷ entre os cidadãos, e, por isso, a república pode ser considerada como “a forma de organização política na qual os cidadãos convivem em situação de não-domínio, sem divisão entre governantes e governados” (Arendt, 1990, p. 25).

A esta definição basicamente constitucional, ou seja, a forma pela qual o poder é exercido em um Estado, Arendt irá acrescentar outros elementos que podem ser facilmente reconhecidos na tradição republicana: a república coincide com o espaço onde a liberdade se realiza; ela requer a participação constante dos cidadãos nos afazeres políticos, exigindo para tanto o desenvolvimento de virtudes propriamente políticas; ela oferece aos cidadãos a possibilidade de conhecer uma “felicidade pública”, de natureza muito diversa daquela encontrada no interior do domínio privado e proveniente da satisfação de seus interesses; a república, por fim, como espaço da ação política. Arendt menciona a tirania como sendo a forma de governo em que o soberano dirigia os governados segundo seu próprio arbítrio, e em favor

¹⁶ A liberdade a que se refere Arendt é a liberdade política ligada à ação, à pluralidade humana em um espaço público, aberto à palavra, à doxa e à sua discussão, no qual o “eu posso”, a capacidade de atuar, se torna efetiva (SCHIO, 2012, p. 150).

¹⁷ A “igualdade”, em Arendt, significa a possibilidade do cidadão se expressar, mas também concordar, discordar, contestar em conjunto com seus semelhantes. Em outros termos, a liberdade, nesta autora, apenas existe na esfera pública, na vida política (*Idem*, 2012, p.151).

de seus próprios interesses, violando assim os direitos civis de seus governados, para a autora a tirania impede a felicidade pública, diferentemente da República que assegura a todo o cidadão o direito de tornar-se “um participante da gestão governamental”, ou seja, o direito de ser visto em ação. Segundo Arendt (1990, p. 104):

A tirania, conforme as revoluções rapidamente vieram concebê-la, era uma forma de governo no qual o soberano, embora governando segundo as leis do reino, havia assumido o monopólio do direito de ação, banido os cidadãos da esfera pública para a privacidade de seus lares, e exigido deles que cuidassem apenas de seus próprios negócios.

O termo República tem, entre seus significados, o sentido amplo de comunidade política organizada. O título do livro de Hannah Arendt , *Crises da República*(1972), aponta para esse sentido amplo de comunidade política, mas ao mesmo tempo indica que a crise dos EUA, naquela ocasião, tinha sua raiz na falta de ética republicana proveniente do uso da mentira e da glorificação da violência.

Na perspectiva mais específica de formas de governo, a República contrapõe-se à Monarquia. Assinala a diferença entre o poder exercido em função de direitos hereditários e o poder eleito, direta ou indiretamente, pelo povo. Nesse sentido, República tem afinidades com democracia e aponta para a igualdade.

A contraposição Monarquia/República remonta aos romanos, que depois da exclusão dos reis substituíram o governo de um só pelo governo de um corpo coletivo. Na elaboração do conceito de República teve grande peso a reflexão de Cícero, que diferenciava a res-pública - a coisa pública - da privada, doméstica, familiar, estabelecendo, assim, a distinção entre o privado, o particular a alguns, e o público, o comum a todos, que por isso deve ser do conhecimento de todos. Inspirado em Platão e no estóico Crisipo, Cícero declara que as leis são necessariamente inerentes a toda a sociedade e o legislador deverá levar em conta o ideal e as realidades, segundo Cícero (2011, p.37):

As três formas de governo: monárquica, aristocrática e democrática são más em seu estado “puro”, devendo ser conciliadas numa república, porque o serviço da república e da pátria é um “estado de espírito” que assegura da parte dos governos e dos governados, a qualidade das Constituições. Se as leis mudam, todo cidadão verdadeiramente virtuoso nem por isso deve deixar de seguir e observar as regras da eterna justiça, em lugar de uma justiça convencional, posto que dar a cada um o seu direito é próprio do homem bom e justo.

Para Cícero, o público diz respeito ao bem do povo, que não é uma multidão dispersa de seres humanos, mas sim, numa República, um grupo numeroso de pessoas associadas pela

adesão a um mesmo direito e voltadas para o bem comum. A dedicação ao bem comum está na raiz do princípio da moralidade da administração pública. Hannah Arendt ao se referir à ação, destaca a participação da participação dos cidadãos na política em uma esfera pública, tornando-os ativos nesse espaço, no qual é exercido o poder de liberdade política. O poder segundo Arendt, não é sinônimo de opressão, mas da possibilidade de viver na pluralidade, onde os homens estão reunidos na esfera pública relacionando-se por meio do diálogo. A legitimidade do poder resulta do agir humano, em conjunto, por meio da associação, da discussão, em busca de resoluções de problemas e dificuldades em comum, visando ao interesse de uma mesma comunidade. Segundo Lafer (1988, p.205):

O poder fala a linguagem da persuasão, dando Hannah Arendt realce na sua análise, ao processo de geração de poder. É por isso que ela contesta a relação entre governantes e governados que cuida apenas do emprego e manutenção do poder – o que para ela, é um erro conceitual, pois o poder pode ser atualizado *ex parte populi*.

No Brasil na democracia representativa, o cidadão participa politicamente por meio do voto, porém, desta forma, ele não se envolve totalmente nas questões políticas. Para a autora, existem grupos de representantes dos cidadãos, os quais governam transformando o exercício da política em trabalho. Segundo Schio (2012, p. 197):

Ocorre, assim, um distanciamento entre governante e os governados, acarretando o desaparecimento do público, que é substituído pela burocracia, pelo conjunto de funcionários responsáveis pelo controle e manutenção do Estado, momento em que o político se perde, cedendo lugar ao administrativo.

De acordo com Arendt, quando a burocracia se sobrepõe ao espaço público, o cidadão tem sua participação nele restringida, não conseguindo adentrar e resolver os problemas mais básicos. Para ela, a democracia participativa, preserva a política autêntica e o espaço público, onde cada cidadão ocupa seu lugar no mundo humano, participando das decisões e responsabilizando-se por elas, e desta forma o governo não deixa de ser exercido.

Existem algumas classificações de democracia mencionadas no direito, porém cabe ressaltar os dois mais importantes conceitos de democracia utilizados pelos juristas são a democracia direta e a democracia indireta. O modelo clássico de democracia indireta é a chamada de Democracia Representativa, provém do governo representativo que as Revoluções Liberais começaram a implantar pelo mundo, a partir do século XVIII. A base teórica fundamental para a representação é a ideia exposta por Montesquieu de que os homens, de um modo geral, não têm necessariamente total capacidade para apreciar e para decidir todos

os problemas políticos, sendo preciso que essas decisões sejam confiadas aos representantes do povo.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, ainda, no que diz respeito à representação em uma democracia, é importante mencionar que esta ocorre por meio de eleição, ou seja, uma atribuição de competência, por meio do voto. Nada vincula juridicamente ao seu eleitorado, pois a questão é apenas política, ou seja, predomina a vontade de uma maioria dos eleitores. Para que ocorram eleições, é necessária a existência de partidos políticos¹⁸. Para Barbosa (1994, p. 100):

A democracia contemporânea depende da opinião pública, mas é muito mais que isso. É a democracia das informações e da realização da individual face à sociedade de massas, é necessário que se tenha uma democracia política, que garanta a escolha dos governantes pela população. Onde todos possam postular ser eleitos, e a escolha ocorra por meio de processo de competição entre os candidatos, os quais devem ter liberdade de expressão e de organização.

A formação de opinião pública, importante em Estados democráticos contemporâneos, pois ela é guiada por técnicas de formação de comunicação de massas, as quais informam a vontade do povo. Em vários momentos, essa opinião pode ser manipulada por quem enseja controlar os instrumentos e a comunicação de massas (internet, rádio, televisão, imprensa, cinema). Por tal motivo, não é difícil a um Governo Totalitário ser considerado e alardear-se para seus seguidores, o mais democrático de todos os Regimes, por fazer aquilo e só aquilo que o povo “quer”. Segundo a autora, quando não há vínculo entre governantes e governados de forma mais direta, existe a possibilidade de ditaduras e regimes totalitários ocorrer.

Na obra *Origens do Totalitarismo (1951)*, a autora menciona que os movimentos Totalitários foram possíveis porque ocorreu uma ruptura da Tradição¹⁹, surgindo novas formas

¹⁸ Os partidos políticos são os grupos organizados, instituídos para a disputa das eleições, com o objetivo de obter o poder. Os partidos são atualmente o canal oficial para que se exprima a opinião pública, ainda, as melhores correntes de opinião. Arendt critica os partidos políticos: “Os partidos políticos tendem a transformar seus componentes em massa, indivíduos distintos e carentes do sentimento de grupo e da vida política, pois, seu objetivo é a administração, primeiro do partido, depois da sociedade.” (SCHIO, 2012, p. 195) Neste caso, não existe um vínculo estreito entre a sociedade e os partidos:, a participação da comunidade é orientada por ele, e com isso todas as metas dos partidos são orientadas, induzidas por eles, reduzindo a participação dos cidadãos.

¹⁹ “A tradição de nosso pensamento político teve seu início definido nos ensinamentos de Platão e Aristóteles. Creio que ela chegou a um fim não menos definido com as teorias de Karl Marx. O início deu-se na Alegoria da Caverna, em *A República*. Platão descreveu a esfera dos assuntos humanos, tudo aquilo que pertence ao convívio de homens em um mundo comum em termos de trevas, confusão e ilusão, que aqueles que aspirassem ao ser verdadeiro deveriam repudiar e abandonar, caso quisessem descobrir o céu límpido das ideias eternas.” (ARENDR, 2011b, p. 43). A tradição é entendida como o legado do passado que guia e ilumina as gerações presentes e futuras, por meio de conhecimentos, costumes, ensinamentos, fatos históricos. Com o

de organizações, social e estatal, assim como ações incompreensíveis racionalmente. Segundo Arendt (2012, p. 358):

Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto a condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões.

Durante o Totalitarismo, deixou de existir a racionalidade herdada desde os gregos, a "lógica do razoável", do coerente, a qual foi substituída pelo absurdo, no qual "tudo é possível". Segundo Bernstein (2006, p. 239):

Os manipuladores deste sistema acreditam em sua própria condição supérflua do mesmo modo que acreditam que os demais, e os assassinos totalitários são todavia mais perigosos na medida em que não se preocupam estarem vivos ou mortos, não se preocupam ter vivido ou nunca ter nascido.

Com a desvalorização do humano, de sua vida, de sua opinião e de sua participação, deixou de prevalecer as regras existentes e outras foram impostas, apenas havendo obediência ou a exclusão, não existiam direitos conhecidos e garantidos, apenas terror e medo, cujo objetivo era impor e aplicar por exemplo aquelas leis do Código de Nuremberg. Segundo Arendt, o pensamento político vigente na Europa Ocidental é oriundo dos gregos e dos romanos. Daqueles surgiu a preocupação com a *polis*, a forma de organizá-la e dirigi-la, legando os conceitos referentes à política. No Regime Totalitário deixou de ocorrer à livre iniciativa dos indivíduos, pois passou a existir a vigilância sobre a vida dos cidadãos, eles perderam a autonomia que tinham nas esferas pública²⁰ e privada, eles foram considerados supérfluos, pois, passaram a ser discriminados e exterminados. Ainda, de acordo com a reflexão de Arendt na obra *Origens do Totalitarismo (1951)*, os indivíduos perderam a igualdade em direitos e em dignidade relativa ao simples fato de serem humanos. Para Lafer (1998, p. 256):

O ser humano, privado de seu estatuto político, na medida em que é apenas um ser humano, perde suas qualidades substanciais, ou seja, a possibilidade de ser tratado pelos outros como um semelhante, num mundo compartilhado.

rompimento da tradição, o pensamento ficou privado de realidade e a ação passou a não ter mais sentido, restando ambos sem significado, ocorrendo dessa forma a perda do senso comum. A política caiu em descrédito e a vida pública passou a ter menos importância. Ou seja, "em consequência, a política foi excluída da experiência filosófica: o filósofo abandonou a política, e quando retorna a ela é na tentativa de impor os resultados de suas reflexões. De resto, deveria dedicar-se à vida contemplativa, afastada dos afazeres humanos." (*Idem*, 2012, p. 23-24).

²⁰ O espaço público é constituído pelo conjunto de cidadãos em igualdade política, isto é, de falar ouvir e decidir. Para Arendt, a possibilidade de conceber o espaço público é possível, pois depende das ações dos humanos em conjunto, o que gera um poder que apenas se desfaz quando o indivíduo retorna para a esfera privada da família, do trabalho, entre outros (*Idem*, 2012, p. 63).

Dessa forma, segundo Lafer, a ruptura totalitária, por meio do isolamento, obteve resultados como a ausência de leis fixas e conhecidas, fazendo com que ninguém estivesse seguro, as pessoas não sabiam o que lhes era permitido ou proibido fazer, e com isso, havia a desconfiança e os laços de sociabilidade ficam fragilizados. A lei²¹, que tem por objetivo garantir, a segurança jurídica, não mais ocorrera no Regime Totalitário Nazista, como Schio (2012, p. 47) argumenta:

A legislação é aniquilada, em verdade, foi simplesmente esquecida pelo Totalitarismo e substituída pela vontade suprema e imutável do governante. Este não respeita normas jurídicas, sejam oriundas de costumes, seja das leis escritas que tiveram origem em tempos quase imemoriais.

Segundo a Constituição Federal Brasileira atual, a democracia se inspira em dois valores: a igualdade e a liberdade, em relação à concepção de igualdade, esta interessa quando tratar de igualdade jurídica, perante a lei e política. É necessário que a liberdade, a qual se presume na democracia, seja pública, a qual é condição necessária para o bem comum de uma nação por isso a necessidade de regras, de um ordenamento jurídico e este apenas pode ser eficaz quando elaborado e cumprido com a participação dos cidadãos, mas isso somente é possível com a utilização da liberdade política. Em outros termos, sendo o ordenamento considerado legítimo e legalmente reconhecido, levando, além da participação, à responsabilização de seus agentes, os cidadãos por meio da ação, para tanto é preciso compreender a aceção de Arendt sobre o poder da liberdade política, o qual possa ser exercido por cada indivíduo em uma esfera pública.

²¹ Derivado do latim *lex*, de *legere*, em sentido amplo, é tomado o vocábulo em conceito diverso do que lhe é atribuído por sua etimologia: o que está escrito. Assim, geralmente, quer exprimir a ordem física guardada pelos corpos naturais e suas ações ou em seus efeitos. A relação necessária que deriva da natureza das coisas. A ordem geral obrigatória que, emanando de uma autoridade competente reconhecida, visa a estabilidade jurídica, é imposta coativamente à obediência de todos.” A lei é o preceito escrito, formulado solenemente pela autoridade constituída, em função de um poder, que lhe é delegado pela soberania popular, que nela reside a suprema força de um Estado, e neste sentido, é considerada norma geral obrigatória. (PLÁCIDO, 1991, p. 62).

Referências Bibliográficas

- ADEODATO, João Mauricio Leitão. **O Problema da Legitimidade** - no rastro de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- _____. **Sobre a Revolução**. Tradução: José Roberto Miney. Rio de Janeiro: Editora Ática S.A, 1990.
- _____. **A dignidade da política**. Tradução Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- _____. **Lições sobre a Filosofia Política de Kant**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1993.b.
- _____. **Sobre a Violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume- Dumaré, 2000.
- _____. **Responsabilidade e Julgamento**. Tradução e Revisão André Duarte e Bethânia Assy. São Paulo: Editora: Schwarcz Ltda, Companhia das Letras, 2004.
- _____. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução Mauro Barbosa. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- _____. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; Posfácio de Celso Lafer. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.
- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: ícone, 2007.
- BARBOSA Eliana. **A Cultura Jurídica no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BERNSTEIN, Richard J. Cambió Hannah Arendt de opinion? De mal radical a la banalidad del mal. BIRULÉS, Fina (Org.). **Hannah Arendt** – El orgullo de pensar. Barcelona Espanha: Gedisa S.A, 2006.
- BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CÍCERO. **Dos Deveres** (De Officiis). Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.
- _____. **Da República**. São Paulo: Edipro, 2011.
- CONSTANT. Benjamin. **Escritos de Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura**. Política e Filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Tradução: V. Rohden e A. Marques. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005.
- _____. **A Paz Perpétua e Outros Opúsculos**. São Paulo: Editora Unimep, 2008.
- _____. **Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito**. Tradução Joãozinho Beckenkamp, UFPEL, 2012.
- _____. **O que é isso Esclarecimento**. Disponível em www.ufsm.br. Acesso em agosto de 2013.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** 7 reimpressão, São Paulo: CIA das Letras, 1998.

_____. **Pensamento, Persuasão e Poder.** São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2003.

LEFORT, Claude. **Pensando o político. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PADILHA, Rossana Batista. **Hannah Arendt: o ordenamento jurídico como complemento de sociabilidade.** Dissertação de Mestrado, UFPEL, 2016.

PEIXOTO, Cláudia Carneiro. **Hannah Arendt: A Lei como condição de cidadania.** Dissertação de Mestrado, UFPEL, 2012.

PLÁCIDO, Silva. **Vocabulário Jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 1991.

PLATÃO, **A República.** Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2014.

ROSENFELD, Denis. **O que é Democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHIO, Sonia Maria. **Hannah Arendt: História e Liberdade (da Ação à Reflexão).** Porto Alegre: Clarinete, 2012.

TELES, Edson. **Democracia e Estado de Exceção.** São Paulo: Fap-Unifesp, 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América – Leis e costumes.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O VANDALISMO NA SOCIEDADE E A INTERVENÇÃO DO ESTADO

EL VANDALISMO EN LA SOCIEDAD Y LA INTERVENCIÓN DEL ESTADO

*Yasmin Prado de Oliveira
Universidade Federal de Pelotas
yasminprado98@gmail.com*

RESUMO

O objetivo deste estudo é de provocar discussões e reflexões sobre o vandalismo e a sua a forte permanência na sociedade, levando em consideração que o mesmo sempre foi considerado um ato ilegal perante as leis e ordens estatais, será apresentado dados informativos estabelecendo as razões do vândalo, e qual a sua principal função perante ao meio social e a sua política de defesa contra o Estado, em uma sociedade que julga este ato como incoerente. Tendo dissertado também o ponto de vista de pessoas que não são a favor desta tomada de ação, e os combatentes aparelho do Estado que agem perante a lei sobre os indivíduos que cometem o vandalismo. Através de informações quantitativas úteis, é correto afirmar que o vandalismo é fruto de um incômodo de uma classe considerada inferior, que acaba levando a outro incômodo social e político por denegrir, depredar e destruir o que é de patrimônio público e privado. Por fim, o vandalismo tem um objetivo no qual é ignorada pelo poder e pela sociedade, ou seja, não se considera importante este meio de protesto por consequência de uma dominação governamental sobre a população. Este estudo será um meio de interpretar o vandalismo e compreender a sociedade e as autoridades, que sofrem esta influência do Estado.

Palavras-chave: Vandalismo, Sociedade, Política, Protesto, Vândalo.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es de provocar discusiones y reflexiones sobre el vandalismo y su fuerte permanencia en la sociedad, teniendo en cuenta que el mismo siempre se consideró un acto ilegal ante las leyes y órdenes estatales, se presentarán datos informativos estableciendo las razones del vándalo y cuál es su principal función ante el medio social y su política de defensa contra el Estado, en una sociedad que juzga este acto como incoherente. Habiendo disertado también el punto de vista de personas que no están a favor de esta toma de acción, y los combatientes aparato del Estado que actúan ante la ley sobre los individuos que cometen el vandalismo. A través de informaciones cuantitativas útiles, es correcto afirmar que el vandalismo es fruto de una incomodidad de una clase considerada inferior, que acaba llevando a otra incómoda social y política por denigrar, depredar y destruir lo que es de patrimonio público y privado. Por último, el vandalismo tiene un objetivo en el que es ignorado por el poder y la sociedad, o sea, no se considera importante este medio de protesta por consecuencia de una dominación gubernamental sobre la población. Este estudio será un medio de interpretar el vandalismo y comprender la sociedad y las autoridades, que sufren esta influencia del Estado.

Palabras-clave: Vandalismo, Sociedad, Política, Protesta, Vándalo.

O vandalismo na sociedade e a intervenção do Estado

O vandalismo tem um significado de estragar, destruir, depredar propriedades públicas e privadas, ou até monumentos históricos. A formação da palavra vandalismo se dá a partir de vândalo, em que se considera o indivíduo que danifica e destrói os bens, com junção de “ismo”, que significa doutrina, sistema, teoria, tendência, corrente, ou seja, um grupo de pessoas que defendem seus conceitos para tomar este tipo de ação.

A apropriação da palavra vandalismo se originou desde os Vândalos Germânicos do século V, os famosos bárbaros da história Européia Central, segundo o documentários da History Channel é correto afirmar que estes grupos eram violentos, saqueavam as cidades para sobreviverem, e viviam ao ar livre nos arredores dos rios, utilizavam-se de navios para invadir os territórios rivais, e sempre causando mortes e destruição em seus saqueamentos, eram considerados refugiados.

Os bárbaros eram comandados por um líder, em que jurava sua lealdade, eram devotos nas suas crenças e tudo que faziam eram a favor de seus deuses. Um líder de extrema importância para os bárbaros foi Genserico (389 d.C. – 477 d. C.), filho de um chefe vândalo e de uma escrava, após tantos ataques do exército romano contra os bárbaros, por retaliação Genserico trouxe destruição e miséria a Roma durante seu reinado. O historiador Jordanes (século VI) descreveu Genserico como “um homem de pensamentos profundos e poucas palavras, desprezava o luxo, furioso quanto irado, ambicioso, desejoso de vencer e habilidoso em implantar as sementes da deserção.”

Os ataques eram feitos com um propósito, ou fundamento, para os vândalos haviam motivos para inúmeras violências e destruições, além da conquista de terras melhores para viver, existia um confronto entre o Império Romano com os mesmos. A importância de ressaltar os conceitos destes povos hediondos, é a indução para compreender-se o pensamento do vândalo que está a muitos anos presente na sociedade, uma tomada de ação estendida por longos períodos históricos.

Para analisarmos as práticas de vandalismo presente na sociedade, é necessário descrever as revoluções que se beneficiaram desse modo malvisto de interação contra o Estado. Seguindo o campo de pesquisa pelo canal da History Channel, temos como um exemplo a Revolução Francesa que aconteceu no reinado de Luís XVI, visto como um rei despreparado para governar, o seu legado era uma grande cobrança de impostos aos pobres gerando miséria e fome para os franceses. Em meio ao caos francês, o advogado político Maximilien de

Robespierre conduzia consigo a democracia para o pobre utilizando suas palavras conquistadoras com inteligência.

Reunindo-se com homens sérios e estudiosos, Robespierre era considerado o advogado do povo, fazendo parte do nascimento da Assembléia Nacional Francesa em 1789, a partir deste surgimento o povo criou suas próprias tropas. Indignados com a miséria que o rei os deixavam, os franceses foram para a Bastilha, na qual a demoliram com as próprias mãos, e atearam fogo, a fumaça saindo da Bastilha simbolizava a sua tomada, dando início a Revolução Francesa.

Do mesmo modo entre 1811 a 1812, temos o Movimento Ludista que aconteceu durante a Revolução Industrial, de acordo as informações do filme da Enciclopédia Britânica, no século XIX em uma nação agrícola o trabalho tinha como objetivo a satisfação das necessidades sociais, o artesão trabalhava individualmente, a América dependia da Europa para as exportações, porém a França e a Inglaterra entraram em guerra ameaçando a frota mercante americana, mas antes do fim da guerra, Tomas Jefferson muda seus conceitos perante a industrialização e afirma que para serem independentes deverão mudar o meio de consumo e colocar o industrial ao lado do agricultor.

Sendo criada por Samuel Slater a primeira máquina de algodão na Inglaterra (1791), utilizando-se das forças hidráulicas e operadas por criança de 7 a 12 anos de idade, após o acontecimento, a indústria inglesa evoluiu grandemente, com isto, as pessoas começaram a abandonar o campo, e seguir para as fábricas, onde qualquer pessoa sem experiência podia manusear uma máquina. As cidades acabaram superlotadas de pessoas, as mesmas trabalhavam muito e ganhavam pouco, conseqüentemente os civis ingleses estavam na miséria, afinal como dito no filme da Enciclopédia “o poder econômico inglês e a supremacia do comércio era sustentado através da exploração dos proletários”.

De acordo a uma publicação do Mestre em História Rainer Sousa, haviam comentários sobre um operário chamado Ned Ludd, em que o mesmo teria quebrado as máquinas do seu patrão, a partir desta história os demais operários buscaram a inspiração em Ned Ludd, destruindo as máquinas de seus chefes de forma sigilosa e anônima, invadindo as fábricas em grupos. Em 1812 as autoridades decretaram uma lei que, quem quebrasse as máquinas seria justificado pela pena de morte.

A ação dos ludistas foram consideradas um ato de vandalismo e não como protestos, logo após surgiu o Movimento Cartista 1837, exigindo melhores condições de trabalhos, resultando de novas leis trabalhistas e dignas para os ingleses. O ludismo é o início da revolução dos trabalhadores, a partir deste momento refletimos sobre o ser humano em um sistema capitalista, conquistando seus direitos como civis. Assim como na Revolução Francesa com a

queda da Bastilha, em que a ação de vandalismo encaminhou a diversos acontecimentos depois com muitas mortes, porém trouxe consigo mudanças, afinal as pessoas que tomaram este ato em ambas revoluções estavam atrás de mudança.

No Brasil, temos um grande marco do vandalismo na Ditadura Militar em 1964, segundo o historiador Caio Vinícius que auxiliou no roteiro do vídeo sobre o Regime Militar no canal Nostalgia, o Brasil estava passando por um período difícil desde 1950, afinal estava acontecendo a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética que afetou diversos países, quando o presidente do Brasil João Goulart começou a implantar algumas idéias que eram consideradas de ajuda ao povo esquerdista, os de extrema direita se revoltaram contra o presidente, com ajuda da mídia esta força se deu por maior. Ao mesmo tempo que algumas pessoas da sociedade não queriam que o presidente continuasse no seu mandato, os marinheiros estavam exigindo condições melhores de trabalho, e apoio a reforma de base do presidente João Goulart, o ministro da marinha decretou a prisão destes marinheiros, porém os militares se juntaram aos mesmos e não houve prisão, o presidente solicitou o Ministro do Trabalho para negociar com os militares, porém os mesmos não concordaram e a partir desse momento pensaram na nova idéia de ordem do Brasil.

Os militares tendo o apoio dos Estados Unidos no golpe, fez com que o presidente João Goulart fugisse para o Uruguai, afinal sua idéias eram consideradas comunistas, após isso Ranieri Mazzili presidente da câmara dos deputados assumiu o cargo, porém os militares estavam comandando fortemente o Brasil através dele, e com aprendizado na escola da Alemanha de alguns militares da elite do exército, era correto para os mesmos a forte violência, sem descartar que a Escola da Américas apoiava a tortura da mesma forma e ensinava estas técnicas para os militares da América Latina.

Com decretamento do ato inconstitucional, o presidente não seria eleito pelo povo, logo após em abril Castello Branco assumiu a presidência, mas a junta militar comandava em conjunto com presidente. Não era aceito as pessoas de esquerdas, por conta disso a União Nacional dos Estudantes teve sua sede incendiada, afinal muitos ali eram esquerdistas, então incendiar um patrimônio é também uma ação de vandalismo. Porém, durante a presidência de Costa e Silva, as pessoas estavam cada vez mais protestando pelos seus direitos, e é nestas manifestações que as pichações surgem no país, as pessoas não podiam lutar pelos seus direitos, então suas revoltas eram escritas na paredes, sem descartar que inúmeros artistas protestaram através de suas obras.

O vandalismo não está presente só na manifestações passadas, mas também nas manifestações recentes como no ano de 2013 no Brasil, em que tivemos muitos grupos de Black

Bloc, segundo uma publicação da Folha de S. Paulo no artigo País em Protesto, os black bloc é um grupo de pessoas, que se vestem de preto e escondem seus rostos para não serem identificados pelas autoridades, os mesmo causam depredações a agências bancárias, concessionárias e lojas comerciais, são contra o capitalismo e a globalização, o ativismo dos black bloc tem origem Alemanha, mas afetou diversos países, e fortemente a população brasileira neste período. No ano de 2013 estavam acontecendo os preparativos para a Copa de 2014 no Brasil, e a população não concordava com este evento, dado que não consideravam que o país tinha renda para arcar com os custos, sendo que a sociedade não estava satisfeita com a saúde, moradia, educação e diversas condições do país.

Por conseguinte, as manifestações aconteceram conjuntamente pelos motivos dos aumentos das passagens de ônibus principalmente nas cidade capitais, em 2011 os jornalistas Daniel Buarque e Glauco Araújo do G1 afirmou que 11 capitais sofreram o aumento da tarifa do transporte público, logo após nos anos de 2012/2013 mais cidades tiveram o reajuste de aumento da passagem, o que gerou ainda mais revolta a população do país que realizaria a Copa do Mundo de 2014. Grandes depredações aconteceram pelos grupos de black bloc, e até pessoas individualmente vandalizando nas manifestações, os trabalhadores de segurança pública sempre intervia e aconteceram fortes violências de ambas partes, principalmente dos policiais.

Mas, não podemos descartar que o policial faz parte da sociedade e tem seus direitos como civis, afinal no dia 18 de abril de 2017 os policiais invadiram o Congresso em ato contra a reforma da Previdência, de acordo com site G1 os vidros foram quebrados, e a Polícia Legislativa reagiu com spray e bombas, segundo a UPB, o grupo tentava entregar uma carta pedindo o afastamento do relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA). A partir desta ação dos policiais, podemos relacionar com o artigo Paulo Menandro e Lídio Souza em o cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade, os mesmo afirmam que é "impossível deixar de reconhecer, adicionalmente, uma realidade de vida do policial comum plena de dificuldades em termos de remuneração e de condições de trabalho."

Seguindo essa linha de raciocínio discursiva através dos policiais, é feita uma pesquisa para saber a respeito dos conceitos pessoais dos combatentes e representantes do Estado que presencia e intervém este ato. A partir disso, podemos ter uma noção do que acontece com o vândalo, e as providências que o Estado age perante a estes grupos, em um entrevista realizada com o Sgt Pm Arouca da 1º DP de São Paulo, ele afirma que:

Por ser uma contravenção, ou seja, um crime de menor poder ofensivo, as medidas tomadas segundo o nosso código penal é a condução a DP e feito a lavratura do TC (termo circunstanciado), onde o autor responde de acordo com tal crime, geralmente com prestação de serviços comunitários além de multa. (Informação oral, 2018, São Paulo).

Então quando o indivíduo comete um ato de vandalismo, ele não precisa cumprir uma pena em prisão, e o crime é de menor poder ofensivo, porém o policial tem que intervir no meio da ação, não deixando o vândalo finalizar o ato após ele ser flagrado. Na cidade de Pelotas, em que comparado a São Paulo o vandalismo acontece com menos frequência, foi entrevistado também o General Jardas, em uma pergunta feita a ele para a solução do fim do vandalismo, o mesmo responde que “uma solução para o fim do vandalismo seria um investimento na educação e maior confiança da sociedade com os órgãos públicos.” (Informação oral, 2018, Pelotas).

De acordo com essa informação, é correto afirmar que o vândalo não estabelece uma confiança necessária aos órgãos públicos, o que pode ser consequência de ações historicamente antigas feitas pelos combatentes, como por exemplo a Ditadura Militar, mas a falta de investimento na educação, pode gerar falsas informações para a sociedade em que chega a resultar até de uma maior revolta, ou consentimento aos atos políticos, a forma como cada um vai absorver a história é variada, afinal a uma diferença entre as pessoas de classes, condições sociais, e até mesmo etnias.

Para nos baseamos no conceito social em relação ao vandalismo, foram elaboradas cinco perguntas no Formulário do Google Docs, sendo de sigilo a identidade das pessoas que se puseram a respondê-lo, as três primeiras perguntas eram obrigatórias, delas foram:

- 1 - O que é vandalismo para você ?
- 2- O que gera o vandalismo? Justifique.
- 3- Você já praticou vandalismo? Qual ato? Por quê ?
- 4- Se você se considera um vândalo: O que diria para sociedade e o Estado ?
- 5- Se você se considera parte da sociedade que não comete o ato ou uma pessoa jurídica (sendo contra ou a favor do vandalismo): O que diria para um vândalo?

Para melhor compreensão, as respostas foram tabuladas, sendo apresentadas a resposta mais reiterada e a mais divergente, a primeira tabela é as respostas que foram obrigatórias para o preenchimento do formulário, e a segunda tabela é as respostas consideradas optativas.

Perguntas:	O que é vandalismo para você?	O que gera o vandalismo? Justifique	Você já praticou vandalismo? Qual ato? Por quê ?
------------	-------------------------------	--	--

Resposta Reiterada	Destruição de algo sem autorização.	Revolta da sociedade com decisões políticas mal sucedidas.	Sim, pois não concordava com as leis apresentadas pelo estado.
Resposta Divergente	Uma forma de intervir as leis colocadas pelo estado. (Única)	Falta de educação.	Nunca. Basicamente por falta de oportunidade.

Tabela 1: Respostas obrigatórias

Analisando as respostas, podemos afirmar que as pessoas veem o vandalismo de acordo ao seu verdadeiro significado, a destruição não autorizada de bens, porém não descartamos a possibilidade de ser uma forma de intervir as leis colocadas pelo Estado, como afirma a pessoa anônima na resposta divergente e única, com essa diferenciação na resposta, cada um traz consigo um tipo de reflexão a partir do vandalismo, e dando continuidade ao questionário seguindo para as segundas respostas em que, é afirmado que o vandalismo é gerado por uma revolta social de decisões políticas mal sucedidas e pela falta de educação, relacionamos a resposta social com a resposta do General Jardas para a solução do vandalismo citada anteriormente, então o policial pensa como um meio social, da mesma forma que o vândalo pode vir a pensar. Na última pergunta obrigatória, 58% das pessoas que responderam o formulário já teriam tido a experiência com a prática do vandalismo, e o motivo era um incômodo em relação às atitudes tomadas pelo estado, uma resposta divergente em relação a quem nunca praticou o ato foi a justificativa da falta de oportunidade, o que significa que a pessoa pode vir um dia a exercer este ato.

Perguntas:	Se você se considera parte da sociedade que não comete o ato ou uma pessoa jurídica (sendo contra ou a favor do vandalismo): O que diria para um vândalo?	Se você se considera um vândalo: O que diria para sociedade e o Estado ?
------------	---	--

Resposta Reiterada	Procurar construir e contribuir para a sociedade, e não destruir o que está sendo feito. Preencher a mente com escola/trabalho e evoluir como pessoa e cidadão.	Não me considero um vândalo.
Resposta Divergente	Procurar um psicólogo; Cuidado com a polícia; Eu diria "vamo fazer um rap, é mais daora".	O estado corrompe as pessoas através do sistema e vandalismo é querer a queda dessa injustiça.

Tabela 2: Respostas opcionais

De acordo com as respostas das pessoas que não se consideram um vândalo, é correto afirmar que a maioria destes acham melhor outros tipos de práticas educacionais ao invés de cometerem o ato, o que pode ser por um incômodo por parte deste público, mas a respostas divergentes que obtemos com essa pesquisa foram três, sendo delas “procurar um psicólogo”, ou seja, o vandalismo para alguma pessoa pode ser considerado uma ação relacionada ao psicológico da pessoa, o que vir a ser até um caso de distúrbio, a resposta “cuidado com a polícia” seria um alerta favorecendo o vândalo, e por fim a afirmação de “vamo fazer um rap, é mais daora”, seria uma forma de desvio do vândalo para um outro tipo de expressão sendo esta artística. Seguindo para as pessoas que se consideram vândalos, a maioria respondeu com uma relação a um incômodo político, como afirmado na resposta divergente “é querer a queda dessa injustiça”, então o vândalo se dá a prática deste ato por algo que o mesmo considera injusto socialmente.

Porém, para melhor entendimento sobre o pensamento do vândalo, foi feita uma entrevista com uma pessoa que se considera parte do movimento do vandalismo, o entrevistado não autorizou sua identificação por cuidados pessoais com as leis. Ao perguntar para este vândalo a razão dele e até do seu grupo para cometer este tipo de ato, o próprio afirma que “o vandalismo é cometido por uma revolta que é oprimida durante muito tempo, é uma ação silenciosa de quem não tem voz na sociedade.” (Informação oral, 2018, São Paulo).

É correto afirmar que, o vândalo tem um incômodo social, e a sua ação acaba sendo o resultado destas depredações e destruição aos patrimônios, com a prática do ato, o vândalo consegue atrair a atenção da população, e das mídias que acompanham a manifestação, no entanto por ser um modo violento e ilegal, acaba gerando outros incômodos na sociedade. E com tudo, as ações sempre causaram um incômodo social e político. No Brasil o vandalismo acontece por causa de uma falta de investimento na educação e nas demais promessas políticas, na qual as pessoas que precisam dos serviços públicos não se beneficiam deles.

Mas além disso, o vandalismo se dá por conta da nossa cultura, cuja as pessoas estão acostumadas a estar neste meio social, em que depredar e destruir possa ser além de um movimento político e simplesmente uma simples atitude vândala, afinal o vandalismo está presente a muito tempo na história da humanidade. Para finalizar este artigo, e causar futuras reflexões sobre o vandalismo, cito a frase de Karl Max afirmando que "não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social é que determina sua consciência".

Referências bibliográficas:

CASTANHARIA, Felipe; SOUZA, Leonardo; VINICIUS, Caio. **Regime/Ditadura Militar / HISTÓRIA:** Canal Nostalgia. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CRbZwM7fjYM>>. Acesso em: 25 maio 2016.

FREITAS, Andreza. "Vandalismo" falta de civilização ou ausência do estado? 2010. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/2098557>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. VÂNDALOS. 2006. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/povosgermanicos/vandalos/>>. Acesso em: 2006.

HISTÓRIA, Clube da. DOCUMENTÁRIO Revolução Francesa History Channel NA ÍNTEGRA. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xV5g84ROXbE&t=856s>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

MARX, Karl. II — A Teoria Materialista. 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1907/anarquismo/cap01.htm>>. Acesso em: 20 maio 2006.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira; SOUZA, Lídio de. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia sociedade. 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771996000100007>. Acesso em: 01 fev. 1996.

MISSÕES, Piff. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aU0E4FSAqw4>>. Acesso em: 11 maio 2013

PASSOS, Aline. Vandalismo, patrimônio público e espaço urbano. 2016. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2016/02/04/vandalismo-patrimonio-publico-e-espaco-urbano/>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

PAULO, Folha de S.. País em Protesto: Entenda o que é o ativismo 'Black Bloc' presente nas manifestações. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

SARMANHO, Andréia; KUHN JUNIOR, Norberto. Do Vandalismo ao Protesto: Análise de Conteúdo da Cobertura do Jornal Zero Hora Sobre as Manifestações Contra o Aumento da Tarifa de Ônibus em Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<https://www.unicentro.br/redemc/2015/anais/DT7/DT7-19.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

PODER SOBRE O CORPO: A NORMALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO COMO EFEITO DO BIOPODER

*POWER OVER THE BODY: NORMALIZATION OF BEHAVIOR AS A BIOPOWER
EFFECT*

*Bruna dos Santos Leite
Mestranda em Filosofia/UFPEL
bruleiite@gmail.com*

RESUMO

O “investimento” do poder sobre o corpo tem se configurado como principal modo de regular as condutas dos indivíduos a partir da Modernidade, segundo o pensamento de Michel Foucault (1926-1984). Esta perspectiva contempla o “biopoder” como o poder que é exercido sobre os indivíduos e sobre as populações, no qual as técnicas estão voltadas ao corpo e ao comportamento. Normalizar os corpos significa fazer com que indivíduos se sujeitem às técnicas de poder sem resistência. Neste sentido, a problemática visa compreender de que forma o biopoder opera de modo efetivo sobre os indivíduos. Em uma primeira acomodação, o biopoder atua sobre o corpo individual, submetendo-o a obrigações e proibições que operam sobre ele coerções e controles incessantes, por meio da disciplina. No entanto, os efeitos não visam o corpo em si, mas o comportamento, ou seja, o modo de agir e se portar na sociedade. Esta é a segunda acomodação do biopoder, a biopolítica, que tem como finalidade administrar e regular a conduta de indivíduos nos mais diversos níveis em que ocorrem as relações. Os mecanismos de poder atuam de forma sutil e constante, configurando uma complexa “teia de normas e de controles”, fazendo com que o poder ordene todas as práticas sociais cotidianas. Desse modo, biopoder atua nos diferentes níveis das relações entre sujeitos, formando uma rede de microrrelações, que se entrecruzam e se complementam, fazendo circular os efeitos de poder para que se mantenham, eliminando as resistências.

Palavras-chave: biopoder; corpo; normalização; disciplina; comportamento.

ABSTRACT

The "investment" of power over the body has been configured as the main way of regulating the conduct of individuals since Modernity, according Michel Foucault (1926-1984). This perspective contemplates "biopower" as the power that is exercised over individuals and over populations, in which techniques are focused on body and behavior. Normalization bodies means getting individuals to submit to techniques of power without resistance. In this sense, the problem aims to understand how biopower operates effectively on individuals. In a first accommodation, biopower acts over the individual body, subjecting it to obligations and prohibitions that operate incessant coercion and control over it, through discipline. However, the effects do not aim at the body itself, but the behavior, that is, the way to act and behave in society. This is the second accommodation of biopower, biopolitics, whose purpose is to administer and to control the conduct of individuals at the most diverse levels at which relationships occur. Power mechanisms act in a subtle and constant way, configuring a complex "web of norms and controls," making power order all everyday social practices. In this way, biopower acts in the different levels of the relations between subjects, forming a network of micro-relations, which intersect and complement each other, doing to circulate the effects of power so that they maintain themselves, eliminating the resistances.

Keywords: biopower; body; normalization; discipline; behavior.

Introdução

A capacidade humana de viver e se organizar em sociedade é um tema recorrente e presente na filosofia e nas ciências humanas. Diversos pensadores se dedicaram a compreender o complexo modo como nos relacionamos, analisando desde a nossa natureza humana até a maneira como criamos regras para convivermos. Michel Foucault (1926-1984) foi um desses pensadores, que propôs uma análise das relações entre os indivíduos como relações de poder que possuem uma dinâmica própria. Ao longo de três décadas, ele desenvolveu diversos estudos com diferentes enfoques, buscando compreender como nos constituímos enquanto sujeitos diante dessas relações que nos envolvem, nos condicionam e nos regulam. Nos anos 1970, boa parte de seus estudos contemplou a articulação entre poder e corpo, observando que, dessa interação, resultavam normas e regras de comportamento.

De acordo com Foucault¹, a partir da Modernidade, o investimento do poder sobre o corpo se configurou como principal modo de regular as condutas dos indivíduos. No final do século XVII e início do século XVIII, os estudos sobre o corpo humano são estendidos: o homem passou a ser estudado sob diversos aspectos e o corpo representou o objeto no qual se debruçaram as diferentes áreas das ciências. Isso acarretou uma alteração na dinâmica do poder, que passou a ver o corpo como principal meio para regular as condutas em um nível social². Essa mudança na dinâmica do poder inaugura uma nova mecânica nas relações entre os indivíduos: o biopoder.

O biopoder consiste em um conjunto de técnicas voltadas ao corpo e ao comportamento que são exercidas de modo individual, como disciplina, e em um nível social, como biopolítica. Assim, normalizar os corpos é fazer com que os indivíduos se sujeitem às técnicas de poder sem resistência, para que os mecanismos de poder se mantenham e se reproduzam.

Diante disso, visamos compreender de que forma os mecanismos do biopoder se efetivam sobre os indivíduos, primeiramente como disciplina e, em segundo lugar, como biopolítica. Acreditamos que o biopoder atua em diferentes níveis das relações entre os sujeitos, constituindo uma rede que faz circular os efeitos de poder, tendo por objetivo a eliminação das resistências.

¹ O autor aborda a relação do poder sobre o corpo em diversas obras. Ver: FOUCAULT, 1984, 1995, 1998, 1999a, 1999b, 2003a, 2003b, 2008.

² Foucault apresenta a transição do poder que antes era exercido pelo soberano (poder de decidir sobre a vida e morte dos súditos) para um poder que se exerce sobre o corpo, gerindo a vida, o biopoder, nas seguintes obras: “Em defesa da Sociedade” (2005), “História da Sexualidade I” (1999b) e “Vigiar e Punir” (2003b).

Investimento do poder sobre o corpo

Ao olharmos para a história da humanidade, podemos observar que as relações entre os indivíduos foram marcadas pelo poder, organizando essas relações conforme as necessidades daqueles que o exercem. Essas relações são estabelecidas por meio de dispositivos e mecanismos que atuam sobre os indivíduos das mais diversas formas, criando distinções e produzindo formas de ser e se comportar na sociedade. O exercício do poder penetra as relações sociais, pessoais, familiares, políticas, ideológicas, de gênero, de raça, de classes, distinguindo os indivíduos, estabelecendo e afirmando modos de comportamentos. Em diversas obras, Foucault analisa essa problemática para compreender como os elementos e mecanismos de poder se articulavam e funcionavam; como ele dominava e se efetivava nas práticas sociais.

Segundo Foucault (1984, 1995), o poder é algo que só existe enquanto exercício, ou seja, é necessário que os indivíduos estejam em relação. O poder não é algo que se detenha ou que se possua, como um objeto ou alguma coisa que pegamos e guardamos no armário. O poder é uma ação, é um ato, operando por meio de técnicas e mecanismos que regulam as relações dos indivíduos. Esses mecanismos posicionam os sujeitos nas relações, em que um indivíduo exerce poder sobre o outro, ou seja, controla seu corpo e determina suas ações. O exercício do poder como prática em que um age sobre o outro, configura as relações de poder como

uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. [...] Ele é um conjunto de ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p.243).

Isso quer dizer que o indivíduo sozinho não é dotado de poder, pois não está se relacionando com outro. Mas, no momento em que esse indivíduo passa a se relacionar com outro indivíduo, algum deles passará a exercer poder sobre o outro.

A Modernidade formou um discurso próprio que se destinava ao domínio do corpo como primeira instância dos mecanismos de poder. Esta perspectiva contempla o biopoder como o poder que é exercido sobre os indivíduos e sobre as populações, no qual as técnicas estão voltadas ao corpo e ao comportamento, bem como o estudo das relações de poder entre os sujeitos no âmbito das microrrelações (FOUCAULT, 1984). O biopoder gere a vida, constituindo complexas redes de relações entre os indivíduos que exercem coerções incessantes

uns sobre os outros, visando a produção e o controle das forças produtivas. Neste sentido, é necessário compreender de que maneira o biopoder se efetua nas práticas sociais.

Biopoder: disciplina e biopolítica

O biopoder se configura como o poder que gere a vida a partir do final do século XVII, organizando seus mecanismos de dois modos: como disciplina e como biopolítica (FOUCAULT, 1999b, 2003b, 2005). A disciplina é exercida sobre o corpo individualmente, que é submetido a limitações, obrigações e proibições, considerando o corpo enquanto máquina, que tem mais utilidade e produtividade quanto mais está submetido às técnicas disciplinares. Foucault (2003b) aponta a fabricação de “corpos dóceis” como objetivo principal das disciplinas. A docilidade é alcançada por meio de controles e coerções constantes sobre o tempo, o espaço, os movimentos, os gestos e a postura, permitindo “o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2003b, p.133). Há uma imposição permanente que foca os processos e não o resultado.

O corpo como máquina, objetiva que os indivíduos desempenhem de modo mecânico suas funções³. Não apenas aplicado ao trabalho, mas essa visão de corpo-máquina também pode ser percebida no corpo social, tornando as relações entre os indivíduos sujeitas à utilidade como, por exemplo, restringir o sexo apenas para fins reprodutivos. Retomaremos esse exemplo a seguir.

Com as disciplinas, o corpo humano se tornou alvo de uma mecânica do poder própria, que visa a administração do corpo alheio para fazer aquilo que se quer, bem como determinar a maneira como cada atividade deve ser realizada, operando sobre a rapidez e a eficácia dos indivíduos. As disciplinas possuem técnicas que “são sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder” (FOUCAULT, 2003b, p.134). Essa “microfísica” atenta para os detalhes para obter o máximo de obediência do corpo.

O poder disciplinar é incessante, moldando os indivíduos para responder de determinada forma aos mecanismos de poder. As disciplinas expõem a “maneira pela qual os sistemas de formalidade objetiva, de comunicações e de poder podem se articular uns sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p.242), operando de modo a diferenciar os indivíduos, hierarquizando

³ Em “Vigiar e Punir”, Foucault exemplifica ao falar sobre os quartéis, as escolas e os hospitais (FOUCAULT, 2003b).

conforme as capacidades, homogeneizando e excluindo aqueles que não se enquadram. Isso significa que a disciplina produz distinções, cria parâmetros que determinam a normalidade dos corpos e controla o desempenho.

O investimento do poder sobre o corpo possibilitou o domínio e consciência do próprio corpo. A disciplina é dada desde a infância como forma de responder ao poder e a hierarquização, pois todos estão submetidos à disciplina e as técnicas de docilização do corpo. No Brasil, por exemplo, no século XIX, “a roupa serviu para identificar quem era quem na colônia” (DEL PRIORE, 2016, pos.4050), diferenciando escravos, índios, garimpeiros, negros libertos, colonos e europeus. Contudo, isso só foi possível após práticas exercidas sobre os corpos de escravos e índios, que não possuíam o hábito de usar vestimentas.

Os efeitos das disciplinas, portanto, não visam o controle do corpo em si, mas a condução do comportamento, isto é, o modo de agir e se portar. O poder exercido sobre o corpo individual propicia a gestão da vida das populações, caracterizando a biopolítica, que tem como finalidade administrar e regular a conduta de indivíduos nos mais diversos níveis em que ocorrem as relações. Foucault (2008) afirma que a biopolítica se efetiva na sociedade no controle de natalidade e de óbitos; nas questões de saúde e higiene; produzindo conhecimento sobre os corpos, bem como estudos populacionais e de longevidade. Del Priore (2016) aponta a preocupação com a mortalidade infantil a partir da segunda metade do século XVI no Brasil, bem como os cuidados com recém-nascidos e crianças que foram tomados com vistas a diminuir as mortes. Além disso, cresce a atenção sobre a formação das crianças:

Pouco a pouco, a educação e a medicina vão burilando as crianças do Brasil colonial. Mais do que lutar pela sua sobrevivência física, tarefa que educadores e médicos compartilhavam com os pais, procurava-se adestrar a criança, preparando-a para assumir responsabilidades. Certa consciência sobre a importância deste preparo vai tomando forma, no decorrer do século XVIII, na vida social. O reconhecimento de códigos de comportamento e o cuidado com o aspecto exterior eram fenômenos, então, em via de estruturação até mesmo entre crianças (DEL PRIORE, 2016, pos.4690-4694).

Isso demonstra que o investimento sobre o corpo possibilitou formar discursos acerca da normalidade, conforme Foucault aborda em diversos estudos⁴. O corpo sofre influência direta desses discursos que incidem sobre o comportamento dos indivíduos de forma a normalizá-los.

O autor chama atenção para o poder da norma como técnica disciplinar para os novos mecanismos de sanção normalizadora, surgidos a partir do século XVII, que classificam,

⁴ Os estudos de Foucault sobre os anormais, o discurso acerca da loucura, o saber médico/psiquiátrico, entre outros temas correlatos, podem ser analisadas em “História da Loucura”, “Os anormais”, “O Nascimento da Clínica”, “O poder psiquiátrico”, entre outros textos publicados nos quatro volumes de “Ditos e Escritos” (CASTRO, 2009).

hierarquizam e distribuem os lugares, formando graus de normalidade (FOUCAULT, 2003b). Em última análise, a biopolítica tem por objetivo a constituição de um saber sobre as populações para que os indivíduos tenham comportamentos adequados aos mecanismos de poder. Desse modo, o biopoder tem como resultado a normalização do comportamento.

A normalização do comportamento como efeito do biopoder

De acordo com Foucault, “do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, meticuloso” (FOUCAULT, 1984, p.84). Esse investimento incide sobre o comportamento dos indivíduos, que vivenciam as disciplinas e as normatividades desde seus primeiros anos de vida. Contudo, os mecanismos de poder são sutis e constantes, formando uma “teia” de normas e controles complexa, resultando em práticas sociais cotidianas nas quais o poder se exerce de modo permanente. A família, a comunidade, a escola, as instituições e a sociedade, de uma maneira geral, reproduzem fenômenos de repressão e exclusão que respondem a determinadas necessidades (FOUCAULT, 1984). O comportamento é guiado de acordo com os dispositivos que modelam e circunscrevem as ações. O exercício do poder consiste em conduzir condutas não meramente a partir sistemas já instituídos e legitimados, mas a partir de probabilidades de ações, estimados com base nas possibilidades e limites impostos pela dinâmica das relações de poder:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (FOUCAULT, 1995, p.235).

Os mecanismos de poder agem sobre o comportamento por meio de normas, que se constituem a partir da disciplina exercida sobre os corpos dos sujeitos. Agir sobre as práticas sociais perpassa todo o conjunto de relações de poder presentes na sociedade: impelindo os indivíduos ao emprego de determinado tipo de poder sobre si mesmos; na assimilação e internalização das normas, que se refletem no comportamento; e no investimento sobre o corpo dos outros, por meio de atos de poder que objetivam disciplinar o corpo alheio. Foucault (1999b) aborda o controle sobre o corpo e a sexualidade na Europa (séculos XVII-XVIII), que também é apontado por Del Priore (2011) durante o Período Colonial no Brasil (séculos XVI-XVIII).

Desejar ardentemente uma mulher trazia riscos. Acreditava-se que o desequilíbrio ou a corrupção dos humores, graças à secreção da bile negra, explicasse uma desatinada

erotização. Dela provinham os piores crimes e os mais violentos casos amorosos. Apesar do medo de castigos divinos, a razão não conseguia, muitas vezes, controlar o calor vindo do coração. Mas sem controle de suas paixões físicas, homens e mulheres se perdiam. Pois foi o sentimento fora de controle, dando em erotismo desenfreado, que consolidou a ideia de desejo sexual como enfermidade (DEL PRIORE, 2011, pos.335-338).

Para controlar o erotismo desenfreado, o sexo foi associado à doença. A autora aponta diversos remédios e recomendações, que vão desde sopas e chás até banhos frios e massagem nos rins. Não obstante, o controle sobre o corpo e as normas sobre a sexualidade e o sexo se acentuaram, aumentando o pudor sobre o corpo com a reforma promovida pela Igreja Católica no século XVI. A moral cristã fortaleceu a restrição ao sexo, aliando a noção de prazer aos males do corpo.

No casamento, todo o cuidado era pouco. Normas regiam as práticas dos casados. Até para ter relações sexuais, as pessoas não se despiam. As mulheres levantavam as saias ou as camisas e os homens, abaixavam as calças e ceroulas. [...] As práticas amorosas eram rigidamente controladas. Toda a atividade sexual extraconjugal e com outro fim que não a procriação era condenada. Manobras contraceptivas ou abortivas não eram admitidas (DEL PRIORE, 2011, pos.498-505).

Podemos observar que, enquanto biopolítica, havia um forte controle sobre o casamento, permitindo o sexo apenas para gerar filhos. A disciplina sobre o corpo era exercida por meio de regras que visavam conduzir o ato sexual, indicando posições corretas, bem como aquelas que não devem ser praticadas, por serem consideradas imorais, conforme Foucault (1999b) igualmente demonstra.

Além disso, é possível indicar outros aspectos da condução de condutas apresentados por Del Priore (2011, 2016) que nos auxiliam a perceber com maior cuidado a forma como o biopoder se efetivou na sociedade brasileira. A preocupação com a higiene das casas e com os fortes odores levaram a modificações nos materiais de construção das casas e nos hábitos de limpeza e higiene. Urinar ou defecar publicamente eram hábitos comuns até meados do século XIX, quando foram abolidos. O comportamento à mesa nas refeições também foi gradativamente modificado, com a inclusão de talheres e a eliminação de hábitos como comer com as mãos e arrotar. A linguagem vulgar e as expressões grosseiras deram lugar a fala cortês. Todos passaram a se vestir com roupas que cobriam quase todo o corpo. A preocupação com a beleza feminina era controlada pela Igreja, mas “se a Igreja não lhe permitia tal investimento, a cultura lhe incentivará a forjar os meios para transformar-se”, indicando o início do interesse cosmético pela medicina (DEL PRIORE, 2016, pos.4154-4155).

Os exemplos citados indicam que a tecnologia que se investe sobre o corpo e o comportamento assegura a reverberação dos mecanismos de poder nos diferentes níveis das

relações entre sujeitos, formando uma complexa rede de microrrelações, que interagem e se complementam, fazendo com que os efeitos de poder circulem e se mantenham. Entretanto,

as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. [...] As relações de poder suscitam necessariamente, apela a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. (FOUCAULT, 2003a, p.232).

De fato, o poder é um jogo de forças, no qual os indivíduos estão em constante enfrentamento, tornando o poder dinâmico. Essa dinâmica faz com que as relações sejam instáveis, pois um indivíduo em exercício de poder pode, em algum momento, mudar de posição, quando o outro passa a exercer poder sobre ele. Contudo, a resistência ao poder faz com que ele se aperfeiçoe, se reconfigurando a cada enfrentamento. Em última análise, os mecanismos de poder visam, por meio do controle do corpo e do comportamento, a eliminação das resistências ao poder.

A eliminação de resistência, no entanto, não se efetua de modo total, pois os indivíduos submetidos aos mecanismos de poder são livres para modificar essas relações. Outrossim, Foucault (1995) aponta a liberdade como condição para a existência das relações de poder tal como ele as concebe (enquanto jogo de forças dinâmico), em que, suprimida a liberdade dos indivíduos, as relações se tornam relações de dominação, constituindo uma outra forma de relação entre indivíduos.

Considerações finais

Buscamos compreender de que modo o investimento sobre o corpo, realizado a partir do século XVII, se efetivou nas práticas sociais como modo de conduzir o comportamento dos indivíduos. À luz do conceito foucaultiano de biopoder, analisamos as características próprias de seus desdobramentos: a disciplina e a biopolítica. Para ilustrar de que maneira esses mecanismos se efetuem nas relações, procuramos aproximar os conceitos de Foucault com as obras de Del Priore acerca da constituição da sociedade brasileira, no intuito de problematizar a partir de nosso contexto histórico.

Nosso estudo indicou que tanto as disciplinas quanto a biopolítica possuem mecanismos que convergem para um fim comum: a normalização do comportamento. Os diversos exemplos de controle do corpo no Brasil apresentados por Del Priore acarretaram alterações no comportamento e na dinâmica social. Salientamos que diversas práticas iniciadas nos séculos

XVII e XVIII continuam entre os costumes brasileiros, como, por exemplo, o batismo de recém-nascidos e as festas religiosas, demonstrando a circulação e reprodução dos efeitos de poder sobre o comportamento⁵. Desse modo, é possível afirmar que a normalização do comportamento é um dos efeitos do biopoder.

Destacamos que o objetivo da normalização dos corpos, enquanto eliminação das resistências, não atinge a totalidade no âmbito social, tendo em vista a característica dinâmica do poder. Neste sentido, apontamos para a necessidade de estudos com mais aprofundamento sobre a dinâmica de poder, de modo a indicar de que maneira operam as resistências como práticas de liberdade.

⁵ De um modo geral, embora o batismo seja um ritual ligado aos costumes religiosos, no Brasil sua prática estende-se para além da fé, constituindo um costume social, pois até mesmo quem não se associa a determinada religião, acaba batizando seus filhos em um ritual religioso. O mesmo ocorre com as festas religiosas: indivíduos que não são cristãos acabam não comendo carne vermelha na Sexta-Feira Santa por “hábito”.

Referências Bibliográficas:

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na História do Brasil. [recurso digital]. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

_____. **Histórias da gente brasileira**: volume 1: colônia. [recurso digital]. São Paulo: LeYa, 2016.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (org.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **O sujeito e o poder**. In: Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (Orgs). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **Ditos e Escritos I**. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999a.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.

_____. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

15

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b.

_____. **Ditos e Escritos V**: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**: Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Paulo: Claraluz, 2005.

UM LEVANTAMENTO TEÓRICO ACERCA DO SAMBA À LUZ DE NOÇÕES DO IMAGINÁRIO

A THEORETICAL SURVEY ABOUT SAMBA IN THE LIGHT OF IMAGINARY NOTIONS

*Bruno Blois Nunes
Doutorando em Educação/UFPel
bruno-blois@hotmail.com*

RESUMO

Esta pesquisa inscreve-se na linha de pesquisa Cultura Escrita, Linguagens e Aprendizagem do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), nível doutorado. Trata-se de um estudo com caráter interdisciplinar e cunho qualitativo que aborda a trajetividade cultural do samba identificando sua potência narrativa dentro de uma perspectiva do Imaginário. Serão abordadas, nesse momento, duas linhas teóricas para o desenvolvimento desse trabalho: uma delas voltada ao samba, ao folclore e a cultura africana com autores como Alceu Maynard Araújo (2004), Arthur Ramos (2007), Edson Carneiro (2008a, 2008b), José Ramos Tinhorão (2012, 2013, 2015), Luís da Câmara Cascudo (2008), Muniz Sodré (2007) e Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2017); a outra linha teórica é do campo do Imaginário representada aqui por Gilbert Durand (2000, 2012). Além do aprofundamento teórico que servirá de apoio para esta pesquisa, um levantamento no *Google Acadêmico* foi realizado para a busca de trabalhos que discutissem a relação do corpo e do samba com discussões voltadas ao Imaginário.

Palavras-chave: Samba. Corpo. Imaginário.

ABSTRACT

This research is part of the research line called Written Culture, Languages and Learning of the Postgraduate Program in Education (PPGE) of the Federal University of Pelotas (UFPel), at the doctoral level. It is a study with an interdisciplinary and qualitative character that approaches the cultural path of samba, identifying its narrative power within a perspective of the Imaginary. Two theoretical lines for the development of this work will be approached: one focused on samba, folklore and African culture with authors such as Alceu Maynard Araújo (2004), Arthur Ramos (2007), Edson Carneiro (2008a, 2008b), José Ramos Tinhorão (2012, 2013, 2015), Luís da Câmara Cascudo (2008), Muniz Sodré (2007) and Nei Lopes and Luiz Antonio Simas (2017); the other theoretical line is the Imaginary field represented here by Gilbert Durand (2000, 2012). In addition to the theoretical study that will serve as support for this research, a survey in *Google Scholar* was conducted to search for works that discuss the relationship of body and samba with discussions aimed at the Imaginary.

Keywords: Samba. Body. Imaginary.

Introdução

Esta pesquisa é um recorte de um projeto de tese de doutorado que está sendo elaborado dentro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Imaginário, Educação e Memória (GEPiEM⁶), liderado pela Dr^a. Lúcia Maria Vaz Peres, na linha de pesquisa Cultura Escrita, Linguagens e Aprendizagem do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Este trabalho, embora faça uma breve discussão teórica dentro da teoria do Imaginário (com enfoque em Gilbert Durand), tem seu enfoque no levantamento realizado no *site* no *Google acadêmico* para investigar as perspectivas de estudo do samba nas pesquisas acadêmicas.

A pesquisa que estou realizando procura abordar o samba vinculado à dança e, acima de tudo, ao corpo humano. O estudo busca perscrutar “a potência narrativa [do samba] dentro de uma perspectiva do Imaginário” (NUNES; PERES, 2017, p. 1).

Esse estudo fundamenta-se pela necessidade de uma abordagem do samba mais voltado às questões do corpo. Essa justificativa é corroborada pelos resultados da pesquisa realizada no *site* do *Google Acadêmico* e que serão debatidos mais adiante.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: começaremos apresentando o referencial teórico do trabalho⁷, a seguir será mostrada a metodologia do estudo com foco no levantamento feito no *site* do *Google Acadêmico*, depois serão mostrados os resultados dessa busca no *site* e, por fim, algumas considerações acerca do samba.

O item a seguir trata do referencial teórico do estudo. Serão mostradas as duas linhas teóricas que contribuirão na pesquisa.

Referencial Teórico

Serão duas linhas teóricas que dialogarão entre si: a linha teórica do objeto de estudo, o samba, com autores como José Ramos Tinhorão, Luís da Câmara Cascudo, Alceu Maynard Araújo, Muniz Sodré, Edson Carneiro, Arthur Ramos, Muniz Sodré, Nei Lopes e Luiz Antonio Simas e a linha teórica do campo do Imaginário representada, em particular nesse estudo, por Gilbert Durand.

⁶ Mais informações sobre o grupo de pesquisa podem ser encontradas em: <<https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

⁷ É importante salientar aqui que autores ainda poderão ser acrescentados ou removidos de acordo com o progresso do estudo.

Na linha teórica do objeto de estudo, entre as obras selecionadas para problematizar sobre o samba, podemos destacar:

- *Folclore nacional II: danças, recreação e música* (2004) de Alceu Maynard Araújo;
- *O folclore negro no Brasil* (2007) de Arthur Ramos;
- *A sabedoria popular* (2008a) e *Dinâmica do folclore* (2008b) de Edson Carneiro;
- *História social da música popular brasileira* (2013), *Os Sons dos negros no Brasil* (2012) e *Pequena história da música popular* (2015) de José Ramos Tinhorão;
- *Made in Africa* (2008) de Luís da Câmara Cascudo;
- *Samba, o dono do corpo* (2007) de Muniz Sodré e
- *Dicionário da história social do samba* (2017) de Nei Lopes e Luiz Antonio Simas.

Na linha teórica sobre o samba serão enfatizadas questões acerca da história do samba, cultura popular, folclore nacional e outros assuntos que envolvem a temática em questão. Muitas das obras mencionadas anteriormente não objetivam problematizar com enfoque principal no samba, mas possuem na discussão aspectos que poderão auxiliar no debate sobre o tema.

A linha teórica do Imaginário tem como principal representante nesse estudo Gilbert Durand. O autor francês problematiza em seus trabalhos, principalmente na obra *Estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*, a noção de “trajeto antropológico” que ajuda a entender o processo de fermentação do samba na nossa cultura.

Para Durand, o trajeto antropológico é a “incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (2012, p. 41). Entendemos que a possibilidade de associar a ideia do “trajeto antropológico” com a relação entre o corpo e o samba pode enriquecer a discussão sobre a temática do estudo.

A noção de trajeto antropológico será de extrema importância para uma discussão futura da pesquisa. Entretanto, é importante ressaltar que, nesse trabalho, o foco será o levantamento da produção científica no *site* do *Google Acadêmico*.

Nosso próximo tópico trata da metodologia desse trabalho. Apresentaremos alguns processos metodológicos realizados para a coleta dos trabalhos.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e caráter interdisciplinar por abarcar o campo da dança e da educação. Até o momento foram selecionados autores que podem contribuir no desenvolvimento da pesquisa como também foi realizado um levantamento da produção científica no *Google Acadêmico*. Nessa parte do trabalho comentaremos, de forma mais detalhada, a pesquisa realizada no *Google Acadêmico*.

A princípio, foi elaborado um plano de levantamento no *Google Acadêmico* que abarcaria artigos científicos que continham em seu título a palavra “samba”. Entretanto, como o número de achados foi muito elevado (2.310 resultados contando com artigos, livros e outras publicações), restringimos a busca para produções feitas nos últimos cinco anos (2013 a 2017). Nessa nova busca foram encontrados 918 resultados.

Abaixo foi colocada uma imagem do *site* especificando o local em que é possível refinar a busca em um período específico.

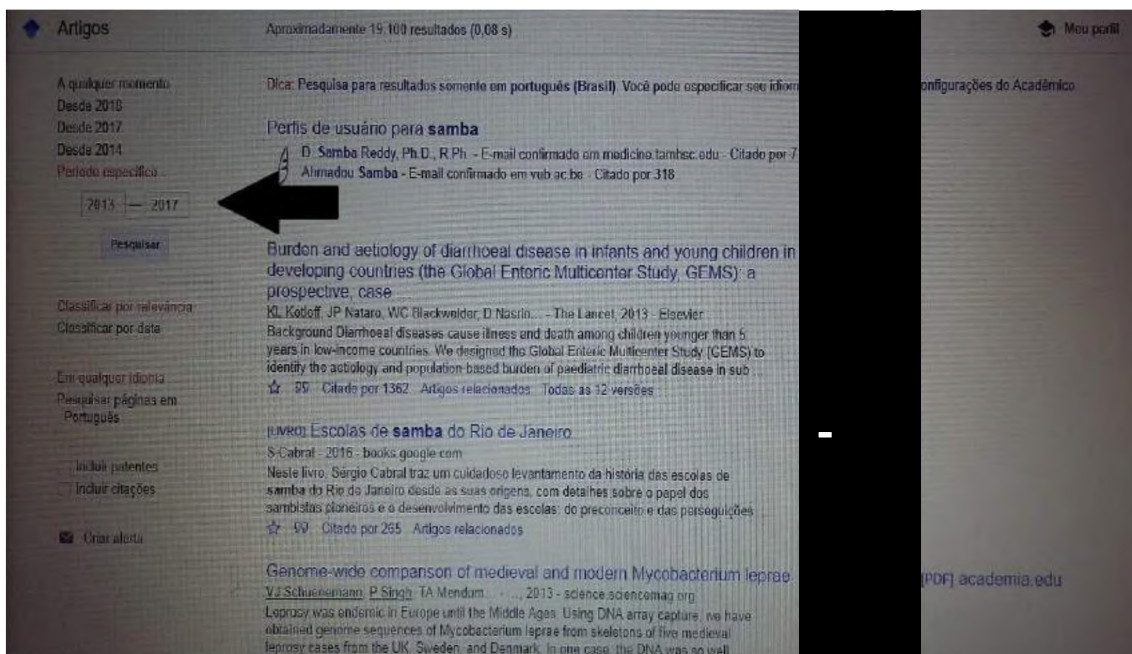


Figura 1: *Site* do *Google Acadêmico*. Fonte: Dados do autor.

Na imagem acima (Figura 1), a flecha preta mostra o espaço destinado a colocação do recorte temporal que o pesquisador deseja fazer. No nosso caso, foi escolhido pesquisar trabalhos publicados entre 2013 e 2017. Após esse passo, realizamos uma pesquisa avançada que podemos visualizar nas imagens abaixo.

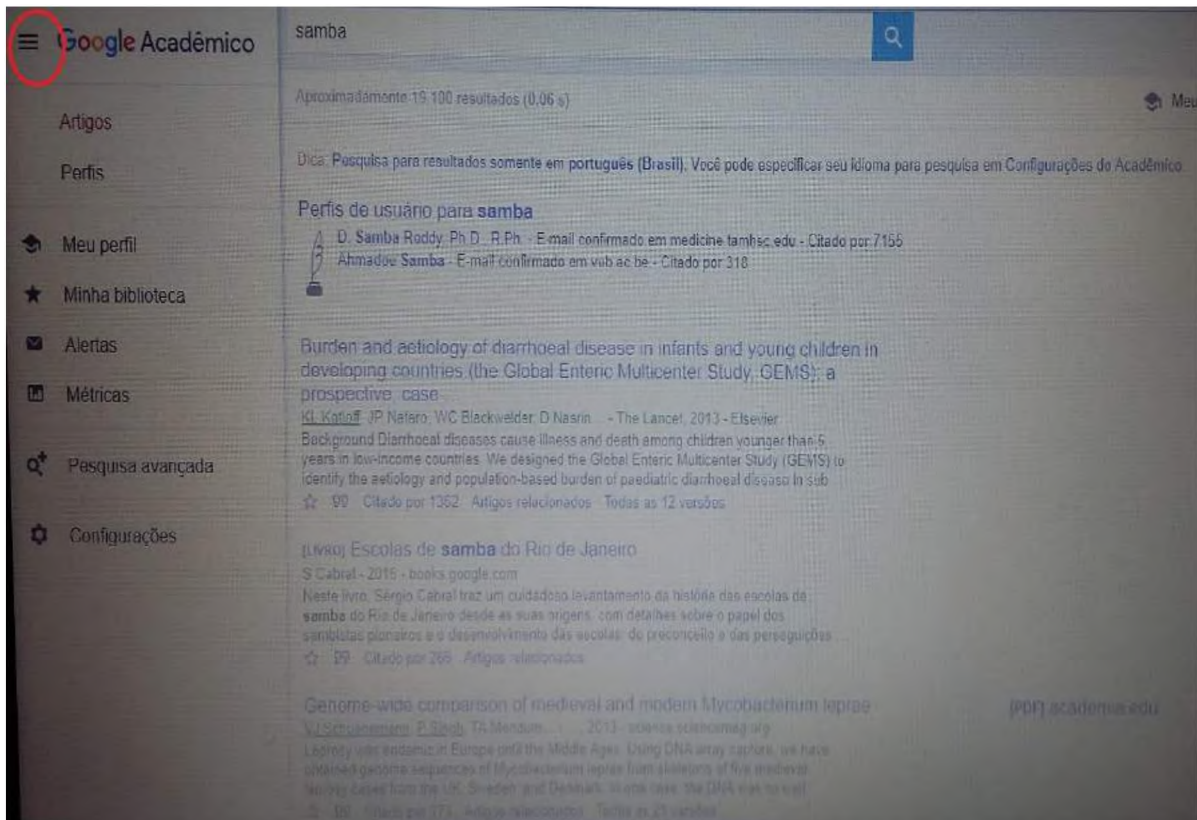


Figura 2: Site do Google Acadêmico. Fonte: Dados do autor.

Dentro círculo vermelho, à esquerda na imagem acima (Figura 2), é o local onde se clica para abrir a aba que visualizamos na imagem acima. Nessa aba, clicamos em pesquisa avançada que abrirá outra janela que podemos observar na imagem abaixo (Figura 3).

Fenômenos culturais no amálgama social: reunião de artigos do I CIPCS Diálogos Interdisciplinares: analisando a cultura por variados vieses

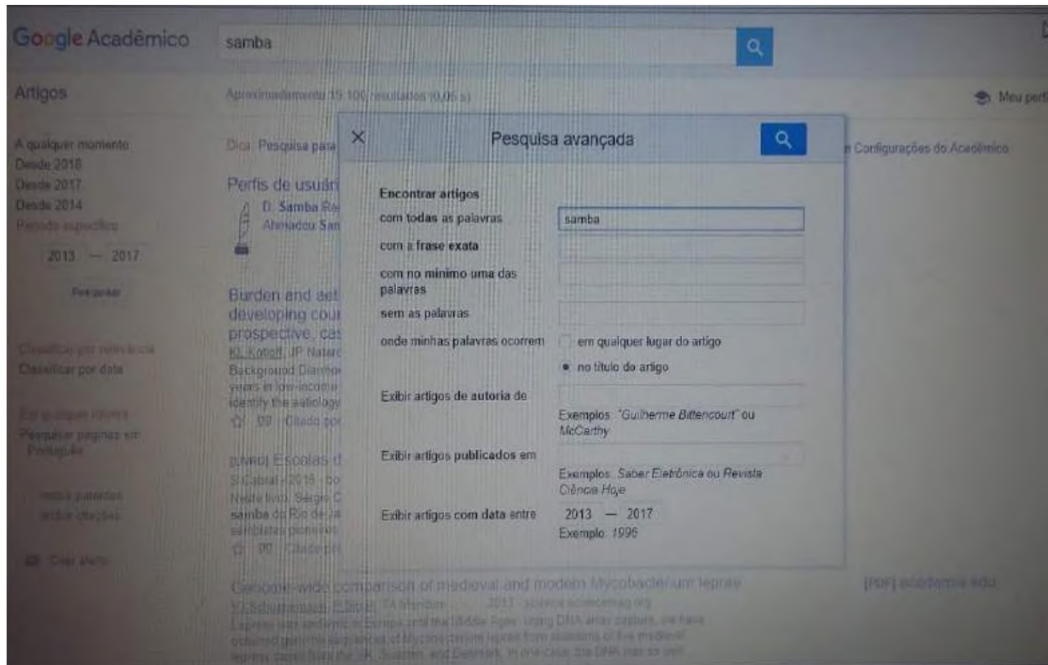


Figura 3: Site do Google Acadêmico. Fonte: Dados do autor.

Na imagem acima (Figura 3), é possível visualizar a janela da pesquisa avançada. Aqui foi colocada a palavra-chave “samba” e se restringiu o levantamento para trabalhos que contivessem a palavra-chave somente no título do artigo. Abaixo, podemos observar a configuração da pesquisa projetada no site do *Google Acadêmico*.

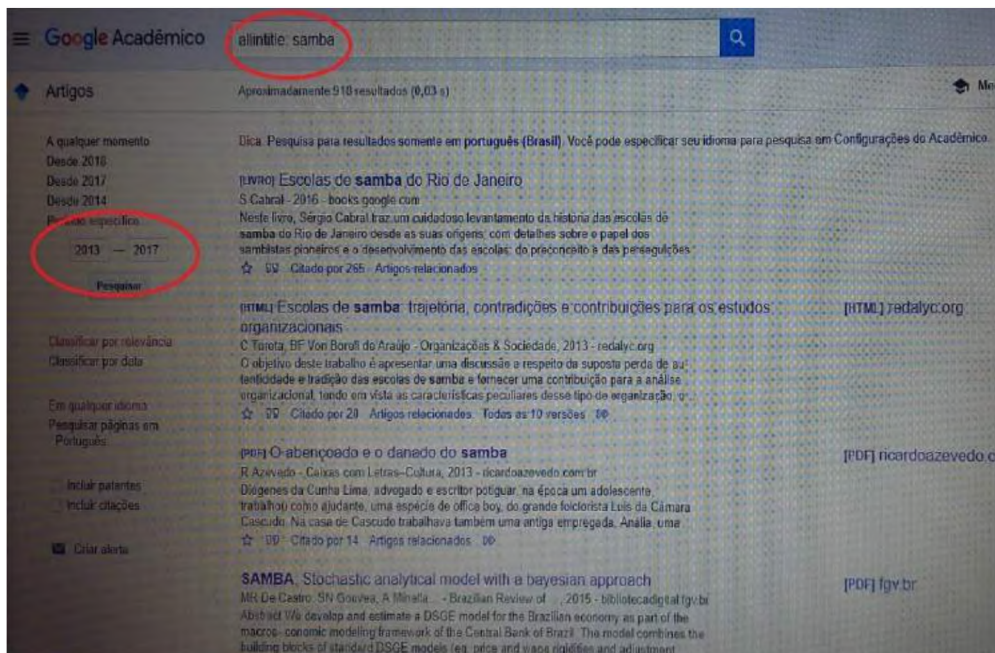


Figura 4: Site do Google Acadêmico. Fonte: Dados do autor.

Podemos analisar na imagem acima (Figura 4) a finalização da pesquisa avançada com o total de resultados. Nos dois círculos em vermelho, é possível observar o período específico escolhido para a pesquisa (2013-2017) e acima, no centro “*allintitle: samba*” o que significa que a busca será realizada apenas nos trabalhos que tem a palavra “samba” em seu título. Também foi desmarcado a inclusão de patentes e citações.

Discussão dos Resultados

No levantamento realizado no *Google Acadêmico* foram encontrados 918 resultados, como foi mencionado no início da metodologia, que continham a palavra “samba” no título do trabalho. Entretanto, apareceram resultados que foram descartados por possuírem relação com o objeto de estudo com a palavra “samba” se referindo, por exemplo, a *software* de computador⁸ ou a sobrenome de autores. Além disso, como o foco foi voltado para os trabalhos publicados em artigos científicos, foram excluídos os trabalhos publicados em anais de congressos, monografias, dissertações e teses entre outros.⁹

Após a retirada dos trabalhos mencionados no parágrafo anterior, restaram um total de duzentos e sete (207) trabalhos acadêmicos publicados em periódicos. Dessa forma, a discussão sobre como o samba é abordado no campo acadêmico se refere a esses duzentos e sete artigos publicados entre 2013 e 2017.

Foi possível observar três focos de discussão nos trabalhos mencionados acima:

- carnaval: foi a temática encontrada com mais frequência. Aqui o samba é problematizado dentro do contexto carnaval podendo ser debatido sob variados aspectos (discussão identitária, patrimônio imaterial, contexto histórico e cultural entre outras abordagens). Entretanto, a relação do samba e do corpo nessa temática aparece pouco tendo sua maior ênfase na discussão sobre gênero sexual.

⁸ O Samba é um "software servidor" para Linux (e outros sistemas baseados em Unix) que permite o gerenciamento e compartilhamento de recursos em redes formadas por computadores com o Windows. Assim, é possível usar o Linux como servidor de arquivos, servidor de impressão, entre outros, como se a rede utilizasse servidores Windows (NT, 2000, XP, Server 2003). Informação disponível em: <<https://www.infowester.com/linuxsamba.php>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

⁹ Essa escolha se deu para tentar diminuir a chance de encontrar trabalhos repetidos de um mesmo autor que pudessem abordar o tema sobre a mesma ótica. Por exemplo, encontrar trechos de uma dissertação de determinado autor em uma publicação de evento e em um artigo científico. Por essa razão, foi selecionado apenas os artigos publicados em revistas científicas.

- letra/música: outro ponto encontrado inúmeras vezes nos artigos científicos analisados foi a discussão das letras e/ou músicas do samba. A poética da letra, sua construção melódica e sua relação com o posicionamento político da obra ou de determinado autor era o principal ponto abordado na maioria dos trabalhos dessa natureza.

- saúde: outra discussão levantada nos trabalhos pesquisados é a relação do samba (sua prática enquanto dança) com a saúde das pessoas. Embora algumas questões relacionadas ao corpo são debatidas nesses artigos, o foco dado ao corpo é de caráter fisiológico.

Os resultados encontrados revelam uma escassez na discussão da relação entre corpo e samba. Perna já salientava que a maioria dos estudos que envolvem samba discutem o aspecto musical e não abordam a sua dança (2005, p. 140). Diante desse fato, acredito ser relevante a discussão que a traga problematizações de aspectos corporais vinculados ao samba.

É importante salientar que as discussões dos três focos mais encontrados nos trabalhos (carnaval, letra/música e saúde) são de extrema importância nos estudos encontrados. O que nos cabe ressaltar aqui é a pouca abordagem do corpo e suas problemáticas nas discussões sobre samba.

Quanto ao aporte teórico que auxilia o desenvolvimento do estudo, ainda é necessária maior apropriação teórica dos autores para que a discussão do tema seja realizada de forma mais aprofundada. De qualquer maneira, já é possível afirmar a importância de estudos que tratem da relação entre o corpo e o samba.

Considerações Finais

O samba é reconhecidamente patrimônio cultural do Brasil. Carrega em sua história inúmeras formas de expressão e se desenvolveu nos mais diversos locais.

A possibilidade multidisciplinar de se abordar o samba faz do tema local fecundo para novas pesquisas. Isso demonstra a relevância dos estudos que discutem o samba independentemente de seu enfoque.

A exígua produção envolvendo a relação entre corpo e samba revela uma necessidade de futuros trabalhos que discutam essa temática. Dessa forma, será possível debater o samba sob outros enfoques, com diferentes abordagens e, possivelmente, novas perspectivas de se entender o samba.

As noções da teoria do Imaginário juntamente com o suporte teórico que trata sobre samba serão fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa que é realizada no momento. Dessa maneira, um maior domínio teórico dos conceitos que serão empregados futuramente ajudaram a consolidar o estudo.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional II: danças, recreação e música**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CARNEIRO, Edson. **A sabedoria popular**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008a.

CARNEIRO, Edson. **Dinâmica do folclore**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008b.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in Africa**. 2. ed. São Paulo: Global, 2008.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**. 4. ed. Tradução: Hélder Godinho. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

LOPES, Nei, SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

NUNES, Bruno Blois; PERES, Lúcia Maria Vaz. A construção simbólica do corpo-samba brasileiro na perspectiva do Imaginário. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 19, 2017, Pelotas. **Anais**. Pelotas: UFPel, 2017. Disponível em: <http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2017/CH_01516.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

PERNA, Marco A. **Samba de Gafieira: a história da dança de salão brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2005.

RAMOS, Arthur. **O folclore negro no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil: cantos, danças, folguedos – origens**. 3. ed. São Paulo, Editora 34, 2012.

TINHORÃO, José Ramos. **Pequena história da música popular: segundo seus gêneros**. 7. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

**ITALIANOS NO RAMO DA HOTELARIA EM PORTO ALEGRE: O
CASO DA FAMÍLIA DE FAVERI (1900-1922)**

*ITALIANS IN THE HOTEL BUSINESS IN PORTO ALEGRE: FAVERI'S FAMILY
CASE (1910-1922)*

*Egiselda Brum Charão
Doutoranda em História,
PUCRS,
gisacharao@terra.com.br*

RESUMO

O trabalho refletirá sobre a atuação dos imigrantes italianos na capital gaúcha no início do século XX. Nessa perspectiva, utiliza-se como fontes o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, registros da polícia, publicações jornalísticas e almanaques comemorativos disponibilizados para consulta em sítios na *internet* (*web*, *web sites* e portais). A investigação será guiada por três metas pontuais: a primeira busca entender as estratégias de inserção do imigrante italiano no espaço urbano; a segunda visa conhecer as condições sociais, econômicas sociais e culturais que oportunizaram aos imigrantes a construção de um empreendimento na capital; e a terceira foca nos lugares de memória que têm a ver tanto no complexo físico enquanto arquivo (imagens, objetos e textos) públicos e, ao mesmo tempo privados, reais e também arquivos fictícios ou virtuais. A pesquisa se justifica porque sua relevância está centrada na nova perspectiva, tanto para problematizar a utilização das fontes público-privadas e virtuais que guardam a memória de um grupo urbano de relevância cultural e social do período mencionado, no qual se insere a família De Faveri. Ainda para entender as variáveis da imigração urbana, buscando analisar a inserção e a contribuição dos imigrantes italianos para o desenvolvimento da capital gaúcha no período mencionado. Os passos da investigação são guiados pelo paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, em 1989. A elaboração do texto pontuará três tópicos: empreendedores Italianos em Porto Alegre, Pensões e Hotéis de imigrantes italianos em Porto Alegre e as fontes, os acervos e o paradigma indiciário como possibilidade para o estudo da imigração urbana em Porto Alegre.

Palavras-chave: Imigrantes italianos. Porto Alegre. Empreendimentos. Paradigma indiciário. Fontes.

ABSTRACT

The present study focuses on the action of the Italian immigrants in the capital city of Rio Grande do Sul in the beginning of the 20th century. In this perspective, the cemetery of Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre, newspapers and commemorative almanacs available online were used as historical sources. The research consists of an investigation oriented by three specific goals: the first one tries to understand the strategies of social and cultural integration of the Italian immigrant in the urban space. The second one aims to identify the social, economic and cultural conditions that made possible to the immigrants to build an enterprise in Porto Alegre. The research is justified because your emphasis is centered in the new perspective in order to analyze and question the use of public/private and virtual sources that store the memory of na urban group of cultural and social relevance during that period, in which the De

Faveri family is included, and to understand the variations of the urban immigration, aiming to analyse the insertion and contribution of the Italian immigrants to the development of Porto Alegre during the same period. The stages of the research are guided by Carlos Ginzburg's inductive paradigm, from 1989. The article will point three topics: Italian entrepreneurs in Porto Alegre, hotels and guest houses of Italian immigrants in the capital and the sources, collections and the inductive paradigm as a possibility to study the urban immigration in Porto Alegre.

Keywords: Italian immigrants. Porto Alegre. Enterprises. Inductive paradigm. Sources.

Introdução

O texto apresenta uma reflexão sobre a atuação dos empreendedores italianos no espaço urbano da capital gaúcha no início século XX. Nessa perspectiva se utiliza como fontes, o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Almanques comemorativos, os códices de polícia e aquelas fontes disponibilizadas na *internet* (*web*, *web sites* e portais¹⁰). A investigação foi guiada por três objetivos dos quais o primeiro, busca entender as estratégias de inserção social e cultural do imigrante italiano nos espaços de comércio; o segundo visa conhecer as condições que propiciaram aos imigrantes a construção de uma trajetória empreendedora na capital; e o terceiro objetivo centra nos lugares de memória e identidade que têm a ver tanto com o complexo físico, enquanto arquivos públicos (imagens, objetos e textos) e, ao mesmo tempo, arquivos privados e reais, assim como arquivos fictícios ou virtuais.

A pesquisa se justifica porque sua relevância centra-se na nova perspectiva, tanto para problematizar a utilização das fontes público-privadas e virtuais que guardam a memória de um grupo urbano de relevância social e econômica no período mencionado, no caso, os empreendedores italianos do ramo hoteleiro. No entanto, para entender as variáveis da imigração urbana, busca-se analisar em que medida esses empreendedores foram inseridos e como contribuíram socialmente para o desenvolvimento da capital gaúcha no período mencionado.

Os passos da investigação foram norteados pelo paradigma indiciário que consiste em um conjunto de princípios e procedimentos que comporta a proposta de um método utilizado para a descoberta ou a investigação de fatos. (GINZBURG, 1989, p.151,163). Lança-se mão

¹⁰ São formas de acesso às fontes facultadas por indivíduos, sociedades ou coletividades e instituições que tem por finalidade disseminar informações. Para saber mais consultar a obra *Fontes de informação na web: uso e apropriação da informação como possibilidade de disseminação e memória do Movimento Negro no Estado da Paraíba* (SILVA, 2010, 77f.).

desse recurso, a fim de reconstituir as trajetórias por meio de um número significativo de fontes. Após definidos os caminhos da investigação, foram escolhidas as fontes constitutivas do corpus, se partiu para a elaboração do texto pontuando três tópicos: as fontes e o paradigma indiciário como possibilidade para o estudo da imigração urbana, os imigrantes italianos em Porto Alegre, as pensões e os hotéis de imigrantes italianos na capital gaúcha.

Imigrantes italianos em Porto Alegre

Após um longo percurso envolvendo a vinda do norte da Itália e o deslocamento pelo interior do Rio Grande do Sul, muitos imigrantes tornaram-se empreendedores na capital gaúcha em diversas áreas de negócios, inclusive naquelas voltadas para o ramo da hotelaria e, o empreendedor se entende que,

É alguém que identifica a oportunidade e cria algo inovador numa condição de incerteza tendo como resultantes no processo uma nova maneira de realizar um trabalho. [...] Pode se definir como “a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente” (CHIAVENATO, 2006, p. 3).

Os italianos elencados para o estudo, assim como muitos outros imigraram para Porto Alegre no “período áureo” que compreende os anos entre 1888 e 1914 (DIÉGUES, 1964, p. 4). Observa-se que, tanto nesse período como nos decênios posteriores, há uma escassez de pesquisas que manifestam ênfase acerca da presença italiana na capital. Outros tantos italianos identificados com o perfil definido por Idalberto Chiavenato (2006) desembarcaram nos centros urbanos, muitas vezes, individualmente com vistas a trabalharem no comércio e em pequenas indústrias. Dentro desse cenário formavam redes de relações¹¹ que tornavam possível a inserção social na sociedade receptora. As redes fomentavam a “contatos pessoais, comunicações e favores entre famílias, amigos e *paesani* (conterrâneos de um mesmo *paese*, ou aldeia) em ambas as sociedades, emissora e receptora” (TRUZZI, 2008, p.202).

Apoiados pelas redes, os italianos, podiam ser encontrados nas cidades monopolizando algumas profissões e trabalhando como comerciantes e industrialistas. Em geral, esses imigrantes, tanto eram maioria nas turmas de trabalhadores das estradas de ferro e das obras públicas, quanto constituíam um número expressivo nas colônias italianas dos distritos próximos a Porto Alegre (ANUÁRIO, 1893, p. 151). Todavia, a capital exercia forte atração

¹¹ [...] conjunto de mecanismos que motivam e orientam a conduta dos homens em relação uns aos outros. (BRANCALEONE, 2008, p. 103).

para os imigrantes porque oferecia oportunidades de negócios. Nesse sentido, olhando pelo viés do desenvolvimento urbano, era na capital que se apresentava um panorama propício para novos empreendimentos comerciais. E o ramo da hotelaria foi um dos nichos preferidos dos imigrantes italianos.

No início do Século XX proliferavam anúncios de hotéis que salientavam o conforto oferecido como instalações com água corrente quente e fria, telefone, calefação e quantidade de quartos que possuíam banheiros; ressaltavam também aspectos relativos ao arejamento, posição do sol e ausência de barulho. Chamavam atenção para o atendimento que, de forma recorrente, era efetuado pelos proprietários que mantinham na cozinha um profissional reconhecido.

Em 1902, existiam dezoito hotéis, dos quais, quatro eram de proprietários italianos como o Hotel de Floriani Giuseppe localizado na Rua Voluntários da Pátria, o Hotel de Hilário Azzarini, estabelecido no Araial da Tristeza; o Hotel de J. Felix Laporte, fixado na Rua dos Andradas, 309; o Hotel de Sandre & Bertaso que também funcionava na Rua dos Andradas, 154 (MEMORIA. BN. BR) e o Hotel La Mérida¹² (CÓDICE 17) que embora não se identifique a presença e o endereço nos anúncios de jornais pode ser encontrado nas ocorrências policiais da época.

Até o ano de 1919, o número de hotéis sofreu poucas alterações, reduzindo para 17 estabelecimentos, entretanto, surgem novos empreendimentos, tais como o Hotel Baromo de Greco e Sirangelo na Rua dos Andradas, 272; o Hotel Colombo, na Tristeza; o Hotel Familiar de João de Faveri na Rua do Comércio 4 e 6 e Hotel Paris de Marcello Bertazo. Em 1926, dos 18 hotéis que se mantinham no mercado, cinco eram de italianos, como o Hotel de Armando Carraro & Irmão, M. Bicca & Cia, o Hotel Bianchi de Caetano Bianchi, o Hotel Paris de A. Bertaso e J. de Faveri, o Hotel Roma de Jorge Londero (MEMORIA.BN.BR).

Não era apenas a capital que exercia atração para os imigrantes italianos, as cidades do interior, principalmente as da fronteira, por sua localização estratégica, favoreciam negócios e trocas tanto para os italianos que se estabeleciam com seus comércios, como para aqueles que trabalhavam como ambulantes. Era nessa região que se encontravam italianos chegados através do Rio da Prata desde antes de 1865. Muitos destes imigrantes estavam estabelecidos em Santana do Livramento, Jaguarão, São Borja, Dom Pedrito, Santa Vitória do Palmar e Bagé. Essas cidades iniciaram a receber os italianos antes da imigração colonial agrícola iniciada no

¹² A ocorrência relata que Eduardo Cremonuzzi, italiano da Provincia de Milano, furtou o valor de 40\$000 de seu compatriota Pio Montania ou Montanaro nas dependências do Hotel onde ambos estão empregados.

nordeste do Rio Grande do Sul, esses italianos se inserem naquele grupo que emigrou espontaneamente com recursos próprios (BORGES, 2001, p. 1057).

Sendo uma zona de intenso trânsito comercial, as cidades da região eram apropriadas para comércios hoteleiros entre os quais se destacavam o Susini Hotel, de Olímpio Susini em Jaguarão; o Hotel do Comércio de Nicolao Roos & Filhos, em Cachoeira do Sul e Porto Alegre; o Grande Hotel 15 de Novembro de Antonio Herédia, em Rosário do Sul; o Hotel Sul América da Viúva Russomano, em Santa Vitória do Palmar. Observa-se que foram elencados preliminarmente os hotéis cujos proprietários possuíam origem italiana.



Figura 1: Susini Hotel (Jaguarão)

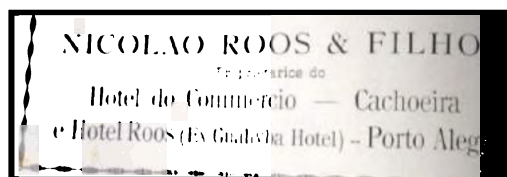


Figura 2: Nicolao Roos & Filhos (Cachoeira do Sul)

Fonte: Porto Alegre em Revista, 1926.



Figura 3: Grande Hotel (Rosário)

Fonte: Porto Alegre em Revista, 1926.

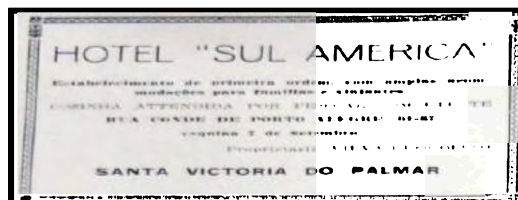


Figura 4: Hotel Sul América (Santa Vitória do Palmar)

Fonte: Porto Alegre em Revista, 1928.

Na Serra, os hotéis incorporam a cozinha aos seus serviços, que tanto servia de atrativo como agregava aspectos relativos à identidade, na medida em que serviam pratos à italiana e pratos brasileiros atraindo ao local os patrícios e os brasileiros. Essa era uma peculiaridade dos hotéis Serranos, entre os quais se sobressaia o Hotel Menegotto de Caxias do Sul, fundado em 1893, que ficou conhecido no estado pela cozinha brasileira e italiana, sendo que por esse motivo foi um dos hotéis mais procurados de Caxias. (ALBUM COMEMORATIVO, p. 230). Nesse sentido ao longo dos anos a gastronomia italiana ao ser incorporada como serviço para incrementar o serviço de hotelaria, contribuiu para fomentar processos de integração e interação, construindo novas identidades culinárias transnacionais, na sua fusão com as diversas culturas gastronômicas existentes no Brasil (DE RUGGIERO, 2018, p.134).

Família De Faveri e o Hotel Familiar

Esse processo de integração e interação pode ser percebido na história da Família De Faveri¹³. Nesse caso, toma-se como ponto de partida o nome para compor a história familiar, justamente porque os registros¹⁴ sobre seus membros são escassos. Pelo nome e pela data de nascimento de João De Faveri, em 1862, e, Joana De Faveri, em 1868, é possível inferir que tenham procedido de Treviso, na Região de Vêneto, norte da Itália. Levando em conta a data de nascimento, pode-se cogitar que tenham vindo para o Brasil antes ou no início do chamado período áureo da imigração. Com a finalidade de traçar hipóteses sobre a trajetória do casal, deve-se pensar na natureza móvel dos habitantes da região norte da Itália que passou a ser reproduzida no Rio Grande do Sul.



Figura 5: José De Faveri (Detalhe) Figura 6: Joana De Faveri (detalhe)

Fonte: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Uma das possibilidades seria a de terem imigrado com destino à Colônia do Vale Vêneto, assim, durante a infância ou a juventude e, em data incerta, talvez tenham se mudado para Porto Alegre. Outra perspectiva se assenta na vinda dos mesmos, no ano de 1893 ou nos anos posteriores, integrando o grupo de imigrantes que vieram para constituir a colônia urbana que se instalaria na capital. (MALLMANN, 1991, p.10; CHARÃO, 2017, p. 186). Por outro lado, pode ser viável pensar que a vinda do casal foi justamente aquela que demandou arranjos

¹³ Sublinha-se a variação na grafia dos nomes próprios nas fontes.

¹⁴ Faz-se necessário olhar outros documentos como os registros nos cartórios (nascimentos, óbitos e casamentos), registro na Junta Comercial entre outros.

individuais, ou seja, pressupondo conhecimento prévio sobre o local para onde emigrariam. Talvez possuíssem certo capital financeiro para a viagem que possibilitasse o investimento inicial em um pequeno negócio. De uma ou outra maneira sem data precisa eles vieram e se estabeleceram no Comércio Hoteleiro, em Porto Alegre, onde ganharam visibilidade através dos jornais.

Outro local onde os imigrantes adquiriram visibilidade era nos livros de registros da polícia, isto é, nos pequenos relatos que eram produzidos pelos policiais quando esses italianos ficavam detidos em prisões por embriaguez ou aquelas decorrentes de brigas e agressões. É possível encontrar no acervo do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre um número significativo de registros de ocorrências policiais na virada do Século XX, quando os contingentes de imigrantes não cessavam de alcançar a cidade. Em um desses livros se encontrou um registro de ocorrência contendo o nome de João De Faveri, em 29 de fevereiro de 1908.

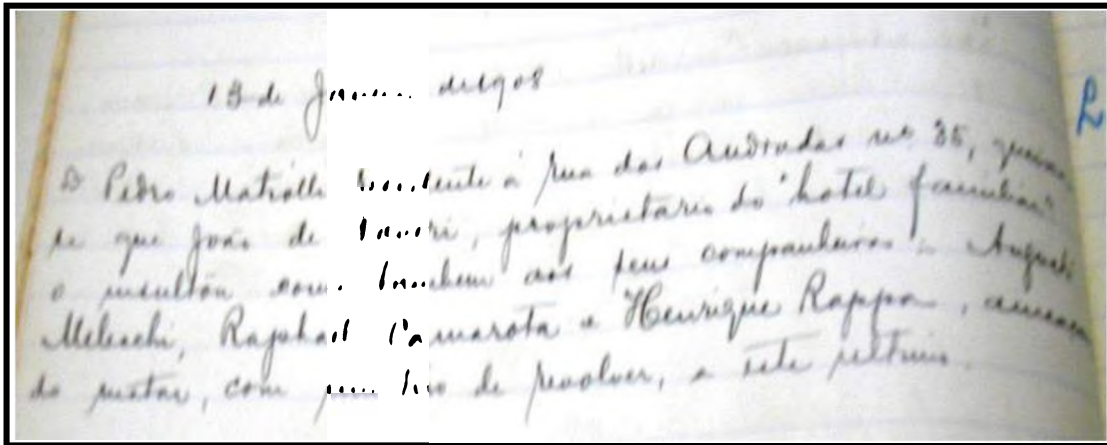


Figura 5: Ocorrência Policial de 29 de fevereiro de 1908.

Fonte: Códice 14- AHRGS

O relato da conta que Pedro Matioli, residente à Rua dos Andradas, 85 queixou-se de João De Faveri, proprietário do Hotel Familiar, de insultar a ele e aos conterrâneos, Augusto Melecchi, Raphael Camarota e Henrique Rappa ameaçando de matar este último com um tiro de revólver (CÓDICE 14). Embora se desconheça o motivo e desfecho do fato, é certo que o evento certifica a integração de João de Faveri ao grupo de imigrantes residentes na capital e com os quais mantinha relações.

Nos anos seguintes, a família continuou deixando pistas sobre sua atuação profissional em Porto Alegre. Foram encontrados registros entre os anos de 1911 e 1925 contendo endereços

e imagens do Hotel Familiar nos relatórios anuais publicados no Almanak Laemmert¹⁵ e nos jornais que circulavam na Serra Gaúcha. As referidas fontes estão disponibilizadas na *web* e depreendem uma tecnologia

Que objetiva possibilitar o maior e melhor acesso à informação disponível, e o critério da Ciência da Informação, que intervém para qualificar esse acesso em termos das competências que o receptor da informação deve ter para assimilar a informação, ou seja, para elaborar a informação para seu uso, seu desenvolvimento pessoal e dos seus espaços de convivência. Não é suficiente que a mensagem esteja disponível, ela deve também poder ser apropriada pelo receptor (SMIT; BARRETO, 2002, p. 15).

Os referidos jornais apresentavam em seu conteúdo anúncios divulgando o estabelecimento hoteleiro da família De Faveri aos peninsulares residentes nas colônias que acorriam a capital de maneira sistemática, tanto a negócios quanto a passeio. Os mesmos anúncios forneciam informações indicativas sobre o funcionamento do hotel, sempre ressaltando que até o ano de 1919, quando faleceu João De Faveri, estava sob a direção da família. Com a morte do patriarca, inicia-se um processo de retração no negócio que culmina em 1924. A crise está ligada principalmente aos novos grandes empreendimentos hoteleiros, fazendo com que a viúva procurasse manter o hotel em funcionamento incluindo um novo sócio para tentar reerguer o Hotel Familiar.

Tal mudança implicava na troca de nome do Hotel e pode ser verificada na propaganda dos jornais que aponta também para transformações de ordem econômica. Em 1924, o jornal o Brasil comunicava a inauguração do Hotel Paris (Antigo Hotel Familiar) pertencente de M. Bertaso & J. De Faveri¹⁶. A inclusão de um novo sócio, no caso M. Bertaso suscitou novos arranjos na administração e, em consequência disso, o Hotel passou por reformas em suas dependências. Houve remanejamento de funções onde D. Nana juntamente com Adriano De Faveri assumem a direção do mesmo, já que eram conhecidos em todo o estado pelo seu conhecimento profissional no ramo hoteleiro.

¹⁵ O Almanaque Laemmert (título original, *Almanak Laemmert*) como é conhecido, denominado Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro é considerado o primeiro almanaque publicado no Brasil. Editado no Rio de Janeiro, entre 1844 e 1889, pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert. O acervo do Almanaque, que conta com 46 edições e com cerca de cinquenta e cinco mil imagens, disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶ O J. de Faveri refere-se a Joana De Faveri visto que João De Faveri faleceu em 1919.



Figura 7: Hotel Familiar (1911)
Fonte: Almanak Laemmert
Ed. B00068, 1911, p. 3868



Figura 8: Hotel familiar
Fonte: 4BP.BLOGSPOT.COM



Figura 9: Hotel Familiar (1918)
Fonte: Jornal O Brazil
Ed. 00011(1), s.d., 1918

O anúncio do novo empreendimento dá visibilidade social à Joana, ressaltando um prestígio profissional adquirido ao longo dos anos enquanto exercia a atividade ao lado do marido. Observa-se que nesse período, quando as mulheres viúvas registravam suas casas de negócio na Junta Comercial, a abreviatura do designativo da condição de viúva antecedia o nome. Entretanto, com Joana esse traço foi suprimido e uma das possibilidades dessa ausência advém do vínculo com o marido que é proprietário ao qual ela se ligava, juntamente com o filho, por laços de parentesco. O fato do nome de Joana e do filho Adriano aparecerem no anúncio como dirigente do hotel demonstra que ambos gozavam de uma tradição de trabalho que era reconhecido pela comunidade local.

A questão do prestígio familiar no ramo de negócio hoteleiro remete a herança imaterial consolidada por João De Faveri e repassada como legado para a esposa e ao filho. Seu capital foi constituído por uma espécie de crédito generalizado afetivo sobre a comunidade, feito de serviços prestados, de fidelidade reconhecida, de respeito e de dependência (LEVI, 2000, p.48). Ele estabeleceu na comunidade uma rede de relações de amizade e solidariedade com seus conterrâneos desde 1908 que se estenderam, diversificaram e ampliaram durante o período em que foi proprietário do hotel, ou seja, até 1919, ano da sua morte.

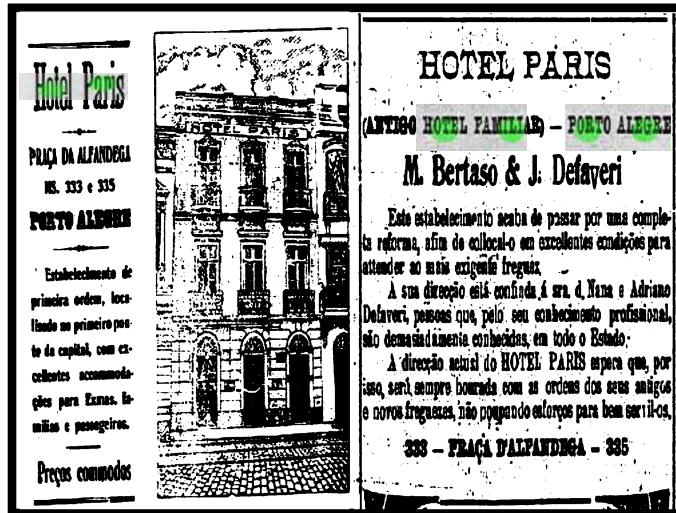


Figura10: Antigo Hotel Familiar (1919) Figura 11: Hotel Paris (1921)
Fonte: Jornal O Brazil, Ed. 00023(1), 1921.

Durante todo o tempo de trabalho no hotel, João de Faveri teve ao seu lado Joana, conhecida pelo designativo de Nana. O apelido pode ser tomado como signo de identidade e está ligado à constituição de sua memória. Nesse sentido, “a memória constitui o sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si” (POLAK, 1992, p. 204). A importância do nome pode ser observada tanto na lápide de Joana de Faveri quanto no anúncio do Hotel Bianchi de Caetano Bianchi. Ele, o apelido, aparece no mesmo ano de seu falecimento quando o hotel Bianchi funcionava na Rua João Mendel (antiga Rua Clara), esquina Sete de Setembro, a meia quadra distante da Companhia Costeira Lloyd e próximo à estrada de Ferro. O anúncio discriminava as dependências e os serviços disponibilizados para pensionistas e passageiros, ressaltando o tratamento familiar do estabelecimento destacando que a cozinha era de primeira ordem sob a direção da “D. NANA” De Faveri. (BRUM, 2009, 160).

Através dos rastros deixados pelo casal pode-se inferir sobre a natureza móvel do negócio, já mencionada anteriormente, que fazia com que mudassem continuamente o endereço do Hotel Familiar. Ao mesmo tempo pode-se dizer que a família se insere em uma rede de comércio étnico¹⁷ porque o “carro chefe” do negócio era justamente a cozinha com pratos peculiares elaborados pelas mulheres das famílias italianas. Nesse caso, na cozinha do hotel ou produzidos pratos à moda italiana, a família utilizava a língua italiana para divulgar os serviços

¹⁷ A rede é composta por indivíduos que compram e vendem, importam e exportam, produzem e consomem divulgando o produto final que é a culinária italiana. Essa dinâmica é fomentada por imigrantes radicados na capital, italianos do outro lado do oceano, cozinheiras, empresários, colonos e brasileiros consumidores do produto final que são pratos italianos.

entre os patrícios residentes na serra e na capital gaúcha. Dessa maneira, entende-se que a alimentação é um dos principais recursos étnicos dos imigrantes para a inserção comercial na sociedade de acolhimento e serve como referência para a conservação da identidade (MONTANARI, 2009, p. 12).

Denominação	Proprietários	Ano	Endereço	Nº
Hotel Familiar	João De Faveri	1908	Nada consta	nada consta
Hotel Familiar	João De Faveri	1911	Rua do Comércio	4-6
Hotel Familiar	João de Faveri	s/d	Rua Clara	4-8
Hotel Familiar	João de Faveri & Filho	1918	Rua Uruguai	
Hotel Paris	M. Bertaso e J. De Faveri	1919- 1921	Praça da Alfândega	333-335
Hotel Bianchi	Caetano Bianchi (Dona Joana trabalhava como encarregada de cozinha)	1925	Rua João Mendel (antiga Rua Clara) esquina com a Rua Sete de Setembro	s/nº

Quadro I: Mobilidade do Empreendimento - Hotel Familiar
Fonte: Autoral.



Figura 12: Lápide da Família de João De Faveri Figura 13: Detalhe: Adriano De Faveri (1889-1957)
Fone: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Pela representação familiar contida na lápide infere-se que a descendência cessou com a morte de Adriano, aos sessenta e oito anos, tendo em vista a ausência de referências de saudades de filhos, apenas mencionando o nome da esposa. O mesmo se deduz do negócio hoteleiro, pois no ano em que Joana falece, estava trabalhando como empregada e/ou funcionária do Hotel Bianchi, dirigindo as atividades da cozinha. Embora de curta duração, o empreendimento da família foi bem-sucedido desde sua fundação até a morte do marido de Joana, quando iniciou um processo gradativo de decadência que provavelmente tenha decorrido da concorrência no ramo hoteleiro que começara a ganhar fôlego no início da década de 1920.



Figura 11: Hotel Carraro.
Vista Praça Otávio Rocha
(WWW.UFRGS.BR)

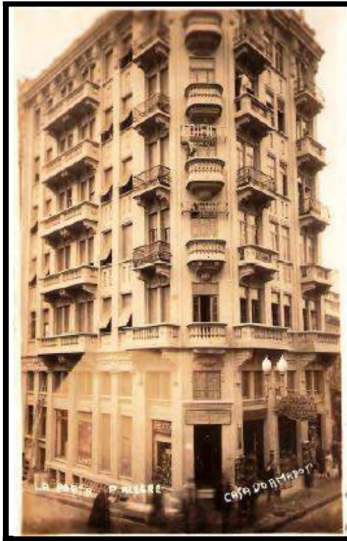


Figura 12: Hotel Porta.
Vista da Andradas com Uruguai.
(WWW.UFRGS.BR)



Figura 13: Lagache Hotel Moderno
Rua Mal. Floriano, 124
Dic. Commercial, 1926, p. 70

Nesse período os pequenos hotéis passaram a perder espaços para os empreendimentos maiores como o Hotel Carraro, fundado em 1924, pela firma Amante Carraro & Irmãos (Amante, Alfredo e Angelo), à Rua Marechal Floriano, mais tarde, em 1935, transferindo-se para a um edifício à Praça Otávio Rocha (PIMENTEL, 1945, P.344). No mesmo período, a firma adquire também o Lagache Hotel Moderno, situado próximo ao Hotel Carraro, na Rua Marechal Floriano.

Tratando-se de espaço e de bons serviços, chama a atenção para o Hotel La Porta, estabelecido no Edifício Hermann, onde ocupava os andares superiores. Observa-se que, juntamente com a Confeitaria Rocco, era um dos empreendimentos símbolos de italianidade em Porto Alegre. Vale lembrar que, na década de 1930, a capital gaúcha contava com uma população em torno de duzentos e cinquenta mil habitantes, possuía em torno de vinte e dois hotéis, quase todos no perímetro central da cidade (GAUCHAZH.CLICRBS.COM.BR).

Considerações

Conclui-se esta reflexão salientando que a pesquisa teve como ponto de partida o Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre, onde se encontra sepultada a família De Faveri. Foi precisamente o apelido de Joanna que chamou a atenção fazendo com que rastreasse mais informações sobre eles. Somente com o nome se partiu para a busca de mais informações. Em

2010 foi feito um levantamento nos códices da polícia sobre as sociabilidades de imigrantes italianos em Porto Alegre e entre os indivíduos listados apareceu João de Faveri. Pelo nome, efetuou-se a consulta na *internet* onde foram encontradas imagens, notícias e textos que estão inseridos no trabalho. Os rastros de natureza diversa, deixados pela família, possibilitaram a reconstrução da trajetória e da atuação da família De Faveri em Porto Alegre.

Sobre o empreendimento Hoteleiro da família De Faveri, pode-se pensar que sua base de sustentação e manutenção advém de relações transitórias e duradoras que se desenrolavam entre sujeitos advindos de setores econômicos sem expressão dentro da sociedade, ou seja, entre pessoas comuns. Era um negócio de pouca monta, onde não se percebem conexões políticas. A credibilidade do negócio estava relacionada ao que constituiu a identidade feminina das italianas na sociedade porto-alegrense, isto é, a aptidão de preparar pratos elaborados da culinária italiana. Tal característica pode ser verificada nos anúncios que sublinham que a cozinha de primeira ordem estava aos cuidados de Joana, de apelido “Nana”.

Os anúncios permitiram observar que durante o período de funcionamento do hotel, entre 1911 e 1921, havia uma instabilidade constatada tanto na designação quanto na troca de endereços, conforme demonstrado no quadro mobilidade do empreendimento Hotel Familiar, que culminaram na mudança da condição de Joana de proprietária à empregada. Ao mesmo tempo, as fontes *on-line* possibilitaram efetuar um mapeamento dos hotéis italianos no período abarcado. Desse modo foi possível demonstrar que esse era um nicho em que os italianos tinham participação significativa não apenas em Porto Alegre, mas também nas cidades da serra e da fronteira conforme indica a mostra documental.

Quanto às fontes utilizadas no texto, podem ser pensadas como suportes de memória e só fazem sentido se continuarem sendo organizadas, disponibilizadas e disseminadas por meio de produtos informativos permitindo não apenas a socialização, mas também a produção de conhecimento inspirada no acervo físico e virtual. Lembrando que, tanto os acervos materiais quanto os virtuais, foram e são constituídos utilizando-se de técnicas e tecnologias diversas, de acordo com o tempo e o contexto nas suas diversas áreas de atuação e convivência dos homens.

Por fim, no que tange ao patrimônio e à memória da cidade, lembra-se que tanto os documentos escritos públicos ou privados (de cunho bibliográfico e jornalístico, oficiais e disponíveis na *internet*), como as obras erigidas nos campos santos dizem das modificações e sobreposições da formação da comunidade e/ou de um grupo humano. Sob a perspectiva antropológica e social são vestígios que informam sobre a constituição da cidade, sua estrutura social, sobre as línguas faladas em seu espaço, ritos, crenças e costumes praticados. As fontes

aqui levantadas integram o que pode ser chamado patrimônio da comunidade porto-alegrense porque fornecem dados e possibilidades sobre aspectos que identificam a cidade.

Referências Bibliográficas

BRANCALEONE, C. **Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 39, n.2, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/index.php/revcienso/article/view/511>>. Acesso em: 27, fev., 2016.

VON MÜHLEN, Caroline; VENDRAME, Maira Ines; AL-ALAM, Caiuá Cardoso (Orgs.) **Criminalidade, violência e justiça: reflexões e novas possibilidades** [e-book]. In: CHARÃO, Egiselda Brum. *Comemoração e crime no Arraial da Villanova d'Itália*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DE RUGGIERO, Antonio. **A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914)**. Revista Práxis, Novo Hamburgo, a. 15, n. 1, jan./jun. 2018.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In _____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 177.

LEÃO, Silvia Lopes Carneiro. **Os antigos Hotéis de Porto Alegre**. Disponível em https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_0/0_Silvia.pdf. Acesso 22, fev., 2018.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MALLMANN, Ana Maria Monteggia. **Vila Nova**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1991, 1996.

MONTANARI, Massimo. **O mundo da cozinha: história, Identidade, trocas**. 1º Edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In *Estudos Históricos*. 1989/3 São Paulo. CPDOC/FGV.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues; AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Fontes de informação na Web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba**. *Transinformação* [online]. 2014, vol.26, n.2, pp.203-212. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n2/0103-3786-tinf-26-02-00203.pdf> Acesso 14, fev., 2018.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional.** In: VALENTIM, Marta Pomim (Org.). Formação do Profissional da Informação. São Paulo: Polis. 2002.

SULIANI, Antonio (Org.) **Etnias & Carisma.** BORGES, Stella, In: Imigração Italiana em região de Fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitoria do Palmar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TRUZZI Osvaldo. **Redes em processos migratórios.** Tempo Social, Revista Sociológica da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, p.299-218, 2008.

Fontes Primárias

ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA 1889-1939, PORTO ALEGRE/RS, p. 230, (Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural - PUCRS).

ANUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANNO DE 1894. Publicados sob a orientação de Graciano de Azambuja (décimo anno). Porto Alegre: Editores Gundlach e Cia., Livreiros, 1893, p.151(Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural - PUCRS).

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL(AHRGS). Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de Ocorrência da polícia. Códice 14, 17.

CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE.

DICCIONÁRIO COMMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Editor e proprietário Polynicio Lanza. Porto Alegre. Brasil. (Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural - PUCRS).

PORTO ALEGRE EM REVISTA, 1926. (Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural - PUCRS).

PORTO ALEGRE EM REVISTA, 1928. (Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural - PUCRS).

Fontes Primárias On-Line

ALMANAK LAEMMERT: administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro. Ano 1911/Edição B00068. Principais casas de Porto Alegre, p. 3868. *Hotel Familiar.* (Disponível em<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=47732> &pesq=&esrc=s&url=<http://memoria.bn.br/docreader#> principais Casas de Porto Alegre, p. 3868>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____ Hotéis. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=67471> &url=<http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em 14 fev., 2018.

_____ 1902 Edição A00059(2), p. 136.

_____ 1903 Edição A 00060(1).

_____ 1905 Edição A 00062 p.1943.

_____ 1908 Edição A 00065, p. 1894

_____ 1919 Edição A 00076, p. 3703.

_____ 1926 Edição D 00082. Vol.4, p. 688.

BRUM, Rosemary Fritsch. **Caderno de pesquisa: Notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937.** São Luiz/MA: EDUFMA, 2009, p. 160
.google.com.br/books?id=vDdwCAAQBAJ&pg=PA2&dq=CADERNO+DE+PESQUISA+I
MIGRANTES&hl=pt-
BR&sa=X&ved=0ahUKEwiL89bxx9_PAhUGhJAKHUt7AFoQ6AEILDAA#v=onepage&q=
de%20faveri&f=false .

HOTEL FAMILIAR. *Imagem Dialeto.* Disponível em <<http://4.bp.blogspot.com/-pzG7wcBu-ZU/TvmqFWHJsiI/AAAAAAAAAZo/SjvhLbIeAVE/s640/hotel.jpg>> Acesso 14 nov., 2016.

HOTEL CARRARO. Disponível em <http://www.sfrg.com.br/wp-content/uploads/2013/06/PORTO-ALEGRE-DE-ONTEM-HOT%C3%89IS.pdf> Acesso 22, fev., 2018.

HOTEL LA PORTA. Disponível em <http://www.sfrg.com.br/wp-content/uploads/2013/06/PORTO-ALEGRE-DE-ONTEM-HOT%C3%89IS.pdf> Acesso 22, fev., 2018.

JORNAL O BRAZIL: Orgam do Partido Republicano.1918, Ed. 00011(1). *Hotel Familiar.* (imagem) Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=161969&pagfis=2450&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso 14 nov., 2016.

_____. ed. 00023(1), 1921. *Hotel Paris* (Antigo Hotel Familiar) (imagem) Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=161969&pagfis=2450&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> > Acesso 14, nov., 2016.

HOTÉS QUE NÃO EXISTEM MAIS. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2018/01/hoteis-que-nao-existem-mais-cjc2eiji500va01p53t5fmmbu.html>. Acesso: 10, fev., 2018.

**PORTAL REDE MULHERES EMPREENDEDORAS:
EMPREENDEDORISMO, CULTURA E IMAGENS DE SI**

*WOMEN ENTREPRENEURS NETWORK'S WEBSITE: ENTREPRENEURSHIP,
CULTURE AND SELF-IMAGES*

*Eliane Davila dos Santos, Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais.
Universidade Feevale, email: eliane.d@feevale.br*

*Gislene Feiten Haubrich, Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais
Universidade Feevale, email: gisleneh@gmail.com*

*Ernani Cesar de Freitas, professor do PPG em Processos e Manifestações Culturais
Universidade Feevale, email: ernanic@feevale.br*

RESUMO

O empreendedorismo feminino tem despertado interesse em diferentes países e atraído olhares de organizações nacionais e internacionais. Este estudo relaciona reflexões acerca da cultura e do empreendedorismo a fim de compreender como discursos divulgados em portais na internet contribuem para a construção de sentidos neste contexto. Diante disso, o objetivo do trabalho é analisar como o empreendedorismo feminino é representado no portal *Rede Mulheres Empreendedoras*. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. A condução metodológica realiza-se em duas etapas, a começar pela estratégia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) com a intenção de elaborar um mapeamento temático evidenciado pelo portal. Com base no levantamento, selecionam-se materialidades representativas para a análise do discurso e a identificação das representações. O embasamento teórico sobre cultura apoia-se em Geertz (2008) e as questões do empreendedorismo são sustentadas por Bruin, Bruschi e Welter (2006), Alh (2002) e Dornelas (2012). A condução da análise discursiva fundamenta-se na perspectiva da escola francesa, em especial, na proposta de Maingueneau (1997, 2008). A investigação direciona à compreensão da cultura como um construto social que contempla discussões sobre o empreendedorismo para as mulheres ainda assentadas em estereótipos culturais, que suscitem esforços individuais e coletivos na busca da igualdade de direitos femininos nos ambientes laborais e sociais.

Palavras-chave: Cultura. Empreendedorismo Feminino. Discurso.

ABSTRACT

Female entrepreneurship has aroused interest in different countries and attracted the attention of national and international organizations. This study involves reflections on culture and entrepreneurship in order to understand how discourses disclosed in portals on the Internet contribute to the construction of meanings in this context. Therefore, the objective of the study is to analyze how female entrepreneurship is represented in the *Women Entrepreneurs Network's* portal. This is an exploratory research with a qualitative approach. The methodological conduction is carried out in two stages, starting with the Content Analysis strategy (BARDIN, 2011) with the intention of elaborating a thematic mapping evidenced by the portal. Based on the survey, representative materialities are selected for discourse analysis and identification of representations. The theoretical basis for culture is based on Geertz (2008) and the questions of entrepreneurship are supported by Bruin, Bruschi and Welter (2006), Alh

(2002) and Dornelas (2012). The conduction of the discursive analysis is based on the perspective of the French school, especially on Maingueneau's proposal (1997, 2008). The research directs the understanding of culture as a social construct that contemplates discussions on entrepreneurship for women still based on cultural stereotypes, which elicit individual and collective efforts in the pursuit of women's equal rights in work and social environments.

Keywords: Culture. Female Entrepreneurship. Speech.

Considerações Iniciais

O artigo trata de questões relativas ao empreendedorismo no mundo contemporâneo, especialmente no que se refere à representação do empreendedorismo feminino no Portal Rede Mulheres Empreendedoras. Com base nestas considerações, delinea-se como questão norteadora do estudo: a representação do empreendedorismo feminino é fundamentada por cenas enunciativas que auxiliam na construção do ethos discursivo e associam-se aos aspectos culturais na sociedade. Este trabalho contribui para o entendimento dos princípios que norteiam a construção da imagem de si, o ethos discursivo, e tem como objetivo analisar a representação do empreendedorismo feminino e identificar os aspectos culturais que se manifestam nas cenas enunciativas e no ethos discursivo em materialidades discursivas divulgadas no Portal Rede Mulheres Empreendedoras, doravante PRME.

O embasamento teórico sobre cultura apoia-se em Geertz (2008) e as questões do empreendedorismo são sustentadas por Bruin, Bruschi e Welter (2006), Alh (2002) e Dornelas (2012). A condução metodológica realiza-se em duas etapas, a começar pela estratégia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) para a elaboração de um mapeamento temático abordado pelo portal. Com base nesse levantamento, selecionam-se três materialidades representativas para a análise do discurso e a identificação das representações do empreendedorismo feminino. A condução da análise discursiva fundamenta-se na perspectiva da escola francesa, em especial, na proposta de Dominique Maingueneau (2008a, b).

Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, pautada em objetivos de ordem exploratória e descritiva. Considera-se uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, descrita como um estudo de caso. As análises realizadas nesta pesquisa encaminham o diálogo à compreensão da cultura como um construto social que contempla discussões sobre o empreendedorismo feminino, assentadas, ainda, em estereótipos que suscitam esforços individuais e coletivos na busca da igualdade de direitos femininos nos ambientes socioprofissionais.

As seções do artigo estão assim dispostas: primeiramente, um espaço dedicado à reflexão de questões sobre a cultura e o empreendedorismo feminino. Na sequência, apresenta-se a compreensão das noções de cenografia e de ethos discursivo. Prossegue-se com a abordagem metodológica, seguida da

seção de análise e resultados do estudo de caso. Por fim, apresentam-se as questões relativas à cultura e ao empreendedorismo feminino.

A Cultura e o Empreendedorismo Feminino em Cena

A complexidade dos estudos sobre a cultura oferece aos pesquisadores um leque de possibilidades compreensivas acerca de tal conceito. A manifestação da cultura tem vínculos com contextos sócio-históricos, mantendo recíprocas as relações com as sociedades de que participa. As manifestações culturais estão repletas de conteúdo e de significados que instigam a produção de sentidos nos diversos espaços de convívio coletivo. Neste processo de construção social, o empreendedorismo feminino encontra lugar como uma forma de inserção da mulher no meio laboral.

Assim, pode-se dizer que a cultura possibilita o compartilhamento de significados por meio da linguagem, sendo possível dar significado e sentido a todas às coisas. Todos os significados são produzidos e partilhados pela linguagem. O ser humano nesse movimento é “[...] um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado.” (GEERTZ, 2008, p. 4).

Canclini (1998) entende a cultura como um processo em constante transformação, que contribui para uma conduta de mobilidade e de ação. Segundo esse autor, todas as culturas têm formas próprias de organização e características intrínsecas e, embora possam parecer estranhas, devem ser respeitadas. Santos (1996: 79) salienta que “a discussão de cultura sempre remete ao processo, à experiência histórica. Não há sentido em ver a cultura como um sistema fechado”. Assim, os processos culturais vão se transformando no tempo e com eles, as formas de relações humanas e de trabalho.

Dado o interesse pelas questões do empreendedorismo feminino, no intuito de entender como este fenômeno tem ganhado espaço em nossa cultura, pode-se dizer que o empreendedorismo começou a ser propagado no mundo a partir do século XVII e implica aquele, ou aquela, que assume riscos ao começar algo novo (DORNELLAS, 2012). No século XX, Joseph Schumpeter (1982), um dos autores mais relevantes neste campo, definiu como empreendedor aquele que reforma ou revoluciona algo (termo destruição criativa). Peter Drucker (2016), considerado o pai da administração, avalia que o empreendedor é aquele que aproveita as oportunidades para gerar mudanças.

Diante dessas ponderações, nota-se que o processo histórico evidencia os diversos conceitos sobre o que é ser um empreendedor. Salienta-se, ainda, que são pontos de vista atrelados aos processos culturais e às práticas sociais elaboradas pelos agentes em determinados contextos históricos. Essa dependência espaço-temporal é também reconhecida por Dolabela (1999) que ressalta duas como as principais abordagens sobre empreendedorismo: i) abordagem econômica; ii) abordagem comportamental. No mesmo sentido, Dornellas (2012) explica que para os economistas o empreendedorismo está relacionado à inovação, enquanto que para os comportamentalistas o enfoque está em aspectos atitudinais, com a criatividade e a intuição.

Em relatório divulgado em 2017, o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) destaca que o empreendedorismo surge por dois critérios básicos de existência: o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade. No Brasil, o maior índice de empreendedorismo é por necessidade (GEM, 2017). De acordo com Hisrich, Peters e Shepherd (2009, p. 33), “o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda per capita; envolve iniciar e construir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade”. A partir das considerações apresentadas até o momento, percebe-se que os processos culturais intervêm no processo de construção simbólica sobre o empreendedorismo, dando formas aos novos contextos laborais e às novas relações de trabalho dos agentes sociais.

Nesta perspectiva, embora já se reconhecesse, no início dos anos 1980, em conferências de universidade americanas, a necessidade de investigação a respeito da mulher em atividade empreendedora, foi apenas a partir de 2003 que o empreendedorismo feminino ganhou voz por meio do projeto *Diana Project*¹⁸, da *Babson College*. É notório que, até a década de 1990, muito tenha sido dito sobre o homem empreendedor. Entretanto, com a ampliação da participação da mulher nesse âmbito, tornou-se necessário dar destaque às pesquisas que dão voz às empreendedoras mulheres (BRUIN; BRUSH; WELTER, 2006). Os estudos sobre o empreendedorismo feminino auxiliaram na identificação de que, tantos homens quanto mulheres, possuem características empreendedoras, porém a mulher enfrenta maiores dificuldades sociais e culturais para empreender. (ALH, 2002).

¹⁸“Em 1999, Candida Brush, Patricia Greene, Nancy Carter, Elizabeth Gatewood e Myra Hart lançaram o Projeto DIANA para estudar o fenômeno do empreendedorismo feminino nos Estados Unidos. Em 2003, o objetivo da criação da colaboração da DIANA Internacional foi duplo: fornecer uma plataforma para desenvolver, conduzir e partilhar uma agenda de investigação global. Criar uma comunidade internacional de estudiosos dedicados a responder às perguntas sobre mulheres empresárias e empresas orientadas para o crescimento”. (PROJECT, 2017: s. p.).

Assim, encontram-se em elementos culturais, esclarecimentos acerca do papel coadjuvante atribuído à mulher por muitos anos no que tange às instâncias laborais. A busca por uma equidade de gênero, que objetiva o desenvolvimento social das nações (ALH, 2002), sugere o acesso das mulheres às diversas possibilidades de empregabilidade, antes somente dedicadas aos homens. Tendo em vista estes apontamentos, avança-se à próxima seção que apresenta as noções discursivas que nortearão as análises das materialidades linguísticas do PRME.

As Cenas de Enunciação e o Ethos: as Maneiras de Dizer e as Imagens de Si

As práticas sociais, conforme entendimento sustentado nesta investigação, implicam o processo interpretativo dos indivíduos acerca do mundo que o cerceia. Nesse sentido, compreende-se que é no discurso, por meio da linguagem, que o ser humano constrói suas relações socioprofissionais. A partir disso, acredita-se que os significados fundamentam os processos sociais nos quais foram elaborados. Dessa forma, articulam-se os estudos discursivos na pesquisa, uma vez que é na linguagem que o empreendedorismo feminino é representado e as manifestações culturais são reveladas.

A perspectiva do ato enunciativo perpassa a reflexão sobre o estatuto do enunciador e o destinatário¹⁹. De acordo com Maingueneau (2008a, p. 87, grifo do autor), “os diversos modos da subjetividade enunciativa dependem igualmente da competência discursiva, sendo que cada discurso, define o *estatuto* que o enunciador deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer”. Pode-se dizer, também, que tanto o enunciador quanto o destinatário apoderam-se de um lugar e, nesse espaço, o enunciador projeta uma imagem de si no discurso a partir da qual o legitima (FREITAS, 2011).

Na enunciação midiática, ou seja, no modo como as mídias representam o empreendedorismo, que a análise discursiva ora proposta repousa. O discurso é linguagem em interação, vinculado às construções de sentido. A partir da cena enunciativa, revela-se a personalidade do enunciador, que se constitui no ethos discursivo. Definem-se as cenas englobante e genérica, além da cenografia²⁰, como conceitos que levam àquilo que o discurso

¹⁹ O estatuto do enunciador e do destinatário é um dos planos da semântica global, utilizado por Maingueneau (2008b).

²⁰ A cena englobante atribui ao discurso um estatuto pragmático. A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, como editorial, sermão, guia turístico, consulta médica etc. (MAINGUENEAU, 2013). Pode-se dizer que “a cenografia, com o ethos da qual ele participa, implica um processo de enlaçamento: desde sua emergência, a fala é carregada de certo ethos, que, de fato, se valida progressivamente por meio da própria enunciação [...] ela legitima o discurso [...]” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 71).

cria. Para tanto, consideram-se as figuras do enunciador e do co-enunciador, e o todo que emerge da cena de enunciação.

A imagem de si permite a interpretação dos posicionamentos das mídias e as manifestações culturais que emergem desses discursos. Segundo Freitas (2011), não é possível pensar em discurso de modo estanque, mas como um construto de várias dimensões.

Quando se pensa em ethos discursivo, logo se o vincula à ideia de interação de diversos fatores: ethos pré-discursivo (ethos prévio), ethos discursivo (ethos *mostrado*), mas também a “fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (ethos *dito*) – diretamente – “é um amigo que lhe fala” ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo.” (MAINGUENEAU, 2011, p. 18, grifo do autor). A diferença entre o ethos dito e o ethos mostrado se inscreve nos limites de uma linha, sendo muito difícil definir uma fronteira cristalina. Assim, o ethos efetivo resulta da interação entre as diversas esferas discursivas. Assim, postas as premissas teóricas, pode-se avançar ao delineamento das questões metodológicas.

Trilhas Metodológicas

Nesta seção, esclarecem-se os procedimentos adotados para a condução do estudo, a começar pela construção do corpus, sustentada pela análise de conteúdo. Conforme proposto por Bardin (2011), tal proposta analítica demanda a realização de alguns procedimentos a fim de que atenda às expectativas do pesquisador. Nesse sentido, o primeiro passo implica a realização da leitura flutuante, que oportuniza mais clareza e compreensão do objeto de estudo. A partir da definição da coleta de dados em portais da internet, realizou-se uma busca intensa por sites que retratassem a questão do empreendedorismo feminino. Mediante uma pesquisa básica no buscador do Google, com a expressão “sites de empreendedorismo feminino”, entre notícias, eventos e programas empresais de incentivo às mulheres empreendedoras, foram identificados sete sites especializados no tema, sendo eles: Mulheres empreendedoras; Rede mulher empreendedora; Voa, Maria; Instituto iaprendi; Consulado da mulher; Meta mulheres empreendedoras transformando ações; Empreendedorismo rosa.

A na análise dos dados a partir dos gêneros que abarcam os conteúdos publicados no portal. Por exemplo, a coluna *Ideias de Negócios* contempla o subtema *Negócio de Ocasão* com mais frequência, enquanto na coluna *Negócios Online*, o subtema ‘Tecnologia’ assume relevância. Já nas colunas *Franquias*, *Empreendedorismo* e *Carreiras*, o subtema mais frequente é a ‘Formação’. A coluna *Home Office* não apresenta uma categoria de destaque, uma

vez que condensa a menor quantidade de artigos. Menciona-se, por fim, a quantidade de materiais veiculados a partir do gênero categorizado pelas autoras: discussão (28), análise (18), tutoriais (52) e dicas (62).

A seleção dos conteúdos para análise discursiva segue os critérios de gênero mais acionado para cada coluna e o subtema mais frequente entre os gêneros disponíveis. Opta-se pela exclusão da coluna *Home Office*, uma vez que apresenta pouca quantidade de material, além de ser retratada em outros tópicos. A partir daí são avaliados os textos, e a seleção está nos artigos assinados pelo PRME, visto que, acredita-se, devem seguir um estilo narrativo que permita a identificação dos elementos almejados pela pesquisa.

Isto posto, a análise metodológica desloca-se para as premissas discursivas, onde propõem-se duas categorias de análise:

a) *Cultura e empreendedorismo feminino*: observam-se os aspectos culturais manifestados pela materialidade discursiva, além dos tópicos sobre o empreendedorismo feminino. O embasamento teórico sobre cultura apoia-se em Geertz (2008) e as questões do empreendedorismo são sustentadas por Bruin, Bruschi e Welter (2006), Alh (2002) e Dornelas (2012);

b) *Cenas enunciativas e o ethos discursivo*: busca-se apresentar o ethos discursivo, por meio das cenas enunciativas que PRME elabora pelo seu modo de dizer. A condução da análise discursiva fundamenta-se na perspectiva de Maingueneau (2008a, 2008b).

Deste modo, atende-se ao objetivo do estudo que é compreender a representação do empreendedorismo feminino e os aspectos culturais que se manifestam nas cenas enunciativas e no ethos discursivo evidenciados em materialidades discursivas oriundas do PRME. Analisam-se três textos do portal, sendo realizados apontamentos individuais para cada texto. Nas considerações finais, elaboram-se, de forma geral, os resultados relativos às três materialidades discursivas. Posto isso, prossegue-se com o artigo.

Análises e Resultados: o Modo de Dizer e as Imagens de Si

Antes de avançar à análise discursiva das materialidades selecionadas, apresentam-se as informações acerca do caso em estudo. Trata-se do Portal Rede Mulheres Empreendedoras (PRME), cujo objetivo é fomentar discussões sobre o empreendedorismo feminino, suas tendências e desafios. O conteúdo é elaborado pela equipe de redatores do portal e também por autoras independentes que enviam seus próprios artigos para publicação. Após a validação dos

textos enviados, os editores do portal inserem o conteúdo de acordo com as temáticas de classificação.

Nota-se que as materialidades discursivas do portal, conforme a cena englobante, podem ser caracterizadas como um discurso institucional, onde as temáticas abordadas conduzem aos valores da instituição. A cena genérica (MAINGUENEAU, 2008a) é constituída por gêneros híbridos, visto que se identificam diversas classificações de gêneros, tais como seções de dicas, tutoriais e discussões sobre assuntos diversos. As materialidades eleitas para análise são detalhadas e analisadas, individualmente, conforme propõe a metodologia.

Inicia-se pela materialidade divulgada na coluna Ideia de Negócios, no gênero dicas, cujo tema é “negócios de ocasião”, intitulada “Ideias para ganhar dinheiro na Páscoa” (PRME, 2018a). Acerca dos aspectos culturais, o discurso aciona elementos relativos ao jeitinho brasileiro (DAMATA, 1986) para superar restrições financeiras, visto que vincula a questão da criatividade para incrementar uma ideia de negócio de ocasião (DORNELLAS, 2012). Em diversos trechos sugere a parceria com uma amiga para ampliação do negócio ou para reunir saberes diferentes em prol de um único negócio. Quanto a categoria empreendedorismo feminino, desde o título já remete ao empreendedorismo por necessidade (GEM, 2017), ou seja, cujo enfoque está na remuneração monetária para subsistência. O aspecto relativo a uma proposição sazonal – a Páscoa – também remete a ideia de algo provisório, improvisado e emergencial.

A cenografia encenada pelo enunciador procura criar um contexto de oportunidade e de construção de parceria com o co-enunciador ao enumerar vantagens mediante a adesão às suas dicas. Para tanto, além das ideias, a argumentação é estruturada a fim de construir comprometimento com a leitura, atribuindo à leitora a responsabilidade pelo êxito das ações recomendadas. O ethos prévio assenta-se na proposição de atividades alternativas e que podem ser feitas em casa, o que mantém uma ideia do trabalho doméstico enquanto “bico”, de menor importância do que outras atividades. Também trata da possibilidade de que mulher ganhe seu próprio dinheiro sem ter um emprego fora de casa, o que pode estar relacionado com a educação/cuidado dos filhos, que deve ser feita por ela. Nesse caso, ainda que o discurso mobilize novos sentidos acerca do espaço da mulher na sociedade, a significação que define seu lugar mantém a teia construída socialmente (GEERTZ, 2008).

Quanto ao ethos dito, destaca-se (PRME, 2018a, s. p., grifo nosso): “nada melhor do que *ganhar um bom dinheiro*”; “datas comemorativas são sempre *boas opções* para aqueles que *desejam faturar mais*”; “o *grande segredo* para ser bem-sucedido nesse negócio é oferecer um produto diferenciado, com qualidade e preço competitivo”; “*basta ter* criatividade e

determinação”; “vai *depende de sua* criatividade, bom gosto e a escolha de produtos com qualidade para montar seu negócio”; “buscar parceria com *uma amiga*”; “como última *ideia* desta nossa lista e que por sinal *é genial* para ganhar dinheiro na Páscoa”.

Por fim, o ethos mostrado no primeiro discurso analisado apresenta, por meio da cenografia construída, que a possibilidade de ganhar dinheiro em uma situação pontual, como a Páscoa, garante rendimentos adicionais, mas depende da criatividade e dedicação da mulher. Trata-se de uma atividade que atende a um momento e não prevê uma continuidade. Nesse caso, estimula-se uma ação pontual de elaboração de um negócio. O tema também é tratado como algo simples, posto que é mostrado como certeza de retorno financeiro, desde que a mulher esteja efetivamente comprometida com alguma das propostas do artigo. O empreendedorismo aciona sentidos relativos à improvisação.

A segunda, das três matérias divulgadas no PRME, intitula-se “Como montar uma loja virtual com pouco dinheiro?” (PRME, 2018b). Ela foi divulgada na coluna Negócios Online e reconhece-se o gênero tutoriais para o tratamento do tema tecnologia. Baseada na pista discursiva “com o desenvolvimento da tecnologia, montar uma loja virtual se tornou uma tarefa simples”, percebe-se que a tecnologia modifica as relações humanas entre o passado, presente e futuro e constrói novos compartilhamentos simbólicos (SANTOS, 1996).

O empreendedorismo vem associado à tecnologia e relaciona suas práticas às facilidades do mundo moderno. Acerca do empreendedorismo feminino, a materialidade discursiva sugere a vinculação do empreendedorismo às questões econômicas e financeiras. Associa-se o empreendedorismo a um tipo de negócio que possibilita à mulher sua independência financeira. Utilizado por muitas mulheres para o seu sustento, pode ser considerado um tipo de empreendedorismo por necessidade (GEM, 2017).

O texto produz sua cenografia ao convidar o leitor a montar uma loja virtual e sugerir que tal ação pode ser efetivada com baixo investimento financeiro. As pistas discursivas propõem a realização de um plano de marketing, a fim de diferenciar-se no atendimento, além de delinearem normativas para uma loja de sucesso. O ethos prévio ancora-se no entendimento que as mulheres não têm muito conhecimento sobre como montar uma loja virtual. Salienta-se que o desconhecimento pode ser tanto tecnológico quanto estratégico no tratamento de negócios digitais.

As marcas discursivas implicam o ethos dito enquanto representação do empreendedorismo feminino que busca legitimar a viabilidade dos negócios via internet. O site convoca os co-enunciadores a aderirem ao discurso mediante as seguintes pistas (PRME, 2018b, s. p., grifo nosso): “*comece por fazer* um plano de negócio”; “definindo objetivos,

recursos, metas e todos os pontos necessários para *estruturar um e-commerce de sucesso*” e busca evidenciar que o empreendedorismo feminino possui um trabalho informativo às mulheres para melhor gerenciar seus negócios.

O ethos mostrado decorre da cena enunciativa que sugere aos leitores uma receita ideal para quem pensa em montar um e-commerce. O co-enunciador incorpora o discurso, marcado por estereótipos manifestos em chavões, como “um negócio de sucesso”. O fiador discursivo, sugere, pela corporalidade e seu caráter descritivo, que as mulheres poderiam empreender melhor se obtiverem mais informações sobre os negócios que desejam começar. O ethos indica que o empreendedorismo feminino define as mulheres como desprovidas de informações básicas para estruturar negócios.

A última matéria analisada discursivamente foi divulgada na coluna carreiras e trata da formação por meio do gênero discussão. Denominada “A importância do bem-estar para desenvolver um bom trabalho” (PRME, 2018c), a materialidade discursiva visa “uma visão mais humanista do trabalho” e evoca a premissa da busca por novas maneiras de se relacionar no trabalho. Percebe-se que, culturalmente, o trabalho vem sendo reconhecido como possibilidade de desenvolvimento do ser humano.

A *motivação* é apresentada como diferencial para o bem-estar no trabalho e no campo social. As pistas enunciadas em “o que motiva as pessoas a se empenharem no trabalho” (PRME, 2018c, s. p.) sugerem que o empreendedorismo não deveria ser apenas para atender as demandas financeiras, mas também para que se possa pensar em atividades que atendam ao gosto pessoal e com isso mantenha-se a motivação e a realização das pessoas na realidade laboral. A cenografia do texto convida o leitor a questionar sobre as possibilidades de entendimento do trabalho na contemporaneidade e recomenda a adesão ao pensamento humanizado no que se refere à visão do que representa o trabalho.

O ethos prévio apoia-se na percepção de que o leitor precisa refletir sobre a importância do bem-estar no trabalho, além da sua motivação para desempenhar sua atividade. O ethos dito apoia essa perspectiva mediante pistas discursivas como “o tema da motivação, satisfação e insatisfação no trabalho, tem sido alvo de estudos e pesquisas teóricas”. Elas pretendem a construção de uma cena enunciativa questionadora das noções relativas à motivação e às possibilidades de satisfação que o trabalho proporciona. O enunciado sugere, ainda, que o empreendedorismo seja uma opção para a busca da motivação no trabalho.

Finalmente, a cena enunciativa evidenciada pelo ethos mostrado preconiza a representação de uma forma de empreender que realize o ser humano. Indica que o trabalho possa ser realizado de forma mais humana e provocadora do bem-estar e realização. O ethos

construído indica que o empreendedorismo pode proporcionar bem-estar e pode ser considerado como suporte para novas relações no trabalho.

Considerações Finais

Este estudo tematizou sobre as manifestações culturais e a representação do empreendedorismo feminino evidenciados por materialidades discursivas disponíveis no PRME. A investigação revela que, embora o site seja focado em empreendedorismo feminino, não se percebe uma proposta efetiva no tratamento das características e dificuldades enfrentadas por mulheres para desenvolver seu negócio. A caracterização feminina está associada aos tipos de negócio propostos, fundamentada em estereótipos que definem o que é “trabalho de mulher”, como o vínculo aos ramos alimentícios e de estética, por exemplo. O tom escolar adotado pelo enunciador também posiciona a leitora como aprendiz, ainda que assuma a ideia de parceria entre enunciator e co-enunciador.

Os conteúdos abordados no material analisado permitem perceber que o seu enfoque está no empreendedorismo feminino por necessidade, ainda que a identificação de oportunidades de negócio também seja acionada em alguns textos. Entretanto, a ideia central em todas as materialidades estudadas, está na dimensão lucrativa monetária, sendo a dimensão da transformação social, por meio de ações empreendedoras, periférica. Tal constatação suscita a necessidade de repensar as estratégias de engajamento referentes ao empreendedorismo, para que seja percebido efetivamente como um modo de desenvolvimento pessoal e, conseqüentemente, social, para além de uma ideia de situação de transição, provisória.

Com relação ao ethos prévio promove-se uma diferença entre o *trabalho em casa* (algo em torno da ideia de “bico”, visto o volume de negócios sazonais como páscoa, verão, etc.) e o *home office* (algo mostrado como complexo e que a mulher não domina). Assume-se que a falta de conhecimento da mulher acerca de temas considerados complexos, demanda um tom formador e, de certo modo, doutrinador, que tem como intuito a definição de um modo de fazer. Ressalta-se a contradição no que se refere à concepção própria do empreendedorismo feminino enquanto busca de alternativas diferenciadas para efetivação de um negócio.

Quanto ao ethos discursivo, percebe-se, por meio da cenografia construída pelo ethos dito e pelo ethos mostrado, a emergência do empreendedorismo feminino associado à necessidade financeira e de autorrealização. Isso é importante, mas para que haja uma efetiva mudança na representação do empreendedorismo feminino, as indagações discursivas devem buscar análises críticas, interpelando o leitor para discussões que envolvam temáticas, como por

exemplo, as relações de poder existentes na sociedade, sugerindo uma abordagem que dê destaque à fatores de subordinação da mulher no trabalho e seu papel neste contexto. Portanto, o ethos efetivo, mediante as cenografias construídas e os ethé ditos e mostrados, percebe-se um direcionamento da noção de empreendedorismo feminino às cenas estereotipadas da sociedade, onde a mulher ainda se encontra em posição secundária.

Referências Bibliográficas:

AHL, Helene.J. **The Making of the Female Entrepreneur: A Discourse Analysis of Research Texts on Women's Entrepreneurship.** 216f. 2002. Thesis of doctorate degree (Jonkoping International Business School), Jonkoping University, Sweden, 2002. Disponível em: <<http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:3890/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRUIN, Anne de; BRUSH, Candida G.; WELTER, Friederike. Introduction to the Special Issue: Towards Building Cumulative Knowledge on Women's Entrepreneurship. **Entrepreneurship: Theory and Practice.** Baylor University. Volume 30, Issue 5. p. 485-593, set. 2006. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1540-6520/issues](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1540-6520/issues)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor.** A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2012.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios.** São Paulo: Cengage, 2016.

FREITAS, Ernani Cesar. Cultura, linguagem e trabalho: comunicação e discurso nas organizações. **Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo,** v. 7, n. 1, p. 104-126, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/1917>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed., 13 reimp. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A., 2008.

GEM. **Empreendedorismo 2017.** Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/\\$File/7737.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/$File/7737.pdf)> Acesso: 20 mar. 2018.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo.** 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso.** Trad. Freda Indursky. 3.ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Cenas da enunciação.** Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-E-Silva. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008a.

_____. **Gênese dos discursos.** Tradução de Sírio Possenti. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008b.

_____. A propósito do Ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-32.

_____. **Análise de textos de comunicação.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PORTAL MULHERES EMPREENDEDORAS. Disponível em: <<https://www.mulheresempreendedoras.net.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PORTAL REDE MULHERES EMPREENDEDORAS (PRME). **Como ganhar dinheiro na Páscoa.** 2018a Disponível em: <<https://www.mulheresempreendedoras.net.br/ideias-para-ganhar-dinheiro-na-pascoa/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

_____. **Como montar uma loja virtual com pouco dinheiro.** 2018b. Disponível em: <<https://www.mulheresempreendedoras.net.br/como-montar-uma-loja-virtual-com-pouco-dinheiro/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

_____. **A importância do bem-estar para desenvolver um bom trabalho.** 2018c. Disponível em: <<https://www.mulheresempreendedoras.net.br/importancia-do-bem-estar-para-desenvolver-um-bom-trabalho/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

PROJECT. **Diana project.** Disponível em: <<http://www.babson.edu/Academics/centers/blank-center/global-research/diana/Pages/home.aspx>>. Acesso em: 20 fev. 2017

SANTOS, José Luiz de. **O que é cultura.** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril, 1982.

**ESPAÇOS COMERCIAIS DE ARTESANATO: CULTURA E ARTE
CONTRIBUINDO NA VIVÊNCIA CIDADINA**

*COMMERCIAL SPACES OF HANDICRAFT: CONTRIBUTIONS OF CULTURE
AND ART IN URBAN LIVING*

*Gabriela Sousa Ribeiro
Doutora em Urbanismo / Docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro
e-mail: gabrielasousaribeiro@gmail.com*

*Beatriz Rodrigues Moreira
Graduanda em Produção Cultural/ Instituto Federal do Rio de Janeiro
e-mail: rodriguesbeatriz@gmail.com*

RESUMO

Por considerarmos o artesanato como forma de expressão dos aspectos socioculturais da população de uma localidade, ponderamos que os espaços comerciais de artesanato precisam acompanhar essa possibilidade de comunicação. Esses locais acomodam diversas vivências da população local. Defendemos, portanto, a importância de estimular a potência dos espaços comerciais de artesanato no trato urbano, cultural, artístico e turístico, visto a diversidade de pessoas, atividades, trocas, signos e significados socioculturais envolvidos nos mesmos, podendo ser considerados territórios pela população local. O objetivo deste trabalho é discutir como se dá a dinâmica sociocultural possibilitada pela Feira do Lavradio, realizada uma vez por mês na Lapa, bairro central da cidade do Rio de Janeiro, ponderando em que medida a dinâmica desse espaço de venda de artesanato contribui para agregar manifestações de identidade sociocultural da população local. Para atingir os objetivos pretendidos, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais e pesquisa de campo, a partir de observações assistemáticas e entrevistas semiestruturadas com gestores da Feira, artesãos, comerciantes e frequentadores da mesma. Foi possível perceber que a Feira do Lavradio contribui para que a população se aproprie do espaço, dando vida e significado ao local e a seu entorno.

Palavras-chave: espaços comerciais de artesanato. aspectos socioculturais. artesanato. dinâmica urbana. vivência no território.

ABSTRACT

Because we consider the handcraft as a form of expression of the socio-cultural aspects of the population of a locality, we think that the commercial spaces of handcrafts must accompany this possibility of communication. These places accommodate diverse experiences of the local population. We defend the importance of stimulating the potency of the commercial spaces of handicrafts in the urban, cultural, artistic and tourist tract, considering the diversity of people, activities, exchanges, signs and socio-cultural meanings involved in them, being considered territories by the local population. The objective of this work is to discuss how the sociocultural dynamics made possibilitated by the Feira do Lavradio, held once a month in Lapa, central district of the city of Rio de Janeiro, pondering to what extent the dynamics of this handcraft selling space contributes to aggregate manifestations of socio-cultural identity of the local population. In order to

achieve the intended objectives, bibliographical and documentary research and field research were carried out, based on unsystematic observations and semi-structured interviews with Fair managers, artisans, traders and visitors. It was possible to see that the Lavradio Fair contributes to the population appropriating space, giving life and meaning to the place and its surroundings.

Keywords: commercial spaces of handicrafts. sociocultural aspects. handicrafts. urban dynamics. living in the territory.

Introdução

A partir de García Canclini (1983), entendemos artesanato como forma de expressão dos aspectos socioculturais da população de uma localidade que, a partir de matérias primas, mão de obra e significantes socioculturais locais, os materializa em distintos artefatos, tanto objetos utilitários como decorativos. Para o autor, há no artesanato um aspecto comunicador entre artesão-peça-receptor, seja este último um visitante, um comprador, um membro da comunidade ou o próprio artesão e seus colegas de trabalho. A partir das peças artesanais, há a possibilidade de representar aspectos de seus modos de vida, contribuindo tanto para o fortalecimento de sua identidade sociocultural e de seus pares, como para o entendimento dos aspectos socioculturais da região por visitantes externos.

Muitas são as razões pelas quais se faz um objeto artesanal, “desde a necessidade mais imediata de sobrevivência, desde o instrumento que é feito para o trabalho ou para o conforto: como um prato, uma colher, uma cama, até objetos de significados muito mais amplos, como a imagem de um sobrenatural, de um santo, um objeto religioso” (LIMA, 2011, p. 189). Lima (2011), em entrevista à Paulo Keller, explica que a riqueza do artesanato brasileiro decorre de sua diversidade em termos dos materiais empregados, das técnicas usadas para sua confecção e das diferentes realidades vividas por aqueles que o produz.

A partir dos espaços de venda de artesanato, é possível perceber essa riqueza e apreender os aspectos socioculturais concernentes à realidade da localidade em que estão inseridos, tanto pelas peças artesanais expostas como pelas manifestações e trocas sociais presentes nos locais. Entendemos, portanto, que esses espaços figuram na cidade tanto como espaços turísticos quanto como espaços comerciais carregados de valores e símbolos a serem apreendidos e trocados entre os diversos usuários do local, população local e externa, o que os faz ser considerados bens culturais.

Florissi e Valiati (2009) discutem a importância da manutenção dos bens culturais na cidade à medida que traduzem o modo de vida de um povo, agregando manifestações de identidade, valores e crenças da sociedade. A validade de um bem cultural traz benefícios no

âmbito econômico e é incomensuravelmente favorável ao bem-estar da sociedade. Tal argumento corrobora com Miguez (2009) e Yúdice (2004), que encaram a cultura como recurso para melhoria social, conseguindo, a partir de projetos de incremento cultural urbano, alcançar o desenvolvimento urbano sustentável. Assim, encarar os espaços comerciais de artesanato como bens culturais propicia o usufruto dos espaços, dos objetos e de seu entorno pela população como um todo, reafirmando, a partir do lugar de convívio, valor e identidade às pessoas.

Dentre os espaços de venda de artesanato na cidade do Rio de Janeiro, se destaca a Feira do Rio Antigo, também conhecida como Feira do Lavradio, que, desde 1996, ocorre todo primeiro sábado do mês na Rua do Lavradio, na Lapa, região central da cidade. Figura como um dos principais expoentes de arte e cultura do circuito Santa Teresa e Lapa no catálogo da Riotur, Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro, ligada à Prefeitura. Porém, conforme nossas pesquisas, mais do que um ponto turístico, a Feira é reconhecida e vivenciada pelos cariocas como importante espaço de cultura e lazer da cidade.

Ao espaço vivenciado pelos cidadãos em função do respeito aos seus aspectos socioculturais, que lhes fazem sentirem-se convidados à experiência e à fruição do e no mesmo, Santos (2009) e Haesbaert (2007) atribuem o conceito de território. Haesbaert (2007) relaciona o conceito de território ao de identidade. Para ele, esses conceitos se conformam a partir da experiência, que é necessariamente social. O território é visto, então, enquanto simulacro discursivo.

Defendemos, portanto, a importância de estimular a potência dos espaços comerciais de artesanato, visto a diversidade de pessoas, atividades, trocas, signos e significados socioculturais envolvidos nos mesmos, podendo ser considerado um território pela população local.

Diante do exposto, questionamos: em que medida a Feira do Lavradio contribui para a vivência do espaço e de seu entorno pela população local, agregando aspectos de identificação sociocultural?

O objetivo deste trabalho é discutir como se dá a dinâmica sociocultural possibilitada pela Feira do Lavradio, realizada uma vez por mês na Lapa, bairro central da cidade do Rio de Janeiro, ponderando em que medida a dinâmica desse espaço de venda de artesanato contribui para agregar manifestações de identidade sociocultural da população local.

Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais e pesquisa de campo, a partir de observações assistemáticas e entrevistas com artesãos, comerciantes, frequentadores e gestores da Feira.

Arte e cultura contribuindo na vivência cidadina

O segmento econômico “cultura e lazer” é um dos que mais cresce no mundo. Porém, sua importância extrapola questões puramente econômicas (THIRY-CHERQUES, 2006). Para Florissi e Valiati (2009), na valorização dos fenômenos culturais existem dimensões importantes à tomada de decisão acerca da alocação de recursos por indivíduos e sociedade. Tais dimensões podem ser expressas pela distinção entre bens tangíveis, dotados de materialidade e formadores de capital físico, humano e natural, e bens intangíveis, com condição de imaterialidade, formados por componentes de significado simbólico e de sentido de identidade de grupos sociais ao entorno.

Nos espaços comerciais de artesanato, agrupam-se bens tangíveis e intangíveis. Os primeiros podem ser medidos pelo valor econômico que os produtos artesanais movimentam. O setor envolve 8,5 milhões de pessoas e movimenta R\$ 50 bilhões por ano (SEBRAE, 2016). Os aspectos intangíveis concernem às sensações percebidas na vivência do local, a partir das músicas, dos cheiros, dos sabores, das texturas, das interações interpessoais, das características de cada ambiente, dos efeitos maximizados pelas trocas e manifestações socioculturais que podem ser efetivadas nesses lugares, traduzindo a identidade da localidade. Porém, para isso é necessário que a população local tenha a sensação de pertencimento aos espaços comerciais de artesanato, cabendo ao poder público, a partir de seus projetos de políticas públicas, manejar as variáveis que devem estar presentes nos mesmos ao defini-los e mantê-los.

É no encontro desse entendimento e apoiados em García Canclini (1983) que defendemos o apelo cultural do artesanato em traduzir os aspectos socioculturais do povo a partir dos fazeres e materiais implícitos nos artefatos, por isso, ser comum, em viagens turísticas, levar na bagagem, ao menos, uma “lembrancinha” do local visitado. González (2008) defende que as “lembrancinhas” traduzem a “essência” do local, tornam tangíveis aos turistas os aspectos intangíveis conhecidos e acontecidos no local visitado.

Se as peças artesanais têm esse poder de comunicação, os espaços destinados à sua venda, precisam acompanhar essa possibilidade. É preciso entender, conforme García Canclini (1983), a cultura como processo, não cabendo analisar o produto isoladamente. O contexto no qual ele está inserido, em termos de produção, circulação e recepção, a dinâmica que ele assume enquanto processo é o que conta. “A análise de uma cultura não pode concentrar-se nos objetos ou nos bens culturais; deve ocupar-se do processo de produção e circulação social dos objetos e dos significados que receptores diferentes lhe atribuem” (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 33).

Portanto, é necessário analisar todos os possíveis significados transmitidos àqueles que interagem com o artesanato, não apenas o artefato em si (a significação que o artesão almeja passar, a partir de símbolos e signos, quando cria suas peças, o que transmite às pessoas que interagem com ela), mas também o espaço comercial, a estrutura urbana que permite ao consumidor chegar a esse espaço e as trocas realizadas nele entre as pessoas. Pois, pensando nesse espaço enquanto um sistema de valores, de qualidades, de infraestrutura, esse sistema só estará completo se permitir no mesmo espaço a convivência da população turística com a população local, permitindo trocas sociais e culturais mantidas cotidianamente por essa última, e não apenas inventadas, nos termos de Hobsbawm (1984), e impostas pelo apelo turístico.

Guy Debord (1997), ícone no movimento contra a cultura espetacular, contra a passividade e a alienação da sociedade, ao discutir o planejamento do espaço, afirma que o turismo, enquanto subproduto da circulação de mercadorias e de pessoas se resume ao lazer de contemplar o que já se tornou banal. O fato dos lugares serem planejados para a demanda turística, com fins econômicos, já é garantia de equivalência entre espaços. Ele defende a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social e, principalmente, naquele da cultura para minimizar os efeitos da banalização do cotidiano encarado como mercadoria.

Para Vaz e Jacques (2001), um dos usos da cultura é como instrumento de desenvolvimento econômico capaz de gerar revitalização urbana. Este processo acontece em um período neoliberal globalizado, em que as questões econômicas passam a ser prioritárias e defendidas como solução para questões sociais. Mesmo passados mais de 15 anos da publicação das autoras, a agenda neoliberal continua vigente e, cada vez mais, a cultura vem sendo usada como ferramenta para a disputa entre as cidades de qual consegue ser mais vendável por meio da cultura e, em função disso, ser capaz de atrair mais investimentos externos.

Em muitos casos, há um esforço pelo poder público em captar investimentos, capital estrangeiro e turistas à cidade, acarretando em imposições vindas de cima para baixo que modificam as características do espaço urbano, segregando a população local e focando apenas no turismo. Além dos casos em que essas mudanças se consolidam na adoção de modelos de espaços estrangeiros, sem se preocupar em acomodar a vivência local, contribuindo ainda mais para a padronização dos ambientes e segregação espacial da população local (RIBEIRO, 2016).

Ao não permitir a convivência da população local com os turistas, estes não conseguem apreender os aspectos socioculturais da localidade, já que o espaço, descontextualizado da cultura e da dinâmica social da população da cidade, por focar apenas no capital turístico, não permite a efetiva troca de valores entre ambos.

O turismo para ser atrativo não deve excluir a população local. Ao contrário, ele é sustentável e consciente quando a população local não é segregada dos espaços, visto que é ela um dos maiores atrativos turísticos por ser representante de hábitos, costumes e tradições materializadas em peças artesanais, culinária típica, manifestações culturais e trocas socioculturais que dão característica e significado particulares ao local (RIBEIRO, 2017).

Ribeiro (2016), ao registrar as experiências da população local em espaços comerciais de artesanato do Recife-PE, identificou a importância das referências culturais em circulação nesses espaços para a construção das identidades local, regional e nacional, propiciando que o público mais amplo possa perceber tais espaços de forma mais abrangente, reconhecendo seus papéis na história e na memória de um povo.

A cultura precisa ser preservada não para o turista, não apenas para se ganhar dinheiro a partir dela, mas para contribuir para que as pessoas se reconheçam nas suas práticas, no seu mundo. A cidade precisa ser de e para todas as pessoas, sem discriminação de raça, cor, características antropométricas, classe social. Se ela for boa para a população local, por consequência, os turistas terão boas experiências no local, o contrário nem sempre é verdadeiro.

Métodos e técnicas

O objeto de estudo deste artigo é a Feira do Rio Antigo, também conhecida como Feira da Lavradio. A feira é efêmera, sendo realizada todo primeiro sábado do mês, na Rua do Lavradio, se estendendo da esquina da Avenida Mem de Sá até a Rua Visconde de Rio Branco. No seu entorno, há importantes ícones urbanos do Rio de Janeiro, como os Arcos da Lapa, a Catedral Metropolitana, a Praça Tiradentes, entre outros, como demonstra o mapa da figura 1.

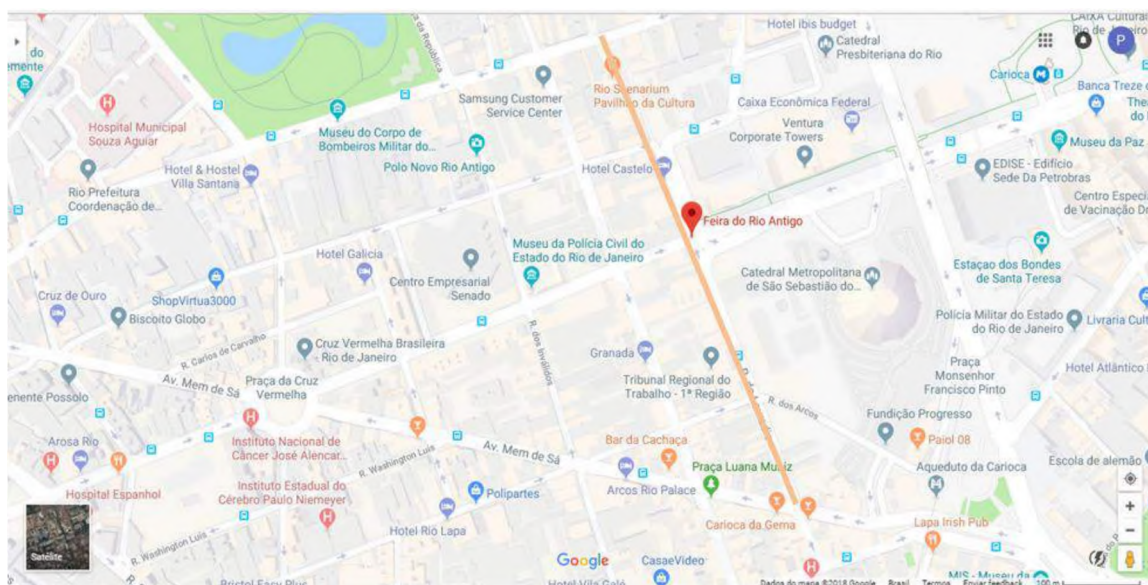


Figura 1: mapa da região da Feira do Rio Antigo ou Feira da Lavradio, com destaque para a mesma. Fonte: google maps com adaptações das autoras (2018).

Conforme seus organizadores (RIOTUR, 2018), a Feira possui cerca de 300 barracas oferecendo tanto artesanato quanto antiguidades e atrai, a cada edição, uma média de 15 mil pessoas. Para atingir os objetivos pretendidos, realizamos pesquisas bibliográficas e documentais, além de pesquisa de campo, no âmbito de uma abordagem qualitativa. O campo se deu a partir de observações assistemáticas e entrevistas semiestruturadas com artesãos, comerciantes de artesanato, frequentadores e gestores da Feira.

As entrevistas semiestruturadas consistiam em um formulário com perguntas abertas em que as pesquisadoras usavam de guia para as entrevistas, porém, de acordo com as respostas, a ordem das perguntas poderia ser alterada, assim como poderiam ser inseridas novas questões. Foram elaborados distintos formulários de acordo com o respondente, ou seja, listas de questões para artesãos, comerciantes de artesanato (mas que não haviam feito as peças que comercializavam), frequentadores e gestores da Feira. Antes de iniciar as entrevistas em si, realizamos um pré-teste com objetivo de avaliar se as respostas estavam formuladas de modo que permitisse um fácil entendimento pelos respondentes. Assim, aplicamos esse pré-teste com dois artesãos de outra feira de artesanato da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e percebemos problemas em relação a algumas perguntas. As reelaboramos e aplicamos com artesãos da Feira da Lavradio, que não demonstraram dificuldades de entendimento das questões, fazendo com que prosseguíssemos às entrevistas.

Ao contrário do que, de início, imaginávamos, a maioria dos comerciantes de artesanato são os/as próprios/as artesãos/as, de modo que demos maior ênfase a voz dessas pessoas. Artesãos, comerciantes e frequentadores da Feira foram entrevistados *in loco*. A entrevista com gestores da mesma se deu em outro momento que não o da realização da Feira em si.

Resultados e discussões

A Feira da Lavradio ou Feira do Rio Antigo é um evento já consagrado na cidade e faz parte das agendas cultural e turística da cidade do Rio de Janeiro. Vários artesãos relataram que percebem a Feira como uma vitrina. Esse renome faz com que o espaço se torne vantajoso para quem expõe, já que dispõe de um público amplo por um preço acessível ao artesão. A Feira é uma das mais rentáveis, pois a taxa para expor é baixa. A barraca custa R\$80,00 ou R\$100,00. O valor mais baixo é o cobrado se pago antecipadamente; o último é o montante cobrado, caso

o pagamento seja efetuado no momento de realização da Feira. Se comparado a outras feiras da cidade, que chegam a cobrar R\$1.000,00 aos expositores, é acessível comercializar na Lavradio.

Além do baixo custo, há a vantagem do público da Feira ser bastante heterogêneo. Os artesãos relataram que não existe apenas um público para comprar. São diversos perfis de pessoas e as vendas são lucrativas. Eles disseram que há turistas, mas que a população local se destaca entre os frequentadores e que muitos frequentadores vão com o objetivo de comprar. Ao se referir ao público da Feira do Lavradio, uma artesã relatou:

Aqui é uma Babilônia, bem complexo o espaço. Você vê a galera muito jovem, mas também vê a galera com mais idade. Você também vê a galera com poder aquisitivo muito alto, mas também tem uma galera que só está pelo “rolê” mesmo... Você vê de tudo, até pela tradição que a feira tem (Daniele, 2018).

As entrevistas com os frequentadores da Feira corroboraram com a fala de Daniele. Foi possível perceber que não só a oferta de produtos era um atrativo, mas também a diversidade cultural ali encontrada, como podemos perceber pela figura 2, que retrata uma roda de maracatu feminino se apresentando como um dos atrativos da Feira. Ela possui barracas de comidas, apresentações musicais e manifestações artísticas diversas, tornando o espaço não só um local de compra e venda de artesanato, mas também de lazer para o público.



Figura 2: atrações culturais da Feira do Lavradio como forma de atração do público. Fonte: acervo das autoras (2018).

Júnior, artesão que faz peças religiosas de matriz africana e católica com materiais recicláveis, relata que não deixa de expor na Feira do Lavradio, mesmo que nem sempre ela seja o local onde mais consegue vender seus produtos. Mas, por a considerar um cartão de

visitas, diz que a própria diversidade de atrativos faz com que atraia um público diverso que abre possibilidades para outros trabalhos relacionados a arte e cultura.

A pluralidade de público também reflete na oferta de produtos oferecidos, reverberando em aspectos positivos e negativos. Os artesãos, quando perguntados sobre as características do artesanato fluminense, relatavam a falta de características – ou a multiplicidade delas. Dona Celina afirmou que o artesanato carioca não tem uma identidade única, como se encontra em outras localidades do Brasil. Daniele corrobora da opinião dela afirmando que “a questão do artesanato no Rio de Janeiro representa muito o que é o Rio de Janeiro culturalmente, é uma efervescência, você tem várias pessoas produzindo coisas completamente diferentes”.

Dos aspectos positivos dessa pluralidade, destacamos a multiplicidade de ofertas de produtos ao longo da Feira. Bolsas, vestidos, calçados, bijuterias, trabalhos em aço, cerâmica, joias em madeira, em prata, pedraria, artigos para casa com os mais diversos materiais, santuários etc. E mesmo quando os trabalhos eram similares, percebia-se que cada um tinha um diferencial. Além das antiguidades que também são oferecidas na Feira.

Dos aspectos negativos, na opinião dos artesãos entrevistados, está a inexistência de setorização de produtos. Além de artesanato, há várias barracas com brechós de roupas e objetos e, como relatado por alguns artesãos, há algum tempo, também vem abrindo espaço para produtos importados da China e industriano (PINHO, 2002; FRADE, 1994). Não há uma prévia seleção pela organização do evento para dizer que tipo de produto pode ser exposto. Além disso, a disposição das barracas não segue uma ordem específica, de forma que é possível encontrar barracas de brechó ao lado de barracas de artesanato. Os artesãos enxergam isso como negativo para as vendas, pois acreditam que desvaloriza seus produtos, como reafirma a fala de Júnior (2018):

Eu faço a feira do lavradio, numa feira que você vê que nem sempre fluxo quer dizer venda, (...). O Lavradio já me rendeu muito, hoje em dia, virou só catão de visitas. Mas é importante ser visto, Lavradio é um cartão de visitas, como eu tô te falando, ela abre portas, portas, porteiras... te dá um... um certo status pra quem é artesão fazer a Feira do Lavradio. Apesar que, hoje em dia, está muito desvalorizada a Feira do Lavradio, a administração. Ela não seleciona o que vai colocar. Você vê, eu aqui vendendo artesanato e do meu outro lado está a mulher vendendo cueca do Saara de R\$10,00, da Calvin Klein falsificada. Acontece essa questão de não selecionar as pessoas, então desvaloriza o seu produto. (...) aqui tem um brechó, outro brechó, outro brechó, mas a Lavradio é importante pra mim.

Apesar da falta de seleção dos produtos, não é tão fácil se tornar um expositor na Feira. A organização não cobra uma rotatividade dos expositores, a maioria está lá desde o início da mesma, o que faz com que surjam poucas novas vagas. Há apenas 5 vagas que são rotativas e a organização as destina para os artesãos que possuem a Carteira Nacional do Artesão, emitida

após o cadastro no SICAB – Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, ligado ao Programa Nacional do Artesão. Em contrapartida, alguns artesãos reclamam da localização dessas barracas, pois, em sua opinião, ficam num local com pouco fluxo de pessoas. Trata-se da localização das barracas que podem ser visualizadas ao fundo da figura 2. Nos questionamos como pode ter pouco fluxo de pessoas se muitas apresentações culturais acontecem na frente daquele local. Em contrapartida, ponderamos que talvez as pessoas naquele espaço deem mais atenção às apresentações e o artesanato fique em segundo plano, fazendo com que os artesãos tenham tal percepção.

Ao longo da realização da Feira, a diversidade de oferta de produtos, de atrações culturais e de trocas sociais reflete na territorialização do espaço, nos termos de Haesbaert (2007), ao fazer com que as pessoas se sintam convidadas a vivenciar a Rua do Lavradio e suas imediações nos sábados durante o dia. Esses aspectos reforçam a identidade sociocultural da população local por se reconhecer nas trocas ali realizadas.

Ainda que a Lapa seja uma área famosa, tanto localmente como fora do estado e do país, por ser boêmia, diversa e repleta de atrativos, seu foco maior está no período noturno. Nos finais de semana durante o dia, principalmente na rua do Lavradio e entorno, é, em certo sentido, até perigoso andar pela área, pois a maioria dos estabelecimentos comerciais estão fechados e não há residências próximas suficientes para movimentar o local. Assim, a Feira do Lavradio ou Feira do Rio Antigo dá vida a um espaço que normalmente, naquele horário, é esvaziado. A partir da figura 3 e 4, é possível observar a diferença de movimento em dias sem a realização da feira e com a realização da mesma.



Figura 3: rua do Lavradio sem movimentação.
Fonte: Claudio Lara (2018).

Diferente do que percebemos na figura 3, na figura 4, que retrata um dia de realização da Feira, a rua do Lavradio encontra-se bastante movimentada.



Figura 4: Rua do Lavradio com a realização da Feira do Rio Antigo ou Feira da Lavradio.
Fonte: acervo das autoras (2018).

A partir dos estudos realizados, podemos afirmar que espaços que agregam a população local em sua vivência cotidiana têm mais chances de se manterem vivos, enquanto aqueles voltados exclusivamente ao turismo tendem a se tornar obsoletos com o tempo.

Vale ressaltar, ainda, que espaços obsoletos, vazios, tendem a ser perigosos, já que abandonados podem promover a insegurança da área. Além de ser oneroso ao poder público, tanto pela necessidade de investir mais na segurança pública, como na obrigação de “criar” outros espaços que atendam à demanda das populações, sejam internas ou externas. Em contrapartida, essa “criação” de espaços a essas demandas precisa ser realizada com cautela, visto que há uma tendência do poder público brasileiro em “priorizar” o desenvolvimento de espaços voltados à demanda turística. Os locais são construídos como uma espécie de cenário, com características estereotipadas e que não atraem a população local. Os espaços são modificados com o propósito de “deixar mais atrativo ao turismo”, porém modifica tanto o local que propicia uma sensação de falsidade do mesmo, diminuindo o interesse do próprio turista em permanecer mais tempo no local, logo, enfraquecendo mais ainda a vida no espaço, até chegar à fase do declínio total (BUTLER, 1980).

É importante valorizar as particularidades da região onde está inserido (ser ‘parecido consigo mesmo’ e não imitar outros locais), mostrando às comunidades e ao poder público que o fato do lugar ser próprio/único é o que o faz existir e ser atrativo. No nosso entendimento, a Feira do Lavradio retrata os diferentes estilos do “ser carioca” e contribui para o reforço de suas

identidades socioculturais ao contribuir com que a população local tenha naquele evento um território.

Considerações finais

A Feira da Lavradio ou Feira do Rio Antigo contribui para que a população se aproprie do espaço, dando vida e significado ao local e a seu entorno. A população local tem na Feira mais um espaço de lazer na cidade, sem desprivilegiar os turistas. Ao contrário, em função da efervescência sociocultural presente na área propiciada pela Feira e sua diversidade de produtos e atrações, os turistas também se sentem convidados a desfrutar do espaço, justamente por conseguir entender os aspectos do “ser carioca”. É uma Feira tem a “cara” do Rio, por ser plural.

A cultura pode e deve ser agregadora de vida ao espaço urbano, contanto que respeitando os aspectos socioculturais da população local, mantenedora, propagadora e responsável por essa vida. Foi possível perceber que, na Feira do Lavradio, há espaço para o turismo sem desmerecer nem diminuir o lazer da população carioca.

Em contrapartida, a partir da pesquisa realizada, também foi possível perceber que a valorização do trabalho artesanal, enquanto propagador de uma importante expressão cultural, ainda não é uma realidade em todas as suas dimensões.

Referências bibliográficas

BUTLER, R.W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, XXIV: 1, 1980.

Celina. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, Brasil, abril de 2018.

Daniele. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, Brasil, abril de 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FLORISSI, Stefano; VALIATI, Leandro. Construção de lugares de consumo e práticas culturais. In: CRIBARI, I. (Org.). **Economia da cultura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2009.

FRADE, Isabela Nascimento. **O barato da arte na praça: o artesanato na Feira Hippie de Ipanema**. Dissertação (Mestrado em Teoria da Cultura e da Comunicação), Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Arte, São Paulo, 1994.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução: Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

GONZÁLEZ, Fernando Estévez. Souvenirs e turistas. **Arquitetismo - Turismo e Comércio**. Ano 2, 2008.

HAESBAERT, Rogério. “Identidade” e “território” enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Junior. Entrevista concedida. Rio de Janeiro, Brasil, abril de 2018.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em Debate. Entrevista por Ricardo Gomes Lima por Paulo Keller. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.8, n.15, p. 187-210, jan./jun. 2011

MIGUEZ, Paulo. Aspectos de constituição do campo de estudos em economia da cultura. In: CRIBARI, Isabela. (Org.). **Economia da cultura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2009.

PINHO, Maria Sonia Madureira de. Produtos artesanais e mercado turístico. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Território Brasilis, 2002.

RIBEIRO, Gabriela Sousa. **“Sou um boneco de Mestre Vitalino”**: a cadeia artesanal pernambucana e a mercantilização da cultura. Tese (Doutorado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016.

RIBEIRO, Gabriela Sousa. Cultura e turismo em espaços comerciais de artesanato. In: Seminário Nacional de Cultura e Turismo, II. Rio de Janeiro, 2017. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2017.

RIOTUR. **Feira do Rio Antigo**. Disponível em http://visit.rio/que_fazer/feira-do-rio-antigo/
Acesso em 19/06/18.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 5. reimpr.
São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Mercado de
artesanato em crescimento**. Disponível em
[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mercado-de-artesanato-em-
crescimento,fdfa6915c49a4410VgnVCM1000003b74010aRCRD](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mercado-de-artesanato-em-crescimento,fdfa6915c49a4410VgnVCM1000003b74010aRCRD) Acesso em 03/03/17.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Projetos culturais**: técnicas de modelagem. Rio de
janeiro: FGV, 2006.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. Reflexões sobre o uso da cultura nos
processos de revitalização urbana. **Anais**. Encontros nacionais ANPUR, v. 9, 2001.

YÚDICE, George. **A Conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte:
UFMG, 2004.

AS TÉCNICAS CORPORAIS: CRUZAMENTOS ENTRE A CULTURA GAÚCHA E A ARTE DO ATOR-BAILARINO

THE BODY TECHNIQUES: CROSSINGS BETWEEN THE 'GAÚCHA' CULTURE AND THE ART OF THE ACTOR-DANCER

*Guilherme Conrad
Mestrando em Artes Cênicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul
gui_conrad@hotmail.com*

RESUMO

O presente artigo pretende realizar um comparativo sobre o uso do corpo entre o gaúcho campeiro, em suas atividades de lide e de lazer, e o ator-bailarino, em seu treinamento pré-expressivo. A pesquisa se embasa sob a perspectiva dos estudos das técnicas do corpo do antropólogo francês Marcel Mauss (1872-1950), que analisa as particularidades das formas em que povos utilizam seus corpos, e confere-os como papel preliminar de objeto de reflexão social e cultural. Sendo estas técnicas atos tradicionais eficazes, a investigação examina as laborações diárias do gaúcho campeiro do oeste do Rio Grande do Sul sob a ótica da Etnocologia do professor marroquino Jean-Marie Pradier (1939-), que visa o estudo nas diferentes culturas das práticas e dos comportamentos humanos espetaculares organizados. Desta forma, traça-se um paralelo, analisado sob o olhar da Antropologia Teatral do encenador italiano Eugenio Barba (1936-), que conclui, segundo a diretora de Teatro gaúcha Inês Marocco (1950-), que as técnicas corporais apresentadas pelo gaúcho campeiro apresentam elementos que caracterizam a extra-cotidianeidade e a presença física do ator, buscadas através do treinamento pré-expressivo. Estes preceitos são os aspectos de pesquisa no núcleo de pesquisa do Departamento de Arte Dramática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, denominado "As Técnicas Corporais do Gaúcho e sua Relação com a Performance do Ator-bailarino".

Palavras-chave: Técnicas do Corpo. Cultura gaúcha. Etnocologia. Antropologia Teatral. Treinamento do Ator.

ABSTRACT

This article intends to trace a comparative study on the use of the body between the gaucho, in his activities of labor and of leisure, and the actor-dancer, in his pre-expressive training. The research is based on the study of the techniques of the body of the French anthropologist Marcel Mauss (1872-1950), which analyzes the particularities of the forms in which people use their bodies, and confers them as a preliminary role of object of social and cultural reflection. As these techniques are effective traditional acts, the investigation examines the daily activities of the gaucho of the West of Rio Grande do Sul from the perspective of the Ethnology of the Moroccan professor Jean-Marie Pradier (1939-), who aims to study the different cultures of practices and spectacular organized human behaviors. Therefore, a parallel is drawn, analyzed under the view of Theatrical Anthropology of the Italian director Eugenio Barba (1936-), who concludes, according to the Brazilian theater director Inês Marocco (1950-), that the corporal techniques presented by gaucho contain elements that characterize the extra-daily life and the physical presence of the actor, sought through pre-expressive training. These precepts are the aspects of investigation in

the research center of the Department of Dramatic Art of the Federal University of Rio Grande do Sul, called "The Body Techniques of the Gaucho and its Relation with the Performance of the Actor-dancer".

Key words: Body Techniques. Gaucho Culture. Ethnology. Theatrical Anthropology. Actor's training.

Introdução

Em 1989, a professora e diretora teatral Inês Marocco (1950-) dirigiu um espetáculo resultado de uma criação coletiva juntamente com os alunos do curso de Artes Cênicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A peça, denominada Manantiais, era baseada nos contos dos escritores gaúchos Simões Lopes Neto (1865-1916) e Barbosa Lessa (1929-2002). Para contextualizar os atores na época em que se passavam as histórias, que em sua maioria eram ambientados no universo rural e datados do final do século XIX, a equipe de alunos e professores realizou uma pesquisa histórica, folclórica e antropológica sobre a cultura e a história do Rio Grande do Sul. Entretanto, não era suficiente o aporte teórico oferecido pelo estudo, era preciso que os atores fisicalizassem e não entendessem o contexto somente de forma racional, mas também se inserir física e corporalmente neste universo. Por conseguinte, foi convidado um laçador especialista de laço para executar uma demonstração da atividade do laçar²¹ para o grupo, para que se observasse e assim conhecer, se inserir e se apropriar da prática rústica desta região²² Com a exibição da ação, a professora ficou impressionada com a presença cênica do laçador. Como o gaúcho campeiro possui essa qualidade, típica do ator, e que constitui um dos elementos desta cultura viva, que parece expressar uma teatralidade?

Uma das respostas possíveis é através do uso do corpo. Na atividade campeira do laçar, muito executado nas Festas Campeiras, os espectadores da prática estão com sua atenção mais voltada para o laço propriamente dito e mais atentos com a eficiência da ação, ou seja, de se completar o objetivo de laçar o animal. Marocco, por sua vez, devido ao seu olhar de diretora teatral, observa a execução como um todo, com uma concentração maior no seu executante: em sua expressão corporal, em sua *técnica corporal*. Desta forma, ela se aproxima da perspectiva do antropólogo e sociólogo francês Marcel Mauss (1872-1950). Ele reconhece (1974, p. 217) que sempre considerou a dependência da técnica em relação à um instrumento. Porém, decorrente de seus estudos, ele próprio se elucida ao trocar a perspectiva da atividade do

²¹ Ação de prender algo ou um animal por meio do laço, uma corda comprida de couro trançado, com uma argola de aço em uma de suas extremidades.

²² Apesar de tratar do Rio Grande do Sul e do gaúcho, a pesquisa é embasada nas práticas campeiras do habitante do oeste do Estado, da região das cidades de São Borja e Itaqui.

instrumento para o corpo que realiza a ação: há uma técnica corporal inerente, por detrás - trazendo consequentemente também uma nova noção de tecnologia. Desta forma confere (idem, p. 218) ao corpo seu papel preliminar: “antes das técnicas de instrumentos, há o conjunto das técnicas do corpo” e conclui (idem, p. 217) que “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem”.

Sendo assim, sabendo que comportamentos como o caminhar e o nadar diferem-se de acordo com sociedades e tempos, ele disserta sobre as “técnicas do corpo”. Mauss coloca o termo no plural pois acredita ser possível estabelecer (idem, p. 211) “uma teoria *da* técnica corporal a partir de um estudo de uma exposição, de uma descrição pura e simples *das* técnicas corporais”. Desta forma, propõe (ibidem) o termo qual resume “as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos”. A pesquisa a seguir é baseada na pesquisa de Marocco sobre a espetacularidade do gaúcho, mais precisamente em sua tese intitulada *Le geste spectaculaire dans la culture gaúcha du Rio Grande do Sul – Brésil*²³ (1997).

As características do corpo do gaúcho e a relação entre eles é destacada (MAROCCO, 1997) desde os relatos de viajantes europeus a partir do século XIX, dentre eles o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) e o militar francês Nicolay Dreys (1781-1843). Em seus diários de bordo, chamam a atenção sobre aspectos da aparência física destes homens, ressaltando o corpo de cavaleiro em sincronia e harmonia com o cavalo:

“Os gaúchos são conhecidos por serem cavaleiros perfeitos. A ideia de ser jogado, deixar o cavalo fazer o que quer, nunca entra em sua cabeça. Seu critério de um bom cavaleiro é, um homem que pode controlar um potro indomado, ou que, se seu cavalo cair, pousar em seus próprios pés, ou puder realizar outras façanhas desse tipo” (DARWIN, 1871, 152-153).

Desta forma, podemos perceber (Marocco, 1997) que a literatura odepórica relativa ao gaúcho mostra que este faz parte de uma sociedade de cavaleiros, em uma fusão entre o humano e animal de aspecto centáureo, pois o gaúcho não é nada sem seu cavalo. A particularidade deste caráter guerreiro se desenvolveu a partir de questões históricas e geográficas do Rio Grande do Sul, sendo este estado um território de fronteiras. Sendo disputado na era colonial do Brasil entre portugueses e espanhóis, continuou sendo palco de guerras e revoluções, com a população masculina estando na maior parte em situação de conflito, majoritariamente sobre equinos. Desta forma, com a preparação e experiência de combate, adquiriu qualidades corporais como grande destreza, força física, um corpo viril, virtuoso, treinado, hábil e ágil:

²³A Tese em questão foi realizada na Universidade de Paris 8 em Saint-Denis (França), sob a orientação do professor Jean Marie Pradier.

“Os habitantes passam a vida, por assim dizer, a cavalo, e frequentemente locomovem-se a grandes distâncias com rapidez suposta além das possibilidades humanas. Os daqui são corpulentos (...) têm maior vivacidade de modos. Tais diferenças provêm naturalmente de seus regimes e hábitos. Os daqui vivem continuamente a cavalo, fazendo exercícios e respirando o ar mais puro e sadio da terra (...) os desta Capitania comem carne, e algumas vezes pão” (LESSA apud SAINT-HILAIRE, 2002, p. 132).

“O gaúcho, quando vai usar o laço, mantém uma pequena espiral em sua mão de freio e na outra segura o laço de corrida, que é muito grande (...) Ele gira em torno de sua cabeça e, pelo movimento habilidoso de seu pulso, mantém o laço aberto, depois, jogando-o, ele faz com que ele caia em qualquer lugar específico que escolha (...) A principal dificuldade no uso do laço ou das boleadeiras, é cavalgar tão bem, a ponto de ser capaz de estar a toda velocidade, e enquanto virar de repente, girá-los tão firmemente em volta da cabeça, assim como mirar: a pé, qualquer pessoa logo aprenderia a arte” (DARWIN, op. cit., p. 44-45)

Atualmente, segundo Marocco (1997), não há mais situações bélicas, mas sendo a região dos pampas habitada numerosamente por animais e estritamente campeira, o homem nativo ainda conserva a sua postura de combate ao dominar ou enfrentar o animal e a natureza. Os cavalos são domados para locomoção assim como auxiliar nas caças para alimentação ou comércio, cujos animais podem ser dominados por diversos métodos eficazes desenvolvidos, como o laço ou boleadeiras:

“O capitão havia comprado dos soldados gaúchos uma grande puma (...) que foi morta esta manhã por sua pele. Estes animais são comuns nos Pampas, tenho visto com frequência os seus passos nas minhas caminhadas (...) Os gaúchos conseguiram isso primeiro atirando as bolas e enredando as patas dianteiras, eles então a amarraram ou laçaram seu pescoço, quando, cavalgando em torno de um arbusto e atirando outros laços, ela logo foi amarrada firme e segura. As “bolas” a que ele se refere são as boleadeiras, um trio de esferas de pedra, madeira ou metal enroladas em couro e amarradas umas às outras por cordas ou correias, balançadas sobre a cabeça e jogadas como uma ferramenta de caça muito eficaz” (idem, p. 42-43)

Um dia, enquanto eu estava me divertindo galopando e girando as bolas em volta da minha cabeça, por acidente, uma delas atingiu um arbusto, e tendo seu movimento giratório destruído, imediatamente caiu no chão e, como mágica, pegou uma das patas traseiras do meu cavalo; a outra bola foi arrancada da minha mão, e o cavalo permaneceu bem seguro. Por sorte, ele era um velho animal experiente e sabia o que significava; caso contrário, ele provavelmente teria chutado até que se jogasse ao chão. Os gaúchos rugiram de rir, eles exclamaram que tinham visto todo tipo de animal capturado, mas nunca antes tinham visto um homem ser apanhado sozinho” (idem, p. 45)

Além das qualidades corporais, a prática destas atividades, segundo Marocco (1997), também levou os cavaleiros desta região à apresentarem características em relação à seus comportamentos, como coragem, silêncio, um estado de atenção e alerta constantes, além de serem relatados como seres dotados com um ar frio e de superioridade, porém educados, políticos e elegantes:

“Os gaúchos ou homens do campo são muito superiores aqueles que residem nas cidades. O gaúcho é invariavelmente mais gentil, educado e hospitaleiro. Eu não encontrei um exemplo de grosseria ou inospitalidade. Ele é modesto, respeitando-se a si mesmo e ao país, ao mesmo tempo em que é um sujeito corajoso” (idem, p. 156)

“Sua aparência é muito marcante; eles são geralmente altos e bonitos, mas com uma expressão orgulhosa e dissoluta de semblante. Eles frequentemente usam seus bigodes (...) com seus trajes de cores vivas, grandes esporas ao redor de seus calcanhares e facas presas como adagas (e muitas vezes usadas) em sua cintura” (idem, p. 42)

O contato direto com a natureza através de suas atividades, o seu estar em vida, modelou os corpos com dimensões físicas e simbólicas diferentes daqueles que não exercem essas atividades campeiras. Para Marocco (1997), aqueles que as praticam, seja em situações de trabalho ou lazer, desenvolveram um corpo virtuoso que apresentam qualidades presentes e inscritas em seus corpos que são semelhantes aos atores. Dentre elas podemos observar a imobilidade corporal, o equilíbrio ou corpo centrado, e o alargamento da região peitoral.

A imobilidade corporal é sinônimo de corpo decidido, uma disposição para ação. A imobilidade aqui não é empregada como imobilização, rigidez, estagnação, inércia ou inatividade, ao contrário: é uma forma passiva que, segundo Eugenio Barba (2012a, p. 25) assume “um significado ativo e na qual a indicação de uma disponibilidade energética para a ação se mostra praticamente velada por uma forma de passividade”. É um corpo em prontidão, pró-ativo, em estado de atenção e alerta:

“Sua polidez é excessiva: eles nunca bebem seus espíritos sem esperar que você os prove, mas enquanto fazem sua reverência extremamente graciosa, parecem tão prontos, se a ocasião oferecesse, a cortar nossa garganta” (DARWIN, op. cit., p. 42-43).

“Lembro-me de ver um gaúcho montando um cavalo muito teimoso, que três vezes seguidas levantou-se em pé sobre suas patas traseiras tão alto que caiu para trás com grande violência. O homem decidiu, com uma frieza incomum, o momento adequado para sair, não um instante antes ou depois da hora certa, e assim que o cavalo se levantou, o homem saltou em suas costas e, finalmente, começaram a galopar. O gaúcho nunca parece exercer qualquer força muscular” (idem, p. 152-153).

Neste último relato de Darwin podemos perceber muito evidente a qualidade da decisão, aliado à uma aparente passividade de força muscular, mas que na verdade demanda grande controle do esforço. É possível constatar também que o domínio da técnica oferece um suporte para “improvisar” dentro de situações que precisam de adaptabilidade a todo momento, é a “técnica dando liberdade para agir dentro das diferentes possibilidades que aparecem” (MAROCCO, 2010), com grandes riscos. Se assemelha a um corpo econômico, ou seja, que realiza poucos gestos ou movimentos, mas que não hesita na hora os fazê-lo. Adotam posturas que demonstram uma disponibilidade para a ação e um corpo organizado, preciso: como

um animal, a redução da movimentação potencializa a ação precedente. Uma postura típica é a de

“ficar de pé, braços ao longo do corpo, pernas afastadas, o corpo se apoiando sobre uma só perna enquanto a outra levemente flexionada para a frente. O apoio muda de perna, de tempos em tempos, mas o tronco fica na postura de disponibilidade, o peito muito aberto” (MAROCCO, 1999, p. 88)

Este porte se assemelha precisamente à figura do Laçador, monumento de autoria do escultor Antônio Caringi (1905-1981), que se tornou símbolo da representação gaúcha, localizado na capital do estado, Porto Alegre.

Devido ao seu passado guerreiro dos habitantes dessa região, Saint-Hilaire descreve (1887, p. 105) a província como diferente das que conheceu no Brasil pelo seu “espírito militar”. Assim como Dreys afirma (1961, p. 152) que estes costumes belicosos, adicionados a alguns sucessos obtidos nas guerras, desenvolveram nestes homens uma esfera de superioridade, assim como uma firmeza e coragem reconhecidas e temidas pelo inimigo. Desta forma, segundo Marocco (1997), esta postura de imobilidade é um signo em muitas culturas de impassibilidade, de domínio de si e de coragem:

“Os gaúchos, mesmo apeados, desassociados dos voluntariosos cavalos, conservavam ainda assim uma indiscutível altivez e imponência, dando realce à firmeza e decisão dos passos, o rilhar metálico das esporas” (SCHWEIDSON, 1985).

“Em geral, os homens desta capitania [Rio Grande do Sul] são extremamente corajosos (...) Contam-se deles mil que demostram sua intrepidez. Estão sempre dispostos às mais árduas lutas (...) Nunca desertam” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 152)

Esta disponibilidade física está presente em atividades como o laçar, domar e pealar. Para atingir o alvo, o laçador deve apresentar domínio da concentração de energia para a precisa eficácia de seu gesto, assim ao domar um cavalo e ao pealar, prática que o gaúcho faz a pé e consiste em pegar o animal com o laço nas patas dianteiras. Para Marocco (2010), estas práticas consistem em que “os gestos são precisos, nítidos, firmes e econômicos. Não é preciso fazer duas vezes a mesma coisa, pois o campeiro não se engana”. A posição à cavalo, reta com o corpo, assim como o olhar atento e o silêncio, também são signos desta prontidão física.

O aspecto de imobilidade corporal, de acordo com Marocco (1997), também está presente no trabalho do ator. Referências a esta qualidade do corpo encontramos no termo *sats*, de Eugenio Barba. O termo escandinavo significa impulso, mas refere-se mais a um estado precedente da ação que o diretor polonês Jerzy Grotowski, com quem Barba trabalhou, associa (2012a, p. 280) à uma ideia de anti-impulso, antimovimento: “como uma espécie de silêncio antes do movimento, uma espécie de silêncio que é preenchida pelo potencial, ou que pode se

realizar como uma espécie de suspensão da ação em um preciso momento”. É uma postura de base que se observa nos atores da companhia de teatro dirigida por Barba, como também em esportistas:

“No Odin Teatret, após alguns anos de treino, os atores têm tendência a fazer uma posição onde os joelhos, levemente flexionados, retêm o ‘sats’, a impulsão de uma ação que ignoramos ainda e que pode ir em qualquer direção; saltar ou agachar, fazer um passo para trás ou de lado, ou ainda levantar um peso. O ‘sats’ é a postura de base que encontramos no esporte: tênis, badminton, box, esgrima, cada vez que devemos estar prontos a reagir” (BARBA, 1993, p. 17)

Para Barba (1995, p. 54) o *sats* é percebido no instante que precede a ação, em que esta é pensada e engajada com todo o corpo, quando toda a força necessária está pronta para ser liberada, é impulso e contraimpulso. De fato, um “corpo decidido” se tornou uma expressão de Barba para condensar o que é essencial para a vida do ator e do bailarino, um estado de “estar decidido”:

“No comportamento físico, a passagem da intenção à ação constitui um típico exemplo de diferença de potencial. No instante que precede a ação, quando toda a força necessária se encontra pronta para ser liberada no espaço, mas como que suspensa e ainda presa ao punho, o ator experimenta a sua energia na forma de *sats*, preparação dinâmica. O *sats* é o momento no qual a ação é pensada-executada por todo o organismo, que reage com tensões também na imobilidade. Existe um empenho muscular, nervoso e mental já dirigido a um objetivo. É a extensão ou retratação da qual brota a ação” (BARBA, 2012b, p. 79).

Conforme Marocco (1997), esta também é uma expressão empregada pelo ator francês Etienne Decroux (1898-1991), que utiliza o termo paradoxal “imobilidade móvel”, ou “imobilidade ativa” para designar o estado de imobilidade exterior e de agitação interior do ator-bailarino antes de entrar em cena, onde apesar do corpo se submeter a uma resistência que impede do movimento acontecer, está todo está pronto para agir. É a execução da intenção na imobilidade. Para ele, segundo Barba (1995, p. 53), “quando o visível, o exterior (o corpo), não se move, então o invisível, o interior (a mente), deve estar em movimento”.

O gaúcho apreendeu esta qualidade corporal devido ao ritmo lento do campo, quando comparado à pressa da cidade, assim como o ator deve compreender estes preceitos em seu treinamento. O ator francês Jacques Copeau (1879-1949), que desenvolveu a técnica da máscara neutra, preza em sua poética o estado de calma e imobilidade dinâmica, como assim consta:

“Nenhuma sorte de afetação, nem do corpo, nem do espírito, nem da voz. Nós buscamos uma harmonia perdida (...) Partir do silêncio e da calma. Eis o primeiro ponto. Um ator deve saber se calar, escutar, responder, guardar a imobilidade, começar um gesto, desenvolvê-lo, voltar a imobilidade e ao silêncio, com todas as nuances e seminuanças que comportam estas ações. Imobilidade. Controle da imobilidade. Manter a atitude. Um ator sempre tende a crer que o tempo da sua imobilidade é demasiadamente prolongado, assim como, no silêncio ele se crê obrigado aos jogos da fisionomia (...) Ele não sabe que a imobilidade, como o silêncio, é expressiva” (COPEAU, 2011, p. 22)

A segunda qualidade corporal referida por Marocco é o equilíbrio. Um corpo centrado é fundamental para um cavaleiro. Esta qualidade corporal é evidente em práticas campeiras como a doma, onde o domador deve enfrentar e dominar o cavalo selvagem, equilibrando-se sobre ele; e também nas gineteadas, em que o cavaleiro monta sobre o animal sem arreios e selas²⁴, ou seja, qualquer suporte de estruturas que se veste no cavalo para permitir e facilitar a cavalgada. No ginete, o campeiro tem dois apoios: as crinas (pelagem dos equídeos), que agarra com uma das mãos, e os flancos (região lateral do abdômen) que ele aperna com suas pernas e pode fincar com as esporas. A busca de estabilidade através da instabilidade requer uma boa organização interna do corpo. Além disso, exige gestos precisos e eficazes, pois a vida do cavaleiro é posta em perigo.

As capacidades de equilíbrio dos atores também são percebidas, para Barba (2012a, p. 92-95) através do abandono de posições típicas de um equilíbrio cotidiano em favor de um “equilíbrio precário”, ou ainda “equilíbrio de luxo”, “equilíbrio instável”. Com a finalidade de se pôr em uma situação de equilíbrio permanentemente instável, esta submissão de renúncia de um corpo imóvel em um equilíbrio natural requer um esforço maior do ator, modificando as séries de relações e tensões do organismo. O mimo europeu, por exemplo, utiliza do desequilíbrio como meio de intensificação de determinados processos orgânicos do corpo; assim como no teatro *Nô* japonês, o ator caminha sem nunca retirar os pés do chão. Obrigando os joelhos a se flexionarem, conseqüentemente, o centro de gravidade é deslocado. No teatro balinês, o ator-bailarino se apoia sobre as plantas dos pés, mas eleva o máximo possível sua parte anterior e seus dedos; no *Kathakali*, o ator se sustenta nas bases externas dos pés. Nestes exemplos, a posição de base do ator se restringe, fazendo com que o ator afaste as pernas e dobre os joelhos. No balé clássico, em suas posições de base, o peso do corpo é transferido para a ponta dos pés, ou ainda sobre uma só perna, e realiza saltos e piruetas forçando o bailarino a ter consciência do constante reajuste do equilíbrio.

O equilíbrio dinâmico, para Barba (ibidem, p. 97-100), deve ser dominado pelo ator, pois assim tem a capacidade de mostrar uma vivacidade em cena diferente da estática cotidiana, traçando a impressão no espectador de movimento mesmo quando há imobilidade. O estudo do equilíbrio torna possível compreender como um equilíbrio em ação gera uma espécie de drama elementar: a oposição de tensões diferentes no corpo do ator é percebida sinestesticamente pelo

²⁴ Estruturas que se veste em um cavalo para permitir uma cavalgada, um hipismo ou utilizar o cavalo para tração animal.

espectador como conflito entre forças elementares. Para obter o controle, o ator deve encontrar seu centro de força e nele centralizar seu ponto de equilíbrio.

Esta localização de tradução de energia é evidente, para Marocco (1997) na terceira qualidade corporal do gaúcho, no tronco e peito avantajados. Este traço físico, que os gaúchos e a literatura designam pelo termo “peitudo”, é visto, como um sinal de coragem e masculinidade. Desta forma, esta característica corporal também serve como metáfora da especificidade do comportamento do gaúcho de enfrentar tudo “de peito aberto”, que podemos traduzir como “com franqueza”, “com coragem”. Os labores cotidianos, como o laçar, a condução do gado ou o pealo, por serem práticas que são executadas predominantemente pelos membros superiores e que exigem maior força e habilidade dos mesmos, acaba desenvolvendo esta parte do corpo e conferindo este aspecto. Nas atividades de lazer também pode ser observada esta qualidade. No momento das “trovas”, cantos improvisados em forma de desafio verbal, que acontecem também nas Festas Campeiras, o trovador fica imóvel, mas dilata o peito cada vez que ergue os braços, desafia ou ameaça o outro. Aqui, o combate físico dá lugar a um combate metafórico, onde este desafio requer uma virtuosidade da linguagem falada.

Esta particularidade da maior atenção ao peito, tal como afirma Marocco (1997), é visto como centro de força e energia, é visto no trabalho do ator como “plexo solar”. Para o ator francês Jacques Lecoq (1921-1999), corresponde, segundo Marinis (1993, p. 256) a um ponto imaginário no centro do peito, assim como o ator russo Michael Chekhov (1891-1955) evoca esta parte do corpo como “centro imaginário”. Para Chekhov (2003, p. 8), esta parte do corpo é um centro de onde fluem os impulsos para todos os movimentos. Para ambos não é mais do que, segundo Marocco (1999, p. 91), “uma convenção que serve para traduzir a energia empregada pelo ator de maneira concreta, localizável, que o ajuda a tornar visível e eficaz, no nível físico, o trabalho ligado à energia mental e corporal”. Embora realize gestos com outras partes periféricas do corpo, como membros superiores, todas as ações partem deste centro. A forte presença e atuação desta parte do corpo se assemelha ao “corpo dilatado”, um corpo-mente expandido em potência.

Podemos então concluir que estas três qualidades corporais - a imobilidade dinâmica, o equilíbrio instável e a dilatação do peito – observadas por Marocco nos gaúchos campeiros em sua lida diária no trabalho ou lazer, constituem uma presença física presente nos corpos destes que praticam tais atividades. Foi através destas características, semelhantes aos atores, que a diretora Inês Marocco se impressionou com a demonstração do laçar. Para Marocco, sob a perspectiva da Etnocologia, que estuda as práticas e os comportamentos humanos dos diversos grupos étnicos e comunidades culturais do mundo inteiro, sob a condição de serem

organizados e/ou tradicionais, estes aspectos que atraem o olhar constituem a dimensão espetacular da gestualidade do gaúcho campeiro.

Para o professor fundador da disciplina, o marroquino Jean-Marie Pradier (1998, p. 10), “o adjetivo “espetacular” designa uma variável intermediária que se refere a um modo específico de tratamento sensorial quando a intensidade de um objeto percebido contrasta em relação ao ambiente”. Ainda conclui (idem) que “é espetacular o que se destaca da banalidade do cotidiano” da platitude da existência, em um evento construído, assegurado e assumido por um ou mais *performers*”, ao assumir formas “de ser, de se comportar, de se movimentar, de agir no espaço, de se emocionar, de falar, de cantar e de se enfeitar” (PRADIER, 1999, p. 24). Desta forma, Marocco compreende (1999, p. 85) a espetacularidade não somente sustentada pelo corpo, através da gestualidade, posturas e movimentos, mas também ao que concerne à aparência, hábitos alimentares, vestimentas e discursos, em consonância aos valores e símbolos representativos da identidade cultural. Ela disserta (idem) que “esta espetacularidade nos remete também a uma maneira de pensar, de se situar no mundo (...) não se reduzindo a uma superfície (...) mas a uma maneira de ser”.

Esta presença cênica do laçador que chamou a atenção da diretora também foi devido que estas três características em questão compõem a presença física do ator segundo Eugenio Barba. Sob a perspectiva da Antropologia Teatral, cujo estudo abrange o comportamento do ser humano em situação de representação organizada, podemos concluir que estes aspectos são pré-expressivos e extracotidianos.

Pré-expressivo, para Barba (1993, p. 20-21), é um comportamento anterior à cena, centrado na conduta corporal dos atores, comum às distintas manifestações teatrais, tanto orientais quanto ocidentais. Sendo assim, Barba acredita (2012a, p. 227-228) que é possível distinguir e trabalhar separadamente os níveis de organização que constituem a expressão do ator. A camada pré-expressiva “não leva em consideração as intenções do ator, seus sentimentos, sua identificação ou falta de identificação com o personagem, suas emoções, ou seja, toda a psicotécnica”. A psicotécnica leva o ator a querer expressar algo e manifestar uma intenção, porém não determina o “fazer e o como é feito”. Contra a “lógica de resultado”, o nível pré-expressivo analisa “o que o ator está expressando com o *como* ele expressa (...) a nível técnico, ou seja, através do uso do corpo e da sua fisiologia”.

Ele interpreta (1995, p. 20) a pré-expressividade como resultante de três elementos fundamentais, que relacionam-se diretamente com o que será capaz de perceber o núcleo da trilha de seu ator-bailarino: na ampliação e ativação das forças que estão agindo no equilíbrio, nas oposições que determinam as dinâmicas dos movimentos, e numa operação de redução e

substituição, criando uma tensão, uma diferença de potencial, através da qual passa a energia e que afasta o corpo para longe das técnicas cotidianas. Este comportamento extracotidiano é, portanto, estabelecido com base em três princípios: equilíbrio instável, tensão de forças contrárias e condensação do gesto. Barba conclui que estes “estão presentes no ator mesmo antes que comece a representar ou expressar algo” (2012a, p. 16).

Segundo Barba (ibidem, p. 15), a maneira como utilizamos o corpo na vida cotidiana é substancialmente diferente daquela como o utilizamos em situações de “representação”. Isso quer dizer que a nível cotidiano, temos uma técnica do corpo que está condicionada por nossa cultura, pela condição social ou ofício. Mas numa situação de representação, existe uma técnica totalmente diferente, o que distingue a técnica cotidiana e extracotidiana. Assim, as técnicas extracotidianas, para Barba (1993, p. 32), “parecem mesmo sugerir um princípio inverso daquele que caracteriza as técnicas cotidianas: o princípio de um gasto máximo de energia para um resultado mínimo”.

A Antropologia Teatral compara então as técnicas do atores e dos dançarinos em um nível transcultural. Para Barba (ibidem, p. 228-229) a técnica é um modo de fazer algo, e ela é presente em todas as culturas e tradições. Desta forma, no teatro, o ator pode se utilizar de técnicas de enculturação, quando usa a sua espontaneidade, elaborando o comportamento que ele considera natural, que absorveu de sua cultura no meio social. Mas é possível perceber um uso diferente das técnicas usadas na vida cotidiana, que recusam a naturalidade, se submetendo-se a um processo de aculturação, imposto de fora. Esta torna artificial, estiliza o comportamento do ator-bailarino, distorcendo as aparências para recriá-la sensorialmente de um modo mais surpreendente. Para o diretor, tanto as técnicas de enculturação como a de aculturação ativam o nível pré-expressivo: uma presença pronta para representar.

As técnicas cotidianas, para Barba (ibidem, p. 16), não são conscientes: são comportamentos que julgamos ser naturais, porém são culturalmente determinados. No comportamento cênico do ator, este recorre à técnicas que não respeitam os habituais condicionamentos do uso do corpo. Porém, muitas vezes no Ocidente, não é tão evidente a separação entre o comportamento do ator na vida e no teatro. Na dança indiana do *Odissi*, essa marcação é evidente: possui-se uma denominação para distinguir os dois comportamentos (*dharmi*): *lokadharmi* indica o comportamento das pessoas comuns (*loka*), e *natyadharmi* refere-se ao comportamento do homem na dança (*natya*).

Este comportamento diferenciado do ator-bailarino caracterizará o contrário da vida cotidiana a favor de um novo condicionamento, outra “vida”: um *bios* cênico, uma segunda natureza. E para o diretor italiano é esta a esfera em que a presença cênica do ator é amplificada.

Presença do ator para ele (ibidem, p. 15) é como que “uma espécie de núcleo de energia, como se fosse uma irradiação sugestiva e sábia, ainda que não muito premeditada, que captura os nossos sentidos (...) uma “força” particular do ator”. Barba procura (ibidem, p. 206) uma “necessidade de um novo modo de *estar presente* em cena, conter uma capacidade de *estar e se sentir vivo*, e de transmitir essa sensação aos espectadores”:

“Estar lá (agradar ou não agradar). Causar interesse, mesmo irritando. Ainda que não se queira ser observado, *preencher o próprio lugar no espaço, tornar-se necessário*. A presença é uma qualidade discreta que emana da alma, irradia e se impõe. O ator, quando tem consciência da própria presença, ousa exteriorizar aquilo que sente e o faz de modo apropriado, porque não precisa se esforçar: o espectador o segue, o escuta” (Ibidem, p. 210).

Sendo esta presença captada por Marocco, podemos concluir, assim como a diretora (1997), que, apesar de expressadas de diferentes maneiras e contextos, tanto o corpo do gaúcho campeiro quanto o do ator apresentam qualidades corporais extracotidianas: um corpo organizado, preparado, decidido. Porém, o primeiro não está em uma situação de representação, enquanto que o segundo está. Entretanto, uma das características da cultura gauchesca é, para Marocco (idem) seu gosto pela estética. O refinamento da elegância já era notado pelos viajantes: “nunca vi pessoas mais orgulhosas de seu trabalho, uma atividade tão simples” (DARWIN, op. cit.) ou “gaúcho faceiro carrega o laço com variada e requintada elegância” (VIANNA, 1974, p. 258). Desta forma, o cuidado com a indumentária e a disposição da realização das atividades se mostra através da preocupação de se sempre estar impecável e de “fazer bem” suas obrigações. Portanto, mesmo que sem estar “em cena”, o campeiro se porta e age da melhor maneira como se estivesse sendo observado. Esta dimensão é melhor notada nas Festas Campeiras, quando há demonstrações e competições das atividades do campo.

Com o objetivo de seduzir o público, o ator treina de forma consciente e voluntária para conquistar esta presença. De maneira oposta, o homem campeiro a contrai inconsciente e involuntariamente através de suas atividades diárias: ele não tem o objetivo de treinar estas qualidades, elas são ligadas e inerentes as suas práticas de trabalho ou lazer. Assim, as qualidades extracotidianas para o gaúcho campeiro é um meio ao passo que para o ator são um fim. Desta forma, pode-se dizer que a educação do gaúcho é através de um processo de enculturação, enquanto que no ator é uma prática de aculturação. A aprendizagem destas técnicas corporais são semelhantes em ambos, no que tange que ao treino constante e rigoroso, sob repetição, com uma relação parecida de mestre e discípulo, pois irão caracterizar o *savoir faire* de cada *métier*. Os gestos de ambos, apesar de parecerem espontâneos, são resultados de muito trabalho e esforço, aliados com o prazer inerente da prática. Sendo assim, o trabalho

gaúcho campeiro e do ator é sobre si mesmo, um autodesenvolvimento em direção a uma inteligência do corpo.

As técnicas corporais apresentadas pelo gaúcho campeiro podem ser definidas, segundo as classificações de Mauss (op. cit, p. 219) - entre os sexos, entre idades, em questão de rendimento e de transmissão destas técnicas – como predominantemente masculinas, da fase adulta, com o objetivo de apresentar um domínio eficiente em relação ao animal e natureza, e a aprendizagem são por imitação crítica, com relação mestre-discípulo. Desta forma, assim como Mauss aponta (idem, p. 214), podemos perceber que o corpo é elemento essencial em toda a cultura, consequência de uma idiosincrasia social e não somente um resultado de agenciamentos e mecanismos puramente individuais e de definições biológicas. É o resultado do relativismo da educação e de determinismos sociais próprios de cada cultura: “o indivíduo toma emprestado a série de movimentos de que ele se compõe do ato executado à sua frente ou com ele pelos outros” (idem, p. 215).

Inspirada pelas atividades campeiras dos gaúchos, Marocco desenvolve desde o seu ingresso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a pesquisa denominada “As técnicas corporais do gaúcho e sua relação com a performance do ator-bailarino”²⁵. A pesquisa, de caráter de iniciação científica, tem como objetivo oferecer ao aluno em formação a experiência de um sistema de treinamento corporal baseados nos princípios da extracotidianeidade da Antropologia Teatral e assim desenvolver uma presença física. Este método é composto pela experimentação de técnicas extracotidianas, como a Acrobacia, mas também pela aprendizagem de sequências de movimento. Estas partituras de movimento, por sua vez, são inspiradas nas atividades da lide do gaúcho campeiro.

O primeiro grupo de pesquisadores, em 2001, fez uma pesquisa de campo no município de Caçapava do Sul (RS), numa fazenda que ainda possuía as atividades campeiras sendo realizadas de forma rústica e artesanal pelos campeiros para observar, registrar e filmar. Ao voltar para a sala de ensaio, eles não simplesmente reproduziram ou imitaram os movimentos observados: houve um processo de estilização dos mesmos, através da pedagogia de análise de movimento do sistema pedagógico de Jacques Lecoq. A partir deste processo de decodificação dos movimentos, foi possível que estes obtivessem os princípios da presença física do ator, como as características de oposição, equilíbrio instável, imobilidade dinâmica, dilatação. Então, foram criadas nove sequências de movimentos e denominadas de Linguíça, Tronco, Leite, Ginete 1, Ginete 2, Laço, Pealo, Tosquia 1 e Tosquia 2.

²⁵ Projeto de pesquisa contido em: <https://aspraticascorporaisdogaucho.files.wordpress.com/2012/10/projeto-de-pesquisa-atualizado-2013.pdf>

A pesquisa acontece em grupos que desenvolvem ciclos de trabalho por aproximadamente três anos. A preparação tem sido testada quanto a sua eficácia em diferentes criações artísticas²⁶, se constituindo na segunda etapa da pesquisa, que pode ser oriunda do próprio material das partituras dos movimentos do sistema de treinamento junto a técnicas de outras fontes como as do Mimo Corpóreo e da Acrobacia para desenvolver a criação de dramaturgias do ator. A etapa seguinte tem sido a de transmissão do sistema a um novo grupo de alunos cujos corpos não tenham sido treinados. Sendo assim, cada equipe é instrumentalizada pela anterior, dando assim continuidade a meta que é a de que o sistema criado a partir das técnicas corporais do gaúcho campeiro sirva como base concreta, como se fosse um alfabeto, para que o aluno possa construir suas criações e composições e desenvolver a nova etapa proposta. Por conclusão, assim como a cultura gaúcha, o sistema de treinamento é caracterizado por uma patrimônio imaterial e vivo, que resgata e valoriza as técnicas corporais do gaúcho que estão presentes em seu gestual.



²⁶ Em 2003 foi produzido o espetáculo *O Nariz*, adaptação teatral do conto homônimo de Nicolai Gogol; em 2006, *Dramaturgias do Ator*, com fragmentos de textos de Raduan Nassar (Lavoura Arcaica) e Shakespeare (Macbeth e Otelos); em 2008 o espetáculo *O Sobrado*, adaptação de sete capítulos da obra literária de Érico Veríssimo de *O Tempo e o Vento*; em 2012 o espetáculo *Incidente em Antares* adaptação da obra homônima do mesmo autor; em 2014, o espetáculo *Santo Qorpo ou o Louco da Província*, adaptação da obra de Luiz Antonio de Assis Brasil, *Cães da Província*, conjuntamente com textos de José Joaquim de Campos Leão, (Qorpo Santo) e em 2016 foi criado o espetáculo *Os Dragões não Conhecem o Paraíso*, baseados em contos de Caio Fernando Abreu.



Guilherme Conrad, em uma demonstração da partitura *O Leite*, 2015.
Fonte: Arquivo pessoal.

Referências Bibliográficas

- BARBA, Eugenio. *The Paper Canoe. A Guide to Theatre Anthropology*. Routledge, 1995.
- _____. *Le canôe de papier: Traité d'Anthropologie Théâtrale*. Bouffonneries n° 28-29, Lectoure, Bouffonneries, 1993.
- _____. *A arte secreta do ator: um dicionário de antropologia teatral*. Eugenio Barba, Nicola Sevarese; tradução de Patrícia Furtado de Mendonça. - São Paulo: É Realizações, 2012a.
- _____. *A canoa de papel – Tratado de antropologia teatral*. / Eugenio Barba; tradução de Patrícia Alves Braga. -3ª edição – Brasília: Teatro Caleidoscópios & Editora Dulcina, 2012b.
- COPEAU, Jacques. *Anthologie Subjective*. Paris: Gallimard, 2011.
- DARWIN, Charles. *A Naturalist's Voyage Round the World, The Voyage Of The Beagle*. New York: D. Appleton and Company, 1871.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. IEL. Porto Alegre, 1961.
- LESSA, Barbosa. *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo*. Age Editora. Porto Alegre, 2002.
- MARINIS, Marco de. Jacques Lecoq: il mimo e la pedagogia teatrale. In: *Mimo e teatro nel Novecento*. Firenze, La Casa Usher, 1993.
- MAROCCO, Inês. Aspectos da cultura gaúcha e sua teatralidade. In: Ceres Karam Brum; Maria Eunice Maciel; Ruben George Oliven.. (Org.). *Expressões da Cultura Gaúcha*, v. 1. Santa Maria, 2010.
- _____. *Le geste spectaculaire dans la culture gaúcha du Rio Grande do Sul- Brésil*. Tese de Doutorado. Université Paris 8. SaintDenis, França, 1997.
- _____. *Gestualidade: experiência e expressão espetaculares*. In: BIÃO, A; GREINER, C. *Etnocenologia: textos selecionados*. São Paulo: Annablume, 1999.
- MAUSS, Marcel. *As Técnicas Corporais*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, 1974.

PRADIER, Jean-Marie. Etnocenologia: A carne do espírito. In: Repertório, teatro e dança – Ano 1, nº 1. Salvador. Universidade Federal da Bahia, Programa de pós-graduação em artes cênicas, 1998.

_____. Etnocenologia. In: BIÃO, A; GREINER, C. Etnocenologia: textos selecionados. São Paulo: Annablume, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Voyage à Rio Grande do Sul – Brésil. Librairie Editeur. Orléans, 1887.

_____. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SCHWEIDSON. Judeus de bombachas e chimarrão. José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1985.

VIANNA, F. J. O. Populações meridionais do Brasil. v. 2. O campeador riograndense. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

ACADEMICAMENTE POPULAR: A ATUAÇÃO DA ESCOLA DE BELAS ARTES NA TRANSFORMAÇÃO DO CARNAVAL DO RIO DE JANEIRO

ACADEMICALLY POPULAR: ESCOLA DE BELAS ARTES' ROLE IN THE
TRANSFORMATION OF RIO DE JANEIRO'S CARNAVAL

*Gustavo Pereira Assumpção
Mestrando/Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP
gustavopassumpcao@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal evidenciar a atuação decisiva de artistas e acadêmicos ligados à Escola de Belas Artes nas mais diversas manifestações carnavalescas da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo nos desfiles das Escolas de Samba, profundamente transformados a partir dos anos 60. Para isso, parte-se das primeiras aproximações, como a atuação de nomes como Rodolpho Amoedo, Henrique Bernardelli e Belmiro de Almeida na pintura à mão, como tradição da época, de estandartes para ranchos e cordões; e da atuação de artistas na ornamentação das ruas da cidade e dos luxuosos bailes das grandes sociedades carnavalescas e seu expoente máximo, o Theatro Municipal. Tal estudo também reconstrói a mudança nas temáticas e o protagonismo da EBA nos desfiles das Escolas de Samba, revolução gestada a partir dos anos 30 com a ascensão do Estado Novo. Além de assumirem a criação de uma nova linguagem para os desfiles com base na formação acadêmica, tais profissionais assumem o compromisso de promoverem a educação estética e cultural das massas. Ao fim, evidencia-se a mudança nas temáticas das escolas de samba a partir dos anos 60 quando, à luz da atuação do professor Fernando Pamplona, um personagem negro, Zumbi, se torna pela primeira vez o enredo de uma agremiação. A partir de tal revolução, artistas e profissionais ligados à EBA, como as pioneiras Maria Augusta, Lícia Lacerda e Rosa Magalhães e seus contemporâneos, promovem significativas transformações na festa

Palavras-chave: carnaval, escolas de samba, escola de belas artes, rio de janeiro, desfiles das escolas de samba

ABSTRACT

This study's main goal is to demonstrate the decisive role of artists and academics connected to Escola de Belas Artes in the most diverse Carnival-related manifestations of Rio de Janeiro's city, mainly in the Escolas de Samba's parades, which were profoundly transformed since the 60's. To that end, the starting point is the initial relations, like the acting of names such as Rodolpho Amoedo, Henrique Bernadelli and Belmiro de Almeida in the hand-painting, as was the tradition at the time, of estandartes for ranchos and cordões; and the acting of artists in both the city street's ornamentation and the luxurious balls of the big Carnival's societies and its utmost exponent, Theatro Municipal. This study also reconstructs the change in the themes and EBA's protagonism at the Escola de Samba's parades, a revolution gestated in the 30's with Estado Novo's ascension. Other than taking over the creation of a new language for the parades, based on academic education, those professionals take the commitment of promoting the aesthetic and cultural education of the masses. Finally, this study makes evident the change in Escola de Samba's themes since the 60's, when, through professor Fernando Pamplona's acting, a black character, Zumbi,

becomes the enredo for the first time. From that revolution, artists and professionals tied to EBA, as pioneers Maria Augusta, Lícia Lacerda and Rosa Magalhães and their contemporaries, promote significant transformations to the party.

Key-words: carnaval, escolas de samba, escola de belas artes, rio de janeiro, escolas de samba parade

Um Rio à francesa: a fundação de uma escola de belas artes nos trópicos

A implantação de uma instituição responsável pela formação de novos artistas nas terras tropicais do que viria a ser conhecido posteriormente como Brasil tem seus primeiros registros em 1816 com o desembarque do grupo liderado por Joachim Lebreton²⁷, então ex-administrador das Belas Artes do Ministério do Interior da França, cargo que passou a ocupar logo após os desdobramentos da Revolução Francesa²⁸. Protegido pela Família Real portuguesa, o artista tem como função primordial instaurar um sistema de ensino para a formação artística daqueles que seriam responsáveis pelos registros do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que agora era administrado das Américas²⁹.

Sob sua tutela, é fundada por um decreto de D. João VI a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, instituição que se instala de maneira tímida, pouco representativa até o retorno da corte rumo à Europa. Somente em 1824, já após o processo de independência do Brasil, é que a instituição passa a ocupar papel central na vida da corte: D. Pedro I lidera um novo plano para a expansão da instituição que ganha um novo nome: Academia Imperial das Belas Artes (AIBA). Neste processo inicial, o ensino na nova academia seria inspirado pelo modelo acadêmico francês, sobretudo na divisão do corpo docente em torno de cinco pilares: pintura histórica, escultura, arquitetura civil, gravura e mecânica, modelo presente no documento apresentado por Jean-Baptiste Debret em seu “Projeto do Plano para a Imperial Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro”, entregue ao Imperador ainda em 1824.

²⁷ No grupo inicial de artistas que vieram ao território brasileiro ainda estavam nomes como os pintores Nicolas Antoine Taunay e Jean Baptiste Debret, o escultor Auguste Marie Taunay, o gravador Charles Simon Pradier e o arquiteto Grandjean de Montigny, ícone do Primeiro Reinado. No ano seguinte, os irmãos Marc Ferrez (escultor) e Zéphyrin Ferrez (gravador) também desembarcam em solo brasileiro. Tal grupo ficou conhecido posteriormente como “Missão Artística Francesa”

²⁸ Lebreton chega ao Brasil logo após o processo conhecido como “restauração francesa”, período imediatamente após a queda de Napoleão em 1814. Perseguido pela monarquia constitucional que assumia o poder, acabou recebendo o convite dos portugueses para liderar uma viagem de artistas de seu país aos trópicos

²⁹ Na mesma época, diversas instituições são fundadas para o estabelecimento simbólico da corte por aqui, como o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, além da transferência de parte da Biblioteca Real portuguesa, hoje conhecida como Biblioteca Nacional

Mas, o estabelecimento da AIBA só se consolida em 1826, mais especificamente no dia 5 de novembro com a inauguração oficial das instalações projetadas por Granjeand de Montigny próximo ao que hoje é a Praça Tiradentes, região central do Rio de Janeiro. Marco da arquitetura neoclássica em solo brasileiro, o edifício abrigaria exatamente um ano depois a primeira exposição oficial de arte produzida pelos então alunos da instituição.

Em 1854, Manuel de Araújo Porto-Alegre se torna o primeiro brasileiro a assumir a direção da instituição, instaurando uma série de reformas que promovem mudanças decisivas na instituição. Sob seu comando, a AIBA amplia as bases teóricas e incentiva a produção de pinturas de paisagens, posição que ia de encontro com a ideia de que o diferencial da arte brasileira deveria estar no retrato de nossa natureza – um rompimento com a valorização da pintura histórica, base do modelo francês implantado por aqui³⁰. Além de tal mudança, Porto-Alegre permitiu a permanência de artistas bolsistas por até seis anos fora do Brasil e criou uma nova cadeira, a de desenho industrial. Com o início do período republicano, em 1889, a instituição é incorporada ao novo Estado brasileiro sob um novo nome: Escola Nacional de Belas Artes. Em 1931, vive a primeira fusão e passa a integrar a Universidade do Rio de Janeiro. Seis anos depois se une à recém-criada Universidade do Brasil. Em 1965, ganha seu nome definitivo: Escola de Belas Artes, como parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde permanece diretamente ligada até os dias atuais.

Na disputa entre ordem e marginalidade, o carnaval conquista as ruas

Apesar de chegar ao Brasil como uma herança lusitana nos momentos iniciais da colonização, é somente a partir do século XIX que as manifestações carnavalescas se fundem de vez à vida urbana que se expande com a chegada da Família Real. Na época, o **entrudo**, principal manifestação carnavalesca das ruas do Rio de Janeiro, se consolida em meio ao embate com outras manifestações ligadas primordialmente às elites, como os bailes carnavalescos promovidos pelos clubes. A cidade, se torna, portanto, palco de disputas:

(...) a trama urbana do Centro da cidade do Rio de Janeiro oitocentista fomenta, a cada carnaval, um processo de enfrentamento entre os mais diferentes atores e os obriga – mesmo que, frequentemente, a contragosto – a se encararem e a dialogarem (FERREIRA, 2005, p. 78)

³⁰ Na fase áurea da academia, já no Segundo Reinado, a produção de caráter épico se intensifica, bem como a criação de registros para a construção pictórica de uma história nacional, como os trabalhos de Manuel de Araújo Porto-Alegre (*Coroação de Dom Pedro II*, de 1845), Vítor Meireles (*A Primeira Missa no Brasil*, de 1861, e *A Batalha de Guararapes*, de 1875) e Pedro Américo (*A Batalha do Avaí*, de 1877, e *O Grito do Ipiranga*, de 1888).

Nos últimos anos do dezenove e na virada para o século XX, a presença de artistas de formação oficial, sobretudo ligados à então Academia Nacional de Belas Artes, se tornaria recorrente nas manifestações da cidade. Em 1889, Rodolpho Amoedo atua diretamente na criação e confecção à mão do estandarte da sociedade carnavalesca Tenentes do Diabo. Há registros também da atuação de Henrique Bernardelli³¹ na concepção de muitos estandartes para cordões, “*demonstrando que estes não eram impermeáveis ou incapazes de compreender e selecionar valores e elementos artísticos que vinham dos “de cima”*”³².

Já na virada para o século XX, Amoedo atua diretamente no rancho carnavalesco Ameno Rosedá, considerado um reduto da intelectualidade carioca e responsável pela aproximação entre uma cultura de caráter oficial e as expressões carnavalescas urbanas. A disputa entre cordões, formados sobretudo pelas populações periféricas, e ranchos, próximos à elite, vai ditar decisivamente a história do carnaval na cidade. É um embate sobretudo de caráter simbólico, já que evidencia o impacto de uma série de transformações na geografia da cidade que se intensificam a partir da década de 20.

Na década seguinte, o protagonismo da cidade do Rio de Janeiro torna-se campo fértil para o início da cristalização de um imaginário ligado ao carnaval – é da então capital que parte na Era Vargas o projeto de construção de uma “cultura” com viés nacionalista. Na época, a intelectualidade manifesta-se nos jornais e dá à festa o caráter de “símbolo da brasilidade”: os festejos carnavalescos são vistos como elemento determinante da identidade da cidade e, portanto, precisam ser fomentados.

Na efervescência da época, é possível perceber uma articulação das elites a partir dos meios de comunicação. Em 1932, o jornal *Correio da Manhã* pede, em um artigo de opinião, a preservação de “*assuntos nossos, artistas nossos, operários nossos, materiais nossos*” na confecção do carnaval da cidade. Para tal, sugere que artistas formados pela Escola Nacional de Belas Artes se tornem responsáveis pelo processo artístico de fabricação do carnaval. Ainda segundo o artigo, o objetivo principal de tal proposição seria tornar a festa “verdadeiramente brasileira”. O projeto de um carnaval totalmente produzido pela ENBA nunca se concretizou como era desejo dos intelectuais, mas neste momento não era rara a presença de artistas de

³¹ Henrique Bernardelli atuou como professor na Escola Nacional de Belas Artes entre 1891 e 1905. Muito influente na época, funda um ateliê ao lado do irmão, Rodolfo Bernardelli, em que se formam expoentes do início do século XX como o casal Lucílio e Georgina de Albuquerque

³² Em *O Carnaval e a Modernização do Rio de Janeiro*, o pesquisador Nelson da Nobrega Fernandes traça parte do processo que culminou na aproximação entre poder público e carnaval, algo que ele concluiu ser resultado de um processo intenso de negociação

formação erudita atuando decisivamente na confecção do carnaval do Rio de Janeiro, sobretudo nas Grandes Sociedades³³ e na decoração de ruas e avenidas.

O carnaval carioca havia se alçado a um novo patamar em que se consolidava não mais como uma festa improvisada e totalmente espontânea, mas um evento que unia as manifestações populares e as festas da elite num mesmo plano de ação que atrairia para sua programação, ou delas se apoderaria, todas as demais manifestações (GUIMARÃES, 2013)

As profundadas transformações sociais decorrentes do processo de urbanização forçada da região central intensificam a aparição de novos atores. É nesta época que as Escolas de Samba surgem nas periferias, resultado da ação de uma população marginalizada expulsa sobretudo da Pequena África nos entornos da Praça Onze. Em meio às contradições que a nova estrutura social faz emergir, as escolas recém-criadas se organizam em busca de legitimidade e constroem alianças com o poder público, uma tentativa de consolidar sua própria existência³⁴. Em permanente diálogo com as instituições oficiais, as escolas buscam nos temas nacionalistas e ufanistas suas principais referências. Tal questão, convém lembrar, não foi uma mera imposição cima-baixo, mas sim uma estratégia dos sambistas rumo ao reconhecimento.

A consolidação do carnavalesco: os anos 60 e a “revolução salgueirense”

A partir dos anos 50, a Escola Nacional de Belas Artes se reinventa a partir da influência do professor Quirino Campofiorito, responsável direto por uma série de transformações nos métodos de ensino então padronizados dentro da instituição. Apesar de assumir ainda em 1938 a posição de professor interino de desenho artístico, é a partir de 1949 que o artista, ao assumir a cadeira de artes decorativas, propõe uma reformulação, gestada a partir de uma série de viagens à Europa nos anos seguintes³⁵. Campofiorito projeta a arte decorativa dentro da instituição, criando uma geração de artistas eruditos preparados para um mercado incipiente de arte utilitária. Entre seus assistentes diretos estavam Fernando Pamplona e Maria Augusta, dois

³³ Helenise Guimarães relata que, em 1932, Alcebíades Monteiro Filho foi contratado pelo Clube dos Fenianos graças ao seu respaldo como “aluno brilhante da academia”. Ao lado de Alfredo Herculano, também ele um profissional de prestígio ligado à instituição, propõe um desfile sobre o futurismo

³⁴ Como parte deste processo, as agremiações criam a União das Escolas de Samba, uma entidade que visava negociar junto ao poder público a organização dos desfiles. A criação das subvenções, das premiações em dinheiro para as campeãs e a necessidade de “registro policial” das entidades mostram um profundo e contraditório processo

³⁵ Campofiorito viaja à Europa ainda nos anos 30 quando se inspira nas inovações da Bauhaus. Em 1957 retorna ao continente a serviço da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para observar programas de ensino, visando à reforma do regulamento da Escola Nacional de Belas Artes

dos nomes que faziam história no carnaval a partir dos anos 60. É neste momento que a atuação de profissionais ligados à instituição causa uma série de transformações na estrutura dos desfiles das escolas de samba, na decoração de ruas e avenidas e na cenografia dos bailes suntuosos que ganham os clubes ligados à elite.

No passado, a criação das fantasias e alegorias de uma escola de samba era coordenada principalmente por grupos experientes já ligados à outras manifestações ou por membros da escola que demonstravam afinidade para coordenar e decorar. “*Davam-lhe auxiliares e material de que necessitasse e se encarregava de pôr na rua um belo desfile*”³⁶. Portanto, é possível afirmar que profissionais externos às comunidades sempre fizeram parte da construção dos desfiles, a se destacar a figura de Marie Louise Nery, nascida em Berna, na Suíça e formada pela Escola Técnica de Ofícios (Gewerbeschule) e pela Escola de Artes Utilitárias (Kunstgewerbeschule)³⁷.

As mudanças gestadas na década de 50 se consolidam nos anos seguintes, quando o desfile das escolas de samba vive sua primeira revolução com a chegada de Fernando Pamplona ao Acadêmicos do Salgueiro já no início dos 60. Então professor da Escola de Belas-Artes, ele propõe o enredo *O Quilombo dos Palmares*, primeira vez em que um personagem negro, Zumbi, é exaltado por uma escola de samba. O projeto desvela um Brasil escondido por baixo de uma história dita oficial, compromisso que se intensificaria nos anos seguintes com a escolha de temas como *Vida e Obra de Aleijadinho* (1961), *Chico Rei* (1962), *História da Liberdade no Brasil* (1967), *Dona Bêja, a Feiticeira de Araxá* (1968) e *Festa para um Rei Negro* (1971). Além da mudança temática, o artista propõe alterações na estética de fantasias e alegorias, apostando na utilização de materiais alternativos, leves e baratos, formas mais geométricas³⁸ e um apreço pela criatividade, pensamento imortalizado na célebre frase “*tem que se tirar da cabeça aquilo que não se tem no bolso*”³⁹.

Ao transformar consideravelmente os temas e a estética propostos pelas agremiações, Pamplona cria em torno de sua figura um elemento-chave: a *assinatura*. A partir deste período, a figura do profissional responsável pela estética dos desfiles das escolas de samba ganha

³⁶ Em sua obra: *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*, a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz traça o percurso histórico de formação das escolas de samba no Rio de Janeiro, incluindo a evolução da expressão “carnavalesco”. Ela é uma das pesquisadoras que acredita que a função foi sendo construída ao longo dos anos 60.

³⁷ Em 1959, ao lado do marido, Dirceu da Câmara Nery, a então cenógrafa e figurinista assinou um enredo sobre o pintor Debret no Acadêmicos do Salgueiro, momento inicial de uma revolução estética que se consolidaria a partir de 1960

³⁸ O artista também atuou nas célebres decorações de rua do Rio de Janeiro. Em *A Batalha de Ornamentações*, a professora Helenise Guimarães afirma que Fernando Pamplona liderou uma série de transformações, sendo ele o “*promotor da revolução técnica e estética das decorações carnavalescas*”

³⁹ A frase, dita pelo carnavalesco em várias oportunidades, sintetizou o enredo em homenagem à Pamplona proposto no ano de 1986, também no Salgueiro, sua escola de coração.

importância e status, símbolo de um modo de fazer particular. O carnavalesco se transforma em artista dominante na hierarquia da criação das agremiações, dotado de um conhecimento artístico incontestável e centro do processo de construção dos desfiles. Valença (1996) afirma que as mudanças na tradição visual dos desfiles proposta pelo Salgueiro a partir dos anos 60 desaguam em outras agremiações em um efeito-cascata, “*recorrendo cada vez mais a profissionais de artes plásticas como forma de ‘corrigir’ sua estética suburbana*”. A partir deste ponto, os presidentes das agremiações buscam novos artistas, movimento que Newlands (2014), vê como uma consolidação da constituição do carnaval como “ópera de rua”⁴⁰.

A partir dos anos 70, Leopoldi (1978) observa, ao estudar a escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, que o prestígio e a influência do artista crescem a ponto de, a partir daquele momento, o artista consolidar sua influência para além das questões visuais e textuais, atingindo outros setores, como a escolha do samba-enredo e a cadência da bateria. As mudanças no espectro de atuação do carnavalesco cristalizam sua importância no processo de hierarquia das escolas. Fundamental perceber que é a partir deste período que surgem grandes artistas-criadores: além do já citado Pamplona, também Joãosinho Trinta⁴¹, Arlindo Rodrigues⁴² e seus contemporâneos, Fernando Pinto⁴³ e Rosa Magalhães. Valença (1983) acredita que a chegada de artistas com formação oficial é sinal de uma profunda transformação na relação do próprio povo carioca com a festa – o aumento da aceitação das manifestações populares fez com que surgisse um interesse da classe média, o que construiu novos rumos para os desfiles.

Os intelectuais, o morro e suas contradições

A criação da função do *carnavalesco*, personagem central do processo artístico de uma escola de samba, é, portanto, resultado de um processo histórico, uma construção que se

⁴⁰ Ainda segundo a pesquisadora, tais profissionais trouxeram elementos de uma arquitetura faustosa comemorativa, reflexos incontestáveis do período imperial e das manifestações ligadas às elites cariocas.

⁴¹ Joãosinho Trinta se consolida a partir dos anos 70 após ser auxiliar de Fernando Pamplona. Em 1976 estreia com o enredo *O Rei de França na Ilha da Assombração*, um marco na liberdade criativa dos carnavalescos. Seguiria sua trajetória até o ápice, o trabalho *Ratos e Urubus Larguem a Minha Fantasia*, tema escolhido para a Beija-Flor de Nilópolis em 1989. A figura do Cristo-mendigo coberto com os dizeres “Mesmo proibido, olhai por nós”, é considerado o grande momento da história do Sambódromo da Marquês de Sapucaí, inaugurado cinco anos antes

⁴² Arlindo Rodrigues era cenógrafo e figurinista e foi parceiro de Fernando Pamplona ao longo de parte de sua trajetória. Conquistou oito títulos do Grupo Especial e faleceu precocemente em 1987. É considerado o pai do estilo barroco no carnaval, influenciando de forma decisiva o trabalho de Rosa Magalhães.

⁴³ Considerado o “tropicalista” do carnaval, Fernando Pinto também faleceu cedo, antes de consolidar seu estilo. Foi campeão em duas oportunidades e responsável por *Tupinicópolis*, desfile histórico da Mocidade Independente de Padre Miguel no ano de 1987

confunde com a própria legitimação da existência das agremiações⁴⁴. Dentro da estrutura hierárquica das escolas de samba na atualidade, o carnavalesco ocupa uma função central. Ao profissional, cabe o status de líder e conciliador, um elo importante no processo que começa com o texto-base, a sinopse, e se encerra ao fim do desfile dos componentes pela avenida.

Partindo da ideia de que a cultura nunca é algo dado, estanque, mas sim construído socialmente e portando passível de mudanças e mutações, é possível ver a existência no carnaval do Rio de Janeiro uma ideia próxima da proposta na circularidade cultural (Ginzburg, 1987), ou seja, um processo de troca entre classes sociais em que as influências se movem de baixo para cima, bem como de cima para baixo e estão permanente diálogo, este não necessariamente definido pela harmonia entre seus agentes.

Desde a chegada de artistas dotados de uma certa erudição, formados pelas academias de ensino, o carnavalesco traça redes muito complexas e dotadas de uma lógica particular. Ao profissional, cabe, neste cenário, não apenas a função de coordenar atividades práticas nos barracões e ateliês, mas também assumir a função de atuar como um agente que promove a circulação de ideias.

Caminhando junto com o enredo em diferentes linguagens artísticas, a pessoa do carnavalesco é como que a garantia sociológica de alguma unidade para essa referência simbólica que se desdobra em fantasias, sambas-enredo, alegorias (CAVALCANTI, 2006)

Ao pensar sobre a função do carnavalesco, gestada a partir dos anos 60, mas consolidada somente após os 70, é possível compreender o processo que levou o desfile das escolas de samba rumo ao que ficou conhecido como “primazia do visual”⁴⁵. Mesmo que os aspectos visuais sempre fossem parte determinante dos desfiles, é após a influência de artistas ligados à Escola de Belas Artes, dotados de conhecimentos artísticos acadêmicos, que o carnaval se agiganta e ganha ares de espetáculo estético. Neste cenário, profissionais criam elementos de diferenciação, seja a criação de um estilo próprio, seja a proposição de novas temáticas, numa

⁴⁴ O processo de germinação das escolas de samba faz parte de um intenso ciclo de mudanças na estrutura social do Rio de Janeiro que se iniciou com as reformas urbanísticas do início do século XX. A ocupação dos morros, o surgimento de um ritmo de origem africana encorpado de alma suburbana, o samba, e a ambição de homens comuns resultou ainda nos anos 30 na criação das principais agremiações. Em seus primeiros anos, as escolas de samba, que desfilavam ainda no centro do Rio, optavam por enredos nacionalistas e muitas vezes de cunho histórico e literário. A história oficial, os grandes acontecimentos, a saudação aos heróis e aos homens das letras eram temas recorrentes dos carnavais que desfilavam pela Praça Onze. A temática nacional era incentivada como política de estado do período Vargas, época em que as escolas cresceram condicionadas social e politicamente pela ideologia paternalista e autoritária do Estado Novo.

⁴⁵ Ao estudar as mudanças no carnaval do Rio de Janeiro e a importância da temporalidade nas construções sociais, a antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro cunha a expressão “primazia do visual” para designar o período pós anos 70 quando as escolas de samba se agigantam com a influência dos carnavalescos e dos recursos que chegam como reflexo da atividade dos bicheiros

tentativa de ganhar evidência dentro de uma festa cada vez mais tomada por elementos de mercado, como o troca-troca incessante de profissionais entre as escolas.

É evidente que a centralidade do carnavalesco também comporta problematizações. A produção do carnaval e do desfile das escolas de samba é, sem dúvidas, um processo sempre coletivo, realizado a partir de uma atuação conjunta. Por isso, por mais prestígio que tenha um carnavalesco, este nunca é o único responsável pelo trabalho visual da escola – há aqui a evidência de um processo complexo de negociação: o profissional, como vê Cavalcanti (1998), é muitas vezes externo à organização popular típica da escola de samba e, assim, “*impõe um discurso de uma pessoa estranha à comunidade*”. Deste modo, a atuação do carnavalesco como agente de ligação entre os mais diversos setores da escola de samba, explicita a natureza ambivalente das trocas, estas permeadas de acordos e conflitos.

“*O carnavalesco sempre existiu, só que agora a sua figura tornou-se importante. Na verdade, ele faz o enredo, as fantasias, os carros e orienta alguma coisa. Mas, se a escola não tem um bom diretor de harmonia, um bom samba, enfim, se não desfilar bem, não há carnavalesco que ganhe um carnaval*”, diz Rosa Magalhães, uma das principais artistas da atualidade.⁴⁶ Não há carnaval sem tal complexidade, sem contradições, sem disputas simbólicas. E não há carnaval sem exagero, sem o tradicional espetáculo de cores e formas e sem que se torne evidente o caráter nada retilíneo da festa. Reinventar-se a cada fevereiro parece o único destino possível – para carnavalescos e para foliões.

⁴⁶ Em entrevista para O Globo de 3/2/91

Referências Bibliográficas

- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC / Funarte, 1994.
- CAVALCANTI, M. L. V. C. **O rito e o tempo. Ensaios sobre o carnaval**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- FERNANDES, Nelson da Nobrega Fernandes. **O Carnaval e a Modernização do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista geo-paisagem, Ano 2, nº 4, 2003
- FERREIRA, Felipe. **Inventando carnavais: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GUIMARÃES, Helenise. **Batalha de Ornamentações: A Escola de Belas Artes e o Carnaval Carioca**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015
- LEOPOLDI, José Sávio. **Escola de Samba, ritual e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1978.
- MAGALHÃES, Rosa. **NEWLANDS. O Inverso das Origens**. Rio de Janeiro: Editora NovaTerra, 2014
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval Brasileiro – O vivido e o mito**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- VALENÇA, Rachel T. **Carnaval – Para tudo se acabar na quarta-feira**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1996.

AFETIVIDADE, CONSTRUÇÃO DO GOSTO MUSICAL E CAPITAL SIMBÓLICO EM LUIS ALBERTO SPINETTA

AFECTIVIDAD, CONSTRUCCIÓN DEL GUSTO MUSICAL Y CAPITAL SIMBÓLICO EN LUIS ALBERTO SPINETTA

*Karin Helena Antunes de Moraes
Doutoranda do PPGH UDESC
karin.helena@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho se debruça sobre o conjunto de afetividades que marcam as relações entre os sujeitos e a música, suas escolhas e a inserção das melodias no cotidiano. Para isso, trabalharemos com o rock argentino, um dos gêneros mais representativos da cultura urbana do país vizinho, através do músico Luis Alberto Spinetta, que servirá como fio condutor das discussões acerca das subjetividades, da construção social do gosto e do capital simbólico acumulado pelo referido músico. O objetivo desta análise é delinear elementos como identidades coletivas, subjetividades, formas de identificação e de diferenciação através da música utilizada como forma de marcador social ou ideológico. Sendo assim, estabeleceremos um debate sob a perspectiva interdisciplinar entre autores como Pierre Bourdieu, Néstor García Canclini, e Sergio Pujol que nos ajudarão a estabelecer aproximações e a compreender o conjunto de trocas simbólicas, os trânsitos e os processos ocorridos no âmbito da cultura popular de massa.

Palavras-chave: música, cultura, Spinetta, afetividade

RESUMÉN

Este trabajo se enfoca acerca del conjunto de afectividades que enmarcan las relaciones entre los sujetos y la música, sus elecciones y la inserción de las melodías en el cotidiano. Para tanto, vamos a trabajar con el rock argentino, uno de los géneros más representativos de la cultura urbana del vecino país, a través del músico Luis Alberto Spinetta, que servirá como un hilo conductor de las discusiones acerca de las subjetividades, de la construcción social del gusto y del capital simbólico acumulado por referido músico. El objetivo de este análisis es delinear elementos como las identidades colectivas, subjetividades, formas de identificación y diferenciación a través de la música utilizada como una suerte de distinción social o ideológica. De este modo, se establecerá un debate interdisciplinario entre autores como Pierre Bourdieu, Néstor García Canclini y Sergio Pujol que nos ayudan a establecer aproximaciones y así comprender el conjunto de cambios simbólicos, los tránsitos y los procesos que ocurren en el ámbito de la cultura popular de masas.

Palabras-clave: música, cultura, Spinetta, afectividade

Introdução

A sonoridade atravessa nossa existência acumulando-se nos vãos cognitivos entre melodias e ruídos, entre aquilo que nos comove e o que nos contraria. Wisnik (1989, p. 18) recorda que “o som é presença e ausência e está, por menos que isso apareça, permeado de silêncio”. Tomemos como exemplo a música inserida no gênero canção, ou seja, aquelas composições que são produzidas estabelecendo uma determinada estrutura que permite que estas faixas sejam gravadas nos diferentes suportes desenvolvidos ao longo dos anos e difundidas nas rádios porque obedecem ao modelo letra e melodia. Estas canções, que na contemporaneidade experimentam uma sorte de desmaterialização, já que o seu consumo não é mais pautado exclusivamente pela compra de um disco, e que carregamos nos players portáteis ou no celular, nos ajudam a perceber o caráter “ecumênico” da música, no sentido utilizado por Martín Ruíz (2012), já que ela não exige que dediquemos nossa atenção total, permitindo assim, que realizemos uma série de tarefas em companhia de nossas melodias preferidas.

Este processo, iniciado a partir do advento da gravação do som, quando foi possível descontextualizar a música de seu local de execução, ou seja, quando as pessoas puderam passar a pagar por um suporte fonográfico para ouvir as composições no conforto de suas casas e não apenas nos teatros, foi fortalecendo a inserção da música no cotidiano dos sujeitos. Neste sentido, o professor Pablo Martín Ruíz observa que

(...) es fácil pensar en alguien, y lo más probable es que conozcamos a alguien, o incluso que nosotros mismos seamos ese alguien, que nunca o casi nunca va al teatro. O que no lee poesía. O que no se interesa por la plástica. Pero difícilmente conozcamos a alguien que sea indiferente ante la canción. Ante la música en general y ante la canción en particular. No hay forma de arte más consumida que la canción. (RUÍZ, 2012, p.117).

O autor vai além e demarca a canção como a forma artística própria do século XX, a exemplo do que representou a literatura no século XIX. Entretanto, neste processo de formação de um mercado fonográfico e de identificações entre os sujeitos que compõem as músicas e os que as ouvem encontramos poucos espaço para as digressões acerca da formação do gosto musical e da educação sentimental que a permeia. O objetivo aqui não é o de fazer um levantamento estrito sobre as bases de tal formação, mas antes de tudo, apresentar algumas das possíveis chaves que abrem caminho para nossas identificações sonoras.

Neste artigo, utilizo como condutor para este debate, o músico argentino Luis Alberto Spinetta. O roqueiro considerado um dos compositores mais importantes do país vizinho

estimulou com suas canções toda sorte de sentimentos, congregando seus fãs em uma espécie de rede de contenção e reconhecimento que serão desenvolvidas ao longo deste artigo.

O professor Nildo Viana (2011) salienta que a formação do gosto musical é social e não um processo ocorrido na individualidade, este é um dos motivos pelos quais muitos trabalhos sobre o rock, especificamente, trabalham com a ideia da formação de uma identidade ocorrida no marco das trocas simbólicas entre indivíduos, que podem até não compartilhar a mesma nacionalidade ou idioma, mas que ainda assim possuem diversos aspectos de proximidade e identificação.

Bourdieu em *El sentido social del gusto* (2012) estabelece uma série de variáveis sobre a percepção estética. Ainda que mais voltado para as obras de arte, o trabalho permite compreender algumas das chaves que nos levam a incorporar determinadas canções ou artistas, em detrimento de outros. O sociólogo defende que a construção do gosto passa necessariamente por dois pontos: a educação e a origem social. **Bourdieu** (p. 232) acredita ainda que a hierarquização da cultura constrói níveis de “nobreza cultural”, funcionando como critérios de distinção entre indivíduos e classes.

Particularmente, não acredito que os pontos defendidos por **Bourdieu** como determinantes do olhar cultural são os únicos fatores de desenvolvimento desse olhar, sobretudo na música, ainda que inegavelmente exerçam um grande peso neste processo. Diante disso, tendo a valer-me da explicação de Viana (2011 p. 1) que acredita que “(...) o gosto dos indivíduos é formado socialmente, mas como os indivíduos possuem uma singularidade psíquica, uma história de vida única, então as chamadas idiosincrasias são elementos diferenciadores na constituição do gosto”.

García Canclini valida estas possíveis ausências do modelo estabelecido por **Bourdieu**, afirmando que:

A obra de Bourdieu, pouco atraída pelas indústrias culturais, não nos ajuda a entender o que ocorre quando até os signos e os espaços das elites se massificam e se misturam com os populares. Teremos que partir de Bourdieu, mas ir além dele para explicar como se reorganiza a dialética entre divulgação e distinção quando os museus recebem milhões de visitantes e as obras literárias clássicas ou de vanguarda são vendidas em supermercados ou se transformam em vídeos. (GARCÍA CANCLINI, 2015, p. 37).

E a música é um dos espaços ideais para visualizar estas misturas mencionadas por García Canclini. São inúmeros os exemplos de apropriações musicais que demonstram o trânsito existente entre o erudito e o popular. Podemos pensar em Villa-Lobos, por exemplo,

que compunha música clássica utilizando elementos do popular, ou de “coeficiente guassú”, como diz Mario de Andrade (1928). Em outras palavras, que a música produzida por Villa-Lobos tinha um toque do “exotismo” que os estrangeiros esperavam encontrar na música brasileira. O Heavy Metal é outro gênero interessante, já que conta com uma rama denominada de “Metal Sinfônico”, ou seja, uma música feita com elementos muito semelhantes aos da música clássica, utilizando instrumentos como violino, violoncelo e o piano: um estilo que não é o erudito, mas que bebe de sua fonte.

Retomando a ideia de Bourdieu de nobreza cultural, vejo nesta concepção pontos interessantes para a observação aqui proposta, a de tomar a carreira de Luis Alberto Spinetta como um elemento de análise para o debate de elementos que atravessam a música e a formação dos ouvintes como a carga afetiva e o capital simbólico conquistado pelo artista. A morte do músico em fevereiro de 2012 parece ter servido de catalisador para os relatos de seus seguidores que tinham como ponto em comum o fascínio por sua obra e a tristeza por sua partida. A revista Rolling Stone argentina abria a edição de março daquele ano, dedicada a Spinetta, com a seguinte colocação

La tristeza silenciosa que sobrevino tras la muerte de Spinetta no tiene demasiados precedentes en la música argentina. El 8 de febrero, cuando la noticia empezó a correr, las calles de la ciudad parecieron hundirse por un momento; había lágrimas en cada cuadra y las canciones de Luis sonaban en todas partes como el único bálsamo posible. Ahí van a estar siempre que las necesitemos. (ROLLING STONE, 2012, p. 4)

Nesta passagem vemos que alguns elementos são mobilizados para descrever o sentimento coletivo frente à morte de um ídolo nacional. Há um forte caráter sentimental neste fragmento, mas interessa-nos aqui também, perceber o papel outorgado à música, que neste texto aparece como uma espécie de refúgio, um abrigo disponível frente às adversidades, algo que vai muito além de um apanhado de acordes e uma forma de mobilizar a memória afetiva dos leitores. Há também uma espécie de congregação criada pela música, um traço distintivo e identificador que serve para unir e intercambiar informações, recordações e sentimentos em torno de um elemento comum. Na produção historiográfica sobre o rock na Argentina existe uma série de relatos que corroboram a ideia de união e identificação através da música. Em relação a Spinetta muitos revelam haver uma espécie de código para estabelecer conversas e laços de amizade, informação confirmada pelo jornalista Eduardo Berti: “Decir 'me gusta Spinetta' fue una contraseña para más de una generación” (ROLLING STONE, 03/2012, p.36). Ou seja, podemos pensar nas preferências musicais como um acúmulo de capital simbólico dentro da estrutura de nobreza cultural proposta pelo sociólogo francês, sem entretanto tomá-lo como única variável que conduz à escolha de uma música em detrimento de outra. García

Canclini (2015 p.36) também estabelece um diálogo neste sentido ao afirmar que “em sociedades modernas e democráticas, onde não há superioridade de sangue nem títulos de nobreza, o consumo se torna uma área fundamental para instaurar e comunicar diferenças”, em outras palavras, o acesso aos bens culturais como um determinado disco pode alcançar um valor inestimável dentro da sociedade contemporânea.

Para ilustrar este processo, podemos tomar como exemplo o álbum *Artaud*, lançado por Luis Alberto Spinetta em 1973. Este disco foi eleito em 2007, através de uma enquete promovida pela revista *Rolling Stone*, o melhor álbum da história do rock argentino. Além da experimentação sonora proposta pelo músico, o disco causa curiosidade também a partir do visual. Sua capa, verde com tons amarelados, que leva no canto superior a foto do poeta e dramaturgo francês Antonin Artaud, não segue o padrão das demais capas de vinil. *Artaud* não é quadrado, é um álbum que se abre na imprecisão de suas pontas e curvas que lhe conferem um formato anômalo tão difícil de definir quanto de armazenar na estante junto aos outros álbuns. Esta particularidade quando de seu lançamento dividiu opiniões, mas foram muitos os vendedores ou compradores que reclamaram de sua forma exótica. Ao longo dos anos, a mitologia em torno do disco, o caráter vanguardista de sua capa e a dificuldade em encontrar o álbum no mercado alavancaram seu valor que girou em torno de \$ 15.000 pesos, cerca de R\$ 2.000. O disco alcançou não apenas um local de privilégio no ranking legitimador do gênero no país e, conseqüentemente, um maior valor econômico, mas também um grande acúmulo simbólico e afetivo. Em entrevista ao jornal *Clarín* (17/05/2016), Mauro Torres, fã de Spinetta e idealizador da rádio *Lalala*, que é dedicada exclusivamente ao artista, conta a seguinte anedota: “A mí me faltaba guita para un crédito hipotecario y mi mujer miró el disco *Artaud* original, el de la tapa loca que tengo enmarcado. Me dijo: si vendemos esto, tenemos cinco lucas más. ¿Y? La saqué cagando”. Tal história confirma que quando falamos de bens culturais, o valor econômico não é a única variável a ser analisada, há também uma série de vetores emocionais que devem ser considerados e que conferem relevância a uma determinada obra, como salienta o historiador Sergio Pujol

Efectivamente, nuestro amor propio está depositado en nuestras afinidades, porque estas nos desnudan ante los otros. Y más aún si hablamos de música. Lejos de la ingenua creencia de que la música es un lenguaje universal que hace de los hombres una sola condición, los gustos musicales siempre han estado enfrentados en una sorda lucha de agrupamientos parciales. Ciertamente, no todas las disputas derivan de la estratificación social. (PUJOL, 2007, p.15).

Sendo assim, Pujol também rebate de algum modo, o modelo proposto por Bourdieu de construção do gosto pautado apenas na educação e na origem social, além disso, chama atenção para uma outra característica presente na música: as rivalidades. É muito comum observar ilhas formadas em torno de um gênero e dentro deste gênero, novas pequenas ilhas em torno de um determinado artista. As competições geralmente são acirradas pela imprensa, sobretudo a especializada que destaca frases – muitas vezes fora de contexto – cria rankings de melhores e piores, mais tocados, maior público e mais vendidos. Devemos notar que normalmente, os parâmetros de distinção utilizados são pautados pelo quantitativo.

Ainda que Spinetta tenha sido um artista que buscou manter-se afastado dos holofotes, adotando o que os argentinos chamam de *perfil bajo*, o músico não escapou incólume às disputas sonoras. Na década de 80, quando o rock começou a ocupar um local de maior protagonismo, iniciou-se uma tentativa de divisão entre o público dos roqueiros. De um lado estava Charly García, de outro, Spinetta. Diante de tal dicotomia, os músicos resolveram fazer um show conjunto de Serú Giran – a banda de Charly – e Jade – a banda de Spinetta – o disparador decisivo foi uma capa da revista *Hurra* como recorda Charly García (Berti, 2014, p. 160). Na capa, havia a frase “¿El rock es un partido de fútbol?”. A matéria dedicada aos dois falava de uma divisão dos seguidores entre decadentes – os que ouviam Charly García – e os puros – os que ouviam Spinetta. O público muitas vezes embarcava nas divisões criando barreiras não apenas com outros públicos como também com músicos e distintas sonoridades. Eduardo Berti recorda que Charly García foi vaiado ao subir ao palco para tocar com Jade. Diante de tal posicionamento do público Spinetta respondeu:

Lo que más odio es haber creado a fanáticos cuando yo nunca he sido fanático de mi obra. Eso es doloroso. Y creo que yo generé parte del fanatismo que llevó a un grupo de gente a chiflar a un tipo como Charly. Siento que a mí no me aceptan, tampoco; se han fanatizado tanto que si salgo de las casillas, si hago algo no contemplado en los límites de su fanatismo, me deben de odiar. En vez de sorprenderse, odian. Pero hay algo de mi obra que parece haber llevado implícita esa cosa sectaria. Se ve que el producto entre mis obras y las mentes, algo “así” (gesto de locura) genera una forma particular de fanatismo. Puedo decir que son unos pelotudos porque me han hecho el objeto de su fanatismo. (BERTI, 2014, p.163).

O que a fala de Spinetta revela vai além de seu descontentamento com a atitude gerada a partir de tais rivalidades e do fanatismo, o músico demonstra incômodo também com aqueles que esperam do artista sempre a mesma fórmula, uma espécie de guia sonoro que deve ser seguido sempre do mesmo modo. Diante da diversidade apresentada pelo músico ao longo de sua carreira, vemos que ele não se deixou levar pelas críticas daquelas que esperavam encontrar o mesmo Spinetta em cada disco, ou daqueles que afirmavam não compreender suas canções.

Outra narrativa que demonstra os conflitos internos do movimento envolve justamente Luis Alberto Spinetta, como representante dos *blandos* e Norberto (Pappo) Napolitano⁴⁷ pelos *duros*. No livro *Cómo vino la mano: orígenes del rock argentino* de Miguel Grinberg, Spinetta relata a história do dia em que decidiu presentear Pappo com seu violão Gibson Dove.

Y se la regalé, la guitarra con la que compuse las canciones más hermosas que hice para Almendra. Y para mí era una forma de mostrarle a Pappo que no existían solamente las guitarras con el volumen al mango. Que así como él me había inculcado algo de esa dureza del rock pesado, y la mano, copar y todo eso, por otro lado, yo trataba de demostrarle que existía una fuente de ternura que él no podía ignorar. Fue como decirle, mirá, tomá, no te desprendas jamás de esto, para no traicionarme en tu vida, para darme tu fe, aunque no tocáramos nunca más juntos, aunque jamás nos viéramos, pero como un acto de fe, una esperanza... ¿ Sabés que me fue a Europa y dos días después se la ofreció a Litto Nebbia por ciento sesenta lucas? (...) Y supuse que ese acto iba a convencer a un tipo como Pappo, al que yo quería de manera impresionante, quería tratar de que intercambiáramos el mensaje. De que se sintiera influenciado por mí de la misma manera en que yo me había sentido influenciado por él. (GRINBERG, 2008, p. 106-107).

O instrumento permaneceu desaparecido durante anos, convertendo-se em uma espécie de lenda urbana, até que em 2012, Jorge Maronna, integrante do grupo Les Luthiers, ao assistir a um programa dedicado a Spinetta após sua morte percebeu que o violão desaparecido do músico era o mesmo que ele havia comprado de Alfredo Toth (Los Gatos). Em entrevista para a *Rolling Stone* de dezembro de 2013, Maronna conta que ao descobrir que era o dono do emblemático instrumento ligou para o filho mais velho de Spinetta, para contar que estava de posse do violão e que ele podia vê-lo quando desejasse.

Esta curiosa história nos ajuda a perceber que nem sempre o inimigo entre os músicos de rock foi o “de fora”, ou como assinala Renata Batista Oliveira (2006) “O movimento roqueiro teria sido um movimento construído ou demarcado pela diferenciação entre o 'nós' e as 'ondas' (modismos) como a Nueva ola”. A competitividade e sobretudo, a conflitividade entre estilos, posicionamentos, poéticas e harmonias ocorria também entre roqueiros. Estes conflitos merecem ser destacados sobretudo porque quando olhamos para as décadas de 60 e 70, anos de formação do rock na Argentina, podemos cair nas armadilhas da nostalgia que pode nublar ou homogeneizar o processo e as relações, que como percebemos, não se davam de forma uniforme.

Spinetta talvez tenha sido o músico argentino que mais aventurou-se na busca por novas sonoridades. Sua carreira passou pela matriz melódica de direta influência dos Beatles com

⁴⁷Cantor, compositor e um dos mais virtuosos guitarristas do rock argentino. O “Carpo” como era conhecido, formou parte de bandas como Pappo Blues e Riff. Seu talento foi reconhecido certa vez por B.B. King que afirmou “Era el mejor guitarrista de blues de Sudamérica”. O músico faleceu em um acidente de motocicleta em 2005.

Almendra, banda na qual compôs a celebrada e mais conhecida canção de sua autoria, *Muchacha (Ojos de Papel)*, que como explica Pablo Schanton, contou com um componente decisivo para sua incorporação no inconsciente coletivo nacional: a televisão.

“Luis, ¡cantá Muchacha!”. Por supuesto, Spinetta hizo caso omiso del pedido en pleno Teatro Colón, justo en medio de uno de los shows más consagradorios de su carrera. (...) Por empezar, muchos de los que éramos aún niñitos recién iniciados los 70, absorbíamos algunos versos de Muchacha ojos de papel por ósmosis televisiva: la canción ilustra la publicidad de telas Estexa. (CLARÍN, 09/02/2012).

E ainda que seja uma das canções mais arraigadas à memória afetiva de seus fãs, Spinetta esquivou-se de sua criação por diversas ocasiões. Quase nunca a cantava durante seus shows. Chegou a publicar no suplemento *Sí!* do diário *Clarín* em 1987 o texto *Muchacha ojos de papel - Desintegración abstracta de la defoliación*, onde desmistificava a canção elevada a hino. Em entrevista a Eduardo Berti (2014, p. 70) opinou sobre o sucesso da música “Ni yo mismo me convencí de mi próprio éxito. No sé si soy claro. Eso a mí me rebeló los sentidos. Me hizo hervir el cerebro”. Sua relutância em executá-la durante suas apresentações com certeza contribuiu para a grande comoção gerada pelo encontro de Almendra e da execução de *Muchacha* durante o show *Las Bandas Eternas*⁴⁸, 40 anos depois da gravação do primeiro álbum do grupo. Entretanto, acredito que o posicionamento do músico de não se render às fórmulas de sucesso e nem se tornar refém de um padrão sonoro contribuíram para a construção de uma espécie de ciclo de fidelidade com parte significativa de seu público. Ao adotar este comportamento, o músico sabia que muitos o seguiriam por compreender tal atitude como um traço de diferenciação.

Retomando aos elementos que contribuem para a construção do gosto, Viana (2011) ressalta a importância de analisarmos o modo de circulação das obras musicais, naquilo que ele denomina “capital fonográfico” assinalando o caráter oligopólico das grandes gravadoras que além de produzir e divulgar as canções, se inserem em outras pontas da indústria cultural, contribuindo assim, para a popularização de determinados artistas em detrimento de outros. Explica o autor:

A escolha de quais faixas serão divulgadas e terão primazia no disco também é determinada pelo capital fonográfico. O capital fonográfico usa seus critérios para realizar tais escolhas e estes interferem tanto no conteúdo da música (mensagem) quanto na forma (melodia, arranjo, interpretação, etc.). Por conseguinte, não se espera de uma dupla sertaneja nada além da interpretação tradicional (a não ser que se crie um “derivado” com diferenciação, tal como o chamado “sertanejo universitário”), e o que sequer são refrões repetitivos e coisas que supostamente seriam do gosto popular, que, contudo, é o gosto dominante imposto pelo capital fonográfico que se reproduz na população, tornando-se “popular”. Nesse sentido, a produção de músicas triviais é

⁴⁸Show em comemoração aos 40 anos de carreira do músico que reuniu todas as formações de bandas com as quais Spinetta tocou, além de cantores como Fito Páez, Gustavo Cerati e Charly García.

a preferência do capital fonográfico, por ser uma fórmula mais fácil de sucesso e isso reforça tal preferência como gosto dominante no grande público. As emissoras de rádio são influenciadas pelo capital fonográfico e, além disso, muitas delas pertencem a eles ou fazem parte de algum aglomerado do capital comunicacional, contando com gravadora, emissoras de rádio e TV. (VIANA, 2011, p. 5).

Deste modo, ao trabalharmos com um objeto como a música devemos considerar seu acúmulo de capital simbólico, compreendendo como o objeto em questão pode servir como um elemento de diferenciação cultural. No caso da Argentina, a tradição sonora está diretamente ligada ao tango e ao folclore e ainda que, como grande parte dos roqueiros da primeira etapa, Spinetta tenha buscado em um princípio mais rupturas que continuidades com estas músicas, sua obra, inclusive as primeiras gravações possuem traços desta tradição musical, como o bandoneon usado logo no primeiro disco de Almendra. Uma tradição que não provinha apenas das rádios, mas de sua própria casa, já que seu pai era um cantor de tango amador. Outros pontos a serem considerados são o peso da afetividade desenvolvida pelo indivíduo, o tipo de relação que este sujeito mantém com a obra e de que forma as canções chegam até ele sem esquecer que a construção do gosto musical, ao contrário do defendido por Bourdieu, não passa apenas pela educação e espaço social, mas também se dá de forma particular. De encontro à proposta de Viana, mas longe do campo acadêmico, acredito sobretudo nas palavras de Emilio Del Guercio

Creo que cada persona tiene un cierto numero de notas que le resuenan de una manera especial en su interior con unos intervalos determinados y creo que cada persona tiene esa clave y que nosotros como grupo (Almendra) nos juntamos a partir de esa empatía sonora⁴⁹.

Além de mais flexível, a ideia de Del Guercio guarda uma certa poética e atribui um fator de identificação empática com uma determinada sonoridade, já que como mencionado anteriormente, o objetivo deste artigo não é o de desvendar a eleição musical com uma base teórica rígida, mas sim, tratar de esboçar alguns dos elementos que atravessam essas escolhas.

Considerações Finais

Vimos aqui algumas das chaves que permeiam a construção do gosto musical que desencadeiam em uma série de vetores de identificação entre o que se canta e o que se ouve. Através da obra do argentino Luis Alberto Spinetta, pudemos perceber que este processo de construção é altamente complexo, mas intimamente ligado às sensibilidades dos ouvintes.

⁴⁹ Informação verbal concedida por Emilio del Guercio ao programa *Cómo Hice – Muchacha* (Ojos de Papel). Canal Encuentro, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SLLbCef_gKs> Acesso em 13 mar. de 2018.

Fatores como educação e classe social são duas chaves importantes no processo de formação musical, elementos tidos como determinantes para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, contudo, em sociedades altamente fragmentadas, com grandes níveis de desigualdade social onde poucos indivíduos conseguem ter acesso à uma educação musical formal estes não devem ser os únicos elementos de análise, se não quisermos incorrer em um certo grau de elitismo. García Canclini nos recorda que vivemos em sociedades desiguais mas com um grande trânsito de trocas de bens simbólicos, trocas que não ocorrem em mão única. É por este motivo, que o autor de *Culturas Híbridas* convida a pensarmos para além dos padrões opostos superando o modelo proposto por Pierre Bourdieu. Através do sociólogo brasileiro Nildo Viana pudemos observar alguns dos elementos que formam o chamado “capital fonográfico” e os traços subjetivos mobilizados nas escolhas afetivas no campo musical.

Esta é sem dúvida uma discussão tão densa quanto inconclusa. A música, este elemento amplamente inserido em nosso cotidiano e em nossa subjetividade é um grande disparador de sentidos e uma fonte inesgotável de leitura sociológica dos sujeitos e suas respectivas sociedades. Procurou-se aqui destacar a sociedade argentina que se reconhece e identifica com a obra do roqueiro Luis Alberto Spinetta através da aproximação afetiva e cujo movimento contribui para a construção e a manutenção do capital simbólico deste músico.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. 3a ed. São Paulo: Villa Rica, 1972.
- BERTI, Eduardo. *Spinetta: Crônicas e Iluminaciones*. Segunda edição. Buenos Aires: Planeta, 2014
- BOURDIEU, Pierre. *El sentido social del gusto*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- GRINBERG, Miguel. *Cómo vino la mano: Orígenes del rock argentino*. Buenos Aires: Gourmet Musical, 1977.
- PUJOL, Sergio. *Identidad, divino tesoro*. Revista Trampas, La Plata, p. 14-20, 2007.
- RUÍZ, Pablo Martín. *La canción en el tiempo y la voz de Luis Alberto Spinetta*. Revista Letral, Granada, n. 9 p. 115-134, 2012.
- VIANA, Nildo Viana. *O Capital Fonográfico e a Formação do Gosto Musical*, 2011.
- WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

Dissertação

OLIVEIRA, Renata Batista de. *O escândalo de uma nova perspectiva: Trajetória do movimento rock argentino (1966-1973)*. São Paulo, 2006. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Vídeo

CÓMO Hice – Muchacha (Ojos de Papel): Canal Encuentro. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SLLbCef_gKs> Acesso em 13 mai. 2018.

Artigos da Internet

FIRPO, Hernán. *Spinetta ya tiene radio propia*. Clarín. Disponível <http://www.clarin.com/ciudades/Spinetta-radio-propia_0_N1csvHXfW.html> Acesso em 20 mai. 2018.

Jornais e Revistas

- Clarín (Buenos Aires, edição 9 de fevereiro de 2012)
- Revista Rolling Stone, (Buenos Aires, edições março de 2012 e dezembro de 2013)

**MODA E TECNOBREGA: REFLEXÃO SOBRE APROPRIAÇÃO
CULTURAL E VALORIZAÇÃO DA ICONOGRAFIA DA FEIRA DO
VER-O-PESO ATRAVÉS DA ESTAMPARIA NA MODA**

*FASHION AND TECNOBREGA: REFLECTION ON CULTURAL APPROPRIATION
AND VALUING OF THE ICONOGRAPHY OF THE VER-O-PESO MARKET
THROUGH PRINTING IN FASHION*

*Mariana Beatriz Marques Fernandes
Pós-graduanda/ Universidade Estácio de Sá- Pará
mari.fernandes@hotmail.com*

RESUMO

Como personagem atemporal da história da cidade de Belém do Pará, o Ver-o-Peso, além de ser a maior feira ao ar livre da América Latina (AGENCIA BELEM, 2017), abriga uma complexa estrutura de trocas simbólicas que incluem cheiros, cores, sabores, sons e comportamentos. Este trabalho tem como objetivo identificar elementos simbólicos da Feira que sejam compartilhados também pelos demais habitantes da cidade, em especial o Tecnobrega, além de analisar como estes símbolos estão sendo comercializados no mercado de moda belenense, a fim de incentivar uma reflexão acerca do papel do design na valorização ou apropriação cultural desse fenômeno. Para a compreensão eficaz deste estudo, faz-se necessária a análise dos elementos culturais diversos presentes no complexo do Ver-o-Peso, o que abrange seus patrimônios materiais e imateriais, como por exemplo o Tecnobrega. Baseando-se no título deste trabalho, também é interessante abordar as definições de iconografia e apropriação cultural, bem como relacioná-las ao local em questão e ao mundo da moda. Não há dúvidas de que o tecnobrega é patrimônio imaterial do Ver-o-Peso, nem se questiona a sua função primordial em ser a voz da periferia, porém o que muitas vezes presenciamos em Belém é a sua apropriação cultural, uma exploração que só busca o capital e vende uma cultura maquiada, “adaptada” para um público mais “culto” ou turistas que desconhecem a origem do movimento ou pouco valorizam o seu real papel na vida do seu público original.

Palavras-chave: Cultura. Moda. Tecnobrega. Apropriação Cultural. Cultura Paraense.

ABSTRACT

As a timeless character in the history of the city of Belém do Pará, Ver-o-Peso, being the largest outdoor market in Latin America (AGENCIA BELEM, 2017), houses a complex structure of symbolic exchanges that include smells, colors, tastes, sounds and behaviors. This work aims to identify symbolic elements of the market that are also shared by the other inhabitants of the city, in particular Tecnobrega, and analyze how these symbols are being marketed in the city fashion market, in order to generate a reflection about the role of the design in the valorization or cultural appropriation of this phenomenon. For the effective understanding of this study, it is necessary to analyze the diverse cultural elements present in the Ver-o-Peso complex, which includes its material and immaterial patrimony, such as Tecnobrega. Based on the title of this work it is also interesting to address the definitions of iconography and cultural

appropriation, as well as to relate them to the place in question and to the Fashion World. There is no doubt that tecnobrega is an immaterial heritage of Ver-o-Peso, nor it is underestimated its primary function in being the voice of the periphery, but what we often witness in Belém is its cultural appropriation, an exploration that only seeks the capital and sells a culture made up, "adapted" to a more "cult" public or tourists who do not know the origin of the movement or value their real role in the life of their original public.

Keywords: Culture. Fashion. Tecnobrega. Cultural appropriation. Pará culture.

Introdução

Engana-se quem pensa no Ver-o-Peso apenas como um mercado de ferro, um ponto turístico ou um local para se comprar produtos regionais. Trata-se da maior feira ao ar livre da América Latina (AGENCIA BELEM, 2017) e abriga uma complexa estrutura de trocas simbólicas que incluem cheiros, cores, sabores, sons e comportamentos.

Adentrar e compreender a feira exige mais do que uma simples visita, ou o olhar superficial de quem busca apenas o exotismo. Ela não existe só para satisfazer turistas ou ser cenário de posts “cults” no Instagram, ao contrário, se alimenta de sua própria cultura, sua iconografia rica e particular que grita a nossa raiz regional, quem somos como paraenses e do que deveríamos nos orgulhar.

Para a compreensão eficaz deste estudo, se faz necessária a análise dos elementos culturais diversos presentes no complexo do Ver-o-Peso, o que abrange seus patrimônios materiais e imateriais, como por exemplo, o Tecnobrega. Baseando-se no título deste trabalho também é interessante abordar as definições de iconografia e apropriação cultural, bem como relacioná-las ao local em questão e ao mundo da moda.

O mercado e a feira

O Mercado do Ver-o-Peso, conhecido também como Mercado de Ferro ou Mercado de Peixe, é uma obra arquitetônica construída em 1901 (FLEURY E FERREIRA, 2011) e caracterizada por sua estrutura de ferro pré-fabricada na Escócia e importada por Antônio Lemos, então intendente de Belém durante o período áureo da borracha na Amazônia (MABE, 2017). O local escolhido para a instalação do prédio já era conhecido como ambiente de troca de mercadorias vindas pelo rio. Assim, o mercado e os demais edifícios do complexo – Mercado

de Ferro de carne, Solar da Beira etc. – fizeram parte da consagração da cidade como “civilizada” nos moldes europeus, algo abertamente desejado pelos planejadores urbanos do período.

Hoje o complexo arquitetônico é parte indissolúvel da feira (ver figura 1), e além de ponto turístico é completamente funcional e fiel às suas funções de origem, com exceção do Solar da Beira, que se encontra em reforma. A parte ocupada por barracas é dividida em setores dos mais diversos, como o da farinha, do camarão, do suco, das frutas, animais vivos, plantas ornamentais, tucupi, artesanato, vestuário e gastronomia (ver figura 2). Essa mistura de mercadorias promove uma rica oferta de sensações específicas, como o cheiro do couro das sandálias vindas do Marajó, a paleta de cores vibrantes das ervas de cheiro ou o aroma das castanhas do Pará sendo assadas e o barulho dos feirantes jogando dominó depois do almoço.



Figura 1: O Mercado de Peixe, o Solar da Beira e a área das barracas.
Fonte: As Falas da Pólis (2016).



Figura 2: Setor de banhos e ervas de cheiro.
Fonte: Fotos Públicas (2017).

Todos esses elementos fazem da feira um ambiente único, um caldeirão espontâneo de regionalismo. As relações criadas ali, as amizades cultivadas por anos, as famílias que trabalham unidas... tudo surgiu e se mantém de maneira muito natural, sem o objetivo de agradar a terceiros. Podemos afirmar, então, que o Ver-o-Peso possui identidade própria e é autossuficiente em sua microcultura. Assim, temos consolidada a sua iconografia, que nada mais é do que a análise descritiva da representação visual de sinais, símbolos e imagens de uma sociedade, não tendo em conta seu âmbito estético (DICIO, 2017).

Segundo Lima (apud Fleury e Ferreira, 2011) “pesquisas mostram que no mercado do Ver-o-Peso, assim como nos espalhados pelo Brasil em geral, é recorrente a troca não apenas de bens materiais, imateriais, como de ideias e valores.” Um desses bens não possui lugar de destaque em relação à sua compra e venda – nem sequer possui um setor na feira, por exemplo –, mas está presente em tempo integral nas atividades da feira: o tecnobrega, cujos clássicos e lançamentos mais diversos são a trilha sonora diária de feirantes e consumidores. Mas afinal, o que é o tecnobrega?

Tecnobrega

Gênero musical muito popular no Pará, especialmente em Belém e na Região das

Ilhas⁵⁰, o tecnobrega ocupa um lugar importante no dia a dia e na memória afetiva da população. Pode-se ouvi-lo nas lojas do centro comercial da cidade, nas feiras, ônibus, barcos, festas e nas principais rádios, ganhando até programas e horários especiais. O dicionário Cravo Albin da MPB (2017) afirma que o ritmo “surgiu em Belém de Pará, nos anos 2000, a partir de influências de estilos nacionais e internacionais. [...] eles passaram a mesclar riffs acelerados de guitarra da música brega tradicional com batidas eletrônicas e arranjos criados por programas de computadores.”

Uma das características mais interessantes desse gênero é a independência das suas produções. Os CDs são comercializados em um modelo similar ao da pirataria e, em sua maioria, os álbuns não são produzidos nem lançados por gravadoras, mas sim em festas específicas conhecidas como Aparelhagens (ver figura 3), sendo a liberdade e a efemeridade das músicas uma realidade do ritmo. Os hits característicos de cada ano são apresentados ao público em “temporadas” similares às semanas de moda : os que vão fazer sucesso nas férias de janeiro e Carnaval começam a tocar em outubro/novembro e os das férias de julho, iniciam sua vida útil por volta da Semana Santa. Porém, esse calendário não impede que lançamentos sejam realizados a qualquer momento, já que uma “marca” de aparelhagem lança em média dez álbuns por ano. Há ainda as músicas chamadas de *Marcantes*, que são consideradas os clássicos do ritmo e são muito apreciadas pelo público.

Apesar da popularidade do ritmo, Lemos e Castro (2008, apud COSTA E CHADA) nos lembram que:

o tecnobrega é uma modalidade de música eletrônica concebido geralmente distante das grandes gravadoras e dos meios de comunicação de massa. Frequentemente é associado ao público jovem e ao modo de vida das classes populares da periferia urbana, em expansão, dos bairros periféricos para a região metropolitana belenense. [...] Mais do que a distância territorial é a distância cultural que se mostra determinante para a marginalização desse estilo musical pela grande indústria fonográfica.

Isso nos expõe a realidade por trás do sucesso, por vezes nacional, do tecnobrega. Trata-se, desse modo, de um ritmo oriundo e feito para a periferia, portanto severamente marginalizado, principalmente pelos próprios belenenses de classes sociais abastardas, que quando afirmam gostar do ritmo, em sua grande maioria, é pelo simples fetichismo, o que fomenta o debate sobre a apropriação cultural, pois até que ponto é válido enaltecer uma manifestação cultural sem valorizar os seus agentes originais?

⁵⁰ Ilhas que cercam Belém, como Combú, Mosqueiro, Cotijuba e Marajó.



Figura 3: Festa da Aparelhagem “O Crocodilo”.
Fonte: Vincent Rosenblatt (2015).

O tecnobrega na moda

Definir moda é algo complexo, pois a mesma se encontra nos mais diversos setores da sociedade, desde grandes parques industriais à construção da imagem de celebridades. Ela expressa a mais ampla gama de personalidades, inclusive possui sua própria linguagem e acompanha a evolução do homem desde que o mesmo se percebeu um ser social e é uma das principais responsáveis pela maneira como os indivíduos percebem o outro e expressam a si mesmos. Segundo Mackenzie (2010, p.6), “a moda constitui um espelho das sociedades nas quais ela existe. Seja como fenômeno cultural, seja como negócio altamente complexo, reflete as atitudes sociais, econômicas e políticas de seu tempo.”

O termo moda possui várias interpretações, porém duas destacam-se como melhores definições do seu conceito. A primeira definição apresenta a moda com um significado mais amplo, enquanto costume, modo de vida, definido por Braga (2015, p.106) como “um gosto, um padrão, ou algo que esteja em vigência como referencial de uma cultura, de um grupo e que é capaz de datar o tempo”. Calanca (2011, p.14) acrescenta que a moda “não concerne exclusivamente às roupas, mas sim à todas as formas de expressão e transformação do homem”. Dessa maneira, o termo é interpretado como algo que está em voga, adotado como regra e engloba todos os setores sociais, algo que está “na moda”.

A segunda definição de moda é a de vestuário, que estaria inclusa no conceito mais amplo, uma espécie de subcategoria. Svendsen (2010) afirma que é possível distinguir moda em duas categorias: uma enquanto vestuário, e outra enquanto mecanismo. Calanca (2011) usa Barthes para diferenciar costume de vestuário, afirmando que o primeiro independe do indivíduo, sendo então uma convenção social, e o segundo seria “uma realidade individual, o ato de vestir-se propriamente dito, pelo qual o indivíduo se apossa da instituição geral do costume”.

Quando se aborda o tecnobrega na moda, há a mistura dos dois conceitos, a moda enquanto costume, hábito que reflete um povo e sua cultura – por vezes imaterial – e a moda como vestuário. Assim, com o objetivo de tornar seus produtos competitivos não só no Pará, mas também no resto do país, marcas da cidade procuram traduzir a simbologia do “tecno” para o vestuário. O resultado são peças cheias de identidade e bem produzidas, sem cair no senso comum do exotismo amazônico e que conquistam grandes nomes como Jum Nakao e Ronaldo Fraga (EUBELEM, 2012).

É importante ressaltar que nesse processo de tradução e comercialização do tecnobrega se tem como base as tendências mundiais, ou seja, a iconografia do ritmo é utilizada nas estampas e não no corte. Vale lembrar também que os estilos são baseados no público alvo das marcas, que é a classe média. Portanto, se analisarmos o vestuário utilizado pela periferia talvez este não se assemelhe totalmente aos vendidos pelos criadores aqui citados, o que não impede a sua utilização por todas as classes sociais, contanto que os preços sejam acessíveis.

Para este estudo foram selecionadas peças de duas marcas belenenses: A EuBelém e a FOLK. A primeira coleção analisada foi a criada, em 2012, pela EuBelém (ver figura 4), cujas estampas foram inspiradas nas aparelhagens como Rubi e SuperPop, além de referências às músicas consagradas no ritmo, como o sucesso Xirley, da cantora Gaby Amarantos. A segunda coleção foi desenvolvida pela marca FOLK (ver figura 5), em 2016, e traz elementos conhecidos pelos apreciadores do tecnobrega, como os símbolos das aparelhagens que são realizados com as mãos durante as festas e a popularidade das Marcantes, que foi traduzida em uma estampa de fitas cassetes com os nomes dos hits mais aclamados. Somando as duas coleções os preços variavam entre 40 e 77 reais.



Figura 4: Coleção da marca EuBelém.
Fonte: Facebook EuBelém (2012).



Figura 5: Coleção da marca FOLK.
Fonte: Facebook FOLK (2016).

Tecnobrega na moda. Para quem?

Não há dúvidas de que o tecnobrega é patrimônio imaterial do Ver-o-Peso e da região das Ilhas como um todo, nem se questiona a sua função primordial em ser a voz da periferia, porém o que muitas vezes se presencia em Belém é a sua apropriação cultural, uma exploração que só busca o capital e vende uma cultura maquiada, “adaptada” para um público mais “culto” ou turistas, que desconhecem a origem do movimento ou pouco valorizam o seu real papel na vida do seu público original.

Para compreender o que é apropriação cultural, Duarte (2017) contribui dizendo que é “a adoção indevida de elementos específicos de uma determinada cultura por membros pertencentes a outra” e completa “quando indivíduos acostumados a ter tudo [...] se apossam de elementos de uma cultura que desconhecem ou até mesmo ignoram.” Ou seja, quando se trabalha moda universal inspirada em elementos regionais o cuidado é redobrado para realizar a tradução necessária sem desvalorizar a raiz dessa inspiração.

O tecnobrega enquanto cultura pertence a um público muito maior do que os que consomem, atualmente, suas peças de moda ofertadas no mercado autoral de Belém. Peças que são de extremo bom gosto e qualidade e deveriam alcançar novos usuários, de outras classes sociais, que também desejam participar dessa valorização de seus símbolos, talvez criando subcoleções mais acessíveis ou as ofertando em ambientes mais democráticos.

A valorização do tecnobrega na moda é uma necessidade e muito pode ser feito através desse novo olhar, cujos frutos já começam a ser observados. No entanto, a comercialização consciente dessa cultura e a busca pela democratização dessas peças de design devem ser uma prioridade.

Conclusão

Debater apropriação cultural é algo delicado e é difícil estabelecer os seus limites, porém fica mais claro quando se compreende que respeitar uma cultura é valorizar todos os seus aspectos e, principalmente, os seus agentes e suas origens. Este trabalho não tem a pretensão de “identificar culpados” ou julgar de maneira rasa o processo de produção de peças de moda autoral, haja vista os conhecidos obstáculos enfrentados pelos novos designers em busca de uma estabilidade no mercado. Pelo contrário, a proposta é lançar um novo olhar, incentivar uma reflexão acerca da maneira como se consome a cultura e como isso pode ser resignificado ou tratado com mais zelo. Os profissionais da moda de Belém têm muito a oferecer para o tecnobrega e vice-versa, porém antes de criar uma roupa, um produto ou uma simples festa usando seus elementos, a reflexão sobre o real objetivo dessa criação é fundamental. Vai agregar, informar e divulgar? Ou só vai proporcionar mais exploração?

Referências Bibliográficas

AGENCIA BELEM. **Maior feira ao ar livre da américa latina, o ver-o-peso movimentou a economia de belém.** Belém: 2017. Disponível em: <http://www.agenciabelem.com.br/Noticia/144160>

BRAGA, João. **Tenho dito: histórias e reflexões de moda.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

CALANCA, Daniela. **História social da moda.** São Paulo: Editora Senac, 2011.

COSTA, Maurício e CHADA, Sônia. **Tecnobrega: a produção da música eletrônica paraense.** Belém: UFPA, sem data.

CRAVO ALBIN DA MPB. **Tecnomelody.** Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/tecnomelody>

DICIO. **Iconografia.** 2017. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/iconografia/>

DUARTE, Leopoldo. **“Hoje em dia tudo é apropriação cultural”.** 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-em-dia-tudo-e-apropriacao-cultural/>

EUBELEM. Página oficial no Facebook. 2012. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/Eubelem-192574130761617/photos/?tab=album&album_id=322841351068227

FALAS DA POLIS, AS. **IPHAN desmente Prefeitura de Belém sobre pendências na reforma do ver-o-peso.** Belém: 2017. Disponível em: <http://diogenesbrandao.blogspot.com.br/2016/01/iphan-desmente-prefeitura-de-belem.html>

FLEURY, Jorge Nassar e FERREIRA, Aline Alves. **Ver-o-Peso da cidade: O mercado, a carne e a cidade no final do século XIX.** Revista Estudos Amazônicos • vol. VI, no 1. UFPA: 2011.

FOLK. Página oficial no Facebook. 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/folkbelem/photos/?ref=page_internal

FOTOS PUBLICAS. **Aniversário de 390 anos do ver-o-peso.** Disponível em: <http://fotospublicas.com/aniversario-de-390-anos-ver-o-peso/>

MABE. **Museu e arte de belém: exposição permanente.** Belém: 2017.

MACKENZIE, Mairi. **...Ismos para entender a moda.** São Paulo: Globo, 2010.

ROSENBLATT, Vincent. **Tecnobrega.** 2015. Disponível em: <http://vincentrosenblatt.photoshelter.com/image/I0000RafUmRcrpCc>

SVENDSEN, Lars. **Moda uma filosofia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PRODUÇÃO CULTURAL E TURISMO: COMO A INTER-RELAÇÃO DESSES SABERES ESTÁ PRESENTE NO DISCURSO DOS PRODUTORES CULTURAIS

*CULTURAL PRODUCTION AND TOURISM: HOW THE RELATIONSHIP
BETWEEN THE KNOWLEDGES ASSOCIATED TO THEM IS PRESENTED IN THE
SPEECHES OF CULTURAL PRODUCERS.*

*Priscila Gayer
Mestre em Turismo
Pgayer.furg@gmail.com*

RESUMO

A produção cultural não comporta a concepção antropológica ampla sobre cultura, mas sim é sustentada pelo conceito sociológico, que repousa na análise sobre a cultura institucionalizada, distribuída e consumida por meio de um sistema econômico-social próprio que impulsiona outros setores tangenciados pela ação cultural (BOTELHO, 2001). Assim, a cultura é vista como uma ferramenta de desenvolvimento, cujo conceito se modifica de acordo com a finalidade de seus usos (YUDICE, 2004). Um exemplo está contido nas discussões sobre as cidades criativas e o empreendedorismo urbano, as quais demonstram como a ação cultural tem sido a base para a revitalização do meio urbano e, conseqüentemente, para a alavancagem da concorrência entre cidades. Em face da busca pela diferenciação e da disputa entre localidades estão os apelos dos destinos turísticos. Aí convergem turismo e gestão cultural, já que a produção cultural compõe a lista de atrativos do turismo cultural e qualifica os destinos (REIS, 2003). Essa visão move ações do Ministério do Turismo nos casos de projetos culturais elaborados nos moldes de eventos geradores de fluxo turístico e notável valor cultural. Nesse cenário, a presente pesquisa analisa como a perspectiva teórica que associa produção cultural ao turismo e à imagem dos destinos turísticos está representada nas descrições dos projetos culturais apoiados pela lei de incentivo à cultura do estado do RS, revelando os saberes de produtores sobre essa possível abordagem.

Palavras-chave: Produção Cultural, Turismo Cultural, Projetos Culturais

ABSTRACT

The cultural production does not encompass the wide anthropological concept of culture, otherwise it is supported by the sociological idea of culture, which includes the institutionalized culture. This kind of cultural system gathers its own efforts related to distribution and to consumption, which boost specific social and economical sectors connected to the cultural action. In this terms, the culture is understood as a development tool, which concepts change according to the usage applied up to the culture. The theoretical discussion related to the creativity cities and urban entrepreneurship is an example of how the cultural action has been used in order to promote the revitalization of urban areas and considering the international competition between cities, seeking the differentiation through culture. At this point tourism and cultural production converge, since the cultural product can compose the tourist attraction, and this way qualifying the destinys. This perspective is a object of the tourism policy

considering that cultural events can generate tourism demand. This reaserach aims at analyze how the relationship between tourism and cultural production is connected in the speech that is presented on cultural projects supported by Cultural Incentive Law, revealing the know-how of cultural producers.

Keywords/Palabras clave: Cultural Production. Cultural Tourism. Cultural Projects.

Conceito de cultura e seu uso no contexto da produção cultural

Com intuito de iniciar a reflexão sobre o encontro entre as concepções de cultura e as práticas que dela se apropriam (a gestão cultural e o turismo, por exemplo), expor-se-á a teorização de alguns teóricos sobre cultura. De acordo com Leonardo Brant (2009), a ideia de cultura possui variações de acordo com a perspectiva histórica e política que a sustenta, a qual irá nortear suas formas de interpretação e usos sociais. Dentre as práticas sociais em que a cultura constitui-se enquanto objeto fundante estão os projetos políticos de concepção e coesão simbólica de um Estado-nação, estão os fazeres do turismo sobre a cultura na conformação de atrativos turísticos únicos e exóticos capazes de atrair visitantes, estão as ações mercadológicas que visam a cultura como veículo de construção semântica para organizações, tornando-se assim matéria para projetos que a transformam em produtos de consumo passíveis de investimentos públicos e privados. Nessas perspectivas, a cultura é vista como insumo simbólico utilizado para fins específicos.

No entanto, a cultura deve ser vista como um elemento complexo que produz e é produzido por fatores sociais, econômicos e artísticos. Nas palavras de Edgar Morin (2002) a complexidade da cultura se reafirma:

A cultura não é nem “superestrutura” nem “infraestrutura”, termos impróprios em uma organização recursiva, onde o que é produzido e gerado torna-se produtor e gerador daquilo que o produz ou gera. Cultura e sociedade estão em relação geradora mútua [...] (MORIN, 2002, p.19).

Morin (2002), ao buscar a compreensão das relações entre produção do conhecimento e a cultura, descreve a cultura desde o seu caráter coletivo e cognitivo, enquanto conhecimento adquirido e partilhado de modo a caracterizar os grupos sociais fortalecendo seus laços coesivos, sendo organizada por meio da linguagem e das representações coletivas de modo a instituir os sentidos das práticas e as normatividades sociais. Ao mesmo tempo em que a cultura abre o horizonte para saberes da memória coletiva e para sistemas de ideias e paradigmas, ela encerra os sujeitos nos limites impostos pelo etnocentrismo, pelas suas regras e conjunto de valores, que operam sobre a interpretação e construção da realidade. Vale retomar que o

etnocentrismo consiste na centralidade do sujeito em sua cultura, um universo simbólico no qual estão definidos diferentes códigos sociais, normas valorativas, hábitos e costumes através dos quais os indivíduos de uma determinada sociedade classificam as comunidades exóticas, por exemplo. Nesse sentido, o etnocentrismo é despertado na relação de alteridade entre povos. Ainda, enquanto “lentes da sociedade do eu”, influencia na imagem apreendida do outro exótico (SIQUEIRA, 2006). Sobre as consequências do olhar etnocêntrico, Laraia diz que “o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão de considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural” (2003, p. 72).

Considerando essas relações complexas, Leonardo Brant (2009) também remonta à noção de cultura apresentada por Edgar Morin, para o qual haveria três dimensões interdependentes: o aspecto antropológico daquilo que é simbolicamente compartilhado e apreendido em sociedade, a dimensão sócio-histórica presente nas crenças e valores de uma época e o caráter humanístico relacionado às artes, às letras, à filosofia.

No sentido antropológico a cultura representa o conjunto simbólico que dá sentido às práticas sociais e que torna os sujeitos coesos em relação a sentidos partilhados, operando como a lente pela qual indivíduos visualizam e interpretam o mundo (LARAIA, 2003). Sua dimensão pública é constituída no âmbito do compartilhamento social de valores, sendo a ação humana atribuída de sentidos comuns entre aqueles que fazem parte de um determinado grupo (GEERTZ, 1989). Assim, sintetiza-se a cultura como “a forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global, totalizante” (COELHO, 1999, p. 103). Desde a perspectiva que define a cultura como adjetivo e aquilo que atribui de características próprias um grupo social, Brant (2009) traz o conceito concebido pela UNESCO:

a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2002, p.1)

Nesse contexto, a cultura está em todas as dimensões da vida e se apresenta dentro de um campo semântico fluído. Esse panorama torna difuso os ramos de interferência da gestão cultural. Diante da reflexão sobre as áreas de atuação e os modos de promoção da cultura, fica exposta a seguinte questão: quais aspectos da cultura são passíveis de serem trabalhados por meio projetos culturais e quais formatos são utilizados para tornar tangíveis empreendimentos culturais? Para isso, torna-se necessário compreender como essa dimensão simbólica tem sido tratada conceitualmente pelo campo da gestão cultural.

Em resposta a essa última pergunta, Isaura Botelho afirma que as políticas públicas não alcançam o conceito antropológico de cultura. Isso porque o campo da gestão cultural adentra "um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura" (BOTELHO, 2001, p.74), trabalhando mais com uma visão sociológica da cultura em que "há um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria" (BOTELHO, 2001, p.74). Brant (2009, p.76) afirma que

A atividade cultural é composta por uma diversa e abrangente cadeia produtiva, com funções e especificidades próprias. Cada um desses agentes possui um papel distinto, complementar e fundamental na composição de um setor cultural rico e produtivo, que contribua para o desenvolvimento social e econômico do país.

Complementando esse pensamento, a corporificação da cultura, tem se dado no âmbito econômico, haja vista sua contribuição quantitativa no PIB de países, e como elemento de entretenimento e lazer, por exemplo (Brant, 2009). São criados produtos culturais como resultado das apropriações mercadológicas sobre a cultura, sendo esses produzidos com vistas à oferta de entretenimento e lazer, estando esses engendrados a hábitos de consumo sustentados por valores sociais. Conforme defende Brant (2009), o marketing criaria demandas sociais e necessidades de consumo a partir de insumos de valor simbólico. Nessa perspectiva, o consumo e a economia são abordados a partir dos processos culturais que os significam:

Mas o que é a economia senão um fenômeno cultural? O que são o dinheiro, o market share, a pontuação da bolsa de valores, senão valores simbólicos desprovidos de sentido fora de um conjunto de códigos rigorosos chamado mercado (Brant, 2009, p.23).

Yudice (2004, p.34) afirma que "a noção de cultura sofreu várias mutações para satisfazer as exigências do resultado final". No que diz respeito à finalidade associada à ação cultural mencionada pelo autor, essa estaria atrelada à ideia de cultura como um recurso a ser gerido, pois através da dimensão simbólica seria possível resolver problemas de ordem econômica e social. Diante da sua utilidade, justificar-se-iam investimentos fundamentados em retornos quantificáveis, mesmo que indicadores em cultura encontrem dificuldades metodológicas de serem desenvolvidos. Ainda, Leonardo Brant (2009) acredita que estando a cultura subjugada à economia, haveria a intenção de transformar manifestações culturais em produtos baratos.

No entanto, no que tange a cultura enquanto um instrumento passível de uso e com fim determinado, essa pode ser utilizada como elemento diferencial que eleva o valor de bens, produtos, serviços e cidades no contexto capitalista. Conforme demonstra David Harvey (2005), a cultura seria o motor para criação das rendas monopolistas almejadas no processo de

empreendedorismo urbano, por exemplo. Com a desindustrialização a partir de 1970, em especial nas cidades americanas relatadas pelo autor, essas passaram a enfrentar os desafios lançados pela nova realidade tecnológica pós-industrial. Assim, foram surgindo novas práticas de empreendedorismo urbano como forma de desenvolvimento econômico das cidades, sendo essas novas formas de governança urbana resultantes da sinergia entre diversos agentes sociais, que passaram a produzir o espaço a partir de uma nova dinâmica, na qual o governo (a administração pública) é compreendido apenas como facilitador e coordenador dessas ações (HARVEY, 2005). Desta forma, David Harvey conceitua empreendedorismo urbano enquanto

padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais [...], diversas formas organizacionais da sociedade civil [...] e interesses privados [...], formando coalisões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou de outro (HARVEY, 2005, p.230)

Essa nova forma de organizar o desenvolvimento urbano está sustentada na divisão internacional do trabalho e na divisão espacial do consumo. Nesse último quesito, com intuito de melhorar a posição competitiva das cidades, a regeneração urbana é quesito central no status da concorrência interurbana. Para isso, a cultura é associada ao entretenimento, ao lazer e ao turismo de modo que seu uso a configure como via de desenvolvimento da atratividade urbana. Assim, o autor observa as apropriações feitas pelo Conselho de Arte Britânica

os festivais e eventos culturais se tornam foco das atividades de investimento. “As artes criam um clima de otimismo – a cultura do é possível fazer é essencial para o desenvolvimento do empreendimento cultural [...] acrescentando que as atividades culturais e as artes podem ajudar a romper a espiral descendente da estagnação econômica nas cidades do interior (HARVEY, 2005, p.176)

O pesquisador complementa a questão em outro trecho:

A ênfase no turismo, na produção e no consumo de espetáculo, na produção de eventos efêmeros num determinado palco mostra todos os sinais de ser o remédio predileto para economias urbanas efêmeras (HARVEY, 2005, 184).

Essas práticas de empreendedorismo urbano poderiam gerar resultados-padrão em diferentes localidades do planeta a partir de padrões de desenvolvimento determinados (HARVEY, 2005). Assim, muitos empreendimentos, dentre eles os culturais, foram rapidamente imitados por diferentes cidades, tornando efêmera as vantagens competitivas inovadoras. No entanto, salienta o autor que com a redução do custo e o aumento facilidade de mobilidade de produtos, bens, serviços, câmbio e pessoas, a qualidade das cidades seria fundamental na criação de uma imagem favorável a ser lançada na acirrada concorrência entre localidades. Assim, frisa Harvey (2005, p.183): “o resultado é um turbilhão estimulante, ainda

que destrutivo, de inovações culturais, políticas, de produção e consumo de base urbana”. Nesse cenário, a cultura seria o insumo dentro do conceito de renda monopolista, a qual prevê um valor único incomparável concebido a partir das características singulares de determinado objeto, bem, obra de arte, cidade. Uma das formas de renda monopolista está centrada no uso do recurso e no resultado que somente aquele recurso poderia oferecer ou gerar, como exemplo análogo à cultura pode-se expor a questão apontada por Harvey (2005) sobre os benefícios relacionados à localização ímpar de um terreno, ou mesmo a importância da cultura local como diferencial para a rede de serviços do Sistur (Sistema de Turismo) de uma localidade. Assim, esses elementos devem ser atribuídos de qualidades especiais (singularidades, autenticidade, especialidade e particularidades) capazes de serem negociadas, mas não facilmente feita através de comparativos, visto que se busca a unicidade que configura a base da renda monopolista. Por exemplo, a questão dos carnavais de Salvador, Recife e Rio de Janeiro: os aspectos culturais e características próprias os diferenciam de modo a serem únicos na oferta de atrativos do mercado turístico ou esses se tornaram commodities culturais turísticas? Dentro desse contexto, cabe a reflexão de Harvey (2005, p. 229)

O entendimento de como os cálculos da economia política, por meio das tentativas de acumulação das rendas monopólicas, absorveram o desenvolvimento e as tradições culturais locais. Também propõe a questão de quanto o interesse atual, tanto na inovação cultural local, como na ressurreição e invenção de tradições locais, se vincula ao desejo de extrair tais rendas.

Dessa forma cria-se um capital simbólico que caracteriza as cidades, fomentado por meio de ações e produtos culturais em meio a facilidades urbanas que qualificam esses espaços. De acordo com o Harvey (2005), a lógica do capital vislumbra nas diferenças culturais formas de extrair excedentes. No contexto a concorrência interurbana e da busca pela renda monopolista, o foco reside na luta para acumular marcos de distinção em termos de capital simbólico. No entanto, não seria a produção cultural uma forma de criar produtos com formatos iguais em todos os lugares a partir da variabilidade cultural? Segundo Harvey (2005) haveria uma contradição nesse sentido, pois a renda monopólica levaria à busca e à valorização das formas de produção local, na mobilização popular, como respostas singulares capazes de caracterizar essas localidades.

Essa própria visão de cultura-produto leva à reflexão sobre quais formatos e conteúdos tem sido utilizados pela gestão cultural no processo de fomento à cultura. Nesse contexto em que a cultura é embalada em projetos e produtos, são traçados resultados esperados e objetivos finais bem definidos:

o modelo de financiamento cultural precisa ser limitado a segmentos específicos da cultura porque a demanda de recurso é grande e porque somente aqueles que podem gerar retorno serão financiados" (Yudice, 2004, p.32).

Na conjuntura brasileira, parte do fomento à cultura está baseada no mecanismo de mecenato, legalmente instituído pela Lei Rouanet, implementada desde 1991. Assim, o uso de incentivos fiscais como subsídio de políticas de desenvolvimento da prática de marketing cultural seria um dos exemplos de resultados instrumentais esperados dos projetos culturais apoiados pelas instituições fomentadoras.

Para Leonardo Brant (2009, p.75) "não há nada que influencie mais a conformação de um produto cultural do que o seu sistema de financiamento". Esses parâmetros e formas de utilizar a cultura acabariam por nortear projetos com conteúdo e formato específicos, voltados para um mercado cultural composto por produtos de caráter simbólico elaborados nos moldes das pretensões do empreendedor cultural. Nas palavras de Leonardo Bant (2009, p.85) sobre o mecenato, esse seria um mecanismo em que haveria a "ação de indivíduos ou empresas interessados no apoio a determinadas formas de expressão que, por si, atenderiam ao interesse público". Para o autor, na perspectiva do marketing cultural a cultura é entendida como um produto ou evento e no campo do mecenato como arte.

Vale ainda acrescentar outros sentidos e valores atribuídos aos produtos culturais, que já fora observado por David Harvey (2005) no contexto do turismo presente em espaços onde ocorreram práticas de empreendedorismo urbano. De acordo com Reis (2003), a produção cultural tem se tornado subsídio de atração turística na conformação dos destinos sustentados pelo segmento do turismo cultural. Retomando o questionamento sobre os formatos dos produtos culturais, ressalta-se a importância em investigar mais a fundo qual o percentual e as características da produção cultural que se enquadra no molde dos eventos enquanto formato comumente utilizado para tornar tangível a cultura.

Eventos resultantes da ação cultural e o turismo: aplicando o potencial do marketing cultural na seara da competitividade dos destinos turísticos

Diante desse contexto de competitividade interurbana e as ações de marketing cultural é que o Ministério do Turismo tem empreendido a apropriação da cultura por meio da ideia dos eventos geradores de fluxo turístico. Para o Ministério do Turismo, esses eventos seriam caracterizados pela sua tradição e pelo notável valor social, sendo capazes de se constituir enquanto um atrativo turístico, ora sendo o principal motivo do deslocamento ou tornando-se

valor agregado ao produto turístico e, por fim, sendo veículo de promoção dos destinos turísticos. Desde o Plano Nacional de Turismo de 2003/2007 o Ministério do Turismo investe no apoio à realização de eventos que evidenciam as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro, divulgando os destinos brasileiros de modo a elevar o número de turistas brasileiros e internacionais.

Visando os resultados econômicos oriundos do aumento do fluxo de turistas motivados por esses eventos, o Ministério do Turismo empreendeu a criação do Calendário Nacional de Eventos Turísticos com intuito de estimular viajantes. No calendário ficam expressos os seguintes conceitos:

Entende-se como eventos turísticos aqueles que são de notório conhecimento popular e geradores de fluxo de turistas. Muitas vezes constituem-se como uma das principais motivações de viagens para os destinos brasileiros, gerando atratividade para períodos específicos e contribuindo para a diminuição da sazonalidade. [...]

O objetivo do Calendário Nacional de Eventos é divulgar esses eventos e agregar valor à imagem dos destinos turísticos brasileiros. Além disso, busca-se gerar informações de qualidade sobre a oferta turística do Brasil para os turistas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p.1).

Assim, além do apoio a eventos realizados pela iniciativa privada dentro dessa perspectiva, existente desde 2007 (GAYER, 2017), em 2018 foi criado o edital de repasse de recursos do Ministério do Turismo a órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital para realização de eventos baseados no que fora chamado de conhecimento popular e que pode ser interpretado como sendo aqueles de cunho cultural.

De acordo com Rui Carvalho (2011), os eventos culturais, em específico os festivais, seriam capazes de criar uma imagem diferenciada aos destinos turísticos na medida em que a esses estariam atrelados à autenticidade cultural e à experiência criativa. Esses eventos tem sido comumente chamados de eventos de marca, ou seja, aqueles que possuem na sua base elementos da cultura local (GETZ, 2008; Allen et al., 2003). Assim, enquanto mídia o evento teria o poder projetar valores culturais através da sua realização, promovendo os destinos-sede atrelados (GAYER, 2018). Nas palavras de Getz (2008, p.407)

hallmark' describes an event that possesses such significance, in terms of tradition, attractiveness, quality, or publicity, that the event provides the host venue, community, or destination with a competitive advantage

Donald Getz (2008), inicia seu artigo sobre turismo de eventos defendendo o papel dos eventos como geradores de fluxo turístico e como mecanismos de promoção dos destinos, aumentando sua competitividade turística:

Events are an important motivator of tourism, and figure prominently in the development and marketing plans of most destinations. The roles and impacts of planned events within tourism have been well documented, and are of increasing importance for destination competitiveness (GETZ, 2008, p.405)

Para Donald Getz (2008) fica claro, através da revisão bibliográfica, que a maioria dos discursos científicos sobre turismo de eventos trata dos eventos como atrativos turísticos ou como elementos construtores da imagem dos destinos turísticos. O autor ainda observa que em alguns casos é utilizado o termo festivalização para abordar a forma como as cidades tem utilizado os eventos culturais no processo de revitalização urbana, visando a competitividade dos destinos. O uso de festivais na promoção das cidades e como uma tendência cultural tem sido a base de muitas políticas públicas urbanas (ZHERDEV, 2014), fenômeno que foi chamado de festivalização por Häußermann e Siebel (1993 apud ZHERDEV, 2014). De acordo com a tese de Nikolay Zherdev (2014), a festivalização traria um forte impacto na construção da marca de um lugar por tratar de uma experiência que se materializa no âmbito local e só pode ser produzida e consumida na localidade na qual está ancorada, caracterizando-se como parte da economia da experiência. Dentre os papéis desempenhados pelos festivais no turismo de eventos, destaca Getz (2010, p.5):

The roles of festivals in tourism include attracting tourists (to specific places, and to overcome seasonality), contributing to place marketing (including image formation and destination branding), animating attractions and places, and acting as catalysts for other forms of development.

No entanto, Nikolay zherdev (2014) analisa que ao enfatizar determinados valores e sentidos a serem comunicados através dos festivais, outros ficariam à sombra, gerando uma imagem simplificada da cidade. Outro fator negativo seria o processo de gentrificação. O pesquisador observa que as iniciativas de festivalização podem surgir desde o poder público à ação comunitária. Ainda, complementa a associação dos festivais com o paradigma das cidades criativas. Conceito que converge em parte com as práticas de empreendedorismo urbano no que tange a busca de diferenciação, revitalização das cidades industriais, economia pautada no conhecimento e na indústria criativa. Assim, esse cenário se fortalece no âmbito dos eventos culturais e da produção cultural que os fomenta. Isso porque os festivais remetem a aspectos simbólicos associados ao sagrado e ao profano, enquanto celebração ritualização, ou enquanto evento de celebração pública temática (GETZ, 2010). No âmbito primitivo os festivais estavam mais associados a aspectos religiosos e à agricultura, já na atualidade eles ganham caráter corporativo, devendo atender a múltiplos objetivos. Dentre os objetivos das políticas públicas estaria o alcance de metas sociais e culturais utilizando os festivais como instrumento (GETZ,

2010), sendo também um mecanismo visado pelo marketing de destinos turísticos. A partir de uma revisão bibliográfica, Rui Carvalho (2011, p. 61) afirma:

De entre os impactos positivos dos eventos, enunciados anteriormente, a potenciação da imagem do destino é referida por vários autores. A questão da autenticidade dos festivais e representações neles contida é igualmente objecto de estudo de vários investigadores.

Ainda, de acordo com o autor (2011), a autenticidade estaria atrelada a aspectos antropológicos das festividades, à experiência única do viajante através do turismo criativo propiciado pelos eventos, no qual o turista é sujeito ativo da experiência, e à mobilização dos residentes na realização desses eventos. Buscando compreender se os eventos culturais e criativos podem ou não contribuir para uma imagem diferenciadora do destino turístico maduro, o pesquisador escolheu para estudo de caso o festival MED, realizado na cidade de Loulé (Algarve, Portugal), que atraiu seu interesse por ser um município que já vinha apresentando políticas públicas voltadas para a área da promoção da cultura e da economia criativa. Nas considerações finais o investigador conclui que o evento contribui para a conformação da imagem do destino, mas não de forma isolada: “um único festival não terá a força suficiente de criar uma imagem diferente mas antes um conjunto de vários eventos de características similares”. De acordo com Maria Inês Miranda (2012), os eventos viriam a complementar a oferta de socialização e lazer dos destinos turísticos. Assim, o impacto dos eventos nos destinos residiria no potencial de competitividade dessas localidades turísticas. Em relação à contribuição da produção cultural para a promoção da marca de destinos turísticos, a pesquisadora sustenta seu posicionamento na afirmação de Guerreiro et al., (2011, p. 186 apud MIRANDA, 2012):

a cultural offer has been a privileged vehicle in the building and rebuilding of certain distinctive brands of tourism destinations, positioning them on a global scale that is increasingly competitive.

A chave do sucesso do marketing que utiliza eventos culturais na promoção de destinos turísticos estaria nos seguintes princípios:

Apoio da comunidade local; Boa estratégia e adequação cultural com o destino; Necessidade do evento ser diferenciado de outros; Longevidade ou tradição do evento no destino; Planeamento cooperativo entre os elementos chave; Apoio dos média para o evento (MIRANDA, 2012, p.43).

Esse aspecto remonta a ideia de Harvey (2005) sobre a busca de ações culturais locais como fonte de diferenciação das cidades, sua capacidade de criar um campo simbólico que caracterize as cidades a partir de singularidades postas como elementos de distinção qualitativa no cenário de concorrência interurbana. Assim, pelos argumentos apresentados, através das discussões sobre o processo de empreendedorismo urbano e a festivalização das cidades

critativas, sobre o uso dos festivais na construção da imagem das cidades turísticas e a abordagem dos eventos culturais enquanto ferramentas utilizadas nesse contexto, concebidos enquanto formatos de consumo comumente utilizados na produção cultural, fica evidente que a cultura tem sido o substrato utilizado no desenvolvimento do segmento do turismo cultural em termos de atratividade, gerando uma comunicação sustentada em processos de construção de campos semânticos que mobilizam viajantes a se locomover em busca de experiências particulares.

Se por um lado as organizações já haviam observado no marketing cultural uma excelente opção para construção de suas marcas, no emergente cenário comunicacional em que se encontra a competitividade entre cidades e destinos turísticos postos e paralelo ou em distinção a partir de elementos únicos, a produção cultural parece ser subsídio para construção do campo semântico que caracteriza a imagem dessas localidades a partir de suas singularidades.

Questões e metodologia de pesquisa

Nesse contexto, a presente pesquisa busca investigar se os produtores culturais entrelaçam a caracterização de seus produtos a esse contexto teórico apresentado, sendo suas ações culturais resultado de um uso da cultura que a visa o turismo, tendo na produção cultural o elemento de atração e de diferenciação necessárias às cidades no cenário de competitividade e desenvolvimento de destinos turísticos.

O objeto de estudo reside nos projetos propostos e aprovados pela Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, disponíveis no banco de dados do Pro-cultura RS (<http://www.procultura.rs.gov.br>), sobre o qual foi aplicado um recorte temporal no qual foram levantados apenas os projetos vigentes no ano de 2017. Assim, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, de análise qualitativa e quantitativa, utilizando fonte documental. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, através da qual foi levantado o campo semântico das expressões encontradas.

Análise dos dados

Considerando a análise sobre o campo destinado à descrição do projeto, de um total de 187 projetos, apenas 12 (6,4%) apresentaram ocorrências relacionadas ao turismo, recorrendo às seguintes palavras: turismo, turístico e turista.

A palavra turista foi utilizada apenas uma vez para qualificar o perfil do público-alvo do evento “o carnaval de blocos de rua de porto alegre 2017”. A palavra turístico foi utilizada para referenciar serviços e atrativos turísticos associados à oferta do produto cultural. Foi utilizada para associar o projeto a espaços turísticos, seja na sua utilização ou valorização desses espaços através da ação cultural. Ainda, em alguns casos foi associada para exaltar a contribuição do projeto para a promoção e o desenvolvimento turístico da cidade ou região.

Enfim, o projeto tem o propósito de promover Picada Café no cenário turístico-cultural com o apoio do Pro Cultura RS através da realização de um projeto de parte artístico cultural no evento em questão. (KAFFEECHNEIS'FEST - FESTA DE PICADA CAFÉ - 2017 - Ed.25)

O Centro Cultural Convento Franciscano São Boaventura vai transformar Imigrante em pólo cultural e turístico e em modelo de gestão compartilhada e fruição da cultura em pequenas cidades do interior. (CENTRO CULTURAL CONVENTO FRANCISCANO SÃO BOAVENTURA)

A palavra turismo é utilizada para fazer a inclusão do evento no calendário de turismo da cidade de Porto Alegre. Para associar o projeto ao incentivo ao turismo e ao apoio da Secretaria Municipal de Turismo.

As edições de 2018 dos projetos foram pesquisadas com intuito de verificar a evolução dos conceitos associados ao turismo, e destacou-se o evento musical Gramado In Concert. Nessa nova concepção o turismo torna-se um dos principais pilares na medida em que o evento é analisado sob o ponto de vista da sua capacidade geradora de fluxo turístico e seu potencial de dinamização da sazonalidade turística.

O evento aqui projetado tem três pilares fundantes: 1) Cultural, pois promove uma série de apresentações de solistas, duos, grupos de câmara, bandas e orquestras que executam repertórios variados de música erudita, popular e jazz; 2) Turístico, pois a partir das apresentações musicais oferecidas gratuitamente, há um aumento significativo do turismo nesta que é uma temporada baixa para a cidade de Gramado; 3) Pedagógico, pois a base do festival é o oferecimento de oficinas de instrumentos e práticas de orquestra para estudantes de música brasileiros e do exterior, conduzidas por professores do cenário nacional e internacional. (GRAMADO IN CONCERT - 2017 - Ed.4)

Também foi analisado o potencial turístico das cidades nas quais esses projetos foram realizados. Para isso foi utilizada a categorização do Ministério do Turismo, que visa medir o desempenho econômico dos destinos em relação ao turismo, e a avaliação 2018 da SEDACTEL RS relacionada a essa metodologia. Assim, os municípios são classificados de “A” a “E”, sendo a “A” a categoria que contém os destinos de maior representatividade turística. Dos 12 projetos, 4 (33%) são realizados em localidades da categoria “A” (Gramado e Porto Alegre), 2 da categoria “B”, 1 da “C”, 3 da “D” e 1 da “E”. A região “A”, com turismo mais intenso, representa 1/3 do universo de projetos culturais que fazem relação com o turismo, mas em

outros municípios de menor expressividade essa relação também é presente. Hipoteticamente a efetividade do turismo nas localidades poderia ser fator desencadeador da inter-relação entre turismo e produção cultural presente nas argumentações das propostas. Vale ainda ressaltar que 10 desses projetos são eventos culturais e apenas 2 dizem respeito à espaços culturais.

Nesse sentido foi possível observar que a relação entre turismo e produção cultural existente nas ações culturais fomentadas leis de incentivo à cultura ainda é incipiente no cenário estadual do Rio Grande do Sul. Em especial no que tange a sua compreensão no contexto das questões discutidas sobre empreendedorismo urbano e festivalização das cidades, bem como dos aspectos decorrentes sobre concorrência interurbana e marketing de destinos turísticos. Esse fator pode estar associado à formação dos produtores culturais ou pode demonstrar que as questões discutidas teoricamente ainda não foram popularizadas.

Considerações Finais

A presente pesquisa contribui na elucidação sobre a efetividade nas práticas dos produtores culturais do discurso científico que inter-relaciona produção cultural e turismo, mais especificamente no que diz respeito ao desenvolvimento e à competitividade dos destinos turísticos. Diante da falta de expressividade dos resultados apresentados, vale uma discussão sobre necessidade de colocar em pauta o tema no campo das políticas públicas e dos espaços de formação dos produtores culturais e turismólogos. Ainda, coloca-se a pergunta sobre a qual seria a efetividade e capilaridade social das políticas públicas relacionadas aos eventos geradores de fluxo turístico, no sentido da sua aceitação, na medida em que essas enfrentam o desconhecimento do setor cultural em relação as suas potencialidades no campo do turismo?

Referências Bibliográficas

- ALLEN, Johnny et al. Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BARNT, Leonardo. O poder da cultura. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- BOTELHO, ISAURA. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.73-83.
- BRASIL. Calendário de Eventos: Manual de Preenchimento. 2016.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2003-2007.
- CARVALHO, Rui Miguel Ferreira. Os eventos culturais e criativos poderão ou não contribuir para uma imagem diferenciadora do destino turístico maduro? Dissertação de Mestrado, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/21962>>
- COELHO NETO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- GAYER, Priscila. Eventos, Comunicação e Cultura: Múltiplas Relações. In: Anais XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul
- GAYER, Priscila. Políticas públicas em turismo de eventos: instrumentos normativos de apoio ao desenvolvimento do setor. In: Revista Cenário, 2017, v. 5, n. 9. p.10-22. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/25941>>
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GETZ, Donald. Event tourism: Definition, evolution, and research. In.: Tourism Management 29 (2008) 403–428
- GETZ, Donald. The nature and scope of festival studies. International Journal of Event Management Research Volume 5, Number 1, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267809848_The_nature_and_scope_of_festival_studies>
- HARVEY, David. A produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- Jordão, Gisele; Birche, Leonardo; Allucci, Renata Rendelucci. Mapeamento dos cursos de gestão e produção cultural no Brasil: 1995-2015. São Paulo: Itau Cultural, 2016.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 16.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- MENEZES, Ulpiano. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo (ORG.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999. p.88-99.
- MIRANDA, Maria Inês Peres de. Os eventos como contributo para a diferenciação de um destino turístico: o caso do Programa Algarve - os eventos de Animação e Música Pop. Dissertação de Especialização, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/4456>>
- MORIN, Edgar. O método 4: as ideias. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- REIS, Ana Carla. Marketing Cultural e Financiamento da Cultura. São Paulo: Pioneira, 2003.

SIQUEIRA, Euler David de Siqueira. O melhor lugar do mundo é aqui: etnocentrismo e representações sociais nas revistas de turismo. Trabalho In: 25a RBA – Reunião Brasileira de Antropologia, jun. 2006, Goiânia. Anais.

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>

YUDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. p.12-41

ZHERDEV, Nikolay. Festivalization as a Creative City Strategy. In: IN3 - Internet Interdisciplinary Institute. Open University of Catalonia: 2014. Disponível em: <<http://cercles.diba.cat/documentsdigitals/pdf/E140137.pdf>>

**AS LEITURAS DE EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS DE ALLEN
GINSBERG SOBRE WILLIAM BLAKE, WALT WHITMAN E OS
PENSAMENTOS ORIENTAIS**

*ALLEN GINSBERG'S READINGS OF AESTHETIC EXPERIENCES ABOUT
WILLIAM BLAKE, WALT WHITMAN AND ORIENTAL THOUGHTS*

*Suellen Cordovil da Silva
Profª. Mestra/UNIFESSPA, Doutoranda em Letras/ UFSM
sue_ellen11@yahoo.com.br*

*Luciane de Oliveira Correa
Graduanda em Letras/UNIFESSPA*

RESUMO

Este artigo iremos analisar as vozes em diversas entrevistas que o autor Allen Ginsberg (1926- 1997) reportava como forma de inspirações de seus escritos pela experiência de leitura como os poemas de William Blake (1757-1827) dentre outros autores, como, por exemplo Walt Whitman (1819-1892) e os pensamentos orientais. Allen Ginsberg foi um dos poetas norte-americanos de grande influência na segunda metade do século XX, mobilizou o movimento Hippie dando uma proporção do estilo da contracultura da geração *beat*. Nas entrevistas de Ginsberg, observamos as proximidades dos autores William Blake e Walt Whitman nas experiências estéticas. Podemos observar uma riqueza de experiências de Allen Ginsberg em suas entrevistas prestigiadas na coletânea *Mentes espontâneas-entrevistas de 1958-1996* (2013), com isso pretendemos estudar a relação de Allen Ginsberg com William Blake considerado como um poeta visionário, e Walt Whitman, como um pai do verso livre, por fim, a relação de Ginsberg com os pensamentos orientais. Allen Ginsberg, nesses momentos de experiências mística descritos em suas entrevistas, teremos alguns contornos dessa experiência mística de Allen Ginsberg e William Blake, em especial.

Palavras-chave: Allen Ginsberg. William Blake. Walt Whitman. Pensamentos Orientais.

ABSTRACT

This article will analyze the voices in several interviews that the author Allen Ginsberg (1926- 1997) reported as a way of inspiring his writings by the reading experience as the poems of William Blake (1757-1827) among other authors, for example Walt Whitman (1819-1892) and Oriental thoughts. Allen Ginsberg was one of the American poets of great influence in the second half of the twentieth century, mobilized the Hippie movement giving a proportion of the counterculture style of the beat generation. In the interviews of Ginsberg, we observed the proximity of the authors William Blake and Walt Whitman in the esthetic experiences. We can observe a wealth of Allen Ginsberg's experiences in his prestigious interviews in the 1958-1996 Minds-Interviews Collection (2013), in which we intend to study Allen Ginsberg's relationship with William Blake regarded as a visionary poet, and Walt Whitman as a father of free verse, and finally Ginsberg's relationship with the Oriental thoughts. Allen Ginsberg, in these moments of mystical experiences described in his interviews, we will have some contours of this mystical experience of Allen Ginsberg and William Blake in particular.

Keywords: Allen Ginsberg. William Blake. Walt Whitman. Oriental thoughts.

*Obviamente, ele ama o Blake visionário e o
Whitman democrático sensualista.*

Edmund White (2013)

Introdução

Podemos observar uma riqueza de experiências de Allen Ginsberg em suas entrevistas prestigiadas na coletânea *Mentes espontâneas-entrevistas de 1958-1996* (2013), com isso pretendemos estudar a relação de Allen Ginsberg com William Blake considerado como um poeta visionário, além de seu tempo, e Walt Whitman, como um pai do verso livre. Nesse trecho seguinte notamos a proximidade de Allen Ginsberg com os autores:

No decorrer de suas entrevistas, Ginsberg reafirma sua alta consideração por William Blake e Walt Whitman. Obviamente, ele ama o Blake visionário e Whitman democrático sensualista; de fato, a sua personalidade literária pode ser interpretada como uma união dessas duas forças. Até mesmo a ideia de ser um poeta lendário, de ter “uma enorme persona”, é uma coisa que ele admitiu ter tirado de Whitman. (WHITE,2013, p.15)

A relação com os dois autores será nitidamente marcada ao longo de nossa análises por meio das entrevistas e as obras escolhidas do autor Allen Ginsberg nesses momentos de experiências mística. Dessa forma, mais no primeiro subtópico teremos alguns contornos dessa experiência mística de Allen Ginsberg e William Blake que fez parte do início de um algumas decisões difíceis familiares que o mesmo enfrentou, pois sua mãe desejava receber alta do manicômio e ele não concordará.

Enfim, aliava-se à democracia apresentada de Whitman e se engajava isso, e assumiu seu respeito com os ambientes homossexuais, já que tinha um desejo por jovens heterossexuais, baseado em suas entrevistas. As experiências de Allen Ginsberg com o pensamento oriental foi extremamente detalhada em suas entrevistas, verificamos que o zen budismo era uma essência mística, além dos poetas que o influenciou em seus trabalhos e em suas práticas cotidianas.

Além de Blake e Whitman, Allen Ginsberg foi um admirador de diversos artistas contemporâneos que marcavam uma geração de sua época como, por exemplo Ezra Pound, William Carlos Williams, Kerouac do movimento *beat* entre outros que influenciaram todo seu perfil de lucidez e loucura em suas obras. Porém, aqui iremos abordar algumas influências por meio das leitura de Blake e Whitman que deram à Allen um ponto de origem aos seus descobrimentos de poéticos e ligados ao “espíritos” literários lidos por ele.

As iluminações de William Blake para Allen Ginsberg

William Blake foi um artista que elaborava por meio de suas lâminas que eram para elaborar novas pinturas diversificadas e visava carregar um cunho crítico sobre a época que vivia, além de terem uma forma única e criativa dialogar a imagem e o texto em seus trabalhos. Essa característica de Blake de certa forma cativou Allen para uma nova reflexão constantemente. De acordo, com as experiências de Allen Ginsberg relatadas na obra *Mentes Espontâneas Entrevistas 1958-1996*, ele teve uma “Já a sua intensa relação com Blake pode ser explicada a partir de uma experiência aparentemente mística ocorrida com ele no verão de 1948” (WHITE, 2013, p.15)

Então, podemos observar uma intensa relação após essa experiência de Allen com os escritos de Blake. Pode-se notar inclusive que Allen canta os poemas das canções da inocência e da experiência, o que traz uma recriação dos poemas de William Blake. Constata-se que muitos dos trabalhos de Allen Ginsberg foram criados a fim de retomar a experiência como leitor das obras literárias de William Blake, como, por exemplo *Golden sunflowers*. Em grande parte das entrevistas dadas por Allen retomava em seus comentários algumas obras e suas relações com William Blake, conforme afirma:

Agora, começava a entender o poema, enquanto olhava para ele; de repente, ao mesmo tempo que o compreendia, passei a ouvir uma voz cavernosa, muito grave, que se espalhava pelo cômodo, voz que eu logo percebi que era a de Blake; não era nenhuma voz que eu já tivesse ouvido, embora antes tivesse pensado numa voz de pedra, num poema, uma imagem desse tipo – ou pode ser que tenha pensado nisso depois da experiência. (GINSBERG, 2013, p. 55)

Então, este foi um momento que começou a fazer uma diferença para Allen ao longo de seus trabalhos. Temos três poemas que verificamos que traçaram uma participação de forma intrínseca na obras de Allen Ginsberg. Os poemas são *Golden sunflowers*, *The sick rose* e *The little girl lost*. Podemos observar que no primeiro poema *Golden sunflowers*, nas estrofes: “Ah, sun -flower! weary of time, / Who countest the steps of the sun; / Seeking after that sweet golden clime, / Where the traveller’s journey is done⁵¹” foram um estopim para que as diversas vozes interpretativas de Allen se despertassem baseado em suas entrevistas. No segundo poema *The sick rose* ou “A rosa doente” para Allen descreve logo, abaixo:

[...] o personagem de Blake poderia ser aquele que entra no corpo e o destroi, digamos, a morte, o verme como sendo a morte, o processo natural da morte, algo de algum ser místico que vem de dentro de si e devora o corpo, a rosa. O desenho que Blake fez

⁵¹ Ah, sun -flower! weary of time, / Who countest the steps of the sun; / Seeking after that sweet golden clime, / Where the traveller’s journey is done.

para isso é complicado, é uma rosa enorme e murcha, murcha porque está morrendo, e há um verme nela, um verme que está em volta de uma pequena fada que tenta sair da boca da rosa.

Mas, seja como for, tive essa experiência com “A rosa doente”, e com a voz de Blake lendo o poema para mim, como algo específico do universo, como se ouvisse a condenação do universo inteiro e ao mesmo tempo ouvisse também a inevitável beleza que há nessa condenação. Não me lembro agora como foi, a não ser que foi lindo e maravilhoso. Mas também um pouquinho assustador, porque se tratava de uma experiência com a morte – minha morte e também com a morte do ser, e isso foi doloroso. Bom, como uma profecia, não somente em termos humanos, mas uma profecia como se Blake tivesse encontrado o segredo, a essência íntima do universo, e tivesse se adiantado no tempo com essa breve fórmula mágica cunhada em forma de rima e ritmo que, se ouvida da maneira certa, no ouvido mais profundo, profundo mesmo, teria a capacidade de te levar para além do universo. (GINSBERG, 2013, p.57)

Na leitura do terceiro poema *The Little Girl Lost* de Blake numa entrevista oriunda do livro *Mentes brilhantes* a personagem *Lyca* do poema demonstra uma proximidade com o *eu* de Allen Ginsberg, pois ele afirmava que se identificou com a forma de busca do interior humano, ou seja, de seu ego. Essa forma de interpretação dele para consigo por meio do poema, levou-o a compreender sobre a Arte total ao mesmo tempo pela sua leitura interpretativa de Blake. Essa busca constante dele por explicações se descreveu pelo poema de Blake logo, abaixo:

Papai, mamãe, em seu afligir?
Onde pode Lyca dormir?

...

Como pode Lyca dormir
Se sua mamãe se afligir?

...

Se o coração da sua mamãe pensar
Então deixemos Lyca despertar;
Se minha mamãe dormir,
Lyca não irá se afligir.

Do father, mother, weep?

Where can Lyca sleep?

...

How can Lyca sleep
If her mother weep?

...

If her heart does ache
Then let Lyca wake;
If my mother sleep,

Lyca shall not weep. (GINSBERG, 2013, p.58)

O eu-lírico menciona uma menina chamada Lyca que passa a transparecer uma liberdade da crítica literária de diversos questionamentos interiores para o leitor interpretativo de Allen, juntamente com a noção de liberdade sexual implícita de Lyca expandida, por meio da leitura do poema de William Blake.

As obras de Allen Ginsberg faz uma alusão constantemente aos trabalhos de Blake. Então, Lyca era o eu-lírico que influenciou nas obras e no ego de Allen Ginsberg, pois ele afirma “logo vi que Lyca era eu, ou Lyca era o ego; pai e mãe procurando por Lyca eram Deus procurando, O Pai, O Criador” (GINSBERG, 2013, p.58). “Além de verificarmos um “despertamento” do interprete entrevistado de elementos criativos por parte dos estudos literários e modos de escrever, dessa forma destacando “a existência do universo inteiro” (GINSBERG, 2013, p.58) como ele mencionava.

As marcas literárias universais apresentam-se em pequenos detalhes. Depois, ele situa o leitor mencionando suas “loucuras” em relação as interpretações por meio das leituras dos trabalhos de Blake. A linguagem de Ginsberg se entrelaça com a proposta de Blake de transmitir uma ideia visionária, pois eles escreviam e descreviam elementos literários e artísticos muito além do seu tempo.

Observamos as experiências de leitura de Ginsberg que modificou seu modo de ver a literatura e suas propostas de maneira instigante e curiosa ao longo de todas suas obras, como afirma “Vejo que esse é o modo pelo qual eu começo a ver a poesia como uma comunicação de uma experiência particular – não somente uma experiência, mas esta experiência.” (GINSBERG, 2013, p. 60).

Ele se encantava pelos estudos filosóficos de Plotino e seus ensinamentos sobre o *Uno*, o que é um espécie de todo do cosmos que se constitui cada ser humano, enfim considerou o filósofo Plotino de difícil compreensão, porém mais tarde poderia ser refletido em sua obra o *Uivo* que caracteriza um universo individual enlouquecido em um todo relacionado com as suas leituras.

Lyca trouxe questionamentos que criam um desejo de se auto-conhecer para Ginsberg, isso contribuiu para uma constante procura por respostas e versos que expressão elementos de uma busca constante de si mesmo e do próprio eu-lírico. Nas entrevistas que Ginsberg dava elas apresentam sua afeição em relação à Blake e suas visões que tinha com o mesmo. Ele afirma

que o que extraiu de Blake foi além do que pensava como verifica-se:

Tirei de Blake a ideia de que seria possível passar uma mensagem através do tempo capaz de atingir o esclarecimento, de que a poesia teria um certo efeito, um efeito de não ser somente legal, ou somente linda, assim como eu via a bela poesia antes – ela seria, na verdade, algo elementar à existência humana, ou atingiria algo, a essência da existência humana. Mas, seja como for, a impressão que ficou é que ela é como uma máquina do tempo através da qual ele, Blake, poderia transmitir ou passar sua consciência básica comunicando isso a alguém mesmo depois que já estivesse morto – ou seja, é como construir uma máquina do tempo. (GINSBERG, 2013, p. 44-45)

Observa-se que Blake fez parte das reflexões literárias de Ginsberg que proporcionou a noção de “essência da existência humana” considerada também, como “uma máquina do tempo”. Então, Blake para Ginsberg tinha uma extrema importância e responsabilidade de proporcionar o “despertamento” da humanidade ao longo dos percursos vividos. Ginsberg sentia-se confuso com as propostas de Blake e afirmava que ela: “Parece ser a divina forma humana nua, parece ser a Energia, parece ser a sexualização, ou a liberação sexual, que são as direções nas quais todos geralmente acreditamos.” (GINSBERG, 2013, p.51-52).

Essa ideia de Ginsberg sobre a Energia proposta de Blake causa uma turbulência na mente dele, pois existem diversos questionamentos já que o corpo de Blake não era algo inerte para Ginsberg, nota-se que “o universo de Blake não parecia estar atado ao seu corpo. Real misterioso, como outros mundos, e outros mares, por assim dizer. Intrigante até hoje.” (GINSBERG, 2013, p. 52).

A poesia “a rosa doente” de Blake trouxe também diversas indagações sobre a existência humana para Ginsberg “O desenho que Blake fez para isso é complicado, é uma rosa enorme e murcha, murcha porque está morrendo, e há um verme nela, um verme que está em volta de uma pequena fada que tenta sair da boca da rosa.” (GINSBERG, 2013, p.57) Esse verme compreendido como a essência de existência que constitui o ser humano pode destruí-lo ao mesmo tempo, logo a descoberta mais íntima do universo Blake teria descrito em detalhes cotidiano para o universal como profecia.

Dentro de ti, diz o Cristo

Até que sua humanidade desperte, diz Blake

E eu estou aqui, dizendo: procurem mútuas lágrimas de rendição

Que não teremos mais inferno no Vietnã

Que não estarei no inferno sobre esta rua (GINSBERG, 2013, p. 29)

Duas semanas mais tarde, Ginsberg foi para Cambridge, onde Clark estudava, para ler

e analisar os manuscritos de Blake no Museu Fitzwilliam. (GINSBERG, 2013). Allen Ginsberg em seu trabalho intitulado *Uivo para Carl Solomon* retoma a Blake no seguinte verso: “Que passaram por universidades com olhos frios e radiantes alucinando Arkansas e tragédias à luz de Blake entre os estudiosos da guerra” (GINSBERG, 1926, p.25). Blake foi um autor complexo numa leitura de Ginsberg, pois o modo como Blake descreve a sexualidade chama a atenção dele, conforme ele afirma:

Mas uma coisa que é impressionante é a ideia que Blake faz de Jerusalém, uma Bretanha Jerusalêmica, que passou a ser mais válida atualmente. Ele, creio, definiu isso. Ainda estou meio confuso em relação a Blake, ainda não pude lê-lo completamente, ou lê-lo o bastante para descobrir para qual direção ele está apontando. Parece ser a divina forma humana nua, parece ser a Energia, parece ser a sexualização, ou a liberação sexual, que são as direções nas quais todos geralmente acreditamos. Ele também parece ter, entretanto, uma noção de imaginação que ainda não compreendo completamente. Quer dizer, é algo fora do corpo, com uma rejeição do corpo, e não entendo perfeitamente isso. (GINSBERG, 2013, P. 51-52)

Ginsberg apresenta a complexidade do autor em suas entrevistas constantemente. Blake foi uma espécie de guru para ele, pois em uma visita com o hindu, o mesmo sugeriu para Ginsberg que adotasse o Blake como um guru para conhecer a sabedoria. No trecho seguinte verificamos a relação espiritual de Blake e Ginsberg:

[Blake afirma algo parecido, como a Energia, e o Excesso... leva ao palácio da sabedoria. O *bhakti* hindu é como o excesso de devoção; você, nesse caso, sabe, só faz é se doar à devoção. Curiosamente, uma senhora mística, Shri Matakrishnaji, que eu consultei em Brindaban acerca de meus problemas espirituais, me disse para eu tomar Blake como o meu guru. Há vários tipos de gurus, que podem ser gurus vivos ou não-vivos – aparentemente, um guru pode ser quem quer que seja que te inicie, e, nesse caso, fui iniciado por Blake posto que tive uma experiência de êxtase a partir dele. Sendo assim, quando cheguei aqui em Cambridge tive que correr para o Museu Fitzwilliam para encontrar os erros ortográficos dele em *Canções de inocência* [*Songs of Innocence*]. (GINSBERG, 2013, p. 53)

Como Ginsberg considerou a sua relação iniciada por Blake, ele precisou visitar Cambridge e conhecer os trabalhos mais de perto de Blake. No poema de Blake chamada *The divine image* faz uma menção a morte, por isso Ginsberg começou a refletir sobre sua condição mental na Índia. Ele tinha uma intensão de crescer em seu espírito e aumentar sua capacidade de consciência completa. Então, ele se identificava com Blake, pois Blake fazia críticas sociais nem seu período sobre o pensamento racionalista de Newton e Bacon em especial, de acordo com a citação:

Assim pode-se verificar que temos nos submetido a séculos de – isto é o que Blake

estava reclamando – pensamento newtoniano. Livrai-nos, Deus, do pensamento newtoniano e do pânico de alguém – de qualquer um –, o pânico de Bacon. Ou algo assim. O que Blake estava dizendo é que eles eram irrealis, no sentido de que eram apenas a criação de um universo imaginário, e o que poderia ser mais ilógico? E o que poderia ser mais lógico do que a real clara demarcação e definição do modo como a mente trabalha? (GINSBERG, 2013, p.176)

Blake apresenta um relacionamento em seus trabalhos sobre a humanidade a qual é divina. O horizonte proposto pela percepção de Blake em suas lâminas carregam traços de sentimentos decaídos e desgastados pela sociedade. Essas críticas sociais que Blake fazia em sua época se aproximam de Ginsberg, conforme ele afirma:

Todos nós somos bloqueados por nossas próprias percepções. As portas para a percepção foram fechadas, os portões dos sentimentos trancados, os caminhos para as sensações cresceram excessivamente, as estradas da consciência foram cobertas por fumaça e neblina. Blake disse que nossos cinco sentidos estão trancados, como se estivéssemos “nos movendo dentro de mundos não perceptíveis”, assim como Wordsworth também afirmou. Todo mundo tem aberturas de consciência – a vivacidade dos olhares de camaradagem, ou a fraternidade feminina da vida vegetal, ou a enormidade de ficção científica ferrosa de uma viatura policial, ou uma vaca numa gaiola de vidro, silenciosamente pendurada por uma máquina de leite feita de alumínio, ou alguma crise entre a infância e o leito de morte, como a guerra, o matrimônio, o topo da montanha, salvo de se afogar, ser demitido, perambular pelas ruas e tremer de frio encostado ao Wrigley Building, ou quebrar o quadril e quatro costelas em um acidente de carro. (GINSBERG, 2013, p.183)

As leituras dos poemas de Blake por Ginsberg provocaram nele uma experiência catártica que foi considerada uma experiência mística também. O autor de Uivo ainda tinha alucinações com o poeta William Blake. Ele ouvia as vozes do poeta como afirma:

Tudo isso desponta da minha própria preocupação com estados mais altos de consciência em relato de que, como eu já disse muitas e muitas vezes, quando eu era jovem, com vinte quatro anos mais ou menos - alguns poemas de Blake como “O girassol”, “A rosa doente” e “A menininha perdida” catalisaram em mim um extraordinário estado de consciência mística assim como alucinações auditivas da voz de Blake. Eu ouvia a voz de Blake e também via epifânicas visões iluminadoras do alto de prédios de Nova Iorque. Enquanto ouvia a voz de Blake. (GINSBERG, 2013, p. 277)

A proposta ilumina blakeana surtiu em Ginsberg reflexões diante de sua leitura sobre a consciência de mídia materialista. Nos três poemas “O girassol”, “A rosa doente” e “A menininha perdida” ele entra em reflexão sobre a nossa natureza corrompida.

Enquanto lia o texto de “O girassol”, “A rosa doente” e “A menininha perdida”. Isto foi descrito em maravilhosas linhas em outras ocasiões. Mas quero voltar a isso apenas para reiterar que vejo o funcionamento da poesia como um catalisador de estados visionários de ser, e eu uso a palavra “visionários” somente nestes tempos de consciência da mídia materialista de base quando somos tão totalmente cortados de nossa própria natureza e da natureza ao nosso redor que nada que ensina a natureza parece visionário. (GINSBERG, 2013, p. 277)

Novamente as entrevistas retomam a influência de William Blake para Allen Ginsberg. Então, a relação de tomar Blake como um guru ou guia para a vida começou a fazer um sentido estranho na Índia para Allen Ginsberg, pois a compreensão de guru foi transmutada para algo ou alguma animal, sendo assim poderia considerar Blake em sua consciência como seu mestre:

AC: É isso que é tão incrível a respeito desse lance. Você disse em algum lugar – li *Diários Indianos* bem recentemente – você disse que Blake era tipo o seu guru.

AG: Isso. Porque eu tinha tido o que seria normalmente considerado uma experiência religiosa com Blake em 1948. Quando fui à Índia, correndo por aí procurando por um guru em 1962-63, uma coisa engraçada que Srimata Krishnaji, uma santa senhora de Brindaban⁵², me recomendou foi “Tome Blake como seu guru”. Como o guru, o mestre, não é necessariamente um humano ou uma encarnação humana viva, ele pode ser qualquer influência, até um pássaro ou o gigantesco patético guincho de gato de uma baleia gravado em uma máquina. Qualquer coisa que vá catalisar a consciência total é o professor. Então ela disse “Tome Blake como seu guru”, e isso o colocou no contexto, estranhamente, da cena transcendental indiana. De um jeito pessoal, apesar de que, historicamente, Blake sempre esteve nesse contexto, porque ele é um veículo do século XVIII para a tradição gnóstica ocidental que historicamente você pode rastrear de volta até as mesmas raízes, as mesmas cidades, a mesma geografia, os mesmos cogumelos, que dão origem aos *iogas* ariano, zoroastriano, maniqueano pré-hindu. (GINSBERG, 2013, p. 284)

Por considerar William Blake seu mestre, Allen Ginsberg foi verificar a característica da religião gnóstica que permeava o tempo blakeano. Baseada nas leituras Blakeanas, o autor Allen Ginsberg tem suas visões de epifania sobre a presença constante de Blake como sendo uma espécie de mestre em seus trabalhos:

Então tive um tipo de experiência mística em 1948, como mencionei, relacionada a Blake, que foi especificamente uma iluminação auditiva, você pode chamá-la de epifania auditiva, ouvir a voz de Blake – e ao mesmo tempo uma iluminação de luz permeou o universo, e uma epifania do coração dos tempos ancestrais, o pai dos homens presente em todos os lugares, em todo mundo sempre. Então, em outras palavras, tive uma abertura de portais com uma vibração cósmica. (GINSBERG, 2013, p. 291)

Os exemplos de inspirações com os trabalhos de Blake, após o contato vibracional místico, Ginsberg comenta sobre a mitologia blakeana. Então, Ginsberg irá tratar sobre o personagem Blakeano chamado Urizen a seguir:

Se não nos interessarmos pelos nossos corações e aceitarmos os nossos corações, se não encontrarmos a nossa realidade nos nossos corações, então o resto é um perpétuo vácuo intelectual, Urizen, o Urizen de Blake, Sua-Razão, racionalização, erro comum, e, por último, o coração se torna brilhantemente vazio. (GUINSBERG, 2013, p. 365)

⁵² Hoje, Brindaban é conhecida como Vrindavan.

A compreensão sobre o vazio irá se aprofundar diante dos outros autores e suas vivências que Guinsberg se inspirou. Podemos notar que Guinsberg também teve outras influências importantes em seus trabalhos, conforme iremos ver a seguir. Percebemos a sua relação com Walt Whitman e os pensamentos Orientais em seus discursos nas entrevistas nesta mesma coletânea de entrevistas.

A influência de Walt Whitman nos trabalhos de Guinsberg

Walt Whitman foi um escritor da obra intitulada *Leaves of Grass* que foi aclamada por Paulo Leminski, Ezra Pound e Jorge Luis Borges pela sua energia liberada nos movimentos sociais e representado na sua obra. O autor Walt Whitman participou da Revolução Americana no período de 1776, e tinha características de um libertarismo individualista, o igualitarismo antifeudal, capitalista em vitalidade inicial e um promovia uma abertura para as fronteiras entre povos diversos em diversos aspectos os quais são: geográfico, econômico, técnico, emocional, existencial e pessoal. Guinsberg se aproximou das ideias de Whitman e elaborou um poema a seguir:

“Poema de amor sobre um tema de Whitman” [*Love Poem on Theme by Whitman*], Walt Whitman sendo nosso celebrado poeta, profeta nacional. O poema começa com a citação de um verso de Walt Whitman [...]

Whitman disse que a menos que houvesse uma infusão de sentimento, de ternura, de destemor, de espiritualidade, de sexualidade natural, de satisfação natural nos corpos dentro dessa negação da vida cínica e fortemente materialista; corpos claramente competitivos, assustados, amedrontados, protegidos em armaduras, não haveria chance real de a democracia espiritual enraizar-se na América; e ele definiu essa ternura entre cidadãos como, em suas palavras, um modo carinhoso, uma ternura natural flutuando entre todos os cidadãos, não apenas homens e mulheres, como parte de nossa herança democrática, parte da adesividade que faria a função da democracia; que homens poderiam trabalhar juntos não como bestas competitivas mas como amantes e companheiros ternos. (GUINSBERG, 2013, p. 262)

Essa proposta de uma democracia espiritual apresentada por Whitman foi vivida por meio da leitura estética de Guinsberg. Os autores carregam essas semelhanças de revolução diante da sociedade patriarcal e opressora dos cidadãos, revendo características materialistas de pensamento. No poema “*Song for Myself*” de Walt Whitman traça um aspecto narcisista que pode ser aproximado a Maikovski e suas questões sobre o centro do universo. (LEMISKI, 1983). Guinsberg também ressalta a necessidade de freio diante do movimento cotidiano de competição exacerbado. Ele afirma que:

Então projetou, de seu próprio desejo e de sua própria inconsciência, um desejo sexual que ele achou normal para a inconsciência da maioria das pessoas, porém proibida para a maior parte participar.

“Subo na cama em silêncio, e me deito entre o noivo e a noiva” [*I will go into the bedroom silently and lie down between the bridegroom and the bride*].

Ele trabalhou, como fez em outro poema, “City of Orgies” [“Cidade das orgias”], como chamou Nova Iorque, ele trabalhou desde a atração física até a sexual – seu verso é “physical affection and all that is latently implied” [“atração física, e tudo o que está implícito”] entre os cidadãos como parte da adesividade que faria nossa função juntos como uma comunidade ao invés de uma nação “among the fabled damned of nations” [“entre as mais famosas malditas nações”], que era sua frase no ensaio “Democratic Vistas”.

Walt Whitman é um dos meus professores espirituais, e eu o estou acompanhando nesse poema, alçando voo a partir de uma de suas frases e trabalhando meus próprios sentimentos inconscientes, dos quais não tenho vergonha, senhor, os quais eu acho que são, na verdade, muito lindos. (GUINSBERG, 2013, p. 262)

Essa questão de rever os pensamentos sociais por meio dos poemas e nas leituras destes autores destacamos a influência de Whitman, como, um exemplo, criador do verso livre que trouxe uma abertura para novas relações sociais. Além disso, ele foi considerado um grande poeta da Revolução Industrial. Whitman se espelhou em poemas do simbolista Mallarmé em especial “Um Coup de Dés” pela composição na liberdade das linhas ao longo do desenvolvimento dos seus poemas. Verificamos também que Whitman também foi um leitor de Rimbaud de “Une Saison en Enfer” e no futurismo de Marinetti (1908) exemplo de uma revolução artística deste período. Walt Whitman foi considerado um primeiro “beatnik”, homossexual, enfermeiro na Guerra da Secessão e caracterizado como um receptáculo do Espírito Santo da poesia pela seita de George Fox (1624-1691).

Sobre os pensamentos orientais...

Allen Guinsberg se apresentou sua influência diante dos pensamentos orientais em seus poemas. Podemos observar que o Budismo veio dos séculos VI-V a.C. e percorreu a civilização indiana por Sidarta Gautama. Essas ideias percorreram por meio de fragmentos de Hecateu de Mileto para Parmênides, Pitágoras, Heráclito, Péricles (495-429 a.C.), Sócrates, Platão e reinos chineses no livro de Y-Ching (o livro das mutações), Confúcio (551-479) e Kung-tzu e Lao-tse criador do Tao *Te-ching*. A experiência e meditação reflete uma característica que é:

O combate, se é que há um combate, é primeiro com ou contra a própria pessoa, com os hábitos e as ideias recebidas, a fim de vencer tendências naturais como apatia ou

preguiça, distração ou agitação, como a dúvida. É o mesmo que dizer que se trata de uma atenção de cada instante e que ela deve persistir além do momento consagrado ao exercício propriamente dito para se estender ao estudo, à reflexão, às atividades e aos gestos do cotidiano. E é um aprendizado que demanda tempo para dar frutos: não há varinha mágica ou botão para apertar e fazer jorrar a luz, como demonstra o exemplo do Despertado. (LEVENSON, 2010, p.53-54)

Guinsberg revisita os estudos da antiguidade da Índia e suas relações cotidianas. Na China na dinastia de Song as artes descrevem a moral do país. Os poetas e pintores pensavam para o passado. Eles imitavam e recordavam as glórias e realizações passadas. Diante dessas leituras de Guinsberg, podemos retornar para o seu poema que representa um reflexo de sua experiência em um retiro Budista:

“Voltando ao país para uma visita rápida” [Returning to the Country For a Brief Visit] foi escrito na margem de um livro de poemas da Dinastia Sung de poetas. Eu estava imitando o seu estilo:

O velho One, o cão, estica suas pernas,

Em breve, estará debaixo da terra.

A primeira abelha gorda da primavera

zune amarela sobre a grama jovem e sobre as folhas

mortas.

Que insetinho marrom é esse andando em zigue-zague

pela página branca e ensolarada do poema de Su Tung- p’o?

Voe pra longe, coisinha pequena, ao menos a sua vida é leve

Levanto o livro e te sopro no vazio ofuscante. (GUINSBERG, 2013, p. 435)

O poema tenta descrever a natureza e o vazio que a vida parece desencadear na atualidade. A compreensão do homem pelo poema é rever como ocorre a sobrevivência na natureza. Isso, demonstra a construção de vida humana em detalhes e os percursos cotidianos de vida que precisamos refletir bem, como as doenças, rebeliões, fomes, desesperos e outros malefícios sociais. O entrevistador pergunta para Guinsberg sobre sua experiência budista e sua relação com a poesia:

GA: Se, por conveniência, adotarmos uma distinção irreal entre forma e conteúdo, você acha que seu interesse no budismo e sua espiritualidade oriental tiveram algum efeito nas formas de sua poesia?

Bom, nesse caso, você deve ter notado que foi apenas uma imitação da poesia chinesa na tradução, logicamente a partir de um tom conversacional e uma forma muito simples. Sendo assim, nesse caso específico, isso a afetou: sim, você poderia dizer isso. Tenho usado um pouco da abordagem budista – lembrando-me de lampejos, de percepções no vazio das coisas (ou na relação entre as coisas), e daí que eu tenho escrito pequenos poemas, talvez um ou dois versos que capturam um instante único,

um momento de *satori*, próprio do estilo *haikai*; estive num retiro espiritual por várias semanas, e esse foi o primeiro poema que escrevi quando saí do retiro. (GUINSBERG, 2013, p. 436)

Essa experiência mística de Guinsberg e suas influências literárias de autores de grandes resistências em sua época, resplandecem de modo único nele e em seus poemas. Ele tenta conhecer o estado Zen. Nisto o mestre Suzuki em seu livro *Mente Zen, Mente de Principiante* (1994) apresenta ensinamentos de práticas da mente e declara que:

A mente do principiante é vazia, livre dos hábitos do experiente, pronta para aceitar, para duvidar e aberta a todas as possibilidades. É um tipo de mente que pode ver as coisas como elas são, que passo a passo e num lampejo é capaz de perceber a natureza original de tudo. (SUZUKI, 1994, p.13)

Então, a proposta da técnica de *Zazen* de Suzuki é um processo de esvaziamento da mente de um auto-egocentrismo e promover uma auto-compaixão. O corpo e a mente são dois e um ao mesmo tempo. Afinal, Zen é cultura e vice-versa. Mas, Zen tem algum inimigo literário? “This question suggests that after all there may be some difference between Zen and Culture. Vulgarity must be rejected by culture, but Zen means rejecting nothing, not even rejection.” (BLYTH, 1966, p.27). Zen é uma resolução de uma absoluta liberdade e leis invisíveis. Nos estudos sobre Zen, o entendimento sobre a obediência é ilimitada enquanto que a liberdade não é. Por fim, “What is Zen? Zen means doing anything perfectly, making mistakes perfectly, being defeated perfectly.[...]The ‘joy’ of the universe is also our joy.” (BLYTH, 1966, p.7). A ioga tem um significado de união que une a mente consciente da inconsciente e Guinsberg e isso reverbera em suas poesias com os resgates dos sonhos, ou seja, ele não censura esse elemento do inconsciente e transfere para a sua poesia. Temos um trecho da poesia *Sonho ou Dream* (1947) a seguir:

*I walked into the cocktail party
room and found three or four queers
talking together in queertalk.
I tried to be friendly but heard
myself talking to one in hiptalk.
'I'm glad to see you,' he said, and
looked away. 'Hmm,' I mused. The room
was small and had a double-decker
bed in it, and cooking apparatus:*

*icebox, cabinet, toasters, stove;
the hosts seemed to live with room
enough only for cooking and sleeping.
My remark on this score was under –
Stood but not appreciated. I was
offered refreshments, which I accepted.
I ate a sandwich of pure meat; an
enormous sandwich of human flesh,
I noticed, while I was chewing on it,
it also included a dirty asshole.⁵³ (GUINSBERG, 2003, p. 258)*

Ele comenta em outra entrevista sobre sua poesia intitulada *Dream* (1947) e sua relação com a meditação zen que:

Parte da meditação zen e parte da meditação ioga consiste no exame objetivo e impessoal do aumento e da queda e do desaparecimento de pensamentos na mente. Todos os pensamentos, quer sejam pensamentos de dormir com a mãe de alguém, o que é universal, ou dormir com o pai de alguém, o que também é um pensamento universal, ou se tornar um anjo, ou voar, ou comparecer a um *cocktail party* e ficar com medo de ficar derrubado, e aí ficar histérico. Em outras palavras, a tentativa é de recuperar a inconsciência, escrever na luz do dia o que está acontecendo na meditação mais profunda da noite; falar do estado de sonho de modo a ser parte do ioga que envolve ligar a diferença entre subjetivo público, como nesse tribunal, e privado: o público é o consciente, que podemos dizer a outros em situações familiares; já o privado é o que sabemos e só dizemos aos amigos mais íntimos. (GUINSBERG, 2003, p. 259-260)

Observamos que as experiências filosóficas e literárias do autor criam uma forma de um contínuo descobrimento pessoal e social em construção. Essa era uma linha de compreensão que Allen Guinsberg desenvolvia seus trabalhos e sua crítica social. A interpretação do inconsciente reverbera em suas poesias. Os sonhos também são formas de inspirações poéticas.

⁵³ Eu caminhava para a sala do/ coquetel e encontrei três ou quatro bichas/ falando juntos em linguagem de bicha. / Tentei ser amigável mas ouvi a mim mesmo falando em linguagem hip. / ‘Estou feliz por te ver’, ele disse, e/ pareciam distante. ‘Hmn’, matutei. A sala/ era pequena e tinha uma cama dobrável/ e aparatos para cozinha:/ geladeira, armário, tostadeira, fogão;/ os anfitriões pareciam viver com sala/ suficiente apenas para cozinhar e dormir. / Meu comentário sobre esse lance foi entendido/ mas não apreciado. / Ofereceram-me refrescos, que aceitei./ Comi um sanduíche de carne pura; um enorme sanduíche de carne humana, /notei, enquanto mastigava,/ que ele também incluía um cu sujo. (GUINSBERG, 2003, p. 257)

Considerações finais

Observamos alguns trechos de suas entrevistas para compreender melhor sobre sua relação com o poeta romântico William Blake que foi muito além de seu tempo. Allen Ginsberg, teve seus trabalhos diretamente influenciados por grandes escritores como, William Blake e Walt Whitman.

Os trabalhos de Ginsberg foram considerados controversos e imorais pela sociedade puritana, que era dominante na sua época, mas suas produções eram tidas como visionárias pela comunidade literária não-conservadora, pois tratava dos mais diversos temas como a ecologia enfatizando o aquecimento global duas décadas antes, a expansão mental por intermédio das drogas, o yoga, o pacifismo, a gentileza interpessoal, a homossexualidade e a espontaneidade como base para a criação artística. Allen em seus poemas não tratavam somente de denúncias em relação ao poder da busca por atitudes inovadoras e de novo estilo de vida, mas também funcionavam como instrumento para a resistência ao sistema totalitário que estava subjugando a existência dos indivíduos.

Com base na obra intitulada *Mente espontânea - Entrevistas escolhidas* (1958-1996), tentamos compreender como muitos trabalhos de Allen Ginsberg sofreram influências das leituras feitas de Blake e Whitman, não desconsiderando de maneira nenhuma a influência de poetas contemporâneos a ele como Ezra Pound, Willian Carlos Willians, Jack Kerouac, entre outros.

Percebe-se nestas entrevistas, principalmente as que se referem a Blake, que a relação que Allen manteve com as obras deste escritor chegou a assumir um caráter místico. Allen produziu trabalhos que estavam intrínsecos aos poemas de Blake, entre outros *Golden Sunflowers*, *The Sick Rose* e *The Little Girl Rose*. Há um entrelaçamento entre as linguagens usadas pelos dois poetas, quando se propunham transmitir ideias visionárias, pois descreviam elementos literários e artísticos que iam muito além do tempo em que viviam.

Referências Bibliográficas:

BLYTH, R.H. **Zen and zen classics**. Volume five. Twenty-five Zen Essays. The hokuseido press: Japan, 1962.

LEVENSON, Claude B. **Budismo**. Trad. Rejane Janowitz. Porto Alegre, RS: L&P Pocket, 2010.

RENAUX, Sigrid. **Textual Dialogism: Blake s and Ginsbergs Sunflowers** .In: A Literatura dos Descobrimentos. Anais do XXIV SENAPULLI . João Pessoa: UFPB, 1993. p. 72-75.

SUZUKI, Shunryu. **Mente Zen, Mente de Principiante**; editado por Trudy Dixon com prefácio de Huston Smith e introdução de Richard Baker; tradução de Odete Lara. São Paulo: Palas Athena, 1994.

WHITMAN, Walt. **Folhas das Folhas de Relva**. (Leaves of Grass). Seleção e tradução: Geir Campos. Introdução: Paulo Leminski. Brasiliense editora: São Paulo, 1983.

A CRIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA IDENTIDADE ITALIANO- BRASILEIRA

THE ITALIAN-BRASIANS IDENTITY CREATION AND REFORMULATION

*Vanessa Binotto
Università per Stranieri di Siena
Vanessabinotto17@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho pretende compreender como a identidade pode ser criada e recriada após algum processo individual e coletivo influenciado pela cultura e vice-versa. A pesquisa foi realizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, com três grupos de descendentes de italianos de diferentes idades, convidados a recordar suas memórias sobre imigração e antepassados em suas histórias autobiográficas. As pessoas se sentirão mais ou menos poderosas em uma cultura, dependendo das interseções de alguns atributos encontrados no coletivo. A aculturação e a linguagem em um novo contexto fizeram parte da transformação da identidade dos imigrantes e seus descendentes em Italo-Gaúchos.

Palavras-chave: Pertencimento; Intercultural; línguas; Nação.

ABSTRACT

This paper intends to understand how the identity can be created and recreated after some individual and collective process influenced by culture and vice versa. The research was realized in the central region of the Rio Grande do Sul State with three Italian descendants groups of different ages who are invited to recall their memories about immigration and ancestors in their autobiographies stories. People will feel more or less powerful in a culture depending on the intersections of some attributes found in the collectively. The acculturation and the language in a new context were part of immigrants and their descendants' identity transformation into Italo-Gaúchos.

Key words: Belongingness; Intercultural; languages; Nation.

Italians or Brazilians? The concept of identity does not signal that stable core of self without changing. Costa e De Boni report their own thoughts about their idea of self-identity:

Call us Italians – we like being known for it-, but then call us Italians from Rio Grande do Sul, since we are not the Italians who have the sea around the whole country in all its extension, but a new Italians, surrounded by many different ethnic groups. COSTA; DE BONI .(1998,P18)

The acculturation was a phenomenon natural and spontaneous after the arrival in Merica (the way Italian immigrants called the North and the South Americas), the Italian

immigrants got used with the way of dressing of Gaúcho and their style of life, mixing the Italian one with it too, as it is seeming until nowadays -the local man, a kind of Brazilian cowboy of a very male figure from Spanish and Indigenous type, as verified in several iconographic documentations. The Tailan, a pidgin language (a language that is formed from a mixture of several languages when speakers of different languages need to talk to each other) was originated by the use of the various northern Italian dialects, predominantly "Vicentino" (from Vicenza) and the Portuguese language. Other fact at a formal level were the innumerable naturalization that took place since the arrival of Italians to become a Brazilian citizen (obs: most of the time imposed from the authorities). TONET. IN MAESTRI (1996,p.63).

From 1875 to 1914, Rio Grande do Sul state, a Brazilian federal state, received circa 120,000 immigrants, families especially expelled from Veneto, Trentino-Alto Adige, Friuli and Lombardia, a few ones from other Italian regions as Piemonte and Toscana, still less from the south of Italy, by the misery and attracted to the New World and by the dream of owning land.

They settled in the northeast of this Brazilian State - Rio Grande do Sul, established in three local municipalities and in many small villages around this territory: Garibaldi, Bento Gonçalves (today the main Brazilian wine production city) and Caxias do Sul. "Nor – if we translate this essential conception to the stage of cultural identity - it is collective or true self hiding inside the many other, more superficial or artificially imposed "selves", which people with a shared history and ancestry hold in common." HALL. (2000,p.17)

These three local municipalities were called the first three Italian settlements in Rio Grande do Sul, and after almost a decade, other groups of immigrants arrived and made part of the last cycle of settlement, which was addressed to Santa Maria municipality (the urban city already existed in the midlands of RS state), forming specifically in Silveira Martins and its surroundings the 4th Italian Colony of Rio Grande Do Sul state. The settlements divided in parts of southern Brazil gave the first example of a democratic social organization in Brazil. During decades, in the world of these small peasants, the differences were, all that greatly, quantitative. Some settlers would have more lands, a mill, a woodworking or other strategically well located commercial activity. However, all – or almost they all – were small farmers, owners of their own pieces of land.

The Italian immigrants created, in the new environment, a singular society that also was differentiated of their original country, a culture that exceeded Italian's boards, since they continued moving to other Brazilian states, mainly in the inlands (Mato Grosso, Mato Grosso

do Sul, Santa Catarina and Paraná states as well as regions of North and Northeast) and areas unoccupied expanding their style of life and social invisible norms and rules.

While reading my term paper, it also becomes clear that it tries to show the complexities of the concept of identity, in this case analyzing it in an ethnic contact situation and changeable perception. The ethnic identity of Italian-Brazilian descendants from northern Italian immigrants from the beginning of nineteenth century who came in contact with a particularly another “strong” regional culture – Gaúcha - and how it effects into the original identity resulting in cultural hybridity (new personal identity concept by mixing of culture through cultural contact).

According to Pintus (2008,p. 24) the individuals whose ancestral origins are tied to the place in which they live, are defined ‘native’. In the common sense, it is about those who have always lived in one determined territory and its perception of belonging are naturally familiar. Along with the native population there are also the national minorities- those populations who live in territories, or areas, incorporated at present a wider national state, like example the Basques in Spain.

Prof. Silvino Santin, from Santa Maria, defines his Italian identity in this way:

I was born Italian, but not from Italy, but Riograndense. A country, Italy without hopes, poverty, malnutrition and gentlemen's oppression, was the story I've heard since I was a child. Italy was separated from me by a sea of 40 days on steam ship journey. I speak the most genuine Vêneto dialect. The Italian cuisine was predominant at my home. The whole table had Polenta (cornmeal), as being “the queen of the meal”- the main food. We were used to eat it every day, except on Sundays, for breakfast, lunch and a bit less at dinner. I noticed, as a child, that there were several Italian types: Trentinos, Cremoneses, Bergamascos, Friulanos, Veroneses, etc. From my mother's family, I am Vêneto-Veronês, and from my paternal side, Friulano. My motherly uncle and my aunt, with certain irony, used to call me Furlaneto, then I realized, so that there was some distrust between these types. In: Web. 19.01.2015 http://labomidia.ufsc.br/Santin/Talian/1_o_italiano_que%20esta_em_voce.pdf

To Gust. In Kurylo. (2013,p.167-178), there are two interrelated levels of power operating simultaneously in a community's situation of in-groups and out-groups. The first level is macroscopic: politics, law, religions and other systems. The other level is microscopic, which occurs within the interpersonal relations. These both levels of power are present in relationships between different groups in a culture. In a primary dimension, there are the value traits that groups assign to themselves and to other groups: race, ethnicity, culture, gender, sexual orientation, ability, etc.

Gust quoting Kurylo (2013), says that people will be more or less powerful in a culture depending on the intersections of these attributes. In the case of Italian-Brazilians, I am analyzing, in a first moment, that the Italian immigrants were considered by the Brazilian society (mainly referring to high society – the Portuguese elite) “inferior people”, because they were poor and were mainly land workers, while on the other side they considered themselves a “superior culture” comparing with the Brazilians in general (many others ethnic’s groups, but mainly Portuguese, Spanish and African and indigenous descendants).

In the concept of whiteness, power in privilege historically are associated with the colonial period and imperialism of the West. The Italian biggest emigration took place between the end of the eighteenth century and in the beginning of the nineteenth century. On one hand, most of the immigrants were very catholic influenced by the medieval times. On the other hand, a masonic elite was present as well.

As Gust (2013) had expressed about whiteness, concepts like that are always being ‘invented’ by people in any society, intending to create and maintaining social hierarchies which sometimes are expressed in racial types and subjugation and exploitation of others – it means getting power through social status.

Analysing the Gauchos’ style of life, he says:

We have to admit that, since we came to this land, we have always envied the life of Rio Grande do Sul’s people: the way they dress (in a very regional and characteristic way) their freedom, their great abundance of food and resources, exactly the opposite we had in Italy – scarcity. [...] regarding the religion we consider ourselves better Catholics comparing with others. It is not by case that the Pope lives in Rome[...]. Regarding the private life, young couples get married as virgins [...] sex is a taboo.
COSTA;BONI (1996, p.20-21)

There are social constructions influenced by historical and geopolitical factors intricately connected to power, privilege, and oppression and maintained through formal and informal communication practices. KURYLO(2013,p.174). In the *intersectionality*, the term used by Gust, the identity construction and even more reformulation, as it can be changeable, the macro and micro dimensions will interfere the concept of cultural privilege that results not in one singular identity, because in privilege, the *intersectionality* pays attention to the biography. This term, invite us to think about the complexities of identities in a culture within time and space

This survey was done comparing generational groups of Italian descendants of the Quarta Colonia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul through questionnaire and a small

amount throw guided interviews. The groups were three of twenty people each, divided up in young, adults and old people, male and women. The point of the research was to check the information of the autobiographies of the respondents to compare points which confirm or not the theory.

Since it is known, any process of construction of the ethnic identity is based on the interpretations that come from their origins and their social characteristics become important to the group. On the other hand, the ethnic identities become also stereotyped culturally, so that defined positively or negatively in comparison to others. It is not about anything spontaneous, because the ethnic identities like another social identity (ex. Religion or type of work) need to implement strategies of communication and not only to return this positive identity to the eyes of others.

In an individualist society as ours, remembering the past is also a way that people have to go away from their everyday life, a routine, to immerge into a “fairy tale” of the fabulous and imaginary reality that bring us also good feelings, a parallel sense of an exercise through the individual and family biography that is transformed in mind, almost into a fiction.

The journeys in the steamship is the most important immigrant symbolic representation of the sense “of being the same”. This symbol became "The Origin's Myth" as called by Zanini (2006, p.95). That trip of “40 days at sea” (the way the immigrants refer to it) is considered the beginning of a new identity, something shared by all the emigrants in their cultural and linguistic diversity departure from the Genoa port (Italy was not a country yet) – thus, becoming “Oriundi” (Italian immigrants in Brazil).

The sense of heroism was also transmitted by grandparents to parents and so on and this proudness was kept by the new generations, including the youngest ones until now. The ethnic claim in this case consists of attributing personal value, but mainly to the family's history and who acted in the immigration adventure and difficulties, the (Italo- Brazilians descendants) usually refers the term “*sangue de família*” (‘family blood’), in other words the family is the main concept of sense of belonging and the connection of ethnic identity and personal one.

In other words, the family's concept comes from a strongly catholic mentality. There is certain interest in preserving and keeping the ancestors' and grandparents' memories – it is a tentative of preserving the past and being identified into it.

During Getulio Vargas period – Estado Novo’ (Brazilian populist president of a dictatorial regime from 1937 to 1945), especially during the Second World War, foreign languages and ethnic manifestation and promotion were prohibited, in particularly those considered at that time from fascists, that is Italians. So that, the Italian families were forced to limit the use of the language and try do not pass it to the new generations. And that was what happened. Thus, the second and third generations even though, much of the time was still rural or in direct contact with their family origins started having certain precaution of expressing themselves as Italians.

My father with his friends was brought to prison for seven days in Cachoeira do Sul (a city), because he was singing Italian songs with his companions, at having a moment of ‘choir’. They were denounced by a neighbor, because she was Brazilian, and black! BINOTTO (2015).

Thus, in this passage we have exemplified the two dimensions of power. The case where the Italians immigrants are the weak part in the society and the dimension in which they feel that they are ‘better’ than the African-Brazilians descendants. The cultural identity is a way of auto-knowledge and search of maturity, with deep effects in the conscience, politics and society. When is it known who we are or who I am? (Collectivism vs. individualist approach) It manages to value clearly the contradictions, realizing values and potentialities. Finally, as TONET says “it learns to be self-confident and consequently, to respect the idiosyncrasies of the groups that enclose us, far from attitudes of xenophobia and prejudices”. (TONET1996, p.63).

In what concerns the redefinitions of the ethnic identity, the main consequences of the increasing relations and confrontations with the ‘Brazilians’ and various ethnic groups, there was the deepening of the differences and its meanings and uses. In other words to recall the origins through a link with the Italian culture and language because the image of Gloria in the past times.

It is also of the economic value of benessere that means good style of life once Italy was mainly considered one of the richest countries in the world, even though nowadays its situation is not admirable in Europe. Even though the pride of being Italian has long lasted. CORADINI(1996,p.33).

However, in the last 20 and mainly in the last 10 years, Italy lost economic power in the world scenario, while Brazil is part of BRICs and had been considered a growth economy. People who are born in different social contexts have also different life’s approach, and give different values to things. The Brazilian-Italian ones have a romantic idea of Italy, they

emphasize the qualities and underestimate the defects, people who live in Italy are already more critical as far as it regards to their own country.

Unfortunately, Brazil did not keep in that good way and nowadays Brazilians live a disappointing situation due to the political corruption scandals. The other point which affects the new generation identification with the Italian identity is the frustration or disapproving when coming in contact with the Italian culture and Italians.

This contact takes place through media, traveling to Italy for tourism, through bureaucracy practices (embassy representations for many reason including the citizenship request), but mainly critically if looking for access to work, university and other social public systems and private services or opportunities as well.

According to some of stories told by some Italians' descendants living in the Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do Sul, Italians or descendants of Italians who live in Brazil are more sociable and enjoy the life more than the Italians in Italy.

We, in Brazil, have more abundance of everything and abundance of food and resources. There is the friendship's culture in Brazil, we are more hospitable, more jointly liable with, others, we not only work, but we are used with human relations and spend free time with others. In Italy certain individualism and selfishness prevails.

In a globalized world, according to some declaration of European Social Reports, Italy is between those countries quantitatively and qualitatively considered one of worst regarding immigration and integration policies.

Thus, there is a common sense in Brazil that Italy is extremely contrary of the cordiality that every foreign person met when they come to Brazil. It affects the Italian's image and reputation in the world and those of the Italians descendants too, negatively, entailing a cultural lower of prestige and sense of belonging.

So far I have pointed out how cultural hybridization, power and privilege affected the creation and reformulation of the Italian-Brazilians descendants the oriundi. It was important to put all the different aspects together and to run through them considering the historical facts, as the reasons why they emigrate from Italy, the symbolic steam ship travel, etc... that represented the Myth of the Origin. Therefore, the born of a new common belonging – a new ethnic identity, some characterized for being immigrants.

It specially means that it has become other symbolic representation which delicately changed through generations: the immigrant is at a first moment a hero, then into small farmer peasants (with all some negative assumption it can carry on: poor, rude, without instruction, foreigner, but still “The Hero”, etc...) and so on.

Thus it moved towards a more urban person and better social integrated outside the villages - professionals, politicians, intellectuals and businessmen (and still hero), as it is today, of course carrying on with this the new image, the “past symbolic attributes” of hero which signed very strongly and positively their personal and social representation individually and socially. Summarizing, identity does not exist in the sense of never-changing, that is the point, but actually it depends of external factors, the quantity and quality of the relationship with a new environment including also interpersonal relationship and society. Furthermore identity is something also connected with roots and family links, something emotional. Patriotism is not strongly connected with roots as we usually think, but also a creation of sense of belonging which is promoted by the State at first when it has the intention to it.

Referências bibliográficas

Books

BURKE Peter. Cultural Hybridity. MPG Books Limited, Bodmin, Cornwall. (2009)

COSTA Frei Rovílio; BONI Luiz Alberto. Nós, os Gringos. In Maestri M. Nós, os Italos-Gaúchos. Est edições. Caxias do Sul, (1996, p.18-21)

CORADINI Odaci Luiz. .Os significados da Noção de “Italianos”. In MAESTRI M. Nós, os Italos Gaúchos. Est edições. Caxias do Sul, 1996

DOOLE I; LOWE R. International Marketing Strategy. Thompson Publishing, 2003

Sites

June 2014 <<http://it.wikipedia.org/wiki/Italo-brasiliani>>. Acesso em: 21.06. 2014

June 2014 <<https://www.facebook.com/iicla>> Acesso em: 25.06.2014

Italia nel mirino: 3 siti stranieri che parlano (male) di noi.

<<http://it.finance.yahoo.com/notizie/italia-mirino-3-siti-stranieri>>. Acesso em 08.12.2014.

ARTE E SAÚDE MENTAL: EXPERIMENTAÇÕES SUBJETIVAS DE UMA OFICINA TERAPÊUTICA

*ART AND MENTAL HEALTH: SUBJECTIVE EXPERIMENTS OF A THERAPEUTIC
OFFICE*

*Viviane Costa Rodrigues
Mestre em Educação e Tecnologia/IFSUL
Vivianecosrodrigues@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas experiências em oficinas com um grupo de usuários com transtornos mentais de um CAPS II na região de Pelotas, sul do Brasil. Tendo como objetivo o tratamento e a reabilitação, os CAPS são ferramentas importantes diante da luta antimanicomial e no combate ao preconceito. A proposta de uma oficina de arte/educação surgiu como possibilidade de trabalhar uma dinâmica em grupo que permitisse uma experimentação subjetiva e, também, o reconhecimento da formação cultural e social vividos por cada usuário. Nesse sentido, a interação grupal fortalecia esses aspectos quando propunha problematizar questões do cotidiano comum a todos. Através das oficinas buscou-se trabalhar a contextualização de imagens na experimentação de diferentes materiais e pela interação com alguns espaços públicos que contemplassem a arte de rua ou exposições artísticas. Foram realizados dezesseis encontros, uma vez por semana, para um coletivo de oito participantes. Numa primeira abordagem se percebeu que grande parte dos usuários nunca teve contato com obras ou imagens de arte, tampouco havia utilizado quaisquer materiais desse tipo. Verificou-se assim uma evolução em cada encontro, tanto no sentido de interação e participação dos usuários, como também na compreensão de uma produção pessoal em arte. O processo criativo possibilitou ainda a transformação de um pensamento através do estímulo à expressividade e a sensibilidade de cada um.

Palavras-chave: Arte. Saúde Mental. Oficina Terapêutica. Caps II.

ABSTRACT

This paper presents some experiences in workshops with a group of users with mental disorders of a CAPS II in the region of Pelotas, southern Brazil. With the goal of treatment and rehabilitation, CAPS are important tools in the fight against anti-asylum and in combating prejudice. The proposal of an art / education workshop emerged as a possibility to work a group dynamics that allowed a subjective experimentation as, well as the recognition of the cultural and social formation experienced by each user. In this sense, group interaction strengthened these aspects when it proposed to problematize everyday issues common to all. Through the workshops we tried to work on the contextualization of images in the experimentation of different materials and through the interaction with some public spaces that contemplated street art or artistic exhibitions. Sixteen meetings were held, once a week, for a group of eight participants. In a first approach it was realized that most of the users never had contact with works or images of art, nor had it used any such materials. There was an evolution in each encounter, both in the sense of interaction and participation of the users, as well as in the understanding of a personal production in art. The creative process also made possible the transformation of a thought by stimulating the expressiveness and sensitivity of each one.

Keywords: Art. Mental Health. Workshop Therapeutics. Caps II.

Introdução

Verifica-se na atual conjuntura do país a urgência em se discutir os rumos da saúde no contexto SUS, mais especificamente, no âmbito da saúde mental essa discussão compreende uma trajetória de trinta anos de embates políticos e teóricos. Retomemos o trabalho de luta antimanicomial, iniciado no Brasil nos anos 80 e cuja perspectiva era substituir o modelo hospitalocêntrico, o que promoveu a construção de uma rede substitutiva de atenção à saúde. E nesse sentido possibilitou que centenas de pessoas em sofrimento psíquico tivessem sua liberdade e reinserção sociais permitidas. Portanto, afirma-se a necessidade de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido nesta rede substitutiva, em especial, ao trabalho desenvolvido nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que se apresentam como ferramentas fundamentais nessa trajetória histórica.

O CAPS é um serviço comunitário que deve operar de portas abertas, sem barreiras de acesso ou agendamento, para dispor de ações de acolhimento, de base territorial, que oferecem cuidado às pessoas em intenso sofrimento decorrente de transtornos mentais, uso de álcool e outras drogas e/ou da ambiência. É um serviço estratégico da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) e tem a importante tarefa de promover a articulação com os serviços de saúde e da rede intersetorial. (BRASIL, 2015, p. 98).

Tendo como objetivo o tratamento, a reabilitação psicossocial e a promoção da autonomia e cidadania, além de serem orientados pela noção de cuidado e promoção dos direitos de seus usuários⁵⁴ os CAPS podem ser considerados ferramentas importantes no combate ao preconceito e na crescente demanda de atendimento em saúde mental ainda verificado. E é nessa perspectiva de socialização, expressão e inserção social⁵⁵ através de atividades grupais que as oficinas terapêuticas desenvolvem o seu trabalho.

A terapia em grupo como prática em saúde mental possibilita aos indivíduos vivenciarem, no encontro com o outro, seus sofrimentos, anseios e também o desejo de recuperarem a autoestima necessária no combate da doença. Sendo assim, a interação grupal fortalece esses aspectos quando propõe problematizar questões comuns a todos e que, muitas vezes, os próprios indivíduos desconhecem estar vivendo. O modelo de atenção psicossocial favorece o fortalecimento de relações entre os usuários uma vez que, ao exporem os problemas

⁵⁴ Entende-se por “usuários” as pessoas que buscam por serviços de saúde no contexto SUS.

⁵⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Legislação em saúde mental 1990-2002 / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva – 3. Ed. revista e atualizada. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

uns para os outros, aprendem a lidar com as consequências sociais e clínicas da doença. Tanto no que se refere ao estigma que carregam quanto ao próprio entendimento do que sentem.

Num cuidado em que as pessoas dialogam e interagem, há diretamente uma produção de afetações, o que se constitui como pilar essencial para as relações cotidianas no modo psicossocial de cuidado. Assim, o cuidado está presente na participação do sujeito no planejamento e na prática, bem como em atos, palavras e subjetividade, pelos quais os envolvidos são contagiados (FARIAS, 2015, p. 24).

A proposta de uma oficina de arte/educação surgiu neste serviço como possibilidade de trabalhar a dinâmica grupal a partir da experimentação subjetiva de produção artística pessoal e coletiva. E também como reconhecimento da formação cultural e social vividos por cada usuário. As oficinas terapêuticas juntamente com outras atividades profissionais e técnicas propõem a consolidação de um modelo complexo de cuidado que busca atender usuários e familiares. Para os CAPS o trabalho de uma equipe multiprofissional⁵⁶ possibilita substituir o modelo hospitalocêntrico para promover o cuidado em liberdade a partir de dinâmicas de trabalho que reforcem a autonomia e a autoestima dessas pessoas. Pois “o modelo psiquiátrico e asilar que as oprimiu e reduziu-lhes as expectativas, obstruiu-lhes os projetos de vida, achatou-lhes as expressões e sentimentos (AMARANTE, 2007, p. 90).”

Metodologia

O processo de experimentação ocorreu em um CAPS II⁵⁷ na cidade de Pelotas, localizada no sul do Rio Grande do Sul. Foram realizados dezesseis encontros uma vez por semana com a participação de oito usuários, sendo que alguns não participaram da oficina desde o seu início, pois foram sendo remanejados de outros grupos a partir da disponibilidade de horário que tinham. Entretanto, a cada novo encontro era retomado discussões da oficina anterior no intuito de sistematizar o processo de criação e experimentação subjetiva.

A coleta de dados ocorreu entre 24 de agosto de 2017 e 22 de dezembro de 2017 através da observação participante e com registro num caderno de atividades onde eram descritas todas

⁵⁶ Referimo-nos a uma equipe composta por diferentes profissionais de saúde, entre psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, músicos, artesãos, técnicos em arte, assistentes sociais, entre outros. Considerando a complexidade das necessidades das pessoas que buscam atendimento no serviço.

⁵⁷ Os CAPS diferenciam-se pelo porte, pela capacidade de atendimento e pela clientela atendida e organizam-se de acordo com o perfil populacional dos municípios brasileiros. Assim, conforme a Portaria nº 3.088/2011, estes serviços se diferenciam como CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i, CAPS ad e CAPS ad III. (BRASIL, 2015, p. 99)

as oficinas e realizado o acompanhamento individual de cada usuário⁵⁸. O grupo era composto por três homens e cinco mulheres todos com mais de 20 anos. Numa primeira abordagem verificou-se que grande parte do grupo nunca teve contato com obras ou imagens de arte, tampouco havia utilizado quaisquer materiais específicos. A maioria havia trabalhado apenas com uma única técnica de artesanato desenvolvida no próprio espaço do serviço com profissionais dessa área.

Os dados coletados acompanhavam a produção individual de cada participante. Ou seja, reuniam-se os trabalhos realizados a cada dois encontros onde eram discutidas no grupo as percepções sobre o processo individual em comparação com as diferentes técnicas utilizadas. A ideia era propor aos participantes que fosse realizada uma exposição coletiva ao final do ano no próprio espaço do serviço, para tanto, os participantes elegeriam os trabalhos a serem expostos.

Após cada encontro a *oficineira*⁵⁹ registrava o desenvolvimento individual, assinalando os aspectos observados na prática das atividades conforme a experimentação dos materiais. Quanto nos depoimentos e discussões disparadas. Além disso, eram relatados quaisquer eventos ou mudanças no comportamento dos usuários a fim de possibilitar posterior análise e acompanhamento no tratamento dos mesmos. Essa prática é de fundamental importância para a avaliação médica e psicológica discutidas em reuniões de equipe.

Das Experiências

Apesar de tudo. Os usuários inseridos dentro de práticas específicas de tratamento e medicalização eram fortes. Revelam-se mães, pais, avós, filhos e filhas, esposas e maridos, cada qual com uma trajetória que não podia ser negada. A maioria, pessoas com objetivos e que tiveram seus sonhos interrompidos pela doença. Eles precisavam ser fortes, ter coragem de buscar atendimento e enfrentar o estigma da loucura.

Foram esses personagens que participaram das oficinas. Cada um representava uma família, uma história, um contexto social. E todas tinham em comum o desejo de serem sanadas. De terem o seu sofrimento diminuído e encontrarem respostas para o que sentiam. As respostas, a princípio, estariam apenas na medicalização ou no atendimento médico. Visto que a

⁵⁸ Buscando-se preservar a identidade de cada participante, não serão mencionados nomes nem inseridas quaisquer imagens dos mesmos neste trabalho.

⁵⁹ Termo atribuído aos profissionais que desenvolvem atividades ocupacionais com os usuários do CAPS, as quais são chamadas de oficinas terapêuticas.

necessidade de trabalhar, dormir, estudar, comer, cuidar dos filhos ou da família, enfim, tais necessidades revelam os impedimentos que a doença traz. Entretanto, no sentido de um trabalho multiprofissional que os serviços em saúde mental pressupõem é preciso considerar outras formas de atendimento. Não somente clínico, mas também terapêutico onde as atividades em grupo ou individuais são organizadas para articular uma rede de atendimento e acompanhamento dentro e fora dos serviços.

Cumprir registrar que o caráter subjetivo das oficinas de arte atrela-se aos modos constitutivos de vida: nas formas de compreender a si mesmo, nas atitudes em relação ao outro e na coragem de se expressar através da criação. Liberando-se dos entraves sociais que insistem em moldar esas subjetividades.

Importante salientar que as atividades experimentadas em cada oficina pretendiam articular a vivência desses atores com reflexões teóricas voltadas ao aprofundamento das questões éticas, sem deixar de ser sensível aos elementos plásticos da criação artística. Além disso, era preciso contextualizar as imagens apresentadas porque instigavam ideias disparadoras de reflexões ou debates acerca da construção dos trabalhos. Então cada usuário construía formas de conceber sua produção, o seu processo e sua relação com os diversos materiais.

A cada oficina era apresentado um material ou suporte diferente que acompanhasse uma temática. Como por exemplo, o desenho de observação ponderava a percepção do espaço e a análise da luz natural ampliando outros olhares. Ou mesmo, a experimentação de alguns lugares de rua potencializando reflexões a cerca do suporte artístico, do acesso cultural e da noção de espaço público. Entre cores, tintas, suportes e cenários novos saberes implicavam-se tornando possível a mobilização de interpretações sobre os objetos e sobre as vivências de cada um.

A proposta de um “cuidado em liberdade” advém tanto da perspectiva de mudar a concepção de uma psiquiatria de internação, como também de expandir um cuidado que atente para as práticas de se reinventar ou num permanente exercício de autoconhecimento. Que levaria a uma vitória sobre a exclusão, a uma autonomia como prática da liberdade.

Resultados e discussão

A partir dos dados coletados foi possível perceber que a trajetória de trabalho para cada usuário apresentava aspectos distintos. Compreendeu-se existir situações que não podiam ser evitadas, tais como: faltas recorrentes, problemas familiares, ou mesmo compromissos ligados ao tratamento fora do serviço. Enfim, havia uma complexidade de fatores que impossibilitavam

seguir uma metodologia pronta. O comprometimento com as medicações utilizadas, tanto na falta como no excesso das mesmas, também definia o quadro clínico dos usuários. Entretanto, eram buscadas alternativas onde os usuários se comprometessem com atividades a serem feitas em casa ou em outros espaços frequentados. Nesse sentido, eram propostas atividades experimentais de observação e, quando possível, de extensão daquelas realizadas em cada oficina.

Ao pensarmos no âmbito de um espaço relacional, verificou-se a interação positiva entre os participantes do grupo. Em que pese à disponibilidade e entusiasmo serem diferentes para cada membro, compreendia-se a importância de participarem das oficinas com vistas a garantir a sua adequação ao tratamento. A evolução no trabalho era demonstrada pelos relatos a partir das problematizações elencadas, e nas produções individuais quando os mesmos pontuavam a qualidade do trabalho uns dos outros. Esse espaço em construção permitia aos usuários sua “reconstrução enquanto sujeito que replica valores e saberes apreendidos sobre um universo relacional equânime através da solidariedade e das trocas sociais” (FARIAS, 2015. p. 23).

No que diz respeito ao desenvolvimento individual, a proposta de experimentar situações e atividades diferentes das habituais proporcionou que cada participante refletisse sobre o modo de lidar com a própria doença. Pelas percepções acerca do tratamento e na verificação de que as oficinas de arte/educação poderiam permitir essa reflexão, tanto em relação às atividades práticas quanto nas discussões disparadas a cada encontro. Nesse processo havia também a problematização das experiências culturais e sociais vividas dentro e fora do serviço. Em face dessas experiências tomam-se aquelas passíveis de se identificar certo tipo de relação social e de vida cultural acessível aos usuários. Especialmente, quando vivenciadas nos passeios, no reconhecimento da arte urbana, na contextualização de imagens artísticas e na experimentação de materiais artísticos antes desconhecidos.

Farias reforça que,

Uma vez que o sujeito humano é relacional por natureza, o exercício das relações em sociedade deve ser o ponto de partida para o planejamento do cuidado, levando-se em consideração que a instituição de saúde (o CAPS ou outro dispositivo) é responsável temporariamente pelo cuidado. Portanto, deve-se pensar que o destino do usuário deve ser a vida em sociedade e a reabilitação para as atividades cotidianas (2015, p. 22).

As relações estabelecidas nessa oficina permitiram compreender que o usuário possui anseios e condições existenciais que não se apresentam, exatamente, numa primeira avaliação. É preciso estar constantemente atento aos relatos de vida e a forma como compreendem a

própria doença. Considerar suas experiências em outros espaços traz a possibilidade de adequar o trabalho desenvolvido na oficina, tendo em vista a diversidade de socioeconômica e cultural, mas também a subjetividade modelada com base nessas experiências.

Tal como compreendida por Guattari e Rolnik, a ideia de que “a subjetividade é essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida (2013, p. 33)”. Revela o modo pelo qual os usuários ativam essas relações de existência estando intimamente ligadas aos processos nos quais estão inseridos economicamente, socialmente. Falamos de uma subjetividade capitalista, com todos os modelos imaginários e, por vezes afetivos, nos quais são impelidos a se inserir.

É preciso considerar ainda a complexidade de cada doença, sua especificidade de tratamento e reconhecer as peculiaridades apresentadas para cada pessoa. Compreender os sentidos da saúde e da doença no contexto psicossocial é de extrema importância para as direções apontadas no trabalho terapêutico, pois ajudam a dinamizar as relações, quando se entende que numa oficina terapêutica as aproximações entre os usuários, familiares e profissionais oportunizam outras atenções para além daquela verificada apenas no atendimento individual.

Além disso, as estratégias de reabilitação psicossocial buscam promover e intensificar ações de fortalecimento do protagonismo de usuários e familiares da RAPS e outras iniciativas fundamentais para a garantia de efetiva participação social e de acesso aos direitos, como o acesso à cultura e à educação. (BRASIL, 2015, p. 102)

A oficina enquanto espaço coletivo de trocas e escutas potencializa o exercício de interação social também em outros espaços. E nesse trânsito ampliam-se afetos, vivências e a produção de novos saberes. O que é imprescindível à proposta de reinserção social do usuário.

Considerações Finais

Vimos que os aspectos de trabalho de uma oficina terapêutica nos serviços CAPS apontam para a constituição de algumas estratégias, em geral, que viabilizem reconhecer as práticas em saúde pertinentes ao tratamento sem esquecer os aspectos sociais que os envolvem. Da mesma forma, que permita a troca de experiências e saberes a partir da interação grupal com vistas superar também o estigma de preconceito que essas pessoas sofrem. Consoante se falou no início, a urgência em discutir os rumos da saúde é de suma importância para essas questões já que a luta antimanicomial não cessa em seus debates.

Para Amarante (2007, p. 73):

A dimensão sociocultural é, portanto, uma dimensão estratégica, e uma das mais criativas e reconhecidas, nos âmbitos nacional e internacional, do processo brasileiro de reforma psiquiátrica. Um dos princípios fundamentais adotados nesta dimensão é o envolvimento da sociedade na discussão da reforma psiquiátrica com o objetivo de provocar o imaginário social a refletir sobre o tema da loucura, da doença mental, dos hospitais psiquiátricos, a partir da própria produção cultural e artística dos atores sociais envolvidos (usuários, familiares, técnicos, voluntários).

Através do processo de criação artística e da contextualização sociocultural são disparadas outras experiências em que as questões sobre saúde podem ser problematizadas. E quando problematizadas, a relação estabelecida com a arte rompe certas barreiras solidificadas pela doença, pois alcança sentidos capazes de potencializar a sensibilidade dos sujeitos. “Não se trata de uma cultura a priori, mas de uma cultura que se produz, se reproduz, se modifica constantemente (GUATTARI E ROLNIK, 2013, p. 25)”. Nesse contexto, uma sensibilidade que se coloca disponível para o imprevisto ou para o ainda não vivido traz consigo a transformação necessária à experimentação de novas possibilidades de vida.

O que interessa nas oficinas terapêuticas, diante da diversidade ou pluralidade de saberes que ela compõe, é dar aos usuários e familiares condições de compreender os aspectos inerentes ao tratamento. Os sentidos da doença, e também os sentidos da saúde correlacionados aos modos de existir de cada um. Para tanto “se deseja que as oficinas, o trabalho e a arte possam funcionar como catalisadores da construção de territórios existenciais, ou de ‘mundos’ nos quais os usuários possam reconquistar ou conquistar seu cotidiano (AMARANTE, 2000, p. 271)”.

Diante da articulação entre arte e saúde mental podemos perceber que a dimensão sociocultural abrange não só usuários ou familiares, contudo, também alcança espaços institucionalizados que frequentemente afastam tais pessoas. Em virtude de muitos usuários desconhecerem o direito como cidadãos de acessar espaços como museus, por exemplo. Por outro lado, entende-se que esses mesmos espaços demonstram constrangimento em receber um grupo identificado como usuários do serviço CAPS. Talvez o espanto esteja em perceber que essas pessoas não apresentam os estereótipos de “loucura” no qual a sociedade acostumou-se a enxergar.

Amarante afirma que,

O conceito de alienação mental (assim como suas derivações posteriores, doença e transtorno mental) implicou atitudes sociais negativas, de medo e rejeição, devido às concepções dele decorrentes, tais como a periculosidade, incapacidade, irracionalidade, sempre estigmatizantes e discriminatórias (2007, p. 103)”.

Portanto, mais do que possibilitar a aproximação entre arte e saúde mental a partir do trabalho realizado uma oficina terapêutica, este trabalho buscou questionar as marcas deixadas por essas experimentações no espaço de convívio. Os modos de percepção artísticos manifestados em cada pessoa foram determinantes para a construção de uma metodologia de trabalho que estivesse atenta aos atravessamentos entre reabilitação, promoção da autonomia e reinserção social dos sujeitos. As oficinas terapêuticas em arte/educação possibilitaram a instauração de outras vivências. Colocando em questão o pensamento crítico através do estímulo a sensibilidade e a expressividade de cada um.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, Paulo. Ensaio: **Subjetividade, saúde mental, sociedade**. – Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2000. 316 p. (Coleção Loucura & Civilização)

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. – Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Legislação em saúde mental 1990-2002** / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva – 3. Ed. revista e atualizada. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em:

< <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/legislacaosaudemental2002completa.pdf> >
Acesso em 22.03.2018.

FARIAS, Izamir D. de. **Dádivas, afetos e trocas sociais no cotidiano de sujeitos permeados por vivências psicossociais em Pelotas – RS** / Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA: PROPAGADOR DA GASTRONOMIA LATINA COMO UM ASPECTO CULTURAL

MEMORIAL DE AMÉRICA LATINA: PROPAGADOR DE LA GASTRONOMÍA LATINA COMO UN ASPECTO CULTURAL

*Wynne Gonçalves Farias
Bacharelanda em Turismo/Universidade Federal do Rio Grande
wynnef22@gmail.coml*

*Carlos Henrique Cardona Nery
Mestre em Turismo/Universidade Federal do Rio Grande
carloscardona@furg.br*

RESUMO

O presente trabalho objetivou uma análise sobre o espaço multiuso do Memorial da América Latina no município de São Paulo, que tem em seu escopo maior, a integração das atividades intelectuais do estado com a divulgação e intercâmbio entre a cultura brasileira e latino-americana. Desta forma, esse trabalho imbrica sobre uma análise da oferta e promoção da gastronomia latina americana através de eventos de caráter gastronômico, já que a gastronomia em muitos países é patrimônio cultural imaterial. Diante do fenômeno da globalização alimentar, esses locais são vetores do conhecimento e promoção. O estudo do artigo apresenta uma fundamentação teórica embasada nos temas cultura, gastronomia e eventos, com caráter de pesquisa exploratória tendo como metodologia predominantemente qualitativa, onde foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais. A problemática foi o seguinte questionamento: Entre tantos elementos culturais, a gastronomia está tendo uma projeção em um espaço destinado a cultura? Os resultados apontam que a gastronomia tem projeção no Memorial, pois ocorreram eventos gastronômicos desde 2006 até 2017, que foi o período pesquisado. Entretanto notou-se a propagação da gastronomia só de alguns países da América Latina, sendo eles: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Paraguai e Peru.

Palavras-chave: Cultura. Eventos. Gastronomia. Espaço cultural.

RESUMEN

El presente trabajo objetivó un análisis sobre el espacio multiuso del Memorial de América Latina en el municipio de São Paulo, que tiene en su ámbito mayor, la integración de las actividades intelectuales del estado con la divulgación e intercambio entre la cultura brasileña y latinoamericana. De esta forma, ese trabajo inmaterial sobre un análisis de la oferta y promoción de la gastronomía latina americana a través de eventos de carácter gastronómico, ya que la gastronomía en muchos países es patrimonio cultural inmaterial. Ante el fenómeno de la globalización alimentaria, esos lugares son vectores del conocimiento y promoción. El estudio del artículo presenta una fundamentación teórica basada en los temas cultura, gastronomía y eventos, con carácter de investigación exploratoria teniendo como metodología predominantemente cualitativa, donde se realizaron investigaciones bibliográficas y documentales. La problemática fue el siguiente cuestionamiento: Entre tantos elementos culturales, ¿la gastronomía está teniendo una proyección en un espacio destinado a la cultura? Los resultados apuntan que la gastronomía tiene proyección en el Memorial, pues ocurrieron eventos gastronómicos desde

2006 hasta 2017, que fue el período investigado. Sin embargo, se notó la propagación de la gastronomía sólo de algunos países de América Latina, siendo ellos: Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, México, Paraguay y Perú.

Palabras clave: Cultura. Eventos. Gastronomía. Espacio cultural.

Introdução

A cultura tem em sua estrutura as muitas vertentes da sociedade e não poderia ser diferente a inclusão do tema gastronomia, há todo um processo de transformação cultural nas sociedades, como consequência, os hábitos alimentares estão inseridos nesse contexto. A gastronomia é sem dúvida, um elemento importante a ser analisado dentro do segmento sociocultural e suas múltiplas relações que permitem várias abordagens como o atrativo principal de um lugar, região ou país. Em face disso, constata-se que com o desenvolvimento acelerado dos grandes centros onde os alimentos são mercadorias e da globalização e padronização da alimentação, surgem às contramedidas e valorização dos alimentos associados a eventos. A gastronomia está galgando um importante papel estratégico no que diz respeito a programas e ações de planejamento e gestão, sendo um elemento de divulgação e de projeção sociocultural.

A alimentação está impregnada de sentimentos e demais simbolismos culturais que poderiam ser elencadas, mas passou a ser muito mais do que uma simples refeição ou alimento. A alimentação é um dos componentes que são mencionados na base da pirâmide de A. Maslow é uma forma de socialização orientada por ritos e costumes culturais. (ZAGO, SALES e OLIVEIRA, 2013, p.334)

O significado da alimentação vai além do simples ato de necessidade fisiológica, é o que enfatiza (LEONARDO, 2009, p.2): “comer é mais que ingerir um alimento, significa também as relações pessoais, sociais e culturais envolvidas naquele ato”. Para esta autora, a cultura alimentar está diretamente ligada com as relações estabelecidas em sociedade, sendo o alimento, um pressuposto básico na formação e no desenvolvimento de um povo, pois, a forma de procura e processamento dos alimentos está intimamente ligado a expressão cultural e social de um povo.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. (UNESCO, 1989).

Classifica os bens como sendo manifestações, ou seja, as tradições, o folclore, os saberes, as técnicas, as línguas, as festas e diversos outros aspectos, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo (UNESCO, 1989).

Atualmente as feiras, alimentação de rua, eventos de cunho gastronômico, se deparam com técnicas, imaginário, memória, conhecimento coletivo, o saber e o fazer, todos eles amparados pelos órgãos nas esferas federal, estaduais e municipais. A preservação desses saberes e fazeres, proporciona que sua manutenção e transmissão continuada propaguem o conhecimento adquirido fortalecendo a identidade e a cultura de um povo através das práticas de seu patrimônio imaterial (GIUSTINA; SELAU, 2009, p.46).

O presente objeto de pesquisa se alicerça em buscar através de uma investigação, um elemento que se caracteriza como um local e espaço multicultural feito o Memorial da América Latina, potencializa ou catalisa a cultura através da gastronomia. O presente trabalho surgiu do interesse de investigar os aspectos baseados no trinômio: eventos, cultura e gastronomia, em um local que por muito tempo divulgava somente arte, exposições, mostras fotográficas, etc. Ao menos no imaginário dos seus frequentadores, local este que converge atualmente pessoas e manifestações de cunho social e cultural de qualquer interesse, sendo a cidade de São Paulo por natureza uma megalópole com convergência étnica diversificada.

Memorial da América Latina

O Memorial da América Latina foi idealizado pelo antropólogo Darcy Ribeiro em um projeto de conceito cultural e seu conjunto arquitetônico pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O objetivo principal da criação do Memorial é “estretar as relações culturais, políticas, econômicas e sociais do Brasil com os demais países da América Latina” (MEMORIAL, 2018). O Memorial foi inaugurado em 18 de março de 1989, tendo sua disposição composta por sete espaços físicos diferenciados, perfazendo um total de 84.480m², os seus locais assim ficaram definidos: a) Biblioteca Latino-Americana, b) Praça Cívica, c) Pavilhões da Criatividade, d) Auditórios Simón Bolívar, e) Salão de Atos Tiradentes, f) Galeria Marta Traba e g) Anexo dos Congressistas. (MEMORIAL, 2018). Sua localização é na zona oeste da cidade de São Paulo, próximo do Terminal Rodoviário Barra Funda e também da estação de trem e metrô Palmeiras-Barra Funda, local estratégico e bem servido pelo transporte coletivo da cidade.

O Memorial realiza diversos eventos como apresentações artísticas, exposições, palestras entre outros e nos últimos anos o espaço vem sediando festivais gastronômicos. Vale ressaltar, que os eventos gastronômicos são importantes, pois além de se destacarem como oportunidade de negócio é um incentivo a valorização e resgate de técnicas de cozinha e de produtos e conhecimentos tradicionais (SUZUKI, BURKOWSKI e MESQUITA, 2015, p.243).

Os últimos festivais gastronômicos realizados no Memorial foram efetuados pela empresa *Art Shine Promoções e Eventos*. A mesma já realizou vários festivais no Memorial,

como o festival da cerveja artesanal, do churrasco, da batata, do *milk shake*, do *bacon*, do *yakisoba*, do hambúrguer dentre outros. A entrada desses eventos é sempre gratuita, entretanto, os valores para consumo dos alimentos variam conforme os expositores.

Como os valores dos alimentos são variados, é possível perceber que o espaço é democrático e com um público eclético, possibilitando aos visitantes de todas as classes sociais, interagirem e usufruírem dessas atividades no Memorial. Assim como ocorreu no aniversário de São Paulo referente aos 462 anos, que foi realizado o Festival do Pastel e houve diversos expositores e *food trucks* com variadas iguarias e preços. Há eventos gastronômicos que não tem um alimento principal e sim o valor fixo sobre os mais variados alimentos, como o festival gastronômico teve um valor de R\$10,00, tendo uma grande aceitação e sendo a terceira edição. Desta maneira, é importante lembrar que a maioria dos festivais realizados por uma empresa que presta serviços a prefeitura de São Paulo, já agregou um valor e notoriedade a atividade, com sucesso junto à comunidade que prestigia este tipo de evento no Memorial.

Eventos Gastronômicos

Atualmente as feiras gastronômicas e os *food trucks* vem ganhando espaço na cidade de São Paulo. Conforme o *site* oficial de turismo da cidade de São Paulo (CIDADE DE SÃO PAULO, 2018), a capital possui sete lugares fixos para a realização dessas atividades, sendo eles: a) Butantã *Food Truck*, b) Pracinha *Gourmet*, c) Panela na Rua, d) Galpão Gastronômico, e) Centro Gastronômico de Itaquera e f) Pátio Gastronômico. Cada um desses locais tem seus dias específicos de exposição dos seus produtos.

Estatísticas apontam que um dos motivos da criação e disseminação desses espaços gastronômicos, é devido à demanda e convergência dos turistas na cidade, que conforme uma pesquisa realizada no ano de 2015 pelo Observatório de Turismo da cidade de São Paulo, em relação ao perfil da demanda turística da cidade, indicou que das principais atividades em que o turista busca na cidade, em primeiro lugar aparece a gastronomia e em um segundo momento as compras (Observatório de turismo de São Paulo, 2018, p.37). Desta forma, é importante mencionar que a gastronomia vem se destacando em diversas áreas como eventos e turismo. Dos eventos relacionando a gastronomia, destacam-se as feiras e os festivais, que é definido por YADUO, como:

Festival gastronômico é um evento ou festa pública com ênfase em determinado alimento, no qual se busca a celebração da comida local ou o reforço do orgulho, das tradições e das especialidades que a comunidade deseja partilhar, mas que também pode ser uma atração turística criada ou restaurada especialmente para os visitantes

'de fora', para promover o Turismo e ou produtos culinários locais (YADUO, 2010
apud BORTNOWKA, ALBERTON, MARINHO, 2012)

Ainda em relação a eventos e festivais, podemos citar um evento consolidado na cidade de São Paulo, que é o "Revelando São Paulo-Festival da Cultura Paulista Tradicional" o mesmo é realizado pelo Governo do Estado de São Paulo em conjunto com a Secretaria da Cultura e a Organização Social de Cultura Abaçai, desde o ano de 1997. Esse evento tem como finalidade a promoção de um encontro da diversidade cultural para mostrar a cultura do interior do estado. (ZAGO, SALES e OLIVEIRA, 2013, p.341).

Cabe perfeitamente fazer uma associação de como as localidades constroem a sua imagem tanto para a divulgação como para inclusão e oferta de cultura para as pessoas da localidade. Conforme Kotler, (2006, p.182), para entender a forma como a imagem interfere na escolha de visitar um ou outro local, ressalta que a imagem de uma localidade é como um conjunto de atributos formados por crenças, ideias e impressões que as pessoas têm do local. A gastronomia passou a ter um apelo significativo e decisivo na hora de formatar um evento, prospectando em si a imagem da identidade local, pois é perceptível que nas diversas modalidades de festas populares se manifesta a identidade e a conexão do habitual das pessoas.

Gastronomia e Cultura

Os saberes da gastronomia atualmente têm avançado de forma muito rápida devido aos canais midiáticos e de forma física, de uma região para outra, transpondo barreiras antes nunca vistas. No contexto de eventos, a utilização da gastronomia tem se mostrado uma estratégia importante para os atrativos, tanto em nível internacional, como no Brasil.

Para Nery, (2008, p.24), cultura e patrimônio andam no mesmo sentido, sendo que é de suma importância para uma localidade ou país ter suas origens e demais manifestações culturais preservadas. Além disso, é fundamental também o apoio dos órgãos governamentais em qualquer esfera, para poder fomentar e direcionar a gastronomia como produto intangível e patrimonial das regiões.

Na medida em que a alimentação é uma prática cultural, as feiras de cunho etnogastronômica podem ser consideradas uma modalidade de eventos gastro-cultural. Dessa forma, SCHLUTER (2003, p.11), explica que:

A busca pelas raízes culinárias e a forma de entender a cultura de um lugar por meio de sua gastronomia está adquirindo importância cada vez maior. A cozinha tradicional está sendo reconhecida cada vez mais como um componente valioso do patrimônio intangível dos povos (SCHLUTER, 2003, p.11).

Em face disso, a visão dos comensais para o aspecto gastronômico pode contribuir para o resgate das tradições, que poderiam estar dando margem a um ocaso, frente aos alimentos processados. Com a globalização, a gastronomia tradicional sofre influências e uma valorização, tendo atualmente a gastronomia oferecida em eventos e feiras, uma gastronomia tradicional resgata alimentos com origem e procedências geográficas, passando a agregar uma valorização do patrimônio gastronômico regional ou de um país.

A gastronomia enquanto expressão cultural é abordada por Cruz; Edmeé (2008, p.14):

Um bem capaz de estimular a curiosidade dos visitantes ou turistas sequiosos pela descoberta dos saberes e sabores regionais ou locais, devido à relação e a tradição de um povo, favorecendo a troca de conhecimento, lazer e entretenimento (CRUZ; EDMÉE, 2008, p.14).

Com isso, a gastronomia constitui-se em um grande referencial de fluxos turísticos devido ao ato de alimentação ser uma necessidade básica e constituir um eixo do turismo cultural, valorizando as relações humanas e a convivência com a cultura, hábitos e costumes. A gastronomia traz em si uma expressividade traduzida pelos traços étnicos, religiosos e sociais de um povo. Como enfatizam Cruz; Edmeé:

A utilização do patrimônio a fins do turismo pode reafirmar, ou mesmo despertar na população um sentido simbólico de identificação, de reconhecimento do sujeito enquanto pertencente a determinado grupo e cultura. Contudo, para que isso ocorra, há uma necessidade fundamental de uma educação de base que conscientize a comunidade local do valor de seu patrimônio e da história favorecendo a inclusão social através do trabalho (CRUZ; EDMÉE, 2008, p.14).

Sendo assim, a gastronomia simboliza as características de uma população quando é valorizada culturalmente. Assim como, quando instigada pela curiosidade das pessoas, se torna um elemento de atrativo nos locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e cultural.

De acordo com Reinhardt, (2002, p.18), “o alimento é fonte de informações preciosas, através do alimento, podemos identificar uma sociedade, uma cultura, uma religião, um estilo de vida, uma classe social, um acontecimento ou uma época”, e como um referencial econômico. O consumo visto como fator econômico está diretamente associado ao fator psicológico e comportamental das pessoas.

Alguns autores definem o turismo gastronômico como uma vertente do turismo cultural, levando em conta que os saberes e práticas da culinária de determinada região podem se constituir como elementos do patrimônio imaterial de determinados grupos sociais.

De acordo com a autora Gândara:

De forma específica, o turismo gastronômico, ao considerar tanto a identidade cultural, como um atrativo turístico quanto à perspectiva do consumo simbólico, estará aproveitando oportunidades para desenvolver destinos e produtos capazes de valorizar suas características culturais e atender a uma demanda específica em crescimento (GÂNDARA et al., 2009, p.181).

A gastronomia é um elemento motivador para atrair visitantes. Para NEVES (2012, p.22) destaca que o produto gastronômico quando bem explorado pode se tornar um importante recurso para a atividade turística, caracterizando-se como um atrativo cultural ao proporcionar o interesse particular, e como consequência atrair futuros visitantes para o local. No caso do Memorial da América Latina, passou a ser um cenário e ponto de convergência que além de divulgar a cidade, reflete e destaca os aspectos culturais, fomentando assim a cultura, através dos locais do que é ofertado, tendo destaque as criações gastronômicas e uma revelação de fortes vestígios e traços de uma cultura identificada com o local.

Patrimônio Cultural Imaterial

A compreensão da cultura das localidades através da busca das raízes culinárias assume papel relevante nas sociedades. Nesse sentido, a cozinha tradicional está sendo cada vez mais reconhecida como patrimônio cultural dos povos, pois, foram agregados valores e com isso, trouxe um diferencial para a localidade Schluter, (2003, p.11). É possível perceber uma preocupação pela preservação cultural com o resgate das receitas típicas seguindo as orientações originais que valorizam as raízes e evidenciam a gastronomia. Ao considerar conceitos (FUNARI; PINSKY, 2001, p.08) definem que:

Patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares. No patrimônio cultural existem duas vertentes, patrimônio material e imaterial. O patrimônio cultural não é apenas tangível, como é o caso de monumentos, lugares e objetos, mas também constitui manifestações imateriais, intangíveis, como a culinária, artesanato, entre outras manifestações (FUNARI; PINSKY, 2001, p.08).

Nesse sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) tem iniciativas de agregar ao acervo Memorial do país, sabores e conhecimentos sobre a culinária brasileira. Na qual, realiza registros com o objetivo de listar os ingredientes e comidas típicas do país. De acordo com o conceito do (IPHAN, 2018):

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares. (Como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados que as comunidades, os grupos e,

em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (IPHAN, 2018).

Tal definição está de acordo com a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada em 2006, pelo Brasil. Sendo assim, a gastronomia está entre os elementos que devem ser preservados no sentido de reconhecimento de uma cultura tornando-a patrimônio de todos. De acordo com (SCHLUTER, 2003, p.70):

A gastronomia como patrimônio local está sendo incorporada aos novos produtos turísticos orientados a determinados nichos de mercado, permitindo incorporar aos agentes da própria comunidade na elaboração desses produtos, assistindo ao desenvolvimento sustentável da atividade (SCHLUTER, 2003, p.70).

Com essa visão, as cidades estão focando suas ações no sentido de preservar a gastronomia como tradição cultural, aproveitando o momento em que o turista está interessado em conhecer novas culturas, novos sabores e alimentos diferenciados.

Procedimentos Metodológicos

O objetivo principal deste estudo foi investigar elementos que permitissem o reconhecimento dos eventos promovidos por um espaço em locais de atrativo reconhecidamente de cunho cultural, pertencente à comunidade e aos seus saberes e fazeres gastronômicos com o intuito de crescer e valorar a cultura local, regional ou transnacional. Com realização de uma pesquisa bibliográfica para dar um embasamento conceitual sobre o tema proposto. Tendo como problemática o seguinte questionamento: Entre tantos elementos culturais, a gastronomia está tendo uma projeção em um espaço destinado a cultural?

Além de *sites* e demais canais midiáticos, a metodologia do trabalho seguida foi a de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, que permitiu maior compreensão sobre os temas da análise predominantemente qualitativa, com observação direta e através de prospecção de referencial teórico relacionados aos eventos, gastronomia e espaços culturais.

Como exposto anteriormente, essa pesquisa é de caráter exploratório, esse tipo de procedimento não utiliza técnicas quantitativas, mas tem por finalidade, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias e geralmente envolve levantamento documental e bibliográfico. Gil (2008. p.27). Ainda para o mesmo autor, além do método exploratório, foi trabalhado com o método descritivo, o principal foco da pesquisa descritiva são as características de determinada população ou fenômeno e a relação entre as variáveis.

Discussão sobre o resultado da pesquisa

O levantamento de dados foi realizado com base no “arquivo agenda” no *site* oficial do Memorial da América Latina. Sendo assim, foram analisadas as 252 páginas no dia 07 de fevereiro de 2018. E em cada página foi utilizada a ferramenta de busca, para localizar as palavras gastronomia, culinária e comida, após a localização destas palavras foi lido o texto para compreender em que contexto elas se encontravam, desta forma foi possível elaborar o levantamento dos eventos com a tipologia, feira ou festival de cunho gastronômico que ocorreu no local.

Com esse procedimento foi possível apurar 55 eventos entre 2006 a 2017. Vale ressaltar que, a América Latina é composta por 20 países, mas só 8 países se destacaram com eventos de cunho gastronômico no Memorial. Mesmo assim, outros países podem ter tido sua gastronomia representada nos eventos em que a descrição da feira ou festival constava como “gastronomia latina”. Também foi possível verificar que houve eventos em que não tiveram países específicos, em sua maioria são festivais que não se tratava de aspectos culturais e sim de uma iguaria ou alimento específico.

Ao fazer esse levantamento, foi possível criar uma tabela em que deixasse desse maior visibilidade a quantidade de eventos realizados, entretanto em um universo de 55 eventos, na tabela contém um total de 54, pois, houve um evento que houve uma feira gastronômica, mas do país China e a tabela tem como foco os países da América Latina. Na tabela a seguir, é possível fazer uma análise dos países e quantidade de eventos.

PAÍSES	QUANTIDADE DE EVENTO
Países não especificado	4
América Latina	11
Bolívia	10
Brasil	9
Chile	7
Colômbia	1
Cuba	2
México	4
Paraguai	1

Tabela 1: Países representados através de sua gastronomia em feiras ou festivais. Fonte: Autoral.

Os países da América Latina que não tiveram suas culturas gastronômicas representadas através de feiras ou festivais foram à Argentina, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, entretanto isso não é indicativo que os mesmos não são representados no Memorial, já que existe outras maneiras de representações culturais, ou em algum momento teve a gastronomia representada de outra forma, como o Argentina, que teve sua gastronomia retratada através de uma exposição e o Japão que mesmo sendo do continente asiático, teve sua gastronomia representada através de palestra e por ter uma colônia bem representativa na cidade de São Paulo.

É importante destacar que a maioria dos eventos mencionados nesse trabalho são feiras gastronômicas, ou seja, a gastronomia é projetada nesse espaço que é o Memorial, entretanto não é um o elemento principal dos eventos e sim uma atividade complementar. Os festivais que são realizados nesse local têm variações do tema principal, isto é, a gastronomia começou a surgir como elemento principal nos eventos gastronômicos no Memorial, a partir do ano de 2015.

No decorrer da pesquisa foram encontradas algumas limitações, como não foi possível realizar uma pesquisa quantitativa, como aplicação de questionários aos visitantes dos eventos gastronômicos no Memorial, devido a distância geográfica da atual localização dos autores. Também devido ao tempo de pesquisa, não foi possível fazer um levantamento maior através das notícias do *site* oficial, já que estes festivais ocorrem em determinadas épocas do ano.

Através da análise dos dados consultados foi possível perceber que o objetivo da pesquisa foi alcançado, visto que foi possível identificar as ações promovidas por órgãos municipais e estaduais do estado de São Paulo, no intuito de difundir e promover festivais nos mais variados locais públicos e em cenários culturais para englobar o maior número de cidadãos. Como sugestão pós-pesquisa, fica a indicação de que sejam realizadas novas pesquisas com indivíduos que desfrutam dessas atividades promovidas por instituições culturais. Além das limitações de pesquisa, foi satisfatório no sentido de que o tema é rico e merecedor de maiores pesquisas, já que existem lacunas e deficiências que podem ser mais bem analisadas, podendo assim contribuir mais para o meio acadêmico, social e cultural.

Considerações Finais

Através dos métodos utilizados foi possível alcançar o objeto de pesquisa ao analisar a oferta e promoção da gastronomia latina através de eventos de cunho gastronômico, sendo assim conforme a “arquivo agenda” do *site* do Memorial da América Latina, foi possível levantar 55 eventos que continham a gastronomia como elemento cultural, essa soma total são dos anos de 2006 até 2017, entretanto, como o local foi inaugurado em 1989, pode ser que houve mais eventos dessa natureza anteriormente ao ano de 2006, porém, não consta no *site*. Sendo assim, a gastronomia está sendo projetada em um espaço destinado a cultura, entretanto poderiam promover também a culinária dos outros países da América Latina, além da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Paraguai e Peru.

O estudo realizado trata-se de uma primeira investigação do local associada a gastronomia, a ideia da pesquisa surgiu através de uma disciplina de Alimentos e Bebidas do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande/RS. Ainda que limitada, a pesquisa aponta para uma reflexão e mudanças de conduta dos agentes responsáveis pelos eventos gastronômicos, no sentido de construir o planejamento dos mesmos, prevendo novos locais, disseminando a cultura através da etnogastronômica. A investigação dos dados sobre o fluxo de pessoas que convergem para os locais que antes eram somente de cunho artístico e que tornam e se apropriam naturalmente o seu espaço no contexto urbano. Também, os estudos apontam para um novo processo comportamental, onde muitas variáveis sociais, entre elas o poder econômico, que reduz os espaços de uma cultura e de forma gratuita ou que ao menos sejam inclusivas e que agora se encontram em cenários públicos, se voltam para as ruas, locais destinados a memoriais, praças e áreas urbanas. É importante conduzir pesquisas com organizadores, patrocinadores, expositores, colaboradores e visitantes de um festival, no sentido de identificar percepções, informações e condutas em relação a gastronomia como um elemento ícone de uma região ou país, seja ele um alimento ou uma bebida característica de um país.

Referências bibliográficas

Livros

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

KOTLER, P. et al. **Marketing de lugares: Como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

GÂNDARA, J.M.; GIMENES, M.H.S.G.; MASCARENHAS, R.G.T. Reflexões sobre o turismo gastronômico na perspectiva da sociedade dos sonhos. In: Panosso, N. A.; Ansarah, M. G. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri: Manole, 2009, p. 179-191.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUSTINA, A.P.S.D.; SELAU, M. S. **A culinária como patrimônio cultural imaterial**.

NEVES, A. A. **Viabilidade do uso da gastronomia como atrativo turístico: Estudo do festival da lula em Arraial do Cabo, RJ**. 72f. (Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Turismo) Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói- RJ: 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/1764>>. Acesso em: 25. 02. 2018.

SCHLUTER, Regina G. **Gastronomia e Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

Teses ou Dissertações

REINHARDT, J. C. **O pão nosso de cada dia: a padaria América e o pão das gerações** Curitiba. 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: Disponível em: <<http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/pesquisas/pesquisas.html>>. Acesso em: 15 02. 2018.

NÉRY, C.H.C **A geração de resíduos sólidos no festival gastronômico de Carlos Barbosa: o Festiqueijo**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2008.

Revistas ou Periódicos

BORTNOWSKA, Katarzyna. ALBERTON, Anete. MARINHO, Sidnei Vieira. Cultura e Alimentação: Análise das festas gastronômicas na Serra Gaúcha - RS. **Revista Rosa dos Ventos**. Caxias do Sul. v.4, n.3, p.369-383. Set. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1673/1119>> Acesso em 16. 02. 2018.

A. CRUZ, Mércia S. R. EDMEÉ, Luiza. Gastronomia como atrativo turístico cultural: Uma análise da potencialidade do Sul da Bahia. Bahia. In: **2º CULTUR – Seminário de Pesquisa em Cultura e Turismo da UESC & IV SEMINTTUR**. 2º & 5º. 2008, Ilhéus. *Anais...Ilhéus*: 2008. p.1-33. Disponível em <www.uesc.br/icer/artigos/gastronomiacomoatrativo_mercia.pdf>. Acesso em: 21. 02. 2018.

LEONARDO, Maria. Antropologia da Alimentação. **Revista Antropos**. Brasília. v.3, n.2, p.1-6. 2009. Disponível em: <<http://revista.antropos.com.br/downloads/dez2009/Artigo%201%20-%20Antropologia%20da%20Alimenta%20E7%E3o%20-%20Maria%20Leonardo.pdf>> Acesso em: 17. 01. 2018.

SUZUKI, Graziela da Silva. BURKOWSKI, Rodrigo. MESQUITA, José Marcos Carvalho. Buteco em Belo Horizonte, MG. Eventos Gastronômicos e Estratégias de Marketing: **O Festival Comida Di Buteco**, em Belo Horizonte, MG / *Gastronomic Events and Marketing Strategies: The Fest*. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul (RS), v. 7, n. 2, p. 242-256, 2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2810/pdf_415>. Acesso em: 12. 01. 2018.

ZAGO, Andréa Prado. SALES, Gabriela. OLIVEIRA, Patrícia. **Eventos Culturais e Stakeholders**: A gastronomia como fator promocional do turismo no festival revelando São Paulo, SP. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul. v.5, n.2, p.333-348, jun, 2013. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1668/pdf_123>. Acesso em: 12. 01. 2018.

Sites

Cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://cidadedesaopaulo.com/v2/?lang=pt>>. Acesso em: 20. 02. 2018.

Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) Disponível em: <www.iphan.gov.br> Acesso em: 02. 02. 2018.

MEMORIAL. O que é o memorial? Disponível em: <<http://www.memorial.org.br/conheca/>>. Acesso em: 30. 01 2018

Observatório do Turismo de São Paulo. Dados e fatos. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf>>. Acesso em: 23. 02. 2018.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (UNESCO). Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimonioimaterial>>. Acesso em 13. 02. 2018.

DO “A” AO “Z”: A POÉTICA CONTRACULTURAL DA BANDA OS MUTANTES

*FROM “A” TO “Z”: THE COUNTERCULTURAL POETIC OF BAND OS
MUTANTES*

*Alexandre Saggiorato
Mestre em História/UPF
alexandresaggiorato@yahoo.com.br*

*Edemilson Antônio Brambilla
Graduado em Música/UPF
edemilson.brambilla@gmail.com*

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre a banda de rock Os Mutantes e a contracultura brasileira, que eclodiu no país durante os anos em que o grupo esteve em atividade, entre 1966 e 1978. Bastante influenciada por estes ideais, oriundos principalmente dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, a banda figurou entre as mais expressivas do período, conseguindo como poucas uma grande visibilidade midiática, marcando assim seu nome no cenário musical brasileiro. Em sua trajetória, os ideais contraculturais parecem ficar evidentes em boa parte de suas criações, de modo especial nas letras de músicas da banda, tendo em vista que, a poética musical assume, neste caso, um importante papel na difusão dos ideais rebeldes e contestatórios defendidos pelo grupo, contrastantes com a ideologia conservadora propagada pela elite política – ligada principalmente à ditadura militar brasileira, que se estendeu entre os anos de 1964 e 1985 –, e pelas classes dominantes que comandavam o país.

Palavras-Chave: Os Mutantes; Contracultura; Rock Brasileiro; Letras de Música.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the relationship between the Os Mutantes rock band and the Brazilian counterculture, which emerged in the country during the years in which the group was active, between 1966 and 1978. It was influenced by these ideals mainly from the United States and some European countries, the band was one of the most expressive of the period, achieving few media visibility, marking so its name in the Brazilian music scene. In their trajectory, countercultural ideals seem to be evident in a large part of their creations, especially in the band's lyrics, given that a musical poetics assumes, in this case, an important role in the diffusion of rebel ideals and contestatories defended by the group, contrasts with the conservative ideology propagated by the political elite – this linked to the Brazilian military dictatorship, which extended between the years of 1964 and 1985 -, and by the dominant classes of the country.

Keywords: Os Mutantes; Counterculture; Brazilian rock; Lyrics.

Introdução

O papel hegemônico assumido pelos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial, fez com que o país exportasse massivamente, para países como o Brasil, seus costumes, sua cultura, e, conseqüentemente, sua música. Os preceitos estéticos e comportamentais emergentes, oriundos, especialmente, da industrialização e do consumo desmedido e desenfreado, passaram a influenciar de maneira significativa determinados grupos sociais, impondo importantes transformações socioculturais durante os anos da Guerra Fria. Por outro lado, neste mesmo período, há a emergência, especialmente em meio aos jovens, de uma ideologia que buscou fazer frente a esse ideário mais conservador da sociedade. A esse respeito, Hall (1970, p. 56-57) aponta que:

[...] primeiramente se forjou uma crítica ao sistema - pobreza no meio da opulência, o poder do complexo industrial-militar, a obscenidade da guerra e o neoimperialismo americano em escala global, a grande mentira da manipulação dos meios de massa, o crescente absurdo de amplos setores da juventude americana, a educação errônea e compulsiva dos estudantes nas enormes e impessoais estruturas das multiuniversidades dependentes das corporações. Porém, em segundo lugar, à medida que os problemas se ampliaram e começaram a se complicar, forjou-se também um novo estilo de ativismo político: as marchas pela liberdade, a organização das comunidades, ocupação dos campi, o “teach-in”, as manifestações de massa, os levantes urbanos caracterizados pelo saque e incêndio, os vários tipos de confrontação. Nesta matriz, uma geração inteira, um continente, uma era de convencionalismo político, evasões, ideologias e agrupações foram descongeladas.

Formada em 1966, por Rita Lee (vocal), Sérgio Dias (guitarra e vocal) e Arnaldo Baptista (baixo, teclado e vocal), a banda de rock Os Mutantes se insere em meio ao conturbado cenário político e social brasileiro, figurando entre os nomes de maior sucesso do gênero durante aqueles anos. Representando em suas composições esse ideário jovem que chegava ao país, o grupo caracterizou-se por um comportamento predominantemente contestatário, rebelde e transgressor, a exemplo de outras bandas de rock também em atividade no cenário musical brasileiro, dentre as quais, destacam-se nomes como O Terço, Secos & Molhados, Casa das Máquinas, A Bolha, Novos Baianos, entre outras.

Com vertentes oriundas do Tropicalismo, Os Mutantes produziram traços considerados subversivos, facilmente observados ao longo de sua carreira, seja no vestuário, na atitude comportamental, ou no aspecto sonoro e poético de suas composições. Desse modo, ao longo dos anos em que esteve em atividade, entre 1966 e 1978, o grupo situou-se à margem do “sistema”, não integrando os padrões convencionais impostos pela sociedade de consumo.

É importante que busquemos compreender, nesse sentido, um pouco mais sobre os fatos que permearam a vivência do grupo Os Mutantes durante esses anos. Para tanto, inicialmente

discorreremos sobre a contracultura brasileira e sua clara oposição ideológica a alguns setores mais conservadores da sociedade – especialmente ligados à ditadura militar, instaurada entre 1964 - 1985 –, e, em seguida, buscaremos apontar os reflexos dessas influências no aspecto composicional da banda Os Mutantes, atentando especialmente, para as influências evidenciadas no aspecto poético de suas criações musicais.

A contracultura e o Brasil dos anos de chumbo

As crises políticas e sociais que deram origem a períodos de intensa repressão e censura em vários países do Cone Sul – especialmente Brasil, Argentina e Chile –, durante a segunda metade do século XX, marcaram significativamente a história política dos mesmos, pondo fim, em alguns casos, a tentativas de experiências democráticas vigentes até então. No caso brasileiro, com João Goulart experimentando em seu governo um constante declínio, confrontos com as classes mais conservadoras e políticos aliados acabaram gerando um quadro conflituoso que teria fomentado um intenso desconforto em alguns setores da sociedade, os quais, segundo Delgado (2004, p. 21):

[...] passaram a acusar o governo Goulart de incompetência e de aproximação perigosa com os movimentos populares, que o pressionavam. Era preciso, portanto, segundo os argumentos desses setores, conter o crescimento dos movimentos sociais reformistas e nacionalistas e pôr fim à experiência governamental de Jango que, por ser “demagógica”, não conseguia conter os conflitos no interior de seu próprio governo. A “ameaça socialista” constituía-se em uma realidade palpável. Urgia contê-la através de um golpe preventivo.

Os sucessivos governos instaurados a partir de então – Castello Branco (1964 - 1967), Costa e Silva (1967 - 1969), Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974) e Ernesto Geisel (1974 - 1979) – garantiram, através de dispositivos legais e ilegais, a perpetuação militar no comando do país. Essa elite buscou fazer frente a tudo que lhes parecesse uma afronta à moral e aos bons costumes da sociedade, especialmente o que, de algum modo, ameaçasse o imposto através de sua ideologia. Pouco a pouco, o que inicialmente seria uma tomada de poder preventiva, buscando evitar o agravamento da crise política e social brasileira, foi dando lugar a um longo período de intensa repressão, censura e domínio militares.

Em contrapartida, emergiram em alguns setores da sociedade, especialmente em meio aos que, de algum modo estiveram ligados a manifestações artísticas, ideais de um movimento que buscou fazer frente à ideologia conservadora supracitada, a saber: a contracultura. Segundo Maciel (apud PEREIRA, 1986, p. 13):

O termo “contracultura” foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do Ocidente.

A música, em especial a produzida pelos roqueiros, foi um importante catalizador dessa ideologia jovem emergente. Segundo Rodrigues (2014, p. 11), o rock n’roll norte-americano, surgido em meados dos anos 1950, foi o grito inicial de declaração de independência dos jovens. Sem espaço naquela sociedade, antes conservadora e fundamentalmente voltada para os adultos, eles fizeram daquela música nova, elétrica, agitada, agressiva e barulhenta, sua principal bandeira de contestação e libertação. O ponto de partida de um novo modo de vida sacudiu as velhas tradições sociais e abriu caminho para uma renovada linguagem comportamental e cultural.

No caso do Brasil, o processo foi semelhante. Ao ponto em que essas influências chegaram no país, mobilizaram os jovens que, através de suas criações musicais, retrataram a turbulência do cenário político e social brasileiro. Segundo Rodrigues (op. cit., p. 11), nesse período:

[...] o rock vingou com valentia à sombra da repressão política e social e à custa da indiferença do grande público, da grande imprensa, e até mesmo das gravadoras. Além disso, ainda teve que conviver com a censura, o preconceito, as limitações do mercado, a precariedade dos instrumentos brasileiros e a falta de infraestrutura para lidar com o som eletrificado do rock.

Nesse sentido, cabe-nos agora compreender de que maneira isso se refletiu no processo composicional das bandas de rock brasileiras, de modo especial, tomando como base para análise, as produções feitas pela banda Os Mutantes, um dos principais nomes do gênero durante àqueles anos, e que, parece deixar pistas de sua ideologia expressa, não somente em suas atitudes comportamentais, mas também, através do aspecto poético de suas criações musicais.

Ecoss da contracultura nas composições da banda

Ligados ao movimento tropicalista brasileiro, liderado por Gilberto Gil e Caetano Veloso, as primeiras aparições dos Mutantes, em meio ao cenário musical brasileiro, evidenciaram, desde então, o aspecto rebelde e contestador de seus integrantes. Apresentando-se ao lado de Gilberto Gil, interpretando a música *Domingo no parque*, no III Festival de Música Popular Brasileira, realizado pela TV Record no ano de 1967, o grupo causou intensa aversão aos ouvintes, “afinal, era a primeira vez que guitarras elétricas entrariam no palco de um festival

de MPB – inovações que, na estreita visão dos mais esquerdistas e xenófobos, tinha efeito de uma heresia, de um insulto contra a cultura nacional” (CALADO, 1997, p. 131). Seguindo os mesmos ideais, as primeiras gravações da banda carregam fortes características do ideário tropicalista, como veremos nas análises subsequentes.

Os mutantes – 1968

Primeiro álbum da banda, lançado em 1968, pela *Polydor Records*, o disco homônimo carrega fortes influências tropicalistas. Contendo onze faixas – *Panis et circenses*, *A minha menina*, *O relógio*, *Adeus Maria Fulô*, *Baby*, *Senhor F*, *Bat macumba*, *Le premier bonheur du jour*, *Trem fantasma*, *Tempo no tempo (Once Was a Time I Thought)*, e, *Ave gengis khan* –, os ideais defendidos pelo movimento ficam evidentes em boa parte das canções.

Em *Panis et circensis*, faixa composta por Gilberto Gil e Caetano Veloso, a letra parece fazer uma crítica aos padrões familiares do período. Segundo Pimentel (2001, p. 67-68), Os Mutantes eram o instrumento para o desmonte da visão “sagrada” da família que orienta, conduz, protege, esclarece e (con)forma. A família, um dos baluartes da ditadura, haja vista a *Marcha da Família pela Liberdade* que deu apoio ostensivo aos militares pelas ruas logo após o golpe em 64, não comungava dos ideais de liberdade dessa geração que se rebelava. Vejamos a letra:

Eu quis cantar / Minha canção iluminada de sol / Soltei os panos sobre os mastros no ar / Soltei os tigres e os leões nos quintais / Mas as pessoas na sala de jantar / São ocupadas em nascer e morrer / Mandei fazer / De puro aço luminoso um punhal / Para matar o meu amor e matei / Às cinco horas na avenida central / Mas as pessoas na sala de jantar / São ocupadas em nascer e morrer / Mandei plantar / Folhas de sonho no jardim do solar / As folhas sabem procurar pelo sol / E as raízes procurar, procurar / Mas as pessoas na sala de jantar / Essas pessoas na sala de jantar / São as pessoas da sala de jantar / Mas as pessoas na sala de jantar / São ocupadas em nascer e morrer

A letra de *Senhor F*, composta por Rita Lee, Arnaldo Baptista, e Sérgio Dias, parece fazer uma crítica ao consumo desenfreado e às novas tecnologias de comunicação em massa emergentes durante a segunda metade do século XX, onde, equipamentos como o rádio e a televisão já integravam grande parte das residências da classe média brasileira no período. Vejamos a letra:

O Senhor “F” / Vive a querer, Ser Senhor “X” / Mas tem medo de nunca voltar / A ser o Senhor “F” outra vez / O Senhor “X” / É o herói / Que na TV / Nunca perde o seu chapéu / E faz o Senhor “F” sonhar / Sonhar em ter / Pros outros ver / Olhos azuis / Ter um carro igual ao de “X” / E conquistar a mulher do patrão / Dê um chute no patrão / Você também / Quer ser alguém – abandonar / Mas tem medo de esquecer / O lenço e o documento outra vez

Segundo Favaretto (1996, p. 98), *Bat Macumba*, faixa pertencente também ao disco manifesto da Tropicália, composta por Gilberto Gil, é a única música que, nos três discos tropicalistas, realiza a proposta concreto-antropofágica de modo intencional. Realiza uma superposição dos códigos verbal, sonoro e visual, com referências culturais sincréticas: Batman (os quadrinhos, e por extensão a indústria cultural); macumba (elemento cultural brasileiro); iê-iê-iê (música jovem, proveniente do rock). Visualmente, o texto apresenta o procedimento de contração e expansão vocabular da poesia concreta com rompimento da sintaxe e da semântica lineares. A partir de uma unidade vocabular mínima (ba) há uma geração de palavras por espelhamento. A figura que resulta é um grande “K”, que corresponde ao som-fonema que repercute durante toda a música. Vejamos:

Bat Macumba ê ê, Bat Macumba obá
Bat Macumba ê ê, Bat Macumba oh
Bat Macumba ê ê, Bat Macumba
Bat Macumba ê ê, Bat Macum
Bat Macumba ê ê, Batman
Bat Macumba ê ê, Bat
Bat Macumba ê ê, Ba
Bat Macumba ê ê
Bat Macumba ê
Bat Macumba
Bat Macum
Batman
Bat
Ba
Bat
Bat Ma
Bat Macum
Bat Macumba
Bat Macumba ê
Bat Macumba ê ê
Bat Macumba ê ê, Ba
Bat Macumba ê ê, Bat
Bat Macumba ê ê, Batman
Bat Macumba ê ê, Bat Macum
Bat Macumba ê ê, Bat Macumba
Bat Macumba ê ê, Bat Macumba oh
Bat Macumba ê ê, Bat Macumba obá

A crítica em forma de metáfora e de maneira satirizada, comum nas criações tropicalistas, parecem ser abertamente evidenciadas no disco de estreia da banda Os Mutantes, configurando-se assim, como símbolo de contestação e rebeldia frente ao conturbado cenário político e social brasileiro daqueles anos. Essa mesma crítica aparece em seus álbuns seguintes, embora ganhe, aos poucos, características distintas, devido ao fim do movimento tropicalista em meados de 1969.

Os mutantes – 1969

Lançado em 1969, o disco possui onze faixas – *Dom Quixote, Não vá se perder por aí, Dia 36, 2001, Algo mais, Fuga nº 2 dos Mutantes, Banho de Lua (Tintarella di Luna), Rita Lee, Mágica, Qualquer bobagem, e, Caminhante noturno*. Em *Dom Quixote*, a letra parece fazer alusão ao romance *Dom Quixote de La Mancha* de Miguel de Cervantes. Escrito originalmente no final do século XVI, o romance conta a história de Dom Quixote, que após ter perdido a razão depois de muita leitura de romances de cavalaria, começa a crer na veracidade destas histórias, passando a viver como um andante, em uma verdadeira utopia, acompanhado de seu fiel companheiro Sancho Pança e de seu cavalo Rocinante.

O personagem, que via nos grandes moinhos de vento dragões que ele deveria combater, lutava contra as injustiças e mazelas do mundo. A composição Mutante, parece retratar um pouco desta história, fazendo com que, em meio à repressão e censura militares, o conteúdo fosse visto como uma afronta direta ao regime, e a canção acabasse sendo censurada. Conforme Gohl (2014, p. 70), ao ser submetida à censura prévia pelos militares:

[...] o coronel Aloysio Muhlethaler de Souza, censor responsável pela análise da canção, identificou nos versos “dia há de chegar / e a vida há de parar / para o Sancho descer / pro Quixote vencer” subversão política, os quais eram entendidos como uma sugestão a revolução que estaria tentando derrubar o governo do país. Outro trecho considerado complicado e cortado pelo censor foi “armadura e espada a rifar”, em que, sob esta ótica, estaria sendo sugerida uma crítica ao exército brasileiro. Como a canção era apresentada no âmbito do festival de 1968, o veto veio por meio do despacho de Brasília, oriunda do Departamento da Polícia Federal e do já nominado coronel chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas, à TV Record. Foram realizadas conversações com a encarregada da censura em São Paulo, Judith de Castro Lima, em que Rita Lee tentou argumentar que a armadura e a espada eram do aludido personagem Dom Quixote, e que não havia mensagens cifradas, mas os vetos permaneceram.

Apesar disso, a letra foi mantida na gravação do disco. Como solução, nas duas partes vetadas pelo censor, foram introduzidos elementos auditivos, como assovios e palmas, que, além de remeter a composição ao ambiente dos festivais, dificultaria a audição de ambos os trechos, mascarando, assim, a dicção do canto, sem que, no entanto, fosse necessário alterar a letra da canção. Vejamos a letra completa:

A vida é um moinho / É um sonho o caminho / É do Sancho, o Quixote / Chupando chiclete / O Sancho tem chance / E a chance é o chicote / É o vento e a morte / Mascando o Quixote / Chicote no Sancho / Moinho sem vinho / Não corra me puxe / Meu vinho meu crush / Que triste caminho / Sem Sancho ou Quixote / Sua chance em chicote / Sua vida na morte / Vem devagar / Dia há de chegar / E a vida há de parar / Para o Sancho descer / E os jornais todos a anunciar / Dulcinéia que vai se casar / Vê, vê que tudo mudou / Vê, o comércio fechou / Vê e o menino morreu / Vê, vê que tudo passou / E os jornais todos a anunciar / Armadura e espada a rifar / Dom Quixote cantar na TV / Vai cantar pra subir / Palmas para Dom Quixote / Que ele merece

A letra de *Fuga nº 2*, parece fazer referência aos ideais *hippies* do período. Na canção, o enunciante parece viajar a procura por um lugar sossegado e tranquilo, uma possível metáfora pela busca de distanciamento do período ditatorial, e toda repressão dele oriunda, que ronda e cerceia os cidadãos. Vejamos:

Hoje eu vou fugir de casa / Vou levar a mala cheia de ilusão / Vou deixar alguma coisa velha / Esparramada toda pelo chão / Vou correr num automóvel enorme e forte / A sorte e a morte a esperar / Vultos altos e baixos / Que me assustavam só em olhar / Pra onde eu vou, ah / Pra onde eu vou, venha também / Pra onde eu vou, venha também / Pra onde eu vou / Faróis altos e baixos que me fotografam / A me procurar / Dois olhos de mercúrio iluminam meus passos / A me espionar / O sinal está vermelho e os carros vão passando / E eu ando, ando, ando / Minha roupa atravessa e me leva pela mão / Do chão

Os ideais do pensamento *hippie* parecem ficar expressos também em outras faixas do disco, a exemplo da letra de *Algo mais*, onde alguns de seus versos dizem: Olha meu irmão / Vamos passear / Vamos voar / Tira a partida / Acelera a vida / Vamos amar / Ande depressa / A vida tem algo / Mais pra lhe dar.

A divina comédia ou ando meio desligado

Lançado em 1970, o disco possui onze faixas – *Ando meio desligado*, *Quem tem medo de brincar de amor*, *Ave Lúcifer*, *Desculpe, babe*, *Meu refrigerador não funciona*, *Hey boy*, *Preciso urgentemente encontrar um amigo*, *Chão de estrelas*, *Jogo de calçada*, *Haleluia*, e, *Oh! Mulher infiel* –, e, ao contrário dos discos anteriores, marca o gradual abandono de influências sonoras brasileiras, em detrimento de uma sonoridade voltada ao rock psicodélico.

Entre as canções, *Ave Lúcifer* teve uma palavra de sua letra vetada pela censura militar. Na frase: *Prometo abrir meu amor macio*, a palavra “abrir” acabou sendo censurada, possivelmente por estar referindo-se ao órgão genital feminino, o que, na visão militar do período, estaria configurando-se como uma afronta à moral e aos bons costumes da sociedade, já que o trecho, cantado por Rita Lee, retrataria o prazer do ponto de vista feminino, um tabu durante àqueles anos. Na gravação, toda a letra é cantada, exceto a palavra censurada. Vejamos a letra completa:

As maçãs envolvem os corpos nus / Nesse rio que corre em veias mansas, dentro de mim / Anjos e Arcanjos não pousam neste Éden infernal / E a flecha do selvagem matou mil aves no ar / Quieta, a serpente se enrola nos seus pés / É Lúcifer da floresta que tenta me abraçar / Vem amor, que um paraíso num abraço amigo, sorrirá pra nós, sem ninguém nos ver / Prometo abrir meu amor macio, como uma flor cheia de mel pra te embriagar, sem ninguém nos ver / Tragam uvas negras / Tragam festas e flores / Tragam corpos e dores / Tragam incensos e odores / Mas tragam Lúcifer pra mim / Em uma bandeja pra mim

A letra de *Hey Boy*, composta por Arnaldo e Élcio Decário, parece fazer uma crítica à Jovem Guarda e à midiaticização dele oriunda, visto que, os artistas do movimento eram conhecidos por buscarem se enquadrar aos padrões impostos pela grande mídia, atendendo, desse modo, a lógica consumista do mercado. Posicionando-se contra estes ideais, a composição assume, em forma de ironia e sátira, a identificação dos jovens roqueiros com a cultura *underground*, objetivando romper com os discursos pautados pelo conservadorismo e pelo consumismo desenfreado emergentes no país, em detrimento de ideais rebeldes, contestatórios e transgressores. Vejamos a letra:

He he he hey boy / O teu cabelo tá bonito hey boy / Tua caranga até assusta hey boy
(Tchu aa uu) / Vai passear na rua Augusta tá / He he he hey boy / Teu pai já deu tua
mesada hey boy / A tua mina tá gamada hey boy (Tchu aa uu) / Mas você nunca fez
na na na / No pequeno mundo do teu carro / O tempo é tão pequeno / Teu blusão
importado (úúúá) / Tua pinta de abonado (tuas idéias modernas) / He hey boy / Mas
teu cabelo tá bonito hey boy / Tua caranga até assusta hey boy / (Tchu aa uu) / Vai
passear na rua Augusta tá / A menina e as pernas / Vão aparecer / Nos passos ritmados
(úúúá) / No iê iê iê bem dançado (Da cuba libre gelada) / Hey boy / Viver por viver /
Hey boy / Viver por viver / Hey boy / Viver por viver

Em *Preciso urgentemente encontrar um amigo*, faixa composta por Roberto Carlos e Erasmo Carlos, o enunciante parece querer encontrar alguém que lute ao seu lado na busca por um tempo de paz, possivelmente longe da confusão e turbulência do período ditatorial vivenciado no país. O anseio por um mundo mais justo, igualitário e livre são ideais bases do pensamento *hippie* emergente no período. Esses ideais contrastavam, em grande medida, com o imposto pelas elites mais conservadoras, e pela individualização e competitividade oriundas da cultura de massa. Vejamos a letra:

Preciso urgentemente encontrar um amigo / Pra lutar comigo / Quero ver o sol nascer
/ E a flor desabrochar / E no mundo de amanhã / Quero acreditar / Quero acreditar e
a paz que eu tanto quero / Eu consiga encontrar / Preciso urgentemente encontrar um
amigo / Pra lutar comigo / Pra lutar comigo / É difícil encontrar / Pois é grande a
confusão / Pode até estar aqui / Nessa multidão / E a paz que eu tanto quero / Ele traz
no coração

Cabe destacar que, durante este período, em turnê pela França, Os Mutantes gravaram um álbum contendo versões de músicas anteriormente gravadas pelo grupo, mas agora cantadas em outros idiomas, além de fazerem algumas regravações em seus idiomas originais. Cantado em inglês, francês, espanhol e português, o disco, denominado *Tecnicolor*, só viria a ser lançado, pela *Universal Music*, em 2000.

Jardim elétrico

Quarto LP da banda, intitulado *Jardim Elétrico*, lançado em 1971, o disco contém onze faixas – *Top top*, *Benvinda*, *Tecnicolor*, *El justiceiro*, *It's very nice pra xuxu*, *Portugal de navio*,

Virgínia, Jardim elétrico, Lady lady, Saravá, e, Baby. Percebe-se na própria capa do disco a influência psicodélica que se inseria em boa parte das bandas de rock desse período através do movimento contracultural emergente. Conforme Calado (1997, p. 250), estava lá estampada uma planta fantástica e engraçada – na verdade, a estilização de um grande pé de maconha. As drogas funcionavam, sob o viés contracultural, como uma forma de fuga daquele período, visto pelos jovens como arcaico e ultrapassado.

Dentre as canções presentes no disco, podemos destacar a letra de *Saravá*, composta pelo trio Mutante, uma releitura dos “Pontos de Umbanda”. Vejamos:

Saravá, Saravá / Eu canto o novo hino da paz / Eu canto bem alto / Pra todos ouvirem
/ Desde o Amazonas / Até o Rio, a paz / Até o céu

Segundo Pimentel (2011, p. 79), “essa ideia de ponto de umbanda é recorrente no Tropicalismo, como resgate de uma crença desprestigiada pela cultura oficial, mas que pelos tropicalistas é reforçada e glamourizada”. Em meio ao cenário ditatorial em que estavam inseridos, a letra parece funcionar como um pedido de paz, e o anseio pelo fim do período repressivo e censório vivenciado no país.

Mutantes e seus cometas no país do baurets

Lançado em 1972, o álbum possui dez faixas – *Posso perder minha mulher, minha mãe, desde que eu tenha o rock and roll, Vida de cachorro, Dune buggy, Cantor de mambo, Beijo exagerado, Todo mundo pastou, Balada do louco, A hora e a vez do cabelo nascer, Rua Augusta, Mutantes e seus cometas no país do baurets, e, Todo mundo pastou II*. Assim como no disco anterior, as referências da banda ao uso frequente de alucinógenos não se restringiram somente ao conteúdo de suas letras. Neste álbum, segundo Calado (1996, p. 266), a palavra *Baurets* presente em seu título, nomeava uma gíria para maconha, aprendida pelo grupo com Tim Maia.

Em *Balada do louco*, a letra parece descrever a maneira com que os jovens roqueiros eram vistos pelas elites do país. Tratados como loucos, os ideais defendidos por eles – a busca por uma sociedade mais justa, igualitária e livre, a vida comunitária longe dos grandes centros urbanos, o sexo livre, e o uso de drogas –, não passavam de um anseio utópico, ou de um comportamento subversivo, que, para os mais conservadores, abalariam os alicerces harmoniosos da sociedade brasileira. Vejamos:

Dizem que sou louco por pensar assim / Se eu sou muito louco por eu ser feliz / Mas louco é quem me diz / E não é feliz, não é feliz / Se eles são bonitos, sou Alain Delon / Se eles são famosos, sou Napoleão / Mas louco é quem me diz / E não é feliz, não é feliz / Eu juro que é melhor / Não ser o normal / Se eu posso pensar que Deus sou eu

/ Se eles têm três carros, eu posso voar / Se eles rezam muito, eu já estou no céu / Mas louco é quem me diz / E não é feliz, não é feliz / Sim, sou muito louco, não vou me curar / Já não sou o único que encontrou a paz / Mas louco é quem me diz / E não é feliz, eu sou feliz

Outra faixa censura pelos órgãos fiscalizadores militares, *A hora e a vez do cabelo nascer*, foi considerada portadora de mensagens políticas. A canção chamava-se, inicialmente, *Cabeludo patriota*, e, segundo Gohl (2014, p. 90), após negociação com a censura, foi liberada com a condição de que se alterasse o seu título, além de outras expressões. Nos documentos oficiais a canção foi apresentada sem a expressão “verde e amarelo”, modificada para “verde e dourado” e “caspa” trocado para “cara”. No entanto tais expressões foram gravadas integralmente no disco e com ruídos mixados de tosse sobre o trecho que identificava a cor dos cabelos. Tal estratagema, no entanto, apesar de obscurecer o sentido não impede o reconhecimento das palavras das estrofes que eram todas cantadas como na criação original. Vejamos a letra completa:

Venha ver as minhas cores / Ah... tá na hora do cabelo nascer / *Hasteei* o meu cabelo / Ah... foi aí só que / Fiquei sabendo das coisas / O meu cabelo é verde-amarelo / Violeta e transparente / A minha caspa é de purpurina / Minha barba azul-anil / Venha ver as minhas cores / Ah, tá na hora do cabelo nascer

Desavenças entre Rita Lee e os demais integrantes, especialmente com o ex-marido Arnaldo Baptista, e a percepção de que ela estava ficando cada vez mais em segundo plano nas atividades da banda, devido às novas influências sonoras incorporadas pelo restante do grupo, fizeram com que a cantora optasse por deixar Os Mutantes ainda em 1972. Sem Rita, Os Mutantes ainda gravariam mais dois discos com grande aceitação de público e crítica: *O A e o Z*, e, *Tudo Foi Feito Pelo Sol*.

O “A” e o “Z”

Gravado em 1973¹, mas lançado em CD somente em 1992, o primeiro álbum dos Mutantes após a saída de Rita Lee marca, antes de tudo, a clara mudança na sonoridade da banda, agora totalmente voltada ao rock progressivo. Contando somente com o guitarrista Sérgio Dias da formação original, o disco possui seis faixas – *O A e o Z*, *Rolling stone*, *Você sabe*, *Hey Joe*, *Uma pessoa só*, e, *Ainda vou transar com você*.

Em *Rolling Stone*, a letra parece fazer referência à revista de mesmo nome, publicada originalmente nos Estados Unidos, e dedicada à música, à política, e à cultura popular. Durante

¹ Embora somente a gravação do disco tenha sido feita durante o período temporal compreendido por este trabalho, é de grande valia analisarmos este álbum, tendo em vista que seu conteúdo parece corroborar o exposto até então, auxiliando, assim, em uma compreensão mais detalhada a respeito do momento vivenciado pela banda.

a década de 1970, a revista passou a ser publicada de forma independente também no Brasil. Embora fosse uma versão não licenciada, a revista influenciou de forma significativa boa parte dos jovens brasileiros do período, especialmente os mais ligados à música e que, de algum modo, comungavam com os ideais rebeldes que gradualmente chegavam ao país. A letra também parece apresentar, em trechos como: *Ouça a música tocar / e a terra desbundar / ouça a música tocar*, uma referência direta ao desbunde, ato de abandonar a luta armada e a militância política, adotando uma postura contracultural de resistência mais pacifista, como a dos *hippies*. Vejamos:

Estava lendo o Rolling Stone / Li um cara que me abriu a cabeça / Fui correndo e tropecei no arco-íris / Foi muito / Começando a me sentir tocado / Percebi então que fui transado / Estou começando a entender a música do coração / E eu pensei que fosse tarde / Só agora eu saquei a verdade / Viajei no disco do Mutantes / Foi muito / Ouça a música tocar / E a terra desbundar / Ouça a música tocar / E o espírito de luz / A refletir a música no ar / Minha imagem, sua imagem / Juntos no espelho do luar

A letra de *Hey Joe*, parece nos descrever, através da ligação entre o enunciante e os elementos da natureza, a busca por uma essência do indivíduo, representadas através dos anseios pacifistas presentes no ideário jovem do período. Com características marcadamente contraculturais, o discurso acaba contrariando, conseqüentemente, o turbulento cenário político e social brasileiro. Vejamos:

Som para acordar / Amanheceu / Tudo em paz / Para cantar / A Música / O vento, terra e o ar / Soprando aqui / Na luz do luar / Na luz do sol / Na luz de Deus / Hey Joe / Eu vi isto acontecer / Hey Joe / Senti do meu coração / Pertença a você / Pois é, tudo bem, meu bem / Hey Joe / Está aqui / Ele é o nosso Deus / Todos juntos reunidos / Numa pessoa só

Com letras muito semelhantes, esta busca por uma essência do indivíduo, e a conseqüente representação dos ideais contraculturais emergentes no país, contrastantes com a ideologia conservadora das elites, também podem ser percebidas em pelo menos mais duas faixas do disco, a saber: *Uma pessoa só*, e, *Você sabe*.

Tudo foi feito pelo sol

Último LP lançado pelos Mutantes antes de sua dissolução, *Tudo Foi Feito Pelo Sol* possui sete faixas – *Deixe Entrar um Pouco d'Água no Quintal*, *Pitágoras*, *Desanuviar*, *Eu só penso em te ajudar*, *Cidadão da terra*, *O contrário de nada é nada*, e, *Tudo foi feito pelo sol* –, e assim como no disco anterior, sua sonoridade é voltada ao rock progressivo. Em *Cidadão da Terra*, faixa composta por Liminha e Sérgio Dias, alguns ideais da filosofia *hippie* parecem ser retratados, a saber: liberdade e igualdade entre as pessoas e a ideia de não possuir uma

residência fixa, podendo viajar e compartilhar novas experiências, rompendo, assim, com as barreiras do “ser” e de seu convívio com o meio social.

No cenário brasileiro em que estes jovens se inseriam, isso era encarado como um ato transgressor e rebelde, o que acabava colocando os adeptos deste pensamento na contramão dos padrões sociais impostos pelas elites mais conservadoras e autoritárias que comandavam o país. Vejamos esses ideais expressos na letra da música:

Não sou daqui nem sou de lá, eu sou de qualquer lugar / Meu passaporte é espacial,
sou cidadão da terra / E a minha vida é toda verdade e eu não tenho mais idade / E o
meu passado é o meu futuro / E o meu tempo é o infinito / A minha língua é o
pensamento, só falo com o olhar / Minha fronteira é o coração de todos meus irmãos
/ E a minha vida é toda verdade / E eu não tenho mais idade / E o meu passado é o
meu futuro / E meu tempo é o infinito

Após este lançamento, a banda encerrou suas atividades em meados de 1978. Com o país lentamente se encaminhando para a redemocratização política, novos preceitos estéticos e comportamentais entraram em voga no Brasil. O rock, que agora se firmaria como a nova perspectiva musical, cada vez mais dependente dos canais midiáticos para crescer e aparecer nacionalmente, seguiu o caminho trilhado pelos roqueiros da década de 1970, sem deixar de expressar, no entanto, opiniões acerca de temas envolvendo as questões políticas e sociais de seu tempo.

Considerações finais

Embora o aparato censório militar não tenha afetado tanto a produção artística da banda, como o fez com outros artistas que possuíam uma visibilidade midiática semelhante – ou então, como o fez com a censura moral, de modo especial durante a segunda metade da década de 1970, período em que o grupo já se encontrava em franca dissolução –, é possível perceber que algumas criações feitas pelos Mutantes estavam, sob a ótica militar, em desacordo com os ideais defendidos pela ditadura. Segundo Gohl (2014, p. 71), os problemas com a censura, ao menos até o ano de 1972, foram mais da ordem de censura aos conteúdos de suas canções do que a todo o aparato espalhafatoso de suas performances em festivais e shows, que realizavam uma dura crítica aos comportamentos burgueses da época.

Configurando-se como uma das mais expressivas bandas de rock brasileiro do período, com grande exposição midiática, Os Mutantes conseguiram, seja através do aspecto poético de suas composições, através do vestuário, ou da atitude comportamental de seus integrantes, levar ao meio majoritariamente conservador em que se inseriu, os ideais contraculturais defendidos

pela juventude *underground* brasileira, pouco difundidos por conta das dificuldades mercadológicas encontradas.

Referências bibliográficas

- CALADO, Carlos. **A Divina Comédia dos Mutantes**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- CALADO, Carlos. **Tropicália: a história de uma revolução musical**. São Paulo: Ed. 34, 1997. 333p.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Florianópolis: EDUSC, 2004.
- FAVARETTO, Celso. **Tropicália: alegoria alegria**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996. 158p.
- GOHL, William Jefferson. **Esse tal de roque enrow!:** a trajetória de Rita Lee de *Outsider* ao *Mainstream* (1967-1985). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História – Universidade de Brasília, 2014.
- HALL, Stuart. **Los hippies: uma contra-cultura**. Barcelona, Editorial Anagrama, 1970.
- MUTANTES. **Mutantes**. Polydor, 1968.
- MUTANTES. **Mutantes**. Polydor, 1969.
- MUTANTES. **A Divina Comédia ou Ando Meio Desligado**. Polydor, 1970.
- MUTANTES. **O Jardim elétrico**. Polydor, 1971.
- MUTANTES. **Mutantes e seus cometas no país dos baurets**. Polydor, 1972.
- MUTANTES. **Tudo Foi Feito Pelo Sol**. Som Livre, 1974.
- MUTANTES. **O A e o Z**. Philips, 1992.
- MUTANTES. **Tecnicolor**. Universal Music, 2000.
- PEREIRA, Carlos A. M. **O que é contracultura**. Ed. Brasiliense, 1986. 4 ed. 100p.
- PIMENTEL, Gláucia Costa de Castro. **Guerrilha do prazer: Rita Lee Mutante e os textos de uma transgressão**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura, 2001.
- RODRIGUES, Nelio. **Histórias secretas do rock brasileiro dos anos 1960 e 1970**. Rio de Janeiro: Grupo 5W, 2014. 352p.

**“NEGRA HERANÇA, RAIZ DO MEU CHÃO”: LEITURAS DE
ÁFRICAS NOS DESFILES CARNAVALESCO (2017-2018)**

*"NEGRA HERANZA, RAIZ DE MI CHÓN": LECTURAS DE ÁFRICA EN LOS
DESFILES CARNAVALESCO (2017-2018)*

*Christian Gonçalves Vidal da Fonseca
Mestrando em História/UDESC
christianvdf@hotmail.com*

RESUMO

Pretende-se neste artigo investigar quais as leituras de África foram realizadas pelas escolas de samba nos desfiles carnavalescos do Rio de Janeiro, grupo especial e série A, entre os anos de 2017 e 2018. Percebe-se que nos últimos anos, essa temática tem sido bastante recorrida pelas agremiações carnavalescas, suscitando-me questionamentos. Além disso, busca-se refletir o modo como estas escolas de samba relacionam o continente vizinho com o Brasil, estabelecendo relações diaspóricas. Tal pesquisa é parte do projeto de mestrado, vinculado ao AYA, Laboratório de Estudos pós-coloniais e decoloniais, da Universidade do Estado de Santa Catarina, que abrange um maior recorte temporal, ampliando discussões teóricas e metodológicas. Vale ressaltar que um desfile carnavalesco desenvolve uma complexa trama (enredo) que se materializa num conjunto visual (fantasias e alegorias) e sonoro (samba-enredo). As fontes levantadas estão disponíveis em plataformas digitais, mas também se encontram numa base de dados pessoais. Pontua-se que o material selecionado carrega consigo narrativas e intencionalidades num determinado tempo e espaço. Para a discussão teórico, recorreu-se a alguns desses autores: Leila Leite Hernandez (2005), Stuart Hall (2003) e Nei Lopes (2008).

Palavras-Chave: África. Carnaval. Diáspora. Desfile Carnavalesco.

RESUMEN

Se pretende en este artículo investigar qué lecturas de África fueron realizadas por las escuelas de samba en los desfiles carnavalescos de Río de Janeiro, grupo especial y serie A, entre los años 2017 y 2018. Se percibe que en los últimos años, esta temática tiene fue bastante recurrida por las agremias carnavalescas, suscitando cuestionamientos. Además, se busca reflejar el modo en que estas escuelas de samba relacionan el continente vecino con Brasil, estableciendo relaciones diaspóricas. Esta investigación es parte del proyecto de maestría, vinculado al AYA, Laboratorio de Estudios postcoloniales y decolonios, de la Universidad del Estado de Santa Catarina, que abarca un mayor recorte temporal, ampliando discusiones teóricas y metodológicas. Es importante resaltar que un desfile carnavalesco desarrolla una compleja trama (enredo) que se materializa en un conjunto visual (fantasías y alegorías) y sonoro (samba-enredo). Las fuentes levantadas están disponibles en plataformas digitales, pero también se encuentran en una base de datos personales. Se puntualiza que el material seleccionado consigo narraciones e intencionalidades en un determinado tiempo y espacio. Para la discusión teórica, se recurrió a algunos de esos autores: Leila Leite Hernández (2005), Stuart Hall (2003) y Nei Lopes (2008).

Palabras clave: África. Carnival. Diáspora. Desfile Carnavalesco. Tiempo Presente

“A raça não se curva a chibata”
(Alegria da Zona Sul 2018)²

Viver é resistir. A todo o momento, em vários espaços, os negros (as) e a cultura do samba necessita estar resistindo. Os ataques do poder público a esse grande evento ocorrem recorrentemente, e precisamos estar atentos e lutando para que o nosso direito de brincar no espaço da cidade seja garantido. A raça jamais se curvará a chibata, como enfatizado pela Alegria da Zona Sul, temos em nossas veias uma herança que vem de além-mar, das margens vizinhas, banhados pelo Oceano Atlântico.

Portanto, devemos, em primeiro lugar, rever a imagem fabricada e cristalizada acerca dos desfiles carnavalescos, principalmente difundidos pela imprensa e em muitos trabalhos acadêmicos. Assim, de acordo com Felipe Ferreira (2009, p. 53), o carnaval era visto “somente como um momento de loucura, de inversão de valores, de exageros e caricaturas”. Isso contribuiu para a construção de um discurso equivocado em que se generaliza a festa carnavalesca como algo decadente, vulgar e excessivo. Chama-se atenção, que o estudo das escolas de samba é uma ramificação da grande festa do carnaval, em que essas agremiações carnavalescas, como escreve Ferreira (2009, p. 55), são um “fenômeno ligado à sociedade e à cultura nos quais ele se manifesta”. Deve-se pontuar que a emergência das escolas de samba encontra suas identificações com as culturas de matrizes africanas. Endossando essa questão, o jornalista Haroldo Costa (2009, p. 47) enfatiza, “esta é a nossa herança e dela não podemos nos afastar. Ao contrário, temos que tê-la em mente, mesmo depois do carnaval”.

Após essa reflexão inicial, visa-se nesse artigo compreender quais as leituras de África foram realizadas pelas escolas de samba nos desfiles carnavalescos do Rio de Janeiro, grupo especial e série A, entre os anos de 2017 e 2018. Percebeu-se que nos últimos anos, essa temática tem sido bastante recorrida pelas agremiações carnavalescas, suscitando-me questionamentos. Assim, para que as reflexões possam ser tecidas propõe-se uma análise de dez enredos, como podemos observar na tabela abaixo:

Lista de Enredos que buscaram tecer relações entre Brasil-África					
2017			2018		
Escola de Samba	Grupo	Enredo	Escola de Samba	Grupo	Enredo

² Trecho do samba-enredo da escola de samba Alegria da Zona Sul, cujo enredo de seu carnaval para 2018 foi “Bravos Malês! A Saga de Luiza Mahin”. Quem assina o samba são Samir Trindade, Telmo Augusto, Fernandão, Girão, Marco Moreno, Marcelão da Ilha e Thiago Meiners

Estação Primeira de Mangueira	Especial	Só com a ajuda do santo	Acadêmicos do Salgueiro	Especial	Senhoras do ventre do mundo
Mocidade Independente de Padre Miguel	Especial	As mil e uma noites de uma Mocidade pra lá de Marrakesh..	Paraíso do Tuiuti	Especial	Meu Deus! Meu Deus! Está extinta a escravidão?
União da Ilha do Governador	Especial	Nzara Ndembu – Glória ao Senhor Tempo	Alegria da Zona Sul	Série A	Bravos Malês! A Saga de Luiza Mahin
Unidos de Vila Isabel	Especial	O som da cor	Império da Tijuca	Série A	Olubajé - Um banquete para o rei
Unidos de Padre Miguel	Série A	Ossaim: o poder da cura	Unidos do Bangu	Série A	A travessia da Calunga Grande e a nobreza negra no Brasil

Tabela 1: Modelo de tabela.

Fonte: Autoral.

Mediante essa tabela com dez enredos, nota-se a pluralidades de temas que as escolas de samba abordam em seus desfiles. Logo, permite a ampliação do aprendizado, sobretudo, propiciando a circulando de ideias e de novos conhecimentos, fomentando o debate, e colocando em xeque, aquilo que a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie chama de *o perigo de uma história única*³. Portanto, a intelectual defende a premissa que o conhecimento não se restringe apenas a região europeia, mas há uma pluralidade de saberes que podem ser encontradas em outros pontos do globo, permitindo criar referências que desbloqueiem o branco de olho claro. É nesse véis que entram as escolas de samba, que focalizam outras experiências e protagonizam sujeitos em que a história, por muitos anos, subalternizou. Durante a década de 2010, cantoras (es), escritoras (es), artistas e outros atores sociais, negras e negros, foram homenageados e puderam ter suas histórias narradas na passarela do samba.

Para que uma análise pudesse ser realizada, buscou-se focar nas leituras de sinopse (textual), dos sambas-enredos (sonoro) e do visual (logo e alegoria de carnaval). Em seguida, apurou-se quatro pontos que serão debatidos no decorrer do texto: Pan-Africanismo e raça; Resistência; Oralidade e Cosmovisão. Evidentemente que, de alguma forma, todas essas questões se intercalam, não se fechando em si próprias.

O primeiro ponto a ser abordado, refere-se ao debate sobre o pan-africanismo e raça. A cientista social Leila Hernandez (2005, p. 131-132), salienta que a etnografia europeia da segunda metade do século XIX, apresentou ideias que racializava o mundo, colocando numa

³ “O perigo de uma história única” foi o título de sua conferência na Ted Global, que ocorreu em Oxford, no Reino Unido, em 2009. A conferência pode ser acessada, na íntegra, em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>, acesso em 19.05.2018.

posição de submissão os africanos e asiáticos. Então, “o planeta foi dividido entre raça superior glorificada por uma missão civilizatória auto-atribuída e raças inferiores”. Portanto, a noção de “raça” passa a ser uma categoria genérica que se desenvolve no pensamento ocidental europeu, sendo legitimada pela biologia e pela ciência europeia. Nela, “o negro ocupa o grau inferior, sendo qualificado de ‘manhoso, preguiçoso e negligente’”.

Na busca de contrapor essa estrutura colonial, emerge nos Estados Unidos, no final do século XIX, o movimento pan-africanista, conceituado por Leila Hernandez como um

Movimento político-ideológico centrado na noção de *raça*, noção que se torna primordial para unir aqueles que a despeito de suas especificidades históricas são assemelhados por sua origem humana e negra. O movimento pan-africano surgiu como um mal-estar generalizado que ensaiava o tema da resistência à opressão, pensando a libertação do homem negro. (HERNANDEZ, 2005, p. 138).

Desenvolve-se assim, um discurso pan-africanista em torno da categoria de raça, com reação ao preconceito e a discriminação sofrida pelos negros e negras no mundo. A expansão dos ideais do movimento pan-africano ocorreu por volta da Segunda Guerra Mundial, em que congressos se intensificaram, principalmente, contribuindo para as lutas de independência do continente africano. Portanto, era fundamental conferir voz aos negros e as negras que foram centro de injustiças, violências e opressão. Pode-se referenciar aqui, o historiador de Burkina Faso, Ki-Zerbo (1982), enfatizando que a história universal é incompleta, pois não considera a África. O movimento foi ganhando adeptos, inclusive, alguns intelectuais se destacaram como: Marcus Garvey (1887-1940), Du Bois (1868-1963), Edward Blyden (1832-1912), entre tantos outros. Nesse véis, há todo um esforço para que as populações afro-diasporicas possam ter orgulho de sua raça e serem agentes de sua própria história.

Assim, nos enredos carnavalescos fica perceptível a positivação da raça negra e o reconhecimento dos laços de origem com o continente africano. Isso pode ser observado em alguns trechos dos sambas-enredos que foram selecionados para o debate. Exemplo disso, a escola de samba Acadêmicos do Salgueiro, em 2018, com o enredo *Senhoras do Ventre do mundo*, fez referência a importantes mulheres do continente africano que desenvolveram técnicas de cura, da medicina, da ciência e de tantas outras áreas. Essa forma de exaltação do continente africano, pode ser observado em duas frases da letra da música do Salgueiro: “herança que vem de lá” e “riqueza ancestral”. Essas referências ao continente africano como sendo o de origem, permeia a narrativa carnavalesca dessas escolas de samba.

Também, observa-se essas questões na sinopse, texto utilizado como base na construção das alegorias e das fantasias. Logo, evidenciam-se trechos do enredo que permitem notar a

positivação do continente africano e da raça negra, tais como, “Ela... brotou do ventre negro da África”, “Outras heroínas irão salgueirar. Algumas famosas, outras anônimas, mas todas carregam no gênero e na cor, suas conquistas. Suas histórias serão (re)contadas, num longo espaço de tempo, que vai do alvorecer da espécie humana, até os dias atuais”, “Ganga Zumba. É Teresa do Quariterê. É Maria Felipa, Luiza Mahin, e muitas outras...”.

Essa saudação e louvação ao continente africano são complementadas pela forma em que esta população escravizada chega ao território brasileiro. No enredo da Unidos de Bangu para o carnaval de 2018, *a travessia da Calunga Grande a nobreza negra no Brasil*, parte da saída forçada de africanos que foram escravizados por um sistema colonial e racista, através do navio negreiro, conectando esses dois pedaços de terra. Nesse véis, vale destacar o entendimento do sociólogo jamaicano Stuart Hall (2003) acerca de diáspora, sendo o momento em que o sujeito se desloca do seu território, local de origem, sendo que este não deve ser apenas a sua fonte de identificação. Sendo assim, a diáspora se configura como o deslocamento geográfico/físico acompanhado pela redefinição de pertencimento, portanto, se constituindo de novas identidades.

É mediante essa chave da diáspora que se desenvolve uma reflexão das outras questões acentuadas: resistência, oralidade e cosmovisão. Nos sambas-enredos, podemos observar alguns trechos emblemáticos que enfatizam, por exemplo, a noção de resistência. “Quebra corrente e não se entrega não”⁴, “Não sou escravo de nenhum senhor”⁵ e “liberdade é resistência”⁶. Deste modo, os desfiles das escolas de samba não têm a premissa de colocar os afrodescendentes numa posição subalterna ou de aguardar por um salvador branco, pelo contrário, demonstram suas agências e suas intervenções nos mais distintos seguimentos da sociedade.

Acerca da oralidade, destacam-se sambas-enredos que apresentam as formas de conhecimento afro-brasileiro, principalmente no véis sonoro. Ganha cena o enredo da Unidos de Vila Isabel, que no carnaval de 2017 desfilou com o enredo “O Som da Cor”.

A minha Vila chegou
Ouça essa voz

⁴ Verso do samba-enredo da Alegria da Zona Sul para o carnaval de 2018. Enredo: “Bravos Malês! A Saga de Luiza Mahin”.

⁵ Verso do samba-enredo da Paraíso do Tuiuti, que no seu desfile para o carnaval de 2018, desenvolveu o enredo “Meu Deus! Meu Deus! Está extinta a escravidão?”. Os compositores da obra são: Cláudio Russo, Aníbal, Jurandir, Moacyr Luz e Zezé.

⁶ Verso do samba-enredo do Salgueiro para o carnaval de 2018. Xande de Pilares, Vanderley Sena, Renato Galante, Ralfé Ribeiro, Leonardo Gallo, Jassa, Dudu Botelho, Dema Chagas e Betinho De Pilares, são os autores da canção que tem como enredo: “Senhoras do ventre do mundo”.

A pele arrepia ao som da batida
Força dos meus ancestrais
Herança que vem ressoar o rufar do tambor
Pra gente dançar assim, feliz
Maracas encontra tamborins
O Reggae celebra mensagem de paz
(...)
Eu vou, eu vou... Onde fez raiz a tradição Nagô
Eu vou, eu vou, foi
O povo do samba quem me chamou!
Ginga no Lundu (morena)
Negro é o rei (É o rei)
Toque de Ijexá (Afoxé)
Para purificar (minha fé)
Gira baiana, deixa a lágrima rolar
Quando no terreiro novamente ecoar
(Vila Isabel, 2017)⁷.

Nesse caso, o toque do tambor constrói uma ponte entre as margens de cá e as margens de lá. É mediante o ritmo, a dança e as manifestações culturais, que a Vila Isabel expressa em seu enredo à influência dos povos africanos na construção musical da América Latina. Enquanto uma estrutura colonial, racista, patriarcal, tenta apagar essas heranças derramadas nas terras vizinhas do Atlântico, os desfiles carnavalescos procuram em sua narrativa não permitir que essas memórias se apaguem. É no tambor em que o axé é derramado, é através desse instrumento que o diálogo se inicia, permitindo a circulação da energia.

Sobre a questão da oralidade, pensando no vícios musical e cultural, o sambista Nei Lopes (2008, p. 80) compreende a música articulada com a dança, servindo “para invocar e louvar as divindades, exaltar os feitos de um herói ou de um povo, suavizar um trabalho árduo ou manifestar um sentimento”. O autor ainda prossegue entendendo a canção como algo presente em todos os momentos da vida, do nascimento à morte, “foi assim que a música da África chegou às Américas, com os escravos – nos cânticos religiosos e de trabalho, nos acalantos, na animação da dança ou encorajando nas revoltas”.

Aproveitando-se do paralelo entre a música e a religião, um tópico que permeia praticamente todas as narrativas carnavalescas que abordam temáticas afro-diasporicas, refere-se às cosmovisões, isto é, o modo de ser e estar no mundo na visão dessas populações. Ressaltam-se principalmente as práticas do candomblé e da umbanda. No entendimento do sociólogo Reginaldo Prandi (2004, p. 223), o candomblé “é uma religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia do século XIX”. Enquanto isso, a umbanda se configurou como uma nova religião no início do século XX, formada no Rio de

⁷ Os compositores do samba-enredo são Arthur Das Ferragens, Braguinha, Danilo Garcia, Gustavinho Oliveira e Rafael Zimmermann

Janeiro, sendo “síntese dos antigos candomblés bantos e de caboclo transplantados da Bahia para o Rio de Janeiro”.

De acordo com Patrício Carneiro Araújo (2013) observa que a vinda de africanos escravizados, principalmente da região Iorubá, área que contempla a Nigéria, O Benin e o Togo, para o Brasil, resultou na constituição de formas outras de ideias, pensamentos, culturas, línguas e visões de mundo que possuem como referência elemento de matrizes africanas. Deve-se acrescentar, que por meio do processo de escravização, apenas alguns orixás sobreviveram nas Américas, sendo que os cultuados, estão ligados “à guerra e as condições de vida das populações escravizadas, como a justiça, a cura e a magia (Ogum, Ossãe, Oxósse, Oxum, Xangô...)” (ARAÚJO, 2013, p. 12).

Levo oferendas à Rainha do Mar
Inaê, Marabô, Janaína
(...)
Bala, cocada e guaraná pro Erê
Meu padroeiro irá sempre interceder
Clareia, tenho um guerreiro a me defender
Firmo o ponto pro meu orixá no terreiro
Pelas matas eu vou me cercar, mandingueiro
Mel, marafo e abô
Só com a ajuda do santo eu vou confirmar meu valor
O morro em oração, clamando em uma só voz
Sou a Primeira Estação, rogai por nós!
(Estação Primeira de Mangueira, 2017)⁸.

O trecho apontado refere-se ao samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, que para o carnaval de 2017, trouxe o enredo *só com a ajuda do santo*, assinado pelo carnavalesco Leandro Vieira. A proposta da agremiação carnavalesca foi apresentar a pluralidade de religiões praticadas no Brasil, incluindo a umbanda e o candomblé. Nota-se referências a orixás do candomblé como Iemanjá e Ibeji, do terreiro como o espaço em que ocorre a prática religiosa, e, por fim, a relação dessa multiplicidade religiosa com a própria escola de samba, um lugar que contempla foliões de inúmeros credos, raças e vivências.

Já as escolas de samba Unidos de Padre Miguel 2017 e a do Império da Tijuca 2018, buscaram apresentar os respectivos enredos: *Ossaim: o poder da cura* e *Olubajé – Um banquete*

⁸ Os compositores do samba-enredo são Flávio Horta Jr, Gabriel Martins, Igor Leal, Junior Fionda e Lequinho

para o rei. Mesmo que as escolas de samba pertençam a “série A”, isto é, o grupo de acesso do carnaval carioca, não as impediu que desenvolvessem um trabalho sério e digno. Os enredos dão ênfase a dois orixás, Ossaim e a festa anual em homenagem a Obaluayê.

Vai ter xirê, ogans e alabê
Ossain mutumbá
Hoje a Unidos de Padre Miguel
Tem o poder de curar
Os tambores na floresta são clamores pela cura
A raiz se manifesta onde a seiva se mistura
Cai a tarde, vai cruzar o céu, eye
O olhar sagrado vai resplandecer
A quem foi um dia escravo senhor do axé (axé)
Ossain macera as folhas a fé
Ossain prepare os pilões
A sua missão é legado de Olodumaré
(Unidos de Padre Miguel, 2017)⁹

A Unidos de Padre Miguel, com o enredo sobre Ossain, assinado pelo carnavalesco Edson Pereira, explana acerca das práticas de culto desse orixá. Na cultura afro-brasileira, a importância de Ossain está ligada à folha e o poder de cura.

Reverenciar a folha e pedir licença ao seu patrono que é Ossaim demonstra que o homem é apenas parte de conjunto natural e harmônico, o ser humano não é o dono de tudo, mas parte de um complexo e organizado. No encantamento das folhas, a palavra adquire um poder de ação muito forte, porque ela está impregnada de axé, essas palavras rituais, ofó, mobilizam o axé quando pronunciada de acordo à dinâmica litúrgica. Por isso as palavras estão carregadas de emoção, da história pessoal e do poder daquele que a profere. A palavra é atuante e pronunciada no momento certo induz à ação. No universo religioso afro-brasileiro a fala é transmissora do saber que desperta o poder mágico da folha. (BOTELHO, 2010, p. 5).

Destarte, na prática do candomblé, conhecer as folhas faz parte do processo religioso. A saudação se dá através do tambor, que ecoa pela floresta e clama pela cura. Destaca-se também, o enredo “Olubajé – um banquete para o rei”, da Império da Tijuca para o carnaval de 2018, assinado pelos carnavalescos Jorge Caribé e Sandro Gomes. O samba-enredo nos exprime alguns elementos para debate:

Quando Nanã gerou
Entregou seu filho a Yemanjá
Com todo amor ela cuidou
E lhe curou, na imensidão do mar
(Império da Tijuca, 2018)¹⁰

⁹ W. Corrêa, Samir Trindade, Claudio Russo, Marquinhos, Alan Santos, Jr. Beija-Flor, Carlinhos do Mercadinho e Cabeça do Ajax.

¹⁰ Márcio André, Elson Ramires, Núia Rodrigues, Paulo Lopita 77 e Samir Trindade.

Nota-se que o enredo inicia com a trajetória de vida de Obaluaiê até o momento em que este se torna um “poderoso guerreiro, feiticeiro e caçador, que se cobria com a palha da costa, não apenas para esconder as chagas, mas porque agora o seu corpo brilhava como a luz do sol”¹¹. Essa representação de Olubajé pode ser observada na logo do enredo e na última alegoria da escola de samba.



Figura 1: Logo de enredo da Império da Tijuca 2018.
Fonte: Site da escola de samba Império da Tijuca

¹¹ Trecho retirado da sinopse da escola de samba Unidos de Padre Miguel 2017. Disponível em: <<http://www.galeriadosamba.com.br/carnavais/unidos-de-padre-miguel/2017/166/>>. Acesso em: 05 de junho de 2018.



Figura 1: Última alegoria do Império da Tijuca 2018.

Fotografia de: Allan Duffes e Magaiver Fernandes

Focaliza-se nessas imagens a representação de Obaluaíê. Destacam-se a festança para esse orixá, em que pipocas e a comilança ganham protagonismo na imagem. As cores em tonalidade de palha também são realçadas e nas laterais da alegoria, as mães de terreiro ganham ênfase. O corpo escondido pela palha também faz parte do arquétipo do orixá, e assim, foi representado na passarela do samba.

Chama atenção, o fato da recorrência de temas ligados as cosmovisões. Ao pensarmos no Brasil, muitas pessoas têm disparado ataques contra as religiões afro-brasileiras, reduzindo-as a bruxaria, feitiçaria e ao diabo. Essas visões intolerantes acerca, principalmente, do candomblé e da umbanda, fazem com que pessoas invadam e destruam terreiros. Portanto, os enredos que abordam essa temática se fazem necessário, sobretudo para que o conhecimento possa circular por diversos setores da sociedade, tendo em vista, que os desfiles das escolas de samba são transmitidos para diversos pontos do Brasil e do planeta.

Podemos refletir também sobre os enredos que denunciam processos históricos, que apesar do tempo, as feridas ainda estão expostas. Salienta-se aqui o enredo da Paraíso da Tuiuti, que levou para o sambódromo, em 2018, o enredo “Meu Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão?”. A primeira impressão, parece uma simples pergunta que está ancorada num passado estático e inacessível. Entretanto, a sua proposta é mais complexa, densa e provocativa, principalmente por entender a escravidão no Brasil como um processo histórico que guarda consigo reverberações em nosso tempo presente (ROUSSO, 2016). Assim, são colocadas em

evidencia, sobretudo, às políticas públicas do atual governo (in)legítimo do Brasil, acerca das relações trabalhistas e dos direitos dos afro-brasileiros na atualidade.

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela
É sentinela na libertação
(Paraíso do Tuiuti, 2018)

Os versos incisivos e enfáticos demonstram o posicionamento de uma escola de samba perante as questões sociais. Ao se intitular como quilombo da favela, apresenta-se como forma de resistência as reverberações na atualidade. Esse trecho do samba-enredo se abraça com uma passagem da sinopse, em que fala acerca do processo de escravização no Brasil.

Levou uma raça a oferecer-lhe da própria carne. Separou famílias, subjugou reis, aprisionou guerreiros, reduziu seres humanos a mercadorias. Calunga Grande muito ouviu os lamúrios dos Tumbeiros abarrotados em sua ordem. Calunga Pequena muito acolheu os vencidos pela sua sentença. Plantou seus filhos em nossos canaviais, cafezais e minas de ouro e diamantes. Lavou com sangue negro o chão das senzalas e os pés-de-moleque das cidades¹².

Portanto, o trabalho em questão buscou refletir pelo modo como estas escolas de samba estabelecem relações com o continente vizinho, pensando também nos processos afro-diasporicos. É válida a positivação do negro, tendo em visto as subjugações em que essa raça sofreu ao longo de sua história, contudo, devemos tomar cuidado para não essencializá-la, associando apenas com o continente africano. Um exemplo disso se observa no enredo “As mil e uma noites de uma Mocidade pra lá de Marrakesh...”, da Mocidade Independente de Padre Miguel, apresentado no carnaval de 2017. Quando o enredo foi anunciado pela mídia impressa, exemplo do site carnavalesco¹³, não foi difundido como um “enredo afro”, alcunha recebida quando uma escola de samba homenageia um país africano.

Assim, observamos que as leituras sobre a África são múltiplas, perpassando pela positivação do negro, entrando no debate sobre raça, apresentando as questões da oralidade e resistência, finalizando com a temática da cosmovisão. Evidentemente que os enredos não estão fechados nessas questões, eles transversalizam essas temáticas. A escola de samba é formada por sua comunidade, por pessoas, sobretudo, negras e de favela, que carregam consigo vivências e experiências de uma sociedade racista e excludente.

¹² Disponível em: < <http://liesa.globo.com/2018/por/03-carnaval/enredos/paraiso/paraiso.html>>

¹³ Redação Carnavalesco. Marrocos é o enredo da Mocidade para o carnaval de 2017. Disponível em: <http://www.carnavalesco.com.br/noticia/marrocos-e-o-enredo-da-mocidade-para-o-carnaval-de-2017/16887>. Acesso em 08 de junho de 2018.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Patrício Carneiro. Trajetória das religiões afro-brasileiras ou: “como chegamos até aqui?”. UNIFESP. 2013.

COSTA, Haroldo. O samba quando não é carnaval. **Revista do Centro Cultural Cartola**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 46-47, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.cartola.org.br/Rev_Samba.pdf>. Acesso em: 14.05.2018.

FERREIRA, Felipe. Carnaval como fenômeno social e cultural. **Revista do Centro Cultural Cartola**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 53-55, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.cartola.org.br/Rev_Samba.pdf>. Acesso em: 14.05.2018.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HERNANDEZ, Leila Leite. O Pan-Africanismo e Entre a Concepção e a Ação. In: HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea**. Belo Horizonte: Selo Negro, 2005.

Ki-Zerbo, Joseph (1982). **História geral da África: metodologia e pré-História da África**. vol. IV. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO.

LOPES, Nei. Samba em Revista. **Revista do Centro Cultural Cartola**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 12-17, Ago. 2009. Entrevista concedida a Aloy Jupiara. Disponível em: <http://www.cartola.org.br/Rev_Samba.pdf>. Acesso em: 14.05.2018.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. Estudos Avançados. 2004.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

BOTELHO, Pedro Freire. O Segredo das folhas e os rituais de cura na tradição afro-brasileira. **VI Enecult**. 25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBa – Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24807.pdf>>, acesso em: 15 de junho de 2018.

A LEITURA DELEITE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

ENJOY-READING ON TEACHER'S FORMATION

*Ellem Rudijane Moraes de Borba
Mestranda/PPGE-UFPEL
ellemsdj@gmail.com*

*Maristani Polidori Zamperetti
Doutora/PPGE-UFPEL
maristaniz@hotmail.com*

RESUMO

A leitura de textos literários favorece o contato com estético e o lúdico, estimula a imaginação e a fantasia e permite o contato com novos conhecimentos estabelecendo um estreito vínculo entre ficção e realidade. Porém, o texto somente se converte em objeto de arte mediante o olhar que o constitui como tal, contudo este olhar precisa ser educado para tal fim, especialmente o olhar do professor. A função da arte na educação consiste em proporcionar experiências sensíveis e vivências que não estão presentes no cotidiano, em permitir o simbólico e o ficcional de outros universos, logo, a experiência com da leitura literária deve ser acompanhada de reflexão sobre a experiência estética. Partindo da perspectiva de necessidade de uma maior aproximação entre o professor e a Literatura, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre as contribuições da Leitura Deleite na formação do professor leitor. Nesse contexto, compreende-se a Leitura Deleite como um momento destinado ao prazer e fruição da leitura, com a capacidade de proporcionar a ampliação de saberes e o contato com diversos textos. A prática da atividade de Leitura Deleite na vida cotidiana do professor aponta para uma reaproximação desse profissional com a leitura literária, que pode viabilizar um contato mais intenso entre criança e Literatura em um movimento no sentido de formá-las e torná-las leitores proficientes.

Palavras-chaves: Leitura Deleite. Formação de leitores. Leitura Literária.

ABSTRACT

Reading literary texts allows not only the contact with aesthetic features and ludic activities, but also it encourages the development of imagination, fantasy, provides suitable conditions for enlightenment, and the formation of the dividing line between fiction and reality. Taking the gradually growing need for approximation between teacher and literary reading as starting point, the present paper sets out to reflect on the contribution of leisure reading to the teacher-reader's formation. Furthermore, this study provides an overview of previous research on the issue. In doing so, we seek to explore the ways in which researchers have thoroughly attempted to understand the role of reading in teacher's formation. The findings from this study confirm the importance of leisure reading, which is regarded as a moment of pleasure able to extend knowledge and contact with many texts in teacher's everyday life. Besides, the results highlight the necessity of interweaving that education professional with literary reading. Consequently, these findings indicate that by merging together teacher and reading, it may be possible to establish powerful children - Literature interaction so as to turn them into proficient readers.

Keywords: Leisure reading. Reader's formation. Literary reading.

Introdução

Partindo da necessidade de uma maior aproximação entre o professor e a leitura literária, o presente artigo realiza uma reflexão sobre as contribuições da Leitura Deleite na formação do professor leitor, apresentado uma breve revisão de pesquisas sobre o tema. Este trabalho emerge de um projeto de pesquisa maior em desenvolvimento, cujo objetivo volta-se à análise de possíveis modificações nas práticas de leitura pessoal dos professores alfabetizadores em decorrência das atividades de Leitura Deleite, realizadas nos Cursos de Formação de Professores do PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012). O interesse neste tema deve-se ao papel altamente significativo dos professores na promoção e orientação da leitura, o que envolve o constante desenvolvimento de sua condição de leitor, principalmente a partir da vivência cotidiana dessa prática. Portanto, o investimento em uma formação leitora para os professores potencializaria a formação de leitores e o alcance de melhorias nos índices de alfabetização.

Este artigo encontra-se dividido em duas partes. A primeira reflete sobre as práticas de leitura e as funções que a Literatura desempenha na formação humana. A segunda considera a necessidade de maior aproximação entre os docentes e a atividade de leitura por prazer e fruição, visto que formar o aluno leitor também envolveria o investimento na formação do professor leitor. Ao final, as articulações das ideias desenvolvidas nesses itens constroem as conclusões da pesquisadora frente ao objetivo deste trabalho.

A leitura na formação humana: pressupostos da Leitura Deleite

O conceito de Leitura Deleite adotado no presente trabalho não se restringe apenas às atividades de leitura desenvolvidas em sala de aula, como as leituras realizadas pelo professor com suas crianças, mas a todas aquelas práticas de leitura que envolvem o ler pelo prazer, fruição e sobretudo deleite, motivo pelo qual deveriam romper os muros da escola e estar presentes de forma constante no cotidiano estudantes e professores. Ao caracterizar esse tipo de leitura, Alves (2005) afirma que as coisas do mundo se dividem em duas ordens, a ordem do “útil” e a ordem do “frui”. O autor usa a metáfora da caixa de coisas inúteis, que seria sustentada pela:

[...] mão esquerda, a mão do coração. Essa caixa está cheia de coisas que não servem para nada. Inúteis. Lá estão um livro de poemas de Cecília Meireles, a “Valsinha” do Chico, um cheiro de jasmim, um vento no rosto, uma sonata de Mozart, o riso de uma criança, um saco de bolas de gude [...] (ALVES, 2005, p.12)

Valendo-se da imagem mental de um corpo, que na mão direita carrega uma caixa de

ferramentas e na esquerda uma caixa de brinquedos, o autor discorre sobre os saberes que o ser humano precisa desenvolver no transcorrer de sua vida. Entre esses saberes está a utilização das “ferramentas”, objetos da ordem do “útil”, que o homem precisa lançar mão para sobreviver e se adaptar ao mundo que o cerca. A Leitura Deleite poderia se encontrar na caixa da mão esquerda, na caixa de brinquedos, na qual estão os objetos da ordem, da fruição, do prazer. “Coisas inúteis” e por isso mesmo imprescindíveis na vida do homem, visto serem portadoras de amor e de alegria com base no deleite. Contudo, o livro também se apresenta como objeto de saber, por isso pode-se pensar nele como pertencente à caixa de ferramentas, já que é portador de conhecimentos adquiridos pela humanidade através dos tempos, portanto, pertencente à ordem dos objetos úteis. Desse modo a leitura além facilitar o acesso ao prazer e à emoção tem a capacidade de atuar como objeto de ensino, o que torna essas dimensões complementares na vida do ser humano.

Investir na formação leitora do professor envolve atuar na mediação da leitura no ambiente escolar, já que o mediador constrói uma ponte entre o autor e o público, apresentando os autores e suas palavras com o objetivo de despertar a sensibilidade para o qual aquela construção poética foi pensada. Essa ideia de construção poética se refere a “[...] uma colocação específica da consciência, pela qual os objetos são apreendidos de outro modo que não o corriqueiro. Tal consciência revela a dimensão poética, ou estética, das coisas ao redor” (DUARTE JÚNIOR, 2010, p. 73). Contudo, nem toda a construção poética resulta neste formato, podendo aparecer em outras formas como quadros, música, obras de arte, ou até mesmo, em textos na forma de prosa, ou seja, a construção poética depende do olhar poético do autor sobre o mundo e da percepção do leitor. Importante ressaltar aqui que os processos de construção e recepção dos textos não ocorrem de forma linear, envolvem elementos conscientes e inconscientes do artista e do leitor, que muitas vezes escapam à linearidade e à classificação, já que criação trabalha em um campo não convencional, sendo que o impacto da produção artística geralmente não pode ser controlada.

A leitura literária, por ser uma experiência estética que envolve o intelecto e a cognição, mobiliza sensações, percepções, consciência e reflexão, dessa forma, a leitura literária necessita das conexões de sentidos, ou seja, conexões estéticas que possibilitem o despertar das emoções estéticas presentes naquela obra. O leitor apreende os sentidos oferecidos pela leitura por meio da visão, travando um primeiro contato com o produto gráfico livro ou mesmo em outros formatos como, por exemplo, os *e-books*¹⁴. O público, pela sonoridade da leitura tem a

¹⁴ E-books, livros digitais, ou até mesmo livros eletrônicos, são termos cunhados que representam um mesmo

possibilidade de, mediante a audição, apreciar a beleza daquela construção. Todas as palavras grafadas no texto foram pensadas, cuidadosa e estrategicamente para despertar determinadas emoções e sentimentos no leitor. Portanto a mediação só se dá através da leitura do texto por inteiro, ou seja, o encontro entre a obra e público só ocorre se o mediador tiver em mente quais emoções podem ser despertadas a partir da sonoridade proporcionada pela leitura do texto. Dessa forma, o ato de mediação da leitura também significa um ato de elaboração da sensibilidade.

Duarte Júnior (2010) aponta dois modos de relacionamento do homem com o mundo: percepção prática e percepção estética. Na percepção prática, os objetos são considerados pela sua utilidade, ou pela sua funcionalidade, tendo a linguagem para condicionar, enquadrar e classificar esses objetos. Esse modo prático de relação possibilita ao homem a sobrevivência e a construção de instrumentos que servem para facilitar sua vida. Esses instrumentos podem ser materiais, como as ferramentas ou equipamentos diversos ou simbólicos como as teorias ou a linguagem.

Para a percepção estética, ao contrário, a função dos objetos não é importante, mas sim sua forma e o modo como ela é percebida e simbolizada pelo homem. Essas formas atuam de maneira subjetiva no ser humano e podem espelhar e revelar as emoções e os sentimentos de acordo com as particularidades únicas despertadas por esses objetos e por sua relação com a memória individual a eles relacionada. Duarte Júnior (2000; 2010) reflete sobre o quanto uma maior aproximação entre a sensibilidade e o intelecto, ou entre a percepção estética e a percepção prática poderiam contribuir para a educação.

De pronto e ao longo da vida aprenderemos sempre com o “mundo vivido”, através de nossa sensibilidade e nossa percepção, que permitem nos alimentarmos dessas espantosas qualidades do real que nos cerca: sons, cores, sabores, texturas e odores, numa miríade de impressões que o corpo ordena, na construção do sentido primeiro. O mundo, antes de ser tomado como matéria inteligível, surge a nós como objeto sensível. (DUARTE JÚNIOR, 2000, p.15).

Para o autor, o saber sensível se relaciona com diversos conhecimentos do ser humano, desde o saber corporal aos processos mais complexos como raciocínio e reflexão, sendo o tipo de saber que serve de possibilidade para todos os outros conhecimentos, entre eles o educacional. Desse modo, o mundo se apresenta antes de mais nada como objeto sensível, não podendo ser compreendido somente com a inteligência e o raciocínio.

objeto, sendo considerados livros independente do suporte e gênero. (RIBEIRO, 2013, p. 05).

Paulino (2014, p. 177) se refere à leitura literária como uma prática cultural e artística capaz de proporcionar ao leitor uma sensação de prazer, estabelecendo um pacto entre leitor e texto em uma dimensão imaginária através do contato com outros universos e emoções “em que nascem seres diversos, com suas ações, pensamentos, emoções”, favorecendo assim, a dimensão imaginária do ato de ler. Logo, a leitura literária tem a possibilidade de proporcionar a experiência mais completa da leitura. A fantasia presente na obra literária quase nunca é pura, pois e se refere invariavelmente a determinada realidade inerente à sociedade em que ela está inserida, dessa forma, a imaginação e a realidade possuem uma estreita ligação.

Paiva, Maciel e Cosson (2010, p. 32), concordam com a validade do texto literário como o mais adequado para o desenvolvimento da atividade de Leitura Deleite, já que a Literatura é um poderoso instrumento educacional podendo ser utilizada nos currículos escolares como equipamento intelectual e afetivo, o que favorece redescobrir sentimentos, emoções e visões de mundo.

Os gêneros literários talvez sejam dos mais significativos para a formação de um acervo cultural consistente. De um lado, como os textos literários costumam propositadamente trabalhar com imagens que falam à imaginação criadora, muitas vezes escondidas nas entrelinhas ou nos jogos de palavras, apresentam o potencial de levar o sujeito a produzir uma forma qualitativamente diferenciada de penetrar na realidade. De outro, podem provocar no leitor a capacidade de experimentar algumas sensações pouco comuns em sua vida [...]. (PAIVA, MACIEL E COSSON, 2010, p. 32)

Candido (2002) sustenta que uma das funções sociais da Literatura consiste na capacidade de confirmar a humanidade do homem, assim, a obra literária mostra-se como objeto de conhecimento além de ser capaz de sintetizar e projetar a experiência do homem não só de forma individual, mas, considerando o grupo social em que está inserido. Dessa forma, a Literatura constitui veículo da expressão do homem e também ferramenta para sua própria formação. A função humanizadora da Literatura transparece principalmente na construção da obra, na organização das palavras, no ritmo e na forma como o conteúdo literário é apresentado, essa função faz com que se estabeleça conexão com os sentimentos do leitor e permite ao conteúdo adquirir forma e significado e atuar nas capacidades de ver e sentir do ser humano.

Portando, conclui-se que a leitura possui poder formativo e se apresenta como parte integrante do capital cultural humano, o que a torna capaz de possibilitar formas de educação ampliadas, possíveis de transcender a função escolar. A Literatura “[...] é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade” (CANDIDO, 2002), condição que a torna direito fundamental do ser humano, visto ser o sonho e a fantasia inerentes à essência humana. Além disso, a Leitura Deleite, por ser uma manifestação artística, atua na

percepção estética e possibilita aproximação entre o intelecto e a sensibilidade, favorecendo construção de conhecimentos e experiências em todos os contextos da vida, logo, essa atividade não precisa se condicionar ao espaço escolar, podendo se tornar presença constante no cotidiano não só dos alunos, como também dos professores.

A Leitura Deleite na formação do professor leitor

O ler pelo prazer de ler está se tornando uma opção didática consideravelmente produtiva nas salas de aula. Segundo o material trabalhado no PNAIC, a Leitura Deleite se caracteriza por ser um momento destinado ao:

[...] prazer e reflexão sobre o que é lido, sem se preocupar com a questão formal da leitura. É ler para se divertir, sentir prazer, para refletir sobre a vida. Tal prática, no entanto, não exclui as situações em que se conversa sobre os textos, pois esse momento também é de prazer, além de ser de ampliação de saberes (BRASIL, 2012, p. 29).

Portanto, essa atividade objetiva estimular o gosto pela leitura e refletir sobre as diversas funções que ocupa na vida social do indivíduo. A Leitura Deleite deve possibilitar o contato com diversos textos e favorecer o alcance de novos conhecimentos, além de estimular a criatividade e promover a imaginação e a fantasia, assim como estabelecer uma nova aproximação entre leitor e texto através da valorização do prazer e da fruição do ato de ler.

Ao abordarem a mediação do professor nos processos de leitura literária, Paiva, Maciel e Cosson (2010), veem a importância de propor a fantasia e estimular a imaginação da criança, para isso, faz-se necessário a oferta de textos de boa qualidade, capazes de favorecer um olhar para a diversidade de linguagens que integram o mundo. A preocupação docente não deveria se restringir ao que ensinar, mas considerar a experiência de leitura em todas as suas dimensões sensoriais, entre elas o tato, relacionado ao prazer com manuseio dos livros, que envolve as texturas do papel, as ilustrações, o planejamento gráfico. O professor precisa ler a obra como um leitor comum, deixar-se envolver espontaneamente pelo texto, sem outro objetivo além do prazer e a fruição.

Outro fator importante que interfere diretamente na tarefa de mediação leitora do professor diz respeito a problemas na sua história de leitura e qualificação profissional. Esse fato faz com que muitos professores não se interessem por ler ou contar histórias para seus alunos. Dentre os motivos para esse pouco envolvimento com a leitura está o pouco contato com os livros durante a infância ou em consequência de uma qualificação docente incapaz de aproximar ou reaproximar o professor com a Literatura. Essa aproximação torna-se

fundamental para um maior contato das crianças com as obras literárias, e para o alcance do objetivo de formá-las e torná-las leitoras proficientes.

Ser mediador da leitura é conseguir compartilhar com a criança. Quando o professor é um entusiasta da leitura e comunica esse entusiasmo às crianças, existe grande possibilidade de que estas sejam seduzidas pela leitura, por conta da curiosidade sobre o que está sendo lido. É muito importante que a criança veja o professor lendo. Nos momentos em que as crianças leem silenciosamente, é interessante que o professor o faça também, de modo que o ambiente escolar seja visto como lugar agradável do exercício da leitura para ambos (PAIVA; MACIEL; COSSON, 2010, p. 51).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 43), a “leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, uma necessidade pessoal”. Desse modo, a leitura se apresenta como uma ferramenta potencial para a aprendizagem e para uma educação de qualidade e contribui para o desenvolvimento social, cultural e intelectual do leitor. A prática da leitura viabiliza o acesso ao conhecimento e à cultura oferecendo possibilidade de colaborar para o desenvolvimento do intelecto, assim como, estimular o raciocínio e melhorar o vocabulário. De acordo com Zilberman (1993), essa atividade repercute de forma positiva na fala e na escrita do aluno, além de melhorar seu domínio cognitivo e mobilizar nas suas emoções e preferências.

A escola por ser um ambiente propício ao desenvolvimento e às transformações sociais e culturais, tem como um de seus maiores desafios melhorar os índices para a formação de leitores, visto ser essa atividade fundamental para o acesso a um conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e necessários para o exercício da cidadania. Dessa forma, o ambiente escolar se apresenta como um dos principais espaços aptos a aproximar os estudantes brasileiros dos textos escritos. Embora a leitura se caracterize como uma atividade não apenas escolar, mas social, inevitavelmente, muitos são os modelos de produção escrita capazes de contribuir para o letramento dos jovens e crianças, a autora acredita que privilegiar a leitura literária representa uma excelente alternativa para transcender a função escolar da leitura, além de possibilitar o alcance de um dos principais objetivos da educação, que é inserir o aluno nessa prática social.

[...] a obra de ficção, fundada na noção de representação da realidade, exerce tal papel sintético de forma mais acabada, fazendo com que leitura e literatura constituam uma unidade que mimetiza os contatos materiais do ser humano com seu contorno físico, social e histórico, propondo-se mesmo a substituí-los (ZILBERMAN, 2009, p. 32-33).

A Leitura Deleite, entendida como aquela feita exclusivamente por prazer, diferencia-se de outros tipos de leitura que permeiam a vida em sociedade, principalmente a dos professores, por ser a leitura uma importante ferramenta de trabalho que lhes possibilita ampliar e qualificar

suas práticas, além de facilitar a descoberta de outros modos de resolução de problemas, fornecendo ferramentas adequadas para lidar com os problemas que encontram para “sobreviver na profissão”¹⁵.

A profissão docente exige certo número de saberes particulares que servem de base para a sua prática. Este repertório de saberes, próprio da profissão, não deve ser separado do conjunto de saberes que o professor, enquanto indivíduo possui, eles são inerentes a sua experiência de vida pessoal e são denominados saberes “culturais e pessoais”. Gauthier (1998) salienta que a distinção entre saberes docentes e “saberes e pessoais” é bastante abstrata, porém permite que a pesquisa sobre os saberes docentes não se perca na imensidão dos saberes possuído por cada indivíduo, visto que diversos saberes podem ser mobilizados para fins específicos ao ensino e podem ser utilizados em sala de aula. A leitura literária, por exemplo, se caracteriza como um tipo de saber específico de quem tem esse tipo de leitura presente em seu cotidiano. Esses saberes podem ser colocados em prática nas atividades de leitura que o professor venha a realizar na sala de aula com as suas crianças. Nóvoa (1995), considera a importância de investimento na elaboração de um conhecimento pessoal inserido em um conhecimento profissional, capaz de ultrapassar as dimensões técnicas ou científicas da profissão. O autor reforça que os cursos de formação de professores deveriam dedicar uma atenção especial às dimensões pessoais da profissão docente: “[...] ensinamos aquilo que somos e que naquilo que, somos, se encontra muito daquilo que ensinamos [...]” (NÓVOA, 2009, p. 212), o que reforça a necessidade de um trabalho sobre si, através da autorreflexão e da autoanálise.

Assim, com o objetivo de refletir sobre as concepções de leitura presentes nos trabalhos com os textos, os contextos de produção e sobre a mediação da escola e do professor no processo de formação de leitores, faz-se necessário que a principal recomendação para que o ensino da leitura em sala de aula seja produtivo que o professor seja um bom leitor, além gostar de ler e ter a leitura presente em seu cotidiano, o que torna conveniente compreender como as práticas de leitura por deleite se fazem presentes na vida pessoal do professor e na formação.

Logo, pode-se considerar que o objetivo da presença de um momento permanente para os professores desfrutarem do ler por prazer em um curso de formação continuada, como ocorria, de maneira permanente, na dinâmica dos encontros do PNAIC, teria o propósito de proporcionar uma reaproximação entre estes e a leitura, além de uma tentativa para recuperar o

¹⁵ Tardif (2012), sistematiza a noção de Saberes Práticos de Sobrevivência a partir da junção dos conceitos de saberes e das diversas abordagens que os professores se utilizam para tentar resolver as adversidades que surgem no transcorrer do ofício docente.

prazer e o hábito da leitura que por um motivo ou outro, esses professores tenham perdido com o passar do tempo:

A formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto de saber a experiência (NÓVOA, 1992, p. 25).

Para encerrar essa reflexão é importante salientar que uma nova corrente de estudiosos da educação, entre eles Nóvoa (1992, 1995), Tardif (2012), Roldão (2007), Gauthier (1998), Pimenta (2012) entre outros, reconhecem que não é possível construir uma pedagogia que ignore a dimensão pessoal e profissional do trabalho docente. Dessa forma as técnicas ou os conhecimentos utilizados em sala de aula não são tão importantes quanto a forma como cada um vive a profissão. Portanto, identidade profissional se constrói a partir do equilíbrio entre as características pessoais e a trajetória profissional do professor, logo, é possível pensar a formação de professores em um amplo sentido, capaz de envolver a sensibilidade, emoção, as ligações afetivas, o que valida a presença dos saberes literários entre os conhecimentos docentes.

Assim, a prática da Leitura Deleite se apresenta como uma forma produtiva de investir não apenas na qualificação do professor como mediador da leitura, mas como leitor e também na sua formação pessoal, sensível e estética, contribuindo assim, para a uma maior valorização da identidade desse profissional através da valorização de seus saberes pessoais.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo realizar uma reflexão sobre a importância da Leitura Deleite na formação do Professor Leitor, subsidiando essa perspectiva com um referencial bibliográfico que aponta para a importância da leitura na formação docente. Caracterizada por proporcionar momentos de prazer e fruição da leitura além de oferecer ao leitor uma forma de ampliação de saberes e o contato com diversos textos, entende-se que essa a Leitura Deleite pode contribuir de forma positiva para a formação leitora do professor, visto que possibilita uma maior aproximação entre o professor e a leitura literária.

A leitura literária é uma prática cultural de natureza artística, se caracteriza por sua capacidade de promover uma forma de experiência estética passível de mobilizar sensações e conexões de sentidos, favorecendo a apreciação da obra literária de forma integral, esse tipo de leitura tem a potencialidade de colaborar com a formação humana do professor, assim como viabilizar outros conhecimentos que transpõem às questões que envolvem a inteligência e o

raciocínio, mas mobilizem outros saberes da ordem do sensível. Justamente, por ser uma manifestação artística, a Leitura Deleite atua na percepção estética e possibilita uma maior aproximação entre o intelecto e a sensibilidade, favorecendo construção de conhecimentos e experiências em todos os contextos da vida do ser humano. Essa atividade não precisa se condicionar ao espaço escolar, podendo se tornar presença constante no cotidiano não só dos alunos, como também dos professores.

Logo, de acordo com a corrente de teóricos da educação na qual foi embasado esse trabalho, percebe-se a importância de eleger um projeto educacional voltado para valorização da aproximação entre o indivíduo e a realidade na qual está inserido, priorizando uma maior aproximação entre as dimensões pessoais e profissionais, reconhecendo que a dimensão sensível humana também é uma forma de saber que deveria ser incorporada, integrada aos saberes docentes e por conseguinte, deve ser apreciada por seus valores estéticos e artísticos, visto que a Literatura pode formar, porém não é um simples instrumento pedagógico ou educacional: "Ela não corrompe nem edifica, portanto, mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o mal, humaniza no sentido profundo, porque faz viver" (CANDIDO, 1972, p. 805).

Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. *Educação dos Sentidos e mais...*. Campinas: Verus Editora, 2005.
- BRASIL. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*: formação de professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa*. Língua portuguesa : Ensino de primeira à quarta série. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 2007.
- CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. São Paulo, Humanitas, 1972.
- _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas cidades, 2002.
- DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. *O Sentido dos Sentidos: a educação (do) sensível*. Biblioteca Digital da Unicampi, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000211363&fd=y>> Acesso em: 11 jun. 2016.
- _____. *A montanha e o videogame: escritos sobre educação* – Campinas: S.P: Papyrus. 2010.
- FAILLA, Zoara. (Org.). *Retratos da Leitura do Brasil 4*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- GAUTHIER, Clermont. *Relação com o saber, formação de professores e globalização*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998. p. 332-402.
- NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1992.
- _____. *Diz-me como ensinas e dir-te-ei que és e vice-versa*. In: FAZENDA, Ivani. *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. *Professores - Imagens do Futuro Presente*, Educa, Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/mzylb/antonio-novoa-novo-livro>>. Acesso em 21/06/2017.
- PAULINO, Graça. *Leitura Literária. Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.
- PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; COSSON, Rildo. (Coord.). *Literatura: ensino fundamental*. In: *Coleção Explorando o Ensino*; v. 20. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). Brasília, 2010.
- PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012 p. 15-38.
- ROLDÃO, Maria do Céu. *Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional*. *Rev. Bras. Educ.*, Abr 2007, vol.12, n.34, p. 94-103. ISSN 1413-2478.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ZILBERMAN, Regina. *A leitura na escola*. In: ZILBERMAN, Regina. (Org). *Leitura em crise na escola*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- _____. *A escola e a leitura da Literatura*. In: ZILBERMAN, Regina; ROSING, Tania. *Escola e Leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009

CÁGADA: O ESPAÇO E A REGIÃO IMAGINÁRIA

CÁGADA: THE SPACE AND IMAGINARY REGION

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

Mestranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da UPF

Bolsista FUPF

E-mail: glaucia.zinani@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a obra ficcional *Cágada* (ou a história de uma cidade ao passo de) de Gladstone Osório Mársico, publicada em 1974, a fim de perceber o contexto histórico e a representação na literatura do espaço imaginário em torno de uma colônia judaica e seus sujeitos. O cotejo entre Literatura e História, permite traçar um perfil: e compreender o processo histórico de formação da colônia judaica de Quatro Irmãos, no município de Erechim.

Palavras-Chave: Cágada. História. Literatura.

ABSTRACT

The present article analyzes the fictional work *Turd* (or the story of a city to step on) of Gladstone Osório Mársico, published in 1974, in order to perceive the historical context and representation in literature of the imaginary space around a jewish colony and their subjects. The comparison between Literature and History, allows to draw a profile: and to understand the historical process of formation of the Jewish colony of Quatro Irmãos, in the municipality of Erechim.

Keywords: Turd. History. Literature.

Introdução

O município de Erechim situa-se na região norte do Rio Grande do Sul. No início do século XX em seu território, localizava-se a Fazenda Quatro Irmãos, onde foi instalada em 1891 uma colônia judaica pela *Jewish Colonization Association* (ICA) que foi emancipada em 1996.

A criação da colônia e depois do município de Erechim teve início em 1908 coordenada pela “Comissão de Terras” e Colonização de Passo Fundo, dentro da política do governo estadual de proceder a demarcação dessas terras e sua posterior colonização. Antes da instalação de colonos e imigrantes judeus, dessa região já contava com a ocupação de remanescentes indígenas e caboclos, na condição de posseiros, bem como de proprietários de terras.

Esse contexto histórico da colonização foi tema da obra literária satírica intitulada *Cágada* (ou a história de uma cidade ao passo de) publicada em 1974 por Gladstone Osório Mársico. Nasceu em Erechim-Viadutos 5 de abril de 1927, faleceu em 23 de abril de 1976, filho de imigrantes italianos-alemães, desempenhou atividades como escritor, sendo um dos

advogados da ICA, vereador, a biblioteca pública e uma das ruas de Erechim, homenageiam-no com seu nome. Uma das obras de Mársico foi destaque em âmbito nacional a revista veja 05.04.1972 considerou Gladstone como o melhor talento satírico da literatura brasileira, por ocasião do lançamento da obra *Cogumelos de outono*.

A trajetória de vida de Gladstone Osório Mársico está intimamente ligada à história de Erechim, e sua participação na vida política, social e cultural do município é relevante e inquestionável. Assim, entende-se que o estudo da obra *Cágada* poderá constituir uma contribuição importante para a história local e regional, pois Mársico é um personagem representativo de seu tempo e da instituição que o integrava.

O artigo também é estudo historiográfico regional que possibilita valorizar a peculiaridade da região do Alto Uruguai, num recorte da cidade de Erechim, para chegar no recorte da Fazenda Quatro Irmãos.

Para dar conta do tema, primeiramente o artigo abordará a base teórica da representação do imaginário na História Regional. Posteriormente, abordará dois recortes: o primeiro é o espaço e a região imaginária da cidade de Erechim, e o segundo recorte é o espaço imaginário da colônia Quatro Irmãos.

Representação do imaginário na História Regional

No século XX ocorreu a renovação historiográfica, do movimento francês de *Annales* que possibilitou a ampliação de campos de estudo do historiador. Dessa forma, o estudo requer intensificar a interdisciplinaridade com outros campos como a Geografia ciência que estuda o conteúdo espacial, com a Literatura através do espaço imaginário e literário, e com outras disciplinas que ofereçam novas possibilidades metodológicas teóricas.

Barros (2005) salienta que a História Local ou História Regional oferece detalhes no estudo de uma determinada região abordando questões econômicas, culturais, políticas, e sociais. Valorizando áreas de espaço que antes não eram vistas com tanta especificidade, esse estudo historiográfico valoriza o minucioso que antes foi ignorado, mas não desvaloriza o contexto maior que continua a pertencer essa região. Sobre o conceito de região (BARROS, 2005, S/P), salienta:

Uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios, (...) a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno, (...) as várias dividir o espaço antes indeterminando regiões mais definidas.

De acordo com Caprini (2017) a História regional e a Micro-história não são “a mesma coisa”, a micro-história reduz a escala de observação para perceber aspectos que não

conseguiriam ser vistos numa análise macro, na História Regional, o estudo recorta-se sozinho. A História regional vai estudar o contexto histórico de determinado espaço, para depois com as informações necessárias delimitar esse espaço. A pesquisa regional requer uma pesquisa aprofundada em dados específicos e aproximação do objeto de estudo. Dessa forma, cabe ao historiador fazer o recorte do espaço que pretende analisar.

O historiador deve impor recortes à História que um dia foi vivida e que lhe chega de forma complexa e fragmentada através das fontes. Para realizar o seu trabalho, o historiador deverá operar necessariamente em três recortes, que envolvam respectivamente o “tempo”, o “espaço”, e o “problema” a ser examinado”. (BARROS, 2005, p.119).

O espaço imaginário em análise foi dividido em três recortes: o primeiro diz respeito ao espaço temporal que é por volta de 1893 com a chegada do indígena e do caboclo nas terras do Alto Uruguai, e se estende até 1974 com a publicação da obra intitulada *Cágada*. O segundo recorte associado ao recorte espacial, que vincula-se ao espaço imaginário, a obra em análise faz uma representação da região do Alto Uruguai, especificamente Erechim e uma de suas colônias, a fazenda Quatro Irmãos. No último recorte, a questão do problema é como essa representação de região e espaço, representam na literatura a Colônia Quatro Irmãos. Sobre o espaço imaginário (BARROS, 2005, p. 462), salienta:

As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constitui-se em um espaço social. Mas com as expansões dos domínios históricos que começaram a se verificar no último século, este Espaço também pode ser perfeitamente um “espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura).

Para a análise é indispensável uma elaboração de um conceito (ou de uma noção) de imaginário para José D’assunção Barros cuja obra de referência é História, região e espacialidade (2007) sobre o historiador do imaginário (BARROS, 2007, p. 31) salienta:

O historiador do imaginário começa a fazer uma história quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse quando trabalha os elementos do imaginário não como um fim em si mesmos, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. O imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas.

Dessa forma, o historiador deve fazer uma relação das informações que a obra literária *Cágada* incorporou em seu texto, para a partir do imaginário entender os elementos vinculados. Dessa forma, “o imaginário será aqui visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar vida concreta”. Essa perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário é também estruturante em relação à sociedade que o produz”. (BARROS, 2005, p. 13).

Barros (2006) salienta que ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como

uma região, o esclarecimento dos critérios que conduzem a delimitação são geográficos, político-administrativos, econômicos, culturais.

Nota-se que os critérios que conduziram a delimitação do espaço em análise, são geográficos porque a região do Alto Uruguai faz divisa com Santa Catarina. No segundo critério a questão político administrativa remete ao fato do município de Paiol Grande ser elevado à categoria de município com a denominação de Erechim em 30 de abril de 1918.

Essa colonização gerou aspectos na econômicos e sociais, devido ao crescimento do povoamento e do desenvolvimento na economia para ambos os territórios, na agricultura, na pecuária, no comércio e em outros serviços. De acordo com (BARROS, 2005, p. 127), sobre o historiador criar o território, afirma:

O historiador não é apenas alguém que percebe os poderes e controles que os homens de determinada época estabeleciam sobre o espaço, ele mesmo é também criador de um território, na medida em que ao recortar um objeto de conhecimento estabelece um espaço de poder e de controle através do seu próprio discurso historiográfico. (BARROS, 2005, p.115).

Estabelecer um recorte, enfim, é definir um território historiográfico é crucial para se fazer uma análise na História Regional e analisar o espaço e a região imaginária em *Cágada*. Dessa maneira, o estudo seguirá com o primeiro recorte Erechim: O espaço imaginário em *Cágada*.

Erechim: O espaço imaginário em *Cágada*

Na fronteira do Rio Grande do Sul com o estado de Santa Catarina tem a presença do Rio Uruguai, que facilitou as atividades comerciais da década de 30. Através do comércio da madeira, foram transportados troncos de cedros, angicos, pinheiros, que eram amarrados entre si, em toras levadas em épocas de cheias, ao rio Uruguai, destinadas à San Thomé na Argentina. “Na enchente de São Miguel, 29 de setembro de 1935 foram transportadas 250 mil toras de madeira-de-lei através do Rio Uruguai.”(CHIAPARINI, 2012, p. 132).

A questão do comércio da madeira e do desmatamento tem representação em “*Cágada* (...) possuía variedade de madeiras, aquém do Rio Cansado, madeiras de todos os tipos, desde cedro, canela, até pinheiros (...) árvore desconhecida que acabou sendo uma das causas, a principal de sua perda”. (MÁRSICO, 2006, p. 12). Nesse aspecto, percebe-se que o autor conhecia as matas e o rio Uruguai. Usa o nome fictício rio Cansado para o rio Uruguai, devido suas águas serem lentas e profundas, usa a expressão “a principal causa de sua perda” uma previsão futura sobre o fim dos tempos de lucros com o desmatamento.

Por via das dúvidas e fidelidade à história, convém declarar de início que Cágada não fazia parte de nenhuma republiqueta na América do Sul, e sim, deste nosso Brasil, aqui nos pagos do Rio Grande, na região que os batizadores cartográficos resolveram apelidar de “zona da serra”. (...) Mas no começo mesmo ele não tinha nome oficial de espécie alguma. Era conhecido apenas como “as terras do Bugre Sem Fala” e ficava localizado num extenso planalto que limitava ao sul com o Rio Cansado e ao norte com a Montanha da Caverna. A leste e oeste fora desprovido de limites naturais, pois, de ambos os lados, duas linhas secas o separavam de Nova Floresta, o ex-município-mãe, e de Engenho velho, o ex-distrito-irmão, hoje também elevado à categoria de município. (MÁRSICO, 2006, p11).

Aqui, Mársico caracteriza a localização de Cágada, situava-se no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, também chamado zona da serra. Mársico usa a expressão que no começo “não tinha nome oficial de espécie alguma” porque em 1808 chamou-se Rio Pardo, quando não estava bem definido a questão do da divisão do espaço.

Em Cágada o personagem “Ovo de Páscoa atravessara o Rio Cansado numa canoa, arriscando a vida, só para lhe ganhar uma aposta. (...) E vieram, remando, para as terras da ACA. O rio era cansado mesmo, não tinha muitas corredeiras, embora fundo, mas também não era fácil atravessar.” (MÁRSICO, 2006, p.35). As personagens Babico e Ovo de Páscoa atravessaram o rio Uruguai e passaram pelo rio Passo Fundo de barco. Nesse ponto traz à tona a questão dos intrusos, vindos de regiões vizinhas que chegavam no norte do Rio Grande do Sul de barco atravessando o rio Uruguai, atraídos por notícias animadoras do projeto de colonização. “(...) as notícias sobre o segundo distrito de Nova Floresta corriam célebres pelos municípios vizinhos, além, muito além do Rio Cansado, quase beirando as ribanceiras do Uruguai, na divisa com Santa Catarina”. (MÁRSICO, 2006, p.25).

Analisando aspectos dos habitantes do Planalto Rio Grandense consta que os índios Tapes, Guaranis, e Jês, são considerados os primeiros habitantes do atual território do Rio Grande do Sul. “Os caingangues (kaa = mato + ingáng = morador= habitante do mato são os descendentes do grupo Jês. Eles habitaram as áreas do Planalto- Médio e Norte rio-grandense”. (CHIAPARINI, 2012, p.12).

Mas quando Cágada ainda não tinha nome, era simplesmente ocupada pela tribo do Bugre Sem Fala. Essa pequena tribo surgira ali (...) Vivia da primitiva cultura da mandioca e da cana-de-açúcar. Trabalhava para o gasto e o sustento quando não havia muito sol e adorava uma sombra boa e água fresca. (...) Dormia na caverna da montanha, uma imensa caverna donde se avistava todo o planalto e donde se podia receber como visita, de manhã cedinho, uma réstia de sol ou um borrifo de chuva. A tribo do Bugre Sem Fala ali viveu tranquila e feliz por longos anos até que chegou a companhia inglesa, a proprietária das terras, para colonizá-la. (MÁRSICO, 2006, p.12).

Vale ressaltar, que um dos motivos que mantiveram os conquistadores afastados do alto

Uruguai é a mata fechada e principalmente a resistência dos Caingangues. Nota-se que o termo “bugre” associa-se a imagem do indígena ser nômade e violento. “Quando os bugres souberam das intenções de Mister Glupp, decidiram que a terra era deles e que dali não sairiam”. (MÁRSICO, 2006, p.12). O autor satiriza Namai, chamando-o de “Bugre Sem Fala”, isso vem de encontro a falta de voz que o indígena tinha em frente a empresa colonizadora, que não propôs um acordo, nem dialogou com a população indígena. O autor coloca na voz do papagaio Gimbo, as convicções do índio, palavras com sentido imponente como: trabalho, vida, fome e luta.

Namai era o líder da resistência, um bugre reforçado e com cara de tudo, menos de bandido, e que passou a história de Cágada como o Bugre Sem Fala. Além de mudo ele tinha outra particularidade: somente se fazia entender e ordenar pela voz de um papagaio inseparável chamado Gimbo. (...) Cada vez que ele queria dizer alguma coisa importante para a sua gente, era Gimbo quem falava em seu nome por vocábulos estridentes e nervosos: “trabalho”, “vida”, “fome”, “luta”. (MÁRSICO, 2006, p.12).

A primeira invasão para conquistar a região ocorreu em 1834, quando o território ainda integrava o vasto município de Cruz Alta. “Sob o comando do alferes Bernardo Castanho da Rocha, (...) o grupo partiu de Passo Fundo (...) atingindo os campos de Nonoai. O topônimo foi dado ao local, em homenagem ao líder dos indígenas que habitavam a área”. (CHIAPARINI, 2012, p.24).

Observa-se a semelhança no nome do cacique Namai indígena de Cágada com o cacique Nonoai. Na voz do papagaio gritando a palavra “gringo” mostra o medo e a curiosidade do indígena frente ao estranho, invasor. Os colonizadores sabiam que encontrariam indígenas. “De começo, botou a pele no seguro e trancou a mulher e a filha em casa com medo dos índios comedores de gente”. (MÁRSICO, 2006, p. 33), essa era a visão do invasor que não conhecia a cultura indígena.

Quando Namai, viu a chegada de Mister Glupp, lá do alto de sua caverna, estremeceu. E quando ouviu o barulho da picareta e o derrubar das primeiras árvores, chorou. Mas quando viu e ouviu o imenso ronco daquela máquina que parecia um dinossauro de galochas, sentiu que era aviso de morte. Gimbo não disse nada aquele dia, mas na mesma noite, antes de se recolher, gritou sobre a enxerga de Namai: “gringo”, “gringo”, “gringo”. (MÁRSICO, 2006, p.14).

Chiaparini (2012) menciona que Carlos Torres Gonçalves, foi o engenheiro responsável e diretor da comissão das terras. Gonçalves elaborou um projeto no qual seguia a ideologia da teoria Positivista, levantou dados de como seria a demarcação dos lotes, e da miscigenação.

Carlos Torres Gonçalves constatou a presença dos índios Coroados, que viviam harmoniosamente com os caboclos descendentes do cruzamento de bandeirantes e aborígenes,

mas resistiam ao avanço da colonização. “A saída encontrada para a situação será a destinação de áreas distintas no território da colônia designados de “Toldos”, onde os índios serão instalados”.(CHIAPARINI, 2012, p.30).

Míster Glupp usou de todos os meios suasórios possíveis para expulsar Namai e sua tribo. (...) Não havia conversa, queria as terras desocupadas. Havia terras de sobra para todos, mas ele não queria saber. Queria as terras com tudo, até com bichos, mas não com aquela gente. Míster Glupp encontrou apenas cinquenta e dois corpos congelados e o único vivo era Gimbo. Quanto aos bugres, assim como os trouxera do Toldo Estadual de Rodeio, emprestados, os levaria de ré tão mortos como vieram, só que menos enxutos. Bugres desse tipo havia muitos nos toldos que o governo construira com a desculpa de protegê-los da natureza. (MÁRSICO, 2006, p.14,107).

Nesse ponto, traz à tona outro aspecto: os indígenas foram forçados a se retirar dos seus próprios territórios, e seguir para agrupamentos chamados de “Toldos”. Observa-se no ficcional que os “bugres” eram trazidos quando havia interesses políticos por parte da comissão de terras, como na emancipação do município, quando exigiu-se um maior número de habitantes. Mársico satiriza a dizimação do índio, com essa desculpa de que colocar os indígenas em áreas isoladas seria para “protegê-los da natureza”. Fica evidente, que a comissão queria as terras, “mas não com aquela gente”, percebe-se o preconceito racial sofrido pelo indígena. “Os indígenas foram empurrados para o norte pela ação colonizadora, entre toldos e postos indígenas, alguns sob os cuidados da FUNAI”. (DELAZERI, 1999, p.44).

Ducatti (1981) salienta as características dos indígenas que habitavam os toldos de Votouro, Ventarra e Liso. Nesses toldos viviam da caça e da colheita de pinhões, seu regime alimentar constava carne de peixe, confeccionavam cestos, balaios e diversos outros utensílios que eram oferecidos à venda aos colonos das redondezas e a “(...) única bebida alcoólica era a “chicha” por eles fabricada, depois com o contato com o branco aderiram ao uso da cachaça”. (DUCATTI, 1981, p.37).

Com certeza os bugres faziam parte da paisagem! E era cada bugre feio e barrigudo, um que outro dente à mostra barbicha rala, olhar de sesta, verdadeiro conjunto de apelidos humanos. E de vez em quando abanavam os arcos e as flechas, exibiam os balaios, e as gaiolas (cada papagaio assanhado ali dentro!), tomavam goles e mais goles de aguardente (MÁRSICO, 2006, p.126).

Nesse aspecto, percebe-se que Mársico mostra a aparência física do indígena como um ser nômade dependente da natureza para sobreviver, e que começou a aderir aos costumes mundanos da civilização. Quando Mársico usa a expressão “conjunto de apelidos humanos”, demonstra que seus traços físicos eram diferentes dos colonizadores.

Além do indígena o caboclo residiu nas terras de colonização, “o 1º morador conhecido em nossas terras foi Andronico Manoel de Assunção que aqui construiu sua morada em 1898.”(CESE, 1979, p.127). Eram descendentes de bandeirantes, houve miscigenação com a

raça Kaingang, e com foragidos da justiça. Erechim recebeu “um fluxo imigratório trouxe para as matas de Erechim fugitivos da sangrenta Revolução de 1893, oriundos dos mais diversos pontos do Estado, especialmente das regiões assoladas pelos maragatos ou pica-paus”. (CESE, 1979, p.127).

Os colonos não entendiam de agricultura foram aprendendo com os caboclos. Chwartzmann (2005) residiu em na colônia Quatro Irmãos, publicou um relato dos acontecimentos:

Os imigrantes judeus foram recebidos por aqueles caboclos de braços abertos. A maioria deles era analfabeta, mas honesta e leal. ensinaram o português, que foi de muita utilidade. (...) Puseram à disposição seus parcos conhecimentos de agricultura, pois só plantavam milho, feijão, mandioca e algumas plantas caseiras. Dispuseram a auxiliar nas “lidas campeiras” como domar potros para montar, amansar bois para os serviços nas lavouras, tirar leite das vacas, fabricar queijo, tratar animais doentes. (CHWARTZMANN, 2005, p. 45).

O indígena e o caboclo tiveram papel fundamental para o desenvolvimento regional. Nota-se que em Cágada também chegaram foragidos, “um dia, o Perna de Pau se viu ameaçado de prisão. (...) Buscas foram feitas por quase todo o Estado, deu processo gordo, mas quem é que ia supô-lo nas Terras da ACA? Para lá só ia judeu!” (MÁRSICO, 2006, p.26, 29). Nesse aspecto, o personagem Perna de Pau morava em Santa Maria Boca do Monte, era um foragido da polícia, ficou sabendo pelas propagandas de colonização que os judeus estavam colonizando áreas no Alto Uruguai e pensou “onde judeu se metia, ou o dinheiro vinha atrás ou já estava na frente” demonstrando uma visão aventureira, que pretende lucrar com a situação.

Através, desses aspectos o espaço e a região do Alto Uruguai foi representado na ficção. Esse espaço é composto por miscigenação dos povos principalmente do indígena e do afro-descendente. Esse processo é político porque as companhias de colonização seguem os projetos de seus governantes. Também é social porque a falta de oportunidades na Europa, e a criação de acordos incentivou a chegada dos imigrantes, e econômico porque a colonização do espaço gerou renda e desenvolvimento econômico para a região. Para dar sequência ao estudo, o segundo e último recorte: A colônia Quatro Irmãos de Erechim.

A colônia Quatro Irmãos de Erechim

A ocupação do norte do Rio Grande do Sul através de projetos de colonização, estava nas metas de Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros em 1903, com o objetivo de resolver antigas reivindicações da oligarquia fundiária regional, o governo estadual organiza através de projetos de colonização pública e privada. “Além das companhias de colonização privadas como a JCA, Luce & Rosa entre outras, merece atenção o empreendimento estatal,

batizado pela Diretoria de Terras e Colonização de Colônia Erechim”. (CHIAPARINI, 2012, p.29).

A empresa colonizadora (ICA), Jewish Colonization Association, comprou as terras pertencentes a colônia Quatro Irmãos pertencentes a Erechim. O nome Quatro Irmãos provém dos últimos proprietários. Em 1866 a fazenda foi assaltada por índios corados que assassinaram o proprietário Clementino dos Santos Pacheco e mais seis pessoas da família. “Só escapou uma senhora, que foi quem pôde denunciar o ocorrido ao Sr. Antônio de Melo Rego, o qual, desgostoso com a tragédia, resolveu vender a Fazenda”. (DUCATTI, 1981, p.55).

Em *Cágada* “Dias antes, a Armarish Colonization Association (ACA) decidir usar da força e invadir as terras. A ACA comprara quase todas as terras que integravam a área que mais tarde passou a constituir o município de Velópolis e, finalmente, Cágada”. (MÁRSICO, 2006, p.13). Vale ressaltar, que o nome da companhia na obra ficcional é Armarish Colonization Association (ACA), assemelhando-se com o real histórico Jewish Colonization Association (ICA). Nota-se que:

Era uma companhia de inspiração judaica com o propósito de colonizar imensos territórios na América do Sul, especialmente no Brasil, aqui no Rio Grande, e doá-los aos patrícios espalhados pelo mundo que jurassem dedicar-se a agricultura. (MÁRSICO, 2006, p.13).

Aqui, Mársico esclarece quem é a companhia comprou um grande território e seu propósito era que os imigrantes judeus colonizassem a fazenda através da agricultura. Vale ressaltar, que Franz Philipson foi vice presidente da ICA e também presidente da Compagnie Auxiliare de Chemis Du Fer, empresa responsável pela viação férrea no Rio Grande do Sul. Em 1911, os núcleos de colonização estavam inseridos perto das ferrovias, suas estações passavam por núcleos urbanos como: Coxilha, Sertão, Erechim, Erebango, Marcelino Ramos.

Quando a ACA inaugurou as duas linhas, a férrea e a telefônica, ligando aquele imenso território ao município de Nova Floresta, Cágada, que não era ainda Cágada nem Velópolis, passou a categoria de distrito. (...) A inauguração teve cerimonial e incidentes dignos de registro para a história de Cágada (...) foi um acontecimento de transformar a sede do município num carnaval à moda de casa. (MÁRSICO, 2006, p.15).

Nota-se na ficção a importância da inauguração da estrada de ferro. Em 1910 os trens estabeleciam o tráfego ferroviário entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Mársico residia em Erechim então consegue descrever ficcionalmente a viagem pitoresca “o trenzinho foi indo devagar (...) Quando chegou na lombada que antecede a Montanha da Caverna e que depois desce para a planície de Cágada, patinou, patinou, e empacou

(...).(MÁRSICO, 2006, p.18). Nota-se a semelhança na descrição de (FONT, 1983, p. 92): “a estrada de ferro se estende em curvas estreitas e subidas fortes, serra acima, a ponto de o trem por vezes se obrigar a paradas extras para que a locomotiva tome fôlego, para novas investidas vencer o caminho”.

Dos diretores da ICA, em Quatro Irmãos, o que mais tempo permaneceu foi o Sr. Isidoro Eisenberg de 1934 a 1965. De acordo com (FAERMANN, 1990, p.115) sobre a trajetória de vida de Eisenberg, afirma:

Chegou ao Brasil em 1934, acompanhado da esposa Ana e da única filha Marieta, para exercer o cargo de diretor da ICA, (...) Nascido na Polônia, prestou serviço militar no Exército Austro-Húngaro. Fez estudos em Viena, diplomando-se em Agronomia; na mesma cidade casou-se com Anna Districhstein, natural da Romênia. O Dr. Isidoro trabalhou para a ICA, no Canadá desde 1926. Deste país foi transferido para o Brasil, trabalhando como diretor da colônia Quatro Irmãos.(...) Vivendo em Quatro Irmãos, Isidoro Eisenberg viajou várias vezes ao Canadá para lá assentar famílias sobreviventes dos campos de concentração europeus. (...) No primeiro período em que dirigiu a colônia Quatro Irmãos, destaca-se dentre as realizações do Dr. Isidoro, a reorganização do hospital, sendo inaugurada a nova sede em 1935 (...). Aposentado em 1963, fixou residência em Porto Alegre, pois nessa cidade sua filha Marieta casara-se com o Dr. Joely Back.

Chwartzmann (2005) menciona que na década de 60 Eisenberg soube do início da construção da Sociedade Israelita de Erechim prontificou-se a ajudar na construção “Eu vou a Londres daqui a alguns dias. Você faz uma carta explicando tudo o que vocês fizeram e o que precisam e eu levo a carta em mãos e falo com os chefes da ICA para ver se consigo alguma colaboração”. (CHWARTZMANN, 2005, p.69).

Nesse aspecto, traz à tona outro aspecto: as correspondências dos membros da companhia. O escritor Gladstone Osório Mársico foi um dos advogados da ICA, conhecia Dr. Isidoro Eisenberg, como pode-se constatar na carta abaixo. A carta abaixo escrita por Mársico em março de 1972 para a esposa de Eisenberg revela o apreço que Gladstone tinha pelo diretor da ICA, ao saber da morte de Isidoro Eisenberg, e ao enviar um de seus livros para a esposa Ana Eisenberg. Mársico faz votos que Ana goste do livro e que lhe escreva as impressões do livro como amigo e admirador.

Na ficção existem indícios que Eisenberg é o diretor representado na ficção porque sua trajetória de vida é semelhante da personagem Míster Glupp. Ambos chegaram de Londres logo após a II Guerra Mundial, foram voluntários na guerra, casaram-se com uma judia Lady Hilda e tinham uma única filha Lady Salma que casou com um judeu (Muja) um judeu que morava no bairro Bom Fim. Em *Cágada* a personagem envia cartas para o chefe da ACA:

Míster Glupp, por assopro de patrícios mais afortunados, descobriu a ACA num prédio cinzento do Picadilly Circus. Só que o negócio era pior do que ser coveiro em Londres, na guerra disseram-lhe. Mandavam gente para o Brasil!. Míster Glupp ficara satisfeito e sentia ânimo de prosseguir no seu trabalho. De começo, botou a pele no seguro e trancou a mulher e a filha em casa com medo dos índios comedores de gente. Depois, mandou uma carta para Sr. Glorian dizendo que encontrara muitos índios na chegada. Míster Glupp prometeu construir uma sinagoga com os primeiros cedros que derrubasse (...). (MÁRSICO, 2006, p.20, 32, 33).

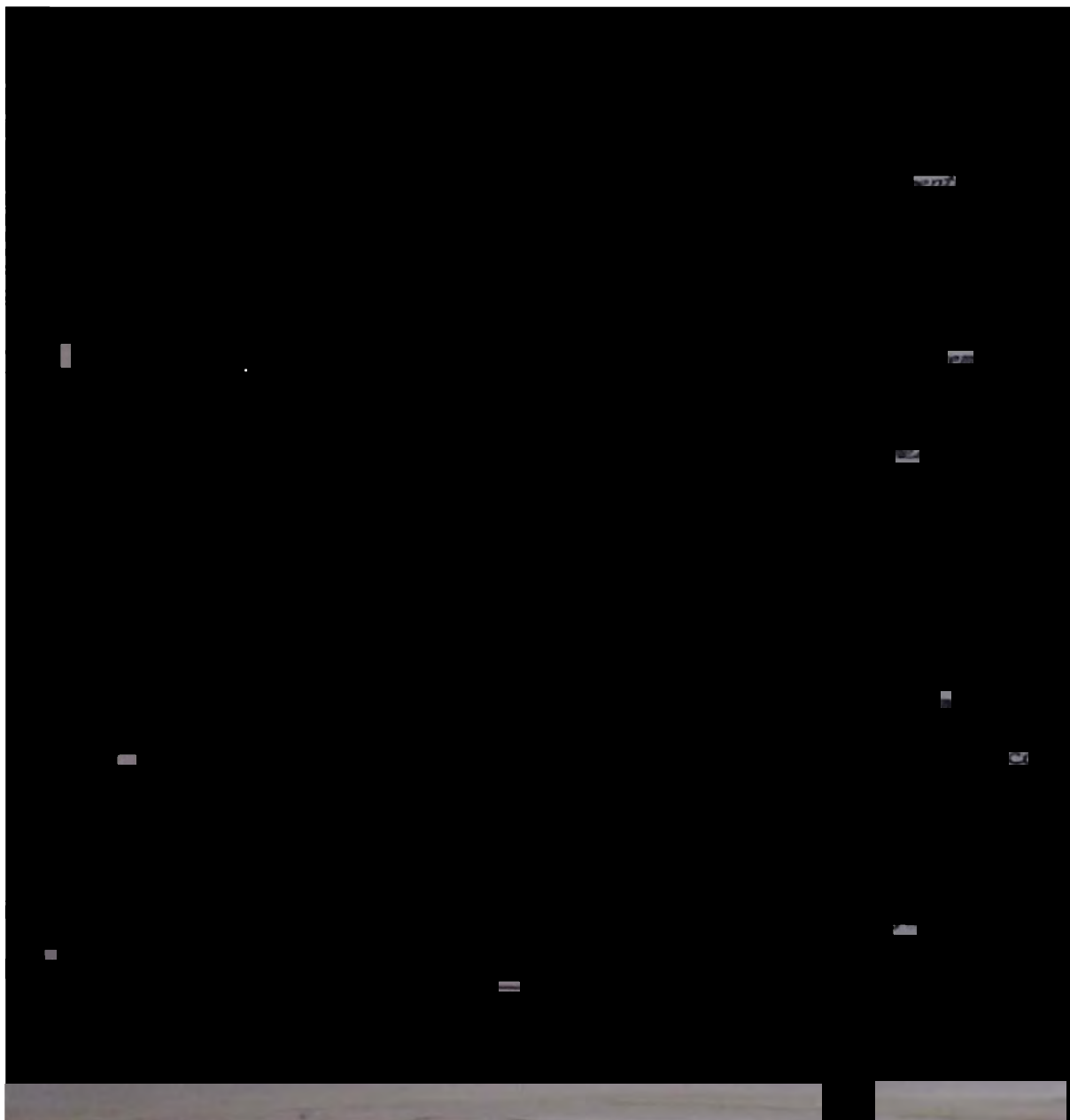


Imagem: Carta de Gladstone Osório Mársico.

Fonte: Biblioteca Pública Municipal de Erechim Dr. Gladstone Osório Mársico.

O último aspecto da análise, refere-se a criação do nome Cágada, para denominar o espaço que não é mera escolha do escritor, pois a figura do cágado sendo um animal que anda devagar, que não alcança seus objetivos.

Tem figura de tartaruga, do cágado...Isso mesmo, cágado! É do tipo do bicho que anda, mas não anda, anda a passo dele mesmo, devagar, enervante, calmo, dá a impressão que dá um passo e volta três. (...) - Sim, Comandante, mas tenha dó! Chamar uma cidade de Cágado não tem muito sentido (...) - E se fosse ao feminino: Cágada? - Cágada? Puxa, olha, acho que me soa bem! (MÁRSICO, 2006, p.187).

Vale ressaltar, que Mársico usa o sarcasmo para dizer que se Cágada perdesse o acento, chamar-se-ia “cagada”, nome ridicularizador para a colônia. Na década de 60 surgiu numa grande polêmica, de como deveria ser a correta grafia de Erechim, Mársico como vereador votou no projeto na câmara de vereadores. “Tudo começou por culpa de uma agência do Banco do Brasil [...] cada colono que lá comparecia para obter um empréstimo era obrigado a compreender o X da questão”. [MÁRSICO, 1962, p. S/ P].

Considerações finais

Portanto, *Cágada* do erechinense Gladstone Osório Mársico, obra de 1974, é uma representação na literatura de como foi o espaço e a região do Alto Uruguai, especificamente a cidade de Erechim e sua colônia Quatro Irmãos.

Através, do embasamento teórico dos estudos de José D’ Assunção de Barros sobre a concepção de História Regional e espaço imaginário, foi possível analisar e fazer o recorte do espaço imaginário. Enfim, a obra *Cágada* trata-se de uma ficção, que em muitos aspectos dialoga com a História por construir um espaço e uma região imaginária com indícios históricos.

Referências bibliográficas

BARROS, José D Assunção. **História, região e espacialidade**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **História, espaço e tempo: interações necessárias**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a12.pdf>>. Acesso: 20 set. 2017, às 16:08.

BARROS, José D'Assunção. **História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis**. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/191/182>>. Acesso em: 22 nov. 2017, às 12:09.

CAPRINI, Aldieris, Braz Amorim. **Pesquisa em História Regional: Aspectos conceituais e metodológicos**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/22237582-Pesquisa-em-historia-regional-aspectos-conceituais-e-metodologicos.html>>. Acesso 18 nov. 2017, às 13:09.

CESE, Centro de Ensino Superior de Erechim. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CHIAPARINI, Enori José. **Erechim: Retratos do passado, memórias do presente**. Erechim: Graffoluz, 2012

CHWARTZMANN, Samuel. **Memórias de Quatro Irmãos**. Porto Alegre: Edições EST, 2005.

DELAZERI, Jaci, José. **Erechim no coração do Mercosul**. Erechim: Edelbra, 1999.

DUCATTI, Neto, Antônio. **O grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1981.

FAERMANN, Martha, Pargendler. **A promessa cumprida: histórias vividas e ouvidas de colonos judeus no Rio Grande do Sul (Quatro Irmãos, Baronesa Clara, Barão Hirsch, e Erebango)**. Porto Alegre: Metrópole, 1990.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Gatos à Paisana**. Porto Alegre. Editora Sulina, 1962.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Cágada (ou a História de um município a passo de)**. Porto Alegre: Ed Movimento/ Instituto Estadual do Livro/CORAG, 2006.

OS JOVENS LEITORES E OS CONTOS DE FADAS: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

YOUNG READERS AND FAIRY TALES: POSSIBLE APPROACHES

*Paulo Ailton Ferreira da Rosa Junior
Mestrando do PPGE/FaE/UFPEL
Vania Grimm Thies (PPGE/FaE/UFPEL)*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever os procedimentos e apontar os primeiros resultados de uma pesquisa de mestrado em Educação (PPGE/FaE/UFPEL) ainda em andamento. Tal pesquisa desenvolve-se no âmbito do grupo História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES) ligado à Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Metodologicamente, ela aproxima-se das dinâmicas do grupo focal (GATTI, 2012), para reunir um conjunto de sete jovens leitores a fim de discutir como os contos de fadas têm permanecido e circulado entre eles. Foram promovidos, até agora, oito encontros de exploração do tema. Para embasar as reflexões teóricas construímos referencial formado por Giroux (1994), Coelho (2000), Zipes (2006) e Cagneti (2013). Tais autores, em diálogo com uma observação da transcrição dos áudios em que estão originalmente registrados estes encontros, nos ajudaram a construir uma proposta de três categorias de análise dos dados que surgiram até então: uma para examinar como os contos de fadas fizeram-se presentes nas trajetórias destes leitores, outra que discute o que estes leitores concebem como conto de fadas, e uma última que analisa a influência da Disney nos conhecimentos e percepções externalizados por eles. Isso posto, este trabalho pretende, ainda, contribuir para a área da Educação estimulando as discussões em torno deste gênero que é tão corriqueiro em trajetórias de leitura.

Palavras-chave: Jovens leitores. Contos de fadas. Leitura.

ABSTRACT

The objective of this work is to describe the procedures and point out the first results of a still in progress Master's Degree in Education (PPGE / FaE / UFPEL) . This research is developed within the group History of Literacy, Reading, Writing and School Books (HISALES) linked to the Faculty of Education (FaE) of the Federal University of Pelotas (UFPEL). Methodologically, it approaches the dynamics of the focus group (GATTI, 2012), to bring together a group of seven young readers to discuss how fairy tales have remained and circulated among them. So far, eight meetings have been held to explore the theme. In order to base the theoretical reflections, we constructed a reference made up of Giroux (1994), Coelho (2000), Zipes (2006) and Cagneti (2013). These authors, in dialogue with observation of the audios transcription in which these meetings were originally recorded, helped us to construct a proposal of three categories of analysis from the data that had emerged until now: one to examine how the fairy tales were present in the trajectories of these readers, another that discusses what these readers conceive as fairy tale, and a last one that analyzes Disney's influence on the knowledge and perceptions outsourced by them. That being said, this work intends to contribute to the area of Education by stimulating the discussions around this genre that is so common in reading trajectories.

Keywords: Young readers. Fairy tales. Reading.

Introdução

O encanto humano pelos mistérios do âmbito do extraordinário, que vem se materializando em uma complexa coleção de histórias desde que os primeiros homens contaram as suas em torno das fogueiras, vez ou outra volta a ser o foco da curiosidade geral. Assim, Coelho (2012), notou que “entre as muitas curiosidades deste nosso tempo caótico, dinamizado pela cultura cibernética, vem-se sobressaindo a crescente onda de interesse pela literatura alimentada pela magia, pelo sobrenatural, pelo mistério da vida, das forças ocultas.” (COELHO, 2012, p. 17). E é à própria cultura cibernética que recorremos para verificar tal fato.

No SKOOB, site brasileiro voltado para promover a interação entre leitores interessados em compartilhar suas experiências com os livros literários, é possível averiguar uma lista, sempre atualizada, com os 100 livros mais marcados como “lidos” pelos usuários. Ou seja, é possível descobrir que livros disponíveis em território nacional a maior parte dos leitores registrados na plataforma já leu. Não é preciso um conhecimento muito profundo de literatura para averiguar que, da lista referente à data da pesquisa – reproduzida abaixo até a posição 21 – muito poucos podem ser considerados como títulos de narrativas estritamente realistas.



Figura 01: Os 21 livros mais marcados como “lidos” no Skoob.

Fonte: <https://www.skoob.com.br/livro/top_mais/lidos/> Acessado em 11 de abril de 2018.

Entre vampiros, bruxos, semi-deuses, conspiracionistas, uma narradora morta, uma fábula sobre Deus e um príncipe de outro planeta, salva-se apenas o dilema de Capitu e Bentinho em “Dom Casmurro”, de Machado de Assis, e o drama dos adolescentes com câncer de “A culpa é das estrelas”, de John Green, como histórias que não extrapolam os limites do ordinário. Voltamos a Coelho (2012), então, quando ela diz que “é por meio dessa perspectiva que os contos de fadas, as lendas, os mitos, entre outros, também deixaram de ser vistos como entretenimento infantil e vêm sendo redescobertos como autênticas fontes de conhecimento do homem e de seu lugar no mundo” (COELHO, 2012, p. 23).

Tal constatação serviu-nos de estopim para uma curiosidade: se as atuais leituras juvenis trazem ecos desse interesse tão antigo que há pelo extraordinário, pelo maravilhoso, que relações poderia haver ainda entre os jovens leitores e, por exemplo, os contos de fadas, histórias tão comumente relacionadas à faceta do mágico, do encantado, em nossa cultura? Este texto propõe-se, então, a descrever os procedimentos e apontar os primeiros resultados de uma pesquisa de mestrado em Educação (PPGE/FaE/UFPEL) ainda em andamento, que busca por uma resposta para tal indagação. Tal pesquisa desenvolveu-se no âmbito do grupo História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES)¹⁶ ligado à Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e sobre ela pormenorizaremos a seguir.

Caracterizando o tema de pesquisa

Se entoarmos as palavras “Era uma vez”, todos saberão, em qualquer meio que estejamos inseridos, que estamos por introduzir uma história. E não qualquer história. Há uma série delas que as pessoas deverão esperar por ouvir a partir disso. Quer seja Branca de Neve, A Bela Adormecida ou, quem sabe, O Patinho Feio, todos terão em mente algum título específico de um conjunto de histórias específicas. É por isso, talvez, que Sale (1979), diga que:

“O termo “conto de fadas” é apenas uma convenção para designar algumas histórias que chamamos por esse nome e que contêm fadas, duendes ou criaturas semelhantes. Pode ser um termo inexato, exceto pelo fato de que todos parecem concordar instintivamente sobre o que é um conto de fadas, embora os contos de fadas se

¹⁶ O Hisales é um grupo de pesquisa vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPEL) e reúne pesquisadores da UFPEL e de outras instituições de ensino da região sul, contando com a participação de pesquisadores, de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de graduação. O Hisales tem procurado estabelecer uma política de recolha, tratamento e guarda de objetos da cultura escolar, constituindo, assim, importantes acervos para a pesquisa educacional. A sala do referido grupo está localizado no Campus II - UFPEL, Rua Almirante Barroso, 1202 - Sala 101 H. CEP: 96.010-280 - Pelotas/RS, e é aberta para pesquisa e visitação. Ver mais em <http://www.ufpel.edu.br/fae/hisales/>.

misturem facilmente com tipos relacionados, como mitos, lendas, romances, fábulas folclóricas realistas e contos de advertência” (SALE, 1979, p. 23 – tradução nossa).

O fato é que os contos de fadas tem, em seu cerne, um traço peculiar que lhes é característico e lhes diferencia das demais histórias que transcendem o que convencionamos como o real: o traço do maravilhoso. É potencial recorrer a Todorov (2012) para entender este traço. Assim, ele diz, “Costuma-se a relacionar o gênero do maravilhoso com o do conto de fadas; em realidade, o conto de fadas não é mais que uma das variedades do maravilhoso e os acontecimentos sobrenaturais não provocam nele surpresa alguma” (TODOROV, 2012, p. 30); Nas histórias de cunho maravilhoso, a título de exemplificação, podem ser percebidos elementos que, nem olhos das personagens, do leitor implícito e mesmo do narrador, tão característico, não provocam qualquer espanto, seja o sono que dura cem anos, o lobo que fala, ou mesmo os dons mágicos das fadas.

Para mais, a relação de autoria atribuída a alguns nomes que ficaram famosos por coletar os contos de fadas da tradição oral de seus países, a partir dos contadores de histórias das camadas populares, e eternizá-los na cultura letrada, também demonstra-se como um processo de seleção do que a categoria inclui ou exclui. São nomes que perpassam a educação de qualquer criança: Charles Perrault, os Irmãos Grimm e Hans Christian Andersen, que Zipes (2006) chama de *literary fairy tales*. Sendo todos europeus, suas nacionalidades ajudam a determinar também as marcas distintivas destas histórias, sendo apenas aquela oriundas do continente em questão, uma vez que o traço maravilhoso também é encontrado, por exemplo, nas histórias de origem oriental registradas na famosa coleção de “As Mil e Uma Noites” ou em compilações chinesas e japonesas também encontradas em português.

Caracterizando os participantes pesquisados

Segundo a mais recente edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, que tem como objetivo central “Conhecer o comportamento leitor medindo a intensidade, forma, limitações, motivação, representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira.” (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016, p. 8), é o público jovem o maior contingente de leitores no país. Tal dado é demonstrado no gráfico a seguir, quando nos atentamos para o montante demonstrado pelas idades de 11 a 17 anos:

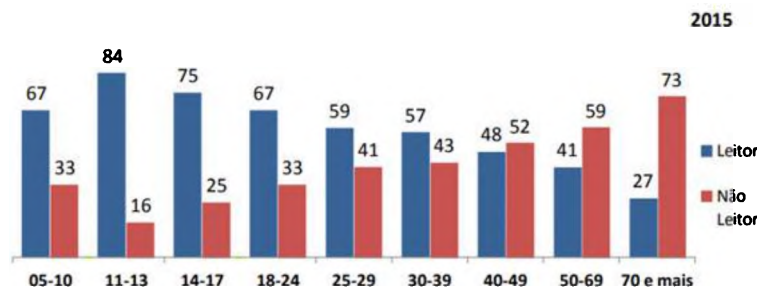


Figura 02: Perfil do leitor e do não leitor por idade.

Fonte: (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016, p. 56).

O contingente de jovens leitores no Brasil entre as duas faixas-etárias é, ainda, maior do que a média de leitores nacional, contabilizada em 56%. Sendo os contos de fadas matéria originalmente literária, pareceu-nos factível lidar com os adolescentes como fonte de pesquisa.

Assim, angariados alguns a partir de contatos do nosso grupo de pesquisa e outros a partir de uma chamada por meio de uma chamada no Facebook, em sua totalidade, participaram da pesquisa, integrando em diferentes momentos, sete jovens leitores representados no quadro a seguir:

	Idade	Gênero	Contexto escolar
A	13	F	9º ano, rede privada de ensino.
D	17	M	1º ano/nível médio, rede estadual de ensino.
F	16	M	2º ano/nível médio integrado, rede federal de ensino.
L	17	F	2º ano/nível médio integrado, rede federal de ensino.
M	16	F	8º ano, rede municipal de ensino.
P	17	M	2º ano/nível médio integrado, rede federal de ensino.
V	16	M	2º ano/nível médio integrado, rede federal de ensino.

Quadro 01 : os sete participantes identificados por suas iniciais em ordem alfabética, seus gêneros, suas idades e seus contextos escolares de origem

Fonte: Produzido pelos autores.

Descrevendo os procedimentos metodológicos

Como responder uma questão de pesquisa? Algumas metodologias podem ser mais adequadas que outras, mas o certo é que, diferentemente do que acontece nos contos de fadas, não há resoluções mágicas para isso. Assim, Optamos por nos aproximar metodologicamente do conceito de Grupo Focal, “Um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por

pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal” (POWELL & SINGLE apud GATTI, 2012, p.7). Tal perspectiva metodológica também contribuiu, pela possibilidade que produz em:

compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, **compreender práticas cotidianas**, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se como uma técnica importante para o reconhecimento de **representações, percepções**, crenças, hábitos, valores, preconceitos, **linguagens e simbologias** prevalentes no trato de uma dada questão (GATTI, 2012, p. 11 – grifo nosso).

Tal perspectiva não se perdeu de vista mesmo que, ao longo da pesquisa, os procedimentos tenham moldado-se às necessidades do grupo, passando por três fases, num total de nove encontros, verificáveis no quadro a seguir, que também demonstra os movimentos de ida e vinda dos participantes. Os três tons de cor utilizados não são uma escolha arbitrária, eles representam os momentos de pesquisa em que nos encontrávamos: o laranja marca o período em que, para o planejamento das atividades, buscamos seguir o mais fortemente possível as indicações dos autores sobre regência de grupo focal (ainda que, na prática, eu já buscasse fugir delas e as mesmas também se esvaíssem do meu controle), o verde, o momento intermediário em que resolvemos nos desprender um pouco dos moldes e o azul, o que chamamos de momento de consolidação do grupo, em que a metodologia firmou-se muito mais como o que passamos a chamar de Grupo de Discussão.

	Encontro	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Participantes	A	X	X		X	X	X	X	X	X
	D	X	X	X						
	F	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	L			X		X		X		
	M	X		X						
	P	X		X	X	X	X	X	X	X
	V	X	X		X	X	X	X	X	

Quadro 03: Ficha de registro dos encontros do Grupo Focal/Grupo de Discussão

Fonte: Produzido pelo autores.

No topo do roteiro de perguntas a serem feitas no primeiro encontro lia-se **“Qual a lembrança mais antiga que vocês têm quando o assunto é contos de fadas?”**. A esta, seguiam-se outras: Qual conto de fadas vocês mais gostavam quando pequenos? Que figura familiar vocês lembram quando pensam em contos de fadas e por quê? Vocês lembram de ter

algum livro de conto de fadas em casa? Como ele era? Que histórias ele tinha? Vocês lembram de ouvir alguém contar ou ler contos de fadas pra vocês? Vocês lembram o que mais gostavam nessas histórias? Lembram que elementos chamavam mais atenção? A dinâmica parecia simples: sob o registro de uma ferramenta de gravação de um celular, todos sentados em torno de uma mesa, respondendo às questões e interagindo uns com os outros a partir destas respostas. Porém, o que o primeiro encontro legou foi a desconfiança de que, para o perfil do grupo com o qual lidávamos, talvez esta fosse uma dinâmica por demais engessada.

Por isso, para o segundo encontro foi pensada, formalmente no roteiro, uma atividade motivadora. A ideia surgiu visto que eles não funcionaram bem quando confrontados com uma pergunta de chofre. Ficou claro que precisavam de algum estímulo antes de iniciar o debate. Bem como, a escolha por não roteirizar questionamentos, mas apostar na habilidade de improvisação em torno da questão principal, também foi consequência de perceber que o grupo movia-se de forma menos estruturada. A pergunta norteadora do segundo encontro do grupo foi **“Onde vocês percebem os contos de fadas hoje?”**. Assim, tendo, no primeiro encontro, procurado explorar as memórias dos participantes do grupo com relação aos contos de fadas na infância, a proposta para o segundo encontro era entender a relação que estes jovens conseguiriam estabelecer com estas histórias no tempo corrente de suas vidas.

Durante bom tempo pensamos que a pergunta norteadora do terceiro encontro constasse em nossos planejamentos prévios, onde lá podia-se ler: **“Que situações podemos considerar pesadas, inadequadas ou questionáveis nos contos de fadas?”**. Tal questão surgiu a partir do próprio material da pesquisa, quando, ao ouvir e transcrever os áudios dos dois encontros anteriores, fomos percebendo, a partir da leitura das interações, que este era um tema bastante mobilizado. Entretanto, foi também a partir da audição dos áudios, porém, em especial, do proveniente deste terceiro encontro, que descobrimos que outra pergunta mobilizou muito mais o grupo. Foi quando os participantes receberam a seguinte indagação: **“O que vocês acham que vai acontecer com os contos de fadas no futuro?”** que a discussão realmente aconteceu.

Findados estes três encontros, não restavam dúvidas de que havia muito que ponderar sobre eles. Indiscutivelmente, alguns dados em potencial já eram perceptíveis. Entretanto, era claro também que o trabalho de pesquisa, como o grupo em si, até ali, estava apenas se configurando; Se, de um lado, os participantes da pesquisa ainda buscavam pelo seu lugar de correspondência nas dinâmicas, de identificação com a proposta, de outro, como pesquisadores, responsivamente sentíamos a urgência de encontrar uma melhor organização dos processos que vínhamos empregando.

Enquanto pensávamos em como administrar o impasse, os participantes foram convidados a reunirem-se novamente para responder a perguntas que, durante as gravações, julgamos terem sido pouco exploradas ou mesmo terem se perdido no ar. Essas perguntas foram todas registradas em tiras de papel e colocadas em um recipiente no centro da mesa em que costumeiramente organizamos reuniões. A dinâmica proposta para o quarto encontro, então, ou o que chamamos de um encontro intermediário, era a de que eles retirassem uma pergunta do recipiente e escolhessem outro integrante do grupo para respondê-la. De preferência que o primeiro fosse algum colega sentado mais longe, alguém com quem menos tivessem interagido até então. Esta pessoa, por sua vez, perguntaria à outra, e assim por diante, até que o recipiente ficasse vazio. Desta vez, era tudo com eles. A mediação apenas intervinha para garantir que não falassem todos de uma vez, não interrompessem a linha de pensamento do outro, não fugissem para longe do assunto, etc.

Mais do que uma experimentação metodológica, essa atividade confirmou a principal suspeita sobre as dinâmicas: aquelas que mais envolviam este grupo eram as menos guiadas, as atividades em que eles mesmos ficavam responsáveis por fazer a discussão se avivar, transcorrer. Assim, substituímos os roteiros de perguntas por propostas de atividades. Para o quinto encontro, selecionamos, então, diversos materiais de leitura. Nosso repertório foram essas histórias de cunho extraordinário, lendário, mitológico, mágico, que vem encantando gerações. Dispostos em nossa mesa de encontros os participantes encontraram edições que variavam de best-sellers contemporâneos, a adaptações e releituras de textos clássicos, até exemplares destes com textos integrais. Romances de grande fôlego de leitura, com muitas páginas, publicações de menor fôlego de leitura, quadrinhos, recontos, coletâneas de contos, livros de imagem e pop-ups. Alguns meus, alguns dos colegas de Hisales, alguns do próprio acervo do grupo de pesquisa, como os reproduzidos a seguir:



Figura 03: reproduções das capas de alguns dos livros utilizados no encontro.

Fonte: Google imagens.

Na primeira metade do encontro, os participantes foram convidados a manusear livremente os materiais de leitura, o que suscitou, é claro, trocas de impressões. As provocações surgiram em diálogo com as impressões oferecidas por eles acerca do material. “Vocês reconhecem algumas dessas histórias só pelos títulos? Quais? O que elas contam? Quais vocês já leram? Quais vocês já assistiram ao filme? Vocês conhecem a história por ter lido o livro ou assistido ao filme? De que gênero será que elas são? vocês dizem que é ‘deste’ gênero e não ‘daquele’ por algum motivo, qual? Que elementos elas têm para que vocês tenham chegado a essas conclusões? Existe diferença, entre, por exemplo, essas duas edições de ‘Alice?’”, etc.

Na segunda metade, os participantes foram incitados separar em uma pilha todos os livros que eles julgavam ser de contos de fadas. Porém, da mesma forma, todos os participantes deveriam concordar com o que a pilha incluía ou excluía.

Para o sexto encontro, estipulamos que era a vez dos participantes levarem livros para compartilhar com os demais. Mas não, também, qualquer livro. Livros que eles conseguissem encaixar em, pelo menos, cinco dessas dez categorias:

1. Um livro que me mandaram ler (mas que não obrigatoriamente eu li);
2. Um livro que sempre quis ler (mas que por motivos diversos eu ainda não li);
3. Um livro que não gostaria de ter que ler;
4. O primeiro livro que eu li ou um livro que eu li na infância;
5. O último livro que eu li ou que estou lendo;
6. O meu livro favorito;
7. Um livro que eu li por ter assistido à sua adaptação para um filme ou série;
8. Um livro que me chama a atenção pela capa;
9. Um livro que, definitivamente, não é de contos de fadas;
10. Um livro que me lembra contos de fadas.

Para o sétimo encontro do grupo, selecionamos trechos de textos literários de exemplares da minha biblioteca pessoal para mobilizar as discussões, sem identificar de que títulos se tratavam. Foram escolhas variadas, que passeavam pelos mais diversos gêneros e títulos, alguns já, inclusive, recorrentes às discussões por conter certo traço maravilhoso, certo “jeito de contar” a história que lhes parecesse, de alguma forma, familiar ao “jeito” dos contos de fadas.

Havia excertos de leituras que formaram novas gerações de leitores, como “Harry Potter e a Pedra Filosofal”, de clássicos infantis universais como “Peter Pan” e “Alice no País das Maravilhas”, de romances de fantasia moderna como “As Crônicas de Nárnia: O Leão, a Feiticeira e o Guarda roupas” e “O Hobbit”, de contos fantásticos como “O Chamado de Ctulhu”, de H. P. Lovecraft, de romances de fantasia moderna como “O Mistério da Estrela”, de Neil Gaiman, e, é claro, de contos de fadas integrais dos Grimm, Perrault e Andersen.

Em um primeiro momento, a dinâmica consistiu na leitura compartilhada destes excertos, com trocas de impressões sobre eles. Em um segundo momento, já conhecendo os excertos, os participantes deveriam escolher, individualmente, um deles e comentar os motivos que levavam-no a acreditar que aquele era – ou não era – um conto de fadas.

O oitavo encontro do grupo girou em torno de algumas imagens selecionadas a partir da tag #fairytale no site Pinterest, uma plataforma virtual de compartilhamento de fotos. A ideia era trabalhar com imagens que remetesse aos contos de fadas, mas que não representassem versões específicas de personagens e situações como, por exemplo, as de filmes de Walt Disney. Como o mundo dos contos de fadas é vasto de arquétipos que se repetem – princesas, bruxas, lugares e seres fantásticos – foram escolhidas aquelas representações que pareceram mais genéricas e às quais se pudesse atribuir mais de um significado.



Figura 04: algumas das imagens selecionadas para a dinâmica em grupo.

Fonte: <https://br.pinterest.com/>

Após este encontro, estabelecemos um período de recesso do diálogo com o grupo para redação do texto submetido à banca de qualificação e também para revisitar criteriosamente o material que dispúnhamos até então – os áudios, as transcrições e os planejamentos – a fim de entender a que pé a pesquisa andava e quanto ainda nos restava por caminhar. Findada esta etapa, decidimos reunir o grupo para um novo encontro.

Para o nono encontro, então, os participantes deveriam escolher e apresentar para os demais um livro lido por eles que poderia ser considerado de conto de fadas. Entretanto, este não poderia trazer nenhuma indicação explícita de pertencer ao gênero; estavam banidos, assim, por exemplo, compêndios infantis que trouxessem na capa referência a essas histórias.

Devido à dificuldade em retomar a parceria, visto que haviam se passado muitos meses desde o encontro de número oito, o que possivelmente contribuiu na dispersão dos participantes, este acabou sendo nosso último intercuro nas dinâmicas do grupo de discussão. A partir daí, partimos para a etapa de depuração e análise dos dados.

Primeiros resultados: à guisa de conclusões

Os primeiros exames do material em áudio e texto resultantes dos encontros apontaram, então, para a possibilidade de observar os dados a partir de três eixos temáticos ou categorias: uma para examinar como os contos de fadas fizeram-se presentes nas trajetórias destes leitores, outra que discute o que estes leitores concebem como conto de fadas, e uma última que analisa a influência da Disney nos conhecimentos e percepções externalizados por eles.

Sobre a primeira, é possível adiantar que a inserção dos contos de fadas nas trajetórias de leitura destes indivíduos se deu, essencialmente, a partir do contato com adaptações diversas. Desde os tradicionais recontos, adaptações que reescrevem as histórias mantendo apenas partes principais delas, comuns em publicações bastante simples de preços acessíveis encontradas em livrarias, até as populares edições sob o selo da Turma da Mônica que transmutam o gênero textual para quadrinhos e vestem os seus personagens como os dos contos de fadas, os participantes poucas vezes citaram ter encontrado com algum dos textos integrais de Perrault, Grimm ou Andersen, bem como não os reconheceram quando tiveram acesso a fragmentos destes.

Sobre a segunda, é possível afirmar que os jovens leitores pesquisados atribuem aos contos de fadas como principal característica o “final feliz”, mas não conseguem estabelecer muitos outros acordos além deste. As lendas, os mitos, e os romances de fantasia que têm sido recontados das mais diversas formas no cinema, por exemplo, bem como outros gêneros como as fábulas, povoam as percepções destes jovens como se tratando todos, vulgarmente, contos

de fadas. Muito responsáveis por este fenômeno, as interações no grupo apontam, são os produtos culturais oriundos da marca Walt Disney.

Isto aponta para uma possível terceira categoria de análise, mais voltada para o fenômeno midiático dessas histórias, que Giroux (1994) vem chamando de *Disneyfication*. É possível afirmar que os contos de fadas surgem nas percepções dos investigados, principalmente, enquanto produto com a marca Walt Disney, firmado pelo cinema ao longo do século XX e perpetuado até essa geração através de forte trabalho midiático e comercial por parte das empresas do conglomerado que leva o nome do empresário americano. Isso não aponta diretamente para um abandono dos contos de fadas na literatura, mas para um prevaletimento, nestes jovens, da memória dos filmes que adaptaram os contos de fadas para o cinema em detrimento dos encontros que eles tiveram com essas histórias nos livros.

Referências Bibliográficas:

CAGNETI, Sueli de Souza. **Leituras em contraponto**: novos jeitos de ler. São Paulo: Paulinas, 2013.

COELHO, Nelly Novaes. **O Conto de Fadas**: Símbolo – Mitos – Arquétipos. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GIROUX, Henry A. Animating youth: The Disneyfication of children's culture. In: **Socialist Review**, San Francisco, v. 24, n. 3, p. 23, 1994.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2015.

SALE, R. **Fairy Tales and After**: from Snow White to E. B. White. United States of America: Librabry of Congress, 1979.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**; Trad. Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ZIPES, Jack. **Why Fairy Tales Stick**: The Evolution and Relevance of a Genre. New York: Routledge, 2006.

O HOMEM E OS LIVROS: OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LITERATURA DE HOWARD FAST

*THE MAN AND THE BOOKS: THE GUIDING PRINCIPLES OF HOWARD FAST'S
LITERATURE*

*Rafael Belló Klein
Doutorando em História/UFRGS
belloklein@gmail.com*

RESUMO

Howard Fast (1914-2003) foi um dos mais prolíficos escritores norte-americanos do século XX. Notório por seu envolvimento com o Partido Comunista Americano entre as décadas de 1940 e 1950, acabou sofrendo com a perseguição política anticomunista do macarthismo durante este período. Um dos traços mais distintivos de sua obra literária é a sua preferência pelo gênero do romance histórico, por meio do qual frequentemente chamava atenção para questões sociais de grande relevância tanto para o passado em questão, quanto para o seu tempo presente, particularmente durante a primeira fase de sua carreira como escritor, até seu desligamento do Partido. Em minha pesquisa de doutorado, abordo três de suas principais obras, que tratam de diferentes períodos da história americana, buscando entrever os conceitos que Fast possuía e buscava veicular acerca destes episódios, da formação dos Estados Unidos enquanto nação, e do sentido da história em geral. O presente trabalho enquadra-se dentro da pesquisa que venho desenvolvendo, na medida em que tem por objetivo examinar, a partir da produção literária e teórica de Howard Fast, quais eram os principais princípios que orientavam a sua escrita. Entre eles, pode-se citar o comprometimento com ideais do materialismo dialético marxista e da vertente literária do realismo soviético, uma profunda identificação com os valores fundacionais de liberdade e democracia da nação americana, e a vinculação a uma tradição judaica de radicalismo secular.

Palavras-chave: História. Literatura. Estados Unidos. Comunismo. Americanismo.

ABSTRACT

Howard Fast (1914-2003) was one of the most prolific American writers of the twentieth century. Notorious for his involvement with the Communist Party USA in the 1940s and 1950s, he was persecuted during this period by the anti-Communist policies of McCarthyism. One of the most distinctive aspects of his literary works is his option for historical novel genre, by means of which he frequently pointed out social issues of great relevance both for the past in question and for his own present, particularly during the first phase of his career as a writer, up to his departure from the Party. In my doctorate research, I focus on three of his most important novels, which deal with different periods of American history, aiming to identify the main concepts Fast had and tried to communicate through these episodes, about the constitution of the United States as a nation, and the general meaning of history. The present article inserts itself into the research I have been developing, in the sense that it aims to discern the main principles that oriented Howard Fast's writing, through the analysis of his literary and theoretical writings. Among them stand out the commitment to the ideals of Marxist dialectical materialism and the literary school of soviet socialist realism, a profound identification with the

American founding values of liberty and democracy, and the association with a tradition of Jewish secular radicalism.

Keywords: History. Literature. United States. Communism. Americanism.

O escritor norte-americano Howard Fast (1914-2003) tem a peculiaridade de ter sido um dos mais prolíficos romancistas do século XX e, ao mesmo tempo, um dos menos conhecidos. De fato, nos aproximadamente setenta anos que separam a publicação de sua obra de estreia, *Two Valleys* (1933), e seu último livro, *Greenwich* (2000), Fast escreveu mais de quarenta romances, além de cerca de vinte contos detetivescos, uma dezena de obras infantis e ainda alguns relatos autobiográficos e escritos teóricos. No entanto, com algumas exceções, como o romance *Spartacus* (1951) – que deu origem ao filme homônimo de 1960, dirigido por Stanley Kubrick e estrelado por Kirk Douglas – o conjunto de sua obra literária permanece ainda em grande parte desconhecido do grande público, fato que pode ser explicado a partir de uma análise de sua trajetória biográfica.

Fast nasceu em Nova York, filho de imigrantes de origem judaica, e teve uma infância marcada por dificuldades econômicas e pelo persistente antissemitismo e preconceito direcionado aos imigrantes na sociedade americana. Revelando desde muito cedo um interesse pela literatura e pela história, Fast publicou seu primeiro livro aos dezoito anos. Logo primeiros anos de sua carreira como escritor, apesar de algumas dificuldades financeiras e para se afirmar no mercado editorial, o jovem Fast conseguiu alcançar um relativo sucesso e reconhecimento do público, revelando em suas obras uma afinidade com temas históricos – particularmente da história dos Estados Unidos – e com questões sociais. Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, pela sua origem judaica e suas próprias convicções políticas, ele começou a desenvolver a vontade de combater ativamente o fascismo. Seu desejo se concretizou em 1941, quando a convite do também escritor e poeta Louis Untermeyer, ingressou no serviço do *Office of War Information* (OWI), órgão de informação e propaganda de guerra do governo americano¹⁷.

¹⁷ O *Office of War Information* foi uma agência do governo americano destinada estabelecer uma rede de comunicação, informação e propaganda, que conectasse as populações afetadas pela guerra com o próprio front e os rumos do conflito. Fast ingressou no serviço da OWI em dezembro de 1942, permanecendo até fevereiro de 1944. Neste período, inicialmente se envolveu na produção de panfletos com propaganda de guerra e, posteriormente, redigindo o roteiro do programa *Voice of America*, que transmitia, com apoio da BBC, propaganda e notícias da guerra para o continente europeu e outras zonas de conflito (Cf. SORIN, 2012, p. 47-63; FAST, 1994, p. 1-26).

Foi justamente durante o período em que esteve a serviço do OWI que a trajetória de Fast tomara uma virada decisiva. No exercício de suas atividades, ele conheceu diversos membros e simpatizantes do movimento comunista americano, familiarizando-se com suas principais ideias e conceitos. De fato, em função dessa aproximação, Fast acabou por ingressar no Partido Comunista Americano em 1944. De acordo com seu biógrafo Gerald Sorin (2012, p. 56-57), o contato que ele teve com diversos artistas e intelectuais comunistas renomados nos Estados Unidos – muitos deles judeus como Fast – teve um peso decisivo para sua decisão de aderir ao Partido, não apenas no sentido de aproximá-lo de seus ideais, mas também no de dar ao movimento um ar de respeitabilidade, que correspondesse às expectativas de Fast de participar de um prestigioso círculo de pensadores, e de alcançar fama e sucesso:

But two powerful forces came together for Fast in 1943: his growing desire to be part of the glamorous world of the Hollywood Communists and to join the coterie of the impressive intellectuals he'd met at OWI, and his expressed conviction that the Soviet Union had from 1941 forward demonstrated its greatness as an antifascist force and as a model for the future. (...).

Something more than antifascism had moved Fast to join the CPUSA. His desire for even more attention than he was getting from readers and reviewers, and his aspirations for fame, reinforced by visits to Hollywood with its many rich and famous Jewish Communists living in cheerful luxury and surrounded by beautiful women, surely played a role. This is not to say that Fast's admirations for the socialist experiment in Russia, with which he was first taken at the age of seventeen, and his hope that the Soviet Union would serve as a model for the rest of the world, were not important to his momentous choice¹⁸.

A partir de seu engajamento com o PC Americano, suas obras cada vez mais adquiriram um profundo tom de contestação social. Justamente devido ao seu envolvimento com o movimento comunista e ao teor dos romances que publicou, Fast acabou sofrendo uma perseguição política por parte do macarthismo, no final da década de 1940 e ao longo da década de 1950. Neste período, Fast foi chamado a depor pela *House of Un-American Activities Committee* (HUAC)¹⁹, um dos principais instrumentos institucionais de repressão

¹⁸ “Mas duas forças poderosas se conjugaram para Fast em 1943: seu crescente desejo de fazer parte do mundo glamoroso dos comunistas de Hollywood e de se juntar ao círculo de impressionantes intelectuais que conheceu no OWI, e sua expressa convicção de que a União Soviética demonstrou a partir de 1941 sua grandeza como força antifascista e como modelo para o futuro. (...).

Algo mais do que o antifascismo moveu Fast a se juntar ao Partido Comunista Americano. Seu desejo por ainda mais atenção do que estava recebendo dos leitores e críticos, e suas aspirações por fama, reforçadas por visitas a Hollywood com seus muitos ricos e famosos judeus comunistas vivendo em animada luxuosidade e rodeados de belas mulheres, certamente teve um papel. Isto não é dizer que a admiração de Fast pelo experimento socialista na Rússia, com o qual ele havia primeiro se enamorado aos dezessete anos, e sua esperança de que a União Soviética servisse como um modelo para o resto do mundo não fossem importantes para sua momentosa decisão”. Tradução minha.

¹⁹ A *House of Un-American Activities Committee* foi um comitê do Congresso Americano responsável por investigar o envolvimento de cidadãos com o comunismo ou outras atividades antiamericanas, sendo um dos grandes símbolos da “caça as bruxas” do macarthismo.

anticomunista, em razão de seu envolvimento com a *Joint Anti-Fascist Refugees Committee* (JAFRC), que ofereceu apoio humanitário aos refugiados anti-franquistas da Guerra Civil Espanhola. Por se recusar a fornecer nomes de contribuidores da JAFRC, foi acusado de desacato ao Congresso e foi preso por três meses, em 1950. Além disso, Fast foi incluído na chamada *blacklist*, relação de artistas, escritores e intelectuais suspeitos de terem ligações com o comunismo ou outros atos e movimentos “subversivos e antiamericanos”, encontrando dificuldades para empreender suas atividades profissionais a partir de então, como a restrição de seu acesso a universidades, o cancelamento de palestras e a rejeição de suas obras por parte das editoras. Esta repressão macarthista, aliada ao caráter engajado de suas obras, mais popular entre os círculos da esquerda, ajuda a entendermos o relativo desconhecimento de sua obra entre o público leitor moderno.

Em 1957, na esteira da divulgação dos expurgos de Stálin na União Soviética, particularmente da perseguição aos judeus, Fast resolve desligar-se do Partido Comunista Americano. A partir de então, inaugura-se uma nova fase de sua trajetória como escritor, na qual suas obras perdem em grande parte o traço de contestação social que até então possuíam, ainda que em muitos casos seu interesse pela história tenha permanecido. De fato, é deste período posterior que datam seus romances de mistério e de detetive, escritos sob um pseudônimo, bem como a série *The Immigrants*²⁰, que acompanha a trajetória de uma família de imigrantes em busca de afirmação e posteriormente da prosperidade em solo americano ao longo de um século de história, obras estas sem uma grande pretensão de crítica social e voltadas mais para um sucesso comercial.

Neste sentido, podemos identificar também, a partir deste muito breve panorama biográfico, dois períodos bastante distintos de seu percurso literário: em um primeiro momento, que vai até o seu rompimento com o Partido Comunista, suas obras apresentam um tom crescentemente crítico e engajado; em um segundo, a partir de 1957, um progressivo distanciamento desta perspectiva e retorno a uma literatura mais comercial. Contudo, no presente artigo meu interesse recai sobre o primeiro período de sua carreira, no qual se situam obras como *The Last Frontier* (1941), *Freedom Road* (1944) e *The Passion of Sacco & Vanzetti* (1953), que são objetos de análise de meu projeto de pesquisa²¹. Neste sentido, interessado em

²⁰ Composta ao total por seis livros: *The Immigrants* (1977), *Second Generation* (1978), *The Establishment* (1979), *The Legacy* (1981), *The Immigrant's Daughter* (1985), *An Independent Woman* (1997).

²¹ Em minha pesquisa de doutorado, tomo estas três obras como objeto de análise, visando entrever a visão que Howard Fast apresentava e buscava veicular através da literatura acerca da história em geral e do processo de constituição nacional dos Estados Unidos. *The Last Frontier* retrata um episódio das Guerras Indígenas – resultado do processo de conquista do Oeste e da afirmação territorial americana – no qual uma tribo de índios cheyenne

compreender os princípios norteadores de seus romances históricos que apresentavam uma postura crítica e engajada, próprios desta primeira fase de sua obra literária, busco, no presente artigo, buscar identificar tais princípios a partir da análise de alguns de seus principais escritos políticos. De fato, ao longo das décadas de 1940 e 1950, Fast publicou muitos artigos políticos e teóricos em diversos periódicos de esquerda, como o jornal *Daily Worker* e as revistas *New Masses* e *Masses & Mainstream*. Em minha análise, pude identificar dois principais conjuntos de conceitos que orientavam seu pensamento político e literário, e que analisarei nas subseções a seguir: o comprometimento com o movimento comunista, com os princípios do materialismo dialético e o método de literatura realista dele derivado; e a identificação com os ideais de liberdade e democracia que estavam na base da nação americana.

O Materialismo Dialético e o Realismo Soviético

O primeiro elemento que mais chama atenção na primeira fase da obra literária de Howard Fast é, como já mencionado, a sua afinidade com temas históricos e questões sociais, o seu comprometimento com um posicionamento socialmente crítico e engajado. Mais do que isso, este período foi marcado por uma progressiva identificação com o movimento comunista e com os conceitos do materialismo dialético. Estes influenciaram decisivamente o seu pensamento político e literário ao longo desta primeira fase de sua carreira, sobretudo a partir de sua efetiva adesão ao Partido Comunista.

De fato, a partir da afinidade que Fast começou a desenvolver com a visão de mundo marxista, ele passou também a identificar-se com a corrente literária do chamado realismo socialista soviético. De acordo com C. Vaughan James (1973, p. ix-x), o realismo soviético constitui um reflexo, no campo artístico, da luta pela superação da sociedade capitalista e pelo estabelecimento do socialismo. Neste sentido, esta corrente exigia do artista que ele buscasse retratar a sociedade de uma forma verdadeira e concreta, isto é, seguindo os princípios do materialismo marxista, tendo por objetivo cumprir uma função didática de “educar os trabalhadores no espírito do comunismo”. Dessa forma, tendo a pretensão de retratar a realidade de forma objetiva, o realismo soviético buscava auxiliar os trabalhadores a compreender o processo da história e entender o seu lugar nele, de forma a incentivar o desenvolvimento de

foge de sua reserva, onde viviam confinados em precárias condições, em direção à sua terra natal e são perseguidos e massacrados pelo exército americano. *Freedom Road* apresenta uma comunidade de ex-escravos no Sul dos Estados Unidos, na sua luta por efetivamente alcançarem a plena cidadania durante o período da Reconstrução, após a Guerra Civil. Por fim, *The Passion of Sacco & Vanzetti* retrata o último dia de vida dos dois trabalhadores americanos, vinculados ao movimento anarquista, injustamente condenados à morte na década de 1920.

uma verdadeira consciência de classe e, assim, contribuir para a luta por alcançar o socialismo (JAMES, 1973, p. 88-94).

Com seu engajamento no Partido Comunista, a sua proximidade com questões sociais passa cada vez mais a converter-se em um efetivo comprometimento com o materialismo dialético e com esta vertente de escrita realista soviética. Com efeito, Fast manifestava claramente este compromisso nos seus artigos teóricos publicados em periódicos de esquerda. Um dos artigos mais exemplares a este respeito é o intitulado *Realism and the Soviet Novel* (1945), publicado na revista *New Masses*. Nele, Fast tece importantes críticas ao cenário literário americano de seu tempo, no qual enxergava uma excessiva preocupação com o estilo e a forma em detrimento do conteúdo da obra. Ao contrário, ainda que reconhecesse a impossibilidade de se captar a totalidade da realidade social em palavras, Fast faz uma defesa da escrita realista como um modo de se tentar refletir dialeticamente a sociedade e buscar compreendê-la. Neste sentido, ele faz uma comparação e entre o escritor americano e o soviético:

The serious American writer has this in common with the serious Soviet writer: they both seek the truth. They both attempt to reproduce within the pages of their novel a valid reflection of the society they inhabit. They do this by dramatic selection – that is, their approach is dialectic. If the approach of a writer – that is, a novelist – is anything but dialectic, his work will be completely stagnant, holding neither interest nor validity for the reader. But the difference between the American writer and the Soviet writer is that whereas one, the American writer, sees the world through a romanticized dialectics, the other, the Soviet writer, sees the world through the realistic logic of dialectical materialism (FAST, 1945, p. 16)²².

A princípio, ambas as abordagens seriam maneiras válidas de se buscar refletir a realidade por meio da literatura. Contudo, para Fast, apenas o método do escritor soviético é capaz de efetivamente se aproximar da realidade, justamente por estar armado com as ferramentas necessárias para se compreender a sociedade, a ciência do materialismo dialético marxista: “Since he is armed with that science, dialectical materialism, I believe that the Soviet writer is armed far better than we are with the tools of an understanding of society (FAST, 1945, p. 16)”²³. Assim, Fast deixa evidente, neste artigo, a sua identificação com a vertente realista

²² “O escritor americano sério tem isto em comum com o escritor soviético sério: ambos buscam a verdade. Ambos tentam reproduzir dentro das páginas do seu romance um reflexo válido da sociedade que habitam. Eles fazem isto por meio da seleção dramática – isto é, sua abordagem é dialética. Se a abordagem de um escritor – isto é, de um novelista – não for dialética, seu trabalho será completamente estagnado, sem interesse nem validade para o leitor. Mas a diferença entre o escritor americano e o escritor soviético é que enquanto um, o americano, enxerga o mundo através de uma dialética romantizada, o outro, o soviético, enxerga o mundo através da lógica realista do materialismo dialético”. Tradução minha.

²³ “Uma vez que ele está armado com tal ciência, o materialismo dialético, eu acredito que o escritor soviético está muito melhor armado do que nós com as ferramentas para uma compreensão da sociedade”. Tradução minha.

soviética, que se utilizava dos princípios materialistas no seu processo de escrita, visando um melhor entendimento da realidade social.

Tal perspectiva é reforçada pela publicação de *Literature and Reality* (1950). Neste livro, repleto de termos e conceitos oriundos da teoria marxista, defende a validade do uso do método realista de escrita literária na tentativa de refletir a realidade de forma verdadeira. Neste sentido, Fast advoga abertamente que a prática da literatura não pode ser dissociada da realidade da luta pela libertação do homem, criticando novamente a literatura americana de seu tempo que não tinham esta realidade como fonte de seu processo criativo. Por outro lado, Fast identifica, mais uma vez, o realismo soviético como um modelo adequado, na medida em que está equipado com os conceitos do materialismo marxista, ciência que melhor lhe capacitaria para compreender esta realidade (Cf. FAST, 2011, p. 31-32).

A incorporação destes ideais por Fast trouxe duas principais consequências para seu pensamento político e literário. A primeira, e mais evidente, diz respeito às suas concepções de tempo e de história, ancoradas em uma noção de continuidade. De fato, a partir dos conceitos oriundos da teoria materialista, Fast compreendia a história como sendo um processo contínuo de luta pela libertação do homem e de seu trabalho, luta esta que perpassava os tempos – desde a escravidão antiga, passando pela servidão feudal e pela exploração capitalista, até culminar no socialismo. Explica-se, assim, seu grande interesse em abordar temas históricos em seus romances: Fast recorre ao passado justamente com o objetivo de perceber episódios relevantes desta luta contínua e, didaticamente, apresentar ao leitor esta continuidade e as consequências desta luta ao longo do tempo. Este elemento também pode ser percebido em diversos de seus textos teóricos, como, por exemplo, no seguinte trecho do artigo *History in Fiction* (1944):

As to why I write about the past – my books give answer. These great and splendid forgotten men did not live and die so that all they did might be traduced and falsified; they lived and fought and died so that we might inherit and use the things they built. And the same type of scoundrels as opposed them then oppose men of good will today. It all becomes one; and the great tradition we fight for today is the same tradition they sustained and handed down to us (FAST, 1944, p. 9)²⁴.

O segundo elemento que decorre dos princípios materialistas diz respeito a um comprometimento com uma postura essencialmente humanista. Esta deriva da concepção de que a arte deveria estar indissociavelmente conectada à vida humana, postura manifestada por

²⁴ "Quanto a por que eu escrevo sobre o passado – meus livros dão a resposta. Estes grandes e esplêndidos homens esquecidos não viveram e morreram para que fossem traduzidos e falsificados; eles viveram e lutaram e morreram para que pudéssemos herdar e usar as coisas que construíram. E o mesmo tipo de canalhas que se opuseram a eles então, hoje opõem-se aos homens de boa vontade. Tudo se torna um; e a grande tradição pela qual lutamos hoje é a mesma tradição que eles sustentaram e nos legaram". Tradução minha.

Fast em muitos de seus textos teóricos, sendo inclusive a raiz de sua crítica aos formalistas e idealistas da literatura americana, que, para Fast, praticavam um distanciamento entre arte e vida. Esta postura é afirmada, por exemplo, de forma assertiva em *Literature and Reality*: “Literature is bound, wedded, and sealed to the reality of life. Literature has no separate existence from life, and the artist can have no separate existence from the citizen”²⁵ (FAST, 2011, p. 123).

Desta perspectiva decorre, também, que a arte para Fast não poderia se dissociar dos elementos que compunham de modo fundamental a vida: o trabalho humano, daí seu interesse pela classe trabalhadora, aquela que mais está envolvida na atividade produtiva e tem o verdadeiro potencial de promover a revolução social; e, sobretudo, a política. Para Fast, era absurdo exigir do escritor que ele se distanciasse da arena política e escrevesse de forma “neutra”, postura que não considerava possível, tampouco desejável. Ao contrário, para ele, a literatura deveria ser política, aproximando-a ainda mais de um aspecto essencial da vida humana. Podemos entrever esta noção, de modo exemplar, no trecho a seguir do artigo *Art and Politics* (1946):

To ask that a writer divorce himself from politics is to ask that he exile himself from civilization; to ask that he be unaffected by changes in the political weather, is to ask that he relinquish his sensitivity to life. To do either is to abandon art, for art and life do not exist separately.

No, art can only be art when it is the result of a man's thoughtful relationship with society, and the closer, the more intimate, the more understanding the relationship, the greater the art (FAST, 1946, p. 7)²⁶.

Desta necessária conexão entre a arte e a vida surge também adoção de uma postura humanista por parte de Fast, tanto no campo político como no literário. Para ele, esta representa uma valorização da vida humana e uma esperança no futuro da humanidade, na sua derradeira e completa libertação que seria alcançada pelo advento do socialismo. Este ponto de vista é expresso por Fast, por exemplo, no já citado artigo *Realism and the Soviet Novel*, onde destaca o comprometimento do escritor realista soviético com este viés humanista:

The Russian writer has this philosophy in dialectic materialism. He believes that men are motivated by forces and he also believes that men can shape these forces. He believes in hope rather than hopelessness, in direction rather than confusion, and most

²⁵ “A literatura está amarrada, casada e selada à realidade da vida. A literatura não tem uma existência separada da vida, e o artista não pode ter uma existência separada do cidadão”. Tradução minha.

²⁶ “Pedir que um escritor se divorcie da política é pedir que ele se exile da civilização; pedir que ele não seja afetado pelas mudanças do clima político é pedir que ele renuncie a sua sensibilidade à vida. Fazer qualquer deles é abandonar a arte, pois arte e vida não existem separadamente.

Não, a arte só pode ser arte quando é o resultado de um relacionamento reflexivo do homem com a sociedade, e quanto mais próximo, mais íntimo, mais compreensivo este relacionamento, maior é a arte”. Tradução minha.

basically, also, he believes in mankind. Thereby he can create heroes to fight within a framework of humanism and extract from the endless richness and complexity of life those basic and real factors which enable man to understand his world and to advance it (FAST, 1945, p. 16)²⁷.

Esta é, em suma, a primeira característica que percebemos no pensamento político e teórico de Howard Fast na fase inicial de sua carreira como escritor: uma forte identificação com os ideais e conceitos do materialismo dialético marxista e da corrente literária emanada deles, o realismo socialista soviético, elemento que está intimamente relacionado ao seu envolvimento com o Partido Comunista Americano neste período. Como vimos, este traço acarreta uma visão de tempo e de história muito específica, baseado na ideia de continuidade da luta pela libertação do homem e do trabalho humano, bem como um posicionamento humanista, que vincula arte, vida, política e trabalho.

Americanismo: Liberdade e Democracia

O segundo traço característico da obra de Howard Fast e de seu pensamento político na primeira fase de sua carreira literária diz respeito a uma profunda identificação com os ideais de liberdade e democracia, que estão na base do ideário nacional americano. Este elemento, que denomino de americanismo, está também muito presente nos seus escritos políticos e literários. Revelando um grande conhecimento a respeito da história e literatura americana, com a qual se identificava fortemente, Fast frequentemente fazia alusão a uma grande tradição democrática americana, tanto no campo político, no do movimento trabalhista, quanto no campo das artes²⁸. Mas mais do que simplesmente aludir a esta tradição, Fast reivindica-se como parte dela. Talvez o texto em que Fast deixe mais explícita sua identificação com os Estados Unidos, e com seus ideais fundacionais de liberdade, democracia e direitos individuais, seja o artigo *No Man Can Be Silent* (1947):

People have asked me, too often perhaps, why I write the kind of books I do; they ask me where my ideas come from, and if I were to say that my writing and all in it comes from the land that bore me and nurtured me, it would be pat and evident, but the truth nevertheless. (...). Whatever I am, America made me; I say that proudly and will, I trust, continue to say it until I die. For a decade and a half I have tried, in every way I know, to understand my country and to serve her. I have never put pen to paper except

²⁷ “O escritor russo tem isto na filosofia do materialismo dialético. Ele acredita que os homens são motivados por forças e ele também acredita que os homens podem dar forma a estas forças. Ele acredita em esperança ao invés de desesperança, em direção ao invés de confusão, e mais basicamente, também, ele acredita na humanidade. Através disso, ele pode criar heróis para lutar dentro de uma estrutura de humanismo e extrair da infundável riqueza e complexidade da vida aqueles fatores básicos e reais que permitem ao homem compreender seu mundo e melhorá-lo”. Tradução minha.

²⁸ Nos artigos *Reveille for Writers* (1946), *Working Class Materials Challenge Creative Artists* (1946) e *One Man's Heritage* (1947), por exemplo, Fast elenca a exaustão a longa lista de indivíduos e instituições que representaram esta tradição democrática americana ao longo da história.

with that purpose in mind, and sometimes I have succeeded poorly and sometimes well.

(...) Liberty, democracy, human rights – these are words we wrote across the sky in starry letters. It was our tiny revolutionary army that taught the world an eternal lesson in freedom. It was in our land that the dignity of the individual was exalted. It was our Bill of Rights that sanctified the security of the citizen, and it was our Civil War that taught the world a lesson in the price that freedom requires (FAST, 1947, p. 12)²⁹.

Neste trecho, Fast não só exalta os ideais de liberdade e democracia defendidos pela nação americana, como também manifesta seu compromisso e sua pertença a ela, diretamente e indiretamente, por meio do uso dos termos “*we*” e “*our*”. No entanto, a afirmação de Fast de que seu posicionamento político representa uma defesa de valores democráticos e americanistas pode, em um primeiro momento, nos parecer contraditória com a sua incorporação dos ideais e conceitos comunistas, sobretudo em um período de pleno desenrolar da Guerra Fria nos Estados Unidos. De fato, aqueles de posicionamento político mais conservador – ou os anticomunistas da época de Fast – frequentemente veem uma incongruência entre a defesa concomitante das liberdades individuais americanas e da luta pela conquista do socialismo (SORIN, 2012, p. 75-76; 117-118).

Contudo, no universo conceitual de Howard Fast, estas duas posições de modo algum representavam uma contradição. De fato, Fast reconhecia o fato de que o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos foi marcado por profundas contradições e que, paralelamente a esta tradição democrática que ele admirava e a qual buscava vincular-se, desenvolveu-se também no país uma tradição antidemocrática, excludente e violenta – representada, por exemplo, pelas forças políticas conservadoras, pela perseguição anticomunista do macarthismo e pela persistência da segregação e violência racial no país (FAST, 1947, p. 6-7).

Neste sentido, o seu envolvimento com o Partido Comunista Americano representava para Fast o alinhamento com o que havia de mais nobre e democrático na tradição americana, tendo em vista as pautas libertárias e inclusivas que defendia, em contraste com as perseguições, restrições de direitos e opressões promovidas pelos membros daquela tradição americana que

²⁹ As pessoas têm me perguntado, talvez com demasiada frequência, porque eu escrevo o tipo de livros que escrevo; elas me perguntam de onde vêm minhas ideias, e se eu dissesse que minha escrita e tudo que há nela vêm da terra que me criou e nutriu, isto seria claro e evidente, mas a verdade ainda assim. (...).

O que quer que eu seja, a América me fez; eu digo isto com orgulho e, eu acredito, continuarei a dizê-lo até que eu morra. Por uma década e meia eu tentei, de toda maneira que conheço, entender e servir meu país. Eu nunca coloquei a caneta ao papel exceto com este propósito em mente, e algumas vezes eu fui mal sucedido e outras bem. (...) Liberdade, democracia, direitos humanos – estas são palavras que nós escrevemos pelo céu em letras estreladas. Foi nosso minúsculo exército revolucionário que ensinou ao mundo uma lição eterna sobre liberdade. Foi em nossa terra que a dignidade do indivíduo foi exaltada. Foi nosso *Bill of Rights* que santificou a segurança do cidadão, e foi nossa Guerra Civil que ensinou ao mundo a lição sobre o preço que a liberdade requer". Tradução minha.

ele identificava como antidemocrática. Esta perspectiva é apresentada de modo claro no artigo *The Disclaimer* (1956), no qual Fast critica o fato de que quando algum indivíduo ou instituição assumia uma postura humanista ou progressista naquela época, sentia-se a necessidade de fazer a ressalva pública de que não possuía uma orientação comunista, em face da repressão anticomunista orquestrada pelo macarthismo:

The record of the Communist Party, U.S.A., irrespective of whatever mistakes and tactical blunders it has committed, reveals a principled and dedicated position as follows: against fascism and for peace; for the trade union movement; for trade union unity; for the full rights of the Negro people; for civil liberties and against anti-Semitism; for social medical care; for public child care; for more and better schools; for more and better hospitals; for a social welfare program and against a war economy; for social security and unemployment benefits; for an end to imperialism and colonialism; for low cost housing – and these are only a part of an entire humanistic position (FAST, 1956, s/p)³⁰.

Como vimos, para Fast, esta plataforma progressista e humanista do movimento comunista americano associava-o ao que havia de melhor na herança democrática e libertária nacional. Neste sentido, Fast demonstrava aqui a intensa correspondência entre os ideais americanos e as lutas e reivindicações dos comunistas nos Estados Unidos. De fato, para ele, a via comunista representava a culminação dos ideais americanos de liberdade e democracia que estavam na base de seu pensamento, a melhor possibilidade para a real e radical aplicação e concretização deles na sociedade estadunidense.

Cabe ainda mencionar a vinculação de Fast a duas importantes tradições políticas e sociais nos Estados Unidos, justamente em função da peculiar conjunção que fazia destes dois conjuntos de valores e conceitos, o americanismo e o comunismo. A primeira delas diz respeito a um ferrenho posicionamento antifascista apresentado por Fast. De fato, pode-se dizer que este antifascismo foi alimentado por ambas as matrizes de pensamento que coexistiam em seu universo conceitual: tanto os Estados Unidos, quanto a União Soviética combateram o fascismo na Segunda Guerra Mundial, e seus conjuntos de valores opunham-se radicalmente a ele. É importante também salientar que este antifascismo teve também duas fases, uma em que Fast se opôs ao fascismo “real”, antes e durante a Guerra, inclusive por meio de seu envolvimento com o OWI; e uma em que se opôs ao que ele percebia ser o avanço do fascismo nos Estados

³⁰ "A ficha do Partido Comunista dos Estados Unidos, independente de quaisquer equívocos e erros táticos que tenha cometido, revela um posicionamento dedicado e com princípios, como segue: contra o fascismo e pela paz; pelo movimento dos sindicatos; pela unidade dos sindicatos; pelos plenos direitos do povo negro, pelas liberdades civis e contra o antissemitismo; pelo cuidado médico social; pelo cuidado infantil social; por mais e melhores escolas; por mais e melhores hospitais; por um programa de bem-estar social e contra uma economia de guerra; pela segurança social e auxílio ao desemprego; por um fim ao imperialismo e ao colonialismo; por uma política habitacional de baixo custo – e estes são apenas parte de um posicionamento inteiramente humanístico". Tradução minha.

Unidos, correspondente ao cerceamento de direitos e liberdades levado a cabo pelo anticomunismo macarthista e à continuidade dos episódios de segregação, preconceito e violência racial. De todo modo, ao longo de toda esta primeira fase de sua carreira – e, em boa medida, ao longo de toda sua vida – Fast apresentou uma inflexível intolerância ao fascismo, manifesta de modo pontual em diversos de seus artigos deste período³¹.

A segunda tradição a qual Fast se vinculava diz respeito a uma importante tradição americana de radicalismo secular judaico. Apesar de sua origem familiar judaica, Fast nunca teve um envolvimento muito próximo do judaísmo enquanto religião. Ao contrário, sua relação com o judaísmo se dava mais em termos de um reconhecimento identitário, fomentado pelo preconceito étnico antissemita que vivenciou desde sua infância nos bairros pobres de Nova York. Ao longo de sua carreira como escritor, porém, Fast foi convidado e assumiu o desafio de escrever livros com uma temática judaica³², passando progressivamente a articular a sua identidade como judeu em função de uma herança universalista do judaísmo e da secularização de seus valores religiosos, sobretudo dos princípios de valorização da vida, promoção da justiça e busca por melhorar o mundo (SORIN, 2012, p. 36). A secularização destes valores judaicos estava diretamente relacionada às suas inclinações políticas de esquerda e à sua adesão ao Partido Comunista. De fato, este foi um fenômeno considerável nos Estados Unidos, particularmente em Nova York, onde um número relevante de judeus aderiu ao comunismo, socialismo ou outras tendências de esquerda, compondo assim uma importante tradição judaica de radicalismo secular.

Em determinado trecho de sua biografia de Fast, Gerald Sorin sintetiza bem esta posição radical que existia no interior da comunidade judaica americana, contrastando-a com outra mais conservadora, representada, por exemplo, por associações como a “Liga Judaico-Americana Contra o Comunismo”:

[The] American Jewish League Against Communism was representative of an important position held by many post-Holocaust Zionist Jews, emphasizing Americanization, anti-Communism, and pro-Israelism, even while remaining antifascist. Fast and his comrades represented another position, seeing no conflict in their loyalty to radicalism, devotion to America, and the values of their Jewish heritage (SORIN, 2012, p. 150)³³.

³¹ Como, por exemplo, no já citado *Reveille for Writers* e no contundente *Free Speech for Fascists?* (1944), onde chega a defender uma restrição do direito de liberdade de expressão dos fascistas.

³² São exemplos de obras com este viés os livros *The Romance of a People* (1941), *My Glorious Brothers* (1948), *Moses, Prince of Egypt* (1958) e *The Jews, Story of a People* (1968).

³³ “[A] Liga Judaico-Americana Contra o Comunismo era representativa de uma importante posição defendida por muitos judeus sionistas do período pós-holocausto, enfatizando a americanização, o anticomunismo, e o pró-israelismo, mesmo permanecendo antifascistas. Fast e seus companheiros representavam outra posição, não vendo

Desta forma, podemos perceber como o envolvimento de Fast com os ideais radicais comunistas e do materialismo dialético estavam vinculados de modo fundamental à sua experiência americana: tanto da sua consciente incorporação e defesa dos ideais nacionais de liberdade e democracia, quanto da apropriação que fazia dos valores secularizados de sua herança judaica. Radicalismo, judaísmo e americanismo entrecruzavam-se e conviviam no universo conceitual de Fast e tiveram um peso decisivo nos temas e questões abordados em sua obra literária, sobretudo na primeira fase de sua carreira.

Em suma, procurei no presente artigo, examinar as linhas mestras, os princípios norteadores que orientavam a produção literária de Howard Fast na primeira fase de sua carreira, sobretudo a partir da análise de sua produção teórica no período. A partir da argumentação aqui apresentada, foi possível discernir dois grandes conjuntos de valores que impactaram de forma determinante os temas e questões que Fast abordou nesta primeira fase de sua escrita literária. O primeiro deles diz respeito à sua filiação política ao movimento comunista, à adoção dos conceitos oriundos do materialismo dialético, e à sua aplicação em suas obras literárias, a partir da perspectiva do realismo soviético; elementos que acarretaram o compromisso com uma postura essencialmente humanista e uma visão de história baseada na ideia de continuidade. Já o segundo refere-se ao que chamei de americanismo, ou seja, uma profunda identificação com os Estados Unidos e seus ideais basilares de democracia, liberdade e direitos individuais. Estas duas grandes matrizes de pensamento conviviam em seu universo intelectual e complementavam-se com elementos oriundos de outras tradições, como a militância antifascista e a incorporação de uma herança judaica de radicalismo secularizado.

Estas características manifestaram-se, neste primeiro momento de sua trajetória como escritor, na produção de romances históricos engajados, que enfatizavam os ideais americanistas de liberdade e democracia e as lutas da classe trabalhadora ou de grupos sociais que sofreram com a exploração, violência ou exclusão, com uma atenção especial para a história dos Estados Unidos. Neste sentido, a análise destes princípios empreendida aqui configura um passo importante para compreendermos a visão de mundo de Howard Fast, seu lugar peculiar dentro da literatura americana nas décadas de 1940 e 1950, e seus objetivos ao escrever romances que abordavam temas como o extermínio de indígenas nos Estados Unidos, as

conflito algum entre sua lealdade ao radicalismo, sua devoção à América, e os valores de sua herança judaica”.
Tradução minha.

tentativas dos negros de verdadeiramente se inserirem na democracia americana e os obstáculos a elas, e o preconceito contra os imigrantes e a repressão à organização de trabalhadores – questões preponderantes nas obras *The Last Frontier*, *Freedom Road* e *The Passion of Sacco & Vanzetti*, que estão no centro da pesquisa que venho desenvolvendo.

Referências Bibliográficas

FAST, Howard. Art and Politics. **New Masses**, New York, v. 58, n. 9, 26/02/1946, p. 6-8. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/artpol.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. **Being Red**. A memoir. M.E. Sharpe: Armonk (NY), 1994.

_____. Free Speech for Fascists? **New Masses**, New York, 11/01/1944, p.18. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t468.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. **Freedom Road**. A new edition with primary documents and introduction by Eric Foner. M.E. Sharpe: Armonk (NY), 1995.

_____. History in Fiction. **New Masses**, New York, 18/01/1944, p. 7-9. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t469.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. **Literature and Reality**. Open Road Integrated Media: New York, 2011.

_____. No Man Can Be Silent. **New Masses**, New York, v. 62, n. 13, 25/03/1947, p. 12. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t403.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. One Man's Heritage. **New Masses**, New York, v. 65, n. 1, 30/09/1947, p. 6-7. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t507.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. Realism and the Soviet Novel. **New Masses**, New York, v. 57, n. 11, 11/12/1945, p. 16. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/realism.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. Reveille for Writers. **New Masses**, New York, v. 59, n. 4, 23/04/1946, p. 3. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t480.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. The Disclaimer. **Daily Worker**, New York, 28/05/1956, s/p. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/disclaim.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. **The Last Frontier**. A new edition with a special introduction by the author. M.E. Sharpe: Armonk (NY), 1997.

_____. **The Passion of Sacco & Vanzetti**. A New England Legend. Open Road Integrated Media: New York, 2011.

_____. Working Class Materials Challenge Creative Writers. **Daily Worker**, New York, 02/09/1946, s/p. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t610.htm>>. Acesso em maio de 2018.

JAMES, C. Vaughan. **Soviet Socialist Realism**. Origins & Theory. Palgrave Macmillan: London, 1973.

MACDONALD, Andrew. **Howard Fast: A Critical Companion**. Greenwood Press: Westport (CT), 1996.

SORIN, Gerald. **Howard Fast. Life and Literature on the Left Lane**. University of Indiana Press: Bloomington (IN), 2012.

“PICA PAU, BOB MARLEY E O CHAVES”: HIBRIDISMO E IDENTIDADE NO FUNK

“PICA PAU, BOB MARLEY E O CHAVES”: HIBRIDISM AND IDENTITY ON FUNK

Thales Reis Alecrim
Mestrando em História e Cultura Social/ Faculdade Ciências Humanas e Sociais,
UNESP campus de Franca
thales.alecrim@gmail.com

RESUMO

A presente comunicação analisa a canção “Nunca Vendeu Maconha”, composição autoral de MC Daleste e MC Yoshi. A canção retrata a prática do uso canábico, e relata as experiências alucinógenas e sensoriais, se valendo de muito humor e ironia. Se trata de uma composição complexa que mescla diversos elementos que sondam o cotidiano da periferia brasileira, elementos da cultura de massa, nacionais e internacionais, são articulados na letra, e os elementos rítmicos e melódicos também são recortes de outras composições funkceiras. A canção é relativamente jovem, foi lançada em 2011, somente em plataforma digital, foi difundida principalmente através da internet, via *download* ou *streaming*. O objetivo é compreender como as mesclas encontradas na música se relacionam com o cotidiano de seus ouvintes, assim como uma leitura da identidade cultural que está impressa na canção. Partimos do pressuposto que desde os anos 1960, o indivíduo, seu comportamento e sua identidade são os tópicos em pauta nas discussões culturais. Nesse sentido, nos propomos o desafio de pensar a canção na abordagem da História Cultural, que parte da cultura, da obra, para poder se pensar o social. Também nos valemos das abordagens dos teóricos Néstor Garcia Canclini e Jesus Martin-Barbero, pois assim podemos melhor analisar os diversos recortes e matrizes culturais que se inscrevem na obra e como elas se relacionam dialeticamente com seus consumidores.

Palavras-chave: Funk. Hibridismo. Cotidiano. Identidade

ABSTRACT

This communication analyzes the song *Nunca Vendeu Maconha* (“Never Sold Marijuana”), authored composition by MC Daleste and MC Yoshi. The song portrays the practice of cannabis use, and reports the hallucinogenic and sensory experiences, using a lot of humor and irony. It is a complex composition that mixes diverse elements that probe the daily life of the Brazilian periphery, elements of mass culture, national and international, are articulated in the letter, and the rhythmic and melodic elements are also clippings of other funk compositions. The song is relatively young, it was released in 2011, only in digital platform, was spread mainly through the internet, via *download* or *streaming*. The goal is to understand how the melds found in music relate to the daily life of their listeners, as well as a reading of the cultural identity that is imprinted in the song. We start from the assumption that since the 1960s, the individual, his behavior and his identity are the topics on the agenda in cultural discussions. In this sense, we propose the challenge of thinking about the song in the approach of Cultural History, which starts from the culture, the work, so that one can think of the social, but in an approach of the present time. We also use the approaches of theorists Néstor Garcia Canclini and Jesus Martin-Barbero, so that we can better analyze the various cuts and cultural matrices that are inscribed in the work and how they relate dialectically with their consumers.

Keywords: Funk. Hybridism. Daily Life. Identity

Introdução

Objeto de estudo controverso, o gênero musical conhecido no Brasil como *funk* suscita debates em torno da nomenclatura e das temáticas aludidas nas letras. Relegado à um lugar tenebroso dentro dos estudos humanos e musicológicos, o *funk brasileiro* é pouco abordado em pesquisas. Um dos objetivos desse artigo é contribuir para a inserção dessa vertente cultural – que articula identidades, práticas e representações – dentro da acadêmia.

A ideia para esse artigo surgiu de uma indagação com relação ao projeto de mestrado do autor. O recorte temporal do projeto são os anos 1960 e 70, um ponto intrigante é que nesse período as representações identitárias passaram a ser cada vez mais incisivas. Identidades que não eram vinculadas à projetos hegemônicos como o Estado-nação, mas sim baseadas em questões e locais mais específicos, assim, pluralizando as identidades que foram cada vez mais articuladas e reinventadas dentro da cultura. A música foi uma plataforma privilegiada para transmitir essas ideias. Dessa forma nos perguntamos, como podemos compreender essas identidades na música contemporânea? Elegimos o *funk*, pois nele há a articulação de uma identidade relacional, vinculada à práticas cotidianas, sempre atualizada.

No presente artigo objetivamos analisar a canção “Nunca vendeu maconha” dos MC’s Daleste e Yoshi. Cantores nascidos e criados na cidade de São Paulo, se inscrevem num contexto de periferia, articulando temas como ostentação, crime e cotidiano, os dois alcançaram sucesso no final dos anos 2000 e início dos anos de 2010. MC Daleste foi o mais proeminente, alcançou grande sucesso, adentrou nos grandes meios de comunicação, tanto em programas de televisão quando na principal mídia utilizada na divulgação do *funk*, a internet.

O *funk* é muito criticado, as vezes com certa justiça, de propagar valores inaceitáveis e vinculados ao machismo, homofobia e apologia ao crime.³⁴ Porém, essas críticas nos soam como vozes marcadas por certa aristocracia cultural que visa silenciar outras visões de mundo. Com esse artigo pretendemos projetar um olhar que relaciona o funk ao cotidiano de seus ouvintes, para então quebrarmos preconceitos e abriremos novos paradigmas de análise.

Compreendemos, junto com Michel de Certeau, que as estratégias (instituições e regras objetivas do mundo social) existem efetivamente, contudo os consumidores são dotados de táticas criativas que reelaboram o objeto cultural dentro de suas relações. O consumo aqui é encarado como uma “produção silenciosa”. De Certeau nos alerta categoricamente que não

34 Esses discursos homogenizam o *funk*, porém existem diversos estilos e tendências com preocupações feministas ou voltados para a questão LGBT. Um exemplo claro é MC Carol Bandida.

podemos pressupor as pessoas como burras, cada um é dotado de capacidades para reelaborar os objetos dentro de sua cotidianidade (CERTEAU, 1998).

Aliado à perspectiva de Jesus Martin-Barbero, que acerta as contas com a tradição adorniana, podemos compreender nosso objeto dentro de suas diversas estratégias de sobrevivência, inscrevendo-o nas matrizes culturais que o fundaram, ao mesmo tempo que o relacionamos com o contexto vivido por seus consumidores. Dessa forma, a cultura de massa não é uma mera alienação abduzadora de mentes, mas dentro dela o popular – um espaço de criatividade e ressignificação – sobrevive através de estratégias que se articulam e produzem novas expressões e sentidos (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Apesar dos usos e descasos inferidos sobre sua obra, Garcia Canclini se mantém atual, o conceito de hibridismo lança luz à temáticas emaranhadas, tal qual o *funk*. A partir disso, esquecemos as ilusões de pureza cultural e passamos a analisar os objetos, as práticas e as identidades culturais em uma perspectiva relacional. O conceito de hibridismo nos permite analisar as mesclas temporais dentro de nosso objeto, aonde modernidade e tradição, passado e futuro, coexistem. Não estamos dizendo que essas mesclas e coexistências são pacíficas, pelo contrário, diversas tensões e conflitos residem em seu interior. Porém, o antropólogo se preocupou em demonstrar os processos de hibridação e não suas consequências conflituosas. (GARCIA CANCLINI, 2008).

Afim de articular a análise dos processos de hibridação com os conflitos culturais, relacionamos Garcia Canclini com a obra de Roger Chartier. O historiador francês se preocupa em demonstrar as tensões entre as representações culturais e suas condições de legitimidade (CHARTIER, 2002). E a historiadora da música Tânia da Costa Garcia nos propõe formas de relacionar a canção com a sociedade, da mesma forma que dentro da lógica interna da canção, podemos entrever elementos que compõe o social, partindo assim de uma História Cultural da música.

O maior desafio foi o de analisar a canção dentro de seu suporte digital. Atentamos para a metodologia proposta por Roger Chartier, que parte da cultura para entrever o social. Dessa forma, a análise da canção em plataforma digital constituiu um desafio instigante, pois MC Daleste e Yoshi não possuem registros em mídia física, e isso entrevem uma mudança de sensibilidade³⁵, a música não demanda mais um suporte físico e assim possui um maior alcance.

35 Mudança de sensibilidade no sentido proposto por Walter Benjamin. Em sua análise do advento do cinema e de seus espectadores, Benjamin não reduz seus objetos, nem classifica tudo como fruto da lógica racionalizante

Partiremos de duas hipóteses que conduzirão o artigo. A primeira refere-se há uma preocupação forte em delimitar a identidade em oposição ao *Outro*, no caso denominamos uma “identidade da periferia”. A segunda trata da existência de uma forte tensão entre a modernidade almejada – simbolizada pelos bens culturais e de consumo – e as condições efetivas para atingi-la, assim, o conflito funda essa “identidade da periferia” e marca suas representações.

Em uma atmosfera ironicamente *cyberpunk*, atravessaremos um objeto marcado pela tecnologia e pela precariedade.

Funk: Híbrido por Excelência

Escolhemos a nomenclatura *funk brasileiro*³⁶, não nos referimos ao *funk estadunidense*, porém, devemos ter em mente que ambos os gêneros musicais se articulam com a cultura afro e priorizam densas linha de baixo e forte marcação rítmica. Em termos de comparação, basta ouvir *Funkadelic* e James Brown, e logo após ouvir MC Zoio de Gato. Vejamos as diferenças, o funk estadunidense dá ênfase no *groove* (encaixe entre baixo elétrico e bateria) e ritmo sincopado, enquanto o funk brasileiro possui compasso firme em 4/4, a percussão é eletrônica e realizada por DJ's, que também incluem efeitos sonoros nas canções.

Nesse sentido, o funk brasileiro se assemelha mais ao *miami bass*, gênero musical eletrônico com foco em letras erotizadas. Ao mesmo tempo, podemos ver no funk as marcas da cultura afro-brasileira, principalmente dos ritmos tocados por atabaques nos terreiros de candomblé e umbanda de todo o Brasil. Assim, nascido nos morros cariocas na transição da década de 1970 para 1980, o *funk* articulou elementos da *soul music*, do *miami bass*, do *freestyle*, dos terreiros e do samba. O funk já nasceu como um gênero híbrido, e se tornou um dos maiores fenômenos da cultura de massa na história do Brasil. Um gênero que articula empreendimentos culturais que geram milhões todo ano.

Desde a sua emergência, o *funk* sofreu alterações e ganhou diversos subgêneros. *Funk ostentação*, *funk proibidão*, *funk melody*, todos possuem o seu circuito e o seu público, além disso, o desenvolvimento do funk está entrelaçado com os bailes funk que se propagam

e mercadológica do capitalismo alienador. Mas propõem outro olhar que relaciona a vida cotidiana com as mudanças tecnológicas. Por sua vez, essa relação entre vida e tecnologia causa mudanças nas formas de se experimentar o mundo. (BENJAMIN, 1987).

³⁶ Apesar de ter se originado no Rio de Janeiro e ser geralmente nomeado *funk carioca*, me desvio dessa nomenclatura e infiro a denominação *funk brasileiro*, pois não é mais um fenômeno regional, e atinge toda extensão do território nacional. Contudo, devemos ter em mente algumas distinções regionais que marcam essa produção, o *funk carioca* não possui os mesmo motivos, nem se articula da mesma forma que o *funk paulista*.

continuamente desde o final da década de 1970. Contudo, esse assunto foge ao escopo do nosso artigo.

A explosão do acesso à internet nos anos 2000 possibilitou maior difusão do *funk*. E aqui acontece um processo interessante, a indústria fonográfica não depende mais dos produtores ou das gravadoras para a produção, gravação e difusão. O processo pode ser realizado de forma independente, em sua própria casa e com seus próprios conhecidos. O agente artístico passa a estar mais próximo do produto final, e da mesma forma, o consumidor também está mais presente no processo de concepção musical. Assim, concordamos com a abordagem que considera tal prática um consumo *desintermediado* (VIANA, 2010).

O importante é reter que mesmo disseminado via internet e inserido na cultura de massa, o *funk* continua se relacionando fortemente com o cotidiano de seus consumidores (VIANA, 1990). Longe das análises que consideram a indústria cultural é somente um processo racionalizante e homogeneizante que afasta os consumidores da verdadeira experiência artística, concordamos com o ponto de vista que propõe uma liberdade criativa dentro do consumo. Sem perpetuar dicotomias entre oprimido e opressor, podemos entrever um espaço aonde o popular, a expressividade criativa, se adentra nos meios hegemônicos para sobreviver e disseminar representações mais ou menos legitimadas pelo poder vigente.

Assim, para fugir da armadilha dicotômica entre cultura popular e erudita, de massa e culta, preferimos por analisar nosso objeto dentro de suas tensões e hibridações. Poderemos entrever a relação que a música possui com o cotidiano e a identidade de seus autores e consumidores.

“Subiu pra Cuca”: Cotidiano e Identidade

Concordamos que a análise estritamente musical reduz o objeto, optamos por relacionar a canção às matrizes que a compõe, tais como sociabilidade e a representação identitária. A música tem um forte papel social e identitário que não pode ser ignorado (FINNEGAN, 2002). O *funk*, assim como o *rap*, constituem formas de sociabilidade jovem nas periferias, pois dentro dessas culturas os jovens encontram referências ligadas às suas experiências de mundo (DAYRELL, 2002). Assim, esses gêneros musicais se relacionam continuamente com o cotidiano e propiciam representações de identidade, de pertencimento, o que corrobora com explicações da contraditória realidade em que estão inseridos.

Antes de tudo, devemos dizer que não existe maneira correta ou oficial de se ouvir música. Cada grupo possui uma prática distinta, e são diversos os usos que cada um infere aos sons que ouve. O consumo é sempre ativo, com diversas maneiras de criação. Dito isso, partiremos para a análise da canção, tenhamos em mente nossas hipóteses de afirmação de uma “identidade da periferia” e o conflito como constituinte dessa representação de vida.

“Nunca vendeu maconha” só foi disseminada via internet, seja por *streaming* ou *download*. No primeiro verso da canção MC Daleste convoca seus ouvintes a conferirem o site de divulgação *mundodofunk.com*. A internet consolidou-se como a plataforma do *funk*, dispensando a mídia física. Para podermos vislumbrar o alcance da canção, vejamos alguns dados: constam 9 vídeos no *You Tube* (mínimo 1 milhão de visualizações, máximo 200 milhões); 36 *tracks* no *SoundCloud* (mínimo 400 visualizações, máximo 770 mil – inclusas algumas remixagens – a plataforma permite *download*). Ou seja, pela contagem, cada brasileiro ouviu pelo menos uma vez essa canção.

É uma canção cômica e irônica. Ao contrário da atmosfera sombria proposta pelos conjuntos de *rap* como Racionais MC e Fação Central, MC Daleste e Yoshi se valeram de recursos orais cômicos, um relato de experiências que objetiva o riso de seus ouvintes. O eu lírico alterna entre primeira pessoa do singular e do plural, a primeira parte é interpretada por MC Daleste, o que compõe a maior duração, e a segunda é na voz de MC Yoshi.

O compasso é em 4/4 seguindo o padrão Semínima ($\frac{1}{4}$), Semínima ($\frac{1}{4}$), Colcheia ($\frac{1}{8}$), Colcheia ($\frac{1}{8}$), Semínima ($\frac{1}{4}$). Padrão rítmico muito utilizado nos terreiros de candomblé e umbanda.³⁷ A mesa de mixagem dos DJ's é um misto de instrumento percussivo e melódico que, ao mesmo tempo, insere efeitos sonoros no decorrer da canção (tais como vozes, gargalhadas, ou dramatizações). O timbre percussivo alterna entre *beatbox* e tambor, com eventuais pausas introdutórias. A base melódica é uma remixagem da canção “Adultério” de Mr. Catra, que por sua vez é uma paródia da canção “Tédio”, do conjunto de rock dos anos 80, Biquíni Cavado. Aqui já entrevemos o hibridismo, a busca de elementos de modernidade, remixagem e rock, concomitantes ao padrão rítmico tradicional dos terreiros.

O eu lírico da canção já começa se diferenciando de quem “nunca vendeu maconha”, basicamente uma diferenciação de quem não conhece o cotidiano da periferia. Não afirmando que todos os moradores das periferias são traficantes, mas sim que todos conhecem um outro lado da realidade, a vida na margem da modernidade, aonde tradição e modernidade, futuro e

37 Como exemplo citamos os pontos “Deu meia noite em ponto” e “Eu vi um Homem na Porteira Santa”.

passado se cruzam. E para viver nessa margem é necessário ser “maloqueiro sem limite”, criando novas formas e práticas de sobrevivência.

O humor e a ironia aparecem como recursos estruturantes desse relato da prática canábica. A hipérbole, a figura do exagero, aparece com recorrência, o absurdo é um recurso para expressar o humor desse relato. Conferimos bem nisso na quinta estrofe:

Mas desculpa de aleijado é muleta
Mancada é levar um cego pro cinema
Pra bolar vela de sete dias
Haha, deu mó problema

Logo começam a pipocar referências à cultura midiática, nomes como Xuxa, Lady Gaga, Justin Bieber, Amy Winehouse, Hebe Camargo, Roberto Carlos, Pica pau, Bob Marley, Chaves e Faustão são colocados em situações bizarras e cômicas. Nos deteremos mais sobre a análise dessas referências. Os elementos da cultura midiática são articulados e ressignificados, pois pouco importa a intencionalidade de suas mensagens, mas sim a forma como eles são usados por seus consumidores. Dessa forma, eles podem ser interpretados e inseridos em um funk com particularidades humorísticas, pois eles deixam de fazer parte de um mundo alienígena e passam ser elementos constituintes do cotidiano e da visão de mundo dos agentes envolvidos. Logo, se lembrarmos da proposição que reduz a distância entre criação e consumo, podemos entrever representações de vida de seus consumidores. A identidade é articuladas através de elementos comuns, pois os consumidores se reconhecem nessas estrofes.

Assim, mais uma vez nos distanciamos da ideia de que a cultura de massa é um mero mecanismo de alienação, pois dentro dela coexistem mecanismos de mercado e de criação. Aqui nos interessa entrever os processo de hibridação, pois nessa canção testemunhamos a “Lady Gaga dançando funk” e o “Justin Bieber beijando a boca de um negão”. Isto é, eles não estão distantes do cotidiano, pois são rearticulados dentro da vida prática.

E nessa hora do nada
Tava o Pica Pau, Bob Marley e o Chaves
Fumando erva venenosa
Do verdinho cannabis

No imaginário, nas representações de vida e identidade de MC Daleste e Yoshi, assim como de uma parcela significativa da população brasileira com acesso aos meios de comunicação, estavam o Pica Pau (*Woody Woodpecker*, 1940, personagem de um desenho

animado estadunidense), o Bob Marley (cantor de reggae jamaicano, 1945-1986) e o Chaves (*El Chavo del Ocho*, 1971, personagem da série cômica mexicana, exportada para toda a América Latina). Aqui vemos a hibridação, várias referências internacionais, de diferentes tempos históricos foram misturados durante a concepção dessa canção. Não somente foram misturados arbitrariamente, mas sim de forma espontânea e criativa, pois são referências e símbolos vinculados ao cotidiano que se desvelava e era difundido nos meios de comunicação.

Essa estrofe é paradigmática, pois prepara a situação para o ápice da fuga da realidade, mesclando elementos dos meios de massa, importações internacionais que estão extremamente presentes no cotidiano da periferia brasileira, para além da televisão, também na música e na iconografia. Nesse sentido, dentro do universo da canção, os entretenimentos são compreendidos como formas de “fuga” da realidade, mas que de tanto fazerem parte da vida, se plasmam à visão do real.

MC Daleste, em entrevista concedida à Funk TV, afirma o seu “amor por todas as quebradas” (FUNK TV OFICIAL, 2013), assim como o seu “orgulho por ser pobre”. Dessa forma, a identidade é sempre algo destacado nos discursos.³⁸ Em “Nunca vendeu maconha”, a “identidade da periferia” está muito bem articulada através de elementos comuns que existem no cotidiano, e isto a diferencia dos outros que, em sua concepção, não possuem um certo manejo e criatividade para levar a vida. Agora veremos como o conflito é a tensão estruturante dessa identidade, identificamos isso através da seguinte estrofe:

Não aguentei
E dei a décima puxada
Mais não vi alucinação
Porque caí da escada

E lá no chão, olhando pro teto
Vi a chuva e a lua
A lua era lâmpada
E as goteiras era chuva

38 O canal Funk TV é muito frequentado, surgiu com a premissa de defender e difundir a cultura do funk. Eles realizam entrevistas com os MC's, e também divulgam o trabalho dos iniciantes, fornecendo estúdio e publicidade. FUNK TV OFICIAL. **You Tube**. 29 jan. 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ltg2Ey65dGE> Acesso em: 23 mar. 18.

Apesar da cultura de massa e da prática canábica fazerem parte da realidade, elas constituem fantasias, algo inventado, pois também existe uma materialidade. A materialidade, o chão, a queda, figuras que remontam ao baixo, se ganham força conforme ele vai retornando da fantasia, tanto libertária quando aprisionadora. A fantasia lhe dá forças para encarar a realidade, dá mais beleza, demonstrado através da comparação entre a lâmpada e as goteiras com a lua e a chuva.

Assim, existe uma tensão contraditória entre aquilo que se pode alcançar na modernidade, as referências culturais e o consumo, em oposição à materialidade precária vivida. Ao tempo todo a canção constata e reconhece a situação socioeconômica, assumindo a identidade, mas ao mesmo tempo se valendo de produtos internacionalizados.

Agora, sobre o relato da prática canábica e o uso exagerado relatado na canção, podemos entrever uma forma de ostentação, uma representação de práticas e afetos em relação ao mundo, assim como uma confirmação da identidade. O canabismo é uma prática econômica alternativa, que sobrevive nas margens da modernidade oficial (FRANÇA, 2015). Nesse sentido, a canção exalta esse estilo de vida através do seu sucesso mercadológico, ainda que agindo na ilegalidade. Enquanto, concomitantemente, é possível se valer de produtos e referências da cultura de massa, mesmo sendo uma parcela marginalizada da sociedade, que segue na ilegalidade. Há um gosto genuíno pelo ato canábico, algo intrínseco à identidade, uma prática indissociável do cotidiano, a síntese da fantasia com a realidade que, operada nas referências da cultura de massa, se traduzem no cotidiano.

O conflito e a contradição fazem parte dessa realidade, e os cantores, MC Daleste e Yoshi elegem o funk como representante dessa situação identitária:

Quem gosta, gosta
Quem não gosta, não conhece
O resto é moda, porque foda é
O Yoshi e o Daleste

Tô tranquilinho
Mas não tô sozinho
Com os olhos vermelhinhos
Igual Japoneizinho

Há um forte laço identitário, assim como uma exaltação da própria prática artística. MC Daleste utiliza o diminutivo nesses versos como forma de aproximação, intimidade, assim como a afirmação de uma identidade comum, tudo isso na primeira pessoa do singular.

Na parte cantada por MC Yoshi – vocalizada com uma impostação de voz mais séria, oposta ao tom casual de MC Daleste – conseguimos entrever uma lógica mais subversiva

que, mesmo utilizando elementos dessa cultura de massa e produtivista, visa um ideal contemplativo, de tranquilidade.

Pois não é crime
Fica marolando o dia inteiro
Porque o verdadeiro crime
É roubar a brisa dos parceiro

Expressão de consciência da sua condição, assim como a criação de uma lógica própria, denotando um escape da imposição social, pois o poder oficial não os atinge e o que reina, de fato, é a solidariedade comum, o vínculo identitário que impede a ofensa.

A música é algo intrínseco à esse estilo de vida, principalmente por apresentar marcas de oralidade, aproximação objetiva com os ouvintes.

Põe a juliet pra ficar chavoso
Ai nós para o baile
Tem rolê, só convocando
Meu Nextel Ferrari

Novamente afirmação de se viver na margem da modernidade, mas ao mesmo tempo se valendo de produtos mundializados. Estas também são formas de se perceber, um entendimento de sua própria condição e identidade.

O liga o Daleste, o Bob Marley
Também o Che Guevara
Faz neblina onde chega
E deixa um rastro aonde passa

Esquadrilha da fumaça
Ressuscita, o verde manda
Quem disse que dinheiro
Não cresce em árvore
Nunca vendeu maconha

MC Yoshi finaliza a canção cruzando referências da cultura de massa que simbolizam a prática canábica, atenção para a repetição do nome de Bob Marley e a inclusão de Che Guevara. Estes são membros do mesmo universo simbólico, significantes do subversivo, do submundo alternativo que foge das práticas comuns, mas que ao mesmo tempo estão imersos no cotidiano,

seja na oralidade, quanto na iconografia. MC Daleste, desponta como o primeiro nome, no discurso de Yoshi, ele está no mesmo universo simbólico que esses personagens, ou seja, também um subversivo, mas imerso na cultura de massa e cotidiana. MC Yoshi afirma uma identidade comum, a “Esquadrilha da fumaça”, referência ao conjunto *Planet Hemp*, famoso por militar a favor da legalização da maconha. Dessa forma, a prática canábica é uma matriz identitária, princípio de afetos e união. Ao mesmo tempo que pressupõe um princípio de alteridade, esses elementos os diferenciam daqueles que não conhecem esse mundo.

Analisando essa canção conseguimos entrever os pontos elencados como hipótese. De fato há uma preocupação em delimitar a identidade através das práticas e das experiências cotidianas, tudo isso articulado com a experiência de mundo e as referências da cultura de massa. A prática canábica aparece como expressão máxima da tensão e do conflito que fundam essa identidade, há o acesso, porém esse acesso não faz parte da cultura oficial e legitimada. Da mesma forma, a cultura de massa, o repertório da modernidade pode ser acessado, mas de forma marginal, pois as condições materiais continuam precárias.

Considerações Finais

Alguns pontos precisam ser ditos. Primeiramente é importante lembrar das políticas do lulopetismo vigentes entre 2002 e 2016. O projeto político levado à cabo pelo Partido dos Trabalhadores, durante suas duas gestões, visava o acesso das classes baixas ao crédito e ao financiamento. Houve grande empenho em “democratizar” o consumo, possibilitando que as classes baixas pudessem obter bens. Apesar de não ter exercido políticas efetivas para a redução real das desigualdades sociais, pois foi um dos períodos históricos em que os banqueiros e empresários mais lucraram, o lulopetismo possui o mérito de ter facilitado o acesso das classes baixas aos bens da modernidade. Um processo real de inclusão nos meandros do capitalismo.

Esse acesso facilitado mudou consideravelmente a realidade de muitos brasileiros que passaram a participar da modernidade. Entretanto, essa modernidade foi experimentada nas bordas, na marginalidade, pois não faz parte da versão oficial, mas sim de uma periférica, com outros significados. O acesso aos bens e ao consumo foi facilitado, mas políticas reais de inclusão continuaram andando lentamente.

Dessa forma, foi representada uma identidade que experimenta e deseja a modernidade, mas que, concomitantemente, é maculada pela tensão e pelo conflito. Assim como anunciamos

na introdução e demonstramos ao longo do artigo, podemos observar um ambiente *cyberpunk*, aonde modernidade e precariedade coexistem.

Esperamos ter lançado algumas luzes sob uma temática complexa e com diversas portas de entrada e saída. Na contramão do discurso oficial, marcado aristocraticamente, observamos no *funk* brasileiro grande riqueza cultural. Não há maneira correta de criar ou de se ouvir música, cada grupo e localidade possuem os seus meios e práticas, fatalmente relacionadas à suas representações identitárias. Assim, longe das abordagens que enxergam miséria e alienação nas práticas culturais relacionadas ao *funk*, concordamos com MC Yoshi, “o verdadeiro crime é roubar a brisa dos parceiro”.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** In: **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano.** São Paulo: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: entre incertezas e inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DAYRELL, Juarez. **O rap e o funk na socialização da juventude.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, 2002

FINNEGAN, Ruth. **Por qué estudiar la música? Reflexiones de uma antropóloga desde el campo.** Revista Transcultural de Música, n. 6, Barcelona, 2002.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da Maconha no Brasil.** São Paulo: Três Estrelas, 2015.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2008.

GARCIA, Tânia da Costa. **História e Música: consenso, polêmicas e desafios.** In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). **Questões que incomodam o historiador.** São Paulo, Alameda, 2013.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

TAGG, Philip. **Analysing popular music: theory, method and practice.**

VIANA, Lucina Reitenbach. **O FUNK NO BRASIL: MÚSICA DESINTERMEDIADA NA CIBERCULTURA.** Sonora. Vol. 3, No 5 – 2010.

VIANA, Hermano. **FUNK E CULTURA POPULAR CARIOCA.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol. 3, n. 6. 1990.

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE MULHERES MILITANTES

HISTORIAS Y MEMORIAS DE MUJERES MILITANTES

*Adriana Lessa Cardoso
Geógrafa, Doutoranda em Educação pela
Faculdade de Educação da UFPel. Bolsista Capes.
adrianalessacardoso@gmail.com*

*Márcia Alves da Silva
Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal de Pelotas – Brasil
profa.marciaalves@gmail.com*

RESUMO

Essa escrita tem como objetivo analisar memórias de mulheres idosas, focando em suas experiências na militância política voltada aos direitos das mulheres. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa intitulada “Representações de gênero de mulheres idosas: memórias de formação, aprendizagens e (auto)biografias”, que tem como intenção resgatar as memórias de mulheres que construíram o movimento feminista na cidade de Pelotas / RS, dando visibilidade as suas trajetórias de vida e militância que, de alguma forma, marcaram sua época e fizeram e fazem história. A pesquisa utiliza o referencial embasado nos estudos sobre mulheres e envelhecimento da antropóloga Mirian Goldenberg, da socióloga feminista Heleieth Saffioti e de contribuições advindas da perspectiva do feminismo decolonial; e a metodologia baseou-se na obra de Marie Christine Josso e Christine Momberger. Os dados analisados são originados de três narrativas de mulheres com mais de 60 anos, que tiveram uma participação política feminista no município em questão. Como resultado da análise destaca-se a importância de se conhecer e resgatar a história de construção do movimento feminista a partir das histórias de vida e memórias das mulheres que participaram ativamente dessa trajetória.

Palavras-Chave: Feminismo decolonial, Mulheres, Envelhecimento

RESUMEN

Esta escritura tiene como objetivo analizar memorias de mujeres ancianas, enfocándose en sus experiencias en la militancia política volcada a los derechos de las mujeres. "Este trabajo es un recorte de una investigación titulada "Representaciones de género de mujeres ancianas: memorias de formación, aprendizajes y (auto) biografías ", que tiene como intención rescatar las memorias de mujeres que construyeron el movimiento feminista en la ciudad de Pelotas / RS, dando visibilidad a sus trayectorias de vida y militancia que, de alguna forma, marcaron su época e hicieron y hacen historia. La investigación utiliza el referencial basado en los estudios sobre mujeres y envejecimiento de la antropóloga Mirian Goldenberg, de la socióloga feminista Heleieth Saffioti y de contribuciones provenientes de la perspectiva del feminismo decolonial; y la metodología se basó en la obra de Marie Christine Josso y Christine Momberger. Los datos analizados proceden de tres narrativas de mujeres de más de 60 años, que tuvieron una participación política feminista en el municipio en cuestión. Como resultado del análisis se destaca la importancia de conocer y rescatar la historia de construcción del movimiento feminista a partir de las historias de vida y memorias de las mujeres que participaron activamente en esa trayectoria.

Palabras clave: Feminismo decolonial, Mujeres, Envejecimiento

Introdução

Esse estudo apresenta uma reflexão sobre as narrativas de militantes feministas que estão vivenciando o envelhecimento. Os diálogos são voltados principalmente nas experiências e acontecimentos da militância política voltada aos direitos das mulheres no município de Pelotas/RS. Para este artigo selecionamos as narrativas de três mulheres, que se destacam no município principalmente pela participação militante, tanto nos espaços universitários, como pela participação no Conselho Municipal da Mulher e como liderança nos sindicatos.

Vamos chama-las de Maria, Ana e Rosa mesmo sendo figuras públicas optaram por utilizar um nome fictício para preservar as identidades e dar mais liberdade de expressão, visto que é uma história de vida, e, portanto, a vida pessoal se evidencia podendo causar constrangimentos se explicitadas ao público. As narrativas analisadas fazem parte de um recorte de uma pesquisa intitulada “Representações de gênero de mulheres idosas: memórias de formação, aprendizagens e (auto) biografias”, que tem como intenção resgatar as memórias de mulheres que construíram o movimento feminista na cidade de Pelotas/RS, dando visibilidade as suas trajetórias de vida e militância, que se iniciou por volta dos anos de 1970, e que de alguma forma, marcaram sua época e fizeram e fazem história do movimento feminista.

O embasamento da pesquisa se dá na perspectiva feminista descolonial para Lugones (2014) consiste na possibilidade de superar a colonialidade do gênero.

A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado (LUGONES, 2014, p. 941).

Neste sentido, a perspectiva feminista descolonial, pressupõe a resistência dos povos aos sistemas de dominação exploração, patriarcal, industrial e capitalista sobre os corpos das mulheres. A condição de subalternidade se dá nas relações de poder e na hierarquização aonde se engendra a superioridade de uma cultura em relação à outra. A modernidade como um paradigma eurocêntrico hegemônico tenta controlar ao negar a existência de outros mundos com diferentes pressupostos ontológicos (María Lugones, 2014).

Buscando uma nova maneira de responder as questões sociais Boaventura de Souza Santos (2007) propõe que é necessário uma nova perspectiva epistemológica, e propõe o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. Decência simbolizada por considerar os seres humanos em sua amplitude e complexidade, prudência por radicalizarmos a responsabilidade dos impactos e limites do progresso tecno-industrial. Entendo que o

paradigma para emergir da sociedade não pode ser apenas um paradigma científico, e sim um paradigma social. Em busca de justiça social para construir um mundo menos degradante e autodestrutivo. Em alternativa a uma democracia liberal centralizadora, uma democracia consciente e participativa, dependente das construções culturais e dos estilos de vida sociais.

Se a educação moderna se consolidou pelo modo hegemônico de realidade fundado na certeza e no rigor em contrapartida se fomenta uma percepção de historicidade que considere os sofrimentos e ausências dos dominados. Tal perspectiva pode sensibilizar a educação a ser plural, igualitária e justa. É preciso desestabilizar uma educação patriarcal, universal, hierarquizada, heteronormativa assentada no sistema axiológico da razão sem emoções, sem corpo e contexto.

Anibal Quijano (2010) nos tem falado de uma forma específica de dominação e exploração entranhada na constituição do sistema de poder mundial capitalista. Este processo depende da noção de colonialidade. A colonialidade, segundo este pensador, refere-se à classificação das populações do mundo em termos de racialização das relações entre colonizadores e colonizados. “No capitalismo mundial, a questão do “trabalho”, da “raça” e do “gênero”, as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito” (QUIJANO, 2010, p. 116). Relações que sustentam a configuração de um sistema de exploração que articula em uma estrutura todas as formas de controle do trabalho. Assim, a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos dos padrões mundial do poder capitalista.

Neste sentido, o pensamento descolonial passa ser um meio fundamental de mudança, pois a concepção emergente permite compreender o sujeito no centro do fazer científico e social. Esta consideração do sujeito influi na nossa compreensão das múltiplas realidades, diferentemente da ciência moderna colonializadora. Nela a ausência de sujeito concebeu o Homem enquanto objeto de estudo. Nos seus atributos o observador/colonizador observa o colonizado e o narra a partir de suas estruturas culturais (cor, raça, gênero, sexualidade, idade entre outras definições), julgando e impondo sua percepção de mundo. Ao desconhecer a diversidade e diferença funda sua cosmovisão num sujeito universal, por isso, em sua narrativa descreve o outro e nega sua biografia e influência de pesquisador¹.

¹ Esse saber das trajetórias e valores, do qual podemos ou não ter consciência, corre subterraneamente e clandestinamente, nos pressupostos não-ditos do nosso discurso científico (SANTOS, 2007, p. 84).

Segundo Boaventura de Sousa Santos o caráter autobiográfico do conhecimento-emancipação é assumido e não nos separa daquilo que estudamos. Assim, criam-se espaços de formação diretamente ligados ao senso comum, e a partir do diálogo e negociação torna-se conhecimento científico, não um conhecimento fragmentado, linear e colonizador.

A ideia do paradigma emergente apoia-se nos estudos feministas. “Não é por acaso que nas últimas duas décadas, a sociologia feminista produziu a melhor teoria crítica” (Santos 2007, p. 27). Neste sentido, se dedicam a questionar os saberes hegemônicos de uma ciência branca, masculina e ocidental. Estes estudos se inventam e reinventam no meio dos movimentos sociais, estes por serem coletivos dinâmico e plural passam a se repensar constantemente, assim se aliando ao paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. Ao criar sentidos abertos, incertos, contudo partilhados, busca visibilizar grupos sociais e “vozes” que foram negados pela modernidade; negros/as, índios/as, mulheres, idosos, LGBTTS, suas linguagens e culturas. Esta nova perspectiva sugere criar condições de emancipações sociais concretas para grupos existentes. Um tipo de transformação social que dê valor às práticas substanciais e às ações educativas cotidianas e envolvam as pessoas de diferentes culturas e valores. O avanço dos estudos feministas descolonial colabora com inconformismo da representação etnocêntrica e com o paradigma das epistemologias do sul.

A Metodologia

Neste estudo utilizamos a metodologia das narrativas, entendemos que essa metodologia contribui para dar vez e voz às diferenças de classe, étnicas, raça, gênero, idade e orientação sexual. Assim, buscamos a metáfora do palimpsesto utilizada por POSSAMAI (2005) para ser possível ler e interpretar diferentes narrativas que se sobrepõem e convivem, nem sempre harmonicamente.

De acordo, com Antônio Bolívar (2012) a investigação biográfica-narrativa inclui quatro elementos: a) um narrador/a; b) um intérprete (seria o/a pesquisador/a; c) textos; d) leitores. A relação entre os quatro elementos são complexas e profundas, pois depende principalmente dos marcos de referências, ou como Freire (ano) aponta da concepção de mundo do pesquisador/a. Portanto, o projeto se configura visando à compreensão crítica e reflexiva sobre a necessidade de um olhar retrospectivo e prospectivo daquilo que foi produzido e do que podemos ainda fazer pelas mulheres.

As histórias de vida

Começamos por uma breve apresentação das mulheres que contaram suas histórias de vida e assim podemos partir do que elas compartilham como semelhanças e diferenças para buscar elementos de intersecção para entender a complexidade das narrativas em relação à participação política no município.

Las mujeres comparten como género la misma condición histórica, pero difieren en cuanto a sus situaciones de vida y em los grados y niveles de la opresión. Las diferencias entre las mujeres derivadas de su posición de clase, de su acceso a la tecnología de su relación con las diferentes sabidurías, de su modo de vida rural, selvático o urbano, son significativas al grado de construir grupos de mujeres: el grupo de las mujeres sometidas a la doble opresión genérica y de clase, el de las que sólo están sujetas a opresión genérica pero no de clase, el de las que sólo están sujetas a opresión genérica pero no de clase, el grupo de mujeres sometidas a la triple opresión, género, clase y étnica o nacional [...] (LAGARDE DE LOS RIOS 2015, p. 59).

A autora sintetiza com clareza o que aos poucos vamos percebendo em suas histórias de vida, por isso, consideramos importante apresentar cada uma das entrevistadas, pois assim temos a oportunidade de contextualizar em relação à classe social, gênero e raça.

Maria mulher branca educada tradicionalmente, sua avó e mãe cursaram magistério e atuaram como professoras até o casamento, após o casamento se dedicaram aos cuidados da família. Em 1973 entrou para a Faculdade de Arquitetura UFRGS, onde conheceu um professor progressista militante do MDB que “fez” pensar que existiam outros caminhos. Atualmente é professora da universidade Federal de Pelotas e militante feminista.

Ana mulher branca tem uma família de origem alemã católica e seu pai agricultor e sua mãe trabalhava como professora primária e após como auxiliar de enfermagem em Santa Cruz/RS. Ana não constituiu família nos padrões tradicionais, não casou e não teve filhos/as. Chegou a Pelotas em 1976, com 35 anos de idade, como professora de Língua Portuguesa e Sindicalista da Educação, participou da política local filiada ao PMDB e após o PT, também tem vínculos com a comunidade eclesial de base.

Antes de Pelotas já participava da diretoria na cidade de Cachoeira no Sindicato dos Professores Primários do estado do Rio Grande do Sul². Atualmente, aposentada continua a fazer um trabalho religioso, feminista e anticapitalista na comunidade, com grupos de mulheres no Cáritas Arquidiocesana.

² Atualmente é o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS.

Rosa mulher negra natural do Quilombo do Algodão, colônia Triunfo de Pelotas, veio para a cidade aos 13 anos e nesta idade foi pela primeira vez para a escola. Participou da comunidade de base da Igreja católica aonde começou a participar do sindicato das domésticas e em 1987 se associou e passou a participar ativamente, participando de congressos, de acordo com Rosa foi neste período que tomou consciência da negritude e da classe social. Ela se descreve como sendo, negra, mulher trabalhadora, doméstica e pobre, não como vítima, mas como mulher que luta para valorizar seus espaços de trabalho. Atualmente é aposentada, mas continua atendendo no sindicato das domésticas.

Neste espaço não pretendemos destacar as diferenças entre elas, mas aquilo que as tornaram militantes feministas, contudo não podemos deixar de destacar uma diferença importante, a mulher negra foi ter acesso ao ensino formal aos 13 anos e durante a entrevista fez questão de explicitar sua dor por não ter acesso, chegou a ironizar que “era muito inteligente” ao narrar uma experiência escolar. Mas também expressou orgulho por ter uma filha universitária, pois sabe bem que para uma mulher negra a opressão não é só de gênero e classe, mas também tem a opressão da raça, aqui Lagarde de Los Rios (2015) nos ajuda a compreender melhor, já que a opressão se apresenta de diversas maneiras.

Para escrever esta narrativa, a intersecção, isto é, os elementos que possuem similaridades nestas histórias de vidas foram principalmente a militância política, sindical e feminista, neste contexto também tem referência sobre outros aspectos da vida, como por exemplo, o envelhecimento, família, trabalho entre outros.

Ana e Maria começaram militar nos anos de 1970, Ana nos sindicatos de professoras e Maria no movimento estudantil, Rosa um pouco mais tarde em 1987, se associa no sindicato das domésticas, já neste período participavam ativamente da política partidária de esquerda. Elas não estavam vinculadas diretamente as causas feministas, apesar de já vivenciar os efeitos do feminismo que era uma tendência mundial, as pautas no Brasil, eram mais pontuais em relação às mulheres, e fortalecidas no âmbito da democratização do país, desigualdades sociais e trabalhistas.

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é central (PINTO, 2003, p.43).

Estar atuante neste período possibilitou um empoderamento para se perceber como mulher e suas diferenças na militância em relação aos colegas, também fortalecer o movimento feminista, que no município em questão se evidencia nos anos 1980, pois todas as entrevistadas mencionaram um episódio de violência de gênero³, que mobilizou as mulheres da cidade, principalmente as que já se articulavam nos sindicatos e outros movimentos sociais e coletivos. Foi a partir deste episódio que se abriu uma porta para as uma das pautas feministas, no caso a violência doméstica e de gênero. Entre as ações defendidas foi criado o Grupo Autônomos de Mulheres de Pelotas - GAMP, uma ONG – Organização não governamental, que as três mulheres investigadas participaram, também tivemos a criação da Delegacia da Mulher e outros espaços de promoção de direitos das mulheres, como uma Casa de Acolhida às mulheres vítimas de violência e o Conselho Municipal da Mulher.

Podemos destacar que as três mulheres consideram o feminismo atual como relevante e que as jovens feministas da atualidade têm as redes sociais como aliado a luta, pois conseguem mobilizar e sensibilizar outras mulheres de diferentes culturas com mais rapidez e com recursos audiovisuais mais didáticos. Também entendem que através das redes sociais é possível disseminar as pautas feministas, contudo destacam que este não deve ser o único espaço de mobilização.

Maria é mais rígida sobre o atual momento, talvez por ser professora universitária e se interessar pela teoria feminista, mas também por já ter vivenciado muitas das situações que se repetem e não conseguimos superar.

[...]eu tenho altas críticas, porque eu acho que é uma coisa específica, só o problema da mulher, onde a mulher se vitimiza, porque passaram a mão, porque abusaram em festa... Não estou falando que não é real, claro que ela sofreu a violência, porque depois não me entendam mal, eu acho que ela sofre aquela violência realmente, só que ela entra num processo de se vitimizar em grupo. Então, vai lá para um grupo de mulheres, fica discutindo aquilo... ahhh, como os homens são machistas... tchê!!! [colocou as duas mãos na cabeça] Por ai a coisa não vai avançar, por aí não vai avançar né? Eu vejo muito dessa coisa, para mim só vai avançar com a discussão de gênero de forma mais profunda, com teoria[...] Gênero é um assunto difícil discutir porque ele não é superficial (Maria, 2017).

Ela se refere ao movimento estudantil universitário e o modo como vem ocorrendo as formações dos coletivos feministas, deste modo, ela considera ser importante as rodas de conversa e que as mulheres tenham espaços para falar sobre os acontecimentos mais marcantes de suas vidas e como podem superar e auxiliar outras mulheres. Mas ela entende que uma

³ O episódio foi o assassinato de uma jovem mulher, estudante universitária que foi assassinada pelo seu ex companheiro – que não aceitava a separação, ocorreu nos anos 1980.

discussão de gênero é relacional e tem relações de poder, portanto quais espaços estamos ocupando para denunciar e mesmo transformar o sistema patriarcal.

De acordo com Saffioti (2004), a estrutura de dominação patriarcal se apresenta nas instituições sociais, e às vezes nem percebemos o quanto reproduzimos em nossos discursos e atitudes essas estruturas. A autora exemplifica a dominação considerando o patriarcado como uma máquina bem azeitada que trabalha cotidianamente e nem precisa do patriarca para ser acionada. Por isso, necessitamos conhecer, produzir e analisar os estudos feministas nas práticas cotidianas de mulheres e homens que buscam o empoderamento de mulheres, para promover um “olhar-se”, voltar para si, perceber-se, subjetivar e desnaturalizar os velhos modos de lidar com as feminilidades e as masculinidades.

As outras entrevistadas fizeram ponderações mais positivas sobre a atuação das mulheres jovens militantes, o que fica nítido na narrativa de Rosa

[...] o feminismo que vejo em mim é um coletivo feliz e não massa de manobra[...] Eu acho legal as jovens, elas extravasam, não dá para a pessoa dizer que não viu, tanto homem quanto mulher, tem mulher machista. E as jovens estão com a bola da vez” (Rosa, 2017).

Considerações finais

Com base nas narrativas podemos ponderar sobre a importância de se conhecer e resgatar a história de construção do movimento feminista a partir das histórias de vida e memórias das mulheres que participaram ativamente dessa trajetória, tendo em vista as suas ações para transformar a realidade patriarcal.

Sobre envelhecimento podemos perceber que elas são ativas na militância, e buscam fazer relações das suas trajetórias e experiências com a atualidade. Como são mulheres que ainda se encontram ativas no movimento, não foi percebido um saudosismo e/ou um “ar” de tristeza sobre suas vidas, muito pelo contrário, todas fazem planos e estão dispostas a contribuir com o movimento feminista.

Ainda, podemos observar que elas foram discretas ao falar sobre sua vida privada, valorizando os acontecimentos públicos da inserção nos movimentos estudantis, sociais e sindicais. Para elas, o trabalho junto aos movimentos sociais e sindicais é a parte mais importante de suas vidas.

Por fim, consideram que o movimento feminista, ao mesmo tempo que avança em algumas pautas, em outras ainda continua estagnado. Como exemplo de avanços, temos a mobilização por meio das redes sociais. No entanto, temos o exemplo de permanência na luta contra a violência doméstica e contra o feminicídio, ainda que tenhamos avançado em políticas públicas, houve poucas mudanças, já que os índices ainda continuam altos.

O processo desta pesquisa tem confirmado sua justificação, onde destaca-se a importância de se conhecer e resgatar a história do movimento feminista a partir das memórias de mulheres que acumulam experiência e saberes ao longo de uma trajetória de vida, provando seu valor e contribuindo para acabar com o preconceito em relação ao envelhecimento e superar nossa subserviência etnocêntrica (eurocêntrica).

Referências Bibliográficas:

BOLÍVAR, Antonio. A metodología de la investigación biográfico-narrativa: recogida e análisis de dados. In: PASSEGGI, Maria da Conceição. ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Tomo II; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **Mulheres e envelhecimento na cultura brasileira**. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, de Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: Siglko XXI Editores, 2ª. Ed. 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e a classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

Pinto, C. R. J. (2003). **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Saffioti, H. (2013). **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre**, décadas de 1920 e 1930. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GÊNERO E MIGRAÇÃO: O PROCESSO DE MIGRAÇÃO FEMININA DAS JOVENS AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS

*GENDER AND MIGRATION: THE FEMININE MIGRATION PROCESS OF THE
YOUNG FAMILY FARMERS OF THE MUNICIPALITY OF SÃO LOURENÇO DO
SUL/RS*

*Caroline Tapia Bueno
Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande
caroline.bueno14@gmail.com*

RESUMO

Correlacionando os dados obtidos nos Censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos de 2000 e 2010 sobre a população rural de São Lourenço do Sul, podemos observar uma diminuição da população feminina de 18.5%. No entanto, o número de habitantes da área rural do sexo masculino reduziu apenas 3.7%, o que demonstra, portanto a migração da população feminina na área rural do município. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi o de identificar quais são as causas que desencadeiam o processo de migração feminina no município de São Lourenço do Sul. A metodologia e a análise se dão a partir de uma abordagem qualitativa, considerando categorias e conceitos oriundos dos estudos feministas. Deste modo, o presente trabalho evidencia as explorações, que as mulheres agricultoras sofrem diante de uma sociedade patriarcal que dificulta que as mesmas realizem seus desejos e ocupem os lugares de que tem direito. Consideramos que quando as mulheres migram por serem inferiorizadas ou “expulsas” por um sistema que afeta seus direitos de permanecer em suas terras, ou que impõe rótulos de frágeis, delicadas e fracas, impossibilitando as mesmas de gerirem e produzirem suas propriedades, estamos diante de uma ordem patriarcal de gênero que deve ser denunciada.

Palavras-chave: Mulheres. Patriarcado. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Correlating the data obtained on demographic censuses of Brazilian Institute of Geography and Statistics in the years of 2000 and 2010 about the rural population of São Lourenço do Sul, we can observe a decrease of the female population of 18.5%. However, the number of rural male inhabitants reduced only 3.7%, which demonstrates, therefore, the migration of the female population in the rural area of the municipality. Therefore, the general objective of this research was to identify the causes that trigger the process of female migration in the municipality of São Lourenço do Sul. The methodology and the analysis are based on a qualitative approach, considering categories and concepts from feminist studies. In this way, the present work shows the exploitations which woman farmers face before a patriarchal society that makes it difficult for them to fulfill their desires and occupy the places of which they are entitled. We consider that when woman migrate for being considered inferior or “expelled” by a system that affects their rights to remain on their land, or that imposes fragile, delicate and weak labels, making it impossible for them to manage and produce in their properties, we are faced with a patriarchal gender order that must be denounced.

Keywords: Women. Patriarchy. Family Farming.

Introdução

As migrações da população rural para áreas urbanas no Brasil ocorreram e ocorrem por diversos fatores, dentre eles: as políticas econômicas de favorecimento aos grandes latifundiários, como os empréstimos bancários, a mecanização das atividades agrícolas em substituição da força de trabalho e o endividamento de pequenos agricultores em vista da aquisição de maquinários. Os estudos de Brumer (2004), de Faria e Macedo (2013) e de Maia e Buainain (2015) mostram que, no século XXI, é crescente a participação de mulheres jovens no processo migratório rural-urbano brasileiro e evidenciam que as causas destas migrações são, além de econômicas, educacionais, culturais e sociais.

No município de São Lourenço do Sul (SLS) não é diferente. Através dos dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos concluir que a migração de mulheres jovens do meio rural é uma realidade. Correlacionando os dados obtidos nos Censos demográficos de 2000 e 2010 sobre a população rural, podemos observar uma diminuição da população feminina no município de SLS. No ano de 2000 a quantidade de habitantes com idades entre 5 a 19 anos em valores absolutos, totalizavam 2.397 mulheres e 2.500 homens. Para a comparação com o Censo de 2010, foram consideradas as pessoas com idades entre 15 a 29 anos, pois idealmente estariam sendo tratadas as mesmas amostras, defasadas em 10 anos. Neste caso, o número de mulheres totaliza em 1.954, enquanto que o total de pessoas do sexo masculino é de 2.408. Realizando uma comparação entre o total de mulheres no Censo de 2000 e 2010, percebemos uma redução de aproximadamente 18.5% no número de habitantes femininas na área rural. Por outro lado, o número de habitantes da área rural do sexo masculino reduziu apenas 3.7%, o que evidencia, portanto a migração da população feminina na área rural do município de São Lourenço do Sul.

Para desenvolver a pesquisa utilizamos os conceitos de gênero e patriarcado a partir da concepção de Saffioti. O conceito de gênero de acordo com Saffioti (2004) refere-se à construção social do feminino e do masculino. No entanto, este conceito não explicita as desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres. Quanto à escala temporal, este foi construído muito antes do que o conceito de patriarcado, pois nem sempre houve as desigualdades entre os sexos. “Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação.” (SAFFIOTI, 1987, p. 47). O conceito de patriarcado, portanto, surge recentemente no plano histórico (seis ou sete milênios da história recente), para denunciar as hierarquias e as desigualdades presentes entre homens e mulheres.

Entendemos que o conceito de gênero é muito mais vasto que o patriarcado, pois, de acordo com Saffioti (2004), o patriarcado manifesta as hierarquias e desigualdades, o que o conceito de gênero não o faz, englobando a questão da igualdade em seus preceitos. Portanto, o patriarcado é um caso das relações de gênero. Porém, não se trata de eliminar o conceito de gênero, mas sim de sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito amplo, e o patriarcado ao contrário, “só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando explícito o vetor da dominação-exploração.” (SAFFIOTI, 2004, p. 139).

Assim, segundo Saffioti (2004), a não utilização do conceito de patriarcado conjuntamente com o de gênero parte de uma lógica patriarcal que tenta neutralizar as hierarquias existentes, o que torna normal a dominação-exploração. “Tratar essa realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina.” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Na agricultura familiar de acordo com Carneiro (2001) e Brumer (2004), as mulheres jovens são vistas como ajudantes na propriedade, mesmo exercendo várias atividades, como: cuidados domésticos, cuidados com a horta, animais e com a lavoura. Nesse cenário patriarcal normalmente são desvalorizadas e não recebem remuneração pelas atividades desenvolvidas, além de serem geralmente desqualificadas para o cargo de sucessora da família. Deste modo, muitas acabam sendo expulsas do campo por um sistema patriarcal que legitima o homem e naturaliza o processo de desvalorização da mulher.

A dificuldade ao acesso à educação também incide na decisão das jovens em permanecer ou abandonar o campo. No município de São Lourenço do Sul existem na área rural duas escolas de ensino médio, são elas: Escola Estadual Professor Rodolfo Bersch, localizada no 6º distrito do município, e a Escola Técnica Estadual Santa Isabel, que além do ensino médio também contempla o ensino técnico voltado para práticas rurais, localizada no 1º distrito do município. O difícil acesso e as poucas escolas no meio rural tornam-se impulsionadores de migrações, levando em consideração que a maioria das mulheres não serão sucessoras e nem herdarão algum pedaço de terra das famílias. Deste modo, a opção para muitas é se qualificar através de cursos profissionalizantes ou graduações para trabalhar em outros setores do mercado de trabalho.

As dificuldades financeiras tornam-se obstáculos para que muitas jovens consigam estudar, o que as fazem procurar, por conseguinte, trabalhos assalariados para que consigam se sustentar na área urbana. O problema nesta opção, portanto, são as baixas qualidades dos empregos que essas conseguem. Conforme Lisboa (2006), as jovens normalmente são inseridas no trabalho doméstico informal, sem nenhum benefício ou direitos previdenciários. Muitas vezes, esta vinda já é acertada pelos próprios pais, em troca de casa e comida, explorando o trabalho destas, em via de regra, são menores de idade. Outrossim, é que os trabalhos se tornam tão massacrantes que impossibilitam o estudo paralelamente. Porém, o trabalho assalariado normalmente é desejado pelas jovens do meio rural.

Cordeiro (2007) aponta, em seus estudos, para a falta de remuneração do trabalho feminino no âmbito da agricultura familiar, o que faz com que muitas mulheres sonhem com a vida na cidade, onde ganham uma remuneração mensal e seus trabalhos, portanto sejam reconhecidos. Volta-se novamente para o sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho que sustenta o meio rural, onde, segundo Hirata e Kergoat (2007) o trabalho de homem vale, monetariamente e socialmente, mais do que o trabalho da mulher.

Assim, discutir questões de desigualdades de gênero é necessário e importante em todas as esferas da sociedade, principalmente na área rural, onde ainda os valores baseados no patriarcado são fortes e impactam a vida e as decisões de mulheres e homens. Deste modo, neste trabalho procuramos identificar quais são as causas que desencadeiam o processo de migrações femininas no município de São Lourenço do Sul.

A metodologia e a análise se dão a partir de uma abordagem qualitativa, na qual o delineamento do objeto de pesquisa se insere “[...] numa problemática do avanço dos conhecimentos: o pesquisador escolhe seu objeto em função das faltas que ele detecta no corpus constituído das ciências sociais” (DESLAU RIES; KÉRISIT, 2012, p.132). Em suma, identificamos que objeto de estudo da pesquisa ainda é uma lacuna no campo geográfico.

A pesquisa constitui-se feminista, pois “[...] concentra-se nas diversas situações femininas, problematizando-as, e também nas instituições que compõem essas situações.” (OLESEN, 2006, p. 220). A metodologia feminista, segundo Moss (2002), trata-se sobre a abordagem da pesquisa incluindo os aspectos convencionais (coleta de dados, análise, etc.) como também os aspectos menos conhecidos, como as relações das pessoas envolvidas no processo de pesquisa. Deste modo, de acordo com Narvaz e Koller (2006), o uso de metodologias feministas possui o comprometimento com uma mudança social, tendo em vista

o resgate das experiências femininas e uma análise focada em linguagens não-sexistas. Portanto, para desenvolver a pesquisa a partir dessas perspectivas utilizamos diversos recursos metodológicos a fim de entender o processo que envolve as migrações femininas.

Em vista do exposto, primeiramente, realizamos uma revisão bibliográfica para a compreensão do universo estudado. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 50). Analisamos: artigos, livros e teses, auxiliando no processo de formação dos conceitos que serão desenvolvidos na pesquisa. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 2008, p. 50).

Aplicamos um questionário aberto, ou seja, “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, 2008, p.121). Esta etapa foi realizada com vinte jovens que estavam cursando o último ano do ensino médio e o ensino técnico em escolas rurais no município de São Lourenço do Sul.

Por fim, “a etapa de análise consiste em encontrar um sentido para os dados coletados e em demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa que o pesquisador formulou progressivamente.” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012, p. 140). Foram dado significado aos dados coletados a partir da epistemologia feminista, considerando as relações patriarcais de gênero e a divisão sexual do trabalho delas decorrentes.

Desenvolvimento

A mobilidade espacial dos seres humanos, denominada de migração, é um fenômeno socioespacial que acompanha a história da humanidade, considerada um,

[...] processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independente da extensão, da composição ou das causas; inclui migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES, 2009, p. 29).

A Revolução Verde⁴ e a tecnificação do campo brasileiro tiveram um papel significativo nas migrações rurais-urbanas no Brasil, deste modo não se fazendo mais necessário um grande

⁴ Revolução Verde é um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, hoje é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo.

número de força de trabalho. De acordo com Andrades e Ganimi (2007), a Revolução Verde, principalmente nos anos de 1970, culminou na migração dos produtores expropriados de suas terras para as cidades grandes, como Rio de Janeiro e São Paulo, enfrentando empregos de baixa remuneração ou informais. “Populações migrantes, muitas vezes analfabetas, vão viver em condições extremamente precárias em favelas ou nas periferias das grandes cidades.” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 53). Além disso, o endividamento de pequenos agricultores para adquirir máquinas modernas resultou, também, na saída do campo, uma vez que muitos perdiam suas terras para as agências financiadoras, repercutindo deste modo nas decisões de homens e mulheres de migrarem para centros urbanos em busca de trabalhos e qualidade de vida.

Graças à modernização da agricultura e à adoção de novas tecnologias, o trabalho produtivo tornou-se mais complexo, obrigando o produtor a investir em novos conhecimentos, a utilizar técnicas novas e a usar máquinas agrícolas, algumas delas bastante sofisticadas. Ao mesmo tempo, parte do trabalho que antigamente era feito à mão hoje pode ser feito com auxílio de máquinas, o que, em algumas situações, levou à diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura. (BRUMER, 2004, p. 213).

Porém, este não foi/é o único fator condicionante para o processo de migração, tendo em vista outras questões que vão além do uso da tecnologia. Quando analisamos as relações de gênero na esfera rural, conforme Brumer (2004), percebe-se que as mulheres neste meio geralmente tendem a ficar a mercê dos ordenamentos dos homens, e seus trabalhos são marcados pela desvalorização e invisibilidade. Deste modo, de acordo com Carneiro (2001), historicamente, a vida das mulheres rurais é marcada por: a prioridade dos homens ao serem titulares das terras e heranças e a falta de oportunidade oferecida às mulheres, resumidas em casar e trabalhar nas terras do marido ou permanecer na terra dos pais sujeitando-se ao irmão sucessor. Questões acerca da falta de infraestrutura no campo acabam também impulsionando as migrações, como o caso da falta de escolas de ensino médio ou de cursos técnicos nas áreas rurais.

A escolaridade também define as perspectivas de empregos nos setores mais desenvolvidos das áreas urbanas e cumpre um papel importante, tanto na decisão de migrar quanto nas oportunidades criadas e nos resultados da migração dos residentes rurais. (MAIA; BUAINAIN, 2015, p. 3).

Prosseguindo, o estudo das migrações internas dentro da lógica da agricultura familiar torna-se fundamental para que possamos discutir as desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres no âmbito agrário brasileiro. Entendemos, portanto a migração interna sendo a,

(ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 44).

[...] circulação de pessoas de uma região do país para outra, com a finalidade ou o efeito de fixar nova residência. Esse tipo de migração pode ser temporária ou permanente. O migrante interno desloca-se, mas permanece dentro do seu país de origem (por ex., migração de zonas rurais para zonas urbanas). (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES, 2009, p. 41-42).

A seletividade nas migrações da área rural vem carregada de diversos fatores que influenciam nas decisões das mulheres em migrar. Esses fatores baseados em uma sociedade patriarcal são explicados conforme a autora a seguir.

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicizados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. (BRUMER, 2004, p. 210).

Deste modo, as mulheres jovens são mais afetadas do que os homens jovens, uma vez que esses têm a oportunidade de seguir produzindo nas terras dos pais e, conseqüentemente, poderá ser o herdeiro da propriedade, possibilidade esta que é geralmente inviabilizada para as mulheres, cabendo normalmente a elas casarem-se, ou viverem juntamente com a esposa do irmão sucessor ou, ainda, migrar para centros urbanos na esperança de se qualificarem. No entanto, “as mulheres já não veem no casamento ou na atividade religiosa as únicas fontes de inserção social. Cada vez mais, elas buscam formação profissional qualificada para o mercado de trabalho urbano”. (CARNEIRO, 2001, p. 42). Assim, acabam buscando trabalhos assalariados, os quais geralmente são precários e muitas vezes sem direitos trabalhistas e com remuneração abaixo da média.

Ressaltamos que hoje existe em lei o amparo em relação a herança e a divisão das terras (Lei 10.406 de 2002), porém devemos entender a agricultura familiar como uma categoria de análise “diferente”. Paulino (2008) denomina-a como “sui generis”, pois ela é cercada de características próprias e alguns “costumes” (consolidados patriarcalmente), os quais para os integrantes valem mais do que a lei que rege algum setor, como o caso da herança ou titularidade à terra dos pais. Essa “cultura”, ancestralmente construída deve ser repensada a fim de dar poder para as mulheres, uma vez que elas são responsáveis igualmente pela produção familiar.

Mesmo que em termos legais as mulheres tenham direito à titularidade da propriedade, este direito é impedido pelos valores e costumes das comunidades e pelo fato de o interlocutor privilegiado dos órgãos que executam as políticas do setor agrícola ser o homem/chefe de família, a quem atribuem a responsabilidade pela unidade produtiva. (SUÁREZ; SUAREZ; TEIXEIRA; MUSSI, 1994, p. 71).

Neste contexto, o trabalho das mulheres (jovens ou não) e também dos homens jovens, não são vistos como um real trabalho, e sim um complemento às atividades do “chefe da família”, o que gera um ciclo de fatores desmotivantes para a permanência neste modo de vida.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. (BRUMER, 2004, p. 210).

Deste modo, as/os jovens participam ativamente das funções da agricultura familiar, trabalham muitas vezes igualmente, todos os dias da semana, porém no momento da remuneração elas/eles se veem sujeitados a quantias estabelecidas pelo pai, que normalmente é o responsável pela parte financeira, que os remunera de maneira inferior ao trabalho exercido. Sabemos que se tratando de agricultura familiar, o processo de remuneração é diferente do assalariamento, portanto, essa remuneração não é mensal, e sim trimestral ou ainda semestral, dependendo do tipo de produção e colheita. Porém, há a separação por sexo e idade na hora da remuneração (quando há remuneração), pois o trabalho da mulher jovem na visão patriarcal vale menos, uma vez que ela passa muito tempo no trabalho doméstico, o qual não é considerado trabalho, enquanto o homem, que trabalha todo o tempo na lavoura é mais bem remunerado do que as mulheres.

Os jovens são considerados parte da ajuda familiar, esperando-se que, com a vida adulta, constituam lares independentes. Como parte da ajuda familiar, trabalham como os outros e têm suas necessidades básicas atendidas no mesmo nível que os demais membros da família, mas devem pedir dinheiro aos pais quando pretendem ter alguma atividade de lazer fora do lar ou quando necessitam comprar algum objeto de uso pessoal. Enquanto que os rapazes exercem suas atividades com os pais, participando juntamente com eles ou substituindo-os em algumas de suas responsabilidades, tal como a comercialização, especialmente se feita na estrada ou nos postos de comercialização, as moças exercem suas atividades junto com as mães, acompanhando-as no trabalho produtivo e nos afazeres do lar ou substituindo-as nas tarefas domésticas. (BRUMER, 2004, p. 215).

Portanto, as tarefas designadas pelo grupo de pessoas que trabalham na agricultura e os “rótulos” adjacente a elas, também tornam-se condicionantes para a migração seletiva de mulheres. Segundo Hirata e Kergoat (2007),

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Deste modo, o trabalho do homem gera aos olhos de uma sociedade patriarcal maior valor monetário do que o trabalho da mulher, e se é difícil o reconhecimento do trabalho para

as mulheres adultas, isso se torna praticamente impossível para as jovens, que geralmente partem em busca de novas oportunidades, ou partem para qualificar-se com a esperança de ainda voltar para as terras de origens. Porém, estudos apontam que as jovens migrantes acabam em “profissões menos remuneradas ou ocupam níveis inferiores nas hierarquias profissionais. As mulheres são ainda majoritárias nos setores mais precários, como o trabalho doméstico ou nas atividades do setor informal.” (FARIA, MACEDO, 2013, p. 113).

Resultados e discussão

A agricultura familiar é marcada pelos diversos trabalhos que uma família precisa exercer para o mantimento da propriedade. Na pesquisa, procuramos identificar como as pessoas que compõem o núcleo familiar se organizam em suas atividades diárias (tabela 1).

Percebemos que as mulheres em termos gerais (mães e filhas) exercem múltiplas atividades contemplando desde o trabalho doméstico, cuidado de pequenos animais e horta, cuidados com crianças e/ou idosos e trabalho na lavoura. Nessa esfera, as intensidades dos trabalhos se modificam, ou seja, as mulheres mais velhas (mães) trabalham mais na lavoura, no entanto, não deixam de trabalhar em outras partes da propriedade. As mulheres mais jovens (filhas) voltam seus trabalhos em maior parte ao trabalho doméstico, por conseguinte, também com o cuidado da horta e com pequenos animais, e, ainda, na lavoura. Os homens (pai, irmão e outros) voltam principalmente suas atividades para o trabalho na lavoura, sendo quase nula a participação destes no trabalho doméstico, ou em outras áreas da propriedade. Logo, percebemos que as mulheres ficam sobrecarregadas de trabalho, e conseqüentemente trabalhando mais do que os homens, geralmente exercendo suas atividades em três turnos. O trabalho doméstico e todas as outras funções ficam a cargo das mulheres, enquanto os homens exercem, na maioria dos casos, somente uma função e detêm o reconhecimento, enquanto as mulheres, em via de regra, são invisibilizadas.

Membro Familiar	Trabalho Doméstico	Cuidado com a horta e pequenos animais	Cuidados com crianças e/ou idosos	Trabalho na lavoura
Participante da Pesquisa	18	10	4	10
Mãe	13	9	2	16
Pai	2	4	-	20
Irmã	7	1	2	-
Irmão	-	1	-	9
Outros (sexo masculino)	-	-	-	5

Tabela 1: Organização das tarefas no núcleo familiar.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Mesmo as mulheres exercendo a maior parte das atividades na propriedade familiar, quando indagadas de quem trabalha mais, a figura do pai é em disparada mais citada do que as femininas (gráfico 1).

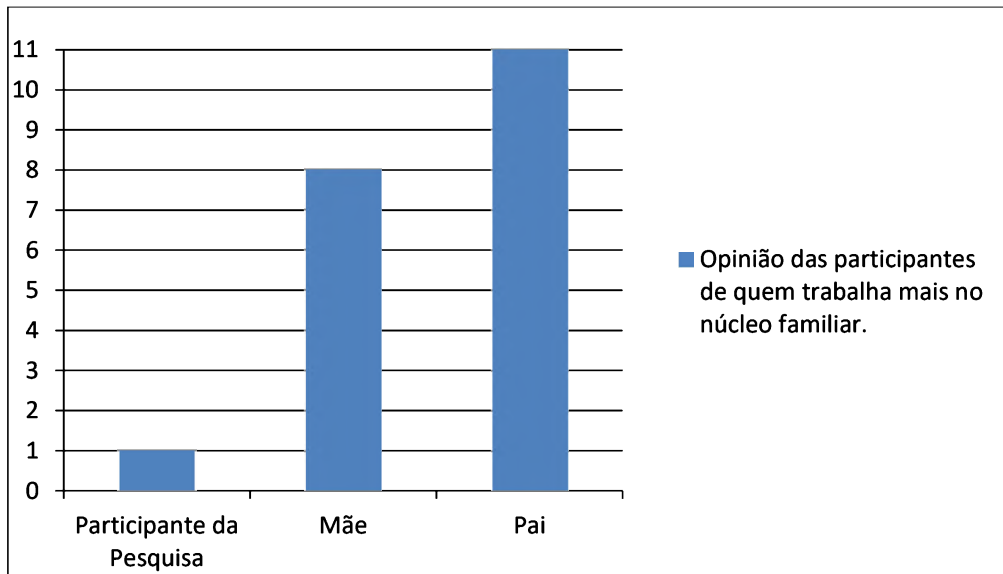


Gráfico 1: Opinião das participantes da pesquisa de quem trabalha mais no núcleo familiar.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Essas respostas são frequentes principalmente pela vigência do patriarcado em invisibilizar principalmente o trabalho doméstico. Percebe-se que a maior parte das pesquisadas exercem suas funções principalmente no trabalho doméstico e os homens exercem a maior parte de seus trabalhos na lavoura. Pelo reconhecimento monetário, por agregar “maior força de trabalho”, muitas se levam a identificar o homem, pai, “chefe de família”, como quem mais trabalha, principalmente porque muitas o enxergam como aquele que faz a propriedade funcionar. Essa divisão sexual do trabalho, baseada em uma ordem patriarcal de gênero, coloca as mulheres em uma posição inferior da masculina, atribuindo a elas rótulos de ajudantes e não considerando seus trabalhos como tal.

Deste modo, a importância das jovens em detrimento da agricultura familiar não é na maior parte dos casos sequer vista. Apenas 30% (6 participantes) recebem alguma remuneração pelos trabalhos exercidos na propriedade, a grande maioria (70%) não recebe nenhum tipo de pagamento. Isso se reflete também na participação destas jovens perante as decisões da família, isto é, apenas 30% conseguem expor suas opiniões no âmbito familiar.

Percebemos que a maior parte delas (55% ou 11 mulheres), gostaria de permanecer nas terras da família, porém, em contrapartida, 40% afirmaram não querer continuar na propriedade

familiar e 5% não responderam a esta questão. No futuro, as participantes que totalizaram em 65% gostariam de estar morando no meio rural e o restante afirmou querer morar no meio urbano. Entendemos que mesmo que exista o desejo em permanecer nas terras dos pais, esse desejo por vezes se torna inviável, levando em consideração a ordem patriarcal de gênero que coloca o homem (irmão) como sucessor da família acabando que a mulher, mesmo querendo continuar com a propriedade dos pais se vê impossibilitada, de modo que se continuar permanecendo nas terras da família, deverá obedecer às regras do irmão sucessor.

Quanto ao fator migração, analisamos as que ocorreram no núcleo familiar e nos círculos de amizades das participantes. Entendemos que no momento que um parente próximo ou uma amiga realiza essa transição, pode de algum modo acabar por influenciar outra mulher a realizar o mesmo processo. As participantes apontam que familiares e amigas já migraram para o meio urbano; quanto aos familiares 50% apontaram que em suas famílias alguém já migrou para áreas urbanas. Em relação às amigas, 55% (11 mulheres) apontaram que tiveram amigas que migraram também para áreas urbanas. Podemos perceber que a maior parte das migrantes está na faixa etária de 18 anos (70%), idade que identificamos ser a mais propícia para a migração, tendo em vista a maioridade e também o encerramento do ciclo de estudos principalmente do ensino médio. A cidade mais citada na qual as amigas das participantes da pesquisa migraram foi a de São Lourenço do Sul (54,4%), seguidas por Pelotas (27,2%), Camaquã (9%) e foi citada também a migração para a Alemanha (9%).

Neste sentido, 50% das participantes apontaram que acham que a vida na área urbana é mais fácil do que a rural, sendo que 60% delas afirmaram serem propensas a migrarem para o urbano. Quanto aos atrativos que as participantes consideram no meio urbano, estão: lugares variados para o lazer, como: festas, praia, etc. (60%); trabalho com salário e horários fixos (30%); maiores oportunidades de estudar (10%). As principais cidades nas quais as pesquisadas apontaram como possível lugar para onde gostariam de migrar no futuro são Pelotas e São Lourenço do Sul.

Conclusão

Concluimos que a migração para as áreas urbanas não é o fator mais desejável pelas mulheres agricultoras, porém se torna na maioria das vezes o único caminho para continuar suas vidas.

Evidenciamos que há um sistema patriarcal no meio rural do município estudado e que é esse o principal fator que impulsionam as migrações femininas. As mulheres aqui pesquisadas exercem múltiplas funções, possuem desejos, ambições e estão na maior parte invisibilizadas e completamente envolvidas em uma ordem patriarcal de gênero. A falta de remuneração, a pouca participação nas decisões da família, o desejo em permanecer nas terras dos pais, mas não ser a sucessora, torna a vida dessas mulheres difíceis e injustas.

Desta forma, esperamos que este trabalho possa trazer maior visibilidade a todas mulheres agricultoras familiares que lutam diariamente contra esse sistema opressor, e que possa de alguma maneira contribuir para a quebra da ordem patriarcal de gênero vigente.

Referências Bibliográficas

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, v.21, Juiz de Fora, p.43 - p.56, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 10.406**. Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 103, 2013.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CARNEIRO, Maria, José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

CORDEIRO, Rosineide. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. In: **Anais do XIV ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**, 2007.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KÉRISIT, Michèle. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. In: POUPART et. al A pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos, 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012, p. 127-153.

FARIA, Guélmer; MACEDO, Luiz Antonio Matos. Meninas migrantes: a migração infanto-juvenil rural e sua inserção no trabalho doméstico urbano. **Revista Faz Ciência**, v.15, n. 22, p. 103-105, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 6ª ed. 2008, 200 p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007, 595-609p.

IBGE. **SIDRA, CENSOS DEMOGRÁFICOS**. Acessado em: 21 julho de 2017. Online. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/inicial>

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.l.], v. 14, n. 26/27, set. 2010. ISSN 2237-9843. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/39/31>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MAIA, Alexandre; BUAINAIN, Antônio. O novo mapa da população rural brasileira. **Revista franco-brasileira de geografia**. n. 25, p. 1-24, 2015.

MOSS, Pamela. Taking on, Thinking about, and Doing Feminist Research in Geography. In: **Feminist Geography in Practice: Research and Methods**. Blackwell Publishers, Massachusetts, 2002, 274 p.

NARVARZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006, p. 647-654.

OIM, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Migração**, 2009, 94p.

OLESEN, Virginia. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: Normam K. Denzin, Yvonna S. Lincoln. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. – Porto Alegre: Artmed, p. 219 – 257, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasse. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E.T; FABRINI, J. E.(Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 213-238, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, Coleção polemica, 1987, 134p.
_____. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Séries Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/FLACSO/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil – Junho 2009.

SUÁREZ, Mireya; TEIXEIRA, Zuleide Araújo; MUSSI, Helena. Perspectiva de Gênero Na Produção Rural. **Estudos de Política Agrícola**, Brasília, v. 22, p. 1-85, 1994.

A CRÍTICA FOUCAULTIANA À ELABORAÇÃO DE UMA “SEXUALIDADE INFANTIL NORMAL”

FOUCAULT'S CRITICISM ON THE ELABORATION OF A "NORMAL SEXUALITY OF THE CHILD"

*David I. Nascimento⁵
doutorando /UFPel
datanisgrego@yahoo.com.br*

RESUMO

A década de 1970 é marcada por importantes mudanças nas pesquisas de Michel Foucault (1926-1984). É durante esse período, por exemplo, que ele apresenta sua conceituação sobre o poder, demarcando os limites entre o que chamou de poder soberano e o poder disciplinar. É nesse período que o autor iniciou sua importante investigação sobre a sexualidade. No curso “Os Anormais” (2010), ministrado no Collège de France no ano de 1975, Foucault se dedica, entre outras coisas, a descrever os cuidados instituídos pela Psiquiatria à criança masturbadora. A Psiquiatria, agindo nos limites do poder disciplinar, impõe à criança a constante vigilância por meio de sua família, agente direto na cruzada antimasturbação. Trata-se, então, de observar o surgimento de uma sexualidade considerada sadia, normal, construída por meio da relação entre saber e poder. Diante de tais referências, o presente artigo tem como objetivo investigar a complexidade da crítica de Foucault à construção da sexualidade infantil por meio dos mecanismos de vigia introduzidos pela psiquiatria e de como tal construção da sexualidade passa a organizar a família celular, condicionada pelo “perigo” existente na sexualidade (FOUCAULT, 2010).

Palavras-Chave: infância; sexualidade; Michel Foucault;

ABSTRACT

The 1970s are marked by important changes in the research of Michel Foucault (1926-1984). It is during this period, for example, that he presents his conceptualization of power and demarcates the boundaries between what he called sovereign power and disciplinary power. Also It is during this period that the author began his important research on sexuality. In the series of public lectures from 1974-1975, "Os Anormais" (2010), Foucault is dedicated, among other things, to describe the care instituted by Psychiatry to the masturbating child. Psychiatry, acting within the limits of disciplinary power, imposes on the child constant vigilance through his family, a direct agent in the antimasturbation crusade. Then it is observed the emergence of a sexuality considered healthy, normal, constructed through the relation between knowledge and power. Faced with such references, the present article aims to investigate the complexity of Foucault's critique of the construction of infantile sexuality through the watch mechanisms introduced by psychiatry and how such construction of sexuality organizes the cellular family, conditioned by the existing "danger" in sexuality (Foucault, 2010).

Keywords: childhood; sexuality; Michel Foucault

⁵ David Inácio Nascimento, doutorando em Filosofia Política pela Universidade Federal de Pelotas, é orientado pela professora Dra. Sônia M. Schio.

“o poder não para de questionar, de nos questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir verdade para produzir riquezas” (Michel Foucault in *Em Defesa da Sociedade*).

Introdução

Mudando as perspectivas dos estudos que havia feito, especialmente durante o período no qual predominava seu método arqueológico, Michel Foucault (1926-1984) passou a dar atenção ao modo como o poder é exercido. Assim, quando ministrou seu curso no *Collège de France* no ano de 1975, “Os Anormais”, Foucault expôs sua opção pelo I – objeto ao procurar “estudar os efeitos de poder que são produzidos, na realidade, por um discurso que é ao mesmo tempo estatutário e desqualificado” (FOUCAULT, 2010a, p. 13); e também a opção por seu II – método de análise, ao dizer que aquilo que procurou “fazer (...) é – em vez de tentar uma análise ideológica ou uma análise ‘institucionalista’ – identificar, analisar a tecnologia de poder que utiliza esses discursos e tenta fazê-los funcionar” (FOUCAULT, 2010a, p. 14). Logo, em lugar de uma desqualificação grosseira de objetos ou métodos, Foucault demonstrou a importância de desenvolver análises que consideravam os efeitos das relações de poder na constituição do sujeito, algo em consonância com outras de suas pesquisas deste período. No caso específico dessa pesquisa, é necessário retomar a apresentação do objeto que se constitui por meio de discursos que são ao mesmo tempo estatutários e desqualificados.

Ainda tratando de objetos, temas como poder, saber e corpo constituem variadas possibilidades de pesquisas nos livros de Michel Foucault, sendo discutidos ora pelo dispêndio de força ora por sua economia. Assim, algumas de suas pesquisas apresentam, em “segundo plano”, a passagem do poder soberano ao poder disciplinar, passagem da punição por suplício ao encarceramento, da capacidade de causar morte à capacidade de causar da vida (FOUCAULT, 1988). Em suma, a passagem traz consigo um modo político de compreender o corpo em suas diferentes esferas de atuação, além da discussão sobre a necessidade de fazer com que o corpo seja sadio e dócil, capaz de produzir corpos tais como ele. Pesquisas feitas por Foucault na década de 60, como aquelas que vieram constituir sua tese, “A História da Loucura” (1961), acabam retomadas em outras perspectivas: por exemplo, com o exame psiquiátrico, é possível observar o percurso elaborado pela medicina, a problematização feita pelos psiquiatras quanto à sexualidade infantil, a degenerescência, as condutas familiares, etc.

Assim, compreendendo a importância destes temas para as pesquisas de Michel Foucault, também compreendendo a condição e problematização do psiquiatra (assumindo o papel de *médico da e para a família*), o presente artigo tem como objetivo analisar a atividade

da Psiquiatria na elaboração de certo modo de agir, trabalhando em prol da correção das condutas e da elaboração de uma noção de sexualidade sadia. Tratando dos percursos traçados pela Psiquiatria (em seu desenvolvimento e estabelecimento) e pelo psiquiatra (como duplo médico da família), o artigo dá atenção aos objetos constituídos durante esses percursos: a sexualidade infantil, masturbação, moral, doença, etc. Desse modo, acaba por apresentar discussões que podem, em um segundo momento, constituir a base para estudos sobre a cultura e sociedade.

Início da problematização da Psiquiatria: a lei e a família

Antes de elaborar uma análise acerca da sexualidade infantil como objeto da Psiquiatria, é necessário observar que há outros cruzamentos que poderiam ser situados entre a Psiquiatria e a sexualidade infantil: eles se ligam às várias peças desse problema e que conduzem a relação Psiquiatria e sexualidade. A religião, a oposição entre estimulação e repressão, o crime e anomalia, por exemplo, podem ser inseridos no percurso para a presente pesquisa, fazendo parte de um pano de fundo do que vai compor a cultura, moralidade, ideal de saúde e, de certa forma, de uma noção possível do homem. Assim, entre as possibilidades para o início da abordagem, a crítica ao papel da Psiquiatria deve levar em consideração a criação do “Código Napoleônico” de 1810⁶. A atenção dada ao papel da Psiquiatria se dava pelo fato de que, exceto em alguns casos, o código referido não permitia a “retroatividade da lei penal” (FOUCAULT, 2010a, p. 14). Mais especificamente, a crítica é feita quanto à possibilidade de outra abordagem desse código, talvez um “rompimento” ou anexação, mediante a capacidade do exame psiquiátrico de fazer exceção ao que era convencional, elaborando um recorte para a atuação e aplicação diferenciadas da “lei”. A crítica considera que:

o exame psiquiátrico permite constituir um duplo psicológico-ético do delito. Isto é, deslegalizar a infração tal como é formulada pelo código, para fazer aparecer por trás dela seu duplo, que com ela se parece como um irmão, ou uma irmã, não sei, e **que faz dela não mais, justamente, uma infração** no sentido legal do termo, **mas urna irregularidade em relação a certo numero de regras que podem ser fisiológicas, psicológicas, morais, etc.** (FOUCAULT, 2010a, p. 15 – grifo nosso).

⁶ “Vocês sabe que de acordo com a lei penal, sempre a do Código de Napoleão de 1810 – e já era um princípio reconhecido nos chamados códigos intermediários da Revolução – (...) só são condenáveis as infrações definidas como tais pela lei, e por uma lei que deve ser anterior ao ato em questão. Não há retroatividade da lei penal, salvo para certo número de casos excepcionais. Ora, o que faz o exame em relação a esta letra da lei que é: ‘Só são puníveis as infrações definidas como tais pela lei’? Que tipos de objetos ele faz surgir? Que tipo de objeto ele propõe ao juiz como sendo o objeto da intervenção judiciária e o alvo da punição?” (FOUCAULT, 2010a, p. 14).

Em suma, verifica-se a preocupação com fato de o exame psiquiátrico tratar de objetos que não aqueles apresentados como tais pelo judiciário, enquanto alvos da punição (FOUCAULT, 2010a, p. 14). Nesse caso, o exame, ao constituir um duplo psicológico-ético do delito, questiona por algo que não é o delito em si, mas o comportamento e a irregularidade frente algumas regras. Em suma, excede ao contexto do jurídico, do qual faz parte o código de 1810. Essa postura rompe com o caráter de não retroatividade da lei penal: pelo exame psiquiátrico, o sujeito é conduzido por meio de questionamentos sobre sua vida pregressa e sua conduta⁷. Em suma, não se trata de uma infração que fará ser punido, o exame possibilita o surgimento da irregularidade. As relações pessoais, as condições socioeconômicas e, principalmente, a sexualidade e as práticas sexuais podem ser desdobrados: se tornam objetos para o esquadramento do exame psiquiátrico que vai questionar os limites da lei, perguntando quais ações e sujeitos podem ser julgados e punidos pela justiça e quais podem ser “punidos” por estarem no campo da irregularidade. Além disso, tal exame vai permitir a observação de noções variadas sobre as condições psicológicas dos sujeitos: imaturidade psicológica, personalidade pouco estruturada, má apreciação do real, profundo desequilíbrio afetivo, sérios distúrbios emocionais, manifestação de orgulho perverso, erotismo, donjuanismo, bovarismo, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 15).

Ocorre, então, que a Psiquiatria e seus saberes são observados como possuidores de funções que se articulavam à medida que a sociedade se organizava e à medida que as práticas medicinais trabalhavam juntas para a organização da sociedade. Primeiramente, como já descrito, a Psiquiatria encontrou as condições para questionar a lei, buscar pelas irregularidades. Além disso, ela, como parte da Medicina, possuía uma centralidade no modo como o saber é organizado e prestigiado em certos contextos que demandavam a necessidade de tomada de decisão. Ela respondia às “necessidades” encontradas a partir do século XVIII: as mudanças políticas, sociais, religiosas que ocorreram desde então. Logo, a forma como vai se organizar a

⁷ Um dos casos que podem ser citados é o de Pierre Rivière, ocorrido em 1835 (logo, posterior ao “Código Napoleônico”) e encontrado nos *Annales d’hygiène publique et de médecine légale* do ano e 1836. O caso foi redescoberto por Foucault, que o publicou junto de estudos sobre as peças do processo, laudos médicos, notícias sobre o caso e do memorial escrito pelo condenado: “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...”. Esse parricídio é um exemplo da forma como o Código de 1810 poderia funcionar quanto ao questionamento daquilo que seria punível pela justiça ou tratado pelo caráter de irregularidade. No parecer médico do doutor Vastel, pode ser lido que os motivos para a convicção exposta no parecer “são tirados da aparência exterior, da maneira de ser de Rivière, de sua origem e de seu parentesco, do estado de suas faculdades intelectuais desde sua infância” (FOUCAULT, 2013, p. 162). Diz, ainda, que “Rivière é originário de uma família em que a alienação mental é hereditária. O irmão de sua mãe morreu alienado, depois de ter apresentado durante toda a vida vários dos mesmos atos de loucura que vamos brevemente assinalar em seu sobrinho...” (FOUCAULT, 2013, p. 163-164). Também que “nascido com essa lamentável predisposição, não tardou confirmar o que ela podia fazer prever” (FOUCAULT, 2013, p. 165).

Psiquiatria, algumas das funções que agrega para si, passa a ter relação direta com a religiosidade, em especial com as técnicas estipuladas para a confissão (e pelas mudanças nos métodos de obtenção da confissão). Mais especificamente, o exame psiquiátrico terá seu “destino” ligado à mudança das técnicas do exame da confissão ocorridas no século XVI⁸ (FOUCAULT, 2010, p. 159). Dessa forma, um ponto a ser considerado decorre da relação entre Psiquiatria e Religião, ou mais precisamente pela substituição de uma por outra, mediante a função adquirida pela Medicina. Pois:

desde o século XVIII uma das grandes funções da medicina⁹, da medicina psíquica, psiquiátrica, psicológica, neurológica, foi precisamente substituir a religião e reconverter o pecado em doença, mostrar que aquilo que era um pecado talvez não fosse punido naquele tempo, mas precisamente o será agora. Essa foi uma das grandes funções da medicina no século XVIII (FOUCAULT, 2011a, p. 306 – grifo nosso).

As práticas medicinais, por essa razão, agregam para si estas funções, mas não apenas: as desdobram, elaboram dualidades e espaços de atuações possíveis/aceitáveis, por exemplo (no caso deste artigo), quanto à prática da sexual. Se, inicialmente, a medicina (ou mais especificamente a Psiquiatria) tomou o que era o pecado como doença e apresentou a necessidade de puni-lo, em um segundo momento essa prática conduziu à caracterização dos indivíduos: passou a tratar da normalidade dos atos. Logo, a Medicina vai agregar para si “uma função judiciária. A medicina define não somente o que é normal e o que não o é, mas, por fim, o que é lícito ou ilícito, criminal ou não criminal, o que é abuso ou prática maligna” (FOUCAULT, 2011a, p. 306). Novamente, o caráter da análise criminal feita pela Psiquiatra, a verificação e julgamento da licitude, anexa questões às exceções da não retroatividade da lei, mas essa é apenas uma das razões pelas quais se deve criticá-la.

É importante analisar parte do percurso feito pela Psiquiatria, em especial o poder manifestado a partir do momento em que desenvolveu as condições para a vigilância contínua. O exemplo disso é o afastamento do trono do Rei Jorge III¹⁰, questão tratada como a “grande

⁸ É importante observar a aula de 19 de fevereiro de 1975 do curso “Os Anormais”, ministrado por Foucault no *Collège de France*. Nesta aula, há uma discussão sobre as mudanças na técnica de ouvir a confissão, que passará por uma reformulação: “o antigo exame era, no fundo, o inventário das relações permitidas e proibidas. O novo exame vai ser um percurso metódico do corpo, uma espécie de anatomia da volúpia” (FOUCAULT, 2010a, p. 160).

⁹ Nota de chamada do texto “As Grandes Funções da Medicina em Nossa Sociedade”: “Solicitado pelos alunos do liceu de Corbeil, punidos por namorarem no liceu, a fazer uma intervenção, o Dr. Carpentier redigiu e distribuiu, em maio de 1971, um folheto intitulado ‘Aprendamos a fazer amor’. Os pais dos alunos se queixaram. Um ano depois, o Conselho da Ordem suspendeu por 12 meses o Dr. Carpentier” (FOUCAULT, 2011a, p. 305). Por tal razão, Michel Foucault escreve o texto apontando as funções da Medicina em nossa Sociedade, como uma “defesa” do Dr. Carpentier, que teria atacado as funções da medicina desde os séc. XVIII ou XIX (FOUCAULT, 2011a, p. 306).

¹⁰ Jorge III, nascido em 1738, foi rei da Grã Bretanha de 1760 até seu falecimento, em 1820. Contudo, já no início do séc. XIX, ele é acometido de uma doença mental, restando a seu filho mais velho assumir o trono como príncipe

cena fundadora da psiquiatria moderna” (FOUCAULT, 2006, p. 25). Esse momento, no qual o soberano perdeu seu lugar para o poder disciplinar, é marcado pela vigia constante que os médicos passaram a realizar sobre o Rei Jorge III, o que ocorreu até seu falecimento. Esse tipo de poder, o disciplinar, produz “efeito apenas no seu alvo, no corpo e na pessoa do rei descorado, que deve ser tornado ‘dócil e submisso’” (FOUCAULT, 2006, p. 28). Por meio dessa caracterização do poder disciplinar é encontrado o funcionamento da própria Psiquiatria, se assim pode ser compreendido, por sua capacidade de constituir um modo geral de normatizar as condutas sociais. Disso resultam necessidades de expor as discussões sobre as relações existentes entre o saber e poder, sobre as condições que permitem a Psiquiatria ter para si a responsabilidade de extrair *saber* e exercer *poder* sobre os indivíduos. Então, I – se a cena fundadora da Psiquiatria moderna, ocorrida na Inglaterra no início do séc. XIX, é associada ao poder disciplinar exercido por um corpo médico sob o Rei Jorge III; II – anos mais tarde, em 1838, na França, a Psiquiatria recebe sua “consagração” (FOUCAULT, 2010a, p. 120) com a criação da “lei sobre o internamento e organização dos grandes hospitais psiquiátricos”¹¹ (FOUCAULT, 2006, p. 33), apta a permitir a internação do indivíduo “capaz de comprometer a ordem e a segurança pública” (FOUCAULT, 2010a, p. 120). Trata-se aí de observar o poder que os psiquiatras receberam, devendo a eles a decisão sob a *internação*.

De fato, a lei de 1838 sanciona o papel de uma psiquiatria que seria uma certa técnica científica e especializada da higiene pública; mas vocês estão vendo que ela põe a psiquiatria e o psiquiatra na obrigação de levantar para eles próprios o problema totalmente novo em relação à economia científica, tradicional até então, da psiquiatria (FOUCAULT, 2010a, p. 120).

Pode ser dito que a cena na qual se funda a Psiquiatria moderna mostra “apenas” o início das ações assumidas pelos psiquiatras. A lei que a contempla vai ser decisiva quanto ao tratamento do indivíduo capaz de comprometer a ordem pública, também quanto ao lugar da família em sua proximidade com tal indivíduo e espaço político. Anteriormente, por exemplo, as famílias poderiam decidir pela *interdição* de seus membros: por vezes, decidiam por solicitar a interdição para que um membro não dilapidasse o patrimônio de seus entes (FOUCAULT, 2010c, p. 90). Esse é outro resultado da lei de 1838, ela dá autoridade aos médicos enquanto a retira da família. Por esse motivo, fez “o internamento passar acima da interdição”¹²

regente até a data de falecimento do rei, quanto assumirá definitivamente a cora. O evento de sua loucura, “é uma cena que tem importância porque põe em cena exatamente o que podia ser, desde essa época, a prática psiquiátrica enquanto manipulação regrada e concertada das relações de poder” (FOUCAULT, 2006, p. 25).

¹¹ A lei de 1838 “organizava a cooperação entre o poder administrativo, que decidia a internação obrigatória de certos doentes mentais, e a autoridade médica, que estava encarregada de certificar, tratar e eventualmente curar a doença” (FOUCAULT, 2018, p. 4).

¹² Em “O mundo correccional”, terceiro capítulo da primeira parte de “A História da Loucura” (FOUCAULT, 2010c)

(FOUCAULT, 2006, p. 119). É, então, que o louco (como indivíduo que abala a ordem) “emerge agora como um adversário social” (FOUCAULT, 2006, p. 120).

Mas isso talvez não seja suficiente para compreender o efeito da lei de 1838. Com a condição social imposta ao louco, é inevitável pensar o perigo que as famílias podem correr com alguns de seus familiares, aqueles marcados por condutas consideradas irregulares. A Psiquiatria passa, desde então, por um processo de “desalienação”: abandonando os questionamentos sobre a definição do “estado de consciência”. São as condutas, as perturbações, as desordens, os perigos, as relações entre pais e filhos, entre irmãs e irmãos, marido e mulher que vão se tornar centrais para ela (FOUCAULT, 2010a, 125). Em suma, a noção de perigo toma o lugar antes ocupado pelo delírio, demência e alienação mental. O psiquiatra, por fim, vai se tornar o médico “da” e “para” a família¹³.

Psiquiatria, sexo e sexualidade infantil

A relação entre saber e poder pode ser observada por meio de algumas transformações ocorridas durante os últimos séculos. Aqui, especialmente, essa observação pode ser associada à análise do que foi considerada a repressão sexual, daquilo que correspondia ou não essa repressão. Estipula-se que foi no início no séc. XVI que os policiamentos mais precisos de uma “nova cristianização”¹⁴ trouxeram consigo algumas das “instituições de poder e especializações de saber que tomaram forma nos seminários, nos colégios” (FOUCAULT, 2010a, p. 165). De qualquer forma, contrariando a hipótese repressiva, é observado que o homem ocidental permanece há pelo menos três séculos atado à “tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 29). Em outras palavras, a repressão deve ser questionada sobre seus limites efetivos, uma vez que o homem ocidental tem sido estimulado à confissão e a elaborar um “exame de si mesmo” (FOUCAULT, 1988, p. 29). Logo, o questionamento introduzido acerca da repressão não se mantém: “Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos” (FOUCAULT, 1988, p. 29). E é assim que a prática do exame de si acabou por ser usada “por

trata da internação em sua proximidade com a interdição. Essa distinção fica mais clara em “O Poder Psiquiátrico” (FOUCAULT, 2006), na aula de 5 de fevereiro de 1973. Para uma melhor compreensão, ver, ainda, a aula de 12 de fevereiro de 1975 do curso “Os Anormais” (FOUCAULT, 2010a).

¹³ “O psiquiatra se torna o médico da família em ambos os sentidos do termo: ele é o médico que é pedido pela família, que é constituído como médico pela vontade da família, mas é também o médico que tem de tratar de algo que ocorre no interior da família” (FOUCAULT, 2010a, 125).

¹⁴ Essa “nova cristianização” a qual Foucault faz referência corresponde aos efeitos do Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563. Refere-se especificamente aos “novos procedimentos e regras da confissão desenvolvidos” (FOUCAULT, 2010a, p. 146) naquela ocasião.

mecanismos de poder para cujo funcionamento o discurso sobre o sexo (...) passou a ser essencial” (FOUCAULT, 1988, p. 29). Dizer que a Medicina tomou o lugar da religião significa não apenas que o pecado se tornou punível, mas também que se tornou necessário problematizar a capacidade de extrair verdade, o que a religião fazia por meio da confissão, principalmente pelo que foi o exame da consciência a partir do séc. XVI. A elaboração sobre o sexo (sobre a confissão feita sobre ele) permite articular esse objeto próximo de um quadro no qual também está presente, por exemplo, a prisão, os hospitais, as escolas, etc. Pois a organização do espaço leva em conta o juízo negativo feito sobre o prazer como possuidor de certo perigo (FOUCAULT, 2010a, p. 202).

Retornando à problemática da sexualidade, por volta do séc. XVIII “nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais” (FOUCAULT, 1988, p. 30). Os mecanismos que utilizam do exame de si permitiram que, a partir de exames, fossem criados dados por meio dos quais o sexo não apenas podia ser julgado, mas também administrado, sobrelevado ao poder público. Essa leitura fazia crer que o sexo exigia procedimentos de gestão (FOUCAULT, 1988, p. 31) para que fosse evitado o dispêndio de energia, uma economia de forças. A gestão seria propriamente uma das marcas do poder disciplinar observada na atuação da Psiquiatria: tomando lugar do “excesso” punitivo do poder soberano¹⁵, a disciplina normatizava as ações, as condutas sociais, os desejos. Assim, compreende-se o movimento realizado pela Psiquiatria que acabou por concedê-la acesso à família, às crianças e adolescentes: iniciando a normatização tão cedo quando possível, estabelecendo os limites sobre as atividades “sadias” e o que deveria ser vigiado e afastado da família, o prazer na descoberta do próprio corpo. Em suma, nota-se o modo como o poder disciplinar passa a ser exercido. Ao vigiar a busca pelo prazer, já na infância, se evitava um gasto maior de energia para transformar as condutas dos adultos. Ou seja, a preocupação com a conduta das crianças passou a apresentar o problema da sexualidade.

Bruscamente, um tema pânico aparece, uma doença espantosa se desenvolve no mundo ocidental: os jovens se masturbam. Em nome desse medo se instaurou sobre o corpo das crianças – por meio das famílias, mas sem que elas estejam na origem – um controle, uma vigilância da sexualidade, uma colocação em objetividade da sexualidade como uma perseguição dos corpos. Mas a sexualidade, tornando-se assim um objeto de preocupação e de análise como alvo de vigilância e de controle, gerava

¹⁵ A passagem do poder soberano para o poder disciplinar, da punição à gestão, etc. pode ser observado nos livros e cursos ministrados Foucault: *A Vontade de Saber* (1988), *Vigiar e Punir* (2010c), *O Poder Psiquiátrico* (2006) e *Em Defesa da Sociedade* (2010b).

ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por, em e sobre seu próprio corpo... (FOUCAULT, 2014a, p. 259).

Nesse contexto, a sexualidade deveria ser analisada em diferentes vieses, de modo que poderia ainda ser observado mais atentamente o próprio desvelar do poder disciplinar. Já a família, não será ela que vai buscar pelos cuidados do especialista, mas o especialista que, apresentando os problemas do desenvolvimento precoce da sexualidade, vai alertar a família. Primeiramente, como foi dito, o controle sobre a sexualidade tem um efeito individualizante, isso é, ele visa constituir certo tipo de indivíduo normatizado ao tratar das irregularidades. Depois, a sexualidade deveria ser observada pela possibilidade de constituir uma multiplicidade, pela capacidade reprodutiva dos corpos de constituírem populações por meio dela (FOUCAULT, 2010b, p. 211-212). Logo, entre o corpo do indivíduo e a população, a sexualidade infantil é compreendida pela medicina como peça central. No plano do indivíduo, era dito que “uma criança que se masturba demais será muito doente a vida toda” (FOUCAULT, 2010b, 212). No plano global, supõe-se que o devasso sexual “tem uma hereditariedade, uma descendência que, ela também, vai ser perturbada, e isso durante gerações (...). É a teoria da degenerescência: a sexualidade (...) representa exatamente esse ponto de articulação do disciplinar e do regulamentador, do corpo e da população” (FOUCAULT, 2010b, 212). Disso decorre cerca constatação de que o “campo da anomalia vai se encontrar, desde bem cedo, quase de saída, atravessado pelo problema da sexualidade” (FOUCAULT, 2010a, p. 143), pela centralidade em que ocupa tanto na constituição do indivíduo quanto da população. A preocupação com a sexualidade supõe a necessidade de romper com a privacidade da intimidade em prol de um bem público, uma população sadia.

Para compreender o tema da anomalia desenvolvido em torno da sexualidade, é necessário observar o investimento feito à sexualidade das crianças e adolescentes ainda sob as orientações religiosas, cerca de dois séculos antes de a Psiquiatria conclamar para si e adquirir essa função. Ainda no séc. XVI, o controle de alguns espaços (seminários e colégios) buscava demonstrar o perigo que deveria ser combatido com maior intensidade a partir do séc. XVIII, já introduzia a necessidade de fazer da sexualidade um dos temas centrais, uma justificativa para a vigia. Nesses espaços, não eram tanto as relações sexuais entre indivíduos que deviam ser privilegiadas pelo controle, “mas o corpo solitário e desejanste. O adolescente masturbador: é ele que vai ser a figura não mais escandalosa, mas já inquietante, que obceca e vai obcecar cada vez mais (...) a direção de consciência e a revelação do pecado” (FOUCAULT, 2010a, p. 166). Há um “contudo”: examinando mais atentamente as técnicas existentes nos exércitos e

oficinas, de um lado, e nos seminários e colégios, de outro, percebe-se uma diferença na forma como se processa os investimentos sobre o corpo. No caso dos quartéis e oficinas, busca-se um corpo útil¹⁶. No caso dos seminários e escolas, busca-se, através das penitências, investir “no nível do desejo e da decência. Temos, diante da anatomia política do corpo, **uma fisiologia moral da carne**” (FOUCAULT, 2010a, p. 166 – grifo nosso). Parece ser um pouco dessa fisiologia moral que vai estar no cerne da preocupação sobre a sexualidade (enquanto ligação entre o indivíduo e a população), isso que vai “solicitar” à Psiquiatria o cuidado das condições sobre a sexualidade das crianças e adolescentes.

Retornando ao século XVIII, na tentativa de efetuar o controle sobre a sexualidade infantil, surge uma série de cartas e panfletos com objetivo evitar a prática da masturbação. Dois pontos devem ser apresentados: primeiramente, é necessário lembrar que, após a medicina assumir certas funções, ela se torna responsável pelo cuidado do prazer gerado pela masturbação, e não a religião e seu *discurso cristão sobre a carne*. Contudo, o abandono do discurso religioso não será suficiente para introduzir um discurso constituído de uma base de análises científicas. Pelo contrário, o que é dito pelos médicos é constituído por exortações, conselhos e injunções (FOUCAULT, 2010a, p. 203-204). Em segundo lugar, trata-se de um discurso então descrito em forma de uma fabulação científica¹⁷, se afasta da esfera da moral e se concentra no *perigo* da masturbação para crianças e adolescentes. Não apenas, os discursos compõem um “novo gênero” literário, cartas escritas por médicos e publicadas como se fossem escritas pelos próprios adolescentes masturbadores¹⁸. Pode se supor que haja nesses escritos um duplo direcionamento, para os adolescentes e para os pais. Em ambos os casos, o efeito deve ser o de fazer pulular a preocupação com o problema da masturbação, inferir uma noção de prática sexual a ser desempenhada em um período da vida e com gênero específicos. De diferentes formas, esses discursos buscam relacionar doenças diversas à prática da masturbação.

Os médicos da época apelaram para e provocaram (...) uma espécie de verdadeiro delírio hipocondríaco entre os jovens, entre seus doentes; delírio hipocondríaco pelo

¹⁶ “Nos séculos XVI e XVII, vemos crescer no exército, nos colégios, nas oficinas, nas escolas, todo um disciplinamento do corpo útil. Aperfeiçoam-se novos procedimentos de vigilância, de controle, de distribuição no espaço, de anotação, etc. Temos todo um investimento do corpo por mecânicas do poder que procuram torna-lo ao mesmo tempo dócil e útil. Temos uma nova anatomia política do corpo” (FOUCAULT, 2010a, p. 166). E ainda: “Se se pode constituir um saber sobre o corpo foi por intermédio de um conjunto de disciplinas militares e escolares. Era a partir de um poder sobre o corpo que um saber fisiológico, orgânico era possível” (FOUCAULT, 2014a, p. 261).

¹⁷ “Estamos, eu quase ia dizendo, em plena ficção científica; mas, para não confundir os gêneros, digamos em plena fabulação científica, construída e transmitida na própria periferia do discurso médico” (FOUCAULT, 2010a, p. 207).

¹⁸ Foucault chama atenção para o “gênero literário que é a pequena autobiografia do masturbador” (FOUCAULT, 2010a, p. 208), contendo, inclusive, cartas que foram inventadas e publicadas por Tissot como se fossem de autoria dos “doentes”.

qual os médicos tentavam fazer que os doentes relacionassem eles próprios todos os sintomas que podiam sentir a essa falta primeira e maior que seria a masturbação (FOUCAULT, 2010a, p. 208).

Tentando diagnosticar esses acontecimentos em sua amplitude, poderia ser dito que os acontecimentos remetiam à passagem do poder soberano para o poder disciplinar, sendo possível dizer que o “velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (FOUCAULT, 1988, p. 150 – itálicos do autor). A atenção ao “perigo” da masturbação na infância, quer dizer, a *crença* introduzida pelos médicos quanto à masturbação levar o adolescente a desenvolver uma série de doenças que punham em risco a saúde física e mental, tinha como objetivo evitar os excessos que dariam “origem” às gerações de degenerados, além de efetuar o resguardo da vida em face à doença e à morte. Como pôde ser visto, os médicos (psiquiatras) primeiramente entram no espaço familiar: tornam a família objeto de seu cuidado, mostram a periculosidade dos excessos na infância e adolescência. Então, observam a sexualidade como ligação do corpo do indivíduo e o corpo da população. Nesse contexto, ainda é preciso que a relação entre pais e filhos se torne um prolongamento da relação medico-doente: então a medicina solicita aos pais que sejam “capazes de diagnosticar, sejam um pai e uma mãe terapeutas, sejam um pai e uma mãe agentes de saúde” (FOUCAULT, 2010a, p. 217). Os “olhos” dos psiquiatras se multiplicam, a vigia constante pode ser desempenhada e o controle da família está assegurado a “um poder e um saber médicos externos” (FOUCAULT, 2010a, p. 218).

A “cruzada antimasturbação” imposta às crianças em prol de uma sexualidade sadia, contrária à anomalia, não deve ser analisada apenas por suas ações diretas, mas também pelo que faz surgir. É necessário observar o poder em suas relações: quando a sexualidade infantil foi “descoberta” como objeto de preocupação e de análise ela gerou “ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por, em e sobre seu próprio corpo” (FOUCAULT, 2014a, p. 259). Nas relações de poder, a tentativa de controle encontra respostas por meio de “uma exploração econômica (e talvez) ideológica da erotização” (FOUCAULT, 2014a, p. 259), por exemplo. No caso da vigilância instituída pela medicina, a solicitação feita aos pais para que se tornassem agentes de saúde dos filhos conduziu a um desses contra efeitos: a aproximação e a descoberta do corpo das crianças parecem levar a outros problemas, como a sedução, o desejo dos adultos pelas crianças (FOUCAULT, 2010a, p. 212) e o incesto entre pais e filhos e irmãos e irmãs (FOUCAULT, 2010a, p. 212). Assim, o espaço familiar se constituiu com a vigia, mas também como espaço no qual se desenvolveu um contra efeito da vigia. Talvez seja ainda

possível observar como parte desses (contra)efeitos a organização do espaço físico da família, o surgimento casas com quartos separados para os pais, os filhos e as filhas em lugar dos quartos e camas comuns (FOUCAULT, 2010a, p. 237). Outra possibilidade talvez esteja na observação de que, para expurgar o perigo da sedução e do incesto, se tornou necessária até mesmo a negação da sexualidade e desejo sexual das crianças¹⁹ (FOUCAULT, 2014b, p. 101).

Considerações finais

Ainda quanto ao campo da sexualidade infantil, outras pesquisas podem ser desenvolvidas quanto ao tema, além do problema introduzido pela cruzada anti-masturbação empreendida pela medicina. É importante desenvolver pesquisas sobre outras questões discutidas por Foucault, por exemplo: a negação do desejo sexual das crianças (FOUCAULT, 2011a), pesquisa que poderia suscitar certa polêmica se for considerado o debate gerado sobre a “Lei do Pudor” (FOUCAULT, 2014b); as relações entre a atividade sexual e o trabalho (FOUCAULT, 2011b) como outra pesquisa capaz de remeter ao tema da sexualidade infantil; sobre o corpo sexual do indivíduo em sua capacidade de gerar uma população (FOUCAULT, 2010b); e sobre a família enquanto um “espaço” que solicita e sofre intervenções (FOUCAULT, 2010a).

Sem querer apontar para qualquer tipo de resposta definitiva, é importante observar no desenvolvimento da Psiquiatria, em torno do exame psiquiátrico, uma série de inferências de condutas “saudáveis” e contrárias a “devassidão”. Da forma como encontrado em Foucault, é possível realizar uma crítica à Psiquiatria especialmente pela tentativa do controle sexual que, ao inferir suas preocupações e controles, gera contra efeitos sob os quais novas intensificações são impostas. Trata-se aí de compreender uma luta indefinida (FOUCAULT, 2014a, p. 260).

No caso específico da normatização das condutas, se a noção de anomalia está ligada desde o início à sexualidade, muito é devido à atividade da Psiquiatria, isso não significa que o exame psiquiátrico pôde encontrar seres perigosos onde eles não eram vistos. A Psiquiatria, ao impor seus cuidados e tentativas de proibições sobre a masturbação infantil, parece ter intensificado os desejos e curiosidades sobre o corpo e sobre os limites da obtenção do prazer.

¹⁹ Um “contudo” deve ser posto quanto à possibilidade de uma experiência outra, isto é, numa tentativa de expor uma saída, como que romper com a repressão: Foucault fez certa distinção entre as práticas de liberação e práticas de liberdade. Diz, “trata-se então do problema com o qual me defrontei muito precisamente a respeito da sexualidade: será que isso corresponde a dizer ‘liberemos nossa sexualidade’? O problema não seria antes tentar definir as práticas de liberdade através das quais seria possível definir o prazer sexual, as relações eróticas, amorosas e passionais com os outros? O problema ético da definição das práticas de liberdade é, para mim, muito mais importante do que a afirmação, um pouco repetitiva, de que é preciso liberar a sexualidade ou o desejo” (FOUCAULT, 2012, p. 260).

Algo semelhante ao ocorrido com a intensificação e mudança das técnicas de obtenção da confissão (FOUCAULT, 2010a, p. 260). Isso é, a vigia foi introduzida junto da preocupação de impor um limite no qual a saúde da população estaria resguardada. Contudo, inferir um limite é inferir uma ultrapassagem possível e a existência de modos de obtenção de prazer que não eram discutidos, intensificando a indefinição da luta pelo corpo.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso dado no Collège de France (1974-1975). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a. [Coleção obras de Michel Foucault].

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b. [Coleção obras de Michel Foucault].

FOUCAULT, Michel. **Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...:** um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. Poder e Corpo. In **Filosofia, Diagnóstico do Presente e Verdade**. Org. MOTTA, M. B. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. [Ditos & Escritos, v. 10]. p. 258-264.

FOUCAULT, Michel. A Lei do Pudor. **Genealogia da Ética, Subjetividade e sexualidade**. Org. MOTTA, M. B. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. [Ditos & Escritos, v. 9]. p. 88-103.

FOUCAULT, Michel. As Grandes Funções da Medicina em Nossa Sociedade In. **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Org. MOTTA, M. B. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. [Ditos & Escritos, v. 7]. p. 305-306.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In. **Ética, Sexualidade, Política**. Org. MOTTA, M. B. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. [Ditos & Escritos, v. 5]. p. 258-280.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2010c.

FOUCAULT, Michel. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo – curso em Louvain, 1981. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018. [Coleção obras de Michel Foucault].

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Medicina Social. In. **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Org. MOTTA, M. B. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. [Ditos & Escritos, v. 7]. p. 402-424.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e Verdade**: curso dado no Collège de France (1980-1981). 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. [Coleção obras de Michel Foucault].

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 38ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010d.

FOUCAULT, Michel. **A Vontade de Saber**. s/ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. [História da Sexualidade, v. 1]. 20ª. reimpressão.

NASCIMENTO, David I. Michel Foucault: biopoder e o corpo visível. In. FORTES, F.; RUGGERI, S.; RODRIGUES, T. (orgs.). **XVII Semana Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. [v. 1.] p. 195- 210.

MASCULINIDADES PLURAIS: A PRODUÇÃO DE DESEJOS POR OUTROS HOMENS MEDIADOS PELO APLICATIVO TINDER NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS

*PLURAL MENINITIES: THE PRODUCTION OF DESIRES BY OTHER MEN
MEDIATED BY THE TINDER APPLICATION IN THE MUNICIPALITY OF RIO
GRANDE - RS*

*Diego Miranda Nunes
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia - FURG
diego_rgnunes@yahoo.com.br*

RESUMO

O presente trabalho é resultado parcial da pesquisa de mestrado em Geografia, a qual tem por objetivo investigar as masculinidades produzidas durante a construção dos perfis de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder, no município do Rio Grande – RS. Já a problemática está em buscar responder se o uso intensificado de aplicativos móveis em busca de parceiros produz diferentes masculinidades e condicionam estes sujeitos a criarem novas corporalidades e sócio-espacialidades à procura de vínculos afetivo-sexuais? Para responde-la, partimos do pressuposto de que a negociação da visibilidade de desejos por outros homens produz masculinidades específicas. Ainda, nos apropriamos de conceitos como de gênero, corporalidades, redes e sócio-espacialidades para dar sustentação teórica as discussões propostas. A partir da primeira inserção no App feita em 16 de maio de 2017, conseguimos quantificar um número aproximado de usuários/as, dando destaque para a totalidade que era de 1.608, sendo que desta parcela, 329 eram homens que buscavam parceiros do mesmo sexo. Para atingir os resultados utilizamos um questionário online, elaborado através do Google Forms, aplicado a usuários do aplicativo, o qual nos possibilitou caracterizar os sujeitos que se encontram neste espaço.

Palavras-chave: Gênero. Corpo. Masculinidades. Sócio-Espacialidades. Mídias.

ABSTRACT

The present work is a partial result of the Master 's Degree in Geography, which aims to investigate the masculinities produced during the construction of profiles of men seeking same sex partners in the Tinder application, in the city of Rio Grande - RS. The problem is to answer if the intensified use of mobile applications in search of partners produces different masculinities and conditions these subjects to create new corporalities and socio-spatiality in search of affective-sexual bonds? To answer it, we assume that the negotiation of the visibility of desires by other men produces specific masculinities. Also, we appropriate concepts such as gender, corporalities, networks and socio-spatiality to give theoretical support to the proposed discussions. From the first insertion in the App made on May 16, 2017, we were able to quantify an approximate number of users, highlighting the totality of 1,608, of which 329 were men seeking same sex partners. To achieve the results, we used an online questionnaire, developed through Google Forms, applied to users of the application, which enabled us to characterize the subjects that are in this space.

Keywords/Palabras clave: Gender. Body. Masculinities. Socio-Spatiality. Media.

Introdução

O presente estudo é um recorte da pesquisa de mestrado em Geografia em andamento. Salientamos que ao longo dos tópicos abordaremos conceitos teóricos e metodológicos ainda em construção, compreendendo que a pesquisa se movimenta a partir dos diversos olhares por onde passa. Entendemos, a partir de pesquisas realizadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que o tema encena, até o presente momento, um ineditismo para as Ciências Humanas, e principalmente para a Geografia.

Além disso, entendemos que o estudo de/das masculinidades na Geografia ainda se constitui como um caminho em construção, principalmente o estudo das produções destas no espaço virtual, mais especificamente no aplicativo móvel Tinder. Nessa perspectiva, a justificativa está embasada em pesquisas empíricas e teóricas. A Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) realizada em 2016, em todas as Unidades da Federação Brasileira, apontou que dos/as 15.050 entrevistados/as acima dos 16 anos, 26% utilizava a internet como meio de comunicação.

Com relação ao tempo de uso da internet, 50% do público respondeu que utilizava a internet todos os dias da semana, sendo que 79% acessava em casa e 13% no trabalho, o restante usava a internet em outros espaços. A pesquisa apontou que 72% dos/as entrevistados/as relatou usar a internet no telefone celular, e 26% destes usuários/as admitiu ficar mais de 300 minutos (5 horas) conectado/a durante sete dias da semana.

Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), também em 2016, aponta um crescente número de aplicativos voltados para a busca de parceiros e parceiras. Em entrevista com dois mil usuários/as de aplicativos de relacionamento, a pesquisa indicou que 87% já utilizou algum App, destacando dois destes com maior público jovem, entre 16 e 24 anos, com enfoque, principalmente, para o Aplicativo Tinder, que possui 26% dos/as usuários/as nessa faixa etária. Entendemos então, que as pesquisas apontam um aumento na utilização da internet por dispositivos móveis, mais especificamente por *smartphones*, e a sua utilização está intrinsecamente ligada ao cotidiano das pessoas.

Para este momento o trabalho está dividido em: Tinder como objeto de estudo; Masculinidades plurais: a produção do desejo mediado virtualmente e Para não finalizar – algumas considerações.

Tinder como objeto de estudo

Aqui nos detemos em falar sobre o objeto de pesquisa, trazendo as nossas caracterizações já realizadas sobre o App Tinder no município de Rio Grande – RS. Lançado em 2012 nos Estados Unidos e chegando no Brasil no ano de 2013, o Tinder surge em um contexto no qual a emergência dos aplicativos era esperada. Desde o surgimento do primeiro App de pegação chamado Grindr (voltado para o público gay), o Tinder aparece como algo novo a ser utilizado por todos os públicos, sem restrições.

O Aplicativo é fácil de ser manuseado, com a opção de conectá-lo a uma conta de Facebook ou utilizá-lo a partir do número do seu celular. Na sequência, a configuração é basicamente a mesma que outros aplicativos utilizam, é definido o sexo²⁰ e o que o usuário/a procura (homens ou mulheres), bem como o raio de utilização que vai até 161 km. Há a opção de colocar seis fotos no perfil, bem como é possível escrever sobre si em até 500 caracteres. Além disso, tem a opção de colocar ocupação, escolaridade e parear o aplicativo com o Spotify (aplicativo de música). O App estabelece como idade mínima 18 anos para inserção na plataforma móvel, além de possuir duas versões, a gratuita (com alguns recursos limitados) e a versão paga.

O *layout* é caracterizado por um símbolo de uma chama de fogo, e os recursos de “X” e coração são determinantes para estabelecer um diálogo. O “X” determina que o/a usuário/a não gostou da foto/pessoa que aparece na tela (a pessoa não saberá disso) e o coração sinaliza que gostou do outro/a usuário/a – porém, a pessoa só saberá que “ganhou um coração” se esta também gostar do/a usuário/a. Quando ambos/as enviam corações, acontece a “combinação” ou “*It’s a Match*”, aí você tem a possibilidade de iniciar a conversa. Outro recurso é o botão *Superlike*, que dá a possibilidade de sinalizar ao usuário/a que você gostou dele/a e o mesmo/a passa a ficar sabendo disso (na versão gratuita, esse recurso é apenas um por usuário/a ao longo de 24 horas).

Em Rio Grande, no dia 16 de maio de 2017, caracterizamos o público que utilizava o aplicativo. A partir de um raio de 30 km, conseguimos estabelecer um número aproximado de usuários/as que usavam o App no município. Nossa primeira imersão no Tinder foi para caracterizar, a partir das informações que apareciam na tela, quem estava lá. Com isso navegamos por todos os públicos: homens que buscam homens, homens que buscam mulheres, mulheres que buscam homens e mulheres que buscam mulheres.

²⁰ Tinder liberou a opção de gênero a transgêneros na Europa (Espanha, França e Alemanha) em 2017, opção já era disponível nos Estados Unidos.

Com essas informações, aferimos que neste período o aplicativo contava aproximadamente com 1.608 usuários/as, 1.023 eram homens, representando 64%, e 585 eram mulheres, correspondendo a 36%. Destas, 391 buscavam homens e 194 buscavam mulheres. Os homens que buscavam mulheres eram 694 e os que buscavam homens, 329. Entendemos que este momento da caracterização é importante, por compreender que é a partir dele que compreenderemos o universo de pessoas que nos deteremos. Ainda, afirmamos que o termo buscar não está preocupado com a orientação sexual dos sujeitos aqui apresentados, mas sim uma caracterização inicial trabalhando com as informações que constavam no App.

Masculinidades plurais: a produção do desejo mediado virtualmente

Optamos por pensar as masculinidades a partir de regimes de visibilidades/invisibilidades, construídas e moldadas a partir de regulações e interesses específicos de homens que buscam parceiros do mesmo sexo. Adotamos o conceito de gênero da autora Judith Butler, compreendendo-o como algo fluido, socialmente construído e performado, acreditando que ele se adequa aos sujeitos que produzem as distintas masculinidades.

É interessante, neste primeiro momento, refletir sobre o que constitui o “ser homem” e quais atributos este deve possuir para ser aceito a partir dos limites impostos pela sociedade. Os marcos reguladores de Foucault, já discutidos anteriormente, nos fazem pensar num conjunto de técnicas que moldam os sujeitos para além dos desejos e das atrações.

Pensar o gênero em Butler como uma categoria de análise das masculinidades é fundamental para compreender suas produções, uma vez que estamos sustentando o pensamento a partir da Teoria *Queer*.²¹ Ressaltamos que essa teoria se consolida com a publicação do livro *Gender Trouble* “Problemas de Gênero”, de Butler, na década de 1990, motivada a partir de um seminário que ela participou na década de 1980 sobre o *Queer* por Teresa de Lauretis.²² Segundo Lauretis (1994),

²¹ *Queer* é uma palavra inglesa, usada por anglófonos há quase 400 anos. Na Inglaterra havia até uma “*Queer Street*”, onde viviam, em Londres, os vagabundos, os endividados, as prostitutas e todos os tipos de pervertidos e devassos que aquela sociedade poderia permitir. O termo ganhou o sentido de “viadinho, sapatão, mariconha, mari-macho” com a prisão de Oscar Wilde, o primeiro ilustre a ser chamado de “*queer*”. Desde então, o termo passou a ser usado como ofensa, tanto para homossexuais, quanto para travestis, transexuais e todas as pessoas que desviavam da norma cis-heterossexual. *Queer* era o termo para os “desviantes”. Não há em português um sinônimo claro, talvez, como propõe a professora Berenice Bento, possamos pensar o *queer* como “transviado”. Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoria-queer-o-que-e-isso-tensoes-entre-vivencias-e-universidade/>> Acesso em: 15/10/2017.

²² Teresa de Lauretis foi quem escreveu *Tecnologias de Gênero*, a primeira a pensar o *Queer*.

nos escritos feministas e nas práticas culturais dos anos 60 e 70, o conceito de gênero como diferença sexual encontrava-se no centro da crítica da representação, da releitura de imagens e narrativas culturais, do questionamento de teorias de subjetividade e textualidade, de leitura, escrita e audiência. O conceito de gênero como diferença sexual tem servido de base e sustentação para as intervenções feministas na arena do conhecimento formal e abstrato, nas epistemologias e campos cognitivos definidos pelas ciências físicas e sócias e pelas ciências humanas ou humanidades (LAURETIS, 1994, p. 206).

A pretensão de trazer os estudos *Queer* neste primeiro momento não é, de forma alguma, a de querer condicionar e aprisionar a escrita, até porque a Teoria *Queer* não pretende colocar em caixas as nossas manifestações, mas sim libertar para um pensamento crítico e desprendido do essencialismo. Assim, entendemos que o gênero, para Butler, não se limita a uma verdade biológica, mas sim se trata de como os sujeitos desejam expressá-lo e performatizá-lo, a partir de seus desejos e vontades.

Assim, a questão de gênero vai muito além do que a sociedade espera, existindo uma tensão entre o que se deve ser e o que realmente o sujeito quer ser. Lauretis (1994) faz quatro proposições acerca do gênero, sendo elas:

(1) Gênero é (uma) representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. (2) A representação do gênero é a sua construção – e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção. (3) A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça – na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental [...] (4) Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso [...] (LAURETIS, 1994, p. 209).

Em Butler (2008), “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...]” (BUTLER, 2008, p. 25). A autora afirma que é preciso “[...] designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (p. 25).

De acordo com a ela (2014), “[...] o gênero é apenas parte de uma operação reguladora de poder mais ampla” (BUTLER, 2014, p. 252). Em *Regulações de Gênero*, a autora toma como regulação, o conjunto de regras, políticas e leis que determinam e condicionam a normalidade dos sujeitos. E faz duas advertências às pesquisas foucaultianas sobre essa regulação e sujeição:

(1) o poder regulador não age apenas sobre um sujeito pré-existente, mas também delimita e forma esse sujeito; além disso, toda forma jurídica de poder possui efeito

de produção; e (2) tornar-se sujeito de uma regulação equivale a ser assujeitado por ela, ou seja, tornar-se sujeito precisamente porque foi regulado. O segundo ponto decorre do primeiro porque os discursos regulatórios que conformam o sujeito do gênero são precisamente aqueles que requerem e induzem o sujeito em questão (BUTLER, 2014, p. 252).

Em Butler (2014), percebemos a crítica ao binarismo “masculino e feminino”. A autora afirma que a matriz binária é contingente e que regular o gênero a partir disso é manter o padrão normativo. Para tanto, ela ressalta: “dizer que gênero é uma norma não é exatamente o mesmo que dizer que existem visões normativas de feminilidade e masculinidade” (BUTLER, 2014, p. 253). E continua expondo sobre o seu entendimento de gênero:

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é um aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. [...] Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2014, p. 253).

É a partir de Butler que pensamos as masculinidades como sendo produto de uma performatividade de gênero. Já que para a autora “manter o termo ‘gênero’ em separado de masculinidade e feminidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico de gênero” (BUTLER, 2014, p. 254). Nesse sentido, os aprofundamentos teóricos sobre masculinidades daqui para frente não pretendem seguir a hegemonia da ordem binária.

Fazendo um resgate histórico das masculinidades, no plural, por compreender que existem múltiplas e diversas, Conell (1995) em *Políticas de Masculinidades* aponta que “há uma consciência gradualmente crescente sobre a possibilidade de mudança nas relações de gênero. Essa consciência surgiu nos Movimentos de Liberação das Mulheres, de Liberação dos Gays e de Liberação dos Homens, nos anos 70” (CONNELL, 1995, p. 186). Dissertando que, na década de 70, ou a partir dela, criticava-se a “noção de papel masculino”, pois a maioria dos críticos acreditava que a masculinidade estava passando por uma crise a partir desses movimentos. R só a crise seria capaz de estimular a mudança (CONNELL, 1995).

Conell afirma que “o gênero dos homens era compreendido, nos trabalhos em língua inglesa, como o “papel do sexo masculino”. Isso significava, essencialmente, um conjunto de atitudes e expectativas que definiam a masculinidade apropriada” (CONNELL, 1995, p. 187). No entanto, para o autor, o conceito de “papel masculino” possui suas fragilidades, uma vez que, devido à obscuridade, não permite perceber as diferentes masculinidades (CONNELL, 1995). Segundo Januário (2016),

a feminilidade e a masculinidade são socialmente percebidas como uma construção feita a partir de modelos culturais que impõem um padrão normativo, sujeito à vigilância social. Nele, as emoções e o desejo inerentes à sexualidade do indivíduo são regulados e controlados pelas percepções culturais do que é ser homem e do que é ser mulher. Para além disso, ainda são abarcadas as noções dos papéis de gênero, da construção das identidades sexuais e sociais, vividas de forma diferente por homens e mulheres (JANUÁRIO, 2016, p. 79).

Connell, por sua vez, faz uma definição breve sobre masculinidades, entendendo-as como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade” (CONNELL, 1995, p. 188).

Nesse sentido, Connell aponta que a “configuração de prática” é dar sentido àquilo que as pessoas realmente fazem e não o que é esperado que elas façam. Para o autor, “pensava-se uma vez que o gênero podia ser definido como um tipo especial de prática, por exemplo, como “reprodução” e não como “produção” social. Mas as masculinidades são construídas também na esfera da “produção” (CONNELL, 1995, p. 198). Segundo o mesmo autor, as masculinidades têm a ver com as práticas e com o meio social, existindo tensões nas formas como se deve agir e andar, ou seja, um conjunto de “regulações”. Segundo Connell, é importante destacar dois pontos para pensar a complexidade das masculinidades,

Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. Em segundo lugar, qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória. Devemos essa compreensão especialmente a Freud, que enfatizava a presença da feminilidade dentro da personalidade dos homens e da masculinidade dentro da personalidade das mulheres e que analisou os processos de repressão pelos quais essas contradições são tratadas. Mas ela surge igualmente em outros contextos (CONNELL, 1995, p. 189).

Bourdieu (1995), em sua análise em *A dominação masculina*, destaca que existem agentes específicos que constituem o que é ser mulher e o que é ser homem, e as estruturas já são pré-definidas para uma superioridade masculina. Bourdieu enfatiza que o processo de dominação é natural, designando que não existe fuga para aquilo que já está posto. Com isso, o autor afirma que a lógica de dominação e de superioridade já estão inscritas nos corpos de ambos os sexos. Ou seja, para Bourdieu o sexo biológico definirá os dominantes e os dominados. Mas como já apontado, Butler argumenta que os sexos são regulados pelas performances de gênero, por um processo regulatório.

Assim, destaca-se que, ao longo da construção do “ser homem”, os sujeitos são atravessados por uma série de códigos e condutas, ainda no âmbito familiar, que devem ser seguidas. Essas interpelações se dão como forma de distanciamento do “ser mulher” e, assim,

afasta-se de uma feminilidade, o que, num primeiro momento, seria compreendida como opostos. Ou seja, a constituição da masculinidade perpassa para além dos desejos e das vontades, ela é produzida e construída a partir de determinadas sociedades e de um dado momento histórico. Conell (1995) salienta que,

se as masculinidades são construídas através dessas formas, elas são também constantemente re-construídas. As masculinidades estão constantemente mudando na história. Obviamente, podemos não vivenciá-las como tais; a ideologia popular freqüentemente representa o gênero como aquilo que não muda: o estável e "natural" padrão que subsiste sob o fluxo geral. O padrão agora frequentemente chamado de "masculinidade tradicional", e vinculado à "família tradicional", é, na verdade, uma forma de gênero historicamente recente, um produto claro do mundo moderno (CONNELL, 1995, p. 191).

Dizer que existe um padrão é presumir que existem masculinidades hegemônicas e masculinidades subordinadas, entendendo elas como práticas e identidades, por vezes dinâmicas. Segundo Conell e Messerschmidt,

o conceito de masculinidade é criticado por ter sido enquadrado no seio de uma concepção heteronormativa de gênero que essencializa a diferença macho-fêmea e ignora a diferença e a exclusão dentro das categorias de gênero. Ao conceito de masculinidade é atribuído o fato de esse permanecer logicamente numa dicotomização do sexo (biológico) versus gênero (cultural), dessa forma marginalizando ou naturalizando o corpo (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250).

Os movimentos feministas atrelados ao movimento gay dos anos 1970 fomentam as discussões sobre as masculinidades. Quadrado (2012, p. 43) afirma que, “a partir desses movimentos, as políticas identitárias masculinas começaram a ser problematizadas, adotando-se o entendimento de que a dominação masculina se dava, também, sobre os homens, e não apenas sobre as mulheres”. A lógica de dominação tenciona relações de poder. “As masculinidades constituem posições de sujeito, possíveis de serem ocupadas em determinado contexto cultural e histórico, instituídas em relações assimétricas de poder” (QUADRADO, 2012, p. 44). As masculinidades são produzidas (moldadas) a partir do espaço que as constituem, seja a escola, seja a residência, seja a igreja (como religião). Sob a visão da mesma autora,

cada sujeito produz sua masculinidade a partir das tensões, fraturas e assujeitamentos que se dão entre o modelo de masculinidade considerado hegemônico no sistema de relações de gênero no qual se encontra imerso e as diversas outras formas de masculinidade com as quais se confronta (QUADRADO, 2012, p. 45).

A partir da autora podemos entender que as relações mediadas pela internet, em específico nos aplicativos de busca por parceiros, reforçam e produzem distintas masculinidades. Uma masculinidade hegemônica é visível nesses espaços virtualizados, inclusive nas descrições de perfis masculinos homossexuais. Quadrado (2012) enfatiza que as

mídias reforçam modelos de masculinidades, compreendendo que estes são atravessados por valores e códigos de condutas específicas. Para Seffner (2003),

parte das modificações na representação de masculinidade hegemônica ocorre pela ação de grupos de homens que se indagam sobre sua identidade cultural e psíquica e seus modos de vida, e propõem alternativas práticas de modificações do cotidiano, acompanhadas de trabalhos de reflexão. Parte importante do que em geral está designado como crise da masculinidade é em verdade uma crise na ordem de gênero, uma crise das relações de gênero, que passam por acentuada modificação nas últimas décadas. Visto por esta ótica, o questionamento da masculinidade hegemônica só pode ser entendido dentro duma perspectiva de transformações mais gerais das relações de gênero, e não como uma crise particular das masculinidades (SEFFNER, 2003, p. 121 – 122).

A partir de Conell (1995) são elencados quatro grupos de masculinidades, “todas com base estrutural nas relações de gênero” (p. 194). Sendo elas: 1. “Terapia da masculinidade”; 2. “O lobby das armas”; 3. “A liberação gay”; 4. “Política de saída ou política transformativa” (CONNELL, 1995, p.194). E ainda afirma: “todas as formas de política da masculinidade envolvem uma relação com o feminismo. Quer essa seja uma relação de rejeição, ou de coexistência cautelosa ou ainda de apoio caloroso, esse é o centro emocional dos debates atuais” (CONNELL, 1995, p. 196).

Parafrazeando Conell (1995), o primeiro grupo diz respeito às masculinidades que mais se aproximam dos atributos já existentes, são aquelas que estão ligadas à força, à capacidade, ao físico, à coragem. O Segundo grupo será aquilo que os homens “realmente são”, sendo “a política que exalta o poder dos homens, e segue, de forma explícita, uma pauta política antifeminista” (CONNELL, 1995, 194).

O terceiro ponto apontado pelo autor seria a política voltada à normatividade, à regulação dos papéis sexuais e de gênero, um conjunto de características que padroniza e define o papel masculino. E, por último, o quarto grupo, que é caracterizado por aquilo que Conell aponta como sendo papel de homem e papel de mulher, a partir de uma divisão sexista. O autor visa, assim, afirmar os papéis dos homens, escapando de uma identidade de gênero e não as assegurando.

Corroborando com a discussão sobre as masculinidades, Silva (2012) tece que,

as vivências masculinas concretas são múltiplas e são indissociáveis das feminilidades. Há homens responsáveis pelos trabalhos domésticos, os que lutam pelo direito de cuidar dos filhos nos processos de separação, desempregados, gays, negros e muitos outros que não podem ser simplesmente classificados num papel universal de dominação em um modelo binário e linear de poder que produz a simplificação entre homem repressor / mulher subordinada (SILVA *et. al.*, 2012, p. 137-138).

Diante do exposto, Silva nos coloca a pensar sobre a construção das masculinidades no campo da Geografia, que emerge a partir dos Estudos de Gênero na década de 1980, o qual foi

denominado de Geografias Feministas. A autora propõe uma reflexão acerca do conceito de masculinidade, entendendo como constituinte do campo do gênero. Uma vez que aponta existirem diversas feminilidades, seria incoerente negar que existem a multiplicidade de masculinidades. Segundo Silva,

[...] é cabível que existam muitas masculinidades e não apenas a masculinidade do perfil hegemônico do homem branco, heterossexual, abastado e cristão. As diversas formas de vivência das masculinidades implica considerar a pluralidade de relações que homens estabelecem através das espacialidades (SILVA *et. al.*, 2012, p. 142).

Silva nos coloca a pensar na subversão da ordem de um padrão normativo, a partir da “dissociação da relação direta entre sexo e gênero”, pensando que os sujeitos podem expressar seu gênero de forma isolada do sexo. Com isso, “é possível viver masculinidades em corpos considerados femininos e/ou viver feminilidades em corpos considerados masculinos” (SILVA *et. al.*, 2012, p. 143).

Ainda que os estudos do espaço e as masculinidades sejam incipientes na Geografia, como apontam Almeida e Ornat (2014), é importante a discussão na área, uma vez que já é “consolidada na produção geográfica anglofona” (SILVA & ORNAT, 2011). Pelo caráter inicial, “os estudos sobre múltiplas masculinidades constituem-se enquanto um desafio à Geografia Brasileira” (ALMEIDA & ORNAT, 2014, p. 143). Costa (2011) vai ao encontro do pensamento de Almeida e Ornat quanto ao fazer geográfico, afirmando:

O que queremos argumentar é que as situações de interação é que conduzem à expressão diferenciada dos sujeitos quanto às suas identificações estéticas e de gênero, e isto é estabelecido como um acordo tácito entre performances de diferentes sujeitos em situação de interação. Isso é de fundamental teor geográfico, mas de uma geografia que deve se complexificar por análises situacionais de diferentes grupos focais (COSTA, 2011, p. 339).

O autor instiga a pensar a complexidade dos estudos sobre gênero para além do que já está dado, pensando a partir de uma Geografia “mais plural” com visões e entendimentos diversos. A Geografia, enquanto ciência, também deve se preocupar com as relações sócio-espaciais dos gêneros, compreendendo, a partir dos diferentes lugares, territórios, espaços que os sujeitos se encontram na relação espaçotemporal.

Para não finalizar – Algumas considerações

Com o objetivo de não esgotar as discussões aqui levantadas, compreendemos que problematizar e pensar as masculinidades ainda se constituem como um saber geográfico em construção, visto que são poucos os/as geógrafos/as que estudam tal temática. Entendemos ainda que a produção do espaço e dos corpos são importantes para a Geografia, percebendo que

é a partir do entendimento dessa dicotomia, espaço e corpos, que a ciência geográfica minimizará as desigualdades sócio-político-espaciais.

Compreendemos que o objeto de estudo é fluído, com isso apontamos que os dados aqui apresentados são caracterizações de um determinado momento da inserção do pesquisador, entendendo que outras inserções ocorrerão neste espaço. Por último, apontamos que trazemos diferentes autores e autoras para corroborar com as discussões de masculinidades, mesmo sabendo que estes foram escolhas e outras ficaram de fora. Por fim, apontamos que as masculinidades são plurais, visto que as sócio-espacialidades são múltiplas e os espaços são produzidos por essas multiplicidades.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, João Paulo Leandro de. ORNAT, Marcio José. Espacialidade e masculinidade na vivência de jovens da escola de 'guardas mirins' em Ponta Grossa, Paraná. **Geo UERJ**, v. 2, n. 25, 2014. pp. 142 – 171. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/9553/10982>> Acesso em: 23/11/2017.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133 – 184, Jul. / Dez. 1995. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71724/40670>> Acesso em: 05/10/2017.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 42. pp. 249 – 274. 2014 Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>> Acesso em: 11/11/2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONNELL, Robert. MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, pp. 241 – 282, Jan. / Abr. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>> Acesso em: 05/10/2017.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 185-206, 1995. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>> Acesso em: 22/10/2017.

COSTA, Benhur Pinós da; Geografias, masculinidades e homoerotismo: teorias, práticas e posicionalidades da pesquisa. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Babtista. **Espaço, gênero & masculinidades plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, pp. 329 – 356

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (RE)construção: gênero, corpo e publicidade**. Covilhã, Ed. LabCom.IFP, 2016.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). Tendências e Impasses – **O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

QUADRADO, Raquel. **PRÁTICAS BIOASCÉTICAS CONTEMPORÂNEAS**: notas sobre os corpos masculinos nas comunidades que discutem cirurgia plástica na rede social Orkut. 2012. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2012.

SEFFNER, Fernando. **DERIVAS DA MASCULINIDADE**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SILVA, Joselli Maria. ROSSI, Rodrigo. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. ORNAT, Marcio Jose. Espaço, masculinidades e adolescentes em conflito com a lei. Geo UERG, v. 1, n.23. Rio de Janeiro, 2012, pp. 136 – 166. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/370>> Acesso em: 23/11/2017.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Espaço e múltiplas masculinidades: um desafio para o conhecimento científico geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Babtista. **Espaço, gênero & masculinidades plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, pp. 23 – 54.

ARTE E GÊNERO – PEDAGOGIAS CULTURAIS EM FOCO

ART AND GENDER - CULTURAL PEDAGOGIES IN FOCUS

*Fabiana Lopes de Souza
Doutoranda em Educação/UFPEL
fabiana.lopess2013@gmail.com*

RESUMO

Este texto argumenta sobre a importância da educação crítica das imagens, para a compreensão das visualidades contemporâneas. O mesmo busca entrelaçar os temas de Cultura Visual, Artes Visuais e Gênero. A fundamentação teórica se baseia em Hall (2005) que trata das questões de identidade cultural na perspectiva de um mundo pós-moderno; Hernández (2000; 2007) que estuda a relevância pedagógica da cultura visual, atentando para a compreensão crítica e estética das imagens e Louro (2014), que analisa a produção das diferenças e das desigualdades sexuais e de gênero articulando com outras questões sociais como: classe, raça e etnia Assim, a indagação sobre a presença do feminino na área da cultura e das artes visuais é fundamental, visto que é dado maior destaque à produção de artistas homens. Em toda história da arte ocidental, historicamente as mulheres têm aparecido como modelos, retratadas nas obras de arte, e não como protagonistas dos fazeres artísticos. Assim, o conhecimento das artistas mulheres, em especial, pode favorecer uma nova apreensão das visualidades contemporâneas, buscando superar as desigualdades de gênero. Portanto, verifica-se a necessidade dos estudos sobre as pedagogias culturais, visando ampliar os entendimentos sobre os espaços e as maneiras como a cultura se manifesta produzindo ideias, concepções e maneiras de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Cultura visual. Artes Visuais. Gênero. Pedagogias culturais. Educação Crítica

ABSTRACT

This text argues about the importance of critical education of images, for the understanding of contemporary visuals. The same seeks to interweave the themes of Visual Culture, Visual Arts and Gender. The theoretical foundation is based on Hall (2005) that deals with the questions of cultural identity in the perspective of a postmodern world; Hernández (2000; 2007), who studies the pedagogical relevance of visual culture, focusing on the critical and aesthetic understanding of images and Louro (2014), which analyzes the production of sexual and gender differences and inequalities articulating with other social issues such as: class, race and ethnicity Thus, the question about the presence of the feminine in the area of culture and the visual arts is fundamental, since the production of male artists is more prominent. In all Western art history, historically women have appeared as models, portrayed in works of art, not as protagonists of artistic endeavors. Thus, the knowledge of women artists, in particular, may favor a new apprehension of contemporary visuals, seeking to overcome gender inequalities. Therefore, there is a need for studies on cultural pedagogies in order to broaden the understanding of spaces and the ways in which culture manifests itself by producing ideas, conceptions and ways of being and being in the world.

Keywords: Visual culture. Visual arts. Gender. Cultural pedagogies. Critical Education

Cultura visual e Pedagogias culturais

A contemporaneidade é intensamente marcada por imagens, objetos e produtos de consumo que atraem e chamam a atenção das pessoas, estas por sua vez acabam passando por um processo de identificação com esses artefatos.

De acordo com Hall, quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos,

lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas desalojadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”(2005, p.75).

Objetos e artefatos visuais estão diretamente ligados à formação identitária de adultos, adolescentes e crianças cuja influência para a obtenção desses objetos e artefatos é estimulada diariamente através de anúncios, propagandas e outros meios de comunicação.

Com isso, destaca-se a necessidade dos estudos sobre a cultura visual, emergentes dos Estudos Culturais para uma melhor compreensão do mundo globalizado e das relações que se estabelecem entre os sujeitos, a partir destas interações.

O surgimento dos Estudos Culturais se deu através do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) em 1964, na Universidade de Birmingham no Reino Unido. Uma definição para o termo, de acordo com os autores Nelson; Treischler e Grossberg, é de que os Estudos Culturais

[...] constituem um campo interdisciplinar, transdisciplinar e algumas vezes contra – disciplinar que atua na tensão entre duas tendências para abranger tanto uma concepção ampla, antropológica, de cultura, quanto uma concepção humanística de cultura [...] eles se desenvolveram a partir de análises das sociedades industriais modernas [...] argumentam que todas as formas de produção cultural precisam ser estudadas em relação a outras práticas culturais e às estruturas sociais e históricas (NELSON; TREISCHLER E GROSSBERG, 2005, p.13).

Os Estudos Culturais atuam na investigação das práticas e produções culturais, e a contribuição destas para a concepção de cultura.

Dentre os principais autores que influenciaram na criação dos conceitos sobre Estudos Culturais estão: Raymond Willians, E.P Thompson e Richard Hoggart. Estes autores têm uma abordagem afirmativa de que, através da análise do comportamento de uma sociedade, é possível perceber uma padronização das pessoas desde o momento do que é compartilhado e consumido por elas, formando então a cultura de uma sociedade.

Outro autor importante dos Estudos Culturais foi Stuart Hall, que substituiu Hoggart na direção do CCCS, entre 1969 e 1979. Hall foi responsável pelos estudos etnográficos, dos meios massivos e das subculturas, produzindo muitos artigos (ESCOSTEGUY, 2010).

A partir destas pesquisas, muitos campos de conhecimento ampliaram seu repertório de análises, voltando-se para os seus próprios estudos, na busca de novas perspectivas teóricas. Assim, a pedagogia foi uma das áreas que, a partir do campo de conhecimento dos Estudos Culturais, teve seu campo ampliado e resignificado.

Indícios apontam ter sido a partir da aproximação entre Estudos Culturais e Educação que as análises inserindo a pedagogia dentro de uma rede de significações relacionada com cultura, política e poder encontraram embasamento teórico. Foi neste cenário que o conceito de pedagogias culturais surgiu como uma produtiva ferramenta teórica acionada para discutir a relação entre artefatos da cultura e processos educativos (COSTA; ANDRADE, 2015, P. 49).

Para Giroux (1995), o entendimento de que ocorre pedagogia e processos educativos em todo o lugar em que o conhecimento é produzido, e que os saberes resultantes destas situações, extrapolam os limites impostos pelas instituições, como a escola, por exemplo, nos leva a compreender a cultura como uma área privilegiada de produção de práticas culturais de significação que podem, porventura, educar.

A cultura visual, outro campo de estudos derivado dos estudos visuais, foi institucionalizado no início dos anos 90 nos Estados Unidos (KNAUSS, 2006)²³.

A cultura visual é um campo de estudos multidisciplinar que abrange não só as artes, mas também outras áreas de conhecimento como: a sociologia, a psicologia, a antropologia, entre outras. Para Martins, a cultura visual se configura como um campo amplo,

múltiplo, em que se abordam espaços e maneiras como a cultura se torna visível e o visível se torna cultura. *Corpus* de conhecimento emergente, resultante de um esforço acadêmico proveniente de Estudos Culturais, a cultura visual é considerada um campo novo em razão do foco no visual com prioridade da experiência no cotidiano (MARTINS, 2005, p.135).

Os estudos referentes à cultura visual nas artes vão além das visualidades artísticas, procurando investigar também as imagens produzidas pela mídia e todas as provenientes da vida cotidiana.

²³ Knauss (2006) em seu texto “O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual” faz referência a dois livros sobre o campo dos estudos visuais ou da cultura visual para situar historicamente o surgimento do termo cultura visual: ELKINS, James. *Visual studies: essays on verbal and visual representation*. New York/London: Routledge, 2003 e DIKOVITSKAYA, Margaret. *Visual culture: the study of the visual after the cultural turn*. Cambridge, Ms./ London: The MIT Press, 2005.

As imagens produzem sentidos e processos de identificação, fazendo parte da vida das pessoas e do cotidiano escolar. Dentro e fora da escola estudantes e professores estão expostos as mais variadas formas de visualidades seja pelos programas de TV, internet, vídeo games e/ou propagandas publicitárias.

Além disso, imagens de personagens infantis ou juvenis apresentam-se estampadas nos materiais escolares e roupas dos estudantes e estes passam a identificar-se com as mesmas sem um processo reflexivo.

Estas visualidades acabam influenciando as crianças e os adolescentes em suas maneiras de ser e estar no mundo contemporâneo. Com isso torna-se necessário uma educação para as visualidades.

Hernández (2000), chama a atenção para a importância da decodificação de símbolos e signos presentes nas imagens da cultura visual e o quanto o estudo das mesmas podem auxiliar os indivíduos a terem uma melhor percepção sobre si mesmos e sobre o mundo em que estão inseridos. Segundo Hernández, a cultura visual contribui

para que os indivíduos fixem as representações sobre si mesmos e sobre o mundo e sobre seus modos de pensar-se. A importância primordial da cultura visual é mediar o processo de como olhamos e como nos olhamos, e contribuir para a produção de mundos [...] (HERNÁNDEZ, 2000, p.52).

As pessoas são influenciadas quanto à construção de suas identidades, e a cultura visual acaba transmitindo valores e interferindo nas subjetividades destas pessoas. Como exemplo disso, encontram-se as imagens e objetos que são vivenciados e consumidos diariamente por crianças, jovens e adolescentes. Ao tratar de uma perspectiva educativa, Hernández, aponta que

[...] os objetos da cultura visual que maior presença têm entre os meninos, as meninas e os adolescentes são os que recobrem as paredes dos quartos, as imagens das pastas da escola, as revistas que lêem, os programas de televisão a que assistem, as representações dos grupos musicais, os jogos de computador, suas imagens na Internet, a roupa, seus ícones populares, etc (HERNÁNDEZ, 2000, p.136).

Uma educação baseada nas imagens da cultura visual deve levar em conta as experiências visuais dos estudantes, ajudando-os na compreensão destas visualidades sem interferir nas suas preferências e gostos por determinados objetos e/ou artefatos visuais.

De acordo com Hernández, o propósito da compreensão crítica

e performativa da cultura visual é procurar não destruir o prazer que os estudantes manifestam, mas “explorá-lo para encontrar novas e diferentes formas de desfrute”, oferecendo aos alunos possibilidades para outras leituras e produções de “textos”, de imagens e de artefatos (HERNÁNDEZ, 2007, p.71).

O professor de Artes Visuais será mediador e provocador no processo educativo com o estudo das imagens da cultura visual, ajudando o aluno a adquirir novos conhecimentos, podendo este atribuir novos sentidos e significados as visualidades presentes na vida cotidiana.

As imagens são importantes para promover o olhar crítico e estético dos estudantes, desde as reproduções de obras de Arte do passado até as imagens midiáticas veiculadas constantemente, que nos invadem com seus anúncios do que é bom, de como devemos ser, nos comportar e nos vestir. Em conformidade com Hernández,

[...] é necessário recordar que uma das maneiras mais notórias pelas quais as mídias, as representações e as práticas da cultura visual posicionam crianças e jovens é através dos “textos” da cultura popular, em particular dos que tendem a criar identidades de etnia, gênero, sexo e consumidor (HERNÁNDEZ, 2007, p.74).

As identidades vão modificando através das relações estabelecidas com o universo visual, imagens midiáticas e de consumo como também da inter-relação entre as pessoas.

O acesso às mais variadas imagens se dão pelos meios de tecnologia de informação e comunicação. É possível perceber na contemporaneidade crianças, adolescentes, jovens e adultos conectados o tempo todo à internet com seus celulares, *tablets*, computadores e *notebooks*, isso sem falar nos programas de TV, jogos de computadores entre outros.

Para Hernández, “[e]m um mundo dominado por dispositivos visuais e tecnologias da representação (as artes visuais como tais), nossa finalidade educativa deveria ser a de facilitar experiências críticas reflexivas” (2007, p.25). Além do estudo das imagens da cultura visual contemporânea nas aulas de Artes Visuais, os estudantes poderão compreender o quanto estas imagens podem influenciá-los sobre seus comportamentos e na construção de suas identidades.

Ainda sobre construção de identidades, Meyer (2013) aborda que os indivíduos aprendem desde cedo a ocupar e reconhecer seus lugares sociais de forma naturalizada, por isso a autora afirma que trabalhar com o conceito de pedagogias culturais resultantes das noções de educação e educativo, abrange forças e processos que incluem a família e a escolarização, sem limitar-se as mesmas. De acordo com Meyer, existem ainda as forças dos meios de comunicação de massa,

os brinquedos e jogos eletrônicos, o cinema, a música, a literatura, os chamados grupos de iguais, os quais produzem, por exemplo, diferentes e conflitantes formas de conceber e de viver o gênero e a sexualidade, de conceber e de se relacionar com autoridades instituídas, de conhecer o eu e o outro, e que redefinem mesmo os modos com que temos teorizado o currículo, o ser professor, o ser aluno e os processos de ensino e aprendizagem (MEYER, 2013, p.24).

Desta forma, é fundamental o questionamento sobre as imagens e demais artefatos midiáticos, pois estes produzem maneiras de ser e estar na sociedade, ocasionando modificações culturais que chegam à educação e demais instituições sociais.

Gênero – Breves concepções

Os indivíduos passam por processos de reconhecimento do eu e do outro, reprodução de comportamentos e modos de ser que incluem gênero e sexualidade, entre outros, instituídos não só pela família e escola, como também pelos meios de comunicação e informação.

A partir de referências pós-estruturalistas, Louro (2014) analisa a produção das diferenças e das desigualdades sexuais e de gênero articulando com outras questões sociais como: classe, raça e etnia.

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, implicando em símbolos culturalmente construídos e conceitos normativos que interpretam estes símbolos. Gênero é uma forma de indicar “construções culturais”-

a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [Enfatiza] todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p.75-6).

Ainda sobre gênero, Butler (2007) causa questionamentos ao tratar das identidades sexuais não como algo natural ou dado, mas como o resultado de práticas repetidas, discursivas e performativas de gênero – uma invenção cultural.

A construção das identidades femininas e masculinas acontece a partir das relações, representações e práticas sociais, com isso, o conceito de gênero “[...] passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (LOURO, 2014, p. 27).

Em relação à construção escolar das diferenças, Louro discute como a escola produz as diferenças e desigualdades entre os sujeitos, classificando-os de uma maneira hierárquica. “A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas” (LOURO, 2014, p.61).

A escola institui modelos, maneiras de ser e estar em seu espaço, demarcando diferenças. Tudo o que a escola apresenta aos sujeitos acaba produzindo múltiplos sentidos para os mesmos, por isso de acordo com Louro, [o]s sentidos

precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças (LOURO, 2014, p. 63).

É preciso estar atento e perceber cada detalhe do cotidiano escolar, mesmo assim cada pessoa terá um olhar e uma maneira diferente de estabelecer sentidos ao que foi percebido ou experienciado por ela. Tempo e espaço foram aprendidos e interiorizados por diferentes grupos sociais ao longo da história e assim suas concepções tornaram-se “naturais”; a escola é um destes espaços em que os sentidos são treinados e considerados como “naturais”, por isso é sempre importante desconfiar do que é tomado como “natural”.

Ao se tratar de sexualidade e espaço escolar, aqueles que não se encaixam dentro da normativa heterossexual quanto ao ser masculino e feminino, não são percebidos ou são tratados como problemas.

A escola, ao mesmo tempo, que transmite conhecimentos, também fabrica sujeitos e produz identidades, sejam elas de gênero, classe ou etnia e estas identidades são produzidas através de relações de desigualdade (LOURO, 2014).

Ainda sobre diferenças, a partir da perspectiva dos estudos culturais, Silva argumenta que identidade e diferença são cultural e socialmente produzidas, por isso precisam ser questionadas. Segundo Silva, “[a] identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não vivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2012, p. 81).

As relações de poder demarcam as diferenças, dividindo, classificando, incluindo e excluindo os sujeitos em determinados grupos sociais e culturais. É preciso questionar a maneira pela qual identidade e diferença se constituem, especialmente em relação à “normalidade”, palavra bastante discutida quanto ao seu significado.

Imagem, Arte e Gênero

A área da cultura e das artes visuais é ainda uma atividade dominada e reconhecida pela presença dos homens. Embora este fato possa estar em constante debate, é notável a maior incidência da divulgação de imagens e obras artísticas criadas por homens. As mulheres, provavelmente devido à sua aparição como modelos de desenhos, pinturas, gravuras e outras artes, são mais reconhecidas por serem retratadas e menos, como protagonistas e autoras destas.

A partir dos anos 60, com o movimento feminista, é que surgem autoras discutindo o papel da mulher na sociedade, e é este fato que ocasiona também mudanças na vida das mulheres artistas, que começam a produzir obras que buscam ressaltar questões próprias ao sexo feminino. Na época, a arte dessas mulheres passa a ser reconhecida como arte feminista, visto que produz visibilidade e busca reivindicar direitos para as mulheres.

Assim, segundo Grosenick, [...] as mulheres começam a exigir seus lugares nos museus e na história da arte,

a se organizar e a montar suas próprias exposições, a dirigir suas próprias galerias e a dar aulas particulares. Foi a forma encontrada para burlar as estruturas ainda dominadas pelos homens e colocar como tema central o feminino, a perspectiva deste (2003, p. 15).

Apresento a seguir, duas artistas que trabalham com temáticas de gênero e/ou sexualidade. A artista Anna Maria Maiolino, nascida na Itália em 1942, apresenta em suas obras questões relativas a pertencimento, subjetividade e feminino. Produziu a obra “Por um fio” (1976), a qual faz parte de uma longa série chamada “Fotopoemação” iniciada nos anos 1970, em que atos performativos são captados a partir de fotografias.

Em “Por um fio”, Anna Maria encontra-se ao centro de sua mãe e sua filha (fig. 1). Três gerações ligadas por um fio de macarrão que pode simbolizar a tradição italiana e a genealogia feminina.

Questões identitárias também podem estar presentes na obra, pois embora a artista tenha nascido na Itália, mudou-se para o Brasil e desenvolveu toda a sua produção artística, adotando sua nacionalidade em 1968 (CARRION, 2018).



Figura 1: Obra Por Um Fio, 1976.
Fonte: ARTEQUEACONTECE, 2018

Outra artista que trata de questões de gênero em suas obras é Rosana Paulino. Nascida em São Paulo em 1967, a artista produz obras ligadas a questões sociais, étnicas e de gênero. Paulino utiliza linhas e agulhas, tecidos e objetos “banais” para elaboração de suas obras (fig. 2). A artista afirma que “o fio que torce, puxa, modifica o formato do rosto, produzindo bocas que não gritam, dando nós na garganta. Olhos costurados, fechados para o mundo e, principalmente, para sua condição de mundo” (PAULINO, 1997 apud TVARDOVSKAS, 2010).



Figura 2: Série Bastidores, 1997, imagem transferida sobre tecido, bastidor e linha de costura, 30cm.
Fonte: ACERVO DA ARTISTA, 2018.

Na série Bastidores, a artista apresenta a condição da mulher negra na sociedade brasileira a partir de imagens que expressam uma supressão de seus direitos. Questões de gênero e de etnia são demonstradas na série, na qual a artista procura expressar o machismo e o racismo que ainda oprimem muitas mulheres brasileiras (PIMENTEL, 2018).

Desta forma, em seus trabalhos, é apresentada uma expansão no campo das artes visuais, apresentando obras que transitam entre a escultura e o objeto, a gravura, a fotografia e a pintura, e mesmo, revela-se em instalações-performance, buscando inserir nestas variadas linguagens artísticas, o cotidiano da mulher brasileira, por meio da utilização de objetos simples, de uso doméstico.

Considerações finais

Neste trabalho procurei argumentar a favor de uma educação crítica das imagens, no sentido de ampliar a compreensão das visualidades que nos cercam cotidianamente.

É importante destacar que a escola, ao mesmo tempo, que propõe a difusão de conhecimentos, também opera no sentido de produção de sujeitos e identidades – de gênero, classe ou etnia – em contextos de relações de desigualdade.

Assim, é fundamental o questionamento sobre a presença do feminino na área da cultura e das artes visuais, pois é ainda dominada predominantemente pela visão masculina, em função do maior destaque dado à produção de artistas homens, em toda história da arte ocidental, em especial. Historicamente as mulheres têm aparecido como modelos, sendo retratadas nas obras de arte, e não como protagonistas dos fazeres artísticos.

Portanto, o conhecimento das artistas mulheres, em especial, pode favorecer uma nova apreensão das visualidades contemporâneas, buscando superar as desigualdades de gênero.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. **Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação**. Textura. Canoas, v.17 n.34 p.48-63 mai./ago. 2015, p. 48-63.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero** – feminismo e subversão da identidade. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARRION, Caroline. Ana Maria Maiolino. Disponível em:

<http://www.artequaeacontece.com.br/anna-maria-maiolino/> Acesso em: 13/05/2018.

ESCOSTEGUY, Ana C. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, Estudos culturais?** 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 133-166.

GIROUX, Henry . Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, T.T (Org.). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. 3ª ed. p. 131- -159. Petrópolis: Vozes.1995.

GROSENICK, U. (2003), **Mulheres Artistas: século XX e XXI**. Taschen, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura Visual – Mudança Educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual** – proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **Artcultura–Revista do Instituto de História da UFU**. Uberlândia, v. 8, nº 12, p.97-115, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

[MAIOLINO, Ana Maria. Disponível em: <http://soulart.org/artes/5-mulheres-brasileiras-que-retratam-o-machismo-nas-artes-visuais >](http://soulart.org/artes/5-mulheres-brasileiras-que-retratam-o-machismo-nas-artes-visuais) Acesso em: 13/05/2018.

MARTINS, Raimundo. Educação e poder: deslocamentos perceptivos e conceituais da cultura visual. In: OLIVEIRA, Marilda De Oliveira; HERNÁNDEZ, Fernando (Orgs.). **A formação do professor e o Ensino das Artes Visuais**. Santa Maria: editora UFSM, 2005.p.133-145.

MEYER, Dagmar E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V.(Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.11-29.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: Uma Introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na Sala De Aula – Uma introdução aos estudos culturais em educação**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 7- 34.

PAULINO, Rosana. *Série Bastidores, 1997, imagem transferida sobre tecido, bastidor e linha de costura, 30cm. Disponível em: < <http://www.rosanapaulino.com.br/trabalhos-2/>> Acesso em: 13/05/2018.*

PAULINO, Rosana. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.rosanapaulino.com.br/biografia/>> Acesso em: 13/05/2018.

PIMENTEL, Jonas. **Rosana Paulino: a mulher negra na arte**. Disponível em:< <http://www.esquerdadiario.com.br/Rosana-Paulino-a-mulher-negra-na-arte>> Acesso em: 13/05/2018.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 73-102.

TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. Rosana Paulino: “é tão fácil ser feliz?”. **Revista Gênero**. Niterói, v. 10, n. 2, p. 235-256, 2010. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/25>> Acesso em: 13/05/2018.

O QUE ESTARIAM ENSINANDO AS REPRESENTAÇÕES DE TRANSEXUAIS NA REVISTA VOCÊ S/A?

WHAT REPRESENTATIONS OF TRANSGENDER PEOPLE IN THE MAGAZINE VOCÊ S/A ARE TEACHING?

*João Carlos Amilíbia Gomes
Doutor em Educação/UFRGS
joaogomesjcag@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho analisa as representações de transexuais na matéria de capa da revista *VOCÊ S/A* – versão impressa – intitulada *A vez dos trans no mundo corporativo*, publicada pela Editora Abril em dezembro de 2017. A referida revista seria especialmente endereçada a leitores/as que buscam conhecimentos sobre práticas empresariais. A articulação das análises ocorre com a utilização de contribuições dos estudos culturais, dos estudos de gênero e sexualidade, dos estudos da cultura visual e da teorização foucaultina. As ferramentas teóricas usadas propiciam pensar que as representações expressam – nos variados tipos de texto – determinados discursos, bem como que a identidade é produzida no âmbito da representação e através dela. Assim, os textos são imaginados como construções discursivas – articuladas em meio às relações de poder – que podem colaborar nos processos de constituição de identidades. Na matéria analisada os transexuais são representados como sujeitos exóticos que, em dada medida estariam sendo assimilados – num processo de inclusão excludente – no/pelo “mundo corporativo”. Na construção textual os transexuais são tratados como integrantes da diversidade, e, assim, fica turva a importância da diferença sob o ponto de vista político. Sob o “manto da diversidade” são representados no âmbito da norma, mas distanciados daqueles que representam a norma ideal.

Palavras-chave: Estudos Culturais; Representações; Estudos de Gênero e Sexualidade; Transexuais.

ABSTRACT

This paper analyses representations of transgender people in an issue on the cover of the magazine *VOCÊ S/A* — print version — entitled ‘A vez dos trans no mundo corporativo’ published by *Editora Abril* on December 2017. The magazine targeted especially (fe)male readers pursuing knowledge about managerial practices. The analyses are articulated with the help of Cultural Studies, Gender and Sexuality Studies, Visual Culture Studies and Foucauldian theorisation. These tools allow us to think that representations express particular discourses in various texts, and that the identity is produced in and through representation. Thus, texts are imagined as discursive constructions articulated within power relations, which can affect identity shaping. In the analysed issue, transgender people are represented as exotic subjects who would be assimilated — in a contradictory excluding inclusion — in/through the ‘corporate world’. In the textual construction, transgender people are seen as members of diversity. Thus, the significance of difference becomes dim from the political perspective. Under the umbrella of ‘diversity’, they are represented they fit in the norm, but are distant from those who represent the norm.

Keywords: Cultural Studies; Representations; Gender and Sexuality Studies; Transgender People

Introdução

No Brasil, o mercado editorial de revistas é significativamente segmentado²⁴. Deste modo, a revista *VOCÊ S/A* seria especialmente endereçada a leitores/as que buscam conhecimentos sobre práticas empresariais. O presente trabalho analisa as representações de transexuais na matéria de capa da revista *VOCÊ S/A* – versão impressa –, intitulada *A vez dos trans no mundo corporativo*, publicada pela Editora Abril em dezembro de 2017.

O desenvolvimento das análises ocorre com a utilização de contribuições dos estudos culturais, dos estudos de gênero e sexualidade, dos estudos da cultura visual e da teorização foucaultina. As ferramentas teóricas usadas propiciam imaginar a revista *VOCÊ S/A* como um artefato cultural que, se encontra articulado a determinadas práticas socioculturais e a certos grupos de pessoas em especial. Tais ferramentas também permitem pensar que a representação “é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados” (HALL, 1997, p.61), bem como que a identidade é produzida no âmbito da representação e através dela.

As representações podem se localizar nos mais diversos gêneros textuais e se corporificar através de variados códigos das práticas culturais, como as linguagens verbal e imagética. Os textos – articulados com dadas linguagens – são “lugares de embates” nos quais determinados discursos e representações predominam contingentemente.

É significativo que no ano de 2017 – ano de publicação da matéria intitulada *A vez dos trans no mundo corporativo* – revistas de diferentes segmentos tenham sido publicadas com matérias de capa que abarcaram representações de transexuais. Os espaços propiciados às referidas matérias, bem como a mais expressiva circulação de construções textuais que abordam questões concernentes a transexualidade em variadas mídias nos últimos anos, como que evidenciam a necessidade de refletirmos sobre as representações de transexuais.

Na contemporaneidade “as chamadas ‘minorias’ sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores” (LOURO, 2001, p. 542). Os movimentos sexuais e de gênero, bem como os estudos de gênero e sexualidade têm problematizado os binarismos – como homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, dentre outros – e evidenciado que, muitos sujeitos não apenas atravessam as fronteiras sexuais e de gênero, mas também optam por “viver

²⁴Uma linha de segmentação “é a temática, com um destaque especial para a imprensa econômica, que se expandiu consideravelmente ao longo das últimas décadas. Os jornais *Gazeta Mercantil* e *Valor Econômico* e revistas como *Exame* e *IstoÉ Dinheiro* são dirigidos sobretudo a empresários, executivos, gestores públicos e economistas” (SHARF, 2004, p. 74).

a ambiguidade da própria fronteira” (LOURO, 2001, p. 546). Os referidos estudos possibilitam compreender que “não há uma relação única e necessária entre o corpo de alguém e o seu gênero” (LOURO, 2017, p. 56). Assim, a análise desenvolvida no corrente trabalho atenta a representações de transexuais que se encontram na textualidade de uma revista que teria um significativo contingente de leitores/as.

A revista *VOCÊ S/A*

Publicada pela primeira vez em 1998, a revista *VOCÊ S/A* completa vinte anos de circulação no corrente ano atingindo um significativo contingente de leitores/as. A revista é publicada mensalmente pela Editora Abril – empresa do Grupo Abril – nos formatos impresso e digital.

Em meio à grave crise financeira, a Editora Abril mantém dezenas de marcas de revistas que circulam no âmbito do mercado brasileiro. No que concerne a revista *VOCÊ S/A*, o portal de publicidade Abril explicita que seria “a primeira publicação totalmente dedicada a ajudar executivos e executivas brasileiros a cuidar de sua empregabilidade, a evoluir na gestão, acompanhar tendências e cuidar de suas finanças de forma eficiente”.

Apesar do avanço dos meios digitais no mercado editorial brasileiro, ainda é considerável o contingente de leitores/as que prefere publicações de revistas no formato impresso. No caso da revista *VOCÊ S/A* o número de assinantes que optam pelo formato impresso ainda supera o número de assinantes que preferem a revista digital.

Atentar ao suporte no qual se encontram os textos da revista *VOCÊ S/A* é fundamental, pois “cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção do escrito afeta-lhe profundamente os possíveis usos, as possíveis interpretações” (CHARTIER, 1994, p. 193). A revista de formato impresso se encontra na condição de *códice* que propicia o manuseio dos textos. As páginas são fixadas e dispostas em sequência, cada qual podendo ser imaginada como uma unidade de percepção para o/a leitor/a. No caso da revista digital, o texto eletrônico é lido na tela, não é manuseado, não requer para leitura os gestos utilizados na leitura do *códice*, mas exige para sua utilização habilidades relacionadas às tecnologias da informática, bem como tem constituição significativamente diferente da encontrada nos *códices* impressos.

As representações de transexuais analisadas no presente trabalho se encontram na textualidade de uma publicação impressa, na condição de *códice*.

A vez dos trans no mundo corporativo: a matéria de capa

A matéria intitulada *A vez dos trans no mundo corporativo* da revista *VOCÊ S/A* de dezembro de 2017 é assinada pela repórter Luciana Lima. Ao longo da construção textual são apresentadas empresas que valorizariam a diversidade e investiriam na capacitação, na contratação e na inclusão de transexuais; bem como são explicitadas pesquisas que evidenciariam que tais investimentos propiciam mais produtividade e competitividade para as empresas.

Lima apresenta quatro casos de transexuais que teriam sido acolhidos e apoiados por empresas que valorizariam a diversidade. Na textualidade da capa da revista se encontram imagens dos/das transexuais, bem como pode-se ler o nome de cada um/a e a denominação do cargo ocupado na empresa em que trabalharia. Na frente das imagens dos/das transexuais – Maria Fernanda Hashimoto, Aaron Flynn, Gabriela Valera e Gustavo Prates – se encontra o título *A vez dos trans no mundo corporativo*.

O caso de Gustavo Prates – 26 anos – gerente de contratos da IBM é exposto no início da matéria. Seria evidenciado que desde a infância Prates não se pensava como alguém do gênero feminino, embora seu pai – conservador – o reconhecesse como mulher. Prates, somente imaginaria que poderia ser transexual em 2016, quando já ocuparia o cargo de gerente de contratos na IBM. Sentindo-se confuso, o gerente de contratos buscaria auxílio com o líder de diversidade da IBM. Então, seria encaminhado ao médico do trabalho da empresa. O referido líder lhe garantiria que não toleraria preconceitos na empresa e o médico lhe indicaria especialistas em casos de transexualidade. Sentindo-se apoiado, Prates encontraria condições para se pensar como transexual e para contar que era transexual a seu chefe direto.

A repórter Lima salienta que casos como o de Gustavo Prates, em que a identidade de gênero é respeitada, são incomuns nas empresas, bem como no tecido social como um todo. Assim, apresenta dados de uma pesquisa do instituto *Center for Talent Innovation*, informações da União Nacional LGBT, dados de uma pesquisa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e uma breve declaração de Marina Reidel – coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério dos Direitos Humanos. A pesquisa do instituto revelaria que mais de 60% dos LGBTs brasileiros ouvidos ocultam a identidade de gênero ou a sexualidade no âmbito do trabalho. As informações da União Nacional LGBT registrariam que o tempo médio de vida de um transgênero no Brasil é de 35 anos – o Brasil seria o país com maior número de transexuais e travestis assassinados no mundo. A pesquisa da OAB expressaria que a maioria dos transexuais e travestis não concluem seus estudos. Já, a declaração de Reidel apontaria que geralmente transexuais e travestis deixam o espaço escolar e o meio familiar por sofrerem desrespeito ou violência e, deste modo, carecem de uma formação adequada para conseguir

emprego. Lima observaria que a prostituição surgiria, muitas vezes, como único caminho para transexuais e travestis.

Na sequência da construção textual encontra-se o subtítulo *Sinais dos tempos*. No primeiro parágrafo após o subtítulo seria evidenciado que, apesar dos dados apresentados, as pautas do movimento LGBT têm avançado. Entretanto, haveria um caminho mais longo a percorrer no que concerne aos transexuais e travestis. O consultor de diversidade, Ricardo Sales, imaginaria os transexuais e os travestis significativamente estigmatizados. Sales enfatizaria que transexuais e travestis estariam distantes de nosso imaginário.

É explicitado que há uma busca pela integração de transexuais nas corporações. No período de 2014 a 2017, quarenta e seis empresas teriam manifestado interesse pelos serviços da plataforma do *site* Transempregos – envolvido com práticas de inclusão de profissionais trans no mercado de trabalho. No Brasil, as empresas multinacionais estariam se destacando pela articulação de práticas voltadas ao acolhimento de profissionais de grupos minoritários. Dentre as cinquenta e nove empresas signatárias do Fórum de Empresas e Direitos LGBTs – reuniria organizações que atentariam aos direitos LGBTs –, em dezembro de 2017, somente três empresas seriam brasileiras.

O caso de Aaron Flynn – 26 anos – supervisor de TI na multinacional Procter&Gamble/São Paulo, como que salientaria a importância dos esforços das multinacionais no sentido de acolher integrantes de grupos minoritários. Já trabalhando na referida empresa, o supervisor de TI consideraria ser transexual em 2014. Conforme a matéria, Flynn sempre teve uma aparência mais masculina e saberia que era diferente. Contudo, somente compreenderia que era transgênero ao ler o blog de um rapaz trans. Flynn, experimentaria dificuldades no que concerne a realização de mudanças estéticas, pois temeria reações dos colegas e da própria família. Entretanto, Flynn encontraria apoio e acolhimento na empresa que contaria com o *Gable* (*Gay, Ally, Bisexual, Lesbian and Transgender Employees*) – grupo da empresa que discutiria questões LGBTs.

Um novo subtítulo – *Questão de cultura* – pode ser lido após a apresentação do caso de Aaron Flynn. Na textualidade se encontraria enfatizado que, no mercado de trabalho os transexuais temem ser demitidos em consequência da discriminação de colegas e superiores. O referido temor seria um significativo obstáculo para os transexuais se assumirem. O Carrefour, desde de 2011 estaria investindo em ações que valorizariam a pluralidade. A expressão diversidade passaria a constar no código de ética da referida empresa, bem como teria sido criada uma plataforma que propiciaria condições para a discussão de assuntos relacionados às minorias. O Carrefour estaria empreendendo esforços para a inclusão de mulheres e transexuais,

assim como apoiaria o projeto Conexão Varejo – da ONG Rede Cidadã – que capacitaria transgêneros e os encaminharia no âmbito do mercado de trabalho.

O posicionamento institucional do Carrefour, no sentido de valorizar a pluralidade, favoreceria a contratação da transexual Gabriela Valera – 24 anos. Conforme a matéria, Valera estaria procurando emprego há dez meses quando encontrou uma postagem do Carrefour com vagas para transgêneros.

Valera passaria a ocupar o cargo de analista de marketing e se tornaria a primeira funcionária trans da área corporativa do Carrefour. O gestor de Valera esclareceria que estava sendo contratada pela sua capacidade técnica, bem como que seu gênero não afetaria o modo como seria tratada na empresa.

Nascida no interior do Estado de São Paulo, Valera descobriria que era transexual no período em que teria ingressado na faculdade de comunicação social. Em 2014, iniciaria um processo de readequação, mas somente em 2017 decidiria realizar mudanças estéticas. Conforme Valera, a família – significativamente religiosa e conservadora – ainda a chamaria pelo nome masculino.

O subtítulo *Vantagem competitiva* se encontra após o término da apresentação do caso de Gabriela Valera. Isto posto, seria ressaltado que as empresas não estariam investindo na inclusão dos trans somente por altruísmo, pois equipes diversas também propiciariam vantagens. Se encontraria explicitado que as empresas com equipes plurais alcançariam expressivos níveis de desempenho. Sales, consultor de diversidade, evidenciaria que o engajamento dos trabalhadores pode ser melhor ao acreditarem que o ambiente de trabalho é diverso.

Na empresa Atento – multinacional de telemarketing – trabalhariam mais de 1000 profissionais transgêneros utilizando nome social. Considerando a significativa quantidade de empregados da empresa – 70.000 – a vice-presidente de RH da Atento/S.P. acreditaria que a multinacional teria a responsabilidade de representar a diversidade da população brasileira. A empresa apoiaria ações de ONGs que disponibilizariam formação profissional para transexuais na capital do Estado da Bahia. No âmbito da Atento os trans se destacariam nas avaliações de desempenho, obtendo melhor avaliação do que os demais funcionários.

Então, encontra-se o subtítulo *Coragem para assumir*, bem como pode-se ler sobre o perfil social de um grupo de pessoas que constituiriam um segmento da população trans. Os integrantes de tal segmento teriam qualificação, se encontrariam no mercado de trabalho e se assumiriam como trans mais tarde. A advogada Marcia Rocha – fundadora do *site*

Transempregos – informaria que 40% dos currículos recebidos abarcaria formação superior e 30% dos currículos envolveria formação técnica.

Maria Fernanda Hashimoto – 27 anos –, engenheira biomédica, se imaginaria mulher desde a infância. Trabalhando na GE acreditaria que não receberia apoio da empresa para um processo de readequação. Entretanto, seria surpreendida pela empresa que lhe respaldaria no processo de redesignação de gênero. A GE disponibilizaria equipes para auxiliar no referido processo de redesignação. A engenheira salientaria que a empresa teria percebido que ela era um talento em potencial. Deste modo, em 2015, Hashimoto assumiria a identidade de mulher trans. Um ano depois, a engenheira biomédica receberia uma proposta de outra multinacional, a Becton Dickinson. Hashimoto foi contratada pela Becton Dickinson e, no final de 2017 se encontraria trabalhando nesta empresa como especialista de assuntos regulatórios. A engenheira se sentiria valorizada no mercado de trabalho, pois teria recebido outras propostas de emprego.

A partir do subtítulo *Processo interno* seria evidenciado – com base em determinadas pesquisas – que os jovens de até 30 anos estariam como que atentos aos posicionamentos das empresas em relação as questões sociais. Assim, a diversidade – imaginada como “bandeira” – poderia atrair consumidores e possíveis empregados para as empresas. É revelado que a Pernod Ricard – empresa fabricante de bebidas – ofereceria cursos gratuitos de *bartender* para transexuais em articulação com as ONGs Casa 1 e Transempregos. A Pernod Ricard pretendia incluir transexuais no escritório.

No último parágrafo da matéria seria ressaltado que algumas empresas se apresentariam no mercado como plurais, mas não realizariam as mudanças necessárias para abarcar a pluralidade. Liliane Rocha da consultoria de gestão Kairós – São Paulo – salientaria que, nestes casos existiria a possibilidade de perda de dinheiro, pois equipes mais diversas teriam melhores resultados. Rocha também apontaria o risco de perder talentos, já que determinados profissionais se sentiriam enganados pelo discurso vazio. Por fim, a representante da consultoria de gestão Kairós observaria que as empresas poderiam perder competitividade por não desejarem lidar com certas questões – concernentes ao uso do crachá e do banheiro – que se relacionariam com a contratação de profissionais trans.

Próximo aos dois últimos parágrafos da matéria pode-se observar uma imagem de trans – em treinamento – que estariam atuando como *bartenders* num evento da Pernod Ricard em São Paulo. Ao longo da matéria também é possível ver as imagens de Gustavo Prates, de Aaron Flynn, de Gabriela Valera e de Maria Fernanda Hashimoto representados/as em primeiro

plano²⁵. As expressões fisionômicas de Prates, Flynn, Valera e Hashimoto se encontrariam como que em destaque.

Uma esquematização e um glossário também podem ser lidos na matéria. A esquematização é intitulada *Corrente do Bem* e apresentaria três conjuntos de procedimentos – um conjunto para as empresas, um conjunto para os profissionais trans e um conjunto para os colegas dos profissionais trans – que estimulariam a inclusão de transexuais no âmbito das empresas. Dentre os procedimentos que poderiam ser articulados pelas empresas se encontraria o de enfatizar que a diversidade é um valor para fornecedores e prestadores de serviços. Por fim, o glossário informaria os significados de expressões que seriam utilizadas quando se versa sobre sexualidade e gênero. As referidas expressões são as seguintes: sexo, gênero, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual, transgênero, travesti, intersexual, cisgênero e não binário.

Representações de transexuais na revista *VOCÊ S/A*: o que estariam ensinando para os/as leitores/as?

Na matéria analisada os transexuais seriam imaginados no âmbito da diversidade. Se encontraria evidenciado que as empresas investiriam na inclusão de transexuais porque as equipes diversas propiciariam vantagens. Ricardo Sales, “consultor de diversidade”, salientaria que o engajamento dos trabalhadores pode ser melhor ao acreditarem que no ambiente de trabalho se encontra diversidade.

No texto problematizado, a diversidade parece proporcionar “naturalmente” bons resultados no âmbito de determinadas práticas de mercado.

Ora: o uso da palavra diversidade estaria como que implicado numa estratégia conservadora que obscureceria, conforme Skliar (1999, p. 21), “o significado político das diferenças culturais”. Tal obscurecimento pode colaborar no sentido de que a diferença seja pensada como uma variante tolerável em relação ao que seria imaginado como norma²⁶. Skliar (1999, p. 22) evidenciaria que “Bhabha alertou sobre a existência de uma ‘norma transparente’ que se instala sempre na diversidade”, norma que adviria da sociedade, e abarcaria os *outros*²⁷ sob um falso consenso de igualdade.

²⁵ As imagens dos/as referidos/as transexuais são apresentadas na seguinte ordem: 1º - Gabriela Valera; 2º - Gustavo Prates; 3º Maria Fernanda Hashimoto e 4º - Aaron Flynn. Entretanto, no texto verbal os casos dos/as transexuais se encontram apresentados na seguinte ordem: 1º - Gustavo Prates; 2º - Aaron Flynn; 3º - Gabriela Valera e 4º - Maria Fernanda Hashimoto.

²⁶ A norma “aponta e separa o que é normal daquilo que não o é, ao mesmo tempo em que estabelece os limites toleráveis para os casos desviantes” (VEIGA-NETO, 1995, p. 26).

²⁷ Os *outros* seriam aqueles que, nas construções discursivas ocupariam a condição de não-privilegiados ou que

Ainda que a diferença tenha sido “historicamente entendida como sinônimo de diversidade, de variação” (SKLIAR, 2001, p. 21), a utilização do conceito de diversidade pode colaborar para a não-compreensão de que as diferenças culturais emergem em meio a relações de poder, bem como para a não-compreensão de que as diferenças, como salienta Skliar (1999, p. 22), “não são uma obviedade cultural nem uma marca de ‘pluralidade’”.

Embora, “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade [tendam] a ser naturalizadas, [...] essencializadas” (SILVA, 2000, p. 73), as diferenças são construções como que datáveis, pois “se constroem histórica, social e politicamente” (SKLIAR, 1999, p. 22). No que concerne a construção de identidade, é relacional, isto é, a identidade existe na relação com o que está fora dela, sua existência depende de uma identidade que ela não é. A identidade é construída pela diferença.

Os processos de construção das identidades e de marcação das diferenças se dão no interior das relações de poder, favorecendo determinados grupos sociais em detrimento de outros. No âmbito destes processos se definem quem são os normais e quem são os *outros/os* diferentes que se acham à margem das posições identitárias mais prestigiadas. À vista disso, a “identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações” (SILVA, 2000, p. 82). Conforme Silva (2000, p. 91) “a identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação”.

Os/As transexuais seriam representados como diferentes no âmbito de multinacionais – IBM, Procter&Gamble, Carrefour, Atento, GE e Pernod Ricard – que estariam investindo na diversidade. As multinacionais estariam empreendendo esforços no sentido de ampliar práticas que viabilizariam a contratação de profissionais de grupos minoritários e, se encontrariam especialmente empenhadas na inclusão dos/as transexuais.

Conforme a repórter Luciana Lima, os/as transexuais geralmente não teriam a identidade de gênero respeitada nas empresas ou na sociedade como um todo. Lima apresentaria, por um lado, dados que evidenciariam que os/as transexuais seriam discriminados, sofreriam desrespeito e violência no âmbito da sociedade e, por outro lado, explicitaria esforços – do *site* Transempregos e de empresas – voltados para a inserção dos/das transexuais no mercado de trabalho. Entre 2014 e 2017, mais de quarenta empresas revelariam interesse pelos serviços oferecidos pela plataforma do *site* Transempregos – implicada com práticas de inclusão de profissionais trans no mercado de trabalho.

sequer teriam condições de emergir em tais construções.

Representados/as como diferentes no âmbito de empresas que investiriam na diversidade, os/as transexuais parecem se encontrar em meio a processos de inclusão excludente. Conforme Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 123) pode-se entender “que a inclusão não é ‘boa’ por si mesma; além disso, ela não é, necessariamente, o outro da exclusão. Do mesmo modo, pode-se compreender que muito frequentemente inclui-se para excluir, isso é, faz-se uma inclusão excludente”.

A grafia *in/exclusão* utilizada por Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 130) aponta “que as atuais formas de inclusão e de exclusão caracterizam um modo contemporâneo de operação que não opõe inclusão à exclusão, mas as articulam de tal forma que uma só opera na relação com a outra e por meio do sujeito, de sua subjetividade”.

Embora os/as transexuais se encontrem representados como diferentes, estão no âmbito da norma, ainda que distanciados da norma ideal. Segundo Lopes (2009, p. 159) “como uma medida e um princípio de comparabilidade, a norma opera no sentido de incluir todos, segundo determinados critérios que são construídos no interior e a partir dos grupos sociais”. É curioso, mas a norma parece ter promissora existência em um mundo globalizado e pós-moderno, no qual a volatilidade presente nas definições daqueles que seriam normais e anormais parece potencializar cada vez mais o processo normalizador como um processo infundável. As operações de normalização, conforme Lopes (2009, p. 160) “implicam tanto trazer os desviantes para a área da normalidade, quanto naturalizar a presença de tais desviantes no contexto social onde circulam”.

Os/As transexuais se encontrariam representados em meio a práticas que propiciariam a normalização dos/das diferentes e, em dada medida, possibilitariam a naturalização da presença dos/das diferentes no âmbito das empresas.

É importante salientar que a identidade normal seria aquela que abrange características positivas em detrimento das outras identidades em que se localizam características negativas. Se “a força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade” (SILVA, 2000, p. 83), com as outras identidades, ocorre o contrário: estas são efetivamente marcadas como tais, como *outras/diferentes*.

Sabat evidencia que “em nossa sociedade a heterossexualidade é a sexualidade normativa” (2004, p. 98). Deste modo, no âmbito das práticas socioculturais são marcadas as identidades que diferem daquela que é – mesmo que contingentemente – *a* identidade. Conforme Louro (2008, p. 22) “continuamente, as marcas da diferença são inscritas e reinscritas pelas políticas e pelos saberes legitimados, reiteradas por várias práticas sociais e pedagogias culturais”. Entretanto, considerando-se que as identidades dos sujeitos são produzidas no

âmbito da representação, não se tornam *naturalmente estáveis*. À medida que não são naturais, como salienta Sabat (2004, p. 97), “precisam ser constantemente produzidas e normalizadas”.

Em dada medida, ao explicitar na matéria da revista VOCÊS/A que os transexuais e os travestis estariam distantes de nosso imaginário, o “consultor em diversidade” Ricardo Sales, poderia contribuir (ainda que sem intenção) para que transexuais e travestis fossem pensados como “muito diferentes”.

Aliás, Gustavo Prates – gerente de contratos da IBM – se encontraria representado na matéria como diferente. Seria evidenciado que desde a infância Prates não se pensaria como alguém do gênero feminino. Prates teria imaginado que poderia ser transexual em 2016 e, sentindo-se confuso buscaria ajuda com o líder de diversidade da IBM. Foi auxiliado pelo referido líder, bem como pelo médico do trabalho da IBM que lhe indicaria especialistas em casos de transexualidade. A empresa seria um espaço em que se encontrariam pessoas “capazes de lidar com a diversidade”. Prates seria acolhido/apoiado como um diferente que poderia necessitar auxílio de especialistas.

Aaron Flynn – supervisor de TI na multinacional Procter&Gamble/São Paulo – também se encontraria representado como diferente. A multinacional acolheria integrantes de grupos minoritários. Conforme a matéria, Flynn sempre teve uma aparência mais masculina e saberia que era diferente. Considerando ser transexual, Flynn teria apoio e acolhimento na empresa que contaria com um grupo que discutiria questões LGBTs.

No sentido de possibilitar a discussão de assuntos relacionados às minorias, o Carrefour teria criado uma plataforma. Na construção textual, Gabriela Valera seria representada como integrante de uma minoria – os/as transexuais – que o Carrefour procuraria acolher. Valera expressaria uma pluralidade que a referida empresa valorizaria – a palavra diversidade constaria no código de ética da empresa. Valera passaria a ocupar o cargo de analista de marketing no Carrefour.

Seria possível dizer que Gabriela Valera, Aaron Flynn e Gustavo Prates se encontram representados/as na condição de “assimilados/as” – como diferentes – no/pelo mundo corporativo, como que “autorizados/as a serem diferentes”.

Como Valera, Flynn e Prates, Maria Fernanda Hashimoto – engenheira biomédica – também teria sido acolhida e apoiada por uma empresa multinacional – a GE – e estaria representada na condição de “autorizada a ser diferente”. A engenheira integraria um contingente de transexuais que teriam qualificação, se encontrariam no mercado de trabalho e se assumiriam como trans mais tarde. A empresa GE disponibilizaria equipes para auxiliar no

processo de redesignação de gênero de Hashimoto que, em 2015 assumiria a identidade de mulher trans.

Na esquematização intitulada *Corrente do Bem* – localizada entre o subtítulo *Sinais dos tempos* e o subtítulo *Questão de cultura* –, como ocorre em outras partes da matéria, os/as transexuais seriam imaginados/as no âmbito da diversidade. Em tal esquematização são explicitados procedimentos que estimulariam a inclusão de transexuais nas empresas. Seria evidenciado que as empresas poderiam enfatizar que a diversidade é um valor para fornecedores e prestadores de serviços.

No imaginário da diversidade o *outro*/diferente pode ser alguém a ser tolerado. Conforme Duschatzky e Skliar (2001, p. 136) “a tolerância não põe em questão um modelo social de exclusão; quando muito, ela trata de ampliar as regras de urbanidade com a recomendação de tolerar o que é perturbador”.

A diversidade, portanto, pode funcionar como um manto sob o qual se (re)criam determinados discursos que favorecem interesses de determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Concluindo...

Nos últimos anos há uma maior circulação de construções textuais que abordam questões relativas a transexualidade em diversas mídias. Entretanto, como salienta Louro (2008, p. 21), “a visibilidade que [...] ‘novos’ grupos adquiriram pode ser, eventualmente, interpretada como um atestado de sua progressiva aceitação. Contudo [...]. Não podemos tomar de modo ingênuo essa visibilidade”. É fundamental refletir sobre as condições de representação das chamadas “minorias” sexuais.

Imaginando-se que a linguagem constitui nosso pensamento e os sentidos que atribuímos às coisas e experiências, pode-se compreender que a “luta no terreno cultural [se mostra], fundamentalmente, como uma luta em torno da atribuição de significados – significados produzidos em meio a relações de poder” (LOURO, 2008, p. 21).

São produtivas politicamente as construções discursivas que representam os/as transexuais na diversidade. A diferença, na diversidade, é como que esvaziada de seus significados políticos e, assim, pode ser matéria-prima para a (re)criação de desigualdades sociais.

Os/As transexuais, na matéria analisada, seriam representados/as na condição de acolhidos/as, de aceitos/as e de “autorizados/as a serem diferentes” em determinadas empresas, mas sob condições que obscureceriam desigualdades.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. Do código ao monitor: a trajetória do escrito. São Paulo: *Estudos Avançados*, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/12.pdf> Acesso em: 14 abr. 2018.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 119-138.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. The Work of representation. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation, cultural representations and signifying practices*. London, Thousands Oaks, New Delhi: Sage, 1997.

HERNÁNDEZ, Fernando. De qué hablamos cuando hablamos de Cultura Visual? *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 9-34, jul./dez. 2005.

LIMA, Luciana. A vez dos trans no mundo corporativo. *VOCÊ S/A*, São Paulo, n. 12, p. 20-31, dez. 2017.

LOPES, Maura C. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, mai./ago. 2009.

LOURO, Guacira L. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a Educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, jul./dez. 2001.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

_____. *Flor de açafreão: takes, cuts, close-ups*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SABAT, Ruth. Só as bem quietinhas vão casar. In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela F. R. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 95-106.

SHARF, Regina. O jornalismo impresso. In: BELTRAND, Marcelo V. de (Org.). *Manual de Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2004. p. 69-76.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 73-102.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

_____. Pluralismo X norma ideal. In: SCHMIDT, Saraí (Org.). *A educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____; LOPES, Maura C. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007.

_____; LOPES, Maura C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. *Verve*, São Paulo, n. 20, p. 121-135, 2011.

GÊNERO E MASCULINIDADES: CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES EM FILMES LATINO-AMERICANOS DO SÉCULO XXI

*GÉNERO Y MASCULINIDADES: CONSTRUCCIONES Y REPRESENTACIONES EN
PELÍCULAS LATINOAMERICANAS DEL SIGLO XXI*

*Joelma Ferreira dos Santos
Doutoranda pelo PPGH/UDESC
E-mail: fsantos.joelma@gmail.com*

RESUMO

O cinema tem sido um lugar privilegiado para o estudo das representações. Através dele é possível observar aspectos culturais que nem sempre são facilmente encontrados em outras fontes históricas. As representações de gênero - particularmente as masculinidades - no cinema argentino e brasileiro do início deste século são nosso objeto de interesse em pesquisa ora desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. O objetivo deste trabalho é discutir as representações de masculinidades em filmes de duas das principais cinematografias latino-americanas na atualidade. Entendendo gênero como uma categoria relacional (SCOTT, 1995) e considerando as masculinidades como construções culturais (ALBUQUERQUE JR., 2003; OLIVEIRA, 2004; NOLASCO, 1995), produzidas e reproduzidas através de diversos meios - dentre os quais o cinema ocupa lugar privilegiado -, abordaremos as representações em torno das masculinidades com ênfase nos aspectos observados tanto no relacionamento com as mulheres como com outros homens. Por fim, buscaremos perceber possíveis semelhanças ou diferenças de abordagem entre ambas as cinematografias, considerando os distintos contextos socioculturais. O presente trabalho apresenta análise preliminar de parte das fontes da pesquisa em curso.

Palavras chaves: gênero, masculinidades, representações

RESUMEN

El cine ha sido un lugar privilegiado para el estudio de las representaciones. A través de él es posible observar aspectos culturales que frecuentemente no se encuentran en otras fuentes históricas. Las representaciones de género - particularmente las masculinidades - en el cine argentino y brasileño de principios de este siglo son nuestro objeto de interés en investigación ora desarrollada en el Programa de Pós-Grado en Historia de la Universidad do Estado de Santa Catarina - UDESC. El objetivo de este trabajo es debatir las representaciones de masculinidades en películas de dos de las principales cinematografías latinoamericanas en la actualidad. Pensando el género como una categoría relacional (SCOTT, 1995) y considerando las masculinidades como construcciones culturales (ALBUQUERQUE JR., 2003; OLIVEIRA, 2004; NOLASCO, 1995), producidas y reproducidas a través de diversos medios - entre los cuales el cine ocupa lugar privilegiado -, abordaremos las representaciones acerca de las masculinidades con énfasis en los aspectos observados tanto en las relaciones con mujeres como con otros hombres. Por fin, buscaremos percibir posibles semejanzas ou diferencias en el abordaje de ambas las cinematografías, considerando los distintos contextos socioculturales. El presente trabajo presenta análisis preliminar de parte de las fuentes de la investigación en curso.

Palabras clave: género, masculinidades, representaciones

Embora saibamos que as produções cinematográficas nacionais latino-americanas, em termos de bilheteria, raramente fazem frente às estrangeiras – entendidas aqui quase como sinônimo absoluto das hollywoodianas –, não podemos desconsiderar essa forma de expressão do imaginário como uma fonte privilegiada para a pesquisa histórica, sobretudo sob um viés cultural.

Por outro lado, vivemos um período de rápidas transformações, com grandes avanços, mas também com muitos retrocessos no que se refere a variados aspectos das relações sociais. Os movimentos feministas e LGBT tiveram, a partir dos anos 70, um papel importante nessas mudanças, sobretudo as relacionadas aos direitos de mulheres e homens. Todavia, tais transformações são ainda mais sentidas desde a virada do século, quando esses movimentos ressurgem com grande vigor, com algumas bandeiras novas e outras reivindicações não tão novas assim, mas que readquirem novos significados no contexto atual²⁸. Nesse sentido, nossa intenção é perceber como as cinematografias argentina e brasileira, duas das mais importantes da América Latina, têm representado as relações de gênero e, de modo particular, as masculinidades neste início de século. Utilizamos o conceito de gênero na perspectiva de Joan Scott, o qual se complementa, segundo a autora, através de duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos e o gênero é uma forma primária de relações significativas de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Dessa forma, por um lado a autora enfatiza o aspecto relacional e sociocultural que reveste tal conceito e, por outro, aponta para a relevância deste como o campo onde se originam e se articulam as relações de poder.

Para este trabalho, partimos de dois filmes: *Cidade dos homens* (Brasil, 2007, direção Paulo Morelli) e *Cidade em fogo* (*Ciudad en celo*, Argentina/Espanha, 2006, direção Hernán Gaffet). Embora tenham poucos elementos em comum, a escolha destas obras foi feita a partir de alguns critérios, como o local de ambientação (duas importantes metrópoles sul-americanas, Rio de Janeiro e Buenos Aires, respectivamente, elas mesmas personagens centrais dos filmes), a proximidade no período da produção (ambas, por coincidência, foram lançadas no mesmo ano) e a abordagem (em que prevalecem as relações afetivas, para além de outros aspectos sociais: a paternidade, no primeiro, e os relacionamentos pautados no amor, no segundo).

²⁸ Como exemplo, podemos mencionar aqui a luta pela descriminalização do aborto e contra a violência de gênero, que continua sendo praticada com índices alarmantes contra as mulheres nos dois países, mas também contra LGBT, sobretudo no Brasil, país que “ostenta” o terrível título de um dos mais violentos nesse quesito, conforme pode ser constatado através de diversos sites de notícias e de organizações não governamentais.

O título original de *Cidade em fogo* sugere algo que vai em direção oposta ao enredo do filme. Nas cenas iniciais, Buenos Aires nos é apresentada como uma “cidade no cio”, numa tradução literal do título. Em verdade, personagens masculinos circulam pelas ruas com olhares de cobiça e jogando cantadas sobre mulheres transeuntes – uma delas sensualmente vestida de vermelho – levando-nos a crer que esta será a tônica da trama. Entretanto, à medida que estes vão sendo apresentados para o espectador, vamos conhecendo as “fragilidades” de cada um. O filme conta a história de um grupo de amigos, com idades em torno dos 40 anos, os quais se reúnem frequentemente no bar de um deles, Duke (Claudio Rissi), o mais velho entre os amigos, para falar de amenidades, já que temas como futebol e política são evitados para não gerar guerra entre eles. Assim, as mulheres passam a ser o assunto de maior interesse, sobretudo quando vem chegando o calor e estas começam a se livrar de seus pesados e grossos casacos de inverno – o que, em parte, explica o título, muito embora sejam os homens que parecem estar no cio, não a cidade ou as mulheres. Conforme a história vai se desenvolvendo, vamos percebendo o hiato entre o discurso apresentado por cada um dos personagens aos amigos e a realidade vivida por eles.

Cidade dos homens, por sua vez, foi apresentado inicialmente em formato de série televisiva²⁹. Foi ao ar pela Rede Globo de Televisão de 15/10/2002 a 16/12/2005, com roteiro e direção de nomes reconhecidos tais como Fernando Meirelles, Jorge Furtado, Guel Arraes, Paulo Lins, Regina Casé, Katia Lund, entre outros, obtendo grande sucesso. Em 2007, Paulo Morelli dirige o longa-metragem homônimo – com roteiro escrito por ele e Elena Soarez – no qual faz uso de cenas da série como recurso *flashback* e coloca, através dos personagens principais – Laranjinha e Acerola –, a paternidade de jovens residentes em favelas do Rio de Janeiro como questão central. O filme aborda diversos pontos, como a disputa de poder travada entre traficantes, e a violência dela decorrente; o envolvimento de crianças, sem grandes perspectivas de vida, com o tráfico; o cotidiano dos trabalhadores; a solidariedade entre os moradores; enfim, a vida em comunidades do Rio de Janeiro, nas quais a presença do Estado é praticamente nenhuma. Em meio aos problemas comuns enfrentados pela população dessas áreas da cidade, esses dois personagens, que estão completando a maioria, vivem seus dramas pessoais.

²⁹ “Coordenada por Guel Arraes e realizada pela produtora O2 Filmes, *Cidade dos Homens* era um desdobramento de *Palace II*, curta-metragem exibido como episódio do programa *Brava Gente* pela TV Globo no final de 2000. *Palace II*, por sua vez, era uma adaptação de um trecho do livro *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, adaptado para o cinema em 2002 por Fernando Meirelles e Kátia Lund, em uma coprodução da O2 Filmes, da Globo Filmes e da Videofilmes”.
<<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/cidade-dos-homens/curiosidades.htm>>. Última visita em 19/06/2018.

Cidade em fogo: entre o amor, a amizade e outros sentimentos...

Sergio (Daniel Kuzniecka), um roteirista de cinema que deseja captar e plasmar em seu filme “a essência portenha”, acaba de flagrar sua esposa na cama do casal com outro homem, por acaso seu próprio irmão, e decide separar-se. Sua separação, entretanto, é tema proibido entre as conversações que surgem na mesa do bar. O rapaz se recusa a dar qualquer detalhe de sua inesperada solteirice, o que não deixa de gerar estranheza no grupo e comentários dos amigos. Por outro lado, Marcos (Adrián Navarro) está disposto a contar sua aventura com “a garota do cemitério”, assim identificada porque foi lá que os dois se conheceram. A história de Marcos desperta o interesse de Duke que, através das aventuras do rapaz algo mais jovem que ele, recorda suas próprias peripécias. A narrativa de Marcos, no entanto, ainda que não esconda seus dissabores após a única noite de amor – contada de maneira cinematográfica com a intenção de inspirar o final do roteiro que o amigo escrevia –, nega, para não passar por ridículo, o fato de ter se apaixonado pela foto da garota antes mesmo de encontrá-la em carne e osso. Uma coisa é que ela o tenha deixado na primeira noite por conta de seus traumas pessoais, suas coisas de “mulher mal resolvida”, como o rumo da conversa dá a entender através narrativa que vai sendo construída com a ajuda de Duke. Outra muito diferente é admitir um sentimento mais profundo a partir de uma mera fotografia.

Tanto o comportamento de Sergio como o de Marcos revelam processos que marcam as construções de gênero (ALBUQUERQUE JR., 2003; 2007; OLIVEIRA, 2004). O resguardo dos sentimentos, a preservação das emoções são características ditas masculinas ao passo que a emotividade exacerbada seria um traço “natural” feminino. Neste sentido, o fato de Sergio esconder a traição sofrida é parte da estratégia masculina de preservação da própria imagem enquanto homem. Isso nos remete a um constructo cultural antigo em nossa sociedade, a ideia de honra. Com suas raízes no patriarcado, a honra masculina esteve diretamente relacionada com o comportamento feminino. Era a mulher a “responsável” por guardar ou destruir a sua própria honra e a do homem com quem se relacionava, fosse numa relação marido/mulher ou pai/filha (ARAÚJO, 2016). Na sociedade atual, sobretudo nos grandes centros urbanos, esta ideia de honra sofreu uma ligeira modificação, mas permanecem seus ranços. A exposição dele, enquanto homem traído, representaria a imagem de alguém que supostamente não foi capaz de satisfazer a sua mulher, que por sua vez buscou outro homem. Este último, por outro lado, projetado no imaginário dos demais como “superior” na hierarquia das masculinidades (VALE DE ALMEIDA, 1996; CONNELL, 2013). Não é por acaso que permanece vigente entre os homens, pelo menos os brasileiros, a ideia de que “pior que ser corno, é todo mundo ficar sabendo”. A garantia da honra, nesse caso, está no sigilo.

Embora aparentemente traumática, a separação não parece ter sido um grande problema para Sergio. Não há demonstração de tristeza ou de pesar, pelo contrário, sua atenção logo se volta para Valeria (Dolores Solá) – uma cantora de tango a quem Duke chama pelo apelido de “jamona”³⁰ – ex-namorada de três dos amigos e a quem ele e Marcos ainda desejam claramente. Depois de anos, o reencontro marcado por Sebastián (Juan Minujín), carinhosamente chamado de Sebas entre os amigos, faz reacender velhas – ainda que sutis – disputas entre Marcos e Sergio, as quais são percebidas ao longo do filme pela forma que cada um reage quando o outro está em contato mais direto com ela, seja através do beijo de saudação, seja de um comentário dela que remeta ao passado em comum, seja, ainda, quando ela faz referência a Sebas. Esse jogo de sedução com ares de triângulo amoroso será constante na película e a relação anterior de Sergio, finalizada de maneira brusca, revela-se sem nenhuma importância na trama.

Outro aspecto que nos leva a pensar a questão das masculinidades por um ângulo diferente é a história de Sebastián, o amigo *yuppie*, que conhecemos quase tão somente pelo recurso *flashback*, através do qual as relações passadas do grupo são reveladas. Isto porque, no momento do reencontro que colocaria frente a frente, depois de anos, Valeria e seus três amigos ex-namorados, eles ficam sabendo que o *yuppie* não virá porque acabara de cometer suicídio. Sebas não frequentava mais os costumeiros encontros no bar de Duke porque, como o próprio apelido sugere, havia se transformado em alto executivo, função que lhe absorvia muito tempo. Num momento de suposta dificuldade financeira de sua empresa, o jovem comete suicídio deixando todos atônitos, inclusive sua mãe, para quem havia confessado estar apaixonado.

Essa confissão, aparentemente sem nenhuma razão de ser, já que os amigos sabiam que ele não costumava falar de seus sentimentos para a mãe, deixa no ar algumas questões. Estaria ele realmente apaixonado? O que levaria um homem apaixonado ao suicídio? Tratava-se uma paixão não correspondida? A simples falência da empresa seria motivo suficiente para atitude tão drástica? Essas questões ficam no ar, ainda que a sequência na qual Sergio fala do telefonema de Sebastián marcando o encontro seja antecedida de outra, na qual uma notícia na TV instalada no Bar Garllington chama momentaneamente sua atenção: uma nova queda nas bolsas de valores europeias teve “efeito *paella*”, gerando alarme e perda nas bolsas de valores no Brasil e Argentina. Essa informação seguida da que o *yuppie* reapareceria e, logo na

³⁰ A palavra “jamona” vem de “jamón”, um tipo de presunto muito apreciado na Espanha e países hispânicos. A palavra tem conotação distinta em cada país, mas em geral é usada para referir-se a mulheres acima dos quarenta anos e em geral com formas mais volumosas, ou seja, aquelas tidas como gordinhas para os padrões atuais. Daí a associação com o *jamón* (ver: <http://forum.wordreference.com/threads/jamona-piropo-insulto.176412/>). Por essa razão, a expressão é vista de forma pejorativa na maioria dos países e, ao ser traduzida para o português, usou-se uma velha conhecida palavra do vocabulário masculino brasileiro: “gostosa”.

sequência, a notícia de sua morte, leva-nos a relacionar os dois fatos: o suicídio de Sebastián teria sido motivado pela difícil situação da empresa após a queda da bolsa. A indagação, entretanto, prossegue na película, levando-nos a crer que havia algo escuso por trás do fato dele estar apaixonado. Teria se apaixonado, por acaso, por outro homem e não o quis assumir publicamente, especialmente ante sua mãe, amigos e Valeria, sua ex-namorada? O diretor não dá qualquer pista nesse sentido, além do fato de deixar a inquietação tomando conta de vários personagens.

Tomemos, por enquanto, o fato mais concreto, a falência da empresa. Sebastián encarna a representação do que se poderia chamar de masculinidade hegemônica (CONNELL, 2013), pelo menos no que seria conhecido de sua vida, tanto por parte de seus amigos como da mãe. Branco, heterossexual, bem sucedido financeiramente e entre as mulheres – de acordo com Valeria, saía com ela e outras ao mesmo tempo –, estava, portanto, no topo da hierarquia das masculinidades. A perda repentina de seu *status* financeiro representaria uma perda de poder que macularia sua própria percepção de si e o conduziria a uma situação que provavelmente consideraria humilhante ante os amigos e a sociedade, fato que guarda relação com as estruturas simbólicas construídas por determinados grupos sociais. O afastamento dos amigos no momento em que passa a ser um alto executivo e a coincidência do telefonema marcando encontro no mesmo dia do colapso financeiro que o abalou, contribuem para a interpretação da morte por razões de perda de poder, fator que figura entre as causas de suicídio masculino.

A morte de Sebas é razão para que os amigos tenham mais contato entre si e assim se revelem mais ao telespectador. Marcos e Sergio passam a compartilhar mais momentos com Valeria, seja para jogar as cinzas de Sebas no lago do parque da cidade – conforme pedido em carta-testamento –, seja para tentar entender e digerir juntos a morte do amigo. Essa aproximação faz com que os dois estabeleçam uma disputa, inicialmente velada, depois mais clara, pelo amor da “jamona”. E este é, sem dúvida, um momento de maior exposição, onde os sentimentos são menos camuflados.

É Marcos quem expressa de forma mais explícita a mescla de sentimentos que lhe afloram com a retomada do contato com Valeria. Em uma atitude de quase desespero vai ao apartamento de Sergio para falar sobre o que pensa que ela está fazendo com os dois. Usando adjetivos como “puta” para se referir à amiga, afirma que ela irá “foder a vida deles”, já que apenas jogava com ambos. Diante da reação contrária de Sergio, Marcos alega que somente agiu dessa maneira para forçá-lo a perceber que ainda a queria e deveria decidir de uma vez ficar com ela, de modo que ele pudesse esquecê-la. Essa sequência mais uma vez revela a forma como homens que se enquadram no padrão de masculinidade tradicional reagem frente a uma

atitude feminina fora do que consideram adequado ao comportamento das mulheres. Para Marcos, que parece sofrer de certo complexo de inferioridade em relação aos outros dois ex-namorados da moça (“estou em promoção”, diz ele em determinado momento de uma conversa entre os três em que se sentiu pouco desejado por ela), Valeria se insinuava para os dois (ele e Sergiio) de maneira a causar dúvida acerca de suas reais intenções. Sai da conversa com a sensação de dever cumprido.

Além da trama principal, há duas outras paralelas. Uma delas é a de Esther (Viviana Saccone), uma mulher também de meia idade, que costuma se relacionar com homens de perfil “complexo”, como ela mesma admite em pensamentos após ser agredida pelo namorado com um soco, dentro do bar de Duke. A história de Esther não parece ter outra razão de ser na trama que não seja mostrar que os companheiros de bar, apesar de expressarem machismo com seus comentários acerca das mulheres, não chegam ao extremo de ser violentos como o sujeito que a agrediu, pelo contrário podem até ser protetores, como Duke, que parte para atacar o homem assim que este a agride e logo se mostra um cavalheiro com ela. A outra história, do vendedor de flores que se apaixona pela mendiga, tem caráter mais anedótico, não acrescentando muito à narrativa como elemento de análise neste trabalho.

Cidade dos homens: a paternidade em questão

Tema de enorme relevância, já que uma parcela significativa da população infantil das áreas mais pobres de grandes e pequenos centros urbanos brasileiros tem em seus registros de nascimento paternidade desconhecida³¹, o filme trata com sensibilidade as histórias de Laranjinha (Darlan Cunha) e Acerola (Douglas Silva), o primeiro em busca do seu próprio pai e o segundo, também filho de pai desconhecido, tentando aprender a exercer a paternidade.

Alguns estudos sobre a paternidade mostram a importância dessa dimensão social na vida dos homens, tanto para os pais, que têm a sua masculinidade afirmada ou reafirmada através dela (COSTA, 2002), quanto para os filhos que, para o bem e para o mal, veem na figura paterna uma referência no processo de desenvolvimento de sua própria masculinidade (CORNEAU, 1995)³².

³¹ Em entrevista concedida à Revista do Cinema Brasileiro, TV Brasil, os diretores Paulo Morelli e Fernando Meirelles justificam a escolha da abordagem pelo fato de terem constatado, desde as filmagens da série, um grande número de famílias compostas apenas de mulheres (sobretudo mães e avós) e os filhos. Segundo eles, essa é, inclusive, a história da maioria do elenco. < <https://www.youtube.com/watch?v=XqN0Jle4Pg8>>. Última visita em 19.06.2018.

³² É importante ressaltar que o ensaio “Paternidade e masculinidade”, de Guy Corneau, escrito desde um ponto de vista da psicanálise e publicado em 1995, contém algumas afirmações que são bastante problemáticas hoje, considerando os avanços nos estudos de gênero.

Numa sequência angustiante no início do filme, Acerola – que está encarregado por Cris (Camila Monteiro) de cuidar do filho Clayton (Vinícius Oliveira) enquanto ela sai pra trabalhar –, tomado pela curiosidade de saber o que está movimentando uma das descidas do Morro da Sinuca, pega o menino no colo e segue até a praia. A forma como leva a criança de aproximadamente um ano e meio já gera absoluto desconforto no espectador. De carona numa moto com o amigo Laranjinha, o menino é levado no braço do pai, sem qualquer tipo de segurança ou proteção. Na praia ocupada pelos homens que fazem a segurança do traficante Madrugação (Jonathan Haagensen), para que ele tome banho de mar, Acerola se distrai conversando com Laranjinha enquanto o filho Clayton se aproxima de outros rapazes do morro, conhecidos do pai.

A distração de Acerola chega ao ponto dele voltar para casa sem a criança, que anda chorando por algum tempo sozinha até ser encontrada por Madrugação que a pega nos braços. O chefe do tráfico, o pai de todos no morro, assume temporariamente a “paternidade” do menino enquanto caminha em direção a seus homens da segurança. No grupo, o garoto passa de mãos em mãos, como num jogo em que é necessário livrar-se o mais rápido possível da bola, talvez porque ninguém se veja fazendo o papel de pai. Em meio a esse balé sinistro a criança chora desesperada até que Tina (Kamilla Rodrigues), uma das meninas do tráfico, a namorada de Madrugação, toma-o nos braços e tenta acalmá-lo. Essa cena, além de impactante, é muito significativa de como foram construídos os papéis de gênero na sociedade brasileira. Nenhum dos homens tem uma postura que seja própria de um pai diante do desespero do filho, não demonstra qualquer sensibilidade para com a criança. Não há nenhuma atitude de empatia com situação do menino. É uma mulher que se sensibiliza. Eles, diferentemente de Tina, não brincaram de boneca, somente de futebol...

No plano seguinte, em que todos já voltaram para o morro depois do banho de mar, cena semelhante se repete. Os rapazes seguem com a criança – porque o pai ainda não a encontrou –, e agora jogam futebol e a utilizam como um mero instrumento na brincadeira, um pé a mais para chutar a bola, enquanto ela continua chorando, desesperada. Mais uma vez é Tina que se sensibiliza com a situação, toma o garoto nos braços, procura acalmá-lo e o entrega ao avô materno.

Essas duas sequências têm uma carga dramática e um simbolismo muito fortes. A reflexão que Acerola faz, após encontrar o filho e ser “enquadrado” por Cris, é interessante. Em conversa com Laranjinha, constata sua aparente incapacidade de exercer o papel e expõe a intenção de “dar um tempo” com a mãe de seu filho. Demonstrando maior maturidade, o amigo faz o contraponto, chamando a atenção para o fato dele estar pensando em deixar seu filho

passar pela mesma situação que eles, ou seja, crescer somente com a mãe. “Pra que serve ter pai?”, pergunta-se Acerola após uma pequena pausa. Ele, que não conviveu com o seu, sempre “se virou” sozinho, não aprendeu o significado da paternidade, não sabe para que serve “esse bagulho de pai”. De maneira quase didática, Laranjinha pondera as vantagens de se ter um, fazendo o amigo mudar de ideia. Ele próprio empreende, ajudado por Acerola, uma busca incessante pelo pai, cuja identidade lhe foi negada desde sempre pela mãe e avó.

Esse diálogo entre os dois enfatiza o fato de que muitas das mulheres residentes no morro criam seus filhos sozinhas ou com a ajuda de outras mulheres, seja porque os pais foram mortos como consequência do tráfico e outras formas de violência, seja porque simplesmente as abandonaram por razões variadas. As mães são vistas por eles como as maiores responsáveis, senão únicas, pelo cuidado dos filhos. Tanto que Acerola entra em profundo conflito quando Cris o comunica que pretende deixar Clayton sob sua responsabilidade e ir trabalhar em São Paulo durante um ano. Pra ele, ao fazer isso, ela estaria abandonando o filho. Mas essa ideia não lhe passa pela cabeça quando diz estar pensando em dar um tempo com a mãe da criança, em cair fora. Para ele, filho é, antes de tudo, obrigação da mãe. Essas noções estão incorporadas ao universo masculino do qual ele faz parte constituindo-se, de certa maneira, elemento da cultura local.

Essa ideia faz parte do imaginário masculino brasileiro, mas também do feminino. Imaginário que é alimentado desde cedo pela escolha dos brinquedos infantis, pela divisão de tarefas, pela escola, igreja e tantas outras instituições sociais (TEJEDOR, 2003; LOURO, 2008). Daí a importância de se debater os papéis de gênero em escolas, na família, na mídia, em toda parte. A necessidade de desnaturalizar essas construções culturais que estão na base das relações de gênero e, portanto, de poder (SCOTT, 1995).

Aproximações entre os filmes

Tanto no primeiro como no segundo filme, as histórias são contadas desde a perspectiva masculina. São os homens do Garllington Bar que contam suas histórias, inclusive a narrativa sobre os relacionamentos dos três amigos com Valeria é construída a partir deles. Somente em um nível secundário sabemos o que pensam Valeria – sobre quem já temos uma ideia (de)formada quando esta fala de sua relação com os rapazes – assim como de Cris, com quem Acerola tem um filho.

Quando Valeria comenta que viu a ex-esposa de Sergio na rua, ele se limita a perguntar se estava sozinha, ratificando a ideia de que, caso ninguém tenha tomado conhecimento do fato, sua honra está mantida, ou seja, a ideia da mulher como guardiã da honra masculina (ARAÚJO,

2016). Como foi dito anteriormente, contar suas histórias de modo a suprimir traços de suposta fragilidade é essencial para manter a masculinidade intacta. Ao ser perguntado como ela está, ele simplesmente responde “cambiada”, resposta que merece de Marcos comentários irônicos. Reprimindo Marcos em solidariedade a Sergio, Duke afirma: “ela estava maluca, mas era a mulher”. Mas essa adjetivação negativa da mulher é uma forma de positivar a masculinidade, pois conforme Scott (1995), a informação sobre um implica necessariamente o outro.

A observação de Valeria, no entanto, toma todos de surpresa: “Estava maluca, a Diana? Sabe o que eu penso? Que quando uma menina está morta por vocês, é a mulher da sua vida. Agora, quando lhes dá o fora, resulta que está maluca. Não é assim, Duke? Me assusta. As coisas são um pouquinho mais complicadas”. Os três ficam absolutamente desconcertados, entreolhando-se desconfiados e a cena termina com Marcos, o mais descontraído de todos, fazendo o gesto, também nosso velho conhecido, de bater com a palma de uma mão aberta sobre o indicador e polegar da outra fechada.

Essa cena é muito significativa por duas questões: primeiro porque, embora a narrativa se inicie numa estrutura mais tradicional do ponto de vista das abordagens de gênero, ou seja, a partir da perspectiva masculina, ela acaba tendo um giro com o questionamento de uma personagem feminina acerca dessa representação. Segundo, pela reação do grupo de homens à fala da amiga. É como se, de repente, algo que Valeria via como absolutamente esdrúxulo e anacrônico ainda fosse muito “natural” para todos eles, deixando transparecer um descompasso entre a leitura de mundo, pelas óticas masculina e feminina, dentro de um grupo que se apresenta como muito próximo entre si, tanto em termos geracionais, como de quaisquer outros marcadores sociais.

Até então, a narrativa masculina havia sido única, tanto acerca de Valeria como de Diana. Da primeira, sabemos por eles que é a ex-namorada de três amigos, a que joga com os sentimentos deles, mas ao mesmo tempo é “a imprescindível”. É somente aos poucos que vamos conhecendo o passado de Valeria sob seu próprio ponto de vista. Em relação a Diana, só sabemos que foi encontrada na cama com outro (cena inicial) e que “está maluca”, conforme interpretação de Duke. E esta é a única representação que temos dela.

Também no filme brasileiro são os homens que constroem a narrativa. Afinal, esta, como o próprio nome indica, é uma cidade de homens. É pelos dois rapazes que temos as poucas informações sobre participação de Tina no tráfico e que conhecemos Camila (Naima Silva) como a irmã de um ciumento membro do grupo liderado por Madrugação. É através da ótica de Acerola que fazemos a leitura sobre a ida de Cris para São Paulo, e percebemos como seu

discurso a mostra como uma mãe desnaturada, que abandona o filho, embora ela também dê a sua versão da história.

Apesar das diferenças no gênero cinematográfico, podemos perceber pontos convergentes no que se refere às representações das masculinidades em ambas as obras. *Cidade em fogo*, em que pese o tom de comédia presente nos diálogos e na própria linguagem cinematográfica, é um desfile de pérolas machistas. Mesmo que Sergio não tenha defendido sua honra com a faca que empunhou quando ouviu os gemidos vindos do quarto, e não tenha disputado com Marcos o amor de Valeria através de um duelo, ainda assim se percebe ao longo de todo o filme, através de diversas falas, especialmente de Marcos, uma forte presença do que se convencionou chamar de masculinidade tradicional. Por trás da busca do amor (sublimado) estão as experiências carnavais nas quais se notam as construções sociais das masculinidades onde imperam os discursos machistas.

Em *Cidade dos homens*, embora não haja uma frequência de discursos considerados politicamente inadequados do ponto de vista das relações de gênero, há diversas sequências nas quais é possível perceber quais representações de masculinidades estão postas em cena. Neste filme, as relações de poder estabelecidas entre os próprios homens que disputam a liderança do tráfico dão o tom das representações. Aqui, as masculinidades são melhor percebidas no processo de hierarquização estabelecido entre eles que na relação com as mulheres (VALE DE ALMEIDA, 1996), mesmo porque os personagens femininos são todos secundários, inclusive por conta do tema central, a paternidade.

Podemos pensar aqui na paternidade no sentido familiar, pessoal, mas também no sentido social, coletivo (CORNEAU, 1995). Em *Cidade de Deus*, essas duas faces podem ser observadas nos personagens Laranjinha e Acerola, cada em sua busca interior pelo sentido da paternidade biológica, mas em certo sentido, a presença e quase onipotência demonstrada por Madrugadão, o chefe do tráfico, é a consciência da existência de um pai social pronto a “adotar” como filho qualquer um que disponha a assumi-lo como “pai”. Já em *Cidade em fogo*, esse pai social é incorporado por Duke que, além de ser mais velho que os demais, representa, em diversos momentos do filme, essa referência masculina na vida de Sergio e Marcos. De forma mais clara, a postura paternal de Duke pode ser percebida quando Marcos conta sua aventura com Inés (Nuria Gago) e ele parece reviver suas próprias experiências sexuais através de Marcos.

Provavelmente, a maior diferença entre os dois filmes resida nos tipos étnicos e sociais representados. O filme argentino tem como personagens centrais homens brancos, heterossexuais, não assalariados, com nível de escolaridade elevado, pertencentes ao que

possivelmente se pode considerar classe média, ou mesmo média baixa, de Buenos Aires. Suas vidas são relativamente tranquilas e o cotidiano gira em torno do trabalho e da diversão no bar. Suas preocupações mais urgentes são os relacionamentos afetivos. A obra brasileira, por outro lado, está focada em homens negros, pobres (ainda que heterossexuais³³), com baixo nível de escolaridade, residentes nas áreas periféricas do Rio de Janeiro, cuja ocupação principal é o tráfico ou a luta para não entrar nele. Além dessas diferenças significativas, é possível observar também que em *Cidade em fogo* não há uma hierarquia muito clara das masculinidades³⁴, ao passo que, em *Cidade dos homens*, a hierarquização entre as masculinidades representadas pelos chefes do tráfico e a dos demais homens é muito visível, tornando os primeiros, por todo o poder que representam, desejáveis para as garotas e “modelos” a ser seguidos por outros homens do morro.

Em ambos os filmes, as cidades são personagens à parte. Em *Cidade dos homens*, o Rio de Janeiro aparece como um lugar extremamente violento, perigoso, segregador, armado... as tomadas buscam mostrar os contrastes sociais e mesmo o plano da praia é mais fechado de modo a não favorecer a geografia privilegiada da cidade. É uma cidade virilizada, masculinizada. Já em *Cidade em fogo*, embora Buenos Aires esteja pouco presente, porque a maior parte das cenas se passa no Gallington Bar, prevalecem os planos de ruas mais tranquilas, quase provincianas, alternando-se com algumas cenas de avenidas movimentadas. Uma cidade meio andrógina, cuja essência Sergio quer descobrir. “Qual é o sexo de Buenos Aires? O Obelisco ou o ‘talho’ da 09 de Julho?”, pergunta. “A cidade de Buenos Aires é uma menina”, conclui Duke. Enquanto a representação do Rio de Janeiro se assemelha mais a um jovem enérgico, violento, esta última é vista/mostrada como uma menina. Uma menina no cio, conforme sugere o título original da película.

É possível considerar, portanto, que as representações de masculinidades em ambos os filmes preservam ranços de uma cultura machista, entretanto, no filme argentino, através da personagem Valeria, é possível perceber sutis elementos de mudança nas representações de gênero.

³³ A observação aqui tem o objetivo único de recordar que na hierarquia das masculinidades, os homens negros, pobres, homossexuais ou transexuais ocupam a posição mais inferior.

³⁴ A exceção de Sebas, personagem que, como foi mencionado anteriormente, só está presente no filme através de cenas em *flashback*.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo: uma história do gênero masculino** (Nordeste 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

_____. “Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças”. Conferência apresentada no **I Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais**. UFPB: João Pessoa, 2007.

ARAÚJO, Eronildes C. de. **Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor**. Curitiba: Appris, 2016.

CONNEL, R. W., MESSERSCHMIDT, J.W. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, em **Rev. Estud. Fem.**, vol.21, n.01, 2013, pp. 241-282. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2013000100014/24650>> (Último acesso em 19/06/2018)

CORNEAU, Guy. “Paternidade e masculinidade”. In: NOLASCO, Sócrates (org). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LOURO, Guacira L. “Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas”. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago., 2008.

NOLASCO, Sócrates. “A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise do gênero” In: _____ (org). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2004.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

TEJEDOR, Alberto Del Campo. “Cuestión de pelotas. Hacerse hombre, hacerse el hombre en el fútbol”, In: DEL RÍO, José María Valcuende y LÓPEZ, Juan Blanco (editores). **Hombres: la construcción cultural de las masculinidades**. Madrid: Talasa Ediciones S.L., 2003.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. “Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal”. **Anuário Antropológico**, 95: 161-190, 1996.

HISTÓRIA DAS MULHERES NO FUTEBOL: NOTAS ACERCA DOS 20 ANOS DO E.C.PELOTAS/PHOENIX

*HISTORY OF WOMEN IN FOOTBALL: NOTES ABOUT THE 20 YEARS OF
E.C.PELOTAS/PHOENIX*

Juliano Oliveira Pizarro

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC
jopizarro@hotmail.com*

Carmen Silvia de Moraes Rial

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e no Doutorado Interdisciplinar
em Ciências Humanas/UFSC
rial@cfh.ufsc.br*

RESUMO

A presente pesquisa busca, a partir de uma análise histórica do futebol feminino pelotense, identificar as características do trabalho do Pelotas/Phoenix, buscando observar avanços e desafios do empoderamento das mulheres no futebol feminino local. Os procedimentos metodológicos que norteiam a presente pesquisa são de caráter exploratório-descritivo, estudando-se o caso da equipe com uma abordagem qualitativa. O trabalho possui três objetivos, primeiramente abordará os aspectos históricos do futebol feminino na cidade de Pelotas. Após isso, se fará um estudo de caso da equipe feminina do Pelotas/Phoenix. E, a partir de então, se fará uma análise dos avanços e desafios do futebol feminino local.

Palavras-chave: História. Mulheres. Futebol. Pelotas/Phoenix.

ABSTRACT

This research is based on a historical analysis of Pelotas women's football, identifies characteristics of Pelotas/Phoenix's work, searching the advances and challenges of women's empowerment in local women's football. The methodological procedures that guide the present research are of exploratory-descriptive character, studying the case of the team with a qualitative approach. The research has three objectives, first to address the history of women's football in the city of Pelotas. After that, a case study will be done on the Pelotas/Phoenix women's team. And, from then on, an analysis of the advances and challenges of the local women's football will be made.

Keywords: History. Women. Football. Pelotas/Phoenix.

Introdução

O futebol é, além de um esporte, um fenômeno social capaz de integrar pessoas de diversas origens sociais, culturais, étnicas, religiosas, identitárias, sejam praticantes ou espectadores. Atualmente, o futebol é um dos esportes mais populares no mundo, pois consegue abranger diferentes povos, países e nações, sendo praticado no campo de grama, de salão, de areia, *society* ou de terra, muitas vezes, desde o praticado profissionalmente até aquele jogado por crianças nas horas de lazer.

Inicialmente, o futebol era uma prática de lazer restrito à elite. Todavia, já na década de 1920 e principalmente a partir de 1930, com a implementação do profissionalismo, o futebol brasileiro tornou-se uma prática popular e menos racista (RIGO apud COSTA, 2016, p. 380). Diante disso, além de seu potencial socializador, o futebol tem capacidade de expressar determinada cultura predominante em diversas sociedades ou grupos sociais.

A inserção feminina na prática esportiva em todo o mundo teve de romper com muitas barreiras, pois o esporte no molde ocidental foi criado pelo o homem e para o homem (BATISTA, DEVIDE, 2009). A equipe do Esporte Clube Pelotas/Phoenix se caracteriza como um movimento de resistência no sul do Brasil, com um trabalho com mais de 20 anos e é uma referência no país quando se trata da modalidade.

A presente pesquisa busca, a partir de uma análise histórica do futebol feminino pelotense, identificar as características do trabalho do Pelotas/Phoenix, buscando observar avanços e desafios do empoderamento das mulheres no futebol feminino local. A justificativa do tema reside nas questões de gênero no futebol, tendo em vista que existem poucos estudos acadêmicos que abordam a temática como objeto de pesquisa no Brasil, principalmente estudos feitos a partir da perspectiva das ciências sociais e humanas.

A metodologia utilizada para a pesquisa se baseia em fontes bibliográficas, documentais, sites e pesquisas acadêmicas publicadas, além de uma entrevista estruturada feita com Marcos Planeta, coordenador técnico do Pelotas/Phoenix. Os procedimentos metodológicos que norteiam a presente pesquisa são de caráter exploratório-descritivo, estudando-se o caso da equipe do Pelotas/Phoenix com uma abordagem qualitativa.

O trabalho possui três objetivos, primeiramente abordará os aspectos históricos do futebol feminino na cidade de Pelotas-RS. Após isso, se fará um estudo de caso da equipe feminina do Esporte Clube Pelotas/Phoenix. E, a partir de então, se fará uma análise dos avanços e desafios do futebol feminino local.

Aspectos históricos das mulheres no futebol Pelotense

A prática do futebol feminino não é um acontecimento recente. Em diversos países ela é praticamente contemporânea ao futebol masculino (GIULIANOTTI, 2002). No Brasil, tem-se registros em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro nos anos de 1930. Apesar disso, dentro da historiografia do futebol são raros os estudos que tratam especificamente do futebol feminino.

A cidade de Pelotas-RS tem uma rica história dentro do futebol moderno. Há vários registros sobre a história das equipes profissionais da cidade. Contudo, há uma lacuna de pesquisas no que tangem a história do futebol feminino, principalmente no início do século passado. A história, muitas vezes, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história (PEDRO, 2005, p. 87).

O trabalho de Rigo (2008) parte justamente dessa lacuna existente e tem como objetivo principal contribuir para a construção das memórias do futebol feminino pelotense e brasileiro. Rigo (et al., 2008, p. 174-175) aponta que:

O recorte espacial da pesquisa situa-se na cidade de Pelotas (RS). Em função da sua localização geográfica (cidade portuária) e de algumas particularidades históricas, ela é uma cidade de forte tradição esportiva. A prática do remo, do turfe e do futebol remonta ao final do século XIX e início do século XX e apresenta uma organização similar ao que essas práticas apresentavam no Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, por exemplo.

Com adesão do público feminino às práticas esportivas, no ano de 1950, Pelotas se torna uma das pioneiras. A cidade se torna palco de uma experiência de organização de duas equipes de futebol feminino. Antes disso, tem-se conhecimento de que a prática do futebol feminino e resumia a exibições esporádicas no município. Um exemplo dessas exibições se encontra no jornal Opinião Pública do dia 14 de janeiro de 1930, quando ele relata que, no dia anterior, “deram entrada no picadeiro dois quadros de Futebol Feminino”, com sentido pejorativo, ridicularizando o evento, sem levar em conta o lado esportivo (RIGO et al., 2008, p. 176).

Porém, na década de 1950, a experiência do futebol feminino foi pautada no lado esportivo e na competitividade, sendo um capítulo importante para a história do futebol feminino pelotense e brasileiro. As equipes pertenciam ao Vila Hilda Futebol Club e ao Corinthians Futebol Club, dois clubes de bairros humildes da cidade de Pelotas, que mantinham também times masculinos e possuíam uma estrutura com sede e campo próprios.

Na sua análise, RIGO (et al., 2008, p. 181-182) versa que:

Após uma série de treinos, jogos e excursões, que se estenderam de maio a novembro de 1950, o futebol feminino no estado mostrava-se em ascensão; além de aumentar o número de equipes (Vila Hilda, Corinthians, Amazonas, Renner e Tiradentes), ele

havia conquistado a simpatia do público e ocupado um espaço significativo na imprensa de Rio Grande, de Pelotas e de Porto Alegre. Porém, foi justamente nesse momento de ascensão do futebol feminino que o CND entrou em cena cobrando que fosse cumprido o decreto-lei em vigor, que proibia a prática desse esporte por mulheres, em todo o país. Em matéria publicada no dia 23 de novembro, o jornal Diário Popular reproduz um trecho da notícia que fora publicada no jornal Folha da Tarde de Porto Alegre comentando, justamente, que “quando maior era a atividade dos clubes femininos em nosso estado, eis que o CND, em nota fornecida hoje, anunciou a proibição de jogos de futebol feminino em todo o país, por achar que o referido não se coaduna com a forma física do ‘belo sexo’” (Jornal Diário Popular, 23 nov. 1950, p. 5). Mais adiante, a mesma matéria denuncia: “foi então que se observou a tristeza e a revolta que ficaram possuídos os responsáveis e as praticantes”. Dona Norma recordou esse episódio intervencionista e lamentou: “quando tava bom, quando a gente estava gostando, terminou” (BRECHANE, 2004).

Essa experiência foi pioneira no futebol feminino local. Ela serve para refletir primeiramente sobre a ainda desconhecida genealogia do futebol feminino brasileiro. Ainda, essa experiência é importante para se observar os embates conjunturais da sociedade – disputas que envolvem relações de gênero e de poder.

Fica claro essa relação na proibição do futebol feminino pelo Conselho Nacional de Desporto – CND na época, o qual proibiu a prática de futebol pelas mulheres no momento em que o esporte estava em ascensão. Ou seja, o que, em um mesmo momento histórico, é permissivo e incentivado para um dos sexos, é proibido para o outro. Nesse sentido, Rigo (et al., 2008, p. 182-183) diz que:

Nesse sentido, é interessante observar que, em um primeiro momento, a iniciativa do Vila Hilda e do Corinthians contou com o apoio considerável da imprensa, dos diretores dos clubes, dos familiares das jogadoras e da sociedade de uma maneira geral, e parecia não preocupar o CND. Afinal, tratava-se apenas de um grupo de meninas, em sua maioria ainda adolescentes, praticando um exótico futebol com sapatos de basquetebol, em dias de “festa social-esportiva”. Nota-se que a intervenção do CND ocorreu em um momento em que o futebol feminino começava a estruturar-se de modo que se constituísse em uma modalidade esportiva de abrangência nacional. Essa intervenção deu-se justamente quando se começou a cogitar a possibilidade dos times locais excursionarem para outros estados ou mesmo para fora do país; quando o Vila Hilda e o Corinthians formavam os seus respectivos departamentos de futebol feminino, compostos apenas por mulheres; e quando as jogadoras começavam a reivindicar o uso de chuteiras.

O futebol feminino passou a ser proibido pelo CND somente quando deu sinais de que poderia estruturar-se. Como uma modalidade esportiva feminina, poderia conquistar mais autonomia e fazer reivindicações que, até aquele momento, eram restritas ao futebol masculino. Diante disso, o CND fez com que a lei fosse cumprida, pois aquelas experiências isoladas passaram a representar uma afronta aos costumes sociais da época, os quais restringiam a mulher apenas ao espaço privado, vigiavam a vestimenta e disciplinavam o seu corpo feminino.

A atitude do CND estava em sintonia com os valores e com a moral da época, tendo em vista padrões e regras arbitrarias que a sociedade estabelecia e que definia comportamentos,

roupas, modos de se relacionar e de se portar (LOURO, 1997, p. 23). No Brasil dos anos de 1950 ainda predominavam os discursos higienistas vigilantes da sexualidade e do corpo da mulher brasileira. Somente no início dos anos de 1970 que vai haver uma redefinição do “lugar social e sobretudo sexual da mulher” (RAGO, 2002, p. 193).

Assim, o feminismo que começou durante a década de 1970 entre vários grupos ligados à luta contra a ditadura no Brasil, levantou questões relacionadas ao corpo e aos direitos sexuais e reprodutivos (Grossi, 1996). Está no cerne deste debate que as feministas ligadas ao campo do esporte tiveram essa grande vitória que foi o fim da proibição da participação das mulheres no futebol (e em outros esportes) no Brasil, com a promulgação da deliberação n.10 de 1979 pelo National Sports Council (RIAL, 2015).

Após as essas experiências, ocorridas nas décadas de 1930 e 1950, a sua retomada foi ocorrer somente no final dos anos de 1980, início dos anos de 1990, concomitante à sua reaparição em quase todo o território nacional. Planela (2017) fala sobre a história do futebol feminino pelotense após esse período:

[...] o cenário naquele momento era de domínio do Progresso, o time de futebol feminino mais forte em Pelotas, jogava futsal e futebol de 7, tinha ainda alguns clubes como Radar, Tricolor, Interlagos (entre Pelotas e Capão do Leão) eram as principais equipes de futebol feminino aqui da cidade, e tinha um projeto de meninas mais novas que jogavam pelo Farmácia Douglas que formaram parceria com o Caixerai. Essa equipe quando o Pelotas foi criado, a maioria das suas atletas formaram a base inicial do Pelotas, junto com as meninas que vinham do Guabiroba FC, time que eu treinava antes do Pelotas, e uma seletiva que nós realizamos e juntamos mais algumas meninas que formamos o grupo inicial com 25, 30 atletas, então era esse o cenário, não havia futebol feminino, tinha um ou outro jogo isolado, mas não tinha nenhuma equipe que jogava regularmente uma temporada, só o futebol de campo, era futsal e futebol de 7, e a principal referência no futebol era o Progresso.

A primeira equipe feminina de futebol após o período de proibição pelo CND em Pelotas foi a do Progresso. Contudo, nessa retomada do futebol feminino, formando um trabalho de base em diversas categorias, surge em Pelotas a equipe do Esporte Clube Pelotas/Phoenix, que após 21 anos de sua fundação, continua em atividade e é referência na modalidade para o país.

Esporte Clube Pelotas Phoenix: 20 anos das Lobas

Já nesse novo contexto, após o período proibitivo do futebol feminino no país pelo CND, em 25 de julho de 1996, por iniciativa de Marcos Planela, foi fundado na cidade de Pelotas, junto ao Esporte Clube Pelotas, a equipe feminina do Pelotas/Phoenix. Essa equipe, formou um grupo inicial de 26 atletas e, desde então, foi a única equipe a disputar todas as edições do Campeonato Gaúcho desde 1997, possuindo também categorias sub17, sub15 e escolinhas para meninas de todas as idades.

O departamento de Futebol Feminino do Esporte Clube Pelotas pode se orgulhar de ter pelo menos uma menina convocada para seleção brasileira para cada ano de atuação nesta modalidade. Foram 21 atletas que já vestiram a camiseta da seleção enquanto defendiam o clube. Além disso, nesses anos de trajetória, são mais de 50 troféus de competições vencidas pelas equipes adulta e pelas categorias de base.

Planela (2017) fala sobre o surgimento da equipe:

[...] eu trabalhava no Guabiroba, Marli Becker jogava no Farmácia Douglas/Caixaeral, nos conhecemos, nos aproximamos e buscamos um espaço maior pra trabalhar com futebol feminino na cidade, resolvemos procurar os clubes profissionais. Iniciamos pelo Pelotas, o Pelotas topou em duas ou três reuniões e 25 de junho de 96 nós criamos o departamento de futebol feminino do Pelotas. Naquela época, durante uma grande parte dos anos, de 96 até 2005 nós jogávamos futebol de 7, futebol society, beach soccer, futebol de campo, para preencher calendário, tornar a equipe conhecida e dar visibilidade ao nosso trabalho. Depois a partir de 2005 o Pelotas voltou seus treinamentos, sua atenção e dedicação ao futebol apenas.

O futebol feminino do Pelotas é hoje uma referência nacional na categoria, tendo conquistado diversos títulos locais e regionais. O grupo de atletas conta com mulheres de diversas cidades do Rio Grande do Sul, reunindo centenas de praticantes da modalidade entre a equipe de competição e as escolinhas. Além disso, diversas atletas do clube - ou que passaram por ele - são convocadas para a seleção brasileira todos os anos.

O clube hoje é a única equipe que possui futebol de campo. Sobre a instituição, no site oficial do Esporte Clube Pelotas (2015) consta que:

Coordenado pelo competente e dedicado Marcos Planela Barbosa, o especialista em futebol feminino é o fundador do projeto e seu trabalho tem reconhecimento na Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O projeto Pelotas/Phoenix é uma referência nacional na categoria, tendo conquistado diversos títulos locais e regionais. O grupo de atletas conta com meninas e mulheres de diversas cidades do Rio Grande do Sul e reunindo centenas de praticantes da modalidade entre a equipe de competição e a escolinha. Como resultado, diversas atletas do Pelotas são convocadas para a Seleção Brasileira todos os anos. Entre tantas convocações, destaque para 2008, quando a atleta Duda Moreira foi convocada para o 1º Mundial de Futebol sub-17, na Nova Zelândia e para Andressinha que a imprensa já trata com uma possível substituta para craque Martha. Entre os títulos conquistados na categoria feminina destacam-se o Bicampeonato de Futsal; Pentacampeonato Citadino de Beach Soccer; Campeonato Gaúcho de Beach Soccer e finalmente o Campeonato Gaúcho de Futebol Feminino, conquistado no ano do centenário do clube (2008). Destaca-se também a participação do Pelotas nas edições de 2008 e 2009 da Copa do Brasil de Futebol Feminino. Em março de 2009, graças ao sucesso alcançado como coordenador do Departamento Feminino do clube, Marcos Planela foi convidado pela CBF para assumir o cargo de auxiliar técnico da categoria sub-17 de Futebol Feminino da Seleção Brasileira. Nos orgulhamos muito da Andressinha Machry que contribui muito com o nosso futebol feminino em reconhecimento à contribuição que o Esporte Clube Pelotas teve na sua carreira sendo hoje uma das destaques do futebol feminino brasileiro.

O projeto Pelotas/Phoenix teve vinte e uma atletas convocadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para vestir a camisa da Seleção Brasileira (categorias adulta, sub-

20, sub-17 e sub-15). Em 2008, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) selecionou vinte e duas atletas para representar o país no 1º Mundial de Futebol sub-17, na Nova Zelândia. O clube teve como sua representante a atleta Duda Moreira.

Entre os títulos conquistados na categoria feminina destacam-se o Bicampeonato de Futsal; Pentacampeonato Citadino de Beach Soccer; Campeonato Gaúcho de Beach Soccer, Campeonato Gaúcho Sub-15 e finalmente o Campeonato Gaúcho de Futebol, conquistado no ano do centenário do clube (2008). Destaca-se também a participação do Pelotas nas edições de 2008 e 2009 da Copa do Brasil de Futebol Feminino (LOBAS, 2017).

Dentro de todas as dificuldades do futebol feminino no país e o pouco apoio, a mídia local faz uma cobertura interessante acerca do trabalho da equipe feminina do Pelotas (EM PAUTA, 2016):

E nestas duas décadas o sucesso têm balizado a imensa maioria das ações desenvolvidas por este departamento, que várias vezes conseguiu levar o nome da instituição áureo-cerúlea mais longe que o similar masculino. (...) Outro destaque do trabalho desenvolvido pelo departamento de futebol feminino do Pelotas é a revelação de talentos que abastecem as mais diversas categorias do selecionado nacional, mais de vinte Lobas já vestiram a camiseta “canarinho”. Dentre estas cabe citar Duda Moreira, que jogou o primeiro mundial sub-17, realizado em 2008, na Nova Zelândia. Atualmente, Andressa Macri, a Andressinha, considerada por muitos como a sucessora da supercraque Martha, foi convocada pela primeira vez quando vestia o manto áureo-cerúleo. Outra figura de ponta que faz parte do plantel das Lobas neste momento é Stefany Krebs, melhor jogadora do mundo de futsal para surdos e titular da seleção brasileira desta categoria.

Assim, o departamento de futebol feminino do Lobo destaca-se pelo seu papel pioneiro na região sul do nosso estado, pelo celeiro de revelação de craques e pelo trabalho de inclusão social personificado pela atuação da atleta Stefany. Graças ao sucesso alcançado como coordenador do Departamento Feminino do clube, Marcos Planela foi convidado pela CBF, em março de 2009, para assumir o cargo de auxiliar técnico da categoria sub-17 de Futebol Feminino da Seleção Brasileira.

Porém, as maiores conquistas da equipe feminina do Pelotas/Phoenix não residem apenas nos resultados de campo, mas também na formação pessoal das atletas, assim como versa Planela (2017):

Eu fui auxiliar técnico da seleção brasileira em 2009, e considero sempre uma grande conquista esse viés de trabalho que a gente tem sempre preocupado com a formação cidadã, acadêmica e escolar das meninas, nós sempre tivemos parceiros que nos deram a condição de investir nisso com as meninas, com bolsa de estudos em supletivos, depois EJA, preparatórios pré-vestibular, pré-Enem, inglês, informática, tivemos várias meninas que concluíram o ensino médio com bolsas nossas que entraram para a universidade também, isso sempre foi um pilar de sustentação do nosso trabalho. A atleta só entra para a equipe do Pelotas se estiver estudando, ou se tiver o ensino médio completo. Se for menos de 18 anos, a gente tem um acompanhamento periódico da performance, do desempenho escolar dela. É uma das metas em cada temporada

nossa, além de títulos, conquistas, convocações, mantermos acima de 90% a média de aproveitamento das nossas meninas passando na escola, independente do ano, da série que elas estejam, se a menina está no primeiro ano da faculdade ou na sétima, oitava, nona série do fundamental, eu considero isso uma grande conquista nossa. Isso acabou sendo um facilitador nesse outro momento que estamos vivendo, de parceira com a Go Usa, está possibilitando a ida de atletas nossas para os Estados Unidos. Já temos duas lá, que foram recentemente, a Julia Oliveira (a central) IOWA, e a Debora Maciel para a Tyler Junior College no Texas. Esperamos que agora na sequência a gente possa seguir oportunizando esse tipo de chance para as nossas atletas. As atletas que alinhem bom comportamento, bom desempenho escolar e potencial técnico.

Com todas as dificuldades da modalidade no país, o projeto Pelotas/Phoenix continua a ser um projeto desportivo, político e social. Quebrando barreiras e superando limites, as chamadas “Lobas” continuam trilhando um caminho de conquistas dentro e fora das quatro linhas.

Do preconceito ao empoderamento: avanços e desafios

O preconceito relativo ao futebol feminino é fruto do processo de inserção das mulheres em um contexto esportivo que, historicamente, possuía o protagonismo masculino. Isso contribui para a construção de estereótipos relacionados à identidade sexual e de gênero das atletas. Franzini (2005, p. 316) afirma que desde a sua origem o futebol é destinado aos homens, que a sociedade brasileira é sexista, tornando a prática do futebol feminino alvo de discursos machistas.

Um dos mais corriqueiros diz respeito a rotulação de atletas como sendo lésbicas por praticarem futebol, o que levanta o debate sobre a masculinização das atletas que praticam a modalidade. Essa visão se estabelece por uma definição dual sobre gêneros, que considera características como sendo femininas ou masculinas, atribuindo uma conotação às identidades (GOELNNER, 2006, p.3).

Em relação aos preconceitos do futebol feminino, Rigo (et al., 2008, p.185) versa que:

Apesar de o futebol feminino brasileiro ter deixado de ser alvo de interdição, sua consolidação continua sendo um desafio. Boa parte da discriminação e dos preconceitos que ele continua enfrentando, certamente, tem a ver com os 30 anos de proibição e de desqualificação que ajudaram a construir uma moral sexista alicerçada no discurso de que mulher não combina com futebol. Um fator que talvez possa estar relacionado com os conflitos referentes aos preconceitos, para incentivar ou não a prática do futebol feminino, refere-se às qualidades futebolísticas apresentadas pelas jogadoras. Com frequência, elas são tachadas de ruins. Assim, elas têm que mostrar que sabem jogar futebol para alcançarem reconhecimento de parte dos garotos.

Relativo às questões de gênero no futebol, há também a criação do mito do sexo frágil o qual é, ainda hoje, determinante para reprodução de condutas sexistas que discriminam a participação feminina em certos âmbitos sociais (MARTIN, 2006, p.12). De acordo com Goellner (2005, p. 145), uma das desconfiâncias relativa à presença da mulher no futebol está

culturalmente associada ao receio de vulgarização do corpo feminino das atletas, de torná-lo “masculinizado” em razão do esforço físico intenso.

Esse olhar sobre a perspectiva de gênero, de acordo com Joan Scott (1995, p. 86), rompe com a noção de que exista um único jeito masculino ou feminino de ser. A masculinização das mulheres pelo futebol, então, representa admitir ser o futebol um esporte masculino. Diante disso, o futebol não pode masculinizar, mas sim reforçar sua feminilização.

Planela (2017) vê que o preconceito vem diminuindo gradativamente ao longo dos anos, enxerga que há uma maior aceitação da participação da mulher como atleta. Afirma que ainda há um ou outro foco conservador de alguns clubes, alguns setores da imprensa, mas entende que vem diminuindo significativamente esse preconceito. Diz ainda que as meninas com seu talento, sua dedicação, vem conseguindo superar essa barreira. Já em relação ao protagonismo das mulheres na comissão técnica, diz que é importante ter mais mulheres nos cargos. Fala sobre a ex-treinadora da seleção brasileira Emily Lima, mas ressalta a importância da preparação das mulheres para assumir esses cargos, pois há a possibilidade de reforçar o preconceito caso não haja a devida preparação. Além disso, fala sobre os desafios da modalidade:

Os desafios ainda são muitos, creio que a modalidade ainda se encontra bastante desorganizada no Brasil. A CBF se preocupa apenas com seleções e competições, ok, até porque isso que é o papel dela no masculino, onde ela ganha muito dinheiro. Feminino ainda não é o caso. Aí fica um jogo de empurra, o COB, CBF, Ministério do Esporte, nenhuma dessas entidades construiu um plano nacional de desenvolvimento para a modalidade. Claro, nós não temos política de estado para o esporte no Brasil. Dentro desse cenário, o futebol feminino, que é uma modalidade mais recentes, apresenta várias dificuldades, vários problemas em relação a organização. Não há direito trabalhista nenhum para as atletas, há pouca visibilidade ainda, matérias em redes nacionais são esporádicas, não se pensou um projeto para as categorias de base para do futebol feminino do Brasil.

Costa (2016, p. 383, 384) realizou entrevistas com atletas e ex-atletas da equipe feminina do Pelotas/Phoenix, nas quais se observa que há apoio por parte de seus familiares, servindo como estímulo para que elas continuem praticando a modalidade. Contudo, fora do âmbito familiar, persistem resquícios de preconceito em razão do gênero no futebol:

“Menina quando escolhe ser jogadora ou etc. de coisas que homens praticam, normalmente sofrem preconceitos e muitas pessoas falavam pra minha mãe, que como eu brincava no meio dos meninos eu iria aparecer grávida, e minha mãe sempre incentivou dizendo que preconceito eu iria sofrer vários, mas era pra mim seguir em frente que ela iria me apoiar[...]” (Entrevista: Corrêa, 2014). Além dessas concepções retrógradas e arcaicas que ainda existem entre indivíduos isolados em espaços institucionais, como as escolas, que deveriam primar por seus lugares que se contrapõem aos pré-conceitos, apesar de não ser a postura predominante nas entrevistas. Ainda existem escolas que restringem a prática do futebol entre suas alunas, contribuindo para a reprodução de posturas preconceituosas perante o futebol

feminino. Um exemplo disso foi identificado na entrevista de Amaral (2014), quando ela assinala que: “Pois é, eu saí de um colégio por causa disso, meus professores não deixavam eu jogar, era muito ruim isso” (Entrevista, Amaral, 2014). [...] Uma de nossas entrevistadas, Badia (2014), ex-jogadora que participou dos primeiros anos da equipe do Pelotas/Phoenix, quando perguntada sobre o preconceito observou que: “[...]Hoje em dia as pessoas eles gostam de ver futebol feminino jogar, coisa que antigamente se tinha uma certa restrição, hoje em dia não, já tem uma certa admiração em ver” (Entrevista: Badia, 2014).

Essa admiração citada representa o respeito que a modalidade vem adquirindo, decorrente dos avanços que milhares de atletas conquistaram pouco a pouco. Essa conquista resulta da vitória daquelas mulheres que, enfrentando o preconceito, insistiram em continuar praticando a modalidade, seja ela no campo de grama, em quadras de salão, na areia, nas aulas de educação física, nos momentos de recreação e em diversos espaços futebolísticos que até pouco tempo eram ditos como espaço restrito aos homens.

Com isso, é possível pensar a prática do futebol feminino como um espaço legítimo de empoderamento das mulheres. Isso ocorre em razão de que o esporte, além de ser um importante campo para observar mudanças nas relações e representações de gênero na sociedade, é um interessante espaço para indagar os rumos de uma cultura em transição, visando padrões mais igualitários (ADELMAN, 2006, p. 11).

Além do exemplo do trabalho do Pelotas/Phoenix, há outros exemplos importantes ao redor do país nesse sentido. O futebol permite que meninas saiam de situações de risco e vulnerabilidade como drogas, violência doméstica e até mesmo uma gravidez indesejada. Estruturalmente, o futebol feminino ainda tem muito que crescer, com a criação de mais campeonatos, escolas, campos, melhores salários, direitos trabalhistas para as atletas. Contudo, é inegável que o futebol é um espaço de transformação e empoderamento das mulheres, principalmente negras, pobres e de periferia (PISANI, 2014, p. 8).

Considerações Finais

A partir do exposto, é possível identificar o árduo caminho percorrido pelas mulheres no esporte, desde sua inserção até a luta pela permanência (e sobrevivência) no cenário do futebol no país. A proibição do futebol feminino no Brasil pela CND e a intervenção direta para banir experiências como a que ocorreu na cidade de Pelotas mostra um pouco do quanto o esporte pode ser alvo de interesses políticos.

Uma estratégia de poder, que opera no seio da sociedade com o intuito de controlar a vida, disciplinar os corpos, estereotipar papéis e controlar a sexualidade (RIGO et al., 2008, p.184). Em razão disso, há necessidade de uma equidade de oportunidades em todos os níveis

do futebol feminino, desde a preparação técnica até a cobertura da mídia nos eventos envolvendo a modalidade (BATISTA; DEVIDE, 2009).

A experiência relativa ao futebol feminino em Pelotas ocorrida em 1950 não diz respeito apenas ao mundo do futebol, está inserido em um contexto histórico-social do país que envolve o movimento feminista e suas lutas emancipatórias. Judith Butler (2001) afirma que há um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o 'sexo' e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. Ou seja, mais do que a permissão ou não da prática do futebol feminino, o que estava em jogo era a inserção das mulheres no espaço público, lutando contra estereotipizações sociais que existiam sobre seu corpo e sua sexualidade (RIGO et al., 2008, p. 183-184).

Contudo, mesmo o futebol feminino tendo deixado de ser alvo de interdição no país, sua estruturação e consolidação continuam sendo um desafio. Não há dúvida que uma considerável parcela da discriminação e preconceito que o esporte continua enfrentando tem a ver com as três décadas de proibição e desqualificação, devido a moral sexista alicerçada no discurso de que mulher e futebol não combinam.

O trabalho da equipe feminino do Pelotas/Phoenix se mostra como um movimento de resistência diante de todas as dificuldades impostas para a modalidade no Brasil. Ainda assim, um trabalho feito em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul com mais de vinte anos, completamente fora dos grandes centros do país.

É possível observar que nos últimos anos houve uma diminuição do preconceito de gênero em relação ao futebol feminino. Contudo, apesar de uma maior aceitação social, ainda é uma modalidade colocada à margem dos clubes, de torcedores e de outros órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do esporte no país. Assim, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o futebol feminino consiga se estruturar e se consolidar.

Referências Bibliográficas

ADELMAN, Miriam. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. **Movimento**. Porto Alegre, v.12, n. 01, p. 11- 29. 2006.

BATISTA, Renata Silva; DEVIDE, Fabiano Pries. Mulheres, futebol e gênero: reflexões sobre a participação feminina numa área de reserva masculina. **Lecturas Educación Física y Deportes**, v. 14, p. 1-1. 2009.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre o limite discursivo do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

COSTA, Martina Gonçalves Burch. Perspectivas para o futebol feminino: um estudo a partir do Pelotas/Phoenix. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo. v.8. n.31. p.379-386. Jan./Dez. 2016.

EM PAUTA. UFPel. **Futebol Feminino do Pelotas Chega aos 20 Anos**. 2016. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/empauta/2016/07/futebol-feminino-do-pelotas-chega-aos-20-anos/>>. Acesso em 9. Set. 2017.

ESPORTE CLUBE PELOTAS. **Futebol Feminino**. 2015. Disponível em: <<http://www.ecpelotas.com.br/Pagina/28/Futebol-Feminino>>. Acesso 09 set. 2017.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa de macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. Vol. 19. Núm. 2. p.143 51. 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Na “Pátria das chuteiras” as mulheres não têm vez. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**. Florianópolis, UFSC. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/S/Silvana_Vilodre_Goellner_21.pdf>. Acesso 6 set. 2017.

GROSSI, Miriam Pillar. Feminismes et Generations Politiques des Années 90 au Brésil. **Cahiers du Cedref (Politique et Recherches Feministes)**, Paris, v. 6, p. 169-190. 1996.

LOBAS. **Esporte Clube Pelotas/Phoenix**. História. 2017. Disponível em: <<http://lobasecpelotas.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso 9 set. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro. Garamond. 2006.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, p. 77-98, 2005.

PISANI, Mariane da Silva. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. **Ponto Urbe**. São Paulo, n.14, 2014.

PLANELA, Marcos. Entrevista concedida a Juliano Oliveira Pizarro. Pelotas. 28. ago. 2017.

RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do “Amor Venéris”. Projeto história – **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUC-SP**, São Paulo, n. 25, p. 181-194, dez. 2002.

RIAL, Carmen Silvia de Moraes. “Marta is better than Kaká”: the invisible women’s football in Brazil. **Labrys**, v. 28, p. eletrônica, 2015. Disponível em <<http://www.labrys.net.br/labrys28/sport/carmen.htm>>. Acesso 10 set. 2017.

RIGO, Luiz Carlos; e colaboradores. Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Vol. 29. Núm. 3. p.173 - 188. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, p.54-73, 1995.

TERCEIRIZAÇÃO E GÊNERO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

OUTSOURCING AND GENDER AT THE STATE UNIVERSITY OF CAMPINAS

*Lara Borin Campoli
Mestrado/USP - Escola de Artes, Ciências e Humanidades
larabcampoli@gmail.com*

RESUMO

Convivem cotidianamente no espaço universitário da Unicamp cerca de 50 mil pessoas. Dentre estudantes, professores e funcionários públicos, as trabalhadoras terceirizadas da limpeza parecem permanecer isoladas desta comunidade. A multiplicidade de realidades convivendo neste espaço resulta em um universo complexo, permeado por contradições sociais. Destacam-se, entre elas, as desigualdades de gênero que, por sua vez, apresentam especificidades em cada contexto presente na universidade. A análise do serviço da limpeza, marcado pela forte presença feminina, indica um conjunto de opressões enfrentadas na realização deste trabalho. O reconhecimento destes problemas é o primeiro passo deste trabalho, seu objetivo, no entanto, deve ir além. Partindo de uma concepção política do agir, busca-se identificar operações que compõem uma cultura de combate às desigualdades das relações sociais, sobretudo de gênero. Volta-se o olhar para experiências miúdas e constantes que agem na superação dos obstáculos enfrentados. O método escolhido para a realização da pesquisa consiste na investigação participativa, através do acompanhamento da rotina de trabalho de um grupo de funcionárias da limpeza da Unicamp. A expectativa é que o trabalho contribua para conferir visibilidade às adversidades enfrentadas por estas mulheres, questionar a postura da universidade diante desta realidade e oferecer alternativas institucionais e não-institucionais para tais problemas.

Palavras-chave: Gênero. Cotidiano. Universidade. Terceirização.

ABSTRACT

Around 50 thousand people circulate at the State University of Campinas every day. Among students, teachers and civil servants, the outsourced cleaning workers seem to remain isolated from this community. The multiplicity of realities coexisting in this space results in a complex universe, permeated by social contradictions. Gender inequalities, with specificities in each context of the university, are one of the main of these contradictions. The analysis of the cleaning service, marked by the strong female presence, indicates a set of oppressions faced in the accomplishment of this work. The recognition of these problems is the first step of this work, its goal, however, must go beyond: it seeks to identify operations that creates a culture of combat to the inequalities of the social relations, mainly of gender. The focus should be on the small and constant experiences that act in overcoming the obstacles faced. The method chosen consists on the participatory research, through the follow-up of the work routine of a group of cleaning employees of Unicamp. The expectation is to contribute by giving visibility to the adversities faced by these women, questioning the university's attitude towards this reality and offering institutional and non-institutional alternatives to such problems.

Keywords: Gender. Routine. University. Outsourcing.

Terceirização e Gênero na Universidade Estadual de Campinas

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fundada em 5 de outubro de 1966, é considerada a melhor instituição de ensino superior da América Latina, segundo o ranking mundial divulgado em 2017 pela instituição britânica Times Higher Education (THE). Dividida em três campi – Campinas, Piracicaba e Limeira –, esta universidade compreende, no total, 24 unidades de ensino e pesquisa, além de um complexo de saúde com duas grandes unidades hospitalares; 23 núcleos e centros interdisciplinares, e dois colégios técnicos. Conta, no ano de 2017, com 66 cursos de graduação e 153 programas de pós-graduação; um quadro de 34.652 alunos regularmente matriculados, 1.867 docentes e 8.000 funcionários atuantes nas áreas administrativa, técnica, de ensino e pesquisa.³⁵

A Unicamp é uma autarquia, sendo, assim, autônoma em sua política educacional: têm total autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.³⁶ Seus recursos financeiros são obtidos principalmente pelo Governo do Estado de São Paulo e através de instituições nacionais e internacionais de fomento, e a universidade tem plena liberdade para o remanejamento destes recursos entre itens de pessoal, custeio e capital. (SCHWARTZMAN, 1988)

A autonomia universitária é apenas uma dentre outras disposições constitucionais sobre a educação. Tal como os demais níveis de ensino, a universidade tem como objetivo o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, além de sua qualificação profissional (art. 205). (SCHWARTZMAN, 1988) Este propósito não deve se resumir exclusivamente aos seus estudantes, mas sim toda a comunidade. Conforme o art. 43 (VI e VIII) da LDB, cabe ao ensino superior "estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade" e "atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares."

Cerca de 50 mil pessoas convivem no espaço universitário da Unicamp diariamente. Além de estudantes, professores e funcionários contratados por concurso público, o que poucos parecem lembrar é que existem funcionários terceirizados – contratados através de processos

³⁵ <https://www.unicamp.br/unicamp/alunos>

³⁶ Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

de licitação – responsáveis pela vigilância, portarias, restaurantes, copas, almoxarifado, monitoramento, manutenção predial, limpeza predial e hospitalar da universidade.

Os funcionários terceirizados somam-se no total de 2014 trabalhadores e trabalhadoras.³⁷ O setor da limpeza, atualmente representado pelas empresas Alternativa Serviços de Terceirização em Geral Ltda na limpeza predial, e Centro Saneamento e Serviços Avançados Ltda na limpeza hospitalar, conta com 506 e 400 funcionários, respectivamente. Mesmo a Unicamp não dispondo de informações sobre gênero e raça de seus funcionários terceirizados, tampouco as empresas, é facilmente observável a gritante predominância de mulheres no trabalho da limpeza, sobretudo de mulheres negras.

A realização do serviço terceirizado na Unicamp ocorre mediante processos licitatórios. Uma vez que o critério adotado pela universidade no julgamento das propostas elaboradas pelas empresas participantes do processo é o de “menor preço global mensal”³⁸, na prática, o que acontece é que “para tornarem-se mais concorrentes [...], as empresas rebaixam os valores ao extremo à custa dos direitos dos trabalhadores”. (SOUZA, 2012, p. 73)

Em 2015, a contratação da empresa Alternativa resultou numa redução de R\$725.181,24 no valor anual do contrato (queda de aproximadamente 5,10% do contrato anterior), acompanhada por uma revisão da área a ser limpa, aumentada em 9,12% e totalizando um adicional de 69.040,07 m² distribuídos entre área interna, externa e vidros. Em abril de 2016, o plano de contingenciamento anunciado através da Resolução GR no 10/2016 impôs mais dois cortes no serviço de limpeza – um deles a ser encabeçado pelos Órgãos e Unidades usuários de serviços terceirizados, e outro decorrente de renegociação dos contratos existentes pelos órgãos da Administração Central, a partir dos artigos 9o e 10o da Resolução.³⁹

³⁷ Dados referentes a março e novembro de 2017, disponíveis através de pedido ao Serviço de Informações ao Cidadão Unicamp: <http://www.unicamp.br/unicamp/aceso-a-informacao>.

³⁸ PREGÃO ELETRÔNICO DGA – No 1011/2015

5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

5.3. No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global mensal, observadas as condições definidas neste edital.

³⁹ “Artigo 9o - Os Órgãos e Unidades usuários de serviços terceirizados deverão promover uma reavaliação dos contratos existentes, especialmente dos serviços de limpeza, com a finalidade de redução de despesas em, no mínimo, 5% (cinco por cento).

§ 1o - Excetuam-se ao determinado neste artigo os serviços de impressão e reprografia, cujo tratamento consta no item “a” do artigo 8o.

§ 2o - A VREA e a DGA deverão definir os procedimentos e o calendário das revisões dos contratos de serviços, apresentando em 30 dias um relatório à Administração Superior.

§ 3o - A VREA e a DGA orientarão os Órgãos e Unidades sobre os procedimentos a serem adotados para efetivar as revisões de contratos de serviços.

Artigo 10 - Independentemente das ações relativas à redução de serviços contratados previstos no artigo 9o, A VREA e a DGA apresentarão à Administração Superior, em 30 dias, um plano de renegociação de valores dos contratos existentes, visando a obtenção de redução de despesas para a Universidade em 5% (cinco por cento), respeitando os limites previstos na legislação.” Disponível em: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=3965

Dentre as consequência destes cortes financeiros, destacam-se: redução do quadro de funcionárias(os); aumento da carga de trabalho individual; demissões frequentes das(os) trabalhadoras(es) em período de experiência; redução do horário de almoço; aumento do preço do transporte fretado; irregularidades nos pagamentos salariais e; maior rotatividade das(os) funcionárias(os) entre os Órgãos e Institutos. Agravando este quadro, a Unicamp não permite às terceirizadas o acesso às bibliotecas e laboratórios de informática, ao CECOM (Centro de Saúde da Comunidade) e aos centros de educação infantil (CECI), incluindo, assim, outros obstáculos na rotina dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados.

Ainda que convivam diariamente, as faxineiras estão longe de ter os mesmos direitos do restante da comunidade universitária. Apesar de dividirem o mesmo espaço, as experiências destas trabalhadoras parecem se diferenciar consideravelmente daquelas dos outros grupos de mulheres deste espaço – sejam elas estudantes, professoras ou funcionárias públicas.

Compreender e interpretar os problemas trazidos pela terceirização no espaço da Universidade Estadual de Campinas, bem como pensar possíveis melhorias, sem se perder em uma utopia distante e pouco praticável, implica seguir de perto os passos das funcionárias terceirizadas. Um olhar superficial para a realidade destas trabalhadoras pode indicar apenas a exaustão a que estão fadadas. Mas com um pouco mais de atenção, pequenas espertezas começam a borbulhar no cotidiano destas mulheres. É a partir deste cotidiano e dos pequenos desvios nele ocultos que as transformações serão aqui pensadas.

Entender as formas corriqueiras de resistência inventadas pelas faxineiras é entender como fazem para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo. Dentro de um quadro restrito de possibilidades, o que podem fazer? De quais maneiras elas têm utilizado a ordem imposta, ou, como têm apreendido as estruturas nas quais estão inseridas? As respostas às estas indagações devem necessariamente passar pela experiência destas trabalhadoras.

Segundo Thompson

Os homens e mulheres [...] retornam como sujeitos, dentro deste termo [*experiência*] – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p, 182)

Sendo assim, é partir da descrição de um dia de trabalho de uma funcionária terceirizada, mais a análise de algumas falas e relatos⁴⁰, que algumas questões começam a ser levantadas. O

⁴⁰ Levando em consideração os mecanismo de exclusão das trabalhadoras, faz-se necessário o ocultamento de suas identidades, bem como dos seus locais específicos de trabalho. A fragilidade implícita em suas posições torna

olhar para as suas rotinas deve buscar encontrar procedimentos que joguem com os mecanismos da disciplina, “maneiras de fazer” que formem uma contrapartida e que se reapropriem de seu espaço de trabalho:

se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano; [...] exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos [...]. (CERTEAU, 1994, p. 41)

A efetuação do trabalho da limpeza organiza-se a partir da separação dos locais (setores) a serem limpos e das atividades a serem realizadas⁴¹. A atribuição destas tarefas e locais entre as faxineiras é feita por encarregadas⁴² – cargo acima das faxineiras –, que realizam esta separação conforme julgarem apropriado. As encarregadas, por sua vez, respondem às supervisoras (atualmente representada por duas mulheres), função que praticamente não tem contato com as faxineiras, com algumas excessões.

A funcionária, cujo trabalho foi acompanhado durante um dia, trabalha para a empresa Alternativa, na Unicamp, desde o início de sua contratação, em 2015. Trabalhava anteriormente também no serviço da limpeza da universidade, pela outra empresa de terceirização atuante na época, a Centro. Mora em Campinas com seus dois filhos (um casal) e marido. Sua filha está atualmente trabalhando, seu filho e marido estão desempregados.

O cotidiano de limpeza

Sexta-feira, turno das 6h às 15h30

5h35: chegada do ônibus fretado.

05h35 - 6h: caminha até o seu setor de trabalho, onde coloca seu uniforme e toma o café-da-manhã que traz de sua casa. Neste momento, as trabalhadoras deste setor estão todas no espaço reservado aos funcionários terceirizados, mas não há quase nenhuma interação. Enquanto uma funcionária fuma, uma está se trocando, outra está sentada de costas para todos, outras estão comendo seu café-da-manhã em silêncio.

6h - Início do turno de trabalho. A funcionária é responsável, sozinha, pela limpeza de um prédio que consiste em uma biblioteca, três banheiros (feminino, masculino e de funcionários) e um setor administrativo com três salas, uma copa e um depósito.

arriscado qualquer suspeita de envolvimento com denúncias, podendo resultar em drásticas consequências para as trabalhadoras.

⁴¹ As definições das áreas a serem limpas, das tarefas realizadas e suas respectivas frequência constam no edital de contratação lançado pela Unicamp.

⁴² Segundo o edital, cada encarregada (até o atual momento da pesquisa, não foram encontrados nenhum homem ocupando este cargo) responsabiliza-se por 30 faxineiras.

6h - 7h: Começa tirando pó dos móveis (mesas, prateleiras e bancadas). Fica sempre sozinha no começo da manhã. Deve limpar todas as mesas, carpetes e chão antes que os outros funcionários cheguem, às 8h.

7h - 8h20: Coloca música no celular. Reclama muito do calor que sente e liga os ares-condicionados: “Elas [*as funcionárias que trabalham na biblioteca*] não ligam que eu ligo antes”. Lava o chão da parte externa do prédio com água e sabão e na parte interna passa pano com desinfetante. Prefere não varrer o chão antes de passar o pano “para não levantar poeira”. Apesar das recomendações de varrer, diz que “cada um limpa de um jeitinho” e que como seu tempo é “muito corrido”, pois o chão deve estar limpo antes das 8h, opta por pular esta etapa e varrer apenas os carpetes. Às 7h40 coloca seus fones de ouvido plugados em seu celular no bolso da calça.

8h20 - 9h: Lava os banheiros. Chega a primeira funcionária, mas não interagem. A segunda funcionária chega e trocam bom dia. Encerra seus serviços da parte da manhã. Como é uma sexta-feira e durante o final de semana o movimento da biblioteca é bem menor, não vê problema em não fazer algumas tarefas, como passar pano em todas as prateleiras que guardam os livros. Por outro lado, o trabalho nos primeiros dias da semana, sobretudo na segunda-feira, costuma ser mais intenso.

9h - Abre a biblioteca

9h - 10h20: volta para a sala das terceirizadas para tirar a galocha e colocar a botina. Passa para pegar um chá em uma copa, dá bom dia para dois funcionários da Unicamp e volta pra biblioteca. Na copa da biblioteca, senta para tomar seu chá. Conversa rapidamente com uma funcionária que mostra que guardou o restante de um bolo, salgadinhos e refrigerante para ela. Ela come, lava sua louça e vai se sentar em uma das poltronas da biblioteca. Diz que não gosta de descansar na sala com as outras terceirizadas, pois estas acham que ela esta “enrolando” ou que não está fazendo seu serviço direito – o que abre margem para a atribuírem mais tarefas.

10h20 - 12h: Fala com uma de suas colegas pelo celular. Encontra outras duas no ponto de ônibus. Pega o circular da Unicamp para ir até o restaurante universitário que, contra a recomendação da empresa por não ser o restaurante mais perto, é preferível pois abre mais cedo, às 10h30 (enquanto o mais próximo abre apenas às 11h). Desta forma, ainda dá tempo de descansar um pouco após a refeição. Almoça em aproximadamente meia hora. Pega novamente o ônibus para voltar para seu local de trabalho, às 11h05. Senta em um banco para descansar. Encontra uma colega e conversa um pouco.

12h - 13h: Passa na biblioteca para pegar os galões que guardam os produtos de limpeza. Os leva para a sala (fora do prédio) que armazena o estoque de produtos para enchê-los. Retorna à biblioteca e dá uma volta para ver se está tudo em ordem.

13h - 14h: Faz a revisão dos banheiros, isto é, passa pano no chão, joga desinfetante nos vasos e limpa os assentos, recolhe os lixos. Recolhe também os demais lixos da biblioteca e setor administrativo. Para para conversar um pouco com uma das funcionárias. Um estudante participa brevemente da conversa.

14h - 16h: leva o lixo para a lixeira (fora do prédio, um pouco longe). Lava e organiza o material usado. Senta, por pouco tempo, algumas vezes para descansar. Volta para a sala dos funcionários terceirizados, onde algumas já estão descansando. Troca de roupa e caminha até o ponto de fretado.

16h: saída do fretado.

Considerações

1. A principal reclamação da funcionária se resume na falta de união entre suas colegas de trabalho: “se fosse tudo unida era mais fácil”; “é só individual”; “não dá pra confiar em ninguém”. É comum que uma trabalhadora tente passar suas tarefas a outra. Para isso, é necessário uma aproximação com a encarregada, de forma a convencê-la a remanejar os serviços a serem feitos. Segunda a funcionária, este jogo acaba resultando em um ambiente de intriga e fofoca.

Diante desta situação, a tática encontrada pela funcionária foi a de se responsabilizar pela limpeza de um prédio que, ainda que maior que os demais setores, é isolado e, sendo assim, pode realizar seu trabalho e descansar sem que ninguém fique observando-a: “Aqui, pelo menos, eu arranjei um jeito. Fico mais afastada, fico sossegada.” Por outro lado, ela se sente sozinha a maior parte do tempo: “elas podem ficar lá conversando, eu tenho que ficar sozinha”.

Cabe aqui um destaque para as especificidades da lógica de fiscalização característica deste serviço terceirizado. Aqui, a fiscalização parece se dar pelas próprias trabalhadoras, que estão o tempo todos atentas para detectar se suas colegas estão “enrolando” no serviço, se estão fazendo menos tarefas que as demais ou se não estão realizando-as da maneira correta. Tal dinâmica é, por um lado, estrategicamente positiva para a empresa, que não precisa se preocupar em controlar ou supervisionar tão intensamente o serviço oferecido à universidade, uma vez que este trabalho já está sendo feito pelas próprias funcionárias. Por outro, implica um ambiente competitivo e desfavorável a qualquer articulação entre as faxineiras, exigindo delas diferentes

espertezas para driblar as situações enfrentadas: “a gente se vira”; “tem que dançar conforme a música”.

Ao tempo que algumas optam por estabelecer uma boa relação com sua encarregada, visando, sobretudo, garantir para si as tarefas mais fáceis e nos melhores lugares, outras preferem se distanciar e interagir o mínimo possível. No caso observado, as funcionárias mais próximas da encarregada realizam um serviço mais “leve” e com mais tempo de descanso. Apesar de seus turnos também começarem as 6h, elas efetivamente começam a trabalhar as 6h40, uma vez que devem esperar outro funcionário chegar para desarmar o alarme do local a ser limpo. A funcionária responsável pela biblioteca, por sua vez, prefere limpar um lugar maior e isolado, por um lado, mas onde pode descansar em poltronas confortáveis, fazer pausas, guardar e comer sua comida na copa dentro do próprio setor e, principalmente, não ser constantemente “vigiada” por suas colegas.

2. Na situação observada, havia um espaço destinado às funcionárias terceirizadas com mesas, geladeira, sofá, vasos sanitários, chuveiro, pias e tanquinho para lavar roupa. Esta, entretanto, não é a regra. Existem setores que não contam ao menos com um lugar para as trabalhadoras se sentarem. Em um destes casos, uma funcionária conta que ela costuma se deitar para descansar em um dos bancos públicos localizados na parte externa do prédio em que trabalha. No entanto, se chove, não há nenhum outro local para ficar.

3. De acordo com o Anexo I (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS) do edital de contratação do serviço de limpeza lançado pela Unicamp, devem ser realizadas diariamente as seguintes atividades:

1.1.1 Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pela Contratante;

1.1.2 Remover o pó das mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, dos aparelhos elétricos, dos extintores de incêndio etc.

Sempre que possível utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:

- evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de "lustra móveis";
- evitar fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseadas) com produtos potencialmente alergênicos.

1.1.3 Limpar / remover o pó de capachos e tapetes.

1.1.4 Aspirar o pó em todo o piso acarpetado, especialmente onde o tráfego de pessoas é mais intenso;

1.1.5 Remover manchas, sempre que possível, imediatamente após a sua formação, mas nunca esfregá-las sob pena de aumentar a área afetada. No caso das manchas serem de substâncias que contenham óleo ou gordura, recomenda-se retirar o excesso com um pano umedecido com álcool (sem esfregar) e, em seguida, usar um pano umedecido com água e sabão. Após, enxugar com pano seco ou papel absorvente;

1.1.6 Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Como a funcionária trabalha sozinha em seu setor, ela é totalmente responsável pela realização de tais atividades. Contudo, considerando o pouco tempo que tem, ela faz seu serviço da maneira que acha mais conveniente, dando prioridades para algumas das tarefas. Sendo assim, escolhe a frequência e a ordem de seus afazeres, intercalando-os durante o dia e no decorrer da semana. Não vê, por exemplo, a necessidade de passar certos produtos ou passar aspirador de pó nos carpetes, nem julga necessário tirar a poeira das prateleiras às sextas-feira. Em contrapartida, entende que os primeiros dias da semana merecem uma limpeza mais “caprichada”.

4. Nos momentos observados, a faxineira parou rapidamente três vezes para conversar com a mesma funcionária da biblioteca, sendo que um estudante participou brevemente de uma das conversas. Além deste, apenas mais uma estudante se dirigiu diretamente à faxineira para a cumprimentar. Fora de seu setor, cumprimentou outros dois funcionários não terceirizados. Em relação às suas colegas de trabalho, as interações se deram principalmente no horário de almoço e um pouco no momento de chegada e partida do trabalho.

Mesmo em um ambiente de intrigas, a funcionária conseguiu encontrar uma maneira de manter uma boa relação com todos ao seu redor. É comum, no entanto, que as faxineiras reclamem da maneira que são tratadas, sobretudo por suas encarregas: “essa *fulana* ai: nem bom dia, nem boa tarde!”; “nós somos muito humilhadas!”; “tem que limpar e ficar quieta”. Em outro caso, uma funcionária conta que foi acusada falsamente de dormir no período de trabalho. Como consequência, recebeu uma advertência de sua encarregada. Com três advertências, as trabalhadoras terceirizadas podem ser demitidas por justa causa.

Um outro ponto merece atenção. Apesar da relação entre as terceirizadas e demais funcionários (incluindo professores e professoras) costumar ser, num primeiro momento, menos problemática – talvez até mesmo pela quase ausente interação entre eles –, algumas faxineiras relatam casos em que são acusadas de roubar pertences dos locais que limpam: “se some alguma coisa [...] eles não vão achar que foi um deles que pegou.”

5. Alguns instrumentos e produtos utilizados pela funcionária não estavam em seu perfeito estado de utilização. Por isso, algumas “gambiarras” foram inventadas visando a adaptação e melhor utilização dos recursos. A falta de materiais ou de estrutura é uma realidade vivida também por outras funcionárias: “...e material quando não tem? [...] E nós temos que limpar tudo. [...] Às vezes nem luva tem!”.

Faz-se necessário aqui um certo cuidado para não acabar em uma certa poetização da exploração. Seria um grave equívoco romantizar as “armas dos fracos”. É bastante improvável que as práticas de resistência aqui observadas “façam mais do que afetar marginalmente as

várias formas de exploração” com que se defrontam. (SCOTT, 2011, p. 219) Por outro lado, o que pretendo mostrar é que elas não são triviais e podem indicar um caminho a ser percorrido.

A maior parte das formas assumidas pela resistência dessas trabalhadoras não chegam a ser a uma confrontação coletiva. São, no geral, formas que exigem “pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas”. (SCOTT, 2011, p. 219) A busca de seus interesses resulta, normalmente, em práticas sutis de desobediência tais como a relutância, dissimulação, falsa submissão, simulação de ignorância, etc. No caso observado, por exemplo, a funcionária deixava de realizar algumas tarefas e realizava outras em um ritmo propositalmente lento.

A luta é, portanto, marcada muito menos “por confrontações massivas e desafiadoras do que por uma evasão silenciosa que é igualmente massiva e frequentemente muito mais efetiva”. (SCOTT, 2011, p. 222) A parca atuação dos sindicatos desta categoria, a fragilidade de suas posições, a lógica de fiscalização sob a qual estão submetidas e a dinâmica rotativa que seu trabalho assume resultam em uma camisa de força para suas ações. A contestação aberta de tais mecanismos é demasiadamente arriscada para as funcionárias, podendo muito provavelmente culminar em uma situação consideravelmente pior do que a inicial – seja através de realocação para piores setores, atribuição de mais serviços, ou até mesmo demissões. No entanto, através de pequenos atos de insubordinação as faxineiras encontram formas cotidianas de mitigar ou rejeitar as demandas feitas pelas classes superiores.

Cabe aqui especial atenção para o conceito de classe. Apesar de ocuparem uma posição “comparável em relação aos meios de produção – uma classe em si” (SCOTT, 2011, p. 235) – a atuação das trabalhadoras dificilmente assumem um teor “classista”, coletivo. Ainda que se vejam enquanto um grupo separado do restante da comunidade universitária – e a fala de uma funcionária “se some alguma coisa [...] eles não vão achar que foi um deles que pegou” deixa isso evidente –, muito raramente a luta que desenvolvem resulta em uma oposição organizada, com pauta, disciplina e liderança.

Por não apresentar organização formal, líderes ou manifestos, por não ter nome e nem bandeira, as atividades de resistência das faxineiras acabam assumindo uma invisibilidade institucional. Disso derivam algumas contradições: ao tempo que torna-se mais difícil detectar e, portanto, punir essas práticas, exatamente por não serem notadas, elas raramente são consideradas socialmente significativas (SCOTT, 2011), o que acaba contribuindo consideravelmente para a afirmação de um estereótipo de passividade política destas

trabalhadoras.⁴³ São, entretanto, formas silenciosas que tipificam a luta dessas faxineiras e sua segurança repousa exatamente neste anonimato.

Há uma outra contradição que merece ser destacada: a busca individual e desordenada destas trabalhadoras por seus interesses é, muitas vezes, conflitante e pode estimular um ambiente de competição. Para ilustrar o problema, retomar o relato de uma funcionária pode ser útil: a funcionária do caso observado conta que procura sempre descansar em locais diferentes dos de suas colegas de trabalho. Segundo ela, “é muita fofoca” nesses espaços, e descansando neles, ela acredita que podem acusá-la de estar “enrolando” no seu trabalho – o que pode resultar em um incremento nos seus afazeres. Isso porque, como já visto, as funcionárias podem tentar diminuir suas responsabilidades transferindo seus serviços para outras trabalhadoras. Assim, apesar de apresentarem, individualmente, queixas similares – excesso de trabalho, falta de material, pouco tempo para descanso, etc. – existem um conjunto de dificuldades a serem enfrentadas que impedem a formação de uma base para a construção de uma queixa coletiva, tais como a alta rotatividade, a lógica de fiscalização e dinâmica de competição estabelecida entre as funcionárias terceirizadas.

Deve-se notar, contudo, que mesmo com todos os obstáculos, há uma vida social destas funcionárias em seu local de trabalho pouco notada. Apesar de ofuscadas, existem atividades organizadas autonomamente e coletivamente dentro da universidade abertas não só a participação das funcionárias, mas a suas colaborações na organização dos projetos. Com apenas uma hora e doze minutos de horário de almoço, e apesar de todo cansaço que seu trabalho traz, muitas das funcionárias ainda utilizam de seu tempo livre para buscar os mais diversos interesses: participam de oficinas de artesanato (ministrando ou aprendendo), escrita, informática, capoeira, instrumentos musicais, etc.⁴⁴; encontram lugares discretos e pouco frequentados para descansar – ainda que praticamente todas as bibliotecas da universidade tenham poltronas, sofás e espaços de descanso – e utilizam da tecnologia para se comunicar. Inventam assim diversas saídas para os obstáculos que enfrentam, configuram microrresistências e, por vezes, criam uma rede de apoio que transgride os mecanismos de trabalho que visam estimular a competição, falta de comunicação, e seu isolamento. Pode

⁴³ Um exemplo: por não costumarem a aderir a greves e não apresentarem um movimento de luta organizado, a atuação das funcionárias da limpeza já foi duramente criticada por movimentos estudantis da Unicamp.

⁴⁴ Para qualquer atividade regularmente matriculados na Unicamp. Para a realização das outras atividades, as pessoas envolvidas na organização utilizam os próprios recursos ou são (ou já foram) contemplados com bolsas dedicadas a projetos de extensão comunitária (Edital PREAC PEC). Atualmente, o principal projeto realizado em conjunto com as funcionárias (Educação de Jovens e Adultos na Comunidade Universitária da UNICAMP) não conta com nenhum tipo de auxílio financeiro da universidade.

parecer pouco, mas, em uma lógica que cria os mais diversos métodos para afastar e distanciar as funcionárias, a comunicação e integração já são, por si só, atos transgressores.

Conclusão

As análises realizadas evidenciaram um conjunto de contradições. Mostrou o ambiente de trabalho das funcionárias terceirizadas como um ambiente de exploração; mas como também um ambiente de uma teimosa resistência à exploração. Se, de um lado, uma certa conformidade com as ordenações impostas é necessária à sobrevivência (THOMPSON, 1998), do outro, a experiência derivada da própria exploração permite “inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras”. (CERTEAU, 1994, p. 40)

Mostrou ainda como é possível posições ora antagônicas ora parceiras entre as trabalhadoras. Ao mesmo tempo que foi possível observar posturas que poderiam prejudicar outras funcionárias – por exemplo, pelas falsas acusações –, notou-se também momentos em que estas mulheres mostravam empatia umas pelas outras, tal como nas oficinas de artesanato, onde as funcionárias se encontravam tanto para aprender como para ensinar.

Muitas das práticas das faxineiras emergem de suas experiências atreladas a sua condição de mulher. A própria posição de inimizade construída entre algumas dessas funcionárias reflete uma violência intragênero consequente de noções culturalmente construídas, como a da competição feminina. A fala de uma funcionária justificando o ambiente de trabalho como um ambiente de intriga e fofoca por ser um trabalho majoritariamente realizado por mulheres, ajuda a ilustrar o colocado. De outro ponto de vista, derivam também de suas experiências enquanto mulher as suas escolhas de ordenação das tarefas, bem como o modo que as realiza: a funcionária escolheu os métodos que julgou mais eficazes e fáceis de limpeza, levando em conta – mas não apenas – as recomendações da Unicamp e da empresa Alternativa.

Por fim, mas não menos importante, pode-se considerar a escolha da Universidade por esta forma de contratação também um contradição. Apesar de ter “como finalidade precípua a promoção do bem estar físico, espiritual e social do homem”⁴⁵, e mesmo que apresente grandes

⁴⁵ Estatuto Unicamp - TÍTULO I. DA UNIVERSIDADE E SEUS FINS

Artigo 1o. A Universidade de Campinas, criada pela Lei no 7.655, de 28 de dezembro de 1962, alterada pelas Leis nos 9.715, de 30 de janeiro de 1967 e 10.214, de 10 de setembro de 1968, com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, entidade autárquica estadual de regime especial, na forma do Artigo 4o da Lei Federal no 5.540, de 28 de novembro de 1968 com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, e que passa a denominar-se Universidade Estadual de Campinas, reger-se-á por estes Estatutos, pelo Regimento Geral e pela Legislação específica vigente, tendo como finalidade precípua a promoção do bem estar físico, espiritual e social do homem.

contribuições teóricas que vão ao encontro de seus princípios (no sentido de colaborarem favoravelmente), talvez nem sempre o mesmo possa ser dito sobre sua capacidade de por em prática os resultados obtidos em tais pesquisas. Apesar de contar com um número razoável de estudos críticos à terceirização e com um dos principais centros de estudo de economia do trabalho (CESIT), ainda pouco se fala sobre realidade vivida por estas funcionárias dentro da própria Unicamp. Inserida no atual modelo de trabalho, a atividade da limpeza, bem como os transtornos nela enfrentados, parecem permanecer apagados ou ignorados.

Se a escolha do modelo do trabalho terceirizado é, no momento, a única economicamente viável para a universidade – ainda que esta afirmação seja contestável –, existe um conjunto de outras medidas menores e possíveis que podem trazer benefícios significativos para estas trabalhadoras. Romper a invisibilidade implica, em primeiro lugar, uma mudança na convivência. Por um lado, a construção das relações sociais e a forma que este processo se dá é, em parte, uma escolha individual. Por outro, um ambiente propício a comunicação e a troca de experiências pode facilitar enormemente as mudanças aqui almejadas.

Dar prosseguimento e incentivar estudos sobre a terceirização e sobre a marginalização da mulher no mercado de trabalho, promover debates amplos e participativos com a comunidade acadêmica e não acadêmica, são funções que cabem à universidade. Mas o conhecimento produzido neste espaço não apenas pode, como precisa ser aplicado e compartilhado. Expandindo os direitos das trabalhadoras terceirizadas – seja através do acesso ao CECOM, CECI, bibliotecas e laboratórios de informática; da flexibilização o horário de almoço; do real compartilhamento dos espaços públicos, como as praças e locais de descanso – a universidade pode começar a juntar teoria e prática, buscando cumprir, assim, o seu real papel, a transformação social.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. 22a edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

SOUZA, Elaine Silva de. **A “Maquiagem” do trabalho formal: Um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza na Universidade Federal da Bahia**. Relatório qualificação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Autonomia Universitária e a Constituição de 1988**. Folha de São Paulo, São Paulo, p. a3, 15/11/ de 1988. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cont88.htm>>. Acesso em: 15.01.2018.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, no 5, pp. 217-243. Jan-Jul 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009>. Acesso em: 08.06.2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros - Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**A REPRESENTAÇÃO DOS HOMOSSEXUAIS NA MÍDIA IMPRESSA:
VEJA E A EDIÇÃO DE 1993**

*THE REPRESENTATION OF HOMOSEXUALS IN PRINTED MEDIA: VEJA
MAGAZINE AND THE 1993 EDITION*

*Leonardo da Silva Martinelli
Mestrando em História UPF/Bolsista CAPES
leonardos.martinelli@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho é uma análise de uma edição da revista *Veja* do ano 1993 que traz em sua capa o tema explícito da homossexualidade. Trata-se de uma análise documental, pois restringimos o estudo a um único documento, a revista *Veja*, edição 1287. Buscamos compreender as representações dos homossexuais construídas e difundidas pelo periódico nesta edição cuja discussão foi publicada na seção *Comportamento*. Analisamos o conteúdo manifesto e implícito presente nos textos e imagens que acompanharam a matéria a partir dos *Padrões de manipulação da grande imprensa* destacados por Perseu Abramo. Valendo-nos das contribuições de autores como Luiz Mott, Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Beatriz Preciado, Judith Butler e outros, iremos analisar a maneira como os homossexuais são representados pela revista nos primórdios da década de 1990 considerando as transformações históricas que ocorreram naquela conjuntura. Discutiremos a *representação* dessa sexualidade e da *identidade* desses sujeitos cuja reportagem contribui para reforçar o padrão binário de *gênero* e a heteronormatividade compulsória.

Palavras-Chave: Homossexualidade. Gênero. Representação. Veja.

ABSTRACT

The present work is an analysis of an edition of the magazine *Veja* of the year 1993 that brings in its cover the explicit theme of the homosexuality. It is a documentary analysis, since we restrict the study to a single document, *Veja* magazine, 1287 edition. We sought to understand the representations of homosexuals constructed and disseminated by the periodical in this issue whose discussion was published in the *Behavior* section. We analyze the manifest and implicit content present in the texts and images that accompanied the material from the *Patterns of manipulation of the great press* highlighted by Perseu Abramo. Using the contributions of authors as Luiz Mott, Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Beatriz Preciado, Judith Butler and others, we will analyze the way in which homosexuals are represented by the magazine in the early 1990s, considering the historical transformations that occurred at that conjuncture. We will discuss the *representation* of this sexuality and the identity of these subjects whose reporting it contributes to reinforce the binary gender pattern and compulsory heteronormativity.

Keywords: Homosexuality. Gender. Representation. Veja Magazine.

Considerações iniciais

O presente artigo analisa a representação da homossexualidade numa reportagem publicada na *Revista Veja*. Trata-se da edição 1287 de 12 de maio de 1993. A capa desta edição apresentou o tema da homossexualidade de forma explícita pela primeira vez na história da revista, apresentando a matéria em pauta na seção *Comportamento*. Nesse sentido, valemo-nos tanto dos textos quanto das imagens que integraram a reportagem para análise entendendo estes recursos como potencializadores para a apropriação e apreensão das *representações* construídas e difundidas pela revista.

Tendo por base uma única edição da *Veja*, pretendemos realizar um exercício metodológico para analisar essas reportagens a partir dos “*Padrões de manipulação da grande imprensa*” destacados por Perseu Abramo (2016), mostrando possibilidades de pesquisa e *leitura* a partir da imprensa escrita. O autor destaca quatro padrões gerais de manipulação: *ocultação; fragmentação; inversão; indução*. Desta forma, esses elementos nos fornecerão os subsídios para analisar e compreender as representações dos homossexuais a partir da mensagem divulgada naquela edição específica. A escolha da *Revista Veja* e do tema em análise se deve a uma pesquisa maior em andamento em que analisamos especialmente as representações construídas e difundidas por este veículo de imprensa. Nesse sentido, a reportagem de capa em análise é um marco para o estudo destas representações.

As representações criadas pela imprensa

As *representações coletivas* são construídas no mundo social, mas também se voltam a ele transformando-o (CHARTIER, 1991, p. 183). É uma capacidade de abstração que nos permite entrar em contato com elementos que podem não existir na materialidade física, mas que adquirem uma significação que é compartilhada pelos sujeitos e não está desvinculada de sua realidade. A imprensa atua como propulsora dessas representações ao apresentar as informações e mensagens de uma forma que adquire o *status* de objetividade. Em razão da própria aceitação e repercussão da revista, os leitores irão conferir um grau de inteligibilidade que corrobora para que a mesma adquira essa valoração. Ao mesmo tempo, podemos dizer que o *habitus* de que fala Pierre Bourdieu (1989; 2007) influenciará os sujeitos leitores da revista, pois irão compartilhar *visões de mundo* que serão constantemente alimentadas e introjetadas de formas distintas pelos consumidores cuja apropriação das representações se dará em razão da influência de *Veja*.

A mesma questão pode ser observada na obra de Sandra Jovchelovitch em que a autora realiza uma distinção entre: “*representações sociais na esfera pública*” e “*representações sociais da esfera pública*”. Esta última, entendida segundo a autora, especialmente, como resultado da ação da imprensa que traz do espectro social representações e que as mesmas se reportam a própria esfera pública, sem haver a necessidade de encontro pessoal, pois os sujeitos tem acesso ao mesmo alimento intelectual (JOVCHELOVITCH, 2000).

As teorias destes autores apresenta uma conexão que pressupõe uma circularidade entre a criação das representações e a quem se destinam. Ao passo que o mesmo processo se refere ao entendimento destas mensagens que se abre a distintas possibilidades de leitura mesmo com o esforço editorial de conduzir a uma dada compreensão.

Somado a isso, um dos papéis desempenhados pela imprensa na sociedade, como destaca Antonio Gramsci (2001, p. 32) é que esses periódicos são um meio de “organizar e difundir determinados tipos de cultura”. Daí a importância que adquirem ao disseminar ideias e mensagens capazes de influenciar os leitores. Devemos ter em mente, assim como o autor pontua, que por traz destes periódicos há uma ideologia *partidária* que se manifesta e, que é pautada pelos interesses do grupo que detém o poder sobre o veículo de informação, razão pela qual deve ser compreendida a partir das inúmeras disputas que são estabelecidas com outras ideologias no espectro social. Apesar do autor apresentar considerações que tendem a ser mais unilaterais, entendemos que a *visão de mundo* defendida e apresentada por *Veja* não seja imposta aos leitores, mas passível de distintas interpretações e aceitação em decorrência da adesão particular de cada consumidor.

Frente a estas compreensões, é preciso destacar que as revistas apresentam-se sobre um material de fácil manuseio e com informações diversificadas que mesclam suportes imagéticos e narrativos na construção de suas mensagens. Devido à segmentação de mercado, há revistas que se destinam a públicos específicos ou temáticas como: femininas, masculinas, crianças, mães, jovens; esporte, casa, moda, carros, dentre outros. Diferente dos jornais, as revistas tem uma publicação mais distante entre as edições, a exemplo de *Veja*, uma semanal. Esse fator acarreta distintas formas de noticiar os acontecimentos tendo em vista que informações sobre os mesmos já foram dadas por outros meios de comunicação. Nota-se a importância de diferenciais para informar e atrair a atenção do leitor.

A *Revista Veja* é criada em 1968 e pertencente ao grupo Abril que na época de sua criação já editava outras revistas segmentadas como *Claudia*, *Realidade*, *Quatro Rodas*, dentre outras. A revista chegou às bancas no dia 11 de setembro de 1968 com um formato diferente ao público consumidor: era uma revista semanal de informação. Ainda dentro de um ideal

modernizador, a revista de inspiração estrangeira foi a primeira no país no formato apresentado. Maria Fernanda Lopes Almeida (2009, p. 23) destaca que a ideia de criar *Veja* havia sido cogitada desde o início dos anos 1960, mas com a crise política da conjuntura brasileira teve que ser adiada. Ainda na mesma década, ressurgiu a ideia a partir da insistência de Roberto Civita, filho do sócio majoritário da empresa, Victor Civita.

Veja tratou de vários temas nacionais e internacionais como política, comércio, artes, literatura, dentre outros. A homossexualidade em 1993 ganha destaque a partir de uma pesquisa realizada entrevistando os brasileiros a respeito do assunto. Por isso, interessamo-nos por analisar a representação na primeira reportagem de capa explícita em que o tema aparece em 25 anos de circulação da revista no mercado.

A homossexualidade foi inserida num intenso conflito em que esta condição sexual⁴⁶ oscilou entre os qualificativos pejorativos que recebeu, até as reivindicações que culminaram com adesão de um órgão mundial, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, retirando-a do cadastro de doenças. Este cenário trouxe novamente o tema em pauta proporcionando a criação de *representações* a respeito dos homossexuais e suas vivências. *Veja* toma partido com mais afinco somente em 1993. Eis o que iremos analisar.

Homossexuais de mãos dadas

A maneira como os sujeitos se identificam é uma construção cultural que se dá por meio da inter-relação com o *outro*. Conforme Stuart Hall, a *identidade* não é fixa, está em plena construção e não é dada biologicamente; “permanece sempre incompleta, esta sempre ‘em processo’, sempre sendo formada” (HALL, 2002, p. 38 – grifo do autor). Por isso, o autor prefere falar em *identificação*, pois é algo em constante transformação.

No final da década de 1960 o agrupamento em torno de identidades como a homossexual, especialmente na Europa e Estados Unidos, ganhou projeção mundial. Difundiuse, posteriormente, e contribuiu na criação dos Movimentos Homossexuais que lutaram para conquistar liberdade, direitos, e que hoje, de maneira geral, são representados na sigla LGBT no Brasil. Num período de transição entre visões depreciativas para uma (re)construção dessas *representações* interessa-nos analisar a posição da mídia diante desses acontecimentos.

⁴⁶ Entende-se a homossexualidade como condição sexual, pois a mesma não é resultado de uma opção do sujeito, ou de uma orientação que nos parece estar associada a uma ideia de instrução, sendo orientados a agir de determinada forma. Mas de um pré-condicionamento que apresenta atração por um objeto de desejo específico. No entanto, não estamos defendendo uma ideia de essencialismo biológico, porém reconhecendo que há algum fator de induza a este tipo de desejo e que culturalmente é lapidado nas relações sociais e performativas de cada contexto social, pluralizando as formas de atração *desse objeto*.

A *Revista Veja* mencionou os homossexuais desde sua criação, em 1968, mesmo no período de censura na época do governo civil-ditatorial. A capa de 1993 é uma imagem que, num primeiro plano, contém os braços de dois homens de mãos dadas. Seus corpos e face não aparecem. Ambos têm tom de pele clara. Realçada por letras garrafais “*O que é ser Gay no Brasil*”, a edição traz ao público uma pesquisa exclusiva sobre a recepção dos brasileiros diante da homossexualidade. No canto superior esquerdo é possível visualizar as palavras “*Relações perigosas*” que se referem à outra matéria, mas que reforçam a problemática da homossexualidade naquele momento.

A escolha de dois gays para representar a homossexualidade pode ter sido em decorrência da visibilidade destes que tende a ser mais perceptível do que a de lésbicas, de modo geral. As mãos dadas estão bem no centro da imagem com um fundo desfocado cujo propósito é exatamente conduzir o observador a esse ponto. Um dos sujeitos representados está usando uma camisa clara enquanto a do outro é mais escura e com detalhes na manga que denotam certa sutileza.

Observa-se que a imagem pretende ser reservada e não coloca em pauta a apresentação social dos sujeitos. Pelo tipo de veste que é possível visualizar, trata-se de dois sujeitos que se enquadrariam naquilo que é nominado terminologicamente como “homem”, com elementos que reforçam a masculinidade, embora sua atração afetivo-sexual seja pelo mesmo sexo/gênero⁴⁷.

A sequência da matéria de capa pode ser encontrada na seção *Comportamento* da revista que concede oito páginas a discutir o tema. A partir dos padrões de manipulação iremos analisar a representação. A matéria “*O mundo gay rasga as fantasias*” inicia a discussão. Reforçada pelo subtítulo “*Ibope mostra a difícil convivência da maioria dos brasileiros com os homossexuais*”, a reportagem introduz o assunto a partir da história de vida de dois sujeitos que, por opção, faremos menção somente pelas iniciais de seus nomes: A. e D.

Com uma breve descrição dos sujeitos, *Veja* destaca suas características físicas e profissionais. A. é professor e D. é tradutor de francês. Ambos viviam juntos há três anos e usavam aliança de compromisso pretendendo inclusive adotar uma criança. Talvez um trocadilho com a imagem da edição, gostavam de receber as visitas “*de mãos dadas*”. Em seguida é descrita a maneira como se conheceram e o período que antecedeu esse contato. A. tinha 28 anos quando a reportagem foi publicada e contou que aos 14 anos sua mãe o levou a um urologista assim que “percebeu” sua sexualidade e, posteriormente, foi encaminhado à

⁴⁷ Gênero é entendido a partir de Joan Scott (1995) juntamente com as contribuições de Judith Butler (2017), Beatriz Preciado (2011) e Richard Miskolci (2009).

terapia. A razão, segundo a revista, era “que, dali para frente, [A.] teria de enfrentar tamanha pressão exterior que iria necessitar de apoio psicológico para suportá-la” (VEJA, n. 1287, p. 52 – grifo nosso). Contudo, tal iniciativa empreendida pela família no final da década de 1970 era notória da maneira como a homossexualidade era vista pela sociedade em geral. Por mais que movimentos já estivessem lutando para alcançar direitos e igualdade aos sujeitos que manifestavam esta condição em um período de transição na história política do Brasil, a homossexualidade era vista pela ciência como doença.

Mas porque começar uma matéria falando da vida íntima de um casal gay? Uma vivência que apesar de percalços estava indo bem? Teria conexão com o resultado da pesquisa realizado pelo Ibope? A esta última pergunta podemos responder de imediato, não. A pesquisa não demonstrou a aceitação de sujeitos homossexuais na sociedade, ao contrário, ressaltou o descaso e o estigma que permanecia apesar das mudanças. Começar com uma história deste tipo em que há a seleção de alguns dados a respeito dos sujeitos contrastando-se com o próprio resultado da pesquisa, descontextualizando os fatos, é um padrão de *fragmentação* utilizado. A ênfase sobre uma realidade de vida que era um dos poucos casos em que era possível desfrutar de tal situação demonstra segundo a reportagem – e como título da seção indica – a “*fantasia*” em que muitos mergulhavam em busca de algo que não aconteceria plenamente.

É possível perceber pela maneira como foi descrita a história que a mesma reforça o padrão heteronormativo. Ou seja, os sujeitos apresentam-se socialmente como “homens” (há as imagens juntamente a reportagem que permitem verificar tal assertiva) e pretendem reproduzir elementos que coincidem com este comportamento. O porte de aliança de compromisso e desejo de filhos ressalta estes aspectos em detrimento de uma vida promíscua, sem compromisso, que outros são categorizados. A condição sexual de ambos, e aqui destacamos o desejo por pessoas de mesmo sexo/gênero, é o critério que define o tipo de relação. A seleção dos sujeitos homossexuais divulgados por *Veja* evidencia um padrão de vida de um grupo social com instrução podendo integrar a classe média da época ou superior. Foi uma escolha possivelmente voltada ao público leitor, que em sua maioria, é integrante dessa classe social e se identificaria com a reportagem.

Beatriz Preciado (2011, p. 18) destaca que os sujeitos que expressam sua sexualidade, vivências e apresentação social de maneira distinta da nominada e esperada segundo o sexo biológico, bem como das características atribuídas ao binarismo (homem/mulher), colocam em pauta “os sistemas de produção de saberes científicos dos normais”. Isso pode ser uma das razões da escolha deste casal homossexual que se aproxima do padrão heteronormativo, porém

manifestam o desejo por uma relação entre “iguais”. Desta forma, não foi uma escolha fortuita, mas carregada de significados.

A seguir, o resultado da pesquisa do Ibope elucida as marcas do estigma que era atribuído aos homossexuais nos primórdios da década de 1990. Numa entrevista com duas mil pessoas, homens e mulheres de diversas classes como aponta a reportagem, os resultados são informados com destaque sendo que uma das informações discutidas na seção é em razão de 36% das pessoas não aceitarem contratar um funcionário que fosse homossexual, mesmo com a melhor capacitação (VEJA, n. 1287, p. 52). Os demais dados revelam a mesma imagem pejorativa desses sujeitos como a não aceitação de políticos gays, médicos que em represália, perderiam clientes em razão dessa sexualidade. A partir disso, podemos verificar que a manifestação explícita da condição sexual desses sujeitos deveria ser mantida em silêncio, pois desta forma haveria a possibilidade de ter uma “vida normal”, como se a que buscavam viver ou mesmo viviam não fosse ideal em razão das perdas advindas.

Os dados da pesquisa apresentados também revelam que no grupo mais intelectualizado era possível perceber a maneira distinta como encaravam aquela realidade, em contraponto aos demais que atribuíam a Aids aos gays e cujo pensamento encontrava maior respaldo em cidades menores. A representação dos homossexuais pela revista ia ao encontro da visão da maioria entrevistada pontuando a necessidade de esconder sua *identidade sexual* para preservar seu trabalho. Nesse sentido, a reportagem inicial dá um sentido maior aos dados divulgados ao apresentar um casal homossexual inserido, em parte, dentro da heteronormatividade. Logo, esses sujeitos deveriam portar-se socialmente como “homens” e/ou “mulheres” para evitar o estigma, mesmo se fossem homossexuais.

O despreparo para lidar com essa situação é destacado na fala de um médico que residia em São Paulo ao informar os resultados de sua pesquisa com médicos, psicólogos e homossexuais. Verificou que 30 % dos médicos condenaram a homossexualidade sendo que metade considerou-se despreparada para lidar com essa situação. Ainda, o pesquisador afirma: “Fica claro que, apesar de todas as mudanças, a homossexualidade continua maldita” (VEJA, n. 1287, p. 53). Especialmente por carregar consigo representações essencialistas, religiosas e moralizantes que somente foram rejeitadas – de forma mais incisiva – no início da década de 1990, legitimada pela Organização Mundial da Saúde, com a retirada da homossexualidade do grupo de doenças, embora ainda houvesse relutância por alguns profissionais cujo entendimento patológico e de anormalidade ainda era partilhado.

As representações sobre os sujeitos homossexuais se colidem através da *violência simbólica*, como destaca Bourdieu (1989), em que há a imposição de uma determinada *visão*

de mundo que se impõe sobre as demais intensificando as relações de poder. A imprensa também é um instrumento de dominação na medida em que apresenta as informações, mensagens de uma maneira convincente que chega aos leitores, e que estes podem incorporar essa “realidade” criada. Lembremo-nos do alerta de Gramsci a respeito da ideologia *partidária*, presente no discurso da imprensa. Posto isso, é fundamental entender a própria reportagem como uma *representação* da realidade, dos acontecimentos, do fato noticiado. “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”, ressalta Chartier (2011, p. 23).

A descoberta pela família da homossexualidade de um membro é sempre algo carregado de distintos significados. Apesar das possíveis suspeitas, a negação de que aquilo não é verídico leva muitos a ignorarem tal comportamento. Ou ainda, acreditarem que em razão de uma vivência heterossexual não é possível mudar de relação. O exemplo citado por *Veja* é de uma garota que as vésperas de seu casamento têm uma relação com uma mulher e a partir daí seus projetos futuros tomam outros caminhos. Sua família, ao descobrir, a expulsa de casa não entendendo como alguém que apresenta características femininas pode se interessar por mulher. A dubiedade assinala a crença de que os homossexuais assumem os papéis sociais e sexuais reproduzindo os elementos da heterossexualidade, identificando no casal a função que cada um desempenharia na relação (homem/mulher). O equívoco é que isso não corresponde à realidade, já que as diversas possibilidades de viver uma relação ultrapassam os modelos ortodoxos generalizantes e binários. Cada um busca a sua forma de encontrar a felicidade e pre(conceitos) que almejam descobrir isso acabam perdendo sentido.

Tempo depois, a jovem desempregada volta a morar com o pai e irmã, e continua vivendo seus relacionamentos. Percebe-se que a relação familiar torna-se mais agradável, afinal, de expulsa volta a morar em casa. A matéria mais do que destacar um caso de rejeição e posterior aceitação, enfatiza novamente a difícil aceitação na sociedade e o problema do *desemprego*, dada a discriminação social atribuída a esta manifestação da sexualidade.

Veja posicionasse diante do cenário:

Todo mundo tem uma **vida sexual** e, como se sabe, ela **pertence à esfera privada** de cada um. Mas, a rigor, **é discutível se os homossexuais podem exercer esse direito**. A discriminação que sofrem torna sua vida sexual um tema político, pois envolve seus direitos no convívio com **a maioria dos cidadãos, heterossexuais**, que, como lembra o Ibope, **nem sempre ficam à vontade com seu comportamento e mesmo sua simples presença**. Tratar desse assunto já foi um modismo e até inspirou cenas de exibicionismo nos vinte anos que se iniciaram com a revolução de costumes dos anos 60 e se encerraram com a Aids. **Hoje, a preferência é por um comportamento mais discreto** (VEJA, n. 1287, p. 55 – grifo nosso).

A mensagem dá a entender que a sexualidade é algo que não pode tomar as proporções públicas. É algo que deve se limitar ao aspecto privado. Tal pensamento é uma extensão dos valores cristãos que preconizam o sexo apenas como um instrumento de reprodução, que deve ser realizado para este fim e com privacidade. Falar ou demonstrar isso publicamente fere esses princípios morais que foram ampliados à dimensão civil com a criação de leis e dispositivos que tratam desse tema. A frase “*é discutível se os homossexuais podem exercer esse direito*” adquire um sentido interrogativo. Se os heterossexuais manifestam sua sexualidade no espaço privado (não somente), por que os homossexuais não podem? A sequência discursiva tenta justificar a questão valendo-se de argumentos incongruentes com os fatos. Se os sujeitos homossexuais sofrem discriminação, tendo dificuldades de aceitação pela maioria hetero, cujos dados são reforçados pelo resultado da pesquisa do Ibope, tomando repercussão política, em que isso impede os mesmos de viverem sua vida privada? Se a questão girava em torno do espaço público, o sentido dado à mensagem questiona sua manifestação no seio privado, como se fosse algo que nem mesmo nesse espaço pudesse aparecer.

A par destas considerações percebesse que a revista enfatiza a vida difícil dos homossexuais e os entraves que a sociedade impõe diante desse comportamento. Entretanto, a forma como apresenta a discussão e os argumentos ressalta a *representação* partilhada pela maioria das pessoas na sociedade – como atestam os resultados da pesquisa – de que os homossexuais são rebaixados e discriminados. Não podem ser equiparados aos heterossexuais, e o estigma é resultado de seu comportamento que, se fosse “diferente”, não seria pejorativo. Mesmo com as mudanças legais quanto ao estatuto científico da homossexualidade, a abjeção continuava. E *Veja* insiste em difundir uma representação que reforça a necessidade da “*discrição*” por parte dos homossexuais.

“A vida dos homossexuais brasileiros hoje, é melhor do que no passado mas está longe de lhes garantir um cotidiano de conforto”. Assim inicia outro fragmento que discute o agrupamento desses sujeitos em guetos para namorarem e relacionarem-se com seus parceiros. Alguns locais frequentados são utilizados por heterossexuais durante o dia e a noite recebe outro público. No entanto, estratégias de diferenciação são tomadas. “Por ser um lugar de mão dupla, [...] usa jogos de louças de cores diferentes para a freguesia do almoço saber que não está comendo no mesmo prato dos gays – pois muita gente ainda acha que Aids é prerrogativa de homossexual e se transmite até via porcelana” (VEJA, n. 1287, p. 55).

Diante dos qualificativos pejorativos atribuídos aos homossexuais a própria aproximação desses sujeitos é vedada. O tratamento diferenciado atribuído é representativo da preservação dos dois públicos, pois para manter ambos foi necessário deixar claro os

mecanismos de distinção. No que tange as questões conjugais, o comentário de um sujeito casado à época, há quatro anos, demonstra a dificuldade de manter uma relação monogâmica a partir de visões essencialistas do senso comum. “Os homens tradicionalmente se permitem mais liberdade sexual que as mulheres. Quando você junta dois homens então, a probabilidade de que eles sejam fiéis é quase nula” (VEJA, n. 1287, p. 56). Os argumentos destacados pela fala do sujeito revela a noção de que o homem não se priva de relações sexuais mantidas apenas com uma pessoa, imprimindo-lhe um sentido essencialista como se fosse algo comum a todos, “naturalizado”. Nesse sentido, numa relação de dois homens a fidelidade seria impossível. Em outro aspecto, o mesmo comentário – de um homossexual – reforça a imagem promíscua da relação entre estes sujeitos.

Num box em destaque, há a história de um casal de gays que tem como título “*Alegrias e mazelas*”. Os fragmentos da vida dos dois aqui serão representados pelas letras A. e M. Uma das dificuldades apontadas por M. a respeito da sexualidade é a reação da família: “A principal barreira a vencer é a família. Se a família já sabe, não há motivo para esconder de mais ninguém” (VEJA, n.1287, p. 56). A reação familiar à apresentação pública da sexualidade de um de seus membros pode abalar as relações familiares e dificultar a aceitação dos sujeitos homossexuais. Encontrando na sociedade diversos empecilhos, a família que poderia ser um pilar de sustentação e apoio nestes momentos acaba fragilizando ainda mais essa relação. Muitos são agredidos, expulsos de casa simplesmente pelo fato de não enquadrarem-se na heteronormatividade inventada e legitimada, que se reproduz socialmente almejando ser totalitária. Não bastasse a batalha interna que os indivíduos precisam enfrentar, a família e sociedade reforçam esses obstáculos. Por essa razão, talvez, A. desabafa: “Se surgisse uma fada madrinha e me desse a possibilidade de escolher, certamente eu optaria por ser heterossexual. A vida de um homossexual é mais difícil” (VEJA, n. 1287, p. 56). E aqui pensemos não a vida em si, mas os entraves que foram impostos para viver desta forma.

O fragmento de outra história, enunciada como “*Viuvez de solteiro*”, é de um psicólogo que além de suas atividades laborais cotidianas presta atendimento a vítimas acometidas pela Aids em São Paulo. Suas vivências pessoais perpassaram o relacionamento com um rapaz que morreu num acidente de automóvel, abalando-o emocionalmente. Tal acontecimento foi utilizado como trocadilho com o título da matéria que remete a esta perda e sua situação atual em 1993 – solteiro. A assistência prestada a pacientes com o vírus HIV o permitiram visualizar várias situações, inclusive a morte destes sujeitos. A doença descoberta na década de 1980 fragilizou ainda mais a imagem dos homossexuais, grupo em que esta incidência foi maior. A

homossexualidade considerada por alguns como “*pecado contra natureza*”⁴⁸, por si só já era um incômodo aos costumes e valores morais da sociedade. O surgimento da doença (Aids) ampliou essa conotação intensificando socialmente a rejeição desses sujeitos e culpabilizou-os por “transmitirem” aos heterossexuais tal patologia.

De acordo com Michael Pollak,

As principais características da experiência da doença são o segredo e o silêncio, e na medida do possível a manutenção de uma continuidade da vida: tudo muda na visão que o doente tem de si mesmo, mas nada deve mudar na imagem que os outros têm dele. A isso se junta o fato de que a doença, tendo-se tornado evidente, devolve à pessoa doente uma imagem de sua identidade homossexual que já não existe, uma vez que esta, justamente, relativiza essa parte no indivíduo à medida que seus desejos sexuais diminuem e que ele concentra sua atenção em suas necessidades mais imediatas e na reflexão do sentido a dar a sua doença e a sua vida diante da morte (POLLAK, 1990, p. 99).

O silêncio destacado por Pollak reforça o estigma da condição sexual e também da doença na medida em que ambas se unem. Os problemas sociais acarretados por essa vivência dão lugar a outras preocupações que são no momento mais urgentes. Integrando o “grupo de risco”, o perigo torna-se constante e acaba limitando os prazeres em substituição a um sexo seguro. Aqueles que vão além dos limites de maneira imprudente correm o risco de contaminar-se, expandir o vírus e, ainda, morrer. Situações complexas que exigiam cuidado.

Retomando a reportagem sobre o psicólogo que mencionamos, a mensagem nos permite identificar trechos que nos parecem centrais em análise junto aos demais. Há o destaque para a postura social do sujeito que “não faz propaganda de sua condição sexual no trabalho, mas também não a esconde”, destaca *Veja*. Junto a isso, a imagem do mesmo no canto superior direito da página é de um homem de pele clara, em sua área de trabalho, cujas características apresentadas dificilmente o identificariam como homossexual. Novamente verificou-se uma *representação* similar aos papéis sociais associados ao masculino/homem, sendo que o mesmo não se “apresenta” como homossexual, apesar da mensagem dizer que “*não a esconde*”. Igualmente, a rejeição à vida social destes sujeitos é imbricada a uma concepção libertina, pois o mesmo estava solteiro, mas quando isso aconteceu não “correu para as boates gays à procura de outro companheiro” (VEJA, n. 1287, p. 53). Novamente, o reforço ao comportamento discreto e “controlado” que deveriam ter.

Ao passo que as notícias fragmentadas compuseram o primeiro tema central da seção *Comportamento*, a última discussão levantada foi “*A dor da descoberta*”, com o subtítulo “*Culpa, medo e solidão alimentam o drama que envolve o homossexual e sua família*”. Nesta

⁴⁸ Sobre isso ver os trabalhos de Luiz Mott (1998; 2001a; 2001b; 2006; 2016).

parte da reportagem é possível perceber as contradições da descoberta da homossexualidade e a não aceitação, relutância e negação manifestada pelos familiares. Respalhada pela pesquisa cujos dados assumem posição central na matéria, “62 % dos entrevistados acham que o pai deve tentar convencer seu filho a mudar de condição quando descobre que ele é homossexual” (VEJA, n. 1287, p. 58). Reitera o pensamento normativo de que a relação “normal” e “natural” é estabelecida entre homem e mulher. O pai tenta corrigir o filho (especialmente se for do mesmo sexo) a desempenhar o papel de “homem” e conseqüentemente a portar-se como tal. Se há suspeitas a respeito de sua sexualidade, a coação moral irá se voltar ao grupo familiar, sendo este um dos motivos que abala essa relação.

A pergunta “*onde foi que eu errei?*” certamente é feita pela família quando há a descoberta dessa sexualidade do filho, assim como se interrogou uma professora de São Paulo quando passou por essa situação. Não rompendo as relações, ambos relacionaram-se “normalmente” apesar de não comentarem determinadas questões. No entanto, a mãe destaca:

Ele sempre se preocupou em manter o respeito em casa. Por isso é que conseguimos conviver com certa tranquilidade. Optei por não transformar minha vida num inferno e estou tentando aprender a aceitá-lo. Mas às vezes me pego pensando que um dia ele vai encontrar uma garota, casar-se e ter filhos (VEJA, n. 1287, p. 59).

A fala assinala que a relação entre mãe e filho está se adaptando sem, contudo, transparecer uma harmonia ou felicidade entre os dois. Mais do que isso, é enfatizado o esforço para poder ter uma “vida normal”, embora o idealismo de uma vida heterossexual continue a fazer parte do imaginário dessa mãe. A imagem que acompanha a descrição permite evidenciar a preocupação de ambos e as incertezas sobre o futuro. O filho está sentado ao chão e abraçado sobre as pernas de sua mãe sentada numa poltrona. Seu olhar inseguro é lançado ao chão como se estivesse com os pensamentos em outro lugar. A mãe, demonstrando aflição, com a mão sobre a cabeça do filho e semblante pensativo, reitera a imagem de intranquilidade. Mesmo fazendo menção ao pai na reportagem, o mesmo não está presente na imagem.

Considerações finais

A partir da análise empreendida foi possível compreender que nesta edição da *Revista Veja*, a primeira que trouxe o tema da homossexualidade de forma explícita em sua capa, contribuiu para enfatizar uma determinada *representação* dos homossexuais que se aproxima do grupo leitor da revista, classe média e superior.

Os argumentos trazidos a respeito dessa vivência sexual na sociedade destacaram o aspecto prejudicial na atividade laborativa, que em razão do afastamento dos demais sujeitos, acarretaria um prejuízo profissional. Isso se explica pelo estigma atribuído a esta sexualidade

intensificado pelo surgimento da Aids. As histórias de vida publicadas enfatizaram como esta sexualidade foi percebida dentro do padrão de vida partilhado pelo público consumidor da *Revista Veja*.

A expressão social e sexual da homossexualidade preconizada e difundida pela revista é a da discricção, como aparece nas mensagens e imagens que acompanharam a reportagem. Nesse sentido, a *performatividade* do gênero como destaca Judith Butler (2017) deve, para *Veja*, estar associada aos papéis sociais e sexuais condizentes com seu sexo biológico num sentido essencialista. Logo, os homossexuais deveriam expressar comportamentos, gestos, trejeitos de “homens” ou “mulheres”. Assim, não perderiam o emprego e teriam menores obstáculos, pois sua sexualidade não seria “percebida”. O entendimento da homossexualidade perpassa essa dupla relação: não nega a condição sexual, mas socialmente deve enquadrar-se o máximo possível da heteronormatividade.

Os padrões de manipulação citados por Perseu Abramo nos permitiram lançar um olhar às mensagens presente no discurso de *Veja* percebendo a construção de sentidos e a significação que os mesmos adquirem a partir daquela maneira de *dizer*. A utilização dessas estratégias pela imprensa desloca a atenção daquilo que é essencial para outras questões que são secundárias. A seleção do que iria compor ou não a reportagem é uma escolha que depende de inúmeros fatores, porém, o silenciamento dado a alguns sujeitos que fazem parte da sociedade revela as contradições que ainda não haviam sido superadas. Como destaca Marialva Barbosa (2007, p. 163), “o jornalismo não se revela como um contrapoder, mas como poder instituído”. Perceber a dinâmica presente no interior de sua ação é necessária para compreendermos esse processo.

Situamos as reportagens mais intensamente no padrão de *fragmentação* sendo recortes de histórias de vida diversas. Nesta seleção foram destacados apenas alguns elementos, descontextualizados, que produziram um determinado sentido. Apesar de haver elementos dos demais padrões, ambos mesclaram-se como: *ocultação* de sujeitos, realidades; *inversão* de importância com destaque há apenas alguns sujeitos dentro do recorte da homossexualidade que não representam a totalidade, resultando no último padrão chamado *indução*, uma realidade criada, legitimada e difundida que é resultado da ação da imprensa (ABRAMO, 2016).

Portanto, as *representações* da homossexualidade na *Revista Veja* destacam a imagem de uma *identidade performativa* voltada especialmente para um determinado grupo na sociedade, sugerindo uma maneira específica de portar-se, a partir das histórias relatadas que enfatizam o sujeito. Nesse sentido, este veículo de imprensa contribuiu no olhar lançado pelos leitores a respeito dos homossexuais a partir das *visões de mundo* divulgadas, que

proporcionaram transformações nos entendimentos a cerca de suas representações na primeira metade da década de 1990.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Perseu (com colaboração de Laura Caprigliole et. al.). *Padrões de manipulação na grande imprensa*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. Tradução de André Dione Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. v. 2.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, a. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 40-59, mar./maio 2001a.

_____. Educação sexual e o jovem homossexual. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 57-88, jul./dez. 1998.

_____. Homo-afetividades e direitos humanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, maio-agosto 2006, p. 509-521.

_____. Homofobia: uma praga cristã. *Revista e-hum*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p. 66-73, ago./dez. 2016.

_____. Os filhos da dissidência: o pecado de sodomia e sua nefanda matéria. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 189-204, jul. 2001b.

POLLAK, Michael. *Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia*. Tradução de Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PRECIADO, Beatriz. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro; Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Fonte

VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 1287, 12 maio 1993, p. 52-59. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

**ARTE, GÊNERO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: QUESTÕES INICIAIS
VERSADAS A PARTIR DO CONCEITO DE “INTELECTUAIS
MEDIADORES”**

*ART, GENDER AND HISTORY OF EDUCATION: INITIAL ISSUES VERSED FROM
THE CONCEPT OF "INTELLECTUAL MEDIATORS"*

*Lislaine Sirsi Cansi
Doutoranda em Educação/PPGE – UFPel,
lislaine_c@yahoo.com.br*

RESUMO

Este texto apresenta uma pesquisa em nível de doutoramento, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que encontra-se em andamento. A investigação busca aproximar dois territórios, o território de minha formação e de minha atuação, o campo das Artes Visuais, e o território da linha de pesquisa ao qual me encontro, a área reconhecida como História da Educação. Para isso, intenta-se realocar algumas categorias de interesse pinçadas em minha dissertação de Mestrado em Artes Visuais, intitulada “Poética *na* docência [corpo e território]”, PPGAV – UFPel (2016), e promover discussão a partir do conceito de “intelectuais mediadores”. Nesse contexto, interessa pensar a respeito da produção poética de alguma artista-mulher, bem como de sua biografia, e problematizar questões acerca de sua contribuição (ou não) para a educação. Como aporte teórico-metodológico será utilizado principalmente o pensamento de autores como Peter Burke e José D’Assunção Barros, para tratar sobre História e História Cultural, Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen, para versar sobre o conceito de “intelectuais mediadores”, Simone de Beauvoir e Judith Butler, sobre a categoria gênero e, por fim, Erwin Panosfky, por seus estudos concernentes à leitura visual.

Palavras-chave: Arte. História da educação. Intelectuais-mediadores. Artista-mulher. Gênero.

ABSTRACT

This text presents a research at the doctoral level, belonging to the Postgraduate Program in Education (PPGE), Federal University of Pelotas (UFPel), which is in progress. The research seeks to bring together two territories, the territory of my formation and my performance, the Field of Visual Arts, and the territory of the line of research to which I find myself, the area recognized as History of Education. In order to do so, it is attempted to reallocate some categories of interest pinched in my Master's thesis in Visual Arts, entitled "Poetics in teaching [body and territory]", PPGAV-UFPel (2016), and to promote discussion from the concept of "intellectuals mediators ". In this context, it is important to think about the poetic production of some artist-woman, as well as her biography, and to question questions about her contribution (or not) to education. As a theoretical-methodological contribution will be used mainly the thought of authors such as Peter Burke and José D'Assunção Barros, to deal with History and Cultural History, Angela de Castro Gomes and Patricia Santos Hansen, to discuss the concept of "mediating intellectuals" Simone de Beauvoir and Judith Butler, on the gender category, and, finally, Erwin Panosfky, for his studies concerning visual reading.

Keywords: Art. History of education. Intellectuals-mediators. Artist-woman. Genre.

Começo de conversa: as frentes

Começo a escrever tendo como escopo as relações entre o campo da Arte e a área da História da Educação, estabelecidas na primeira parte do título desse texto, para em um segundo momento abordar o conceito “intelectuais mediadores” (GOMES; HANSEN, 2016) e, no terceiro e último momento, discorrer sobre o tema de ligação estabelecido entre os campos de conhecimento acima citados, o conceito de gênero.

O campo da Arte concerne ao território ao qual chamo de *meu*. Enfatizo a possessividade devido à relação íntima de formação e de atuação que possuo com esse lugar: sou artista-professora atenta às questões de formação em Arte, seja em nível escolar, seja em nível universitário⁴⁹. Como artista-professora, interessei-me em abordar assuntos que versam sobre a “poética *na* docência”, proposição discutida em minha dissertação de Mestrado em Artes Visuais (PPGAV – UFPel). Essa ação pedagógica denota preocupação com o pensamento da Arte e o Ensino da Arte em concomitância com problematizações da vida contemporânea.

Ao ingressar no curso de doutoramento em Educação, especificamente na linha de *Filosofia e História da Educação*, decido em não sacrificar esse território, *meu* território, em minha proposta de pesquisa. Desse modo, e em busca de novos desafios de investigação, opto pela permanência da Arte para esse lugar que se faz estrangeiro para mim, a área da História da Educação. Ressalto que escolho manter a Arte, porém a alteração do foco se faz fundamental: antes, durante o curso de graduação e de mestrado, a investigação foi fundamentada a partir da pesquisa *em* arte, agora, será *a partir* da arte.

Em se tratando da área da História da Educação, dentre as várias possibilidades teórico-metodológicas, opta-se por uma dimensão da História denominada como História Cultural, a qual se torna mais precisa e mais evidente nas décadas finais do século XX. Acerca das questões da História Cultural, Peter Burke (2008, p. 10) considera que “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações”. As autoras Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliane Marta Teixeira Lopes concordam com Burke ao afirmar que a maior contribuição da História Cultural ocorre quando o objeto de pesquisa for utilizado para

compreender como determinadas visões de mundo, - materializadas em produtos culturais – foram produzidas e disseminadas por diferentes grupos sociais. No centro desse debate está a tentativa de entender como (por meio de processos e em que condições) os sujeitos atribuem significado ao mundo em que vivem (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 33).

⁴⁹ Possuo experiência como professora de Arte do Ensino Básico, níveis fundamental e médio, rede pública e rede privada; a experiência em nível universitário se trata do curso de Artes Visuais – Licenciatura.

Compreende-se, a partir disso, que o foco de investigações se amplia, se diversifica e se constrói com base em objetos não necessariamente considerados legítimos pela tradição histórica. Barros (2013, p. 55) afirma que a riqueza está nas diversas possibilidades de objetos, a exemplo, cultura popular, cultura letrada, representações, práticas discursivas, instituições, mediação cultural através de intelectuais e “quaisquer outros campos temáticos perpassados pela noção abrangente de ‘cultura’”. Esses objetos são alocados entre os cinco eixos fundamentais da História Cultural, objetos culturais, sujeitos, práticas, processos e padrões (BARROS, 2013).

Em acordo com o pensamento dos historiadores anteriormente citados, constrói-se a intencionalidade da pesquisa e o objetivo desse texto. Trata-se da articulação entre o objeto da História Cultural, especificamente “intelectuais mediadores” (GOMES; HANSEN, 2016), e a categoria conceitual de gênero, trabalhada minimamente e pinçada através do movimento de ir e vir da mão por entre as páginas escritas de minha dissertação, abordada aqui por meio da produção de artistas-mulheres e respaldada em Beauvoir (2016) e Butler (2017).

Interessa, portanto, pensar a respeito da produção artística de alguma artista-mulher, considerando o conceito de “biografema”⁵⁰ (BARTHES, 1979), promover discussão a partir do objeto “intelectuais mediadores” (GOMES; HANSEN, 2016) e fazer interrogações acerca da contribuição ou não dessas artistas para o campo da Educação.

“Intelectuais mediadores”: breves palavras sobre seu conceito

Para pensar a respeito da categoria “intelectuais mediadores”, as autoras Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016) propõem discorrer a respeito da significância de cada palavra. Iniciando sua reflexão através do conceito de intelectual, indicam que intelectuais “São homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10). As autoras desmistificam a ideia de que a figura do intelectual se assemelha à imagem de gênio. Trata-se, portanto, de uma pessoa ou grupo, de um conjunto diversificado de atores, professores, artistas, diretores de museus, curadores, pessoas da comunidade, agentes educadores de qualquer área, de qualquer lugar.

O sujeito intelectual pode ser um “intelectual criador” e/ou um “intelectual mediador”. O “intelectual criador” é responsável por criar um bem cultural e por jogá-lo ao mundo. A busca

⁵⁰ Compreende-se o conceito de “biografema” (BARTHES, 1979) como “um fragmento biográfico vivenciado em um dado espaço que, por afetações sentidas pelo corpo, se tornou experiência. E se mantém em nós mais ou menos como uma verdade vivida entremeada de verdade inventada” (CANSI, 2016, p. 134).

do intelectual criador em “colocar os bens culturais em contato com grupos sociais mais amplos, formando públicos, ‘criando’ novos produtos culturais ou novas formas de comunicação e aproximação de produtos culturais conhecidos” fazem desse sujeito um sujeito “intelectual mediador”, além de intelectual criador (GOMES; HANSEN, 2016, p. 17). “Consideramos, então, que os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público especializado, composto por amplas parcelas da sociedade” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 21). O “intelectual mediador” é aquele sujeito que estabelece comunicação com o público propondo, dessa forma, a ressignificação do bem cultural.

O sujeito que é mediador é entendido a partir do termo francês de difícil tradução *passseurs*, interpretado como sujeito que conduz por uma travessia, por uma “ponte”, por um “meio de passagem”. Mediar, portanto, implica em uma prática sociocultural. Nesse contexto, o sujeito “intelectual mediador” é um sujeito histórico, autor e/ou divulgador de um bem cultural (GOMES; HANSEN, 2016).

Para ter clareza de que o sujeito é um “intelectual mediador” e não um mero transmissor, é necessário avaliar se o sujeito agrega valor ao produto cultural em questão, se conduz o produto cultural de um lugar para outro, de um tempo para outro, de um código cultural para outro, acrescentando algo ou o transformando criativamente, se apenas “simplifica” ou “didatiza” algum conteúdo, informação ou questão relacionada ao bem cultural em foco. Sendo as respostas negativas, esses sujeitos serão apenas “vulgarizadores”, sujeitos que rebaixam a atividade do “mediador cultural”.

Para compreender os sujeitos como sendo “intelectuais mediadores” é preciso também descrever e analisar suas práticas singulares, sempre sociais e políticas, que lhes correspondem em diferentes tempos e espaços. A respeito dessas práticas Gomes e Hansen recomendam que

[...] o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular (GOMES; HANSEN, 2016, p.18).

O pensamento reflexivo das autoras dá a entender que há uma integração em rede e que os bens culturais singulares, os “outros produtos”, possibilitam o surgimento de novas maneiras de pensar e de sentir.

A partir do conceito de “intelectual mediador” cultural, proponho considerar artistas mulheres. Para esse momento, acredito ser relevante levantar alguns questionamentos, são eles: se tais artistas mulheres, pelo fato de serem artistas e produzirem bens culturais, são

denominadas como “intelectuais mediadoras” de cultura; se há clareza quanto à compreensão dos conceitos “intelectual criador” e “intelectual mediador” ao se referir às artistas; se tais artistas mediaram seus bens culturais a algum público, em períodos e tempos diferentes; se elas possibilitaram, a partir de seus bens culturais, diferentes maneiras de pensar e de sentir; se as mulheres artistas reforçam ou não reforçam a representação da mulher na sociedade; se as mulheres artistas são transgressoras, subversivas e promovem críticas, transformações sociais com sua arte; por fim, se questiona se essas imagens educam. São essas questões que direcionarão o pensamento analítico e reflexivo desse texto.

Gênero: a necessidade de se falar de mulheres

A história das mulheres mostra que o movimento feminista surgiu no Brasil nos anos 60 e 70, fundamentado em reivindicações concernentes à igualdade de direitos entre homens e mulheres, tangível a todas as dimensões da vida, aponto aqui para a relevância do trabalho em se tratando do espaço de tempo citado. O gênero surgiu como uma nova categoria, advinda do campo da Antropologia, nos anos 80. Galvão e Lopes (2010, p. 58) compreendem o gênero como “uma categoria relacional que permite estabelecer construções contrastantes tendo em vista a cultura”. As autoras descrevem que na área da educação, tal categoria correspondeu num primeiro momento na definição dos papéis sexuais femininos e masculinos na sociedade, e que, desde os anos 80, pesquisas com diversos focos de análise têm surgido. “Por um lado, há as pesquisas que incluem a categoria gênero como fundamental para a interpretação, por outro, as investigações dedicadas à mulher e às relações que ela estabelece no espaço das fábricas, das empresas, das famílias e das escolas” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 58). Nesse estudo, interessa pensar sobre a mulher e na mulher no espaço da Arte.

Tendo como foco a mulher, me aproprio da obra intitulada *Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir. Obra de 1949, tornou-se atemporal e referência do movimento feminista mundial, é, portanto, obra fundamental para refletir acerca da mulher. *Segundo Sexo* constituiu-se de dois volumes, “Fatos e Mitos” e “A Experiência Vivida”. No primeiro volume a autora disserta filosoficamente acerca dos desequilíbrios de poder entre o sexo feminino e o sexo masculino, sendo o homem aquele que ocupa o papel de “Sujeito”, já que é entendido como “Absoluto”, e a mulher, aquela que se posiciona na posição do “Outro”. Seus argumentos são fundamentados em diversas áreas do conhecimento, entre os quais a Biologia, a Antropologia, a Sociologia, a Psicanálise, a História, e assim compõe-se de três partes intituladas “Destino”, “História” e “Os Mitos”. No segundo volume, Beauvoir analisa a condição da mulher em todas as suas dimensões – sexual, psicológica, social e política, desde a infância, passando pelo

casamento, pela maternidade, pela vida social até chegar à velhice. É relevante destacar que a autora não só contempla os problemas que se apresentam à mulher ao longo de sua vida, como propõe o caminho da libertação. Esse volume compreende quatro partes: “Formação”, “Situação”, “Justificações” e “A Caminho da Libertação”.

Já na página inicial do primeiro volume, Beauvoir (1949, p. 9) nos interpela questionando: “O que é uma mulher?”.

A primeira hipótese construída historicamente, atualmente antiquada, mas ainda debatida, remete ao conceito de “matriz”, assim bastaria ter útero para ser uma mulher. Para situar essa hipótese na história, cito aqui a pequena estatueta conhecida por “Vênus de Willendorf”, do período paleolítico superior, em que o foco para a representação da mulher era a fertilidade. Retornando a Beauvoir, no espaço-temporal em que se localiza a sua obra, a autora (1949) indica que nem toda mulher que se identifica como mulher, tem útero, e que, nem todos os seres humanos femininos são mulheres, embora tenham útero. Nesse contexto, concordo com a famosa frase de Beauvoir (1949, p. 9) que diz: “Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres”.

A partir disso, avanço para o que acredito ser a segunda hipótese, a ideia do sujeito do feminismo. Essa ideia é fundamentada na declaração de que uma mulher, para que seja uma mulher, se declare como uma mulher. É necessário afirmar: “Sou uma mulher” (BEAUVOIR, 1949, p. 11). Ser mulher advém de questões relacionadas à identidade, compreende-se mulher, constitui-se mulher, identifica-se mulher.

No que tange ao sexo, “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” (BEAUVOIR, 1949, p. 12-13). Se a mulher se coloca como inessencial, se afirma também como secundária, como objeto, como corpo. Desse ponto, é possível compreender a posição da mulher como objeto sexual, objeto do sexo masculino, compreendida como “corpo” pela cultura. É constrangedor pensar, já que sou uma mulher, que a submissão da mulher em relação ao homem pode ter sido algo “natural”, algo incorporado pelas mulheres através do olhar imposto pelos homens – sabe-se que historicamente a representação da mulher foi construída pelos homens, na filosofia, na história, na arte, na política, entre outros. Nesse sentido abordam-se duas provocações: a mulher pode ser considerada secundária em todas as dimensões da vida? O homem é realmente absoluto? Ressalta-se que se houvesse relatividade entre “Um” (homem) e “Outro” (mulher) haveria reconhecimento da reciprocidade de relações (BEAUVOIR, 1949). Para isso, depende de “Um” e de “Outro”, digo, como proposição de unificação, de ambos.

Beauvoir (1949) garante que a submissão vem da dominação historicamente construída pelo homem. Porém, ela diz que a realidade histórica não é um dado imutável. A autora (1949, p. 15) sugere que “Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno”. No tocante a essa operação de retorno ao essencial, Judith Butler (2017) salienta que é preciso promover a subversão, no campo da identidade, para que haja a libertação da mulher. É preciso subverter o estereotipo de feminilidade, o controle do discurso, a mídia sensacionalista, a retórica visual, a misoginia, o desprezo, o poder da política na imagem da mulher, a supremacia masculina, a imposição, a opressão e a discriminação da sociedade. Compreendo que a libertação da mulher possa fazer com que ela ocupe a posição de “Sujeito”, de “Essencial”.

Nesse texto, acredito estar operando o retorno ao essencial. Opero a partir de outra hipótese para a questão de Beauvoir, “o que é uma mulher”, me ancorando em uma frase da poesia de Adélia Prado (1993), que diz: “A mulher é desdobrável. Eu sou”. Replico: “Mulher é desdobrável. Nós somos”. Pretendo operar propondo espaço para mulheres artistas, para pensar sobre e a partir de sua produção artística. A curadoria se ocupa de escolher uma obra para cada artista, são exatamente três, a saber: *A Negra* (1923), de Tarsila do Amaral, *As duas Fridas* (1939), de Frida Kahlo, e *Homenagem a Ana Mendieta* (1993), de Nancy Spero. Compreendo que essas artistas são mulheres que desdobram o conceito de representação da mulher. Assim as declaro como mulheres, artistas, “Sujeitos” e “Essenciais”.

Desdobramento da mulher, em imagens

A leitura visual será embasada no estudo de imagens de Panofsky (1995), concentrado em três abordagens: pré-iconográfica, iconográfica e iconológica.

A abordagem pré-iconográfica diz respeito ao tema primário da imagem, à primeira camada de interpretação, e refere-se à identificação dos motivos artísticos, em outras palavras, de formas puras, isto é, de certas configurações de linha, cor, volume, tendo como base a experiência prática – familiaridade com objetos e eventos (PANOFSKY, 1995). A descrição pré-iconográfica possui como apoio teórico a “História do *estilo*”, a qual concerne à “compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, *objetos* e *eventos* foram expressos pela forma” (PANOFSKY, 1995, p. 65).

A abordagem iconográfica corresponde ao tema secundário da imagem, à segunda camada de interpretação, e refere-se à descrição e à classificação da imagem, de estórias e de alegorias, tendo como base a familiaridade com conceitos, temas específicos, fonte literária e em outras imagens. Faz-se, nesse momento, a ligação entre a identificação dos motivos

artísticos e suas combinações (composição) a assuntos e conceitos, o que implica em informar “quando e onde temas específicos foram visualizados por quais motivos específicos” (PANOFSKY, 1995, p. 53). A análise iconográfica possui como apoio teórico a “História dos tipos”, a qual reporta à “compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, temas ou conceitos foram expressos por objetos e eventos” (PANOFSKY, 1995, p. 65).

Por fim, a abordagem iconológica remete-se ao significado da imagem, à última camada de interpretação, e refere-se à interpretação do conteúdo, constituindo o mundo dos valores “simbólicos”, tendo como base a “intuição sintética” – familiaridade com as *tendências essenciais da mente humana* (PANOFSKY, 1995). A interpretação iconológica possui como apoio teórico a “História dos sintomas culturais ou ‘símbolos’”, a qual compreende “a maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, *tendências essenciais da mente humana* foram expressas por temas e conceitos específicos” (PANOFSKY, 1995, p. 65).



Figura 1: *A Negra* (1923), Tarsila do Amaral.
Fonte: www.tarsiladoamaral.com.br.

A primeira camada de análise da imagem de *A Negra*, diz respeito ao elemento figura-fundo, elemento que conduz a leitura visual. A figura compõe quase a totalidade do espaço e se apresenta em primeiro plano. A figura é monocromática, exibindo sutil variação tonal da cor marrom, o que dá a perceber o seu volume. A figura é construída por meio de linhas orgânicas. Em relação ao fundo, é arquitetado com linhas horizontais, coloridas e geométrizadas do centro à parte superior esquerda e em uma pequena parte do lado inferior direito. Há uma linha em tons de verde na diagonal direita. Há forte contraste na construção formal da imagem, entre

figura e fundo no que tange a cor, forma, tamanho, escala. Há equilíbrio na imagem, visto a localização dos elementos compositivos, isto é, a centralização da figura e as linhas de força horizontais e vertical (ARNHEIM, 1988; DONDIS, 1991).

A segunda camada de análise da imagem advém principalmente da figura, isto é, da negra, da mulher que é negra. A categoria gênero se faz relevante nesse momento de análise. A figura, representada por uma mulher, mulher que é negra, robusta, com traços faciais que exprimem sua identidade étnico-racial, está sentada, em posição deslegante e completamente nua, sem cabelos e sem adornos. Seus pés e suas mãos são grandes. Nosso olhar percorre o seu rosto e o seu corpo e estranha-se o fundo: onde essa mulher que é negra poderia estar? Quem ela é poderia indicar o seu lugar, o lugar que ela se encontra na imagem? O fundo pode ser descrito apenas como um espaço colorido e composto de linhas geometrizadas, ou seja, uma paisagem racionalizada por Tarsila para legitimar as formas curvas e a força da figura principal (PUGLIESE, 2011).

A terceira camada de análise diz respeito ao destaque e a força de uma mulher negra, demonstrado por uma mulher branca, bonita, elegante e elitista. Segundo a professora e historiadora Júlia Matos, *A Negra*:

foi produzida em 1923 ainda no atelier de Fernand Léger, que muito se empolgou com a criação da aluna brasileira. Este quadro é visto por muitos especialistas da obra de Tarsila como um manifesto, uma carta de princípios, a declaração de sua posição artística frente aos impasses e contradições de seu tempo. Também foi a indicação do percurso que seguiria desse momento em diante, seu grito de liberdade (MATOS, 2011, p. 334).

Tarsila cria *A Negra*, no atelier de Fernand Léger⁵¹, a partir daquilo que percebia de novas tendências em arte na Europa e também a partir daquilo que havia em seu território, em seu interior, daquilo que via em sua infância, daquilo que havia no Brasil moderno, aqueles cidadãos que não foram branqueados e que ela desejava mostrar com destaque. A mulher apresentada, portanto, não é branca, não pertence à elite aristocrata paulista, não teve formação educacional privilegiada, não teve contato com produtos franceses – comerciais ou culturais (não se veste com *Poiret!*), não possui longos cabelos, nem muito menos o moderno corte *à la garçon*. “Seus grossos lábios impedem também que ela seja aproximada do singelo e doce aspecto que se esperaria de uma figura feminina acadêmica, ao mesmo tempo em que afirma incontestavelmente sua raça” (PUGLIESE, 2011, p. 2889). A mulher que é negra está

⁵¹ Ressalta-se que Paris pedia a contribuição de cada país que lá estava representado por um artista, foi, portanto, em Paris, “que a pintora descobriu o que era ser brasileira” (SILVA, 2015, p. 57).

desprovida de beleza (da beleza normatizada), de roupas e adornos, está desprovida de modelos, de padrões europeus, eis uma das mulheres brasileiras.

“Ao se afastar da iconografia tradicional da mulher, as temáticas como o retrato, a pintura de costumes, a questão social como conflito entre classes [...], Tarsila causa um deslocamento, pois altera os lugares da mulher na sociedade” (PUGLIESE, 2011, p. 2893). Essa mulher, negra, poderia ser uma das filhas dos escravos de seu pai – o dono da fazenda, que cuidava das crianças e em algumas ocasiões servia até de ama de leite. Ressalta-se que o pai de Tarsila protegia os escravos antes da lei libertadora (AMARAL, 2003). Desse modo, se altera a relação binária entre o negro e o branco, o escravo e o fazendeiro e, se altera também o nosso olhar sobre a mulher⁵².

Para pensarmos se Tarsila do Amaral pode ser considerada uma “intelectual mediadora” de cultura, considerando esse conceito discutido anteriormente, levanto duas questões: *A negra* (1923) representa a libertação da mulher? E, essa imagem educa?



Figura 2: *As duas Fridas*, 1939, de Frida Kahlo.

Fonte: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2017/07/frida-kahlo-5-fatos-para-entender-quem-foi-artista.html> Acesso em: 16 set. 2018.

⁵² A análise referente à obra *A Negra* de Tarsila do Amaral, foi apresentada no evento *23º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – FURG: Gênero e Memória: Mulheres na/da História da Educação*, sob o título “Território e Tarsila do Amaral: primeira aproximação com a História da Educação”, em 2017.

Em *As duas Fridas*, de Frida Kahlo, lemos a imagem através da relação figura-fundo, da mesma forma de *A Negra*, de Tarsila. A figura compõe o primeiro plano e ocupa a maior parte do espaço da composição. Ela se estrutura em forma de “U”, tendo as linhas verticais sobressalentes. As cores da figura são compostas por cores neutras em contraste com grupos de cores frias e de cores quentes; a cor possibilita a percepção de volume na figura. O fundo é apresentado em duas partes horizontalizadas: a parte inferior, degrade na cor marrom, mostra regularidade em todo o espaço; a parte superior expõe certa profusão de formas, entendidas como manchas em tons de azul.

É a figura, composta por duas mulheres, que direciona o segundo momento dessa análise. O gênero é tomado novamente como categoria: aqui, a questão relacionada à identidade é a principal. As duas mulheres apresentadas são mulheres aparentemente iguais, são retratos, são *duas Fridas*. Suas diferenças são sutis no rosto: a mulher à esquerda apresenta uma tonalidade de pele mais clara e um rosto mais suave que a mulher da direita, esta, por sua vez, representa a aversão de Frida aos padrões de beleza impostos pela sociedade, através de sua marca – o buço, além das sobrancelhas espessas e escuras (presentes também na mulher à esquerda), e de seu vestido colorido típico (a mulher da esquerda é apresentada com um vestido de estilo europeu). Elas estão sentadas e unidas pelas mãos e pela artéria do coração. A mulher da direita possui o coração inteiro, a da esquerda, fragmentado, partido. Ambas possuem um objeto na mão que está no colo; a mulher a esquerda segura um fórceps que claramente corta a sua artéria e mancha o seu vestido branco. Ambas olham, concentradas, para o mesmo ponto.

O terceiro momento de análise remete à realidade da mulher, ou à “experiência vivida” discutida por Beauvoir (1949). Em sua obra, Kahlo retrata suas dores, sua vulnerabilidade física e emocional, explorando temas como o casamento, a maternidade, a bissexualidade, o aborto. Em *As Duas Fridas*, a artista expõe o corpo ao qual se reconhece, um corpo que sente, um corpo real, ferido, mutilado pela dor e pela doença, um corpo fragmentado, um corpo que abarca dois corpos, dois corpos que se unem, um corpo de uma mulher que salienta a sua cultura e a sua falta de saúde.

Para pensarmos se Frida Kahlo pode ser considerada uma “intelectual mediadora” de cultura, considerando esse conceito discutido anteriormente, levanto duas questões: *As duas Fridas* (1939) representa a libertação da mulher? E, essa imagem educa?



Figura 5: Homenagem a Ana Mendieta (1993), Nancy Spero.

Fonte: <http://www.tate.org.uk/research/publications/tate-papers/11/the-body-is-present-even-if-in-disguise-tracing-the-trace-in-the-artwork-of-nancy-spero-and-ana-mendieta>

A primeira etapa de análise da obra de Nancy Spero é breve. A imagem fundamenta-se em duas linhas levemente arqueadas na vertical, na cor vermelha, e em uma linha horizontal, na parte inferior direita, na cor preta. As linhas vermelhas apresentam mudanças cromáticas: na parte superior, no começo da linha, há fortes pontos de cor; a partir desses pontos a cor vai ficando transparente até se apagar. A linha horizontal é construída com letras desenhadas em caixa alta. O fundo dá a entender que se trata do suporte.

A segunda etapa de análise também remete à ideia de gênero, relacionada ao corpo, mesmo que não seja possível identificar nas linhas descritas anteriormente esse corpo, apenas vestígios de um corpo. Trata-se do corpo de duas mulheres: o corpo da mulher artista que realizou a obra – não denominada como pintura, e sim integrante de uma instalação, e o corpo da mulher artista homenageada – a linha horizontal, em preto, diz *Homage to Ana Mendieta*. O corpo, portanto, é algo que vemos e que ao mesmo tempo não vemos na obra.

A etapa final de análise concerne ao feminismo, ambas as artistas compartilhavam o compromisso com a política e a arte feminista. Em muitas ocasiões, participaram juntas de protestos em que seus corpos funcionavam como local e agente de protesto. A artista Ana

Mendieta, em sua arte, experimentava o corpo através de performances e *earth-body-art* fundindo-se com a natureza (sem modificá-la agressivamente), dessa maneira, reiterava o passado revisitando o corpo. Rituais corporais tecem temas como vida, morte, transcendência e gênero. Spero homenageia Mendieta, corroborando com as práticas feministas. Spero presta homenagem por meio de seu corpo, através da revisitação da obra de Mendieta intitulada *Rastros Corporales* (1982), em que foi espectadora. Talvez seja o "traço" da "forma de uma mulher" que Spero escreve em sua homenagem⁵³.

Para pensarmos se Nancy Spero pode ser considerada uma "intelectual mediadora" de cultura, considerando esse conceito discutido anteriormente, levanto duas questões: *Homenagem a Ana Mendieta* (1993) representa a libertação da mulher? E, essa imagem educa?

Breves palavras finais

Esse texto, pertencente a uma pesquisa de doutoramento, propôs refletir sobre Arte, gênero e História da Educação a partir do conceito de "intelectuais mediadores". O sujeito considerado "intelectual mediador" é uma pessoa ou grupo de atores que media bens culturais, possibilitando a sua resignificação em diversos espaços, tempos e público. Da necessidade de falar de mulher, ocupei-me de pensar a respeito de obras de artistas mulheres. É notória a supremacia masculina na História da Arte, por isso, faz-se necessário na contemporaneidade promover espaços de visibilidade da mulher que é artista.

Por meio do conceito de Gomes e Hansen (2016) atribuído ao sujeito "intelectual mediador", entendo que nem toda artista é mediadora de cultura, sendo apenas "intelectual criadora". No que concerne às artistas citadas nesse texto, consideradas as análises realizadas, é possível afirmar que cada artista se distingue da outra pelas diferenças socioculturais e que todas elas subverteram conceitos tangíveis à representação da mulher, libertando o corpo feminino da opressão da sociedade patriarcal e, assim, trazendo contribuições para a cultura e a educação.

⁵³ A análise da obra de Spero foi fundamentada no artigo de Joanna S. Walker, pertencente ao *Tate Papers*.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Aracy A. Tarsila: sua obra e seu tempo. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2003.
- ARNHEIM, Rudolf. Percepção Visual. São Paulo: Pioneira, 1988.
- BARROS, José D'Assunção Barros. O campo da História: Especialidades e Abordagens. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARTHES, Roland. Sade, Fourier, Loyola. Lisboa: Ed 70, 1979.
- BURKE, Peter. O que é História Cultural? RJ: Zahar, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 3 ed. RJ: Nova fronteira, 2016.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 15 ed. RJ: Civilização Brasileira, 2017.
- CANSI, Lislaine Sirsi. Poética na docência [corpo e território]. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Orientação: Renata Azevedo Requião. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3680>>. Acesso em: 31.03.2017.
- DONDIS, Donis. Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Frida Kahlo: 5 fatos para entender quem foi a artista. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2017/07/frida-kahlo-5-fatos-para-entender-quem-foi-artista.html>> Acesso em: 17.04. 2018.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. Território Plural: a pesquisa em História da Educação. São Paulo: Ática, 2010.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. (org.). Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. RJ: Civilização Brasileira, 2016.
- MATOS, Júlia Silveira. As interpretações do Brasil nas telas de Tarsila do Amaral. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia/MG, v. 24, n. 2, p. 315-337, Jul./Dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/anguem/article/view/13534/9510>> Acesso em: 19 jul. 2017.
- PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- PRADO, Adélia. Bagagem. São Paulo: Siciliano, 1993.
- PUGLIESE, Vera. A Negra, de Tarsila do Amaral, e os olhares na História da Arte no Brasil. In III Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 03 a 06 de maio de 2011 - Londrina – PR, p. 2889-2897.
- SILVA, Dalmo de Oliveira Souza e. Tarsila do Amaral: ensaio sobre “brasilidade”. Revista Extraprensa, USP, ano IX, nº 16, jan.-jun. 2015, p. 54-60.
- Tarsila do Amaral. Disponível em: <www.tarsiladoamaral.com.br> Acesso em 08.08.2017.
- WALKER, Joanna S. The Body is Present Even if in Disguise: Tracing the Trace in the Artwork of Nancy Spero and Ana Mendieta In: TATE PAPERS. Disponível em: <http://www.tate.org.uk/research/publications/tate-papers/11/the-body-is-present-even-if-in->

disguise-tracing-the-trace-in-the-artwork-of-nancy-spero-and-ana-mendieta Acesso em:
17.04.2018

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E CELEBRIDADES: CORPO E SEXUALIDADE EM LADY GAGA

REPRESENTATIONS OF GENDER AND CELEBRITIES: BODY AND SEXUALITY IN LADY GAGA

Luiza Betat Corrêa
Mestranda em Comunicação/Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
betatluiza@gmail.com

Sandra Depexe
Doutora em Comunicação/Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
sandradpx@gmail.com

RESUMO

Interessados no fenômeno das celebridades, especialmente no envolvimento destas com questões sociais e políticas, temos como objetivo analisar as representações de aspectos de gênero da cantora norte-americana de música pop Lady Gaga e os sentidos que envolvem tais representações. Para tanto, uma imersão empírica foi realizada, por meio de pesquisa documental de entrevistas e notícias, em momentos específicos da carreira da artista referentes à sexualidade e a aparência/corpo. Teoricamente nos inspiramos nos Estudos de Celebridades (FRANÇA, 2014; ROJEK, 2008) e no papel da representação para as figuras célebres (SILVA, 2000; HALL, 2000), bem como na apropriação do conceito de performatividade de Judith Butler (2003). A análise revela que as representações de Lady Gaga vão em direção a uma ruptura de padrões de gênero. Em particular, contemplam uma desestruturação de categorias que são apresentadas de modo essencialista e regulatória aos sujeitos, como as do feminino e masculino. Ademais, também foi identificado que a artista não consegue se afastar totalmente das tradicionais representações de aparência/corpo e de sexualidade relacionadas ao gênero feminino, inclusive, reproduzindo/reiterando algumas normas comportamentais.

Palavras-chave: Celebridades. Representações. Gênero. Performatividade. Lady Gaga.

ABSTRACT

Interested in the phenomenon of celebrities, especially in their involvement with social and political issues, we aim to analyze the representations of gender aspects of the American pop singer Lady Gaga and the senses that involve such representations. In order to do so, an empirical immersion was performed, through documental research of interviews and news, at specific moments in the artist's career regarding sexuality and appearance/body. Theoretically, we have been inspired by the Celebrity Studies (FRANÇA, 2014; ROJEK, 2008) and the role of representation for the famous figures (SILVA, 2000; HALL, 2000), as well as in the appropriation of Judith Butler's (2003) concept of performativity. The analysis reveals that Lady Gaga's representations are headed toward a break in gender patterns. In particular, they contemplate a disruption of categories that are presented in an essentialist and regulatory way to people, such as those of the feminine and masculine. In addition, it has also been identified that the artist can't depart completely from the traditional representations of appearance/ body and sexuality related to the female gender, including reproducing/reiterating some behavioural norms.

Keywords: Celebrities. Representations. Gender. Performativity. Lady Gaga.

Introdução

O fenômeno das celebridades têm se mostrado expressivo tanto para o cenário midiático, quanto para a vida social. Tais figuras têm constantemente relacionado suas imagens com ações sociais e políticas. Interessados neste movimento, especialmente na aproximação com questões de gênero, procuramos analisar as representações de gênero realizadas por uma cantora pop, no caso, a norte-americana Lady Gaga, e os sentidos que envolvem tais representações. Em particular, propomos este empreendimento aliado ao conceito de performatividade de Judith Butler (2003). Isto posto, nossa discussão se dá por meio de breve imersão empírica, através da pesquisa documental de entrevistas e notícias, em momentos específicos da carreira de Lady Gaga, em especial o seu início. A partir disso, analisamos, reflexiva e criticamente, duas questões em particular: uma voltada a sua sexualidade e outra a sua aparência/corpo.

Ressaltamos que evidenciar esta temática, além de ser importante devido à onipresença das celebridades em nosso dia-a-dia, e, desta forma, refletirmos sobre a cultura contemporânea, se mostra pertinente pelo fato de, conforme aponta França *et. al.* (2014), as análises sobre celebridades no Brasil serem escassas. Deste modo, procuramos contribuir com o campo. Por conseguinte, em um breve levantamento, encontramos poucas produções nacionais dedicadas a uma análise das representações de Lady Gaga relacionadas a aspectos de gênero⁵⁴, sendo a artista bastante conhecida por seu envolvimento com causas voltadas ao movimento LGBT e a violência de gênero.

Com esse cenário, iniciamos nosso percurso discorrendo sobre o conceito e o processo de construção de uma celebridade com França (2014) e Rojek (2008) e o papel da representação para as figuras célebres, especialmente as mulheres (SILVA, 2000; HALL, 2000; LANA, 2014). Em seguida abordamos o conceito de performatividade de Judith Butler (2003) e, por fim, apresentamos nossa análise das representações de Lady Gaga.

A construção das celebridades e sua relação com a representação

O termo celebridade tem raiz latina, sua definição associa-se a uma pessoa que é bem conhecida, e, por vezes, celebrada ou cultuada por um público em virtude de alguma qualidade, feito ou pelo que se é (FRANÇA, 2014). Expressões como ídolo, famoso, figura pública, entre outros, também são utilizados para se referir a pessoas amplamente reconhecidas e admiradas.

⁵⁴Pinto (2013a; 2013b), Araújo (2013) e Sanches (2010) se aproximaram de tal questão, porém realizaram suas reflexões a partir de vídeos da cantora. Já os trabalhos de Lima (2015), Jordão e Soares (2016) e Pessoa *et. al.* (2017) possuem proposta similar a nossa, porém realizam com correntes teóricas distintas das aqui abordadas.

Contudo, conforme sugere França (2014), como tais palavras carregam sentidos específicos, celebridade se caracteriza como um termo mais generalizante, que engloba as outras expressões e que melhor expressa o caráter do fenômeno na contemporaneidade.

Apesar de acentuado atualmente, o fenômeno das celebridades não pode ser considerado um processo recente. O reconhecimento e valorização de personalidades, como as ligadas à política, ao militarismo e a religião, já existia em séculos passados. Todavia, para Rojek (2008), a modernidade pode ser considerada o momento de verdadeira ascensão do fenômeno, pois três grandes processos históricos aconteceram nesse período: a democratização da sociedade, o declínio da religião organizada e a transformação do cotidiano em mercadoria. Com isso, pessoas comuns que se destacavam por algum fato passaram a ser exaltadas, suprimindo a falta da celebração de reis e sujeitos que se posicionavam como seres divinos. Assim, podemos notar que uma celebridade não é alguém com um poder sobrenatural ou uma aproximação com um ser superior, mas sim que ela é, a bem da verdade, um produto sociocultural.

Atualmente, para um indivíduo se tornar celebridade, na maioria dos casos, passa por um processo de “criação de um rosto público”, em outras palavras, a construção de uma imagem. A esse rosto público/imagem é atribuído carisma, autenticidade e, em algumas situações, talento, somados a visibilidade. Ao mesmo tempo, para ocupar um lugar de destaque, cabe às celebridades criarem conexões com os princípios de uma sociedade. Isso faz com que acabem representando “aquilo que uma determinada sociedade, num determinado momento, valoriza” entrando “em sintonia com o quadro de valores e o centro de poder de uma comunidade ou grupo social.” (FRANÇA, 2014, p.25).

Nessa perspectiva, cabe salientar o papel da representação para o fenômeno das celebridades. Antes, porém, ressaltamos que neste artigo entendemos a representação como os sistemas de signos exteriores e nunca mentais, ou seja, pinturas, fotografias, filmes, expressão oral, os quais procuram atribuir, expressar, ou melhor, representar um sentido para as coisas, não sendo, necessariamente, esse sentido uma correspondência fiel da realidade (SILVA, 2000). As representações são construídas em cima de uma falta, de uma divisão, e acabam por oferecer aos sujeitos posições para assumir, ou seja, chamam os sujeitos a investir nos sentidos dessas representações (HALL, 2000).

Por esse ângulo, a representação, em especial a que as celebridades realizam pela mídia de massa, se mostra fundamental para essas figuras, pois “a formação de identidade [...] e formas gerais de interação social são moldadas e moduladas pelos estilos [...] desenvolvido através da cultura da celebridade” (ROJEK, 2008, p.19). Isto é, através da visibilidade que a representação midiática proporciona de suas vidas públicas e privadas, as celebridades

conseguem chegar até um público, criar alguma forma de vínculo com ele e, assim, garantir a sua durabilidade e lucratividade dentro da cultura das celebridades. Ao mesmo tempo, por esse movimento, as figuras célebres acabam por representar imagens de modelos sociais que serão consumidos e, seguidos ou não, pelos sujeitos.

Nessa lógica, procurando pensar em como as figuras femininas foram construídas como celebridades, Lana (2014), na introdução de seu artigo sobre a celebração da cantora de funk Tati Quebra-Barraco, reflete brevemente sobre o assunto. A autora argumenta que por muito tempo apenas as figuras masculinas foram celebradas, visto, como apontamos no início deste tópico, a valorização e reconhecimento de personalidades ter se relacionado a áreas como política, militarismo e religião, todas com narrativas marcadamente protagonizadas por homens.

Com as mudanças trazidas pela modernidade, novas formas de participação em espaços públicos foram experimentadas pelas mulheres. Porém, foi a partir dos anos de 1920, com a ascensão do rádio, do cinema e das fotografias de revistas, que as mulheres de fato ganharam destaque através da figura das atrizes. Cabe salientar, contudo, que esse espaço de visibilidade na mídia de massa foi construído de forma bem específica. Isto é, foi fundada em cima da promoção da beleza feminina. Como destaca Lipovetsky (1997) a beleza, atributo considerado tradicionalmente feminino e muito utilizado como meio de conseguir um bom laço matrimonial, ao ser deslocado como qualidade valiosa ao mercado midiático, permitiu que as mulheres ganhassem notoriedade de forma igual ou superior a muitos homens públicos. Ao mesmo tempo, as mulheres retratavam o que seria o belo construindo, assim, um ideal de beleza relacionado à felicidade e riqueza (LANA, 2014).

Já partindo para pensar as celebridades femininas e sua representação na mídia nos dias atuais, se consegue notar que houve uma ampliação no espectro das representações. Hoje elas também falam sobre méritos no trabalho e liberdade de escolhas, no entanto, a mídia ainda é a “instituição mais expressiva das injustiças enfrentadas pelas mulheres na vida contemporânea.” (LANA, 2014, p.185) como indica Lana, ao se apropriar de pesquisas de Angela McRobbie. Ou seja, a representação feminina na mídia trabalha por meio de um duplo viés, dado que ao mesmo tempo em que conseguem lograr sentidos caros as mulheres, ainda reproduzem aspectos que reforçam desigualdades entre homens e mulheres.

O gênero como ato performativo

Antes de abordarmos o conceito de performatividade, basilar neste artigo, se faz necessário elucidar alguns movimentos fundamentais para compreendermos tal perspectiva.

Assim, partimos do uso da palavra “gênero” que, como mostra Pedro (2005), tem uma história vinculada aos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, os quais lutavam por direitos civis e humanos e por respeito.

Ainda conforme a autora, a palavra foi apropriada quando os movimentos feministas e de mulheres, na década de 1980, procuravam uma forma de clarificar a opressão e a subordinação feminina. Assim, com a adoção da palavra “gênero”, buscavam evidenciar que “as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura”. (PEDRO, 2005, p.78). Essa atitude ganhou forças, sobretudo quando foram criados institucionalmente espaços para o desenvolvimento de estudos feministas e de gênero.

Logo, várias contribuições teóricas para se pensar a questão do gênero e do sexo em nossas sociedades foram trazidas a luz, uma das vertentes que vem ganhando destaque é a chamada Teoria *Queer*. Esta teoria se preocupa em demonstrar os mecanismos pelos quais são criadas formas de regulação sexual e de gênero, com base na heterossexualidade, e em dar visibilidade e legibilidade aquelas identidades que não se enquadram nesta perspectiva. (MISKOLCI, 2010). Uma das teóricas mais notáveis dessa linha de estudos é a filósofa pós-estruturalista Judith Butler. A autora, dando centralidade à linguagem e apresentando um debate, tanto teórico, quanto político, problematiza e propõe reformulações de questões de gênero caras ao feminismo. Dentre as problematizações, ainda conforme Miskolci (2010), está o questionamento se seriam as mulheres o sujeito do feminismo.

Assim, partindo de uma reflexão sobre o que é proposto por Foucault acerca dos sistemas jurídicos de poder, Butler atenta para a representação do sujeito mulher realizada pela crítica feminista, a qual, está inserida em uma estrutura em que a formação do sujeito decorre “vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (BUTLER, 2003, p.19). Logo, se faz necessário ao movimento feminista ter em mente que o sujeito pelo qual reivindicam e procuram representar está, ao mesmo tempo, sendo produzido e reprimido por estruturas de poder pelas as quais procuram se libertar (BUTLER, 2003).

Por conseguinte, a autora argumenta que ao procurar definir este sujeito mulher, o feminismo acaba por universalizar as experiências das mulheres. Consequentemente, estabelecem uma identidade comum a toda à categoria, assim como naturalizam uma dependência da definição de “ser mulher” ligada ao sujeito homem. Por isso, para Butler,

[s]e alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2003, p.20)

Seguindo essa lógica, a filósofa nos apresenta uma teoria que pode ser considerada radical a algumas proposições sobre gênero que vinham sendo pensadas. No caso, Butler (2003, p.25) questiona a ideia do gênero ser culturalmente construído a partir da marcação do sexo biológico, pois vê que o “gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo”. Em outras palavras, a autora propõe que vejamos a própria concepção do sexo como um efeito do gênero.

Com estas questões em mente, a problematização das limitações do sujeito do feminismo e que a forma como entendemos o sexo não é natural, mas sim construída discursivamente e culturalmente, Judith Butler tem as bases do seu conceito de performatividade. Nessa perspectiva, como a identidade só pode ser construída e vivenciada dentro de um complexo social e envolto de uma série de normas, existem certos comportamentos, especialmente de gênero, que são esperados das pessoas. Assim,

[o]s limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero. (BUTLER, 2003, p.28)

Logo, os comportamentos só são legíveis dentro do que a autora chama de “matriz heterossexual”, isto é, comportamentos que dão continuidade a lógica sexo/gênero/desejo/práticas. Como Butler entende que o reconhecimento de um indivíduo como sujeito parte dessa matriz, acaba que o gênero se mostra como um efeito de atos, gestos e estilos corporais repetidos, em que essa “repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação” (BUTLER, 2003, p.200). Ou seja, podemos entender que o gênero é sempre performado, ele é construído culturalmente, não é essência interna, mas também não é livre, pois está constantemente sendo desempenhado dentro de marcos regulatórios. Contudo, é válido ressaltar, que mesmo com essa regulação, a capacidade de agência do sujeito não é perdida.

Por conseguinte, esse movimento de repetição, que propõe uma coerência, acaba por ser restritivo. As práticas de pessoas como bissexuais, gays e lésbicas, apesar de necessárias para se pensar as identidades de gênero, não são contempladas por ele, mas sim, são vistas como abjetas⁵⁵ e precisam ser repelidas/excluídas. Em virtude disso, é pela própria noção de performatividade que Butler tenta abordar tais identidades. A autora propõe que essas normas estruturais sejam deslocadas/subvertidas a partir das próprias “possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito [...]” (BUTLER, 2003, p.201). Assim, é por essa perspectiva que nos interessa analisar as representações de gênero de Lady Gaga, procurando compreender se os sentidos de sua performance reiteram ou subvertem a norma.

Lady Gaga, a operacionalização da performatividade de gênero e os sentidos representados

Lady Gaga, nome artístico de Stefani Joanne Angelina Germanotta, despontou no cenário da música pop em 2008. Além de chamar atenção por suas músicas, Gaga se tornou destaque na mídia por algumas polêmicas em torno de sua carreira, que, em boa parte, foram associadas a questões relacionadas à sexualidade e a sua aparência/corpo. No que corresponde a sexualidade, Lady Gaga explora abertamente referências sexuais em seus videoclipes, shows e em seu próprio comportamento perante a mídia. Um exemplo é o videoclipe de “*Love Game*” (2008) (Figura 1), clipe lançado logo no início de sua carreira, em que a cantora aparece insinuando relações sexuais tanto com homens quanto com uma mulher. Circunstância, inclusive, que levou o clipe a ser banido em alguns países⁵⁶.

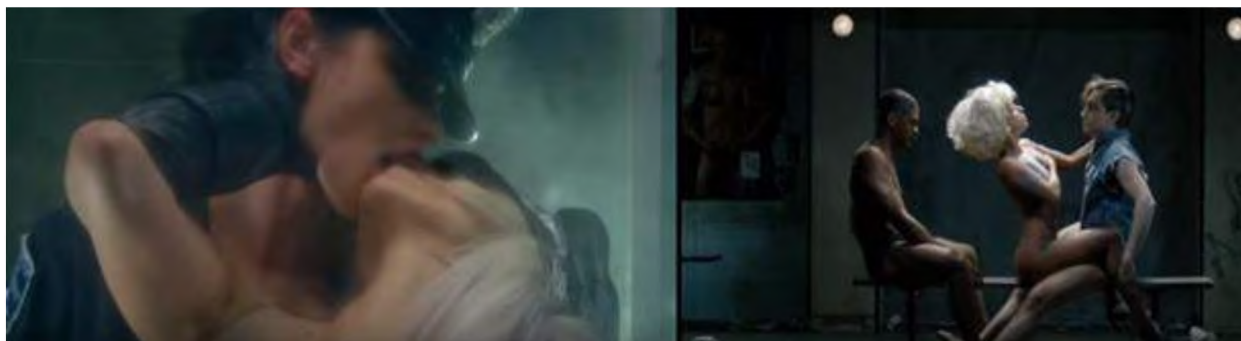


Figura 1: Lady Gaga no clipe de “*Love Game*”.

Fonte: Youtube

⁵⁵ Butler (1999) define o abjeto como o que está fora da norma, à margem da vida social, que ameaça a ordem regulatória e por isso tem sua condição de sujeito negada.

⁵⁶Informação disponível em: <http://ego.globo.com/Gente/Noticias/0,,MUL1266899-9798,00-POLEMICA+NUA+LADY+GAGA+BEIJA+MULHER+DE+NOVO+EM+CLIQUE.html> Acesso em: 31 de maio de 2018.

Além deste caso, em videocliques seguintes, como das músicas “*Paparazzi*” (2009) e “*Telephone*” (2010), Lady Gaga novamente se envolve em cenas de insinuação de sexo e troca de beijos, porém, desta vez as pessoas possuíam aparência andrógena. Esses atos até chegaram a ser considerados por parte da mídia como fatores prejudiciais à carreira da artista, pois destacariam as referências sexuais em detrimento às produções musicais⁵⁷. Outro destaque é a letra da canção “*Born This Way*”, lançada em 2011. A música, que procura falar sobre aceitação e amor próprio, inclui em uma de suas estrofes as palavras gay, bissexual, lésbica e transexual.

Cabe frisar que alguns destes eventos, bem como o fato dela se posicionar abertamente como defensora da causa LGBT, acabaram despertando interesse sobre a própria sexualidade da cantora. Assim, ainda em 2009, Lady Gaga se declarou bissexual, revelando que o segundo single de sua carreira, “*Poker Face*” (2008), faz referência a situação de estar com homens, mas, ao mesmo tempo, desejar relações sexuais com mulheres⁵⁸.

Porém, logo ao expor sua bissexualidade, a cantora, em entrevista à Revista Rolling Stone, alegou nunca ter se apaixonado por uma mulher e que seus relacionamentos com mulheres se baseavam em atração física, ou seja, sentia apenas desejo pelo mesmo sexo⁵⁹. Já em entrevista em 2013, a artista afirmou achar as mulheres “mais namoráveis” que os homens e só aceitou se relacionar com o seu ex-noivo, Taylor Kinney, por ele ter atitudes similares às lésbicas pelas quais se apaixonou⁶⁰. Estas declarações, que se mostram contraditórias, ganham reforço com o fato da cantora nunca ter assumido publicamente relacionamentos com mulheres, apenas homens.

No que se volta a sua aparência/corpo, Gaga ostentou, na maior parte de sua carreira, um visual não usual as outras cantoras, muitas vezes considerado “bizarro” pela mídia. Contudo, essa forma de se vestir também acabava por gerar expectativa em relação a cada aparição pública da cantora, sendo um momento bem significativo o *Video Music Awards* (VMA) de 2011. Na premiação do ano anterior, Lady Gaga havia realizado várias trocas de roupas, sendo, uma delas, o popularmente conhecido “vestido de carne”. Assim, se esperava que a cantora fizesse algo parecido em 2011. Igual a 2010, a cantora conseguiu surpreender,

⁵⁷Como exemplifica uma entrevista disponível legendada no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=RwIO1ceBcKk> Acesso em: 31 de maio de 2018.

⁵⁸Informação disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/fotos/entretenimento/2015/09/23/dia-da-celebracao-bissexual-veja-11-famosos-assumidos.htm> Acesso em: 31 de maio de 2018.

⁵⁹Informação disponível em: <http://ego.globo.com/Gente/Noticias/0,,MUL1170880-9798,00-MAIS+UMA+DEPOIS+DE+FERGIE+E+MEGAN+FOX+LADY+GAGA+ADMITE+SER+BISSEXUAL.html> Acesso em: 31 de maio de 2018.

⁶⁰Informação disponível em: <http://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2013/09/lady-gaga-namora-ha-2-anos-taylor-kinney-mas-diz-gosto-de-meninas.html> Acesso em: 31 de maio de 2018.

porém, tal feito aconteceu pelo fato dela comparecer como Jo Calderone (Figura 2), seu alter-ego masculino.



Figura 2: Jo Calderone no VMA de 2011.

Fonte: Site NME⁶¹

Gaga abriu a cerimônia e permaneceu durante toda a premiação, bem como nas coletivas pós-evento, performando o gênero masculino. Em suas falas afirmava que Lady Gaga tinha “ficado em casa”, que havia sido ordenado por ela a ir em seu lugar, criticando, inclusive, algumas atitudes da cantora⁶². Essa, porém, não se configura como a primeira vez em que Jo Calderone foi performado por Lady Gaga. Ele, que tem Twitter e até biografia, um modelo, de origem italiana, já havia aparecido no videoclipe da música “*You and I*”, lançado cerca de um mês antes da premiação.

Em cena do documentário “*Gaga: Five Foot Two*”, disponibilizado em 2017 pela Netflix, a cantora esclarece que suas atitudes, especialmente relacionadas à forma de se vestir, foram o meio que encontrou para fugir das pressões dos produtores da indústria fonográfica para “parecer sexy” ou “mais como uma cantora pop”. Assim, ao usar roupas consideradas bizarras ou chamativas e até mesmo performar o gênero masculino, Gaga sentia que estava no controle de sua carreira e de seu corpo. Entretanto, por mais que Gaga alegue ter esse poder de manejar seu visual, podemos considerar que ele só existe em partes.

⁶¹Disponível em:<http://www.nme.com/news/music/lady-gaga-339-1286022> Acesso em: 31 de maio de 2018.

⁶²Disponível em:<https://vimeo.com/45723249> Acesso em: 31 de maio de 2018.

Em 2015, enquanto realizava a “*Born This Way Ball Tour*” a artista engordou mais de 10kg, o que reverberou bastante nos meios de comunicação. A cantora, inclusive, chegou a chamar tal repercussão de ridícula e questionou que tipo de mensagem a mídia estaria passando para os adolescentes que liam tais notícias⁶³. Apesar disso, algumas semanas depois, a cantora postou em suas redes sociais *online* fotos de lingerie e aparentemente mais magra, alegando não se sentir mal com o seu corpo e não gostar de dietas rigorosas, mas que necessitava fazê-las pelo fato de realizar shows “bastante vigorosos”⁶⁴ (Figura 3).



Figura 3: Comparativo entre foto do show e a divulgada em suas redes sociais.
Fonte: *That Grape Juice* e F5⁶⁵.

Assim, a partir do que foi aqui pontuado, podemos notar que as representações de gênero de Lady Gaga, no que se refere a sexualidade e aparência/corpo, possuem aspectos que vão em direção a uma subversão da performance de gênero da matriz heterossexual (BUTLER, 2003). Isto é, entendemos que as ações da cantora dão visibilidade às identidades consideradas abjetas e, de certo modo, passam uma mensagem positiva delas, a exemplo de como discorre a respeito

⁶³Disponível em: <https://extra.globo.com/mulher/corpo/lady-gaga-com-14kg-mais-dispara-adele-esta-mais-gorda-do-que-eu-6625872.html> Acesso em: 31 de maio de 2018.

⁶⁴Informação disponível em: <http://www.virgula.com.br/modaebelleza/mostrando-nao-estar-tao-gorda-assim-lady-gaga-posta-foto-usando- apenas-lingerie/#img=1&galleryId=588433> Acesso em: 31 de maio de 2018.

⁶⁵ Primeira foto disponível em: <http://thatgrapejuice.net/2012/11/lady-gaga-adele-inspiration-handling-critics-weight-gain/> Segunda foto disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/1159071-de-lingerie-lady-gaga-revela-passado-anorexico-apos-ser-chamada-de-gorda.shtml> Acesso em: 06 de junho de 2018.

da homossexualidade, androgenia e transexualidade em seus videoclipes e músicas, bem como na própria forma como expôs aspectos de sua vida, a exemplo de sua bissexualidade.

Além disso, podemos considerar que os sentidos de sua performatividade, como quando se deslocou entre o masculino e o feminino com o seu alter-ego Jo Calderone, procuram trabalhar de forma a desestabilizar as categorias normativas, visto evidenciarem o caráter não essencialista do gênero, mas sim os meios construídos de se desempenhar, por exemplo, o “ser homem” e “ser mulher”. Cabe salientar que com este movimento, Gaga acaba ainda por denunciar a forma como a indústria das celebridades, em especial no seu caso, a indústria da música pop, se sustenta através de estruturas patriarcais dadas as exigências por “parecer sexy” por parte dos produtores. Desse modo, também consideramos que o comportamento da cantora se aproxima da afirmação de Butler (2003) de procurar a mudança a partir da repetição de performances deslocadoras dentro das normas regulatórias de gênero, como quando assume realizar dietas, porém não gostar de tal fato.

Ademais de reconhecermos o caráter subversivo da performatividade de Lady Gaga, também notamos que a artista não consegue se afastar totalmente das tradicionais representações de aparência/corpo e de sexualidade do gênero feminino, inclusive, reproduzindo/reiterando por meio de sua imagem algumas normas comportamentais. Ou seja, não se pode esquecer o aspecto mercadológico⁶⁶ que conjuntamente sua performance traz, em virtude de sua imagem pública ter sido construída para ser uma celebridade e, assim, alcançar um grande número de pessoas. Podemos, aliás, relacionar isto com o que ressalta Butler (2003) no que toca às normas regulatórias as quais estamos inseridos. Deste modo, seu corpo, independente de gostar ou não, é vinculado ao que é considerado um ideal de beleza (magro) e seus relacionamentos publicizados são apenas com homens.

Considerações Finais

Ao nos preocuparmos com o fenômeno das celebridades e sua relação com aspectos sociais e políticos, em especial com questões de gênero, procuramos, por meio da figura da cantora norte-americana Lady Gaga, analisar como representações de gênero podem ser realizadas e os sentidos que envolvem tais representações. Para tanto refletimos, através de

⁶⁶ Quando nos referimos a “aspecto mercadológico” fazemos alusão a questões que envolvem a propagação da imagem de Lady Gaga a um grande número de pessoas, que, de algum modo, pode ser revertida na sua perenidade na indústria das celebridades e em lucratividade, como por meio de vendas de CDs e demais produtos correlatos, a audiência de suas aparições na mídia ou ainda contratos com grandes marcas para divulgação.

pesquisa documental, sobre momentos específicos da carreira da cantora relacionados à sua sexualidade e aparência/corpo. Teoricamente nos apoiamos nos Estudos de Celebidades (FRANÇA, 2014; ROJEK, 2008), bem como na apropriação do conceito de performatividade de Judith Butler (2003).

Deste modo, identificamos que a performatividade de gênero de Lady Gaga carrega aspectos que vão em direção a uma subversão da matriz heterossexual. Em particular, os sentidos de suas representações envolvem uma desestruturação de categorias que são apresentadas de modo essencialista e regulatória aos sujeitos, como as do feminino e masculino. Dessa maneira, a cantora também evidencia o caráter patriarcal da indústria da música pop. Igualmente, Gaga, através da própria mídia, acaba por, de certo modo, trazer visibilidade e passar um sentido positivo sobre aquelas identidades que são consideradas abjetas a matriz heterossexual, como as dos homossexuais, bissexuais, entre outros.

Contudo, nossa análise também identificou que justamente por ser um produto construído pelo referido meio e em virtude das normas regulatórias que estamos envolvidos, sua performance não chega a se desvincular da reprodução das tradicionais representações do feminino, como no que se refere a estabelecer e sustentar certos padrões de beleza, questão pertinente de ser aprofundada em futuras análises. Em vista disto, também se faz interessante para próximos desenvolvimentos analisar como outras celebridades representam aspectos de gênero, bem como entender como essas representações são consumidas pelos sujeitos, em especial por aqueles que se posicionam como fãs.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. S. de. Mãe Mostra, rogai por nós: sexualidades queer e presença religiosa no projeto messiânico da era “Born This Way”, de Lady Gaga. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis/SC, 2013. **Anais...** Florianópolis/SC, 2013. Disponível em:http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373345874_ARQ_UIVO_murilo_araujo_mae_monstra_rogai_por_nos.pdf Acesso em: 01 de junho de 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRANÇA, Vera *et al.* (org) **Celebridades no século XXI** : transformações no estatuto da fama. Porto Alegre: Sulina, 2014.

FRANÇA, Vera. Celebridades: identificação, idealização ou consumo? In: FRANÇA, Vera *et al.* (org) **Celebridades no século XXI** : transformações no estatuto da fama. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 15-36.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-133.

JORDÃO, Pedro; SOARES, Thiago. *Don't be a drag, just be a Gaga*: performance de gênero e corpo ciborgue na cultura pop. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste – INTERCOM, 2016, Caruaru/PE. **Anais...** Caruaru/PE, 2016. Disponível em:<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-1093-1.pdf> Acesso em: 01 de junho de 2018.

LANA, Lígia. As contradições da fama da periferia: a celebrização de Tati Quebra-Barraco. In: FRANÇA, Vera (Org.) *et. al.* **Celebridades no século XXI**: transformação no estatuto da fama. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.181-205.

LIMA, Daniel Magalhães de Andrade. Autoconstrução, canonicidade e exagero: reflexões sobre a performance de Lady Gaga no Oscar 2015. In: XL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 2017, Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba/PR, 2017. Disponível em:<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1010-1.pdf> Acesso em: 01 de junho de 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Lisboa: Instituto Piaget, 1997

MISKOLCI, Richard. Feminismo y derechos humanos. In: ESTEVEZ, Ariadna. VÁSQUEZ, Daniel. **Los derechos humanos en las ciencias sociales**. Cidade do México: FLACSO-CISAN, 2010, p.167-190.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História [online]**, vol. 24, n. 1, 2005, p.77-98. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 01 de junho de 2018.

PESSOA, Ana Rachel Almeida. *et. al. Gaga versus Haters: uma análise do preconceito de gênero nos discursos de ódio*. In: XL CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2017, Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba/PR, 2017. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-2037-1.pdf> Acesso em: 01 de junho de 2018.

PINTO, R. M. L. Trans-per(form-ação): as poéticas visuais de Lady Gaga e uma nova política de gêneros. In: VI Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, Goiânia/GO, 2013a. **Anais...** Goiânia/GO, 2013a. Disponível em: https://seminarioculturavisual.fav.ufg.br/up/778/o/2013-072-eixo2_Rafael_Mendonca_Lisita_Pinto.pdf Acesso em: 01 de junho de 2018.

_____. Subversão, performance e *mainstream*: a representação de gêneros no videocliques de Lady Gaga. In: IV Encontro Nacional de Estudos da Imagem. I Encontro Internacional de Estudos da Imagem, Londrina/PR, 2013b. **Anais...** Londrina/PR, 2013b. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/2013/anais2013/trabalhos/pdf/Rafael%20Mendonca%20Lisita%20Pinto.pdf> Acesso em: 01 de junho de 2018.

ROJEK, Chris. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SANCHES, Júlio César. *Corpos performativos: os entre-lugares e as zonas Queers em Lady Gaga*. In: VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, Curitiba/PR, 2010. **Anais...** Curitiba/PR, 2010. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E11_Corpos_Performativos.pdf Acesso em: 01 de junho de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.73-102.

TECITURAS HISTÓRICAS: CORPO, SEXUALIDADE E SURDEZ

HISTORICAL INTERWEAVING: BODY, SEXUALITY AND DEAFNESS

Márcia Beatriz Cerutti Müller
Doutora em Educação/ Universidade La Salle-UNILASALLE
mceruttimuller@gmail.com

Denise Regina Quaresma da Silva
Pós Doutora em Estudos de gênero/Doutora em Educação/
Universidade La Salle- UNILASALLE e Universidade Feevale
denisequaresmadasilva@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda aspectos históricos sobre o corpo, a sexualidade e a surdez. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico exploratório que utiliza como fontes teóricas livros e artigos científicos, e tem como objetivo, compreender as construções históricas e culturais que fundam o imaginário social. Apoiadas em autoras/es que discutem as temáticas, como: Castoriadis, 1982; Corbin, Courtine e Vigarello, 2006; Foucault, 2014; Lopes, 2007; Louro, 2014; Skliar, 2003. Destacamos nossa percepção sobre as pessoas surdas como pertencentes a uma minoria linguística e cultural, o sexo como uma marca biológica e a sexualidade como uma construção social, envolvendo crenças, comportamentos e relações, é inerente ao ser humano. E gênero abarca a dimensão cultural, incluindo comportamentos e valores considerando as relações de poder. Resultados nos mostram que os discursos foram mudando, entretanto focam-se ainda, na falta e não nas possibilidades que cada pessoa tem. Se fala de uma educação do olhar (Skliar, 2003; Courtine, 2013), permitindo perceber o sujeito que está ali. A invenção da surdez, assim como a invenção do corpo se deu através dos tempos e do saber-poder (Foucault, 1979), estabelecido em cada período. Ressaltamos a importância de uma educação sexual que supra a necessidade de informações, esclarecimentos e diálogo. Além disso, as interações precisam ser compreendidas pelas pessoas surdas, assim, devem ser em Língua de Sinais.

Palavras chave: Corpo; Sexualidade; Surdez.

ABSTRACT

This article addresses historical issues about the body, sexuality and how deafness was understood throughout the centuries. It is an exploratory bibliographic study and that seeks to understand historical and cultural constructions that star the social imagery. Backed by authors who discusses the thematics, specially: (Castoriadis, 1982; Corbin, Courtine e Vigarello, 2006; Courtine, 2013; Foucault, 2014; Lopes, 2007; Louro, 2014; Skliar, 2003). The text brings historical aspects regarding body construction, sexuality and deafness questioning the social imagery constitutions that culminate on the field of education of the deaf. We see that discourses during the historical path were changing, however, the focus is on what is missing and not on each person's potential. It is spoken about the education of the eye (Skliar, 2003; Courtine, 2013). We emphasize the importance of an adequate sexual education, meeting the need of informations, clarifications and dialogue. Also, interactions need to be understood by deaf people, that's why it must be in Libras.

Keywords: Body; Sexuality; Deafness.

Introdução

Este artigo aborda questões históricas sobre o corpo, a sexualidade e como a surdez foi percebida ao longo dos séculos. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico exploratório e tem por objetivo compreender as construções históricas e culturais que fundam o imaginário social. Apoiamo-nos no conceito de Imaginário Social de Castoriadis (1982), que enfatiza o sistema de significações que toda a sociedade possui e as suas dimensões simbólicas. O referencial teórico fundamenta-se nos pressupostos de autoras/es que discutem as temáticas, especialmente Castoriadis, 1982; Courtine, 2011, 2013; Foucault, 1997, 2010, 2014; Lopes, 2007; Louro, 2008, 2014; Skliar, 2003, entre outros autores que contribuem nessa reflexão.

Os registros históricos referentes à construção do corpo, da sexualidade e da surdez, apresentam diferentes percepções, desde a antiguidade até os dias atuais. Assim, historicamente, diferentes formas de olhar e nomear quem se aproxima de um padrão de normalidade ou não, como normais ou anormais – nós e eles. E as diferenças atreladas a um binarismo, normal/anormal, saúde/doença, surdo/ouvinte, determinando diferentes formas de inclusão e/ou exclusão destes outros que se desviam do padrão de normalidade estabelecido. Assim, a concepção de surdez e pessoas surdas foi inserida nos discursos das pessoas com deficiência, antes narrados como débeis mentais e incapazes, entre outras denominações denotando a falta de perspectiva e sua marginalização.

A invenção da surdez, assim como a invenção do corpo se deu através dos tempos e do saber-poder⁶⁷ estabelecido em cada período. Vale destacar nossa compreensão em relação às pessoas e às temáticas abordadas neste texto, ou seja, por onde perpassa essa construção. Assim, destacamos nossa percepção sobre as pessoas surdas como pertencentes a uma minoria linguística e cultural.

Entendemos sexo como uma marca biológica e a sexualidade como uma construção social, envolvendo crenças, comportamentos e relações, ela é inerente ao ser humano, faz parte do seu desenvolvimento. E gênero abarca a dimensão cultural, incluindo comportamentos e valores considerando as relações de poder⁶⁸.

Esclarecidos estes pontos, passamos a organização deste texto que aborda aspectos históricos referentes à construção do corpo, da sexualidade e da surdez problematizando as construções imaginárias no social, que culminam no campo da educação de surdos. Finalizando, sem o intuito de concluir as discussões, são apresentadas algumas considerações finais.

⁶⁷ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁶⁸ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Aspectos históricos

“O corpo, de fato, é uma invenção teórica recente: antes da virada do século XX, ele não exercia senão um papel secundário na cena do teatro filosófico onde, desde Descartes, a alma parecia exercer o papel principal” (COURTINE, 2013, p. 12). Os corpos, ao longo da história, foram instrumentos de prisão, de limitação, de restrição, manipulados pelo poder: o governo, a Igreja, a escola e a mídia. Olhar o corpo numa perspectiva histórico-cultural permite conhecer a sua construção, como propomos a seguir.

Corpo e sexualidade

Pensar o corpo numa perspectiva histórico-cultural contribui para uma reflexão mais ampla sobre a sua história e a forma como vem se constituindo, além disso, nos permite perceber os modos de sentir, conhecer e pensar em cada momento histórico. De acordo com Goellner (2013, p.30), “Pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade”. Desafio, porque vai romper com o olhar naturalista sobre o corpo e necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela sua historicidade. Falamos, portanto, do corpo como uma construção histórica e cultural, sobre o qual diferentes marcas em diferentes tempos, espaços e discursos lhe são conferidas. Ao referir a discursos lembramos a linguagem como constituinte deste corpo. Ressaltamos que não desconsideramos as questões biológicas envolvidas, contudo não as colocamos no centro, como definidoras dos diferentes jeitos de sua construção. Neste sentido, olhar o corpo a partir da história oportuniza conhecer sobre sua construção e as concepções em cada período.

De acordo com os registros históricos, na Grécia Antiga, ocorriam discussões sobre o corpo, entretanto os discursos sobre política e ética eram considerados mais relevantes no entender de pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates tinha uma visão integral de homem e julgava igualmente importantes o corpo e a alma. Para Platão, o corpo era a prisão da alma. Segundo Le Breton (2014, p.13), o “túmulo da alma, imperfeição radical de uma humanidade cujas raízes não estão mais no Céu, mas na Terra. A alma caiu dentro de um corpo que a aprisiona”. Já Aristóteles acreditava que as ações humanas eram executadas em conjunto, corpo e alma, num processo contínuo de realização.

O corpo e a Igreja. “Por estar no centro do mistério cristão, o corpo é uma referência permanente para os cristãos dos séculos modernos. Não foi enviando seu Filho à Terra, pela anunciação-encarnação, que Deus deu aos humanos uma chance de salvar-se, corpo e alma? ”

O corpo é elevado a uma alta dignidade devido à fé e devoção ao corpo de Cristo. Entretanto, existe outra imagem do corpo, “a imagem do ser humano pecador”, carregada de muitos sentidos. “A Igreja da Contrarreforma reforçou a desconfiança que o magistério já havia manifestado nos séculos medievais a respeito do corpo, “[...] esta abominável veste da alma”. (JACQUES GÉLIS, 2012, p.20).

Desta forma, chegando a Idade Média, encontramos um corpo sexuado desvalorizado. Um corpo depreciado do ser humano pecador, pois é pelo corpo que este pode perder-se. Neste período, o culto ao corpo era considerado pecado, era censurado pelo dogmatismo religioso. A sociedade estava preocupada com a salvação da alma e não com os cuidados ao corpo, a sexualidade foi muito reprimida especialmente pelas ideias preconizadas pela igreja.

Seguindo um percurso histórico, no século XIV, com o Renascimento, marco da transição da Idade Média para a Modernidade, houve uma mudança econômica, especialmente na forma de pensar e na organização política. As concepções sobre o corpo tiveram um caráter mais humanista, iniciando uma libertação das ideias e vigilância da Igreja.

De acordo com Matheus-Grieco, desde o início do século XV até a metade do século XVII, houve esforço da Europa Ocidental em desenvolver uma visão do corpo e da sexualidade “[...] compatível com a ordem social, o respeito pela religião e o crescimento da população”. Já, final do século XVII, as convicções culturais relacionadas à importância do amor nas “relações conjugais - assim como a legitimação médica do prazer físico como expressão natural do corpo e dos laços afetivos dos indivíduos – começaram a impor-se e a facilitar indiretamente a expressão de práticas sexuais alternativas e subculturas homossexuais”. (MATTHEWS-GRIECO, 2012, p. 218).

O período correspondente ao final do século XVI até a metade do século XVII, foi denominado de Idade Clássica, quando, de acordo com Courtine (2013), o “corpo humano era, e permanece para nós, coberto de signos, mesmo se a natureza destes, o olhar que os decifra, a posição de quem os exprime se modificaram historicamente”. Este autor assinala o desencantamento do corpo “contemporâneo à emergência da ciência e do Estado modernos”. (COURTINE, 2013, p.78 -79).

O início da Idade Moderna caracterizou-se pelo surgimento da Ciência Moderna e de uma nova concepção de homem buscando a desconstrução dos pressupostos da Igreja, elegendo a razão como forma de compreender o mundo. Entretanto, as concepções acerca da sexualidade continuavam as mesmas do período anterior, pois a intenção era uma economia do corpo para que a mão-de-obra auxiliasse o capital aumentar. No final do século XVII, considerado o período do nascimento da burguesia, as Ciências Biológicas, consideraram o corpo humano

uma máquina, refletindo a visão mecanicista da época, favorecendo o desenvolvimento das indústrias e a consolidação do Capitalismo.

A evolução, mais nítida nos anos 1550-1560, se deu com o enquadramento do tempo, descoberta de novos mundos, domínio do espaço devido as técnicas de agrimensura e cartografia e a invenção do telescópio modificando as relações com o cosmos. “A evolução da consciência do corpo no curso dos séculos modernos se traduz por uma mudança das representações”. No entanto, a etapa da renascença tem muitas ambiguidades, apresenta uma dimensão de esperança e outra dimensão de violência (guerra). Uma outra consciência do corpo. Um corpo inquieto (JACQUES GÉLIS, 2012, p.128-130).

Até o início do século XVIII, “o corpo humano era concebido primeiramente como um instrumental moral, cuja sexualidade podia mudar em função da idade”. Era tolerada a experimentação na adolescência se fosse discreta, o que não ocorria na idade adulta onde as relações heterossexuais e reprodutivas eram “[...] limitadas aos quadros do casamento”. No final do século XVIII, o amor sentimental e o casamento reprodutivo haviam se reconciliado em grande parte. No entanto, a sociedade era burguesa, com grande senso de pudor, passou a relegar tanto o corpo como a sua sexualidade (MATTHEWS- GRIECO, 2012, p.219 - 300).

O culto ao corpo com suas especificidades, pautado no momento histórico e na cultura, iniciou no final do século XVIII e intensificou-se no século XIX. Trata-se de um período importante pois nos permite entender o corpo contemporâneo consolidado por representações e marcas nos corpos com diferentes intensidades. E a ação da ciência que busca entender o corpo a partir de características biológicas, forma e aparência, conferindo-lhe diferentes lugares sociais. “Por vezes, os negros e/ou as mulheres foram considerados inferiores exclusivamente porque seus corpos apresentavam algumas características biológicas nomeadas por essa mesma ciência como inferiores, incompletas ou díspares” (GOELLNER, 2013, p.36).

No Século das Luzes, pessoas curiosas se amontoavam para assistir ao espetáculo de um homem sem braços e pernas usando turbante e uma baioneta na cabeça, um “monstro à moda turca”. O olhar curioso que se divertia com espetáculos das “deformidades humanas” perdeu inocência e se cobriu de objeções morais. “Do ponto de vista da moral como daqueles do gosto e da ciência, algumas curiosidades vão tornar-se doentias, algumas atrações suspeitas, alguns olhares indecentes”. Assim, no século XVIII, com a atenção científica e a preocupação moral com as enfermidades, ocorreram os primeiros projetos de reeducação para surdos, mudos e cegos (COURTINE, 2013, p. 81-83, 114).

A análise do domínio da anomalia como funcionava no século XIX, se constituiu a partir de três elementos que começaram a se definir a partir do século XVIII fazendo articulação com

o século XIX. A grande família dos “anormais”, que o medo marcou o final do século XIX, se formou em conexão “com um conjunto de instituições de controle”, “de mecanismos de vigilância e de distribuição; e, ao ter sido quase inteiramente recoberta pela categoria de “degenerescência”, deu lugar a elaborações teóricas irrisórias, porém a efeitos duramente reais. A constituição do grupo dos anormais não foi sincrônica e, como referido anteriormente, se formou a partir de três elementos: o monstro humano (cujo quadro de referência é a lei, combina o impossível e o interdito); o indivíduo a corrigir (mais recente que o monstro, é o que corresponde melhor às técnicas de adestramento); e o onanista, (nova figura no século XX que aparece em conexão com as novas relações entre a sexualidade e a organização familiar, com a atual importância dada ao corpo). Este autor fala do “Aparecimento do corpo sexual da criança”. O indivíduo anormal, considerado por diversas “instituições, discursos e saberes, deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico natural do monstro das multidões, dos incorrigíveis, detidos pelos aparelhos de adestramento, e do universal secreto das sexualidades infantis”. Além disso, as três figuras: do monstro, do incorrigível e do onanista não vão se confundir pois cada uma está inscrita em um sistema de referência científica: o monstro na teratologia e embriologia; o incorrigível, na psicofisiologia das sensações da motricidade e das aptidões; e o onanista, está inscrito numa teoria da sexualidade (FOUCAULT, 1997, p. 61- 66).

Os efeitos das “mutações sobre as práticas, ontem tão populares da exibição do anormal: o espetáculo e o comércio da monstruosidade não puderam verdadeiramente prosperar [...]”. A partir do momento que foi percebida a monstruosidade como humana, quando foi reconhecido um semelhante na “deformidade do corpo” é que o espetáculo passou a ser “problemático” (COURTINE, 2013, p. 139-140).

A sociedade burguesa do século XIX e a do século XX, ainda eram uma sociedade de perversão. Conforme Foucault (2014), trata-se “[...] do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição”. Este autor afirma ainda que “ a sociedade moderna é perversa, não a despeito de seu puritanismo ou como reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente”. Realmente, referente as sexualidades múltiplas que são as que aparecem com as idades, as que se fixam em gostos ou práticas, as que investem difusamente no relacionamento, as que habitam os espaços definidos, “constituem o correlato de procedimentos precisos de poder”. Este último autor assegura que a implantação das perversões é um “[...] efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas”. No século XIX, o sexo “[...] parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma

biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas” (FOUCAULT, 2014, p. 52-61). Até o final do século XIX, o corpo tinha um papel secundário e com a virada do século, houve uma mudança na relação sujeito e corpo. A vida humana passou a ser vista como espiritual e corpórea aportada sobre o corpo. E, o humano passou a ter um papel importante na sociedade contemporânea.

O século XX consolidou a Contemporaneidade. O corpo que, ao longo da história sofreu mudanças e foi se adequando aos interesses econômicos, religiosos, científicos e políticos, foi evidenciado pelas tecnologias e comportamentos. Courtine (2011) postula que o século XX inventou teoricamente o corpo. Esta invenção surgiu da psicanálise, com Freud (1972) decifrando a histeria de conversão e constituindo o enunciado de que o inconsciente fala através do corpo, as somatizações. Este foi o momento inicial, considerando a imagem do corpo na formação do sujeito. O segundo momento surgiu com a ideia que Husserl entendendo o corpo como o berço original de toda a significação. Sua influência foi sentida na França, “[...] e conduziu, da fenomenologia ao existencialismo, à concepção elaborada por Maurice Merleau-Ponty do corpo como “encarnação da consciência”⁶⁹, seu desdobramento no tempo e no espaço, como “pivô do mundo”⁷⁰”. O terceiro momento da descoberta do corpo se deu no terreno da antropologia, na época da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918). Marcel Mauss, ao assistir desfiles da infantaria britânica e da francesa, com passos diferentes, assim como faziam buracos diferenciados, ficou surpreso com a forma como os homens e as sociedades sabiam servir-se de seu corpo. Estabeleceu a noção de técnica corporal que alimenta a reflexão histórica e antropológica até hoje. “E assim aconteceu que o corpo foi ligado ao inconsciente, amarrado ao sujeito e inserido nas formas sociais da cultura”. Entretanto, a obsessão linguística do estruturalismo, desde o pós-guerra até os anos 60, enterraria a questão do corpo com a do sujeito bem como suas ilusões, no entanto, no final da década de 60 esta situação iniciou uma mudança especialmente porque “[...] o corpo se pôs a desempenhar os primeiros papéis nos movimentos individualistas e igualitaristas de protesto contra o peso das hierarquias culturais, políticas e sociais, herdadas do passado” (COURTINE, 2011, p. 8, v. 3).

Neste mesmo período, século XX, com os movimentos sociais, houve a luta da mulher pelo direito ao voto, a reivindicação feminina pelo acesso à Universidade e à vida profissional, a 1ª Guerra Mundial, entre outros acontecimentos, que trouxeram um novo desenho social. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Beauvoir (1980) causou impacto com esta

⁶⁹ Grifo do autor.

⁷⁰ Grifo do autor.

expressão, pois para ela fazer-se mulher ou homem dependem de uma série de pedagogias cotidianas que configuram o feminino ou o masculino. Nessa assertiva, “Fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”. (LOURO, 2008, p. 17).

No início dos anos 70, as mulheres protestavam contra as leis que proibiam o aborto, o *slogan* era: “Nosso corpo nos pertencem”! As categorias marginalizadas pensavam ter somente seu corpo para se opor ao discurso do poder que utilizava a linguagem impondo “[...] silêncio aos corpos”. As lutas políticas colocaram o corpo no centro dos debates culturais. O corpo carrega as marcas de gênero, classe e origem que não podem ser apagadas (COURTINE, 2011, p. 9, v. 3).

A produção do corpo ocorreu ao mesmo tempo, no coletivo e no individual, sendo assim a cultura não é um ente a nos governar e, nem nós, somos receptáculos a sucumbir. O corpo “[...] ao mesmo tempo que é único e revelador de um eu próprio, é da mesma forma um corpo partilhado porque é semelhante e similar a uma infinidade de outros produzidos neste tempo e nesta cultura”. (GOELLNER, 2013, p. 42). Observamos que, no decorrer da história, o corpo desempenhou diferentes papéis na sociedade, os processos de mudanças foram por motivos políticos, religiosos ou econômicos das classes que exerciam o poder em cada momento histórico. A história da sexualidade aliada à história do corpo nos apresenta momentos singulares em sua construção que se estabelece nas relações sociais. Sua história é marcada por inúmeras mudanças influenciadas por diversas concepções que surgiram em diferentes contextos sociais.

A sexualidade, para Foucault (1998), é um dispositivo histórico muito concreto de poder. O dispositivo de sexualidade inscreve-se nas mais variadas relações de poder existentes na sociedade, do pai para o filho, do homem para a mulher, do professor para o aluno, do médico para o paciente, do governo para a população, etc. Na Idade Média, a sexualidade dos cidadãos era conduzida pautada ideia do pecado e do sacrilégio, atravessados pelo discurso cristão. A partir do século XVIII, esse discurso da confissão dos “pecados da carne” passou a ser dissolvido em outros espaços confessionais e reguladores que se estruturam nos papéis dos especialistas e do saber científico. Quem passa a cuidar da sexualidade da população a partir de então é a medicina, a estatística, a moral, a psicologia, a sociologia e, a pedagogia (QUARESMA DA SILVA, 2007, p. 109).

No entender de Louro (2008, p. 19), “Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida foram postos em ação e tornaram evidente uma diversidade cultural que não parecia existir”. Tal situação desestabiliza antigas certezas e as transformações constituem novas formas de existir. Esta autora fala de uma nova política cultural, a política de identidades, especialmente a partir dos anos 60, as

minorias, colocadas em segundo plano pelos grupos dominantes, começaram a se manifestar querendo autorrepresentarem-se, ou seja, lutam pelo direito de falar por si e falar de si. Desta forma, conhecer, a história das/os surdas/os permite-nos uma compreensão acerca das representações culturais e pressupostos políticos e filosóficos. Permite-nos, perceber que as formas de narrar a surdez e as pessoas surdas, foram produzidas a partir dos significados vigentes em cada período histórico, tecendo discursos⁷¹ que foram moldando o mundo e construindo nosso imaginário em relação a tais pessoas.

Sobre os anormais, um pouco da história que constitui as pessoas surdas⁷². O indivíduo a corrigir: da anormalidade a tentativa de normalização. Apontamentos sobre a diferença

Pois há um outro, em meio a nossas temporalidades e a nossas espacialidades, que foi e ainda é inventado, produzido, fabricado, (re) conhecido, olhado representado e institucionalmente governado em termos daquilo que se poderia chamar de um outro *deficiente*, uma alteridade *deficiente*, ou então, ainda que não seja o mesmo, um outro *anormal*, uma alteridade *anormal*.⁷³ (SKLIAR, 2003, p.152).

Skliar (2003) relaciona à imagem do outro deficiente, da alteridade deficiente, ao indivíduo a corrigir, uma das figuras de anormalidade que Foucault descreveu em “Os anormais” (2014), trata-se de um outro que extrapola a “imaginação da mesmidade” em relação a um corpo perfeito, inteligência, “sexualidade tão única e determinada quanto constante, uma aprendizagem veloz, curricular e consciente [...], uma língua capaz de ser só monolíngue, e de dizer aquilo que todos querem ouvir”. A alteridade deficiente, anormal, é resultado de uma invenção, além disso, “como significado que parece referir-se a um outro, só tem sentido se foge e refoge desse outro e se confronta a normalidade” (SKLIAR, 2003, p.153-154).

Olhando a história, encontramos, na antiguidade, o sacrifício de pessoas surdas em função de um padrão de normalidade e perfeição. Na época, uma pessoa com deficiência era considerada como um castigo dos deuses, passível de eliminação. No decorrer dos tempos, estas pessoas tiveram um longo percurso, desde a eliminação até a possibilidade de serem educadas, ou instruídas. O início de um entendimento em relação a possibilidade destas pessoas tomar suas próprias decisões, ocorreu no século XIV, quando houve a primeira menção à instrução de surdos através da língua de sinais e da língua oral. E no século XVI, o monge beneditino, Pedro Ponce de León, foi considerado o primeiro professor de surdos. Ele desenvolvia atividades junto

⁷¹ Discursos entendidos como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. (FOUCAULT, 1997, p.56).

⁷² Pessoas surdas – escolhemos esta maneira de nomeação, por tratar-se de uma forma não sexista, como forma de referir as pessoas que não utilizam a audição de maneira funcional, independente da perda auditiva. Entendendo-as como pertencentes a uma minoria linguística e cultural.

⁷³ Grifos do Autor.

a crianças surdas, filhas de nobres, para que fossem reconhecidas como pessoas e desta forma, herdar os bens da família, visto que os mudos não teriam o direito (GUARINELLO, 2007).

No Brasil, o ensino de pessoas surdas iniciou em 1857 quando, a convite de Dom Pedro II, Ernest Huet, inicia suas atividades como professor, surgindo assim, a primeira escola para surdos-mudos no Rio de Janeiro, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A educação se deu sob influência do Instituto de Paris focada na caridade e benevolência.

Em termos pedagógicos, as práticas que anteriormente ao século XIX eram proibidas às crianças devido à expressão do corpo – vistas como um estímulo ao desenvolvimento de uma sexualidade desviante (Foucault, 1997), tais como festas, exercícios, danças e jogos -, agora passam a ser vistas como “formadoras do espírito”. Elas foram modernizadas e passaram a integrar as metodologias escolares. Cada vez mais, podemos perceber o deslocamento histórico de uma educação impositiva e dominante – colocada em marcha por práticas não raro até mesmo violentas – para uma educação que passa pela negociação de verdades e de possibilidades de caminhos para cada um se educar (LOPES, 2007, p.48).

Tal deslocamento de práticas, não significa dizer que eram feitas às escondidas e sim, que passaram a ser aceitas e incorporadas como práticas naturais e necessárias na educação de surdos. Assim, o controle deixou de ser externo e passou a ser internalizado pelo sujeito. “O novo sujeito da educação é aquele capaz de deixar-se guiar por sua “consciência”⁷⁴. Prisioneiro de si, o surdo reivindica sua “liberdade”⁷⁵ e seu “direito”⁷⁶ de narrar-se como diferente”. A alma moderna é disciplinada, permitindo à família, à escola, à clínica e as instituições saírem de cena após intervir e cumprir seu papel. Neste sentido a comunicação é fundamental, ela permite o indivíduo tornar-se sujeito de si e para os outros. “Para disciplinarmos a alma, precisamos vigiar o corpo, constante e cuidadosamente”. A comunicação entre surdos sempre foi complexa, a vigilância sobre os sujeitos e os seus corpos não só dificultava a “articulação dos surdos em grupos surdos”, mas os impedia de manifestações indesejáveis do corpo longe do olhar das instituições. Durante sua história, os surdos tiveram linhas tênues entre aceitação e negação da língua de sinais que, por ser uma língua espaço-visual, tem como referência o corpo e as expressões. “No século XX não está mais na expressão do corpo o problema da aceitação do surdo”, a expressão corporal é um elemento que caracteriza a cultura surda. O controle atualmente, está “sobre a sexualidade infantil”. Já na Modernidade a escola aparenta aceitação do corpo como expressão, no entanto os mecanismos de controle tornam-se mais sutis. (LOPES, 2007, p.49-50).

⁷⁴ Grifo da autora.

⁷⁵ Grifo da autora.

⁷⁶ Grifo da autora.

A história dos surdos é contada especialmente a partir da história de sua educação. Eram narrados como débeis mentais, incapazes entre outras denominações, desde a idade média, o que permite, de certa forma, compreender a falta de perspectiva e marginalização devido ao estigma existente.

Seguimos nossas considerações com uma proposta de olhar a surdez no lugar da diferença cultural. “Não nego a falta de audição do corpo surdo, porém desloco meu olhar para o que os próprios surdos dizem de si quando articulados e engajados na luta por seus direitos de se verem e de serem vistos como sujeitos surdos, e não como sujeitos com surdez” (LOPES, 2007, p.9). A diferença pode parecer sutil, entretanto ela marca a constituição de uma comunidade. Esta última autora postula ainda, que assim como o sexo marca o corpo feminino e o corpo masculino, a surdez marca quem a possui, estabelecendo uma diferença entre os que ouvem e os que não ouvem.

A sutileza ressaltada pela autora citada nos provoca a reflexão e esclarecimento, talvez não necessário para alguns, contudo julgamos conveniente ressaltar que falar de surdez enquanto diferença cultural não anula a diferença e sim desloca o olhar da deficiência. E, neste ponto desejamos continuar as reflexões pois percebemos um longo percurso e diferentes formas de narrar e educar pessoas surdas, com diferentes percepções acerca da educação, e grandes discussões em relação à comunicação, aquisição da linguagem, língua oral e língua de sinais da mesma forma, constata-se diferentes maneiras de olhar e representar os sujeitos no que se refere a gênero e sexualidade.

A sexualidade existe e se manifesta em todo ser humano. Ela é própria do ser humano, faz parte de seu desenvolvimento e suas expressões são múltiplas. E geralmente, nas escolas, a sexualidade é trabalhada como sendo apenas uma questão biológica. Desta forma, problematizar os conhecimentos sobre a surdez, especialmente em relação a gênero e sexualidade é pertinente visto que os estereótipos, mitos e crenças são criados e mantidos nos diferentes contextos. De acordo com Lebedeff (2010), sexualidade é um tema carregado de simbologias, conscientes ou não e, na literatura, quando refere às pessoas com deficiência, há uma visão ambígua, para algumas elas podem ser assexuadas, comparadas a crianças e, para outras, hipersexuadas, não apresentando afetividade. Isso denota a dificuldade em relação à sexualidade e ao conhecimento acerca das pessoas e suas diferenças.

De acordo com Maia e Ribeiro (2010), “[...] não é possível determinar se a vida sexual e afetiva será satisfatória ou não e é importante lembrar que em diferentes momentos da vida, dificuldades e facilidades vão ocorrer em maior ou menor grau para todos”. Desta forma, seria injusto rotular e estigmatizar as pessoas com deficiência, e desconsiderar “[...] o contexto social,

econômico, educacional em que o sujeito se desenvolve e sem considerar a diversidade entre as pessoas com deficiências”. (MAIA; RIBEIRO, 2010, p. 160).

A história nos conta que no Brasil, as mulheres surdas foram discriminadas na educação, quando o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, fundado em 1856, deixou de recebê-las em 1868, devido à possível promiscuidade. Elas deveriam receber instruções em casa e aprender atividades correspondentes à rotina doméstica como bordar e cozinhar. As que já se encontravam no Instituto poderiam permanecer até o primeiro mês-tru, após, seriam encaminhadas para casa ou para um abrigo. Havia o entendimento de que meninas não educadas não seriam problema, meninos sim. Na década de 30 as alunas surdas retornaram ao Instituto, não mais em regime de internato. (ROCHA, 2008).

Há muito a pesquisar sobre a relação entre sexualidade e deficiências sensoriais, que é o caso da surdez, a literatura ainda é escassa. As deficiências sensoriais não inibem o funcionamento genital, no entanto, as pessoas são estigmatizadas, tomadas como infantis e assexuadas. Tais pessoas podem ter dificuldade de comunicação, que pode dificultar as interações e assimilação de conceitos e informações. Pode haver dificuldades devido ao excesso de cuidados. A autora ressalta que a relação entre sexualidade e deficiência sensorial está mais atrelada a dificuldades de ordem psicossocial e não dos aspectos biológicos, portanto não compromete uma resposta sexual (MAIA, 2006).

Os julgamentos preconceituosos, refletem o modo como a sociedade lida com as questões da sexualidade e as concepções sobre as diferenças em relação aos padrões de normalidade existentes.

Em suma: as sociedades democráticas de massa pretenderam converter o corpo anormal em corpo ordinário. E desta forma elas se transformaram em espaço de um conflito entre razão política e singularidade do olhar: a razão política reivindicando o tratamento igualitário dos indivíduos, não importando suas aparências, a singularidade do olhar registrando o desconforto diante da deformidade corporal, mesmo que simultaneamente percebida e gomada, lembrada e negada, na multiplicação do que hoje chamamos de “diferenças”⁷⁷. Visto que este é precisamente o termo escolhido, nas sociedades democráticas, para proclamar – por causa de um recalçamento deliberado do olhar pela razão – *a igualdade entre os corpos*⁷⁸ (COURTINE, 2013, p. 142).

Considerações finais

Apresentamos, neste estudo, aspectos históricos referentes ao corpo, a sexualidade e a surdez com o intuito de compreender as construções históricas e culturais que constituem o

⁷⁷ Grifo do autor.

⁷⁸ Grifo do autor.

imaginário social traduzido nos discursos que retratam as formas de atuar e nomear as pessoas diferentes.

O corpo é uma “invenção teórica recente”. O Século XX, teoricamente inventou o corpo, antes disso, era um pedaço de matéria (COURTINE, 2013, p. 13). O conceito de sexualidade é amplo, envolve sentimentos, ações e percepções, envolve a vida afetiva e sexual e, sua expressão depende de influências familiares, sociais e culturais. A sexualidade é própria dos seres humanos, ocorre, portanto, para todas as pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes, com deficiência ou não. O corpo se desenvolve mesmo que gerando preocupação aos familiares ou às próprias pessoas.

Podemos dizer que os discursos que insistem em permanecer, ainda hoje, na sociedade, são decorrentes da história, como este estudo nos permitiu perceber. Discursos que durante o percurso histórico foram se modificando, entretanto, o seu foco, de certo modo, ainda ressalta a falta e não as possibilidades que cada pessoa tem. Se fala de uma educação do olhar (Skliar, 2003; Lopes, 2007; Courtine, 2013), permitindo perceber o sujeito que está ali. Ressaltamos a importância de uma educação sexual que inteire a necessidade de informações, esclarecimentos e diálogo. Além disso, defendemos que as interações precisam ser compreendidas pelas pessoas surdas, dessa forma elas devem acontecer em Língua de Sinais.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CASTORIADIS, Castoriadis. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: CORBIN, A.; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, G. (Orgs.). **História do corpo: O século XX**. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol.3

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J.A. G. Albuquerque. 1ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREUD, Sigmund. **Sexualidade feminina** [1931]. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro. Imago, 1972, vol XXI.

GÉLIS, Jacques. O corpo, a Igreja e o sagrado. In.: CORBIN, A.; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, G. (Orgs.). **História do Corpo: o século XX**. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol.3

GOELLNER, Silvana. V. In.: LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUARINELLO, Ana C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

LEBEDEFF, Tatiana B. **Surdez e sexualidade: uma discussão sobre a necessidade de empoderamento linguístico e acesso à informação**. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Especial/Trabalho/09_09_00_](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Especial/Trabalho/09_09_00_Acesso em: 28 de outubro de 2014) Acesso em: 28 de outubro de 2014

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: Antropologia e Sociedade**. Tradução Marina Appenzeller. – 6ª ed. - Campinas: SP. Papirus, 2013.

LOPES, Maura C. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira L.; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas Pro-Posições**, v.19, n.2 (56) – maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 01/12/2014

MAIA, Ana C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

[MAIA, Ana C. B. & RIBEIRO, Paulo R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. 2010. Disponível em:](#)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200002. Acesso em: 27/09/2017

MATTHEWS-GRIECO, Sara F. Corpo e sexualidade na Europa no Antigo Regime. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George (Orgs.). **História do Corpo**: o século XX. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol.3

QUARESMA DA SILVA, Denise R. A Sexualidade e a educação sexual nas escolas através dos tempos. In.: VALDUGA, D. A. F.; MENEZES, M. de S. (Orgs.). **Formação de professores**: a articulação entre os diferentes saberes. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.

ROCHA, Solange M. da. **INES e a educação de surdos no Brasil**: Edição Comemorativa dos 150 Anos. Vol.01, 2ª edição (DEZ/2008): Rio de Janeiro: INES/2008.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LA CONAMURI: RESISTENCIA DE MUJERES RURALES E INDÍGENAS EN PARAGUAY

A CONAMURI: RESISTÊNCIA DE MULHERES RURAIS E INDÍGENAS NO PARAGUAI

*Marco Enrique González Ramos
Mestrando em Sociologia e Bolsista da CAPES/OEA
Universidade Federal do Paraná
m.gonzalezramos@hotmail.com*

RESUMEN

La Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas (CONAMURI) es un conglomerado de mujeres que se organizan de forma autónoma e independiente al movimiento campesino e indígena de Paraguay. Comprender la necesidad de ellas constituirse en su propio espacio para continuar la lucha, esta vez con reivindicaciones a partir de los ejes género, clase y etnia como base, es el foco de este análisis que permite conocer cómo los ejes de desigualdad de nuestra sociedad se entrecruzan e impactan en la figura de estas mujeres. La teoría feminista y la poscolonial, así como las consideraciones hechas desde la perspectiva de la interseccionalidad, funcionan como herramientas de análisis que permiten alcanzar una visión multicultural y, por ende, una mayor comprensión del contexto de lucha de estas mujeres campesinas e indígenas.

Palabras-clave: Mujeres Campesinas e Indígenas – Teoría Feminista – Teoría Poscolonial – Interseccionalidad – Paraguay.

RESUMO

A Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas (CONAMURI) é um conglomerado de mulheres que se organizam de forma autônoma e independente ao movimento camponês e indígena do Paraguai. Entender a necessidade de elas se constituírem no seu próprio espaço para continuar a luta, desta vez com as reivindicações baseadas em gênero, classe e etnia, é o foco desta análise que nos permite conhecer como os eixos de desigualdade da nossa sociedade se cruzam e impactam na figura dessas mulheres. As teorias feminista e pós-colonial, bem como as considerações feitas a partir da perspectiva da interseccionalidade, servem como ferramentas de análise que nos permitem alcançar uma visão multicultural e, portanto, uma maior compreensão do contexto de luta dessas mulheres camponesas e indígenas.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas e Indígenas – Teoria Feminista – Teoria Pós-colonial – Interseccionalidade – Paraguai.

Introducción

El objetivo principal de este artículo es entender las razones por las cuales las mujeres rurales e indígenas se organizan de forma autónoma respecto del espacio de resistencia encabezado por el movimiento campesino e indígena en Paraguay.

Se toma como ejemplo el caso de la Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas (CONAMURI), analizado desde dos perspectivas: la primera trata sobre la invisibilidad de la mujer dentro de los nuevos movimientos sociales. Esta cuestión histórica que prácticamente ha marcado a gran parte de estos movimientos alrededor del mundo internalizó estas prácticas patriarcales en sus estructuras organizacionales.

La segunda perspectiva hace referencia a la falta de un espacio propio para que las mujeres indígenas y rurales relaten sus experiencias en su propia voz, lo que invita a pensar en las implicaciones de hacer resistencia no solo como mujer, sino como “del tercer mundo”, y más aún, rural o indígena. En el ejemplo de la CONAMURI, la interacción de categorías como género, clase y etnia provoca una desigualdad social cuyo impacto se evidencia en múltiples dimensiones.

Tanto la teoría feminista como la poscolonial, combinando con un análisis interseccional, se constituyen como herramientas en este trabajo que permitirá explicar el porqué de esta autonomía, así como también reconocer que estas mujeres se convierten en el punto de convergencia de los ejes de desigualdad social.

Realizar un análisis de este tipo en el caso de las CONAMURI busca destacar por un lado la visión multicultural a surgir en el diálogo intelectual entre la teoría feminista y la poscolonial. Por otro, resaltar la profundización de las condiciones históricas de desigualdad de las mujeres como consecuencia del enraizado patriarcado que vivimos como sociedad.

Este trabajo se presenta en tres partes: la primera se centra en conocer más sobre la CONAMURI como organización de mujeres en rebeldía y resistencia; la segunda coloca el hecho de la invisibilidad de la mujer dentro de los nuevos movimientos sociales; la última sección presenta un breve análisis desde la resistencia de ser mujer, del “tercer mundo”, rural o indígena.

Mujeres rebeldes en la resistencia: el caso de las CONAMURI.

“I tiempo ma kuña o mañavo ybate, anike pende py'amirĩ”
(Ya es tiempo de que la mujer aspire más alto, no sean cobardes)
Frase de aliento de uno de los dirigentes campesinos a sus compañeras en resistencia.

La Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas es una organización en Paraguay que nació “como respuesta a la necesidad de un espacio propio de las mujeres campesinas e indígenas para la defensa de sus derechos, y para la búsqueda de alternativas frente a la angustiante situación de pobreza, discriminación y exclusión por razones de clase, etnia y género” (CONAMURI, 2018).

Esta organización tuvo su origen en el año 1999, durante el Día Mundial de la Mujer Rural (15 de octubre), momento en que se reunieron en Asunción más de 300 mujeres campesinas e indígenas y en donde se decidió articular esfuerzos para trabajar sus respectivas propuestas y reivindicaciones. En palabras de la CONAMURI (2009, p. 7) “por primera vez se unen las mujeres indígenas y campesinas, de dos mundos separados, aunque unidos por una historia común de exclusión en el Paraguay”.

Este punto es clave para el análisis realizado en este trabajo ya que la coyuntura política y social en la que se enmarca el nacimiento de la CONAMURI tiene por característica principal la desigualdad ocasionada por el modelo de acumulación de capital⁷⁹ y la dictadura patriarcal, hecho que afectó aún más a las mujeres indígenas y campesinas, “quienes históricamente han sido invisibilizadas en su participación, aporte, intereses y realidades” (CONAMURI, 2009, p. 8).

En esta línea, se detecta que a lo largo de la historia del Paraguay la visibilidad de las mujeres en los distintos procesos que configuraron a la nación ha sido escasa o nula. En la época de la dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), los movimientos campesinos fueron foco de persecución durante todo el régimen, lo que de alguna forma empeoró la situación de invisibilidad de las mismas:

“La postergación histórica de las mujeres en el país es anterior a este oscuro período de nuestra historia, pero la Dictadura hizo de la exclusión social y la discriminación hacia las mujeres una política criminal, extremando la violencia en contra de las mujeres en las represiones, al mismo tiempo que las mantenía invisibles para la historia. Buscó desalentar la participación de las mujeres con la tortura sexual, con ocupaciones militares o un constante acoso hacia las comunidades” (CONAMURI, 2009, p. 11).

En este contexto de represión y reorganización de movimientos de resistencia al régimen, las mujeres campesinas e indígenas fueron tomando más contacto con lo político, lo que les otorgó mayor conciencia de lo que estaba ocurriendo. Sin embargo, dentro de las propias

⁷⁹ En Paraguay, este modelo es sustentado por el agronegocio, “un paquete tecnológico que contempla la venta de semillas transgénicas, agrotóxicos, fertilizantes y sofisticadas maquinarias para la depredación de bosques, preparación de suelo, fumigaciones extensivas incluida la aérea en manos de empresas transnacionales como Monsanto, Cargill, y otros”. (CONAMURI, 2009, p. 8).

⁸⁰ Paraguay es el cuarto exportador mundial de soja (USDA Feb/2018 – Zafra 2017/18, en CAPECO, 2018).

organizaciones de resistencia, “el rol de las mujeres era invisible, no era reconocida ni valorada, y solo participaban en las organizaciones como cocineras” (CONAMURI, 2009, p. 12). Esto generó reclamos por parte de las mujeres, quienes también querían participar de los debates y toma de decisiones, pero ante los ojos de sus compañeros fue considerado como un acto de rebeldía y hasta de intento de división política de la causa.

Desde los años 80, y tras el contacto internacional con organizaciones y encuentros mundiales de mujeres, las campesinas e indígenas comenzaron a relacionarse con otros grupos que atravesaban situaciones similares a las suyas. Este hecho en particular, así como el haber identificado la necesidad de encontrar un espacio propio para realizar la lucha por sus derechos a fin de acabar con la desigualdad fue lo que terminó de abrir sus ojos:

“este proceso fue importante para identificar la necesidad de un espacio propio a nivel nacional para las mujeres rurales e indígenas, para quienes veníamos participando en organizaciones mixtas [...] Las mujeres que participaron en estos espacios de encuentro y discusión tomaron conciencia de que las mujeres eran doblemente oprimidas y explotadas, y desde entonces se fue profundizando la idea de que sin un espacio propio, las mujeres difícilmente pueden desarrollar sus capacidades y su participación a plenitud” (CONAMURI, 2009, p. 13).

Vale la pena recalcar que jugó un papel fundamental el contacto que tuvo la CONAMURI con la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y la Vía Campesina Internacional, así como el Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC). Ambas organizaciones tenían como tema central de debate cuestiones relacionadas a género y clase, lo que posteriormente fue tomado como eje fundamental de la CONAMURI:

“Dentro de la CLOC – La Via Campesina también se estaba discutiendo fuertemente las cuestiones de género, y ese fue el impulso más importante para organizarnos como mujeres campesinas e indígenas. La MMC se definió como una organización de género y clase dentro del movimiento campesino internacional, y esa fue una posición muy importante como antecedente de la CONAMURI” (CONAMURI, 2009, p. 15).

Es decir, el haber sentado posición en los ejes género y clase hizo que las mujeres campesinas e indígenas finalmente reconozcan que tal vez sus voces no hayan sido lo suficientemente escuchadas en las organizaciones mixtas, y que era hora de salir de la pobreza y transformar las relaciones entre hombres y mujeres. Este fue el motor principal y mayor diferencial de la CONAMURI en Paraguay, tal y como lo explica en breves palabras Szwako (2012, p. 331, traducción libre, comillas en el original): “es en la construcción de ese ‘espacio propio’ que está la novedad de CONAMURI”.

Quebrando paradigmas, enriqueciendo debates: la lucha de las mujeres por la visibilidad en los nuevos movimientos sociales.

La historia nos ha mostrado en varios momentos que la condición de la mujer ha estado relegada al ámbito de “lo privado”, sujeta al rol desempeñado dentro de la familia en sus diferentes esferas (sea como esposa, madre, reproductora, entre otros). Esta diferencia histórica con respecto a los hombres se ha “naturalizado”, y la acumulación de trabajo (no pagado) en la figura de la mujer se volvió también “una acumulación de diferencias, desigualdades, jerarquías y divisiones que ha separado a los trabajadores entre sí, e incluso de ellos mismos (FEDERICI, 2010, p. 176).

Esta situación comenzó a cambiar con el proceso de industrialización, tras la inserción de las mujeres en el mercado de trabajo, lo que dio pie a reconfigurar reglas y normas que han sido establecidas por la sociedad así como ampliar la lucha por sus derechos y otras reivindicaciones (FISCHER, 2006, p. 13). Este protagonismo adquirido por la mujer a través de la lucha por el reconocimiento de su posición en el mercado de trabajo permitió su emergencia como nueva actora social política. El desafío al patriarcado y a las prácticas que socialmente se han naturalizado como de mujeres fue lo que hizo constituir al movimiento feminista, lo que significó una sacudida a formas de poder y autoridad legitimadas históricamente, así como lo destaca Raewyn Connell como “la más clara conquista y consecuencia del movimiento feminista *la deslegitimación –fenómeno mundial- de la dominación masculina*” (CONNELL, apud ADELMAN, 2016, p. 27, traducción libre, cursivas mías).

A pesar de que los movimientos sociales contemporáneos actúan con base en la redistribución, según los problemas de igualdad de derechos y oportunidades, y el reconocimiento, según la identidad (LAMUS CANAVATE, 2010, p. 46), la deslegitimación mencionada por Connell no significó desentrañar las prácticas patriarcales que se continuaron realizando en diferentes ámbitos de nuestra sociedad como tal, inclusive al interior de los movimientos sociales que luchan por modificar estas cuestiones.

En la experiencia de las CONAMURI, cuando se hacen conscientes de la posición subalterna que ocupan en la lucha del movimiento campesino por el solo hecho de ser mujeres es el momento en el que buscan autoorganizarse a fin de expresar sus inquietudes y reivindicaciones en su propia voz. Esta tensión provocada dentro de la organización podría tomarse como normal, ya que los movimientos sociales por lo general tienen debates y quiebres internos, a lo que se añade en la experiencia de las mujeres, “*iniciativas y expresiones del movimiento que compiten por espacios, recursos y adhesiones*” (LAMUS CANAVATE, 2010, p. 45, cursivas en el original).

Así, las mujeres indígenas y campesinas de la CONAMURI procuran democratizar poderes en los espacios que ocupan y hacer de la horizontalidad del poder una cuestión compartida entre hombres y mujeres, es decir, “hacer *rupturas* sobre el ‘mandar’ de élites dominantes o hegemónicas” (CONAMURI, 2009, p. 18, cursivas mías). Estas rupturas tienen que ver con lo que Adelman (2016, p. 63, traducción libre) llama “una crítica profunda a las relaciones de poder del orden existente y de la cultura en la cual este se sustenta”, ya que si bien muchos otros movimientos sociales han reclamado históricamente esta cuestión, las mismas campesinas e indígenas notaron que estas relaciones también permearon al interior de las organizaciones mixtas en las que solían militar⁸¹. Se afirma así la incorporación de una contradicción en discursos y movimientos rebeldes denominada “sesgo cultural histórico masculinista” (ADELMAN, 2016, p. 32, traducción libre), lo que requirió un posicionamiento de las mujeres al respecto.

Aquí es donde se encuentra la invisibilidad de la mujer que, específicamente hablando sobre el movimiento campesino e indígena en Paraguay, ha sido relegada a roles “naturalmente” asignados, como cocinar, ser la secretaria del movimiento o a la de amenizar las reuniones o encuentros. Sobre el punto, Szwako (2012, p. 328, traducción libre) señala que estas contradicciones internas generaban conflictos con quienes, a más de ser compañeros de militancia, también eran esposos, hermanos o hijos, ya que el intento de las mujeres en ocupar cargos que “tradicionalmente” habían sido de hombres se tomó con desconfianza y hasta una amenaza de división o quiebre del movimiento.

Sin embargo, las mujeres de la CONAMURI han sabido plantear un acercamiento a los sectores que se mostraron reacios o desconfiados ante estas acciones a fin de lograr la visibilidad que merecían dentro y fuera del movimiento:

“Nuestra experiencia muestra que ‘imbecué la proceso organizativo de las mujeres’⁸² porque tenemos un doble condicionamiento y menos oportunidades. Enfrentamos el desafío de compatibilizar nuestras tareas de cuidado de la casa y los hijos/as con nuestra participación en la organización. Las compañeras tenían dificultades para participar en las reuniones y en las actividades de la organización porque no tenían con quien dejar a sus hijos/as. *Esta situación nos enseñó que era necesario sensibilizar a los compañeros para que compartan las tareas de cuidado e involucrarlos para entender la lucha de las mujeres*” (CONAMURI, 2009, p. 19, cursivas mías).

⁸¹ Adelman (2016, p. 64, traducción libre) menciona a la historiadora estadounidense Sara Evans, quien afirma que estas contradicciones también fueron percibidas por las jóvenes que luchaban en los movimientos de liberación femenina: “Había aquellas que surgieron en el seno de los propios movimientos, en los que los discursos libertario, democrático y / o socialista se detenían frente a los privilegios masculinos del monopolio de la palabra y del liderazgo político”.

⁸² Del guaraní: “es muy lento el proceso organizativo de las mujeres”.

En este punto, es necesario enfatizar que, a partir de la necesidad que tuvieron las mujeres del CONAMURI de sensibilizar a los compañeros para entender la lucha y hacer de la causa una verdadera unión de fuerzas, se han replanteado las reivindicaciones del movimiento desde la propia experiencia de las mujeres, sin olvidar la de los hombres. Así, Lamus afirma que estos cuestionamientos al patriarcado a partir del feminismo han producido “fisuras importantes en los paradigmas dominantes y enriquece los debates en torno a los movimientos sociales, al tiempo que ubica en el escenario político subjetividades subalternizadas por tales paradigmas” (LAMUS CANAVATE, 2010, p. 47). Es decir, el quebrar paradigmas establecidos por el patriarcado para así repensar las experiencias de las mujeres en la sociedad desde la crítica feminista, según Adelman (2016, p. 95, traducción libre), implica hacerlo “en toda su historicidad y especificidad, esto es, a partir de las relaciones de poder entre los géneros y su intersección con otras formas de relaciones sociales, particularmente las de clase, raza/etnicidad y orientación sexual”.

La resistencia desde la resistencia: ¿cómo es ser mujer, del “tercer mundo”, rural o indígena?

Dar una mirada diferente a las experiencias de las mujeres, intentando hacer una nueva lectura a partir del género y su intersección con otras relaciones sociales da paso a lo que se conoce como perspectiva interseccional. Kimberlee Crenshaw es la autora que acuñó este concepto, si bien en forma provisoria, al detectar cómo las categorías raza y género interactúan e impactan en diferentes dimensiones de la experiencia de trabajo de mujeres negras. A su ver, las razones por las cuales la identidad se construye en el mundo social pueden (y deben) ser entendidas desde la categoría clase, orientación sexual, edad, color, entre otros (CRENSHAW, 1991, p. 1244). Específicamente, al realizar un análisis interseccional se puede conocer diversos tipos de discriminación existentes según el contexto en donde se originan y las experiencias abordadas por distintas identidades. En suma, este análisis permite reconocer cómo se crean estas desigualdades y estructuran las posiciones de las personas en una sociedad determinada (SYMINGTON, 2004, p. 2).

Desde esta perspectiva, el caso de las CONAMURI cobra importancia al detectar su situación de desigualdad en la sociedad debido a la dictadura patriarcal, que condiciona a las mujeres no solamente a la subordinación por causa de su sexo, sino que utiliza esta cuestión para lograr perpetuarla en prácticas sociales asumidas como “naturales” y que provocan brechas de desigualdad en ámbitos como el laboral, cultural, social, político, entre otros.

Particularmente, las mujeres del CONAMURI mencionan que antes de conformar su propio grupo, en el sector rural o indígena era raro encontrar grupos autónomos de mujeres. Difícilmente ocupaban posiciones de decisión, sin contar el poco o nulo reconocimiento por el trabajo realizado. Inclusive, las indígenas no figuraban en las estadísticas. Este hecho hizo que piensen en construir un propio espacio en Paraguay para que las mujeres rurales e indígenas consigan participar plenamente, desarrollar sus potenciales y dejar atrás la situación de opresión y explotación a la que eran sometidas no solo por ser mujeres, sino indígenas o campesinas (CONAMURI, 2009, p. 13).

Otra cuestión particular del caso de las CONAMURI que se puede distinguir desde esta perspectiva es el hecho de estas mujeres campesinas e indígenas agruparse de forma independiente a las mujeres urbanas. Las múltiples identidades que se congregan en esta organización hacen que sus reivindicaciones sean diferentes a las feministas de la ciudad debido a la situación económica y social que las afecta directamente. En sus palabras, ellas mencionan “el hambre, la falta de tierra, las diferentes formas de violencia, el analfabetismo, la mortalidad materna, la sobrecarga de trabajo, la preocupación por los bosques y el agua, ya que estábamos sintiendo la falta de agua y leña” (CONAMURI, 2009, p. 16). En este punto, es claro que la mayor parte de estos problemas no encajan exactamente en el contexto de la mujer urbana promedio que, teóricamente, tiene mayor facilidad de acceso a servicios de calidad como salud, vivienda, educación, especialmente en Paraguay, donde estos aún se encuentran centralizados en dos o tres ciudades grandes (Asunción, Ciudad del Este, Encarnación). Esto, sin olvidar que existen también en estas ciudades mujeres que viven en condiciones de extrema pobreza, o indígenas y campesinas en esta situación, producto del proceso migratorio del campo a la ciudad. Aquí radica la importancia de la interseccionalidad, ya que no solo se tiene en cuenta el entrecruce de desigualdades sino el contexto necesario para entender la magnitud de la experiencia de discriminación.

Por otra parte, en conjunto con la teoría feminista, la teoría poscolonial va tras la recuperación de lo que conocemos como “el Otro de la modernidad occidental” (ADELMAN, 2016, p. 199, comillas en el original), es decir, las vivencias que se acallaron, se invisibilizaron y que, históricamente, se construyeron como ese Otro. Más allá de cualquier binaridad, se rescata cómo a partir de la deconstrucción de este Otro creado por un discurso hegemónico se conocen “experiencias diferentes más plurales de los ‘nuevos sujetos’, nuevos en término de *reconocimiento reciente por el mainstream*, diferente de su larga participación histórica, y el carácter *relacional* y no *de oposición* del concepto de alteridad” (ADELMAN, 2016, p. 202, cursivas en el original).

Para conocer a fondo la realidad de las mujeres de la CONAMURI, se toma aquí la sugerencia de Adelman (2016, p. 211, traducción libre) sobre el trabajo de las feministas poscoloniales, haciendo mención al proyecto desarrollado por Edward Said en su libro *Orientalismo*: “La crítica de la *representación* de la mujer no occidental, caracterizada como Otro en un sentido triple: como mujer, como no occidental y, en tercer lugar, en una posición particular producida por la unión de los otros dos términos”. En este sentido, se relaciona esta posición particular a la cuestión de la etnicidad para que, desde la perspectiva interseccional, se entienda finalmente lo que implica la resistencia de las CONAMURI al *ser mujeres*, “*del tercer mundo*”, *rural o indígena*.

Acerca del “tercer mundo⁸³”, si bien requiere un debate mucho más amplio que escapa de las posibilidades de este trabajo, al hablar de la modernidad occidental y su deconstrucción conviene conocer la forma en que Chandra Mohanty utilizó este término a fin de explicar cómo una parte de la corriente feminista *occidental* constituyó en sus discursos académicos la rígida categoría “mujer del tercer mundo”. La crítica que esta autora realiza tiene que ver con que esta categorización despersonaliza elementos como raza, etnia, clase u origen al punto de construir “una noción homogénea de la opresión de las mujeres como grupo” (MOHANTY, 1984, apud SUÁREZ NAVAZ, L; HERNÁNDEZ, A, 2008, p. 5).

Como resultado, se crea una imagen discursiva de “la mujer promedio del tercer mundo” (pobre, ignorante, sin educación, *víctima*), en suma, una *mujer oprimida carente de poder*, privilegiando en oposición la imagen de la “mujer occidental”. Pensar en esta lógica del “tercer mundo” deriva de una visión evolucionista del “primer mundo” como lo desarrollado y el Otro como el “subdesarrollo”. Colocándolo en el análisis feminista, Mohanty afirma que “al homogeneizar y sistematizar las experiencias de distintos grupos de mujeres en estos países, borra todos los modos y experiencias marginales y de resistencia” (MOHANTY, 1984, apud SUÁREZ, L; HERNÁNDEZ, A, 2008, p. 19). Con esto, más allá de caer en un binomio mujer occidental/mujer del tercer mundo, la teoría poscolonial lo que hace es enfatizar la existencia de diversas realidades, que tienen una propia historia, una propia cultura, diferentes entre sí (ADELMAN, 2016, p. 215, traducción libre).

La CONAMURI es un claro ejemplo de una experiencia de resistencia que por mucho tiempo ha permanecido invisible, pero que a partir del contacto con otras mujeres cuyas experiencias de opresión han sido similares comenzó a cobrar autonomía. Tuvo mucha

⁸³ Sobre el uso del término “tercer mundo” (comillas incluidas), Chandra Mohanty explica que si bien puede “sugerir una similitud sobresimplificada entre las naciones así denominadas, como reforzar jerarquías económicas, culturales e ideológicas existentes”, la intención es dar un uso crítico y colocarlo en cuestión constante.

influencia el hecho de que las mujeres indígenas y campesinas piensen en ellas mismas como portavoces de sus experiencias a fin de transformar las relaciones de poder que hacen parte en los diferentes espacios en que se desempeñan y hacer oír verdaderamente sus voces en esferas de decisión como la política. También es importante remarcar que si bien no ha sido un camino fácil para ellas, el aprendizaje realizado a partir de pensar propuestas, ser críticas, negociar, decidir, perder y ganar hizo que logran autorreconocerse, construirse y constituirse como verdaderas actoras políticas en busca de un modelo de poder basado en igualdad de derechos y condiciones (CONAMURI, 2009, p. 20).

En suma, la teoría poscolonial hace posible conocer la profundidad de la marginalización de las experiencias de estas mujeres al analizar su situación desde estos ejes de desigualdad social (género, etnia, clase) que se entrecruzan en su figura de mujeres campesinas e indígenas, y permite situarnos en esta “triple” experiencia de *ser mujer, ser indígena o rural, ser considerada “del tercer mundo”*. Esto permite alcanzar una visión multicultural en este análisis, ya que da centralidad al complejo juego que constituyen las relaciones de raza/etnicidad, clase, orientación sexual, género, nacionalidad, teniendo en cuenta la especificidad e historicidad (ADELMAN, 2016, p. 214, traducción libre).

Consideraciones finales

En este artículo se presentaron razones por las cuales la Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas (CONAMURI) se constituye como tal, paralelamente al espacio de resistencia del movimiento campesino e indígena en Paraguay. Para dicho efecto, se tomó como herramienta de análisis tanto la teoría feminista como la poscolonial, con aportes desde la perspectiva interseccional.

Una de las conclusiones más relevantes encuentra a la desigualdad como factor preponderante que, históricamente, ha marcado la experiencia de estas mujeres al punto de invisibilizarlas, paradójicamente, dentro de los movimientos sociales desde los cuales hacían resistencia. Al permear la dictadura del patriarcado al interior de la resistencia provoca la necesidad en ellas de tener un espacio propio a fin de acabar con la doble situación de exclusión y opresión, así como de conseguir la democratización de las relaciones de poder en sus ámbitos de acción.

Otro punto interesante, que contribuyó para que ellas logren esta autonomía, fue el contacto con organizaciones internacionales como la CLOC, la Vía Campesina Internacional y el Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. El haberse reconocido e identificado con experiencias similares y, sobre todo, el conocer cómo estas organizaciones trabajan sus

reivindicaciones basadas en los ejes etnia, género y clase, también permitió que las mujeres rurales e indígenas de la CONAMURI logaran la visibilidad de su lucha en Paraguay.

La necesidad de construir soluciones alternativas que consideren la propia experiencia de discriminación que han vivido estas mujeres denota el desconocimiento general que existe sobre el contexto social e histórico en el que desenvuelven sus vivencias, principalmente en Paraguay; así también, el impacto que tiene el hecho de que en ellas se entrecrucen los ejes de desigualdad que afectan profundamente a nuestra sociedad. Estas dos razones justifican el que se hayan organizado y fortalecido como una organización de clase, etnia y género ya que, como ellas mismas mencionan: “las mujeres vivimos la discriminación no solo como pobres y trabajadoras, por hablar guaraní o por ser indígena, sino por el mismo hecho de ser mujer... *topa ñemboyke*⁸⁴” (CONAMURI, 2009, p. 39).

La teoría feminista y la poscolonial, así como el análisis interseccional, son herramientas que permiten alcanzar una visión multicultural sobre este caso, principalmente debido a la necesidad de reconocer las múltiples identidades que se congregan en esta autoorganización de mujeres rurales e indígenas en Paraguay. En un intento de combatir el binarismo reduccionista *mujer carente de poder / mujer con poder*, o las imágenes homogeneizadas de experiencias y opresión “tercermundistas” construida por el discurso hegemónico patriarcal y occidental, lo que se procura con este trabajo es entender verdaderamente el contexto de la lucha de estas mujeres por la igualdad.

⁸⁴ Del guaraní: que se acabe la discriminación.

Referencias bibliográficas

ADELMAN, Miriam. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. 2. Ed. São Paulo: Editora Blucher, 2016.

ADELMAN, Miriam; GROSSI, Miriam; GUIVANT, Júlia. A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: *contribuições e debates*. In: GROSSI, M. P.; LAGO, M. C.; NUERNBERG, A. H. (org.) *Estudos In(ter)disciplinados: Gênero, feminismo, sexualidade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. P. 21-40.

CÁMARA PARAGUAYA DE EXPORTADORES Y COMERCIALIZADORES DE CEREALES Y OLEAGINOSAS **Ranking mundial** (2018). c2018. Disponible en <<http://capeco.org.py/ranking-mundial-es/>> Acceso en 20, febrero, 2018.

CONAMURI. **Mujeres en rebeldía y resistencia. Kuña jetyvyro ha jepytaso. Nuestro camino. Ñande Rape. Sistematización de nuestros relatos. Ñane Ñe'e**. Asunción: CONAMURI, 2009.

CONAMURI. **¿Quiénes somos?** (2018) c2018. Disponible en <<https://www.conamuri.org.py/quienes-somos/>> Acceso en: 2 ene. 2018.

CRENSHAW, Kimberlee. Mapping the Margins: *Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. **Stanford Law Review [online]**. v. 43, n. 6, p 1241-1299, jul, 1991, Stanford. Disponible en <<http://www.jstor.org/stable/1229039>> Acceso en: 20, febrero, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid: Traficantes de sueños, 2010.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Editora Massangana, 2006.

LAMUS CANAVATE, Doris. **De la subversión a la inclusión: movimientos de mujeres de la segunda ola en Colombia, 1975-2005**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2010.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. *Academia feminista y discurso colonial*. In: SUÁREZ NAVAZ, L; HERNÁNDEZ, A (ed.) **Descolonizando el Feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Editorial Cátedra, 2008.

SYMINGTON, Alison. Interseccionalidad: *una herramienta para la justicia de género y la justicia económica*. **Derecho de las mujeres y cambio económico**. Asociación para los Derechos de la Mujer y el Desarrollo (AWID). n. 9, ago, 2004. Toronto: AWID. Disponible en <http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/file/21639/1/2_awid_interseccionalidad.pdf> Acceso en: 25, febrero, 2018.

SZWAKO, José. **Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial**. 2012. 440 f. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponible en <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280321>> Acceso en: 10, enero, 2018.

**O MACHISMO QUE SE ESCONDE NO DISCURSO – A
PERFORMANCE DE GÊNERO DE PARIS JACKSON E A MÍDIA
SENSACIONALISTA**

*SEXISM HIDDEN ON DISCOURSE – PARIS JACKSON'S GENDER
PERFORMANCE AND THE SENSATIONALIST MEDIA*

*Mariana Vargas Gaudenzi
Mestranda/IFSul
marianavargg@gmail.com*

*Otavia Alves Cé
Doutora/UCPel
otavia.ce@gmail.com*

RESUMO

Este artigo analisa como a performance não-convencional de gênero de Paris Jackson, filha do falecido cantor Michael Jackson, é utilizada como fortalecedora para a construção de uma imagem negativa para ela pelos meios de comunicação sensacionalistas. Com embasamento da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2016), será analisada uma matéria do site RadarOnline publicada em 2017 com o objetivo de identificar, a partir de escolhas discursivas, tendências sexistas, machistas e tentativas de construção de ethos (FAIRCLOUGH, 2016) que buscam caracterizá-la como uma jovem problemática e frágil, tentando mostrar para o público que suas atitudes estão relacionadas aos homens que estão ao seu redor. Para isso, serão expostos os conceitos de performance e heteronormatividade compulsória de Butler (2017) e Louro (2004). Logo após, discutir-se-á os conceitos de cultura (THOMPSON, 1995), relações de poder (FOUCAULT, 1999) e meios de comunicação sensacionalistas (SOBRINHO, 1995). Tais conceitos servem de embasamento teórico para a análise das escolhas discursivas da matéria do RadarOnline. O objetivo deste artigo é demonstrar de que maneiras os meios de comunicação podem reafirmar crenças e comportamentos preconceituosos, machistas e sexistas presentes na cultura através de seus discursos e, também, como a influência deles como detentores de poder sobre a informação é capaz de moldar a forma como o público enxerga uma celebridade e, principalmente, uma mulher.

Palavras-chave: Discurso. Gênero. Cultura. Comunicação.

ABSTRACT

This article analyzes how Paris Jackson's, late singer Michael Jackson's daughter, unconventional gender performance is used as a reinforcer to construct a negative image for her in the sensationalist media. Based on the Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2016), an article from the RadarOnline website published in 2017 will be analyzed with the aim of identifying, from discursive choices sexist tendencies and attempts to construct ethos (FAIRCLOUGH, 2016) which seek to characterize her as a troubled and fragile young woman, trying to show the public that her behavior is related to the men around her. For this, the concepts of performance and compulsory heteronormativity of Butler (2017) and Louro (2004) will be exposed. Afterwards, the concepts of culture (Thompson, 1995), power relationships (FOUCAULT, 1999) and sensationalist media (SOBRINHO, 1995) will be discussed. These concepts serve as a theoretical basis for the analysis of the discursive choices of RadarOnline matter. The purpose of this article is to demonstrate the ways in which the media can reaffirm prejudiced and sexist beliefs and behaviors present in culture through their discourses and also as their influence as holders of power over

information, is able to shape the way the public sees a celebrity, and especially a woman.

Keywords: Discourse. Gender. Culture. Communication.

Performance de gênero e a mulher na sociedade patriarcal

Para iniciar as discussões propostas por este artigo, é necessário explicar, primeiramente, o conceito de gênero e como a cultura patriarcal da sociedade em que estamos inseridos influencia na maneira como a ideia de “mulher” é enxergada e recriada por esta mesma sociedade. Judith Butler (2017) defende que o gênero é performativo. Ser “homem” e ser “mulher” pressupõem significados diferentes dependendo do contexto histórico, social, econômico, étnico e, principalmente, cultural no qual o indivíduo encontra-se inserido. A partir disso, a performance de gênero se dá com a repetição estilizada de atos, comportamentos, hábitos e maneiras de se expressar que sejam coerentes com o padrão culturalmente imposto e aceito como correto ou normal. Segundo Butler (2017):

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero (BUTLER, 2017, p. 232).

Pode-se compreender a partir da perspectiva apresentada por Butler (2017) que os estereótipos de gênero que colocam o feminino em uma posição de submissão e o masculino como uma figura de poder não devem ser considerados naturais e imutáveis, mas culturalmente localizados e, portanto, passíveis de sofrer mudanças e questionamentos. Em seu conjunto de ensaios intitulado “Um Corpo Estranho – Ensaios sobre Teoria Queer”, Guacira Lopes Louro (2004) usa a viagem como uma metáfora para a construção do sujeito social, onde ele sofreria mudanças interiores significativas graças à ação de influências exteriores anteriores a ele e que são adquiridas durante a jornada. Louro (2004, p. 15) escreve que “a declaração ‘É uma menina!’ ou ‘É um menino!’ também começa uma espécie de ‘viagem’, ou melhor, instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção”. O processo ao qual a autora se refere nada mais é do que a aceitação de uma matriz heteronormativa compulsória, em que a performance e orientação heterossexuais são aceitas como naturais e corretas, deslocando todos os indivíduos que não se enquadram nessas características como “desviantes”, “errados” ou “não-convencionais”. Ao discorrer sobre este assunto, Butler (2017) escreve que:

Em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o status autoidêntico da pessoa? Em que medida é a 'identidade' um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? [...] Em sendo a 'identidade' assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de 'pessoa' se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é 'incoerente' ou 'descontínuo' (BUTLER, 2017, p. 28).

Ao unirmos as discussões propostas por Louro (2004) e Butler (2017) acerca da naturalização do conceito de gênero, é possível levantar o questionamento sobre a prática de rotular os indivíduos segundo estereótipos. Se o gênero se trata de uma performance construída e reiterada diariamente a partir de atos contínuos e estilizados como uma maneira de responder aos estímulos externos da cultura, pode-se entender que as possibilidades de performances são várias e se modificam de acordo com as referências e experiências do sujeito em questão. Portanto, pode-se questionar se dividir as variadas performances apresentadas diariamente por homens e mulheres ao redor do mundo em "corretas" e "não-convencionais" corresponde de fato ao que as mesmas representam tanto para esses indivíduos quanto para conceitos e construções culturais e, principalmente, se tal divisão nada mais é do que uma maneira de oprimir quaisquer performances que não correspondam ao padrão culturalmente imposto de mulheres "femininas" e homens "masculinos".

Além da opressão pressuposta por uma sociedade que naturaliza a heteronormatividade, posicionando qualquer performance que não corresponda a esse padrão em um local marginalizado a partir de uma concepção binária, a ideia, também naturalizada, de que os homens seriam superiores às mulheres ainda se faz presente em discursos sexistas e patriarcais. Tais práticas discursivas têm como base a concepção de uma dualidade assimétrica entre homens e mulheres, que frequentemente coloca os homens no papel de sujeito universal, enquanto as mulheres seriam o "Outro", um sujeito oposto, passivo e que só adquire significado quando comparada a eles (BEAUVOIR, 2016). Com a perpetuação de discursos que corroboram essa ideologia, as mulheres ficam em desvantagem em vários aspectos de sua vida, sendo oprimidas, silenciadas, desacreditadas e assediadas. A ideia de que as mulheres são inferiores aos homens, apesar de ser discursivamente construída, é antiga e naturalizada. O estereótipo de feminilidade as classifica como frágeis, sensíveis, necessitadas de proteção e cuidados, históricas e imprevisíveis. Consequentemente, posicionar as mulheres como um ser inferior aos homens, sem direito à credibilidade ou controle do próprio corpo, as coloca em situações vulneráveis que podem apresentar riscos para sua segurança. A naturalização deste pensamento sexista é o que dá justificativa para vários discursos que fazem com que mulheres sejam desacreditadas e tenham direitos negados, além de seu corpo ser extremamente

sexualizado. Além disso, a presunção de um padrão de comportamento inerente às mulheres faz com que todas aquelas que não apresentem uma performance que se encaixe nos moldes da feminilidade, sensibilidade fragilidade, subordinação sejam perseguidas, taxadas de esquisitas, marginalizadas e até mesmo deslocadas da ideia de “mulher”, tornando-as um indivíduo completamente desviante por não seguir um padrão cultural imposto que não é capaz de contemplar as pluralidades de performances.

Controle do discurso e a mídia sensacionalista

Como pode-se perceber pela leitura anterior, ideias criadas a partir de discursos podem adquirir o status de verdade e passam a ser blindadas pela crença de que são algo natural, pré-discursivo e imutável. Esse fenômeno acontece principalmente quando o discurso é proferido por indivíduos ou grupos que se encontram em posições de poder. Segundo Foucault (1999), o poder é uma relação fluante, heterogênea, mutável. Está presente em todos os aspectos da vida dos sujeitos, que podem desempenhar papéis ativos ou passivos de poder em diferentes situações. Segundo Foucault (1999):

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos (FOUCAULT, 1999, p. 182).

Foucault (1999, p. 14) também aborda o conceito de verdade, afirmando que “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Portanto, instituições ou grupos de indivíduos que se encontrem em posições privilegiadas na rede de poder terão maior credibilidade, transformando seus discursos em verdades inquestionáveis devido a sua influência. Consequentemente, estes discursos podem ser assimilados pelos indivíduos e reproduzidos ou questionados por eles. Exemplos de como tal conceito pode ser observado encontram-se nos discursos jurídicos, médicos, científicos, educacionais e midiáticos que detêm o controle daquilo que é reproduzido como verdadeiro de acordo com seus estudos e ideologias. Porém é importante ressaltar que para Foucault (1999) as relações de poder e as verdades que cada sociedade produz também são culturalmente localizadas e passíveis de mudanças, ou seja, nada é estático. O próprio conceito de cultura é fluante e pode sofrer variações de acordo com os

aspectos históricos, geográficos, sociais, econômicos, religiosos e todas as outras variáveis que podem modificá-lo. Thompson (1995) defende que a cultura é uma estrutura resultante do conjunto de fenômenos culturais da sociedade que, “uma vez produzidos ou realizados, circulam, são recebidos, percebidos e interpretados por outros indivíduos situados em circunstâncias sócio históricas particulares” (THOMPSON, 1995, p. 182). Ou seja, todas as interações entre indivíduos pressupõem significados e, através de práticas discursivas, assim como as instituições de poder, os indivíduos podem agir sobre o que concebem como real e correto, modificando a cultura e agindo sobre ela, mesmo que em uma proporção muito menor.

Assim, a partir do momento em que os Meios de Comunicação de Massa detêm poder sobre o que é considerado notícia, quando e como este assunto circula, quais pessoas atinge e de que forma ele é abordado, torna-se fácil perceber que eles possuem influência e credibilidade para moldar o discurso que os indivíduos irão reproduzir baseado naquilo que receberam. Quando se observa os veículos de comunicação sensacionalistas, é possível ver que as escolhas discursivas realizadas na hora de compor a matéria influenciam muito na forma como o público enxerga tal assunto ou pessoa. Segundo Sobrinho (1995):

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a ‘notícia’ é elaborada como mero exercício ficcional. O termo ‘sensacionalista’ é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível (SOBRINHO, 1995, p. 16).

Um texto jornalístico com caráter sensacionalista, portanto, tem como principal foco despertar emoções no leitor, privilegiando a construção de uma narrativa atraente e, algumas vezes, chocante em relação à transmitir uma informação crível e com fontes confiáveis. Porém, Sobrinho (1995) salienta que veículos com características informativas também podem apelar para o emocional para despertar a atenção e aproximar o leitor do texto, o que os torna diferentes dos textos sensacionalistas é que “é na exploração das perversões, fantasias, na descarga de recalques e instintos sádicos que o sensacionalismo se instala e mexe com as pessoas” (p. 17). Muitos veículos sensacionalistas focam suas pautas na vida privada de famosos e em outros assuntos triviais que não se transformariam em notícias em outros locais. Com isso, fatos

cotidianos⁸⁵ acabam se transformando em fofocas, espetáculos, humor e tragédias no imaginário do público.

Nos discursos sensacionalistas pode-se perceber, também, a presença de discursos sexistas, racistas e, xenófobos e quaisquer outros preconceitos e estereótipos. Acontecimentos cotidianos, além de transformados em pauta, são usados para reforçar mais uma vez a ideia de que qualquer comportamento, performance ou situação que fuja do padrão cultural heteronormativo é desviante, errada, escandalosa e, finalmente, sensacional⁸⁶. Isso mostra que o jornalismo sensacionalista, além de não trazer informações críveis, pode servir para reforçar, por exemplo, a ideia de que mulheres devem se comportar de acordo com a ideia patriarcal, ou seja, submissas, recatadas, contidas e silenciadas. Quando uma celebridade se comporta de uma maneira diferente a este padrão, sendo fotografada desarrumada ou com uma atitude rebelde, e isto se torna uma matéria em algum veículo sensacionalista, significaria que aquele é um comportamento que foge do normal, do comum e, portanto, segundo esta lógica, deve se tornar notícia e um exemplo de como não se portar para não ser tachada de esquisita, excêntrica, histérica ou como alguém que foge do padrão.

Paris Jackson e o machismo que se esconde no discurso

Apesar de recém ter iniciado sua carreira como modelo aos 19 anos, Paris Jackson sempre recebeu grande atenção da mídia, principalmente dos veículos sensacionalistas online, como o site RadarOnline, de onde foi recortada para análise a matéria “Paris Jackson volta-se para padrinho drogado Macaulay Culkin após término de namoro” (ANEXO 1), publicada em 7 de fevereiro de 2017. Como filha do falecido cantor Michael Jackson, um interesse na vida da jovem por parte dos paparazzi era esperado, porém, é importante observar as marcas de discursos machistas que são utilizadas nos textos e títulos das matérias que abordam o cotidiano de Paris.

Para realizar a análise, foi utilizada a metodologia de Análise Crítica do Discurso com base nos estudos de Norman Fairclough (2016). Este artigo é um recorte de uma monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Publicidade e Propaganda (GAUDENZI,

⁸⁵ Sobrinho (1995) aborda a ideia de “fatos cotidianos” com base no conceito de *fait divers* do autor Michel Maffesoli (1988), que os conceituam como “uma informação quente e circunstancial, localizada (...) ele emana de um lugar datado, ele é carne e sangue em sua origem”. Acrescentando que “como o conto, o carnaval, o jogo pueril, o comentário do *fait divers* permite falar, sem falar, da morte, da violência, do sexo, das leis e de suas transgressões” (SOBRINHO, 1995 apud. MAFFESOLI, 1988).

⁸⁶ Aqui, o termo “sensacional” refere-se à ideia de algo que foge ao normal, ao comum e se torna, portanto, foco de estranhamento.

2017). Devido à necessidade de abreviar a discussão e, ao mesmo tempo, realizar uma análise com argumentos sólidos e que expõe aquilo que é proposto, o foco foi a análise da tentativa de construção de um ethos negativo para Paris Jackson a partir de escolhas discursivas.

Segundo Fairclough (2016, p. 217), o ethos é a construção do ‘eu’. Seu conceito se “constitui um ponto no qual podemos unir as diversas características, não apenas do discurso, mas também do comportamento em geral, que levam a construir uma visão particular do ‘eu’”. Portanto, o ethos seria uma forma de caracterizar o sujeito e, a partir disso, vincular a sua imagem características de sua posição social, sejam elas positivas ou negativas. Apesar de ser construído discursivamente, o ethos é intertextual e reflete em outras dimensões analíticas como comportamento, atitudes, trocas de turno em diálogos e controle das interações. Ao atribuir características negativas a Paris Jackson, chamando-a de “a filha problemática do Rei do Pop” e ao privá-la de um local de fala em uma matéria que trata de acontecimentos de sua vida, há uma tentativa de construção de ethos negativa que moldará a visão que o público tem sobre ela.

A matéria em questão (ANEXO 1) foi publicada pelo site RadarOnline e tem como foco o término do namoro de Paris com o baterista Michael Snoddy durante uma viagem para Paris em que a jovem fez seu primeiro ensaio para a revista Chanel. Neste fato já se pode observar a primeira marca de discurso sexista desta matéria: o foco no fim do relacionamento e no suposto estado emocional fragilizado de Paris, que acaba deixando em segundo plano o início de sua carreira. A partir disso, pode-se entender que um relacionamento amoroso seria mais importante do que uma carreira profissional e seria também um reflexo do discurso patriarcal que coloca as mulheres como dependentes dos homens a sua volta, posicionando suas carreiras como uma prioridade secundária.

Ainda, a matéria utiliza fontes não-identificadas, caracterizadas apenas como “próximas à família Jackson” e sem confirmação de credibilidade para realizar as afirmações que são tomadas como verdade sobre o estado emocional da jovem e o motivo de sua aproximação com seu padrinho Macaulay Culkin, sempre relacionando as atitudes de Paris com um suposto sofrimento após o término do relacionamento.

Mas enquanto vários membros da família Jackson estão contentes de ver Snoddy ir embora, a fonte contou que existem outros que estão com uma preocupação completamente diferente agora – que Paris está se aproximando de seu padrinho Culkin, que batalhou por anos contra um vício mortal em ópio! ‘A maior preocupação não é o coração partido dela agora, é se Paris terá a força para se manter sóbria com as tentações ao seu redor’, a fonte contou ao Radar (RADARONLINE, 2017, s/p).

É criada uma imagem de tristeza e fragilidade em torno de Paris Jackson e, em nenhum momento ao longo do texto o estado emocional de Michael Snoddy é questionado, reforçando a ideia de que a mulher é quem sofre no final do relacionamento. Essa tentativa fica clara na insinuação de que ela não “terá a força para se manter sóbria com as tentações ao seu redor”. (RADARONLINE, 2017, s/p). Neste momento, o texto retoma, implicitamente, aos vícios em álcool e cigarro assumidos por Paris, que afirma batalhar contra eles há anos. Com isso, além de reforçar a imagem de uma garota problemática, rebelde, instável e viciada, características que fogem à ideia de feminilidade culturalmente imposta, cria-se a possibilidade de que Macaulay Culkin seria uma péssima influência para ela, tornando o encontro dos dois “um passo para o desastre”, deixando implícito que Paris Jackson usaria substâncias ilícitas para suportar a dor de um término que aconteceu durante a viagem do seu primeiro ensaio de fotos para uma revista de moda internacionalmente reconhecida.

Como já mencionado anteriormente, ao escolher construir um ethos negativo para Paris Jackson, o RadarOnline molda a maneira como o público irá enxergá-la. Apesar de ser possível questionar o que está escrito na matéria e buscar outras fontes para conferir a veracidade das informações, apenas uma parcela do público que entrar em contato com este texto terá interesse em fazer isso, o que faz com que o que foi dito a respeito de Paris Jackson se torne verdade para todos aqueles que acreditarem nesta matéria e não pesquisarem mais sobre a modelo.

Porém, também é necessário apontar que, além de prejudicar a imagem da jovem modelo, este texto reforça ideias sexistas. Paris é colocada em segundo plano em relação a todos os homens que supostamente exercem influência em sua vida. É como se o site tentasse convencer o público de que a vida dela gira em torno de seu ex-namorado, seu padrinho e seu pai já falecido – as constantes menções a ele ao chamá-la de “filha problemática do Rei do Pop” já a colocam no papel de coadjuvante. Ao dar mais atenção para o término e à reaproximação de seu padrinho – sendo que a relação direta entre os dois acontecimentos não foi comprovada – do que para o início de uma carreira promissora, o site reforça a ideia de que as atitudes das mulheres são condicionadas aos homens em suas vidas, sejam seus pais, amigos, maridos, filhos, etc., mais uma vez, mesmo que de maneira implícita, o homem se tornaria protagonista nas experiências de uma mulher. Ainda, o site não questiona a veracidade dos fatos ou cita manifestações de Paris Jackson sobre o assunto e sobre as presumidas verdades contidas no texto. Ou seja, a voz da própria protagonista da matéria, que em muitas vezes é mera coadjuvante, não é escutada em nenhum momento, sem dar-lhe a chance de se defender, negar ou até mesmo afirmar o que está escrito ali. Pode-se usar esta prática como exemplo de apagamento da voz feminina, em que é privado às mulheres o direito de se manifestar sobre

assuntos que lhes dizem respeito. Portanto, esta matéria é sobre Paris Jackson, porém, a jovem é apenas um pretexto para falar sobre seus relacionamentos com dois homens: Macaulay Culkin e Michael Snoddy.

Além disso, a performance dela foge aos padrões heteronormativos e ao estereótipo de feminilidade. Paris é classificada como uma jovem rebelde e problemática, logo, não é recatada e submissa. Seu corpo tem várias tatuagens e ela é frequentemente fotografada por paparazzi andando sem sutiã, acontecimentos que já viraram notícia em outros momentos⁸⁷. Então, caracterizá-la a partir de adjetivos negativos é mais uma maneira de exercer poder sobre a forma com que o público a enxerga, atribuindo à Paris literalmente a imagem de uma pessoa problemática, que foge dos padrões ditos “corretos” e “naturais” e, conseqüentemente, um exemplo a não ser seguido.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo denunciar ideais machistas e sexistas perpetuados através do discurso por veículos sensacionalistas a partir da análise de uma matéria publicada sobre Paris Jackson em um site de notícias sobre celebridades chamado RadarOnline. É importante ressaltar que este estudo não tem como objetivo encerrar as discussões aqui propostas, pelo contrário, reconhece a importância de falarmos cada vez mais sobre estas questões e discutí-las, afinal, o estudo de caso aqui apresentado serve como uma exemplificação do que acontece de maneira estrutural e cultural com mulheres no mundo inteiro ao longo de suas vidas. Paris é apenas um exemplo de mais uma mulher que tem sua voz silenciada e sua imagem distorcida por fugir de um padrão culturalmente imposto. Assim como ela, mulheres são colocadas como coadjuvantes em suas próprias conquistas em relação aos homens que participam de suas vidas e que podem não ter nenhuma influência naquele momento, mas acabam ganhando protagonismo apenas por serem homens e estarem em uma posição privilegiada nessa dualidade assimétrica. Para se fazer presente, o discurso sexista não precisa usar palavras como “mimimi”, “vadias” e outros termos pejorativos que têm sido atribuídos às suas manifestações, ele pode estar implícito, como nesta matéria. E é especialmente quando ele está implícito e não usado de forma descarada que podemos observar como seus ideais penetram facilmente na mente de um leitor menos atento para estas questões ou apenas em uma leitura rápida.

⁸⁷ O site *RadarOnline* publicou a matéria “Fotos chocantes! Sem sutiã, Paris Jackson ostenta piercings nos mamilos em top folgado” em 9 de fevereiro de 2017. Disponível em: < <https://radaronline.com/photos/paris-jackson-braless-nipple-rings-pics/>> Acesso em abril de 2018.

Por fim, Paris Jackson, apesar de ser atingida por críticas sexistas, é um ponto de resistência contra os padrões culturalmente impostos. Uma celebridade que recebe tanta atenção da mídia e que não se encaixa no estereótipo de feminilidade, mas mesmo assim trabalha como modelo para uma grande marca e possui voz para falar com públicos maiores se torna uma representação para todos aqueles que, assim como ela, não se encaixam em ideias excludentes e pré-concebidas que são tomadas como naturais. Afinal, se Paris Jackson pode sair na rua sem sutiã, ser rebelde, falar o que pensa da maneira que quiser, fazer-se respeitada e, ao mesmo tempo, ter uma carreira de sucesso, por que as outras mulheres não poderiam fazer o mesmo?

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. Fatos e Mitos. 3ª ed. vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2016. 339 p.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017. 287 p.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. 2ª edição. Brasília: Editora UnB. 2016. 338 p.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 14ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999. 295 p.

GAUDENZI, M. V. A Filha Problemática do Rei do Pop: Mídia Sensacionalista e a Performance de Gênero de Paris Jackson. 2017. Monografia (Bacharelado em Publicidade e Propaganda) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

LOURO, Guacira. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica. 2004. 90 p.

MAFFESOLI, Michel. Une Forme d'Agrégation Tribale. In: Aulreml. Paris, 1988.

RADAR ONLINE. Paris Jackson Turns To Druggie Godfather Macaulay Culkin After Split. Disponível em <<https://radaronline.com/exclusives/2017/02/paris-jackson-breakup-macaulay-culkin-drugs-help-godfather-boyfriend-split/>> Acesso em abril. 2018.

Braless Paris Jackson Bares Nipple Rings In Flimsy Top. Disponível em <<http://radaronline.com/photos/paris-jackson-braless-nipple-rings-pics/>> Acesso em abril. 2018.

SOBRINHO, Danilo A. Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus. 1995. Coleção Novas Buscas em Comunicação. v. 47, 157 p.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. 1995. 427 p.

**IDENTIDADE DE GÊNERO E REPRESENTAÇÕES DE MINORIAS NO
ROMANCE DO FUNDO DO POÇO SE VÊ A LUA, DE JOCA REINERS
TERRON**

*GENDER IDENTITY AND REPRESENTATIONS OF MINORITIES IN THE
ROMANCE DO FUNDO DO POÇO SE VÊ A LUA, BY JOCA REINERS TERRON*

*Marilise Zibetti
Mestranda em Letras URI/FW
marilise@uri.edu.br*

*Ana Paula Teixeira Porto
Doutora em Letras URI/FW
anapaula@uri.edu.br*

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre como se configura a construção da identidade de gênero do personagem-narrador transexual Wilson a partir da análise de lembranças da infância e adolescência do narrador apresentadas no romance *Do fundo do Poço se vê a Lua*, de Joca Reiners Terron, o qual foi publicado em 2010. O livro abarca questões de memória, esquecimento, morte, violência e busca da identidade de gênero, além de apontar a infância como espaço mitológico nos anos finais da ditadura militar brasileira. Considerando esse contexto, o enfoque da pesquisa é discutir ainda conflitos de sujeitos que vivem à margem da sociedade, como Wilson, que, para se livrar da sombra do irmão gêmeo, o violento William, e da identidade masculina, se metamorfoseia em Cleópatra. Para alcançar esses objetos, o estudo, de natureza bibliográfica, ampara-se em pressupostos teóricos sobre representações de minorias e de gêneros na literatura, com contribuições de teóricos como David Foster e Guacira Louro.

Palavras-chave: Identidade. Gênero. Transexualidade. Literatura contemporânea.

ABSTRACT

This work seeks to reflect on how the construction of the gender identity of the transsexual narrative character Wilson is constructed from the analysis of the childhood and adolescence memories of the narrator presented in the novel *Do Fundo do Poço se vê a Lua* by Joca Reiners Terron, which was published in 2010. The book covers issues of memory, forgetfulness, death, violence and the search for gender identity, as well as pointing to childhood as a mythological space in the final years of the Brazilian military dictatorship. Considering this context, the focus of the research is still to discuss conflicts of subjects living on the margins of society, such as Wilson, who, to get rid of the shadow of the twin brother, the violent William, and male identity, metamorphoses into Cleopatra. To reach these objects, the bibliographical study is based on theoretical assumptions about representations of minorities and genres in literature, with contributions from theorists such as David Foster and Guacira Louro.

Keywords: Identity. Genre. Transsexuality. Contemporary literature.

Introdução

Na mitologia grega, irmãos gêmeos representam a imortalidade. De acordo com Jean Chevalier (1991, p. 465), “todas as culturas e mitologias testemunham um interesse particular pelo fenômeno dos gêmeos”. Ressalta ainda que “quaisquer que sejam as formas pelas quais são imaginados, exprimem uma intervenção do *Além* e a dualidade de todo ser ou o dualismo de suas tendências, espirituais e materiais” (CHEVALIER, 1991, p. 465). Simbolizam, “em todas as tradições - deuses ou heróis - se desentendem ou se ajudam, marcando assim a ambivalência da sua situação, símbolo da sua própria situação de todo ser humano, dividido em si mesmo” (CHEVALIER, 1991, p. 465).

No livro *Do Fundo do Poço Se Vê a Lua*, escrito por Joca Reiners Terron em 2010, os gêmeos protagonistas Wilson e William não contam com a mesma sorte dos deuses gregos. Assim como nas histórias sobre gêmeos Caim e Abel, Rômulo e Remo, Castor e Pólux, no romance, um morre para que o outro possa viver. Nascidos em São Paulo, em 1967, órfãos de mãe, ex-militante política de extrema esquerda em plena ditadura militar brasileira, os rapazes são criados pelo pai, um ator. William e Wilson crescem juntos, mas as brincadeiras de infância logo dão conta de revelar que a semelhança entre eles é apenas física.

A concepção do duplo é muito antiga na história do mundo. Partindo dessa premissa, no contexto da narrativa de Terron, a condição de imortalidade é alternada entre os irmãos. O nome dos personagens remete ao conto de Edgar Allan Poe, *William Wilson*, pelas características aproximadas entre o conto e a história dos gêmeos, sendo apenas o começo de inúmeras referências à mitologia do duplo citadas no romance. Eles são gêmeos univitelinos, diferentes em sua psique, apesar de serem idênticos na aparência física, o que já os caracteriza em uma perspectiva bastante tradicional.

O pai dos gêmeos dizia que nas lendas mitológicas, sempre um era sacrificado, e tinha pavor da ideia de perder qualquer um deles: “Eu não posso perder vocês, não posso. Eu pensei então em arranjar uma forma de distrair a Morte, de fazer com que ela esqueça pra sempre os seus deveres profissionais” (TERRON, 2010, p. 156). O progenitor acreditava que se os meninos atuassem no teatro, distrairiam a morte porque, como conhecedor da mitologia, sabia da questão dual de gêmeos e da morte de um.

A questão do duplo caracteriza-se pela concentração de mais de um ser, dentro do mesmo ser, um unificado com o outro, como duas existências dentro da mesma vida. Ressalta-se, na narrativa, que a crise de identidade dos irmãos, bem como a de Wilson com sua identidade transexual, difere de outros duplos entre gêmeos, porque no romance observa-se que um dos

irmãos é extremamente dependente do outro, William os vê como um: “Era sempre assim na cabeça de Willian. Éramos só nós dois e mais ninguém” (TERRON, 2010, p. 89), para ele, viver sem a companhia do irmão era não ser.

A abordagem da obra abre espaço para a representação de um mundo no qual as identidades estão em crise. Como esclarece Stuart Hall (2011), “Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo” (HALL, 2011, p. 9). O personagem principal Wilson tem uma identidade feminina, habitando um corpo masculino, o que o leva a investir em uma cirurgia de mudança de sexo. Tem-se assim um dos motes centrais do romance: a questão da transexualidade do personagem, que é também o narrador da obra. Entende-se por transexual, aqueles indivíduos que se consideram afetados por um transtorno, envolvendo a sua identidade de gênero, o que significa, nessa linguagem diagnóstica, que eles não se reconhecem no corpo com o qual vivem, podendo apresentar, inclusive, aversão intensa ao seu sexo biológico.

Após passar pela cirurgia, Wilson parte para o Egito com a ideia de conhecer o lugar onde se dera a vida e a obra de Cleópatra, sua “santa padroeira e pôr à prova o resultado da cirurgia” (TERRON, 2010, p. 193). Ao chegar lá, seu conto de fadas se transforma num pesadelo. Constata que “todo o esplendor ptolomaico estava submerso e enterrado na lama a seis metros de profundidade” (TERRON, 2010, p. 202), junto às suas ilusões. “Aqui tudo é cinza como é cinza a areia do deserto” (TERRON, 2010, p. 27), lamenta Wilson.

Em tal contexto, pode-se dizer que os espaços percorridos por Wilson são devastados, como se de cada lugar, levasse um elemento, que culminam em sua ruína. Tem um sentido de apego ao passado, de esperança no futuro, e o presente surge como indício da precariedade, que marca tanto o espaço físico quanto às relações pessoais e amorosas do personagem, pois se encontra sempre em ambientes decadentes e degradados.

Para a abordagem da temática escolhida, primeiramente, abordar-se-á discussões realizadas no campo da sexualidade, como essas questões são representadas, tanto no conteúdo quanto no modo como se manifestam. Na sequência, uma breve descrição da obra estudada, com levantamento de leituras pertinentes ao tema. Para finalizar, far-se-á a análise e discussão dos resultados, pois a obra tem muito a contar sobre os sujeitos, sobre a sociedade e sobre o contexto da contemporaneidade. Para alcançar esses objetos, o estudo, de natureza bibliográfica, ampara-se em pressupostos teóricos sobre representações de minorias e de gêneros na literatura, com contribuições dos autores David Foster e Guacira Louro.

A Questão do Gênero, Identidade e Corpo Transexual

Para um melhor entendimento da opressão das categorias taxadas como minorias pela sociedade, cabe problematizar sobre a sexualidade e gênero, mostrando a luta de minorias sexuais – as não heterossexuais – para sair dessa repressão. Isso pode ser compreendido a partir de uma nova concepção composta por Louro (2008) que fala do mundo contemporâneo, no qual jovens passam a falar da insatisfação e desencanto, debatendo sobre novas teorias e conceitos, criando novas linguagens e desenvolvendo novas práticas sociais.

Segundo Louro (2004) na questão entre gêneros e sexualidade:

O grande desafio não é apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero venham sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivassem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (LOURO, 2004, p. 34).

É fundamental entender que gênero é a construção social do sexo, definido como uma caracterização anatômica e fisiológica dos seres humanos. Há machos e fêmeas na espécie humana, mas a condição de ser homem ou ser mulher só é realizada pela cultura. Estudos sobre gênero têm contribuído para esclarecer o seu significado, suas dimensões e quais os seus reflexos na realidade social. É preciso ter clareza que gênero difere do termo sexo, pois o mesmo foi criado para enfatizar que homem e mulher são categorias sociais construídas historicamente e não se restringem a características biológicas.

Circunstanciando o conceito de gênero, Joan Scott (1995) enfatiza que "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos" (SCOTT, 1995, p. 86). Por esse viés, ressalta-se que as relações sociais de poder, entre homens e mulheres, passam necessariamente pela distinção acerca do gênero dos indivíduos, possuindo como fator determinante as diferenças sexuais.

Em perspicaz e pertinente análise, Guacira Lopes Louro (2010), sustenta que nomear um corpo, masculino ou feminino, ocorre "no interior de uma lógica binária que supõe o sexo como um dado anterior à cultura e pretende lhe atribuir um caráter definitivo e a-histórico" (LOURO, 2010, p. 205). Entretanto, muitos sujeitos não se enquadram no gênero sob o qual nasceram e foram nomeados.

Nessa perspectiva, gênero se refere aos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade, Bourdieu (1999) aponta que uma das grandes mudanças sociais no que diz respeito à questão de gênero. Refere-se ao fato de que a dominação masculina não é maistida

como algo indiscutível, no qual o “trabalho crítico” do movimento feminista possui ênfase, uma vez que através deste, em determinados âmbitos, se passou a questionar as evidências, “conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar” (BOURDIEU, 1999, p. 106).

Essas ponderações levam a pensar na construção da identidade. Stuart Hall (2011) enfatiza que “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2011, p. 13). “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2011, p. 13). Portanto, pode-se estar sujeito às regras sociais que não agem com piedade com quem as transgride. Nesse sentido, Bauman (2005) argumenta que,

A construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante a sua vida. Você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação (BAUMAN, 2005, p. 91-92).

É perfeitamente plausível a hipótese de que esses indivíduos vivem à margem da sociedade, enfrentando preconceitos e discriminações, sempre baseados em determinados estereótipos físicos, que os desqualificam como seres humanos. Por essa razão, aos gays e às lésbicas não é conferida uma identidade fixa, pois, não se encaixando no paradigma homem/mulher, masculino/feminino, são arremessados para outras categorias, qualquer que seja. Sobre essa questão das identidades, David William Foster (2000) postula:

Las identidades pueden concebirse como fijas o como estratégicas. Ha sido muy importante en nuestra vida social subscribir a identidades fijas, sean de índole nacional(ista), étnica/racial, lingüística o sexual, a veces, la sangre corre como resultado de la imposición, la transgresión, la opresión de estas identidades. (FOSTER, 2000 p. 39)

Em análise convergente, pode-se afirmar que todo indivíduo que não segue o padrão moral socialmente estabelecido e que, por esse motivo, assume uma “postura antiética”, está condenado a pagar por isso, e as punições são severas, por se assentarem em forte discriminação e em sólido preconceito. Essas atitudes violentas são, muitas vezes, justificadas como forma de punição àquilo que alguns indivíduos consideram “anormal”. Louro (2004) explica que:

Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e

desviantes. [...] Esses sujeitos são tratados como infratores e devem sofrer penalidades. Acabam por ser punidos, de alguma forma, ou, na melhor das hipóteses, tornam-se alvo de correção. Possivelmente experimentarão o desprezo ou a subordinação. Provavelmente serão rotulados (e isolados) como “minorias”. (LOURO, 2004 p. 87)

A história da sexualidade revela que as práticas sexuais, ao longo dos tempos, nem sempre foram vistas e concebidas da mesma forma. Dito em outros termos, as representações sociais da sexualidade têm se modificado com o passar dos séculos, alterando conceitos, reconstruindo paradigmas e renovando ideias. Vai-se construindo uma percepção subjetiva de ser masculino ou feminino conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os homens e para as mulheres ou a partir da “oposição” entre os gêneros.

Deste modo, considera-se que a categoria gênero é um instrumento fundamental para análise social, pois contribui para compreensão da dinâmica social e busca estratégias que contribuam para minimização da desigualdade de gênero, bem como para eliminação de práticas de violência, preconceito e discriminação. Tal reflexão tem sua importância também por auxiliar no enfrentamento da desigualdade social, presente de maneira acentuada no sistema capitalista, o qual intensifica o patriarcado e a dominação de uns sobre os outros.

Apesar de todas as considerações quanto a este fim, o processo de construção de identidade depende, além de escolhas pessoais, da influência do meio e da história pessoal de cada indivíduo, das experiências que este vivenciou. A transexualidade é uma realidade, que não deve ser ignorada pelo estado nem pela própria sociedade. O transexual não deixou de ser pessoa por não seguir os parâmetros pré-estabelecidos de orientação sexual da cultura contemporânea, devendo ser respeitado com todas as suas peculiaridades, pois como sujeito de direito permanece a tutela de sua personalidade.

A sexualidade é uma construção social, a qual vem sofrendo transformações ao logo do tempo. A identidade de gênero abre um leque enorme de escolhas e possibilidades e segundo Giddens (2002) “a identidade de gênero e como deve se expressar tornou-se por sua vez uma opção de questões múltiplas, chegando até a incluir a escolha de continuar a pertencer anatomicamente ao mesmo sexo ao qual nasceu” (GIDDENS, 2002, p. 200).

Em suas contundentes observações, Louro (2003) explicita que a pretensão é que “compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que setransformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias”. (LOURO, 2003, p. 24). O mundo contemporâneo cria novas formas de sociabilidade, processos de produção, assim como cria e modifica continuamente as identidades individuais e coletivas.

Diante desse cenário mundial globalizado e conectado, que apresenta inúmeros desafios para as pessoas, a construção de identidades plurais deve ser respeitada como caminho para o entendimento da diversidade como condição inerente ao fazer-se humano. Para adequar-se ao atual estágio da modernidade, deve-se buscar ultrapassar a rejeição à diversidade de identidades de gênero existentes trazendo a questão para o debate. Em suas contundentes observações Butler (2014) esclarece que a identidade de gênero, como construção social, está em permanente modificação e portanto, é uma construção cultural complexa.

Acompanhando as ideias propostas por Louro (2008), observa-se que as possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la. (LOURO, 2008, p. 22). As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de amar e ser amado são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas.

Do Fundo Do Poço Se Vê A Lua

A obra *Do Fundo do Poço se Vê a Lua* (2010) sagrou-se vencedora do Prêmio Machado de Assis de Melhor Romance de 2010, concedido pela Fundação Biblioteca Nacional. Nascido do Projeto “Amores Expressos”, apresenta uma narrativa recheada de conflitos de uma transexual, que assim como os espaços que caminha, revela sua história de frustrações. O romance traz à tona um tema polêmico, complexo e recorrente na literatura: a questão da identidade de gênero.

O texto mostra um personagem, no caso Wilson, narrando sua história desde a infância até a fase adulta, quando resolve fazer a cirurgia de mudança de sexo. Partindo desse pressuposto, Anthony Giddens (2002) afirma que “a identidade de gênero e como deve se expressar tornou-se por sua vez uma questão de opções múltiplas, chegando até a incluir a escolha de continuar a pertencer anatomicamente, ao mesmo sexo com o qual se nasceu.” (GIDDENS, 2002, p. 200). E, dessa maneira, Wilson opta por modificar sua anatomia, tornando-se uma figura que lembra Cleópatra (Cleo, como ele se refere), de quem é ídolo.

A ação na época em que passa pela mudança de sexo é para Wilson/Cleo, impregnada de intensidade, com imenso valor emocional, um momento de mudança de vida. Os descaminhos pelos quais se embrenha a tornam uma criatura fracassada e sem identidade. Sua última morada, um poço seco a céu aberto, é tão aniquilado quanto os outros espaços devastados

por que passara, e certamente o pior. No meio do deserto, literalmente no fundo do poço, chega o fim para Cleo. Tem a lua e as estrelas por testemunhas, é um nada no deserto.

É de essencial importância ressaltar que enquanto William é masculino, viril, tanto internamente quanto na aparência externa, Wilson sente-se desde sempre diferente: feminino, tem uma inteligência mais sofisticada e cresce com referenciais nada convencionais. Um desses referenciais, a figura de Cleópatra, se transformará na obsessão que irá guiá-lo por toda a vida na busca de sua própria identidade. Sendo assim, Wilson, através da cirurgia, renasce pela segunda vez, mas desta vez como mulher: “Percebi muito cedo que poderia nascer de novo. E renasci mesmo, numa mesa de cirurgia... É necessário, porém, esclarecer que muita coisa aconteceu entre esses dois nascimentos, e que tudo partiu de um simples equívoco”. (TERRON, 2010 p. 20). Portanto, sua crise identitária não é só psicológica, mas física também. Como pondera Hall (2011), “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2011, p. 13).

A ânsia de tornar-se uma transexual era uma maneira de tentar dar sentido para a vida. Porém dado momento, Cleo demonstra arrependimento em relação à cirurgia. Fica em dúvida e comenta “... eu não sabia mais quem era, e comecei a cogitar que minha identidade pudesse ter sido usurpada em algum momento” (TERRON, 2010, p. 250). Em diversas passagens da narrativa, essa concepção é perceptível, pois em alguns momentos Cleo sente-se um nada, e em outros, uma rainha.

Nota-se uma profunda confusão que sofre a protagonista, não é mulher, não é homem, não tem família e está distante de sua terra natal. Sem identidade nenhuma e sozinha no mundo. Reforçando essa análise, Madalena Machado postula que,

Num mundo criador de novas formas de fragmentação e dispersão através de uma velocidade cada vez mais frenética, a autoidentidade se torna uma espécie de escolha de estilo de vida. Assim como o corpo se torna cada vez mais uma questão de escolhas e opções, a falta de sentido pessoal também cresce junto das questões existenciais sempre emergentes. (MACHADO, 2008, p. 456).

As ideias acima desenvolvidas sugerem que, após a cirurgia de mudança de sexo, Cleo não sofre apenas uma mudança física, mas vai muito além. Uma mudança radical que trouxe esperança e alegria à personagem, como ela própria confessa: “Aquele foi o dia mais feliz de minha vida – a última rainha do Egito veio ao mundo naquela tarde” (TERRON, 2010, p. 189). Desenvolveu certa obsessão por admirar-se no espelho e comenta:

Depois de realizar a cirurgia, sofri um transtorno inesperado. Se antes o que eu mais desejava era ser a cópia sem falsificações, evitando ao máximo olhar para certos

detalhes entre minhas pernas, a partir da mudança de sexo não quis outra coisa a não ser ficar em frente à minha imagem refletida. (TERRON, 2010, p. 192-193).

É plausível verificar que, Wilson passa finalmente a se sentir uma mulher, não fosse o fato de não menstruar ou de não poder gerar filho, sonho que alimentava desde que se tornou uma transexual, aos vinte anos. Com sua primeira identidade apagada da memória e dos papéis, tenta vivenciar o novo com seus documentos, trazendo o nome de uma rainha, como se fosse possível viver a vida de Cleópatra. No romance, assumir outra identidade permite à Cleo fugir da realidade e, de certa forma, ressignifica sua vida desgastada, vazia, sem rumo. Reinventar-se é uma maneira de fugir de si mesma, do que nunca gostaria de ter sido, e de dar sentido à sua existência. O grande problema enfrentado por ela no final da jornada é justamente o fato de não ser aceita como mulher, uma vez que nasceu homem.

Diante de uma sociedade repressiva e heterossexual, os estereótipos padronizam ações, comportamentos e características, aqueles que saem das características binárias homem *versus* mulheres são marginalizados e estigmatizados. Wilson pode ser considerado uma pessoa que está à margem da sociedade, devido a sua sexualidade diferenciada, ou seja, sente-se um indivíduo fragmentado. Há, portanto, a presença inegável de um duplo, um outro “eu”. Ele, categoricamente, afirma: “não sou um homem vestido de mulher” (TERRON, 2010, p. 128). “A narradora protagonista destoa dos padrões sociais, [...] cuja existência esteve envolta em conflitos consigo mesma e com o mundo que a acolheu, uma vez que a sociedade não consegue ser benevolente com aqueles que descumprem suas regras moralistas” (SANCHES, 2010, p. 87).

A reprovação social, a violência simbólica, a punição física e mental são uma constante na vida dos “diferentes”, tal fato precisa ser continuamente combatido por eles. No caso dos transexuais e travestis, a violência é mais latente, para corroborar com a afirmação, no romance se evidencia isso quando Wilson relata: “Todos estão acostumados com a perseguição: eles são perseguidos pelos familiares envergonhados, pelos cafetões, pela polícia, pelos amantes, todo mundo querendo extorqui-los.” (TERRON, 2010, p. 130). Nessa perspectiva, pode-se indagar: nossa sociedade está preparada para conviver com a alteridade?

Em última análise, verifica-se que o protagonista vive um embate constante em relação ao pertencimento de gênero, é do sexo masculino, mas ao mesmo tempo do gênero feminino. Isso demonstra a tentativa de convivência pacífica entre gêneros num mesmo corpo e a pressão cultural para que ele escolha um dos lados binários, homem ou mulher. Com essa ideia, pode-se pressupor que, em relação ao binarismo masculino versus feminino, o gênero dá aos sujeitos

uma enorme possibilidade de escolha entre diferentes jeitos de ser homem e mulher (BUTLER, 2014).

Os fatos acima elencados demonstram que, assim como o caos domina as ruas do Cairo, William sai da cidade de São Paulo e vai ao Egito procurar quem não encontraria mais, seu irmão Wilson. Esse encontro não aconteceu, porque Wilson deixou de existir duas vezes. Primeiro como homem, ao se transformar em Cleópatra, e segundo porque não habitava mais o mundo dos vivos. O temor do pai tornara-se realidade. “Nunca mais William e Wilson” (TERRON, 2010, p. 279).

Considerações Finais

Conceitos não são estáveis nem definitivos, variando conforme o período histórico, o local, a cultura e o contexto em que são usados, sendo frequentemente resignificados. A leitura da narrativa, organizada por meio de memórias de uma personagem transexual, que vive uma crise constante com seu “eu”, possibilitou perceber a vulnerabilidade das transexuais, suas experiências precárias e drásticas, sendo excluídas de seus direitos e vítimas de violências em seu cotidiano. Precisa-se refletir acerca da sexualidade e dar significativa importância a alteridade humana e a todas as suas manifestações.

A identidade de gênero é construída ao longo da vida a partir da base biológica, da imagem física, de como a pessoa é tratada e de como ela se sente. Salienta-se que, na condição de transexual, a narradora protagonista apresenta-se com diferentes identidades, numa ânsia constante de dar sentido à sua vida. Essas novas identidades são cercadas pelo estigma e desinformação. Louro (2000) explicita: “As identidades, constituídas no contexto da cultura, produzem-se em meio a disputas, supõem classificações, ordenamentos, hierarquias; elas estão sempre implicadas num processo de diferenciação” (LOURO, 2000, p. 63).

Diante das questões que foram mencionadas no trabalho, conceitos que ainda persistem em nossa sociedade, que polarizam homens e mulheres e excluem aqueles que se diferenciam sexualmente, percebe-se que o estereótipo ligado aos gêneros precisa ser desmistificado. Desfazer o gênero faz parte da multiplicidade da diversidade sexual humana, pois viabiliza interfaces culturais que vem atravessadas e banhadas por situações de preconceito, violência e discriminação.

Muitas dessas características culturais vêm paulatinamente sendo quebradas, abordar essas e outras questões contribuirá com a tentativa de desconstrução de alguns conceitos já naturalizados. É importante ressaltar que a ideia de identidade não pode ser percebida como algo estanque, como se todas fossem semelhantes entre si: a formação da identidade é antes de tudo

um processo, ela é formada ao longo do tempo e não é inata. (BUTLER, 2014) Precisa-se desmistificar a ideia de que na “categoria homossexual” todas as pessoas que aí se enquadram são idênticas, com mesmas características e mesmos comportamentos. Isso parece ser uma proposta do romance, contribuindo para que um tema tão complexo possa ser alvo da reflexão do leitor.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR ed., 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

FOSTER, David William. **Producción cultural e identidades homoeróticas: teoría y aplicaciones**. São José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

_____. Viajantes Pós Modernos II. In: LOPES, L. e BASTOS, L. **Para Além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.p. 203-213.

_____. Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, jul./dez. 2000, p. 59-75.

LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 2008, p. 17-23.

MACHADO, Madalena Aparecida. **O Homem da pós-modernidade: A literatura em reunião**. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

TERRON, JocaReiners. **Do fundo do poço se vê a lua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANCHES, Rozenice Evangelista. A arte do narrador do romance *Do Fundo do Poço se vê a lua*, de JocaReinersTerron. **Revista Athena**, v. 6, n. 1, 2014. p. 43-111.

SCOTT, Joan. Gênero; uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. p. 71-99.

MULHERES LANEIRAS: A DUPLA JORNADA DE TRABALHO

MUJERES LANEIRAS: LA DOBLE JORNADA DE TRABAJO

*Mirella Moraes de Borba
Mestranda em Memória e Patrimônio/ UFPEL
borbamirella@gmail.com*

RESUMO

Durante os 54 anos de funcionamento na cidade de Pelotas, a Fábrica Laneira Brasileira S.A. foi o local cotidiano da vida de muitas gerações de mulheres, que nela se sucederam e dela obtiveram tanto seu sustento como o cenário das suas relações sociais mais frequentes. A Laneira, diferentemente de outras fábricas do ramo têxtil da época, tinha seu quadro de funcionários composto em sua maioria por homens, já que o beneficiamento de lã era um trabalho que requeria muita força física. Contudo, existia um grande número de mulheres trabalhando na fábrica. Essas mulheres formavam um grupo social em tal ambiente fabril, já verificado em entrevistas realizadas e é sobre a memória desse grupo que se debruça o estudo aqui resumido. Como foi e continua sendo recorrente entre operárias fabris, a dupla jornada de trabalho, implica em situações nas quais essas mulheres assumiam muitos deveres que acabavam moldando suas vidas. A pesquisa que está levando a termo investiga como essas mulheres dividiam o tempo entre o trabalho na fábrica e o trabalho doméstico e como o trabalho fabril interferia, no andamento da sua vida familiar. Das entrevistas semi-estruturadas já realizadas com as ex-funcionárias da fábrica observou-se que a Laneira, representou uma Era de Ouro em suas vidas, uma época em que essas mulheres tinham independência econômica e ao mesmo tempo um grupo com o qual se identificavam.

Palavras-chave: Operárias, memórias femininas, dupla jornada de trabalho.

RESUMEN

Durante los 54 años de funcionamiento en la ciudad de Pelotas, la Fábrica Laneira Brasileña S.A. fue el local cotidiano de la vida de muchas generaciones de mujeres, que en ella se sucedieron y de ella obtuvieron tanto su sustento como el escenario de sus relaciones sociales más frecuentes. A Laneira, a diferencia de otras fábricas de la rama textil de la época, tenía su cuadro de empleados compuesto en su mayoría por hombres, ya que el beneficio de lana era un trabajo que requería mucha fuerza física. Sin embargo, existía un gran número de mujeres trabajando en la fábrica. Estas mujeres formaban un grupo social en tal ambiente fabril, ya verificado en entrevistas realizadas y es sobre la memoria de ese grupo que se centra en el estudio aquí resumido. Como fue y sigue siendo recurrente entre obreras fabril, la doble jornada de trabajo, implica en situaciones en las que esas mujeres asumían muchos deberes que acababan moldeando sus vidas. La investigación que está llevando a término investiga cómo esas mujeres dividían el tiempo entre el trabajo en la fábrica y el trabajo doméstico y cómo el trabajo fabril interfería en el curso de su vida familiar. De las entrevistas semiestructuradas ya realizadas con las ex funcionarias de la fábrica se observó que Laneira representó una era de oro en sus vidas, una época en que esas mujeres tenían independencia económica y al mismo tiempo un grupo con el que se identificaban.

Palabras clave: Obreros, memorias femeninas, doble jornada de trabajo.

Introdução

O artigo pretende fazer uma reflexão sobre as memórias narradas por duas ex-funcionárias da extinta Fábrica Laneira, afim de entender a trajetória dessas mulheres e a dupla jornada de trabalho comprida por elas no período em que trabalharam na fábrica. Dessa forma conto uma entrevista da dona Maria da Conceição, que trabalhou na Laneira no ano de 1976, no setor de pentagem, e a outra entrevista com dona Mirian que trabalho de 1984 até 1987, ocupando o cargo de operadora de máquinas.

A técnica utilizada para coleta de dados é a entrevista narrativa aplicada a ex-funcionárias da Fábrica Laneira, de maneira individual. A entrevista narrativa é considerada um método de pesquisa qualitativa, ou seja, busca-se o subjetivo, a opinião do entrevistado tendo como técnica a entrevista semi-estruturada, que tem a intenção de fazer com que o entrevistado narre uma história sobre determinado acontecimento da sua vida, nesse caso, sobre o período no qual trabalhou na Laneira. As narradoras serão as ex-funcionária da Laneira, que cumprirão o papel de narrar suas memórias a partir dos tópicos guias estipulados pela pesquisadora. Para estimular a evocação das memórias sobre a fábrica foram utilizadas as fotografias do acervo da Laneira, que estão sob a guarda da Fototeca Memórias da UFPEL. Por fim será utilizada a análise temática para analisar os dados obtidos nas entrevistas. A análise temática consiste em condensar a entrevista transcrita até chegar aos temas recorrentes dentro das falas. Aqui foram utilizados os tópicos guias para sincronizar as duas entrevistas.

A Fábrica Laneira

A Fábrica Laneira durante cinquenta e quatro anos fez parte da vida de muitas gerações que nela se sucederam e dela obtiveram tanto seu sustento como suas relações sociais mais cotidianas. De acordo com entrevistas feitas por Jossana Peil Coelho no TCC “Identificação de suportes de memória no prédio da extinta fábrica Laneira Brasileira S.A” e nas fotos apresentadas na dissertação de mestrado “Fragmentos da Memória de uma Fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima” de Chanaísa Melo, foi possível verificar que um grande número de mulheres atuou nessa fábrica durante a sua existência, o que sugere que um estudo aprofundado sobre a trajetória do trabalho das mulheres, no contexto da referida fábrica, venha a resultar em uma memória da condição da mulher no ambiente fabril do período. Segundo Essinger no artigo “BICHO DA SEDA: o espaço dos operários das fábricas de fiação e tecelagem em Pelotas” a Laneira era a única fábrica no ramo têxtil, na cidade de Pelotas, onde o número de mulheres não era superior ao de homens:

Observando os dados do Livro de Registros pode-se perceber que as mulheres eram maioria no trabalho da fábrica têxtil. Com exceção da Laneira Brasileira, em todas as outras empresas encontrou-se esta relação que já podia ser percebida em 1909. (ESSINGER, 2007)

As mulheres que trabalharam na Laneira mantinham na fábrica grande parte de suas relações sociais cotidianas. A Laneira não contratava por safras, as funcionárias eram fixas. Quando baixava a produtividade do setor em que estavam trabalhando, eram remanejadas para os setores que estivessem em funcionamento no momento, por isso muitas delas trabalharam em mais de um setor. (COELHO, 2012, pag. 56)

As funcionárias da Laneira formavam dentro da fábrica um grupo social. Para Halbwachs os grupos sociais são os responsáveis pelas memórias dos sujeitos, pois segundo ele, as memórias são o resultado das influências de diferentes grupos sociais. Desse modo o indivíduo tem a memória individual e coletiva, pois quem lembra está incluído na sociedade e sempre faz parte de um ou mais grupos sociais, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 2006, pág.69).

Sendo o objeto da investigação sobre a qual trata este resumo a memória feminina, faz-se necessário esclarecer que as memórias dos gêneros feminino e masculino funcionam biologicamente da mesma maneira, porém segundo Perrot, a memória é marcada pelos papéis desempenhados na sociedade, ou seja, as memórias femininas e masculinas se diferenciam apenas no âmbito social e da construção dos gêneros. “A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo [...], sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino” (PERROT, 1989, p. 12)

Segundo Halbwachs a memória é um processo de reconstrução, pois trata-se de um processo de lembrar determinado acontecimento do passado a partir do que é no presente. Ou seja, essa memória reconstruída não é uma repetição linear do que aconteceu, mas sim uma reconstrução no contexto atual do indivíduo.

[...] uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2006, p.9)

A inserção das mulheres no mercado de trabalho no início do séc. XVIII, fez com que muitas mulheres tivessem que escolher entre a família e o trabalho. Para Scott, não foi a inserção no mercado de trabalho que provocou a divisão entre a família e o trabalho, mas sim o discurso masculino, que obrigou a mulher a escolher entre trabalho e lar. Sendo que na grande maioria dos casos o trabalho da mulher é uma forma de complementar a renda familiar e não uma forma de sustento para toda a família.

[...] aos homens, a madeira e os metais e às mulheres, a família e o tecido [...] uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certos empregos, substituindo-as sempre por baixo de uma hierarquia profissional, e estabelecendo seus salários em níveis insuficientes para sua subsistência. (SCOTT, 1991, p.428.)

A construção das memórias

É preciso primeiro entender que dentro de um mesmo grupo social, que têm memórias comuns a todos, as memórias terão um peso diferente para cada mulher, pois, segundo Candau não existe uma identidade coletiva, o indivíduo é único, para ele a memória coletiva é uma representação, que é classificada como metamemória, que por sua vez, é aquilo que o indivíduo evoca da sua própria memória.

A evocação das memórias é diferente das memórias propriamente ditas, porque, não se evoca tudo que se lembra, sendo assim, seria impossível ter uma totalidade de memórias de um grupo. Portanto, quando se fala em reconstrução das memória femininas, está se referindo a uma retórica holista, pois não existe um única memória das mulheres.

É importante, distinguir entre competências e performances de memória. Nesse sentido, toda tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado. (CANDAU, 2011, p.34)

Mesmo dentro de um único grupo a memória coletiva não pode ser verificada, uma vez que, dois indivíduos não lembram um acontecimento da mesma maneira, os estados mentais não se comunicam, somente as narrativas, porque seria impossível medir o grau de pertinência da retorica holista. (CANDAU, 2011, p. 36)

A memória é a base para a identidade de um indivíduo, uma pessoa sem memória seria um pessoa sem identidade. Sem a memória o indivíduo estaria vivendo somente o presente, sem saber os acontecimentos de sua própria vida, acontecimentos estes que o tornaram quem é no momento. Sobre isso Candau diz que existem três tempos da memória, o primeiro a memória do passado, o segundo a memória do presente, e o terceiro a memória do futuro.

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferente: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro (CANDAU, 2011, p. 60).

Deste modo, as memórias de cada indivíduo, são únicas, uma vez que cada um tem vivencias e projeções de futuro diferentes, “é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória” (CANDAU, 2011, p.61) Ou seja, ao longo de uma narrativa memorial

feminina, será possível perceber apenas a identidade da mulher que está narrando, mesmo que está se diga representante de um grupo específico de mulheres, as escolhas memórias feitas por ela, o que falar ou o que omitir, serão sempre escolhas individuais. “O narrador coloca os fatos em ordem para tornar coerente os acontecimentos da sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa.” (CANDAU, 2011)

Para Candau as memórias operam escolhas afetivas, os acontecimentos neutros são mais suscetíveis ao esquecimento do que aqueles carregados de sentimentos, e entre essas últimas, as memórias consideradas desagradáveis são mais fáceis de esquecer do que as agradáveis, isso se deve a algumas estratégias como as omissões. “Mesmo que não exista nada de sistemático no princípio do prazer da memória, podemos considerar que, de uma maneira geral, o “otimismo memorial” prevalece sobre o pessimismo.” (2011, p.74)

Em entrevistas feitas com as mulheres trabalhadoras da extinta Fábrica Laneira foi possível observar o “otimismo memorial” descrito por Candau, em mais de um relato, as mulheres descreveram as maravilhas de trabalhar na referida fábrica, como por exemplo: os almoços servidos por conta da fábrica, as festas, os cursos, o atendimento médico, entre outros. Contar uma história permite ao narrador, transformar a sua narrativa em algo que lhe agrade, nesse sentido as mulheres trabalhadoras da Laneira, fizeram da sua narrativa uma história agradável, sobre isso Candau diz: “Todo aquele que recorda domestica o passado, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial, que atua como significante de identidade.” (2011, p. 74)

Para Candau “A memória é também arte de narração que envolve a identidade do sujeito e cuja motivação primeira é sempre a esperança de evitar o nosso declínio” (2011, p.73) Com o decorrer das narrativas começam a surgir informações omitidas em um primeiro momento, como por exemplo: as condições insalubres do trabalho, o mal cheiro da lã, a poeira excessiva, o barulho alto das máquinas. Essas informações aparecem quando são feitas perguntas específicas sobre isso, mas em seguida do relato “desagradável” vem junto um tipo de justificativa “mas isso fazia parte do trabalho” como forma de amenizar essa memória.

A memória evocada é constituída a partir de escolhas afetivas, que são carregadas pelas identidades dos sujeitos que as rememora, o que é dito assim como o que é omitido, são por assim dizer uma triagem das memórias, nas quais o sujeito irá selecionar aquelas com que mais se identifica no momento da narração, formando assim sua identidade através das suas memórias.

Narrativa dona Maria da Conceição

Nessa parte do artigo trago o relato de uma das entrevistas, dona Maria da Conceição, que trabalhou no setor de pentagem da fábrica no ano de 1978, nessa época já mãe de quatro filhos. Dona Maria da Conceição começou falando que entrou na fábrica, porque sua irmã de criação, que já trabalhava na fábrica, havia comentado com ela que estavam contratando operárias para o turno da noite, que iniciava às 18h:00 e terminava às 22h:00. Esse horário segundo ela era perfeito, pois ela já estava livre de todos os seus compromissos com a casa e os filhos e podia dedicar esse tempo ao trabalho na fábrica.

Dona Maria da Conceição contou que começou a trabalhar para ajudar nas despesas da casa, e que além do trabalho na fábrica, ela também lavava roupa para fora, mas, quem sustentava a casa era seu marido. Para ir trabalhar ela recebia ajuda da sua mãe, que cuidava dos seus filhos até que ela retornasse da fábrica. O trajeto de ida e retorno para o trabalho era feito a pé e sozinha, segundo ela: “naquela época não era assim perigoso”, chegando lá, colocava o avental marinho que a fábrica disponibilizava e a touca para tapar os cabelos do pó. Ela tinha um intervalo de 15 minutos para lanche no refeitório, esse lanche era disponibilizado pela própria fábrica.

Em sua narrativa, ela menciona que em um primeiro momento, trabalhar na fábrica parecia muito bom, pelo horário, pelo salário e conforme suas palavras “qualquer dinheirinho que entrava já era muito”, mas que ao voltar do primeiro dia de trabalho percebeu que não ficaria muito tempo trabalhando na fábrica, segundo ela o barulho era infernal, já que naquele tempo, lá não se usava protetores auriculares. Isso fazia com que, mesmo em casa, continuasse ouvindo o barulho incessante do maquinário. Ela relatou também que o trabalho no setor da pentagem era muito solitário, já que o barulho impedia houvesse qualquer tipo de interação com as funcionárias, e mesmo que não tivesse o barulho o trabalho exigia muita atenção, pois se a lã enredasse poderia resultar em algum tipo de acidente.

Quando perguntado se ela conhecia os outros setores da fábrica, ela disse que só conhecia o refeitório e o setor de Recursos Humanos, pois a noite não podia ficar circulando pela fábrica, por isso não chegou a conhecer as caldeiras nem as prensas.

Até que um dia uma mulher que trabalhava no mesmo setor que ela prendeu um dedo na penteadeira e teve seu dedo amputado pela máquina, isso a deixou traumatizada, tanto que o outro dia pediu demissão, ao todo dona Conceição trabalhou apenas um mês na Laneira. Mesmo assim ela permaneceu com os benefícios concedidos pela fábrica pelo tempo de um ano. Esses benefícios eram: dentistas para ela e os filhos, assistência médica e cursos que a fábrica oferecia. Ela participou de um dos cursos de corte e costura, e percebeu com certa

tristeza, que mais o menos dois meses depois que ela se demitiu, a fábrica passou a obrigar as operárias do setor de pentagem a utilizarem os fones de proteção contra o barulho. Ela disse “Só esperaram eu sair”. Por fim, relatou que a fábrica era “muito boa de se trabalhar”, no entanto, não teve mais oportunidade de retornar às atividades fabris.

Narrativa dona Mirian

Dona Mirian começa sua narrativa falando que sempre morou no bairro Fragata⁸⁸, e que até hoje passa pelo prédio e sente saudades. Ela começou a trabalhar na fábrica no ano de 1984, ano em que ocorreu a primeira greve. Em seu relato, afirma que aderiu à greve, pois havia saído uma lei que proibia a carga horária de 8 horas corridas. O que fez com que fosse reduzida para 6 horas corridas, a carga horária dos funcionários, porém, depois de algum tempo, foi informado que deveriam voltar a trabalhar 8 horas, mas sem aumentar o salário. Ela lembra que não existia o sindicato dos operários fabris e que eles foram representados pelo sindicato do comércio. A greve durou quase dois meses e nesse período os funcionários ficaram sem receber os salários, foram então feitas companhias para pagar uma cesta básica para as pessoas que estavam passando necessidades, pois muitos casais trabalhavam na fábrica e não tinham nenhum outro tipo de fonte de renda, o que não era o caso da sua família, que não dependia apenas do salário da fábrica, já que o marido dela trabalhava em outro local.

Ela narrou que durante a greve as funcionárias que aderiram, ficaram sentadas em frente aos portões da Laneira, para impedir que um carregamento de lã que ia para Japão saísse da fábrica. Após esse episódio em seguida a fábrica deu um parecer favorável aos funcionários, que voltaram a trabalhar normalmente. Segundo ela isso aconteceu porque os japoneses eram “chatos” e tinham horário para tudo e eles devem ter reclamado do atraso com a chefia da fábrica.

Ela trabalhava no turno da manhã, pegava as 6h e soltava 12h, trabalhava de uniforme e touca, porque a poeira da lã era muito contagiosa, em seu relato, informa que muitas vezes começava a sentir coceira na região dos seios, o que era devido a algum carregamento de lã de ovelhas com sarnas, quando isso acontecia as funcionárias se dirigiam até o posto médico, onde recebiam tratamento para sarna. Dona Mirian trabalhava no setor de pentagem, mas quando baixava o produtividade trabalhava limpando as máquinas. Contou também que na fábrica aprendeu a fazer o nó de artesão, o qual lamentou ter esquecido como fazer.

⁸⁸ A Fábrica Laneira funcionou no bairro Fragata do ano de 1949 até 2003, até hoje o prédio onde funcionou a extinta fábrica permanece com o letreiro da Laneira S.A.

Sobre os outros setores, ela disse que só conhecia porque era curiosa, caso contrário, só teria conhecido o setor no qual trabalhava. Ela fez amizade com os homens que trabalhavam na caldeira, e sabia as temperaturas e tudo direitinho sobre como funcionava, mas que nunca nenhuma mulher foi trabalhar lá, eles diziam que as temperaturas eram muito altas para as mulheres resistirem.

Cada setor tinha um encarregado, que era responsável pela produtividade, os funcionários, também eram lotados por setor. Segundo ela, os encarregados deixavam que olhasse como funcionava os outros setores, desde que não atrapalhasse em nada, só podia observar. E isso era visto com bons olhos pelos responsáveis de cada setor, porque ela acabava sabendo como os outros setores funcionavam e quando faltava uma funcionária de outro setor, ela era chamada para ficar no lugar. Ela relata ainda que no setor dela a responsável era uma mulher, que nas palavras delas “Aquele mulher! Bá! Deus me livre! Anotava até quantas vezes a gente ia no banheiro, se já tivesse ido, ela não deixava ir de novo”, mas segue o relato dizendo que “mas eles foram muito bons para mim, nem posso me queixar”.

Existiam lugares que eram proibidos de ir, como os fundos da fábrica que era onde descartavam a água das caldeiras. Existia também uma hortinha que era cuidada pelos funcionários mais antigos. Lembra com pesar, que na fábrica, todos se conheciam, porque quase todo mundo morava ali pelo Fragata, que no horário da saída era “aquele bando de mulher saindo falando pra pegar o ônibus”. E tinha também o amigo secreto de final de ano, organizado pela fábrica, dessa forma eles acabavam estreitando os laços de companheirismo e virando amigos.

Ela relatou que trabalhar na fábrica era muito bom para ela, porque na época em que se separando, recebeu muito apoio dos chefes e companheiros de trabalho, sua Carteira de Trabalho era assinada como Serviços Gerais, mas que depois de dois anos trabalhando nas máquinas, foi promovida para operadora de máquinas, e graças a isso, ela conseguiu um emprego em outra fábrica em Porto Alegre nessa função, se não fosse por essa promoção, teria sido contratada como faxineira, nessa outro trabalho. Por isso, ela é até hoje muito grata a fábrica. No final, dona Mirian relata com pesar o estado atual em que se encontra o prédio da Laneira, que foi para ela um lugar em que foi muito feliz.

Conclusão

Por meio dos relatos é possível concluir que embora detalhadas, as narrativas não podem ser consideradas uma memória coletiva feminina da fábrica, pois em primeiro lugar, para se ter uma totalidade das memórias seria necessário que houvesse mais narrativas, e em segundo lugar

mesmo que fosse possível entrevistar todas as ex-funcionárias da fábrica, a narrativa não abarca toda a memória, apenas algumas partes que são escolhidas para serem compartilhadas.

Nas duas narrativas percebe-se que as mulheres são tomadas pelo que Candau chama de “otimismo memorial”, seja pelo horário, pelo salário ou pelas amizades feitas na fábrica, em ambas aparece a frase “a fábrica era muito boa”. Mesmo que em seguida apareça algum aspecto negativo do trabalho, como as doenças causadas pela poeira da lã, mas em seguida essa parte é amenizada com “mas no resto era muito bom”.

A origem dessas primeiras lembranças positivas pode se originar no fato de que a Laneira represente uma época em que essas mulheres tiveram independência econômica e ao mesmo tempo, fizeram parte de um grupo social com o qual se identificavam. Portanto ser mulher dentro da Laneira pode ter sido para elas uma forma digna de sustento para suas famílias.

Outro ponto a ser pensado é a parte dos setores, quando dona Maria da Conceição diz só ter conhecido o setor em que trabalhava, pois no turno da noite era proibido ficar circulando pela fábrica, o que no relato da dona Mirian aparece como uma resposta a sua própria curiosidade, já que ela trabalhava no turno da manhã e isso era permitido, mas nem todas faziam isso.

As duas começaram a trabalhar na fábrica para ajudar a complementar a renda familiar, mas elas não dependiam, exclusivamente, do salário da fábrica, já que ambas eram casadas e seus maridos faziam o papel de provedor do lar, porém a situação da dona Mirian muda quando ela se separa, e a fábrica assume em sua vida um papel fundamental para a sua subsistência e dos seus sete filhos.

Por fim, dona Maria da Conceição diz que foi bom conhecer o trabalho na fábrica, mas que não era para ela, já dona Mirian continuou por muitos anos ainda trabalhando em fábricas, mas a Laneira representou para ela um momento muito especial na sua vida, principalmente, pelo fato de que foi esse local que lhe proporcionou estabilidade econômica para que obtivesse sua independência financeira para assim ser capaz de prover o sustento digno para seus filhos.

Referências Bibliográficas

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, Jossana Peil. **Identificação de suportes de memória no prédio da extinta fábrica Laneira Brasileira S.A.** Monografia (Graduação) Curso de Bacharelado em Museologia. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 2014.

ESSINGER, Cíntia Vieira. **BICHO DA SEDA: o espaço dos operários das fábricas de fiação e tecelagem em Pelotas**. 2007. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/IV%20Jornada%20GT%20Mundos%20do%20Trabalho/completos/Cintia_Essinger.pdf> Acesso em: 17 de outubro de 2016.

JOVJELOVITCH, Sandra e BAUER, Martin. **Entrevista narrativa**. In BAUER, Martin W., GASKELL, G. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008

MELO, Chanaísa. **Fragmentos da Memória de uma Fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima**. 2012. 131 f. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2012.

PERROT, Michelle. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 4, 1995. pp. 9-28.

LADO A LADO: DESIGN DE ATIVISMO E O COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

*SIDE BY THE SIDE: DESIGN OF ACTIVISM AND THE COMBAT TO VIOLENCE
AGAINST WOMEN*

*Rafaela Pereira de Azevedo
Mestranda do PPGAV/UFPEL
rafaelapazevedo@gmail.com*

*Lúcia Bergamaschi Costa Weymar
Doutora Professora do PPGAV/UFPEL
luciaweymar@gmail.com*

RESUMO

O presente texto apresenta um recorte de uma pesquisa maior vinculada à Pós Graduação em Artes Visuais da UFPEL e pretende análise e discussão de produções visuais apoiadas no tema "violência contra a mulher". A proposta se fundamenta em discutir peças de design de ativismo presentes nos protestos de 2018 contra a morte de Marielle Franco, vereadora carioca assassinada. O propósito é tentar entender as formas de combate a esse tipo de opressão usando o design como modo de expressão. Como a imagem da mulher foi sendo construída? Porque sua posição foi sendo dirigida à submissão do homem? Porque seu corpo foi sendo objetificado? As raízes desse posicionamento serão abordadas neste artigo, juntamente com questões do feminismo. Sendo o design uma área que explora o visual, o artigo procura entender também o poder e a dimensão política da imagem. Indo além, tentaremos entender como o sujeito reage diante das obras, trazendo à luz conceitos como o *espectador antecipado*, de Ranciére, que fala sobre a capacidade do sujeito de ver o que vê e de saber o que pensar e fazer a respeito. O resultado do levantamento destes produtos de design utilizará como base um modelo de avaliação qualitativa, relacionada à pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Design. Ativismo. Marielle. Violência. Mulher.

ABSTRACT

This text presents a cut of a larger research linked to the Postgraduate in Visual Arts of UFPEL and intends to analyze and discuss visual productions supported on the theme "violence against women". The proposal is based on discussing pieces of activism design present in the protests of 2018 against the death of Marielle Franco, an alderwoman from Rio de Janeiro. The purpose is trying to understand ways to combat this type of oppression by using design as a form of expression. How has the woman's image been developed? Why was her position directed to the submission of men? Why was her body objectified? The roots of this positioning will be addressed in this article along with the issues of feminism. Since design is an area that explores the visual, the article also seeks to understand the power and political dimension of the image. Going further, we will try to understand how the subject reacts to the works by bringing to light such concepts as the anticipated spectator by Ranciére, who talks about the subject's ability to see what he sees and to know what to think and do about it. The result of the survey of these design products will use as base a qualitative evaluation model related to the documentary and bibliographical research.

Keywords: Design. Activism. Marielle. Violence. Woman.

Mulher: causa e efeito

Socióloga com mestrado em Administração Pública, eleita vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL e Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. Juntamente com seu motorista Anderson Pedro Gomes, Marielle Franco foi assassinada no dia quatorze de Março de 2018. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), sempre pautada pelo ideal da ocupação política como peça fundamental para reduzir as desigualdades que permeiam a sociedade.

“Mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré” como costumava se apresentar, Marielle foi de encontro a um complexo de barreiras que raramente permitem que pessoas no seu contexto consigam conquistar espaço de representação política. E ao chegar, a vereadora conduziu sua trajetória ocupando-se dos direitos coletivos e individuais, destacando-se como porta voz de minorias atingidas pela priorização da ordem pública pelo Estado.

Numa triste coincidência, Marielle foi a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com 46.502 votos, num país com a quinta maior taxa de feminicídios do mundo: de 4,8 a cada 100 mil mulheres, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). O Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, de Julio Jacobo, revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras no Brasil cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875. Como apontam Castilho e Penalva (2018) em sua análise sobre o caso, toda violência contra mulher pode ser considerada um crime político. Desde o assédio, exploração sexual, estupro, tortura, violência psicológica, agressão por parceiro ou familiar, perseguição, até o feminicídio, a motivação passa por uma bagagem de opressão histórica da figura feminina.

Parte da sociedade, veículos de comunicação e instituições públicas ainda se abstém de incluir a perspectiva de gênero como hipótese inicial nas linhas de investigação do crime contra Marielle Franco, contudo sua condição de mulher como fator causal não pode ser refutada. A Lei 13.104/2015, que alterou o Código Penal brasileiro, reavaliou os crimes de assassinato de mulheres e incluiu o feminicídio como fator qualificador, ajudando assim a ampliar a punição de crimes decorrentes de violência doméstica e familiar (em apoio à Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006) e de opressão e menosprezo à condição da mulher ou de gênero. Portanto, não podemos cair no equívoco de limitar o crime do feminicídio ao campo da violência que é praticada apenas entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum.

A nomeação de sua morte (Marielle Franco) em termos penais não objetiva, entretanto, conter seus diversos sentidos ou fundir todas as suas identidades, mas afirmar que ali existia uma mulher provocando a ordem patriarcal. Dizer feminicídio, portanto, não significa hierarquizar desigualdades, essa armadilha só serve para colocar a resistência em disputa. Compreender a dimensão do que essa mulher simbolizava por ter adquirido o poder de representar outras mulheres e, portanto, de inverter hierarquias é essencial para se entender o que é feminicídio, fora de contextos íntimos. (CASTILHO; PENALVA, 2018, on-line)

Esta pesquisa se propõe a refletir este cenário, explorar alguns aspectos e contextos, por vezes pontuais, que acarretaram nessa relação desigual entre gêneros. Em seguida, trabalhamos a relação que o design, uma atividade centrada no ser humano e baseada em colaboração, experimentação e identificação (BROWN, 2010), pode fomentar uma construção coletiva para o desafio da violência contra a mulher. Para isso, abordamos o sentido ativista da área e o poder que a comunicação visual pode ter, em termos de percepção, sobre os expectadores.

A metodologia científica a ser utilizada nesta investigação se baseia em Gil (1994), que a nomeia enquanto pesquisa básica, que objetiva gerar conhecimentos novos sem aplicação prática. Para além, é uma pesquisa qualitativa, cujas relações e os dados são analisados intuitivamente. Trata-se, também, de uma pesquisa bibliográfica que busca entender através de livros, artigos e demais publicações, conceitos de violência e discriminação, assim como o eixo político das imagens.

Um caminho de opressão contra a mulher

Ao longo da história a luta das mulheres por representatividade conquistou avanços para a sociedade feminina. O surgimento dessa preocupação com as questões das minorias foi potencializado por fatores de ordem social e política após a Segunda Guerra Mundial. As primeiras ideias referentes à classe, raça e gênero surgiram nesse cenário, em meio a debates e publicações como o livro *O segundo sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, cujo conteúdo serviu como base para o desenvolvimento do novo feminismo.

Desde então, o espaço para o reconhecimento destinado ao feminino foi e continua sendo conquistado aos poucos, com avanços como direito ao voto e ao divórcio nos séculos 18 e 19, passando pelo uso do contraceptivo que trouxe mais liberdade sexual para as mulheres na década de 1960, até a luta por igualdade no trabalho e acesso à educação na década de 1970 (CUNHA, 2013). Porém, ainda encontramos muita resistência na visão patriarcal, estereotipada e objetificada da mulher, muitas vezes tênue e disfarçada por um discurso liberal de segmentos sociedade. “A atitude em relação ao ‘segundo sexo’ sempre foi muito contraditória, oscilando

da atração à repulsão, da admiração à hostilidade (DELUMEAU, 1989, p. 310, apud VIEIRA, 2007, p.1)

Segundo o Dossiê *Violência contra as Mulheres*, realizado em 2015, por uma iniciativa do Instituto Patrícia Galvão, a legislação do Brasil Colônia dava aos maridos o direito de assassinar as mulheres, demonstrando como o tratamento desigual se justificava por questões de gênero. Para além, o Código Civil que vigorou de 1916 a 2002 considerava mulheres casadas como “incapazes”.

A historiadora Federichi (2004), no seu livro *Calibã e as bruxas*, nos aponta para um momento divisor de águas na história: a caça às bruxas. No período medieval, ainda sob as estruturas do feudalismo, mulheres possuíam total autonomia sobre seus pedaços de terra e seus corpos. Eram lavradoras, parteiras, enfermeiras ou mulheres independentes, que participavam da engrenagem da vida comunitária e que tinham conhecimento sobre a natureza e seu poder medicinal, e por isso mesmo, decidiam se iriam ou não engravidar ou abortar.

Considerada magia negra pelo julgamento dos dogmas da Igreja e uma afronta à iniciativa política do Estado, a “caça às bruxas” foi um ataque à resistência que as mulheres apresentavam ao nascimento das relações capitalistas que se instalavam; ao poder que traziam consigo em virtude de sua capacidade de curar, sua sexualidade e do controle de seus processos reprodutivos, que conseqüentemente regulavam o crescimento populacional. Para Federich, até então, produção e reprodução continham o mesmo peso. Todavia, lentamente essas “bruxas” foram sendo condenadas e delegadas ao lar, ao espaço privado, pois, para o capitalismo, a reprodução se acomoda à um fator biológico e não de trabalho. Afastadas destes trabalhos e delegadas à tarefa de ter filhos, tornaram-se dependentes dos homens, que recebiam a remuneração, inaugurando assim a hierarquização da divisão sexual do trabalho.

Os homens tentaram manter seu poder com relação ao capital, por meio da desvalorização e da disciplina das mulheres, que com outras roupagens, se estruturam no seio da sociedade. Federich (2004) conclui: é uma história presente, mas que está sendo combatida diariamente.

A retórica da imagem

Qual seria, então, a relação entre o tema violência contra o feminino e o design? Neste artigo, tratamos a imagem enquanto um mecanismo retórico. A retórica visual, segundo Foss (2004, p. 303, apud MATEUS, 2016, p.2), “é a expressão utilizada para descrever o campo de estudo, dentro da retórica, que se ocupa da natureza e funcionamento dos fenômenos visuais dentro do processo abrangente de persuasão”.

A ideia da persuasão da retórica pode conter duas possibilidades de interpretação. Mitchell (1986) descreve essa bifurcação ao retomar que argumento visual se divide em *icons* (imagem, semelhança, *picture*) e *logos* (palavra, ideia, discurso, ciência). Assim, o argumento pode tratar do que o sujeito enxerga (interpreta) acerca das imagens e do que as imagens por si só contam, descrevem. Para Mitchell (1986) a imagem não é sinal factual, mas sim atemporal pois ela repercute, conta uma história e participa de outras histórias, além de nos ensinar sobre nossa própria evolução e o mundo ao nosso redor.

Uma vez conhecida a ideia do argumento, é interessante entender que a imagem já começa a trabalhar juntamente da formação desse argumento: ela permite a reflexão. É a noção política da imagem. De acordo com Andriolo (2014, p.103), “A política das imagens pode ser compreendida como ação política em grande parte pré-reflexiva (...) nos atos cotidianos de seus autores no mundo da vida, uma luta não articulada em conceitos ou palavras, mas em imagens”.

Esta reflexão implica em um descolamento, isto é, em tirar o espectador do lugar comum onde os conceitos já estão prontos, em repensar posições. Segundo Rey (2002, p. 1) a obra processa o sujeito, é um elemento ativo na produção de (re)significados. Logo, para a autora, esse eterno processo de significação faz com que a obra esteja sempre atualizando sua interpretação e por isso mesmo mobilizando, influenciando e redirecionando debates propostos pela arte em seu tempo, muitas vezes fugindo das intenções do próprio designer.

O espectador se emancipa

Abarcada a questão do poder gerado pela imagem, vamos investigar aqui como o espectador lida com esse fluxo informacional. Para o filósofo francês Jacques Rancière (2012), o espectador se posiciona no centro deste palco. Segundo o autor, ao analisar uma imagem, trabalhamos o potencial especulativo da mesma, ou seja, modo como podemos relacioná-las, distinguindo nelas e através delas, a realidade do mundo ao nosso redor. Portanto, hoje, não é uma obra que vai produzir um efeito. O que se produz é uma modificação na percepção do sujeito, através da qual os indivíduos conseguem ampliar suas visões para outras realidades.

Rancière compreende que para que arte possa mudar de alguma forma o modo de apreensão, é preciso renunciar. Renunciar à moldes, conceitos, normas; é necessário um “corte”. Esse corte, se não for produzido pela própria arte, deve ser feito pelo próprio espectador, que não pode esperar daquela uma resposta pronta. Apenas caminhos.

O poder do espectador, argumenta Rancière (2012), é, sobretudo, o poder de escolher entre enxergar uma imagem pronta, dominante e uma outra construída a partir de relações individuais, a partir do cotidiano. Optar entre uma imagem revelada ou imagem reveladora. E

no design de ativismo em especial, a intenção é encontrar no espectador esse lugar inquieto, gerar uma luta interna e externa. Vamos a ele.

Design de Ativismo

Entender o design como ferramenta para mudança de algum panorama social nos remete, dentro do design, ao ativismo. Ambos os campos, design e ativismo, trabalham ações mobilizadas pelo afeto, sejam elas revolucionárias ou apenas mercadológicas. O afeto permite por si ver com outros olhos, pensar de outro jeito, ou seja, um aspecto emocional que altera o ato da percepção. As emoções potencializam as reações e ações que unem os sujeitos numa construção coletiva. Para Deleuze (1998, p.75), “sem emoção não há nada, não há interesse algum. Não é uma questão de entender e ouvir tudo, mas de acordar a tempo de captar o que lhe convém pessoal”.

Assim sendo, a finalidade de projetos de design de ativismo não estaria na resolução de um problema, mas, sim, na proposição de uma reflexão sobre ele, tornando-o sempre revisitável. Assim sendo, a vocação do design estaria em construir múltiplas possibilidades de um futuro real, o que Portinari e Nogueira (2016, p. 42), em seu artigo sobre design político, chamam de “micro-utopias de futuros desejáveis”.

O que se toma por intenção é que o Design de Ativismo, seguindo os conceitos de Fuad-Luke (2009), imagine e pratique o design criando uma espécie de contra-narrativa que provoque transformações sociais. A percepção de que design é algo oposto ao ativismo é errônea, para Cardoso (2014) “Um projeto pensado de modo profundo e coerente pode ser um instrumento poderoso para a mudança de hábitos”. É o que pregava o manifesto *First Things First* (Em primeiro lugar as prioridades), idealizado em 1964 por comunicadores visuais europeus e americanos e escrito por Ken Garland, que discursava sobre a importância da prática social do design.

... tinha como objetivo atentar para as reais necessidades da sociedade e as reais funções do Design Gráfico, que, na sua opinião (Ken Garland) estava sendo usado apenas como ferramenta publicitária para incentivar o consumo. Ao propor que os profissionais deixassem de tratar do assunto somente na teoria e partissem para a prática, o Manifesto pregava uma mudança nas prioridades do design, em prol de mensagens responsáveis e mais permanentes. (BARROS, 2013, p.78)

O autor continua sua explicação sobre a relação design e ativismo lembrando que ela começou em meados do século XIX com o movimento Arts and Craft⁸⁹ que tinha por foco a reforma da sociedade e no qual muitos de seus designers e artistas propunham essa mudança,

⁸⁹Movimento estético e social inglês, da segunda metade do século XIX, que defende o artesanato criativo como alternativa à mecanização e à produção em massa.

socialistas que pensavam em criar uma sociedade mais justa ao reconfigurar as relações de trabalho e consumo. Esse alinhamento perdura até hoje, como lembra Miyashiro (2011), citando as demonstrações contra a invasão norte-americana no Iraque, em 2003, repletas de cartazes, muitos dos quais reproduzidas com tiragens expressivas.

Uma breve análise das práticas de intervenção urbana

Para além, chegamos ao caso Marielle Franco. As ruas foram tomadas em março do ano de 2018. Peças gráficas deram voz aos anseios da população. O ativismo é tático e percorre os espaços representando ideais e anseios. As práticas de intervenção urbana, incluindo aqui o design de ativismo são, por natureza, efêmeras, e poucas vezes encontram-se documentadas, o que dificultou um pouco a pesquisa, por não haver confirmação de fontes e autores das obras. A escolha das peças para análise tomou como critério de seleção a diversidade de método de reprodução e o contexto em que foram apresentadas. Fizemos uma descrição da peça, com um panorama das formas e técnicas dos elementos visuais. A linguagem escolhida para construção e reprodução destas peças já justifica, dentro de si e por si, serem peças de design de ativismo.



Figura 1: Lambe-lambes sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (2018).

Fonte: O Globo.



Figura 2: Cartazes de rua sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (2018).

Fonte: Nexo Jornal

Nestas obras, é possível perceber que a reprodução e a informação objetiva são o foco principal. Ambas em preto e branco, resultam do maior barateamento possível na impressão em prol da larga escala; trabalham com tamanhos e estilos de tipografias sem serifa, com traço *bold*, que permitem uma leitura rápida e fácil. Inclui-se aqui o contraste como forma de destacar uma hierarquia de informação e respaldar uma comunicação universal da peça. Percebe-se que as duas obras trabalham com texto e ilustração da vereadora Marielle, propiciando ao espectador uma ponte dobrada que reforça o tema da obra. Optou-se também por tom sobre tom, em detrimento de texturas que poderiam tornar o layout mais carregado.

A questão da autoria nessas categorias de peças se desfaz por completo. O objetivo nestes espaços não é deixar a marca do profissional e sim a marca de uma intenção, um desejo, uma luta coletiva, de ninguém e de todos.

Conclusão

Compreendemos, através desta pesquisa, que o design é uma área colaborativa e sua função ativista passa também pelo processo de geração de *empatia*, ou seja, pelo sentimento de vínculo com o próximo. Este artigo não teve por objetivo encerrar, mas entender como política e design se conversam numa geração de potência para ferramenta de combate. Esperamos aqui, criar inspiração para que as práticas de intervenção urbana como o design de ativismo, enquanto manifestações de cunho político, sejam pensadas como campos de interseção entre as práticas que buscam criar outras maneiras de vivenciar o espaço público de maneira “afetiva”, ao mesmo tempo que intervêm neste criando revoluções cotidianas.

Referências Bibliográficas

BROWN, Tim et al. **Design thinking**: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DELEUZE, G. **Lógica do Sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução do coletivo Sycorax. 2004, p.515.

FUAD-LUKE, Alastair. **Design Activism: Beautiful Strangeness for a Sustainable World**. Londres, Earthscan, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Ed.: Atlas, vol.4, São Paulo, 1994.

MITCHLE, W. **Iconology: image, text and ideology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2012.

Teses ou Dissertações

BARROS, Roberta Coelho. **Comunicação e pós-modernidade**: estudo das imagens não-comerciais na sociedade contemporânea. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4545> />. Acesso em: 29.03.2018.

Revistas ou Periódicos

ANDRIOLO, Arley. **A política das imagens do inconsciente: psicologia social e iconologia crítica**. Memorandum, v.26, p.90-109, 2014. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a26/andriolo01>> Acesso em: 26.1.2018

CASTILHO, Ela Wiecko; PENALVA, Janaína. O feminicídio de Marielle. 2018. Disponível: ><https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-femicidio-de-marielle-21042018>>. Acesso em: 30.04.2018

CUNHA, Carolina. **Direitos femininos: uma luta por igualdade e direitos civis** . 2013. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/direitos-femininos-uma-luta-por-igualdade-e-direitos-civis.html>> Acesso em: 2.2.2018.

MATEUS, Samuel. **Pode uma imagem ser um argumento?** Revista Famecos. Porto Alegre, v. 23, n. 2, Mai., Jun., Jul. e Ago. de 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.21445>> Acesso em: 7.4.2018

MIYASHIRO, Rafael. **Com design, além do design**: os dois lados de um design gráfico com preocupações sociais. In: BRAGA, Marcos Cobra (Org.). O papel social do design gráfico: história, conceitos & atuação. São Paulo: Senac, 2011, p. 65-85.

PORTINARI, Denise; NOGUEIRA, Pedro. **Por um design político**. Estudos em Design| Revista (online). Rio de Janeiro: v. 24 | n. 3. 2016, p. 32

REY, Sandra; BRITES, B. ; TESSLER, E. ; LANCRI, J. . **Por uma abordagem metodológica da pesquisa em artes visuais.** In: Blanca Brites; Élide Tessler. (Org.). Metodologia da Pesquisa em Artes Visuais. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

VIEIRA, Bruno César Ferreira. **Bruxaria e feminismo: uma análise da independência da mulher através dos seriados da TV.** Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/BRUNO%20CESAR%20FERREIRA%20VIEIRA.pdf>> Acesso em: 24. 1. 2018

Sites

ONU BR. Nações unidas do Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>> . Acesso em: 20.5.2018

Marielle Franco. Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/>>. Acesso em: 10.5.2018

Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 10.5.2018

Dossiê Violência contra as Mulheres Website. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/o-dossie/>> Acesso em: 2.4.2018

Entrevistas concedidas

Rafael Cardoso. Entrevista concedida. Alemanha, dezembro de 2014.

A PROTAGONISTA DE “JOGOS VORAZES” E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO POR MEIO DA LITERATURA

THE PROTAGONIST OF “THE HUNGER GAMES” AND THE BUILDING OF GENDER THROUGH LITERATURE

*Renata Kabke Pinheiro
Doutora em Letras – Linguística Aplicada/Universidade Federal de Pelotas
rekabke@gmail.com*

RESUMO

A literatura, seja na forma oral ou escrita, é parte importante da cultura de um povo, e mesmo em um mundo onde a globalização faz com que as fronteiras culturais sejam bastante permeáveis, sua influência na construção de identidades é inegável. No caso de identidades de gênero e das repercussões que a discriminação nesse campo traz, a construção da identidade de jovens leitoras que podem ver um modelo de mulher na protagonista de uma obra literária, a investigação de que modelo é esse reveste-se de grande importância. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar como a mulher é representada na imagem da protagonista de "Jogos Vorazes" (2008), da autora americana Susan Collins. O livro tem como público-alvo jovens de 9-12 anos, mas atrai leitores/as de diversas idades, culturas e gêneros há 10 anos, tendo inclusive já sido transformado em filme. Por meio da análise da descrição dos atributos físicos e de personalidade, assim como o poder da protagonista, Katniss, verifica-se que há uma mudança no paradigma do modelo da “heroína”, resultando em um novo discurso em relação à mulher colocado em circulação para quem lê a obra – seja homem, mulher, jovem ou adulto. Com isso, confirma-se ainda o fato de que o livro, enquanto artefato cultural, contribui para construções de gênero, tanto pela manutenção como pela quebra de modelos e estereótipos.

Palavras-chave: Jogos Vorazes. Literatura. Gênero.

ABSTRACT

Literature, whether in oral or written form, is an important part of any country's culture, and even in a world where globalization makes cultural borders be quite permeable, its influence on the building of personal identities is undeniable. When it comes to gender identities and the repercussions that prejudice related to them causes, the building of identities of young female readers' – who may see a female role model in the protagonists of literary works –, investigating what model this is becomes of utmost importance. Thus, the aim of this work is to investigate how women are portrayed in the image of Katniss, the protagonist of *The Hunger Games* (2008), written by the American author Susan Collins. The book is aimed at young people (9-12 years old), but it has conquered readers of all ages, cultures and genders over 10 years, having even been transformed into a movie. Through the analysis of Katniss' physical description, as well as of her personality and the power she displays, we can see there is a change in the established “heroine” model, resulting in the setting in motion of a new discourse about women for those who read the book – be it a man, a woman, young or old. As a result, the fact that the book, as a cultural artifact, contributes to the building of gender conceptions both by maintaining and by deconstructing models and stereotypes is also confirmed.

Keywords: The Hunger Games. Literature. Gender.

Introdução

A construção da identidade pessoal de qualquer ser humano é um processo deveras complexo, sobre o qual atuam diversos fatores e que sofre influência das mais variadas fontes. Quando se trata da identidade de uma mulher – em especial sua identidade de gênero⁹⁰ –, dentre esses fatores estão os modelos que são apresentados a ela como um ideal de realização pessoal, sucesso e felicidade (LITOSSELITI; SUNDERLAND, 2002)⁹¹, modelos esses que estão presentes em anúncios publicitários, revistas, filmes e no meio que nos interessa: livros. Neste trabalho, considero livros como *artefatos culturais*, ou seja, um dos meios presentes em uma cultura que “transmitem uma variedade de formas de conhecimento que, embora não sejam reconhecidos como tais, são vitais na formação de identidades e subjetividades” (SILVA, 2001, p. 140)

Tais modelos apresentados às mulheres têm, além da variedade de meios pelos quais são disseminados, a capacidade de atravessar limites territoriais, e em um mundo em que a globalização faz as fronteiras culturais serem bastante permeáveis, mesmo países com tradições bastante fortes e resistentes se veem “invadidos” por costumes – e conseqüentemente, modelos – de outros lugares e culturas. Um exemplo disso são as noivas japonesas que, segundo o costume milenar desse país, no dia do casamento vestem o traje tradicional (que pode ser trocado várias vezes ao longo do dia, conforme a situação econômica da família da noiva) e a elaborada peruca negra acompanhada da também tradicional maquiagem branca, semelhante a uma máscara, para a celebração da cerimônia xintoísta. Há algumas décadas, no entanto, elas cada vez mais optam por incluir – ou mesmo substituir o traje tradicional da cerimônia por – um longo e farto vestido de noiva branco estilo ocidental, e as festas já incorporaram até mesmo o corte de um enorme bolo de casamento decorado com as miniaturas do casal em trajes de cerimônia também ocidentais (GOLDSTEIN-GIDONI, 2000).

Esse modelo de noiva, apoiado em um discurso de “realização da mulher com o casamento” e apregoado como um dos ápices da vida dela, certamente foi difundido pelo cinema e pelas revistas femininas, mas a literatura também tem nisso sua parcela de responsabilidade ao perpetuar o mito do “casaram e viveram felizes para sempre”. Nesse sentido, Funck (1998) afirma que mitos relacionados às mulheres podem ser e muitas vezes são

⁹⁰ Neste trabalho considero *gênero* sob a perspectiva de Butler (1990), ou seja, como “[...] a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos que se consolida ao longo do tempo para produzir a aparência de substância, de um tipo natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59).

⁹¹ Todas as citações de obras originalmente em língua inglesa e não publicadas em português são de minha tradução.

tanto cristalizados e perpetuados quanto questionados por meio de personagens nas quais milhares de leitoras se espelham:

[A] literatura, como um dos veículos ou locais para a construção ideológica da subjetividade marcada pelo gênero, se torna importante não como um mero reflexo da experiência feminina (como na ficção realista), mas como o próprio instrumento da possível construção de posições não-hegemônicas já que, ao colocar em circulação diferentes discursos alternativos, ajuda a construir igualmente posições-sujeito alternativas e resistentes. (FUNCK, 1998, p. 25)

Autores como Eagleton (2003), Cranny-Francis (1990) e Fairclough (1991) também atestam que a literatura, mais do que uma forma de entretenimento, tem reflexos na disseminação, perpetuação e cristalização de discursos⁹². Isso ocorre porque quem lê já traz consigo um conjunto de discursos aos quais se afilia e, ao mesmo tempo, tem em seu repertório de conhecimentos outros tantos com os quais não concorda. Dessa forma, quando lemos um texto todos esses discursos e as ideologias neles contidas entram em circulação por meio de estruturas narrativas e personagens literárias já consagradas e com as quais também já estamos familiarizados/as. São elas que produzem os significados que consideramos “naturais” e “fantásticos”, que produzem e disseminam os pressupostos, conflitos e padrões que criam limites para nossa experiência. Portanto, as narrativas podem funcionar, em uma escala ampla, como um sistema de representações pelos quais nós imaginamos o mundo (DUPLESSIS, 1985).

Dito isso, surge a questão: qual gênero literário seria mais propício a exercer influência sobre quem lê ou que facilitaria a chegada dos discursos e ideologias ali presentes até ele/a? Na opinião de Cranny-Francis (1990), é a *ficção*, já que se trata de um gênero literário extremamente popular e, ao mesmo tempo, ela consegue configurar-se como um “local para a descrição alegórica de injustiças sociais deslocadas no tempo e/ou lugar da sociedade do leitor, mas ainda claramente reconhecíveis como uma crítica àquela sociedade” (CRANNY-FRANCIS, 1990, p. 9). A ficção distópica – caso de “Jogos Vorazes” – faz exatamente isso, refletindo o pessimismo das pessoas frente à realidade de seu tempo e criticando aspectos da sociedade de sua época, inclusive no que se refere a representações e papéis de gênero, assim como ideologias circulantes.

⁹² Neste trabalho considero *discurso* sob a ótica de Kress (1985), ou seja, como “um conjunto de possíveis declarações a respeito de uma determinada área que organiza e dá estrutura ao modo como se deve falar sobre um assunto, objeto ou processo em particular. Com isso, ele fornece descrições, regras, permissões e proibições em relação a ações sociais ou individuais” (KRESS, 1985, p.7).

Como podemos ver, não apenas quem lê, mas o próprio texto literário encontra-se à mercê de ideologias, exatamente como ocorre com a linguagem diária (FAIRCLOUGH, 1991), fato reiterado por Eagleton (2003, p. 120) ao dizer que por ser a língua “um campo de forças sociais que nos modelam até as raízes, é uma ilusão dos acadêmicos considerar a obra literária como uma arena de possibilidades infinitas que fogem a isso”.

Retornando à questão da construção das identidades, elas então não apenas sofrem influência dos discursos em circulação na sociedade, mas encontram-se também à mercê dos textos literários. Shotter e Gergen (1989), por exemplo, veem as identidades como imersas em discursos advindos de textos, discursos esses concomitante e paradoxalmente habilitantes e restritivos:

[t]extos culturais fornecem a seus ‘habitantes’ os recursos para a formação dos eus; eles apresentam uma variedade de potenciais habilitantes, enquanto simultaneamente estabelecem um conjunto de limites restritivos além dos quais os eus não podem ser facilmente construídos. (SHOTTER; GERGEN, 1989, p. x)

No caso de identidades de gênero e das repercussões que a discriminação nesse campo traz, a construção da identidade de jovens leitoras que podem ver na protagonista de uma obra literária um modelo de mulher, a investigação de que modelo é esse reveste-se de grande importância. Litosseliti e Sunderland (2002) sugerem, então, que um enfoque discursivo na análise de textos pode facilitar o estudo dos modos complexos e frequentemente sutis pelos quais identidades de gênero são representadas, construídas e contestadas por meio da linguagem.

Esse foi, então, o ponto de origem do objetivo deste trabalho, que é investigar como a mulher é representada na imagem de Katniss, a protagonista de "Jogos Vorazes" (2008), da autora americana Susan Collins. Por meio da análise da descrição dos atributos físicos e de personalidade de Katniss, busquei verificar se há uma mudança no paradigma do modelo da “heroína”, resultando em um novo discurso em relação à mulher colocado em circulação para quem lê a obra – seja homem, mulher, jovem ou adulto – ou se há uma manutenção e consequente cristalização de discursos normativos em relação ao tipo de características tidas como “necessárias” em uma mulher.

A obra

O livro “Jogos vorazes”, da autora americana Susan Collins, publicado em 2008, é o primeiro volume de uma trilogia que já vendeu mais de 26 milhões de cópias. Ao ser escrita a obra teve jovens de 9 a 12 anos como público-alvo, mas há 10 anos atrai leitores/as de diversas

idades, culturas e gêneros, tendo em 2012 sido transformada em um filme assistido por um público de mais de 50 milhões de espectadores só nos Estados Unidos⁹³.

A trama se desrola em um mundo pós-apocalíptico, mais especificamente em um país chamado Panem, composto pelo rico Capitol (uma espécie de capital centralizadora) e 12 distritos em situações diversas de pobreza. Em Panem, a cada ano duas pessoas – que podem até mesmo ser crianças – são sorteadas para participar compulsoriamente em um *reality show* de competição televisionado para todo o país. Essa competição, denominada “Jogos Vorazes”, nada mais é do que uma batalha de sobrevivência e luta mortal entre os/as participantes até que só reste uma pessoa. A protagonista, Katniss, uma jovem de 16 anos, se oferece para participar no lugar da irmã menor (que fora sorteada) e, contrariando as expectativas dos organizadores da competição, vence o jogo e ainda salva seu companheiro de distrito que, pelas regras, deveria ser morto por ela.

Análise

Uma obra que já vendeu mais de uma dezena de milhões de cópias tem, sem dúvida alguma, um poder de repercussão enorme. Quaisquer discursos ali circulantes certamente atingiram um público gigantesco, e o fato de “Jogos Vorazes” ter extrapolado seu público-alvo de *Young Readers* (9-12 anos) implica reconhecer que esses discursos chegaram não só a pessoas jovens – que podem tanto ser apresentadas a novos modos de pensar como ver outros já ultrapassados e inadequados para os dias atuais serem reforçados –, mas também adultas, que podem ver antigas ideias e posicionamentos ser tanto reiterados quanto questionados, propiciando terreno para uma mudança social.

Como já dito, “Jogos Vorazes” reflete em sua trama distópica o pessimismo reinante na sociedade de 2008 (ano de sua publicação) em virtude da crise econômica que assolava o mundo na época, e traz à baila um fenômeno muito em voga desde o início do século XXI que ultrapassou barreiras tanto geográficas como culturais: os *reality shows*. No livro, são retratados diversos aspectos ligados a esses programas como, por exemplo, a nova espécie de voyeurismo surgida com eles, na qual se assiste ao vivo a cada momento da vida de outras pessoas e que, em “Jogos Vorazes”, é levado ao extremo oposto: o público assiste em tempo real às mortes delas na competição. Também é mostrado como, nesse tipo de show televisivo, o conflito e o romance são supervalorizados, da mesma forma que a produção visual das pessoas para a TV.

⁹³ Dados obtidos no site Box Office Mojo. Disponível em: <http://www.boxofficemojo.com/movies/?page=intl&adjust_mo=&adjust_yr=1&id=hungergames.htm> Acesso em: 29 maio, 2018.

Esse último aspecto, exemplificado no “embelezamento” de Katniss antes de sua apresentação aos telespectadores e depois de vencer a competição é, em minha opinião, um dos temas mais significativos presentes na obra, já que pode ter importante influência na construção da identidade das leitoras, especialmente as mais jovens. Todos esses tópicos são tratados de forma crítica ao longo da trama, variando entre a crítica aberta, verbalizada pela protagonista e/ou outras personagens, e a descrição sarcástica de fatos, ações e pessoas.

Outro ponto digno de nota é que “Jogos Vorazes” foi escrito por uma *autora*, quer dizer, trata-se de uma mulher produzindo não um romance, uma história de amor, mas uma obra distópica repleta de violência. Já há aí, então, uma quebra de paradigma, pois essas são características tradicionalmente associadas no meio literário a autores homens. Além disso, o protagonismo é dado a uma mulher, e isso em um livro que não gira em torno do enredo típico da “Heroína Que Se Apaixona / Namora/ Se Casa (com a infalível complicação durante o namoro e/ou casamento)” (RUSS, 1973, p. 9), mas que tem uma trama de ação ancorada em luta, esforço físico e coragem.

A narração em 1ª pessoa empregada pela autora tem, por sua vez, o efeito de criar uma maior possibilidade de identificação de quem lê com a personagem e, considerando que essa é uma técnica presente na literatura de diversas culturas, tal identificação pode se dar mesmo em lugares onde quem lê que não se reconheça de imediato no mundo de Panem, pois os conflitos e dilemas pelos quais Katniss passa são comuns a pessoas de todas as origens. Já o público para quem a obra foi originalmente escrita (pré-adolescentes) é perceptível não por Susan Collins ter optado por uma escassez de cenas de violência e morte – ao contrário, elas são muitas –, mas na forma como corpo da protagonista é (re)tratado e como o romance entre Katniss e Peeta, seu companheiro de distrito, se desenvolve. Nos dois casos, tudo é descrito com extrema discrição, sem a erotização e a necessidade de recorrer a cenas de sexo que muitas vezes parecem caracterizar outros grandes sucessos literários e cinematográficos deste século.

Em relação ao aspecto do visual da personagem, enquanto no filme Katniss é apresentada em roupas colantes, sensuais, que exibem as formas de seu corpo durante a competição de vida e morte, no livro as roupas dadas a ela são fundamentalmente práticas, voltadas à sobrevivência, sem o menor traço de preocupação estética ou em mostrar o corpo da protagonista:

- “[...] calça marro-amarelada simples, blusa verde claro, cinto marrom vigoroso, e um fino casaco de capuz preto que cai nas minhas coxas” (COLLINS, 2008, p.144);

- “As botas, usadas sobre meias muito justas, são melhores do que eu podia ter esperado. Couro macio diferente do de casa. Essas aqui têm uma sola de borracha estreita e flexível. Bons para corrida” (COLLINS, 2008, p.144).

Já em relação ao aspecto físico da protagonista, as partes do corpo de Katniss que são mencionadas no livro o são porque ela está ou contando sobre ferimentos que sofreu e dores que sente, ou descrevendo de forma crítica os procedimentos de “embelezamento” pelos quais os produtores da competição a fazem passar, o que não é o padrão em livros com heroínas. Tanto a menção ao corpo reduzida apenas ao necessário, diminuindo a importância normalmente atribuída a ele em nossa cultura, como a ausência do usual desfile de adjetivos enaltecendo a aparência da protagonista – que em outras obras infalivelmente é muito bela – contrastam com o “embelezamento” de Katniss, que tem sua imagem adequada aos padrões tradicionais e esperados de “feminilidade”, mas durante todo o processo o critica e reclama de ter de se submeter a ele.

Esse é um dos elementos mais significativos que encontrei em “Jogos Vorazes”: percebe-se ali um discurso que não compactua com o excesso de importância dado ao corpo e a valorização da aparência física que ocorrem no mundo atual. Mais do que isso: é dada voz tanto à crítica como ao desagrado com tal prática, como podemos ver nesta descrição da depilação a que Katniss é submetida antes de aparecer na TV: “Minhas pernas, braços, torso, axilas, e partes das minhas sobrancelhas tinham sido livradas dos pelos, deixando-me como um pássaro depenado, pronto para assar. *Eu não gosto disso.*” (COLLINS, 2008, p. 61. *Grifo meu*). Essa passagem indica para quem lê – e em especial para as mulheres, que por conta de uma imposição social, muitas vezes se sentem na obrigação de estarem depiladas – que, sim, existe a possibilidade de *não gostar* dessa obrigação e que não é errado se rebelar contra ela. Em outras palavras, é colocado em circulação um discurso completamente diferente do usual para personagens femininas, para as quais a adequação a um padrão de beleza pré-determinado é algo visto como “natural”, e não como uma obrigação imposta às mulheres em geral. Percebe-se aí mais uma quebra de paradigmas em “Jogos Vorazes”, desta vez no que se refere à “desobrigação” de as mulheres gostarem de – e mesmo de terem de se submeter a – procedimentos de embelezamento muitas vezes desagradáveis.

Ainda sobre a descrição física de Katniss, ela, ao contrário das protagonistas de outras obras, não descreve a si própria em detalhes – diz apenas que tem “cabelo liso escuro, pele cor de oliva, [...] olhos cinzentos” (COLLINS, 2008, p. 9) – e, também contrariando o padrão das heroínas, seu cabelo não ganha destaque: ele passa todo o tempo preso em uma trança (COLLINS, 2008, p. 5; 16; 55; 63; 67; 86; 120; 143; 175; 198; 226; 322; 363). Além disso, a

personagem não é descrita nem por ela mesma e nem por outras personagens como *sendo* bela ou linda; ela *se torna* bela quando se veste bem e usa maquiagem – como qualquer mulher no mundo real. Esse discurso dá à leitora – especialmente às jovens que estão construindo sua identidade – uma opção à aparentemente inescapável obrigação de ser bela e, principalmente, de ser ou estar *sempre* bela, e pode ser observado em trechos como estes:

- “Você parece bonita,” diz Prim numa voz quieta. “E nada comigo mesma,” eu falo. (COLLINS, 2008, p. 16);
- “Eu não estou bonita. Eu não estou linda. Eu estou tão radiante quanto o sol” (COLLINS, 2008, p. 121);
- “E lá estava eu, ruborizando e confusa, bonita pelas mãos de Cinna, desejável pela confissão de Peeta, trágica pelas circunstâncias, e por tudo em conta, inesquecível” (COLLINS, 2008, p. 136).

Essa reiteração ao longo da obra de que a heroína é uma pessoa comum – ou seja, alguém com quem a leitora pode se identificar e que pode ser um modelo de mulher para ela –, sem a obrigação e/ou a preocupação de ser bonita e sem o constante elogio por parte dos homens, é sem dúvida outro ponto significativo de “Jogos Vorazes”. É claro que pode ser argumentado que Katniss tem um preparo físico e um treinamento que a tornam especial e, portanto, diferente e até distante da realidade da leitora, mas há outro aspecto da descrição de Katniss que permite a identificação de quem lê com ela: sua personalidade.

Se em relação à parte física as menções ao corpo se resumem ao estritamente necessário e o uso de adjetivos elogiosos é limitado, quando se trata de caracterizar a personalidade da jovem a parcimônia se repete, porém existe uma diferença: as *ações* e *pensamentos* da personagem traçam um retrato bastante rico de uma mulher em que qualquer pessoa pode se espelhar.

Em uma das poucas ocasiões em que adjetivos são empregados, Hamlich (o técnico que treina Katniss e Peeta, seu companheiro de distrito, para a competição) descreve a moça dizendo “Já sei que é habilidosa com uma faca”, ao que ela retruca “Na verdade não. Mas consigo caçar [c]om arco e flecha” (COLLINS, 2008, p. 89). Perguntada se é boa com essas armas, ela responde que é “mais ou menos”, mas Peeta a contradiz, dizendo que ela é “excelente” (COLLINS, 2008, p. 89). Arco e flecha são armas que, na literatura, as mulheres “têm permissão” de utilizar (ao contrário da espada que é, tradicional e simbolicamente, masculina), mas o fato de que ela é excelente no manejo delas – além de ser realmente hábil com a faca –

já demonstram que um certo poder lhe é dado, e ele é reconhecido por duas personagens masculinas.

Ela é também impetuosa, corajosa e resiliente, sendo a primeira característica reconhecida tanto por Hamlich – que diz “Muita... [b]ravura!” (COLLINS, 2008, p. 25) – como por Cinna (o estilista que cuida das roupas de Katniss): “ ‘Ninguém consegue evitar admirar o seu espírito’. Eu não tenho certeza do que exatamente isso significa, mas sugere que eu sou uma lutadora. De um jeito meio corajoso” (COLLINS, 2008, p. 122).

Nesse trecho, como se pode ver, além de Cinna a própria Katniss se define como lutadora e corajosa, e é ela também que, em três outros momentos, reflete sobre sua natureza resiliente (COLLINS, 2008): “Eu me endureço como aço e subo os degraus” (p. 24); “[N]ão é da minha natureza desistir sem lutar, mesmo quando as coisas parecem insuperáveis” (p. 37) e “Eu vou morrer, de meu próprio jeitinho, invicta” (p. 282). Além disso, a mãe de Peeta também a define como “sobrevivente” (COLLINS, 2008, p. 90) e, no somatório de tudo isso, temos a descrição de uma jovem que personifica a bravura, que enfrenta e sobrevive às adversidades, e em qualquer cultura esse é um exemplo em que muitas leitoras podem encontrar inspiração para basear construir sua identidade de mulher.

Dentre as características da personagem reveladas por seus pensamentos e não expressas por meio de um adjetivo está a de ser impiedosa, como se percebe em “[E]u não sou do tipo que perdoa” (COLLINS, 2008, p. 9) e “Se Cato saísse pelas árvores agora, eu não fugiria, eu atiraria. Descubro que estou na verdade antecipando o momento com prazer” (COLLINS, 2008, p. 196). É também por meio do que passa na mente de Katniss – e, claro, por meio de tudo o que faz ao longo da trama – que vemos que ela é rebelde:

- “Eu quero fazer alguma coisa [...] para mostrar ao Capitol que não importa o que eles nos forcem a fazer existe uma parte de cada tributo que eles não podem comandar” (COLLINS, 2008, p. 233);
- “Agora estou determinada a vingá-la, a fazer sua perda inesquecível, e posso apenas fazer isso ganhando e através disso me fazendo inesquecível” (COLLINS, 2008, p.239);
- “[A]quela coisa dos loucamente apaixonados que é a minha defesa por haver desafiado o Capitol” (COLLINS, 2008, p. 355).

Ser impiedosa e rebelde, apesar de serem atributos vistos como positivos em homens, não são traços tidos como “femininos”. Por essa razão, eles podem ser vistos como negativos na caracterização de Katniss, ainda mais se considerarmos que ela também é rotulada como sendo mal-humorada e hostil: “Acho que eles gostaram do seu temperamento. [...] Eles tem um show para carregar. Eles precisam de alguns jogadores esquentadinhos” (COLLINS, 2008, p.

108) e “[Q]uando você abre sua boca, você parece mais mal-humorada e hostil” (COLLINS, 2008, p. 117).

Por outro lado, algumas características “tipicamente femininas” foram dadas à protagonista, sugerindo que, ainda que haja uma quebra de paradigma com traços como “corajosa”, “lutadora” e “impiedosa”, ela não é completa. Katniss, como é esperado das mulheres, se preocupa em cuidar de outras pessoas – da mãe, da irmã, de Peeta –, é protetora e abnegada, abrindo mão de algumas coisas e até mesmo se dispondo a sofrer punições em favor de outros:

- “Eu protejo Prim de toda maneira que eu posso” (COLLINS, 2008, p. 16);
- “O que me assusta de verdade é o que eles podem fazer com a minha mãe e Prim, como minha família pode sofrer agora por causa da minha impulsividade” (COLLINS, 2008, p. 103);
- “Por ela, tenho que parecer o menos desesperada possível” (COLLINS, 2008, p. 168);
- “Aposto que ela raramente tem carne. ‘Pegue a outra,’ eu digo” (COLLINS, 2008, p. 201);
- “[S]ou eu a culpada por ter tido a ideia. Eu sou a instigadora. Sou eu que merece a punição” (COLLINS, 2008, p. 357).

Obviamente se preocupar e cuidar de outras pessoas – especialmente da família – e se oferecer estoicamente para sofrer punições não são características exclusivamente de mulheres – muitos homens fazem isso –, mas a inclusão dessas características de cuidadora abnegada que muitas vezes são divulgadas como “femininas” tem uma dupla e paradoxal repercussão no que se refere a Katniss. Positivamente, isso humaniza a protagonista, desfazendo uma possível impressão de que ela é uma máquina de matar insensível, mas ao mesmo tempo – agora de modo negativo – o estereótipo de que toda mulher tem instintos “maternais” e não só se preocupa com o bem-estar de outras pessoas como se sacrifica por aquelas a quem ama é reiterado. Katniss é, sem dúvida, uma personagem complexa – como o são muitas mulheres – e são essas diversas faces de sua personalidade que a aproximam das leitoras de diversas culturas, oportunizando que elas vejam na protagonista de “Jogos Vorazes” alguém corajosa, batalhadora e vencedora, em quem elas podem se espelhar.

Conclusão

Após observar todos esses trechos de “Jogos Vorazes”, é possível ver que convivem nessa obra discursos diferentes e opostos, um que quebra paradigmas ao mostrar uma heroína

que é forte, rebelde e nem um pouco preocupada em se adequar a padrões de beleza, e outro que reitera modelos de feminilidade de aparência e comportamento. Ainda aparecem também perpetuadas na obra o “cuidar dos outros”, a paciência e a abnegação como características inerentemente femininas, mas a personagem se destaca pela inteligência, rebeldia, coragem, habilidade, e mesmo força e resiliência, sendo por vezes até implacável. No entanto, é possível ver na trama uma espécie de punição por Katniss ser corajosa e rebelde: ela é “mal-humorada”, “hostil” e “esquentadinha”.

Apesar de alguns estereótipos ainda serem repetidos e, dessa forma, perpetuados, há em “Jogos Vorazes” uma mudança no modelo da heroína protagonista, resultando em um novo discurso em relação à mulher colocado em circulação para quem lê a obra – seja homem, mulher, jovem ou adulto, seja qual for a cultura em que essa pessoa se insere. Além disso, o livro, enquanto artefato cultural, mostra que tem sua parcela de contribuição nas construções de gênero, tanto pela manutenção como pela quebra de modelos e estereótipos.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Do inglês: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Susan. **Jogos Vorazes**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

CRANNY-FRANCIS, Anne. **Feminist fiction: feminist uses of generic fiction**. New York: St. Martin's Press, 1990.

DUPLESSIS, Rachel Blau. **Writing beyond the Ending – Narrative Strategies of Twentieth-Century Women Writers**. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Trad. do inglês: Waldemar Dutra.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001. Trad. do inglês: Izabel Magalhães.

FUNCK, Susana Bornéo. **Feminist literary utopias**. Florianópolis: UFSC, 1998.

GOLDSTEIN-GIDONI, Ofra. The Production of Tradition and Culture in the Japanese Wedding Enterprise. **Ethnos**, United Kingdom, v.65, n.1, p.33-55. 2010. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/a242/079c1189ae6635c53fa7d50ae8c4fe1c4fb3.pdf>> Acesso em: 25.05.2018.

KRESS, Gunther R. **Linguistic processes in sociocultural practice**. Victoria: Deakin University Press, 1985.

LITOSSELITI, Lia; SUNDERLAND, Jane. (Eds.) **Discourse Analysis and Gender Identity**. Amsterdam: Benjamins, 2002.

SHOTTER, John; GERGEN, Kenneth J. Preface and Introduction. In: _____ . (Eds.) **Texts of Identity**. London: Sage, 1989. p. ix-xi

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo.
Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

**CONSTRUÇÃO CULTURAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO
CURSO DE DIREITO: ESTUDO DE UMA CHARGE**

*CULTURAL CONSTRUCTION OF GENDER VIOLENCE IN THE COURSE OF
LAW: STUDY OF A CHARGE*

*Rita de Araujo Neves
Doutoranda em Educação/UFPel/FURG
profarita@yahoo.com.br*

*Márcia Alves da Silva
Doutora em Educação/UFPel
profa.marciaalves@gmail.com*

*Maria Cecília Lorea Leite
Doutora em Educação/UFPel
mclleite@gmail.com*

RESUMO

Neste artigo apresentamos resultados parciais de um Projeto de Pesquisa de Doutorado de uma das autoras, orientado e coorientado pelas demais, intitulado “*Construção Cultural da Violência de Gênero no Currículo: Análise do Discurso das Imagens Produzidas por Estudantes nos Corredores de uma Faculdade de Direito*” - vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel. A intenção, neste recorte da pesquisa, é problematizar charge de renomado cartunista nacional, produzida a partir de manifestação imagética de estudantes de uma Faculdade de Direito no sul do país. A análise deste artefato cultural é embasada em fundamentos teóricos dos Estudos Culturais, Feministas e de Gênero, e no Método Documentário de Interpretação de imagens, como elemento de compreensão do currículo daquele curso. O uso dessa ferramenta metodológica nas pesquisas da Educação Jurídica ainda é raro, apesar de este ser um campo densamente permeado de imagens. O resultado preliminar do estudo destaca a potência dessa metodologia de análise imagética como ferramenta de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, capaz de revelar dados contextuais relevantes. A análise da charge contribuiu para evidenciar aspectos sobre o currículo do curso de Direito focalizado, indicando demanda reprimida na discussão/entendimento sobre violência de gênero, no espaço acadêmico investigado, reforçando, assim, a pertinência do estudo e a relevância da sua contribuição para a análise do currículo do curso.

Palavras-chave: Currículo. Cultura. Imagens. Estudos Feministas. Violência de Gênero.

ABSTRACT

In this article we present partial results of a PhD Research Project of one of the authors, guided and co-oriented by the others, entitled "Cultural Construction of Gender Violence in the Curriculum: Analysis of the Discourse of Images Produced by Students in the Corridors of a Faculty of Law" - linked to the Graduate Program in Education of UFPel. The intention, in this research, is to problematize the cartoon of a renowned national cartoonist, produced from the imagistic manifestation of students of a Faculty of Law in the south of the country. The analysis of this cultural artifact is based on theoretical foundations of Cultural, Feminist and

Gender Studies, and on the Documentary Method of Image Interpretation, as an element of understanding the curriculum of that course. The use of this methodological tool in legal education research is still rare, although this is a field that is densely permeated with images. The preliminary result of the study highlights the power of this methodology of imaging analysis as a research tool in the field of human and social sciences, capable of revealing relevant contextual data. The analysis of the cartoon contributed to highlight aspects about the curriculum of the focused law course, indicating a repressed demand in the discussion / understanding about gender violence in the academic area investigated, and thus reinforcing the pertinence of the study and the relevance of its contribution to course curriculum analysis.

Keywords: Curriculum. Culture. Images. Feminist Studies. Gender Violence.

Introdução

No presente escrito apresentamos de forma sucinta os resultados de um exercício de interpretação de uma charge, a partir do Método Documentário de Interpretação (MDI) (BOHNSACK, 2010), acerca do qual, preliminarmente, também tecemos breves considerações.

Adotamos essa metodologia de análise de imagens no desenvolvimento de investigação mais abrangente, que consiste na pesquisa de doutoramento de uma das autoras sob a orientação e coorientação das demais, a qual objetiva analisar imagens produzidas e/ou relacionadas ao ambiente acadêmico da Educação Jurídica, como elemento para compreensão do currículo de cursos de Direito, particularmente no que concerne à construção cultural da violência de gênero à mulher.

Pontuamos, inicialmente, que para atender as finalidades deste artigo selecionamos charge da autoria de Carlos Henrique Henrique Latuff⁹⁴, produzida a partir de manifestação imagética de estudantes da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, *locus* do nosso estudo mais amplo, de modo a ilustrar as potencialidades dessa metodologia eleita para analisar imagens como relevante ferramenta para o estudo do currículo dos cursos de Direito e da inter-relação de circunstâncias em que se encontram inseridos.

⁹⁴ [Chargista](#) e [ativista](#) político [brasileiro](#) que iniciou a carreira como [ilustrador](#) em 1989, em [agência de propaganda](#) no Rio de Janeiro. Tornou-se cartunista depois de publicar sua primeira [charge](#) num boletim do Sindicato dos Estivadores, em 1990, e permanece trabalhando para a [imprensa](#) sindical até os dias de hoje. Com o advento da [Internet](#), Latuff deu início ao seu ativismo artístico, produzindo desenhos [copyleft](#) para o [movimento zapatista](#). No exercício desse ativismo político e artístico é adepto do movimento [copyleft](#), consistente no direito de permissão de cópia de uma obra por outros usuários, dando a liberdade de copiar, modificar e redistribuir, exigindo apenas que esse mesmo direito seja mantido em todas as versões modificadas. Essa expressão é formada pelas palavras inglesas *copy* (cópia) e *left* (esquerdo), significando, literalmente, o "esquerdo da cópia", mas seu sentido, de fato, é o de "permitida a cópia", pois o termo surge do trocadilho e oposição à expressão *copyright* (reservados os direitos de copiar) - que confere a atribuição de direitos ao proprietário impedindo reproduções não autorizadas da obra. Assim, *copyleft* traz justamente a ideia oposta a *copyright*: **será sempre garantida a liberdade aos usuários de reproduzirem a obra.**

Assim, nosso intento nesse artigo é contribuir para o debate acerca da violência de gênero à mulher nos ambientes acadêmicos. Para isso, buscando problematizar o currículo do curso estudado, faremos um exercício de interpretação de uma charge, utilizando como referencial teórico-metodológico de interpretação de imagens a metodologia conhecida como MDI.

Breve abordagem acerca do Método Documentário de Interpretação de Imagens (MDI)

Embora a autoria do Método Documentário de Interpretação (MDI) seja atribuída a Karl Mannheim (1982, *apud* Bohnsack, 2010), em um artigo denominado “*Contribuições para a teoria da interpretação das visões de mundo*” (1921), na atualidade, quem trouxe luz e destaque a essa metodologia para analisar imagens foi o sociólogo alemão Ralf Bohnsack (2010). Contemporâneo a Mannheim, introduzindo o acesso metodológico à compreensão pré-conceitual ou ateórica, também merecem destaque as contribuições da iconografia e da iconologia de Erwin Panofsky (2011).

Talvez a característica mais relevante dessa metodologia de interpretação seja o fato de que ela não parte de teorias ou modelos pré-concebidos que tentem de forma vã definir o sentido do que se deseja interpretar. Bohnsack defende que o sentido exato ou próprio do objeto interpretado é impossível de ser alcançado, não havendo como explicar o sentido de forma causal, uma vez que o sentido, no seu conteúdo mais autêntico, só pode ser mesmo interpretado e não definido. De acordo com Weller (2005, p. 270), “a explicação teórica do conhecimento ateórico – como já dizia Mannheim – pressupõe um trabalho de interpretação e passa a ser tarefa do(a) pesquisador(a)”.

Bohnsack (2010) destaca a importância do tratamento das imagens no âmbito da pesquisa qualitativa, como sistemas autorreferenciais reconhecendo e, portanto, atribuindo-lhes um *status* metodológico, o que também traz consequências para as formas de entendimento das imagens como meio de comunicação. Ele aponta e diferencia dois processos de entendimento icônicos bem distintos: a comunicação sobre imagens e o entendimento através de imagens. Para ele, um entendimento através de imagens significa que nosso mundo e nossa realidade social não são apenas representados por imagens, mas sim produzidos e constituídos por elas e, num entendimento mais amplo, deveríamos reconhecer a importância das imagens como orientadoras das nossas ações e práticas diárias. Portanto, o conhecimento e a orientação da prática diária através da iconicidade, ou seja, das imagens mentais, acontece de forma pré-reflexiva, porque o entendimento icônico está enraizado no conhecimento implícito, no

conhecimento “aleatório”, conforme denominado por Karl Mannheim (1982, *apud* Bohnsack, 2010).

Desse modo, para Bohnsack (2010), um método de interpretação de imagens capaz de transcender o nível superficial dos sentidos conotativo ou iconográfico passa a não ser possível a partir da semiótica de Barthes (1993, *apud* Bohnsack, 2010), mas o desenvolvimento de um método de interpretação de imagens a partir de Panofsky (2011) e Imdahl (1996a, *apud* Bohnsack, 2010) parece possível, mesmo que exista a necessidade de algumas precisões metodológicas, no que tange a isolar ou colocar entre parênteses o sentido conotativo ou iconográfico, o conhecimento verbal ou textual adquirido previamente. Essas precisões metodológicas, para o autor, são de fundamental importância no processo de interpretação de imagens, especialmente no campo das Ciências Sociais e Humanas, como a Educação.

Portanto, Bohnsack (2010) sugere que a interpretação da imagem deverá ser iniciada num estágio aquém do nível iconográfico, ou seja, no nível pré-iconográfico, situado na análise da estrutura formal da imagem. Nesse aspecto, partindo da definição de Imdahl (1996a, *apud* Bohnsack, 2010), ele distingue três dimensões da estrutura formal ou composição formal da imagem: estrutura planimétrica total; coreografia cênica e projeção perspectiva.

A primeira, estrutura planimétrica total, é a construção formal da imagem no nível plano que objetiva captá-la como um sistema evidente na construção de suas normas imanentes, em sua autonomia. A segunda seria o equivalente à ambientação em que ocorre a cena social da imagem e, por fim, a terceira visa a identificar a espacialidade e corporalidade dos objetos, estando orientada à análise do mundo externo retratado na imagem.

Essa forma, técnica ou metodologia de interpretação nos leva a interpretar as imagens em todos os seus elementos, não mais de forma isolada, mas enquanto conjunto, em correlação aos demais elementos da composição. Por fim, segundo o autor, na medida em que conseguimos apreender a imagem como um sistema autorreferencial ou singular nos é aberto um caminho que leva à compreensão da especificidade do espaço de experiências conjuntas dos produtores de imagens, por exemplo, ao sistema familiar e seus *habitus* familiares específicos.

As pesquisas efetivadas no campo da Pedagogia Jurídica e das imagens da justiça no Brasil e em Angola (LEITE, 2005a; 2005b; 2014), registram que alunos formandos de cursos jurídicos, entre outros aspectos, identificam questões referentes ao currículo do curso e à pedagogia como fundamentais a serem superadas. Os estudos com mais de quatrocentas imagens produzidas por discentes localizados tanto no primeiro quanto no último semestres dos cursos trouxeram dados muito relevantes no que diz respeito às relações de poder e de saber (FOUCAULT, 2014) construídas nessas academias jurídicas.

Logo, o método documentário de interpretação passa a ser um potente instrumento que permite a inserção do pesquisador em contextos sociais alheios, possibilitando a compreensão e conceituação das visões de mundo ou orientações coletivas de um grupo de sujeitos, suas ações e formas de representação.

A Interpretação da charge pelo Método Documentário

De acordo com Liebel (2013), as charges trazem em si uma aura de piada e por conta disso são consideradas elementos de menor valor, no conjunto institucional de um jornal, além de menos dignas de serem analisadas, do ponto de vista acadêmico, como fontes legítimas para a compreensão de um período histórico. O mesmo autor destaca que, com exceção dos estudos da História da Arte, a academia tem essa resistência no uso das fontes pictóricas em pesquisas nas Ciências Humanas (LIEBEL, 2013).

Embora a abertura das Ciências Humanas às fontes imagéticas, nos últimos vinte anos, manifestada inclusive pelo desenvolvimento do MDI para a análise de imagens, promovido por Ralf Bohnsack (2010), as charges continuam sendo relegadas a mero papel ilustrativo e raramente são analisadas com rigor científico (LIEBEL, 2013).

Desafiadas por essa premissa e por compartilhar com esse autor o entendimento de que as charges são elementos constitutivos das realidades históricas, apresentamos, adiante, a análise da charge de Carlos Henrique Latuff, anteriormente mencionada, e que – como já dissemos – foi produzida por esse autor a partir de outra manifestação imagética das/dos estudantes da FADIR-FURG⁹⁵ no intuito de evidenciar a potência da metodologia de análise de imagens presente no MDI, bem como propiciar elementos de análise do contexto cultural, histórico, político e social em que se inserem os cursos de Direito foco do nosso estudo, notadamente no que se relaciona à violência de gênero, categoria teórica central na nossa pesquisa de fundo.

Tal como aquele pesquisador, acreditamos que as charges:

[...] se mostram espelhos privilegiados de uma visão contemporânea ao fato trabalhado, carregando consigo a crítica, na maioria das vezes na forma de humor (...). Além disso, trata-se não apenas de uma fonte pictória, mas também de uma fonte lúdica, o que a torna certamente mais atraente para o estudante. Sendo imagens, as charges e os *cartoons* proporcionam uma apreensão quase imediata de suas mensagens, o que também aumenta seu magnetismo. Há, entretanto, de se fazer a ressalva de que, para compreender a imagem, o espectador tem de estar inserido ou ter conhecimento do contexto sob o qual ela foi criada. Assim como qualquer espécie

⁹⁵ Trata-se de *banner* produzido por estudantes da FADIR - FURG, no ano de 2014, durante o XXIV EGED com a seguinte assertiva: “*Meu corpo é de luta, minha buceta é revolucionária*”. Para mais, ler o artigo “*Afronta ao Patriarcado nos corredores de uma Faculdade de Direito: O caso da buceta revolucionária*”, disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/senacorporis/resumo.php?idtrabalho=93>>.

de linguagem, a charge, para ser entendida, precisa chegar àqueles que detêm as chaves para interpretá-la corretamente (LIEBEL, 2013, p. 182) [grifos nossos].

Preliminarmente à análise da charge focalizada, entendemos pertinente pontuar o que se entende por charge, especialmente diferenciando esse conceito daquele usado para *cartoon* e caricatura.

Para tanto, mais uma vez, valemo-nos dos estudos de Liebel (2013), que registra que *cartoon* é o termo mais universal entre os três e foi apropriado do inglês para denominar qualquer desenho humorístico publicado em jornais ou revistas, ou mesmo na internet. No Brasil, assumiu significado mais específico, sendo desenho atemporal que não carrega consigo a crítica a elementos próprios do seu tempo e, dessa forma, futuramente, poderá ser interpretado independentemente do conhecimento sobre seu contexto de produção. Por sua vez, a charge se contrapõe ao *cartoon*, pois manifesta crítica, sátira ou ironia à determinada situação, acontecimento ou personagem e, portanto, sua compreensão depende do conhecimento desses elementos, do contexto da sua produção. “A charge, assim, faz um corte transversal no tempo e expõe um ponto que, de alguma forma, é digno de crítica ou registro em um determinado momento histórico” (LIEBEL, 2013, p. 183). Por último, caricatura é “a representação gráfica irrealista de uma pessoa, normalmente exagerada para apontar as características mais marcantes ou os defeitos físicos de seus alvos”.

Feita essa diferenciação entre os conceitos dos três tipos de imagens representacionais, passamos à análise da charge eleita na nossa pesquisa, a seguir apresentada e nominada em nosso estudo como Figura 1, e descrevemos sua interpretação, segundo as etapas do MDI.



Figura 1: Charge de autoria de Carlos Henrique Latuff
Fonte: [Latuff Cartoons](http://latuffcartoons.com)⁹⁶

⁹⁶ <<https://latuffcartoons.wordpress.com/tag/revolucionaria/>> Acesso em 19/04/2015

Fase 1- Análise da imagem no nível pré-iconográfico:

Nesta primeira fase da análise da imagem pelo MDI é necessário responder, objetivamente, à pergunta “o quê?”. Neste ponto, verificamos que o desenho é composto de uma única figura centralizada no espaço da folha e situada entre dois grupos de elementos textuais, pois sob e sobreposta a eles que fazem às vezes de título e/ou legenda à própria figura.

A imagem analisada é colorida e composta de uma figura central, além de três grupos de elementos textuais e um símbolo icônico do gênero feminino.

Podemos afirmar tratar-se essa imagem de um desenho, uma charge, a qual foi toda produzida em um fundo branco e com apenas duas cores: preta e vermelha. Embora não possamos precisar, acreditamos que tal desenho tenha sido realizado com algum tipo de caneta hidrocor, considerando o tipo de traçado que apresenta.

Compreendemos, ainda, que a figura central à imagem trata-se da parte posterior de uma cabeça humana. Inferimos isso a partir dos traços indicativos do que seriam os cabelos dessa pessoa, os quais são de tamanho curto a médio, pois o traçado dos fios se estende até uma altura que não ultrapassa muito a localização das orelhas e nos permite afirmar tratar-se o cabelo desse indivíduo do tipo liso a levemente ondulado, na cor preta. A cabeça é representada no desenho como se quem a observasse o fizesse exatamente no seu ponto posterior e central. Além disso, a cabeça veste uma espécie de boina preta e um lenço vermelho.

Tanto no traçado do que seria a boina preta, como naquele do lenço vermelho, há a presença de linhas diagonais no desenho indicativas de volume, diferença de planos e incidência diferenciada de luz, visando a dar, pelo/a seu/sua produtor/a, um aspecto tridimensional a esse. Aplicado à boina, em sua face posterior, mas pela parte lateral mais alta e à esquerda de quem a observa há, ainda, a presença destacada, porque em vermelho, do símbolo ícone da representação do gênero feminino, o espelho de Vênus. No tocante ao traçado das linhas indicativas dos cabelos, as quais são irregulares, levemente onduladas e espaçadas entre si, de forma a permitir que a cor branca do fundo da folha apareça entre esses traços para dar a ideia de volume, do mesmo modo ocorrido com a superfície da boina.

Não há elementos presentes na imagem que permitam concluir sobre o gênero dessa pessoa, cuja cabeça é desenhada apenas em sua parte posterior.

O primeiro elemento textual presente na imagem está logo acima do desenho e consiste na seguinte frase, toda escrita em letras maiúsculas, no estilo de imprensa e em preto: “*MEU CORPO É DE LUTA! MINHA BUCETA É*”.

O segundo elemento textual trata-se tão somente da palavra “*REVOLUCIONÁRIA!*”, toda escrita também em letras maiúsculas no estilo de imprensa, em preto, e seguida essa

palavra de um sinal de exclamação. Essa assertiva, conforme já referido, encontra-se abaixo e centralizada ao desenho.

Da mesma forma, o primeiro grupo de elementos textuais está perfeitamente centralizado à imagem, mas acima dessa.

Há, ainda, um terceiro elemento textual presente na imagem, pois a charge está assinada e datada. Em tal elemento há a indicação do nome do autor da charge, Latuff, e do ano, 2014, e esse se localiza na diagonal direita do desenho, paralela ao traçado indicativo do lenço vermelho que amarra a cabeça humana e está abaixo da boina preta.

Quanto à distribuição dos elementos na composição da charge, podemos afirmar que o desenho assume centralidade e destaque, inclusive porque apenas nele incide a cor vermelha, além de, proporcionalmente, ser de maior tamanho, em comparação aos elementos textuais que estão acima, abaixo e incorporados a ele.

Assim, é possível inferir preferência, destaque ou proeminência ao desenho, por parte de quem o produziu.

Entre os elementos textuais, por sua vez, o de maior destaque é aquele que está abaixo do desenho, pois grafado em tamanho maior ao grupo textual que se sobrepõe a ele. Por fim, o terceiro elemento textual é o de menor destaque, tendo em vista seu tamanho, expressivamente menor que os demais, e praticamente incorporado à charge, servindo-lhe de assinatura, conforme já manifestamos.

O traçado do desenho, assim como o dos elementos textuais é contínuo e composto de linhas grossas e médias.

Fase 2- Análise da imagem no nível iconográfico:

Nesta fase, ainda respondemos à pergunta “o quê?” e procuramos identificar as tipificações do senso comum em relação à imagem analisada.

Quanto à apresentação dos objetos cênicos, na composição da imagem, pela percepção do senso comum podemos afirmar que a cabeça humana desenhada em sua vista posterior, trata-se da figura icônica de Ernesto “Che” Guevara, tendo em vista os marcos icônicos presentes no desenho e que identificam esse conhecido revolucionário: como a boina preta sobre a cabeça, os cabelos pretos, soltos e na altura das orelhas e, ainda, o lenço vermelho.

Também podemos inferir, pelo senso comum, que no traçado do desenho na parte representativa do que seria o lenço vermelho, amarrado à parte de trás da cabeça desse revolucionário, de onde esse lenço pende num nó do tecido vermelho, abrindo-se e dobrando-se, de leve, nas extremidades, quis o/a produtor/a da imagem representar a figura de uma vagina.

Nossa percepção decorre do traçado indicativo do que seria a região dos grandes lábios vaginais, em vermelho, no interior dos quais é perceptível o traçado de uma fenda vertical, na cor preta, interna às laterais do que representaria os pequenos lábios e dentro da qual, embora não seja visível no desenho, estaria o introito vaginal, pois, do traçado do desenho, podemos perceber que essa fenda ou abertura vertical apresenta certa profundidade, indicativa de plano diverso daquele alusivo aos grandes lábios.

A interpretação que fazemos, pelo senso comum, advém, ainda, do espelho de vênus, símbolo indicativo do gênero feminino, o qual está desenhado em vermelho e sobre a boina preta, em posição de destaque, porque na parte com maior largura dessa boina e logo à esquerda do nó do lenço vermelho, justamente de onde parte a representação da vagina.

Entendemos, ainda, que é possível que na parte alusiva à vagina, em especial no que seria o nó do laço vermelho, vislumbre-se uma representação fálica, em especial nessa parte do nó que é similar ao formato da cabeça de um pênis.

Por fim, inegável a posição de destaque assumida pela representação dessa vagina no desenho, o que se verifica não só pela cor empregada na sua produção, vermelha, contrastando com o restante do desenho que é todo feito em preto como, ainda, pelo tamanho dessa dentro do desenho, quando comparada, por exemplo, ao próprio tamanho da cabeça humana que carrega esse lenço vermelho amarrado em sua parte posterior.

Fase 3- Análise da imagem no nível iconológico/icônico:

Nesta fase de análise vamos, finalmente, considerar o contexto da sua produção e tentar responder à pergunta “como?”, além de identificar o produtor da imagem.

Tendo em vista que o produtor/desenhista dessa charge trata-se de um cartunista reconhecido no Brasil e exterior, Carlos Henrique Latuff, ativista político de esquerda confesso, com publicações em periódicos impressos e virtuais, além de um blog, não nos causa surpresa o tom ousado da charge ora analisada, especialmente relacionado à motivação para sua produção, conforme passamos a descrever.

No contexto da produção dessa charge em análise, cumpre considerar o momento em que foi elaborada e de acordo com as informações levantadas até agora em nossa pesquisa, conforme já dissemos, sabemos que foi feita pelo produtor a partir de provocação gerada por outra imagem a ela anterior, o *banner* produzido por estudantes da FADIR e disposto pelos

corredores do prédio das salas de aula dos Cursos de Direito da FURG com a seguinte mensagem escrita: “*Meu corpo é de luta, minha buceta é revolucionária*”⁹⁷.

Ainda nesta fase da análise, importa compreender a composição formal da imagem, a fim de entender a relação entre os elementos que a compõem.

Nesse sentido, percebemos que no tocante à apresentação dos objetos cênicos e, em especial, quanto aos sinais presentes nesses objetos, foi possível identificar um destaque e/ou proeminência à representação da vagina no desenho, deixando evidenciada, assim, o produtor sua intenção de destaque a essa parte da figura, como já observamos antes, inclusive.

Quanto aos elementos textuais, já descritos em fase anterior, logicamente que esses assumem, na composição da charge, papel fundamental, pois é somente a soma das informações desses elementos textuais aos imagéticos que nos permite concluir tratar-se a charge de uma representação da figura revolucionária icônica de Che Guevara, mas que tem amarrado na cabeça e pendendo sobre a espalda a representação de uma grande vagina vermelha.

Logo, considerando todos os aspectos descritos, nas fases anteriores desta análise, acrescidos do contexto da sua produção, parece ter querido, de fato, esse produtor homenagear as/os estudantes da FADIR, tendo em vista que reproduziu, integralmente, a frase constante do *banner* produzido por aquelas/aqueles discentes, no ano de 2014. Ainda, no sítio onde está hospedada a charge, o produtor expressamente manifesta: “Buceta Revolucionária! Uma charge para a Semana Acadêmica do Direito na FURG”⁹⁸. Não deixando, portanto, margem à dúvida de que sua charge homenageia as/os estudantes.

Como referido, há um aspecto pontual que emerge da charge: a associação da emblemática figura de Che Guevara, frequentemente representativa de atos revolucionários e juvenis, à imagem da “buceta revolucionária” produzida pelas/os alunas/os da FADIR.

Todavia, impossível sermos indiferentes ao fato de que o produtor escolheu reproduzir na charge a figura revolucionária de um homem!

Assim, embora conexa à imagem/representação de uma “buceta”, a figura emblemática e icônica associada ao tributo às/aos estudantes da FURG é a de um homem.

Portanto, embora nossa admiração e respeito ao chargista que, sim, solidarizou-se às/aos estudantes da FADIR, esse fato, em nossa análise, só reforça o discurso opressor e machista do patriarcado que não reconhece as mulheres capazes de fazerem, por si sós, a revolução da qual se entendem e parecem ser, no caso do nosso estudo, as legítimas autoras.

⁹⁷ Conforme nota número 2.

⁹⁸ <<https://latuffcartoons.wordpress.com/tag/revolucionaria/>> Acesso em 19/04/2015

Ainda que de forma breve, sobre patriarcado, partimos da teorização de Pateman (1993), segundo quem:

[...] hoje, invariavelmente, apenas metade da história é contada. Ouvimos muito sobre o contrato social, mas se mantém um silêncio profundo sobre o contrato *sexual*. O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. As versões tradicionais da teoria do contrato social não examinam toda a história e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação de que metade do acordo está faltando. A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício deste direito é legitimado; porém, essa história trata do direito político enquanto *direito patriarcal* em instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma sociedade patriarcal (PATEMAN, 1993, p.15).

Dessa forma, consideramos o patriarcado ainda fortemente presente na sociedade atual, onde as mulheres continuam sendo submetidas ao poder masculino nas relações sociais estabelecidas entre os dois gêneros, seja essa relação de natureza sexual ou não, a exemplo das estabelecidas no mercado de trabalho e nos espaços acadêmicos.

Adiante, Pateman afirma:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. [...] O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. (PATEMAN, 1993, p.16).

Importante, ainda, contextualizarmos o patriarcado, pois ele não surge do nada, mas é resultado de uma série de aspectos que, somados, criam as condições históricas para que se construa um padrão machista de sociedade e de relações sociais, que têm no gênero sua fonte de diferenças, politicamente colocadas.

Em sua obra, Colling (2014) identificou diferentes discursos que se constroem no processo histórico, como o discurso filosófico, o discurso médico, o discurso psicológico e o discurso psiquiátrico. Assim, esses discursos construíram o patriarcado, naturalizando as relações de poder que sustentam uma visão inferiorizada das mulheres, levando, muitas vezes, às práticas de violência de gênero.

Fundamental destacar que a imagem que provocou esta escrita foi produzida dentro de um contexto cultural, histórico e social muito particular, pois se deu no final do mês de maio de 2014, em meio a algumas manifestações populares, que vieram a ser conhecidas como “a

voz das ruas” e que culminaram, em junho daquele mesmo ano, em grandes e vultosos manifestos, que levaram multidões às ruas de todo o país. Assim, cremos não ser possível descontextualizar a imagem produzida pelas/os alunas/os da FADIR desse contexto histórico e social em que está inserida.

Por fim, no concernente aos aspectos da análise do discurso do texto da charge, que estamos desenvolvendo a partir da Teoria Social do Discurso (TSD) (FAIRCLOUGH, 2016), embora não de somenos importância, neste artigo deixaremos de fazê-la, pois não constitui objetivo desta escrita. A mencionada Teoria decorre da clássica escola francesa da Análise do Discurso (AD), mas inova em relação ao modelo clássico “quando propõe examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social” (FAIRCLOUGH, 2016, p.11), visando a incorporar esse aspecto de análise no decorrer de nossas investigações.

Considerações Finais

Levando em conta o fato de que nossa pesquisa de fundo está em andamento, não existem até o momento conclusões que possam ser apontadas definitivamente, embora sejam possíveis algumas inferências.

Entendemos possível afirmar que o emprego do MDI no desenvolvimento das nossas investigações em curso tem se mostrado produtivo para atender às demandas de nossas questões de pesquisa, pois embora o campo da Educação Jurídica, assim como tantos outros, seja imagético, o uso das imagens como fonte de pesquisa nesse campo ainda é prática incomum, conforme destacamos em pesquisa anterior:

Apesar de o campo do Direito constituir-se pleno de ritos, símbolos e imagens, observa-se que são relativamente pouco frequentes os estudos de abordagem qualitativa que se dediquem à análise de imagens nesta área e, especialmente raros, os que se proponham a articular tal análise ao estudo do currículo dos cursos de formação jurídica. (LEITE, 2014, p. 15).

Porém, entendemos que trabalhar com esta metodologia de análise é iluminar e elevar as imagens à categoria de fontes legítimas e poderosas, capazes de muito revelar sobre o campo de investigação do currículo na Educação Jurídica, bem como sobre elementos do contexto em que se inserem os cursos de Direito.

Referências Bibliográficas

BOHNSACK, Ralf. A Interpretação de imagens segundo o método documentário. *In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (orgs.). Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: Teoria e Prática.* Petrópolis, RJ: Vozes, p. 114-134, 2010.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ed., 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LEITE, Maria Cecília Lorea. Imagens da Justiça, currículo e pedagogia jurídica. *In: LEITE, Maria Cecília Lorea. (org.). Imagens da Justiça, currículo e educação jurídica.* Porto Alegre: Sulina: p. 15-57, 2014.

_____. **Imagens, Justiça e Pedagogia Jurídica:** elementos de análise para a pesquisa sobre o currículo. Projeto de Pós-Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas. 2011.

_____. Ensino Jurídico, Pedagogia e Avaliação: contribuições para pensar o projeto pedagógico do curso de Direito a partir de uma experiência brasileira. **Revista da Faculdade de Direito - Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola, v. 6, p. 45-60, 2005a.**

_____. Pedagogia jurídica e democracia: possibilidades e perspectivas. **Gazeta do Advogado, Luanda (Angola), n.3, p. 24-31, abr./jun. 2005b.**

_____. Pedagogia Jurídica e Democracia: possibilidades e perspectivas. *In: Anais VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.* Coimbra, p. 01-18, 2004. Disponível em:<www.ces.uc.pt/LAB2004>. Acessado em 01 de março de 2016.

_____. **Decisões Pedagógicas e Inovações no Ensino Jurídico.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LEITE, Maria Cecília Lorea; HYPOLITO, Álvaro Moreira; LOGUÉRCIO, Rochele de Q. Imagens, Docência e Identidade. **Cadernos de Educação, p.319-335, 2010.**

_____. Imagens, Docência e Identidade. *In: Anales VII Seminario de La Red Latinoamericana de Trabajo Docente "Nuevas Regulaciones en America Latina".* Buenos Aires: Agencia, 2008. p. 01-12.

LIEBEL, Vinícius. A Análise de Charges segundo o método documentário. *In: WELLER, Wivian e PFAFF, Nicole (orgs.). Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: Teoria e Prática.* Petrópolis, RJ: Vozes, p. 183-196, 2013.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Tradução: Marta Avancini, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. The sexual Contract, primeira edição: Polity Press e Blackwell Publishers, 1988. Disponível em:< <https://aprender.ead.unb.br/mod/resource/view.php?id=1255>> Acesso em 05 de setembro de 2017.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 07, n. 13, p. 260-300, jan/jun, 2005.

DIÁRIOS FEMININOS: ESCRITAS DE SI NOS SÉCULOS XIX E XX ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

*FEMININE DIARIES: WRITTEN OF YOU IN THE XIX AND XX CENTURIES
BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE*

Stela Schenato
Mestranda em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina
(UDESC). Bolsista da FAPESC/SC – Brasil.
steschenato@gmail.com

RESUMO

O presente artigo surgiu através da reflexão do diário íntimo como meio de representação do âmbito público e privado, realizada por Márcio Seligmann-Silva (2009) em seu texto sobre o diário masculino de Walter Benjamin. Dessa forma, o objetivo foi identificar se os diários de mulheres são meios de representação da esfera pública e privada, tendo em vista a histórica rejeição das mulheres ao espaço privado. Utilizamos como suporte teórico-metodológico a autora Michelle Perrot (2005, 2008) para entendermos as relações da escrita das mulheres na história e o autor Philippe Lejeune (2008) para compreendermos as particularidades analíticas das escritas de si e dos diários. O trabalho teve como fontes três textos que investigam diários femininos nos séculos XIX e XX, sendo eles de autoria de Michelle Perrot (2005), Maria Celi Chaves Vasconcelos (2015) e Maria Teresa Santos Cunha (2007). No nosso prognóstico pensávamos os diários femininos apenas como longos repositórios de atividades cotidianas relacionadas à família, aos cuidados domésticos e de conflitos amorosos, porém o trabalho demonstra que as mulheres também percebiam, pensavam e registravam sobre o âmbito público. Os diários femininos não representam o âmbito público de forma explícita como nos diários masculinos, porém as mulheres burlavam a regra do silêncio e confiavam aos diários seus pensamentos através de metáforas e observações despreziosas acerca da religiosidade, educação e política.

Palavras-chave: Diários. Público e Privado. Mulheres.

ABSTRACT

The present article arose through the reflection of the intimate diary as a means of representing the public and private sphere, made by Márcio Seligmann-Silva (2009) in his text on Walter Benjamin's diary. Thus, the objective was to identify whether women's diaries are a means of representing the public and private sphere, given the historic relegation of women to private space. We used Michelle Perrot (2005, 2008) as the theoretical-methodological support to understand the writing relations of women in history and the author Philippe Lejeune (2008) to understand the analytical peculiarities of self-writing and diaries. The work was based on three texts that investigate women's diaries in the nineteenth and twentieth centuries. They were written by Michelle Perrot (2005), Maria Celi Chaves Vasconcelos (2015) and Maria Teresa Santos Cunha (2007). In our prognosis we thought of women's diaries only as long repositories of everyday activities related to family, domestic care, and love conflicts, but the work shows that women also perceived, thought, and recorded about the public sphere. The women's diaries do not represent the public sphere explicitly as in the men's diaries, but the women mocked the rule of silence and entrusted the diaries with their thoughts through unpretentious metaphors and observations about religiosity, education, and politics.

Keywords: Diary. Public and Private. Women.

O presente artigo⁹⁹ surgiu a partir da reflexão realizada por Márcio Seligmann-Silva sobre a representação do âmbito público e privado no diário de Walter Benjamin. Em seu texto “O esplendor das coisas”: o diário como memória do presente na Moscou de Walter Benjamin”, Seligmann-Silva (2009, p.162) chama atenção na introdução do texto para que o diário “é tanto um ducto por onde escorre a vida privada, como também, em muitos diários, ducto [por onde] misturam-se de modo claro as águas da vida pública”, sendo, portanto, o caso do diário de Benjamin. Considerando que, historicamente, as esferas pública e privada foram separadas sexualmente, relegando as mulheres ao espaço do privado, as seguintes questões nos surgiram: Os diários femininos também são um ducto por onde escorre a vida privada e pública? De que forma as mulheres representam as questões públicas em seus diários?

O diário intitulado “Diário de Moscou” se constituiu de um trabalho com objetivos prévios e, claramente, destinado a esfera pública. O diarista utilizou o diário como um lugar para expressar suas desilusões amorosas, mas também, como laboratório teórico-metodológico, registrando as reflexões de sua primeira visita a Moscou comunista no ano de 1926 (SELIGMANN-SILVA, 2009, 166-168). Assim sendo, Seligmann-Silva consegue identificar um diarista masculino entre a deriva do público e do privado, e como Philippe Lejeune (2008, p.264) destaca, “em muitas atividades humanas, o diário é um método de trabalho”, ou seja, Benjamin sabia do ‘valor’ da sua escrita íntima.

Antes de iniciarmos as considerações em relação as nossas problemáticas, devemos contextualizar algumas discussões acerca da escrita de si. A primeira delas, se trata do porque a escrita de si se estabeleceu como fonte de análise historiográfica. Compreendemos que a presença desses materiais na historiografia, considerados íntimos, está relacionado com a investigação do cotidiano, os diários e correspondências familiares se tornaram um modo de buscar os detalhes significativos das relações íntimas e confidenciais, já que os documentos oficiais dispunham de representações restritas acerca do universo familiar (DAUPHIN, POUBLAN, 2014, p.203).

Mas, quem ainda mantém diários ou as escritas de si? Philippe Lejeune é um dos maiores estudiosos e teóricos dessa categoria de fontes. Ele se fez essa pergunta em seu texto “Um diário todo seu” e afirma que é difícil dizer por uma série de motivos, mas, podemos pontuar as seguintes considerações: por ser uma escrita discreta e muitas vezes irregular, nem sempre o/a diarista é identificado/a; muitos/as diaristas quando mantêm um diário o consideram uma escrita particular, e não tem em seu horizonte de expectativa a intencionalidade de compartilhá-

⁹⁹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

la; e, também, podemos considerar a marginalidade historiográfica gendrada da escrita dos diários, como eram considerados uma 'escrita feminina', nem sempre eles ganhavam importância pública (LEJEUNE, 2008, p.257-259)

Philippe Lejeune esclarece que a escrita do diário não se trata de uma prática que vai deixar de existir, pelo contrário, no final do século XX a prática era mais recorrente do que no século XIX, tendo uma ligação entre a prática da escrita de si e o grau de escolaridade dos/as diaristas. Consequentemente, podemos pensar sobre o maior acesso à educação ao final do século XX (LEJEUNE, 2008, p.257). Atualmente, podemos perceber, com maior ênfase, que a escrita de si e a divulgação da vida particular está longe de ser uma prática em extinção. A internet, na verdade, tornou a escrita e representação de si cada vez mais crescentes, com a diferença de que agora temos certeza de que ela é destinada a ser lida e a ser pública.

Mas, afinal, o que é um diário? A expressão é evidente, refere-se a escrita diária/cotidiana de uma série de vestígios datados. A base do diário são as datas. Lejeune (2008, p.260) propõe que o diário é constituído de uma série de "vestígios" e que ele presume a intencionalidade de demarcar o tempo através de uma sequência de referências. O diário, dessa forma, fixa os vestígios no tempo. Seligmann-Silva (2009, p.163), segue esta linha de pensamento, afirmando que o diário, nada mais é, do que "um trabalho de acumulação de fragmentos". Em vista disso, podemos afirmar que o diário é uma construção, uma seleção de fragmentos datados, escritos pelo/a diarista.

Mas, o diário é mais do que mera escrita cotidiana e/ou documento histórico, ele é um confidente, a folha é uma amiga que possibilita os diaristas livrar-se das emoções e sentimentos sem embarçar as outras pessoas (LEJEUNE, 2008, p.262). Baseado em uma série de estatísticas, coletadas em 1988, Lejeune (2008, p.258) considera que as meninas/mulheres escrevem mais diários do que os meninos/homens e que há maiores chances de começarmos um diário durante a adolescência. No entanto, estas estatísticas tem uma explicação histórica, que abordaremos a seguir.

Os diários fazem parte dos arquivos considerados pessoais e/ou familiares, que até há pouco, não eram considerados importantes. Ao longo do tempo, foram promovidas destruições em quantidade desses tipos de documentos, por parte daqueles/as que os herdavam e até mesmo por parte dos/as diaristas, que estavam pouco preocupados/as em deixar registros de suas existências e de seus segredos. Essa prática, era muito comum entre as mulheres, que por pudor, assim como, por desvalorização pessoal, interiorizavam o silêncio que as envolvia (PERROT, 2005, p.12).

Michelle Perrot, brilhantemente, denuncia o apagamento das mulheres e de suas vozes ao longo do tempo e da história. O silêncio era uma virtude feminina e uma regra social. Dessa forma, Perrot (2005, p.10) afirma que “a impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir o seu próprio ser, ou ao menos, o que se pode saber dele”. O impedimento de se expressar acarretou duras consequências para as mulheres, elas fecharam-se “em um mutismo de além-túmulo”, que não se sabe se por vontade própria, inabilidade de se comunicar ou ausência de pensamento (PERROT, 2005, p.11).

Neste sentido, tratando desta prática no século XIX, Michele Perrot afirma que o diário se tornou para as mulheres como um exame de consciência, muitas vezes incentivado pela igreja, como modo de controle de si mesmas. Mas a igreja indicava a prática da escrita de si com suas ressalvas, levantava os riscos de se tornar um perigoso enaltecimento do ego, indicando a escrita do diário unicamente com a finalidade de orientar para reflexões positivas (PERROT, 2005, p.96). Assim, o diário cumpriu o papel de companheiro e confidente das incertezas, principalmente, das adolescentes. Em nota, Perrot destaca a abordagem de B. Didier, que defende o diário como um “refúgio matricial” e como o tipo de escrita “feminina” que é para nos particularmente interessante (PERROT, 2005, p.95). No entanto, como suspeitamos, a sua funcionalidade se estende ao longo do tempo, aí sim, como o confidente que conhecemos atualmente.

Mas, paralelamente, o diário tende a se afirmar como um espaço de expressão pessoal. O indivíduo, às vezes, abafado pelo “terrorismo” familiar tão forte naquela idade de ouro da vida privada, aspira a encontrara, à noite, um canto para si, onde pudesse respirar, enfim. Para alguns, como Amiel, caso extremo é verdade, o diário encarna o ato principal do dia, até mesmo a totalidade de uma vida, um fim em si mesmo. Entre todo caso, o movimento de apropriação do diário pelo eu íntimo é igual (PERROT, 2005, p.104).

Porém, ter um diário não significava expressar sua voz, Michele Perrot analisando o diário de Caroline, uma jovem francesa que viveu durante o primeiro império, identifica que o diário também era uma forma de silenciar as mulheres, não só uma ferramenta de análise íntima, mas uma prática de contensão e controle de si. Nas palavras de Caroline, ela sentia que o diário era uma forma de “domar minha vontade e não de fazer aparecer nada” e “reprimir tudo o que sinto”. Ela reconhecia na prática uma sensação de repressão e não de liberdade, ela tinha uma real personalidade, angustias, medos e desejos que só podiam ser representados naquele espaço, ela então os segredava em seu diário, antes de se desfazer de todos aqueles sentimentos (PERROT, 2005, p.135).

Por este motivo, os mais diversos tipos de escrita feminina são importantes para a construção de uma história democrática. Afinal, esses escritos autorizam a afirmação de um

“eu” que não aparecia no espaço público, ou seja, que se tornou inexistente. É em virtude deles que se ouve o “eu” e a voz das mulheres. Porém, devemos ter cuidado ao analisarmos esse tipo de fontes, temos que ter em vista, quem eram as mulheres que conseguiam ter acesso à cultura escrita e que tinham a possibilidade de escrever as suas intimidades (PERROT, 2008, p.30). A autora Maria Teresa Santos Cunha discorre que os diários se tornaram possíveis com a ascensão da burguesia. A casa burguesa tinha espaços que proporcionavam a individualização das pessoas, possibilitando, dessa forma um refúgio para a escrita de si. O padrão de vida burguês, proporcionou também, as mulheres o acesso a escolarização (CUNHA, 2007, p.49).

Não importa por que viés de incentivo, a escrita de si das mulheres foi muito poderosa. Apesar disso, inexperientemente, pensamos os diários femininos como longos repositórios de atividades cotidianas relacionadas a família, aos cuidados domésticos, de descrições estéticas e de conflitos amorosos. Porém, com as reflexões estabelecidas por Seligmann-Silva acerca de um diário masculino, que conflui o âmbito público e privado, nos questionamos sobre as vias de descrição do público na escrita feminina nesse mundo de proibições pelas quais as mulheres passaram.

Como sabemos, a história foi construída ante um oceano de silêncio quando se trata da representação e a memória das mulheres, os relatos e documentos por muito tempo as ‘esqueceram’, tornando sua representação na história obscura e inenarrável. A divisão entre público e privado, banuiu-as do espaço público, é verdade, contudo, devemos considerar que só porque as mulheres não tinham representatividade no âmbito público, não quer dizer que elas não tinham seus próprios pensamentos acerca dos assuntos públicos. E, também, não quer dizer que não as registravam. (PETTOT, 2005, p.9).

O diário de Caroline Brame, analisado por Michele Perrot na década de 1980, é um notável representante da escrita de si feminina do século XIX. Caroline registrou em seus diários grande parte de sua vida, ela foi residente de Paris na segunda metade do século XIX, era religiosa, havia perdido a mãe muito jovem e tinha um coração cheio de incertezas. Perrot, analisando o diário, identifica que o âmbito público e político pouco aparece em seus registros. Ela iniciou a escrita do diário por incentivo religioso e sempre foi muito polida nas suas reflexões. Sua dedicação em relação a família é o ponto principal de seu diário, principalmente, as referências a falecida mãe (PERROT, 2005).

No século XIX, a distinção entre o público e o privado era algo ‘natural’, tanto que Caroline destacou algumas vezes não apreciar as conversas de negócios do pai e do marido, ela se opunha a este universo. Dessa forma, as questões públicas aparecem nos diários de Caroline apenas duas vezes, sempre relacionados com as questões religiosas. No primeiro registro

Caroline chama atenção para a má conduta religiosa da população em relação ao cortejo fúnebre do Duque de Morny - ela havia achado ofensivo a curiosidade alheia em relação à morte. E no segundo, ela enaltece os 'heroicos' Zuavos Pontificais que defendiam o Papa contra Garibaldi, em Montana (PERROT, 2005, p.121-122). Podemos perceber, que apesar de ela não ter voz ativa no espaço público da época, de alguma forma ela pensava as questões públicas. Devemos considerar, que a mulher não se 'interessar' pelo espaço público era a regra na época, sendo Caroline muito religiosa, dificilmente as regras eram quebradas por ela. O espaço público, então, passa a fazer parte da sua narrativa, apenas quando afeta os seus ideais cristãos.

A autora Maria Celi Chaves Vasconcelos, em seu texto "Uma mulher educada no oitocentos: a escrita feminina no Diário da Vincondessa de Arcozelo", nos conduz a análise do diário de uma mulher nobre que vivia no Brasil no final do século XIX. Através da análise de Vasconcelos, reparamos uma relação diferente de Maria Isabel ou Viscondessa de Arcozelo com o mundo público, apesar de que as mulheres não fossem 'autorizadas' a fazer parte dele.

Ao contrário da aversão ao âmbito público que era registrado por Caroline Brame, a Viscondessa demonstrava grande interesse pelas atividades que a rodeavam. A riqueza da família da Viscondessa era oriunda das fazendas de café que eram proprietários, isto posto, era frequente os seus registros de preocupação com as questões climáticas e suas possíveis influências nas lavouras. Ela registrava no diário as suas preocupações com a colheita do café, os números de produção das safras, a relação com os escravos e as suas observações acerca do comando da propriedade. Além de registrar, cotidianamente, seus gastos pessoais, seus pertences e a vida doméstica (VASCONCELOS, 2015, p.120).

Apesar de Maria Isabel ter registrado suas preocupações acerca da manutenção da riqueza da família e de seus pertences, ela não pode evitar a falência após a morte do marido. Independentemente de que consigamos enxergar, através dos diários, uma mulher forte e imbuída de noções acerca das finanças e do âmbito público, ela não fazia parte dele. Ela não foi educada para administrar os negócios, e como num destino fatídico das viúvas do oitocentos, não conseguiu manter as suas posses (VASCONCELOS, 2015, p.120).

A autora, Maria Vasconcelos, chama atenção para o fato de Maria Isabel não ter tido uma educação muito diferente das outras mulheres da época. A educação feminina se assegurava dos ensinamentos domésticos, a fim de transformar as meninas em futuras esposas e mães, reproduzindo o controle feminino a esfera privada. Porém, como poderemos analisar no trecho que segue, apesar da Viscondessa ter sido educada para o oitocentos, seus escritos e sua personalidade extravasavam o comum (VANCONCELOS, 2015, p.126).

A neta destaca ainda a diferença entre as avós. Enquanto Maria Isabel é descrita como “[...] boa administradora do patrimônio da família, que então contava com três fazendas (Monte Alegre, Freguesia e Piedade) e numerosos outros bens, inclusive escravos [...]”, a avó Carolina é apresentada como alguém que “[...] nada entendia de terras e lavoura [...]” (CASTRO, 2004, p. 33 e 105), entregando a administração de seus bens ao irmão. **Na diferença entre a personalidade das avós, revela-se a própria singularidade da Viscondessa de Arcozelo, pois grande parte das mulheres de elite no oitocentos estava totalmente alijada de qualquer assunto que não se referisse, estritamente, aos afazeres da casa.** Todavia, os predicados reconhecidos na Viscondessa e a sua educação esmerada não foram suficientes para conservar seu patrimônio (VASCONCELOS, 2015, p.122) (Grifo nosso).

Percebemos, portanto, através da análise do diário de Maria Isabel, elementos da vida de uma mulher que permeava seus pensamentos entre o público e o privado, cuja educação burguesa proporcionou entendimento do mundo em que vivia e também a possibilidade de o registrar. Com a entrada do século XX “os país modificava-se e as mulheres estariam cada vez mais perto daquilo que a Viscondessa poderia ter sido, caso fosse permitido a ela não apenas escrever, mas também desempenhar outros papéis”, concluiu Maria Vasconcelos (2015, p.126). O diário de Marisa Isabel apresenta uma vida singular aquela posta à época, demonstrando que o diário feminino também é um duto por onde escorre a vida pública e privada, revelando a historiografia, outra forma de ser mulher no oitocentos.

Finalizaremos o estudo com um terceiro texto intitulado “Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro” de Maria Teresa Santos Cunha. Trataremos, neste momento, da análise realizada pela autora de doze diários escritos, entre os anos 1964 e 1974, por duas jovens residentes de Florianópolis. Sem demora, a autora do texto pontua que os diários são compostos por informações tanto no âmbito público quanto do privado. As jovens representam, através da escrita em seus diários, a situação política da época e como ela foi vivenciada na vida escolar, bem como, traços da prática cotidiana e privada (CUNHA, 2007, p.51).

Claramente, podemos identificar que a barreira entre o público e o privado está mais alargada na análise de Cunha. Como ela mesma pontua, a intencionalidade do texto era reforçar que na cidade de Florianópolis também ocorreu manifestações contra a ditadura militar, mas, dessa vez, através dos olhares de duas jovens acerca das suas vivências neste contexto político (CUNHA, 2007, p.51-52). No entanto, o mais intrigante desta análise, é que neste momento as jovens não eram apenas coadjuvantes do espaço público, mas faziam parte dele. Através da escrita de si, elas puderam registrar as preocupações acerca da situação do país, as músicas que estavam sendo tocadas nas rádios, as manifestações realizadas pelas professoras contra o sistema de repressão e até mesmo o registro de participação própria nas manifestações por melhorias na educação. Sendo registros esperançosos das mulheres do século XX.

Porém, o fato de registros relacionamento o âmbito público rechearem os diários das duas jovens florianopolitanas, não quer dizer que houve um rompimento de forma permanente com o comportamento padrão esperado das mulheres da época. O catolicismo ainda é um dos elementos fortemente presentes nos escritos dessas jovens diaristas em meados do século XX, como coloca Maria Teresa Santos Cunha.

Ecoss da religiosidade católica pregada e exercida na casa e na escola aparecem frequentemente nos registros pessoais/íntimos dos diários em estudo e marcam as etapas da vida de jovens católicas preenchidas pelo registro das missas assistidas, dos rituais de batizado e casamento na família, das datas religiosas consagradas, das orações e dos santinhos, muitos deles objetos-relíquia esquecidos nas páginas dos diários. Nesse gênero narrativo, embora a ênfase recaia sobre o universo das experiências privadas, é possível encontrar nas classes médias aspectos do mundo público do período dominado por um *ethos* católico, no limite uma experiência geracional! (CUNHA, 2007, p.53).

Considerações finais

Em decorrência de um silenciamento histórico, os diários femininos não representam o âmbito público como nos diários masculinos, porém se considerarmos as proibições pelas quais as mulheres passaram ao longo da história, os seus registros por si só já são públicos e políticos, pois deixaram registros de suas existências. Philippe Lejeune (2008, p.263) afirma que “o diário não é forçosamente uma forma de passividade, mas um dos instrumentos de ação”, sendo assim, instrumentos de ação para que mulheres agissem a favor de sua própria história.

O diário, de certa forma, está voltado para o futuro. Apresentando a intencionalidade de que um dia alguém o leia, apesar de que muitos diaristas não o tenham pretendido, ou até, não soubessem da importância da escrita de si, principalmente quando tratamos das mulheres. Mas quando eles se tornaram fontes históricas revelaram outros aspectos da história das mulheres. Se pensávamos que as mulheres não faziam parte do âmbito público e que não pensavam sobre ele, provamos que de certa forma, sempre estaríamos enganados a respeito disso se não tivéssemos aberto os arquivos familiares. As mulheres também pensavam sobre o âmbito público, também o registravam, também o percebiam, porque sim, elas faziam parte dele, mesmo que o sistema patriarcal não permitisse. De alguma forma, as mulheres burlavam a regra do silêncio e confiavam ao diário as suas confidências e pensamentos. Elas estavam lá e provam através da sua escrita.

Arrematamos o texto destacando a qualidade e relevância destas fontes para a pesquisa histórica, apesar de muitas vezes serem consideradas frágeis, as escritas de si ou íntimas permitem com que o/a historiador/a caminhe pelo dia-a-dia de uma pessoa indistinta complexificando e ampliando as percepções acerca de uma temporalidade.

Referências bibliográficas

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. **Revista Patrimônio e memória**, v.3, n.1, p. 45-62, 2007. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/8/>>. Acesso no dia: 05 fev.2018.

DAUPHIN, Célile. POUBLAN, Danièle. La correspondencia familiar como objeto histórico. In: GÓMEZ, Antonio Castillo. BLAS, Verónica Sierra. **Cinco siglos de cartas: Historia y prácticas epistolares em las épocas moderna y contemporânea**. Huelva: Universidad de Huelva, 2014, p.203-222.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 404p.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005, 520p.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008, 190p.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O esplendor das coisas”: o diário como memória do presente na Moscou de Walter Benjamin. **Escritos III**: Revista da fundação Casa de Rui Barbosa, ano 3, n.3, pp.161-185, 2009. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB_Escritos_3_9Marcio_Seligmann-Silva.pdf/>. Acesso em: 05 fev. 2018.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Uma mulher educada no oitocentos: a escrita feminina do diário da Viscondessa de Arcozelo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.53, n.39, p.104-131, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8522/>>. Acesso no dia: 05 fev. 2018.

REFLEXÕES ENTRE ARTE E CULTURA A PARTIR DA HISTÓRIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*REFLECTIONS BETWEEN ART AND CULTURE FROM THE HISTORY OF ART IN
CHILD EDUCATION*

*Alessandra Gurgel Pontes
Licencianda em Artes Visuais, Mestranda em Educação /UFPEL
sanagurp@gmail.com*

*Maristani Polidori Zamperetti
Prof.ª. Dr.ª. /UFPEL
maristaniz@hotmail.com*

RESUMO

Pensando no ensino da Arte na educação contemporânea, e nos rumos que ela se coloca em função da sociedade e da multiculturalidade, a presente pesquisa intenta apresentar a importância da história da arte na Educação Infantil, num viés interpretativo e num contexto atemporal, como fomentadora da compreensão da cultura visual contemporânea. Os resultados apresentados foram extraídos de uma proposta de ensino exercida na Escola Municipal de Educação Infantil Ruth Blanck, durante o estágio curricular do curso de Artes Visuais – Licenciatura e das reflexões obtidas entre as duas articuladoras do texto. Preocupadas com a formação estética, sensível, social e crítica dos educandos a proposta de ensino se objetivou na apresentação de referenciais históricos artísticos, contextualizando com as práticas realizadas pelas crianças durante as aulas de arte. Compreendemos que essa metodologia alternativa, dialogue com a formação cultural e as vivências históricas, tornando possível um saber multidisciplinar e que proporcione às crianças pequenas uma compreensão precoce da cultura que estão inseridos e da produção artística que pertence a esse meio. Consideramos, portanto, que a apresentação histórica da arte no contexto da educação infantil, permita de forma antecipada promover o entendimento social e cultural dos sujeitos envolvidos pela Cultura Visual.

Palavras-chave: Educação Infantil; História da Arte; Cultura Visual; Ensino da Arte.

ABSTRACT

Thinking about the teaching of Art in contemporary education, and the directions that it places in relation to society and multiculturality, this research tries to present the importance of the history of art in Early Childhood Education, in an interpretive bias and in a timeless context, as a promoter of understanding of contemporary visual culture. The results were extracted from a teaching proposal carried out at the Municipal School of Early Childhood Education Ruth Blanck, during the curricular training of the Visual Arts - Licenciatura course and from the reflections obtained between the two articulators of the text. Concerned with the aesthetic, sensitive, social and critical formation of the students, the teaching proposal was aimed at the presentation of artistic historical references, contextualizing with the practices performed by the children during the art classes. We understand that this alternative methodology, dialogue with cultural formation and historical experiences, making possible a multidisciplinary knowledge and that gives young children an early understanding of the culture they are inserted and the artistic production that belongs to this environment. We consider, therefore, that the historical presentation of art in the context of early childhood education, allows in

advance to promote the social and cultural understanding of the subjects enveloped by Visual Culture.

Keywords: Child education; History of Art; Visual Culture; Teaching of Art.

Introdução

O presente artigo emerge das pesquisas, inquietações, discussões entre as autoras do texto, sobre o ensino das Artes Visuais, e sobre como ela é conduzida por professores dessa área no ambiente escolar contemporâneo. Também, surge, principalmente, a partir das experiências e da prática profissional na condição de professoras e de uma proposta pedagógica conduzida pela primeira autora.

Assim, a partir de textos entre as articuladoras, e discussões junto ao Grupo de Pesquisa: Pesquisa, Ensino e Formação Docente nas Artes Visuais (UFPEL/CNPQ), surge uma proposta pedagógica com o viés na utilização da História da Arte para Educação Infantil. Posteriormente as ideias dessa proposta foram realizadas na Escola Municipal de Educação Infantil Ruth Blanck, no semestre de 2017, durante o estágio curricular da primeira autora do texto, e orientado pela segunda autora. Assim sendo, será apresentada tal proposta e os resultados obtidos, a partir de uma metodologia que se baseou em propor a articulação entre referências históricas da Arte e as práticas artísticas educativas.

A metodologia desenvolvida durante o estágio foi ancorada nos princípios epistemológicos das teorias de Moisey Mikhailovitch Pistrack e Paulo Freire, sobre os temas geradores e nas perspectivas da educação pela Arte, de Ana Mae Barbosa e Herbert Read. O intuito era proporcionar um ensino de Artes Visuais interdisciplinar e através dele, aumentar a bagagem cultural dos educandos, favorecendo a produção de *temas geradores*¹(2014, p.121), que dialogassem com seus cotidianos possibilitando a construção de um olhar sensível sobre a sociedade.

O objetivo desse projeto de ensino – que se pauta na perspectiva de que o ensino das Artes Visuais possa fomentar o entendimento histórico e cultural, desde a pré-escola – era auxiliar crianças pequenas a compreenderem o contexto histórico da arte e permitir relacionar tais referenciais com seus cotidianos e transitoriedades. Tendo em vista o contexto social contemporâneo multicultural em que a educação está inserida, que é diverso e está em constante transformação, acreditamos que seja necessário pensar neste ensino como potência epistemológica, capaz de produzir saberes a respeito da cultura e do meio social.

¹ Em seu livro “Pedagogia do Oprimido” Paulo Freire utiliza essa expressão ‘temas geradores’ como sendo a possibilidade de gerar novos saberes a partir da tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos.

Assim sendo, na primeira parte do texto serão apresentadas as reflexões a respeito da metodologia utilizada para a introdução da História da Arte na Educação Infantil, que teve por compromisso iniciar junto as crianças desta fase, o entendimento do contexto histórico artístico de forma atemporal e interpretativa. Sendo exposto o meio utilizado para que o entendimento fosse acessível à faixa etária dos educandos de modo à ajuda-los a produzir de forma autônoma e criativa, relacionando Arte e vida, cultura e história nas suas produções.

Posteriormente, abordaremos as questões que norteiam a forma com que a História da Arte foi usada para fomentar o entendimento da Cultura, tendo como objetivo possibilitar a construção de temas geradores na Educação Infantil através do ensino da Arte. Possibilitando dessa forma o entendimento da Cultura Visual histórica e contemporânea, midiática e artística.

E finalmente, pretendemos situar o ensino das Artes Visuais em meio a rede hipercomplexa de interconexões que caracterizam a cultura hoje (SANTAELLA, 2003, p. 51), através de considerações que intentam evidenciar esse ensino como área de conhecimento e articuladora da compreensão imagética cultural, desde a Educação Infantil.

Reflexões entre Arte, cultura e Educação infantil

Partindo de nossas pesquisas – de quase dois anos – que intentam pensar no ensino das Artes Visuais e nos processos de formação dos profissionais desta área, no contexto contemporâneo de educação, foi elaborada a proposta de ensino do estágio curricular da primeira autora, na Escola Municipal de Educação Infantil Ruth Blanck. A proposta de ensino que foi realizada com crianças entre 5 e 6 anos, era fundamentada na articulação entre histórias contadas da Arte e de atividades práticas que se relacionavam com o que já havia sido exibido através dos referenciais artísticos.

Essas histórias contadas se baseavam em apresentar um breve referencial sobre a vida e as obras de artistas, e alguns períodos de produções artísticas, sobretudo da brasileira, latino-americana e pré-colombiana. No sentido de situá-los como pertencentes a cultura latino-americana e mesoamericana, através do contato com as produções ligadas ao continente americano pré e pós-colonial. O método se baseava em apresentar um referencial visual da arte, contextualizando com as vivências culturais, sociais e cotidianas dos educandos, para que eles percebessem as aproximações entre arte e vida.

Essas histórias eram contadas através de uma abordagem atemporal, e interpretativa com intuito de possibilitar a relação entre a Arte, cultura e sociedade, desenvolvendo a “capacidade das crianças, de forma interdisciplinar, para que através da arte, o trabalho

pedagógico fosse gerando novos temas e descobertas culturais” (PONTES; ZAMPERETTI, 2018, p. 2).

Entre nossas pesquisas e reflexões, percebemos o quanto é necessário analisar a importância que o ensino das Artes Visuais tem para o entendimento do contexto das imagens históricas culturais, midiáticas e artísticas que contemplam a Cultura Visual. Para Herbert Read, (1967, p.22) “por toda a longa perspectiva da história é impossível conceber uma sociedade sem Arte, ou uma arte sem significado social”. Neste sentido, é preciso refletir sobre o potencial do ensino da Arte e sua história na educação escolar, como princípio para leitura e compreensão das imagens históricas e contemporâneas, seja de cunho artístico ou publicitário (BARBOSA, 2014).

Sendo assim, o foco desse trabalho é apresentar a importância da História da Arte na Educação Infantil, como fomentadora da compreensão inicial da Cultura Visual e da multiculturalidade que envolve os educandos. Segundo Nunes (2010, p.65) sobre a história da Arte, “não há uma idade para começar, dependerá do contato e experiência que as pessoas tiverem com a arte, da construção de seus pensamentos e, posteriormente, da troca de informação e aceitação da opinião de outras pessoas”. Portanto, acreditamos que essa abordagem metodológica na Educação Infantil seja excepcionalmente válida e promissora no que se refere ao entendimento imagético do mundo contemporâneo.

Em concordâncias com essas ideias a respeito do ensino da Arte Visual, o trabalho que foi realizado com os educandos da Escola Ruth Blanck, era pautado em práticas educativas que consistiam na produção de autorretratos, representação de casas e bairros dos educandos, realização de retratos falados, e produção de artefatos ligados à cultura afro-brasileira e pré-colombiana. Foram diversas construções artísticas que intentavam explorar o potencial das crianças para representarem o mundo empírico e imaginário, como a construção dos autorretratos que será abordado a seguir.

Essa prática educativa foi iniciada com a apresentação de autorretratos de diversos artistas, dentre eles uma obra do artista pelotense Leopoldo Gotuzzo, o que despertou nas crianças grande interesse pela Arte visual da própria cidade. Esse artista em especial, os ajudou a perceber que as produções artísticas não estão tão distantes quando parecem estar quando o Ensino da Arte foca apenas em obras eurocêntricas.

Após a apresentação visual de algumas obras, a aula prosseguiu com a leitura de um livro para crianças que fala da vida da artista Frida Kahlo e de suas obras. Tendo em vista a quantidade de autorretratos elaborados por Frida com representações que retratavam sua cultura, sua vida e realidade empírica, essa artista foi escolhida no sentido de fomentar o

interesse das crianças em representarem suas vivências através das narrativas artísticas. Além disso, por se tratar de uma artista mesoamericana, permitiu que as crianças estabelecessem uma relação mais próxima com as culturas e produções do continente que estão inseridos.

Após contarmos a história do livro “*Frida Kahlo ama sua terra*” (figura 1), iniciamos um diálogo sobre a história da artista de forma atemporal com intuito de despertar nas crianças curiosidades a respeito das imagens produzidas por Frida. Possibilitando a construção de narrativas interpretativas a partir da construção de ideias que os educandos já traziam consigo.

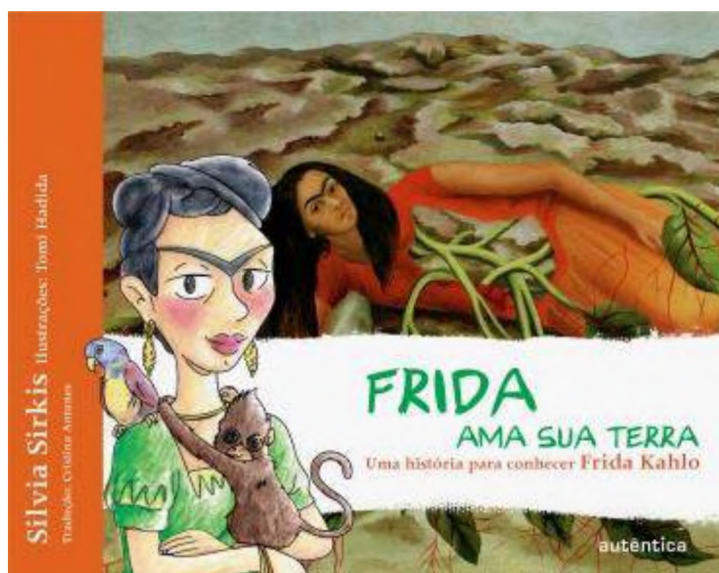


Fig. 1: Livro sobre Frida Kahlo utilizada durante a aula sobre autorretrato

As ideias que surgiram após a leitura do livro e dos diálogos com as crianças, os fizeram levantar questões a respeito de elementos culturais representadas nas obras da artista. Os questionamentos giravam em torno dos animais representados, dos adornos de Frida, de sua aparência, além de dúvidas com relação ao de gênero da artista. Era de fato perceptível que essa estranheza se dava pela bagagem cultural e estereotipada que as crianças já possuíam com relação a imagem feminina. Além disso, foi percebido o quanto que as crianças criam ideias e estabelecem relações com seus cotidianos e com o entendimento que eles têm da cultura.

Portanto é fundamental que as crianças tenham conhecimento do contexto social e cultural que viviam os artistas referenciados, por meio da História da Arte desde a educação Infantil para que percebam as relações entre as produções de determinado período ou local. Nesse sentido concordamos com o que afirma Pillar (2012, p. 82), sobre as imagens serem “um componente central da comunicação”. Deste modo, entendemos que o ensino da Arte visual seja capaz de produzir saberes interdisciplinares como uma área de conhecimento de fato, articulando arte, cultura e história.

Após todo o diálogo e geração de ideias, foi iniciada a parte prática da aula, em que as crianças produziram seus autorretratos sem que tivessem influências nas escolhas de feitura, sendo apenas colocado para elas que se desenhasssem como se viam, como se enxergavam. Tal expectativa era que elas produzissem de forma autônoma e criativa expondo suas ideias a respeito da autoimagem e de si no mundo. Segundo Nascimento (2010, p. 16) “as imagens materializam ideias sobre a infância, contribuem para sedimentar a maneira de vê-la, registrá-la e interpretá-la, bem como para insinuar deslocamentos interpretativos ou multiplicidades de pensamentos”.

Neste sentido, na perspectiva do ensino das Artes visuais, a produção visual das crianças, permite que nós, professores dessa área, interpretemos a infância, o imaginário, as relações culturais e cotidianas das crianças. A exemplo dessa reflexão podemos exibir algumas produções que foram realizadas pelos educandos durante a parte prática da aula e registradas pela primeira autora do texto (figura 2, 3,4 e 5).



Fig. 2: Atividade autorretrato



Fig. 3: Autorretrato – Iasmim – 5 anos



Fig. 4: Autorretrato – Isabeli – 6 anos



Fig. 5: Autorretrato – Pietro – 5 anos

Ao término da parte prática da aula e das construções artísticas, era iniciado outro diálogo a respeito das produções das crianças, em que eles falavam sobre seus trabalhos, contando outras histórias e narrativas presentes em seus desenhos. Vale lembrar que o tempo disponível para a concretização das aulas – da primeira autora no estágio – era consideravelmente favorável a realização de todas as etapas metodológicas do ensino. Esse período que girava em torno de uma hora e meia possibilitou a apresentação de referenciais, histórias, produção artística e narrativas que apareciam nas falas dos educandos sobre suas produções.

Consideramos que seja de grande importância expor e refletir sobre algumas dessas falas, como as que determinavam o gosto das crianças pela feitura do trabalho, presente em frases como: “Prof, eu fiquei feia, não me fiz direito” ou “prof, eu podia me desenhar com coroa?”; Outras frase inusitadas como: “Sou uma monstro planta”² (figura 6) Outros tinham várias histórias para contar a respeito de seu trabalho, que emergiram como autorretratos abstratos e compostos por diversos elementos (figura 7). Nos dois últimos casos em particular, devemos procurar compreender o contexto social e cultural que essas crianças estavam inseridas, para interpretar as imagens num viés reflexivo a respeito das narrativas, sem que sejam feitas análises psicológicas ou depreciativas.



Fig. 6: Autorretrato – Gabriel – 6 anos



Fig. 7: Autorretrato – Gabriela – 6 anos

É fundamental que as crianças falem de suas produções, contem suas histórias e sejam ouvidas através da troca de diálogos com os professores e os colegas. Esse processo nos fez perceber o quanto que as crianças necessitam contar sobre suas vidas, sobre como se representam, se é de forma imaginativa ou “realista”. É um processo de descoberta do “eu”, de se situar e começar a se perceber como uma sujeito único e que está inserido numa determinada cultura e um contexto social. Se desenhar, se representar – seja por autorretratos ou retratos de suas vivências – permite que as crianças comecem a se conhecer e a se perceber como seres

² Fala do Gabriel sobre seu retrato.

humanos, como um indivíduo que está em constante transformação através de sua relação com o mundo.

Por isso, entendemos que não podemos pensar no ensino das Artes Visuais na Educação infantil, como uma prática recreativa ou terapêutica. No contexto atual de educação, que está em constante transformação, seja pela tecnologia, ou pelo contexto social, político e histórico, devemos pensar neste ensino como uma potência que proporciona saberes a respeito da cultura visual e do entendimento sensível do mundo cotidiano.

Acreditamos assim como Meira e Pillotto (2010, p. 87), que “vivemos numa época de excessos, de transformação rápida”, carregada de elementos e artefatos visuais que são percebidos e absorvidos de formas distintas por cada sujeito. Esses elementos são carregados de informações culturais e narrativas que interferem ou não na construção de identidades e personalidades de crianças. Assim sendo, entendemos que através da História da Arte e das práticas artísticas, seja possível possibilitar a compreensão a respeito da Cultura Visual desde a pré-escola, para que estejamos aptos a entender o meio social e cultural que estão inseridos de forma crítica e reflexiva. Ana Mae Barbosa (2014, p.36) diz que “temos que alfabetizar o olhar para a leitura da imagem; e que através da leitura de obras de artes plásticas estaremos preparando o público para a decodificação da gramática visual”.

Em vista disso, concordamos que o ensino das Artes Visuais, possui potencialidades que precisam ser exploradas desde a educação infantil, através de novas metodologias que evidenciem o potencial deste ensino no processo de conscientização social dos educados. Pois entendemos que em meio ao cenário que se insere a educação atual, é preciso pensar também em métodos de ensino que valorizem o potencial das crianças através de suas narrativas, na busca por uma educação transformadora e a serviço da sociedade contemporânea. Pistrack analisa que:

para transformar a escola, e para colocá-la a serviço da transformação social, não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade. (2002, p. 8)

Assim sendo, entendemos que através desse ensino seja possível compreender as implicações da cultura visual contemporânea e os ideais por trás das imagens na vida cotidiana gerando novos temas de interesse dos educandos. Ressaltamos, que de acordo com Freire (2014, p.131) “os temas geradores podem situar-se em círculos concêntricos que vão do geral ao particular”. Conforme essa perspectiva, acreditamos que o ensino das Artes Visuais,

proporcione a geração de novos temas através da construção de novas histórias e narrativas a partir dos referenciais e das produções artísticas educativas.

Na realidade o que intentamos argumentar com isso, é que, esse método facilita a prática educativa artística, no sentido de explorar as possibilidades que arte possui para a compreensão do mundo visual contemporâneo, através da interpretação e das narrativas de novos temas. No prefácio de “Imagens que Falam”, Michael Parsons analisa que:

Enquanto a torrente de imagens no nosso mundo aumenta e nos afeta mais ainda, a educação em arte se torna mais necessária, e sua tarefa principal é ajudar os estudantes a compreenderem e atingirem senso crítico sobre o carácter dessas imagens. Educação em arte é agora parte central de uma formação cujo o alvo é a liberdade. (ROSSI, 2003, p. 7)

Neste sentido, foram articuladas algumas ideias para refletimos de que forma as práticas educativas do ensino da Arte, na educação escolar, são favoráveis à formação humana, sensível e crítica, em especial na Educação Infantil. Pois entendemos que é nesta fase em que as crianças iniciam um processo de reconhecimento do mundo em que estão inseridos e também começam a ser afetados por ele.

O que percebemos é, que em meio ao cenário atual social, que é regido pelo avanço tecnológico e pela massiva produção imagética, precisamos pensar em modelos de educação que não são novos, mas que possibilitem valorizar o potencial do Ensino da Arte Visual em concordância educação transformadora e revolucionária. Isso justifica nossa escolha pelos métodos ou meios de ensinar como os modelos Pistrackeano e Freiriano, que em ambos os casos falam dos temas geradores como parte de suas práticas de ensino.

Partindo da relação entre arte e vida, e articulando com os temas geradores propostos por Freire e Pistrack, a História da Arte na educação infantil é capaz de iniciar o processo de compreensão da cultura visual histórica e contemporânea, ao passo que possibilita a leitura e compreensão imagética proposta por Ana Mae Barbosa (2010) em sua metodologia de ensino. Para ela, a compreensão dessa cultura visual é essencial para formação crítica humana com relação a sociedade.

Neste sentido, percebemos que as narrativas sobre o entendimento que as crianças têm da Arte apresentada, leva à novos temas do interesse infantil que os ajudam a se situar e a começarem a compreender a multiculturalidade em que estão inseridos como sujeitos participativos no processo de conscientização social e cultural, como também propõe Paulo Freire (2014).

Através das discussões entre arte e outros temas, as crianças pequenas começam a aumentar seu repertório, dando início a compreensão da cultura visual contemporânea e das

representações culturais que os cercam. Ana Mae Barbosa afirma que: “Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção [...], apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada” (2012, p. 19).

Entendemos que é preciso refletir sobre as várias possibilidades que fazem do ensino das Artes Visuais, uma área de conhecimento interdisciplinar. Nessa perspectiva, analisamos que a partir desse ensino seja possível refletir sobre a História da arte, e as obras produzidas ao longo do tempo, relacionadas com os processos históricos, políticos e sociais. Acreditamos, assim como Elliot Eisner³ (2008, p. 79), que defende a Arte como uma área de conhecimento, que ela é de suma importância para se entender a Cultura Visual. Também acreditamos, assim como Barbosa, que a Arte estabelece a relação com a sociedade, quanto área de conhecimento, e evidencia seu “compromisso com a cultura e com a história” (2012, p. 18).

Sendo assim a história de toda a produção imagética artística tem um papel fundamental na compreensão das imagens contemporâneas, ao passo que a partir desses referenciais é possível decodificar os códigos sociais e culturais que estão inserido nessa torrente de imagens contemporâneas seja de cunho artístico, publicitário ou midiático.

Para Barbosa, “a leitura das imagens fixas e móveis da publicidade e da Arte na escola nos ajudam a exercitar a consciência acerca daquilo que aprendemos por meio da imagem” (2012, p. 19). O ensino das Artes Visuais – composto de história e prática – se insere nesta perspectiva como uma potência na interpretação de fenômenos que são visualmente apresentados através de elementos culturais.

Quando refletimos sobre a conjuntura atual política, social e histórica do nosso país, que se encontra em uma crescente transformação decadente, se faz necessário pensar no papel da escola frente a tais mudanças como uma ferramenta revolucionária que capacita aos indivíduos a entenderem, explorarem e se expressarem sobre o seu meio. Assim, é possível concordar com Pistrak, quando este identifica dois aprendizados principais necessários aos educandos: saber lutar e saber construir” (2000, p. 9). Essa visão de Pistrack sobre o papel dos educandos foi ancorado no seu modelo de educação que não dissocia a escola do trabalho, no entanto também nos remete ao potencial do ensino da arte para construir narrativas nas produções escolares que muitas das vezes revelam as frustrações cotidianas dos educandos. Focando, portanto, na educação infantil, refletimos que é essencial que a história da Arte seja mostrada, apresentada e contada, para dar início à conscientização dos educandos, sobre o papel que Arte teve ao longo

³ Professor emérito da Stanford University, é um dos mais importantes teóricos mundiais do campo da Arte e da Educação. Disponível em: <http://artenaescola.org.br/boletim/materia.php?id=72723> Acesso em: 16 out. 2017.

da história como um meio de expressão revolucionária, de luta, de denúncia e voz através das produções artísticas e dos movimentos vanguardistas em que esteve presente. Assim, acreditamos que esse ensino precisa ser conduzido através da articulação entre a História da Arte, as práticas artísticas, o cotidiano e o imaginário dos estudantes, desde a tenra idade.

Considerações

Considerando que este artigo é parte de reflexões e de outras pesquisas entre as autoras a respeito do ensino das Arte Visuais na educação infantil, e de uma ação educativa já realizada, reconhecemos que alguns pontos ainda precisam ser analisados a respeito de tal ensino e dos temas geradores de Freire e Pristrack. No entanto, acreditamos que as ações educativas realizadas pela primeira autora durante o estágio curricular, foi de suma importância para iniciar as crianças em fase pré-escolar no universo artístico, assim como ajuda-los a refletir sobre as imagens e outros temas presentes na história e na contemporaneidade.

Acreditamos também que essas novas metodologias – pensadas e realizadas – são favoráveis para a reflexão da prática de ensino das Artes no processo de formação humana social e cultural a partir da Educação Infantil. Pois estando presente na educação desde a pré-escola, possibilita que os educandos, mais adiante estejam aptos a estabelecer a fruição com a produção artística, de maneira mais consciente e crítica.

Além disso percebemos que as perspectivas com relação a introdução da história da arte na educação infantil foram muito favoráveis, visto que foi bem compreendida pelas crianças e proporcionou a produção de narrativas e a construção de outros olhares sobre obras apresentadas. Durante esse processo, a história artística, não somente ajudou as crianças na compreensão da Arte, como ajudou também no processo criativo e estético, o que no ponto de vista deste ensino, significa produzir de forma autônoma, crítica e consciente.

Apontamos também que a partir da apresentação histórica da arte, novos temas de interesse do cotidiano dos educandos foram gerados através das narrativas construídas. Assim sendo, tal metodologia foi de suma relevância para que eles reconhecessem o potencial da arte como possibilidade na representação de suas narrativas e vivências. Também os ajudou a perceberem que por trás das obras de um artista existem relações com o que ele sente, e o mundo a sua volta narrado de forma poética ou conceitual.

Portando, em meio a esse contexto multicultural que está inserida a educação contemporânea, ressaltamos a importância do referencial artístico, para se ouvir e refletir sobre a visão que criança, em idade pré-escolar, tem da vida. Por isso acreditamos que a metodologia

utilizada, embora esteja em fase de testagem, seja extremamente relevante para considerar a importância da relação entre arte e cotidiano para o processo escolar.

Analisamos, assim, que o ensino da Arte, pautado em propostas pedagógicas focadas na realidade empírica do educando em concordância com a História da Arte, proporcionam o maior entendimento da Cultura Visual e dos códigos sociais e culturais por trás das imagens. No entanto, analisamos que em concordância com o foco da pesquisa, a construção do senso crítico e social através do ensino da Artes Visuais, é um processo que só se torna possível com a continuidade de diálogos que proporcionam a construção de novos temas. Entendemos também que essa construção é adquirida aos poucos, por meio de produção artística, leitura imagética e do próprio amadurecimento dos educandos.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Ana Mae. **A Imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. As mutações do conceito e da prática. In: BARBOSA, Ana Mae (org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

EISNER, Elliot. Estrutura e mágica no ensino da Arte. In: BARBOSA, Ana Mae (org). **Arte-Educação: leitura no Subsolo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MEIRA, Marly Ribeiro; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. **Arte, Afeto e Educação**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. Visualidades e infância até seis anos: versões em imagens e os desafios da educação infantil. In: MARTINS, Raimundo & TOURINHO, Irene. **Cultura Visual e Infância: quando as imagens invadem a escola**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

NUNES, Ana Luiza Ruschel. **História da arte e desenvolvimento do Pensamento estético da criança: uma aprendizagem significativa**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.5, n.1, p. 57-68, jan.-jun. 2010. Disponível em <http://www.periodicos.uepg.br>

PILLAR, Analice Dutra. A educação do olhar no ensino da Arte. In: BARBOSA, Ana Mae (org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2012.

PISTRACK, Moisey Mikhailovitch. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PONTES, Alessandra Gurgel, ZAMPERETTI, Maristani Polidori. Contando Histórias Da Arte Na Educação Infantil: Um Diálogo Atemporal Com A Cultura Visual. **Revista Seminário de História da Arte**, Pelotas, v. 01, n. 07, 2018. Jun 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/13507>

READ, Herbert. **Arte e Alienação: o papel do artista na sociedade**. Tradução: Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ROSSI, M. H. W. **Imagens que falam**. Leitura da arte na escola. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura e Arte do pós-humano**. Da Cultura da mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

**“HARLEM RENAISSANCE” E A REPRESENTATIVIDADE NEGRA
NAS ARTES DOS ESTADOS UNIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

*“HARLEM RENAISSANCE” AND BLACK REPRESENTATION IN AMERICA’S ARTS
AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY*

Anderson Luiz de Mattos Cardoso

Graduando em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*Linha de Pesquisa ‘Intelectuais e Educação no Mundo Ibero-Americano’, pertencente ao diretório
internacional ‘Intelectuais e Poder no Mundo Ibero-Americano’
anw_p@hotmail.com*

RESUMO

O projeto de pesquisa traz os Estados Unidos do século XX, onde no Sul do país prevaleciam leis segregacionistas que demarcavam territórios por raça e institucionalizavam a condição degradante da vida dos negros. Linchamentos, enforcamentos, fronteiras raciais, nenhuma perspectiva de melhora econômica ou social faziam parte do cotidiano da população afro-americana. Intensificou-se, assim, o movimento de migração desta população para o Norte do país. Este movimento foi denominado Great Migration e foi a partir do estabelecimento destes migrantes no Norte dos EUA – especialmente em Nova Iorque e Chicago – que surgiu o Harlem Renaissance, movimento artístico e cultural que este trabalho se propõe analisar. É a partir do surgimento e da movimentação de sujeitos coletivos – que compartilhavam as mesmas vivências da desigualdade racial – que surge um movimento artístico e cultural responsável por engendrar novos personagens no contexto social dos Estados Unidos objetivando reverter a imagética racista que prevalecia nas artes do país. Como fontes, bibliografias temáticas e as cartas enviadas à periódicos do Norte relatando a vivência no Sul e as expectativas com a migração

Palavras-chave: Harlem Renaissance. Representatividade Negra. Estereótipos. Arte.

ABSTRACT

This work depicts the United States of the 20th century. The South of the country were still guided by laws that segregated territories by race and made institutional the bad conditions of African Americans lives. The black population had to deal with hangings, lynching, racial frontiers and no sign of developing economically or socially. In this context, a mass migration movement started with African American moving from South to North. This movement became known as Great Migration and it was in the context of these immigrants settling in the North – especially in New York and Chicago – that the Harlem Renaissance came to life. This work intend to analyze this movement, having in mind that the emergence of collective subjects – which shared the experiences of racism – was fundamental to the developing of the Harlem Renaissance, a movement that was responsible for engendering new characters in the social context of the United States. Those characters had as an objective to subvert the racist imagery that prevailed in the arts of the country

Keywords: Harlem Renaissance. Black Representation. Stereotypes. Art.

'Harlem Renaissance' e a representatividade negra nas artes dos EUA no começo do século XX

Não é incomum, ao longo da história, novos rostos adentrarem a cena social e política que antes era monopolizada por determinados grupos. Em *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, o sociólogo Éder Sader cunha o termo *sujeito coletivo*, que abrange novos sujeitos que emergem a partir de suas práticas políticas e sociais. Essas ações geram impactos na sociedade não por suas conexões com as instituições, mas sim por se configurarem como ações coletivas e autônomas – o que não significa que as instituições deixem de ser atingidas pelas mesmas.

Em seu livro, Sader cunha o termo enquanto avalia os movimentos populares de São Paulo durante 1970 e 1980, período de maior repressão da ditadura militar no Brasil. O sociólogo parte não do ponto de vista econômico, social ou político, mas sim das experiências vividas pelos novos sujeitos e das práticas que os mesmos exerciam perante a sociedade. Evidencia-se, porém, que a movimentação desses novos sujeitos se dava a partir de uma necessidade de reivindicações, necessidade esta que se manifestou quando tais sujeitos perceberam o contexto de desigualdade em que estavam inseridos.

O termo *sujeito coletivo* e suas implicações certamente se adequam a um evento histórico que ocorreu nos Estados Unidos durante o início do século XX. Neste período, no Sul do país, prevaleciam as leis segregacionistas, que demarcavam territórios por raça e institucionalizavam a condição degradante da vida dos negros. Linchamentos, enforcamentos, fronteiras raciais e nenhuma perspectiva de melhora econômica ou social faziam parte do cotidiano da população afro-americana. Ou seja, as desigualdades de raça se manifestavam em basicamente todos os aspectos da vida da população negra que habitava o Sul dos EUA.

Sendo assim, intensificou-se o movimento de migração desta população para o Norte do país. Este movimento foi, posteriormente, denominado *Great Migration* e foi a em meio a esta movimentação de migrantes – especialmente em Nova Iorque e Chicago – que surgiu o *Harlem Renaissance*, movimento artístico e cultural que este trabalho se propõe a analisar. Ou seja: foi em meio a movimentação de sujeitos coletivos – que compartilhavam as mesmas vivências da desigualdade racial – que surge um movimento artístico e cultural cujos objetivos perpassavam o orgulho racial e a subversão da falta de representatividade e das representações racistas que prevaleciam nas artes do país.

É preciso, porém, ter cautela ao traçar o perfil desses migrantes, principalmente devido a poucas fontes escritas sobre os mesmos. É através de depoimentos orais e de cartas enviadas à um periódico da época que se torna possível analisar algumas informações sobre os afro-americanos que decidiram rumar do Sul para o Norte dos Estados Unidos.

Stewart Tolnay, no artigo *The African-American Great Migration and Beyond*, fala que existe um perfil típico dos migrantes: geralmente pessoas analfabetas que trabalhavam em plantações rurais e que começaram a se sentir deslocadas e prejudicadas devido à reorganização agrícola que ocorria na época. Tolnay, porém, destaca que também existiam migrantes que possuíam experiências com atividades não agrícolas e que os grupos eram heterogêneos:

The original and most enduring image of the migrants is that of an illiterate sharecropper, displaced from the rural South because of agricultural distress or reorganization. This image dominates the many ethnographic studies of black migrants living in northern cities during the early stages of the Great Migration. Given the general characteristics of the southern African American population at that time, there can be little doubt that many migrants did match such a bucolic profile (Grossman 1989). However, researchers are increasingly recognizing that the stream of black migrants was probably more diverse than earlier portraits suggested. Marks (1989) has argued that many migrants headed north from southern towns and cities, rather than directly from the rural countryside and, furthermore, that they had more extensive experience with nonagricultural employment than was typically assumed.

Os motivos para a migração podem ser divididos em motivos econômicos e não-econômicos. Dentro das motivações econômicas, pode-se falar nas privações que os afro-americanos sofriam no Sul: os homens estavam destinados à trabalhos não-qualificados e as mulheres ao serviços domésticos. Com o fim da 1ª Guerra Mundial, em 1918, os Estados Unidos restringiram ainda mais as políticas de imigração e empregadores do Norte começaram a considerar a mão-de-obra barata de funcionários do Sul do país, em detrimento da mão de obra europeia. Os afro-americanos que residiam no Sul, lidando com a reorganização das atividades agrícolas e também a mecanização das fazendas, viram no Norte a oportunidade de desfrutarem de novas possibilidades econômicas.

Já os motivos não-econômicos estão ligados à questões sociais enfrentadas pelos negros que residiam naquela região dos Estados Unidos. O Sul era regido pelas chamadas *Jim Crow Laws*, que reforçavam a segregação racial na região e que perduraram entre 1876 e 1965. Devido à estas leis, afro-americanos tiveram seus direitos civis e políticos retirados, direitos esses que tinham acabado de ser garantidos durante o período da Reconstrução, através de legislações que buscavam justamente lhes dar mais participação civil, política, econômica e cultural após a escravização e Guerra Civil Americana.

Comunidades afro-americanas eram aterrorizadas por linchamentos, enforcamentos e outras formas de violência, além de estarem condicionadas à empregos em minas, plantações ou na construção de estradas e diques. Além disso, as oportunidades educacionais também eram inferiores: como o sistema educacional era segregado, escolas de alunos brancos recebiam mais verba pública do que escolas de alunos negros, o que obviamente comprometia a qualidade do ensino. Ao mesmo tempo, alunos negros geralmente eram retirados dos estudos porque precisavam trabalhar nas fazendas para auxiliar na renda de casa.

Percebe-se que tanto a situação econômica como a perspectiva social dos afro-americanos que habitavam o Sul dos EUA naquele período não era favorável e que ainda vigorava um sistema extremamente ligado ao regime escravocrata. O periódico *Chicago Defender*, voltado para leitores afro-americanos e fundado em 1905 por Robert S. Abbott, foi um grande aliado na luta contra as *Jim Crow Laws* e no encorajamento de pessoas negras à migrarem para o Norte. O jornal recebeu diversas cartas de habitantes do Sul que narravam suas dificuldades na região e pediam por melhores oportunidades de vida no Norte.

Destacada abaixo, está uma destas cartas enviadas ao *Chicago Defender*. Ela foi escrita por um pedreiro residente de Mobile, no Alabama, e possui data de abril de 1917.

Dear Sir Bro

I am writing to you for advice about comeing north. I am a brickmason an I can do cement work an stone work... if there nothing there for me to make a support for my self and my family. My wife is seamstress. We want to get away the 15 or 20 of May so please give this matter your earnest consideration an let me her from you by return mail as my bro. in law want to get away to. He is a carpenter by trade, so please help us as we are in need of your help as we wanted to go to Detroit but if you says no we go where ever you says. There is nothing here for the colored man but a hard time which these southern crackers gives us. We had not had any work to do in 4 wks. and every thing is high to the colored man so please let me hear from you by return mail. Please do this for your brother.

Source: Deirdre Mullane. ed. *Crossing the Danger Water: Three Hundred Years of African-American Writing* (New York: Anchor Books, 1993), p.458

Na carta, o emissor da mensagem pede conselhos em relação à ir para o Norte, revelando ser um pedreiro que possui experiência com cimento e pedras. O autor explicita que não há nada no Sul que o ajude a sustentar a ele mesmo e a sua família. O homem continua, dizendo que a esposa é costureira e o genro, que também vislumbra seguir para o Norte, é um carpinteiro. Ao fim da carta, o autor diz que não há nada para o homem negro no Sul além dos tempos difíceis que os sulistas lhe proporcionavam.

Em outra carta, porém, é possível compreender a defesa que Stewart Tolnay faz de que os grupos migratórios não eram homogêneos. No escrito, que não está datado, um homem se dirige diretamente à Robert Abbot, fundador do *Chicago Defender*. Ele se apresenta como um

escritor de *short-stories*, poemas e cartoons que representassem personagens negros e pergunta se não há chances de publicação de seu conteúdo no jornal.

MR. R. S. ABBOTT, Editor.

Dear Sir: I thought that you might help me in Some way either personally or through your influence, is why I am worrying you for which I beg pardon. I am a married man having wife and mother to support, (I mention this in order to properly convey my plight) conditions here are not altogether good and living expenses growing while wages are small. My greatest desire is to leave for a better place but am unable to raise the money. I can write short stories all of which portray negro characters but no burlesque can also write poems, have a gift for cartooning but have never learned the technicalities of comic drawing. these things will never profit me anything here in Natchez. Would like to know if you could use one or two of my short stories in serial form in your great paper they are very interesting and would furnish good reading matter. By this means I could probably leave here in short and thus come in possession of better employment enabling me to take up my drawing which I like best.

Source: Journal of Negro History, Vol. IV, 191

Sendo assim, é importante destacar que a população afro-americana que rumava para o Norte era diversa e possuía diferentes interesses profissionais na região. O que esta população compartilhava eram as desigualdades raciais que prevaleciam no Sul, mas este fato não pode ser utilizado para ter uma visão única e generalizante sobre os migrantes.

O fluxo migratório resultou na concentração de migrantes principalmente em Chicago, Detroit, Philadelphia e Nova Iorque, gerando um aumento massivo na população negra destes estados. Os migrantes foram recebidos com suspeita e hostilidade pela população local, afinal as relações raciais eram, até então, estáveis, pois a população negra era minúscula antes da *Great Migration*.

Para se ter uma noção do aumento massivo da população negra vivendo no Norte, em Chicago, por exemplo, em 1910 havia 44.103 afro-americanos residindo no estado; em 1970, ano em que virtualmente fora encerrada a 'Great Migration', esse número saltou para 1.102.620. Os dados são do *U.S. Bureau of the Census* e ilustram que, se antes da *Great Migration* os afro-americanos representavam 2% da população de Chicago, após o evento demográfico passaram a representar 32,7%.

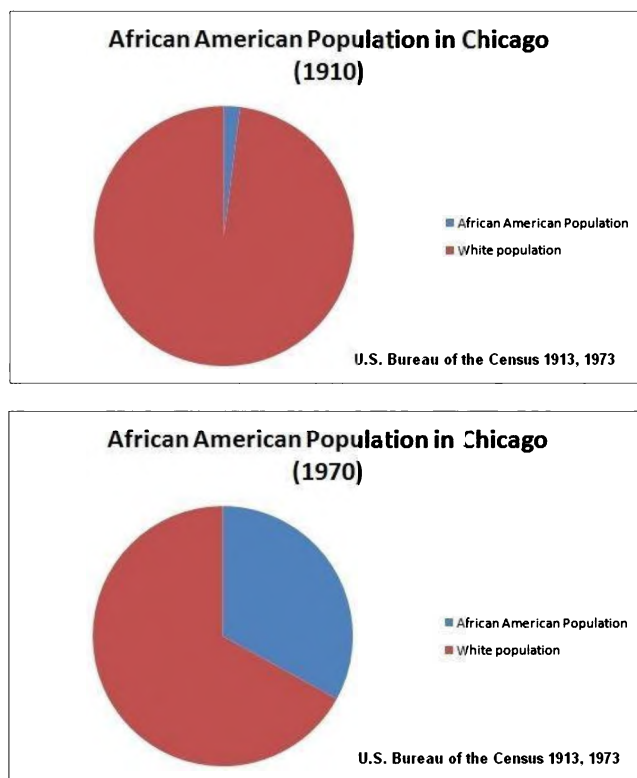


Figura 1: gráfico mostra o impacto da migração afro-americana do Sul para o Norte. (U.S. Bureau of the Census 1913, 1973)

Foi em meio à esse importante evento demográfico da história dos EUA que emergiu o *Harlem Renaissance*, um movimento artístico-cultural que tinha como palco o bairro do Harlem, localizado em Manhattan, e como protagonistas artistas negros que buscavam questionar estereótipos e gerar um sentimento de orgulho racial mesmo em meio à desigualdade.

Alain Locke, escritor e filósofo natural do estado da Philadelphia e considerado o ‘pai’ da Harlem Renaissance, publicou em 1925 uma coleção de escritos chamada *The New Negro*, que buscava descrever o que estava acontecendo no Harlem e explicar a posição ativa que artistas afro-americanos estavam conquistando.

Locke diz que, por gerações e gerações, o negro na América era visto muito mais como uma fórmula do que como um ser humano. Ele comenta a *Great Migration* e diz que afro-americanos rumaram para o Norte porque viram a oportunidade de liberdade social e econômica e uma chance de melhorar suas condições de vida num ambiente mais democrático. O escritor diz que, na caminhada para o Norte, os negros não estavam indo apenas do campo para a cidade, mas sim da América medieval para a América moderna.

Comentando especificamente sobre o Harlem, Locke reflete sobre a diversidade de elementos que compunham a vida dos negros no bairro.

Take Harlem as an instance of this. Here in Manhattan is not merely the largest Negro community in the world, but the first concentration in history of so many diverse elements of Negro life. It has attracted the African, the West Indian, the Negro American; has brought together the Negro of the North and the Negro of the South; the man from the city and the man from the town and village; the peasant, the student, the business man, the professional man, artist, poet, musician, adventurer and worker, preacher and criminal, exploiter and social outcast. Each group has come with its own separate motives and for its own special ends, but their greatest experience has been the finding of one another. Proscription and prejudice have thrown these dissimilar elements into a common area of contact and interaction. Within this area, race sympathy and unity have determined a further fusing of sentiment and experience.

Destacando a diversidade no *Harlem*, Locke cunha que “a maior experiência havia sido a de encontrarem uns aos outros”. É possível, a partir desta colocação, retomar o paralelo com o conceito de *sujeitos coletivos*, estabelecido por Éder Sader: os migrantes que rumaram ao Norte eram completamente diferentes e possuíam diferentes motivos e finalidades na região; a única coisa que compartilhavam era a vivência da desigualdade racial.

Foi a partir da *Harlem Renaissance* que diversos artistas negros emergiram e deixaram suas marcas. Um dos veículos responsáveis pela divulgação da obra destes artistas era a revista *The Crisis*, fundada em 1910 e pertencente à *National Association for the Advancement of Colored People (NAACP)*. Esta revista foi o primeiro meio de publicação de diversos escritores que fizeram parte da *Harlem Renaissance*, como Langston Hughes, Countee Cullen e Zora Neale Hurston.

O mote por trás do movimento era difundir o orgulho racial e mostrar que, através de produções intelectuais, como literatura, arte e música, os estereótipos racistas poderiam ser substituídos por uma integração do negro na sociedade norte-americana.

W.E.B. Dubois, sociólogo, historiador e um dos fundadores da revista *The Crisis* e da *NAACP*, comentou, num discurso feito em 1926 – e posteriormente publicado na revista, o teor publicitário das produções da *Harlem Renaissance*:

“We have a right, in our effort to get just treatment, to insist that we produce something of the best in human character and that it is unfair to judge us by our criminals and prostitutes. This is justifiable propaganda.

The Crisis, 21 (June 1921), 55–56

Dubois reflete, nesta fala, sobre a questão da identidade negra, que era comumente relacionada aos estereótipos racistas que prevaleciam naquele período. Sendo assim, um dos primordiais objetivos das produções artísticas era justamente questionar essa identidade única

que era atrelada aos negros, e mostrar aspectos diversos do cotidiano da população afro-americana no Norte. Os artistas afro-americanos fizeram uso da arte para revelar sua humanidade e também para gerar reflexões acerca de igualdade.

Como foi citado anteriormente, Alain Locke, considerado como o ‘patrono’ da *Harlem Renaissance*, declarou que os migrantes, ao irem do Norte para o Sul, estavam indo da América medieval para a América moderna. As obras produzidas durante o período buscavam, também, mostrar justamente os problemas que a população afro-americana enfrentava ao tentar se adaptar a vida moderna e urbana do Norte.

Alain Locke, em sua coleção de escritos intitulada *The New Negro*, reflete sobre como a vida da comunidade negra estava destinada a entrar numa nova dinâmica e que, através das manifestações artísticas e de uma perspectiva social renovada, novas lideranças surgiriam.

With this renewed self-respect and self-dependence, the life of the Negro community is bound to enter a new dynamic phase, the buoyancy from within compensating for whatever pressure there may be of conditions from without. The migrant masses, shifting from countryside to city, hurdle several generations of experience at a leap, but more important, the same thing happens spiritually in the life-attitudes and self-expression of the Young Negro, in his poetry, his art, his education and his new outlook, with the additional advantage, of course, of the poise and greater certainty of knowing what it is all about. From this comes the promise and warrant of a new leadership.

Considerações finais

Este artigo buscou estabelecer um paralelo entre a migração em massa da população afro-americana do Sul para o Norte dos Estados Unidos e o surgimento da *Harlem Renaissance*, um movimento artístico e cultural que surgiu justamente em meio à este importante evento demográfico norte-americano.

Evidencia-se que o grande objetivo da *Harlem Renaissance* foi gerar representatividade e subverter estereótipos atrelados aos negros, mostrando que eles eram capazes de produzir conteúdos artísticos e se desprender das imagens únicas que eram construídas acerca de suas identidades

Referências bibliográficas

LOCKE, Alain. **The New Negro: an interpretation.** New York: Albert & Charles Boni. 1925. First. First edition. 446pp.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLNAY, Stewart. **The African American “Great Migration” and Beyond.** In: Annual Review of Sociology, Vol. 29 (2003), pp. 209-232

PIPOCA E EDUCAÇÃO: O CINEMA MERCOSULINO COMO FERRAMENTA PARA DESCOLONIZAÇÃO DO OLHAR

*POPCORN AND EDUCATION: THE MERSOCUL'S CINEMA AS A TOOL FOR THE
DECOLONIZATION OF THE VIEW*

*Ângela Srocynski da Costa
Estudante de Letras pela URI/FW
pib19446@uri.edu.br*

*Alan Eduardo Saueressing
Estudante de Letras pela URI/FW
alanedooh-monster@bol.com.br*

*Rosangela Fachel de Medeiros
Orientadora do projeto, professora Dr. do mestrado em Letras pela URI/FW
rosangelafachel@gmail.com*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentaras atividades referentes à participação dos bolsistas de Iniciação Científica em dois projetos de pesquisa: o projeto guarda-chuva **Cinemas Mercosulinos** e o projeto de iniciação científica **Cadernos de cinema para professores** – havendo entre eles uma ligação. Tais projetos imbricam discussões pertinentes aos estudos culturais, à educação, à identidade cultural e às políticas culturais, enfocando a produção audiovisual contemporânea do MERCOSUL. Estes projetos têm como objetivo pesquisar e analisar o cinema mercosulino, tendo em vista a importância do estudo destas narrativas como representação artística, cultural e identitária deste território, que buscam confrontar a hegemonia econômica e estática hollywoodiana, seja corroborando, discutindo ou transculturando seu modelo. Vale ressaltar as especificidades de cada projeto: um prioriza a criação de um banco de dados com filmes premiados em festivais e o outro se utiliza dessas obras para a seleção de produções a serem incorporadas na criação de um caderno de filmes para professores. Ademais, complementar a essas pesquisa nasceu o projeto de extensão **#PartiuCinema** que promovera experiência do cinema na cidade e na região. As sessões são promovidas com mediações e debates acerca das problemáticas abordadas nas obras. As atividades dos bolsistas são embasadas pela pesquisa, leitura e discussão de referenciais teóricos, orientações, discussões em grupos de estudos e sessões fílmica.

Palavras-chave: Cinema mercosulino. Educação. Iniciação científica. Escolas de ensino básico

ABSTRACT

The objective of this academic work is to present activities related to the participation of scholarships students of Scientific Initiation in two research projects: the main project **Cinemas Mercosulinos** (Mercosul's Cinema) and the project of scientific initiation **Cadernos de cinema para professores** (Cinema workbooks for teachers) - with a liaison between them. These projects interweave discussions that are relevant to cultural studies, education, cultural identity and cultural policies, focusing on the

contemporary audiovisual production of MERCOSUL. The objective of these projects is to analyze Mercosul's cinema, considering the relevance of the study to the narratives as a artistic, cultural and identity representation of this cinema, that seeks to confront Hollywood's economic and static hegemony, either by corroborating, discussing or transculturalising its model. It is worth to emphasize the specifics of each project: in the first one, the prioritization of the creation of a database with films awarded at festivals, and the other one, using these works for the selection of productions that are incorporated in the creation of a workbook for teachers. In addition, the complementarity came to the extension project #PartiuCinema that advance the cinema experience in the city and in the region. The sessions are promoted with mediations and debates on the problems in the films. The activities of the scholars are based on the research, reading and discussion of theoretical references, orientations and discussions in study groups and film sessions.

Keywords: Mercosul's Cinema. Education. Scientific research. Elementary Schools.

Introdução

Este artigo propõe discutir questões relacionadas às culturas e as coproduções existentes na esfera cinematográfica do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), indústria que gradativamente vem crescendo nos últimos anos, como forma de reproduzir a resistência que existe nos estudos pós-coloniais referentes ao Cinema Latino-americano. Vale ressaltar que o estudo tem origem na conversa entre dois projetos de iniciação científica (IC), que são: o projeto guarda-chuva “Cinemas Mercosulinos: Globalização, coprodução e identidades culturais”, fomentado pelo PROBIC/FAPERGS, e a IC “Cadernos de Cinemas para Professores”

A questão norteadora do projeto é a forma como o cinema latino-americano, após atingir os dez anos de existência da “Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL” (RECAM) vem enfrentado alguns problemas em relação à audiência. O conhecimento acerca das obras nacionais de alguns países vizinhos é escasso, embora existam muitos acordos entre o Brasil e outros países para produções fílmicas, pouco se conhece destas obras. Um dos maiores obstáculos que encontramos, está presente na questão de divulgação destas produções, ainda que exista uma excelente qualidade estética em muitas obras, que explicitam fatores de extrema importância cultural para os respectivos países de origem, sua difusão é baixa e insuficiente. No entanto, um dos principais contratempus para esta problemática, é a insistência para novas produções que sigam a matriz hollywoodiana e a enorme propagação que estes filmes possuem, sendo protagonistas nas salas de cinema do MERCOSUL. Sendo assim, pode-se constatar que a falta de conhecimento em relação às obras latino-americanas ocorrem, principalmente da falta de acesso e do pouco interesse que o público

possui, uma vez que estes são consumidores natos da estética hollywoodiana e tendem a prejudicar as obras que não atendam as características costumeiras.

Outro fator que incitou na criação do projeto é a constatação de que para a realização dessas produções, torna-se quase que necessário os acordos de coproduções, e essa condição faz das obras cinematográficas mercosulinas contemporâneas, portadoras de duas nacionalidades, e essa questão envolve elementos de identidades culturais, uma vez que assim, as culturas se entrelaçam construindo novas perspectivas.

De ahí la necesidad de políticas culturales ya no sólo nacionales sino también regionales y supranacionales, que faciliten la creación de mercados en los que se intercambien los productos de agentes culturales residentes en diversos países. Pero esta integración cultural no puede limitarse a la lógica económica de comercio que deriva de la globalización liderada por Estados Unidos. Lo que se propone aquí es otro tipo de intercambio: de valores y experiencias, que se comunican mejor en las artes y las industrias culturales que en cualquier otro medio. (YUDICE, 2002).

Pensando nestas inquietações, esta investigação visa apresentar um estudo construído pelas ICs, a fim de colaborar na descolonização do cinema latino-americano. Para tal, iremos utilizar filmes que foram criados após os anos 2000, década de criação da RECAM, por dois vieses: filmes com sucesso de bilheteria e filmes que foram agraciados com premiações, tentando captar possíveis diálogos com a matriz hollywoodiana, e também, pensando na possibilidade de juntar matérias que possam ser utilizados por professores como apoio para futuras atividades.

Além disso, os projetos contam com a corroboração de outra atividade de extensão, imbricada a eles, para a criação de exibições fílmicas que atendam a comunidade em geral, como forma de disseminar estes audiovisuais, que são tão desconhecidos, mas que possuem uma marca cultural própria e significativa para a nossa região do MERCOSUL.

O cinema invisível da América latina

A indústria cinematográfica foi criada com alguns propósitos subjacentes que englobam questões, que segundo Octavio Getino (1988, p.16), foram baseados em duas linhas: em primeiro plano às ideológicas culturais, na qual existe um modelo com a prática de consumir e reproduzir valores, oferecendo rentabilidade e lucro, já num segundo momento, apresenta questões de ideologia e economia, com o objetivo de reconhecer e fortalecer os interesses das forças nacionais, sociais e políticas locais.

El cine nació hace ya casi un siglo como parte del proceso de expansión industrial y tecnológica de las naciones centrales, resultante y sustento a su vez del poder económico y político que dichas naciones habían comenzado a instalar sobre la mayor parte del mundo. Uma poderosa indústria cultural e comunicacional – substitória

creciente de las tradicionales intuiciones educativas y formativas – sirvió para alimentar la actividad cinematográfica y para transnacionalizar modelos de producción y de uso, que fueron rápidamente impuestos sobre nuestros países. El objetivo mayor de esa actividad, así como el del conjunto de las estructuras de la industria transnacional de la cual ella forma parte, es el de contruir la personalidad y el caracter del sujeto social necesario para la reproducción del sistema dominante (GETINO, 1988 p.1-13)

Sendo assim, após o término da Segunda Guerra Mundial, diversas produções culturais perderam o trivial objetivo de criar um mero entretenimento, e de impor modelos de sujeitos, desse modo, o principal desígnio, muitas vezes, é referente às questões das problemáticas sociais, portanto podemos imaginar o quando os fatores culturais se sobrepõem ao enredo cinematográfico. (RAMOS, BUENO. 2001) Esta alegoria, com o passar dos anos, vem procurando espaços com numerosos assuntos, apresentados nos diversificados gêneros, por vezes utilizam-se da metáfora para trazer a tona alguns contratempos sociais, assim como apenas possuem o objetivo de entreter o telespectador. Estas manifestações artísticas alçaram algumas indústrias que possuem, atualmente, sucesso de público, e isso se deve quase que exclusivamente, à globalização.

Com a globalização, as imagens e os conteúdos culturais passam a circular e interagir em escala planetária, transformando o espaço da cultura de massa (compreendida como ampliação do público) e da indústria cultural num domínio da diversidade e da heterogeneidade, mesmo que elas ainda dependam de formatos e padrões para serem veiculadas. No entanto, estes padrões vêm se revelado cada vez mais flexíveis, com um grande potencial para incorporar as inovações. (RAMOS, BUENO. 2001)

Só que para atingir uma escala planetária e receber audiência de um público “flexível”, muitos países que não se encaixam na estética do primeiro mundo, teriam que se submeter a reproduzir narrativas que conquistaram valor comercial. Deste modo, fatores cruciais para uma determinada população, como a cultura, seriam apagados e elas teriam que responder a população mundial num todo. Obras globalizadas devem ter a visibilidade merecida, entretanto, é necessário relevar produções criadas nos países de origem de alguns espectadores, uma vez que estes cinemas são responsáveis por dar visibilidade, abordar, questionar ou reafirmar questões particulares de cada país da região, bem como da própria região.

Ultrapassando as fronteiras, sabe-se que a América latina possui laços entre seus pais, mas existe uma forte desterritorialização em relação às obras cinematográficas, isso porque os latino-americanos parecem preferir o cinema *mainstream* e suas hegemonias. O híbrido cultural que a região do MERCOSUL tornou-se com a pós-colonização é invisível nos gostos de seus

moradores, e este fator aquece a ideia de que para uma obra cinematográfica atingir sucesso de público e crítica, é necessário passar pelo processo de globalização cultural.

Objetivos

Ao salientarmos algumas das temáticas norteadoras do projeto, devemos levar em consideração os objetivos que estimularam este estudo, sendo especificamente: Questões de identidade cultural, nacional e regional na feição dos cinemas mercosulinos; coproduções criadas numa era de supremacia hollywoodiana; desconstrução de alguns olhares de pré-conceito, através de análises acerca de assuntos econômicos, políticos e sociais e discussões das configurações identitárias e culturais desses cinemas. Além disso, este projeto entra em diálogo com políticas públicas nacionais e transnacionais da região que tem por objetivo fomentar a produção e a divulgação da produção audiovisual na região.

O fato de os Cinemas realizados nos países do Mercosul, assim como o da maioria dos cinemas realizados fora do contexto hollywoodiano, não serem indústrias autossuficientes, tendo dificuldades para competir com as produções hollywoodianas no mercado internacional e, principalmente, em seus próprios mercados nacionais. Estes cinemas só se mantêm graças às políticas de incentivo e financiamento, que podem advir de órgãos públicos, de acordos transnacionais ou de instituições supranacionais. Desta forma, unir forças num contexto regional a partir das políticas econômicas inauguradas pelo Mercosul é uma maneira de desenvolver não apenas uma indústria audiovisual, mas de promover a hegemonia cultural dos países da região frente ao poderio globalizante da indústria cinematográfica hollywoodiana” (MEDEIROS, 2012, p. 162).

Para consolidação dessas particularidades, foram criadas algumas metas que pudessem proporcionar um melhor conhecimento destes assuntos, e são eles: realizações de revisões bibliográficas acerca das questões de globalização, mundialização, desterritorialização, pós-colonial, transculturação, Nação, fronteiras, transnacional, Cinemas Nacionais e identidades, com a intenção de abranger o embasamento teórico para análises fílmicas; dar ênfase para os estudos do cineasta e pesquisador Octavio Getino; Pesquisar os acordos e editais de fomento à área cinematográfica no MERCOSUL, de tal maneira que ajude a identificar os objetivos em relação às questões culturais e identitárias; analisar o diálogo dessas propostas com os discursos teóricos e com os resultados, identificando sucessos e fracassos; comparar os editais de coprodução com as políticas públicas para o setor da região.

As análises fílmicas serão acerca das obras realizadas após os anos 2000, buscando identificar os sucessos de bilheteria e as premiações obtidas pelos filmes em festivais; pesquisar os fomentos utilizados pela produção e identificar as representações culturais presentes (ou não), nas obras analisadas.

Matérias e métodos

Para que os objetivos fossem concretizados de maneira satisfatória, durante o primeiro/segundo, terceiro/quarto semestres de investigações dos projetos, foram estabelecidos encontros com a orientadora dos projetos que: totalizaram 20 horas semanais com orientações e aconselhamentos para a busca de um referencial teórico que trouxesse um embasamento acerca das questões norteadoras do projeto.

A confluência de interesses da orientadora e dos orientandos quanto à discussão e a problematização de questões étnico-raciais e envolvendo a temática *queer*, levou a decisão de um recorte temático na pesquisa de filmes mercosulinos, ao estudo e à análise de produções cinematográfica acerca destas questões que estão intimamente ligadas ao cenário latino-americano. Com a finalidade de captar a essência e a problematização das questões étnicas, foram analisados filmes que demonstram de vários vieses a vivência do negro na sociedade latina durante o primeiro semestre de pesquisa, já num segundo momento, o enfoque foi direcionado para questões de gênero, uma vez que elas também são recorrentes em solos mercosulinos, esse segundo recorte possui uma íntima ligação com questões da teoria *queer*, que também fora trabalhada pelas ICs.

Além disso, houve a criação de um banco de dados com as obras agraciadas com premiações nos diversos festivais. Desse modo pode-se encontrar filmes com as mais variadas estéticas e temáticas, que pudessem agregar na elaboração de artigos, estes estudos foram submetidos em eventos com temáticas afins das ICs. Das análises de filmes, leituras e discussões resultaram trabalhos que foram apresentados em eventos acadêmicos tanto na URI quanto em outras Instituições de Ensino Superior, resultando todas essas apresentações em artigos em coautoria (orientandos/orientadora) a serem publicados nos anais e actas.

Cabe ressaltar que a partir destes estudos em relação às obras premiadas, que resultaram em trabalhos apresentados em comunicações e em artigos, houve o surgimento da atividade de extensão “Cine Latino”, por meio da qual promovemos a exibição e a discussão de alguns destes filmes dentro e fora da universidade. Tais exposições e discussões foram fundamentadas pelos materiais teóricos e audiovisuais estudados.

A partir da associação deste estudo com os projetos de extensão que estão imbricados a ele foi possível realizar diversas exposições fílmicas que ocorreram no mais variados espaços, sendo que: iniciaram na universidade, percorreram os eventos culturais do município de Frederico Westphalen com, por exemplo, a exposição realizada durante a Feira do Livro de Frederico Westphalen de 2016 no Cine Floresta, chegando também a duas escolas de educação básica do Município: **Escola Estadual de Educação Básica Sepé Tiaraju e Escola Técnica**

José Cañellas. Resultado mais que positivo, uma vez que um dos interesses do projeto é incitar apreciadores deste cinema, e desconstruir a imagem estereotipada que muitas pessoas ainda possuem.

Cine Latino

Agora iremos falar do projeto Cine Latino, que tornou-se colaborativa no processo de descolonização do cinema latino-americano, na medida em que proporcionou para os espectadores, exibições gratuitas de obras pouco conhecidas, mas que possuem questões fundamentais de problemáticas próprias do território mercosulino. Vale elenca-las:

Pelo Malo (2013), de Mariana Rondón, o filme venezuelano apresenta no decorrer da trama, uma família pobre e integralmente o drama de Junior em não conseguir aceitar seu “Cabelo Ruim” (expressão utilizada para dar nome ao filme) que de forma velada aponta o “auto preconceito” que Junior tem de si. O desejo de alisar o cabelo se dá pelo fato de que Junior quer tirar a fotografia de ingresso à escola vestido de cantor nos padrões que a sociedade impõe. Essas questões étnicas raciais levam o filme a outras problemáticas, como os fatores de gênero, uma vez que as atitudes do garoto são prejudicadas pela mãe que acredita não serem masculinas. Levando em consideração os objetivos do projeto, o filme possui uma narrativa que foge do padrão mainstream e possui responsabilidade direta em tratar de problemas sociais que fazem parte do cenário Mercosulino.

Depois de Lúcia (2012), de Michel Franco; conta o drama de Alejandra, interpretada por Tessa Ia, que é vítima do cyberbullying. O filme ganha uma certa relevância, visto que estas questões estão presentes em diversas instituições de ensino. Além disso, existe um diálogo desta obra cinematográfica com a série televisiva *13 Reasons Why* (2017) de Kyle Patrick Alvarez, Carl Franklin, Gregg Araki, Helen Shaver, Jessica Yu e Tom McCarthy, uma vez que as duas tem o objetivo direto de conversar sobre o bullying, apesar de que a narrativa dessas produções são dispares, de um lado o propósito está acerca das questões comerciais que o cinema hollywoodiano exerce, e do outro existe o intuito de fazer uma crítica, fator que torna as leituras da obra mais complexas. Nesta edição, o debate posterior à exibição do filme contou com a participação da profa. Dra. Eliane Cadoná, do curso de Psicologia, uma vez que a temática da obra permitia a discussão de questões referentes ao campo da Psicologia.

Abutres (2012), de Pablo Trapero, o suspense retrata a vida de Sosa, interpretado por Ricardo Darín, advogado ligado a organizações corruptas, que exerce um trabalho que foge dos padrões morais do ser humano, e ao se apaixonar pela médica Luján, interpretada por Martina Gusman, tenta desligar-se dessas ações criminosas, mas não consegue visto que ele seria uma

testemunha dessas corrupções. A obra possui um gênero ligado aos padrões globalizados do cinema, ainda que sua estética esteja longe de ser considerada hollywoodiana, alguns fatores se igualam ao paradigma mainstream. Nesta edição, o debate posterior à exibição do filme contou com a participação da prof. Dr. Daniel Pulcherio, do curso de Direito, uma vez que a temática da obra permitia a discussão de questões referentes ao campo do Direito e do Direito Comparado.

7 cajas (2012), de Juan Carlos Maneglia e Tana Shémbori, filme que ocorre na cidade de Assunção, capital paraguaia, nos corredores do famigerado Mercado 4. A obra retrata a vida de Victor, interpretado por Celso Franco, com o sonho de ter um celular com câmera, para poder gravar-se e assisti-lo na tela como um ator. Na cega ambição de tentar realizar seu desejo, o jovem assume um trabalho misterioso, de entregar sete caixas em um endereço, só que para realizar esta tarefa, o adolescente passa por diversas atribulações, já que as caixas que ele carregava, poderiam possuir algum valor, mas o que havia dentro era um corpo esquartejado. A obra é uma referencia perfeita do cenário paraguaio, já que ela é responsável por representar uma identidade cultural de fortes características nacionais, além disso, o filme possui traços idênticos ao cinema hollywoodiano, o que faz com que ele possua um objetivo comercial além de apresentar as critica sócias em relação às periferias paraguaias. Este filme foi também exibido em duas escolas de educação básica em uma atividade conjunta às atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com o objetivo de incitar os adolescentes a novas perspectivas fílmicas, bem como propor aos docentes novas possibilidades de aulas que respondam ao novo perfil da sociedade e dos jovens no contexto da cibercultura, que vivemos atualmente. Essas exibições, além de colaborar com o professorado, fazem parte da execução do projeto “Caderno de Filmes para Professores”, sendo uma realização prática do projeto de IC.

[...] novas propostas pedagógicas se fazem necessárias, indispensáveis e urgentes à pós-modernidade tocada a cada instante pelos avanços tecnológicos. Na era da computação não podemos continuar parados, fixados no discurso verbalista, sonoro, que faz o perfil do objeto para que seja aprendido pelo aluno sem que tenha sido por ele apreendido (FREIRE, 2000, p. 121).

Além disso, a utilização do cinema em sala de aula, não é apenas uma trivial possibilidade de ensino-aprendizagem, já que houve uma alteração em 2014, na LDB 9.394/96 através da Lei 13.006/14 que tornou obrigatória a exibição de produções nacionais em sala de aula.

A lei inclui um novo parágrafo ao artigo 26 da LDB,¹ onde se determina que a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar, e este deverá ser integrado à proposta pedagógica da escola. A exibição é obrigatória, constando de, no mínimo, duas horas mensais. (FRESQUET, PAES, 2008, p.163)

Sendo assim, o projeto perpassa o simples objetivo de instigar a comunidade ao ato de assistir filmes latino-americanos, e passa a incentivar professores na utilização fílmica e nas escolhas das propostas, uma vez que o cinema é uma narrativa e ela deve ser aprendida, além disso, a construção do sujeito leitor tem de ser completa, e não se pode ignorar as diversas formas de leituras que se abrigam nas manifestações artísticas.

O cinema torna-se uma proposta educativa evidente, quando representa um instrumento de mudança social, pelas vias das técnicas e da ciência. Considerado como uma ferramenta educacional, tem a oportunidade de inserir na sala de aula como possibilidade do processo educacional e percorre etapas: impressão da realidade, identificação e interpretação. (PIOVESAN, BARBOSA, COSTA, 2010, p. 6)

Derrubando a ideia de que as problemáticas sociais devem ser assuntos retratados a uma faixa etária madura, o projeto Cine Latino fez a exibição fílmica da animação *O menino e o mundo* (2013), de Alê Abreu, na 34ª Feira de Livro de Frederico Westphalen, a exibição contou com a presença de mais de cem crianças, alunos da educação infantil de Escolas das Séries Iniciais do município. A obra possui uma estética simples e lúdica, que não buscam uma representação realista, mas, sim, remetem aos desenhos feitos por uma criança, com personagens desenhados com círculos e “palitos”.

Existe uma enorme crítica perante a desigualdade social nas entrelinhas dessa obra, e não fica difícil interpretar essas questões, já que a obra utiliza-se apenas de trilhas sonoras, e imagens que vão do campo e suas cores e da cidade acinzentada. Os personagens não possuem falas, mas a narrativa visual torna-se a essência perfeita para que a obra tome forma.

Para conscientização, no mês de setembro, foi realizada a exibição do Longa-metragem *Elena* (2012), de Petra Costa, que aborda a temática do suicídio, levando em consideração o contexto do memento: Setembro Amarelo, mês de combate ao suicídio. A exibição da obra contou com a colaboração do curso de Psicologia, que ajudou na mediação, na medida em que trouxeram embasamento como aporte da exibição.

Outra exibição que recebeu apoio do curso de Psicologia foi a de *Uma Mulher Fantástica* (2017), de Sebastián Lelio, que possui uma estreita ligação com o recorte referente à temática *queer*, uma vez que aborda as dificuldades enfrentadas por uma Transexual, pensando em uma paisagem latino-americana.

#Partiucinema

Além das exibições fílmicas feitas com o projeto do Cine Latino, houve a realização de outro projeto de extensão, que imbricado às ICs, efetuaram duas Mostras de Cinemas, o “#PartiuCinema” contou com a colaboração do SESC da cidade de Frederico Westphalen e a segunda edição possuiu, também, o apoio da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em sua primeira edição – que ocorreu em 2017 – o projeto exibiu sete obras cinematográficas, sendo elas: *Viver é fácil com os olhos fechados* (2013), de David Trueba; *Nós somos as melhores* (2013), de Lukas Moodysson; *Tatuagem* (2013), de Hilton Lacerda; *O homem da lua* (2012), de Stephan Schesch; *Meu vizinho totoro* (1988), de Hayaa Miyazaki; *Uma viagem extraordinária* (2013), de Jean-Pierre Jeunet e *O sonho de Wajda* (2012), de Haifaa Al Mansour.

Na segunda edição – que ocorreu em 2018 – a Mostra de Cinema realizada pelo #PartiuCinema, contou com a exibição de cinco longas-metragens, que são: *O Mundo dos pequeninos* (2013), de Hiromasa Yonebayashi. *Trabalhar cansa* (2011), de Marco Dutra, *Body* (2015), de Małgorzata Szumowska, *O Porco Russo* (1994), de Hayaa Miyazaki, e, por último, contando com a participação da diretora para a realização de um debate, *Central* (2017).

Considerações Finais

Existe uma inconsciência da colonização do cinema e de outras narrativas, e esta invisibilidade bloqueia qualquer resistência (MATA, 2014, p.33). Torna-se de extrema importância pensar em uma forma de descolonizar nossos olhares para as obras cinematográficas, bem como para a reprodução de materiais que dupliquem o padrão hollywoodiano. Sendo assim, deve-se pensar no cinema como uma ferramenta que proporcione discussões acerca de questões que envolvam verdadeiramente os solos latino-americanos e não a uma matriz hegemônica pelas produções criadas com o intuito de retratar as questões globais que não cabem a nossa realidade.

Com base nas metas dos projetos, houve uma consolidação significativa das atividades, sendo que o banco de dados construído serviu como alicerce para a busca de obras que atendessem as expectativas dos projetos em relação às problemáticas e as questões culturais existentes na região do MERCOSUL, corroborando na ideia de descolonizar as telas de cinema e fazer parte da resistência dos estudos pós-coloniais. Além disso, o embasamento teórico serviu consideravelmente para as produções acadêmicas que foram apresentadas e escritas no decorrer

do projeto. A IC “Caderno de Filmes para Professores” está em andamento e já está colaborando para a formação de professores em relação ao uso do cinema como material pedagógico.

Por fim, pode-se afirmar que as atividades que o projeto desenvolveu com as exibições do “cine latino” obtiveram resultados agradáveis, uma vez que alunos e professores se engajaram nas discussões acerca das obras, realizando reflexões. Além disso, os espectadores desconstruíram os olhares de pré-conceito que possuíam em relação às obras mercosulinas, sendo protagonistas no processo de descolonização da perspectiva hollywoodiana que insiste em existir.

Referências Bibliográficas

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000;

FRESQUET, Adriana Mabel; PAES, Bruno Teixeira. A ESCOLA E O CINEMA: Algumas reflexões e apreensões frente à Lei 13.006/14. *Cinema e Educação em Debate*, [S.l.], v. 17, n. 47, p. 163-172, jan. 2016.

GETINO, Octavio. *Cine cationamericano, Economia y Nuevas Tecnologias*. Legasa, Buenos Aires, 1988 p.1-13.

MEDEIROS, Rosângela Fachel Cinemas do Mercosul: políticas de incentivo, coproduções e identidade cultural. *Mouseion*, n. 13, p. 155-171, 2012.

MEDEIROS, Rosângela Fachel: A transculturação como estética dos Cinemas latino-americanos. *Imagofagia*. Argentina, Nº 6, 2012.

PIOVESAN, A.; BARBOSA, L.; COSTA, S. B. Cinema e educação. In: *COLÓQUIO EAD. Comunicação*. Aracaju, 2010. Colóquio EAD comunicação, 2010.

RAMOS, José, M, O. BUENO Maria, L. *Cultura audiovisual e arte contemporânea*. São Paulo Perspec. vol.15 no.3 São Paulo Jul/Set. 2001

YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005.

YÚDICE, George. Las industrias culturales: más allá de la lógica puramente económica, el aporte social. *Pensar Iberoamerica. Revista de Cultura*. Nº 1. jun/set, 2002. Acessado em: 01 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric01a02.htm>

NARRATIVAS IGBO E O ENSINO DE HISTÓRIA DAS ÁFRICAS

IGBO NARRATIVES AND THE TEACHING OF AFRICAN HISTORY

Cadidja Assis Pinto

*Graduanda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED)
cadidjap@gmail.com*

Marina Fernandes Gonsalves

*Graduanda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED)
mfgonsalves@gmail.com*

Dr.^a Cláudia Mortari

*Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED)
claudiammortari@gmail.com*

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar a proposta pedagógica resultado de uma das ações vinculadas ao Programa Histórias Africanas e Indígenas: Olhares e práticas na Educação, desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais (AYA) da UDESC/FAED. A ação/projeto consiste na produção de um material didático virtual em formato interativo, tendo como base a obra literária do autor nigeriano Chinua Achebe (1930- 2013) intitulada O Mundo se Despedaça (Things fall apart, de 1958), objetivando contribuir para a implementação da lei 10.639/2003 e das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Diretrizes de 2004). Por meio da literatura, o material consiste em apresentar uma proposta para o ensino de História das Áfricas a partir do qual evidencia-se a agência das populações africanas e africanos como produtores de sua história, contribuindo para a construção de uma imagem não estereotipada, idílica e/ou eurocentrada das Áfricas. A obra de Achebe, escrita no contexto de independência da Nigéria, apresenta evidências da perspectiva do autor acerca dos desafios na constituição de uma identidade nigeriana e das superações da colonialidade. Portanto, o material desenvolvido pretende contribuir com a implementação da lei 10.639/2003 no esforço de construir um Ensino de História das Áfricas crítico e engajado com a luta antirracista, evidenciando a agência das populações africanas em seus processos históricos através da literatura.

Palavras-Chave: Ensino de História da África, Literatura, Educação.

ABSTRACT

This communication aims to present the pedagogical proposal resulting from one of the projects linked to the African and Indigenous Stories Program: Perspectives and practices in Education, developed within the framework of the Laboratory of Post-colonial and Decolonial Studies (AYA) of UDESC/FAED. The action/project consists in the production of a virtual didactic material in interactive format, based on the literary work of the Nigerian author Chinua Achebe (1930-2013) entitled Things fall apart (1958), aiming to contribute to the implementation of Law 10.639/2003 and the National Education Guidelines for Ethnic-Racial

Relations and Afro-Brazilian and African History and Culture (2004 Guidelines). Through the literature, the material consists of presenting a proposal for the teaching of History of Africa, from which the African population agency becomes evident as producers of its history, contributing to the construction of a non-stereotyped, idyllic and/or Eurocentric of Africa. The work of Achebe, written in the context of Nigeria's independence, presents evidence from the author's perspective on the challenges of building a Nigerian identity and overcoming coloniality. Therefore, the material developed intends to contribute to the implementation of law 10.639/2003 in the effort to construct an African History Teaching critical and engaged with the antiracist fight, highlighting the agency of the African populations in their historical processes through literature.

Keywords: Teaching of History of Africa, Literature, Education.

Introdução

Após anos de luta social e política por parte dos movimentos sociais, em especial os Movimentos Negros Brasileiros⁴, no ano de 2003 foi promulgada a lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e particulares, e no ano de 2004 instituída, também, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Em 2008, a lei 10.639/2003 foi modificada pela 11.645/08, em decorrência das lutas dos movimentos indígenas, incluindo a temática indígena nos currículos brasileiros⁵. Embora as leis representem caminhos importantes na construção de uma sociedade mais equânime e igualitária e se constituam como dispositivos resultantes de uma longa luta pelo direito à educação e história por parte de grupos que vivenciaram e vivenciam a violência, ainda são muitas as dificuldades para a implementação e prática das mesmas.

Com isso, desenvolvemos uma proposta pedagógica de material didático, produzido por docentes e estudantes de graduação em História vinculados ao Laboratório de Estudos Pós-

⁴ Movimentos negros aqui no plural deve-se as discussões empreendidas por PEREIRA, Amílcar Araújo. "Por uma autêntica democracia racial!": os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História. Hoje*, v. 1, nº 1, p. 111-128 – 2012.

⁵ O sistema de educação brasileiro é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada sob o número 9.394/1996. A Lei 10.639/03 alterou um dos artigos da LDB e que foi modificada novamente pela Lei 11.645/08, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Importante destacar, também, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Parecer 2004. Ao longo do texto, optamos por citar a Lei 10.639/03 por sua importância histórica e política relacionada ao Movimento Negro (MORTARI, 2016).

Coloniais e Decoloniais (AYA) da UDESC/FAED⁶, tendo como principal objetivo contribuir para a implementação das leis citadas e a construção e disseminação de conhecimentos de e sobre as Áfricas e os africanos considerando, também, a importância do diálogo entre as instituições de ensino superior e o espaço escolar para o desenvolvimento de tais conhecimentos e de propostas pedagógicas para sua transmissão. Buscamos questionar os preconceitos e estereótipos sobre o continente africano presentes na sociedade brasileira e, portanto, também, nas práticas escolares e materiais didáticos, visando uma pedagogia antirracista (MORTARI, 2016). A partir da ideia de “equilíbrio das histórias” de Chinua Achebe (MORTARI, 2016), consideramos essencial a construção do conhecimento histórico por uma perspectiva não idílica ou folclórica das Áfricas, de forma que os conteúdos abordados permitam a compreensão dos processos históricos por perspectivas que não refiram-se ao continente por meio de estereótipos e generalizações. De acordo com Mortari (2016), a construção do conhecimento histórico por essa perspectiva pressupõe três pontos essenciais:

Perceber as populações do continente como sujeitos e, portanto, partícipes atuantes do processo histórico e não apenas vítimas passivas, abordagem que por si só acaba por contribuir na construção de uma imagem inferiorizada do continente e de suas populações; perceber as Áfricas como um universo histórico-cultural diverso e complexo. Neste sentido, aponta para a ideia de “estudar a história africana com o mesmo tipo de abordagem que se aplica à história europeia ou brasileira.” (MORTARI, 2016, pp. 45)

Dessa forma, o equilíbrio das histórias não se trata de trocar o ensino *etnocêntrico* por um *afrocêntrico*, mas atentar-se para aplicar conteúdos e metodologias no ensino de história das Áfricas por um currículo amplo de forma que aborda elementos das questões culturais, étnicas, sociais, econômicas e políticas das diversas sociedades africanas em diferentes tempos e contextos históricos (MORTARI, 2016). Neste sentido, é necessário um posicionamento acerca da produção e circulação de conhecimentos, bem como de novas práticas educacionais que não desconectadas da Europa, “mas em uma postura de descentralizá-la enquanto lugar de referência única para pensar sobre o mundo” (MORTARI e WITTMAN, 2018, p. 159).

Neste sentido, a proposta do ensino de história por meio da literatura parte do entendimento da mesma enquanto fonte histórica, e que a partir da sua análise crítica é possível apontar evidências que possibilitem compreender as condições históricas do período em que foi escrita e os elementos históricos apresentados na narrativa, sendo que ambos são constitutivos

⁶ Os integrantes do grupo são: Prof.^a Dr.^a Cláudia Mortari; docentes Cadidja Assis Pinto, Emílio Ranieri Migliorini, Matheus Albuquerque Flores, Marina Fernandes Gonsalves, Katarina Kristie Martins Lopes Gabilan e William Felipe Martins Costa e ilustrações por Tarik Assis Pinto.

das intencionalidades do escritor. Consoante com Sevecenko (2003), a realidade produz a literatura de forma que as relações entre ambas sempre oscilam, em um movimento que traz visível a marca da história nas produções literárias. Para que uma obra de ficção nos permita fazer aproximações com os diversos significados da realidade histórica é preciso, segundo Pinsky e Luca (2009), confrontá-la com outras fontes e registros que permitam a contextualização da obra, possibilitando fazer levantamentos sobre os diferentes indivíduos ou grupos sociais retratados de maneira que possibilite a investigação da complexidade do imaginário histórico. Com base nestas perspectivas, pensamos que a literatura, produzida por escritores africanos, têm muito a contribuir para um ensino crítico de história das Áfricas, bem como, para o acesso a uma perspectiva africana acerca de suas próprias interpretações históricas. “Aliás, o próprio autor, em uma entrevista, declarou que sua intenção ao escrever sobre sua etnia era tornar visíveis ao mundo seus costumes e experiências históricas em contato com os colonizadores europeus, sem vitimizações e visões estereotipadas” (Apud MORTARI e WITTMAN, 2018, p.169).

“A arte como celebração da minha realidade”⁷: narrativas Igbo

O material didático produzido tem como objetivo evidenciar elementos que dizem respeito a organização social, cultural e histórica da sociedade Igbo na Nigéria⁸, a partir da escrita literária “O Mundo se Despedaça” (*Things Fall Apart*, publicado em 1958)⁹, de autoria de Chinua Achebe (1930-2013). O autor, de nacionalidade nigeriana, nasceu na cidade de Ogidi e pertence ao grupo Igbo. A obra na qual baseamos nossa produção foi escrita no contexto de lutas por independência na Nigéria, na qual Achebe teve importante participação, pois foi embaixador da Biafra (MAZRUI, WONDJI, 2010. pp. 689). Achebe foi um romancista, poeta, crítico literário, cujas obras exprimem seu questionamento a colonização e colonialismo, sendo considerado um dos autores africanos do campo de estudos pós-coloniais mais conhecidos e importantes do século XX.

(...) é consenso entre os estudiosos que campos literários novos foram gerados principalmente a partir das décadas de 1950 e 1960, imersos nos processos de luta por

⁷ Fragmento de um ensaio intitulado “A literatura africana como restabelecimento da celebração”, escrito em 1990 (apud ACHEBE, 2012, p. 115).

⁸ A República Federal da Nigéria tornou-se independente em 01 de outubro de 1960. Os dados da população de 2005, apontam que o país se constituía de 140 milhões de habitantes. Enquanto país multiétnico e de culturas diversas, contém cerca de 250 grupos étnicos, sendo os três principais os Igbos, Iorubás e Hauçás. Disponível em <<http://www.nigerianembassy-brazil.org/Portugues/NigerResumo/nigeresumo.htm>> Acesso em 14/04/2017.

⁹ É o primeiro livro de uma trilogia, sendo seguido por “A Paz Dura Pouco” (1960) e “A Flecha de Deus” (1964).

libertação política das sociedades que foram focos do colonialismo. Segundo Mafalda Leite, nesse contexto, a produção literária se caracterizou por se constituir de uma ruptura com a literatura do país colonizador, ancorando-se na proposta de se criar identidades locais, atribuindo formas e sentidos para as estruturas narrativas (MORTARI e GABILAN, 2017, p.63).

Consideramos importante evidenciar o conhecimento produzido pelos próprios africanos sobre o continente e sobre seus povos, uma vez que a narrativa literária nos permite conhecer as intencionalidades do autor e suas perspectivas acerca de processos históricos ocorridos bem como as formas de ser e estar no mundo de determinadas sociedades.

Neste sentido, o material didático apresenta, através de cenas do cotidiano narradas na literatura, as formas de organização e modos de ser, de viver e as relações de sociabilidade do povo descrito por Chinua Achebe. A obra está estruturada a partir da narrativa sobre a vida do protagonista, Okonkwo e sua família e vida na aldeia, no contexto histórico do final do XIX, culminando com o momento decisivo quando seu mundo se desmorona a partir da chegada do colonizador. As cenas foram escolhidas pensando, principalmente, em elementos que aparecem na narrativa relativas as formas de organização social, as hierarquias e relações de poder, a cosmovisão e a religiosidade, as relações com a plantação e a preparação de alimentos, a presença da oralidade no cotidiano, as formas de justiça dos Igbo, o aparecimento do homem branco e, com ele, o cristianismo e, conseqüentemente, as implicações do colonialismo na transformação das estruturas sociais e políticas. A partir destes elementos, que permeiam várias passagens da narrativa, elencamos temáticas gerais e passagens da obra, a partir das quais elaboramos o material didático. São elas: Formas de Justiça, Formas de Celebrar, as Relações de Poder, Formas de Morrer e Concepções de Deus(es), tendo em mente os principais eixos que perpassam pela literatura: ancestralidade, cosmovisão, tempo e tradição.

Tal escolha, esteve alicerçada, principalmente, na própria perspectiva de Achebe que, em uma de suas entrevistas afirmou:

Eu não tenho nenhuma pergunta – nenhuma dúvida que seja na minha mente sobre a minha humanidade ou a humanidade do meu povo. E a história que eu irei contar é para fazer essa humanidade ser aparente. Agora, você note eu estou falando sobre humanidade. Eu não estou falando de anjos. Não estou falando sobre coisas perfeitas. Eu estou falando sobre pessoas. E então isso era importante para mim – se eu não soubesse nada sobre escrita de romance, eu saberia esse único fato, que eu queria fazer a humanidade do meu povo ser aparente. E no final da minha história, o que eu estou dizendo para os meus leitores é, agora eu te falei a respeito dessas pessoas, eu te desafio a desafiar a humanidade deles. (ACHEBE, 2000)

O material didático consiste em uma plataforma virtual interativa, na qual será representada a aldeia de Umuófia (conforme Imagem 1), cenário do livro de Achebe, ilustrada e, também, algumas das cenas trabalhadas, sendo estas: uma reunião de líderes, relacionada

com o eixo Formas de Justiça; a cena do Festival do Novo Inhame, relacionada com o eixo Formas de Celebrar; e a cena do funeral de Ezeudu, um homem muito importante da aldeia, relacionada com o eixo Formas de Morrer. Para realizar as ilustrações, foi realizada uma extensa pesquisa de imagens do cotidiano do povo Igbo, além do estudo das descrições dos personagens, dos ambientes e das cenas que Chinua Achebe descreve em “O Mundo se Despedaça”.



Imagem 1. Mapa de Umuófia, Ilustração por Tarik Assis Pinto

A partir de uma descrição de uma reunião de líderes da aldeia, podemos entender alguns aspectos das formas de justiça dos Igbos, no período anterior a chegada do colonizador na região. Esta sociedade, organizada em forma de linhagens¹⁰, não possui uma pessoa responsável por tomar as decisões, como um rei ou líder. As questões são levadas aos mais antigos e aos espíritos ancestrais das aldeias, chamados de *Egwugwus* que se reúnem no *ilo*, um espaço amplo e aberto no qual ocorrem as deliberações importantes da aldeia. Segundo Achebe, os Igbos, ao se depararem com um conflito humano, não procuram saber quem é inocente ou culpado, quem

¹⁰ Sobre esta questão ver: MEILLASOOUX, 1995; M'BOKOLO, 2009.

está certo ou errado, seu objetivo é pensar em como solucionar o problema rapidamente restaurando, desta forma, a harmonia. Tal forma de justiça, está alicerçada no que se denomina Direito Consuetudinário (M'BOKOLO, 2009). A narrativa de Achebe, descreve uma sociedade complexa, com seus sistemas éticos, legais e de justiça antes da chegada dos europeus, da colonização e do colonialismo.



Imagem 2. Formas de Justiça: cena Reunião de Líderes. Ilustração por Tarik Assis Pinto

Na narrativa de Achebe, um dos eventos importante, constituía a chamada Semana da Paz, na qual é possível levantar evidências das formas em que se davam as algumas relações de poder entre os Igbos, anterior ao século XIX. Esta cena retrata um ocorrido em que Okonkwo, o protagonista do livro aqui estudado, agride fisicamente, de forma violenta, a sua esposa mais nova, pois ela não havia preparado sua comida. A semana na qual o personagem comete este ato é uma semana sagrada, pois se constitui de um período anterior ao novo plantio durante o qual não se devia trabalhar nem fazer mal a ninguém, sendo um momento de reforçar a paz e as boas relações entre os vizinhos e honrar a deusa da terra Ani. Sendo assim, se a agressão tivesse acontecido em qualquer outro momento, não teria sido vista como algo tão grave, mas como foi durante a Semana da Paz, Okonkwo recebeu uma punição da sacerdotisa de Ani. Nas relações domésticas Igbo, uma sociedade poligâmica, a cada dia da semana uma das esposas é

responsável por preparar o alimento e as refeições do chefe de família, e Ojiugo, a esposa mais nova do protagonista, quando provavelmente se esqueceu, ou perdeu o tempo por estar trançando seus cabelos, foi espancada por não cumprir sua responsabilidade. Achebe descreveu, neste capítulo, de forma muito sensível, tocante e marcante a violência praticada pelo personagem principal, evidenciando elementos tanto do modo de agir de Okonkwo, sempre preocupado em manter seu *status* de virilidade como acredita que um homem Igbo deve ser, bem como na maneira em que suas outras esposas, espantadas, tentaram defender Ojiugo aos gritos, usando a Semana da Paz como argumento, mas também muito assustadas com sua brutalidade. A deusa da Terra Ani é uma das divindades centrais de Umuófia, que apesar de ser uma divindade feminina, representa os interesses da Terra. As mulheres têm papéis essenciais em várias etapas do plantio, como a plantação, colheita e preparação do alimento, mas a preparação da terra e a plantação do Inhame são símbolos de virilidade e são tarefas pertencentes aos homens.

Com a cena do Festival do Novo Inhame, uma das principais celebrações do povo Igbo, a qual foi descrita pelo autor, podemos compreender um pouco sobre suas formas de celebrar. O inhame tem extrema importância, não apenas para os Igbos, mas para vários povos de diversas regiões da costa oeste africana, devido ao fato de serem agrícolas e de subsistência, que tiram seu sustento da terra e, por isso, se desenvolveram em torno de seu cultivo. Por estes motivos, estes povos celebram esta planta e o alimento. O Festival do Novo Inhame é um momento que marca o período da colheita e de iniciar o ciclo de um novo plantio do mesmo. É, também, nessa ocasião que na sociedade Igbo se comemora o ano novo, pois em sua concepção a percepção do tempo é concebida, dentre outras formas, pelas estações do ano e pelos períodos que definem a agricultura. Esta celebração tem relação direta com a comemoração a Aní, deusa da terra, e aos antepassados, pois, de acordo com a cosmovisão Igbo, o sucesso de sua colheita se deve a seus deuses (FREITAS, 2005, p. 35). Dessa forma, ao longo dos três dias de festival, acontecem rituais de celebração, preparação do alimento e as lutas, onde os guerreiros obtêm status e títulos ao vencerem. Esses elementos presentes no Festival do Novo Inhame nos possibilitam um possível entendimento da importância de celebrar para os Igbos e de alguns de seus significados.

Por se tratar de uma celebração, o Festival do Novo Inhame, ganha um caráter de união e harmonia com a família e com a comunidade. São preparados vários pratos a base de Inhame e, também, de outros ingredientes, como feijão, óleo de palma e milho. Essas preparações são realizadas com o intuito de serem compartilhadas por várias pessoas, sejam elas parentes,

pessoas da comunidade, ou visitantes. Sendo assim, é possível compreender que o festival possui, dentre seus vários significados, o de compartilhar, de agradecer e de entrar em comunhão com a comunidade.



Imagem 3. Formas de Celebrar: cena Festival do Novo Inhame. Ilustração por Tarik Assis Pinto

Com a cena do funeral de Ezeudu, um homem muito importante dentro da aldeia, podemos perceber como ocorrem as diferentes formas de morrer, como as pessoas lidam com está e como as relações sociais se relacionam com a morte. A partir da perspectiva da cosmovisão Igbo existem diversos rituais, processos e concepções que envolvem a morte em diferentes tempos e espaços. Ezeudu era o homem mais velho da aldeia e possuía títulos importantes, devido a isso, seu funeral durou o dia inteiro, da manhã à noite, e teve a presença de toda a população e dos *Egwugwus*. A presença dos *Egwugwus* é essencial pois eles são os espíritos dos antepassados personificados e mascarados, são a ligação entre o mundo dos humanos e o mundo dos espíritos. Nesta sociedade, quando uma pessoa idosa morre existem estágios para a preparação de sua morte, dentre eles: o anúncio da morte, preparação do corpo para o enterro, o funeral e os rituais, banquetes e cerimônias dos dias que se seguem ao enterro. Entre este povo, na narrativa de Achebe, quando um ancião morre, sua morte é anunciada por fortes gritos de luto e tiroteio de armas e canhão. Seus mortos devem ser honrados, pois os antepassados representam continuidade e a linha parental. Na concepção de sua cosmovisão, a

vida de cada um é considerada, desde o nascimento até a morte, uma série de ritos de transição que os aproximam de seus antepassados. (ACHEBE. 2009. P. 141)



Imagem 4. Formas de Morrer: cena Funeral de Ezeudu. Ilustração por Tarik Assis Pinto

Em “O Mundo se Despedaça” há uma cena em que é representada uma conversa entre os missionários cristãos que chegam na aldeia retratada no livro e os Igbos. Em um dado momento histórico, caracterizado pelo processo de expansão imperial no continente africano, instituições cristãs desencadearam ações enviando missionários com o objetivo de expansão de suas ideias, cristianização e civilização das populações locais (M`BOKOLO, 2007). É a partir desse momento que o cristianismo começa a crescer e ganhar espaço dentro da região conhecida hoje como Nigéria, desse modo, alterando a forma como as populações deste local estavam antes conectadas ao seu modo de ser e viver. Na narrativa de Achebe, é possível perceber o posicionamento crítico do autor em relação a forma como os europeus concebiam as cosmovisões dos Igbos como inferiores. Mas, mais do que isso, trata-se de um posicionamento contundente em relação as consequências da presença do elemento colonizador e, portanto, da expansão de uma forma colonial de ser e estar no mundo frente às populações africanas locais.

Pensamos que as escolhas das temáticas para a construção do material didático, realizadas tendo por base uma obra literária escrita por um autor africano, possibilitam que seja

possível levantar evidências de modos de vida, ser e estar no mundo da sociedade Igbo. A escrita de Achebe, marcada pelo seu próprio tempo e contexto, narra sobre pessoas: seus limites, sonhos, escolhas, dores, relações, lutas, mortes, cantares. O autor, ao articular cultura e história, contribui com sua obra para o conhecimento de uma perspectiva não estereotipada de África. Aliás, aí pode ser que se encontre uma chave importante para pensar a relação entre ensino, educação e arte. Nas palavras do escritor:

Concordo, claro, que uma boa arte muda as coisas. Mas ela não faz isso com a mesma equivalência linear, descomplicada, da magia por simpatia - a que manda o praticante vasculhar na floresta em busca de folhas manchadas para curar um paciente que está cheio de manchas. Isso não é medicina, mas charlatanismo. As boas causas podemos fracassar, e fracassam, mesmo quando as pessoas que as defendem e as encabeçam não têm, em si mesmas, alguma falha grave. Esse é, naturalmente, o material para a tragédia na literatura, com seus muitos caminhos intrincados para nos afetar, os quais não posso aprofundar aqui (ACHEBE, 2012, p. 130)

Referências Bibliográficas

ACHEBE, Chinua. **A Educação de uma Criança sob o Protetorado Britânico: Ensaio/Chinua Achebe**: Tradução Isa Maria Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ACHEBE, Chinua. **O Mundo se Despedaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ACHEBE, Chinua. Entrevista concedida ao The Atlantic online. An African Voice, 2 agosto, 2000. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/past/docs/unbound/interviews/ba2000-08-02.htm>>. Acessado em: 07 out. 2016.

FREITAS, Cristina Ferreira Pinto Mendes de. **O Processo de Descolonização Literária em África-os casos de Chinua Achebe, Ahmadou Kourouma e Mia Couto**. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 689

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra. História e civilizações. Do século XIX aos nossos dias**. Tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra. História e civilizações**. Lisboa: Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.

MEILLASOUX, Claude. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Portugal: Edições Pedagogo, 2013.

MORTARI, Claudia. O ensino de História das Áfricas e a Historiografia: alguns apontamentos. MORTARI, Claudia (org.). **Introdução aos Estudos Africanos e da Diáspora**.

MORTARI, Claudia. O “equilíbrio das histórias”- reflexões em torno de experiências. In: PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Nossa África: ensino e pesquisa (orgs)**. São Leopoldo: Oikos, 2016. P. 41-53.

MORTARI, Cláudia; WITTMANN, Luisa Tombini. Histórias compartilhadas: propostas universitárias de construção de conhecimentos decolonizados. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.39, p. 154 - 176, jan./abr. 2018.

MORTARI, Cláudia; GABILAN, Katarina Kristie Martins Lopes. “Concordo, claro, que uma boa arte muda as coisas”. A escrita literária de Chinua Achebe e a crítica a colonialidade. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, Ano X, Nº XX, dezembro/2017, p. 56-73.

NWOBU, Stella. **The Functions and Spiritual Connotations of Traditional Music Performance with Particular Reference to Ufie Music in Igboland**. AFRREV IJAH, Vol.2 (3) July, 2013, p.210- 227.

NWOYE, Chinwe M. A.. **Igbo cultural and religious worldview: An insider’s perspective**. Journal Of Sociology And Anthropology, Dodoma, v. 39, n. 9, p.304-317, 21 set. 2011.

OGBUJAH, C. **Ethics, Law and Justice in Achebe’s Things Fall Apart**. IOSR Journal Of Humanities And Social Science. Volume 19, Issue 12, Ver. I (Dec. 2014), PP 42-49.

OSSAI, Anayo Benjamin. **Ossai: Time in Igbo Cosmology: The ritual & its values.** Ogirisi: a new journal of African studies vol 12s, 2016. P.54-67

PEREIRA, Amilcar Araújo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História. Hoje*, v. 1, nº 1, p. 111-128 – 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. In: FERREIRA, Celso. **A fonte fecunda.** Ed. Contexto. 2009. P.61-91.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. confronto categórico: a literatura como missão.** Ed. Companhia das Letras. São Paulo. 2003. p. 236-284.

RESTAURAÇÃO DE PAPEL: COMPARAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO A SECO

PAPER RESTORATION: COMPARISON OF DRY HYGIENIC PRODUCTS

*Carolina Leticia Nagata
Graduanda em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis/UFPEL
carolina.nagata@hotmail.com*

*Mariana Schneider Moyses
Graduanda em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis/UFPEL
mariana.schneider@outlook.com.br*

*Raquel França Garcia Augustin
Mestre em Ciência da Informação/UFMG
rfgaugustin@gmail.com*

RESUMO

A preservação da cultura material engloba várias esferas de atuação de caráter indireto ou caráter direto. A restauração pode ser considerada uma instância aplicada, sendo iniciada, geralmente, pela limpeza mecânica dos bens, a qual contribui para a remoção de sujidades que provocam a degradação química e estética da obra. Em bens culturais em papel, o suporte muitas vezes compõe o plano de fundo da mídia e, quando este é alterado, a fruição da obra é afetada. O estudo em andamento visa definir a eficiência de diferentes borrachas, observando seu comportamento e resultado. Para tanto, realizou-se a higienização a seco com a abertura de janelas em amostras confeccionadas para tal (aquarela em papel degradada com a aplicação proposital de sujidades). Utilizou-se borrachas inteiras e em pó. Estabeleceu-se terminologias e escalas para cada aspecto observado. Como resultados prévios, observou-se um menor grau de abrasão e remoção de sujidade nas janelas produzidas com pó de borracha, mas também um grau de limpeza insatisfatório. O contrário foi notado com a utilização da borracha inteira: maior limpeza, abrasão e remoção de pigmento. Julgando a integridade material dos bens, o uso de pó de borracha seria o mais adequado, mantendo a camada pictórica e evitando abrasão das fibras. Porém, em obras com valor artístico, a sujidade depositada pode interferir na leitura da obra, diante disso necessita-se de uma maior reflexão e pesquisas a respeito do procedimento, já que a vulnerabilidade da mídia pode apresentar um risco de danos aos bens culturais em papel. Portanto, reitera-se que a higienização seja realizada somente após uma análise das particularidades da obra, a realização de testes e a ponderação dos riscos a que ela está submetida.

Palavras-chave: Restauração; Higienização; Acidificação; Materiais de restauração; Papel.

ABSTRACT

The preservation of material culture encompasses several spheres of action. The restoration can be considered an applied manner of preservation. One of the first actions applied is the cleaning of the materia of the cultural heritage.. In many works of art on paper, support is often the background

of the media, and when it is changed, the enjoyment of the work is affected. The current study aims to define the efficiency of different rubbers, observing their behavior and results. For this, a dry cleaning was performed with the opening of a window in samples made for this purpose (watercolor on degraded paper with a purposeful application of dust). Whole and powdered rubbers were used. Terminologies and scales were established for each observed aspect. As it turned out, a degree of abrasion and removal of dirt on the paper windows was observed, but also an unsatisfactory degree of cleaning. The opposite was noted with the use of whole rubber: greater cleaning, abrasion and removal of pigment. By judging material integrity, it was observed that the use of rubber powder would be the most appropriate, maintaining a pictorial layer and avoiding abrasion of the fibers. However, in works with artistic value, deposited dirt can interfere with the comprehension of the work, so there's a need of reflection about the risks of even a dry cleaning.

Keywords: Restoration. Dry cleaning. Acidification. Restoration products. Paper.

Considerações Iniciais

O Patrimônio Histórico e Artístico de uma nação ou comunidade, entendido como o Patrimônio Cultural, engloba as referências culturais e identitárias de uma sociedade. Aspectos como os valores a ele associados, a informação a ele vinculada e a matéria que o constitui são intrínsecos ao bem cultural demarcando sua relevância simbólica e a importância de sua preservação. Dessa forma é possível reconhecer que o patrimônio cultural compreende muito mais do que as construções e pertences antigos, sendo inerente à sua identificação a relação de simbolismo, pertencimento, preservação e transmissão do acervo memorial de uma nação ou povo (YAMASHITA; PALETTA, 2006).

A preservação¹¹ da cultura material visa a permanência física do bem enquanto testemunho histórico e o acesso à informação, englobando diversas práticas de salvaguarda diretas e indiretas sobre o documento. A restauração constitui-se como ação direta para

¹¹ É importante estabelecer terminologias para facilitar a comunicação entre profissionais a nível regional, nacional e internacional e com o público em geral, contextualizando e promovendo, dessa forma, a divulgação científica e a visibilidade da área do patrimônio. Dessa forma, utilizam-se nessa pesquisa, as definições abaixo:

- Preservação: ações (OLIVEIRA, 2009) e estratégias de ordem administrativa, política e operacional (CASSARES, 2000) que visam a integridade e permanência de um documento.
- Conservação: conjunto de ações que visam estabilizar ou desacelerar o processo de degradação de um bem cultural, abrange a conservação preventiva e curativa (CASSARES, 2000). De acordo com o ICOM-CC (2008) também engloba a restauração.
- Conservação preventiva atua no contexto ou área circundante ao bem, geralmente em grupos ou coleções de modo indireto (ICOM-CC, 2008).
- Conservação curativa engloba ações diretas sobre um bem ou um conjunto em estado mais avançado de deterioração, visa deter processos degradativos ou reforçar a sua estrutura (ICOM-CC, 2008).
- Restauração abarca as ações aplicadas a bens individuais estáveis ou com danos já estabilizados (que não irão cronificar), que perderam sua função ou parte de seu significado devido a alterações dos seus aspectos estéticos ou físicos (ICOM-CC, 2008).

recuperação de valor ou função de um documento, enquanto políticas de preservação são exemplos de estratégias indiretas contra a deterioração das coleções (YAMASHITA; PALETTA, 2006). A higienização é uma das ações iniciais do processo de restauração objetivando prolongar a vida útil dos documentos¹² e configura-se também como ação de conservação preventiva ou curativa, prevenindo, remediando e diminuindo o risco de perda ou danos irreversíveis que comprometam o acesso à informação.

Nesse contexto, a preservação do patrimônio se dá além das técnicas de intervenções e estratégias, sendo imprescindível a escolha de materiais adequados e a ponderação de todos os aspectos, fragilidades e necessidades de cada documento. A presente pesquisa visa atestar a eficácia de materiais de higienização considerando seu acesso e custo-benefício para instituições de preservação em âmbito nacional. Será focada a higienização a seco, estritamente com a utilização de borrachas como materiais específicos desse procedimento. Sobretudo, optou-se por trabalhar a higienização de obras de arte em papel exclusivamente com pintura em aquarela devido as suas diversas particularidades e fragilidades diante dos processos de conservação-restauração.

A higienização de obras de arte em papel

O acúmulo de sujidades¹³, decorrente da exposição ou armazenamento inadequado dos bens culturais, contribui para a degradação da obra de arte com suporte em papel em termos estéticos e químicos uma vez que interfere na leitura e apreciação da obra e promove um meio para ocorrência da hidrólise ácida. Em termos estéticos, camadas de sujidade depositadas sobre a superfície podem dificultar o cumprimento adequado da função específica do documento artístico em papel, conforme apontado por Clavain, (2009) e sintetizado por Lloyd:

"O pó modifica a aparência dos objetos, obscurecendo detalhes ou enaltecendo um tipo de 'pátina' que reflete o uso prévio ou negligência. As superfícies de objetos decorativos e trabalhos de arte são fundamentais para a sua significância e para apreciação dos mesmos, logo, uma quantidade excessiva de depósito de pó, irá reduzir o valor estético e evidencial da obra, dessa forma, afetando os padrões de apresentação. O pó depositado também pode causar dano físico ou alteração química dos materiais." (LLOYD ET AL, 2007, p. 135-136) (tradução nossa)¹⁴.

¹² Considera-se documentos tudo aquilo que comporta dados, ou seja, todos os objetos passíveis de interpretação e formação de uma informação.

¹³ A sujidade superficial pode ser definida, de forma geral, como todo material estranho não pertencente ao documento original.

¹⁴ "Dust changes the appearance of objects, obscuring detail or creating a type of 'patina' reflecting past use or neglect. The surfaces of decorative objects and works of art are fundamental to their significance and our appreciation of them, so excessive deposits reduce both the aesthetic and evidential value, thus affecting Standards of presentation. Deposited dust can also cause physical damage or chemical alteration to materials [...]" (LLOYD ET AL, 2007, p.135 e 136)

Dessa forma, a sujidade pode afetar a interpretação ou cumprimento de sua função, por outro lado, pode criar uma particularidade adicional à obra, visto que o depósito de sujidades é também um processo histórico do documento, seja natural ou proposital. E tal singularidade define as relações entre obra e espectador (fruição e reconhecimento), caracterizando-se como outro aspecto que deve ser ponderado num processo interventivo, sendo a falsa pátina (seu acréscimo ou a sua retirada) uma forma de negligência à história da obra e a materialidade da mesma, podendo afetar do mesmo modo que a sujidade, a sua interpretação e cumprimento de sua função. De tal forma, faz-se necessário ponderar o ponto de equilíbrio da pátina para garantir a fruição da obra de arte, tendo em vista sua unidade potencial, suas instâncias histórica e estética, sem desconsiderar a singularidade intrínseca quanto ao seu reconhecimento como obra de arte (BRANDI, 2004).

Em termos químicos, Clavain (2009) enuncia que a importância da remoção de sujidades se baseia nos efeitos nocivos que os mesmos causam e que comprometem a permanência da obra. Com foco no objeto de pesquisa, obras de arte com suporte em papel são gravemente afetadas pela hidrólise ácida, associando-se diretamente, mas não unicamente, ao depósito de sujidades superficiais sobre o papel. A hidrólise ácida configura-se como a quebra das cadeias poliméricas da molécula de celulose por moléculas de água em meio ácido gerando rigidez nas fibras e consequente perda de resistência mecânica. Ela necessita de um meio ácido para ocorrer - o qual pode ser ocasionado pela interface com materiais detentores de pH abaixo de 7 derivados da montagem da obra, da sua composição¹⁵ ou do contato com sujidades superficiais – sendo intensificada em um ambiente com alto teor de umidade relativa.

Visando evitar tais danos, a conservação de obras de arte em papel abarca duas grandes categorias de técnicas de limpeza: a remoção mecânica e a dissolução (VIÑAS, 2010). A remoção mecânica também é denominada como higienização a seco e compreende as técnicas de remoção de sujidades superficiais como partículas de terra, poeira, pelos, restos de alimentos, pele morta, microrganismos, entre outros, utilizando esforços mecânicos aplicados no documento por meio de trinchas, bisturis, espátulas, borrachas e pó de borracha. Em virtude dos movimentos de fricção relacionados à limpeza com borrachas e pó de borracha, a este tipo

¹⁵ A presença de lignina nos papéis de pasta de madeira torna-os mais instáveis do que os de trapo e do que os fabricados com finalidade artística com alto teor ou compostos unicamente por fibras de algodão. A demanda e o alto custo da matéria-prima do papel de trapo (fabricado com linho, algodão e/ou canhamo) foram fatores que levaram ao surgimento do papel de pasta de madeira. A hemicelulose e a lignina, presentes na madeira, favorecem a oxidação e a acidificação, gerando amarelecimento e rigidez das fibras (aspecto quebradiço). Além dessas substâncias podem ser adicionados ao papel, aditivos que conferem características ideais para a sua aplicação, como: cargas, colas, corantes e outros que também podem conferir danos ao suporte, como a colagem ácida. Por fim, a própria tinta utilizada pode ser outro fator de degradação se composta por componentes ácidos, um exemplo é a tinta ferrogálica.

de limpeza se vinculam as possibilidades de danos como abrasão, remoção de pigmentos, esmaecimento das cores, etc. E as técnicas mais suscetíveis à sua ocorrência são as técnicas de pigmento solto, como o grafite e o pastel seco, nas quais ocorre a deposição do pigmento sobre o suporte onde é aderido superficialmente através da rugosidade presente no papel. Já adissolução compreende as técnicas aquosas e semi-aquosas, utilizando banhos, hidrogéis e solventes visando remover manchas, sujidades e produtos de acidificação do suporte. Em virtude do meio aquoso, algumas obras se apresentam sensíveis a tais procedimentos diretos ou indiretos por conta da solubilidade de suas tintas mesmo após secas. Portanto, esses procedimentos podem causar manchas, sangramentos e a dissolução de pigmentos. Cabe reforçar que todos os danos citados anteriormente, afetam a materialidade das obras e os dados a ela vinculados, devendo ser essencialmente ponderados no plano de intervenção.

A limpeza pode ser efetuada como sendo parte do processo de restauração ou apenas como forma de manter a integridade visual do objeto promovendo maior longevidade através da conservação preventiva. Autores como Jayme Spinelli (2010), defendem a retirada dos componentes degradantes da obra aspirando maior segurança em relação à saúde do profissional que manuseia o arquivo, juntamente com suas preocupações estéticas e estruturais. Abrangendo a limpeza mecânica com trincha ou com auxílio de aspirador de pó, mesas de higienização, utilização de pó de borracha para melhorar seu aspecto físico, remoção de cliques, grampos e outros materiais sólidos que estejam acometendo maiores danos à obra. Assim como Spinelli, Maria Aparecida de VriesMársico (2010) apresenta o propósito da limpeza inerente à conservação preventiva como sendo o de minimizar possíveis danos ao objeto e prolongar-lhe a vida útil, tratando de sistematizar a política de preservação e tornar a higienização uma prática regular a todo o acervo dentro das instituições de salvaguarda. A execução da limpeza periódica garante ao papel legibilidade e integridade para que o suporte mantenha suas especificidades e não se torne facilmente suscetível aos agentes externos.

Dentre as técnicas utilizadas para a elaboração de obras gráficas em papel, destaca-se a aquarela, caracterizada como uma técnica bastante versátil e apreciada pelos artistas, contando com amplo uso na arte contemporânea, nas ilustrações artísticas e de design. Os resultados do emprego da aquarela sobre o papel se manifestam de forma satisfatória ao estudo por conta da sua técnica de aplicação de tinta diluída em bastante água, de forma a compor finas camadas do pigmento que promovem transparência e refletem parcialmente o branco da superfície do suporte após a secagem, enfatizando as alterações visuais causadas pela deposição de sujidades, as quais são facilmente percebidas, causando uma perturbação estética que pode interferir na significância e apreciação da obra.

A aquarela possui como aspecto positivo a adesão da tinta às fibras do suporte, configurando-se estável ao toque, tendo em vista que é uma de suas vantagens em relação às técnicas de pigmento solto que, em virtude da friabilidade dos pigmentos, exigem um maior cuidado em seu manuseio e nos procedimentos de higienização, conforme supracitado. Porém, a desvantagem da técnica se vincula ao fato da camada cromática ser suscetível à solubilização, o que confere uma relevância maior ao processo de higienização a seco, visto que raramente essas obras podem passar por procedimentos aplicados em meio aquoso e quando passam utilizam-se de meios indiretos de aplicação.

Acesso aos materiais especializados e sua problemática

Dentre as diversas dificuldades que a área do patrimônio confronta, uma delas é a falta ou indisponibilidade de determinados produtos especializados no mercado brasileiro e a taxa de altos impostos nas mercadorias importadas, tornando-se um empecilho para a aquisição de materiais pelas instituições ou profissionais interessados. Também é comum não encontrar os materiais de interesse em lojas físicas no Brasil, obrigando o consumidor a recorrer às lojas online. Neste nicho de mercado, a variedade e a disponibilidade são vastas, porém a demora na entrega do produto pode se tornar um problema para tratamentos imediatos e de urgência. Assim como a impossibilidade de conhecer o material previamente. Por exemplo, a rigidez das borrachas não é desejada para documentos ou obras delicadas, mas não é possível notar essa característica apenas por fotos. A presença física auxiliaria na distinção das borrachas, evitando custos desnecessários e o tempo de entrega do produto.

O setor público conta ainda com a requisição de orçamentos das empresas nacionais e internacionais para aprovação. Tal burocracia é feita visando à retenção de gastos, no entanto, acaba por afetar a qualidade dos produtos. A falta de mercadorias nacionais especializadas faz com que a disponibilidade do material em outras distribuidoras se torne reduzida, limitando a sua busca.

Metodologia de Pesquisa

Para a realização da pesquisa foram confeccionados 6 protótipos em papel para aquarela da marca Royal Talens, linha van Gogh, 200g/m² com o uso das tintas nas cores: Rosa Quinacridona, Amarelo Claro e Azul Ftalo, do mesmo fabricante (FIGURA 1). A utilização de materiais artísticos e profissionais para a confecção dos protótipos foi uma escolha pautada na legitimidade dos resultados e na relação entre os produtos pictóricos e o suporte adequado, uma

vez que a técnica de aquarela necessita de cuidados específicos devido as suas particularidades e dificuldades na área da conservação. Após finalizados e secos, cada um dos protótipos recebeu propositalmente a deposição de sujidades, de modo a simularem estados extremos de acúmulo de contaminantes superficiais para a realização de testes de limpeza, visando a utilização de materiais específicos que eliminem a maior quantidade de sujidades e confirmem menor agressão possível aos componentes das obras.



Figura 1: Materiais utilizados para fabricação dos protótipos: papel e tinta da marca Royal Talens, linha Van Gogh. Fonte: das autoras, 2018.

Partindo do princípio da higienização de bens culturais com suporte em papel em que o procedimento é embasado nas questões de limpeza com borrachas, preliminarmente foram realizados levantamentos e uma listagem de materiais possivelmente compatíveis com as necessidades das obras (produtos artísticos, técnicos e populares) e que estivessem disponíveis no mercado nacional (lojas físicas e virtuais) (FIGURA 2).



Figura 2: Relação das borrachas utilizadas para os testes de comparação. Fonte: das autoras, 2018.

A partir da pesquisa foram enumeradas 48 borrachas para participarem do estudo. Após a aquisição dos produtos, foram destacadas 79 janelas (FIGURA 3), utilizando as borrachas selecionadas em bloco e/ou como pó de borracha. A visualização da limpeza decorrente de cada um dos materiais foi realizada por meio da comparação proporcionada pelas janelas de teste que permitiram uma melhor observação do desgaste do suporte e da remoção da camada pictórica nos seus diferentes estados.



Figura 3: Relação dos protótipos fabricados com deposição de sujeira e abertura das janelas de testes (p1 a p4). Fonte: das autoras, 2018.

Posteriormente à abertura das janelas e da higienização pôde-se reparar diversos graus de limpeza e de abrasão, desenvolvendo-se escalas dos graus de interferência acometidos à obra por meio das análises organolépticas e sob microscópio com ampliação de 34x sob luz rasante (luz incidida entre 0° a 30° em relação ao plano do documento) a fim de destacar a topografia da superfície do papel, facilitando a leitura de abrasão e evidenciando fibras suspensas, para constatar a eficácia das borrachas e os danos causados durante a remoção das sujidades.

Diante da discussão acerca das modificações causadas ao suporte e à camada pictórica por consequência do uso das borrachas, foram estabelecidas as seguintes escalas: para o grau de limpeza em péssimo; ruim \pm ; regular \pm ; e bom, já para o grau de abrasão em muito pouco; pouco; e médio.

Discussão dos Resultados

Como expectável, de modo geral, as janelas destacadas utilizando as borrachas em bloco rígido apresentaram maior grau de limpeza e contraste comparado às janelas decorrentes do uso de limpa tipos e pó de borrachas. O formato e a composição das borrachas inteiras permitem maior firmeza de manuseio e precisão de limpeza, porém os esforços mecânicos aplicados à obra geram maior desgaste (abrasão). Devido à aplicação das borrachas limpa tipos ocorrerem por contato, isto é, não existir fricção, as janelas produzidas com esse tipo de material não apresentaram abrasão, porém o grau de limpeza não foi acentuado como no caso anterior. Do mesmo modo, a aplicação do pó de borracha não se sujeita a grandes esforços mecânicos, sendo mais seguro para obras de arte por evitar o desgaste do suporte e da camada pictórica, não apresentando janelas de teste com alto grau de limpeza, nem com alto grau de abrasão, deixando vestígios da pátina remanescente. De modo que essa tipologia de aplicação, a borracha em pó, garante uma aplicação mais homogênea e menos pontual, respeitando o ponto de equilíbrio da pátina, como discutido anteriormente. Serão apresentadas a seguir algumas janelas de testes que evidenciam e corroboram as evidências supracitadas.

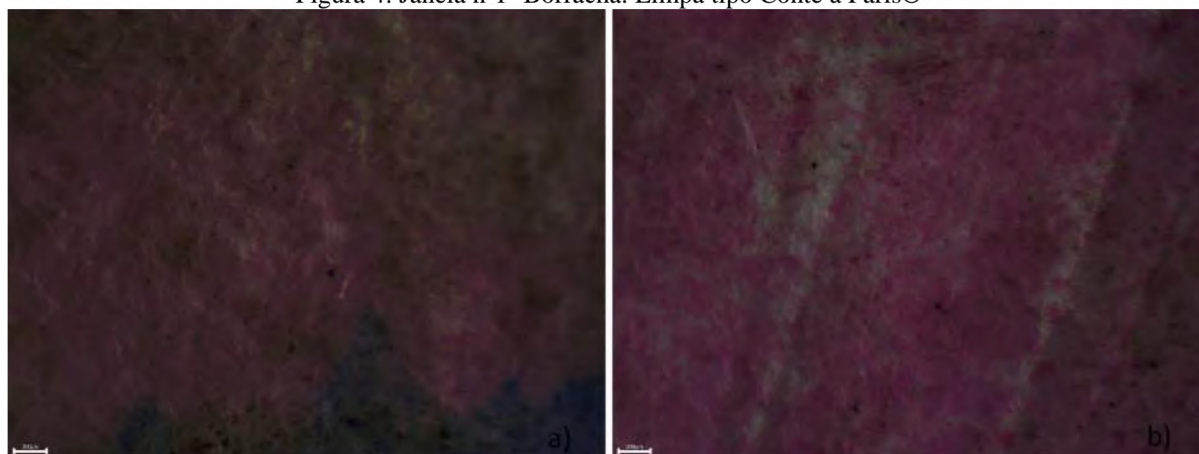
A primeira janela de teste a ser destacada foi confeccionada com a borracha limpa tipo da Conté à Paris®, marca estrangeira e de caráter artístico (FIGURA 4). Observou-se que a aplicação deixou resíduo adesivo, que não foi eficiente para a remoção de sujidades e propiciou maior acúmulo de sujidades nessa área.

A figura 5 apresenta a diferença na eficácia de remoção de sujidades, ilustrando também o levantamento de fibras (a) e a remoção de pigmentos (b) gerada por cada uma das borrachas, respectivamente, limpa tipo (a) e em bloco (b), num plano referencial de mesmo matiz. A

borracha limpa tipo age por contato, enquanto as borrachas em bloco, por atrito. Evidentemente, as limpa tipos são melhores quando se considera a preservação material.



Figura 4: Janela nº1- Borracha: Limpa tipo Conté à Paris®



Figuras 5: Janelas nº 2 e 4- [respectivamente a) e b)] Borrachas: limpa tipo Cretacolor® e natural Koh-I-Noor®

A figura 6 apresenta a diferença de remoção de sujidades entre borrachas em bloco (primeira imagem) e o pó das mesmas (segunda). Neste caso, utilizou-se a borracha Exam Grade da marca Stabilo®, nas diferentes condições. Porém, observou-se que o pó de borracha causou maior grau de abrasão e suspensão das fibras do papel e menor índice de limpeza.

A figura 7 estabelece o comparativo da borracha Dustfree da marca Faber-Castell®, de caráter técnico, em diferentes condições. Na primeira imagem, testou-se a borracha em bloco, observando-se maior abrasão, como esperado, porém, se verifica maior remoção de sujidades na segunda imagem em que foi aplicada a borracha em pó.

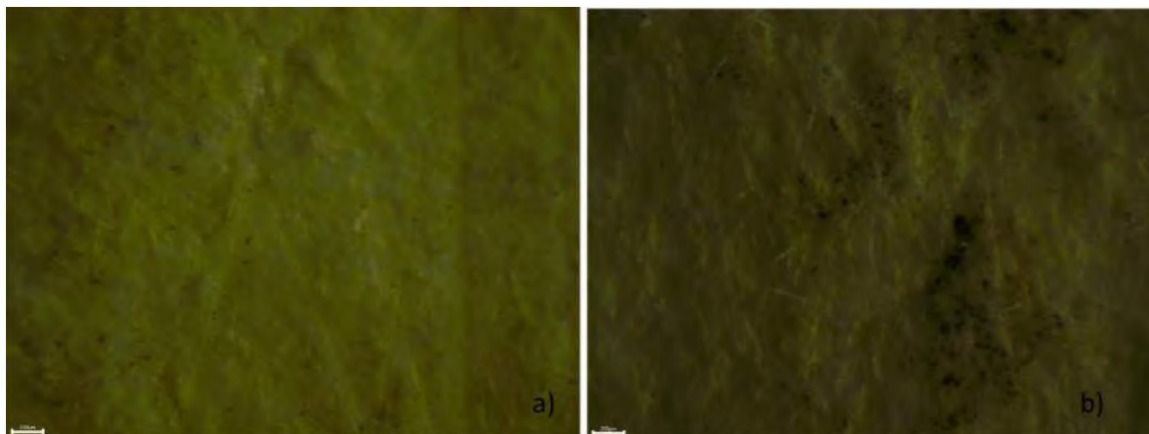


Figura 6: Janelas nº5 e 51- [respectivamente a) e b)] Borracha: Stabilo®Exam Grade bloco e pó da mesma.

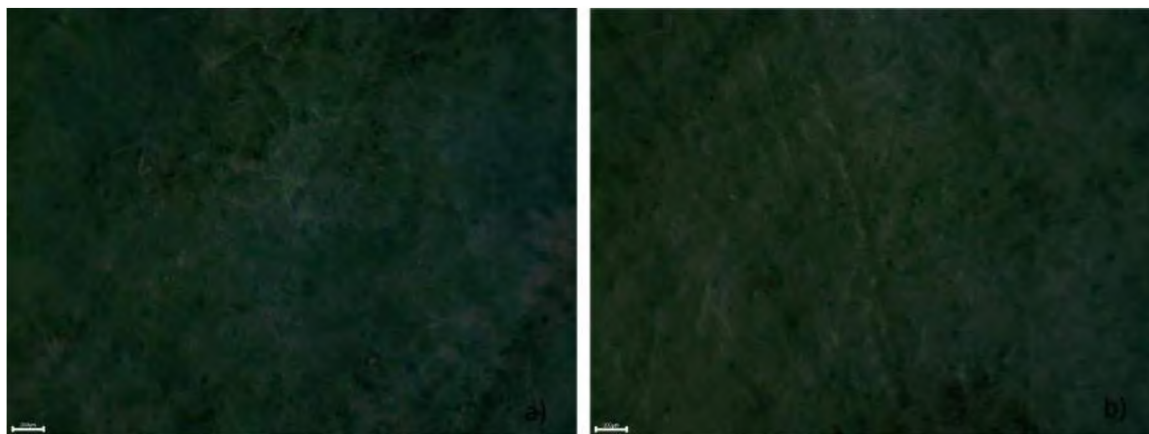


Figura 7: Janelas nº17 e 61- [respectivamente a) e b)] Borracha: Dustfree Faber-Castell® bloco e pó da mesma.

Considerações Finais

Além das problemáticas ressaltadas ao longo deste trabalho, evidencia-se recorrente utilização de técnicas mistas incorporadas às pinturas em aquarela (nanquim, grafite, guache, etc.) para a composição da obra de arte pelo artista, principalmente quando considera-se valorização da exploração de diferentes materiais em interação, incitada na arte contemporânea. Dessa forma, considerando os riscos provenientes das particularidades de cada obra, salienta-se a importância de análises, reflexões e do estabelecimento de objetivos para com a obra para as tomadas de decisões de intervenção, visto que a perda do material pictórico original é um dano irreversível.

Além desses aspectos, a utilização de material inadequado, potencializa esses riscos. Porém, como discutido anteriormente, se encontra muita dificuldade no acesso aos materiais especializados, muitas vezes temos a inexistência ou o desconhecimento dos mesmos. Nesse sentido, também é preciso mais espaços de diálogos interdisciplinares para a visibilidade da área de patrimônio e conscientização das problemáticas e dificuldades existentes, os quais podem contribuir por meio de pesquisas, trabalhos e materiais para a preservação patrimonial.

Até o atual estágio de pesquisa deste trabalho, podemos considerar a borracha Dustfree da marca Faber-Castell® como adequada, eficiente e que atende as problemáticas que nortearam o projeto. A aplicação do pó da borracha Dustfree (Faber-Castell®) se apresentou melhor em termos de remoção de sujidade em desconformidade com o grau de abrasão, que foi imprevisto, porém fortuito para a eficiência de limpeza que se buscou nessa pesquisa. Outros fatores satisfatórios são a disponibilidade do produto em lojas físicas, a distribuição do mesmo na maior parte do país, o custo acessível e o fato do produto possuir caráter técnico que corresponde a um mínimo comprometimento com a sua eficiência.

Referências Bibliográficas

- ABRACOR. Terminologia para Definir a Conservação do Patrimônio Cultural Tangível. **Boletim Eletrônico da ABRACOR**, n. 1, jun., 2010.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Artes e Ofícios, 2004.
- CASSARES, Norma C. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo/SP, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.
- CLAVAÍN, Javier T. **La Restauración em Libros y Documentos: Técnicas de Intervención**. Ollero y Ramos. 2009.
- IANNUCELLI, Simonetta; SOTGIU, Silvia. Wet Treatments of Work of Art on Paper with Rigid Gellan Gels. **The Book and Paper Group Annual**, n. 29, 2010. p. 25-39.
- LLOYD, Helen; *et al.* EconomicsofDust. **Studies in Conservation**, v. 52, n. 2, 2007. p. 135-146.
- MÁRSICO, Maria A. de V. Termo de Referência para Higienização de Acervos Bibliográficos. **Boletim Eletrônico da ABRACOR**, n.2, out., 2010. p.2-5
- OLIVEIRA, Raquel D. Teoria e Prática da Restauração. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, Santos/SP, Mestrado em Gestão de Negócios- Universidade Católica de Santos, v. 6, n. 7, jul./set., 2009. p.75-91
- VIÑAS, Salvador M. **La Restauración del Papel**. Madrid, Editora Tecnos. 2010
- YAMASHITA, Marina M.; PALETTA, Fátima A.C. Preservação do Patrimônio Documental e Bibliográfico com Ênfase na Higienização de Livros e Documentos Textuais. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, ago./dez., 2006. p.172-184.

O CAIÇARA SILVANO LEDO, O “PASSARINHO” E A FOLIA DE REIS NA PRAINHA BRANCA EM GUARUJÁ

*CAIÇARA SILVANO LEDO, THE “PASSARINHO” AND THE REVELRY OF KINGS
IN PRAINHA BRANCA IN GUARUJÁ*

*Daniel Alves dos Santos
Universidade Federal de Pelotas, UFPEL
danielalves-trabalho@outlook.com*

RESUMO

A Folia de Reis, tradicional manifestação cultural religiosa cristã, baseada no evangelho de São Matheus, trata da viagem dos reis magos à manjedoura, para homenagear e presentear o menino Jesus. Esta é praticada em várias partes do mundo e cada lugar a sua imparidade no rito. Há, na Prainha Branca, Serra do Guaraú, cidade do Guarujá, litoral sul de São Paulo, uma vila de caiçaras, onde a Folia de Reis é praticada desde os anos 60. Os caiçaras são povos tradicionais que vivem da pesca e agricultura nos litorais de Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. A comunidade da Prainha Branca foi criada no início do século XX, em terras habitadas originalmente por indígenas das etnias Tupinambá, Tamoio e Tapamunho, entre outras. Nas últimas décadas estas têm sido ameaçadas pela especulação imobiliária, por ocuparem lugares de grande beleza natural. Com uma cultura expressiva e diversa, os caiçaras também tem sido objeto de inúmeras pesquisas. Atualmente, a Folia de Reis da Prainha Branca enfrenta o dilema da continuidade, em virtude de os mais jovens não mostrarem interesse em continuar a tradição. Com uma proposta de revisitação de campo, método que toma por referência estudos anteriores, permitindo observar permanências e transformações ocorridas em uma determinada cultura, dentro de um período específico de tempo, esta comunicação traz o início deste percurso, abordando a os desdobramentos atuais nesta comunidade, através do método etnográfico e suporte teórico da etnomusicologia.

Palavras-Chave: Folia de Reis, Caiçaras, Prainha Branca

ABSTRACT

The Folia de Reis, a traditional Christian religious manifestation based on the Gospel of St. Matheus, deals with the journey of the Magi to the manger, to honor and give the baby Jesus. This is practiced in various parts of the world and each place its impairment in the rite. There is, in Prainha Branca, Serra do Guaraú, city of Guarujá, south coast of São Paulo, a village of caiçaras, where Folia de Reis has been practiced since the 60s. Caiçaras are traditional peoples who live from fishing and farming on the coast of Paraná, São Paulo and Rio de Janeiro. The community of Prainha Branca was created at the beginning of the 20th century, in lands originally inhabited by indigenous people of the Tupinambá, Tamoio and Tapamunho ethnic groups, among others. In recent decades these have been threatened by real estate speculation, occupying places of great natural beauty. With an expressive and diverse culture, caiçaras has also been the object of countless researches. Currently, the Folia de Reis of Prainha Branca faces the dilemma of continuity, because the younger ones show no interest in continuing the tradition. With a proposal to revise the field, a method that takes as reference previous studies, allowing to observe permanences and transformations occurred in a given culture, within a specific period of time, this communication brings the beginning of this course, addressing the current developments in this community, through the ethnographic method and theoretical support of ethnomusicology.

Keywords: Palavras-Chave: Folia de Reis, Caiçaras, Prainha Branca

Introdução

Com este trabalho, pretende-se entender um pouco sobre a folia de reis que acontece, especificamente, na Prainha Branca e seus contextos, através da fala inicial de Silvano Ledo – vulgo, “Passarinho” –, o zabumbeiro e mestre da folia, através do método etnográfico que, neste caso, está sendo utilizado como arcabouço metodológico à etnomusicologia. Todavia, antes, faz-se necessário contextualizar alguns termos em questão.

Há, na Prainha Branca, especificamente na Serra do Guaraú, município de Guarujá, litoral sul de São Paulo, uma vila de caiçaras. A palavra “caiçara” vem do Tupi, *caá-içara* (Sampaio, 1987), que teve como primeiro sentido denominar estacas fincadas em torno das tabas ou aldeias e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe (Adams, 2000). “Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os equipamentos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia” (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1992 *apud* Adams, 2000, p. 146) e que, mais tarde, passou a ser a denominação local para aquelas comunidades e indivíduos que vivem ao longo do litoral dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. “Elas apresentam cultura e um mundo de vida que os diferencia das comunidades tradicionais do interior desses estados (caipiras)” (Diegues, 1988, p. 9). A cultura caiçara é baseada na pesca e na agricultura de subsistência.

As terras da serra do Guaraú foram originalmente habitadas por vários povos indígenas das etnias Tupinambá, Tamoio, Tapamunho entre outras e, posteriormente, no período colonial, passou a ser parte da capitania de São Vicente. Porém, foi só no início do século XX que os caiçaras povoaram a região e que deram origem à vila da Prainha Branca.

Hoje, tanto a Serra quanto a vila da Prainha Branca são tombadas pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico).

Há algum tempo, a Prainha vem sendo movida pelo turismo predatório e a especulação imobiliária, fazendo com que algumas tradições se reinventem e outras se percam a maneira que são afetados pelo “mundo moderno” e a cultura dos turistas. Segundo Suzuki e Lopes (????, p. 2),

na mudança do modo de vida, a atividade turística teve forte impacto, introduzindo práticas e representações muito distantes daquelas vividas pelos primeiros moradores da comunidade”. No entanto, há ações, ainda, isoladas, de tentativa de recuperação das tradições caiçaras do grupo — marcadas pelas relações sociais de reciprocidade e de vizinhança, de saberes associados à natureza —, como a realização de danças e de festas típicas. (Suzuki e Lopes, ????, p. 2)

A tradição da folia de reis na Prainha Branca é uma dessas formas de os caiçaras moradores da vila resistirem culturalmente.

A Folia de Reis

A folia de Reis ou Reisado não é uma tradição exclusiva da vila da Prainha Branca, trata-se de uma prática religiosa cristã baseada no evangelho de Matheus (2: 1-12) que tem como simbolismo, a chegada dos reis magos ao encontro do menino Jesus em 6 de janeiro também conhecido como dia de santos reis. Entretanto no II Concílio do Vaticano que aconteceu em 4 sessões (1962 – 1965), decidiu-se que a folia aconteceria em um domingo entre o 2 e 8 de janeiro, deixando de ser feriado no dia 6 em alguns países como Brasil e Portugal (Silva, 2006). As práticas e rituais variam de acordo com a região do Brasil, como nos explica LOURENÇO (2014):

As tradições de Reis no Brasil sofreram influências locais, regionais e étnicas. Assim como na Europa, foram se popularizando e por consequência assumindo traços das diversas regiões brasileiras, porém mantendo sempre a base de devoção aos Santos Reis. Dessa forma, com características muito próximas ou algumas vezes bem diferentes, as tradições de Reis receberam diversos nomes: Reisados, Pastoris, Lapinhas, Ternos de Reis, Bois de Reis, Bois de Mamão, Folias de Reis e outros. Sobre essa variação e expansão (LOURENÇO, 2014, p. 75)

No entanto, essa prática, na Prainha Branca, sofre o dilema da continuidade, devido ao desinteresse dos jovens em querer manter a tradição por conta de seu caráter religioso e por conta dos turistas. Através da etnografia, método base desta pesquisa tentarei entender, pela fala do Silvano Ledo, os contextos e como se deu a folia de reis nessa vila. Mas antes, far-se-á uma breve reflexão do que seria o método etnográfico e como a etnomusicologia apropriou-se do mesmo.

O Método Etnográfico e a Etnomusicologia

O método etnográfico, ou etnografia, é uma ferramenta teórica e metodológica da antropologia, em que se tenta, relativizando ao máximo, traduzir e entender o “outro” através da observação, do ouvir e da escrita. O “outro” pode ser qualquer pessoa ou grupo em que a etnógrafa(o) – quem escreve a etnografia – tenha interesse em pesquisar e saber mais sobre os mesmos. É importante entender que ao mesmo tempo em que o etnógrafo observa e constrói “pré-conceitos” em torno dos pesquisados, eles também o fazem, ou seja, constroem, a partir de sua visão de mundo, julgamentos a respeito dessa pessoa estranha que de repente aparece querendo fazer uma pesquisa. Chama-se a fala do etnógrafo de “voz ética” e a dos pesquisados,

de “voz êmica”. O objetivo de uma etnografia é que a voz êmica seja a principal e ética seja apenas uma ferramenta de reflexão e escrita. Quando o inverso acontece, temos um texto etnocêntrico. Segundo BRANDÃO (1988) “etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência”. Para PEIRANO (2014),

Boas etnografias cumprem, pelo menos, três condições: i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica. (PEIRANO, 2014, P. 386)

Quando se fala “trabalho de campo” em se tratando de etnografia, quer-se dizer, na verdade, o lugar em que estão aqueles/aquilo que a etnografia irá tratar. E “gabinete” é quando o etnógrafo volta para a sua instituição, casa, etc e escreve sobre o que observou, buscando basear-se em referências teóricas.

A principal ferramenta da etnografia é o caderno de campo, nele o etnógrafo pode escrever desenhar, rabiscar e refletir sobre tudo que observa em campo para que não esqueça quando for escrever, em gabinete, sobre o que viu, ouviu e sentiu. Além disso, o uso de gravadores de áudio, câmeras e outros equipamentos audiovisuais também são ferramentas que pode auxiliar e deixar a pesquisa mais densa e detalhada.

A etnomusicologia, que teve como premissa de seu surgimento o fonógrafo no final do século XIX e se estabeleceu tal qual como ela é hoje nos anos 60 nos EUA, surgiu a partir da relação interdisciplinar entre a antropologia social e a musicologia comparada que foi um meio que a musicologia utilizou para comparar a música européia, "erudita" e "séria" com as outras de outras partes do mundo através de uma concepção totalmente etnocêntrica.

Da antropologia, a etnomusicologia herdou a etnografia e o relativismo e da musicologia comparada, os métodos de análise musical e o olhar em torno da manifestação sonora do "outro". Entretanto, enquanto a musicologia estudava a música, a etnomusicologia passou a estudar pessoas fazendo música.

A etnografia da música pretende traduzir, inserida em seus contextos sociais e culturais, a manifestação sonora de um grupo ou pessoa. É de extrema relevância que, na medida do possível, o músico-etnógrafo participe da prática musical/sonora que observa, através uma observação participante, conceito também da antropologia. Claro, salvas as práticas em que não seja possível ou que não seja permitido.

O Silvano Ledo, vulgo "Passarinho" é o interlocutor dessa história, ou seja, é a personagem em que a etnografia gira em torno. Uma discussão interessante é pensar a relação pesquisador-interlocutor, "igual, interlocutor ou amigo?" Pergunta proposta por PIOTTO (2011) em um artigo em que cita o psicólogo social José Moura Gonçalves Filho (2003):

Uma pessoa não é matéria de conhecimento. (...) Alguém não é quem dissecamos, mas é com quem conversamos: não encontramos alguém como um alvo de análise, mas como um parceiro na interpretação e na interrogação do mundo. (...) Pensamos a ação ou o discurso de alguém, mas a pessoa, ela mesma, não se dá ao pensamento. Uma pessoa excede a coisa feita ou a coisa dita que nos deu a pensar. E pensamos melhor quando o agente ou o falante é nosso interlocutor, e não a coisa pensada (José Moura Gonçalves Filho 2003 p. 199 *apud* PIOTTO 2011 p. 105)

Como este texto se encontra em fase inicial de etnografia, ficará em torno da curta fala de Silvano Ledo, mestre, puxador e zabumbeiro sobre um pouco da história e sua relação com a Folia de Reis na comunidade caiçara da Prainha Branca.

Seu Silvano, o “Passarinho” e a Folia de Reis na Prainha Branca

No dia primeiro de fevereiro de 2018, fui até a Prainha Branca para a pesquisa de campo. Para chegar até vila, precisei subir uma trilha a pé. Algo em torno de 15 minutos.



Início da trilha da Prainha Branca

disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303610-d2325972-i236763669-Branca_Beach-Guaruja_State_of_Sao_Paulo.html

Chegando lá em cima, procurei alguém que pudesse me contar alguma coisa a respeito da folia de reis, me indicaram o Seu Silvano, vulgo “Passarinho” que seria então o mestre da folia e o zabumbeiro. O encontrei passeando pela praia. Disse-lhe que haviam o indicado para

falar sobre a tradição e lhe perguntei se poderia o fazer algumas perguntas. Logo, me convidou para ir até seu bar, o “Boteco do Pássaro”, para que pudéssemos nos sentar.



Boteco do Pássaro

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=439675629418500&set=t.100000430754196&type=3&theater>

Pedi para que me contasse como começou a tradição e sua história. Silvano conta que, até onde ele sabe, a tradição começou por volta dos anos 60 com o seu avô (Diógenes) - que era cantador - e mais outras personagens que tocavam folia em Guarujá e Bertioga até que o mesmo aprendeu a tocar viola, começando assim a praticar a folia na vila da Prainha Branca. Houve uma interrupção, após a morte de seu avô, sendo retomada por “Passarinho” na década de 90. Segundo mestre Silvano, a folia de reis na Prainha Branca consiste em sair em procissão às casas dos moradores, da meia-noite até às 6 horas da manhã cantando e tocando, fantasiados com chapéus e fitas coloridas. Os instrumentos variam de acordo com a disponibilidade dos músicos, mas geralmente tem-se a rabeca, a viola, a zabumba e o saxofone. Entretanto, já passaram por lá berimbaus, cavaquinhos, entre outros.



A Folia

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=795332283814366&set=t.100000430754196&type=3&theater>

O Risco de Extinção

Um dos maiores problemas da tradição da folia de reis, segundo “Passarinho”, é a falta de interesse dos mais novos que, se não fosse por ele, não haveria folia. Entretanto, através de uma conversa curta com o “Zemarcio Kaipira Urbano”, o tocador de viola, o mesmo me disse que a prática não corre risco algum de ser descontinuada. É importante ter em mente que o Zermarcio é de São Paulo (capital) e, obviamente, não é morador da vila. Sendo assim, somente através da continuação deste trabalho e idas a campo é que será possível saber o que acontecerá com a tradição.

Silvano sofre de gota e talvez não possa organizar a folia nos próximos anos por complicações da doença.

Considerações Finais

Este resumo marca o início dos trabalhos etnográficos sobre a Prainha Branca e a Folia de Reis. Ainda em primeiros degraus de pesquisa, podemos ver o quanto a tradição da folia é importante e relevante para o entendimento, preservação e manutenção da cultura caiçara na vila da Prainha Branca, visto que o lugar é somente lembrado como ponto turístico e esquecido - ou nem sabido - de suas riquezas culturais.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Cristina. *As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem*. Revista de Antropologia, USP, V. 43 nº1. São Paulo, 2000
- CONDEPHAAT. In: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Acessado em 26 de fev. 2018. Online. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/serra-do-guararu-e-vila-da-prainha-branca/>>
- DIEGUES, A. C. S. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*, NUPAUB-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5. São Paulo, 1988
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Dossiê Mata Atlântica*. São Paulo, 1992.
- GONÇALVES FILHO, J. M. *Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante*. In: BOCK, A.M.B. (org). *Psicologia e compromisso social*. SP: Cortez, 2003.
- LOURENÇO, A. C. *A Folia de Reis de São José do Barreiro: recurso cultural brasileira*. 2014. Dissertação de mestrado. Programa de interunidades de pós-graduação, estética e história da arte, Universidade de São Paulo.
- PEIRANO, Mariza. *ETNOGRAFIA NÃO É MÉTODO*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014
- PIOTTO, Débora Cristina. *IGUAL, INTERLOCUTOR OU AMIGO? UMA DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO PESQUISADOR-PESQUISADO NA UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTAS*. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 06, jan./jun. 2011
- ROCHA, Everaldo Guimarães P. *O QUE É ETNOCENTRISMO*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1988
- SILVA, Affonso M. Furtado da. *Reis Magos: história, arte, tradições: fontes e referências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2006.
- SUZUKI, J. C. e LOPES, A. P. *Vida do jovem caiçara na Prainha branca: modo de vida e representações sociais*. São Paulo, ????
- SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

A INTERDISCIPLINARIDADE E A INTERCULTURALIDADE NA ETNOASTRONOMIA: CUARACY RA'ANGABA – O CÉU GUARANI

*LA INTERDISCIPLINARIDAD Y LA INTERCULTURALIDAD EN LA
ETNOASTRONOMÍA: CUARACY RA'ANGABA - EL CIELO GUARANI*

*Débora da Silva Margoni Barbian
Bacharelada em História da Arte/UFRGS
debora-mb@live.com*

*Luciano Barbian
Bacharelado em História da Arte/UFRGS
luciano-barbian@hotmail.com*

RESUMO

Esse artigo se propõe a desenvolver uma análise acerca da forma como o conhecimento ancestral sobre o céu, desenvolvido por povos originários da América, mais especificamente o Guarani, na América do Sul, é estudado e legitimado nas universidades. Como o chamado “Céu Guarani” é compreendido na cultura indígena e como isso se relaciona com uma compreensão mais ampliada sobre os fenômenos astronômicos, numa relação de diálogo entre a visão da Astronomia, da Física, da Geografia e da Antropologia Cultural. Alguns questionamentos que procuramos solucionar aqui e a questão norteadora desse artigo se constitui dessa forma: Como o conhecimento eurocêntrico se impôs ao dos povos originários na América e como as relações interculturais promovidas pela etnoastronomia podem contribuir na construção de um conhecimento transdisciplinar? Através dos estudos de etnoastrônomos, antropólogos e indígenas guaranis se estabelece uma promissora forma de dialética e circulação de conhecimentos ancestrais e acadêmicos, de reconhecimento do ambiente e de identidade cultural. Procura-se, assim, descrever algumas possibilidades para desenvolver e compreender essa relação entre disciplinas acadêmicas e o saber popular.

Palavras-chave: Etnoastronomia, Cultura Guarani, Interdisciplinaridade.

RESUMEN

Este artículo se propone desarrollar un análisis acerca de cómo el conocimiento ancestral sobre el cielo, desarrollado por pueblos originarios de América, más específicamente el Guaraní, en América del Sur, es estudiado y legitimado en las universidades. Como el llamado "Cielo Guaraní" es comprendido en la cultura indígena y cómo se relaciona con una comprensión más ampliada sobre los fenómenos astronómicos, en una relación de diálogo entre la visión de la Astronomía, la Física, la Geografía y la Antropología Cultural. Algunos cuestionamientos que buscamos solucionar aquí y la cuestión orientadora de este artículo se constituye de esa forma: ¿Cómo se impuso el conocimiento eurocéntrico al de los pueblos originarios en América y cómo las relaciones interculturales promovidas por la etnoastronomía pueden contribuir en la construcción de un conocimiento transdisciplinario? A través de los estudios de etnoastrónomos, antropólogos e indígenas guaraníes se establece una prometedora forma de dialéctica y circulación de conocimientos ancestrales y académicos, de reconocimiento del ambiente y de identidad cultural. Se busca, así, describir algunas posibilidades para desarrollar y comprender esa relación entre disciplinas académicas y el saber popular.

Keywords/Palabras clave: Etnoastronomía, Cultura Guaraní, Interdisciplinaridad.

Introdução

Esse artigo pretende desenvolver uma análise acerca da forma como o conhecimento ancestral sobre o céu, desenvolvido por povos originários da América, mais especificamente os Guarani, na América do Sul, é estudado e legitimado nas universidades. Como o chamado “Céu Guarani” (*Cuaracy Ra’Angaba*) é compreendido na cultura indígena e como isso se relaciona com uma compreensão mais ampliada sobre os fenômenos astronômicos, numa relação de diálogo entre a visão da astronomia, da física, com a antropologia cultural.

Inspirados pelo evento Celebração Intercultural da Primavera 2017, no Planetário, em especial pela fala da Prof.^a Dr.^a Flávia Cristina de Mello, na palestra "Astronomia Cultural e Ensino de Ciências em Contextos Interculturais", ressurgiu o interesse em estudar esse aspecto da cultura guarani: seus conhecimentos de astronomia e construção de seus mitos. Revigorados por nossas memórias da Viagem de Estudos às Missões Jesuíticas, do Brasil, da Argentina e do Paraguai, do curso de História da Arte, em 2014, pudemos perceber a importância da interculturalidade, não só entre etnias, mas entre grupos sociais distintos, com propósitos distintos, e nacionalidades distintas. Aquele simples cruzar de fronteiras, por exemplo, nos levou a três realidades diferentes, de um mesmo conjunto originário, no que se refere ao conhecimento da cultura indígena. Naquele momento, a surpresa maior foi a forma como o conhecimento e o patrimônio cultural estavam tão bem preservados no Paraguai, onde tivemos a oportunidade de visitar o Centro de Interpretação Astronômica de San Cosme y Damian, e assim conhecer o céu guarani e o grau de envolvimento que os paraguaios têm com a cultura guarani ao guardar e transmitir seus valores de modo tão expressivo e responsável.

Dessa forma, surgiram alguns questionamentos que procuramos discorrer aqui. A questão norteadora desse artigo se constitui dessa forma: Como o conhecimento eurocêntrico se impôs aos povos originários na América e como as relações interculturais promovidas pela etnoastronomia podem contribuir na construção de um conhecimento transdisciplinar?

Para embasar nossas reflexões, Peter Burke (historiador), Maritza Gómez Muñoz (antropóloga) e Michel Maffesolli (sociólogo), são os teóricos que emprestarão seus conhecimentos para fortalecer nossos pensamentos. E com o apoio dos artigos de Flávia Cristina de Mello (e coautores), bem como de Germano Afonso, apresentaremos o “céu guarani” e as questões que suscita, de uma forma mais eficiente, pois são estudiosos da temática da Etnoastronomia e interdisciplinaridade.

Em “Uma história social do conhecimento I – de Gutenberg a Diderot”, Peter Burke demonstrará em diversos momentos da história como o interesse europeu pelas culturas ameríndias se estabeleceu. Inicialmente como um interesse pelo exótico, e posteriormente um

interesse político, de supremacia. Trata-se de uma compreensão fenomenológica das relações culturais que aqui transcorreram, de aculturação e transculturação.

O surgimento dos dicionários de línguas não europeias pode ser um indicador útil do crescente interesse e conhecimento europeu sobre outras partes do mundo. As cidades espanholas publicaram os primeiros dicionários de arábico (1505) e das línguas ameríndias nativas, como o guarani (1639). [...] – (BURKE, 2003 p. 74).

No contexto da história do conhecimento, esse documento¹⁶ é interessante por várias razões. Ele nos lembra que o questionário não foi uma invenção dos sociólogos do século XIX, mas a adaptação, para propósitos acadêmicos, de um procedimento administrativo tradicional empregado por funcionários episcopais e seculares. Também revela que o governo já estava ciente do terrível declínio da população (devido principalmente à importação de doenças europeias para as quais os índios não tinham desenvolvido resistência), declínio que os historiadores da América hispânica redescobriram na década de 1950. [...] – (BURKE, 2003 p.118)

É interessante observar que com o poder da documentação, a escrita (como invenção) determina e insere o homem na História (sua própria, coletivamente), como um ser “civilizado”, agregado a um imenso cenário (lugar) onde se desenvolvem uma série de eventos e conexões através do tempo. Quando alguma conexão se rompe, eventualmente, a informação histórica, e cultural, não é transmitida, ainda que exista o lugar.

Esta é uma situação que se aplica a América, especialmente aos Maias e Astecas, onde os livros (códices), documentos, objetos ritualísticos, artefatos, daquelas civilizações ameríndias - e inclusive populações inteiras - foram destruídos pelos invasores europeus desde o período da Inquisição, século XVI¹⁷. Mas nas culturas indígenas que se perduram pela oralidade o poder desta transmissão de conhecimentos se dá pelo senso de comunidade.

A aparente forma de legitimação de conhecimento europeia, através da escrita, estimulou inúmeros pensadores e enciclopedistas a registrarem como as culturas ameríndias se constituíam, e as retratavam como algo novo, como uma descoberta inédita e própria daqueles autores, os então “detentores do saber”.

A América do Sul também era objeto de interesse crescente. Voltaire tinha 13 livros sobre a região em sua biblioteca, incluindo o relato de Charles-Marie de La

¹⁶ Em 1577, Juan Lopez de Velasco envia questionário às autoridades da Nova Espanha: “Diga quem foi o descobridor e conquistador da dita província... diga a quem pertenciam os índios naquele tempo... e a forma de culto, ritos e costumes que tinham, bons ou maus. Diga como eram governados; contra quem guerreavam; roupas e vestimentas que usavam e usam agora e se eram mais ou menos saudáveis antigamente do que hoje, e que razões podem ser encontradas para isso.” – BURKE, 2003 p.118

¹⁷ Durante a conquista europeia das Américas, muitos manuscritos das populações ameríndias foram queimados, Em especial os manuscritos maias, pelos espanhóis, na conquista do Iucatã, no século XVI, período da Inquisição, coordenada pelo Bispo Diego de Landa, que escreveu: “*Encontramos um grande número de livros com estes caracteres e, como eles não continham nada que não pudesse ser visto como superstição e mentiras do demônio, nós os queimamos todos, o que eles [os maias] lamentaram incrivelmente, e o que causou-lhes muita aflição.*” – Diego de Landa Calderón (1524-Cifuentes, Espanha – 1579-Mérida, México). – observa-se que, hoje, Diego de Landa é apontado como fonte de pesquisa sobre os códigos da escrita maia, por ter registrado em manuscritos algumas leituras para aqueles símbolos.

Condamine sobre sua missão oficial ao Peru e a descida do Amazonas. [...] – (BURKE, 2003 p. 173).

Especificamente sobre os conhecimentos indígenas de Astronomia, uma publicação de 1614 (Paris) escrita pelo missionário capuchinho francês Claude d’Abbeville, que viveu em 1612, por quatro meses na ilha do Maranhão, é considerado uma das mais importantes fontes da etnografia dos tupis. Ele registrou o nome de cerca de 30 estrelas e constelações conhecidas pelos índios da ilha no livro “Histoire de la mission de pères capucins en l’Isle de Maragnan et terres circonvoisines”.

Curiosamente este talvez seja o único registro histórico documentado do saber astronômico indígena, e um dos primeiros registros de experiência antropológica entre os povos ameríndios, diferentemente daquela visão inicial de espanto diante do exótico e desconhecido mundo novo.

Aqui, cabe relacionar à obra de Michel Maffesoli, “Elogio da razão sensível”, a importância da vivência no processo do conhecimento sociocultural. O reconhecer dos elos essenciais de uma vida em sociedade é consolidado por uma experiência sensível deste meio, que lhe atribui uma identidade coletiva.

Assim, a ênfase posta sobre a vivência é uma boa maneira de reconhecer os elementos subjetivos como parte integrante das histórias humanas. [...] Ocorre que essa mistura raramente é posta em ação nas práticas intelectuais. [...] Em suma, da política às carnificinas tribais, passando pelas celebrações patrióticas, não esquecendo a esfera do trabalho, encontra-se em ação o zelo erótico, o sentimento de pertença e outras categorias estéticas, [...] no júbilo ou na crueldade, o que importa, antes de mais nada, é experimentar, juntos, emoções comuns. – (MAFFESOLI, 1998 p. 183)

Maffesoli aponta assim um aspecto importante no conhecimento de um dado saber coletivo, como é o caso daqueles que experimentam a cultura guarani, por exemplo, que seria a introspecção, aceitação e sentimento de pertencer a uma comunidade, pelo simples *status* de viver suas crenças, reconhecendo seus costumes e permitindo espaço sensorial e intelectual a este convívio.

Este conceito de vivência é corroborado por Maritza Gómez Muñoz no texto “Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária”, no qual aborda os conhecimentos da cultura maia transmitidos pela oralidade.

A identidade étnica é expressa em diversas recreações de mundo e *ethos* comunitário através de símbolos e rituais reconhecidos em sistemas referenciais de memória oral. [...] o mundo indígena tem nessas significações os espaços de memorização de saberes e sentido. Nesta ocasião busco armar a trama dos saberes tradicionais que participam na acumulação de conhecimentos sobre o meio. – (MUÑOZ, 2003 p. 283).

A autora agrega ao sentimento de pertencer a perspectiva de percepção do território, das relações com o meio ambiente, que “se expressa na linguagem, no costume, sempre em

referência ao mundo natural” (MUÑOZ, 2003 p. 284). Para a antropóloga Maritza Muñoz, são as experiências que dão sentido aos saberes. O espaço de identidade é a prática da memória coletiva. “O saber indígena vem de práticas comunitárias do *saber ser, saber estar, saber dar uso*, de um mundo que se reconhece na convivência e nas práticas” (MUÑOZ, 2003 p. 285).

As práticas indígenas, sejam danças, rituais, pinturas corporais, uso de objetos e artefatos simbólicos, são o meio vivenciado por estas comunidades para representar, transmitir e consolidar a memória oral. Seus mitos de criação estão refletidos no meio em que vivem, gerando um saber interdisciplinar por natureza. Para a etnia guarani o firmamento é um todo que reflete em terra tudo o que está no céu, e no céu tudo o que está na terra.

Alguns artigos acadêmicos servem de base para essa análise. Uma instigante abordagem, a esse respeito, e a da formação de professores indígenas em um contexto de interculturalidade. Nesse sentido, o artigo dos professores Flávia Cristina de Mello¹⁸, Jules Batista Soares¹⁹ e Leandro de Oliveira Kerber²⁰ apresenta uma introdução à essa temática.

Para promover os módulos de formação de professores indígenas em ensino de astronomia nos contextos de Interculturalidade, na prática da educação para a diversidade, e na formação para a educação escolar indígena nos valem de duas linhas teórico-metodológicas principais para embasarmos as atividades. A primeira delas são as discussões de interculturalidade na educação escolar indígena e a segunda são os métodos da ‘pedagogia da autonomia’, baseadas nas discussões freireanas, na qual a formação de um professor exige que ele seja capaz de articular os conhecimentos oriundos do saber não escolarizado [...], e desperte a curiosidade do aluno a descobrir, pesquisar, comparar os conhecimentos que ele traz com os conteúdos apresentados em seu processo de escolarização, sem dissociar os saberes aprendidos na sua vivência social daqueles ensinados na escola. (MELLO, 2011 p. 3)

Essa relação que os autores fazem entre os saberes indígenas e formais acadêmicos é bastante profícua. O conhecimento universitário, aqui formulado originariamente com influências na pedagogia de Paulo Freire, é propositora de uma relação entre professor e aluno que pode ser base para uma formulação muito promissora. Aqui, a articulação de saberes que estão vinculados ao processo científico formal, acadêmico, junto com o saber dos povos originários é bastante instigante e fértil. Observando essas questões sob a proposta teórica da *interculturalidade* e das perspectivas de Paulo Freire, podemos promover uma discussão onde, de forma dialética, compomos uma articulação de saberes que incentiva a busca pela construção

¹⁸ Professora Adjunta de Antropologia – Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Doutora e Mestre em Antropologia Social – UNICAMP/UFSC.

¹⁹ Professor Adjunto de Física – Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Doutor em Astrofísica – UFRGS.

²⁰ Professor Adjunto de Física – Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Doutor em Astrofísica – UFRGS/USP.

de conhecimentos em estudantes indígenas (guaranis) a partir da sua matriz de conhecimentos e saberes (artes e religião).

A ideia da interculturalidade deve ser desenvolvida e refletida. Não apenas em escolas com a especificidade da educação indígena, bem como nas escolas convencionais, essa temática deve ser estimulada.

A interculturalidade também é pressuposto epistemológico para as experiências de educação nas escolas convencionais. Os avanços nas teorias educacionais e na legislação brasileira vêm promovendo a inclusão dos conhecimentos populares e saberes tradicionais das populações étnica e culturalmente diferenciadas nos conteúdos escolares regulares. A história, cultura e conhecimentos dos povos indígenas e afrobrasileiros devem ser incluídos aos conteúdos e matrizes curriculares das escolas regulares de ensino fundamental, médio e universitário[...] (MELLO, 2011 p. 4)

Ou seja, o estudo sobre a Astronomia Cultural não é assunto de interesse exclusivo de professores que trabalham em escolas indígenas. A legislação brasileira aponta para a obrigatoriedade de estudar as culturas e conhecimentos dos povos indígenas em todas as escolas. Nesse sentido, apresentar aos alunos as formas como diversas etnias observam o céu se constitui como importante forma de abordar esses aspectos do conhecimento da cultura indígena.

O pensamento Guarani sobre o universo ultrapassa a reflexão sobre os astros celestes. O que se vê no céu, sol, lua, estrelas, eventualmente cometas, eclipses solares e lunares, etc. inserem-se numa compreensão bem mais ampla, totalizante e holística do que é o céu, somado ao mundo em que vivemos e as coisas que nele existem. Definimos então, aproximar o conceito de Astronomia Cultural do conceito de Cosmologia, tal como trabalhado na teoria antropológica, na medida em que para os Guarani, o céu, os astros celestes, o cosmos, o mundo no qual vivemos e as coisas que nele existem serão pensados em conjunto, portanto, para formos em diálogo o pensamento Guarani e o pensamento científico ocidental, precisamos promover uma discussão interdisciplinar e intercultural, reunindo diferentes áreas de conhecimento (MELLO, 2011 p.4)

Aqui se colocam questões que devem ser abordadas e compreendidas no sentido de se superar a visão eurocêntrica sobre a produção do conhecimento como monopólio exclusivo das universidades. Com isso, a compreensão dos fenômenos celestes dentro do contexto da cultura guarani deve levar em conta a forma como esses fenômenos são compreendidos e articulados dentro de um sistema de cosmogonia que lhe é próprio. Fazer isso sem partir de um ponto de vista hierárquico, que subordina essa cosmogonia com mitos e formas de conhecimentos que seriam tidos por primitivos é um desafio para um professor que vem de uma matriz cultural e de conhecimentos eurocêntrica.

A visão mítica sobre o céu está presente em todas as culturas humanas. Esse aspecto deve ser compreendido ao se trabalhar com as visões construídas pelos guaranis ao observar os fenômenos do céu. Observemos a forma como a cosmologia guarani descreve o Sol e a Lua;

Sol e Lua, Kuaray e Djatchi, são criados pelo mesmo casal de Sóis, ou Deuses maiores, portanto, filhos dos mesmos pais, irmãos. Os humanos também são criações destes deuses, portanto, irmãos menores de Sol e Lua, e essa é a razão de nós vermos apenas eles no céu, e não os outros sóis. As estrelas que enxergamos, Tatá Djatchi, estão no mesmo céu onde vive Lua, Djatchi, e diferente do céu onde vive Sol. Estrelas são pequenas divindades que caminham pelos diferentes mundos que compõem o universo. Existem muitas outras estrelas, que não somos capazes de enxergar. (MELLO, 2011 p.6)

As narrativas mitológicas se constituem em forma de estruturar saberes ancestrais e conhecimentos que dialogam e podem, muitas vezes, ser confirmados nas pesquisas científicas das universidades. Nesse sentido, observemos que segundo o astrônomo estadunidense Carl Sagan (1934 – 1996), a humanidade é constituída de “poeira de estrelas”. É notável como a cosmovisão guarani se assemelha a essa visão ao nos colocar como filhos das estrelas. São Francisco de Assis, no século XIII, em seus sermões, nos colocava como irmãos do Sol e da Lua. Percebemos aqui como a humanidade (mesmo em sua diversidade cultural) acaba por, ao tentar compreender o Universo, o Cosmos, chegar a formas de pensar que apresentam algumas semelhanças bastante notáveis. Ainda com relação à cosmogonia guarani, a existência de estrelas que não podemos enxergar é uma questão sobre a qual os astrofísicos concretamente se colocam: de fato, a olho nu não percebemos, por exemplo, estrelas que irradiam luz em frequências não captadas pelo olho humano (Raios X, infravermelho, Raios Gama).

Os aspectos observados aqui nos indicam a centralidade e importância do sistema cosmológico na vida cotidiana das pessoas e na ordenação das relações sociais e de produção. O ensino de ciências naturais, em especial de astronomia, nestes contextos de alteridade cultural faz das reflexões sobre educação intercultural e o afastamento do etnocentrismo cabedal teórico-metodológico fundamental. Antes de ser a transmissão de um conjunto de saberes científicos a educação intercultural deve ser o diálogo entre dois sistemas de conhecimento que estão em igual nível de importância e eficácia explicativa dos fenômenos naturais. (MELLO, 2011 p.6)

Essa importância dada ao diálogo intercultural nem sempre é levada em conta nas ciências exatas, na astrofísica e na astronomia. Nesse contexto entra a importância do desenvolvimento dessa dinâmica presente na educação intercultural. Aqui, é importante marcar essa questão da interculturalidade como uma forma de influências recíprocas entre culturas diversas. Uma relação dialética onde essas influências proporcionem uma construção de conhecimentos que sejam efetivos para ambas as culturas e que se proporcione, dentro de um ambiente de respeito às culturas indígenas, um maior entendimento sobre a riqueza cultural produzida pela humanidade.

Segundo Germano Afonso²¹, a observação do céu está presente nas várias etnias indígenas brasileiras. O autor reflete sobre as semelhanças existentes nas diversas observações do firmamento e como isso se manifesta ao organizar os astros celestes em constelações.

As observações do céu que realizamos com os indígenas permitiram localizar a maioria das constelações tupinambá e de diversas outras etnias da família tupi-guarani. Verificamos que etnias diferentes – distintas culturalmente, [...] – possuem um conjunto muito semelhante de conhecimentos astronômicos, utilizados para materializar tanto o calendário como os sistemas de orientação. [...] Em 1612, o missionário [capuchinho francês Claude d'Abbeville] passou quatro meses entre os tupinambás do Maranhão, perto da linha do equador. Seu livro "*Histoire de la mission de pères capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*", publicado em Paris em 1614, é considerado uma das mais importantes fontes da etnografia dos tupis. Ele registrou o nome de cerca de 30 estrelas e constelações conhecidas pelos índios da ilha. (AFONSO, 2004 p.48)

Vemos que, neste trecho, como já havíamos abordado, o autor destaca a diversidade cultural indígena onde, apesar de algumas diferenças de leitura astronômica entre etnias, são conhecimentos que se assemelham entre aqueles povos de origem tupi-guarani. Apoiado em relatos de indígenas com quem realizou estudos, e em documentos históricos dos primeiros europeus que conviveram com estes povos, Germano relaciona estas informações, que mesmo de povos geograficamente distantes – tupis do Maranhão e guaranis do sul do Brasil, por exemplo – possuem a mesma base de conhecimento astronômico, visto suas diferenças espaciais.

Os indígenas são profundos conhecedores do seu ambiente, plantas e animais, nomeando as várias espécies. Os tupis-guaranis, por exemplo, associam as estações do ano e as fases da Lua com o clima, a fauna e a flora da região em que vivem. Para eles, cada elemento da Natureza tem um espírito protetor. As ervas medicinais são preparadas obedecendo a um calendário anual bem rigoroso." (AFONSO, 2004 p.49)

Aqui, Germano introduz a natureza científica e espiritual dos indígenas. O conhecimento de seu ambiente natural e fenômenos relacionados a esta natureza é especialmente visível nas culturas indígenas. E esse saber é instrumental e utilitário. A observação de seu ambiente e dos fenômenos que o cercam é uma necessidade de sobrevivência em todas as culturas humanas e, especificamente no caso das nossas culturas originárias, podemos perceber essa característica muito demarcada.

Sendo as culturas indígenas marcadamente fundamentadas na oralidade e na circulação de mitos e cosmologias, uma forma de transmissão e circularidade desses conhecimentos

²¹ Coordenador do projeto Planetário-Observatório Indígena Itinerante da Universidade Federal do Paraná. Doutor em astronomia pela Universidade de Paris VI, pesquisa forças não gravitacionais em asteroides e satélites artificiais. Ganhou, em 1991, o prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia e, em 2000, o prêmio Jabuti, na categoria melhor livro didático, com a equipe do Planetário do Pará/ UEPA, com o livro O céu dos índios tembé.

formulados pelos povos originários se dá pela fabulação e pelas narrativas contadas de geração em geração.

A astronomia envolveu todos os aspectos da cultura indígena. O caráter prático dos seus conhecimentos pode ser reconhecido na organização social e em condutas cotidianas que eram orientadas por rituais cujas datas eram definidas pela posição dos astros. A comunidade científica conhece muito pouco da astronomia indígena e da sua relação com o ambiente, patrimônio que pode ser perdido em uma ou duas gerações pelo rápido processo de globalização, que tende a homogeneizar as culturas e assim perder as nuances da diversidade. (AFONSO, 2004 p.50)

Como astrônomo, o autor reconhece a profundidade da presença da Astronomia na vida cotidiana das culturas indígenas, e reconhece também o desconhecimento da comunidade científica em relação àquelas vivências. Germano mostra-se sobretudo preocupado com fenômenos sociais de transculturação (ou aculturação), onde muitos conhecimentos (ainda desconhecidos) podem se perder.

O calendário guarani está ligado à trajetória aparente anual do Sol e é dividido em tempo novo e tempo velho (ara pyau e ara ymã, respectivamente, em guarani). Ara pyau é o período de primavera e verão, sendo ara ymã o período de outono e inverno.” - (AFONSO, 2004 p.51)

Na sequência, para reafirmar sua análise, o autor cita algumas situações astronômicas, como neste caso as estações do ano, conforme a interpretação dos guaranis.

Segundo d’Abbeville, “os tupinambás atribuem à Lua o fluxo e o refluxo do mar e distinguem as duas marés cheias que se verificam na lua cheia e na lua nova ou poucos dias depois”. Assim, mesmo antes dos europeus, os tupinambás já sabiam que perto dos dias de lua nova e de lua cheia as marés altas são mais altas e as marés baixas são mais reduzidas do que nos outros dias do mês. (AFONSO, 2004 p.51)

Importante destacar a possível fusão de conhecimentos entre os povos da América e os “conquistadores” do século XVI, como a influência da lua sobre as marés, um dado científico provavelmente atribuído a um europeu. Nesse contexto, percebemos que o autor busca evidenciar como a circularidade de conhecimentos produzidos em diversos meios culturais e etnográficos se influenciam mutuamente, gerando a dinâmica da cultura humana num processo dialético e complexo.

A Via Láctea é conhecida como Caminho da Anta ou como a Morada dos Deuses pela maioria das etnias dos tupis-guaranis. Os desenhos das constelações ocidentais são feitos pela união de estrelas. Mas, para os tupis-guaranis, as constelações são constituídas pela união de estrelas e, também, pelas manchas claras e escuras da Via Láctea, sendo mais fáceis de imaginar. Muitas vezes, apenas as manchas claras ou escuras, sem estrelas, formam uma constelação. Os guaranis chamam a Grande Nuvem de Magalhães de Bebedouro da Anta (Tapi’i Huguá) e a Pequena Nuvem de Magalhães de Bebedouro do Porco-do-Mato (Coxi Huguá). (AFONSO, 2004 p.53)

Uma das principais diferenças da leitura do céu pelos guaranis, ao identificar e nomear constelações, é a tomada do céu como um todo, cheio de claros e escuros, e não apenas ligando pontos mais brilhantes. Os guaranis observavam que as imagens representadas no céu se relacionavam com tudo o que existia na terra, e contavam histórias que ajudavam a reconhecê-las.

Os tupinambás conheciam muito bem o aglomerado estelar das Plêiades e o denominavam “Seichu”. Quando elas apareciam, afirmavam que as chuvas iam chegar, como chegavam, efetivamente, poucos dias depois.” – p.54

“A Constelação da Ema - Na segunda quinzena de junho, quando a Ema (Guyra Nhandu) surge em sua totalidade ao anoitecer, no lado leste, indica o início do inverno para os índios do sul do Brasil e o início da estação seca para os do norte.” – p.54

“O Homem Velho - Na segunda quinzena de dezembro, quando o Homem Velho (Tuya’i) surge totalmente ao anoitecer, no lado leste, trata-se do início do verão para os índios do sul e o início da estação chuvosa para os do norte. (AFONSO, 2004 p.54-55)

Os períodos climáticos e possíveis previsões também eram obtidos por interpretações astronômicas. Eram situações que propiciavam aos indígenas saber qual seria o melhor momento de colheita, de caça, de pesca, enfim, de regular os meios de sobrevivência da comunidade.

Pode-se dizer que existem dois tipos principais de constelação indígena: uma relacionada ao clima, à fauna e à flora do lugar, conhecida pela maioria da comunidade e que regula o cotidiano da aldeia; a outra está relacionada aos espíritos indígenas, sendo conhecida, em geral, apenas pelos pajés e é mais difícil de visualizar. Os guaranis, por exemplo, chamam de Nhanderu a mancha escura que aparece perto da constelação ocidental do Cisne. O Deus Maior Guarani aparece sentado em seu banco sagrado, utilizando seu cocar divino e segurando o Sol e a Lua em suas mãos. Ele anuncia a primavera. Às margens do rio Ingá, na Paraíba, existe um monólito de rocha gnaisse, duríssima, cuja superfície está recoberta por cerca de 500 inscrições de baixo-relevo, que muitos pesquisadores afirmam serem únicas no mundo. Trata-se da famosa Itacoatiara de Ingá, com cerca de 23 m de largura e 3 m de altura. Há várias hipóteses sobre a origem dos grafismos. A nossa é de que Itacoatiara de Ingá serviu de local para rituais religiosos relacionados a elementos astronômicos. Identificamos ali alguns espíritos da mitologia tupi-guarani, e supomos que o painel indica parte da Vila Láctea. Diversos pajés reconheceram alguns dos espíritos nas gravuras, puderam nomeá-los e localizá-los no céu. (AFONSO, 2004 p.55)

Finalizando o artigo, Germano coloca ainda um outro cruzamento possível entre áreas de conhecimento, astronomia e arqueologia, na interpretação do que chamamos de arte rupestre. Geralmente vinculadas a rituais, tais inscrições em pedra carregam inúmeros mistérios, que por uma abismal falta de diálogo cultural ao longo do tempo, permanecem desconhecidos.

Dessa forma, o autor, apoiado em relatos atuais de pajés e documentos históricos, compõe um trabalho que é bastante informativo a respeito do conhecimento indígena que continuamente acompanhou tais comunidades em seu fazer cotidiano: a interpretação astronômica.

Compreendendo as diferenças geográficas entre os povos de mesma origem, como os guaranis que ocupavam uma grande extensão territorial da América do Sul, compreende-se as possíveis diferenças entre suas leituras do céu. O que estava escrito ao norte não correspondia ao que estava escrito ao sul.

Estas diferenças de interpretação variavam conforme o local, porém os desenhos lidos nas estrelas eram os mesmos. O que se identificava ao norte, correspondia ao que se identificava ao sul, mas em outra época do ano.

Salienta-se a transdisciplinaridade de conhecimentos da cultura guarani. Questões que os auxiliava na realização de diversas atividades. Agricultura, medicina, religião, estavam diretamente vinculadas às interpretações astronômicas. O domínio do conhecimento como um todo, vinculado ao meio, tal como analisa Maritza Muñoz.

Desta forma, o artigo de Germano Afonso permite uma abordagem fundamentada em uma visão autêntica do conhecimento indígena. E possibilita identificar com maior clareza seus mitos e suas diretrizes socioculturais.

Peter Burke, em “Uma história social do conhecimento II – Da Enciclopédia à Wikipédia”, traz no capítulo 5, “Perdendo Conhecimentos”, um aspecto importante sobre a produção de conhecimento: as informações rejeitadas, que por motivos e contextos diversos deixam de ser úteis, e com o tempo não são mais transmitidas. “A questão é que todo corpo dominante de conhecimento ‘é em parte moldado pelo que ele exclui ou elimina’” (BURKE, 2012, p. 177). Em Antropologia o assunto é chamado de “amnésia estrutural” (processo de esquecimento de algum conhecimento não mais usável nas culturas orais). Burke aponta para a diversidade de coleta, análise, disseminação e utilização de conhecimentos conforme o lugar e o período de ocorrência, seja em culturas orais ou escritas. Bem como a possibilidade de, consciente ou não, de transformação destes conhecimentos.

Assim, embora o conhecimento permaneça inscrito numa sociedade, numa cultura e num tempo, ele pode buscar nessa sociedade, nessa cultura e nesse tempo, meios de considerar outras culturas, outras sociedades, outros tempos, assim como os meios de refletir sobre si mesmo sob o ponto de vista dessas outras culturas... Pode encontrar um metaponto de vista que seja como um observatório de onde enxergue para além do seu lugar e do seu tempo. (MORIN, O método 4, *apud* ALMEIDA, 2010 p. 139)

Néstor Garcia Canclini aborda as questões relativas à “problemática da desigualdade” nas relações interculturais, entre os povos originários e a cultura ocidental, eurocêntrica. Nesse contexto, as ações políticas e culturais de movimentos indigenistas devem ser compreendidas enquanto respostas à situação de desigualdade, de injustiças sócio-econômicas e que são combatidas de forma a enfatizar as diferenças culturais. Assim, afirma Canclini que

Existe uma problemática da desigualdade que se manifesta, sobretudo, como desigualdade socioeconômica. E existe uma problemática da diferença, visível principalmente nas práticas culturais. Os atores dos movimentos indígenas sabem que a desigualdade tem uma dimensão cultural, e os mais informados sobre a constituição das diferenças sabem que esta reside, mais do que nas características genéticas ou culturais essencializadas (língua, costumes herdados e imutáveis), em processos históricos de configuração social. No entanto, na medida em que a desigualdade socioeconômica se lhes afigura imutável, alguns movimentos étnicos tendem a concentrar-se nas diferenças culturais ou até mesmo genéticas. Deste modo, as diferenças culturais perdem sua dimensão socio-histórica, deixam de ser vistas como características formadas em etapas nas quais a desigualdade operou de maneiras distintas e, portanto, suscetíveis de mudar em processos futuros. Quem supõe que sua maior fortaleza reside nas diferenças culturais tende a absolutizá-las. (CANCLINI, 2009 p. 57)

Essa postura de absolutizar as diferenças culturais deve ser devidamente criticada e colocada em análise, contextualizando-se a dinâmica social que envolve a cultura indígena, para que se escape daquela caracterização, tão presente em alguns momentos de nossa história, do indígena como um sujeito abstrato, como detentor de um saber cultural ancestral (o que é verdadeiro, mas que não se resume a esse ponto) e que não se transforma com a dinâmica histórica e social a qual todas as culturas estão sujeitas. Buscar manter a cultura indígena intocada pode, em alguns contextos, ser tão violento como subjugar essa mesma cultura.

Referências Bibliográficas

ABBEVILLE d', C., **Histoire de la mission des Pères Capucins en l'sle du Marignan ET terres circonvoisines ou est traicté dès singularites admirables & des moeurs merveilleuses des indiens habitans de ce pais.** www.gallica.bnf.fr. 1995.

AFONSO, G. B., **Mitos e Estações no Céu Tupi-Guarani.** Scientific American Brasil (Edição Especial: Etnoastronomia), v. 14, p. 46-55, 2006.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

BURKE, Peter, **Uma história social do conhecimento I – de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter, **Uma história social do conhecimento II – da Enciclopédia a Wikipédia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CANCLINI, Néstor García, **Diferentes, desiguais e desconectados.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MAFFESOLI, Michel, **Elogio da razão sensível.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

MELLO, Flávia Cristina, SOARES, Jules Batista e KERBER, Leandro de Oliveira. **Astronomia e educação intercultural: experiências no ensino de astronomia e ciências em escolas indígenas.** I Simpósio Nacional de Educação em Astronomia. Rio de Janeiro, 2011.

MUÑOZ, Maritza Gomez, **Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária.** In: LEFF, Enrique. A Complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

PARA-FORMAL NA QUEBRADA: RUA PROFESSOR JAIME

*Humberto Levy de Souza
Graduando Artes Visuais/Universidade Federal de Pelotas
levyarqui@gmail.com*

RESUMO

Essa pesquisa se propõe a realizar experimentações-cartográficas em periferias, pensando o caminhar como uma prática estética, considerando o ato de andar e também o de permanecer como experiências essenciais para entender o território que pretendemos agir. A investigação vai de encontro à cidade contemporânea real, que dribla os planos diretores e que funciona através de dinâmicas imprevistas por arquitetos, urbanistas e planejadores. E através da cartografia urbana se pretende formular uma práxis de criação de subjetividade do sujeito periférico. Acredita-se que são nas fronteiras difusas entre trabalho, presença precária do poder público, estratégias de sobrevivência e atividades no limiar entre o lícito e o ilícito que se evidenciam as práticas de configuração da cidade contemporânea, a sua dinâmica de intercâmbios e lugares. Dessa forma, a cartografia proporciona um meio capaz de estimular uma prática para os sujeitos coletivos no sentido de um reposicionamento da periferia no contexto da cidade. O para-formal é um conceito de fronteira que, ao contrário da oposição entre o formal e o informal – a partir de áreas do conhecimento como o urbanismo e a economia, que categorizam seus estudos e objetos em cidade/economia formal e informal – busca experimentar a fresta ou o interstício entre categorias. Os lugares considerados para-formais são aqueles que se encontram no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação).

Palavras-chave: urbanismo, quebrada, cartografia, paisagem.

ABSTRACT

This study proposes the realization of cartographic experimentations in peripheries by thinking about walking as an aesthetic practice, and taking into consideration the act of walking and remaining as essential experiences to understand the territory where we intend to act. We will investigate the city in its reality, which dodge the Master plans and operates through dynamics that are unpredictable by architects, urbanists and planners. We intend to formulate a praxis of subjectivity creation of the peripheral individual through urban cartography. We believe that the practices of the contemporary city configuration, its exchange dynamics and places are highlighted in the diffuse borders of work, precarious presence of public power, survival strategies and activities on the edge between licit and illicit. Therefore, the cartography provides a way capable of stimulating a practice for collective individuals in the sense of periphery repositioning in the city's context. Contrary to the opposition between formal and informal and based on knowledge areas such as urbanism and economy, that categorize its studies and objects in formal and informal city/category, the para-formal is a concept of border that seeks to experiment the gap or the interstice between categories. The places considered para-formal are those which are found in the intersection of formal (developed) and informal (developing).

Keywords/Palabras clave: One. Two. Three. Four. Five.

Introdução

Este trabalho é o segundo desdobramento de uma pesquisa que pretende se estabelecer através de diversas investigações/explorações/experimentações-cartográficas. Pretende-se construir essa pesquisa-intervenção em áreas marginalizadas e periferias através do caminhar como prática estética, considerando que a experiência do corpo que caminha e vive a cidade é essencial para entender o território que vivemos e que pretendemos agir. Este artigo faz parte de uma pesquisa ainda em construção e descreve o trabalho em um território específico, que será enunciado adiante. Os primeiros passos dessa pesquisa foram dados no Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, espaço que estimula práticas cartográficas que vão de encontro com a cidade contemporânea real, que dribla os planos diretores e que funciona através de dinâmicas imprevistas por arquitetos, urbanistas e planejadores.

Através da cartografia urbana pretendo formular uma práxis de criação de subjetividade do sujeito periférico, por entender dentro dela um conjunto de possibilidades favoráveis de representação gráfica e de pensamento, além de ser uma metodologia que me permite atualizar, sempre que necessário, os meus “mapas”, uma que me permite criar produtos artísticos. Segundo Eduardo Rocha:

A cartografia urbana é um método que se faz para cada cada, cada grupo, cada tempo e cada lugar. Podemos registrar essa cartografia urbana através de desenhos, fotografias, filmes, cadernos de campo, exercícios artísticos, sons, etc. - quaisquer formas de expressão que possibilitem avançar no exercício do pensar. A cartografia é um modo de ação sobre a realidade, um modo próximo a uma tática, um mapa que propõe o enfrentamento com o real, despojando-se com as mediações a partir de modelos preconcebidos (ROCHA, 2008).

Acredita-se que são nas fronteiras difusas entre trabalho, presença precária do poder público, estratégias de sobrevivência e atividades no limiar entre o lícito e o ilícito que se evidenciam as práticas de configuração da cidade contemporânea, a sua dinâmica de intercâmbios e lugares. Dessa forma, a cartografia proporciona um meio capaz de estimular uma prática para os sujeitos coletivos no sentido de um reposicionamento da periferia no contexto da cidade.

Trago no título dois termos que foram fundamentais para o desenvolvimento dessa etapa da pesquisa, pois foram norteadores conceituais, um para pensar a cidade, suas dinâmicas, fluxos e intercâmbios e outro para pensar a geografia periférica e seus desdobramentos poéticos, territórios da criação de subjetividade do sujeito periférico: *o para-formal e a quebrada*.

Quando a periferia fala sobre a periferia, ela escolhe um entre tantos nomes que possui: Comunidade, Pedacão, Área, Favela, Quebrada, entre outros. O termo *quebrada* me interessa

porque me sugere e evoca sentido fragmentário de algo que tem tantos pedaços espalhados que nunca poderemos recolher todos. Caráter que incorporo à minha cartografia, me permitindo respirar por ainda não ter entendido o indizível, me permitindo a falta e a falha. É comum, que em São Paulo, as pessoas chamem umas às outras de *quebrada*, evidenciando a intrínseca relação das pessoas com os lugares que elas habitam. Acredito, ao me incluir nessa coletividade que um grupo não pode ser entendido sem o seu território, no sentido que a identidade sociocultural das pessoas está inevitavelmente, ligada aos atributos da paisagem (GORAYEB, MEIRELES, 2014). Sendo assim, a produção de conhecimento acadêmico por pessoas da periferia também é um objetivo deste trabalho, e se faz necessário para que afirmemos nossas subjetividades e histórias dentro de um contexto onde comumente somos objetos e temos nossas vozes traduzidas e esquematizadas.

O para-formal é um conceito criado pelo grupo argentino GPA (2010). É um conceito de fronteira que, ao contrário da oposição entre o formal e o informal – a partir de áreas do conhecimento como o urbanismo e a economia, que categorizam seus estudos e objetos em cidade/economia formal e informal – busca experimentar a fresta ou o interstício entre categorias, que aqui se desenvolve a verdadeira máquina da cidade.

Este aspecto informal, longe de ser ocasional, constitui uma regra importante no desenvolvimento de muitas cidades na contemporaneidade - os lugares considerados para-formais são aqueles que se encontram no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação), são constituídos por três pontos essenciais: a cidade em formação, o princípio de acordos, regras e projetos; a cidade em desagregação, os processos de acordos urbanos conflitivos, friccionantes ou catastróficos e; as situações urbanas onde existam fortes "indiferenças" estratégicas entre os atores denominamos como "cenas urbanas para-formais".

As caminhadas, permanências, e registros que compõe essa pesquisa-intervenção foram realizadas no Morro dos Macaquinhos (figura1), bairro dentro da Cidade Tiradentes, bairro da capital São Paulo, localizado no extremo leste da cidade, cerca de 27 Km longe do centro da cidade. E aconteceram em dois momentos diferentes, com um espaço de tempo que tende a ser repetido nos próximas etapas de pesquisa, um intervalo de cerca de 4 meses. O primeiro momento, no inverno de 2017, com uma estadia de 18 dias, que gerou como resultados conversas e registros que geraram outros resultados físicos. O segundo aconteceu no verão de 2018, com visitas regulares durante 1 mês, que geraram algo diferente e com um alcance e significado maior que o anterior.

O Morros dos Macaquinhos, como é conhecido pelos antigos moradores, fica no limiar da cidade, se configura e se expande dentro de uma área verde, próxima a uma reserva de mata

atlântica. Esse lugar é um ponto urbano que conecta a malha da cidade com caminhos sinuosos, não asfaltados, uma fronteira entre a cidade e um rural que resisti, território de muitas singularidades.

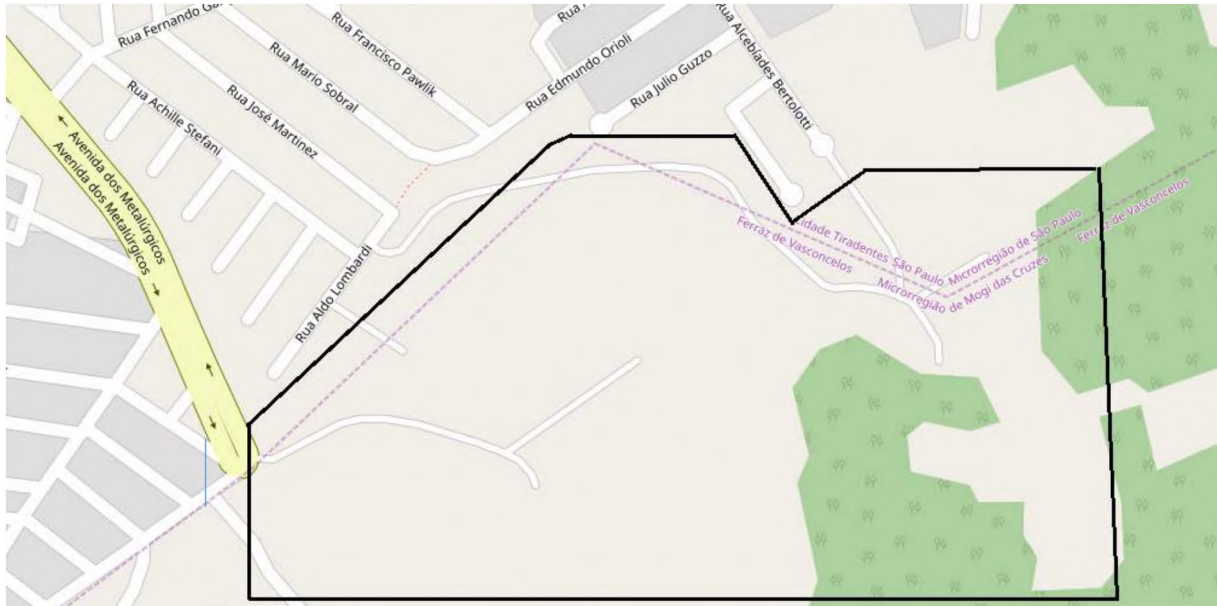


Figura 1 Contorno da quebradinha. Boladinho de 2. 2017

Fonte: acervo pessoal

O território, que é formado por casas de alvenaria simples, barracos e alguns poucos comércios, possui uma urbanidade resultante da vontade dos primeiros moradores e da adequação às leis. O seu planejamento urbano é configurado por lotes de terreno que foram divididos a fim de que a prefeitura não possa reivindicar a sua posse, originalmente os lotes tinham a dimensão de 6x15, mas isso já não é uma regra pois esses lotes foram sendo divididos em lotes menores e vendidos.

As casas desse lugar, não tem numeração e estão localizadas em ruas que não possuem nome, mas todos os moradores contam com a distribuição de serviços básicos para uma vida urbana minimamente confortável: energia elétrica e água. Esses serviços não são oferecidos pelo poder público e fazem parte de uma série de acordos que os moradores precisam manter com o crime organizado.

Essa pesquisa pretende tocar diversos pontos da vida dos habitantes da periferia, seus caminhos, caminhares, casas, ruas, as mudanças que exercem no ambiente e como estes são moldados por eles, busca compreender o lugar em transformação, e o modo de criar novas visualidades através da cartografia poética para auxiliar na percepção da cidade e dos cidadãos contemporâneos que de alguma forma convivem com a ilegalidade, com o ilícito e

com o informal. São aqui registradas as para-formalidades encontradas, indicando fluxos econômicos e apontamentos para novas pesquisas.

Metodologia

Delimitou-se para a metodologia dessa pesquisa que a investigação do território se desse através do contato com moradores e de conversas com essas pessoas, da caminhada errante e da estadia nesse ambiente como uma prática estética, a fim de coletar imagens e testemunhos para registrar a paisagem do local, a transformação das casas e o trajeto da população. Esses processos experienciados, já eram mediados por um olhar cartográfico, foram sendo pensados para viesse surgir um produto visual e sensível, uma cartografia²² em diferentes plataformas. Os mapas criados poderiam vir a ser objetos estéticos, abertos por diferentes métodos, conectáveis e modificáveis, que permitam interpretações poéticas.

A cartografia é um meio e não um método para se acompanhar algum processo, dessa forma a cartografia inverte o sentido tradicional da metodologia - definido por um caminho predeterminado por metas - e se apresenta como um instrumento a ser experimentado, onde o caminho que ditará as metas. Nesse sentido a cartografia acompanha diretamente o tempo real, ela afeta o ambiente ao mesmo tempo que este a afeta, não surge de ordens bibliográficas mas faz uso da biografia como ferramenta de discussão. É tarefa do cartógrafo dar voz para novos afetos que pedem passagem, do cartógrafo se espera que este esteja mergulhado nas intensidades do seu tempo, e que atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é antes de tudo, um antropófago (ROLNIK, 1989)

Essa pesquisa não se solidifica no parâmetro metodológico em que pesquisador e objeto ocupam lugares determinados e distintos, pelo contrário: pesquisador e objetos são um, estão em atrito, alimentam-se um do outro. Portanto, é um cartografia de revisão, construída por um sujeito que se retira do território por tempo indeterminado e retorna, que se propõe a revisões de conteúdos, atento para as mudanças ocorridas na paisagem.

²² A cartografia é a ciência que trata da concepção, produção, difusão, utilização e estudo dos mapas. Inventando um mundo e seus lugares, interpretando à sua maneira o espaço, há casos em que ela é aplicada como método de acompanhamento para traçar percursos poéticos, sendo aquilo que força a pensar e ver o todo do processo do artista pesquisador, dando-se como possibilidade de caminho a ser traçado no trabalho, como uma atenção voltada ao processo em curso. Entendendo que o método cartográfico convoca a um exercício cognitivo peculiar do pesquisador, uma vez que, estando voltado para o traçado de um campo problemático, requer uma cognição muito mais capaz de inventar o mundo do que reconhecê-lo.

Resultados e Apontamentos

É nas fronteiras difusas entre trabalho, presença precária do poder público, estratégias de sobrevivência e atividades na fronteira entre o lícito e o ilícito que se pode procurar entender algo sobre as práticas de configuração da cidade contemporânea, na sua dinâmica de intercâmbios e lugares, com capacidade para fornecer uma prática para os sujeitos coletivos no sentido de um reposicionamento da periferia no contexto da cidade.

O Morro dos Macaquinhos, apesar de distante e marginalizado pelos que não adentram as suas não convidativas entradas, é um lugar calmo, seguro, acolhedor, muitas vezes parece uma paisagem idealizada do interior— chão de terra, criança brincando na rua, vacas passeando, o sol crepuscular deixando o ambiente em tons amarelados. O Morro dos Macaquinhos é o cenário para dezenas de pessoas de história de vida difícil e comum para muitas do mundo que foram obrigados a existir em espaços diferentes daqueles que a lógica urbana habitacional convencional propõe. Os moradores erguem as paredes das suas casas, encaixam seus telhados, cercam seus terrenos, ajudam seus vizinhos a erguerem suas paredes, a encaixar seus telhados, a cuidar dos seus filhos. A vida na periferia é dicotômica, de um lado apresenta uma linda faceta criativa e de outro sua face suja— sem recursos financeiros e abandonada à própria sorte pelo poder público.

Apesar do lugar parecer ter um desgoverno institucional, ou uma ausência de leis, o crime organizado aqui exerce um poderoso papel de regulador do lugar. É preciso entrar em contato com esse crime organizado para ter acesso à energia elétrica, e à água, muitas vezes também para comprar um terreno ou uma casa, já que são pessoas dessa organização que possuem a posse (mesmo que ilegal).

Junto com essa agência do crime responsável pela distribuição dos serviços, outras pessoas com diferentes ocupações como, pedreiros, babás e catadores de resíduos, pequenos criadores de gado e domésticas compõe o fluxo econômico para-formal²³ do lugar, geram renda, moram e trabalham no seu bairro.

O para-formal, criado pelo GPA (Gris Público Americano: grupo de pesquisa da Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo da Universidade de Buenos Aires) é um conceito múltiplo que busca na cidade real interações com âmbitos de seu entorno material, espacial, social, econômico e cultural, aproximando a cidade formal da informal, às frestas da contemporaneidade, ou seja, o “para-formal” habita o “entre” a “formalidade” e a

²³ para-formal é um espaço de cruzamento, em que as atividades exercidas e o ambiente geram descontinuidades e, muitas vezes, fugas na cidade contemporânea.

“informalidade” existente nos territórios da cidade. Adoto aqui o para-formal como meio documental e conceitual por ver nele um meio para investigar dinâmicas em que o objeto arquitetônico deixe de ser um objeto para representar a si mesmo,

Estamos usando el neologismo “para-formal”, artificial y provisorio, algo relativo a la forma pero que no es ella misma. Evitamos tomar lo formal y lo informal como adjetivos o atributos fijos; intentamos introducir alternativas locales y específicas, adentrándonos en los más “reales” procesos de formación, transformación, deformación, in-formación. (...) Lo formal y lo informal son sólo polos ideales de una actividad menos delimitable, de una acción mixta y heterogénea, que llamamos para-formal. Lo para-formal es el lugar de cruce de lo formal o formado y lo informal o en formación. Lo para-formal es el lugar de cruce de lo previsible y lo imprevisible. (GPA, 2010, p. 18)

Na minha segunda estadia no Morro do Macaquinho surgiram diversas dúvidas internas de como eu poderia agir nesse lugar, quais atitudes eu poderia tomar para realizar uma intervenção geográfica ou artística-cartográfica que expandisse a subjetividade²⁴ dos moradores para com o seu bairro, como poderia contribuir para a construção do espaço a partir do contato com os moradores que me contaram suas histórias, ânsias e projetos.

Era muito forte em mim o fato de as ruas não possuírem nome e as casas não possuírem numeração, fato que me preocupava por estar pensando em uma urbanização futura e que muito discuti com meu amigo e morador, David Batistas, o maior colaborador dessa pesquisa. Essas ruas um dia terão nome, vão estar nos mapas convencionais que ilustram a cidade, então quais serão seus nomes?

Não queremos que as ruas carreguem nome de pessoas que não conhecemos e não fizeram parte desse lugar, nome de homens exploradores que utilizaram da força para subjugar outros seres humanos. Queremos que as ruas proponham uma narrativa diferente, calcada no orgulho de habitar a margem, queremos que contem a história do passado e do presente das pessoas que construíram esse lugar. Deste processo tivemos a ideia de nomear a primeira rua do bairro como Rua Professor Jaime, em homenagem a um morador muito especial e importante para os outros moradores.

Utilizei como recurso de coleta de dados um caderno de bordo onde escrevi um trecho sobre a Rua Professor Jaime e seus moradores:

Um bairro que se efêmero, feito de tijolos e madeirites, que muda com a irregularidade dos salários ou pagamentos. No futuro iremos reconhecer a rua mas não as casas. O traçado da rua já está dado e os terrenos, geralmente de 6x15, o contornam. Nessa rua, moram: um casal, Professor e Dona Sandra; dois jovens, David, de 25 anos e Li, de

²⁴ Subjetividade é tudo aquilo que concorre para a produção de um “si”, um modo de existir, um estilo de existência.

21 anos; uma família, mulher adulta, homem adulto, 4 crianças; um velho, chamado Paulinho; e um homem evangélico conhecido como Irmão. (SOUZA, 2017)

Do primeiro momento da pesquisa, em 2017, surgiu o zine fotográfico *Boladinho de 2*, criado pelo autor deste artigo e pelo morador David Batista. O trabalho procura investigar a paisagem urbana e os seus condicionantes, expondo lugares e representando pensamentos de forma gráfica, surge da análise dos registros feitos durante os 18 dias de estadia, fotos, textos e fragmentos reescritos de conversas com os moradores, de maneira a abordar diferentes aspectos da vida periférica.

A primeira edição do projeto resultou em uma publicação singela e de poucos exemplares que tem por título *Boladinho de 2 – ENTRADAS* (figura 2), é uma cartografia que apresenta as seis diferentes e possíveis entradas, por São Paulo, para o Morro dos Macaquinhos. Todas as entradas são pontos de fronteira, marcam o fim da capital e início de outro município, pontos problemáticos onde uma prefeitura atribui a responsabilidade do lugar a outra.

Uma segunda edição e mais completa está sendo produzida e estará disponível para leitura em www.boladinhode2.tumblr.com, e contará com a tradução de Letícia Pereira de Carvalho Pasqualotto, a modo de expandir campo e encontrar semelhantes periféricos em outras partes do mundo.

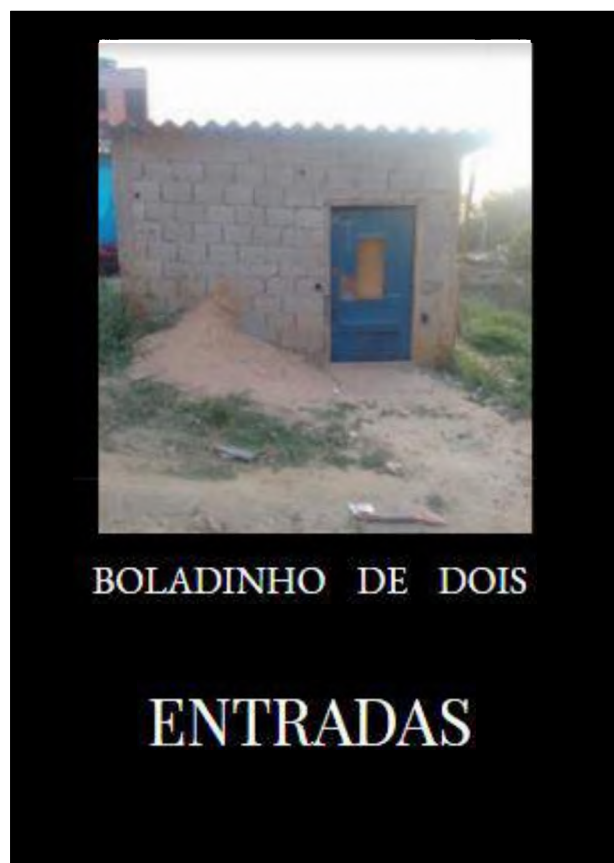


Figura 2 Capa do zine Boladinho de 2- ENTRADAS. 2017
Fonte: Acervo Pessoal

Foram diversos os pensamentos que surgiram ao entrar em contato com este lugar, questionamentos, afirmações e possibilidades conceituais para construir um estudo. As análises feitas in locu vão de encontro a pesquisadores de assuntos e territórios semelhantes (figura 3). Pensando o movimento dos corpos e buscando referências sobre cartografia, encontro em Paola Jaques indicadores para próximas abordagens e para pensar não só a cartografia espacial mas a cartografia dos corpos, uma *corpografia*,

Neste sentido, a compreensão de *corpografias* pode servir para a reflexão sobre o urbanismo, através do desenvolvimento de outras formas, corporais ou incorporadas, de se apreender o espaço urbano para, posteriormente, se propor outras formas de intervenção nas cidades. O estudo *corpográfico* pode ser interessante para se compreender as pré-existências corporais resultantes da experiência do espaço, para se apreender as pré-existências espaciais registradas no próprio corpo através das experiências urbanas. Esse tipo de experiência, do corpo ordinário e cotidiano, pode ser estimulada por uma prática que chamamos de errâncias. A experiência urbana mobilizadora de percepções corporais mais complexas poderia ser estimulada por uma prática de errâncias pela cidade que, por sua vez, resultaria em *corpografias* urbanas equivalentemente mais complexas. (JAQUES, 2008)

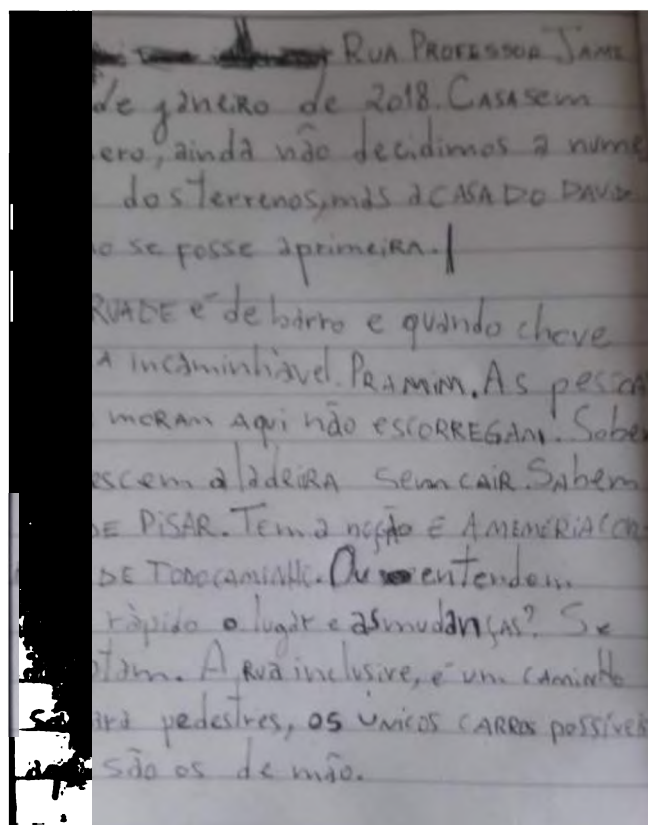


Figura 3, Rua Professor Jaime, caderno de bórdo. 2018
Fonte: Acervo pessoal

A partir das conversas com os moradores, foi possível identificar projetos arquitetônicos que serão construídos na rua no futuro, tais como uma igreja ou salão de festas (o proprietário

ainda não decidiu), uma creche (privada) para os pais deixarem seus filhos durante a jornada de trabalho, e um espaço de música jamaicana. É interessante registrar que estes projetos já estão em andamento e que esta pesquisa pretende analisar seus impactos futuros no crescimento do bairro.

Além disso pretendo estudar mais a fundo o mercado informal do uso do solo nessa região, por entender que este é um problema e uma preocupação acadêmica e conceitual para analisarmos o crescimento da cidade.

Conclusões

A cartografia enquanto método de pesquisa, formação de uma ética-estética, tem uma série de particularidades, é um método que não se aplica, mas que se pratica. A cartografia é um cultivo e dela pode se colher diversos produtos. Não existe um conjunto de regras a serem aplicadas a um objeto de estudo, pois a cartografia é um método em processo de criação, coerente com a realidade aquilo que se investiga (DI FELICE, 2017).

A produção de uma cartografia da quebrada feita por sujeitos que habitam o território ou que se sentem parte dele, pode contribuir para o desenvolvimento de discursos contra-hegemônicos que massificam representações negativas a respeito dos espaços periféricos e de seus moradores. Preconiza-se uma narrativa diferente, calcada no orgulho de habitar a margem, e revelando alternativas (sociais, culturais, econômicas e políticas) que apenas a periferia, em oposição a ordem social excludente, pode oferecer.

O estudo da vida periférica encontra campo fértil para desdobramentos e também diversas barreiras, este artigo pretende reforçar a nossa percepção sobre a singularidade de cada situação na perspectiva da sua articulação com o circuito da interligação e da informação, revelando potenciais para diversas novas investigações.

O Morro dos Macaquinhos, mais especificamente a Rua Professor Jaime nos serve como referência para uma vida entre as diferenças, mesmo em situações de escassez, de carência e de ambientes físicos com pouca qualidade de estrutura e conforto. Apesar de tudo, estes espaços apresentam uma intensa dinâmica de intercâmbio, criatividade e gestão partilhada de escassos recursos. E é nesse sentido, de reforçar o potencial da imaginação para meios materiais e humanos, que a vida na informalidade tem algo de muito positivo a ser apreendido.

Referências Bibliográficas

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. V.1. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

JAQUES, Paola. Apologia da deriva; escritos situacionista sobre a cidade. Rio de Janeiro;

KASTRUP, Virgínia. In: **Pistas do método da cartografia pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FELICE, E. LUDUS HUMANUM EST - Brincar é humano, errar é um dever. **PIXO**, revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade, Pelotas, v.2, n.2, p.86-99, 2017.

SOARES, L.B. ; MIRANDA L.L. - Produzir subjetividades: o que significa?. **Resvista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.9, n.2 , p.408-424, 2009.

CLIFFORD, James. Sobre o surrealismo etnográfico, in. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011

Documentos eletrônicos

GORAYEB, A. **Cartografia Social e Populações Vulneráveis**. Oficina do Eixo Erradicação da Miséria. Fortaleza, fevereiro 2014. Acessado em 13 out. 2017. Online. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>

**AS FUNÇÕES DA MULHER REPRESENTADAS EM CARTILHAS E
PRÉ-LIVROS GAÚCHOS (1948-1977): DO LAR À SALA DE AULA**

*THE FUNCTIONS OF WOMEN REPRESENTED IN PRIMERS AND PRE-PRIMERS
GAÚCHOS (1948-1977): FROM THE HOME TO THE CLASSROOM*

*Indiara Gaia da Silva
Graduanda/UFPEL
Indigsilva10@gmail.com*

RESUMO

A temática da representação da diversidade nos livros didáticos tem sido objeto de estudo pelo menos desde o final dos anos de 1970 (DEIRÓ, 1981), entre elas as questões das mulheres e mais recentemente de gênero. Na tradição, o objetivo deste trabalho é identificar, em cartilhas e pré-livros produzidas por autoras gaúchas, entre os anos de 1948-1977, as funções que as mulheres desempenhavam na sociedade, segundo as representações desses livros didáticos. As cartilhas e pré-livros fazem parte de um dos acervos do grupo de pesquisa HISALES (FaE/UFPEL) e somam um total de 16 exemplares. O recorte temporal é em razão da significativa produção sob a chancela do Centro de Pesquisa e Orientações Educacional, ligado à Secretária da Educação/RS. Nesses dispositivos escolares, as mulheres aparecem vivendo e trabalhando no lar e dedicada exclusivamente à família, como um “conto de fadas”. As mulheres aparecem, também, nos espaços escolares, nos cursos de magistério, e trabalhando professoras, considerada como “vocação” e como continuação da vida do lar. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e descrever essas representações nesses livros.

Palavras-chave: Gênero. Cartilhas. Pré-livros. Funções. Mulheres

ABSTRACT

The representation of the diversity in textbooks has been the object of study at least since the late 1970s (DEIRÓ, 1981), including women's issues and more recently gender issues. In the tradition, the objective of this article is to identify in primers and pre-primers produced by Gaucha's authors, between the years of 1948-1977, as functions that as women played in society, according to the representation on the books. The primers and pre-primers are part of one of the collections of HISALES' (FaE / UFPel) research group and a total of 16 copies. The temporal cut in reason to the significant production under the seal of the Center for Research and Educational Guidance, linked to the Secretary of Education / RS. In these school device, women appear to be living and working in the home and dedicated exclusively to the family, as a "fairy tale." Women also appear in school spaces, teaching courses, and working teachers, considered as a "vocation" and as a continuation of the life of the home. Thus, the purpose of this paper is to present and describe these representations in these books.

Keywords: Gender. Primers. Pre-primers. Functions. Women

Introdução

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa intitulado “Produção, Circulação e uso de cartilhas e livros didáticos produzidos por autoras gaúchas (1940-1980)”, financiado pelo CNPq (edital chamada universal MCTI/CNPQ N° 14/2014) e é desenvolvido no grupo de pesquisa História da Alfabetização Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES), do qual sou bolsista PIBIC-CNPq. O referido grupo é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPel)²⁵ e tem procurado estabelecer uma política de recolha, tratamento e guarda de objetos da cultura escolar, constituindo, assim, importantes acervos para a pesquisa educacional. O grupo de pesquisa HISALES possui, atualmente, seis acervos: I) livros para o ensino inicial da leitura e da escrita; II) livros didáticos elaborados por autoras gaúchas entre os anos de 1940-1980; III) caderno de alunos (do período de 1930 até a atualidade); IV) cadernos de planejamento de professoras de professoras alfabetizadoras (dos anos de 1960 aos dias atuais); V) materiais didáticos pedagógicos diversos/ cultura material escolar e VI) materiais pessoais e familiares.

Neste trabalho, o objetivo é identificar, em livros usados para o ensino da leitura e da escrita, as funções que as mulheres desempenhavam na sociedade, de acordo com as representações encontradas em cartilhas e pré-livros gaúchos.

O recorte temporal deste estudo, 1948 a 1977, foi delimitado a partir da observação da tabela virtual do acervo do Hisales, denominada Livros Didáticos Produzidos no Rio Grande do Sul entre 1940 – 1980. O total de livros didáticos disponíveis somam, atualmente, 283. Para este trabalho, porém, foram consultados apenas 16 exemplares, uma vez que são específicos para o ensino da leitura e da escrita, ou seja, cartilhas e pré-livros. Foram analisadas as edições mais antigas de cada livro disponível, a saber: A cartilha de Zé Toquinho (1948); Sarita e seus amiguinhos (1956); Estrada Iluminada (1956); Marcelo, Vera e Faísca (1962); Cartilha Moderna (1965); As Férias com vovô (1967); Dedé, José e Tião (1968); Cartilha do Guri (1969); Céu Azul (1970); Viva o Circo (1970); Garotos Tevê (1972); Alegria Alegria (1973); Nossa Terra, Nossa Gente (1974); Ler a Jato (1975); Tempo Presente (1977); Juca e Zazá (s/d). Assim, o recorte temporal deve-se ao mais antigo e ao mais recente desses livros (1948-1977).

É importante destacar que, após a definição das edições que seriam utilizadas, o estudo se voltou para uma análise minuciosa de cada cartilha/pré-livro, sendo observados todos os aspectos que faziam referência ao gênero como, por exemplo, imagens de mulheres, palavras,

²⁵ Mais informações a respeito do HISALES, dos acervos, das ações, dos projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, podem ser vistas no site (<http://www.ufpel.edu.br/fae/hisales/>) e no perfil na rede social Facebook (HISALES).

frases ou textos. Esses dados foram anotados e fotografados para serem problematizados e apresentados. Assim, este trabalho está organizado em três partes, na primeira apresento uma contextualização do conceito de gênero ao longo do tempo; na segunda explico quais as características das mulheres “donas do lar” identificadas nas cartilhas; na terceira apresento os dados referentes às representações da mulher-empregada e na quarta e última parte discorro sobre uma profissão regulamentada atribuída à mulher, a professora de anos iniciais.

As discussões de gênero

O tema das relações de gênero está em evidência no campo acadêmico brasileiro desde, pelo menos, os anos 80 do século XX. São diversos estudos, pesquisas, livros e artigos que tem como objetivo discorrer sobre o assunto. Porém, a conceituação de gênero tem/teve suas mais diversas definições ao longo da história, sendo assim, pode-se dizer que não há um significado fixo. Desse modo, é importante esclarecer que o termo gênero começou a ser utilizado após embates e “batalhas” feministas. Segundo Louro (1997, p. 14), o feminismo compreendido como um movimento social organizado é usualmente remetido no ocidente ao século XIX. No Brasil, ainda segundo Louro (1997), foi apenas no final dos anos 80, do século XX, que as feministas começaram a utilizar o termo gênero referindo-se à construção social e cultural dos sexos. Pode-se, assim, entender que as cartilhas aqui analisadas foram produzidas, entre o final da década 40 e o final da década de 70, do século XX, quando ainda não se tinha no Brasil a conceituação realmente sendo utilizada. Logo, com isso, pode-se inferir que as cartilhas e pré-livros reproduziram o pensamento da época, aquele que levava em consideração apenas a diferença biológica entre homens e mulheres, sem considerar a construção histórica e social das relações de poder baseada no sexo (LOURO, 1997). Quando as pessoas passam a defender características adequadas a um sexo ou a outro tem lugar a hierarquização de gênero, sendo o masculino como base para moldar o comportamento feminino. Essas representações, segundo Louro (1997, p.23), foram sendo constituídas socialmente e de forma relacional, acarretando “[...] à construção de papéis masculinos e femininos [...] padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus números e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de ser relacionar ou de se portar [...]”. Construções de papéis que vão se moldando no indivíduo muito antes dele nascer, e que vai ficando mais evidente ao longo de sua vida quando a menina é a ajudante da mãe nas tarefas de casa, por exemplo, e o menino deve e pode brincar na rua, sem nunca se preocupar ou envolver com as tarefas domésticas.

As representações de gênero, segundo Moreno (1999), começam antes mesmo do indivíduo entender que existe “pessoa”, ele já sabe que existe uma “mamãe” e um “papai”,

logo, meninas e meninos. Por exemplo, os pais descobrem que o filho ou filha tem um determinado sexo, logo, vários são os estereótipos que são colocados naquele bebê, se for menina, provavelmente, o quarto será todo rosa, com várias bonecas, se for menino, possivelmente, o quarto será azul, cheio de carrinhos. Quando as crianças já estão em uma determinada idade, iniciam-se comparações, tais como: “ela é menina, porém tão agitada” ou “nosso menino é calmo, totalmente diferente dos demais”, ou ainda, distinções referentes aos brinquedos como menina brinca de mamãe e filhinha e o menino de bola e carrinho, o que nos faz pensar que sim, as meninas já são preparadas para a vida do lar e os meninos a saírem para as ruas. Quantas vezes ouvimos esses comentários: “fulano larga essa boneca, isso não é brinquedo de menina!” ou “você não pode jogar futebol, isso é coisa de menino!”. Isso ocorre pois, segundo Moreno (1999), as brincadeiras ditas para “meninos” tem um caráter “agressivo”, já as brincadeiras de “meninas” têm relação direta com o mundo doméstico. Com esses exemplos do cotidiano é possível demonstrar o quanto a sociedade segue moldando e constituindo uma hierarquização de gênero, a qual é vista tanto em cartilhas quanto nos pré-livros, objetos da cultura escolar que são um dispositivo ideológico, que quando não minuciosamente analisados aspectos como esse podem passar despercebidos. Compreendendo gênero como uma construção social e histórica passo, então, a caracterizar as principais funções das mulheres encontradas nesses dispositivos, a saber: vocação ao lar e a atuação como professora de anos iniciais.

Função do lar: privada e não remunerada

O ambiente do lar ainda hoje é o principal espaço de atuação de muitas mulheres nas mais diversas sociedades, embora, com grandes mudanças no campo social, ainda há as que optam pelo cuidado zeloso da família e da casa; as que consideram ser este único lugar possível para atuarem e, principalmente, as que seguem sendo oprimidas pelo machismo e o reproduzindo, pois assim foram ensinadas.

Das 16 cartilhas analisadas neste trabalho foram encontrados, por meio de textos e imagens, em 12 delas representações de mulheres trabalhando nas tarefas domésticas, sendo o total de 17 ocorrências, portanto um número que chama atenção. Essas ocorrências mostram sempre a mulher contente e cuidadosa com seus entes queridos, como pode ser observado nas seguintes frases da cartilha Céu Azul (1970, p. 66,67): “Mamãe vai ver Martinho”, “Mamãe vai ver Selene”.

É importante destacar que historicamente o termo dona-de-casa, foi constituído na e pela sociedade e segue sendo reproduzido até o século XXI. Porém, houve uma construção ideológica que fez com que o mesmo fosse constituído:

O termo *dona de casa* surgiu durante a industrialização (...) sua origem está ligada ao modelo econômico capitalista que, ao despontar, trouxe consigo uma ideologia que dividia a sociedade ocidental em duas esferas distintas: um espaço particular (...) e outro (...) público. (BRUSCHINI, HIRATA, SAFIOTTI 2007, 2004, 1987 *apud* SANTOS e DINIZ 2011, p. 138).

Sendo assim, o termo foi ideologicamente constituído, em um determinado contexto, por aqueles que estavam no poder e que tinham autonomia, logo, o homem, branco e burguês. A mulher sendo entendida como um ser inferior ao homem não tinha o direito de trabalhar no espaço público, aquelas que burlavam essas leis eram taxadas dos mais variados modos, essas eram principalmente mulheres de classe baixa, que não tinham como sustentar a si mesmas e tinham que ir às ruas.

É importante problematizar, nesse sentido, que uma mãe que usa seu tempo exclusivamente aos filhos, ao marido e ao lar seria/é aquela que conseguirá constituir uma família perfeita, sendo admirada pelos demais. Nas cartilhas foram encontrados o total de 12 ocorrências em que a mãe era representada com preocupação e cuidado com o bem-estar dos filhos. Características estas que já são atribuídas à menina, desde as brincadeiras de boneca e de casinha, por exemplo. Como diz Santos (2008, p.58), “(...) uma família perfeita era sinal de mulher-esposa exemplo, caprichosa e cuidadora, acima de qualquer maledicência ou desmerecimento”. Obviamente, a família perfeita deveria ser constituída de um pai, uma mãe e seu casal de filhos. Trago exemplos encontrados nas cartilhas logo abaixo:



Fig.4: Constituição familiar presente na cartilha e pré-livros
Fonte:(Céu Azul, 1970, p.3)



Fig. 5: Outro exemplo de constituição Familiar (Dedé, José e Tião, 1968, p.39)
Fonte:Acervo de Pesquisa Hisales

Essas constituições familiares reforçam e conservam em seu interior toda uma divisão de gênero, pois nelas a grande maioria dos homens trabalha no ambiente público, ou mesmo em tarefas pesadas quando a família é do meio rural, mas as mulheres, independentemente de onde vivem, desempenham a função principal de “donas do lar”. Considerando ser esta uma tarefa, muitas vezes, mais desgastante tanto físico quanto mentalmente, uma vez que a mulher tinha responsabilidade sobre todos que viviam no ambiente familiar, Duran (1983 *apud* SANTOS 2008, p. 64) destaca que ao realizar esta tarefa, a mulher “(...) não pode deixar de cumprir compromisso, nem se negar a trabalhar nos feriados, nem reclamar uma jornada de trabalho equivalente à dos outros trabalhadores, nem descansar verdadeiramente nas férias”. Nas imagens apresentadas a seguir é possível ver a representação desta função nas cartilhas.



Fig.6: Mulher desempenhando sua tarefa no lar Cartilha do Guri, 1969, p.6)
Fonte: Pesquisa Hisales



Fig. 7: Representação da mãe e sua preocupação com os filhos. (Céu Azul, 1970, p. 42)
Fonte: Acervo de Pesquisa Hisales

Embora seja um trabalho muito desgastante para as mulheres, desempenhá-lo se tornou natural ou naturalizado na sociedade. O que ocorre, no entanto, é que por não ser esta uma profissão realmente reconhecida, a mesma passa a ser vista como devoção ao lar e à família.

Nesse sentido, muitas vezes, a função pode ser interpretada um “conto de fadas”, no qual não há problemas. Nesse sentido, Santos (2008, p 63) destaca que “a invisibilidade do trabalho doméstico é, sem dúvida alguma, reflexo do lugar marginalizado que a contribuição sócio-econômica da mulher possui”. Essa condição de dona de casa, talvez, nem todas as mulheres quisessem seguir, porém, por vezes, foi um lugar social imposta à elas.

Além da representação das mulheres como “donas do lar” foi possível observar imagens de mulheres desempenhando a função de empregadas, em espaços que infiro ser residências de famílias com poder aquisitivo maior. É sobre elas que passo a tratar na próxima seção.

Empregadas negras

As representações de empregadas, diferentemente das “donas do lar”, são sempre representadas por personagens negras e robustas. Estas mulheres sempre aparecem em seu ambiente de trabalho reforçando a ideia de submissão, de que ser empregada é um dos poucos, senão o único espaço destinado para elas na sociedade. É interessante observar também que esta representação diferencia-se da “dona do lar” por sempre apresentar o avental.

Nos livros analisados, encontrei imagens relacionadas à tarefa de empregada em apenas 2 das 16 cartilhas pesquisadas, totalizando 6 ocorrências.

As representações da função de empregada podem ser visualizadas nas imagens a seguir:



Fig.1: Representação de empregada negra (As férias com o vovô, 1967,p.2).
Fontes: Acervo de Pesquisa Hisales



Fig. 2: Representação de emprega negra (A cartilha de Zé Toquinho, 1948, p.24)
Fonte: Acervo de Pesquisa Hisales

A partir das imagens é explícito que há estereótipos na representação da empregada, sendo ela, na maioria das vezes, mulheres negras. Santos (2008, p.50) explica que isso ocorre por ser a função de empregada “(...) uma profissão que também deriva dos vínculos sociais e das funções exercida por escravas – por isso muitas vezes são mulheres da raça negra descendentes de índios (as) ou escravo (as) que atuam como domésticas.”.

Embora as mulheres negras fossem as que ficavam com as tarefas mais pesadas de um ambiente doméstico, as donas dos lares também realizavam algumas tarefas. Porém, é bom esclarecer, que isso não decorre apenas das relações de gênero, mas também das relações de poder, neste caso, da relação de empregada - patroa, que segundo Santos:

Na execução de suas funções por um valor combinado, e ainda no convívio de uma família com outro nível econômico, fica configurada a relação de poder característica do patrão empregador. E, nesse caso (...) a relação de poder passa pelo viés de classe e não de gênero (SANTOS, 2008, p.52).



Fig.3: A representação da mãe de família que tem empregada. (As férias com o vovô, 1967, p. 24) Fonte: Acervo de Pesquisa Hisales

Porém, além desse ambiente privado na vida das mulheres, outra função passou a ser de domínio das mulheres: a docência. Assim, a mulher também passou a desempenhar na sociedade o papel de docente, especialmente da escola primária. Porém, esta representação foi identificada em número bem reduzido se comparado àquelas que enfatizavam a mulher com total disponibilidade ao lar, mas mesmo assim é essa função docente que passo a falar na próxima seção.

As mulheres na função docente da escola primária

Nas 16 cartilhas e pré-livros que foram analisadas neste trabalho, somente 2 cartilhas mostram a mulher no ambiente escolar, desempenhando a função de professora, não dando nenhuma ênfase a esta profissão que por muitas décadas foi compreendida como uma extensão do lar. Nestas duas cartilhas foram encontradas o total de 7 ocorrências.

Como em toda sociedade, toda mudança de ordem social ocasiona distintas repercussões, e a entrada da mulher ao ambiente escolar como docente não foi diferente. Foram muitas batalhas que tiveram de ser traçadas para que as mulheres conseguissem lecionar no ensino superior, por exemplo. No Brasil, isso começou a tomar forma, segundo Bruschini e

Amado (1988 *apud* RABELO E MARTINS 2006, p. 6170), após a independência do Brasil, pois até lá “não existia Educação Popular, mas depois dela o ensino pelo menos nos termos da lei, se tornou gratuito e público, inclusive para as mulheres”. Sendo assim, diz Rabelo e Martins (2006, p. 6170), que “a partir daí a formação de professoras do sexo feminino se fez necessária, pois os tutores deveriam ser do mesmo sexo que seus alunos”. Sendo assim, nessa época as escolas eram separadas por gênero e enfatizavam diferentes papéis para o homem e para a mulher tanto no que diz respeito aos espaços que iriam frequentar como também as atividades que iriam desempenhar: o homem era preparado para os espaços públicos, conquistar sua independência e a mulher para ir se moldando e aprendendo as lidas domésticas.

Quando se fala sobre a feminização do magistério está se falando além do grande número de mulheres que optaram por essa profissão, também, segundo Rabelo e Martins (2006, p. 6168), da “concepção da profissão docente na sociedade que está sempre associado às características femininas e, por isso, está sendo cada vez mais desvalorizada”. Características que visavam o modo de se comportar na rua, suas vestimentas, a sua ética e até mesmo a família daquela que seria integrante de alguma escola.

Nas cartilhas aqui pesquisadas as professoras têm características bem similares, embora o número de exemplificações seja pequeno. Assim, a partir do que foi encontrado é possível inferir que existiam as características que marcavam as representações de mulher - professora, segundo Venzke (2011, p. 115), já eram existentes nas instituições formadoras que “carregavam em seus discursos a constituição de identidades femininas, conforme o ideário social e cultural que prevalecia naquela época. Apresentavam e reforçavam assim o que se esperava de uma mulher na família e na sociedade”, ou seja, uma mulher amiga, meiga e dócil.

A seguir trago exemplo de imagens de professoras que foram encontradas no decorrer da pesquisa e também dos textos que associavam a elas determinadas características.

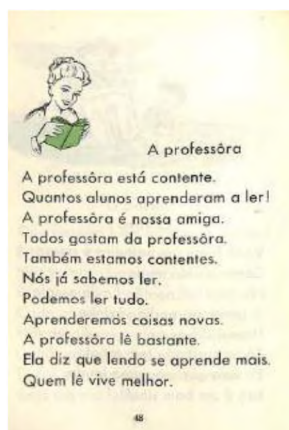


Fig.8: Representação da professora e algumas de suas habilidades.



Fig.9: Representação da outra professora encontrada e uma característica marcante

(Cartilha do Guri, 1969, p. 48)
Fonte: Acervo de Pesquisa Hisales

ser boa.
(A cartilha de Zé-Toquinho, 1948, p.17)

A partir dessas representações, pode se notar algumas características padrões como é o caso do cabelo preso, sempre bem arrumada, com roupas “comportadas” e com um livro na mão. O modo como deveriam se portar também era importante, como diz o exemplo reproduzido a professora deveria ser “boa”, ser calma, serena e ter os alunos como filhos.

Essas características vão constituir a identidade docente e que por serem atreladas à figura feminina vai, de certa maneira, caracterizar a docência como uma “vocação” da mulher. Sobre o termo vocação é importante mencionar que:

Historicamente, o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira deveria ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas. Ligados à idéia de que as pessoas tem aptidões e tendências inatas para certas ocupações o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolherem profissões menos valorizadas socialmente. (BRUSCHINI e AMADO, 1988 *apud* VENZKE 2011, p. 115-116).

Fica evidente, após a citação, que o termo vocação foi constituído principalmente para que as mulheres acreditassem que elas nasceram com esse “dom” e, por isso, deveriam seguir o magistério caso quisessem desempenhar alguma função para além do ambiente doméstico. Obviamente essa compreensão está permeada de jogos de poder, indicando, por vezes, que era esperado da mulher que ela se dedicasse apenas para aquilo que era menos valorizado socialmente. Essa ideia de vocação, segundo Chamon (2005 *apud* SANTOS e ALLAIN, 2009, p. 116), “fez com que se reforçassem os estereótipos sócios sobre as relações de gênero e o de classe e o caráter missionário do trabalho feminino na esfera pública”.

Considerações Finais

Esse trabalho foi fundamental para perceber o quanto a construção social de gênero perpassa, muitas vezes, textos, frases ou imagens de cartilhas ou pré-livros. Assim, é possível compreender que nenhum livro didático é neutro ou isento de uma posição ideológica.

Em relação ao termo gênero, o mesmo foi disseminado na sociedade brasileira especialmente a partir da década de 1980, segundo Louro. Logo, como dito anteriormente, o recorte temporal da pesquisa se dá entre 1948-1977 e, portanto, havia um pensamento socialmente difundido sobre os papéis femininos e masculinos bastante específicos e de acordo com os padrões da época.

Como mostram os dados, evidentemente o papel principal que era difundido na sociedade da época, era a mulher como dona-de-casa. Logo, um trabalho doméstico em que o marido e os filhos eram dependentes de seus cuidados, qualquer desvio que ocorresse nos desígnios da família poderia ser culpa da mulher, que era a esposa, mãe e dona de casa.

Quanto as empregadas domésticas, obviamente havia ali toda uma ideologia, que ia além de gênero, mas também era de ordem racial e social, pois como nos mostra os dados, essas mulheres sempre eram representadas com um pertencimento étnico-racial específico, eram mulheres negras, com corpo robusto e algum dos casos nem seu rosto é, na imagem, decifrável. Na dimensão social, desataca-se que as empregadas tinham como patroas outras mulher, porém de classes superiores, estando à elas submetidas, em uma relação de poder.

Diante do que foi exposto no decorrer do texto fica evidente a inexistência da mulher representada na esfera pública. O que há é a representação de uma profissão que começou a ser desvalorizada no momento em que as mulheres tiveram seus direitos adquiridos para exercê-las, o caso a docência, não porque lhe foi dado de livre poder de decisão e escolha, mas sim porque precisavam delas para lecionar para meninas, uma vez que houve um crescimento das escolas e classes femininas. Assim sendo, o que as cartilhas e os pré-livros representavam em relação à essa profissão estava de acordo com o processo histórico de feminização do magistério, ocorrido especialmente ao longo do século XX. Assim, quando falamos sobre o magistério estamos falando sim de uma divisão de gênero e social que foi sendo reforçada até hoje na sociedade.

Referencias Bibliográficas

BEYER, Angélica Serena Otto. **As férias com vovô**. Porto Alegre: Editora Tabajara, 3ª ed, 1967 A.

GONZALES, Elbio N; RUSHEL, Rosa M; BRAUN, Flávia E. **Cartilha do Guri**. Porto Alegre: Editora Tabajara, 8ª ed, 1969 A.

KUNZ, Eloah Ribeiro. **Juca e Zazá**. São Paulo: Editora do Brasil, 3ª ed, s/ d.a.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Antiprendas: Uma escola de mulheres**. Rio Grande: Editora da Universidade Federal de Rio Grande, 1987, 1ª Ed.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 179.

MORENO, MONTSERRAT, A discriminação por meio dos conteúdos de ensino in: **Como se ensina a ser menina: O sexismo na escola**. São Paulo: Editora Moderna & Unicamp, 1999.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, Antônio Maria. A mulher no magistério: Um histórico sobre a feminização do magistério. 2006, p. 6167-6176. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>> . Acesso em: 15/03/2018.

RUSHEL, Rosa M; BRAUN, Flávia E. **Céu Azul**. Porto Alegre: Editora Tabajara, 1ª ed, 1970 A.

SANTOS, Elisângela Martins; ALLAIN, Luciana Resende. Ser professora: Escolha, vocação ou falta de opção. **Extra Classe**, v.2, n. 2, p. 106-126, Jul/Dez. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228763612_Ser_professora_escolha_vocacao_ou_falta_de_opcao>. Acesso em: 22/03/2018

SANTOS, Luciana da Silva. **Profissão do lar: A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in) visibilidade do feminino**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VENZKE, Lourdes Helena Dummer. Formação docente em Pelotas/RS (décadas de 1940 a 1960): Uma questão de gênero. **Textura**, Canoas, n.24, p. 105-119, Jul/Dez. 2011. Disponível em: < <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/881/656>>. Acesso em: 22/03/2018

XAVIER, Odila Barros. **A Cartilha de Zé Toquinho**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 3ª ed, 1948.

**RESGATE DOCUMENTAL COMO FORMA DE PROTEÇÃO
MEMORIAL DA CULTURA KAINGANG DA TERRA INDÍGENA
GUARITA**

*RESCATE DOCUMENTAL COMO FORMA DE PROTECCIÓN MEMORIAL DE LA
CULTURA KAINGANG DE LA TIERRA INDÍGENA GUARITA*

*Jailson Bonatti
Acadêmico de Ciências Biológicas/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
jailson.1bio@gmail.com*

*Jeanice Rufino Quinto
Mestranda em Educação/ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
jeanicequinto@hotmail.com*

*Cláudia Battestin
Doutora em Educação/Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
battestin@unochapeco.edu.br*

RESUMO

O presente estudo faz uma análise e resgate dos aspectos históricos e culturais através do Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai – CEDOPH, relacionados à Terra Indígena Guarita, região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se valorizar e contribuir na organização, divulgação e publicação sobre a história e cultura indígena Kaingang. Foram localizados, resgatados e catalogados no acervo do CEDOPH documentos, fotografias, jornais e mapas sobre questões geoculturais, geohistóricas e geopolíticas, arquivados desde o século XX (década 20) até o século XXI (década 10), contribuindo para manter viva a história e a memória da etnia. A investigação desenvolveu-se em dois momentos. Primeiro: através de uma pesquisa nos arquivos do CEDOPH, resgatando a história e os aspectos culturais dos indígenas. No segundo momento: buscou-se organizar e catalogar esses materiais pertencentes ao acervo, quantificando e destacando os arquivos por assuntos e datas. Os 125 registros organizados e catalogados mostram a existência de uma cultura e história de um povo que resiste diante das amarras da sociedade contemporânea. Vale destacar que o processo de colonização, nesta região, deixou marcas e lacunas na cultura e história brasileira. Além da marginalização a que o indígena está submetido em pleno século XXI. A etnia Kaingang, adaptou-se e conformou-se com a realidade eurocêntrica imposta de maneira violenta e brutal, porém até hoje sofre as consequências. .

Palavras-chave: Indígenas. Cultura. Documentos. História. Colonização.

RESUMEN

El presente estudio hace un análisis y rescate de los aspectos históricos y culturales a través del Centro de Documentación e Investigaciones Históricas del Alto Uruguay - CEDOPH, relacionados a la Tierra Indígena Guarita, región Noroeste del Estado de Rio Grande do Sul. Se buscó valorar y contribuir en organización, divulgación y publicación sobre la historia y cultura indígena Kaingang. Se han localizado, rescatados y catalogados en el acervo del CEDOPH documentos, fotografías, periódicos y mapas sobre cuestiones geoculturales, geohistóricas y geopolíticas, archivados desde el

siglo XX (década 20) hasta el siglo XXI (década 10), contribuyendo a mantener viva la historia y la memoria de la etnia. La investigación se desarrolló en dos momentos. Primero: a través de una investigación en los archivos del CEDOPH, rescatando la historia y los aspectos culturales de los indígenas. En el segundo momento: se buscó organizar y catalogar esos materiales pertenecientes al acervo, cuantificando y destacando los archivos por asuntos y fechas. Los 125 registros organizados y catalogados muestran la existencia de una cultura e historia de un pueblo que resiste ante las amarras de la sociedad contemporánea. Es importante destacar que el proceso de colonización, en esta región, ha dejado huellas y lagunas en la cultura e historia brasileña. Además de la marginación a que el indígena está sometido en pleno siglo XXI. La etnia Kaingang, se adaptó y se conformó con la realidad eurocéntrica impuesta de manera violenta y brutal, pero hasta hoy sufre las consecuencias.

Palabras clave: Indígenas. Cultura. Documentos. Historia. Colonización.

Introdução

A presente pesquisa²⁶ visa analisar e resgatar aspectos históricos e culturais através do Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai – CEDOPH²⁷, relacionados à Terra Indígena Guarita, proveniente da região Noroeste do Estado do Rio grande do Sul. O intuito da pesquisa buscou ampliar, valorizar e contribuir na organização, divulgação e publicações sobre a história e cultura indígena Kaingang desta região, a fim de contribuir para um reconhecimento sobre as diversidades étnicas que constituem um estado nacional.

Investigar a história e a cultura dos povos no passado e presente é de fundamental relevância para compreender o sistema social e político das sociedades, uma vez que, se não soubermos como as mesmas se constituíram através dos tempos, muito menos conseguiremos entender a sua condição atual. Essa possibilidade se expressa como uma ação fundamental e necessária para o tempo contemporâneo em que vivemos, no qual, na maioria das vezes, observamos questões relacionadas ao desmerecimento das alteridades, práticas subversivas de cunho social, político e econômico. No entanto, através da investigação de documentos históricos, será possível compreendermos um pouco mais sobre os indígenas Kaingangs da região noroeste do Médio e Alto Uruguai.

²⁶ O artigo é oriundo da pesquisa “A cultura Kaingang da Terra Indígena Guarita: um resgate documental” realizada no período de 2016/2017, financiada por meio de bolsa pelo Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Câmpus de Frederico Westphalen, sob a orientação da professora doutora Cláudia Battestin.

²⁷ O Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai - CEDOPH foi planejado a partir do projeto de extensão da URI “Memória Histórica Regional: recuperação e projeção do processo histórico”. A criação e a organização do CEDOPH tiveram início em agosto de 2000, com o projeto de pesquisa (PIIC/URI) “Inventário da bibliografia e dos acervos documentais da região do Alto Uruguai e Oeste Catarinense”. Este projeto surgiu como fruto da preocupação em resgatar o processo histórico da região do Alto Uruguai e Oeste de Santa Catarina, através da identificação, aquisição e arquivamento da produção historiográfica existente e acervos, públicos ou privados, que detêm documentação (FONTE: <<http://cedoph.fw.uri.br/index.php>>.).

Neste anseio, procuramos localizar, resgatar e catalogar no acervo do Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai – CEDOPH documentos, fotografias, jornais e mapas sobre questões geoculturais, geohistóricas e geopolíticas da etnia Kaingang, arquivados desde o século XX (década 20) até o século XXI (década 10), contribuindo, significativamente enquanto processo para manter viva a história e a memória da etnia Kaingang. Compreendemos que a pesquisa realizada com esta etnia vem ao encontro com uma das funções sociais das Universidades Comunitárias, que visa à formação pessoal, ética e competente com a finalidade de inserção na comunidade regional através da construção do conhecimento, promoção de cultura e intercâmbios, que permeiam o desenvolvimento de uma consciência coletiva que procura ampliar a solidariedade entre os seres humanos e culturas.

Portanto, para a realização desta investigação, compreendemos que seria necessário trabalharmos em dois momentos: Primeiro, através de uma pesquisa nos arquivos do CEDOPH, a fim de localizar e resgatar a história e os aspectos culturais dos indígenas da etnia Kaingang situada na Terra Indígena Guarita. No segundo momento: buscamos organizar e catalogar esses materiais pertencentes ao acervo, quantificando e destacando os arquivos por assunto e datas, que serão apresentados de decorrer da escrita. Desta forma, o presente artigo busca contribuir para além da informação, uma socialização de materiais inéditos que ampliarão o conhecimento e a formação, principalmente na região do Médio Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul.

Resultados e Discussões

Através da investigação realizada sobre os materiais arquivados no acervo do CEDOPH, consideramos relevante situar o leitor sobre um espaço temporal histórico das configurações políticas e culturais entre os povos europeus e nativos, bem como, alguns aspectos sociais e culturais da etnia Kaingang. Demonstrando por esse caminho, as atualidades entre as relações de povos indígenas e não indígenas, identificando que desde a chegada dos colonizadores imigrantes, houveram grandes e intensos contatos culturais, que na maioria das vezes se deu de forma opressora, exploratória e violenta.

Primeiramente, devemos compreender alguns aspectos sobre a contextualização histórica brasileira, para melhor compreender o contexto que condiz com a condição dos povos originários da América e neste caso, os povos do sul do Brasil. Conforme afirma Doria (2012) o primeiro contato estabelecido entre os povos nativos e os povos europeus, ocorreu com a chegada do Pedro Álvares Cabral e sua frota no dia 22 de abril de 1500 no Brasil. Cabral,

pensando ter chegado no continente indiano, passou a designar os povos originários como “índios”. Segundo Souza (2001), após este marco de grandes “descobertas” para os portugueses, Cabral retorna para Portugal e reporta os novos achados ao Rei Manuel I, e prontamente passaram a organizar expedições de reconhecimento e afirmação de territorialidade das terras do “novo mundo” para o reinado de Portugal.

Desde então, Segundo Laroque (2007) a partir do século XVI, as terras brasileiras foram tomadas pelos colonizadores, e os indígenas que ali habitavam foram ignorados e tratados como indivíduos sem direito a originalidade e territorialidade. Essa dominação, exploração e colonização, constitui a superioridade do colonizador português sobre o nativo brasileiro, contando com o apoio da igreja católica, pois:

A superioridade cristã diante dos nativos “degenerados” justificava a conquista: para mudar costumes e valores era necessário integrar os nativos ao trabalho colonial. No Brasil, os diferentes tipos de trabalho compulsório dos índios junto aos aldeamentos expressavam os conflitos entre os projetos coloniais dos missionários e os dos colonos” (OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p. 30).

A partir deste aporte histórico, compreendemos que a condição atual da nação brasileira é constituída de memória e passado, carregados de identidade cultural multiétnica. Observa-se que os povos originários presentes no Brasil, sofreram e ainda sofrem um processo de exclusão e marginalização pela sociedade, historicamente formada pelo homem não-índio. Esse processo, se configura desde instâncias sociais, culturais e econômicas que disseminam uma significação das populações indígenas de forma equivocada. Evidentemente, tais concepções não reconhecem as alteridades presentes nas parcelas étnicas, porém, é possível visualizar através de investigações realizadas no meio acadêmico, o quanto avançamos no âmbito das pesquisas interculturais, mas, é preciso avançar na compreensão e na práxis do contexto histórico e cultural dos povos indígenas.

Ademais, são poucas evidências que comprovam veemente a quantificação das populações indígenas do Brasil, pois “os estudos de casos existentes na literatura são fragmentos de conhecimento que permitem imaginar mas não preencher as lacunas de um quadro que gostaríamos fosse global” (CUNHA, 2012, p. 11). Isso se configura, dentro de um processo de exclusão de uma parte importante e fundamental para a história do Brasil, por vezes, pelo não reconhecimento da etnia, outras, por desconhecimento e dificuldade de acesso até essas populações, e quiçá, pelo não interesse em quantificar de fato, os inúmeros indígenas no Brasil.

Recentemente, no ano de 2010, o censo do IBGE, apresentou 896 mil pessoas que se declaravam indígenas, provando que mesmo através da história de lutas e resistências, o número

ainda segue demonstrando a quantidade do que restou de suas ancestralidades originárias. Com relação a essa ideia, Cunha (2012) problematiza e nos faz pensar criticamente sobre esses percalços:

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, “o encontro” de sociedades do Antigo e do Novo Mundo. Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil. (2012, p. 14)

Com relação ao encontro das parcialidades Salzano esclarece por outras vias que:

O curso dos eventos que são desencadeados após o contato são monotonamente iguais em qualquer região do continente. Há uma mudança dramática na vida indígena, com a deterioração de suas condições sanitárias, instalando-se epidemias devastadoras e altas taxas de mortalidade (1992, p. 30).

No entanto, pelo destaque de uma história por vezes esquecida, ou retratada de forma equívoca, no século XXI, apesar das políticas de inclusão para as minorias terem avançado, ainda temos muito que lutar pelos direitos e valorização das culturas indígenas no Brasil. Lembrando que as mídias corroboram em grande parte para a distorção e marginalização dos indígenas, influenciando conceitos e percepções que muitas vezes denotam uma visão estereotipada e de sina preconceituosa das práticas, costumes e modos de ser do indígena. Movidos pela história e pelo passado de um Brasil que ainda busca sua condição de direitos originários e atuais, passamos a observar o quanto a cultura Kaingang está presente na região Sul do Brasil.

Por esse caminho que motiva, a pesquisa aborda o resgate histórico e cultural através dos documentos, uma vez que é sobre os Kaingangs presentes na Terra Indígena Guarita, que foi desenvolvida a investigação. Geopoliticamente, esta terra está localizada na divisa Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) conforme figura 1, sendo margeada pelo Rio da Várzea, situada entre os municípios de Tenente Portela, Erval Seco e Redentora. O histórico da demarcação oficial ocorreu no ano de 1918 pela Comissão de Terras de Palmeiras/RS, no entanto, somente em 1997 houve a redemarcação, modificando a área original de 23.183 hectares para 23.406,87 hectares.



Figura 1. Localização geográfica da Terra Indígena do Guarita.
Fonte: FUNAI, 2017.

A partir da década de 90 os indígenas Kaingang ganharam maior espaço em termos de pesquisa e visibilidade, ampliando, segundo Rocha (2005) conceitos sobre os temas relacionados a organização social, cosmologia, rituais, território, meio ambiente, saúde e educação, embora os pesquisadores tenham tomado conta disso tardiamente.

A partir do que percebemos enquanto fatores socioculturais e históricos, compreendemos de forma sucinta, breve e dinâmica alguns de muitos aspectos culturais da etnia Kaingang. Podemos citar a regência de uma cosmovisão da qual eles entendem o mundo através da complementaridade exogâmica (VEIGA, 1992). Para essa etnia, a vida na aldeia, assim como as relações entre as pessoas, dependem exclusivamente da divisão em grupos de indivíduos complementares ritualisticamente denominados de Kame e Kairu, bem como, das relações de funções na aldeia divididas por sexo (BECKER, 1975:1988; MABILDE, 1988).

Ainda, deve-se considerar que a organização dualista da sociedade kaingáng reafirmavam os laços de afinidade e complementaridade entre as metades, estimulando reciprocidades e trocas com grupos fora do círculo familiar, no intuito de distribuir e partilhar obrigações práticas, como a busca diária pelo sustento, e também cerimoniais, através da complementaridade de funções e posições sociais ritualmente combinados. (FRANCISCO, 2013, p. 264)

A simbologia dualista presente nesta etnia se explica ao fato de o padrão de descendência obedecer a um regimento patrilinear, e as mulheres conformadas a um padrão de uxorilocalidade²⁸. O padrão patrilinear é aquele que especifica a dominância de descendência, nesse caso os filhos oriundo da união recebem a descendência da parte exogâmica a qual o homem faz parte, bem como da escolha do nome. Já o estabelecimento de um processo de uxorilocalidade, condiz a proteção da mulher que se casa, pois essa ao unir-se com o homem a

²⁸ Costume institucionalizado em que os cônjuges moram na casa da mulher, ou no seu povoado, após o matrimônio.

qual foi destinada, segue morando na casa de seus pais, e assim o marido tem que ficar na aldeia de origem de sua esposa (BECKER, 1988; VEIGA, 1992). Essa conformação social estabelecida pelo papel masculino de poder político, classifica-se como pressuposto de descendência entre esses indígenas, uma vez que nascendo filho de pai Kame, não há a possibilidade de se identificar como Kairu, e assim vice-versa (BECKER, 1988). Por esse meio, as junções matrimoniais, políticas e territoriais são determinadas por esse complexo dualístico, patrilinear e de uxorilocalidade, estabelecendo uma dinâmica de coesão social na aldeia Kaingang.

Ao compreender a organização social que estes indígenas possuem sobre o seu ambiente, o autor Francisco (2013), afirma que as relações entre esses indígenas se dão de forma em interação de núcleos familiares dispersos. A autora Becker (1988), destaca que essa perspectiva de organização por familiaridade, criam núcleos distintos, ou seja, tribos dispersas e localizadas na aldeia sobre o regimento político do cacique, figura social respeitada pelas decisões que regem a organização social na aldeia.

Outro fato importante, reside na organização social e política da aldeia, fortemente dominada e regida pela figura do homem, esse garante a subsistência econômica e social da aldeia, na medida que estabelece relações de favores, respeito e união para com seus semelhantes na ordem política de poder. Essa forma de organização no entendimento de Sacchi (1999) pode ser classificada a partir da teoria antropológica como dominação de poder masculino na instância pública. Nesse modelo de poder um dos gêneros existentes na conformação social de uma aldeia ou sociedade, organiza e politiza as ações de dominação juntamente com o seu grupo de reconhecimento genérico complementar. No caso dos Kaingangs observamos a dominação pública do poder sobre a égide masculina, que se reconhece como provedora, distribuidora e reguladora desse poder.

Ainda vale destacar que a mulher enquanto gênero definido para essa sociedade Kaingang, detém a conformação de domínio privado de poder, que no entendimento de Sacchi (1999), organiza as relações entre a vivência da mulher em seu próprio lar. Observamos também, que o gênero feminino não possui muita participação na organização política da aldeia, sobretudo, no olhar de Rocha (2012) a inserção do pensamento político das mulheres configura-se de forma indireta, atuando por vezes em um permeio de clandestinidade. A dominação política indireta por parte das mulheres é explicada através da importância que esta possui como seu lar, uma vez que, os atributos relacionados a organização e o cuidado não são valorizados pela figura masculina.

Nesta via de compreensão, a autora Becker acrescenta que, sobre as questões de funcionalidade de cada gênero na sociedade Kaingang acontecem:

Nas reuniões de interesse geral da tribo para tratar de assuntos da coletividade, as chamadas revistas, bem como em outras reuniões de caráter masculino, não comparecem as mulheres nem as crianças; mas nas reuniões de caráter social como casamentos, bailes, refeições em comum e outras festividades, a mulher se faz presente com muito recato; nessas ocasiões e também merecedora do devido respeito do sexo oposto. (1988, p. 140)

Entendemos que os aspectos da cultura Kaingang não se resumem a uma especificidade em comum, pois cada aldeia terá seus riscos e benefícios diante das necessidades e interações com o meio. Este cenário nos provoca a uma constante investigação e compreensão sobre as características e histórias das culturas e costumes, neste caso, dos povos indígenas.

Após delinear algumas reflexões, e realizarmos discussões históricas e culturais acerca da condição indígena Kaingang de âmbito geral, buscou-se através dos materiais existentes no Centro de Documentação e Pesquisas Históricas – CEDOPH²⁹, recuperar e organizar inúmeros arquivos, dentro os quais, fotografias, cartas, jornais, mapas e livros, correspondentes à região do Médio e Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul, a fim de, preservar e conservar a memória material e imaterial deste acervo.

O montante dos documentos catalogados podem ser visualizados no gráfico que segue:

²⁹ Através da delimitação da pesquisa na área geográfica da Terra Indígena do Guarita, iniciamos o processo de investigação, no qual definimos horários de observação nos documentos do CEDOPH. Os horários de localização e análise desses documentos compreendiam o período de três turnos de quatro horas/semana, nesses horários ia-se até o CEDOPH, e no local depois de achado e localizados os documentos da delimitação geográfica iniciou-se o processo de levantamento quantitativo desses documentos conforme apresenta os resultados no gráfico 1.

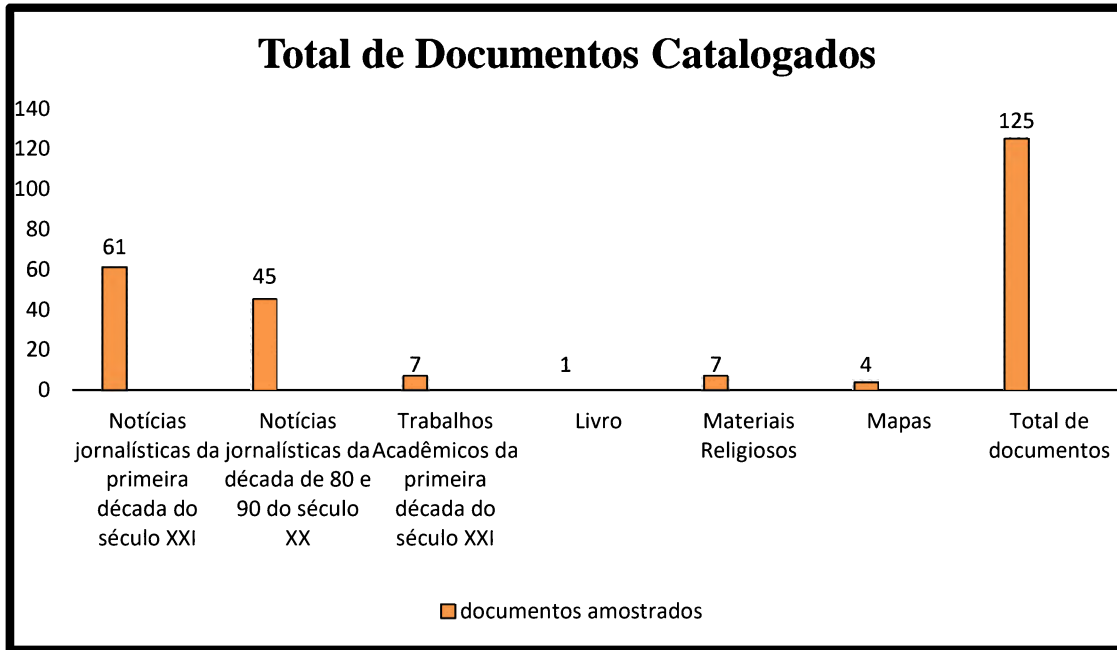


Grafico 1. Total de documentos catalogados.
Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme visualizado acima, o total de documentos organizados e catalogados, resultaram em 125, com destaque para as notícias jornalísticas, principalmente as da primeira década do século XXI, com um total de 61.

Após o levantamento da quantidade total de documentos disponível no CEDOPH, iniciamos o processo de análise dos mesmos. Dividimos em seções específicas, entre as principais selecionadas podemos destacar aquelas presentes nos gráficos e na tabela que seguem:

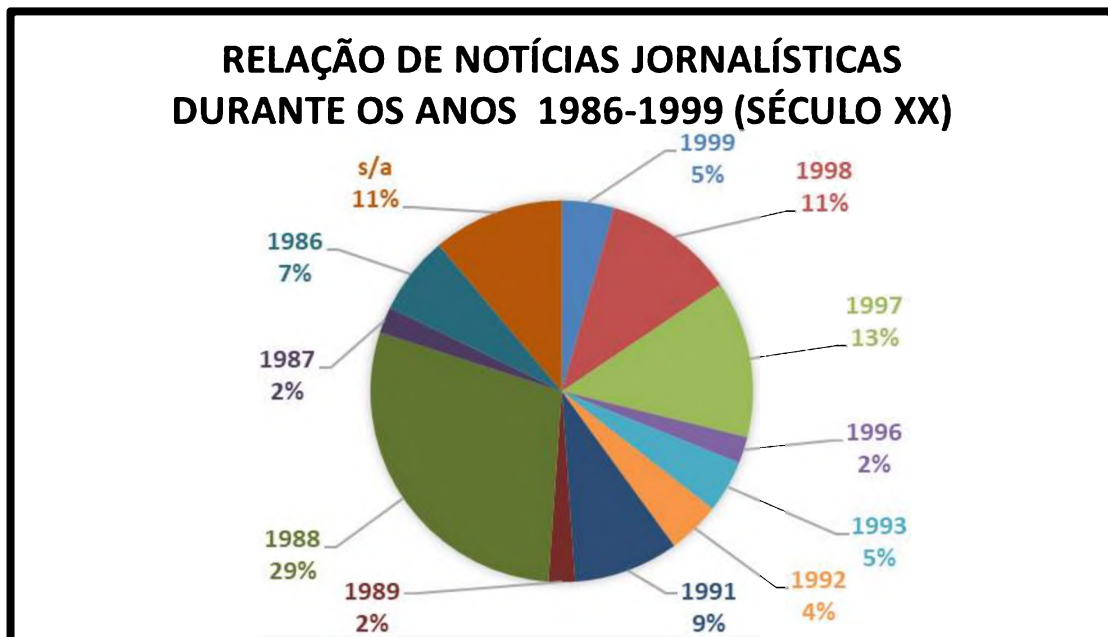


Gráfico 2 – Relação de notícias jornalísticas durante os anos de 1986-1999 (século XX).
Fonte: elaborado pelos autores.



Gráfico 3 – Relação de notícias jornalísticas durante os anos 2000-2003 (século XXI).
Fonte: elaborado pelos autores.

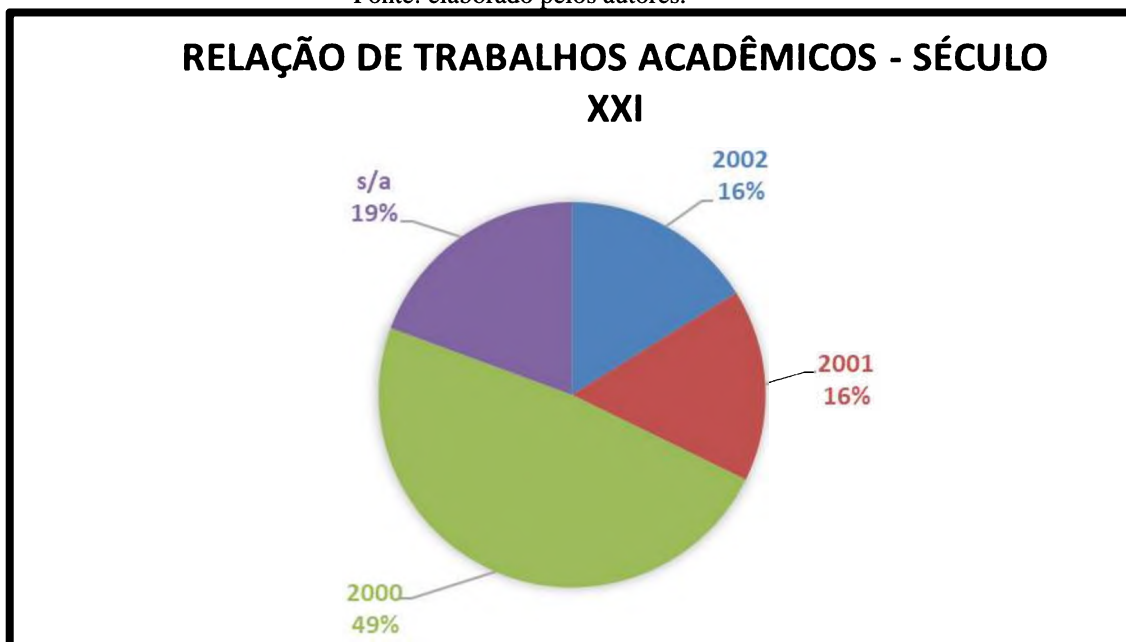


Gráfico 4 – Relação de trabalhos acadêmicos do século XXI.
Fonte: elaborado pelos autores.

Notícias de jornais: Optamos por separar as notícias devido a significativa quantidade encontrada referente as décadas de 80 e 90 do século XX (gráfico 2) e década de 10 do século XXI (gráfico 3) totalizando o número de 106 recortes. A relação dessas notícias, referiram-se a recortes organizados em seções temáticas, divididas por municípios da região do Médio e Alto Uruguai. Algumas notícias não possuíam identificação catalográfica, porém, foram contabilizadas.

Trabalhos acadêmicos: além das notícias jornalísticas, encontramos trabalhos acadêmicos (gráficos 1 e 2), conduzidos a partir de algumas pesquisas de acadêmicos de cursos de graduação no início do século XXI, inseridos no contexto de campo na Terra Indígena do Guarita. Nesses documentos identificamos questionários desenvolvidos pelos estudantes direcionados para os habitantes colonos próximos a Terra Indígena do Guarita

Assuntos religiosos: entre os documentos catalogados localizamos uma parcela significativa de material (gráfico 1) que abrange a dinâmica religiosa. Nesses documentos percebemos alguns relatos de missionários religiosos que se inseriam sumariamente na vida e dinâmica das aldeias da Terra Indígena do Guarita. Além da inserção, percebemos que as pastorais realizavam reuniões onde contavam com a presença dos indígenas, bem como de discussões para decidir o rumo organizacional da vida e da fraternidade cristã na aldeia.

Mapas: sobretudo o que nos impressionou, foi quando encontramos mapas com informações cartográficas sobre a região do Médio e Alto Uruguai, datados ainda do início do século XX (. Os mapas contem anotações e desenhos que mostram a condição fronteira e territorial do Rio Grande do Sul.

Os dados apresentados referente aos documentos investigados, na perspectiva do resgate histórico e cultural da etnia Kaingang, bem como da percepção e significação dos momentos históricos regionais e comunitários do Médio e Alto Uruguai, foram de grande representatividade, pois possibilitam um resgate e conservação para as gerações que seguem.

Conclusão

O problema e justificativa da qual a pesquisa buscou contemplar, visou abordar e resgatar a história e cultura indígena, lembrando que, são muitas as etnias que existem no estado do Rio Grande do Sul, e pouco temos feito para salvaguardar esta memória. A pesquisa, é somente um instrumento metodológico, que deve possuir na sua práxis a conjunção e constituição de explicação de fenômenos sociais humanizados, portanto é fundamental estabelecer conexões entre o fundamento técnico científico e o social.

Por essa via, entendemos que o principal objetivo no que diz respeito ao resgate histórico e cultural da etnia Kaingang, não reside apenas na divulgação, ampliação e reconhecimento dessa etnia na constituição da região do Médio e Alto Uruguai. Sobretudo, a questão da valorização das diversidades, bem como, do respeito, devem ser centralidades na busca da valorização dos povos e suas respectivas culturas.

Outrossim, vale destacar que o processo de colonização nesta região, deixou muitas marcas e lacunas na cultura e história indígena brasileira. A complexidade cultural da etnia Kaingang, moldou-se, adaptou-se e conformou-se com a realidade eurocêntrica imposta de maneira violenta e brutal sobre esses indígenas desde o século XV. Ainda são questões, veladas, como por exemplo a marginalização do indígena na sociedade do Médio e Alto Uruguai, notória e perceptível através dos documentos visualizados durante a pesquisa. Situações de completo descaso, configurando-se assim como uma forma de colonialidade atual significada sob a égide do poder, demonstrando que os resquícios do passado, permanecem latentes na realidade vigente desta população.

Portanto, ainda que por vias de incertezas da sociedade contemporânea, observamos que na constituição dos resultados explicitados nesse relatório, o social ainda encontra-se desajustado com o científico, isto é, temos muito que avançar no quesito social, na ação e na valorização e no resgate da memória indígena. No período de busca por entender, conhecer e compreender a etnia Kaingang em uma realidade histórica e cultural, percebemos que o reconhecimento e a empatia para com o próximo são realidades distantes da nossa sociedade regional. Na maioria das vezes observamos nos relatos, escritas científicas, jornais, fotos, notícias, a visão marginalização pela qual o indígena está submetido em pleno século XXI.

Todavia, os 125 registros organizados e catalogados no Cedoph, mostram que é possível mostrar a existência de uma cultura, tanto material como imaterial, pois em cada documento que ficará arquivado na Universidade, ficará guardada a história de um povo que resiste nas amarras subversivas da sociedade contemporânea.

Referências Bibliográficas

BECKER, Ítala Irene Basile. O índio *Kaingang* do Rio Grande do Sul. In: **O índio no Rio Grande do Sul**, Oscar Machado (org.). Porto Alegre: Governo do Estado do RGS, 1975.

BECKER, Ítala Basile Irene. O Kaingang histórico e seus antepassados. **Instituto Anchietano de Pesquisa** – UNISINOS, 1988. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/index1.htm>>. Acesso em 13 de jun. 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012

DORIA, Pedro. **Enquanto o Brasil nascia: a aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FRANCISCO, Aline Ramos. *Kaingáng: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*. **Tese de doutorado**. Programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3917>>. Acesso em: 22 de mai. 2017.

MABILDE, Afonso P. T. O índio Kaingang do Rio Grande do Sul no século XIX. **Instituto Anchietano de Pesquisas** – UNISINOS, 1988. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/index1.htm>>. Acesso em 13 de jun. 2017

MAPAS (PDF). Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/mapas-pdf>>. Acesso em: 24 de mai. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ROCHA, Cinthia Creatini da. Agência feminina na sociopolítica *Kaingang*. In: **Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27^a Reunião Brasileira de Antropologia"**. SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ /FUNAI, 2012

ROCHA, Cinthia Creatini da. Adoecer e curar: processos da sociabilidade *Kaingang*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://ppgas.posgrad.ufsc.br/defesas/>>. Acesso em: 16 de nov. 2016.

SACCHI, Angela Célia. **Antropologia de gênero e etnologia Kaingang: uma introdução ao estudo de gênero na área indígena Mangueirinha/Paraná**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://ppgas.posgrad.ufsc.br/defesas/>>. Acesso em: 2 de mar. 2017.

SALZANO, Francisco M. O Velho e o Novo Antropologia Física e Historia Indígena. In: **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (org.). São Paulo: Companhia das Letras Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/hist:p27-36>>. Acesso em: 5 de mar. 2017.

SOUZA, Laura de Mello e; O nome do brasil. **Revista de História**. n. 145, p.61-86, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i145p61-86>>. Acesso em: 15 de mai. de 2017.

VEIGA, Juracilda. Revisão bibliográfica crítica sobre a organização social *Kaingang*. In: **Cadernos do CEOM**. Chapeco, v. 6, n. 8, 1992. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1971/1063>>. Acesso em: 10 de mai. 2017.

OBJETOS BIOGRÁFICOS: A ROUPA COMO DISPOSITIVO DE EVOCAR A MEMÓRIA

*BIOGRAPHICAL OBJECTS: CLOTHING AS A DEVICE TO EVOCATING THE
MEMORY*

*Joana Schneider
Graduanda/Universidade Federal de Pelotas
joana.sch@hotmail.com*

*Juliane Conceição Primon Serres
Doutora/Universidade Federal de Pelotas
julianeserres@gmail.com*

RESUMO

Esta pesquisa é desenvolvida com base nos conceitos de objeto, moda, consumo, identidade e memória. O objetivo principal é investigar os vínculos subjetivos entre as pessoas e seus objetos, traçando um paralelo entre a efemeridade estimulada pela moda e consumo em nossa sociedade. O foco está nos bens de consumo de vestuário, pois concebemos as roupas como dispositivos que evocam memória. O trabalho pressupõe que o consumo e a produção em massa se baseiam no efêmero, nas coisas que não duram, na obsolescência programada, na publicidade agressiva e no conseqüente acúmulo de objetos descartáveis. Por outro lado, existem alguns objetos que resistem a essa lógica. São aqueles objetos armazenados que evocam lembranças especiais, ressignificando-os e tornando-os objetos biográficos. Assim, o presente trabalho visa explorar a relação que as pessoas estabelecem com esses objetos específicos da vida cotidiana, discutindo sobre o elo entre os objetos descartados abundantemente e os objetos que são armazenados para fins de recordação.

Palavras-chave: Objeto. Moda. Consumo. Identidade. Memória.

ABSTRACT

This research is developed based on concepts of object, fashion, consumption, identity and memory. The main goal is to investigate the subjective bonds between people and their objects, drawing a parallel between the ephemerality stimulated by fashion and consumption in our society. The focus is on clothing consumer goods, since we understand clothes as devices that evoke memory. The work assumes that consumption and mass production are based on the ephemeral, on things that do not last, on programmed obsolescence, aggressive advertising and the consequent accumulation of discardable objects. On the other hand, there are a few objects that resist this logic. They are those stored objects which evoke special memories, resignifying them becoming biographical objects. Thus, the present work aims at exploring the relationship that people establish with these specific objects of the daily life, discussing on the link between the objects that are abundantly discarded and the conserved objects, which are stored for remembering purposes.

Keywords: Object. Fashion. Consumption. Identity. Memory.

Introdução

As pessoas estão intimamente ligadas aos objetos que as cercam. As coisas podem materializar a personalidade dos sujeitos. A casa, os móveis, as roupas, os livros de um indivíduo ajudam a constituir a sua identidade e, muitas vezes, apresentam valor sentimental, ideológico, religioso, podendo carregar muitos significados. Determinados objetos são plenos de amor, afeto, felicidade, boas memórias, enquanto outros representam perda, saudade, raiva, tristeza, decepção. Os objetos estão intimamente ligados à morte, ao término de relacionamentos, ao firmamento e as rupturas das relações afetivas.

Um livro raro é vendido no sebo. Uma agulha enferrujada é guardada como tesouro. Uma louça velha se quebra e uma mulher idosa chora enquanto junta os cacos. Uma moça joga um ursinho de pelúcia na cara do ex-namorado. Uma mãe guarda numa caixa azul celeste um brinquedo do filho morto. Um homem dorme agarrado numa camisola vermelha enquanto, do outro lado da cidade, uma mulher queima um vestido de noiva.

Os objetos chegam até nós por vários caminhos. Compramos, achamos, herdamos, somos presenteados. Os objetos se desprendem de nós de infinitas formas. Doamos, quebramos, perdemos, trocamos, vendemos, queimamos, colocamos no lixo. Muitos objetos vêm, alguns poucos permanecem e os outros são descartados.

Algumas coisas ficam para a vida inteira. Outras vão num piscar de olhos. Por que isso acontece? O que faz um objeto deixar de ser apenas um objeto e passar a ser um símbolo, a lembrança de algo muito maior, muito mais profundo do que sua própria materialidade? Nery, Schneid, Ferreira e Michelon abordam o porquê das pessoas guardarem estes objetos.

Os objetos e fotografias fazem conexões com pessoas, lugares, cheiros e momentos vividos. Trazem à tona lembranças do passado que se misturam com o presente e se projetam no futuro; por isso é recorrente o repasse destes dois suportes entre pessoas e, principalmente, entre gerações da família. Nesse sentido, as pessoas guardam coisas que possuem valores sentimental e simbólico, que representam alguma parte de suas vidas. O ato de guardar coisas normalmente é centralizado em um espaço, como gavetas, armários, álbuns ou caixas (NERY, SCHNEID, FERREIRA e MICHELON, 2015, p. 50).

Pensando acerca da relação entre os sujeitos e os objetos, em 1969, a socióloga francesa Violette Morin, classifica os objetos em dois grandes grupos, os objetos biográficos e os objetos protocolares. Enquanto os objetos protocolares são facilmente descartados ou substituídos por não desempenharem uma experiência particular na vida do sujeito, o objeto biográfico é aquele que permanece com o indivíduo e lhe confere uma identidade e uma localização no tempo e no espaço, desempenhando papel na memória do mesmo (Morin, 1969).

Trazemos a definição de Violette Morin para introduzir a relação dicotômica entre os sujeitos e os objetos que será abordada neste trabalho. A lógica do consumo e da produção em massa se baseia no efêmero, naquilo que não dura, nos objetos que são produzidos e, com pouco tempo de uso, são rapidamente descartados para liberar espaço para mais objetos. Por outro lado, existem alguns poucos objetos que resistem a essa regra. São “objetos sobreviventes”, aqueles objetos que são guardados e que, pelas lembranças que evocam, são ressignificados, se tornando objetos de memória, objetos biográficos.

A moda é um conjunto de informações que orientam costumes e comportamentos que variam no tempo e na sociedade e, por isso, pode se converter num importante instrumento em prol do efêmero. A moda surge com o nascimento da noção de indivíduo no fim da Idade Média e a conseqüente preocupação do sujeito com a própria imagem. Uma das possibilidades para o surgimento da moda em ciclos é a cópia das vestimentas que se dava entre as classes a partir da ascensão da burguesia. Uma novidade chegava na corte, em seguida era imitada pela aristocracia e depois pela elite burguesa e, finalmente, se popularizava entre as classes urbanas – em versões mais baratas. Então, com o desejo de se diferenciar, a corte se dedicava a alguma outra novidade e o ciclo recomeçava. É claro que este fenômeno tão complexo que é a moda e a grande relevância social que a mesma adquiriu com o passar dos anos não é explicada apenas por este viés simplista de cópias, muitas questões devem ser levadas em conta, entre elas se destacam os interesses econômicos e comerciais. Roupas são produtos e a indústria têxtil foi a pioneira na transformação radical que a sociedade ocidental presenciou nos Séculos XVIII e XIX: a Revolução Industrial. A roupa é vendida e, para sustentar o sistema de produção em larga escala, precisa ser comprada. Massivamente comprada. Exageradamente comprada. É aí que nos deparamos com um ciclo da moda rápido, alicerçado pela publicidade agressiva que cria a necessidade constante de mudança.

Em contrapartida, a roupa, enquanto objeto, tem uma relação muito próxima do sujeito e pode contribuir com a construção da singularidade do mesmo. A vestimenta está diretamente ligada ao nosso corpo e toca em questões como a identidade e a memória. A roupa é nossa saída para o mundo, é como nos mostramos, ou seja, como queremos ser vistos e como queremos ser lembrados. Porque roupa, como qualquer outra coisa, também pode nos fazer lembrar, reviver, rememorar.

Assim sendo, este trabalho visa investigar a relação que as pessoas estabelecem com os objetos da vida diária, com principal enfoque na moda e nos artigos de vestuário, e busca fazer uma reflexão sobre o contraponto existente entre o consumo em massa e a subjetividade e memória dos objetos do cotidiano.

Moda e Memória

A memória é a faculdade através da qual se consegue reter e lembrar o passado. O termo também se refere à lembrança ou recordação que se tem de algo que já tenha ocorrido. Chauí corrobora afirmando que “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-a da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais” (CHAUI, 2000, p. 158).

Quem somos e o que desejamos memorializar? Todas as pessoas têm memória, a diferença é como ela é tratada no público e no privado, oficial ou intimamente. Desta maneira, a memória pode se dar tanto no âmbito coletivo, gerando o que se entende por cultura, quanto no âmbito individual, proporcionando questões como identidade e história pessoal.

Então, podemos entender a cultura como uma inteligência coletiva baseada em conservação e criação de memórias. Assim sendo, “o espaço da cultura pode ser definido como um espaço de memória comum” (Lotman, 1998, apud Salles, 2006). Ou seja, para sobreviver, “a cultura se dirige contra o esquecimento” (Ferreira, 2003, apud Salles, 2006).

Neste sentido, Salles (2006) cita mecanismos individuais e coletivos que servem para o esquecimento e, também, mecanismos que visam a manutenção da memória. São “mecanismo de esquecer”, por exemplo, o excesso e a fragmentação de informações, a passagem do tempo, o distanciamento, o filtro pessoal que nos impomos (o que queremos lembrar?). Cabe salientar que esquecer nem sempre é um ponto negativo. Uma memória saturada com excessos de informação não é saudável: precisamos esquecer algumas coisas, para poder lembrar de outras. O esquecimento possibilita a reciclagem, o surgimento de novos fatos e significações.

Já os mecanismos de manutenção de memória são auxílios exteriores a nós mesmos para reencontrarmos nossas lembranças. As escolas e os museus, por exemplo, são mecanismos coletivos oficiais de manutenção de memória. Já no campo individual, temos as anotações, os sketchbooks, os desenhos, as fotografias, os vídeos, as agendas, os diários e, enfim, os objetos guardados. Tudo isso pode nos servir de “arma” contra o esquecimento, nos proporcionando lembrar, relembrar e sentir.

Os objetos que nos fazem lembrar estão aqui entendidos como “dispositivos de evocar a memória”, ou seja, tudo aquilo que tem a capacidade de nos remeter ao passado, nos fazer lembrar. Márcia Merlo na apresentação do livro *Memórias e Museus*, fala o que entende por memória, e faz uma associação com passado e presente: “Por memória entende-se um movimento de rever, revisar, reescrever a história sua e dos outros, partindo, indo ao passado

(por meio das lembranças-sensações ou sujeitos-lembranças-objetos) e retornando ao presente (MERLO, 2015, p. 13)

Carlos Drummond de Andrade, em sua imensa sensibilidade, em seu poema “Resíduo” (1982), discorre sobre o ranço da memória:

De tudo ficou um pouco.
E de tudo fica um pouco.
Oh, abre os vidros de loção
e abafa
o insuportável mau cheiro da memória.

Aqui Andrade traz o cheiro da loção como um elemento que abafa a memória dramática, melancólica: “o insuportável mau cheiro da memória”. A memória está em nós, escondida, abafada, adormecida, até que, num momento qualquer, algo surge para acordá-la. Um cheiro, uma música, um objeto. Pois o tempo é implacável, mas “de tudo fica um pouco”.

Segundo Souza (2012), “a memória está relacionada a uma localização temporal passada, a uma experiência vivida ou relatada, que sob registro passa a constituir e a interferir na história do indivíduo”. A memória é nossa e, mesmo que inconscientemente, queremos protegê-la. E como fazemos? Guardando! “Guardar consiste em proteger um bem da corrosão temporal para melhor usufruí-lo; é tornar vivo o que, pela passagem do tempo, poderia ter sido consumido, esquecido, destruído, virado lixo” (Cunha, 2009, apud Simili, 2012).

Os artigos de vestuário “são objetos que recaem diretamente no universo sensorial: visão, tato, olfato e mesmo audição” (Sant`Anna, 2008). Ou seja, estando intimamente ligadas ao nosso corpo e, conseqüentemente, aos nossos sentidos, as roupas, os sapatos, os acessórios, adquirem um caráter muito pessoal, vinculado ao nosso cheiro, aos nossos movimentos, aos nossos sentimentos, enfim, as nossas roupas nos protegem e nos acompanham em nossas vivências como um todo. Benarush reforça, abordando associações de memória-roupa-identidade:

A interpretação (ou leitura) das roupas oferece oportunidade de se estabelecer novos e ousados conceitos relativos à sua cultura e história assim como seu contexto econômico. A partir da compreensão, atribui-se memória à roupa. A memória tem uma função importante na criação e transformação de identidades e também como ponto de partida para a reflexão” (BENARUSH, 2012, p. 7-8).

A maneira de vestir das pessoas como ratificação de influência e destaque convertem a vestimenta num ícone de comunicabilidade contendo linguagem e discursos próprios. Assim, a roupa expressa muito da pessoa que a está vestindo. Para Lurie (1997, p. 19) a maneira de vestir

é uma linguagem, com um idioma e vocabulário. Fazem parte desta maneira de vestir, não apenas roupas, mas também estilos de cabelos, acessórios, jóias, maquiagens e qualquer adereço inserido no corpo. Haroche (1998) também acrescenta os gestos, linguagem e atos de comunicação. Crane (2006, p. 122) corrobora, afirmando que “as roupas podem ser vistas como um vasto reservatório de significados, passíveis de ser manipulados ou reconstruídos de forma a acentuar o senso pessoal de influência”.

Assim sendo, “a roupa se tornou objeto de memória e contemplação, perdendo seu caráter utilitário e efêmero e ganhando caráter afetivo e insubstituível por qualquer outro objeto” (Souza, 2012). Ou seja, nós nos apegamos a determinadas peças de vestuário assim como nos apegamos a uma foto de um ente querido. Nós guardamos a roupa para resguardar nossas memórias. “Quais histórias suas roupas contarão sobre você?” (SCHMITT, 2009, p.4).

Um vestido de noiva, uma roupinha de batizado, o guarda-roupa inteiro de uma pessoa querida que faleceu, uma saia usada no primeiro encontro com o namorado, enfim, há inúmeros exemplos de roupas que não são mais um pano qualquer que veste o corpo. Cumming atesta isto afirmando que “A recordação os transforma em relíquias de um indivíduo, de um tempo e de um evento” (2004, p. 48).

Tem roupa que veste a alma, e é aí que mora a memória, o afeto, o sentimento. Segundo Simili, estas roupas “constituem os restos e os rastros do passado, na forma de panos, que tecem os tecidos da memória [...] estampados pelas alegrias, dores, tristezas e angústias vivenciados por ela” (Simili, 2012, p. 10). Ou seja, “as roupas vestem nossas lembranças mediante recordações dos momentos vivenciados pelas vestimentas usadas nas ocasiões e situações mais importantes de nossa história” (Simili, 2012). As roupas transformam-se, assim, em documentos da memória pelo sentido que fizeram ou fazem em nossas vidas (Sant`Anna, 2008). Schneid e Michelin (2014) complementam ainda que a roupa é capaz de despertar e provocar sensações para além de sua materialidade e utilidade, graças ao seu papel como objeto de memória social.

“Naquele dia eu usava...”, diz uma mulher para recordar-se de alguma situação vivida. Assim sendo, as roupas são instrumentos da memória, por meio das quais as mulheres recordam suas passagens por momentos que marcam suas histórias. Simili cita Perrot e sua afirmação de que a memória das mulheres é trajada, ou seja,

Ao discutir essa articulação entre memórias e roupas, Michelle Perrot (1989, p. 13) destaca que: ‘Uma mulher inscreve circunstâncias de sua vida nos vestidos que ela usa, seus amores na cor de uma echarpe ou na forma de um chapéu’. Logo, ‘a memória da mulher é trajada. A vestimenta é a sua segunda pele, a única da qual se ousa falar, ou ao menos sonhar’ (SIMILI, 2012, p. 3).

Stallybrass no livro *O casaco de Marx: roupas, memória e dor* afirma que “A roupa tende pois a estar poderosamente associada com a memória ou para dizer de forma mais forte, a roupa é um tipo de memória” (2012, p. 14). O mesmo autor no seu estudo que relaciona roupas e memória, fala das transformações que as roupas sofrem ao longo do tempo e associa isto aos momentos que o indivíduo que possui esta roupa, viveu:

Os puídos nos cotovelos de uma jaqueta ou numa manta eram chamados de ‘memórias’. Esses puídos lembravam o corpo que tinha habitado a vestimenta. Eles memorizavam a interação, a constituição mútua entre pessoa e coisa. (STALLYBRASS, 2012, p. 66).

Andrade vai além e fala da nova vida que uma roupa adquire quando muda de indivíduo: “Fora do corpo e do guarda-roupa que um dia a abrigou, aquela roupa viverá uma outra vida, se conectará a outros corpos e estará sujeita a novas interpretações” (Andrade, 2006, p.5). Tudo isto se relaciona com a identidade dos indivíduos, como veremos logo a seguir.

Moda e Identidade

Por identidade entendemos um conjunto de caracteres singulares, próprios, que diferenciam uma pessoa ou um grupo dos demais. Assim como a memória, a identidade também é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. O sujeito é singular, tem suas particularidades intransferíveis: é ser único, indivíduo. Mas este ser não vive sozinho, é ser social e, como tal, está inserido em um grupo que, por sua vez, também apresenta elementos comuns formando uma identidade coletiva. Neste contexto, a vestimenta, tida como ferramenta de expressão, contribui tanto para a formação da identidade própria da pessoa como para a sua inserção em determinado coletivo.

O antropólogo Daniel Miller, em seu livro *Trecos, troços e coisas*, a partir de seus estudos etnográficos realizados em Trinidad, Índia e Londres, coloca que “a indumentária não é algo superficial” (Miller, 2013). Ao analisar a relação das mulheres indianas com o sári, por exemplo, o autor percebe “Como coisas tais como roupas não chegam a representar pessoas, mas constituí-las” (Miller, 2013, p. 37). O sári, em função das suas amarrações e dos panos que ficam sobressalentes, regula os movimentos da mulher indiana, além de ser um auxiliar nas tarefas diárias e um vínculo afetivo com os filhos. O sári também é um utensílio utilizado para expressar a personalidade e as intenções da mulher, como segura os panos ou esconde os olhos, por exemplo, pode dizer muito sobre o que ela está querendo ou sentindo. Neste sentido, Miller discorre sobre o papel das roupas na interação do sujeito com seu próprio corpo e com o mundo: “As roupas estão entre os nossos pertences mais pessoais. Elas constituem o principal

intermediário entre nossa percepção de nossos corpos e nossa percepção do mundo exterior” (Miller, 2013, p. 38).

Considerando que a roupa é nossa “casca”, uma extensão de nós, a forma como nos vestimos está intimamente ligada à construção de nossa essência, da nossa individualidade. A roupa nos serve muito mais que de abrigo. A roupa, por vezes, coloca para fora o que somos por dentro. Aqui tocamos no “Significado simbólico da roupa... e sua capacidade para ser permeada” (STALLYBRASS, 2012, p. 14). Nossas roupas traduzem como nos vemos e como queremos ser vistos, ou seja, as roupas trazem o “sentimento de identidade como expressão da imagem de si, para si e para os outros” (Pollak, 1992 apud Fagundes, 2011). Ou seja, ao vestir-se, o indivíduo sai de si, externa sua personalidade e se mostra para o outro, se mostra para o mundo.

Isto também se aplica ao plano coletivo, pois, como afirma Crane, “as escolhas dos vestuários são uma das formas como os indivíduos entendem sua vida pessoal” (2006, p.391) e “em todos os grupos sociais o vestuário é um meio de criar e manter identidade” (Fagundes, 2011). Assim sendo, o vestuário vem contextualizado e é critério imprescindível de ser analisado para nos situarmos no tempo e lugar. “A história das formas vestimentares deverá levar em conta as diversas representações do corpo humano, no tempo, no espaço e no interior das diversas camadas sociais” (NACIF, 2007, p. 9). Benarush complementa: “Assim como as pessoas, as roupas possuem uma identidade cultural, social, nacional e são testemunho de sua época”(2012, p. 2). Porém, o que confere sentido às indumentárias são os usos das roupas pelas pessoas, pois os significados das vestimentas não existem sem um usuário concreto (BARTHES, 2005).

Ou seja, a roupa tem dono e só faz sentido se estiver em acordo com as particularidades daquele corpo que a carrega. Cada indivíduo possui suas crenças, seus gostos, sua forma de pensar e isto reflete diretamente na sua vestimenta, na construção de sua identidade.

Moda e Consumo

O consumo é um ato humano por excelência (Aranha, Martins, 1993, p.15). Consumir é necessário para suprir as necessidades orgânicas, culturais e estéticas do sujeito. Bauman coloca que “o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos” (Bauman, 2008, p.37). Já o consumismo é um atributo da sociedade pós-industrial, onde o foco deixa de ser a produção e

a sociedade se volta para o consumo e a informação, além de haver a ampliação dos setores de serviços e de comunicação. Bauman, em sua obra *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*, define desta maneira o consumismo:

Pode-se dizer que o “consumismo” é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao regime”, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de autoidentificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. (Bauman, 2008, p. 41).

É claro que vivemos em uma sociedade consumista, que leva o ato do consumo ao seu extremo. A efemeridade é um regra sustentada pela vida útil dos produtos cada vez mais curta. O obsolescência programada é a tática que reduz deliberadamente a vida útil dos produtos e/ou incute no consumidor o desejo de possuir algo um pouco mais novo e um pouco antes do necessário. O produto estraga ou se torna obsoleto apesar de ainda funcionar. Somos diariamente bombardeados por campanhas publicitárias agressivas: falsas necessidades são criadas, desejos passageiros são encorajados. Lipovetsky relaciona as necessidades estimuladas a efemeridade das coisas:

A sociedade centrada na expansão das necessidades é, antes de tudo, aquela que reordena a produção e o consumo de massa sob a lei da obsolescência, da sedução e da diversificação, aquela que faz passar o econômico para a órbita da forma moda. [...] A lógica econômica realmente varreu todo ideal de permanência, é a regra do efêmero que governa a produção e o consumo dos objetos. (Lipovetsky, 2009, p.184,185)

Ao colocar que o econômico passou para a órbita da moda, Lipovetsky explica que o fenômeno da moda irradiou para muito além das peças de vestuário, o sistema da moda rege o sistema econômico como um todo. Tudo muda muito rápido. Nada é novo o bastante. Estamos sempre inadequados. Somos eternos insatisfeitos. E numa tentativa frustrada de adequação, vamos comprando. Compramos o que não precisamos. Compramos até o que não queremos. Compramos, inclusive, o que não podemos pagar. E é tudo igual. E tudo já passou. Somos eternos demodês e, no Império do Efêmero (Lipovetsky, 2009), não há nada mais vexatório do que estar fora de moda.

A obsolescência atinge todo tipo de produto, porém, quando se trata de artigos do vestuário, podemos observar que ao longo dos anos a moda foi se organizando em ciclos cada vez menores, até chegar ao sistema Fast Fashion - no qual as roupas são produzidas, vendidas e descartadas num ritmo absurdo. Neste sentido Lipovetsky esclarece:

Com a moda consumada, o tempo breve da moda, seu desuso sistemático tornaram-se características inerentes à produção e ao consumo de massa. A lei é inexorável: uma firma que não cria regularmente novos modelos perde em força de penetração no mercado e enfraquece sua marca de qualidade numa sociedade em que a opinião espontânea dos consumidores é a de que, por natureza, o novo é superior ao antigo. (Lipovetsky, 2009, p.185)

A moda é difícil de entender. Para compreender o significado de moda num contexto amplo, é preciso “traçar sua história desde sua criação, passando por toda publicidade e propaganda relacionada à venda até o seu consumo” (Schneider, 2006, apud Fagundes, 2011). Moda é indústria e indústria precisa vender. Assim sendo, como nos outros setores da sociedade atual, o mercado da moda fomenta a homogeneização dos gostos, além de uma constante necessidade de mudança, de troca, de descarte. As peças logo ficam ultrapassadas, não duram, estragam. E é preciso comprar de novo. E, assim, vamos sendo consumidos ao invés de consumir.

Considerações Finais

O ser humano é um complexo de particularidades. Seus hábitos, seus gostos, suas vivências, suas lembranças, suas histórias são o que o definem. Há características próprias a existência de cada um. Por mais fortes que sejam as pressões externas, não somos iguais. E, seja por apego, por afeto ou por pura teimosia, naturalmente acabamos nos aproximando daquilo que nos é mais importante. Apesar de adquirirmos infinitos supérfluos, guardamos o que nos é valioso, o que nos faz lembrar, o que tem a nossa cara, o que revela a nossa identidade.

No que tange ao vestuário, esta relação afetiva entre coisa e ser fica muito evidente. A roupa se vincula ao corpo do indivíduo, absorvendo seu cheiro, acompanhando seus movimentos, partilhando de suas sujeiras, sorvendo seus perfumes. Por vezes, o corpo se vai, mas a roupa fica como um rastro de vida, uma lembrança aflorando sentimentos. E, apesar de todas as adversidades, a roupa resiste. Ao contrário do que possa parecer “a roupa não é apenas um objeto de um fenômeno efêmero que é a moda, mas ela resiste aos corpos, os corpos vem e vão e elas sobrevivem” (Barthes, 1979 apud Fagundes, 2011). Ou seja, quando a roupa escapa à lógica da moda ela adquire outra significância, torna-se singular e duradoura. Deixa de ser efêmera. A roupa resiste, apesar do consumismo.

Por fim, traçando um paralelo entre moda, consumo, memória e identidade, fica evidente que, apesar do ritmo frenético de compras e da descartabilidade extrema de nossa época, há coisas – poucas, é certo - que resistem, se tornando insubstituíveis. Estas coisas

transcendem a sua materialidade e passam a ter um caráter subjetivo, compondo a personalidade do sujeito, preservando as suas memórias e revelando a sua identidade.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos D. **Antologia Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. ANDRADE, Carlos D. **Antologia Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ARANHA, Maria Lúcia de Aruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.

BARTHES, Roland. **Inéditos**, vol.3: imagem e moda. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENARUSH, Michelle Kauffmann. A memória das roupas. In: **dObra [s]**, São Paulo, v.5, n.12, p.113-117, nov.2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Senac, 2006.

CUMMING, Valerie. **Understandingfashionhistory**. Hollywood: Costume and Fashion Press, 2004.

FAGUNDES, Joyce C. **O RG feminino impresso no vestuário**. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011.

HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto**. São Paulo: Papirus, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LURIE, Alisson. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MERLO, Márcia (org). **Memórias e museus**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: Estudos antropológicos sobre cultura material. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MORIN, Violette. **L'object biographique**. Communications. Paris: École Pratiques des Hautes Études, Centre d'Études des Communications de Masse, n. 13, 1969.

NACIF, Maria Cristina Volpi. **O vestuário como princípio de leitura do mundo**. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo: Associação Nacional de História: 2007.

NERY, Olivia Silva; SCHNEID, Frantieska Huszar; FERREIRA, Leticia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira. Caixas de memórias: a relação entre objetos, fotografias, memória e identificação ilustradas em cenas de ficção. In: **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, n.1, v.51, p.42-51. Jan/abr 2015.

SALLES, Cecília A. **Redes da criação**, construção da obra de arte. São Paulo: Horizonte, 2006.

SANT`ANNA, Patrícia. A moda no museu. In: **I Congresso Internacional de Moda, CIM 2008**, Madri, 2008.

SCHMITT, Juliana Luiza de Melo. Instâncias subjetivas das roupas: quando o vestuário conta histórias. In: **Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte**. São Paulo – n.2, v.2, out./dez.2009.

SCHNEID, Frantieska Huszar; MICHELON, Francisca Ferreira. Alinhavos da memória: o vestido de noiva do século XX. In: **10º Colóquio de Moda – 7ª Edição Internacional 1º Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Design e Moda**, Caxias do Sul, 2014.

SIMILI, Ivana G. Memórias trajadas: roupas e sentimentos no diário íntimo de uma prostituta. In: **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica** – n.30.2, ISBN 0102-9487, 2012.

SOUZA, Nívea F. de. Agenciamentos: roupa, corpo, cidade e memória. In: **VIII Colóquio de Moda - 5º Congresso Internacional**, Rio de Janeiro, 2012.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

COTIDIANO E CIDADE: UM OLHAR A PARTIR DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS

COTIDIANO Y CIUDAD: UNA MIRADA DESDE EL MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS

*Joanna Munhoz Sevaio
Graduanda em Ciências Sociais/ Universidade Federal de Pelotas
jmsevaio@gmail.com*

RESUMO

Este estudo apresenta reflexões sobre os sentidos da experiência urbana, que está essencialmente localizada no cotidiano e que na cidade de Pelotas encontra no Mercado Público um lugar bastante significativo. O trabalho trata-se de um recorte das investigações realizadas no âmbito do Projeto de pesquisa “Sociologia e História em Henri Lefebvre”, vinculado ao Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, cuja proposta é articular o pensamento de Lefebvre e de outros autores afins na observação da cidade de Pelotas. Dessa forma, construiu-se uma investigação que circula entre a sociologia urbana e a sociologia da vida cotidiana. Partiu-se da perspectiva de que a vida cotidiana tem muito a revelar, pois é nela que estão os elementos primordiais de produção, reprodução e superação da condição alienante da modernidade capitalista. É na sociabilidade cotidiana que os sujeitos aparecem como produto-produtor de cultura e das relações sociais em que estão imersos. Sendo assim, com o intuito de revelar o que parece oculto, o Mercado Público foi observado em diferentes ocasiões: nos dias de semana, nos quais há o funcionamento “normal” dos estabelecimentos, nos sábados à tarde na ocorrência do “Mercado das Pulgas” e nos sábados à tarde durante o “Samba no Mercado”. Por fim, ressalta-se que esta é uma pesquisa em andamento, e que por isso apresenta mais caminhos interpretativos do que conclusivos acerca dos fenômenos sociais investigados.

Palavras-chave: Cotidiano. Cidade. Mercado Público de Pelotas. Sociologia. Lefebvre

RESUMEN

Este estudio presenta reflexiones sobre los sentidos de la experiencia urbana, que está esencialmente localizada en el cotidiano y que en la ciudad de Pelotas encuentra en el Mercado Público un lugar bastante significativo. El trabajo se trata de un recorte de las investigaciones realizadas en el marco del Proyecto de investigación "Sociología e Historia en Henri Lefebvre", vinculado al Departamento de Sociología y Política de la Universidad Federal de Pelotas, cuya propuesta es articular el pensamiento de Lefebvre y de otros los autores afines en la observación de la ciudad de Pelotas. De esta forma, se construyó una investigación que circula entre la sociología urbana y la sociología de la vida cotidiana. Se partió de la perspectiva de que la vida cotidiana tiene mucho que revelar, pues es en ella que están los elementos primordiales de producción, reproducción y superación de la condición alienante de la modernidad capitalista. Es en la sociabilidad cotidiana que los sujetos aparecen como producto-productor de cultura y de las relaciones sociales en que están inmersos. Por lo tanto, con el propósito de revelar lo que parece oculto, el Mercado Público se ha observado en diferentes ocasiones: en los días de semana, en los que hay el funcionamiento "normal" de los establecimientos, en los sábados por la tarde en la ocurrencia del "Mercado de las Pulgas" y en los sábados por la tarde durante el "Samba en el Mercado". Por último, se resalta que esta es una investigación en marcha, y que por ello presenta más

caminos interpretativos que concluyentes acerca de los fenómenos sociales investigados.

Keywords: Cotidiano. Ciudad. Mercado Público de Pelotas. Sociología. Lefebvre.

Diz em que cidade você se encaixa?

Divi-divi-divi-dividir salvador
Diz em que cidade você que se encaixa
Cidade alta ou cidade baixa diz
Em que cidade que você
(BAIANA SYSTEM, 2016)

A cidade, tal como aqui entendida, é produzida no cotidiano, no vai-e-vem de pessoas e das práticas que carregam como produto de sua relação com o espaço. Na construção do conhecimento sociológico, desse modo, encara-se como primordial a investigação dos significados impressos pelos sujeitos que usam e ocupam o urbano. Assim como na música do grupo baiano Baiana System, que apresenta uma Salvador dividida, expressa-se neste estudo uma Pelotas que se divide segundo os critérios de diferentes tipos de sociabilidades e significações sobre a cidade.

A análise exposta trata-se de um recorte das investigações realizadas no âmbito do Projeto de pesquisa “Sociologia e História em Henri Lefebvre”, vinculado ao Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, cuja proposta é articular o pensamento de Lefebvre e de outros autores afins na observação da cidade de Pelotas.

O cerne da proposta teórica de Lefebvre é operacionalizada a partir da ideia de direito à cidade, que é o ponto de partida para a disputa atualizada e repensada da cidade no plano dos sujeitos e de suas experiências coletivas. Somado a isso, temos que Agier (2015), ancorado no pensamento de Lefebvre, destaca a virtualidade da cidade, a partir do que se entende a emergência da busca de significantes para a experiência cidadina. Ou seja: o fazer-cidade como motor de reivindicação do direito à cidade segundo seus próprios termos. A intenção nada mais é do que “(...) não somente caracterizar o espaço onde vivemos e sua gênese, mas encontrar a gênese da sociedade atual, através e pelo espaço produzido” (LEFEBVRE, 2013, p. 127)

A cidade é então concebida como prática. A cidade que se transmuta, que é movimento em contraposição à cidade-conceito (CERTEAU, 2007) é, portanto, o mote desta breve tessitura de ideias. Nas entrelinhas de um discurso totalizador, existem subtextos de cidade aos quais pode-se dar múltiplas conotações, levando em conta o uso partilhado. Para Agier (2015), por exemplo, a cidade deve ser lida como um processo contínuo de fazeres, um fluxo do vir a ser

que acontece no cotidiano. Por isso, admite-se um olhar sobre o mosaico do dia-a-dia que foge das lógicas normativas, assim operando em termos do estabelecimento de conexões e de sentidos de pertencimento coletivo. Leite (2007), por sua vez, traz a noção de lugar para operar a construção de pertencimento e adentrar nos detalhes e singularidades do fazer-cidade cotidiano e compartilhado.

Na mesma linha de raciocínio, sob o prisma ampliado da prática enquanto detentora dos princípios que organizam o tecido urbano, admite-se que “Todos, somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes quer não” (HARVEY, 2009, p. 13)

O cotidiano pode ser entendido como o palco do fazer, no qual a sociologia ganha os mais instigantes desafios empíricos. Partindo-se da ideia de que «não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar sociologicamente o possível» (MARTINS, 2017, p. 12) intenta-se expressar relatos de uma cidade que não está nos cânones oficiais.

Partilha-se do entendimento das dinâmicas citadinas tal como uma coreografia dançada no sutil agir cotidiano dos “praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 2007, p. 171), ou da “sociabilidade do homem simples” (MARTINS, 2017), que não é homogêneo e portanto não pode ser diagnosticado estatisticamente. Assim sendo, o enfoque deste texto são os usos que os sujeitos fazem dos espaços que habitam e constroem. Do mesmo modo, “(...) o fazer-cidade é uma declinação pragmática, aqui e agora, do direito à cidade, sua instauração.” (AGIER, 2015, p. 491), estabelecendo-se como tática de demarcação do direito de estar e de pertencer à cidade.

Destacando as peculiaridades da experiência urbana contemporânea, tem-se as matizes que conduzem teórico-metodologicamente o desenvolvimento deste trabalho. Segundo a lógica das ideias aqui apresentadas, cabe ao olhar sociológico, portanto, científico decifrar os sentidos do que parece ser insignificante e banal.

É nesses momentos e situações de protagonismo do oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade mais teoricamente desafiadora. (MARTINS, 2017, p. 12)

Do ponto de vista empírico – do mundo em sua concretude – toma-se por fundamento o Mercado Público de Pelotas e as dinâmicas sociais do seu entorno. No texto que segue, o objeto será apresentado. Depois, observado em três distintas situações cotidianas, que apresentam dinâmicas de uso também distintas.

O movimento do fazer-cidade e do uso criativo e inventivo presente no cotidiano ganha espaço também na forma como metodologicamente foi construído este trabalho, ou tessitura de impressões sobre a experiência na/da cidade. Usa-se para isso a ideia de “artesanato intelectual” proposta por Mills (2009). Tal como o artesão que fabrica e molda suas produções, existe aqui a preocupação do fazer que estimula a inventividade do processo de construção de conhecimento sociológico. Admite-se, então, que “o artesanato intelectual envolve a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto.” (MARTINS, 2014, p. 28). Pretende-se, portanto, uma bricolagem do saber.

Disponha-se de poucos recursos para a observação do cotidiano no Mercado Público de Pelotas: nada mais que uma caderneta e alguns pressupostos teóricos. Assim, buscou-se desenvolver uma análise fundada na sua relação com o vivencial, a partir de observações flutuantes, sem interlocutores específicos, e adotando uma postura que:

(...) consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la flutuar de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências apareçam, e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes (PÉTONNET, 2009, p. 102)

O funcionamento do Mercado – ou os usos que os sujeitos fazem e refazem daquele lugar – foi observado durante três momentos distintos. As dinâmicas “normais” acontecem nos dias de semana. Aos sábados, no entanto, emergem outras feições no contexto do Mercado. No lado de fora, acontece o “Mercado das Pulgas”, e internamente o Mercado é invadido pelos sons que vêm do samba. Assim sendo, as linhas que seguem são um exercício de reflexão sobre como as diferentes maneiras de usar o Mercado produzem diferentes concepções sobre a própria cidade. Como sugere Peirano (2014), coloca-se a teoria em ação, emaranhada nas experiências concretas dos sujeitos envolvidos no processo de significação de suas práticas. Para a antropóloga, “(...) a etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (PEIRANO, 2008, p. 4), o que de certa tratou-se de adotar enquanto princípios norteadores do desenvolvimento deste trabalho.

O Mercado em patchwork

Tal como indica Certeau (2007), as estruturas narrativas que compõem o espaço instituem-se como transportes coletivos que levam às práticas significantes da cidade. Nesse sentido, mais do que resultados serão apresentadas caminhos ou possibilidades interpretativas das práticas organizativas do espaço.

O Mercado Público de Pelotas foi construído em meados do século XIX, contando com edifício de 4.084m², somado a 3.853m² de área livre circundante imediata. (BRUNO, 2010). À exemplo de outros mercados públicos, a função primordial era a de manter sobre o controle do Estado a comercialização de produtos, sobretudo alimentícios.

Desde então, houve consideráveis modificações na forma e no conteúdo das interações contidas nesse lugar, que se entrecruzam em um discurso sobre a cidade.

Dessa forma, desde a edificação do Mercado houve uma série de transformações no entorno e no interior do prédio que têm como consequência comum, em diferentes graus e proporções, a remoção das figuras que o “sufocam” esteticamente: camelôs, prostitutas, o terminal de bondes. (SEVAIO, 2018, p. 8)

A última revitalização do Mercado enquadra-se em um processo paradigmático de produção de sentidos de experiência na cidade. Identifica-se a configuração de lugares voltados para o consumo, como se uma cidade em si fosse mercadoria (HARVEY, 1992; LEITE, 2007). Em se tratando de uma mercadoria, vale destacar que as possibilidades de acesso ficam economicamente determinadas, nesse caso “A produção do espaço, assim como a produção de qualquer mercadoria, somente se realiza quando apresenta a possibilidade de acumulação de capital” (CARRASCO, 2017, p. 599)

No interior do Mercado, existe uma cidade fundamentada naquilo que é supostamente homogêneo, que contém um uso programado segundo critérios pré-estabelecidos, o que Certeau (2010) chama de cidade-conceito. As lojas, os produtos, os bancos, a higienização aparecem como elementos de uma experiência urbana controlada.

Observou-se, desse modo, algumas singularidades do Mercado Público. No funcionamento “normal” do Mercado observa-se a ausência ou quantidade reduzida de gêneros alimentícios *in natura*. No lugar dos cheiros e cores dos alimentos frescos, típicos de Mercados Públicos, há bares, restaurantes, cafés, espaços “gourmet”. Nesse sentido, as semelhanças com um *shopping center* são notáveis, o que se intensifica com a circulação intermitente de pessoas e a aparência higienizada e, de certa forma, elitizada do Mercado.

Xavier (2016), por exemplo, ressalta que desde a referida revitalização do Mercado de Pelotas há um maior controle sobre a maneira de disposição das mercadorias nos estabelecimentos, o que responde a padrões estéticos que não condizem com as peculiaridades locais, uma vez que o sujeito-consumidor teria natureza universal.

Observou-se, no entanto, outras formas de usar o Mercado e seu entorno. De certa forma, entende-se que há nessas maneiras de fazer-cidade “(...) a função de articular uma geografia segunda, poética, sobre a geografia de sentido literal, proibida ou permitida.” (CERTEAU, 2007, p. 185). Nesse sentido, trata-se de uma cidade conforme ela é praticada.

O Mercado das Pulgas desde 2014 acontece todos os sábados na área exterior ao Mercado, conhecida como Largo Edmar Fetter, sendo regulamentado pela Secretaria de Cultura (Secult) do município de Pelotas. De acordo com a descrição divulgada na página do evento, “Caracteriza-se por ser uma feira de troca, de exposição ou comércio de bens, em geral antigos e/ou usados. Também estão incluídos objetos de fabricação artesanal diferenciados, objetos em cerâmica, tela ou madeira, móveis, talheres, louças, livros, roupas etc” (Pelotas, 2015)

Embora o evento seja baseado também em uma transação comercial, assim como os bares, cafeterias e restaurantes do Mercado, existe um quê de proximidade entre os sujeitos envolvidos. Observou-se que aos sábados, em geral, o Mercado ganha outras cores, outras conotações, assim como outras dinâmicas de circulação de pessoas e produtos, não somente calculada em termos de relações quantificadas e homogêneas.

Do mesmo modo, apesar de ser um evento promovido por órgãos oficiais da administração da cidade, observou-se que ali inserem-se interações flexibilizadas pelo contato face-a-face, permeado de sentidos compartilhados e de trocas, havendo um tipo de relação com o lugar marcado pela pessoalidade. No movimento das coisas e das pessoas constrói-se um outro Mercado, uma outra Pelotas.

A normatividade do evento planejado segundo os moldes da Prefeitura perde-se nas possibilidades contidas na dimensão processual do cotidiano praticado. Assim, vão aparecendo as “multiformes, resistentes, astuciosas e teimosas” (CERTEAU, 2007, p. 175) formas de conceber e praticar a cidade.

No mesmo ano de 2014 o samba também apareceu no horizonte do Mercado Público de Pelotas. Desde então, aos sábados, os sons da sociabilidade da roda de samba ecoam entre os muros do edifício. Os instrumentos e o tipo de interação que compõem o samba dão vitalidade ao lugar, como se um quê de magia pairasse entre as pessoas. Desse modo, com as observações dos eventos de samba é facilmente notável o quão contagioso pode ser o ritmo entre os sujeitos e seus corpos, dos mais desajeitados aos “pés de valsa”.

A multiplicidade das maneiras de fazer-cidade coloca o espaço urbano como palco de disputa. Ocupar aquele espaço apresenta-se, então, como instrumento político de imposição de existência, no mundo e na cidade. Dessa maneira, estar no Mercado Público fazendo samba, dançando, sorrindo e reivindicando aquele lugar enquanto seu, é introduzir significantes no âmbito do direito à cidade.

Lefebvre (2001) indica que na lógica capitalista de produzir cidade há a imposição de um modelo predominantemente quantificado de experiência urbana, em que os sujeitos encontram-se apartados de si e da realidade que os circundam. A modernidade impõe um ritmo

unísono à cidade, por outro lado, a tese que se pretende sustentar é a de que o samba impõe um outro ritmo. No samba do Mercado foi possível observar um fazer urbano que é constituído nos encontros, nas trocas, no movimento, nas cores e no envolvimento. Por isso, não é estático, nem estatístico.

A vida social da cidade é, antes de tudo, obra coletiva de sujeitos de fazeres plurais. Nesse sentido, O samba, conforme observado, desemboca em usos compartilhados que transcendem o privado e vão o público. Como proposto por Leite (2007), o espaço público enquanto categoria sociológica compreende muito além de ruas, monumentos, ou edifícios, mas sim expressa a confluência de experiências compartilhadas e repletas de sentido. O samba faz isso com o Mercado Público de Pelotas. Ali existem histórias, narradas e construídas por diversas vozes e corpos. A estrutura de concreto e ferro é produto também de dinâmicas que compõem uma História produzida por narrativas de semânticas singulares e entrecruzadas em que se destacam as possibilidades operacionais da cidade.

O exercício de reivindicar a cidade para si trata-se, portanto, de um labor coletivo e contido em muitas nuances, sendo, por isso, “(...) um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (HARVEY, 2012, p. 74). O movimento do vir a ser está, então, no horizonte da cidade praticada, em uma astuciosa e dispersa (CERTEAU, 2010) colcha das maneiras de fazer a cidade.

Sob a ótica dos praticantes, o movimento criativo de fazer-cidade manifesta-se de forma material e simbólica, como em uma coreografia não ensaiada de experiências concretas no espaço. O direito de pertencer à cidade, de ser e de atribuir sentido à experiência vai sendo costurado à medida em que é possível observar outras possibilidades do tecer urbano: mais criativo e de potencialidades diversas.

Considerações finais

Admite-se, por fim, que são múltiplos os corpos, mãos e vozes que constroem as narrativas da e na cidade. Assim, uma investigação que busca o homogêneo tolhe as capacidades analíticas da complexa vida social espacializada pelos sujeitos do agir cotidiano. A cidade, do ponto de vista aqui adotado, deve ser analisada a partir de seus praticantes e do complexo entrecruzar movimentado que dão ao seu fazer-cidade.

A cidade encarada como processo e movimento dialético encontra-se na dimensão dos direitos, mais precisamente do direito à cidade. Se existe, por fim, uma cidade-conceito, existe

também uma cidade praticada. “(...) direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser re-imaginado e refeito” (HARVEY, 2009, p. 14). Posto isso, entende-se que a cidade e seus praticantes estão embutidos em um processo contínuo de atribuição de significantes e também pela busca de sua efetivação.

Os caminhos interpretativos aqui percorridos dão relevo ao que acontece no cotidiano como forma de operacionalizar o possível, tanto do ponto das práticas dos sujeitos quanto do ponto de vista das investigações cujo objetivo é compreendê-las. Entende-se, portanto, que os usos cotidianos da cidade organizam a cidade enquanto algo pulsante, fora do enquadramento conceitual daqueles que a veem de fora.

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. **Mana [online]**. 2015, vol.21, n.3, pp.483-498

BRUNO, Guilherme Rodrigues. **Mercado Central de Pelotas: A permanência no lugar do consumo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Guilherme-Bruno.pdf>

CARRASCO, André de Oliveira Torres. O processo de produção do espaço urbano da cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia. **Oculum Ensaios**, Campinas, n.14, v. 3, p. 595-611, setembro/dezembro 2017. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3874>>. Acesso em: 22/01/18

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. 13ª ed. Vozes: Petrópolis/RJ, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 19ª Ed. Loyola: São Paulo, 2010.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 22/01/18

_____. A liberdade da cidade. **Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 26, pp. 09-17, 2009. Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/.../Geosp26/09-18-HARVEY,David.pdf. Acesso em: 24/01/18

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Contexto: São Paulo, 2001.

_____. **La producción del espacio**. Capitán Swing: Madrid, 2013.

_____. Prefácio: A produção do espaço. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 27, n. 79, 2013, p. 123-132. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68706>. Acesso em: 24/01/18

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. 2ª ed. Editora da Unicamp: Campinas/SP; Editora da UFS: Acaracaju/SE, 2007.

_____. A exaustão das cidades: anti-enobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 25, n. 72, p. 73-175, fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a06.pdf>. Acesso em: 05/06/18

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**. 3ª ed. Contexto: São Paulo, 2017.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaios**. Zahar: Rio de Janeiro, 2009.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf> . Acesso em: 24/01/18

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica** (n. 25, 2º sem. 2008, n. 1, 2. sem. 1995). Niterói: EdUFF, 2009. Disponível em: http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_25.pdf. Acesso em: 24/01/18

SEVAIO, Joanna Munhoz; SOTO, William Héctor Gómez. O Samba no Mercado Público de Pelotas como elemento de direito à cidade. **Revista Seminário História da Arte**. Pelotas, v. 1, n. 7, p. 1-21. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/13485>. Acesso em: 06/06/18

XAVIER, Ana Estela Vaz. A revitalização do Mercado Público de Pelotas e sua ressignificação social. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. (online) v. 02, ed. especial, dezembro, 2016, p. 72-89. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/355/186>>. Acesso em: 22/01/2018

AS AÇÕES PEDAGÓGICAS SOB OS JOVENS COM BASE NA FORÇA SOCIAL DA MARINHA EM RIO GRANDE/RS (1998-2017)

*THE PEDAGOGICAL ACTIONS UNDER THE YOUNG PEOPLE BASED ON THE
SOCIAL FORCE OF THE NAVY IN RIO GRANDE/RS (1998-2017)*

*Laryssa Celestino Serralheiro
Graduanda em Pedagogia – FURG
laryssa.celestino@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo tem como meta analisar os diferentes tipos de projetos que a Marinha de Guerra vêm executando frente a comunidade jovem no Brasil meridional, em específico, no Rio Grande do Sul, nas Cidades de Rio Grande e São José do Norte, pelo viés de jovens do sexo masculino e feminino na idade da faixa etária entre 14 a 17 anos, utilizando seus dois principais pilares: disciplina e hierarquia com cunho pedagógico, projetos esses mais conhecidos como Renascer e Ametista. Nesta pesquisa utilizamos revistas da instituição, relatórios ministeriais, relatos dos integrantes e ex-integrantes dos projetos e várias obras significativas para a completude do trabalho.

Palavras-chave: Projetos, Rio Grande do Sul, jovens.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the different types of projects that the Navy have been carrying out throughout the young community in southern Brazil, in particular, in Rio Grande do Sul, in the cities of Rio Grande and São José do Norte, by the bias of young men and women in the age group between 14 and 17 years old, using their two main pillars: discipline and hierarchy with pedagogical characteristics, projects known as Renascer and Ametista. In this research we used the institution's magazines, ministerial reports, reports of the members and former members of the projects and several significant works for completeness of the work.

Keywords: Projects, Rio Grande do Sul, young people.

A Marinha de Guerra, especificamente no Rio Grande do Sul, também como instituição de ensino, vem enfatizando uma capilaridade de eventos que tornam a vida dos jovens mais úteis capazes de transformar sonhos em realidade. Parte integrante de uma ação constitucional¹, posta em prática na cidade em questão, que tornou-se responsável pelo amparo, ensino de

¹ Segundo o Art.1º e parágrafo 1 e 2 da Lei 9.424/96 (LBD) combinado com a Constituição Federal (1988) no título III, capítulo II, Art. 22 e parágrafo 24, diz que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

ofícios e recolhimento de meninos e meninas desvalidos em seu cotidiano. Nessa direção, nos delimitamos aos anos de 1998 a 2017, como marco temporal e inicial dessa pesquisa. O primeiro, por ser o “ano da instauração”³⁰ dos projetos Renascer e, posteriormente, Ametista. O restante do recorte por abarcar o período político a que estamos, ou seja, democrático. Todavia, é preciso salientar que esse modelo institucional funciona em algumas regiões até agora, mas não nesses moldes³. Assim, iniciou-se em 1998 por determinação do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira, sob responsabilidade e intermédio do Diretor de Assistência Social, Contra-Almirante Euclides Duncan Janot de Matos.

Essas atividades começaram com o propósito de apoiar os serviços sociais da região, que tinham dificuldade de isolar os jovens em situação de vulnerabilidade social, como foco principal do projeto, em um espaço privativo visando proporcionar-lhes crescimento e amadurecimento sadios hábeis à consolidação de sua própria identidade. Outrossim, a convivência diária, no âmbito naval, proporciona aos adolescentes a oportunidade de conhecerem a Marinha do Brasil e o despertar pela carreira militar, que tem o intuito de oferecer alguns tipos de atividades de inserção dando aos jovens possibilidade de um bom atendimento nas áreas de saúde, educação ou cultura e na prática de esportes. Convém ressaltar que, inicialmente, iniciou como projeto Renascer, sendo que a primeira turma era composta por 44 meninos.

Dessa forma, a Marinha do Brasil, como uma força armada de combate, demonstra através desse projeto, com a juventude, que sua missão não é somente empregar o poder naval na defesa do solo pátrio, mas também, nas ações mais abrangentes quanto a ajuda aos desvalidos representados por meninas e meninos desamparados. Assim, representada pelo Comando do Quinto Distrito Naval e suas organizações militares, que envolve Grupamento de Fuzileiros Navais, navio Museu Corveta Imperial Marinheiro, navios patrulhas, Policlínica Naval e às “Voluntárias Cisne Branco”⁴ dispõem de possibilidades que levam à concretização profissional que conduz esperança e que revelam como navegar em direção aos sonhos. Além disso,

³⁰ Foi feita uma árdua pesquisa nos órgãos da Marinha (Com5ºDN e DPHDM) com intuito de acharmos o documento do ato de criação desses projetos e não conseguimos encontrá-los.

³ Convém ressaltar que, segundo informações, atualmente, a Marinha possui 186 projetos sociais no geral, mas não encontramos dentro da própria instituição um projeto nesse modelo.

⁴ O Departamento "Voluntárias Cisne Branco" (VCB) é um segmento do Abrigo do Marinheiro, organização civil sem fins lucrativos, que tem o propósito de contribuir para o bem estar dos militares e servidores civis da Marinha, por meio de atividades sociais complementares àquelas já realizadas pela MB. Fonte: <http://www.vcb.org.br/>, acesso em 31/08/2017.

instituições civis passam a fazer parte do roteiro de órgãos voluntários patrocinadores das atividades necessárias à boa formação dos estagiários sociais, como, UNIMED, Termasa-Tergrasa, papelaria Pacotão, Praticagem da Barra e a FURG.

Se torna importante ressaltar que, na história, a preocupação que a Marinha teve com os jovens cidadãos vem de longas datas, para isso nos reportamos ao ano de 1833, em que a ideia de cultura escolar aparece como uma ferramenta que permite observar a relação da escola com a sociedade no jogo tenso das lutas de poder que perpassam o cotidiano das aulas e expressam nele as contradições sociais. Malikoski e Kreutz (2014) lembram ainda que ela fomenta o sistema de compreensão de símbolos, normas, códigos e condutas que formam os discursos e as representações de consensos sobre os fenômenos e os objetos da escola.

Com isso, o Ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres, “preocupado em prover um ensino voltado a uma educação militar que fornecesse conhecimento profissional e artesanal aos jovens militares da Armada. Posteriormente, o avanço das tecnologias foi a justificativa do Ministro Torres para militarização das praças” (NETO, 2001, p.48).

Essa militarização faria efeito ao Estado como forma de controle social daqueles que eram considerados uma ameaça à sociedade e ao próprio Estado. Poderia, também, ser a forma de suprimir o antagonismo entre o setor mercantil e o próprio Estado. Com esse propósito, solidificar a ideia na criação de um órgão fixo para instruir e preparar jovens, que estavam sediados em divisões navais, no intuito de distribuí-los aos navios para servir à nação. Dessa forma, o então Ministro da Marinha Rodrigues Torres apresenta ao Senado, em sessões realizadas no início dos meses de junho e julho de 1833; projeto aprovado pela Câmara dos Deputados com aval da comissão de Marinha e Guerra daquela casa, composta pelos deputados Francisco do Rego, Vieira Souto e Baptista de Oliveira, que fixava as forças navais para os anos de 1834 e 1835. O resultado, que a proposta de criar um órgão fixo de recebimentos de jovens criminalizados pela sociedade para serem formados Marinheiros, foi aprovado naquele ano na Câmara dos deputados e, posteriormente, reprovado no Senado.

Em 1836, Salvador Maciel, Ministro da Marinha à época, encaminha a proposta de criação das Companhias Fixas de Aprendizes-Marinheiros, ideia essa aprovada e, então, nasce os primeiros órgãos de formação de Marinheiros, até que em 1840⁵ é criado o primeiro prédio

⁵ Decreto nº14 combinado com a lei 148 de 27 de agosto 1840 funda a primeira e única companhia de aprendizes-marinheiros do Brasil, até aquele momento, sediada na corte e considerado o principal pilar do projeto militar-político da armada.

fixo de acolhimento e formação de jovens em estado de vulnerabilidade social para os serviços da armada, sediado na Ilha de Boa Viagem em Niterói/RJ. Esse tipo de empirismo social fez criar 15 anos depois outras companhias de aprendizes-marinheiros sediadas em várias províncias do Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul, que discorreremos mais abaixo. Para Venâncio (2000, p.199), é a partir da criação das Companhias de Marinheiro que se fundam ineditamente no Brasil, instituições inteiramente públicas voltadas para os menores que não podiam estar sob os cuidados de seus responsáveis ou de hospitais. De certa forma, confirmava-se certo paternalismo para com esses jovens, pois “os garotos mantidos pelo poder público teriam a pátria como pai e mãe e os demais aprendizes como irmãos; eles formariam então os denominados “batalhões da esperança” (VENÂNCIO, 2004, p. 195). Segundo Serralheiro (2017, p.23), “as Companhias de Aprendizes podiam, estrategicamente, recolher das ruas não só escravos alforriados, como também aqueles pequenos indivíduos que estavam ameaçando a ordem estabelecida e sujeitos a adquirirem todo tipo de vício”.

Boa parte disso, que foi discutido acima, diz respeito exclusivamente a jovens do gênero masculino, porém demonstra que a Marinha a partir da sua criação já vinha pensando em programas que tinha o objetivo de prestar algum tipo de trabalho visando dar aos desvalidos algum tipo de condição de inserção. Aquela manifestação estatal do Império também validava essa postura, afirmando ser a rua “a grande escola do mal” (MARCÍLIO, 1998, p.76) e “o espaço de produção dos futuros delinquentes”. (SERRALHEIRO, 2017, p.23).

Não nos reportamos ao trabalho da Marinha com as meninas naquela época devido não ter havido nenhum tipo de atividade que as forças Armadas executavam para elas, principalmente por ter sido uma sociedade patriarcal e “etnocêntrica” (ROCHA, 1994, p.7-94). Isso porque no século XIX, a Marinha, pelo seus integrantes sejam eles do corpo de praças e, principalmente, oficiais compartilhavam de uma sociedade em que as jovens desvalidas não tinham nenhuma valorização e oportunidade nas forças Armadas, conseqüentemente, as excluindo das participações do meio.

O tipo de seguridade que elas recebiam vinham de instituições religiosas em várias regiões do Brasil, conforme relatado pelas irmãs Rizzini:

As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, criado por religiosos. Os recolhimentos para órfãs no Brasil são tão antigos quantos as Casas de Expostos⁶. Os do Rio de Janeiro, Salvador,

⁶ Uma modalidade de atendimento a bebês abandonados de longa duração foi o sistema das Rodas de Expostos, surgido no período colonial por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia e somente extinto na República. No século XVIII, Salvador, Rio de Janeiro e Recife instalaram as suas Casas de Expostos, que recebiam bebês

Pernambuco e Maranhão surgiram no século XVIII, voltados para a educação de órfãs pobres (de ambos os pais ou somente de pai, o que já definia a condição de orfandade), filhas de legítimo casamento. A legitimidade indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher: um bom casamento, através de uma educação condigna e do dote. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 25).

Conforme as autoras, no século XIX, as meninas órfãs e desvalidas eram inseridas em casas de recolhimentos do tipo conventos e colégios católicos administrados pela igreja. A referida instituição em algumas regiões do Brasil citadas acima designavam as órfãs pobres e às expostas, que atingissem a idade de 7 anos até aquelas em que se casariam. Portanto, não tinham opção de escolhas pessoais além da educação religiosa e da familiar impostas pelo conceito da época, que era pautada nos arranjos familiares devido as ligações entre homens e mulheres. Completando com o relato das irmãs Rizzini, convém acrescentar que “as primeiras rodas dos expostos foram instaladas em Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo” (MARCÍLIO, 2000, p.64).

No final da primeira metade do século XIX, a Marinha cria a primeira unidade militar com o objetivo de captar jovens desvalidos em condições de vulnerabilidade em várias regiões do Rio Grande do Sul, ou seja, a “Capitania dos Portos”⁷, futuramente, na segunda metade desse mesmo século, a Marinha cria uma unidade militar capaz de dar aos jovens em vulnerabilidade social condições de aprendizados pedagógicos, isto é, as primeiras letras (alfabetização), essa unidade nasce com o nome de “Companhia de Aprendizes-Marinheiros”⁸ que, sucessivamente, passou a se chamar “Escola de Aprendizes-Marinheiros”⁹ na cidade de Rio Grande, que teve sua trajetória na arte de militarizar e ensinar entre os anos de 1861 a 1922. Diante disso, no âmbito da cultura escolar, estabeleceu aos jovens ações de instrução com o propósito de dá-los o ensino de ofício para os meninos desvalidos, com a tenra idade entre 10 e 17 anos.

Em 2014, no salão nobre do Comando do Quinto Distrito Naval foi assinado acordo de cooperação, “em forma de convênio”¹⁰ celebrado entre essa instituição militar por intermédio de seu comandante, e os municípios de Rio Grande e São José do Norte, representados por seus prefeitos municipais, com a interveniência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares, para implementação de Estágio de Integração Social para adolescentes em situação de Vulnerabilidade Social. A baixa escolaridade, a situação de

deixados na Roda, mantendo no anonimato o autor ou a autora do abandono (Idem, p.23).

⁷ A Capitania de Rio Grande criada pelo Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846.

⁸ Criada pelo Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861, sua localização é onde é hoje o Comando do 5º Distrito Naval.

⁹ Decreto nº 9371, de 14/02/1885.

¹⁰ Art. 16 da Lei 8.666/93 nas cláusulas 1ª à 7ª.

instabilidade social e a impossibilidade de participar de cursos técnicos ou profissionalizantes e de acessar o mundo interno do militarismo são características coletivas dos jovens que participam do programa.

Uma das primeiras expectativas no cumprimento do programa é a proposta de autoconhecimento e de autoestima. Além de momentos em que o adolescente é incentivado a manifestar sentimentos e atitudes de aprovação em relação à si próprio, considerando-o capaz e digno de valor, assim, ele tem um retorno individual do educador militar a partir dos resultados apresentados, indicando pontos fortes e conjuntura de melhoria.

Para inscrição e permanência nos Projetos Ametista e Renascer, os adolescentes deverão, obrigatoriamente, estarem matriculados em escolas de ensino regular e apresentar índices de frequência satisfatório, das quais não poderão desistir e se afastar da escola sob pena de expulsão do projeto, cabe salientar que durante aqueles anos alguns poucos jovens foram sendo excluídos por motivos diversos, entre eles, excesso de infrações disciplinares, poucas frequências regulares em escolas de ensino regulamentar, baixos rendimentos educacionais, fatores esses que prejudicam o andamento do projeto e influenciam negativamente os outros participantes, ainda porque um dos objetivos é (re)integrá-los e não excluí-los.

A exigência dessa obrigatoriedade, como requisito, é um dos modos de tê-los em atividade nas instituições de ensino. Visto que, segundo dados estatísticos, o número de alunos matriculados decresceram, que deveriam estar no processo regular da Educação Básica. Tomando como parâmetro o ano de 2013, havia no Brasil cerca de 56 milhões de estudantes, divididos em variados níveis, etapas e modalidades educacionais, sendo que 76,3% deles as cursavam instituições públicas de ensino. Deste contingente, 37,2% eram adolescentes e jovens com idades entre 14 e 29 anos. Logo, se percebeu a importância da participação dos jovens como grupo específico no conjunto da educação brasileira (Pnad, 2013, IBGE).

Na Tabela 1- Jovens estudantes estão distribuídos em três níveis e etapas educacionais.

Etapa	Nº de pessoas	%
Ensino Fundamental	6.658.000	31,8%
Ensino Médio	8.998.000	43%
Educação Básica	15.710.000	75%

Fonte: Pnad, 2013, IBGE.

Esses dados acima levam em conta os dois gêneros e a amostra de domicílios, todavia, também denotam que há um número significativo de jovens brasileiros fora do sistema escolar, por exemplo, a falta de incentivo familiar, abandono e/ou reprovação na escola, mas numa situação de significativa defasagem entre idade e série de ensino frequentado.

No Brasil, nas últimas décadas, nota-se que, quando se tem notícias sobre os jovens nas mídias sociais, é quase sempre aquela visão estigmatizada em relação aos seus maus comportamentos, principalmente, daqueles oriundos das camadas mais baixas da população, para isso esses projetos tendo como instituição responsável, a Marinha, para tentar disciplinar e moldar os maus costumes trazidos da sociedade usam os dois principais pilares do militarismo: disciplina e hierarquia como regra de prática na vida dos jovens. “Quando chego em casa, conto para minha mãe, pai e irmã como todos se tratam aqui, com disciplina e hierarquia. Me identifiquei muito com a Marinha e quero ser militar”, disse, com sorriso no rosto, a estudante do 7º Ano de Ensino Fundamental, Ana Clara Alves, 14 anos.¹¹

É importante destacar que, quando se pensa em educação militar e na dinâmica oferecida para os indivíduos, como, por exemplo, a questão do xerife sendo por um curto período representado por um dos estagiários que tem como tarefa baseado no princípio da “liderança militar naval”¹² formar seu pelotão e participar aos instrutores o quantitativo presente naquele momento, além de estabelecer um deslocamento do grupo não só para sala de aula, como também, para outros lugares afins. Diante disso, é preciso criar um ambiente de controle onde seja possível ter o respeito para gerar disciplina. O processo envolve mecanização dos movimentos, onde o foco prioritário é a uniformização dos comportamentos, da desenvoltura e da apropriação de conhecimentos para tal fim, para isso os instrutores ensinam marchar e ordem unida, que envolvem posição de sentido, esquerda e direita volver.

Assim, na visão de Foucault (2009, p. 147) “o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impôr uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e rapidez”, esse poder disciplinar tem o corpo como instrumento de controle. Com base no autocontrole dos corpos, os métodos pedagógicos militares têm ressaltado o “autodisciplinamento, pelo qual os estudantes devem conversar a si e aos outros sob controle” (GORE, 1994, p. 14).

Torna-se relevante apontar que esses projetos criam pontes entre indivíduos, que talvez nunca se falassem. Ao relacionar os jovens com os servidores da Marinha e organizações parceiras, como citadas anteriormente, que propicia o encontro de diferentes trajetórias de vida.

¹¹ Revista Âncora Social, ano 8, nº8, 2015, p. 50.

¹² Para saber mais qual a doutrina usada pela Marinha na questão da liderança. Ver: EMA-137 Cap.1.

Esse método, que faz com que os adolescentes transitem entre mundos diversos e até levando as experiências de um lado para outro, tornando-se, futuramente, agentes de transformação social. Segundo Matheus Dias Souza, de 16 anos, “participamos de muitas coisas e aprendi muito. Foi muito bom. Vou levar essa experiência e, principalmente, o companheirismo”¹³. De certa forma, as atividades mobilizam esses jovens a superar os obstáculos da vulnerabilidade socioeconômica e, ao mesmo tempo, em que são o exemplo de que o Brasil precisa de oportunidades iguais. Assim, são usados os parâmetros seletivos para os jovens candidatos aos estágios, com a presença dos integrantes dos conselhos tutelares das duas cidades que fornecem estagiários de integração social.

Ao ser inserido nos projetos, os jovens passam a ter oportunidade de um crescimento e amadurecimento saudáveis, que passam a trilhar um caminho mais seguro e digno de sua própria identidade, assim, são usados os parâmetros seletivos para os jovens candidatos aos estágios, com a presença dos integrantes dos conselhos tutelares das duas cidades que fornecem estagiários de integração social. Dessa forma, “a inconclusão que se reconhece a si mesma, implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca” (FREIRE, 1996, p.32).

Dentro do processo seletivo, o conselho tutelar, como órgão responsável, obrigatoriamente, cadastra os jovens através de fichas contendo informações biográficas e outras informações pessoais a respeito da situação familiar, uso de drogas e medicamentos, relação com os estudos, situação financeira e passagem pelo conselho tutelar, com essas informações os conselheiros fazem a separação e selecionam os candidatos. O motivo de tudo isso não é somente a seleção, mas também, traçar o perfil socioeconômico que favorece os adolescentes que realmente necessitam de ajuda, ou seja, aqueles oriundos de famílias de baixa renda e que estejam em situação instável e precária.

Durante o curso, ao chegarem no interior da instituição, os jovens são moldados com o intuito de atribuírem características de docilidade, conforme as rígidas rotinas impostas pelos instrutores, dessa forma, é estabelecido a concentração do poder cultural e social, a rigidez das diferenças sociais e a perpetuação das estruturas de dominação sobre aqueles corpos no interior dos projetos Ametista e Renascer, é uma marca indelével de mudar a mente e o comportamento daqueles jovens. Ainda assim, os mesmos só vieram para o interior dessa estrutura militar graças à instalação de um real aparato de recrutamento que envolve os serviços sociais e autoridades políticas e militares, em que executam um papel de fundamental importância. Os

¹³ Fonte: *Jornal Agora*, 2015.

processos de admissão e os testes de obediência podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada "as boas-vindas" (GOFFMAN, 1961, p.55).

Geralmente, as atividades têm duração de 18 semanas, isto é, 4 meses, prevista para o período a começar em junho ou julho e terminar em outubro ou novembro, no turno da tarde, das 12:30 às 16:30, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados. O exercício do poder sobre o tempo implica obter um monopólio dos atos de definir e controlar a sua chegada e saída sobre a qual incidirá esse poder. Seguindo Foucault (2009, p. 145-146), "a exatidão e a aplicação do tempo são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar". Dessa forma, "o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder" (Idem, p.146).

O currículo de atividades a serem desenvolvidas compreendem diversas ações de cunho educativo, entre elas, noções de primeiros socorros e boas maneiras, orientações sobre dependência química e doenças sexualmente transmissíveis, aulas de educação moral e cívica, práticas esportivas, recreativas, culturais e capacitações para o aprimoramento profissional. Tudo isso especificado conforme o relato da jovem Dienifer da Silva Araújo, de 15 anos, "ter passado pelo projeto foi muito positivo. Estou feliz. Fiz amizades novas. Aprendi bastante coisa. Fizemos curso de marketing pessoal"¹⁴.

Nesse sentido, a parceria com órgãos de formação profissional, como o SENAI, passam a fazer parte de um roteiro de integração com outros programas, que inclui a inserção profissional dos jovens no mundo do mercado de trabalho. Além disso, estabelecer esses tipos de programas de aprendizagem contínua têm o propósito de enfatizar a importância da educação pelo viés do conhecimento profissional para uma futura realização pessoal, e também, para a formação social daqueles indivíduos. Sendo assim, o projeto é destinado a meninos e meninas que estão no processo de escolarização no Ensino Fundamental e Ensino Médio, visando ajudar de forma incentivadora esses jovens, que estão no período educacional, de modo que possam agregar à qualificação profissional nas suas participações como cidadãos ativos. Segundo Juliana Corrêa, integrante da primeira turma, em 2000, atualmente, Cabo Enfermeira da Marinha, servindo na Policlínica Naval de Rio Grande, "ter passado pelo Ametista, eu fiquei mais concentrada nos meus objetivos. Nos estudos. Escolhi uma meta de vida. Aprendi a ter mais disciplina, pois eu era muito revoltada".

Referente a atuação da Marinha na questão educativa dos meninos, Leandro de Oliveira Vargas viu seu destino mudar e conseguiu realizar um sonho de ser militar. Morador de um bairro humilde de Rio Grande (RS) e mais velho de uma família de quatro filhos, ele ingressou

¹⁴ Idem.

no projeto Renascer, quando tinha 14 anos. Aprovado no concurso para a escola de aprendizes-marinheiros, Leandro viu que seu horizonte era muito mais amplo que ele imaginava. Seu primeiro contato com a MB veio por meio da Vila dos Oficiais. “Meu pai prestava serviço no Jardim do Sol e, desde criança, costumava ir para ajudá-lo. Eu vi os Comandantes e Tenentes falando dos navios e do orgulho de servir e comecei a me interessar pela Marinha”, lembra. A partir disso, começou a pesquisar sobre a força.

Quando conheceu uma ação desenvolvida pelo Grupamento de Fuzileiros Navais de Rio Grande, na área do Com5ºDN, viu uma oportunidade para mudar de vida, tratava-se do projeto Renascer. “Naquela época, eu estava começando a andar em más companhias. Meu pai viu que me afastava do meu sonho e conversou comigo sobre o projeto”, lembra o militar. “O Renascer foi tudo para mim, ampliou minha visão e a disciplina me ajudou muito. Posso dizer que o projeto mudou minha vida e da minha família também. Colocou-me no rumo certo de novo. Vi que podia sonhar”, explica. Do Renascer, ele foi prestar o serviço militar obrigatório no Com5ºDN, a disciplina contribuiu para que ele mantivesse o foco nos estudos para ser aprovado no concurso de Aprendizes-Marinheiros. “Assim que pude, servi como recruta e fiquei firme que a Marinha era o que eu queria”¹⁵. Atualmente, Vargas tem 24 anos e é Cabo da Aviação, isso denota que a disciplina com base no poder produz causa e efeito na vida daqueles jovens. Conforme Foucault (1995, p. 40), “se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros”. De acordo com a reflexão de Foucault, Serralheiro (2017, p. 18), entende que “o poder é um exercício que corresponde a ação de uns sobre outros; não é algo que uns possuem e de que são vítimas”.

¹⁵ Revista Âncora Social, ano 9, nº9, 2016, p. 49.

Imagem: Renascer e Ametista, turma de 2017 juntos na Casa do Marinheiro em Rio Grande.



Foto: 2º SG-FN-MU Maia.

Observe que, posicionado ao centro, encontra-se o Cabo Fuzileiro Naval Juarez, na qual foi integrante do projeto Renascer como estagiário em 2002, e também, na foto abaixo identifica-se a Cabo Enfermeira Senna, que fez parte da primeira turma do projeto Ametista em 2000, isso denota o quanto esse projeto inspirou esses personagens atualmente a estarem passando seus conhecimentos militares a todos esses jovens.

Por isso, a disciplina se torna para a formação educacional um dos pilares mais significativos para o futuro profissional dos adolescentes. Disciplina e responsabilidade são ensinamentos que Juliana de Araújo Machado, 21 anos, leva para o resto da vida. Ela trabalha, atualmente, como auxiliar administrativo na Refinaria Riograndense e diz que conquistou o emprego com o apoio do projeto Ametista, que frequentou em 2004. “A Marinha oferece ao jovem oportunidade de sentir-se útil e enfrentar desafios, afastando os jovens do projeto da criminalidade e das drogas”¹⁶.

“Se não fosse o projeto Renascer, a realidade do meu filho poderia ser muito diferente. Muitos dos meninos que moram no mesmo bairro, e que cresceram com as mesmas perspectivas

¹⁶ Revista Âncora Social, ano 2, nº2, 2009, p. 65.

para o futuro, estão viciados em drogas”. A declaração é do Dona Verôni, 49 anos, mãe do Soldado Fuzileiro Naval Linhar¹⁷.

Considerações Finais

Esses 17 e 19 anos que marcaram a fundação desses projetos nas cidades em questão até o processo de recebimento deles, a saber os jovens, nas unidades militares responsáveis por formá-los possuem uma relevância, por ser este um dos braços do Estado para captação e controle e instrução das camadas menos privilegiadas e, também, devido à localidade ser um bom espaço para a formação de futuros cidadãos, e/ou futuros militares. Assim, para a concretização dos planos de controle dentro da esfera militar, foi necessário o uso do poder com base na força de liderança dos instrutores para alicerçar o projeto de ter os jovens sobre as rédeas do sistema. Ainda sobre a ótica do ensino militar naval para com aqueles jovens, concluímos que se debruçaram por um processo contínuo e progressivo de educação. Dessa forma, preservando a ética, os valores militares e das tradições navais, compreendida por uma avaliação integral e contínua.

¹⁷ Idem, Ibidem.

Referências Bibliográficas

- BIAGGIO, A. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BUITRAGO, José Penalva. **O Professor como Formador Moral: a relevância do exemplo**. São Paulo: Edições Paulinas, 2008 - p. 108.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 36ª Edição. 1996.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. SP: Perspectiva, 1961.
- GORE, J. M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, T. T. (Org.). **O sujeito da educação**. Vozes: Petrópolis, 1994.
- KIRSCH, D. B.; MIZUKAMI, M. da G. N. Prática docente: os instrutores militares na Academia da Força Aérea. In: **IV ENCONTRO PEDAGÓGICO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR [EPESM]**. Anais... Suplemento da Revista de Villegagnon, Rio de Janeiro, 2 a 6 set., 2012. p.72-76. ISSN: 1981-0342.
- MALIKOSKI, Adriano e KREUTZ, Lucio. A cultura escolar como categoria de análise na produção de narrativas históricas sobre educação. **Revista Textura**, Canoas n.32, p.245-260 Sete/Dez. 2014
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil (1726-1950)**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.
- NETO, José Miguel de A. **Em busca da cidadania: praças da armada nacional (1867-1910)**. Tese de doutorado em História – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- RIZZINI, Irene. & RIZZINI, A. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. Editora brasiliense, 11ª ed. São Paulo, 1994.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da Guerra. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo; Contexto, 2004.
- _____. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador (séculos XVIII e XIX)**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.
- SERRALHEIRO, Cosme Alves. **A consolidação do Império através da formação da Armada Imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)**. Dissertação de mestrado em História – UFPel, Pelotas, 2017.

FONTES

EMA-137 Manual de liderança da Marinha

RELATÓRIOS, DECRETOS, LEIS, FALAS DE AUTORIDADES E SITES

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.424/96), Art. 1º e § 24.

Constituição Federal (1988) no título III, capítulo II, Art. 22 e § 24.

Lei Federal 8.666/93 Art. 16 nas cláusulas 1ª à 7ª. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm

Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846, decreto nº14 combinado com a lei 148 de 27 de agosto 1840, decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861, decreto nº 9371, de 14/02/1885. Disponível em
<http://www2.camara.leg.br/legi/fed/declet/1824-1899/>

Relatórios do Ministro da Marinha dos anos de 1834, 1835, 1836 e 1840. Disponível em
<http://www.crl.edu>.

Voluntárias Cisne Branco (VCB). Disponível em: <http://www.vcb.org.br/>

JORNAL E REVISTAS

Jornal Agora, 2015.

Revista Âncora Social, ano 2, nº2, 2009, p. 65, ano 8, nº8, 2015, p. 50, ano 9, nº9, 2016, p. 49.

AS LEMBRANÇAS DE BATISMO COMO ARTEFATOS DA CULTURA ESCRITA: MODIFICAÇÕES E PERMANÊNCIAS ENTRE GERAÇÕES POMERANAS

*THE SOUVENIRS OF BAPTISM AS ARTIFACTS OF WRITTEN CULTURE:
MODIFICATIONS AND PERMANENCES AMONG POMERANIAN GENERATIONS*

*Leticia Sell Storch
Graduanda em Pedagogia/ UFPEL
leticiastorch@outlook.com*

RESUMO

O trabalho analisa um objeto específico da cultura pomerana articulado com os estudos da cultura escrita (GALVÃO, 2010): as lembranças de batismo. Essas lembranças são apresentadas em forma de caixinha e dentro há um envelope contendo um escrito religioso impresso, que é preenchido abaixo com dados específicos, pelo(a) padrinho/madrinha de forma manual e dado ao afilhado(a) no batizado, evento este que é considerado um rito de passagem (BAHIA, 2011) para os pomeranos. Além do escrito, são colocados objetos que simbolizam os desejos do(a) padrinho/madrinha à criança. Foram analisadas oito lembranças de batismo que pertencem ao acervo das escritas pessoais e familiares do grupo de pesquisa HISALES (FaE/UFPEL). As lembranças referem-se a três gerações de uma mesma família pomerana, coletadas na zona rural de Arroio do Padre/RS. Percebe-se que o escrito impresso nessas lembranças se difere conforme a época e o preenchimento manual dos dados revelam recriações do escrito. As lembranças de batismo evidenciam aspectos da relação dos pomeranos com a cultura escrita.

Palavras-chave: Lembranças de batismo; cultura escrita; tradição pomerana.

ABSTRACT

The paper analyzes a specific object of the Pomeranian culture articulated with the studies of the written culture (Galvão, 2010): the souvenirs of baptism. These souvenirs are presented in the form of a box and inside there is an envelope containing a printed religious script, which is filled in below with specific data, by the godfather / godmother manually and given to the godchild in the baptized, which event is considered a rite of passage (Bahia 2011) for the Pomeranians. In addition to the writing, objects are placed that symbolize the godfather's / godmother's wishes to the child. Eight souvenirs of baptism belonging to the personal and family writings of the HISALES research group (FAE / UFPEL) were analyzed. The recollections refer to three generations of the same Pomeranian family, collected in the rural area of Arroio do Padre / RS. It is noticed that the writing printed in these memories differs according to the time and the manual filling of the data reveals re-creations of the writing. Baptism reminds us of aspects of the relationship between the Pomeranians and the written culture.

Keywords/Palabras clave: Baptism souvenirs; written culture; Pomeranian tradition.

Introdução

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa intitulado "Cultura Escrita e Educação do Campo"³¹, e é desenvolvido no grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES - PPGE/FaE/UFPel). O referido grupo tem procurado estabelecer uma política de recolha, tratamento e guarda de objetos da cultura material escolar, constituindo seis importantes acervos para a pesquisa educacional³². Além da cultura material escolar, o HISALES também se dedica à constituição e preservação de acervos pessoais, como é o caso do acervo das "Escritas pessoais e familiares", que dentre outros materiais, comporta as lembranças de batismo, que serão o objeto de estudo deste trabalho.

A lembrança de batismo é um artefato presenteado pelo(s) padrinho(s) e/ou madrinha(s) a(o) seu(sua) afilhado(a) no dia do batizado da criança, evento este que é considerado um rito de passagem para os pomeranos, ou seja, "o batismo é o primeiro de uma série de ritos eclesiásticos e sociais que acompanham as transições na vida das pessoas" (BAHIA, 2011, p. 154). No dia do batizado, cada padrinho ou madrinha presenteia o afilhado com uma lembrança, ou seja, se a criança tiver 5 padrinhos ela receberá 5 lembranças que normalmente são dadas no final do ato religioso na igreja. Este gesto representa uma tradição significativa para os pomeranos, que costuma ser passada entre as gerações e que ainda prevalece nos dias atuais. É uma forma de demonstrar tudo o que se deseja para a vida futura do(a) afilhado(a) e, também, como o próprio nome já diz uma lembrança do padrinho e/ou da madrinha.

Normalmente essas lembranças são apresentadas em forma de caixinha (medindo 3,5 por 5 centímetros aproximadamente) embrulhada em papel de presente. Dentro dela há um envelope que contém uma folha dobrada de forma simples, na qual se encontra um escrito religioso impresso, representando uma bênção para esse dia, do batismo, tão significativo e especial.



Figura 01: Tampa da caixa, envelope decorado, escrito religioso, *caixinha* com objetos, respectivamente (na sua

³¹ Edital Universal CNPq 01/2016.

³² Para mais informações, acessar o site <http://wp.ufpel.edu.br/hisales/>.

totalidade constituem uma lembrança de batismo).

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

Ao final do escrito religioso (que tende a mudar conforme as épocas ou locais de onde o padrinho tenha comprado a caixinha) há um espaço em branco para que se complete, de forma manuscrita, dados como: o nome da igreja, a localidade, a data e o nome do padrinho ou da madrinha. Dentro da caixinha são também colocados outros objetos simbólicos, cada um com um significado diferente, desejando boa sorte para o futuro das crianças. A presença desses objetos também é descrita na pesquisa realizada por Bahia (2011), tais como: penas de galinha e fios de rabo de cavalo; agulha e linha; pedaço de tijolo; grãos de milho e feijão, entre outros, colocados nas caixinhas pelos padrinhos e madrinhas desejando que seu afilhado ou afilhada tenha sorte. As penas e os fios de rabo de cavalo, por exemplo, representam o desejo para com o cuidado dos animais; a agulha, a linha e um pedaço de tecido, que costumam ser dados às meninas, para que se tornem boas costureiras; um pedaço de tijolo para que cuidem bem da casa (ou quando dado aos meninos significa que poderão, também, no futuro ser bons pedreiros); grãos de milho e feijão, para terem boas colheitas; e dinheiro, para a garantia de riqueza. “Estes objetos estão intimamente associados aos elementos que compõem os valores fundamentais da vida camponesa, são símbolos que marcam a distinta socialização de homens e mulheres e o equilíbrio dos elementos fundamentais para a boa manutenção da colônia.” (BAHIA, 2011, p. 157).

Consideramos, assim, a lembrança de batismo como um objeto simbólico e material, que representa, de forma significativa, a cultura escrita entre os pomeranos. Segundo Galvão (2010):

Assumimos que, se tomarmos o conceito de cultura em uma acepção antropológica, ou seja, como toda e qualquer produção material e simbólica produzida a partir do contato dos seres humanos com a natureza, com os outros seres humanos e com os próprios artefatos criados a partir dessas relações, podemos considerar que a cultura escrita é o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade (GALVÃO, 2010, p. 218).

Neste trabalho, em específico, o objetivo é analisar a escrita de oito lembranças de batismo, tanto a escrita impressa, como a escrita manual do padrinho/madrinha. É importante destacar que nas lembranças há um escrito impresso que vem junto quando o padrinho/madrinha compra a caixinha, e abaixo do escrito impresso existe um espaço onde o padrinho escreve os seus dados, portanto, são dois escritos: o impresso e o manual, ambos na mesma folha. Nem sempre há espaço para a escrita dos dados, isso varia de lembrança para lembrança.

A coleta do material

O material aqui apresentado, refere-se às lembranças de uma família moradora da zona rural de Arroio do Padre/RS, da localidade de Santa Silvana II. Foram encontradas 36 lembranças de batismo na propriedade da família, coletadas pela autora, que pertence a família pomerana referida acima. As lembranças são referentes às décadas de 1940, 1960, 1970, 1990 e 2000 que pertencem à matriarca da família, seus quatro filhos, uma nora e duas netas. Para este trabalho, serão analisadas oito lembranças, uma de cada integrante da família e referentes aos anos acima citados.

Para complementar a análise, utilizamos recortes de uma entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2016, com um dos integrantes da família, o patriarca, que na época tinha 76 anos. A entrevista foi realizada pela autora, sua neta, na residência da família. As lembranças de batismo do patriarca não foram encontradas, por isso, não teriam como ser analisadas neste trabalho, porém achamos interessante ouvir relatos sobre o significado da lembrança de batismo, contados por alguém com mais experiência da família. A entrevista foi gravada em língua pomerana e traduzida para o português pela autora.

A seguir, a Figura 2, traça uma árvore genealógica da família, para compreensão mais apurada de cada geração, assim como cada um de seus integrantes. Os oito nomes em vermelho representam os integrantes que as lembranças serão analisadas. O nome em preto representa o integrante entrevistado pela primeira neta.

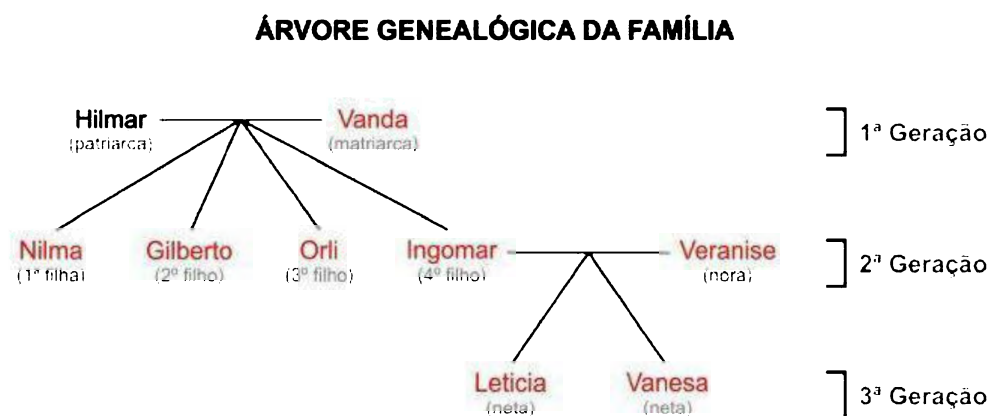


Figura 2: Árvore genealógica representando as três gerações da família.
Fonte: Produção de Chris de Azevedo Ramil.

É importante ressaltar a guarda que se teve do material coletado, pois as lembranças mais antigas estão sendo conservadas há mais de setenta anos e a preservação dessa tradição é

marcante entre as três gerações dessa família, assim como prevalece marcante, ainda hoje, entre a maioria dos pomeranos.

A entrevista como complemento da análise

Como a entrevista foi realizada de neta para avô, ela não tem a formalidade específica que teria se fosse realizada por outro pesquisador sem vínculo familiar. Porém, a partir dela foi possível extrair algumas considerações importantes para este trabalho.

Quando perguntado sobre o que significava a lembrança, Hilmar afirma não saber exatamente, quando diz: *“o que que eu vou dizer... eu também não sei qual o significado... o pastor deve saber...”*, mas depois de mais algumas perguntas, ele complementa *“é uma lembrança... mais que isso eu também não sei... é pra criança lembrar”* (Entrevista concedida em 11/08/2016). Isso é algo interessante, pois vai ao encontro daquilo que trata Rölke (1996, p. 30), quando fala que os pomeranos tem um apego muito grande à sua tradição. Nas palavras do autor, *“quando são propostas mudanças, o pomerano tem conflitos consigo mesmo, pois por natureza gosta de segurar-se no que os pais lhe transmitiram”*, por isso, muitas vezes a tradição é seguida sem saber o seu real significado.

Quando questionado sobre as lembranças que não apresentavam nenhum registro escrito do padrinho no local de preenchimento de dados da lembrança, como é o caso de uma das analisadas neste trabalho, ele diz: *“sim, mas por isso não pode se basear, se eles não escreveram”*, é perguntado o porquê e ele acrescenta: *“eu não sei porque não escreveram, mas a maioria sempre escreve. Se coloca quando nasceu né? E quando foi batizado? ... isso é pra lembra que idade tem a criança, quando foi batizada, quando nasceu... é pra lembra... e mais que isso também não pode ser...”* (Entrevista concedida em 11/08/2016). Nesse relato podemos ver que o fato de algum padrinho não preencher os dados da lembrança, não tira o significado dela, que seria o fato de lembrar.

Outros fragmentos da entrevista, referem-se aos aspectos da materialidade, como os objetos simbólicos que são colocados nas caixinhas, por isso não serão tratados neste trabalho.

O escrito de cada lembrança

Passaremos agora a analisar os escritos de cada uma das oito lembranças, considerando-se a época de origem. Poderiam ser analisadas em sua totalidade, considerando também a materialidade e os objetos simbólicos contidos nelas, mas já se tem feito isso em outros trabalhos (STORCH e THIES, 2016). Para melhor compreensão e análise das oito lembranças, dividiremos a seção de acordo com cada geração da família referida, por isso serão: uma

lembrança da primeira geração (da matriarca da família), cinco lembranças da segunda geração (pertencentes aos quatro filhos da matriarca e uma nora dela) e duas lembranças da terceira geração (das duas netas da matriarca da família). Duas das oito lembranças, tinham dois escritos na mesma caixinha, cada uma de padrinhos diferentes. Os dois escritos na mesma lembrança serão analisados nos dois casos. Assim, no total são oito lembranças, mas dez escritos. Vale salientar, que também será considerada nessa análise a entrevista feita com o patriarca da família.

Primeira geração

Para a primeira geração, será analisada uma lembrança que é referente ao ano de 1945, pertencente a matriarca da família. Essa lembrança apresenta dois escritos em seu interior, de duas madrinhas diferentes. Supomos que os dois escritos tenham sido colocados juntos na mesma caixinha. Os dois escritos são em forma de poema.



Figura 3: Primeiro escrito da lembrança de 1945.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.



Figura 4: Segundo escrito da lembrança de 1945.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

O primeiro escrito impresso não faz referência direta ao batismo, mas fala das qualidades da criança e da proteção que se deseja a ela. O poema quando fala da criança, ressalta a sua beleza quando faz referência à elementos da natureza, como flores e jardins, o que pode ser visto no trecho a seguir :

[...] Criança, qual **planta viçosa**,
Plantada em **gracioso jardim**,
Tu tens a **fragrância da rosa**,
E a **alvura** sem par do **jasmim**. [...]

As mesmas palavras podem também ser consideradas como elementos do campo, que é o contexto em que vivem a maioria dos descendentes pomeranos, que mantêm muito fortemente a relação com a terra e a agricultura, e talvez seja por isso que tais termos são recorrentes nos escritos impressos, pois como afirma Bahia (2011, p. 34), “a campesinidade não se faz apenas em torno do seu significado como força de trabalho, mas como valor-família, isto é, expressão da produção cultural da família enquanto valor”.

Neste escrito, mesmo não tendo o local de preenchimento, a madrinha colocou o seu nome abaixo do escrito impresso. Antes do nome ela coloca a palavra “von” que em alemão significa “de”, ou seja, “(de) Minna Lerm”. Isso significa que ela poderia saber escrever em alemão ou talvez que só tivesse o domínio dele, desconhecendo, assim, o português. Se considerarmos essa última hipótese, é provável que ela nem soubesse a mensagem presente na lembrança, mas com certeza sabia de sua importância, uma vez que deu a lembrança à sua afilhada, mantendo a tradição. A primeira hipótese, de ter o domínio da língua alemã, no entanto, também não pode ser excluída, pois isso era bem comum entre os pomeranos na época. De acordo com Bahia (2011, p. 111),

Os descendentes das primeiras gerações dominam com mais frequência a língua alemã do que os pomeranos das últimas gerações. As circunstâncias históricas de imigração e a imposição do uso da língua alemã pela Igreja Luterana foram fatores determinantes para o domínio da língua alta entre os descendentes dos primeiros imigrantes. (BAHIA, 2011, p. 111).

É interessante notar também que essa escrita em alemão foi feita no último ano da Campanha de Nacionalização, época em que era proibida a utilização de outra língua que não o português. Talvez este tenha sido um refúgio para a sua utilização e mesmo que seja somente uma palavra, é considerável o ato de resistência a sua identidade.

O segundo escrito desta lembrança é um poema feito especialmente para o dia do batizado, pois todo o texto faz referência a ele, diferente do primeiro em que a texto serviria para outras ocasiões. Neste também se fala das qualidades da criança, mas, além disso, se dá certo enfoque ao que o padrinho/madrinha deseja que o afilhado seja futuramente. É importante observar que este escrito destaca o significado da lembrança (ou talvez um deles) no poema, “Que em troca me darás o teu carinho” e a responsabilidade do padrinho “E eu te guiarei á Felicidade Pelo divinal caminho”, que é um dos papéis principais do padrinho, segundo os pomeranos, fazer com que o afilhado siga os ensinamentos de Cristo.

Também são destacados os elementos da natureza, que novamente se referem a jardim e flor, como na primeira escrita. Nesta há o local onde se preenchem os dados, mas a madrinha

não preencheu o nome da afilhada, talvez porque não achou necessário, já que a afilhada saberia que a lembrança era dela.

Segunda geração

Para a segunda geração, serão consideradas cinco lembranças de batismo, pertencentes aos quatro filhos da matriarca e uma nora dela. A primeira lembrança desta 2ª geração é de 1964. O escrito é em alemão.



Figura 5: Escrito da lembrança de 1964.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

Inferimos que o padrinho que deu a lembrança tinha grande domínio da língua, pois preencheu os dados em alemão, como pode ser visto na palavra “june” em vez de “junho” em português. Talvez só tivesse domínio do alemão, como era frequente entre as pessoas daquela época, e quis dar um escrito que ele entendesse, diferente da madrinha da primeira geração que talvez tenha dado o escrito sem compreender o texto por não saber ler o português.

Nessa época, na região em que as lembranças foram coletadas, a maioria das instituições de ensino, eram escolas comunitárias, que ficavam ao lado da igreja da comunidade e as crianças eram alfabetizadas em alemão sendo, muitas vezes, o pastor da igreja o próprio professor. Nesse sentido, Bahia (2011, p. 109) destaca:

Por um lado, o uso da língua alemã como resultado da excessiva atuação da Igreja Luterana na comunidade é visto como sinônimo “do atraso dos pomeranos, diante do fato de não dominarem o português”. Por outro lado, muitos lamentam o fato de não terem aprendido também o alto-alemão, pois teriam mais chance de ingresso diferenciado no mercado de trabalho, significando uma possibilidade de ascensão social. (BAHIA, 2011, p. 109).

Nesse caso, o padrinho parece seguro em usar a língua alemã, tanto por ter adquirido uma escrita impressa, como ter preenchido os dados em alemão.

A segunda lembrança da referida geração é de 1966.

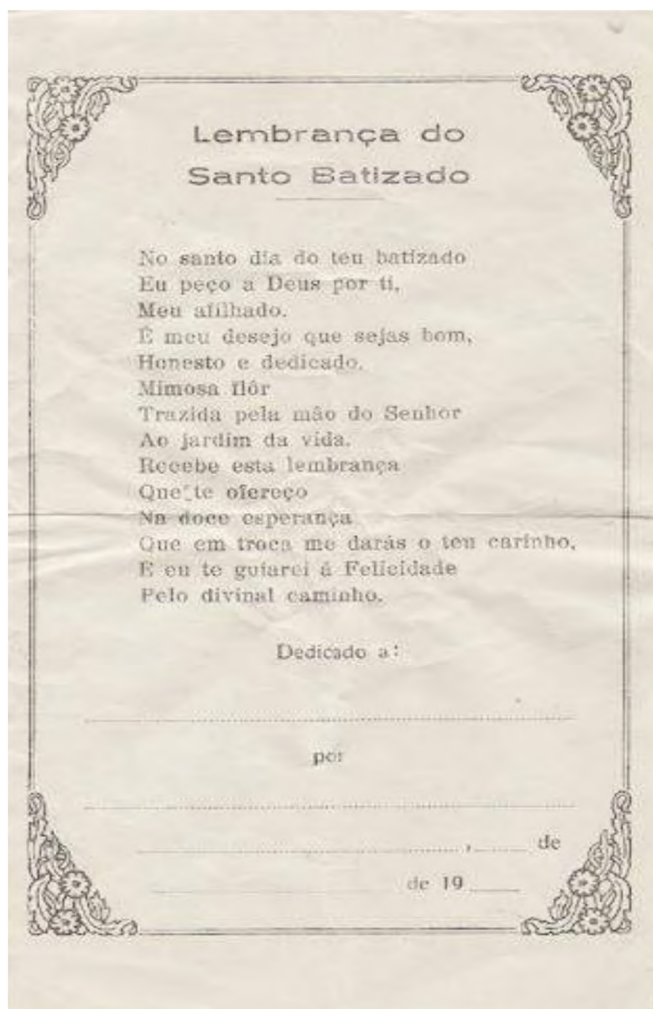


Figura 6: Escrito da lembrança de 1966.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

O escrito é idêntico ao segundo impresso de 1945 da primeira geração. Isso nos leva a problematizar que entre esse período (1945 e 1966), o mesmo escrito poderia ser encontrado à venda. Apesar disso, o padrinho não preencheu o local nos dados, talvez por não saber escrever ou por entender que a mensagem ali impressa já era suficiente, dentre vários outros fatores que poderiam ser considerados. Porém, como relatado na entrevista com o patriarca da família referida, “não pode se basear” pelo fato de não terem sido preenchidos os dados, uma vez que a lembrança não perde o seu significado. E apesar de não estarmos comparando a totalidade das lembranças, é importante ressaltar que dentre as oito lembranças, essa era a que mais apresentava objetos na caixinha e talvez o padrinho que os colocou, quisesse atribuir com eles o significado desejado e não precisou da sua escrita para isso.

A terceira lembrança desta geração é de 1968.

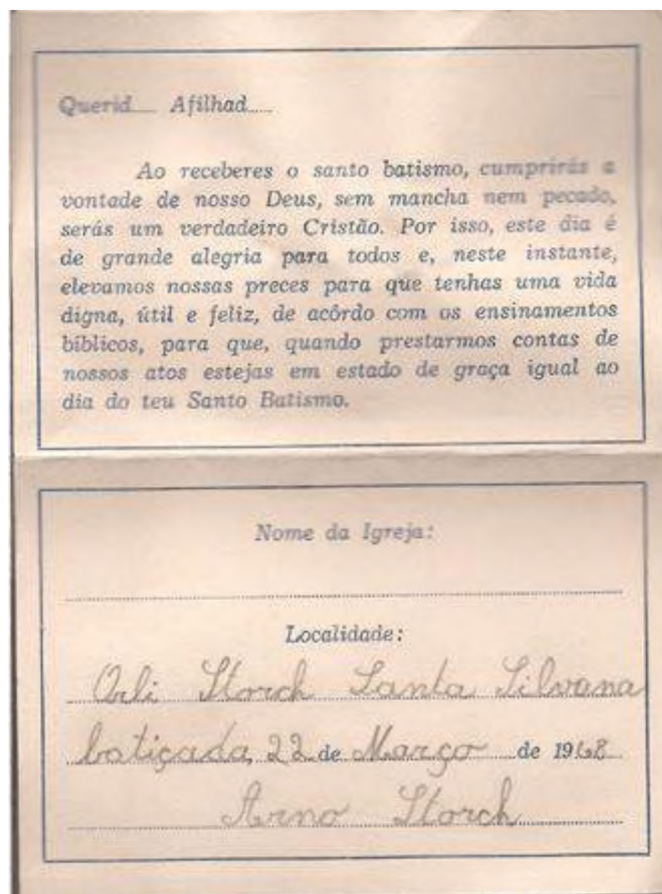


Figura 7: Escrito da lembrança de 1968.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

O texto escrito nesta lembrança, não é em forma de poema, mas ressalta a importância do batismo, e como é em terceira pessoa do plural, parece que o escrito foi realizado por todos os padrinhos da criança referindo-se, assim, ao desejo de todos os padrinhos (e não só do padrinho/madrinha que daria a lembrança ao seu afilhado/a). Vale salientar também, que neste escrito não há referência aos elementos do campo e/ou da natureza como nos outros escritos já apresentados. Este é o escrito mais recorrente que prevalece até hoje entre as lembranças encontradas.

O padrinho que deu esta lembrança preencheu seus dados, mas não na ordem que é pedida, ele colocou o nome do afilhado junto com o da localidade e não preencheu o nome da igreja, ou seja, inverteu o protocolo da escrita.

A quarta lembrança desta geração é de 1972 e também apresenta dois escritos impressos como na primeira geração.



Figura 8: Primeiro escrito da lembrança de 1972.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.



Figura 9: Segundo escrito da lembrança de 1972.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

O primeiro escrito impresso é o mesmo da lembrança anterior e os dados estão novamente trocados. Neste, a madrinha coloca o seu nome no local em que deveria ser preenchido com o nome da igreja, isso talvez porque não se tem espaço apropriado para colocar o nome do padrinho, sem que algum dado importante fique de fora.

O segundo escrito impresso desta lembrança é o mesmo da primeira geração que fala das qualidades da criança e ressalta os elementos do campo. Podemos novamente inferir que o mesmo escrito aparecia no conjunto da caixinha da lembrança para ser vendido no comércio em décadas distintas. Neste impresso, como não há local de preenchimento dos dados, o padrinho coloca seu nome entre as linhas do poema, fazendo um uso gráfico próprio.

A quinta lembrança da mesma geração é de 1976.

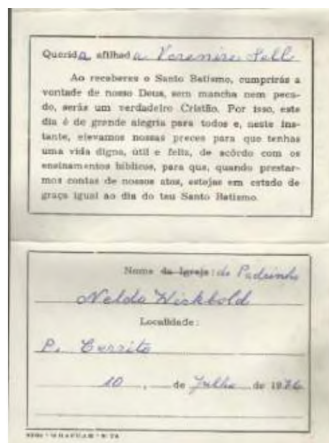


Figura 10: Escrito da lembrança de 1976.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

O escrito impresso desta (que é igual ao primeiro escrito da lembrança anterior) apresenta ao lado do “Querid_ afilhad_” um espaço, um traçado, destinado para o nome da afilhada, por isso há espaço suficiente para todos os dados. Mesmo assim, o padrinho preferiu

não colocar o nome da igreja e deixar o seu nome com maior destaque. Talvez tenha feito isso por não saber o nome da igreja, por isso riscou “da igreja” e colocou “do padrinho” de próprio punho. Este padrinho deveria ter uma certa intenção ao rasurar o escrito, não se sabe ao certo qual foi, mas certamente este é um exemplo que nos mostra a particularidade de cada um na sua relação com a escrita e do uso que faz dela, que nesse caso foi bastante singular.

Terceira geração

Para a terceira geração serão analisadas duas lembranças de batismo, pertencentes a duas netas da matriarca. A primeira lembrança desta geração é de 1998.



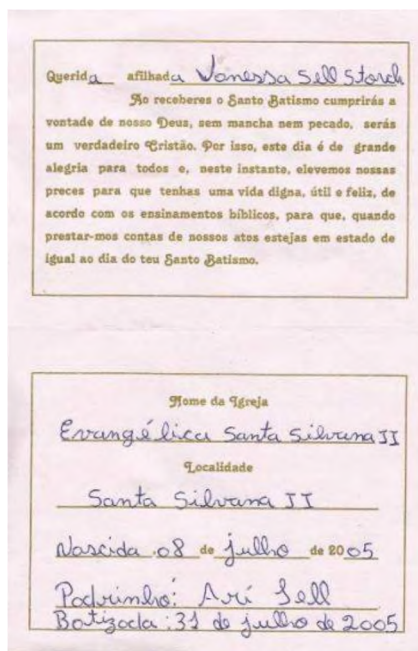
Figura 11: Escrito da lembrança de 1998.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

O escrito impresso se repete ao anterior. Os locais foram preenchidos com informações além das solicitadas na lembrança, pois a madrinha colocou a data de batizado e, ainda, a data de nascimento da afilhada, que não consta como um dado a ser completado.

Nessa há o traçado (que já pode ser visto no impresso de 1976) para que se complete com o nome da afilhada, que não era visto nas lembranças de 1968 e 1972 (as primeiras com esse escrito impresso), e talvez seja por isso que naquelas há falta ou troca de dados, por não haver espaço suficiente ou adequado para o preenchimento.

A segunda lembrança da terceira geração é de 2005. Os dados foram basicamente preenchidos da mesma forma como no escrito anterior, colocando uma informação a mais. Porém, há um bilhete separado que veio junto com a lembrança, no qual fica subentendido que o padrinho escreveu de forma manuscrita, porém como temos contato com a família, sabemos que não foi ele quem escreveu e sim sua filha. Assim, outro aspecto importante deve ser considerado, pois muitas vezes pode não ser o próprio padrinho/madrinha quem preenche os

dados na lembrança e sim, outra pessoa que assume o papel de escriba. Nesse escrito, o padrinho ressalta, no registro feito no papel a parte, o valor que atribui a essa tradição, como podemos ver na Figura 13.



Hoje, Vanessa o dia do seu Santo Batismo é um dia muito feliz para todos. Por isso recebo esta lembrancinha para que mais tarde possa se lembrar de seu Padrinho Arvi
31-07-2005

Figura 12: Escrito da lembrança de 2005.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

Figura 13: Bilhete colocado junto com a lembrança de 2005.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa HISALES.

Nesse bilhete é enfatizado que o significado é lembrar, pois como as lembranças são dadas à criança muito pequena, ela ainda não compreende o significado do escrito, mas quando for maior saberá que este foi dado com carinho pelo padrinho, assim como mencionado também na entrevista. Neste caso a escrita representa um guardar para lembrar, como já diz o próprio nome “lembrança de batismo”. Esse artefato demonstra como um determinado grupo social se relaciona com o escrito, por meio da produção material e simbólica em várias dimensões da vida (GALVÃO, 2010).

Conclusões

O estudo aqui apresentado se constitui potencial para a investigação no campo das culturas do escrito, especialmente para o grupo pomerano, no qual a prática cultural das lembranças de batismo ainda é fortemente presente e passada entre as gerações.

Os escritos das lembranças de batismo se apresentam com permanências (como vemos nos casos dos escritos que se repetem em diferentes décadas) e re-criações (como o bilhete escrito pelo padrinho ou a rasura feita na lembrança de 1976). Ainda podemos notar que

refletem-se, as escritas em alemão e português, nos textos das lembranças, decorrentes do contexto histórico dos pomeranos.

Nenhuma das lembranças foi encontrada sem o escrito impresso. Algumas vinham sem o envelope que envolve o escrito, outras sem os objetos (como penas, milho, agulha, etc.), mas todas as lembranças apresentavam, dentro da caixinha, o escrito, por isso podemos considerá-lo como o protagonista dessa tradição.

Mesmo sendo diferente conforme as épocas, o escrito não perde o significado principal que é desejar coisas boas para o afilhado nesse dia tão significativo para os pomeranos.

O significado da lembrança, evidenciado na entrevista, é comprovado em todos os escritos, tanto impresso como manual, ou seja, o fato de lembrar;

Os primeiros escritos são diferentes entre si e tem uma escrita característica daquela época. Talvez pela produção mais intensa, antigamente havia mais oportunidades de escolha, agora como a produção é menor, apenas se faz cópia do escrito já existente.

Embora alguns escritos sejam iguais, não há nenhum que esteja preenchido da mesma forma ou na mesma ordem, pois cada padrinho/madrinha tem uma forma sua e particular de preencher os espaços, e faz uso da escrita de formas diversas.

Mesmo em grupos pertencentes ao rural e que não têm alto nível de escolarização, os mesmos apresentam um grau de letramento por manterem a tradição de “passar o escrito”.

Referências Bibliográficas

BAHIA, J. **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã.** Rio de Janeiro: Garamound Universitária, 2011.

GALVÃO, A. M. de O. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, M., CARVALHO, G. (Orgs.). **Cultura escrita e letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

RÖLKE, H. R. **Descobrimo raízes: Aspectos geográficos, Histórico e Culturais da Pomerânia.** Vitória: UFES. Secretaria de produção e Difusão Cultural, 1996.

STORCH, L. S.; THIES, V. G. **Lembranças de batismo: a cultura escrita em três gerações de uma família pomerana.** In: 22º Encontro da Asphe- Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - História da Educação e Políticas Educacionais: 20 Anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 2016, Bagé. Anais do 22º encontro da Asphe - Bagé - 2016. Bagé: ASPHE/UNIPAMPA, 2016. v. 01. p. 769-782.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO VIDEOGRÁFICA COMO MECANISMO DE AÇÃO ZAPATISTA

PRODUCCIÓN Y DIFUSIÓN VIDEOGRAFICA COMO MECANISMO DE ACCIÓN ZAPATISTA

*Luciana de Paula Freitas
Graduanda em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal do Espírito Santo
lucianastk@hotmail.com*

RESUMO

O presente trabalho investiga parte da videografia produzida entre os anos 1998 e 2010 pelos membros do movimento indígena zapatista, buscando entender de que forma essa prática influi em suas ações de enfrentamento e defesa num contexto de globalização.

Palavras-chave: Audiovisual indígena, EZLN, globalização, Zapatismo.

RESUMEN

El presente trabajo investiga parte de la videografia producida entre los años 1998 y 2010 por los miembros del movimiento indígena Zapatista, buscando comprender de que manera esa practica influye en sus acciones de enfrentamiento y defensa en el contexto de globalización.

Palabras clave: Audiovisual indígena, EZLN, globalización, Zapatismo.

Introdução

No dia 1º de janeiro de 1994, estampava os meios de comunicação do mundo - e em maior escala, do México - a nova reforma constitucional do Artigo nº 24 cujo caráter ameaçava a garantia da propriedade comunal aplicada em territórios mexicanos desde então, além de também anunciar a entrada em vigor do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), ou seja, tem-se o contexto de um México inserido em entranhas neoliberais e em processo de estreitamento de laços de interesses comerciais com outros países, no qual seu vizinho Estados Unidos são protagonista. Nessa mesma época também é divulgado o primeiro longa-metragem mexicano de documentário distribuído comercialmente em salas nacionais; e, não menos importante, os noticiários exibiam o levante e a aparição inaugural do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), a primeira guerrilha pós-moderna que, a partir desse momento, permaneceria em constante aparição nas mídias de todo o mundo. O levante é colocado por José Bengoa (2000: 86) como um dos fatos que possibilitaram a emergência indígena dos anos 1990, além de: i) a forte presença da política indigenista na América Latina nos anos 1980; e ii) os 500 anos do “Descobrimento de América”, que culminou em potentes manifestações indígenas principalmente em 1992. Movimento esse que evidenciou, no âmbito

latino-americano, as novas formas de se pensar os movimentos sociais – e a esquerda de um modo geral – pós-URSS, onde conceitos como socialismo, luta de classes e ditadura do proletariado perdem força frente à democracia, justiça e liberdade. Tal cenário é posto por estudiosos de diversas áreas dos estudos culturais como consequência direta do processo de globalização, definida por Canclini (2007, p. 58) como

[...] uma etapa histórica configurada na segunda metade do século XX, em que a convergência de processos econômicos, financeiros, comunicacionais e migratórios acentua a interdependência entre amplos setores de muitas sociedades e gera novos fluxos e estruturas de interconexão supranacional.

Justamente por estreitar laços entre nações, o processo de globalização permite o intercâmbio direto e veloz de pessoas, produtos e informações. Canclini (2007, p. 13) ainda afirma que “onde a globalização aparece mais claramente é no mundo audiovisual: música, cinema e televisão vêm sendo reordenadas, por umas poucas empresas, para serem difundidos em todo planeta”. Grupos sociais minoritários se apropriam dessas ferramentas que são usados contra eles para elaborar contra-ataques.

Com certa frequência, a nova e poderosa mídia tecnológica, tal como as redes mundiais de telecomunicação interativa, é utilizada pelos contedores, ampliando e acirrando o conflito em casos em que, por exemplo, a Internet se torna um instrumento de ambientalistas internacionais, zapatistas mexicanos ou, ainda, milícias norte-americanas, respondendo na mesma moeda às investidas da globalização computadorizada dos mercados financeiros e processamento de dados. (CASTELLS, 1999, p. 18)

EZLN e as mídias

A situação comunicativa do México no contexto do levante zapatista é de duopólio televisivo, restringindo a presença em massa de vozes de movimentos populares, indígenas e camponeses, muitas vezes utilizando suas imagens de forma criminalizadora. O EZLN, já prevendo tais ataques, reverteu a situação com a sua filosofia da palavra, entendendo que uma luta por terra, igualdade e dignidade não se faz exclusivamente com armas letais, mas também o dizer, a linguagem verbal.

Así, la deliberada estrategia zapatista de mover el debate sobre la identidad indígena al centro de la agenda de asuntos políticos del Estado mexicano, por medio de un enfrentamiento argumentativo y no violento, tiene el fin de que el EZLN ocupe efectivamente un espacio de enunciación y que sus significados se difundan. (PERÉZ, p. 19)

O governo mexicano não agiu rapidamente após o levante do início de janeiro, mas sua primeira ação para com os Zapatistas foi de invasão de território e tentativa de desmobilização. Os holofotes, entretanto, já estavam apontados para as montanhas de Chiapas.

O governo mexicano, que durante quase sete décadas de monopólio do PRI no poder tentou exercer um controle explícito e reconhecido poder de influência sobre grande parte dos meios de comunicação do país, sobretudo quando se tratava da televisão e mega império Televisa, teve que recuar quando as notícias vindas diretamente da zona de conflito desmentiram a versão oficial de que não havia ataques do exército federal sobre áreas civis. Os comunicados zapatistas e as denúncias dos organismos humanitários circulavam pelo ciberespaço quase em tempo real, abastecendo os ativistas de direitos humanos em todo o mundo e a imprensa internacional antes que os comunicados oficiais do governo. (ORTIZ, 2006, p. 30)

O EZLN então contava com as mídias alternativas para transmitir seus comunicados e denunciar ações violentas cometidas contra eles. Em uma dessas coberturas, estava Alexandra Halkin, produtora audiovisual norte-americana que, além de divulgar as ações dos Zapatistas, preparava um documentário sobre esse tema para uma ONG estadunidense. Lá, se surpreendeu com a organização indígena e viu quantas organizações e instituições estrangeiras se dirigiam aos territórios rebeldes com o intuito de narrar o que sucedida, concluiu então que “Era muy claro que los Zapatistas tenían la historia; lo que no tenían eran los medios para transmitirla ellos mismos” (HALKING: 6). A partir disso, utilizou sua influência e conhecimento do meio audiovisual para incentivar produções conduzidas pelos próprios Zapatistas. Essa iniciativa partiu da ONG para a qual trabalhava, chamada Promedios, que logo estendeu-se para o sul do México, gerando o Chiapas Media Project, projeto que inicialmente ofertou aos membros jovens do EZLN cursos de especialização em linguagem, filmagem e edição de vídeos. Além disso, houve, a partir de arrecadações mundiais, doação de equipamentos, o que a longo prazo possibilitou que tivessem autonomia de produção e divulgação de seus curta-metragens.

"Decidimos que la televisión estaba diciendo sólo mentiras acerca de lo que pasaba en nuestra Chiapas. O ponen o sacan palabras, pero nunca dicen la verdad. También pensamos que sería bueno tener una cámara, porque hay muchos soldados en nuestras tierras, en cualquier momento algo puede suceder. Eso significa que cuando los soldados nos están golpeando alguien puede entrar con la cámara y filmarlo, grabar el testimonio y denunciarlo." Moisés, videísta Zapatista entrevistado pelo jornal La Jornada em outubro do ano 2000.

Neste momento, com o advento da internet e a elaboração de equipamentos cinematográficos mais portáteis, a comunicação global estava ao alcance de um movimento com muito a dizer.

Videografia Zapatista

Aqui nos ocuparemos da análise de 14 vídeos, escolhidos como objeto de estudo com base em alguns critérios como: i) disponibilidade no canal do Youtube da Promedios; ii) duração de até 20 minutos; e iii) produção entre 1998 e 2010. São eles: *La familia indígena (1998)*; *The bad harvest (1998)*; *Proyectos de medio (1998)*; *Mujeres unidas (1999)*; *La tierra sagrada (2000)*; *El silencio de los Zapatistas (2001)*; *El huerto de Zapata (2002)*; *Son de la tierra (2002)*; *Xulum'Chon (2003)*; *La lucha del agua (2003)*; *La tierra es de quien la trabaja (2004)*; *La vida de la mujer en resistencia (2005)*; *La otra comunicación (2009)*; e *Bitácora del audiovisual Zapatista (2010)*.

O primeiro vídeo produzido pelos indígenas Zapatistas foi no ano de 1998, com o curta-metragem *La familia Zapatista*. Inicia-se com imagens do alto de uma montanha, movimentando-se em panorâmica, ao som de música tradicional chiapaneca e assobio de pássaros. Os aspectos essenciais que o caracterizam perpassam, de certa forma, as produções posteriores, ainda que seja explícito o aperfeiçoamento de técnicas de filmagem e montagem. É abordado neste primeiro filme a relação existente entre os membros de uma comunidade Zapatista com os modos de trabalho, que abarcam a construção de estruturas e ferramentas; os processos da produção de alimento para consumo próprio, desde a plantação, colheita, até a preparação de receitas típicas. Todas essas tarefas são divididas entre homens e mulheres, e os entrevistados - de ambos gêneros - narram as funções de cada um. Ou seja, sugere como, a partir dos próprios fundamentos e a vivência comunitária, é estruturada a organização e aspectos corriqueiros do dia-a-dia dentro dos territórios autônomos, abordagens distintas do que era retratado usualmente pelos comunicadores independentes ali presentes, como aponta Halking (p. 15)

Ha habido una tendencia en los 'que vienen de afuera' de focalizarse en la militarización y violencia en Chiapas, mientras que las comunidades se retratan a sí mismas como sobrevivientes involucrados en el siguiente nivel de lucha y resistencia en contra de la globalización neo-colonialista. Las producciones en distribución internacional son documentales focalizados en proyectos colectivos como el café, textiles, educación, agricultura orgánica, etc.

Ainda assim, o tema do paramilitarismo é recorrente e não só crítica como denuncia as violências cometidas contra comunidades em questão. Não raro se exhibe a chegada de tanques dentro do território e os membros Zapatistas tentando dialogar com frases de efeitos, questionando a ação em curso, ou relatando ataques sem justificativa aparente. Essas cenas aparecem em sua maioria em plano-sequência (escolha fílmica considerada, por muitos

críticos do cinema como a mais próxima da realidade). Geralmente o exército é visto em episódios de invasão de território, onde de um lado estão pessoas fardadas e de outro, rostos cobertos por pasamontaña, a câmera sempre do segundo lado, nos dando a imagem subjetiva de quem sofre o ataque.

No curta-metragem *La tierra es de quién la trabaja*, há uma cena onde acontece diálogo entre a comunidade de Bolon aja'aw e autoridades do governo do estado, dentre eles secretário, assessor, inspetor de recursos naturais e também representante dos Direitos Humanos. Todos dizem seu nome e cargo para os que estão presente, e a câmera captando de frente, ou seja, no lado em que estão os Zapatistas. Ocupa o primeiro plano um homem com a cara coberta por uma bandana, de costas, dizendo para os convidados “nós não sairemos daqui”. A conversa aí gravada diz respeito a uma tentativa do governo de retirar os moradores camponeses daquela terra, alegando que a ocupação que fizeram é ilegal; em contrapartida, esses defendem que seus ancestrais já vivem há muito, portanto, a terra os pertence. Seus argumentos no vídeo vem através de imagens dos membros zapatistas trabalhando na terra, plantando, colhendo e utilizando a matéria prima que colhem para a sobrevivência. Este lugar possui quedas d'água belíssimas, tornando-se um ponto turístico em potencial, aí vive o interesse do Estado. E os camponeses deixam isso em evidência em suas falas. São onze minutos de plano e contraplano desse diálogo.

Os temas abordados também retratam relações de conflito dentre os próprios zapatistas, como a questão de gênero, em que as mulheres zapatistas expõem como funciona a divisão de trabalho, muitas vezes superior ao efetivado pelos homens. Também há denúncias de algumas situações em que são inferiorizadas pelos companheiros, ao mesmo tempo que as Zapatistas se unem, formando uma conjunção dentro do próprio movimento. Desde o primeiro, até os mais recentes, trazem de alguma maneira essa abordagem feminina. Rangel (p. 8) também analisa “El material por lo general documenta sus proyectos sustentables, sus cooperativas agrícolas, cafetaleras y textiles, o busca crear conciencia hacia el respeto y la igualdad de género”. Outro assunto recorrente na videografia é a própria produção dos vídeos e como se deu a chegada do audiovisual e do uso das mídias de comunicação dentro dos territórios, como se observa na tabela abaixo:

Título	Ano	Duração	Temáticas abordadas
--------	-----	---------	---------------------

<i>La familia indígena</i>	1998	6'26"	Divisão do trabalho (cozinhar, plantar, colher, lavar roupa, tecer, construir) dentro da comunidades zapatistas, entre membros e por gênero.
<i>The bad harvest</i>	1998	14'34"	Problema no desenvolvimento - e logo, na colheita - da <i>milpa</i> (milho, sustento fundamental das famílias em Chiapas) pela seca que se agrava em San Pedro de Michoacán; principais doenças, a subnutrição em específico, que atingem os membros (entre crianças, mulheres e homens) do EZLN; e invasão do exército mexicano na comunidade de <i>Overtinik</i> .
<i>Proyectos de medio</i>	1998	11'28"	O processo de chegada, de produção e exibição audiovisual no cotidiano dos zapatistas; invasões do exército mexicano dentro dos territórios autônomos.
<i>Mujeres unidas</i>	1999	15'07"	O trabalho coletivo exercido pelas mulheres zapatistas dentro da produção, colheita e preparação dos alimentos.
<i>La tierra sagrada</i>	2000	18'45"	Trabalho executado por homens, mulheres, crianças e animais nas plantações; denuncia de torturas e assassinatos cometidos pelos paramilitares mexicanos aos membros zapatistas; treinamento do Ejercito Zapatista.
<i>El silencio de los zapatistas</i>	2001	12'43"	O levante zapatista em 1994 no contexto de eleição presidencial no México; protestos zapatistas na Ciudad de México; negociações entre o braço armado do EZLN e representantes governamentais mexicanos; e confronto, a partir da invasão de forças armadas em território zapatista.
<i>El huerto de Zapata</i>	2002	19'17"	Resgate da figura de Emiliano Zapata como inspiração de luta; trabalho coletivo de produção de alimentos

			orgânicos, ante o crescimento do agrotóxico em terras chiapanescas.
<i>Son de la tierra</i>	2002	16'37"	Músicas, ritmos, instrumentos e apresentações e festas tradicionais do Alto de Chiapas.
<i>Xulum 'Chon</i>	2003	15'34"	Técnicas de tecelagem e bordado para produção de tecidos, roupas e artesanatos.
<i>La lucha del agua</i>	2003	14'21"	Recuperação e proteção das fontes de água; a construção de estruturas de encanamento; e seu uso no cotidiano das comunidades zapatistas.
<i>La tierra es de quien la trabaja</i>	2004	15'23"	Diversidade de alimentos plantados e produzidos nos campos; diálogo com representantes do governo mexicano sobre The Plan Puebla Panamá (PPP).
<i>La vida de la mujer en resistencia</i>	2005	17'18"	Dupla jornada de trabalho (dentro do núcleo familiar e da comunidade em geral) exercida pelas mulheres zapatistas; e denúncia de práticas abusivas por homens, companheiros ou paramilitares.
<i>La otra comunicación</i>	2009	7'48"	Percurso do uso das mídias, principalmente através do audiovisual, pelos zapatistas desde o levante; a tática midiática "Otra Comunicación";
<i>Bitácora del audiovisual zapatista</i>	2010	5'30"	Levantamento da videografia zapatista.

Tabela 1 – Dados dos vídeos analisados

Analisando os vídeos podemos observar que a partir dos anos 2000, com o curta-metragem *El silencio de los Zapatistas*, a abordagem e essência se tornam mais questionadoras e combativas que o aspecto de queixa presentes nos anteriores. A narrativa

se desenvolve a partir de imagens que se chocam, entre ações promovidas pelo Estado - que nesse caso é representado no cenário de eleição mexicana de 1994, onde estava Vicente Fox como candidato a presidência (neste momento, era governador de Guanajuato). O vídeo inicia contextualizando tal momento a partir de imagens feitas pela Televisa mostrando os eleitores nas ruas, usando máscaras estampadas com o rosto de Fox, e proferindo seu nome. Já a segunda sequência é formada por imagens das montanhas arborizadas do sul mexicano, alternada com fotos de manchetes de jornais, de tendência à esquerda, como o *La Jornada*, anunciando o levante Zapatista e mostrando danças coletivas entre seus membros. Seguido por fala de um Zapatista numa coletiva de imprensa, imagem caracterizada por ter diversos microfones, de várias emissoras e meios de comunicação diferentes apontados para o locutor, todos a postos para captar o que diz um membro de um movimento indígena sobre as motivações e reivindicações. A montagem paralela pertencente a essa primeira cena, se repete ao longo do curta-metragem, revezando entre imagens das comunidades indígenas e do cenário presidencial do México.

Como dito anteriormente, o aspecto feminino é bastante explorado nos vídeos. Há dois dos curtas que aqui analisamos que retrata especificamente este tema. O primeiro, *Mujeres unidas* (1999), se foca nos trabalhos árduos as quais são submetidas, enquanto no outro, *La vida de la mujer en resistencia* (2005), as entrevistadas expõem denúncias, se mostram com disposição para modificar esta situação. Mais uma vez demonstrado como a construção narrativa se torna mais combativa que de lamentação. O *mujeres unidas*, como o próprio título diz, aborda a união cada vez maior e mais forte das mulheres das comunidades, como se cooperam nas tarefas diárias, que, tal qual expõem, atravessa o cuidar da terra, da casa, da família, dos artesanatos e não obstante da luta. Em fila pelos caminhos rurais, com crianças e ferramentas em mãos, caminham rumo às hortas, para cuidá-las e daí retirar o sustento para os filhos. Seis anos depois, o *La vida de la mujer en resistencia* é produzido. A cena inicial também contém mulheres em fila, só que dessa vez em água e segurando baldes com roupas a serem lavadas na beira do rio. “*Nuestros compañeros no nos ayudan a trabajar*” diz a primeira entrevistada após contar sobre um tempo passado em que os homens executavam suas próprias tarefas domésticas. O que segue são as etapas de preparo de uma comida típica indígena do sul mexicano, acompanhada de uma trilha sonora cuja letra evidência a luta que é referida nas falas das mulheres. Elas cultivam o alimento, preparam, cortam a lenha do fogo, distribuem a comida, dão para os filhos e depois cuidam deles, reforçando a multiplicidade de responsabilidades domésticas que têm frente aos homens.

A questão da metalinguagem também aparece de forma recorrente. O terceiro vídeo produzido pelos indígenas zapatistas, *Proyecto de Medios* (1998), retrata a então recente chegada da ONG nas comunidades e como se deu a aproximação dos membros com a linguagem e técnica audiovisual e o início do Projeto que possibilitou essa formação. O vídeo já começa sendo dedicado “*a compañeros y compañeras Chapenecos que expresan sus historias importantes*”, delimitando e destacando a relevância que a troca de palavras, comunicação, tem para eles. Essa tática, essencial para a cultura indígena é ressignificada pelos zapatistas, de modo a

[...] mover el debate sobre la identidad indígena al centro de la agenda de asuntos políticos del Estado mexicano, por medio de un enfrentamiento argumentativo y no violento, tiene el fin de que el EZLN ocupe efectivamente un espacio de enunciación y que sus significados se difundan. (PERÉZ, 2003, p. 19)

Os entrevistados expressam que se tivessem câmeras, alguns conflitos de anos atrás não teriam acontecido, ou pelo menos seriam provados judicialmente com mais facilidade. Esse fator de proteção é indispensável para a organização dos Zapatistas enquanto comunidade autônoma, que justamente por essa tendência são vistos como ameaça para o governo e os setores privados que mantêm a lógica da globalização como facilitador primeiro da circulação e concentração do capital. Vemos os jovens indígenas zapatistas manuseando câmeras de filmagem e mesa de montagem, interagindo tanto com os oficineiros estrangeiros quanto com os que ainda estão aprendendo, as crianças principalmente, que assistem às imagens vidrados e admirados com poder vê-los numa tela. As entrevistas com os que adentraram ao mundo audiovisual e produzem materiais dentro e fora das oficinas perpassa sempre a temática do conhecimento. Para eles, saber representar a sua cultura de forma imagética e difundi-la é uma potente ferramenta, como diz um deles “*así podemos comunicarnos con otras personas, y hasta podemos rescatar nuestra cultura, de nuestro pueblo y de diferentes ciudadanos*”. Nessa fala, que presume a cena final, a banda sonora vai aparecendo exponencialmente e escutamos a um violino soando a música típica sureña. A próxima imagem é do musicista que o toca, ele caminha pelo verde ao lado de uma criança, ambos segurando seus instrumentos.

O último vídeo aqui escolhido como objeto de pesquisa é o *Bitácora del audiovisual Zapatista* (2010), em que fazem um compilatório de imagens que conte sucintamente em ordem cronológica o percurso tanto do EZLN quanto da entrada do audiovisual nas comunidades, que gerou a videografia zapatista. Caminho rumo a uma comunicação plural e autônoma.

O segundo aspecto analisado diz respeito à linguagem documental que perpassam as imagens, os sons, as entrevistas captados. Nichols a define como:

[...] o que normalmente chamamos de ‘não-ficção’. Esses filmes representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos. Tornam viável e audível, de maneira distinta, a material de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e organização realizadas pelo cineasta”. (NICHOLS, p. 26)

A apresentação dos territórios autônomos, cujo acesso externo é limitado, ganha o protagonismo. Adentrando casas, plantações, áreas comuns, mas também tudo que há ao seu redor, como montanhas, fontes de água, espécies de fauna e flora. As produções (de alimento, ferramentas, tecidos, roupas, artesanatos) também ganham enfoque, com entrevistas em voz-off que narram todos os processos estampados na tela. É corriqueira a presença de imagens de arquivo, em geral captadas por outros coletivos e emissoras, de ações promovidas pelos Zapatistas na capital Cidade do México e, além disso, fotografias que narram o percurso do EZLN. O som possui apenas duas fontes: direto e musical. A primeira captando sons de natureza, dos trabalhos rotineiros (o tecer, capinar, cozinhar), dos diálogos e das entrevistas. Nos primeiros vídeos predomina a língua castelhana, mas foram sendo incorporadas as línguas originárias, principalmente o Náhuatl. A maior parte dos vídeos possui legenda em inglês, revelando não só a ligação com a ONG estadunidense mas também a tentativa de seu aspecto de alcance global. A segunda fonte, musical, diz respeito à trilhas musicais que possuem ritmos, letras e instrumentos integralmente de tradição indígena de Chiapas.

“Eu falo – ou nós falamos – de nós para você. Essa formulação desloca o cineasta da posição em que estava separado daqueles a quem representa para uma posição de unidade com estes últimos. O cineasta e aqueles que representam seu tema pertencem ao mesmo grupo. No cinema antropológico, a mudança para essa formulação recebe o nome de ‘auto-etnografia’: refere-se ao empenho de povos indígenas em fazer filmes e vídeos sobre sua própria cultura, de forma que possam representá-la para ‘nós’, os que estão de fora” [...] “Frequentemente, esse senso de unidade se articula em torno da representação da família” (NICHOLS, p. 45)

Dessa forma, o amálgama dos elementos sonoros e imagéticos que pretendem captar a fundo as experiências de um movimento, se transforma não só em impacto imediato proporcionado pela internet, mas também uma espécie de acervo, onde fica memorizado a história que transcorre. Esse acervo pode ser considerado, em certa medida, o canal da PROMEDIOS no Youtube, ele foi criado em 2012 e já possui mais de 200 vídeos. Entretanto, a internet não é o único meio em que os vídeos são distribuídos, desde as primeiras produções os Zapatistas fomentaram uma cultura cineclubista que atualmente faz parte essencial de sua rotina. O principal é o *Otro Cine en el Rincón Zapatista*, um cineclube permanente, semanal,

que acontece em territórios autônomos e apresenta filmes com temáticas ligadas a sua luta, mas que não são necessariamente uma produção própria. Essas sessões atualmente são divulgadas no site do oficial do EZLN e publicados na página do facebook de mesmo nome.

Algumas dessas questões são chaves para afirmar a estratégia de produção de vídeos documentais como uma metáfora ao machete, como o fez um dos videístas zapatistas, quando diz que é uma ferramenta que *“sirve principalmente para preparar y limpiar la milpa, para cosechar, y para cortar otros materiales útiles. Su uso como arma, es ciertamente limitado pensando en contextos donde el enemigo viene con armas de fuego. Pero tanto en las comunidades que viven bajo la amenaza del ejército o de los grupos paramilitares como en las organizaciones que defienden los derechos humanos, el video ha adquirido a veces la función de una arma de defensa.”* (Hohler, p.6). O alcance dos vídeos em si pode ser mensurado através da contagem de visualizações de cada um na internet, todavia, seu efeito é inalcançável. O EZLN, assim, não só se mostrou ao mundo ao modo que se veem, como também deixou provas de alguns conflitos. E, além disso, “Com um alcance infinitamente superior ao dos seus velhos fuzis e espingardas que, como eles mesmos reconhecem, não têm condições de enfrentar o poderio bélico do exército federal mexicano, os zapatistas e seus comunicados protagonizaram também desde aquele surpreendente 1º de janeiro uma guerra de e pela informação, praticamente em tempo real, *on-line*” (ORTIZ, 2006, p. 29).

Referências Bibliográficas

BENGOA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. Santiago de Chile e México: Fondo de Cultura Económica, 2007. p. 19-125.

CANCLINI, Néstor García. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. v. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. p. 17-106.

GIL, Antonio C. A. **O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX**. Vitória: Aves de Água, 2013.

HALKIN, Alexandra. **Fuera de la óptica Indígena: Zapatistas e Videístas Autónomos**. Disponível em: <http://www.rchav.cl/imagenes7/imprimir/halkin.pdf> Acesso em 23 de março de 2018.

HOHLER, Axel. **Nuestros antepassados no tenían cámaras: el vídeo como machete y otros retos de la videoproducción indígena en Chiapas, México**. Disponível em: <http://www.rchav.cl/imagenes4/imprimir/kohler.pdf> Acesso em 23 de março de 2018.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2005.

ORTIZ, Pedro. **Das Montanhas Mexicanas ao Ciberespaço**. In: ORTIZ, Pedro BRIGE, Marco. FERRARI, Rogério (Org.) *Zapatistas, a velocidade do sonho*. Brasília: Entrelivros : Thesaurus, 2006.

PEREIRA, Eliete da Silva. **Nos meandros da presença étnica indígena na rede social**. In.: DI FELICE, Massimo (Org.) *Do público para as redes*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008. p. 287-332.

PERÉZ, Luisa Ortiz. **“Hacer la guerra con palabras y no con armas”**. *Análisis político del discurso y zapatismo contemporáneo*. *Revista Desafíos*. 8 Ed. 2003.

RANGEL, Julio. **La mirada indígena: Chiapas en vídeo**. Disponível em: <http://chiapasmediaproject.org/sites/default/files/pk/Contratiempo29.pdf> Acesso em 23 de março de 2018.

**A (IN)VISIBILIDADE DA VOZ TRANS* FRENTE À JUSTIÇA, O
ESTADO E A SOCIEDADE**

THE INVISIBILITY OF THE TRANS VOICE IN FRONT OF JUSTICE, STATE AND
SOCIETY*

*Lucimary Leiria Fraga
Graduanda/URI
lucimary23@hotmail.com*

*Luis Carlos Rosa
Mestre/URI
lcrosa@tj.rs.gov.br*

RESUMO

O Direito ante uma premissa de pacificação da sociedade é um campo aberto de análise das relações sociais, de aplicação de normas, bem como das mudanças decorrentes das evoluções humanas. Neste caminhar evolutivo, passam a surgir novos contextos sociais, familiares e identitários, e as formas identitárias não convencionais, nem sempre reconhecidas, ou, muitas vezes, acabam segregadas, a exemplo das mulheres e homens trans. Assim, como objetivo deste estudo, buscar-se-á analisar a (in)visibilidade trans no seio da justiça, eis que esta deveria salvaguardar os direitos destes sujeitos, não devendo servir como ferramenta de exclusão social, tampouco operar o direito fundada em julgamentos acerca do corpo ou de uma cultura binária de gênero, e não propriamente na culpa de atos porventura praticados por sujeitos trans. Para tanto, utilizar-se-á como metodologia a análise bibliográfica e processual, a fim de melhor compreender os espaços destinados a estes sujeitos na sociedade e na esfera judicial. E, essencialmente, até que ponto suas vozes são ouvidas no momento em que podem defender-se dos fatos que porventura sejam acusados (as), tendo como base, um caso fático ocorrido no Município de Santo Ângelo-RS.

Palavras-Chave: (In)visibilidade. Trans. Justiça. Vozes.

ABSTRACT

The Law before a premise of pacification of society is an open field of analysis of social relations, application of norms, as well as changes arising from human evolution. In this evolutionary path, new social, familial and identity contexts emerge, and unconventional identities, which are not always recognized, often end up segregated, like women and men trans. Thus, as an objective of this study, it will be sought to analyze trans (in) visibility within justice, since it should safeguard the rights of these subjects, and should not serve as a tool of social exclusion, nor operate the law based on judgments about the body or a binary culture of gender, and not properly on the guilt of acts practiced by trans subjects. In order to do so, the bibliographic and procedural analysis will be used as methodology, in order to better understand the spaces destined to these subjects in society and in the judicial sphere. And, essentially, the extent to which their voices are heard at the moment when they can defend themselves against the facts that they may be accused of, based on a factual case that occurred in the Municipality of Santo Ângelo-RS.

Keywords: (In) visibility. Trans. Justice. Voices.

Introdução

“Pessoa ‘trans’ é aquela que ‘transcende’ a si mesma, tentando expressar ao mundo a pessoa que ela realmente é, em vez da pessoa que o mundo acha que ela deveria ser.” (Leticia Lanz).

Espera-se que o Direito, dentre as mais diversas áreas do conhecimento, possua como premissa assegurar que todo cidadão viva de forma plena, mediante a salvaguarda de seus direitos e seu livre-arbítrio, assim como se vislumbra que a sociedade se construa voltada à diversidade, de modo que todas as identidades sejam reconhecidas. Partindo deste princípio, as diferenças entre os sujeitos, via de regra, não poderiam ensejar preconceito, discriminação, tampouco serem utilizadas como ferramenta de segregação social. Mas, na prática, é o que ocorre? Tal inquietude neste sentido se deu em razão de experiências extracurriculares junto a estágio no Juizado Regional da Infância e da Juventude no Município de Santo Ângelo-RS, onde em meio a audiências infracionais se pôde perceber a (in)visibilidade de gênero, em especial as pessoas trans ou gênero-divergentes³³. Refletir e problematizar tal assunto torna-se latente quando se está no seio da justiça, em meio a processos, audiências, e vozes nem sempre ouvidas, o que estará diretamente ligado, a uma análise bibliográfica de autores que atentam para essas discussões, a fim de se fomentar maior visibilidade às pessoas gênero-divergentes, o que é premissa no presente artigo.

Desta forma, o estudo ora referido possui como objetivo geral analisar a voz trans ante a justiça, o Estado e a sociedade, iniciando os objetivos específicos, pela abordagem de uma mulher trans condenada à medida socioeducativa de internação, bem como da identidade transexual e seus desdobramentos na sociedade, em especial as pessoas trans que acabam por figurar como réis em processos judiciais junto à Infância e Juventude, com análise de um caso fático no Município de Santo Ângelo-RS.

A identidade trans: uma desconstrução social

Cotidianamente, novas formas identitárias estão surgindo na sociedade, ou, pode que sempre tenham (r)existido faticamente, todavia, permaneciam na penumbra em razão de uma sociedade por vezes segregadora e sexista. Também por questões morais e principalmente religiosas, tais vivências e sujeitos permaneciam à margem social, ficando a maioria dos

33 Gênero-divergente é o termo utilizado pela autora Leticia Lanz em sua obra “O Corpo da Roupa”, para identificar pessoas que sejam consideradas transgressoras das normas de conduta do dispositivo binário de gênero.

“diferentes” sem direitos civis, e marcados por um estigma, termo criado na Grécia, onde era como um sinal ou marcação corporal, que evidenciava algo extraordinário e mau sobre as pessoas, especialmente no que se referia a moral e bons costumes. Esses sinais eram feitos a ferro e fogo, geralmente em cidadãos considerados traidores ou pessoas que afrontavam o que na época, era tido como correto pela sociedade (GOFFMAN, 1988, p. 11). Todavia, nos dias atuais, os estigmas embora não marcados na pele, são perceptíveis na medida em que pessoas são marginalizadas e/ou segregadas em razão, por exemplo, de sua identidade e/ou classe social. Neste contexto, inserem-se homens e mulheres trans, e, segundo Lanz:

Em toda história da humanidade sempre existiram identidades gênero-divergentes. [...] Somente a partir do século XX, na esteira das conquistas feministas, é que pessoas transgêneras começaram a sair do armário em maior número, desafiando abertamente a dicotomia homem-mulher que caracteriza o sistema binário de gênero em vigor na sociedade. (LANZ, 2017, p.11).

Cabe refletir, conforme aduz Letícia Lanz: “O que é ser homem? O que é ser mulher? O que distingue uma identidade da outra? Indigestas, incômodas e totalmente sem respostas definitivas, essas perguntas têm estado cada vez mais na pauta do dia da sociedade contemporânea.” (LANZ, 2017, p. 25). São recentes os estudos aprofundados ao universo trans no Brasil, cujo foco vise analisar de forma mais profunda a realidade desses sujeitos tão discriminados e excluídos por uma sociedade enraizada em preconceito e segregação. E, ainda que a Carta Magna de 1988 traga claro o conceito de cidadania e direitos fundamentais, as pessoas trans ainda são privadas de seus direitos básicos, bem como de uma perspectiva de vida com dignidade, respeito e segurança, o que fomenta a marginalização social e a violência psicológica e moral a que trans são diariamente submetidas.

Desta feita, denota-se que transexuais transgêneros e/ou pessoas gênero-divergentes estão cada vez mais buscando viver suas identidades, almejando a garantia de direitos, no sentido de viverem como se identificam. Eis que, por certo, não deveria existir identidade “correta” para se viver em sociedade, ou para “ser aceito”. Sobre este anseio de buscar espaço, Birman refere que: “O indivíduo contemporâneo deteria um poder maior de escolha, portanto, ganharia a liberdade de transgredir dogmas, ultrapassar fronteiras, desobedecer ortodoxias e sobretudo desrespeitar a unidade doutrinária que essas divisórias buscam defender. “(BIRMAN, 2001, p. 61).

Nesta seara, as lutas dos demais segmentos considerados minoritários, acabam por empoderar também pessoas trans, de modo que estas estão buscando ocupar espaços jamais imaginados ou culturalmente aceitos para este público, em razão da cultura, em aspectos relativos a gênero, ser bastante resistente a mudanças. Por outro lado, diferentes áreas do

conhecimento passaram a inteirar-se destas temáticas, sob os mais variados enfoques no tocante a sexualidade, identidade, variações de gênero. E, conforme preleciona Lanz:

Contudo, do ponto de vista prático, pouca coisa está sendo alterada na mecânica social de aceitação e inclusão das pessoas transgêneras como resultado do ganho de visibilidade da sua própria condição. [...] as pessoas transgêneras ainda padecem de níveis altíssimos de preconceito, discriminação e exclusão social. (LANZ, 2017, p. 12).

Percebe-se que a segregação a estes sujeitos parece naturalizada na sociedade, o que se reflete na não efetivação de conquistas sociais a estas pessoas que necessitam reafirmar diariamente quem são, na busca do reconhecimento identitário, de políticas públicas que as contemplem, e da garantia de viverem com plenitude o que a sociedade as nega em diversas esferas. Ademais, ao se falar das pessoas trans, parte-se da premissa de saber quem são como (e se) ocupam espaços, bem como se são ouvidas e vistas, pois muitas vezes parece que apenas (r)existem. Desse modo, ao se debater temáticas que envolvem gênero e identidade, é fundamental respeitar as nomenclaturas e autoidentificações de cada sujeito. Em sendo assim, este artigo utilizará o termo trans como forma de abarcar qualquer identificação de gênero que atrele o desacordo entre sexo biológico e gênero, a fim de não engessar nenhuma forma de autoidentificação, bem como por não rotular a T (caso fático a ser analisado) como transexual ou travesti, pois, conforme refere Bento:

As diferenças que aparentemente se delimitam estão a todo tempo embaralhando-se, ou porque como alguém que se identificava como travesti encontra na categoria identitária transexual sentidos para seus sentimentos e conflitos, ou, conforme afirmação [...]: “Muitas transexuais estão vivendo como travestis, um pouco por não saberem se são exatamente transexuais e um pouco por falta de opção”. (BENTO, 2008, p. 76).

Cabe igualmente salientar que cada ser humano é único, e embora possam existir características por vezes comuns, há uma infinidade de diferenças permeando a existência de cada um. Dentre estas diferenças está o gênero, e sendo este uma construção também social, percebe-se que a sociedade por séculos tenta disseminar que órgãos genitais definam esta construção, razão pela qual é importante pincelar distinções neste sentido. Para diversas pessoas, as vivências de gênero em desacordo com o sexo biológico é uma questão identitária, enquadrando-se aqui travestis, transexuais, transgêneros. (JESUS, 2012, p. 06). Importante ainda frisar, que no Brasil não existe um consenso no tocante às denominações, e não poderia ser diferente, eis que até mesmo pessoas consideradas iguais pensam e sentem diferentes suas relações, por exemplo, nem todo branco ou negro é igual, e com as pessoas trans não é diferente.

O que faticamente importa, é que ser trans não é benção, tampouco maldição, e sim é uma condição, uma auto identificação, e como tal, deve ser respeitada, pois para as próprias

peças trans, existe inicialmente o desafio de se reconhecerem, de decidirem seus destinos, bem como sobre como irão de apresentar socialmente, e não há de ser tarefa fácil (JESUS, 2012, p. 08). Neste cenário, toda e qualquer mudança social que vislumbre igualdade parte do pressuposto de entender cada sujeito em suas particularidades.

Garantir cidadania a transexuais e/ou travestis só será possível ante o respeito à identidade de cada um, identidades que são resultados de suas histórias e memórias de vida, e assim como os avanços científicos são importantes neste sentido, o diálogo e a vivência da realidade destas pessoas é igualmente essencial. Da mesma forma, ouvir suas vozes é o primeiro passo para que estas ocupem espaços, garantam direitos, e sejam quem são sem necessitar de reafirmação diária para tal. Neste ensejo, o artigo proposto tem como objetivo analisar o alcance da voz trans especificamente no seio da justiça, e como se dão as relações processuais atreladas a questões identitárias, que conflitam as normas de gênero já culturalmente aceitas pela sociedade, quer sejam as normas binárias de gênero (homem/mulher). Tais formas de identificação quebram a causalidade entre gênero, sexo e padrões impostos, desnudando drasticamente um sistema binário de gênero, colocando em xeque valores e formas de se viver coletivamente (BENTO, 2008, p. 21).

O caso T

Ao se adentrar na seara judicial atrelada às questões de gênero e transexualidade, parte-se neste estudo, da análise fática de um caso concreto ocorrido no Município de Santo Ângelo-RS, a fim de que melhor se perceba a (in)visibilidade da voz trans ante o Poder Judiciário, bem como em outras esferas sociais, buscando observar o caminho percorrido por T³⁴ até sua chegada ao banco dos réus.

T, mulher trans, hoje com 18 anos, figurou como parte em um processo judicial ainda aos quatorze anos de idade, muito embora tenha sido na esfera cível, em razão de uma demanda de saúde que não teria sido atendida pelo Poder Público. Consta dos autos que:

A família por certo não possui condições de arcar com as despesas da realização dos procedimentos necessários à vida e saúde **do filho**, senão já os teria realizado por conta própria, em face da morosidade no atendimento da demanda pelos requeridos. (Processo nº 029/5130000376-8, 2013, p. 04). (grifo nosso).

Observa-se, embora em demanda cível, onde T figurava como protegida³⁵ e não como

34 Utilizou-se a letra T para identificar a transexual do caso em tela em razão de que seu nome não pode ser revelado quando este é parte de processo judicial que tramita em segredo de justiça junto ao Juizado Regional da Infância e da Juventude. TJ-RS.

35 O termo protegida utilizou-se em razão de T figurar com parte em ação protetiva, com fulcro no Art. 101 do

ré, que sua identidade de gênero não foi observada, eis que se tratava de uma adolescente do sexo biológico masculino, porém visivelmente uma menina, o que foi desconsiderado pelo Ministério Público ao interpor a ação protetiva, onde o *Parquet* poderia ter observado a disparidade entre o sexo biológico da protegida, e sua aparência física, já que visivelmente trata-se de uma mulher. E, muito embora o nome social ainda não fosse há época legalmente reconhecido, a identidade de T poderia ter sido observada, uma vez que posteriormente se pode observar que foi fator determinante para diversos acontecimentos em sua vida. Ainda, é possível constatar através de documentos acostados aos autos, que T advém de família hipossuficiente, como tantos casos existentes na sociedade, o que muitas vezes acaba marginalizando alguns segmentos.

Posteriormente, no ano de 2014, nova ação foi interposta em favor de T, porém por razões de violação de direitos, eis que segundo a rede protetiva Municipal, a adolescente estaria sofrendo preconceito na escola, bem como teria sido encontrada em situação de prostituição nas ruas da cidade, o que segundo o Órgão Ministerial, seria decorrente de negligência dos genitores. Com o andar do feito, T foi matriculada em escola diversa da ora narrada, podendo se observar em sua ficha de matrícula que o nome social não era legalmente assegurado naquele ano, quer seja 2014, observa-se que a foto é de uma menina, e o nome é o de batismo, quer seja, José³⁶.

O que se denota pela matrícula estudantil, e pelas demais situações cotidianas de segregação ao público trans, é a falta de sensibilidade da legislação em atender as questões identitárias, eis que somente no ano de 2016, houve um olhar mais atento neste sentido, ante a criação do decreto nº 8. 727 que dispõem em seu corpo: art. 1º: “Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.” (BRASIL, Decreto nº 8.727 de abril de 2016). Neste cenário, observa-se que a legislação embora avance isto se dá de maneira morosa, mais ainda em relação ao público transexual/travesti, necessitando da busca diária da garantia de direitos assegurados naturalmente a pessoas que não possuem discordância entre gênero e sexo biológico. Desta feita, conforme refere o dossiê Trans:

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), sendo estas, medidas aplicadas com a intuito de salvaguardar direitos de crianças e adolescentes.

36 Igualmente como ora referido, o nome José é denominação ficta, pelas razões já expostas.

[...] o Brasil não apenas necessita de políticas públicas específicas que garantam os direitos de pessoas trans, como também faz-se necessário uma reforma no sistema educacional (pilar decisivo para esse berrante quadro de exclusão desta população) para que se estabeleça assim novos conceitos sobre a identidade de gênero, pois a própria palavra “preconceito” já predefine que é um grande erro conceber conceitos antecipados de pessoas apenas por pertencerem a uma identidade de gênero diversa. (pg. 28 dossiê).

Neste sentido, o território trans parece ser visto de forma paralela, se nota que identidade de gênero parece ser confundida com orientação sexual, inviabilizando por completo as transidentidades, de modo a negar a estas pessoas a publicidade de serem reconhecidas, sejam em documentos, sejam simplesmente em formas de tratamento (LANZ, 2017, p. 21). Lanz ainda aduz que: “Por mais rústico e primitivo que seja este método- e é- o órgão genital continua sendo usado como único referencial na hora de definir o destino de uma pessoa durante sua vida neste planeta.” (LANZ, 2017, p. 25).

Dito isto, percebe-se que ainda se vive em um mundo resistente às mudanças, muito embora haja lutas de diversos movimentos a fim de garantir o direito à diversidade e identidade. Gênero, portanto, parece ser uma instituição jurídica, de modo que a sociedade parece estabelecer impositivamente as identidades aceitas de pronto, e de outro lado, as que necessitam reivindicar o direito à existência. Ao que parece, as categorias de gênero socialmente aceitas são homem ou mulher, no conceito mais biológico das palavras, sendo que a certidão de nascimento acaba sendo a “peça jurídica” que descreve e qualifica cada pessoa (LANZ, 2017, p. 41). O caso T, inicialmente foi apenas na esfera cível, por demandas simplistas como um atendimento de saúde (oftalmologia), demonstra que o Estado e suas Instituições ainda não estão preparados a atender demandas de gênero e identidade, uma vez que ignoram e/ou tratam de forma inadequada as particularidades de cada sujeito, seja em razão de não adotar o nome social, sejam em questões notadamente mais profundas. Percebe-se, como aduzem Paulo e Rosângela, que:

Os corpos das pessoas são indispensáveis para as relações sociais e remontam a histórias de inclusão a exclusão da vida pública. Suas identidades foram sendo construídas e reconstruídas de forma que se gerou uma profunda desigualdade nas relações entre os tidos como diferentes do padrão estabelecido como normal, situação essa que acabou naturalizada no seio social e também jurídico. (ANGELIN; MARTINS, 2016, p. 99).

No tocante as questões de reconhecimento de direitos relativos à sexualidade não heteronormativa, aportou como avanço legal a decisão do STF conjuntamente com a ADIN 4277³⁷ e ADPF 132³⁸ (STF) no ano de 2011, onde se garantiu o direito às uniões homoafetivas,

37Disponível

em:<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400547&tipo=TP&descricao=ADI%2F4277>.

38 Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>.

vendo-as como instituições familiares e jurídicas, e com tal decisão questões relativas a direitos fundamentais foram abarcadas, ou seja, houve um avanço no sentido de garantias a diversidade sexual, da mesma forma quando no ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através da resolução 175³⁹ impediu que autoridades notariais se recusassem a habilitar/celebrar ou converter uniões estáveis em casamentos civis para pessoas do mesmo sexo.

Tais decisões foram um marco histórico na luta por direitos destes segmentos, demonstrando que faticamente estão inseridos na sociedade, não devendo ser ignorados. Todavia, são demandas que só adentram ao judiciário em razão de um Poder Legislativo que não atende às questões de grupos tidos como minoritários. Cabe ainda salientar, que muito embora a legislação esteja buscando uma maior visibilidade a estes segmentos, tratam-se muito mais de conquistas em relação à diversidade do que propriamente às pessoas gênero-divergentes, eis que para estas, apenas o nome social foi assegurado, o que em muitos locais ainda não é tido como direito efetivo, ante a burocracia e resistência de uma sociedade marcada pelo preconceito e pelo retrocesso.

A voz de T ante a justiça: o banco dos réus

Ao adentrar na análise do caminhar de T na esfera infracional, tem-se como propósito buscar comparativos entre o tratamento dispensado a esta mulher transexual, e a forma como uma mulher (no sentido biológico) teria sido vista no banco dos réus em situação semelhante. Bem como, se buscará analisar na fala das “vítimas” a existência ou não de preconceito, discriminação e/ou hipocrisia, em especial aos assuntos relacionados a prostituição. Busca-se, ainda, entender as formas veladas de preconceito por vezes vista nas falas de Juízes, Promotores e testemunhas, e, igualmente, a forma como a sociedade enxerga/estigmatiza pessoas trans, mais ainda, as hipossuficientes, vítimas da criminalização da pobreza. No ano de 2014, o Ministério Público representou contra T, acusando-a da prática de ato infracional, constando da denúncia:

No dia 15 de outubro de 2014, por volta das 00:40min, na Avenida Venâncio Aires, em Santo Ângelo, o representado T em comunhão de esforços com (...) mediante violência consistente na utilização de força física e ameaça de morte e de agressão, deu início ao ato de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. [...] consistente em uma chave de veículo, um cartão ponto da empresa Fundimisa, um aparelho de telefone celular e dinheiro. Ao que se apurou o representado T abordou a vítima para que fizesse um programa, sendo que ante a recusa de (...) e após terem travado uma discussão, passaram a agredir o ofendido com socos e arranhões. (Processo nº 029/5140000698-0, 2014, p. 02/v).

39 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>.

O teor da denúncia é realizado com base no dito pela vítima, sendo o representado ouvido posteriormente em Juízo, no que se denomina audiência de apresentação, oportunidade em que lhe é dado o direito à defesa oral. Já da narrativa da vítima, extrai-se que:

Nessa madrugada, **por volta das 00:20min**, quando estava retornando para sua casa, resolveu abastecer seu veículo [...]. Disse que passou defronte do módulo da Brigada Militar e seguiu, indo na direção do Hotel Avenida, **pois logo após há um posto de combustíveis, nas proximidades da Fruteira São Luiz**. Logo que passou pela rotatória que existe nas proximidades do Hotel Avenida, sentiu que o carro “pesou” para o lado, o que pareceu ser o pneu furado. Logo parou o veículo e, quando estava prestes a descer do automóvel, o adolescente [...] abriu a porta do carona e **entrou no veículo, dizendo “vamos fazer um programa”**. O declarante disse que estava voltando do trabalho e que não tinha interesse em fazer o programa. Em seguida, sem que o declarante notasse, o flagrado [...] chegou pelo lado do motorista, enfiou o braço para dentro do automóvel e **retirou as chaves da ignição e pegou seu cartão-ponto da FUNDIMISA**. O declarante não percebeu, mas acredita que nesse momento [...] subtraiu o seu aparelho de telefone celular. [...] **exigia que o declarante lhe entregasse R\$ 100,00 pelo programa**. (Processo nº 029/5140000698-0, 2014, p. 24).

Ocorre que a narrativa da vítima junto a Delegacia traz visivelmente algumas estranhezas, na medida em que esta referiu que ao sair do trabalho abasteceria seu automóvel, o que seria perfeitamente normal, a não ser pelo fato do referido posto encerrar suas atividades as 22h00hrs, o que não condiz com o horário do “roubo”, eis que a vítima referiu ter ocorrido por volta de 00h20min. Ademais, causa estranhamento que T e a outra adolescente que a acompanhava naquele ato desejassem roubar um cartão-ponto da empresa onde a vítima referiu trabalhar, afinal que valor econômico tal cartão teria? E, por fim, a maior incongruência, segundo a vítima, T teria lhe exigido a importância de R\$ 100,00 (cem reais) pelo programa, sendo que a vítima, momentos antes, teria referido que não teria aceitado realizar o programa. Com isso, não se põe em cheque neste estudo, a veracidade ou não do depoimento da vítima, contudo, impossível não atentar para alguns desencontros entre a narrativa e a realidade. Ademais, é sabido que a sociedade, enraizada em machismo e preconceito, tende a velar alguns hábitos que, ao longo do tempo são praticados, sendo a prostituição um deles. Ainda, imaginasse que, uma vez que a vítima tenha referido trabalhar em uma das pizzarias mais renomadas da cidade, não desejaria que a sociedade soubesse que porventura fosse adepta a programas sexuais na rua em que o “roubo” teria ocorrido (conhecida avenida onde mulheres trans realizam programas sexuais). T foi ouvida em Juízo no dia 17 de outubro de 2014, tendo dito em sua defesa que:

Ai foi assim, nós tava ali na esquina e daí ele passou oferecendo dez reais e eu fui e conversei com ele, e disse que não ia ir e o Lucas deu sinal e ele parou e foi com o

Lucas, daí demoraram uns vinte minutos e daí voltaram, daí tavam os dois batendo boca e tal, daí eu vi e fui ver e o Lucas pegou a chave dele e disse que tinha, disse que ele queria dar dez reais depois, daí começou (...) se “botaram” em nós, daí eu peguei a pedra pra defender o Lucas, pra não deixar ele apanhar dele. (Processo nº 029/5140000698-0, 2014, p. 89).

Nota-se que os discursos são opostos, já que a vítima alega ter sido roubada, enquanto da fala de T se observa que teria sido acordado um programa entre a vítima e Lucas, e ante as discordâncias possivelmente em relação ao pagamento deste, teria ocorrido o desentendimento. Estas são falas comuns nas audiências infracionais envolvendo travestis/transsexuais, onde as vítimas frequentemente negam a realização de tais programas. Sabe-se que o público LGBT historicamente sobre discriminações, o que é fomentado por uma sociedade construída pelo machismo, patriarcado e preconceito. Com isso, não se afirma que T seja de fato inocente, tampouco se considera correta as atitudes narradas na exordial. Todavia, se atenta para situações onde o discurso e a defesa de T levou-a a internação junto ao CASE posteriormente, muito embora esta tenha dado sua versão dos fatos. Cabendo como questionamento: se fosse caso semelhante, envolvendo mulher cis o desfecho seria o mesmo? Tal questionamento se dá em razão de decisão proferida em 2º Grau, de onde consta:

“Ainda que as versões apresentadas sejam conflitantes, não se constata, em qualquer uma delas, a presença da intenção dos agentes de subtrair coisa alheia para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la por qualquer meio, reduzindo a impossibilidade de resistência. [...] **em nenhum momento Tiago afirma ter sido vítima de um assalto**, ou ter sido agredido por não ter entregue seus pertences aos jovens infratores. (Processo nº 029/5140000698-0, 2014, p. 240/v.) (grifo nosso).

Ainda, neste mesmo feito, é possível observar os lugares destinados às pessoas trans na sociedade, como se pode observar da avaliação psicológica de T, à fl. 179 dos autos: “Conta ainda, que se não fosse os programas ia fazer o que para ganhar dinheiro, “tu sabia que pessoas como eu são discriminadas, ninguém quer pegar a gente para trabalhar, aí se a gente quer dinheiro tem que fazer isso, sic.” (Processo nº 029/5140000698-0, 2014, p 179). O processo ora analisado foi o primeiro em que T figurou como ré junto ao Poder Judiciário, tendo sido aplicada sentença condenatória com pena de PSC, pelo prazo de 06 meses, 08 horas semanais. Tendo a Defesa apelado da decisão proferida. Em decisão de 2º Grau, proferida pela 7ª Câmara do Tribunal de Justiça do RS, em resposta à apelação, constou:

[...] diante da situação de vulnerabilidade evidenciada nos autos, em que **um adolescente que admite que se prostitui desde os 12 anos de idade, com o consentimento da genitora** (fls. 92/v./93), opinamos pela remessa de cópia dos autos aos órgãos competentes para fins de apuração dos fatos e **eventual aplicação de medida protetiva em favor do representado**, nos termos do que disciplina o art. 101 e s/s do ECA. (Processo nº 029/5140000698-0, 2014, p. 241/v.) (grifo nosso).

O que se extrai da decisão, é que o Colegiado de 2º Grau, que jamais teve contato com T, a conhecendo tão somente através dos autos, expressou sensibilidade no sentido de não condená-la sem provas materiais, externando uma visão garantista no sentido de aplicar a T uma medida protetiva, a fim de ampará-la em vista de sua realidade de prostituição desde os 12 anos, e não em puni-la por uma ação que, muitas vezes, pode ter sido consequência de uma juventude marcada pela exclusão social, e pela ausência de oportunidades. Olhar este inexistente em 1º grau, onde T esteve presente tanto nas audiências de apresentação, como nas de instrução para oitiva das vítimas e testemunhas, a lembrar de que estas tiveram suas falas igualmente revistas em 2º grau, e razão da contrariedade em diversos momentos.

Ou seja, T, mulher trans, quando ouvida em Juízo em seu Município, falou, defendeu-se, mas, ao que parece, não foi verdadeiramente ouvida. Resta questionar: sua aparência física ou o fato desta assumir que é profissional do sexo foram fatores agravantes para que o Judiciário não considerasse sua versão dos fatos? E mais, T figurou como protegida desde o ano de 2013, com a mesma aparência física de hoje, quer seja uma mulher, loura, alta, com vestimenta feminina, e incrivelmente bela. Mas, a Justiça enxergava apenas José todos estes anos? Questiona-se isto em razão de que era sabido pela rede protetiva Municipal que T havia ganhado as ruas na prostituição, bem como, que sua renda advinha deste tipo de função. Diante disto, o que efetivamente foi feito? E, se algo foi feito, foi com a mesma celeridade dos processos infracionais?

Com o passar do tempo, T novamente foi acusada de ato infracional, assim como o primeiro, o fato teria ocorrido nas ruas de Santo Ângelo-RS. Consta da denúncia que T em comunhão de esforços com um amigo teriam subtraído R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) de um homem, mediante grave ameaça e sob a posse de uma arma branca. Em audiência, T referiu que a faca estaria dentro de uma bolsa pertencente ao amigo, e que ela apenas teria se aproximado para ver o que ocorreria, haja vista ter ouvido gritos e discussões entre o amigo e a vítima. Já a vítima, quando ouvida em audiência, referiu que: “Eu ia passando ali, daí o cara me chamou pra fazer um programa, mas nem chegou a completar. ” (Processo nº 029/5160001081-6, p. 67).

Paralelo a tais narrativas, a Defesa em sede de memoriais enfatizou que não houve provas robustas para que T fosse condenada, eis que a própria vítima, ante o reconhecimento realizado em audiência, vendo T através de uma porta com vista externa (procedimento de praxe), não soube precisar se realmente foi T quem teria praticado o roubo. Em 31 de agosto de

2017, T recebeu sentença improcedente, o que se deu em razão da insuficiência de provas contra si. Insta salientar que T foi novamente acusada de atos infracionais, em sua maioria semelhantes à os ora narrados, e, muito embora haja sentenças favoráveis e desfavoráveis, tendo T cometido ou não tais delitos, resta como reflexão latente, a forma como o Judiciário conduziu cada caso. Nas audiências de apresentação, oportunidades em que T foi ouvida, foi possível perceber o estranhamento nos olhos dos presentes quando aquela mulher trans de nome José adentrava na sala de audiências. Da mesma forma, muito tempo se passou até que T fosse chamada pelo nome social pela Equipe do Centro de Atendimento Socioeducativo onde cumpriu a medida de internação, o que igualmente se deu em relação à Defesa e Acusação.

Conclusão

Ao que parece, o sexo biológico de T predominava no olhar da Justiça, pois muito embora tratar-se de uma mulher, para a justiça, parecia apenas um menino infrator. Denota-se que T, por ser trans, pobre, sem escolaridade e negligenciada pela família, já era culpada por todo e qualquer ato infracional, antes mesmo que pudesse se defender. Neste sentido: “Longe, portanto, de ser uma expressão de liberdade, a roupa é uma camisa de força, que limita, cerceia e embota terrivelmente a escolha dos indivíduos. [...] através da roupa que estão usando, a sociedade exerce uma estreita vigilância e controle [...]” (LANZ, 2017, p. 177).

Neste cenário, surge um sinal de alerta, eis que este caso analisado demonstra claramente a hipocrisia enraizada na sociedade em relação à prostituição, bem como em relação a quem dela sobrevive, ainda mais ao se tratar de mulheres trans, duplamente estigmatizadas historicamente. Ademais, T certamente não é a única mulher trans a protagonizar processos judiciais, possivelmente também não deva ser a única mulher trans a fazer da rua sua forma de subsistência, o que não configura crime, eis que se trata de profissional independente, dona de seu corpo. Contudo, resta como questionamento final deste trabalho: quantas mulheres trans são acusadas e condenadas por atos infracionais e/ou crimes que possam não ter cometido, mas que se materializam quando suas vozes não são ouvidas em Juízo, ou, ainda, quando as narrativas das vítimas se sobressaem, tornando-se a única e verdadeira versão dos fatos? Indagam-se tais assuntos em razão de uma possível criminalização de identidade, ou ainda, uma criminalização trans, em especial às trans hipossuficientes. Tal preocupação é necessária na medida em que mais mulheres trans podem se tornar réis perante uma justiça que opera mediante um preconceito velado e difícil de ser visto, eis que a sociedade não tem acesso a processos judiciais em sua totalidade a fim de melhor analisar o curso de cada feito. Assim, caminha-se

para a abertura de precedentes no tocante à margem da sociedade, local que parece estar predestinado às mulheres trans, como uma espécie de estigma que necessita ser desconstruído cotidianamente.

Referências Bibliográficas

ANGELIN, R.; MARTINS, P.A.M. **O reconhecimento da diversidade sexual na perspectiva jurídico-cultural brasileira.** In: Diálogo e entendimento: direito e multiculturalismo & políticas de cidadania e resoluções de conflitos. Charlise Paula Colet Gimenez. José Francisco Dias da Costa Lyra (Org.). 7 ed. Campinas, São Paulo, Millenium Editora, 2016.

BENTO, Berenice Alves de Melo. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção: Primeiros Passos; 328.

BRASIL. Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em 18 de fev. de 2018.

BIRMAN, Patrícia. **Conexões políticas e bricolagens religiosas:** questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: SANCHIS, Pierre. (Org.). Fiéis e cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro: EUERJ, 2001. p. 61.

DOSSIÊ: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans. Org. Sayonara Naider Bonfin Nogueira, Tathiane Araújo Aquino e Euclides Afonso Cabral. Rede Trans Brasil 2017.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Márcia Bandeira de Leite Nunes. 4ª edição. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

KULICK, D. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Fiocruz, 2008.

LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Movimento Transgente, 2ª Ed. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo nº Processo nº 029/5140000698-0. **Roubo.** Juizado Regional da Infância e da Juventude. Santo Ângelo-RS 2014.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional.** São Paulo: Cortez, 2011.

WARAT, Luis Alberto. **A Rua Grita Dionísio!** Direitos Humanos da Alteridade, Surrealismo e Cartografia. Tradução e organização: Vívian Alves de Assis, Júlio César Marcelino Jr. E Alexandre Moraes da Rosa. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2010.

**ARLINDA NUNES: PROTAGONISMO FEMININO NA CENA
ARTÍSTICA PELOTENSE**

ARLINDA NUNES: FEMALE PROTAGONISM IN PELOTENSE ARTISTIC SCENE

*Luiza Alves de Macedo Tavares
Acadêmica de Artes Visuais/Bolsista PROBIC/FAPERGS
luamata100@gmail.com*

*Eduarda Gonçalves Schuster
Acadêmica de Artes Visuais/Bolsista PBIP-AF/UFPEL
eduardagschuster@gmail.com*

*Nádia da Cruz Senna
Professora Associada, Centro de Artes/UFPEL
alecrins@hotmail.com*

RESUMO

O artigo apresenta o relato em torno da artista pelotense Arlinda Nunes (1928), selecionada para integrar a coleção “As Artistas do Sul”, junto ao projeto de pesquisa vinculado ao grupo Caixa de Pandora: estudos de gênero, arte e memória (PPGAV/UFPEL/CNPq). Nossa meta é dar visibilidade às artistas mulheres de Pelotas e da região sul do Brasil, para promover seu reconhecimento, enfatizar seus processos poéticos e discursos, no âmbito acadêmico, tendo em vista o público infanto-juvenil. Para tanto a investigação contempla metodologias próprias da pesquisa em arte, de caráter aberto, interdisciplinar e experimental, para provocar emoções e proporcionar perspectivas alternativas de ver o mundo. Arlinda Nunes tem uma trajetória invejável ao longo de sete décadas de produção contínua, esse protagonismo foi decisivo para mudar o panorama artístico da cidade. Coursou a antiga EBA junto às primeiras turmas, segundo uma formação tradicional. Porém, sua percepção aguçada lhe instiga a ultrapassar defasagens e ir ao encontro de uma poética moderna; em uma atuação que vai atingir coletivos, espaços de exposição, professores, crítica e público, na origem do sistema das artes em Pelotas. Revisamos a bibliografia existente sobre a artista, acompanhamos o processo de curadoria da exposição retrospectiva no MALG (2017). Iniciamos o processo de levantamento das imagens com definições da linha narrativa para projetar o design do livro ilustrado.

Palavras-chave: Processos criativos. Arlinda Nunes. Livro Ilustrado. Mulher artista.

ABSTRACT

The article presents the report about Pelotas's artist Arlinda Nunes (1928), selected to integrate the collection "The Artists of the South", next to the research project linked to the Caixa de Pandora group: studies of gender, art and memory (PPGAV/UFPEL/CNPq). Our goal is to give visibility to women artists from Pelotas and the southern region of Brazil, to promote their recognition, emphasize their poetic processes and speeches, in the academic area, with a view to the children and youth audience. For this, the research contemplates methodologies proper to art research, of an open, interdisciplinary and experimental character, to provoke emotions and

provide alternative perspectives to see the world. Arlinda Nunes has an enviable trajectory throughout seven decades of continuous production, this protagonism was decisive to change the artistic panorama of the city. She attended the old EBA with the first classes, according to a traditional training. However, her keen insight compels to overcome lags and meet modern poetics; in an action that will reach collectives, exhibition spaces, teachers, critics and public, in the origin of the system of arts in Pelotas. We reviewed the existing bibliography about the artist, followed the process of curating the retrospective exhibition at MALG (2017). We begin the process of surveying the images with definitions of the narrative line to design the illustrated book design.

Keywords/Palabras clave: Creative process. Arlinda Nunes. Illustrated book. Woman artist.

O projeto

O projeto de pesquisa **As Artistas do Sul em Experiências Lúdicas e Educativas** que faz parte do grupo de pesquisa **Caixa de Pandora: Estudos de Arte, Gênero e Memória**, tem como foco a inclusão feminina na arte, investigamos protagonismos para dar a conhecer carreiras e produções, buscando a visibilidade das mulheres artistas, especialmente, para aquelas vinculadas à cena pelotense, e ou da região sul do Brasil. A investigação avança sobre biografias, processos poéticos, discursos e registros para desenvolver ações e materiais paradidáticos voltados para o público infanto-juvenil em nível fundamental e médio.

Arlinda Nunes

Arlinda Nunes, a terceira artista revisitada pelo grupo, nasceu em Pelotas em 1928, cidade onde construiu sua formação e iniciou sua trajetória artística. Ela fez parte da segunda turma da Escola de Belas Artes, tendo se formado em 1954. A EBA, como ficou conhecida, veio a constituir espaço fundamental para a consolidação do ensino, produção e divulgação da arte na cidade. Possuindo enorme desejo de aprender, fez cursos e diversas oficinas mesmo após graduar-se. Um desses cursos acabou sendo o lecionado pela Inah Costa, artista pelotense, porém com trânsito no cenário das artes do Rio de Janeiro, e que foi decisivo para que Arlinda Nunes seguisse na carreira como artista e professora.

Neste curso Nunes desenvolveu sua poética abstracionista e concretista pouco conhecida pelos artistas locais. Aliás, com exceção dos grandes centros, o conhecimento sobre arte se mantinha tradicional, segundo o esquema acadêmico.



Figura 1: Autorretrato da artista.

Fonte: Autoras

Cabe esclarecer que esses movimentos artísticos, que rompem com a academia chegam até as artistas das bandas de cá, por conta do interesse da artista, que vai receber da Fundação Bienal de São Paulo, bibliografia recente e catálogos de exposições. Sob orientação e ministro de Inah D'Ávila Costa, pioneira da arte abstrata no Brasil, tem início o “Curso de Desenho, Pintura e Estruturação” nos anos 70, determinante sobre o sistema das artes em Pelotas, provocando uma mudança de rumo. De lá para cá, seu protagonismo assertivo e intenso contribuiu para que a cidade se destacasse como polo cultural do sul do país.

Arlinda Nunes abriu espaços alternativos de exposição, promoveu exposições e mostras nos espaços oficiais, foi professora da Escola Assis Brasil, atuou na formação continuada para professores, fundou o Movimento Artístico de Pelotas (MAP) em 1976. Sua carreira atravessa fronteiras e vai alcançar reconhecimento internacional, recebe prêmios e se revela um sucesso de crítica e de público, suas obras estão espalhadas em acervos de museus, galerias, fundações e, ainda, integram coleções particulares.

A professora e pesquisadora Carmen Diniz foi a curadora da grande retrospectiva “*Arlinda Nunes: a trajetória de uma artista e sua atuação nas artes plásticas de Pelotas*”, ocorrida em julho de 2017 no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, destaca no folder da exposição a inquietação que move a artista, sempre pronta para aprender, experimentar materiais, técnicas e enfrentar desafios poéticos (figura 2). O projeto de curadoria da mostra retrospectiva procurou dar visibilidade a todas as fases artísticas de Arlinda Nunes, um trabalho rigoroso que envolveu pesquisadores, artistas, professores, alunos, colecionadores e familiares, demonstrando a inserção da artista na comunidade.

Museu de Arte Leopoldo de Souza e Costa

ARLINDA NUNES

A trajetória de uma artista e sua atuação nas Artes Plásticas de Pelotas.

A exposição de Arlinda Nunes mostra-nos no seu amplo espectro, uma síntese de sua vida artística e a importância do trabalho executado durante muitos anos, que serviu para o enriquecimento e a modernização das Artes Plásticas, como também para a consolidação do Sistema das Artes de Pelotas.

Curadoria: Carmen Regina Bauer, Denise e José Luiz de Pellegrin

Abrertura da Exposição: 11 de julho de 2017 às 10h30

Visitação: de 2 de julho até 24 de setembro de 2017, de terças a domingos das 10h às 19h

MALG - Museu de Arte Leopoldo de Souza e Costa
Rua General Osório, 725, Centro - Pelotas

ENTRADA FRANCA

Apresentado por

Associação

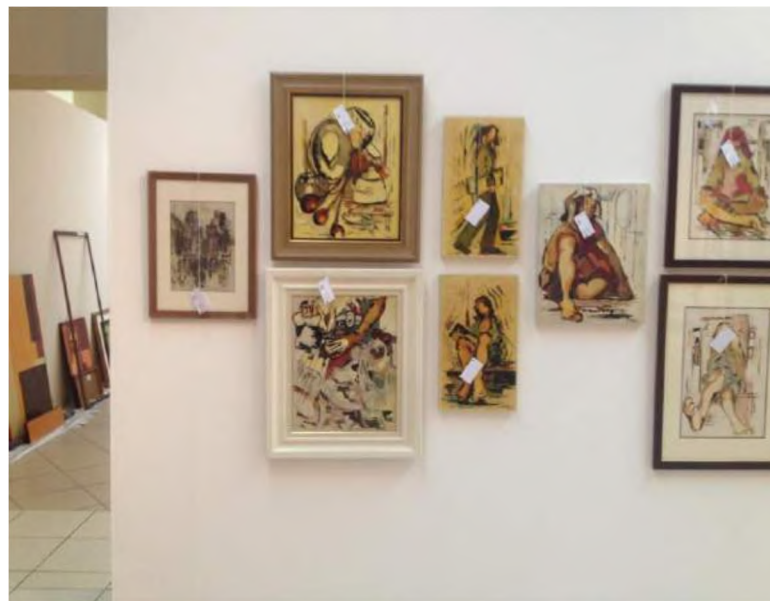
Realizado por



Figura 2: Convite virtual da exposição Arlinda Nunes: A trajetória de uma artista e sua atuação nas Artes Plásticas de Pelotas.

Fonte: MALG, 2017.

São mais de sete décadas dedicadas às artes plásticas, com investimento nas diferentes linguagens com igual vigor, seja no desenho, pintura, cerâmica, montagens e objetos. Foram muitos cursos, muitos trabalhos, diferentes fases, distribuídos por uma numerosa participação em exposições. A Figura 3 dá uma ideia dessa variedade de obras, observamos uma parte da exposição, ainda em processo de montagem. A expografia visibiliza essa diversidade e a intensidade da produção.



Figuras 3: foto da montagem da exposição.

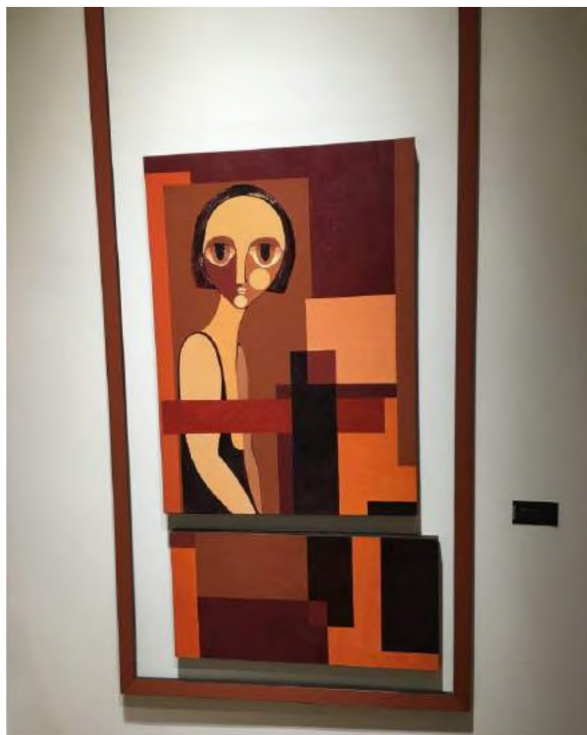
Fonte: Autoras

Acompanhamos a montagem da exposição, estivemos com os curadores e iniciamos o processo de levantamento da biografia e das imagens. Estas são etapas iniciais que percorremos para a definição da linha narrativa e projeto de design do livro dedicado à Arlinda Nunes. As figuras que seguem mostram os esboços da personagem, referenciada na obra da artista, e o processo de pintura digital em fase inicial (Figuras 4 a 9).



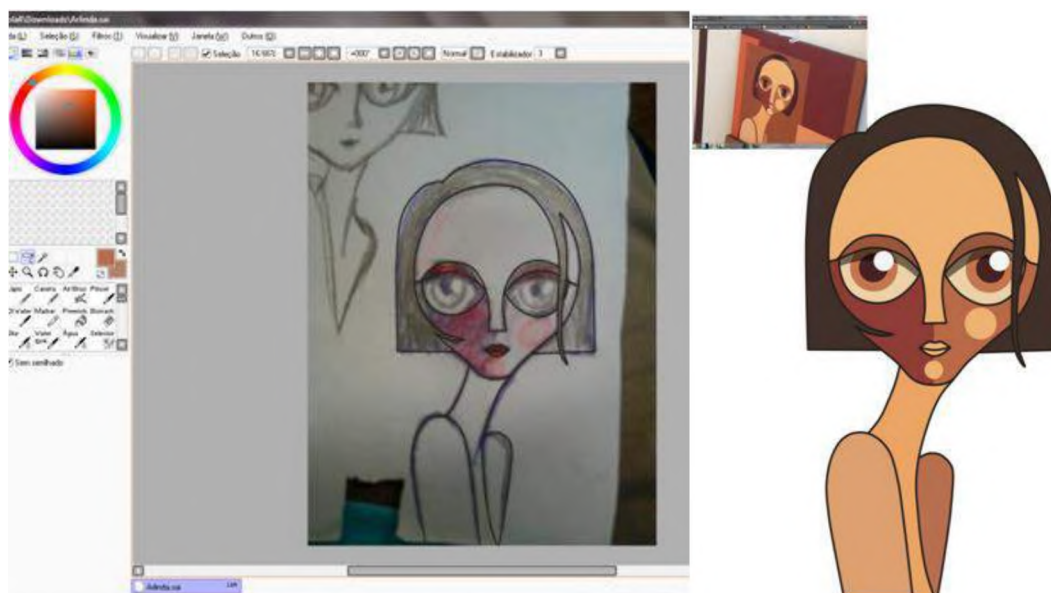
Figuras 4 e 5: Estudos da personagem.

Fonte: Autoras



Figuras 6: obras da artista.

Fonte: Itaú Cultural.



Figuras 7 e 8: Estudos de pintura digital da personagem.

Fonte: Autoras.

A primeira ideia do visual para o livro seria inspirado nas obras das mulheres pêssegos da artista, com pode ser visto na imagem acima (figura 6). Por fim, decidimos utilizar um outro estilo de sua pintura, sendo esse muito marcante em seu amadurecimento. (Figura 9, 10 e 11)



Figura 9: obra da artista.
Fonte: site Clube Curitibano



Figuras 10 e 11: Estudos com o estilo da artista.
Fonte: Autoras.

No início de março tivemos a oportunidade de realizar uma entrevista com a artista na qual pedimos maiores informações de como foi seu percurso no mundo das artes, explicar o projeto e a ideia que tínhamos para o livro. Durante sua fala, podemos perceber que a sua fase de pinturas com espátula, que desenvolveu nas aulas da Inah Costa, foi o que lhe fez reconhecer e demonstrou o quanto evoluiu a respeito de arte moderna e como artista.

O livro se inicia com Arlinda nos dias de hoje, abrindo um álbum de fotos, e é a partir dessas fotos que nasce a narrativa da história, ligando cada uma a determinada parte de sua vida como artista, criando uma mistura de ilustração com as fotos, passando desde o momento em que estudou nas Belas Artes, sem compreender a arte moderna, encontrando Inah Costa,

aprendendo sobre a arte moderna, seus tempos como professora e artista, e terminar o livro novamente com a imagem dela fechando o álbum. (Figura 12)



Figuras 12: Primeiro esboço do storyboard do livro.
Fonte: Autoras

Os livrinhos

O trabalho é uma continuação e desdobramento do projeto. O desenho do corpo o corpo que desenha, onde desenvolvemos ações e materiais educativos sobre artistas pelotenses como Leopoldo Gotuzzo, Fernando Duval, Maria Lídia Magliani e Seli Maurício. O encantamento do grupo com essas duas últimas artistas, e a constatação de quanto as mulheres artistas carecem de reconhecimento e visibilidade em âmbito educacional, nos instigou a trazer outras protagonistas, igualmente relevantes para a fruição, produção e ensino da arte em Pelotas.

A intenção do projeto atual, coloca o foco nas mulheres artistas, tão relevantes para o crescimento das artes na cidade e na região. Interessa dar a ver nomes e produção, recuperar o legado e o protagonismo feminino. Inah Costa, Arlinda Nunes, Judith Bacci, Lenir de Miranda, Helena Pinto Ferreira são algumas das artistas selecionadas. Um grupo que representa a riqueza e a diversidade da criação artística em desenho, pintura, escultura, objetos, instalações e performances, revelando tendências estéticas e diferentes processos de trabalho. Vamos contar as histórias, desvendar processos criativos, perceber obras e discursos conforme entabulados por essas mulheres artistas.

O estudo será disponibilizado sob a forma de uma coleção de livros ilustrados, propositivos e paradidáticos, voltados ao ensino em âmbito fundamental, com vistas a promover

experimentações e descobertas artísticas, bem como aproximar o público infantil deste universo, oportunizando a compreensão e a vivência do processo criativo das artistas.

Atualmente, o projeto se encontra no desenvolvimento do livro sobre a artista pelotense Arlinda Nunes. Sua pesquisa iconográfica e documental já foi feita, contando com pesquisas já realizadas, livros, catálogos, ensaios e entrevistas concedidas com artistas-professores que a conhecem, bem como com a própria artista.

Essa breve apresentação do trabalho e do grupo permite vislumbrar o potencial e a pertinência da pesquisa que se pretende empreender, justificada pelo alargamento dos horizontes de pensamento que não estão restritos às disciplinas, ou leituras tradicionais, como normalmente acontece. E, pela necessidade de ultrapassar desigualdades significativas que persistem e se expandem através de outros dispositivos técnicos e simbólicos, apesar do protagonismo feminino e da “arte insubordinada” que o ativismo cultural forja e incentiva nas mais diversas formas de expressão.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Lina Alves. Revisões feministas das histórias da arte: contribuições de Linda Nochlin e Griselda Pollock. In: LODO, Gabriela. VII Encontro de História da Arte: os caminhos da história da arte desde Giorgio Vasari. Campinas, SP : UNICAMP/BC/IA, 2012, p. 250 – 255.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. Nos descaminhos do imaginário: a tradição acadêmica nas artes plásticas de Pelotas. 1996. Dissertação – Curso de Pós Graduação em Artes Visuais, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. (Coord.). Arlinda Nunes: a trajetória de uma artista e sua atuação nas artes plásticas de Pelotas. Pelotas: Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, 2017.

LINDEN, Sophie van der; tradução Dorrothée de Bruchard. Para Ler o Livro Ilustrado. 1a edição. São Paulo: Cosacnaify, 2011.

PERROT, Michele. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: editora EDUSC, 2005.

POLLOCK, Griselda. Encuentros en el museo feminista virtual. Madrid, Ediciones Cátedra, 2010.

ROSA, Renato; PRESSER, Décio. Dicionário Artes Plásticas no Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 2000.

SANTO, Anaizi Cruz Espírito; DINIZ, Carmem Regina Bauer; MAGALHÃES, Clarice Rego (org.). A Escola de Belas Artes de Pelotas – Memória e História. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

SILVA, Ursula Rosa; LORETO, Mari Lúcie. História da arte em Pelotas: a pintura de 1870 a 1080. Pelotas: EDUCAT, 1996.

A CULTURA ESCOLAR E A HORTA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

THE SCHOLAR CULTURE AND THE VEGETABLE GARDEN IN THE PERSPECTIVE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION

*Maiara Moreira Berdete
Graduanda, Universidade Federal de Pelotas
berdetemaiara@gmail.com*

*Eduardo Barbachan Dubreuilh Borba
Graduando, Universidade Federal de Pelotas
eduardobarbachandb@gmail.com*

RESUMO

Este artigo é um ensaio do trabalho de conclusão de curso, Geografia Licenciatura. O objetivo é analisar a importância da Horta como uma proposta de prática de Educação Ambiental (EA) para além do currículo prescrito das escolas, tendo como recorte empírico a E.E.E.M. Dr. Antônio Leivas Leite, no município de Pelotas/RS. A ocupação dos alunos da escola, em maio de 2016, desafiou e instigou os pibidianos (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID), na busca por estratégias e instrumentos democráticos que levassem de fato a concretização de um desejo expresso, isto é, tornar a horta uma realidade na escola. Esta pesquisa está amparada na Lei nº 9.394/96 (LDB) que prevê na formação discente o acesso à informação, a gestão democrática, a cultura e ao lazer, a Lei nº 9.795/99 (PNEA) que regula a Educação Ambiental no Brasil de forma interdisciplinar, transversal e contínua. A metodologia se embasará no estudo de caso referente à horta – escolar e foi desenvolvida a partir de observações participante devido ao fato da pesquisadora estar envolvida no processo de implementação. E por fim, mesmo com todos os percalços acredita-se que é necessário insistir na manutenção da horta em uma realidade urbana, uma vez que, propicia-se o repensar a lógica urbana em detrimento a sustentabilidade, um verdadeiro resgate de ações com a natureza.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Currículo. Horta – Escolar. Cultura Escolar.

ABSTRACT

This article is an essay of the completion course work, Geography Teaching. The objective is to analyze the importance of vegetable garden as a proposal of Environmental Education (EA) practice beyond the prescribed curriculum of schools, having as an empirical snippet the E.E.E.M. Dr. Antônio Leivas Leite, in the municipality of Pelotas/RS. The occupation of the students of the school in may of 2016 challenged and instigated the pibidians (Institutional Program of Scholarship to Initiation for Teaching - PIBID), in the search for democratic strategies and instruments that actually led to the realization of an expressed desire, which is, make gardening a reality in school. This research is supported by Law No. 9.394/96 (LDB), which provides access to information in student training, democratic management, culture and leisure in education, Law No. 9.995/99 (PNEA), which regulates Environmental Education in Brazil interdisciplinary, transversal and continuous form. The methodology will be based on the case study concerning the school garden and was developed from participant observations due to the fact that the researcher is involved in the

implementation process. And finally, even with all the mishaps, it is believed that it's necessary to insist on the maintenance of the vegetable garden in an urban reality, once it is possible to rethink the urban logic to the detriment of sustainability, a real rescue of actions with nature.

Keywords: Environmental Education. Curriculum. School Vegetable Garden. Scholar Culture.

Introdução

Este artigo é um ensaio do trabalho de conclusão de curso, Geografia Licenciatura e visa analisar o processo de implementação da Horta como uma proposta de prática de Educação Ambiental para além do currículo prescrito da escola, tendo como recorte empírico a E.E.E.M. Dr.º Antônio Leivas Leite.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) desenvolve atividades de formação de professoras e professores desde 2012 na escola. Nesta perspectiva o ano de 2016, começa com a sugestão das alunas e alunos da escola de construção de uma horta. Deste modo o PIBID buscou auxiliar a escola e todos que nela se encontram nessa implementação e proporcionar o pensamento sobre a educação ambiental (EA) a partir da temática “produção e alimentação saudável”.

Entende-se que a escola em sua formação discente reforça a importância de ser crítica e reflexiva. Na realidade escolar observa-se o quanto é essencial para a formação cidadã ter a horta em sua dependência, que vise o aprimoramento e a complexidade do pensamento espacial e ambiental na comunidade escolar, sendo de grande valia a interação currículo-horta.

A educação ambiental de acordo com a Lei nº 9.795/99 compreende-se como interdisciplinar, transversal, contínua e permanente no ambiente escolar. Proporcionar uma gestão democrática, a valorização da construção social, ao acesso a informações, a cultura, está alicerçada na Lei do PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental), bem como na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) viabilizando o estudo desta pesquisa para compreensão em micro relações como a Educação ambiental vem sendo incorporada, integrada e desenvolvida na escola.

A importância desta pesquisa está centrada na relação das educadoras e educadores entenderem as dinâmicas que perpassam a cultura escolar. A inserção da horta na escola aperfeiçoa o “sujeito cognoscente” (CARVALHO, 2013) o ato de conhecer, compreender e ser, para além dos conteúdos programáticos estabelecidos pela grade curricular, e proporcionar um raciocínio do pensar, ser e perceber o espaço de diversos saberes científicos e populares conjuntamente com suas trajetórias de vidas.

Considera-se o currículo prescrito e o real importantes para o processo de integração da horta com o restante das disciplinas escolares, principalmente como a geografia. Nesta perspectiva esta pesquisa é pensada e executada, para fins de conhecimento, uma vez que é na escola que começamos a nos formar cidadãos e cidadãs.

O próximo passo é a revisão de literatura sobre o currículo prescrito de geografia do ensino médio e a lei PNEA, perpassando os princípios do projeto de ação apresentado na etapa municipal e estadual da IV Conferência do Meio Ambiente e a primeira vez que a escola Dr.º Antônio Leivas Leite participa.

Algumas reflexões que despertam a pesquisa

O currículo é uma forma de regular, orientar o desenvolvimento do estudante, em seus graus e classes, ele determina o que ensinar e como ensinar. Segundo Sacristán (2013), “o currículo a ensinar é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularam a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade” funciona como uma lógica eficiente da educação escolar, que visa formar cidadãos aptos a exercer suas funções na sociedade eficiente e progressista.

O currículo escolar tem linearidade, sequência e fronteira entre as disciplinas da educação básica. Por vezes, delimitam os avanços e permanências no estágio de desenvolvimento da criança, adolescente e/ou jovem. São pontos que merecem atenção ao se tratar do currículo de EA, que entremeiam os currículos das disciplinas e quebra essa linearidade conquistada com o passar dos anos e com o avanço da ciência.

Nesta perspectiva o currículo de EA perpassa desde a formação da professora e/ou professor, como também o currículo escolar que permeia o desenvolvimento da EA na escola que busca nas “redes de saberes” (TRISTÃO, 2004) conexões a serem estabelecidas dentre uma lógica não linear, e sim complexa que vise à compreensão de fenômenos a partir de visões parciais para a totalidade, ou vice-versa.

A educação ambiental busca desenvolver sua temática acerca da questão ambiental de forma interdisciplinar para a melhor compreensão da ciência em sua totalidade. A perspectiva da EA para sustentabilidade desenvolve valores e definições estabelecidas perante a moral/ética para o meio ambiente. Então, a EA trabalha com questões de conscientização com o meio ambiente, visto que, a professora e professor pode ampliar o espectro do entendimento da EA na escola.

De acordo com Tristão:

Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Aprender a conhecer seria o caso de fornecer o prazer e as bases para querer continuar a aprender; aprender a fazer é a aquisição de uma habilidade para enfrentar novas situações, facilitar o trabalho em equipe e a capacidade de buscar soluções associando estudo e trabalho; aprender a ser em sua proposta continua bastante atual: desenvolver a responsabilidade individual para o futuro coletivo; por fim, aprender a viver junto é respeitar as diferenças culturais, o conhecimento dos outros, sua história, tradições e sua espiritualidade (TRISTÃO, 2004, p.66).

É importante, criar espaços significativos na construção de sentidos com a educação ambiental, para que haja ações e práticas que estimule a criatividade, o equilíbrio, a solidariedade, o conhecimento, a criação e reapropriação do saber, uma vez que, esteja na realidade do estudante e da escola. Vejo a horta-escolar como possibilidade de diversos saberes, ações que podem almejar para o seu desenvolvimento e para construção de valores e atitudes, *aprender a ser* neste mundo.

Segundo a autora Sauv e “A trama do meio ambiente   a trama da própria vida, ali onde se encontram natureza e cultura; o meio ambiente   o cadinho em que se forjam nossa identidade, nossas rela es com os outros, nosso ‘ser-no-mundo’” (SAUV E, 2005). A autora mostra a rela o de indivíduo com a natureza que por vezes   escamoteada na escola, e   pertinente ser trabalhado por esse viés que salienta a cultura da horta e a cultura escolar dispares da realidade. São rela es sociais diferentes perante as rela es ambientais, reconhecer o seu lugar através da horta.

Nesta perspectiva ao tratar do projeto de aço da escola em estudo, cujo, o objetivo foi “promover a sustentabilidade na escola através da produ o e consumo de alimentos ecologicamente corretos dentro do ambiente escolar” (Projeto de aço, 2013). Foi possível desenvolver a es que buscaram a compreensão, a partir da realiza o de propostas e atividades.

Destaca-se a importância de pensar o currículo prescrito de geografia centrado na proposta de soberania alimentar e na produ o dos alimentos orgânicos. Proporcionar aos estudantes “o conhecimento poderoso” (YOUNG, 2016) e que há um ‘melhor conhecimento’ da disciplina para ser ensinado e apreendido, uma vez que, este conhecimento exerce seu poder na sociedade e no sujeito enquanto ser pensante de sua realidade. O conhecimento desenvolvido ao longo da trajetória do estudante tem seu motivo para ser aplicado e avaliado, visto que, o currículo regula os conteúdos trabalhados em seus respectivos anos do ensino fundamental e médio.

E desta forma, contribui para repensar o espaço geográfico e as a es humanas que nele v o dando significado, para que, os estudantes compreendam as rela es entre a sociedade – natureza. Para o autor:

O conhecimento curricular – ou disciplinar – é *independente do contexto*, diferentemente do conhecimento baseado na experiência que os alunos trazem para a escola, que está diretamente ligado aos contextos nos quais as pessoas vivem e dentro dos quais é adquirido (YOUNG, 2016, p.34).

A horta-escolar pensada para este objetivo requer a interligação desses dois tipos de conhecimentos que são produzidos e reelaborados na escola com ajuda da educadora e do educador.

O projeto desenvolveu-se na perspectiva de encontrar significados para sua justificativa no ambiente escolar, bem como, por seus objetivos específicos que consideravam:

Produzir continuamente diversos alimentos na horta da escola; criar uma composteira para aproveitar os resíduos orgânicos; reduzir efetivos gastos com a merenda escolar; promover um debate constante sobre a importância da sustentabilidade e da produção de alimentos saudáveis; utilizar os alimentos produzidos na escola na merenda escolar (Projeto de ação, 2013).

O objetivo geral e os específicos foram respaldados por alguns conteúdos de geografia, e a temática da EA com princípio da sustentabilidade, que por sua vez, estão alicerçados em documentos que buscam relacionar a duas instâncias na “perspectiva da ética, a mudança de valores e de comportamento dos sujeitos” (TRISTÃO, 2004, p.55).

A sustentabilidade é compreendida aqui como igualdade de oportunidades, mudanças de valores a cerca de uma sociedade valorada na equidade social, ambiental e econômica em busca de uma sociedade solidária e coletiva, quebrando a lógica capitalista e individualista.

A escola é um ambiente multicultural, cujo, o espaço tem suas características específicas de grupos que nela se construíram e se constroem. Na instituição encontramos várias culturas e cada qual com seu desenvolvimento pessoal. Neste fato de estarmos em constante modificação encontramos a possibilidade da horta enquanto um excelente espaço para serem trabalhados e desenvolvidos os “conhecimentos poderosos” para a aprendizagem dos alunos e sua construção sociocultural.

Considero importante desenvolver a sustentabilidade nos espaços geográficos que estamos inseridos, e em constantes relações sociais, espaciais e culturais. A escola por progredir com a horta assegura a sustentabilidade no ambiente escolar e proporciona possibilidades aos educandos torna-os parte do processo e possibilita a aquisição de conhecimentos para além da sala de aula.

A leitura das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, artigo 6, elucida sobre a perspectiva que a EA deve ser desenvolvidas nas escolas. Contudo, é importante assumir “uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a cultura, a produção, o trabalho,

o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino” (BRASIL, 2012, p.2).

A geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico, que esta em constante modificação pela ação humana, com sérios problemas ambientais decorrentes do padrão de consumo e exploração de recursos naturais exacerbadas para atender toda a população mundial. E EA propicia a compreensão dos aspectos envolvidos neste modo capitalista, o pensar formas de mitigar os impactos ambientais e repensar as ações até então encabeçadas e desenvolvidas pela sociedade. Aspectos necessários para entender que fazemos parte do planeta Terra.

Caminhos da pesquisa: o estudo de caso

A metodologia aqui apresentada e desenvolvida até o momento está embasada no estudo de caso (MARTINS, 2008). A pesquisa aborda o estudo de caso como a compreensão da realidade escolar com suas relações sociais, interações culturais e curriculares com intuito de compreender o processo inicial de implementação da horta-escolar, para o segundo momento asseverar a sua permanência na escola.

Segundo MARTINS (2008) “o pesquisador voltado para a descoberta de generalizações mais amplas, em oposição a generalizações existentes, poderá ser, em muitos conteúdos do senso comum, autênticos estímulos para empreitadas de pesquisas científicas”. É nessa perspectiva que esta pesquisa é realizada a partir do cotidiano escolar com a horta, para se pensar em sua dinâmica escolar.

No momento inicial da pesquisa, a pesquisadora se vê como sujeito participante das atividades aqui apresentadas proporcionando a observação participante. A escola Dr.º Antônio Leivas Leite localiza-se na área urbana do município de Pelotas (Figura 1), está inserida na Região Administrativa Três Vendas, no microterritório Cohab Tablada.

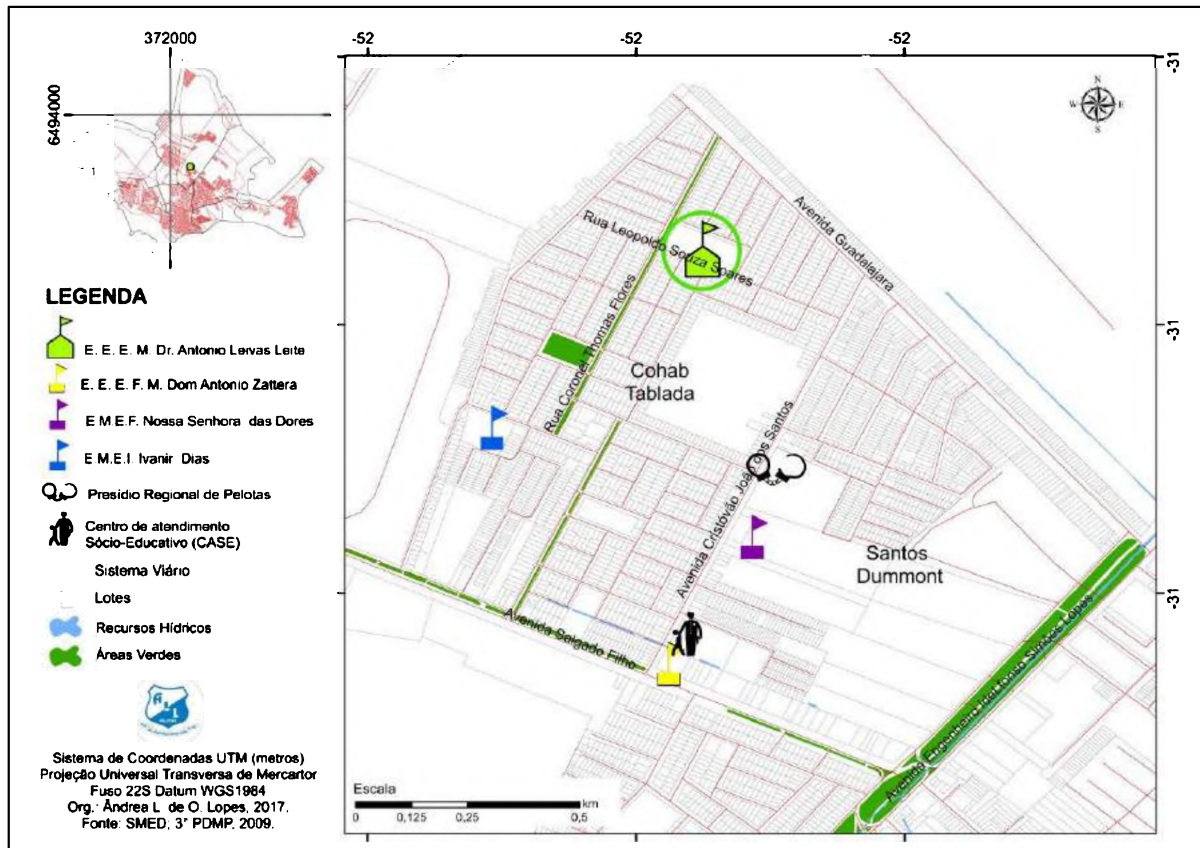


Figura 1: Localização geográfica da E.E.E.M. Dr. Antônio Leivas Leite.
Fonte: LOPES, Ândrea.

O ano de 2016 começou agitado na escola, sendo que em maio ocorreu à ocupação dos estudantes⁴⁰. Os alunos da escola Dr.º Antônio Leivas Leite participaram deste movimento e se uniram a outras escolas localizadas por todo estado. Durante as manifestações, os alunos que participaram desse movimento produziram vídeos sobre pontos que mereciam atenção na escola e uma das demandas foi à horta-escolar, assim é que iniciam-se ações voltadas para sensibilizar e impulsionar a implementação de processos que atendam a essa demanda.

A ocupação da Escola pelos estudantes desafiou e instigou os pibidianos, na busca por estratégias e instrumentos democráticos que levassem, de fato, a concretização de um desejo expresso, isto é, tornar a horta uma realidade da escola, além de mobilizar os alunos do ensino médio para aproximação com estes saberes que vezes são populares e outrora científicos, que no ambiente escolar são desenvolvidos simultaneamente foi fundamental para o processo.

Considerou-se importante neste processo de implementação à compreensão do histórico escolar ao participar da IV Conferência Estadual do Meio Ambiente (CEMA), em 2013, no qual fazia parte da IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA).

⁴⁰ Devido ao movimento de ocupação que naquele ano vinham sendo manifestadas em diversos estados do Brasil. No caso do Rio Grande do Sul este movimento reivindicava melhores condições de ensino e contra o atraso de repasses do governo estadual para as escolas públicas.

O projeto desenvolvido e apresentado na conferência municipal foi aceito para a etapa estadual, sendo premiado 3º lugar. Desse modo, a escola recebeu verbas para a implementação da horta na escola. Este evento impactou a comunidade discente e docente da escola e proporcionou o incentivo do pensar sobre a educação ambiental.

Durante a parceria da escola com o pibid houve o diagnóstico da realidade escolar, em 2014 e levou aos objetivos do projeto interdisciplinar “acessibilidade”: proporcionar ao aluno acesso à informação, a cultura e ao lazer. Princípios esses presentes na Lei 9.394/96 (LDB – Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional), que devem ser perseguidos para uma educação inclusiva. Somado a lei 9.394/96, tem-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) o incentivo a valorização da construção social, liberdade de expressão e criação em sua gestão democrática escolar.

E nesta perspectiva foi intensificada a implementação da horta-escolar com o apoio do pibid auxiliando os professores nas práticas desenvolvidas com a mesma. Desde 2016 a implementação e o monitoramento da horta vem sendo desenvolvida como subeixo do projeto interdisciplinar dedicado à “produção e alimentação saudável”.

O grupo de pibidianas e pibidianos realizou trabalho de análise audiovisual – por demanda de uma horta escolar e dominou o debate no/do grupo enquanto planejamento das ações do pibid na escola. Assim, a formação dos bolsistas foi ocorrendo por meio de trocas de saberes em: debates sobre a temática, pesquisas, elaboração e socialização de dinâmicas, saída de campo e roda de conversa com profissionais como, por exemplo, engenheiro agrônomo, com experiência na área.

As atividades aqui elencadas também foram desenvolvidas com os alunos no ensino médio da escola, foram feitas rodas de conversas e apresentação de vídeos que visavam compreender a temática aqui já referida, com os primeiros anos, para tanto foi trabalhado com os alunos os vídeos: *Life in Syntropy* e *Ron Finley: um guerrilheiro no centro-sul de Los Angeles*.

Estes vídeos visavam sobre a temática de repensar a lógica do agronegócio, e o espaço urbano como possibilidade de participação da comunidade. O primeiro vídeo *Life in Syntropy* visa à compreensão da dinâmica agroflorestal a partir do documentário compreende-se as relações de natureza que está compreendido em um espaço harmônico convivendo com um sistema diverso de árvores e plantação.

O segundo vídeo é uma conferência que está na plataforma Technology, Entertainment, Design (TED). Este é apresentado pelo próprio Ron Finley e sua prática de plantar no canteiro da calçada, visto que onde mora é o centro-sul de Los Angeles, sendo que encontra-se nesta

cidade uma vasta e diversa rede de fast-food (comida rápida). O Finley praticará em sua calçada o cultivo de frutas, legumes e verduras indo de encontro a lógica que empoeem-se na região.

Esta roda de conversa aconteceu com o intuito de instigar os alunos a entender, e analisar as dinâmicas do ser humano com a natureza, com perspectiva da sustentabilidade e o consumo que perpassa no debate da educação ambiental. Bem como, a saída de campo realizada na instituição Lar de Jesus, a qual em suas dependências há uma horta. É importante para os estudantes de o primeiro ano compreender na realidade o que visualizaram nos vídeos e entender que a construção de uma horta escolar pode ser democrática e participativa e atender os princípios do projeto interdisciplinar do pibid.

Considerações finais

As mudanças de sentidos e significados sucedidas pela horta é um processo lento, que requer apoio da comunidade escolar, e perpassa pela mudança de hábitos, pela compreensão do consumismo na sociedade brasileira, constituindo o ser humano como indivíduo em constante busca da felicidade momentânea.

A geografia por se preocupar com a realidade do estudante com seu cotidiano, além disso, a compreensão do mundo, nos mostra a horta inventiva para este propósito e por se tornar realidade aos que estudam, trabalham no ambiente escolar. A horta requer ações de cuidado e manutenção, ou seja, fragilidades existem para sua implementação a escola. Pois, a integração currículo-horta na escola é um processo difícil e lento em sua plenitude.

A motivação que se levou a esse engajamento partiu de um grupo de pibidianas e pibidianos que criaram ações intervencionistas para repensar a horta na escola. Logo, este grupo não se encontra no espaço escolar, devido ao encerramento do edital vigente de 2012 a 2018, ou seja, a ação do pibid na escola também acabou - O grupo de alunas e alunos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), desenvolvia atividades na E.E.E.M. Dr.º Antônio Leivas Leite não permaneceu, essa interrupção influenciou nos resultados aqui expressos, visto que as ações desenvolvidas são amenas e de menor frequência, como, seria o ideal.

A pesquisa aqui prevista pretendeu desenvolver um olhar para a educação ambiental, a geografia e a horta.

Por fim, a cultura escolar nos mostra como é frágil ter uma horta em suas dependências, visto que – o desenvolvimento de tarefas e demandas que antes não existiam e torna-se hoje realidade na escola. Portanto, a cultura escolar desenvolvida com a horta requer cuidado e lentidão, no preparo do terreno para se cultivar legumes, verduras e frutas.

Mesmo com todos os percalços acredita-se que é necessário insistir na manutenção da horta em uma realidade urbana, uma vez que propicia-se o repensar a lógica urbana em detrimento a sustentabilidade, um verdadeiro resgate de ações com a natureza.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Resolução Nº. 2 de 15 de Junho de 2012. Brasília: MEC/CNE, 2012b.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº. 9.795/99. Brasília: MEC, 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; STEIL, Carlos Alberto. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**. V. especial, março, 2013.

Life of syntropy. Produção Agenda Götsch. São Paulo, 2015. 1 vídeo.

LOPES, Ândrea. Localização geográfica da E.E.E.M. Dr. Antônio Leivas Leite. Figura 1.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

Mostra “mãos a horta” atividade interdisciplinar. Produção Pibid Interdisciplinar escola Leivas Leite. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Pelotas, RS, 2018.1 vídeo.

Projeto de ação: escola + saudável. E.E.E.M. Dr.º Antônio Leivas Leite, 2013.

Ron Finley: um guerrilheiro no centro-sul de Los Angeles. Produção Ted Talks. 2013. 1 vídeo.

SÁCRISTAN, José Gimeno. (Org.). O que significa o currículo? In: SACRISTAN, José Gimeno. (Org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAUVÉ, Lucié. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago.2005.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2004.

MEMÓRIA E ARTE NO MUSEU: O CASO DO MUSEU DE MORRO REDONDO - RS

*MEMORY AND ART IN THE MUSEUM: THE CASE OF THE MUSEUM OF
MORRO REDONDO - RS*

*Marcos Roberto Silva de Souza
Graduação - UFPel
marcosroberto02012@gmail.com*

*Miriã da Mota Manoel
Graduação - UFPel
miria.mota.2012@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação estabelecida entre o Museu Histórico de Morro Redondo (MHMR), e a comunidade local, destacando a ligação constituída entre as crianças e os idosos através do Projeto de teatro “Morro em Cena” e do evento intitulado “Café com Memórias”. Ambas as atividades são desenvolvidas no contexto do Projeto de Extensão “Museu Morro Redondense: espaço de memórias e identidades”, vinculado ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). As encenações teatrais são concebidas em conjunto com a equipe do Projeto e protagonizadas pelos alunos do sexto ano do Colégio Estadual Nosso Senhor do Bonfim, situado na mesma cidade. As peças teatrais são nutridas pelos depoimentos coletados no “Café com Memórias”, que consiste em encontros mensais com idosos da cidade, que narram suas memórias a partir de objetos do acervo do Museu. Partimos da premissa de que este projeto abriu espaço para experiências mnésicas que fazem com que jovens e idosos ativem os sentidos patrimoniais da cidade em que residem, onde memórias afetivas são fixadas. Ao utilizar como pano de fundo as vivências de idosos, e sua relação com os objetos museológicos, é possível perceber claramente que os objetos pertencentes ao acervo funcionam como gatilhos de memórias. Resultados preliminares indicam que as ações promovidas no Museu contribuem para que as memórias sejam despertadas, apropriadas e disseminadas socialmente pelos atores sociais.

Palavras-Chave: Museu, Arte, Memória.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the relationship established between the Morro Redondo Historical Museum (MHMR) and the local community, highlighting the connection between children and the elderly through the "Morro em Cena" theater project and the event entitled "Coffee with Memories". Both activities are developed in the context of the Extension Project "Museo Morro Redondense: space of memories and identities", linked to the Bachelor's Degree in Museology of the Federal University of Pelotas (UFPel). The theatrical scenarios are conceived together with the Project team and carried out by the students of the sixth year of Our Lord of Bonfim State College, located in the same city. The plays are nourished by the testimonies collected in the "Coffee with Memories", which consists of monthly meetings with elderly people of the city, who narrate their memories from objects from the Museum's collection. We start from the premise that this project opened space for mnemonic experiences that make young and old people activate the patrimonial senses of the city in which they reside, where affective memories are fixed. By using as background the experiences of the elderly, and their relation with museum objects, it is

possible to perceive clearly that the objects belonging to the collection function as triggers of memories. Preliminary results indicate that the actions promoted at the Museum contribute to the awakening, appropriation and dissemination of social memories by social actors.

Keywords: Museum, Art, Memory.

O projeto de oficinas teatrais intitulado “Morro em Cena”, desenvolvido no contexto do MHMR, teve início no ano de 2017 a partir da necessidade de se tratar memórias traumáticas durante a concepção de uma exposição temporária na instituição. A referida exposição foi produzida no contexto da 15ª Semana de Museus do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), que trazia como desafio para os museus a abordagem da seguinte temática: “Museus e histórias controversas: *dizer o indizível* em museus”. Confeccionada em parceria com o Museu Gruppelli, denominada “Entre Lembrar e Esquecer, Resistir é Lutar”, a exposição tratou de explorar como o processo de nacionalização, ocorrido durante o Estado Novo (1937-1945)⁴¹, fez com que os imigrantes e seus descendentes tivessem que silenciar, discricionariamente, considerável parte de sua cultura, costumes e identidades. A parceria entre os dois museus estreitou-se pelo fato de ambos terem traços marcantes da imigração, e por parte da população rural ter sofrido com a repressão em suas raízes. O Museu Gruppelli⁴² originado por intermédio da família Gruppelli, de origem italiana, salvaguarda diversos objetos que têm relação com o período do Estado Novo, direta ou indiretamente. Em Morro Redondo, cidade que até o ano de 1989 pertencia a Pelotas/RS, e que conserva muitos descendentes de alemães, italianos, e pomeranos, de igual forma sofreu com este período. Este sofrimento pôde ser notado de forma exaltada durante os relatos dos idosos no “Café-com-Memórias”⁴³, nos quais memórias traumáticas, até então indizíveis e silenciadas, vieram à tona ao serem evocadas com a mediação da equipe do projeto, utilizando parte do acervo museológico como gatilho de memórias – objetos estes que outrora fizeram parte de sua vida cotidiana e que, em razão disso, potencializam o sentido memorial.

A primeira peça teatral, “Memórias Caladas”, tinha como tema, portanto, o “apagamento” memorial e identitário deste período. A performance teatral contou como, e com

⁴¹Estado Novo é o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945, marcado por forte repressão, principalmente aos imigrantes e seus descendentes originários dos países do eixo (Alemanha, Itália e Japão).

⁴²O Museu Gruppelli, inaugurado em 1998, leva o nome da comunidade na qual se insere, localizada na zona rural do município de Pelotas, sul do Rio Grande do Sul, no que se denomina Colônia Municipal.

⁴³Café-com-Memórias é um evento que ocorre mensalmente no MHMR e é realizada com a participação de um grupo de idosos que colabora com o Museu Histórico de Morro Redondo/RS. No evento em questão, os idosos relatam vivências a partir de determinada temática, tendo como gatilho de memórias os objetos do próprio Museu.

que potência, a ditadura do Estado Novo afetou os moradores descendentes de imigrantes alemães, italianos e pomeranos, da região de Pelotas e Morro Redondo/RS. Os relatos foram consonantes com que a bibliografia traz, como por exemplo, o fato de escolas para imigrantes terem seus professores substituídos por brasileiros (FACHEL, 2002, p. 120). Os relatos iam além. Os idosos narram que não somente a vida social fora comprometida, mas igualmente o contexto familiar. A casa da família imigrante tinha de passar por transformações para “se mostrar” brasileira. A sala deveria ostentar símbolos cívicos e objetos que remetesse ao Brasil. Era local para expressar toda a brasilidade dos moradores, para evitar represálias de agentes do governo. A cozinha, por sua vez, era um ambiente de refúgio para os imigrantes, onde eles podiam falar o idioma de seu antigo país e cozinhar as comidas típicas, como forma de aproximação com a terra natal e resistência à campanha varguista de nacionalização. O quarto além de um lugar de descanso da família era também um refúgio, um local que servia para guardar, ou até esconder, símbolos que pudessem colocar a família em risco, como livros e revistas em outro idioma, tendo-se em vista a proibição de circulação de bibliografia pertencente aos países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) (MOMBACH, 2012).



(Figura 1: Representação do ambiente familiar- cozinha.)
Peça “Memórias Caladas” – Fonte: Foto do autor



(Figura 2: Representação do Armazém)
Peça “Memórias Caladas” – Fonte: Foto do autor

Na Figura 1 e 2 são representadas umas das cenas da peça “Memórias caladas” estando na primeira retratada a cozinha, sendo esta o refúgio da família, no cenário da exposição temporária. Um dos atores encena estar ouvindo uma estação de rádio alemã- proibida na época e outro, o avô, fala livremente o idioma natal, durante apresentação da peça. Já na Figura dois tem-se a representação de um “bar” da época, com a participação de alunos do curso de Museologia – Ufpel, como atores.

Durante os ensaios a equipe presenciou reações que demonstraram o quão marcante foi tal período para esses descendentes. Inicialmente, os idosos evitavam até presenciar os ensaios devido às memórias que evocavam, e quando o faziam traziam relatos de dor e sofrimento, como por exemplo, a lembrança de não poder falar seu idioma em público, em bares e escolas; a necessidade de guardar pertences que lembrassem o passado de sua família; além do fato de terem que “abrasileirar” suas residências e estabelecimentos comerciais, expondo, por exemplo, a bandeira do Brasil em suas fachadas ou mudando o nome de entidades, como clubes desportivos, para nomes para nomes brasileiros.

Posteriormente, durante as apresentações, percebeu-se a transformação da dor em memória afetiva. Ao assistirem as apresentações, os mesmos idosos que evitavam assistir os

ensaios, demonstraram por meio de expressões corporais suas emoções, evidenciando também um sentimento de orgulho ao se verem representados, inclusive pelos próprios netos. Apesar do fato de tratar-se de memórias traumáticas, ao final das ações foi relatado pelos idosos que ao longo das encenações eles se identificaram nos diálogos e se conectaram intimamente aos personagens, objetos e cenas, anteriormente vivenciadas por eles. Um relato chamou atenção, à medida que uma senhora que presenciou os ensaios e as apresentações disse que a partir daquele momento ela havia ficado em paz com seu passado.

Na segunda peça teatral intitulada “Doces Memórias”, roteiro também criada a partir dos relatos dos idosos da comunidade, retratou a colônia, em especial a vida do pequeno agricultor e o surgimento da produção do doce colonial na cidade. Morro Redondo tem na sua economia grande parcela dos dividendos advindos destes modos de saber fazer dos pequenos agricultores. O doce colonial⁴⁴, inclusive, é tido hoje como referência no sul do país além de ser uma fonte de trabalho, de renda e de turismo na cidade. A peça foi produzida com intuito de dialogar com a Feira de Doces e Produtos Coloniais, uma realização do Roteiro Turístico Morro de Amores⁴⁵ e organizado no sentido de promover o turismo e a preservação da identidade local.

De maneira análoga ao acontecido com a primeira encenação, notou-se a importância do teatro para os idosos, como fonte de inspiração e o senso de pertencimento neles invocado, ao se verem representados nos diálogos, nos fazeres e nos personagens do ato. Importante também para as crianças que protagonizaram as apresentações, pois assim tiveram a oportunidade de vivenciar um pouco da história, da cultura de seus pais, avós e assim poder valorizar ainda mais suas origens, reafirmando, desse modo, laços identitários.

⁴⁴Em Maio de 2018 as Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turucu) são registradas como Patrimônio Imaterial Nacional. O registro tem por finalidade reconhecer e valorizar bens de natureza material em seu processo dinâmico de evolução, possibilitando uma apreensão do contexto pretérito e presente dessas manifestações em suas diferentes versões. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4642>

⁴⁵Roteiro Turístico, que adotou este nome em virtude do carinho que a população e os empreendedores têm pela cidade. Tem por finalidade alavancar o turismo rural da região e conta com mais de vinte empreendimentos.



(Figura 3: atores do Colégio Bonfim e equipe do MHMR)

Peça “Doces Memórias”, na cidade de Canguçu/RS – Fonte: Foto do autor.

Houve, até o momento, a produção e apresentação de mais uma peça, porém apresentando um contexto diferente das antecessoras mantendo, contudo, a base metodológica de relatos dos idosos. A peça intitulada “A guria e a Bergamota” rememora as estórias e brincadeiras infantis do início do século XX, em formato de conto de fadas infanto-juvenil. A atração foi confeccionada para ser apresentada durante as festividades natalinas da cidade e procurou levar uma mensagem de reflexão e de cuidado à preservação da intergeracionalidade, da memória e por fim, a paz e a união entre as diferenças.



(Figura 4: Parte do elenco)

Peça “A guria e a Bergamota”- Fonte: foto do autor

Neste ano o projeto continua com oficinas e reapresentações, inclusive nas cidades vizinhas. Encontra-se em fase de produção a peça intitulada “Pela Luz dos Teus Olhos”, que traz em seu enredo o tema da inclusão e o diálogo direto com o acervo do museu. No guião tem-se uma personagem cega e um senhor com Alzheimer que, em determinado momento, veem suas trajetórias se cruzarem e a partir de então constroem uma rica parceria, onde serão um para o outro os olhos e a ferramenta eliciadora de afetos e memórias.

O projeto, ancorado em Gripp (1990), concilia o teatro com o crescimento pessoal das crianças, e de todos que dele fazem parte. Por ter esse aspecto, redonda numa ferramenta que, ao tratar de temas dolorosos, vai muito além da ludicidade, do auxílio ao desenvolvimento motor e psíquico; trata-se, sobretudo, de uma forma de integrar os membros da comunidade que circunda o Museu. Esta interação, de acordo com Menegheti e Bueno (2010), faz com que a criança se aproprie dos modos de pensar e de agir dentro de sua comunidade. Para Smolka, (2009), ao realizarem atividades que usam muito da linguagem imaginária para representar situações reais, estimula-se que a criança assuma protagonismo na produção cultural, fazendo com que ações e sentimentos sejam elaborados de maneira mais fluida.

Elkonin (2009) e Vygotsky (2000) percebem na brincadeira uma forma eficiente de desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores (FPS)⁴⁶ porque, ao brincar, a criança utiliza de sua atenção, da percepção, da cognição para abstrair em um mundo só seu, ampliando sua imaginação. O teatro promove também um meio positivo para expressar emoções como a raiva, o medo, a frustração, bem como o autoconhecimento e o pertencimento, auxiliando, assim, no desenvolvimento da autoconfiança e desinibição.

Nesse contexto, percebe-se, então, como nos trazem Arias e Nolasco (1997), que o teatro pode ser concebido como um instrumento pedagógico para a comunidade local, em que se reflete sobre sua própria cultura, edificando, assim, suas identidades sociais. Colocando a reflexão em um prisma aplicado, situaremos doravante algumas contribuições da prática teatral em relação ao desenvolvimento escolar, visto que, alicerçados em Vygotsky (2005), nota-se neste instrumento um estímulo importante na construção do conhecimento na criança e no seu desenvolvimento educacional e pessoal.

⁴⁶FPS- São aquelas que caracterizam o comportamento consciente do homem e são elas: atenção voluntária, percepção a memória e o pensamento.



(Figura 5: a atriz, protagonista do ato, vivencia a deficiência visual.)
Peça “Pela Luz dos Teus Olhos” - Fonte: foto do autor

Os resultados observados, somados aos relatos das comunidades, demonstraram que a prática teatral desempenhou, e vem desempenhando, um papel importante na comunidade, tendo em vista que possibilitam experiências e vivências próximas e distintas. Experiências que fazem tanto os jovens como os idosos se sentirem pertencentes ao mesmo local. Ao utilizar como pano de fundo as vivências de idosos e sua relação com os objetos museológicos, é possível perceber claramente que os objetos pertencentes ao acervo funcionam como gatilhos de memórias Candau (2009). Ou seja, potencializam que memórias sejam despertadas e dessa forma partilhadas cultural e socialmente pelos atores sociais.

O trabalho em conjunto com o “Café Com Memórias”, propicia a escuta afetiva e a possibilidade de olhar o outro com mais empatia, aproximando gerações anteriormente incommunicantes na cidade (no caso idosos e crianças); uma forma terapêutica de lidar com as vicissitudes do ser humano, trazendo-nos, como nos relata Moreno (1984), a realidade para ser testada através da ilusão. Na mesma direção, Jung (1988) compreende que a arte tem o poder de nos libertar das estreitezas, das dificuldades insuperáveis de tudo o que seja pessoal, elevando-nos para além do sentido existencial e do efêmero.

Ao trabalhar mutuamente com os dois projetos e com as duas gerações, ampliam-se os benefícios das ações, no mesmo compasso em que potencializa a inserção do Museu na

comunidade, tornando-o vivo e vibrante. Reforça, igualmente, a máxima que o Museu deve servir prioritariamente às pessoas, e não somente aos objetos que salvaguarda. Ao utilizar os objetos do acervo como gatilhos para a memória, e tendo em mente que somos aquilo que lembramos e narramos sobre nós, o Museu assume um nobre sentido terapêutico. Ainda, a partir das ações supramencionadas, o Museu desperta o interesse dos jovens em ampliar o sentido dos objetos, e as tantas histórias existentes por trás de cada item, colocando por terra o senso comum de que o museu é apenas um lugar de coisas antigas; algo como um almoxarifado de objetos que perderam usura. Tendo como referência Cury (2007) e Oliveira (2013), acredita-se que o projeto “Morro em Cena” torna o MHMR um ambiente atrativo e educativo que, por intermédio da emoção e da ludicidade, esmaece alguns limitadores que rotineiramente estão associados aos museus convencionais (CARVALHO, 2013). Diferente da maior parte dos museus, em que ao público resta apenas observar o acervo, neste espaço ela não somente toca como os usa durante os ensaios e apresentações, propiciando à criança a busca por diferentes sentidos e valores, que ultrapassa a materialidade dos objetos.

Referências Bibliográficas

- ARIAS, J. O. C., & Nolasco, S. R. **O teatro popular em movimento**. Revista de Educação Pública, 6(10), 193-203, (1997).
- CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1 jan/dez. 2009, p.43-58.
- CARVALHO, Cristina; PORTO, Cristina. Crianças e Adultos em Museus e Centros Culturais. In: KRAMER, Sonia; NUNES, Fernanda; CARVALHO, Cristina. **Educação Infantil: formação e responsabilidade**. Campinas: Papirus, 2013.
- CURY, Marília Xavier. Exposição: uma linguagem densa, uma linguagem engenhosa. In: VALENTE, Maria Esther (Org.). **Museus de Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST, 2007. P. 69-76.
- ELKONIN, D.B. **Psicologia do jogo**. Trad. Álvaro Cabral. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul** - Pelotas: Ed. UFPel, 2002. 261p.
- GRIPP, R. E. & VASCONCELLOS, C. N. **Um teatro muito especial**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- ICOM. Declaração de Caracas. 1992. Cadernos de Sociomuseologia, nº 15. Tradução Maristela Braga. CCA - Museu Universitário PUCCAMP, 1999.
- JUNG, C.G. **O espírito na arte e na ciência**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MENEGHETT M. & BUENO, C. M. L. B. (2010). **Ação e aprendizagem: o teatro como facilitador da socialização na escola**. *Fractal, Revista de Psicologia*, 22 (1), 187-204.
- MOMBACH, Clarissa. O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, nº 10, Set. de 2012, disponível em: <<http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie10/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.
- MORENO, J. L. Teatro terapêutico. In: MORENO, J. L. **O teatro da espontaneidade**. São Paulo: Summus, 1984.
- OLIVEIRA, Alessandra. Museu: um lugar para a imaginação e a educação das crianças pequenas. In: KRAMER, Sonia; ROCHA, Eloisa. **Educação Infantil: enfoques em diálogo**. Campinas: Papirus, 2013.
- UNESCO. **Recomendação Relativa à Proteção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade**. Paris, 20 de novembro de 2015. Tradução não oficial da Recomendação da UNESCO, realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus e revista pelo ICOM Portugal. Disponível em: <http://icomportugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

VARINE-BOHAN, H. Museus e Desenvolvimento Local: um balanço crítico. In: **Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento**: São Cristóvão, Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

_____. **O Museu Comunitário é Herético?** Trad. O.M.P. Quarteirão, Rio de Janeiro, Abr., p.12, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas III**. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1995.

_____. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. (2009). *Imaginação e criação da infância: ensaio psicológico*: livro para professores/Avances en Psicología Latinoamericana/Bogotá (Colombia)/Vol. 31(3)/pp. 575-585/2013/ISSNe2145-4515 585 Teatro e desenvolvimento psicológico infantil Lev Semionovich Vygotsky; Apresentação Ana Luiza Smolka; Tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática.

A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL INDÍGENA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “BICICLETAS DE NHANDERÚ”

THE CONTEMPORARY INDIGENOUS AUDIOVISUAL PRODUCTION: AN ANALYSIS OF THE MOVIE “BICICLETAS DE NHANDERÚ”

*Mariana Madruga Bianchini
Graduanda/UDESC
mmga.bia@gmail.com*

*Stéfani Dias Leite
Graduanda/UDESC
stefani.dl06@gmail.com*

RESUMO

A linguagem audiovisual tem sido utilizada por povos indígenas distintos como forma de resistência e de fortalecimento de suas comunidades, expondo questões políticas e culturais específicas que fortalecem suas lutas e visibilizam sua existência para a comunidade não-indígena. Nesta comunicação, será analisado o documentário *Bicicletas de Nhanderú* (2011), produzido pelos indígenas Ariel Ortega e Patrícia Ferreira. Trata-se de uma imersão na espiritualidade, territorialidade e na cultura dos Mbyá-Guarani da aldeia Koenju, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. O material, entre outros, está divulgado na plataforma e acervo digital de imagens *Vídeo nas Aldeias*, criado em 1986, que se consolidou como um centro de formação e produção de audiovisuais indígenas. O presente artigo, resultado de um projeto de pesquisa intitulado “*A revolta do olhar*”: concepções de história na narrativa audiovisual guarani, busca por meio da análise deste documentário, um outro olhar sobre essas produções audiovisuais que dialoga com uma perspectiva decolonial.

Palavras-chave: Narrativa Indígena. Mbyá-Guarani. Audiovisual Indígena.

ABSTRACT

The audiovisual language has been used by distinct indigenous peoples as a form of resistance and strengthening of their communities, exposing specific political and cultural issues that strengthen their struggles and make their existence visible to the non-indigenous community. In this communication, the documentary *Bicicletas de Nhanderú* (2011), produced by the indigenous Ariel Ortega and Patricia Ferreira, will be analyzed. It is an immersion in the spirituality, territoriality and culture of the Mbyá-Guarani of Koenju village, in São Miguel das Missões, in Rio Grande do Sul. The material, among others, is disclosed in the platform and digital collection of images *Video in Aldeias*, created in 1986, which has consolidated itself as a center for training and production of indigenous audiovisuals. This article, the result of a research project entitled "The revolt of the look": conceptions of history in the Guarani audiovisual narrative, seeks through the analysis of this documentary, another look at these audiovisual productions that dialogues with a decolonial perspective.

Keywords: Indigenous Narrative. Mbyá-Guarani. Indigenous Audiovisual.

Introdução

A construção narrativa de uma história composta por caminhos com origens distintas e trajetórias contrárias, ora seguem em paralelo, sem sobreposição narrativa e interferências hierárquicas, ora seguem costurando-se como uma trança que tece um cesto de interpretações, que por sua vez passam a carregar memórias diversas. Nem todos os fios dessa narrativa se cruzam na tentativa de compor a história como a concebemos, mas cada entrecruzar de fios narrativos compõem múltiplas possibilidades para uma composição final, que sem precedentes pode e deve ser trançada novamente, a fim de conceber outros espaços interpretativos, ou cestos trançados, para envolver essas memórias que por vezes são invisibilizadas pretensiosamente ao decorrer do tempo.

Esses fios descritos acima, devem ser lidos como produções narrativas que disputam os espaços de legitimidade, sejam eles científicos ou midiático/culturais, para comporem-se enquanto uma memória reconhecida pelo todo e portanto, reproduzida. Essas disputas, longe de serem justas ou imparciais, seguem estruturas hegemônicas de poder que concedem para alguns uma maior autoridade sobre determinados conhecimentos em relação a outros, o que possibilita ao longo dos séculos, um vasto potencial de reprodutibilidade de algumas narrativas em detrimento de outras. Chimamanda Ngozi Adichie, autora nigeriana, em sua conferência ao TED, “O perigo de uma história única”, explica bem como essas narrativas agem, ao serem repetidas inúmeras vezes sob uma única ótica, sobre determinado povo, cultura ou local. Essas narrativas concebidas pelos Norte Global⁴⁷ se engendram e perpetuam-se nas sociedades ao Sul Global⁴⁸, de modo a estruturarem-se ao longo dos séculos, no caso das Américas, através de estruturas coloniais hierarquizantes, ao que Aníbal Quijano conceitua como colonialidade do poder.

“Em cada um dos principais meios da existência social cujo controlo é disputado por indivíduos, e de cujas vitórias e derrotas se formam as relações de exploração/dominação/conflito que constituem o poder, os elementos componentes são sempre historicamente heterogêneos. [...] O que é realmente notável de toda a estrutura societal é que elementos, experiências, produtos, historicamente descontínuos, distintos, distantes e heterogêneos possam articular-se juntos, não obstante as suas incongruências e os seus conflitos, na trama comum que urde numa estrutura conjunta.” (QUIJANO, 2010, p. 79)

⁴⁷ Referência a Quijano quando este questiona a Globalização que permite aos indivíduos trafegar entre tempos e espaços mas que não se vê, ou não se coloca, enquanto uma esfera que transporta estruturas hegemônicas de poder, do ser e do saber para o mundo, a partir de perspectivas pretensamente universais, mas que se constroem a partir de experiências coloniais com os Estados Nacionais.

⁴⁸ Boaventura de Sousa Santos afirma que o Sul Global seria referente às regiões periféricas e semiperiféricas e aos países do sistema mundo moderno, colocados em condição de Terceiro Mundo. (SANTOS, 2010, p. 34)

Buscando um espaço dentro desse cenário disputado e desleal, algumas formas narrativas ganham expressão ao se posicionarem de modo crítico e enfático contrariamente ao discurso hegemônico branco-europeu-ocidental. A literatura, a música e o cinema assumem esse papel diante da subalternização a qual povos indígenas, quilombolas, africanos, afrodescendentes vivem ainda hoje nas Américas, sob a égide de uma cultura global. Sobre esse cenário, Daniel Munduruku escritor indígena, em seu artigo “A literatura indígena não é subalterna”⁴⁹ explicita a importância de trabalhos indígenas no cenário literário brasileiro, em especial, e para além dele.

De acordo com Munduruku (2018), “A literatura produzida por indígenas ainda não teve espaço no exterior, e o muito que se fala sobre nossos povos é dito pela pena do não indígena. Penso que isso é fruto da ideia disseminada ao longo da história a respeito de nossa incapacidade de falar por nós mesmos.”. Como um clamor de urgência, Daniel Munduruku não só expressa sua indignação mas realça a importância de indígenas assumirem esses espaços de produção, seja sobre sua cultura ou sobre sua própria leitura de vida. Para além do cenário literário, a música e o cinema indígena, como relembra Munduruku, também ocupam um espaço simbólico que evidencia a resistência de seus povos e expressa a ação de suas lutas por território e direitos, ampliando a visibilidade que os mesmos têm perante essa sociedade racista a qual estamos inseridos.

A produção audiovisual indígena no Brasil, portanto, emerge nos últimos 30 anos enquanto um outro método de narrar as experiências de vida desses povos, além de buscar traduzir sua leitura de mundo, suas lutas e histórias, de forma a atualizar seus saberes e sua memória ancestral⁵⁰. A proposta da produção audiovisual indígena no Brasil ganha maior destaque na medida em que começam a ser realizadas as primeiras oficinas de formação de produção audiovisual em 1997 na aldeia Xavante, proposta idealizada pelo cineasta Vincent Carelli através da então ONG - Vídeo nas Aldeias⁵¹. As oficinas que têm por objetivo distribuir

⁴⁹ Trecho retirado do artigo publicado em formato digital pelo Itaú Cultural, de 2018.

⁵⁰ Daniel Munduruku, intelectual indígena brasileiro, escritor e literato infanto-juvenil, em uma palestra realizada pelo curso de História da UFSC, “Povos Indígenas Traçando Memórias e Circulando Saberes”, no dia 26 de março de 2018, utiliza o termo “atualização da memória ancestral” ao falar da importância da produção audiovisual indígena na contemporaneidade, vendo essas produções enquanto uma ferramenta de grande impacto para o ensino escolar e como uma forma transportar a oralidade indígena à outros espaços.

⁵¹ O Projeto Vídeo nas Aldeias nasce, em 1986, das atividades da ONG Centro de Trabalho Indigenista, como um experimento realizado por Vincent Carelli entre os índios Nambiquara, no Mato Grosso. Aos poucos o VNA vai se tornando um centro de produção de vídeos e uma escola de formação audiovisual para povos indígenas. Desde o “Programa de Índio” para televisão em 1995, até a atual Coleção Cineastas Indígenas, passando por todas as oficinas de filmagem e de edição do VNA, em parceria com ONGs e Associações Indígenas. Apenas em 2000, o Vídeo nas Aldeias se constituiu como uma ONG independente. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=1>>

os equipamentos de exibição e câmeras de vídeo para as comunidades envolvidas em um primeiro momento, e realizar oficinas de filmagem e edição, capacitando osicineiros a produzirem seus próprios audiovisuais, a partir de suas demandas e interesses comunitários, serve também como plataforma para difundir essas produções audiovisuais a um público mais amplo, promovendo os cineastas indígenas e suas produções para além dos espaços culturais e acadêmicos presentes.

Este artigo busca, portanto, a partir da contextualização da produção audiovisual indígena, analisar o filme *“Bicicletas de Nhanduru”*, através de alguns elementos estéticos do filme e da perspectiva do próprio cineasta Ariel Ortega, e evidenciar as potencialidades da produção audiovisual indígena no cenário contemporâneo, percebendo sua produção tanto como uma ferramenta de denúncia às violências sofridas ao longo dos séculos, como também uma forma de reivindicação político-social, de atualização de seus saberes e da manifestação de suas narrativas históricas por meio da oralidade.

A produção audiovisual indígena

O cinema e o audiovisual sobre os povos indígenas vem crescendo no Brasil nos últimos anos tanto a partir de produções não-indígenas quanto a partir de produções exclusivamente indígenas. Essas produções audiovisuais, no entanto, percorrem um cenário ainda periférico diante do investimento maciço endereçado a outras categorias de produção audiovisual. Segundo Pedro Portella⁵²:

“Mesmo com uma produção expressiva, a Ancine [Agência Nacional do Cinema, principal organismo de fomento de produção cinematográfica do país] nunca fez um edital sequer para o audiovisual indígena. Nem permite que produtoras e associações indígenas registrem seus filmes com a emissão do Certificado de Produto Brasileiro (CPB), o que possibilita a exibição dos filmes no cinema e na TV aberta. Por isso, o audiovisual indígena ainda é marginal, sobrevive sem esses milhões desta agência que privilegia uma visão publicitária e pouco comunitária” (LOPES, 2016, p. 8)

Apesar das limitações que a falta de investimento e financiamento impõem às produções desses audiovisuais, na visão de Aílton Krenak (2016), esta é exatamente a chave que potencializa e possibilita maior autonomia sobre seus filmes, pois de acordo com Krenak, as produções cinematográficas dos indígenas são produto de “um olhar que ainda não foi

⁵² Antropólogo, cineasta e fotógrafo, foi um dos curadores da segunda edição do Aldeia SP-Bienal de Cinema Indígena, junto com o idealizador do festival, Aílton Krenak, que contou com a apresentação de 57 filmes realizados nos últimos seis anos por mulheres e homens indígenas de várias regiões do país com o intuito de divulgar essas produções no cenário nacional.

capturado pela caixa registradora, pelo mercado. Os índios não fabricam mercadoria, e isso dá a essa narrativa uma independência incomum”⁵³. O objetivo da realização desses filmes, portanto, foge à lógica mercadológica de produção e busca, não um público que visa consumir esses produtos vastamente, tal qual a indústria cinematográfica exige, mas sim, narrar suas histórias de diferentes formas. É desse modo que as produções audiovisuais indígenas, se inserem nesse cenário de disputas, rompendo com a estrutura hegemônica, a partir de suas outras propostas narrativas.

Ao buscar a intencionalidade dessas produções percebe-se que, mesmo elas fazendo parte de uma mesma categoria cinematográfica, a qual tendenciosamente acaba homogeneizando essas produções, há uma imensa pluralidade em suas propostas, no público que almejam alcançar com elas e em suas produções, tendo em vista as “experiências díspares, levadas a cabo por integrantes de diferentes etnias, com propósitos diversos” (BRASIL, 2012, p. 101) e mesmo experiências outras que são capturadas pelas câmeras dos indígenas. É partindo desse leque de experiências, portanto, que as produções audiovisuais indígenas emergem e vem ganhando destaque e “grande reconhecimento no circuito dos festivais de filmes documentários e etnográficos, no Brasil e fora daqui, e, em tempos mais recentes, sido muito bem recebidos por importantes críticos e diretores de cinema do país”. (QUEIROZ, 2008, p. 101)

Essas produções que variam desde filmes-rituais, pequenas ficções, e documentários, compõem-se enquanto uma outra forma de produzir filmes sobre suas culturas, a partir de uma imersão antropológica endógena, ou seja, buscando de forma material captar elementos de sua cultura, e para além disso, daquilo que eles experienciam sobre o mundo do não-indígena, e o que esse mundo criou sobre o seu próprio, colocando em suas produções suas narrativas e seu olhar através de uma antropologia reversa, possibilitando assim um diálogo e não uma imposição, que desloca o não-indígena a se perceber diante daquilo que assiste. (QUEIROZ, 2008, p. 115)

Nesta perspectiva, as produções audiovisuais indígenas podem ser potencializadas ao serem lidas como uma produção que ultrapassa as limitantes culturais concebidas pelo olhar branco do não-indígena, tendo em vista a categoria de Manuela Carneiro da Cunha de uma “cultura com aspas”, onde a noção antropológica de cultura é tencionada à reflexão pelos

⁵³ Trecho da entrevista do intelectual e militante do movimento indígena, Aílton Krenak, realizado pelo portal Amazônia Real que cobriu a Segunda Bienal de Cinema Indígena que ocorreu em São Paulo, 2016.

próprios indígenas, colocando-se de modo a questionar a essencialização da cultura imposta pelo olhar e pela narrativa do não-indígena sobre esses povos plurais.

“O que se vê hoje, portanto, é uma relação negociada e, tantas vezes, conflituosa, entre os conceitos metropolitanos de cultura e a maneira como os índios concebem a imagem da própria cultura. Se de um lado, ao se voltarem “para dentro” da aldeia, os filmes expõem para um povo os traços, as marcas, os aspectos ritualísticos e cotidianos de sua cultura, ao se voltarem “para fora”, em circuitos de visibilidade mais amplos, os filmes – e os índios – precisam lidar com a imaginação limitada dos brancos, com aquilo que eles chamam de cultura e com aquilo que concebem como “cultura indígena” (BRASIL, 2012, p. 102)

A concepção de cultura, longe de buscar aqui uma definição, é deslocada a uma reflexão, a partir da proposta do audiovisual indígena, que abarca outras leituras de mundo, permeando experiências particularmente e coletivamente distintas daquelas concebidas em nossa sociedade ocidental individualista, que nos exige imergir em sua cultura hegemônica e subjugar e oprimir aquela que se distingue da nossa. Neste sentido, a “cultura com aspas” apresentada nos audiovisuais demonstra a possibilidade de trânsito dos indivíduos, ainda que de modo subjetivo, entre “culturas”, pois de acordo com André Brasil, “Os cineastas indígenas [...] estão circunstancialmente dentro e fora de sua cultura. Como membros da comunidade, eles vêm de dentro. Mas, para filmá-la, precisam tomar distância, ainda que mínima”, e com isso conseguem transitar entre os espaços que a cultura, na concepção ocidental, os limitaria. É neste caminhar que André Brasil ao analisar o filme *Bicicletas de Nhanderú* diz que “um mesmo filme pode, ele próprio, se endereçar abertamente a diferentes públicos: volta[ndo]-se a membros de uma mesma etnia, ou a outros grupos étnicos, e ao mesmo tempo interpelar (didática, irônica ou criticamente) os espectadores não indígenas.” (BRASIL, 2012, p. 101, 102)

Aí temos dois grandes potenciais dentro das produções indígenas, o de produzir seus audiovisuais sem buscar um público externo para legitimar suas narrativas, produzindo para si mesmos, buscando um diálogo étnico interno de reflexão, e o de se projetar dentro de um cenário “periférico” da indústria cinematográfica, compondo assim uma produção crítica e reflexiva de diálogo inter-étnico. Aílton Krenak, ao falar sobre as produções fílmicas na Segunda Bienal de Cinema Indígena (Aldeia-SP) diz:

“Os índios não fazem cinema para público; fazem para eles mesmos. Estão contando história. Por que os velhos costumam contar uma mesma história 30, 40 vezes? Repetem para eles mesmos não esquecerem. Contamos as nossas histórias para a gente não esquecer. Como diz Davi Yanomami, o pensamento do branco é cheio de esquecimento. A gente conta história para não ficar com nosso pensamento cheio de esquecimento.”

As narrativas históricas dos indígenas que se revitalizam na memória através da repetição inerente à oralidade propõe por meio das produções audiovisuais, a busca por outras

formas de contar suas histórias. Essas produções, que não deixam de ser uma “atualização da memória ancestral”, como havia sido dito por Daniel Munduruku, são também ferramentas de auto-percepção, quando assistidas por uma mesma etnia que vive em uma mesma aldeia, e agem enquanto ferramentas de circulação das memórias, quando transportadas a outras realidades e experiências étnicas e regionais, servindo como novas articulações também do movimento indígena contemporâneo, para denúncias, troca de conhecimentos e formas de resistências. Em sintonia com a fala de Krenak, Ariel Ortega, ao ser interrogado na exposição "Histoires de voir, Show and Tell"⁵⁴, sobre os significados da produção audiovisual para ele enquanto indígena diz: “o cinema funciona para a nossa comunidade como um espelho que a gente pode enxergar muito mais, com o nosso filme, do que sem fazer a gente não enxergava”.

Dessa forma, ao serem lidos enquanto narrativas históricas essas produções audiovisuais devem ser analisados à luz de sua perspectiva textual e contextual a partir de um diálogo entre elementos internos, que dizem respeito a questões estéticas de imagem, som, narrativas, e o próprio silêncio nas cenas, e os elementos externos, que enquadram-se nas entrevistas e diálogos com o realizador do filme. (ARAÚJO, 2014, p. 21)

Análise do filme: *Bicicletas de Nhanderú*

Bicicletas de Nhanderu, fruto das oficinas realizadas desde 2007 na aldeia *Koenju* (Alvorecer), em São Miguel das Missões (RS), pelo projeto Vídeo nas Aldeias. Foi o segundo produzido pelo grupo Mbyá-Guarani, no qual Ariel Ortega e Patrícia Kerexu fazem parte, tendo sido produzido durante o ano de 2011. É um filme que aborda a espiritualidade guarani, retratando tanto um lado sagrado da cultura, quanto os problemas enfrentados pela comunidade.

Antes da análise do filme, é preciso considerar que a aldeia retratada no filme está localizada em um contexto histórico das missões jesuíticas. As ruínas de São Miguel das Missões, foram declaradas Patrimônio Mundial pelo UNESCO, em 1983. Tanto na história quanto fisicamente os indígenas aparecem como figuras apagadas, sem direito sobre a autoria da sua própria história, tendo o seu papel e a ocupação invisibilizados na memória local, pois

⁵⁴ Fala do cineasta indígena Ariel Ortega realizado na exposição que ocorreu pelo evento Les Nuits de l'incertitude, pela Fondation Cartier Pour l'art Contemporain, realizado no dia 14 de Maio de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wCiagiZebpo>

“a memória escolhida para representar os espaços missionais, como se percebe, foi aquela que estava diretamente vinculada aos agentes ocidentais” (BATISTA, 2011, p 1).

Pode-se constatar esse apagamento na história em uma simples visita ao site Portal das Missões, percebe-se a ênfase sobre a construção edificada no século XVIII, entre 1735 e 1745, onde se explica a Igreja projetada pelo padre italiano João Batista Primoli, sem nenhuma referência ao trabalho de dez mil indígenas, ao longo de dez anos, na obra. No site, outra construção em destaque é o Museu das Missões projetado pelo Arquiteto Lúcio Costa, que foi construído em 1940, e abriga uma das mais ricas coleções de arte sacra missioneira dos séculos XVII a XVIII⁵⁵. Essas obras reforçam o papel da Igreja, em contraste com a história guarani e com os indígenas que permanecem ainda hoje vendendo suas artes da porta para fora do Museu.

Jean Batista, fazendo uma análise do *Inventário Nacional de Referências Culturais Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, observa que ao contrário do que por muito insistiu a historiografia, os guarani não se extinguíram da região após a expulsão jesuítica. Tanto que ocupam aldeias próximas, como é o caso da Aldeia Alvorecer, representada no filme *Bicicletas de Nhanderú*. “Na aldeia de *Tekoa Koenju*, por exemplo, residem aproximadamente 300 Mbyá, criadores de peças artísticas que são vendidas no alpendre do Museu das Missões como alternativa de subsistência à situação precária que a história lhes legou” (BATISTA, 2011, p 5).

Hoje a região é alvo de uma especulação turística por parte de uma indústria que propõe vender uma história-espetáculo. O historiador Paulo Rogério Melo de Oliveira propõe alguns questionamentos sobre os usos do passado pela indústria do turismo na região missioneira no Rio Grande do Sul.

“Seguindo o exemplo do que ocorreu no Peru, com os antigos caminhos dos incas, os agentes do turismo converteram as antigas missões num lugar de peregrinação laica, de encontro espiritual e descobertas místicas. Os caminhos espinhosos e as picadas abertas pelos missionários nas matas foram transformados em trilhas burguesas destinadas ao lazer, à contemplação das paisagens e à interação com a natureza. [...] Lazer, conhecimento e crescimento interior: são as novas demandas do presente reinventando o passado. De olho no perfil e nas exigências dos visitantes que procuram pelos lugares históricos, os profissionais do turismo agregam valores completamente estranhos ao patrimônio, mas sintonizados com os desejos dos visitantes.” (OLIVEIRA, 2009, p 161)

Nesse ramo turístico, com total desrespeito, os indígenas também aparecem como mercadorias, pois aos olhos do branco eles também fazem parte do espetáculo, implantados no

⁵⁵ Portal das missões. As Ruínas de São Miguel Arcanjo Sítio Arqueológico. Disponível em: <<http://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/406/as-ruinas-de-sao-miguel-arcanjo-sitio-arqueologico.html>>. Acesso em 17.06.2018.

cenário histórico. Oliveira ainda registra que os folhetos turísticos recomendam um maior contato com os “Guarani” (OLIVEIRA, 2009, p 169), no qual os visitantes recebem a sugestão de conhecer a aldeia *Tekoa Kóéju*, no sentido de conhecer o ser “exótico” que vem do passado. Esse sistema estimula uma folclorização da história indígena, que é vista apenas como lenda diante à história dita “oficial”.

A produção audiovisual indígena, realizada pelo Vídeo nas Aldeias, contribui no sentido de que os filmes não se limitam à entrevistas, mas produzem novas formas de representar o até então “outro” sem exotismos e essencialismos. (QUEIROZ, 2008, p 101) Apresenta, portanto, aspectos diferentes de outras produções, por exemplo, a filmagem com a câmera na mão, o desuso do zoom, a captação do som direto e na língua nativa, e o processo de montagem e seleção das cenas, que é feito coletivamente após as filmagens, gerando um debate sobre o que deve permanecer registrado e o que se torna irrelevante. Esse processo nos possibilita entender o audiovisual para além de uma visão única, sendo uma enunciação coletiva.

O filme capta de forma simples alguns elementos que demonstram o cotidiano da comunidade, contrastando com a ameaça externa vinda de fazendeiros vizinhos. Por exemplo, a oralidade, o fogo sagrado, o feitio do artesanato, o uso do *petynguá*, a bênção sobre os frutos e a construção da casa de reza, são símbolos da cultura guarani que aparecem no filme e permitem compreender e sentir o modo de vida guarani. Além disso, aproximação com quem está assistindo é dada pela forma que a câmera acompanha esses personagens, e também por cenas engraçadas, na maior parte do filme protagonizadas por duas crianças.

Em entrevista, Ariel Ortega conta como começou o filme

“Em novembro, na aldeia, chove muito. É tupã que chega para purificar as primeiras frutas, a guariroba, o florescimento das árvores. Nós não sabíamos exatamente que caminho seguir. E chovia muito, quase não dava pra sairmos para filmar. Tudo começou quando um raio caiu numa árvore, perto da casa de uma senhora. E aquilo virou assunto na aldeia: porque será que caiu um raio? Tupã está vindo? E o próprio Solano já havia falado que uma tempestade se aproximava. Todos na aldeia sabiam que era preciso uma grande tempestade para purificar as guarirobas. Foi a partir dessas conversas que decidimos por onde começar o filme: Tupã, as tempestades. Para nós, quando vem Tupã, quando chove assim, não podemos fazer quase nada. Por algum motivo Tupã veio. E por algum motivo caiu um raio. O espírito do raio na árvore veio nos proteger? Assim começamos o filme.” (ARAÚJO, 2011, p. 145)

E assim, a partir de Tupã e um raio, o filme caminha pela espiritualidade guarani. Solano, o *Karáí*, líder espiritual, é um dos personagens que mais demonstra os desafios em manter a espiritualidade acesa. Com tantas influências do mundo não-indígena, comenta que é muito difícil ser um *Karáí*, pois existem muitas tentações. Segundo Solano, “Os *Karáí* estão aí para te ajudar, para ninguém se machucar”. Esses líderes mantêm uma relação direta com os

deuses, por isso atuam diretamente na vida da aldeia quando ela precisa de orientação. Por esse motivo, Solano se auto-nomeia “bicicleta dos deuses”, aquele por meio do qual Nhanderú fala.

O ritmo de fala é algo que pode causar estranhamento em quem assiste o filme e não está acostumado com a oralidade e a temporalidade guarani, pois há muitas pausas e silêncios registrados. Logo no início, Solano aparece em uma cena sentado com algumas crianças ao redor, e ele fica parado em silêncio olhando para câmera cerca de quase um minuto. Ariel explica a importância dessas cenas “Para alcançar este invisível no filme, torná-lo visível, é preciso ficar em silêncio. Para os Guarani o silêncio é sagrado. [...] Sempre que se chega num lugar, deve-se ficar em silêncio. Ouvir o barulho do silêncio. No filme este silêncio também é importante.” (ARAÚJO, 2011, p. 144)

Neste sentido o filme *Bicicletas de Nhanderú* integra a cosmovisão e a cultura Guarani a um posicionamento crítico de fazer cinema, ampliando a perspectiva da narrativa audiovisual e portanto, potencializando essas produções, enquanto uma proposta constantemente ressignificada para suas culturas. É a partir desse silêncio, inerente à oralidade Guarani, que outros elementos do filme se sobressaem e passam a assumir um significado diante da imagem. A relação com o mundo espiritual, presente na fala do Karáí, é um exemplo, mas para além disso, a narrativa empregada pelos idealizadores do filme, tornam-se peças chave para compreensão do que significa fazer um cinema indígena. Ariel Ortega fala da importância, na etapa de edição de suas produções, a montagem das cenas, o próprio roteiro, mas enfatiza em especial a tradução:

“o mais importante de tudo isso era a tradução. É quando aprendemos muitas coisas que os velhos falam que os jovens já não sabem mais. É porque os velhos falam uma outra língua diferente. São palavras mais poéticas. Isso eu gosto muito. E na tradução os velhos também participam. Eles vão dizendo: essa palavra é isso, essa outra significa aquilo. As belas palavras a gente vai aprendendo durante a tradução.” (ARAÚJO, 2011, p. 143)

A produção realizada de maneira coletiva ganha ênfase aqui ao se propor, desde o princípio, a dialogar com os integrantes dessa comunidade, que assumem papéis distintos nessa produção, mas que se tornam essenciais, no momento em que começam a concebê-la. A tradução, para o espectador não-guarani, pode passar despercebida inicialmente, mas a relevância trazida pelo Ariel a ela, realça novamente a oralidade de sua cultura e a potencialidade que a língua têm de transportá-la. Além desses fatores, aqui a tradução não serve apenas como ponte para aproximar as culturas exógenas, mas para atualizar memórias e saberes inerentes à cultura ancestral dos indígenas.

As cenas relacionadas ao feito do artesanato também merecem destaque, a importância está pelo significado que esses têm na cultura guarani, “através dos grafismos presentes nos artesanatos, nós guarani valorizamos historicamente e culturalmente a memória de nossos ancestrais e, assim, preservamos a nossa maneira de ser e de viver, mantendo viva a nossa tradição.” (SILVA, 2015, p 10) Além disso, as cenas também registram a visão guarani sobre os não-indígenas, ao se reportarem a região das Missões Jesuíticas, onde a maioria faz a venda de artesanatos, enfatizando a relação com não-indígenas, ao que Cirilo diz “os brancos sempre querem pagar menos para levar mais”. (Bicicletas de Nhanderú, 2011, 7’41”)

Esse olhar reverso sobre o branco aparece também em um momento emblemático, o único momento do filme em que o zoom da câmera é empregado, é justamente para captar a figura de um menino branco que se esconde da câmera. Esse momento simbólico representa aquele que sempre foi objeto das câmeras agora assumindo outro papel, filmando e denunciando a violência que sempre sofreu.

A violência é registrada em outros momentos, como nas limitações impostas no território através de cercas. As crianças denunciam “nós não podemos mais fazer armadilhas muito longe, se não os brancos podem atirar na gente”, “os brancos desmataram tudo, por isso os passarinhos se mudaram para outro mundo, já não pegamos mais porque estão extintos.” (Bicicletas de Nhanderú, 2011, 7’55” - 9’37”) Essa violência causada por fazendeiros da região afeta diretamente o modo de vida guarani, ao que Ariel explica⁵⁶:

“ao entorno existe muito monocultivo de soja... e então é mais por isso que a gente fez esse filme assim... para mostrar como é, os jovens e os velhos... porque é uma cultura muito antiga e pra viver numa [terra] de 234 hectares, não tem o que fazer. Porque toda a sabedoria dos velhos, veio também da natureza, eles têm que viver onde tem o rio não contaminado, onde eles possam caçar... Então aquele velho, ele se dedica a espiritualidade..., sim, ele não é ainda líder espiritual, mas é... para ele é muito difícil, porque ele, o líder espiritual tem que comer mais a comida da mata, ele precisa comer carne de animais silvestre, então pra ele é muito difícil não poder mais fazer isso... [...] os velhos não entendem ainda tanto como as crianças essa coisa de propriedade, e quando passa a cerca, já é outro propriedade da fazenda... Então os velhos ainda tem o sonho de um dia de conseguir uma área com um... maior, onde a mata é maior, por onde tenha rios, onde eles possam plantar e comer comidas mais puras...”

Nesse aspecto o filme também serve como resistência política, visto que a demarcação de terras é uma das grandes lutas que os povos indígenas enfrentam no país. A noção de territorialidade guarani é completamente diferente da que os não-indígenas estão acostumados a levar, pois na cosmovisão guarani a terra é sagrada, não simplesmente um bem negociável. É

⁵⁶ Referência novamente ao evento “Histoires de voir, Show and Tell”.

por esse motivo que os mais velhos sonham com um território onde possam viver o modo de vida guarani sem interferências externas.

Considerações finais

Ao analisar a produção audiovisual Mbyá-Guarani, *Bicicletas de Nhanderú*, percebe-se a potencialidade do cinema ao ser utilizado pelos indígenas enquanto uma ferramenta para transmitir suas narrativas e expressar seus elementos culturais. O filme, utilizado aqui como uma fonte e como um elemento que expande os horizontes culturais, narra experiências por meio de elementos da oralidade e da cosmovisão Guarani, que de outra forma ficariam cristalizados nas limitantes visuais da escrita.

Em relação a qual seria a proposta do audiovisual indígena, pensando a pluralidade de produtores e de público com os quais estas produções poderiam dialogar, cabe ressaltar os elementos trazidos pelo Ariel Ortega sobre a função do cinema para a comunidade indígena:

“desde o começo, meu objetivo ao trabalhar com audiovisual, o meu sonho, era tentar mostrar toda a espiritualidade Guarani; qual a nossa visão sobre o universo, o sentido de nossa relação com o universo. [...] Estou conseguindo isso devagar. Desde 2007, venho amadurecendo, me fortalecendo espiritualmente. [...] Acho importante não somente entender a técnica, gravar, filmar. Porque não adiantava você entender essas coisas e não entender quem você é. [...] Não é apenas por mim. Sei a importância deste trabalho para o meu povo, para as crianças.” (ARAÚJO, 2011, p. 144)

Esse cinema, que varia de acordo com as experiências daqueles que a produzem, amplia as possibilidades de análise dessas produções e por fim rompe com o olhar homogêneo e essencializante perante o que seria então o Cinema Indígena. Para Ailton Krenak “a imagem já está pastel demais. Hollywood pasteurizou a imagem. Nós queremos despasteurizar, estamos fazendo uma espécie de revolução do olhar.” Estes olhares, que vem assumindo suas narrativas mesmo diante de um cenário mercadológico, alcançam agora um espaço de legitimidade de fala, buscando visibilidade para suas demandas a partir de ferramentas com potencial midiático para ampliar suas vozes e transportá-las através de seu olhar.

Partindo de uma perspectiva decolonial para conseguir compreender melhor por que os indígenas utilizam o audiovisual para trançar suas narrativas, sem deixar de lado as questões do que e como elas são trançadas, faz-se necessário perceber essas produções, primeiramente, enquanto produções de conhecimento legítimas por si só, sem projetá-las perante uma

hierarquia do saber a qual o pensamento abissal⁵⁷ nos desloca. Sendo somente a partir desse rompimento com o pensamento hegemônico e homogêneo que a Revolta do Olhar seria então possível, mesmo que diante de um conjunto de dificuldades e limitações inerentes a um tipo de produção que depende exclusivamente de produtos tecnológicos, logo numa sociedade de consumo. Neste sentido, Pedro Portella nos indica um caminho “outro”, possibilitando-nos um horizonte de possibilidades honesto para compreender essa Revolta do Olhar:

“Os indígenas produzem muito com poucos recursos. É a comprovação do ideal glauberiano de uma câmera na mão e uma ideia na cabeça. Os trabalhos são criados de forma artesanal. Existe a casa de forno, de farinha, e a casa de cinema, o cinema de maloca. O indígena munido com uma pequena câmera com microfone, que custa pouco, faz média metragem. O cinema artesanal é assim, criado calmamente, como um trançar de palhas que cria um tipiti, um waturá⁵⁸” (FARIAS, 2016)

Uma vez mais temos o audiovisual e o cinema indígena compreendidos e encarados enquanto ferramentas de uso próprio, indígena, servindo para trançar suas narrativas e compor, mediante a produção audiovisual artesanal, cestos que envolvam suas memórias a fim de que estas não recaiam no esquecimento.

⁵⁷ Referência ao Boaventura de Sousa Santos que evidencia o sistema de distinções visíveis e invisíveis, que exclui o pensamento do “outro”, na medida que este se insere dentro das distinções invisíveis na hierarquia dos conhecimentos considerados legítimos. O que pretensiosamente parte da exclusão do conhecimento não-científico, não-europeu, não-ocidental, não-branco.

⁵⁸ O tipiti seria um objeto indígena para amassar a mandioca é também trançado tal qual o waturá, que seria um cesto que carrega alimentos

Referência Bibliográfica

ARAÚJO, Ana Carvalho Ziller (Org.). **Vídeo nas Aldeias 25 anos: 1986-2011**. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2011.

ARAÚJO, Juliano José de. **Práticas fílmicas do projeto Vídeo nas Aldeias**. REVISTA PASSAGENS - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. V. 5. N. 2. P. 20-40, 2014.

Bicicletas de Nhanderú. Direção: Ariel Duarte Ortega e Patrícia Ferreira (KERETXU). Produção: Vídeo nas Aldeias. Rio Grande do Sul: Vídeo nas Aldeias. 2011. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?c=93>>

BRASIL, André. **Bicicletas de Nhanderu: lascas do extracampo**. DEVIRES, Belo Horizonte, V. 9, N.1, P. 98-117, JAN/JUN, 2012.

FARIAS, Elaíze. **Bienal revela o olhar de cineastas indígenas brasileiros**. 2016. Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/bienal-revela-o-olhar-de-cineastas-indigenas-brasileiros/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

LOPES, Débora. **Cada vez mais índios fazem cinema**. Revista PORANTIM. Brasília, N. 389, Outubro, 2016. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Porantim-389_Out-2016.pdf>.

MUNDURUKU, Daniel. **A literatura indígena não é subalterna**. 2018. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/a-literatura-indigena-nao-e-subalterna>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

OLIVEIRA, P. R. M. . **O passado encravado no presente: turismo histórico e passado-espetáculo nas Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul**. Tempo e Argumento , v. 1, p. 155-171, 2009.

QUEIROZ, Ruben Caixeta de. **Cineastas indígenas e pensamento selvagem**. DEVIRES, Belo Horizonte, V. 5, N. 2, P. 98-125, JUL/DEZ, 2008.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do sul. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 84 – 127.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) Epistemologias do Sul. 1º Ed. São Paulo: Cortez, 2010. pp.31-83.

SILVA, Alexandrina da. **O grafismo e significados do artesanato da comunidade guarani da linha gengibre**. 2015. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

JUSCELINO KUBITSCHECK: BELO HORIZONTE (1940-1945)

JUSCELINO KUBITSCHECK: BELO HORIZONTE (1940-1945)

Matheus Abreu do Rosario⁵⁹

Graduando/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

matheusrrosario2@hotmail.com

RESUMO

Optar por tema de pesquisa compreende aspectos importantes: interesse pelo tema, escolha do objeto dentro da temática, hipótese, objetivos, fontes a serem elencadas. A reflexão sobre a temática levou-me ao político Juscelino Kubitschek. O foco da pesquisa é o mandato de JK, na Prefeitura de Belo Horizonte. A gestão de Juscelino foi marco da transformação da mesma como cidade. Intervindo e fazendo alterações na cidade. O objetivo central da pesquisa é investigar o quão significativo foi à participação de Juscelino Kubitschek no conceito de cidade produzido entre os anos 1940-1945. No processo investigativo utilizaremos, como fontes, periódicos, buscando perceber e analisar a recepção da imprensa diante das reformas urbanas em Belo Horizonte. O objetivo central da pesquisa é dimensionar o conceito de cidade produzido por Kubitschek à Belo Horizonte, tornando-se necessário aprofundar o conceito de cidade. Juscelino Kubitschek foi um grande personagem da história brasileira e pesquisar sobre um determinado momento de sua vida pública significa atentar para um cuidado do pesquisador: o movimento de aproximação e afastamento necessário, pois a “paixão” por uma personagem pode “cegar” o pesquisador na sua análise das narrativas já postas e na sua própria narrativa.

Palavras-chave: cidade – cultura – intervenção urbana

ABSTRACT

Opting for a research theme comprises important aspects: interest in the theme, choice of the object within the theme, hypothesis, objectives, sources to be listed. The reflection on the subject led me to the politician Juscelino Kubitschek. The focus of the research is the mandate of JK, in the City Hall of Belo Horizonte. Juscelino's management was the landmark of its transformation as a city. Intervening and making changes in the city. The central objective of the research is to investigate how significant was the participation of Juscelino Kubitschek in the concept of city produced between the years 1940-1945. In the investigative process we will use, as sources, periodicals, seeking to perceive and analyze the reception of the press in the face of urban reforms in Belo Horizonte. The central objective of the research is to scale the concept of city produced by Kubitschek to Belo Horizonte, making it necessary to deepen the concept of city. Juscelino Kubitschek was a great figure in Brazilian history and researching a particular moment in his public life means paying attention to the researcher's care: the movement of approach and necessary separation, since the "passion" for a character can "blind" the researcher in his analysis of the narratives already set and in his own narrative.

Keywords: city - culture - urban intervention

⁵⁹ Bolsista na linha de pesquisa Intelectuais e educação no mundo ibero-americano do grupo de pesquisa Intelectuais e poder no mundo ibero-americano, coordenada pela Prof. Dra. Adir da Luz Almeida.

Introdução

A partir dos anos 1900, algumas cidades brasileiras sofreram algum tipo de intervenção⁶⁰, seja ela urbanística, arquitetônica ou cultural. Neste trabalho iremos nos atentar para as ocorridas em Belo Horizonte, entre os anos de 1940 a 1945. Capital do Estado das Minas Gerais, BH, como é popularmente chamada pelos seus habitantes, era uma cidade que possuía alguns problemas em áreas como saneamento, habitação e pavimentação. Ademais existiam poucos espaços culturais e de lazer.

No início da década de 1940, Juscelino Kubitschek é nomeado pelo interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares para o cargo de prefeito de Belo Horizonte. Ao longo de seu mandato, realizou obras de saneamento e pavimentação das principais avenidas da capital, construção o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, e a realização da Semana de Arte com a exposição e presença de artistas do quilate de Tarsila do Amaral e Cândido Portinari. Logo em seus primeiros meses convidou à cidade, o urbanista francês, Alfred Agache⁶¹, onde este detectou uma cidade paradoxal, em que a área central estava se desenvolvendo, já a “periferia”, caminhava em sentido oposto, no caso ao subdesenvolvimento. Após este diagnóstico, a prefeitura promoveu intervenções ao longo da cidade.

Logo no ano de 1941, um parque industrial é construído, com o objetivo de industrializar BH. Neste foram utilizados tanto capital estrangeiro como estatal, pois o período em questão correspondia ao regime do Estado Novo⁶², em que o Presidente Getúlio Vargas ampliou o processo de industrialização no Brasil. Juscelino, aproveitando-se deste investimento, inaugurou o parque; construiu, saneou avenidas e habitacionalmente construiu em terrenos públicos conjuntos habitacionais denominados IAPI, IAPC, IAPTEC.

⁶⁰ Rio de Janeiro e Goiânia.

⁶¹ Responsável pelas intervenções ocorridas na área central da cidade do Rio de Janeiro.

⁶² Regime promulgado em 1937 por Getúlio Vargas, então Presidente da República, onde todos os legislativos do país foram fechados, a liberdade de imprensa restringida.



Figura 1 - Projeto dos edifícios do Bairro Popular apresentado no Relatório do ano de 1941. (APCBH Relatório, 1941)

Os investimentos promovidos pelo Estado Novo à Belo Horizonte, eram um ponto da administração de Getúlio Vargas:

Como ocorrido em outros centros urbanos brasileiros, os investimentos por parte do poder público e do capital privado em Belo Horizonte, influenciados e financiados pelo novo governo, viriam a trazer mudanças significativas nos planos urbanístico, social e econômico, que refletiram no crescimento físico-espacial da capital entre o período abordado, de 1930 a 1945 (BORZAGLI, 2015, p. 26).

Após sua ascensão ao poder em 1930, procurou industrializar o Brasil e se relacionar com intelectuais, que com o apoio estatal, buscaram em produzir um “sentimento de nação” ao “povo” brasileiro. Neste contexto de modernização, JK que compartilhava das ideias modernistas, e as empreendeu com grande engajamento em BH, pois “a modernidade era uma forma de tomar consciência para o próprio destino” (BAHIA, 2004, p.19).



Belo Horizonte. Figura 2 - Getúlio Vargas em visita a Belo Horizonte, na inauguração da Avenida do Contorno em 1940, acompanhado do prefeito Juscelino Kubitschek e do interventor do estado Benedito Valadares. (APCBH, Relatório, 1941)

O maior símbolo do Governo de Juscelino Kubitschek, na cidade de Belo Horizonte, foi o Complexo Arquitetônico da Pampulha. A represa da Pampulha havia sido criada na gestão de Octacílio Negrão de Lima⁶³, com a função de abastecer a capital mineira. Após o fim da sua gestão, a represa foi praticamente abandonada até JK iniciar um enorme projeto de construção de uma área de lazer na Pampulha. Em 1941 foi reaberta como área de encontro e em 1943, o Complexo Arquitetônico da Pampulha, foi inaugurado. Projetado pelo arquiteto Oscar Niemayer, consistia na presença de uma igreja, iate clube, área de consumo de comidas e bebidas. Este local representava o modernismo defendido por JK, através de uma arquitetura arrojada, aliado a um novo espaço para consumo e encontro da sociedade mineira. Local este, que confluía no giro de capital, pois se consumia dentro do complexo.⁶⁴

⁶³ Prefeito de Belo Horizonte entre 1935-1938.

⁶⁴ O Complexo da Pampulha foi a grande obra inaugurada pelo Prefeito Juscelino Kubitschek. A Pampulha foi o primeiro grande parque construído em Belo Horizonte, onde se tornou o grande ponto de encontro da população de Belo Horizonte.

Com a inauguração da Pampulha, o local das relações da sociedade mineira é modificado. Antes desta, a Praça Sete, era o centro das relações locais. Nos anos de Juscelino, o complexo arquitetônico, adquire a alcunha de ser o ponto de encontro dos belo-horizontinos. Quando Jacques Le Goff discorre sobre mudanças ocorridas entre a Idade Antiga e a Idade Média, atenta para o fato, de que na antiguidade a praça pública era o grande local de encontro. Já no medievo, o mercado toma esta característica.

Na obra de Le Goff é possível fazer outro paralelo entre a cidade medieval e a BH dos anos de 1940. No medievo se observa o orgulho dos cidadãos com a cidade em que vivem. Em Belo Horizonte, com as intervenções de JK, e com a construção da Pampulha, este mesmo sentimento adentra aos cidadãos belo-horizontinos, e ademais perpassa as novas gerações (LE GOFF, 1998).

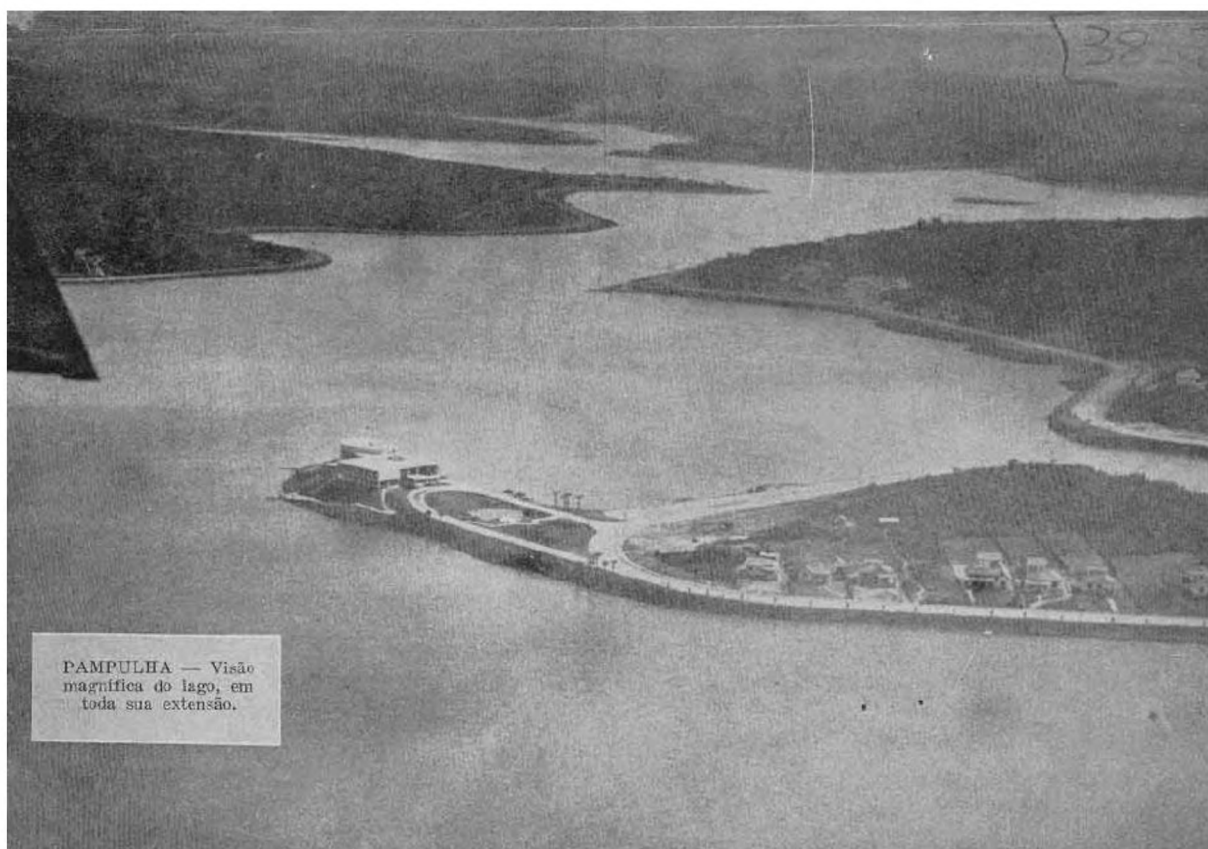


Figura 3 - Vista geral do lago da barragem da Pampulha em 1941, se destacando na península, à direita o edifício do Cassino. (APCBH Relatório, 1941)

Na moderna Belo Horizonte dos anos 1940 houve um enorme diálogo com as artes e a arquitetura. Estas incentivadas por Juscelino. Após a inauguração da Pampulha, em 1943, a administração municipal criou o Instituto de Belas Artes dirigido por mestre Guingard. Neste

local artistas e intelectuais da sociedade mineira se relacionavam, resenhavam artística e culturalmente sobre a BH moderna. Membros como Amílcar de Castro, Mary Vieira, Marília Gianetti, Sara Ávila, e entre outros diversos artistas criaram segundo Cláudio Bahia “novas poéticas nas vertentes concretista, neoconcretista e abstracionista.” (BAHIA, 2009)

Respirava-se arte na capital das Minas Gerais. Em um momento muito propício, no ano de 1944, acontece a 1ª Exposição de Arte Moderna em Minas, apoiada e patrocinada pela Prefeitura de Belo Horizonte. Artistas do quilate de: Waldemar Cavalcante, Jorge Amado, Lasar Segall, Sérgio Milliet, Alfredo Volpi, Di Cavalcanti, Cândido Portinari e Tarsila do Amaral; refletiram e debateram sobre a arte modernista existente no Brasil dos anos 1940. Esta exposição reafirmou o compromisso de Juscelino Kubitschek para com as artes⁶⁵. Desta amostra surgiu um desejo da implementação de um Palácio das Artes, que seria um grande centro cultural. Niemeyer desenhou um projeto, mas este não foi construído por JK, que foi destituído do cargo, com a queda do Presidente Getúlio Vargas em 1945. A obra do Palácio somente se concretizou no ano de 1970. Se Juscelino não conseguiu desenvolver a construção do grande centro cultural, em substituição ao mesmo, construiu o Teatro Francisco Nunes.

Belo Horizonte, a partir do mandato de Juscelino Kubitschek, implementando e realizando intervenções urbanísticas, arquitetônicas e artístico-culturais, podemos observá-la como um dos espelhos de um país que objetivava como política uma “nação” que seria moderna, onde as artes, a cultura, deveria representar e adentrar ao seu povo. O Brasil que deveria se reconhecer nestas ações culturais. Momento este que o sentimento de pertencimento, ser brasileiro, haveria de surgir em seus habitantes. Para isto o Governo Federal considerou o reconhecimento de festas e símbolos nacionais, ex: folclore, festa junina, o samba.

No âmbito mineiro, ao analisar o governo de Juscelino Kubitschek, identifica-se um homem moderno de acordo com o seu tempo. Com a nomeação de JK, por Benedito Valadares, inicia-se no antigo Arraial do Belo Horizonte, a carinhosamente chamada e apelidada por seus habitantes de BH, um projeto com o intuito de modernizar aquele local que no início dos anos de 1940, possuía uma estrutura inferior se comparada com as duas maiores capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo, onde seus primeiros governantes promoveram obras pontuais, de menor complexidade. Um homem que ascendeu subitamente, nascido na pequena Diamantina, que vai para a capital do Estado, torna-se médico e luta na Revolução Constitucionalista de 1932, em 1934, torna-se deputado, e por último, 6 anos, depois assume seu primeiro cargo de executivo.⁶⁶

⁶⁵ JK objetivava repetir em BH a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo no ano de 1922. Em 1944, a realizou em Belo Horizonte com alguns dos nomes presentes em 1922, como Tarsila do Amaral.

⁶⁶ Juscelino Kubitschek, nasceu na cidade de Diamantina e no início dos anos 1920, se transfere para Belo

Juscelino, a partir de sua administração, buscou implantar a cidade moderna, culturalmente criando o Complexo Arquitetônico da Pampulha e artisticamente incentivando a Exposição Modernista de 1944, e construindo o Instituto de Belas Artes. A partir desta nova Belo Horizonte implantada por JK, a capital do Estado de Minas Gerais ascende nacionalmente e até internacionalmente. Criou-se a curiosidade de conhecer este local que produzia arte e uma arquitetura moderna, onde a Pampulha continha estas duas características: torna-se um lugar iconográfico, como o Cristo Redentor é para o Rio de Janeiro.

A BH dos anos 1940 foi uma cidade solar, área em que a sua população primeiramente se admira com a quantidade de obras realizadas e por último se orgulhava com o seu novo status, de a “cidade que possui a Pampulha”, símbolo do novo, em que seus moradores criam um novo vínculo com o seu local de nascimento, ademais surgem novas relações entre a própria população, o complexo é o novo ponto de encontro de Belo Horizonte. Destaca-se a oportunidade do conhecimento das artes, com a criação do Instituto de Belas Artes.

Através de uma alcunha, podemos observar a relação do munícipe belo-horizontino, com o seu gestor. A população de Belo Horizonte chama Juscelino Kubitschek de o “Prefeito Furacão”, por sua capacidade de realizar obras vultuosas em uma administração de somente cinco anos. Posteriormente a sociedade mineira presenciaria a ascensão de JK, primeiramente ao Governo do Estado e seguidamente a Presidência da República.⁶⁷

Para Juscelino, Belo Horizonte foi o seu cartão de visitas, momento este que se apresentou a sociedade, e, o principal, se auto promoveu com a sua administração. Alçou metas e as alcançou. E o resultado final de sua paixão pelo moderno, o novo, veríamos no ano de 1960, com a construção da nova capital federal, Brasília.

Com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência nos anos de 1930, finda-se o regime político da República Velha⁶⁸ e surge todo um novo modelo de sistema político, onde o presidente promoveu significativas alterações no país. No âmbito trabalhista criou a carteira de trabalho e consolidou as leis trabalhistas⁶⁹. Além disto, como já citado ao longo deste artigo,

Horizonte, onde se formou em medicina. No início dos anos 1930, casa-se com Sarah Lemos, moça de família tradicional de BH. Conhece personalidades da política mineira. Com isso no ano 1932 foi convocado para atuar na Revolução Constitucionalista, na função de médico. Seu desempenho é significativo na recuperação dos soldados feridos em combate. Após a vitória de Minas Gerais contra os constitucionalistas de São Paulo, Juscelino conhece o interventor de Minas, Benedito Valadares. Este o convida para se candidatar nas eleições legislativa de 1934. JK concorre e vence. Em 1940, Valadares o nomeia para o cargo de Prefeito de BH.

⁶⁷ Os belo-horizontinos apelidam Juscelino de “Prefeito Furacão”. Ler mais em BOJUNGA, Claudio. JK: o artista do impossível / Claudio Bojunga. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

⁶⁸ Denominado pela historiografia como o período correspondente entre a proclamação da república em 1889 até 1930.

⁶⁹ Inspirada na carta del lavoro implantada na Itália por Benito Mussolini em 1927.

Vargas procurou um contato com intelectuais, para estes realizarem projetos culturais, em que buscavam produzir um “sentimento de nação” ao “povo brasileiro”.

À BH dos anos 1940, foi influenciada com algumas destas características. JK partilhava do modernismo, e localmente, buscou o contato com as artes, através da construção do instituto de belas artes e da aproximação com os artistas. Por último com a construção de Pampulha, tinha por objetivo de que o belo-horizontino se orgulha do lugar em que vivia, e conseguiu isto, pois esse prazer de residir em Belo Horizonte perpassou por gerações e continua persistindo⁷⁰.

Considerações Finais

Ao longo deste processo, a conclusão parcial sobre este momento da história da cidade é que as intervenções desta foram a oportunidade de JK para executar seus objetivos pessoais. O urbanista e antropólogo, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, quando lança seu livro “A cidade como um jogo de cartas” (SANTOS,1988), cita que propostas arquitetônicas podem servir como base de estratégias políticas. Observando o caso de JK, após sua administração em Belo Horizonte, o político torna-se um grande nome público, pois em um período de dez anos, se elege Presidente da República, e cria uma nova capital federal, Brasília. Analisando este fato, conclui-se que as intervenções realizadas na cidade mineira, podem ser consideradas como um “cartão de visitas”, de Juscelino Kubitscheck, aos eleitores de todo o Brasil.

⁷⁰ GIUDICE, Patrícia. “Diferentes gerações e o mesmo orgulho de viver em BH”. Jornal O Tempo, Belo Horizonte. 11 de dezembro de 2008.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. 1987.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível/ Claudio Bojunga*. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BAHIA, Cláudio Lister Marques. *JK: Política, arte e arquitetura—Uma experiência modernista. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 11, n. 12, 2004.

BAHIA, Denise Marques. *A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)*. 2011.

BORSAGLI, Alessandro. *A metrópole no horizonte: o desenvolvimento urbano de Belo Horizonte na Era Vargas 1930/1945. Ficha Catalográfica*, v. 900, p. 24, 2015.

CEDRO, Marcelo. *A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para sua ação nos anos 1950 e 1960. Artcultura*, v. 9, n. 14, 2007.

CEDRO, Marcelo. *A administração municipal do prefeito Juscelino Kubitschek: estética e planejamento da cidade de Belo Horizonte na década de 1940. Oculum ensaios*, n. 5, 2006.

COUTO, Ronaldo Costa. *O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza*. Planeta do Brasil, 2013.

GIUDICE, Patrícia. “Diferentes gerações e o mesmo orgulho de viver em BH”. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte. 11 de dezembro de 2008.

LE GOFF, Jacques. *Por amor as cidades: conversações com Jean Lebrun; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes*- São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. –(Prismas)

MAIA, Andréa Casa Nova; PEREIRA, Valnei. *Belo Horizonte em três tempos: projetos em perspectiva comparada. Revista de História Comparada*, v. 3, n. 1, p. 1, 2009.

SANTIAGO, Carla Ferretti. *O problema da habitação popular em Belo Horizonte: 1894-1960. Cadernos de História*, v. 9, n. 12, p. 53-68, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos . *A cidade como um jogo de cartas/ Carlos Nelson F. dos Santos*- Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

CONTO E DITADURA MILITAR BRASILEIRA: LITERATURA CONTRA A VIOLÊNCIA

*TALE AND BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP: LITERATURE AGAINST
VIOLENCE*

*Mathias Paulus Link
Graduando em Letras – Português / URI-FW
mathias.paulus1@hotmail.com*

*Luana Teixeira Porto
Doutora em Letras e docente no PPGL da URI-FW
luana@uri.edu.br*

RESUMO

Tendo em vista que a violência na cultura brasileira vem mostrando seus traços desde o processo de colonização portuguesa no país e que a violência, em seus diferentes matizes, continua perdurando relações sociais, este trabalho propõe discutir a representação da violência em obras literárias contemporâneas. Para isso, elege a discussão sobre como a violência do período militar brasileiro é problematizada em contos de diferentes escritores. Para isso, foram eleitas para análise narrativas curtas do livro *K*, de Bernardo Kucinski, e de *Morangos Mofados*, de Caio Fernando Abreu. O objetivo é identificar traços narrativos que reconstroem o período histórico ditatorial e interpretar as imagens de tortura e aniquilamento do sujeito vítima da repressão militar expostas nos contos. Neste estudo, utiliza-se como metodologia a leitura de textos teórico-críticos como os de Jaime Ginzburg, Tânia Pellegrini e Alfredo Bosi em relação à violência no Brasil, assim como são adotados referenciais sobre a Ditadura nas artes para fundamentar a análise das obras, tendo em vista a representação do tema da violência no contexto ditatorial.

Palavras-chave: Ditadura Militar Brasileira. Violência. Bernardo Kucinski. Caio Fernando Abreu. Contos contemporâneos.

ABSTRACT

Considering that violence in Brazilian culture has been showing its traces since the Portuguese colonization process in the country and that violence, in its different nuances, continues to endure social relations, this work proposes to discuss the representation of violence in contemporary literary works. For this, it chooses the discussion about how the violence of the Brazilian military period is problematized in tales of different writers. For this, short narratives of Bernardo Kucinski's book *K*, and *Morangos Mofados*, by Caio Fernando Abreu were chosen for analysis. The objective is to identify narrative traits that reconstruct the dictatorial historical period and interpret the images of torture and annihilation of the subject victim of the military repression exposed in the stories. In this study, it is used as a methodology the reading of theoretical-critical texts such as Jaime Ginzburg, Tânia Pellegrini and Alfredo Bosi in relation to violence in Brazil, as well as adopting references on the Dictatorship in the arts to support the analysis of works, in order to represent the theme of violence in the dictatorial context.

Keywords: Brazilian Military Dictatorship. Violence. Bernardo Kucinski. Caio Fernando Abreu. Tales.

Introdução

É perceptível que os processos de formação do nosso país baseiam-se primordialmente no autoritarismo e em governos repressivos. Desse contexto, que é histórico, há alguns exemplos, como o extermínio dos povos indígenas, os genocídios coloniais, escravidão, os regimes ditatoriais e por extensa impunidade (GINZBURG, 2017, p. 116). Diante disso, destaca-se que esses fatores são observados desde o processo de formação do nosso país, inicialmente como colônia portuguesa. Assim, esses temas tornam-se frequentes e relevantes para serem debatidos atualmente, considerando que se refletem na literatura produzida durante e após esses períodos. Destarte, tendo governos autoritários em debate, principalmente no contexto da Ditadura Militar Brasileira, instaurada em 1964 no Brasil e que foi responsável por inúmeras mortes, violências, desaparecimento de pessoas, etc., e, que teve seu fim decretado por volta de 1985, segundo alguns autores, a violência é tema de muitos textos que problematizam o período. Tomada como objeto a ser analisado em narrativas literárias de escritores que descrevem esses contextos, a violência e sua representação na arte literária merecem atenção, posto que a literatura tem se tornado ferramenta de discussão e promovido reflexões bastante importantes acerca desses processos históricos e que deixaram profundas marcas na cultura brasileira, observando os períodos autoritários encontrados nas obras de ficção.

Assim, antes de tudo, é necessário destacar que o Brasil é marcado por esses processos mencionados anteriormente, entretanto, que ainda constituem a conjuntura atual da organização social do país, com formas distintas, sendo notória, nos momentos atuais, a presença de contextos violentos em obras não só literárias, mas também, as audiovisuais, jogos, filmes pornográficos e até canais de televisão como Combate. Verificam-se também outras formas de violência, como a de gênero, a racial, no sistema carcerário, etc., que podem facilmente ser notadas em muitas das telenovelas, nas quais grande parte das empregadas são negras; por homossexuais que reforçam o estereótipo de pessoa afeminada; por pessoas gordas que são motivo de chacota; nordestinos que sofrem o branqueamento, etc., inferindo que esses materiais munem-se da ressignificação da violência para os diferentes contextos, buscando ter mais audiência, e, conseqüentemente, tentar cercear maiores debates acerca dessas representações para a vida real. Para isso, Jaime Ginzburg alerta para o sustento da violência presente na televisão. Para ele:

Na televisão a cabo, a existência de um canal economicamente viável como o Combate, que apresenta continuamente lutas de *mixed martial arts* (MMA) e empreendimentos como *Ultimate Fighting Championship* (UFC), é uma evidência de

que a visão de corpos em confronto, admitindo o sangramento, a mutilação e a aniquilação dos competidores, é um fator seguro de prazer para o público assinante. (GINZBURG, 2017, p. 110)

Sendo recorrente a busca pela representação da violência, Jaime Ginzburg diz ser um desafio importante para as produções literárias compreenderem essa busca que os indivíduos têm por cenas de destruição e morte (GINZBURG, 2017, p.108), considerando que, para ele, “é ingênuo assumir que a violência não é um problema prioritário para a vida social brasileira” (GINZBURG, 2017, p. 116). Entretanto, em *Cultura e Violência* (2017), Ginzburg cita Freud, baseando-se no texto *O mal estar na cultura* publicado em 1929, dizendo que o ser humano é portador de uma tendência inata para o mal (FREUD, 2010, p.138-139). Não menos importante, o autor escala quatro possíveis motivos para que o ser humano se satisfaça com a contemplação da violência, sendo estas: a violência vista como um mundo carregado de valores morais; a sublimação da agressividade; a vontade de transformar o mundo pela violência quando estamos diante de uma adversidade; e o que mais se destaca perante os demais é o último, que para ele: “ninguém gosta de sentir dor, mas quando a dor é de um outro, sua contemplação pode ser gratificante, como uma ruptura com o tédio ou a repetição monótona das ações cotidianas” (GINZBURG, 2017, p.110). Dessa forma, seria natural que a morte, cenas de destruição, entre outras que entrariam para o campo semântico da palavra “mal”, poderiam ser consideradas como uma espécie de catarse para o sujeito leitor, tendo em vista seu significado que é dado como purificação ou purgação, neste caso, da violência. É assim, que a literatura busca representar contextos históricos, produzindo obras ficcionais que retratem toda essa violência, como é o caso das obras analisadas nesse artigo, que visam retratar de forma violenta o contexto autoritário e repressivo da Ditadura Militar Brasileira.

Tendo isso em vista, a literatura produzida após os períodos mencionados anteriormente, que são períodos que tem se destacado dentre os demais, mune-se da obra *Você vai voltar pra mim e outros contos*, premiado pela Fundação Biblioteca Nacional em 2014, utilizando o conto de mesmo nome; e também de contos selecionados do livro *Morangos Mofados*, de Caio Fernando Abreu, visando através desse trabalho, identificar traços que reconstruam a história e os retratem em duas obras distintas, tendo em vista uma leitura comparatista dos materiais selecionados.

Conto “Os sobreviventes” e Ditadura Militar Brasileira

Partindo da concepção de que o gênero conto destaca-se pela brevidade e busca em sua essência a descrição de algum fato que pode passar como insignificante pra muitas pessoas,

esse gênero textual busca descrever de forma mais minuciosa algum acontecimento, unindo elementos que podem demonstrar posteriormente, muita significação. Para Julio Cortazar (1993), o conto dar-se-ia como uma espécie de fotografia, presumindo uma limitação prévia de um espaço reduzido, capturado pela câmera, entretanto, caberia ao escritor, utilizá-la da melhor maneira possível. Ainda para ele, o conto e a fotografia fazem um recorte da realidade, e utilizando essas duas artes, apontaria limites do fragmento que seria capaz de indicar uma realidade mais abrangente.

Assim, neste artigo, utiliza-se como primeiro material de análise uma narrativa curta de Caio Fernando Abreu, “Os sobreviventes”, presente no livro *Morangos mofados*, com primeira publicação em 1982, quase em meados do término da Ditadura Militar no país.

Com o objetivo de retratar o intenso desânimo de indivíduos com o contexto da época, “Os sobreviventes” consiste em uma narrativa que retrata dois personagens, um masculino e outro feminino, em que, a eu-lírico feminina relembra dos momentos que passara ao lado de seu companheiro, momentos esses, que são abordados com frustração, com desdém, relativizando claramente a parte do livro que a narrativa se encontra, em que “o mofo” já consumira todas as vontades de resistência, de luta perante um ideal. O conto traz consigo a insistência em relações frustradas, em trabalhos que não dão certo, mas que são necessários para que as dívidas sejam pagas. Também alia a inteligência à falta de prazer: “Cultura demais mata o corpo da gente, cara, filmes demais, livros demais, palavras demais, só consegui te possuir me masturbando, tinha a biblioteca de Alexandria separando nossos corpos” (ABREU, 2014, p. 30). Assim, em uma tentativa frustrada de uma transa após tantos temas debatidos e duas décadas de convivência, a mulher se conforma sobre sua sexualidade: “e eu disse não, meu bem, o que acontece é que como bons-intelectuais pequeno-burgueses o teu negócio é homem e o meu é mulher” (ABREU, 2014, p. 11). E é nesse meio tempo, que a eu-lírico feminina profere: “só queria era ser feliz, cara, gorda, burra, alienada e completamente feliz” (ABREU, 2014, p. 32), deixando claro que sua felicidade dependia de inúmeros fatores, como o prazer sexual, que não sentia em virtude de considerar-se inteligente, e também, de seu desejo de ser burra, para que então, pudesse senti-lo.

Além disso, o conto preocupa-se em deixar clara a desmotivação dos dois para com o contexto em que vivem, uma vez que nenhum desses se sente motivado para continuar a luta pelos seus ideais de reformulação social, terminando em apenas uma existência de ambos os personagens, sendo meros “sobreviventes”, o que dá nome à narrativa, já que encontram-se impossibilitados de sentirem prazer, de resistir, e inclusive, de terem uma transa com sucesso, e de não verem problema algum nisso, morrendo lentamente: “As pessoas se transformavam

em cadáveres decompostos à minha frente, minha pele era triste e suja, as noites não terminavam nunca, ninguém me tocava, mas eu reagi, despirei, voltei a isso que dizem que é o normal, e cadê a causa, meu, cadê a luta, cadê o po-ten-cial criativo?” (ABREU, 1982, p. 18).

Ademais, observando a obra em caráter formal, pode-se notar que ela não utiliza alguma marcação específica para inferir algum diálogo. No conto não há presença de travessões ou aspas que indiquem uma fala, apenas um discurso inserido de forma linear enquanto um dos personagens conta algo, cabendo ao leitor dissociá-la do restante do texto. Ainda, nota-se a utilização de frases sem marcação de vírgulas entre palavras que necessariamente deveriam estar separadas, a fim de remeter uma certa pressa ao falar, fazendo o leitor ficar sem ar, mas com o alívio da respiração no final dessa frase, o que poderia nos remeter à necessidade de livramento, de uma falta de ar ou de algo que motive os personagens à sobreviverem, e quando acreditam que estão terminando seu sofrimento, o ar ressurge e os traz novamente ao mundo, a realidade, sendo assim, sobreviventes.

Tendo em vista o processo ditatorial e resistência a ele, menciona-se Luana Teixeira Porto. Segundo ela, a resistência ao período encontra-se na subjetividade:

São expressões ligadas aos termos usados por militantes da época, recursos linguísticos e relatos de experiências os procedimentos que nos direcionam à leitura do conto através do contexto e são também eles que fazem da narrativa uma criação artística, literatura. (PORTO, 2005, p.106)

Assim, nota-se a presença de termos como “causa”, que remetem aos grupos que lutavam por ideais de reformulação social da época: “a causa precisa dessa tua cabecinha privilegiada” (ABREU, 2014, p. 33). Também, o uso da palavra “companheiro”, que pode designar tanto um acompanhante da causa, alguém com quem a personagem luta, como também um companheiro que ela irá levar para a vida, alguém que ela se sente feliz, motivada e que também a motiva.

É notória também a presença de vocábulos de baixo calão como fodida, caralho, merda, bosta, pau murcho, boceta, entre outros, que ajudam na expressão de um “eu” realmente desmotivado, que não se importa com o que vão pensar do seu linguajar, exprimindo nele, todas as suas expressões saídas do mais íntimo pensamento.

Considerando os elementos apontados na análise, pode-se afirmar que o conto de Caio Fernando Abreu marca uma intensa guerra de pensamentos pessimistas dos personagens. Tais perspectivas são inseridas em um único parágrafo que retrata toda a história até seu fim, para que, assim, seja lido sem possíveis interrupções, sem marcações de falas tradicionais, sem novos parágrafos, possivelmente representando que não há novos começos, que, apesar do

companheiro da personagem feminina ir para a Sri Lanka, não existirá nada que a faça tirar daquele contexto, criticando assim, a ditadura que impossibilitava qualquer forma de reinvento.

Conto “Você vai voltar pra mim” e a Ditadura Militar

A coletânea de contos de Kucinski foi publicada em 2014. Segundo Maria Rita Kehl, em “A ironia e a dor”, prefácio da obra,

*A matéria literária de *Você vai voltar pra mim e outros contos* é a mesma que inspirou a escrita de *K.*: o encontro do militante político com o horror do sistema repressivo, oficial ou clandestino, criado para exterminar qualquer tentativa de oposição ao projeto da ditadura militar de 1964-85. (KEHL, 2014, p. 08).*

Ainda, para ela “A forma curta do conto permite ao autor novas liberdades em relação ao romance autobiográfico” (KEHL, 2014, p. 09). Dessa forma, através de uma narrativa curta, de duas páginas, é perceptível logo no início do conto “Você vai voltar pra mim” um certo tom autoritário, que irá revelar uma narrativa tensa em que uma personagem entra no camburão para uma audiência, correndo tudo bem até o momento em que o juiz contraria o indiciamento da réu, alegando que ela mesma confessou, fazendo assim, com que ela explodisse: “– Assinei sob tortura! Esse delegado filho da puta me pendurou sete vezes” (KUCINSKI, 2014, p. 41). Posteriormente, o juiz suspende a sessão e após negociações, decide que a enviará para um presídio feminino, e não mais para o Dops (Departamento de Ordem Política e Social), entretanto, quando é guiada de volta para o camburão, nota que seu motorista é o mesmo que a levou para a audiência e se inquieta, após isso, passa pelo mesmo portão que saiu anterior ao episódio do tribunal, nisso, as portas se abrem e o torturador diz: “– Eu disse que você ia voltar pra mim, não disse? Vem, benzinho, vamos brincar um pouco” (KUCINSKI, 2014, p. 42).

Observando os aspectos estéticos da obra, vê-se um caráter diferente da primeira narrativa analisada, pois, na de Kucinski, a ditadura é diretamente tratada enquanto na outra o tema mostra-se mais nas entrelinhas. Composta por duas páginas, nesta, temos os travessões e demais pontuações designadas para quando se inicia um diálogo.

O narrador, no conto “Você vai voltar pra mim”, caracteriza-se como onisciente, que busca na descrição dos fatos o relato do horror, como por exemplo: “Filho da puta, ela disse a si mesma. Sentiu um calafrio” (KUCINSKI, 2014, p. 41). Todavia, o narrador não demonstra empatia pela mulher presa tampouco pelas torturas a que era submetida na prisão. É um narrador distante emocionalmente da matéria narrada.

Tendo a Ditadura Militar em vista no conto, percebe-se o período de intensos conflitos com a personagem, que só não foi morta pelos militares, pois havia saído a notícia de que ela

tinha sido presa, e, assim, caso aparecesse morta, deduziriam facilmente que teriam sido os militares os responsáveis do fato. Assim, cabe lembrar que, naquele momento histórico, os jornais também sofriam repressão, não devendo publicar qualquer notícia que fosse dedurar ou ir contra o governo ditatorial. A sobrevida dada à personagem motiva-se, ainda, pelo fato de haver interesse em continuar as práticas de tortura até fazê-la assumir um crime que possivelmente não cometera. Nessa perspectiva, a narrativa demonstra o grau de intensidade de violência e opressão a que prisioneiros da Ditadura eram submetidos, o que confirma a ideia de que a busca por tornar os perseguidos desequilibrados emocionalmente era uma estratégia para obtenção de confissão e, conseqüentemente, condenação penal.

Em última linha do conto, apresenta-se a expressão: “Os outros em volta riem” (KUCINSKI, 2014, p. 42), que é responsável pelo final aberto da narrativa, aludindo ao deboche para a personagem que acreditava não voltar para aquele lugar, mas que assim se sucede, contemplando, dessa forma, o final aberto à inúmeras interpretações que pode ser considerada uma das características dos contos contemporâneos.

Por conseguinte, cabe destacar Ginzburg, que já relatava a falta de debates acerca de assuntos polêmicos como a violência em artigos anteriores. Dessa forma, para ele, é necessário que a catástrofe desenvolva a inquietação e a perplexidade, jamais a inquietação ou banalização, uma vez que é notória que a violência e períodos históricos repressivos sejam tratados em segundo plano (GINZBURG, 1999, p.141).

Conclusão

Sabendo que a literatura produzida mediante os períodos de intensa repressão história no nosso país, se evidencia a importância nos estudos que buscam reconstruir o histórico da ditadura como algo que deixou profundas marcas, comportamentais e culturais na história brasileira e que mostra seus traços ainda hoje, trinta e três anos depois de seu término. Dessa forma, Ginzburg alerta que

Sem esses debates, a sociedade pode ser submetida à aceitação de perspectivas ideológicas regressivas, anticivilizatórias, para as quais movimentos sociais democráticos são considerados inócuos ou indignos de confiança. (GINZBURG, 2017, p. 116)

Por conseguinte, pode-se considerar que acerca da violência, pouco se destaca um diálogo contundente na sociedade, que muito pelo contrário, esta, prefere agir em defesa de seu uso à querer uma abolição dessas técnicas, uma vez que as narrativas que utilizam a violência

são muitas vezes nem um pouco empáticas e são descritas apenas como uma obra de ficção. Não menos importante, lembramos que, segundo Ginzburg (1999), vivemos em uma sociedade que se estende aos nossos antepassados, em que, apesar dos avanços, a violência constitutiva ainda reflete nossos modos de pensar até hoje, não negando os primórdios dessa, mas que insiste na persistência e disseminação da violência.

De antemão, tratar a violência como normal, seria ao mesmo tempo, consenti-la, e ainda para Ginzburg, não haveria esperanças de esperar algo diferente do futuro, não havendo sociedade pacífica e que não seria possível confiar em ninguém (GINZBURG, 2017, p. 126). Para ele, “Isso é desumano, historicamente insustentável e preconceituoso” (GINZBURG, 2017, p. 126).

Quanto às obras de ficção literárias, pouco se cogita o desenvolvimento de uma narrativa consistente, com temas que não ousem pender à violência, uma vez que a total harmonia entre as personagens seria complicada de ser analisada, além de se tornar monótona para o público, que busca cada vez mais se dispersar em meio à essas obras, que possuem verossimilhança com nossos contextos. Também é notória a representação de contextos autoritários que dialogam com as produções literárias, uma vez que a literatura, de certo modo, pode ter um compromisso com a História, buscando relacioná-las, unindo a narrativa ficcional com a histórica. É o que acontece, por exemplo, no conto “Você vai voltar pra mim” (2014), que reproduz fatos verdadeiros como a sobreposição hierárquica da Ditadura Militar para com a justiça, aliando isso à escrita ficcional de Bernardo Kucinski.

Concluindo, a Ditadura Militar pode ser observada na posição de várias figuras midiáticas hoje em dia, que mascaram-se através de discursos amedrontadores e retrógrados, aliando muitas vezes a economia da época ao discurso de que é pela falta da ditadura que o país anda mal financeiramente nos tempos atuais. Ademais, considerar a volta da ditadura por alguns governantes, só reforça, na maioria das vezes, o desconhecimento de obras literárias deste cunho, que visam trazer narrativas que não são encontradas nos livros de História distribuídos em escolas.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Caio Fernando. *Morangos mofados*. Nova Fronteira, 2014;
- CORTÁZAR, Julio. *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1993;
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2010;
- GINZBURG, Jaime. A violência constitutiva: notas sobre literatura e autoritarismo no Brasil. *Revista Letras*, v. 18/19, Santa Maria, jan./dez. 1999, p. 121-144;
- _____. *CULTURA E VIOLÊNCIA*. Disponível em:
<<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/c982a801/200c/49f4/9e50/eb2a830d15d9.pdf>>.
Acesso em: 15 junho de 2018;
- KUCINSKI, Bernardo. **Você vai voltar pra mim: e outros contos**. Editora Cosac Naify, 2014;
- PELLEGRINI, Tânia. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. 2004. p. 15-33;
- PORTO, Luana Teixeira. **Morangos Mofados, de Caio Fernando Abreu: melancolia e crítica social**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, Porto Alegre, 2005;
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messenger (org.) *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 236-259.

ARQUÉTIPOS ATEMPORAIS EM “A IMPERATRIZ”

TIMELESS ARCHETYPES ON “THE EMPRESS”

*Mirna Xavier Gonçalves
Graduanda em Artes Visuais (Bacharelado) / UFPel
mirna.xavier@hotmail.com*

RESUMO

O baralho de tarô é um objeto que permeia a cultura do esoterismo e da espiritualidade, sendo usado como oráculo e meio de autoconhecimento. Suas cartas trazem ilustrações que elucidam este caráter divinatório e este trabalho visa o levantamento de possibilidades que habitam a carta “A Imperatriz”, uma das poucas que aborda a realidade feminina dentre os arcanos maiores. Esta carta e sua ampla gama de significados e simbolismos pode ser dividida em arquétipos que beiram a mitologia e a cultura popular, possibilitando à imperatriz uma imensa gama de desdobramentos. Para auxiliar na observação destes arquétipos, utilizo conceitos vindos da semiótica francesa bem como relatos de idealizadores de baralhos para construir um perfil de alguns destes cânones de personalidade. Este trabalho busca averiguar se/como as facetas do arcano “A Imperatriz” se mesclam com a cultura popular, com as mitologias mundiais e com a mulher cotidiana; e como o tarô pode ser um objeto que se adapta ao seu contexto sociocultural e temporal.

Palavras-chave: Mulher. Tarô. Quadrado Semiótico.

ABSTRACT

Tarot decks are often put into the spiritual or esoteric realm, being used as oracle or self-knowledge tool. Amongst the cards – illustrated in order to bring forth its divination role – there is “The Empress”, one of the few cards approaching the female life experience. This paper analyses this card’s meanings and symbols, emphasizing its archetypes and how they can be present in ancient and contemporary culture. Concepts such as semiotics, iconology and iconography will support this work as it seeks to unveil character traits, archetypes, and cultural occurrences of “The Empress”, starting with the card’s visual possibilities.

Keywords: Women. Tarot. Semiotic Square.

Introdução

Este trabalho trata de uma das principais cartas nos baralhos de tarô, suas representações e discussões que a permeiam. Um baralho de tarô deve possuir uma série de 78 cartas subdivididas entre arcanos maiores (22 cartas) e arcanos menores (56 cartas), que possuem imagens altamente simbólicas ilustrando cada lâmina, exaltando seu sentido oracular. Dentre os arcanos maiores está A Imperatriz, arcano de número 3, que será observada com maior detalhe, especialmente no que se refere aos seus arquétipos possíveis. Levando em conta que o

tarô é amplamente utilizado como ferramenta oracular e habita o espectro da cartomancia, o trabalho também guiará o leitor sobre alguns dos possíveis significados do arcano A Imperatriz.

A linha do tempo da Imperatriz

Surgindo na Europa do século XV (Figura 1), o tarô passa por uma jornada turbulenta – técnicas de confecção, público alvo, trajeto entre países e finalidade do baralho são alterados constantemente através dos séculos – iniciando seu caminho como uma raridade pintada à mão para as famílias aristocratas, tornando-se, no século XVI (Figura 2), um múltiplo produzido com técnicas de gravura, habitando as residências da população europeia em grande escala; e chegando ao século XIX como um item oracular, sendo ilustrado e confeccionado por sociedades esotéricas que o utilizavam para fins divinatórios. (NAIFF, 2015)



Figura 4: A Imperatriz - Tarô de Visconti-Sforza (1450)

Fonte: aelectic.net



Figura 5: A Imperatriz - Tarô de Marselha (1750)
Fonte: aeclectic.net

Esta última função é a que prevalece no século XXI, trazendo estes baralhos como suporte para ilustração, itens de colecionador e/ou ferramentas para a espiritualidade. Dentre todas as possibilidades do tarô, este trabalho focará na ilustração e como ela transmite os símbolos e arquétipos previstos para cada carta específica – neste caso, A Imperatriz.

As figuras 1 e 2 trazem similaridades em relação à personagem, por tratar-se do cânone vigente para a carta durante o período: mulher sentada num trono, centralizada, carregando um escudo com um grifo, coroa, vestes requintadas e um cetro, símbolos de realeza. Este era o papel da Imperatriz nestas representações: o de regente, ela impera, exhibe sua posição como nobre.

A era digital trouxe uma vantagem técnica: a possibilidade de ampla reprodução, utilizando diversas mídias para as ilustrações originais, que podem ser feitas até mesmo em arte digital. Além disso, a partir da criação do baralho de tarô Rider-Waite-Smith, ilustrado por Pamela Colman Smith em 1910 (Figura 3), a ilustração dos baralhos passa a ser mais livre, possibilitando que o artista mescle ao significado e ao simbolismo da carta a sua própria poética, trazendo ao século XXI uma enorme gama de visualidades e diferentes enfoques na personagem da Imperatriz bem como das outras cartas.



Figura 6: A Imperatriz - Tarô de Rider-Waite-Smith
Fonte: aelectic.net

A lente para a análise: Charles Peirce e Irwin Panofsky

Antes de nos aprofundarmos nos significados da carta “A Imperatriz” numa leitura oracular, é preciso compreender o que se implica com a palavra “símbolo”, que será repetida inúmeras vezes e será o alicerce deste estudo. C.S. Peirce dá para a palavra “símbolo” a seguinte definição:

Um símbolo é um representante cujo caráter representativo consiste exatamente em ser uma regra que determinará seu interpretante. Todas as palavras, frases, livros e outros signos convencionais são símbolos. Falamos em escrever ou pronunciar a palavra ‘*man*’, (homem) mas isso é apenas uma réplica [...]. É uma forma geral de sucessão de três sons ou representantes de sons, que só se torna um signo pelo dato de que um hábito ou lei adquirida fará com que suas réplicas sejam interpretadas como significando ‘*man*’. (PEIRCE, 2005, p. 71).

Símbolo então traz a ideia de que um signo pode possuir um significado convencionalizado pela cultura, e este significado pode variar de cultura para cultura. Os ilustradores de tarô se utilizam de símbolos para facilitar o cartomante na compreensão do significado da carta.

A observação das imagens e a interpretação de seus símbolos fazem parte do estudo chamado por Irwin Panofsky de “iconografia” e “iconologia”. De acordo com o autor, “A iconografia é, portanto, a descrição e classificação das imagens” (PANOFSKY, 1986, p.53). E em relação à iconologia, o autor afirma que:

Iconologia, portanto, é um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise. E assim como a exata identificação dos motivos é o requisito básico de uma correta análise iconográfica, também a exata análise das imagens, estórias e alegorias é o requisito essencial para uma correta interpretação iconológica. (PANOFSKY, 1986, p. 54).

Como veremos a seguir, os processos de análise iconográfico e iconológico são de extrema importância para a compreensão dos significados da carta.

A Imperatriz e seu significado.

Neste trabalho, a ilustração da carta e seus símbolos serão observados. O objetivo é analisar como a ilustradora Pamela Colman Smith enfatiza seus significados específicos, tornando cada Imperatriz uma personagem única, com seu próprio conjunto de atribuições e trejeitos.

Antes de podermos observar e analisar a carta, é necessário que nos aprofundemos no seu significado, que, independente da ilustração, está presente na carta. Como já comentado, no século XVI o baralho de tarô passa a ser um produto acessível à população europeia, e a partir deste momento surgem significados para cada carta, passados oralmente de cartomante para cartomante, até mesmo hereditariamente. As cartas, que eram para uso lúdico da população, passam a receber uma narrativa, embora este uso seja menos abordado no período.

O século XIX traz a ruptura drástica: o tarô passa a ser um objeto oracular e o baralho espanhol passa a ser o mais utilizado em jogos e brincadeiras. Os simbolismos dos arcanos do tarô passam a ser oficiais, transcritos em livros, artigos, embora a tradição oral ainda siga atuante no universo da cartomancia.

Kim Krans, idealizadora e ilustradora do *The Wild Unknown Tarot*, comenta sobre A Imperatriz:

A Imperatriz é a mãe, ou a deusa, do tarô. Sua energia rege tudo o que é quente, fértil, criativo e sensual no mundo. Sua força vem da compaixão, da gentileza, e do amor que ama sem acorrentar. [...] A Imperatriz sugere que é momento de se reconectar com a Natureza [...] (KRANS. 2016. p. 171)

Associada à vida, na Imperatriz está o plano terreno, ou seja, a abundância e a fertilidade da terra e dos animais, o acolhimento das mães, e a vida é um caráter eufórico, o desejado. Sobre isso, Jean Chevalier, autor do “Dicionário de Símbolos”, faz a seguinte analogia: “Encontra-se neste símbolo da mãe a mesma ambivalência da terra e do mar: a vida e a morte são correlatas. Nascer é sair do ventre da mãe; morrer é retornar à terra.” (CHEVALIER, 1999, p. 580). Sendo assim, a Imperatriz não tem somente o lado da vida, mas o da morte também,

onde é possível enxergar o definhamento das qualidades já propostas: a morte propriamente dita, o estado de infertilidade e fim das coisas vivas.

A carta cobre, não somente a dualidade entre morte e vida, mas também seu processo: tanto o amadurecimento e envelhecimento de pessoas quanto do processo de transição de fases da lua e estações do ano. Então A Imperatriz não se mantém pontualmente em morte ou vida, mas ela é todo o trânsito entre ambas: o ciclo.

Todo este ciclo de vida e morte está profundamente associado à outra máxima dual da Imperatriz: Homem x Mulher. No baralho de tarô, a Imperatriz possui um consorte, O Imperador, que rege as oposições da Imperatriz, incluindo todas as associações ao masculino. A autora Mirella Faur dá bastante ênfase nas associações do feminino/masculino em simbolismos mitológicos, sem deixar de observar o peso histórico de tais associações. De acordo com ela, dois dos exemplos máximos deste dualismo são as figuras de deuses/deusas, e a autora pontua:

Enquanto Deus é uma força espiritual e transcendente, a Deusa é imanente e permanente, presente em todas as formas, energias, seres e ciclos naturais. A visão dualista, hierárquica e patriarcal preconiza a superioridade de uma polaridade sobre a outra, criando assim o antagonismo entre elas: espírito/matéria, mente/corpo, racional/intuitivo, espiritual/sexual, homem/mulher. (FAUR, 2011, p. 37).

Dentro do conteúdo e das dualidades da Imperatriz há ainda a dominância do caos sobre a ordem, da mutabilidade sobre a estabilidade, do acordo de paz sobre a guerra. Também os dois lados da proteção, como é colocado por Chevalier:

A mãe é a segurança do abrigo, do calor, da ternura e da alimentação; é também, em contrapartida, o risco da opressão pela estreiteza do meio e pelo sufocamento através de um prolongamento excessivo da função de alimentadora e guia: a genitora devorando o futuro genitor, a generosidade transformando-se em captadora e castradora. (CHEVALIER, 1999, p. 580).

Temos então uma série de significados constantes para a carta, tanto positivos quanto negativos, dando à Imperatriz uma ampla gama de possibilidades (tabela 1).

<u>Positivo</u>	<u>Negativo</u>
Vida	Morte
Ciclos Naturais	Finais
Abundância	Escassez
Conciliação	Esterilidade
Maternidade	Ganância
Intuição	Ingenuidade
Soberania	Superproteção

Fertilidade	Excesso de controle
Proteção	Futilidade

Tabela 1: Os significados da Imperatriz (desenvolvido pela autora)

Por conta de seus significados constantes, as ilustrações da Imperatriz costumam trazer símbolos em comum entre si para manter uma uniformidade em relação à todos os baralhos já produzidos, embora muitos baralhos se desviem desta constante propositalmente, criando uma nova identidade para sua personagem.

A conjunção entre as figuras do cetro, do trono, das vestes nobres e da coroa remetem ao caráter imperial e cheio de riquezas da personagem. Jean Chevalier comenta: “O cetro mágico das deusas egípcias era um símbolo de alegria – a alegria de poderem executar suas vontades.” (CHEVALIER, 1999. P 226).

A ligação da carta aos doze signos do zodíaco também é constante, e vê-se trazido à tona o caráter cíclico da carta, já que, de acordo com o autor:

O círculo zodiacal é dividido pelo número perfeito doze, que corresponde à doze constelações. Quatro delas marcam no hemisfério norte os tempos fortes do percurso solar [...]. São períodos culminantes de um ciclo e intercalam-se entre os equinócios [...] e os solstícios [...]; elas separam as estações [...] (CHEVALIER, 1999, p 973).

Há também a relação entre a governante e a Natureza, levando em conta que ela é a regente deste ambiente, ao contrário de seu consorte, que rege os espaços criados pelo ser humano, criando mais uma dualidade, a de Natureza x Cultura. O âmbito natural ainda pode ser subdividido de acordo com a vegetação que nele habita. Plantações de cereais, como milho, cevada, aveia, são associadas à prosperidade, bem como sua cor – o dourado – associada com a riqueza do ouro. (CHEVALIER, 1999, p 611). Já uma floresta, por exemplo, possui uma noção de grandiosidade, tanto para o acolhimento quanto para a opressão, e de acordo com o mesmo autor:

A grande floresta devoradora tem sido cantada numa abundante literatura hispano-americana inspirada pela floresta virgem, a madre-selva [...] que gera, ao mesmo tempo, angústia e serenidade, opressão e simpatia, como todas as poderosas manifestações da vida (CHEVALIER, 1999. p 439).

A água, também uma recorrência imagética, é dotada de simbolismos diversos, e entre eles o que é apontado por Chevalier:

As significações simbólicas da água podem reduzir-se a três temas dominantes: fonte da vida, meio de purificação, centro de regenerescência. [...]. A água viva, a água da vida se apresenta como um símbolo cosmogônico. [...]. Já a água primeira, a água nascente, que brota da terra e da aurora branca, é feminina: a terra está aqui associada

à Lua, como um símbolo de fecundidade completa [...]. O símbolo da água contém o sangue. Mas não se trata aí também do mesmo sangue, porque o sangue recobre, igualmente, um sentido duplo: o sangue celeste, associado ao Sol e ao fogo; o sangue menstrual, associado à Terra e à Lua. (CHEVALIER, 1999. P 20)

E ainda em relação à água, as autoras do Tarô Mitológico afirmam, em relação à Imperatriz de seu baralho, que: “A caída d’água sugere o fluxo de sentimento e de fertilidade do mundo de Deméter. Ela preside os rituais do casamento e abençoa os frutos dessa união.” (SHARMAN-BURKE; GREENE. 2015. P. 35).

Flores, tanto em seu estado natural quanto como adornos e estampas, estão associadas à mutabilidade e à abundância, já que uma grande florada numa árvore frutífera está ligada à produção de muitos frutos (CHEVALIER, 1999. P 438), e sua presença é vista na carta.

Os arquétipos da Imperatriz

Para trazer o conceito de arquétipo, nas palavras de CAMPBELL (1985, p.62): “São ideias elementares, que poderiam ser chamadas ideias ‘de base’”. O mesmo ainda comenta que: “Em todo o mundo e em diferentes épocas da história humana, esses arquétipos, ou ideias elementares, apareceram sob diferentes roupagens. As diferenças nas roupagens decorrem do ambiente e das condições históricas.”. Podemos então traduzir a noção de arquétipo como um conjunto de características elementares e básicas vistas em narrativas e no cotidiano.

A. J. Greimas já comenta sobre conceitos fundamentais de narrativas em seus estudos sobre semiótica. De acordo com ele, o conteúdo de uma narrativa (chamado de plano de conteúdo) possui valores e termos fundamentais pré-estabelecidos. A organização destes termos se dá em um quadrado semiótico, que dispõe dois termos como opostos entre si e sugere mais dois termos que negam os dois anteriores. Por exemplo, se há os termos Objeto Velho x Objeto Novo como opostos, há também os termos que os negam, o Não-Velho (que parece novo, mas é velho: um objeto restaurado) e o Não-Novo (que parece velho, mas é novo: um objeto “vintage”).

Para aplicar este conceito na carta da Imperatriz, cito aqui uma frase da escritora feminista Andrea Dworkin, que traz uma crítica à visão patriarcal sobre a mulher ao longo dos séculos: “Há duas definições de mulher: Existe a mulher boa. Ela é uma vítima. Há a mulher má. Ela deve ser destruída. A mulher boa deve ser possuída. A mulher má deve ser morta, ou punida. Ambas devem ser anuladas”. (DWORKIN, 1974. p. 48).”

Conforme este preceito, a mulher sob o caráter eufórico é a mulher desprovida de vontade própria, sem poder, sem voz, ela é a boneca inanimada e passiva, mas bela e sorridente. Nesta perspectiva estão as famosas princesas de contos de fada, que se veem repetitivamente

em papéis de donzela em perigo, aguardando o príncipe encantado, e são beijadas pelo mesmo no auge de sua passividade – quando estão praticamente mortas, como visto nos contos de Branca de Neve e Bela Adormecida.

Sob o caráter disfórico está a bruxa má. A mulher emancipada, constantemente representada como a mulher viúva que possui sede de poder ou de vingança. Ela é tida como disfórica, maldosa e terrível por ter poder, conhecimento, autonomia; e tal independência a torna intimidadora. Neste papel ficam as vilãs das histórias infantis, como as bruxas, madrastas e rainhas cheias de ambição. Sobre esta mulher, Dworkin faz um comparativo com mulheres da história, mitologia, contos de fada e ícones religiosos:

Era uma vez uma bruxa má, e seu nome era
Lilith
Eva
Agar
Jezebel
Dalila
Pandora
Jahi
Tamar
E tinha uma bruxa má
E ela também era chamada de deusa, e seu nome era
Kali
Fátima
Ártemis
Hera
Ísis
Maria
Ishtar
E tinha uma bruxa má
E ela também era chamada de rainha
Betsabé
Vasti
Cleópatra
Helena
Salomé
Elizabeth
Clitemnestra
Medeia
E tinha uma bruxa má
E ela também era chamada de bruxa, e seu nome era
Joana D'Arc
Circe
Morgana Le Fay
Tiamat
Maria Leonza
Medusa
E isso era o que elas tinham em comum: Elas eram temidas, odiadas, desejadas e adoradas. (DWORKIN, 1974. p. 31).

Utilizarei neste trabalho o termo “dominante/dominada” para a dualidade prevista pelo quadrado semiótico, sendo a mulher dominada aquela vista com bons olhos pela sociedade

patriarcal – a princesa, a santa – e a mulher dominante é aquela mal vista pelo mesmo público – a madrasta má, a bruxa.

Além dos termos contrários, que no caso são Santa x Bruxa, há os termos contraditórios, que, neste caso, seriam a negação do seu termo anterior (Não-Eufórico e Não-Disfórico). Seguindo o exemplo já iniciado, o termo que pode contradizer a Santa seria uma “Não-Santa”, arquétipo aqui representado pela Amazona (a não-dominada), e a contradição da bruxa, a “Não-Bruxa”, é mostrada pela Feiticeira (a não dominante). (Figura 4)

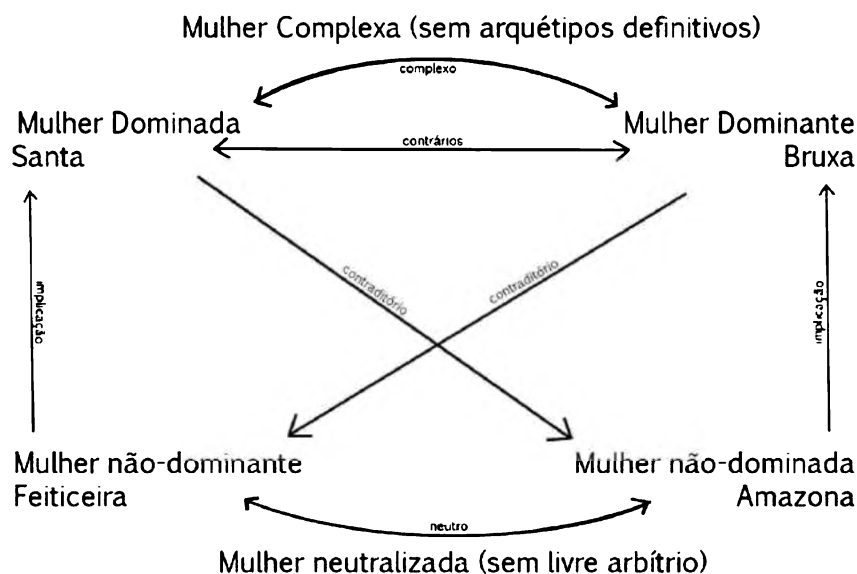


Figura 4: O Quadrado Semiótico da Mulher
(desenvolvido pela autora)

Santa (Mulher Dominada)

A Santa, a mãe benevolente, é um arquétipo muito familiar para as pessoas ocidentais, por se tratar do arquétipo que abrange a maioria das santas católicas e, acima de tudo, é o arquétipo do que é esperado da mulher contemporânea

Caitlin Matthews, em seu livro sobre arquétipos femininos, fala sobre a faceta da Preservadora, que seria aquele que mantém o status quo de um ambiente, nutrindo-o, cuidando-o e prolongando sua existência: “Os atos da preservadora são comportamentos familiares domésticos, que pertencem à vida cotidiana, que temos tendência a deixar de lado ou passar por cima por causa de sua familiaridade. (MATTHEWS, 1994, p. 108)”

A realidade feminina foi confinada ao ambiente doméstico desde os primórdios da humanidade, e este dado perdura no século XXI, no qual, de acordo com o dado do site oficial

do governo brasileiro em 2016, 90% das mulheres do país são encarregadas do trabalho doméstico não-remunerado. Dentre todas as trabalhadoras do país, 14% trabalha com serviço doméstico e dentro desta área de atuação a porcentagem de mulheres é de 92%.

Levando em consideração estes dados, a faceta Preservadora é mais atual do que nunca, e seu título, que também propõe a noção de conservadorismo, denota esta condição mal compreendida e desvalorizada de manter a vida num estado sustentável.

Bruxa (Mulher Dominante)

O arquétipo da Bruxa aqui cumpre com o seguinte papel: ser quem desafia a situação vigente, que age como uma sombra de instabilidade para qualquer situação estagnada. Caitlin Matthews, que prevê dez arquétipos mitológicos – e ao mesmo tempo contemporâneos – como base para a experiência de vida feminina e espiritualidade matrifocal. Dentre eles está “A Desafiadora”, sobre o qual ela comenta:

As pessoas criadas no Ocidente consideram, geralmente, que qualquer coisa que lhes faça oposição é, automaticamente, ‘má’ [...]. A Desafiadora não é permanentemente agressiva, mas convida, com frequência, ao desafio... (MATTHEWS, 1994, p. 86).

Culturalmente, o exemplo mais lembrado em relação a este arquétipo é o da Mãe-Devoradora, cujos adeptos do Hinduísmo chamam de Kali, ou Kali-Ma (Mãe Kali). Esta deidade indiana tem como preceito a destruição, eliminando o que já existe para que o novo possa nascer, dando continuidade à entropia. Ela também garante a autenticidade do poder vigente, sendo ela mesma aquela que o desafia e o testa, fazendo-o se provar inúmeras vezes.

Sob esta alcunha estão todos os significados mais sombrios da Imperatriz: a escassez, a infertilidade, o período de repouso dentro de um ciclo, a própria morte. Isto se deve ao fato de que, quando atinge o inverno, a natureza repousa. Sendo A Imperatriz a regente da natureza e dos seus ciclos, ela é, dentro do universo do tarô, a encarregada de trazer estas noções cíclicas ao estar associada com cartas que amplifiquem este significado.

Feiticeira (Mulher Não-Dominante)

Antes de me aprofundar neste arquétipo é preciso definir o que é uma feiticeira dentro do quadrado semiótico desenvolvido neste trabalho, e para isso me valho da cultura popular com o livro “O Mágico de Oz” de L. Frank Baum, no qual a protagonista, Dorothy, busca voltar para sua terra natal após chegar à Terra de Oz e quem quer impedi-la de realizar este objetivo é a Bruxa Má do Oeste.

Esta dicotomia Bruxa Desafiadora x Protagonista Inocente já foi abordada no subcapítulo anterior, porém, na Terra de Oz, há outra bruxa: Glinda, a boa. Assim como a Bruxa Má, Glinda possui domínio sobre técnicas mágicas, mas a usa para seus próprios fins, que incluem auxiliar a jovem Dorothy no seu retorno para casa.

Vemos aqui então a feiticeira. A mulher que não é necessariamente má nem necessariamente boa, mas que possui poder e livre arbítrio para ser qualquer uma das duas e irá usá-los como bem entender, definindo então a feiticeira como a portadora da abundância tanto de escolhas quanto de possibilidades e, acima de tudo, abundância de poder. Ela é a energia plena. Voltando aos arquétipos de Caitlin Matthews, aqui está a Energizadora, que, de acordo com a autora:

A alegria que a Energizadora nos mostra é inteiramente não-dualista. Ela nos leva a pontos profundos de prazer [...]. Ela nos mostra o núcleo do nosso desejo e o impele em nossa direção com uma necessidade não-ambígua. (MATTHEWS, 1994, p.70)

É visível a relação direta da Energizadora com a paixão, a energia, o desejo em todos os sentidos possíveis da palavra. O retrato desta faceta seria uma mulher ciente de que ela é a condutora da vontade, do desejo, da sedução e, acima disto, aquela que possibilita que desejos sejam realizados.

Amazona (Mulher Não-Dominada)

O arquétipo final a ser observado dentre as Imperatrizes é a Amazona. Ela, ao contrário da Santa, rejeita a dominação mas também não busca dominar, busca somente ser livre de amarras. Como nas lendas greco-romanas, brasileiras e até mesmo na cultura popular através dos quadrinhos, a amazona é uma mulher guerreira, frequentemente associada a arcos e flechas ou outras armas. Estas figuras ainda coabitavam exclusivamente entre mulheres, rejeitando o domínio patriarcal em todos os âmbitos de suas vidas. Caitlin Matthews se aprofunda neste arquétipo na forma da Protetora, que é aquela quem defende os limites da vida para que ela se prolongue e viva em harmonia.

A Protetora preserva a lei natural e aparece, com frequência, irada quando se trata de defender seu território, embora a proteção transformadora que este aspecto produz esteja enraizada no amor misericordioso. (MATTHEWS, 1994, p. 76)

Dentre as personagens mais marcantes na condição de Amazona, estão Ártemis, a deusa grega que escolheu o celibato e a defesa das florestas como seu destino, e a personagem dos quadrinhos Mulher-Maravilha, vinda duma ilha onde só habitam mulheres, ela é uma de suas mais habilidosas guerreiras e luta para defender seus ideais.

Conclusão

O baralho de tarô é um objeto centenário que passa por mudanças e releituras ano após ano, mantendo seu formato e seus significados. Estes significados se expandem para o cotidiano através de arquétipos que são vistos nas ilustrações do baralho.

Essa adaptabilidade do tarô o torna um objeto que pode ser incluído em cada período histórico, em cada classe social, em cada canto do mundo. Existem variedades de tarô que são apreciadas por diferentes públicos alvo, trazendo até mesmo as personagens de cultura popular citadas neste trabalho e mantendo seus simbolismos.

Este estudo é apenas uma fração das possibilidades incutidas nos baralhos de tarô, e estas podem ser reveladas ao se utilizar as ferramentas de estudo adequadas. Aí entra o saber do campo das artes visuais, passando este objeto pelas noções de análise de imagem. Sendo assim, a leitura de uma carta – semelhantemente à leitura de uma obra de arte – evoca alegorias milenares que ainda cabem nos personagens contemporâneos.

Referências Bibliográficas

- CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**. Editora Palas Athena. São Paulo, SP. 1985
- CHEVALIER, Jean. **Dicionário de Símbolos**. 28ª Edição. Editora José Olympio. São Paulo, SP. 1999.
- DWORKIN, Andrea. **Woman Hating**. Plume Books. New York, NY. 1974.
- FAUR, Mirella. **Círculos Sagrados para Mulheres Contemporâneas**. 1ª edição. Editora Pensamento. São Paulo, SP. 2011.
- KRANS, Kim. **The Wild Unknown Tarot Guidebook**. Harper Elixir Books. Nova York, NY. 2016.
- MATTHEWS, Caittlin. **Elementos da Deusa**. Editora Ediouro. Rio de Janeiro, RJ. 1994.
- NAIFF, Nei. **Curso Completo de Tarô**. 1ª edição. Editora Best Seller. Rio de Janeiro, RJ. 2015.
- PANOFKY, E. "Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença". In: **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 1986, p. 47-65.
- PEIRCE, C.S. **Semiótica**. 3ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo, São Paulo. 1999.
- PIETROFORTE, A. V. **Semiótica visual: os percursos do olhar**. São Paulo: Contexto, 2004.
- SHARMAN-BURKE, Juliet; GREENE, Liz. **O Tarô Mitológico**. Editora Madras. São Paulo, SP. 2015.
- WAITE, A. E. **O Tarô Ilustrado de Waite**. Editora Kuarup. Porto Alegre, RS. 1999.

Sites consultados:

Trabalho doméstico permanece sendo uma atividade feminina, aponta estudo
<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/04/trabalho-domestico-permanece-sendo-uma-atividade-feminina-aponta-estudo>> Acesso em 14. 01. 2017.

ASCENSÃO DE PAUTAS DA DIREITA E SEUS REFLEXOS NA PRÁTICA E PROFISSÃO DOCENTE

*ASCENSION OF RIGHT GUIDELINES AND ITS REFLECTIONS ON TEACHING
PROFESSION*

Nathália Neves de Souza

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG

Nsouza.nathalia@gmail.com

Júlio de Anello Balbela

Graduando em Geografia Licenciatura Pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG

Julio.balbela@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda a experiência de execução do projeto de extensão Debates Escolares, executado em 2017 junto a estudantes do ensino médio na cidade de Rio Grande/RS. O projeto foi realizado partindo do diagnóstico da necessidade apontada por estes estudantes em participar mais ativamente dos processos decisórios no ambiente escolar, partindo de pesquisa realizada em 2016 com estudantes de Pelotas e Rio Grande. A partir desta constatação, o projeto objetivou fomentar espaços de debate sobre temas sociais, políticos e culturais, seja no âmbito escolar ou mais amplo, considerando a construção de espaços de debate público. Como resultados, a partir de relatos de algumas direções de escolas e professores (as), constatou-se o receio de debater temas considerados "polêmicos" em razão da ameaça de implementação do projeto "escola sem partido". A partir desta questão, realizou-se nova pesquisa quantitativa com estudantes da cidade de Rio Grande para compreender suas opiniões sobre este projeto, assim como o entendimento sobre a importância de diversos temas, tais como trabalho, educação, política, entre outros. Como resultados preliminares do projeto de extensão, realizaram-se encontros periódicos com estudantes, produção de documentário sobre a escola sem partido e proposta de pesquisa junto a todas escolas da rede estadual na cidade de Rio Grande e Pelotas para compreensão das dinâmicas de socialização política de jovens na atualidade.

Palavras-chave: Democracia, Educação, Escola Sem Partido.

ABSTRACT

This article discusses the experience of executing the "School debate" extension project, executed in 2017 with high school students in the city of Rio Grande / RS. The project was carried out based on the diagnosis of the need pointed out by these students to participate more actively in the decision-making processes in the school environment, starting from research conducted in 2016 with students from Pelotas and Rio Grande. Based on this observation, the project aimed to foster spaces for debate on social, political and cultural issues, whether in the school context or broader, considering the construction of spaces for public debate. As a result, from reports of some schools and teachers' directions, there was a fear of discussing issues considered "controversial" due to the threat of implementing the "non-party school" project. From this issue, a new quantitative research was carried out with students from the city of Rio

Grande to understand their opinions about this project, as well as the understanding of the importance of various themes, such as work, education, politics, among others. As preliminary results of the extension project, periodic meetings with students, documentary production about the non-party school and research proposal were carried out with all schools of the state network in the city of Rio Grande and Pelotas to understand the dynamics of political socialization of young people today.

Keywords: Democracy, Education, non-party school.

Introdução.

Este trabalho relata a experiência do projeto de extensão Debates Escolares, que surge no ano de 2017 na cidade de Rio Grande/RS, com objetivo de oferecer aos estudantes do ensino médio oficinas sobre políticas públicas, Estado, Direitos Humanos, Movimentos Sociais, racismo, machismo e outras pautas que pudessem surgir nos encontros. A proposta do projeto de extensão surge a partir de pesquisa realizada em 2016 sobre as ocupações estudantis nas escolas públicas estaduais, em especial nas cidades de Rio Grande e Pelotas (SEVERO e SAN SEGUNDO, 2017). Esta constatou que uma das razões para a realização das manifestações era a falta de participação e debate que considerasse as opiniões dos estudantes.

Com a execução do projeto, uma questão que se tornou muito pertinente a partir do contato com as escolas e os professores. Esta foi o receio dos mesmos para falar sobre assuntos como etnia, gênero, política ou cidadania na sala de aula, citando sempre questões que envolvem a perseguição de professores com base no Projeto de Lei Escola sem Partido. Tendo em vista estas observações, objetivamos abordar o crescimento de expressões reacionárias nos espaços de ensino, os quais geram diversas situações de perseguição aos (às) professores (as).

Partindo disto, este artigo consiste de um relato de experiência sobre o projeto, onde a primeira parte do artigo fala sobre como o projeto foi organizado, seus objetivos e sua metodologia. Já a segunda parte traz uma sistematização em formato de relato de experiência sobre o projeto.

Projeto de extensão debates escolares

O projeto foi constituído como um projeto de extensão vinculado á Universidade Federal do Rio Grande (FURG), teve inicio no primeiro semestre de 2017. Ele tem como público alvo os estudantes das redes públicas de educação básica do município de Rio Grande.

Partindo então da falta de espaços para a participação e debate junto com os estudantes, como apontam SEVERO e SAN SEGUNDO (2017) e para contribuir com a construção de uma cultura política no espaço escolar foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Proporcionar espaços de debate que sirvam à instrumentalização dos jovens sobre conceitos relacionados à política, sociedade e cultura e que auxiliem na construção de uma escola mais democrática. Isto será possível através do auxílio da problematização de questões levantadas pelos jovens e busca da solução para tais questões, seja diretamente na escola quanto na sociedade de modo geral;
- Auxiliar a constituição de entidades representativas dos estudantes como forma de participar e construir o espaço escolar;
- Apoiar a constituição de uma rede de comunicação entre estudantes da cidade de Rio Grande para troca de experiências.

Para atender a estes objetivos, foi organizada uma metodologia que permita estabelecer uma relação com a escola e criar um ambiente de ensino aprendizagem que possa contribuir com a construção de uma cultura política. Assim sendo, a mesma foi organizada em três partes, que são:

- A primeira é um ciclo de visitas nas escolas de ensino médio públicas da cidade, dentro do período de sete semanas, com o objetivo de fazer o primeiro contato entre escola, professores(as) e projeto de extensão para convite e apresentação da proposta de trabalho, construir um diagnóstico sobre a participação e cultura política nas escolas, mapear a existência ou não de organizações estudantis e ou grêmios;
- A segunda parte da metodologia envolve o trabalho com os estudantes em suas turmas, no formato de oficinas, palestras e espaços de debates;
- A terceira e última parte é a produção de um documentário, construído pelos estudantes e professores das escolas parceiras do projeto, com o apoio da FURG. Este documentário tem como objetivo sistematizar e narrar às experiências que envolvem a organização e constituição de uma cultura política na escola.

Ainda sobre a segunda parte da metodologia, ela é organizada a partir, de dois encontros com cada turma da escola, onde o primeiro trabalha com uma análise de conjuntura da escola e sua comunidade e quais as formas de participação política para entender, debater e alterar e construir a realidade na comunidade escolar, a análise de conjuntura é uma adaptação do método proposto por SOUZA (1984). No final deste primeiro encontro a turma, coletivamente, elenca o tema a ser trabalhado no segundo encontro. Surgiram temas que envolvem desde respeito na escola, inclusão social, sexualidade, gênero e sexo até questões como eleições 2018, intervenção militar no Rio de Janeiro e bullying no ambiente escolar.

A escolha pela análise de conjuntura e sua importância parte do entendimento que é importante conhecer a realidade na qual se está inserido para poder ter melhores condições de transformá-la. Além disto, a análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de uma necessidade (SOUZA, 1984. Pg. 8) e ela também é não somente parte da arte da política como é em si mesma um ato político. Só faz análise política quem faz política. (SOUZA, 1984).

No decorrer do projeto, foi observada a necessidade de se realizar uma pesquisa quantitativa de amostra aleatória não estatística por conveniência, com o intuito de posteriormente fazer uma pesquisa de amostra estatística. As questões foram abertas e fechadas e tinham como objetivo traçar o perfil político dos jovens. Foram 179 questionários aplicados em quatro escolas da rede pública de ensino médio, aplicados como entrevista semi-estruturada.

Relato de Experiência.

Esta parte do artigo traz um relato de como se deu a execução do Debates escolares, além de trazer o debate sobre as questões envolvendo o avanço do conservadorismo no ambiente escolar, envolvendo, principalmente o projeto de lei Escola sem Partido.

As visitas nas escolas.

A primeira etapa do projeto Debates Escolares teve início em junho de 2017 com as visitas na 18ª Coordenadoria Regional de educação (CRE) e nas escolas da rede pública. A visita a 18ª CRE teve o intuito de solicitar uma autorização para realização das oficinas e mapear as escolas da rede pública de ensino médio em Rio Grande. A partir disto foi nos fornecido uma lista com as treze escolas estaduais de ensino médio, com seus telefones e e-mails de contato.

A partir desta lista inicia-se então o primeiro contato com as escolas. Foram realizadas visitas á doze das treze escolas públicas de ensino médio da cidade, onde, de forma geral, as escolas se mostraram abertas a possibilidade de aproximação com a FURG.

Duas escolas se destacaram nesse processo, a Escola Estadual de Ensino Médio (E.E.E.M) Profº Carlos Loréa Pinto e a E.E.E.M Silva Gama. A primeira se destacou devido ao seu ambiente e a sua proposta pedagógica, que cria um ambiente com muita diversidade, cor, música, cartazes e um corpo docente mais aberto ao diálogo. Já a segunda se destacou devido à primeira visita na escola ser realizada em conjunto com a reunião da área das ciências humanas e a postura da coordenadora pedagógica, que facilitou a parceria do projeto com a escola.

Ainda sobre esta etapa, é importante ressaltar que a escola e a universidade funcionam em tempos diferentes, a escola e a universidade possuem diferentes formas de organização e isso reflete na dinâmica de trabalho e na relação entre elas. Isto gerou uma reorganização do cronograma na primeira etapa, onde o planejamento inicial de visitar duas escolas por semana se mostrou inviável. Assim sendo, o cronograma de visitas as escolas seguiu-se até setembro de 2017, onde foi interrompida devido à greve do magistério estadual, que se iniciou em setembro e durou 97 dias.

É importante ressaltar que nesta fase do projeto foi observado a primeira influência das pautas conservadoras na escola. Essa influência se notou em contínuos relatos em diferentes escolas de professores(as) sofrendo perseguições políticas, denúncias e em quase todas as visitas estava instalado um ambiente de vigilância e cautela sobre o assunto política na sala de aula.

No decorrer das primeiras conversas houve relatos onde a escola deixa claro que existe receio sobre atividades que envolvam política e/ou partidos políticos, de modo que esse receio não seria de falar sobre os assuntos, pois acreditavam ser importantes, mas sobre as possíveis repercussões. Houve relatos de um das escolas visitadas que alegava que a escola estava passando por perseguição e tinham denúncias envolvidas no contexto do Projeto de Lei Escola sem Partido⁷¹.

A presença de relatos como estes foram constantes e não estava no planejamento inicial do projeto, a presença destas perseguições geraram a necessidade de duas adequações

⁷¹ O Projeto de lei escola sem partido refere-se ao Projeto de Lei Nº 867, de 2015, em andamento no Congresso Nacional.

metodológicas. Primeiro se mostrou necessário entender a conjuntura da escola pública e de como o Projeto de Lei Escola sem Partido (ESP) se relaciona com o ambiente escolar. Também se mostrou necessário entender qual o perfil político dos jovens nas escolas nas quais o projeto de extensão estava inserido, com a finalidade de estabelecer melhores bases para elaborar as oficinas.

Sobre a conjuntura escolar e o Projeto de Lei Escola sem Partido, se constatou que na cidade de Rio Grande não há lei que o institucionalize, entretanto se não existe lei, para quem denunciar e quem persegue as escolas? Frigotto, ao observar a perspectiva histórica, afirma que apesar da Escola sem Partido ainda não estar no âmbito legal, se encontra sedimentado nas relações sociais:

“As teses da Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais (...).” (Frigotto, 2017. Pg 18).

Assim sendo, é importante ressaltar que o ESP não precisou ter se tornado lei para estar presente dentro do ambiente escolar, o clima de vigilância política e censura na escola se instaurou devido à incessante propaganda de setores conservadores da sociedade. A vigilância sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas na escola são contrárias aos princípios de liberdade de ensino defendidos no Artigo 206 da Constituição Federal.

Assim sendo, este Projeto de Lei traz como proposta a “desideologização” da escola, considerando como ideologia a perspectiva que não seja aquela defendida por estes grupos (MANNHEIM, 1952), atacando em especial professores(as) que abordem questões como etnia, gênero, cidadania, entre outros.

Dentro desta conjuntura escolar se mostrou necessário expor esse ambiente de vigilância no ambiente escolar, assim, se decidiu alterar a proposta inicial do documentário onde o mesmo então tomou um caráter de tornar público às perseguições sofridas pelos professores. Assim, foi institucionalizado como projeto cultura e extensão pela FURG. Foi neste momento também que se estabeleceu a necessidade de se realizar uma pesquisa quantitativa de amostra aleatória não estatística por conveniência, para auxiliar no entendimento do perfil político do público alvo.

Segunda Etapa: o Documentário, o Episódio da Votação da Câmara, a Pesquisa Quantitativa, e as Oficinas no IFRS como saída da Greve de Professores Estaduais.

Com o andamento do projeto prejudicado devido a Greve o magistério do estado do Rio Grande do Sul, foi necessário adequar o andamento do projeto com a conjuntura escolar. Como as escolas da rede estadual estavam passando por um período de greve, o projeto teve seu seguimento na rede federal, no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande (IFRS). Também se acompanhou questões polêmicas como o andamento do “Programa escola sem Ideologia de Gênero” e o PL Escola sem Partido que estavam em pauta na Câmara Municipal no segundo semestre de 2017.

Documentário “Escola sem Censura” e o Episódio da Votação da Câmara dos Vereadores do Município de Rio Grande.

Com a nova proposta para o documentário, o mesmo assume um caráter de apresentação e denúncia das condições de trabalho precárias dos professores na rede pública e do sistema educacional como um todo, além de trazer relatos de perseguições de cunho político a professores(as). Assim sendo, o mesmo foi nomeado “Escola sem Censura”⁷², se instituindo enquanto um documentário independente produzido com apoio da Universidade Federal de Rio Grande.

O documentário trouxe a oportunidade de ter maior contato com a escola pública, dar voz aos estudantes e professores e facilitar o acesso a informação para a comunidade, com o auxílio das redes sociais. Para a produção do documentário foi preciso entrar em contato e entrevistar professores que sofreram perseguições, pesquisadores do tema escola sem partido (ESP) e organizações secundaristas que estivessem dispostos a dar relatos sobre experiências envolvendo a precarização da educação e o ESP. As gravações e entrevistas do documentário ocorreram nos municípios de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre do estado do Rio Grande do Sul.

Nestas entrevistas, alguns professores relataram que sofreram ameaças reais e outros que, apesar de não terem sido ameaçados, sentem que a sala de aula está se tornando um ambiente hostil a temas que envolvem questões polêmicas, como o debate de gênero e sexualidade, questões políticas e religiosas. Estes exemplos aparecem em um relato, entrevistado para o documentário, de um professor do interior do estado do Rio Grande do Sul, onde ele descreve o impacto do PL escola sem partido na sala de aula:

“(…) Max Weber foi um pensador alemão e ele era conhecido pela corrente liberal que ele trouxe suas teorias e ele pensou muita coisa sobre o estado, sobre o

⁷² Mais informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/docescolasemcensura/>. Acesso em <10/06/2018>.

funcionamento do estado. Pelo o que eu conheço dessa corrente ela nada tem a ver com as teorias de esquerda do século XVIII, XIX e nem atual. Houve uma confusão muito grande em uma aula minha em relação a isso.

E o fato de você ter usado Max Weber? (entrevistador)

Desencadeou um monte de situações, em relação a um pai que se sentiu descontente, ficou desconfortado, sobre essa questão de trabalhar política na sala de aula, enquanto eu estava trabalhando simplesmente o conceito de um livro aprovado pelo MEC, onde trazia o exemplo que tinha no livro e o pai se sentiu desconfortável, segundo ele eu estava trazendo a ideologia de esquerda dentro da escola, enquanto eu tava trabalhando numa teoria neoliberal. E usei um exemplo que tava no livro que dentro de um confronto entre policiais e traficantes que legitimava o policial a matar e o traficante não, ao contrário. E ai expliquei que naquele momento, ali no confronto, ele tava agindo em nome do estado e o estado, segundo a teoria de Weber, ele detém essa violência legítima. Dois dias depois disso, a diretora bateu na porta de uma aula que eu estava, me chamando para conversar e tinha um pai que estava furioso né, porque eu estava falando mal da polícia. Eu não entendi muito bem a situação, mas me dei conta mais ou menos do que se tratava, já peguei o livro didático que eu tinha trabalhado naquela aula, desci com as páginas e fui cumprimentar o pai. Não quis me cumprimentar, alterado, porque ele era sargento da brigada e eu estava botando a vida dele em risco com as minhas colocações em sala de aula e eu tentei entender o porquê que estava colocando. Diz ele que polícia é polícia 24h e se eu estiver sem farda então, tu ta dizendo pros teus alunos que pode me dar um tiro? Eu não, não é isso é que, tentei explicar pra ele, ele arredio e seco, sem a menor intenção de me ouvir mais e disse que eu não poderia falar isso em sala de aula, que eu não tinha esse direito e que a gente se encontrava na rua. E a partir desse momento ficou muito difícil pra mim trabalhar dentro da sala de aula, porque uma turma de terceiro ano, o momento que eu entro ali naquela sala eu vejo as filhas dele e eu já começo automaticamente a me policiara na maneira de conduzir a minha aula, de como eu vou trabalhar, de como eu vou fazer, de como eu vou falar (...)" (Entrevistado A, outubro 2017).

Dentro do período de gravações do documentário, ocorreu a votação das propostas de lei 136/2017 denominado “Programa Escola sem Ideologia de Gênero”⁷³ e da PL nomeada “Escola sem Pornografia Infantil” na Câmara Municipal de Vereadores do município de Rio Grande, em novembro de 2017.

A PL 136/2017 entende que a discussão de gênero e sexualidade deve ser discutida no espaço familiar, partindo de umas das características da Escola sem Partido, que essa questão diz respeito ao modo como a família se relaciona e não do currículo escolar. Para, além disso, entendem que ações como a discussão de gênero e sexualidade, uso de banheiros comuns de meninos e meninas⁷⁴ e outras ações desse tipo não são indicadas para o ensino fundamental e podem fazer com que as crianças e jovens se confundam no que tange ao seu próprio gênero e sexualidade. Este trabalho não tem como objetivo debater sobre sexualidade e gênero na escola, mas destacamos aqui o documento “Parâmetros Curriculares Nacionais - Orientação Sexual”⁷⁵,

⁷³ http://www.camara.riogrande.rs.gov.br/index.php?n_sistema=3130&id=2670

⁷⁴ Mais informações: Artigo publicado na contracapa do jornal Agora do dia 08.08.2017 pela autora Fernanda Cadaval e nomeado “Gênero na Escola – Respeito à Diversidade começa na infância”.

⁷⁵ <http://www.cdcc.usp.br/cda/PARAMETROS-CURRICULARES/PCN-5a-a-8a/orientacao-sexual.pdf>

onde é justificado o motivo de se tratar de gênero e sexualidade na escola e sua vital importância para a formação do indivíduo, documento este, que entra em conflito com propostas como a pl 136/2017.

A sessão de votação destes projetos gerou grande mobilização de diversos grupos e pessoas em torno do tema, sendo estas favoráveis ou não a questão, de organizações estudantis, estudantes em geral, religiosos e outros grupos para assistir e debater. Até o ambiente na fila para entrar na Câmara estava tumultuado, com discussões até a respeito da organização da mesma.

O grupo de pessoas que estavam defendendo a PL era claramente religioso e conservador, mas em grande maioria aparentavam estar ali por acreditar em suas reivindicações. Fazemos essas afirmações por meio de observação e conversas com as pessoas desses grupos.

Por exemplo, uma das mães defendia o projeto por acreditar que crianças de sete anos não deveriam falar sobre sexualidade, por serem inocentes e que assuntos assim poderiam corromper esta inocência. Outra senhora, de mais de 60 anos e membro de uma igreja cristã, se posicionava contra por entender que essa “confusão” entre gênero e sexualidade é pecado. A maioria das pessoas não aparentava ter envolvimento político partidário, estavam ali realmente por acreditarem que professores estavam ideologizando suas crianças com diálogo sobre gênero. O como chegaram até ali, qual foi a motivação para saírem de suas casas e assistir um debate da câmara, o quanto essa pressão pode restringir a liberdade de nossos professores e professoras e como isso tem consequência na educação de crianças e jovens são temas a serem refletidos.

O documentário “Escola sem Censura” traz o debate sobre o ESP, o processo histórico que gerou a atual conjuntura e os possíveis desdobramentos futuros. O objetivo é, a partir da mídia e das redes sociais, fazer um debate com a comunidade e apresentar uma visão alternativa e de responsabilidade social. Ao contrário do que é exposto pelas grandes mídias. O Documentário está, na data atual, em processo de edição.

As oficinas no IFRS

Com o projeto inserido em um contexto de greve, as oficinas tiveram continuidade no IFRS Campus Rio Grande, entre outubro e novembro de 2017. No decorrer das oficinas, uma questão central a se destacar é a diferença entre as redes de ensino estadual e federal. Na rede estadual, a questão da estrutura escolar é muito mais presente nas reivindicações dos estudantes do que na rede federal. Já na rede federal, houve questões que envolveram questões relacionadas à saúde mental dos estudantes, pois o ritmo de ensino é próximo ao da universidade, e o zelo

pelo patrimônio da escola, além de questões que envolvem o relacionamento entre a própria turma.

Nessas oficinas foi possível fazer algumas reflexões sobre o projeto: este modelo de duas oficinas por turma contribui realmente para a instrumentalização política do público alvo? A partir dos temas propostos pelas turmas na segunda oficina seria possível fomentar organização dos estudantes? Com esta metodologia de oficinas, seria possível fomentar uma escola mais democrática?

A partir dessa reflexão, se mostrou necessário traçar uma nova abordagem junto com as escolas, readequar os objetivos do projeto e para isso acontecer é preciso entender a realidade das escolas em que atuamos e traçar um perfil político dos jovens que participam do projeto.

A Pesquisa Quantitativa: Perfil Políticos de Jovens

A pesquisa quantitativa é realizada em dezembro/2017, com quatro escolas da rede pública de ensino médio do município de Rio Grande e contou com 179 questionários aplicados. Esta teve como objetivo traçar o perfil político dos jovens, a pesquisa tem formato de questionário semi-estruturado, sendo uma amostra aleatória não estatística por conveniência.

O Questionário foi organizado pelo coordenador do projeto com as seguintes perguntas:

Qual sua escola? Em sua opinião qual deve ser a causa social e/ou política mais importante no Brasil atualmente? Você costuma debater política? () Sim () Não; Se sim, qual assunto costuma debater principalmente? Quando fala sobre política, geralmente é com quem? () familiares () professores/professoras () amigos/amigas () outro; Onde costuma falar mais sobre política? () em casa () na escola () na internet () outro; Qual rede social você mais utiliza? Qual a fonte de informação você acha mais confiável? () Familiares () Escola () Amigos/ amigas () TV/Rádio () Internet; Qual a fonte de informação você acha menos confiável? () Familiares () Escola () Amigos/ amigas () TV/Rádio () Internet; Participa de alguma associação, clube ou qualquer outra agremiação? () Não () Sim; Se sim, de qual? Algum familiar seu participa de alguma associação ou qualquer outra agremiação? () Não () Sim; Se sim, qual familiar? Se sim, de qual agremiação? Já participou de alguma manifestação ou protesto? () Sim () Não; Se sim, de qual/quais protestos ou manifestações? Já ouviu falar do projeto escola sem partido? () Sim () Não; Sabe sobre o que trata o projeto? () Sim () Não; Se sabe o que é o projeto: () É a favor. () É contra. () Não sabe. Já ouviu falar da proposta de reforma trabalhista? () Sim () Não; Sabe quais as mudanças foram sugeridas? () Sim () Não; Se sabe o que é o projeto: () É a favor. () É contra. () Não sabe. Como você se identifica ideologicamente: () extrema-esquerda () esquerda () centro () direita () extrema-direita () Não sei () não me identifico com nenhuma ideologia; Quem você acha que pode servir como exemplo da ideologia que você escolheu? Quem você acha que seria o exemplo oposto da ideologia que você escolheu? Você tem religião? () Sim () Não; Se respondeu que sim, qual sua religião? Seus familiares têm religião? () Sim () Não; Se respondeu que sim, qual a religião de seus familiares? Você tem internet em casa? () Sim () Não Qual sua idade? Gênero: () Masculino () Feminino () Outro; Com quem você mora? Qual a escolaridade e profissão das pessoas com quem você mora?

A análise preliminar desse questionário nos ajuda a entender como os estudantes se relacionam com a política. Aproximadamente 40% de estudantes, quando questionados sobre qual lugar que mais falam sobre política, indicam a escola e a segunda opção mais influente é o ambiente familiar, com 35%. Supondo que os dados tenham se aproximado da realidade, analisamos que se o estudante discute mais política na escola, não seria justamente nesse espaço que o diálogo deveria ser aberto, com o apoio de professores e com uma maior amplitude de ideias? Em contrapartida, aproximadamente 65% dos estudantes entrevistados não costumam debater política, e 45% não se identificam ideologicamente. Esses dados podem indicar alguns caminhos, entre eles, que há pouco debate sobre política na escola, assim, pode-se indicar que as escolas pesquisadas estão formando jovens que não se interessam pelo debate do público. Assim sendo, ficam algumas questões, principalmente sobre a justificativa do ESP, como: Se a escola debate pouca política, como há doutrinação nas escolas? Se a doutrinação estivesse ocorrendo, os jovens não se posicionariam no espectro ideológico? Se a família é um dos ambientes que mais se debate política entre os jovens, ela seria permissiva com uma possível doutrinação política?

Readequação metodológica

O projeto Debates Escolares encerra suas atividades de 2017 com uma reunião com as avaliações do ano e das atividades desenvolvidas. A proposta é de, a partir de todas essas reflexões, organizar as atividades para o ano de 2018.

A Avaliação das atividades apontou a necessidade de construir uma relação mais orgânica com as escolas, priorizando um processo de ensino aprendizagem que vá além das duas oficinas. Mostrou-se importante também a construção de um projeto que permita atender as demandas da realidade escolar.

Com tudo isto, houve uma alteração na metodologia do projeto, partindo do princípio da necessidade de uma maior proximidade com as escolas e professores parceiros do projeto e de um processo mais contínuo de oficinas e debates com o público alvo, resolveu-se trabalhar com um menor número de escolas paralelamente e um maior acompanhamento dos estudantes envolvidos no projeto.

Considerações finais

Na atual conjuntura, trabalhar com temas que envolvem participação política, democracia e cidadania tem sido um grande embate, o clima de vigilância e censura foi instalado nas escolas mesmo sem a aprovação do Escola sem Partido.

A atual onda conservadora se reflete na visão de qual o papel da escola na sociedade, entendendo que a escola tem apenas a função de formar para o trabalho e não para a cidadania. Isto gera um afastamento e uma banalização dos debates que envolvem política, sociedade e toda a gama de conhecimentos necessária para a formação de um cidadão crítico e atuante.

A partir das experiências relatadas neste texto e da atual conjuntura política, econômica e social, se mostra de extrema necessidade promover espaços de participação, formação, debate e estudos sobre a nossa realidade.

Referências Bibliográficas

Livros:

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32.ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 2003.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. IN: Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / (Org.) FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, G e CIAVATTA, M (org). Teoria da Educação no Labirinto do Capital. 4. Ed, São Paulo. Expressão Popular, 2016.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia: introdução à sociologia do conhecimento. Editora Globo, Porto Alegre: 1952.

SOUZA, Jessé. A Elite Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Projeto de Lei:

BRASIL, Congresso Nacional. Projeto de Lei Nº 867, de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>> Acesso em 10/03/2018, 14h05min.

Sites:

SÃO PAULO. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Reorganização Escolar é adiada para garantir o diálogo com comunidade escolar em 2016. In <<http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao>> acesso em 03.11.2018 às 18h55min

Revistas ou Periódicos:

SEVERO, Ricardo Gonçalves; SEGUNDO, Mario Augusto Correia San. OCUPATUDORS: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 73-98, mar. 2017. ISSN 1676-2592. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647792>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CABRAL, Juliana. Ideologia de gênero: uma discussão político-social. **Rev. Diversidade e Educação**, Rio Grande, RS, v.04, n.7, p.31-34, jan./jun. 2016. E-ISSN 2358-8853.68. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6407/4275>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM LIVROS DIDÁTICOS GAÚCHOS (1940-1980)

THE REPRESENTATION OF BLACK WOMEN IN TEXTBOOKS GAÚCHOS (1940-1980)

*Nathalie Rosário Jardim
Aluna da Graduação - Pedagogia FaE/UFPel
Bolsista UFPel/AF no Grupo de Pesquisa HISALES
nathalie.ufpel@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar a representação do negro nos livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul entre os anos 1940 e 1980, estes livros fazem parte do acervo do grupo de pesquisa HISALES. Esta representação será estudada através da forma como algumas mulheres negras foram descritas nos livros. No período estudado, os negros eram representados de maneira pejorativa, reforçando estereótipos e preconceitos. Assim, o objetivo central deste trabalho é expor estas representações para contribuir de maneira crítica às discussões sobre desigualdade racial e o papel dos livros didáticos na expansão desta ideologia. As representações serão estudadas tanto no aspecto ilustrativo, quanto textual, pois, segundo Nosella (1989), as gravuras dos livros didáticos desempenham uma função ideológica, complementando os textos, daí a importância de estudar as duas formas de manifestações. Na pesquisa 338 livros didáticos foram analisados. No material encontrado, foi delimitada a representação de 5 mulheres, que nas histórias prestavam serviços às famílias brancas. Estas foram classificadas como empregadas e cada uma será estudada, procurando expor se o texto as representa, ou não; e quando sim, se carrega estereótipos ou estigmatiza as personagens.

Palavras-chave: Livros didáticos. Mulheres negras. Discriminação racial. Representação.

ABSTRACT

The present work aims to study the social representation of black people in the textbooks produced in Rio Grande do Sul between 1940 and 1980, these books are part of the collection of the research group HISALES. This representation is going to be studied through the way some black women were described in the books. In the period studied, black people were represented in a pejorative way, reinforcing stereotypes and prejudices. Therefore, the main objective in this work is to expose these representations to contribute in a critical way to the discussions about racial inequality and the role of the textbooks to expand this ideology. These representations is going to be studied as in the illustrative aspect as in the textual aspect, because, according to Nosella (1989), the illustrations in textbooks play an ideological function, complementing the texts, thence the importance of study both ways of manifestations. In the research 338 textbooks were analyzed. In the material found, was delimited the representation of 5 women, that in the stories provided services to white families. These women were classified as housekeepers and each one is going to be studied, looking for expose if the text represents them, or not; and, if so, whether it carries stereotypes or stigmatizes the characters.

Keywords: Textbooks. Black woman. Racial discrimination. Representation.

Introdução

O presente estudo está vinculado ao grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares - Hisales⁷⁶, que tem procurado estabelecer uma política de recolha, tratamento e guarda de objetos da cultura escolar, constituindo, assim, importantes acervos para manutenção da história e da memória da alfabetização e da escolarização do Rio Grande do Sul no âmbito da pesquisa histórico-educacional.

Atualmente o referido grupo de pesquisa possui seis importantes acervos para a pesquisa, são eles, a) cartilhas e livros de alfabetização, do século XIX aos dias atuais; b) livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1940 e 1980; c) cadernos de crianças em fase de alfabetização e outras séries, do período de 1930 até a atualidade; d) cadernos de planejamento de professoras alfabetizadoras (diários de classe), dos anos de 1960 também até os dias atuais; e) materiais didático-pedagógicos escolares diversos; e f) escritas pessoais e familiares.

O grupo se subdivide em três principais eixos de pesquisa/estudo, a) estudos sobre história da alfabetização e escolarização; b) pesquisas sobre práticas escolares e não escolares de leitura e escrita (práticas de letramento); e c) livros escolares produzidos no Rio Grande do Sul.

Este trabalho está inserido no terceiro eixo de pesquisa e aborda representações de mulheres negras presentes no segundo acervo, que são os livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul; livros de autoria exclusivamente feminina entre as décadas de 1940 e 1980, e atualmente totalizam 338 exemplares.

O objetivo principal deste estudo é expor como se constituíam as representações de mulheres pela perspectiva racial⁷⁷, no período estudado. Alguns pesquisadores do gênero concluem que os livros didáticos da época “caracterizavam-se pela rara presença do negro, e essa rara presença era marcada pela desumanização e estigma” (SILVA, A. C., 2011, p. 13).

“Formas simbólicas não são meras representações da realidade, elas são *constitutivas da realidade social*, servindo não somente para *sustentar relações* de dominação, mas também para *criá-las ativamente*” (SILVA, P. V. 2007, p. 2, grifo nosso). Através dessa perspectiva,

⁷⁶ O grupo de pesquisa Hisales, cadastrado no CNPq desde 2006, é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPel). Mais informações a respeito do Hisales, dos acervos, das ações, dos projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, podem ser vistas via internet, no site <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/> e no perfil [Hisales](#) na rede social Facebook.

⁷⁷ O objetivo deste trabalho é abordar representações de mulheres em livros didáticos não pela perspectiva de gênero, mas sim no âmbito das relações étnico-raciais entre elas.

entende-se que “o negro é representado à consciência de um indivíduo” (SILVA, A. C., 2011, p. 30), no caso destes livros didáticos, o negro é representado à consciência de suas autoras, portanto, “os objetos que estão na sua consciência, tais como estereótipos e preconceitos, podem modelá-lo de tal forma, que, [...] o conceito o coloca estigmatizado em papéis e funções, estereotipado negativamente e subordinado” (SILVA, A. C., 2011, p. 30), desta forma, este trabalho irá expor tais representações de maneira crítica, visando contribuir às atuais discussões sobre desigualdade racial.

A presença/ausência de mulheres negras em livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul (1940-1980): Problematizando a função das representações

Considerando que ausências e silenciamentos caracterizam formas de representação, Suely Castilho diz que:

A ausência de personagens negros, ou a marginalização dos mesmos nos livros [...] produz uma realidade preconceituosa nas relações intersubjetivas estabelecidas pelas crianças e contribui para a sustentação de uma ordem racial desigual. Daí a importância do conhecimento dos mecanismos sociais existentes na escola, que sutilmente contribui para a divulgação e legitimação de preconceitos (CASTILHO, 2004, p. 109).

Nesta perspectiva, Ana Célia Silva considera que os livros didáticos não são os únicos transmissores de preconceitos, no entanto:

Os materiais pedagógicos têm papel fundamental na reprodução de ideologias, *expandindo visões estereotipadas acerca de raça/etnia*, de classe social, de gênero em nossa sociedade e isso ocorre porque estes materiais se sobressaem “*pela importância que lhes é conferida* pelos pais, alunos e professores”, sendo considerados “*depositórios da verdade*” (ORLANDO et al. 2008, p. 62 apud SILVA, 1995, p. 47, grifo nosso).

Com base em Fiske (1989), Apple (2002) diz que “conhecimento é poder, e a circulação do conhecimento é parte da distribuição social do poder” (APPLE, 2002, p. 6). Portanto, estes livros didáticos com autoras exclusivamente brancas e quase totalidade de personagens brancos são um indicador do público leitor a quem este material se dirige (SILVA, P. V., 2007, p. 12), o que por sua vez, acaba causando a “identificação de uma criança [negra] com um ser estereotipado, fazendo com que essa criança se auto-rejeite e se exclua da sociedade, percebendo-se desde cedo diferente dos demais” (ORLANDO et al., 2008, p. 63). Por isto, considera-se que o livro didático possui significativo papel na manutenção de posições discriminatórias.

Perspectiva metodológica do estudo: evidenciando as ideologias implícitas no material

Pelo caráter de verdadeiro que é conferido aos livros didáticos, no processo de análise destes, é necessário um olhar minucioso, pois as formas de preconceito e discriminação não estão expostas de maneira explícita, neste viés, Esmeralda Negrão considera que “as análises visando captar o preconceito explícito mostram-se insuficientes. Para que o preconceito implícito revele sua face, uma metodologia que disseque a trama é necessária” (NEGRÃO, 1988, p. 64).

Desta forma, neste estudo, buscou-se atentar não somente às formas de representação textuais, mas principalmente às representações ilustrativas, pois segundo Nosella é preciso:

evidenciar a função ideológica que as gravuras dos livros didáticos desempenham. É necessário observar que a mensagem visual torna-se eficiente instrumento ideológico complementar dos textos, devido a sua força comunicativa — rapidez e impacto emotivo — muitas vezes maior do que a comunicação escrita (NOSELLA, 1981, p. 199).

Foram escolhidas duas unidades de análise: o personagem na ilustração e o personagem no texto. Procurando se as ilustrações representam o negro e quando sim, como o fazem; e também se os textos expõem alguma posição em relação às questões raciais.

A representação de mulheres negras em livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul (1940-1980)

Na ampla pesquisa que realiza-se a respeito da representação de negros nos livros didáticos deste acervo, foram consultados 338 livros e foi encontrada a representação de somente 10 mulheres negras. Nas histórias dos livros estas desempenhavam papéis como escravas, empregadas, babás e/ou cozinheiras, no entanto, para este trabalho foi delimitada a representação de somente cinco⁷⁸ mulheres negras.

A Tabela 1 irá contemplar informações iniciais sobre estas cinco mulheres que foram encontradas nas histórias dos livros. Na referida tabela estão dados como: o nome, a função que a personagem desempenhou na história, o nome do livro, o ano e as páginas em que a representação desta se repete ao longo da história.

⁷⁸ O critério de exclusão utilizado foi que as demais representações encontradas eram de mulheres negras que desempenhavam exclusivamente o papel de cozinheiras, portanto foi delimitada a representação somente destas cinco mulheres, as quais desempenham diversos papéis empregatícios nas histórias dos livros, possibilitando um futuro estudo através, exclusivamente, das representações de cozinheiras.

Nome da personagem	Função	Nome do Livro	Ano	Páginas encontradas
Inaiá	“Foi babá”	A estória de um lar feliz	S/D	p. 7, 34, 36, 37
Mãe Preta	Escrava que cuidava os filhos dos senhores	Estudos sociais e ciências naturais	S/D	p. 119, 120
Dadá	Babá	A cartilha de Zé-Toquinho	1948	p. 69, 71
Mãe Maria	Empregada	Linguagens	1970	p. 81
S/I	Empregada	Tempo presente	1977	p. 29

Tabela 1: Resultados da pesquisa a partir do acervo de livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul do grupo de pesquisa Hisales.
Fonte: Autoral.

Os resultados mostram que todas as mulheres negras foram representadas desempenhando papéis empregatícios, o que ocorre pela “dificuldade dos autores (também de ilustradores, revisores, etc., isto é, as equipes de produção), predominantemente brancos, de construir textos em que a sua própria condição racial não seja naturalizada” como possuidora de maior poder. (SILVA P. V. 2007, p. 166).

A seguir serão apresentadas algumas das personagens, de modo a expor sua função no livro didático no contexto da história em que aparece, o posicionamento do texto em relação a condição racial da personagem e como os traços das ilustrações representam a figura das personagens negras nos livros.

“A preta velha é Inaiá”

O primeiro livro listado é A estória de um lar feliz. Este relata a história de três irmãos, Marília, Ângela e Alfredo, e as pessoas que fazem parte do seu convívio social. Entre estas

peessoas está Inaiá, que foi babá da mãe destas crianças. Inaiá é a única personagem negra da história e conforme informa o texto, é neta de escravos.

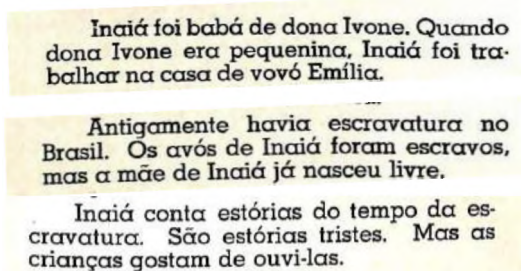


Figura 1: Fragmentos do texto do livro. Figura 2: Idem. Figura 3: Idem.
Fonte⁷⁹: A estória de um lar feliz (S/D)⁸⁰.

Além de expor a condição da escravatura de uma forma romantizada, “o livro didático mantém a população negra confinada a determinadas temáticas que reafirmam o lugar social ao qual está limitada” (ROSEMBERG, BAZILLI e SILVA, 2003, p. 136). Exemplo deste lugar social limitado que ocupa o personagem negro, é a forma que Inaiá se dirige à sua empregadora como “minha sinhazinha” conforme ilustra a Figura 4.



Figura 4: Inaiá.

Fonte: A estória de um lar feliz (S/D).

Esta forma de tratamento da personagem caracteriza que a relação que ela mantinha com a família ainda era bastante ligada à forma de senhorio da escravatura. O que, segundo outros

⁷⁹ Todos os livros consultados nesta pesquisa fazem parte do acervo de livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul entre 1940 e 1980 do grupo de pesquisa Hisales.

⁸⁰ Alguns dos livros consultados não possuem identificação exata sobre data de publicação.

autores, ocorria pois o racismo presente nos livros se expressava através de “proposições que defendessem a inferioridade natural dos negros” de forma implícita (ROSEMBERG, BAZILLI e SILVA, 2003, p. 133).

“Mãe Preta”

Mãe Preta era uma escrava que auxiliava na criação dos filhos dos seus senhores. O fragmento de texto da Figura 5 mostra, da mesma forma como a representação anterior, a romantização em relação a escravatura presente nos livros didáticos. O texto aborda a questão da escravatura como algo aceitável e vinculado a carinho, bondade e afeição.

— Algumas crianças da gravura rodeiam a “Mãe Preta”, como era chamada a escrava que cuidava dos filhos de famílias abastadas. Eram chamadas de “mãe” porque se dedicavam com todo o carinho e a bondade de seus corações aos filhos de seus senhores.

Figura 5: Fragmento de texto. Fonte: Estudos sociais e ciências naturais (S/D).



Figura 6: Fragmento de imagem.

Fonte: Estudos sociais e ciências naturais (S/D).

“Personagens brancos foram retratados em inúmeros tipos de atividades ocupacionais, dentre as quais as de maior prestígio e poder, os negros foram apresentados em número muito limitado, sempre nas funções mais desvalorizadas socialmente” (SILVA, P. V., 2007 p. 4). Conforme a Figura 6, a personagem negra é representada cuidando das crianças que estão ao seu redor, enquanto a personagem branca é representada portando um suporte de escrita com letras, o que indica o ensino da leitura e possivelmente, também da escrita, um papel inacessível ao lugar social ao qual o personagem negro estava limitado.

Outros pesquisadores do tema têm encontrado resultados semelhantes a estes, o que mostra não serem somente os livros deste acervo os propagadores de tais ideologias, o que indica que os negros têm sido representados como “coadjuvante ou como objeto da ação do outro” (SILVA, P. V., 2007 p. 4).

“Dadá”



Figura 7: Fragmento de imagem. Figura 8: Fragmento de texto.
Fonte: A cartilha de Zé-Toquinho, 1948.

Outro ponto a ser ressaltado nos resultados desta pesquisa é a maneira como as ilustrações dos personagens negros são representadas. Na maioria dos resultados encontrados, se comparados às ilustrações dos personagens brancos, é evidente que o personagem negro é representado com traços não tão definidos, e em alguns casos extremos⁸¹ como a ilustração da Figura 7, sem a possibilidade de identificar nenhuma expressão, ou característica particular, o que caracteriza apagamento ou singularidade do povo negro como sem “possibilidade de atuação na narrativa” (SILVA, P. V. 2007, p. 4).

Empregada

Por fim, a última representação exposta neste trabalho é apresentada em forma de indagação. Uma empregada, com traços faciais grotescos, desenvolvendo uma profissão subalterna, contribuindo à “inferioridade natural dos negros” (SILVA. P. V., 2003, p.4), expondo a personagem branca como superior “em beleza e inteligência [desenvolvendo uma] postura de desprezo e/ou piedade em relação aos negros” (ROSEMBERG, BAZILLI e SILVA,

⁸¹ Todos os outros personagens negros deste livro, A Cartilha de Zé-Toquinho (1948), não possuem traços no rosto, identificação de expressão ou características pessoais.

2003, p. 134) possibilita o desenvolvimento de qual postura às crianças que foram alfabetizadas através deste material?



Figura 9: Empregada, fragmento de imagem.
Fonte: Tempo presente, 1977.

Dado o exposto, conclui-se que estes “livros didáticos (que operam tanto por informações restritivas ou equivocadas quanto pela omissão) atuam para criar nos alunos uma predisposição à hierarquia racial” (SILVA, COSTA, MINDAL, 2007, p. 15). “Todos estes estereótipos educam tanto a criança negra quanto a criança branca já com uma mentalidade racista” (ORLANDO et al., 2008, p. 64).

Portanto, os materiais didáticos da época contribuíram produzindo e difundindo relações de desigualdade racial e proporcionando à criança negra a auto-identificação com tais estereótipos, internalizando tal condição como sua possibilidade e seu lugar social, fazendo com que a mesma também desenvolva esta mentalidade racista em relação a si e se auto-rejeite como indivíduo negro e/ou afrodescendente.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael W. Consumindo o outro: branquidade, educação e batatas fritas baratas. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Escola Básica na virada do século**. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTILHO, Suely Dulce de. A Representação do Negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas. **Olhar de Professor**, Paraná, v. 7, n. 1, p. 103-113, Jul. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/684/68470108.pdf>>. Acesso em: 14 Jun. 2018.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis. **Cadernos de pesquisa**, n. 65, p. 52-65, 1988.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Moraes, 1981.

ORLANDO, Andréia et al. Os estereótipos do negro presente em livros didáticos: uma análise a partir dos parâmetros nacionais. **PEAB–Projeto de Estudos Afro-Brasileiros**: contexto, resultados de pesquisas e relatos de experiência. Cascavel: Unioeste, p. 61-73, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 125-146, 2003.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?**. Edufba, 2011.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Personagens negros e brancos em livros didáticos de língua portuguesa. **29a. REUNIÃO DA ANPED**, 2007. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-1808--Int.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2018.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Desigualdade racial em livros didáticos e literatura infanto-juvenil. In: COSTA, Hilton. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Notas de história e cultura afro-brasileiras**. Ponta Grossa, Editora UEPG. 2007.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. COSTA, Hilton. MINDAL, Clara Brener. Notas introdutórias. In: COSTA, Hilton. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Notas de história e cultura afro-brasileiras**. Ponta Grossa, Editora UEPG. 2007.

SONETOS DE JUANA INÉS DE LA CRUZ EM PORTUGUÊS: DIFICULDADES E SOLUÇÕES TRADUTÓRIAS

SONETOS DE JUANA INÉS DE LA CRUZ EN PORTUGUÉS: DIFICULTADES Y SOLUCIONES TRADUCTORIAS

Nathaly Silva Nalerio Gomes

*graduanda no curso de Bacharelado em Letras Tradução Espanhol-Português/UFPEL
nsnalerio@gmail.com*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de tradução para os sonetos “Esta tarde, mi bien, cuando te hablaba” e “Rosa divina que en gentil cultura”, ambos de Juana Inés de la Cruz, acompanhada de comentários sobre as estratégias e as soluções para a realização das traduções. Trata-se, portanto, de trabalho no campo dos Estudos da Tradução, e está vinculado ao projeto de pesquisa “Antologia da poesia traduzida da língua espanhola: experiência, manipulação ou farrá mefistofáustica”, coordenado pela Prof^a Andrea Kahmann (CLC / UFPEL). Partindo-se do pressuposto de que traduzir é sempre teorizar, pretende-se apresentar não apenas o produto da tradução, mas a tradução como um processo, expondo questões como: a seleção do texto a traduzir, a posição tradutória, o projeto de tradução possível num determinado tempo e lugar, o horizonte de tradutora e as expectativas para a obra traduzida, por meio do que apresentarão as dificuldades e as escolhas empreendidas para se chegar ao produto final: o texto traduzido. Entendendo que a invisibilidade do tradutor contribui com a marginalidade cultural e a exploração econômica a que são submetidos os tradutores e o próprio texto traduzido, a importância deste trabalho é trazer luz às normas, ao sistema e às possibilidades poéticas relacionadas com tradução que se lê e que interferem na sua (de)formação.

Palavras-chave: estudos da tradução, tradução de poesia, tradução comentada, Juana Inés de la Cruz.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar una propuesta de traducción a los sonetos “Esta tarde, mi bien, cuando te hablaba” y “Rosa divina que en gentil cultura”, ambos de Juana Inés de la Cruz, con los comentarios relativos a las estrategias y las soluciones para la realización de las traducciones. Por lo tanto, es un trabajo en el campo de los Estudios de Traducción, y está vinculado al proyecto de investigación “Antologia da poesia traduzida da língua espanhola: experiência, manipulação ou farrá mefistofáustica”, coordenado por la Prof^a Andrea Kahmann (CLC / UFPEL). Considerándose que traducir es siempre teorizar, se busca presentar no sólo el producto de la traducción, como también la traducción como un proceso, exponiendo cuestiones como: la selección del texto a traducir, el posicionamiento como traductor, el proyecto de traducción posible en un determinado tiempo y lugar, el horizonte de tradutora y las expectativas para la obra traducida, por lo cual se presentarán las dificultades y las elecciones hechas para llegar al producto final: el texto traducido. Entendiendo que la invisibilidad del traductor contribuye para la marginalidad cultural y la explotación económica a que son sometidos los tradutores y el mismo texto traducido, la relevancia de este trabajo está en aclarar las normas, el sistema y las posibilidades poéticas relacionadas con la traducción que se lee y que interfieren en su (de)formación.

Palabras clave: estudios de traducción, traducción de poesía, traducción comentada, Juana Inés de la Cruz.

Apresentação

O presente trabalho teve início no grupo de pesquisa “Antologia da poesia traduzida da língua espanhola: experiência, manipulação ou farra mefistofáustica” coordenado pela Prof^a Andrea Kahmann, cujo objetivo é traduzir poesias de autores de língua espanhola que se encontram em domínio público. Este foi um dos motivos que me levaram a traduzir os sonetos da escritora mexicana Juana Inés de la Cruz. Além de estar em domínio público, Juana Inés foi uma grande questionadora do papel social da mulher e referência intelectual do seu tempo, tendo servido de inspiração a diversas gerações de mulheres. Atualmente, há um seriado baseado em sua biografia disponível na plataforma Netflix⁸². Ao se conhecer a sua história, sabe-se que ela teve muitas dificuldades para ser reconhecida por seus escritos e, por isso, a mim, como tradutora, traz-me grande satisfação contribuir para divulgação de seus sonetos em pleno século XXI. Assim, traduzi os sonetos “Esta tarde mi bien, cuando te hablaba” e “Rosa divina que en gentil cultura”, o primeiro selecionado por se encaixar na temática para uma publicação na Revista Cadernos de Tradução da UFRGS, e o segundo por sua bela sonoridade e construção poética.

O referencial teórico

O embasamento teórico do presente trabalho deteve-se à transcrição haroldina, norteadora do projeto tradutório de ambos os sonetos, e os conhecimentos de Goldstein acerca da análise poética, indispensável para compreender os aspectos poéticos dos sonetos originais. Além disso, partindo-se do arcabouço Antoine Berman (2007), para quem traduzir é sempre teorizar, construímos este trabalho pretendendo apresentar não apenas o produto da tradução, mas seu o processo, de modo a conferir visibilidade à tradução e aos tradutores (VENUTI, 1995).

Para elaborar o projeto tradutório, nos apoiamos no arcabouço conceitual da transcrição segundo Haroldo de Campos, que se apoia na ideia de que a aceitação da intraduzibilidade da “sentença absoluta” de Fabri e da “informação estética” de Bense, conceitos caros para a tradução literária, pode ser a gênese da possibilidade de recriar os textos literários em outra língua. Para Campos (2015, p. 5), a “tradução de textos criativos será sempre *recriação*, ou criação paralela, autônoma porém recíproca”. Através da recriação, será possível construir uma informação estética em outra língua mantendo, ainda, uma relação isomórfica com o texto-de-partida. Assim, apesar de diferentes no que se refere à forma de se expressar (escolha de palavras, de metáforas, de tautologia) o original e a recriação (ou transcrição, como

⁸² Série “Juana Inés” criada por Patrícia Arriaga-Jordán.

Campos veio a referi-la posteriormente) poderão estar fortemente ligados pelas formas estéticas ou artísticas (métrica, sonoridade, iconicidade, imagem, rimas) que o tradutor julgar importantes para preservar o tom do texto a traduzir.

A questão semântica é, portanto, apenas um dos elementos a serem levados em conta pelo tradutor, que, segundo Berman (2007) deve ter como meta elaborar uma tradução que seja ética, poética e pensante. Significa dizer que, para Berman (2007) uma boa tradução deve ser capaz de albergar o estrangeiro dentro do coração da língua materna, e isso só se consegue se a tradução for o oposto de uma tradução etnocêntrica (centrada na língua-cultura que está traduzindo), hipertextual (centrada no literalismo e na prevalência do texto) e platônica (centrada na ilusão de que a língua é neutra e des-historicizada). Assim, segundo Berman (2007) não há, nem podem haver prescrições para uma tradução; traduzir é sempre teorizar. Ou, como diria Campos (2015), traduzir é criticar, pois o tradutor nunca é indiferente ao texto a ser traduzido e está sempre em diálogo com a tradição em que se insere. Assim, toda tradução é a tradução possível em determinado tempo e lugar. Além disso, todo tradutor mantém uma relação própria com o fazer tradutório, baseada na sua própria concepção sobre traduzir e no “compromisso” que estabelece com a obra a ser traduzida – é o que chamamos “posição tradutória” (BERMAN, 1995, apud KAHMANN, 2017). Trazer à luz as normas que orientaram a tradução que realizamos de Juana Inés de la Cruz e a nossa concepção de tradução de sonetos é, portanto, o principal desafio teórico deste trabalho.

No entanto, toda tradução deve se conter aos limites impostos pelo próprio texto original, pois, do contrário, a recriação se transformaria em uma criação de uma obra diferente daquela que está sendo traduzida. A necessidade de compreender melhor alguns dos aspectos que integram as formas estéticas e artísticas de poesias e sonetos nos fez recorrer a Goldstein (2008), base teórica mais classificatória de fenômenos poéticos.

O projeto de tradução

Para traduzir os sonetos, o primeiro passo foi começar a decifrar as suas estruturas, aquelas que configuram a sua informação estética, a sua sonoridade e que a caracterizam como arte. Para esses passos, apoiamo-nos em Goldstein, segundo quem:

[...] a poesia tem um caráter de oralidade muito importante: ela é feita para ser falada, recitada. Mesmo que leiamos um poema silenciosamente, percebemos seu lado musical, sonoro, pois nossa audição capta a articulação (modo de pronunciar) das palavras (GOLDSTEIN, 2008, p. 12).

Uma das características próprias de um soneto é a métrica, elemento muito importante para que a sua sonoridade tenha uma certa constância. Segundo Goldstein (2008, p. 18), esse elemento “é, de certo modo, exterior ao poema” uma vez que é uma escolha que o escritor faz antes de começar a escrevê-lo e acaba se apoiando nessa decisão ao longo da criação do soneto. Por isso, decidimos manter a métrica ao traduzir os sonetos, pois, apesar de ser um elemento exterior a eles, impacta fortemente em toda a sua construção, limitando as palavras da autora do original e, portanto, também as nossas na tradução.

Além da métrica, o soneto tem uma estrutura que o difere dos demais textos poéticos, haja vista que, sendo “composto de dois quartetos e dois tercetos, o soneto geralmente apresenta versos de dez ou doze sílabas. Aparecem rimas de um tipo nos quartetos (AB), e de outro, nos tercetos (CD)” (GOLDSTEIN, 2008, p. 82). Entretanto, as sílabas a que Goldstein se refere são as sílabas poéticas, e estas se diferem das sílabas gramaticais. Quando dividimos um verso em sílabas poéticas, ou seja, quando fazemos a escansão, contamos como se fosse uma só sílaba aquelas que se juntam na fala (quando uma palavra termina em vogal e a seguinte começa na mesma vogal, por exemplo). Para compreender melhor, observamos o processo de escansão a seguir:

Escansão de um soneto

Ro-sa di-vi-na que en gen-til cul-TU(ra)
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

er-es con tu fra-gan-te su-ti-LE(za)
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ma-gis-te-rio pur-pú-reo en la be-LLE(za),
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

en-se-ñan-za ne-va-da a la her-mo-SU(ra);
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Ilustração 7 Processo de escansão do primeiro quarteto de "Rosa divina que en gentil cultura".
Fonte: autoral.

O projeto de tradução dos dois sonetos que apresentamos na sequência teve como base a procura pela conservação da informação estética dos sonetos originais, através da manutenção das rimas, da estrutura de um soneto (dois quartetos e dois tercetos) e do número de sílabas poéticas em cada verso, no caso dos dois sonetos, versos decassílabos. Também procuramos conservar a sonoridade observada por meio da leitura dos originais em voz alta.

Além disso, tendo em vista que essa tradução foi feita tendo como horizonte de expectativa um público composto por leitores profissionais de literatura, tradutores em formação e os tradutores profissionais, privilegiamos uma abordagem mais estrangeirizante, de respeito às normas da língua-cultura fonte, qual seja, a cultura do texto original, em detrimento de uma possível adaptação para a cultura-alvo, ou seja, a cultura receptora da tradução. Assim, sempre que possível, preferimos escolhas lexicais que permitissem entrever as vozes hispânica e barroca presentes no texto-de-partida.

O processo tradutório

O ponto que segue abordará as etapas do processo tradutório dos dois sonetos de Juana Inés, ilustrando com quadros contrastivos a evolução desta tradução até alcançar aquele que foi considerado o resultado final.

A tradução literal como primeira etapa

Para cumprir com o projeto de traduzir dois sonetos de Juana Inés de la Cruz, era esperado que algumas partes dos sonetos devessem ser recriadas, ou seja, traduzidas de forma criativa, respeitando os efeitos (sobretudo métricos e sonoros) do texto por meio de estratégias não-literais e não-hermenêuticas. No entanto, a primeira etapa do processo de tradução dos dois sonetos cumpriu com a tradução literal do soneto para que, posteriormente, a partir desta, fosse possível proceder à tarefa recriativa. Nessa primeira fase, ficaram evidenciados muitos problemas de rima e variações no número de sílabas poéticas, como se demonstra a seguir, em quadro formado pela tradução literal de cada um dos versos dos dois sonetos, seguidos do total de sílabas poéticas (TSP):

Tradução literal			
	TSP		TSP
Rosa divina que em gentil cultura	10	Esta tarde, meu bem, quando te falava,	11
és com tua fragrante sutileza	09	Como em teu rosto e tuas ações via	09
magistério purpúreo na beleza,	10	Que com palavras não te persuadia,	10
ensino nevado à formosura;	09	Que o coração me visse desejava.	10
ameaça da humana arquitetura	10	E Amor, que minhas tentativas ajudava,	12
exemplo da vã gentileza	08	Venceu o que impossível parecia,	09
em cujo ser uniu natureza	09	Pois entre o pranto que a dor vertia	09
o berço alegre e a triste sepultura:	10	O coração derretido destilava.	11
tão altiva em tua pompa, convencida,	10	Basta já de rigores, meu bem, basta ,	11
soberba, o risco de morrer desdenhas ;	10	Não te atormentes mais com ciúmes tiranos ,	11
e depois, desmaiada e encolhida,	09	Nem o vil receio tua quietude contraste	12
de teu caduco ser de sinais murchos !	10	Com sombras tolas, com indícios vãos	10
com que, com sábia morte e inculta vida.	11	Pois já em líquido humor vistes e tocastes	11

Tabela 1 Tradução literal de "Rosa divina que en gentil cultura" e "Esta tarde mi bien, cuando te hablaba". TSP = total de sílabas poéticas.

Fonte: autoral.

Como podemos observar, “Rosa divina que em gentil cultura” apresentou 6 (seis) problemas de variação no número de sílabas poéticas e 3 (três) disparidades de rimas nos tercetos. Já a tradução puramente semântica de “Esta tarde, meu bem, quando te falava” acarretou 9 (nove) problemas de variação no número de sílabas poéticas e 4 (quatro) disparidades de rimas nos tercetos.

Resumo dos processos tradutórios subsequentes

O processo empregado durante a tradução dos dois sonetos propostos pode ser esboçado nas seguintes etapas:

- **1ª etapa:** leitura em voz alta do soneto original.
- **2ª etapa:** tradução semântica (focada no sentido das palavras), que, em certos momentos, era uma tradução quase literal.
- **3ª etapa:** escansão dessa primeira tradução.
- **4ª etapa:** delineamento de soluções “rápidas”, como a adição / exclusão de pronomes, artigos ou preposições à tradução semântica para adequar o verso ao número de sílabas poéticas necessárias para a conformação da forma fixa do soneto em língua portuguesa.
- **5ª etapa:** implementação de soluções de “média complexidade” como as alterações de palavras, também em função do ajuste ao número de sílabas poéticas necessárias para a conformação da forma fixa do soneto em língua portuguesa.
- **6ª etapa:** recriação de versos inteiros para a conservação das rimas (e, em um caso específico, por causa da variação de sílaba poética).
- **7ª etapa:** verificação das rimas e escansão por meio da leitura em voz alta.
- **8ª etapa:** revisão da tradução dos sonetos por 2 (dois) professores: a primeira, uma revisão de tradução, para cotejo do soneto traduzido com o texto-de-partida; a segunda, uma revisão de estilo realizada por um professor de literatura a fim de verificar a preservação dos efeitos do texto e a contagem de sílabas poéticas.

Estratégias e soluções tradutórias

Neste ponto, exemplificarei as etapas descritas no ponto anterior, apresentando quadros contrastivos entre o soneto original e as etapas de tradução.

“Esta tarde, meu bem, quando eu falava”

<p>Esta tarde, mi bien, cuando te hablaba, como en tu rostro y tus acciones vía que con palabras no te persuadía, que el corazón me vieses deseaba.</p> <p>Y Amor, que mis intentos ayudaba, venció lo que imposible parecía, pues entre el llanto que el dolor vertía, el corazón deshecho destilaba.</p> <p>Baste ya de rigores, mi bien, baste, no te atormenten más celos tiranos, ni el vil recelo tu quietud contraste</p> <p>con sombras necias, con indicios vanos: pues ya en líquido humor viste y tocaste mi corazón deshecho entre tus manos.</p>	<p>Esta tarde, meu bem, quando eu falava Como em teu rosto e em teus gestos via Que com palavras não te persuadia Que o coração me visse desejava</p> <p>E Amor, que meus intentos ajudava, Venceu o que impossível parecia, Pois entre o pranto que esta dor vertia Derretido, o coração destilava</p> <p>Basta de martírio com tal desgaste Não te atormentes mais com ciúmes vãos, Nem com o medo inquietante contraste</p> <p>A leveza, meu bem, de amores são Pois já em líquido humor viste e tocaste Meu coração desfeito entre tuas mãos</p>
<p>■ Soluções rápidas ■ Soluções medianas ■ Recriação de versos</p>	

Tabela 2 Para ilustrar as soluções rápidas e medianas e recriações de versos executados no processo tradutório bem como acompanhar os comentários da tradutora. Fonte: autoral.

Soluções Rápidas				
Original	Tradução literal	Problema	Solução	Comentário
Como en tu rostro y tus acciones vía	Como em teu rosto e tuas ações via	Faltava uma sílaba poética para concluir o verso.	Como em teu rosto e em teus gestos via.	A solução foi adicionar a preposição “em” para adicionar, juntamente com “gestos” uma SP e manter o paralelismo sintático.
Soluções medianas				
Original	Tradução literal	Problema	Solução	Comentário
Te	te	Ultrapassava o TSP no verso.	Eu	Colabora com a junção de “quando” e “eu” na fala, tornando, assim, o verso em decassílabo.
Acciones	ações	Faltava uma sílaba poética.	Gestos	Juntamente a “uma”, gestos permitia que o TPS fechasse em dez.
Intentos	tentativas	Ultrapassava o TSP no verso.	Intentos	Ao utilizar o “intento” ao invés de “tentativa”, possibilitou o acerto de TSP no verso e ao mesmo tempo estrangeirizou a tradução.
El	A	Faltava uma sílaba poética pra concluir o verso.	Esta	Tentamos trocar “pranto” por outra palavra, mas não houve sucesso. Então apenas trocamos o artigo “a” pelo pronome demonstrativo “esta”.
tiranos	tiranos	Não rimava com “mãos” (último verso).	Vãos	Originalmente, “vãos” pertencia ao 1º verso do último terceto. A solução foi deslocá-lo de lugar (e recriar o verso do qual ele foi retirado).

Recriação de Versos	
Original	Baste ya de rigores, mi bien, baste,
Tradução Literal	Basta já de rigores, meu bem, basta,
Problema	Ultrapassou o TSP e, também, houve problema com rima.
Solução	Basta de martírio com tal desgaste
Comentário	Primeiro, escolhemos uma palavra com a qual se poderia trabalhar a rima com “contraste” e “tocaste”. Escolhido “desgaste”, fizemos a recriação do verso com o sentido o mais próximo possível do original, dentro das limitações relacionáveis com “desgaste” e com o limite do TSP.
Original	Ni el vil recelo tu quietud contraste
Tradução Literal	Nem o vil receio a tua quietude contraste
Problema	Ultrapassou o TSP (12/10) pois o original apresentava mais junções de sílabas poéticas na fala em comparação à tradução literal.
Solução	Nem com o medo inquietante contraste
Comentário	Mantivemos “contraste” por ser importante para a rima e por fazer a ligação entre o 11º e o 12º verso. Ao observarmos que nos versos originais tratava-se de um “contraste” entre algo positivo e algo negativo, alteramos “quietude” (positivo) por inquietude (negativo) pois pretendíamos positivar o verso seguinte. O que pode ser melhor compreendido na próxima tabela
Original	Com sombras necias, com indícios vanos:
Tradução Literal	Com sombras tolas, com indícios vãos
Problema	“Vãos” foi deslocado para outro verso e fazia-se necessário a rima com “vãos” e “mãos”.
Solução	A leveza, meu bem, de amores são
Comentário	Observamos no original um “contraste” entre algo positivo e algo negativo (“quietude” com “sombras tolas” e “indícios vãos”). Assim, a solução foi pensar no contraste do positivo com o negativo, por isso recriamos o contraste agora do “medo inquietante” (negativo) com “a leveza de amores são” (positivo). Isso possibilitou o concerto das rimas dos tercetos e o TSP fechou em decassílabo.

Tabela 3 Comentários sobre as soluções rápidas, medianas e os versos recriados em “Esta tarde, mi bien, cuando te hablaba”. Fonte: autoral.

Rosa divina que em gentil cultura

<p>Rosa divina que en gentil cultura eres con tu fragante sutileza magisterio purpúreo en la belleza, enseñanza nevada a la hermosura;</p> <p>amago de la humana arquitectura, ejemplo de la vana gentileza en cuyo ser unió naturaleza la cuna alegre y triste sepultura:</p> <p>¡cuán altiva en tu pompa, presumida, soberbia, el riesgo de morir desdeñas; y luego, desmayada y encogida,</p> <p>de tu caduco ser das mustias señas! ¡Con qué, con docta muerte y necia vida, viviendo engañas y muriendo enseñas!</p>	<p>Rosa divina que em gentil cultura és com essa tua fragante sutileza magistério purpúreo na beleza, ensino valoroso à formosura</p> <p>ameaça da humana arquitetura, espécime de uma vã gentileza abotoa e se une à natureza para, então, despetalar em tortura:</p> <p>Tão altiva em tuas pompas, convencida, soberba, nem a morte abominas; e depois, cabisbaixa e encolhida,</p> <p>murchas graças às secas repentinas! Em que, com sábia morte e tosca vida, vivendo enganas e morrendo ensinas!</p>
<p>■ Soluções rápidas ■ Soluções medianas ■ Recriação de versos</p>	

Tabela 4 Para ilustrar as soluções rápidas e medianas e recriações de versos executados no processo tradutório bem como acompanhar os comentários da tradutora. Fonte: autoral.

Soluções Rápidas				
Original	Tradução literal	Problema	Solução	Comentário
Eres com tu fragante sutileza	És com a tua fragante sutileza	O verso tinha nove sílabas poéticas.	És com essa tua fragante sutileza	Adicionamos uma sílaba poética através da adição do pronomo demonstrativo “essa”.
Ejemplo de la vana gentileza	Exemplo da vã gentileza	O verso tinha oito sílabas poéticas.	Espécime de uma vã gentileza	Junto à “espécime” (escolha abordada mais adiante), a adição do artigo “uma” possibilitou o verso decassílabo.
Soluções medianas				
Original	Tradução literal	Problema	Solução	Comentário
nevada	Nevado	Ensino “nevado” à formosura não me pareceu a melhor forma no português. Além disso, faltava uma sílabas poética.	valoroso	A palavra “nevado” causava estranhamento. Aqui, optamos por utilizar “valoroso” pois entendemos que a beleza da rosa era tanta, que isto era um ensino de valor até para a formosura. Assim, fechamos o verso em decassílabo.
ejemplo	Exemplo	Falta duas SPs.	espécime	Escolhemos “espécime” pois remete à espécie. Já que o soneto original fala de uma rosa, ou seja, de uma planta, “espécime” se encaixou bem e adicionou as duas sílabas poéticas que faltavam.
desmayada	desmaiada	Falta uma SP.	cabisbaixa	Utilizamos “cabisbaixa” pois se encaixava no TSP.

Tabela 5 Comentários acerca das soluções rápidas e medianas na tradução de “Rosa divina que en gentil cultura”. Fonte: autoral.

Recriação de Versos	
Original	Em cuyo ser unió naturaleza la cuna alegre y triste sepultura:
Tradução Literal	Em cujo ser uniu natureza o berço alegre e a triste sepultura
Problema	Falta uma sílaba poética em “Em cujo ser uniu natureza” e sobra uma sílaba poética em “o berço alegre e a triste sepultura”. Além de causar estranheza (talvez falta de carga poética) no segundo verso tratado aqui.
Solução	Abotoa e se une à natureza para, então, despetalar em tortura:
Comentário	Optou-se pela recriação de um dos versos e, como consequência da ideia recreativa, o outro verso foi “afetado”. O resultado foi muito satisfatório, pois ainda foi possível abordar o nascimento e a morte, desta vez comparando ao nascimento de uma rosa (abotoamento) e a sua morte (despetalar). Como resultado, obteve-se versos com um TSP adequado, a conservação de rimas e uma carga poética mais forte.
Original	Soberbia, el riesgo de morir desdeñas;
Tradução Literal	Soberba, o risco de morrer desdenhas;
Problema	Não rimava com os outros versos do terceto.
Solução	Soberba, nem a morte abominas;
Comentário	No original, Juana Inés de la Cruz tinha conseguido uma rima maravilhosamente rica nos tercetos (desdeñas, señas, enseñas). Para traduzir essas rimas, optou-se por manter a tradução do último verso intacto, pois acreditou-se que o último verso era muito importante para o soneto em questão de sentido. Ao fazer-se necessária a rima com ensinas, empregou-se “abominas” mantendo o sentido do verso original.
Original	De tu caduco ser das mustias señas!
Tradução Literal	De teu caduco ser de sinais murchos!
Problema	Não rimava com os outros versos do terceto.
Solução	Murchas graças às secas repentinas!
Comentário	Era necessária a rim com abominas e ensinas. Para fechar essa rima, recriou-se o verso de forma que alterou a morte da rosa, antes por velhice (caduco ser de sinais murchos) e agora por falta de água e inesperadamente (murchas graças às secas repentinas).

Tabela 6 Comentários acerca das recriações de versos. Fonte: autoral.

Resultados

Rosa divina que em gentil cultura

Soneto Original

Rosa divina que en gentil cultura
eres con tu fragante sutileza
magisterio purpúreo en la belleza,
enseñanza nevada a la hermosura;

amago de la humana arquitectura,
ejemplo de la vana gentileza
en cuyo ser unió naturaleza
la cuna alegre y triste sepultura:

¡cuán altiva en tu pompa, presumida,
soberbia, el riesgo de morir desdeñas;
y luego, desmayada y encogida,

de tu caduco ser das mustias señas!
¡Con qué, con docta muerte y necia vida,
viviendo engañas y muriendo enseñas!

Soneto traduzido

Rosa divina que em gentil cultura
és com essa tua fragante sutileza
magistério purpúreo na beleza,
ensino valoroso à formosura

ameaça da humana arquitetura,
espécime de uma vã gentileza
abotoa e se une à natureza
para, então, despertar em tortura:

Tão altiva em tuas pompas, convencida,
soberba, nem a morte abominas;
e depois, cabisbaixa e encolhida,

murchas graças às secas repentinas!
Em que, com sábia morte e tosca vida,
vivendo enganas e morrendo ensinas!

Esta tarde, meu bem, quando eu falava

Soneto Original

Esta tarde, mi bien, cuando te hablaba,
como en tu rostro y tus acciones vía
que con palabras no te persuadía,
que el corazón me vieses deseaba.

Y Amor, que mis intentos ayudaba,
venció lo que imposible parecía,
pues entre el llanto que el dolor vertía,
el corazón deshecho destilaba.

Baste ya de rigores, mi bien, baste,
no te atormenten más celos tiranos,
ni el vil recelo tu quietud contraste

con sombras necias, con indicios vanos:
pues ya en líquido humor viste y tocaste
mi corazón deshecho entre tus manos.

Soneto Traduzido

Esta tarde, meu bem, quando eu falava
Como em teu rosto e em teus gestos via
Que com palavras não te persuadia
Que o coração me visse desejava

E Amor, que meus intentos ajudava,
Venceu o que impossível parecia,
Pois entre o pranto que esta dor vertia
Derretido, o coração destilava

Basta de martírio com tal desgaste
Não te atormentes mais com ciúmes vãos,
Nem com o medo inquietante contraste

A leveza, meu bem, de amores são
Pois já em líquido humor viste e tocaste
Meu coração desfeito entre tuas mãos

Conclusão

Através da recriação foi possível traduzir o tom de duas obras de Juana Inés de la Cruz para o português. Ao manter a produção de rimas e a mesma quantidade de sílabas poéticas por verso em relação ao original, podemos observar o fenômeno de isomorfia proposto por Campos, bem como experimentar a elaboração criativa de efeitos novos autorizados pela “linha de invenção do original” tal qual Campos (2015, p. 7) comenta acerca do trabalho recriativo de Ezra Pound, em segmentos como o abotoar e despetalar da rosa em “Rosa divina que em gentil cultura”, solução para falar de nascimento e morte (no original, berço e sepultura) transformando a sua forma dentro do limite de invenções que o original nos permitiu.

No processo tradutório, pudemos experimentar a vivência criativa da autora dos sonetos originais porque tivemos que selecionar palavras que coubessem no limite de sílabas poéticas e procurar elaborar rimas, vivência essa já experimentada pelos irmãos Haroldo e Augusto de Campos, tradutores recriativos de poemas de Maiaskóski e outros.

Salientamos, a partir dessa experiência, que o trabalho do tradutor vai muito além de buscas no dicionário, pesquisas culturais e noites mal dormidas; o tradutor pode se empenhar, criativamente, tanto quanto o escritor original e inclusive mais ainda se pensarmos nos limites de invenção impostos pelo original, com os quais os escritores não precisaram trabalhar. Em algumas situações, no decorrer do nosso processo tradutório, nos deparamos com ideias geniais para os versos, mas estas não se encaixavam nas rimas ou no número de sílabas poéticas, ou então estas ideias não resgatavam o tom do original. Ainda, assim como acontece com diversos escritores, passamos por situações de bloqueio criativo e tivemos que parar o trabalho por um tempo para, depois, voltar a traduzir.

Através deste trabalho pudemos divulgar um pouco mais o árduo labor dos tradutores literários e contribuir para que sua tarefa seja visível e, assim, reduzir a marginalidade cultural e a exploração econômica a que são submetidos os tradutores e o próprio texto traduzido. Ademais, disponibilizamos para o sistema literário brasileiro duas traduções provavelmente inéditas desses sonetos de Juana Inés de la Cruz⁸³ e a colaboração na divulgação dos trabalhos da autora mexicana.

⁸³ Nas nossas pesquisas, não encontramos nenhuma outra tradução para o português desses sonetos. Isso não quer dizer que essas traduções não existam, estamos apenas estabelecendo uma hipótese.

Referências Bibliográficas

BERMAN, Antoine. **A tradução e a letra ou o albergue do longínquo**. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan e Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras / PGET, 2007. 144p.

CAMPOS, Haroldo. Da tradução como criação e como crítica. In: TÁPIA, Marcelo; NÓBREGA, Thelma Médici (Orgs.). Haroldo de Campos – transcrição. São Paulo: Perspectiva, 2015. 256p. (pp. 01 – 18). p. 3.

GOLDSTEIN, Norma. **Versos, sons, ritmos**. 14 ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

KAHMANN, Andrea Cristiane. **O Brasil Lê María Luisa Bombal: o sistema e suas Traduções**. 2017. 306p. Tese (Doutorado em Literatura Comparada), Programa de Pós Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LÓPEZ, Ramón G. (ed.lit.). **Sonetos – Sor Juana Inés de la Cruz**. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/sonetos--2/html/61493946-8375-479f-b217-2becd410b790_2 Acesso em: 8 mar. 2018.

VENUTI, Lawrence. Invisibility. In: _____. **The translator's invisibility: a history of translation**. Londres: Routledge, 1995.353p. (pp. 1 – 42)

IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA FURG

IMPORTANCE OF THE AFFIRMATIVE ACTIONS FOR FURG'S QUILOMBOLAS STUDENTS

*Rogério Soares
Graduando
(Rogério81642016@yahoo.com)*

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido na disciplina de produção textual no curso de Licenciatura em Educação Física sobre como é vista as ações afirmativas. Seu objetivo é ter o conhecimento sobre a importância das ações afirmativas através da minha opinião e da opinião alguns alunos quilombolas, matriculados nos cursos de pedagogia, direito, engenharia de alimentos e educação física da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). As ações afirmativas são de grande importância por proporcionar oportunidades necessárias aos grupos de menor expressão, sendo esses os pobres, os negros, os quilombolas, as pessoas com necessidades especiais e as pessoas de baixa renda, que representam a maioria da população brasileira. Estamos ocupando um espaço que é nosso por direito, uma dívida que tenta-se amenizar por pressão dos grupos sociais que exigem do governo a criação de políticas públicas de inclusão das minorias citadas no meio acadêmico e no mercado de trabalho. Vejo que o assunto é interessante para ser pesquisado porque ingressamos por esse processo. É necessário que mais pessoas saibam sobre esse assunto, para que possamos aumentar e qualificar essas ações. Atingindo mais pessoas, estamos também oferecendo mais oportunidade de ter-se acesso às ações afirmativas.

Palavras Chaves: Ações afirmativas; acesso ao ensino superior, políticas sociais.

ABSTRACT

The current article was developed during the discipline of text production in the Undergraduate Program of Physical Education about how the issue of the affirmative actions is seen. Its goal is having the knowledge about the importance of the affirmative actions through my and some other quilombola students' opinion, enrolled in the Pedagogy, Law, Food Engineering and Physical Education Undergraduate Programs at Federal University of Rio Grande (FURG). The affirmative actions have great importance because it offers opportunities needed to the groups of lower expressions that are the poor, black, quilombola, special needs and low-income ones, these representing the majority of the Brazilian population. We are occupying a space that is ours by right, a debt that we try to soften by pressure of social groups demanding from the government the previous mentioned minority inclusion's public policies in the academic environment and in the job market. I see that this issue is interesting to be researched because we enter at the university by this process. It is necessary that more people know about it in order to increase and qualify these actions. Reaching more people, we are also offering more opportunities for them to have access to the affirmative actions.

Keywords: Affirmative actions, Access to higher education, social policies.

Introdução

Este artigo trata de uma pesquisa realizada com alguns dos estudantes quilombolas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde foram feitas entrevistas aos alunos que são graduandos e se sentem inseridos nesse processo de inclusão através das ações afirmativas. O tema proposto é de extrema importância para nos colocar a par de nossos direitos, levar a outras pessoas que têm pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto proposto, através do desenvolvimento de trabalhos. Vemos também que as produções de trabalhos nos dão um parâmetro de como as pessoas se importam com essas minorias que ajudaram na construção desse país tão heterogêneo, mas, mesmo assim, são pouco valorizados.

Vemos isso na quantidade de literatura que tem sobre os negros e ações afirmativas. Com certeza, se tivesse mais trabalhos e divulgação dos resultados nos ajudaria a mudar essa história. Sabemos que nunca esse país vai se libertar desse tão pesado crime cometido anteriormente, mas pelo menos, mais pessoas terão acesso a essa cultura, magnífica e pouca estudada tendo essas distâncias de diferenças sociais diminuídas.

Estamos inseridos nessa sociedade que nos reprime, nos ditando o que devemos falar ou até mesmo pensar, além de serem altamente competitivos os mais favorecidos têm acesso a todos os seus direitos e espaços e os menos favorecidos seguem fazendo a estimativa das pesquisas de pobreza sem acesso aos seus direitos como a universidade.

Para compreendermos melhor a importância das ações afirmativas, devemos antes passar por uma breve retomada histórica para sabermos de onde surgiu e o que causou essa tão grande diferença entre as minorias e as pessoas brancas que obtinham o poder, pois eles não eram escravizados por que tinham um status na sociedade.

Hoje, essas minorias estão conseguindo ocupar seus espaços, mas nem sempre foi dessa forma. No Brasil, desde que foi colonizado, os pobres e escravizados não possuíam espaços nem direitos, deveriam trabalhar para seus senhores que possuíam os recursos na época. Eram escravizados e quando “libertados” foram formar as favelas de hoje por não possuir recursos para se manter dignamente na sociedade, como vemos em vários livros na escola, onde, teoricamente, aprendemos quando falamos sobre a história do Brasil.

Desenvolvimento

Podemos analisar que várias foram as formas de reprimir as minorias, mas uma perdura até hoje e que está sendo cada vez mais disfarçada na sociedade. Apesar das leis que foram

criadas para combater esse crime que é tão bárbaro contra os negros que estão inseridos na sociedade que é o racismo que por sua vez foi, e ainda é, uma das piores barbáries que os homens puderam fazer com o seu próprio povo.

Éramos obrigados a trabalhar e punidos severamente quando ficávamos cansados ou revoltados com a situação. Isso representou um processo de repressão de uma minoria que era a mão de obra da época e deu início a essa desigualdade social de cor. Para explicar melhor essa desigualdade usei o autor Sales Augusto dos Santos, em que o trabalho vai ao encontro de seu pensamento.

Ele afirma que:

A profunda desigualdade racial entre negros e brancos em praticamente todas as esferas sociais brasileiras é fruto de mais de quinhentos anos de opressão e ou discriminação racial contra os negros, algo que não somente os conservadores brasileiros, mas uma parte significativa dos progressistas recusam-se a admitir. Assim, a discriminação racial e seus efeitos nefastos construíram dois tipos de cidadania neste país, a negra e a branca (SANTOS, 2005, pg 13).

Logo, de acordo com autor, vemos que essa desigualdade ainda não é defendida nem vista por muitas pessoas, pois essas, com certeza, tiveram uma boa educação e não veem a necessidade da inclusão dessas minorias que com certeza anteriormente tiveram que trabalhar para as suas famílias, para a construção de seus patrimônios, de seu status na sociedade e, conseqüentemente, se acham superior e defendem que essa desigualdade não existe.

As ações afirmativas são um processo em que se busca uma igualdade social de direito, uma diminuição das desigualdades racial, étnica, de gênero, de oportunidades, dando novas possibilidades às pessoas menos favorecidas através de programas que são oferecidos. É de grande relevância para nós que estamos inseridos ver o quanto isso é gratificante, ver a alegria no rosto de cada um. Sabemos que é um caminho difícil, mas temos que lutar para conseguir o nosso espaço na sociedade que, de certa forma, nos afasta, mas também nos integra cada vez mais.

Mas, afinal, para que servem as ações afirmativas? Elas são atos ou medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente com a finalidade de tentar diminuir as desigualdades sociais existentes na sociedade complementando a resposta dessa pergunta usei o GEMAA- Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. É um grupo bastante interessante, ele estuda as ações afirmativas entre outros assuntos.

O grupo afirma que:

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. (GEMAA,2017).

Método

Para analisarmos a importância das ações afirmativas no processo de inclusão dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), foram entrevistados seis (6) estudantes - duas (2) estudantes do curso de Pedagogia, uma (1) do curso de Medicina, um (1) aluno do curso de Direito, (1) uma aluna do curso de Engenharia de Alimentos e (1) um aluno do curso do curso de Educação Física, esses ingressaram na instituição por meio do processo seletivo específico para estudantes quilombolas na universidade, através da resolução nº20/2013 conforme a portaria nº18 do Ministério Educação e Cultura de 11 de outubro de 2012, estes estão de acordo com a lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 e o decreto nº 7824 de 11 de outubro de 2012 que garantem a implementação de vagas para negros, pardos e indígenas nas instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação.

Foi utilizado um questionário com quatro (4) perguntas como instrumento de pesquisa, sendo elas: 1. Como se sente no curso que estás cursando e por que o escolheu? 2. Como você percebe essas vagas fornecidas pela universidade? 3. O que mais te chama atenção em sua comunidade? 4. Como você vê a integração dos conhecimentos aprendidos na comunidade com os da universidade e como pretende uni-los?

As entrevistas foram realizadas por via de rede sociais whatsapp e facebook, sem haver dias combinados para a entrevista e, sim, enviando as perguntas e, de acordo com a disponibilidade, as pessoas entrevistadas retornavam as questões respondidas.

Resultados e Discussão

Quando questionados sobre como se sentem no curso que estão cursando e por que o escolheu, as pessoas entrevistadas disseram que se sentem realizadas nos cursos escolhidos, que sempre, desde pequenas, sonhavam em poder ajudar as crianças quilombolas contando não a história dos livros, mas o que somos de verdade falando sobre nossa cultura. Isso é muito gratificante. Outro respondeu que não era a primeira opção, então optou por outro curso, já que era parecido com o desejado, mas que está gostando muito, atualmente, do curso e se sente

realizado quanto a essa escolha. Dos cinco entrevistados, um disse não ter escolhido o curso por não ter entre os cursos escolhidos, mas sim o mais parecido.

Segundo a entrevistada A afirma que:

Bom meu sonho era engenharia civil ou psicologia, quando eu fiz o processo não tinha a minha primeira opção, então optei por outra engenharia! Acho que foi a alimentos que me escolheu kkk 😊 me apaixonei pelo curso desde o primeiro semestre
♥(entrevistada A)

Podemos ver que mesmo com essas oportunidades ainda é pouco por que existe certa resistência entre as pessoas responsáveis por liberar determinadas vagas por acharem que somos incapazes de cursar esse curso ou ate mesmo dizer que não é necessário essas ações de acesso, outra fator é a pouca disponibilidade de vaga privilegiando aqueles que querem aqueles cursos, já os outros são obrigados a entrarem em um curso que pra eles não é o desejado como podemos ler na fala da entrevistada A.

Após, foram perguntados sobre como veem as vagas disponibilizadas pela universidade. Eles disseram que é uma porta de entrada para as pessoas que não têm a oportunidade de entrada pela ampla concorrência, onde quem tem melhores escolas para estudar consegue as vagas de forma mais fácil do que os quilombolas. A universidade é uma forma de mudar, nos inserindo em uma realidade diferente da que vivemos, pois nas associações de quilombo o acesso a informação é mais restrito, a comunicação é mais oral, onde as informações se passam através das conversas entre vizinhanças, quanto a tecnologia a locais em que ela não chegou ainda dessa forma não vemos grande expectativas de ter uma grande oportunidade de evolução na vida, mas com essa oportunidade que a universidade proporciona nós temos novas expectativas e oportunidade . Uma forma de realizar o que nossos pais sempre tiveram vontade, mas na época deles não tiveram oportunidade. Estar inserido nesse espaço de formação de ideias e opiniões é de extrema importância para que possamos lutar pelas causas quilombolas que não são somente das pessoas que estão lá nas comunidades, mas sim de todos nós.

A entrevistada B afirma que :

Eu vejo como uma oportunidade extra além das cotas raciais, pq ainda tem mais uma chance de uma pessoa negra e pobre crescer na vida podendo ajudar o nosso povo que com tanto esforço estamos conquistando os nossos direitos (entrevistada B) .

Vemos que essas oportunidades representam muito para esses novos jovens que buscam alcançar novos desafios para poderem ajudar sua família e comunidade, dando a esses indivíduos coisas novas que antes não era possível de ser alcançado pela falta de oportunidades.

Analisando suas comunidades, foi perguntado o que mais chama atenção. Aos entrevistados, representa a luta por mais direitos, a persistência para que os jovens não desistam de ter um futuro melhor, pois mesmo diante de tanto racismo, preconceito e discriminação nunca desistiram de lutar, além de tudo isso o respeito das pessoas mais novas com as mais velhas seguindo sempre os mesmos costumes que nos foi repassado e que são guardados (ou mantidos) até hoje.

Segundo a entrevistada C afirma que:

A luta por mais direitos a persistência para que os mais jovens não desistam de ter um futuro melhor e a força de vontade de volta a estudar, depois de muito tempo, sabemos que durante esse processo teremos que ter muita força de vontade . (entrevistada C)

Ao questionar como você vê a integração dos conhecimentos na comunidade com os da universidade, como pretende uni-los, todos os estudantes responderam que queriam estudar, se especializar para poder voltar a comunidade, ajudar no que for preciso, dando aula nas escolas das comunidades, no caso das pedagogas, os demais também responderam que voltaram a suas comunidades cada um na sua profissão a fim de seguir cultivando e respeitando sempre a nossa cultura que é tão rica, mas que infelizmente as escolas deixam de lado, elas preferem reproduzir a mesma historia de sempre que consta nos livros que não é a real, por que se torna mais fácil aos educadores. Se nossa historia fosse apresentada e debatida em sala de aula proporcionaria um melhor embasamento aos alunos que chegariam ao nível superior mais preparado para se fazer uma troca de conhecimentos formando um cidadão preparado para debates referentes ao assunto como podemos ver no depoimento da entrevistada D em que ela afirma que:

Busco trazer tudo que aprendo em minha comunidade para a universidade, embora sei que muitas coisas estão se apagando devido à rotina!! O coletivo me faz manter as raízes que aprendi lá! Por isso é importante se fazer presente sempre. (entrevistada D)

Lendo essa resposta podemos ver que a troca de experiência e de conhecimento é de extrema importância para que possamos adquirir mais conhecimentos a fim de nos tornarmos indivíduos mais cultos e sociáveis, para que possamos passar os nossos conhecimentos aos nossos descendentes futuros melhorando cada vez mais a sociedade.

Para compreender a importância das ações afirmativas e a sua melhoria, devemos cada vez mais pensar, refletindo sobre essas ações através desses alunos que hoje estão presentes nas escolas e nas universidades, a educação desses novos alunos que sempre existiram, mas nunca

vistos antes nesses ambientes por falta de informação, de oportunidade por negligência das pessoas que tem o poder nas mãos sendo esses eleitos por nós, olhando para o senso do IBGE vemos que os negros representam quase 10% dessa população fora os que se consideram pardos ou não sabem como se definir, já que a sociedade vê sempre a necessidade de classificar as pessoas para que possa manter as suas formas de impor as suas normas, entre outros meios que se beneficiam disso exemplo as redes sociais.

As ações afirmativas sim são uma porta de entrada para esses espaços, mas esse fato não muda apenas o ingresso desses indivíduos muda aos poucos a mentalidade da sociedade é difícil, esse processo é lento, mas aos poucos as pessoas vão se dar de conta que não é uma vantagem, mas a tentativa de minimizar o que foi feito anteriormente com nós povo negro e pobre, com certeza não foi fácil tudo o que essas pessoas passaram, por isso tamanha importância de nos descendentes darmos valor e lutarmos cada vez mais dando continuidade.

Conclusão

Através da pesquisa podemos entender que as ações afirmativas são uma importante porta de acesso às oportunidades, para uma igualdade social e racial para obtenção dos seus direitos que foram retirados de nossos antepassados. Vemos que é necessário cada vez mais ações afirmativas para que essas minorias possam ocupar o seu espaço de direito em busca de igualdade social. Vivemos em um mundo altamente competitivo, com menos acesso, sempre estaremos em desvantagem social e econômica.

Somente essa pesquisa não basta para sabermos o sentido das ações afirmativas, mas podemos ver que foi importante essas ações, para que todos esses alunos tivessem acesso a este espaço que é de extrema importância para formação de cidadãos pensantes que têm e defendem a sua opinião. Não sabemos o que o futuro nos reserva, mas será de muita luta onde cada um que defende essa ideia, que entende a sua importância devera se unir para somarmos forças contra aqueles que não querem ou que não defendem essas causas.

Referencias Bibliográfica

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA. (2011) “Ações afirmativas”. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>> acessado em 14 de setembro as 22:39.

SANTOS, Ações Afirmativas e Controle ao Racismo nas Américas. 2005. v.5. Brasília.

ANÍSIO TEIXEIRA E A UDF: A UNIVERSIDADE SONHADA

ANÍSIO TEIXEIRA AND THE UDF: THE DREAMED UNIVERSITY

*Ruana Perla Motta de Siqueira⁸⁴
Graduanda/Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ruanamotta20@gmail.com*

RESUMO

A pesquisa aqui colocada, objetiva contribuir para com conhecimento no campo da história da educação. Torna-se relevante, em razão da importância desse período social, cultural e histórico na educação brasileira: estudar e pesquisar a administração de Anísio Teixeira como Diretor de Instruções Públicas do Rio de Janeiro (1931- 1935) tendo como foco na implementação da Universidade do Distrito Federal (UDF), modelo de universidade proposto e defendido por Teixeira. Busca aprofundar sua concepção de universidade que se constitui na base da concretização do projeto da UDF.

Palavras-chaves: Educação – História – Universidade

ABSTRACT

The research here aims to contribute to knowledge in the field of the history of education. It is relevant, due to the importance of this social, cultural and historical period in Brazilian education: to study and research the administration of Anísio Teixeira as Director of Public Instruction of Rio de Janeiro (1931-1935), focusing on the implementation of the University of Federal District (UDF), model of university proposed and defended by Teixeira. It seeks to deepen its conception of university, which is the basis of the UDF project.

Key- Words: Education - History - University

Introdução

A proposta deste trabalho tem por objetivo analisar a atuação de Anísio Teixeira (1900-1971) a frente do cargo de Diretor Geral de Instrução Pública da prefeitura do Rio de Janeiro (1931-1935). Neste sentido, o foco da investigação está na construção da Universidade do Distrito Federal – (UDF) criada em 1935, assim como o modelo de universidade idealizada pelo intelectual. Desta maneira, o presente artigo resgatar uma figura importante e por vezes esquecida, assim como um dos seus feitos mais significativos que foi a criação de uma Universidade na capital da República em um contexto marcado por grandes agitações políticas.

Em tempos de desmonte das universidades públicas e a falta histórica de investimentos na área da educação, considero importante retomar a temática aqui colocada. Nesta perspectiva, um projeto como a Universidade do Distrito Federal deve ser lembrado, pesquisado e analisado.

⁸⁴ Pertencente ao grupo de pesquisa Intelectuais e Poder no Mundo ibero-americano na linha de pesquisa Intelectuais e Educação coordenada pela Prof. Dra. Adir da Luz Almeida.

Um modelo de ensino inovador que representava resistência ao padrão tradicional comum das universidades da época, tendo como sua principal marca a valorização do magistério, uma necessidade que se faz presente até os dias hoje, visto que, a área da educação segue sendo desvalorizada socialmente e apontada como um campo de conhecimento menor.

Além do mais, este trabalho torna-se relevante ao analisar Anísio Teixeira em duas dimensões: I) Anísio diretor II) Anísio pensador, ou seja, sua contribuição em dois eixos como um fator decisivo na construção da UDF. Para isso, será utilizado como referencial teórico o conceito de *Intellectual Orgânico* elaborado pelo italiano Antônio Gramsci em sua obra *Os intelectuais e a Organização da Cultura* (1982). Nesta perspectiva, ao ser considerado um homem de ação, sua vida intelectual não se restringia somente as suas ideias, e sim a prática delas.

Em suma, o artigo será dividido em três partes. Na primeira etapa busca-se apresentar uma visão panorâmica da conjuntura histórica do período anisiano em questão. Na segunda sessão, objetiva-se analisar o pensamento do intelectual no que diz respeito ao ensino superior, bem como suas principais influências teóricas. Na terceira e última parte abordaremos a criação da UDF, o modelo de universidade elaborado pelo intelectual, bem como as motivações que levaram o seu fechamento.

Panorama histórico

A história é a ciência dos homens no tempo, disse Marc Bloch⁸⁵. Na esteira desta afirmação cabe ao historiador analisar criticamente o passado estudado, tendo como foco a compreensão dos agentes históricos, assim como suas intervenções, motivações e condições. Considera-se que as condições históricas nas quais consubstanciaram a idealização e criação da Universidade do Distrito Federal, tiveram como fatores relevantes acontecimentos que aqui serão mencionados.

Primeiramente, cabe aqui ressaltar os impactos da ⁸⁶*Revolução de 1930*. Sendo assim, este acontecimento histórico ficou marcado por um momento de grande efervescência no cenário político brasileiro. Chefiada por Getúlio Vargas, a revolução gerou modificações estruturais na sociedade, na economia e principalmente na organização política do país. (BORIS, Fausto. 1970).

⁸⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Zahar, 2002.

⁸⁶ Foi um episódio da história do Brasil, marcado pela transição da República Oligárquica para a Segunda República. Ler mais em: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. Editora Brasiliense, 1970.

A transição da Primeira República⁸⁷ para a Segunda República representava mais que uma ruptura institucional, simbolizava, por sua vez, o “moderno”, o novo, e nascia consigo o sentimento de esperança e anseio por transformações. Deste modo, considerado um momento de importantes mudanças, no campo educacional não foi diferente. Neste sentido, uma das primeiras medidas do governo provisório de Vargas foi criar o Ministério da Educação e Saúde – (MES), tendo como ministro Francisco Campo. Após a criação do ministério passou a ser discutido e disputado qual seria o modelo educacional adotado por este novo regime.

Nesta direção, o Ministério da Educação e Saúde nesse primeiro momento atou de maneira bilateral, ou seja, conciliando ideias renovadoras da educação com os antigos privilégios. Deste modo, promoveu reformas atendendo pedidos da Igreja, assim como também favoreceu determinados anseios dos escolanovistas. (VICENTINI, Leticia. 1986)

Diante desse contexto, é possível observar que havia no campo da educação uma disputa pelo sistema educativo. Em vista disso, durante a década de 30 ganha força um movimento conhecido por ⁸⁸Escola Nova. Este movimento que vinha desde os anos 20, reunia uma série de figuras importantes da intelectualidade brasileira, assim como educadores da época que viam na educação a mola propulsora para a “modernidade” da “nação” e afirmava a necessidade da reforma do ensino brasileiro. (NUNES, Clarice. 2000)

No entanto, torna-se relevante aqui salientar, que, neste momento e durante toda a Primeira República, o ensino brasileiro era dominado pelo monopólio educativo católico, um ensino privado, logo destinado às classes abastadas da sociedade brasileira. Referente a essa afirmação, os escolanovistas lutavam contra esse monopólio educacional da Igreja. Com isso, acirrava uma disputa entre aqueles que apoiavam o ensino religioso privativo e os que defendiam a laicização da educação e um ensino público de qualidade. Este conflito entre católicos e escolanovistas permanece durante toda a década de trinta e é fundamental para compreender o ambiente do período de criação da UDF, assim como um dos motivos do seu desfecho.

Um ano após a Revolução de 30, Anísio Teixeira foi nomeado pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro Pedro Ernesto a Diretor de Instrução Pública e passou a ocupar um dos cargos de maior prestígio no campo educacional da época durante o ano de 1931 a 1935 (FÁVERO, Maria. 2007). Antes de tudo é importante acentuar que neste momento o Rio de Janeiro era a

⁸⁷ Ler em: DE CARVALHO, José Murilo. Os bestializados. **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 24, 1987.

⁸⁸ O movimento Escola Nova no Brasil, caracterizou-se por ser um movimento de educadores e intelectuais críticos a educação tradicional religiosa e elitista, em prol da reforma estrutural do ensino. Conhecido também por escolanovismo, este movimento chegou ao Brasil por volta da década de 20, mas foi durante a década de 30 que ganhou mais expressão.

capital da República, logo, palco de grandes agitações políticas sendo considerada “a vitrine do Brasil”, a cidade modelo servindo como “tambor de ressonância” para os demais estados da federação. Durante o momento em que ocupou este cargo administrativo, promoveu reformas importantes no ensino na cidade que o projetou nacionalmente. (NUNES, Clarice. 2000).

Durante sua administração, foi lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932 redigido pelo educador Fernando de Azevedo, assinado por 26 signatários tendo como objetivo de atingir “o povo e ao governo” com a finalidade de fornecer diretrizes para a educação. (AZEVEDO, Fernando. 1932). Neste sentido, Anísio Teixeira foi um dos signatários mais notáveis do manifesto, bem como figura preeminente do movimento Escola Nova no Brasil. Neste mesmo ano criou o Instituto de Educação sendo professor da Cátedra de Filosofia e Educação, ocupou a presidência da Associação Brasileira de Educação – ABE, e no final de seu cargo criou a Universidade do Distrito federal, está aqui em análise. (LEMME, Paschoal. 2007).

O período em que ocupou a Diretoria de Instrução Pública foi marcado por intensos conflitos no campo político do país. Nesta direção, o processo revolucionário culminou no que venha ser chamado de *Revolução constitucionalista de 1932*⁸⁹, assim como a elevação de correntes ideológicas que, por sua vez, dividia o mundo e penetravam na vida política do país levando, por sua vez, a formação da *Ação Integralista Brasileira (AIB)*⁹⁰ e a *Aliança Nacional Libertadora (ANL)*⁹¹. (BORES, Fausto. 1970).

A criação da UDF foi contemporânea ao que venha ser chamado por *Levante Comunista de 1935*, liderada pela Aliança Nacional Libertadora e chefiada por Luiz Carlos Prestes. Sendo assim, a “ameaça comunista” gerou impactos no governo federal levando Getúlio Vargas a adotar medidas mais centralizadoras e repressivas. Dentro destas medidas estavam à prisão de participantes do levante e até mesmo de senadores e deputados como, por exemplo, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro Pedro Ernesto. (FERREIRA, Jorge. 2003)

O governo federal afirmava que o país estava vivendo um “Estado de Guerra”, essa afirmação legitimava as medidas autoritárias como a aprovação da Lei de Segurança Nacional que previa a censura de manifestações contrárias ao governo, à imprensa, greves e entre outras.

⁸⁹ Movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo devido insatisfação vinda da Revolução de 1930. Leitura sugerida: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. **O Estado de São Paulo Revolução de 1932 e Getúlio Vargas**.

⁹⁰ Organização política inspirada no fascismo italiano de Mussolini, fundada por Plínio Salgado.

⁹¹ Uma organização política nacional fundada no ano de 1935 liderada por Luiz Carlos Prestes com objetivo de o combate ao fascismo e o imperialismo. A organização defendia propostas nacionalistas e uma de suas bandeiras era a reforma agrária.

A Revolta Comunista serviu como um dos pretextos para a instauração do Estado Novo, ditadura varguista que durou entre 1937 a 1945. (FERREIRA, Jorge. 2003)

Neste momento, o Ministro da Educação e Saúde era o então Gustavo Capanema. Nomeado pelo presidente Vargas no ano de 1934 permanecendo no cargo até 1945. O momento em que ocupou o ministério ficou marcado pela centralização a nível federal na esfera da educação e saúde pública. Capanema foi um personagem importante para entender o desmonte da UDF, sendo considerado um dos opositores de Anísio Teixeira, logo contrário à criação e modelo universitário proposto pelo segundo.

Diante dessa atmosfera autoritária, Anísio Teixeira seria acusado pela Igreja Católica de subversão e comunismo, com isso, passou a ser perseguido politicamente pelo governo Vargas. Assim, o liberal e democrata abdica do cargo em que ocupava no Distrito Federal e se afasta da vida pública se exilando na Bahia, sua cidade natal.

A universidade projetada pelo intelectual nasce em um momento conturbado e logo é abortada em seus primeiros anos de vida, mais precisamente em 1939 durante a ditadura do Estado Novo⁹². A UDF por seu turno foi acusada de ser subversiva assim como o seu idealizador. Como salienta a historiadora da educação Clarice Nunes e maior entendedora da vida e obra de Anísio Teixeira, “a universidade não era “esquerdista” no sentido político-partidário e mais pelo sentido comunista que na conjuntura de trinta levava boa parte da intelectualidade” (NUNES, Clarice. Pág. 320).

Ser considerada uma Universidade de esquerda não explica a totalidade dos motivos pelo o qual a UDF foi abortada em seus primeiros anos de criação. Contudo, esse é um dos motivos relevantes para o seu fechamento, mas não o único. Sendo assim, as demais motivações serão abordadas nas páginas posteriores, mais precisamente na última parte deste artigo.

Anísio Teixeira: a concepção de universidade

Como vimos até aqui, Anísio Teixeira foi sujeito coletivo de uma geração de pensadores de diferentes matizes que tinham como objetivo em comum o projeto de país pautado na educação. Deste modo, Teixeira via na educação a chave mestra para uma sociedade “democrática” e “moderna”. Nesta perspectiva, a educação pública e de qualidade era o seu

⁹² Momento em que Getúlio Vargas fecha o congresso e passa a governar sobre estado de sítio instaurando uma ditadura que durou de 1937 a 1945. Leitura sugerida: PANDOLFI, Dulce Chaves et al. **Repensando o estado novo**. 1999.

sonho mais ambicioso e sua principal bandeira de luta durante grande parte da sua trajetória como intelectual.

Ademais, Teixeira ansiava por uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino. Tendo como foco o ensino superior, cabe aqui destacar um pouco a respeito da sua concepção de universidade, ou seja, o modelo de universitário defendido e proposto pelo intelectual, assim como suas principais influências teóricas.

A princípio, Anísio Teixeira defendia uma universidade que valorizasse o livre pensar, que alargasse o pensamento humano, isto é, que o estudante em início da vida intelectual pudesse desfrutar do livre pensamento. No mais, para ele a universidade não pode ser apenas responsável por transmitir o conhecimento filosófico, teórico e sistematizado, sobretudo, deve estar conectada com o meio cultural e social na qual se encontra, sendo capaz de construir uma cultura e uma consciência nacional. (TEIXEIRA, 1964).

Em uma passagem encontrada em um de seus escritos a respeito das funções da universidade, Teixeira enfatiza:

A universidade será assim um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação de profissionais e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira. (TEIXEIRA, Anísio. 1964)

Na esteira de suas palavras, observa-se sua preocupação com a propagação da cultura. Para ele a cultura brasileira deveria ser difundida pelos centros de ensino, e é dever da universidade transmitir a cultura comum de um “povo”.

Em adição, é importante aqui destacar a sua formação americana, mais precisamente sua passagem pelo Theater College da Universidade de Columbia e seu contato com as ideias do filósofo e pedagogo ⁹³John Dewey, que por sua vez, foram fundamentais na construção do seu pensamento no que diz respeito à educação em seus diferentes níveis de ensino. Diante disso, Dewey foi um dos principais influenciadores de Teixeira, levando ao segundo a torna-se discípulo do primeiro. Neste sentido, a experiência americana o possibilitou a ter acesso a uma nova realidade e novos métodos de ensino que serviram de “chão teórico” para suas ideias e intervenções.

Torna-se necessário salientar, que, Anísio Teixeira foi um intelectual da ação. Sendo assim, pode ser considerado um intelectual orgânico pela maneira na qual articulava suas ideias

⁹³ Foi um filósofo e pedagogo norte-americano, considerado um dos principais nomes do movimento Escola Nova e de uma corrente filosófica denominada por pragmatismo.

as suas ações agindo ativamente no campo político em prol de uma educação democrática.
Segundo Gramsci,

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente, já que não apenas orador puro e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato: da técnica-trabalho, eleva-se a técnica-ciência e a concepção humanística da história se a qual se pertence “especialista” e não e não se chega a “dirigente” (especialista mais político). (GRAMSCI, 1989. Pág.8)

O conceito de *Intelectual Orgânico* elaborado por Antônio Gramsci se enquadra no que foi Anísio Teixeira, um intelectual que criava teorias, mas não se restringia apenas ao campo metafísico, e sim procurava por em prática seus projetos.

Voltando a sua concepção de ensino superior, em um dos seus escritos, Anísio Teixeira faz uma análise comparativa entre as universidades dos Estados Unidos e as do Brasil em: *Confronto entre a educação superior dos EUA e a do Brasil* (1960). Sendo assim, ficam evidentes neste texto as marcas da sua formação americana, que por seu turno, serviu de espelho, ou melhor, passou a ser vista por ele como modelo a ser seguido, porém, não copiado. (TEIXEIRA, 1960).

Segundo Teixeira, uma das diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos no que se refere à universidade, é que o primeiro se mostrou muito ligado ao modelo de ensino europeu, enquanto o segundo conduziu para uma nova experiência cultural sem amarras coloniais. Diante disso, Teixeira defendia uma universidade genuinamente brasileira, criada a partir da nossa essência cultural, nova e não conservada a modelos de ensino estabelecido na Europa, ou seja, que se mostrasse ousada a inovar e avançar. (TEIXEIRA, 1960).

As ideias de Dewey incorporadas por Teixeira tiveram impactos significativos na educação brasileira, do ensino primário a universidade. Os métodos educacionais americanos serviram de base teórica para suas ações, sendo devidamente adaptada a realidade do país. Como salienta Demerval Saviani,

Educador progressista; discípulo de Dewey; admirador da cultura e educação americanas, estava atento às condições brasileiras e não transplantava, simplesmente, o sistema americano e não encarava de forma romântica os princípios da educação renovada disseminadas pelo movimento conhecido por ‘escolanovismo’ (SAVIANI, 2002, p. 2)

Para Teixeira uma das maiores dificuldades de se instituir uma universidade no Brasil que presasse o livre pensamento, estava relacionado em uma problemática profunda que era o fato de não possuímos instituições democráticas definitivamente consolidadas. Sendo assim, nos mostrávamos resistentes a nos permitir a novas possibilidades e isso está inteiramente

ligado a nossa cultura política que, por sua vez, refletia diretamente no campo educacional. Outro ponto importante que cabe aqui destacar, que para Teixeira as universidades brasileiras não se preocupavam em transmitir uma cultura comum, sendo considerada pelo mesmo uma grave falha. Deste modo, as instituições universitárias do país se mostravam desinteressadas pelo Brasil, isto é, não se inquietou em ser transmissora de uma cultura brasileira, algo que para ele é imprescindível em uma universidade formar uma consciência nacional.

No que concerne às funções que cabe a universidade, entendia que, em uma sociedade de fato “moderna” as instituições universitárias se mostram indispensáveis a tal ponto que sem elas não chega a existir um “povo”. Além disso, uma das funções importantes é manter a atmosfera do saber, com o objetivo de formar a intelectualidade humana, que cultive a imaginação, e ao cultivar a imaginação aumentaria a capacidade do ser humano em dar sentido às coisas. (TEIXEIRA, Anísio. 1962).

No que se refere à formação do magistério, defendia veementemente a formação do docente a nível superior. Para ele, era necessário fornecer melhores condições na preparação do professor do curso normal, que o docente tenha contato com a pesquisa científica aliando-a a educação, formando profissionais devidamente preparados para lecionar. Entretanto, a universidade brasileira se mostrava desinteressada a ampliar a formação do magistério a nível superior, valorizava cada vez mais os cursos de formação liberal como, Medicina, Direito e Engenharia. (TEIXEIRA, Anísio. 1966)

Em síntese, Anísio Teixeira tinha uma concepção singular no que se refere às funções de uma universidade. Como vimos acima, foi um intelectual de ação, e um pouco de seu pensamento de educação superior visto até aqui reflete no que foi a Universidade do Distrito Federal, sendo assim, suas ideias se materializavam nesta instituição, assunto no qual será abordado na próxima etapa deste trabalho.

A UDF: um projeto inovador e abortado

A Universidade do Distrito Federal idealizada por Anísio Teixeira atendia os anseios de uma parcela significativa de intelectuais e educadores reunidos na Associação Brasileira de Educação – ABE e a Associação Brasileira de Ciências – ABC. A UDF por seu turno representava um projeto “moderno” e diferenciado em comparação ao ensino superior brasileiro da época. (FÁVERO, Maria. 2008).

Foi durante sua atuação no Distrito Federal, que Anísio Teixeira teve a oportunidade de executar importantes reformas no ensino da cidade juntamente com um grupo de colaboradores. Neste sentido, sua posição como Diretora de Instrução Pública o possibilitou a organizar um

sistema educacional contínuo que ia da escola primária a universidade. Neste contexto, foi criada por meio do decreto municipal nº 5.513 a Universidade do Distrito Federal em 4 de Abril de 1935.

No que se refere ao modelo inovador de ensino defendido pela UDF, podemos apontar entre eles: a valorização da *formação do magistério*. Sendo assim, um dos princípios desta instituição universitária era aliar educação e pesquisa, criando os primeiros cursos superiores na área da educação. Desta maneira, segundo seu idealizador, a formação dos professores era um dos pilares para a melhoria geral da educação brasileira. Sendo assim, o projeto atribuía ao professor primário e secundário um papel superior em comparação o que antes era conferido tendo acesso a um conhecimento vasto e prática de pesquisa científica. (VINCENZI, Leticia. 1986)

Além disso, outro fator importante é a preocupação com a maneira de *propagar o saber*. A UDF se mostrava romper com o “academicismo” hegemônico, combatia o autodidatismo e o isolamento intelectual pretendendo ser centro “desinteressado” de um pensamento livre com o objetivo de propagar a cultura e formar não só profissionais, mas também quadros intelectuais. (NUNES. Clarice, 2000)

Outra razão pelo qual essa instituição se mostrava ser um centro pioneiro no que se refere ao restante das universidades brasileiras, é, sobretudo *os cursos oferecidos por essa instituição de ensino*. Desta maneira, ao contrário das demais universidades que priorizavam cursos liberais, a UDF ia de contramão a essa lógica. Sendo assim, era composta por cinco escolas; Educação, Filosofia e Letras, Ciências, Economia e Direito, Instituto de Artes, bem como, instituições complementares para a experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural.

Entre comunistas, democratas e liberais, assim formava o professorado da UDF. O corpo docente da universidade era composto por uma “constelação de estrelas”, importantes intelectuais da época, como por exemplo; Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Hermes Lima, Afrânio Peixoto, Lucio Costa e dentre outros. (VICENTINI, Leticia. 1986)

No entanto, a construção da Universidade do Distrito Federal provocou entusiasmos, mas também gerou descontentamentos. Neste caso, a instituição, assim como seu idealizador, passou a sofrer uma série de críticas por parte da Igreja católica, que por sua vez, tinha o receio de perder o seu monopólio educacional, assim como ataques vindos dos integralistas e do governo federal, mais precisamente do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. A Igreja acusava Anísio Teixeira de materialista ligado às ideias subversivas que ameaçavam a ordem da “nação”. Já o Ministro Gustavo Capanema hostilizava a instituição fazendo uma série

de julgamentos depreciativos. As críticas só demonstram o quanto a UDF incomodava seus opositores. (VICENTINI, Leticia, 1986)

Diante disso, a UDF sofreu fortes pressões políticas do momento de sua criação até o seu fechamento. No discurso de inauguração da universidade, Anísio Teixeira já previa os desafios que a instituição iria enfrentar. Como proferiu Teixeira:

Imaginemos, porém, que as maquinações dos inimigos do Distrito Federal viessem a triunfar e que novas leis federais, como uma que foi tentada, pudessem realmente ferir a Universidade local e impedir-lhe a validade dos títulos além dos limites da cidade do Rio de Janeiro. (TEIXEIRA, Anísio, 1935)

De acordo com esta citação, Teixeira foi assertivo, a UDF desde o momento de sua criação passou a ser asfixiada por alas mais conservadoras da sociedade.

É relevante apontar que o ministro Gustavo Capanema defendia um projeto de universidade diferente do modelo idealizado por Teixeira. Com isso, o primeiro defendia um modelo calcado na Universidade do Brasil - UB, que pretendia a partir desta instituição criar um modelo padrão para as demais universidades brasileiras. A UDF era a “pedra no caminho” do ministro, para isso era preciso extinguir a instituição. (MENDONÇA, Ana Waleska, 2002)

Os ataques a UDF vindos do governo federal eram frequentes. Um dos argumentos de Capanema para desqualificar a universidade era que a UDF não possuía edifícios e laboratórios essenciais para o funcionamento de uma universidade. Além de tudo, Capanema pretendia criar na UB cursos já existentes na UDF, com isso, julgava a permanência da segunda inútil e mais gastos públicos desnecessários.

Em um período político autoritário como o Estado Novo, as reformas no ensino eram impostas sem qualquer consulta ou avaliação coletiva. Nesta atmosfera antidemocrática a UDF é extinta em 1939 durante o Estado Novo⁹⁴ pelo decreto nº 1.063⁹⁵ assinado pelo Ministro Gustavo Capanema e o então presidente Getúlio Vargas.

Com o fechamento da UDF, alguns de seus professores contratados foram aproveitados pela Universidade do Brasil, assim como alguns de seus cursos exceto o curso visto como marca da instituição, que era o curso de Educação. Com isso, há a interrupção da formação do professor a nível superior, inviabilizando a pesquisa na área da educação e impedia o professor primário de frequentar a universidade.

⁹⁵ “Ficam transferidos para Universidade do Brasil os estabelecimentos de ensino que compõem Universidade do Distrito Federal, ora mantida pela prefeitura do Distrito Federal. Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, operando-se de fato a transferência na data em que, para este efeito, for assinado o necessário termo entre o Ministério da Educação e o prefeito do Distrito Federal.”

Considerações Finais

A universidade do Distrito Federal representava um modelo diferenciado de ensino superior que deixou marcas significativas na história das universidades brasileiras. Tendo como principal bandeira a valorização do magistério, tinha como um dos seus objetivos preparar profissionais qualificados, criar uma cultura pedagógica a nível nacional, assim como promover a pesquisa científica, formar quadros intelectuais e propagar a cultura comum. Como vimos neste artigo, esse modelo universitário tem uma duração limitada. Criada em 1935 e abolida nos seus primeiros anos, mais precisamente em 1939, o fim UDF foi um dos alvos do projeto autoritário do governo Vargas. Em suma, a Universidade do Distrito Federal, está na esteira de muitos projetos educacionais abortados durante a história do país. Essa instituição não foi apenas uma universidade, também foi um mecanismo de resistência ao modelo universitário tradicional, e o seu fim simboliza a derrota de uma geração, mais precisamente do movimento Escola Nova.

Referencias Bibliograficas

AZEVEDO, Fernando de et al. Manifesto dos pioneiros da educação nova. Revista Brasileira de, 1932.

DE ABREU, Alzira Alves et al. (Ed.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930**. FGV Editora, 2001.

DE VINCENZI, Leticia J. Braga. A fundação da universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. In: **Fórum Educacional**. 1986. p. 16-60.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Editora Brasiliense, 1970.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. **Revista brasileira de história da educação**, v. 8, n. 2 [17], p. 161-180, 2008.

_____. **Anísio Teixeira e a UDF: que lições nos oferecem?**. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 17, n. 1.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, v. 2, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais ea organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 86, n. 212, 2007.

MENDONÇA, Ana Waleska. **Anísio Teixeira e a universidade de educação**. Rio de Janeiro: EDUREJ, 2002.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da Ação/ Bragança Paulista, SP: EDUS, 2000. 644p.

SAVIANI, Demerval. Anísio Teixeira: um clássico da educação brasileira. 2002

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p.21-82.

_____. **Funções da universidade**. *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, n.135, Fev. 1964. p.1-2.

_____. **Educação não é privilégio**. Ed.UFRJ, 1994.

_____. Notas para a história da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p.181-188.

(MENDONÇA, Ana Waleska. 2002)

A IMAGEM FEMININA ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS DE NAN GOLDIN E FRANCESCA WOODMAN

*THE FEMININE IMAGES IN THE PHOTOGRAPHS OF NAN GOLDIN AND
FRANCESCA WOODMAN*

Vanessa Cristina Dias
Graduanda em Artes Visuais modalidade Licenciatura/UFPel
vanessacristinadias_@live.com

Cláudia Mariza Mattos Brandão
Doutora em Educação, Professora do Centro de Artes/UFPel
attos@vetorial.net

RESUMO

Sabemos que historicamente os homens dominaram o mundo, e as mulheres foram tidas como meras coadjuvantes nos processos civilizatórios. Na arte, o corpo é representação constante, no entanto, o corpo feminino foi exposto de maneira diferente do corpo masculino na história da arte. Frente a tal situação, as Guerrilla Girls, ativistas norte-americanas feministas que utilizam máscaras de gorilas para esconder suas identidades, lançaram um livro intitulado "*The Guerrilla Girls' Bedside Companion to the History of Western Art*" que resgata a presença feminina na história da arte e denuncia a imagem da mulher enquanto idealizada e passiva. Nesse sentido, abordaremos os trabalhos de duas artistas mulheres, sendo elas Francesca Woodman e Nan Goldin que subverteram a representação do corpo feminino em suas obras. Através de olhares femininos analisamos as fotografias das duas artistas, problematizando a pedagogia do feminino na história da arte e debatendo sobre as possíveis implicações de suas obras na imagem feminina. A proposta integra a pesquisa do projeto "DO PINCEL AO PÍXEL: sobre as (re)apresentações de sujeitos/mundo em imagens", desenvolvido no âmbito do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPel/CNPq).

Palavras-chave: Imagem feminina. Corpo feminino. Pedagogia do feminino.

ABSTRACT

Historically we now that men have dominated the world, and women have been seen as adjuncts in civilizing processes. In art, the body is constant representation; however, the female body has been exposed differently from the male body in the history of art. In the face of such a situation, the Guerrilla Girls, American feminist activists who use gorillas masks to conceal their identities, have published one book designated "*The Guerrilla Girls' Bedside Companion to the History of Western Art*" that rescues the female presence in the history of art and complaint the image of women as idealized and passive. In this sense, we will argue about the work of two female artists, including Francesca Woodman and Nan Goldin, who have subverted the representation of the female body in their works. With through our feminines points of view, we analyze the photographs of this two artists, problematizing the feminine pedagogy in the history of art and debating about the possible implications of their works in the feminine image. This proposal is part of a research project "DO PINCEL AO PÍXEL: sobre as (re)apresentações de sujeitos/mundo em imagens", developed in scope of PhotoGraphein - Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPel/CNPq).

Keywords: Female image. Female body. Pedagogy of the feminine.

Introdução

Historicamente os homens dominaram o mundo, e as mulheres foram tidas como meras coadjuvantes nos processos civilizatórios. O poder masculino, o poder do patriarcado sobre as mulheres, colocou-as por muito tempo em um lugar de submissão e passividade, pois como explica Andréa Nye: “Os homens acham as mulheres ameaçadoras e poderosas, e por isso na teoria analítica acham-nas num seguro lugar inferior num mundo de valores masculinos” (NYE, 1988, p. 153).

Na história da arte não foi diferente, artistas homens angariaram reconhecimento e poder. As mulheres eram em maioria alvo de representações nas obras de arte, quanto às artistas mulheres, a história patriarcal praticamente ignorou sua presença. Frente a tal situação, as Guerrilla Girls, ativistas norte-americanas feministas que utilizam máscaras de gorilas para esconder suas identidades, lançaram um livro intitulado “The Guerrilla Girls’ Bedside Companion to the History of Western Art” (1998) que resgata a presença feminina na história da arte.



Figura 1: Exposição das Guerrilla Girls no MASP, 2017.
Fonte: <https://instagrammernews.com/detail/1614127670168554119>

Em setembro de 2017, quatro integrantes do coletivo Guerrilla Girls inauguraram uma exposição inédita no país (Figura 1), no Museu de Arte de São Paulo (MASP). Desde 1985, o grupo feminista denuncia a hegemonia masculina e branca nos acervos dos principais museus mundiais, questionando tanto a falta de representatividade feminina, quanto à imagem, idealizada e passiva, da mulher nas obras de arte.

Neste artigo nos propomos a abordar a imagem feminina através de fotografias, produções contemporâneas de duas artistas mulheres, sendo elas, Nan Goldin (1953) e Francesca Woodman (1958-1981). A escolha das duas artistas parte dos desdobramentos que seus trabalhos vêm repercutindo para os feminismos. Para o encaminhamento de tal discussão, partimos do debate e da problematização da “Pedagogia visual do feminino” (LOPONTE, 2002), trazendo para isso, primeiramente trabalhos fotográficos de Nan Goldin (1953) e através de nossos olhares femininos, analisamos as mesmas.

Em um segundo momento, enfocamos o trabalho de Francesca Woodman (1958-1981), buscando novamente analisar, porém nos propomos a pensar numa possível estética feminista. Ao final deste trabalho, buscamos discutir sobre possíveis rupturas para com a “Pedagogia visual do feminino” (LOPONTE, 2002) e entender o impacto de seus trabalhos para a construção de novas imagéticas femininas.

A pesquisa está em sua fase inicial, integrando o projeto “DO PINCEL AO PÍXEL: sobre as (re)apresentações de sujeitos/mundo em imagens”, desenvolvido no âmbito do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPel/CNPq), que tem por objetivo colaborar para a construção de saberes estéticos, artísticos e pedagógicos que considerem a mediação das imagens em processos pessoais e coletivos de investigação e compreensão dos códigos contemporâneos, ampliando o espaço de aprendizagem de disciplinas curriculares do curso de Artes Visuais – Modalidade Licenciatura.

Nan Goldin, visualidades marginais

Nan Goldin (1953), fotógrafa norte-americana, ficou conhecida através do seu trabalho visual autobiográfico, de cunho documental, no qual arte e intimidade se encontram. Fotografando pessoas próximas a ela, e ela mesma, a artista cria uma estética instantânea que nos aproxima deste universo através de seu “terceiro olho”. A sua série fotográfica documental mais conhecida é “The Ballad of Sexual Dependency”, na qual a maioria das pessoas que aparecem eram de seu círculo social próximo, com um convívio estreito com a artista, algumas com vínculos afetivos. Estas pessoas estariam “à margem” da sociedade, envolvendo dependentes químicos, prostitutas, LGBTQ, etc.

Alguns dos trabalhos da artista expõem um trauma, uma dor. Goldin testemunhou muitos amigos íntimos sofrerem e morrerem em função da AIDS. Por consequência desses tristes acontecimentos, a artista se entregou ao vício do ópio, e a fim de fugir desses traumas e

pesos, realizou outros trabalhos utilizando-se de paisagens ou de pessoas felizes, muitas vezes familiares (NEW YORK TIMES, 2018).

Goldin se reergueu. O último trabalho divulgado da artista foi a realização da exposição “Scopophilia”, composta por 400 imagens que integram uma série de combinações unindo fotografias autorais e fotografias de obras de arte clássicas, capturadas do acervo do Museu do Louvre, em Paris. Essa exposição girou em torno das temáticas amor e desejo. Scopophilia em português é Escopofilia que é um comportamento sexual, parecido e por vezes comparado ao “voyerismo”, mas, se refere ao prazer sexual que acontece a partir do contato visual, não só com pessoas, mas com objetos eróticos, fotografias eróticas, pornografia, etc. Em 2011, a exposição aconteceu na Galeria Matthew Marks em Nova Iorque, na ocasião Goldin explicou o projeto “Scopophilia” da seguinte forma: “Desire awoken by images is the project’s true starting point. It is about the idea of taking a picture of a sculpture or a painting in an attempt to bring it to life” (GOLDIN, 2011).⁹⁶



Figura 2: Nan Goldin, *As Odaliscas*, 2011.

Fonte: <http://julietartmagazine.com/en/scopophilia-nan-goldin/>

A primeira imagem abordada é um de seus últimos trabalhos, intitulada “As Odaliscas” (Figura 2), discutindo sobre a temática da erotização feminina, que não é nova na história da arte. Trata-se de uma combinação de imagens, na qual a artista reúne fotografias de seu acervo documental a fotografias de obras pictóricas clássicas. Goldin escolheu, inclusive, a famosa “A

⁹⁶ “O desejo despertado pelas imagens é o verdadeiro ponto de partida do projeto. É sobre a ideia de tirar uma foto de uma escultura ou uma pintura na tentativa de trazê-la à vida” (GOLDIN, 2011). (tradução nossa)

Grande Odalisca” de Jean-Auguste Dominique Ingres (1780-1867), que também foi utilizada pelas Guerrilla Girls (Figura 3), em 1989, com a pergunta “Do women have to be naked to get into the Met. Museum?”⁹⁷, como uma forma de denúncia acerca do enfoque das representações artísticas da imagem feminina, e da ausência de artistas mulheres em exposições.



Figura 3: **Guerrilla Girls**, 1989, Metropolitan Museum of Art.
Fonte: <https://www.artgallery.nsw.gov.au/collection/works/150.2014.24>

A partir dessa obra nos propomos a discutir a imagem feminina e a problematizar a “pedagogia visual do feminino”, criticada por Luciana Loponte (2002). Nela, identificamos dois olhares distintos, os masculinos e o feminino de Goldin. Os olhares masculinos revelam a “pedagogia visual do feminino”, através da qual a imagem da mulher é retratada de acordo com um molde social que a coloca como uma figura passiva, frágil, delicada e, acima de tudo, submissa.

Essa maneira de ver, principalmente o corpo feminino, foi construída socialmente, e ainda hoje encontramos nas mídias brasileiras imagens femininas à mercê do deleite masculino. Guacira Lopes explica como a construção do corpo e da sexualidade são significados:

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOPES, 2000, p. 10).

Nas obras pictóricas escolhidas por Goldin, observamos mulheres sem voz, corpos-objeto do olhar masculino, em função dos significados sociais atribuídos ao longo do tempo à figura da mulher. Já em suas fotografias, nós notamos que as mulheres não estão silenciadas pelo olhar de um *voyer*. É possível identificar uma quebra do poder masculino instituído, a

⁹⁷ “As mulheres devem estar nuas para entrar no Metropolitan Museum of Art?” (tradução nossa)

partir do fato de que quem vê e registra essas mulheres é também uma mulher. Essas imagens, apesar de terem posições parecidas com as odaliscas clássicas, perdem a ingenuidade, a delicadeza, a sensualidade forçada, elas estão imersas em seus próprios seres, sujeitas de si mesmas, nos apresentando uma “multiplicidade de femininos” para além da “pedagogia visual do feminino”, apresentando uma ruptura de um “modo de ver particular tido como a única verdade possível” (LOPONTE, 2002, p. 8).



Figura 4: **Nan Goldin**, *Nan One Month After Being Battered*, 1984.

Fonte: https://www.moma.org/collection/works/102197?artist_id=7532&locale=pt&sov_referrer=artist

O autorretrato “Nan One Month After Being Battered” (Figura 4) integrou a exposição “The Ballad of Sexual Dependency” que revela um trabalho político, no qual a artista utiliza as fotografias de seu grande diário imagético como forma de denúncia. No caso do autorretrato aqui apresentado, a artista capturou o estado de seus hematomas, um mês após ser agredida em um caso de violência doméstica. Goldin, no livro que tem o mesmo nome da exposição, “The Ballad of Sexual Dependency” (1996), diz que não quer esquecer “The diary is my form of control over my life. It allows me to obsessively record every detail. It enables me to remember”⁹⁸.

A partir dos anos 1970, na segunda onda feminista, muitas artistas mulheres, como Jo Spence, Cindy Sherman e Nan Goldin se apropriaram do corpo feminino enquanto meio e tema para as suas produções, buscando romper com a erotização do corpo feminino. Através de discursos visuais enfáticos, os corpos se tornaram locais de contestação, não mais lugares de sensibilidade e contemplação. Em tais representações as mulheres se tornam sujeitas de si

⁹⁸ “O diário é minha forma de controle sobre a minha vida. Isso me permite gravar obsessivamente cada detalhe. Isso me permite lembrar” (GOLDIN, 1996). (tradução nossa)

mesmas, tanto por trás das câmeras, quanto reproduzidas em imagens. A partir de então, os corpos femininos se transformaram em “armas” políticas.

É importante destacar que o foco das produções artísticas de Nan Goldin não é a imagem feminina, entretanto, toda a sua obra gira em torno da própria vida, de seu contexto vivencial cotidiano. Por consequência, suas obras, que são “filtradas” por um olhar feminino, se destacam pela expressividade na apresentação da imagem feminina, principalmente, nos seus autorretratos. A sua produção artística se tornou política através de registros instantâneos que lidam com a realidade, em especial, de pessoas vivendo às margens da sociedade, com as quais convive até hoje. Sendo assim, identificamos uma experiência estética que é também uma experiência política. Tal como Rancière (2005, p. 17) nos explica, a “Partilha do Sensível” une arte e política, sendo que “A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”.

As imagens “cruas” na veracidade do que revelam, mas cheias de sentido, como no caso do autorretrato de Goldin, podem muitas vezes ser consumidas pela esteticidade, visto que:

A sociedade, assim parece, desconfia do sentido puro: ela quer sentido, mas ao mesmo tempo quer que esse sentido seja cercado por um ruído (como se diz em cibernética) que o faça menos agudo. Assim, a foto cujo sentido (não digo o efeito) causa muita impressão é logo desviada; é consumida esteticamente, não politicamente (BARTHES, 1980, p. 60).

Ainda para Barthes, “[...] a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa” (BARTHES, 1980, p.62). E é exatamente nesse sentido, na aceitação das subversões propostas por Nan Goldin, que reside a potência discursiva de suas representações.

Francesca Woodman, sobre (re)apresentações de si em imagens

Francesca Woodman (1958-1981) nasceu em Denver, uma cidade americana do Colorado. Durante um período ela morou sozinha em Roma, capital italiana, para estudar, e faleceu na cidade de Nova Iorque, nos EUA, aos 22 anos de idade ao cometer suicídio. A artista era filha de dois outros artistas, da ceramista Betty Woodman (1930-2018) e do pintor, fotógrafo e ceramista George Woodman (1932-2017) que conseguiram notoriedade expondo em grandes galerias de arte ao redor do mundo.

A artista Francesca Woodman trabalhava com fotografias em preto e branco, que tinham como foco o corpo feminino, que geralmente aparecia nu ou parcialmente vestido. Para compor

as cenas registradas, a artista utilizava principalmente seu próprio corpo, mas algumas vezes usou modelos. Geralmente os corpos aparecem representados de forma fantasmagórica ou lembrando anjos, principalmente, na série fotográfica “Angel Series” (1977). Em seus trabalhos, os corpos são capturados em momentos de desaparecimento, deslocamento ou transformação.



Figura 5: **Francesca Woodman**, *Self-deceit #1*, Roma, Itália, 1978. Fonte: <http://www.fantomeditations.com/francesca-woodman-exhibition-moderna-museet-stockholm/>

Alguns trabalhos de Woodman nos tocam profundamente, afinal, quando representada a partir de aspectos de sua subjetividade, a artista desmembra o corpo através da imaginação. E faz isso, subvertendo a “pedagogia visual do feminino” (LOPONTE, 2002), tornando o corpo feminino ambíguo e até obscuro, muito além da costumeira objetificação que conhecemos. Em “Self-deceit #1” (Figura 5), a artista se reflete no espelho, como que numa tentativa de passar “através do espelho”, explorando novamente uma certa ambiguidade, neste caso, de identidade, pois paradoxalmente ela afirma e nega um senso de identidade.

A partir destas ideias nos questionamos sobre a existência de uma estética feminista: Será que com suas imagens Francesca Woodman transgride as representações femininas socialmente instituídas? Afinal, será que as fotografias de Woodman integram uma estética feminista? Sobre o assunto Claire Raymond nos explica que “A imagem fotográfica é o lugar onde uma estética feminista ocorre e não ocorre: a vida real da fotógrafa não é necessariamente visível nem sequer significativa neste paradigma”. A professora ao lecionar a disciplina de “Mulheres Fotógrafas e Estética Feminista” buscava entender o empoderamento do gênero feminino, visto que “cada fotógrafa estudada tornava-se um modelo de alguém que imaginou

um lugar onde a opressão ligada ao gênero foi superada na retórica da imagem fotográfica” (RAYMOND, 2017, p. 34).

Sobre a Estética Feminista, Raymond afirma que:

A duração fotográfica e a fragmentação da opressão significam: uma fotografia pode mostrar ou recusar a maneira de ver que se tornou uma forma de domínio. A fotografia pode ser um objeto de combate, tal como existe materialmente, movendo-se visualmente contra o hábito material como condição de entendimento (RAYMOND, 2017, p. 36).



Figura 6: **Francesca Woodman**, *Space 2*, Providence, Rhode Island, 1976. Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/22/cultura/1453475483_302876.html

Nessa perspectiva, podemos considerar que Woodman ainda trabalha habitações, dentro de espaços internos de lares, se camuflando por entre as estruturas, confundindo as fronteiras do físico e do psicológico. Logo, podemos interpretar essas ações de lugar-casa-mulher como uma metáfora, uma analogia ao lar enquanto espaço aprisionador e excludente da vida cotidiana da mulher, principalmente da mulher doméstica. Em “Space 2” (Figura 6), Woodman quase desaparece mesclando-se ao fundo, junto a uma parede. Mulher e Casa se integram. Paradoxalmente, ela aparece e desaparece na profundidade de si, e isso pode ser relacionado ao seu suicídio.

Quando Woodman embarça o físico e o psicológico, perturba assim, nosso senso de realidade e devaneio. Gaston Bachelard (1988, p. 116), refletindo sobre o habitar, esclarece que “É aí que se encontra a Outra-Casa, a Casa de uma Outra-Infância, construída, com tudo o que

deveria-ter-sido, [...] se constitui como a morada do nosso devaneio”. Para o autor a casa seria um lugar de conforto, segurança, e “[...] se nos perguntassem qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz” (BACHELARD, 1957, p. 201).

Sem dúvidas, Woodman estimula as subjetividades, alimenta os nossos devaneios e faz isso de uma forma política, transgredindo os modos internalizados, o senso comum, acerca do que é feminino. Podemos identificar alguns pontos no que concerne a política nas obras da artista a partir do pensamento de Ranciére (2005, p. 16): “É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”.

Sobre o trabalho tanto de Nan Goldin, quanto de Francesca Woodman, podemos dizer que dentre as três formas de “Partilha do Sensível” da arte com a política, as duas artistas conseguem principalmente inscrever sentidos às suas produções artísticas, visto que as formas de suas (re)apresentações de si, e do mundo por consequência, “definem a maneira como obras ou performances “fazem política”, quaisquer que sejam as intenções que as regem, os tipos de inserção social dos artistas ou o modo como as formas artísticas refletem estruturas ou movimentos sociais” (RANCIÉRE, 2005, p. 19).

Considerações Finais

Desde 1985, as Guerrilla Girls denunciam a hegemonia masculina e branca nos acervos dos principais museus mundiais, questionando tanto a falta de representatividade feminina, quanto a imagem, idealizada e passiva, da mulher nas obras de arte. O coletivo desenvolve um trabalho importante, dando visibilidade a diferentes artistas mulheres que galgaram posições de destaque na história da arte, e que não receberam até hoje o devido reconhecimento. E isso é facilmente comprovado, haja vista a maciça presença de artistas homens nas coleções dos mais importantes museus. Outro papel importante deste grupo de mulheres artistas é o de pensar justamente as aparições femininas e masculinas na produção artística e de suas características formais, que revelam a predominância de enfoques machistas.

A partir da discussão proposta neste trabalho, entendemos a importância de artistas mulheres representarem seus próprios corpos, vidas e, representarem/capturarem os corpos e vidas de outras mulheres, consolidando uma visão íntima e genuína acerca do universo feminino. Entendemos que esta é a melhor maneira para subverter a “Pedagogia Visual do Feminino”, problematizada por Loponte, em prol de uma imagem feminina construída pelas

próprias mulheres. Isso, na consideração de que a arte exerce autoridade e gera influências sobre as pessoas, interferindo na maneira como pensamos sobre nós mesmos, sobre os outros e sobre o mundo.

No que se refere a uma Estética Feminista, entendemos que as produções das duas artistas abordadas neste trabalho contemplam tal proposta. Entendida e aceita como uma estética plural, flexível e que possa sugerir o empoderamento e a representatividade de outras mulheres, a Estética Feminista se trata de uma maneira política de produzir, mesmo que sem intenção consciente. Analisando as imagens de Nan Goldin vemos que ela lida de forma direta e consciente com a política, expondo as opressões e a miserabilidade da condição humana dos marginalizados. Por sua vez, Francesca Woodman lida subjetivamente com o tema. Em suas fotografias certamente há uma fragmentação da opressão, há uma forte recusa à visão dominante dos corpos e suas correlações. Vemos, portanto, que ambas as artistas contribuem sobremaneira para reflexões acerca da mulher em situação no mundo, pelo viés das representações artísticas, principalmente, buscando romper com a “pedagogia visual do feminino”, historicamente instituída.

Referências Bibliográficas

BACHELARD, Gaston. **A poética do Devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Nota sobre a fotografia. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1984.

GIRLS, Guerrilla. **The Guerrilla Girls' Bedside Companion to the History of Western Art**. United States of America. 1998.

LOPONTE, Luciana Grupelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 283-300. Julho/Dez. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200002>> Acesso: 15.04.2018.

LOURO, Guacira. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NEW YORK TIMES. Art & Design. Don't Call Her a Victim: After Surviving Opioids, Nan Goldin Goes After the Makers. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/01/22/arts/design/nan-goldin-oxycotin-addiction-opioid.html>>. Acesso em: 15.04.2018.

NYE, Andréia. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e política. São Paulo: EXO experimental org., 2014.

RAYMOND, Claire. Pode haver uma estética feminista? **Comunicação e Sociedade**. Braga, Portugal, v. 32, n. 3, p. 31-44. Dez. 2017. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/issue/current>> Acesso: 15.04.2018.

MARGENS: ENTRE A ANTROPOLOGIA VISUAL E O FAZER DOCUMENTÁRIO

*MARGINS: BETWEEN VISUAL ANTHROPOLOGY AND DOCUMENTARY
MAKING*

*Wagner Previtali
Graduando em Cinema e Audiovisual/UFPel
wagnerfprevitali@gmail.com*

*Profa. Dra. Louise Prado Alfonso
Departamento de Antropologia e Arqueologia/UFPel
louise_alfonso@yahoo.com.br*

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar reflexões sobre a aproximação entre o cinema e a antropologia a partir dos vídeos elaborados no âmbito do projeto de pesquisa "Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas". São objetivos do projeto evidenciar olhares de diferentes grupos para o passado de Pelotas - RS e incentivar reflexões sobre a apropriação de elementos do passado e seu uso no presente. A pesquisa se pretende multidisciplinar por considerar que a aproximação entre áreas diversas favorece a compreensão de como diferentes formas de uso do passado e variados modos de habitar a cidade podem propiciar melhorias na qualidade de vida e o fortalecimento de comunidades em processos de exclusão. Durante o ano de 2017, foram realizadas filmagens dos encontros e das atividades desenvolvidas junto às comunidades envolvidas nos cinco projetos de extensão vinculados ao "Margens". Para esta apresentação, focaremos as análises no processo de elaboração dos vídeos produzidos sobre o evento denominado "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" e sobre os primeiros contatos com as comunidades para a produção de documentários.

Palavras-chave: Margens. Antropologia Visual. Documentário. Cidade. Narrativas.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the approximation between cinema and anthropology from the videos elaborated within the scope of the research project Margins: groups in exclusion processes and their ways of inhabiting Pelotas. The objectives of the project involve perceptions of different groups about the past of Pelotas - RS and reflections on the appropriation of elements from the past and their use in the present. The research is multidisciplinary because the dialogue between the areas favor the understanding of different uses of the past and how variable ways of life can provide improvements in the quality of life and the strengthening of communities in processes of exclusion. During 2017, we filmed the meetings and activities carried out under five extension projects linked to the "Margins". To this presentation, we will focus on the analysis of the process of elaborating the videos about the event called "Cities in Transe: margins, conflicts and resistances" and on the first contacts with the communities for the production of documentaries.

Keywords/Palabras clave: Margins. Visual Anthropology. Documentary. City. Narratives.

Introdução

Este trabalho apresenta alguns resultados e reflexões realizadas no âmbito das pesquisas do projeto “Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas”. Como estudos de caso, dentre todas as ações realizadas pela equipe do projeto, selecionamos o processo de captação e de pós-produção dos vídeos gravados durante as rodas de conversa do evento “Cidade em Transe: margens, conflitos e resistências”. Pretendo, ao articular referenciais teóricos com as atividades práticas realizadas pelos grupo, refletir sobre a aproximação de uma realização audiovisual com a pesquisa antropológica, pensar sobre a produção de imagens e sobre o conceito de margens.

São objetivos do projeto evidenciar olhares de diferentes grupos para o passado de Pelotas - RS e incentivar reflexões sobre a apropriação de elementos do passado e seu uso no presente. A pesquisa tem como característica ser multidisciplinar, acreditamos que a aproximação entre áreas diversas favorece a compreensão de como diferentes formas de uso do passado e variados modos de habitar a cidade podem propiciar melhorias na qualidade de vida e o fortalecimento de comunidades em processos de exclusão.

O projeto de pesquisa Margens engloba vários projetos de extensão que propõem pensar a cidade e as formas de se fazer-cidade por diferentes grupos: trabalhadoras domésticas, casas de religião de matriz africana, moradoras e moradores do Passo dos Negros, travestis e trabalhas/es do sexo. Seja pelas etnografias coletivas, por mapeamentos e por processos de patrimonialização, o projeto prioriza a tríade da universidade ao realizar um diálogo entre ensino, pesquisa e extensão, além de incentivar a construção de conhecimento conjunto, valorizando diferentes saberes e propondo reflexões interdisciplinares que resultem em retornos para as comunidades e atendimento de suas demandas. O trabalho é desenvolvido junto a esses grupos que passam por diferentes processos de exclusão.

Torna-se relevante entender esses grupos a partir de uma ampliação do conceito de margens pois se posicionam de maneira contra-hegemônica “A marginalidade passa a ser encarada como a condição de pessoas, objetos, práticas e significados que são menos legitimados pela operação dos processos de poder simbólico.” (PINA CABRAL, 2000, p. 10)

“É o que me conduz a considerar que a etnografia das “margens” ou dos limites é o método ideal para uma antropologia da cidade. Não a margem como fato social, geográfico ou cultural, mas a margem como posição epistemológica e política: apreender o limite do que existe — e que existe sob a aparência oficial e afirmada do realizado, do estabelecido, do ordenado, central e dominante — permite perceber a dialética do vazio e do cheio e descrever o que, a partir de quase nada ou de um estado aparentemente caótico, faz cidade.” (AGIER, 2015, p. 5)

Agier nos ajuda a pensar como a partir das Margens podemos entender os processos que fazem a cidade, “o fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade.” (AGIER, 2015, p. 9). É esse fazer cidade que nos chama a atenção, observando diversos espaços de relações e interações. Pretende-se pesquisar o dia-a-dia dos grupos e suas formas de habitar a cidade, os modos pelos quais constroem o local onde vivem e convivem. Também suas relações com o Estado, pois “a margem é o lugar a partir do qual [é possível] entender o Estado e é também o lugar de reconfiguração do Estado” (VEENA DAS apud MISSES, 2012, p. 2)

Durante as atividades perguntamos como se dá a relação dos grupos com a cidade, por onde eles andam, o que compõe seus mapas e trajetos urbanos. De Certeau define o ato de caminhar como uma “forma de enunciação” (DE CERTEAU, 1990, p. 177) por tornar real o lugar no espaço, permitir aquele que caminha se apropriar do sistema topográfico e, também, por implicar “relações entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimento.” (idem). Sendo importante considerar que o caminhar constrói a cidade também pela escolha, ou não, de trajetos e rotas.

Acreditamos que as experiências de troca possibilitadas pelas atividades dos projetos contribuem para uma maior compreensão das demandas locais, possibilitando agir em favor das questões levantadas pelos grupos. Foi durante as atividades do evento “Cidade em Transe” que surgiu a possibilidade de pensarmos sobre o uso do audiovisual no projeto. A princípio tendo função de registro. Porém, foi através de estudos de teóricos da imagem audiovisual que começamos a refletir sobre as potências dos arquivos das rodas de conversa. Percebemos uma possibilidade dos vídeos como “ensaios etnográficos” ao buscar uma maior potência de uma outra linguagem, a do audiovisual (BALÁZS, 2008).

Reconhecemos que pesquisadores quando atuando em grupos não devem presumir estarem desconexos daquilo que o envolve e daquelas/es com quem pesquisa e interage. Assim, a partir das narrativas, pretendemos refletir sobre a cidade e buscar, junto aos projetos, fortalecer essas narrativas contra-hegemônicas dos grupos (PINA CABRAL, 2000, p. 11).

Diálogos e cotidianos

Nas rodas de conversa que ocorreram durante o evento “Cidade em Transe” experienciamos trocas com os grupos, realizamos diálogos e levantamos questionamentos sobre os diversos passados: de cada um, da região e da cidade. O evento envolveu quatro rodas de conversa, sendo estas: Entre elas: cotidiano e trajetórias; Intolerância religiosa: religiões de

matriz afro e suas relações com a cidade; Roda de chimarrão no Passo dos Negros: vidas às margens do São Gonçalo; e Corpos que importam – presença Travesti nas salas de aulas. As rodas eram formadas tanto por pessoas da comunidade quanto por membros da universidade, professoras/es e alunas/os. No início de cada roda falávamos sobre a gravação, alertamos a presença da câmera, informando de seu uso futuro como arquivo ou produto. Também utilizamos, em algumas rodas, um mapa da cidade de Pelotas, propondo um debate sobre os trajetos e deslocamentos urbanos das pessoas ali presentes. Na roda junto às trabalhadoras domésticas, moradoras na região do Dunas, elas nos mostraram os trajetos que faziam, ou ainda fazem, para conseguir ir trabalhar, voltar para casa, habitar o urbano. Foi a partir de relatos das quatro rodas realizadas que evidenciamos saberes que valorizam a materialidade desses grupos e narrativas que remetem ao passado e ao presente destes na cidade.

Na roda de conversa “Entre elas: cotidiano e trajetórias” conversamos com as trabalhadoras domésticas moradoras do Dunas, onde a conversa foi realizada, sobre as transformações da localidade ao longo do tempo, falaram sobre o passado e as dificuldades e estigmas que a profissão carrega até a atualidade. Elas compartilharam suas jornadas como trabalhadoras domésticas, donas de casa e mães. Entre elas, discordavam em alguns relatos, bem como possuíam diferentes relações com o bairro, mas também mostravam apoio em suas falas e experiências de trocas. Evidenciamos relatos de afetos, convivência e de cuidado. Em uma das interações da roda uma delas ofereceu uma possibilidade de emprego para outra ali presente, logo após esta ter comentado estar desempregada, tentando seu direito à aposentadoria.

Várias narrativas traziam a questão da dificuldade de cuidar de seus próprios filhos, devido à jornada de trabalho e ao cuidado dos filhos de suas patroas. Uma das soluções que encontraram ao longo da vida foi combinar entre elas a possibilidade de uma ficar cuidando do filho da outra. Algumas das mulheres presentes demonstravam participar de associações voltadas para garantir melhorias no bairro e por direitos de sua profissão. Reconheciam suas lutas por direito, discordavam da situação estrutural do bairro, concordavam sobre terem medo da violência e pediram mais possibilidades de educação para as crianças, mais segurança para os mais velhos e garantias de direitos trabalhistas como a aposentadoria.



Figura 1: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

Aquelas mulheres, se reconheceram, compartilharam passados e entenderam seus desafios, “não existia folga, elas trabalhavam dia e noite, era um serviço escravo”, falou uma das mulheres presentes sobre um período onde não existiam direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas. Podemos perceber esta relação das participantes a partir da categoria de pedaço, conforme Magnani, pois “não necessariamente se conhecem [...], mas sim se reconhecem enquanto portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo, modos de vida semelhantes” (1992, p. 195).



Figura 2: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

Durante o segundo dia do evento, a atividade realizada foi denominada “Intolerância religiosa: religiões de matriz afro e suas relações com a cidade”. Conversamos com alguns líderes de casas de matriz africana na região de Pelotas e Rio Grande. O encontro se deu em um dos casarões localizados no centro de Pelotas, de número 6. Escolhemos o casarão por pensarmos quais significados teria o fato de levarmos esse debate aos casarões. Consideramos a grande diversidade de casas de religiões de matriz africana na região, com suas diversas linhas. Torna-se necessário ter em vista a constante invisibilização da presença histórica do

povo negro nas narrativas sobre os casarões da cidade de Pelotas, sendo esta uma possibilidade de ocupar tal espaço e refletir sobre a importância das comunidades negras e necessidade de alteração destas narrativas oficiais. Ouvimos relatos de espaços que aceitam e que rejeitam a presença das religiões de matriz africana, A roda propiciou falas acerca do uso de guias ou roupas de rituais no cotidiano e, como esse uso, se altera pelo medo de sofrerem agressões devido à intolerância religiosa. Embora à perseguição às casas dessas religiões seja histórica, atualmente têm sido crescente casos de violências contra terreiras por todo o Brasil. Este medo altera caminhos e ressignifica símbolos, como as guias no pescoço de uma das líderes.



Figura 3: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

Também conversamos sobre como as políticas públicas afetam as casas de religião. O principal tema abordado foi o “Pacto pela Paz”, conjunto de estratégias criada pelo governo municipal que pode vir a afetar as dinâmicas das casas de religião na cidade. Os principais comentários envolvem a noite, proibições e multas para algumas atividades, que afetaria nos rituais de realização de oferendas e toque dos tambores.



Figura 4: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

O terceiro dia do evento aconteceu numa tarde de domingo, a atividade se chamava “Roda de Chimarrão no Passo dos Negros: vidas às margens do São Gonçalo”. As/os moradoras/es narraram suas histórias, suas relações com a localidade, apresentaram suas preocupações sobre a iminência da impossibilidade permanência de alguns grupos no local e as transformações do entorno. Cabe destacar que a região tem passado por intensa especulação imobiliária, construção de grandes condomínios, o que tem afetado as dinâmicas locais e acarretado na remoção de grupos de moradoras/es. “Nossa sobrevivência sempre foi aqui, Passo dos Negros, até a Balsa, é a nossa convivência” falou um dos interlocutores, defendendo a presença dos antigos moradores da região na localidade. Sua relação com o território também envolve o Canal São Gonçalo e a pesca.

Essa incerteza com o futuro, faz com que o passado seja valorizado e retomado na maioria das atividades do projeto. Todas/os falaram sobre as mudanças na região ao longo dos anos, enfatizaram a violência da mudança de nome de “Passo dos Negros” para “Estrada do Engenho”. Ouvimos relatos diversos saudosos de moradoras/es nascidas/os na região e que vivem em outros lugares. Também foram mencionadas narrativas de não humanos que habitam a região e acabam por modificar as relações das pessoas com o lugar. Soubemos que durante a noite, ao passar por uma das figueiras centenárias da região, pode-se vir a ver a mulher/noiva de branco. Também, que no Engenho Pedro Osório, antigamente, um homem muito grande sacudia suas correntes para assustar os trabalhadores. Essas bricolagens, relações com os espaços, nos permitem outros modos de ver a cidade.



Figura 5: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

Aqueles que conhecem as histórias e habitam a região possibilitam a relação entre práticas espaciais e práticas significantes (DE CERTEAU, 1990, p. 186), “os relatos de lugares

são bricolagens, feitos de resíduos ou detritos do mundo” (DE CERTEAU, 1990. p. 188). Isto que podemos observar em casa roda de conversa.



Figura 6: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

Nossa última atividade aconteceu no colégio Pelotense. Optamos por não realizar a roda com nossas interlocutoras do projeto Mapeando a noite, mas sim levar a temática “gênero travesti” para debate junto às escolas de ensino médio. Ministramos uma oficina com futuras professoras e professores, estudantes do mestrado, em um conhecido colégio da cidade. “Corpos que importam – presença Travesti nas salas de aulas” foi o nome escolhido para nossa atividade. Durante a apresentação usamos do recurso audiovisual para propiciar o debate, a partir de um vídeo de *Youtube* de uma personagem *drag queen* na internet, Lorelay Fox, abordamos o tema da possibilidade de gêneros além de um binarismo. E, através de vídeos de relatos de travestis, buscamos apontar a legitimação de fala e a visibilização de suas histórias. “É importante ter esse conhecimento para poder passar esse conhecimento”, com esse reconhecimento por parte de uma das estudantes presentes percebemos a força desse espaço de relação.



Figura 7: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).

Fonte: Autor do trabalho

A realização das rodas de conversa permitiu novos contatos com os grupos pesquisados pelo projeto, possibilitou entender cotidianos, trajetórias e transformações da cidade ao longo do tempo. Encontramos, através dessas atividades, um meio de unir ensino, pesquisa e extensão, aproximando universidade e comunidades. Nessas dinâmicas e trocas notamos os efeitos e possibilidades de nossa pesquisa.

Audiovisual em transe

Cabe pensar a presença do dispositivo audiovisual, as imagens captadas e as potencialidades dos vídeos junto às comunidades. Turner acreditava que para analisar fenômenos de liminaridade “tem de depender de uma forma mais profunda da percepção intersubjetiva” (TURNER, 1975 apud PINA CABRAL, 2000, p. 8), para ir “além da descrição de formas de conhecimento racional, ordenado e palavroso, permitindo um estudo da experiência partilhada” (ibidem, p. 8). De acordo com ele, para analisar fenômenos de liminaridade “tem de saber encontrar dentro de si o potencial para ser algo de diferente [...] Esse potencial é a própria condição liminar, na sua opinião.” (ibidem, p. 8). Talvez a realização dos diálogos junto a esses grupos e a possibilidade de gravação dos mesmos nos permita esse potencial para ser diferente.

O processo de filmagem que se deu ao longo das rodas de conversa fez da câmera algo menos extraordinário. É importante esse olhar para o que é ou não ordinário, “nas irrupções do extraordinário também se encontra a experiência do ordinário” (DAWSEY, 2015, p. 12). Pode-se entender as rodas de conversa como uma ação extraordinária no cotidiano dos grupos. Com a presença do audiovisual buscamos capturar melhor esse “ruído” (ibidem, p.12), experiências do ordinário, presença do cotidiano, durante as rodas de conversa.

O sujeito da câmera (RAMOS, 2005), aquele que gravava, se misturou em meio a outros membros da universidade, também desconhecidos para muitos participantes. “Vamos chamar a dimensão subjetiva que funda toda imagem-câmera de sujeito da câmera.” (ibidem, p. 186), por reconhecer as questões de escolha que permeiam a câmera e aquele que a usa, pensamos que seria importante refletir sobre essa presença, na imagem e em quem ela representa pelo sujeito da câmera nunca ser neutro.

“O sujeito-da-câmera não existe em si (pois senão seria um sujeito como outro qualquer). Sua singularidade é existir para a circunstância de mundo na qual está inserido, sendo determinado em comutação pelos outros sujeitos que também vivem essa circunstância, ao mesmo tempo que se lança e existe através da experiência do espectador: sujeito que nunca está presente na circunstância da tomada.” (RAMOS, 2005, p. 186)

A presença de uma posição subjetiva de quem utiliza o dispositivo-câmera poderia também ser percebida por formações intuitivas do mesmo, pelo uso de uma linguagem audiovisual propondo uma experiência para quem assiste. E, com isso, um meio de transmitir uma compreensão pelo audiovisual, com uma possibilidade de passar significado através do audiovisual. Bela Balázs sugeriu que a humanidade ainda estaria “aprendendo a linguagem rica e colorida do gesto, do movimento e da expressão facial” (2008, p. 79). Embora ele escrevesse na década de 1920, essa afirmação ainda nos parece válida, pois o pensamento sobre uma outra utilização da linguagem audiovisual para expressar certos conhecimentos nos sugere um aprofundamento nesta pesquisa.

Decidimos explorar as imagens devido suas intensidades (RAMOS, 2005). Intensas em seus significados, narrativas contra-hegemônicas de grupos em processo de exclusão. Assim, investigamos essas imagens nos cotidianos dos grupos. Para Ramos, “É a dimensão do extraordinário que abre a fenda, o trauma, para o qual o espectador comovido é sugado, instaurando, a partir do traço qualquer, a intensidade da imagem-câmera” (2005, p. 199). A partir das reflexões de Fernão Ramos (2005) sobre a presença subjetiva daquele que grava e a potência das imagens, acrescido dos pensamentos de Bela Balázs (2008), que são propostas essas primeiras reflexões acerca dessas imagens.

Próximas demandas

A realização dessas atividades nos permitiu trocas. Aprendemos mais sobre cotidianos de alguns grupos, visões sobre a cidade que habitam e constroem, que está em constante mudança. Aprendemos que nas margens, acontecem interações e movimentos, lá a cidade segue

sendo feita. Estas percepções irão ser apresentadas em um documentário que está em processo de realização.



Figura 8: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

Um registro das margens, de histórias e de grupos, de presenças invisibilizadas por diversos processos de exclusão na cidade de Pelotas-RS e sua história nos fez mais próximas/os a estes grupos. “Filmar torna-se assim, uma conjugação, uma relação na qual se trata de se entrelaçar ao outro - até na forma.” (COMOLLI, 2008, p. 85). É importante ainda refletir na possibilidade de legitimação das falas desses grupos através do poder do audiovisual. Comolli já pensou sobre, pois “o audiovisual conduz o mundo. Pior, ele o substitui, o fabrica à sua medida.” (2008, p. 83) e mais, é “o mundo que a gente enfeia ou embeleza conforme aquilo que a gente faz.” (ibidem, p. 83) em contextos recentes da história, se torna necessário fazer bons filmes e contar histórias daqueles constantemente invisibilizados.

Vale um posicionamento, cremos que a arte e a pesquisa científica devem comportar contextos, em época de ruptura social e política que passa o Brasil, com ameaças sobre a educação, é importante perceber o todo, evidenciar aquilo que é apagado. Cremos na importância de projetos interdisciplinares que pensam suas ações de forma coletiva, interagindo, ouvindo e se pensando a partir das demandas da comunidade, dos grupos que fortalecem e produzem meios de resistência, num processo cultural. Em um contexto onde as ações de extensão são, constantemente, desvalorizadas e minimizadas dentro da tríade universitária, desenvolver atividades de extensão é também um ato político. “Os debates

recentes a propósito do conteúdo e das formas das lutas urbanas ganharem força se pensassem a cidade a partir de espaços precários da margem” (AGIER, 2015, p. 9).



Figura 9: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

Em períodos de “pactos que nada fazem”⁹⁹, se torna importante o ato de valorizar diversos processos que constroem o passado histórico e a cidade, e que, por não fazerem parte de um certo recorte de classe, étnico e gênero, vem sofrendo processos de invisibilização e repressão. Continuaremos assim, refletindo sobre quem tem direito à cidade de Pelotas?



Figura 10: fotografia do evento "Cidades em Transe: margens, conflitos e resistências" (2017).
Fonte: Autor do trabalho

⁹⁹ pichações que têm surgido ao longo da cidade de Pelotas desde a aprovação da lei, demonstrando uma indignação por parte dos cidadãos.

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALFONSO, Louise Prado. **Margens**: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas. Projeto de Pesquisa. Ufpel. 2017. Disponível em: <<https://cobalto.ufpel.edu.br/pesquisa/coordenacao/projeto/visualizar/8211#geral>>. Acesso em: 10.04.2018

BALÁZS, Bela. A face do homem. **A experiência do cinema**, 4ª edição, p. 77-83, 2008.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder**: a inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Ed. UFMG, 2008.

DAWSEY, John C. Victor Turner e antropologia da experiência. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, v. 13, n. 13, p. 163-176, 2005.

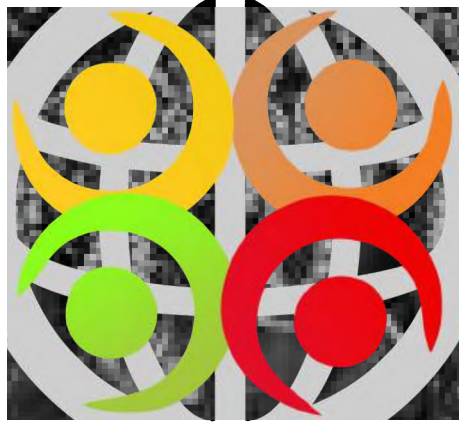
DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 1990.

DE PINA CABRAL, João. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições. **Análise social**, p. 865-892, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, p. 191-203, 1992.

MISSE, Michel et al. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos-Entrevista com Veena Das. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, p. 335-356, 2012.

RAMOS, Fernão. **Teoria contemporânea do cinema**: documentário e narrativa ficcional. Senac, 2005.



ISBN 978-859354816-1

